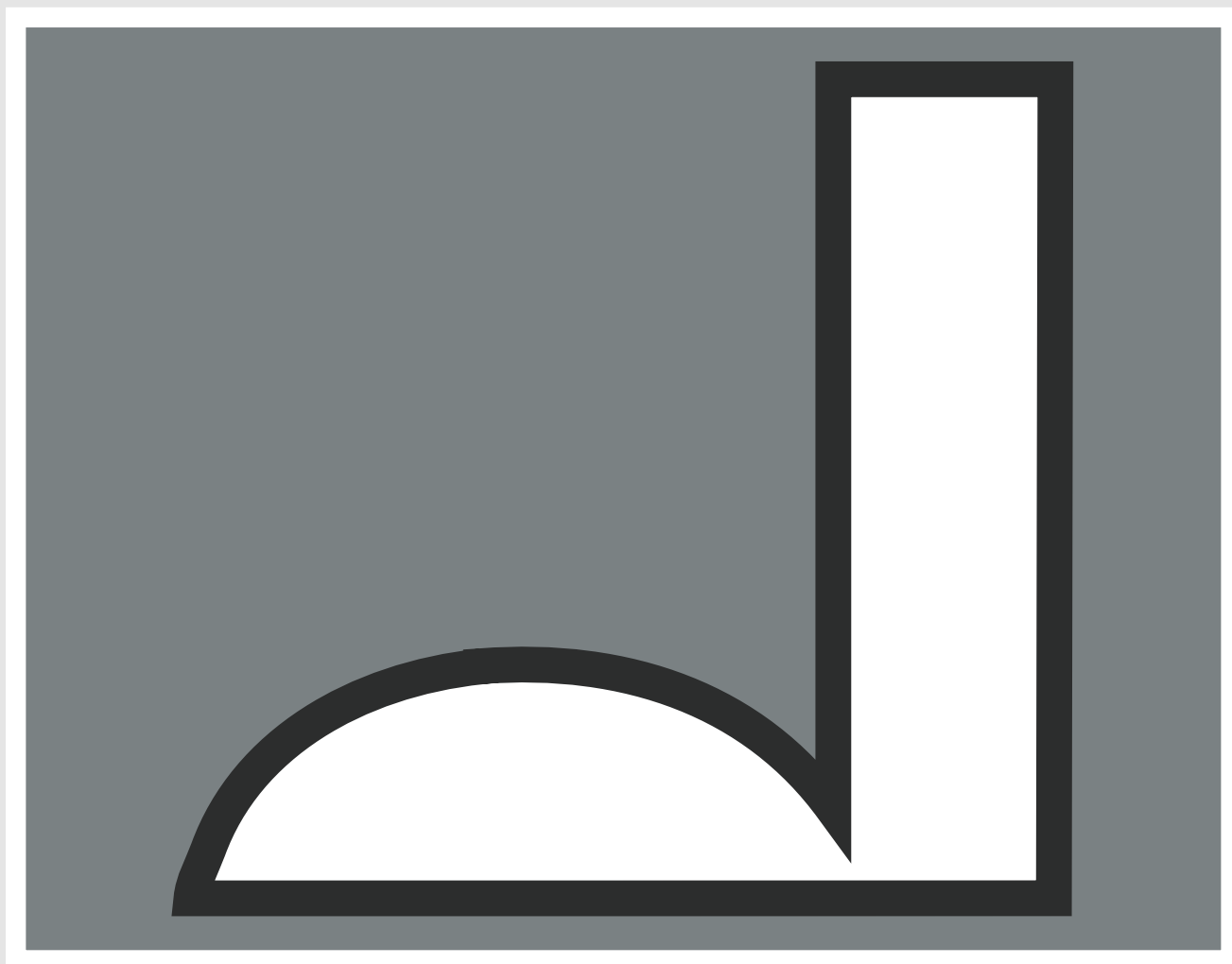




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXV – SUP. “C” AO Nº 208 – QUINTA-FEIRA, 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – BRASÍLIA-DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	
Ata da 62ª Reunião, realizada em 15 e 16 de dezembro de 2009.....	5
Ata da 38ª Reunião, realizada em 11 de novembro de 2010.....	45
Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	77
Ata da 40ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2010.....	81
Ata da 41ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2010.....	90
Ata da 42ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2010.....	119
1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS	
Ata da 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2010.....	140
Ata da 40ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2010.....	153
1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	
Ata da 48ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2010.....	172
Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010.....	201
Ata da 50ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010.....	203
Ata da 51ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2010.....	205
Ata da 52ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2010.....	237
1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	
Ata da 53ª Reunião Extraordinária, realizada em 2 de dezembro de 2008.....	268
Ata da 54ª Reunião Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2008.....	307
Ata da 55ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2008.....	325
Ata da 46ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2010.....	353
Ata da 47ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	363
Ata da 48ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2010.....	368
Ata da 49ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2010.....	389
Ata da 50ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2010.....	391
Ata da 52ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2010.....	404
Ata da 54ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2010.....	413
1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	
Ata da 29ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2010.....	430
Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 2010.....	443
Ata da 31ª Reunião, realizada em 30 de novembro de 2010.....	469
Ata da 32ª Reunião, realizada em 1º de dezembro de 2010.....	473
Ata da 33ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2010.....	505
Ata da 34ª Reunião, realizada em 7 de dezembro de 2010.....	507
1.1.6 – Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte	
Ata da 6ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2010.....	538
1.1.7 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	
Ata da 45ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2009.....	539
Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010.....	567
1.1.8 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	
Ata da 21ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2009.....	582
Ata da 22ª Reunião, realizada em 25 de junho de 2009.....	617
Ata da 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 1º de julho de 2009.....	627

Ata da 24ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2009.....	667	Ata da 30ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	807
Ata da 32ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010.....	693	1.1.10 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	
Ata da 33ª Reunião Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2010.....	706	Ata da 16ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	817
Ata da 34ª Reunião, realizada em 2 de dezembro de 2010.....	723	1.1.11 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2010.....	742	Ata da 24ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	820
Ata da 36ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2010.....	756	Ata da 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2010.....	827
1.1.9 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		Ata da 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2010.....	829
Ata da 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2008.....	773	Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2010.....	846
Ata da 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 18 de novembro de 2010.....	790		

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 E 16 DE DEZEMBRO DE 2009, ÀS 10:00 E 14:00 HORAS, RESPECTIVAMENTE, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quinze minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salavatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Pedro Simon, Renan Calheiros, Romero Jucá, Wellington Salgado, Lobão Filho, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Osvaldo Sobrinho, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Álvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Gim Argello, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, César Borges, Gerson Camata, Neuto de Conto e Tasso Jereissati. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 1843-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC 023.988/2008-5, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 48 de 2008, bem como do Relatório e o Voto que o fundamentam; Aviso nº 1851-Seses-TCU-Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte, nos autos do processo nº TC-023.990/2008-3, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 28 de 2008, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam e Ofício nº 707/Cofig/MF, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-Proex, relativo ao terceiro

trimestre de 2009. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 264 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor Alexsandro Broedel Lopes para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em decorrência do término do mandato do Senhor Eliseu Martins, em 31 de dezembro de 2009”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Antonio Carlos Júnior, usa da palavra o Sr. Alexsandro Broedel Lopes para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Roberto Cavalcanti, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy e Renato Casagrande. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação por 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 263 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Ricardo Machado Ruiz para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, do Ministério da Justiça”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Valdir Raupp, usa da palavra o Sr. Ricardo Machado Ruiz para fazer sua exposição. Após a exposição, encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação por 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 03- Mensagem do Senado Federal nº 269 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando de Magalhães Furlan, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade do Ministério da Justiça”, tendo

como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, Senador Eliseu Resende, usa da palavra o Sr. Fernando de Magalhães Furlan para fazer sua exposição. Após a exposição, usa da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação por 25 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 2ª Parte da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 257 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II - Segunda Fase”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Romero Jucá Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Emendas de Plenário nº 03 e 04, não terminativas, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, respectivamente, apresentadas ao Projeto de Lei do Senado nº 160 de 2007, de autoria do Senador José Agripino, que “dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável à Emenda nº 03-PLEN, nos termos da Subemenda-CE, e pela prejudicialidade da Emenda nº 04-PLEN. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer pela aprovação da Emenda nº 03-PLEN com a Subemenda-CE, e pela prejudicialidade da Emenda nº 04-PLEN. A Matéria é retirada de Pauta para reexame a pedido do Relator. A Comissão aprecia, ainda, as Matérias constantes da Extrapauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal

nº 272 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US\$ 190,000,000.00 (cento e noventa milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao “Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco - PSHPE”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 273 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar, parcialmente, o “Programa Rodoviário do Estado de Santa Catarina - Etapa V”, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Pedro Simon, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 274 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Santos, Estado de São Paulo, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e Infraestrutura Urbana e Habitacional das Zonas Noroeste e dos Morros - Santos Novos Tempos”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão apro-

va o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 68/09-CAE, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Antonio Carlos Júnior, que requer a realização de Audiência Pública a fim de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição da Empresa GVT Holding S/A pelo grupo francês VIVENDI, com a presença da Sra. Maria Helena Santana, Presidenta da Comissão de Valores Mobiliários – CVM; Sr. Ronaldo Mota Sardembeg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Sr. Amos Genish, Presidente da GVT Holding S. A.; Representante legal da Vivendi no Brasil; e Representante do Ministério Público Federal. As doze horas e quarenta minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e nove, a Comissão aprova a suspensão da reunião que é reaberta às quatorze horas e trinta e um minutos do dia dezesseis de dezembro do ano de dois mil e nove. O Presidente comunica que será dada continuidade à reunião com a apreciação das Matérias constantes da 3ª Parte da Pauta, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 283 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 13,950,000.00 (treze milhões novecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Desenvolvimento Sustentável para a Região de Santa Maria”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Marcelo Crivella, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 284 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 40,000,000.00 (quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada a financiar o “Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado - PRO-

FORT-SEF”, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Cícero Lucena, usa da palavra o Senador Wellington Salgado. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 285 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 195,450,000.00 (cento e noventa e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado de Alagoas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto Desenvolvimento Sustentável”, tendo como Relator o Senador Arthur Virgílio, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Arthur Virgílio, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 04-Mensagem do Senado Federal nº 286 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM FASE II)”, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador João Tenório Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-Mensagem do Senado Federal nº 287 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da Amé-

rica), entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Eletrificação Rural do Nordeste de Minas Gerais – Pronoroeste”, tendo como Relator o Senador Efraim Moraes, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Sérgio Zambiasi Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 06-Mensagem do Senado Federal nº 288 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 13,000,000.00 (treze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre a Prefeitura de Maringá, Estado do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá, no âmbito do Programa “PROCIDADES”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Francisco Dornelles, usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 07-Mensagem do Senado Federal nº 289 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 4,000,000.00 (quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Programa Mananciais”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Raimundo Colombo, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante e Arthur Virgílio. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria;

Item 08-Mensagem do Senado Federal nº 292 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura de Manaus, Estado do Amazonas e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Programa de Desenvolvimento e Inclusão Socioambiental de Manaus - PROURBIS”, tendo como Relator o Senador Gim Argello, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gim Argello, usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 09-Mensagem do Senado Federal nº 293 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado da Paraíba e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinada ao financiamento parcial do Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba - Novos Caminhos”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador João Vicente Claudino, usa da palavra o Senador Arthur Virgílio. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 10-Mensagem do Senado Federal nº 294 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 8,100,000.00 (oito milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa Rio Grande 2010 - Uma Visão de Futuro”, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Ro-

berto Cavalcanti, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 11-Mensagem do Senado Federal nº 295 de 2009, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 33,066,000.00 (trinta e três milhões e sessenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a Prefeitura de Fortaleza, no Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Políticas Públicas de Juventude de Fortaleza”, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece Relatório favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, usam da palavra os Senadores Inácio Arruda e Roberto Cavalcanti. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda o Requerimento nº 69/09-CAE, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que requer a realização de Audiência Pública com a presença do Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Exmo. Sr. Miguel Jorge, para discutir sobre comércio exterior. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotíпия Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho as dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordaram queiram permanecer como se encontram. A Ata não está aprovada, pela falta de *quorum*, mas logo mais será submetida a votos.

Comunico aos membros que esta comissão recebeu os seguintes documentos, para seu conhecimento: Aviso 1.843 TCU-Plenário, do presidente do Tribunal de Contas, encaminhando cópia do acórdão proferido

pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo 023.988/2008-5, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº. 48/2008, bem como do relatório e o voto que o fundamentam; Aviso nº. 1.851 TCU - Plenário, do presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela corte, nos autos do Processo nº. Tribunal de Contas 023.990/2008-3, referente à operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal de nº. 28/2008, bem como do relatório da proposta de deliberação que o fundamentam; Ofício nº. 707, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos, com recursos orçamentários da União, consignados ao Programa de Financiamento das Exportações, PROEX, relativo ao terceiro semestre de 2009. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Temos, hoje, na pauta as seguintes sabatinas: a primeira é decorrente da Mensagem do Senado Federal nº. 264/2009, que “*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Alexsandro Broedel Lopes para exercer o cargo de direção da Comissão de Valores Mobiliários, em decorrência do término do mandato do Sr. Eliseu Martins*”. Autoria: Presidente da República. O relator é o Senador Antonio Carlos Júnior.

Item nº. 2 da pauta. “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Machado Ruiz para exercer a cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça*.” O relator é o Senador Valdir Raupp.

E o terceiro é a Mensagem do Senado Federal 269/2009, que “*submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Fernando de Magalhães Furlan para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça*”, cujo relator é o Senador Eliseu Resende.

Eu faço um apelo aos senadores membros desta comissão para que cheguem até o Plenário, porque nós vamos ter, além dessa sabatina, vários financiamentos de natureza internacional, envolvendo vários estados da federação: Pernambuco, Santa Catarina, Rio e Santos.

Por ora... Mas temos a expectativa da chegada de vários outros financiamentos. E eu poderia citar de Minas Gerais, do Distrito Federal... Então, se faz necessária a presença dos senadores.

Esta Comissão faz um apelo ao Senador Eduardo Suplicy, Senador Tião Viana, Senador Marcelo Crivella, Senador Inácio Arruda, Senador Francisco Dornelles, Senador Gerson Camata, Senador Valdir

Raupp, Senador Neuto De Conto, Senador Pedro Simon, Senador Renan Calheiros, Senador Eliseu Resende, Senador Efraim Morais, Senador Raimundo Colombo, Senador Adelmir Santana, Senador Osvaldo Sobrinho, Senador Cícero Lucena, Senador João Tenório, Senador Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, de modo que precisamos, urgentemente, da presença dos Srs. e Sras. Senadoras.

Temos já, na nossa secretaria, para ser submetida à decisão dos senadores desta comissão, os empréstimos de Pernambuco sobre sustentabilidade hídrica, cujo relator é o Senador Romero Jucá; o empréstimo destinado ao governo de Santa Catarina, para a construção de rodovias, cujo relator é o Senador Pedro Simon; e temos como relator do empréstimo para a prefeitura de Santos, em São Paulo, o Senador Inácio Arruda.

Mas, como eu disse antes, vários empréstimos, inclusive, São Paulo; Maringá; o Estado de Minas Gerais, que é o pró-Noroeste; o de Minas Gerais, que é o pró-Fisco; o empréstimo, financiamento para o próprio Ministério da Fazenda; para o Estado de Alagoas, desenvolvimento sustentável; para o município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, desenvolvimento sustentável.

Portanto, é esse o apelo que eu faço aos Srs. Senadores. Consulto nosso Secretário, Geraldo Gonzaga, secretário da comissão, se já temos os indicados para a Comissão de Valores Mobiliários e para o CADE.

Só está o da Comissão de Valores Mobiliários?

Foi apresentado, pela Senadora Kátia Abreu, um requerimento, no qual ele requer que seja realizada Audiência Pública, perante esta Comissão, a fim de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição de empresa GVT Holding S.A. pelo grupo francês Vivendi. Sem prejuízo de expedição de outros convites, a critério dos membros das respectivas comissões, requeiram que sejam convidados: o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Maria Helena Santana, a presidenta, aliás; o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg; o presidente da GVT Holding S.A., Amos Genish; o representante legal da Vivendi no Brasil; e o representante do Ministério Público Federal.

“São preocupantes, segundo a Senadora, as recentes notícias veiculadas pela imprensa oficializada, em que consta que o grupo francês Vivendi, que assumiria o controle do capital votante e o total de GVT, não teria em seu poder, à época de seu anúncio, como fato relevante, as ações necessárias correspondentes.

O mercado de valores mobiliários no Brasil se baseia na transparência e pleno acesso a todas as

partes envolvidas, inclusive, especialmente, acionistas minoritários, às informações relevantes que cercam a operação de transferência de controle majoritário.

A fim de garantir o pleno direito de acesso às informações de todos os acionistas envolvidos na transação e de toda a sociedade é que solicito essa oportunidade para as partes interessadas poderem prestar os esclarecimentos que se mostram necessários. Assinado Kátia Abreu.” Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMA-BA): Sr. Presidente, esse requerimento justifica-se para que nós tenhamos transparência nas informações referentes à transação da GVT Holding, adquirida pelo grupo francês Vivendi. Então, o que nós queremos são as informações que nos deem a condição de que a operação foi realizada com toda lisura ou não. Nós queremos ter essa certeza. Então, esse é o objetivo do requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, convido para que tome assento à Mesa dos nossos trabalhos o Sr. Alexsandro Broedel Lopes, indicado para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Convido, também, o Sr. Ricardo Machado Ruiz, indicado para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE. E convido o Sr. Fernando de Magalhães Furlan, indicado para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE do Ministério da Justiça.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, é só um questão. O senador estava falando sobre o requerimento, ainda, Antonio Carlos Júnior, e eu não sei se foi colocado em votação ou se foi em discussão aquele requerimento a respeito da presença dos representantes da empresa que... Eu não sei se houve um hiato aí na sequência da nossa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço desculpas ao Senador Antonio Carlos Júnior. Parece que eu atropelei.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Exatamente, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A justificação de V. Exa. V. Exa., portanto, tem palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMA-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esse requerimento que eu assino em conjunto com a Senadora Kátia Abreu visa a tornar transparente essa

transação que levou à compra do controle acionário da GVT pela Vivendi.

Então, o interesse é de que se esclareçam todos os pontos dessa transação pelas autoridades competentes, CVM, ANATEL e Ministério Público, e as partes, para que fique claro como foi feita a transação, já que a empresa levanta algumas dúvidas em relação à transação. Então, vamos esclarecer. Esse é o objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e comunico que o requerimento ficará aqui na Mesa, para, logo que tenhamos o *quorum* necessário, ele seja imediatamente votado. Está aqui na Mesa, V. Exa., inclusive, poderá solicitar a votação.

Os indicados já se encontram aqui conosco, na mesa dos trabalhos. Agradeço a presença de todos e concedo a palavra ao relator, o Senador Antonio Carlos Júnior, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado Alexsandro Broedel Lopes.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é submetida à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, a indicação do Sr. Alexsandro Broedel Lopes para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários, CVM.

“A indicação decorre do término do mandato do Sr. Eliseu Martins, em 31 dezembro de 2009. E, de acordo com o § 1º do art. 6º da referida lei, o mandato dos dirigentes da comissão será de cinco anos, vedada a recondução do evento, se renovado, a cada ano, um quinto dos membros do colegiado.

Os referidos dispositivos conferem e demarcam o exercício de competência privativa do Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos diretores e do presidente da Comissão de Valores Mobiliários, dentre pessoas de libada reputação e reconhecida competência, em matéria de mercados de capitais.

Trata-se de indicação presidencial feita por meio da Mensagem nº. 264/2009, acompanhada do curriculum vitae do indicado. O curriculum vitae evidencia que o Sr. Alexsandro Broedel Lopes possui formação acadêmica e experiência profissional compatível com a cargo e, melhor, o curriculum do Sr. Alexsandro Broedel Lopes recomenda sua aprovação, em função da, digamos, vasta atividade acadêmica e profissional.

Ele é bacharel, doutor e livre docente em contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, a FEA da USP, onde, atualmente, é professor titular. Exerce, também, como professor convidado, a função de ma-

gistério na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, ou seja, a Faculdade de Direito da USP. Possui, ainda, o título de PHD em Accounting & Finance, pela Manchester Business School, e a graduação em direito pela Universidade de São Paulo.

Relativamente à sua experiência profissional, além da já mencionada atividade acadêmica, cumpre ressaltar a relevante função que exerce como pesquisador do CNPq, sendo, ainda, parecerista e consultor em matéria contábil, financeira e tributária.

Foi pesquisador da FIPECAFI, Fundação do Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, sendo hoje membro do seu conselho curador. Essa fundação, fundada em 1970, pelos professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, a FEA-USP, como sabemos, não só contribuiu de forma substantiva para a evolução na forma de se fazer contabilidade no Brasil, como também tem suas atividades ligadas a importantes setores econômicos, cabendo destacar seus projetos executados para a CVM e para o Banco Central.

Deles resultaram manuais que regem a contabilidade do setor e de sociedade por ações e instituições financeiras e fundos de investimento, entre outros. O curriculum vitae do Sr. Alexsandro Broedel Lopes nos informa, ainda, as seguintes funções por ele desempenhadas: professor do Departamento de Contabilidade e Finanças e Controle da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas; Teaching Assistant da London School of Economics; doctoral fellow and research associate no Financial Market Group da LSI(F); as informações sobre as funções e os cargos exercidos evidenciados em seu currículo, que se encontram à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o alto nível de qualificação profissional e formação acadêmica sólida do indicado, que estão de acordo com os requisitos necessários para ocupação do cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários”.

Portanto, as informações estão à disposição, e eu recomendo a aprovação do candidato.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e concedo a palavra ao Sr. Alexsandro Broedel Lopes, indicado para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários. V. Sa. tem a palavra.

SR. ALEXSANDRO BROEDEL LOPES: Bom-dia. Eu gostaria de agradecer a oportunidade e cumprimentar V. Exa., Senador Garibaldi Alves, em nome do qual eu cumprimento os demais membros desta Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A indicação para o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários e a oportunidade de me apresentar para esta comissão se revestem para mim de dois aspectos essenciais: um aspecto de natureza profissional e um aspecto de natureza pessoal.

Do ponto de vista profissional, minha relação com o mercado financeiro e mercado de capitais, ela já data de algum período, eu tenho, desde minha graduação, me envolvido com pesquisas na área do ministério financeiro e na área de mercado de capitais; meu doutorado, em 2001, trata da relação entre a contabilidade e o mercado de capitais, da mesma forma que minha livre docência, realizada em 2005.

Eu tive, ainda, a oportunidade de, como mencionado, ser pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, também na área de mercado de capitais, e obter meu doutoramento na Manchester Business School, também estudando o mercado financeiro e mercados de capitais.

Este ano eu tive a honra de ser agraciado com o título de professor titular da Faculdade de Economia da USP, onde leciono disciplinas relacionadas ao mercado financeiro e ao mercado de capitais. Portanto, toda a minha carreira acadêmica tem sido ligada a assuntos ligados à área contábil e à área de mercado de capitais. E tenho atuado com afinco também na área profissional, sendo consultor de várias companhias e respondendo e elaborando pareceres técnicos, em assuntos ligados à área contábil, à área de mercado de capitais.

Então, para mim, é um honra muito grande, é um ponto alto da minha carreira. Eu me sinto extremamente honrado com este convite, convite que está intimamente associado à função intimamente associada com minha formação acadêmica, com minha formação profissional.

Do ponto de vista pessoal, esse convite também me atinge num momento importante de maturidade, maturidade, aqui, no qual eu traduzo como humildade, no sentido de estar preparado para ouvir, preparado para apreender, diferentemente do mundo acadêmico, mais preparado para apreender do que ensinar, nessa função, a qual eu vou desempenhar, entender as diversidades, e o mercado de capitais é do Brasil, o mercado de capitais é bastante amplo, bastante diverso [soa a campanha], num país complexo.

E eu gostaria, então, de agradecer bastante o convite, cumprimentar novamente V. Exas. e agradecer o convite que me foi elaborado, que eu irei cumprir com retidão e com afinco.

Muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Bom, eu já fiz as recomendações necessárias, em relação ao sabatinado, ao candidato, e vou começar aí a fazer a sabatina, vou fazer algumas perguntas relativas ao mercado de capitais, inclusive, num setor extremamente delicado e que talvez tenha sido o setor que tenha dado mais problema nessa crise, que é o setor de derivativos.

O setor de derivativos não ainda... Outra coisa, não foi nem a questão de falta de regulamentação, é questão de derivativo de balcão, não são padronizados e, portanto, eles podem ser feitos com contratos particulares, e isso é o que foi a grande fragilidade do nosso sistema financeiro, mercado de capital, foi exatamente nessa parte, onde algumas grandes empresas se envolveram em operações com derivativo de balcão, portanto, não regulamentados, e tiveram problemas.

Então, já que teria que ter abordado um tema para puxar a sabatina, eu gostaria de ouvir do Sr. Alessandro exatamente sua impressão sobre o mercado derivativo, principalmente os derivativos de balcão, e o que poderia ter feito para que nós tivemos uma segurança maior, porque é claro que as empresas precisam dessas operações, principalmente para fazer *hedge*, para proteger-se de riscos inerentes à sua operação, porém é preciso que, claro, haja algum tipo de regulamentação, mesmo nesse mercado mais livre de derivativos de balcão, é preciso que haja regulamentação, para que as empresas se sintam mais à vontade para operar, inclusive, elas ficarem mais atenta à fronteira que existe entre os *hedge* e a especulação.

Nós temos uma fronteira tênue, às vezes, as pessoas começam fazendo *hedge*, e acabam na especulação. Então, talvez a CVM possa entrar um pouco nessa área e fazendo não uma regulamentação rígida, porque as operações são customizadas, são feitas para cada caso, mas é preciso que haja uma regulamentação que possibilite evitar ou prever alguns dos problemas que nós tivemos aí com empresas exportadoras, que acabaram tendo prejuízos enormes.

Então, o que eu gostaria é de ouvir um pouco do pensamento do Dr. Alessandro, das ideias dele em relação a essa área.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Dr. Alessandro.

SR. ALEXSANDRO BROEDEL LOPES: Primeiro, eu gostaria de agradecer a V. Exa. pela pergunta. V. Exa. deu uma aula sobre derivativos. Realmente, os derivativos apresentam essas características que

o senhor mencionou. O grande ponto positivo dos derivativos está exatamente nessa flexibilidade de eles poderem atender às demandas específicas das companhias. E os derivativos, especialmente do mercado de balcão, eles têm essa finalidade, ou seja, eles são adaptados às demandas específicas da companhia, mas, à medida que eles são adaptados, eles também apresentam um desafio maior para o aspecto de regulamentação.

Esse não é um problema no Brasil, esse é um problema no mundo inteiro, porque existe a preocupação de o excesso de regulamentação possa mitigar a existência do mercado. Então, esse conflito, ele existe, é um conflito perene, também, ou seja, ele tem se manifestado aí já há alguns anos.

Uma iniciativa recente tomada pela Comissão de Valores Mobiliários, no ano de 2008, que, na minha opinião, é uma iniciativa interessante, foi no sentido de exigir a evidenciação dos riscos relacionados a operações com derivativos, independente de forma que eles sejam realizados.

Quer dizer, hoje em dia, todas as companhias têm que apresentar um quadro de análise de sensibilidade, que ele é chamado, e diz o seguinte, basicamente, diz quanto à empresa poderia perder em cenários de movimentos adversos do mercado.

Então, esse quadro, ele permite que, independentemente de como o derivativo tenha sido contratado, como ele tenha sido negociado, os usuários externos, o mercado, de uma forma geral, os reguladores possam ter essas à informação que a companhia, as perdas patrimoniais em que a companhia pode incorrer.

Então, como a gente está falando de medida derivativa de mercado de balcão, que, muitas vezes, estão em outros países, temos problemas de jurisdição, eu acho o que caminho é o caminho da informação, ou seja, o mercado, cada dia que passa, tenha mais informação a respeito do que as companhias estejam fazendo. Eu imagino que esse deva ser o caminho na direção seguinte.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu concordo com V. Sa. Eu acho que é impossível regular, mas é possível controlar com informações sendo prestadas de forma clara e que o órgão regulador possa dispor disso permanentemente, para evitar, pelo menos, problemas maiores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua o debate. Pergunto aos senadores... Tem a lista de inscrições. Então, vamos... O Senador Roberto Cavalcanti é o próximo orador.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu me inscrevi como o primeiro, agora, não sei se sou o próximo, o que vai depender da decisão de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. não é o próximo, é o primeiro.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem .

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Queria apenas indagar a V. Exa. quando será iniciado o processo de votação, uma vez que nós já conhecemos os currículos aqui colocados.

Ocorre que nós temos mais duas comissões funcionando, com votações importantes, e nós ficamos, aqui, querendo atendê-lo, mas, ao mesmo tempo, com compromisso nessas outras comissões. V. Exa., com seu espírito democrático e, acima de tudo, sua compreensão reconhecida, facilitaria muito se abrisse esse processo de votação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço desculpa ao Senador Roberto Cavalcanti, mas, atendendo ao que recomenda o Senador Heráclito Fortes, nós vamos iniciar a votação, mas nós queríamos saber o seguinte: a votação a ser iniciada seria a do Sr. Alessandro Broedel Lopes ou, então, se já faríamos a votação...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quem sabe são os senadores, que são os responsáveis pelos seus votos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós estamos aqui com os currículos, conhecemos, e alguma restrição que possa haver ou já teria se manifestado, é o que faz o povo na igreja ao padre, ao perguntar se alguém tem algo contra, que se manifeste agora ou se cale pelo menos no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que, se alguém pudesse fazer alguma restrição, aqui, era V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, pela ordem. Eu concordo com o Senador Heráclito Fortes, currículos já são suficientes para que nós possamos ter um julgamento em relação à condição dos candidatos, portanto, eu também defendo a tese da votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Algum correção, Senador Antonio Carlos Júnior, que tivesse que ser feita já teria sido manifestada. Eu acho que V. Exa., democraticamente, facilitaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu quero apenas esclarecer que uma chapa, um cédula, desculpe, numa cédula vão constar os três nomes, já. Em apenas uma cédula ou preferem duas cédulas? Porque os dois indicados à minha direita são do CADE e à minha esquerda são da CVM, sem nenhuma insinuação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A que estiver pronta. Não tem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Todas as alternativas estão prontas. Das duas versões. V. Exas. preferem essa ou preferem a outra?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nós daríamos ao gosto do presidente, que é um homem que sabe discernir essas dúvidas com muita precisão e competência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado. Então, vamos adotar a cédula única, mesmo. Vamos rubricar e colocar à disposição. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente. Passar uma ressalva de que o processo de votação, sem dúvida, nós não vamos ter *quorum* para votar o requerimento do senador...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já temos, agora, temos.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Então, era bom... Eu sugiro que dê um intervalo, eu cedo meu espaço, nesse minuto, eu falaria em seguida, o senhor põe em votação o requerimento do Senador Antonio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. E vou ler de novo a emenda, porque chegaram alguns senadores, depois do primeiro anúncio.

Então, é o seguinte: *“Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seu inciso II, seja realizada Audiência Pública, perante esta Comissão, a fim de que sejam esclarecidos os termos, circunstâncias e condições sobre a operação de aquisição da empresa GVT Holding S.A., pelo grupo francês Vivendi”*.

Cumprimento o Senador Adelmir Santana. Cédula. Peço à Secretaria Geral que traga as cédulas. Ah, estão aqui.

“Sem prejuízo...” Continuo lendo o requerimento da Senadora Kátia Abreu e do Senador Antonio Carlos Júnior.

“Sem prejuízo de expedição de outros convites, convido a presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Presidenta Maria Helena Santana; o presidente

da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg; o presidente da Holding S.A., Amos Genish; representante legal da Vivendi no Brasil; representante do Ministério Público Federal.”

Em votação o requerimento. As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Será marcada a data posteriormente.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente. Peço só, agora, em função das prorrogações, um pouco de paciência, para eu tentar formular nossos questionamentos.

Senhores que estão à Mesa, que serão sabatinados, especificamente, minhas saudações ao Alexsandro Lopes. Eu não sei a pronúncia, qual é a pronúncia correta do nome, se é Broedel. E V. Exa. é um privilegiado aplicado. É privilegiado, porque nasceu em uma das cidades mais bonitas do País, Vitória, do Espírito Santo. Encantadora! Eu tive a oportunidade de, recentemente, lá estar, Vitória e toda aquela região, Vila Velha, é uma coisa surpreendente na sua beleza e na sua pujança.

Mas, Dr. Alexsandro, me permita tratá-lo dessa forma, tem um currículo que é invejável, não só da sua formação acadêmica, bacharel, doutor, livres docente, PHD, formado em economia, formado em direito, eu diria que, como currículo, é, realmente, uma preciosidade, e eu, como empresário, passei a vida toda analisando currículo de gestores e de profissionais e, realmente, me envaideço com o currículo de V. Exa., prestando serviço ao país, nessa nova função.

Essa experiência lhe enriquecerá ainda mais, mas tenho certeza de que a bagagem cultural e a formação profissional de V. Exa., fluente em inglês, fluente em espanhol, realmente, é um currículo atípico em nível brasileiro. Gostaríamos de que, se o Brasil tivesse sua população com um currículo como esse, nós seríamos não era... Queríamos ser a quarta ou quinta potência do mundo, não, nós seríamos a primeira.

Eu vou farei um questionamento sobre a CVM, mas, antes, gostaria de trazer um questionamento de ordem pessoal, só para sentir um pouco do espírito do homem, Dr. Alexandre (sic).

Nivaldo Lopes da Costa, seu pai, Gabriel [ininteligível] Broedel, seu filho. Por que seu filho não tem nada, não deixou nenhum rastro do querido Nivaldo Lopes da Costa?

Veja, o nome de seu pai é Nivaldo Lopes da Costa, V. Sa. chama-se Alexsandro Broedel Lopes; seu filho é Gabriel [ininteligível] Broedel. Você abandonou o Lopes da Costa [risos]... Estou defendendo a família Lopes aqui.

Essa, entenda, é mais como uma provocação, a nível pessoal, mas não tenho nenhum direito de me meter no registro do filho dos outros. Mas, na verdade, minha pergunta específica, ela visa ao seguinte: gostaria de passar à mão de V. Sa. uma cópia da minha pergunta, porque, posteriormente, com calma, V. Sa. poderá ler. Mas é o seguinte, vamos citar um caso em nível só exemplar: as empresas beneficiárias com recursos do FINOR, Fundo de Investimentos do Nordeste, têm, obrigatoriamente, suas ações negociadas em bolsa de valores. Não importa que ela tenha dez ações ou 100 milhões de ações, o registro da CVM é obrigatório. Instrução CVM 265, de 18/07/97.

Sr. Presidente, eu peço... Sr. Presidente, Senador Garibaldi, dá um apertadazinha aí, porque o povo... [soa a campainha] Pelo registro na CVM...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não é permitido o trabalho de boca de urna. Esse barulho só pode ser provocado pelo trabalho de boca de urna.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pelo registro da CVM, a empresa, a preço de hoje, pagará pelo menos quadrimestralmente R\$ 1.657,40 ou, anualmente, R\$ 6.629,50. Isso é uma taxa, aquela taxa de fiscalização.

Isso causa imensas distorções no custo de manutenção dessas ações em bolsa, como, na prática, ocorreu, por exemplo... Vou dar um exemplo, a seguir, só simulado. Uma empresa da Paraíba tinha 199.080 ações do FINOR registradas na bolsa, há 20 anos, desde 10/08/89. Pela administração desses lotes de ações, a CVM cobra, hoje, anualmente, R\$ 6.629,50. Em 20 anos, portanto, a empresa pagou à CVM, a preço de hoje, R\$ 132.590,00 de taxa de fiscalização da CVM.

Dessa empresa, foram compradas em leilão 135 mil ações, pagando-se pela compra R\$ 42.362,85, restando, portanto, somente na bolsa 64.080 ações. A preço médio das compras anteriores, o saldo de ações restante valeria, portanto, R\$ 20.108,23. Este valor, acrescido do valor já despendido para aquisições já feitas, soma, portanto, R\$ 62.471,08.

Conclusão: se a empresa pagou a CVM de taxa de administração R\$ 132.590,00, e as ações em bolsa foram vendidas por apenas R\$ 62.471,08, isso quer dizer que a empresa já pagou exatamente 2,12 vezes o valor do bem administrado, só de taxa de fiscalização na CVM. Considerando que a administração de fato de ações do FINOR é integralmente exercida pelo Banco do Nordeste, como gestor do fundo, podemos afirmar que a CVM cobra uma taxa para emprestar seu nome ao FINOR e, em casos como o citado, chega ao absurdo.

Tudo isso está explanado na cópia que V. Exa. tem.

Do registro e do cancelamento, também gostaria de fazer uma observação. Para se fazer um registro na CVM, você tem o art. 2º, com quatro parágrafos, e é extremamente prático. Para uma empresa sair da CVM, se pedir o desligamento, conforme está aqui contido na Instrução 265, de 18 de julho de 97, a empresa tem que cumprir 11 artigos, só de exigências. Então, do 20º ao 31º, existem 11 passos por que as empresas têm que passar, para se desligarem da CVM. Chega à raia do impossível! É uma sequência de operações exigidas por essa regulamentação, por essa instrução que chega à raia do absurdo.

Então, eu pergunto a V. Sa., V. Sa., como o novo gestor que assumirá, no início de 2010, que pensamento tem a respeito desta... de não existir, na CVM, nas instruções da CVM, regras que visem beneficiar as empresas que são abrigadas pelos incentivos fiscais do FINOR, para que as mesmas não tenham o dano que hoje estão tendo.

Era essa minha pergunta formal e desculpe a primeira pergunta, que vem de caráter só pessoal, para estimulá-lo a subir o sangue na cabeça e me responder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao indicado, Sr. Alexsandro Broedel Lopes, para que responda a pergunta do Senador Roberto Cavalcanti. As perguntas.

SR. ALEXSANDRO BROEDEL LOPES: Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a pergunta do Senador Cavalcanti. V. Exa. traz um ponto que é um ponto importante e sensível em toda a discussão sobre o mercado de capitais, que o mercado de capitais, ele é uma fonte essencial de financiamento para as empresas, ou seja, ele é um instrumento democratizante, mas, ao mesmo tempo, ele envolve custos dos mais variados tipos de acesso, ou seja, as empresas, elas, para buscar atingir o mercado de capitais nas suas mais variadas formas, seja na emissão de ações ou seja na emissão de títulos ou mesmo participação de fundos, elas possuem custos vários.

Alguns custos, como o senhor apresentou muito bem, são custos de registro, cobrados pela própria autarquia, e outros custos, que são custos de fornecimento de informação, que também são caros, são importantes.

Eu, realmente, não posso falar sobre o caso específico, eu não estive ligado diretamente à CVM, mas posso só ressaltar algumas iniciativas recentes. Recentemente, a CVM emitiu a Instrução 480, em que

ela fez uma divisão das companhias brasileiras em dois grupos: companhias A e companhias B.

Nas companhias A estão as companhias que são efetivamente emissoras de ações, que captam recursos junto ao setor público; e companhias B, as emissoras de debêntures e outros títulos. E exigiu regulamentações e exigências diferentes dessas duas companhias, desses dois tipos de companhias, justamente buscando facilitar o acesso da companhia que não vai buscar o recurso.

O que eu poderia só dizer para o senhor é que talvez o que devesse se pensar no Brasil seriam outros níveis de companhias de acesso, não somente... E falando, aqui, obviamente sem... Falando em tese, não posso me referir a nenhum caso específico, porque não estou na comissão, talvez o que a gente devesse pensar para... Porque o Brasil também é um país muito diverso, em termos de... e suas empresas também são muito diversas.

Diversidade econômica, no Brasil, não ocorre somente no âmbito da pessoa física, mas também no âmbito da pessoa jurídica. Então, talvez o que pudesse pensar seriam níveis diferentes de empresas, além do nível A e do nível B, outros níveis que pudessem ter tratamentos diferenciados.

É claro que tudo isso, se não houver uma regulamentação específica, que foge, talvez, ao escopo da CVM. Então, somente isso que eu poderia dizer para o senhor. Eu entendo perfeitamente. Eu acho sensível e acho extremamente razoável e vai de acordo com o que se discute no mundo todo sobre mercado de capitais, ou seja, facilitar o acesso ao mercado de capitais e, ao mesmo tempo, dar segurança ao mercado de capitais; as duas coisas são coisas que caminham em...

Se o senhor me permite a resposta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu agradeço a resposta e faria, com o maior respeito a V. Exa., V. Sa. e à CVM, eu faria duas sugestões: uma seria a simplificação das instruções referentes à saída, à retirada e, eventualmente, a criação de um terceiro núcleo, que seria agrupamento C, existe hoje o A, o B e o C, seria o agrupamento C, para as empresas incentivadas regionalmente, quer seja incentivos fiscais de Norte, Nordeste, Centro-Oeste, qualquer outra região, que essas empresas, pelas suas características das suas ações, fossem, dentro da CVM, agrupadas e tratadas de forma diferencial.

Era essa a sugestão que eu daria a V. Sa., por ocasião do início da gestão na CVM. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto se algum senador tem alguma pergunta. O Senador Aloizio Mercadante

te pede a palavra. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, como eu cheguei atrasado, eu acho que eu perco a condição da arguição, mas eu queria, basicamente, registrar o apoio à indicação. Eu acho que o Dr. Alessandro tem um currículo exemplar, além de tudo, está onde eu fiz minha graduação, na USP, como professor titular. Eu tenho certeza de que tem o perfil, a competência, o preparo técnico exigido por uma bolsa que, hoje, tem um prestígio fantástico e tem modernizado suas práticas, seus procedimentos, tem um reconhecimento internacional.

E é muito importante que haja uma atuação permanente da CVM, para preservar a credibilidade, evitar, se possível, alguns mecanismos e procedimentos que levaram a essas crises financeiras, que nós aprendemos um pouco com o que tenho acontecido com o mundo, e tenho certeza de que a competência profissional dele trará bastante tranquilidade no exercício dessa relevante função, que é o mandato junto à CVM.

Então, parabéns pelo histórico e ao governo, pela indicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero também cumprimentar o Dr. Alessandro Broedel Lopes, cujo currículo o credencia para a função de estar sendo membro da Comissão de Valores Mobiliários. E agradeceria, se puder responder uma questão relativa à recente crise que abalou os mercados dos países desenvolvidos, com forte repercussão sobre todo o mundo, inclusive o Brasil.

Nós tivemos, sobretudo a partir de 2007, uma série de fatos que abalaram o mercado imobiliário dos Estados Unidos; o marco inicial foi a falência da New Century Financial Corporation, instituição dedicada ao crédito imobiliário, em 02 de abril de 2007. Espalhou-se para as demais nações, nos meses seguintes. Um dos fatores desse processo foi a ausência dos mecanismos regulatórios, nos países desenvolvidos, à altura do desenvolvimento financeiro internacional.

Recentemente, o Presidente Barack Obama encaminhou para o Congresso norte-americano um conjunto de medidas disciplinatórias do mercado financeiro, já apreciadas e votadas na Câmara dos Deputados, e, ainda hoje, a imprensa diz que poderá haver modificações, no âmbito do Senado, para essas medidas.

Mas eu agradeço, se o senhor puder, Dr. Alessandro Broedel Lopes, nos dizer que lições essas crises oferece para as autoridades econômicas responsáveis pela regulação no mercado financeiro nacional

brasileiro, se pode nos dizer uma palavra a respeito da sua própria avaliação dessas medidas novas, regulatórias, propostas pelo Presidente Barack Obama, que, obviamente, terão repercussão sobre o mercado financeiro internacional e, inclusive, para o Brasil, e quais os passos que as autoridades brasileiras e, em especial, a CVM podem adotar para aperfeiçoar e aprimorar ainda mais suas funções regulatórias do mercado mobiliário e de capitais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Dr. Alessandro Lopes.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Conseguiu ouvir até o final?

SR. ALEXSANDRO BROEDEL LOPES: Consegui. Em primeiro lugar, agradecer a V. Exa., Senador Eduardo Suplicy pela pergunta.

A crise recente, ela trouxe para nós algumas novidades. Nós sempre fomos costumados a olhar, aqui do Brasil, para os países mais desenvolvidos, e, principalmente no aspecto financeiro, olhar para esses países, buscando inovação e buscando tecnologia, no sentido de que nós, no Brasil, estívéssemos atrasados em relação aos países mais desenvolvidos.

A crise de 2008 mostrou que, no aspecto de regulação, especialmente regulação prudencial, a situação, na realidade, é contrária, nós temos um arcabouço, no Brasil, de regulação funcional, centralizada, dividida de acordo com a função das instituições, que muito nos ajudou no momento da crise.

Então, uma parcela significativa das propostas que estão sendo feitas dos Estados Unidos pelo Presidente Barack Obama são propostas que encontram eco simétrico no Brasil, naquilo que nós já fazemos.

Vou dar um exemplo para o senhor, a necessidade de registro das operações feitas com derivativos. Quer dizer, hoje, todas as operações com derivativos feitas pelas instituições financeiras são registradas. Então, isso facilita bastante o controle das autoridades em relação a isso.

O problema que nós, muitas vezes, encontramos é ao contrário, quando as instituições brasileiras vão fazer operações lá fora, porque as operações lá fora não possuem o mesmo nível de registro que elas têm no Brasil.

Então, um aspecto que eu acho fundamental dessa crise recente, que nossa regulação, que era considerada uma regulação muito severa, por alguns mais liberais, se mostrou, essa visão se mostrou equivocada. Nosso modelo regulatório mais restrito, mais rígido se mostrou um modelo mais adequado, principalmente num momento de crise, como se mostrou.

Então, muito do que nós estamos discutindo, que se refere muito a registro de operações, a controle, no caso das instituições financeiras, por um único, que é o caso do Banco Central, que, nos Estados Unidos, você tem uma... Um professor americano, conversando com ele sobre regulação do sistema financeiro americano, ele respondeu para mim: "Não tente entender. Eu estudo isso há 30 anos, e ainda não estendi". Eu perguntando a ele sobre como funcionava a regulação nos Estados Unidos, ele disse: "É um labirinto, não tente entender, eu não consigo entender até hoje".

Nós, por outro lado, temos uma regulação um pouco mais simplificada. Então, eu acho que a primeira lição que nós temos, no âmbito regulatório, da crise recente foi: parte significativa das medidas que foram tomadas nos últimos anos foram medidas adequadas, ou seja, de certo nível maior de controle.

Eu imagino que, na segunda parte da pergunta do senhor, se eu não estou muito equivocado, no que tange ao futuro. Acho que uma coisa que ficou bastante clara desse evento recente é que aquela ideia de que o mercado se autorregula, no aspecto amplo, claramente não é verdadeira, porque os problemas, os incentivos são diversos.

Então, muitas pessoas imaginavam que eu posso deixar qualquer instituição financeira se autorregular, porque, enfim, os prejuízos vão ser maiores para aquela instituição financeira. E nós verificamos que isso não é verdade, nem para as empresas como para as instituições, ou seja, nosso modelo de regulação prudencial é um pouco mais adequado.

O que eu imagino que deve evoluir nossa regulamentação nos próximos anos [soa a campainha] é para trazer essas operações que são realizadas fora de bolsa, operações realizadas no balcão e muito no âmbito internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, por favor.

SR. ALEXSANDRO BROEDEL LOPES: Hoje, um dos grandes desafio que nós temos é trazer as operações realizadas no âmbito internacional para dentro da nossa regulação.

Então, eu imagino que a primeira lição foi positiva, ou seja, nosso caminho regulatório, ele estava, em essência, no meu ponto de vista, adequado, que era a regulação prudencial, regulação prudencial bastante rígida. E, no momento seguinte, trazer essas operações, principalmente as que são feitas no mercado internacional, para mais próximo dos nossos reguladores.

Respondendo bastante em tese, obviamente, sem conhecimento de nenhum caso específico colocado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu pergunto ao Senador Renato Casagrande se pode ceder a palavra ao Senador Eliseu Resende.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Lógico, lógico.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Depois, V. Exa. será o orador. V. Exa. não vai falar agora como relator. Ou já quer falar como relator?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Já falo como relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu peço a V. Exa. para ouvimos o Senador Renato Casagrande, que é o último orador inscrito para interpelar o Dr. Alexsandro, e, em seguida, V. Exa. fará a leitura do seu brilhante relatório.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): V. Exa. coloca a discussão em ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, presidente. Eu somente quero cumprimentar o Alexsandro, pelo conhecimento que eu tenho da sua vida profissional, do seu envolvimento como professor, como servidor público e tenho certeza de que, na CVM, vai fazer um belo trabalho, como tem feito já em outras oportunidades que tem tido.

A CVM... Eu também quero cumprimentar o Ricardo e o Fernando, que são os indicados do CADE, CVM e CADE, dois órgãos extremamente importantes de controle, de regulamentação, de defesa do cidadão. Então, meu apoio e que o Senado possa acompanhar o trabalho que vocês vão desenvolver à frente de cada função dessa. Apenas meu abraço e minha manifestação de apoio a todos vocês. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se nenhum orador, nenhum parlamentar deseja mais indagar ao Sr. Alexsandro Broedel Lopes, passamos, agora, ao processo de apreciação do nome do Sr. Fernando de Magalhães Furlan, que é indicado para o CADE.

O Sr. Fernando de Magalhães Furlan foi indicado pelo CADE, para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A mensagem é de autoria do Sr. Presidente da República, e a relatoria, nesta Comissão, é de autoria do Senador Eliseu Resende, a quem concedo a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Conforme declarou V. Exa., Sr. Presidente, o Sr. Presidente da República, por meio de mensagem, submete à análise

do Senado Federal a indicação do Sr. Fernando de Magalhães Furlan, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, com mandato de dois anos.

“O indicado tem uma rica folha de serviços prestados ao Brasil. Entre os cargos públicos ocupados, cabe ressaltar que o Sr. Fernando Furlan já foi conselheiro do CADE ou é conselheiro do CADE desde 2008; foi diretor do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, desde 2005; chefe de gabinete do ministro de estado do desenvolvimento, indústria e comércio exterior, no período de 2003 a 2005; ministro de estado interino do desenvolvimento, indústria e comércio e exterior, em outubro de 2004; procurador geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, de 2001 a 2003; assessor do gabinete da presidência do Supremo Tribunal Federal, em 1995; assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal, de 1994 a 1995; assessor internacional da Presidência da Câmara dos Deputados, de 91 a 93.

Cabe informar que, além dos cargos públicos mencionados, o Dr. Fernando Furlan participou de diversas comissões relevantes e de delegações oficiais brasileiras em organismo multilaterais, tais como a Organização Mundial do Comércio, o Fórum Econômico Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento e, ainda, o Banco Internacional de Desenvolvimento.

No magistério, foi professor da Faculdade de Direito do Centro Universitário de Brasília, no período de 1995 a 1998; professor do Curso de Especialização em Direito Econômico do Instituto Brasiliense de Direito Público; pesquisador, colaborador do Centro Brasileiro de Relações Internacionais; professor de pós-graduação da universidade, em 2008; e, atualmente, é professor dos cursos de graduação e pós-graduação da mesma universidade.

O Dr. Fernando Furlan é autor dos livros Integração & Soberania? O Brasil e o MERCOSUL, publicado pela Editora Aduaneiras, em 2004; autor do livro Questões Polêmicas em Direito Antitruste, publicado pela LEX Editora, em 2005; autor de Brasil, China, Comércio, Direito e Economia, publicado pela LEX Editora, em 2005; e autor de Supranacionalidade das Associações de Estados, pela Editor Juruá, em 2008. Além desses livros, o Dr. Furlan publicou vários outros artigos técnicos de sua autoria. É de destacar também que o nomeado é fluente nos idiomas francês, italiano, espanhol e inglês.

O exame do seu curriculum vitae denota, portanto, que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o qualificam ao pleno desempenho das atividades inerentes ao cargo para o qual foi escolhido pelo Exmo. Sr. Presidente da República.

Apontados, dentre outros, esses dados biográficos do Dr. Fernando de Magalhães Furlan, submetemos sua escolha, constante da referida mensagem presidencial, à apreciação e julgamento desta douta Comissão, em cumprimento às exigências constitucionais”.

Este é meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Eliseu Resende e passo a palavra ao Sr. Fernando de Magalhães Furlan para que faça sua exposição.

SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN: Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, é novamente uma honra estar aqui perante V. Exas., para me colocar à disposição para responder indagações e tentar esclarecer algum ponto.

Eu gostaria de agradecer não só ao presidente da CAE, aos membros, senadores membros da CAE, ao seu corpo técnico, pelo apoio que prestaram e também gostaria de agradecer e manifestar meu agradecimento pela presença, aqui, dos meus colegas do CADE, os conselheiros, procuradores, advogados e consultores que atuam perante o CADE. Muito me honra a presença de vocês aqui hoje.

Eu abro mão, então, de qualquer maior explanação e me coloco já à disposição de V. Exas. para qualquer indagação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, para as indagações ao sabatinado, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB): Sr. Presidente, por economia processual, talvez fosse melhor a gente ouvir o Dr. Ricardo Ruiz, e aí as perguntas seriam feitas para os dois, porque minha pergunta seria feita para os dois, ou seja, é um comentário dos dois. Então, talvez a gente pudesse ganhar tempo, ouvindo o Dr. Ruiz, quer dizer, fazendo o relatório dele, e, depois, nós faríamos as perguntas aos dois, já que são da mesma área.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hoje é o dia que nós estamos fazendo as coisas, aqui, de forma global. De uma só vez, estamos apreciando os três, e, agora, os dois do CADE, por sugestão do Senador Antonio Carlos Júnior. Portanto, vamos passar a palavra ao Senador Valdir Raupp, que vai se pronunciar a respeito da indicação do Sr. Presidente da República, que indicou o nome do Sr. Ricardo Machado Ruiz para exercer o cargo de

conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça.

Concedo a palavra ao relator, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. e Srs. Senadores, senhores sabatinados, indicados para os cargos.

“Por intermédio da Mensagem nº. 263/2009, Mensagem nº. 984, de 07 de dezembro de 2009, na origem, e em conformidade com os arts. 52, inciso III, alínea ‘f’ da Constituição, e 4º, § 1º, da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, a ministra de estado, chefe da Casa Civil da Presidência da República, submete à consideração do Senado Federal o nome do Sr. Ricardo Machado Ruiz para ser conduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE.

Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após arguição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o presidente e seis conselheiros do CADE, a serem nomeados ou reconduzidos pelo Presidente da República.

O curriculum vitae anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do Sr. Ricardo Machado Ruiz.

Sr. Ricardo Machado Ruiz é brasileiro, natural de Presidente Prudente, São Paulo, nascido em 03 de junho de 1966. Graduado em economia pela Universidade Estadual de Campinas, em 1988, Sr. Ricardo Machado Ruiz, nos estudos de pós-graduação, obteve dois diplomas.

Atualmente, o Sr. Ricardo Machado Ruiz, além de professor adjunto nível entre três, em regime de dedicação exclusiva da Universidade Federal de Minas Gerais, é professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas.

O Sr. Ricardo Machado Ruiz leciona na pós-graduação em economia as seguintes disciplinas: Teoria do Desenvolvimento Regional e Urbano; Organização Industrial; Microeconomia; Microeconomia Evolucionária; Economia da Regulação e Antitruste. E, na graduação em economia, leciona Microeconomia; Economia Industrial, Regulação da Economia e Antitruste. Na pós-graduação em ciências contábeis leciona Estratégias Empresariais e Estrutura Organizacionais.

Nos últimos anos, desempenhou funções e atividades na área acadêmica, com destaque para as áreas de organização industrial e estudos industriais, mudanças tecnologias, regulação econômica antitruste, política industrial, desenvolvimento econômico e regional, economia regional e economia urbana.

O Sr. Ricardo Machado Ruiz participa de atividades de pesquisa fiscalizadas pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pelo Ministério da Integração Nacional.

As funções e as atividades evidenciadas em seu currículo, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes deste colegiado, revelam o nível de qualificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, esta Comissão em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Ricardo Machado Ruiz para ser conduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o CADE”.

É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao relator, Senador Valdir Raupp, e concedo a palavra ao Sr. Ricardo Machado Ruiz, para que faça sua exposição.

SR. RICARDO MACHADO RUIZ: Agradeço o convite. É uma honra estar nesta Casa. Agradeço ao Senador Garibaldi, aos senadores presentes.

Bem, eu acho que o senador relator já basicamente resumiu minha posição, meu trabalho acadêmico, minhas pesquisas, não vou me estender muito, eu prefiro deixar aberto, ceder meu tempo aos senadores, para que nós possamos proceder o debate. Eu acho que é um tema, o CADE é um tema importante na estrutura pública.

Então, prefiro ser breve na minha apresentação. Eu acho que está explicitado no meu currículo minha formação. Agradeço a atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, primeiro inscrito para as indagações.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Fernando Furlan e Ricardo Ruiz. Eu vou fazer comentários e queria ouvir também a opinião de V. Sas., não são perguntas diretas, são comentários para que vocês possam comentar.

O CADE, ele tem uma função importantíssima na questão do controle e da manutenção da concorrência, evitando exageros, evitando absurdos, mas é claro que, também, ele não deve ser, na minha opinião, um órgão que vai proibir as fusões e as aquisições. Ele, na minha maneira de ver, ele é um órgão que imporá limites a essas posições, quer dizer, ou seja, ele tem que buscar uma fórmula que mantenha a concorrên-

cia, mas não evite essas fusões e aquisições, porque esse é um processo natural; inclusive, a própria globalização leva a isso.

E eu sei que, inclusive, tem grandes grupos brasileiros fortes e grupos internacionais, também. Então, a função do CADE, na minha maneira de ver, não é impedir as fusões e aquisições, mas, sim, permitir que a concorrência seja mantida, estabelecendo limites, estabelecendo parâmetros para que, portanto, se possam permitir essas aquisições e fusões, porém sem afetar a concorrência, sem impedir que a concorrência se dê de uma forma sadia e da forma que exatamente se espera numa economia de mercado.

Não venha estabelecer quase monopólios e nem situações de concorrência desleal. Essa é minha maneira de ver. Eu gostaria de ouvir a opinião de ambos, o Dr. Furlan e o Dr. Ruiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra, inicialmente, para o indicado para a CADE, Dr. Fernando Furlan, e, em seguida, responderá a indagação o Dr. Ricardo Ruiz. Com a palavra o Dr. Fernando Furlan.

SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN: Obrigado, presidente. Senador Antonio Carlos, o senhor resumiu, em poucas palavras, exatamente o que eu entendo ser o trabalho do CADE.

O mercado se autorregula, mas nós temos uma função de intervir, quando necessário, para garantir a manutenção dos níveis de concorrência que são esperados para o bem-estar do mercado como um todo.

Então, acho que o senhor resumiu bem; a ideia é exatamente essa. Acho que, ao longo da história do CADE, eu tenho, aqui, na minha memória, um balanço da atuação do CADE até o momento. Para o senhor ter uma ideia, 97% das operações que são submetidas à análise do CADE são aprovada sem restrições; somente por volta de 3% dessas operações são aprovadas com alguma restrição; e somente 0,01% das operações não são aprovadas pelo CADE. Então, isso demonstra que, realmente, o CADE, ele atua quando estritamente necessário, dentro das suas funções.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Ruiz.

SR. RICARDO MACHADO RUIZ: A questão da concentração das fusões, a construção de grandes grupos nacionais ou internacionais é um tema polêmico, não só do Brasil. Se nós olharmos essas polêmicas, elas são encontradas em todos os lugares, Estados Unidos, mesmo no Japão, onde é um país onde é muito favorável a esse tipo de estrutura produtiva. Mas eu acho que o senhor está certo, quando nós devemos fazer algumas ponderações, não bloquear, não dar su-

porte ilimitado, mas exigir algumas, vamos dizer assim, sinalizações de que algo mudará, no momento em que ocorre a construção dessas grandes empresas.

Geralmente, os economistas têm um jargão e chamam de ganhos de eficiência econômica notórios, incontestáveis. O que se procura, na verdade, numa fusão, numa aquisição dessas, é construir uma empresa de porte maior.

Eu costumo afirmar, mais ou menos, o seguinte: o que se interessa é construir uma grande empresa grande, e não uma grande empresa pequena; uma grande pequena não gera ganhos de eficiência econômicos notórios. E eu acho que esse é o grande problema. Na construção dessas grandes empresas, nós temos que, de certa maneira, aconselhar, intervir, condicionar na direção de garantir esses ganhos de eficiência de comando. Eu acho que é aí que está o grande dilema. Então, eu tenho a concordar com sua posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy; em seguida, ao Senador Aloizio Mercadante. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, eu, primeiro, vou perguntar ao Dr. Fernando Magalhães Furlan, que tem tido um excelente desempenho, já no âmbito do CADE, como procurador e tudo, mas conhece tão bem o que ali tem se realizado.

Um dos temas que tenho, aqui, procurado acompanhar, e o senhor tem acompanhado, também, refere-se à problemática da citricultura paulista, que dura mais de 15 anos e que resulta muito de um processo de concentração, de verticalização das empresas que controlam o processamento, a comercialização e o sistema logístico de distribuição a granel do suco produzido.

E é importante, nós, aqui, temos recebido o apelo de citricultores, para que se evite maior concentração no setor ou, quando ele está concentrado, para que se possa evitar o efeito de redução de oportunidade de emprego, a questão da influência que o cartel dos produtores de suco de laranja tem sobre o preço do produto final, muitas vezes, resultando em queda de rendimentos das empresas ou dos próprios trabalhadores, dos pequenos produtores, dos produtores independentes.

O senhor já foi procurador geral do CADE, de 2001 a 2003, e também trabalhou no Ministério do Estado, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, de 2003 a 2005. Então, sempre acompanhando de perto o que se passa em setores econômicos brasileiros. E diretor do Departamento de Defesa Comercial da Secretaria de Comércio Exterior e, também, outra vez,

no Ministério de Indústria e Comércio. E, de 2008 até hoje, como conselheiro no CADE, tem uma notável experiência.

Mas, num caso especial, como esse, coincide até de o CADE estar tendo três conselheiros. Eu, ainda há poucos dias, conversei com o Presidente Arthur Badin, que aqui se encontra, está aqui, que, uma vez que três conselheiros do CADE, de alguma maneira, estariam impedidos de, por sua trajetória pessoal, estar decidindo questões relativas a este setor.

Não é seu caso. E o presidente da CITROCITRUS(F), por exemplo, procurou-nos e disse da preocupação dele, com respeito: “Será que, por causa disso, o CADE, então, vai deixar de resolver o problema?”. Nesta situação, ainda na semana retrasada, após dialogar com o presidente do CADE, Arthur Badin, ambos conversávamos com a Juíza Consuelo Yoshida, do Tribunal Federal Regional em São Paulo, uma vez que estava havendo um impedimento, por parte de decisão dela, para que as demais empresas envolvidas no assunto tomassem conhecimento das ações relativas e de todos os documentos,

O Dr. Arthur Badin, até então, transmitiu a ela que seria importante assegurar às empresas que estão envolvidas no cartel que possam ter acesso, para que não se delongue, no âmbito do SDE e, depois, no CADE, o exame do assunto.

Mas eu gostaria de lhe perguntar que instrumentos o CADE deve utilizar para conter as ações de empresas produtoras de suco de laranja, que, muitas vezes, inibem a consolidação de um vigoroso ambiente concorrencial, produzindo efeitos nefastos para os médios e pequenos produtores e para os trabalhadores na citricultura. E como avalia a possibilidade de ser constituída a câmara de arbitragem, a CONSECITRUS, com o objetivo de definir as formas de comercialização da laranja e seus derivados, a exemplo do que ocorre com a CONSECANA.

Se avalia que este caminho poderia ser adequado para se resolver grande parte dos problemas.

Ao Dr. Ricardo Machado Ruiz, tendo em conta que, no seu currículo, observo o quanto tem se dedicado à pesquisa e docência, nos temas associados à organização industrial, desenvolvimento econômico e regional e, principalmente, a regularização econômica e antitruste, eu lhe pergunto [soa a campainha]... Pergunto ao senhor: como avalia os recentes processos de fusões e aquisições de grandes empresas nacionais, que podem ter impactos negativos nos níveis de emprego e possível elevação de preço de produtos, sobretudo, na área de alimentos?

Dentre outros, houve a fusão recente da Sadia e da Perdigão e, mais recentemente, do Grupo Pão

de Açúcar com as redes de lojas das Casas Bahia e do Ponto Frio. E eu gostaria de lhe perguntar, ambos podem responder sobre isso, qual é o procedimento do CADE, se o CADE, normalmente, quando surgem essas fusões e aquisições, se o CADE toma a iniciativa de imediatamente examiná-las; se essas empresas, ao realizar suas fusões, elas normalmente precisam fazer a comunicação ao CADE; se elas precisam aguardar algum pronunciamento, para concluir o processo de fusão; se, por acaso, o CADE aguarda que seja provocado por eventuais reclamações de empresas do setor que sejam afetadas. Se, porventura, teria, por exemplo, Sr. Ricardo Machado Ruiz ouvido, de algum segmento empresarial, desde pequenos estabelecimentos comerciais, de áreas como as das Casas Bahia ou do Pão De Açúcar, que, eventualmente, tenham expresso: “Puxa! Agora eles vão ficar com tamanha proporção do setor, e nós como ficamos?”.

Se, por acaso, esses segmentos têm expresso algum tipo de observação, no sentido de transmitirem: “Olha, é necessário que seja assegurado para nós certos direitos, para que não sejam estrangulados”. Se, por acaso, esses efeitos efetivamente estão ocorrendo ou se é possível ao CADE tomar as iniciativas, para que se tomem os cuidados de precaução, no sentido de fazer com que a economia brasileira possa, ao mesmo tempo, ter eventuais efeitos positivos da fusão, sem os efeitos negativos que desta fusão poderão ocorrer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de dar a palavra... V. Exa. perguntou aos dois?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Aos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de dar a palavra aos dois indicados, eu quero registrar a presença do ex-presidente desta Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda. É com muita satisfação que eu registro a presença de V. Exa.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu queria primeiro dizer que acho que as indicações foram muito felizes. Já mencionei o Dr. Alessandro, agora, queria falar do Dr. Fernandes Furlan e do Ricardo Machado. Acho que eles têm currículo acadêmico, competência, experiência para essa relevante função, que é ser membro do conselho diretor do CADE.

O Furlan já vem dessa experiência, tem uma vivência em comércio exterior, que, do meu ponto de vista, é essencial à função do CADE, para que a gente não tente, por exemplo, legislar sobre cartel de expor-

tação, que eu não vejo nenhum amparo na literatura, mas vejo que, às vezes, é uma tendência de alguns escritórios de advocacia, e eu tenho uma preocupação especial em relação ao CAD. Se é verdade que o CADE não pode ser aprisionado pelos grandes cartéis, pelas grandes empresas, ele não pode ser também aprisionado pelos escritórios de advocacia, os grandes escritórios, não podem ficar criando dificuldades para vender facilidades ou para abrir o mercado de trabalho na área jurídica, porque isso aumenta o custo das empresas, compromete a efetividade e a eficiência.

Então, o CADE precisa ter esse duplo olhar, essa dupla preocupação: evidentemente, sua independente isenção em relação a grandes cartéis e sua cautela na relação com os grandes escritos de advocacia.

Eu vejo, no projeto de reestruturação do CADE, alguns dispositivos que eu realmente não consigo entender por que foram propostos e aprovados, apesar de que eu estava fora do Plenário da comissão, quando foi votada essa matéria.

Primeiro, Sr. Presidente, eles reduzem de 400 milhões para 150 milhões de reais o valor dos processos de fusão e concentração. Eu pergunto: isso é para quê? É para proteger a economia brasileira ou é para criar demanda para escritório? Porque é evidente que não tem uma razão econômica. Um país do nosso tamanho, nós estamos falando de concentração de bilhões e bilhões de reais, que é onde o CADE tem que se concentrar, as grandes fusões, as grandes concentrações de mercado, numa economia globalizada, cada vez mais oligopolizada e carterizada, essa é a função do CADE. Agora, reduzir para 150 milhões de reais, qual é o setor que vai ter uma grande concentração econômica, com uma empresa que tem um faturamento de 150 milhões de reais? Eu não consigo entender.

Segundo: por que, no projeto do CADE, se retirou a SEAE, para dar parecer que não é vinculante, é um parecer, nas audiências públicas, para que o Ministério da Fazenda possa opinar sobre matérias que estão em debate.

Por que o projeto do CADE retira dessas audiências públicas a opinião do Ministério da Fazenda, se não é vinculante, se não é conclusiva e se é uma Audiência Pública? Será que o Ministério da Fazenda não é um ator relevante nas decisões que a instituição venha a tomar? Realmente, eu não consigo entender o porquê de esse dispositivo no projeto do CADE.

O terceiro dispositivo também que eu gostaria de ouvir o comentário dos dois é por que os convênios, a competência passa a ser transferida para o presidente do CADE, e não para o pleno? Por que não é discutido com transparência no Plenário? Por que há uma cen-

tralização indevida na figura do presidente? Também não entendi por que esse dispositivo foi colocado.

E, por último, em relação à multa. Por que a gente não estabelece uma multa bastante objetiva e clara: 0,1% a 30% do faturamento da empresa? Porque a redação que está ali é tão nebulosa, que também vai dar ensejo a grandes demandas jurídicas, para saber exatamente qual é o tamanho da multa, porque aquilo ali não tem regra, não tem limite, é um valor absolutamente abstrato, que só vai gerar confusão jurídica; por sinal, como várias decisões do CADE têm levado, o que vai transformando a instituição cada vez mais fragilizada, porque ela não tem uma decisão conclusiva.

Então, esses quatro dispositivos me parecem completamente indevidos no projeto que foi apresentado. Eu estou encaminhando essas emendas, mas gostaria de ouvir, com bastante transparência, a intervenção do Dr. Fernandes Magalhães e o Dr. Ricardo Machado, que eu tenho certeza de que têm uma avaliação sobre esses dispositivos.

Nós temos que aprimorar a legislação do CADE, temos que reformar o CADE. Tem aspectos bastante meritórios, mas dispositivos me parecem completamente improcedentes, e a preocupação maior que eu tenho é não aumentar o custo jurídico das empresas, gerando um passivo, uma insegurança jurídica e uma irracionalidade econômica absolutamente desnecessária, especialmente a questão da multa, e estabelecer um valor para discutir fusão no Brasil, faturamento de 150 milhões de reais, o que é absolutamente... Só se concentração em mercado de bolinha de gude, figurinha, quitanda, nem quitanda acho que não dá.

Agora, 150 mil num país do tamanho do nosso, discutir fusão e concentração para faturamento de 150 milhões de reais, realmente, eu não consigo entender qual é a análise econômica, macroeconômica, de regulação que oriente uma decisão como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Dr. Fernando de Magalhães Furlan, para responder as indagações dos senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy.

SR. FERNANDO DE MAGALHÃES FURLAN: Obrigado, presidente. Eu começo, então, pelas indagações do Senador Suplicy, que foi o primeiro.

Eu entendo, sim, senador, que algum sistema de governança, no setor citricultura, seria bem-vindo. O ex-conselheiro Paulo Furquim já levantou essa questão, essa questão já foi discutida, salvo engano, aqui mesmo na CAE. Então, eu entendo, sim, que um sistema de governança, como imagino que seja esse citado por V. Exa., do CONSECITRUS, seria uma solução bastante adequada para o setor.

Sua segunda indagação, em relação e que pediu que nós dois nos manifestássemos sobre a recente onda de fusões, aquisições, enfim, de operações de concentração econômica que vêm acontecendo no Brasil. Sem dúvida, creio que nunca antes o CADE, os órgãos do sistema brasileiro de defesa da concorrência passaram por uma situação como esta. Num período tão curto de um ano, nós tivemos tantas operações de grande envergadura no Brasil, e isso me parece que identifica um novo momento econômico do Brasil.

O Brasil, realmente, está... Estão lançadas as bases para um crescimento econômico e social prolongado. Então, nós estamos... Isso é o reflexo da nova situação econômica e social do Brasil, além do que também alguma reflexão em relação à crise que recentemente assolou todo o mundo.

Então, nós temos um grande desafio à nossa frente, nós nunca tivemos tantos casos e tão complexos, de uma só vez, sendo analisados pelo CADE, o que vai nos fazer trabalhar bastante e termos que ter bastante consciência das nossas funções.

Nós temos mecanismos, enquanto a nova legislação não entra em vigor, nós construímos, ao longo de tempo, mecanismo para procurar equacionar essas operações, como, por exemplo, o acordo de preservação da reversibilidade da operação, que dá uma segurança jurídica, tanto às empresas quanto ao CADE, de que as operações se manterão dentro de nível adequados de separabilidade, evitando que, no futuro, quando vier o CADE decidir, por exemplo, se for o caso, por uma reprovação ou algum tipo de aprovação com restrições, seja mais fácil se promover essa decisão.

Também temos o termo de compromisso de desempenho, pelo qual as empresas se comprometem, perante o CADE, como condição para a aprovação da operação, elas se comprometem a assinar um termo, um acordo, pelo qual elas vão adotar medidas que o CADE considera adequadas para a aprovação da operação.

Eu reitero, o senhor citou, aqui, o caso da operação, do ato de concentração Sadia-Perdigão, que resulta na Brasil Foods. Eu reitero, aqui, que me declarei impedido de participar desse julgamento, desde o momento em que esta operação foi notificada ao CAD.

Com relação à sua pergunta se nós tomamos iniciativas. Não, o CADE espera que as empresas notifiquem suas operações, elas têm, pela lei, até 15 dias, depois de realizada a operação, para notificar o CADE. Então, a partir desse momento, é que nós iniciamos nosso trabalho, em conjunto com as secretarias de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Isso não significa que as secretarias – e eu

tenho notícia de que a Secretaria de Acompanhamento Econômico – já iniciem estudos relativos a setores que vêm demonstrando uma tendência à concentração, a atos de concentração.

Então, as secretarias, que são os órgãos instrutores, podem, sim, iniciar a realização de estudos, antes que as operações sejam notificadas.

E, agora, então, permaneço à disposição, se tiver mais alguma indagação, e passaria, então, às respostas ao Senador Aloizio Mercadante.

Com relação ao valor das operações que dão ensejo à notificação ao CADE. Eu tendo a concordar com V. Exa. de que, hoje, nosso sistema é de que as operações só são notificadas quando envolvem algum dos participantes com faturamento igual ou superior a 400 milhões de reais, no Brasil.

O projeto que está em discussão aqui no Senado, ele alterava para 400 milhões um dos participantes e 30 milhões o outro participante, o que reduz, creio que irá reduzir significativamente, porque exige que, de um lado, haja alguém com 400 milhões e de outro, alguém com 30.

Parece que, atualmente, depois das emendas que foram apresentadas nas comissões temáticas, esse patamar foi reduzido para 150 milhões de um lado e 30 milhões do outro. Realmente parece que 400 milhões é um patamar bastante razoável, porque, afinal de contas, nós temos que levar em consideração a potencialidade de efeitos anticompetitivos de uma operação, e me parece que 400 milhões é um patamar bastante adequado, levando em consideração, inclusive, que o outro lado, o outro participante deverá ter pelo menos 30 milhões de faturamento no Brasil.

Com relação ao parecer da SEAE ser ou não, não obrigatório, mas haver a possibilidade de a SEAE, Secretaria de Acompanhamento Econômico, se manifestar nos atos de concentração, me parece que essa mudança decorreu do fato de que o Projeto de Lei, ele unifica os órgãos de defesa da concorrência, mais especificamente o CADE e a Secretaria de Direito Econômico, e que, portanto, esse parecer seria, de certa forma, açambarcado pelo CADE, que passa a ser fruto de uma fusão de dois órgãos, sendo que a Secretaria de Acompanhamento Econômico, uma parte de seus técnicos ou da sua experiência, inteligência possa ser incorporada ao novo CADE, que seria esta fusão dos órgãos, e a outra parte da SEAE ficaria responsável mais por regulação econômica.

Mas, sem dúvida que os pareceres da SEAE, a participação da SEAE no sistema, na instrução dos casos é, hoje em dia, imprescindível, principalmente nesses casos de fusões, aquisições de operações de

grande complexidade, como são os que atualmente nós vamos enfrentar.

Eu concordo plenamente com V. Exa., quando manifesta a importância da consolidação e do fortalecimento do colegiado do CADE. Eu acredito, há muito tempo eu sou um defensor de órgãos colegiados, eu acho que as decisões colegiadas, elas são lapidadas, elas passam por um contraditório não só de fora para dentro, como, de dentro do próprio colegiado, há uma lapidação das decisões. As decisões que são tomadas, elas saem mais fortalecidas, por conta dessa discussão e dessa contraposição de pensamentos, de ideias, dentro de um órgão colegiado.

Então, eu concordo com V. Exa. de que nós devamos, sim, não perder de vista o fortalecimento do Plenário, do colegiado e do CADE. E também gostei muito da sua ideia, em relação a sanções que viriam a ser aplicadas pelo CADE poderem variar de 0,1% a 30%. Hoje, nossa lei prevê que as sanções variam de 1% a 30%. Mas, como nós temos que levar em consideração, nas nossas decisões, o princípio da proporcionalidade, nós temos que aplicar sanções que sejam proporcionais aos seus efeitos, às características daquele mercado, às características das condutas que são perpetradas pelas empresas, o maior nível de parâmetro que o CADE possa vir a ter é tanto mais positivo, porque vai dar maior flexibilidade e, portanto, vai facilitar a aplicação do princípio da proporcionalidade às sanções aplicadas pelo CADE. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu quero registrar que, mais uma vez, fiquei muito satisfeito com a intervenção do nosso Fernando Furlan, que acho que ele ajuda muito a aprimorar o projeto, na direção que eu espero que o Senado vote.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Dr. Ricardo Machado Ruiz.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, só uma questão de ordem. A arguição do Dr. Furlan já encerrou? Eu poderei fazer, posteriormente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não encerrou, não, porque V. Exa. ainda vai indagar, ainda vai falar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Mas seria precedido da palavra do Dr. Ricardo Ruiz ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, porque os dois estão respondendo aos dois senadores.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Em conjunto. Desculpe. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante e Eduardo Suplicy. Depois, responderão a Você. Exa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Ok, ok, muito obrigado.

SR. RICARDO MACHADO RUIZ: Sobre as perguntas do Senador Eduardo Suplicy, sobre as fusões recentes, eu acho que o ponto central é este: como é que nós podemos identificar ganhos significativos nessas fusões que levem à sua aceitação pela sociedade? Elas teriam que sinalizar, de certa maneira, reduções significativas.

No caso de outro, por exemplo, melhoraria no sistema de distribuição, reduções de preço, melhor prazos de pagamento, etc., algum tipo de ganhos para o consumidor. Como identificar isso? É algo que tem que ser estudado a fundo.

Certamente, existem mudanças nas estruturas industriais recentes, que colocaram grande instabilidade no poder de mercado de algumas empresas e na capacidade de essas empresas exercerem esse poder de mercado. A abertura comercial é uma delas.

Então, nós temos capacidade de regular um pouco esse poder, a exacerbação e a prática do poder de mercado; talvez seja um ponto importante aí juntar um pouco com a questão da abertura comercial, que já foi sinalizada pelo Senador Mercadante.

Então, nós estamos num cenário estrutural diferente de uma economia fechada. O problema é que nós temos algumas estruturas industriais, onde a dinâmica é estritamente local, aí nós temos que tomar um pouco de cuidado, porque há concentrações locais, onde esse poder de mercado pode ser praticado.

Então, eu acho que nós temos que, de certa maneira, apreciar essas concentrações e segmentar um pouco os mercados, em alguns casos. No caso da distribuição dos serviços do comércio, eu acho que talvez fosse um caso de se dar muita atenção a isso, essas relações locais, essa capilaridade do sistema de distribuição e da inter-relação entre produtores e compradores, fornecedores é algo que tem que se tomar muito cuidado.

O que a proposta sinalizada pelo ex-conselheiro Paulo Furquim, de ter alguma forma de governança, eu acho que vale para alguns casos, inclusive para citricultura. O que eu acrescento, aqui, senador, não é um caso novo. Eu sou da região, eu ouço essas polêmicas, acho que já faz mais de duas décadas, essa tensão entre os produtores e as grandes empresas, e não somente na citricultura, isso é comum em vários outros setores, em cana de açúcar também ocorre

esse tipo de coisa; no tomate ocorria alguma coisa dessa maneira. Então, nós temos certa recorrência desse tipo de conflito.

Eu acho que talvez fosse a hora de nós termos alguma inovação institucional, para dirimir um pouco esses conflitos. Essa é um pouco minha intervenção. Muito rápida.

Senador Aloizio Mercadante, sobre o patamar de 400 e 150 milhões, esse dilema. Eu tenho que confessar que eu não consegui, até agora, um argumento consolidado, explicitado, no relatório, onde a gente pudesse sentar e nos debruçar e estudar isso, que me convencesse de que 400 ou 150 milhões ou qualquer outro valor é razoável. Não tenho acesso, talvez tenha tido uma falha na minha leitura, mas eu não consegui obter esse argumento de forma clara; sempre esses valores surgem de forma muito acidental e surpreendente, de certa maneira.

Mas eu tenho uma dúvida: como nós vamos operacionalizar uma quantidade muito grande de processos, fusões e aquisições, no patamar de 150 milhões, com uma equipe tão exígua de técnicos? Talvez a gente provoque uma queda na eficiência do sistema, e eu acho que aí, talvez, fosse o momento de a gente ter alguma discussão mais pronunciada sobre isso.

Eu tenho limitações em argumentar a favor de um ou contra esses dois, porque eu não tive acesso a algum texto que consolidasse os prós e contras de cada patamar desses. Eu deixo mais minha interrogação, uma questão a ser avaliada, eu não consigo me posicionar nesse caso.

Os pareceres da SEAE são pareceres importantes, eu considero importantes. Se nós olharmos a história do sistema brasileiro, sempre foram pareceres considerados, avaliados, sempre fizeram parte dos relatórios, e eu acho que nós não podemos perder essa expertise acumulada na SEAE. Talvez a realocação dos quadros, juntar essas duas instituições talvez seja um procedimento que garanta, ainda, ao novo CADE um corpo técnico qualificado e balizado.

O mesmo vale para o Plenário, de certa maneira, eu acho que o Plenário do CADE, dada a complexidade das fusões e aquisições, ter um Plenário, onde se debata a fundo isso, é necessário, porque várias dessas fusões e aquisições são polêmicas, têm várias dimensões, que dificilmente seriam captadas por opinião de um técnico, de um parecerista, de um relator.

Eu acho o que debate em Plenário é fundamental, porque, muitas vezes, essas fusões, como são grandes empresas, elas têm impactos variados, muitas vezes, nós temos uma visão parcial do problema. Eu acho que um Plenário fortificado seria procedimento importante para se ter um sistema brasileiro de defe-

sa da concorrência eficiente. Eu acho que seria fundamental isso.

A questão das multas. Deixar as multas sem precisão de valor, de proporção, eu acho que tendo a concordar que isso geraria certa turbulência na operacionalização das multas e, propriamente, dos pareceres e nos estudos. Eu acho que aí tem certa, também, tendo a concordar, é outro ponto que mereceria algum debate mais sistemático, similar, vamos dizer assim, à polêmica dos 150, 400 ou outro valor.

E eu acho que o Senado, no momento em que está avaliando a lei do CADE, agora, minha posição seria precisar melhor esses valores e essas situações, que podem gerar instabilidades institucionais, vamos dizer assim, polêmicas e debates e desembocar, muitas vezes, em impasses. Basicamente, essa é minha posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade. Gostaria de fazer um registro que, na verdade, nós estamos, aqui, obedecendo a um regimento, que é submeter à apreciação do Senado autoridades, profissionais que vão ocupar cargos de governo.

Eu diria que, de início, nós entendemos como fosse uma sabatina, como fosse uma arguição. Mas eu acho que, à medida que o Brasil está evoluindo e a gestão pública no Brasil está sendo tratada da forma tão séria como é o momento presente, nós estamos, aqui, na verdade, tendo a oportunidade de mostrar ao Brasil os talentos e a formação profissional dos gestores públicos brasileiros.

As audiências públicas que nós passamos aqui no Senado, V. Exa. é testemunha, nós aqui sabatinamos ou questionamos autoridades do Banco Central, ministros, diversas autoridades, e o Brasil tem dado uma demonstração inequívoca de que a evolução dos tempos é um fato que trouxe à gestão pública brasileira num nível. Nós estamos com três grandes profissionais, aqui, sendo mostrados ao público. A TV Senado até está tendo a oportunidade, pena que nós não podemos estar mostrando na tela os currículos fantásticos desses profissionais.

Na verdade, eu, como cidadão brasileiro, como empresário brasileiro, eu me envaideço de a gestão pública brasileira estar na mão futura de gestores como V. Exas. e V. Sas., que estão sendo, hoje, supostamente sabatinados, mas, na verdade, é uma grande oportunidade que o Senado Federal está tendo de mostrar de público, de forma transparente, o nível da gestão brasileira.

No tocante ao que foi abordado pelo Senador Aloizio Mercadante, eu tenho extrema concordância com o Senador Aloizio Mercadante, no sentido de que a visão nossa tem que ser uma visão macro. Nós estamos num país que é país, hoje, de primeiro mundo, acabou a história de país de terceiro de mundo. Nós estamos no patamar, a globalização obrigou a isto: ou o Brasil seria pinçado para o grupo dos países mais evoluídos ou o Brasil continuaria da forma que sempre esteve.

Eu tenho certeza de que até a crise internacional fez com que o país se alavancasse e, hoje, está num patamar de credibilidade e de respeito no mundo. E não se pode pensar no sentido de que um faturamento, as coisas sejam olhadas para baixo, têm que ser olhadas, realmente, em nível para cima.

Como o Senador Aloizio Mercadante, uma empresa de 150 milhões, hoje, no Brasil, é uma empresa que deveria estar adotada pelo simples, e não ser uma empresa que estaria tendo um tratamento de ser incluída num rol para poder se fundir ou não fundir.

É extremamente medíocre a decisão que enxerga como empresa, acho que, daqui a pouco, nós temos que mudar o patamar dos 450, porque o Brasil, os faturamentos, hoje, das empresas brasileiras, uma empresa de faturamento de 150 milhões significa faturamento de nove milhões, menos de 10 milhões de reais/mês. Isso, na economia presente brasileira, é empresa, realmente, pequena empresa, nem média mais a empresa é. Então, os conceitos têm que evoluir de acordo com a mentalidade brasileira, que está evoluindo, e o Brasil, hoje, é um país de primeiro mundo.

No tocante, especificamente, ao Dr. Fernando de Magalhães Furlan, eu gostaria de dizer o seguinte: eu tive algumas experiências fantásticas na minha vida, uma delas é participar do fórum de lideranças empresariais, que abriga empresários de todo o Brasil. E, neste fórum, eu participo como líder do nosso estado, há 15 anos, e uma das grandes experiências da minha vida foi trabalhar com dois profissionais, em mesas de debate, um com Amaro Rolim, nosso ex-presidente da TAM, falecido, foi uma das figuras mais fantásticas, como empresário, que eu já conheci na minha vida; e outro que eu não posso deixar de registrar é Luiz Fernando Furlan.

Luiz Fernando Furlan, na minha vida empresarial, foi a pessoa que eu tive, a união de dois grandes fatores, que é a competência e a capacidade de liderança. Estavam, numa mesa, mais de dez empresários do país, do nível do Gerdau, do próprio Rolim e tal, e o Luiz Fernando Furlan tinha a habilidade de disciplinar, de liderar com elegância, com competência, mas, na verdade, quando uma mesa de debates estava sob o

comando de Luiz Fernando Furlan, ele tinha esta capacidade e esta competência.

E V. Exa. foi chefe de gabinete do Ministro Luiz Fernando Furlan. Ele é seu parente, ninguém traria, Luiz Fernando Furlan não traria um parente que não fosse extremamente competente para o gabinete dele, razão pela qual, inclusive, na confiança, ele o nomeou como ministro interino brasileiro.

Então, V. Sa. é um ex-ministro, então, tem que ser aqui tratado dessa forma. Então, parabeno a todos e, na verdade, não tenho nenhuma arguição específica, um único registro meu é que, como cidadão brasileiro, eu me envaideço do nível dos gestores que o Brasil está tendo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto aos convidados se ainda querem fazer alguma consideração? Porque nós vamos encerrar o debate. Com a palavra o Dr. Fernando Furlan.

SR. FERNANDO MACHADO FURLAN: Queria, simplesmente, presidente, agradecer ao Senador Cavalcanti pelas palavras que me deixam realmente comovido. Realmente, sou primo do ex-ministro Luiz Fernando Furlan, tive a honra, o privilégio de trabalhar com ele e queria esclarecer que eu sou funcionário público, servidor público concursado, desde 1994, portanto, o ministro me levou para ser seu chefe de gabinete, quando eu exercia o cargo de procurador geral do CADE. Eu renunciei ao meu mandato para servir ao Ministro Luiz Fernando Furlan, que deu demonstração do seu patriotismo, deixando de lado sua vida empresarial vencedora para dar sua contribuição ao País, e fomos felizes, ele foi muito... demonstrou sua liderança também no setor público e foi para mim um privilégio poder trabalhar com ele, aprender com ele, sofrer com ele, porque é um grande líder e também um grande cobrador.

Então, agradeço suas palavras. Muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu parabeno o gesto de cidadania tanto de V. Exa., V. Sa., como do Ministro Furlan, todos os dois, com certeza, serviram ao país com gestos de ocupar as funções que ocuparam. Parabéns.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu só queria dizer que eu me sinto muito honrado com a intervenção do Senador Roberto Cavalcanti, não só porque eu comungo inteiramente com tudo que ele disse, mas, sobretudo, porque a indicação do Ministro Furlan fui eu que fiz ao Presidente Lula. Então, eu acho que ele prestou um imenso serviço ao país, impulsionou nosso comércio exterior, como nós não tínhamos tido no período, eu diria, anterior. Viajou esse mundo inteiro, abriu fronteiras, nós tripli-

camos nosso volume de comércio exterior, e ele teve uma função absolutamente exemplar, e o Fernando, como funcionário de carreira, com currículo também acadêmico e competência, contribuiu, e essa visão de comércio exterior eu acho que é fundamental ao CADE, para que a gente tenha ideia do que é essa economia globalizada, o que é concorrer lá fora, o que é escala, diante dos tamanhos que nós temos que enfrentar, em muitos dos mercados aberto, e não ter uma visão apegada de interesses que não são os interesses nacionais. Podem, demagogicamente, aparecer como sendo, mas não são.

E os interesses fundamentais deste país é ter empresas competitivas, fortes, capazes de crescer e de crescer no mercado internacional. Nós só somos 2% do mercado mundial, esse país, e eu, às vezes, sinto algumas intervenções neste debate que estão muito mais querendo vender serviço para as empresas, criar dificuldade para vender serviço e aumentar o custo, do que realmente preparar o país para o comércio exterior, para ser competitivo e eficiente.

E V. Exa. tem uma experiência que eu acho que faz muito bem ao CADE, especialmente por essa experiência junto ao Ministério do Desenvolvimento, junto com o Luiz Fernando Furlan, que foi um grande ministro da história do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço aos nossos sabatinados. E vamos proceder, agora, a apuração. Designo para escrutinadores o Senador Aloizio Mercadante e o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, enquanto se faz apuração, eu gostaria de fazer uma observação, aqui, uma pergunta ao Sr. Ricardo Machado Ruiz.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para fazer uma indagação extra.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Eu noto que, dentre as teses que está orientando, há uma de Vanessa Lucena Cançado, sobre as consequências econômicas da inundação, avaliação e impacto nas famílias e na cidade, de 2007. Um tema que me parece muito interessante e que, provavelmente, isso se refere a Minas Gerais, a Belo Horizonte, mas a metodologia de se examinar o impacto de uma situação de inundação, ali, pode servir de um caminho para avaliar os problemas que estão ocorrendo, por exemplo, em São Paulo, agora, na capital.

Gostaria de informar que eu agradeço se, quando essa tese estiver pronta, se puder me enviar, eu teria muito interesse em conhecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra... A indagação foi dirigida ao Sr. Ricardo Machado Ruiz. Com a palavra o Dr. Ricardo Machado.

SR. RICARDO MACHADO RUIZ: Senador, essa tese será defendida sexta-feira, agora. Então, depois de sexta-feira, eu posso lhe enviar a versão final da tese.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Com prazer. Eu vou lhe dar meu e-mail, então.

SR. RICARDO MACHADO RUIZ: Certamente farei isso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Votaram 25 senadores e senadoras. Verificou-se a aprovação unânime dos indicados, pelo Sr. Presidente da República, para a Comissão de Valores Mobiliários e para a CADE. Foram, portanto, aprovados o nome do Sr. Alexsandro Broedel Lopes, para exercer o cargo de diretor da Comissão de Valores Mobiliários; o nome do Sr. Ricardo Machado Ruiz, para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE; e, ainda, o nome do Sr. Fernando de Magalhães Furlan, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça.

Cumprimento os três pelo desempenho, aqui, perante a Comissão de Assuntos Econômicos. E, agora, os nomes dos três aqui aprovados vão ao Plenário do Senado Federal.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra... V. Exa. é um cavalheiro, então, a vez é da Senadora Rosalba.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu concedo à Senadora Rosalba, Sr. Presidente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria, aqui, só de parabenizar os que foram eleitos, ao Sr. Alexsandro, o Sr. Ricardo, o Sr. Fernando. Dizer que, como eu estava presidindo a Comissão de Assuntos Sociais, embora eu também seja membro desta Comissão, não pude chegar a tempo de colocar meu voto. Como o presidente já tinha me cobrado, mas não tinha como sair da reunião, mas, felizmente, não foi necessário, porque o *quorum* sobrou. Aqui sobrou e faltou lá. A gente teve que encerrar a reunião, porque estava faltando.

Então, é desejar sucesso a todos vocês, que façam um brilhante trabalho, a contribuição vai ser muito importante. O que nós queremos é que nosso Brasil possa, cada vez mais, ter melhores resultados. E a contribuição de cada um é importante. Nenhum governo é feito por uma pessoa; o Governo é feito por um conjunto de ações que possam atender aos anseios da população.

Então, ficam, aqui, só os votos, realmente, de sucesso. E aproveitar, Sr. Presidente, porque eu acho que essa, vou estar aqui, acredito que esta seja a última reunião da Comissão...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, amanhã ainda teremos um reunião extraordinária, amanhã.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pela manhã?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela manhã, às 10 horas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu vou desejar para desejar feliz Natal e próspero Ano-Novo amanhã.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Seu queria sugerir, com autorização do Plenário, que a gente mantivesse essa lista de presença, porque tem um empréstimo da minha cidade natal, de Santos, um empréstimo que vai beneficiar 37% da população, inclusive, regiões extremamente carentes, como a zona noroeste, o empréstimo foi feito, e nós não recebemos o parecer da consultoria até o momento.

É um empréstimo que nós temos todas as condições de dar o parecer *ad hoc*, não há dificuldades de dar parecer sobre uma matéria como essa; empréstimo que foi aprovado pelo Tesouro Nacional, empréstimo do Banco Mundial, não tem por que protelar a aprovação desse empréstimo.

Eu pediria ao amigo, que é tão prestativo para o líder do governo, que cuidasse um pouco do meu querido Estado de São Paulo, porque ele correu para pegar o empréstimo que o Senador Romero Jucá chegou aqui esbaforido para votar, mas não o fez para a cidade de Santos, que é um empréstimo para os pobres, para a população carente, fundamental para o desenvolvimento da cidade, feito pelo Banco Mundial.

Então, eu gostaria que esse empréstimo viesse para a gente votar ainda hoje, porque não há por que atrasar um parecer de uma matéria como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Me parece que Aníbal está vivendo um dilema hamletiano: "Ser ou não ser". Com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, três questões, Sr. Presidente: primeiro, re-

gistrar minha intenção de voto positivo e parabenizar os três sabatinados. Dizer que nós deveremos votar isso hoje, em Plenário. Eu gostaria que a secretaria já encaminhasse para o Plenário os nomes, para que a gente votar hoje. E gostaria, também, de fazer a seguinte sugestão e fazer o seguinte registro: os empréstimos, Sr. Presidente, nós estamos cuidando de todos os empréstimos. O Senador Mercadante está sendo injusto com o Aníbal e injusto a liderança do governo, porque, ontem, [soa a campainha] eu tratei com a secretaria do Tesouro, com a Casa Civil, falei com V. Exa., exatamente para nós termos uma Reunião Extraordinária amanhã também, uma continuidade desta, porque serão 11 empréstimos que serão votados entre hoje e amanhã, inclusive, o de Santos, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. está a par do empréstimo da Paraíba, porque o governador--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Ainda está na Casa Civil, está vindo hoje, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --porque o governador acaba da fazer um apelo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É um desses empréstimos que virão para amanhã. Então, eu gostaria de sugerir a V. Exa. que nós, ao final desta sessão, sobrestássemos a sessão, suspendêssemos e continuávamos amanhã, exatamente para ter o *quorum*, que foi a sugestão do Senador Mercadante.

Não encerraria a sessão, mas apenas suspenderia a sessão.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria só solicitar, presidente, porque o empréstimo de Santos está vindo já do gabinete do Senador Inácio Arruda; imediatamente, está sendo encaminhado à Comissão. Então, nós temos tempo para votar, talvez, nós pudéssemos encerrar. Os três já estão aprovados, sabatinados, prontos ao Plenário. Nós poderíamos aguardar um pouquinho a relatoria desse empréstimo do Senador Romero e, assim, votaríamos o empréstimo de Santos ainda hoje.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu tenho minha relatoria do empréstimo de Pernambuco, que está comigo, poderia...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, votação de empréstimo precisa de *quorum* diferenciado?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não é *quorum* de votação terminativa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Votação simbólica.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos ter três votações, agora: a do empréstimo de Santos; a do empréstimo de Pernambuco; e a do empréstimo a Santa Catarina.

Eu vou liberar nossos convidados, devidamente sabatinados e aprovados à unanimidade, agradecendo a presença deles, aqui, durante essas duas horas.

Parabéns! Parabéns! Todos os três por unanimidade!

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, agora, temos, aqui, o relator, que vai contribuir decisivamente para minha querida cidade de Santos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao senador...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos relatar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador... Um minutinho aí.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Arruda, para relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, para, como relator *ad hoc* [soa a campainha]...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, sou o relator mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, não, mas é outra matéria [soa a campainha].

V. Exa. poderia relatar a matéria que consta da Mensagem nº. 257/2009, que "*propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional, para a reconstrução [soa a campainha] e desenvolvimento, no valor de até 24 milhões e 300 mil dólares, dos Estados Unidos da América, de principal, cujos recursos destinam-se [soa a campainha] ao financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente*". Autoria: Presidência da República. Senador Gim Argello, na impossibilidade da presença do Senador Gim Argello, o Senador Romero Jucá vai apresentar o relatório, como relator *ad hoc*.

Já chegou às suas mãos o relatório, senador? Já? Então, eu concedo a palavra a V. Exa., comunicando que, de acordo com a Resolução de nº. 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, gerente de responsabilidade financeira da Secretaria

do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. Com a palavra o Senador Romero Jucá, relator *ad hoc*.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a operação visa contratar crédito [soa a campainha] no valor de 24 milhões e 300 mil dólares, Sr. Presidente, através de recursos do BIRD para o Programa Nacional de Meio Ambiente, PNMA 2, na segunda fase.

O parecer é favorável pelo empréstimo. A operação cumpre todas as normas da Secretaria do Tesouro e do Senado Federal, e, portanto, o parecer, o voto é sim. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação. As Sras. e Srs. Senadores que concordam com o relator permaneçam como estão. Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu peço urgência para a matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a urgência solicitada pelo Senador Romero Jucá, líder do governo. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a urgência permaneçam como estão. Aprovada a urgência.

Com a palavra, ainda, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o projeto prevê empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução, BIRD, no valor de 190 milhões para o estado do Pernambuco. É um programa que diz respeito [soa a campainha] a recursos hídricos extremamente importantes para o estado e está dentro das normas. O parecer é favorável pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o parecer do Senador Romero Jucá. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Solicito urgência para a matéria, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De acordo com a solicitação, submeto o pedido de urgência do Senador Romero Jucá. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução aprovado. Com a palavra [soa a campainha] o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, operação de crédito no valor de 44 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Destina-se ao financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Estratégico de Santos e infraestrutura urbana e habitacional das zonas noroestes e dos morros, *Programa Santos, novos tempos*.

Sr. Presidente, a operação de crédito em tela atende às exigências previstos à Resolução do Senado Federal sobre as operações de crédito internas e externas, conforme evidenciado nos pareceres e documentos que acompanham a mensagem sob exame.

Pelo exposto, somos favoráveis à autorização para contratação da operação de crédito externo, pleiteada pelo município de Santos, Estado de São Paulo, com a garantia da República Federativa do Brasil, nos termos do projeto de resolução que apresentamos.

É o parecer, Sr. Presidente, pela aprovação da operação de crédito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o relatório do senador... Em discussão, desculpe, o relatório do Senador Inácio Arruda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, quero manifestar minha concordância com o parecer do Senador Inácio Arruda, em benefício de Santos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os senadores que concordaram com o relatório do senador cearense permaneçam como estão. Aprovado o relatório--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, peço urgência ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --para constituir o parecer da CAE.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Faço, aqui, um pedido de urgência, já partilhado com o Senador Mercadante, com o Senador Suplicy, e recebi, aqui, uma ligação também do Deputado Aldo Rebelo, mas, pelo que sei, o prefeito é do PSDB.

Você vê que o grau de amplitude do prefeito não é pequeno, tem o apoio do PT, tem o apoio do PCdoB, além do seu próprio partido, evidente. Por isso, nós pedimos urgência para que a matéria vá imediatamente ao Plenário, para nós possamos votar a operação de crédito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o pedido de urgência. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com a urgência permaneçam como estão. Aprovada a urgência.

Em votação a mensagem ou, ainda, tenho a proposta em mãos, Mensagem nº. 273/2009, que *“propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 50 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. De principal, entre o Estado de Santa Catarina e o BID, destinado a financiar parcialmente o programa rodoviário do Estado de Santa Catarina”*.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que vai relatar a matéria, e peço silêncio para ouvir o Senador Pedro Simon [soa a campainha].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Meu relatório já foi distribuído entre todos os Srs. Senadores, falei com todos, inclusive com a ilustre Senadora de Santa Catarina e o Senador Colombo, há uma unanimidade em torno da aprovação desse projeto. O relatório é totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o relatório do Senador Pedro Simon. Os senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas para parabenizar o relatório do Senador Pedro Simon, inclusive, com as correções que foram necessárias aí, de última hora, a equipe dele agilizou para nós podermos estar fazendo a votação ainda no dia de hoje, não ficar para amanhã. E queria solicitar o regime de urgência para tão importante empréstimo aí para nosso estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço desculpo ao Senador Raimundo Colombo, porque ele havia solicitado primeiro, mas, como ele é um cavalheiro, ele fez essa gentileza. E com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só para registrar o agradecimento ao Senador Pedro Simon, dar os parabéns a ele, coisa que a Senadora Ideli já fez, e eu me associo, e também reforçar o pedido de urgência. É só isso. Parabéns, Senador Pedro Simon, e obrigado, em nome do povo de Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Submeto ao Plenário o pedido de urgência solicitado pelo Senador Raimundo Colombo e pela Senadora Ideli Salvatti. Pedido de urgência. Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordaram com o pedido de urgência permaneçam como estão. Aprovado o pedido de urgência.

Portanto, antes de encerrar esta reunião da Comissão de Assuntos Econômicos ou, até mesmo, submeto ao Plenário a proposta do Senador Aloizio Mercadante de apenas suspender esta sessão, para continuá-la amanhã, a partir de 10 horas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É mais adequado, Sr. Presidente. Estou de acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Se o Plenário concorda... O senador Pedro Simon concorda? Concorda. Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, de acordo com o Plenário, nós vamos suspender esta reunião, para continuá-la amanhã, às 10 horas.

Está suspensa.

[Sessão suspensa no dia 15/12/2009 às 12h42].

[Sessão reaberta no dia 16/12/2009 às 14h31]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dando continuidade à 62ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, que se iniciou ontem, dia 15 de dezembro, às 10 horas, serão apreciados hoje, dia 16 de dezembro, como pauta extra os itens constantes da 3ª parte da reunião.

Item 1. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 13 milhões 950 mil dólares dos Estados Unidos da América, entre a Prefeitura de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financio financiamento parcial do Programa de Desenvolvimento Sustentável, para região de Santa Maria.”* Autor: Presidente da República. Relator: Senador Marcelo Crivella, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é submetida a apreciação do Senado Federal, pleito do Município de Santa Maria, por intermédio da Mensagem 283, de 2009, solicitando o crédito externo no valor de 13 milhões 950 mil dólares, junto ao BIRD, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

Sr. Presidente, eu vou ler o voto, porque as considerações relativas ao mérito do pedido são positivas. *“Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial de um projeto que deverá*

ter impacto ecológico e social significativo, mediante a implantação de ações voltadas para urbanização ordenada e organizada no município, preservação ambiental e recuperação das áreas degradadas de Santa Maria."

Em conclusão. Opinamos favoravelmente à concessão da autorização pretendida pelo Município de Santa Maria, Sr. Presidente. Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria. Em votação o relatório do Senador Marcelo Crivella. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado. Aprovado o relatório que passa a construir o parecer da CAE, favorável nos termos de projeto da resolução apresentado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Há um empréstimo para Manaus, V. Exa. me comunica que já está aqui. O empréstimo do BIRD, no valor de cento e poucos milhões de dólares norte-americanos, e o relator seria o Senador Gim Argello. Mas, obviamente, pela importância, o Senador Flexa Ribeiro pode perfeitamente relatar, ou outro qualquer qualificado colega nosso. O importante é que matéria siga hoje para o Plenário, porque é da maior importância para a minha cidade, para a capital do meu Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Arthur Virgílio, é que a Mesa ainda não recebeu o parecer. O parecer está chegando, e, logo que chegue, nós tomaremos essa providência. Mas pode ser que o relator, o Senador Gim Argello, chegue antes disso.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 4. "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, no valor de 150 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.*" Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Na ausência do relator, eu peço ao Senador... ao Senador João Tenório que possa ler o parecer do Senador Antonio Carlos Valadares. É o Item 4, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. "Com a Mensagem 286, de 2009, o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o pedido de autorização para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de até 150 milhões de dólares.

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

A COFLEX identificou o programa como passível de apoio de financiamento externo, sendo de até 450 milhões provenientes do BID e até 50 milhões de contrapartida nacional. Com efeito, o programa foi dividido em três etapas de 150 milhões cada uma, e tem como objetivo contribuir para a integração dos fiscos e para a modernização da gestão administrativa fiscal, financeiro e patrimonial dos municípios brasileiros, tornando mais o sistema fiscal vigente, em cumprimento às normas constitucionais e legais brasileiras.

A operação de crédito externo, sob exame, foi credenciada pelo Banco Central do Brasil e encontra-se com as sua condição financeira devidamente incluída no sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil, sob o nº TA-519579. Por outro lado, as condições financeiras de empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID, que geralmente se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas doméstica ou internacionais.

A presente operação de crédito com o BID será realizada na modalidade unimonetária, com taxa de juro baseada na Libor Trimestral para dólar americano, mais despesas e margens fixas relativas à remuneração do seu capital ordinário.

De acordo com o cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,84 ao ano, flutuante conforme a Libor. Trata-se de patamar aceitável por aquela Secretaria, considerando-se o custo atual de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional.

Análise. A presente operação de crédito externo sujeita-se ao cumprimento da condição de exigência definida na Constituição Federal e na Resolução 48, de 2007, do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União, assim como na Lei Complementar nº 101, de 2000, que dispõe sobre normas de responsabilidades fiscais. A observância dos preceitos contidos nesses diplomas(F) legais constitui, pois, condições imprescindíveis para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, devem ser destacados os seguintes aspectos: a) o limite de endividamento da União, estipulado nos arts. 6 e 7, da resolução acima citada, são atendidos conforme o Parecer nº 1.026, de 2009/GERFI/COREF/STN, de 4 de dezembro de 2009, enquanto baseado em informações contidas no relatório de gestão fiscal da União, para o segundo quadrimestre de 2009; o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF nº 2.730, de 11 de dezembro de 2009, constante nos autos, concluiu que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos; c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem no plano plurianual e na lei orçamentária anual é informado, pela Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico – SPI, que o programa referido encontra-se incluído no plano plurianual da União 2008-2011, nos termos da Lei 11.653, de 2008.

Quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando o cronograma de utilização dos recursos e as informações SFOMP(F), as dotações orçamentárias são suficientes para dar início à execução do projeto em 2009 e 2010.

Informo ao STN que a execução orçamentária e financeira, relativa ao financiamento para modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos municípios, é livre de qualquer contingenciamento por ser consideradas despesas financeiras, além de serem priorizados os recursos destinados à ciência técnica das municipalidades.

O programa foi estruturado em dois componentes. 1º. Coordenação técnica nacional; 2º. Fortalecimento institucional municipal. Desses componentes, o programa será desembolsado mediante contrato de subempréstimos a serem firmados pelo município com a União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, que atuará como agente financeiro da operação.

O município contratante deverá comprometer-se com o aporte de contrapartida local de 10% do valor do contrato, cuja condição financeira serão as mesmas do contrato com o BID. Assim, a União e municípios terão a CEF como agente financeiro; executarão projeto nas áreas de gestão fiscal integrada, administração tributária e contencioso(F) oficial, bem como de admi-

nistração orçamentária financeira contábil patrimonial e de controle da gestão fiscal.

Para evitar o pagamento desnecessário de comissão de crédito, e garantir boa execução do contrato, a STN recomenda, todavia, o cumprimento das condições prévias, mediante manifestação do BID, antes da formalização dos instrumentos contratuais.

Por fim, há observância pela União das demais restrições de exigência, estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000.

O voto. “Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem 286, de 2009, nos termos seguintes.”

Não sei, Sr. Presidente, se seria necessária a leitura completa dessas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, acho que não se faz necessário.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Então é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço ao Senador João Tenório. A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Valadares, lido pelo Senador João Tenório. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a construir o parecer da CAE favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

Item 5 da Pauta. “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil no valor de 10 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre o Estado de Minas Gerais e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa de Eletrificação Rural do Nordeste de Minas Gerais, Pronoroeste.” A autoria do Sr. Presidente da República. O relator é o Senador Efraim Moraes. Na ausência do relator, eu designaria o Senador Sérgio Zambiasi para ler o relatório.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Garibaldi, se me permite, eu vou direto ao voto, que foi exarado pelo Senador Efraim Moraes, já que seu parecer é favorável, conforme o PRS que ele apresenta.

“O pleito, encaminhado pelo Estado de Minas Gerais, encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções nº 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação de operação de crédito externo pretendido, nos termos aqui apresentados, razão

pela qual o parecer e voto são favoráveis”, Presidente Garibaldi.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador Efraim Morais, lido pelo Senador Sérgio Zambiasi. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do projeto de resolução apresentado.

Item 6. Mensagem nº 288, do Senado Federal, de 2009. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 13 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre a Prefeitura de Maringá, no Estado do Pará, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Mobilidade Urbana do Município de Maringá, no âmbito do Programa Pró-cidades.”* A autoria: Presidente da República. Relator: Senador Francisco Dornelles. Está presente ao Plenário o Prefeito de Maringá, cujo município está sendo, nesse momento, está tendo, nesse momento, diria melhor, o pedido de financiamento apreciado. Prefeito Silvio de Barros. Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *“Presidente da República encaminha pleito do Município de Maringá, solicitando a autorização para operação de crédito externo com garantia da República Federativa da União com o Banco Interamericano no valor de 13 milhões.”*

O relatório foi distribuído, Sr. Presidente. Os senadores tomaram dele conhecimento e eu peço autorização para ir direto ao voto.

“O pleito, encaminhado pelo Município de Maringá, encontra-se de acordo com o preceitua as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para contratação da operação de crédito, nos termos da resolução que segue em anexo.”

Sr. Presidente, esse é meu voto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, para fazer uma consideração bastante breve. O Prefeito da Cidade de Maringá foi um competente dirigente da Agência Amazonense de Turismo durante o segundo governo... o governo do... segundo... ex-senador, falecido Senador Gilberto Mestrinho, é o Dr. Silvio Barros. Eu queria, portanto, aproveitar para fazer esse registro, que o Amazonas tem... Ele tem uma folha de serviços prestados também ao meu estado, e o nosso voto, obviamente, é a favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles. Os senadores que concordam com o relatório e as senadoras, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a construir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, não é o Eduardo Suplicy, não. É Osmar Dias, aqui, olha.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): O Eduardo Suplicy está aí na frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. me desculpe, mas acho que V. Exa. não ficou incomodado.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, de jeito nenhum. Senador Garibaldi, Presidente, eu estou pedindo urgência para que nós possamos votar ainda hoje, no Plenário do Senado, esse projeto que foi relatado pelo Senador Dornelles, que é muito importante para Maringá, que é uma das mais bonitas cidades do país, e que tem, nesse projeto, um instrumento importante para continuar sendo uma cidade eficiente e admirada por todos. Então, peço a V. Exa. que coloque em votação o requerimento de urgência, inclusive com a presença aqui do nosso Prefeito de Maringá, Silvio Barros, que está acompanhando a sessão, e é irmão do Deputado Ricardo Barros também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o pedido de urgência feito pelo Senador Osmar Dias. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o pedido de urgência, permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente. Apenas queria fazer uma saudação ao Prefeito Silvio Barros e também ao Deputado Ricardo Barros que realmente são os grandes expoentes do Partido Progressista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 3 da Pauta. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 195, 450... 195 milhões 450 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre o Estado de Alagoas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinado a financiar parcialmente o*

Projeto Desenvolvimento Sustentável.” Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Arthur Virgílio, a quem concedo a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, V. Exa. resumiu muito bem o que significa a Ementa do projeto do empréstimo para Alagoas. Eu aqui ressalto dois pontos. Em primeiro lugar, o critério com que se examinou essa questão. São três pontos, por sinal. Em segundo lugar, o registro do trabalho hercúleo que vem sendo empreendido pelo Governador Teotônio Vilela, no sentido de soerguer econômico e financeiramente aquele estado. É um trabalho... Vamos admitir, inclusive, algo que é de Justiça. Sou líder de um partido de oposição ao Presidente da República, mas o Governador Teotônio me diz que não tem faltado parceria federal em relação a seus projetos. E aqui fica, portanto, como líder do PSDB, o meu agradecimento ao Sr. Presidente da República, pela forma correta com que tem tratado especificamente o Estado de Alagoas.

Por outro lado, eu ressalto que, em que pesem – isso está no relatório – as restrições levantadas quanto ao descumprimento de limites de gasto de pessoal no Poder Legislativo e Ministério Público do Estado de Alagoas, as considerações trazidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, a respeito da situação financeira do Estado e das contragarantias oferecidas, sugerem que a garantia dada à operação pela União não oferece risco inaceitável para este empréstimo, para esse ente; portanto, Alagoas. No mérito, parece oportuno o apoio financeiro ao Estado de Alagoas para que execute seu programa de investimentos proprietários, consolide o ajuste fiscal e promova melhorias na gestão pública que possibilitem a ampliação do espaço fiscal para investimentos.

Resumindo, Sr. Presidente, Alagoas precisa desse empréstimo para que se complete a obra belíssima, correta, justa que vem sendo empreendida pelo governador Teotônio Vilela. E, obviamente, o parecer é favorável, e contamos com o apoio da Casa para que Alagoas se sinta amparada pelo Brasil, a partir da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o relatório do Senador Arthur Virgílio. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se todos esses projetos, se já há um pedido automático de urgência, como é que faríamos? Eu solicitaria urgência para todos esses projetos serem votados hoje no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o relatório do Senador Arthur Virgílio. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a construir o parecer da CAE, favorável nos termos do projeto de resolução apresentado. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na mesma linha do Senador Arthur Virgílio, pedir a V. Exa. que esses projetos de empréstimo todos sejam encaminhados em regime de urgência ao Plenário para que sejam votados ainda hoje. E parabenizar o Senador Teotônio Vilela, que recebe aqui, com o Senador João Tenório, a autorização para contrair esse empréstimo, para dar continuidade ao trabalho excelente que ele vem desenvolvendo no Estado das Alagoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a urgência já aprovada, passamos ao próximo item da pauta. Item 7. “*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de quatro milhões de dólares entre o Estado de São Paulo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê, Programa Mananciais.*” Autoria: Presidente da República. Relator: Senador Raimundo Colombo. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo, relator da matéria.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, os recursos serão destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê, Programa Mananciais, cujo custo total foi estimado em 60 milhões 495 mil dólares, sendo quatro milhões oriundos do BIRD e 56.495 de contrapartida proveniente do Tesouro Estadual.

Em suma, a operação de crédito, sob exame, atende as exigências previstas nas citadas resoluções do Senado que tratam dessa matéria.

“*Quanto ao mérito, deve-se registrar que são objetivos do programa à manutenção e melhoria da qualidade dos recursos hídricos e fontes de água potável na região, na região metropolitana de São Paulo, melhoria na qualidade de vida das populações carentes*”

que residem nas bacias hidrográficas dessa região, assim como a melhoria da capacidade institucional da gestão dos referidos recursos hídricos, de controle da poluição das águas, entre outros”.

Agora, o voto. “*Ante o exposto, somos pela aprovação do pedido de autorização do Estado de São Paulo, para contratar a operação de crédito nos termos do projeto*”. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu gostaria de apoiar o parecer do Senador Raimundo Colombo, tendo em conta que se trata de um investimento muito importante do Programa Mananciais, que envolve a colaboração do Governo do Estado de São Paulo com a Prefeitura Municipal de São Paulo, as prefeituras, também, de São Bernardo do Campo e de Guarulhos. Suas áreas de intervenção concentradas são as Bacias de Guarapiranga e Billings, que deverão receber cerca de 75% dos recursos; e outras intervenções envolvem as Bacias do Alto Tietê, Cabeceiras, Cantareira e Baixo Cotia. Então, trata-se de algo extremamente relevante para o saneamento e melhor abastecimento de água, e também para tratamento dos sistemas de esgoto em São Paulo. Então, tem o nosso integral apoio, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante. Tenho a satisfação de passar presidência ao Senador Delcídio Amaral.

[troca de presidência]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria registrar, Presidente, que nós já aprovamos um financiamento também relacionado para a SABESP a esta agenda. O Alto Tietê é uma região muito importante produtora de água. Mais de 60% do sistema do abastecimento de água da grande São Paulo vem do Sistema Cantareira, que são quatro represas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria que fizessem silêncio, por favor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E há uma deterioração dos mananciais de forma muito crítica, especialmente no entorno da grande São Paulo. As cidades da grande São Paulo estão indo procurar água cada mais distante, e é absolutamente decisivo que se recupere e se preserve os mananciais do estado.

Eu fiz um encontro inclusive com todas as Prefeituras do Alto Tietê, nós fizemos um encontro com a participação da SABESP, exatamente questionando essa situação, pedindo mais investimento da SABESP, porque ela não pode simplesmente pegar água da região, sem desenvolver os investimentos, e buscando mais atenção para preservação dos mananciais. Então, é um programa meritório, de alcance ambiental, e relevante para a grande São Paulo, que é o abastecimento futuro de água e preservação dos mananciais. Tem todo o nosso apoio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu aproveito para registrar o trabalho em boa sequência, que começou com Covas, passou para o Geraldo Alckmin e que deságua no governo eficaz do economista José Serra. Eu ressalto que a SABESP, hoje, tem uma presença nacional muito expressiva, fazendo convênios fundamentais com entidades afins a ela pelo Brasil. É uma empresa lucrativa – acabou aquela história do prejuízo antigo e crônico. Inclusive ela começa a disputar a uma presença internacional, se credenciando a comprar empresa de saneamento em países onde essa possibilidade exista a partir de cálculos que mostre a viabilidade do bom negócio que a SABESP quer fazer. Portanto, o empréstimo, embora pouco voluptuoso, o empréstimo pequeno, todos sabem que ele será bem gerido pelo Governo José Serra. E mais, é um processo de apoio a uma empresa que está cumprindo bem o seu papel de saneamento. Quando se fala em Tietê, que tem um peso simbólico muito grande, mais ainda, ou seja, se procura sanear o Tietê, se procura fazer uma empresa se consolidar e com presença internacional já bastante significativa com tendência de ampliação. Portanto, obviamente, por todos os títulos, apoiamos, nós, do PSDB, a concessão do empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, encerro a discussão. Em votação o relatório do Senador Raimundo Colombo. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório. Passo a constituir o parecer da CAE favorável, nos termos do PRS apresentado, e encaminho, em caráter de urgência também, para votação no Plenário do Senado Federal. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Não, eu ia apenas pedir o regime de urgência, V. Exa. já se antecipou, então, atendido. Obrigado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente. Presidente Delcídio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Meu caro Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado. Apenas para reforçar o pedido de urgência do Projeto de Santa Maria, e eu presumo que todos serão apreciados em regime de urgência, para que todos possam ir ao Plenário, mas nós temos dois no Rio Grande do Sul de alto interesse; estamos aqui, eu e o Senador Paim, aqui, exatamente com esse objetivo, atendendo a expectativa de Santa Maria e também de Rio Grande, que deve estar chegando... O Prefeito Fábio Branco está ansioso, acompanhando as transmissões pela, TV inclusive, para que, logo, o Rio Grande possa ter atendido, e já deixamos antecipadamente o pedido de urgência, também. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Zambiasi. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para confirmar as palavras do meu parceiro aqui, o Senador Zambiasi, irmão de caminhada, que esses dois projetos, tanto o de Santa Maria como o de Rio Grande, a urgência eu sei que vai ser consagrada e vamos votar, hoje à tarde, no Plenário. Meus cumprimentos aos relatores, Senador Roberto Cavalcanti, que disse que está vindo para cá, e o Senador Crivella, que já deu seu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Bancada do Rio Grande do Sul unida, defendendo os interesses do valoroso Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Da mesma forma parabeno os dois senadores que estão aqui, lutando pelos seus projetos, e pedindo a V. Exa., se possível, que o senhor coloque em votação o projeto da cidade, da capital do Amazonas, Manaus, que já está... O relatório já foi entregue, eu estou apto a fazer o voto.

No mesmo sentido, também, logo em seguida, pedindo urgência para que seja levado hoje, em Plenário, tendo em vista que o Senador Arthur Virgílio já cobrou esse projeto, incessantemente, porque tem todo o interesse que seja aprovado o mais rápido possível, porque atende a capital do seu estado. Então, atendendo a todos os pedidos, principalmente do Senador Arthur Virgílio, quero deixar isso registrado, Senador Arthur Virgílio, que, ontem à noite, o senhor estava com atenção, cobrando essa posição. Então já está feito o pedido, o parecer já está dado, o voto é favorável, estou esperando a Mesa comunicar para que a gente possa fazer essa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em função das ponderações, apresentadas pelo Senador Gim Argello, coloco, também, aqui, para apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos o Item 8. Mensagem de nº 292, de 2009. Não terminativa. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 50 milhões de dólares dos Estados Unidos América, de principal, entre a Prefeitura de Manaus, Estado do Amazonas, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao financiamento do Programa de Desenvolvimento e Inclusão Socioambiental de Manaus, ProUrbis.”* Com a palavra o relator, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou pedir licença a todos, vou pedir para ir direto ao voto, porque quem vai explicar tudo em detalhes, já, já eu peço isso, por favor, que seja o Senador Arthur Virgílio. Então, vou direto ao voto e depois peço ao senador que faça uma explanação sobre o objetivo desse contrato.

O voto. *“Em conclusão, o pleito, encaminhado pela Prefeitura de Manaus, encontra-se de acordo com o que preceitua as resoluções do Senado nº 40 e 43, ambos de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida autorização para contratação de crédito externo, pretendidos nos termos seguintes”.* Aí vem toda a resolução. Então, nosso voto é favorável, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Presidente, eu agradeço a deferência do Senador Gim Argello, Sr. Presidente, e--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em discussão a matéria, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Eu agradeço a generosa referência e deferência do Senador Gim Argello e faço alguns registros. Esse projeto nasceu da competente elaboração do ex-Prefeito Serafim Fernandes Correa, e ele, agora, vem a lume,

a partir, também, da coordenada e competente ação da equipe do atual Prefeito Amazonino Armando Mendes. Esse projeto é muito relevante para Manaus. O Programa ProUrbis, Programa de Desenvolvimento e Inclusão Socioambiental de Manaus, ele visa a saneamento; ele visa a criar a infraestrutura que Manaus carece para tocar seus projetos mais ambiciosos, inclusive lembrando que Manaus é uma das subsedes da Copa Mundial de 1914 (*sic*).

E já foi muito competente o relatório do Senador Gim Argello, mas nós entendemos que o município tem ampla capacidade de contrair esse empréstimo. As condições são amplamente favoráveis. E significa o aporte de capitais de que a cidade necessita para dar um grande pulso. Manaus é viável, do ponto de vista do seu próprio orçamento, mas, de forma alguma, pode dispensar algo tão favorável quanto ao juro, quanto ao prazo de pagamento. Ela, que pode muito bem arcar com esse compromisso, não pode dispensar jamais o aporte de recursos como esse.

Portanto, de maneira entusiasmada, e cumprindo meu dever de senador, pelo Amazonas, recebi apelo tanto do ex-Prefeito Serafim Correa, que demonstra muito espírito público, quanto do Prefeito Amazonino Mendes, que ligou de fora, para dizer da importância desse projeto, e encarecendo que nós, hoje mesmo, o aprovássemos na Câmara – já posso tranquilizar o prefeito, dizendo que será aprovado no Plenário, sim, até porque estamos pedindo urgência para todas as matérias, e a pauta está, nesse momento, destravada. Então, me sinto muito feliz de perceber algo de prático que se pode fazer pela terra que nos viu nascer.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Mais uma vez muito atento e defendendo a sua cidade, Manaus, o seu Estado do Amazonas, com competência, dignidade, determinação.

Se não houver mais nenhum orador inscrito, eu encerro a discussão e coloco em votação o relatório do Senador Gim Argello. Os senadores e senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório do Senador Gim Argello. E solicito à Mesa que esse projeto seja encaminhado, conforme citado, aqui, pelo Senador Gim Argello, em caráter de urgência, para que ele venha a ser votado, ainda hoje, na sessão do Senado Federal.

E passo a palavra ao Senador Gim Argello para, como Presidente eventual, somente ler aqui um projeto que foi aprovado. É um adendo ao Projeto de Lei da Câmara de nº 184, de 2009, do Deputado Gilmar Machado, *“que altera a Lei 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES”*. Então, eu pas-

so a palavra ao Senador Gim Argello. É simplesmente uma correção, pelo que a Mesa aqui me informa.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É uma correção de redação, para que todos tenham conhecimento.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Esse é um projeto aprovado na sessão passada. Então, é um adendo que a Secretaria da Mesa nos pede para ser feito.

“Adendo ao parecer de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, ao Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009. Projeto de Lei nº 4.881, de 2009, na origem, do nobre Deputado Gilmar Machado, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Relator foi o nobre Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão, Sr. vice-Presidente Delcídio Amaral. Em virtude de [ininteligível], ocorrido na aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, em 8 de dezembro de 2009, do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, em relação à Emenda nº 4 apresentada, que altera o caput do art. 12, da Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, nos termos do art. 1º do projeto, retifica-se o voto apresentado, ficando retirada a Emenda nº 4, mantendo-se a expressão ‘os certificados com data de emissão até 10 de novembro de 2000’ no lugar de ‘os certificados com data de emissão até 1º de novembro de 2000’, nos termos a seguir”.

O voto. *“Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2009, e das Emendas nºs 1, da Comissão de Educação, a Emenda nº 2, da Comissão de Educação, e pela rejeição das Emendas de nº 1 a 7, com a seguinte Emenda de redação”.* Então, seria só essa correção, esse adendo sendo feito, Senador Presidente Delcídio Amaral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os senadores e senadoras que concordam esse adendo, com essa correção de redação, proposta pelo Senador Gim Argello, permaneçam como estão. Aprovada a correção. Pois não, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Agradecer, em nome do povo de Alagoas, o seu relatório. E só quem viu o Estado de Alagoas há quatro anos atrás e vê hoje – e ele sabe disso, acompanha de perto isso – sabe o esforço que foi feito, as dificuldades que o estado ainda se encontra. É bom lembrar que, talvez, Alagoas tenha sido um dos poucos ou único estado

que não tem aprovado, preteritamente, nenhum tipo de financiamento aqui, no Senado Nacional.

Então, em nome do governador do Estado de Alagoas, em nome dos alagoanos, que aqui eu tenho a honra de representar, eu gostaria de agradecer o empenho e a postura do Senador Arthur Virgílio para a aprovação desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador João Tenório. Feito o registro, passamos para o Item 9 da Pauta. Mensagem de nº 293, de 2009. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal entre o Estado da Paraíba e Corporação Andina de Fomento - CAF, destinado ao financiamento parcial do Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba - Novos Caminhos.”* Com a palavra o relator, João Vicente Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sr. Presidente, Srs. Senadores. *“É submetido à apreciação do Senado Federal o pleito do Estado da Paraíba, por intermédio da Mensagem 293, de 2009, solicitando a autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União com a Corporação Andina de Fomento.*

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba, Programa Novos Caminhos. A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras do Banco Central do Brasil, sob o nº TA-503709. Com efeito, ela será contratada como base na taxa de juros vinculada Libor, acrescida de spread, de acordo com o cálculo do Tesouro Nacional. Deverá apresentar custo efetivo da ordem de 6,92% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor”.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente. *“O pleito, encaminhado pelo Estado da Paraíba, encontra-se de acordo com o que preceitua as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo, pretendida nos termos do seguinte Projeto de Resolução do Senado:*

Autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento, no valor de até 100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º: ‘O Estado da Paraíba autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento, no valor de até 100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Parágrafo Único: Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba - Novos Caminhos’.

Art. 2º: ‘Operação de crédito, referido ao art. 1º, deverá ser realizada nas seguintes condições: Inciso I. Devedor: Estado da Paraíba; Inciso II. Credor: Corporação Andina de Fomento; Inciso III. Garantidor: República Federativa do Brasil; Inciso IV. Valor: até 100 milhões de dólares dos Estados Unidos da América; Inciso V. Prazo de desembolso: até quatro anos; VI. Moeda de desembolso: o dólar; Inciso VII. Amortização: em 28 parcelas semestrais, consecutivas, e preferencialmente iguais, sendo que o pagamento da primeira parcela semestral será efetuado aos 54 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo; VIII. Os juros exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa de juros Libor semestral, para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem de 2,9%; IX. Juros de mora: em adição aos juros pactuados será cobrada a taxa de 2% em caso de mora; X. Comissão de compromisso: será até 0,25% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo exigido juntamente com os juros; XI. Comissão de financiamento: 0,75% sobre o valor total do empréstimo, paga de acordo com o Requerimento da CAF, ou, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso do empréstimo. Parágrafo Único: As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como do desembolso previsto, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo’.

Art. 3º: ‘Fica a União autorizada a conceder a garantia do Estado da Paraíba na contratação da operação de crédito externo, referida nessa resolução. Parágrafo Único: O exercício da autorização, prevista no caput, fica condicionado que o Estado da Paraíba celebre contrato com a União, para concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários, para a cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras, da arrecadação do Estado ou das transferências federais’.

Art. 4º: 'O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência resolução'.

Art. 5º: 'Essa resolução entra em vigor na data de sua publicação'.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador João Claudino. A matéria está em discussão.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF): Só parablenizar o Senador João Claudino pelo relato feito, porque realmente é um estado que ele conhece muito, e um estado que precisa, hoje, um estado muito humilde e onde o governador local está se esforçando para poder melhorar. Mas eu queria parablenizar de verdade ao Senador João Claudino pela eficiência. O relato desse projeto chegou agora e já está pronto, já foi feito o voto. O que eu peço também a V. Exa. é que, por favor, Senador Delcídio Amaral, que o senhor, da mesma forma como tem sido os outros demais projetos, que leve, imediatamente, hoje, se possível, em pedido urgência, para o Plenário, para ser votado e aprovado ainda no dia de hoje. Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Gim Argello. Não havendo mais nenhum orador inscrito, em votação o--.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Para discutir, Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, a Paraíba realmente merece esse recurso, Programa de Pavimentação e Recuperação de Rodovias do Estado da Paraíba, denominado Novos Caminhos. Eu quero, aqui, registrar, inclusive da forma que foi explorada por adversários políticos, o estado que se encontrava a Paraíba, o estado quando da cassação do Governador Cássio Cunha Lima. Dizia que o Estado da Paraíba estava em verdadeira desgraça, quando, na realidade, prova que o atual governo recebeu o Estado da Paraíba em condições inclusive de contrair esse empréstimo e outros que já foram contraidos pelo nosso estado. E dizer que esse mesmo projeto foi elaborado, dirigido e entregue ao Tesouro, pelo Ex-Governador Cássio Cunha Lima.

Então, aqui nós que fazemos a bancada da Paraíba, estamos de pleno acordo, porque entendemos da importância desses recursos para a Paraíba. Agora,

deixando claro, quanto às vezes é perverso o que é repassado para a imprensa nacional, e quantas vezes não disseram da Paraíba em que estado difícil se encontrava as finanças do nosso estado. Pelo contrário, foram todas elas equilibradas, foram elas deixadas em condições, que já foi contraído empréstimo, lá pelo BIRD e, agora, esse novo empréstimo. Significa dizer que o atual governo recebe a Paraíba em condições de governar, e governar bem, dependendo só dele.

E, aqui, o Senado Federal, na minha pessoa, na pessoa do Senador Cícero, e de Roberto Cavalcanti, damos total, somos totalmente avalistas dessa proposta, por entendermos que ganha com isso a Paraíba e os paraibanos. Porém, deixo claro que essa proposta foi uma proposta que nasceu, foi estudada, foi trabalhada, foi negociada no Governo Cássio Cunha Lima. E que aqui recebe os méritos, numa prova de que nós temos que dar continuidade às obras, e não paralisá-las, como, na realidade, estão sendo feitas na Paraíba. As grandes obras, iniciadas na Paraíba, lamentavelmente o governo, o governo biônico de Zé Maranhão, o governo que não recebeu a maioria dos votos da Paraíba, que foi uma decisão do Judiciário, recebe aqui um projeto feito, que poderia ser até interceptado. Mas nós, os paraibanos, nós queremos melhores dias para nossa terra.

Por isso, registro aqui uma obra que vem do governo anterior, foi dado continuidade e que recebe, exatamente hoje, mais uma vez, o apoio da oposição. Diferente da oposição que era feito. Oposição por oposição. A oposição que nós fazemos, ela é construtiva, em busca de resultados para a Paraíba e para os paraibanos. Por isso, em nome da Paraíba, votamos favorável e pedimos urgência para que seja votado ainda hoje, no Plenário do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Efraim Morais. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente Delcídio, eu quero me somar ao Senador Efraim Morais, bem como ao Senador João Vicente, que eu tenho dúvida se ele é piauiense ou é um quarto senador paraibano, até porque o pai dele nos dá a honra de ser conterrâneo nosso, e temos o prazer, você também... V. Exa. também, senador. E dizer que eu indagava aqui, ao Senador João Vicente, se esse projeto não seria de 180 milhões de dólares, que foram autorizados, mas ele me esclareceu que, na verdade, são 154 milhões de dólares, sendo 54 milhões de contrapartida do Governo do Estado, como bem disse o Senador Efraim Morais, projeto esse, como todos os senadores, aqui, experientes que são, e sabem que um projeto desse não se resolve em dois meses, em quatro meses,

em um ano. Vem sendo construído há muito tempo, e isso foi construído pelo então governador da Paraíba, o ex-Governador Cássio Cunha Lima. E, consequentemente, nós estamos aqui, juntos, tanto eu como o Senador Efraim Morais, com esse paraibano, que é de Cajazeiras, que é uma cidade vizinha, limite com o Ceará, com o Rio Grande do Norte, e a maior honra de Cajazeiras é ser limite com a minha querida Jatobá, a cidade também que eu nasci.

Então, quero dizer que parabeno o relator, Senador João Vicente, bem como essa comissão, por estar aprovando, dentro daquilo que foi deixado pelo Senador Efraim Morais, que, quando existe algo em favor da Paraíba, nós estaremos defendendo, independente de quem esteja, eventualmente, ocupando a condição de governador. Então, quero somar e encaminhar o meu voto, no sentido de que seja aprovado com o mesmo pedido de urgência, para que, ainda hoje, seja votado no Plenário, com a concordância de V. Exa. e dos demais companheiros aqui, dessa comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Cícero Lucena, pelas observações. Não havendo mais nenhum orador inscrito, em votação o relatório João Vicente Claudino. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Eu solicito à Mesa-Diretora que encaminhe, em caráter de urgência, para o Plenário do Senado Federal, para que essa matéria seja votada hoje, pelo Plenário do Senado, por solicitação de vários senadores, especialmente os senadores da Paraíba, aqui presentes.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Estão em regime de urgência. Parece-me que o Senador Arthur Virgílio pediu que assim fosse, e a Mesa concordou com isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Alagoas é urgente, urgentíssimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Todos estão com pedido de urgência para serem votados hoje no Plenário. E agora nós retornamos ao Item 2 da Pauta. Mensagem de nº 284, de 2009. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 40 milhões de dólares dos Estados Unidos da América entre o Estado de Minas Gerais e Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, destinado*

a financiar o Projeto de Fortalecimento Institucional para a Modernização da Gestão Fiscal do Estado – PROFORT-SEF.” O relator é o Senador Cícero Lucena, ao qual eu passo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, todos do Brasil têm conhecimento do exemplo de administração, de modernização que vem sendo exercida pelo Governador Aécio Neves, nesses sete anos de governo do Estado de Minas, com a devida aprovação e a verdadeira aprovação popular. Então, como esse relatório foi distribuído anteriormente, antecipadamente aos demais senadores, eu vou direto ao voto.

Meu voto é pela aprovação, por ter cumprido todos os trâmites legais que essa comissão assim exige, somando-se ao meu voto o pedido de urgência para que também seja votada ainda hoje, no Plenário.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria está em discussão, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, o Governo Federal dá uma demonstração clara de que esse Presidente Lula, ele, independente de partido, ele é um grande Presidente. E como bem colocou... dá o aval a essa operação para o nosso governador. Eu, como bem colocou o Senador Cícero Lucena, o Governador Aécio vem fazendo realmente um governo moderno, um governo dinâmico, um governo, hoje, que é associado ao Governo Federal e também à Prefeitura de Belo Horizonte, conseguiu fazer com que, hoje, você, chegando em Belo Horizonte, demonstre que você está entrando num Estado do tamanho de Minas Gerais, da capacidade financeira do Estado de Minas Gerais. Antigamente, para você entrar na capital, você tinha que inclusive passar por uma série de favelas até chegar no Centro da capital, em Belo Horizonte. Agora não. Com essa obra, inclusive que o Governador Aécio está tocando, no centro administrativo fora da cidade, projeto do Oscar Niemeyer, todo mundo que desce de [ininteligível] que vai para Belo Horizonte, passa por essa grande obra do maior arquiteto do Brasil, que é o Oscar Niemeyer. E, aqui, o Senador Cícero dá um parecer favorável, do qual eu vou--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos aproveitar a oportunidade, Wellington, para homenagear esse grande brasileiro, Oscar Niemeyer, que completou, no dia de ontem, 102 anos de idade, trabalhando pelo país.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho oportunidade de ter

uns projetos feitos com ele, e tenho umas fotos com ele que eu vou guardar para eternidade. Então, veja bem, voltando aqui a esse empréstimo, como bem colocou o relatório favorável do Senador Cícero Lucena, garantidor é a República Federativa do Brasil; é um valor até 40 milhões de dólares, para desembolso de até dois anos, contado a partir da vigência do contrato; modalidade de empréstimo em fundo de resultados, com recurso do mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID e taxa de juros; amortização em parcelas semestrais; e o que é importante, Senador Cícero colocou no seu relatório, é que esse empréstimo é o chamado financiamento do Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado – PROFORT-SEF. Demonstra, mais uma vez, que o governador é um governador moderno, um governador da nossa geração, e que mudou completamente, para ser bem popular, a cara do Estado de Minas Gerais.

Espero que Minas continue nesse caminho. E esse empréstimo será pago, uma parte, pelo Ministro Hélio Costa, que deve ser o próximo governador. Sem dúvida nenhuma, porque, inclusive, está com 40 e poucos por cento de aprovação, de indicação de voto. O governador Aécio, ele tem uma certa tendência de querer eleger poste, gosta de eleger poste, e criou o novo poste--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E tem conseguido eleger nas últimas vezes.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É, mas teve um suador danado, ele passou por um aperto danado, colocou seu presépio pessoal--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Processo eleitoral não deve ser discutido.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós temos uma pauta longa ainda pela frente para aprovar outros projetos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Esse presente de Natal para todo mundo está... Eu queria a somatória de quanto... Queria que assessoria me visse quanto é que nós estamos aprovando de empréstimo hoje aqui. É o pacote de Natal que nós estamos lançando. Então, meu voto será favorável.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pacote de Natal para Aécio?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, para Aécio e para todos. É um pacote estatal de Natal.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Temos que aprovar alguma coisa para Fortaleza, Sr. Presidente, imediatamente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se falar com Presidente, ele consegue encaixar alguma coisa ali, se estiver sobrando aval aí.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Deve sobrar alguma coisa de Minas. Não é possível.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): De Minas não pega nada, não. Aqui não tem, não. Então, Sr. Presidente, meu voto será favorável. Eu queria agradecer ao Senador Cícero Lucena, do PSDB, que relatou favorável ao Governo do Governador Aécio, que também é do PSDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Encerrada a discussão. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Resultado aprovado. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. E peço a Mesa-Diretora encaminhar ao Plenário do Senado, em caráter de urgência, para que esse empréstimo seja votado na tarde de hoje ainda.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Encaminhe um pouco desse dinheiro para o Triângulo Mineiro, que é a Minas Gerais que deu certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Será atendido, Senador Wellington Salgado. Entramos, agora, no Item 10. Mensagem de nº 294, de 2009. *“Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 8 milhões e 100 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal entre a Prefeitura do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, destinado ao financiamento parcial do Programa Rio Grande 2010, Uma Visão do Futuro.”* Como foi dito aqui pelo Senador Paim, pelo Senador Zambiasi. Com a palavra o relator da matéria, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, é um prazer relatar empréstimos para um Estado como o Rio Grande do Sul. Na verdade, Prefeitura de Rio Grande, Rio Grande do Sul. São 8 milhões e 100 mil dólares dos Estados Unidos da América, e o agente financiador, da mesma forma que os demais empréstimos, é o BIRD.

Parecer nosso, nosso relatório, que é submetido, nesse momento, à apreciação de V. Exas., como já frisei, trata-se de empréstimo da Prefeitura de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o

BIRD, e destina-se ao financiamento parcial do Programa Rio Grande 2010, Uma Visão de Futuro.

Existe uma observação que, num dos pareceres que está encaminhado, em função da exiguidade de tempo, houve omissão de algumas letras, que são as duas últimas a “E” e a “F”. Gostaria que fosse complementada. Esta cópia que eu tenho está perfeita, mas a cópia assinada e encaminhada a V. Exas. está com esta ressalva a ser feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Será feita a devida ressalva.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso. Vou direto ao voto, Sr. Presidente, para nós agilizarmos. “O pleito, encaminhado pela Prefeitura de Rio Grande, encontra-se de acordo com o que preceitua as Resoluções nº 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo, pretendida nos termos do seguinte...”

Aí vem. “Senado Federal resolve:

Art. 1º: ‘A Prefeitura de Rio Grande, autorizada a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até 8 milhões e 100 mil dólares dos Estados Unidos da América. Parágrafo Único: Os recursos, advindos da operação de crédito, referida no caput, destinam-se ao financiamento do Programa Rio Grande 2010, Uma Visão de Futuro.

Art. 2º: ‘A operação de crédito, referida no art. 1º, deverá ser contratada nas seguintes condições: 1. Devedor: Prefeitura do Rio Grande, Rio Grande do Sul; 2. Credor: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD; 3. Garantidor: República Federativa do Brasil; 4. Modalidade: margem fixa; 5. Valor: até 8 milhões e 100 mil dólares dos Estados Unidos da América; Prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2012; 7. Amortização: em 28 parcelas semestrais sucessivas, e, sempre que possível, iguais, pagas no dia 15 de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de outubro de 2012 e a última em 15 de abril de 2026, correspondendo cada uma das 27 primeiras parcelas a 3,57% do valor total do empréstimo, e a última, 3,61% do valor do empréstimo; 8. Juros: corrigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento das amortizações e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo. A taxa composta pela Libor semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem spread a ser determinada pelo BIRD a cada exercício fiscal, e fixado na data de assinatura do contrato; 9. Juros de mora: 0,5 ao ano, acrescido de juros devidos e ainda não pagos, decorridos 30 dias da data prevista para seu pagamento; 10. Comissão à vis-

ta: 0,25% do valor do financiamento, a ser debitada na data em que o contrato estiver em efetividade.

§ 1º: O empréstimo, referido no caput, fica facultado à conversão da taxa de juros aplicável ao seu montante parcial ou total de flutuante para fixa ou vice-versa, e a alteração de sua moeda de referência para o montante a desembolsar o já desembolsado.

§ 2º: É autorizado o pagamento dos cursos eventuais incorridos pelo BIRD quando o exercício das opções referidas no parágrafo anterior, assim como suas comissões de transação.

§ 3º: As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, deverão ser alternadas em função da data de assinatura do contrato do empréstimo’.

Art. 3º: ‘Fica a União autorizada a conceder garantia à Prefeitura de Rio Grande na operação de crédito externo referida nessa operação. Parágrafo Único: O exercício da autorização, prevista no caput, fica condicionado que a Prefeitura do Rio Grande celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156 das cotas de participação de receitas de que trata os arts. 158 e 159, todos da Constituição Federal. E outras, em direitos admitidos, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras de arrecadação do município’.

Art. 4º: ‘O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da sua publicação’.

Art. 5º: ‘Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação’.

Era isso, Sr. Presidente. Está encaminhado a V. Exas. a análise e a aprovação do referido empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria está em discussão. Não havendo nenhum orador inscrito, em votação o relatório do Senador Roberto Cavalcanti. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório do Senador Roberto Cavalcanti, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado, e a Mesa solicita que seja encaminhado também em caráter de urgência para votação, hoje, ainda, no Plenário do Senado.

Vamos agora para o último item. Item 11. Mensagem de nº 295, de 2009. “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até 33 milhões e 66 mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal entre a Prefeitura de Fortaleza, no Estado do Ceará, e o Ban-

co Interamericano de Desenvolvimento, o BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza.” Com a palavra o relator, Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF):

Sr. Presidente, Srs. Senadores. Como bem colocou V. Exa., os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza, que tem por objetivo geral melhorar a capacidade do município, para formular e implantar políticas e programas para a juventude, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Juventude.

Os objetivos específicos do programa são: melhorar a oferta existente de programas e equipamentos de capacitação, capacitação cultural, capacitação de esporte, recreativo, que promova o desenvolvimento integral dos jovens, especialmente daqueles em situação de risco; e gerar oportunidades de melhor nível de escolaridade e habilidades profissionais e sociais básicas dos jovens beneficiários do programa.

Como ficou bem claro, esse programa é um programa que há uma participação também da Prefeitura do município. Portanto, meio a meio, 50%, 66 milhões e 132 mil dólares é o tamanho do programa. Assim, é que, para o presente empréstimo, há um desembolso. O desembolso está previsto para se dar no prazo de cinco anos, e a amortização será feita em 40 parcelas semestrais.

Então, a análise que fazemos aqui é de conhecimento de todos, e há um projeto de resolução que autoriza o município de Fortaleza a fazer esse empréstimo. E as condições, como bem coloca a exposição, é uma modalidade de empréstimo unimonetário, com taxa de juro baseado na taxa Libor; prazo de reembolso de cinco anos, contado da vigência do contrato. A amortização, como eu disse, em parcelas, sendo que pagas nos dias 15 de fevereiro e de agosto de cada ano, vencendo a primeira em 15 de fevereiro e de agosto. Ou seja, após a transcrição dos cinco anos, da data de assinatura do contrato, que tem... transcorridos 25 anos da assinatura, porque são 40 semestres.

Os juros estão também fixados nesse contrato, os juros estão baseados na taxa Libor, e a despesa com inspeção também é a critério... Vai haver a cobrança fixada. Enfim, esse é o projeto de resolução que faz parte do nosso parecer favorável à aprovação do empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Adelmir Santana. O projeto está em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, brevemente para discutir--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Inácio Arruda do Ceará, batilhador desse financiamento.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --e quero apelar para o Senador Roberto Cavalcanti, para que não peça vista, porque esse projeto é muito importante para o meu estado, Estado do Ceará. Depois do esforço grandioso do nosso senador pelo Distrito Federal, Adelmir Santana. Obrigado. Obrigado, senador.

Então, Sr. Presidente, trata-se de um projeto desenvolvido pela Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, que busca unificar o trabalho com a juventude. Está no âmbito da Secretaria de Esporte, Juventude e Lazer esse programa. A prefeita construiu um conjunto centros de... Ao mesmo tempo são centros de educação, de formação, trabalha com formação profissão para jovens que já concluíram o ensino médio, ou concluíram o que se chama ensino fundamental, ou o que se chamava de ensino fundamental, mas não prosseguiram nos seus estudos, precisam de formação profissional. Então você tem ali: formação profissional, você tem atividades artística, esportivas e de lazer. Então, você congrega um conjunto de atividades.

Nós temos já o primeiro projeto deste programa em curso, inauguramos há dois, três meses atrás. É um CUCA, é um centro integrado de atividades de esporte, lazer e cultura. Quer dizer, um grande equipamento público. Este programa, ele tem o objetivo de ampliar essa atividade para cidade inteira. Fortaleza tem dois milhões e meio de habitantes, sendo que mais de dois milhões são pobres. Uma renda ainda muito pequena, muito baixa. A nossa expectativa é que isso cresça nesse conjunto de atividades que o Brasil tem desenvolvido, mas é a realidade ainda do nosso município. É um povo muito disposto, muito lutador, tanto que se espalhou pelo Brasil inteiro. Mas, agora, nós temos que nos constituir ali: em Fortaleza, na região metropolitana e no Estado do Ceará.

Por isso esse empréstimo, Senador Adelmir Santana, é muito importante para o nosso município de Fortaleza. Acho que é uma atitude correta da nossa prefeita, de buscar apoio internacional, através do programa no Banco Interamericano, no BID. Isso é muito positivo para a cidade de Fortaleza.

Eu quero cumprimentar a prefeita, cumprimentar o Senador Adelmir Santana, V. Exa., Presidente, que, mesmo neste final de período Legislativo, consegue fazer com que nossa comissão se renuncie, vote os projetos, e a gente leve ao Plenário, com a urgência necessária. Já requeiro, junto com o Senador Adelmir Santana e Roberto Cavalcanti, a urgência para que a gente leve a matéria imediatamente ao Plenário do Senado Federal, para que possamos atender a juventude, para que ela seja craque da arte, craque do es-

porte, craque da formação profissional, e não se perca com o *crack* draconiano dessa droga maligna que se espalha nas grandes cidades brasileiras. Por essas razões eu peço a V. Exa. o regime de urgência, para que a gente vá diretamente ao Plenário e agradeço a oportunidade de me manifestar na aprovação desse importante projeto. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, meu caro Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nobre Senador, é só um detalhismo, preciosismo, saber se V. Exa. incluiu como urgência urgentíssima para votação, ainda hoje, o empréstimo relatado por mim, referente a Prefeitura do Rio Grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Todos os projetos – já foi colocado aqui, em globo –, todos os projetos serão encaminhados, em caráter de urgência, para o Plenário do Senado hoje ainda.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de registrar também que, de acordo com Resolução nº 4301, do Senado Federal, encontram-se presentes, em todos os projetos, durante toda a votação dos projetos de financiamento, para acompanhar a apreciação das matérias, o **Sr. Eduardo Luiz Gaudard**, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional. Em todas as votações, conforme a Resolução de nº 4301, o Dr. **Eduardo Luiz Gaudard** esteve, aqui, presente, conforme determina a resolução.

Terminada a discussão. Em votação o relatório do Senador Adelmir Santana. Os senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Peço também à Mesa-Diretora que encaminhe à Mesa do Senado para que esse projeto seja aprovado de urgência, ainda na sessão de hoje do Senado Federal.

E quero, também, aproveitar a oportunidade e apresentar um Requerimento, assinado pelo Senador Garibaldi, nos seguintes termos: *“Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública com a presença do Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Exmo. Sr. Miguel Jorge, para dis-*

cutir sobre comércio exterior”. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento do Senador Garibaldi Alves.

Com isso, nós encerramos a presente sessão da CAE. Um ano produtivo, um ano que a Comissão de Assuntos Econômicos trabalhou muito, sob o comando do Senador Garibaldi Alves. Agradecer a Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos, através do nosso querido Gonzaga, que foi incansável ao longo desse ano. É um trabalho profícuo, eficiente, competente. E aproveitar a oportunidade também para desejar a todos um Feliz Natal e um 2010 de prosperidade, de realizações e de muito sucesso. Muito obrigado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Extensivo a V. Exa. e toda sua família, e os funcionários dessa Casa, que têm se dedicado com todo amor ao nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aos funcionários da CAE, aos funcionários da nossa Casa, e, mais uma vez, desejando um Feliz Natal e um 2010 de luz, e com Deus iluminando os corações e mentes de todos nós. Muito obrigado. A sessão está encerrada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, V. Exa. é um grande vice-Presidente. Todo Presidente tem que ter um grande vice-Presidente ao lado. Então, V. Exa. não se autoelogiou. Então, eu tenho a obrigação de elogiar a atuação de V. Exa., como de todo o time que faz esta comissão. Parabéns, Sr. vice-Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti, obrigado pelas palavras. E a sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 15h53.

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONJUNTA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO SENADO FEDERAL; DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO-CD; FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO-CD; FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE-CD E COM A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO-CN, REALIZADA EM 11 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 2 DO ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia onze de novembro do ano de dois mil e dez, sob a Presidência do Deputado Waldemir Moka, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e

Fiscalização do Congresso Nacional, reuniram-se as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); e de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, Inácio Arruda, titular da CAE/SF, suplente da CMA/SF e titular da CMO/CN, Jayme Campos, titular da CAE/SF e suplente da CMA/SF, Flexa Ribeiro, suplente da CAE/SF, suplente da CMA/SF e titular da CMO/CN e Gim Argello, titular da CAE/SF, titular da CMA/SF e titular da CMO/CN, e dos Deputados Aelton Freitas, suplente da CDEIC/CD, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, Alfredo Kaefer, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Arnaldo Jardim, titular da CMO/CN, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Carlos Abicalil, suplente da CMO/CN, Carlos Zarattini, suplente da CMO/CN, Colbert Martins, suplente da CMO/CN, Devanir Ribeiro, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Dilceu Sperafico, titular da CMO/CN, Fábio Ramalho, titular da CMO/CN, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Guilherme Campos, titular da CMO/CN, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CDEIC/CD, Luiz Bittencourt, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD, Pedro Eugênio, titular da CFT/CD, Raimundo Gomes de Matos, titular da CMO/CN, Ricardo Berzoini, suplente da CDEIC/CD e titular da CFT/CD, Roberto Britto, suplente da CMO/CN, Rômulo Gouveia, suplente da CMO/CN, Waldemir Moka, titular da CMO/CN, Wilson Santiago, suplente da CMO/CN e suplente da CFT/CD, e, ainda, dos Deputados José Carlos Aleluia e Valdir Colatto, Parlamentares não integrantes das Comissões participantes. Deixaram de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, Marcelo Crivella, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Osmar Dias. A reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidencian-*

do o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre do exercício de 2009 e ao primeiro semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal. A reunião foi iniciada sob a direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Deputado Waldemir Moka, que convidou as seguintes autoridades para tomarem assento à mesa: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Sr. Alvir Alberto Hoffmann, Diretor de Fiscalização; Sr. Isaac Sidney de Menezes, Procurador-Geral do Banco Central do Brasil; Senador Gim Argello, Relator-Geral do Orçamento de 2011; Deputado Guilherme Campos, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; e o Deputado Laurez Moreira, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados. O Presidente informou que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporia de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anunciou a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles fez apresentação em datashow sobre o tema em referência e foi interpelado pelo Deputado Fábio Ramalho, tendo finalizado sua apresentação às onze horas e oito minutos. Prosseguindo, o Presidente facultou a palavra ao Senador Gim Argello, que teceu alguns questionamentos relativos ao tema, o palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelo Senador e Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2011. O debate foi iniciado. Fez uso da palavra o Deputado Guilherme Campos. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados pelo Deputado. Houve consenso no sentido de o palestrante se pronunciar após as intervenções de grupo de parlamentares. Interpelaram o expositor os Deputados Arnaldo Jardim, Luiz Carlos Hauly, Fábio Ramalho e Pedro Eugênio. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. Foi assegurada réplica ao Deputado Luiz Carlos Hauly. Participaram do segundo bloco de interpeladores o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados Alfredo Kaefer, Roberto Brito

e José Carlos Aleluia. A seguir, o Presidente encerrou a lista de inscrição para o debate. O Deputado Dilceu Sperafico solicitou a retirada de seu nome da lista de inscrição, o que foi prontamente atendido pelo Presidente. O palestrante respondeu os questionamentos efetuados. Foi assegurada réplica ao Deputado José Carlos Aleluia. Finalizando, o Presidente do BACEN respondeu às últimas intervenções e concluiu a exposição. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente agradeceu a presença do Dr. Henrique Meirelles. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Reunião às quatorze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada. — Deputado **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública com a participação das seguintes Comissões:

Da Câmara dos Deputados: Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Do Senado Federal: Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Do Congresso Nacional: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A presente reunião tem como tema *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre do exercício de 2009 e ao primeiro semestre do exercício de 2010, em atendimento ao estabelecido no § 5º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.*

Convidado: Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença dos Srs. Alvir Alberto Hoffmann, Diretor de Fiscalização, e Isaac Sidney de Menezes, Procurador-Geral do Banco Central do Brasil.

O Senador Gim Argello, Relator-Geral do Orçamento de 2011, já está ao meu lado, na Mesa Diretora.

Convido também para tomarem assento à mesa o Sr. Deputado Guilherme Campos, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e o Sr. Deputado Laurez Moreira, Presidente

da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados...

Para melhor andamento dos trabalhos, solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que o permita.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo prazo de dois minutos.

A lista de inscrição está aberta na Secretaria da Comissão.

Tem a palavra o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka.

É uma satisfação enorme estar mais uma vez no Congresso Nacional. Consideramos o evento mais importante do ano para o Banco Central sua prestação de contas à sociedade brasileira por meio da representação máxima parlamentar do País, as Comissões do Congresso Nacional.

Então, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, vamos iniciar a nossa exposição.

(Segue-se exibição de imagens.)

Em primeiro lugar, o sumário da exposição apresenta o resultado contábil do Banco Central. Depois, vamos falar sobre o cumprimento dos objetivos do Banco Central, basicamente de política monetária, política creditícia e política cambial. Finalmente, mostraremos possíveis efeitos fiscais da política monetária — efeitos de políticas consistentes aplicadas sobre a atividade econômica, sobre a renda e sobre o emprego.

Resultado fiscal contábil do Banco Central. No primeiro semestre de 2010, o Banco Central do Brasil apresentou um resultado líquido positivo de 10,8 bilhões de reais. De acordo com a legislação aplicável, o resultado apurado no primeiro semestre de 2010 foi transferido ao Tesouro Nacional em setembro de 2010.

No segundo semestre de 2009, o Banco Central do Brasil apresentou um resultado líquido positivo de 6,6 bilhões de reais. O resultado apurado no segundo semestre de 2009 foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2010.

Temos aqui o resumo do resultado contábil do Banco Central, focalizando inicialmente o primeiro semestre de 2010: resultado de operações no mercado aberto, 15 bilhões positivos; juros com operações com títulos, 34 bilhões positivos; juros com operações compromissadas, isto é, a captação de recursos pelo

Banco Central, 19 bilhões; depósitos compulsórios, um custo de remuneração de 5,4 bilhões; juros com o Governo Federal, pagos na Conta Única do Tesouro, 16 bilhões; resultados de operações com instituições em liquidação — empréstimos a essas instituições, os empréstimos PROER e da reserva bancária —, 1,8 bilhão; operações em moeda estrangeira, OFI e outras, 171 milhões; outras receitas e despesas administrativas, 482 milhões; e outras receitas e despesas financeiras, 15 bilhões.

Seguindo a mesma metodologia, em relação ao segundo semestre de 2009, os resultados diferem um pouco, porque tinha havido substancial queda de custos e resultados financeiros no ano de 2009, em face da crise. Então, o resultado do mercado aberto é de 6,5 bilhões; juros com operações de títulos, 26 bilhões; juros com operações compromissadas, mais ou menos o mesmo valor, 20 bilhões — os mercados de títulos foram os que mais sofreram; depósitos compulsórios, 1,8 bilhão. Tinha havido uma grande queda de depósitos compulsórios, uma vez que eles haviam sido liberados pelo Banco Central no processo de combate à crise, mas, posteriormente, na sua maioria, eles foram recompostos este ano.

Prosseguindo. Juros com o Governo Federal, 13,9 bilhões; resultado de operações de instituições em liquidação, aproximadamente 1,7 bilhão; operações em moeda estrangeira, 836 milhões — resultado um pouco superior; outras receitas administrativas, 191 milhões; outras receitas e despesas financeiras, 13 milhões; resultado líquido, 6,5 bilhões.

No momento, vamos analisar um fator da maior relevância e que está sendo objeto de discussão, o custo das reservas internacionais para o Governo brasileiro e, em consequência, para a sociedade nacional.

É importante entender a situação das reservas não só do ponto de vista dos custos, mas também do ponto de vista dos benefícios. As reservas funcionam como um seguro. O seguro tem um custo, mas o custo tem de ser medido em relação ao seu benefício, no caso de sinistro.

No caso das reservas, vai muito mais longe. É um seguro que não só é acionado no momento do sinistro, mas ajuda a prevenir o próprio sinistro, isto é, ajuda a evitar a ocorrência do problema, na medida em que a existência de reservas o evitam. Por outro lado, garante a rolagem dos empréstimos externos em momentos de crise, impede o contágio do sistema financeiro doméstico, diminui o impacto sobre a atividade econômica em caso de crises externas — emprego e renda — e permite que a política monetária seja anticíclica.

O que significa isso? Por exemplo, na década de 90 do século passado, quando de crises menores até do

que a de 2008, o Banco Central tinha de elevar a taxa de juros fortemente para combater a fuga de capitais. Desta feita, pela primeira vez em muitos anos, o Banco Central pôde baixar a taxa de juros para incentivar a atividade econômica, porque não tínhamos de lutar contra a fuga de capitais, uma vez que contávamos com reservas suficientes para enfrentar o problema.

Reduz ainda a incidência de choques cambiais, aumenta a confiança no câmbio flutuante, amplia a sustentabilidade das contas externas e estabiliza automaticamente a dívida líquida do setor público.

Torno a perguntar: o que significa isso? Significa que, no momento em que as reservas são maiores do que a dívida externa do setor público, no momento em que há uma depreciação cambial, aumenta o valor em reais das reservas — mais do que o aumento em reais ocorrido com a dívida pública externa. Portanto, a dívida pública líquida cai. No último trimestre de 2008, caiu 4% do Produto

Os benefícios resultantes da acumulação de reservas internacionais ficam mais evidentes quando a economia enfrenta uma crise externa. Em termos quantitativos, os benefícios de um nível elevado de reservas podem ser estimados comparando-se as respostas pós-crise em situações com baixas reservas *versus* situações com altas reservas.

Não vou entrar em todos os detalhes técnicos, mas estudo do Fundo Monetário Internacional sobre avaliação de longo prazo acerca de crises em países emergentes até a crise da Ásia no final da década de 90 concluiu que crises de financiamento externo custam, em média, ao país 8% do PIB e que crises de financiamento externo levam também a uma crise bancária. E, no passado, crise bancária com financiamento externo gerou, em média, um custo de 14% do PIB.

Durante a última crise internacional, países emergentes com reservas baixas tiveram custo do PIB de 25%, enquanto países emergentes com reservas elevadas menos de 5%. Como se vê, há uma diferença de cerca de 20% do PIB entre os países que tinham reservas elevadas e aqueles outros que tinham reservas baixas. É um ganho para o País evitar esse custo.

Portanto, se fizermos uma análise de custos em relação a benefícios, poderemos estimar, a *grosso modo*, um custo de reservas, segundo determinados critérios, de 68 bilhões de 2004 a 2010 e estimar benefícios, em cenários de crise, de cerca de 600 bilhões, 17,5% do PIB, caso não existissem as reservas.

E como se mede, como se estima isso? Redução da atividade econômica, elevação do custo de captação pública e privada no exterior, elevação na taxa de juros no custo de financiamento da dívida pública e perda na arrecadação de tributos. Evidentemente, são

valores estimativos, sujeitos a uma série de hipóteses de trabalho, baseados em critérios do FMI.

Em resumo, trata-se apenas de dar uma ideia geral. Por exemplo, se compararmos as crises de 2002 e 2008/2009, respectivamente com baixo e alto volume de reservas, veremos que, em 2002, houve um aumento da SELIC de 8,4%, enquanto em 2008/2009 foi possível uma queda de 5%. A dívida líquida do setor público sobre o Produto cresceu 11,5% em 2002; em 2008/2009, caiu 3,7%. Em 2002, o Risco País subiu 1.550 pontos; em 2008, subiu 180 pontos, o que mostra a diferença que impacta o custo de financiamento do Tesouro e o custo de financiamento do setor privado nacional.

Há um comparativo internacional, projetado pelo Fundo Monetário Internacional, sobre a evolução da dívida pública líquida com percentagem de Produto. No caso do Brasil, em verde escuro, a trajetória é cadente. Se pegarmos o Japão, em vermelho, e os Estados Unidos, em azul, vamos ver a evolução. A projeção do FMI para 2014 é que a relação Produto/dívida pública líquida chega a 81% nos Estados Unidos, 147,8% no Japão, 100% na Itália e 35,2% no Brasil. É importante notar que, no início desse processo, em 2002, o Brasil tinha uma dívida pública líquida substancialmente superior à dos Estados Unidos, superior à do Reino Unido, superior à da Alemanha e superior à da França. E, hoje, o Brasil tem uma dívida líquida substancialmente menor que a desses países. Já era menor e continua bem menor do que a Itália. Era próxima à do Japão. Agora, segundo essa projeção do FMI para 2014, a japonesa é de 147,8% e a brasileira, 32,5%. E o Governo brasileiro tem, inclusive, anunciado metas mais ambiciosas do que essa para 2014. Em resumo, é essa a equação.

Efeitos fiscais da política monetária sobre o déficit fiscal. Comparando o Brasil com outros países emergentes e levando em conta a crise, vamos ver que, cotejando 2007, em azul escuro, com 2009, em azul claro, o G-20 subindo, em média, de 0,9 para 7,6 e o Brasil de 2,6 para 3,2; G-20 (países industrializados), de 1,7 para 9,5 e o Brasil de 2,6 para 3,2; e emergentes do G-20 de -0,3 para 4,7.

Isso revela como a crise no Brasil, de fato, custou menos do que para a maioria dos outros países, principalmente para os membros do G-20. A razão foi exatamente a maior resistência do País por causa das reservas, da trajetória da dívida pública cadente, da possibilidade de aplicação de medidas anticíclicas, não só monetárias, de liquidez, de empréstimo de reservas, mas também de estímulos fiscais. E isso fez com que o custo final, inclusive dos estímulos fiscais, fosse menor do que o dos outros países.

Em termos de objetivos, o Banco Central cumpriu seu objetivo principal na política monetária, a meta de 4,5% de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional para 2009 e 2010, com tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo, condição necessária para o crescimento sustentável ao longo do tempo.

Se olharmos aqui trajetória da inflação, vamos ver que ela tem estado dentro da trajetória de meta. Em alguns momentos, um pouco abaixo do centro; em outros, um pouco acima, mas orbitando em torno do centro da meta, exatamente a missão determinada ao Banco Central pelo Conselho Monetário Nacional.

Em vermelho estão as projeções dos analistas sobre a trajetória de inflação para os próximos anos, consistentes com a trajetória de metas. E as projeções do Banco Central indicam também, dentro de determinadas hipóteses de trabalho condicionantes para todas as projeções, que a trajetória da inflação futura está consistente com a meta.

Dado importante é olharmos as consequências da política monetária e a taxa de juros de mercado. Isto aqui são os contratos de juros comercializados no mercado de futuro, os chamados *swaps*, contratos de taxas de juros de DI, uma boa demonstração da taxa de juros de 180 dias, 360 dias no mercado. Vemos que sua trajetória sobe e desce, conforme os ciclos de política monetária, mas que existe, no meio, uma reta chamada de tendência — uma reta teórica, porque raramente ela está em cima da tendência. A taxa sobe e desce por causa da política monetária e das condições de mercado — liquidez, projeções de inflação, incertezas diversas etc. —, mas a reta de tendência mostra muito bem o que está acontecendo com a economia brasileira.

Existe consequências importante disso em relação ao objeto da nossa exposição hoje de contas, a diminuição do custo de financiamento do Tesouro Nacional em razão da política monetária.

Esta taxa, descontada a inflação, aproxima-se das taxas de 360 dias pagas pelo Tesouro. Evidentemente, o Tesouro emite a prazos um pouco maiores. Portanto, não são exatamente essas taxas, mas são consistentes com a trajetória. Sobem e descem, dependendo das condições de mercado, mas essa é uma linha de tendência interessante.

Esta taxa aqui, descontada a inflação esperada — portanto, acima da inflação —, é a chamada taxa de juro real. E tivemos novamente, nos últimos anos, uma trajetória de queda no custo de financiamento do Tesouro Nacional. Cinco vírgula nove por cento é a taxa que prevalece no mercado neste momento, ou seja,

o DI de 360 dias, que é a taxa de juros de mercado, descontada a inflação esperada.

No caso da política creditícia, o Banco Central tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais.

Este gráfico mostra a evolução do crédito no Brasil nos últimos oito anos. Observamos consistente expansão do crédito no período: sai de um patamar abaixo de 400 bilhões de reais e atinge, hoje, um patamar de aproximadamente 1,5 trilhão de reais. Isso mostra a evolução do crédito no Brasil e o cumprimento da missão determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal ao Banco Central: incentivar, motivar, dar condições para a expansão do crédito no Brasil.

Observamos neste gráfico a evolução do crédito como percentagem do PIB. Alguns podem verificar que houve uma pequena estabilização em 2010 e perguntar a razão. Se olharmos a expansão de crédito, não. Ela continua normal. Por que, então, como percentual do Produto houve uma pequena estabilização? Muito simples, Srs. Deputados e Srs. Senadores: o PIB cresceu bastante, principalmente no início de 2010. As previsões de crescimento para este ano são acima de 7%; a do Banco Central é 7,3%. Por isso, houve essa estabilidade, mas o crédito está crescendo substancialmente.

Este gráfico, muito importante, mostra que o prazo médio de linhas de crédito bancário para pessoas físicas, em azul claro, à esquerda, e para pessoas jurídicas, em verde, à direita, teve uma evolução: de 255 dias médios, em setembro de 2003, para 541 dias médios para pessoas físicas; de 173 dias para 384 dias para pessoas jurídicas. Portanto, estão aumentando os prazos do crédito.

Com referência às operações de crédito acima de 5 mil reais, segundo dados do Banco Central, o número de pessoas tomadoras de crédito subiu de aproximadamente 9 milhões para mais de 25 milhões. Esse objetivo do Banco Central é o de inclusão bancária. Não só aumentou o número de pessoas que têm conta bancária, mas também o de pessoas que têm acesso ao crédito, principalmente por causa do crédito consignado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - E é o pior que existe no Brasil, Sr. Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Em termos de qualidade de crédito e do seu alongamento, as pessoas físicas e as jurídicas estão mais ou menos na mesma linha.

Outro objetivo do Banco Central com a política cambial é o aperfeiçoamento permanentes do regime de câmbio flutuante. Não há metas para a taxa de câmbio.

O Banco Central do Brasil, como mencionei, tem acumulado reservas, com todos os benefícios daí consequentes. Aliás, no dia 5 de novembro, tínhamos 287 bilhões de dólares de reservas internacionais.

Já analisei os custos e benefícios das reservas.

Este gráfico mostra o crescimento das exportações. Em verde ou em linhas horizontais, os números médios, por período: 25,5 bilhões de dólares de 1980 a 1989; 42 bilhões de dólares de 1990 a 1999; 111 bilhões de dólares de 2000 a 2009; e 235 bilhões de dólares de 2010 a 2014, segundo projeção dos analistas no Brasil.

Objetivos do Banco Central. Possíveis efeitos fiscais da política monetária. O impacto direto da taxa de juros de curto prazo nas contas públicas é apenas parte do efeito. A política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio dos efeitos sobre as expectativas de inflação, taxa de câmbio e crescimento econômico de longo prazo do País.

Uma das maneiras de avaliar os efeitos fiscais da política macroeconômica é a trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao Produto.

E eis aqui essa trajetória: caiu de 60,6%, em dezembro de 2002, para 41%, em setembro de 2010, e o percentual projetado para dezembro é 40,9%. E a projeção dos analistas para os próximos anos.

Existem objetivos mais ambiciosos contemplados pelo Governo, segundo declarações da Presidente eleita.

Em relação aos juros nominais pagos pelo setor público consolidado — muito importante —, houve uma queda na taxa de juros pagos como percentagem do PIB. O custo médio da dívida pública monetária financeira, isto é, o custo médio de financiamento do Tesouro acumulado em 12 meses, caiu de quase 17% ao ano, em dezembro de 2005, para 11% ao ano, em setembro de 2010. A linha de tendência também caiu. Vemos, então, que o custo de financiamento da taxa de juros efetiva paga pelo Tesouro está caindo, resultado, de novo, da estabilidade econômica e, principalmente, da maior previsibilidade da inflação e da queda dos prêmios de risco.

Dívida externa líquida. O setor público passou a ser credor líquido internacional a partir de 2006, o que implicou melhora do Risco País e dos custos de financiamento.

Passando agora para a atividade econômica, vemos que o regime de metas de inflação, aplicado de forma rigorosa e consistente, gera maior estabilidade econômica e reduz o risco inflacionário; o câmbio flutuante, com reservas internacionais elevadas, leva a uma dívida pública cadente, com redução do risco externo; os *superávits* primários produzem uma dívida

pública cadente, com redução do risco fiscal; e a redução desse tipo de risco leva a um menor prêmio de risco e a uma diminuição da taxa de juros, que, aliada a uma maior credibilidade, gera um efeito ampliado: à medida que cai o custo de financiamento, com o superávit primário, cai a dívida pública, de forma ainda mais consistente.

Os fundamentos econômicos de metas para a inflação, responsabilidade fiscal e flexibilidade cambial, combinados com política prudencial e supervisão bancária sólida, resultam em capacidade de absorver choques internos e externos; estabilidade macroeconômica e financeira; crescimento sustentável; crescimento do investimento; crédito e desenvolvimento do mercado de capitais. Inflação consistente com trajetória de metas nos últimos anos, segundo a projeção dos analistas; taxa de juros cadente, nos últimos oito anos, descontada a inflação, e crescimento do País.

Crescimento do PIB. Em azul, as taxas anuais de crescimento real e, no pontilhado vermelho, as taxas médias: 2,1% no período 1999-2002; 3,3% no período 2003-2005; 5,1% no período 2006-2007; 0,2% negativo em 2009, por causa da crise; e 7,3% neste ano, conforme previsão de crescimento do Banco Central. A previsão média dos analistas consultados pelo Banco Central está acima desse percentual: 7,5%. A média da pesquisa *Focus* para 2011 é 4,5%.

Se compararmos o Brasil com os demais países emergentes, com a exclusão dele próprio, da Índia e da China, porque são casos especiais, pela alta população, alta disponibilidade de mão de obra e altas taxas de poupança, veremos que o País tem crescido a taxas substancialmente maiores do que os demais emergentes, em média.

Ao analisarmos o investimento, em vermelho, ou a formação bruta de capital fixo, veremos que o investimento no Brasil tem crescido também substancialmente. Caiu na crise, mas voltou a crescer, ao mesmo tempo em que caiu o Risco País. Portanto, a conclusão a que se pode chegar é a de que o aumento da previsibilidade ou a diminuição do risco com aumento da confiança levam a um aumento dos investimentos no País. É um resultado positivo da estabilidade econômica.

A formação bruta de capital fixo é uma medida do investimento. Ele vinha subindo forte até 2008, caiu com a crise, mas já começou a se recuperar e, a esta altura, está em nível superior a 2008, com forte recuperação. Trata-se de um dado muito importante para o País, na medida em que em muitas outras regiões do mundo existe ainda muita incerteza em relação à saída da crise e os investimentos ainda estão sofrendo. No Brasil, ao contrário, os investimentos já estão crescendo.

Mercado de capitais de novo está se recuperando. Já estão os números de emissões primárias, importante fonte de financiamento para empresas brasileiras: não contrair dívidas para expandir, ir direto ao mercado de capitais e emitir. Temos em 2010 valores elevados — em azul a emissão de ações. Evidentemente, parte substancial disso é a emissão de ações pela PETROBRAS. Mas, de qualquer maneira, são emissões de ações no Brasil. Representa uma mudança importante do perfil de financiamento das empresas brasileiras, que passam a ter — as grandes empresas, principalmente — menos necessidade de busca de empréstimos. Vão direto ao mercado de capitais, como foi o caso da PETROBRAS.

Investidor estrangeiro. Este é o investimento estrangeiro direto, também crescendo. Caiu depois da crise e voltou a crescer. Em verde, as médias dos últimos anos e as previsões dos analistas.

Aqui apenas para mostrar que a qualidade do total do investimento externo no Brasil está melhorando, porque o total de empréstimos, o chamado de renda fixa, está caindo — está aumentando o prazo —, mas o total de ações e investimento estrangeiro direto está aumentando. Era 42% em 2001 e hoje já é quase 70% o total investido em ações ou em investimento direto. Portanto, está melhorando a qualidade.

Produção industrial cresce fortemente desde 2003. Caiu na crise, mas já voltou a crescer, recuperando o patamar pré-crise.

Em relação à confiança na indústria, a mesma coisa, atingindo patamares elevados. Caiu também durante a crise, mas já voltou ao patamar pré-crise.

Vendas no comércio apresenta uma trajetória de crescimento constante desde 2003. Em azul, o comércio ampliado, que inclui veículos. Sofreu uma queda mais pronunciada depois da crise, mas, de novo, voltou a crescer. Em marrom, sem veículos, a projeção do comércio varejista e de como ele está crescendo. O comércio varejista cresceu 2% no último mês e 10,4% ao ano; o ampliado, 14%.

Sobre emprego, temos a evolução da renda *per capita* do País, com um crescimento real de 17,5% nos últimos anos, acima, portanto, da inflação no período.

Foram criados 14,7 milhões de empregos desde 2003. No final da década de 90, criavam-se cerca de 117 mil empregos por ano, em média. No início de 2000, passou-se para 668 mil; de 2004 a 2006, 1 milhão e 325 mil, em média; e, de 2007 até 2010, 1 milhão e 700 mil.

Um dado importante que eu gostaria de enfatizar: esses são números de janeiro a setembro, apenas. Por quê? Para poder comparar 2010 com os demais anos.

Em 2010, de janeiro até setembro, 2,2 milhões de empregos formais criados no País, o que representa um total 14,7 milhões de empregos criados desde 2003.

Desemprego é um dado da maior importância. Vemos aqui a evolução do desemprego no Brasil nos últimos anos: saiu de 13% e chegou a 6,4% em setembro de 2010 — dessazonalizado. Se compararmos o índice de desemprego no Brasil ao de outros países, veremos que, de fato, esse dado ainda é mais impressionante: África do Sul, 25%; Espanha, 20%; Lituânia, 18%; Irlanda, 13%; Colômbia, 12%; Grécia, 11%; Estados Unidos, 9,6%; área do euro, 10,1%. No Brasil, 6,4%!

Comparemos, de novo, a evolução do índice de desemprego no Brasil com o dos países Europa e dos Estados Unidos: o Brasil apresenta uma trajetória virtuosa comparativamente a esses países, com o desemprego em queda, enquanto nessas regiões o desemprego tem aumentado.

Massa salarial, em azul, crescendo desde 2003 até 2010.

Renda real média do trabalhador brasileiro, crescendo; crédito imobiliário, de novo, crescendo. Este é o número de imóveis financiados: sai de 30 mil a 40 mil imóveis anualmente, no período de 1999 a 2004, e atinge, em 2010, 382 mil imóveis.

Finalmente, entre 2003 a 2009, 35 milhões de brasileiros passaram a fazer parte da classe média; 20 milhões de brasileiros cruzaram a linha de pobreza para cima. E, mantida essa tendência, 36 milhões de brasileiros entrarão na classe média até 2014 e mais 14,5 milhões cruzarão a linha de pobreza.

Esta é a percentagem da população de renda mais baixa, que caiu de 28% para 15,3%. Este é o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade: quanto mais alto, mais desigual; quanto mais baixo, menos desigual. A distribuição de renda no País — justiça social — está melhorando.

Outra maneira de mostrar isso é o número de pessoas que fazem parte das diversas classes sociais. Por exemplo, a classe E caiu de 49 milhões para 29 milhões, em 2009, e a previsão é que chegue a 16 milhões em 2014.

Finalizando. Tivemos sucessivas crises e planos econômicos de 1980 a 1990, mudança de regime monetário, planejamento de longo prazo prejudicado. Nos últimos oito anos, estabilidade macroeconômica, planejamento de longo prazo e, principalmente, aumento do emprego e da renda.

Sr. Presidente, esse é o sumário do que eu gostaria de apresentar a V.Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Agradeço ao Presidente do Banco Central, Dr. Hen-

rique Meirelles, e, de imediato, vou dar início ao período debate.

Inicialmente, passo a palavra ao Senador Gim Argello, Relator-Geral da proposta orçamentária para 2011.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka; Srs. Senadores; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; Sr. Presidente do Banco Central do Brasil; Srs. Diretores do Banco Central; demais pessoas que acompanham os trabalhos, representantes da imprensa em geral, ficamos muito felizes, eu particularmente, e, tenho certeza, todos os brasileiros, com a apresentação desses números. São números bastante consistentes, que mostram que uma economia pujante, em crescimento no correr dos anos.

Parabenizando V.Exa., Presidente Henrique Meirelles, por mais essa exposição — todas as vezes em que é convidado a comparecer ao Congresso Nacional, V.Exa. está sempre pronto a fazê-lo —, eu gostaria de formular algumas perguntas.

Em primeiro lugar, eu vi os números das nossas reservas cambiais: mais de 280 bilhões. Também temos a reserva do dinheiro depositado pelos bancos brasileiros no Banco Central, mas não vi os números dos depósitos compulsórios. Isso é motivo de grande alegria para nós, porque representa estabilidade macroeconômica. Nossa dívida externa líquida está decedente; a dívida pública vem cedendo, assim como a taxa de juros, a inflação está no centro da meta e a Lei de Responsabilidade Fiscal está sendo observada. Enfim, tudo está muito bem definido.

Mas o que quero lhe perguntar, Sr. Presidente, é sobre um assunto que, nos últimos 2, 3 dias, vem dominando a opinião pública. Diante dos fundamentos apontados, temos crescimento sustentável, crescimento de investimento e desenvolvimento de mercado de capitais, combinados com política prudencial e supervisão bancária sólida. Já fui questionado algumas vezes se temos condições de enfrentar algumas dificuldades no nosso sistema bancário, como aconteceu recentemente com o banco PanAmericano.

Então, em cima disso, eu lhe pergunto, Sr. Presidente: primeiro, nesse caso do banco PanAmericano, houve envolvimento de recursos públicos, vai haver perda de dinheiro público? E mais: os particulares que têm investimentos ou depósitos naquele banco vão sofrer algum tipo de perda?

Eram essas as minhas primeiras colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles para responder as perguntas do Senador Gim Argello.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Senador Gim Argello, pelas perguntas.

Eu entendo sua preocupação. Ela é extremamente adequada e procedente, porque temos lido nos jornais, visto na televisão e nos noticiários *on line* o custo enorme para o poder público dos ajustes e dos problemas bancários em outros países. Sabemos, por exemplo, que foi aprovado pelo Congresso norte-americano aquele plano de ajuda à economia do país a enfrentar a crise bancária, que, no caso, projetou um custo possível de 250 bilhões de dólares que poderiam ser alocados ao sistema financeiro americano.

No Brasil, tivemos casos importantes no passado. Em razão deles, foi criado o PROER, através do qual foram investidos, com a apresentação de garantias etc., volumes substanciais de recursos públicos para resolver os problemas dos bancos. Nesse caso, não há o uso de nenhum centavo público para a recapitalização e a recomposição patrimonial do banco, que é do que se trata.

O sócio majoritário, o Grupo Sílvia Santos, foi convocado pela autoridade monetária e fiscalizadora, e, dentro das normas legais, o Banco Central demandou a recomposição patrimonial do banco.

E o que diz a norma legal? O art. 5º da Lei nº 9.447, de 1997, estabelece que o Banco Central, em última análise, pode decretar a intervenção e a liquidação, mas deve adotar medidas preventivas.

São previstas medidas preventivas, medidas saneadoras e medidas punitivas. O primeiro passo são as medidas preventivas. O Banco Central pode determinar as seguintes medidas:

“Art. 5º

I - capitalização da sociedade, com aporte de recursos necessários ao seu soerguimento, em montante por ele fixado (Banco Central);

II - transferência de controle acionário” — se o nosso controlador não tiver condições ou desejo de aportar os recursos necessários para o soerguimento da sociedade em montante fixado pelo Banco Central;

“III - reorganização societária, inclusive mediante incorporação, fusão ou cisão.

Parágrafo único. Não implementadas as medidas de que trata este artigo, no prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil, decretar-se-á o regime especial cabível”.

Isso significa intervenção, num primeiro momento, e, se não houver resolução durante a intervenção, a liquidação. Esse é o último recurso, porque provoca prejuízos substanciais para os depositantes, para o Sistema Financeiro Nacional e, possivelmente, para o poder público, dependendo da situação.

Nesse caso, o Banco Central determinou cumprimento do inciso I: “*capitalização da sociedade, com o*

aporte de recursos necessários ao seu soerguimento, em montante por ele fixado”. Foi fixada a capitalização em aproximadamente 2,1 bilhões de reais. Depois, houve mais um problema no cartão de crédito, questão que está fora da alçada do Banco Central, de mais cerca de 400 milhões de reais.

Pois bem. O grupo majoritário controlador, Grupo Sílvia Santos, tomou recursos de empréstimo no Fundo Garantidor de Crédito, uma entidade privada cujo patrimônio é formado por contribuições dos próprios bancos. Desde a sua criação, em 1995, até o momento, o patrimônio total desse Fundo é de 28 bilhões de reais.

O Fundo Garantidor de Crédito, exercendo sua função de prevenir e estabilizar o Sistema Financeiro Nacional, emprestou 2,5 bilhões de reais ao controlador, Grupo Sílvia Santos, que deu todo o seu patrimônio empresarial em garantia do empréstimo, e, ao tomar esses recursos, fez exatamente o que determina a lei: “*capitalização da sociedade, com o aporte de recursos necessários ao seu soerguimento, em montante por ele fixado*”.

O Banco Central cumpriu a lei, determinando a capitalização, com o aporte de capital, para o soerguimento da instituição. O controlador tomou dinheiro emprestado no órgão adequado, dando seu patrimônio empresarial em garantia, e fez o aporte de recursos, saneando e soerguendo a instituição. Ademais, cumpriu também suas obrigações contratuais com a Caixa Econômica Federal de entregar a instituição com o patrimônio previsto.

A partir desse ponto, saneada a instituição, o Banco Central aprovou a posse dos diretores nomeados pela Caixa Econômica Federal, os quais foram empossados ontem. Posteriormente, haverá eleição dos novos conselheiros.

Em resumo, não houve uso de recurso público nesse processo.

A segunda pergunta do Senador é se existe perda para os depositantes. Não. Os depositantes tiveram seus depósitos totalmente preservados. Quem perde no processo, em última análise, conforme determina a lei, é quem tem a responsabilidade primária, o sócio controlador, que voluntariamente cumpriu os termos da lei e a orientação do Banco Central: tomou o empréstimo, dando seu patrimônio empresarial em garantia, e aportou recursos no banco, recompondo o capital. O grupo controlador assumiu o custo, conforme determina a lei, e cumpriu suas obrigações legais, assim como o Banco Central. O banco PanAmericano está restabelecido, operando normalmente. Empossados os novos diretores e, depois, os novos conselheiros, o banco continuará sua vida normal, agora com a participação

efetiva do novo sócio, a Caixa Econômica Federal. Os depositantes estão livres para sacar seus recursos, se quiserem, ou continuar a mantê-los no banco. Portanto, não há perda para os depositantes.

Essa situação, de fato, não é usual no mundo de hoje. Houve a solução desse problema sem perda para o depositante e sem perda para o poder público. O controlador tem recursos patrimoniais suficientes para fazer isso; existe uma entidade preparada para fazer o empréstimo, o Fundo Garantidor de Crédito; e ele teve a disposição de cumprir a lei e fazer o depósito.

O Banco Central cumpriu todos os prazos legais. Para os senhores terem uma ideia, os prazos são determinados pela legislação — já estou antecipando perguntas que podem ser feitas sobre isso. No § 2º do art. 2º da Resolução 3.398, os prazos são específicos para situações de descumprimento dos padrões mínimos de capital e limites operacionais, exatamente este caso. Para estes casos, o que a resolução estabelece é prazo de no máximo 60 dias, fixado pelo Banco Central, para apresentação do plano de regularização contados da data da convocação ou da lavratura do termo de comparecimento, se houver.

O Banco Central solicitou no dia 8 de setembro esclarecimentos sobre divergências apontadas no balanço do banco. Recebeu no dia 14 correspondência do banco solicitando prazo adicional para prestar os esclarecimentos, tudo dentro das normas. Essa correspondência do Conselho de Administração enviada ao Banco Central no dia 22 de setembro dá conhecimento da existência de eventuais inconsistências, solicita um comitê de auditoria do banco PanAmericano, levantamento completo e conclusivo, e solicita ao Banco Central prazo para entregar isso, nos termos da norma.

O banco entrega ao Banco Central, no dia 1º de outubro, a base de dados cuja análise permitiu à fiscalização confirmar parte do valor total das inconsistências. A partir daí, o banco PanAmericano pede mais um prazo para entregar o número preciso, aí sim junto com a fiscalização do Banco Central. Portanto determinou-se o número no dia 13 de outubro, quando o banco reconhece e o Banco Central de fato avalia, fiscaliza e conclui que é este o valor: 1 bilhão e 400 milhões e outros passivos, de 673 milhões.

A partir daí comparece o acionista controlador, em última análise, o Presidente da *holding*, e informa que está em entendimentos com o Fundo Garantidor de Crédito com o objetivo de viabilizar a obtenção de recursos financeiros para a regularização patrimonial da instituição no dia 13 de outubro. E no dia 4 de novembro acontece a assinatura do termo de comparecimento. Estava marcada para o dia 3, mas eles tiveram

alguns problemas documentais, e o termo foi efetivamente assinado no dia 4 de novembro. Portanto, em tese, nos termos da lei, poderia haver ainda um prazo de 60 dias, depois um prazo de mais 180, prorrogável mais 2 vezes por 180 dias. Em uma semana, o prazo estava implementado. Esse tempo transcorrido desde o início do processo até o final foi extremamente rápido, e, mais importante, Senador, foi muito menor do que os prazos regulamentares.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Sr. Presidente, fico muito feliz em saber que há toda essa consistência. O senhor está respondendo com dados precisos. Não existe dinheiro público perdido, nem para os investidores e aplicadores.

Mas fiquei com uma dúvida que eu gostaria que o senhor, por favor, esclarecesse. A fiscalização, em menos de um mês, detectou essas inconsistências, como o senhor muito bem colocou. Mas fico me perguntando o seguinte: a Caixa Econômica Federal comprou parte desse banco há menos de um ano, menos de um ano. Quando o Banco Central fez a fiscalização, detectou rapidamente que existiam algumas inconsistências. Quando a Caixa Econômica Federal foi comprar parte do banco, ou não foi consultado o nosso Banco Central, ou foi feito um acordo comercial entre os dois para só depois a Caixa Econômica Federal ter consciência de que havia comprado algo sem a consistência que pensava que havia. Foi comprovada num período bastante curto essa inconsistência.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito bem.

A Caixa Econômica fez uma avaliação do negócio, isso é importante. Fez uma avaliação das finalidades estratégicas, da potencialidade do negócio depois da sua entrada como sócia, e concluiu que era boa a oportunidade de expansão dos negócios da Caixa Econômica, algo que começa a ser implementado a partir desta semana, na medida em que a Caixa Econômica faz agora a entrada efetiva no negócio.

Existe uma avaliação do negócio em si, que é uma avaliação negocial, estratégica, que a Caixa fez e cujos resultados nós vamos ver nos próximos anos. O importante é a compra do negócio, e a Caixa Econômica vai agora começar a executar o seu plano de negócio, juntamente com o sócio e, possivelmente, com o novo sócio que entrará no lugar do sócio controlador, na medida em que ele tenha de vender a sua participação para pagar o FGC.

Pois bem. Existe a avaliação contábil patrimonial, essa é outra questão do balanço daquele banco. Para isso, o sócio que está analisando faz um processo chamado *due diligence*. Contrata-se uma instituição, etc., contratam-se empresas de auditoria que fazem ava-

liações segundo os seus critérios — foram feitas —, e a partir daí a Caixa Econômica conclui que o negócio lhe interessa, por um preço determinado.

Agora o dado mais importante: o grupo controlador assumiu com a Caixa Econômica o compromisso de que o patrimônio era aquele, e cumpriu esse compromisso, porque, na medida em que o Banco Central detectou a inconsistência, o grupo controlador depositou o dinheiro. Portanto o grupo controlador cumpriu o compromisso com a Caixa Econômica. A Caixa Econômica recebe o banco em condições íntegras, isto é, como foi declarado no negócio.

O Banco Central, quando analisa a fusão, exerce para os bancos o papel que é exercido pelo CADE nos negócios comerciais, tanto que existe uma ação no Superior Tribunal de Justiça em que o CADE argumenta que o Banco Central não deveria sequer opinar em casos de fusão bancária ou compra. O CADE argumentou no passado que o Banco Central não deveria nem dar opinião em casos como esse, quando a Caixa Econômica faz a compra de uma participação de banco. Por quê? Porque isso é função do CADE, e não do Banco Central. O que ocorre hoje é que o Banco Central opina e o CADE também.

Mas qual é o foco do Banco Central, por lei, por norma? O Banco Central tem de opinar sobre o ato de concentração e seu reflexo sobre a concorrência. Busca-se identificar o mercado relevante, verificar a probabilidade do exercício de poder de mercado por meio de cálculos, de nível de concentração e de análise do grau de rivalidade. Se detectado impacto considerável sobre a concentração, são avaliadas as deficiências econômicas geradas, podendo ser impostas medidas compensatórias de modo a compartilhar as sinergias geradas com o consumidor. É essa a função do Banco Central, além de atos com possibilidade societária. Isto é que é avaliado pelo Banco Central, por lei. Nós não estamos questionando aqui se deveríamos ou não fazer isso. A lei manda fazer isso e restringe a isso, então é o que o Banco Central faz.

Pois bem, cumpriu-se a lei. As auditorias, etc., são feitas pelas auditorias do próprio banco e internacionais — trabalham há vários anos — e por outras auditorias contratadas pela instituição que entra, que faz auditorias específicas, pontuais. Isso tudo será analisado pelo Banco Central no seu devido tempo. E o compromisso do controlador foi cumprido.

O Banco Central continua sempre examinando o sistema, analisando os índices de consistência, etc., e concluiu, finalmente, por uma inconsistência no balanço do banco, então demandou uma providência antes da efetiva entrada dos diretores nomeados pela Caixa e dos conselheiros. Muito importante isto, porque a en-

trada dos conselheiros e dos diretores configuraria a responsabilidade solidária da Caixa na instituição. Isso não aconteceu, porque o Banco Central apenas aprovou, finalmente, a posse do diretor ontem, ou melhor, anteontem. Portanto tudo foi feito preservando-se o interesse público porque o Banco Central agiu a tempo e a hora, determinando um processo de avaliação complexo, sofisticado e sistêmico. Por quê? Porque o Banco Central faz avaliações sistêmicas de índices, de balanços, com toda a autoridade regulatória e supervisória. E há o trabalho dos auditores também, dos comitês internos de controle de risco, etc. O importante é que isso foi detectado a tempo e a hora, que se demandou a solução e que o sócio, o grupo controlador, cumpriu-a. Portanto não houve prejuízo para as demais partes interessadas.

O SR. SENADOR GIM ARGELLO - Sr. Presidente, eu compreendi perfeitamente, e quero parabenizar o nosso Banco Central, que agiu a tempo e a hora e não permitiu que houvesse perda de dinheiro público. Não sei se parabenizo também o controlador, que está cumprindo a lei. É difícil, no nosso País, acontecer de alguém assumir que seu pessoal errou e pagar por esse erro.

Parabenizo o Banco Central porque, para mim, a resposta é muito consistente. Realmente o nosso sistema bancário é um sistema bancário firme.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Vou passar a palavra ao Deputado Guilherme Campos, que é o Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, e logo em seguida darei a palavra aos Parlamentares inscritos. Aproveito para dizer que a lista continua aberta para aqueles que quiserem fazer suas inquirições.

Com a palavra o Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Obrigado, Sr. Presidente. Saúdo todos os Senadores e Deputados aqui presentes e o nosso Presidente Henrique Meirelles.

Faço algumas considerações. Existem divergências quanto ao custo das reservas: aquilo que o Banco Central coloca e o que o mercado avalia. O senhor poderia especificar melhor o custo das reservas?

A segunda questão é sobre o aumento do volume de crédito. Quanto representa o crédito imobiliário? Do aumento no volume de crédito, quanto representa o crédito imobiliário?

A terceira questão diz respeito à guerra cambial. Foi demonstrado na sua apresentação o volume de exportações, com previsão de crescimento. Haveria também a informação de quanto existe de previsão de aumento das importações e seus impactos? E, do

que é exportado, nessas projeções o que significam as *commodities*? Porque, em função desse desbalançamento das moedas, nós temos sentido na indústria nacional um grande impacto afetando a competitividade dos produtos brasileiros.

A última questão é relativa a esse problema do PanAmericano, que surgiu agora, coincidentemente agora, depois de 31 de outubro — até a trinca na turbina de Itaipu surgiu depois de 31 de outubro.

Segundo as suas explicações, não fosse a intervenção e a ação do Banco Central, o negócio com a Caixa já estaria feito. A Caixa não detectou esses problemas. Um pequeno problema, de pequena monta. Tudo o que o senhor disse é mais uma demonstração da consistência do sistema financeiro brasileiro, que foi um grande diferencial durante o processo de crise internacional e que vem sendo construído ao longo dos anos, não é coisa somente do passado recente.

Aproveitando esse problema do PanAmericano, especificamente do cartão de crédito, dos 400 milhões apontados, eu gostaria de saber se ainda continuam em curso no Banco Central as análises sobre o setor de cartão de crédito, que tem impacto muito grande na economia nacional.

Seriam estas as minhas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Passo a palavra ao Presidente Henrique Meirelles, para suas respostas ao Deputado Guilherme Campos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Vamos às perguntas.

Hoje o crédito imobiliário representa 7% do volume total do crédito no Brasil. Esse é um percentual ainda relativamente modesto em comparação com os padrões internacionais — este é um dado importante.

Quanto à pergunta sobre possíveis diferenças entre cálculo de custo de reservas e cálculos do Banco Central, devo dizer que é um pouco difícil compará-los, Excelência, porque nós não sabemos exatamente qual é a premissa de cada analista, qual é a hipótese de trabalho de cada analista, e isso varia dependendo do que o analista considera ser o retorno das reservas, por exemplo. Normalmente eles trabalham com retornos teóricos: qual é de fato o custo de financiamento das reservas através das operações com provisórias. O Banco Central trabalha com dados reais: o retorno real das reservas, o retorno de fato, através do tempo, menos — esta conta é negativa — o custo financeiro efetivo das reservas. E dá esse valor que nós mencionamos. Mas muito mais importante do que isso é mencionar que os benefícios, independentemente das variações que pode haver nas premissas — um custo maior ou menor do que o das reservas —, o impor-

tante a mencionar é que o benefício das reservas é um benefício muito maior, várias vezes maior, do que o custo, independentemente dos critérios que possam ser usados para se calcular o custo de carregamento das reservas.

Em relação à questão sobre a guerra cambial, de fato nós mostramos projeções de aumento das exportações para os próximos anos, mas podemos dar agora, para responder a V.Exa., as previsões da balança comercial para os anos de 2010 e 2011. As exportações estão crescendo 25% em 2010, passando para 192 bilhões de dólares, e as importações crescendo 39%, passando para 177 bilhões de dólares. Nas projeções para 2011, exportações crescendo 20%, para 230 bilhões de dólares, e importações crescendo 24%, para 219 bilhões de dólares.

Duas coisas importantes precisam ser mencionadas. Em primeiro lugar, que uma das razões do crescimento maior das importações é o fato de que a economia brasileira vai bem, portanto a demanda doméstica brasileira está crescendo, enquanto nos outros países está deprimida, o desemprego está elevado, etc. Um país que tem a taxa de desemprego crescendo para 10% e tem a demanda doméstica deprimida tende a importar menos. O Brasil está crescendo muito. O desemprego aqui está em 6,5%, a demanda também cresce, as vendas aumentam, portanto é normal que haja um crescimento maior das importações, na medida em que as exportações são para os países com economias mais deprimidas.

Há também a questão cambial, evidentemente.

Para proteger sua economia, o Brasil está tomando todas as medidas necessárias. E são medidas fortes: tem comprado reservas; todo o fluxo líquido de entrada; em consequência, tem esterilizado os Reais; tem tomado medidas prudenciais no sistema financeiro; e, finalmente, o Governo impôs o IOF de 6% sobre as entradas de recursos determinados para a renda fixa ou para a aplicação e depósitos de margem nos mercados futuros.

Portanto, o Brasil está tomando todas as medidas necessárias exatamente para defender a sua economia do desequilíbrio dos mercados globais que se reflete no desequilíbrio dos mercados cambiais.

Agora, visto que há questão referente ao banco PanAmericano, vou então responder à primeira pergunta em relação à Caixa Econômica Federal.

A Caixa Econômica fez diversas avaliações: contratou empresas de auditorias, que fizeram seus estudos; contratou um banco de investimento para fazer a avaliação do negócio; depois, contratou outra empresa de auditoria; e, baseada também nos pareceres de auditoria internacional, que estava auditando aquele

banco, durante os últimos anos, assumiu a integralidade daquele balanço, mas com a garantia — isso é muito importante, e S.Exa. precisa levar isso em conta —, porque o sócio majoritário garante aquele patrimônio. E, finalmente, cumpriu, reintegralizou o patrimônio.

Isso tudo faz parte de todo o processo de análise da Caixa Econômica Federal. No final do processo, o banco foi entregue ao mercado, aos depositantes e ao novo sócio — Caixa Econômica — com as condições de balanço totalmente saneadas.

Em relação ao cartão de crédito, não há dúvida. Existe um grupo de trabalho do Banco Central, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda trabalhando nisso; existe já um projeto de regulamentação de tarifas de cartões de crédito que o Banco Central já enviou para o Conselho Monetário Nacional, que está sob análise, e que deverá ser regulado nas próximas reuniões do Conselho Monetário Nacional que é, digamos, um projeto bastante abrangente, criterioso, o qual, acredito, atenderá as finalidades. Evidentemente, há uma participação intensa também da Câmara dos Deputados e do Congresso através da Comissão de Defesa do Consumidor. Portanto, trabalhamos todos em conjunto.

É importante mencionar que o Banco Central não fiscaliza e não regula o cartão de crédito por lei. E uma das possibilidades futuras, e aí vai depender do Congresso, é dar ou não poderes ao Conselho Monetário Nacional de regular ou o mercado de cartão de crédito e dar poderes a uma instituição, que pode ser o Banco Central ou outra, para fiscalizar os cartões de crédito. O Banco Central apenas fiscaliza os bancos envolvidos no processo do cartão de crédito. Esse é um ponto que eu gostaria de mencionar, e nós estamos trabalhando intensamente no processo.

Em relação ao percentual das *commodities* nas exportações — estou checando os números precisos —, tem havido um crescimento do preço das *commodities*. Com isso, o volume em dólares tem crescido e o percentual em dólares também. O número preciso, até 5 de outubro, é 44.7%. Tínhamos um número aproximado até meses anteriores, até o final do primeiro semestre, de cerca de 40%, mas a atualização precisa que eu pedi a S.Exa., até o dia 5 de outubro, é de 44.7%. E gostaríamos de observar que as exportações dos itens industrializados também têm crescido.

Finalmente, gostaria de mencionar para S.Exa que, quanto ao Banco Central, em relação aos prazos ou coincidências eleitorais, bem como em relação ao banco PanAmericano, o importante é o seguinte: o Banco Central cumpriu todos os prazos legais. Ele teria agido de forma arbitrária, dado prejuízos ao Poder Público, à população e aos depositantes, se tivesse agido

precipitadamente, isto é, não dado tempo ao controlador de assumir suas obrigações legais. O Banco Central teria sido sujeito inclusive a ações legais por parte dos depositantes e controladores, não deixando o controlador resolver o problema, porque, precipitadamente, sem cumprir os prazos legais, anunciou um problema sem dar tempo legal, previsto na lei e na resolução, para o coordenador resolver o problema.

Então, o Banco Central cumpriu rigorosamente as normas e prazos legais.

E vou repetir, S.Exa: os prazos são muito mais amplos do que os que foram executados. O prazo prevê 60 dias para apresentar o plano, 180 dias para implementá-lo, podendo prorrogá-lo mais 2 vezes por 180 dias. Estamos falando de um ano e meio mais 60 dias. Então, estamos falando de 1 ano e 8 meses, prazo que pode durar o processo total, segundo a norma.

Na realidade, foi muito mais rápido esse processo. Por quê? Porque o controlador tinha patrimônio para cumprir, o desejo, a disposição de cumpri-lo; o Fundo Garantidor de Crédito também foi muito rápido, a detecção do problema pelo Banco Central foi muito rápida, não demorou meses de discussão; e, portanto, devemos celebrar o fato de que houve um final feliz, porque preservou o Poder Público, os depositantes e a integralidade da economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, apenas mais uma consideração.

Então, esse problema do PanAmericano foi detectado pelo Banco Central e não pela Caixa. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka) - Vou passar a palavra aos oradores inscritos.

Temos neste momento 8 Parlamentares inscritos. Se houver aquiescência do Plenário, podemos fazer 2 blocos de 4 Parlamentares. Depois, o Presidente do Banco Central responde aos 4 Parlamentares. (Pausa.)

O primeiro inscrito é o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, Deputado Waldemir Moka, Sras e Srs. Parlamentares, Ministro, Presidente Henrique Meireles, senhores diretores, *staff* do Banco Central, tivemos no início da apresentação um momento de descontração. O Deputado Fábio Ramalho, uma pessoa muito querida por todos nós, um grande Parlamentar, reeleito com votação extraordinária, acabou brincando com todos. Mas não foi uma brincadeira quando S.Exa reclamou da nossa planilha que, por ser de uma mesma cor, dificulta a identificação dos gráficos.

É mais do que isso, infelizmente, Sr. Presidente, significa uma fragilidade do Legislativo de muitas ve-

zes não termos uma capacidade de análise como têm os órgãos do Executivo, especificamente a qualidade que se tem no Banco Central. É o destaque que faço. Isso incide numa dificuldade muitas vezes de cotejar dados, contrapor argumentos. E reconhecemos ser uma debilidade do nosso sistema.

Mas vamos tentar exercitar o tema com liberdade. A situação fica mais agravada no meu caso, porque, assim como V.Exa., sou engenheiro da Escola Politécnica, mas o nobre Presidente depois estudou economia e eu fiquei nos limites da engenharia. Mas o suficiente, Sr. Presidente, para entrar em algumas discussões pontuais.

Primeiro, quando V.Exa. fala sobre os limites do Banco Central, e o próprio CADE questiona a capacidade, a necessidade e o âmbito de responsabilidade do Banco Central de entrar numa questão como essa do banco PanAmericano, acho que o Banco Central não pode se limitar a essa visão, inclusive porque a própria planilha apresentada por V.Exa., na página 19, refere-se à necessidade política prudencial e supervisão bancária sólida. Isso tudo já determina como missão necessária do Banco Central o zelo em relação, por exemplo, à situação que vivemos agora em relação ao banco PanAmericano. Não há limite jurídico. Vamos à primeira questão, porque disseram: *Ah, nós estamos fazendo, mas nem era para fazer*. Não, há necessidade e é uma imposição.

Segundo, em relação à opinião — e entramos no mérito do problema do banco PanAmericano —, caro Presidente, num determinado instante V.Exa. disse: *Olha, o negócio foi feito em cima do negócio banco PanAmericano*. Depois, ao longo da sua resposta à arguição feita pelos Senador Gim Argello e Deputado Guilherme Campos, V.Exa. se referiu a outro aspecto: o patrimonial.

Correto que o aporte se dá do ponto de vista patrimonial, mas o que foi comprado foi o negócio, como V.Exa. disse no início da intervenção. E todos os senhores sabem que há evidente descompasso: fluxo de caixa descontado, valor patrimonial, valor do negócio. Não há dúvida de que se comprou gato por lebre! Quarenta e nove por cento foi comprado pela Caixa, que fez uma avaliação; determinou-se um valor em relação a isso. Mesmo que após a *due diligence*, se faça agora uma atualização profissional, o valor do negócio é outro, obviamente. Eu sou engenheiro cartesiano. Isso salta aos olhos, não é preciso ter nenhuma sofisticação para fazer essa análise. Essa é a primeira questão sobre a qual nós precisamos nos debruçar, necessariamente.

No que diz respeito ao encadeamento de fatos que V.Exa. resumizou a partir do dia 8 de setembro —

e faz a comunicação, dia 14, solicita o prazo adicional, o termo de compromisso, até que o controlador reconheça isso, e, pela minha anotação a respeito da sua intervenção aqui, foi no dia 13 de outubro —, houve um prazo e se cumpriu. Até V.Exa. destaca que poderia ter sido postergado num período anterior, e eu reconheço isso. Mas há outro questionamento: por que a identificação só dia 8 de setembro? Esses procedimentos acontecem há quanto tempo no banco PanAmericano? Não se faz do dia para a noite. Além do fato destacado pelo Deputado Guilherme, de que a Caixa não foi capaz de identificar isso, mas do ponto de vista da fiscalização do Banco Central — o Dr. Hoffmann está aqui — quais foram os indicadores anteriores, até se consolidar essa visão do dia 8? O jornal *O Globo* de hoje diz que essas irregularidades podem ter se iniciado há 4 anos. Há sinais disso? A quanto montou? Em que momento se chegou para se poder constatar e tomar as medidas preventivas, que eu sei que é preocupação de V.Exa. e da equipe? Mas onde se falhou? Foram extremamente hábeis de ocultar isso? Estamos em uma sofisticada operação de burla, e, muitas vezes, se demora a apreender esses caminhos e descaminhos que são construídos, mas é necessário ter uma avaliação. Além dos procedimentos do dia 8 até o que ocorre neste instante, por que a demora e a dificuldade, ou alguma outra razão, para que esses processos não tenham vindo à tona em momento anterior?

Quero fazer, depois, outro bloco de questões a V.Exa., se me permitirem o Presidente e os Srs. Parlamentares, sobre o problema de câmbio e juros. Nós sabemos que a missão fundamental do Banco Central é zelar pela moeda. Reconheço que V.Exa. tem sido diligente nesse sentido, perseverante nessa questão, mas há uma mesma consideração, na página 15 da planilha apresentada por V.Exa. — e é óbvio isso, correto —, que diz o seguinte: *“a política monetária tem impactos fiscais indiretos, por meio de seus efeitos sobre as expectativas, a inflação, a taxa de câmbio (...)”*.

Sabemos que o sistema de câmbio que adotamos no País é o câmbio flutuante. Eu não preconizo uma mudança nisso; não saberia elaborar outra mudança. Nós não temos um regime como o da China, que permite outra metodologia. Temos dificuldade de gestão.

Dentro desse sistema de câmbio flutuante, eu diria o seguinte: é flutuante, mas não o troco, porque, quando se determina um volume de reservas, estabelece-se uma referência de mercado, que é o suporte inclusive para ter ataques especulativos em relação às flutuações de câmbio. É óbvio isso; V.Exa. sabe muito bem.

Por que se aumenta em determinado instante a reserva? Por que se diminui? Como se faz esse cál-

culo? Em função exatamente da vulnerabilidade. E por que a vulnerabilidade é problemática? Porque, além de ser oscilação, ela permite uma instabilidade, e disso V.Exa. sabe muito melhor do que eu.

Então, como compor isso? Eu estou achando — e vou mandar o meu recado cartesiano e pedir ao senhor que me ajude a analisar isso — que nós estamos entrando em um mundo de guerra acentuada muito ingenuamente. O regime de câmbio flutuante *stricto sensu*, como nós estamos praticando, não é obviamente praticado pela China, nem pela Índia. Quando o Presidente Obama determina o derrame, como o fez agora, de dólares no mundo, obviamente isso não significa uma prática de política de câmbio flutuante. Ou seja, nós não estamos, meu caro Presidente, neste instante, precisando de medidas adicionais?

V.Exa. mencionou a questão do IOF, a esterilização, nós aprovamos aqui o Fundo Soberano, que pode ter um efeito anticíclico, mas, no meu entender, isso é melhorar um pouco diante de uma pneumonia que temos. Uma questão muito mais estrutural precisaria ser pensada para que pudéssemos efetivamente enfrentar essa situação.

Embora eu quisesse conversar um pouco sobre a questão da política creditícia, separar crédito de investimento, para podermos ter um parâmetro de sustentabilidade desse ciclo que queremos virtuoso, sustentável de crescimento, fico nessas questões.

Agradeço antecipadamente a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Na sequência, está inscrito para fazer o seu questionamento o Deputado Luiz Carlos Hauly.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Muito obrigado.

Sr. Presidente; Deputado Guilherme Campos, Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação; Sr. Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; Sr. Procurador do Banco Central; Srs. Diretores; Sras. e Srs. Parlamentares.

Última prestação de contas do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, 17 anos de Plano Real, 17 anos de estabilidade econômica. Quero que as minhas primeiras palavras sejam de homenagem ao Presidente Itamar Franco, por ter tido a coragem, junto com Fernando Henrique, de criar o Plano Real.

O Plano Real possibilitou 17 anos de conquistas para este País, com o Governo Fernando Henrique de 8 anos, com o Governo Lula de 8 anos. Chegamos até aqui com estabilidade econômica. É verdade que pagamos um preço muito alto, um custo elevado pela nossa estabilidade dentro das leis precárias do nosso País. Não cumprimos com a reforma tributária, com

as demais reformas, com o ajuste fiscal, como deve ser feito, dentro dos padrões e parâmetros corretos da boa administração pública, mas eu quero me alegrar porque, como Pêrsio Arida, André Lara Rezende, Edmar Bacha, os pais econômicos do Plano real, eu me considero o pai do plano econômico dentro do Congresso Nacional — um dos pais —, porque aqui estive presente, aqui defendi, aqui lutei, aqui briguei. Inclusive, na época, o maior adversário era o próprio PT, que hoje usufrui da estabilidade econômica, do Plano Real. Eu tentava mostrar ao então Deputado Aloizio Mercadante que o erro que o PT cometia à época, de ir contra o Plano Real, custaria a eleição. Não custou uma, custou duas. E, finalmente, vimos que, com a ascensão do PT ao Governo, eles mantêm a mesma disciplina, a mesma regra, o mesmo plano.

Eu quero me lembrar aqui e à Nação das leis que nós fizemos na época. Eu fui o Relator da Lei das Sociedades Anônimas e autor da última lei que acabou criando um novo mercado no Brasil que possibilitou, com uma infraestrutura, que tudo mais acontecesse no mercado de capitais. Quero lembrar que eu fui o Relator da Lei Kandir, a Lei do ICMS — até então não existia uma Lei de ICMS no País —, que possibilitou a maior política para o meio rural brasileiro, com a desoneração dos grãos, dos semielaborados para exportação, que colocou o setor produtivo rural, mas que acabou, por falta de uma política industrial que obrigasse o setor produtivo nacional a transformar isso em produtos industrializados.

Eu quero lembrar à Nação que a reserva cambial de 280 bilhões de dólares, toda ela vem do campo, diretamente da agroindústria, porque o superávit da balança comercial todos os anos tem sido alcançado com 100% do agronegócio brasileiro — e aqui está o Gustavo Lopes, Presidente da Sociedade Rural do Paraná, que nos abrilhanta hoje com sua visita ao Congresso, testemunha disso —, com o sacrifício de milhões de produtores rurais que não têm renda há muitos anos.

Quero lembrar da Lei de Responsabilidade Fiscal. V.Exa. está aqui por força da Lei de Responsabilidade Fiscal, que criou essa mecânica. E nós temos a possibilidade de ter aqui S.Exa., o Ministro da Fazenda.

Quero lembrar do SIMPLES ao Super-SIMPLES, uma somatória, um processo que começa com o SIMPLES, em 1996, e continua com o Super-SIMPLES, de 2006.

Excelência, a microempresa é responsável pela geração de 70% dos novos empregos e do estoque de 90. As 4 milhões e 300 mil microempresas — 600 mil, na informalidade, que já se formalizaram — representam 20% do PIB. Um por cento das empresas

brasileiras representa 80%. O que me preocupa para o futuro, para o novo Governo, é como vamos desconcentrar essa riqueza no País, como vamos conduzir a situação daqui para diante.

A Lei de Falências, a criação do Fundo Garantidor, a que V.Exa. se referiu, deu a condição de se resolver esse imbróglio.

Eu não falo do Banco Central. Eu falo da decisão anterior do caso do Banco PanAmericano, que levou a Caixa Econômica a adquirir, com informações erradas de maus funcionários que induziram o Governo, induziram a Caixa à compra de um ativo. A Caixa é uma das maiores instituições deste País e não pode pagar um mico desses por maus gestores que induziram à compra minoritária. Eu nunca vi isso. Eu falei da tribuna que nunca vi, nos meus 40 anos de vida pública, o Governo autorizar um banco estatal a comprar um outro banco, e compra o controle minoritário. Olha a ironia. Em vez de comprar o controle da empresa, comprou 49% — 49% é o que está na imprensa; 35%, sei lá eu. Comprou 49%. O problema não é esse aporte, mas aquele aporte anterior, que deve ser investigado e punido.

Excelência, eu fui um dos Parlamentares massacrados por defender o PROER. No PROES, da reforma dos bancos estaduais — do Banco do Brasil e da Caixa nós fizemos aporte. Só no Banco do Brasil deu mais de 50 bilhões de reais. Da securitização, Presidente Moka, do RECOOP, do PESA, do PESINHA, do PROGER, do PRONAF, do MODERFROTA.

Para mim, foi mortal quando acabamos com o regime de câmbio fixo, porque o Governo estava registrando naquele ano 8% do câmbio, e o mercado pedia 7% a mais. Houve uma decisão equivocada que nos levou ao câmbio flutuante. Como Nação em desenvolvimento, nós não temos como competir com a China, os Tigres Asiáticos, na formação de preços dos nossos produtos. Hoje, para mudar isso é muito difícil. Então nós temos que encontrar uma política de subsídio ao produtor rural, pelo produto, ao exportador, pelos benefícios que nós temos.

Eu não me conformo que o Brasil ainda pague 10,75% de juros e seja o campioníssimo do mundo, distante do segundo colocado. Tudo bem. Tem que pagar juros. Mas nós já temos estabilidade, credibilidade, o Presidente Fernando Henrique e o Presidente Lula prestigiados no mundo inteiro e respeitabilidade internacional. A vinda de V.Exa. para o Banco Central foi a garantia que deu a moeda ao crédito do País.

Então, já passou da hora de termos uma política de juros realmente compatível, diminuir a despesa com juros, fortalecer o serviço público brasileiro, melhorar,

fazer a reforma tributária, fazer a reforma fiscal, realmente rever, repactuar todas essas questões.

A grande questão é: eu vejo com preocupação o saldo das transações correntes, com um déficit que não tínhamos — este ano, 2,49% do PIB. A dívida bruta me preocupa: 72,7%, 2 trilhões e meio. Não é uma dívida líquida, tudo bem. Mas é a dívida bruta. As nossas reservas, 280 bilhões de dólares, significam 476 bilhões aqui aplicados, pagando juros de 10,76%. Mas estamos recebendo menos de 1% lá.

Que possamos fazer inversões em títulos brasileiros lá em Nova Iorque, ter um título internacional que a nossa reserva compre lá.

Há ainda o déficit público. O superávit primário é uma bela invenção, mas o que vale é que os 3 entes, União, Estados e Municípios, estão gastando a mais 3,38% do PIB este ano, mais de 100 bilhões do que arrecada.

Nas décadas de 80 e 90, como V.Exa. coloca na página 64 do *slide*, têm sucessivas crises de planos econômicos, mudanças de regime monetário, planejamento de prazos prejudicado. Última década: estabilidade macroeconômica, planejamento de longo prazo, aumento do emprego e da renda.

Eu quero dizer que a estabilidade macroeconômica está garantida. O Brasil mantém a sua arrecadação crescente ao longo dos anos. Nem com a perda da CPMF, naquele ano, a arrecadação diminuiu: o Governo aumentou, por decreto e resolução, a sua receita 3 CPMFs.

Planejamento de longo prazo: começamos a fazê-lo.

O emprego aumentou, pela formalização. Precisamos de bons e melhores empregos.

A renda. A tributação brasileira é a mais injusta do planeta. Tributa mais os mais pobres — o dobro do que tributa aqueles que ganham mais na sociedade brasileira.

Temos que fazer uma boa e bela reforma tributária, uma revisão do papel do Estado, do pacto federativo e do pacto social.

Eu estou um pouco crítico, mas muito feliz. Eu quero pensar agora, com a nova Presidente, Dilma Rousseff, como vai ser esse futuro do País.

Espero que, com aquilo que S.Exa. falou na campanha e após a campanha, quando venceu as eleições, possamos ter mais estabilidade, crescimento e distribuição de riqueza.

A oposição que queremos fazer, respondendo ao Presidente Lula, é e sempre foi responsável. O PSDB, o Democratas, o PPS, os partidos de oposição nesses 8 anos fazem uma oposição construtiva e responsável. Claro que corrupção, falcaturas, má gestão são casos

de denúncia, de fiscalização. É o papel da oposição. No campo econômico, responsabilidade máxima.

São essas as minhas palavras, olhando para o futuro e esperando realmente que este Governo corrija os problemas de corrupção, de má gestão, maus funcionários, tráfico de influência, para que possamos continuar evoluindo.

E V.Exa., Ministro Henrique Meirelles, tem sido realmente o esteio desse processo de respeitabilidade que dá à economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Na sequência, está inscrito o Deputado Fábio Ramalho.

O SR. DEPUTADO FÁBIO RAMALHO - Primeiramente, Sr. Presidente, quero agradecer ao meu amigo e irmão Arnaldo Jardim as palavras elogiosas.

Quero também parabenizar o Presidente Henrique Meirelles e a sua equipe pelo bom trabalho desenvolvido no Brasil. Sei que essa é uma pergunta que faz hoje todo brasileiro: Se o Presidente Henrique Meirelles for convidado para ficar no Banco Central ele ficará e nos dará essa estabilidade de que tanto precisamos?

Quero perguntar ao Presidente se o fator de crédito vai se sustentar e como S.Exa. vê o papel de investimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Na sequência, como combinamos, ouvimos o quarto Parlamentar inscrito, Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO - Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, em especial o Ministro Henrique Meirelles, Srs. Diretores do Banco Central, Vice-Presidente em exercício da representação da Comissão de Finanças e Tributação, Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, antes de fazer pergunta específica, com a permissão do Sr. Presidente, gostaria de tecer alguns comentários sobre o que ouvimos aqui de nossos colegas.

Primeiro, verificar que, do ponto de vista do eixo central, da estrutura da apresentação que V.Exa. nos traz, verificamos que os colegas da oposição fazem poucos reparos. São reparos pontuais. A apresentação de V.Exa. é o espelho de um momento importante que vive o País, resultado de uma série de políticas consistentes que vêm sendo tomadas na área econômica e social, no Banco Central, na Fazenda, no Ministério do Planejamento, nos Ministérios Setoriais que executam as políticas de desenvolvimento do País.

O quadro é extremamente favorável, não apenas internamente, mas em comparação com a realidade mundial.

Evidentemente, a questão cambial causa preocupação. E a minha pergunta vai, de alguma forma, tocar

nesse aspecto. Mas quero chamar a atenção para o fato de a oposição, que talvez tenha se caracterizado ou se caracterize doutrinariamente, ou eu esperaria vê-la se caracterizar doutrinariamente por uma preferência à liberalização da economia, vem solicitar políticas mais intervencionistas.

Os Deputados Arnaldo Jardim e Luiz Carlos Hauly fazem referências explícitas à intervenção no câmbio. Aliás, convergindo com a querida Maria da Conceição Tavares, que falou ontem ou anteontem sobre a intervenção do câmbio, em seminário no Senado, quando recebeu homenagem pelos seus 80 anos.

Sinceramente, sou muito cético a respeito de intervenções desse tipo, Deputado Arnaldo Jardim, já que o Deputado Hauly não está presente. Preocupa-me a questão do câmbio, mas sou cético que haja uma solução fácil e de simplesmente se voltar ao câmbio fixo que quase afunda o País.

Uma das coisas que acho que marcou o Governo de Fernando Henrique Cardoso de forma negativa, infelizmente, foi talvez essa questão eleitoral a que o Deputado Guilherme Campos se referiu, ter-se levado em consideração o prazo político eleitoral para uma decisão macroeconômica, que era de flexibilizar o câmbio. Demorou muito. Deixou o câmbio fixo ali, deixou chegar à reeleição, que aliás a nossa Constituição não permitia, e foi estabelecida a possibilidade de reeleição através de iniciativas dos partidos, na ocasião, do Governo. Naquela ocasião, o câmbio fixo gerou um desequilíbrio extraordinário na nossa balança comercial, com reflexos seríssimos sobre as nossas reservas, com reflexos na nossa inflação, comprometendo extraordinariamente a nossa capacidade de exportar. Aí, sim, de forma dramática, fazendo com que as importações aumentassem.

Tudo isso foi herdado. Quer dizer, não entendo muito bem o discurso do Deputado Luiz Carlos Hauly, quando procura, de forma ingênua — já que S.Exa. é figura da maior qualidade, admiro muito o colega —, atribuir todos os sucessos que estamos colhendo por decisões fortes, importantes do nosso Governo, como herança do Governo anterior, que teria plantado e nós estaríamos aqui só a colher, inclusive V.Exa., Ministro.

Eu não aceito isso. V.Exa., ao longo desses anos, tem demonstrado sintonia com a sociedade, com as diretrizes do Governo do Presidente Lula e tem feito com que, no âmbito da política macroeconômica, no que diz respeito ao Banco Central, tenhamos hoje extraordinária proteção nas nossas pujantes reservas, uma inflação absolutamente sob controle, o crédito em expansão.

Tive extraordinária experiência, concedida pelo Presidente Lula ao me designar Diretor do Banco do Nordeste, de ver a diferença entre a política de financiamento do desenvolvimento dos bancos públicos anterior. Recebemos o Banco do Nordeste, em 2003, com 5 bilhões aplicados em títulos públicos, tendo emprestado, no ano de 2002, exatamente 254 milhões para todo o Nordeste.

Por exemplo, a agência de Petrolina, no ano seguinte, emprestou mais do que foi emprestado em todo o Nordeste naquele ano de 2003. A política de fomento, através do sistema de crédito, a política que faz parte da estratégia macroeconômica do Governo mudou. Muitas coisas mudaram.

O SIMPLES, a que o Deputado se refere, quantas vezes batemos? Eu era Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena Empresa naquela ocasião. Na realidade, tinha outro nome, era o Núcleo de Estudos Tributários. O Deputado Germano Rigotto era o Presidente e eu era o Vice. Quantas vezes tentamos, junto ao Ministério da Fazenda de então, convencer o Governo de termos um SIMPLES, e não tínhamos isso? O Deputado Hauly era um dos construtores e sabe que foi no Governo do Presidente Lula que conseguimos fazer uma reforma tributária para dar respaldo às pequenas, médias e microempresas do País.

Quero fazer esse registro para contraditar nessa questão tão salutar, que é a discussão democrática do contraditório no âmbito do Congresso.

Nesse quadro tão positivo, tão favorável, há que se avançar, há que se procurar aperfeiçoamentos. E nos preocupa a questão cambial. Pergunto a V.Exa.: apesar de uma curva decrescente, claramente estabelecida de juros cadentes, não teríamos condição de ter uma redução, não ao longo da curva, mas uma redução da curva e irmos para um patamar menor de juros? O mercado, face ao Risco Brasil tão reduzido, à estabilidade política e econômica que vivemos, com o crescimento da economia, não aceitaria taxas básicas de juros menores, que se refletiriam nas taxas de mercado, no varejo, no crédito e no capital de giro, tendo em vista que no crédito a longo prazo isso já está preservado?

Esta é a pergunta que eu deixo para V.Exa. Que a sua resposta nos sirva de alento com a possibilidade de modificar essa situação, principalmente agora quando os Estados Unidos acabam, em plena reunião do G20, de anunciar 600 bilhões de dólares para inundar o mercado que vão fluir no nosso câmbio e contra os nossos interesses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Eu vou passar a palavra ao Presidente do Banco

Central, Dr. Henrique Meirelles, para que responda os 4 questionamentos.

Logo em seguida, passaremos a palavra aos próximos Parlamentares inscritos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Passo a responder as perguntas.

Em primeiro lugar, Deputado Arnaldo Jardim, tenho a satisfação de informar que, nesta semana, terminei de escrever um artigo para um livro que está prestes a ser publicado. Nele há algumas entrevistas e artigos de ex-alunos da Escola Politécnica. Espero que V.Exa. leia esse livro e se lembre dos bons tempos.

Quanto à questão relativa ao Banco Central de que ele não pode limitar-se à análise de concentração de mercado, nos termos da lei, do ato de concentração e seus reflexos sobre a concorrência, o Deputado, se eu entendi, acha que o Banco Central deveria, na realidade, não só opinar sobre negócios, substituindo, portanto, a direção do órgão que está tomando a decisão, do controlador, do órgão que está comprando, como deveria substituir também os bancos de investimento ou outros órgãos contratados...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Presidente, permite-me um aparte?

Longe de mim pensar isso, Presidente, longe de mim. Acho que fui infeliz ou V.Exa. está forçando um raciocínio.

Eu só me referi, além da questão da concentração *stricto sensu*, ao zelo pela solidez bancária, o que significa um papel fundamental e precípuo de fiscalização do Banco Central sobre a gestão das instituições de crédito e financiamento em nosso País.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Vamos chegar lá.

Vamos então separar em duas partes, Deputado, porque elas precisam ficar claramente definidas.

Em primeiro lugar, num ato de compra, de fusão ou de mudança de controle majoritário ou minoritário — esta é a primeira parte —, onde a lei estabelece que o Banco Central deve se pronunciar a respeito do ato de concentração e seus reflexos sobre a concorrência.

Pois bem. O Banco Central segue a lei como deve e faz a análise no momento da compra, da fusão, da transferência de controle majoritário ou minoritário.

Mudar a lei é sempre possível. É uma prerrogativa do Congresso Nacional. Não é uma prerrogativa do Banco Central. O Congresso pode decidir o que for; pode decidir, por exemplo, que o Banco Central tem de fazer uma avaliação patrimonial de uma instituição que esteja sendo vendida ou sendo fusionada. No momento de qualquer transação, é prerrogativa absoluta do Congresso Nacional tomar a decisão nesse sentido.

O Deputado pode apresentar um projeto de lei nesse sentido, e eu, pessoa física, Henrique Meirelles, se convocado, ou convidado, posso dar uma opinião sobre esse projeto que estará tramitando no Congresso. Hoje, pela minha experiência de muitos anos no Banco Central, em órgãos decisórios de bancos centrais na Basileia, em diversos comitês de governança e do Conselho Diretor, tendo participado muitos anos no mercado financeiro e em bancos, eu diria voluntariamente que o Banco Central não deve fazer isso. Por quê? Porque no momento em que o Governo assume a responsabilidade, independente de ser viável ou não, de o Banco Central ser um superauditor, pelo patrimônio de instituições privadas, dando um selo de garantia — digamos assim —, ele está abrindo um passivo contingente enorme, criando aquilo que se chama de risco moral, isto é, todos os investidores e gestores passariam, a partir do pressuposto de que têm uma garantia do Banco Central, porque ele garante o balanço, o nível de risco do sistema teria um crescimento geométrico, e, possivelmente, a experiência internacional mostra que teríamos, em última análise, uma insolvência do Estado.

Então, o que um Banco Central não pode fazer ou um órgão supervisor é exatamente assumir a responsabilidade por números de instituições privadas. O primeiro responsável é o acionista controlador, segundo a lei brasileira que, neste caso, cumpriu sua responsabilidade, é verdade. Tem de ser dito isso. Ele é o primeiro responsável, sócio majoritário, e ele cumpriu com essa responsabilidade: depositou o seu patrimônio, tomou empréstimo e pagou. Portanto, ele cumpriu a responsabilidade legal.

Segundo, existe toda uma série de órgãos internos: o conselho, a diretoria, comitês, comitês de auditoria, comitês de análise de risco, auditorias internas e externas etc., e as avaliações feitas pelo comprador. O Banco Central não pode substituir nada disso e não deve, porque, senão, estaria assumindo um passivo contingente absolutamente inadmissível.

Uma das maiores conclusões, Deputado, do Comitê da Basileia, do qual o Brasil faz parte e do Conselho de Estabilidade Financeira é exatamente isto: não pode haver uma garantia implícita que seja do Governo para todas as instituições financeiras. Seria uma irresponsabilidade enorme o Governo assumir responsabilidade da gestão privada, porque, com isso assumiria o risco, isto é, o custo, caso haja problema, e não assumiria o lucro, caso haja ganho. Esse seria do empresário. Nós estaríamos socializando o prejuízo, custos eventuais e capitalizando lucro. Isso não pode.

Portanto, é prerrogativa do Congresso aprovar uma lei. E tem total poder para isso. A minha opinião

é que não deveria. Muito bem. Isso no caso de compra, processo de fusão, aquisição, transferência de controle, etc.

No que diz respeito à supervisão e às regras prudenciais, a primeira questão seria a seguinte: o que significa uma supervisão rigorosa, regras prudenciais rigorosas? Por que o Brasil é diferente de outros países, por exemplo, como foi mencionado? Alguns bancos de investimentos americanos, por exemplo, durante a crise chegaram a apresentar índices de alavancagem de 50 vezes. Não existe isso no Brasil. Por quê? Porque existe uma regra fixada pelo Conselho Monetário Nacional e uma supervisão, fiscalização do Banco Central, para não permitir que haja essa alavancagem de 50 vezes. Isso é o que dá solidez ao sistema, isto é, todas as instituições financeiras que operam no mercado financeiro brasileiro são reguladas pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional, e o Banco Central verifica os balanços, analisa, faz teste, fazendo com que esse sistema, portanto, esteja sob normas. E é essa a diferença do mercado financeiro brasileiro. Isso é uma coisa.

A outra coisa, Deputado, seria o Banco Central, portanto, a União, o Poder Público contribuinte assumir novamente a responsabilidade pela gestão e pela integralidade patrimonial de empresas privadas. Se houver uma fraude, o Governo é obrigado a descobrir, tem de prevenir e não pode deixar. Não, aí, estaríamos abrindo um passivo contingente, criando o chamado risco moral de uma forma simplesmente incomensurável. Então, não é isso. As recomendações hoje do Comitê do Banco Central são o contrário: os depositantes, os investidores têm de estar conscientes de que eles têm de fazer uma auditoria. Os gestores, os analistas, todos têm de fazer o seu trabalho e o Governo não dá uma garantia, o que se chama de garantia cobertor, para todo mundo, independente de qualquer coisa. Não pode fazer isso. As garantias são as dadas pelo Fundo Garantidor de Crédito. Têm limites específicos, etc.

Agora, o Banco Central cumpre, sim, o seu papel de supervisão. Aliás, neste caso, cumpriu de forma eficiente e eficaz. Tanto que detectou um problema a tempo e a hora, analisando o mercado, o sistema financeiro inteiro, consolidando as posições de cedentes e cessionados, localizando que existia um problema sistêmico e, a partir daí, fazendo um trabalho de pesquisa e chegando finalmente nessa instituição, demandando providências do controlador que as cumpriu. O sistema portanto foi preservado, o capital foi recomposto e não houve prejuízo para os depositantes, para o Poder Público. Assim, o controlador entregou um banco para transação e houve a entrada de um novo sócio,

a Caixa Econômica Federal, com patrimônio comprometido por lei.

É exatamente por isso que o sistema financeiro brasileiro está sendo reconhecido internacionalmente como o mais seguro, porque tem regras prudenciais e supervisão. Isso não quer dizer que o Banco Central substitui todo o processo de gestão de comitê interno, de comitê externo, de auditorias e todos os sistemas em que entidades privadas e públicas têm responsabilidade. Isso viria contra toda a orientação hoje do Conselho de Estabilidade Financeira e do Comitê de Basiléia para Supervisão Bancária. É exatamente o contrário. Regras, sim, supervisão, sim; mas não substituir auditor, comitê de auditoria, conselho de administração, gestor, sócio controlador. Isso, não. Essas responsabilidades são mantidas.

Valor do negócio.

Parte S.Exa. do pressuposto que caiu o valor do negócio. É óbvio que é menor. É, contudo, uma conclusão prematura, Deputado, com o devido respeito a sua experiência na área empresarial, *etc.* Tenho também experiência no setor financeiro já de alguns anos, talvez mais do que eu gostaria de admitir. De qualquer maneira, estou nisso há muitos anos. Então qual é o problema? Vamos verificar qual o valor do negócio nos próximos anos à medida que o negócio tenha questões relativas à sinergia, a ganhos.

A Caixa Econômica Federal só entrou lá esta semana. Nomeou seus diretores apenas nesta semana — na realidade, ontem. Então, em 24 horas, é difícil prever qual será o resultado desse negócio ao longo dos anos.

O balanço foi saneado. O controlador colocou o dinheiro, e está lá o patrimônio recomposto. Agora vamos ver o negócio. Vamos ver exatamente as manifestações de interesses de outros sócios que aparentemente existem. Vamos verificar. Existem manifestações informais não confirmadas, mas todas as indicações são de que há possibilidades. Vamos aguardar.

Talvez seja prematuro julgar que tenha caído o valor do negócio. No entanto, não há evidências que confirmem isso. Vamos aguardar e esperar que aumente o valor do negócio, que, nos próximos anos, essa instituição valha de fato mais ainda do que estava previsto.

Em relação a falhas nessa instituição.

Falhou a estrutura de controle da instituição. Toda a estrutura de controle falhou, e, óbvio, apareceu o problema. Agora, Deputado, o que falhou exatamente... Aí entramos na terceira fase do processo.

Descrevi a fase que a lei chama de preventiva, ou seja, aquela que foi cumprida. Caso a fase preven-

tiva não tivesse sido cumprida, entraríamos na fase de saneamento.

A terceira fase é a punitiva, a investigativa, e é nisso que o Banco Central está engajado agora. O Banco Central está com processos administrativos abertos, processos estes que analisarão todo um conjunto de fatores — conselho, diretoria, gestores, gerentes, auditores, comitês, todos os envolvidos no processo de gestão do banco — para apurar responsabilidades, *etc.*

De novo digo que seria prematuro. Eu não estaria cumprindo meu dever legal se comesse a voluntariar opiniões, palpites, *etc.*, sobre quem pode ter falhado.

Existe todo um processo de julgamento, de investigação formal na área de fiscalização do Banco Central, com procedimentos rigorosos e, no devido tempo, serão concluídos os processos administrativos e punições serão devidas.

Além do mais, existe também evidentemente uma prerrogativa do Ministério Público Federal de abrir investigações, se julgar adequado, de iniciar inquéritos penais contra pessoas que o Ministério Público Federal julgar possam existir evidências de que tenham cometido algum procedimento ilícito. É uma prerrogativa absoluta de um órgão independente como o Ministério Público Federal.

O Banco Central, em procedimentos como esse, sempre coloca à disposição do Ministério Público Federal todas as suas conclusões, todos os seus processos de investigação, bem como os seus procedimentos administrativos.

Certamente, esse processo seguirá o seu devido curso, com todo o rigor, nos diversos órgãos envolvidos, sem prejuízo de ações que possam ser tomadas pelas partes prejudicadas — pelos sócios, *etc.*

Câmbio e juros em relação a reservas.

O que leva as reservas a diminuir ou a aumentarem? Normalmente, o Banco Central faz um leilão diário e compra as ofertas a taxas que prevalecem no mercado. É o chamado preço justo. São as taxas que estão prevalecendo antes do leilão.

Normalmente, ao longo do tempo, ao longo dos anos, a observação que se faz é que esse valor de compra de reserva termina sendo similar à entrada líquida de recursos no País. É o chamado fluxo líquido de entrada de capitais.

Isso não acontece todo dia, a cada semana, a cada mês, medindo cada... Não, não. Porém, se tomarmos um prazo longo, esta é exatamente a conclusão a que se chega, mesmo que, em alguns momentos, o Banco Central esteja comprando mais que o fluxo, comprando menos que o fluxo. As reservas diminuem

em várias circunstâncias. Uma delas, claramente, ocorreu no final dos anos de 2008 e 2009, quando o Banco Central vendeu reservas, atendendo à crise e às necessidades de proteger o País contra a crise, contra a fuga de capitais, *etc.*, medida muito bem sucedida.

Outras questões, como paridade de moeda, também influenciam preço, *etc.*

Existe um relatório sobre gestão de reservas, e o Banco Central terá grande satisfação de remetê-lo a V.Exa. O Diretor Aldo Mendes, responsável por política monetária, presente a esta reunião, terá toda a satisfação de entregar a V.Exa. o relatório sobre gestão de reservas, onde tudo isso foi bem discutido. Além disso, poderá recebê-lo, com seus assessores, no Banco Central, caso V.Exa. tenha interesse e queira de fato aprofundar-se nesse assunto, qual seja, gestão de reservas.

Essa qualificação técnica a que se refere o Deputado de alguns órgãos de Governo, inclusive o Banco Central, está totalmente à disposição do Legislativo. Para fazer suas análises, V.Exa. tem acesso absoluto para usar as qualificações técnicas do Banco Central.

Poderia dizer ainda que o uso das reservas diminui a volatilidade da moeda, ou que a volatilidade é prejudicial à economia. Reserva baixa, como houve no passado, em 2002, levou a uma volatilidade muito grande e a crises importantes na economia. Portanto, a diminuição da volatilidade, principalmente em momentos de corrida contra a moeda, é um aspecto muito importante.

Quanto a uma afirmação do Deputado de que o Brasil estaria sendo ingênuo em relação ao câmbio fluante no meio dessa guerra cambial, eu, com o devido respeito, discordo dessa suposta ingenuidade.

Podemos também analisar diversas medidas tomadas por vários países. A Tailândia, por exemplo, simplesmente taxou títulos domésticos com imposto de renda; ou a Coreia que limitou um pouco a exposição dos bancos ao risco cambial — medida tomada pelo Brasil em 2007, alocando e limitando capital; ou de Taipé, ou Taiwan, que proibiu fundos estrangeiros de investirem em alguns tipos de renda fixa; ou ainda no caso do Japão e da Suíça que compraram dólares no mercado à vista.

Se olharmos as medidas tomadas pelo Brasil, revela-se tudo menos ingenuidade. O Brasil hoje é respeitado no mundo como um país que adotou fortes medidas fortes de proteção à sua própria economia. Tenho mantido contatos constantes com investidores internacionais, e V.Exa. pode estar certo de que falo isso com segurança. Hoje, os investidores internacionais respeitam muito as medidas que o Brasil está toman-

do; alguns até discordam, acham que é forte demais, não gostam, criticam inclusive, mas ninguém diz que são medidas excessivamente leves, pelo menos que eu tenha ouvido.

Mantive contato não só com investidores grandes, com representantes de fundos de pensão, de fundos privados. Estive, há cerca de 10 dias, na Bolsa de Chicago, onde recebi uma homenagem. Discuti profundamente com eles. Visitei a Bolsa de Nova Iorque e outras. No último final de semana, estive na Basiléia, onde houve discussões intensas sobre esse assunto. Além disso tudo, participamos do Conselho Diretor.

Posso, portanto, com toda convicção e com o devido respeito a V.Exa., afirmar que o Brasil vem levando muito a sério isso e tomando medidas adequadas.

Agora, as questões do Deputado Luiz Carlos Hauly.

Em primeiro lugar, a questão da compra desse percentual, dessa participação no banco PanAmericano pela CaixaPar.

O que posso apenas dizer... O Deputado discorda que um órgão público como a Caixa Econômica Federal, ou a CaixaPar, no caso, poderia ou deveria comprar uma participação minoritária em uma instituição privada. Muito bem.

Isso foi autorizado pela Lei nº 11.908, de 2009, aprovada pelo Congresso Nacional. Não cabe ao Banco Central...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Com o meu protesto, não é? Foi aprovado pela maioria.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Perfeitamente, é a lei.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Agora, cabe a V.Exa. fiscalizar, porque o Banco Central é o controlador, o fiscalizador, para ver se houve realmente nesse processo manipulação nos dados. Alguns dizem que foi maquiado o dado com produtos Jequití, não é? (*Risos.*)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Deputado, é isso exatamente o que o Banco Central está fazendo no momento. Temos processos administrativos abertos, e, certamente, caso existam atos ilícitos haverá punições, cumprindo rigorosamente a lei, como sempre faz o Banco Central.

Outra questão.

Não está na hora de baixar os juros de uma forma, digamos assim, contra a tendência dos últimos anos? O Deputado chamou de “baixar a curva” — foi o Deputado Pedro Eugênio — mas é a mesma pergunta, em última análise. A frase “está na hora de baixar os juros” foi do Deputado Luiz Carlos Hauly. O Deputado Pedro Eugênio usou a expressão “baixar a curva”, e tem toda razão.

O Deputado Luiz Carlos Hauly menciona ainda as reformas tributárias, que está na hora de fazer a reforma tributária, a reforma fiscal, *etc.*

Deputado, evidentemente V.Exa. tem direito a sua manifestação como Parlamentar. Certamente, esses assuntos estão sendo discutidos no Congresso Nacional. V.Exa. quer saber se todas as reformas — tributária, fiscal — iriam ou não viabilizar uma queda de juros. Esta é, com certeza, uma questão para ser debatida no Congresso Nacional, caso venha a ocorrer.

Saldo das transações correntes.

Deputado, é importante mencionar que as transações correntes no Brasil tiveram um déficit de 2,5% do produto, em 2010, e 2,8%, em 2011. São números ainda moderados, comparados a anteriores no Brasil — já chegamos a números acima de 6%, até 8% — e a de outros países, hoje com números substancialmente superiores a este.

No caso do Brasil temos mais um dado importante. No momento, 75% desse número é financiado por investimentos estrangeiros diretos. À medida que o País cresce, companhias internacionais que já operam aqui tem cada vez mais interesse estratégico no Brasil.

Existe, portanto, um percentual grande disso, financiado por investimentos estrangeiros diretos. Ademais, existe uma tendência de continuidade, porque essas subsidiárias brasileiras são componentes estratégicos importantes dessas corporações globais, pelo poder do nosso mercado hoje. De qualquer maneira, isso vem sendo analisado constantemente. O Governo toma suas providências, como discutimos há pouco, em relação à chamada guerra cambial. Temos olhado isso com todo o rigor necessário.

Apesar de S.Exa. discordar da instituição do câmbio flutuante no Brasil, iniciada em 1999 — deixou muito claro a sua posição —, dizemos que, de acordo com a literatura e a prática dos bancos centrais, ele tem, entre outras, exatamente a vantagem de ajustar a taxa, na medida em que o déficit de conta corrente pode caminhar para patamares não vistos como sustentáveis ao longo do tempo. Evidentemente, isso é questão de análise a tempo maior. De qualquer maneira, estamos atentos a tudo isso.

Dívida bruta e sua evolução.

Evidentemente transmitiremos a observação do Deputado para outros órgãos do Governo, como sempre o fazemos quando são manifestadas preocupações em relação a eles.

No entanto, quero mencionar que boa parte dessa dívida bruta, acima da dívida líquida, é composta de reservas — portanto é caixa. Ou seja, as reservas podem funcionar, na realidade, como uma segurança e não como aumento do risco. Essa parte do aumento

da dívida bruta é importante e grande — estamos falando em 287 bilhões de dólares, o que representa, em última análise também, um aumento da dívida bruta. Portanto é importante levar isso em conta.

Finalmente, agradeço ao Deputado o elogio feito à minha atuação.

Deputado Fábio Ramalho.

A primeira pergunta foi se, caso convidado pela Presidente Dilma Rousseff, eu ficaria no Governo.

Deputado, tenho uma resposta clássica para perguntas desse tipo, perguntas que me são feitas há muitos anos: eu não trabalho com hipóteses ou especulações. Caso surja algo, dependendo da evolução, vou analisar no devido tempo, como sempre fiz na minha vida profissional.

No momento, estou focado no Banco Central. Imagine o senhor se eu estivesse preocupado com esse tipo de coisa nos últimos dias, com a atual situação do mercado, com a quebra do banco PanAmericano?

Em resumo, o Presidente do Banco Central tem atividades suficientes para se manter ocupado 24 horas por dia. Não precisa se preocupar muito com o seu futuro. Certamente consideraremos a situação no seu devido momento.

O Deputado pergunta se o crédito vai se sustentar nesse crescimento, assim como os investimentos. Deputado, a tendência é de sustentação. O aumento do crédito é consistente com o aumento da renda. Existem algumas medidas de comprometimento do rendimento médio do trabalhador com o crédito da pessoa física. Elas são consistentes e estão em patamares aceitáveis. O País está crescendo, o emprego está crescendo e a renda está crescendo. Existe, portanto, perspectiva de crescimento do crédito. As empresas também estão crescendo, suas vendas estão crescendo, assim como os investimentos.

Então, respondendo à segunda pergunta, a tendência do investimento é crescer, porque a demanda doméstica é robusta, está crescendo e os fundamentos econômicos do País também estão sólidos. Portanto, a tendência, sim, é de crescimento.

O Deputado Pedro Eugênio pergunta: podemos “baixar a curva de juros”?

Deputado, há 2 componentes: a taxa base de juros e a taxa de mercado, qual seja a taxa dos bancos *etc.*

Vamos falar primeiramente da taxa base, a taxa fixada pelo Banco Central, a SELIC.

Num regime de metas de inflação e com a evolução da política monetária hoje, a finalidade básica da taxa SELIC é o controle da demanda agregada. Ou seja, quando começa a existir um desequilíbrio muito grande entre demanda e oferta no País, em que a

demanda começa a crescer muito, isso não pode ser preenchido pelo chamado vazamento externo e por limitações diversas. Em resumo, podem começar a vir pressões inflacionárias, vindas de fatores de produção, que começam a pressionar os preços. Então, o Banco Central faz um ajuste da taxa base para cima ou, do contrário, para baixo, visando, em última análise, influenciar as taxas de mercado.

São diversos os canais de transmissão — não vamos entrar aqui em tecnicidades. Portanto, o Banco Central, em última análise, influencia a atividade e, em seguida, a inflação.

O Banco Central desenvolveu modelos desde a década de 90, muito aperfeiçoados nos últimos 8 anos. Há um grande conjunto de modelos novos desenvolvidos, por meio dos quais o Banco faz projeções da taxa SELIC, projeções de manutenção, projeções de acordo com hipóteses de analistas. Ele prevê a inflação baseado nessas hipóteses, além de uma série de outras, que também entram nos modelos. Temos ainda o ambiente externo, fator importante recentemente; o nível de atividade global e os efeitos disso no Brasil e nos canais de transmissão de preço para a economia brasileira; as hipóteses fiscais de evolução do crédito, do crédito público, do câmbio, de uma série grande de outros fatores que não só esses.

A projeção de inflação que o Banco Central faz no momento não dá margem para que se faça essa redução artificial. Ele dá uma puxada para baixo da taxa de juros, esperando que, em função disso, caia a taxa de juros de mercado. A taxa de juros de mercado compõe-se de uma série de outros fatores — fatores de risco, expectativas de inflação, de competição, de captação de impostos e uma série de outras coisas —, principalmente a taxa de juros na ponta de captação, o que é uma situação mais complexa.

Deputado, o importante é que essa taxa vem caindo nos últimos anos, o que, com certeza, será devidamente levado em conta. É evidente que o Banco Central, nos próximos anos, independentemente de qual seja sua administração, vai levar tudo isso em conta ao fazer a análise e tomar sua decisão soberana — e técnica certamente. Seja qual for a conclusão, não me cabe aqui... Antes de mais nada, nunca anunciamos decisões futuras. O Banco Central nunca prevê trajetória SELIC; muito menos, num momento de transição, estaremos aqui prevendo aqui ou dizendo o que deveria ser feito nos próximos meses ou anos. Estamos apenas olhando a situação do ponto de vista da última reunião do COPOM, o que vimos e por que tomamos uma decisão pela manutenção.

Olhando à frente, certamente haverá uma reunião do COPOM no mês de dezembro e outra em janeiro.

Os componentes do Conselho, nas devidas oportunidades — serão 8 durante o ano de 2011 —, tomarão as decisões que julgarem adequadas, segundo as condições do momento. Temos confiança, portanto, de que serão decisões adequadas ao País. Isso responde à segunda questão, em relação ao mercado.

Agradeço também ao Deputado os elogios.

Acho que, sim, o progresso do País nos últimos anos, o aumento do número de empregos e da renda e a geração de investimentos formaram um conjunto de medidas governamentais, de toda uma administração. O Banco Central é uma parte disso e certamente temos grande satisfação em ser partícipes desse processo em que o Brasil conclui mais um ano com a economia crescendo a mais de 7%, gerando mais de 2 milhões de empregos, enquanto o mundo ainda enfrenta dificuldades.

Mesmo com problemas no mercado financeiro — como esse do PanAmericano —, ao contrário do que aconteceu em outros países, o assunto é resolvido sem uso de recursos públicos, sem prejuízo para depositantes. Já recebi diversos telefonemas de presidentes de bancos centrais de várias partes do mundo elogiando o Brasil e manifestando admiração pela capacidade de o País ter instituições que conseguem resolver problemas que acontecem no mundo todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Passo agora à lista de inscritos.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY - Prezado Senador já eleito Waldemir Moka, Presidente da nossa Comissão Mista de Orçamento; Dr. Henrique Meirelles, Ministro e Presidente do Banco Central, meus cumprimentos.

Em primeiro lugar, Ministro Henrique Meirelles, quero cumprimentá-lo pela extraordinária atuação ao longo desses 8 anos.

Acredito que essa exposição, especialmente o balanço dos resultados aqui mostrados, constitui uma expressão maior daquilo que tem sido a sua gestão e a de sua equipe.

Quero inclusive assinalar que V.Exa. aceitou uma sugestão minha — acho que foi em uma de suas últimas exposições —, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, no sentido de que V.Exa. incluísse nelas, nas suas exposições, os efeitos da política econômica no que diz respeito à erradicação da pobreza e à diminuição do Coeficiente de Gini, coeficiente que mede a desigualdade.

Observo que V.Exa. incorporou essas informações que denotam algo muito positivo. V.Exa. assinala aqui, em especial, que 20,5 milhões cruzaram a linha

de pobreza; 35,7 milhões passaram a fazer parte da classe média; e como o Coeficiente de Gini, que, em 2002, estava em 0,553, foi diminuindo ano a ano, todos os anos: em 2003, para 4, para 5, para 6, para 7, para 8, para 9, inclusive num ano de crise econômica internacional. Muito provavelmente, só no ano que vem teremos o Coeficiente de Gini de 2010. Vale dizer que o de 2009 foi de 0,509.

Como o IBGE tem assinalado, e o PNAD também, há diversos coeficientes Gini, pergunto: qual deles foi considerado aqui? Foi o Coeficiente de Gini relativo a todos os tipos de renda, portanto os rendimentos do trabalho, de transferências de renda, mais os rendimentos de juros, lucros, aluguéis e outras fontes de renda? Neste caso estão considerados todos os tipos de renda, inclusive as transferências de renda, como as relativas à Previdência, aos benefícios da prestação continuada, ao Programa Bolsa Família, e já considerados os seus efeitos? Provavelmente tenha sido isso. Porém, como o IBGE, às vezes, publica o Coeficiente de Gini referente apenas à remuneração do trabalho, eu apreciaria aqui que o coeficiente fosse identificado.

No que diz respeito a uma das principais preocupações presentes, eu notei, à página 14, a evolução das exportações. Desta vez, diferentemente de outras ocasiões, V.Exa. não incluiu a evolução das importações.

É notório o que têm destacado diversos analistas. Em 2010, as exportações e as importações estão crescendo, e ainda há saldo positivo. Como a velocidade de crescimento das importações têm sido maior do que a das exportações, isso tem causado uma preocupação maior.

Cito um exemplo ilustrativo: acompanhei o Presidente Lula na sua última visita ao Salão do Automóvel de São Paulo. Alguns empresários do setor automobilístico que ali estavam me perguntaram, a certa altura da visita: “Senador, observe que desta vez o número de automóveis importados no Salão do Automóvel está sendo bem maior do que os produzidos no País. Esse é um indicador de algo que tem nos preocupado, ou seja, o crescimento maior das importações em relação às exportações. Em que medida isso poderá ser corrigido?”

Relacionado a isso — até porque em Seul hoje estão o Presidente Lula, a Presidenta eleita Dilma Rousseff e o Ministro da Fazenda Guido Mantega, que tem trabalhado com muita sintonia com V.Exa. —, eu agradeço e solicito a V.Exa. que me responda sobre como avalia a proposta de utilização maior dos Direitos Especiais de Saque do FMI, em substituição ao dólar, como reserva de valor, como hoje preconizado, na imprensa, pelo Ministro da Fazenda, Guido Mantega;

isso poderia, de alguma maneira, colaborar para a resolução de problemas, tais como a dificuldade que hoje tem tido o Brasil para fazer com que suas exportações tenham maior possibilidade de sucesso, sobretudo as exportações de bens industriais, que significam alto valor agregado e com tecnologia nova? Pretende o Brasil avançar na direção do desenvolvimento não apenas do setor de produtos primários, que tem tido grande sucesso, conforme aqui ressaltado pelo Deputado Haully, mas também no setor industrial, e que isso possa representar uma solução bastante adequada?

No que diz respeito ao problema do banco PanAmericano, considero muito positiva a explicação de V.Exa., Presidente Henrique Meirelles. Trata-se de algo que devo aqui assinalar. O novo Superintendente do banco PanAmericano, Celso Antunes da Costa, disse: *“Também tenho dificuldade de entender o que aconteceu”*. Ora, se ele que provavelmente está tão bem a par das coisas... Eu, sinceramente, em que pese a sua explicação tão didática, ainda quero compreender melhor. Por exemplo, surgiu para conhecimento de todos nós algo que eu, como Senador, não conheço tão bem.

Solicito, portanto, uma explicação sobre o que é esta entidade que teve papel tão fundamental, uma explicação sobre o Fundo Garantidor de Créditos. De acordo com as explicações dadas pelo Presidente Gabriel Jorge Ferreira, através da imprensa, houve uma interação bastante grande com o Banco Central nestas últimas semanas e dias. Agradeceria a V.Exa., para que todos nós pudéssemos entender melhor, uma explicação mais minuciosa sobre o Fundo Garantidor de Créditos. Como ele nasceu? Nasceu ao tempo de problemas havidos à época do PROER?

Trata-se efetivamente de uma instituição privada de extraordinária relevância, porque de alguma maneira interagiu com o Banco Central para que esse problema do banco PanAmericano fosse superado. Como ele funciona? V.Exa. nos informou que não há recursos públicos sendo colocados no banco PanAmericano. Então, são os recursos desse Fundo Garantidor de Créditos. Se por acaso surgir um problema, como e com responsabilidade de quem o Fundo Garantidor de Créditos vai enfrentar uma eventual dificuldade? Obviamente, eles tomaram essas decisões de colocar recursos de maneira tal a se sentirem muito garantidos. Como surgiu então esse Fundo Garantidor de Créditos que teve nesse momento papel tão importante?

Avalio como importante compreender a função dessa instituição e como ela coopera com o Banco Central, seja nesse caso ou em outros que possam surgir no futuro.

Quero ainda fazer uma pergunta sobre outro tema que, nos últimos dias, ressurgiu com grande importância.

Que análise V.Exa. pode nos brindar com respeito à experiência que teve o Brasil com a CPMF? Ela deve ser considerada, à luz da nossa experiência, de toda votação ocorrida aqui? Ela foi aprovada na Câmara, mas no Senado — acho que por 1 voto apenas — não chegamos aos três quintos necessários, e assim não foi aprovada.

Ora, se for para ressurgir a CPMF, na sua avaliação isso deveria ser objeto de algo dentro de uma nova política fiscal e tributária, dentro de uma reforma fiscal que possa levar em conta diversos aspectos, inclusive os necessários recursos para a saúde? Na sua avaliação, pode eventualmente a CPMF ser considerada com esse nome — ou já não seria mais provisória — ou o nome que for? Com uma taxação efetiva relativamente pequena, obviamente, pela sua natureza, e à luz da nossa experiência, ela pode efetivamente ser considerada? E, se for, por alguma outra forma?

Finalmente, refiro-me ao tema do objetivo maior que a Presidenta Dilma Rousseff transmitiu ao longo de sua campanha e nos últimos dias. Desde seu pronunciamento, quando foi proclamada vencedora, e nas entrevistas dadas nos dias seguintes, ela reiterou o seu objetivo de, como seu primeiro plano, erradicar completamente a miséria, a pobreza absoluta no Brasil.

Conforme muitas vezes dialoguei com V.Exa., para que esse objetivo possa efetivamente ser alcançado, o Congresso Nacional, na minha avaliação, tem e deve utilizar um instrumento, e o Governo também, para erradicar completamente a miséria, uma medida de bom senso. Ela foi estudada pelos mais diversos economistas, laureados com o Prêmio Nobel de Economia — cito 2 nomes: James Tobin e James Edward Meade —, assim como centenas de outros pelo mundo, inclusive os que estiveram no Brasil em julho último, no Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica de Cidadania.

Sabe V.Exa. que o Brasil foi o primeiro país do mundo cujo Congresso Nacional, com todos os partidos, aprovou por consenso a instituição por etapas, a critério do Poder Executivo, da renda básica de cidadania — hoje para quase 190 milhões de brasileiros, e um dia será.

Relacionada à Lei de Responsabilidade Fiscal, objeto da sua exposição hoje, quero citar um exemplo de cooperação — que aqui às vezes acontece — entre um Senador do PT, autor de uma proposta, eu no caso, e um Relator do então PFL, o Senador Francelino Pereira. S.Exa. estudou a matéria e me disse: “Eduardo, é uma boa ideia, mas você precisa torná-la compatível

com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, que tal você aceitar um parágrafo instituindo a renda básica por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como faz o Bolsa Família, até que um dia seja para toda e qualquer pessoa, incondicional?” Aceitei e, graças a isso, o Senado aprovou o projeto por consenso em dezembro de 2002. Em dezembro de 2003, a Câmara também o aprovou. Em 8 de janeiro de 2004, o Ministro da Fazenda Antonio Palocci disse ao Presidente: “Como é para ser instituído por etapas, gradualmente, é factível, pode sancionar.” E o Presidente sancionou.

Quero agora, Presidente Henrique Meirelles, lhe encaminhar a carta que enviei semana passada ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à Presidente eleita Dilma Vana Rousseff, para que ambos considerem a possibilidade concreta de, nessa fase de conclusão do Governo Lula e na fase de transição para o novo Governo, analisar medidas para os próximos 4 anos que colaborarão com o objetivo maior da Presidente Dilma, o de tornar realidade a erradicação da miséria. Seria uma forma de ambos, conforme aqui concluíam, entrarem na história como Presidentes que instituíram a renda básica de cidadania.

Quero muito lhe enviar, em mãos, uma cópia dessa carta, a minha palestra no último congresso da BIEN e ainda uma história feliz que Ziraldo fez para que o povo brasileiro compreenda tão bem a proposta da renda básica de cidadania.

Meus cumprimentos, prezado Ministro e Presidente do Banco Central. V.Exa. honra muito o mandato que tão bem tem exercido. Hoje também explicou de maneira didática e firme os propósitos sérios com que tem conduzido o Banco Central e demonstrou, sobretudo, a retidão de suas atitudes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Em sequência, para suas considerações e questionamentos, tem a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Meus cumprimentos, futuro Senador e atual Deputado Waldemir Moka, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e demais Deputados.

Eu aqui, em outra audiência com o Ministro, tinha dito que, no Brasil, há algo que considero um Triângulo das Bermudas, um lugar onde desaparece o desenvolvimento, um tripé que considero nefasto para o crescimento, para a geração de empregos, para o crescimento econômico. O primeiro é a nossa disparidade no câmbio, que poderia nos proporcionar muito mais exportações, reduzir nossas importações, deixar-nos competitivos no mundo e, por fim, gerar crescimento, desenvolvimento e empregos.

No segundo estão as taxas de juros, totalmente fora da realidade, acima da média mundial. Elas deixam as empresas brasileiras fora da competição. Como conseguem as nossas empresas, com taxa de juros SELIC de 10,75% multiplicada por fatores adicionados como resultados de banco, custos, *spreads* e tal, competir com empresas multinacionais que captam dinheiro lá fora com valores muito mais baixos?

O terceiro é a nossa altíssima carga tributária.

Ficaria atento à situação do câmbio, como compete a V.Exa., embora haja outras áreas que não são do seu envolvimento.

Aí indago: por quanto tempo vamos continuar pagando aos investidores estrangeiros essa taxa de juros de 10,75%, aumentando o endividamento público? Há que se gerar um título para fazer essa contrapartida e congelar os reais, investir isso lá fora numa taxa de menos de 1% ao ano, criar um custo extraordinário, tanto no diferencial da taxa de juros que pagamos em relação àquilo que recebemos lá fora, aumentando o endividamento bruto — e em última instância é sobre isso que pagamos efetivamente de juros e não podemos concordar com a dívida líquida sobre o PIB que diminui —, pois emitimos, passamos para a PETROBRAS, para o BNDES, mas sabemos que esse dinheiro não volta, como na nossa reserva lá fora que não podemos deduzir da dívida bruta, porque ela não volta, ela fica lá, a não ser que criássemos outro mecanismo de defesa contra isso.

Sei que o Banco Central não é o culpado por termos essa taxa, não é o único culpado. Acho que ele poderia contribuir, mas sabemos que a taxa de juros vai ficar mais baixa na medida em que o outro lado, a Fazenda, cumprir seu papel de redução de gastos públicos, fizer uma poupança maior e assim por diante. Aliás, até acho que o Banco Central poderia ter reduzido a taxa de juros efetiva durante a crise. Naquele momento, o Banco Central, no meu entendimento, teve e perdeu uma oportunidade. Não havia demanda, não havia uma série de fatores que pudessem influenciar na taxa de juros. Ela poderia ter sido reduzida 2, 3 pontos de supetão, mas o Banco Central não o fez.

Então, neste momento, quando o Banco Central voltou a aumentar as taxas e saiu de um patamar alto, poderia ter saído de um patamar mais baixo. Então, o Banco Central, no meu entender, também errou naquele momento de crise.

Vejo também, Presidente, que os maiores *players* continuam fazendo aquilo que é mais interessante para eles. A China continua administrando seu câmbio, e nem por isso foi reduzido o fluxo de capitais para a China. Os investimentos lá continuam grandes, com o câmbio controlado. Outro *player*, o maior — os Estados

Unidos —, também toma atitudes, como a de inundar o mercado com 600 bilhões de dólares. Nós, de nosso lado, não conseguimos baixar a taxa de juros, temos de continuar aumentando a nossa reserva! Para que esse tamanho de reserva? Para que continuar fazendo isso? Câmbio livre, câmbio flutuante, sim!

Em 1998, precisávamos maciçamente da entrada de recursos. Era uma tese válida. Será que hoje continua válida? Será que o instrumento apenas de aumento do IOF? Nós vemos que não resolve o problema. Não seria o caso de se começar a analisar medidas mais drásticas, mesmo que teorias econômicas fossem colocadas de lado e olhássemos realmente os interesses do nosso País, ou alguma tributação sobre o ingresso de capitais, ou então a implantação de um dormitório de ingresso de dólares? O Banco Central tem inclusive legislação já pronta para isso, nem precisa aprovar.

Então, indago: por quanto tempo vamos continuar aumentando a nossa reserva, aumentando o endividamento público, pagando uma taxa de juros altíssima, prejudicando o setor produtivo nosso com menos exportações e mais importações, levando-se em conta que hoje 20% do consumo doméstico no País já é de produtos importados? Não dá para admitir! É preciso fazer algo diferente nesse sentido. Indago até se não é o momento de termos um controle mediano de fluxo de capitais. Quem quiser trazer dólares para dentro, que os deixe temporariamente no Banco Central e a liberação seja paulatina. Mas vejo que é um movimento técnico, teórico, que prejudica o País drasticamente.

Não estou questionando se teoricamente o câmbio flutuante está ou não adequado, mas estamos tendo enorme prejuízo aplicando nossa reserva a 0,25%, pois grande parte disso está aplicado em títulos do Tesouro americano, pagando aqui taxa SELIC a 10,75%! Sr. Presidente, é preciso fazer alguma coisa diferente nesse sentido.

Sobre a situação do banco PanAmericano, se não me engano, nos últimos meses de 2009, dois bancos públicos adquiriram bancos privados. Até hoje não entendi isso. Também fui um daqueles que protestei contra essa autorização da Câmara para a compra de bancos pela Caixa — parece-me que o Banco do Brasil não precisou dessa autorização.

Mas é estranho o Banco do Brasil comprar o banco Votorantim. Na sequência, recuperou, valorizou o grupo Votorantim e comprou, em seguida, o controle da Aracruz Celulose. Ganhou dinheiro fantasticamente por uma decisão de governo que é duvidosa! Não vou questionar, por exemplo, a aquisição de um outro banco, um banco público, que é o Nossa Caixa. O Banco do Brasil o incorporou inteiramente, criou uma sinergia. Mas, comprar 49% do banco Votorantim! Isso

também me fez lembrar do caso do PanAmericano, porque tem uma instituição financeira que financia automóveis, consumo e tal, e por várias vezes houve bochicho no mercado de que tinha uma carteira de créditos muito duvidosa. Mas vou ater-me ao banco PanAmericano.

O banco PanAmericano também é duvidoso. É de se questionar por que comprar 49% de um banco. E a pergunta é: se o Banco Central pode fazer isso pelo comprador, se a Caixa Econômica e o Banco do Brasil tivessem inquirido o Banco Central, exigido a apresentação de uma fiscalização, por que ela não o fez? Ou, se efetivamente poderia o Banco Central ter feito isso, quando ele pode fazê-lo quando inquirido por parte do comprador, com uma auditoria técnica pela autoridade monetária?

Sabemos que houve auditoria externa, mas me parece duvidosa, porque esse problema certamente não apareceu agora, vem de longa data. Não é possível que essa cessão de carteira tenha ficado nos ativos do banco e isso seja coisa de agora, de 90 dias. Então, realmente é questionável.

Sei que o Banco Central tem uma função, como o CADE, de autoridade monetária. Então, não pode questionar se a Caixa Econômica deve ou não deve comprar o banco PanAmericano? Se o Banco do Brasil deve ou não deve comprar o banco Votorantim? Eu questiono isso, acho que foi uma decisão diretissimamente... Não acredito que o Presidente Lula não tenha dado autorização para a compra desses dois bancos e, de forma particular, à questão do banco PanAmericano, que me parece ter sido um benefício para alguém que tem um controle de mídia e que, num determinado momento, isso era extremamente benéfico para a atual situação. Algo como: *"Eu autorizo resolver o problema do banco PanAmericano e resolvo uma situação de mídia de um grupo de comunicação muito forte"*.

No caso do Banco do Brasil *versus* banco Votorantim, não sei qual foi a razão. Já questionei aqui, inclusive fiz um requerimento pedindo a presença da Caixa Econômica e do Banco do Brasil. A autoridade monetária também deverá ser convidada ou convocada para participar. Nós, Deputados, temos que questionar efetivamente por que bancos públicos, que têm um foco específico, como é o caso da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, ou outro banco público que tenha foco específico, devem comprar outras instituições.

E eu fico abismado neste momento, Senador, de ouvir que o Banco do Brasil está comprando banco na Argentina, um banco nos Estados Unidos etc. Então, ele tem que ser privatizado e cumprir sua função normal de mercado. Mas, no que tange ao Banco Central, quero saber por que a Caixa Econômica não

pediu uma fiscalização técnica do Banco Central para saber a real situação da carteira, porque, assim, ela poderia se prevenir contra uma situação como essa. Está provado: fez um mal negócio, não tinha necessidade de comprar aquele banco; agora comprou um micro, porque as ações já caíram, e saiu totalmente fora do seu foco de banco de poupança, de financiador da habitação e assim por diante.

Então, indago sobre essa questão do câmbio. Acho que o Banco Central tem que rever a nossa política cambial, que é extremamente nefasta ao nosso País, e essa questão do banco PanAmericano *versus* Caixa e sua interface com o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Na sequência, está inscrito o Deputado Roberto Brito, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO - Sr. Presidente

Moka, Sr. Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, senhores assessores presentes, Sras. e Srs. Deputados. Quem fica no final, Sr. Presidente, fica meio sem nada para perguntar. Tudo o que havia para perguntar aqui já foi praticamente perguntado. Tinha interesse em algumas coisas, principalmente a respeito do banco PanAmericano, e me satisfaz plenamente a explicação do Presidente do Banco Central. Fiquei feliz com a explicação de S.Exa., de saber que não existe dinheiro público, que as coisas foram realizadas conforme preconiza a lei e que o Banco Central agiu dentro do maior rigor possível para defender os interesses públicos.

Outra dúvida que tinha é exatamente essa que o nosso colega Deputado, que me antecedeu, falou, ou seja, a respeito do problema dos juros altos. Essa é uma preocupação que temos. O Banco Central explica que, todas as vezes em que se utiliza a queda dos juros, a inflação volta. Ou seja, os juros ficam fluando de acordo com a inflação, pelo menos esse é o sentimento que temos.

No mais, quero parabenizá-lo pela sua exposição e dizer que fico feliz com isso.

Muito obrigado. Espero que V.Exa. possa continuar no Banco Central por mais quatro anos com essa política, como disse o nosso Senador Suplicy, realmente vencedora, uma política que está dando certo. E é bom continuar com o que está dando certo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- O último inscrito é o Deputado José Carlos Aleluia, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA -

Uma coisa me alegra: ver que, depois de oito anos do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de oito anos do Presidente Lula, há um consenso

em torno da necessidade de se manter a estabilidade econômica.

Recordo-me do início do Governo do Presidente Lula, quando, muitas vezes, eu, como Líder da Oposição, tive de apoiar as posições do Banco Central diante das posições assumidas por alguns membros do Governo. Mas vi hoje que todos os membros do Parlamento estão afinados em torno da necessidade de manter a estabilidade. Portanto, parabéns ao Brasil por chegar a esse ponto. É um ponto que mostra que não temos sustos pela frente.

Assim, quero dizer que o relatório de V.Exa., com muita elegância, mostra claramente que as respostas relativas à política monetária estão evidentemente ligadas à questão da política fiscal. Portanto, não vou pedir nada nesse campo. Quero apenas dizer que, como Deputado de oposição, estou encerrando meu mandato no próximo dia 31 de janeiro. Acho que ajudamos bastante para que esse processo fosse consolidado, e agora estou vendo que os componentes da base do Governo também desejam fazer assim. Isso é muito bom.

Embora V.Exa. tenha sido convocado para tratar da Lei de Responsabilidade Fiscal, todo mundo resolveu, pela questão premente do que está acontecendo, tratar da Lei 7.492, de 16 de julho de 1986, que é a lei dos crimes contra o sistema financeiro. É evidente que concordo com V.Exa. que não cabe ao Banco Central, não cabe ao Governo, assegurar e ser auditor de nenhuma empresa, de nenhum banco, não pode ser responsável pelos bancos. A auditoria do Banco Central é uma auditoria muito mais de processo e jamais poderia ser uma auditoria nos moldes da Deloitte.

Portanto, estou impressionado por que ninguém incriminou a Deloitte até agora. A Deloitte cometeu um crime incurso na Lei 7.492, cujo art. 26 é claro quando diz:

“Art. 26. A ação penal, nos crimes previstos nesta lei, será promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.”

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no art. 268, do Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, será admitida a assistência da Comissão de Valores Mobiliários — CVM, quando o crime tiver sido praticado no âmbito de atividade sujeita à disciplina e à fiscalização dessa Autarquia, e do Banco Central do Brasil quando, fora daquela hipótese, houver sido cometido na órbita de atividade sujeita à sua disciplina e fiscalização.”

Eu sou brasileiro, e serei, a partir de 1º de fevereiro, um cidadão, e aplaudo a Polícia Federal. Ontem, subi à tribuna para aplaudir a Polícia Federal por ter prendido na Bahia seis Prefeitos, algemados por esta-

rem roubando dinheiro da merenda escolar. Os ingleses se vangloriam muito — lendo a questão dos grandes crimes financeiros, recordo-me de um jovem inglês que praticou uma grande fraude em Hong Kong — e todos ficam muito satisfeitos quando eles são presos. É preciso prender pessoas que praticam crimes.

Os que eram membros do Conselho de Administração do banco PanAmericano... Estou aqui com o relatório, Sr. Presidente, do balanço do PanAmericano de 31 de julho, auditado pela Deloitte. A KPMG está sendo acusada porque coloca uma nota no seu relatório dizendo que não tem a responsabilidade da auditoria, mas ela coloca uma coisa meio estranha. Ela disse que fez apenas alguns procedimentos e não foi responsável... Inclusive, não é culpado quem faz a diligência; a culpa é dos Diretores, dos Conselheiros e dos auditores. É preciso prender gente.

Pergunto se o Banco Central já se habilitou a assistir, na forma do art. 28. Parece-me que o Ministério Público não tomou iniciativa. Não vi ninguém ser preso nem ser ameaçado de ser preso. Todo mundo põe Silvio Santos. Não quero transformar Silvio Santos num herói, mas ele pode ser o enganado, se não for membro e não conseguir, pelo relatório, ter acesso ao nome dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditores. Apenas colocam um nome; apenas de um coitado colocam o nome. Os membros do Conselhos de Administração são: Luiz Sebastião Sandoval, Presidente do Conselho de Administração; Rafael Palladino — Palladino, não, não é da moralidade, mas da imoralidade — Vice-Presidente; Guilherme Stolar, membro efetivo; João Pedro Fassina, membro efetivo; Wadico Bucchi, membro efetivo; Carlos Correa Assi, membro independente; Luís Roberto Rosenberg. Esses são membros do Conselho de Administração.

No caso da Deloitte, aparece apenas o nome do contador, que está solto também: José Barbosa da Silva Júnior.

Fala-se muito em dinheiro público. Não há dinheiro público — V.Exa. deixou isso muito claro —, mas há dinheiro do público. Essa empresa era aberta, uma empresa pública, no conceito americano. Ela atenta contra a estabilidade do sistema financeiro.

Quanto à questão muito bem levantada sobre a crescente participação do Governo como banqueiro no Brasil, eu sei que V.Exa. nada pode fazer, porque não é V.Exa. quem define essa política. Sou contrário a ela, mas o povo resolveu eleger um Governo que já transformou mais de 50% do crédito do Brasil. V.Exa. não tem nenhuma responsabilidade com isso, nem o Banco Central. É muito difícil ser Banco Central, quando o maior banqueiro do Brasil é o Governo Federal.

Portanto, as minhas observações são na área criminal. É importante que se use a lei. O Congresso fez a lei. A lei é moderna, Senador Suplicy, e estabelece em seu art. 4º: “*Gerir fraudulentamente instituições*”. Em seu art. 6º: “*Induzir e manter em erro...*” E, em seu art. 10: “*Fazer inserir elementos falsos...*” Tudo isso está aqui.

Ninguém foi denunciado, ninguém foi preso. Será que ninguém vai ser preso? Pelo que eu estou vendo, Silvio Santos pode — e não é por ser dono de emissora de televisão — ser o enganado. Agora, houve uma fraude. Não é pelo fato de ele colocar o patrimônio dele que o assunto está resolvido. Houve uma fraude. E a fraude tem de ser levada ao Código Penal, à lei de ação penal.

Essa a minha pergunta, a minha indagação. O meu desejo é que, quando houver fraude, seja instituição financeira, seja empresas como o caso da Enron, que não era instituição financeira, haja gente presa, tem que ter gente perdendo patrimônio. Senão, nós não podemos confiar nas instituições brasileiras. E eu acho que, neste caso, o Ministério Público deve à sociedade uma fala em relação ao assunto.

Parabenizo mais uma vez o Banco Central. O Brasil está vivendo um momento excepcional. Espero que com a transição do Governo seja mantida a mesma estabilidade.

Sou um opositor ferrenho do Presidente Lula, mas reconheço que seu sucesso foi exatamente dar estabilidade, profissionalizar o Banco Central, o que ele não fez, por exemplo, com o Ministério das Relações Exteriores, infelizmente. Com o Banco Central ele fez isso, o que é um ganho para o Brasil, depois de 16 anos.

Portanto, quero felicitar V.Exa. e V.Sas., que aqui o estão acompanhando, por esse trabalho feito nesses oito anos do Banco Central do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para que responda aos questionamentos feitos pelos Parlamentares.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES -

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, respondo aos questionamentos do Senador Eduardo Suplicy. A primeira pergunta do Senador é se o Índice Gini, que nós mostramos, leva em conta todos os itens de renda, não só do trabalho, transferência de renda, juros, aluguéis, pensões, Previdência, Bolsa Família etc. A resposta é simples, Senador: sim, são levados em conta todos esses índices no cálculo do Índice Gini, que nós mostramos aqui.

Em relação à evolução das importações, sim, nós mencionamos hoje, Senador, a evolução das importações para o ano de 2010 e 2011. Houve, de fato, um crescimento um pouco superior das importações sobre as exportações. Os números que aqui mencionamos, Senador, foi de que, no caso das exportações, o crescimento de 2010, foi de 25%, passando a 192 bilhões de dólares; o crescimento das importações foi de 39%, passando a 177 bilhões de dólares. As previsões para 2011 é do crescimento das importações em 20%, portanto, passando a 230 bilhões de dólares. E a previsão para o crescimento das importações de 24%, passando, portanto, a 219 bilhões de dólares.

Portanto, são essas as previsões solicitadas pelo Senador.

Em relação à pergunta sobre o Fundo Garantidor de Crédito, seria, de fato, Senador, uma excelente oportunidade. Obrigado pela pergunta. É importante e útil definirmos e explicarmos, da forma mais clara possível, o que é o Fundo Garantidor de Crédito. O Senador pergunta uma série de coisas, como quando foi fundado, como funciona etc.

Pois bem, Senador, o Fundo Garantidor de Crédito é uma associação civil privada, criada pela Resolução nº 2.197, de 1995, e, posteriormente, alterada e ampliada pela Resolução nº 3.251 de 2008.

O Fundo tem dois grupos de atividades mais importantes.

Não vou passar a ler a resolução em detalhe, senão gastaremos aqui um longo tempo e não ficaria tão claro.

Há dois grupos de atividades: o primeiro é para proporcionar garantia aos clientes das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional relativas a depósitos e aplicações financeiras, nos casos de intervenção, liquidação e insolvência ou outras situações especiais do Fundo.

Neste caso específico, hoje o Fundo garante depósitos de todas as instituições financeiras até o valor de 60 mil reais. E instituições financeiras que façam a emissão de um tipo de depósito especial regulado por essa resolução de 2008, que paguem uma taxa de risco também fixada normativamente para o Fundo Garantidor de Crédito, poderão ter garantidos depósitos até de 20 milhões de reais. Normalmente, esse seguro é pago por algumas instituições, principalmente de menor ou médio porte. Não é pago normalmente e, portanto, não é usado pelas instituições de maior porte.

O Fundo Garantidor foi muito importante também não só agora, mas também na recuperação do Brasil na crise de 2008/2009.

Existe um outro grupo de finalidades do Fundo, na parte de aplicação e depósito bancário, com ou

sem emissão de certificados, em letras de câmbio, em bancos e instituições associadas à compra de direitos creditórios ou a constituir. E, no caso específico, outros direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias próprias ou de terceiros, na situação prevista no art. 3º, que é exatamente o caso de um banco com problemas de insolvência ou de deficiência patrimonial ou de problemas de liquidez, ou em casos mais sério, hipótese em que poderá sujeitar a operação ao prévio compromisso da instituição emitente ou aceitante na adoção de medidas que resguardecem sua liquidez e equilíbrio patrimonial, que é exatamente o caso.

Essa é uma resolução do Conselho Monetário Nacional de 2008, quer dizer, o Fundo empresta, desde que a instituição aceite se comprometer na adoção de medidas que resguardecem a sua liquidez e equilíbrio patrimonial. É o § 1º, item 2, “b”, do art. 22 da Resolução nº 3.251, de 2008.

Portanto, essa é, digamos, a finalidade do Fundo. Já é uma previsão que existe desde a Lei de Responsabilidade Fiscal. Na época o Fundo já existia, mas a lei também formalizou isso. E o § 1º, do art. 28, diz que *“a prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos e outros mecanismos constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei”*. Isso foi criado em 1995, foi regulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que proibiu exatamente o setor público ou o Banco Central de dar assistência financeira direta em caso de risco de inadimplência. E esse Fundo passou a ser então o responsável por essas — vamos chamar, em termos técnicos — assistências financeiras a instituições em dificuldades. Estou generalizando exatamente a definição legal.

A administração do FGC é eleita pelos próprios assoados, que são os bancos membros do FGC, e os recursos do FGC são provenientes de contribuições recolhidas pelos participantes do Fundo, as instituições financeiras e bancos nacionais e internacionais operando no Brasil, não envolvendo qualquer tipo de recurso público, portanto. As contribuições mandatórias de cada banco são fixadas também normativamente.

O patrimônio atual do Fundo Garantidor de Crédito é da ordem de 28 bilhões de reais. Em suma, este é resumo do Fundo Garantidor de Crédito. Portanto, ele recebe contribuições dos bancos participantes, membros do Fundo; ele tem uma gestão feita pelos próprios associados, um conselho eleito pelos associados; e ele tem objetivos definidos para a aplicação dos recursos, seja no caso de cumprir garantias de depósitos, seja no caso de adquirir, que é este caso, outros direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias etc. Existe também outras finalidades, nesta mesma linha de aplicação de depósitos bancários,

aquisição de direitos creditórios diretamente da instituição financeira etc.

Em relação à nossa avaliação sobre o uso de direitos especiais de saques para substituir o dólar. Acreditamos que, sim, seria algo desejável, como proposto pelo Ministro Mantega na Coreia. Evidentemente que essa é uma discussão, uma decisão que precisa ser tomada pelo G-20 e principalmente pelo Fundo Monetário Internacional, porque para que isso aconteça tem de haver um acordo global no sentido de que exista uma liquidez no direito especial de saque, isto é, *(ininteligível)* para o uso de moeda reserva. Precisa-se criar um volume suficiente de direitos especiais de saque, que é uma obrigação emitida pelo FMI, que possa dar liquidez a esses mercados internacionais para reserva.

Quer dizer, uma das coisas que limita o uso de muitas moedas como moeda reserva... Por exemplo, de vez em quando se colocam outras moedas: *“Por que não moedas como o franco suíço, ou a coroa norueguesa, ou o dólar canadense, ou outras moedas?”* E às vezes se menciona até o real, hoje em dia. O problema é o volume dessas moedas, não existe liquidez, não existe volume suficiente que possa fazer com que essas moedas possam ser usadas como reserva. Portanto, o direito especial de saque é o problema dele hoje, portanto teria de ser um acordo global, visando fazer uma movimentação nesse sentido. Mas certamente essa é uma discussão que está acontecendo em Seul, é um pouco prematuro que comecemos a avaliar. Certamente o Presidente Lula, o Ministro Mantega, a Presidenta Dilma Rousseff estão participando dessas discussões em Seul.

Em relação à CPMF, se pode ou não ser usada para a saúde. Senador, é uma prerrogativa do Congresso Nacional e do Executivo, ou seja, definir qual é o uso de um determinado tributo. Primeiro, a conveniência para a sociedade da instituição de um tributo e a definição do uso, possíveis destinações desse produto. Acredito que é uma definição, em última análise, desta Casa. Não compete, necessariamente, sob esse aspecto, um pronunciamento do Banco Central.

Partindo agora para as questões, opiniões e perguntas levantadas pelo Deputado Alfredo Kaefer, diria o seguinte. O Deputado chama de tripé nefasto o tripé câmbio, juros e carga tributária no Brasil; diz que isso é nefasto ao crescimento no País, à geração de empregos, investimentos etc.

Eu diria ao Deputado que eu sou um homem que, na minha vida profissional, sempre procuro me pautar pelos resultados. A discussão sempre tende a ser interminável, quando ficamos apenas nos conceitos, na emissão de opiniões. Gosto de me pautar pelos resul-

tados. Chamo isso, na minha vida profissional toda, de “foco no resultado”. Alguns aprovam, outros não, mas essa é a minha abordagem.

E, com o devido respeito a todas as opiniões de S.Exa., focando no resultado, mostro novamente uma projeção onde o crescimento do Brasil, de 1999 a 2002, foi de 2,1%, que é similar ao crescimento que prevaleceu de 1981 até 1999 também, subindo para 3,3% de 2003 a 2005 para 5,1%, em média, em 2006 a 2008, e 7,3%, é a previsão do Banco Central para 2010, sendo que a previsão dos analistas consultados pelo Banco Central no relatório *Focus* está acima de 7,5%, que é um dos maiores crescimentos do mundo no ano de 2010.

Então respeito a opinião do Deputado de que, se mudasse todo o sistema, talvez crescesse ainda mais. Perfeitamente. Respeito profundamente, mas me permito discordar de S.Exa. na medida em que acho que os resultados dessa política são inequívocos, e o Brasil está crescendo, em média, acima do padrão internacional; é um dos maiores crescimentos do mundo este ano, e tem aumentado as taxas de crescimento substancialmente. E mais importante, tem aumentando o investimento. Mostrei também alguns tipos de curva evidenciando o crescimento dos investimentos nos últimos anos e o emprego, 14 milhões de empregos, 2 milhões de empregos criados apenas no ano de 2010. Portanto, com o devido respeito e deferência à opinião de S.Exa., a minha opinião é que de fato o sistema está funcionando muito bem no Brasil e é extremamente bem-sucedido.

Em relação à opinião de S.Exa. de que o Banco Central poderia e deveria ter cortado a SELIC 2% no final de 2008 para ajudar o Brasil a sair da crise. Respeito profundamente a opinião de S.Exa, porém, devo mencionar — de novo, olhando resultado — que o Brasil foi o país que teve a mais curta recessão no mundo durante a crise. Foram cinco meses apenas de recessão, com uma perda de empregos comparativamente pequena. Foram 800 mil empregos, comparados ao que já se criou: 1 milhão e 200 mil empregos, em seguida, a partir de fevereiro de 2009, e 2 milhões e 200 mil empregos aproximadamente, criados já em 2010. É um País que, portanto, saiu de forma vigorosa da crise, foi um caso bem-sucedido. Hoje, o Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos países que enfrentou a crise com sucesso pelo conjunto de medidas adotadas, começando com empréstimos das reservas para as empresas que estavam tendo dificuldades de financiamento, principalmente os exportadores, que não tinham financiamento — felizmente tínhamos reserva, e o Banco Central pôde emprestar reservas aos bancos que emprestaram para os exportadores.

Depois, com a liberação de compulsórios, depois com a intervenção do Banco Central nos mercados futuros, que resolveu uma crise grave nos mercados futuros e que poderia ter levado à falência e à insolvência um grande número de exportadores brasileiros que estavam expostos nos mercados futuros. Portanto, o Brasil pôde continuar a ter uma posição competitiva forte etc. Depois, com os estímulos fiscais que foram aplicados a partir de dezembro, e com o crescimento do crédito, liderado inclusive pelos bancos públicos inicialmente, tudo isso fez com que o sistema brasileiro crescesse forte.

Portanto, eu tomo a liberdade de dizer que respeito a opinião de V.Exa., mas acho que o Brasil enfrentou a crise da maneira adequada. Poder-se-ia dizer que, se fizesse algo diferente, poderia ser ainda melhor. É possível, tudo é possível. Mas acho que não, que haveria desvantagens importantes ter sido feito isso na oportunidade. O Brasil enfrentava um ataque especulativo muito forte contra a moeda, uma crise importantíssima nos mercados futuros, e tínhamos um problema de deterioração grande de expectativas de inflação. Empresas, formadores de preços, começaram a subir o preço por essa desvalorização cambial, uma situação em que, naquele momento, a prioridade era restabelecer o crédito, restabelecer a normalidade. O Banco Central conseguiu restabelecer a normalidade dos mercados cambiais à vista, dos mercados futuros e dos mercados de crédito. Portanto, acho que o conjunto de medidas foi suficiente, mas, evidentemente, conceitualmente, sempre é possível que algo feito numa outra direção, quem sabe, pudesse ter efeitos ainda melhores. Eu tenho a opinião de que não teria sido algo positivo para o País naquele momento, com o devido respeito.

Em relação à tributação, o Deputado menciona uma das coisas que poderia ser feita, agora passando para a parte cambial. O Brasil poderia tributar a entrada de capitais. O Brasil fez isso — o IOF de 6% na entrada de capitais destinados à renda fixa, destinados à depósito de margem. Então o Ministério da Fazenda já está seguindo essa sugestão do Deputado nesse aspecto.

A questão do dormitório do ingresso, como se refere o Deputado — outros chamam de quarentena, outros chamam dão diversos nomes. É uma medida que tem vantagens e desvantagens, como tudo. Existem estudos muito importantes de medidas como essas tomadas no passado. Existe um caso muito famoso, do Chile, um caso do passado, e já estudo, e os resultados são muito controversos.

Mas o Brasil, o Banco Central, o Conselho Monetário Nacional sempre consideram todas as medidas.

E agora S.Exa. também vai nos permitir um ponto importante. É que temos uma regra de governança do Banco Central: é que não anunciamos medidas futuras, em nenhuma hipótese. Nem o que vamos fazer, nem o que não vamos fazer. Uma das coisas importantes em qualquer Banco Central é não preanunciar medidas: *“Pode ser que façamos isso;”* ou: *“Não faremos isso jamais”*. Não, nenhuma das duas coisas, Deputado. Deixamos todas as possibilidades em aberto sempre.

Em relação à questão da compra de participações minoritárias em bancos privados por bancos públicos, o Deputado questiona essa norma legal. Ele informa que combateu, no Congresso essa norma que autorizou a CaixaPar a comprar uma participação no banco PanAmericano, e pergunta se o Banco do Brasil precisou ou não dessa autorização legal para comprar a participação no Votorantim. A resposta é sim. A mesma lei aprovada no Congresso que autorizou a CaixaPar a ter participações minoritárias em instituições do mercado financeiro foi a mesma lei que autorizou o Banco do Brasil a fazer a mesma coisa, isto é, ter participação em instituições financeiras minoritárias.

Em relação ao fato que o Deputado mencionou — que, no caso do Votorantim, pelo que eu entendi, o Deputado acha que, do ponto de vista financeiro, foi uma operação bem-sucedida —, digo que a operação de compra de parcela do banco PanAmericano pela CaixaPar foi, na realidade, concluída ontem com a posse dos diretores da Caixa. Portanto, é um pouco prematuro julgarmos o resultado financeiro apenas por uma reação de valor de ações num dia, ou nos dias em que foram anunciados alguns problemas contábeis e medidas no PanAmericano.

Portanto, vamos ter de observar os próximos meses e anos — como foi observado no caso do banco Votorantim, e a entrada do Banco do Brasil — para saber o que vai acontecer no processo. Certamente, a direção da Caixa Econômica Federal, na sua avaliação, concluiu que é um negócio que será altamente vantajoso para a Caixa Econômica, estratégica e negociavelmente, mas não nos cabe entrar nesse mérito. Certamente, é a decisão da Caixa Econômica, do seu Conselho, e seria prematuro dizer que não irá funcionar. Esperamos que funcione. É uma medida estratégica importante. Como V.Exa. mencionou, o banco Votorantim está crescendo e o Banco do Brasil está tendo lucro naquela operação.

Em relação à pergunta sobre se a Caixa poderia ter exigido uma garantia, uma auditoria do Banco Central do Brasil naquela instituição para garantir o patrimônio, a resposta é não. A Caixa não tem prerrogativa legal para exigir; e, segundo, o Banco Central do Brasil não tem prerrogativa legal para atender, mesmo que

fosse pedido. Terceiro, existiria um conflito de papéis e de interesses — como o regulador do sistema é a Caixa Econômica, e como regulado é essa outra instituição — no caso de o Banco Central se tornar parte de um negócio. Como a Caixa Econômica contratou auditores, consultores, no caso, não contratar, mas exigir que o Banco Central agisse como uma instituição contratada pela Caixa para ir lá garantir o patrimônio daquela instituição. Não. Não é papel de autoridade supervisora, não é papel de autoridade reguladora no mundo inteiro. O Banco Central fixa as normas, as regulações, faz o seu trabalho de supervisor. Aliás, muito bem-sucedido nesse caso, porque detectou o problema e o problema foi solucionado.

Vou agora para as questões do Deputado Roberto Britto. Deputado, o que eu posso lhe dizer é simplesmente agradecer a V.Exa. os cumprimentos que V.Exa. expressou a nossa administração no Banco Central do Brasil.

Agora, vou passar às perguntas do Deputado José Carlos Aleluia, em que ele se refere às aplicações da Lei nº 7.492, de 1986, a chamada popularmente de Lei do Colarinho Branco.

Eu consultei aqui e vou terminar a consulta ao Procurador-Geral do Banco Central, que está ao meu lado, para saber se eu posso, de fato, dar a resposta que pretendo a sua pergunta. *(Pausa.)*

O Deputado fala da sua indignação com o fato de quais seriam as ações tomadas contra os auditores, diretores, conselheiros etc. e todos os demais envolvidos na administração ou na auditoria do banco, e ele faz uma pergunta objetiva sobre se o Banco Central comunicou ao Ministério Público Federal o fato. E a minha resposta é sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA - É mais do que comunicar. O Banco tem o direito de assistência.

Se V.Exa. me permite, o art. 30 estabelece explicitamente a possibilidade de prisão preventiva. Por que ninguém foi preso? E, o art. 25, estabelece também a responsabilidade do controlador, dos administradores da instituição financeira, além, evidentemente do...

Só mais uma pergunta. Quem certifica, quem dá diploma para as empresas de auditoria se habilitarem a serem auditoras de banco? No caso específico dessa empresa Deloitte, que tipo de punição ela terá, além das punições penais?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Pois não. Vamos responder por partes, Deputado.

Num primeiro momento, diante da ocorrência de algum problema, ou de algum indício de irregularidade, o que o Banco Central faz é uma comunicação ao Ministério Público. E coloca à disposição do Ministério

Público todo o processo administrativo que possa ter sido instaurado naquela circunstância. Caso o Ministério Público, no uso de suas prerrogativas, decida abrir um procedimento, propor uma ação penal ou um inquérito penal, o Banco Central, aí sim, como o Deputado mencionou, tem o dever, e faz isto, de prestar assistência ao Ministério Público Federal, propiciando todos os dados, todos os números etc. Portanto, caso se chegue a alguma dessas situações, se há um julgamento, soberano, do Ministério Público Federal, certamente o Banco Central, não só neste caso, mas em qualquer um — há um número muito grande desses procedimentos —, fornece todas as informações e assiste, nos termos da lei, o Ministério Público Federal.

Portanto, essa comunicação foi feita, sim, pelo Banco Central, através do seu canal específico, ao Ministério Público Federal, ontem, exatamente nos termos previstos na legislação: *“Faço a presente comunicação etc..., por força do dispositivo do art. 9º, caput, da Lei Complementar nº 105/10, de janeiro de 2001...”* O Banco Central cumpriu, sim, a tempo e a hora, mais uma vez, a sua missão legal. Já comunicou ao Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA

- Quando?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES - Ontem, exatamente quando os procedimentos de processo administrativo do Banco Central chegaram a esse ponto. O Banco Central tem de instaurar um procedimento, fazer a sua investigação, concluir uma fase preliminar e, a partir daí, comunicar.

Muito bem, O Banco Central cumpriu todos os procedimentos rapidamente, e os prazos eram muito curtos. Porque a autoridade tem de ter responsabilidade, não pode simplesmente vir o problema e... Não, o Banco Central tem de abrir um processo investigativo preliminar, um procedimento administrativo interno, e investigar, substanciar etc., e aí comunicar. Os prazos foram muito curtos, historicamente e internacionalmente, e o Banco Central agiu com muita rapidez.

Com relação ao que aconteceria caso existissem irregularidades comprovadas com auditores ou administradores, os procedimentos são separados. O Ministério Público é uma coisa, na ação penal, e o Banco Central cuida do processo administrativo, que envolve também auditoria. Certamente, o processo administrativo do Banco Central vai investigar todos esses aspectos e chegar a suas conclusões, que envolvem, em caso de apuração de irregularidade, de ilícito etc., toda uma série de procedimentos administrativos, do ponto de vista das pessoas físicas e das empresas.

Insisto, a questão penal é do Ministério Público Federal.

Eu asseguro ao Deputado que todos os procedimentos estão sendo cumpridos, rigorosamente, nos termos da lei.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Waldemir Moka)

- Eu quero, antes de encerrar, agradecer ao Presidente do Banco Central, aos diretores e ao corpo técnico do Banco. Presidente, eu fico feliz. V.Exa. respondeu a todas as indagações. Inclusive não este o objetivo, e V.Exa., em momento algum, recusou-se a responder. E a Comissão também cumpriu com o seu papel. V.Exa. entende que pelo assunto eu poderia até ter coibido esse tipo de colocação, mas não o fiz porque era importante a Comissão dar à sociedade esse esclarecimento.

Parabenizo o Presidente do Banco Central.

Declaro encerrada a presente sessão.

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 9 HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e cinqüenta e um minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Cícero Lucena, João Tenório, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, César Borges, Gerson Camata, Valdir Raupp, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de estar em missão política, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das 37ª e 38ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Presidente dá início à Reunião destinada à discussão e votação das Emendas desta Comissão ao PL nº 59/2010-CN – Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2011 (PLOA/2011) que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. O Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Delcídio Amaral, que esclarece que foram apresentadas

onze emendas, elaboradas pelos Senadores Roberto Cavalcanti, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Romero Jucá e Inácio Arruda. Após a leitura do Relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das quatro Emendas de Aprovação ao Projeto de Lei nº 59/2010-CN, **Emenda nº 01 – Acréscimo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Monitoramento de Instalação e Operação de Zonas de Processamento de Exportação - ZPE – Nacional – Valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 02 – Inclusão – Suframa – Apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP – Nacional – Valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); Emenda nº 03 – Acréscimo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – Capacitação para Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte – Nacional – Valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); e a Emenda nº 04 – Acréscimo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - Fortalecimento das Cadeias Produtivas – Nacional – Valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a 39ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Esta reunião tem como pauta a discussão e votação das emendas desta Comissão ao PL nº 59, de 2010, Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2011, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É do meu dever, Sr^{as} e Srs. Senadores, trazer aqui uma palavra de gratidão ao Senador Delcídio Amaral, pelo fato de que, durante a minha licença, esteve o referido Senador, na qualidade de Vice-Presidente, assumindo a Presidência dos trabalhos. Ele o fez, como sempre, com a maior competência.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB - CE) – Sou testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Temos agora o testemunho do Senador Inácio Arruda, que nunca disse uma coisa igual sobre mim. Então, queria agradecer ao Senador Delcídio Amaral,

que, novamente presta uma grande contribuição a esta Comissão, assumindo o trabalho de coordenação das emendas ao Orçamento.

Então, gostaria de novo agradecer ao Senador Delcídio Amaral.

Gostaria de perguntar aos Srs. Senadores se há alguma contribuição a dar, no que toca a esta pauta de discussão e votação das emendas desta Comissão. *(Pausa)*

Graças ao Senador Delcídio Amaral, esta Comissão já vai ter a oportunidade de ouvir o seu Relatório a respeito das Emendas desta Comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS.) – Quero agradecer, Sr. Presidente, as palavras elogiosas e dizer que sou um admirador de V. Ex^a. Sei que o retorno de V. Ex^a à Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos, sem dúvida alguma, faz com que a nossa Comissão seja cada vez mais destacada nos trabalhos desta Casa, principalmente sob uma Liderança serena, moderada, humilde, popular, e que, acima de tudo, tem respeito pelos Senadores e pelas Senadoras, pela população do nosso País, do seu Estado, o Rio Grande do Norte, prestando um serviço exemplar não só para o Senado, para a Comissão de Assuntos Econômicos, mas também para o País.

Queria ler aqui o Relatório, Sr. Presidente, com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45.

Esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao projeto de lei orçamentária para 2011 – PLOA/2011.

Projeto de Lei nº 59, de 2010/CN. Encontram-se sob análise deste Plenário 11 propostas de emenda, elaboradas pelos Senadores Roberto Cavalcanti, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Romero Jucá e Inácio Arruda. As propostas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõem a subárea temática desta Comissão – Senador Antonio Carlos Júnior –, nomeadamente o Ministério da Fazenda, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Vale apontar quanto à observância dos limites representados por nossa subárea temática haver uma exceção somente, de uma das emendas, resultante de proposta destinada à programação do Ministério da Pesca e Aquicultura. Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a esse parecer, no qual

se discrimina o número atribuído a cada proposta de emenda por esta CAE, o tipo de emenda, a esfera orçamentária, a unidade orçamentária, a descrição da programação, o valor proposto e o autor.

As emendas foram analisadas a partir de fundamentos estritamente técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006/CN, assim como no parecer preliminar. Subsidiariamente à Resolução nº 1, o parecer preliminar traça regras procedimentais para confecção, apresentação e admissibilidade de emendas.

Importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta Relatoria. O primeiro fundamento foi que as emendas exibissem caráter institucional, que é como manda a regra; de que elas mantivessem estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos, basicamente Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O outro fundamento foi que as propostas representassem interesses nacionais.

V. Ex^{as} vão ver que aquilo que nós escolhemos vem ao encontro de temas de interesse nacional, a segmentos fundamentais para o País nos próximos anos e nos anos também que já se passaram. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica.

No segundo plano, tivemos o cuidado de observar as determinações contidas no art. 47 da Resolução nº 1, de 2006/CN, notadamente em seus incisos II a V.

Podemos afirmar que todas as emendas exibiram grande mérito. A Emenda nº 4, apesar do mérito, não foi admitida por estar diretamente relacionada à atuação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Ela se liga à questão da pesca e aquicultura.

Portanto, no voto, votamos pela apresentação ao PLOA 2011 por esta Comissão das seguintes propostas de emenda, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emendas de nº 3, 8, 10 e 11.

Relembremos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião na qual se especificará decisão aqui tomada. Também sugerimos que a secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Quero aqui registrar que, dessas quatro emendas, vários Senadores apresentaram, meu caro Presidente Garibaldi Alves, Senador João Tenório, temas de fundamental importância: o Senador Roberto Cavalcanti, capacitação para microempresas e empresas de pe-

queno e médio porte; o Senador Flexa, monitoramento de instalação e operação de zonas de processamento de exportação – ZPEs; o Senador Valdir Raupp, apoio a projeto de desenvolvimento na Amazônia Ocidental e áreas de livre comércio; o Senador Romero Jucá também, falando de monitoramento, instalação e operação de zonas de processamento de exportação (ZPE's), capacitação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte; e o Senador Inácio Arruda, fortalecimento das cadeias produtivas, também um tema muito importante.

Quero dizer o seguinte: todos os Senadores que apresentaram emendas foram contemplados neste meu parecer. E volto a registrar aqui: com relação à capacitação de micro e empresas de pequeno e médio porte, o Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Romero Jucá apresentaram emendas, mas eu adotei a emenda do Senador Romero Jucá, porque é a que tem o valor maior, o valor de R\$100 milhões, mas vem de encontro ao que o Senador Flexa Ribeiro e ao que o Senador Roberto Cavalcanti apresentaram, englobando o trabalho dos três Senadores.

A outra emenda que apresentei, que diz respeito... Esta é a Emenda nº 3, que diz respeito às ZPE's. Temos também a Emenda nº 8, que fala sobre o apoio a projeto de desenvolvimento na Amazônia Ocidental, do Senador Valdir Raupp. Temos a Emenda nº 10, que se refere à capacitação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte. Essa emenda foi apresentada pelo Senador Roberto Cavalcanti e também pelo Senador Romero Jucá. E a Emenda nº 11, que trata do fortalecimento das cadeias produtivas, do Senador Inácio Arruda.

Portanto, em relação a todas as emendas, os Senadores foram contemplados, Senador Flexa Ribeiro. A única emenda que não foi contemplada é a emenda de V. Ex^a, não pelo mérito, pois tem todo o mérito, mas porque entendemos que é uma emenda aplicável ao Ministério da Agricultura, apoio e implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira, no valor de R\$150 milhões.

Assim, acatamos, no final, todas as emendas quanto ao mérito. Adotamos os valores maiores apresentados por um dos Senadores que encaminharam as emendas à CAE. A única emenda que não foi acatada, porque se aplica à Comissão de Agricultura, apesar do mérito inegável que tem, é a do apoio e implantação de infraestrutura aquícola e pesqueira.

Esse é o meu relatório. Mas quero registrar que fizemos uma pequena correção no final do relatório com relação à Emenda nº 1, que é absolutamente pertinente, a emenda do Senador Roberto Cavalcanti.

ti, e só nos limitamos à Emenda nº 4, dizendo que, apesar do mérito, ela é mais aderente à Comissão de Agricultura.

Quero agradecer ao Guilherme, pelo apoio na elaboração desse relatório, e à Consultoria do Senado.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – As emendas estão em discussão. *(Pausa)*

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*

Aprovadas.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não.

Com a palavra o Relator, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Só para falar do mérito, principalmente dessa emenda das ZPE's, porque no meu Estado, Senador Flexa, a minha cidade de Corumbá deve receber uma das ZPEs. E o Município de Bataguassu, num trabalho do Prefeito João Carlos, muito competente, também encaminha-se para receber uma ZPE. Essa é uma modelagem que sempre defendi, que votamos aqui no Senado depois de muito tempo e vai ser fundamental para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Queria apenas fazer um questionamento ao Senador Delcídio. Essa emenda das ZPEs ficou com 60 milhões ou foi acrescido o valor? Porque 60 milhões é um valor baixo para a implantação de todas as ZPEs aprovadas.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – O Senador Romero tem razão. Quando ajustamos os valores, ajustamos pelo valor maior e aqui, do jeito que foi colocado, que seria a Emenda nº 3, do Senador Flexa, aprovamos quanto ao mérito e definimos o valor maior. Em sendo o valor maior, o valor maior é do Senador Romero. Então, exige uma correção.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Cem milhões. A minha é a nove e a sua é a três; é a mesma emenda.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Seria a mesma emenda, só que a do Senador Romero com valor maior, Senador Flexa.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com o valor de 100 milhões.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Então, são 100 milhões retificando.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Na verdade, há uma fusão da Emenda nº 3 com a Emenda nº 9...

O SR. DELCÍDIO AMARAL (PT – MS) – Só que com o valor de 100 milhões.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Com o valor de 100 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de passarmos à reunião da comissão que vai se constituir na sabatina da Sr^a Luciana Pires Dias para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Marcos Barbosa Pinto, quero comunicar que, no Rio Grande do Norte, nós temos também...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... aprovadas duas ZPEs: uma chamada ZPE do Sertão e a outra a ZPE de Macaíba, da área metropolitana de Natal. Mas agora vou encerrar...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, eu fiz chegar à mesa um requerimento propondo uma audiência pública conjunta das cinco comissões por onde tramitará o PLC nº 116. Eu pediria a V. Ex^a, como estamos com o tempo exíguo e gostaríamos de concluir essa discussão ainda nesta legislatura, que, antes da sabatina, fizesse a inclusão extrapauta da matéria para aprovarmos o requerimento. Dessa forma, poderemos, já na semana que vem, marcar a audiência pública.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Na CCJ, já aprovamos a realização de uma audiência pública para examinarmos esse assunto. Já foi aprovada na CCJ. Isso é o que estou colocando. Foi um requerimento de minha autoria aprovado na reunião passada da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É em conjunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É a mesma audiência. Vamos fazer uma reunião conjunta.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Para quarta-feira da próxima semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Podemos fazer na quarta-feira.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – É importante que não se atrole esse projeto. Não podemos atropelá-lo. Uma coisa é audiência pública conjunta, não tenho nada a opor. Agora, atropelá-lo votando-o conjuntamente em todas as comissões, eu sou absolutamente contrário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não há, Senador Antonio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Audiência pública é uma coisa; votação é outra coisa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Antonio Carlos, queremos apenas ter economia processual na questão das audiências públicas. Cada comissão terá seu relator, e só para ganharmos tempo é que proponho que as audiências sejam em conjunto, porque aí todos os relatores vão estar, os membros das comissões, e as dúvidas serão dissipadas.

Então, meu requerimento vem ao encontro do seu. Só que o seu já prevê uma reunião para tratar desse assunto no dia 1º, na CCJ. Vou apresentar amanhã, na CCJ, meu requerimento, para que seja conjunto. Aí faremos, no dia 1º, o conjunto de todas as comissões.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Porque o importante é que o Senador Demóstenes Torres, que é o Relator na CCJ, não estará aqui esta semana.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, dia 1º.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Então, essa audiência só poderá ser feita na semana que vem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Na semana que vem. Só estamos aprovando o requerimento para marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Portanto, quero comunicar ao Plenário que foram aprovadas as seguintes propostas de emenda, conforme o quadro anexo: a Emenda 3 com valor de 100 milhões, a Emenda 8, a Emenda 10 e a Emenda 11.

Queremos também propor a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 37ª e da 38ª reuniões.

Está encerrada esta reunião. Em seguida, vamos ter uma nova reunião, sabatina, para aprovação...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem. Nós não votamos o requerimento do Senador Flexa, e eu estava esperando para votar um que eu pedi também, porque tem uma sessão amanhã da CCJ, e estou pedindo o convite do Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, e da Maria Fernanda Coelho, Presidente da Caixa, para que faça também conjunta a audiência amanhã, junto com a CCJ, para tratar da questão do Banco Panamericano.

Então, eu gostaria de votar também esse requerimento hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Eu, que sou autor do requerimento na CCJ, não tenho nada a opor à audiência conjunta. Agora, que ela venha tratar exclusivamente de Banco Panamericano, que não seja misturada com outros assuntos. Aí não tenho oposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Na próxima reunião nós iremos apreciar – próxima reunião agora, em seguida.

É com muita alegria que, introduzida pelo Senador Pedro Simon e pelo Senador Francisco Dornelles, comunico aqui que, a partir deste instante, estamos contando com a presença da Senadora, eleita pelo Rio Grande do Sul, Ana Amélia. Quero ser o primeiro, não é como Presidente, não... Mas me contento em ser o segundo.

Neste momento, encerro a 39ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Levanta-se a reunião às 11h16min)

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezessete minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Cícero Lucena, João Tenório, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, João Vicente Claudino, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, César Borges, Gerson Camata, Valdir Raupp, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, tendo

falta justificada em virtude de estar em missão política, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da 39ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 76 de 2010, de 20 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.777/2009-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 33 de 2009; Aviso nº 77 de 2010, de 27 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-015.651/2010-0, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 17 de 2010; Aviso nº 78 de 2010, de 27 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.782/2009-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 14 de 2009; Aviso nº 79 de 2010, de 27 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.783/2009-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da aplicação dos recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 30 de 2009; Aviso nº 81 de 2010, de 27 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.798/2009-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 12 de 2009; Aviso nº 82 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.795/2009-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 18 de 2009; Aviso nº 83 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do

Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-014.755/2010-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 15 de 2010; Aviso nº 84 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-016.777/2009-9, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 21 de 2009; Aviso nº 85 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-029.585/2009-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 42 de 2009; Aviso nº 86 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.776/2009-1, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 31 de 2009; Aviso nº 87 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-023.784/2009-3, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 32 de 2009; Aviso nº 88 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-025.749/2009-3, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 34 de 2009; Aviso nº 89 de 2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-028.336/2009-7, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 39 de 2009. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência comunica, ainda, aos Membros que a Comissão recebeu o seguinte docu-

mento de caráter reservado para seu conhecimento, Aviso nº 1726-Seses-TCU-Plenário, de 29 de setembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-001.575/2010-4, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam. Tendo em vista o caráter sigiloso, o expediente estará disponível para conhecimento dos membros na Secretaria da Comissão até o dia 30 de novembro. O Presidente dá início à apreciação da Matéria constante da 1ª Parte da Pauta da Reunião. Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 290 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora LUCIANA PIRES DIAS para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente do término de mandato do Senhor MARCOS BARBOSA PINTO”, tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece Relatório a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do relatório, usa da palavra a Sra. Luciana Pires Dias para fazer sua exposição. Após a exposição, usam da palavra os Senadores Osmar Dias e Antonio Carlos Júnior. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Antonio Carlos Júnior e Ideli Salvatti para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação da Sra. Luciana Pires Dias para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes na 2ª Parte da Reunião. Item 1- Mensagem do Senado Federal nº 269 de 2010, não terminativa, de autoria do Presidente da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até R\$ 7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte PROFISCO/RN”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator “Ad Hoc” da Matéria. Lido o relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

Item 2-Projeto de Lei do Senado nº 136 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “acrescenta dispositivos aos arts. 31 e 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de estipulação de domicílio bancário para os contratados, de forma a facilitar-lhes o acesso ao crédito”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que ‘dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências’, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 95 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Pápaléo Paes, que “dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos”, tendo como Relator o Senador Neuto De Conto, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 5-Ofício “S” nº 49 de 2009, não terminativo, de autoria da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, que “encaminha ao Senado Federal decisão tomada nos autos da Petição Avulsa nº 200920000001832, de autoria do Instituto Amazônico da Cidadania - IACI, apresentada contra o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas”, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece relatório pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça. A apreciação da Matéria é adiada. Item 6-Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2009, terminativo, de autoria do Senador

Raimundo Colombo, que “estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 6/7/2010, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Item 7- Projeto de Lei do Senado nº 220 de 2000, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinquenta) anos”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 185 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que “institui incentivo fiscal à contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 220 de 2000, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 185 de 2003. A apreciação das Matérias é adiada. Item 8-Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre luminárias do tipo utilizado em iluminação pública”, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 9-Projeto de Lei do Senado nº 77 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que “dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo). A apreciação da Matéria é adiada. Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que per-

cebam até três salários mínimos, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece relatório pela rejeição dos PLS nºs 276 e 345 de 2007 e das Emendas nºs 01 e 02-CAS. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 345 de 2007 com as Emendas nºs 01 e 02-CAS, e pela rejeição do PLS nº 276 de 2007. Em 29/9/2009, foi aprovado o Requerimento nº 58/2009-CAE, de iniciativa do Senador César Borges, para realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a Matéria. Em 3/8/2010, foi aprovado o Requerimento nº 24/2010-CAE, de iniciativa do Senador César Borges, para dispensa da Audiência Pública. A apreciação das Matérias é adiada. Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 242 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de diabetes melito”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 144 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “acrescenta § 4º ao artigo 5º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 27/10-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, de realização de audiência pública, em conjunto com a CCT, a CMA, a CE e a CCJ, para que sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116 de 2010, que “dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências”, com a presença dos seguintes convidados: Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emisoras de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assi-

natura (Abta), Sr. Alexandre Annenberg; e o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimin. Aprova, também, o Requerimento nº 28/10–CAE, de iniciativa do Senador Romero Jucá, de realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como convidados o Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e a Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, para prestarem esclarecimentos sobre a crise no Banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil. A Comissão aprova o Requerimento nº 29/10–CAE, de iniciativa do Senador Roberto Cavalcanti, para realização de audiência pública destinada a debater as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil; Sr. Adalberto Coelho, Diretor Suplente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia-FIEB e membro do Conselho de Integração Nacional da Confederação Nacional da Indústria; Sr. Francisco Carlos Cavalcanti, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba; Sr. Reinaldo Sampaio, Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; e Sr. Jair Pereira, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) - Passamos agora à pauta da 40ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de convidar a Srª Luciana Pires Dias para a sabatina, quero submeter ao Plenário o 1º requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que está embasado nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, que sejam convidadas autoridades as autoridades abaixo relacionadas, para que, no âmbito dessa Comissão, em conjunto com outras Comissões, sejam discutidas medidas propostas no Projeto de Lei Complementar nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual, estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais:

(O Presidente faz soar a campainha.)

Convite ao Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; convite ao Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; convite ao Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; convite ao Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine, Sr. Manoel Rangel; convite ao Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Sr. Alexandre Annenberg; e, finalmente, convite ao Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura.

Está em discussão o requerimento.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir, com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Se a reunião é conjunta, temos que fazer um acordo em relação aos nomes. Então, essa seria a aprovação preliminar. Mas acho que amanhã, na CCJ, nós devemos fazer um acordo definitivo em relação aos nomes, porque senão como é que vamos fazer sessão conjunta se vamos ter, digamos, listas diferentes.

Acho que temos de unificar as listas. Só assim a gente conseguiria fazer uma sessão conjunta. Então, eles podem ser aprovados preliminarmente, mas sujeitos a amanhã, na CCJ, fazermos uma unificação.

Esta é a minha proposta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sem problema nenhum, Presidente. Podemos fazer a aprovação. Amanhã faríamos a compatibilização dos nomes, para que não tivéssemos um número excessivo de convidados, ou, se fosse o caso, faríamos até duas audiências.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – É outra forma: fazer duas audiências. Se chegarmos à conclusão de que a demanda é muito grande, talvez tenhamos que fazer duas audiências – duas conjuntas. Acho que até é melhor fazermos duas audiências conjuntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Aprovado.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse colocado em votação o meu requerimento para audiência conjunta do Henrique Meirelles e da Maria Fernanda Coelho, em conjunto, amanhã, com a CCJ, sobre o Banco Panamericano.

O requerimento está sobre a mesa.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Submeto à discussão o requerimento do Senador Romero Jucá.

SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para discutir, com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu que sou o autor do requerimento na CCJ não tenho nenhuma restrição à audiência conjunta, desde que ela trate exclusivamente de Banco Panamericano.

Na CCJ, também – foi uma proposta do Senador Aloizio Mercadante – tinham sido incluídos os auditores. Mas eu entendo não só que em uma audiência pública talvez seja prejudicial a mistura dos auditores com as autoridades, como também, talvez, o melhor formato para discutirmos com os auditores seja a audiência privada. Então, eu propus que separássemos e que a audiência fosse exclusivamente com o Presidente Henrique Meirelles e a Presidente Maria Fernanda; os auditores seriam ouvidos privadamente, separadamente, por nós, um grupo de Senadores, que eu já procurei que fossem o Senador Romero Jucá e o Senador Aloizio Mercadante, alguém indicado pelo PSDB, eu próprio, o Senador Dornelles, se ele se interessar, e então faríamos uma audiência privada, para ouvirmos os auditores em separado.

Essa é a minha proposta. Não tenho nenhuma oposição à audiência conjunta, desde que ela trate exclusivamente do assunto, que é Banco Panamericano. E ela seria realizada amanhã, às 10 horas, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual V. Ex^a é o Presidente. Aprovando, a CAE e a CCJ, V. Ex^a presidiria a audiência conjunta.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o convite é específico para o Banco Panamericano. Portanto, está em consonância com a idéia do Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Estou de acordo. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão.

Em votação.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos aqui ainda, antes da sabatina, um requerimento, este de autoria do Senador Roberto Caval-

canti. S. Ex^a propõe a realização de audiência pública, destinada a debater, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, as dívidas dos pequenos agricultores junto ao Banco do Nordeste do Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Roberto Smith, Presidente do Banco do Nordeste; Sr. Adalberto Coelho, Diretor suplente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Fieb, e membro do Conselho de Integração Nacional da CNI; Sr. Francisco Carlos Cavalcanti, Superintendente do Banco do Nordeste na Paraíba; Sr. Reinaldo Sampaio, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia; Sr. Jair Pereira, Presidente da Associação dos Mutuários de Crédito Rural da Paraíba.

Em discussão o requerimento do Senador Roberto Cavalcanti.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Quero apenas lembrar que a reunião conjunta de amanhã, reforçando o que disse o Senador Antonio Carlos Júnior, será no plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, às 10 horas da manhã.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Será presidida por V. Ex^a, que é um dos presidentes presentes. Então V. Ex^a deverá presidir, e faremos na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em função também da ausência do Senador Demóstenes Torres.

Convido a Sr^a Luciana Pires Dias, que terá seu nome submetido à votação nesta Comissão, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários, CVM, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Marcos Barbosa Pinto.

Trata-se da Mensagem nº 290, de 2010, de autoria do Senhor Presidente da República, cujo relatório, de autoria do Senador Francisco Dornelles, será apreciado em votação secreta.

A indicada já se encontra no recinto desta Comissão, por isso mesmo...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar que nós aprovamos aqui um requerimento de convite do Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho, a fim de que S. Ex^a possa explicar as operações do banco. Trata-se de um requerimento conjunto, de minha autoria, bem

como do Senador Aloizio Mercadante e do Senador Eduardo Suplicy.

Como temos poucas datas, seria importante que ele viesse ou no dia 30 próximo, ou na máxima na terça-feira, para que a gente pudesse realizar então essa audiência pública, a fim de discutir essas políticas do BNDES.

Então, gostaria que fosse agendado ou para a próxima terça, ou então para daqui a duas semanas, porque temos um calendário muito exíguo daqui até o final do período legislativo. Essa, a minha reivindicação, tendo em vista que o requerimento já foi aprovado e nós gostaríamos que essa audiência fosse marcada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Segundo a informação da Secretaria desta Comissão, o Presidente que esteve à frente dos nossos trabalhos durante esses últimos meses em função da nossa licença, o Senador Delcídio Amaral, informou que o Presidente do BNDES se dispôs a vir no dia 07 ou no dia 09. Mas nós poderemos...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Nós poderemos fazer no dia 07, que é um dia de reunião da nossa Comissão. Acho, pois, que seria importante que ele viesse no dia 07.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, já que ele manifestou essa disposição de vir no dia 07, vamos marcar para o dia 07, confirmando junto ao Presidente do BNDES.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A indicada é a Sr^a Luciana Pires Dias.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Francisco Dornelles, para que proceda à leitura de seu relatório.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente. Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora Luciana Pires Dias, para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha de titulares de cargos que a lei determinar.

Ressalte-se que o cargo para o qual a candidata foi indicada é de grande importância para o mercado de capitais brasileiro e, conseqüentemente, para a economia brasileira.

Acompanha a mensagem *curriculum vitae* da candidata.

Luciana Pires Dias é bacharela em Direito desde 2000 e mestra em Direito Comercial desde 2005, pela

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), e *Master of Science of Law (JSM.)* pela *Stanford Law School*, no estado americano da Califórnia, em 2005. É, desde 2007, Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM. Antes disso, foi, por curtos períodos, advogada em grandes bancas do Brasil e dos Estados Unidos. Por fim, leciona as disciplinas “Regulação do Mercado de Valores Mobiliários” e “Direito Bancário” na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, desde 2008.

Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito do presente Relatório.

Pela aprovação do nome.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem. O Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É só para comunicar a V. Ex^a e à Comissão que não se trata de nepotismo, embora fosse uma honra para mim tê-la como parente. Todavia, nem do Álvaro Dias nem minha parente é. Portanto, podem ficar tranqüilos e votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra à Sr^a Luciana Pires Dias, após a ressalva do Senador Osmar Dias para que faça uma breve exposição. Mas, peço desculpas, pois não tenho como dizer à senhora que faça uma breve exposição. Faça a exposição que achar suficiente.

A SR^a LUCIANA PIRES DIAS – Está bem. Vou tentar ser o mais breve possível.

Obrigada e bom dia a todos.

Agradeço ao Senador Dornelles pelo generoso relato e a todos pela oportunidade e o privilégio de vir aqui hoje para falar um pouco sobre mim e sobre o mercado de capitais no Brasil, e responder eventuais perguntas que vocês tenham.

O meu nome é Luciana Dias, tenho 34 anos, sou advogada e Superintendente de Desenvolvimento de Mercado da CVM há três anos.

Acredito que a indicação que recebi tem a ver com a minha carreira, mas principalmente com os trabalhos desenvolvidos nos últimos três anos.

No setor privado, o que eu fazia eram duas coisas basicamente: ajudar empresas a acessar os mais diversos tipos de financiamento e ajudar investidores a investir em empresas brasileiras, seja por meio do mercado de capitais seja por meio de participação privada.

Acho que a experiência que eu tive no setor privado me treinou tecnicamente e me ajudou a desenvolver

uma sensibilidade para entender as necessidades das empresas e dos investidores.

Quando fui para a CVM, fizemos dois projetos principais. O primeiro foi um projeto de desenvolvimento do nível de transparência das companhias abertas do Brasil, e o segundo foi uma reforma do sistema de registro de valores mobiliários, que deu celeridade e agilidade ao processo, além de segurança jurídica.

O mercado de capitais brasileiro está crescendo, e está crescendo muito. Ele já venceu vários desafios. O primeiro é existir. Hoje em dia, nós temos um mercado que cresce vertiginosamente, de forma pungente. Eu acho que isso impõe desafios grandes para a CVM, desafios de popularização. A Bolsa acabou de lançar um programa que quer subir de 500 mil CPFs para 5 milhões até 2014. Isso significa 4,5 milhões de novos investidores (*falha na gravação*) pelo contato com o mercado. Então, a CVM tem investido muito em educação financeira, em regras de adequação de produtos financeiros a investidores de varejo e na simplificação das informações que vão para os investidores.

Eu acho que eu posso contribuir com esses projetos se vier a ser indicada.

Era isso. E fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Após a exposição, concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador Antonio Carlos Júnior, para o debate.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr. Vice-Presidente Delcídio, Sr^a Luciana Dias, Sr^s e Srs. Senadores, o momento, internacional inclusive, do mercado de capitais é delicado. Nós estamos ainda com resquícios de uma crise avassaladora que atingiu o sistema financeiro e o mercado de capitais internacional nos anos de 2007 e 2008. E até por falta de regulação, obviamente, de excesso de produtos financeiros, principalmente derivativos, que, sem nenhuma regulamentação, não só das suas operações como também das instituições que eram responsáveis por suas operações, nós tivemos realmente uma crise avassaladora que atingiu os mercados financeiros internacionais de uma forma bastante forte. Entendo que, no Brasil, comparado com o mercado internacional, nós temos até uma regulamentação mais consolidada onde, inclusive, tivemos muito menos problemas. Até mesmo os derivativos de crédito, que foram os grandes vilões da história, ainda não deslancharam aqui, no Brasil, exatamente porque a legislação, que ainda carece de complementação, não dava segurança. Então, as instituições financeiras brasileiras preferiam, inclusive, ser mais comedidas em relação a esse assunto. Mas, em outros campos do mercado, houve uma evolução muito grande nos últimos anos não

só da regulação, como também da autorregulação. Os Índices de Governança Corporativa no Novo Mercado da Bovespa foram um grande exemplo de autorregulação. Isso também ajudou bastante a fazer com que o mercado de capitais crescesse muito no Brasil.

A missão da Dr^a Luciana Dias é importantíssima, porque vai no sentido de ajudar a consolidar essa legislação. Ela já vem trabalhando no assunto. Não tenho perguntas a fazer. Fiz esses comentários pela importância que é a aprovação de alguém que esteja qualificado para o cargo. Pelo currículo dela, não tenho dúvida de que ela está absolutamente qualificada para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), numa área muito importante. Hoje, cada vez mais, a responsabilidade de regular os mercados financeiros e o mercado de capitais é muito grande. E não tenho dúvida de que a candidata preenche os requisitos para ocupar esse cargo. Com certeza, ela dará muito de si, para que haja uma legislação mais consolidada, uma fiscalização maior, um controle maior, para continuarmos a ser menos prejudicados pelas crises que ainda poderão vir no mercado internacional.

Na verdade, minha posição de voto se dá muito em cima do currículo, que, realmente, é plenamente satisfatório. É um currículo muito bom. Portanto, meu voto é favorável. O voto é secreto, mas vou abri-lo: sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior. Não há mais oradores inscritos.

O processo de votação já foi aberto, já está sendo realizado.

Convido os Senadores que ainda não votaram a fazê-lo. Faço esse apelo. Faltam apenas dois Senadores, para que haja o quórum necessário. Já está aqui o Senador Antonio Carlos Júnior. Então, falta apenas um Senador.

(Pausa.)

Convido para funcionar como escrutinadores...

Ah, chegou o Senador Cícero Lucena. Os últimos serão os primeiros, Senador.

Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Até o dia 31 de janeiro, eu ainda tenho direito de votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem. Vote como quiser e quando quiser e até onde quiser.

Eu faço um apelo aos Srs. Senadores, porque nós temos ainda algumas matérias para votar, inclusive um financiamento para o Estado do Rio Grande do Norte. Se não for votado, vão dizer: casa de ferreiro, espeto de pau.

Convido o Senador Antonio Carlos Júnior e a Senadora Ideli Salvatti para funcionarem como escrutinadores.

Depois da apuração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: a Sr^a Luciana Pires Dias obteve 16 votos, a unanimidade dos votos.

Parabéns!

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Peço que seja votada em caráter de urgência, para que essa matéria possa ir a plenário como preferência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já vai para o plenário naturalmente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Mas peço a votação com urgência.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Na primeira oportunidade em que tivermos a pauta destrancada nós vamos votar. Tem três medidas provisórias trancando a pauta. Na primeira oportunidade...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Mas tem que pedir urgência.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Mas é autoridade. Autoridade não tem problema de...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Pediria votação de...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Autoridade não tem problema. Medida provisória não impede...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Não há necessidade. O que o Senador Antonio Carlos Júnior está querendo dizer é que não necessidade da formalização da urgência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Embora a pauta esteja trancada, as autoridades podem ser votadas, sim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Comunico que a Comissão aprovou, à unanimidade, o nome da Sr^a Luciana Pires Dias para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O Vice-Presidente Delcídio não está mais presente.

Vamos passar agora à segunda parte da reunião. Item 1 da pauta:

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 7,000,000.00 (sete milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID -, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Integração da Modernização da Administração Fiscal e Financeira do Rio Grande do Norte, Profisco/RN.

Trata-se da Mensagem nº 269, de 2010, do Senhor Presidente da República.

Peço, encarecidamente, ao Senador Francisco Dornelles que seja o Relator *ad hoc* dessa matéria, porque o Senador Valdir Raupp não pode comparecer no dia de hoje.

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado.

Adianto aos Senadores que está aqui, representado a Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do Rio Grande do Norte, o Sr. Antonio Américo de Brito, além do representante do Tesouro Nacional.

Com a palavra, o Relator.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente da República submete à apreciação do Senado pleito do Estado do Rio Grande do Norte que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A análise da presente operação fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal.

O parecer foi divulgado e amplamente debatido, e o voto é pela aprovação do pedido de autorização para contratar operação de crédito, nos termos da resolução que segue em anexo.

O voto é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Relator.

A matéria está em discussão. (*Pausa*)

Em votação o relatório do Senador Valdir Raupp, que, na sua ausência, foi lido aqui, com brilhantismo, pelo nosso Senador Francisco Dornelles.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão. (*Pausa*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, eu pediria que fosse também votada a urgência para a apreciação dessa operação de crédito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Submeto ao Plenário o requerimento do Se-

nador Francisco Dornelles, solicitando urgência para votação em plenário dessa matéria.

Aprovada a proposta do Senador Francisco Dornelles.

Pergunto aos Senadores se há alguma proposta para votação de alguma matéria desta pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, tenho um relatório, mas, como é terminativo, não poderá ser feito hoje. É o último item da pauta, fica para a próxima semana. E gostaria que fosse incluído entre os primeiros itens da semana que vem. Mas hoje é impossível votá-lo, porque a votação é terminativa.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – ACM, qual é o item? O que você acha do Item 12 da pauta? É terminativo? Então, deixa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de encerrar esta reunião, a 40ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos:

- *Aviso nº 76/2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 023.777/2009, bem como do relatório e do voto que o fundamentam referente ao acompanhamento da aplicação de recursos decorrentes da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal;*

- *Aviso nº 77/2010, de 27 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 015651/2010-0, bem como do relatório e do voto que o fundamentam;*

- *Aviso nº 78/2010, de 27 de outubro, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do Processo nº 016782/2010, bem como do relatório e do voto que o fundamentam;*

- *Aviso nº 79/2010, de 27 de outubro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 023783/2009-6;*

- *Aviso nº 81, de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido por aquele Tribunal, nos autos do processo nº 016798/2009-9;*

- *Aviso nº 82/2010, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão nº 016795/2009, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 014255;*

- *Aviso nº 84, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 016777;*

- *Aviso nº 85, de 3 de novembro de 2010, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 029585;*

- *Aviso nº 86, encaminhando cópia do acórdão do mesmo teor;*

- *Aviso nº 87, encaminhando cópia do acórdão nº 023784, também do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 025749;*

- *Aviso nº 89, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 028336.*

Os Expedientes serão encaminhados aos Srs. Membros da Comissão por meio de ofício circular.

Comunico ainda aos Membros que esta Comissão recebeu o seguinte documento de caráter reservado, para seu conhecimento. Trata-se do Aviso nº 1726, do plenário do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte, nos autos do processo nº 01575/2010.

Nada mais havendo a tratar...

Tendo em vista o caráter sigiloso do Aviso nº 1726, o Expediente estará disponível para conhecimento dos Membros na Secretaria da Comissão, até o dia 30 de novembro.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 39ª reunião.

As Sras e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, novamente apresentando minhas congratulações à Srª Luciana Pires Dias para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários, encerro a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(*Encerra-se a reunião às 12h06min*)

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA, EM CONJUNTO, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 3 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e dez, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Antonio Carlos Júnior, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores

Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Pedro Simon, Regis Fichtner, Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Jayme Campos, Gilberto Gollner, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Osmar Dias, e, ainda, dos Senadores Alfredo Cotait, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Lúcia Vânia, Marco Maciel e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, César Borges, Gerson Camata, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de prestar “esclarecimentos sobre a crise no banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil”, em atendimento aos Requerimentos nºs 28/2010-CAE e 89/2010-CCJ, de iniciativa dos Senadores Romero Jucá e Antonio Carlos Junior, respectivamente, com os seguintes convidados: Exmo Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; e Sra. Maria Fernanda Ramos, Presidente da Caixa Econômica Federal. Após a exposição do Exmo Sr. Henrique Meirelles e da Sra. Maria Fernanda Ramos, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Álvaro Dias, Alfredo Cotait, Jayme Campos, Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. – Senador **Antonio Carlos Júnior**, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 48ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Teremos agora a audiência pública, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a crise no Banco PanAmericano e o seu nível de inadimplência no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nºs 28, de 2010, e 89, de 2010.

Queremos registrar, com muita honra para todos nós, a presença, aqui neste Plenário, do Exmº Sr. Mi-

nistro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, e da Srª Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno, teremos, portanto, esta audiência pública. Dispensamo-nos de prestar maiores esclarecimentos, porque todos aqui conhecem bem as normas regimentais das audiências públicas.

Antes de dar a palavra aos expositores, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, um daqueles que assinou o requerimento de convite aos nossos convidados de hoje.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Ministro Henrique Meirelles, Drª Maria Fernanda, Diretor Anthero de Moraes Meirelles do Banco Central e Procurador também do Banco Central, gostaria de dar um aviso, no sentido de informar os Srs. Senadores, membros da CCJ e da CAE, que a audiência pública, destinada à prestação sobre a crise no Banco PanAmericano e o seu nível de inadimplência no Brasil, marcada para as 15h de hoje, que contaria com a participação de Juarez Araújo, Presidente da Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, dos auditores independentes Pedro Melo, Presidente da KPMG no Brasil, e de Manoel Horácio Francisco da Silva, Presidente do Banco Fator, foi adiada e será realizada a ser definida oportunamente.

Esse é o aviso que gostaria de dar aos Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra à primeira expositora, que será a Drª Maria Fernanda Ramos Coelho, quero registrar a presença dos Diretores do Banco Central Carlos Donizeti Macedo, Anthero de Moraes Meirelles e Isaac Sidney Menezes Pereira.

Concedo à Srª Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Muito obrigada, Senador Garibaldi Alves Filho.

Senhoras e senhores, bom dia. Um cumprimento muito especial ao Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Antonio Carlos Júnior, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Cumprimento muito especialmente o Ministro Meirelles, Presidente do Banco Central, e, em seu nome, cumprimento também os membros da sua equipe que estão conosco nesta Mesa. Cumprimento ainda os colegas da Caixa aqui presentes e os profissionais da imprensa. Cumprimento os Senadores presentes, agradeço pela oportunidade de a Caixa poder apresentar às

Comissões aqui mencionadas o porquê de a Caixa ter decidido realizar aquisições e participações.

Consideramos que esse é um tema importantíssimo para a Instituição, que é sesquicentenária e que, principalmente a partir da crise de 2008, sentiu uma necessidade muito grande de crescer e de ter uma participação muito ativa na vida dos brasileiros, notadamente democratizando o acesso ao crédito às famílias brasileiras. Então, nesse momento tivemos uma discussão bastante intensa no sentido de perguntarmos: por que é importante realizarmos aquisições e participações? O que percebemos é que o crescimento das instituições financeiras tem passado por um processo de consolidação. Os principais bancos ampliaram de forma bastante expressiva seus ativos a partir de fusões e aquisições de outras instituições. Aqui temos alguns exemplos de processos de aquisições de grandes instituições financeiras nacionais, em que percebemos que, ao longo dos anos, essas instituições passaram a incorporar outros bancos e, com isso, obtiveram condição de ampliar seus ativos.

Ora, a Caixa é um banco público, mas é um banco que atua nesse segmento e que necessita ter presente a sua condição e a sua capacidade de crescimento. Este gráfico mostra o ranking dos bancos, e vemos que a Caixa foi superada devido às restrições para acompanhar o processo de consolidação bancária. Os senhores sabem que a Caixa era a única instituição bancária que não tinha autorização legal para fazer aquisições e fusões. Então, observem que, a partir de dezembro de 1994 – esses dados são públicos, são dados divulgados por todas as instituições, pelo Banco Central – percebemos... desculpe, um momento.

Percebemos que a Caixa, até junho de 2001, quando aconteceu sua reestruturação patrimonial, disputava com as demais instituições financeiras em volume de ativos. Notamos que, a partir daí, notadamente a partir de dezembro de 2006, passamos a perder competitividade nesse setor. Ou seja: era necessário para a Caixa ter um instrumento legal que lhe possibilitasse aquisições e fusões.

Próximo slide.

A Caixa identifica oportunidades para exercer a sua função e o seu papel de banco público, qual seja a democratização de acesso ao crédito. Então, os senhores observem – esse é o dado do último balanço divulgado pela Caixa – que temos efetivamente, de forma bastante expressiva, crescido as nossas operações de crédito. A variação nos últimos doze meses, considerando de setembro de 2009 até setembro de 2010, nos mostra que crescemos 45% em nossas operações. Lembro, Senador Garibaldi, que, em 2002, o saldo na nossa carteira de crédito era de R\$25 bilhões

de reais. Hoje, já chegamos a R\$163 bilhões de reais e devemos fechar o ano em R\$180 bilhões de reais. Entretanto, a Caixa se defrontava com uma questão empresarial bastante crítica para a Instituição. Era que, embora considerando esse expressivo crescimento, não detemos uma participação no mercado de crédito total em alguns segmentos tanto para a pessoa física, ou seja, de créditos para pessoa física, como de créditos a pessoas jurídicas em alguns produtos específicos.

Então, aqui os senhores observem a nossa participação no mercado de crédito total. Por exemplo, no setor de aquisição de bens, apesar do porte da Caixa, da nossa rede, da nossa capilaridade, mais de trinta mil pontos de atendimento em todo País, considerando a nossa rede de agências, correspondentes lotéricos, nossa rede de correspondentes bancários, detemos apenas 0,6% de *marketing share*, de participação no mercado no setor de aquisição de bens; aí incluído o financiamento a veículos. Se percebermos, também, na área de pessoas jurídicas, os senhores observam que na área do arrendamento, também conhecido como leasing, é 0% a participação da Caixa.

Então, de fato, nós nos defrontamos com uma necessidade de crescimento, principalmente em alguns produtos e serviços que a Caixa precisa ofertar. Apesar de uma participação importante e significativa no consignado, a Caixa já teve a liderança desse segmento e perdemos, também, a liderança no segmento de consignado.

Então, vejam, a situação que se coloca para a instituição é: precisamos atuar em todas as frentes, com todos os produtos que podem ser disponibilizados ao cidadão, notadamente essa classe C emergente. São mais de 30 milhões de pessoas que procuram as instituições financeiras em busca de produtos e serviços. Em função disso, a criação da CaixaPar expressa exatamente uma visão de longo prazo para a instituição, ou seja, o nosso desafio de ampliar a nossa atuação por meio de fusões e aquisições.

Assim sendo, é importante ressaltar que essa Casa concedeu autorização com a criação da CaixaPar em março de 2009, o que nos permite ter um crescimento ou por complementaridade ou por similaridade. No crescimento por complementaridade, nós promovemos aquisições nos segmentos onde a Caixa ou não atua ou tem uma participação que é residual. Por similaridade, nós temos a possibilidade de expandir negócios e nichos já explorados e com risco de perda no mercado. Então, nasce a CaixaPar com essa missão, exatamente de ampliar a participação da Caixa na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua

da qualidade de vida da sociedade brasileira. Lembro que, a autorização de criação da CaixaPar previu que pudéssemos ter participações em empresas do ramo securitário ou de tecnologia bancária ou nos negócios da instituição. Então, essa foi a condição que nos foi dada exatamente para consolidar uma visão da instituição que é de longo prazo, exatamente a ampliação da sua atuação.

Pode passar:

Considerando esse contexto, considerando a necessidade de crescimento, considerando que nós tivemos a autorização para realizar fusões, aquisições e participações acionárias, por que o Banco PanAmericano foi selecionado pela Caixa nesse processo?

O Banco PanAmericano, já durante a discussão, quando a medida provisória foi encaminhada aqui para esta Casa e houve a discussão – ela foi encaminhada em novembro – e nós tivemos a aprovação final em março, já no processo de discussão da criação da CaixaPar, nós tivemos diversos contatos com instituições financeiras que buscaram a Caixa também interessadas para que tivéssemos uma participação e uma parceria nesse sentido. Por que escolhemos o PanAmericano? Porque o PanAmericano apresentou o melhor conjunto de sinergias com a instituição. O PanAmericano é uma instituição com mais de vinte mil pontos de atendimento, um expressivo atendimento no Estado de São Paulo, um Estado importantíssimo para as instituições financeiras, para o crescimento do crédito no Brasil, uma instituição que possuía uma experiência consolidada, principalmente em segmentos nos quais a Caixa apresentava a sua situação empresarial crítica, notadamente, na área financeira, com um crédito pessoal.

E aí os senhores observam naquela pizza que o crédito direto ao consumidor e o crédito pessoal no Banco PanAmericano respondia por 50% da sua atuação. No leasing – e aqui está verificado também na pizza – 15% da sua atuação se dá nesse mercado e nos demais setores de pessoa física: cartão, seguros e consórcio.

No ramo da pessoa jurídica, o foco da Caixa sempre foi atuar principalmente no segmento da micro e pequena empresa. Eles têm uma atuação muito importante na área de média empresa, com conta garantida, com desconto de duplicatas, com capital de giro e com antecipação de recebíveis. Além disso, é claro, há a experiência do Banco no setor de consignados, principalmente no setor de consignados junto ao setor privado. A grande experiência da Caixa é o setor de consignados junto ao setor público.

Então, o PanAmericano apresentava, de fato, um conjunto de sinergias que possibilitava à Caixa o cres-

cimento em setores que, por nós, são considerados prioritários. Além de tudo isso, é um Banco que atuava no mesmo nicho e segmento da Caixa, priorizando as famílias de baixa renda.

Como se desenvolveu a negociação para chegarmos a finalizar com o Banco PanAmericano o processo da nossa participação acionária?

Em outubro de 2008, a Medida Provisória (MP) nº 443 permitiu a criação da CaixaPar. Como eu já disse, nesse ínterim, algumas instituições procuraram a Caixa para iniciar uma negociação. Em março de 2009, a Medida Provisória é convertida na Lei nº 11.908, de 2009, e a CaixaPar foi criada. Em junho, após amplo debate dentro da empresa – foram três meses bastante intensos –, elaboramos o projeto básico, para que se permitisse a contratação de uma empresa que nos assessorassem nessa negociação. De março a junho, internamente, nossas equipes técnicas discutiram o projeto básico e pensaram exatamente numa contratação que nos possibilitasse maior segurança em relação ao processo. A contratação definiu os seguintes serviços: assessoria nas negociações; *due diligence*, ou diligência devida, e quantificação dessas sinergias; avaliação econômico-financeira; e um modelo de negócios de governança adequado para a Caixa. Por quê? Porque essa seria a primeira experiência de uma instituição pública em parceria com uma instituição privada. Essa foi a definição que a CaixaPar fez em junho de 2009 para contratar esses serviços.

Em junho, para fazer essa contratação, foi estabelecido um processo. Apesar de a Lei nº 11.908 permitir que fosse feita a contratação direta, a CaixaPar decidiu consultar cinco empresas especializadas pertencentes ao ranking da Anbid, para que pudéssemos fazer essa contratação. Fizemos a consulta, e, das cinco empresas especializadas, foi selecionado o Banco Fator, pelo menor preço. O Banco Fator tem experiência bastante significativa no mercado. O Banco Fator atuou nos processos dos bancos Banespa, Banestado e Nossa Caixa. Em função do menor preço e da melhor proposta, o Banco Fator foi contratado. Por sua vez, o Banco Fator contrata assessorias: para a diligência legal, foi contratado o escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados; e, para a diligência contábil, a KPMG Auditores Independentes.

Em novembro de 2009, considerando as melhores práticas de mercado, apesar de não ser uma necessidade, a Caixa contrata a BDO Consultores para emissão de uma segunda opinião. Além do cuidado e do zelo no processo de contratação do Banco Fator, selecionando o Banco entre cinco outras instituições que apresentaram propostas, a Caixa ainda contrata,

em novembro, a BDO Consultores para emissão de uma segunda opinião.

Em novembro, além das avaliações realizadas pelo Banco Fator – este é um dado importante, Senadores –, além da contratação externa feita pela Caixa, houve internamente também, por parte das nossas equipes, avaliações próprias. Ou seja, não apenas a Caixa se cercou do cuidado de ter uma assessoria externa, mas também, internamente, nossas equipes técnicas realizaram avaliações próprias.

Então chegou-se, em novembro 2009, ao valor de avaliação de R\$2,111 bilhões. Aqui é importante dizer, já considerada a dedução de R\$203 milhões, que foi observada exatamente no processo da assessoria e das duas diligências, ou seja, da segunda opinião, exatamente porque foram decorrentes de contingências identificadas pelas diligências legal, tributária e contábil, ou seja, o preço final já incorporou uma redução de R\$203 milhões porque foi identificada pela assessoria exatamente essa necessidade.

O preço final estabelecido na negociação ficou em R\$2,080 bilhões. A Caixa adquiriu 49% das ações ordinárias e 20% das ações preferenciais, correspondente a uma participação de 36,5% no controle acionário equivalente a R\$739,2 milhões.

Em dezembro, então, a CaixaPar efetua o pagamento da primeira parcela, pela participação acionária, e envia documentação aos órgãos de controle para que, após a manifestação favorável, pudéssemos fazer o pagamento da segunda parcela. Isso tudo em acordo com o parceiro, com o PanAmericano, com o nosso parceiro na ocasião.

Em janeiro de 2010, iniciamos, junto ao Banco PanAmericano, a elaboração do plano de negócios, lembrando que são duas culturas bastante distintas. A gente vem de uma cultura de um banco público, uma instituição pública e tem também um banco privado que atuava fortemente em segmentos nos quais a Caixa não atua. Então iniciamos equipes da Caixa. E aí são diversas equipes, Senadores, que atuaram nesse processo, não só as equipes de negócios, as equipes de cartões, as equipes do crédito à pessoa física, mas também as nossas equipes de planejamento financeiro, equipe de controle, exatamente para que o plano de negócios, constituído, possibilitasse o crescimento e a expansão de negócios esperados pela Caixa.

Em março de 2010, o Banco Central solicita que fizéssemos ajustes no acordo de acionistas. Providenciado isso, o Banco PanAmericano envia ao Banco Central o novo acordo de acionistas, já atendendo às solicitações que nos foram feitas.

Em julho de 2010, houve a manifestação, então, favorável do Banco Central ao ingresso da CaixaPar

no grupo de controle do PanAmericano, ficando a manifestação final na dependência dos atos relativos à conclusão da operação, lembrando que esses atos relativos incluíam que o PanAmericano providenciasse a convocação da assembleia de acionistas, a mudança do estatuto, para possibilitar à Caixa a sua efetiva participação.

No processo de acordo com o PanAmericano, já havia ficado definido que a Caixa participaria com uma diretoria no grupo de gestão e também, no primeiro ano, com a presidência do conselho de administração. Para essa presidência, haveria rodízio a cada ano.

Em julho de 2010, fizemos o pagamento da segunda parcela. Em agosto, houve envio da documentação relativa à conclusão da operação ao Banco Central e, em meados setembro de 2010, a Caixa toma conhecimento da existência de um processo de fiscalização do Banco Central junto ao Banco PanAmericano. Em outubro, tomamos conhecimento também da existência de inconsistências contábeis no PanAmericano e do processo de negociação do Fundo Garantidor de Crédito com o Grupo Silvio Santos. E, em novembro, aí sim, tivemos a assinatura do termo de comparecimento, com a ciência do instrumento particular da assunção da dívida do Grupo Silvio Santos com o FGC e a aprovação do processo de alteração do controle societário do Banco PanAmericano pelo Banco Central.

Essa assinatura do termo de comparecimento permitiu à Caixa, então, participar, aí sim, de forma bastante efetiva, da gestão do Banco.

No dia 10 de novembro, a Caixa fez a indicação de cinco diretores, que já estão efetivamente atuando na instituição desde o dia 10 de novembro. Nós teremos agora, no dia 26, a assembleia de acionistas, que permitirá que a Caixa presida o Conselho de Administração do Banco, nós teremos assento, ou seja, não só a Presidência do Conselho será presidida por mim, mas também teremos mais quatro vice-presidentes da Caixa, que comporão o Conselho de Administração do Banco PanAmericano.

Quais as ações da Caixa a partir da implantação do acordo de acionistas?

Vejam. Com a solução adotada pelo Banco Central, pelo Fundo Garantidor de Crédito e pelo Grupo Silvio Santos, a condição patrimonial do Banco PanAmericano se encontra restabelecida, o que permite à instituição implementar o plano de negócios para a exploração das sinergias identificadas.

Então, consideramos que, recuperada essa condição, isso nos permite implementar o plano de negócios que já estruturamos, com uma atuação muito expressiva principalmente no crédito à pessoa física e, de forma mais intensa, efetivamente, a partir do próximo

dia 26, quando estaremos na Presidência do Conselho de Administração em parceria com toda a diretoria já constituída e já indicada pelo controlador, que hoje já está atuando plenamente na instituição.

Fizemos a indicação dos diretores também no sentido de resguardar a instituição e de dar oportunidade para que o Banco Fator apresente as suas considerações; a CaixaPar fez uma interpelação extrajudicial ao Banco Fator, o que nos resguarda em relação a esse processo.

Portanto, Senadores, senhoras e senhores, a Caixa considera que foi restabelecida a condição patrimonial da instituição; e é importante o registro aqui também de que, nesse processo, a condução do Banco Central e do Fundo Garantidor de Crédito trouxe a tranquilidade necessária para que a Caixa pudesse efetivamente exercer a sua atuação. Assim, consideramos que há plena condição de executar o plano de negócios que foi amplamente debatido entre as equipes. Esperamos, portanto, que possamos ter os resultados com essa parceria.

Senador, era essa a nossa apresentação. Estamos à disposição para os questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a Sr^a Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, pela exposição que acaba de fazer, objetiva e, espero, esclarecedora.

Teremos dois momentos nesta reunião: o primeiro momento constará dessa exposição que acaba de ser feita pela Presidente da Caixa, Dr^a Maria Fernanda, e as perguntas que serão dirigidas a ela pelos Senadores. Em um segundo momento, o Dr. Henrique Meirelles fará a sua exposição e, depois, se submeterá às perguntas dos Senadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Estou sendo convocado para ir para a Comissão de Relações Exteriores, pois tenho que relatar um embaixador que está sendo indicado hoje e terei que me afastar, pelo menos temporariamente, da Comissão, mas espero poder voltar para assistir a apresentação do Presidente Henrique Meirelles.

De qualquer forma, se não estiver aqui antes de ele falar, gostaria de registrar aqui, publicamente, que essa seguramente, provavelmente, será a sua última audiência pública nesta Casa. Se continuar no Banco Central, já será em uma nova Legislatura. Caso con-

trário, dificilmente teremos outra agora neste final de ano.

Então, eu queria – espero voltar a tempo – registrar aqui publicamente o reconhecimento pelo trabalho fundamental que o Presidente Henrique Meirelles desempenhou ao longo desses oito anos. Ele contribuiu decisivamente para a estabilidade da economia brasileira, para a credibilidade da política econômica e conseguiu manter a inflação sempre dentro da meta, que foi o grande objetivo central da política monetária do Banco Central.

Também quero dizer que o Brasil reconhece esse trabalho. Todas as pessoas responsáveis deste País sabem o quanto foi importante, o quanto foi dedicado, o quanto foi relevante para a história do País e para a história econômica a sua contribuição à frente do Banco Central. Tenho certeza que vai... Espero que continue na equipe. Se não for essa a decisão do novo Governo, seguramente a sua contribuição foi indispensável, e eu queria registrar, publicamente, meu reconhecimento por esse trabalho. Espero voltar brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante e concedo a palavra ao autor do Requerimento nº 89/2010, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr. Presidente Henrique Meirelles, Sr^a Presidente Maria Fernanda, Diretor do Banco Central e demais membros do Banco Central, Srs. Senadores, esse assunto, o ponto que me prende efetivamente e que me faz querer aprofundar na sua análise e avaliação é a questão da aquisição do Banco PanAmericano pela Caixa, porque a operação que foi feita agora com o fundo garantidor de crédito foi uma operação de evitar um mal maior, ou seja, foram feitas operações com garantias, e o fundo poderia perder se o Banco PanAmericano quebrasse.

Então, na verdade, o problema não está na operação que foi feita agora, e, sim, na operação de aquisição do Banco PanAmericano, parte do capital, quer dizer, 49% das ações ordinárias e 35% do capital total. Lá é que temos o problema que queremos discutir aqui com profundidade.

Numa aquisição, na sua fase já mais decisiva, três pontos são importantes: o velho eixo, que é a avaliação do negócio, mediante métodos utilizados, fluxos de caixa descontados, múltiplos etc.; depois vem a negociação do preço, porque a avaliação é um indicativo; depois vem a negociação do preço entre as partes. Mas, quando se chega ao preço, até como a Dr^a Maria Fernanda mostrou, temos que fazer uma *due diligence*, que é uma auditoria especial, feita normalmente pelo comprador, exceto em casos de privati-

zações, porque aí o Governo tem que fazer, mas essa auditoria vai preservar, principalmente, os interesses do comprador. Já pensou se você tem passivos ocultos ou passivos não provisionados; você tem ativos que já não têm valor efetivo, que são ativos que estão na contabilidade, mas perderam valor? Então, é preciso que se faça uma depuração para proteger os interesses do comprador. E aí é que está o grande problema. Na *due diligence* está a grande questão, onde houve falhas. Queremos exatamente nos aprofundar para entender quem falhou, quem foi o responsável pelo furo na *due diligence*, porque aí é que está a questão. A aquisição pela Caixa seria uma aquisição natural se essas inconsistências que já existiam na época fossem deduzidas do preço. Aí não haveria problema nenhum. A Caixa acabou comprando gato por lebre porque ela adquiriu a participação em cima de um valor que, na verdade, já não era esse valor. Ele era muito menos, porque as operações fraudulentas já existiam e, portanto, elas estavam inflando tanto o balanço patrimonial como os resultados.

Ora, na seção de carteiras de crédito, elas são instrumentos importantes para captação de recursos dos bancos médios e pequenos, quer dizer, são operações corriqueiras. Não são operações especiais, operações que nunca aconteceram. Não. Elas acontecem sempre. Portanto, a *due diligence* deveria se focar muito nisso, porque, fatalmente, pegaria alguma coisa errada.

Então, se é uma forma de captação básica por bancos médios e pequenos, a *due diligence* falhou de forma muito forte. Ela não refletiu a situação efetiva do Banco PanAmericano, até porque, quando se vendem ativos, entra o ativo caixa, tem a receita da venda desse ativo, quer dizer, um lançamento contábil, a Caixa contra a Receita; depois tem um outro que é você baixar o ativo que é um lançamento credor e jogar no custo desse ativo que é um lançamento devedor. Então, o custo e a receita fazem um encontro de contas, para ver se deu um resultado positivo ou negativo, e os ativos trocam de posição: sai o ativo empréstimo, entra o ativo caixa. Essa é a prática normal. Ou então se fazer um passivo para corresponder ao ativo caixa com as responsabilidades que o Banco PanAmericano teria com terceiros.

Ora, isso é uma coisa corriqueira, normal, que a auditoria teria que pegar. Então, alguma coisa está errada. Acho que a auditoria falhou, a consultoria falhou, mas talvez a Caixa tenha falhado também. É exatamente esta a posição: quem é que falhou? Falhou a Caixa, falhou a auditoria, falhou a consultoria? Foi a KPMG, o Fator ou a Caixa? Aí há uma grande responsabilidade, porque são milhões de reais, e a Caixa Econômica é um banco público. Ou seja, houve uma superavalia-

ção, já que não foi deduzido do valor, digamos, essas operações que estavam absolutamente fora do balanço, porque era impossível que estivessem no balanço, uma vez que foram vendidas. Ou teríamos uma baixa do ativo ou teríamos um acréscimo do passivo. Isso é contabilidade básica.

Portanto, quem é o responsável? A Caixa falhou, a consultoria do Banco Fator falhou, ou foi a empresa de auditoria KPMG que falhou? Quem falhou? Este é o ponto que precisamos aprofundar: quem é o responsável pelo super valor que a Caixa pagou em cima do Banco PanAmericano. Este é o ponto de partida para essa discussão a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra...

Quero esclarecer à Presidente Dr^a Maria Fernanda que ela terá oportunidade de responder a um bloco de três Senadores, já que está em moda a criação de blocos.

Concedo a palavra, de acordo com a ordem dos oradores inscritos, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, convidados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a insolvência do Banco PanAmericano tem sua origem na gestão temerária e fraudulenta. Esta é a conclusão de natureza técnica divulgada. Mas há que se fazer questionamento também a respeito dos aspectos políticos. Uma grande pergunta de início: por que a Caixa Econômica Federal entrou nesse negócio e por que levou tanto tempo para começar a administrá-lo?

Todo o mercado financeiro sabia e sabe que os problemas do Banco PanAmericano começaram muito antes da divulgação da sua atual situação. Desde a crise de 2008 o Banco passava por dificuldades. Isso pelo menos era voz corrente no mercado. Após longas e complexas negociações, a Caixa decide comprar, no final de 2009, as ações, no valor de R\$740 milhões. Portanto, a Caixa torna-se sócia das dificuldades conhecidas e reconhecidas do Banco PanAmericano.

É claro que se percebe uma operação para excluir qualquer interferência política nesse negócio. A justificativa é sempre que houve uma trapalhada da auditoria, houve falha da auditoria. Portanto, não há responsabilidade da Caixa, não há responsabilidade do Banco do Governo nessa operação.

É o que se procura passar à opinião pública. E a culpa é dirigida exclusivamente a executivos do PanAmericano – o Sr. Rafael Palladino, Presidente, Wilson Roberto, Diretor Financeiro, e às auditorias contratada, Deloitte, KPMG e o Banco Fator.

Vamos agora a algumas perguntas exatamente em função desse arrazoado.

Por que o empresário Sílvio Santos consegue uma audiência de última hora, sem agenda prévia, com o Presidente Lula, em Brasília, no dia 22 de setembro, dez dias antes do primeiro turno das eleições?

Houve a intermediação do ex-Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, no processo de negociação de compra do banco pela Caixa? Essa é uma informação da revista Época do dia 15 de novembro.

Por que a Caixa decidiu comprar o PanAmericano e não outros bancos, já que há no mercado bancos desse porte para uma eventual negociação?

Se adquirir bancos estava dentro da estratégia de negócios da Caixa – e a Presidente acaba de dizer que estava –, por que a Caixa não participou da disputa pela compra de outros bancos, como a Nossa Caixa, o Banco Votorantin, entre outros, e, ao contrário, comprou um banco insolvente como o Banco PanAmericano?

Houve uma medida provisória, a de nº 443, em que o Deputado Pompeo de Mattos apresentou uma emenda exigindo as auditorias internas nessas operações. A essa proposta houve um veto do Presidente. A senhora não entende que o caso do PanAmericano poderia ter sido questionado nos termos dessa medida provisória se o Presidente da república não houvesse vetado esse dispositivo?

É irrecusável fazer esta pergunta, Srª Presidente: como é possível alguém comprar um banco e só um ano depois descobrir uma fraude de mais de R\$2 bilhões? Seria porque, por mais de sessenta anos, negligenciamos os cursos de auditoria, fiscalização e controladoria? Seria porque não temos faculdades de auditoria no País? Não creio, porque a Caixa, assim como outras entidades da administração indireta, têm auditoria interna. A Caixa possui aproximadamente 350 auditores concursado e capacitados. Uma instituição do porte da Caixa possui área especializada em analisar o risco das concessões de crédito e, de modo geral, das operações que realiza. A boa prática bancária, dessa forma, recomenda que tais áreas – auditoria e análise de risco – sejam ouvidas previamente a operações de natureza especial, como é o caso.

Sendo assim, pergunto: a auditoria interna e a área de risco da Caixa foram chamadas a emitir parecer previamente sobre a operação? Em caso positivo, qual foi o posicionamento dessas áreas?

Por que a Caixa comprou a sua participação no PanAmericano no final de 2009 e onze meses depois ainda não havia indicado ninguém para compor os seus quadros executivos?

Por que só após a divulgação do rombo a Caixa resolveu indicar, do dia para a noite, os seus executivos para a Diretoria e Conselhos do banco?

As fraudes não ocorreram apenas nas áreas de crédito e cartões, mas também nas operações passivas – o caso do CDB remunerado muito acima das taxas de mercado é mais um exemplo. Se a Caixa tivesse indicado seus executivos, como de direito e dever, essa operação teria sido detectada há muito tempo.

Quem vai pagar por mais esse prejuízo, já que, nesse período, a Caixa já era sócia, fez aportes com dinheiro público e pagou com esse mesmo dinheiro juro abusivo em CDB? No mínimo, é um caso de negligência, omissão ou gestão temerária da coisa pública. Essa é uma conclusão inevitável.

Por que o Fundo Garantidor de Crédito, criado em 95, fez sua primeira operação salvamento em tão rápido tempo, comprometendo quase 10% do seu patrimônio de R\$28 bilhões em um banco desse porte, com o argumento de que, se não o fizesse, haveria uma crise sistêmica? Essa mesma atitude não foi adotada com a mesma celeridade em relação a outras instituições.

Em 8 de setembro, o Banco Central comunicou ao PanAmericano sobre as fraudes. Em 8 de setembro! Portanto, estávamos em plena campanha eleitoral ainda do primeiro turno. Em 22 de setembro, houve a visita do empresário Sílvio Santos ao Presidente Lula. Por que a divulgação só ocorreu depois das eleições? O Brasil tinha o direito de saber antes, imagino. Será que, mais uma vez, a máquina pública foi privatizada para atender a interesses pontuais? Seria inevitável dar conhecimento, seria responsabilidade pública dar conhecimento à população do País do fato, já que ele havia sido constatado pelo Banco Central?

V. Sª defendeu a contratação do Banco Fator e expôs as razões. No entanto, nós verificamos que o Fator informou não ter a experiência para fazer a auditoria e, por isso, contratou a KPMG para cuidar desse processo. A KPMG enfatizou que não era responsável pela auditoria interna do PanAmericano e que teria sido contratada para realizar certos procedimentos pré-acordados de diligência em dados disponibilizados pelo referido banco. Portanto, eu gostaria de solicitar esclarecimentos a respeito disso. E qual o valor pago pela Caixa Econômica ao Banco Fator para que intermediasse a aquisição do Banco PanAmericano?

Eu coloquei, aqui, setembro como uma data em que o Governo, o Banco Central tomou conhecimento de todas essas dificuldades do Banco PanAmericano e guardou para si as informações. Essas informações não foram repassadas à opinião pública. Um executivo do Banco Central disse à revista Época que o caso só

não foi divulgado antes das eleições para evitar prejuízo à candidatura de Dilma Rousseff. O Governo sabia que estava quebrado o banco pelo menos desde agosto, devido a uma auditoria rotineira do Banco Central. Esse portanto, é um esclarecimento importante que nós solicitamos a V. S^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu passo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alfredo Cotaít.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Sr. Presidente, convidados, Senadores, Senadoras, o Senador Alvaro Dias já fez aí um rol de perguntas, todas pertinentes, acho que são suficientes até para a Presidente Maria Fernanda poder responder. Eu conheço o trabalho da Maria Fernanda, todo esse tempo, à frente da CEF. É um trabalho muito bem desenvolvido. Mas eu gostaria de incluir uma questão.

Em dezembro de 2009, a Caixa efetuou o primeiro pagamento. Somente em maio, o acordo de acionistas foi celebrado. Não deveria ter sido o pagamento feito junto com o acordo de acionistas? Quando é que a Caixa Econômica assumiu de fato o acompanhamento das operações do PanAmericano? Não é possível que se tenha levado um ano para se tomar conhecimento da situação real do banco. Apenas queria agregar, adicionar essa indagação às perguntas do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Alfredo. Tendo em vista que só temos agora uma parlamentar inscrita, que é a Senadora Ideli Salvatti, pergunto à Presidente Maria Fernanda se ela não quer primeiramente ouvir a Senadora Ideli e, depois, falar, encerrando sua participação.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, fiz uma inscrição de reserva. Estou terminando de chegar. Então, abro mão da minha inscrição para ouvir a Presidente Maria Fernanda e o Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra pela ordem o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu não estava inscrito, Sr. Presidente, mas desejo fazer uma indagação à nossa Presidente da Caixa Econômica Federal, até por vacância da inscrição da nossa Senadora Ideli Salvatti e do próprio Senador Osmar Dias. Serei

muito pragmático e objetivo na minha indagação, Sr^a Presidente. Segundo a matéria publicada anteontem, segunda-feira, no Correio Braziliense, o primeiro dia seguinte ao dia do anúncio das fraudes, o Banco PanAmericano enfrentou uma sangria de mais de R\$500 milhões. Se essa tendência fosse mantida, o socorro dado pelo Fundo Garantidor de Crédito seria insuficiente para sustentar de pé o banco. Por isso, a Caixa teria optado em tomar as rédeas, evitando perder os R\$740 milhões que á tinha investido lá. Considerando ser essa a principal e suficiente razão para o socorro, indago: como a senhora vê a opinião de alguns analistas ao afirmarem que esta medida é um prêmio à má gestão? Alguns especialistas têm argumentado, Sr^a Presidente, que, mesmo com a ajuda da estatal, a recuperação do Banco seria muito difícil. O que a senhora acha desses prognósticos e quais as estratégias da Caixa Econômica para acelerar a recuperação necessária do Banco?

Acho muito importante porque, se houve essa sangria, algumas providências teriam que ser tomadas. Imagino que isso é um desentaxa substancial e quero crer que V. Ex^a que, com muita honradez e muita competência, tem comandado a Caixa Econômica, montou uma estratégia, até porque o Fundo Garantidor, imagino, quer receber aquilo que foi aportado. O que se lê na imprensa é que o patrimônio do Grupo Sílvia Santos seria insuficiente para cobrir o empréstimo que foi dado de R\$2,5 bilhões. De maneira que essa é a minha indagação. Gostaria de ver se é possível que V. Ex^a responda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jayme Campos. Concedo a palavra à Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr^a Maria Fernanda Ramos Coelho.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Algumas perguntas vou responder em bloco e algumas especificamente em relação aos questionamentos formulados pelos Srs. Senadores. Acho que há um ponto que é muito relevante e muito significativo.

Por que a decisão da Caixa de ter a participação no Banco PanAmericano?

Todos os estudos formulados por nossas equipes técnicas verificaram que era a instituição com a melhor sinergia em relação à Caixa.

Quando a gente fala em sinergia, a que nos referimos? Nós nos referimos à base de clientes que é fundamentalmente atendida por essas instituições, ou seja, tanto a Caixa quanto o PanAmericano focam no cliente de baixa renda, conhecidos como os clientes das classes C e D. Além disso, o PanAmericano veio atender a uma questão empresarial bastante crítica da instituição.

A Caixa, apesar do porte, da sua rede de agências, não tem uma experiência consolidada em determinados produtos que são colocados para os clientes. Aí a gente pode citar dois especificamente: a questão da aquisição de bens e veículos e o arrendamento. De fato, quando a gente faz uma comparação com as demais instituições financeiras, a Caixa carece de uma experiência nesse sentido. Então, o PanAmericano veio exatamente suprir essa necessidade da instituição.

Esse foi o principal objetivo no debate, na discussão e na escolha do Banco PanAmericano. A Caixa considera que, efetivamente, ela cumpriu rigorosamente as melhores práticas de mercado para a finalização do processo da compra do PanAmericano e para chegar ao valor justo e adequado nessa compra e nessa participação.

Trazendo alguns dados que foram tratados, por exemplo: o Banco Fator, ao contratar a KPMG para fazer as duas diligências, isso é uma praxe absolutamente natural e normal no mercado. Quando você contrata uma instituição e ela contrata outras que têm experiência bastante consolidada para poder assessorá-los.

A gente está tratando aqui, por exemplo, de quatro das maiores auditorias do mundo, duas delas estiveram envolvidas nesse processo, tanto a Deloitte, que auditou o balanço do Banco, quanto a KPMG, que prestou assessoria, que fez as duas diligências para o Banco Fator.

Esse é um registro importante porque demonstra que, dentro das melhores práticas de mercado, a Caixa cumpriu rigorosamente o rito previsto. A Medida Provisória nós deu a condição dessa aquisição.

Trazendo para alguns aspectos que foram tratados pelos Senadores.

O primeiro aspecto, em relação à questão política levantada pelo Senador Alvaro Dias.

Em relação à audiência do Presidente Lula, não tenho a menor idéia. Ambos já se manifestaram sobre o conteúdo da audiência, tanto o Presidente Lula quanto o Silvio Santos. Realmente não há nenhum comentário nosso a ser feito nesse caso.

Houve intermediação do ex Ministro Luiz Gushiken? Não, nenhuma. Não houve nenhum contato da parte da Caixa e nenhuma intermediação nesse processo. Esse processo se submete a uma decisão empresarial da Caixa.

A Caixa pretende continuar a crescer no mercado, a Caixa tem crescido de forma significativa desde que o Presidente Lula assumiu, em 2003, tem sido bastante fortalecido. Fizemos concurso interno. São mais de trinta mil novos empregados. Aumentamos de maneira significativa nossa carteira de crédito. Saímos de R\$5 bilhões em contratação no crédito imobiliário e

deveremos fechar este ano em mais de R\$70 bilhões em contratação no crédito imobiliário. Ou seja, é um desafio da instituição continuar a crescer. E é por isso exatamente que tomamos uma decisão empresarial de fazer o negócio, de ter uma participação acionária junto ao Banco PanAmericano.

Em relação à auditoria, de fato, não são apenas 350 auditores. Hoje temos mais de 500 auditores que passam por um processo seletivo interno na instituição e que estão presentes.

Há uma diferença entre a auditoria e a área do risco que eu gostaria até de esclarecer aqui. A auditoria, assim como a área jurídica, ela assessora na decisão. Ela não participa do processo de tomada de decisão. O jurídico, por exemplo, quando ele dá um opinamento, ele assessora o gestor, mas ele não diz "contrate".

Assim também é a auditoria. Ela assessora no processo. A tomada de decisão é de única e exclusiva responsabilidade do gestor. No caso do risco, não; no caso da área de planejamento financeiro, não. Ela, de fato, opina. Ela diz: contrate, a contratação apresenta estas condições, estas expectativas, estes resultados previstos e apresenta estes riscos. Foram ouvidas todas as áreas internas para tomada de decisão.

Lembrando que a Caixa-Par é uma empresa que implementa a política e as necessidades da Caixa, do seu Conselho Diretor e de seus dirigentes. Ou seja, ela providenciou a contratação do Banco PanAmericano em função de uma decisão estratégica, do planejamento estratégico da instituição. Esse planejamento foi formulado a partir de 2004 e o horizonte, a visão de futuro é colocada para 2015. E o grande desafio da Caixa é exatamente democratizar o acesso ao crédito, crescer principalmente no seguimento de pessoa física, no seguimento que atende às empresas e às pessoas jurídicas.

Acho que há um aspecto importante da observação que o Senador trouxe de que, em setembro, nós guardamos internamente essa informação. Muito pelo contrário, Senador. Houve um trabalho intenso para se buscar uma solução. Acredito que, tanto da parte do FGC quanto da parte do Banco Central, essa solução aconteceu de forma célere. Acho que o FGC, o senhor questionou...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, a senhora confirma que, já em setembro, o Governo tinha noção das dificuldades do Banco, do rombo.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Em setembro, a Caixa tomou conhecimento do processo de fiscalização do Banco. É exatamente isso que tem na nossa apresentação. No processo de fiscalização, sim. Em outubro, a Caixa tomou conhecimento das inconsistências contábeis. O que a gente tem é que houve

um processo de busca de uma solução. Nesse sentido, acho que é bastante esclarecedora uma entrevista dada pelo Sr. Gabriel Ferreira, do FGC, onde ele diz que a solução busca evitar uma crise sistêmica e priorizar o atendimento à clientela do PanAmericano. Então, acho que esse é um aspecto bastante relevante.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para perguntar, Presidente, se não é muito grave para ser apenas inconsistências contábeis, um rombo de R\$2 bilhões. Isso é muito grave para ser considerado apenas inconsistências contábeis.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não. Eu tenho aqui, Senador, o termo de comparecimento, que acho importante que a Caixa leia, porque ele exatamente se refere ao que nós subcrevemos em relação a essa situação. Acho que é importante essa leitura porque traz muito claro exatamente o que a Caixa assinou – no caso, a Caixa-Par –, no dia 4 de novembro, junto com PanAmericano e o Banco Central.

“Os ajustes regulamentares acima citados, que representam situação para a qual se faz necessária a imediata regularização contábil, se referem a:

a) R\$1.404.671.000,00, valor de créditos cedidos e que continuam registrados na carteira própria, constituindo um ativo insubsistente. A existência de tal irregularidade e respectivo montante foram corroborados pela administração do PanAmericano, por meio de correspondência enviada a esse Banco Central do Brasil, em 14 de setembro de 2010, e assinada por dois diretores estatutários, bem como foram confirmados pela fiscalização através de testes efetuados em arquivo recebido em 1º de outubro de 2010.

E R\$673.752.000,00, valor de contratos de operações de crédito, que deveriam ter sido baixados ou transferidos para bens de uso próprio, em razão de execução por inadimplência; 2 – que foram liquidados antecipadamente pelos clientes e cujas prestações vencidas cedidas não foram baixadas; 3 – que tiveram saldo devedor refinanciado, porém foram mantidos na condição de cedidos. Dessa forma, todos os contratos nas situações listadas são considerados como passivos omissos, situação essa igualmente confirmada pela holding Silvio Santos Participações Ltda, em correspondência assinada por seu presidente, sendo também aferidos por testes realizados pela fiscalização.”

Então, de fato, o ajuste procedido atendeu ao termo de comparecimento que nos foi trazido.

Há também aqui uma observação, que eu acho que é relevante, em relação a nossa indicação dos diretores.

A indicação dos diretores ocorreu exatamente após a assinatura do termo de comparecimento e no

dia 10, efetivamente, a Caixa passou a atuar na gestão da instituição.

Esta pergunta responde, também, a observação feita pelo Senador Jayme Campos: qual a estratégia nossa nesse momento?

Há um aspecto muito importante em todo esse processo. Apesar de toda divulgação em relação ao banco PanAmericano, e isso é um aspecto que já foi noticiado pelo presidente da instituição, pelo presidente do banco PanAmericano, Celso, em momento algum a instituição parou de operar. Ela continuou a receber demandas de créditos, o que sinaliza que, de fato, ela tem uma capacidade de resposta que não foi abalada pela divulgação desses números, ou seja, a gente prevê que é possível, sim, de uma forma muito consistente, implementar o plano de negócios que foi, efetivamente, definido pela Caixa, em parceria com os técnicos do PanAmericano, para que a Caixa possa ter o retorno e a resposta esperados.

Eu gostaria de citar, também, que o próprio banco PanAmericano, em 2007, realizou uma abertura de capital, com ações negociadas na Bovespa, e ele captou no mercado cerca de R\$700 milhões – isso aconteceu em 2007 –, lembrando também que, depois disso, ele realizou várias captações externas. Nesse processo, tanto nas captações externas, quanto no lançamento de ações na Bovespa, há um processo que exige um alto nível de demonstrações e comprovações documentais. Acho que esse é um aspecto também relevante a ser citado neste momento.

Então, para finalizar, eu gostaria de ressaltar para os Senadores e para a sociedade que, de fato, nós tivemos um cuidado e uma preparação bastante intensos, ou seja, a Caixa, de fato, utilizou as melhores práticas de mercado para adotar a compra do PanAmericano. Consideramos que, restabelecida a sua situação patrimonial, isso permite à instituição levar a cabo todos os procedimentos que são necessários a que a Caixa obtenha, junto com o controlador – afinal de contas, o banco continua um banco privado –, os resultados esperados.

É isso, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Drª Maria Fernanda, a senhora me permite uma última intervenção?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu fiz uma série de considerações. Agora, eu fiz uma pergunta final, que ainda não foi respondida: quem errou? O Banco Fator, a KPMG ou a própria Caixa?

O prejuízo foi da Caixa, agora, será que essa maquiagem era tão perfeita que ninguém pegou?

Esta é a pergunta: quem foi que errou nessa história? Esta foi a única pergunta que fiz. Eu fiz uma série de considerações, mas foi a única pergunta que fiz e eu gostaria que ela fosse respondida.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Veja, Excelência, a Caixa não considera que ela perdeu. A Caixa não comprou a instituição sob o ponto de vista do especulador, que compra essas ações na baixa e vende na alta, ou coisa que o valha. A Caixa comprou a instituição com base num planejamento estratégico da sua instituição, com base num planejamento interno, e temos a segurança de que a implementação do plano de negócios irá possibilitar à Caixa o retorno esperado.

Sob o ponto de vista das responsabilidades, isso será devidamente apurado pelos órgãos de controle.

A Caixa se resguardou em relação ao Banco Fator fazendo uma interpelação extrajudicial, para garantir os nossos direitos nesse processo, mas consideramos que não houve, da parte da instituição, falha no processo de aquisição do banco PanAmericano.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Mas, segundo a Caixa, pagou muito mais do que ele valia, porque se ele tinha essas operações que já deveriam ter sido baixadas e que não o foram, e, portanto, tinha receita fictícia em cima delas, então, tanto no ativo quanto no patrimônio líquido, estavam absolutamente superavaliadas. Então, que a Caixa pagou mais, eu não tenho dúvida nenhuma de que ela pagou mais do que deveria.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Lembrando que o patrimônio da instituição foi restabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Concedo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO –

Desculpe, Senador. Só uma coisa que faltou ao questionamento do Senador Alfredo Cotait em relação a dezembro de 2009 e à assinatura do acordo de acionistas: ele foi assinado em dezembro de 2009 e já em dezembro ele previa a cláusula de que nessa assinatura pagávamos a primeira parcela e, após a manifestação favorável pelos órgãos gestores, nós pagaríamos a segunda. Então ele não foi assinado em maio. Em maio, foram atendidas exigências formuladas pelo Banco Central para efetivo pagamento da segunda parcela. Mas o acordo foi assinado em dezembro, no ato inclusive do pagamento da primeira parcela.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presi-

dente, eu só quero fazer uma consideração em relação aos que estão nos acompanhando. Certamente muitas indagações pontuais ficam sem resposta, e eu

não posso exigir da presidente da Caixa que responda a todas em função do sistema que é adotado aqui na Comissão de perguntas por bloco. São muitas perguntas. Evidentemente, é impossível que ela responda a todas as questões, mas muitas das minhas perguntas não foram respondidas.

Acho que temos que trabalhar uma mudança nesse modelo de reuniões de audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Mas isso aí é um problema nosso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Mas é no momento que ocorre que nós devemos fixar, para que as providências possam ser adotadas, já que certamente nós decepcionamos aqueles que nos aguardam e nos acompanham na esperança de obter as informações definitivas sobre um problema tão sério como esse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra, sem antes deixar de agradecer mais uma vez à Dr^a Maria Fernanda, ao Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Dr. Henrique Meirelles, o Senador Pedro Simon está me advertindo que eu não disse “Ministro Henrique Meirelles”.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente. É uma honra particular estar agora no Senado Federal, numa audiência conjunta de duas comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir um assunto certamente da maior importância para o País e para o setor financeiro brasileiro.

Vamos nos concentrar, conforme determinado, nas ações do Banco Central do Brasil e na base legal dessas ações.

Devo dizer inicialmente que o Banco Central age, e agiu nesse caso, absolutamente de acordo com as disposições legais. Existe toda uma estrutura legal de ação do Banco Central, seja na fiscalização, seja na localização e correção de problemas que possam ser encontrados nas instituições financeiras. Existem prazos a serem cumpridos, existem normas e procedimentos a serem feitos, e isso não é sujeito a julgamentos subjetivos. Portanto, o Banco do Central do Brasil agiu estritamente nos termos da lei, como vou procurar demonstrar a V. Ex^{as}.

Em primeiro lugar, vamos falar o papel do Banco Central na supervisão bancária, nos termos legais e regulamentares; o papel dos órgãos de auditoria e também dos órgãos de controle de riscos internos e

da administração; medidas cabíveis; limites de atuação do BC; cronologia da supervisão do PanAmericano; conclusões.

Quando eu digo “papéis” do Banco Central, da direção, não estou dizendo papéis do ponto de vista de opiniões de cada um; estou dizendo de acordo com as definições legais.

O papel do Banco Central do Brasil na supervisão bancária. Art. 3º da Lei nº 4.595, de 1964: Compete ao Banco Central zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras. Segundo as melhores práticas e recomendações nacionais e internacionais, a supervisão bancária deve pautar-se pelo enfoque sistêmico da fiscalização, não se confundindo com a tarefa de auditoria, que está a cargo dos mecanismos de controle interno e de empresas especializadas (Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998; e Resolução 3.198, de 27 de maio de 2004).

Isto é, não compete aqui decidirmos o que deve ou não deve fazer o Banco Central. Isso é definido pela lei e pelas normas. E o Banco Central tem funções específicas definidas pela norma.

Muito bem. Controles internos. Quais são os papéis daqueles chamados órgãos de auditoria? Não são apenas auditoria externa, são todos os controles da organização.

A norma em vigor determina que a atividade de auditoria interna é parte integrante do Sistema de Controles Internos das instituições. Os pontos que devem ser objeto do Sistema de Controles Internos são os seguintes, dentre outros: contínua avaliação dos riscos associados às atividades da instituição; acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos.

Auditoria externa (Resolução 3.198, de 27.05.2004). Conforme estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade na Norma Brasileira Contábil NBC TA 200, os objetivos gerais do auditor são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade com as constatações do auditor

Também prosseguindo, auditoria externa.

O auditor independente e o comitê de auditoria – são dois órgãos diferentes; o comitê de auditoria é um órgão da administração do Banco, eleito pelos acionistas do Banco – devem comunicar formalmente ao Banco Central, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude.

A responsabilidade dos administradores das instituições, câmaras e prestadoras de serviços pelas informações contidas nas demonstrações contábeis – isto é, sejam bancos, sejam financeiras, sejam bancos de investimento, consórcios ou câmaras prestadoras de serviços, etc; em resumo, essas instituições devem fornecer informações contidas nas demonstrações contábeis – ou outras fornecidas não exime o auditor independente da responsabilidade relativa à elaboração dos relatórios previstos na norma em vigor ou do parecer de auditoria, nem o desobriga da adoção de adequados procedimentos de auditoria (art. 3º, Parágrafo Único do regulamento anexo à Resolução 3.198, de 2004).

Medidas cabíveis.

Vamos agora começar a responder algumas perguntas que já foram feitas e que não se referem... Referem-se sim à Caixa Econômica, mas algumas delas também têm uma parte que se refere ao Banco Central, como medidas cabíveis, prazos, momentos, razões, divulgação em determinadas datas, etc.

Medidas cabíveis (art. 5º da Lei nº 9.447, de 1997).

Ao deparar-se com ocorrências que possam trazer reflexos sobre a liquidez ou a solvência de uma instituição financeira, o Banco Central deve adotar medidas preventivas, saneadoras ou repressivas. É muito importante essa sequência. Isso é provisão legal, não é decisão arbitrária da autoridade.

Muito bem, as medidas preventivas compreendem (art. 5º, da Lei nº 9.447, de 1997): aporte de recursos para o soerguimento da instituição. Isto é, havendo a constatação de uma deficiência patrimonial, o Banco Central deve determinar ao acionista majoritário o aporte de recursos para o soerguimento da instituição, ou o saneamento da instituição ou a regularização patrimonial. Caso isso não seja viável, a transferência do controle acionário para um acionista que seja capaz e esteja disposto a fazê-lo. E a reorganização societária.

Muito bem, agora vem um ponto da maior importância: não implementadas as medidas preventivas no prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil, decretar-se-á o regime especial cabível (parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.447, de 1997).

Aqui, já começo a responder às primeiras perguntas. Apenas depois de determinadas as medidas preventivas, não cumpridas as medidas preventivas, aí, sim, o Banco Central do Brasil determinaria o regime especial cabível, como já fez em muitas outras ocasiões no passado no Brasil.

Muito bem, aí passa-se às chamadas medidas saneadoras, na medida em que sejam decretados os regimes especiais – portanto, não tenham sido cumpridas as medidas preventivas –, apenas nesse caso (Lei nº 6.024, de 1974, e Decreto-lei nº 2.321, de 1987): intervenção; liquidação extrajudicial, que é o processo de falência extrajudicial; regime de administração especial temporária (RAET) – foi usado principalmente para bancos estatais que tiveram problema na década de 90.

Muito bem, terceiro item, terceira fase, as medidas repressivas, que compreendem a apuração dos fatos e a eventual imputação de responsabilidade na esfera administrativa, com a conseqüente aplicação de punições, como, por exemplo, multa, cassação de autorização para funcionamento e inabilitação para o exercício de cargos (Lei nº 4.595, de 1964).

Adoção da medida mais adequada. Aqui, é muito importante, e eu gostaria de deixar registrado, porque certamente pode haver perguntas sobre isso e eu vou voltar a esta projeção.

Quando o caso comporta a adoção de medidas preventivas, adotar medidas saneadoras (intervenção, liquidação ou RAET) significa: arbitrariedade, prejuízo para o patrimônio público e prejuízo para os depositantes, investidores e demais credores, sujeitando o Banco Central e a União, eventualmente, a eventual responsabilidade pelos danos causados.

Por quê? Porque no momento em que o Banco Central decreta uma intervenção desnecessária e inadequada, na medida em que o controlador está disposto a aportar os recursos para sanear, o Banco Central está impedindo o controlador de cumprir a sua responsabilidade legal e depositar o dinheiro, sanear a instituição e forçando a população, em última análise, o Governo, os depositantes, o sistema financeiro, a assumir um prejuízo absolutamente desnecessário. Portanto, é importante deixar esse ponto muito claro. Possivelmente, vamos ter que voltar a ele, mas gostaria de deixar aqui frisado este aspecto, que é uma provisão legal.

Muito bem, o Banco Central deve adotar o regime que gere o menor custo para a sociedade, determinando a adoção de medidas preventivas, quando for possível recuperar a instituição financeira, ao invés de, portanto, nela intervir ou decretar a sua liquidação extrajudicial.

Isso é norma consagrada, prática consagrada, já existiram um enorme número de situações no Banco Central, em que o Banco Central determina a media preventiva, dá os prazos, os prazos não são cumpridos, o Banco Central decreta a intervenção e, muitas vezes, a liquidação. Já administramos mais de duzentos casos desse tipo, de uma forma ou de outra, nessa gestão, dos quais cerca de cento e trinta aproximadamente vieram de administrações anteriores. Já resolvemos cerca de cento e quarenta através de soluções judiciais e com acordos com todos: sociedade, controladores, credores etc, tudo nos termos da lei.

Muito bem. Vamos falar na questão dos prazos e abordar todas as perguntas feitas, perguntas legítimas, corretas, que devem mesmo ser feitas. Esta audiência existe para que as questões sejam feitas mesmo, e temos a maior satisfação e honra de respondê-las do ponto de vista do Banco Central.

A Resolução nº 3398, de 2006, do Conselho Monetário Nacional, estabelece os seguintes prazos para a regularização da situação patrimonial das instituições financeiras. Isto é: o Banco Central detectou o problema, notifica e chama o controlador. Cinco dias prorrogáveis para comparecimento dos representantes legais da instituição ou dos seus controladores contados da data de convocação pelo Banco Central. Então, ele tem cinco dias para ir ao Banco Central e apresentar as suas justificativas ou serem convocados a fazê-lo. A partir do momento em que esses cinco dias mais as prorrogações necessárias são cumpridas, há um prazo de 60 dias para a aprovação do plano de regularização, ou seja, depois do comparecimento dos administradores ao Banco Central, com as devidas informações, há 60 dias para a aprovação do plano de regularização. Depois, existem mais seis meses de prazo, previstos pela lei, para execução do plano de regularização, prorrogáveis, a critério do Banco Central, por dois idênticos períodos. Notem bem: até aqui, Senadores, tudo isso, nos termos da lei, está correndo em sigilo bancário. Nada disso – cada passo disso – está sendo anunciado pela imprensa. Muito bem: alguns podem discordar da lei, não deveria haver sigilo bancário. Cada vez que o Banco Central descobre alguma coisa, deveria botar no jornal. Muito bem.

Eu desaconselharia V. Ex^{as} a aprovar uma lei desse tipo, independentemente da gravidade do caso. Quanto mais grave o caso, mais objeto de sigilo deve ser, principalmente em um caso como esse em que a solução foi bem-sucedida. O controlador colocou o recurso e evitou a crise. Seria um desastre absoluto se tivéssemos divulgado antes, alertado para o fato de que haveria um problema grave ali. Imagine se o Banco Central comesse a adotar esse tipo de ati-

tude. O procedimento é o seguinte: nem a Diretoria e nem o Presidente do têm conhecimento dos processos de investigação sigilosa da fiscalização. Inclusive, foi esse o caso aqui. Durante toda a fase inicial do processo de fiscalização, o Presidente do Banco Central não tiveram conhecimento disso, segundo determina a norma e o regulamento.

Muito bem. São seis meses para execução do plano, prorrogáveis, a critério do Banco Central, por dois idênticos períodos. Portanto, o prazo total, sem prorrogação, é até oito meses além do prazo de comparecimento, que normalmente é de algumas semanas, e o prazo total com prorrogação é até vinte meses além do prazo para comparecimento. Então, o prazo, Senadores, foi muito curto na realidade. Esse processo, nos termos da lei, poderia ter sido resolvido e, portanto, divulgado, apenas em 2012. São normas legais. Não compete a mim – não tive a honra de ser eleito Senador, de me candidatar e ser eleito – estar discutindo os termos da lei. Mas essa é a lei tal como está hoje. Se pedirem a minha opinião, acho que é adequada a lei, está de acordo com padrões internacionais.

Uso de recursos públicos e privados.

No caso da prevenção de insolvência e de outros riscos de instituições financeiras, a Lei da Responsabilidade Fiscal determina que o socorro financeiro fique a cargo de fundos – FGC, por exemplo – e de outros mecanismos constituídos com recursos de instituições do Sistema Financeiro Nacional – art. 28 da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Alguns jornalistas ou analistas ou parlamentares me perguntam e me perguntaram, quando estive no Congresso, na primeira vez, falando, num depoimento regular do Banco Central, sobre a Lei da Responsabilidade; houve perguntas, também, sobre esse assunto: “Por que o Banco Central não entrou, não interveio, não botou recursos?”.

A Lei da Responsabilidade Fiscal determina claramente que isso é função de fundos constituídos com essa finalidade, nesse caso, o Fundo Garantidor de Crédito.

Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, um ponto importante: é vedada a utilização de recursos públicos, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, admitindo-se apenas a atuação do Banco Central como emprestador de última instância na concessão do redesconto mediante o recebimento de garantias de primeira linha (art. 28 da Lei da Responsabilidade Fiscal e Lei nº 11.882, de 2008).

Isto é, muitas pessoas nos perguntaram: “Mas por que o Banco Central, então, não liquidou logo e resolveu o problema, botando recurso público lá?” É vedado por lei. Não pode. A Lei da Responsabilidade

Fiscal define claramente. “Por que o FGC? Que FGC é esse?” De novo, provisão legal.

Dever de sigilo.

Eu falei sobre a questão do sigilo. “Por que não anunciou logo, não contou para todo mundo que havia um problema lá?” Existem aqui outras questões, quem sabe, problemas de outros julgamentos, calendários cívicos, etc. Existem provisões legais para isso.

O Banco Central tem o dever legal de guardar sigilo em relação às observações que obtiver no exercício de suas atribuições de fiscalização (art. 2º da Lei Complementar nº 105, de 2001, a Lei do Sigilo Bancário), não podendo revelá-las a terceiros, seja em razão do dever de sigilo, seja porque, na condição de autoridade responsável pela estabilidade financeira, precisa afastar riscos de corrida bancária e crise sistêmica.

Nós vamos ter de voltar a isso, se necessário.

“Mas quem sabe saísse aí... Poderia haver outros efeitos...” Não, espere aí: o Banco Central tem de seguir a lei; não tem de obedecer a outros calendários de outra ordem; está preocupado com outras coisas – independentemente daquilo com que muitas pessoas possam estar. “Seria muito bom, do ponto de vista de alguns segredos, que tivessem sido divulgados ali...” ou “Seria muito ruim...”: não cabe ao Banco Central fazer esse tipo de julgamento. Cabe ao Banco Central aplicar a lei.

Comunicação dos fatos ao Ministério Público.

Quando, no exercício de suas atribuições de fiscalização, o Banco Central [...] verificarem a ocorrência [de indícios de crime], informarão ao Ministério Público, juntando à comunicação os documentos necessários à apuração ou comprovação dos fatos. [Art. 9º da Lei Complementar nº 105, de 2001; Art. 28 da Lei nº 7.492, de 1986, a Lei do Colarinho-Branco, como é conhecida.]

Comunicação dos fatos a outros órgãos públicos.

Independentemente da comunicação feita ao Ministério Público, o Banco Central deve comunicar aos órgãos públicos competentes indícios de irregularidades e ilícitos administrativos (art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 105).

Supervisão do Banco Central. Aquisição de participações societárias por instituições financeiras oficiais.

As primeiras perguntas que recebi: “Como o Banco Central deixou a Caixa Econômica comprar essa instituição?”. Então, veio a resposta: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram autorizados por lei, para diretamente ou por intermédio de empresas subsidiadas, adquirirem participações em instituições financeiras sediadas no Brasil, com ou sem o controle

do capital social. Isso é provisão legal. Não compete aqui julgamento do Banco Central.

Para essa aquisição, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica devem contratar empresas avaliadoras especializadas.

Tudo isso já foi mostrado pela Dr^a. Maria Fernanda. Portanto, não cabe ao Banco Central opinar sobre uma provisão legal.

O que cabe ao Banco Central? O papel do Banco Central na apreciação de atos societários – dado importante.

Ao apreciar pleitos relacionados a atos societários (aquisição de participações acionárias, fusões, incorporações, etc.), o Banco Central não tem competência legal para se substituir às partes na verificação das condições e oportunidades do negócio, nem para efetuar auditoria nos demonstrativos das partes, tarefa que cabe aos auditores contratados pelas partes para esse fim.

A análise do Banco Central leva em conta os reflexos dos atos de concentração nas condições de concorrência entre instituições financeiras (art. 10, X, e art. 18, §2º da Lei nº 4.595, de 1964).

Provisão legal. Existem discussões sobre isso. Existe até uma decisão em andamento no Superior Tribunal de Justiça, onde há um questionamento do Cade se o Banco Central deveria opinar inclusive sobre isso. Existe uma linha de pensamento jurídico que acha que o Banco Central nem sobre isso deveria opinar. Apenas o Cade deveria analisar esse processo de compra, por exemplo, da Caixa Econômica Federal. Que não caberia ao Banco Central fazer isso. Esse assunto ainda não tem decisão judicial final, mas, em resumo, existe um projeto aqui, Senador, disciplinando que, no caso de instituições financeiras, o Banco Central deve opinar, sim, particularmente se houver risco sistêmico.

Muito bem. Vamos agora a uma parte da maior importância, Excelências: cronologia dos eventos.

Primeiro, 8 de setembro de 2010, requisição pelo Banco Central de esclarecimentos sobre as divergências contábeis identificadas. Muito bem. No dia 8 de setembro, portanto, o Banco Central verificou que existiam problemas contábeis nessa instituição. Depois de uma avaliação sistêmica, fazendo uma série de cálculos muito sofisticados, de perguntas e fiscalizações, concluiu que existia uma inconsistência nesse banco.

No dia 14 de setembro, foi recebida a correspondência do PanAmericano solicitando prazo adicional, nos termos da norma, para prestar os esclarecimentos requisitados pelo Banco Central, bem como apresentando informações parciais. Já apresentou as primeiras obrigações parciais.

No dia 20 de setembro, houve uma reiteração pelo Banco Central da requisição de documentos e esclarecimentos que ainda faltavam.

Pois bem, dois dias depois, no dia 22 de setembro, houve, portanto, comparecimento formal ao Banco Central, através da correspondência assinada pelo Presidente do Conselho de Administração do PanAmericano, na qual toma conhecimento da existência de eventuais inconsistências contábeis detectadas pela equipe de fiscalização do Banco Central; e informa que solicitou ao Comitê de Auditoria do Banco levantamento completo e conclusivo dessas ocorrências, bem como o dimensionamento do seu impacto na situação patrimonial da instituição.

Neste momento, nos termos da lei, se nós voltarmos aqui à Projeção nº 11, nós entramos aqui no Item 2 – 60 dias para aprovação do plano de regularização. Não é isso? São 60 dias a contar, portanto, do dia 22 de setembro.

Alguns dizem: “Mas desde setembro, então? Aí, já tinha a confirmação que tinha problema? No dia 22 de setembro, já tinha a confirmação?” Sim! Só que, nos termos da regulamentação, existia o prazo legal de 60 dias para que outros controladores e administradores apresentassem o plano de regularização.

O Banco Central não tinha provisão legal, e seria um erro tomar qualquer providência anterior a esta; e não poderia também divulgar fatos que, simplesmente, poderiam provocar problemas sistêmicos ou corridas bancárias. O Banco Central está proibido, por sigilo, de fazer isso.

Muito bem, no dia 1º de outubro de 2010, foi entregue ao Banco Central a base de dados da instituição, cuja análise permitiu à área de fiscalização confirmar o valor total das inconsistências bancárias. Portanto, no dia 1º de outubro.

Entrega ao Banco Central de correspondência, solicitando nova prorrogação de prazo para oferecimento de esclarecimentos finais.

Notem bem: tudo dentro do prazo máximo de sessenta dias. O Banco Central vai colocando prazos menores, e eles têm o direito de pedir prorrogação até o máximo de sessenta dias.

Pois bem, no dia 13 de outubro, foi encaminhada uma planilha ao Banco Central, demonstrando as inconsistências contábeis, envolvendo as coobrigações em seções de crédito e reconhecendo a existência de ativos insubsistentes e de passivos ocultos. Entrega de nova base de dados ao BC, com base na qual a área de fiscalização confirmou as inconsistências.

Já respondendo a uma possível pergunta: “Mas um problema tão grave pode ser chamado de inconsistência?” Sim, é nome jurídico, é o nome técnico, é

o nome contábil; e dependendo do tamanho da gravidade.

No dia 13 de outubro, portanto, dentro do prazo ainda, o principal acionista da instituição financeira informa que estava em entendimento com o Fundo Garantidor de Créditos, com o objetivo de viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários à regularização patrimonial da instituição financeira.

Pois bem, no dia 4 de novembro de 2010, comparecem as partes ao Banco Central dentro do prazo. Já vou adiantar o que está colocado na última linha: “cinquenta e sete dias decorridos”. Dentro, portanto, do prazo de sessenta dias.

Assinatura do termo de comparecimento por representante do Banco PanAmericano e da holding Silvio Santos Participações Ltda., por meio do qual o Banco Central determinou a implementação, no prazo de trinta dias, apesar do prazo regulamentar de até seis meses, do plano de regularização, contemplando os compromissos assumidos junto ao Fundo Garantidor de Créditos.

Pois bem, aí ele teria até cento e oitenta dias. Só que o Banco Central determinou trinta dias. A lei prevê que, em casos de necessidade, pode estender esse prazo até seis meses; na realidade, até mais trezentos e sessenta dias, além dos primeiros cento e oitenta.

Muito bem, uma semana depois, foi implementado o plano. Portanto, não foram necessários os trinta dias. Foram cerca de sete dias apenas, e o assunto foi resolvido ao redor do dia 11 ou 12 de novembro.

Muito bem, Fundo Garantidor de Créditos, o que é? Foi criado pela Resolução nº 2.197, de 1995, e é uma entidade de direito privado, que tem por objetivo oferecer mecanismos de proteção aos depositantes e a outros credores de instituições financeiras; prevenção de insolvência e outros riscos de instituições financeiras. Para cumprir essa função, conta, exclusivamente, com recursos de contribuições do próprio setor bancário.

O Fundo Garantidor de Créditos, nos termos do seu estatuto, pode realizar operações de aquisição de direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias, próprias ou de terceiros, podendo condicionar a operação ao prévio compromisso de adoção de medidas que resguardem a liquidez e o equilíbrio patrimonial da instituição. Resolução nº 3.251, de 2004; e 3.656, de 2008. O empréstimo pode ser para a própria instituição financeira ou, por exemplo, para a holding que é parte do grupo financeiro, desde que haja prévio compromisso de adoção de medidas que resguardem a liquidez e o equilíbrio patrimonial.

O FGC já realizou diversas operações financeiras de caráter preventivo, com o objetivo de garantir a liqui-

dez do sistema financeiro, a exemplo de medidas por ele adotadas durante a crise econômica de 2008.

Síntese desse caso PanAmericano.

A área de supervisão do Banco Central agiu a tempo e a hora: identificou inconsistências nos registros contábeis e determinou ao responsável legal a imediata recomposição da situação patrimonial da instituição financeira.

A solução foi implementada pelo controlador sem prejuízo aos depositantes, investidores e demais credores.

Não houve corrida bancária nem reflexos negativos para as demais instituições financeiras.

Não houve dispêndio de recursos públicos.

A atuação do BC ocorreu em prazos bem inferiores aos prazos regulamentares: cerca de dois meses.

O Banco Central comunicou, tempestivamente, o Ministério Público, a CVM e o Conselho Federal de Contabilidade.

O Banco Central instaurou processo administrativo punitivo para apurar os fatos.

As medidas adotadas são juridicamente adequadas e amparadas por dispositivos legais e regulamentares em vigor, podendo o Banco Central, sempre que vislumbrar a possibilidade de regularização de uma instituição em dificuldades, adotar medidas preventivas tendentes a solucionar o problema da forma menos traumática possível, prestigiando a manutenção da estabilidade e credibilidade do sistema financeiro e os princípios da eficiência, da razoabilidade e da finalidade.

A atuação do FGC na regularização patrimonial do PanAmericano conforma-se ao objetivo institucional do Fundo, mostrando-se de acordo com o ordenamento jurídico em vigor.

Fazendo apenas, agora, uma síntese dos pareceres da Procuradoria-Geral do Banco Central a respeito, o Parecer 319, de 2010, concluiu pela adequação jurídica da atuação da área de supervisão na adoção das medidas tomadas.

A Nota Jurídica 6980 recomendou o envio de comunicação preliminar dos fatos ao Ministério Público, para apuração de indícios de ilícitos penais que possam ter sido praticados pelos administradores.

A Nota Jurídica 7072 recomendou o envio de comunicação complementar ao Ministério Público, contendo elementos e documentos novos, tudo isso efetivado.

O Parecer 329 recomendou a instauração de processo administrativo punitivo pela supervisão do Banco Central para apuração dos fatos e imputação

de responsabilidades dos administradores – processo em andamento.

O Parecer 334 recomendou a instauração de processo administrativo punitivo pela supervisão do Banco Central para apuração dos fatos e imputação de responsabilidades em relação à empresa de auditoria independente, nos termos da lei.

A Nota Jurídica 7265 recomendou o envio de comunicação dos fatos ao Ministério Público para apuração de ilícitos penais eventualmente praticados pelo responsável da empresa de auditoria independente, bem como de comunicação dos fatos à CVM e ao Conselho Federal de Contabilidade para apuração de irregularidades administrativas.

S. Ex^{as}, era o que tínhamos a dizer.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Ministro.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Eu queria aproveitar a oportunidade, até com a autorização e compreensão do Senador Mercadante, que sei que está debruçado sobre esse assunto, preparando seu relatório, para perguntar, fazer uma colocação ao Presidente Henrique Meirelles, que acompanho há muito tempo e sei que, sempre, as exposições dele são muito claras. Eu queria saber a opinião do presidente sobre o cadastro positivo; se, se isso já tivesse sido implantado, não teria diminuído a questão do PanAmericano quanto ao risco de crédito que fosse sendo dado pelo banco PanAmericano.

O próprio Banco Central tem um relatório que diz que 20% do spread bancário seria reduzido se houvesse o cadastro positivo.

O cadastro positivo, o senhor sabe que o bom pagador paga pelo mau pagador. A Presidente Maria Fernanda falou que o planejamento estratégico da Caixa Econômica Federal contemplou a compra do PanAmericano porque ele possuía um cadastro de pessoas físicas. Logicamente, um banco de perfil...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – ...de crédito imobiliário. Ele estaria entrando em uma área de crédito à pessoa física. E aí o cadastro positivo seria fundamental para diminuir o risco de crédito de suas operações.

Portanto, Sr. Presidente, só para encerrar, eu queria fazer essa colocação porque sei que o Senador

Mercadante está debruçado sobre o assunto, preparando o seu relatório no PL 405, do Senador Tourinho, que tem uma emenda do PLS 263, até para saber a opinião do Presidente Henrique Meirelles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a realmente aprender rápido a lidar com a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E existe uma outra lição: como ele falou Mercadante, é o art. 14. Não vou pedir não, mas você aprende rápido. Você pede pelo art. 14 e fala quando alguém te citar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para colocar as coisas em ordem, agora vamos ouvir a intervenção do Senador Antonio Carlos Júnior, que é autor do Requerimento nº 89, por isso tem prioridade.

Em seguida, obedeceremos a lista dos oradores.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Henrique Meirelles, Sr^a Presidente Maria Fernanda, Diretores do Banco Central, quanto à operação com o Fundo Garantidor de Crédito, não há nenhuma dúvida. Ela está absolutamente embasada na lei, as garantias foram dadas, não vejo nenhum problema nessa operação. Acho que não há nenhuma questão a fazer.

Meu questionamento foi em relação ao momento da aquisição, por a Caixa ter pago mais do que deveria. Mas, Presidente, essa inconsistência foi detectada em um esquema de amostragem, quer dizer, foi uma fiscalização por amostragem. Na verdade, isso poderia ter sido detectado antes ou depois, já que o Banco Central não teria condições de auditar demonstrações e de fazer auditorias permanentes nas instituições financeiras? Dentro de processo de amostragem, o Banco Central detectou esse problema, e se aprofundou no problema? Esse foi o procedimento que aconteceu para que se chegasse à conclusão de que o PanAmericano estava vendendo sua Carteira de Crédito e não estava dando baixa nesses ativos. Então, se a partir de uma amostragem que se faz com todas as instituições, detectou-se essa condição?

Era basicamente a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presidente Henrique Meirelles, a questão do papel da fiscalização do Banco Central é um tema que já vem sendo debatido há algum tempo. Nós tivemos na crise bancária dos anos 90 várias situações em que o problema aparecia numa dimensão que a medida de prudência e de evitar um risco sistêmico já estava su-

perado. O Proer nasceu nessa situação, com o caso Marka e FonteCindam, Bamerindus, Nacional, várias situações muito delicadas do ponto de vista, eu diria, da insuficiência do padrão de fiscalização do sistema, que levava a situações extremamente delicadas ou de risco sistêmico ou da necessidade de aporte de recursos públicos para não se ter um efeito dominó no sistema. Isso não aconteceu só no Brasil. Se analisarmos essa última crise internacional, há casos de pirâmide, aquele Fundo Madoff e mesmo a Lheman Brothers, há situações extremamente delicadas de ativos tóxicos no setor imobiliário e depois em vários outros grandes bancos internacionais que mostram que continuamos tendo um padrão de fiscalização insuficiente.

Aí, faço duas perguntas: primeiro, até onde temos que repensar o papel das auditorias, porque as auditorias externas são, de alguma forma, um instrumento de assegurar a estabilidade do sistema e das instituições financeiras. E elas falharam internacionalmente e vêm falhando recorrentemente. Então, não há aí uma questão de normas do Banco Central e não só do Banco Brasil, Basiléia estabeleceu um novo padrão de fiscalização que evite que volte a acontecer o que temos assistido sistematicamente.

Primeiro, quais são as medidas que poderiam ser tomadas para melhorar, aprimorar o padrão das auditorias. Segundo, a fiscalização propriamente do Banco Central. Ela não tem que ser fortalecida, quer dizer, o custo de não fiscalizar com mais rigor não é muito maior do que se nós fiscalizássemos com mais eficiência e mais prontamente, mesmo porque alguns problemas, esse é o do caso PanAmericano, que parece que o problema é longo, antes do IPO, parece que já havia indícios de problemas em relação a inconsistências contábeis. Isso evidentemente tem que aguardar a apuração do processo. Mas, não seria necessário a fiscalização do Banco Central, ela ser fortalecida, quer dizer, não trabalhar só por amostragem e nós aprofundarmos o papel da fiscalização, inclusive a discussão que já foi posta no passado, da fiscalização ser uma agência associada ao Banco Central, uma instituição com mandato, com competência própria para termos mais rigor e podermos ter medidas prudenciais em relação a efeitos que são extremamente danosos ao interesse do depositante, do cliente e, muitas vezes, do Erário.

Espero que essa solução, acho que se houve grandes falhas na auditoria e na fiscalização, houve uma solução, eu diria competente no desdobramento do processo através do Fundo Garantidor. Se a entrada da Caixa no banco for capaz de recuperar o banco, de viabilizar o banco, seguramente os interesses da Caixa serão preservados, a apuração vai trazer importantes

lições de responsabilidade de tudo que aconteceu e nós teríamos aí uma solução razoável para esse episódio. Mas, para que isso não volte a acontecer, nós não precisamos abrir esse debate sobre as auditorias. Inclusive, cheguei a fazer uma apresentação no requerimento convidando as auditorias e elas ponderaram e com razão – concordei com o Presidente Antonio Carlos Magalhães Júnior, que é quem está mais envolvido com essa agenda – que como elas têm o rigor profissional, não podem abrir o sigilo bancário e fiscal, sobretudo de uma instituição financeira que está no mercado. Quer dizer, isso é uma temeridade. Não há a menor condição de se fazer uma audiência aqui e discutir quais são os problemas. Não há esse instrumento; nem a lei permitiria. Mas o debate sobre qual a competência das auditorias, o que é responsabilidade para uma *due diligence*, por exemplo, preparar um processo de IPO, uma compra, uma fusão, uma aquisição; um acompanhamento dos balanços que são assinados por essas grandes auditorias. E estamos falando aqui nesse caso das duas principais empresas de auditoria do mundo. Não é qualquer auditoria. São empresas consolidadas internacionalmente e que são padrão de excelência de auditoria internacional. As duas principais empresas estão envolvidas nesse processo. Como superamos isso, e se há alguma agenda de discussão, se essa crise trouxe recomendações nessa direção. Qual o avanço que podemos ter nessa questão de fiscalização e papel das auditorias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Logo após a intervenção do Senador Alvaro Dias, o Ministro, Presidente do Banco Central responderá aos três Senadores a começar pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a exemplo do que fez o Senador Antonio Carlos Júnior, não questionamos muito a alteração para salvar a instituição utilizando-se do Fundo. O que nos intriga é a aquisição de parte societária do Banco. No momento em que os bancos brasileiros alcançam lucros fantásticos – os balanços dos bancos demonstram lucros estratosféricos no País –, um banco está em dificuldade, e parte desse banco é adquirida pela Caixa Econômica Federal. O que queremos que fique claro é se essa utilização dos R\$740 milhões de dinheiro público teve por objetivo evitar a contaminação do sistema ou se se buscou, do ponto de vista da Caixa, realizar um bom negócio, nos termos da medida provisória que autorizava a aquisição de instituições financeiras. O Governo não quer assumir esse fato por alguma razão ou, realmente, não sabia que o Banco estava em dificuldade?

Isso é curioso, porque o mercado sabia das dificuldades do Banco. É o que consta: o mercado sabia, desde 2008, que o Banco estava em dificuldades. Por isso, afirmei, desde o primeiro momento, que a Caixa ficara sócia das dificuldades de um banco. É isso que tem de ficar claro. O Banco Central e a Caixa Econômica podem esclarecer se essa aquisição se deu sem se ter consciência das dificuldades que o PanAmericano vinha enfrentando ou se isso ocorreu, sabendo-se das dificuldades, para se evitar a contaminação do sistema. Isso até seria justificável. Dependendo dos argumentos, concordaríamos, mesmo na oposição, que essa operação de salvação pudesse se realizar, para se evitar um prejuízo maior. Mas isso tem de ficar claro.

Em relação à questão da legislação sobre sigilo, é óbvio que queremos atuar sempre no limite da lei. Não estamos questionando a postura do Banco Central de respeito à lei. O que estamos afirmando é que – este é o primeiro ponto –, um ano depois, descobre-se uma fraude de mais de R\$2 bilhões. Essa fraude não começou um ano depois da aquisição do Banco; certamente, ela já existia quando se adquiriu o Banco, e, obviamente, o Banco procurou sócio porque estava em dificuldade. Como é possível alguém adquirir um banco, jogando R\$740 milhões, e, somente um ano depois, descobrir que havia uma fraude de mais de R\$2 bilhões?

Em relação a prazos, é evidente, para um leigo como eu, que o rombo foi detectado antes. O Banco Central, a Caixa, ambos sabiam que o rombo existia. Em determinado momento, o rombo é de tal proporção que vem a público. Não há lei de sigilo que possa impedir isso. O que alegamos é que houve uma operação para retardar isso, exatamente para superarmos os limites do processo eleitoral. É essa a afirmação que fazemos, com base em declarações, inclusive, à imprensa até de diretor do Banco Central, como revelou a revista *Época*.

Essa é a questão. Jamais eu pediria, desta tribuna, que o Banco Central desrespeitasse a legislação vigente neste País. Essa seria uma afronta à sociedade, já que estamos aqui para elaborar e preservar a legislação vigente no País, defendendo-a de eventuais afrontas assacadas contra ela.

Portanto, essa é a questão. Quando nós nos referimos aqui ao indagarmos da Sr^a Maria Fernanda sobre essa operação para desvincular a questão política da questão técnica, nós o fizemos exatamente em função dessa estratégia que facilmente se verificou.

As fraudes ocorreram e não apenas nas áreas do crédito/cartões. Por exemplo, o caso do CDB remunerado muito acima das taxas de mercado. Ou seja, quando a Caixa adquiriu, não tomou conhecimento

disso, ou os mecanismos de controle são frágeis. Até na esteira das indagações do Senador Mercadante sobre as auditorias, os nossos mecanismos de fiscalização e controle estão fragilizados, eles precisam ser modernizados. Esta é uma questão essencial, porque, como se constata, os CDBs foram remunerados muito acima das taxas de mercado, consagrando aí a fraude para o enriquecimento, obviamente ilícito de algumas pessoas, e isso não foi identificado em tempo. Pelo menos a Caixa Econômica adquiriu o Banco sem saber dessa realidade.

Portanto, são questões. Desde quando ocorria a fraude? Antes da aquisição do Banco pela Caixa, ou a Caixa só descobriu isso realmente um ano depois? Creio que essa é a pergunta essencial.

O Governo autorizou a compra do Banco. E é evidente que é uma questão de governo, não é da Caixa, é de Governo. O Governo autorizou a aquisição do Banco para evitar a contaminação do sistema? Esta é a pergunta que não pode ficar sem resposta. Ou o Governo foi ingênuo e achou que estava fazendo um grande negócio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, a questão de ordem do Senador Alfredo Cotaí.

Senador, o cadastro positivo poderia, sim, ter facilitado um pouco a detecção deste problema por parte não só dos órgãos reguladores, mas dos próprios credores, na medida em que cada um dos credores poderia ter acesso ao que existia de crédito de outras instituições, e poderia fazer essa consolidação, que levou, eventualmente, isso a ser feito pelo Banco Central e localizar o problema. E poderia ser feito de uma maneira, de fato, mais localizada. Depois vou explicar, respondendo à pergunta do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, exatamente o sistema usado pelo Banco Central, que foi um sistema difícil, complexo e sofisticado. Por quê? Porque não existia acesso a créditos individuais, o próprio Banco Central. Então, o cadastro positivo daria esse acesso imediato da central de risco de crédito do Banco, inclusive para os demais, com nomes. Esse é o problema. Não é meramente saber qual o total, mas, nomes. O Banco ABC poderia saber qual o total que o Banco XJK teria como Banco PanAmericano e poderia consolidar esses números e consolidar o total de obrigações do Banco PanAmericano.

Então, não há dúvida de que, neste caso também, o cadastro positivo poderia facilitar, sim. O Banco Cen-

tral tem sido sistematicamente favorável à aprovação do projeto do cadastro positivo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, posso só pedir um aparte?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E explicar ao Senador Alfredo Cotait?

Existe, a rigor, dois projetos de cadastro positivo tramitando. Um projeto originário, do Senador Tourinho, foi votado no Senado, foi para a Câmara, voltou e nós temos que dar o parecer só sobre as emendas, e um segundo cadastro positivo, que foi formulado com outra concepção e com outras características. Nós só não o colocamos para votar ainda porque deverá ter uma estratégia que compatibilize esses dois movimentos. Não dá para fazer uma opção. O problema é muito complexo para, simplesmente, votarmos um projeto. Então, tem que encontrar uma forma de tramitação que viabilize ajustar o que tem de melhor nos dois projetos. Eu acho que já há uma proposta de encaminhamento: nós votaríamos o projeto do qual eu sou Relator e, depois, se faria a alteração posteriormente, a partir, digamos, desse cavalo, para que as mudanças sejam feitas.

De qualquer forma, nós estamos simplesmente aguardando a conclusão desse estudo para poder fazer uma proposta que junte o que tem de melhor, porque os dois têm problemas e têm boas contribuições. Não dá para fazer uma opção simples.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, muito bem. Acho que, de fato, faz todo sentido a sua linha de ação. Agora, apenas coloco mais uma vez os órgãos técnicos do Banco Central completamente à sua disposição e à disposição desta Casa, visando a qualquer parecer e sugestões técnicas que possamos dar também, porque, de fato, acreditamos que devem ser consistentes, certamente, os projetos. Certamente é muito importante, conforme já mencionamos.

Passando à pergunta do Senador Antonio Carlos Júnior: como foi detectada a inconsistência, se houve um processo de modelagem.

Senador, depois, das crises dos últimos anos, inclusive no Sistema Financeiro Internacional, número 1, como parte do próprio processo de aperfeiçoamento da fiscalização do Banco Central do Brasil, que é constante. Estamos sempre aperfeiçoando a fiscalização e vamos continuar fazendo isso. Ontem mesmo, recebi um relato de uma avaliação mais estratégica, de organizações que poderiam ser adotadas para continuar melhorando, mas, dentro desse processo, o que a fiscalização do Banco Central fez foi uma consolidação do sistema financeiro por produtos. Nesse caso, consolidou toda a posição de contratos dos bancos cessionários e todas as posições de contratos dos bancos cedentes.

E aí começa a se esclarecer um pouco, Excelências, a questão dos momentos. Este trabalho começou a identificar que havia uma inconsistência no meio do ano de 2010. Então, perto do mês de julho, já se tinha uma ideia de que existia uma inconsistência no sistema. Não se sabia quais bancos, nem se sabia quantos bancos, nem os valores precisos. O Banco Central, no consolidado, identificou. Muito bem. O trabalho foi feito, portanto, de fiscalização exaustiva de cessionários e cedentes, usando o poder de fiscalização do Banco Central, informações específicas de cada instituição sobre o que ela tinha cedido e para quais instituições. É um grande número de contratos, cada uma. Cada contrato e depois consolidar o total de contratos cedidos por uma instituição com o total de contratos adquiridos pela outra instituição, daquela instituição. E foi feito um trabalho de mapeamento paulatino. No mês de setembro, chegou-se a esta instituição, que era o Banco PanAmericano, e aí entrou-se naquela cronologia que descrevi aqui em detalhes.

Agora, vou entrar num outro aspecto, também questionado pelo Senador, da maior importância. Não é comum, não é usual, não é o frequente que autoridades fiscalizadoras no mundo inteiro consigam detectar problemas como este, individuais em uma instituição, internos, antes de o problema atingir uma dimensão que permita ainda a solução pelo controlador. Nós tivemos não só os casos mencionados pelo Senador na década de 90 aqui no Brasil, casos de alta visibilidade e de grandes volumes, com alto custo para o Poder Público, mas também em outros países. O Senador mencionou o caso do Madoff. Nós tivemos problemas de inconsistências contábeis sérias em outras instituições financeiras que tiveram problemas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Só lembrando Marka e FonteCindam foram R\$1,6 bilhão. Dinheiro público.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Mas eu estou falando inclusive de outros países, muitos.

Por exemplo, houve casos famosos na Ásia, bancos europeus. Agora, é muito raro ouvir falar num caso desses onde a instituição fiscalizadora foi a instituição que detectou o problema. Por quê? Exatamente porque em lugar nenhum no mundo essa é a função da instituição de supervisão sistêmica, que é substituir os órgãos de controle interno e defender o patrimônio dos acionistas, nesse caso particularmente do acionista controlador. Note bem, aqui neste caso o prejuízo foi exclusivo do acionista controlador. Então, a dúvida que se teve foi a seguinte: o Governo deveria gastar muito mais, fazer muito mais para evitar que o acionista controlador tivesse esse prejuízo? É uma discussão

de alocação de recursos sociais da maior relevância, Senador, para dizer o mínimo.

Prevenir prejuízos sistêmicos, sim, a sociedade, os recursos públicos, tudo isso, depositantes. Agora, que montantes de recursos a União deveria mobilizar para fazer um exército de auditores? Note bem, a Caixa Econômica Federal mencionou que apenas ela, Caixa Econômica, tem 500 auditores. Imagine o Banco Central montar um sistema de auditoria paralela para o sistema financeiro inteiro, porque era a única forma de pegar isso desde o início, isto é, seria um processo de auditoria contrato a contrato, etc. O que custaria isto para os cofres públicos para, no fundo, nesse caso, prevenir que o acionista controlador tivesse prejuízo?

Então, em primeiro lugar, temos aqui uma questão de alocação de recursos públicos em jogo, que é uma discussão importante, inclusive nesta Casa. Segundo, a viabilidade técnica e operacional disso, uma super galáctica empresa de auditoria que seria o Banco Central, auditando todos os bancos do País e financeiras e bancos de investimento e consórcios e corretoras e distribuidoras. Não seria, na minha avaliação – se o senhor me permitir a avaliação de quem está trabalhando no mercado financeiro há muitos anos, no setor público e privado –, muito viável. E terceiro, existe aí algo mais grave, mais grave ainda. Existe uma recomendação do Comitê da Basiléia, do qual somos parte integrante – o Brasil, hoje, é um País relevante do ponto de vista do mercado financeiro, somos parte do Conselho de Estabilidade Financeira, mas também do Comitê da Basiléia –, pois bem, há uma recomendação estrita do Comitê da Basiléia para não se fazer esse tipo de coisa. Por quê? Porque no momento em que o Banco Central do Brasil ou a autoridade fiscalizadora ou a autoridade independente, como o Financial Services Authority, da Inglaterra, que é separado do Banco Central – podemos falar sobre isso em seguida e qual a experiência internacional com isso – no momento em que a agência supervisora começa a substituir os outros órgãos de controle estabelecidos pela estrutura legal – auditoria interna, auditoria externa, etc. – começa a querer prevenir tudo, o Governo começa a assumir um passivo contingente inimaginável. Isso porque se o Banco Central tivesse essa grande estrutura de auditoria e, portanto, auditasse ponto a ponto, paralelamente, na prática substituindo as auditorias internas e externas, que banco iria gastar esse recurso se o Governo está gastando por ele? E mais importante, isso instituiria o chamado “risco moral”, internacionalmente é o moral hazard, que é o seguinte: no momento em que o Banco Central audita contrato a contrato e termina e diz “auditei”, passa a ser responsável. E, como auditoria,

estará sendo chamada pelos senhores. E como tem todas essas avaliações...

Só que o Governo Federal tem recursos e, portanto, imaginem o número de ações nos Tribunais Superiores de todos aqueles depositantes prejudicados, que perderam recursos por alguma instituição que falhou. Inclusive vão falar: “o Governo garantiu, o Governo auditou”.

Então a recomendação é direta, objetiva e rigorosa. Hoje o momento não é de se aumentar o risco moral, é de diminuí-lo. Inclusive porque uma das razões da crise americana foi o risco moral. Não vou entrar nisso porque poderemos ficar mais algumas horas explicando, mas terei grande prazer em explicar individualmente para os Senadores interessados.

Nos Estados Unidos ocorreu isto: por uma questão de garantias, começaram a dar por instituições que eram as chamadas quase governamentais, que eram Freddie Mac e Fannie Mae e que não davam garantia formal, mas eram administradas pelo Governo e as instituições garantiam, não tinham uma garantia formal do Governo, mas garantiam algumas operações mas não todas. Resumo: os investidores começaram a entender que existia, sim, uma garantia da Fannie Mae e Freddie Mac para todas as operações de crédito imobiliário. Muitos investidores assim entenderam, inclusive investidores sofisticados deixaram de fazer análise de risco. Foi quando tivemos um crescimento incomensurável dos riscos de crédito nos Estados Unidos. Tiveram várias consequências graves, uma delas é que o governo americano teve que assumir finalmente a garantia real das operações da Fannie Mae e Freddie Mac. Essa garantia implícita, na realidade, virou explícita por lei, mais de US\$1 trilhão de exigível, que hoje está na dívida pública americana em função de o governo ter tido que assumir. Em resumo, não vou estender-me muito, mas a recomendação do Comitê da Basileia.

E amanhã, na minha posição de cidadão, ocupando qualquer outro cargo público ou privado, estarei a disposição desta Casa para vir aqui dar minha opinião em qualquer discussão de aperfeiçoamento dessas normas. Agora, uma coisa eu posso lhe dizer: eu, na minha experiência hoje de regulador, de supervisor, de autoridade monetária e de dirigente de instituições privadas no passado, eu poderia dizer que não recomendo, de maneira nenhuma, que instituições supervisoras façam o papel de auditoria ou de controle ou tentem chegar ao limite de impedir que o controlador perca dinheiro, pegando algum problema no nascedouro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Posso pedir um aparte?

Vamos partir deste suposto de que o papel do Banco Central... O que eu digo é aprimorar a operação sistêmica, porque quando vocês cruzaram as informações vocês identificaram indícios de problemas que permitiram, *a posteriori*, localizar onde estava na rede esse problema. Então, é preciso aprimorar essa supervisão sistêmica. Mas e as auditorias externas que são contratadas para checar? Por exemplo, neste caso teve uma boa solução ao final do processo, vamos ver como isso irá se desdobrar. O acionista majoritário está assumindo o ônus, mas, em geral, fica para o contribuinte, fica para o depositante, para as empresas colocarem seu capital de giro e que perdem, fica para as pessoas, por exemplo, que compraram ações do banco e viraram pó. Então, o prejuízo é sempre socializado na crise. Como é que as auditorias vão aprimorar seu trabalho para evitar que isso volte a acontecer? Porque são recorrentes problemas dessa natureza.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, se o senhor me permitir, eu vou separar esta resposta em duas partes. Antes de eu responder a segunda parte, que é a questão do trabalho das auditorias externas, vou responder a primeira, que está implícita, que o senhor mencionou de passagem.

Tudo bem, mas vamos aperfeiçoar ainda mais a fiscalização sistêmica do Banco Central para evitar que ocorram os mesmos problemas desse tipo. Por definição, Senador, um problema sistêmico ocorre quando ele tem consequências sistêmicas. Por exemplo, vamos supor que esse problema crescesse, como aconteceu nos Estados Unidos várias vezes, na Europa, no Japão ou no Brasil ou em outros países latino-americanos, adquirissem uma dimensão muito superior à capacidade do acionista majoritário. Aí seria um problema sistêmico. Se o Banco Central tivesse permitido isso, teria falhado. Não permitiu. Detectou o problema antes de ele se tornar sistêmico, e é essa a função do Banco Central.

Portanto, como eu digo, aperfeiçoar tem que ser feito sempre, é um processo que não acaba nunca. E aqueles que trabalham comigo no Banco Central são testemunhas – alguns, às vezes, até se ressentem disto – da minha demanda constante por melhora, implacável, uma das minhas características de trabalho que não necessariamente agrada a todos. Então, sou sempre favorável à melhora. O senhor achou um aliado aqui. Se tem alguém que está sempre buscando melhora sou eu, aqueles que trabalham comigo são testemunhas diárias disso. Muito bem. Em dito isso, de novo, o Banco Central cumpriu aqui a sua função de fiscalizador sistêmico.

Em relação às auditorias, Senador, há algo inquestionável: houve uma falha. Algo inquestionável. O

que se está avaliando agora – e aí tem um processo do Banco Central de avaliação administrativa, do papel das auditorias, como mencionei; existe o papel feito pela CVM, existe o trabalho feito pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esses órgãos vão, cada um... E, evidentemente, o Ministério Público Federal, que já foi notificado pelo Banco Central, e a ação e investigação da Polícia Federal.

Então, todos esses órgãos estão investigando esse processo em sigilo, e essas perguntas serão respondidas no devido tempo. Qualquer ação de consequência penal, apuração da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, se julgarem que tem implicações penais, seria, como em qualquer caso, oferecido uma denúncia, senão seria arquivado o processo, do ponto de vista penal; o Banco Central, do ponto de vista administrativo, normas, e o Conselho Federal de Contabilidade, sob o ponto de vista de normas contábeis e a CVM.

Agora que se inicia o processo para saber se essa auditoria ou se essas auditorias cumpriram todas as normas de provisão legal, de boas práticas de auditoria, porque, notem bem: as práticas de auditoria não são inventadas país a país; elas são internacionais. Por isso é que essas empresas tendem a ser internacionais, porque são práticas consagradas no mundo inteiro e que são absorvidas no país.

Então, é um pouco prematuro para se dizer: “Alguns coisas deveria ser melhorada”. Vamos chegar lá. Mas notem bem: essa não é uma discussão só brasileira, isto é, todos os problemas americanos estão sendo objeto da mesma discussão na Suíça, na Inglaterra – porque acompanho diretamente –, na Alemanha, na França, no Japão, na Coreia. Estão discutindo, exatamente, o instituto de padrões, de contabilidade internacional – aliás, tem um brasileiro agora que é do conselho, sediado em Londres. Está-se discutindo, exatamente, isto: quais são as normas de auditorias que falharam em cada caso. Resumo: esse é um processo que se está iniciando de por que falhou. Falhou porque tem alguma coisa na prática contábil, falhou porque tem alguma coisa na norma, que poderia ser melhorada, ou falhou porque houve violação de prática contábil ou de norma, que não foi seguida?

Seria prematuro qualquer prejulgamento feito pela minha pessoa no momento. Temos aí um início de um processo de avaliação por parte de órgãos absolutamente competentes para fazer isso: o Ministério Público Federal, na área penal; a Polícia Federal, na área penal; o Banco Central do Brasil, na área administrativa; o Conselho Federal de Contabilidade, na área de contabilidade; e CVM, na área de divulgação de informações ao mercado.

Então, vamos trabalhar, e, certamente, acredito que, no devido tempo, chegaremos aqui a essas conclusões, que vão, em última análise, permitir que se responda à última pergunta do Senador: avanços no papel da auditoria. Para isso, vamos ter que ter conclusões nas diversas áreas, porque pode ser que não; pode ser que, simplesmente, sejam falhas individuais; ou pode ser que não, que existam questões sistêmicas e normas de padrões contábeis que teriam que ser melhorados.

Pergunta do Senador Avaro Dias.

Entendo, Senador, que, como o senhor mesmo mencionou, a maior parte das suas perguntas foram direcionadas, na realidade, à Dr^a Maria Fernanda, se a Caixa Econômica tinha conhecimento das dificuldades do PanAmericano, no momento da aquisição. É uma pergunta que ela deve responder. Do ponto de vista do Banco Central do Brasil, posso responder: não tinha. Como mencionei, o conhecimento de que o Banco PanAmericano tinha um problema de inconsistência contábil, o Banco Central chegou em 9 de setembro de 2010. Do ponto de vista do Banco Central.

Outras perguntas: como é possível adquirir e descobrir um ano depois... De novo, sua pergunta é dirigida... Então, aqui me parece que já respondeu, mas sua pergunta é dirigida a ela, exatamente porque é que... Do ponto de vista do Banco Central, de novo: já descrevi o processo, e o Banco Central, apenas para mencionar, esse é um ponto importante, o que é raro, raro no sistema financeiro internacional, um problema desse tipo, cujo primeiro órgão a detectar é o órgão de supervisão sistêmica. No caso, o Banco Central do Brasil, que foi o primeiro.

Então, posso já entender a resposta, quer dizer, o Banco Central foi o primeiro, ficou sabendo disso em 9 de setembro. Evidentemente, eu não vou responder pela Dr^a Maria Fernanda, mas o Banco Central foi o primeiro que localizou o problema.

A questão que o Senador coloca... Eu vou re-
frasear a pergunta, vou inverter a pergunta, se V. Ex^a me permite.

A pergunta do Senador é a seguinte: se o Banco Central sabia dessa operação, que existia um problema com o PanAmericano, já em setembro, houve uma operação para retardar essa divulgação, para ter consequências de ordem eleitoral, em benefício de uma ou outra candidatura?

Eu diria o seguinte: Senador, o Banco Central do Brasil, como eu mostrei, atuou dentro de prazos rígidos e sujeitos a sigilo, independentemente de declarações de fontes anônimas. Eu não posso julgar a declaração de um suposto funcionário do Banco Central protegido por fonte de sigilo de uma revista. Eu não posso ques-

tionar de onde ele tirou essa conclusão, que a mim parece absolutamente extravagante, na medida em que os dados mostram, com clareza, a extrema rigidez das normas e das regras. O Banco Central ficou sabendo, tinha regras de sigilo, deu prazos legais.

Agora, eu digo: por que foi divulgado o fato relevante na segunda semana, no final da primeira semana de novembro?

Muito simples, Senador: quem divulgou não foi o Banco Central do Brasil, como não deve. O Banco Central do Brasil tem de preservar o sigilo. Esse foi um fato relevante divulgado pelos acionistas, pelo Fundo Garantidor de Crédito, através da CVM, para o mercado, quer dizer, não foi o Banco Central que escolheu a data.

No momento em que o acionista controlador fechou o acordo com o Fundo Garantidor de Crédito, obteve a anuência do outro acionista importante, que é a Caixa Econômica Federal, tomou o empréstimo, aportou os recursos no banco, o capital estava recomposto, nos termos da norma, comunicou ao mercado o fato relevante, absolutamente dentro dos prazos legais. Portanto, não competia ao Banco Central fazer nada diferente.

Agora, eu poderia inverter a pergunta: estaria o Senador sugerindo que o Banco Central do Brasil deveria, portanto, ter um comportamento eleitoral, de violar as regras de sigilo e a lei para poder divulgar, para beneficiar uma determinada candidatura presidencial?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou responder ao Ministro: é evidente que não. É óbvio que não. O que cabe ao Banco Central, certamente, é impedir que o País sofra as consequências de ter de jogar numa instituição com fraude constatada 740 milhões. Eu acho que esse é o papel do Banco Central. Isso não é uma questão eleitoral, isso é uma questão técnica e ética, acima de tudo.

O que nós não entendemos é isso, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presidente, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E esses fatos ocorreram, obviamente, no decurso da campanha eleitoral.

Antes da campanha eleitoral, o mercado sabia das dificuldades do PanAmericano? Eu não ouvi, ainda, nenhuma resposta a essa questão. Consta que o mercado sabia das dificuldades do banco PanAmericano quando a Caixa aportou 740 milhões, daí a indagação que fiz: se esse aporte de 740 milhões teve o objetivo exatamente de evitar a contaminação de todo o sistema financeiro do País. Essa foi a nossa indagação.

Quanto às estratégias de retardar o processo, como eu disse, eu citei fonte, aqui, da revista Época. Segundo a revista Época, foi um diretor do Banco Central, de quem, obviamente, não revelou o nome, até em função do sigilo da fonte, que é uma obra indispensável da imprensa. Evidentemente, eu não posso cobrar, também, o nome desse diretor do Banco Central, mas essa informação foi veiculada por uma revista de respeitabilidade reconhecida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presidente, permite-me somente fazer um comentário?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, por favor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – O debate, aqui, é fraterno e franco.

Quanto a esse episódio, é evidente que nós temos de ter um diagnóstico rigoroso de por que se chegou, de como o banco chegou a essa situação, para evitar que isso aconteça e identificar as responsabilidades, mas a solução desse caso foi, dentre as soluções recentes que nós tivemos.... Porque, nessa crise, eu quero lembrar, por exemplo, que o Itaú comprou o Unibanco.

O Unibanco era o terceiro banco do Brasil. No meio da crise! O que significa que evidentemente vivíamos ali quebras de bancos. Os grandes bancos do mundo quebrando, um clima de pânico, de crise de crédito, e o Brasil conseguiu atravessar essa crise sem nenhuma instituição financeira quebrando em meio a um vendaval de grandes proporções no Planeta, cujas consequências até agora estão chegando a outros países. Então, atravessamos com muita competência.

Os bancos que tiveram problemas, as soluções foram inteligentes, por exemplo, o Votorantim. Foi uma solução inteligente. Hoje é visível que o grupo Votorantim teve um problema numa operação de mercado de câmbio futuro. A solução foi inteligente: uma participação acionária. É um banco viável, um grupo muito forte, que se saiu muito bem.

Nós tivemos algumas outras empresas produtivas, como o caso da Sadia e Perdigão, por exemplo, em que a solução foi uma fusão no meio da crise.

É evidente que, naquela crise, todos os bancos médios e pequenos tiveram dificuldades. Todos os bancos tiveram dificuldades! Mas não é só isso. Há uma estratégia de crescimento porque outros bancos cresceram comprando e fazendo parcerias. Mas a solução final dependeu do calendário eleitoral. A solução final foi uma solução nova.

Eu não conheço, na história recente do País... Porque o Proer é uma solução fácil, Eduardo. Chegar lá, pegar dinheiro público e socorrer...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Dinheiro público não. Dinheiro público não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Deixe que eu conclua.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Isso que o PT falou na época. Se fosse hoje, se o Governo não fosse do PT, o Partido estaria criticando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Deixe que eu conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – O dinheiro é do recolhimento compulsório, não é do Tesouro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Mas aqui no caso o Fundo Garantidor é dinheiro essencialmente privado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, mas o compulsório também é dinheiro privado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E quem vai honrar a operação de empréstimo é o patrimônio do acionista majoritário. O Sílvio Santos colocou todo o seu patrimônio, o grupo Sílvio Santos, à disposição dessa operação, o que é um fato raro. Vamos dizer claramente aqui: é muito raro, na história do Sistema Financeiro, um acionista majoritário assumir essa responsabilidade, colocar todo o seu patrimônio para que a solução... E, com isso, viabilizar o banco, porque essa operação é que está viabilizando o PanAmericano, a entrada da Caixa, de viabilizar o investimento e procurar recuperar o investimento que foi feito, que depende do futuro do Banco PanAmericano, com o qual eu espero que todos aqui queiram colaborar.

É evidente que uma solução como essa exige um certo prazo. Identificar o problema, chamar o Fundo Garantidor, construir o acordo com o acionista majoritário e garantir todas as seguranças jurídicas da operação exige um certo prazo. Ter feito isso em dois meses foi uma solução muito criativa, muito eficiente e muito exitosa, que pode vir a permitir, Eduardo... É isto que estou dizendo: se o Banco PanAmericano se consolidar, se recuperar, e voltar a ter atuação no mercado, o prejuízo, que evidentemente é alto na crise, porque as ações de todos os investidores se desvalorizaram...

Inclusive, quero lembrar que esse banco foi ao mercado fazer um IPO. Não foi só a Caixa que teve problema na análise da situação efetiva do banco; o mercado não viu o problema. Se o mercado tivesse visto, não teria tido compra de ações em 2007 como teve.

Então, o problema é um pouco mais complexo. Se essa solução for efetiva, se o banco se viabilizar, se recuperar, voltar ao mercado, com a gestão da Caixa, tanto o acionista majoritário pode preservar pelo menos uma parte importante do seu patrimônio, como

sobretudo a Caixa, que aportou recursos, pode recuperar o investimento que fez.

Portanto, a prudência também nossa de como vamos tratar essa questão é muito importante, porque banco vive de credibilidade. Acho que como o banco supera essa fase é uma responsabilidade de todos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não? Obrigado, Senador.

Portanto, finalizando, eu farei apenas dois comentários. Em primeiro lugar, a função, portanto, de supervisor sistêmico do Banco Central foi cumprida integralmente na medida em que é algo que precisa ser notado com bastante cuidado o fato de que os problemas foram detectados e foram cobradas e implementadas soluções a tempo e a hora; isto é, antes que atingisse tal dimensão que não pudesse ser resolvido completamente por recursos do controlador, como manda a norma, e o foi.

Segundo, a tempo, portanto, para que não houvesse prejuízo para os depositantes e acionistas minoritários, o que inclui o grande acionista minoritário chamado Caixa Econômica Federal, que, portanto, não teve prejuízos patrimoniais porque o Banco foi saneado. Isto é importante ser mencionado: a Caixa Econômica tomou posse na Diretoria do Banco com o Banco saneado.

Terceiro e muito importante: o problema foi detectado e solucionado a tempo, antes da aprovação final do Banco Central dessa fusão – isso não ficou claro para muitos –, antes, portanto, de o Banco Central aprovar a posse dos diretores e conselheiros. Posse essa que, a partir daí, institui a responsabilidade solidária da Caixa Econômica Federal ao passivo desse Banco. Portanto, vai muito além dos setecentos milhões. Portanto, essa aprovação só foi dada e a posse só foi efetivada depois do problema totalmente solucionado. Portanto, do ponto de vista do Banco Central, segundo avaliações técnicas feitas a respeito, internas e externas, de órgãos de outros países, a tempo e a hora.

Em relação à questão mencionada pelo Senador, dos comentários de mercado.

Senador, esta é uma questão subjetiva. Eu acho que é uma questão legítima. Eu trabalho no mercado financeiro há alguns anos, posso lhe garantir que talvez mais até do que gostaria de contemplar, mas já há um número bastante grande de anos que eu trabalho, no mercado financeiro brasileiro e no mercado internacional. Já dirigi instituições com presença em 32 países. Então, posso lhe dizer o seguinte, Senador: comentários de mercado existem o tempo todo, no mundo inteiro, toda hora. Tem é que, na função do regulador, verificar até que ponto os comentários de mercado são relevantes. Existem medidas para isso.

A fiscalização do Banco Central, todos os dias, por exemplo... Está aqui um chefe de departamento, o Dr. Donizete, e um diretor substituto, o Antero, da fiscalização, que me passam relatórios diários sobre esse assunto. Existem quantificações desses comentários de mercado. E as quantificações se dão exatamente nas captações e nos caixas das instituições, captações e saques.

Esse Banco estava com o caixa elevadíssimo nesse momento. Os riscos de créditos *rating* dessa instituição naquele momento também eram aceitáveis. Do ponto de vista meramente mercadológico, não existia essa questão. Agora, que esse Banco ou outros bancos possam ter sido, principalmente na crise de 2007 e 2008, principalmente final de 2008 no Brasil, objeto de comentários, um grande número de instituições o foram. E vou mais longe: não há dúvida de que naquele momento nós tivemos uma situação, um período de grande dificuldade para o mercado de crédito brasileiro, e com grandes restrições de liquidez. E o Banco Central tomou medidas enérgicas, agressivas e que hoje são modelo mundial.

Estive eu, na semana passada, em um congresso do Banco Central Europeu, em Frankfurt, na Alemanha, discutindo com o Diretor Gerente do FMI, o Presidente do Banco Central Europeu, o Presidente do Banco Central Americano, do Federal Reserv Bank. E eu estava lá, fui escolhido exatamente por quê? Porque o Brasil foi considerado o caso exemplo de um país emergente e de um banco central que atuou de forma exitosa na crise. Discutimos exatamente esse tipo de coisa. Quer dizer, a crise já atingiu o mundo todo de forma grave, refletiu-se no Brasil de forma importante, existiram muitas preocupações, e tanto eram justificáveis que o Banco Central agiu vigorosamente, liberou compulsório, direcionou compulsório, emprestou reservas, atuou nos mercados futuros, etc. Portanto, em resumo, do nosso ponto de vista, a ação sistêmica foi dada no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – O Senador Roberto Cavalcanti estava inscrito desde cedo. Depois, o Senador Alfredo Cotait.

Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Agradeço, Sr. Presidente.

Na verdade, V. Ex^a sabe que o dia de hoje é muito atribulado aqui no Senado Federal, um dia em que, Comissão por Comissão, estamos aprovando os orçamentos e os Senadores também estão fechando suas emendas individuais. Então, peço desculpas por ter feito a minha inscrição para após os dois Senadores que fizeram os requerimentos e só agora ter tido a oportunidade de estar aqui presente. Se porventura

for repetitivo, peço desculpas, exatamente em função dessa minha ausência. Mas a minha curiosidade – e a minha curiosidade é dirigida a todos, não apenas à Caixa e ao Banco Central, mas a todos – é a de quem, na vida pessoal, é empresário há mais de 42 anos e não traz assim ou experiência, ou curiosidade, porque, à medida em que você vai tendo mais experiência, você vai adquirindo mais curiosidade.

É que há um fato que me faz questionar as razões que levaram a que só se houvesse detectado um pouco mais à frente os problemas. Primeiro, trata-se de uma empresa, no caso do Banco PanAmericano, que se dedica a uma atividade que é extremamente acompanhada por todos, diferentemente de uma empresa familiar que se dedique a estivas ou que se dedicasse à comercialização de veículos etc. Um banco é uma entidade financeira que, pela sua própria atividade, requer um acompanhamento e que as suas contabilidades tenham uma precisão, uma pontualidade... Todos os bancos fecham os seus balanços, os seus balançetes ao final de cada dia, ao final do mês, ao final do ano. Realmente, é um tipo de empresa que tem, pela sua circunstância, pela sua atividade, esse estilo de gestão. Essa mesma empresa teve, há muito pouco tempo, cronologicamente, como empresarialmente podemos definir o tempo, oportunidade de ser auditada pela Caixa ou por quem a Caixa solicitasse a auditoria a fim de verificar o perfil dessa empresa, a saúde dessa empresa, tendo em vista uma associação. Até um empresário, ao comprar uma pequena empresa, busca exatamente obter as informações básicas sobre aquela empresa a que está se associando. A personalidade jurídica dos seus sócios e a consequência contábil do seu sócio, porque, senão, corre o risco de um tiro no escuro. E uma empresa com a experiência e com o nível profissional da Caixa Econômica não o faria dessa forma.

O Banco Central do Brasil é um banco modelo no mundo. Está aí a superação da crise internacional pelo País, de modo que a experiência brasileira está sendo até copiada no mundo em nível de cautelas que existiam, de fundos, de segurança do sistema bancário brasileiro. O sistema bancário não foi afetado pela crise mundial que afetou vários outros países, talvez em função exatamente disso.

Então, como é que eu posso entender, como cidadão, como empresário, o que pode ter acontecido para que uma empresa, pela sua atividade econômica, por ter passado recentemente por auditorias no nível que supostamente a Caixa contratou para que adquirisse um percentual significativo do seu capital, como foi auditada pela Deloitte, uma empresa que está no ranking mundial como uma das empresas que supos-

tamente é a maior ou uma das maiores e das mais competentes que há no mundo, e ainda com o monitoramento cotidiano do Banco Central, porque nós sabemos que o Banco Central tem a sua competência e tem um departamento de fiscalização etc. Enfim, eu, como empresário, pergunto: se aconteceu isso com o Banco PanAmericano, imagine o acionista de uma empresa média brasileira, uma empresa que não tem o aparato que teve a Caixa Econômica, que teve o Banco PanAmericano, através da Deloitte, que tem o Banco Central com a sua estrutura de fiscalização. A que nível as empresas podem ficar expostas em função da fraude ou de divergências contábeis, para ser mais educado, existentes nas suas empresas? Que sugestão V. S^a, Presidente da Caixa Econômica, V. Ex^a, Ministro Presidente do Banco Central, que foi presidente de um dos maiores conglomerados bancários do mundo, representou o Brasil como Presidente mundial do Bank of Boston... Então, eu gostaria que o cidadão brasileiro – e as nossas imagens estão sendo transmitidas pela TV Senado –, o empresariado brasileiro tivesse uma orientação do que se deva fazer para que não ocorra nas suas empresas, nas suas organizações fatos como esse que aconteceu no Banco PanAmericano. Muito obrigado e desculpe pelo alongamento do tempo da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – Senador Alfredo Cotait, após sua pergunta, a Dr^a Maria Fernanda e o Dr. Henrique Meirelles vão responder às perguntas e fazer suas considerações finais para que tenhamos um ganho de tempo e não tenhamos que fazer outro bloco.

Com a palavra o Senador Alfredo Cotait.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – À medida que o debate vai se desenvolvendo, vão surgindo novas questões. Eu queria seguir um pouco na linha do Senador Aloizio Mercadante, que colocou muito bem suas ponderações.

Primeiramente, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles se as auditorias, ou seja, se a metodologia não deveria conter uma diferenciação dependendo da alavancagem da instituição financeira. Em seguida, faço uma indagação quanto ao fundo: o fundo só socorre as instituições nesses casos como o do Banco PanAmericano ou também socorre outras instituições que necessitem de crédito?

Para a Dr^a Maria Fernanda, pergunto: neste debate, o Senador Mercadante disse que o Banco PanAmericano fez um IPO e colocou suas ações no mercado. Esse é um procedimento em que o mercado avalia realmente as ações. Por que o Banco PanAmericano, em vez de comprar o capital de 49% de ações ordiná-

rias e mais 20% das ações preferenciais, não fez um aporte de capital?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – Passo a palavra a Sr^a Maria Fernanda para suas respostas e suas considerações finais. Posteriormente ao Presidente Henrique Meirelles.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Bem, muito obrigada, Senador.

Trazendo as considerações feitas pelo Senador Alvaro Dias em relação à questão de a Caixa ter conhecimento das dificuldades do banco, digo que não, que não tinha nenhum conhecimento das dificuldades do banco, que adotou os procedimentos, conforme nós relatamos, de nos assessorarmos para a tomada de decisão e, efetivamente, não tínhamos nenhum conhecimento à época da compra, em dezembro, de 2009, tampouco no pagamento da segunda parcela.

Em relação também ao comentário que foi colocado de que nós nos tornamos sócios das dificuldades do banco, vejam que é exatamente o inverso. A partir do momento em que você tem o processo de recuperação da situação patrimonial do banco, a Caixa passa a ter a gestão da instituição no momento em que, estando recuperado, é possível implementar o plano de negócios que já foi amplamente discutido entre as equipes. Então, não cabe dizer que há uma dificuldade. As dificuldades do banco foram assumidas pelo seu sócio majoritário, que concedeu garantias para que ele obtivesse os recursos necessários junto ao Fundo Garantidor de Crédito para que a instituição pudesse se manter e efetivamente passasse a contar com a parceira da gestão da Caixa nesse processo.

Também acho que não cabe dizer que o Governo ou Caixa teriam assumido o fato de o banco estar em dificuldades. Não é papel da Caixa preservar qualquer instituição financeira ou preservar o sistema. O papel da instituição é o de um banco que tem que cumprir com seu planejamento estratégico, com os seus resultados acordados e com a perspectiva do Governo, sendo um banco público inclusive, de operar com eficiência as suas políticas públicas e atuar também na área comercial, na parte da democratização do acesso ao crédito. Essa é a responsabilidade da instituição, essa é a sua missão e esse é o compromisso que a instituição tem.

Então, muito claramente, todo o prejuízo foi exclusivo e assumido pelo acionista controlador. Acho que há aqui também um aspecto muito relevante que o Senador Aloizio Mercadante trouxe, ou seja, se a partir daquele momento ele considerava que era possível ou era viável a recuperação da instituição. Veja que nós não temos nenhuma dúvida, a partir da assunção dos nossos cinco diretores, a partir do dia 10 de novembro,

que é possível cumprir com o plano de negócios, cumprir com as nossas metas, com as nossas ações.

O Banco PanAmericano passa a ter um conjunto de metas que serão cumpridas nos prazos devidamente acordados pela sua equipe.

Acho que tem um aspecto também aqui importantíssimo em relação ao pagamento, se a Caixa pagou mais do que deveria. Veja, recuperada a situação patrimonial da instituição, consideramos que é perfeitamente factível a Caixa ter o resultado esperado no momento em que fez esse investimento, em dezembro de 2009 e em julho de 2010.

O Senador Roberto Cavalcanti traz uma questão que, eu diria, é bastante ampla: que orientações se poderia dar?

Veja, Senador, eu não me considero em condições de dar orientações nesses sentido, mas posso lhe garantir que, no caso da Caixa, todos os princípios da boa governança foram cumpridos. Então, isso... Inclusive, faço questão depois, se o senhor tiver interesse, a nossa apresentação, a discussão que já foi feita, quer dizer, de todas as etapas que foram cumpridas para que pudéssemos ter a garantia de, efetivamente, ter o resultado que se aguarda.

Do Senador Alfredo Cotait, de fato, o banco fez uma IPO em 2007. Ele teve avaliações de risco de crédito que foram efetuadas por agências de *rating*. Ele foi avaliado pela Moody's, A1B; pela Fitch Ratings, BBB+; e o Risk Bank, com baixo risco de curto prazo; e a Austin Rating, com o nível A; e a LFRating, com o nível A também. Então, ele fez esse IPO, ele fez uma captação depois desse IPO. Ele realizou várias captações externas também nesse período, e a decisão de ter a Caixa também como parceira, como acionista, ela também decorre de uma visão estratégica da instituição. Ou seja, ter um parceiro como a Caixa, numa condição de alavancagem de negócios, principalmente atendendo o setor de pessoa física e pessoa jurídica, também se tornou interessante para a instituição.

Então, posso responder pela decisão da Caixa de ter o PanAmericano como parceiro e ter uma participação societária naquele banco. Em relação ao PanAmericano, eu não tenho dúvida de que também se tornou interessante ter a Caixa como parceira.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Mas, Dr^a Maria Fernanda, eu concordo plenamente, é um decisão do seu planejamento estratégico. Acontece que, em vez de pagar as ações ao grupo controlador, se fosse feito por aumento de capital, o dinheiro entraria diretamente no Banco PanAmericano e, provavelmente, não estaríamos hoje nessas condições. Apenas, por que não foi feito o aumento de capital e não o pagamento direto ao controlador?

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Essa foi a decisão que foi tomada pela Caixa, considerando a mais adequada. Quer dizer, nós fizemos junto à holding.

Eu queria só chamar a atenção para um aspecto que o Ministro Meirelles trouxe que eu acho que é extremamente relevante na sua fala. Veja, muito claramente nesse processo as responsabilidades serão apuradas. Todo esse processo está sendo acompanhado pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pelos órgãos de controle. Então, esse processo não se encerra com a solução que foi adotada, com o fato de o acionista controlador ter conseguido o empréstimo junto ao FGC, e a Caixa tomar posse na gestão a partir do dia 10. Esse é um processo que terá suas consequências intensamente, categoricamente avaliadas pelos órgãos de controle. Então, acho que esse é um aspecto extremamente relevante, que o Ministro Meirelles trouxe e que eu gostaria de ressaltar.

Para finalizar, Senador Antonio Carlos Júnior, além de agradecer a oportunidade aqui hoje, eu gostaria de reiterar a confiança da Caixa na participação dos nossos diretores na gestão e a confiança de que iremos implementar o plano de negócios estabelecido, da condição da instituição de dar a resposta necessária e o retorno esperado aos acionistas controladores.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)

– Dr^a Maria Fernanda, antes que seja encerrada, na verdade, a oportunidade que V. S^a tem de nos ajudar no esclarecimento, a Caixa se cercou de empresas para ajudá-la na avaliação daquilo que era o objetivo daquela aquisição, que seria um banco que se tornaria parte, de forma indireta, dos ativos da própria Caixa. Essas empresas foram, a partir da identificação dessa falha – porque inequivocamente aconteceu uma falha, a avaliação não foi feita de forma correta –, descredenciadas, desabilitadas pela Caixa, para que também o Brasil pudesse saber que com elas não poderia contar, para haver confiabilidade no tocante às auditorias?

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Na Caixa, no processo da contratação, cinco empresas foram selecionadas no ranking da Anbid. Entre elas, foi selecionado o Banco Fator, cuja experiência remonta desde o Banestado, o Banespa e a própria Nossa Caixa, recentemente. A Caixa, resguardando-se, fez uma interpelação extrajudicial ao Banco Fator, para que ele apresentasse as justificativas em relação ao processo do PanAmericano.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM

– BA) – Concedo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles, para responder as perguntas e também para fazer suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES

– Em primeiro lugar, quero responder à pergunta do Senador Roberto Cavalcanti. O Senador está certo. O processo de fiscalização sistêmica do Banco Central, a questão das auditorias internas e externas, dos controles internos e externos e das auditorias contratadas pela Caixa Econômica, tudo isso já foi, de fato, extensivamente discutido na sessão hoje, e, certamente, todo o material, não só o do Banco Central, como o da Caixa Econômica, está à disposição do Senador. Qualquer dúvida específica que o Senador quiser esclarecer sobre o processo já demonstrado nesta sessão poderá ser dirimida com o material que está à disposição do Senador.

Respondo à sua pergunta, objetivamente: o que as empresas de médio e pequeno porte podem fazer para evitar fraudes, se fraudes existem até em grandes organizações? Vou mais longe, Senador: internacionalmente, fraudes têm sido descobertas. Não estou afirmando aqui juridicamente que houve uma fraude, pois isso seria uma impropriedade. Isso será objeto de investigação, para verificar se houve um erro ou o que quer que tenha sido. Mas o que quero dizer é que fraudes existem em grandes organizações. Há relatos, nos últimos anos, de fraudes nos maiores bancos do mundo e em grandes empresas, nas maiores empresas do mundo. Isso existe, é parte do comportamento do ser humano e da sua capacidade de ser engenhoso ou de ser engenhosa, visando obter benefício próprio. Ou pode haver um erro.

Dito isso, a questão a saber é a seguinte: se isso acontece nas maiores instituições do mundo, o que será de um médio empresário que está trabalhando numa cidade de médio porte?

Talvez, eu possa me recordar dos tempos em que exerci outras funções, Senador. Dirigi instituições em que havia aprovações e operações com grande número de empresas de pequeno e médio porte. O que posso dizer é o seguinte: tudo é proporcional. No momento em que a organização vai crescendo, o nível de complexidade vai crescendo. Portanto, o nível de problema cresce potencialmente, e a possibilidade de problema vai crescendo. Numa organização com milhares de funcionários, com níveis diferentes de delegação, de assunção de risco ou de assinaturas, o processo vai se tornando cada vez mais difícil de ser controlado, demandando-se, portanto, maior sofisticação. Por exemplo, conheço empresas pequenas extremamente bem sucedidas e controladas em que o próprio dono assina todos os procedimentos, em que não se paga nada sem a assinatura ou a aprovação do dono, que é quem toma empréstimo, quem paga empréstimo etc. Mas a empresa vai crescendo, e começam as delegações.

Já tive a oportunidade de dirigir instituições – certamente, também a Dr^a Maria Fernanda já teve essa oportunidade na Caixa Econômica – com dezenas de milhares de funcionários no mundo inteiro e, no meu caso, posso garantir que há um nível extremamente complexo de controle. Posso lhe garantir também, já que estamos num momento de discussão mais abrangente, que, nos meus muitos anos de dirigente de instituição financeira internacional, nunca sequer passou pela minha cabeça que eu deveria esperar que órgãos de fiscalização sistêmica fossem descobrir problemas dentro da minha organização. Nunca me ocorreu essa possibilidade.

Fiscalizadores do mundo todo estão olhando problemas sistêmicos, riscos das instituições etc, e isso que o Banco Central fez o Brasil é raro, ou seja, conseguir pegar um problema contábil lá dentro da instituição. Pois bem. Posso afirmar que a sofisticação dos selos de controle vão aumentando geometricamente na medida em que aumenta a sofisticação da própria instituição.

Portanto, tudo isso é proporcional. E é muito importante. Se o Sr. me permite – o senhor me pediu uma sugestão para o pequeno e médio empresário – falo o seguinte: que o pequeno e médio empresário tenham um sistema de controle adequado ao nível de delegação e de risco que assume na sua empresa. Ele não pode nem gastar demais para não se tornar ineficiente e nem gastar de menos de maneira que assuma riscos perigosos. É uma visão mais geral.

Em relação à pergunta do Senador Alfredo Cotait, outros bancos, sim, têm acesso ao Fundo Garantidor de Crédito, não exatamente esse tipo porque esse tipo foi para cobrir o problema específico emprestado à holding do grupo financeiro etc. Mas, têm sim. Durante a crise de 2008/2009, várias instituições, um bom número delas, tomou recursos emprestados do Fundo Garantidor de Crédito, cedeu direitos creditórios, tomou depósitos interbancários etc. O Fundo cumpre aqui uma função sistêmica da maior importância.

Muito bem. Fazendo minhas considerações finais, posso dizer que, mais uma vez, foi uma satisfação enorme estar aqui no Senado Federal representando o Banco Central do Brasil, como sempre numa discussão muito interessante, muito relevante, muito instrutiva para mim particularmente. É sempre uma grande satisfação estar aqui. Certamente, já estou num clima de despedida. Em São Paulo, falei num evento da Fiesp, anteontem, e os jornais, no dia seguinte disseram que eu já estava em clima de despedida. Vou mais longe: mesmo há várias semanas atrás, num evento, numa solenidade interna, com presença da imprensa, no Banco Central, um diretor do Banco fez um discurso

em minha homenagem. E, nesse discurso, ele quase inadvertidamente anunciou que eu estaria saindo do Banco Central no final do ano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Foi ele que falou para a Época, não?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não foi, não, porque ele falou o contrário do que está na Época. E ele, na realidade, estava prestando uma homenagem a mim, num clima muito saudoso e de celebração. Portanto, eu diria que é uma honra muito grande estar aqui. Certamente, vamos estar em contato de outra maneira, de uma forma ou de outra, porque, afinal de contas, somos todos cidadãos brasileiros e, dentro ou fora do governo, dentro ou fora do setor privado, teremos oportunidade de estar convivendo e procurando colaborar com o Brasil. Isso é que é importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Ao encerrar essa proveitosa audiência pública, onde debatemos, em alto nível, assuntos superimportantes e superurgentes, eu gostaria de agradecer a presença da Dr^a Maria Fernanda. E, no caso particular do Dr. Henrique Meirelles, agradeço não só a presença dele aqui hoje, mas sua constante presença nesta Casa, sempre debatendo, sempre à disposição dos Srs. Senadores. Parabeno-o pela sua profícua gestão no Banco Central, onde sua presença marcou época. Agradeço também por ter prestado esse serviço ao País.

Termos agora uma reunião extraordinária para a aprovação das emendas e, em seguida, uma reunião só para aprovação de requerimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Quero apresentar um requerimento ao Presidente de convite ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Eu já subscrevi o requerimento. Vamos aprová-lo em seguida.

(Levanta-se a reunião às 13h18min)

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia trinta de novembro do ano de dois mil e dez, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Merca-

dante, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Gilvam Borges, Almeida Lima, Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Eduardo Azevedo, João Vicente Claudino, Sérgio Zambiasi e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, César Borges, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto De Conto, Pedro Simon, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati e Gim Argello. A Presidência declara aberta a Reunião, dispensando-se a leitura das Atas das 40ª e 41ª Reuniões, que são dadas como aprovadas. O Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta da Reunião. Item 1-Projeto de Lei do Senado nº 16 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que ‘dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências’, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres e destinados ao custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Jayme Campos, Antonio Carlos Júnior e Sérgio Zambiasi. É solicitada Vista pelos Senadores Eduardo Suplicy e Antonio Carlos Júnior. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 2-Projeto de Lei da Câmara nº 166 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Alberto Goldman, que “institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Serviços de Infra-Estrutura em decisão terminativa. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senado-

res Roberto Cavalcanti, Jayme Campos, Eduardo Azevedo e Flexa Ribeiro. Encerrada a discussão, colocado em votação a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto. Item 3-Projeto de Lei do Senado nº 136 de 2008, não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “acrescenta dispositivos aos arts. 31 e 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de estipulação de domicílio bancário para os contratados, de forma a facilitar-lhes o acesso ao crédito”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4-Projeto de Lei do Senado nº 95 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que “dispõe sobre incentivos fiscais à produção de fármacos, dos seus insumos e de medicamentos”, tendo como Relator o Senador Neuto De Conto, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 5-Ofício “S” nº 49 de 2009, não terminativo, de autoria da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, que “encaminha ao Senado Federal decisão tomada nos autos da Petição Avulsa nº 200920000001832, de autoria do Instituto Amazônico da Cidadania - IACI, apresentada contra o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas”, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece relatório pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça. Lido o relatório, encerrada a discussão, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo arquivamento do Ofício “S” e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça. Item 6-Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2010, não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly, que “altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990 (garante cobertura do saldo devedor remanescente a mutuário que tenha contribuído para o FCVS em mais de um financiamento em localidades diversas, ou em dois financiamentos no mesmo município)”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 230

de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera os arts. 20, 21 e 22 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o § 3º do art. 3º da Lei nº 8.004, de 14 de março de 1990, para garantir os benefícios legais dos contratos imobiliários financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), com cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), aos contratos de compra e venda celebrados sem a interveniência da instituição financiadora”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece relatório favorável ao PLC nº 57 de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 230 de 2007. Lido o relatório, encerrada a discussão, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao PLC nº 57 de 2007, nos termos da Emenda nº 01-CAE (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 230 de 2007. Item 7- Avisos nºs 43 e 75 de 2010 (nºs 285 e 327-MF de 2010, na origem), não terminativos, de autoria do Ministério da Fazenda, “referentes ao Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Relatório pelo conhecimento dos Avisos nºs 43 e 75 de 2010, e posterior arquivamento. Lido o relatório, encerrada a discussão, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, pelo conhecimento dos Avisos nºs 43 e 75 de 2010, e posterior arquivamento. Item 8-Projeto de Lei do Senado nº 530 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelo estudante financiado, à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo imposto de renda das pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Sérgio Zambiasi, Relator da Matéria, Flexa Ribeiro, Roberto Cavalcanti. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 9-Projeto de Lei do Senado nº 653 de 2007, não terminativo, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF), que “modifica o inciso I do § 3º do art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a isenção de multas tributárias nos casos que especifica”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece Relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os

Senadores Romero Jucá e Gilberto Goellner, que solicitam Vista à Matéria. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 195 de 2010-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que “altera os arts. 18-A, §§ 1º e 2º, 26, § 1º e 68 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com o objetivo de reajustar os valores expressos em moeda”, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro e Francisco Dornelles. É solicitada Vista pelos Senadores Eduardo Suplicy e Flexa Ribeiro. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 15 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Incentivo Boa-Educação, que visa a entregar quantia monetária ao Distrito Federal e aos Municípios desde que apresentem melhorias na qualidade de ensino ofertado a sua população”, tendo como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 12-Projeto de Lei da Câmara nº 326 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Rodovalho, que “dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 13-Projeto de Lei do Senado nº 144 de 2006, terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que “acrescenta § 4º ao artigo 5º da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal - REFIS”, tendo como Relator o Senador Antonio Carlos Júnior, que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 14- Projeto de Lei do Senado nº 191 de 2006, terminativo, de autoria do Senador José Sarney, que “concede isenção tributária à Academia Brasileira de

Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e cancela os débitos fiscais dessas instituições”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e das Emendas nºs 01, 03 e 04-CCJ, e pela rejeição da Emenda nº 02-CCJ, rejeitando, ainda, a Emenda de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. Em 9/6/2009, a Comissão aprovou o Requerimento nº 38/2009-CAE, de iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, requerendo audiência prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 a 04-CCJ. A apreciação da Matéria é adiada. Item 15-Projeto de Lei do Senado nº 584 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Antonio Carlos Júnior, que “concede incentivo tributário, no âmbito do imposto de renda, às empresas que contratarem trabalhadores nas condições que especifica”, tendo como Relator o Senador Gerson Camata, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 16-Projeto de Lei do Senado nº 347 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “estabelece isenção de impostos federais quando da aquisição de veículos por Governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 6/7/2010, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. Item 17- Projeto de Lei do Senado nº 220 de 2000, terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “dispõe sobre incentivos fiscais a empresas privadas que contratem trabalhadores de faixa etária a partir de 50 (cinquenta) anos”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 185 de 2003, terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado, que “institui incentivo fiscal à contratação de jovens para o primeiro emprego em microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 220 de 2000, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 185 de 2003. A apreciação das Matérias é adiada. Item 18-Projeto de Lei do Senado nº 466 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados incidente sobre luminárias do tipo utilizado em iluminação pública”, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece relatório pela aprovação do Pro-

jeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 19-Projeto de Lei do Senado nº 77 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que “dispõe sobre incentivo fiscal ao empregador para construção de habitação para o empregado”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 01-CAS (Substitutivo). A apreciação da Matéria é adiada. Item 20-Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece relatório pela rejeição dos PLS nºs 276 e 345 de 2007 e das Emendas nºs 01 e 02-CAS. As Matérias já foram apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 345 de 2007 com as Emendas nºs 01 e 02-CAS, e pela rejeição do PLS nº 276 de 2007. Em 29/9/2009, foi aprovado o Requerimento nº 58/2009-CAE, de iniciativa do Senador César Borges, para realização de Audiência Pública com a finalidade de instruir a Matéria. Em 3/8/2010, foi aprovado o Requerimento nº 24/2010-CAE, de iniciativa do Senador César Borges, para dispensa da Audiência Pública. A apreciação das Matérias é adiada. Item 21-Projeto de Lei do Senado nº 242 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto de renda os proventos de aposentadoria ou reforma recebidos por portadores de diabetes melito”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 22-Projeto de Lei do Senado nº 106 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para estender o benefício do art. 40 às

peças jurídicas com sede no País, não tributadas com base no lucro real”, tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 23- Projeto de Lei do Senado nº 129 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, para reinstituir a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos de títulos públicos para não residentes”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece relatório pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada. Item 24- Projeto de Lei do Senado nº 320 de 2003, terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “altera o artigo 9º da Lei nº 8019, de 11 de abril de 1990, e o artigo 2º da Lei nº 8352, de 28 de dezembro de 1991, autorizando o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão do crédito rural”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 6 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias, que “dispõe sobre a aplicação das disponibilidades financeiras do FAT, em depósitos especiais, nas cooperativas de crédito constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 320 de 2003, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS nº 6 de 2005. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer pelo arquivamento dos PLS nº 320 de 2003 e nº 6 de 2005, e pela apresentação de novo Projeto de Lei Complementar. A apreciação das Matérias é adiada. Item 25- Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNPMO, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que dispõe sobre os fundos constitucionais de financiamento e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, para incluir o microempreendedor individual como beneficiário dos programas de financiamentos de que tratam”, tendo como Relator o Senador Adelmir Santana, que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAS. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 27-A de 2010-CAE, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi, para que também seja convidado a participar da audiência pública destinada a debater o PLC

116 de 2010 o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema. Aprova, também, o Requerimento nº 27-B de 2010-CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, para inclusão no rol de convidados da audiência pública a ser realizada com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116 de 2010 dos seguintes nomes: Ministro do Tribunal de Contas da União, Exmo. Sr. José Jorge; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. Ronaldo Mota Sardenberg; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (Siaesp), Sr. Roberto Moreira; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual do Rio de Janeiro (Sicav-RJ), Sra. Mariza Leão; e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Sr. Carlos Ari Sundfeld. Por fim, a Comissão aprova o Requerimento nº 30 de 2010-CAE, de iniciativa dos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior, de realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania-CCJ, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença de seu presidente, Luciano Coutinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e onze minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos a Ordem do Dia, comunico aos membros desta Comissão que, semana passada, estive reunido com o Diretor-Geral do Senado Federal, o Vice-Reitor do Unilegis e o Consultor-Geral do Senado. O objetivo dessa reunião foi a apresentação de dois cursos de pós-graduação a serem oferecidos pelo Interlegis: um, de Assessoramento Econômico, destinado aos servidores que trabalham na CAE e nos gabinetes de Senadores membros da CAE; o outro, curso de Análise Econômica do Direito, destinado preferencialmente aos consultores do Senado Federal.

Estamos encaminhando ofício ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, solicitando autorização para realização desses cursos. O ofício já está aqui em mão – e iremos remetê-lo ao Senador José Sarney – e, como eu já disse, propõe abertura de cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito e Economia e em Assessoramento Parlamentar em Assuntos Econômicos.

Ordem do Dia.

Item 1 da pauta: Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, não terminativo, que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio e dá outras providências, para instituir rateio dos recursos oriundos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres e destinado ao custeio da assistência médica-hospitalar dos vitimados. O projeto é de autoria do Senador Marconi Perillo e tem como Relator o Senador João Vicente Claudino, a quem concedo a palavra.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o PLS nº 16, de 2008, de autoria do Senador Marconi Perillo tem o objetivo de incluir os Estados e Municípios entre os destinatários dos recursos gerados com o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres, conhecido como DPVAT, de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Neste sentido, propõe alterar o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 1991, para determinar que o total de 50% do prêmio recolhido pelas companhias seguradoras hoje destinados ao Fundo Nacional de Saúde passe a ser partilhado entre Fundos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde na proporção de 35% para o primeiro e 15% para os demais.

Segundo o autor da proposição, os gastos hospitalares com atendimento e tratamento das vítimas de acidentes de trânsito recaem, em sua maior parte, sobre os Estados e Municípios que dispõem de unidades de saúde destinadas a urgências e emergências, o que justifica o rateio de recursos hoje cometido apenas à União.

A proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Assuntos Econômicos e à de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa. O projeto não recebeu emendas na CAE.

Análise.

A legitimidade da iniciativa tem respaldo nos arts. 48 e 61 da Constituição Federal, visto que se trata da Seguridade Social, matéria de competência legislativa privativa da União (art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal).

Em relação à técnica legislativa, a proposição atende aos requisitos formais determinados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e consolidação das leis.

A matéria também é adequada no que tange ao mérito. De fato, os Estados e Municípios que contam com unidades para serviços emergenciais de saúde são sobrecarregados com atendimentos a vítimas de

acidentes de trânsito, embora não sejam contemplados com os recursos do Dpvat, criado especificamente para esse fim. Observe-se que, para os Estados e Municípios, esses recursos representariam uma contribuição importante para o provimento dos serviços, enquanto que, na esfera da União, embora valiosos, constituiriam apenas uma pequena parcela do custeio da atividade.

Ademais, sobre o controle da União, os repasses referentes ao Dpvat são juntados a recursos provenientes de formas diversas e aplicados de forma genérica na atividade de atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar prestada pela rede cadastrada no Sistema Único de Saúde (SUS). Não são direcionados especificamente ao atendimento às vítimas de acidentes de trânsito, alcançando, indistintamente, diversas ações e serviços médicos hospitalares.

Entendo, pois, que o PLS nº 16, de 2008, aperfeiçoa a norma existente sobre a destinação dos recursos oriundos do Dpvat, tornando-a mais justa e eficaz por meio de emenda a seguir apresentada.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2008, com a seguinte emenda:

Emenda nº 1:

Art. 1º. O parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. (...)

Parágrafo Único. As companhias seguradoras que mantêm o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres de que trata a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, deverão repassar à Seguridade Social, relativamente ao valor do prêmio recolhido, 15% ao Fundo Nacional de Saúde, 15% aos Fundos Estaduais e 20% aos Fundos Municipais de Saúde, exclusivamente para custeio de assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação, com a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está em discussão o relatório do Senador João Vicente Claudino. Entretanto, comunico à Casa que ainda não temos quórum para a votação.

Sendo assim, vou pedir ao Senador Sérgio Zambiasi para que possamos dar início à tramitação e à apreciação do Item 2 da pauta.

Item 2: Projeto não-terminativo que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

É um projeto não-terminativo de autoria do Deputado Alberto Goldman, atual Governador de São Paulo.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho.

Colegas Senadoras e Senadores, chega às minhas mãos este Projeto de Lei da Câmara, PLC nº 166, de 2010, para relatar, que objetiva instituir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e que é o resultado da combinação da conteúdo de quatro proposições que já tramitavam na Câmara dos Deputados há bastante tempo, há cerca de 15 anos: o Projeto de Lei nº 694, de 1995, do Deputado Alberto Goldman, que institui as Diretrizes Nacionais de Transporte Coletivo Urbano e dá outras providências; o PL 1.974, de 1996, do Deputado Chico da Princesa, que dispõe sobre a prestação de serviços de transporte rodoviário coletivo de passageiros sob o regime de concessão ou permissão e dá outras providências; o Projeto de Lei 2.234, de 1999, do Deputado Sérgio Carvalho, que dispõe sobre o sistema integrado de transporte coletivo urbano; e o mais recente, o Projeto de Lei 1.687, de 2007, do Presidente da República, que institui as diretrizes da política de mobilidade urbana e dá outras providências.

A matéria encontra-se disposta em 28 artigos, distribuídos em sete capítulos.

O capítulo primeiro trata das disposições gerais: define a política nacional de mobilidade urbana como um instrumento da política nacional de desenvolvimento urbano, cujos objetivos são a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território municipal; define o sistema nacional de mobilidade urbana como o conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantem o deslocamento de pessoas e cargas no território do Município. Apresenta também definições para 13 expressões que serão empregadas no corpo da lei e fixa princípios, diretrizes e objetivos dessa política.

O capítulo segundo estabelece diretrizes para regulação dos serviços de transporte público coletivo, disciplina a concessão de benefícios e subsídios tarifários, a licitação para concessão ou permissão dos serviços públicos, os reajustes e as revisões tarifárias; dispõe ainda sobre a autorização de serviços de transporte privado coletivo e a permissão de serviços públicos de transporte individual de passageiros, os táxis.

O capítulo terceiro disciplina os direitos dos usuários. Além de definir esses direitos, estabelece os

instrumentos de participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da política.

O capítulo quarto dispõe sobre as atribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

O capítulo quinto estabelece diretrizes para o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana. Apresenta um elenco dos instrumentos de gestão do sistema de transporte e mobilidade urbana e regulamenta o plano de mobilidade urbana.

O capítulo sexto diz respeito aos instrumentos de apoio à mobilidade urbana. Determina que os planos plurianuais e as leis de diretrizes orçamentárias de todos os entes federativos contemplem ações programáticas e instrumentos de apoio dos sistemas de mobilidade urbana.

O capítulo sétimo estabelece as disposições finais, entre as quais o prazo de cem dias após a sua publicação para entrada em vigor da lei, e revoga dispositivos de cinco leis vigentes.

Na Câmara dos Deputados, constituiu-se Comissão Especial exclusiva para análise dos projetos, que funcionou entre setembro de 2007 e maio de 2010, sob a relatoria da Deputada Angela Amin. O parecer terminativo da Comissão foi pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e adequação financeira e orçamentária dos quatro projetos, e ainda com apresentação de substitutivo, e pela rejeição do PL 1.974, de 1996.

Não tendo havido recurso para o Plenário, a matéria foi remetida ao Senado Federal. Em seu relatório, a Deputada Angela Amin destaca que as três primeiras proposições foram elaboradas antes da virada do século, quando ainda não estava em vigor a Lei de Responsabilidade Fiscal, a lei de criação da ANTT e o Estatuto das Cidades.

A exposição de motivos que acompanha esse último projeto, assinada pelo Ministro de Estado das Cidades e pelo Ministro da Fazenda, afirma que a proposição visa a modernizar o marco regulatório do serviço de transporte coletivo, defender o interesse dos usuários de tais serviços e prever a correspondente atuação da União, contribuindo para a efetivação de uma política urbana integrada para o desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras.

Enfim, Presidente Garibaldi, o relatório integral está acessível a todos os interessados e o parecer final é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Sérgio Zambiasi.

Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)

– Sr. Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, Relator, Deputado Alberto Goldman, este talvez seja um dos projetos mais importantes para o momento presente que vive o País. V. Ex^a, Senador Garibaldi, é testemunha de que o seu Estado deve estar passando pelos mesmos problemas que o nosso Estado, as nossas grandes cidades, mesmo em se tratando de Estados que não são os mais desenvolvidos.

O cotidiano de Brasília demonstra. Hoje, por exemplo, é um dia mais tranquilo pra se conseguir chegar aos locais, em função de em Brasília ser feriado. Caso contrário, nós temos congestionamento numa cidade planejada – Brasília é uma cidade planejada. Talvez este projeto, no momento presente do Brasil, seja um dos mais interessantes e mais importantes e que necessita da Casa a maior atenção. Percebi que este projeto já passou pela CCJ, passará por outras Comissões, mas, na verdade, é um projeto de extrema importância estratégica.

Eu citei aqui quatro pontos sobre a importância do momento histórico que o Brasil está passando. O Brasil bate recordes permanentes de venda de automóveis, motocicletas, o que é muito importante. Porém vai haver, um dia, um congestionamento que vai ser o infarto do miocárdio no trânsito brasileiro, pela decisão de governo de não fazer obras de infraestrutura, pela não decisão de governo de ter uma política de transporte coletivo. Viaja-se no mundo todo, viaja-se na Europa, veem-se cidades antigas, porém com uma malha de transporte público fantástica. No Brasil não. Ou você tem o seu transporte pessoal, ou então vai padecer com uma qualidade de transporte coletivo extremamente deficiente. Tem que haver uma política de Estado no tocante a transporte coletivo. O Brasil não pode continuar da forma que se encontra no tocante ao transporte coletivo.

Pincei, também, dois capítulos que considero muito importantes, nobres Colegas e Relator, um dos quais é o Capítulo II, que disciplina as licitações das concessões. Não sei a que ponto V. Ex^a se aprofundou nisso, mas existem nas grandes cidades brasileiras, muitas vezes, monopólios no tocante a essas licitações. Acontece também nos transportes interestaduais e intermunicipais. De um Município para outro, determinadas cadeiras cativas para determinadas empresas que detêm esse monopólio, duopólios e coisas como essa.

Por fim, o item 5, que trabalha sobre instrumentos de apoio à mobilidade urbana. Este, talvez, seja um dos temas mais importantes. Se não houver uma política de Estado voltada para o Brasil pensar diferente no tocante ao transporte urbano, nós chegaremos ao

momento em que será impossível nos deslocarmos nas grandes e médias cidades brasileiras.

Era isso, Sr. Relator, esse cuidado que eu espero e tenho certeza de que V. Ex^a deve ter tomado. Há uma corresponsabilidade muito grande, pela importância deste projeto, na aprovação de forma não terminativa nesta Comissão, que é mais fácil, mas que na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e na Comissão de Serviços de Infraestrutura, pelas quais este projeto passará, haja uma recomendação para que se mergulhe a fundo neste tema.

Era isso, Sr. Presidente. Desculpe por ter me alongado, mas acho de extrema importância para o Brasil como um todo este projeto, que mexe em política nacional de mobilidade urbana. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Continua em discussão a matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, antes de mais nada, cumprimentar o autor do projeto, mas sobretudo o Senador Sérgio Zambiasi, na medida que foi muito cuidadoso, zeloso no seu relatório, tendo em vista que este projeto é de alta relevância para o País.

Como bem disse o Senador Roberto Cavalcanti, talvez vivamos aqui o momento mais difícil não só no transporte urbano, mas também no transporte nas suas rodovias federais e estaduais, na medida em que, lamentavelmente, pouco ou quase nada foi investido nesses últimos anos. O Brasil cresceu, haja vista que sua própria população aumentou, mas, sobretudo, no que diz respeito a aumento de veículos, o Brasil cresceu sobremaneira e, nesse caso, o Governo não acompanhou essa demanda, não só no âmbito de Brasil – a que o senhor acabou de se referir – e outros grandes centros, como o próprio interior brasileiro. Moro numa cidade no interior de Mato Grosso, posso considerar, que é Várzea Grande, que faz parte do aglomerado urbano da grande Cuiabá, onde lamentavelmente hoje o trânsito é desastroso. Você gasta, para andar 20 quilômetros, hoje, de 45 minutos a uma hora. Isso é fruto de políticas públicas condizentes com o momento que o Brasil vive. E não vejo nenhuma possibilidade, nesse exato momento, de o poder público acompanhar essa demanda, por falta de prioridades. Ele não está priorizando. Se você fizer os dados estatísticos sobre o aumento de automóvel, de venda de carros que há no Brasil e de motos neste País, no máximo daqui a

três ou quatro anos praticamente o trânsito brasileiro estará numa situação caótica – infarto do miocárdio, como bem disse aqui o Senador Roberto.

Então, acho que temos que ter regulamentos, a ANTT tem que atuar muito melhor em relação ao transporte interestadual, porque infelizmente a presença da ANTT em grande parte do Brasil é muito pequena, Senador Sérgio Zambiasi, quase ou nada tem. Digo, por exemplo, na minha região, no Centro-Oeste do Brasil, no meu Estado, onde não tem a participação, a presença da ANTT, que é a agência nacional, que quase nada tem em legislação. A questão das concessões dos transportes urbanos e dos transportes interestaduais e intermunicipais, que tem que ser de uma forma mais criteriosa, para acabar com os monopólios, com os oligopólios, que muitas vezes detêm o comando do transporte urbano nas cidades há 20, 30 anos, e algum transporte intermunicipal que faz o transbordo. Então, acho que a lei é meritória, é um projeto interessante, Senador Sérgio Zambiasi, e espero que certamente um projeto exitoso como esse, corra, ou seja, ande melhor aqui. E lamentavelmente há 15 anos, como bem disse, esse projeto está na Câmara e veio para o Senado. Isso é inconcebível. Estamos em pleno século XXI, e um importante projeto como esse demandar todo esse tempo! E quem sai prejudicado com isso é a sociedade brasileira de uma maneira geral.

Portanto, Presidente Garibaldi Alves, acho que todos nós temos que louvar esse projeto e, sobretudo, pedir que ele ande com maior velocidade aqui no Senado, para que possamos colocar em prática, para melhorarmos com certeza o caos hoje não só no transporte urbano, mas certamente também na maioria das rodovias federais e estaduais deste Brasil.

Parabéns, Senador Sérgio, e obrigado pelo belo Relatório que V. Ex^a apresentou nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Comunico que faltam apenas dois Senadores, porque o Senador Cícero Lucena acaba de chegar, adentrou ao recinto.

Faço um apelo aos Senadores membros desta Comissão para que venha até seu plenário, pois temos uma pauta muito extensa.

Enquanto isso, vamos passar ao Item 5:

Projeto não terminativo que encaminha ao Senado Federal decisão tomada nos autos da Petição Avulsa nº – Virgem Maria, que número é esse? Esse número não existe – 200920000001832, de autoria do Instituto Amazônico da Cidadania, o chamado IACI, apresentada contra o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

A autoria é do Conselho Nacional de Justiça. O relator é o Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o relator.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, caros nobres Senadores colegas desta Comissão, trata-se do Ofício-S nº 49, subscrito pelo Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça, referente a uma denúncia encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça pelo Instituto Amazônico de Cidadania, que, na verdade, apresentaria denúncias e sugestões atinentes ao Poder judiciário do Estado do Amazonas. Foi feito todo um trabalho, todo um levantamento, todo um estudo referente ao âmago da denúncia em si. Foi constatado que havia uma normalidade no tocante ao trato do assunto das funções judiciárias essenciais à Justiça no Amazonas. Existe um levantamento que especifica, Estado por Estado, as despesas com as funções judiciárias. O Estado do Amazonas realmente não está no rol dos melhores, mas também não está no rol dos piores Estados.

Srs. Senadores, o Amapá, curiosamente, aparece como o primeiro e Roraima como o segundo, mas isso, na verdade, se prende ao fato de serem Estados novos, que, como Rondônia e Acre, têm um perfil diferente de Estados centenários, como o Estado do Rio de Janeiro, o Espírito Santo e São Paulo, que estão acima. A média do *ranking* é o Estado que está na décima quarta posição – coincidentemente, o Estado da Paraíba –, que está exatamente no meio do *ranking* de disponibilização de recursos para as funções judiciárias. Lamentavelmente, os três últimos Estados nesse *ranking* são Pernambuco, Ceará e Alagoas; são os três Estados que estão em pior situação. Então, o levantamento analisou todas as causas que motivaram essa denúncia.

Em face do exposto, o voto é, nos termos regimentais, pelo arquivamento do Ofício-S Nº 49, de 2009, e pelo encaminhamento deste parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

Na verdade, nós, no Senador Federal, estamos fazendo um ato que é regimental. Está previsto que no Senado Federal façamos essa análise, mas, na verdade, a conclusão é pelo arquivamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o relatório do Senador Roberto Cavalcanti pelo arquivamento do Ofício-S Nº 49 e pelo encaminhamento do parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

Comunico que a matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer pelo arquivamento do Ofício-S nº 49 e pelo

encaminhamento do parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

Estamos agora necessitando apenas da presença de um Senador para completar o *quorum* necessário para apreciação desta e de outras matérias cujos relatores já leram seus relatórios. Enquanto esse cristão não chega, esse Senador – sou um homem de muita fé. Então vou esperar que tenhamos...

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Por isso que . Ex^a é um homem vitorioso permanentemente. Agora está trazendo, inclusive, o pai de V. Ex^a para ser seu colega aqui no Senado Federal. É uma iluminação divina; não é só fé.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Roberto Cavalcanti, não sei se agradeço a V. Ex^a ou não.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Agradeça a Deus em primeiro lugar; depois agradeça aos da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a Deus. Por sinal, hoje é feriado aqui em Brasília. É Dia do Evangélico.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – É, é Dia do Evangélico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas é feriado na Câmara Legislativa.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Hoje se conseguiu, diferentemente dos outros dias, trafegar em Brasília sem um congestionamento excessivo. Havia congestionamento, mas não excessivo. Imagine em dias normais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Item 6 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim.

São dois projetos. Na verdade, o Item 6 se compõe de dois projetos que estão tramitando em conjunto.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – V. Ex^a orou, chegou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Chegou.

Agora, Senador Roberto Cavalcanti, ainda tem mais um adendo. Não basta só orar; precisa ter merecimento.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Sem dúvida, e transpirar. V. Ex^a tem usado a assessoria para dar telefonemas para os companheiros para aqui estarem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, diante do número...

O Senador Antonio Carlos Júnior já está preparado. Então vamos ouvir o Senador Antonio Carlos Júnior sobre dois projetos, que estão tramitando em

conjunto: Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2007, não terminativo, e o Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2007, igualmente não terminativo. O da Câmara altera o art. 3º da Lei nº 8.100, de 5 de dezembro de 1990, e o segundo, do Senado, altera vários artigos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e o § 3º da Lei nº 8.004.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas duas proposições tramitam em conjunto com o Requerimento do Senador Wellington Salgado, o que realmente facilitou a tramitação dos projetos.

No que tange à constitucionalidade formal, ambas as proposições não contrariam as normas constitucionais sobre competência legislativa e poder de iniciativa. A União é competente para legislar sobre política de crédito.

Quanto à iniciativa, ambas as proposições não tratam de hipótese privativa do Poder Executivo, na medida em que os assuntos não se enquadram em nenhum dos casos listados no art. 61, § 1º, da Constituição Federal.

Quanto à adequação econômico-financeira das proposições, é importante ressaltar que não há perda de receita para a União com a criação de despesas em termos imediatos. No caso dos múltiplos financiamentos com cobertura do FCVS, não há alteração no fluxo financeiro dos contratos originais.

O PLC nº 57, do Deputado Luiz Carlos Hauly, amplia a possibilidade de cobertura do FCVS para múltiplos financiamentos, inclusive os correspondentes a imóveis situados no mesmo Município, neste caso limitado a dois pagamentos do FCVS, e deve, portanto, receber como contrapartida a garantia, que é a razão de ser do Fundo.

O PLS nº 230, do Senador Paulo Paim, por seu turno, elimina a arbitrária diferença de tratamento que se estabeleceu entre os mutuários do Sistema Financeiro de Habitação. Alguns foram justamente amparados pela legislação e outros não. E qual o critério para essa discriminação? A data de transferência informal do financiamento, ou seja, a data da celebração dos chamados “contratos de gaveta”.

O PLS nº 230, de 2007, estabelece nova data limite, 21 de dezembro de 2000, exatamente a data da publicação da Lei nº 10.150, que criou condições menos restritivas para a cobertura do FCVS em financiamentos que tenham objeto de transferência sem interveniência do agente financeiro mediante “contratos de gaveta”.

Não há justificativa para que mutuários que viveram situações rigorosamente idênticas tenham tratamento distinto, simplesmente, porque a data de transferência dos seus contratos foi diferente. A regra é tratamento igual para todas as situações iguais.

Como bem lembra o autor da justificativa, a transferência de contratos por meio de instrumentos particulares, sem a interveniência do agente financeiro, foi prática largamente disseminada, tanto assim que a própria legislação cuidou de legitimá-la, transferindo aos novos mutuários os mesmos direitos dos mutuários originais.

Por fim, também nesse sentido, é conveniente destacar que a própria jurisprudência reconhece a prática dos chamados contratos de gaveta como lícita, de forma ainda mais pacífica após a edição da Lei nº 10.150, de 2000. Inclusive, há um parecer do Relator Ministro Luiz Fux, do STJ, em relação a este assunto do relatório.

Assim, não restam dúvidas quanto à adequação das propostas sob as perspectivas jurídicas, sociais e econômicas.

Tendo em vista que elas foram apensadas, eu apresentei um substitutivo ao PLC nº 57, de 2007; portanto, sintetizando as duas propostas. Então, o substitutivo está aqui, apresentado já como no próprio relatório, e o voto é favorável, com apresentação desse substitutivo.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o relatório do Senador Antonio Carlos Júnior.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório do Senador Antonio Carlos Junior, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório por unanimidade.

Aprovado o relatório, a Comissão passa esta matéria a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 57, de 2007, nos termos da Emenda nº 01 da CAE-Substitutivo, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2007.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Roberto Cavalcanti

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Nobre Senador, eu fui Relator do item nº 5 que, por falta de *quorum*, não foi votado. Eu pediria que fosse colocado em votação o item nº 5 e, no momento

oportuno, o item nº 7, que sucede o item nº 6 que tem também relatoria que me coube, para que eu tivesse a oportunidade de relatá-lo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o Relatório do Senador Roberto Cavalcanti, já li há poucos instantes nesta Casa, com relação à decisão tomada nos autos da petição avulsa, de autoria do Instituto Amazônico da Cidadania, apresentada contra o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

O relatório é pelo arquivamento do Ofício S e pelo encaminhamento do Parecer à Comissão Nacional de Justiça.

Portanto, em votação a matéria que já foi apreciada pela Comissão de Justiça e Cidadania, com parecer pelo arquivamento do Ofício S e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

Em votação, portanto, o Relatório do Senador Roberto Cavalcanti.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam com o relatório, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório por unanimidade.

Este, passa a constituir o Parecer da CAE, pelo arquivamento do Ofício S, e pelo encaminhamento do Parecer à Corregedoria Nacional de Justiça.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166 DE 2010

- Não Terminativo –

O relatório foi lido há poucos instantes pelo Senador Sergio Zambiasi.

Trata-se do Projeto de lei da Câmara que *institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos- Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.*

Autoria: Deputado Alberto Goldman

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: - A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com Parecer favorável ao Projeto;-

- A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Serviços de Infra-Estrutura em decisão terminativa.

Em votação o relatório do Senador Sérgio Zambiasi.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como estão. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço a palavra apenas para, em breves, palavras, registrar a importância desse projeto bem como para cumprimentar o Relator, Senador Sérgio Zambiasi e o autor, Deputado Alberto Goldman. O projeto veio em um momento importante, precisamos disciplinar as questões relativas às pessoas com deficiências, a sua mobilidade em todo o País. Estamos com urbanização crescente, e, portanto, o projeto é muito propício. O Senador Zambiasi fez um bom trabalho e informa que é bem completo e bem positivo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aprovado.

Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo e também me congratulo com o Governador Alberto Goldman, autor do projeto, bem como com o Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

Aprovado, o relatório passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

Agradeço a compreensão de todos os colegas acerca desse projeto, que é realmente muito importante e trata da questão da mobilidade urbana, que é um caso muito sério. Cada colega manifestou sobre o gravíssimo problema que especialmente as regiões metropolitanas enfrentam neste momento. Esse projeto do hoje o Governador de São Paulo, Alberto Goldman, com a contribuição de várias outras propostas, inclusive da Presidência da República, reordena o processo e amplia muito as alternativas que pretendem melhorar a mobilidade urbana, que se constitui em um caso realmente sério. Hoje mesmo, um colega aqui da Consultoria me mostrou matéria que é destaque nos jornais brasileiros e internacionais segundo a qual o transporte brasileiro está em último lugar no *ranking* internacional, exatamente por questões de infraestrutura, logística etc. Aí se inclui, seguramente, o transporte urbano, o transporte coletivo. É hora de avançar, exatamente porque estamos parados no

tempo. As nossas últimas legislações são anteriores. Está aqui matéria, está destacada em inúmeros jornais, que trata dessa notícia. Está dito aqui o Brasil é o último lugar no *ranking* internacional do transporte. Estamos aqui, portanto, nos últimos lugares, mas, no transporte, no último lugar. É matéria sobre a qual se deve refletir.

Fiquei muito feliz em ver a manifestação dos colegas no sentido de darmos celeridade, já que essa proposta tramitou quinze anos na Câmara dos Deputados. No Senado, o Presidente Garibaldi Alves me concedeu a honra de relatá-lo na quarta-feira passada. Eu me comprometi que o relatório estaria pronto para que nós pudéssemos tê-lo incluído hoje na pauta e vê-lo aprovado, como está acontecendo neste momento. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se o Deputado Alberto Goldman, se ele vislumbra problemas há quinze anos, avalie agora como o problema se agravou.

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Júnior. (*Pausa.*)

V. Ex^a deseja fazer uso da palavra, ou não?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Apenas para parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi e V. Ex^a por terem, em tão pouco tempo, propiciado a aprovação do parecer, o que dará encaminhamento para que nós possamos acelerar a tramitação na próxima reunião da Comissão do Meio Ambiente.

É inaceitável que um projeto dessa magnitude, dessa importância, que trata da mobilidade urbana em cidades como a minha... Belém, hoje, já tem engarrafamento em qualquer hora do dia, não é só nas horas de pico. Nós temos que descer o olhar sobre essa questão sob pena de inviabilizar. Aumenta o número de carros e as ruas, as vias continuam as mesmas. Quero, então, parabenizar o Governador Goldman. Como V. Ex^a mesmo disse, Sr. Presidente, se há quinze anos o então Deputado Alberto Goldman já estava preocupado com essa situação... Lamentavelmente, se passaram quinze anos para que a Câmara pudesse encaminhar ao Senado. Então, vamos agilizar com o Senador Renato Casagrande – também na Comissão de Meio Ambiente – para que possamos acelerar ainda nesta legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O bom seria arquivar o projeto, até com os aplausos do governador, por ser inócuo, porque o problema estaria resolvido.

Item 1 da pauta:

Projeto de Lei do Senado nº 16/2008, de autoria do Senador Marconi Perillo, cujo relator é o Senador João Vicente Claudino, que apresentou aqui há poucos instantes o seu relatório favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista ao projeto referente ao Item 1 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Eduardo Suplicy pede vista do projeto.

O processo será encaminhado a V. Ex^a.

Item 7 da pauta:

Avisos 43 e 75/2010, matérias não-terminativas.

Programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior. Autoria do Ministro da Fazenda.

O relator é o Senador Roberto Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Agradeço, Sr. Presidente.

Tentarei ser o mais breve possível para podermos avançar com a pauta.

Na verdade, tratam-se de dois Avisos nºs 43 e 75, ambos de 2010, originários do Ministério da Fazenda e enviados ao Senado Federal para contexto da execução do programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, de que trata a Resolução do Senado de nº 20/2004.

Na verdade, é um procedimento que obriga que o Ministério da Fazenda passe pelo Senado Federal as operações de responsabilidade do governo federal, da União, no tocante ao passivo.

O Aviso nº 43 se refere a emissões externas de títulos da República no período de abril a junho de 2010. Ele se faz acompanhar do relatório de execuções do programa de emissão de títulos e de administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, durante o período em questão.

Trata-se de uma emissão, realizada no dia 15 de abril de 2010, de bônus denominados Global 2021, no volume de 787 milhões, 500 mil dólares americanos, sendo 750 milhões de dólares dos Estados Unidos da América colocados nos mercados europeu e norte-americano e 37 milhões de dólares americanos colocados no mercado asiático.

Já o Aviso nº 75...

Sr. Presidente, peço silêncio por favor.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

No tocante ao Aviso nº 75, de 2010, o Ministério da Fazenda detalha as operações realizadas no período de julho a setembro de 2010...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pediu silêncio, então vou obedecer a V. Ex^a. porque até eu estava conversando.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – ...dois títulos da dívida pública resgatados com recursos oriundos das referidas operações de todos os demais bônus emitidos no amparo do programa de emissão de títulos e de administração de passivos de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior.

Essa emissão foi no dia 27 de julho de 2010. Ocorreu a primeira reabertura de bônus denominada, neste caso, Global 2021, no volume de 825 milhões, sendo 150 milhões no mercado americano e europeu e 75 milhões no mercado asiático.

Na verdade, registro também, Sr. Presidente, que foram lançamentos que tiveram nas suas bases as menores taxas de juros da história desses lançamentos.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, voto pelo arquivamento dos Avisos nº 43 e 75, ambos de 2010, do Ministério da Fazenda, depois que os membros desta Comissão deles tomarem ciência.

Era isso, Sr. Presidente, e me desculpe pela solicitação de silêncio quando V. Ex^a, meu querido Presidente, estava também no meio desse bate-papo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em discussão o relatório do Senador Roberto Cavalcanti. *(Pausa)*

Em votação o relatório do Senador Roberto Cavalcanti.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. *(Pausa)*

Aprovado o relatório por unanimidade este passa a constituir o parecer da CAE pelo conhecimento dos Avisos nº 43 e 75, de 2010, e posterior arquivamento.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra pela ordem o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria imensamente de votar aqui esse projeto que é o Item 1 da pauta, que está na página 16.

O Senador Suplicy pediu vista.

Mesmo assim, eu queria dizer que é muito pertinente esse projeto, sobretudo cumprimentar o Senador João Vicente Claudino, na medida em que a sua emenda é meritória e busca uma melhor distribuição

dessa receita feita pelo DPVAT, uma vez que parte desses recursos será destinada também para os fundos estaduais e municipais.

Lamentavelmente, como bem disse na sua emenda, os acidentes acontecem nos municípios e nos Estados, e quase nada dessa receita do Governo Federal era repassado para os fundos.

Nesse caso, está-se fazendo justiça, tendo em vista que os índices de acidentes automobilísticos no Brasil são altíssimos, por sinal, os maiores do mundo. E, lamentavelmente, os Municípios não têm receita suficiente para atender a essa demanda, tendo em vista, por exemplo, que algumas pessoas acidentadas, algumas pessoas atropeladas chegam ao ponto absurdo de esperarem por cinco ou seis meses para fazerem um cirurgia – para quebra de braço ou perna, por exemplo -, porque os recursos são insuficientes, diante da precariedade vivenciada pela saúde pública no Brasil, em que pese o SUS tem tentado um esforço hercúleo para atender a demanda. Mas, nesse caso, todos os recursos carreados para a área da saúde, principalmente este aqui, são fundamentais.

Portanto, quero dizer: parabéns, Senador João Claudino, por sua emenda, que buscou fazer justiça para os Municípios e para os Estados brasileiros.

Esse é um projeto sobre o qual temos de pedir ao Senador Eduardo Suplicy que, se possível, após esse pedido de vista, devolva-o rapidamente, para que esta Comissão vote, e o projeto tramite nas demais Comissões, para que seja aprovado e depois essa distribuição de recursos seja feita pelo Governo federal para os Estados e para os Municípios.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

- Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Já que o Senador Eduardo Suplicy pediu vista, eu peço vista para que haja vista coletiva.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito bem, nosso Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jayme Campos.

Item 8 da pauta.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Apenas para esclarecer para aqueles que eventualmente possam não entender a razão de o Senador Antonio

Carlos Júnior solicitar vista coletiva, é exatamente para propiciar celeridade ao projeto.

Quero me solidarizar com as palavras do Senador Jayme Campos, parabenizar ao Senador João Vicente Claudino pela emenda, que melhora consideravelmente um projeto que já era bom, e parabenizar a iniciativa do Senador Antonio Carlos que, com a vista coletiva, permite uma celeridade maior ao processo.

Por fim, apelo ao Senador Suplicy para que devolva o projeto no menor tempo possível, com sua análise, porque, efetivamente, há uma grande expectativa com relação a esse projeto. Por exemplo, está presente, aqui no plenário, o prefeito da cidade de Marau, situada na região do planalto médio do Rio Grande do Sul, Valmir Perin Zanchin, que é presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Ele veio a Brasília acompanhar esse projeto. Isso dimensiona a importância da proposta, Senador João Vicente, cuja relatoria foi apresentada por V. Ex^a.

Então, é importante que os quase seis mil prefeitos brasileiros entendam a dimensão desse projeto e se manifestem em relação a ele aqui no Senado, para que possamos dar celeridade à análise e à sua votação.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Quero dizer que o apelo do Senador Jayme Campos, Zambiasi e certamente do Senador João Claudino será atendido. Eu me comprometo a, até terça-feira próxima, apresentar as ponderações que serão encaminhadas. Inclusive o ponto de vista do Governo, até terça-feira, estará aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador João Vicente Claudino.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Se me permite o Senador João Vicente, eu só quero cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy, como sempre sensível. E principalmente isto aqui, Senador Suplicy, tenho certeza de que vai atender a muita gente humilde neste País, pessoas que estão há quatro, cinco meses em hospitais públicos e infelizmente não conseguem uma cirurgia.

Então, V. Ex^a, que é sensível, é um homem do povo, possibilitará que, na terça-feira, estejamos aqui votando, se possível, já com as observações, naturalmente, que V. Ex^a tem que fazer.

Muito obrigado por sua sensibilidade.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) - Sr. Presidente, esse projeto do Senador Marconi Perillo é meritório. A questão da saúde no Brasil é um problema gravíssimo. Nós temos pouco financiamento na saúde, uma deficiência na gestão, e a regulamentação da Emenda 29 não ocorre, dentro de um pacto federativo que venha a dividir essa responsabilidade. Assim, recai, cada vez mais, para Estados e Municípios, o ônus, principalmente nos acidentes de trânsito.

Então, nós ampliamos o projeto do Senador Marconi Perillo, e eu tenho a convicção de que os Municípios brasileiros têm que se mobilizar, por meio da Confederação dos Municípios, os Estados, para que nós possamos ter essa distribuição dos recursos da saúde, principalmente o DPVAT que cheguem aos Municípios, que são verdadeiramente quem dá assistência àqueles que mais necessitam, principalmente nesses casos dos acidentes de trânsito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fica concedida, portanto, vista coletiva, e o projeto será votado na próxima semana.

Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 530, de 2007, não terminativo. Altera o art. 5º da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para condicionar a amortização de débito junto ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, Fies, pelo estudante financiado à obtenção de rendimentos pessoais sujeitos à tributação pelo Imposto de Renda da Pessoa Física. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Presidente Garibaldi Alves Filho, vou solicitar a retirada deste item da pauta hoje, tendo em vista um reexame do próprio processo. Nós, este ano, conseguimos aprovar e colocar em vigor o novo Fies. O Ministro Haddad e o Presidente Lula regulamentaram a fiança. Quer dizer, nós conseguimos fazer um bom avanço.

Tendo em vista todo esse processo e o fato de o projeto ser de 2007, trata-se de uma readaptação, e a Comissão de Educação apresentou também um projeto nessa direção, eu peço um tempo para reexaminar e, inclusive, talvez, unir o projeto da Comissão de Educação ao projeto do Senador Cristovam Buarque no sentido de melhorar a proposta e avançar mais. É um item importante que eu preciso reexaminar se algo já não está previsto, parte dele não está previsto na regulamentação da fiança do Fies.

Então, é uma dúvida que me ocorre aqui, razão pela qual solicito a momentânea retirada da pauta da Ordem do Dia de hoje.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Presidente, esta proposição do Senador Cristovam Buarque tem sentido com relação à preocupação do não resgate desses financiamentos. Ainda há pouco a imprensa nacional divulgou que isso será um novo esqueleto em nível federal, porque não está havendo o retorno desses financiamentos, tanto é verdade que o Senador Cristovam está aqui preocupado em adequar o retorno ao rendimento. O próprio Senador Sérgio Zambiasi faz referência ao projeto que cria um fiança, ou seja, dá uma garantia de retorno ao financiamento.

Eu pediria, Senador Sérgio Zambiasi, que V. Ex^a, como Relator, pudesse solicitar do Ministério um levantamento do quadro hoje da inadimplência ou adimplência dos tomadores do financiamento, para que a gente pudesse se debruçar com mais cuidado e até fazer propostas. Eu tenho uma ideia que eu imagino que a gente podia utilizar. Eu acho que, se o Governo está dando e deve dar as condições para financiar o estudo de terceiro grau, nós podíamos fazer, como contrapartida desse estudo, dessa formação de terceiro grau, uma prestação de serviço em áreas carentes do País. Então, o médico que teve a sua formação custeada pelo Estado, através de um financiamento ou através de uma escola pública, prestaria um serviço, um ano de serviço remunerado, e teria inclusive abatido o financiamento em uma área em Estados onde haja dificuldade de levar o profissional.

Falo em Medicina porque, no meu Estado, para se levar um médico para o interior, os salários que o Governo paga são da ordem de R\$2 mil, e eles só vão com algo em torno de R\$25 mil. Ou seja, não há condições de os prefeitos das cidades mais distantes manterem às suas expensas um médico permanente no Município, o que é necessário para a preservação de vidas, que se perdem sem atendimento.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Acolho a sua sugestão, Senador, até porque talvez o interessante, inclusive na linha da sua sugestão, seria chamarmos, em uma audiência pública, o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, que é o novo gestor do Fies. A Caixa passou apenas a ser o agente financeiro do Fies. O FNDE é o responsável pela administração. Então, talvez tenhamos uma informação mais adequada e um aperfeiçoamento da proposta a partir de uma audiência pública, que poderá

ser solicitada aqui nesta Comissão ou na de Educação, para exatamente tratarmos desse esqueleto que vem sendo denunciado pela opinião pública.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Senador Garibaldi, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Eu gostaria de ponderar também, junto ao Senador Sérgio Zambiasi, no sentido de que o projeto, se bem que extraordinariamente bem concebido pelo nosso colega e meu ex-professor Cristovam Buarque, mas condiciona a amortização de um débito em função de estar constatada a obtenção de rendimentos de pessoas físicas sujeitas à tributação do Imposto de Renda. Então, cria-se também um condicionante que, digamos, isso pressupõe... Por ilação, poderá haver uma tendência de as pessoas não quererem ter seus rendimentos oficializados junto ao Imposto de Renda durante um determinado período.

Então, acho que se deveria tomar, também, uma cautela no tocante a isso. Porque o condicionante... É automático: se o estudante está tendo a possibilidade de ter geração de receita, de renda própria, automaticamente essa renda, nos parâmetros de um país democrático e tributariamente homogêneo, ele teria que fazer seus rendimentos sujeitos a tributação. Não vejo como não estaria sujeito a tributação. Então, talvez seja indutor a um trabalho remunerado não declarado. Também temo por esse ângulo.

Eu pediria a V. Ex^a, caso seja solicitada uma discussão disso em audiência pública, que esse tema também fosse questionado, e que o Ministério da Fazenda, por intermédio da Receita Federal, fosse ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, quero apenas agradecer as duas valiosas contribuições – do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Roberto Cavalcanti –, que me convencem ainda mais da importância da retirada de pauta hoje, para nova análise da proposta, inclusive com a possibilidade de ouvirmos o presidente do FNDE, representando a Caixa, no sentido de encontrarmos uma solução adequada para o problema, eis que o projeto é de 2007 e nós tivemos enormes avanços, como eu disse, com o novo Fies já em vigor, agora com o novo sistema de fiança já aprovado, já regulamentado e sancionado pelo Presidente da República, enfim, algumas alterações que contribuem muito para facilitar a vida do estudante, e não queremos, sob hipótese nenhuma,

Nós não queremos, sob hipótese nenhuma, criar prejuízos ao Fundo de Financiamento, pois este é que garante a autossustentação do próprio projeto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O item 9 da pauta foi retirado por proposta do próprio autor.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O item 8, para reexame.

Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Acaba de adentrar a nossa Comissão o aniversariante do dia, Senador Romero Jucá. Então, eu gostaria que fosse registrado, além da presença, os nossos parabéns ao aniversariante.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, receba os nossos parabéns. Já entrou nos 60?

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Ainda não, 56.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Perigoso é entrar nos 60. Eu não dizer que não, mas é perigoso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a diz que é perigoso por quê? V. Ex^a já entrou e sabe dos perigos que tem essa idade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É perigoso porque o sujeito se torna um sexagenário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas é a melhor idade, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É.

(Interrupção da gravação)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...da pauta. Projeto não terminativo, de autoria da Comissão e Direitos Humanos e legislação Participativa, modifica o inciso I do §3º do art. 7º da lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002, e dispõe sobre a isenção de multas tributárias nos casos que especifica. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra S. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o projeto de Lei do Senado nº 653 vem da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com o relatório do Senador Jayme Campos.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nada a opor. No que concerne à juri-

dicidade, a proposta se afigura irretocável. Portanto, o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado. A matéria, na verdade, inova o ordenamento jurídico, possui o atributo da generalidade, tem assertividade e também é compatível com as principais diretrizes do sistema do Direito pátrio.

No tocante à técnica legislativa empregada, algumas alterações devem ser feitas. Deve ser incluída na redação proposta ao art. 7º, §3º, inciso I, da Lei 10.426/2002 a linha pontilhada indicativa de que não estão revogados os incisos posteriores ao inciso I.

Embora não diga respeito ao atual projeto, deve ser suprimida a menção à lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, pois a multa por atraso na entrega da declaração simplificada das micro e pequenas empresas optantes pelo Simples Nacional é disciplinada pelo art. 38 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

É necessário retificar o nome do órgão competente para a aplicação das multas constantes do art. 2º da proposição, atualmente a Secretaria da Receita Federal do Brasil e não mais Secretaria da Receita Federal.

O art. 2º da proposição não concede isenção, mas, sim, anistia. É conveniente usar linguagem direta, que dá mais clareza ao texto do dispositivo. Propomos, ao final, emendas que corrigem essas imperfeições.

Quanto ao mérito, consideramos que o valor de R\$500,00 hoje em vigor é extremamente elevado, posto que a maior parte das entidades sem fins lucrativos é de pequeno porte, sem grandes fontes de recursos. Pois, então, é razoável a redução do valor da multa mínima para R\$200,00, que é o valor atualmente previsto para pessoa jurídica inativa e para pessoa jurídica optante pelo regime simplificado de tributação.

Concordamos, também, com os termos da emenda que apresentamos com a anistia proposta no art. 2º, a fim de incentivar tais entidades a regularizar sua situação perante o Fisco. Porém, consideramos prudente estabelecer limites para a alteração do benefício, razão pela qual incluímos o parágrafo único no referido artigo.

Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 653, de 2007, com as emendas apresentadas com os limites para a multa e também dando prazo para que haja a regularização da situação perante a Receita Federal.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Romero Jucá, aniversariante do dia.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, não é para dar um presente, é para pedir vista. Mas eu gostaria de dizer que a matéria é complexa, trata de mecanismos da Receita Federal, acho que as emendas melhora o projeto, mas eu gostaria de pedir vista de toda sorte, para discutir com o Governo e trazer nas próximas reuniões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Romero Jucá pede vista. Acho que S. Exª não deveria pedir, porque hoje é o dia do seu aniversário, deveria ser mais generoso...

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedida vista...

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vista coletiva.

Passamos ao Item 10 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2010, não terminativo. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relator: Senador Adelmir Santana. Com a palavra S. Exª.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, demais Srs. Senadores, trata-se de matéria tributária, portanto de competência da Comissão de Assuntos Econômicos, para análise prevista no art. 99, inciso IV, do Regimento do Senado.

A iniciativa do projeto é sem dúvida nenhuma meritória. Quanto ao mérito, e segundo informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, atendem perfeitamente as exigências.

Eu queria dizer que essa questão do microempreendedor individual fez parte de uma alteração que fizemos na última revisão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, objetivando incluir entre aqueles que têm a cobertura da Previdência Social e assistência do Estado brasileiro que, nos empreendedores com faturamento mensal de até R\$3 mil ou R\$36 mil/ano... Apesar dos dados do Ministério, quando elaboramos o Relatório, serem extremamente inferiores ao que hoje acontece, já ultrapassamos, segundo os dados do próprio SEBRAE e também, hoje, do Ministério, mais de 750 mil brasileiros tiveram a oportunidade, a partir de junho, quando entrou em vigor esse dispositivo, de se formalizarem, de adquirirem um CNPJ, de terem acesso à Previdência Social.

Então, essa conquista para a inclusão dessas pessoas – o pequeno pipoqueiro, o sapateiro, a manicure –, para terem acesso creditício, acesso previdenciário, foi um avanço. Quero louvar a atitude do Senador Gurgacz, que propõe naturalmente o acréscimo desses valores, ou desse valor de R\$36 mil para R\$72 mil. Por-

que talvez aí esteja também havendo um impedimento para chegarmos a uma meta mais audaciosa, porque é sabido que no Brasil teríamos em torno de 13 a 14 milhões de brasileiros que mantêm as suas famílias sem serem reconhecidas pelo Estado brasileiro.

Essa lei é tão importante, Sr. Presidente, que, agora, nesse episódio do Rio de Janeiro, as autoridades governamentais do Rio de Janeiro, fazendo referência à Vila Cruzeiro, quando da ocupação daquele ambiente, diziam que mais de 92% de todas as atividades ali existentes estavam na informalidade.

Apenas em um fim de semana em que fizeram lá um esforço 292 pequenas empresas, ou pequenos empreendedores, se formalizaram. Isso demonstra a importância dessa questão do empreendedor individual. Isso tem acontecido, sem dúvida, no país inteiro. É evidente que a elevação acelerada de valores deve ser vista com cautela, sobretudo quando não for acompanhada do aumento concomitante dos valores de contribuição.

Entretanto, entendemos que o valor hoje fixado, o mesmo desde a época em que o Governo Federal se refere ao conceito de pré-empresa, que nós não chegamos a aprovar aqui, cinco anos atrás, é realmente muito baixo e constitui empecilho para o crescimento mais expressivo do número de inscritos, o que justifica amplamente a sua duplicação.

Além disso, não é demais lembrar que a medida vai de encontro às promessas feitas pela então candidata e hoje Presidente eleita, Dilma Rousseff, no discurso da vitória, logo após a apuração das urnas, no sentido de que valorizaria o microempreendedor individual pela ampliação dos limites do Simples nacional, inclusive extensivo a outras faixas, o que possibilitaria incremento no índice de formalização das microempresas. É também promessa da Presidente eleita criar o Ministério da Micro e Pequena Empresa. Eu não tenho uma posição formada sobre isso. Entretanto, para mostrar a importância que deverá ser dada a esse segmento...

Portanto, meu voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do Projeto Nº 195, de 2010, complementar, com algumas emendas que visam apenas a corrigir a redação e a adequação do projeto. Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, eu gostaria de ponderar e perguntar ao Senador Adelmir Santana porque, normalmente, quando é feito um projeto que poderá significar perda de receitas é preciso, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazer a estimativa correspondente. Não havendo essa estimativa, caberia, então, uma solicitação para que ela fosse providenciada. Por essa razão,

peço vista para que possa haver a devida exigência, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Sr. Presidente, o Senador Dornelles me concede por antecipação, em seguida.

Concordo plenamente que haja essa preocupação. A história, entretanto, tem desmentido isso. O que nós estamos buscando é formalizar, vamos dizer assim, é acelerar o processo de formalização. Nós temos mais de 13 milhões de brasileiros na informalidade. A informalidade, todos nós sabemos, traz resultados negativos. Muitas vezes definem investimentos em nosso país porque temos um índice de informalidade altíssimo em relação a outros mercados. Foi mostrado, quando das alterações da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa, nas duas vezes em que foram acrescentados outros setores, que a cada ano, ao contrário de significar redução, tem significado acréscimo de receita. Neste caso específico, a possibilidade é apenas de acréscimo porque permitirá o processo de aceleração da formalização de brasileiros que encontram hoje na informalidade.

Claro que é regimental o pedido de vista, mas essa argumentação não me parece plausível.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Suplicy, V. Ex^a usa do Regimento para solicitar vista num processo da maior importância. Não há o que discutir quanto ao seu pedido de vista; há de se ponderar para que V. Ex^a possa fazer uma revisão do pedido e abrir mão dele, por uma razão muito simples, que o próprio Senador Adelmir Santana já lhe colocou: não há perda de receita no caso específico desse Projeto. O que se pretende com o Projeto é trazer para a formalidade aqueles empreendedores individuais que estão na informalidade. Ou seja, não há receita. Não havendo receita, só haverá ganho para o Tesouro.

E acho que V. Ex^a, que sempre tem a preocupação de atender às minorias, não leu o parecer do nobre Senador Adelmir Santana e já está fazendo oposição à Presidenta eleita, ainda não empossada, Dilma Rousseff, porque o parecer do Senador Adelmir Santana tem um parágrafo que diz assim: “além disso, não é demais lembrar que a medida vai ao encontro de promessas feitas pela Presidente recém-eleita Dilma Rousseff no discurso de vitória, logo após a apuração das urnas, no sentido de que valorizaria o microempreendedor individual pela ampliação dos limites do

Simples Nacional, o que possibilitaria a formalização de microempresas”.

Então, V. Ex^a, além de não ter o objeto do seu pedido de vista necessário, porque não há perda de receita – pelo contrário, há incremento de receita –, V. Ex^a já está fazendo oposição à Presidente eleita e ainda não empossada, que está de acordo com a proposta do Senador Acir Gurgacz, tão bem relatada pelo Senador Adelmir Santana.

Então, peço a V. Ex^a que possa reconsiderar o pedido de vista, até porque ele não é terminativo, Senador Suplicy, pois irá a outra Comissão. Então, V. Ex^a terá o tempo necessário para entrar em contato com o Ministério da Fazenda para saber qual é a preocupação ou a perda de receita, o que não acontece quando o Governo quer atender outros setores que V. Ex^a às vezes nem defende. Mas aqui, quando V. Ex^a é defensor das minorias, está indo contra o microempresário.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria ponderar ao meu prezado amigo Senador Suplicy, uma das grandes figuras desta Casa, que, muitas vezes, uma redução de alíquota implica em aumento de arrecadação.

Nós tivemos, ainda agora, uma posição muito firme do Ministro Guido Mantega, que, enfrentando essa crise mundial, reduziu uma série de alíquotas, e então a economia reagiu e a arrecadação aumentou. Agora, aqui, nesse caso, o Senador Adelmir Santana mencionou muito bem: nós vamos colocar uma grande quantidade de pessoas na formalidade, pessoas que hoje estão mergulhadas na economia informal e que vão entrar na economia formal, sempre fazendo algum tipo de pagamento.

Por isso, eu queria ponderar a V. Ex^a, que sempre tem uma preocupação grande com a situação de diminuirmos a economia informal, para a aprovação dessa matéria, que considero tão importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, o apelo dos Senadores Adelmir Santana, Flexa Ribeiro e Francisco Dornelles faz sentido. Todavia, a decisão responsável implica em nós, sobretudo na Comissão de Assuntos Econômicos, votarmos isso de maneira consciente.

Então, eu avalio que seja necessário formalizar um requerimento ao Ministério da Fazenda sobre o impacto que poderá vir deste projeto, na medida em que ele, de fato, corresponder as observações mencionadas

pelo Senador Adelmir Santana. V. Ex^a pondera que a própria candidata Dilma Rousseff, e vitoriosa, no seu discurso, mencionou sim a importância que dará às micro e pequenas empresas. Eu compreendo isso.

Mas é importante, até porque o próprio Ministro da Fazenda Guido Mantega permanecerá no cargo, já foi anunciada a sua escolha, que ele próprio, como Ministro da Fazenda, possa nos enviar no mais rápido prazo de tempo possível, a expectativa ou previsão de consequência desse projeto de lei.

Assim, Sr. Presidente, eu formalizo um requerimento. E vou pedir à assessoria aqui, de pronto, que organize e prepare, para que possa o Ministério da Fazenda encaminhar a previsão das consequências da aprovação desse projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos, de tal maneira que até a próxima terça-feira tenhamos as informações necessárias, e assim nós possamos votar a matéria.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy mantém o pedido de vista, pelo que eu entendi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sim, para votar conscientemente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está bom. Então eu peço vista coletiva para que ele possa retornar com o processo na próxima terça-feira. Eu duvido que ele tenha a resposta do Ministério da Fazenda até a próxima terça-feira. Mas como é regimental que ele tenha que retornar com as observações dele em sete dias, no caso de vista coletiva, então eu solicito ao Senador Antonio Carlos Junior vista coletiva, para que possamos votar, na terça-feira que vem, esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fica concedida vista coletiva por cinco dias...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a, ouvido o Plenário, porque tenho que ir à Comissão de Meio Ambiente agora, pois eu precisava aprovar, ajustar... Nós vamos ter amanhã uma audiência conjunta de cinco comissões para tratarmos do PL nº 116.

Mas é necessário fazermos uns ajustes, juntamente com o Senador Antonio Carlos Júnior, de nomes

que em várias comissões foram sugeridos, porque é preciso que eles sejam aprovados também nas demais comissões. Então, trata-se de um requerimento extrapauta somente para incluir esses nomes na audiência de amanhã.

Por isso, peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, que houvesse a inversão para que eu possa também fazê-lo na Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sim, mas nós submeteríamos agora na CAE...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim, agora, na CAE. Por isso é que eu estou pedindo a inversão da pauta, a fim de que possamos fazer a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu peço a V. Ex^a que faça a leitura da sua propositura.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É uma inclusão extrapauta... Na realidade, não é uma inversão de pauta, primeiramente; trata-se de uma inclusão extrapauta do requerimento de minha autoria e do Senador... Peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa me dar a honra de subscrevê-lo também. Então é um requerimento nos seguintes termos:

“Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2010-CAE, a realização de audiência pública com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, e que sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas:

Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. José Jorge;

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. Ronaldo Sardenberg;

Presidente do Sindicato da Indústria de Audiovisual do Estado de São Paulo, Sr. Roberto Moreira;

Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro, Sr^a Marisa Leão; e

Presidente da Fundação Getúlio Vargas, Sr. Carlos Ari Sundfeld.”

Esses são os termos do requerimento que peço inclusão extrapauta primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que acaba de ser lido pelo autor...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, é inclusão extrapauta, para que depois possamos fazer inversão de pauta e votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas já está em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ah, já?

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em votação.

Os Srs e Sr^{as}...

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Sr. Senador Eduardo Suplicy para discutir.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu só queria uma esclarecimento, porque este projeto de lei será objeto de audiência pública amanhã na CCJ, com a participação da CAE. Então, já há um requerimento para um debate relativo a esse projeto. Então, eu gostaria de pedir um esclarecimento ao Senador Flexa Ribeiro. É a mesma audiência que já está programada?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É a mesma audiência, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Então, já está aprovada.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não, nós só estamos ajustando nomes de convidados que não estavam no requerimento inicial.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Era só o esclarecimento que eu queria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, tendo em vista o número de convidados, eles ficariam para a segunda...

(intervenções fora do microfone – inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, está aprovado o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Convido o Senador Eduardo Suplicy para que ele faça uma saudação aos visitantes que, neste momento, estão aqui nos dando a satisfação a todos os que estão aqui da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de anunciar – conforme V. Ex^a me abre a possibilidade de fazê-lo – que estamos recebendo aqui, acompanhado dos membros da Embaixada do Sudão no Brasil, a Ministra do Desenvolvimento Social do Sudão, a Sr^a Afaf Ahmed Abderrahman, que veio ao Brasil a convite dos Ministérios de Desenvolvimento Social, da Saúde, da Previdência Social e outros, que estão organizando esta semana, em Brasília, um congresso internacional sobre as formas de seguridade universal, um congresso que considero de grande importância.

Eu gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer pois, representando o Senado Federal na última semana, eu estive no Sudão, onde fui convidado como Senador e indicado pelo embaixador do Brasil no Sudão, Antônio Carlos do Nascimento Pedro, para expor sobre os programas de combate à pobreza no Brasil – o Programa Bolsa Família e outros – e a perspectiva de um dia chegarmos à renda básica de cidadania.

Quero dizer que houve um enorme interesse, porque ali estavam reunidos todos os ministros da área social da África; um simpósio em que havia mais de 650 inscritos, e todos ministros de desenvolvimento social e áreas correlatas de bem-estar e seguridade social do Sudão e dos demais países africanos. Eles tiveram um enorme interesse em conhecer os programas de combate à pobreza no Brasil, e como desde 2001/2002 houve a redução do coeficiente Gini, a diminuição da pobreza absoluta no Brasil.

Inclusive, ali estava presente a Ministra Afaf Ahmed Abderrahman, assim como a Ministra Amira El-Fadil e outras autoridades. O simpósio foi presidido pelo Vice-Presidente do Sudão, Ali Osman Taha, que recomendou aos africanos todos que estudassem as proposições todas apresentadas por mim, seja relativas aos programas efetivados no Brasil, seja a perspectiva da renda básica de cidadania.

Eu procurei mostrar como os projetos são consistentes, inclusive com as recomendações do Alcorão, do Islamismo, assim como na experiência ali das câmaras do Zakat, no Sudão.

Gostaria de dizer que pude ali conversar com as pessoas do governo, que me informaram o tanto que eles desejam que haja um aprofundamento das relações de amizade com o Brasil, pois isso colaborará, e muito, para que o Sudão possa ter uma melhor relação com outros países das Américas, inclusive com os Estados Unidos, com uma relação de maior soberania e respeito mútuo.

Então, agradecemos muito a visita ao nosso Senado Federal da Ministra do Sudão Afaf Ahmed Abderrahman e dos representantes da Embaixada do Sudão no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, que fez aqui uma saudação à Ministra do Exterior do Sudão...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT - SP) – Ministra do Desenvolvimento Social do Sudão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Do Desenvolvimento Social do Sudão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT - SP) - Afaf Ahmed Abderrahman.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a visitou o Sudão recentemente e agora recebe a visita de membros daquele governo. Eu acho que V. Ex^a, assim, incrementa o nosso bom relacionamento com aquele país.

Dizendo isso, quero pedir licença aos visitantes para continuar aqui a nossa Ordem do Dia, apenas votando requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 2.010 (CAE)

Em aditamento ao requerimento nº 27/2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, requeiro também seja convidado, para participar da audiência pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116/2010, o Sr. Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

REQUERIMENTO Nº

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença do seu presidente, Luciano Coutinho.

Autoria: Senador Aluizio Mercadante.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Amanhã,

A Comissão de Assuntos Econômicos participará da 43ª reunião... Quer dizer, os seus integrantes estarão presentes à 43ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quando a Comissão de Justiça, a Comissão...

(Pausa.)

Antes de encerrar a reunião, comunico aos Srs. Senadores que amanhã participaremos, juntamente com os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de uma audiência conjunta dessas comissões, que será realizada amanhã, dia 1º de dezembro de 2010, na Sala de Reuniões nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa.

Antes de terminar, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da 40ª e da 41ª reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos. *(Pausa.)*

Está aprovada a matéria.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, encerro e levanto esta reunião, lembrando que termos, amanhã, essa reunião conjunta da nossa comissão juntamente com outras quatro comissões desta Casa.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 11 minutos.)

SECRETARIA DE COMISSÕES COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS EM CONJUNTO COM A 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Roberto Cavalcanti, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Flávio Arns, Inácio Arruda, Papaléo Paes, Regis Fichtner e Sérgio Zambiasi, reúnem-se as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Mão Santa, Efraim Morais, Raimundo Colombo, Mozarildo Cavalcanti e João Durval. Justificam ausência os Senadores Marcelo Crivella e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. Prosseguindo, inicia-se a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, em atendimento aos Requerimentos nº 42/10-CE, de autoria da Senhora Senadora Marisa Serrano e nº 62/10-CAS, de autoria da Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, que tem como objetivo debater o tema **“Primeira Infância e Cultura da Paz”**, inserido na programação da “Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, organizada pelo Senado Federal, no pe-

ríodo de 16 a 19 de novembro do corrente. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Adriano Souza de Freitas, Assistente de Diplomacia Pública da Embaixada Britânica; Senhora Maria Isabel Gonçalves Henriques, Psicóloga da 1ª Vara da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF; Senhora Paula Freire Coutinho da Rocha, Psicóloga da 1ª Vara da Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF; Senhora Roberta Santana Simas, Psiquiatra Infantil da Associação Acolher; Senhora Rita Góes Bezerra de Moraes, Psicóloga da Entrelaços da Infância; Senhora Cristiane Kanzler, Psicóloga; Senhora Luiza Marques Borges, Psicóloga; Senhor Vladimir Melo, Psicólogo; Senhora Kelly Karine de Souza Castro, Administradora e Responsável Técnica da Clínica Conviver Psicologia; Senhora Elna Dias Cardoso, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Lucimar Nogueira Gondim Batista, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Rosana Maria de Arruda Correia, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Helaine de Fátima da Silva, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Kênia Cláudia dos Santos, Professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhora Neuza Maria Moreira Milhomens, Professora do Centro de Atenção Inicial à Criança e Juventude – CAIC, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; Senhora Izabel Delci Lopes Machado, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Márcia Betânia do N. Farias, Professora de Educação Física do Centro de Educação Infantil 04; Senhora Lindalva Bispo Pereira, Professora do Centro de Ensino Infantil 04; Senhora Maria Nazaré Rodrigues dos Santos, Professora do Centro de Ensino Infantil 04; Senhora Patrícia C. Campos Ramos, Professora de Cursos a Distância da Universidade de Brasília – UnB e do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB; Senhora Sileide S. Dantas, Professora do Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga; Senhora Cleide Maria de Souza, Professora do Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga; Senhora Cláudia Siqueira, Diretora do Instituto Sidarta; Senhora Cláudia Patrícia de Oliveira Lima, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Neide Aparecida Lopes, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Tânia Maria T. Maciel Carvalho, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Rita de Cássia Rodrigues da Silva,

Professora do Centro de Educação Infantil 04 de Taguatinga; Senhora Eva Fabíola Antunes Barros, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Edna Maria Alves Fernandes, Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Senhora Alessandra Romano Grangeiro, Secretária Executiva do Instituto de Promoção da Nutrição e do Desenvolvimento Humano – IPREDE; Senhora Jovina Teodoro, Aposentada; Senhora Renata Bonfim, Educadora Socioambiental do Mosteiro Zen Morro da Vargem; Senhora Tereza Rachael R. Santos, Psicóloga; Senhora Cláudia Maria Costa Meneses, Professora de São Sebastião; Senhora Graziella Soares de Jesus, Professora do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília; Senhora Flaviane Antunes Barros, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Eliane Dias Rocha, Professora do Centro de Ensino Especial 02 de Taguatinga; Senhora Regina Andréa Fernandes Bonfim, Professora do Centro de Ensino Especial 02 de Brasília; Senhora Iracilda Rodrigues de Souza, Professora de Educação Precoce da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhora Maria do Carmo Melo Fernandes de Paula, Professora do Jardim de Infância 303 Sul; Senhora Maria do Carmo do Amaral Sobral, Gerente/Assistente Social da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal; Senhora Telma Scott, Professora/Coordenadora Pedagógica do Instituto Sidarta; Senhor João Augusto Bertuol Figueiro, Presidente do Conselho Executivo do Fórum Nacional pela Primeira Infância; Senhora Ednalva Carilho de Matos, Presidente da Associação Mater Amabilis – AMAs; Senhora Denise do Nascimento Percilio, Psicóloga da Unidade de Neomatologia do Hospital Regional da Ceilândia; Senhora Dearose Rodrigues Nunes Maia, Pedagoga da Equipe de Apoio à Aprendizagem da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Senhora Valéria de Souza Barbosa, Mestranda em Psicologia da Universidade de Brasília – UnB; Senhora Elizabeth César Nunes, Mestranda em Política Social do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e Senhora Tereza Freire, Aluna da Pós-Graduação do Curso de Psicologia da Universidade de Brasília – UnB. A Presidência convida para compor a mesa os seguintes oradores: o Senhor Professor Dr. Bernard Golse, Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil Necker-Enfants Malades (Paris, França), com o tema: “A construção do vínculo na adoção”; Senhor Professor Dr. Sylvain Missonier, Instituto de Psicologia da Universidade de Paris, com o tema “A importância dos cuidados pré-natais para a saúde mental” e Senhora Professora Dra. Elvidina Nabuco Adamson-Macedo, da Universidade de Wolverhampton (Wolverhampton, Inglaterra), com

o tema: “O ambiente de cuidados para promover a saúde mental materno-infantil: a perspectiva da psicologia neonatal”. Às onze horas e cinquenta minutos, durante a exposição da Senhora Professora Dra. Elvidina Nabuco, o Senhor Senador Roberto Cavalcanti passa a presidência ao Senhor Senador Augusto Botelho, em virtude de compromissos anteriormente assumidos. Neste momento, o Senhor Presidente Eventual, Senador Augusto Botelho, submete à deliberação do Plenário, a possibilidade da palavra ser concedida a todos os participantes da reunião que dela quiserem fazer uso, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não disciplina sobre reuniões desta natureza. A sugestão é aprovada. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra a Senhora Denise do Nascimento Percilio, Psicóloga da Unidade de Neomatologia do Hospital Regional da Ceilândia – DF e da Clínica de Atenção em Saúde Mental – SER; Senhora Regina Aragão, Psicóloga e Psicanalista e Senhor Laurista Corrêa Filho, Pediatra. A Presidência concede a palavra aos oradores para suas considerações finais e agradece a todos os presentes. Nada mais a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Eliana Almeida Zamboni Rodrigues da Cunha, Secretária Adjunta da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Augusto Botelho**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das atas de reuniões anteriores e a aprovação das mesmas.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneceram como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 42/10, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Marisa Serrano, e 62/10, da Comissão Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, para realização desta audiência pública, destinada a discutir a valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, sessão esta que está inserida na programação da Semana da Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, que se realiza entre 16 e 19 de novembro, no

Auditório Petrônio Portella. As palestras serão realizadas com tradução simultânea.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, grande amigo competente Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa.

Estamos comunicando a V. S^{as} e a V. Ex^{as} que temos os aparelhos de comunicação e tradução simultânea disponibilizados à porta da Comissão. Quem desejar ter a tradução simultânea das exposições que serão feitas em seguida poderá acessar, exatamente na porta da Comissão, esses aparelhos de comunicação e de tradução simultânea.

Nós estabeleceremos, como tempo inicial, 25 minutos para cada um dos expositores. Estão presentes todos os três expositores: o Professor Bernard Golse, o Dr. Sylvain Missonier e a Dr^a Elvidina Nabuco Adamson-Macedo.

Desejo fazer uma especificação: o Professor Bernard Golse é Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil do Hospital *Necker-Enfants Malades* (Paris, França), e o tema da sua palestra será *A Construção do Vínculo na Adoção*; o Professor Sylvain Missonier, do Instituto de Psicologia Universidade de Paris V (Paris, França), e o tema será *A Importância dos Cuidados Pré-Natais para a Saúde Mental*. Por fim, a Dr^a Elvidina Nabuco Adamson-Macedo, da Universidade de Wolverhampton, Inglaterra, e o tema é *O Ambiente de Cuidados para Promover a Saúde Mental MaternoInfantil e a Perspectiva da Psicologia Neonatal*.

Convidaria, obedecendo a ordem, o Dr. Bernardo Golse, para iniciar a sua palestra.

Agradeço a atenção de todos.

O SR. BERNARD GOLSE – Muito obrigado. Gostaria, em primeiro lugar, de expressar o meu prazer e a minha honra de ser recebido por esta Comissão para falar de um assunto que acredito ser importante: a construção dos primeiros laços na adoção.

Faço isso na qualidade de psiquiatra e psicanalista infantil, porque também sou membro do Conselho Superior de Adoção na França, cuja presidência exerci por três anos, Conselho Nacional para o Acesso às Origens Pessoais, ou seja, uma instituição que tem por objetivo ajudar as pessoas adotadas a reencontrar suas origens mais tarde, no decorrer da vida.

Esse é um tema, evidentemente, importante, porque a adoção é uma espécie de laboratório para estudar a criação dos primeiros vínculos – dos primeiros vínculos entre bebês e adultos – e os ensinamentos, as lições da adoção, também são importantes para a criação de vínculos nos bebês biológicos não adotados. Existe algo no processo de adoção – podemos ver de

uma forma mais intensa –, que nos informa sobre a construção dos primeiros vínculos em geral.

Desejo dizer que, na França, fazemos 4 mil adoções por ano: 3 mil adoções internacionais, com um grande número de crianças vindo do Brasil, e mil adoções nacionais, ou seja, que envolvem crianças abandonadas na França.

O objetivo da minha intervenção é tentar levantar alguns pontos de referência que permitam prevenir os riscos da adoção, principalmente o fracasso da situação, difícil de definir, que leva, evidentemente, a um sofrimento psíquico, a uma dor psíquica importante tanto para as crianças quanto para os pais.

Uma condição muito geral, que, na minha opinião, permite minimizar e reduzir os fracassos da adoção é ter em mente que esta deve ser feita em benefício primário da criança. A adoção é organizada em benefício da criança e, secundariamente, dos adultos.

Insisto mais uma vez, dizendo que nos parece na França – e é uma opinião atualmente compartilhada pelo Conselho Superior da Adoção – que não existem direitos dos adultos a serem pais. Felizmente, podemos ser um adulto perfeitamente respeitável e digno de interesse sem ser pai ou mãe. Não, existe um direito particular dos adultos a terem crianças, enquanto existe um direito fundamental, ou seja, o de crianças serem criadas por adultos, se possível por pais e mães. Essa dissimetria é que deve ser mantida em mente, porque, se fizermos adoções que são mais benéficas de adultos do que de crianças vamos ter fracassos importantes.

No pano de fundo também de algumas coisas que eu gostaria de dizer no tempo que me é reservado, gostaria de lembrar que na França temos muitos trabalhos de Jean Guillotin, que definiu os eixos da filiação. Por isso devemos querer dizer o modo de vida como uma criança pode inscrever-se na história de seus pais, na história do seu grupo familiar, social e cultural.

De um modo muito eficaz, Jean Guillotin distinguiu três eixos principais na filiação, que são: o eixo biológico, ou seja, a transmissão dos gametas, do material cromossômico genético, através dos espermatozoides e do óvulo; o eixo legal instituído, ou seja, a transmissão do sobrenome, a inscrição oficial da criança nos diferentes documentos que organizam a vida do cidadão em geral – neste eixo simbólico, gosto muito de acrescentar a inscrição menos oficial, oficiosamente, mas muito importante para a criança é que ela vai escrever, todos os dias, o seu nome e seu sobrenome no caderno na escola, sendo um modo de reforçar a sua vivência simbólica; e o eixo afetivo emocional – às vezes, dizemos eixo narcisístico –, ligado ao feito que, vivendo em conjunto sob o mesmo teto, pais e filhos

vão, aos poucos, poder forjar um sentimento recíproco de pertencer uns aos outros. Para a criança, são esses adultos que vão ser sentidos como os seus pais e vice-versa. Isso é uma coisa que ocorre muito rápido, mas não imediatamente.

A adoção nos mostra que existe um processo de adoção afetiva recíproco, que é um trabalho contínuo, talvez ao longo de toda a vida. Esses três eixos são fundamentais se desejarmos compreender que a adoção é uma situação que não podemos idealizar, negar, satanizar. Para uma criança adotada, não existe apenas a adoção e suas causas, mas uma vida toda. Isso vai existir durante toda a sua vida. Quando, às vezes, encontramos uma pessoa adotada, aos 5, 6, 10 anos, quando tem uma dificuldade, não devemos reduzir uma criança adotada à sua adoção e às condições que deram lugar a essa adoção.

Ao inverso, não podemos dizer que é um programa que não foi adotado. Uma criança adotada foi marcada de modo muito intenso pelo abandono e pela ruptura dos laços iniciais. Acredito ter chegado a um bom termo entre esses dois pólos. A adoção não pode ser banalizada, mas também não pode ser satanizada ou levada em conta demais.

É preciso lembrar que, nos três eixos de filiação, somente o eixo biológico é interrompido. Dos dois lados, uma criança adotada não tem mais a filiação biológica materna e paterna, mas ainda tem a filiação simbólica dos dois lados e a filiação afetiva. Então, ela ainda tem quatro eixos em seis que ainda estão vivos e são, evidentemente, uma garantia quando tudo ocorre bem.

Passo agora ao tema da construção dos vínculos da adoção, que pressupõe uma grande atenção na sua preparação, que é dupla: a da criança e a dos pais. Evidentemente, só posso falar do modo como fazemos as coisas na França. Essa preparação é muito importante, tanto do lado da criança quanto do lado dos adultos, porque a criança que chega – vou ser um pouco provocante, porque isso também ocorre nas casas com filho biológico –, sempre tem um estatuto de estranho. É um membro novo da família. Ele chega com uma carga de mistério, de desconhecido, e é preciso criar laços. Mesmo uma criança biológica tem uma função de intrusa numa família. Quando ele chega, perturba a ordem anterior. Ele chega a uma família onde já existe uma linguagem, onde já existe um pensamento, relações. Mesmo a criança biológica vem perturbar um pouco essa ordem que já existia.

A criança adotada, sobretudo no caso de adoção internacional, traz, além disso, o seu estrangeirismo que, mesmo geográfico, pode ser um problema para adultos ou crianças mal-preparadas.

Então, insisto no fato de que essa preparação é dupla, que concerne tanto aos adultos candidatos à adoção quanto às crianças que vão ser propostas para a adoção.

Para a preparação de adultos na França, temos uma lei que estabelece um procedimento de acordo, com uma duração legal de nove meses. Evidentemente, essa escolha não foi anódina. A idéia é a de que esses procedimentos permitam aos adultos serem declarados aptos para adotarem. É um procedimento que foi um pouco concebido por um legislador francês como uma gravidez psicológica, sendo que o que ocorre na mente dos candidatos à adoção é uma dinâmica psíquica da gestação, da mesma forma que acontece numa gestação biológica, permitindo uma implementação adequada de toda uma série de representações na mente dos pais.

Esse dinamismo psíquico foi muito bem estudado, no caso de gestações reais, biológicas. O Sr. Sylvain Missonier é um especialista neste acesso a este conceito do dinamismo psíquico da gestação. Mesmo falando de modo muito esquemático, é preciso voltar a dar fluidez, jogo, nas representações mensais daquilo que chamamos de filho imaginário, filho sonhado.

Todos temos representações mentais da criança, da infância, e os pais que vão adotar são, em geral, mais velhos do que pais biológicos. Frequentemente, a adoção ocorre após um longo período de infertilidade, de procura de fertilização. Hoje, na França, 90% dos adultos que vêm como candidatos à adoção têm cerca de 10 anos a mais do que a média dos pais biológicos. Dez anos é muito. Trata-se de todo um tempo em que as representações mentais se arriscam no sentido de congelar um pouco, de se tornar fixas.

Para falar rapidamente, diria que quanto mais esperamos uma criança mais nos arriscamos a esperar uma coisa muito precisa. E há um risco de decepção, porque, quando formos confrontados com a criança acolhida, há o risco de que essa criança acolhida seja muito diferente da criança esperada.

Então, toda a dinâmica desses nove meses, desse período de nove meses, é dar um pouco de jogo de cintura, flexibilidade, à mente desse casal candidato à adoção, para que, quando a criança chegar e for acolhida, exista uma distância justa entre a criança em mente e a outra que vai chegar, para não haver um encontro doloroso e, às vezes, traumático.

A preparação envolve também as crianças. Este é um capítulo ainda muito difícil. É preciso dizê-lo. Este é um trabalho muito delicado num país como a França, em que funcionamos por regiões. A preparação dos pais e das crianças passa pelo conselho geral de uma reunião. Existem regiões onde as coisas funcionam

bem, e outras onde funcionam mal. Há uma grande disparidade entre regiões, mas não é tão surpreendente que seja diferente, porque é algo muito delicado. Não basta simplesmente prevenir a criança. É preciso palavras para que ela possa antecipar na sua vida imagens de adultos que não conhece, mas também é preciso também que todos os gestos, todos os cuidados com essa criança antes da adoção, seja em famílias ou em instituições onde as crianças estejam morando antes de ser adotadas, sejam refletidos, pensados, de modo muito sutil para estabelecer funções parentais necessárias para a criança, mas não para substituir imagens parentais.

Então, no nível da formação de profissionais, existe um trabalho extremamente importante a ser feito. O sucesso da adoção passa muito por essa capacidade de formar profissionais para isso, ou seja, para se dar à criança funções como tais, no sentido de ajudá-la a sobreviver sem funcionar como um pai ou uma mãe substitutos, que iriam, na verdade, ocupar, fechar o lugar dos futuros pais.

Na perspectiva dessa preparação das crianças para a adoção, todo o trabalho do Instituto Pickler Loczy, em Budapeste, é extremamente precioso. Falei disso ontem. Trata-se de um guia para se pensar nessa preparação da criança.

O último ponto da minha apresentação, uma vez esse acordo estabelecido, uma vez que os pais sejam considerados prontos para acolher uma criança: é preciso que a criança seja preparada para esse encontro com os futuros pais. Vai haver o que chamamos de *aparentamento*, ou seja, a colocação de criança e pais escolhidos para a criança.

A relação da escolha dos pais é feita por uma comissão de *aparentamento*, que, em função dos prontuários da criança e da família, vai tentar favorecer os encontros mais frutuosos. É difícil porque nunca sabemos se a criança e aqueles adultos são realmente feitos para viver juntos, o que também existe em caso de gravidez biológica.

Uma vez acolhida pela família, parece-nos, na França, que uma coisa nos falta. Fizemos muitos esforços na França – e eu tentei mostrar rapidamente. Antes do encontro com a família, há todo esse procedimento de preparação, mas, depois do acolhimento da criança, temos uma pequena falha: os pais se queixam, muitas vezes, de não saber bem aonde ir para falar.

A lei não previu o acompanhamento das crianças. Muitas vezes, os pais têm vontade, não porque existam problemas, depois de alguns meses, de encontrar uma terceira pessoa e eventualmente falar de problemas que existam. Não temos, na França, estrutura suficientemente acessível, e temos uma tendência a dizer que não

devemos impor isso à família que adotou uma criança, mas é preciso que essas estruturas existam e sejam acessíveis se tivermos necessidade delas.

Com essas diferentes condições, parece-me que crianças e pais adotados poderão construir em conjunto uma nova história que pertença a eles e se enraíze na história da criança antes da sua adoção e na história dos pais também. Há um grau de liberdade suficiente também do lado dos pais para evitar fracassos que levam a grandes problemas.

Agradeço muito por sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB.) – Gostaria de parabenizar o palestrante Bernard Golse pela objetividade, usando o tempo da forma mais preciosa possível, e pelo tema abordado.

Acho que quando se fala do tema, que é a preparação para receber a adoção, é fundamental a preocupação, como foi relatada, voltada para a criança e não para atender, na verdade, ao capricho dos pais. Foi por demais esclarecedor. Esse programa do governo francês, adotado na França, é extremamente merecedor dos maiores elogios. Quanto ao programa de preparação dos pais, na verdade, nós todos conhecemos vários casos de fracassos em adoção, motivados exatamente pelo não preparo dos pais e pela geração de falsas expectativas.

Então, parabenizo a palestra. Tenho certeza de que, quando concluirmos a exposição dos dois outros expositores, abriremos os microfones para alguns debates que se façam necessários.

Gostaria, antes de passar a palavra ao segundo expositor, de registrar algumas presenças. Estão presentes aqui o Dr. Adriano Souza de Freitas, assistente de diplomacia pública da Embaixada britânica, Maria Isabel Gonçalves Henriques, psicóloga da 1ª Vara de Infância do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Paula Freire Coutinho da Rocha, psicóloga da 1ª Vara de Infância do Tribunal de Justiça, Roberta Santana Simas, psiquiatra infantil da Associação Acolher, Rita Góes Bezerra de Moraes, psicóloga de entrelaço da infância, e Cristiane Canser, psicóloga.

Em seguida, lerei os demais destaques de presença e passaria a palavra ao Dr. Sylvain Missonier.

O SR. SYLVAIN MISSONIER – Bom dia a todas e todos. Queria, primeiramente, agradecer calorosamente aos Senadores e às Senadoras que nos recebem e aos organizadores da Semana de Sensibilização da Primeira Infância, com uma atenção peculiar ao Dr. Laurista e sua esposa e à Drª Regina de Araújo.

Falo em nome da minha experiência de psicólogo clínico numa maternidade onde os partos ocorrem, onde se acompanham as gestações e onde as mulheres ficam menos tempo, depois de darem à luz, no hospital.

Também sou psicanalista, o que para mim representa uma orientação psicopatológica essencial.

Historicamente, a psicologia e a psiquiatria se interessaram sobretudo pelo adulto. Há pouco tempo, depois do pós-guerra, da II Guerra, aos poucos, essas pessoas foram interessando-se pelo mundo da criança e pelo mundo da adolescência. Apenas nos últimos 30 anos, essas disciplinas passaram a se interessar pelo bebê, pelo recém-nascido e pela sua família.

Quero dizer que está na hora de incluir nessa cadeia o pré-natal, isto é, a zona da gestação que faz verdadeiramente parte da história da humanidade. Se um biógrafo quisesse escrever a biografia de uma das pessoas aqui presentes, seria um grave erro não falar nada sobre o que aconteceu durante a gestação em que a pessoa passou de embrião para feto e, depois, de pequeno para filho de homem. Seria muito grave o erro de começar a biografia apenas no dia do nascimento.

Chamamos de processo de *parentalidade* aquele que reúne pai e mãe e consideramos indissociável. Há uma grande crítica a ser feita sobre os trabalhos que produzimos nos últimos anos. Eles são focalizados demais na mãe, que obviamente é uma pessoa muito importante, mas que deve ser considerada na sua conjugalidade e na sua associação com o pai.

O termo de *parentalidade* diz, de forma militante, a que ponto pensar numa abordagem médica apenas somática, separada de uma abordagem psíquica. É preciso pensar numa abordagem conjunta, onde a polaridade somática e a psíquica se misturam e são verdadeiramente inerentes ao processo do primeiro capítulo da vida, que tem ressonâncias durante todas as etapas da vida.

É preciso começar afirmando a inércia do que vai acontecer durante essa época pré-natal em todas as etapas da vida, para entender que estamos falando de uma prevenção primária e secundária cuja primeira característica é a de ser indissociável da interdisciplinaridade.

A prevenção pré-natal deve ser médica, psicológica e social. Portanto, ela deve juntar, agrupar os atores do acompanhamento médico da gestação, como também todas as pessoas das comunidades da psiquiatria e da psicologia e aquele mundo imenso do social. Estou falando dos trabalhadores sociais, de todas as pessoas do Ministério da Justiça e por que não dizer da Cultura.

Está claro, portanto, que qualquer projeto de prevenção não funcionará, senão com esforços conseqüentes fornecidos em favor de uma rede que deve ser uma conquista, um trabalho permanente, a *work in progress*, no sentido de implementar laços funcionais

entre profissionais que, pelo menos na França, costumam funcionar de forma dividida e independente.

Trata-se de propor um percurso aos pais, nesse acompanhamento pré e perinatal que permita que passem de clínicos para clínicos de várias especialidades, de médicos para especialistas do mundo da Justiça, sem que haja qualquer descontinuidade.

Quais são os argumentos que um psicólogo clínico, de inspiração psicanalítica, pode fornecer para justificar aos governos e aos senadores a votação de orçamentos importantes para prevenção durante esse período?

O principal argumento é que esse período de pré-natalidade para a jovem mãe e o jovem pai é um período de maleabilidade em que as listras da zebra humana são mais fáceis de ser modificadas do que nas outras épocas. É difícil falar de modificar as listras da zebra humana. Mas por que no período perinatal? Porque nesse período há elementos, normalmente escondidos no porão da pessoa, que ficam mais no meio da cozinha ou da sala de estar. Aí há um meio para os pais e para os profissionais que os acompanham de pensar em reformas. Essas reformas só se produzirão se os pais encontrarem um ambiente favorável, senão o período de gestação seria extremamente cínico, severo e mal, em que as dificuldades são amplificadas e a miséria da vida vai ser mais dura ainda de ser agüentada do que nas outras épocas.

Então, o argumento do psicólogo a favor da necessidade de implementar meios importantes na prevenção primária e secundária no pré-natal é que naquele momento – e é um paradoxo, mas um paradoxo rico, profundo – a amplificação da vulnerabilidade do humano dá a ele mais criatividade. Temos todos essa experiência cotidianamente, clinicamente. Paradoxalmente, os humanos atravessam uma crise naquele momento, mas também, muito mais do que em outras épocas, são capazes de implementar reformas, se é que recebem os meios humanos à medida dos desafios.

Utilizo, muitas vezes, a expressão prevenção primária ou secundária. A primária é tudo o que podemos fazer de forma interdisciplinar para agir antes que o problema apareça. A prevenção secundária é tudo o que a gente pode fazer depois de o problema aparecer. Tenho exemplos de prevenção primária na população geral. É o caso, por exemplo, do acolhimento das angústias inerentes ao diagnóstico antenatal. Hoje em dia, o acompanhamento médico da gestação, com a ecografia em especial, é uma fonte de angústia e de preocupação para os pais. É muito importante que os pais possam dispor de espaços de ágoras onde possam ter a opinião de cuidadores sobre o diagnóstico antenatal.

Os exemplos de prevenção secundária são múltiplos. Se eu começasse a fazer a longa lista de todas as patologias possíveis ficaríamos aqui até a noite. Vou dar apenas três exemplos, exemplos comuns à sua realidade brasileira e à nossa realidade na França. Vou falar sobre as gestações em adolescentes. Sei que aqui é um problema grave de saúde pública. Na França também é uma questão importante em que se vê muito bem a fronteira comum entre prevenção primária e secundária. Seria um erro grave imaginar que a gestação de uma adolescente é, obrigatoriamente, o início de uma tragédia. Não. Existem gravidezes em adolescentes que têm sucesso depois.

Sobre as depressões pré e pós natais sobre as quais falei ontem na minha conferência, vou citar apenas um número. Dez por cento das mulheres que dão à luz têm, potencialmente, uma depressão psiquiátrica. Não estou falando de um pequeno *baby blues*; estou falando de depressão. Dez por cento das mulheres sofrem de depressão durante a gestação ou depois do nascimento, 10%. Se você contar a sua história familiar em três gerações, a probabilidade de encontrar, em seu percurso mental, uma tia ou uma avó que atravessaram um episódio de depressão é muito elevada.

Os terceiro exemplo é de maus-tratos ao feto. É um estudo que estamos começando na França, na esteira do nosso mestre Michel Soulé. Várias pessoas que aparentam ser calmas, apaziguadas, tranquilas nas suas vidas, durante a gestação da mulher tornam-se violentas. O que significa para um homem que não é cotidianamente violento o fato de se tornar violento com sua mulher gestante? É uma questão muito interessante. Precisamos refletir.

Dentro da nossa caixa de ferramentas de psicólogos e psiquiatras, quais são essas ferramentas privilegiadas que podemos utilizar? Acho que são três as grandes categorias. Tudo o que há, junto com os nossos colegas somaticistas, é que existe possibilidade preventiva com todos os cuidados médicos. Os projetos de prevenção devem, primeiro, ocupar o cotidiano do cuidador. Antes de inventar espaços novos, adicionais, de prevenção, vamos começar por dar espaços de cuidados, de encontro cotidiano, começando com a plena potencialidade de prevenção, num âmbito interdisciplinar.

Há a preparação para a perinatalidade, que comentei muito ontem. Convida os pais, em geral o casal, mas pode ser individualmente, a virem para discutir o que representa para eles o fato de se tornar pai ou mãe. Temos um plano de parinatalidade que foi muito importante na nossa política na França. Resolvemos inaugurar essa preparação ao nascimento, à natalidade, por uma entrevista precoce, no primeiro trimestre, en-

tre uma parteira, a gestante e o cônjuge. Vão falar das mil e uma perguntas que podem acontecer, no plano médico, social ou psicológico, em relação à gestação. Acreditamos muito nesse procedimento, na medida em que se mantém eticamente correto. Não basculamos nenhuma prevenção preditiva que poderia transformar uma prevenção humanista em uma medida polícialca, estigmatizante para as populações.

Para a prevenção secundária, de que dispomos? Consultas especializadas com psicólogos e psiquiatras que trabalham dentro da maternidade dos hospitais, como também de todos aqueles que trabalham em rede, como clínicos. Temos unidades de hospitais-dia e raríssimas – e gostaria de saber como isso acontece no Brasil – unidades de hospitalização mãe/criança. Acho que temos aqui uma necessidade que foi implementada pelos ingleses no século passado, de pensar espaços onde mães e bebês, com os pais por perto, estejam contemplados, na sua tríade, e hospitalizados – ao menos a mãe e o bebê – para um cuidado muito atento e muito próximo, com uma duração de cerca de três meses. O poder terapêutico dessa indicação já foi comprovado para várias patologias.

A SR^a ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO - Então, já para terminar, o fim lógico, a conclusão lógica das minhas palavras muito militantes. Para nós é uma condição formidável poder dizer aos políticos: deem meios aos atores de saúde mental, de educação, da justiça, da cultura que vão se endereçar ao período perinatal. Os políticos, ontem, na abertura da semana, disseram: “O futuro da nossa sociedade, no Brasil e na França, está nas mãos das crianças e dos bebês.” Eu tinha proposto também dizer dos fetos. O futuro da nossa sociedade depende também do modo como os nossos fetos e embriões são tratados. Precisamos de recursos para as consultas, para as especializações, para as unidades mãe/filho e vou terminar dizendo também para as formações transversais. Só existe sucesso na prevenção quando existem cuidadores formados e não de uma única vez, mas de forma perene, ou seja, com planos de formação que são, *a priori*, concebidos como se organizados ao longo do tempo e não reduzidos a um único período de intervenção. Sem os políticos não há políticas de intervenção. Contamos com vocês, aqui no Brasil, para ser os transmissores dessa mensagem fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Parabeno-os mais uma vez pelo nível da exposição, pela objetividade. Tenho certeza de que saímos cada vez mais enriquecidos.

Esta audiência pública tem como objetivo o tema “Primeira Infância e Cultura da Paz”. Na verdade, estamos recebendo diversos subsídios no tocante às

experiências francesas, notadamente por meio da primeira palestra sobre adoção. Em seguida, sobre esse tema extremamente fascinante que é o pré-natal e a saúde mental.

Parabenizo o expositor Monsieur Sylvain. Farei agora algumas referências sobre representantes na platéia. Estão presentes: a Sr^a Luísa Marcos Borges, psicóloga; Wladimir Melo, psicólogo; Kelly Karine de Souza Castro, administradora e responsável-técnica da Clínica Conviver de Psicologia; Elma Dias Cardoso, professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Lucimar Nogueira Gondim Batista, professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Rossana Maria de Arruda Correia, professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal; Elaine Fátima da Silva, professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal; Quênia Cláudia dos Santos, professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal; Valéria de Sousa Barbosa, mestrando em Psicologia da Universidade de Brasília; Elizabeth César Nunes, mestrando em Política Social do UniCeub; Teresa Freire, aluna de pós-graduação do curso de Psicologia da Universidade de Brasília – UNB. Fiz alguns registros e posteriormente faremos outros complementares.

Com a palavra a Sr. Elvidina Nabuco Adamson-Macedo da Universidade de Wolverhampton, Inglaterra, que fará sua exposição em seguida.

A SR^a ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO – Excelentíssimo Sr. Presidente Roberto Cavalcanti, Presidente da Mesa e Presidente eventual da Comissão de Cultura, meus colegas de mesa, senhores e senhoras, vou falar sobre o ambiente de cuidados para promover a saúde mental materno-infantil sob a perspectiva da Psicologia Neonatal. Vou tentar manter o tempo. Na minha apresentação alguns *slides* estão em Inglês, mas vou traduzi-los.

Meu colega vai falar sobre o cuidado pré-natal. Tudo acontece quando o bebê nasce prematuro. Então, essa relação é interrompida. Sou brasileira, vocês já notaram. Sou sergipana, com muita honra. Estou há 32 anos fora. Sou psicóloga experimental da Psicologia Neonatal. É um ramo da Psicologia da Saúde que propus e tenho desenvolvido. De vez em quando me esqueço e falo uma palavra em inglês. Espero que vocês me desculpem e se entendam comigo.

Sempre digo que o trabalho científico não é o trabalho de uma pessoa só. Depois, aqui há entidades que têm me ajudado com financiamentos nesses 32 anos no Reino Unido, bem como pesquisadores, doutorados e pós-doutorados. Tenho que agradecer especialmente à memória do Dr. Alberto Carvalho da

Silva, um médico de São Paulo que, na realidade, foi o meu pai científico. Agradeço também à Maria Helena Corrêa, que muitos de vocês conhecem. A visão dela, do Dr. Laurista Corrêa e de todos os que estão trabalhando aqui é um dos motivos pelos quais estou aqui com vocês.

Quero agradecer ao Senado Federal, à Brasília, particularmente à Lisle Lucena e a toda comissão organizadora, ao Dr. Laurista Corrêa Filho, a quem conheço há algum tempo e logicamente à Embaixada Britânica, que me deu apoio para que pudesse me deslocar da Escócia.

Vou tentar usar o máximo de visual possível para ver se conseguimos manter os nossos vinte, vinte e cinco minutos. Trouxe este pensamento: “Uma gravura vale mais do que dez mil palavras.”

Primeiro, deixem que eu me coloque dentro da minha jornada. Como é que cheguei aqui? Como é que cheguei lá? Fui para fazer o doutorado. Saí de Sergipe, já estava no Rio, trabalhando na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, quando fui fazer meu doutorado. E lá estou até agora. Para essa apresentação de hoje trouxe um fundo, um *background*. Vou falar sobre o ambiente de cuidados, o surgimento da Psicologia da Saúde Neonatal e trouxe um resumo da evidência baseada em pesquisas. Falarei também do tema “Presente e Futuro. Infância e Paz.” Está muito depressa? É que estou querendo manter o tempo.

Então, em termos de *background*, são 70 mil bebês que nascem prematuros na Grã-Bretanha. Esse é um dado de 2009. Desses 70 mil, 2.500 bebês têm um peso ao nascer com menos de 1,816 kg.

Portanto, é um problema de saúde pública não só na Grã-Bretanha, mas acredito que no mundo inteiro.

Sabemos que as causas da prematuridade são várias. Então, por exemplo, o nível socioeconômico baixo, a idade das mães. Na realidade, ou são muito novas ou, como ocorre atualmente, são mães depois de 35 anos, 40 anos. São os extremos. E a mortalidade, com a alta tecnologia, tem diminuído, mas a morbidade, logicamente, tem aumentado.

Esta é uma brincadeirinha. Meu marido sempre me ajudava a conseguir alguma coisa interessante para apresentar nas minhas aulas, etc. Então, é o dinossaurozinho que está saindo e alguém está dizendo assim: “Seja bem-vindo ao mundo. O que é que você pensa deste mundo?” E identifico isso como prematuro, saindo e chegando à incubadora. O que é que o dinossaurozinho faz? Sai correndo e quer voltar para dentro do ovo, mas não pode. E é isso que define exatamente o que é o prematuro.

Toda aquela relação de que o nosso colega francês falou é interrompida. E o meu trabalho de 32 anos tem sido realmente só com prematuros. Trabalhei mais um pouco recentemente com bebê de termo, mas falo um pouco sobre isso.

Então, já que ele não pode voltar, temos que ajudá-lo da melhor maneira possível, e essa maneira é tentando fazer com que essa plasticidade do cérebro no período pré-natal aumente a vulnerabilidade. Quanto mais plasticidade se tem, mais aberto se está para novas experiências. Então, é muito importante que seja um ambiente que vai facilitar o desenvolvimento intacto desse bebê e, logicamente, de todos que estão cuidando dele.

Portanto, é importante o ambiente físico, biopsicossocial e comportamental para o bebê, os pais e os profissionais, casa e família. Quando vai para casa, onde vai ficar? Então, a psicologia da saúde neonatal que proponho é um estudo científico sobre os processos biopsicossociais e sobre o comportamento do bebê prematuro durante um período específico: o período dos 28 dias, que é o período neonatal oficial. Por isso dá-se tal nome a esse ramo da Psicologia da Saúde. E, logicamente, todos nós estamos envolvidos com esse bebê.

Esses dois *slides* mostram claramente um bebê a termo, uma mãe bem relaxada em casa – na realidade, essa é uma mãe brasileira, uma amiga minha; com a permissão dela, uso esses *slides* nas minhas apresentações –, e uma mãe de um prematuro, que você está vendo aí. Há um ambiente físico cheio de máquinas. Está melhor, muito melhor, não se compara. Algumas unidades já diminuíram também o barulho. A programação dos Estados Unidos com os cuidados individualizados e a colaboração dos psicólogos, psicólogos cognitivos também mostra a percepção e a necessidade da sequência do desenvolvimento do sistema sensorial. Vejam essas duas mães. Como vamos ajudar essas mães?

A minha primeira pergunta foi: “Como posso suportar? O que posso fazer para ajudar esses bebês?”

Meu trabalho no Brasil foi financiado pela Fundação Ford, mas foi olhando o efeito da desnutrição no desenvolvimento cognitivo de pré-escolares, de 1970 a 1975, que fiz uma pesquisa no Nordeste, a minha terra natal.

Nos anos 70, quando cheguei... Em 1978, na realidade, existia uma controvérsia muito grande entre os benefícios da estimulação sensorial com bebês hospitalizados de uma forma muito drástica, dizendo que esses bebês não deviam ser tocados, que o toque aumentava a infecção e que, na realidade, somente

os profissionais, os médicos e as enfermeiras, poderiam ficar perto.

E, na realidade, quando comecei, no final de 78, principalmente em 80, as unidades ainda tinham as visitas muito limitadas. E depois, no meio dos anos 80, você vê esse *slide*, uma mãe desesperada: esse menino nasceu com 860 gramas. Desesperada, colocando, quando começaram a relaxar um pouco as visitas e já se podia botar alguma coisa dentro da incubadora. Então, ela traz tudo e nada está funcionando, porque, na realidade, o bebê ainda não está pronto para ver. Ele está pronto para ser tocado, mas ele não está pronto ainda para ver.

O meu embasamento teórico da teoria do desenvolvimento... Como eu disse no princípio, sou uma psicóloga experimental; eu não sou psicóloga clínica. A minha paixão é, na realidade, o desenvolvimento e a manutenção da saúde, e as minhas teorias de embasamento são do desenvolvimento.

Essa é a do Gottlieb, que se chama canalização da experiência. Ele define o desenvolvimento individual para ser mantido e facilitado ou induzido através do que ele chama de coações recíprocas, horizontais e verticais.

Aqui, neste diagrama, nós vamos ver as influências bidirecionais do ambiente no comportamento das atividades neurais e das atividades genéticas. Esse é o desenvolvimento individual com essas coações verticais e horizontais, o ambiente influenciando o comportamento e vice-versa. É o recíproco.

E outras teorias de desenvolvimento falam mais ou menos como a teoria do Bandura, sobre essas interações recíprocas. Eles dão outro nome, chamam de *transactions*, transações.

Essa foi a definição que eu dei para... Desculpem, esse *slide* está muito escuro, mas é simplesmente a definição da psicologia da saúde neonatal, quer dizer, o estudo científico dos processos biopsicossociais e do comportamento na saúde, na doença e nos cuidados hospitalares do bebê pré-termo e bitermo durante os primeiros 28 dias de vida e do relacionamento desses processos de uma maneira longitudinal.

Aqui vamos ver a minha paixão científica, como eu falei, essa mãe de novo e as tarefas. Tem alguns colegas psicólogos aqui que conhecem muito essas tarefas psicológicas.

O *anticipatory grief* é o luto. A mãe começa a pensar que o bebê não vai sobreviver e tem esse luto antecipado. A mãe começa a pensar que é falha dela porque o bebê nasceu mais cedo, acredita que o bebê não vai sobreviver e precisa, então, depois que começa a acreditar, que a gente a ajuda a acreditar que o bebê

vai sobreviver. Ela tem que entender as necessidades desse pré-termo, necessidades que são várias.

Na seqüência do desenvolvimento dos sistemas sensoriais já sabemos que é o tato, que é a pele que vem primeiro. Quando o bebê nasce, em qualquer idade, o tato é o mais desenvolvido. Mas o tato, para mim, nunca foi um final. É uma maneira de tentar ajudar esses bebês.

Eu ia dizer no princípio e acabei não dizendo, mas vou dizer agora. Na realidade, sou uma psicóloga experimental popperiana. O que quer dizer? Muitos de vocês talvez se lembrem que o Karl Popper é um filósofo científico do século XX, famoso, inglês, e que ele disse que em pesquisa em ciência você não prova nada. Você apenas diz, refuta, aceita ou não aceita, rejeita, uma hipótese científica. Então, o que eu vou dizer aqui realmente não é uma prescrição; são resultados das minhas pesquisas.

Para apoiar o prematuro, eu decidi que ia utilizar um tipo de estimulação que agora chamo de nutrição sensorial. Se tiver tempo eu explico mais isso, mas vou explicar de tarde também, e o *stroking* foi definido como passar a mão de leve numa direção apenas, como uma carícia. Não é uma massagem, é uma carícia afetiva.

O programa que eu desenvolvi, de que agora temos quatro versões, chama-se *touching and caressing human care tacktick*, essas quatro versões. Os princípios são: gentileza, suavidade, equilíbrio, ritmo e continuidade. Tem sempre a mão no bebê. Aqui é o primeiro movimento, que se chama posição de conforto.

(Apresentação de vídeo em Inglês)

Ops, desculpem-me! Estou querendo correr e andei para trás.

Desenvolvimento e Saúde Mental, mais direto. Agora vou mostrar para vocês alguns resultados breves das pesquisas que fiz com os meus alunos.

Os bebês que tiveram *tacktick* perderam menos peso, tiveram uma sucção mais forte e mais acelerada, tiveram uma melhor digestão pelo aumento da secreção da lipase lingual, maior pressão da sucção, do mecanismo do tato, da sucção na alimentação e um ácido estomacal mais forte. Os bebês que estavam recebendo oxigênio tiveram uma saturação do oxigênio mais equilibrada. Este aqui é um bebê. Minha aluna, uma enfermeira, mediu esses bebês durante a primeira semana. Foi a primeira vez que conseguimos trabalhar com bebês que estavam recebendo oxigênio durante a primeira semana de vida. Ainda era um tabu muito grande tocar nesses bebês. Então, o resultado, a primeira coisa que nós detectamos foi que, na realidade, a imonoglobulina A, que é muito importante para ajudar os bebês a ficarem mais fortes, para com-

bater infecções... A gente não sabia se poderia ser encontrada em bebês prematuros, durante a primeira semana. Esse estudo mostrou que pode ser encontrada, medida pela saliva. Tivemos um imunologista conosco. Vocês vêem no gráfico verde que aumentou a secreção da imonoglobulina. A importância, então, do desenvolvimento da criança na relação familiar é muito crucial. Se a mãe consegue passar por aquelas tarefas, ela começa a pensar sobre como vai levar o bebê para a casa, como vai ser a sua atuação naquela relação que foi interrompida, continuar no hospital e em casa também.

Na saúde mental materna, então, a gente olhou três variáveis: a auto-eficácia, o apego e a auto-estima. Todos esses conceitos são muito conhecidos. A auto-eficácia foi desenvolvida pelo Bandura. É uma crença que nós tínhamos de que iríamos desenvolver, iríamos fazer uma ação e com ela teríamos a possibilidade de conseguir o sucesso. Essa é a auto-eficácia. Logicamente, não tínhamos uma escala. Desenvolvemos e validamos essa escala. Esse *paper* foi publicado. Se algum de vocês tiver interesse, posso deixar a cópia desse *paper* com a escala que foi desenvolvida como parte do doutorado do Dr. Chris Barnes. As outras já existiam: da auto-estima e do apego. Vou passar mais depressa porque o *attachment* todo mundo já conhece. É a importância dessa relação que é considerada única, uma relação de afeto que se desenvolve entre uma mãe e um bebê ou entre qualquer cuidador e esse bebê.

A auto-estima também é um conceito que todos nós conhecemos. É o valor que a pessoa dá refletido naquela auto-avaliação que se faz. No caso da mãe, é uma auto-avaliação com referência a ela como mãe. Então, nós medimos isso. Esse gráfico vai mostrar para vocês uma pesquisa, a mais recente. Olhamos a influência do *tacktick*, o programa que nós descrevemos na auto-eficácia, na auto-estima e, logicamente, no apego. Comparemos isso com um brinquedo que chamamos de brinquedo regular. Aqui estão os dados da análise de variantes. Vocês vão ver primeiro o *light blue*, azul claro. É o grupo controle. *Toy* e o *tacktick* são para a auto-eficácia, primeiro, depois a auto-estima e depois o *attachment*.

Deixe-me explicar o que era o controle. Deixamos que a mãe fizesse o que quisesse. Normalmente ela fazia. Tudo só por três minutos. O que era realmente o cuidado que ela dava para o bebê. Nós filmamos. Demos um dos filmes para a mãe, no final. Esse gráfico mostra que houve um aumento na auto-eficácia, no apego e na auto-estima, comparados os três grupos. O efeito maior foi o de *tacktick*, seguido pelo brinquedo e depois pelo que a mãe fazia, contanto que não con-

versassem. Pedia a ela que não conversassem, para não trazer outro estímulo, um estímulo auditivo, porque já havia outras coisas acontecendo, de qualquer maneira, na unidade neonatal.

Agora passo para outra parte, ainda no tato. É um novo brinquedo que nós inventamos. Chama-se *New Happy*. Como já me referi, também trabalhei recentemente com bebês a termo. Então, mostro rapidamente um dos resultados usando esse novo brinquedo e comparando-o com o outro brinquedo que foi usado com os prematuros, que foi chamado de *regular toy*, um brinquedo comprado na loja. Aqui vocês veem que o desenvolvimento cognitivo no grupo que usou o brinquedo que nós inventamos foi maior do que com o outro brinquedo, que chamamos de *regular toy*. Aqui há alguns *statements* que as mães disseram. Por exemplo, a mãe número um diz assim: “Você viu como é que ele trabalhou mais, que ele moveu mais as mãos com esse novo brinquedo em vez do outro?” São *statements* das mães.

Então, mudamos a estimulação para nutrição sensorial. A palavra estimulação, se vocês virem no dicionário, traz uma conotação de algo que vai acelerar, que vai acordar, que vai irritar. As mães não gostavam disso.

Já estou acabando a minha apresentação.

Em termos do nosso tema central, o ambiente, temos que ter um ambiente de compreensão, de integração e de sincronização. O ambiente do cuidado para promover o desenvolvimento da saúde mental. É um ambiente em que a gente tem que dar um tipo de nutrição sensorial apropriada e vai ser o tema do meu curso à tarde. Vocês veem, do lado esquerdo, o *tacktick* promovendo a saúde e a qualidade de vida e facilitando o desenvolvimento apropriado, com o apoio apropriado. Depois nós temos, ainda no tato, quando o bebê também se toca e começa a brincar com ele mesmo. Vimos em diversos filmes que quando são deixados em atividade espontânea, na realidade, eles brincam com o ambiente. Eles pegam na sonda. Quando pegam na sonda usam o *handgrass*, a contração de braço. Se eles tocam no corpo, têm um movimento de toque que é o *stroke*. Foram atividades espontâneas. Começamos a desenvolver uma nova teoria de brincar para o prematuro, um novo paradigma que chamamos de *neoplay* – o *play* do neonato. E o último de que falamos, que é o tocar no objeto, mas o objeto apropriado, que é esse brinquedo que inventamos. Os senhores veem que a minha pesquisa não ficou só em um lado. Pesquisa pura, com a descoberta de um novo brinquedo, a pesquisa aplicada.

Concluindo, queremos salientar que há implicações em que temos que procurar o equilíbrio. O cuida-

do individual é o mais importante. O papel do psicólogo neonatal dentro das unidades neonatais é grande – não somente com a mãe, mas com os profissionais também –, nas aplicações e juntos em defesa da infância e da paz. Portanto, o ambiente de cuidado melhor, na minha opinião, com a experiência que tenho, é o individualizado, que facilita, promove e sustenta a saúde física e mental e o desenvolvimento sistêmico com a família.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Esta Comissão trata de um assunto de interesse de muitos Senadores, inclusive sou médico, mas estávamos sob pressão, em quórum, na Comissão da Constituição e Justiça e não podíamos sair de lá de jeito nenhum. Quando chegou um Senador, fugi para cá. Infelizmente, não tive o prazer de assistir às outras conferências.

O Regimento Interno permite que somente Senadores façam perguntas, mas, como estou como Presidente e sei que todo mundo aqui está interessado, vou abrir uma exceção. Depois devo receber alguma coisa, mas será feito. Vou abrir para quatro pessoas fazerem perguntas de dois minutos cada uma. Então temos que ser rápidos.

Quem quiser, é só levantar o dedo. Temos um microfone móvel para qualquer uma das pessoas que estão aqui interessadas esclarecerem alguma dúvida, fazerem alguma pergunta.

Identifique-se, por favor, para que todos entendam quem está falando.

A SRª DENISE - Bom dia, meu nome é Denise, sou psicóloga da Secretaria de Saúde na unidade neonatal do Hospital da Ceilândia. Não tinha como não fazer uma pergunta para a Drª Elvidina: na nossa prática, o trabalho, tanto da prevenção primária – como disse o professor Missonier – quanto da prevenção secundária é muito presente. Com essa experiência do *tacktick*, a senhora conseguiu, nas pesquisas, ter um escore de prevalência mais alto em relação à diminuição dos efeitos da depressão pós-parto com essas mães que desenvolveram todo esse trabalho?

A SRª ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO - Não, não trabalhei com depressão.

A SRª DENISE - Mas no contato que a senhora percebeu dos bebês que apresentaram ganhos maiores, do ponto de vista sensorial, a senhora conseguiu verificar, mesmo que empiricamente, alguma influência benéfica junto com uma diminuição dos efeitos depressivos nessas mães ao verem os seus bebês com uma...

A SRª ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO - Como eu não medi depressão, o que posso falar é

da observação do contato de tantas mães. Por exemplo, se voltarmos para aquele slide daquela mãe, se eu tivesse, talvez, usado depressão... Como psicóloga da saúde, estou interessada na saúde, em conceitos como a auto-eficácia, a auto-estima, o apego... Como evitar. Voltando ao slide da mãe, lembro-me muito dessa e de outras mães. Foi quando comecei o trabalho. A importância de darmos alguma confiança a ela para fazer alguma coisa com o bebê, e a mudança na fisionomia dela. Por exemplo: ela já entrava, lavava as mãos, enxugava e dava até um sorriso. Era como se estivéssemos dando alguma coisa que ela pudesse fazer e, indiretamente, é a única coisa que eu posso falar para você. É uma observação subjetiva, não científica não só de uma mãe, mas de várias. Sim, notei que, se você conseguir dar um apoio para que elas sintam que fazem parte do cuidado... Porque isso tudo é novo, é de 10 anos para cá, ainda tem muita unidade. Não vamos pensar que está tudo bem. Não está. Ainda existem muitas unidades, em qualquer país, em que não se toca. Não é nem o tocar, mas onde ainda há muita luz, muito barulho. Uma mudançazinha, mas não está generalizada. Acho que nunca será generalizada. É muito difícil. Há a parte da personalidade de quem trabalha nas unidades também. Tenho certeza, não respondi a sua pergunta, mas é a única maneira que posso. É fenomenológico.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – O professor Sylvain quer fazer uma pergunta. Pode fazer por escrito também. Se estiver inibido de falar, eu leio a pergunta para ele.

O SR. SYLVAIN MISSONIER – Vocês me ouvem?

Sim, discutimos ontem, mas a noite é boa conselheira. Certamente existem numerosos estudos que mostram a forte correlação entre uma grande prematuridade e a depressão. Os trabalhos que mencionei ontem e que me parecem ser os mais interessantes são trabalhos da equipe que mostram que a depressão materna e a desorganização familiar se instalam com a duração do tempo, o passar do tempo e, eventualmente, depressões graves da mãe quando existe uma estrutura mental individual e coletiva favorável a isso. E são mais os critérios de estrutura mental materna que estão diretamente correlacionados à depressão do que a severidade e as sequelas da prematuridade do bebê. Então, temos nesta matéria a necessidade de um referencial médico, mas também de psicologia, porque, se tivermos apenas um referencial médico, vamos fugir muito do problema essencial.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – O professor Bernard também quer fazer um questionamento.

O SR. BERNARD GOLSE – Gostaria de ter tanto tempo quanto Elvidina, mas gostaria de me concentrar sobre coisas objetivas. É importante o que falávamos antes, sobre a síndrome do antigo prematuro que, depois de uma leve prematuridade e depois de alguns meses ou anos, podia desenvolver disfunções cerebrais, um retardo psicomotor, dificuldades cognitivas, etc. Essa síndrome do antigo prematuro desapareceu em grande parte. Não estou falando dos grandes prematuros, mas, para os prematuros leves e moderados, em particular, ela desapareceu, porque o auxílio às mães e bebês e a orientação infantil em certo número de casos leva a não se deprimirem. E, efetivamente, os cuidados interativos têm um efeito sobre a depressão materna.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR.) – Com a palavra a senhora. Identifique-se, por favor.

A SRª REGINA DE ARAGÃO – Sou Regina de Aragão, psicóloga, psicanalista e diretora da ABEBÊ – Associação Brasileira de Estudos sobre o Bebê. Esta é uma pergunta dirigida mais especialmente – ainda que aos três componentes da mesa – ao professor Bernard Golse e ao professor Sylvain Missonier e diz respeito à formação dos profissionais. Ambos salientaram, cada um no seu tema, a importância, para o professor Golse, da preparação dos pais e das crianças para a adoção. E o professor Sylvain Missonier salientou a importância da prevenção na sua modalidade primária e secundária. Eu pediria, se fosse possível – sei que é uma coisa muito difícil –, que cada um salientasse quais consideram os traços essenciais para a formação dos profissionais que atuam nessas preparações ou nessas ações de prevenção.

O SR. BERNARD GOLSE – Muito obrigado, Regina, por essa pergunta essencial. Quando comecei a trabalhar na minha comunidade, a rede da Comunidade Perinatal de Versalhes, trabalhava as questões de formação dos profissionais de saúde em perinatologia e tive que batalhar muito com os representantes, com os médicos desta rede, para que, nas capacitações, não houvesse apenas o saber acadêmico, ou seja, uma sucessão de pessoas que vinham com seus *powerpoints* e iam embora. Disse-lhes que só iria aceitar essas capacitações se houvesse metade de conhecimento acadêmico e metade de jogos e grupos de discussão. Para mim, esse é um dado essencial, porque, se esse reagrupamento de profissionais só acontecer em volta de um saber cognitivo e não se fizer em torno de uma experiência comum, de uma experiência humana onde possamos nos interrogar sobre os próprios sentimentos, as próprias emoções e fantasias, eventualmente, não serve para grande coisa.

O outro ponto que fui compreendendo ao longo das coisas – e você me perguntou o esquema essencial, então estou tentando mostrar realmente o cerne de tudo –, é que as formações, as capacitações do tiro de fuzil, de um único tiro, não funcionam. É preciso uma capacitação três, quatro vezes, dois, três dias, que permita o verdadeiro processo. E, no mundo ideal, esse vai ser um processo perene e será definido imediatamente como se mantém. Uma capacitação que ocorre de uma única vez nos priva do essencial, porque quando nos vemos uma vez, depois duas, depois três podemos fundar uma cultura em conjunto e avançar.

Compartilho, evidentemente, do que foi dito, mas só gostaria de acrescentar mais um ponto para dizer que uma formação duradoura, prolongada, não pertence tanto ao organismo de capacitação e pode ser feita – e deve – em cada instituição por um trabalho detalhado de supervisão caso a caso, para que o profissional - no contato com os casos clínicos, os bebês, as mães e os pais - possa correr na sua instituição para falar disso. Insisto, porque esse tempo – ao menos na França – é difícil financiar. Mandam as pessoas a uma capacitação, uma formação em algum local, e um tempo financiado dentro da instituição às vezes difícil de implementar, mas é um tempo essencial.

O SR. LAURISTA CORRÊA – Sou Laurista Corrêa, pediatra, neonatologista e antigo residente dos hospitais de Paris. Gostaria de fazer uma pergunta ao Professor Missonier. Trata-se de uma questão recente dentro da história da Medicina, 20 anos é muito pouco, foi ontem. Em relação à entrada do psicólogo e, muito mais, do psicanalista, quais foram as dificuldades e as resistências, porque sabemos que os donos do serviço eram os pediatras e os obstetras, claro. Vivemos, então, uma fase, e aqui estamos ainda engatinhando nessa outra fase, sobretudo ter psicanalistas e pessoas com esse enfoque. Quais as resistências, as dificuldades que o senhor encontrou?

O SR. SYLVAIN MISSONIER – Esta pergunta mereceria uma conversa até hoje de noite, mas, para ir direto ao essencial, diria que existe todo um debate na história da medicina ocidental que fabricou um “muro de Berlim” entre o somático e o psíquico. Eu digo “muro de Berlim”, porque o Muro de Berlim caiu e espero que, aos poucos, todos - como você fez com a sua primeira esposa naquele curso universitário de especialização -, trabalhem em conjunto: os especialistas do somático e da psiquê. É obrigatório constatar que a história da Medicina construiu um muro que é preciso ultrapassar para chegar a esse trabalho de ligação. Esta é a primeira idéia.

A seguir, acredito - e já disse muito em relação à depressão – que o fato de que possamos vir para in-

quietar a idealização da maternidade e da infância só pode estar acompanhado por resistências. Vivemos em uma sociedade complexa, existem guerras em alguns lugares do mundo. As nossas sociedades são cheias de violência e é verdade que temos necessidade, pelo menos coletivamente, de espaços que imaginaríamos livres de conflitos e de violência. É esta a idealização. Acredito que a maternidade, a infância e o bebê no termo da gestação são locais de idealização. Então, dizemos, mesmo para uma mulher que não tem patologia severa, que é preciso acompanhar e escutar. A maternidade não é um instante. Tornar-se pai, tornar-se mãe é um processo complexo que necessita de intercâmbio, de escuta e de intersubjetividade.

Acredito que estamos criando uma onda naquela idéia de que fazer bebês é natural e estar grávido é também muito natural, tudo muito evidente. E essas instâncias, é preciso acolhê-las com humanidade, com doçura. Estamos indo contra os nossos objetivos se formos julgadores e não compreensivos, e creio que temos que varrer da nossa porta. Muitos de nós fomos muito altivos achando que os nossos colegas somáticos não tinham cabeça, que só trabalhavam com as mãos, que nunca imaginaram as coisas. Nós os maltratamos. Creio que hoje condições estão reunidas para o trabalho de igual para igual.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Professor Bernard, com a palavra.

O SR. BERNARD GOLSE – Para continuar como um duo, creio que sua pergunta é muito importante e é formidável que ela venha de um pediatra, porque, fora daquilo que Sylvain mencionou, faço a resistência a todos os resistentes médicos do corpo, mas é verdade que, na perinatalidade, o papel do pediatra é essencial e está claro que um certo número de pediatras escolheram se ocupar do corpo do bebê para não ter que lidar com as suas dificuldades psíquicas eventuais. E quando viemos, por meio da perinatalidade, para falar que o problema das interações também pode criar problemas ao funcionamento do bebê, alguns pediatras podem ter medo e é preciso pediatras como o senhor para dizer que o pediatra não se ocupa só do corpo, mas também com o efeito das interações sobre a psiquê e os efeitos corporais da criança.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Mais uma pergunta. Identifique-se, por favor.

A SR^a CLÁUDIA SIQUEIRA – Meu nome é Cláudia Siqueira, sou Diretora do Instituto Sidarta e gostaria de fazer uma pergunta para os três a respeito de qual é a ordem de investimento das políticas públicas para essa temática, para a área de pesquisa dos senhores e, quanto ao dinheiro endereçado para a situação de

formação de profissionais na área em que os senhores atuam, se consideram suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra a professora Elvidina Nabuco.

A SR^a ELVIDINA NABUCO ADAMSON-MACEDO – Essa é difícil, muito difícil, porque tenho conseguido financiamento esses anos todos. Particularmente a Universidade de Wolverhampton foi muito boa, além de outras entidades, como mostrei aos senhores. Mas, relacionado à sua pergunta específica, ainda não existem muitos psicólogos trabalhando nas unidades neonatais. Quando há é mais a psicologia clínica, e não o psicólogo, fazendo pesquisa. Então, nessa área da nutrição sensorial fica mais ou menos ainda assim: se tiver, faz bem; se não tiver, não morre. Mas, se não tiver oxigênio, morre; se não tiver o remédio, morre. Então, essa área fica ainda em termos individuais, não no nível em que você perguntou, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Com a palavra o Professor Bernard.

O SR. BERNARD GOLSE – Alguns aspectos sobre a situação da França: primeiro, de forma geral, na psiquiatria, psicologia ou psicopatologia da criança e da adolescência, há, já faz algum tempo, duas áreas bastante apoiadas que são: o bebê – a perinatalidade - e o adolescente. É preciso também estar atento para não esquecer a criança do meio, porque hoje a neonatalidade é um setor muito apoiado, como a adolescência.

Os primeiros investimentos foram, sobretudo, clínicos, com o mapa do território dividido em setores de psiquiatria infanto-juvenil na França. E, nos últimos vinte anos, muitos setores puderam se equipar com unidades da primeira infância onde trabalhavam pediatras, psicólogos, psicanalistas e educadores especializados no desenvolvimento precoce. Era, sobretudo, na pedopsiquiatria clínica.

Em um segundo tempo, desenvolveu-se um esforço de pesquisa e o eixo da perinatalidade foi declarado, recentemente, um dos eixos temáticos prioritários para o plano quadrienal de pesquisa. No ponto do desenvolvimento do ensino, a coisa ainda é pontual. Muitos docentes falam de perinatalidade, mas a estruturação desse ensino na universidade ainda está engatinhando. E quero dizer que o Sylvain Missonier é o primeiro professor de Psicologia Clínica na França que se dedica à perinatalidade.

O SR. SYLVAIN MISSONIER – Fiquei emocionado. Obrigado, Bernard.

É preciso acrescentar o dinheiro que foi recentemente investido nas redes. Houve uma conscientização do Ministério da Saúde da necessidade de uma coordenação dos diversos setores implicados ou en-

volvidos na perinatalidade. Historicamente, essa conscientização nasceu em um plano de perinatalidade que focalizava muito a conscientização das transferências no pré-natal. Não se trata da transferência psicanalítica, mas sim da transferência da mulher, que deve se aproximar de um hospital onde haja um serviço de neonatalidade que corresponda à patologia de prematuridade do bebê. Houve uma conscientização no campo da necessidade de fazer com que os diversos atores de saúde coordenem suas ações e, a partir daí, houve uma verdadeira sinergia entre somaticistas e psiquistas para fazer com que essa coordenação pudesse ser sinônima de dinheiro, recursos, financiamentos para capacitações em rede. Devo dizer que, as chamadas “bacias de vida”, mas também as regiões que conseguiram – porque é um trabalho enorme, os senhores bem sabem – preencher os pedidos tão difíceis, burocráticos, de financiamento de redes receberam recursos consideráveis para organizar capacitações que permitiram que se tornassem verdadeiras redes de perinatalidade. Então, temos aí algo importante, porque é uma nova fonte de financiamento. Não é mais uma fonte de recursos corporatista ou corporativista, e sim uma fonte de financiamento que já é um ato de transversalidade e um ato de federação.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Mais alguma pergunta?

Em nome da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, agradeço a presença da Professora Elvidina Nabuco, da Universidade de Wolverhampton, da Inglaterra, do Professor Bernard Golse, Chefe do Serviço de Psiquiatria Infantil do Hospital Necker-Enfants Malades, de Paris, e do Professor Sylvain Missonier, do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris.

Muito obrigado a todos e espero que continuemos. Ainda temos mais coisas durante a semana. Gostaria apenas de informar que esta reunião está sendo coberta pela Agência do Senado Federal, pela Rádio do Senado, pelo Jornal do Senado e será transmitida integralmente para todo o Brasil. Quem tiver serviços dos interiores é bom comunicar para assistirem também. Vou fazer isso com Roraima. Sou médico no Estado de Roraima – cirurgião-geral, não pediatra.

Obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h21min)

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS COM A PARTICIPAÇÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CASDEF, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA

REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS.

Às quatorze horas e vinte minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dez, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, presidente da CASDEF, reúnem-se a Comissão de Assuntos Sociais e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, com a presença dos Senadores Augusto Botelho, Roberto Cavalcanti, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Gilvam Borges, Regis Fichtner, Eduardo Azeredo, João Durval, Inácio Arruda, Valdir Raupp e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Paulo Paim, Mão Santa, Efraim Moraes, Adelmir Santana, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e as Senadoras Fátima Cleide e Rosalba Ciarlini. Justificam ausência os Senadores Marcelo Crivella e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Presidente registra e agradece a presença da Senhora Áurea Daia Barreto, Representante da Associação em Defesa do Autista - ADEFA; Berenice Piana de Piana, Diretora Administrativa da ADEFA; Carla Cristina Osório Caldas, Produtora de TV da TV Senado; Edivane Maurício Costa Oliveira, Representante da Associação Brasileira de Autismo, Comportamento e Intervenção - ABRACI/DF; Fernando Cotta, Coordenador da Coordenadoria de Inclusão da Pessoa com Deficiência - CORDE/DF; Ivan Guilherme Hamouche Abreu, Psicólogo; Lucinete Ferreira de Andrade, Presidente da ABRACI/DF; Maria Izabel Tafuri, Professora de Psicologia Clínica da Universidade de Brasília - UnB; Maria Lúcia F. Gonçalves, Membro Fundador do Movimento Orgulho Autista; Maria Rosa Silveira Aguiar, Assessora Parlamentar do Deputado Federal Eduardo Barbosa; Paiva Júnior, Editor-chefe da Revista AUTISMO; Raquel Boing Marinucci, Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília - UnB; Roseli Figueiredo Alves, Representante da ADEFA; Rubia Lenza, Terapeuta Ocupacional; Suzane Assunção Bezerra, Médica. A Presidência comunica que a presente Reunião destina-se à realização de **Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 54 de 2010 - CAS, de iniciativa do Senador Flávio Arns, para discutir a sugestão de Projeto de Lei da ADEFA que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências. A Presidência convida para compor a mesa os seguintes oradores: Julceli Vianna Antunes, Presidente da Associação em Defesa do Autista - ADEFA; Marisa Furia Silva, Presidente da Associação Brasileira de Autismo - ABRA, Fundadora da Associação dos Amigos do Autista - AMA e Conselheira no Conselho Nacional de Saúde - CNS;

Marcos Tomanik Mercadante, Professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina; Gustavo Adolfo de Medeiros, Pesquisador da ADEFA; Rita Valéria Brasil Santos, Presidente da Associação dos Amigos do Autista da Bahia - AMA/BA. Justifica ausência a Senhora Marília Cecília Pereira de Mello, Desembargadora Federal. O presidente passa a palavra aos oradores. Após a exposição, nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às dezesseis horas e trinta minutos, lavrando eu, Eliana Almeida Zamboni Rodrigues da Cunha, Secretária Adjunta da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senador Flávio Arns, Presidente da CASDEF, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senador **Flávio Arns**, Presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência - CASDEF. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais - CAS.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, com a participação da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, CASDEF, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública aprovada conforme o Requerimento nº 54, de 2010-CAS, de minha iniciativa, para discutir a Sugestão nº 1, de 2010, da Associação em Defesa do Autismo, ADEFA, em que é apresentada sugestão de projeto de lei que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento a Pessoa Autista e dá outras providências.

Convido à mesa os nossos ilustres convidados que vão participar desta audiência pública. Convido a Srª Julceli Vianna Antunes, Presidente da Associação em Defesa do Autismo, Adefa. Convido Marisa Furia Silva, que é Presidente da Associação Brasileira de Autismo, ABRA, fundadora da Associação dos Amigos do Autista, AMA-SP, e Conselheira no Conselho Nacional de Saúde; Marcos Tomanik Mercadante, parente do nosso Senador Aloisio Mercadante – se me permite dizer também, primos –, professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, UNIFESP; Rita Valéria Brasil Santos, Presidente da Associação dos Amigos do Autista da Bahia, AMA-BA; e Gustavo Adolfo de Medeiros, pesquisador.

Quero dizer que, em primeiro lugar, vamos passar a palavra aos expositores desta audiência pública e às expositoras. Ao final, então, a palavra será concedida também aos Senadores e Senadoras que de-

sejam interpelar, questionar, sugerir aos expositores da audiência pública.

Quero também dizer que esta audiência pública está sendo acompanhada pelos meios de comunicação do Senado, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, exatamente, com ampla cobertura também deste evento. Então, em várias oportunidades, depois da realização da audiência pública, as notícias sobre esta audiência serão retransmitidas para todo o Brasil. Então, mesmo a audiência pública na íntegra será depois também retransmitida.

Neste momento, temos o plenário acontecendo, no período da tarde, a partir das 14h, por isso esta audiência não está sendo transmitida ao vivo. Porém, quero sempre dizer que o importante é que a audiência se realize, o assunto seja debatido, que as pessoas que nos acompanham pelo Brasil tenham oportunidade de pensar sobre o assunto, de refletir, de enviar sugestões também para a Comissão de Assuntos Sociais, para que o debate se amplie não só para esta Comissão, que é uma Comissão importante, mas também para todo do Brasil.

Quero lembrar que a Comissão de Assuntos Sociais engloba saúde, trabalho, previdência e assistência, e esse debate certamente deve ser feito também, como será feito na sequência, com a Comissão de Educação, que engloba educação, cultura e esporte. E esta Sugestão, inclusive, já passou pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque também o atendimento com qualidade, de todas as pessoas e também da pessoa com autismo, é também uma questão de direitos humanos.

Então, quero saudar a todos e a todas que estão aqui presentes, participando diretamente desta audiência, a todo o público do Brasil e aos expositores e dizer que este assunto é da mais alta importância. Nós precisamos discutir dados, números, tendências, metodologias, atendimentos. Todas as áreas precisam ainda avançar muito em termos de necessidades para a realização do atendimento do ser humano, mas, na área do autismo, eu diria, de uma maneira muito particular, o mundo inteiro ainda se debruça sobre esse tema para ver como é que os serviços todos devem ser organizados para que as famílias e os filhos e filhas sejam bem atendidos.

Quero dizer também que a audiência está sendo transmitida ao vivo pela Internet.

Muito bem. Sejam bem-vindos e bem-vindas.

Passo, então, em primeiro lugar, a palavra...

Vamos combinar um tempo? Quanto tempo vocês julgam adequado? Quinze minutos ficaria bem? *(Pausa.)*

Quinze minutos, podendo ser menos caso a pessoa não sinta necessidade dos quinze minutos. Mas procuremos ficar no tempo de quinze minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Se vocês disserem “umas duas horas, para mim, está bem”, eu direi: um pouco menos, em torno de 15 minutos, está bem?

Então, em primeiro lugar, passo a palavra a Julceli Vianna Antunes, presidente da Associação em Defesa do Autista (Adefa).

A SR^a JULCELI VIANNA ANTUNES – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Só quero lembrar que, quando falta um minuto, bate uma campainha. Não sou eu que bato; a campainha é automática. Então, não levem susto, porque é assim mesmo que acontece.

A SR^a JULCELI VIANNA ANTUNES – Quero agradecer a oportunidade de hoje estarmos aqui debatendo sobre uma lei federal para autistas, porque, desde que eu descobri que meu neto é autista, há seis anos, este foi o nosso caminho: pesquisas. Pesquisamos muito e fomos descobrindo muitas coisas que, no Brasil, não eram feitas. A partir daí, nós as fizemos com o meu neto e, depois, estendemos para a ADEFA – logo a seguir, criamos a ADEFA, porque não era justo ficar com tanto conhecimento preso apenas para uma criança. Acho que a maioria das pessoas que aqui estão, muitos são familiares de autista, e, quando estamos envolvidos nessa questão, ficamos ansiosos para passar, para dar a informação.

Hoje é para mim um momento muito especial, porque, a partir daqui, já demos entrada em uma sugestão, mas que pode ser melhorada. Eu acho que nada é fechado, tem de ser discutido, debatido; pode ser que haja coisas que sejam inconstitucionais. Nós tentamos trabalhar em cima daquilo que fosse possível e daquilo que nós acreditamos que o autista precisa. Porque, se nós, no século XXI, ainda estivermos com a nossa cabeça pensando lá na década de 40, quando Leo Kanner começou as pesquisas, e nós ficarmos pensando que aquilo lá está bom e encerrou, eu acho que a ciência tem evoluído muito, e nós não podemos ficar atrás.

Hoje, nós temos, na Adefa, uma equipe de pesquisadores. Nós estamos com uma pesquisa na UFF em relação à descoberta de causas do autismo, porque não basta tratar apenas os sintomas do autismo. Nós temos que tratar, que buscar as causas. Se não buscarmos as causas, vamos ficar batendo na mesma tecla, porque muitas vezes que o autista reage ou faz

coisas são interpretadas de forma errada. Muitas vezes, nós interpretamos como estereotipia, como agressividade uma série de movimentos, de comportamentos que o autista tem, e, no entanto, muitas vezes ele está sentindo dor, e nós não sabemos. Disso, eu pude ter certeza absoluta com o meu neto e, depois, com as crianças que passaram lá pela Adefa.

Nós fizemos o primeiro ano... Em 2008, foi o primeiro ano, o projeto piloto que trabalhamos, e foi uma coisa maravilhosa. Nós chorávamos todos os dias, emocionados com os resultados que as crianças iam tendo, e rápido. Então, foi baseado nesses estudos, na força de vontade dos pais, dos profissionais, porque até hoje não temos nenhum recurso, não recebemos nenhum recurso. O nosso trabalho é voluntário, trabalho de amor, e mesmo assim nós conseguimos avançar e trazer uma qualidade de vida para mais de 100 crianças que já passaram pela nossa metodologia, pela nossa forma de trabalhar. E percebemos que o trabalho tem que ser voltado para o amor.

Há muito pouco tempo, dizia-se que o autista não sabia o que era carinho, não reagia, ele não entendia isso. Nós pudemos quebrar tudo isso, porque todas as crianças que passam pela Adefa e hoje, com a continuidade, pela Escola Metamorfose – porque, por nós não termos recursos, não tivemos condições de bancar; eu banquei o primeiro ano, mas não deu para continuar, aí teve que ser particular – as crianças foram se desenvolvendo, são super carinhosas, beijam, abraçam, fazem declaração de amor. É coisa assim que, realmente, quando a gente começa a observar algumas instituições... E uma próxima da minha casa, em que meu neto estudou logo no início, porque nós não tínhamos ainda uma instituição, e ele foi para essa, e lá nós não conseguíamos observar isso nas crianças.

Então, é muito gratificante, e essa lei foi feita não só por nós, ela andou por esse Brasil de meu Deus, com vários profissionais dando sugestões, e se fechou com um advogado que é cego, Dr. Josimar, que finalizou a lei. E estamos aqui para debatê-la e chegarmos a um resultado urgente, porque não dá para ficarmos esperando, porque o autista tem pressa, ele não pode esperar. Cada ano, cada mês que um autista espera que as coisas sejam cientificamente provadas, estamos perdendo, não estamos dando o direito a eles de melhorar, de viver uma vida melhor. E não só a criança, mas especialmente os pais, porque a mudança de fisionomia dos pais que tratam os filhos e têm resultado... Isso não é só na Adefa.

Nós temos mães aqui que fazem também este tipo de trabalho, a dieta, mas não uma dieta sem pensar, é uma dieta baseada em exames. Há exames próprios que são feitos e se percebe que a criança pode comer

isso, ou não pode comer aquilo, e aí você vai melhorando a qualidade de vida das crianças. Antes, a gente tratava os sintomas, que eram mal identificados porque a maioria dos autistas não fala – muitos não falam – ou, se falam, não sabem expressar bem o que estão sentindo, e aí a dificuldade fica sendo enorme.

Então, quero até falar menos porque acho que há pessoas aqui, o Gustavo, por exemplo, com um testemunho muito bom para dar. É uma pessoa que conheci há pouco tempo e me encantei por ele, pelo seu esforço. Então, a gente tem de tirar o chapéu para aqueles que buscam alguma coisa para melhorar nossas crianças.

Para mim, a lei aprovada, seja na íntegra, seja mexida em alguma coisa, é urgente. É um momento pelo qual não podemos ficar esperando. Não dá mais. Essa pesquisa científica que está acontecendo na UFF é para termos, cientificamente, a comprovação de tudo isso que nós falamos, numa equipe multidisciplinar, interdisciplinar, onde estão médicos, psiquiatras, biomédicos, psicólogos, fonoaudiólogos, químicos, farmacologistas, imunologistas.

Temos uma equipe enorme de entrosamento, onde todos estão buscando a mesma causa e não cada um buscando o seu pedaço. Infelizmente, a medicina foi tão compartimentada que os médicos, cada um, buscam o seu pedaço: um trata a mão, outro trata o braço. O autista não pode ser tratado assim, tem de ser tratado como um todo, e os profissionais têm de estar interagindo, ou não teremos um resultado.

Se aquele autista que tem a felicidade de ter uma família, como meu neto teve e como outros têm familiares aqui que lutaram e conseguiram fazer alguma coisa, há outros que não têm nada. Estão aí perdidos, jogados em porões, trancados em um quarto, às vezes em algumas instituições que não lhes dão a qualidade da necessidade deles.

Então, precisamos estar juntos, na união, e não buscando cada um o seu quinhão. Não estamos aqui pensando: “Ah! Eu sou a Adefa, sou importante porque botamos uma lei para ser pensada.” Não, gente. Nós não temos nenhuma vaidade nisso. A Nossa vaidade está em ver nossas crianças bem. Isso é que me faz feliz.

Na hora em que eu puder ver todas as crianças encaminhadas de forma decente, aí, sim, vou ficar vaidosa. Não vaidosa pela vaidade em si, mas feliz porque cumpri o meu papel, que era o de trazer à tona alguma coisa que viesse melhorar a vida das crianças.

Não sei se devo falar da lei propriamente dita, mas eu acho que a nossa proposta, dentro dessa lei, é uma dieta adequada através de exames comprovados, pesquisa científica, para que tenhamos certeza

de que aquilo dá resultado e não ficar naquelas hipóteses: ah, não é cientificamente comprovada. Precisamos de escolas que olhem para as crianças de uma forma diferenciada, que tenha – por exemplo, a gente ouve, por aí, dizendo que o MEC está querendo tirar as escolas especiais. Sinceramente, para os autistas, em alguns casos, se tirar a escola especial, eles estão arruinados. Por quê? Eles não falam – aqueles que não conseguem, não é? Não falam, não sabem expressar nada, como vão ficar numa turma de 40 alunos? Batendo cabeça? Até quando?

Então, isso tudo tem que ser pensado. Porque muitas vezes as pessoas fazem as leis baseados nas suas ideias, nos seus pensamentos, mas não têm a vivência, não sabem o que é realmente ter uma criança autista. Porque só sabe quem tem. Porque quem não tem não tem a mínima ideia do que é o autismo. Porque você ficar meia hora com uma criança fazendo terapia é uma coisa. E você passar uma noite em claro, não poder sair... Como a minha nora ficou muitas noites, em claro, porque, até os três anos, meu neto não dormia. Então, sem direito a um passeio, sem direito a fazer um aniversário do filho, ou ir a um aniversário do primo, sem participar de nada, de nenhum evento social, porque ele não conseguia ficar em um ambiente barulhento.

Portanto, nós sabemos o que é. E é baseado nisso que nós queremos que todos vejam com muito carinho, muito carinho, porque isso aqui não foi feito de qualquer maneira. Foi pensado, repensado.

Muito obrigada. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Agradeço à Julceli Vianna Antunes, pelo depoimento muito importante nesta audiência pública.

Quero destacar também a presença de Lucinete Ferreira de Andrade, que é Presidente da Abrace/DF; Edivane Maurício Costa Oliveira, da Abrace/DF também; Raquel Boing Marinucci, doutoranda, Ciência Sociais, UNB; Paiva Júnior, editor-chefe da revista Autismo, que está aqui na frente, inclusive – obrigado pelo exemplar, revista Autismo, a primeira delas –; Roseli Figueiredo Nunes, mãe, Adefa; Berenice de Piana, diretora administrativa da Adefa; Fernando Cotta, coordenador da Corde/DF; Ivan Guilherme Abreu, psicólogo, UNB, doutorando; Maria Isabel Taffuri, professora e psicóloga da UNB também; Suzane Assunção Bezerra, médica e mãe de autista; Maria Rosa Silveira Aguiar, assessora parlamentar do Deputado Eduardo Barbosa, que pediu para se justificar, inclusive, pela ausência; Áurea Barreto, mãe de autista, da Adefa; Maria Lúcia Gonçalves, membro fundador do Movimento Orgulho Autista; Rúbia Lenza, terapeuta ocupacional.

Novamente, sejam todas e todos muito bem-vindos.

Passo, em seguida, a palavra à Marisa Furia Silva, que é Presidente da Associação Brasileira de Autismo - ABRA e fundadora da Associação de Amigos Autistas – AMA/SP e conselheira no Conselho Nacional de Saúde.

A SR^a MARISA FURIA SILVA – Boa tarde a todos da Mesa. É um imenso prazer estarmos na Casa do Senado junto com o Senador Flávio Arns, com quem estamos na luta há muito tempo, não é, Senador?

Tenho um filho de 32 anos. Então, em 1983 começou o nosso movimento com a AMA, de São Paulo, e a Abra começou em 1988, quando as associações entenderam da necessidade de uma associação brasileira para congregá-las. Estamos no movimento, temos conseguido galgar alguns pequenos degraus, interferindo nas políticas públicas. Hoje, o que temos no País, em termos de políticas públicas que atendem pessoas com autismo, foi por conta do movimentos das associações porque antes ele não estava enquadrado no MEC. Acho que foi em 1994 que entrou no MEC e entrou como condutas típicas. O MEC não queria que se falasse autismo, não se poderiam carimbar as crianças. Então, entrou como condutas típicas. Agora parece que estão tentando mudar isso. Tudo bem se são condutas típicas, mas ele está lá dentro, não faz mal; que tenha o nome que quiserem dar.

É muito difícil viver no nosso País, que, eu vejo, não deu a devida atenção a seu deficiente. Até a década de 50, eu não sei o que acontecia com os deficientes aqui, não é, Senador, porque eu, quando criança, não tive contato com nenhum. Acho que o pós-guerra abriu os horizontes de todos os países, mas nós ainda estamos engatinhando. É uma pena que nossas crianças, adolescentes e adultos com autismo não tenham a devida atenção, a que eles merecem.

Quando a Defa entrou com a lei, a Angélica, da Bahia, que é da associação de lá, ela entrou em contato comigo e a gente ficou um pouco preocupada porque é perfeito que haja leis, mas as leis às vezes podem engessar, então a gente tem essa preocupação. Eu sempre falo: nem precisa fazer lei, tem a Constituição, os direitos estão aí, o Ministério Público. É fazer valer o que tem. Normatizar, eu acho interessante. Outra preocupação que tenho, Senador, quando se fala em atendimento integral. Na realidade, o básico necessário é a Seguridade Social, Assistência Social, Saúde, Previdência e MEC. São os ministérios básicos para que se desenvolva qualquer serviço. Outro dia, na Saúde, falando do Ministério da Saúde, eu falei que autista precisa de seguridade social. “Não, não, Marisa, se for com seguridade social a gente não vai andar, vamos

fazer alguma coisa pela Saúde”. Então é outra coisa que preocupa se a gente fala que tem que ser um sistema integrado; tem que ser, mas de que maneira colocar essas coisas na lei se os próprios ministérios não conversam entre eles?

Vai ter agora uma conferência mundial em dezembro que saiu de um fórum social de saúde de 2007 em Nairóbi, no Quênia, e essa conferência abrange a assistência social como um todo, a seguridade social. Demorou para os ministérios conversarem para sair essa conferência. Então temos receio. Não sei de que maneira... O Senador tem assessoria para ver se não há inconstitucionalidade e que não amarre no momento em que se fizer uma legislação e se diga “não, agora não vai ter o serviço porque a Saúde faz de um jeito, a Assistência faz de outro”. Então são pequenas coisas que me preocupam. Tentar ver bastantes detalhes.

Outro dia, em São Paulo, as mães estão fazendo uma lei no município, e, quando estive na reunião, vi que no escopo da lei já falava criança com autismo. E os adultos? Eles crescem, não morrem. “Não, não, dentro da lei isso já está contemplado”. Então, as pessoas que começam a fazer leis, são os vereadores, não têm noção, não é? Dentro do escopo da lei se dizia que as pessoas com autismo têm que ser atendidas nos serviços de saúde. Eu disse: vocês estão jogando fora todas as Apaes, todas as associações que atendem. A própria assistência social, a Educação.

Então, as pessoas com autismo só vão ficar na Saúde? Daí, eles alertaram: “Não, isso aí dá para tirar, Marisa”.

São essas as preocupações, e a gente tem que tomar muito cuidado no momento em que vamos fazer alguma coisa para todos. Não é só para uma pessoa; é para todos, e é para o Brasil inteiro. Essa lei não é nem uma lei municipal; é uma lei federal. Não sei se pode haver um grupo de trabalho, para ver algumas...

A Angélica inclusive mandou algumas sugestões, que trabalhamos um pouco nessa lei, para que se pudesse contemplar, abranger mais, porque existem políticas públicas que precisamos aproveitar. E essas políticas existem na Assistência, na Saúde, na Previdência, no MEC. A Previdência tem o BPC, tem a aposentadoria dos pais, que vai ficar para a pessoa com deficiência; são esses itens. Mas, dentro da Assistência Social, eles estão lá não por causa da pobreza, e isso as pessoas não sabem. Os autistas estão na Assistência Social por causa da vulnerabilidade. Não é nem devido à quebra do vínculo familiar, porque este eles têm; mas, às vezes, eles precisam de uma residência abrigada não pela quebra do vínculo familiar, mas, sim, pela característica de eles não terem condição de continuar morando no seio da família, e,

sim, morarem numa residência especial, específica para atendê-los.

Então, temos que ver o que há nas políticas públicas e aproveitar para fazer valer com os direitos que existem para que funcionem e para que se atendam todas essas pessoas. E nós temos que pensar que não são crianças só; são crianças, adolescentes, adultos e idosos. E é um lado até mais complicado, porque nós, como pais – pelo menos eu e meu marido –, nos preocupamos não com a nossa velhice, mas tivemos que nos preocupar com a velhice do nosso filho. Isso é uma dor muito grande para as famílias, é um fardo muito grande você ter que pensar na velhice do seu filho, porque ele tem de ser preservado para o resto da vida. E os irmãos também vão ficar tão velhos quanto ele, podem morrer antes ou depois dele – a gente não sabe. Então, a ideia é que haja um sistema, que o governo banque esse sistema de atenção integral a essas pessoas, seja em associações, seja nos serviços públicos existentes.

Dentro das políticas, existem as condições. Só que ainda não está acontecendo.

E outra coisa que creio seja um problema são os consultores *ad hoc* que os Ministérios contratam. Eles contratam consultores para ajudarem nas políticas. Lógico, há técnicos nos Ministérios, mas eles não entendem, às vezes, em profundidade, de todos os assuntos. Assim, eles são obrigados a contratar esses consultores para que ajudem os Ministérios a desenvolverem as políticas, os atendimentos, estipular como devem ser feitos. Essa é outra preocupação, pois, no momento em que se contratam esses consultores, os Ministérios não estão chamando as associações. Existe a associação brasileira, existem as associações locais. Estão tratando das pessoas com autismo? Chamem a associação do DF (Distrito Federal), chamem as associações dos Estados. Existem associações no Brasil todo, há várias associações, estão relacionadas no *site*. Acho um desrespeito o que acontece, pois nós podemos até opinar erradamente às vezes, mas nós dificilmente vamos errar tanto. Acho que é precisar chamar uma ou outra associação, e não ficar apenas com esse consultores *ad hoc*, porque sabemos o que queremos para os nossos filhos.

Este é um ponto: queremos que eles sejam tratados com dignidade, como todos nós temos que ser tratados, porque, antes de serem pessoas com autismo, eles são indivíduos. Como a Julceli falou com relação à crise, que eles podem estar com dor... Em todo evento que há na área de Saúde, pois sou do Conselho Nacional de Saúde, eu dou este exemplo: qualquer um deles, qualquer criança – a gente fala criança, porque, para nós, eles são eternamente crian-

ças -, quando tem uma crise, quando começa a bater com a cabeça na parede, começa a se machucar, vai para a Psiquiatria, fica dopada, volta para casa; daí a uma semana, morre porque estava com a apendicite supurada, ou coisas desse tipo.

O próprio filho da Niuzarete, que muitos de vocês conhecem, ficou, na semana passada, na UTI – já está em casa, graças a Deus, e está bem. Ele teve um problema seriíssimo; ele teve aquela embolia da perna – como é que se chama? –, uma trombose. Ele teve uma trombose e conseguiu falar que a perna estava doendo muito. Quer dizer, o meu talvez não consiga falar o que está doendo. Mas ele falou que a perna estava doendo muito, e deu um coágulo no pulmão e outro coágulo no coração. Ele ficou na UTI, e, graças a Deus, ele voltou para casa. Mas, se ele não fala que a perna estava doendo, se a mãe não percebe, talvez não se atenda a tempo.

A área de saúde não tem essa visão de pensá-los como um todo; pensa logo que teve uma crise e tem que ser dopado. É óbvio: ele não consegue falar. Então, se tem uma crise dessas, tem que ir para o hospital, e o médico ali, não só o psiquiatra, tem que estar capacitado para poder fazer um ultrassom, fazer uma panorâmica para ver como estão os dentes dele, mas essa área da saúde está muito fragilizada. Eles realmente não estão preparados para isso. Então, acho fundamental, entre tudo o que queremos, a capacitação de toda essa área. Isso aí é fundamental, principalmente na atenção primária.

Houve um evento na semana passada, e nós saímos com algumas propostas – eu não estou com elas aqui –, mas dentre elas há uma que quero levar para o Ministério: que saia um protocolo de atenção.

Eu até trouxe a 13ª Conferência de Saúde, porque aqui dentro está o que foi aprovado por, sei lá, cinco mil pessoas que foram àquela Conferência. Foi aprovado que se tenha uma política específica na área de saúde para que haja atenção integral para a pessoa com autismo. Se está aprovado e os pais querem essa política, por que o Ministério não faz? Se não vai fazer, então que se faça um protocolo, porque tem que haver parâmetros para a atenção a eles.

Acho extremamente importante esta data de hoje, Senador. Não sei qual é o desenrolar daqui, mas seria interessante que se vissem esses detalhes para que não ficássemos com uma lei que amarrasse mais do que ajudasse. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço a participação da Marisa neste momento. E pediria a gentileza, por serem as regras da audiência pública, para que não haja aplausos após a apresentação de cada uma das pessoas. Não há necessida-

de das palmas no final porque estamos pensando no assunto, refletindo. Às vezes, há audiências públicas com temas – não é o caso de hoje – polêmicos, e a pessoa pode abordar de uma maneira que não gostamos, mas não é por causa disso que vamos deixar de convidá-la, porque audiência pública é para que os pontos de vista sejam externados, nós gostando ou não. Então, é apenas nesse sentido, para sabermos que todos que estão aqui, sem dúvida, merecem o nosso aplauso.

Depois vamos discutir um pouco, no encaminhamento do projeto de lei. Mas quero dizer que todos esses aspectos são importantes. Quer dizer, a criança, o adolescente, o jovem, o adulto, o idoso, um atendimento integral, como foi colocado. Integral é como foi colocado, em termos de ser humano em primeiro lugar, na educação. Integral indica todas as políticas públicas na verdade, esporte, cultura, trabalho, assistência, educação, saúde, o processo de envelhecimento, e assim por diante. Mas, que bom. Agradeço, Marisa, a participação neste primeiro momento.

Passo, em seguida, a palavra à Rita Valéria Brasil Santos, que é Presidente da Associação do Amigo do Autista da Bahia.

A SRª RITA VALÉRIA BRASIL SANTOS – Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer por ter sido convidada a estar presente aqui, porque para mim está sendo muito importante. Eu trouxe coisas muito, muito valiosas, para que nós possamos dar o nosso parecer.

E já vou pedir desculpas ao senhor, primeiro, porque eu não consigo falar sentada; eu sou uma pessoa hiperativa, a mesa está me incomodando e vou me levantar. E vou pedir mais um favor. Eu não vou conseguir falar em quinze minutos, esse tempo vai ser muito pequeno e gostaria de falar um pouco mais. (*Pausa.*)

Bom, gente, esta imagem que eu trouxe para vocês, para todo mundo e quem estiver me ouvindo, seja pela TV, pela Internet, é uma imagem que me marcou muito, Senador; é uma imagem que mostra que hoje deve estar nascendo muitas crianças autistas. Sobre a imagem ao lado, vocês devem estar observando que há uma toalha bem protegida, que é isso que nós queremos em termos de proteção para os nossos filhos, e a fragilidade dessa criança através de uma casquinha de ovo.

A fragilidade que ela nasce, porque essa criança, com certeza, vai nascer com todas essas características aqui: o olhar, às vezes, ausente, a questão do olfato, a questão do paladar, a questão da parte auditiva – todos os barulhos a incomoda –, a questão

da percepção tátil... Enfim, toda essa desestrutura que acontece com a criança que nasce com autismo.

E o que nós não temos para proteger, para dar aquele lençol, aquele cobertor cor-de-rosa para a nossa criança?

Ulisses mandou uma carta para mim – infelizmente ele não pode estar aqui, uma presença que seria ímpar para nós, pais – de que não existe tratamento real para a criança autista no Brasil. E, de fato, não existe.

Nós precisamos de quê? A anamnésia cientificamente elaborada em condições peri e pós natais; centros regionais de observação e orientação médico-psicopedagógica (ações de prevenção, informação, investigação), ocupando-se do segmento entre os 3 anos; orientação e centros de berçários; diagnóstico precoce; intervenção pelos campos da saúde e da educação.

Psiquiatras e neuropediatras. A quantidade de psiquiatras que temos no Brasil não cobre a quantidade de crianças que nós temos hoje sem diagnóstico do autismo. E quando a gente tem neuropediatria, a consulta chega a R\$600,00, a R\$700,00 e até a R\$800,00! Nós não podemos pagar por isso, na época eu não pude pagar.

Intervenção precoce, professores especializados, terapeutas (físio, fono, etc.). Orientação familiar, porque nós nos desestruturamos – eu me desestruturei. Imaginem uma mãe que não tenha poder aquisitivo nenhum e que, muitas vezes, o pai é ausente. A desestrutura é maior ainda, Senador. Apoio psicoterapêutico para essa família, para essa criança. Escola regular ou especial, não importa; instituição também não importa, desde quando seja feito um trabalho de qualidade. Psicólogos escolares.

Eu peguei aqui uma estatística pela Internet, na época em que apresentei isso para o Ministério Público.

Estava conversando ontem com a Marisa sobre essa questão, por que é lei, por que não é lei. Aliás, foi hoje pela manhã. Mas existe uma questão interessante, muito importante para todos nós: é que o nosso Ministério Público, às vezes, não dá conta disso. Infelizmente a gente não dá conta. Porque nós mostramos isso há quatro anos e nada foi feito. Nós temos uma lei estadual, um item da nossa lei não foi operacionalizado em nosso Estado.

Então, eu botei esta estatística: em Atlanta, nos Estados Unidos, cerca de a cada 150 crianças uma é autista. O que faz o distúrbio uma questão urgente de saúde pública no país, informam as autoridades sanitárias.

E aqui, nós temos – e este é o aspecto mais importante, aqui está o *site* que vocês podem consultar. Esses dados de hoje mostram que vamos precisar de mais intervenção precoce, mais terapeutas, e vamos precisar de que os legisladores federais, estaduais fiquem ao lado de nossas famílias.

Senador, nós precisamos de pessoas como o senhor que possam nos ajudar, porque estamos pedindo urgência para a nossa situação, pelo que nós estamos sofrendo.

Volto a esta imagem, pedindo mais uma vez que os legisladores federais, estaduais se reúnam a fim de que nós possamos não colocar esse bebê que vai nascer hoje em risco.

É isso o que o nosso sistema tem feito com as nossas crianças. As nossas crianças já nascem encarceradas pela falta de saúde e de educação.

Nós vivemos numa prisão. As nossas crianças vivem, porque nem o Sistema Único de Saúde consegue atender às nossas crianças. Em Salvador, Bahia, nós conseguimos mostrar ao Ministério Público que nem as redes credenciadas pelo SUS, porque a portaria tem “e/ou”, você pode ou não assistir. Então, a maioria preferiu não optar pelo atendimento à pessoa autista.

Eu trabalhei num instituição por 17 anos e ela não atendeu à necessidade do meu filho. Foi por isso que surgiu a AMA.

Essa grade daqui está muito mais fechada. Volta à anterior, por favor. Essa grade ainda está aberta porque ainda tem tempo, ainda há tempo de buscar pela saúde e educação desse indivíduo para ele sair daqui. As grades estão mais abertas.

Aqui é muito mais difícil. Aqui é um adulto chamado Juan, tem 23 anos, Eu estou falando de uma realidade que eu vi. Estive na casa desse menino, ele fica nu o dia todo, a luz só chega para ele até às 5h30 da tarde; fora isso ele não tem mais a luz do dia, porque ele pega os interruptores, as tomadas, toma choque e, então, a mãe tirou tudo da casa. A mãe, não, a mãe faleceu – desculpe –, é a avó que toma conta da casa, e tem 83 anos de idade.

E essa é a realidade em que ele vive. Já quebrou cama, quebrou tudo, então, praticamente, quase que mensalmente a mãe tem que comprar um colchãozinho para ele. A mãe, não – desculpe –, a avó.

Esse é o local do banheiro dele, porque dois vasos sanitários ele já quebrou, cortou a perna, foi internado em hospital psiquiátrico já várias vezes e um interno disse para a avó: “Tire seu neto daqui, ele vai morrer, ele não está comendo, porque ele não sabe pedir. Entrou na fila, come; não entrou, não come.” O autista não fala, gente.

Eu pego um dos itens da lei que fala: “São direitos da pessoa com autismo e de outros transtornos globais do desenvolvimento a vida digna, a igualdade, a saúde, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a educação, trabalho, não excluindo outros definidos em lei ou inerentes à pessoa humana.” É isto que a gente quer, Senador: direito à dignidade, à saúde e à educação.”

Não será o adolescente, a criança, o adulto submetido à tratamento desumano, como a gente acabou de ver, ou degradante. Não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar, nem sofrerá discriminação por motivo de sua deficiência.

E aí eu trago essa realidade.

Eu não sei de onde vêm os nossos recursos; com certeza esses recursos virão de iniciativas particulares, mas não convém a mim julgar. Convém a mim dizer que os nossos governantes se reuniram meses a fio para planejar, estruturar e trazer a Copa para o Brasil e, quando a gente vê uma criança encarcerada, quando a gente vê um adulto encarcerado, isso dói na alma de uma mãe. Vocês não queiram imaginar o quanto isso dói. E aí eu coloquei são 46.154 lugares: “Torcedores não serão submetidos à tratamento desumano como estão sendo tratados os nossos meninos.”

A gente conseguiu, em frações de quase duas horas e meia em que passamos com esse adolescente, que ele vestisse a roupa e que desse uma risada. Quanto de esperança perdida e o quantos sorrisos perdidos essa criança, hoje adolescente, teve na vida.

Passa mais um estágio, mais planejamento, mais viagens, mais propagandas, mais recursos gastos com essa vinda da Copa ao Brasil, que será muito importante, mas existem outras situações mais necessárias para todos nós.

E aí a AMA Salvador/Bahia, sem recursos – não recebe uma verba do Estado ou do Município –, conseguimos transformar a vida dessa criança. A gente conseguiu desatar as mãozinhas. A gente conseguiu trabalho de sala de aula. A gente conseguiu outros movimentos com ele, para que ele não ficasse batendo no rosto – não sei se vocês conseguem observar uma alteração enorme aqui no rosto de tanto ele se autoagredir.

Só que essa criança não consegue mais pegar um transporte. Ela fica nervosa quando entra num transporte. Aí nós não temos meios de transporte para transportar as nossas crianças.

Mais uma vez, Isadora: eu tenho que ter tempo de falar sobre Isadora. Eu vou passar as três imagens de Isadora.

Eu mostrei no ano passado, quando estive aqui, por intermédio do Senador Paulo Paim, as imagens

de Isadora. Encontrei Isadora aos 11 anos de idade, numa cama, balançando para lá e para cá. É o que ela fazia. A sua mãe, trabalhando o dia todo. A avó é que tomava conta. O pai também trabalhando o dia todo. Ela procurou diversos tipos de atendimento, mas não conseguiu porta nenhuma para poder atendê-la.

Vejam o que uma intervenção foi capaz de fazer em pequenos minutos! Isadora hoje está conosco. Eu ainda tenho algumas marcas no braço, ainda, porque ela ainda está num processo de agressividade, mas eu agradeço a Deus estas manchas aqui, porque está-se dando dignidade a ela.

(Falha na gravação.)

Esta menina perdeu anos de vida. Esta família também perdeu saúde, perdeu tudo a que tinha direito pela falta do direito à saúde e à educação.

Como tenho pouco tempo, vou mostrar só rapidinho o que ela foi capaz de fazer. Ela levantou, ela sentou e ela conseguiu, em poucos minutos, trabalhando ali de olho a olho com ela, cantando uma musiquinha, ela conseguiu, no final, dar a mãozinha para a gente poder brincar, e ela respondeu de forma bem favorável.

Esta é a casa de Isadora. E aí eu fui para a sala conversar com a avó, e aí ela saiu do quarto e veio na minha direção, querendo fazer a mesma brincadeira que fiz no quarto com ela. E vejam a reação dela, em pouco tempo de conhecimento com Isadora! *(Pausa.)*

Isadora, hoje, tem 14 anos de idade. Isadora, hoje, já está com um trabalho pedagógico, embora ela utilize ainda muito da forma de comunicação através do grito. Ela tem hematomas enormes na mão, de tanto morder a mão. Tivemos umas quatro sessões – essa foi a quinta – em que tive de utilizar uma tala no braço, porque ela estava me machucando muito. Mas a gente conseguiu fazer com que ela pudesse sentar, com que ela pudesse trabalhar, e a gente tem esperança de que ela possa melhorar ainda mais. A gente conseguiu tirar uma adolescente de cárcere privado.

Aí é ela no salão, trabalhando. As nossas instalações, gente, são muito precárias. A gente fica procurando meios para poder tentar um equipamento melhor, um recurso melhor, mas a grande maioria das instituições vive dessa forma.

Aí a gente está utilizando com ela um sistema de comunicação em que você dá o estímulo e, depois, você busca por uma resposta.

É só para a gente ver que a gente pode. Quando a gente quer, a gente pode.

Este é o Estádio da Fonte Nova, para a gente relembrar, mais uma vez, o gasto que a gente tem, de milhões, no Carnaval, em investimentos, propagandas

e tudo, e o investimento que a gente tem com essa criança ainda é nenhum.

O que também uma instituição sem recursos fez para esse menino que só fazia esse movimento, só sentava dessa forma.

Ele em sala de aula. Olha o sorriso dessa criança! Aqui com 11 anos de idade. Hoje está com 14 anos, com trabalho pedagógico, sentando em mesa. Agora é que estamos tirando a fralda dele.

Quando vem uma iniciativa, geralmente ela vem de pais, que foi o que o jornalista Paiva Neto colocou para nós: “Pais brasileiros criam a primeira revista de autismo na América Latina com 100% de voluntariado”. É isso que acontece. Quando há iniciativa, geralmente ela não acontece sem a iniciativa do Governo.

Quase quatro anos atrás saiu na revista *Época*, pela jornalista Tânia Nogueira, uma reportagem chamada “Autista em Cativo”, feita na Bahia. O retorno que tivemos em relação à nossa lei ainda foi nada, como eu lhes disse. Esse menino continua em condição ainda mais precária. Ele vive nesse cercadinho em uma casa que, acho, não tem nem três metros quadrados.

Se essa manchete estivesse na capa, a revista teria sido muito mais vendida. Foram 37% de pessoas dando palpites e fazendo comentários.

Vou contar o caso de Estelita e Rosângela. Esta é a avó dessa senhora de 31 anos de idade, que sofreu abuso e teve dois filhos; um tem autismo e outro não. Esta é a filha dessa, que tem autismo. Achei tão interessante porque nós levamos chocolate. Fomos eu, a jornalista da revista *Época* e o fotógrafo. Levamos chocolate, que comemos na estrada e só restaram dois. Demos um a cada uma. A filha comeu o chocolate rapidinho, a mãe, como ainda tem dificuldade, abriu bem devagar o chocolate. A filha olhava para o chocolate da mãe e olhava para a mão; olhava o chocolate da mãe, olhava para a mão. Aí a mãe pegou o chocolate e deu a metade à filha. Quando ela pôs um pedacinho na boca, viu que a filha já tinha engolido; ela pegou o chocolate e entregou na mão da filha. Essa é uma pessoa autista com 31 anos de idade. Imagine se ela tivesse tido uma vida digna!

Esse é Marco Antônio, que tem 23 anos de idade e também vive em cárcere dentro de casa. A mãe não consegue mais entrar dentro de casa por conta da agressividade dele. O pai é que entra para dar-lhe comida. Há um ano e seis meses que a Justiça não dá causa para essa mãe, e a mãe chega chorando na AMA sem saber o que fazer.

Ele completamente impregnado de medicação.

Essa foi a porta que ele arremessou na mãe.

Aí a gente vem para a nossa lei – vou passar bem rapidinho –, que fala sobre a condição do diagnóstico

precoce para evitar a situação anterior e atendimento em várias áreas de todos os setores: Psicologia, Neuropediatria, Psiquiatria, Fisioterapia, tudo de que nós precisamos.

O que acontece quando existe uma intervenção?

Esse é Vitinho, que chega com todos os movimentos estereotipados, sem a linguagem, praticamente sem nada. Observem que intervenção é capaz de fazer! Aí vem o MEC querendo tirar as instituições especializadas do percurso da educação especial.

Vamos ter uma reunião com o MEC na sexta-feira. Estou levando todos os dados. Fiz um dossiê para levar para o MEC mostrando a importância da educação especial para esses meninos. Ele só pôde ir para a escola regular porque ele passou por uma intervenção anteriormente.

Veja todo o processo evolutivo dele! Os primeiros focos do olhar de Vítor.

Olha o movimento do olhar dessa criança! Ele caiu de uma escada porque na casa dele tem que subir degraus enormes.

Na hora em que o chamamos – antes chamávamos e ele não respondia –, ele deu aquele sorriso gostoso.

É uma criança que precisamos tirar da escola. “Ah! Mas a AMA tirou essa criança da escola?” Tirou, porque ele não tinha condições, ele estava se estressando muito. Há dois anos que trabalhamos com essa criança. A nossa vitória esse ano é que ele está retornando para a escola regular. Isso é uma vitória, porque ele não tinha condições de ficar lá; ele só gritava.

Ele em sala de aula.

Ele participou da primeira festa nossa, do Dia das Crianças. A mãe viu o comportamento dele e o levou para a ilha. Ela ficou super feliz, chorando porque conseguiu, pela primeira vez, fazer uma viagem – ela, o marido e o filho. Você resguarda a família quando você também trabalha com a criança.

Aí eu encontro o Transtorno Global do Desenvolvimento no MEC, que é o documento que saiu. Nos referenciais da educação inclusiva, há cinco volumes: nenhum dos cinco volumes trata do autismo. Nenhum!

Depois, o MEC traz o Transtorno Global do Desenvolvimento, em que a parte de autismo está até muito boa, mas a parte de inclusão deixa muito a desejar.

A Política Nacional de Inclusão diz para mim que todas as crianças, no ano que vem, vão ter de estar na escola regular. E a gente vai sentar e discutir isso com o MEC na sexta-feira.

Eu peguei uma frasezinha só do Caderno do MEC, em que ele dá um exemplo de uma criança que está bem-sucedida na escola regular:

Cabe ressaltar que tal sucesso, mediante um ambiente social novo, é proveniente da exposição de Francisco [que é autista], no ambiente de uma escola comum.

A experiência numa instituição apenas para pessoas com autismo não permite tal aprendizado. [Eu discordo plenamente.] E a prova disso é que, antes de Francisco ingressar na primeira escola, ele frequentou uma escola especial, que nada o ajudou a ter recursos internos para enfrentar aquela situação. Ou a escola não estava bem estruturada ou os profissionais não estavam preparados para trabalhar com ele.

Só para vocês terem uma ideia do quanto a gente, como instituição, pode ajudar: gêmeos autistas, Gabriel e Lucas.

No processo inicial, de mediação. Em trabalho.

Os dois foram incluídos na escola regular, já passaram por quatro creches e, na quarta creche, Gabriel foi encontrado amarrado na cozinha.

Os recursos utilizados, que a escola regular nem sempre tem.

E, geralmente, desses recursos materiais, quando você vai visitar uma escola inclusiva, você não encontra nada, praticamente quase nada. Não estou criticando, porque existem grandes processos de inclusão na escola regular.

Lucas e Gabriel.

Gabriel, nível IV de escolarização, e Lucas na alfabetização. Lucas está falando tudo, tudo. Gabriel é que está com dificuldade no processo da fala, está começando a balbuciar agora.

Essa criança, que chegou para a gente com dois anos e três meses, que ficava pra lá e pra cá, o pai achava que ele estava dançando e já era o autismo, e a intervenção que a gente faz.

O resultado.

Também está na escola regular.

Aqui duas crianças autistas, Mateus e Filipe, brincando juntas, num processo também de socialização, dentro de uma instituição especializada.

Dois anos e sete meses: só cantava, não falava, e como ele consegue chegar a um processo de alfabetização.

Hoje, ele já lê, hoje ele escreve, faz o nomezinho dele já na fase pré-silábica.

“A União, Estados e Municípios conveniados devem arcar com transporte coletivo específico ou individual.” Eu mostrei o caso de Isadora, da dificuldade, porque ela está perdendo o transporte escolar dela e ela também está sem condição nenhuma de ir

para a escola. A gente é que está pagando o transporte dela.

Esse menino, gente, Filipe, como o pessoal da Saúde estava dizendo nesse instante, teve uma dor de dente. Ele, sozinho, arrancou três dentes de leite durinhos, porque o dente que doía ele não conseguia arrancar porque, quando sentia dor, ele tirava o dedo. A mãe dele foi agredida – isso saiu no jornal “A Tarde” – a mãe dele foi agredida no transporte porque tentou conter, porque ele estava querendo morder, acharam que ela estava batendo nele e, aí, três pessoas no transporte se juntaram para bater na mãe. O caso está na Justiça.

“A União deve patrocinar e viabilizar campanhas concomitantes de esclarecimento à população.” Nós não temos uma até hoje!

“Saúde e educação.” Esse menino, quando foi para o dentista, a gente foi até a Secretaria de Saúde e conseguimos o internamento dele em um hospital em Salvador. Ele levou um mês para ser atendido. E o médico virou para a gente e disse assim: “Eu não acho que o comportamento dele seja dente, não”. Acho que precisa de uma campanha esclarecedora na área da saúde também.

E aí, Senador, essa última imagem é para vocês. Esta mão aqui é a mão do poder de vocês sobre a mão desta fragilidade desta criança aqui, e “Uma civilização será julgada pelo tratamento que dispensa às minorias”. Mahatma Ghandi. Foi uma das frases que Ulysses enviou para mim.

Está nas mãos de vocês a decisão de haver ou não uma lei, sobre o que a gente precisa e o que a gente não precisa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Podem bater palmas. (*Palmas.*)

Está certo. Eu vi que algumas pessoas estavam com vontade de bater palmas, então...

Quero destacar também a presença da Lívia Eller Santos, nutricionista e membro da Diretoria da Associação de Pais e Amigos do Deficiente Mental – Volta Redonda (RJ).

Passo a palavra a Gustavo Adolfo de Medeiros.

O SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS – Então, agradeço a todos os presentes, ao Sr. Senador, a todas as autoridades.

Primeiramente, desculpem-me, porque tenho ainda algumas disfunções, então talvez me distraia em alguns momentos e tenha alguns probleminhas nesse caminho.

Também quero desculpar-me, se for um pouco informal. Dá para ouvir direito? Senão perco um pouco da minha naturalidade, e vai ser pior na hora de falar.

A primeira coisa que quero deixar clara é que a gente não pode tratar igualmente os desiguais. É injusto. O próprio Rui Barbosa dizia isto: nada mais injusto do que tratar igualmente os desiguais. Por isso, acho um grande erro de repente colocar pessoas com autismo junto com pessoas normais. Elas vão sentir-se complexadas, não vão aprender, vão ter uma série de problemas. Isso vai prejudicar todo mundo. Isso vocês têm de pensar muito cuidadosamente.

Não se pode cair em armadilhas ideológicas – “Ah, precisamos incluir todo mundo”. Acho que a gente tem de incluir todo mundo, mas antes, de incluir, tem-se de dar condições de inclusão. É a mesma coisa que jogar uma criança que não tem braços nem pernas, para nadar e achar que, pelo fato de que se tem de incluir todo mundo, a gente vai colocar pessoas com braços e pernas, para nadar junto com uma criança sem braços e sem pernas. Ela vai afundar. Eu acho, não sei.

Meu objetivo... Em primeiro lugar, sou autista, só que um autista leve, de alta funcionalidade ou alto funcionamento. Não tenho, certamente não tenho os problemas que tiveram essas pessoas, mas tive problemas que quase inviabilizaram a minha vida.

Então, acredito que, se um autista leve teve esses problemas, imaginem aqueles que tiveram um autismo mais grave e não tiveram a ajuda que tive.

Quero que vocês entendam melhor. É muito curioso que, quando tive informações inicialmente sobre autismo, tinha uma ideia muito errada do que era ser autista. Eu achava que o autista não podia ser criativo, não podia escrever, não podia ser imaginativo, não podia ter sentimentos. É uma ideia falsa, porque às vezes é um problema de comunicação.

Até hoje, até para sorrir ainda é difícil. E já me falaram isso. Às vezes, eu faço uma piada e não sorrio. Então, aquela linguagem corporal é muito importante. A gente passa por estranho. É mais ou menos isso.

Engraçado. Quando eu vi um autista, um Asperger – acho que foi uma cientista que tratava de animais, terapia de abraço de animais –, eu olhei para ela e disse: ainda bem que não tenho esse troço. E foi ainda pior: poxa, como tem gente desgraçada neste mundo, não é? Ainda bem que não tenho isso. Só faltei dar graças a Deus por isso. Papai do céu me ajudou por eu não ter esse troço.

Eu sempre ficava intrigado com algumas questões na minha vida. Por que eu tinha tanta dificuldade em relacionamentos amorosos? Por que sempre fui rejeitado em grupos sociais? Por que eu tinha tanta dificuldade em conseguir emprego e, principalmente, em permanecer neles? É impressionante. O máximo que consegui foi ficar um ano em um emprego. Mesmo

assim, quando eu entrei, foi com a ajuda de um amigo que tinha muita gratidão por mim.

Eu era um autista de Alto Funcionamento, parecido com o Asperger. Um dos problemas dos Asperger e dos Alto Funcionamento é que eles são bem literais quando falam. Então, eles não têm aquele trato social que normalmente as pessoas têm. São pessoas consideradas estranhas. E isso daí, para um emprego, é fatal, porque eles concebem que você tem que ser aquela pessoa padronizada, aquela pessoa sorridente, que sabe lidar com as pessoas, e eu não era assim. Eu não tenho como ser assim. Já melhorei muito. Vocês vão ver como eu melhorei.

Eu vivo desempregado. Atualmente, estou desempregado. Creio que não tenho tanta incapacidade assim. Sou formado em Engenharia de Telecomunicações pela Universidade Federal Fluminense; sou fluente em inglês; já estudei alemão, francês, um pouco de espanhol; tive dois trabalhos publicados lá fora, durante a graduação, na área de física e estatística; sou mestre em Engenharia de Sistemas e Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com especialização em Inteligência Artificial, especificamente em Neurociência Computacional. E, mesmo com essa formação toda, eu não sabia que tinha autismo.

Mas é porque mesmo eu não tinha... Eu tinha uma ideia muito incompleta sobre esse tema. Eu era mais especializado em fobia.

Eis uma carta da minha professora de terceira série relatando – vocês conseguem ouvir? Essa carta relaciona as minhas dificuldades. Eu era praticamente isolado. Eu era uma criança que, segundo o relato – isso é um resumo do que ela falou: eu tinha dificuldade em acompanhar as atividades; falta de interesse, mas tira dúvida; precisa de auxílio de colegas; expressão oral lenta e confusa. Eu demorei à beça para aprender a falar. Aliás, também parece que para andar também. Tive um monte de dificuldades. Para ler também demorei um tempão.

Falhas na escrita, com omissões. Até hoje eu omito palavras, às vezes frases. Dependendo, até em textos eu consigo fazer isso. Problema com coordenação motora, dificuldade de assimilação das noções. Bom comportamento em sala de aula. Comportadinho eu era. Nunca fui... Sem entrosamento com os colegas. Quando solicitado, coopera. Apresenta fala... Desequilíbrios emocionais. Segundo ela, eu era agressivo, mas eu era agressivo quando eu era molestado. Segundo ela, também, eu era totalmente apático em determinados momentos. Eu estive conversando com colegas de jardim de infância e CA, e diziam que eu nunca terminava as tarefas, que de repente eu desaparecia, não conseguiam falar nada comigo. Desespe-

rada, uma professora me tirou de sala de aula, acabou sendo sugerido que eu saísse da escola, uma escola de freiras, onde a gente encontra muito amor e solidariedade, geralmente, não é?

Diziam que eu mostrava meus motivos. Senso de responsabilidade. Falta de cuidado com o material escolar. Algumas vezes, não traz material escolar, não cumpre as tarefas escolares.

Superação.

Minha mãe, desesperada, me botou na fono-audióloga – pelo visto, não foi um trabalho completo, porque ainda tenho problemas –; psicóloga, como se eu tivesse apenas dislexia. Curiosamente, senti minha vida melhorar bastante quando parei de comer carne, porque pode ter alguma coisa a ver com alimentação. Quando parei de comer carne, eu senti que as dores de cabeça que eu tinha quase todo dia desapareceram, e a asma – aliás, eu parei de comer carne depois de uma crise de asma – também desapareceu. Não sei se é coincidência ou não, mas dizem que a gente é o que a gente come.

Depois, minha tia me levou para morar por um ano...

É engraçado também, depois de uma certa fase, eu fui melhorando na escola, e, de um péssimo aluno que eu era, eu me tornei um dos primeiros alunos, mas, ainda assim, eu estudava em colégio estadual, colégio municipal, com greves e coisa e tal, então, além das minhas dificuldades, havia as deficiências da própria educação, do ensino ruim.

Aí, minha tia me levou para a Inglaterra. Eu ainda tinha um tato social muito ruim. Eu chegava... Eu me interessava por determinados temas, por exemplo, astronomia. Eu adorava astronomia. E assim, eu falava com uma pessoa no meio de uma festa: “Você gosta de astronomia?”. E começava a falar feito um robô. Eu era um robô falando. E levava livro para ler, acho que talvez tenha sido minha sorte, que eu tenha pegado minha obsessão pela leitura, e todo mundo festejando, eu estava lá com o livro lendo, lendo, lendo, ou então levava um negócio de xadrez para jogar.

Desculpem se estou me alongando, mas eu acho que é importante mostrar um autista pessoalmente, não ficar uma coisa tão idealizada assim.

Até hoje tenho problemas com aparência. Eu quis vir bem engravatado para poder dar dignidade aos autistas, pelo menos aqueles que sobreviveram. Ela me ensinou um pouco a não me dispersar, porque ainda hoje eu tenho um problema de dispersão. Manter contato com outros jovens foi muito importante. Eu sou muito observador. Então, aprendi a observar as pessoas e a tornar-me mais independente e ter contato social. A confiança que ela me deu fez com que

eu sentisse que podia fazer um vestibular. Ganhei confiança, passei para engenharia na UFF – Universidade Federal Fluminense.

Por observação, descobri como é que se namorava. Eu tinha uma amiga. Aos 27 anos eu consegui a minha primeira namorada. Foi uma grande conquista, foi como se fosse o homem chegando à lua. Então, eu via como é que ele tentava conquistá-la. Eu nunca me dei conta de que era importante convidar uma garota para um cinema. Também eu não sabia disso, por incrível que pareça, porque eu vivia num outro mundo. Os comentários que ela fazia do pretendente faziam com que eu conseguisse entender mais ou menos a cabeça, o que eu tinha de fazer na conquista. Mesmo assim, o primeiro namoro conseguiu ficar com 58 dias. Eu falava e as pessoas achavam que tinha duplo sentido, mas não tinha. Era literal. Fui levando foras, fiquei um tempão sem conseguir.

No emprego, eu era sempre barrado pelos psicólogos. Uma coisa que eu descobri é que você não pode ficar assim, quando você está numa dinâmica de grupo. Então, você vai perder uma oportunidade na sua vida porque não pode cruzar seus braços. Quando conseguia alguma coisa, ficava alguns meses. Apesar de tratar todo mundo bem, me diziam que eu era insociável. E eu não entendia isso, eu tratava todo mundo bem. Conversava, mas eu era insociável.

Passei para o concurso do IBGE e do Banco do Brasil. No caso do Banco do Brasil, foi especialmente dramático. Eles tentaram, de toda forma, me aproveitar porque viram – e eu acho – que eu tenho um bom currículo. Mas tinha que ficar durante um ano nas agências. Então, imaginem eu, atendendo o público. Pior é que fiquei atendendo o público, fazendo sabe lá Deus o quê. Vocês nem queiram saber, mas eu me perdia no meio das coisas, porque o autista é um pouco lento. Eu sou lento, eu posso dizer. O autista se perde em determinadas situações. Ele é literal. Então, eles queriam me colocar na área tecnológica, mas a norma do Banco não permitia. Não havia uma lei para isso. Por isso a importância de uma lei. Se não houver uma lei, fica uma coisa vaga.

Só depois eu descobri o que eu tinha, só depois de ter penado muito. Quando comuniquei à minha namorada que estava sendo mal avaliado lá no Banco do Brasil, eu perdi a namorada. É risível, mas era, assim, o amor da minha vida. Foi uma coisa muito triste, porque ela mudou a cara para mim. Mudou. Ela achou que eu não tinha perspectiva de vida. Eu, com 38 anos, e não consigo nada? Então, foi algo muito triste.

Eu passei por diversos neurologistas, psicanalistas, psicólogos, todos eles com muita pressa, a maioria

deles, outros não tinham tempo para fazer uma análise mais aprofundada.

Quando a minha tia viu que eu estava sendo demitido demais, ela ficou preocupada e, ela ficou preocupada e, através de recomendação de um outro médico, conseguiu um especialista, um neurologista, com doutorado em neuropsiquiatria, e viu que eu tinha um autismo de auto-funcionamento, de auto-desempenho. Mas, antes, tive que sofrer bastante nas mãos dos especialistas, que pelo visto não são tão bem preparados assim, alguns deles me dando alguns medicamentos que quase me enlouqueceram, como foi o caso do risperidona, que tomei aquele troço e fiquei três noites sem dormir. Assim, eu tive que parar sozinho, porque eu corria a praça para tentar ver se me cansava e dormia. Mas eu não conseguia dormir.

Então, é um alerta que dou: muito cuidado com os medicamentos, inclusive porque o autista muitas vezes não tem condições de comunicar o que ele sente. Então, se você dá o medicamento para ele e errou na dose, de repente pode causar um prejuízo tão grande que – não sou contra medicamento nenhum, não, mas, assim, muito cuidado. Acho que uma alimentação saudável deve sim influenciar também. Então, a gente tem que pesar tudo, ter uma pesquisa relacionada a isso.

Então, eu queria mostrar a vocês que eu era muito pior do que sou hoje. Acho que hoje sou praticamente normal, se é que existe alguém normal na vida. Mas eu queria dizer a vocês que é muito importante uma ajuda especializada.

Dá a impressão de que não há tratamento para o autismo. Na verdade, teoricamente o autismo não tem cura, mas tratamento para ele se sociabilizar tenho certeza que sim. E deu para ver, pelas palestras, que crianças que estavam afuncionais, completamente afuncionais, de repente começam a se portar. Então, tem tratamento.

Então, é muito importante um tratamento adequado – nessa hora tenho um papel para ler, mas como eu me perdi... Aliás, já me perdi de novo.

Então, é muito importante você capacitar os professores, os médicos que não estão capacitados, a maioria deles, mesmo os psiquiatras, mesmo os neurologistas. Eles não estão capacitados para reconhecer um autista, principalmente os leves, porque os leves mascaram o autismo. Porque o autista tende a aprender, principalmente se tiver, como eu tive, uma tia que me ajudou muito, que mostrava as coisas, como se eu fosse uma criança mesmo: olha, você tem que colocar aqui as coisas. Eu sei que eu tinha um QI acima da média e isso ajudou também, mas isso daí – desculpem-me eu tenho essas falhas de memória.

E também serve como sugestão vocês capacitarem também os pais, porque, já que estão faltando especialistas. De repente, se vocês capacitarem os pais de maneira adequada, eles podem ajudar outros autistas que não sejam seus próprios filhos.

Então, aqui fica uma sugestão de como você ter mais gente treinada para lidar com o autista.

Então, como eu já tinha falado sobre isso, que é importante você capacitar professores e médicos. É importante os médicos saberem quem são os autistas que já tiveram bastante mascarado o seu autismo, identificar. Uma identificação precoce do problema. Um tratamento precoce é fundamental. Uma identificação precoce do problema; e um tratamento precoce é fundamental porque nem todos têm a sorte que tive de ter uma tia que ajuda. E, mesmo que tenha, ainda assim é muito difícil, muito penoso para uma qualidade de vida melhor. Sugiro realmente uma melhoria alimentar, estudos sobre alimentação e acho que tem que ter sim uma legislação para não ter nada vago, para que não fique em dualidade nas mãos dos juízes. Então é isso.

O autista, dentro do possível, não quero ajuda governamental ou pensão ou previdência; no meu caso, eu quero a oportunidade de ter um emprego, quero tirar o meu dinheiro do suor do meu rosto, como todo mundo. É importante ter a idéia de que o autista não é um robô; eu não sou um robô, sou um poeta, faço poesia, escrevo também. Temos muito a oferecer. Prova disso é Einstein, que teve dificuldades na infância e foi reprovado, Isaac Newton, Bill Gates. Quer dizer, há maus exemplos no autismo, talvez. O Bill Gates, algumas pessoas não gostam dele. Eram todos autistas, são autistas na verdade e só precisam de lugar certo e de oportunidades.

Temos que ter a mente aberta sobre o autismo. Aí está a citação de um grande autista que muito dignificou a nossa humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Muito bom. Agradeço ao Gustavo a importante contribuição a esta audiência pública. Seja sempre bem-vindo.

Passo a palavra em seguida ao Dr. Marcos Tomanik Mercadante, que é professor do Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, Unifesp.

O SR. MARCOS TOMANIK MERCADANTE –

Boa tarde. Obrigado, Senador, obrigado a todos. Eu gostei especialmente da parte de que uma audiência pública não é necessário bater palmas, que é bom criar certa polêmica, e daí eu pretendo fazer isso porque pelo menos para justificar o salário que a universidade federal me paga eu tenho que contribuir com alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Não é nem para bater palmas nem para vaiar...

O SR. MARCOS TOMANIK MERCADANTE – Eu fico muito satisfeito com a presença do Gustavo, até porque uma das coisas que me preocupam é que o Brasil sempre teve uma exposição em relação ao autismo muito fechada quanto a casos com prognóstico reservado, pessoas que tinham um prognóstico não muito bom, e por muito tempo eu acho que a gente não cuidou e não favoreceu uma parcela expressiva que são pessoas que têm uma capacidade de adaptação preservada e uma possibilidade de contribuição absurda em termos de desenvolvimento para nossa sociedade. O Gustavo na verdade passa a ser um dos representantes dessa categoria e acho isso importante.

Em termos de debate me encantam, por um lado, as histórias singulares, elas são superrelevantes, óbvio, elas são encantadoras, a história do Gustavo é encantadora, a história que a gente viu na Bahia é encantadora, porém, quando se discute uma questão, eu acredito, não sou um especialista, uma questão de uma sociedade, a gente não pode ficar preso ao singular e temos que ter o mínimo de generalização. Acho que esta é a preocupação, pelo menos atualmente da universidade: que a gente não se atenha a casos únicos mas que a gente entenda em termos da maioria. São, hoje no Brasil, se considerarmos a estimativa geral... O último estudo americano fala em 1 caso de transição do espectro autista para 110 mil. Estamos falando em provavelmente dois milhões de brasileiros com esse tipo de quadro. Eu não acho que uma discussão como esta, uma política como esta possa ficar restrita a casos individuais que, sem dúvida, devem ser resolvidos, mas em termos de política geral, a gente deveria tentar ampliar um pouco.

Em função disso, eu trouxe alguns dados, que não sei se vão ser úteis. Vou tentar falar o quanto menos, porque acho que é mais importante debater do que ficar apresentando dados, embora eu sinta uma certa carência da utilização desses dados quando participo dessas discussões, pois eles poderiam nos nortear minimamente, dando-nos segurança em termos de escolha.

Falei que o singular é interessante. Eu trouxe algo singular. Esse é, teoricamente, o primeiro autista do mundo reconhecido. Ele é Donald T., que, hoje, tem 77 anos. Ele foi o primeiro caso que Leo Kanner descreveu. Ele está vivo. Eu trouxe esse exemplo, porque acho que essa ideia é boa. Ele está vivo, ele vive sozinho, ele joga golfe todo dia, ele tem uma rotina, ele tem independência. O seu desenvolvimento social e o tipo de proteção que a ele foi dado fizeram com que ele tivesse uma qualidade de vida extremamente preser-

vada. E seria isso que deveríamos buscar em termos de estabelecimento de políticas de saúde no Brasil.

Para que os senhores tenham uma noção, quero dizer que, ainda hoje, o diagnóstico é feito sob o ponto de vista do quadro, do que a gente enxerga. Basicamente nesses três domínios fazemos o diagnóstico. O diagnóstico é clínico, é uma observação. Toda pessoa que tiver uma alteração da sociabilidade, da comunicação ou do comportamento, como um padrão restrito do comportamento e algumas alterações da sociabilidade, preenche os critérios para a categoria que chamamos de Transtorno Global do Desenvolvimento. Mas, graças a Deus, isso vai ser resolvido, porque o termo Transtorno Global do Desenvolvimento tem dado muita confusão. As pessoas não conseguem entender a dimensão desse tipo de interferência no desenvolvimento da pessoa. Esse termo vai ser substituído, provavelmente, nos próximos manuais de classificação, que vão ser lançados em 2013, pelo termo geral Transtorno do Espectro Autista. Essa é a tendência, até porque estudos têm demonstrado que é impossível identificar o que é Autismo, o que Asperger ou o que é PDD/NOS. Existe uma sobreposição muito grande.

O Gustavo, simpaticamente, apresentou-se como autista, mas, na verdade, ele é o Gustavo, ele tem um jeito de funcionar que depende de como o cérebro dele funciona. É o que ele falou: em algumas coisas, talvez, ele tenha o processamento diferente; em outras, ele tem uma capacidade lógica de associação superior a outras pessoas, e isso dá a ele uma qualidade.

Usamos esses conceitos para tentar entender ou estudar o tipo de funcionamento cerebral, mas eles, muitas vezes – e é o que está acontecendo –, aprisionam-nos, e fica um debate infrutífero se a pessoa tem Autismo, Asperger ou outra categoria. Então, isso vai ser resolvido. Tudo vai fazer parte do Espectro.

Esses filmes sempre os mostro a quem quer entender algumas coisas, a quem quer saber quais são as visões hollywoodianas de como são esses quadros. Hoje, há filmes melhores, como um da Sandra Bullock, Maluca Paixão, que é bárbaro, que trata de um quadro semelhante a um quadro de Asperger. O filme “Forrest Gump” seria um bom exemplo de um caso de Transtorno Global do Desenvolvimento, sem outra especificação.

Para quem quer entender, como se diz, o modo de funcionar dessas pessoas ou conversar com pessoas que apresentam esse quadro, o livro O Estranho Caso do Cachorro Morto ajuda muito a entender o princípio básico do que, hoje, a Neurociência tem demonstrado.

Não nos damos conta do quanto estamos aprisionados, em termos de cérebro social, na mente do

outro. O tempo inteiro, estamos preocupados em perceber os sinais que o outro nos passa a respeito do que ele está entendendo do que estamos falando. E tentamos negociar isso o tempo inteiro. Tento negociar meu conhecimento com o outro, tento impressionar o outro, porque utilizo meu cérebro social para isso. Não nos damos conta muito do que é crescer sem essa prisão, do que é conceber o mundo sem essa hiper preocupação com o que o outro está pensando a nosso respeito. Não pensamos até por que crianças de cinco anos de idade ficam numa classe aguentando uma professora, sendo que o jardim está muito mais claro, sendo que lá fora está muito gostoso? Provavelmente, fazemos isso por que estamos presos nesse cérebro social. Crescer sem esse aprisionamento faz com que tenhamos uma visão de mundo um pouco diversa. Acho que é isso que temos aprendido, e, dessa forma, agora, possivelmente, poderemos ajudar essas pessoas a resgatarem o desenvolvimento.

Se os senhores entrarem no *site* da Associação de Psiquiatria Americana, os senhores vão ver o modelo atual, o que está sendo proposto para o DSM-5.

Neste sábado, estamos lançando uma ONG chamada Autismo e Realidade, que tem basicamente a proposta de divulgar informação. No *site* do Autismo e Realidade, vocês vão ter esses *links* e as explicações para essa mudança de conceito.

Independentemente da discussão do diagnóstico – é óbvio que ela tem um impacto enquanto somos – provavelmente esse é o maior fator de determinação de quantas são as pessoas que apresentam algum tipo do sintoma do espectro. Na década de 60, imaginava-se uma prevalência superpequena de quatro para dez mil. Hoje em dia, fala-se na prevalência de um por cento, o que significa, em termos de Brasil, dois milhões de pessoas. Isso é verdade? O grande problema é que não sabemos se isso é verdade.

Saíram uns trabalhos agora, que falam de clusterização. Existem algumas regiões onde a densidade ou presença dessas pessoas com autismo é maior do que em outros lugares. Por exemplo, em algumas regiões da Califórnia, a chance de se ter uma criança autista é vinte vezes maior do que na própria cidade de Los Angeles. Isso ocorre provavelmente porque há outros fatores que agregam ou que reúnem as pessoas ou que melhoram a capacidade de reconhecimento, mas, com isso, não sabemos quantas pessoas vivem nessa área. Quando começa a se discutir leis – participei de algumas reuniões no Ministério – as pessoas não sabem quantos são, onde estão e, ainda assim, querem discutir políticas de intervenção. Nosso grupo fez um estudo em Atibaia, São Paulo, e encontramos uma prevalência estimada de 0,3%, índice que está

entre as menores prevalências da literatura mundial. O artigo está para sair. É possível que algumas regiões do Brasil, pela nossa característica latina, tenha uma frequência – até porque somos muitos sociáveis – menor desses quadros. Mas é possível que, em algumas regiões, a frequência seja muito maior.

Discutir ações governamentais, a meu ver, exige um mínimo de conhecimento para que não se coloquem investimentos em áreas erradas. Não acho que a campanha em Atibaia deveria ser igual a alguma região no sul do País onde a prevalência do autismo seja maior.

Esse é o estudo que vai ser publicado.

A comunidade científica está atrás de quê? É óbvio que, hoje em dia, em termos de neurociências, sabemos pouco, mas já o bastante para compreender que a quantidade de genes candidatos para entender o design de cérebro social está bastante avançada. Temos uma série de modelos. O Jornal Nacional da última sexta-feira apresentou um trabalho brilhante de um grupo da Califórnia, liderado por um pesquisador brasileiro, um trabalho com extração de células de pessoas com síndrome de Hatch. Com isso, vamos conseguir entender a expressão do gene, o que está contribuindo para a construção daquele cérebro.

Nós, no grupo da Unifesp, e também na USP, estamos fazendo trabalho com esse tipo de células. Estamos melhorando e acredito que, nos próximos anos, muitas coisas vão sair em termos de como poderíamos entender ou ajudar essas pessoas.

Independentemente da neurociência ou da tecnologia, temos claro que precisamos melhorar o diagnóstico precoce. O diagnóstico precoce não se faz necessário apenas porque precisamos reconhecer cedo, é porque existe um fator biológico que se chama janela do desenvolvimento. Algumas funções se otimizam num determinado espaço de tempo. Uma criança que não enxergar nos primeiros anos de vida, não adianta, porque provavelmente depois o seu cérebro não vai aprender a enxergar mais. Deve-se expor isso, o cérebro precisa ser construído com estímulo. Os parâmetros da sociabilidade são, eles todos, assim. Atenção compartilhada, orientações sócias, que são fundamentos essenciais para desenvolvermos a sociabilidade, para fazer o cérebro social conectar e crescer, eles têm que acontecer nos primeiros dezoito, vinte e quatro, trinta e seis meses. Fora, desse prazo, é claro que se consegue estabelecer esses comportamentos, mas com uma eficiência muito menor. O reconhecimento precoce, na verdade, está diretamente associado à nossa possibilidade de um sucesso muito maior em termos de intervenção.

Para finalizar, até porque prometi falar pouco, peço para passar o próximo, por favor.

Um ponto que acredito que seja fundamental é que sempre se falou de um prognóstico reservado em relação aos portadores de síndromes no espectro de autismo porque as nossas possibilidades de avaliação eram pequenas e porque as nossas possibilidades de intervenções eram complicadas.

Quando me formei, há 27 anos, a estimativa, em termos de QI, era de que 2/3 das pessoas que estavam no espectro eram deficientes mentais. Hoje, a gente já vê trabalhos mostrando que provavelmente menos de 40% deles teriam QI menor que 70. A primeira coisa é óbvia: os métodos que avaliam inteligência estão baseados nessa nossa mente social. Uma criança responde a um teste de QI porque ela está interessada em agradar aquela mulher que está do outro lado ou a mãe. Uma pessoa que não tem essa chave, que não está tão preocupada ela não terá o mesmo nível de resposta, não vai expor necessariamente o que ela tem de melhor para agradar o seu interlocutor.

Então, o que é necessário é que a gente tenha, como a Marisa colocou, protocolos que consigam mostrar claramente quais são as habilidades e inabilidades dessas pessoas e, em cima disso, criar programas de intervenção. Isso é feito em vários centros, é feito no Brasil – e acho que é uma das coisas que a gente pode e deve fazer.

Eu fico extremamente animado com essa possibilidade do Sistema Nacional Integrado. Penso que essa é uma superiniciativa. Eu, contudo, concordo com a fala do Gustavo no sentido de que não temos profissionais para dar conta de uma proposta dessa dimensão; Eu sou do Departamento de Psiquiatria Infantil da Associação Brasileira de Psiquiatria, e, por incrível que pareça, são trezentos os profissionais que têm título de especialista em Psiquiatria da Infância e, em Neuropediatria, também são tantos quantos, ou seja, duzentos ou trezentos profissionais. Com a estimativa para um número desse de crianças, nós não temos a menor chance de atendê-las. Provavelmente, só criando possibilidades de capacitação de outros profissionais é que poderíamos atender essa demanda monstruosa.

Para encerrar, como se falou muito em dieta, gostaria de acrescentar que fico extremamente preocupado, não com a dieta, até porque eu estou precisando, já que engordei muito ultimamente. A dieta serve para algumas pessoas, mas não necessariamente para todas. E, de novo: precisamos ter... Toda vez que se discute problemas de saúde pública você tem que ter documentação que justifique um tipo de proposta. E dieta não é alguma coisa que ainda esteja... Ela é supe-

restudada, mas estudos controlados mostram que ela ainda não é mais eficiente do que outras intervenções. Portanto, esse é um ponto a ser considerado.

Para encerrar, há uma proposta que a Unifesp está discutindo junto à Prefeitura de São Paulo que seria um modelo de atendimento... Um modelo de atendimento que o senhor havia pedido, em termos de como reconhecer os casos e como encaminhá-los dentro do sistema, não só dentro do sistema de saúde, mas do sistema de educação. Talvez um modelo que pudesse vir a ser discutido, mas, mais que tudo, acho que... Voltando, para encerrar, à questão da lei, acho que seria extremamente importante que se pudesse ter a organização dessa lei e que pudesse ela, de alguma maneira, contar com comissões que a sistematizassem de tempos em tempos para que ela tivesse uma aplicabilidade adequada.

Acho que era isso. Estou à disposição.

Obrigado, Senador. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR)

– Muito bem.

Eu queria compartilhar com vocês uma dificuldade. Às 16h começa a Ordem do Dia no plenário do Senado. Se nós iniciarmos um debate, isso pode significar também que tenhamos que interrompê-lo, porque obrigatoriamente a reunião da Comissão tem que ser interrompida quando há votação no plenário. As Comissões não podem funcionar concomitantemente ao Plenário.

Então, eu queria propor a vocês que, com as falas, encerrássemos essa audiência pública, de vez que todas as pessoas que aqui vieram tiveram a oportunidade de apresentar os seus pontos de vista – eu diria que muito importantes.

Começamos com a Sr^a Julceli Vianna, que apresentou inclusive o projeto de lei, ou melhor, uma proposta, uma ideia, como ela colocou. E essa ideia, como ela mesmo disse, pode ser discutida, aprimorada, pensada, refletida, mas que, na verdade, possa atender às necessidades da família e da pessoa com autismo. No mundo inteiro, nós costumamos dizer que, quando temos alguma dúvida, nós temos que essencialmente falar com a família e com a pessoas. São as duas coisas fundamentais.

Então, preocupa-me muito quando as pessoas colocam e sei que essa é a metodologia, por exemplo, do Ministério da Educação de ter frases pouco educadas em relação ao trabalho que se faz, por exemplo, em escolas especiais. Sempre digo que, em vez de o especialista falar isso, a pessoa tem que ouvir, tem que discutir com a família, no caso aqui da nossa audiência e com a pessoa com autismo. Isto porque vocês têm muito a

dizer sobre o que é importante, o que é necessário, o atendimento, o drama, a necessidade da família.

Na sequência, a própria Marisa falou da importância de se ter a questão da família organizada em termos de associações, porque nós falarmos individualmente é alguma coisa complicada, difícil. Nós temos que nos organizar para sermos mais ouvidos, por isso que temos a associação e também a Associação Brasileira de Autismo. E esse processo de organização do povo tem que ser aprimorado. E muitas questões foram levantadas na fala da Marisa pela experiência dela também com um filho de 32 anos de idade. Temos que abordar as necessidades da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do idoso. Por isso que se discute muito no Brasil, hoje, a questão do processo de envelhecimento da pessoa com deficiência, particularmente daquela pessoa que tem uma necessidade mais acentuada de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, a Marisa abordou a necessidade de se ter políticas públicas de uma maneira geral, porque isso acho que foi dito em todas as falas no sentido de dizer: Olha, não se trata da pessoa com autismo, trata-se de um ser humano, de um indivíduo, de uma pessoa em primeiro lugar. E essa pessoa precisa de escola, de educação, de saúde, de trabalho, de esporte, de cultura, de lazer, de apoio para a família, de previdência, de assistência, de tudo, como qualquer ser humano, resguardadas as características específicas. É isso que, na minha ótica, foi também enfatizado. Também a Rita que apresentou todos os casos. E eu até me permito dizer que é muito importante termos essa experiência, esses casos individuais para mostrar claramente para a sociedade que a intervenção adequada, boa, dá bons resultados, até para desmistificar aquela ideia de que não tem solução; de que é assim mesmo e que não tem solução. Tem solução ou soluções. Há caminhos possíveis, inclusive levantando o caso no sentido de se lamentar por que isso não foi visto antes. Quer dizer, é uma questão de dignidade, de organização, de estrutura. Por meio do caso individual podemos dizer que as pessoas podem ter atendimento. Aqui se vê o caso individual, mas o conjunto de pessoas que apresentam quadros nessa área parecidos ou não, e foram casos, eu diria, com necessidades severas de desenvolvimento, essas pessoas tiveram resultados positivos. E essa intervenção com educação, com saúde, com apoio para a família, com atendimento, pode dar bons resultados.

Quero cumprimentar o Gustavo e dizer da alegria de ter tido o seu depoimento aqui, porque isso é o fundamental, as pessoas no mundo inteiro dizem: Você tem alguma dúvida em termos de atendimento. Deve ter escola, não deve ter escola, vai na escola especial, vai na escola comum; faz isso, faz aquilo. Fale com a pessoa mesmo para que a própria pessoa diga. E o

especialista tem que escutar, ver e, a partir daí trazer o que é necessário. Quer dizer, escutar a família, pois a família sabe o que é importante, o que é necessário, o que deve ser feito.

Escute e organize, porque o drama da família, a preocupação das pessoas têm que ser a nossa preocupação; quer dizer, como organizar os serviços nesse sentido.

E a Escola Paulista de Medicina, sem dúvida alguma, tem muita contribuição a dar historicamente, por toda a pesquisa. E é bom saber de todo o trabalho, de toda reflexão que vem sendo feita.

O Dr. Mercadante, Marcos Mercadante, foi assim extremamente preciso nesse sentido. É bom discutirmos, né? Antes, eu até dizia pra ele: “Olha, Dr. Mercadante, o que acho importante é a gente ter também (por isso que ele até mencionou que a gente tinha conversado), a gente saber o que é, como está sendo classificado, quantas pessoas são, onde essas pessoas estão, mas, no final, a gente tem que fazer a pergunta: e daí, vamos fazer o quê?”. Na verdade, a gente tem que ter uma política pública bem definida para atender a esse conjunto da população. O que fazer? O que vai ser feito?

Então, a gente vê que é uma área que pode, com a contribuição da academia, dos pais, das associações, das pessoas, ir com calma, com tranquilidade. O que não se admite nessas áreas é termos um comportamento fundamentalista: ou é isso ou é nada. Nós temos que ter alternativas, como também a Rita colocou, de qualidade. Nós estamos falando sempre em alternativas de qualidade. Não pode ser alternativa onde não haja competência, capacidade, dedicação, reflexão, como muita gente, aliás, no Brasil, costuma fazer.

Eu fiquei, da minha parte, muito bem impressionado com todas as explicações. Fiquei feliz com as explicações. Fiquei inclusive muito mais consciente da importância de escutar os pais e as pessoas que trabalham nessa área, porque vai-se fazendo juízo de valor sobre aquilo que é necessário de fato ser feito. Tenho absoluta certeza de que os depoimentos cobriram de maneira bonita e importante esses aspectos todos.

Há a sugestão da Adefa em termos do projeto de lei. Vocês sabem que aqui no Senado existe a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Legislação participativa significa a sociedade organizada, através de uma associação legalmente constituída, remeter ao Congresso Nacional uma proposta de legislação. E essa legislação, então, vai ser acolhida, estudada a sua viabilidade, para que não seja necessário, por exemplo, ter a obrigatoriedade de um milhão de assinaturas – que é um outro caminho; inclusive o projeto conhecido como Ficha Limpa foi aprovado através do envio ao Congresso Nacional de

um projeto com mais de um milhão de assinaturas. Esse é um caminho; um caminho bonito e necessário. Agora, o outro é a associação remeter ao Congresso Nacional a sua ideia. Isso foi o que a ADEFA fez.

E esta audiência pública tinha por objetivo, a partir de uma ideia, da organização de um sistema de atendimento, de diagnóstico, de encaminhamento, pensar sobre esse assunto. Então, foram convidados os expositores para pensar sobre isso e as pessoas aqui presentes para participarem deste evento.

Então, na sequência, o que vai acontecer é que, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nós vamos receber este projeto, vamos discuti-lo com a assessoria, a Consultoria do Senado, em termos da legislação, vamos chamar as associações, a associação brasileira e a Associação em Defesa do Autista para dizer assim: aqui, nós pensamos assim. Talvez, se modificar aqui, modificar lá; o que vocês acham, o que vocês pensam, para nada ser feito à revelia de quem propôs também, porque não seria nem ético e nem justo. Temos que discutir em conjunto. Aí o projeto é apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e passa pelas comissões que, de alguma maneira, tenham alguma interferência no conteúdo do projeto. Eu diria que deve passar pela Comissão de Assuntos Sociais, porque aqui é saúde, previdência, assistência, trabalho – inclusive o Gustavo falou bastante do trabalho, e a previdência é bastante necessária, a assistência também é, em muitos casos, o apoio para a família, em outros casos não, em outros é a questão do trabalho. E passar pela Comissão de Educação, porque também implica em educação, cultura, esporte, financiamento e uma série de coisas.

Então, nós vamos dar, agora, o seguimento para que esse projeto de lei possa, no mais curto espaço de tempo, ser apreciado também pela comissão e continuar a sua caminhada e, se tudo correr bem até o final, termos uma legislação na sequência nacional que aborde essa área que foi proposta pela ADEFA, que é a pessoa com autismo. Quer dizer, em todos os aspectos relacionados à vida, dignidade, cidadania dessas pessoas, das suas famílias e os serviços que devem ser estruturados e organizados em favor dessas pessoas.

Está bem assim? Eu sei que há pessoas que, na verdade, também gostariam, claro, de debater, de fazer a discussão. Então, nós vamos fazer o seguinte... Como eu disse, também há dificuldade de tempo e do plenário também. Como eu sei que duas ou três pessoas haviam pedido também a palavra, vou abrir rapidamente, por dois minutos, para que uma faça a sua manifestação também.

Eu só pediria um espaço de dois minutos para podermos, também...

A SRª BERENICE DE PIANA – Muito obrigada, Senador.

Meu nome é Berenice, eu sou diretora administrativa da ADEFA, Associação em Defesa do Autista; sou paranaense, conterrânea de V. Exª e moro atualmente no Rio de Janeiro. Sou mãe do Dayan, de 16 anos, diagnosticado autista aos 6 anos de idade.

Na verdade, eu tenho imagens que falam muito mais do que palavras, se me for permitido. Como o tempo é curto e temos que correr, irei direto ao assunto.

Nós tivemos recentemente em congresso em João Pessoa, onde uma promotora de justiça mostrou imagens terríveis, coisas chocantes que me levaram a pensar em apressar realmente tudo, porque é inconcebível que coisas como essas ainda aconteçam aqui no Brasil.

Essa promotora, a Drª Silvana, recebeu uma denúncia de uma clínica que maltratava os seus doentes mentais. E ela foi até lá com a polícia. Pode mostrar as imagens. Sei que é uma coisa muito séria. Nessa “clínica” – porque isso pode ser qualquer coisa, menos uma clínica – a maioria era de autistas e elas estavam enclausuradas em jaulas, não eram celas, eram jaulas, sem janela; a maioria delas sem roupa. Pode passar. Olhem, essa é a suposta clínica. Essas pessoas estavam nesses lugares, ali elas comiam, ali elas dormiam e ali elas defecavam. Algumas dessas jaulas tinham dez centímetros de fezes pelo chão. Esse era o lugar onde essas pessoas ficavam. Assim que elas chegavam, eram recebidos os seus cartões do LOAS, um benefício que os responsáveis por esse lugar ficavam

Os responsáveis por esse lugar ficavam recebendo o benefício do Loas. Quando a Promotora, a Drª Silvana, chegou lá, havia uma outra promotora junto com ela que desmaiou. Ao ver essas cenas, ela desmaiou. Elas ficaram tão chocadas e disseram: “Ainda bem que foto não tem cheiro, porque, se não, vocês não iriam suportar o cheiro que havia nesse local”. Ela foi olhar o cadastro desse local e viu que estavam faltando algumas pessoas. Sobre essas pessoas ela perguntou ao responsável, e ele disse: “Ah, elas fogem!”. Ela não acreditou, mandou a polícia cavar buracos em volta desse local e encontrou as ossadas. Ela encontrou esqueletos, vários esqueletos. “Agora, eu lhes pergunto: o que essas pessoas estão fazendo aí?” Até no zoológico são melhores tratados os animais porque pelo menos as jaulas são lavadas todos os dias.

A Drª Silvana me garantiu que esse lugar não é o único. Ela recebeu outras denúncias em outros Estados do País. Elas recebiam outras. São poucas aqui. Ela tem sessenta fotos. Nós não vamos passar tudo porque há outras muito piores. Eu acredito que o choque seria ter-

rível. É triste que tenhamos que encerrar uma audiência com imagens desse tipo, mas é a nossa realidade. Ela disse que, em outros Estados, ela está recebendo esse tipo de denúncia e que vai averiguar. Ela deu voz de prisão imediatamente a essas pessoas.

Quero que vocês entendam a necessidade urgente do Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa com Autismo, a necessidade de se fazer justiça, de tratar com dignidade essas pessoas. Infelizmente, as famílias foram chamadas e não os quiseram levar de volta. As famílias não sabem o que fazer com essas pessoas. Não quiseram. Quer dizer, fazemos o quê, então, com essas pessoas? O que vamos fazer? Isso é pior do que depósito, é pior do que tudo. Eu não consigo imaginar um lugar pior do que esse.

A Dr^a Silvana gostaria muito de estar aqui hoje. Ela não pôde estar devido ao seu trabalho, mas eu faço um apelo a vocês: que façamos um movimento nacional e muito grande para que não vejamos mais cenas como essas. É muito difícil se conter diante de imagens como essa. Quero dizer a vocês que essas imagens hoje estão correndo a Internet e o Brasil, de Norte a Sul. Espero que cheguem a todos os cantos deste País e que todas as pessoas que olhem para isso consigam elevar a Deus uma prece, pedindo que isso não venha a acontecer em nosso País, nunca mais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. PSDB – PR) – Agradeço a sua participação. As imagens são realmente bastante fortes. O Ministério Público está acompanhando, a Comissão de Direitos Humanos do Senado pode também acompanhar essa situação. Agora, eu só quero dizer também o seguinte: a clínica tem que ser responsabilizada – quer dizer, a instituição, a clínica, o local –, mas os governantes têm que ser responsabilizados também. Temos que ter políticas públicas que atendam a todos. A todos, inclusive pessoas mais marginalizadas, de maneira especial. O que falta, na verdade, é prioridade, como foi colocado aqui. Discute-se o ginásio, discute-se o campo de futebol. São bilhões e milhões, e nós precisamos ter a responsabilização das pessoas, seja do município, do Estado ou no âmbito federal, que deveriam estar atendendo essas pessoas com dignidade, com orçamento, com políticas públicas, e não estão fazendo isso. Então, nós temos que fazer a luta nacional para que todas essas pessoas, de fato, recebam aquilo a que têm direito e que merecem. Às vezes, as pessoas dizem: “Não tem dinheiro”. Tem dinheiro. “Ah, não tem tempo!” Tem tempo, só que não são prioridade, e nós temos que fazer com que o mais marginalizado seja prioridade absoluta, particularmente, no caso da nossa audiência, pessoa com autismo.

Mas penso que essas imagens são muito importantes e mostram, de fato, o desafio que temos pela frente. Vamos, então, nos empenhar para que a legislação seja uma legislação boa, adequada e que atenda às necessidades.

Se vocês estiverem ouvindo, tocou inclusive a campanha do plenário e, por causa disso então, agora, temos que, na verdade, encerrar a audiência pública.

Quero agradecer a presença de vocês todos aqui na audiência. Quero dizer a todos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado que participem, sugiram, enviem reflexões, contribuições sobre esta área. Quero agradecer aos expositores e expositoras pela importante participação – e, Berenice, acrescentando às exposições o seu relato também –, e vamos acompanhar para que todas as pessoas tenham dignidade, tenham cidadania, sejam prioridade, tenham políticas públicas, particularmente as pessoas com autismo, escutando, para elaboração de políticas públicas, a família e a pessoa com autismo; a família e a pessoa são as maiores autoridades na área, para que, em função da preocupação da família, sejam estabelecidas as diretrizes e a organização para o atendimento dessas pessoas.

Agradeço a todos, e vamos ficar em contato, na sequência, como eu disse, no encaminhamento do projeto.

Assim sendo, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM CONJUNTO COM A 41ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e doze minutos do dia vinte e quatro de novembro do ano de dois mil e dez, na sala número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Antonio Carlos Júnior, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, Inácio Arruda, Antonio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Neuto De

Conto, Pedro Simon, Regis Fichtner, Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Jayme Campos, Gilberto Gollner, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Osmar Dias, e, ainda, dos Senadores Alfredo Cotait, Augusto Botelho, Geraldo Mesquita Júnior, Lúcia Vânia, Marco Maciel e Serys Slhessarenko. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Marcelo Crivella, César Borges, Gerson Camata, Renan Calheiros, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública com a finalidade de prestar “esclarecimentos sobre a crise no banco Panamericano e o seu nível de inadimplência no Brasil”, em atendimento aos Requerimentos nºs 28/2010-CAE e 89/2010-CCJ, de iniciativa dos Senadores Romero Jucá e Antonio Carlos Junior, respectivamente, com os seguintes convidados: Exmo Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; e Sra. Maria Fernanda Ramos, Presidente da Caixa Econômica Federal. Após a exposição do Exmo Sr. Henrique Meirelles e da Sra. Maria Fernanda Ramos, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Álvaro Dias, Alfredo Cotait, Jayme Campos, Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo e Roberto Cavalcanti. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e dezoito minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pelo Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Antonio Carlos Júnior**, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e a 48ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Teremos agora a audiência pública, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a crise no Banco PanAmericano e o seu nível de inadimplência no Brasil, em atendimento aos Requerimentos nºs 28, de 2010, e 89, de 2010.

Queremos registrar, com muita honra para todos nós, a presença, aqui neste Plenário, do Exmº Sr. Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Cen-

tral do Brasil, e da Srª Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno, teremos, portanto, esta audiência pública. Dispensamo-nos de prestar maiores esclarecimentos, porque todos aqui conhecem bem as normas regimentais das audiências públicas.

Antes de dar a palavra aos expositores, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, um daqueles que assinou o requerimento de convite aos nossos convidados de hoje.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, Ministro Henrique Meirelles, Drª Maria Fernanda, Diretor Anthero de Moraes Meirelles do Banco Central e Procurador também do Banco Central, gostaria de dar um aviso, no sentido de informar os Srs. Senadores, membros da CCJ e da CAE, que a audiência pública, destinada à prestação sobre a crise no Banco PanAmericano e o seu nível de inadimplência no Brasil, marcada para as 15h de hoje, que contaria com a participação de Juarez Araújo, Presidente da Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, dos auditores independentes Pedro Melo, Presidente da KPMG no Brasil, e de Manoel Horácio Francisco da Silva, Presidente do Banco Fator, foi adiada e será realizada a ser definida oportunamente.

Esse é o aviso que gostaria de dar aos Senadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Antes de conceder a palavra à primeira expositora, que será a Drª Maria Fernanda Ramos Coelho, quero registrar a presença dos Diretores do Banco Central Carlos Donizeti Macedo, Anthero de Moraes Meirelles e Isaac Sidney Menezes Pereira.

Concedo à Srª Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Muito obrigada, Senador Garibaldi Alves Filho.

Senhoras e senhores, bom dia. Um cumprimento muito especial ao Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Senador Antonio Carlos Júnior, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Cumprimento muito especialmente o Ministro Meirelles, Presidente do Banco Central, e, em seu nome, cumprimento também os membros da sua equipe que estão conosco nesta Mesa. Cumprimento ainda os colegas da Caixa aqui presentes e os profissionais da imprensa. Cumprimento os Senadores presentes, agradeço pela oportunidade de a Caixa poder apresentar às Comissões aqui mencionadas o porquê de a Caixa ter decidido realizar aquisições e participações.

Consideramos que esse é um tema importantíssimo para a Instituição, que é sesquicentenária e que, principalmente a partir da crise de 2008, sentiu uma necessidade muito grande de crescer e de ter uma participação muito ativa na vida dos brasileiros, notadamente democratizando o acesso ao crédito às famílias brasileiras. Então, nesse momento tivemos uma discussão bastante intensa no sentido de perguntarmos: por que é importante realizarmos aquisições e participações? O que percebemos é que o crescimento das instituições financeiras tem passado por um processo de consolidação. Os principais bancos ampliaram de forma bastante expressiva seus ativos a partir de fusões e aquisições de outras instituições. Aqui temos alguns exemplos de processos de aquisições de grandes instituições financeiras nacionais, em que percebemos que, ao longo dos anos, essas instituições passaram a incorporar outros bancos e, com isso, obtiveram condição de ampliar seus ativos.

Ora, a Caixa é um banco público, mas é um banco que atua nesse segmento e que necessita ter presente a sua condição e a sua capacidade de crescimento. Este gráfico mostra o ranking dos bancos, e vemos que a Caixa foi superada devido às restrições para acompanhar o processo de consolidação bancária. Os senhores sabem que a Caixa era a única instituição bancária que não tinha autorização legal para fazer aquisições e fusões. Então, observem que, a partir de dezembro de 1994 – esses dados são públicos, são dados divulgados por todas as instituições, pelo Banco Central – percebemos... desculpe, um momento.

Percebemos que a Caixa, até junho de 2001, quando aconteceu sua reestruturação patrimonial, disputava com as demais instituições financeiras em volume de ativos. Notamos que, a partir daí, notadamente a partir de dezembro de 2006, passamos a perder competitividade nesse setor. Ou seja: era necessário para a Caixa ter um instrumento legal que lhe possibilitasse aquisições e fusões.

Próximo slide.

A Caixa identifica oportunidades para exercer a sua função e o seu papel de banco público, qual seja a democratização de acesso ao crédito. Então, os senhores observem – esse é o dado do último balanço divulgado pela Caixa – que temos efetivamente, de forma bastante expressiva, crescido as nossas operações de crédito. A variação nos últimos doze meses, considerando de setembro de 2009 até setembro de 2010, nos mostra que crescemos 45% em nossas operações. Lembro, Senador Garibaldi, que, em 2002, o saldo na nossa carteira de crédito era de R\$25 bilhões de reais. Hoje, já chegamos a R\$163 bilhões de reais e devemos fechar o ano em R\$180 bilhões de reais.

Entretanto, a Caixa se defrontava com uma questão empresarial bastante crítica para a Instituição. Era que, embora considerando esse expressivo crescimento, não detemos uma participação no mercado de crédito total em alguns segmentos tanto para a pessoa física, ou seja, de créditos para pessoa física, como de créditos a pessoas jurídicas em alguns produtos específicos.

Então, aqui os senhores observem a nossa participação no mercado de crédito total. Por exemplo, no setor de aquisição de bens, apesar do porte da Caixa, da nossa rede, da nossa capilaridade, mais de trinta mil pontos de atendimento em todo País, considerando a nossa rede de agências, correspondentes lotéricos, nossa rede de correspondentes bancários, detemos apenas 0,6% de *marketing share*, de participação no mercado no setor de aquisição de bens; aí incluído o financiamento a veículos. Se percebermos, também, na área de pessoas jurídicas, os senhores observam que na área do arrendamento, também conhecido como leasing, é 0% a participação da Caixa.

Então, de fato, nós nos defrontamos com uma necessidade de crescimento, principalmente em alguns produtos e serviços que a Caixa precisa ofertar. Apesar de uma participação importante e significativa no consignado, a Caixa já teve a liderança desse segmento e perdemos, também, a liderança no segmento de consignado.

Então, vejam, a situação que se coloca para a instituição é: precisamos atuar em todas as frentes, com todos os produtos que podem ser disponibilizados ao cidadão, notadamente essa classe C emergente. São mais de 30 milhões de pessoas que procuram as instituições financeiras em busca de produtos e serviços. Em função disso, a criação da CaixaPar expressa exatamente uma visão de longo prazo para a instituição, ou seja, o nosso desafio de ampliar a nossa atuação por meio de fusões e aquisições.

Assim sendo, é importante ressaltar que essa Casa concedeu autorização com a criação da CaixaPar em março de 2009, o que nos permite ter um crescimento ou por complementaridade ou por similaridade. No crescimento por complementaridade, nós promovemos aquisições nos segmentos onde a Caixa ou não atua ou tem uma participação que é residual. Por similaridade, nós temos a possibilidade de expandir negócios e nichos já explorados e com risco de perda no mercado. Então, nasce a CaixaPar com essa missão, exatamente de ampliar a participação da Caixa na intermediação de recursos e negócios financeiros, via participações acionárias em empresas sediadas no Brasil, com o objetivo de promover a melhoria contínua da qualidade de vida da sociedade brasileira. Lembro que, a autorização de criação da CaixaPar previu que

podéssemos ter participações em empresas do ramo securitário ou de tecnologia bancária ou nos negócios da instituição. Então, essa foi a condição que nos foi dada exatamente para consolidar uma visão da instituição que é de longo prazo, exatamente a ampliação da sua atuação.

Pode passar:

Considerando esse contexto, considerando a necessidade de crescimento, considerando que nós tivemos a autorização para realizar fusões, aquisições e participações acionárias, por que o Banco PanAmericano foi selecionado pela Caixa nesse processo?

O Banco PanAmericano, já durante a discussão, quando a medida provisória foi encaminhada aqui para esta Casa e houve a discussão – ela foi encaminhada em novembro – e nós tivemos a aprovação final em março, já no processo de discussão da criação da CaixaPar, nós tivemos diversos contatos com instituições financeiras que buscaram a Caixa também interessadas para que tivéssemos uma participação e uma parceria nesse sentido. Por que escolhemos o PanAmericano? Porque o PanAmericano apresentou o melhor conjunto de sinergias com a instituição. O PanAmericano é uma instituição com mais de vinte mil pontos de atendimento, um expressivo atendimento no Estado de São Paulo, um Estado importantíssimo para as instituições financeiras, para o crescimento do crédito no Brasil, uma instituição que possuía uma experiência consolidada, principalmente em segmentos nos quais a Caixa apresentava a sua situação empresarial crítica, notadamente, na área financeira, com um crédito pessoal.

E aí os senhores observam naquela pizza que o crédito direto ao consumidor e o crédito pessoal no Banco PanAmericano respondia por 50% da sua atuação. No leasing – e aqui está verificado também na pizza – 15% da sua atuação se dá nesse mercado e nos demais setores de pessoa física: cartão, seguros e consórcio.

No ramo da pessoa jurídica, o foco da Caixa sempre foi atuar principalmente no segmento da micro e pequena empresa. Eles têm uma atuação muito importante na área de média empresa, com conta garantida, com desconto de duplicatas, com capital de giro e com antecipação de recebíveis. Além disso, é claro, há a experiência do Banco no setor de consignados, principalmente no setor de consignados junto ao setor privado. A grande experiência da Caixa é o setor de consignados junto ao setor público.

Então, o PanAmericano apresentava, de fato, um conjunto de sinergias que possibilitava à Caixa o crescimento em setores que, por nós, são considerados prioritários. Além de tudo isso, é um Banco que atuava

no mesmo nicho e segmento da Caixa, priorizando as famílias de baixa renda.

Como se desenvolveu a negociação para chegarmos a finalizar com o Banco PanAmericano o processo da nossa participação acionária?

Em outubro de 2008, a Medida Provisória (MP) nº 443 permitiu a criação da CaixaPar. Como eu já disse, nesse ínterim, algumas instituições procuraram a Caixa para iniciar uma negociação. Em março de 2009, a Medida Provisória é convertida na Lei nº 11.908, de 2009, e a CaixaPar foi criada. Em junho, após amplo debate dentro da empresa – foram três meses bastantes intensos –, elaboramos o projeto básico, para que se permitisse a contratação de uma empresa que nos assessorasse nessa negociação. De março a junho, internamente, nossas equipes técnicas discutiram o projeto básico e pensaram exatamente numa contratação que nos possibilitasse maior segurança em relação ao processo. A contratação definiu os seguintes serviços: assessoria nas negociações; *due diligence*, ou diligência devida, e quantificação dessas sinergias; avaliação econômico-financeira; e um modelo de negócios de governança adequado para a Caixa. Por quê? Porque essa seria a primeira experiência de uma instituição pública em parceria com uma instituição privada. Essa foi a definição que a CaixaPar fez em junho de 2009 para contratar esses serviços.

Em junho, para fazer essa contratação, foi estabelecido um processo. Apesar de a Lei nº 11.908 permitir que fosse feita a contratação direta, a CaixaPar decidiu consultar cinco empresas especializadas pertencentes ao ranking da Anbid, para que pudéssemos fazer essa contratação. Fizemos a consulta, e, das cinco empresas especializadas, foi selecionado o Banco Fator, pelo menor preço. O Banco Fator tem experiência bastante significativa no mercado. O Banco Fator atuou nos processos dos bancos Banespa, Banestado e Nossa Caixa. Em função do menor preço e da melhor proposta, o Banco Fator foi contratado. Por sua vez, o Banco Fator contrata assessorias: para a diligência legal, foi contratado o escritório Bocater, Camargo, Costa e Silva Advogados; e, para a diligência contábil, a KPMG Auditores Independentes.

Em novembro de 2009, considerando as melhores práticas de mercado, apesar de não ser uma necessidade, a Caixa contrata a BDO Consultores para emissão de uma segunda opinião. Além do cuidado e do zelo no processo de contratação do Banco Fator, selecionando o Banco entre cinco outras instituições que apresentaram propostas, a Caixa ainda contrata, em novembro, a BDO Consultores para emissão de uma segunda opinião.

Em novembro, além das avaliações realizadas pelo Banco Fator – este é um dado importante, Senadores –, além da contratação externa feita pela Caixa, houve internamente também, por parte das nossas equipes, avaliações próprias. Ou seja, não apenas a Caixa se cercou do cuidado de ter uma assessoria externa, mas também, internamente, nossas equipes técnicas realizaram avaliações próprias.

Então chegou-se, em novembro 2009, ao valor de avaliação de R\$2,111 bilhões. Aqui é importante dizer, já considerada a dedução de R\$203 milhões, que foi observada exatamente no processo da assessoria e das duas diligências, ou seja, da segunda opinião, exatamente porque foram decorrentes de contingências identificadas pelas diligências legal, tributária e contábil, ou seja, o preço final já incorporou uma redução de R\$203 milhões porque foi identificada pela assessoria exatamente essa necessidade.

O preço final estabelecido na negociação ficou em R\$2,080 bilhões. A Caixa adquiriu 49% das ações ordinárias e 20% das ações preferenciais, correspondente a uma participação de 36,5% no controle acionário equivalente a R\$739,2 milhões.

Em dezembro, então, a CaixaPar efetua o pagamento da primeira parcela, pela participação acionária, e envia documentação aos órgãos de controle para que, após a manifestação favorável, pudéssemos fazer o pagamento da segunda parcela. Isso tudo em acordo com o parceiro, com o PanAmericano, com o nosso parceiro na ocasião.

Em janeiro de 2010, iniciamos, junto ao Banco PanAmericano, a elaboração do plano de negócios, lembrando que são duas culturas bastante distintas. A gente vem de uma cultura de um banco público, uma instituição pública e tem também um banco privado que atuava fortemente em segmentos nos quais a Caixa não atua. Então iniciamos equipes da Caixa. E aí são diversas equipes, Senadores, que atuaram nesse processo, não só as equipes de negócios, as equipes de cartões, as equipes do crédito à pessoa física, mas também as nossas equipes de planejamento financeiro, equipe de controle, exatamente para que o plano de negócios, constituído, possibilitasse o crescimento e a expansão de negócios esperados pela Caixa.

Em março de 2010, o Banco Central solicita que fizéssemos ajustes no acordo de acionistas. Providenciado isso, o Banco PanAmericano envia ao Banco Central o novo acordo de acionistas, já atendendo às solicitações que nos foram feitas.

Em julho de 2010, houve a manifestação, então, favorável do Banco Central ao ingresso da CaixaPar no grupo de controle do PanAmericano, ficando a manifestação final na dependência dos atos relativos

à conclusão da operação, lembrando que esses atos relativos incluíam que o PanAmericano providenciasse a convocação da assembleia de acionistas, a mudança do estatuto, para possibilitar à Caixa a sua efetiva participação.

No processo de acordo com o PanAmericano, já havia ficado definido que a Caixa participaria com uma diretoria no grupo de gestão e também, no primeiro ano, com a presidência do conselho de administração. Para essa presidência, haveria rodízio a cada ano.

Em julho de 2010, fizemos o pagamento da segunda parcela. Em agosto, houve envio da documentação relativa à conclusão da operação ao Banco Central e, em meados setembro de 2010, a Caixa toma conhecimento da existência de um processo de fiscalização do Banco Central junto ao Banco PanAmericano. Em outubro, tomamos conhecimento também da existência de inconsistências contábeis no PanAmericano e do processo de negociação do Fundo Garantidor de Crédito com o Grupo Silvio Santos. E, em novembro, aí sim, tivemos a assinatura do termo de comparecimento, com a ciência do instrumento particular da assunção da dívida do Grupo Silvio Santos com o FGC e a aprovação do processo de alteração do controle societário do Banco PanAmericano pelo Banco Central.

Essa assinatura do termo de comparecimento permitiu à Caixa, então, participar, aí sim, de forma bastante efetiva, da gestão do Banco.

No dia 10 de novembro, a Caixa fez a indicação de cinco diretores, que já estão efetivamente atuando na instituição desde o dia 10 de novembro. Nós teremos agora, no dia 26, a assembleia de acionistas, que permitirá que a Caixa presida o Conselho de Administração do Banco, nós teremos assento, ou seja, não só a Presidência do Conselho será presidida por mim, mas também teremos mais quatro vice-presidentes da Caixa, que comporão o Conselho de Administração do Banco PanAmericano.

Quais as ações da Caixa a partir da implantação do acordo de acionistas?

Vejam. Com a solução adotada pelo Banco Central, pelo Fundo Garantidor de Crédito e pelo Grupo Silvio Santos, a condição patrimonial do Banco PanAmericano se encontra restabelecida, o que permite à instituição implementar o plano de negócios para a exploração das sinergias identificadas.

Então, consideramos que, recuperada essa condição, isso nos permite implementar o plano de negócios que já estruturamos, com uma atuação muito expressiva principalmente no crédito à pessoa física e, de forma mais intensa, efetivamente, a partir do próximo dia 26, quando estaremos na Presidência do Conselho de Administração em parceria com toda a diretoria já

constituída e já indicada pelo controlador, que hoje já está atuando plenamente na instituição.

Fizemos a indicação dos diretores também no sentido de resguardar a instituição e de dar oportunidade para que o Banco Fator apresente as suas considerações; a CaixaPar fez uma interpelação extrajudicial ao Banco Fator, o que nos resguarda em relação a esse processo.

Portanto, Senadores, senhoras e senhores, a Caixa considera que foi restabelecida a condição patrimonial da instituição; e é importante o registro aqui também de que, nesse processo, a condução do Banco Central e do Fundo Garantidor de Crédito trouxe a tranquilidade necessária para que a Caixa pudesse efetivamente exercer a sua atuação. Assim, consideramos que há plena condição de executar o plano de negócios que foi amplamente debatido entre as equipes. Esperamos, portanto, que possamos ter os resultados com essa parceria.

Senador, era essa a nossa apresentação. Estamos à disposição para os questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a Sr^a Maria Fernanda Ramos Coelho, Presidente da Caixa Econômica Federal, pela exposição que acaba de fazer, objetiva e, espero, esclarecedora.

Teremos dois momentos nesta reunião: o primeiro momento constará dessa exposição que acaba de ser feita pela Presidente da Caixa, Dr^a Maria Fernanda, e as perguntas que serão dirigidas a ela pelos Senadores. Em um segundo momento, o Dr. Henrique Meirelles fará a sua exposição e, depois, se submeterá às perguntas dos Senadores.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Estou sendo convocado para ir para a Comissão de Relações Exteriores, pois tenho que relatar um embaixador que está sendo indicado hoje e terei que me afastar, pelo menos temporariamente, da Comissão, mas espero poder voltar para assistir a apresentação do Presidente Henrique Meirelles.

De qualquer forma, se não estiver aqui antes de ele falar, gostaria de registrar aqui, publicamente, que essa seguramente, provavelmente, será a sua última audiência pública nesta Casa. Se continuar no Banco Central, já será em uma nova Legislatura. Caso contrário, dificilmente teremos outra agora neste final de ano.

Então, eu queria – espero voltar a tempo – registrar aqui publicamente o reconhecimento pelo trabalho fundamental que o Presidente Henrique Meirelles desempenhou ao longo desses oito anos. Ele contribuiu decisivamente para a estabilidade da economia brasileira, para a credibilidade da política econômica e conseguiu manter a inflação sempre dentro da meta, que foi o grande objetivo central da política monetária do Banco Central.

Também quero dizer que o Brasil reconhece esse trabalho. Todas as pessoas responsáveis deste País sabem o quanto foi importante, o quanto foi dedicado, o quanto foi relevante para a história do País e para a história econômica a sua contribuição à frente do Banco Central. Tenho certeza que vai... Espero que continue na equipe. Se não for essa a decisão do novo Governo, seguramente a sua contribuição foi indispensável, e eu queria registrar, publicamente, meu reconhecimento por esse trabalho. Espero voltar brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante e concedo a palavra ao autor do Requerimento nº 89/2010, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, Sr. Presidente Henrique Meirelles, Sr^a Presidente Maria Fernanda, Diretor do Banco Central e demais membros do Banco Central, Srs. Senadores, esse assunto, o ponto que me prende efetivamente e que me faz querer aprofundar na sua análise e avaliação é a questão da aquisição do Banco PanAmericano pela Caixa, porque a operação que foi feita agora com o fundo garantidor de crédito foi uma operação de evitar um mal maior, ou seja, foram feitas operações com garantias, e o fundo poderia perder se o Banco PanAmericano quebrasse.

Então, na verdade, o problema não está na operação que foi feita agora, e, sim, na operação de aquisição do Banco PanAmericano, parte do capital, quer dizer, 49% das ações ordinárias e 35% do capital total. Lá é que temos o problema que queremos discutir aqui com profundidade.

Numa aquisição, na sua fase já mais decisiva, três pontos são importantes: o velho eixo, que é a avaliação do negócio, mediante métodos utilizados, fluxos de caixa descontados, múltiplos etc.; depois vem a negociação do preço, porque a avaliação é um indicativo; depois vem a negociação do preço entre as partes. Mas, quando se chega ao preço, até como a Dr^a Maria Fernanda mostrou, temos que fazer uma *due diligence*, que é uma auditoria especial, feita normalmente pelo comprador, exceto em casos de privatizações, porque aí o Governo tem que fazer, mas essa auditoria vai preservar, principalmente, os interesses

do comprador. Já pensou se você tem passivos ocultos ou passivos não provisionados; você tem ativos que já não têm valor efetivo, que são ativos que estão na contabilidade, mas perderam valor? Então, é preciso que se faça uma depuração para proteger os interesses do comprador. E aí é que está o grande problema. Na *due diligence* está a grande questão, onde houve falhas. Queremos exatamente nos aprofundar para entender quem falhou, quem foi o responsável pelo furo na *due diligence*, porque aí é que está a questão. A aquisição pela Caixa seria uma aquisição natural se essas inconsistências que já existiam na época fossem deduzidas do preço. Aí não haveria problema nenhum. A Caixa acabou comprando gato por lebre porque ela adquiriu a participação em cima de um valor que, na verdade, já não era esse valor. Ele era muito menos, porque as operações fraudulentas já existiam e, portanto, elas estavam inflando tanto o balanço patrimonial como os resultados.

Ora, na seção de carteiras de crédito, elas são instrumentos importantes para captação de recursos dos bancos médios e pequenos, quer dizer, são operações corriqueiras. Não são operações especiais, operações que nunca aconteceram. Não. Elas acontecem sempre. Portanto, a *due diligence* deveria se focar muito nisso, porque, fatalmente, pegaria alguma coisa errada.

Então, se é uma forma de captação básica por bancos médios e pequenos, a *due diligence* falhou de forma muito forte. Ela não refletiu a situação efetiva do Banco PanAmericano, até porque, quando se vendem ativos, entra o ativo caixa, tem a receita da venda desse ativo, quer dizer, um lançamento contábil, a Caixa contra a Receita; depois tem um outro que é você baixar o ativo que é um lançamento credor e jogar no custo desse ativo que é um lançamento devedor. Então, o custo e a receita fazem um encontro de contas, para ver se deu um resultado positivo ou negativo, e os ativos trocam de posição: sai o ativo empréstimo, entra o ativo caixa. Essa é a prática normal. Ou então se fazer um passivo para corresponder ao ativo caixa com as responsabilidade que o Banco PanAmericano teria com terceiros.

Ora, isso é uma coisa corriqueira, normal, que a auditoria teria que pegar. Então, alguma coisa está errada. Acho que a auditoria falhou, a consultoria falhou, mas talvez a Caixa tenha falhado também. É exatamente esta a posição: quem é que falhou? Falhou a Caixa, falhou a auditoria, falhou a consultoria? Foi a KPMG, o Fator ou a Caixa? Aí há uma grande responsabilidade, porque são milhões de reais, e a Caixa Econômica é um banco público. Ou seja, houve uma superavaliação, já que não foi deduzido do valor, digamos, essas operações que estavam absolutamente fora do balan-

ço, porque era impossível que estivessem no balanço, uma vez que foram vendidas. Ou teríamos uma baixa do ativo ou teríamos um acréscimo do passivo. Isso é contabilidade básica.

Portanto, quem é o responsável? A Caixa falhou, a consultoria do Banco Fator falhou, ou foi a empresa de auditoria KPMG que falhou? Quem falhou? Este é o ponto que precisamos aprofundar: quem é o responsável pelo super valor que a Caixa pagou em cima do Banco PanAmericano. Este é o ponto de partida para essa discussão a meu ver.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra...

Quero esclarecer à Presidente Dr^a Maria Fernanda que ela terá oportunidade de responder a um bloco de três Senadores, já que está em moda a criação de blocos.

Concedo a palavra, de acordo com a ordem dos oradores inscritos, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, convidados, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, a insolvência do Banco PanAmericano tem sua origem na gestão temerária e fraudulenta. Esta é a conclusão de natureza técnica divulgada. Mas há que se fazer questionamento também a respeito dos aspectos políticos. Uma grande pergunta de início: por que a Caixa Econômica Federal entrou nesse negócio e por que levou tanto tempo para começar a administrá-lo?

Todo o mercado financeiro sabia e sabe que os problemas do Banco PanAmericano começaram muito antes da divulgação da sua atual situação. Desde a crise de 2008 o Banco passava por dificuldades. Isso pelo menos era voz corrente no mercado. Após longas e complexas negociações, a Caixa decide comprar, no final de 2009, as ações, no valor de R\$740 milhões. Portanto, a Caixa torna-se sócia das dificuldades conhecidas e reconhecidas do Banco PanAmericano.

É claro que se percebe uma operação para excluir qualquer interferência política nesse negócio. A justificativa é sempre que houve uma trapalhada da auditoria, houve falha da auditoria. Portanto, não há responsabilidade da Caixa, não há responsabilidade do Banco do Governo nessa operação.

É o que se procura passar à opinião pública. E a culpa é dirigida exclusivamente a executivos do PanAmericano – o Sr. Rafael Palladino, Presidente, Wilson Roberto, Diretor Financeiro, e às auditorias contratada, Deloitte, KPMG e o Banco Fator.

Vamos agora a algumas perguntas exatamente em função desse arrazoado.

Por que o empresário Sílvia Santos consegue uma audiência de última hora, sem agenda prévia, com o

Presidente Lula, em Brasília, no dia 22 de setembro, dez dias antes do primeiro turno das eleições?

Houve a intermediação do ex-Ministro Chefe da Secretaria de Comunicação, Luiz Gushiken, no processo de negociação de compra do banco pela Caixa? Essa é uma informação da revista Época do dia 15 de novembro.

Por que a Caixa decidiu comprar o PanAmericano e não outros bancos, já que há no mercado bancos desse porte para uma eventual negociação?

Se adquirir bancos estava dentro da estratégia de negócios da Caixa – e a Presidente acaba de dizer que estava –, por que a Caixa não participou da disputa pela compra de outros bancos, como a Nossa Caixa, o Banco Votorantin, entre outros, e, ao contrário, comprou um banco insolvente como o Banco PanAmericano?

Houve uma medida provisória, a de nº 443, em que o Deputado Pompeo de Mattos apresentou uma emenda exigindo as auditorias internas nessas operações. A essa proposta houve um veto do Presidente. A senhora não entende que o caso do PanAmericano poderia ter sido questionado nos termos dessa medida provisória se o Presidente da república não houvesse vetado esse dispositivo?

É irrecusável fazer esta perguntar, Srª Presidente: como é possível alguém comprar um banco e só um ano depois descobrir uma fraude de mais de R\$2 bilhões? Seria porque, por mais de sessenta anos, negligenciamos os cursos de auditoria, fiscalização e controladoria? Seria porque não temos faculdades de auditoria no País? Não creio, porque a Caixa, assim como outras entidades da administração indireta, têm auditoria interna. A Caixa possui aproximadamente 350 auditores concursado e capacitados. Uma instituição do porte da Caixa possui área especializada em analisar o risco das concessões de crédito e, de modo geral, das operações que realiza. A boa prática bancária, dessa forma, recomenda que tais áreas – auditoria e análise de risco – sejam ouvidas previamente a operações de natureza especial, como é o caso.

Sendo assim, pergunto: a auditoria interna e a área de risco da Caixa foram chamadas a emitir parecer previamente sobre a operação? Em caso positivo, qual foi o posicionamento dessas áreas?

Por que a Caixa comprou a sua participação no PanAmericano no final de 2009 e onze meses depois ainda não havia indicado ninguém para compor os seus quadros executivos?

Por que só após a divulgação do rombo a Caixa resolveu indicar, do dia para a noite, os seus executivos para a Diretoria e Conselhos do banco?

As fraudes não ocorreram apenas nas áreas de crédito e cartões, mas também nas operações passivas – o caso do CDB remunerado muito acima das taxas de mercado é mais um exemplo. Se a Caixa tivesse indicado seus executivos, como de direito e dever, essa operação teria sido detectada há muito tempo.

Quem vai pagar por mais esse prejuízo, já que, nesse período, a Caixa já era sócia, fez aportes com dinheiro público e pagou com esse mesmo dinheiro juro abusivo em CDB? No mínimo, é um caso de negligência, omissão ou gestão temerária da coisa pública. Essa é uma conclusão inevitável.

Por que o Fundo Garantidor de Crédito, criado em 95, fez sua primeira operação salvamento em tão rápido tempo, comprometendo quase 10% do seu patrimônio de R\$28 bilhões em um banco desse porte, com o argumento de que, se não o fizesse, haveria uma crise sistêmica? Essa mesma atitude não foi adotada com a mesma celeridade em relação a outras instituições.

Em 8 de setembro, o Banco Central comunicou ao PanAmericano sobre as fraudes. Em 8 de setembro! Portanto, estávamos em plena campanha eleitoral ainda do primeiro turno. Em 22 de setembro, houve a visita do empresário Sílvio Santos ao Presidente Lula. Por que a divulgação só ocorreu depois das eleições? O Brasil tinha o direito de saber antes, imagino. Será que, mais uma vez, a máquina pública foi privatizada para atender a interesses pontuais? Seria inevitável dar conhecimento, seria responsabilidade pública dar conhecimento à população do País do fato, já que ele havia sido constatado pelo Banco Central?

V. Sª defendeu a contratação do Banco Fator e expôs as razões. No entanto, nós verificamos que o Fator informou não ter a experiência para fazer a auditoria e, por isso, contratou a KPMG para cuidar desse processo. A KPMG enfatizou que não era responsável pela auditoria interna do PanAmericano e que teria sido contratada para realizar certos procedimentos pré-acordados de diligência em dados disponibilizados pelo referido banco. Portanto, eu gostaria de solicitar esclarecimentos a respeito disso. E qual o valor pago pela Caixa Econômica ao Banco Fator para que intermediasse a aquisição do Banco PanAmericano?

Eu coloquei, aqui, setembro como uma data em que o Governo, o Banco Central tomou conhecimento de todas essas dificuldades do Banco PanAmericano e guardou para si as informações. Essas informações não foram repassadas à opinião pública. Um executivo do Banco Central disse à revista Época que o caso só não foi divulgado antes das eleições para evitar prejuízo à candidatura de Dilma Rousseff. O Governo sabia que estava quebrado o banco pelo menos desde agos-

to, devido a uma auditoria rotineira do Banco Central. Esse portanto, é um esclarecimento importante que nós solicitamos a V. S^a.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Eu passo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alfredo Cotaít.

O SR. ALFREDO COTAÍ (DEM – SP) – Sr. Presidente, convidados, Senadores, Senadoras, o Senador Alvaro Dias já fez aí um rol de perguntas, todas pertinentes, acho que são suficientes até para a Presidente Maria Fernanda poder responder. Eu conheço o trabalho da Maria Fernanda, todo esse tempo, à frente da CEF. É um trabalho muito bem desenvolvido. Mas eu gostaria de incluir uma questão.

Em dezembro de 2009, a Caixa efetuou o primeiro pagamento. Somente em maio, o acordo de acionistas foi celebrado. Não deveria ter sido o pagamento feito junto com o acordo de acionistas? Quando é que a Caixa Econômica assumiu de fato o acompanhamento das operações do PanAmericano? Não é possível que se tenha levado um ano para se tomar conhecimento da situação real do banco. Apenas queria agregar, adicionar essa indagação às perguntas do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Alfredo. Tendo em vista que só temos agora uma parlamentar inscrita, que é a Senadora Ideli Salvatti, pergunto à Presidente Maria Fernanda se ela não quer primeiramente ouvir a Senadora Ideli e, depois, falar, encerrando sua participação.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, fiz uma inscrição de reserva. Estou terminando de chegar. Então, abro mão da minha inscrição para ouvir a Presidente Maria Fernanda e o Presidente do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. Com a palavra pela ordem o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu não estava inscrito, Sr. Presidente, mas desejo fazer uma indagação à nossa Presidente da Caixa Econômica Federal, até por vacância da inscrição da nossa Senadora Ideli Salvatti e do próprio Senador Osmar Dias. Serei muito pragmático e objetivo na minha indagação, Sr^a Presidente. Segundo a matéria publicada anteontem, segunda-feira, no Correio Braziliense, o primeiro dia

seguinte ao dia do anúncio das fraudes, o Banco PanAmericano enfrentou uma sangria de mais de R\$500 milhões. Se essa tendência fosse mantida, o socorro dado pelo Fundo Garantidor de Crédito seria insuficiente para sustentar de pé o banco. Por isso, a Caixa teria optado em tomar as rédeas, evitando perder os R\$740 milhões que á tinha investido lá. Considerando ser essa a principal e suficiente razão para o socorro, indago: como a senhora vê a opinião de alguns analistas ao afirmarem que esta medida é um prêmio à má gestão? Alguns especialistas têm argumentado, Sr^a Presidente, que, mesmo com a ajuda da estatal, a recuperação do Banco seria muito difícil. O que a senhora acha desses prognósticos e quais as estratégias da Caixa Econômica para acelerar a recuperação necessária do Banco?

Acho muito importante porque, se houve essa sangria, algumas providências teriam que ser tomadas. Imagino que isso é um descaixe substancial e quero crer que V. Ex^a que, com muita honradez e muita competência, tem comandado a Caixa Econômica, montou uma estratégia, até porque o Fundo Garantidor, imagino, quer receber aquilo que foi aportado. O que se lê na imprensa é que o patrimônio do Grupo Sílvia Santos seria insuficiente para cobrir o empréstimo que foi dado de R\$2,5 bilhões. De maneira que essa é a minha indagação. Gostaria de ver se é possível que V. Ex^a responda. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Jayme Campos. Concedo a palavra à Presidente da Caixa Econômica Federal, Dr^a Maria Fernanda Ramos Coelho.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Algumas perguntas vou responder em bloco e algumas especificamente em relação aos questionamentos formulados pelos Srs. Senadores. Acho que há um ponto que é muito relevante e muito significativo.

Por que a decisão da Caixa de ter a participação no Banco PanAmericano?

Todos os estudos formulados por nossas equipes técnicas verificaram que era a instituição com a melhor sinergia em relação à Caixa.

Quando a gente fala em sinergia, a que nos referimos? Nós nos referimos à base de clientes que é fundamentalmente atendida por essas instituições, ou seja, tanto a Caixa quanto o PanAmericano focam no cliente de baixa renda, conhecidos como os clientes das classes C e D. Além disso, o PanAmericano veio atender a uma questão empresarial bastante crítica da instituição.

A Caixa, apesar do porte, da sua rede de agências, não tem uma experiência consolidada em determinados produtos que são colocados para os clientes.

Aí a gente pode citar dois especificamente: a questão da aquisição de bens e veículos e o arrendamento. De fato, quando a gente faz uma comparação com as demais instituições financeiras, a Caixa carece de uma experiência nesse sentido. Então, o PanAmericano veio exatamente suprir essa necessidade da instituição.

Esse foi o principal objetivo no debate, na discussão e na escolha do Banco PanAmericano. A Caixa considera que, efetivamente, ela cumpriu rigorosamente as melhores práticas de mercado para a finalização do processo da compra do PanAmericano e para chegar ao valor justo e adequado nessa compra e nessa participação.

Trazendo alguns dados que foram tratados, por exemplo: o Banco Fator, ao contratar a KPMG para fazer as duas diligências, isso é uma praxe absolutamente natural e normal no mercado. Quando você contrata uma instituição e ela contrata outras que têm experiência bastante consolidada para poder assessorá-los.

A gente está tratando aqui, por exemplo, de quatro das maiores auditorias do mundo, duas delas estiveram envolvidas nesse processo, tanto a Deloitte, que auditou o balanço do Banco, quanto a KPMG, que prestou assessoria, que fez as duas diligências para o Banco Fator.

Esse é um registro importante porque demonstra que, dentro das melhores práticas de mercado, a Caixa cumpriu rigorosamente o rito previsto. A Medida Provisória nós deu a condição dessa aquisição.

Trazendo para alguns aspectos que foram tratados pelos Senadores.

O primeiro aspecto, em relação à questão política levantada pelo Senador Alvaro Dias.

Em relação à audiência do Presidente Lula, não tenho a menor idéia. Ambos já se manifestaram sobre o conteúdo da audiência, tanto o Presidente Lula quanto o Silvio Santos. Realmente não há nenhum comentário nosso a ser feito nesse caso.

Houve intermediação do ex Ministro Luiz Gushiken? Não, nenhuma. Não houve nenhum contato da parte da Caixa e nenhuma intermediação nesse processo. Esse processo se submete a uma decisão empresarial da Caixa.

A Caixa pretende continuar a crescer no mercado, a Caixa tem crescido de forma significativa desde que o Presidente Lula assumiu, em 2003, tem sido bastante fortalecido. Fizemos concurso interno. São mais de trinta mil novos empregados. Aumentamos de maneira significativa nossa carteira de crédito. Saímos de R\$5 bilhões em contratação no crédito imobiliário e deveremos fechar este ano em mais de R\$70 bilhões em contratação no crédito imobiliário. Ou seja, é um desafio da instituição continuar a crescer. E é por isso

exatamente que tomamos uma decisão empresarial de fazer o negócio, de ter uma participação acionária junto ao Banco PanAmericano.

Em relação à auditoria, de fato, não são apenas 350 auditores. Hoje temos mais de 500 auditores que passam por um processo seletivo interno na instituição e que estão presentes.

Há uma diferença entre a auditoria e a área do risco que eu gostaria até de esclarecer aqui. A auditoria, assim como a área jurídica, ela assessora na decisão. Ela não participa do processo de tomada de decisão. O jurídico, por exemplo, quando ele dá um opinamento, ele assessora o gestor, mas ele não diz “contrate”.

Assim também é a auditoria. Ela assessora no processo. A tomada de decisão é de única e exclusiva responsabilidade do gestor. No caso do risco, não; no caso da área de planejamento financeiro, não. Ela, de fato, opina. Ela diz: contrate, a contratação apresenta estas condições, estas expectativas, estes resultados previstos e apresenta estes riscos. Foram ouvidas todas as áreas internas para tomada de decisão.

Lembrando que a Caixa-Par é uma empresa que implementa a política e as necessidades da Caixa, do seu Conselho Diretor e de seus dirigentes. Ou seja, ela providenciou a contratação do Banco PanAmericano em função de uma decisão estratégica, do planejamento estratégico da instituição. Esse planejamento foi formulado a partir de 2004 e o horizonte, a visão de futuro é colocada para 2015. E o grande desafio da Caixa é exatamente democratizar o acesso ao crédito, crescer principalmente no seguimento de pessoa física, no seguimento que atende às empresas e às pessoas jurídicas.

Acho que há um aspecto importante da observação que o Senador trouxe de que, em setembro, nós guardamos internamente essa informação. Muito pelo contrário, Senador. Houve um trabalho intenso para se buscar uma solução. Acredito que, tanto da parte do FGC quanto da parte do Banco Central, essa solução aconteceu de forma célere. Acho que o FGC, o senhor questionou...

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Então, a senhora confirma que, já em setembro, o Governo tinha noção das dificuldades do Banco, do rombo.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Em setembro, a Caixa tomou conhecimento do processo de fiscalização do Banco. É exatamente isso que tem na nossa apresentação. No processo de fiscalização, sim. Em outubro, a Caixa tomou conhecimento das inconsistências contábeis. O que a gente tem é que houve um processo de busca de uma solução. Nesse sentido, acho que é bastante esclarecedora uma entrevista dada pelo Sr. Gabriel Ferreira, do FGC, onde ele diz que a

solução busca evitar uma crise sistêmica e priorizar o atendimento à clientela do PanAmericano. Então, acho que esse é um aspecto bastante relevante.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Só para perguntar, Presidente, se não é muito grave para ser apenas inconsistências contábeis, um rombo de R\$2 bilhões. Isso é muito grave para ser considerado apenas inconsistências contábeis.

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não. Eu tenho aqui, Senador, o termo de comparecimento, que acho importante que a Caixa leia, porque ele exatamente se refere ao que nós subcrevemos em relação a essa situação. Acho que é importante essa leitura porque traz muito claro exatamente o que a Caixa assinou – no caso, a Caixa-Par –, no dia 4 de novembro, junto com PanAmericano e o Banco Central.

“Os ajustes regulamentares acima citados, que representam situação para a qual se faz necessária a imediata regularização contábil, se referem a:

a) R\$1.404.671.000,00, valor de créditos cedidos e que continuam registrados na carteira própria, constituindo um ativo insubsistente. A existência de tal irregularidade e respectivo montante foram corroborados pela administração do PanAmericano, por meio de correspondência enviada a esse Banco Central do Brasil, em 14 de setembro de 2010, e assinada por dois diretores estatutários, bem como foram confirmados pela fiscalização através de testes efetuados em arquivo recebido em 1º de outubro de 2010.

E R\$673.752.000,00, valor de contratos de operações de crédito, que deveriam ter sido baixados ou transferidos para bens de uso próprio, em razão de execução por inadimplência; 2 – que foram liquidados antecipadamente pelos clientes e cujas prestações vencidas cedidas não foram baixadas; 3 – que tiveram saldo devedor refinanciado, porém foram mantidos na condição de cedidos. Dessa forma, todos os contratos nas situações listadas são considerados como passivos omissos, situação essa igualmente confirmada pela holding Silvio Santos Participações Ltda, em correspondência assinada por seu presidente, sendo também aferidos por testes realizados pela fiscalização.”

Então, de fato, o ajuste procedido atendeu ao termo de comparecimento que nos foi trazido.

Há também aqui uma observação, que eu acho que é relevante, em relação a nossa indicação dos diretores.

A indicação dos diretores ocorreu exatamente após a assinatura do termo de comparecimento e no dia 10, efetivamente, a Caixa passou a atuar na gestão da instituição.

Esta pergunta responde, também, a observação feita pelo Senador Jayme Campos: qual a estratégia nossa nesse momento?

Há um aspecto muito importante em todo esse processo. Apesar de toda divulgação em relação ao banco PanAmericano, e isso é um aspecto que já foi noticiado pelo presidente da instituição, pelo presidente do banco PanAmericano, Celso, em momento algum a instituição parou de operar. Ela continuou a receber demandas de créditos, o que sinaliza que, de fato, ela tem uma capacidade de resposta que não foi abalada pela divulgação desses números, ou seja, a gente prevê que é possível, sim, de uma forma muito consistente, implementar o plano de negócios que foi, efetivamente, definido pela Caixa, em parceria com os técnicos do PanAmericano, para que a Caixa possa ter o retorno e a resposta esperados.

Eu gostaria de citar, também, que o próprio banco PanAmericano, em 2007, realizou uma abertura de capital, com ações negociadas na Bovespa, e ele captou no mercado cerca de R\$700 milhões – isso aconteceu em 2007 –, lembrando também que, depois disso, ele realizou várias captações externas. Nesse processo, tanto nas captações externas, quanto no lançamento de ações na Bovespa, há um processo que exige um alto nível de demonstrações e comprovações documentais. Acho que esse é um aspecto também relevante a ser citado neste momento.

Então, para finalizar, eu gostaria de ressaltar para os Senadores e para a sociedade que, de fato, nós tivemos um cuidado e uma preparação bastante intensos, ou seja, a Caixa, de fato, utilizou as melhores práticas de mercado para adotar a compra do PanAmericano. Consideramos que, restabelecida a sua situação patrimonial, isso permite à instituição levar a cabo todos os procedimentos que são necessários a que a Caixa obtenha, junto com o controlador – afinal de contas, o banco continua um banco privado –, os resultados esperados.

É isso, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Drª Maria Fernanda, a senhora me permite uma última intervenção?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Eu fiz uma série de considerações. Agora, eu fiz uma pergunta final, que ainda não foi respondida: quem errou? O Banco Fator, a KPMG ou a própria Caixa?

O prejuízo foi da Caixa, agora, será que essa máquiagem era tão perfeita que ninguém pegou?

Esta é a pergunta: quem foi que errou nessa história? Esta foi a única pergunta que fiz. Eu fiz uma

série de considerações, mas foi a única pergunta que fiz e eu gostaria que ela fosse respondida.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Veja, Excelência, a Caixa não considera que ela perdeu. A Caixa não comprou a instituição sob o ponto de vista do especulador, que compra essas ações na baixa e vende na alta, ou coisa que o valha. A Caixa comprou a instituição com base num planejamento estratégico da sua instituição, com base num planejamento interno, e temos a segurança de que a implementação do plano de negócios irá possibilitar à Caixa o retorno esperado.

Sob o ponto de vista das responsabilidades, isso será devidamente apurado pelos órgãos de controle.

A Caixa se resguardou em relação ao Banco Fator fazendo uma interpelação extrajudicial, para garantir os nossos direitos nesse processo, mas consideramos que não houve, da parte da instituição, falha no processo de aquisição do banco PanAmericano.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Mas, segundo a Caixa, pagou muito mais do que ele valia, porque se ele tinha essas operações que já deveriam ter sido baixadas e que não o foram, e, portanto, tinha receita fictícia em cima delas, então, tanto no ativo quanto no patrimônio líquido, estavam absolutamente superavaliadas. Então, que a Caixa pagou mais, eu não tenho dúvida nenhuma de que ela pagou mais do que deveria.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Lembrando que o patrimônio da instituição foi restabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Concedo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO –

Desculpe, Senador. Só uma coisa que faltou ao questionamento do Senador Alfredo Cotait em relação a dezembro de 2009 e à assinatura do acordo de acionistas: ele foi assinado em dezembro de 2009 e já em dezembro ele previa a cláusula de que nessa assinatura pagávamos a primeira parcela e, após a manifestação favorável pelos órgãos gestores, nós pagaríamos a segunda. Então ele não foi assinado em maio. Em maio, foram atendidas exigências formuladas pelo Banco Central para efetivo pagamento da segunda parcela. Mas o acordo foi assinado em dezembro, no ato inclusive do pagamento da primeira parcela.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presi-

dente, eu só quero fazer uma consideração em relação aos que estão nos acompanhando. Certamente muitas indagações pontuais ficam sem resposta, e eu não posso exigir da presidente da Caixa que responda a todas em função do sistema que é adotado aqui na

Comissão de perguntas por bloco. São muitas perguntas. Evidentemente, é impossível que ela responda a todas as questões, mas muitas das minhas perguntas não foram respondidas.

Acho que temos que trabalhar uma mudança nesse modelo de reuniões de audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Mas isso aí é um problema nosso.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exatamente. Mas é no momento que ocorre que nós devemos fixar, para que as providências possam ser adotadas, já que certamente nós decepcionamos aqueles que nos aguardam e nos acompanham na esperança de obter as informações definitivas sobre um problema tão sério como esse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra, sem antes deixar de agradecer mais uma vez à Dr^a Maria Fernanda, ao Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB
– RN) – Dr. Henrique Meirelles, o Senador Pedro Simon está me advertindo que eu não disse “Ministro Henrique Meirelles”.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente. É uma honra particular estar agora no Senado Federal, numa audiência conjunta de duas comissões, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para discutir um assunto certamente da maior importância para o País e para o setor financeiro brasileiro.

Vamos nos concentrar, conforme determinado, nas ações do Banco Central do Brasil e na base legal dessas ações.

Devo dizer inicialmente que o Banco Central age, e agiu nesse caso, absolutamente de acordo com as disposições legais. Existe toda uma estrutura legal de ação do Banco Central, seja na fiscalização, seja na localização e correção de problemas que possam ser encontrados nas instituições financeiras. Existem prazos a serem cumpridos, existem normas e procedimentos a serem feitos, e isso não é sujeito a julgamentos subjetivos. Portanto, o Banco do Central do Brasil agiu estritamente nos termos da lei, como vou procurar demonstrar a V. Ex^{as}.

Em primeiro lugar, vamos falar o papel do Banco Central na supervisão bancária, nos termos legais e regulamentares; o papel dos órgãos de auditoria e também dos órgãos de controle de riscos internos e da administração; medidas cabíveis; limites de atua-

ção do BC; cronologia da supervisão do PanAmericano; conclusões.

Quando eu digo “papéis” do Banco Central, da direção, não estou dizendo papéis do ponto de vista de opiniões de cada um; estou dizendo de acordo com as definições legais.

O papel do Banco Central do Brasil na supervisão bancária. Art. 3º da Lei nº 4.595, de 1964: Compete ao Banco Central zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras. Segundo as melhores práticas e recomendações nacionais e internacionais, a supervisão bancária deve pautar-se pelo enfoque sistêmico da fiscalização, não se confundindo com a tarefa de auditoria, que está a cargo dos mecanismos de controle interno e de empresas especializadas (Resolução 2.554, de 24 de setembro de 1998; e Resolução 3.198, de 27 de maio de 2004).

Isto é, não compete aqui decidirmos o que deve ou não deve fazer o Banco Central. Isso é definido pela lei e pelas normas. E o Banco Central tem funções específicas definidas pela norma.

Muito bem. Controles internos. Quais são os papéis daqueles chamados órgãos de auditoria? Não são apenas auditoria externa, são todos os controles da organização.

A norma em vigor determina que a atividade de auditoria interna é parte integrante do Sistema de Controles Internos das instituições. Os pontos que devem ser objeto do Sistema de Controles Internos são os seguintes, dentre outros: contínua avaliação dos riscos associados às atividades da instituição; acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos.

Auditoria externa (Resolução 3.198, de 27.05.2004). Conforme estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade na Norma Brasileira Contábil NBC TA 200, os objetivos gerais do auditor são: obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, possibilitando assim que o auditor expresse sua opinião sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e apresentar relatório sobre as demonstrações contábeis e comunicar-se como exigido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, em conformidade com as constatações do auditor

Também prosseguindo, auditoria externa.

O auditor independente e o comitê de auditoria – são dois órgãos diferentes; o comitê de auditoria é um órgão da administração do Banco, eleito pelos acionistas do Banco – devem comunicar formalmente ao Banco Central, no prazo máximo de três dias úteis da identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude.

A responsabilidade dos administradores das instituições, câmaras e prestadoras de serviços pelas informações contidas nas demonstrações contábeis – isto é, sejam bancos, sejam financeiras, sejam bancos de investimento, consórcios ou câmaras prestadoras de serviços, etc; em resumo, essas instituições devem fornecer informações contidas nas demonstrações contábeis – ou outras fornecidas não exige o auditor independente da responsabilidade relativa à elaboração dos relatórios previstos na norma em vigor ou do parecer de auditoria, nem o desobriga da adoção de adequados procedimentos de auditoria (art. 3º, Parágrafo Único do regulamento anexo à Resolução 3.198, de 2004).

Medidas cabíveis.

Vamos agora começar a responder algumas perguntas que já foram feitas e que não se referem... Referem-se sim à Caixa Econômica, mas algumas delas também têm uma parte que se refere ao Banco Central, como medidas cabíveis, prazos, momentos, razões, divulgação em determinadas datas, etc.

Medidas cabíveis (art. 5º da Lei nº 9.447, de 1997).

Ao deparar-se com ocorrências que possam trazer reflexos sobre a liquidez ou a solvência de uma instituição financeira, o Banco Central deve adotar medidas preventivas, saneadoras ou repressivas. É muito importante essa sequência. Isso é provisão legal, não é decisão arbitrária da autoridade.

Muito bem, as medidas preventivas compreendem (art. 5º, da Lei nº 9.447, de 1997): aporte de recursos para o soerguimento da instituição. Isto é, havendo a constatação de uma deficiência patrimonial, o Banco Central deve determinar ao acionista majoritário o aporte de recursos para o soerguimento da instituição, ou o saneamento da instituição ou a regularização patrimonial. Caso isso não seja viável, a transferência do controle acionário para um acionista que seja capaz e esteja disposto a fazê-lo. E a reorganização societária.

Muito bem, agora vem um ponto da maior importância: não implementadas as medidas preventivas no prazo estabelecido pelo Banco Central do Brasil, decretar-se-á o regime especial cabível (parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.447, de 1997).

Aqui, já começo a responder às primeiras perguntas. Apenas depois de determinadas as medidas preventivas, não cumpridas as medidas preventivas, aí, sim, o Banco Central do Brasil determinaria o regime especial cabível, como já fez em muitas outras ocasiões no passado no Brasil.

Muito bem, aí passa-se às chamadas medidas saneadoras, na medida em que sejam decretados os regimes especiais – portanto, não tenham sido cumpridas as medidas preventivas –, apenas nesse caso (Lei nº 6.024, de 1974, e Decreto-lei nº 2.321, de 1987): intervenção; liquidação extrajudicial, que é o processo de falência extrajudicial; regime de administração especial temporária (RAET) – foi usado principalmente para bancos estatais que tiveram problema na década de 90.

Muito bem, terceiro item, terceira fase, as medidas repressivas, que compreendem a apuração dos fatos e a eventual imputação de responsabilidade na esfera administrativa, com a conseqüente aplicação de punições, como, por exemplo, multa, cassação de autorização para funcionamento e inabilitação para o exercício de cargos (Lei nº 4.595, de 1964).

Adoção da medida mais adequada. Aqui, é muito importante, e eu gostaria de deixar registrado, porque certamente pode haver perguntas sobre isso e eu vou voltar a esta projeção.

Quando o caso comporta a adoção de medidas preventivas, adotar medidas saneadoras (intervenção, liquidação ou RAET) significa: arbitrariedade, prejuízo para o patrimônio público e prejuízo para os depositantes, investidores e demais credores, sujeitando o Banco Central e a União, eventualmente, a eventual responsabilidade pelos danos causados.

Por quê? Porque no momento em que o Banco Central decreta uma intervenção desnecessária e inadequada, na medida em que o controlador está disposto a aportar os recursos para sanear, o Banco Central está impedindo o controlador de cumprir a sua responsabilidade legal e depositar o dinheiro, sanear a instituição e forçando a população, em última análise, o Governo, os depositantes, o sistema financeiro, a assumir um prejuízo absolutamente desnecessário. Portanto, é importante deixar esse ponto muito claro. Possivelmente, vamos ter que voltar a ele, mas gostaria de deixar aqui frisado este aspecto, que é uma provisão legal.

Muito bem, o Banco Central deve adotar o regime que gere o menor custo para a sociedade, determinando a adoção de medidas preventivas, quando for possível recuperar a instituição financeira, ao invés de, portanto, nela intervir ou decretar a sua liquidação extrajudicial.

Isso é norma consagrada, prática consagrada, já existiram um enorme número de situações no Banco Central, em que o Banco Central determina a media preventiva, dá os prazos, os prazos não são cumpridos, o Banco Central decreta a intervenção e, muitas vezes, a liquidação. Já administramos mais de duzentos casos desse tipo, de uma forma ou de outra, nessa gestão, dos quais cerca de cento e trinta aproximadamente vieram de administrações anteriores. Já resolvemos cerca de cento e quarenta através de soluções judiciais e com acordos com todos: sociedade, controladores, credores etc, tudo nos termos da lei.

Muito bem. Vamos falar na questão dos prazos e abordar todas as perguntas feitas, perguntas legítimas, corretas, que devem mesmo ser feitas. Esta audiência existe para que as questões sejam feitas mesmo, e temos a maior satisfação e honra de respondê-las do ponto de vista do Banco Central.

A Resolução nº 3398, de 2006, do Conselho Monetário Nacional, estabelece os seguintes prazos para a regularização da situação patrimonial das instituições financeiras. Isto é: o Banco Central detectou o problema, notifica e chama o controlador. Cinco dias prorrogáveis para comparecimento dos representantes legais da instituição ou dos seus controladores contados da data de convocação pelo Banco Central. Então, ele tem cinco dias para ir ao Banco Central e apresentar as suas justificativas ou serem convocados a fazê-lo. A partir do momento em que esses cinco dias mais as prorrogações necessárias são cumpridas, há um prazo de 60 dias para a aprovação do plano de regularização, ou seja, depois do comparecimento dos administradores ao Banco Central, com as devidas informações, há 60 dias para a aprovação do plano de regularização. Depois, existem mais seis meses de prazo, previstos pela lei, para execução do plano de regularização, prorrogáveis, a critério do Banco Central, por dois idênticos períodos. Notem bem: até aqui, Senadores, tudo isso, nos termos da lei, está correndo em sigilo bancário. Nada disso – cada passo disso – está sendo anunciado pela imprensa. Muito bem: alguns podem discordar da lei, não deveria haver sigilo bancário. Cada vez que o Banco Central descobre alguma coisa, deveria botar no jornal. Muito bem.

Eu desaconselharia V. Ex^{as} a aprovar uma lei desse tipo, independentemente da gravidade do caso. Quanto mais grave o caso, mais objeto de sigilo deve ser, principalmente em um caso como esse em que a solução foi bem-sucedida. O controlador colocou o recurso e evitou a crise. Seria um desastre absoluto se tivéssemos divulgado antes, alertado para o fato de que haveria um problema grave ali. Imagine se o Banco Central comesse a adotar esse tipo de ati-

tude. O procedimento é o seguinte: nem a Diretoria e nem o Presidente do têm conhecimento dos processos de investigação sigilosa da fiscalização. Inclusive, foi esse o caso aqui. Durante toda a fase inicial do processo de fiscalização, o Presidente do Banco Central não tiveram conhecimento disso, segundo determina a norma e o regulamento.

Muito bem. São seis meses para execução do plano, prorrogáveis, a critério do Banco Central, por dois idênticos períodos. Portanto, o prazo total, sem prorrogação, é até oito meses além do prazo de comparecimento, que normalmente é de algumas semanas, e o prazo total com prorrogação é até vinte meses além do prazo para comparecimento. Então, o prazo, Senadores, foi muito curto na realidade. Esse processo, nos termos da lei, poderia ter sido resolvido e, portanto, divulgado, apenas em 2012. São normas legais. Não compete a mim – não tive a honra de ser eleito Senador, de me candidatar e ser eleito – estar discutindo os termos da lei. Mas essa é a lei tal como está hoje. Se pedirem a minha opinião, acho que é adequada a lei, está de acordo com padrões internacionais.

Uso de recursos públicos e privados.

No caso da prevenção de insolvência e de outros riscos de instituições financeiras, a Lei da Responsabilidade Fiscal determina que o socorro financeiro fique a cargo de fundos – FGC, por exemplo – e de outros mecanismos constituídos com recursos de instituições do Sistema Financeiro Nacional – art. 28 da Lei da Responsabilidade Fiscal.

Alguns jornalistas ou analistas ou parlamentares me perguntam e me perguntaram, quando estive no Congresso, na primeira vez, falando, num depoimento regular do Banco Central, sobre a Lei da Responsabilidade; houve perguntas, também, sobre esse assunto: “Por que o Banco Central não entrou, não interveio, não botou recursos?”.

A Lei da Responsabilidade Fiscal determina claramente que isso é função de fundos constituídos com essa finalidade, nesse caso, o Fundo Garantidor de Crédito.

Segundo a Lei da Responsabilidade Fiscal, um ponto importante: é vedada a utilização de recursos públicos, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, admitindo-se apenas a atuação do Banco Central como prestador de última instância na concessão do redesconto mediante o recebimento de garantias de primeira linha (art. 28 da Lei da Responsabilidade Fiscal e Lei nº 11.882, de 2008).

Isto é, muitas pessoas nos perguntaram: “Mas por que o Banco Central, então, não liquidou logo e resolveu o problema, botando recurso público lá?” É vedado por lei. Não pode. A Lei da Responsabilidade

Fiscal define claramente. “Por que o FGC? Que FGC é esse?” De novo, provisão legal.

Dever de sigilo.

Eu falei sobre a questão do sigilo. “Por que não anunciou logo, não contou para todo mundo que havia um problema lá?” Existem aqui outras questões, quem sabe, problemas de outros julgamentos, calendários cívicos, etc. Existem provisões legais para isso.

O Banco Central tem o dever legal de guardar sigilo em relação às observações que obtiver no exercício de suas atribuições de fiscalização (art. 2º da Lei Complementar nº 105, de 2001, a Lei do Sigilo Bancário), não podendo revelá-las a terceiros, seja em razão do dever de sigilo, seja porque, na condição de autoridade responsável pela estabilidade financeira, precisa afastar riscos de corrida bancária e crise sistêmica.

Nós vamos ter de voltar a isso, se necessário.

“Mas quem sabe saísse aí... Poderia haver outros efeitos...” Não, espere aí: o Banco Central tem de seguir a lei; não tem de obedecer a outros calendários de outra ordem; está preocupado com outras coisas – independentemente daquilo com que muitas pessoas possam estar. “Seria muito bom, do ponto de vista de alguns segredos, que tivessem sido divulgados ali...” ou “Seria muito ruim...”: não cabe ao Banco Central fazer esse tipo de julgamento. Cabe ao Banco Central aplicar a lei.

Comunicação dos fatos ao Ministério Público.

Quando, no exercício de suas atribuições de fiscalização, o Banco Central [...] verificarem a ocorrência [de indícios de crime], informarão ao Ministério Público, juntando à comunicação os documentos necessários à apuração ou comprovação dos fatos. [Art. 9º da Lei Complementar nº 105, de 2001; Art. 28 da Lei nº 7.492, de 1986, a Lei do Colarinho-Branco, como é conhecida.]

Comunicação dos fatos a outros órgãos públicos.

Independentemente da comunicação feita ao Ministério Público, o Banco Central deve comunicar aos órgãos públicos competentes indícios de irregularidades e ilícitos administrativos (art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 105).

Supervisão do Banco Central. Aquisição de participações societárias por instituições financeiras oficiais.

As primeiras perguntas que recebi: “Como o Banco Central deixou a Caixa Econômica comprar essa instituição?”. Então, veio a resposta: o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal foram autorizados por lei, para diretamente ou por intermédio de empresas subsidiadas, adquirirem participações em instituições financeiras sediadas no Brasil, com ou sem o controle

do capital social. Isso é provisão legal. Não compete aqui julgamento do Banco Central.

Para essa aquisição, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica devem contratar empresas avaliadoras especializadas.

Tudo isso já foi mostrado pela Dr^a. Maria Fernanda. Portanto, não cabe ao Banco Central opinar sobre uma provisão legal.

O que cabe ao Banco Central? O papel do Banco Central na apreciação de atos societários – dado importante.

Ao apreciar pleitos relacionados a atos societários (aquisição de participações acionárias, fusões, incorporações, etc.), o Banco Central não tem competência legal para se substituir às partes na verificação das condições e oportunidades do negócio, nem para efetuar auditoria nos demonstrativos das partes, tarefa que cabe aos auditores contratados pelas partes para esse fim.

A análise do Banco Central leva em conta os reflexos dos atos de concentração nas condições de concorrência entre instituições financeiras (art. 10, X, e art. 18, §2º da Lei nº 4.595, de 1964).

Provisão legal. Existem discussões sobre isso. Existe até uma decisão em andamento no Superior Tribunal de Justiça, onde há um questionamento do Cade se o Banco Central deveria opinar inclusive sobre isso. Existe uma linha de pensamento jurídico que acha que o Banco Central nem sobre isso deveria opinar. Apenas o Cade deveria analisar esse processo de compra, por exemplo, da Caixa Econômica Federal. Que não caberia ao Banco Central fazer isso. Esse assunto ainda não tem decisão judicial final, mas, em resumo, existe um projeto aqui, Senador, disciplinando que, no caso de instituições financeiras, o Banco Central deve opinar, sim, particularmente se houver risco sistêmico.

Muito bem. Vamos agora a uma parte da maior importância, Excelências: cronologia dos eventos.

Primeiro, 8 de setembro de 2010, requisição pelo Banco Central de esclarecimentos sobre as divergências contábeis identificadas. Muito bem. No dia 8 de setembro, portanto, o Banco Central verificou que existiam problemas contábeis nessa instituição. Depois de uma avaliação sistêmica, fazendo uma série de cálculos muito sofisticados, de perguntas e fiscalizações, concluiu que existia uma inconsistência nesse banco.

No dia 14 de setembro, foi recebida a correspondência do PanAmericano solicitando prazo adicional, nos termos da norma, para prestar os esclarecimentos requisitados pelo Banco Central, bem como apresentando informações parciais. Já apresentou as primeiras obrigações parciais.

No dia 20 de setembro, houve uma reiteração pelo Banco Central da requisição de documentos e esclarecimentos que ainda faltavam.

Pois bem, dois dias depois, no dia 22 de setembro, houve, portanto, comparecimento formal ao Banco Central, através da correspondência assinada pelo Presidente do Conselho de Administração do PanAmericano, na qual toma conhecimento da existência de eventuais inconsistências contábeis detectadas pela equipe de fiscalização do Banco Central; e informa que solicitou ao Comitê de Auditoria do Banco levantamento completo e conclusivo dessas ocorrências, bem como o dimensionamento do seu impacto na situação patrimonial da instituição.

Neste momento, nos termos da lei, se nós voltarmos aqui à Projeção nº 11, nós entramos aqui no Item 2 – 60 dias para aprovação do plano de regularização. Não é isso? São 60 dias a contar, portanto, do dia 22 de setembro.

Alguns dizem: “Mas desde setembro, então? Aí, já tinha a confirmação que tinha problema? No dia 22 de setembro, já tinha a confirmação?” Sim! Só que, nos termos da regulamentação, existia o prazo legal de 60 dias para que outros controladores e administradores apresentassem o plano de regularização.

O Banco Central não tinha provisão legal, e seria um erro tomar qualquer providência anterior a esta; e não poderia também divulgar fatos que, simplesmente, poderiam provocar problemas sistêmicos ou corridas bancárias. O Banco Central está proibido, por sigilo, de fazer isso.

Muito bem, no dia 1º de outubro de 2010, foi entregue ao Banco Central a base de dados da instituição, cuja análise permitiu à área de fiscalização confirmar o valor total das inconsistências bancárias. Portanto, no dia 1º de outubro.

Entrega ao Banco Central de correspondência, solicitando nova prorrogação de prazo para oferecimento de esclarecimentos finais.

Notem bem: tudo dentro do prazo máximo de sessenta dias. O Banco Central vai colocando prazos menores, e eles têm o direito de pedir prorrogação até o máximo de sessenta dias.

Pois bem, no dia 13 de outubro, foi encaminhada uma planilha ao Banco Central, demonstrando as inconsistências contábeis, envolvendo as coobrigações em seções de crédito e reconhecendo a existência de ativos insubsistentes e de passivos ocultos. Entrega de nova base de dados ao BC, com base na qual a área de fiscalização confirmou as inconsistências.

Já respondendo a uma possível pergunta: “Mas um problema tão grave pode ser chamado de inconsistência?” Sim, é nome jurídico, é o nome técnico, é

o nome contábil; e dependendo do tamanho da gravidade.

No dia 13 de outubro, portanto, dentro do prazo ainda, o principal acionista da instituição financeira informa que estava em entendimento com o Fundo Garantidor de Créditos, com o objetivo de viabilizar a obtenção de recursos financeiros necessários à regularização patrimonial da instituição financeira.

Pois bem, no dia 4 de novembro de 2010, comparecem as partes ao Banco Central dentro do prazo. Já vou adiantar o que está colocado na última linha: “cinquenta e sete dias decorridos”. Dentro, portanto, do prazo de sessenta dias.

Assinatura do termo de comparecimento por representante do Banco PanAmericano e da holding Silvio Santos Participações Ltda., por meio do qual o Banco Central determinou a implementação, no prazo de trinta dias, apesar do prazo regulamentar de até seis meses, do plano de regularização, contemplando os compromissos assumidos junto ao Fundo Garantidor de Créditos.

Pois bem, aí ele teria até cento e oitenta dias. Só que o Banco Central determinou trinta dias. A lei prevê que, em casos de necessidade, pode estender esse prazo até seis meses; na realidade, até mais trezentos e sessenta dias, além dos primeiros cento e oitenta.

Muito bem, uma semana depois, foi implementado o plano. Portanto, não foram necessários os trinta dias. Foram cerca de sete dias apenas, e o assunto foi resolvido ao redor do dia 11 ou 12 de novembro.

Muito bem, Fundo Garantidor de Créditos, o que é? Foi criado pela Resolução nº 2.197, de 1995, e é uma entidade de direito privado, que tem por objetivo oferecer mecanismos de proteção aos depositantes e a outros credores de instituições financeiras; prevenção de insolvência e outros riscos de instituições financeiras. Para cumprir essa função, conta, exclusivamente, com recursos de contribuições do próprio setor bancário.

O Fundo Garantidor de Créditos, nos termos do seu estatuto, pode realizar operações de aquisição de direitos creditórios com garantias reais ou fidejussórias, próprias ou de terceiros, podendo condicionar a operação ao prévio compromisso de adoção de medidas que resguardem a liquidez e o equilíbrio patrimonial da instituição. Resolução nº 3.251, de 2004; e 3.656, de 2008. O empréstimo pode ser para a própria instituição financeira ou, por exemplo, para a holding que é parte do grupo financeiro, desde que haja prévio compromisso de adoção de medidas que resguardem a liquidez e o equilíbrio patrimonial.

O FGC já realizou diversas operações financeiras de caráter preventivo, com o objetivo de garantir a liqui-

dez do sistema financeiro, a exemplo de medidas por ele adotadas durante a crise econômica de 2008.

Síntese desse caso PanAmericano.

A área de supervisão do Banco Central agiu a tempo e a hora: identificou inconsistências nos registros contábeis e determinou ao responsável legal a imediata recomposição da situação patrimonial da instituição financeira.

A solução foi implementada pelo controlador sem prejuízo aos depositantes, investidores e demais credores.

Não houve corrida bancária nem reflexos negativos para as demais instituições financeiras.

Não houve dispêndio de recursos públicos.

A atuação do BC ocorreu em prazos bem inferiores aos prazos regulamentares: cerca de dois meses.

O Banco Central comunicou, tempestivamente, o Ministério Público, a CVM e o Conselho Federal de Contabilidade.

O Banco Central instaurou processo administrativo punitivo para apurar os fatos.

As medidas adotadas são juridicamente adequadas e amparadas por dispositivos legais e regulamentares em vigor, podendo o Banco Central, sempre que vislumbrar a possibilidade de regularização de uma instituição em dificuldades, adotar medidas preventivas tendentes a solucionar o problema da forma menos traumática possível, prestigiando a manutenção da estabilidade e credibilidade do sistema financeiro e os princípios da eficiência, da razoabilidade e da finalidade.

A atuação do FGC na regularização patrimonial do PanAmericano conforma-se ao objetivo institucional do Fundo, mostrando-se de acordo com o ordenamento jurídico em vigor.

Fazendo apenas, agora, uma síntese dos pareceres da Procuradoria-Geral do Banco Central a respeito, o Parecer 319, de 2010, concluiu pela adequação jurídica da atuação da área de supervisão na adoção das medidas tomadas.

A Nota Jurídica 6980 recomendou o envio de comunicação preliminar dos fatos ao Ministério Público, para apuração de indícios de ilícitos penais que possam ter sido praticados pelos administradores.

A Nota Jurídica 7072 recomendou o envio de comunicação complementar ao Ministério Público, contendo elementos e documentos novos, tudo isso efetivado.

O Parecer 329 recomendou a instauração de processo administrativo punitivo pela supervisão do Banco Central para apuração dos fatos e imputação

de responsabilidades dos administradores – processo em andamento.

O Parecer 334 recomendou a instauração de processo administrativo punitivo pela supervisão do Banco Central para apuração dos fatos e imputação de responsabilidades em relação à empresa de auditoria independente, nos termos da lei.

A Nota Jurídica 7265 recomendou o envio de comunicação dos fatos ao Ministério Público para apuração de ilícitos penais eventualmente praticados pelo responsável da empresa de auditoria independente, bem como de comunicação dos fatos à CVM e ao Conselho Federal de Contabilidade para apuração de irregularidades administrativas.

S. Ex^{as}, era o que tínhamos a dizer.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Ministro.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Eu queria aproveitar a oportunidade, até com a autorização e compreensão do Senador Mercadante, que sei que está debruçado sobre esse assunto, preparando seu relatório, para perguntar, fazer uma colocação ao Presidente Henrique Meirelles, que acompanho há muito tempo e sei que, sempre, as exposições dele são muito claras. Eu queria saber a opinião do presidente sobre o cadastro positivo; se, se isso já tivesse sido implantado, não teria diminuído a questão do PanAmericano quanto ao risco de crédito que fosse sendo dado pelo banco PanAmericano.

O próprio Banco Central tem um relatório que diz que 20% do spread bancário seria reduzido se houvesse o cadastro positivo.

O cadastro positivo, o senhor sabe que o bom pagador paga pelo mau pagador. A Presidente Maria Fernanda falou que o planejamento estratégico da Caixa Econômica Federal contemplou a compra do PanAmericano porque ele possuía um cadastro de pessoas físicas. Logicamente, um banco de perfil...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador...

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – ...de crédito imobiliário. Ele estaria entrando em uma área de crédito à pessoa física. E aí o cadastro positivo seria fundamental para diminuir o risco de crédito de suas operações.

Portanto, Sr. Presidente, só para encerrar, eu queria fazer essa colocação porque sei que o Senador

Mercadante está debruçado sobre o assunto, preparando o seu relatório no PL 405, do Senador Tourinho, que tem uma emenda do PLS 263, até para saber a opinião do Presidente Henrique Meirelles.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a. V. Ex^a realmente aprender rápido a lidar com a palavra pela ordem.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E existe uma outra lição: como ele falou Mercadante, é o art. 14. Não vou pedir não, mas você aprende rápido. Você pede pelo art. 14 e fala quando alguém te citar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para colocar as coisas em ordem, agora vamos ouvir a intervenção do Senador Antonio Carlos Júnior, que é autor do Requerimento nº 89, por isso tem prioridade.

Em seguida, obedeceremos a lista dos oradores.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Henrique Meirelles, Sr^a Presidente Maria Fernanda, Diretores do Banco Central, quanto à operação com o Fundo Garantidor de Crédito, não há nenhuma dúvida. Ela está absolutamente embasada na lei, as garantias foram dadas, não vejo nenhum problema nessa operação. Acho que não há nenhuma questão a fazer.

Meu questionamento foi em relação ao momento da aquisição, por a Caixa ter pago mais do que deveria. Mas, Presidente, essa inconsistência foi detectada em um esquema de amostragem, quer dizer, foi uma fiscalização por amostragem. Na verdade, isso poderia ter sido detectado antes ou depois, já que o Banco Central não teria condições de auditar demonstrações e de fazer auditorias permanentes nas instituições financeiras? Dentro de processo de amostragem, o Banco Central detectou esse problema, e se aprofundou no problema? Esse foi o procedimento que aconteceu para que se chegasse à conclusão de que o PanAmericano estava vendendo sua Carteira de Crédito e não estava dando baixa nesses ativos. Então, se a partir de uma amostragem que se faz com todas as instituições, detectou-se essa condição?

Era basicamente a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presidente Henrique Meirelles, a questão do papel da fiscalização do Banco Central é um tema que já vem sendo debatido há algum tempo. Nós tivemos na crise bancária dos anos 90 várias situações em que o problema aparecia numa dimensão que a medida de prudência e de evitar um risco sistêmico já estava su-

perado. O Proer nasceu nessa situação, com o caso Marka e FonteCindam, Bamerindus, Nacional, várias situações muito delicadas do ponto de vista, eu diria, da insuficiência do padrão de fiscalização do sistema, que levava a situações extremamente delicadas ou de risco sistêmico ou da necessidade de aporte de recursos públicos para não se ter um efeito dominó no sistema. Isso não aconteceu só no Brasil. Se analisarmos essa última crise internacional, há casos de pirâmide, aquele Fundo Madoff e mesmo a Lheman Brothers, há situações extremamente delicadas de ativos tóxicos no setor imobiliário e depois em vários outros grandes bancos internacionais que mostram que continuamos tendo um padrão de fiscalização insuficiente.

Aí, faço duas perguntas: primeiro, até onde temos que repensar o papel das auditorias, porque as auditorias externas são, de alguma forma, um instrumento de assegurar a estabilidade do sistema e das instituições financeiras. E elas falharam internacionalmente e vêm falhando recorrentemente. Então, não há aí uma questão de normas do Banco Central e não só do Banco Brasil, Basiléia estabeleceu um novo padrão de fiscalização que evite que volte a acontecer o que temos assistido sistematicamente.

Primeiro, quais são as medidas que poderiam ser tomadas para melhorar, aprimorar o padrão das auditorias. Segundo, a fiscalização propriamente do Banco Central. Ela não tem que ser fortalecida, quer dizer, o custo de não fiscalizar com mais rigor não é muito maior do que se nós fiscalizássemos com mais eficiência e mais prontamente, mesmo porque alguns problemas, esse é o do caso PanAmericano, que parece que o problema é longo, antes do IPO, parece que já havia indícios de problemas em relação a inconsistências contábeis. Isso evidentemente tem que aguardar a apuração do processo. Mas, não seria necessário a fiscalização do Banco Central, ela ser fortalecida, quer dizer, não trabalhar só por amostragem e nós aprofundarmos o papel da fiscalização, inclusive a discussão que já foi posta no passado, da fiscalização ser uma agência associada ao Banco Central, uma instituição com mandato, com competência própria para termos mais rigor e podermos ter medidas prudenciais em relação a efeitos que são extremamente danosos ao interesse do depositante, do cliente e, muitas vezes, do Erário.

Espero que essa solução, acho que se houve grandes falhas na auditoria e na fiscalização, houve uma solução, eu diria competente no desdobramento do processo através do Fundo Garantidor. Se a entrada da Caixa no banco for capaz de recuperar o banco, de viabilizar o banco, seguramente os interesses da Caixa serão preservados, a apuração vai trazer importantes

lições de responsabilidade de tudo que aconteceu e nós teríamos aí uma solução razoável para esse episódio. Mas, para que isso não volte a acontecer, nós não precisamos abrir esse debate sobre as auditorias. Inclusive, cheguei a fazer uma apresentação no requerimento convidando as auditorias e elas ponderaram e com razão – concordei com o Presidente Antonio Carlos Magalhães Júnior, que é quem está mais envolvido com essa agenda – que como elas têm o rigor profissional, não podem abrir o sigilo bancário e fiscal, sobretudo de uma instituição financeira que está no mercado. Quer dizer, isso é uma temeridade. Não há a menor condição de se fazer uma audiência aqui e discutir quais são os problemas. Não há esse instrumento; nem a lei permitiria. Mas o debate sobre qual a competência das auditorias, o que é responsabilidade para uma *due diligence*, por exemplo, preparar um processo de IPO, uma compra, uma fusão, uma aquisição; um acompanhamento dos balanços que são assinados por essas grandes auditorias. E estamos falando aqui nesse caso das duas principais empresas de auditoria do mundo. Não é qualquer auditoria. São empresas consolidadas internacionalmente e que são padrão de excelência de auditoria internacional. As duas principais empresas estão envolvidas nesse processo. Como superamos isso, e se há alguma agenda de discussão, se essa crise trouxe recomendações nessa direção. Qual o avanço que podemos ter nessa questão de fiscalização e papel das auditorias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Aloizio Mercadante. Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias. Logo após a intervenção do Senador Alvaro Dias, o Ministro, Presidente do Banco Central responderá aos três Senadores a começar pelo Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, a exemplo do que fez o Senador Antonio Carlos Júnior, não questionamos muito a alteração para salvar a instituição utilizando-se do Fundo. O que nos intriga é a aquisição de parte societária do Banco. No momento em que os bancos brasileiros alcançam lucros fantásticos – os balanços dos bancos demonstram lucros estratosféricos no País –, um banco está em dificuldade, e parte desse banco é adquirida pela Caixa Econômica Federal. O que queremos que fique claro é se essa utilização dos R\$740 milhões de dinheiro público teve por objetivo evitar a contaminação do sistema ou se se buscou, do ponto de vista da Caixa, realizar um bom negócio, nos termos da medida provisória que autorizava a aquisição de instituições financeiras. O Governo não quer assumir esse fato por alguma razão ou, realmente, não sabia que o Banco estava em dificuldade?

Isso é curioso, porque o mercado sabia das dificuldades do Banco. É o que consta: o mercado sabia, desde 2008, que o Banco estava em dificuldades. Por isso, afirmei, desde o primeiro momento, que a Caixa ficara sócia das dificuldades de um banco. É isso que tem de ficar claro. O Banco Central e a Caixa Econômica podem esclarecer se essa aquisição se deu sem se ter consciência das dificuldades que o PanAmericano vinha enfrentando ou se isso ocorreu, sabendo-se das dificuldades, para se evitar a contaminação do sistema. Isso até seria justificável. Dependendo dos argumentos, concordaríamos, mesmo na oposição, que essa operação de salvação pudesse se realizar, para se evitar um prejuízo maior. Mas isso tem de ficar claro.

Em relação à questão da legislação sobre sigilo, é óbvio que queremos atuar sempre no limite da lei. Não estamos questionando a postura do Banco Central de respeito à lei. O que estamos afirmando é que – este é o primeiro ponto –, um ano depois, descobre-se uma fraude de mais de R\$2 bilhões. Essa fraude não começou um ano depois da aquisição do Banco; certamente, ela já existia quando se adquiriu o Banco, e, obviamente, o Banco procurou sócio porque estava em dificuldade. Como é possível alguém adquirir um banco, jogando R\$740 milhões, e, somente um ano depois, descobrir que havia uma fraude de mais de R\$2 bilhões?

Em relação a prazos, é evidente, para um leigo como eu, que o rombo foi detectado antes. O Banco Central, a Caixa, ambos sabiam que o rombo existia. Em determinado momento, o rombo é de tal proporção que vem a público. Não há lei de sigilo que possa impedir isso. O que alegamos é que houve uma operação para retardar isso, exatamente para superarmos os limites do processo eleitoral. É essa a afirmação que fazemos, com base em declarações, inclusive, à imprensa até de diretor do Banco Central, como revelou a revista Época.

Essa é a questão. Jamais eu pediria, desta tribuna, que o Banco Central desrespeitasse a legislação vigente neste País. Essa seria uma afronta à sociedade, já que estamos aqui para elaborar e preservar a legislação vigente no País, defendendo-a de eventuais afrontas assacadas contra ela.

Portanto, essa é a questão. Quando nós nos referimos aqui ao indagarmos da Sr^a Maria Fernanda sobre essa operação para desvincular a questão política da questão técnica, nós o fizemos exatamente em função dessa estratégia que facilmente se verificou.

As fraudes ocorreram e não apenas nas áreas do crédito/cartões. Por exemplo, o caso do CDB remunerado muito acima das taxas de mercado. Ou seja, quando a Caixa adquiriu, não tomou conhecimento

disso, ou os mecanismos de controle são frágeis. Até na esteira das indagações do Senador Mercadante sobre as auditorias, os nossos mecanismos de fiscalização e controle estão fragilizados, eles precisam ser modernizados. Esta é uma questão essencial, porque, como se constata, os CDBs foram remunerados muito acima das taxas de mercado, consagrando aí a fraude para o enriquecimento, obviamente ilícito de algumas pessoas, e isso não foi identificado em tempo. Pelo menos a Caixa Econômica adquiriu o Banco sem saber dessa realidade.

Portanto, são questões. Desde quando ocorria a fraude? Antes da aquisição do Banco pela Caixa, ou a Caixa só descobriu isso realmente um ano depois? Creio que essa é a pergunta essencial.

O Governo autorizou a compra do Banco. E é evidente que é uma questão de governo, não é da Caixa, é de Governo. O Governo autorizou a aquisição do Banco para evitar a contaminação do sistema? Esta é a pergunta que não pode ficar sem resposta. Ou o Governo foi ingênuo e achou que estava fazendo um grande negócio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, a questão de ordem do Senador Alfredo Cotaí.

Senador, o cadastro positivo poderia, sim, ter facilitado um pouco a detecção deste problema por parte não só dos órgãos reguladores, mas dos próprios credores, na medida em que cada um dos credores poderia ter acesso ao que existia de crédito de outras instituições, e poderia fazer essa consolidação, que levou, eventualmente, isso a ser feito pelo Banco Central e localizar o problema. E poderia ser feito de uma maneira, de fato, mais localizada. Depois vou explicar, respondendo à pergunta do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, exatamente o sistema usado pelo Banco Central, que foi um sistema difícil, complexo e sofisticado. Por quê? Porque não existia acesso a créditos individuais, o próprio Banco Central. Então, o cadastro positivo daria esse acesso imediato da central de risco de crédito do Banco, inclusive para os demais, com nomes. Esse é o problema. Não é meramente saber qual o total, mas, nomes. O Banco ABC poderia saber qual o total que o Banco XJK teria como Banco PanAmericano e poderia consolidar esses números e consolidar o total de obrigações do Banco PanAmericano.

Então, não há dúvida de que, neste caso também, o cadastro positivo poderia facilitar, sim. O Banco Cen-

tral tem sido sistematicamente favorável à aprovação do projeto do cadastro positivo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Sr. Presidente, posso só pedir um aparte?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E explicar ao Senador Alfredo Cotait?

Existe, a rigor, dois projetos de cadastro positivo tramitando. Um projeto originário, do Senador Tourinho, foi votado no Senado, foi para a Câmara, voltou e nós temos que dar o parecer só sobre as emendas, e um segundo cadastro positivo, que foi formulado com outra concepção e com outras características. Nós só não o colocamos para votar ainda porque deverá ter uma estratégia que compatibilize esses dois movimentos. Não dá para fazer uma opção. O problema é muito complexo para, simplesmente, votarmos um projeto. Então, tem que encontrar uma forma de tramitação que viabilize ajustar o que tem de melhor nos dois projetos. Eu acho que já há uma proposta de encaminhamento: nós votaríamos o projeto do qual eu sou Relator e, depois, se faria a alteração posteriormente, a partir, digamos, desse cavalo, para que as mudanças sejam feitas.

De qualquer forma, nós estamos simplesmente aguardando a conclusão desse estudo para poder fazer uma proposta que junte o que tem de melhor, porque os dois têm problemas e têm boas contribuições. Não dá para fazer uma opção simples.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, muito bem. Acho que, de fato, faz todo sentido a sua linha de ação. Agora, apenas coloco mais uma vez os órgãos técnicos do Banco Central completamente à sua disposição e à disposição desta Casa, visando a qualquer parecer e sugestões técnicas que possamos dar também, porque, de fato, acreditamos que devem ser consistentes, certamente, os projetos. Certamente é muito importante, conforme já mencionamos.

Passando à pergunta do Senador Antonio Carlos Júnior: como foi detectada a inconsistência, se houve um processo de modelagem.

Senador, depois, das crises dos últimos anos, inclusive no Sistema Financeiro Internacional, número 1, como parte do próprio processo de aperfeiçoamento da fiscalização do Banco Central do Brasil, que é constante. Estamos sempre aperfeiçoando a fiscalização e vamos continuar fazendo isso. Ontem mesmo, recebi um relato de uma avaliação mais estratégica, de organizações que poderiam ser adotadas para continuar melhorando, mas, dentro desse processo, o que a fiscalização do Banco Central fez foi uma consolidação do sistema financeiro por produtos. Nesse caso, consolidou toda a posição de contratos dos bancos cessionários e todas as posições de contratos dos bancos cedentes.

E aí começa a se esclarecer um pouco, Excelências, a questão dos momentos. Este trabalho começou a identificar que havia uma inconsistência no meio do ano de 2010. Então, perto do mês de julho, já se tinha uma ideia de que existia uma inconsistência no sistema. Não se sabia quais bancos, nem se sabia quantos bancos, nem os valores precisos. O Banco Central, no consolidado, identificou. Muito bem. O trabalho foi feito, portanto, de fiscalização exaustiva de cessionários e cedentes, usando o poder de fiscalização do Banco Central, informações específicas de cada instituição sobre o que ela tinha cedido e para quais instituições. É um grande número de contratos, cada uma. Cada contrato e depois consolidar o total de contratos cedidos por uma instituição com o total de contratos adquiridos pela outra instituição, daquela instituição. E foi feito um trabalho de mapeamento paulatino. No mês de setembro, chegou-se a esta instituição, que era o Banco PanAmericano, e aí entrou-se naquela cronologia que descrevi aqui em detalhes.

Agora, vou entrar num outro aspecto, também questionado pelo Senador, da maior importância. Não é comum, não é usual, não é o frequente que autoridades fiscalizadoras no mundo inteiro consigam detectar problemas como este, individuais em uma instituição, internos, antes de o problema atingir uma dimensão que permita ainda a solução pelo controlador. Nós tivemos não só os casos mencionados pelo Senador na década de 90 aqui no Brasil, casos de alta visibilidade e de grandes volumes, com alto custo para o Poder Público, mas também em outros países. O Senador mencionou o caso do Madoff. Nós tivemos problemas de inconsistências contábeis sérias em outras instituições financeiras que tiveram problemas...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Só lembrando Marka e FonteCindam foram R\$1,6 bilhão. Dinheiro público.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Mas eu estou falando inclusive de outros países, muitos.

Por exemplo, houve casos famosos na Ásia, bancos europeus. Agora, é muito raro ouvir falar num caso desses onde a instituição fiscalizadora foi a instituição que detectou o problema. Por quê? Exatamente porque em lugar nenhum no mundo essa é a função da instituição de supervisão sistêmica, que é substituir os órgãos de controle interno e defender o patrimônio dos acionistas, nesse caso particularmente do acionista controlador. Note bem, aqui neste caso o prejuízo foi exclusivo do acionista controlador. Então, a dúvida que se teve foi a seguinte: o Governo deveria gastar muito mais, fazer muito mais para evitar que o acionista controlador tivesse esse prejuízo? É uma discussão

de alocação de recursos sociais da maior relevância, Senador, para dizer o mínimo.

Prevenir prejuízos sistêmicos, sim, a sociedade, os recursos públicos, tudo isso, depositantes. Agora, que montantes de recursos a União deveria mobilizar para fazer um exército de auditores? Note bem, a Caixa Econômica Federal mencionou que apenas ela, Caixa Econômica, tem 500 auditores. Imagine o Banco Central montar um sistema de auditoria paralela para o sistema financeiro inteiro, porque era a única forma de pegar isso desde o início, isto é, seria um processo de auditoria contrato a contrato, etc. O que custaria isto para os cofres públicos para, no fundo, nesse caso, prevenir que o acionista controlador tivesse prejuízo?

Então, em primeiro lugar, temos aqui uma questão de alocação de recursos públicos em jogo, que é uma discussão importante, inclusive nesta Casa. Segundo, a viabilidade técnica e operacional disso, uma super galáctica empresa de auditoria que seria o Banco Central, auditando todos os bancos do País e financeiras e bancos de investimento e consórcios e corretoras e distribuidoras. Não seria, na minha avaliação – se o senhor me permitir a avaliação de quem está trabalhando no mercado financeiro há muitos anos, no setor público e privado –, muito viável. E terceiro, existe aí algo mais grave, mais grave ainda. Existe uma recomendação do Comitê da Basiléia, do qual somos parte integrante – o Brasil, hoje, é um País relevante do ponto de vista do mercado financeiro, somos parte do Conselho de Estabilidade Financeira, mas também do Comitê da Basiléia –, pois bem, há uma recomendação estrita do Comitê da Basiléia para não se fazer esse tipo de coisa. Por quê? Porque no momento em que o Banco Central do Brasil ou a autoridade fiscalizadora ou a autoridade independente, como o Financial Services Authority, da Inglaterra, que é separado do Banco Central – podemos falar sobre isso em seguida e qual a experiência internacional com isso – no momento em que a agência supervisora começa a substituir os outros órgãos de controle estabelecidos pela estrutura legal – auditoria interna, auditoria externa, etc. – começa a querer prevenir tudo, o Governo começa a assumir um passivo contingente inimaginável. Isso porque se o Banco Central tivesse essa grande estrutura de auditoria e, portanto, auditasse ponto a ponto, paralelamente, na prática substituindo as auditorias internas e externas, que banco iria gastar esse recurso se o Governo está gastando por ele? E mais importante, isso instituiria o chamado “risco moral”, internacionalmente é o moral hazard, que é o seguinte: no momento em que o Banco Central audita contrato a contrato e termina e diz “auditei”, passa a ser responsável. E, como auditoria,

estará sendo chamada pelos senhores. E como tem todas essas avaliações...

Só que o Governo Federal tem recursos e, portanto, imaginem o número de ações nos Tribunais Superiores de todos aqueles depositantes prejudicados, que perderam recursos por alguma instituição que falhou. Inclusive vão falar: “o Governo garantiu, o Governo auditou”.

Então a recomendação é direta, objetiva e rigorosa. Hoje o momento não é de se aumentar o risco moral, é de diminuí-lo. Inclusive porque uma das razões da crise americana foi o risco moral. Não vou entrar nisso porque poderemos ficar mais algumas horas explicando, mas terei grande prazer em explicar individualmente para os Senadores interessados.

Nos Estados Unidos ocorreu isto: por uma questão de garantias, começaram a dar por instituições que eram as chamadas quase governamentais, que eram Freddie Mac e Fannie Mae e que não davam garantia formal, mas eram administradas pelo Governo e as instituições garantiam, não tinham uma garantia formal do Governo, mas garantiam algumas operações mas não todas. Resumo: os investidores começaram a entender que existia, sim, uma garantia da Fannie Mae e Freddie Mac para todas as operações de crédito imobiliário. Muitos investidores assim entenderam, inclusive investidores sofisticados deixaram de fazer análise de risco. Foi quando tivemos um crescimento incomensurável dos riscos de crédito nos Estados Unidos. Tiveram várias consequências graves, uma delas é que o governo americano teve que assumir finalmente a garantia real das operações da Fannie Mae e Freddie Mac. Essa garantia implícita, na realidade, virou explícita por lei, mais de US\$1 trilhão de exigível, que hoje está na dívida pública americana em função de o governo ter tido que assumir. Em resumo, não vou estender-me muito, mas a recomendação do Comitê da Basileia.

E amanhã, na minha posição de cidadão, ocupando qualquer outro cargo público ou privado, estarei a disposição desta Casa para vir aqui dar minha opinião em qualquer discussão de aperfeiçoamento dessas normas. Agora, uma coisa eu posso lhe dizer: eu, na minha experiência hoje de regulador, de supervisor, de autoridade monetária e de dirigente de instituições privadas no passado, eu poderia dizer que não recomendo, de maneira nenhuma, que instituições supervisoras façam o papel de auditoria ou de controle ou tentem chegar ao limite de impedir que o controlador perca dinheiro, pegando algum problema no nascedouro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Posso pedir um aparte?

Vamos partir deste suposto de que o papel do Banco Central... O que eu digo é aprimorar a operação sistêmica, porque quando vocês cruzaram as informações vocês identificaram indícios de problemas que permitiram, *a posteriori*, localizar onde estava na rede esse problema. Então, é preciso aprimorar essa supervisão sistêmica. Mas e as auditorias externas que são contratadas para checar? Por exemplo, neste caso teve uma boa solução ao final do processo, vamos ver como isso irá se desdobrar. O acionista majoritário está assumindo o ônus, mas, em geral, fica para o contribuinte, fica para o depositante, para as empresas colocarem seu capital de giro e que perdem, fica para as pessoas, por exemplo, que compraram ações do banco e viraram pó. Então, o prejuízo é sempre socializado na crise. Como é que as auditorias vão aprimorar seu trabalho para evitar que isso volte a acontecer? Porque são recorrentes problemas dessa natureza.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Senador, se o senhor me permitir, eu vou separar esta resposta em duas partes. Antes de eu responder a segunda parte, que é a questão do trabalho das auditorias externas, vou responder a primeira, que está implícita, que o senhor mencionou de passagem.

Tudo bem, mas vamos aperfeiçoar ainda mais a fiscalização sistêmica do Banco Central para evitar que ocorram os mesmos problemas desse tipo. Por definição, Senador, um problema sistêmico ocorre quando ele tem consequências sistêmicas. Por exemplo, vamos supor que esse problema crescesse, como aconteceu nos Estados Unidos várias vezes, na Europa, no Japão ou no Brasil ou em outros países latino-americanos, adquirissem uma dimensão muito superior à capacidade do acionista majoritário. Aí seria um problema sistêmico. Se o Banco Central tivesse permitido isso, teria falhado. Não permitiu. Detectou o problema antes de ele se tornar sistêmico, e é essa a função do Banco Central.

Portanto, como eu digo, aperfeiçoar tem que ser feito sempre, é um processo que não acaba nunca. E aqueles que trabalham comigo no Banco Central são testemunhas – alguns, às vezes, até se ressentem disto – da minha demanda constante por melhora, implacável, uma das minhas características de trabalho que não necessariamente agrada a todos. Então, sou sempre favorável à melhora. O senhor achou um aliado aqui. Se tem alguém que está sempre buscando melhora sou eu, aqueles que trabalham comigo são testemunhas diárias disso. Muito bem. Em dito isso, de novo, o Banco Central cumpriu aqui a sua função de fiscalizador sistêmico.

Em relação às auditorias, Senador, há algo inquestionável: houve uma falha. Algo inquestionável. O

que se está avaliando agora – e aí tem um processo do Banco Central de avaliação administrativa, do papel das auditorias, como mencionei; existe o papel feito pela CVM, existe o trabalho feito pelo Conselho Federal de Contabilidade. Esses órgãos vão, cada um... E, evidentemente, o Ministério Público Federal, que já foi notificado pelo Banco Central, e a ação e investigação da Polícia Federal.

Então, todos esses órgãos estão investigando esse processo em sigilo, e essas perguntas serão respondidas no devido tempo. Qualquer ação de consequência penal, apuração da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, se julgarem que tem implicações penais, seria, como em qualquer caso, oferecido uma denúncia, senão seria arquivado o processo, do ponto de vista penal; o Banco Central, do ponto de vista administrativo, normas, e o Conselho Federal de Contabilidade, sob o ponto de vista de normas contábeis e a CVM.

Agora que se inicia o processo para saber se essa auditoria ou se essas auditorias cumpriram todas as normas de provisão legal, de boas práticas de auditoria, porque, notem bem: as práticas de auditoria não são inventadas país a país; elas são internacionais. Por isso é que essas empresas tendem a ser internacionais, porque são práticas consagradas no mundo inteiro e que são absorvidas no país.

Então, é um pouco prematuro para se dizer: “Alguns coisas deveria ser melhorada”. Vamos chegar lá. Mas notem bem: essa não é uma discussão só brasileira, isto é, todos os problemas americanos estão sendo objeto da mesma discussão na Suíça, na Inglaterra – porque acompanho diretamente –, na Alemanha, na França, no Japão, na Coreia. Estão discutindo, exatamente, o instituto de padrões, de contabilidade internacional – aliás, tem um brasileiro agora que é do conselho, sediado em Londres. Está-se discutindo, exatamente, isto: quais são as normas de auditorias que falharam em cada caso. Resumo: esse é um processo que se está iniciando de por que falhou. Falhou porque tem alguma coisa na prática contábil, falhou porque tem alguma coisa na norma, que poderia ser melhorada, ou falhou porque houve violação de prática contábil ou de norma, que não foi seguida?

Seria prematuro qualquer prejulgamento feito pela minha pessoa no momento. Temos aí um início de um processo de avaliação por parte de órgãos absolutamente competentes para fazer isso: o Ministério Público Federal, na área penal; a Polícia Federal, na área penal; o Banco Central do Brasil, na área administrativa; o Conselho Federal de Contabilidade, na área de contabilidade; e CVM, na área de divulgação de informações ao mercado.

Então, vamos trabalhar, e, certamente, acredito que, no devido tempo, chegaremos aqui a essas conclusões, que vão, em última análise, permitir que se responda à última pergunta do Senador: avanços no papel da auditoria. Para isso, vamos ter que ter conclusões nas diversas áreas, porque pode ser que não; pode ser que, simplesmente, sejam falhas individuais; ou pode ser que não, que existam questões sistêmicas e normas de padrões contábeis que teriam que ser melhorados.

Pergunta do Senador Avaro Dias.

Entendo, Senador, que, como o senhor mesmo mencionou, a maior parte das suas perguntas foram direcionadas, na realidade, à Dr^a Maria Fernanda, se a Caixa Econômica tinha conhecimento das dificuldades do PanAmericano, no momento da aquisição. É uma pergunta que ela deve responder. Do ponto de vista do Banco Central do Brasil, posso responder: não tinha. Como mencionei, o conhecimento de que o Banco PanAmericano tinha um problema de inconsistência contábil, o Banco Central chegou em 9 de setembro de 2010. Do ponto de vista do Banco Central.

Outras perguntas: como é possível adquirir e descobrir um ano depois... De novo, sua pergunta é dirigida... Então, aqui me parece que já respondeu, mas sua pergunta é dirigida a ela, exatamente porque é que... Do ponto de vista do Banco Central, de novo: já descrevi o processo, e o Banco Central, apenas para mencionar, esse é um ponto importante, o que é raro, raro no sistema financeiro internacional, um problema desse tipo, cujo primeiro órgão a detectar é o órgão de supervisão sistêmica. No caso, o Banco Central do Brasil, que foi o primeiro.

Então, posso já entender a resposta, quer dizer, o Banco Central foi o primeiro, ficou sabendo disso em 9 de setembro. Evidentemente, eu não vou responder pela Dr^a Maria Fernanda, mas o Banco Central foi o primeiro que localizou o problema.

A questão que o Senador coloca... Eu vou re-
frasear a pergunta, vou inverter a pergunta, se V. Ex^a me permite.

A pergunta do Senador é a seguinte: se o Banco Central sabia dessa operação, que existia um problema com o PanAmericano, já em setembro, houve uma operação para retardar essa divulgação, para ter consequências de ordem eleitoral, em benefício de uma ou outra candidatura?

Eu diria o seguinte: Senador, o Banco Central do Brasil, como eu mostrei, atuou dentro de prazos rígidos e sujeitos a sigilo, independentemente de declarações de fontes anônimas. Eu não posso julgar a declaração de um suposto funcionário do Banco Central protegido por fonte de sigilo de uma revista. Eu não posso ques-

tionar de onde ele tirou essa conclusão, que a mim parece absolutamente extravagante, na medida em que os dados mostram, com clareza, a extrema rigidez das normas e das regras. O Banco Central ficou sabendo, tinha regras de sigilo, deu prazos legais.

Agora, eu digo: por que foi divulgado o fato relevante na segunda semana, no final da primeira semana de novembro?

Muito simples, Senador: quem divulgou não foi o Banco Central do Brasil, como não deve. O Banco Central do Brasil tem de preservar o sigilo. Esse foi um fato relevante divulgado pelos acionistas, pelo Fundo Garantidor de Crédito, através da CVM, para o mercado, quer dizer, não foi o Banco Central que escolheu a data.

No momento em que o acionista controlador fechou o acordo com o Fundo Garantidor de Crédito, obteve a anuência do outro acionista importante, que é a Caixa Econômica Federal, tomou o empréstimo, aportou os recursos no banco, o capital estava recomposto, nos termos da norma, comunicou ao mercado o fato relevante, absolutamente dentro dos prazos legais. Portanto, não competia ao Banco Central fazer nada diferente.

Agora, eu poderia inverter a pergunta: estaria o Senador sugerindo que o Banco Central do Brasil deveria, portanto, ter um comportamento eleitoral, de violar as regras de sigilo e a lei para poder divulgar, para beneficiar uma determinada candidatura presidencial?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu vou responder ao Ministro: é evidente que não. É óbvio que não. O que cabe ao Banco Central, certamente, é impedir que o País sofra as consequências de ter de jogar numa instituição com fraude constatada 740 milhões. Eu acho que esse é o papel do Banco Central. Isso não é uma questão eleitoral, isso é uma questão técnica e ética, acima de tudo.

O que nós não entendemos é isso, não é?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presidente, Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – E esses fatos ocorreram, obviamente, no decurso da campanha eleitoral.

Antes da campanha eleitoral, o mercado sabia das dificuldades do PanAmericano? Eu não ouvi, ainda, nenhuma resposta a essa questão. Consta que o mercado sabia das dificuldades do banco PanAmericano quando a Caixa aportou 740 milhões, daí a indagação que fiz: se esse aporte de 740 milhões teve o objetivo exatamente de evitar a contaminação de todo o sistema financeiro do País. Essa foi a nossa indagação.

Quanto às estratégias de retardar o processo, como eu disse, eu citei fonte, aqui, da revista Época. Segundo a revista Época, foi um diretor do Banco Central, de quem, obviamente, não revelou o nome, até em função do sigilo da fonte, que é uma obra indispensável da imprensa. Evidentemente, eu não posso cobrar, também, o nome desse diretor do Banco Central, mas essa informação foi veiculada por uma revista de respeitabilidade reconhecida.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Presidente, permite-me somente fazer um comentário?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, por favor.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – O debate, aqui, é fraterno e franco.

Quanto a esse episódio, é evidente que nós temos de ter um diagnóstico rigoroso de por que se chegou, de como o banco chegou a essa situação, para evitar que isso aconteça e identificar as responsabilidades, mas a solução desse caso foi, dentre as soluções recentes que nós tivemos.... Porque, nessa crise, eu quero lembrar, por exemplo, que o Itaú comprou o Unibanco.

O Unibanco era o terceiro banco do Brasil. No meio da crise! O que significa que evidentemente vivíamos ali quebras de bancos. Os grandes bancos do mundo quebrando, um clima de pânico, de crise de crédito, e o Brasil conseguiu atravessar essa crise sem nenhuma instituição financeira quebrando em meio a um vendaval de grandes proporções no Planeta, cujas consequências até agora estão chegando a outros países. Então, atravessamos com muita competência.

Os bancos que tiveram problemas, as soluções foram inteligentes, por exemplo, o Votorantim. Foi uma solução inteligente. Hoje é visível que o grupo Votorantim teve um problema numa operação de mercado de câmbio futuro. A solução foi inteligente: uma participação acionária. É um banco viável, um grupo muito forte, que se saiu muito bem.

Nós tivemos algumas outras empresas produtivas, como o caso da Sadia e Perdigão, por exemplo, em que a solução foi uma fusão no meio da crise.

É evidente que, naquela crise, todos os bancos médios e pequenos tiveram dificuldades. Todos os bancos tiveram dificuldades! Mas não é só isso. Há uma estratégia de crescimento porque outros bancos cresceram comprando e fazendo parcerias. Mas a solução final dependeu do calendário eleitoral. A solução final foi uma solução nova.

Eu não conheço, na história recente do País... Porque o Proer é uma solução fácil, Eduardo. Chegar lá, pegar dinheiro público e socorrer...

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Dinheiro público não. Dinheiro público não.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Deixe que eu conclua.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Isso que o PT falou na época. Se fosse hoje, se o Governo não fosse do PT, o Partido estaria criticando.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Deixe que eu conclua.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – O dinheiro é do recolhimento compulsório, não é do Tesouro.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Mas aqui no caso o Fundo Garantidor é dinheiro essencialmente privado.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Não, mas o compulsório também é dinheiro privado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – E quem vai honrar a operação de empréstimo é o patrimônio do acionista majoritário. O Sílvia Santos colocou todo o seu patrimônio, o grupo Sílvia Santos, à disposição dessa operação, o que é um fato raro. Vamos dizer claramente aqui: é muito raro, na história do Sistema Financeiro, um acionista majoritário assumir essa responsabilidade, colocar todo o seu patrimônio para que a solução... E, com isso, viabilizar o banco, porque essa operação é que está viabilizando o PanAmericano, a entrada da Caixa, de viabilizar o investimento e procurar recuperar o investimento que foi feito, que depende do futuro do Banco PanAmericano, com o qual eu espero que todos aqui queiram colaborar.

É evidente que uma solução como essa exige um certo prazo. Identificar o problema, chamar o Fundo Garantidor, construir o acordo com o acionista majoritário e garantir todas as seguranças jurídicas da operação exige um certo prazo. Ter feito isso em dois meses foi uma solução muito criativa, muito eficiente e muito exitosa, que pode vir a permitir, Eduardo... É isto que estou dizendo: se o Banco PanAmericano se consolidar, se recuperar, e voltar a ter atuação no mercado, o prejuízo, que evidentemente é alto na crise, porque as ações de todos os investidores se desvalorizaram...

Inclusive, quero lembrar que esse banco foi ao mercado fazer um IPO. Não foi só a Caixa que teve problema na análise da situação efetiva do banco; o mercado não viu o problema. Se o mercado tivesse visto, não teria tido compra de ações em 2007 como teve.

Então, o problema é um pouco mais complexo. Se essa solução for efetiva, se o banco se viabilizar, se recuperar, voltar ao mercado, com a gestão da Caixa, tanto o acionista majoritário pode preservar pelo menos uma parte importante do seu patrimônio, como

sobretudo a Caixa, que aportou recursos, pode recuperar o investimento que fez.

Portanto, a prudência também nossa de como vamos tratar essa questão é muito importante, porque banco vive de credibilidade. Acho que como o banco supera essa fase é uma responsabilidade de todos.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Pois não? Obrigado, Senador.

Portanto, finalizando, eu farei apenas dois comentários. Em primeiro lugar, a função, portanto, de supervisor sistêmico do Banco Central foi cumprida integralmente na medida em que é algo que precisa ser notado com bastante cuidado o fato de que os problemas foram detectados e foram cobradas e implementadas soluções a tempo e a hora; isto é, antes que atingisse tal dimensão que não pudesse ser resolvido completamente por recursos do controlador, como manda a norma, e o foi.

Segundo, a tempo, portanto, para que não houvesse prejuízo para os depositantes e acionistas minoritários, o que inclui o grande acionista minoritário chamado Caixa Econômica Federal, que, portanto, não teve prejuízos patrimoniais porque o Banco foi saneado. Isto é importante ser mencionado: a Caixa Econômica tomou posse na Diretoria do Banco com o Banco saneado.

Terceiro e muito importante: o problema foi detectado e solucionado a tempo, antes da aprovação final do Banco Central dessa fusão – isso não ficou claro para muitos –, antes, portanto, de o Banco Central aprovar a posse dos diretores e conselheiros. Posse essa que, a partir daí, institui a responsabilidade solidária da Caixa Econômica Federal ao passivo desse Banco. Portanto, vai muito além dos setecentos milhões. Portanto, essa aprovação só foi dada e a posse só foi efetivada depois do problema totalmente solucionado. Portanto, do ponto de vista do Banco Central, segundo avaliações técnicas feitas a respeito, internas e externas, de órgãos de outros países, a tempo e a hora.

Em relação à questão mencionada pelo Senador, dos comentários de mercado.

Senador, esta é uma questão subjetiva. Eu acho que é uma questão legítima. Eu trabalho no mercado financeiro há alguns anos, posso lhe garantir que talvez mais até do que gostaria de contemplar, mas já há um número bastante grande de anos que eu trabalho, no mercado financeiro brasileiro e no mercado internacional. Já dirigi instituições com presença em 32 países. Então, posso lhe dizer o seguinte, Senador: comentários de mercado existem o tempo todo, no mundo inteiro, toda hora. Tem é que, na função do regulador, verificar até que ponto os comentários de mercado são relevantes. Existem medidas para isso.

A fiscalização do Banco Central, todos os dias, por exemplo... Está aqui um chefe de departamento, o Dr. Donizete, e um diretor substituto, o Antero, da fiscalização, que me passam relatórios diários sobre esse assunto. Existem quantificações desses comentários de mercado. E as quantificações se dão exatamente nas captações e nos caixas das instituições, captações e saques.

Esse Banco estava com o caixa elevadíssimo nesse momento. Os riscos de créditos *rating* dessa instituição naquele momento também eram aceitáveis. Do ponto de vista meramente mercadológico, não existia essa questão. Agora, que esse Banco ou outros bancos possam ter sido, principalmente na crise de 2007 e 2008, principalmente final de 2008 no Brasil, objeto de comentários, um grande número de instituições o foram. E vou mais longe: não há dúvida de que naquele momento nós tivemos uma situação, um período de grande dificuldade para o mercado de crédito brasileiro, e com grandes restrições de liquidez. E o Banco Central tomou medidas enérgicas, agressivas e que hoje são modelo mundial.

Estive eu, na semana passada, em um congresso do Banco Central Europeu, em Frankfurt, na Alemanha, discutindo com o Diretor Gerente do FMI, o Presidente do Banco Central Europeu, o Presidente do Banco Central Americano, do Federal Reserv Bank. E eu estava lá, fui escolhido exatamente por quê? Porque o Brasil foi considerado o caso exemplo de um país emergente e de um banco central que atuou de forma exitosa na crise. Discutimos exatamente esse tipo de coisa. Quer dizer, a crise já atingiu o mundo todo de forma grave, refletiu-se no Brasil de forma importante, existiram muitas preocupações, e tanto eram justificáveis que o Banco Central agiu vigorosamente, liberou compulsório, direcionou compulsório, emprestou reservas, atuou nos mercados futuros, etc. Portanto, em resumo, do nosso ponto de vista, a ação sistêmica foi dada no momento adequado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – O Senador Roberto Cavalcanti estava inscrito desde cedo. Depois, o Senador Alfredo Cotait.

Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB) – Agradeço, Sr. Presidente.

Na verdade, V. Ex^a sabe que o dia de hoje é muito atribulado aqui no Senado Federal, um dia em que, Comissão por Comissão, estamos aprovando os orçamentos e os Senadores também estão fechando suas emendas individuais. Então, peço desculpas por ter feito a minha inscrição para após os dois Senadores que fizeram os requerimentos e só agora ter tido a oportunidade de estar aqui presente. Se porventura

for repetitivo, peço desculpas, exatamente em função dessa minha ausência. Mas a minha curiosidade – e a minha curiosidade é dirigida a todos, não apenas à Caixa e ao Banco Central, mas a todos – é a de quem, na vida pessoal, é empresário há mais de 42 anos e não traz assim ou experiência, ou curiosidade, porque, à medida em que você vai tendo mais experiência, você vai adquirindo mais curiosidade.

É que há um fato que me faz questionar as razões que levaram a que só se houvesse detectado um pouco mais à frente os problemas. Primeiro, trata-se de uma empresa, no caso do Banco PanAmericano, que se dedica a uma atividade que é extremamente acompanhada por todos, diferentemente de uma empresa familiar que se dedique a estivas ou que se dedicasse à comercialização de veículos etc. Um banco é uma entidade financeira que, pela sua própria atividade, requer um acompanhamento e que as suas contabilidades tenham uma precisão, uma pontualidade... Todos os bancos fecham os seus balanços, os seus balançetes ao final de cada dia, ao final do mês, ao final do ano. Realmente, é um tipo de empresa que tem, pela sua circunstância, pela sua atividade, esse estilo de gestão. Essa mesma empresa teve, há muito pouco tempo, cronologicamente, como empresarialmente podemos definir o tempo, oportunidade de ser auditada pela Caixa ou por quem a Caixa solicitasse a auditoria a fim de verificar o perfil dessa empresa, a saúde dessa empresa, tendo em vista uma associação. Até um empresário, ao comprar uma pequena empresa, busca exatamente obter as informações básicas sobre aquela empresa a que está se associando. A personalidade jurídica dos seus sócios e a consequência contábil do seu sócio, porque, senão, corre o risco de um tiro no escuro. E uma empresa com a experiência e com o nível profissional da Caixa Econômica não o faria dessa forma.

O Banco Central do Brasil é um banco modelo no mundo. Está aí a superação da crise internacional pelo País, de modo que a experiência brasileira está sendo até copiada no mundo em nível de cautelas que existiam, de fundos, de segurança do sistema bancário brasileiro. O sistema bancário não foi afetado pela crise mundial que afetou vários outros países, talvez em função exatamente disso.

Então, como é que eu posso entender, como cidadão, como empresário, o que pode ter acontecido para que uma empresa, pela sua atividade econômica, por ter passado recentemente por auditorias no nível que supostamente a Caixa contratou para que adquirisse um percentual significativo do seu capital, como foi auditada pela Deloitte, uma empresa que está no ranking mundial como uma das empresas que supos-

tamente é a maior ou uma das maiores e das mais competentes que há no mundo, e ainda com o monitoramento cotidiano do Banco Central, porque nós sabemos que o Banco Central tem a sua competência e tem um departamento de fiscalização etc. Enfim, eu, como empresário, pergunto: se aconteceu isso com o Banco PanAmericano, imagine o acionista de uma empresa média brasileira, uma empresa que não tem o aparato que teve a Caixa Econômica, que teve o Banco PanAmericano, através da Deloitte, que tem o Banco Central com a sua estrutura de fiscalização. A que nível as empresas podem ficar expostas em função da fraude ou de divergências contábeis, para ser mais educado, existentes nas suas empresas? Que sugestão V. S^a, Presidente da Caixa Econômica, V. Ex^a, Ministro Presidente do Banco Central, que foi presidente de um dos maiores conglomerados bancários do mundo, representou o Brasil como Presidente mundial do Bank of Boston... Então, eu gostaria que o cidadão brasileiro – e as nossas imagens estão sendo transmitidas pela TV Senado –, o empresariado brasileiro tivesse uma orientação do que se deva fazer para que não ocorra nas suas empresas, nas suas organizações fatos como esse que aconteceu no Banco PanAmericano. Muito obrigado e desculpe pelo alongamento do tempo da pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – Senador Alfredo Cotait, após sua pergunta, a Dr^a Maria Fernanda e o Dr. Henrique Meirelles vão responder às perguntas e fazer suas considerações finais para que tenhamos um ganho de tempo e não tenhamos que fazer outro bloco.

Com a palavra o Senador Alfredo Cotait.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – À medida que o debate vai se desenvolvendo, vão surgindo novas questões. Eu queria seguir um pouco na linha do Senador Aloizio Mercadante, que colocou muito bem suas ponderações.

Primeiramente, pergunto ao Presidente Henrique Meirelles se as auditorias, ou seja, se a metodologia não deveria conter uma diferenciação dependendo da alavancagem da instituição financeira. Em seguida, faço uma indagação quanto ao fundo: o fundo só socorre as instituições nesses casos como o do Banco PanAmericano ou também socorre outras instituições que necessitem de crédito?

Para a Dr^a Maria Fernanda, pergunto: neste debate, o Senador Mercadante disse que o Banco PanAmericano fez um IPO e colocou suas ações no mercado. Esse é um procedimento em que o mercado avalia realmente as ações. Por que o Banco PanAmericano, em vez de comprar o capital de 49% de ações ordiná-

rias e mais 20% das ações preferenciais, não fez um aporte de capital?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – Passo a palavra a Sr^a Maria Fernanda para suas respostas e suas considerações finais. Posteriormente ao Presidente Henrique Meirelles.

A SR^a MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Bem, muito obrigada, Senador.

Trazendo as considerações feitas pelo Senador Alvaro Dias em relação à questão de a Caixa ter conhecimento das dificuldades do banco, digo que não, que não tinha nenhum conhecimento das dificuldades do banco, que adotou os procedimentos, conforme nós relatamos, de nos assessorarmos para a tomada de decisão e, efetivamente, não tínhamos nenhum conhecimento à época da compra, em dezembro, de 2009, tampouco no pagamento da segunda parcela.

Em relação também ao comentário que foi colocado de que nós nos tornamos sócios das dificuldades do banco, vejam que é exatamente o inverso. A partir do momento em que você tem o processo de recuperação da situação patrimonial do banco, a Caixa passa a ter a gestão da instituição no momento em que, estando recuperado, é possível implementar o plano de negócios que já foi amplamente discutido entre as equipes. Então, não cabe dizer que há uma dificuldade. As dificuldades do banco foram assumidas pelo seu sócio majoritário, que concedeu garantias para que ele obtivesse os recursos necessários junto ao Fundo Garantidor de Crédito para que a instituição pudesse se manter e efetivamente passasse a contar com a parceira da gestão da Caixa nesse processo.

Também acho que não cabe dizer que o Governo ou Caixa teriam assumido o fato de o banco estar em dificuldades. Não é papel da Caixa preservar qualquer instituição financeira ou preservar o sistema. O papel da instituição é o de um banco que tem que cumprir com seu planejamento estratégico, com os seus resultados acordados e com a perspectiva do Governo, sendo um banco público inclusive, de operar com eficiência as suas políticas públicas e atuar também na área comercial, na parte da democratização do acesso ao crédito. Essa é a responsabilidade da instituição, essa é a sua missão e esse é o compromisso que a instituição tem.

Então, muito claramente, todo o prejuízo foi exclusivo e assumido pelo acionista controlador. Acho que há aqui também um aspecto muito relevante que o Senador Aloizio Mercadante trouxe, ou seja, se a partir daquele momento ele considerava que era possível ou era viável a recuperação da instituição. Veja que nós não temos nenhuma dúvida, a partir da assunção dos nossos cinco diretores, a partir do dia 10 de novembro,

que é possível cumprir com o plano de negócios, cumprir com as nossas metas, com as nossas ações.

O Banco PanAmericano passa a ter um conjunto de metas que serão cumpridas nos prazos devidamente acordados pela sua equipe.

Acho que tem um aspecto também aqui importantíssimo em relação ao pagamento, se a Caixa pagou mais do que deveria. Veja, recuperada a situação patrimonial da instituição, consideramos que é perfeitamente factível a Caixa ter o resultado esperado no momento em que fez esse investimento, em dezembro de 2009 e em julho de 2010.

O Senador Roberto Cavalcanti traz uma questão que, eu diria, é bastante ampla: que orientações se poderia dar?

Veja, Senador, eu não me considero em condições de dar orientações nesses sentido, mas posso lhe garantir que, no caso da Caixa, todos os princípios da boa governança foram cumpridos. Então, isso... Inclusive, faço questão depois, se o senhor tiver interesse, a nossa apresentação, a discussão que já foi feita, quer dizer, de todas as etapas que foram cumpridas para que pudéssemos ter a garantia de, efetivamente, ter o resultado que se aguarda.

Do Senador Alfredo Cotaít, de fato, o banco fez uma IPO em 2007. Ele teve avaliações de risco de crédito que foram efetuadas por agências de *rating*. Ele foi avaliado pela Moody's, A1B; pela Fitch Ratings, BBB+; e o Risk Bank, com baixo risco de curto prazo; e a Austin Rating, com o nível A; e a LFRating, com o nível A também. Então, ele fez esse IPO, ele fez uma captação depois desse IPO. Ele realizou várias captações externas também nesse período, e a decisão de ter a Caixa também como parceira, como acionista, ela também decorre de uma visão estratégica da instituição. Ou seja, ter um parceiro como a Caixa, numa condição de alavancagem de negócios, principalmente atendendo o setor de pessoa física e pessoa jurídica, também se tornou interessante para a instituição.

Então, posso responder pela decisão da Caixa de ter o PanAmericano como parceiro e ter uma participação societária naquele banco. Em relação ao PanAmericano, eu não tenho dúvida de que também se tornou interessante ter a Caixa como parceira.

O SR. ALFREDO COTAIT (DEM – SP) – Mas, Dr^a Maria Fernanda, eu concordo plenamente, é um decisão do seu planejamento estratégico. Acontece que, em vez de pagar as ações ao grupo controlador, se fosse feito por aumento de capital, o dinheiro entraria diretamente no Banco PanAmericano e, provavelmente, não estaríamos hoje nessas condições. Apenas, por que não foi feito o aumento de capital e não o pagamento direto ao controlador?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Essa foi a decisão que foi tomada pela Caixa, considerando a mais adequada. Quer dizer, nós fizemos junto à holding.

Eu queria só chamar a atenção para um aspecto que o Ministro Meirelles trouxe que eu acho que é extremamente relevante na sua fala. Veja, muito claramente nesse processo as responsabilidades serão apuradas. Todo esse processo está sendo acompanhado pelo Ministério Público, pela Polícia Federal, pelos órgãos de controle. Então, esse processo não se encerra com a solução que foi adotada, com o fato de o acionista controlador ter conseguido o empréstimo junto ao FGC, e a Caixa tomar posse na gestão a partir do dia 10. Esse é um processo que terá suas consequências intensamente, categoricamente avaliadas pelos órgãos de controle. Então, acho que esse é um aspecto extremamente relevante, que o Ministro Meirelles trouxe e que eu gostaria de ressaltar.

Para finalizar, Senador Antonio Carlos Júnior, além de agradecer a oportunidade aqui hoje, eu gostaria de reiterar a confiança da Caixa na participação dos nossos diretores na gestão e a confiança de que iremos implementar o plano de negócios estabelecido, da condição da instituição de dar a resposta necessária e o retorno esperado aos acionistas controladores.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB)

– Drª Maria Fernanda, antes que seja encerrada, na verdade, a oportunidade que V. Sª tem de nos ajudar no esclarecimento, a Caixa se cercou de empresas para ajudá-la na avaliação daquilo que era o objetivo daquela aquisição, que seria um banco que se tornaria parte, de forma indireta, dos ativos da própria Caixa. Essas empresas foram, a partir da identificação dessa falha – porque inequivocamente aconteceu uma falha, a avaliação não foi feita de forma correta –, descredenciadas, desabilitadas pela Caixa, para que também o Brasil pudesse saber que com elas não poderia contar, para haver confiabilidade no tocante às auditorias?

A SRª MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

– Na Caixa, no processo da contratação, cinco empresas foram selecionadas no ranking da Anbid. Entre elas, foi selecionado o Banco Fator, cuja experiência remonta desde o Banestado, o Banespa e a própria Nossa Caixa, recentemente. A Caixa, resguardando-se, fez uma interpelação extrajudicial ao Banco Fator, para que ele apresentasse as justificativas em relação ao processo do PanAmericano.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM

– BA) – Concedo a palavra ao Dr. Henrique Meirelles, para responder as perguntas e também para fazer suas considerações finais.

O SR. HENRIQUE MEIRELLES

– Em primeiro lugar, quero responder à pergunta do Senador Roberto Cavalcanti. O Senador está certo. O processo de fiscalização sistêmica do Banco Central, a questão das auditorias internas e externas, dos controles internos e externos e das auditorias contratadas pela Caixa Econômica, tudo isso já foi, de fato, extensivamente discutido na sessão hoje, e, certamente, todo o material, não só o do Banco Central, como o da Caixa Econômica, está à disposição do Senador. Qualquer dúvida específica que o Senador quiser esclarecer sobre o processo já demonstrado nesta sessão poderá ser dirimida com o material que está à disposição do Senador.

Respondo à sua pergunta, objetivamente: o que as empresas de médio e pequeno porte podem fazer para evitar fraudes, se fraudes existem até em grandes organizações? Vou mais longe, Senador: internacionalmente, fraudes têm sido descobertas. Não estou afirmando aqui juridicamente que houve uma fraude, pois isso seria uma impropriedade. Isso será objeto de investigação, para verificar se houve um erro ou o que quer que tenha sido. Mas o que quero dizer é que fraudes existem em grandes organizações. Há relatos, nos últimos anos, de fraudes nos maiores bancos do mundo e em grandes empresas, nas maiores empresas do mundo. Isso existe, é parte do comportamento do ser humano e da sua capacidade de ser engenhoso ou de ser engenhosa, visando obter benefício próprio. Ou pode haver um erro.

Dito isso, a questão a saber é a seguinte: se isso acontece nas maiores instituições do mundo, o que será de um médio empresário que está trabalhando numa cidade de médio porte?

Talvez, eu possa me recordar dos tempos em que exerci outras funções, Senador. Dirigi instituições em que havia aprovações e operações com grande número de empresas de pequeno e médio porte. O que posso dizer é o seguinte: tudo é proporcional. No momento em que a organização vai crescendo, o nível de complexidade vai crescendo. Portanto, o nível de problema cresce potencialmente, e a possibilidade de problema vai crescendo. Numa organização com milhares de funcionários, com níveis diferentes de delegação, de assunção de risco ou de assinaturas, o processo vai se tornando cada vez mais difícil de ser controlado, demandando-se, portanto, maior sofisticação. Por exemplo, conheço empresas pequenas extremamente bem sucedidas e controladas em que o próprio dono assina todos os procedimentos, em que não se paga nada sem a assinatura ou a aprovação do dono, que é quem toma empréstimo, quem paga empréstimo etc. Mas a empresa vai crescendo, e começam as delegações.

Já tive a oportunidade de dirigir instituições – certamente, também a Dr^a Maria Fernanda já teve essa oportunidade na Caixa Econômica – com dezenas de milhares de funcionários no mundo inteiro e, no meu caso, posso garantir que há um nível extremamente complexo de controle. Posso lhe garantir também, já que estamos num momento de discussão mais abrangente, que, nos meus muitos anos de dirigente de instituição financeira internacional, nunca sequer passou pela minha cabeça que eu deveria esperar que órgãos de fiscalização sistêmica fossem descobrir problemas dentro da minha organização. Nunca me ocorreu essa possibilidade.

Fiscalizadores do mundo todo estão olhando problemas sistêmicos, riscos das instituições etc, e isso que o Banco Central fez o Brasil é raro, ou seja, conseguir pegar um problema contábil lá dentro da instituição. Pois bem. Posso afirmar que a sofisticação dos selos de controle vão aumentando geometricamente na medida em que aumenta a sofisticação da própria instituição.

Portanto, tudo isso é proporcional. E é muito importante. Se o Sr. me permite – o senhor me pediu uma sugestão para o pequeno e médio empresário – falo o seguinte: que o pequeno e médio empresário tenham um sistema de controle adequado ao nível de delegação e de risco que assume na sua empresa. Ele não pode nem gastar demais para não se tornar ineficiente e nem gastar de menos de maneira que assuma riscos perigosos. É uma visão mais geral.

Em relação à pergunta do Senador Alfredo Cotait, outros bancos, sim, têm acesso ao Fundo Garantidor de Crédito, não exatamente esse tipo porque esse tipo foi para cobrir o problema específico emprestado à holding do grupo financeiro etc. Mas, têm sim. Durante a crise de 2008/2009, várias instituições, um bom número delas, tomou recursos emprestados do Fundo Garantidor de Crédito, cedeu direitos creditórios, tomou depósitos interbancários etc. O Fundo cumpre aqui uma função sistêmica da maior importância.

Muito bem. Fazendo minhas considerações finais, posso dizer que, mais uma vez, foi uma satisfação enorme estar aqui no Senado Federal representando o Banco Central do Brasil, como sempre numa discussão muito interessante, muito relevante, muito instrutiva para mim particularmente. É sempre uma grande satisfação estar aqui. Certamente, já estou num clima de despedida. Em São Paulo, falei num evento da Fiesp, anteontem, e os jornais, no dia seguinte disseram que eu já estava em clima de despedida. Vou mais longe: mesmo há várias semanas atrás, num evento, numa solenidade interna, com presença da imprensa, no Banco Central, um diretor do Banco fez um discurso

em minha homenagem. E, nesse discurso, ele quase inadvertidamente anunciou que eu estaria saindo do Banco Central no final do ano.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Foi ele que falou para a Época, não?

O SR. HENRIQUE MEIRELLES – Não foi, não, porque ele falou o contrário do que está na Época. E ele, na realidade, estava prestando uma homenagem a mim, num clima muito saudoso e de celebração. Portanto, eu diria que é uma honra muito grande estar aqui. Certamente, vamos estar em contato de outra maneira, de uma forma ou de outra, porque, afinal de contas, somos todos cidadãos brasileiros e, dentro ou fora do governo, dentro ou fora do setor privado, teremos oportunidade de estar convivendo e procurando colaborar com o Brasil. Isso é que é importante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Ao encerrar essa proveitosa audiência pública, onde debatemos, em alto nível, assuntos superimportantes e superurgentes, eu gostaria de agradecer a presença da Dr^a Maria Fernanda. E, no caso particular do Dr. Henrique Meirelles, agradeço não só a presença dele aqui hoje, mas sua constante presença nesta Casa, sempre debatendo, sempre à disposição dos Srs. Senadores. Parabenizo-o pela sua profícua gestão no Banco Central, onde sua presença marcou época. Agradeço também por ter prestado esse serviço ao País.

Termos agora uma reunião extraordinária para a aprovação das emendas e, em seguida, uma reunião só para aprovação de requerimentos.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Quero apresentar um requerimento ao Presidente de convite ao Presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Eu já subscrevi o requerimento. Vamos aprová-lo em seguida.

(Levanta-se a reunião às 13h18min)

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, APÓS 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às treze horas e vinte e três minutos, do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência em exercício da Senhora Lúcia Vânia,

com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Marco Maciel, Antonio Carlos Júnior, Alvaro Dias, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro, e das Senadoras Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti, reúne-se a presente Comissão. **Deixam de comparecer os Senadores Tião Viana, Almeida Lima, Gilvam Borges, Valter Pereira, Edison Lobão, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati, e a Senadora Kátia Abreu.** Justificaram ausência os Senadores Eduardo Suplicy, Demóstenes Torres e Marconi Perillo. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 59, de 2010 – CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”. **ITEM ÚNICO: EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 059/2010-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2011).** O Senador Antonio Carlos Júnior apresenta o Relatório sobre as quarenta e quatro (44) Emendas de Apropriação - Acréscimo sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN, que determina a competência da CCJ, são aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA-2011: **EMENDA 01-CCJ) Órgão:** 10.000 – Supremo Tribunal Federal; **Unidade Orçamentária:** 10.101 – Supremo Tribunal Federal; **Programa:** 0565 – Prestação Jurisdicional no Supremo Tribunal Federal; **Ação:** 11CD.0101 – Recuperação e Modernização das Instalações do Supremo Tribunal Federal em Brasília – DF (Seq: 78); **Valor:** 200.000.000. **EMENDA 02-CCJ) Órgão:** 11.000 – Superior Tribunal de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 11.101 – Superior Tribunal de Justiça; **Programa:** 0568 – Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça; **Ação:** 1H24.0001 – Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional II no Superior Tribunal de Justiça (e-Jus) – Nacional (Seq: 92); **Valor:** 115.000.000. **EMENDA 03-CCJ) Órgão:** 30.000 - Ministério da Justiça; **Unidade Orçamentária:** 30.109 – Defensoria Pública da União; **Programa:** 0699 – Assistência Jurídica Integral e Gratuita; **Ação:** 2725.0001 – Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão – Nacional (Seq:4233); **Valor:** 87.000.000. **EMENDA 04-CCJ) Órgão:** 34.000 – Ministério Público da União; **Unidade Orçamentária:** 34.101 – Ministério Público Federal; **Programa:** 0581 – Defesa da Ordem Jurídica; **Ação:** 1E30.0001 - Modernização das Instalações do Ministério Público Federal – Nacional (Seq:4553); **Valor:** 60.000.000. **To-**

tal: 462.000.000. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às treze horas e vinte e quatro minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senadora **Lúcia Vânia**, Presidente em exercício da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. DEM – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a deliberação dos itens nºs 1 e 2.

Discussão e votação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei nº 59, de 2010, Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior, para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Srª Presidente, Srs. Senadores, o voto é no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de quatro emendas constantes no anexo a este parecer, as quais consolida as sugestões propostas: 1, 10, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 41, 42 e 43.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da Ata, cuja cópia deverá ser entregue à Comissão Mista de Orçamento, juntamente com as emendas aprovadas. Além disso, que a secretaria da CCJ seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados permanecem como constam nas propostas acatadas.

Esse é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Lúcia Vânia. DEM – GO) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Aprovadas as emendas, a matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h24min)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, APÓS A 49ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às treze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Júnior, com a presença dos Senadores Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Valadares, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Marco Maciel, Alvaro Dias, Osmar Dias, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Geraldo Mesquita Júnior, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Flexa Ribeiro e das Senadoras Serys Slhessarenko, Ideli Salvatti e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Tião Viana, Almeida Lima, Gilvam Borges, Valter Pereira, Edison Lobão, Jarbas Vasconcelos, Tasso Jereissati e a Senadora Kátia Abreu. Justifica ausência o Senador Demóstenes Torres. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1 - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 2007** Ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências. **Autoria:** Senador Alvaro Dias. **Relatoria:** Senador Augusto Botelho. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para aguardar realização de Audiência Pública, em data oportuna. **ITEM 16 - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2005** Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira. **Autoria:** Senador Osmar Dias. **Relatoria:** Senadora Marina Silva. **Relatório:** Pela

aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **REQUERIMENTOS APRECIADOS:** **1) REQUERIMENTO Nº 93, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a presença de seu presidente, Luciano Coutinho.” **Autoria:** Senador Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Júnior. **Resultado:** Aprovado. **2) REQUERIMENTO Nº 94, DE 2010-CCJ** “Requeiro, nos termos Regimentais, seja realizada Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências, com a presença das pessoas listadas a seguir: José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União - TCU; Emanuel Soares Carneiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores - ABRA; Carlos Alkimim, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Programadores de Televisão por Assinatura - ABP-TA; Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura - ABTA. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Júnior. **Resultado:** Aprovado. **3) REQUERIMENTO Nº 95, DE 2010-CCJ** “Requeiro nos termos do art. 93, inc. I do regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCT, a CMA, a CAE e a CE, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Sr. Alexandre

Annenberg; e Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimim.” **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro **Resultado:** Aprovado. **4) REQUERIMENTO Nº 96, DE 2010-CCJ** “Nos termos regimentais, requeiro realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2007, que “ratifica os títulos de alienações ou de concessões de terras feitas pelos Estados na Faixa de Fronteira e dá outras providências”, convidando: um representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; um representante da Casa Civil da Presidência da República; um representante do Comando do Exército Brasileiro; um representante da Secretaria de Patrimônio da União; um representante da Advocacia Geral da União – AGU.” **Autoria:** Senador Romero Jucá. **Resultado:** Aprovado. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, ficando adiados os demais itens da Pauta, a saber: **ITEM 2)** PLC Nº 26, DE 2010; **ITEM 3)** PLS Nº 316, DE 2007 tramita em conjunto com o PLS Nº 317, DE 2008. **ITEM 4)** PLS Nº 310, de 1999 tramita em conjunto com PLS Nº 315, de 1999; PLS Nº 67, de 2002 e PLS Nº 267, de 2004; **ITEM 5)** PLS Nº 331, de 2003; **ITEM 6)** PLS Nº 365, de 2003; **ITEM 7)** PLS Nº 366, DE 2003; **ITEM 8)** PLS Nº 396, de 2003; **ITEM 9)** PLS Nº 457, de 2003 tramita em conjunto com PLS nº 59, de 2006; **ITEM 10)** PLS Nº 535, DE 2003; **ITEM 11)** PLS Nº 111, DE 2004; **ITEM 12)** PLS Nº 144, DE 2004; **ITEM 13)** PLS Nº 157, DE 2004; **ITEM 14)** PLS Nº 196, DE 2004 tramita em conjunto com PLS Nº 280, DE 2005 e PLS Nº 301, DE 2005; **ITEM 15)** PLS Nº 225, DE 2004; **ITEM 17)** PLS Nº 65, DE 2006; **ITEM 18)** PLS Nº 164, DE 2006; **ITEM 19)** PLS Nº 167, DE 2006; **ITEM 20)** PLS Nº 195, DE 2006; **ITEM 21)** PLS Nº 197, DE 2006 tramita em conjunto com PLS Nº 7, DE 2008; **ITEM 22)** PLS Nº 209, DE 2006; **ITEM 23)** PLS Nº 210, DE 2006; **ITEM 24)** PLS Nº 269, DE 2006; **ITEM 25)** PLS Nº 247, DE 2007; **ITEM 26)** PLS Nº 319, DE 2007; **ITEM 27)** PLS Nº 369, DE 2007; **ITEM 28)** PLS Nº 428, DE 2007; **ITEM 29)** PLS Nº 436, DE 2007; **ITEM 30)** PLS 517, DE 2007; **ITEM 31)** PLS Nº 549, DE 2007; **ITEM 32)** PLS Nº 569, DE 2007; **ITEM 33)** PLS Nº 616, DE 2007; **ITEM 34)** PLS Nº 724, DE 2007; **ITEM 35)** PLS Nº 218, DE 2008; **ITEM 36)** PLS Nº 272, DE 2008; **ITEM 37)** PLS Nº 400, DE 2008; **ITEM 38)** PLS Nº 410, DE 2008; **ITEM 39)** PLS Nº 418, DE 2008; **ITEM 40)** PLS Nº 73, DE 2009; **ITEM 41)** PLS Nº 127, DE 2009; **ITEM 42)** PLS Nº 246, DE 2009; **ITEM 43)** PLS Nº 292, DE 2009; **ITEM 44)** PLS Nº 296, DE 2009; **ITEM 45)** PLS Nº 313, DE 2009; **ITEM 46)** PLS Nº 351,

DE 2009; **ITEM 47)** PLS Nº 389, DE 2009; **ITEM 48)** PLS Nº 405, DE 2009; **ITEM 49)** PLS Nº 414, DE 2009; **ITEM 50)** PLS Nº 422, DE 2009; **ITEM 51)** PLS Nº 449, DE 2009; **ITEM 52)** PLS Nº 538, DE 2009; **ITEM 53)** PLS Nº 75, DE 2010; **ITEM 54)** PLS Nº 77, DE 2010; **ITEM 55)** PLS Nº 162, DE 2010; **ITEM 56)** PLC Nº 186, DE 2008; **ITEM 57)** PLS Nº 463, DE 2003; **ITEM Nº 58)** PLS Nº124, DE 2004; **ITEM 59)** PLS Nº 250, DE 2005-Complementar; **ITEM 60)** PLS Nº 44, DE 2006 tramita em conjunto com o PLS Nº 110, DE 2006 e PLS Nº 312, DE 2007; **ITEM 61)** PLS Nº 250, DE 2006; **ITEM 62)** PLS Nº 374, DE 2007 tramita em conjunto com PLS Nº 375, DE 2007 - Complementar; **ITEM 63)** PLS Nº 261, de 2009 – Complementar; **ITEM 64)** PLS Nº 582, de 2009 – Complementar; **ITEM 65)** PLS Nº 146, de 2010; **ITEM 66)** PLS Nº 218, DE 2010; **ITEM 67)** PEC Nº 2, DE 2003 tramita em conjunto com a PEC Nº 2, de 2006; **ITEM 68)** PEC Nº 43, DE 2005; **ITEM 69)** PEC Nº 41, DE 2006; **ITEM 70)** PEC Nº 18, DE 2008; **ITEM 71)** PEC Nº 6, DE 2010; **ITEM 72)** PEC Nº 10, DE 2010, **ITEM 73)** PEC Nº 22, DE 2010 **ITEM 74)** PDS Nº 787, DE 2009; **ITEM 75)** RQS Nº 1609, DE 2009; e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Júnior. DEM – BA) – Reunião extraordinária, 24/11/2010.

Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª reunião extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 47ª Reunião Ordinária.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

A presente reunião destina-se à deliberação dos requerimentos que estão aqui, sobre a mesa.

Requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para debater o desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a presença do seu Presidente, Luciano Coutinho.

Senador Aloizio Mercadante e Senador Antonio Carlos Júnior.

Em discussão o requerimento.

O Senador Aloizio Mercadante gostaria de...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – V. Ex^a tinha demonstrado interesse em debater assuntos relevantes em relação ao desempenho do BNDES. Está feito o convite.

E, já antecipadamente, acordamos com a Presidência do Banco a vinda no dia 8 de dezembro, que seria uma quarta-feira, permitindo-se a reunião conjunta entre CAE e CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Júnior. DEM – BA) – Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento de audiência pública.

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado (altera a Medida Provisória nº 2.228–1, de 6 de setembro de 2001, e as leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; 5.070, de 07 de julho de 1966; 8.977, de 07 de janeiro de 1995; e 9.472, de 16 de julho de 1997, e dá outras providências), com a presença das pessoas listadas a seguir: Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União; Emanuel Soares Carneiro, Presidente da Abert; Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da ABRA; Carlos Alckmin, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de Televisão por Assinatura; Alexandre Annenberg, Presidente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA.

Há uma proposta, também, do Senador Flexa no sentido de que se faça audiência conjunta com outras Comissões. Não tenho nenhuma restrição.

Então, podemos fazer reunião conjunta. Caso seja necessário, podemos até partir em duas – se for necessário.

De qualquer maneira, vou submeter esses dois requerimentos à apreciação dos Senadores.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovados os dois requerimentos.

Há mais um requerimento, do Senador Romero Jucá.

Nos termos regimentais, requeiro realização de audiência pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 2007, que ratifica os títulos de alie-

nação ou correção de terras feitas pelos Estados nas faixas de fronteira, e dá outras providências.

Também, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h29min)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 51ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Adelmir Santana, Alfredo Nascimento, Aloizio Mercadante, Almeida Lima, Álvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Flavio Arns, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jayme Campos, Jefferson Praia, José Nery, Lúcia Vânia, Marco Maciel, Marconi Perillo, Osmar Dias, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. 1ª **AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995 e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Aatoria: Deputado Paulo Bornhausen. Relatoria

na CCJ: Senador Demóstenes Torres. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 25, de 2010 – CCT, de iniciativa dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo e nº 26, de 2010 – CCT, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi; nº 27, de 2010 – CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; nº 32, de 2010 – CMA, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; nº 45, de 2010 – CE, de iniciativa dos Senadores Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Alvaro Dias; nº 94, de 2010 – CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Júnior e nº 95, de 2010 – CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. **Convidados:** Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização – SEFID; Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC; César Rômulo Silveira Neto, Representante do Senhor Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE e Luiz Carlos Barreto, Conselheiro Fiscal do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual – SINCAVI/RJ. **Requerimentos Aprovados:** nº 27, de 2010 – CCT; nº 97, de 2010 – CCJ; nº 98, de 2010 – CCJ; nº 99, de 2010 – CCJ; nº 100, de 2010 – CCJ; nº 101, de 2010 – CAE. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Está aberta a 51ª reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a 43ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 51ª reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 32ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 36ª reunião da Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual e de acesso condicionado, altera a Medida Provisória nº 1228-1, de 06/9/2001; e as de nºs 11.437, de 28/12/2006; 5.070,

de 07/7/66; 8.977, de 06/01/95; e 9.472, de 16/7/97; e dá outras providências, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, conforme requerimentos aprovados nas comissões.

São convidados e peço que venham até a mesa os Srs. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização (Sefid), representante do Ministro José Jorge do Tribunal de Contas da União (TCU); Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Sociedade Brasileira das Televisões por Assinatura (ABTA); Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC); César Rômulo Silveira Neto, representante do Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil); Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Informo aos Srs. Senadores que, em 7 de dezembro de 2010, realizar-se-á a segunda audiência pública, destinada a discutir esse projeto com a participação de outros convidados e informo também a V. Ex^{as} que o horário dessa audiência foi remarcado para as 14h30. Não será mais pela manhã uma vez que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi Alves Filho, pediu que essa audiência não tivesse o mesmo horário da audiência ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, a segunda reunião na terça-feira não será mais no período da manhã, mas às 14h30. De qualquer forma, expedirei a comunicação para os Srs. Senadores.

E mais, há alguns outros requerimentos para que outras pessoas sejam ouvidas e nós vamos ouvir todas essas outras pessoas na terça-feira no período da tarde. Se houver sessão deliberativa e abrir a ordem do dia, eu suspendo a reunião e continuamos a oitiva após o encerramento da ordem do dia.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores na ordem de inscrição; e os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão

Agradeço a presença dos senhores e, então, passaremos à exposição. Inicialmente eu darei a palavra – e havendo necessidade eu prorrogarei o tempo – por dez minutos para cada um. Em seguida, os autores dos requerimentos farão os seus questionamentos. E depois os Srs. Senadores pela ordem de inscrição.

Com a palavra o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Demóstenes Torres, Srs. convidados, Srs. Senadores, pediria a V. Ex^a, antes de começarmos a ouvir os nossos convidados, só para cumprir o Regimento, nós aprovamos nas outras comissões que participam desta audiência pública conjunta, a inclusão de nomes de outros convidados que foram indicados por outros Senadores e nós já o fizemos ontem em três outras comissões e precisamos fazer na CCT e na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, eu pediria a V. Ex^a que a gente pudesse aprovar os requerimentos que incluem esses novos convidados e depois iniciá-los. Só para cumprir o estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faremos.

Inclusive, regimentalmente, acho que é mais cabível na audiência ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania. Vamos fazer, vamos fazer inclusive pela CCT. Como a reunião é conjunta...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Exato! V. Ex^a assumia a presidência da CCT e faça a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Requerimento 2010-CCJ

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 94/2010 realização de audiência pública com a finalidade de discutir as medidas propostas pelo PLC nº 116/2010. Sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas:

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg;

Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, Siaesp, Roberto Moreira;

Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro, Sicav, Sr^a Mariza Leão.

Com o mesmo teor, requerimento, também de autoria do Sr. Senador Flexa Ribeiro, Comissão de Ciência e Tecnologia; Senador José Jorge, que já, hoje, manda representante, o Sr. Adalberto Sanches de Vasconcelos, que será o primeiro a usar da palavra; e também o Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Roberto Moreira, Mariza Leão; e Carlos Ari Sundfeld, Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Em discussão.

Há mais um.

Senador Antônio Carlos Júnior requer também o senhor... É o mesmo, Carlos Ari Sundfeld, Professor da Fundação Getúlio Vargas. E, ainda do Senador Antônio Carlos Júnior, requer a inclusão do nome do Sr. Luiz Eduardo Batista P. Rocha, Presidente da Sky; e do Sr. Jorge Moreno, Presidente da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

As comunicações serão feitas, para que todos esses convidados compareçam também na sessão de terça-feira às 14:30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou sendo informado de que o representante do Presidente do Sindicato da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – O Sr. Luiz Carlos Barreto Borges?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso. Seria o caso de já aproveitar para ouvi-lo também hoje.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sim, podemos. Se os senhores concordarem, já poderemos fazer a oitiva imediatamente.

Estando presente o Sr. Luiz Carlos Barreto Borges, eu o convido para vir à mesa para também fazer a sua exposição.

Abro, portanto, os debates, passando a palavra ao Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização–Sefid, representando o Sr. Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União–TCU.

Inicialmente, pelo prazo de 10 minutos. Havendo necessidade, faremos a prorrogação.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Ministro José Jorge, a oportunidade de o TCU estar aqui sendo representado.

Inicialmente, eu gostaria de colocar aqui que o Tribunal de Contas da União tem uma secretaria especializada, tanto uma estrutura especializada como um corpo técnico especializado, no acompanhamento da regulação dos serviços públicos. E boa parte da demanda que é realizada pelo Tribunal na área de

regulação provêm do Parlamento, por meio de solicitações de fiscalizações e auditorias.

Essa secretaria, da qual sou o titular atualmente, ela cuida do setor de energia elétrica, setor de petróleo, gás, telecomunicações, portos secos, radio-difusão, a parte de aviação civil, a parte de rodovias, ferrovias, transporte interestadual de passageiros e a parte de portos. Tudo o que se refere às atividades regulatórias.

Sobre a pauta aqui em questão, o Tribunal de Contas da União, em 20 de julho deste ano, ele autuou um Processo nº 19.469, de 2010-1 por representação da própria unidade técnica, com anuência do Relator do processo, Ministro José Jorge, a fim de acompanhar e esclarecer os procedimentos adotados pela Agência Reguladora, Anatel, referentes à aprovação do novo planejamento do serviço de TV por assinatura, na modalidade de TV a cabo, bem como a renovação das concessões de empresas outorgadas por portarias ministeriais.

Essa proposta de autuação foi elaborada após notícias de suspensão do antigo planejamento de TV a cabo, que foi levado a cabo pelo então Ministério das Comunicações. E ela foi feita por decisão do Conselho Diretor da Anatel, em 25 de maio deste ano.

Então, analisando esse processo, a secretaria, a Sefid, realizou diligência à Presidência da Anatel para esclarecer questões referentes à aprovação do novo planejamento de serviço de TV a cabo. Isso foi feito em 28 de julho deste ano.

Essas informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União foram encaminhadas pela Anatel em 13 de agosto deste ano; todavia houve necessidade de reiterar essa diligência, a fim de que fossem encaminhadas cópias dos processos referentes a esse assunto, e que ora tramitam no órgão regulador, na Anatel. Contudo, a Anatel apresentou esses elementos que faltavam, para que o Tribunal procedesse a sua análise, em 1º de setembro de 2010.

Por fim, eu gostaria de esclarecer que a tramitação dessa matéria está sendo acompanhada pela secretaria, não está concluída; quando a secretaria analisar todos esses procedimentos, ela vai encaminhar um parecer, uma proposta de encaminhamento técnico ao Ministro Relator, Ministro José Jorge, e aí ele vai avaliar e levar ao Tribunal de Contas da União. E o Tribunal tem no seu ordenamento normativo condições de adotar providências cabíveis para, inclusive, se for necessário, sanar eventuais ilegalidades e outras conformidades na condução desse processo que está sendo levado pela Anatel.

Encerrando, eu gostaria de me colocar à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a e passo a palavra ao Sr. Alexandre Annenberg, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA. Inicialmente, também, pelo prazo de dez minutos.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, muito obrigado pelo convite. Trata-se, realmente, de uma audiência extremamente importante para que se debatam e para que se tomem posições acerca do importe PLC nº 116.

Antes de falar sobre o PLC nº 116, eu queria fazer umas considerações o PL nº 29, que tramitou na Câmara durante três anos, e, durante essa tramitação, o PL nº 29 acabou recebendo uma séria muito grande de enxertos que, na verdade, transfiguraram os objetivos iniciais do PL. E quais eram esses objetivos? Os objetivos eram viabilizar a entrada das teles no mundo da televisão por assinatura, coisa absolutamente indispensável, dado os novos rumos da convergência. Nós já estamos no século da convergência e não há mais sentido em que as detentoras de redes, tão capilarizadas e tão amplas, estejam fora de um mercado importante, como é o mercado de TV por assinatura, e mais ainda, de um mercado de *triple play*, que engloba a banda larga, a voz etc.

Esse era o objetivo inicial do PL 29. Entretanto, os adendos que lhe foram feitos criaram uma situação muito perigosa. Foram enxertados no PL29, conceitos relativos a quotas de conteúdo nacional e nós, em nenhum momento, somos contra o conteúdo nacional, muitíssimo pelo contrário, mas nós simplesmente não acreditamos que a quota seja um instrumento eficaz. Ele não é um instrumento eficaz porque não garante a qualidade do conteúdo, onera o consumidor e por uma série de motivos que foram discutidos na Câmara, nós mostramos que a quota não seria o melhor caminho.

Além disso, foram introduzidas no PL 29 novas atribuições à Ancine que deixava de ser uma agência fomentadora do cinema, fomentadora do conteúdo nacional para se transformar em uma agência fiscalizadora de conteúdo nacional. Enfim, todas essas colocações que dizem respeito ao conteúdo não tinha muito a ver com o projeto original. E por força disso que nós inúmeras vezes nesta Casa nos pronunciamos contra, naquela oportunidade, ao PL 29.

Na verdade, apesar de todo o nosso esforço o PL foi aprovado na Câmara e nessa oportunidade

nos vimos diante de uma nova realidade. Foi aprovado na Câmara mantendo as quotas, mantendo as atribuições da Ancine e hoje nos encontramos diante do PLC 116.

O novo cenário que estamos vendo implica na necessidade de decisões muito fortes e rápidas porque não se pode mais retardar a entrada das teles na área de televisão por assinatura. Isso é bom para a sociedade, para o mercado, para o consumidor. A vinda das teles é um fator imprescindível para estimular a concorrência e nós estamos incrivelmente atrasados para legislar nesse mundo novo da convergência. Já deveríamos ter feito isso há alguns anos. E nós estamos há mais de 10 anos sem nenhuma outorga, sem nenhuma licença de cabo pela Anatel. A TV a cabo permanece restrita a mais ou menos 230 municípios, que era o número existente há 10 anos. Não se permitiu o surgimento de novos investidores que poderiam ter aumentado a competição. Permanecemos com o número reduzido de outorgas e, portanto, de operadoras. E tudo isso com mais de mil pedidos de licenças sobre a mesa da Anatel, pedidos que não foram considerados ao longo desses 10 anos. Nenhum desses pedidos foi atendido.

O PLC116 vem exatamente para desatar esse nó. Sem o referido PLC acabam-se encontrando outros caminhos para a entrada das teles. No entanto, esses caminhos levam a contornar a legislação. Há propostas atuais de se contornar a LGT, a lei do cabo para viabilizar a entrada das teles pela porta dos fundos. O único jeito que se tem para fazer as teles entrar nesse mercado pela porta da frente é justamente sermos capazes de viabilizar isso com a rapidez necessária. Caso contrário, estaremos caminhando para um cenário de contestações judiciais, para um cenário onde a implicação jurídica dos novos regulamentos que estão sendo propostos vai ser colocada em xeque. E, com isso, corremos o risco de retardar, talvez por mais anos, alguma coisa que devíamos estar fazendo anos atrás.

É por isso que a ABTA – Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – mudou sua posição. Apesar de fazermos todas aquelas considerações que fizemos - sobre as cotas, sobre o papel da Ancine -, estamos plenamente convencidos de que o PLC 116 é a única solução que viabiliza uma mudança definitiva e importante para um novo marco regulatório, para um novo marco legislativo no setor de televisão por assinatura e das telecomunicações em geral.

A permanência da situação tal qual ela está hoje é o pior dos mundos. Esse cenário não é hipotético. Em função disso, nós não podemos mais esperar.

O Plano Nacional de Banda Larga está aí. Ele exige um extraordinário esforço e empenho de todos os atores envolvidos – as teles, as operadoras de TV por assinatura, a Anatel, o Ministério das Comunicações, o Congresso. É essencial que todas essas forças se unam agora para um plano fundamental para o nosso desenvolvimento.

As imperfeições do PLC 116 podem ser corrigidas depois. A ausência de um novo arcabouço legal é que pode não ter conserto.

A bola acho que está com o Congresso. A bola acho que está com o Senado.

Nosso pleito é que venham, o mais rapidamente possível, as novas licenças, e que se formalize a entrada das teles pela porta da frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra, inicialmente por dez minutos, o Sr. Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC.

O SR. CÍCERO ARAGON – Sr. Presidente Demóstenes Torres, Srs. Senadores, convidados, senhores presentes, com destaque especial aos colegas da indústria audiovisual brasileira, que estão aqui nos prestigiando, vamos focar nossa apresentação, logicamente, dentro da apresentação das cotas e do conteúdo audiovisual brasileiro.

Preparamos uma apresentação para tentar facilitar a compreensão dos Srs. Senadores. Então, pediria que passasse a próxima lâmina.

Rapidamente é importante revisar que o Brasil, hoje, conta com mais ou menos 8,5 milhões de assinantes de TV por assinatura. O nosso mercado conta com uma concentração de operadoras de TV por assinatura. Nos últimos dois anos, essa concentração passou por um processo de redução, mas o mercado ainda é extremamente concentrado. Existem muito poucas programadoras brasileiras no mercado brasileiro disponibilizando conteúdo e canais nacionais. Basta que os senhores observem o pacote de programação das suas operadoras de TV por assinatura, e os senhores verificarão essa realidade.

Mesmo que as poucas programadoras brasileiras estejam extremamente concentradas – isso vamos apresentar mais à frente –, existe pouco investimento ou, na verdade, insuficiente investimento na produção audiovisual brasileira.

Para os senhores terem uma ideia, hoje, a Ancine, que é a agência reguladora do audiovisual brasileiro, contava, em 2009 – esse número cresceu um pouco –, com cerca de 999 projetos em diferentes fases de produção audiovisual. Coloco esse número porque,

muitas vezes, nessa história de que o PL 29, hoje PL 116, passou, colocava-se que o Brasil teria uma baixa produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Ora, um País que tem quase mil projetos em execução, em diferentes fases de preparação, produção finalização, prestação de contas, certamente não tem pouca capacidade de produção audiovisual. A Ancine contabilizou, nos últimos anos, um investimento de R\$385 milhões em projetos em diferentes fases de execução, sendo que, em 2009, foram investidos R\$124 milhões. A expectativa é de que, em 2010, esse crescimento passe 15%.

Para os senhores terem uma ideia, hoje o Brasil possui certa de 115 canais de TV por assinaturas internacionais e apenas 26 brasileiros, senhores. Apenas 26 brasileiros. Desses, 50%, ou seja, 15, são da mesma empresa, da mesma empresa programadora – o que eu havia falado no início sobre a questão da concentração. Desse 15 canais, que já são concentrados, cerca de sete deles são *joint ventures* com canais internacionais. Isso significa que nós temos apenas oito canais verdadeiramente dedicados ao conteúdo brasileiro, ao conteúdo nacional, aliás de propriedade brasileira. Desses, apenas três exibem majoritariamente conteúdo brasileiro. Desses que exibem esse conteúdo brasileiro dentro dessa programadora, apenas um é dedicado à produção independente brasileira.

Para que os Srs. Senadores entendam, a produção independente é aquela feita por empresas produtoras sem vínculos com empresas de radiodifusão. Ou seja, são as produtoras de cinema, as produtoras de audiovisual que produzem esse conteúdo. Então, no Brasil hoje nós temos, dentro da maior programadora brasileira, apenas um canal dedicado à exibição de conteúdo independente brasileiro, além de outras iniciativas nesse sentido.

Constatação. O cinema brasileiro tem muito pouco espaço para exibição do seu conteúdo audiovisual. Ou seja, muito conteúdo é produzido. O Brasil hoje está chegando a cerca de 90 longas metragens por ano, fora curtas e médias, e esse conteúdos não são acessados pela população brasileira.

Os números comprovam o quanto é concentrado o mercado e o quanto é necessária uma regulação do mercado por meio de uma política de cotas para equilibrar esse mercado. Em todos os países da União Europeia, por exemplo, existe política de cota, e existe cota para o Bloco e existe para cada país. Ou seja, na Europa, os legisladores entenderam que era necessário que houvesse uma proteção para o seu próprio mercado, assim como neste País, em vários momentos, foi necessário.

Objetivos do PL nº 116 no que se refere ao conteúdo brasileiro: ampliar o número de operadoras, abrindo espaço para novas empresas; ampliar o número de canais e de programadoras brasileiras, abrindo espaço também para essas novas empresas; criação de um espaço mínimo para exibição da produção brasileira nos canais de conteúdo qualificado, conteúdos, filmes e séries; a duplicação de um para dois canais obrigatórios na base da operadora. Para os senhores terem uma ideia, hoje, desses 105 canais que eu citei, apenas um, pela legislação, é obrigado que seja exibição do conteúdo independente brasileiro. E também outro objetivo é fomentar a produção audiovisual brasileira por meio de investimento.

Realidade. As cotas são necessárias por se mostrarem como a única forma de abrir espaço para o cinema e o audiovisual brasileiros. Se fosse diferente, senhores, nós já estaríamos contando com diversos canais dedicados à exibição da produção independente brasileira. A realidade mostra isso. Não é uma questão da opinião da produção independente brasileira, opinião dos produtores, mas é uma constatação.

Desde a criação da TV por assinatura, como eu já havia falado antes, há mais de dez anos, o Brasil conta com apenas um único canal que exibe a produção audiovisual brasileira. Outros canais tentaram, inclusive de empresas como a Abril, e fecharam justamente por não encontrarem distribuição. Existem iniciativas com o Cine Brasil TV e outros canais que têm se dedicado à exibição do conteúdo independente brasileiro, mas não conseguem base. Eles não conseguem ser carregados pelas operadoras de TV por assinatura.

A cada ano, o Brasil investe mais de R\$100 milhões em produção audiovisual. A produção não alcança o seu público, e a gente acaba não conhecendo a história brasileira. Sob o ponto de vista de cultura, se nós fomos pensar, nós estamos muito acostumados neste País a sermos vistos por muitos poucos olhos, ou seja por grandes redes de televisão, que têm todo mérito e que são essenciais, enfim, para a produção brasileira, para o conteúdo brasileiro, mas, no entanto, acabam gerando um olhar muito particular, sem que seja possível com que vários olhares feitos por vários cineastas neste Brasil, cineastas de Norte a Sul do Brasil possam alcançar as telas e, principalmente, as telas da televisão.

A resposta à necessidade urgente da aprovação do PL 116, com as quotas de cultura audiovisual está na nossa frente, como eu havia colocado. A conformação do mercado de hoje é uma prova disso. É um mercado com muito pouco espaço para a produção brasileira, e praticamente sem nenhum espaço para o conteúdo brasileiro independente, senhores.

O que são as quotas, para que os senhores entendam, que estão sendo sempre faladas e discutidas? Vou resumir de forma muito clara.

São três horas e trinta semanais, no horário nobre, que deverão ser de conteúdo brasileiro, sendo metade disso produzido por conteúdo, por produtora independente brasileira. Então, senhores, significa que cerca de trinta minutos por dia, em canais de filmes, têm que ter conteúdo brasileiro, e quinze minutos por dia produzidos por produtora brasileira.

Os senhores reflitam, na verdade, se isso é uma alta quota ou se isso é uma quota que inviabiliza ou que pode inviabilizar, comercialmente, algum canal ou alguma operadora, alguma programadora.

A cada três canais de espaço qualificado, canais de séries do pacote, um deverá ser brasileiro, ou seja, aqui entra espaço para que novas programadoras entrem no mercado.

Entre esses canais, um terço dos canais do pacote deverá ser independente, ou seja, não ter vínculo com operadora de TV por assinatura, como NET, Sky, Telefônica e outras empresas que hoje operam no mercado.

Desses canais, apenas dois deverão exibir mais do que doze horas diárias de conteúdo independente brasileiro, e, desses, apenas um deverá não ter vínculo com empresa de radiodifusão. Apenas um, ou seja, nos pacotes em que houver... No caso, quanto aos canais jornalísticos, nos pacotes em que houver programação jornalística, no mínimo um outro canal deverá ser disponibilizado para que usuários tenham, digamos, uma variedade de foco de informação jornalística.

Além disso, o PL 116 vai possibilitar um investimento anual...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO ARAGON – ...de cerca de 500 milhões de reais na produção independente, que é extremamente importante. O tamanho da nossa produção hoje é de cerca de mil filmes em diferentes fases de produção. É necessário que existam investimentos.

Se os senhores pensarem na indústria americana, por exemplo, que o preço dos filmes é na faixa dos seus 30 milhões, 40, 50 milhões de dólares, às vezes, os senhores vão perceber que esse investimento é bastante pequeno frente à produção e à capacidade de produção audiovisual brasileira.

Então, um resumo final do PL 116, para que a gente possa pensar num fechamento.

Ele defende a exibição mínima de 30 minutos por dia da programação independente brasileira em todos os canais de filmes e séries.

Ele regula, ao invés de um – durante dez anos, tivemos apenas um único canal, entre 105; estamos

falando de menos de 1% –, ele dobra para dois canais dedicados à exibição da produção independente brasileira, que sejam disponibilizados. Na verdade, se somarmos os nacionais e os internacionais, temos 180 canais, apenas dois dedicados à exibição do conteúdo brasileiro independente.

Protege as empresas nacionais de programação de conteúdo, e principalmente as empresas produtoras de conteúdo, através do incentivo, e fomenta a atividade, como eu havia falado, com esse investimento de mais de 500 milhões de reais.

Antes de fechar, eu queria realmente concluir com essa reflexão, Srs. Senadores.

Se o mercado, fosse capaz de se autorregular, se o mercado tivesse disponibilidade de receber novos *players*, se o mercado tivesse possibilidade de operar através das leis naturais de mercado, da lei da oferta e da procura, certamente essa realidade estaria diferente.

Os senhores podem conversar com diversas programadoras ou canais que tentaram entrar em operadoras, e uma das posições sempre colocadas foi de que não existia disponibilidade de espectro para exibição desses conteúdos.

Agora, se os senhores forem observar seus próprios pacotes de TV por assinatura, os senhores vão perceber que as tevês continuam aumentando os números de canais, então, é difícil se entender que mais canais brasileiros ou outros canais dentro da operação vão aumentar o custo da operadora. Aliás, na verdade, claro que vão aumentar esse custo, assim como outros canais estão aumentando os custos, por quê? Porque os pacotes vão sendo aperfeiçoados; o usuário, o cliente final acaba sendo contemplado justamente por mais canais. Então, se nós considerarmos que a produção independente encarece, então vamos entender que qualquer canal a mais no pacote encarece.

Então, essas seriam as reflexões que nós da produção independente gostaríamos de deixar, agradecer a atenção e ficar à disposição para outras dúvidas.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra, o Sr. César Rômulo Silveira Neto, representante do Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil). Com a palavra, V. S^a, inicialmente, por dez minutos.

O SR. CÉSAR RÔMULO SILVEIRA NETO – Sr. Senador Demóstenes Torres, muito obrigado pelo convite, Srs. Senadores, eu vim apresentar a posição do Sinditelebrasil a respeito do PLC nº 116. No entanto,

vou fazer uma retrospectiva histórica, por favor, em que os senhores estão recordados que, em 1998, foi feita a privatização do sistema Telebrás e, nos últimos doze anos – o próximo, por favor, – nós conseguimos colocar serviços à disposição de 255 milhões de usuários.

Já estamos com o acesso a redes de banda larga fixa na totalidade dos Municípios brasileiros. Ao fim deste ano, todos os Municípios brasileiros estarão atendidos com banda larga fixa. A maioria deles, ou boa parte deles, sem demanda, porque não existe uma demanda significativa que justifique esses investimentos. No entanto, por ser uma obrigação do Plano Geral de Metas para Universalização, as empresas de telecomunicações fizeram os investimentos para estarem em todos os Municípios brasileiros com banda larga fixa, uma infraestrutura indispensável para os serviços que utilizam conteúdo multimídia.

Nós já estamos em três mil Municípios com banda larga móvel, exigindo um aumento da disponibilidade de espectro para as nossas empresas.

Hoje já contamos com 26 milhões de acessos em banda larga, incluindo a rede fixa e rede 3G.

Desses Municípios todos, dos cinco mil e tantos Municípios brasileiros, apenas 465 Municípios tem TV por assinatura, dos quais 230, com TV a cabo; apenas 230 Municípios com TV a cabo.

Realizamos R\$183 bilhões em investimento, aqui em valor histórico, não é valor atual; valores históricos a preços correntes, R\$183 bilhões de investimentos realizados, ativos reais, e, no entanto, o setor público, o Estado não investiu um centavo, nem os recursos do Fust.

Estamos recolhendo R\$43 bilhões de anos em tributos.

E como conseguimos realizar tanto em tão pouco tempo? Primeiro, regras estáveis e previsíveis, estabilidade institucional, processos claros e transparentes – e aqui seria bom destacar as políticas públicas que foram implementadas pelo Governo Federal.

O setor de telecomunicações, como de hábito, desde o início da sua história, cumpre rigorosamente os compromissos assumidos com a União.

As políticas públicas estão funcionando, dado os resultados que os senhores viram, mas podem ser aprimoradas, e um das que podem ser aprimoradas são as políticas públicas referentes à TV por assinatura e, em especial, à TV a cabo.

Precisamos acelerar mantendo as conquistas alcançadas, que são investimentos inéditos na história do País feitos por um único setor, precisamos evoluir o marco legal regulatório, e um passo importantíssimo na evolução desse marco legal regulatório está na mão dos senhores, que é a aprovação deste PLC nº 116.

Por quê? Com este novo marco legal regulatório, os senhores estarão atendendo a uma enorme demanda da sociedade brasileira, demanda essa que está a exigir de nós empresas de telecomunicações e as empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura serviços com mais velocidade, serviços mais baratos e serviços mais eficientes. E isso só conseguiremos, ser mais eficientes do que já somos, fazendo investimentos que nos propiciem ganhos de escala, para termos ganhos de produtividade. E ganho de escala, hoje, está retratado na oferta de serviço *triple play* e *quadriplay*, e para isso é fundamental que as empresas de serviços de telecomunicações sejam autorizadas a prestar serviços por TV por assinatura. Com isso, ganharemos escala, ganharemos produtividade e atenderemos uma demanda enorme da sociedade brasileira por mais velocidade e menores preços.

Isso é o que eu acabei de falar, que é fundamental.

E eu diria, para finalizar essa nossa colocação: nós abrimos mão de muitas coisas importantes para as empresas de telecomunicações nas negociações que foram feitas na Câmara dos Deputados. Abrimos em pontos essenciais para nós, porque entendemos que é muito mais importante para a sociedade brasileira ter esse PLC nº 116 aprovado já do que ficar esperando. Mas, caso ele não seja aprovado, temos certeza de que vamos esperar mais três ou quatro anos para chegar ao estado que estamos hoje novamente. E com isso quem será prejudicado? Será a sociedade brasileira, que está a demandar enormemente às empresas de telecomunicações novos serviços, mais velocidade e menores preços. E isso só conseguiremos com ganhos de escala. E mais ainda: entendemos que somos importantíssimos, quer dizer, nesse papel de defender o PLC nº 116, na geração de empregos de altíssimo valor agregado, na produção de conteúdo multimídia.

Defendemos, desde o ano de 2005, que o Brasil pode vir a ser e deve se tornar um grande pólo produtor de conteúdos multimídia que é demandado mundialmente. E vamos dar todo o apoio que for possível para que esse pólo seja efetivamente implementado no País, porque precisamos de mais geração de emprego, mais renda, melhor distribuição de renda e acreditamos que a produção de conteúdo multimídia é um dos caminhos para essa produção de riqueza para o País.

Então, senhores, a nossa solicitação é que os senhores ponderem vivamente essa demanda da sociedade. Estamos muito próximos dela, quer dizer que estamos em 255 milhões de usuários, que estão a nos demandar esse tipo de serviço. Agradeceríamos muito aos senhores se os senhores tomassem essas questões em consideração para aprovar esse con-

to que todos os segmentos envolvidos na produção desse serviço conseguiram chegar na Câmara dos Deputados, em que todos abriram mão. Todos abriram mão para chegarmos naquilo que era possível. E a sociedade está a reclamar serviços de nossa parte e uma regulação que permita que nós prestemos esses serviços dentro das políticas públicas estabelecidas pelos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a Vossa Senhoria.

Com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine, inicialmente pelo prazo de 10 minutos.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Agradeço o convite, Senador Demóstenes, Senador Flexa Ribeiro, demais Senadores, nas cinco comissões, para estar aqui nesta audiência pública. É um imenso prazer voltar ao Senado Federal para conversar sobre essa matéria.

Eu preparei uma apresentação, mas vou voltar a ela só no final. Tendo em vista os elementos centrais sobre os quais precisamos conversar, já que todos conhecemos o projeto e todos conhecemos o percurso que ele fez nesses últimos anos, eu gostaria de me concentrar no destaque de alguns aspectos nesse processo.

Primeiro, quero dizer que me sinto feliz em retornar a esta Casa neste ambiente de audiência pública, porque foi o Senado que liderou inicialmente ampla discussão sobre essa matéria. Em 2007 houve pelo menos três audiências públicas aqui no âmbito da Comissão de Educação, que na época ainda era integrada à parte de comunicação e na Subcomissão Permanente de Cinema, Música e Teatro. Foram iniciativas, na época, do Senador Sérgio Zambiasi, do Senador Flávio Arns, da Senadora Marisa Serrano e do Senador Flexa Ribeiro. Tivemos, naquela ocasião, oportunidade de fazer amplo debate sobre esse tema, ainda em torno do PLS 280, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que muito corretamente apontava a necessidade de caminhar para um ambiente convergente, lidando com os desafios desse mercado e as transformações que esse mercado estava operando no âmbito de uma alteração do marco regulatório.

Na mesma época, em 2007, houve a apresentação de quatro projetos de diferentes Deputados: o projeto do Deputado Paulo Bornhausen, o PL 29, que acabou sendo o projeto que deu número e partida no processo de tramitação do tema na Câmara dos Deputados; o projeto dos Deputados Paulo Teixeira e Walter Pinheiro; o projeto do Deputado Nelson Marquizzelli, que retomava uma iniciativa do Deputado Luiz Piaulino

e o projeto do Deputado João Maia. Portanto, o PL 29 não é mais o PL 29 e nem o foi, sequer, nos primeiros sete meses de tramitação na Câmara, porque ele era – todos conhecem os ritos do Legislativo –, na verdade, quatro projetos somados, apensados, para travar o debate sobre esse marco regulatório.

Eu diria que isso foi muito feliz, porque pessoas com pontos de vista diferentes, perspectivas diferente sobre um tema de alta complexidade puderam se expressar. Como disse o Annenberg, o projeto do Deputado Paulo Bornhausen apenas abria para que as teles entrassem nesse mercado, já o projeto do Deputado Nelson Marquizzelli fazia uma férrea defesa das empresas brasileiras de comunicação em risco diante de uma abertura indiscriminada e a entrada das empresas de capital estrangeiro na operação de um setor sensível, que é a comunicação; já o projeto do Deputado João Maia percebia a necessidade de trabalhar com uma articulação mais ampla da presença do conteúdo brasileiro nesse cenário de discussão de preservação das empresas brasileiras de comunicação, de abertura de mercado e de estímulo à competição; o projeto do Deputado Walter Pinheiro e do Deputado trazia uma articulação de divisão, de abertura da cadeia de valor, de abertura conceitual, que permitia tratar melhor as diferenças regulatórias com as quais nós precisaríamos lidar e aqueles objetivos que o Poder Público teria de favorecer ou criar condições para preservar certos interesses estratégicos no interior desse marco regulatório; o PLS do Senador Flexa Ribeiro organizava uma defesa das empresas brasileiras de comunicação e, como o Senador mesmo dizia em 2007, cumpria o papel de dar partida no processo. Ele, várias vezes, de maneira muito democrática, dizia que queria construir e transformar esse projeto com o conjunto dos setores envolvidos na atividade.

Portanto, meus amigos, esse momento em que estamos aqui discutindo o PLC 116, já aprovado pela Câmara dos Deputados, aprovado em caráter terminativo pelas quatro Comissões em que tramitou, porque houve um alto grau de consenso construído na Câmara dos Deputados, é um momento feliz porque o debate retorna ao seu ponto de partida na riqueza que o Senado aportou nessa discussão no ano de 2007. Eu me lembro de que numa dessas audiências públicas em que tive a oportunidade de participar em 2007 ali se esboçou pela primeira vez um entendimento entre alguns dos atores envolvidos nesse processo: a Abert, à época representada pelo seu Presidente, Daniel Slaviero; a Telebrasil, à época representada pelo Paulette; nós também estávamos presentes nessa audiência pública, o pessoal dos provedores; estava também o Annenberg. Naquela audiência pública alguns princípios

se firmaram. Que princípios foram esses? A idéia de que esse novo marco regulatório precisava aumentar a competição; aumentar a competição entre os distribuidores que levam sinal até a casa dos brasileiro, e aumentar a competição entre os programadores, porque quando nós compramos esses serviços em nossas casas, nós compramos um serviço de distribuição de conteúdo audiovisual. Portanto, não é indiferente que conteúdo audiovisual chega as nossas casas, não é indiferente que programadores nos levam o serviço até as nossas casas. Então, havia ali um consenso de era preciso aumentar a competição entre distribuidores e programadores.

Uma segunda questão era a necessidade de expandir o serviço de televisão por assinatura no Brasil, porque o índice de penetração do serviço de televisão por assinatura, na América Latina, ele só é maior que a Bolívia. Com todo o respeito ao processo de desenvolvimento da Bolívia, ele só é maior que o da Bolívia. Ele é menor do que o da Argentina, do Chile, da Colômbia, da Venezuela e dos demais países da América Latina.

Nós chegamos, apenas neste ano, quatro anos depois do início desses debates, nós chegamos a 9,3 milhões de assinantes, segundo números da Anatel desse último mês. Isso significa 17% dos domicílios brasileiros com serviço de televisão por assinatura. Depois, apresentarei uma transparência que mostra que esse índice está muito aquém do índice de penetração do serviço de televisão por assinatura no mundo.

O terceiro aspecto em que se fechava um consenso era de que havia necessidade de defender as empresas brasileiras de comunicação e de audiovisual. Se essas empresas não tiverem um mercado brasileiro à sua disposição como instrumento do seu fortalecimento nós não teremos lugar no mundo, meus amigos; nós não teremos presença do nosso conteúdo no mundo, e haverá apenas conteúdos oriundos de poucos países circulando pelo mundo afora, inclusive no território brasileiro.

Uma quarta questão que naquele momento se destacou, era a necessidade de aumentar a presença do conteúdo brasileiro nos veículos de televisão por assinatura, porque nós temos uma forte presença do conteúdo brasileiro na televisão aberta. Esse é um trunfo do país, é um trunfo da sociedade brasileira. Mas nós temos uma baixíssima presença, repito, do conteúdo audiovisual brasileiro nos serviços de televisão por assinatura aqui no Brasil, e não é assim em outros países do mundo, não é assim na Europa, não é assim na Argentina, não é assim em outros países do mundo.

Um outro objetivo que já se colocava naquele momento era de que a abertura do mercado, a entrada de novos competidores, a oferta desse novo serviço era essencial para viabilizar a expansão da infra-estrutura de fibras óticas pelo país, de tal forma que viabilize a expansão da banda larga – banda larga e verdade, não estou falando de oferta de 512 kbytes, nem estou falando da oferta de um megabyte, estou falando de banda larga, estou falando de 10 megabytes, no mínimo, porque esses são os padrões em que o mundo está se colocando, sem subestimar qualquer outro esforço. Evidentemente, quando não há nada, é preciso ter alguma coisa naquele lugar.

E, por fim, o objetivo de fazer do Brasil um grande centro produtor de conteúdos audiovisuais, um grande centro com capacidade de projetar a nossa produção pelo mundo afora.

Esses objetivos, eles alcançados ao longo de quatro anos de polêmica. Vocês podem perceber que houve polêmica. O Annenberg fez questão de marcar as diferenças aqui, durante a fala dele, mesmo eu sabendo que, neste momento, ele deseja com mais veemência do que eu que esse projeto seja aprovado e se transforme em lei. Mas ele fez questão de mostrar as polêmicas. Quero dizer com isso que essas polêmicas existiram, foram muitas, foram intensas. Todos os atores econômicos estiveram envolvidos nesse debate e houve vários substitutivos ao longo dessa discussão, o projeto tomou várias formas, mas posso assegurar aos senhores que durante a sua caminhada é possível que muitos agentes econômicos digam que o copo está meio cheio, outros dirão que o copo está meio vazio. Será uma questão de ponto de vista. O que nenhum desses agentes econômicos poderão dizer aos senhores é que ele não teve parte das questões resolvidas dentro do projeto. O que nenhum desses agentes poderá dizer é que ele não terá uma condição melhor a partir do momento em que o projeto estiver funcionando. Porque eles terão uma condição melhor a partir deste momento. Mesmo as programadoras estrangeiras que reclamam, às vezes, e dizem que vão ser obrigadas a carregarem conteúdo brasileiro. Mesmo elas com o PLC116 em vigor terão o mercado brasileiro de televisão por assinatura expandido numa velocidade e proporção que lhe abrirá e trará muito mais assinantes e faturamentos, muito mais capacidade de exploração desse mercado. Portanto, o projeto, na nossa percepção, conseguiu o objetivo raro, que é o de cada um dos Srs. Senadores que é o objetivo de cada um dos Deputados, que é o objetivo do poder público que é encontrar o equilíbrio e a prevalência do interesse público. E digo com tranquilidade, se preva-

lecer o interesse público que prevaleceu o interesse público, porque percebo que chegamos ao ponto de 90% de entendimento nesta matéria e aquela que faltou é por a unanimidade é burra, como dizia o Nelson Rodrigues e, portanto, é preciso caminhar compondo maiorias nesse processo — que é a arte difícil que os senhores executam nesta Casa, lidando com o conjunto dos interesses da sociedade brasileira.

Queria comentar, sobre esse aspecto, que o mundo mudou. A tecnologia transformou, radicalmente, os negócios nesse setor. Nós já não temos mais como falar em empresa de telecomunicação de um lado, de empresas de comunicação de outro. Já não é mais possível termos uma legislação para o satélite, uma legislação para o cabo, outra para o MMDS, outra para a TVA. É preciso haver um corpo articulado porque essas empresas já se fundiram em grandes corporações. Nesta realidade de alteração nós estamos lidando com um elemento muito delicado. Temos, de um lado, nesse cenário, empresas posicionadas, que são as de telefonia, que faturaram no ano de 2009 — corrija-me César — cerca de 130 bilhões de reais. As empresas de televisão aberta, neste País, faturaram cerca de 20 bilhões de reais no ano de 2009. Estamos falando em menos de 1/5 em tamanho de faturamento. Estamos dizendo que sem o PLC 116 as empresas de comunicação brasileira ficarão a descoberto, ficarão sem defesa, sem garantias num cenário que já se transformou à revelia dos agentes reguladores, já se transformou à revelia do Poder Executivo e à revelia do Poder Legislativo porque o mercado não espera. As empresas não esperam por nós para tomarem as suas decisões estratégicas. E buscam os caminhos para trabalhar. Não estou defendendo isso, estou apenas constatando algo que cada um conhecemos. Portanto, nesse sentido entendo que o PLC 116 está plenamente maduro para uma tomada de decisão, ele representa um forte esforço de consenso construído no setor e, portanto, permitirá dar um passo decisivo na reorganização do marco regulatório.

Queria mostrar aos senhores — se V. Exa. Permitir, Senador Flexa — alguns slides, porque são dados que podem ser interessantes.

Apresentação de slides

Esse é um dado relativo a preço, sei que o Annenberg vai ficar bravo comigo, mas depois de checar todos os dados relativos postos nessa planilha e de verificar a tentativa da ABTA de reagir, conclui que havia muitos problemas metodológicos na tentativa da ABTA de reagir a essa planilha de preços e nós continuamos entendendo que a metodologia adotada é a correta para comparação entre esses países.

Aqui temos um indicador de preços do serviço de televisão por assinatura. Fizemos esse estudo

Em 2007, a situação do Brasil era muito pior. O preço de piso era ao redor de R\$1,90 por canal, dentro dos pacotes — esse é o segundo pacote mais barato das operadoras de todos esses países — e o preço de pico nos pacotes no Brasil, em 2007, era ao redor de R\$6,00.

Com a entrada de alguns competidores, três ou quatro competidores, acho que três competidores, mais precisamente, de 2007 para 2010, e com a oferta do serviço *triple play* que o César mencionava aqui, essa realidade em termos do preço brasileiro se alterou, melhorou, baixou o preço no Brasil, mas quando a gente compara com Chile, Espanha, Portugal e Argentina, o preço ainda é o mais caro entre esses cinco países. É o preço mais caro entre esses cinco países. É mais caro do que em Portugal e na Espanha, onde a renda se afere a euro.

Pode passar o slide.

Pode passar esse também.

Isso aqui é uma tabela que mostra a penetração do serviço de televisão por assinatura nesses países. Essa planilha não está atualizada. A tabela que vocês estão vendo é de 2007, mas eu tenho aqui uma nota metodológica que diz que onde se vê Brasil com 8% vamos trocar, vamos colocar lá Brasil com 17%. E vamos supor que nada aconteceu naqueles países que estão ali, do México para frente. Só aconteceu alguma coisa no Brasil. No resto do mundo não aconteceu nada. Vira 17%, e ainda assim nós teremos o menor índice de penetração em relação ao México e em relação à Argentina, que são países similares ao nosso em certos aspectos, em relação à Índia, que é um país similar ao nosso em outros aspectos e em relação a países que são bastante diferentes do nosso. Portanto, é um baixíssimo índice de penetração.

Eu queria apenas mostrar essa planilha porque ela mostra um grande achado dessa construção, porque se construiu um arranjo conceitual suficientemente leve para recepcionar o futuro e para lidar com a complexidade de regular dois setores que são diferentes. O setor de infraestrutura de redes é diferente do setor de produção e programação de conteúdo. Portanto, essa construção conceitual do PLC nº 116 favorece uma abordagem regulatória duradoura para os próximos anos.

Convencionou-se que a camada de telecomunicações, mais ligada diretamente à distribuição nesse serviço, fica sobre a regulação da Anatel e as atividades relacionadas à camada de audiovisual, produção, programação e empacotamento ficam sob a supervisão regulatória da Agência Nacional do Cinema, como, ali-

ás, corrigindo uma informação aqui nesta Mesa, está previsto na Medida Provisória nº 2.228 desde 2001, Medida Provisória editada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Um momento anterior aqui. Eu gostaria de frisar que o PLC nº 116 reforça enormemente o Fundo Setorial do Audiovisual e o faz sem elevar a carga tributária. Ele o faz sem elevar a carga tributária, com uma compensação do Fustel, pactuada com as empresas do setor, e a criação de um valor, menor que o valor que se reduz do Fustel, que vai alimentar o Fundo Setorial do Audiovisual e reverter para as empresas produtoras e programadoras de conteúdo de audiovisual, alavancando o conteúdo audiovisual de todo o Brasil, e não apenas do eixo Rio-São Paulo, porque o projeto prevê que 30% deverão, obrigatoriamente, ser trabalhados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Não é isso, Cícero?

Aqui eu queria mostrar a vocês um quadro do atendimento das cotas. Ou seja, o Cícero expôs aí as cotas e eu queria mostrar a vocês como é o quadro de atendimento das cotas e mostrar a vocês que as cotas são muito razoáveis. Elas são pequenas. Elas são pequenas, mas, eu queria dizer, elas não são desprezíveis, porque elas têm a capacidade de alterar a realidade e a dinâmica desse mercado e estimular a parceria.

O Brasil, hoje, tem 97 canais de espaço qualificado no mercado brasileiro. Entendam o canal qualificado não como um juízo de valor, mas apenas como um termo para designar aqueles canais que carregam filmes, documentários, animação, dramaturgia, portanto obras audiovisuais de mais alto valor agregado, que oferecem mais emprego, mais riqueza, que, portanto, tem capacidade de circular no mercado internacional.

No primeiro ano de cumprimento das cotas, porque a aplicação das cotas é gradual, vinte canais já cumpriram a cota, que será de apenas uma hora e dez por semana no primeiro ano.

No segundo ano, 19 canais cumprem as cotas, que serão de duas horas e vinte minutos.

No terceiro ano – pode passar –, 15 canais seguem cumprindo as cotas.

Aqui, eu queria fazer um parêntese. Os senhores aprovaram, em dezembro de 2006, a Lei nº 11.437. Essa lei criou um mecanismo chamado art. 3º-A, que se somou a um mecanismo que já existia na Medida Provisória nº 2228, que era o art. 39, que viabiliza isenção de imposto de renda para as programadoras estrangeiras investirem em conteúdo brasileiro. Então, elas retêm 70% de tudo que elas remetem para o exterior... Ou melhor, 70% do imposto de renda que elas deveriam pagar, elas podem reter para investir em

conteúdo brasileiro. Portanto, quanto à cota que vai ter que ser cumprida, já há uma facilidade de acesso a recurso público para que essas empresas tenham acesso à produção independente e cumpram as cotas previstas no PLC nº 116.

Aqui é a cota de programação, que mostra que nós já temos hoje cinco canais que cumpririam as cotas e sete canais que, com algumas adaptações, rapidamente cumpriram as cotas, a cota de programadora.

Portanto, nós não teríamos dificuldades no primeiro ano de vigência da cota de pacote, nem no segundo ano de vigência da cota de pacote; apenas no terceiro ano, alguns canais teriam de adaptar sua programação para poder cumprir a cota de pacote.

Por fim, meus amigos, agradeço o convite, mais uma vez, e queria dizer, portanto, que há um imenso bom senso na forma como o PLC nº 116 está construído. E eu diria que é ele quem cria as condições para que o mercado não vá, de forma desordenada, criar problemas para as empresas de comunicação brasileiras e para a capacidade brasileira de produzir conteúdo audiovisual.

Obrigado.

Peço desculpas se me estendi.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Manoel Rangel, Presidente da Ancine.

Vamos ao nosso último convidado, que representa o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual do Rio de Janeiro (Sicav-RJ), que é presidido pela Srª Mariza Leão, o Sr. Luiz Carlos Barreto Borges.

Com a palavra, Sr. Luiz Carlos, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. LUIZ CARLOS BARRETO BORGES –

Acho que, em matéria de números, estamos mais do que esclarecidos, brilhantemente apresentados aqui por todos os expositores. Portanto, vou restringir, vamos dizer, a minha palavra a aspectos conceituais e políticos.

Recentemente, tive uma participação em um seminário promovido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre o assunto Tecnologia da Informação e da Comunicação, de dez horas da manhã às cinco da tarde. Falaram talvez os maiores entendidos sobre tecnologia da comunicação, de sistemas, toda a tecnologia existente e a que está por vir. Interessantíssimo.

Entretanto, no final, falei: agradeço muito ter visto aqui essa discussão, saio daqui esclarecido sobre o assunto, mas posso lhes dizer que isso aqui não tem o menor interesse, do ponto de vista estratégico, porque estamos repetindo um erro que vem desde a nossa era colonial, de o nosso País sempre adquirir

tecnologias, comprar tecnologias, sobretudo tecnologias de comunicação, como foi o rádio, depois a televisão, antes o telégrafo, o rádio, a televisão, e tudo o que veio mais agora, a telefonia. E nunca este País pensou: "O que é que nós vamos botar, transmitir, por meio dessas tecnologias?"

Do ponto de vista do interesse da população brasileira, o grande erro foi cometido esse tempo todo: a televisão brasileira foi implementada, o Governo brasileiro investiu muito dinheiro na melhora das formas de tecnologias de transmissão, de fazer a rede nacional de televisão, tudo isso. E chegamos hoje a essa convergência tecnológica, que é mais complicada ainda.

E o conteúdo? Nós vamos comprar o conteúdo de quem nos vendeu a tecnologia. Esse tem sido o nosso drama. Isso, no mundo inteiro, suscitou há muito tempo, ao contrário do que o Annenberg diz, o sistema de cotas é algo que vem desde o Gatt. O Gatt já tinha, no art. 4º do capítulo de serviços, as cotas para os conteúdos culturais. E isso se reproduziu na OMC, até de uma maneira aperfeiçoada. Então, cota não é uma invenção nossa, não é uma violação de nada. As cotas nacionais e as cotas da Europa são violentas. A União Europeia adotou uma cota de 60%: 60% dos conteúdos europeus têm de ser prioritários na televisão, nos cinemas, enfim, em todo o sistema de comunicação de massa.

Agora, por que isso? Será puramente algo nacionalista, jacobinista? Não, é algo muito concreto, algo de fixar um pensamento nacional, de se fixarem comportamentos, códigos de vida próprios e não a gente ficar a vida inteira assimilando códigos e comportamentos que vão deturpar nossa vida social, econômica, política. A economia não é uma ciência isolada, ela se faz no dia a dia, no cotidiano do cidadão. E se você tem hábitos e costumes estranhos, naturais de outros países, você começa a ser um imitador de costumes e hábitos e não pratica aquilo que é coerente com sua característica de vida nacional.

Então, a cota de conteúdo é estratégica. E não é apenas isso: quando se fala em conteúdo, a gente pensa sempre no filme, na novela, no entretenimento, mas os conteúdos audiovisuais, daqui para a frente e cada vez mais, não são só necessários. Há a parte de entretenimento, o conhecimento e a informação e há também algo fundamental que, para o Brasil, então, que está nesse surto de desenvolvimento, de progresso e necessita de formação profissional, qualificação de mão de obra, é por meio dessas bandas largas, das próprias televisões, da telefonia, que se vai poder inclusive estabelecer matérias extracurriculares para se formar mão de obra, para se qualificar a mão de obra.

Então, é um amplo aspecto que se está defendendo pelo sistema das cotas.

Isso foi motivo da primeira grande discórdia e impasse para tramitação desse projeto na Câmara, que é um projeto bem-vindo porque a entrada das telefônicas no sistema de televisão por assinatura é o ato mais democratizante que vai acontecer para aumentar a competição, baixar esses preços. É um absurdo! O que se paga por uma assinatura de televisão aqui é o triplo do que se paga na Europa ou nos Estados Unidos. A telefonia vai entrar massificando isso e, como disse o Manuel, multiplicando. Em vez de ser apenas 9 milhões, vamos ter 90 milhões, 120 milhões de assinantes de televisão. Isso é importantíssimo do ponto de vista econômico.

Não estamos discutindo aqui apenas uma atividade econômica, um mercado. Não, essa não é uma discussão sobre eletrodomésticos, sobre indústria de sapato. Está-se discutindo uma coisa que envolve fortemente interesses econômicos, mas muito maiores interesses, vamos dizer, não ideológicos, mas interesses de formação de nacionalidade, de identidade nacional. Eu costumo dizer que um país que não se preocupa ou não produz suas próprias imagens é como uma casa sem espelhos. Se experimentarmos, na nossa casa, tirar todos os espelhos, vamos cair num problema gravíssimo. Nós vamos começar a não saber como estamos, qual é o nosso aspecto, como estou vestido. É a falta de identidade.

Então, a essa questão a gente conseguiu chegar com o PL 116, como diz Annenberg, foi deturpado, invadido, não. Não foi deturpado. Ele foi sabiamente negociado de maneira profunda, com concessões. Não está todo mundo contente 100% contente. Houve concessões daqui, concessões dali, das televisões abertas, inclusive, do sistema de televisão, do cinema.

A Ancine não está invadindo terreno nenhum. A Ancine tem, por lei, a obrigação de regular e fiscalizar as relações entre a produção audiovisual e os meios de difusão dos conteúdos. Essa é uma função dada por lei. Aliás, a função principal da Ancine é esta: agência reguladora e fiscalizadora das relações. Ela não invade o terreno da Anatel, que é um terreno técnico. Toda questão dos conteúdos audiovisuais que vão ter acesso aos meios de difusão, a Ancine tem por obrigação, por lei, não só normatizar como fiscalizar.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senado, esta Casa que tem sido sempre, sem nenhuma distinção partidária. Todos os projetos culturais circularam aqui no Senado, nunca tiveram nenhuma conotação partidária. A cultura foi sempre uma coisa tratada acima de interesses partidários.

Neste momento, o PL 116 é absolutamente fundamental para que a gente comece e ingresse num processo regulatório que vai se aperfeiçoar e que vai prestar à população brasileira não só um grande serviço de colocar às populações de baixa renda – os senhores conhecem muito bem – o sistema “gatonet”, chamado “gatonet”. Nesse sistema gatonet, nas favelas, nas periferias urbanas, os canais mais acessados são canais brasileiros, de conteúdo brasileiro, porque o povo brasileiro que ver a si mesmo. Isso não quer dizer que a gente vá fechar a porta para o conteúdo internacional. De maneira nenhuma! Isso seria um absurdo barrar, limitar o conhecimento. Não é isso.

Agora, o que não pode permanecer é a atual situação, porque nós vimos aí, através das exposições de todo mundo, a quantidade de conteúdo nacional hoje se projeta... Os senhores podem pensar que é um chute, mas não é, não, os podem verificar isso. Projeta-se no Brasil mais de um bilhão de horas de conteúdos audiovisuais, dos quais não temos nem 5% de conteúdo nacional. Então, essa situação será, seguramente, a partir de agora, melhorada.

Último argumento. Os canais internacionais, as programadoras internacionais, com pouquíssimas exceções – os senhores têm que lembrar –, não geram emprego aqui. Elas não geram emprego. A produção brasileira independente – e já está levantando isso pelo Instituto Pinheiro Neto –, em cada um milhão de reais aplicado em indústria de produção cultural, são gerados cem empregos. Em cada um milhão na indústria automobilística, gera-se menos de oito emprego. Então, isso está no mundo inteiro. A Inglaterra agora está mudando toda sua legislação. As indústrias criativas são as maiores geradoras de emprego e renda.

Então, esse PL 116 nos coloca dentro de um fluxo internacional, no qual é preservada a produção de conteúdo nacional sem barrar a produção internacional, mas valorizando para que...

Por fim, os senhores sabem o que é saneamento básico, não é? Eu disse uma vez no BID, numa conferência sobre cultura e economia, que saneamento básico principal é o saneamento básico das mentes, porque, se as mentes não estão saneadas, se as mentes não estão devidamente afinadas com sua realidade, você tem um desconcerto.

Então, o sistema de comunicação de massa tem que ser o elemento de saneamento básico da mente do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Sr. Luiz Carlos Barreto, que representa o Sicav do Rio de Janeiro.

Tendo todos os nossos convidados já usado da palavra, vamos aos Senadores inscritos.

Iniciando pelo autor dos requerimentos, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa que estão aqui neste debate sobre o PL 116, Sr^{as} e Srs Senadores, o negócio de comunicação vem sofrendo, com o tempo, uma dissociação de dois negócios que vinham em conjunto, exatamente o conteúdo e a distribuição. Obviamente, com o avanço tecnológico impressionante que tivemos, é evidente que a distribuição não se dá mais somente pelo ar, como era antigamente. Então, a distribuição tem vários meios: TV a cabo, DTH, internet. Então as coisas mudaram e obviamente que a distribuição teria que ser...

Então as coisas mudaram e obviamente que a distribuição teria que ser exercida por todos aqueles que têm meios para fazê-lo. Quanto à presença das teles na distribuição de TVs por assinatura não há nenhum inconveniente; pelo contrário, isso aumentaria, obviamente, a capilaridade da chegada do sinal, inclusive com vantagens em relação a preço, porque a competição se daria de uma forma...a escala também possibilitaria...

Não existe a intenção de proibir a entrada das teles. Não é essa a questão. Esse projeto, como disse o Alexandre Annenberg, era um projeto de regulação de distribuição e conteúdo e aí entraram os penduricalhos de produção de conteúdo. Esse foi um erro grave, deveríamos ter dois projetos, um que regulasse o conteúdo e outro que regulasse a distribuição.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES JÚNIOR (DEM – BA) – Isso acabou fazendo com que esse projeto atrasasse muito porque os interessados aumentaram e muito, porque são mais agentes interessados em discutir o assunto, já que ele foi ampliado até indevidamente. Mas a questão principal, já que o projeto veio assim da Câmara, e é nossa obrigação apreciá-lo dessa forma, o que nós aqui não podemos abrir mão é de discuti-lo à exaustão.

A questão é a seguinte: o Senado não pode abrir mão da sua prerrogativa de discutir o projeto. Essa história de ter que votar rápido, até o fim do ano, tem que votar imediatamente... Não! Nós temos que discuti-lo e, após discuti-lo, vamos votar. Existem divergências de pontos...alguns pontos eu acho que mereciam uma análise mais profunda, tenho algumas questões. Mas o importante é que nós aqui, Senadores, e membros das comissões onde o projeto está tramitando, tenhamos o tempo suficiente de avaliar, estudar, discutir e votar da forma mais correta. E nós temos também de acabar com uma coisa que anda aqui no Senado de

uma forma muito constante, é que o Senado é proibido de emendar projetos que vêm da Câmara.

Isso não pode continuar acontecendo. Nós temos a mesma prerrogativa dos Deputados. Se nós acharmos que os projetos têm imperfeições, nós somos obrigados a emendá-los. Eu fui relator aqui de um projeto de regulava o factoring. Houve um “vamos votar assim mesmo” – os interessados, não foram os Senadores – “porque senão volta para a Câmara”. Gente, e a prerrogativa do Senado? Se nós acharmos que existem imperfeições ou necessidade de modificação, nós somos obrigados a fazê-la. Nós não podemos abrir mão da nossa prerrogativa. Nós somos parlamentares tanto quanto os Deputados.

Com as medidas provisórias também acontece a mesma coisa. Vêm para cá no último minuto e vamos votar porque se mudar volta para a Câmara. Esse processo tem que mudar no Senado Federal. Não pode continuar acontecendo.

Qual é o interesse que eu defendo aqui institucionalmente? É que nós debatamos o projeto, que nós nos aprofundemos sobre ele, é que nós possamos votá-lo com absoluta consciência, e não sob a pressão de grupos que ficam “tem que votar este ano, tem que votar imediatamente e levar diretamente para o plenário”. Gente, vamos discutir. O projeto merece. Ele tem méritos e tem alguns pontos polêmicos que mereceriam discussão. O que eu prego é a discussão com profundidade do projeto e não é uma posição contrária ao projeto. Eu tenho algumas divergências pontuais, mas a questão principal é que nós precisamos debater sobre essas questões, cada Senador que tenha pontos divergentes deve discutir. É claro, após, chegaremos a um consenso. E não vamos ficar com essa coisa de não pode mudar.

Não existe uma predisposição de mudar, mas se o consenso do Senado achar que deve mudar, nós não podemos abrir mão da prerrogativa, dessa pressão de que temos que votar até o fim do ano, porque, senão... Não, o Senado é soberano para decidir a sua posição, e a maioria dos Senadores tem o direito de se posicionar pela mudança ou pela não mudança. O que a maioria determinar vai prevalecer. E isso tem que ser uma constante em todo esse processo legislativo, aqui nesta Casa. Nós não podemos aceitar: “Ah, não, não pode mudar”.

Já ouve casos em que tinham essas mesmas pressões e que eu não me submeti, mudei o projeto. Voltou para a Câmara, inclusive com o apoio do próprio Governo, que achou que tinha que mudar. O Governo foi a favor das mudanças e não contrário. Inclusive, fizemos uma negociação com o Governo, mudamos o projeto e ele voltou para a Câmara.

Agora, não estou querendo dizer que este projeto necessariamente terá que seguir um outro caminho, mas somente que nós precisamos de tempo para discutir nas Comissões e, posteriormente, ele ir para o plenário. Aliás, ele é terminativo na CCT, mas, pelo menos, antes dele chegar na CCT, nós temos que discutir à exaustão, para que possamos realmente fazer um juízo completo.

É um projeto complexo, que envolve dois grandes negócios: um é profissão de conteúdo; o outro é distribuição e, portanto, não é um projeto fácil, é um projeto polêmico, que tem diversos atores, tem muita gente divergindo em relação a alguns pontos e, portanto, como ele obteve um certo consenso na Câmara, é preciso que ele obtenha também um certo consenso no Senado.

Eu não sou contrário ao projeto, discuto alguns pontos, mas acho que é preciso que a gente o cuidado de discuti-lo com profundidade e com a responsabilidade que sempre temos que ter no processo legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e consulto o Plenário se nós podemos fazer os questionamentos de todos os Senadores inscritos, e pediria aos nossos convidados que fossem anotando para que a resposta fosse em conjunto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Da minha parte, neste caso e neste tema discutido, não há problema de se fazer desta forma, em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Se todos os Srs. Senadores concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Antonio Carlos Júnior levanta uma tese que tem fundamento, que tem de ser levada em consideração e que não é especificamente desse projeto, isso já vem se repetindo há bastante tempo, pois os projetos chegam ao Senado Federal com os prazos já esgotados ou prestes a se esgotarem, e esta Casa tem que tomar posições às vezes até em dias, como acontece com as medidas provisórias que bloqueiam a pauta. Ainda ontem à noite, Senador Antonio Carlos Júnior, vi uma matéria da Câmara que tem 11 medidas provisórias bloqueando a pauta daquela Casa. Quer dizer, elas virão todas para cá, para o Senado, e acontecerá exatamente isto: nós vamos ter que fazer um desdobramento, se quisermos fazer a discussão e a votação dessas medidas.

V. Ex^a tem toda a razão, o projeto ficou por três anos lá na Câmara Federal, sendo discutida e, lamentavelmente, eu queria registrar a presença do nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, parabenizá-lo, Se-

nador Mercadante, pela escolha da Presidenta eleita Dilma Rousseff, e dizer que V. Ex^a caberia em qualquer ministério. E, pelo que a mídia ontem anunciou, V. Ex^a vai para um Ministério da maior importância: Ciência e Tecnologia, que é, sem sombra de dúvida hoje, o instrumento de alavancagem de qualquer país, principalmente o nosso, que pretende e será uma das grandes potências do mundo globalizado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu queria agradecer a V. Ex^a, mas só quem nomeia Ministro é a Presidenta da República. Como ela ainda não anunciou seu Ministério... A imprensa também falou da minha nomeação para o “Ministério da Eucaristia”. Deu muito prestígio nessa eleição esse ministério. Então, estou aguardando a definição. Nesse eu realmente militarei, o outro depende dela.

Agradeço a gentileza, Senador Flexa Ribeiro, que, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, tem muito interesse nessa área e, seguramente, vai continuar contribuindo muito para o Brasil.

Desculpem-me pelo atraso e por prejudicar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Tenho certeza de que V. Ex^a no Ministério... Do “Ministério da Eucaristia” V. Ex^a já participa e tem assento permanente. Agora, o Ministério de Ciência e Tecnologia, que V. Ex^a irá ocupar, vai, não tenho dúvida nenhuma, ser da maior importância. Na próxima legislatura, quem assumir a presidência, que hoje me honra estar a frente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, vai ter, com certeza absoluta, com o novo Ministro uma interação importante, para que nós possamos investir cada vez mais em ciência e tecnologia e inovação em nosso País.

Como eu dizia, Senador Antonio Carlos Júnior, nós em absoluto queremos acelerar ou deixar de discutir o projeto. Achamos que não podemos fugir à discussão. Estamos fazendo uma primeira audiência pública na semana que vem e, se necessário, uma terceira audiência pública, de tal forma que, dirimidas as dúvidas, nós possamos ter o esforço legislativo de levar ao Plenário, aprovado nas Comissões, para votação. Mas vamos discutir.

Pelo que pude entender das participações dos nossos convidados, V. Ex^a não fez nenhum questionamento; apenas marcou uma posição com relação a não ser contra o projeto mas ser a favor da discussão do mesmo.

Eu comungo do pensamento de V. Ex^a. Vamos é acelerar a discussão. Eu pediria.... Eu disse, até como Presidente da Comissão terminativa do projeto, que nós vamos, inclusive, ter oportunidade de conversar, de ter oitivas com os diversos segmentos, com os

Senadores que estejam interessados em discutir o projeto, de tal forma que a gente possa ter não uma exposição pura e simples do projeto, mas, muito mais do que isso, onde estão os entraves para que o projeto seja aprovado.

É evidente que não vamos atender todos os segmentos, mas vamos procurar atender aquele que é o beneficiário maior do nosso trabalho legislativo, que é o usuário, o cidadão brasileiro. É isto que nos preocupa: ter um serviço de qualidade e com preço que seja compatível com a renda nacional. Esta é a preocupação do Congresso brasileiro, em especial do Senado.

Mesmo como autor dos requerimentos, vou deixar para fazer os questionamentos ao final.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é o primeiro inscrito, após os autores dos requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, convidados, creio que tanto o Senador Flexa quanto o Senador ACM Júnior economizam o meu tempo em relação à preliminar, porque realmente o discurso defende prerrogativas que não podem ser desprezadas no Senado Federal. Esta é a Casa Revisora. Não podemos permitir que ela seja transformada em Casa chanceladora. Há que se discutir e aprimorar as propostas originárias da Câmara e do Poder Executivo. Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo que se ofereça oportunidade aos Senadores de apresentar propostas que eventualmente venham a melhorar esse marco regulatório, já que ele é fundamental também para a economia do País, e nós não podemos discuti-lo no varejo, e sim no atacado, envolvendo as partes todas e, especialmente, interesse coletivo. Vou fazer algumas indagações aos convidados. Primeiramente, ao Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Ancine.

O Dr. Manoel Rangel apresentou um relato sucinto do que a Ancine tem feito para estimular a produção local. E nós imaginamos que o ideal em matéria de fixação de cotas é que as cotas sejam fixadas pela qualidade e pelo bom gosto do telespectador brasileiro. Isso é o ideal. Se há investimentos que estimulam a produção local, certamente nós temos condições de competir e poderemos dispensar a fixação impositiva de cotas estabelecendo os percentuais. Quando há qualidade, há ocupação de espaços. Veja o caso do filme Tropa de Elite, que foi um grande sucesso de bilheteria, e também do filme Nosso Lar. Aliás, eu assisti aos dois e, por isso, posso comprovar a qualidade de ambos. Portanto, a distribuição depende muito da qualidade e demanda dos telespectadores pela obra audiovisual do que propriamente do espaço impositivamente estabelecido na tela.

Muitas vezes, os consumidores contratam o serviço de TV a cabo para ter uma alternativa aos canais abertos. A indagação é se a Ancine tem pesquisa sobre a audiência de canais de filmes nacionais pagos para saber o que os consumidores querem assistir na TV paga. Seria interessante saber se há essa pesquisa.

Para o Sr. Alexandre Annenberg, queríamos uma posição com relativamente às cotas, porque há algum tempo a ABTA era veementemente contrária ao estabelecimento das cotas. Então, eu gostaria de saber se houve um avanço, se houve uma evolução, se há flexibilidade em relação a isso e se você acredita que as TVs por assinatura vão entrar com ação judicial sobretudo no que diz respeito às cotas se esse projeto for aprovado. É uma indagação. Evidentemente, fica a seu critério a resposta, porque trata-se de prever, e nós não estamos aqui obviamente impondo que as previsões sejam feitas.

Ao Sr. Cesar Romulo Neto, que representa Cine TeleBrasil: por qual motivo as empresas de telefonia fixa querem entrar no mercado de TV a cabo se hoje elas já estão no mercado de TV por assinatura através do satélite? E como é que as empresas de telefonia vão evitar que haja subsídio cruzado, o que é proibido pela Lei Geral de Telecomunicações.

E como o Senador ACM Júnior falou em penduricalho, eu até gostaria de colocar um penduricalho neste projeto, Senador Flexa Ribeiro, porque nós estamos aqui falando em celeridade, desejando que esse marco regulatório seja aprovado rapidamente e temos na Câmara dos Deputados projetos parados há de dez anos que dizem respeito à tarifa básica da telefonia. E seria muito bom que pudéssemos colocar aqui um penduricalho acabando com a tarifa básica da telefonia nos termos propostos, inclusive, em projetos que estão na Câmara dos Deputados. Não sei se há projetos aqui no Senado. Não fiz ainda essa pesquisa, mas na Câmara dos Deputados há um projeto que diz: “não será admitida a cobrança de tarifa sem a correspondente contraprestação de serviço objetivamente medido ou identificado nem a cobrança de tarifa mínima a qualquer título”. Isso diz respeito ao consumidor. Aliás, tenho até a que eu paguei.

Seria importante uma solução para essa questão da tarifa básica, há dez anos em discussão na Câmara dos Deputados, porque isso diz diretamente respeito ao interesse coletivo, do consumidor, da grande população. Vamos analisar a hipótese até de usarmos esse projeto e colocarmos esse penduricalho porque ele atende a uma expectativa nacional.

Ao Sr. Cícero Aragon, do CBC: se o senhor sabe qual é a audiência de canais com filmes brasileiros independentes, como o Canal Brasil, e como é que

pretende garantir que a produção nacional, que terá espaço em razão das cotas, seja de qualidade e tenha audiência. Também é uma questão subjetiva, mas a indagação é feita.

Ao representante do Ministro José Jorge, do TCU, eu indagaria o seguinte: havendo abertura de mercado de TV a cabo para empresas de telefonia, o senhor não acha que a Anatel não poderia se omitir na imposição de salvaguardas para garantir a concorrência do mercado e evitar que outros operadores, sobretudo os menores, sejam esmagados pelas teles? Hoje, a própria Lei Geral das Telecomunicações prevê a desagregação das redes, mas até agora a Anatel não fez uma regulamentação sobre como o TCU pretende atuar diante desse cenário.

E, finalmente: a Anatel, antes da mudança da lei pelo Congresso Nacional, adotou a decisão que poderá incitar uma forte pressão na Agência para que novas outorgas ocorram antes mesmo da aprovação da nova lei. Se isso ocorrer, poderá aparecer uma enxurrada de ações na Justiça questionando a decisão da Anatel. Argumenta-se que foi criado um cenário de muita instabilidade e que a Agência acabou precipitando-se ao autorizar a outorga de novas concessões. O que o TCU pensa a respeito? Como vê essa questão?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigado. E, desde já, agradeço aos convidados pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a trouxe, ao final do seu questionamento, um ponto fundamental: a posição das agências reguladoras. Algumas delas estão na tentativa de substituir o Legislativo; estão legislando e não apenas regulando e fiscalizando.

O ponto que V. Ex^a levantou agora é da maior importância. Inclusive, temos uma audiência pública já solicitada pelo Senador Antonio Carlos Júnior também para discutir essa resolução que foi aprovada na última reunião do Conselho da Anatel, lamentavelmente, sem que antes pudesse ter sido discutida no Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Inclusive, eu até fiz uma provocação ao TCU e tive a agradável surpresa de saber que o TCU já estava começando a avaliar o assunto. Fiz uma provocação, e essa provocação gerou a escolha do Ministro José Jorge para relator da matéria, mas a área de fiscalização

já estava avaliando. Foi uma coincidência interessante. Mas eu fiz uma provocação formal ao TCU.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior.

A segunda inscrita é a Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria realçar a importância da audiência pública que estamos realizando no dia de hoje e que não será única.

Vamos ter ainda, na próxima terça-feira, outra audiência, com outros convidados, para prestar os esclarecimentos devidos; portanto, com duas audiências públicas, reunindo quatro Comissões, não é? Cinco Comissões. Eu acredito que não poderá haver, da parte dos Senadores e das Senadoras, qualquer tipo de reclamação de que o assunto não seja devidamente e exaustivamente esmiuçado e esclarecido.

Eu tenho a compreensão da complexidade da matéria, do projeto, mas exatamente as duas audiências com as cinco Comissões tendem a ser um processo de esgotamento da discussão.

Portanto, acho que seria muito importante já deixar realçado que o debate está propiciado, os esclarecimentos devidos, para que depois não tenhamos nenhum tipo de desculpa de que não foi suficientemente debatido, de que por isso não se tem condições de deliberar, precisa-se de mais discussão. O momento de fazer a discussão é agora.

E veja, Presidente Senador Flexa Ribeiro: o comparecimento não é tão significativo assim. Então, depois que não venham com a desculpa de que não discutiram. O momento de discutir é agora, é neste momento, ouvindo, podendo fazer as perguntas, podendo ter os esclarecimentos.

Então, eu queria já deixar essa colocação feita, para depois não termos que ficar ouvindo a reclamação de que não foi suficientemente debatido e discutido.

A outra questão é da complexidade. Nós tivemos aqui algumas falas de alguns Senadores, e é interessante porque em algumas falas apareceu a palavra negócio. E realmente, eu diria, se tem um projeto que está mexendo com grandes negócios, é exatamente este. Porque vamos enfileirar: aqui estão envolvidas as empresas de telefonia, as redes de comunicação de TV aberta, as TVs por assinatura, investidores internacionais e nacionais, programadores e produtores, distribuidores. Então, se tem uma coisa que não falta aqui é negócio, e grande. No popular, Senador Suplicy, talvez a gente pudesse até brincar que aqui é briga de cachorro muito grande.

Já foi falado aí não sei quanto de bilhões, 130 bilhões para cá, 20 bilhões para lá, e tal, então, é importante a gente deixar claro aqui que esse projeto envolve grandes interesses econômicos e grandes negócios.

Por isso eu acho que é fundamental a fala – eu quero assim carinhosamente chamá-lo como ele é popularmente conhecido – do nosso querido Barretão, porque ele colocou aqui, junto com a questão dos negócios que estão envolvidos, o interesse do País, da soberania, porque junto com tudo isso, tem como é que o País se consolida, porque o País se consolida economicamente, isso é indiscutível. Mas não existe país, não existe nação sem identidade cultural. E a nossa briga aqui neste Congresso para poder fazer valer os interesses da veiculação, da produção, da identidade cultural brasileira é difícil. Olhem que é difícil.

Nós até temos... O Presidente da Ancine, o Rangel colocou que há incentivos fiscais para produção, mas qual é o incentivo que há para distribuição, para veiculação, qual é? Qual é a amarração que a gente faz com tudo isso? E o brasileiro quer se enxergar. O brasileiro, se ele não se enxergar, ele não se identificará enquanto nação, enquanto povo, enquanto país.

Aí o Senador Alvaro Dias insiste na história da qualidade, porque, se há cota, como é que a gente vai garantir a qualidade? Eu quero perguntar o seguinte: a quanta porcaria a gente assiste, imposta pelos interesses econômicos de países que têm, na indústria do audiovisual, não qualquer fator econômico? Não, porque nos Estados Unidos é o seguinte: o primeiro faturamento é a indústria bélica, o segundo é a da audiovisual. Mas é porque a gente, daí, escolhe, Senador Alvaro Dias, a gente escolhe. E, aí, tem de dar oportunidade, inclusive para poder escolher entre as qualidades produzidas pelo povo brasileiro, que também produz porcaria. Mas, aí, o critério é de quem está lá, com o controle remoto, para poder dizer: “Não, esse aqui eu não gostei, eu vou mudar”. Mas eu quero ter a oportunidade de mudar para escolher, em termos de qualidade ou não, na produção nacional também, que, infelizmente, nós não temos. Infelizmente, nós não temos essa oportunidade, porque, se você pegar a veiculação das TVs abertas, qual é o percentual de filme brasileiro que passa? Qual é o percentual? E será que a gente tem tão pouquinhos filmes de qualidade brasileiros produzidos? É claro que não. É claro que não.

Então, eu queria realçar essa questão, porque acho que, de todas as falas, a gente percebe que há uma vontade dos nossos convidados de que esse projeto seja aprovado. Todos aqui falaram também no seguinte sentido: não é perfeito. Cada um com o seu

viés, cada um com a sua, digamos assim, motivação, para que o projeto seja aprovado, mas todos dizendo que é um avanço, que é melhor a gente ter esse marco regulatório, com um problema aqui, com um problema lá, do que não ter nada, do que ter essa coisa regulada pelos interesses exclusivamente do mercado. Exclusivamente. Se não houver marco regulatório, se não houver legislação regulando como é que se dá a entrada das empresas de telefonia, como é que se dá a distribuição das TVs a cabo que já existem, das próprias grandes redes de TV aberta, que têm vinculação com as TVs a cabo, e daí para frente, se não houver, o mercado se ajeita. Mas não se ajeitará com a ótica regulamentada por aquilo que só o Congresso Nacional tem capacidade de fazer, que é ouvir todos os interesses e tentar o ajuste dos interesses, levando em consideração o interesse público e o interesse do País.

Por isso é que eu acho que a gente tem de trabalhar mesmo, no sentido de exaurir o debate, de exaurir a discussão. Parabênizo, mais uma vez, a existência destas duas audiências públicas. Devemos trabalhar, sim, para aprovar o projeto este ano. E quero ainda sugerir mais: que nós tenhamos a capacidade de aprovar, da forma como veio da Câmara, para poder já entrar em vigor imediatamente. Lembro que nós fizemos aqui exaustivos debates sobre a questão da Internet e não conseguimos avançar. Não conseguimos avançar. E continua aí um monte de problemas, um monte de situações, porque o Congresso Nacional não consegue fazer uma legislação mínima, compatível com os interesses da população, com os interesses do próprio País nessa questão de toda a comunicação, agora que a gente tem esse grande potencial. Portanto, acho que nós não devemos perder a oportunidade.

E a única pergunta que eu quero fazer, porque nós já fizemos isso em outras legislações: aquilo em que não é possível ter acordo, é possível permanecer na forma de projeto, sendo debatido no Congresso. Então, o que é inconciliável, que não tem possibilidade de ter acordo? Isso pode permanecer na forma de resquício, digamos assim, de situações não conciliáveis, para a gente poder ter a continuidade do debate, aprovando aquilo que já é possível de ser implementado na forma de lei?

Então, eu gostaria de deixar essa pergunta para todos os nossos convidados, porque foi debatido aqui no Senado, nós fizemos audiências públicas sobre este assunto, sobre estas questões, na Câmara foram quase de três anos de debate do projeto, portanto eu tenho a clareza de que todos que estão aqui participam, há bastante tempo, deste debate e têm condições, inclusive, de nos alertar sobre o que precisaria ainda ter tramitação, debate a mais, que poderia ser separado

de repente. Aprovamos aquilo que é central, que é o eixo, que pode ser considerado o marco regulatório desta questão e vamos ver aquilo que é impossível de ser aprovado, que ficará como projeto pendente para um aprofundamento e uma aprovação posterior.

Mas considero de fundamental importância que nós tenhamos a capacidade de exaurir o debate, de fazer a discussão, mas principalmente de aprovar, de transformar isso em legislação, porque projeto da Jandira Feghali sobre... São quantos anos? Décadas, décadas, muito tempo. A gente não consegue estabelecer determinadas condições para fazer valer o interesse da soberania nacional de se identificar, de se enxergar.

E vou dizer mais: nós temos produções riquíssimas na TV aberta brasileira. Agora, é interessante que grandes sucessos das novelas brasileiras, por exemplo, são temas regionais. Portanto, existe espaço, sim, para produção regional mais forte, que não seja apenas aquela identidade do eixo Rio-São Paulo, que, muitas vezes, também domina a nossa TV aberta. Nós teríamos muita oportunidade. Estão aí as minisséries que fizeram grandes sucessos, com temas regionais.

Então, eu acho que, para nós, seria uma oportunidade ímpar, única, de podermos – vai haver a sanção agora do Plano Nacional de Cultura, provavelmente na próxima semana, eu espero o bom senso da Câmara em aprovar o vale-cultura, porque é a abertura, é a democratização do acesso à produção, inclusive dos nossos filmes, dos nossos livros, das nossas produções teatrais, circenses, musicais, e acho que o Congresso Nacional daria ainda mais um exemplo, podendo aprovar também esta matéria, que mexe, volto a dizer, com grandes negócios, grandes interesses econômicos, mas tem a oportunidade, pela primeira vez, a gente tem a oportunidade de estabelecer um mínimo de produção, de veiculação, de conteúdo nacional que começa pelas TVs a cabo e aí, quem sabe, a gente depois consiga avançar para os demais instrumentos que a gente tem de comunicação.

Um pouco era isso. A minha pergunta é bastante clara: o que é que não deu para ajustar que pode ficar sem prejudicar a aprovação desta matéria, que é tão importante, para ser, inclusive, transformada em lei ainda até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, quero agradecer a participação de V. Ex^a. É difícil até comungarmos dos mesmos pensamentos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conseguimos flechar juntos, Flexinha...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – É.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Olha o cupido. (*Risos.*)

Eu quero dizer à Senadora Ideli que eu fico satisfeito de ver como as pessoas evoluem com o tempo. Todos nós aprendemos a cada dia, e a cada hora, e a cada minuto.

A pergunta que V. Ex^a deixou aos nossos convidados é exatamente isso. Nós estamos numa fase de discussão em que não precisamos não mais ter aqui exposições sobre cada setor, sobre cada área, quanto é que se vai investir, mas sim quais os conflitos entre as áreas, para que a gente possa, no âmbito de atender o usuário brasileiro, o cidadão brasileiro, mediar esses conflitos. Não vamos chegar nunca a um parecer que atenda a todos os segmentos. Temos que chegar a um parecer que possa atender aos brasileiros. É isso que estamos buscando.

Então, essas audiências – e eu espero que na próxima semana já venham nesse sentido – devem ser muito mais de colocar quais são as dificuldades de entendimento do que o que cada setor espera ou o que cada setor pretende fazer.

Eu fiz a referência, Senadora Ideli, porque V. Ex^a tocou no assunto. Quando discutíamos aqui no Senado o vale cultura, fiz uma emenda para que incluíssemos no vale cultura jornais e revistas e V. Ex^a se colocou contrária, usando este mesmo argumento que defende agora: as revistas não teriam como ter o controle do tipo de publicação que seria oferecida aos brasileiros através do vale cultura e que teríamos que aprovar, porque se fizessemos uma emenda voltaria à Câmara e isso não poderia atrasar a aprovação do vale cultura. Nós incluímos a emenda, ela foi aprovada, voltou para a Câmara e, lamentavelmente, Senadora Ideli...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. Ex^a tinha razão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Não, não tinha razão. Lamentavelmente, me parece que o Governo perdeu o interesse, que era imediato, de aprovar o vale cultura, ele perdeu o interesse, que era naquele instante, de passar de qualquer maneira o vale cultura. Como foi feita uma emenda lógica para pode atender a informação dos brasileiros através de jornais e revistas, perdido o interesse do Governo, dorme na Câmara Federal.

Eu pediria a V. Ex^a que se empenhasse, já que V. Ex^a é defensora, com as emendas do projeto, que a gente possa aprovar. E, mais do que isso, que a gente possa aprovar, ainda nesta legislatura, a PEC 29, que trata da participação da União no financiamento da saúde. Depois ou conversar com V. Ex^a. Estou como sub-relator da área da saúde. Realmente, é algo de

extrema dificuldade adequar as necessidades ao Orçamento encaminhado pelo Executivo.

Vamos ao próximo inscrito, o nosso Senador Inácio Arruda

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores e convidados para mais uma audiência pública dentre tantas que nós realizamos, aqui no Senado da República, na atual legislatura, sobre este tema. É um tema muito debatido, esmiuçado já no Congresso Nacional. As duas Casas têm repetidamente tratado desse tema

Talvez a questão mais importante é que, depois de debatido exaustivamente no Senado, com projetos do Senado que foram à Câmara. E depois, também depois de um tempo razoável, não foi um tempo pequeno, nós chegamos a uma espécie de acordo em que cada um teve uma diferença, mas pôde abrir mão para que chegássemos a um projeto não de consenso, mas um projeto possível de ser aprovado, e que em todos abram um pouco mão, mas também todos ganham um pouco. É um projeto que mexe com um setor da economia de velocidade elevada. A sua dinâmica é muito, muito forte e atropela.

Você pode chegar a uma situação e está ok. Pode ser o interesse de alguns. Dizer o seguinte: olha, não tendo legislação, é muito melhor. Porque, se você não tiver uma regulação, é mais adequado do que você estabelecer uma regra de convívio comum. Porque, tendo uma regra de convívio comum, embora você tenha escaramuças permanentes, você tem um limite. Há um limite para você realizar as suas escaramuças e fazer a sua disputa dentro do que é o mercado. Agora, não tendo, é a lei, é um darwinismo, digamos assim, potencializado gigantescamente onde um pode esmagar muitos outros setores de forma rápida, aqui e alhures. Não é um problema nosso só, é um problema da América Latina, com a necessidade de você se proteger minimamente. Alguns querem se proteger em relação até ao próprio Brasil, em determinados setores. E vice-versa: nós queremos nos proteger em relação a muitos outros setores. O velho educador e Senador desta Casa, em um livro de leitura muito boa, O Povo Brasileiro, Darcy Ribeiro – entre outros que ele fez estudando a realidade da formação das Américas, como As Américas e a Civilização, que é seu título –, tratou da formação da nossa identidade. Eu só tive oportunidade de escutar duas intervenções: a do diretor da Ancine e a do Barreto, Luiz Carlos Barreto, com quem temos identidade de “cearensidade” e a identidade maior, que é a identidade do nosso País.

Nessas duas intervenções, percebi: primeiro, o que é o volume de recursos que estamos mexendo. Então, é evidente que há interesses grandes. É um

peso muito grande. E é um setor da economia muito importante para o Brasil, muito importante. Importante inclusive naquilo que a gente mais trabalha, quer dizer, o Parlamento, todos, que é a geração de emprego. E de empregos com médias salariais acima do que o mercado paga por aí afora: no setor industrial, de comércio, na construção civil. Este é o emprego que, às vezes, mesmo temporário – porque não é um emprego que tenha grande fixação por longo período – paga acima desses outros setores todos. Então, é muito significativo. Então, são grandes interesses e muito importante para a nossa economia.

Então, onde é o nosso problema? Qual é a nossa dificuldade? Por que debatemos tanto e temos algumas dificuldades? Por conta, evidentemente, de interesses que preferem que desregulado seja melhor. Evidente! Então, chegamos a uma espécie de consenso. Há uma espécie de consenso entre as instituições que atuam no setor. Claro que o consenso pode ser estabelecido aqui entre nós, e digamos assim que, subterraneamente, a gente procure dizer: olha, estamos todos aqui de acordo, mas, se a gente puder deixar isso para 2015, 2020, por aí, é muito melhor do que a gente aprovar esse negócio agora. Esse é que é o lobby da transparência e o que existe em transparência. Porque esse daqui é o transparente. Estamos aqui à mesa, estamos discutindo abertamente. Acho que aqui é a nossa preocupação central.

Por isso temos apelado para que a gente possa votar, porque não é uma matéria sem debate. Vamos realizar ene debates. E não há uma desqualificação do Senado em relação à Câmara, ou da Câmara em relação ao Senado. Isso sempre volta, vai e vem essa cantilena. Isso não é problema. O problema aqui é: quando você forma uma determinada maioria, você aprova algo e volta para a Câmara. E quando a Câmara dos Deputados faz maioria lá, faz a mesma coisa. Então, esse não é um problema nosso. O problema nosso é “as entidades, abertamente, à mesa, estão concluindo o seguinte: nós preferimos aprovar esse projeto. Nós preferimos aprovar esse projeto”.

Então, se há esse consenso na Mesa, subterraneamente, ok, pode existir alguma coisa, mas não interessa, não interessa. Aqui na Mesa, abertamente as instituições estão dizendo: “Nós queremos aprovar esse projeto”.

Onde eu vejo assim um probleminha que fica indo e voltando é aqui, na tentativa da formação dessa identidade nacional, porque esse negócio de identidade nacional é sempre um problema, sempre. Porque, por aí afora, os caras fazem qualquer lixozinho audiovisual, vem com a bandeira do país. Todos. Aquilo ali é no cérebro: tum, tum, tum. Todo dia. Quando bota a nossa,

vira logo nacionalismo bizarro. E olha que o bizarro teve grandes poderes por aí afora. Mas, quando bota uma coisinha nossa, vira sempre um problema.

Tem esse problema da formação da identidade nossa. Isso vem rolando de muitos tempos, da época do Glauber, lá atrás, Barreto, Rosenberg, que está aqui. Esse povo todo faz uma luta gigantesca no Brasil, com filme de grande qualidade, grande qualidade, que, para entrar num cabo – hum, rapaz, vou te contar – não é fácil, não é fácil; muito difícil, muito difícil.

Então eu acho que, aqui, nós estamos dando um passo, gente. Um passo. Esse problema da cota, vamos tratar como uma conquista, não o contrário. Vamos tratar como uma conquista, uma necessidade do Brasil, que oferece o seu mercado para todos. Então, nós estamos pegando aqui o nosso mercado de 190 milhões de habitantes e estamos dizendo: “É de vocês. Só tem um probleminha: eu quero um pedacinho dele”. Só isso. Mas é só isso que dá um problemão. Esse que é o problema, entendeu? Essa passadinha pequenininha que nós queremos dar – Barretão, porque eu ouvi você, eu ouvi o Rangel, vi que esse é um tema que transpassa todo mundo – é de estabelecer pelo menos uma cotazinha, de 30%. Na Argentina, é setenta. Está aqui, estou com uma lei argentina aqui. Botaram 70%. Mas você pode dizer que o mercado argentino é um mercado pequeno. Não é pequeno, não! Não é pequeno, não; é um mercado grande. E olha que tem mais cabo do que nós. Então é um mercado grande. Agora o que eles querem? Eles querem dizer o seguinte: “Nós somos argentinos, nós temos um Darin”. E nós? Nós temos um Barretão, temos aqui um Rosenberg, uma Fernanda Montenegro, nós temos grandes produtores que podem ocupar esse espaço dos 30% com facilidade, com qualidade. Evidentemente, no meio da quantidade, você vai encontrar algo que não tem qualidade. Mas esse não vai ser um problema para nós. Se não é para lá, que nos vende um pacote do jeito que eles querem. Às vezes, vem um filmezinho só que presta. No meio de trinta, quarenta ou cinquenta filmes empacotados, vem um só que presta, o resto tudo é lixo puro. Então por que não podemos botar os nossos aqui, gente?

Eu acho que, aqui, há um probleminha em relação à questão das cotas. Sempre que se fala em cota pelo mundo afora, se tem dois sentidos: um, para a gente fortalecer a identidade em cota; outro, para a gente segurar um pouco do nosso País, produzindo aqui, gente daqui. Aqui está um nozinho que vejo sempre e que, subterraneamente, interfere no processo. Subterraneamente. Mas, como estamos tratando às claras, se o subterrâneo quiser emergir que apareça, porque, aí, a gente debate.

Agora, o que está às claras é que nós conseguimos produzir um grande acordo. O Senador Flexa talvez tenha sido um dos que mais.. se debateu aqui em relação a construir o acordo; o Senador Demóstenes que há pouco passou aqui novamente na comissão, o Senador Sarney. Então vamos assegurar esse acordo, porque não é todo dia que a gente junta tantos setores que interferem na atividade cultural da identidade nacional e na economia brasileira. Nós, companheiros, estamos abrindo ainda mais os nossos setores. É importante. É importante interagir com as outras culturas todas. Agora como a nossa, gente, com a nossa junto. É só isso que nós queremos fazer. Acho que nesse sentido a gente pode avançar. Se houver alguma coisa de grande dificuldade – digamos que esse problema da quota seja de grande dificuldade, está bom –, pomos aqui: “paralelamente”. Aqui no Senado criamos até essa figura. Criamos até uma emenda paralela: você aprova o conjunto da obra e algo que está espinhando ali você retira e deixa tramitar novamente para ver se a gente consegue consenso em relação a essa parte futuramente. .Acho que temos de aprovar o conjunto da obra. Foi um grande acordo que vocês conseguiram, que vocês fizeram, vocês que estão sentados aqui; foram vocês que fizeram isso lá na Câmara. Acho que devíamos chancelar esse acordo aqui no Senado, Vai ser uma vitória não de um setor, mas daqueles que ajudaram chegar a esse consenso. Não é um setor que está sendo beneficiado; são todos vocês. Eu penso dessa forma, meu caro Presidente Flexa Ribeiro e é muito bom que seja V. Ex^a que esteja conduzindo o debate neste momento nas Comissões de Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Educação e tantas outras que se juntaram a nós nesse importante debate da construção da identidade nacional, juntamente com a mais ampla participação do mercado. Então o mercado está aí. Ele não vai ser restringido, apenas nossa identidade vai ficar um pouco mais clara. É isso que nós queremos;nada mais.

Agradeço a V. Ex^a oportunidade. Não quero questionar o que já foi consensuado, apenas dizer que esse problema da quota quase sempre se transforma numa espécie de calo que a gente não conseguiu tratar adequadamente ou vê-lo absorvido. Hoje existe farta tecnologia na área da Ciência e da Medicina para resolver problema de calos, mas esse ainda não conseguiu ser absorvido. Acho que o tempo vai resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores,

acho que há um consenso quanto à importância de esta Casa debater esse assunto e aprofundar as suas divergências e também aprimorar suas convergências no sentido de que possamos trazer algo que seja bom para a indústria, mas tendo a visão do Brasil como um todo e, em particular, a população brasileira. Quanto aos ganhos, acho que não preciso me alongar nem registrá-los, porque já foram ressaltados e defendidos por todos os que me antecederam, mas eu gostaria de lembrar um pequeno detalhe, que para mim se torna grande, que é algo inerente à nossa Constituição, que é o direito de escolha do consumidor.

Considero essas duas audiências muito oportunas. Eu me penitencio por não ter tido a oportunidade de fazer isso, mas eu consulto o Presidente se será possível na próxima audiência, que será na terça-feira, termos um representante do consumidor. Aqui estão o setor produtivo, o comercial e o industrial, que estão participando e ilustrando esse debate e, como esta Casa é democrata, eu gostaria, se possível, Sr. Presidente, de oferecer um adendo à convocação da próxima semana para trazermos um representante dos consumidores para que possamos, a respeito do que está sendo debatido, ouvir o cidadão brasileiro não só por meio de nós Senadores, que somos legítimos representantes, mas, no caso específico, uma associação que represente os consumidores. Eu aqui represento, entre outras, a Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Senador Cícero Lucena.

Aguardo o encaminhamento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, quem sabe o Senador Cícero Lucena possa ser o representante dos consumidores de cultura...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Todos nós somos, mas estamos no papel de legisladores. Eu preferia alguém que viesse exercendo a prática da defesa de uma associação de consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex^a, Senador Cícero encaminhasse à Mesa a sugestão da inclusão da proposta de V. Ex^a e até com a indicação do convidado, se possível, para que a gente possa aprovar. Tem um outro requerimento do Senador Inácio Arruda, que iremos aprovar já em conjunto com o seu.

Eu, apesar de autor dos requerimentos para essas audiências públicas, fiquei ao final, mas não vou entrar mais fazendo observações a respeito do tema, vou direto às perguntas. É importante o que se fez aqui, Senador Inácio Arruda. Esta Casa tem, sem dúvida nenhuma, um quadro de assessoria e consultoria dos mais qualificados do País. E os nossos assessores e

consultores estão todos nos acompanhando, não nesta audiência, mas nos vêm acompanhando ao longo de todo esse debate e nos dão consistência na especificidade de cada assunto. Nós aqui somos generalistas, temos que discutir desde o Código Penal até a questão da cota de audiovisual. Então, os nossos consultores estão atentos, eles fazem as anotações, fazem os estudos e isso não aparece, não é mostrado à sociedade através da mídia, mas, na verdade, os Senadores trabalham fora das câmeras, nos gabinetes, nas reuniões que fazem com os quadros de assessores para discutir a matéria.

Vou fazer três questionamentos à Mesa e aqueles que puderem enriquecer com sugestões esses questionamentos que o façam, por favor.

Observa-se que o segmento de TV por assinatura tem crescido a taxas razoáveis desde 2007. Depois de um período de seis anos, de 2001 a 2006, de estagnação da base de assinantes, estima-se que haverá mais de 10 milhões de assinantes ao final de 2010 – já estamos com 9 milhões e pouco, 9,3 milhões! –, o que significa um aumento de 50% nos últimos três anos, exatamente em que o projeto, o então PL 29, tramitou na Câmara federal.

Aí eu pergunto aos nossos convidados: a que se deve essa mudança expressiva no cenário de TV por assinatura na opinião dos senhores? Hoje, quais seriam os desafios, os gargalos, os obstáculos de crescimento dos serviços e da indústria audiovisual como um todo, que esse projeto que estamos aqui discutindo, o PLC nº116, pretende realmente resolver?

É isto que nós temos que definir: o que nós queremos resolver com o PL, onde estão os gargalos, onde estão as dificuldades e, se possível, qual a solução para esses obstáculos.

Afinal, quais são os objetivos do projeto e de que forma as inovações por ele produzidas atacam os problemas atuais? A segunda pergunta: considerando que o projeto não trata apenas de serviço de acesso condicionado, designação dada à TV por assinatura no projeto, mas de comunicação audiovisual e de acesso condicionado, cuja definição engloba todo complexo de atividades associadas à emissão e recepção de imagens por quaisquer meios eletrônicos, não há riscos de que determinados atores queiram incluir o conteúdo audiovisual oferecido pela Internet no escopo do projeto? É uma pergunta que eu faço aos senhores.

E por último: nas definições estabelecidas pelo projeto, uma produtora e uma programadora são consideradas brasileiras sem que tenham produzir ou programar um único minuto de conteúdo brasileiro? Por outro lado, um produtor ou programador cujo capital seja majoritariamente estrangeiro mas que produza

ou programe conteúdo brasileiro, nos termos definidos pelo projeto, não serão considerados para fins de cumprimento de cota?

Afinal, o objetivo do projeto não deveria ser a geração de emprego e renda no Brasil, independente de o produto ter sido financiado por capital brasileiro ou capital estrangeiro? Por que fazer reserva de mercado tão forte para o capital nacional?

Eram essas as perguntas e vamos aos nossos convidados, para que possam fazer, então, os esclarecimentos aos Senadores. Vamos seguir a mesma ordem de inscrição, começando pelo Dr. Adalberto Santos de Vasconcelos, que representa o Sr. Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União, como Secretário de Fiscalização e Desestatização.

Com a palavra o Dr. Adalberto.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Ao Tribunal foram dirigidas duas perguntas.

A primeira pergunta é relativa à abertura do mercado e as salvaguardas que, por ventura, a Anatel deveria ter para proteger os menores prestadores de serviço. Então, quanto a isso, atualmente a Anatel está deliberando o plano geral de metas de competição para o sistema de telefonia fixo comutado. Está previsto para ser aprovado agora em 2011. Esse plano visa dotar a Agência de instrumentos para estimular a competição no mercado de telefonia fixa. Nós do Tribunal de Contas da União já determinamos à Anatel que apresentasse um plano de ação com data, cronograma físico para poder cumprir essa meta dela para aprovação desse plano e o processo de acompanhamento está sendo realizado pela secretaria no processo de fusão da Br/Oi.

Então, a Anatel pode dispor desse mecanismo para estimular a competição, inclusive a obrigação de segregação das redes. As redes de telefonia fixa incluem as fibras óticas. Estou fazendo um paralelo com isso daí. Então, nada impede – e aí é uma atividade do controle externo como órgão auxiliar do Congresso Nacional – que acompanhe a Anatel nessa atividade, onde ela poderia adotar essas medidas que foram adotadas neste caso aqui para outros mercados. Inclusive, a LGT permite a Anatel que adote medidas que estimulem a competição. Já quanto a segunda questão que foi levantada, no caso de a Anatel ter adotado uma decisão que se antecipou à decisão aqui do Parlamento.

O Tribunal de Contas da União, em virtude das notícias sobre essa decisão da Anatel, que foi tomada inicialmente em maio, ele autuou um processo para acompanhamento dessa questão. Inclusive, esse processo foi autuado em 20 de julho e o próprio Senador Antônio Carlos Júnior colocou documentos aos autos pedindo uma fiscalização por parte do Tribunal. Essa

questão foi abordada num ato de concentração que envolvia as empresas Net Sul Comunicações e a empresa Antenas Comunitárias Brasileiras, que não tinha nada a ver com a matéria “planejamento de TV a cabo”. Mas nesse processo de deliberação, a Anatel entendeu suspender a eficácia das Portarias nºs 399/97 e 398/97, ambas do Ministério das Comunicações, que tinha tudo a ver com o planejamento de TV por assinatura. Entre outras coisas também, ela determinou internamente à Anatel que começasse imediatamente a processar todos os pedidos de outorga de TV a cabo. Mas ela condicionou isso a que houvesse uma deliberação definitiva por parte do Conselho-Diretor da Agência. Então, em virtude disso, o Tribunal já autuou o processo e começou a fazer as diligências, começou a fazer as fiscalizações necessárias.

Mais recentemente, no dia 25 de novembro deste ano, a Anatel provou um novo planejamento do serviço de TV a cabo, o que foi questionado aqui, distribuição de muitos sinais.

Apenas uma observação. O questionamento principal é que a Anatel mudou a lei por uma portaria interna, quando, na verdade, deveria ser por intermédio de um projeto de lei para que, aqui no Congresso, aprovássemos a mudança da lei do cabo; isso não foi feito.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Correto. Então, Senador, a gente, em 25 do 11, recebeu do Tribunal de Contas da União, e este, de acordo com seus procedimentos de fiscalização, nesse primeiro momento, para adotar uma medida cautelar para suspender esse ato da Anatel, deveriam estar presentes dois condicionantes. Quais sejam eles: a fumaça do bom Direito, que é essa que o senhor colocou, que ela antecipou uma decisão do Parlamento, bem como o perigo da demora; quer dizer, a Anatel condicionou isso num prazo de 6 meses. Então o Tribunal, unindo à técnica, optou para ir à Anatel investigar mais detalhadamente esse processo, a fim de propor ao Ministro Relator, se for o caso, uma medida cautelar nesse caso. E porque a Anatel decidiu isso, mas ela falou que as expedições dessas novas outorgas estava condicionada à elaboração de uma regulamentação específica do serviço TV a cabo.

Então, sobre isso há um prazo de mais ou menos 4 meses para ser feito. E nesse momento, o Tribunal está atuando no processo, está fiscalizando, tem uma equipe de auditoria que vai para lá; entretanto, não estavam presentes os dois condicionantes para propor uma medida cautelar do ato da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Alexandre Annenberg.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Bem, a primeira constatação é aquela que já foi feita por vários

dos senhores: de querer que exista nesta Mesa uma unanimidade entre os vários expositores. E como muito bem ressaltou o Senador Inácio Arruda, essa unanimidade é fruto de um consenso negociado. Parece-me que esta constatação é aquela que facilita, sem dúvida nenhuma, o trabalho dos senhores.

Na verdade, depois de tantos anos de discussões, depois de tantos anos de propostas convergentes e divergentes, chegou-se a uma negociação final, e ela é submetida à avaliação dos senhores. Tenho a impressão de que isso deve facilitar a abordagem.

Bem, respondendo às perguntas específicas que foram feitas.

O Senador Alvaro Dias perguntou o que causou a mudança de posição da ABTA, que durante muito tempo foi contrária ao PL nº 29, e hoje tem uma posição favorável ao PLC nº 116.

A mudança da ABTA foi por força de uma constatação objetiva: a ausência de um marco regulatório convergente, claro e transparente. A ausência desse marco regulatório enseja atalhos, enseja interpretações legais, que já foram inclusive propostos pela própria agência reguladora. E esse é o pior dos mundos, na medida em que, para resolver o problema definitivo da entrada das teles no setor de TV por assinatura pela porta da frente; na medida em que se trata de resolver esse problema se procura utilizar subterfúgios que contornam a lei, nós estamos diante de um quadro extremamente preocupante.

Foi isso que fez a ABTA mudar de posição. E é por isso que nós deixamos para discutir o problema das quotas numa outra circunstância.

Agora, respondendo a segunda pergunta do Senador Alvaro Dias, que perguntou “se a ABTA entraria com alguma ação judicial em relação às quotas”. Evidentemente, é muito cedo para se discutir qualquer coisa nessa linha. A única coisa que posso dizer com clareza e com certeza é que somos de opinião que ações judiciais são a última alternativa para se resolver problema dessa magnitude. Então, nós temos ainda muito campo pela frente.

Vamos viver todos os impactos que essa nova legislação trará e, em função dela, cada um vai se orientar da forma que for mais interessante: o mercado para o consumidor, para o modelo de negócios estabelecidos e, assim, por diante.

Há também as perguntas que o Senador Flexa Ribeiro fez.

Primeira pergunta: Quais os fatores que levaram a TV por assinatura a um crescimento tão substancial nesses últimos 3 anos, onde houve um crescimento de cerca de 80% como foi dito.

Os fatores são múltiplos. O primeiro deles é aquele que é mais do que conhecido: crescimento do poder aquisitivo da classe C. O crescimento desse poder aquisitivo propiciou um número de novos entrantes no mercado de TV por assinatura, extremamente expressivo. Mas não foi apenas isso. Outro motivo importante, também, decorre do fato de a TV por assinatura estar sempre na fronteira da tecnologia. Suas redes são as mais modernas e mais capacitadas a oferecer ao seu assinante o que existe de mais atualizado em termos tecnológico de TV por assinatura. Quem viu um jogo de futebol da Copa do Mundo em alta definição sabe a que estou me referindo. Quem teve essa oportunidade, dificilmente volta atrás. Estamos falando em 3D, em 3 dimensões. Esse foi um outro fator de crescimento extremamente significativo da televisão por assinatura. E mais, a oferta da banda larga de qualidade, com velocidade e estabilidade extremamente sentidas pelo consumidor. As redes de TV a cabo são aquelas que estão no estado da arte, são as redes que são iguais nas suas estruturas topológicas com fibras óticas e cabos coaxiais, são iguais às melhores redes existentes no exterior. E são essas redes que viabilizam uma banda larga de altíssima qualidade.

Apesar de a TV a cabo estar apenas em 230 municípios, as operadoras de TV a cabo têm hoje a maior participação no mercado de banda larga, considerando todas as teles envolvidas.

Isso mostra o porquê o crescimento de TV por assinatura e que continuará dessa forma.

A outra pergunta feita pelo Senador Flexa Ribeiro foi:

O que queremos resolver com o projeto de lei?

O que nós deveríamos querer resolver com o projeto de lei é a formação de um novo marco regulatório que permita a utilização das plataformas convergentes, que vai exigir por parte das teles um imenso investimento. Hoje, as teles estão presentes em todo o território nacional com uma capilaridade extraordinária. Enquanto a TV a cabo está em 230 município, as teles estão em 5565 municípios. Elas estão presentes em todos esses municípios. No entanto, suas redes, por força das circunstâncias que todos conhecemos, são obsoletas, exigem investimentos altíssimos para poderem oferecer conteúdos da qualidade do audiovisual e da banda larga. Portanto esta é uma necessidade inadiável que nós precisamos fomentar, para podermos oferecer essas múltiplas plataformas convergentes ao mercado, ao consumidor.

É esse o objetivo do PLC116. Viabilizar a entrada das teles e, portanto, viabilizar os investimentos que vão assegurar ao nosso mercado plataformas capa-

zes de oferecer, logo em seguida, o plano nacional de banda larga que todos nós desejamos.

A outra pergunta é sobre a inclusão de audiovisual vindo da internet, se isso altera o quadro.

Em princípio, não. Em princípio, não altera o quadro. São modelos diferentes. O que se obtém na Internet é praticamente aquele conteúdo *on demand*. É o conteúdo pedido especificamente sob encomenda.

O que a TV por assinatura oferece é um outro modelo, e os dois podem competir e conviver. O modelo da TV por assinatura é uma grade, onde o expectador tem à sua disposição uma grade de múltiplos programas, das mais variadas alternativas, e onde ele navega segundo seus interesses. O que a Internet oferece, em termos de *on demand*, são conteúdos pontuais, sob demanda específica. Ambos são importantes para o consumidor, e vão competir, mas um não substitui o outro. Isso é muito importante que se saiba.

Essas foram as perguntas que objetivamente foram feitas. Eu só não posso deixar de referir que, apesar dessa nossa unanimidade, evidentemente temos ainda algumas diferenças de abordagem em relação a alguns assuntos.

Eu não posso deixar de mencionar a enfática apresentação do nosso querido presidente da Ancine, Manoel Rangel, que infelizmente peca pela utilização de alguns números que merecem maior discussão. Quando ele diz que a TV por assinatura no Brasil é muito cara, eu digo: é claro que é cara! É cara como é caro o automóvel no Brasil, como é cara a geladeira no Brasil, como são caros os eletrodomésticos no Brasil, e principalmente quando se pega um dólar como é o dólar atual. Esse é um dado metodológico que pode mudar completamente qualquer análise que se faça. Se nós regredíssemos o valor do dólar a um ano atrás, ou a pouco mais de um ano atrás, apesar de toda essa carga tributária que onera os preços em geral no Brasil, os nossos preços em TV por assinatura estariam perfeitamente na média dos países que se queira nomear.

Portanto, é alguma coisa que nós precisamos discutir melhor, Manoel, para esclarecimento geral.

Há certas afirmações que, repetidas muitas vezes, acabam tendo veios de realidade. Afirmações do tipo: a penetração de TV paga no Brasil é baixa. Claro! A afirmação, em si, é correta. E é correta por que? É correta porque, como eu já disse antes, há dez anos não se faz uma única licitação, uma única outorga de uma licença de TV a cabo ou MMDS no Brasil. E, com isso, a penetração não tem como crescer. E, além disso, o Brasil tem uma situação extremamente peculiar e completamente diferente da grande maioria dos países. O Brasil é o único país onde a TV aberta oferece,

gratuitamente, conteúdos que são chamados de conteúdos *premium*. Oferece gratuitamente a todos: Olimpíadas, Copa do Mundo, Fórmula 1. Nenhum desses conteúdos na Argentina, por exemplo, que você mencionou, é oferecido gratuitamente. Lá são oferecidos pela TV paga, como são oferecidos no mundo inteiro. Conteúdos *premium* são oferecidos pela TV paga, e os expectadores pagam para ver esse conteúdo. No Brasil, isso não acontece - o que nos oferece um desafio a mais. A TV paga, apesar de tudo isso, tem a curva de crescimento que todos estamos vendo. O que significa que nós, apesar de tudo isso, estamos oferecendo alternativas de conteúdo de qualidade para os telespectadores.

Eu queria também fazer uma pequena observação ao prezadíssimo e queridíssimo amigo Luiz Carlos Barreto, que, no seu poético entendimento da Economia, ousa vislumbrar o dia em que teremos 90 milhões de assinantes de TV por assinatura no Brasil. Não teremos, Barreto. Noventa milhões é um número muito superior ao número de residências existentes no Brasil e é o número de residências que são os assinantes de TV por assinatura. Os assinantes não são indivíduos, são famílias, são residências.

Então, nós precisamos manejar os números com uma certa parcimônia para se poder ter um quadro claro e objetivo da situação. Mas, isto posto, parece-me que o resultado mais importante que pelo menos eu consigo enxergar neste nosso encontro hoje é esse consenso, essa unanimidade pela aprovação do PL nº 116. Já era tempo de nós chegarmos a isso. Estamos atrasados. Esta é a verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Cícero Aragon.

O SR. CÍCERO ARAGON – Bom, vou começar, então, respondendo as perguntas do Exmº Sr. Senador Alvaro Dias em relação à questão da audiência do Canal Brasil e da audiência desses canais.

Eu acho que é muito claro nós pegarmos padrões, na verdade, para perceber o gosto e, enfim, a escolha do brasileiro pelo conteúdo brasileiro.

Quando a Rede Globo, que é o maior canal aberto brasileiro, exibe filmes brasileiros, filmes nacionais, naqueles festivais de verão e programas específicos, essas são, sem dúvida, as maiores audiências que a Rede Globo tem, talvez à exceção de futebol e Jornal Nacional, de seus clientes

Sem dúvida alguma, esses canais têm condições de ter muita qualidade. Se eles os têm, se esses conteúdos são disponibilizados, isso é uma escolha de cada empresa, de cada programadora, no caso do Canal Brasil. Mas, sem dúvida alguma, existem canais,

existem conteúdos para qualificar esses canais da forma que eles merecem.

Os canais brasileiros, na verdade, como um todo, na TV por assinatura são os mais assistidos. Isto é de conhecimento geral. Temos alguns canais que são só canais fechados, como é o caso do GNT, que é um canal campeão de audiência também. Basta acessar as pesquisas publicadas.

Então, não temos dúvida de que esses novos canais, esses canais que vierem a surgir agora com as cotas, serão extremamente atraentes e terão muita qualidade.

Vale lembrar, mais uma vez, que, falando em canal de conteúdo independente brasileiro, como V. Exª se referiu, nós estamos falando da cota de termos mais um. Ou seja, entre os 130 ou 140 canais que são disponibilizados na TV por assinatura, estamos falando que, em vez de termos um, temos dois.

E ainda é importante registrar que o próprio Canal Brasil não está hoje nem com 50% da base de assinantes da TV por assinatura. Então, neste sentido, foi uma outra colocação feita, que acho importante completar, na verdade, é a questão de escolha, a questão do consumidor, a questão de ele poder optar. Então, a pergunta é: quais dos senhores têm condição de optar, dentro dos pacotes, que canais tem? Quer dizer, esses pacotes de canais já vêm prontos. Então, essa escolha, que é muitas vezes defendida, é extremamente relativa, porque são os pacotes que o assinante, que eu, Cícero Aragon, assinante, decido, e não por mais um ou outro canal. Acho importante registrar isto.

Além do mais, como escolher se eu não tenho acesso? O consumidor vai perder, vai ser cerceado de sua escolha, se hoje ele já é cerceado de escolher se quer ou não. Hoje, canais independentes, mais canais brasileiros não estão disponíveis para os assinantes. Então, como eles escolherem?

Na minha apresentação, citei o caso da Abril, por exemplo, que disponibilizou dois canais. Esses canais não conseguiram nem ser distribuídos. Então, como saber se o usuário, se o consumidor, se nós, assinantes, gostaríamos de assistir a esses canais se nem nos foram disponibilizados?

Então, são aferições muito importantes que, às vezes, nessa profunda reflexão a gente não se dá conta e que são coisas do nosso cotidiano, do nosso dia a dia do mercado de TV por assinatura.

Como saber da qualidade dos conteúdos desses canais – essas duas perguntas estão juntas – e dos próprios canais? De alguma forma, já respondi isso na primeira pergunta. V. Exª mesmo registrou a qualidade do Tropa de Elite, a qualidade de outros filmes brasileiros...

Então, volto aos números iniciais. O Brasil, hoje, faz cerca de noventa longametragens por ano. Nos últimos dez anos, sem dúvida nenhuma, a gente pode contabilizar uns setecentos títulos só de longametragens brasileiros.

Eu não estou nem citando médias metragens, curtas metragens, minisséries, animações. Então, para os senhores terem uma ideia, a média de um número de filmes de um canal de filmes, por exemplo, de cinema brasileiro é mais ou menos 90 longas metragens, fora médias, curtas etc.

Então, me parece crível, extremamente crível pensar ou não me parece crível pensar que, se pensarmos em 800 títulos que temos na prateleira, que não consigamos tirar 80 títulos com qualidade com este País. Quer dizer, isso seria na verdade muito pequeno e muito pouco da qualidade da nossa qualidade audiovisual e do talento brasileiro e do que a gente é capaz.

Então, não tenho dúvida em afirmar que sim, esses canais novos terão extrema qualidade, serão extremamente atraentes, o Brasil está cada vez mais, a produção brasileira está cada vez mais aprendendo a dialogar com o seu público. Agora, é essencial que o público tenha acesso para poder fazer essa escolha.

Cito um exemplo que é muito interessante, que talvez não seja de conhecimento dos senhores, mas as distribuidoras americanas demoraram muito tempo para começarem a coproduzir ou coproduzir significativamente com a produção brasileira por medo de qualidade, por dúvida na qualidade desse produto.

Por causa do art. 3º e de incentivos feitos, hoje são grandes coprodutoras brasileiras e estão fazendo sucesso como esses a que os senhores estão assistindo. Então, esse passo só foi possível porque houve um art. 3º, houve um incentivo e porque foi dado um primeiro passo. É importante que a gente dê um primeiro passo na relação do conteúdo audiovisual brasileiro.

Bem, ainda foi colocada pelo Senado Flexa a outra pergunta que foram os gargalos que serão, na verdade, resolvidos com este projeto de lei.

Sem dúvida alguma, o conteúdo audiovisual brasileiro vai passar a chegar a seu público. Hoje basicamente a gente só dispõe de salas de cinema para que esse conteúdo chegue a seu público, e esse espaço ainda é muito pequeno, porque ele disputa da mesma forma espaço com o cinema americano e com as outras cinematografias. Então, apesar de já estarmos na Internet, apesar de termos alguma pequena entrada em canais brasileiros abertos, a TV por assinatura para esse mercado, e como é no mercado mundial, passa a ser a grande possibilidade, a grande janela para que a gente possa chegar ao nosso público.

A questão de mais investimentos. Ou seja, o projeto de lei também prevê o investimento de um fundo de investimento, ou seja, do Fustel, que vai estar indo para o Fundo Setorial do Audiovisual e que vai possibilitar injetar na atividade mais de R\$500 milhões por ano, que vai estar desenvolvendo tanto esses conteúdos para o cinema, para continuar fazendo filmes a exemplo do Tropa de Elite e para fazer filmes autorais, filmes maravilhosos, filmes que são brilhantes como os filmes de Rosenberg Cariry, como os filmes de Barreto e de outros tantos produtores nacionais. Então, os gargalos resolvidos serão o acesso ao público, serão o financiamento à produção audiovisual e serão mais espaço para a produção audiovisual.

Eu encerro, na verdade, a minha participação, porque esta seria a minha última intervenção, imagino, fazendo uma reflexão: as empresas demoraram muito tempo, muito tempo, para entender que responsabilidade ambiental era uma coisa desnecessária, que isso não era importante. No entanto, hoje, essas empresas que desenvolvem, que têm responsabilidade social, responsabilidade ambiental têm muito maior retorno econômico com seus produtos, esses produtos são muito mais atraentes para o público consumidor.

Então, eu não tenho dúvida de que, a partir do momento em que as operadoras de TV por assinatura disponibilizarem mais canais brasileiros, mais canais de conteúdo independente brasileiro e disponibilizarem conteúdo independente brasileiro nos demais canais da suas grades, sem dúvida alguma, a escolha, a opção por TV por assinatura vai crescer mais ainda do que está crescendo, porque o Brasil quer se ver na televisão, o Brasil quer se espelhar, como foi colocado pela Senadora com bastante competência, o Brasil quer se ver na TV. Eu quero ver as minhas histórias, o mundo hoje está cada vez mais, enfim, cada vez mais universal. Mas nada mais universal que nossas próprias histórias. Então, as nossas próprias histórias e este Brasil precisam ser contados para o próprio Brasil e para o mundo, e este projeto, o PLC 116, é o que vai possibilitar isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos votar dois requerimentos antes de prosseguir com a audiência pública: um, do Senador Inácio Arruda, que pede inclusão no rol dos convidados para segunda audiência do Sr. Marco Altberg, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão, ABPI-TV, e outro do Senador Cícero Lucena, que pede a inclusão de um representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) também para participar da mesma segunda audiência.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou proceder à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Com a palavra o Sr. Cesar Rômulo Silveira Neto, representante do Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil).

O SR. CESAR RÔMULO SILVEIRA NETO – Senador, a nossa primeira declaração é de que reafirmamos a necessidade da urgente aprovação do PLC nº 116. Isso vai resolver vários dos problemas apontados nas perguntas que os Senadores acabaram de fazer.

Primeiro, ao Senador Alvaro Dias. As empresas de telecomunicações estão ávidas para atender à demanda dos seus consumidores – que é oferecer serviços de valor adicionado, serviços de chamados *triple play, quadriplay* – e estão prontas para fazer investimentos maciços, como já fizeram para atender às políticas públicas de telefonia nesse setor.

Questão do subsídio cruzado. É uma prática que não praticamos. O que acontece é que há um subsídio, se assim pudermos chamar, um subsídio ao contrário. Estamos presentes, por força das políticas públicas estabelecidas pelo Congresso Nacional e pelo Governo, em mais de 37 mil localidades. Talvez sejamos o serviço público que esteja mais próximo da população nos rincões mais remotos da Pátria. Em qualquer localidade com cem habitantes, estamos lá presentes.

Operar e manter os serviços com as qualidades que são exigidas pela regulamentação, nessas 37 mil localidades, é um custo onerosíssimo, e poderíamos até dizer que o subsídio que eventualmente exista é das localidades mais bem aquinhoadas, que suportam a operação e a manutenção desses serviços em localidades remotas, de difícil acesso, que são todos deficitários.

Eu afirmaria também para o senhor, Senador, que o setor de telecomunicações talvez seja um dos mais disciplinados, em obediência à regulamentação e na implementação de políticas públicas. Esses 183 bilhões de investimentos foram feitos para dar cumprimento a políticas públicas. E esteja certo, Senador, que, em havendo novas políticas, estaremos dispostos a continuar a cumprir rigorosamente as políticas que forem determinadas.

Casando com uma questão que a Senadora Ideli apresentou, uma das coisas com que o setor de telecomunicações se preocupa muito é que, desses falados R\$130 bilhões que foram efetivamente faturados pelo setor de telecomunicações, o valor adicionado é

de cerca de 46%. Desses 46%... Estamos falando da ordem de 130 bilhões; metade, 65. Desses 65 bilhões arrecadados, 63% são recolhidos para o Estado brasileiro, na forma de tributos – 62, perdão... Repito: 63% nós recolhemos a título de tributos para o Estado brasileiro; 21,5% são utilizados para pagar os rentistas, basicamente juros dos financiamentos adquiridos; 8% desse valor adicionado é apropriado pelos trabalhadores; e 7,5% são apropriados pelos acionistas, que são utilizados basicamente no pagamento de dividendos, aqueles dividendos quase que compulsórios, e no reinvestimento, ou seja, nesses 130 bilhões de reais de receita, dos quatro principais atores, vamos dizer assim, na produção de serviços, os acionistas são os que ficam com a menor parte. A maior parte fica com o Estado brasileiro, da ordem de 63% do valor adicionado produzido.

Então, respondendo à Senadora Ideli: o que nos preocupa não é o PLC 116; pelo contrário, a gente está vendo o PLC 116 como uma solução para dar mais uso a investimento que já foi feito, o que possibilitará as empresas de telecomunicações a prestarem serviços que hoje estão impedidas de prestar.

E, como bem destacou o Annenberg, estamos perdendo mercado, as empresas de tele estão perdendo mercado, porque não estão podendo oferecer serviços de banda larga, serviços de valor adicionado, *triple play, quadriplay*, que o mercado, a sociedade está demandando, e estamos preocupados de não estar podendo atender a essa demanda em todos os Municípios brasileiros.

Outra questão que nos preocupa é o Fust, que foi criado para financiar a universalização dos serviços de telefonia. Existe um projeto do Senador Aloizio Mercadante, que hoje está na Câmara dos Deputados, que seria uma boa medida. Uma boa contrapartida da Câmara dos Deputados à aprovação do PLC 116 seria a aprovação do projeto, que teve origem aqui nesta Casa, da questão da redestinação da aplicação dos recursos do Fust, que achamos fundamental que sejam também imediatamente aplicados.

Outra questão é a questão do Fistel, que está a onerar tremendamente os usuários de telefonia celular, principalmente os dos celulares pré-pagos. Estamos arrecadando, já arrecadamos, em termos de Fistel, mais de 30 bilhões de reais, que não foram aplicados segundo o que a lei aprovada pelos senhores manda que seja aplicado. Está fazendo superávit primário para pagar os juros da dívida pública. O recurso do *(falha na gravação)* está onerando os usuários, principalmente os de celulares de pré-pago, o que impede que eles façam uma melhor utilização dos serviços.

Quanto às questões colocadas pelo Senador Inácio Arruda, ele fez um comentário interessante, de que nós não nos manifestamos quanto à questão de identidade nacional, e não foi por falta de lembrança ou falta de dar importância a isso, porque nós atuamos como distribuidores. Mas eu gostaria de ressaltar que toda essa possibilidade de os produtores de conteúdo, da radiodifusão fazerem esse fortalecimento nacional, muito disso é feito em cima das redes por nós implantadas.

Lembrando sempre que, na história das telecomunicações, tivemos vários projetos, projetos de integração nacional pelas telecomunicações, que não estão tanto tempo lá atrás, todo atendimento de fronteira, todo atendimento das ilhas dos faróis somos nós que fazemos. E, lembrando, nós estamos presentes em mais de 37 mil localidades neste País. Talvez sejamos o único serviço público que esteja presente em todas essas localidades.

Finalmente, na questão levantada pelo Senador Flexa Ribeiro, o que mudou nesse cenário é que a TV por assinatura cresceu porque uma das questões, além da qualidade dos serviços que eles estão prestando, que melhorou com a TV digital muito, é a demanda por banda larga. Nós queremos também poder atender com a tecnologia moderna que as TVs por assinatura estão podendo oferecer a seus usuários e nós estamos impossibilitados de prestar esse tipo de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine.

O SR. MANOEL RANGEL – Foi muito interessante o debate e as questões todas que surgiram. Eu acho que o Annenberg é feliz ao mencionar o quadro instável de ontem e de hoje. É, de fato, um quadro instável o quadro em que estamos vivendo. O mercado vai impondo o seu ritmo e ditando a forma como ele vai encontrando as brechas para operar. É o mercado que está impulsionando esse redesenho da realidade que nós conhecemos, da realidade que o marco regulatório construiu, e o faz de uma maneira que, embora tenha méritos, é pouco feliz, porque deixa uma instabilidade geral na operação desse serviço no País, instabilidade essa que coloca em xeque a atuação também dos reguladores, que são pressionados a lidar com uma realidade nova que se impõe pela mão do mercado e para a qual é preciso construir um novo arcabouço regulatório.

Portanto, ele é feliz quando diz que é a esse quadro instável que o PLC nº 116 dará segurança jurídica. É nesse quadro instável que o PLC nº 116 fará aflorar a garantia do interesse público. E o PLC nº 116 oferece

um avanço conceitual que permite também recepcionar o futuro regulatório desse setor.

O Senador Antonio Carlos Júnior, como especialista que é e conhecedor da matéria, diz, com muita razão, que as mudanças nos últimos anos impuseram uma nova realidade para o empresário da comunicação, para a empresa de comunicação, colocando, por um lado, a questão das redes e, por outro, a questão dos conteúdos, e que, portanto, esse negócio se colocou: se antes era tratado como uma coisa só, passou a ter duas dimensões mais evidentes. Elas sempre tiveram presentes, mas agora elas estão evidentes e pedindo solução.

O que eu acho é que, embora tenha sido tentada, nesses quatro anos, a ideia de trabalhar em espaços separados as duas matérias, esse era um caminho possível teoricamente. A realidade demonstrou que, embora se tratem de duas realidades, a realidade das redes e a realidade do conteúdo, a camada de telecom e a camada de audiovisual, quando a gente pega uma matéria sensível, como a prestação do Serviço de Acesso Condicionado, o serviço de TV paga, ou quando você pega uma matéria que não está em debate aqui, repito, não está em debate, como o da radiodifusão, as coisas se imbricam e têm um vetor que conduz a oferta desse serviço. O vetor que conduz é a oferta da obra audiovisual, é a oferta do conteúdo, ou seja, é o aspecto comunicação.

Portanto, se nós tivéssemos feito o que o PL nº 29 do Deputado Paulo Bornhausen propunha na sua origem e esquecido os outros três projetos de lei e esquecido o projeto de lei do Senador Flexa Ribeiro também, nós teríamos criado uma grave dificuldade para as empresas de comunicação brasileiras, nós teríamos criado graves dificuldades à televisão aberta brasileira, nós teríamos criado graves dificuldades aos programadores brasileiros e teríamos, por extensão, criado um cenário de muita dificuldade ao conteúdo brasileiro, à identidade nacional dentro do espaço de comunicação que o mercado brasileiro oferece.

É por isso que a solução acabou tendo que ser dada de maneira articulada, numa negociação que procurou equilibrar os vários pratos da balança, procurando encontrar equilíbrio.

O Senador Flexa Ribeiro, também de maneira muito arguta, diz: “esta audiência pública prestaria um serviço maior se apontasse o que falta resolver dentro do PLC nº 116”. E aí, Srs. Senadores, o que eu acho que emergiu desta mesa é que, a rigor... Por que o dissenso não foi a tônica nesta mesa? O dissenso não foi a tônica nesta mesa, porque houve a construção de um consenso, de um consenso que não foi um consenso pacífico, que não foi um consenso carente de polêmi-

cas, que não foi um consenso gratuito e fácil. Não, foi um consenso difícil, polemizado, em duras batalhas, mas foi um consenso negociado.

Eu assisto ao trabalho dos senhores e sei que o esforço que os senhores fazem todos os dias é o esforço da construção do consenso, não da unanimidade, mas da construção do consenso. Eu quero dizer que os senhores contribuíram para isso desde as primeiras audiências públicas realizadas em 2006 e contribuíram para isso no processo que teve curso ao longo dos quatro anos. É por isso que aqui a ênfase não foi dada na polêmica.

Eu poderia aqui, se os senhores me solicitassem, listar dez, quinze, vinte, talvez trinta artigos polêmicos do PLC nº 116. Poderia dizer aos senhores: nisso aqui, fulano e beltrano concordam, cicrano e outro discordam radicalmente. Nesta matéria aqui, Maria e João são a favor; naquela ali, Benedito e Paulo são radicalmente contra. Esta matéria aqui era, na origem, defendida por Elizabete e por Joana desta maneira, mas ficou desta maneira, porque Ricardo e Roberto apresentaram essas, e essas, e essas ponderações, e a única coisa que restou foi isso.

Para vocês terem uma idéia da maneira como essa obra foi construída, essa obra não é fruto do talento das entidades. Quero dizer: não é fruto do talento da Telebrasil, da ABTA, do CBC, do Sicav, da Abert, da Abra não. É fruto do talento dos Parlamentares brasileiros, é fruto do talento de Deputados como o Deputado Julio Semeghini, do PSDB de São Paulo, o Deputado Jorge Bittar, do PT do Rio de Janeiro, Deputado Paulo Lustosa, do PMDB do Ceará, Deputada Solange Amaral, do DEM do Rio de Janeiro, Deputado Felipe Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, Deputado Paulo Roberto, do PTB do Rio Grande do Sul, e vários outros que eu, injustamente, não estou citando.

Mas é para dizer que foram eles que impuseram aos agentes econômicos que eles teriam que encontrar denominadores comuns e que, mesmo quando o agente econômico dizia “não, não, não e não vou deixar que esse processo siga” e mobilizava seus parlamentares para não deixar o processo andar,— porque os senhores sabem que esse é o jogo democrático —, esses parlamentares diziam de maneira dura: se vocês não se entenderem, não haverá entendimento possível dentro do Congresso nacional, porque o Congresso Nacional representa os interesses da sociedade brasileira. Aqui se pactuam os interesses da sociedade brasileira. São os senhores os guardiões do interesse da sociedade brasileira. Eu diria que, acertadamente, faziam o seu trabalho, ouvindo todo mundo, levando em conta o que todo mundo tem para dizer. E eu, longe de mim. Senador Antonio Carlos, tenho o

maior respeito por esta Casa, tenho o maior respeito pelo trabalho do Congresso Nacional, acho que é aqui que se garante a democracia. E, evidentemente, se o Senado entender que tem que fazer alterações, deve fazer, independente dos interesses econômicos, dos interesses das pessoas, independente inclusive do grande consenso construído. Ou seja, o nosso papel apenas é procurar atender o pedido que os senhores nos fizeram: informá-los do que aconteceu até o presente momento.

Há uma frase muito feliz que foi cunhada durante o Congresso da ABT, Annenberg. Muito feliz. É uma frase de um agente econômico importante do País. Ele disse o seguinte: “Quem programa e produz não distribui. Quem distribui não programa nem produz.” Ele sintetizou, nessa frase simples, a complexidade do PLC 116 e de um cenário que pode ser um cenário favorável ao Brasil ao longo dos próximos anos.

O Senador Flexa diz da necessidade de fazer do Brasil uma grande potência do mundo globalizado. Eu acho que o PLC contribuirá para isso ao fortalecer produtores e programadores brasileiros, não produtores e programadores brasileiros trabalhando com conteúdo estrangeiro. Não. O que a lei está trazendo são benefícios a produtores e programadores brasileiros trabalhando com conteúdo brasileiro. Não há cota para programador brasileiro em geral, para ele distribuir conteúdo estrangeiro. Há cota para programador brasileiro distribuir canal que tenha a maioria de conteúdo brasileiro.

Portanto, eu sintetizaria, respondendo ao Senador Flexa Ribeiro, sem deixar de responder a algumas questões de maneira mais pontual, que os objetivos com o PLC 166 são, como já disse o Annenberg, uma nova base conceitual que modernize o marco regulatório. Mas há alguns outros objetivos, mais diretos e explícitos sobre o olhar do usuário: é expandir o serviço por todo o País, é oferecer maior competição, é oferecer mais conteúdo brasileiro, que tem um imenso valor afetivo para os brasileiros, e oferecer uma tevê paga com maior qualidade, mais diversidade, maior penetração no território e menor preço.

Eu queria comentar a questão que o Senador Alvaro Dias levantou, de que eu concordo que, num cenário ideal, seria melhor que as empresas percebessem que, no Brasil, o conteúdo brasileiro tem mais força, porque nos canais de televisão por assinatura, por incrível que pareça, a maior audiência ainda são dos canais de tevê aberta. Depois dos canais de tevê aberta, estão entre as maiores audiências canais que têm uma grande força de conteúdo brasileiro, como o Canal Multishow, o Canal Brasil. Então, entre as 25 maiores audiências da tevê por assinatura, embutidos

nessas 25 maiores audiências, os canais de televisão aberta, por incrível que pareça. O que parece ser um contrassenso pagar na televisão por assinatura para assistir a canal de televisão aberta. Mas isso acontece também porque em nossas casas a gente não vai ficar trocando as conexões, a gente aí receber tudo pela mesma conexão, não é mesmo?

O fato é que a estrutura mundializada da distribuição, Senador Alvaro Dias, faz com que o programadores estrangeiros que atuam aqui no Brasil são também grandes casas produtoras nos seus países de origem. Eles montam canais de distribuição aqui para otimizar o conteúdo que produziram lá fora. Então, o que eles querem é rentabilizar ao máximo o conteúdo que eles já produziram lá fora. Tratar com um conteúdo produzido aqui implica um novo gasto, um novo custo. Na lógica do negócio da matriz, não faz sentido. Para nós que somos brasileiros faz todo sentido ter mais conteúdo brasileiro sendo veiculado. E quero dizer que alguns programadores estrangeiros, quando têm oportunidade – e nós temos colocado recurso público a disposição deles – têm feito um esforço grande de produzir conteúdo brasileiro, mas eu preciso dizer: têm produzido conteúdo brasileiro com dinheiro público brasileiro para veicular nesses canais.

Acho que a nossa qualidade vai se impor. Ela já se impõe na televisão aberta e vai se impor também na televisão por assinatura. Acho que o que está em jogo é, de fato, como disse a Senadora Ideli, um esforço de maior qualidade, de maior acesso, um esforço de defesa do interesse nacional dentro desse cenário. Eu não consigo ver nada no PLC nº 116 que deveria ser retirado. Que poderia ser acrescido, vejo várias coisas. Contento-me em não pensá-las nesse momento por aquele esforço de contenção de pensar: as coisas só chegam ao fim quando chegam ao fim. E se em algum momento não se colocar um fim, nós poderemos debater pelos próximos anos sem conseguir lidar com essa realidade instável que está posta diante de nós.

Por fim, eu queria comentar que entendo que saímos desse quadro de cinco milhões para 9,3 milhões, nos últimos quatro anos, porque aumentou a renda do brasileiro, entraram novos operadores de cabo, operadores de televisão por assinatura, corrigindo-me, as telefônicas passaram a oferecer o serviço, porque houve fusões. A NET passou a estar associada com a Telmex e a Embratel, o que cria uma sinergia do negócio. A TVA passou a estar associada com a Tefônica, o que criou uma sinergia do negócio e permitiu a oferta do *triple play*, que alavancou a expansão do serviço de televisão por assinatura. Agora, poderia ter crescido muito mais, numa realidade onde as barreiras de entrada tivessem caído, as barreiras de entrada

para distribuição de serviço e as barreiras de entrada de conteúdo, de programadora. Se essas barreiras caírem, o mercado vai crescer velocemente, e as empresas brasileiras terão uma presença indispensável nesse cenário.

A questão da comunicação audiovisual em geral que o PLC traz como conceito, o Annenberg já respondeu, e sobre a questão eu ficaria por aí, porque não nos cabe prever o futuro, o futuro pertence a Deus e pertence aos brasileiros que irão construí-lo nos próximos anos.

E por fim dizer que, como apontei anteriormente, as empresas brasileiras que recebem algum tipo de benefício dentro desse projeto – como o art. 6º desse projeto, que diz que são as empresas brasileiras que devem poder trabalhar com eventos de interesse nacional – o fazem para trabalhar com o conteúdo nacional. Portanto, não é uma reserva indevida. É um estímulo para que as empresas brasileiras continuem a existir, fortaleçam-se e tenham uma presença no mundo, porque, além de exportar petróleo, além de exportar soja, além de exportar ferro, também deveríamos exportar o imenso talento que os brasileiros têm para produzir televisão, para produzir cinema, para produzir publicidade. E para isso, é preciso ter empresas fortes.

Muito obrigado, Senador.

Obrigado, Senadores, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Barreto Borges, conselheiro fiscal do Sindicato Interestadual da indústria audiovisual – Sicav, Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ CARLOS BARRETO BORGES – Vou inverter um pouco aqui a ordem das intervenções, porque há duas coisas importantes, duas questões colocadas muito importantes: uma, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães; e outra, pela Senadora Ideli, que lembrou também qual é o grãozinho que está empatando, porque a gente está discutindo de novo tudo isso. Porque o consenso feito lá na Câmara está aqui nesta Mesa. Não tem ninguém aqui dizendo que aquilo que nós escrevemos ali, que está lá, que nós fomos ali assessorados pelos Deputados e tal, e criamos esse texto jurídico, que é o PL 29 e agora PLC 116, ele permanece na cabeça de todo mundo. Aqui está todo mundo de acordo e querendo que ele seja aprovado. Não estamos trazendo ao Senado uma questão polêmica. Quer dizer, o Senado...

Então, o Senador Antonio Carlos tem todo o direito e dever de defender essa ideia de o Senado não ter que ser apenas um ratificador de coisa que vem porque tem pressa, porque tem que passar e tal. Pela minha idade, como fui muito amigo de Antonio Carlos, amigo, amigo, amigo, era também uma coisa que

Antonio Carlos sempre dizia: “Não, não podemos ser aqui só...” Ele dizia: “Sarney, não podemos estar aqui só assinando coisa que vem dos Deputados porque lá não dá tempo mais. Isso aqui... Então, não precisa vir aqui”. Concordo inteiramente.

No caso aqui, nós representamos um consenso de associações que estão envolvidas num negócio enorme do ponto de vista financeiro, e nós aqui, produtores de conteúdo brasileiro, somos um grãozinho de nada nisso. Nós estamos envolvidos com tratores enormes e nós somos formiguinhas nesse negócio aqui. Imagine o trabalho de conciliar esses grandes interesses com as pequenas questões da produção nacional, do ponto de vista dos interesses comerciais de mercado. As indústrias criativas hoje estão incluídas entre as três maiores cifras de negócios do mundo. Elas estão em crescimento. Tem um estudo da Price Waterhouse que diz que o crescimento médio mundial, nos últimos dez anos, dessas indústrias criativas, foram da ordem 8,5%, 9% ao ano, enquanto toda a economia mundial estava reprimida. Nós mesmo aqui, na América Latina, 3%, 3,5%, 4%. Essas indústrias criativas na América Latina cresceram 8,2% ao ano; no Brasil, a quase 9% ao ano nesses últimos 10 anos, gerando emprego, renda, tudo isso.

Isso é o quadro do negócio, e a Senadora Ideli botou aqui o dedo ferida. O que está empatando esse negócio aqui? Para eu não jogar para debaixo do tapete, eu não tenho mais idade para jogar nada para debaixo do tapete, vamos abrir o jogo. O que está empatando esse negócio é que essas associações todas aqui fizeram acordo, e coisa que político mais respeita é acordo. O acordo é o capital maior... O respeito aos acordos é o capital maior do político, e não seríamos nós que iríamos trazer para vocês um falso acordo. E está aqui, agora, um ou outro caindo fora do acordo. Existe realmente um troço nesse negócio todo: uma empresa, uma única empresa do setor – a Sky, vamos dizer o nome – com uma posição radical, inclusive dentro da sua própria associação, e radical contra o fantasma da telefonia, que era um, depois, contra o fantasma da cota. Essa fantasma da cota, a Sky, na prática, cometendo uma violência, truculência. O Canal Brasil que estava lá sob contrato, tem lá um contrato até 2014, eles tiveram a arrogância, a petulância de romper o contrato e tirar do ar o Canal Brasil em retaliação ao fato de a gente estar lutando por essa lei.

Foi preciso que nós entrássemos também com certa violência e dizer assim: “Temos um contrato até 2014. Vai voltar no ar ou não vai?” E, no espaço daquele tempo, o Canal Brasil que é um canal não capitalizado ainda, não é um canal ainda fortemente capitalizado, sofreu um prejuízo de alguns milhões, com

um contrato vigente. Esse contrato não foi respeitado e, agora, eles voltaram a botar o canal no ar, um canal de conteúdo brasileiro.

Essa empresa Sky é o único, é o grãozinho que está aqui circulando. O lobby dela, não sei onde ela está, dando a aparência de que isto aqui é uma coisa apressada, de que o Senado vai... Não é nada disso. É o interesse exclusivo de uma empresa.

Então, estou aqui dizendo, abrindo, meu irmão... Não há nenhum motivo, para ficar fazendo um joguinho aqui, vamos dizer, de interesses. Até sei as consequências disso que estou fazendo aqui, neste momento. Sei muito bem as consequências que vamos sofrer por isso que estou dizendo aqui, mas não vou deixar isso debaixo do tapete.

Se esse projeto... O verdadeiro projeto de democratização da comunicação de massa no Brasil é esse, porque, no momento em que joga as telefônicas, que era o pavor de tudo, das televisões abertas e por assinatura, todo mundo... E essas televisões abertas e por assinatura terminaram por aceitar, porque racionalmente sabem que isto aqui não é... Não estou dizendo que são 90 milhões de lares: são 90 milhões de brasileiros. Acho que vamos atingir 30 milhões de lares. Botam-se aí três pessoas por... o que é pouco, para a vida brasileira. Trinta milhões de lares que vamos ter com a entrada das telefônicas.

Então, todo mundo entendeu que essa escala vai mudar o negócio. Agora, vamos... Eu posso aqui também fazer outro tipo de revelação, que temos sofrido na pele: quando nós colocamos no ar, por meio de uma programadora americana forte, a Fox, que nos comprou um lote de filmes, para exibir na América Latina, isso, há dez anos, e esse lote, quando entrou, provocou tal nível de audiência na América Latina, logo, imediatamente, percebeu-se que o conteúdo brasileiro tem um impacto muito grande na América Latina, uma preferência.

Eu já fui testemunha disso antes. Sou um pouco um dinossauro, com os meus 82 anos de idade. “O Cruzeiro”, a revista “O Cruzeiro”, que, todo mundo sabe, é o maior órgão de comunicação de massa do Brasil, resolveu tirar uma edição em espanhol. Chateaubriand... E fizemos uma edição de língua espanhola, para distribuir na América Latina. A “Life”, que era uma revista americana, tinha uma revista também em espanhol que estava sozinha no mercado.

Quando “O Cruzeiro” entrou, bateu a tiragem da “Life”, ultrapassou, teve a preferência do público no Peru, na Argentina, na Colômbia, em todo lugar. Em algum lugar, inclusive, “O Cruzeiro” entrava como contrabando, porque não tinha conseguido regularizar a situação.

Qual foi a providência imediata? Que todas as agências de publicidade – na época, todas americanas e européias – não veiculassem publicidade na revista “O Cruzeiro”. O que, em seis meses, inviabilizou a operação, e a revista “O Cruzeiro” teve que sair do mercado latino-americano.

Quer dizer, isso não tem nada de ideológico, não: é coisa comercial. A revista “O Cruzeiro” estava indo ali, para... Mas é evidente que ela levava ali a vida brasileira, o povo brasileiro, o carnaval brasileiro, o futebol brasileiro, a política brasileira – a cultura brasileira estava toda ali.

É o que está acontecendo. O que está acontecendo é o seguinte: a expansão. E a possibilidade que o Brasil tem de produzir conteúdos audiovisuais de poder competitivo, tanto em preço como em qualidade já é comprovada internacionalmente. O negócio é gente conseguir decuplicar a nossa capacidade de produção, porque tem um estudo realizado por empresas de mercado na Europa, na Suíça, sobre a demanda mundial de produtos audiovisuais. Só para falar de longa metragem, o mundo exigiria hoje uma produção de mais ou menos dez mil longas metragens por ano. O mundo não produz, incluindo a produção indiana que é a maior do mundo, mais do que três mil títulos. E necessitariam dez mil.

Então, o Brasil é um dos países que, por sua diversidade cultural, por sua extensão territorial, por sua grande riqueza de geografia humana e física, como diz Gabriel Garcia Marques, junto com os Estados, têm como grande vocação a produção audiovisual.

Se nós estamos pensando em ser não mais coadjuvantes no mundo, mas, sim, atores, nós temos que ter essa capacidade de levar nossa identidade, não para impor aos outros, mas para nos relacionarmos com os outros, não com o sentido imperialista.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Então, esse é o apelo que eu faço, Senador Antonio Carlos, que não pensem que esse projeto é arranjadinho para empurrar na goela do Senado. Não! Nós queremos... porque ele ainda vai ter que sofrer para frente, com a prática, muito aperfeiçoamento, porque a realidade vai ser muito dinâmica a partir disso. Vai ser muito dinâmica. Nós temos vendo aqui os investimentos já feitos pelas telefônicas geraram uma demanda que eles não podem atender. Nós vamos perder uns cinco anos possivelmente se a gente não avança nesse projeto. Nós vamos perder o bonde. Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradecendo a presença de todos, nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h58min)

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM CONJUNTO COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 53ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas e vinte minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Almeida Lima, Álvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, Gerson Camata, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jayme Campos e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra presença honrosa do senhor Paulo Lustosa, Deputado Federal – PMDB/CE. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Autoria: Deputado Paulo Bornhausen. Relatoria na CCJ: Senador Demóstenes Torres. **Convidados:** Renata Pagy Bonilha, Advogada, representante do Senhor Luiz Eduardo Baptista P. Rocha, Presidente da SKY; Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, representante do Senhor Emanuel Soares Carneiro, Presidente da ABERT; Adriano Roberto Civita, Conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV, representante do Senhor Marco Altberg, Presidente da ABPI-TV; Marcos Alberto Sant’anna Bitelli, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, representante do Senhor Carlos Alkimim, Diretor Executivo da ABPTA; João

Carlos Saad, Conselheiro Consultivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, representante do Senhor Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da ABRA; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Jacintho Arruda Câmara, Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representante do Prof. Carlos Ari Sundfeld, Professor da FGV e da PUC/SP; Roberto Moreira, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo – SIAESP; Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - DPDC, representante da Senhora Juliana Pereira da Silva, Diretora do DPDC; Tereza Trautman, Diretora da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual - APBA, representante do Senhor Jorge Moreno, Presidente da APBA. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a 45ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 53ª reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 34ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e 37ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. De autoria do Deputado Paulo

Bornhausen, conforme requerimentos aprovados nas Comissões.

Convidados: Renata Pagy Bonilha, advogada, representante do Sr. Luiz Eduardo Baptista Rocha, Presidente da Sky; Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, representando o Sr. Emanuel Soares Carneiro, presidente da Abert; Adriano Roberto Civita, conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV, representando o Sr. Marco Altberg, presidente da ABPI-TV; Marcos Alberto Sant’anna Bitelli, consultor jurídico da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, representante do Sr. Carlos Alkimin, diretor-executivo da ABPTA; João Carlos Saad, conselheiro consultivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, representando o Sr. Amilcare Dallevo Júnior, presidente da Abra; Ronaldo Mota Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Jacinto Arruda Câmara, professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representando o Professor Carlos Ari Sundfeld, professor da FGV e da PUC, de São Paulo; Roberto Moreira, presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo – SIAesp, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC, representando a Srª Juliana Pereira da Silva, diretora do DPDC; Tereza Trautman, diretora da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual – ABPA, representando o Sr. Jorge Moreno, presidente da ABPA.

Como temos um número grande de convidados e deveria ser sempre assim, vamos dar cumprimento ao Regimento da Casa, para que todos possam falar, os Srs. Senadores possam perguntar, e os convidados possam responder dentro do prazo legal. Claro que haverá tolerância, mas apenas para que possamos balizar a conduta desta Comissão, tanto da Presidência quanto dos Srs. Senadores, quanto dos senhores convidados.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpegação pelas Senadoras e pelos Senadores na ordem de inscrição. Eu darei 10 minutos. Havendo necessidade eu prorrogarei, para que os convidados possam fazer a sua exposição. Os interpeantes, que são os Srs. Senadores, dispõem de 3 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpeado, sendo-lhes vedado interpegar os membros da Comissão.

Como temos muitos convidados, inicialmente, convidarei os Srs. Adriano Roberto Civita, Marcos Alberto Sant'anna Bitelli, João Carlos Saad, Ronaldo Mota Sardenberg, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira.

Peço aos senhores que, mesmo após a exposição, permaneçam, porque outros virão também fazer a exposição.

Mas depois os Srs. Senadores poderão interpellá-los, deverão fazê-lo.

Por gentileza. É uma honra recebê-los aqui. (*Pausa.*)

Começaremos, então, da esquerda para a direita. Inicialmente, a palavra será concedida ao Sr. Adriano Roberto Civita, Conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV, representante do Sr. Marco Altberg, Presidente da ABPI-TV. Inicialmente, V. S^a dispõe de dez minutos, mas, se houver necessidade, prorrogo o seu tempo. Com a palavra V. S^a.

O SR. ADRIANO ROBERTO CIVITA – Boa tarde. Agradeço aos excelentíssimos Srs. Senadores e Senadoras, aos demais membros da Mesa e ao Senador Demóstenes Torres a oportunidade de a ABPI-TV estar aqui e participar desse importante debate.

Quero começar só dando uma rápida explicação sobre a ABPI-TV, que é uma associação das produtoras independentes de televisão do Brasil, fundada em 1999. Ela representa as produtoras de conteúdo audiovisual para a televisão e outras mídias. Ela agrega produtoras de todos os Estados, quer dizer, tem uma abrangência hoje de 117 produtores de diversos Estados do Brasil. Ela auxilia os produtores no desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro, representa esses produtores nos diversos debates e fóruns, estimula a produção e novos modelos de negócio, analisa a legislação do setor, participando ativamente de regulamentações como essa, e oferece capacitação ao produtor.

Aqui estão os representantes dela. São 117 associados hoje, nos diversos Estados.

Aqui, basicamente, a gente tem um *slide* que mostra hoje uma das coisas que a ABPI-TV realmente está aqui para defender, que é a produção nacional, o seu aumento e a sua presença na televisão.

Hoje, nos 12 canais por assinatura que existem, apenas 14,60% dos 5.500 longas-metragens são brasileiros. Tirando um canal brasileiro disso, só analisando 11, essa produção cai para 1,4%, que é praticamente nada – 64 filmes de uma totalidade de 4.700 filmes. Em minisséries, também, a gente tem uma participação ínfima de 1,2% na televisão, nos canais monitorados.

A ABPI-TV também defende um projeto internacional – basicamente é o projeto de exportação se-

torial – que leva as produtoras brasileiras a trabalhar com outros países. Participamos de vários fóruns entre o Brasil e outros países e buscamos, na verdade, maior renda, uma geração maior de emprego e uma inversão no fluxo de capital, ou seja, quando o produtor brasileiro vai para fora, ele consegue mais dinheiro para as produções. E essas produções viajam não só exportando o Brasil, mas também trazendo recursos para o País e desenvolvendo um setor.

O projeto setorial busca, na verdade, posicionar melhor o Brasil e seus produtores, promover o conteúdo audiovisual independente em diversos canais de diversos países e capacitar as empresas para estarem cada vez melhores tecnicamente, com mais condições e mais atuais, para justamente disseminarem o conteúdo brasileiro mundo afora, tal como os Estados Unidos fazem tão bem com o conteúdo deles.

Participamos de 72 eventos – Brasil, Rússia, França, Alemanha, Japão, China. Só para citar alguns canais com os quais a gente trabalha.

Aqui é um exemplo, na verdade. Dentro dos produtores independentes, hoje, temos produtores de todos os tamanhos, uns qualificados, outros menores. A nossa defesa aqui é de um maior espaço para a produção independente brasileira dentro das grades de programação. Temos uma capacidade e uma qualificação já comprovadas.

Hoje, a produção independente de televisão brasileira está presente em televisão aberta e em televisão a cabo. E temos diversos exemplos disso. Um dos exemplos é Moonshot, que programou a série “9MM” para a Fox; a Mixer, que produziu “Descolados” para a MTV; temos o “Peixonauta” feito pela TV Pinguim para o Discovery Channel; e o Discovery Kids, inclusive, que teve a maior audiência do seu canal, foi um projeto independente criado inteiramente por uma produtora independente. Temos a 2D Lab, que acaba de produzir um projeto chamado “Meu Amigãozão”, uma série grande que está tendo... que vai ser exibida em toda a América Latina.

É importante falar que na TV Pinguim, o projeto “Peixonauta”, por exemplo, foi visto em 60 países por mais de 100 milhões de pessoas.

No Brasil, hoje, os produtores têm uma capacitação que já é reconhecida lá fora. Conseguimos co-produções com canais de fora, com produtores estrangeiros. Quer dizer, a qualidade da produção independente é inquestionável. Isso também se confirma com séries que, talvez, alguns de vocês conheçam, tal como: “Mandrake”, feito pela Conspiração para a HBO; a Pródigo acaba de fechar uma produção também com a HBO, Conspiração, “Filhos do Carnaval”. Então, vem crescendo a participação dos produtores

independentes na programação tanto a cabo quanto na televisão aberta.

Assim, a qualificação desses produtores, hoje, já existe independentemente do que está sendo colocado no PLC nº 116, tanto é que essas produções estão tendo cada vez mais, e por uma livre iniciativa do próprio mercado, o reconhecimento dessa produção.

O nosso entendimento, da ABPI-TV, é que o PLC nº 116, na verdade, dá mais visibilidade e chance aos produtores nacionais, independente do seu tamanho e de onde estejam. O fato é que o produtor nacional, hoje, tem muito pouca chance de colocar sua programação na televisão brasileira.

Em diversos outros países existe um modelo de cotas que é diferente em cada país e que é extremamente respeitado por todos *players*, diferentes *players* de comunicação. Portanto, os números demonstram que, na verdade, o produtor brasileiro precisa de mais espaço na televisão brasileira e o PLC vem a fomentar isso de forma gradativa, para garantir uma maior exposição do produto nacional, do produto independente, do fomento da indústria, com uma maior democratização dessa indústria. E mais do que qualquer coisa, uma maior presença do conteúdo da cultura nacional, do produto do Brasil para ser visto tanto aqui como fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, representante do Sr. Carlos Alckmin, Diretor Executivo da ABPTA, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

Com a palavra V. S^a.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT’ANNA BITELLI – Senador Demóstenes Torres, na pessoa de V. Ex^a, os programadores de televisão por assinatura agradecem ao Senado, a esta Comissão e aos presentes a oportunidade de se manifestar em tão importante iniciativa legislativa.

De pronto, gostaria de dispensar as apresentações da Associação. Não vou fazer nenhum *PowerPoint*, porque acho que temos um tempo muito reduzido. Na verdade, para ficar claro, a nossa Associação representa as empresas programadoras de televisão por assinatura, notadamente as programadoras internacionais, aquelas que serão o sujeito passivo das cotas e das demais restrições de comunicação previstas nessa iniciativa.

De pronto, também, gostaria de, a pedido da Associação, deixar bem claro, até pelo que aconteceu na reunião anterior onde parecia que havia um consenso em torno desse projeto de lei, que não há consenso algum dos programadores em relação a vários pontos

do projeto de lei que veio da Câmara para cá. Especialmente porque o consenso acontece nos pontos em que não atinge nem o assinante nem o programador, aqueles que não estão sendo ouvidos neste processo. Então, nesse aspecto, a Associação quer deixar bem claro que nem na Câmara dos Deputados nem no Senado foi possível se estabelecer ou que, pelo menos, ela fosse ouvida, no sentido de fazer prevalecer seus pontos de vista.

Tendo em vista a exiguidade do tempo, a Associação teria a apresentar uma série de questões sobre a constitucionalidade de diversos pontos do projeto. De imediato, basta deixar claro que esse projeto era muito simples e muito tranquilo. Bastava-se o projeto original, onde se visava eliminar as assimetrias regulatórias nos serviços de televisão por assinatura. Então, tratava-se de uma lei para regular serviços. No meio do caminho, essa lei começou a receber uma série de acessórios – uns chamam de penduricalhos, outros chamam de acessórios, outros chamam de garupa – e se transformou em uma árvore de Natal onde as bolas são mais pesadas do que os galhos. Então, seria muito mais simples, esse projeto teria tido uma tramitação muito mais ordinária, muito mais tranquila e sem percalços, se tivesse mantido seu caminho.

Onde o projeto se desviou? O projeto se desviou no momento em que a redação do art. 1º foi alterada, Senador Demóstenes, quando ela se transformou em uma lei que não mais regulava o serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado, mas passou a regular a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Quando ela passou a regular a comunicação, pela definição do art. 1º, “a comunicação são complexos de atividades que permitem a transmissão etc.”, no conceito de complexos de atividades não se encontram mais apenas os serviços de comunicação historicamente sujeitos a regulação previstos na Constituição, mas, sim, três outras atividades: a produção, a programação e o empacotamento, sendo que o único serviço objeto de regulação por permissão constitucional é a distribuição, que é o serviço de televisão por assinatura regulado pelas leis das telecomunicações e fiscalizado pela Anatel, aqui bem representada por nosso querido embaixador Sardenberg.

Nesse ponto, a gente percebe... E eu gostaria, Senador Demóstenes, de passar a V. Ex^a um artigo da minha lavra que foi publicado na revista *Teletime*, em que eu escrevi que o PL 29 é o velho estatismo. Se puder, vou evitar de ler essa matéria, que é um resumo do que aconteceu. Por que é o velho estatismo? Porque, naquela questão muito simples que era solucionar as assimetrias regulatórias das telecomunicações e a entrada das empresas de telecomunicações

e telefonia na operação, eu até disse que bastava um artigo e um parágrafo único para resolver isso – o projeto do PL 29 era muito tranquilo para resolver isso –, vem essa tentativa de se regular conteúdo, regular comunicação.

O art. 220 da Constituição proíbe qualquer tipo de regulação de comunicação – a comunicação no sentido que estou fazendo agora, a comunicação de A para B, a comunicação livre, a manifestação do pensamento etc. –, por qualquer meio ou processo. E há uma confusão que se faz, porque as pessoas ficam preocupadas e dizem: “Regular a mídia significa regular a imprensa”. Não, a imprensa é uma das formas de manifestação que se dá através da mídia. Mas a mídia, que, na verdade, é medium, o plural é mídias, se faz por vários tipos de direito de informação, criação, expressão, e um deles é a produção e a programação de conteúdo.

E aí esse projeto se transforma, na verdade, na confirmação daquela grande cruzada que surgiu na época da Ancine, no passado, que é, de novo, transformar a Ancine em uma agência reguladora da comunicação, quando, na verdade, a Ancine nasceu por uma medida provisória que nunca foi votada, no Governo Fernando Henrique, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Comércio, e que, em 2002, foi transferida para o Ministério da Cultura, e tem uma agenda própria no sentido de se transformar numa agência reguladora.

Agência reguladora, a Constituição prevê, é a do Ministro Sardenberg, a Anatel, não a Ancine. A Ancine regula fomento. A prova disso é a inserção da Ancine como uma atividade sujeita... As atividades de programação e empacotamento, sujeitas à regulação e fiscalização da Ancine.

Aí, há uma alteração perigosa da Medida Provisória 2228, que é o marco regulatório que nunca foi votado e que criou a Ancine, quando altera, no art. 15 desse PLC, a competência da Ancine, para que ela possa regular e fiscalizar o cumprimento dos princípios da comunicação, do acesso condicionado, das obrigações de programação, empacotamento, publicidade, restrições de capital, etc. Ou seja, a Ancine se transforma numa agência reguladora da comunicação, não é?

Então, a gente tem o projeto da Ancine e, em seguida, a gente tem o projeto da Agência Nacional de Comunicação, que vai ser a agência reguladora das comunicações.

Para mim, na minha visão de mero advogado e de compilador de legislação, parece que a gente vai por um caminho muito perigoso, que é o caminho de se começar a permitir que uma agência reguladora seja reguladora no sentido de regular e não de regulamentar, com delegações, nesse PL, que, simplesmente,

transformam o Congresso. O Congresso dá uma carta em branco – é a maior delegação legislativa que eu já vi – para que a Ancine passe a legislar sobre comunicação em geral, não sobre o serviço.

Veja o exemplo do art. 10 e do art. 12, que falam que o exercício das atividades de programação e empacotamento está condicionado a credenciamento perante a Ancine.

Eu me lembro de ter feito um artigo comentando isso e, na última versão na Câmara, foi mudada a palavra “registro” perante a Ancine para “credenciamento”, para evitar que isso fosse uma falsa impressão de permissão administrativa, mas é, de fato, uma permissão administrativa, porque o parágrafo único fala que a Ancine deve-se pronunciar sobre a solicitação de credenciamento em até 30 dias. Não havendo manifestação contrária, o credenciamento será considerado válido.

Ou seja, em que hipótese uma agência de fomento poderá impedir o exercício da atividade de comunicação e da liberdade de expressão de qualquer atividade? Quer dizer, se a Bandeirantes quiser montar uma programadora, precisa de autorização da Ancine; se a Time Warner precisar de uma programadora, precisa de autorização da Ancine.

Mais grave, ainda, é quando se vê, dentro do art. 16, a criação das cotas. Política de cota para televisão por assinatura é uma coisa absurda! Por quê? Porque televisão por assinatura não é televisão aberta. Televisão por assinatura trabalha com outro tipo de modelo.

Televisões por assinatura são canais de nichos, com vocações específicas. Como vou pegar um canal que cuida de clássicos de Hollywood e colocar três horas e meia de conteúdo brasileiro dentro de um canal de clássicos de Hollywood? Como se vai cumprir uma política de cotas desse tipo, contrariando, inclusive, a própria proteção autoral do titular daquele canal, que concebeu aquele canal como um conceito próprio?

A Constituição brasileira, no art. 5º, protege o direito autoral como um direito fundamental, e a Lei de Direito Autoral diz, no art. 7º, que se considera propriedade autoral qualquer tipo de organização que seja uma criação autônoma. Então, quando a Bandeirantes, ou quando qualquer empresa produz um canal, ela tem uma concepção autoral que não permite que se fale: “Olhe, coloque, aí dentro, três horas e meia.”

É a mesma coisa que o senhor chegar em uma banca de jornal, onde tem uma revista National Geographic, que tem uma concepção. Arranque um pedaço dela e coloque um outro pedaço dentro. Ora, eu vou à banca de jornal e quero ler a National Geographic, que foi concebida pela National Geographic. Eu não

vou querê-la com um pedaço que a legislação mandou colocar dentro. Isso não é um serviço público. A banca de jornal é um serviço privado. A publicação de revistas é um serviço privado.

Então, esse aspecto, a associação vê com muita preocupação, e a prova disso é o art. 36, no final do projeto, que estabelece sanções aos canais por violação dessa burocracia gigante que foi criada aí – os canais vão ter de criar um exército de servidores, como se fossem chineses, lá, criando toda aquela burocracia – para cumprir as normas e instruções normativas da Ancine, que publica uma instrução normativa por semana, e vai permitir que esses canais sofram as seguintes sanções, Senador Demóstenes: advertência, multa inclusive de área, suspensão temporária do credenciamento e cancelamento do credenciamento. O canal pode ser tirado do ar.

Nesse sentido, estabelece-se no Brasil uma situação que nem na Venezuela existe. Lá, os canais internacionais podem ficar no ar, não têm cota dentro do seu conteúdo e não podem ser expulsos da televisão por assinatura, inclusive violando o direito do assinante que assinara aquele pacote escolhendo aquele canal. Essas obrigações são muito simples: tira-se do ar e pode-se aplicar multa de R\$2.000,00 a R\$5.000.000,00, por infração. Então, se não mandou o relatório da programação pode pagar uma multa, se não cumpriu a cota pode pagar uma multa, se não usou a agência de publicidade brasileira pode pagar uma multa... Isso aqui, para precedente constitucional brasileiro, eu diria a V. Ex^{as}, que é uma das coisas mais graves que se vê, porque a liberdade de expressão e a comunicação é o termômetro da democracia. O termômetro da democracia no Brasil está se quebrando com esse precedente; e esse precedente poderá ser repetido em futuras legislações se a gente admitir que o art. 220 pode ser violado como a regulação na manifestação de expressão do pensamento e criação e produção como esse projeto permite.

Eu gostaria de encerrar por aqui, porque o meu tempo já estourou; depois me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Sr. João Carlos Saad, Conselheiro Consultivo da Associação Brasileira de Radiodifusores.

Inicialmente V. S^a terá o tempo de 10 minutos. Quando nove minutos se passarem, automaticamente a campanha soa; então, não é nada deliberado.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Não precisa sair correndo.

Boa tarde, Senadoras e Senadores.

Senador Demóstenes Torres, obrigado pelo convite.

Quero começar exaltando o Senado. Está é uma Casa de sábios. Está é uma Casa de reflexão de ponderação, de análise, de discussão. Ela não é uma Casa, por sua própria natureza, de arroubos. Em tese, não é essa a sua prática normal. Ela é o equilíbrio da Nação, ela tem a proporcionalidade correta entre os Estados. Então, ao levantar esse tema, tenho certeza de que vamos precisar de mais tempo para analisar isso. Por quê? Esse projeto foi discutido durante três anos na Câmara, e está sendo discutido aqui há três meses. Ele, como disse o Bitelli, não tem consenso. Ele nasceu com uma boa intenção, foi inclusive apoiado por nós no seu nascedouro, em que tínhamos interesse que fosse aberto e fosse mais democrática essa distribuição, mas, na verdade, a força de algumas teles e de alguns outros organismos transformaram este projeto em um frankenstein. Ele virou um projeto ruim, virou um projeto inconstitucional, virou um projeto que não protege a produção brasileira, nem sequer é independente. Ele, para dar alguns exemplos, limita a produção de canais brasileiros a 12. Sabemos que têm bandas, line-UP de canais que têm 150. Então, reparem que nós não temos limitações a canais estrangeiros. Nada contra os canais estrangeiros, mas é preciso ter equilíbrio. Aliás, a proposta que a Abra sempre defendeu foi uma proposta de 50% de canais importados versus 50% de canais produzidos no Brasil. Se fizermos isso em qualquer line-UP que nós tivermos, seja de 150 canais, seja de 50, seja de 10, a produção brasileira estará absolutamente protegida e tenho certeza de que as produtoras independentes brasileiras não terão nem capacidade de produzir para todos esses canais.

Nós também sempre propusemos que esse controle nunca ficasse na mão de um único grupo, porque o Brasil precisa – a democracia em especial – de pluralidade, precisa de diversidade. Nós não temos isso neste projeto que está aqui para ser submetido à aprovação dos senhores.

Ele tem um canal de jornalismo e, aparentemente, com aquela redação malandra que está ali, parece que vai haver competição, mas quem é do ramo sabe que não vai haver. Por que não vai haver? Porque ele não é na mesma base, ele está atrás de uma palavrinha malandra: “à la carte”. Com o “à la carte”, o pobre do assinante tem de telefonar, tem de pagar mais cem pratos, tem de pagar mais não sei o quê, tem de engolir um monte de coisas que ele não quer para ter acesso àquele canal. Isso quer dizer que, se algum dos senhores senadores for caluniado nesse único canal de jornalismo aí presente, não poderá dar a sua

versão num outro canal de jornalismo porque ele não está na mesma base. Isso é uma falsidade que está aqui – essa e, infelizmente, várias outras.

Outras curiosidades que ele contempla.

Nós brasileiros, a menos que troquemos de língua, não podemos fazer comunicação. Eu não posso fazer telefonia, não posso fazer televisão por assinatura, não posso fazer banda larga. Por que isso? Por que essa proibição aos brasileiros? De onde se tirou isso? De onde tiramos esse desatino de não estimular os brasileiros? Esse é um setor estratégico. Tenho certeza de que o Senado sabe da importância disso.

Aliás, o novo Governo, o Governo da nossa Presidente Dilma, tem dito – ela disse isso claramente numa entrevista que concedeu à Rede Bandeirantes – que vai mexer no marco regulatório. Acho que isso é bom, acho que isso é saudável, acho que o Brasil está precisando disso, mas acho que temos de ter uma visão conjunta, uma visão no atacado, não administrar esse tipo de problema no varejo, ainda mais num final de ano, sem discutir o projeto.

Se aprovarmos esse projeto, eu pergunto: para que discutir o marco regulatório se tudo já foi dado? Com as cotas verticais e as cotas horizontais, acontece o que o Bitelli falou: você corta uma obra; é como escrever um livro com dez, doze capítulos e dois ou três desses capítulos não serem de sua autoria.

A Bandeirantes não apenas gosta, mas apóia a produção independente, tanto é que mais de 30% do nosso horário nobre são feitos com produção independente – isso ao longo de sua história, não é de hoje. Na televisão paga é a mesma coisa: nós também queremos estimular a produção independente e achamos que ela deve ter não um canal, mas vários canais.

Nós não podemos é aceitar a concentração, nós não podemos é aceitar – desculpem o anglicanismo – o tal do *gatekeeper*, que é o porteiro, é você ter uma empresa ali parada na porta decidindo quem pode produzir e quem não pode produzir. A grande prova disso é que não existem empresas brasileiras produzindo canais por assinatura. É porque são incompetentes? É porque não têm criatividade? Não é verdade. A verdade é que temos um grave problema de distribuição no Brasil, e este projeto, que nasceu com o intuito de resolver isso, piora a situação, porque ele passa por um *gatekeeper* que fatura 150 bilhões por ano. Ele é muito pior do que o outro – com o outro torturador eu já estou até acostumado! Agora vem um pior, que tem um tamanho dez, doze, quinze vezes maior do que o nosso setor inteiro. Então, é óbvio que isso não pode ocorrer. É óbvio que o Brasil vai ter de lutar para manter os seus direitos.

Há um outro fator para o qual eu queria chamar a atenção dos senhores. Nós discutimos longamente a mudança do nosso sistema e passamos para o digital nesse sistema japonês brasileiro ou nipo-brasileiro. E temos um sistema bastante bom, bastante robusto e com muita competência, que, aliás, é em alta definição. Nesse projeto lindo, nesse “Frankstein” aqui, eles não serão transmitidos. Elas não têm a obrigação de transmiti-los. Tem uma palavrinha malandra aqui que diz que só os analógicos são *must-carry*; os digitais não são. Então, todo esse esforço dos radiodifusores para aprovar esse sistema grátis – e daí que veio essa briga por sistemas – não é falta de tecnologia de nenhum dos grandes blocos mundiais, isso é uma briga de poder e é uma briga de dinheiro. O nosso sistema de radiodifusão é grátis. Ele é que unifica o Brasil com a mesma linguagem.

E o que é telefonia? Vocês conhecem alguma coisa que a telefonia dê de graça? Eu não conheço. Se os senhores conhecerem, por favor, me avisem, que eu já quero fazer esse pedido.

Então, o que estamos fazendo? Nós estamos exatamente punindo essa mudança de sistema, porque ele não está contemplado lá.

Enfim, eu tenho um bocado mais de coisas para falar. Eu gostaria de debater mais este tema. Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pode, pode continuar.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu gostaria que nós não tivéssemos esse teto de doze canais, eu gostaria que nós não tivéssemos um bocado de coisas. Eu não tenho... Em tese, eu não sou contrário a que as teles entrem nisso. O Brasil tem que diversificar e ampliar isso para tudo quanto é lugar, tudo quanto é cidade, pequenas, médias, grandes, para clientes e assinantes que possam e queiram pagar R\$150,00, R\$200,00, assim como para clientes que queiram pagar R\$15,00. Nós temos que ter pacotes de R\$15,00. Aliás, esse é o preço do “gatonet”. Se é o preço do “gatonet”, nós temos que ter mercadoria para poder combater o “gatonet”, coisa que hoje nós não temos. Não temos por quê? Porque estamos dentro de uma legislação anacrônica, estamos com falta de regras no setor. Mas isto que está aqui não resolve; ao contrário, ele piora, ele concentra, ele pune o que é nacional, ele pune o que é brasileiro.

Então, eu gostaria que os Srs. Senadores fizessem uma reflexão. Se não é o caso de nós passarmos isso para mais tempo para que possamos debater com mais profundidade, analisar, questionar os pontos em que eles estão errados, e talvez levar essa discussão para um todo, levar essa discussão para o conjunto

da obra das comunicações brasileiras, que, como um setor, como eu disse, estratégico, não pode ser tratado nem de supetão nem no afogadilho nem em pressões pós-eleitorais, em que tenho certeza de que algumas teles e alguns empreiteiros que também são donos de teles possam ter feito generosas contribuições. Eu compreendo isso, mas nós precisamos ter calma, ter paciência, discutir e pensar especialmente no Brasil, pensar nas outras gerações que vêm aí. Se não, vamos fazer como alguns países vizinhos nossos, que não cuidaram das suas comunicações, e hoje, quando eles querem se comunicar com a sua população, eles têm que ligar para alguma país estrangeiro. Outra vez, nada contra os estrangeiros, mas eles têm que ligar para alguma país estrangeiro porque eles foram abrindo, abrindo, abrindo, sem cuidar, e o seu sistema de comunicação se desmanchou.

Então, uma é uma indústria paga, extremamente forte, organizada e unificada. A nossa indústria é uma indústria sabidamente dividida, tanto é que nós estamos hoje em três associações. Temos a Abert, a Abra, e a Abratel. Nós não estamos unificados nem em uma única associação, mas nós somos todos brasileiros e fornecemos nosso conteúdo grátis. Aliás, dentro deste PL nº 29, que está aqui, eles podem vender o que nós produzimos de graça, mas nós não podemos cobrar. Então, reparem quanta coisa está de ponta-cabeça nesse “Frankstein” que nós inventamos.

Muito obrigado. Estou à disposição para qualquer dúvida, qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, inicialmente, pelo prazo de dez minutos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Muito obrigado, Exm^o Sr. Demóstenes Torres, Presidente da CCJ.

Sr^{as} e Srs. Senadores, outros participantes que estão conosco nesta audiência, desejo agradecer aos Presidentes das Comissões do Senado, que me convidaram para participar desta reunião. Manifesto minha satisfação pela oportunidade de contribuir com os debates a respeito do PLC nº 116.

Estamos presentes no mais alto foro democrático do País, interessados em buscar consensos que permitam expandir os serviços de TV por assinatura ao maior número possível de brasileiros, com a máxima qualidade em termos de tecnologia e conteúdo.

Naturalmente, ao expressar as opiniões da Anatel, tenho presente as limitações legais que enquadram a

atuação da Anatel e que nos atribuem a tarefa de implementar as políticas públicas, mas não de formulá-las.

Ao longo de 13 anos de existência, a Anatel tem atuado com zelo e determinação, no cumprimento rigoroso de suas competências, em relação à massificação dos serviços de telecomunicações, em um ambiente regulatório consistente e solidamente construído.

Agora temos a oportunidade de dar um passo importante, no sentido de massificar os serviços de TV por assinatura, com a remoção de limitações que prejudicam a inclusão de grande número de brasileiros nos benefícios desse serviço e o desenvolvimento desse setor na magnitude que se deseja para o Brasil.

Em linhas gerais, a Anatel entende que o PLC nº 116 contribui positivamente para reduzir barreiras à entrada de novos atores no segmento de TV por assinatura. Mais do que isso, o projeto tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura e o de unificar o tratamento legal desse tema, que hoje é legislado em documentos distintos, a depender da tecnologia (cabo, DTH, MMDS e serviço TVA e UHF).

O serviço de TV a cabo, indo mais diretamente ao tema, está presente em cerca de apenas 260 municípios, e o de MMDS, em pouco mais de 300. A entrada de novos prestadores no setor de TV a cabo significa a possibilidade de expansão de um segmento cuja infraestrutura também pode ser usada para outros serviços, como a prestação de Internet banda larga, da qual nossa sociedade tanto necessita.

A Anatel está convencida de que a abertura do mercado contribuirá para a massificação da televisão por assinatura, para o aumento de competição e para a consequente redução do preço dos serviços, o que aumentará o acesso da população de menor renda.

Sabemos todos que a expansão das redes traz ganhos de escala capazes de reduzir custos em determinados serviços. O compartilhamento desses ganhos entre prestadores e usuários é o que desejamos, pois certamente ele trará benefícios diretos e indiretos, quanto ao bem-estar, conforto, lazer e educação da sociedade.

Mais especificamente, a Anatel tem atuado em estrita observância à sua esfera legal de competência e em conformidade com o regime competitivo previsto pela LGT, a Lei Geral de Telecomunicações, com vistas a reduzir barreiras à entrada dos competidores.

Como é do conhecimento geral, o novo planejamento do serviço de TV a cabo e do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), discutido ao longo de anos e aprovado pelo Conselho Diretor da Anatel em 25 de novembro último, foi motivado pela clara identificação de uma importante demanda reprimida

e de barreiras à entrada de empresas no mercado de TV a cabo, decorrentes de restrições regulatórias que alcançavam o conjunto do mercado nacional.

Com a edição do novo planejamento de TV por assinatura, aprovado por meio de resolução da Anatel, ficaram preservadas as condições de acesso a outorgas definidas na Lei de TV a Cabo. O serviço de TV a cabo se mantém sujeito à restrição de tecnologia e só admite até 49% de capital estrangeiro.

A recente decisão da Anatel eliminou a limitação do número de competidores por municípios, com vistas a ampliar a prestação desses serviços em todo País. Sem limite ao número de outorgas, caracteriza-se a inexigibilidade de licitação para a prestação do serviço de TV a cabo. Ou seja, a prestação via cabo é serviço que pode ser oferecido por quaisquer interessados em qualquer mercado que deseja atuar, por meio do pagamento de valor correspondente ao custo administrativo da outorga, sem prejuízo da fixação de eventuais compromissos e condicionamentos de expansão dos serviços.

Para os serviços de TV por assinatura que utilizam tecnologia MMDS, porém, há necessidade de licitação, uma vez que esses serviços fazem uso de um recurso escasso que é a radiofrequência.

No regime privado, nos quais os serviços de TV por assinatura se inserem, cabe ao investidor avaliar ele próprio a viabilidade de ingressar em determinado mercado, não havendo, em princípio, necessidade de interferência do Estado nesse aspecto.

Deve ser realçado que a entrada de novos prestadores de TV a cabo, construindo novas redes de telecomunicações para prestação, não só de TV por assinatura mas também outros serviços de telecomunicações por meio dessas redes, é conveniente para ampliação da competição tanto dos serviços de TV por assinatura quanto dos demais serviços, especialmente aqueles que demandam a banda larga.

Para a Anatel, o cerne da questão está na construção das redes multiserviços, destacando-se as capazes de oferecer televisão, vez que são de banda larga por natureza.

Neste momento, quando o Plano Nacional de Banda Larga exige os maiores esforços para permitir a todos os brasileiros o acesso à internet, a abertura do mercado de TV a cabo é uma oportunidade que não poderia ser desprezada. Entendo que é o momento de estimular o investimento no País e a expansão da infraestrutura para redes futuras.

Um ponto central do novo planejamento é que seus efeitos ainda dependerão de uma futura decisão do Conselho Diretor sobre a proposta do novo regu-

lamento do serviço de TV a cabo, a ser elaborada e submetida à consulta pública.

Antes da decisão final da Anatel, a proposta será encaminhada ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, conforme prevê a lei.

Desejo sublinhar que, também por força de lei, todos os atos normativos emanados da Agência são elaborados após a realização de consultas públicas, abertas a todos, como instrumento democrático e transparente.

A futura regulamentação dos serviços de TV a cabo passará pelo mesmo processo normativo, podendo o Conselho Diretor, inclusive, estabelecer condicionamentos, tanto limites e encargos quanto sugestões para os serviços, a exemplo do que ocorreu na licitação do 3 G da telefonia móvel. Nesse processo, a Anatel tem ouvido contribuições de segmentos diversos, analisado argumentos, realizado estudos com acompanhamento dos órgãos de controle, entre eles o Tribunal de Contas da União, que, periodicamente, solicita esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados pela Agência em face da aprovação do novo planejamento dos serviços de TV por assinatura nas modalidades de TV a cabo e MMDS.

Registro que o TCU acompanha há vários anos, em sua rotina, esse tema, que foi objeto de deliberação por parte daquela Corte nos autos dos processos relacionados à concessão de outorgas de TV a cabo realizadas entre os anos de 1997 e 2000. Portanto, esse acompanhamento vem desde aquela época. O órgão de controle pronunciou-se sobre os estágios de fiscalização das concessões, permissões, autorizações de sérios públicos, tendo proferido diversas recomendações sobre o futuro detalhamento operacional do processamento das outorgas, inclusive relativamente ao preço mínimo.

Para finalizar, reforço que o PLC 116 é convergente com as decisões tomadas pela Anatel, em particular com o princípio geral de abertura do mercado, com vistas à massificação dos serviços de TV por assinatura. Um dos principais méritos da proposta, no entanto, é o de unificar a legislação, uniformizando regras que hoje são distintas para cada modalidade dos serviços – menos os que já mencionei: cabo, DTH, MMDS, TVA, UHF. Muito embora sejam parecidos na essência. São todos serviços de TV por assinatura. A medida significa um avanço importante e necessário na legislação, atualizando-a ao cenário de convergência tecnológica.

Nesse ponto, registro que, no correr do segundo semestre deste ano, a Anatel recebeu solicitações e ratificações de interesse na obtenção de outorga para prestação do serviço de TV por assinatura a cerca de

670 Municípios, dos quais 450 são novos Municípios, ou seja, que hoje não contam com a infraestrutura necessária à fruição do serviço.

Tenho confiança de que o melhor possível será feito por esta Casa, Senador, na qual todo o povo brasileiro se encontra representado, nesse esforço de construção para um futuro melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço eu a V. Ex^a.

Com a palavra a Sr^a Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC, representante da Sr^a Juliana Pereira da Silva, Diretora do DPDC, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o ilustre Senador Demóstenes Torres e, na pessoa de S. Ex^a, eu gostaria de cumprimentar as demais autoridades desta Mesa. Também gostaria de agradecer o convite feito ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça para participar desta importante audiência pública.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça tem como uma de suas principais atribuições a defesa e a proteção dos interesses do consumidor no âmbito federal. Essa advocacia da defesa do consumidor compreende a atuação coordenada junto aos órgãos reguladores e demais membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, em relação à execução de políticas públicas para a garantia dos direitos dos consumidores.

Gostaríamos também de ressaltar a importância desta audiência pública para o DPDC, que defende, conjuntamente com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, o dia a dia dos consumidores de todo o País, principalmente por tratar de um serviço público regulado que representa um número relevante de reclamações no Sindec, uma base de dados que nós temos.

No que diz respeito à TV por assinatura, apesar de o número de consumidores ser menor do que a telefonia fixa e móvel, é importante ressaltar também a relevância do acesso do serviço condicionado aos consumidores de todo o País.

Quanto aos serviços de telecomunicações, o legislador optou pela criação de um órgão regulador próprio, a Anatel, e a ela delegou o dever não só de regulamentar o setor, mas também de defender os interesses dos consumidores.

O projeto de lei ora em discussão é importante, principalmente por compilar várias legislações esparsas

existentes sobre comunicação audiovisual de acesso condicionado em um único documento, que facilitará o entendimento sobre o tema e sua aplicação.

Nós trouxemos alguns dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. Eu gostaria de ressaltar que essa base de dados é referente a 2009. Na próxima semana, acredito que o Ministério da Justiça, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor vai lançar os dados referentes a 2010. Então, são dados que foram compilados de 2008 a 2009.

É importante também trazer para discussão o registro do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, SINDEC. O Sindec, na verdade, é um sistema informatizado que permite o registro, em tempo real, de todas as demandas individuais dos consumidores levadas aos Procons integrados.

As informações referentes às demandas dos consumidores são registradas em bancos de dados diariamente consolidados numa base nacional e acessível para consulta por toda a sociedade, por meio do *site* do Ministério da Justiça. Atualmente, são 23 Procons estaduais, o Distrito Federal e 109 Procons municipais integrados.

As reclamações entre os fornecedores de TV por assinatura apresentam a participação de mercado das empresas dentro do segmento. As líderes de mercado no Brasil são a NET e a SKY, que respondem por 86% de todas as reclamações fundamentadas do segmento, sendo 54% correspondente à NET e 32% correspondente à SKY, conforme o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Eu queria um esclarecimento: aquele número é mil? É número absoluto?

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – É número absoluto.

Nós também queríamos fazer menção... Pode passar por favor?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas esses é claro. Como V. S^a...

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Eu gostaria de distribuir para os senhores. Os senhores podem distribuir o material que eu trouxe. Eu trouxe o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Acho que como V. S^a esclareceu, isso diz respeito apenas às reclamações feitas aqui...

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Fundamentadas, feitas nos Procons.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Nos Procons estaduais, também?

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Em 23 Procons estaduais, no Distrito Federal e em 109 Procons municipais.

Nós gostaríamos de falar, também, sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor, o SAC.

Uma das formas de melhorar a prestação do serviço foi a regulamentação do SAC, que é o Decreto nº 6.523 de 2008, o canal adequado de atendimento. Nós fizemos também um levantamento sobre as demandas dos consumidores referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor e constatamos ainda que os consumidores padecem, sofrem ainda ao acessar o SAC das empresas de TV por Assinatura, como dificuldade no cancelamento do serviço, dificuldade na resolução das demandas, na qualidade do atendimento, ausência do registro do número ou não envio do registro ao consumidor.

Por favor, pode passar:

Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, ele institui um novo dever para o fornecedor, o dever de informar ao consumidor, não só sobre as características do serviço, como também, sobre o conteúdo do contrato pretendendo assim que não haja qualquer lesão ao consumidor. Portanto, o contrato deve ser enviado aos consumidores previamente para que eles tenham pleno conhecimento das obrigações que suportarão. Portanto, é de extrema relevância que os consumidores sejam bem informados sobre os pacotes de canais que lhes estão sendo ofertados, sobre as condições de pagamento e sobre a sua fidelização.

O que observamos, Senador, é que no projeto de lei em questão, há a previsão de entrega do contrato, sim, mas não previamente. Há a previsão da entrega do contrato até por meio eletrônico. E nós gostaríamos de ressaltar a necessidade de que essa entrega seja prévia, que o consumidor tenha o conhecimento prévio do contrato. Um dos direitos básicos da defesa do consumidor é o direito à informação.

Quanto à distribuição de canais, nós gostaríamos de ressaltar que, quando ocorrer a substituição ou a não mais veiculação de um determinado canal que estava inserido no pacote contratado, que o fornecedor deixe à livre escolha do consumidor a continuidade do contrato ou a sua rescisão com isenção de qualquer multa rescisória. Isso também é muito importante.

E como podemos falar em qualidade do serviço se ainda não discutimos a cobrança indevida. A cobrança indevida é uma reclamação recorrente nos Procons a respeito de TVs por assinatura. São reclamações como cobrança de serviços não solicitados e cobranças que continuam após a rescisão dos contratos.

Cabe mencionar, também, que os fornecedores de TV por assinatura têm o dever de entregar aos consu-

midores um serviço com qualidade, ininterruptos e com a devida manutenção, pois também temos bastantes reclamações nesse sentido, quanto à manutenção.

E já finalizando, o Serviço de Atendimento ao Consumidor, o SAC, o Decreto, prevê em seu texto que o atendimento ao consumidor é sem ônus, sendo importante não retroagirmos nos direitos já conquistados. No texto do PL consta um serviço de atendimento ao consumidor mas com ônus. Então, não vislumbramos a necessidade de regulamentar o PL, sendo que já temos o Decreto do SAC.

Queremos também ressaltar que, nesse ano, comemoramos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor e temos a expectativa de uma postura mais madura das empresas, mais resoluções e menos conflitos.

Finalizando, também, eu gostaria de citar umas palavras do meu ex-Diretor, Dr. Ricardo Morichita Vada que diz que o Código de Defesa do Consumidor não é uma lei do papel, mas uma lei da vida que está presente no dia a dia do cidadão brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Terminada essa primeira parte, peço então que os demais expositores possam se dirigir à mesa, peço licença aos Senhores, então, para que sentem à bancada, junto aos Srs. Senadores.

Inicialmente, convidamos a Sr^a Renata Bonilha e também os Srs. Luís Roberto Antonik, Roberto Moreira, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira e a senhora Tereza Trautman.

Utilizaremos o mesmo esquema da primeira fase, começaremos, portanto, da esquerda para a direita. Com a palavra, inicialmente, a senhora Tereza Trautman, Diretora da Associação dos Produtores Brasileiros do Áudio-Visual (APBA) pelo prazo de dez minutos.

A SR^a TEREZA TRAUTMAN – Boa tarde, Senador Demóstenes Torres. Agradeço o convite da nossa associação, que é uma associação nacional de 78 associados em 14 Estados do País.

Nós estamos bastante impressionados porque esse projeto de lei passou três anos e meio sendo discutido na Câmara e uma série de argumentos que aparecerem aqui, por incrível que pareça, não apareceram lá. Nós, da produção independente, estamos completamente fora de mercado. Não há em todos os mercados de áudio-visual... Somente na sala de cinema há uma reserva de 28 dias por ano. Na televisão, inclusive o Legislativo tem uma grande dívida com a produção independente por jamais ter conseguido regulamentar o art. 221 da Constituição Federal. O inciso II prevê especificamente... O art. 221 diz:

“A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; ”

Então, são 22 anos de Constituição e até hoje nós aguardamos essa regulamentação. A gente já conseguiu... Ele foi emendado algumas vezes, mas não se entrou nessa questão específica. A produção independente é um pouco assim, vamos dizer, como a fábula do lobo e do cordeiro: nós somos o cordeiro, mas o lobo insiste que é o cordeiro que suja e bebe toda a água dele. Então, é uma coisa assim que a gente olha e vê, como em o lobo e o cordeiro, um contrassenso assim tremendo. Na verdade, eu esperava que estas audiências fossem trazer muito mais convergência do que vi nessa primeira mesa. Fiquei bastante assustada, porque os argumentos usados... por que eles não apareceram na Casa da discussão, que é a Câmara? Aqui é a Casa da reflexão, aqui a gente deve tentar... É a Casa dos sábios, é a Casa que melhora, a Casa que procura entender. Então, eu estou querendo me colocar aqui, porque sou uma pessoas da área de produção, tenho quarenta anos na área de produção, e estou também na área de programação de produção independente nacional, e não há espaço para veiculação de produção independente nacional.

Esse espaço que o primeiro apresentador expôs, ele é devido, exclusivamente, ao estímulo que as programadoras estrangeiras têm de investir em produção nacional devido à renúncia fiscal nas remessas de lucro, nas remessas de royalties. Então, há uma renúncia fiscal do Governo brasileiro; porém, essa produção – essa consegue atingir, mas o resto da produção, toda a produção de cinema, toda a produção de documentário, animação, curta-metragem, essa fica completamente ausente. E a produção regional, então, essa é completamente esquecida. A Constituição prevê que isso seja feito, mas ela está completamente excluída.

Eu adoraria ter água, porque estou com uma sede... *(Pausa.)*

Obrigada.

A Sky ainda não falou, e eu gostaria até de ter falado depois da Sky, porque eu vejo, acho impressionante que se dê um espaço tão grande para as empresas estrangeiras no nosso País, e a produção nacional, principalmente a produção independente, não tenha espaço. Não tem espaço nenhum! É uma coisa assim... Veja, a Sky é uma empresa 100% estrangeira e tudo o que ela quer é remeter lucros. Então, evidentemente

que ela vai ter uma posição muito forte contra qualquer coisa que diminua o seu lucro, porque os executivos aqui têm que cumprir metas. Igualmente com as programadoras estrangeiras. Porque a questão das cotas é insignificante dentro do universo, as cotas como elas são estabelecidas aqui. Pelo art. 16, é uma cota de três horas e trinta, sendo que uma hora e quarenta e cinco de produção independente nacional por semana. Como há um redutor – no primeiro ano é só um terço da cota que vale; no segundo ano, dois terços; no terceiro, a cota plena, e durante dez anos vigora a cota plena –, é o mínimo que se espera.

Quer dizer, o Brasil tem quase vinte anos de tê-lo por assinatura e o Brasil só tem canal estrangeiro. Quando a Sky se posiciona contra, eu entendo, porque a Sky gosta é de cobrar pela veiculação de canais. Não vai ser o caso quando ela tiver de exibir esses canais das cotas. Agora, veja que essa uma hora e quarenta e cinco semanal, que é a cota plena que vigorará por dez anos, isso equivale a 1% do tempo. Um por cento! Tanto escândalo por causa de 1%. As cotas de canais (art. 17), que são no limite de 12 canais, sendo quatro de programadoras independentes e dois que passem pelo menos 12 horas de produção independente nacional.

Eu acredito que essas cotas também beirem mais ou menos um e pouco por cento. Por quê? No primeiro ano, não vai entrar nenhum canal novo. No segundo ano, provavelmente, haverá um único canal novo. No terceiro ano, talvez a gente consiga chegar a quatro, três novos canais. Então, serão quatro canais. Isso é o mínimo que se pode esperar de um país. Se o projeto de lei tem lá o artigo que visa proteger a cultura nacional, a Língua Portuguesa, então, não se pode achar que agora se fala inglês, porque os canais da TV por assinatura são muito ruins, com raras exceções. Há aqueles canais clássicos, mas, senão, eles são bem precários.

As cotas existem em quase todos os lugares. Na Europa, 60% são de cota europeia; 40% são de cota nacional. Isso nos 27 países membros. Repito: 40% são de cota nacional. Nós estamos falando de uma cota tão mínima, tão insignificante para criar tanta celeuma!

Tenho tantas coisas para falar, que vou procurar encurtar para usar o meu finalzinho.

Acho que satisfeito com esse projeto ninguém está. Não vejo como é que se pode ficar satisfeito. Foi um embate duríssimo. Durante todos esses anos, nós tentamos aprovar projetos que visassem à veiculação, à inserção da produção independente na televisão brasileira. Todos esses anos! Por quê? Essa produção é basicamente produzida com recursos públicos, com renúncia fiscal. Então, o cidadão contribuinte, que financia

essa produção, deve ter o direito de assistir àquilo que ele ajudou a produzir, de ter acesso ao que ele ajudou a produzir. E essa produção tem que ter acesso aos meios de comunicação. Não é possível continuar do jeito que está. E o fato de que nós não podemos encontrar ninguém completamente satisfeito, acho isso um bom sinal. Acho que é o projeto que foi possível; aquele entendimento, aquela convergência possível. Não é uma maravilha para ninguém.

Agora, eu acho que, se não houver uma aprovação desse PL, nós vamos ter de torcer muito para que a Anatel faça o trabalho dela, já que o Legislativo não vai conseguir fazer. Isso é que é dramático, porque a gente gostaria de ver... Estar aqui discutindo isso com os senhores, isso é muito bom e devemos fazer mais, muito mais vezes, porque a Anatel está vendo a concentração no mercado. Senador, a concentração na veiculação de conteúdo nacional é de 86% de toda a TV por assinatura. Uma única empresa dita o que 86% de toda a TV por assinatura pode ver.

Então, se isso não for abordado de alguma forma... A Anatel está vendo essa concentração e está tendo que fazer a... O novo planejamento do cabo para poder contornar essa concentração excessiva que há no mercado. Agora, é uma pena que não se esteja pensando em se verificar isso tudo. Por quê?

Nós estamos falando das empresas de telecomunicação, que vão faturar, neste ano de 2010, em torno de R\$185 bilhões. Todo o audiovisual brasileiro, incluindo da produção estrangeira, das programadoras estrangeiras, do cinema, do DVD, da TV aberta e da TV por assinatura, somente o audiovisual não vai chegar a R\$20 bilhões.

Nós vamos assistir a um treminhão – treminhão é aquele caminhão de três etapas – vindo. Ele já está vindo. Não adianta, nós temos que discutir. Eu estou aqui defendendo a aprovação, sem alterações, para a gente conseguir entrar logo; nós estamos na produção independente sem mercado nenhum para exibir, nós queremos ter acesso ao mercado, e isso aqui vai nos possibilitar um mínimo acesso ao mercado, mas um acesso que vai conseguir fazer com que o Brasil veja a sua cara, conheça a sua cultura, conheça o seu povo. Não é uma via de mão única como é hoje.

Este projeto prevê 30% dos recursos arrecadados para as regionais, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – 30% de todo o recurso arrecadado. E, dentro desse recurso, há espaço para os radiodifusores. Está lá escrito, eu, inclusive, posso destacar o artigo, posso destacar o inciso. Os radiodifusores regionais vão ser beneficiados com esse recurso. Não vai ser importante ter uma via de duas mãos, uma via em que o conteúdo vem e é projetado nacionalmente, para o

Brasil poder ver a sua cara, a sua gente, as suas paisagens, se conhecer melhor e falar português. Daqui a pouco a gente vai ter a foto da mulher do vizinho, que é uma mulher estrangeira, dos filhos do vizinho, que são filhos estrangeiros, o futuro vai ser esse se a gente não conseguir colocar o Brasil dentro da televisão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a. Com a palavra, o Sr. Roberto Moreira, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo – SIAESP, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. ROBERTO MOREIRA – Obrigado, Exm^o Sr. Demóstenes Torres, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais membros desta Mesa, o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo representa a indústria audiovisual paulista que reúne 80% da produção publicitária brasileira, um terço da produção cinematográfica e representa 115 empresas, entre elas as maiores produtoras brasileiras e fornecedores de infraestrutura para produção audiovisual.

Nós entendemos que o PLC nº 116 é o resultado de anos de negociação e representa o consenso de vários segmentos da nossa atividade. Nesse processo, todos tiveram que ceder um pouco e o resultado é um compromisso histórico, porque constrói uma convergência de interesses inéditos. É verdade que existe oposição ao PLC, mas o consenso absoluto é inatingível.

Somos um País continental de grande variedade cultural e temos vocação para criar um mercado de massas para as nossas indústrias criativas. O mercado do cabo dominado pela produção estrangeira é retraído, pequeno. O público brasileiro gosta do produto nacional e é ele que vai expandir o consumo do audiovisual no País. Acho que a prova disso é o sucesso de Tropa de Elite 2, que está aí batendo Titanic. Quer dizer, o nosso público gosta de ver o produto nacional.

Como expandir o mercado? Como organizar o mercado? Internacionalmente, um instrumento que garante o desenvolvimento industrial do setor são as cotas de produção. Elas têm sido atacadas por limitar a liberdade do expectador. No entanto, visam justamente o contrário: garantir um maior leque de escolhas ao público. Hoje, basta apear pelo cabo para ver como, na verdade, temos poucas alternativas de qualidade com uma presença bem pequena do produto nacional.

É importante destacar que há uma diferença entre regular atividade econômica e ingerir no conteúdo. Ingerir no conteúdo é, por exemplo, dizer que não podem ser veiculados produtos violentos, disciplinar o modo como a infância é representada nos programas. Em nenhum momento o PLC se imiscui nesse tipo de

questão, ele não disciplina nenhum assunto referente à liberdade de expressão, seu âmbito é exclusivamente econômico, e misturar os assuntos é semear a desinformação.

Do ponto de vista econômico, as cotas são necessárias porque o produto importado é mais barato que o nacional. Isso é uma regra em todos os mercados. O produto brasileiro é mais barato em Angola e no Paraguai. Assim, a produção nacional sempre vai estar em desvantagem. Para desenvolver o mercado externo, não há alternativa ao uso das cotas.

Assim entendeu a União Europeia, que determinou uma cota de 50% – ou 60%, como a Tereza disse – em qualquer canal pago ou aberto. Cinquenta por cento da produção é europeia.

Nos Estados Unidos, país liberal acima de qualquer suspeita, também a produção independente é protegida. O FCC, agência que regula a comunicação nos Estados Unidos, já afirmou, em 93, que tem autoridade para regular as redes, de acordo com o interesse público, e assim pode restringir as atividades de programação, de modo a promover a diversidade que o livre mercado não é capaz de prover.

Em 1970, constatou-se que a produção independente caiu de 33%, em 1957, para 4% nas tevês abertas americanas. O que o FCC fez? Definiu que, integralmente, a produção tinha que ser independente, excetuando os telejornais. Então, nos Estados Unidos, um país liberal, sem dúvida nenhuma, de 1970 a 1996, toda a produção exibida nos canais de televisão aberta era independente. E eles tinham, sim, que fiscalizar que aquela produção cumpria a exigência da independência. Portanto, criaram-se mecanismos de regulação e de fiscalização para isso. No caso do FCC, ele disciplina também conteúdo, sim. Por exemplo, essa questão da violência, da infância, isso passa pela agência americana.

Mas o que eu queria ressaltar é que existem, para cumprir essas cotas, nos países europeus e nos Estados Unidos, estruturas e legislações muito completas que regulamentam muito a nossa atividade. A atividade do audiovisual é regulamentada no mundo inteiro.

No caso nosso, como já disse a Tereza, as cotas são extremamente benignas. Eu acho que não dá para dizer que é impossível de serem cumpridas. Por exemplo, levantou-se aqui a questão da autoria dos canais. Se o canal veicula conteúdo de televisão clássica americana, ele pode passar um clássico brasileiro. Aí depende de cada canal conseguir se adequar à legislação. Agora, não ter meia hora, no horário nobre, para a programação nacional me parece um pouco descabido.

Eu gostaria, por fim, de ressaltar que o texto do PLC já foi exaustivamente debatido e ele é resultado de um equilíbrio delicado de interesses. Sua aprovação é urgente e conclamo o Senado a responder a essa necessidade ainda este ano.

A economia brasileira tem crescido aceleradamente e o nosso setor está à margem desse crescimento. O audiovisual brasileiro não pode perder o bonde da história.

Para terminar, eu gostaria de citar um autor que não é nenhum diretor francês nacionalista:

“Eu não quero que a minha casa seja murada de todos os seus lados e que minhas janelas sejam lacradas. Eu quero que a cultura de todos os povos se espalhe pela minha casa da maneira mais livre possível. Mas eu me recuso a ser derrubado por qualquer uma dessas culturas.” (Mahatma Gandhi)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Luís Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. LUÍS ROBERTO ANTONIK – Obrigado, Senador Demóstenes, pela oportunidade.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Alvaro Dias, meu ilustre conterrâneo, e, em nome do Senador Alvaro Dias, cumprimentar os demais participantes.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão é uma entidade que representa uma parcela dos radiodifusores brasileiros. Nós representamos cerca de 2,4 mil emissoras de rádio e quase 300 geradoras de televisão, de um universo de cerca de um pouco mais de 500 geradoras de televisão e 4.350 emissoras de rádio.

A questão do PL nº 29, hoje aqui no Senado com o nº 116, quando ele começou na Câmara dos Deputados, ele tinha uma finalidade que era uma finalidade muito mais simples do que a que se mostra hoje. Mas, com o passar do tempo e com os três anos de debate que o projeto de lei enfrentou na Câmara dos Deputados, nas diversas Comissões por onde ele passou – na Ciência e Tecnologia, na Defesa do Consumidor –, ele foi agregando conteúdo. E esse conteúdo foi tornando o projeto de lei bastante complexo e também mais difuso. E com essa complexidade, esse tamanho e esse alcance que o projeto de lei obteve, nós os associados da Abert, especificamente, acabamos perdendo o consenso sobre o projeto de lei e, então, ficamos com uma dificuldade muito grande em nos manifestar como entidade acerca dele. Porque as empresas que representam, que são associadas da Abert, têm feito um trabalho de esclarecimento das

suas posições aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados de um modo geral.

Para mencionar um exemplo, as Organizações Globo são favoráveis à aprovação do projeto com alguns ajustes de redação. Por outro lado, o SBT tem uma posição contrária à implantação do projeto. A Rede Record é favorável à aprovação do projeto.

Essas coisas que estou colocando eu gostaria que os senhores levassem em consideração que a complexidade do projeto e os temas que ele aborda é que acabam por causar esse tipo de discordância absolutamente natural no ambiente dos negócios, haja vista a atuação dos grupos empresariais que representam a Abert.

Durante a discussão do projeto de lei, especialmente na Câmara Municipal, preocupamo-nos, como entidade, muito mais com o art. 32 do projeto, porque o art. 32 é bastante voltado para a radiodifusão. Então, é uma preocupação constante nossa, por exemplo, proteger a área da geradora. Ou seja, vamos garantir que a geradora tenha a sua área de cobertura protegida, para que o telespectador não veja, no cabo, um sinal diferente daquele que ele está vendo no ar. Essa é uma preocupação que nos tomou muito tempo e exigiu muito trabalho.

Tivemos uma preocupação também muito grande com a questão da defesa daquilo que chamamos de modelo nacional de radiodifusão e que consiste na radiodifusão livre, aberta, gratuita e, especialmente, a radiodifusão é um serviço local. Nossos associados têm uma atuação local.

E, para fechar os exemplos acerca do art. 32, também tivemos uma preocupação muito grande com a questão da digitalização dos sinais. Saibam os senhores, tenham consciência os senhores que a digitalização dos sinais vai mudar radicalmente o tipo de serviço que nós vemos hoje, com uma série de serviços extras e com uma série de serviços adicionais. Então, na associação, devido a essa questão da falta de consenso, nós nos preocupamos basicamente com isso.

Por último, há uma questão mais de caráter econômico e que toma muito as nossas preocupações que eu dividiria em duas partes. Isso exigiria por parte da Anatel – temos aqui vários conselheiros da Anatel – um cuidado todo especial e uma regulamentação também toda especial. Nós, radiodifusores que somos pequenos empresários e que estamos espalhados aí em todas as cidades brasileiras, somos investidores naturais nesse mercado, nesse novo serviço de televisão por assinatura que se abre com esse projeto. No entanto, nós precisamos que existam regras muito claras acerca do compartilhamento dos meios e do

compartilhamento de infraestrutura, sem os quais não é possível que exista a competição.

Nós temos também vários radiodifusores que já atuam no setor de TV a cabo. Eu diria para o senhor o seguinte: ninguém seria tolo o suficiente para investir num projeto e tivesse que disputar esse projeto com uma grande empresa de telecomunicações. A primeira coisa que viria à cabeça é o poder econômico. Mas não vamos considerar apenas o poder econômico, mas não há condições de um pequeno radiodifusor, de uma pequena cidade, competir com a Oi, por exemplo. Não se trata do poder econômico apenas da Oi. Você tem que considerar também a *expertise* que ela tem, o quadro de pessoal que ela tem, os técnicos capacitados que ela tem, tanto na engenharia quanto no marketing. Então, se, por parte da Anatel, nós não tivermos um conjunto de regramento muito claro, estabelecendo de forma muito lúcida e limpa como se dará esse tipo de competição, como se dará especialmente o compartilhamento da infraestrutura, o que nós vamos ter no final é que essas competências das grandes empresas de telecomunicação, aliadas também ao poder econômico que elas têm – mas o poder econômico não é suficiente, ele não basta –, vai ocasionar que tenhamos um monopólio, coisa que... acredito que nisso... temos consenso aqui, ninguém é unânime. Então, por parte da Associação Brasileira das Emissoras de Radiodifusão, da Abert, essa é a nossa posição, e eu me coloco à disposição dos senhores Parlamentares aqui para as perguntas que vierem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Considero visita honrosa a esta comissão a do Deputado Federal Paulo Lustosa, do PMDB, Ceará.

Com a palavra o Sr. Jacinto Arruda Câmara, Professor da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, representante do professor Carlos Ari Sundfeld, professor da FGV e da PUC de São Paulo.

V. S^a disporá inicialmente do tempo de dez minutos.

O SR. JACINTO ARRUDA CÂMARA – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, vou tentar, temo não conseguir, pois o tema é apaixonante, mas vou tentar criar um anticlímax aqui nesta audiência pública, falar sobre aspectos estritamente jurídicos. Estamos na Comissão de Constituição e Justiça e me parece que a função a mim designada nesta audiência é a de chamar a atenção não apenas para o debate em torno de valores e de interesses econômicos e culturais, todos eles legítimos e que estão aqui legitimamente

representados, mas também para chamar a atenção a respeito dos limites que a Constituição Federal impõe à celebração de um grande acordo que normalmente se cristaliza na produção legislativa.

A conciliação de diversos interesses divergentes é papel do Congresso Nacional. Porém, essa cristalização de interesses convergentes tem um limitador maior que é a Constituição Federal, e exerce este grande papel para que a contingência de determinados acordos não seja nociva para valores superiores que a Constituição abraçou. É difícil fazer esse exame porque vou me repetir: todos os valores aqui mencionados foram abarcados pela Constituição.

É indiscutível o papel relevantíssimo que a Constituição deu à cultura nacional, ao incentivo à produção independente. É indiscutível. É um equívoco esconder ou considerar que o Estado brasileiro não tem o dever de fomentar a participação da cultura nacional nos diversos meios de comunicação, nas diversas formas de manifestação cultural. Seria tolice sustentar isso. Como também é tolo supor que não há uma proteção muito forte dada pelo legislador constituinte à liberdade empresarial e à liberdade de pensamento.

A análise jurídica para ser correta – e vou aqui pura e simplesmente emitir a minha opinião...

O Senador Demóstenes Torres, além da sensibilidade de homem público e Senador, tem formação jurídica sólida, é capaz de avaliar isso.

Vou aqui emitir única e exclusivamente a minha opinião a respeito deste cotejo e tentarei ser o mais didático possível. Não quero usar aqui a cátedra que exerço na Pontifícia Universidade Católica, apenas levantar os argumentos e demonstrar, da maneira mais clara possível: os confrontos entre o texto constitucional e o que está proposto neste projeto de lei me geram algumas preocupações basicamente em dois aspectos que, de algum modo, já foram mencionados aqui. Tentarei, neste breve tempo que me resta, expor, o mais didaticamente que eu conseguir, qual é o ponto de divergência.

Um aspecto envolve a competência atribuída pelo projeto à Ancine: a competência para regular. O que significa regular? Impor condicionamentos, restrições, deveres a determinados agentes de mercado ou agentes da produção do conteúdo audiovisual que estão, na minha leitura do texto constitucional, protegidos por uma reserva de liberdade. Essa contrariedade ao texto constitucional está, na minha opinião, retratada com maior ênfase no artigo 9º do projeto, no parágrafo único especificamente, que diz: as atividades de programação e de empacotamento serão objeto de regulação e fiscalização pela Ancine no âmbito das competências atribuídas a ela pela Medida Provisória nº 2.228. Re-

almente, isso foi falado aqui, muito bem identificado: o projeto não traz qualquer restrição à liberdade criativa ou de conteúdo dos programadores ou de quem quer que seja, mas traz uma delegação de competência para a Ancine – aí há um risco redobrado, o de infringir a liberdade de criação e de delegar essa função a uma entidade da administração pública.

A Constituição Federal... Isso é uma lição absolutamente banal, não existe direito absoluto em nenhuma esfera e mesmo na esfera protegidíssima da liberdade do pensamento não há liberdade absoluta, seria, em tese, possível criar condicionamento para proteção da família, para proteção, inclusive, da identidade cultural. Porém a Constituição, que tratou da matéria especificamente no art. 220, diz qual o mecanismo para fazer isso.

Está no § 3º do art. 220.

§ 3º “Compete à lei federal” – não é à disposição da Ancine, é à lei federal – “regular diversões e espetáculos públicos”... Isso está no inciso I.

II –estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programa ou programações de rádio e televisão”...

Compete à lei federal. Não seria possível delegar essa competência à Ancine, muito mais, ainda, sem qualquer forma de disciplina desse assunto no texto do projeto.

Outro aspecto que está relacionado com essa competência atribuída à Ancine envolve algo que já foi mencionado aqui, que diz respeito à possibilidade de a Ancine restringir o acesso a essa atividade econômica de produção de empacotamento. Está no art. 12, parágrafo único.

O art. 12 emprega a expressão “credenciamento”, como se fosse meramente uma atividade de registrar quem atua nesse segmento. Porém o parágrafo único do projeto esclarece o sentido que essa expressão ganhou, que foge um pouco do sentido comum, habitual.

Diz o parágrafo único: “A Ancine deverá pronunciar sobre a solicitação do credenciamento no prazo de trinta dias e, em não havendo manifestação contrária da Ancine nesse sentido, o credenciamento será considerado válido.

O parágrafo único deixa claro que é possível uma rejeição desse credenciamento. Com base em quê? O projeto não diz. Certamente estaria a Ancine legitimada, com base no art. 9º, a criar essas condições.

Isso, a meu ver, fere a Constituição Federal, que determina, primeiro, que não dependerá de registro – art. 5º. IX, da Constituição Federal – e, segundo, nas restritas hipóteses em que isso pode ser objeto de controle determina que seja feito por lei federal e não

por atuação de ente administrativo, mesmo que seja uma agência reguladora independente.

O segundo tema, esse objeto de maior polêmico, envolve a criação de quotas. Seria possível criar quotas por lei e impor a programadores, empacotadores e, indiretamente, a veículos de distribuição, determinado conteúdo nacional?

Certamente essa pretensão vem escorada em dispositivos constitucionais que albergam a promoção da cultura nacional e regional, estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação – art. 221, II, da Constituição Federal..

O art. 222 da Constituição, § 3º, determina que esses dispositivos do art. 221 sejam aplicáveis também aos meios de comunicação social eletrônica, que envolve não só radiodifusão mas também outros mecanismos. Esses mecanismos... Essa base constitucional, que, na minha avaliação, estaria por trás da criação da política de quotas, do ponto de vista jurídico, é suficiente para criar quotas? Na minha opinião, não é. Vou explicar, rapidamente, por que não: a legislação constitucional brasileira estabeleceu qual o mecanismo que o Estado deve exercer para incentivar e proteger a cultura nacional mediante políticas de incentivo e fomento, que foi, inclusive, aqui relatado por representantes da produção, inclusive da produção independente, políticas de incentivo fiscal, políticas de apoio financeiro, inclusive, que estimulem a produção nacional, de modo a que ela ocorra e dispute mercado com megaproduções nacionais, como é o caso do sucesso, que dá orgulho e prazer a todo brasileiro, do filme *Tropa de Elite 2*, e em diversos aspectos da programação nacional.

Parece-me que esse é o papel reservado pela Constituição à atuação do Estado: fomentar, incentivar. O que vem gerando polêmica é que o incentivo e o fomento foram encampados no Projeto de Lei por intermédio de restrição a direitos, regulação em direitos de quem? De outros agentes econômicos. O Estado está intervindo na liberdade empresarial e até, para alguns, na liberdade dos consumidores, que serão obrigados a consumir determinadas parcelas de conteúdo nacional.

Falo isto como um assíduo telespectador de conteúdo nacional. Eu poderia falar aqui muito mais como telespectador, eu sou um telemaníaco, adoro televisão, e adoro a televisão brasileira. Mas, restringindo-me apenas ao aspecto jurídico, não me parece adequado, juridicamente, confundir incentivo, fomento, atividade de fomento, que tem um sentido jurídico forte e consagrado, com uma intervenção regulatória, forte na liberdade de outros agentes econômicos. Criar cotas para esse tipo de assunto – e aqui estamos falando de indústria

em geral, estamos falando de comunicação social, comunicação de massa, que tem um capítulo próprio e que diz como o Estado vai incentivar essa indústria, que é a indústria nacional, importantíssima, será através de fomento, e não de introdução de regras.

Essa, em resumo, é a minha preocupação sobre aspectos jurídicos em torno do Projeto de Lei.

Muito obrigado pela atenção a todos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Sª.

Com a palavra a Srª Renata Pagy Bonilha, advogada, representante do Sr. Luiz Eduardo Baptista da Rocha, Presidente da Sky,

A SRª RENATA PAGY BONILHA – Boa tarde a todos.

Presidente, muito obrigada pelo convite. A Sky gostaria de agradecer por fazer parte desta Mesa que tanto tenta elucidar este assunto, que é complexo. É só ver o que já foi discutido até agora que se vê que realmente não existe um consenso.

É difícil falar aqui no final dessas manifestações todas e não ser repetitiva.

Nós gostaríamos de ressaltar que a visão que a Sky traz aqui para os Senadores é estritamente legal. E falar depois do Dr. Jacinto a respeito de legalidade e constitucionalidade, peço desculpas pelas vezes que vou ser repetitiva dentro do assunto.

Na verdade, primeiro, a Sky gostaria de dizer que ela não tem qualquer restrição à entrada em vigor do PLC. Ela tem restrições pontuais. Ela não está aqui contra a questão das cotas... Perdão. Ela não está aqui contra a entrada das teles no mercado ou contra a questão da revogação da Lei do Cabo. Isto é um ponto consensual.

A questão da entrada das teles é uma questão já posta no mercado. A definição legal seria só uma consequência do que já se tem na prática. E isso é um incentivo ao mercado que a Sky entende válido e entende também por fomentar essa tentativa de maiores disputas no mercado em favor do consumidor e das próprias empresas.

A questão da Lei do Cabo também não é questionada pela empresa, tendo em vista que entende-se, sim, ser necessária essa consolidação legal num único projeto porque existem regulamentações diversas que precisam, sim, ser compendiadas para facilitar a atuação no mercado.

Os dois pontos centrais – desculpem-me a repetição – são realmente a questão das cotas e as questões da competência dada à Ancine pelo projeto de lei.

A questão da restrição quanto à imposição de cotas, ela não visa, em momento algum, Drª Tereza, a questão do conteúdo nacional. A Sky não se opõe

à entrada de qualquer programação nacional em sua grade. A questão da Sky vai além. A Sky entende que a via certa do incentivo à indústria audiovisual não é pela via estreita das cotas. Nós entendemos que não se pode, via cotas, ditar o conteúdo que deve ser veiculado por uma empresa, a questão da sua quantidade ou a questão do seu horário. Nós entendemos que, por ser um serviço privado e específico de comunicação, como o Dr. Jacinto ressaltou aqui, ela encontra vedações expressas na Constituição Federal e que, por isso, ela não pode ser simplesmente vista como um incentivo a essa produção nacional.

O que nós entendemos é que existem, juridicamente falando, existem princípios dentro da Constituição que precisam ser cotejados. Não sei se... Juridicamente falando, me perdoe quem não for da área, mas existe um consenso constitucional de que os princípios constitucionais estão no mesmo patamar, mas, em determinadas situações, eles têm que ser sopesados, e é isso o que a Sky pretende com essa discussão.

Nós entendemos, sim, que essa questão do incentivo à cultura, nacional da forma como está sendo posta no PLC, encontra vedações expressas, sim, na liberdade de expressão da atividade artística, na questão da livre iniciativa, na questão da livre concorrência e, em especial, na violação ao direito do consumidor. Aqui até a doutora pode falar melhor do que eu. Mas a nossa visão, a visão da Sky é que viola, sim, o direito consumerista.

Com a imposição de cotas, as programadoras e as operadoras ficam impedidos de transmitir livremente seus programas, porque precisam, sim, se manifestar dentro de uma reserva de mercado em restrição a essa livre expressão artística, ao ver da Sky.

E, pelo lado dos consumidores, eles são atingidos porque eles vão pagar por um serviço, terão que arcar com programas de cunho obrigatório. Então, o direito de escolha, Dr. Roberto, o senhor me desculpa, mas nós entendemos que fica, sim, prejudicado o direito de escolha do consumidor com efetiva violação aos princípios do próprio consumidor.

A programação deixa de ficar meramente condicionada ao direito empresarial, ao mercado, à necessidade de mercado, de disputa de mercado, o que faz bem para o consumidor. A disputa, nós sabemos, é o que diminui o preço, é o que melhora a programação, é o que melhora a prestação do serviço e não a reserva de mercado.

A discordância, então, como a gente faz questão de ressaltar, a empresa faz questão de ressaltar, não reside, de forma alguma, na questão da exibição de programas de conteúdo nacional ou à produção nacional. O que se sustenta, é verdade, é que a empre-

sa, lendo juridicamente esse projeto, tem objeções quanto à imposição de qualquer restrição à atividade empresarial.

E essa restrição da Sky ao PLC vem desses outros princípios constitucionais que, sopesados, ao ver da Sky, precisam ser vistos como de forma mais contundente no caso.

É bom lembrar que estimular a cultura, como aqui o Dr. Jacinto... O Professor Carlos Ari Sundfeld, com ele trabalha, tem uma manifestação a respeito. Ele fala que uma coisa é estimular a cultura nacional e a produção independente; outra coisa, que é ao que se opõe a Sky, é impor às pessoas o consumo da cultura nacional. É isso que se está contra nessa leitura do projeto.

A outra questão também já repetitiva seria referente aos poderes dados à Ancine. A medida provisória que cria a Ancine determina, sim, que ela tem como finalidade própria o fomento da indústria cinematográfica e videofônica no Brasil. Cabe à ela a regulação dessa atividade específica, qual seja o fomento dessa indústria.

O que o PLC busca – vem no seu fundo – é a questão, como já foi falado aqui também, não de uma... Ela passa a ser uma agência reguladora não mais de atividade de fomento, mas sim do próprio conteúdo. Mais uma vez nós enfrentamos a questão do conteúdo dos canais. Ela passa a ter poderes de controlar e fiscalizar os próprios meios de comunicação, que já são de regulação própria pela parte da Anatel, e nós entendemos, então, que isso levaria a uma violação da própria intenção legal de criação da Agência.

Só para citar um exemplo, a tentativa do PLC de inserir, no âmbito do audiovisual, a atividade de empacotamento, ou seja, a criação dos pacotes de canais, essa atividade já é praticada pelos operadores, que são empresas de telecomunicação com regulamentação própria. A atividade de organização desses canais, desses pacotes de canais é inerente à própria atividade da distribuição. O que a empresa entende é que concluir por essa possibilidade seria a mesma coisa que aceitar que a organização de produtos em um supermercado seria uma atividade diversa da atividade fim do próprio supermercado, que seria a venda desses produtos.

Outro ponto que se questiona, ainda dentro dessa competência da Ancine, é a ausência de limitações a esses poderes discricionários dados pelo PLC à Ancine. O PLC diz que ela passa a ter o poder discricionário de dizer qual o programador e o operador de TV por assinatura que será credenciado ou não, vai poder definir qual é o horário nobre e estabelecer as condições dessas cotas que precisam ser cumpridas.

Apesar disso, de abrir essas possibilidades todas à Ancine, ele deixa de definir quais os parâmetros de atuação da própria Agência, para ficar dando à Agência os critérios de controle de toda a atividade de comunicação da TV.

Aqui peço licença para citar o professor Ives Gandra, que fez um parecer a respeito do assunto e afirma que: “atribui-se a uma agência poder de vida e morte sobre as prestadoras de serviço de acesso condicionado”.

Esses são os pontos de inconstitucionalidade vislumbrados pela Sky. A empresa faz questão de reiterar que não é contra a inserção desse projeto no ordenamento jurídico; ela é contra, sim, a versão que se apresenta hoje aqui no Senado. Ela é favorável, como muitos já disseram aqui, à introdução do projeto inicial do Deputado Paulo Bornhausen; entende que essas inserções polêmicas desvirtuam, sim, a visão inicial do projeto, sendo necessária a leitura pormenorizada por esta Casa, que não pode ser vista apenas como uma Casa ratificadora; e que é preciso, ao invés de se buscar acelerar essa aprovação... Nós entendemos as razões postas por todos na busca dessa celeridade; entendemos realmente que o mercado necessita dessa regulamentação, mas também entendemos que ela não pode ser feita de forma açodada, porque isso levará, necessariamente, à discussão da matéria judicialmente, o que, na verdade, acaba atrasando muito mais o mercado e a atuação das próprias empresas.

Então, nós gostaríamos de agradecer e dizer que a intenção da Sky, realmente, não é paralisar esse PLC; pelo contrário, é a busca de que o Senado vá a fundo nessas questões postas para que haja uma melhor definição dessas questões.

Agradeço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^{as}.

Passamos, agora, à interpelação pelos Srs. Senadores.

Conforme dispõe o Regimento, cada Senador disporá de três minutos para suas perguntas, indicando a quem dirige a sua pergunta ou a quais pessoas – pode ser a mais de uma – dirige as suas perguntas.

Inicialmente, concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, primeiramente quero aplaudir a competência com que cada um defende o seu ponto de vista e apresenta sua visão sobre um projeto que se apresenta como contraditório, ao contrário do que procurou se passar na última audiência pública que aqui realizamos.

É evidente que há o desejo de celeridade da parte de alguns setores, e as suas justificativas se baseiam sobretudo na ausência de um marco regulatório.

Eu gostaria de justificar a necessidade de ponderarmos sobre a conveniência dessa celeridade, exatamente em razão da ausência do marco regulatório, e pelo fato de estar o Poder Executivo, especialmente o Presidente Lula, há poucos dias, informando a pretensão de se estabelecer um marco regulatório para o setor já no próximo ano. Ou seja, é uma questão que deve ser discutida no atacado, e não no varejo.

Nós reconhecemos que há pontos fundamentais neste PL 29 agora no PLC 116. São pontos essenciais, que consubstanciam avanços importantes para o aprimoramento desse setor de comunicação no País.

No entanto, eu não creio que seja adequado e que seja a melhor estratégia a definição do que é bom para o povo brasileiro no varejo, e não no atacado.

Vou fazer algumas questões rapidamente, deixando de fazer essa dissertação sobre o que eu penso a respeito deste momento.

Eu gostaria também de não indicar quem deve responder, mas colocar estas questões que eu considero fundamentais.

Nós somos da Comissão de Constituição e Justiça – o Senador Demóstenes, eu e outros aqui – e temos o dever de zelar pela constitucionalidade das matérias que aprovamos. É essencial verificar a constitucionalidade, a boa técnica legislativa e a juridicidade também desta proposta, que diz respeito a interesse da economia nacional, diz respeito à cultura do País, enfim, interesse do povo brasileiro.

Ouvimos do Dr. Jacinto Arruda Câmara que o projeto é inconstitucional. E ele apresentou razões, a meu ver, indiscutíveis: que a delegação do art. 9^a à Ancine afronta a Constituição; que o sistema de cotas, da mesma forma, porque é democrático e é constitucional que deve existir fomento e estímulo à produção nacional, e não a imposição, que seria como que colocar um prato feito a ser engolido pelo consumidor brasileiro sem saber o seu gosto, sem discutir o seu gosto.

Ou seja, é a questão da não intervenção, intervenção que é destacada também, com muita ênfase, pelo Marcos Bitelli. Ele fala em volta do estatismo; diz que o projeto tem um corpo intervencionista jamais visto na história. Em troca do arbitramento de interesse pontuais, se aceita o estatismo – são afirmações dele. E o maior pecado é querer regular conteúdos – o que é antidemocrático.

Enfim, essas questões básicas que devem ser consideradas.

Portanto, garantir esse espaço para produção nacional através da fixação de cotas não é negar a política

de fomento e de estímulo à produção nacional? Ou, se não é negar a política de fomento e de estímulo à produção nacional, não seria negar a criatividade e a capacidade de criação cultural do povo brasileiro?

Nós não aceitamos isso, em hipótese alguma. Ao contrário, nós destacamos a capacidade de criação cultural e artística do nosso povo. Tanto é que aqui se ressaltou o filme de sucesso ímpar de bilheteria, “Tropa de Elite 2”.

E não é a única produção brasileira de destaque: nós temos produtores, nós temos criadores, nós temos artistas fantásticos no País. E o que nós devemos fazer é promover o estímulo, para que a atividade cultural do nosso País ganhe dimensão internacional.

Eu tenho uma série de indagações, mas eu vou deixar, Sr. Presidente, até em consideração a todos os que aqui se encontram. Mas coloquei esses pontos que considero essenciais, porque dizem respeito à Constituição, dizem respeito às liberdades democráticas, dizem respeito à relação do Estado com a sociedade. Então, acho que estas são questões essenciais, e coloco, em primeiro lugar e acima de tudo, o povo brasileiro.

Nós ouvimos aqui críticas duríssimas a essa proposta por intermédio do Dr. João Saad, de que o projeto é um “frankenstein”, que é absolutamente inconstitucional.

Então, são essas as questões essenciais que nós devemos, certamente, elucidar aqui e agora.

E agradeço ao meu conterrâneo Antony pela referência inicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e, mais uma vez, os meus cumprimentos a todos que aqui expuseram suas teses, sempre com muito brilhantismo, obviamente com o contraditório sendo estabelecido de forma inteligente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Inicialmente, pelo prazo de três minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo fazer uma questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois não.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Escutei muito atentamente aqui todas as exposições, não só nesta audiência, como na anterior, porque tenho o entendimento de que a votação desta matéria, se ela vier a acontecer, ela tem que ser fruto de um amplo debate. Portanto, a oportunidade do debate está acontecendo, com uma oitiva de inúmeros representantes das diversas entidades e interesses envolvidos nesta matéria.

Agora, nós tivemos uma palavra colocada na exposição do representante da Abra que eu peço a V. Ex^a que verifique, porque ou isto deve ser esclarecido ou, então, peço que seja retirada a fala das notas taquigráficas da sessão. Porque houve aqui uma declaração que ultrapassa a insinuação de que os interesses econômicos dessa matéria podem estar movendo Parlamentares que tenham recebido doações de campanha.

Então, até peço que depois se verifique nas notas taquigráficas. Ou se explicita ou, então, acho que esse tipo de insinuação não pode pairar numa audiência pública de várias Comissões do Senado Federal.

Acho muito importante que, caso tenha algo a declarar com nome e sobrenome, que declare; se não, que isso daí seja retirado das notas taquigráficas, porque eu quero dizer que todos os Senadores de todas as Comissões vão ter problemas, constrangimentos de votarem conforme suas convicções – e acho que aqui cada um tem a sua convicção, as audiências públicas são para formar a convicção de cada um, os esclarecimentos, etc. –, e, além do mais, acho lamentável que qualquer votação que a gente venha a fazer, depois aconteça ou não por causa de insinuações desse tipo.

Então, essa foi a primeira questão que eu desejo levantar, e estou demandando a V. Ex^a, como Presidente dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu verificarei a Ata e, se for o caso de considerar ofensivo, eu mando riscar da Ata a ofensa dirigida abstratamente.

Continua V. Ex^a com a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

A segunda questão que eu quero levantar é que eu desejo reproduzir um pouco o que coloquei na audiência passada.

Este projeto é uma matéria que envolve grandes interesses, grandes interesses. Eu diria, inclusive, milionários interesses. Porque, na tramitação deste projeto, nós temos os interesses das empresas de telefonia, que precisam da legislação para poderem atuar no sistema de TV por assinatura.

Nós temos as redes de TV aberta que têm interesses indiretos, mas várias delas têm interesse direto, porque há redes de TV aberta que também são proprietárias de TV pó assinatura. Tem as TVs por assinatura; tem os produtores do audiovisual; tem os distribuidores; tem os programadores; tem interesses de empresas nacionais e internacionais. Portanto, compatibilizar tudo isso é algo que nunca nós vamos chegar a 100% de entendimento. Eu não consigo achar

estranho determinada empresa se manifestar contrária à aprovação, dizer que precisa debater mais, quando essa empresa detém a ampla maioria do mercado. Então, é claro que, para ela, não interessa mexer em nada, fica tudo como está porque ela continua mandando, dominando e tal.

Agora, o que nós temos que debater aqui é o seguinte: o projeto como veio da Câmara não foi debatido pouco; foram mais de três anos. Todos tiveram oportunidade de se manifestar, foi para votação e, pela grande maioria, na reunião da semana passada, todos os que se manifestaram foram a favor – todos –, o que estava representando o Tribunal de Contas da União, a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, o Congresso Brasileiro de Cinema, o Sinditelebrasil, a Ancine, e também a Sincav-RJ. Hoje, também, boa parte se manifestou a favor: a representante aqui das produtoras brasileiras de audiovisual, o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, o representante da Anatel, o Presidente da ABPI. A Abert colocou de forma muito clara de que ficava difícil à entidade ter uma posição. Por quê? Inclusive citou que a Globo é a favor com algumas emendas de redação; a Record é a favor; o SBT é contra; não falou da Band, não vou reproduzir porque não sei qual é a posição. A Abert teve dificuldade e explicitou que os interesses das suas representadas tinham dificuldades.

E nós tivemos aqui algumas outras manifestações, como volta dizer, legítimas, de quem está atuando no mercado e que teve seus interesses colocados de forma diferenciada pelo projeto, se ele for aprovado.

De todos os que nós ouvimos, a grande maioria dos que ouvimos o posicionamento a favor, todos disseram – todos, Presidente! – que não é o projeto dos sonhos. Ninguém aqui disse: “É isso que eu quero. Isso é o melhor.” Mas todos que estão a favor dizem o seguinte: “É melhor a gente ter isso consagrado em lei, para gente conseguir evoluir a partir da lei aprovada para gente ir poder ir aperfeiçoando, até com o próprio exercício.”

Então, eu acho que, como audiência pública, a gente deveria fazer esse exercício. É claro que aqui temos que respeitar os que têm posicionamento contrário, os que debateram, mas, pelo bem do interesse, é melhor ter algo que, mesmo não sendo perfeito, colocado na legislação como regra, ou a gente ter uma situação de quase faroeste. Tem uma disputa que não está regulamentada, aí a Anatel baixa uma resolução que deixa tudo... porque nós vamos continuar abrindo mão do nosso direito de legislar para que uma agência reguladora estabeleça?! Nós não podemos abrir mão.

Então, todo o apelo é no sentido de se a gente pode avançar. É claro, nós aqui fizemos algumas ponderações, algumas colocações no sentido de que as matérias que não for possível resolver podem continuar tramitando, como já fizemos em outros assuntos extremamente complexos, quando estabelecemos tramitações paralelas e tal...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas não é PEC...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não é PEC. Mas, deixe-me lhe dizer, Senador Demóstenes, inclusive porque fui a autora. Nós tínhamos a tramitação de um projeto da questão da perícia, para o qual foi feita uma emenda para os papiloscopistas também receberem o direito. Se não tivéssemos colocado a emenda, nunca teria virado lei. Nós separamos a emenda, transformamos a emenda em projeto de lei; está aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas foi diferente; ali foi o seguinte: aprovou-se integralmente o projeto, que foi remetido para o Executivo para sanção e a emenda foi transformada em projeto, que está tramitando até hoje, depois de quatro ou cinco anos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, ela foi no ano passado e está pronta para ir para a pauta da Câmara, depois de votada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Ou seja, não se votou.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas de qualquer forma, Senador Demóstenes, para a gente poder ter algo legal, ter uma legislação mínima, vai chegar uma hora em que a gente vai ter que decidir.

Então, há um apelo muito grande para que gente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu só estou dizendo que esse caminho é difícil.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, mas o pior é continuar sem legislação, com a Anatel baixando substituindo por resolução.

Por último...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas vai passar para a Ancine fazer as resoluções, não é? (*risos.*)

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso, Senador Demóstenes, que eu quero fazer...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não foi com intuito algum de causar...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...a leitura por conta do seguinte: foi colocado aqui que a Ancine passaria a ter um poder a respeito do qual precisamos ter clareza a respeito, porque o que precisamos preser-

var, e o que está no texto da Constituição, inclusive no Art. 220, que é *“a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”*

Portanto, a nossa preocupação tem que ser permanentemente de preservar a Constituição na produção artística, naquilo que é produzido pelos nossos intelectuais, pela nossa imprensa, pelos nossos artistas.

E veja bem, o que aqui está colocado como uma inconstitucionalidade, diz o Art. 12 que *“o exercício das atividades de programação e empacotamento está condicionado a credenciamento perante a Ancine”*.

Portanto, é programação e empacotamento; não diz uma vírgula a respeito de produção. A Ancine não vai poder abrir o bico sobre produção de nada, como não pode e não deve porque a Constituição proíbe.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas se casar com o Art. 9 aí já cria uma interpretação...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos fazer a leitura do Art. 9, Senador Demóstenes.

“As atividades de produção, produção e empacotamento são livres para empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.”

Parágrafo Único – As atividades de programação e de empacotamento serão objeto de regulação e fiscalização pela Ancine.”

Não tem produção, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas se casar...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Portanto, nem no Art. 9, nem no Art. 12 há qualquer afronta, qualquer ataque ao texto constitucional de liberdade de expressão e de produção.

Portanto, não podemos ficar aqui mascarando, porque quando alguém diz que o telespectador brasileiro tem que ter o direito de escolhas, que ele não pode estar submetido a um autoritarismo de que “tem que obrigatoriamente assistir o conteúdo nacional, que em 24 horas, sete dias por semana, dá 168 horas...” Apenas por três horas e meia é obrigada a veiculação de programação nacional, este...

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, não dá nem para um filme.

Então, veja bem, e todos os telespectadores brasileiros têm um instrumentinho maravilhoso chamado controle remoto. Então se não quiser assistir o conteúdo nacional, ele troca. Mas o duro, Senador Demóstenes, é trocar todos os canais e não se enxergar como povo brasileiro, não ver uma manifestação cultural, entende,

de nenhuma das regiões do nosso País, de não ver um filme nacional, de não ouvir uma música brasileira. Isto é que nós temos que terminantemente colocar algum parâmetro. A Argentina faz 70% de obrigação de quota de conteúdo, a Europa, os Estados Unidos É 100%. Não é atoa que o segundo faturamento dos Estados Unidos é a empresa do audiovisual que promove lucro, emprego. No entanto, tem gente que não quer mexer, porque além de ser TV por assinatura também é dona, vinculada a não sei a quê de produtora norte-americana. Então temos que debater, aqui, o interesse nacional. Tem problemas? Tem, Senador Demóstenes, mas não é inconstitucional. Não há nenhum inconstitucionalidade, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos analisar. Acho que a Constituição deixa claro que tem que haver...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem uma defesa muito clara do interesse do povo brasileiro que precisar se ver.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Foi dito aqui, e acho muito interessante isso porque a Constituição prever uma lei que regulamentará a forma de incentivo e fomento. Foi dito, inclusive, que nós estamos em débito...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás o art. 221 diz isso: ...regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei. E a gente nunca consegue fazer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Depende do caminho. Poderá no momento oportuno. Daqui a pouco daremos a palavra a todos para que possam responder às perguntas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Senador Demóstenes, eu tenho a convicção de que, aqui, não vamos conseguir contemplar todos os interesses econômicos envolvidos que são muitos, são bilionários. Mas tem um interesse, Senador, que nós não podemos perder a oportunidade de aprovar. Por isso estou fazendo um apelo: vamos aprovar pela primeira vez neste Congresso, uma... Porque dizem que tem uma história do incentivo, mas a representante dos produtores alega que não adianta ter incentivo fiscal para produzir se, depois, não tem como veicular.

Então, a gente usa dinheiro público, renúncia fiscal para produzir e depois não dá acolhida para veicular. E toda produção nossa só tem um objetivo: que a população possa assistir. E quando ela tem oportunidade de assistir, Senador Demóstenes, é arrepiante como é bem visto, não só no Brasil. E na única vez que fui à China, já faz bastante tempo, tive a oportunidade de ver os chineses assistindo a novela Escrava Isaura. E paravam tudo para assistir à novela.

Então temos qualidade, competência, a produção regional é fantástica, basta pegar as nossas novelas regionais que são sucessos. Não são, apenas, os modelitos de Rio e São Paulo que fazem sucesso em nossa TV. Também as nossas novelas regionais. Temos vários exemplos, inclusive, atualmente de novelas com forte caráter regional.

Então, Senador, é apelo mesmo, não vamos conseguir conciliar todos os interesses econômicos. Houve acordo, foi debatido. Vamos aprovar, Senador Demóstenes, e vamos continuar aperfeiçoando a partir da lei e não de resoluções da Anatel às quais ninguém pode se contrapor ou modificar. Aqui é a Casa de estabelecer a regra, conforme a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda. V. Ex^a ABDICA?

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Cedo a preferência para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Temos na sequência: Senador Inácio Arruda, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero ir mesmo direto ao assunto porque o tema é recorrente e nós estamos discutindo há longo tempo; não é uma jornada iniciada agora. Nenhum Senador desta atual Legislatura nem da passada, nem na Câmara, pode arguir que não houve debate, que não tivemos discussão. Isso é fora de propósito.

Segundo: todos os agentes... Claro que, pontualmente, posso destacar alguém que disse “bom, eu não concordo, mas as minhas representações estabeleceram acordo; nós, então, honraremos o acordo”. Eu ouvi aqui, na reunião passada, semana passada, um dos nossos convidados, da representação da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, dizer: “Eu tenho diferenças com o projeto, mas eu fiz um acordo, é a minha instituição, eu tenho que honrar esse acordo”. É um princípio básico da nossa atuação no Congresso Nacional: se é estabelecido um acordo, então vamos buscar honrar esse acordo.

Esse acordo foi sustentado pelas organizações. Foram as organizações, sejam dos produtores, sejam das empresas estrangeiras que atuam no nosso mercado – aliás, que majoritariamente atuam no nosso mercado nessa área, entregando o conteúdo; o conteúdo nosso tipicamente é estrangeiro, no caso do Brasil. Todas sentaram e fizeram um acordo.

Então, sinceramente, qual é o problema? Qual é a dificuldade de honrar um acordo que nós, instituições, fizemos para que pudéssemos ter um instrumento legal que, evidentemente, sofrerá alterações? Não é proble-

ma que ele sofra alterações. Nós só queremos ter um instrumento que responda à Constituição.

Veja que batalha, Senador Demóstenes! Veja que batalha. Nós aprovamos, na Constituição, a questão da regionalização. Até hoje, não conseguimos, até hoje. A turma amarra aqui. Porque você ter produção regional e ter espaço para a produção regional abre um caminho novo para o Brasil.

Nós estamos discutindo aqui geração de milhares de empregos, e empregos de qualidade no Brasil. É isso que estamos discutindo, se nós queremos esses empregos aqui ou se nós queremos exportar esses empregos. Nós sempre reclamamos de câmbio, disso, daquilo, mas na hora de produzir aqui, de conteúdo, estamos falando...

É até brincadeira, parece brincadeira. Não é, mas parece brincadeira. Nós estamos falando de três horas semanais. Sinceramente, isso é uma vergonha! Vergonha! Um Senador, uma Senadora da República, ou Deputado ou quem quer que seja criar obstáculo a conteúdo nacional de três horas por semana! Por semana! Sinceramente! Se eu estiver defendendo o interesse de uma empresa, de um grande negócio, bem, aí é o interesse meu, particular, mas nós, não. Nós, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas não estamos defendendo o interesse de uma empresa apenas, de um negócio apenas, de uma vinculação apenas. Nós estamos defendendo o interesse de toda a Nação brasileira. Porque essa é a pedra de toque. Não é a constitucionalidade. Está aí um probleminha que não existe, porque se houvesse inconstitucionalidade, puxa vida, o Senado tem uma vantagem: o que tem de jurista e de constitucionalista aqui, não é brincadeira. Então, era facilmente resolvível. Aqui se tira inconstitucionalidade na perna, na votação no plenário. Tira-se inconstitucionalidade, resolve-se problema de inconstitucionalidade.

Não é esse o problema. O problema é a cota. Esse é o problema. É que não se quer que a cara do povo brasileiro, lá do Dias Macedo, que é o bairro em que eu nasci, do Mata Galinha, lá do Ceará, lá da Bahia, lá do Candomblé, lá do Pelourinho, lá de Cruz e Souza, em Santa Catarina, nosso poeta negro, do nosso povo, das nossas tribos, da nossa raça, da nossa cara, como disse o Darcy Ribeiro, projete-se num espaço extraordinário, que é o espaço de mídia, produzindo conteúdo numa área espetacular no mundo, porque nós podemos produzir para nós e para o mundo. Esse é o problema central, é essa a marra que temos que quebrar aqui no Congresso Nacional. Nem é o problema de Anatel e Ancine. Também não é esse, porque, aqui para nós, se nós fizemos a lei, digamos assim, quem tem mais afinidade direta é Ancine – afinidade

direta. Mas também esse não é o problema. Não é o problema se é Ancine, ou se é Anatel, ou se é outra instituição. O problema é que nós colocamos aqui no meio uma cota e se quer argüir que a cota criaria uma espécie de constrangimento para o consumidor. Puxa vida! Constrangimento é sermos obrigados, no Brasil, a ter que assistir a tudo que vier, do jeito que vier. Pode ser o que aqui já se chamou até de lixo, e muitas vezes é mesmo, que entra nesses pacotes que vêm em um filme. Vem uma produção de qualidade, Senador Demóstenes, e o resto pode-se expurgar, não serve para nada. É pura propaganda, às vezes política, ideológica, de nações que querem se projetar e ter força pelo mundo afora. Basta ver as bandeirinhas penduradas em tudo que é produção de qualquer coisa, de qualquer coisa. Em qualquer tipo de produção está lá: bandeirinha, bandeirinha, bandeirinha. Quando a gente coloca a bandeira nossa, o pessoal chama de nacionalismo bizarro ou coisa do tipo. Mas eu acho que esse aqui é o problema, é o nosso nó.

Acho que seria algo negativo para nós, no final do período, depois de tantas discussões, de tantos debates na Câmara... Eu vim da Câmara, o senhor já estava aqui. Eu vim de lá, chegando aqui está o mesmo debate, a mesma discussão. Voltou para lá. Agora vem de volta para o Senado, e nós não conseguimos desatar esse nó.

Eu apelo a V. Ex^a, porque nós...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– O projeto é originário da Câmara.

Ele não chegou...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não, mas o assunto não.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – O assunto não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O assunto não. Aqui nós tivemos dezenas de debates, dezenas, sobre este tema. Inclusive na Comissão de Ciência e Tecnologia presidida, hoje, com grande galhardia, pelo Senador Flexa Ribeiro, que tem atuado de forma brilhante na Comissão.

Debate não faltou. Quer dizer, argüir que faltou debate... Sinceramente, é brincadeira! Aqui nós tivemos um exagero de debate. Nós podemos dizer: mesmo debatendo, mesmo discutindo meses, anos e década, nós não queremos votar este projeto. Pronto. Aí é outra coisa. Não tem nada a ver com constitucionalidade, com Ancine, com Anatel, nada disso. Tem a ver com interesses que mexe com essa coisa bem pequeninha, mas que mexe com um interesse gigantesco, que é uma cota. É isso, o problema central é esse aí, não tem mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, senhores debatedores, Sr^s Senadoras, Srs. Senadores, não vou fazer perguntas, porque, na verdade, eu quero estimular alguns pontos de debate e, inclusive, juntamente com o Senador Flexa, fui autor dos requerimentos que provocaram essas audiências públicas.

Na verdade, o que nós queremos é o debate. Nós não queremos impedir a votação. Nós queremos fazer o debate. Agora, a Câmara levou três anos, nós não tivemos quase tempo de discutir o projeto. Tivemos uma discussão há três anos, e o Senador Flexa lembra-se disso. Inclusive a Comissão de Ciência e Tecnologia era presidida pelo Senador Wellington Salgado, houve a vinda para cá do Deputado Jorge Bittar, do Deputado Julio Semeghini, nós discutimos, mas o projeto foi modificado de novo. O projeto não era mais aquele que veio para cá naquela discussão.

Então, o Senado não pode ser homologador de aprovações feitas na Câmara dos Deputados. Ele tem que discutir. Se, por acaso, vamos imaginar uma hipótese, o Senador Demóstenes descobre uma inconstitucionalidade no projeto, ele vai ter que sanar. Ele não vai deixar passar, ele, que é um jurista de alto gabarito, não vai deixar passar uma inconstitucionalidade. Se ele enxergar isso, ele vai, com certeza, mexer.

Na verdade, o que nós precisamos é debater. Nessas audiências públicas, o interesse é o debate. Foi fundamental que nós tivéssemos essas duas audiências públicas, inclusive com bastante concorrência por parte das entidades debatedoras, porque só assim nós podemos fazer um juízo mais completo do projeto.

O projeto é complexo porque ele começou como um projeto de regulamentação de tevê por assinatura. Só que depois ele entrou em conteúdo, entrou em outras áreas. Não estou dizendo que isso impede a aprovação do projeto, mas é preciso discuti-lo com profundidade. O que não se poderia é dizer: “não, nós vamos aprovar, vamos votar no plenário, vamos puxar para o Plenário, direto.” E os relatores que estão debruçados sobre o projeto? Vão ser desmoralizados? Isso não existe. Nós precisamos de tempo para discutir. Eu não tenho restrições, eu tenho, digamos, discussões pontuais também, não são restrições severas ao projeto. Agora, se nós não discutirmos, se não fizermos um juízo completo do projeto...

Nós não somos homologadores da Câmara. Se algum dos relatores perceber que há necessidade de mudar o projeto, ele vai ser mudado, nem que na Câmara tenha que se fazer um esforço para aprová-lo

rapidamente. Mas esse negócio de que o Senado não pode mudar porque a Câmara votou, o Senado não tem que votar na raça, isso acontece sempre com medidas provisórias. O Senado sempre recebe as medidas provisórias aqui à beira da extinção e tem que votar. Afinal de contas, o Senado acaba desmoralizado. O Senado tem todo o direito de agir e emendar, se for o caso. Nós temos prerrogativa para isso. “Não, vamos aprovar como está.” E as prerrogativas do Senado?

Eu não sou relator das matérias, mas os relatores têm que ter liberdade de colocar suas posições. Nem o Senador Demóstenes, nem o Senador Flexa vão ser obrigados, por força. “Ah! Vamos aprovar na raça, vamos jogar para o Plenário”. Os relatores têm a condição de opinar, de mudar, se acharem necessário. Se o Senador Demóstenes questionar alguma coisa da constitucionalidade, ele não poderá deixar passar. Caso ele concorde, também vai aprovar o projeto.

Então, o que é importante é o debate, este debate é fundamental. Foi essa a razão de termos, conjuntamente, pedido essas audiências públicas, senão ficaríamos sem discutir o projeto. Era o que eu queria colocar. Não vou fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados, Sr^{as} convidadas, o importante – e eu fico muito satisfeito de ter procurado atingir o objetivo – era trazer o contraditório, o debate para as audiências, aqui, no Senado Federal. O fato de termos feito as audiências em conjunto com as cinco comissões por onde irá tramitar o projeto é apenas para que ela não fosse uma audiência repetitiva em cada uma delas, porque o tema é o mesmo e, fazendo em conjunto, teríamos uma economia processual e atingiríamos o objetivo. Se não me engano, o Senador Alvaro Dias fez um comentário a respeito da primeira audiência na semana passada. Lamentavelmente, a Mesa da audiência da semana passada tinha uma opinião quase que unânime com relação ao projeto. A de hoje, não. A de hoje coloca o contraditório para que nós possamos avaliar.

Eu próprio tenho um projeto que apresentei nessa linha da convergência tecnológica, e é necessário que ela seja regulada. Esse projeto do Senado hoje tem como relator o Senador Jayme Campos e ficou dois anos em mãos de um Senador, que não emitiu parecer e não fez o projeto andar, enquanto o da Câmara avançava.

Era minha ideia, Senador Demóstenes, como esta Casa age de forma mais ágil do que a Câmara, que nós tivéssemos condições de encaminhar o nosso

para a Câmara, lá houvesse a revisão e de lá retornasse para cá. Lamentavelmente, inverteu-se a mão. Mas eu acredito que não podemos fugir à obrigação nossa de legislar sobre qualquer assunto que seja de interesse da Nação brasileira. Então, é isso que nós estamos fazendo e temos que ir pela busca do consenso ou, na votação, chegar a algo que possa ser melhor do que nada existir.

Muito foi falado aqui sobre a questão das quotas. Particularmente, já me posicionei em várias outras questões onde já foram introduzidas as quotas como não sendo a melhor solução. Mas é a solução que pelo menos se busca diminuir as desigualdades. Se fosse por isso, Senador Demóstenes, teríamos que criar uma quota também para as desigualdades regionais. Obrigar o Governo a cumprir a Constituição, quando diz que as desigualdades regionais têm que ser eliminadas. E o que vemos é que, a cada década que passa, há um aumento desse aprofundamento entre as regiões do nosso País.

No caso aqui, eu perguntaria – não quer dizer que tenhamos esgotado a discussão. Muito pelo contrário. Os Senadores vão avaliar as audiências públicas e, se houver necessidade que se convide outros atores, será assim feito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E o Senador Demóstenes – por onde se encontrar o projeto hoje – vai se debruçar na questão da constitucionalidade, que aqui foi amplamente debatida.

Mas eu perguntaria se há alguma alternativa, no caso das quotas, para se desenvolver a produção nacional de conteúdo audiovisual qualificado. Acho que o mercado vai ser conquistado pela qualidade.

Aqui foram feitas referências, por quase todos, ao filme Tropa de Elite 2, que está batendo filmes estrangeiros. Quer dizer, quando vem um produto que a sociedade, que o usuário quer assistir, pode ou não estar no canal que ele vai buscar aonde estiver.

Dr. Jacinto, o senhor como jurista – e aí nosso líder, Senador Demóstenes, pode definir também com competência –, entende que esse projeto de lei da Câmara fere algum princípio da Ordem Econômica e Financeira, estabelecido nos arts. 170 e 174 da Constituição? Eu queria saber se também seria inconstitucional, de acordo com esses artigos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mais alguma pergunta, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sim.

Para o Sr. Bitelli, da Mesa anterior: como o senhor avalia o art. 21 do projeto, que concede a prerrogati-

va à Ancine de decidir quem poderá ou não deixar de cumprir as quotas estabelecidas em lei?

Aqui foi dito que a Ancine ia regular conteúdo. Parece-me que não. O que está previsto aí é que a Ancine vai regular se é cumprido ou não as três horas e meia de conteúdo nacional. Mas me preocupa muito que estejamos dando à Ancine obrigações ou deveres que não foram aqueles para os quais ela foi constituída.

Já temos a Anatel, lamentavelmente – eu disse isso ao Embaixador Sardenberg –, substituindo o Congresso Nacional, legislando sobre a área de comunicação como se o Congresso fosse. Baixa uma resolução... Estamos aqui, Senador Antonio Carlos, discutindo quota, estamos discutindo conteúdo, estamos discutindo a questão da produção independente, mas estamos discutindo também a questão do espaço da radiodifusão e das Telecom na TV a cabo. Então, enquanto estamos discutindo isso, que o PLC nº 116 fala disso, a Anatel, por uma resolução, define, por seu conselho, substituir o Congresso Nacional e dizer que é possível sim abrir a TV a cabo para outros interessados sem que eles passem pelas exigências ou sem que eles passem pela regulação do Congresso Nacional.

Já está aí. A resolução está aprovada, vai abrir consulta pública. É questão de mais tempo ou menos tempo.

Então, a minha preocupação é somente esta: acho que nós não podemos fugir à obrigação de legislar, o projeto realmente não tem consenso, o projeto não é aquele que cada um dos atores que participa dele gostaria que fosse. Mas temos que, dentro do Senado, fazer os ajustes necessários se preciso for, e, se feitos esses ajustes, devolvê-lo à Câmara, para que eles sejam analisados.

Agora, dizer que nós não vamos votar ou que nós não podemos votar porque falta tempo ou sobra tempo, quanto a isso o Senador Demóstenes dá um exemplo aqui na CCJ: tem dias em que ele faz cinco, seis sessões diretas para poder ter discutida a pauta, que é bastante intensa porque todos os projetos têm início aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para verificar a constitucionalidade ou não.

Essa era a minha posição, Senador. Após a discussão, vamos reunir os Senadores para que possamos ver se é possível avançar no projeto, quais as alterações que precisam ser introduzidas ou se ele vai à votação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faço alguns esclarecimentos antes de passar a palavra aos nossos convidados para as suas considerações finais, para as respostas, as perguntas

formuladas por V. Ex^a, em decorrência da situação em que se encontra esse projeto hoje.

Muito simples a situação do projeto. O projeto foi discutido na Câmara por um longo período. Chegou aqui exatamente no processo eleitoral. Eu achei, também era impossível, que nós não deveríamos discutir isso durante todo o processo eleitoral.

O projeto veio. É um projeto que precisa primeiro ser compreendido pelos Srs. Senadores. Ele é muito mais profundo do que cota, e o problema não é cota. Eu desafio: se tirarem as telas se aprovamos a questão da cota. Nós não vamos aprovar. Esse é o fundo que está se levantando para dar uma conotação nacionalista para o projeto ser aprovado etc., e, na realidade, não é nada disso. Vamos ser francos aqui, que a realidade não é nada disso.

Agora, o que nós estamos querendo? Queremos aprovar o projeto. Agora, o Senado é homologador de projeto? Ora, tenha paciência. O que eu pedi para o Líder do Governo? O que eu pedi para os Srs. Senadores do Governo? Vamos fazer as alterações. Isso já tem um mês, quase. Mandamos para a Câmara, e a Câmara dá o tom definitivo. Quer aprovar o projeto que veio dela? Tudo bem. Quer aprovar as alterações que o Senado fez? Tudo bem, porque realmente o projeto padece de alguns vícios, inclusive o de inconstitucionalidade, que, como disse o nosso querido Senador Inácio Arruda, podem ser absolutamente sanados, sim. Nós temos competência para sanar esses vícios. Só que, aí, o projeto tem que voltar. E é justamente o que ninguém aqui quer: que esse projeto volte.

Agora, nós temos que aprovar um projeto imperfeito, um projeto cheio de vícios, cheio de dúvidas, que solapa, sim, de vez a prerrogativa do Congresso Nacional legislar, para resolver o problema X, Y ou Z. E não vai resolver também não. Se nós dermos a possibilidade de cota, que me parece que não é o caso dentro desse projeto etc., para que os produtores nacionais possam fazer... Como é que eles vão fazer se não têm também...? O projeto tem duas faces.

Foi dito aqui: “Nós ocupamos um espaço mínimo. Nós não temos condição de fazer”. E vão ter essa condição como se não têm incentivo e não têm fomento? Então, a ideia clara, óbvia, é discutir o projeto. Se quiserem discutir para aprovação, eu solto o meu relatório. Eu estou estudando o projeto há muito tempo.

Não me venham com conversa fiada. Acho que tenho muito mais itens do que a maioria dos brasileiros: tenho algo em torno de 30 mil itens, desde vinil 78 – nem era vinil, na época, era de cera –, tenho VHS, fitas cassete; grande parte disso, mais de 20 mil itens, nacional, porque sou apaixonado por isso. Gostaria de dizer assim: se dependesse de mim, estaria resolvido.

Criamos uma expectativa tremenda para um setor, chega o Supremo Tribunal Federal e mete a caneta.

Essa é a solução, vamos dar uma solução artificial. Já se propôs inclusive que o Presidente substitua o Congresso: “vamos aprovar como está que o Presidente vai vetar tais e tais artigos.” Ora. Nós temos a capacidade de fazer essas modificações. Eu não sou contra o projeto, mas ele precisa ser melhorado. É bom que fique claro: o projeto pode ter aperfeiçoamentos. Se o Governo quiser, vai atropelar e vai aprovar mesmo, no plenário. Avoca e faz; tem maioria. Ainda mais agora, que quem perdeu eleição nem aqui vem mais. Então, aprova-se tranquilamente. Mas não me parece ser essa a melhor solução. Se nós discutirmos isso tranquilamente, o projeto pode voltar para a Câmara. O Governo tem maioria e pode convocar a Câmara em janeiro para trabalhar; pode votar até o final do ano.

Então é preciso deixar bem claro isto: não existe nada contra o projeto a não ser pontos específicos que devem ser aprimorados para superar inconstitucionalidades, evitar danos a determinados setores, para não conferir à Ancine o poder de regulamentação que ela não tem e a Constituição não dá. Isso também não deveria ser feito com relação à Anatel e não está sendo pleiteado. É bom que se diga. Não podemos alargar isso. São questões absolutamente pontuais que não desvirtuam o projeto, mas que se quer aprovar de qualquer jeito. Esta é a objeção; a objeção é: “vamos aprovar porque vamos resolver, já demorou demais, desde 1988 a coisa está assim”. É verdade. Mas vamos aprovar para daqui a pouco cair o que interessa? E, me perdoem os ingênuos, a questão das teles vai ser aprovada, vai passar tranquilamente pelo Supremo Tribunal Federal, e a questão das cotas vai ser derrubada.

Então, vou repetir. A questão das teles, que vai passar aqui, não tem questionamento de constitucionalidade algum; esse vai passar. É óbvio que algum setor vai questionar isso junto ao Supremo Tribunal Federal, e vai virar lei. A questão das cotas, do jeito que está, duvido que o STF vai dar validade a isso. E nós poderíamos fazer uma média aqui, porque é interessante – não é? – faz-se uma média grande, um discurso espetacular, resolve o problema aparentemente, e daqui a pouco ele cai. Então, o melhor, na minha opinião seria resolver o problema definitivamente. Nós temos a capacidade de fazer isso. Não há, da minha parte, e acredito que da parte da maioria dos Senadores ou da totalidade dos Senadores, a intenção de atrapalhar o projeto. Às vezes, até se quer aprovar, acha-se que a coisa vai resolver, que ninguém vai questionar, que é assim mesmo. E não é assim.

Com essas considerações, acho que posso me reunir com o Senador Flexa, com o Líder do Governo, tentar achar uma solução, mas a melhor solução não é aprovar como está; não é aprovar como as coisas se encontram. Se o Governo quiser aprovar, tem mecanismos para isso, é o que utiliza várias vezes: é o trator, aprova o que quiser, passa por cima do Congresso e transforma isso em lei. Agora, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, temos que ter um mínimo de decência jurídica, não podemos deixar as coisas saírem do jeito que chegam aqui. Até porque não teríamos finalidade alguma. Repito, as Casas são distintas, a Câmara é uma coisa, o Senado é outra. Nós temos o bicameralismo para isso. Se quisermos fazer um substitutivo completo, nós temos autonomia para isso. Eu não fiz acordo com ninguém. Não houve ninguém que tenha me procurado e dito: “Nós temos um acordo. Nós temos que honrar esse.” Que acordo é esse?

Acho que temos de nos debruçar sobre o projeto. Eu tenho, na cabeça, o que penso sobre ele. Querem discutir, querem levá-lo adiante? Será que os Srs. Senadores, na sua maioria, têm condição de entender esse projeto em tão curto espaço de tempo com tudo que foi colocado nele fora, inclusive, do que se discutiu, inicialmente, na Casa e mesmo na Câmara? Tudo bem, temos essa condição. Vamos fazer, vamos discutir, mas que nos deixem fazer essa modificação. O Governo, se quiser, tem todos os mecanismos para a Câmara, recebendo, fazer com que isso se transforme em lei, inclusive do jeito que veio da Câmara. A Câmara tem a alternativa de rejeitar o projeto do Senado.

Com a palavra, para suas considerações finais, pelo prazo de três minutos, a Sr^a Renata Pagy Bonilha.

Como nós também extrapolamos o prazo de três minutos, vou ter condescendência com todos que desejarem falar um pouco mais.

Com a palavra V. S^a.

A SR^a RENATA PAGY MONILHA – Sr. Presidente, agradeço-lhe o retorno da palavra.

Como foi dito pelo senhor, acho que a intenção da empresa é, realmente, rever esses pontos polêmicos. A empresa reitera não ser contra o PLC, mas entende, como o senhor acentuou brilhantemente, haver necessidade de serem revistos alguns pontos para que não se caia posteriormente numa inconstitucionalidade judicial.

Essa é a intenção da empresa em levantar esses pontos que já foram devidamente discutidos aqui e não precisam de maior aprofundamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Sr. Luís Roberto Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Sr. Presidente, para finalizar, eu queria reiterar a posição da Abert a respeito da necessidade de regramento de infraestrutura, de compartilhamento de infraestrutura sem o qual a competição, que é tão proclamada no projeto, não deverá acontecer. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Adriano Roberto Civita.

O SR. ADRIANO ROBERTO CIVITA – Obrigada, Presidente.

Mais uma vez, em nome da ABPI-TV, que representa uma sociedade de classe, as produtoras, diferentemente de uma empresa que defende somente os seus interesses privados... Nesta Comissão havia vários representantes de vários outros órgãos e não somente de um interesse. Nós defendemos que sempre que for checada a constitucionalidade de um projeto... Entendemos também que o Senado tem opinião própria e não é refém de ninguém, só que defendemos, depois de três anos de um debate e de um consenso, que não é o ideal para todo mundo – certamente não é o ideal para a Record, para a Globo, para as produtoras, para ninguém. Suas imperfeições, vamos acertando-as, mas é muito melhor do que está hoje. Em relação à defesa das quotas, a gente está sofrendo o ataque de uma empresa única, que defende seus interesses. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Marcos Alberto Sant'Anna Bitelli, inclusive pra responder ao questionamento do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT'ANNA BITELLI – Se o senhor me permitir, vou responder a cada uma das perguntas pela ordem dos Senadores. Só vou inverter respondendo ao senhor em primeiro lugar porque as programadoras de televisão por assinatura não participaram de nenhum acordo em nenhum momento em nenhum lugar. Então nós nos irmanamos com V. Ex^a. Nem na Câmara. Em nenhum momento, os canais de programação de televisão por assinatura sobre os quais recairão as quotas fizeram qualquer acordo com ninguém porque nós frequentamos esta Casa democraticamente e manifestamos nossa posição sempre radicalmente contra a violação das quotas dentro dos canais de programação internacional. Esse é um ponto que eu gostaria de deixar bem claro que isso nunca aconteceu. A gente nem sabe como se faz esse tipo de acordo.

Com relação à pergunta do Senador Dias... Ele pergunta se é possível uma alternativa às quotas, e a alternativa às cotas que as programadoras interna-

cionais preconizam é o incentivo à produção nacional, que já vem realizado...

Senador, se o senhor verificar a apresentação que foi feita no começo, a primeira apresentação da ABPITV, o senhor vai ver que todos aqueles conteúdos de qualidade que foram mostrados pelo meu colega Adriano são conteúdos feitos em parceria com os canais internacionais, com base na Lei nº 10.454, aprovada neste Senado.

Então, a Lei nº 10.454 permitiu uma parceria entre os canais internacionais e as produtoras independentes brasileiras, que têm dado não só uma troca de experiências entre as programadoras e os produtores locais, como também uma visibilidade mundial, Senador, à produção nacional independente. Então, se tem alguém que está dando um exemplo de sucesso ao incentivo à produção nacional são os canais internacionais.

Com relação à posição da Senadora Ideli Salvatti – não sei se ela está aqui presente –, preocupou-me muito a interpretação constitucional equivocada do art. 220, Senador Demóstenes, porque o art. 220 da Constituição Federal não trata da liberdade de produção, mas do direito à comunicação. O direito à comunicação não é o direito de produzir, mas o direito de comunicar, o direito de comunicar por qualquer meio ou processo.

Então, há um equívoco na interpretação da constitucionalidade dessa legislação da Ancine porque ela não cuida da liberdade de produção. Quando se fala da regulação da programação, está-se, sim, restringindo o direito à comunicação.

O art. 220 cuida do direito à comunicação, não do direito à produção.

Então, este é um ponto importante que a gente tem que ver sob o aspecto constitucional.

E quando o Senador Inácio menciona a Argentina, como mencionou outros países, a gente entende que há reservas de cotas nas grades de canais em vários países do mundo. A posição que a programadora tem explicado é a seguinte: é essa quebra da integridade do canal que é uma obra em si própria.

Se o senhor for à Argentina – cheguei de lá sexta-feira –, vai ver que o canal da Time Warner, o canal da HBO, o canal que for, ele é íntegro, não tem inserção compulsória de conteúdo lá dentro. Se há canais argentinos, essa é uma outra história.

Ah, o senhor disse também que a ABPTA se manifestou a favor. Eu queria só prestar uma informação: a ABPTA representa os programadores independentes. Inclusive, se retirou... É uma outra instituição. Inclusive, acabou se retirando como sócia da ABPTA para que

não houvesse confusão entre as duas entidades, em que pese serem entidades totalmente diferentes.

O Senador Flexa Ribeiro pergunta se há alternativa às cotas.

Há realmente alternativa às cotas. As cotas são o pior dos mundos... O sucesso do cinema brasileiro onde há cota de cinema não é por causa da cota, mas por causa da qualidade do filme. Quando o filme é bom, dá bilheteria, não precisa de cota; quando é ruim, nem com a cota resolve. Então, quem decide se é bom ou não é o consumidor.

Os dois agentes que não foram chamados para discutir na Câmara esse Projeto foram o assinante e a programadora: o assinante, que assina, e a programadora, que vai receber a cota.

Alternativa à cota: incentivo, fomento. A televisão por assinatura, os canais internacionais estão mostrando que isso funciona. Basta sintonizar os canais internacionais para ver as grandes séries brasileiras que estão passando lá, e não é Escrava Isaura, produzida pela Rede Globo, mas é produzida pelo produtor independente.

Uma pergunta que foi feita também pelo Senador: violação ao art. 174. Encontro, sim, violações à ordem econômica no Projeto, especialmente na concessão de poderes regulatórios da Ancine sobre uma atividade privada. Diz o art. 174 que o Estado exercerá a atividade indicativa e fomentadora na iniciativa privada. E o canal de televisão por assinatura não é um canal de televisão aberto. O canal de televisão por assinatura não é uma concessão pública do Estado. Então, não há como não se achar uma violação ao art. 174 e à ordem econômica.

A pergunta sobre o art. 21, que o Senador me fez, se o fato de a Ancine poder decidir ou flexibilizar o cumprimento da norma, eu acho essa uma das posições mais perigosas e inconstitucionais do Projeto, porque isso vai virar um balcão de negócios: "Olha, eu sou um canal que está com uma situação periclitante. Não consigo conteúdo brasileiro. Vou bater às portas da Ancine e pedir a ajuda do Estado para o Estado me dizer como eu faço para não receber pesadas multas que podem chegar a até R\$5 milhões se eu não cumprir as cotas e eu não ser banido da grade de programação. Eu acho essa flexibilização uma das mais perigosas, porque isso vai transformar, como já aconteceu no passado, Senador... Na época do regime militar, havia cota, havia cota para cinema e se comercializavam certificados e filmes brasileiros para que se cumprisse a cota nas sala de cinema porque não havia produção.

Então, essa política de flexibilização é pior, porque vai-se colocar na mão do Estado e não na mão do mercado uma tolerância a uma infração a uma re-

gra que é inatingível, que é a violação à lei da oferta e da procura.

Então, não vejo que o art. 21 vá resolver. Muito pelo contrário. Pode se transformar até num balcão de negócios dentro da agência reguladora, onde a agência vai passar a poder intermediar, falar assim "olha, você não conseguiu, eu vou conseguir aqui um amigo meu para você cumprir a cota". Eu acho que esse é o pior dos mundos, e pior: as cotas destroem a meritocracia.

Então, os grandes produtores, Tropa de Elite, O2, Meirelles, eles não precisam do Estado para produzir. O senhor pode ver no fundo quem fez o custeio da produção Tropa de Elite 2. Não foi o Governo. O dinheiro que tem lá de incentivo fiscal é muito pouco. A qualidade é que é boa. Então, sob esse aspecto, eu vejo que há alternativas ao fomento, e eu agradeço às programadoras pela participação neste evento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Sr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Sr. Presidente, eu queria fazer uma rápida passada nos blocos de telefonia e, depois, propor uma solução para as cotas.

O bloco mexicano tem a Embratel, Claro e Net. A Embratel tem DTH, que cresce a taxas altíssimas; Claro é móvel; e Net é TV a cabo. Portanto, já está sendo feito TV a cabo por empresas de telefonia, por esse bloco mexicano.

Bloco espanhol: tem a Vivo, tem a Telefonica, tem a Telefonica DTH e tem a TVA, que é TV a cabo, TV paga. Portanto, esse bloco já está fazendo televisão a cabo.

Temos o bloco luso-estatal, que tem a Telemar, tem a BrasilTelecom, tem a Oi, tem a Uai, que faz cabo, e tem a Oi TV, que faz DTH. Portanto, já está fazendo TV por assinatura esse bloco.

E temos o bloco italiano, que realmente está um pouco prejudicado, porque ele só está com a TIM e com a Intelig.

Então, esse é um olhar sobre os blocos de telefonia que mostra que esse desespero tem mais de desespero que de realidade. Não é isso? As licenças de cabo não foram abertas durante quase dez anos. A Anatel segurou e não abria. Agora, está com pressa de abrir tudo num dia só.

Sobre as cotas, eu gostaria de fazer a seguinte proposta. Eu concordo que três horas e pouco é realmente ridículo. E acho que a grande confusão que a gente tem é na posição. A gente está olhando ela na horizontal. Se a gente olhar ela na vertical e, em vez de integrarmos e obrigarmos a intrusão em alguma obra feita, vamos dar canais inteiros. Vamos propor que 5% do *line-up* seja de produção independente. Dê o canal inteiro. São muito mais horas do que o que está sendo discutido. E aí a obra é inteiramente indepen-

dente. Em vez de a gente olhar na horizontal, vamos olhar na vertical.

Eu queria deixar essa contribuição da Abra para que seja considerada e analisada por vocês. Muito obrigado. Eu queria dizer que foi uma honra ter participado de um debate tão rico, tão esclarecedor. Eu espero que a gente realmente tenha mais tempo de aprofundar este debate deste setor tão estratégico ao Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um comentário a respeito da posição da Anatel. Foi várias vezes questionada a hipótese de que tivesse havido uma usurpação da Anatel em funções que são próprias do Senado. Ela não se sustenta. E eu vou explicar por quê. Por força do inciso I do art. 214 da Lei Geral de Telecomunicações, que é de 13 ou 14 anos atrás, a Anatel tem a obrigação de substituir gradativamente os regulamentos, normas e demais regras em vigor por regulamentação a ser editada pela Agência.

Com esse objetivo, em 2005 foi submetida a consulta pública – Consulta Pública nº 660 – a proposta do novo planejamento de TV a cabo, muito antes, portanto, de o PL nº 29, hoje PLC nº 116, ter sido apresentado para apreciação da Câmara dos Deputados. Naquele momento, como hoje, a Anatel atua dentro de sua estrita esfera de competência legal, trabalha dentro do marco legal existente. O novo marco legal está sendo construído pelo Senado agora, como deve ser.

Portanto, eu queria deixar perfeitamente claro, em primeiro lugar, que, objetivamente, não houve nada que atentasse à Lei Geral de Telecomunicações, que rege a Anatel. Em segundo lugar, quero dizer que essa questão do planejamento ainda passará por etapas dentro da Anatel. Vou repetir – se assim me permitem – o que eu disse durante o debate: os efeitos do planejamento dependerão de uma futura decisão do Conselho Diretor sobre a proposta de um novo regulamento do serviço de TV a cabo, que ainda será elaborada, será submetida a consulta pública e, depois disso, antes da decisão final, deverá ser encaminhada ao Conselho de Comunicação Social, como é obrigação legal para a Anatel.

É essa a situação. O Conselho de Comunicação Social é um órgão vinculado ao Senado Federal. Portanto, acredito que os Senadores terão toda a capacidade de controle.

Essa é a situação tal qual nós a vemos. Haverá tempo. E mais: se o PLC nº 116, em meio tempo, ou outro projeto relevante for aprovado, o que acontecerá

será que a Anatel terá de adequar-se ao novo marco legal aprovado, e fará isso.

Eu queria acrescentar que estou acompanhado do Conselheiro Jarbas Valente e do Dr. João Rezende – que também é Conselheiro e esteve aqui há pouco – e posso assegurar-lhe, Sr. Presidente, de que a Anatel nunca faria nada que fosse para atentar contra as prerrogativas do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Jacinto Arruda Câmara.

O SR. JACINTO ARRUDA CÂMARA – O Senador Flexa Ribeiro me fez uma pergunta a respeito da violação de dois outros dispositivos constitucionais: o art. 170, que menciona a liberdade de iniciativa; e o art. 174, que diz respeito à participação do Estado como indutor da livre iniciativa e não como regulador ou planejador da livre iniciativa. S. Ex^a pergunta se essas seriam também regras ou princípios constitucionais violados pelo atual projeto.

Parece-me que esses valores estão muito relacionados à questão da liberdade, que também foi objeto do art. 220. Parece-me, apenas, que, por uma questão de pertinência temática, o art. 220 é mais relacionado a essa discussão inteira. O valor liberdade é o mesmo, mas, no que diz respeito à comunicação social e à participação do Estado como incentivo na indústria da comunicação social, o papel reservado ao Estado como apenas fomentador da atividade está descrito e assegurado nesse Capítulo da Constituição e não no princípio geral, que também vale para o caso específico, que é o do Capítulo Da Ordem Econômica.

Manifesto aqui minha concordância com o ponto de vista, com a interpretação do Dr. Marcos Bitelli. Inclino-me mais a concordar com a leitura dele da Constituição do que com a que foi feita pela Senadora Ideli Salvatti, que excluiu do campo da proteção à liberdade de expressão e de criação as atividades relacionadas à programação e ao empacotamento.

Parece-me que a divergência de interpretação constitucional está aí. Na minha interpretação, empacotamento e programação, ou seja, selecionar conteúdo a ser veiculado por uma operadora de telecomunicações ou qualquer outro meio, isso também estaria protegido no art. 5º, inciso IX, do art. 220.

Parece-me que a leitura do projeto exclui essas atividades da indústria audiovisual do que seria criação e uma liberdade protegida. Salvo engano, esse é o ponto de divergência. E há realmente aqui uma divergência – não há dúvida quanto a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Sr. Roberto Moreira.

O SR. ROBERTO MOREIRA – Antes de mais nada, eu gostaria de me dirigir ao Senador Flexa Ribeiro e justificar a importância das cotas.

A base é que o projeto entra no Brasil a um custo pelo qual é impossível para nós competir. O produto internacional entra já pago. Isso funciona de fora para o Brasil, e do Brasil para fora também. Então, a cota é uma garantia de que a gente vai poder, sim, entrar no mercado. Caso contrário, não entraremos no mercado. A gente não vai ter produto capaz de competir.

Com relação ao fomento, o PLC contempla a questão do fomento. Hoje, em 2010, já foram investidos R\$70 milhões em produção destinada ao cabo. Agora, eu pergunto: esses R\$70 milhões traduziram exposição nos canais pagos? Essa é a questão.

O art. 221 da Constituição diz: “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação”.

E aí me contraponho à sugestão do Sr. Saad, porque só canais vira gueto. A gente precisa ter a garantia da presença do produto brasileiro em todos os canais, e em horário nobre. É horizontal, porque as pessoas assistem televisão horizontalmente. Ninguém fica só assistindo a um canal na televisão a cabo.

Então, acho que as cotas garantem a presença do produto brasileiro, elas viabilizam economicamente. E o que me causa mais estranheza é que elas sejam questionadas de maneira tão dura, no fundo, pelas representantes das emissoras estrangeiras. E aí a gente pode dizer onde está o “xis” da questão: na hora em que as cotas romperem a autoria dos canais, não vai ser mais possível apertar um botão em Miami e transmitir o canal para a América Latina inteira. Aí os canais vão ter que ser conformados em cada país. Aí a operação fica mais complicada.

Eu acho que temos, sim, que lutar para conquistar o espaço da produção brasileira, e conquistar o controle da nossa presença dentro dos canais. Caso contrário, é um espaço que está à disposição, que está dado, entendeu? Penso que realmente precisamos priorizar o interesse nacional nessa hora.

O PLC vai investir R\$300 milhões na produção brasileira. Respondendo à questão do mérito: existem, sim, condições de produção de qualidade no Brasil. Aí as programadoras vão ter que escolher as produtoras capazes de oferecer uma produção de qualidade. Agora, dizer que a produção brasileira não tem capacidade de suprir isso, vamos ver! Eu acho que tem.

Vamos tratar agora das cotas no caso do cinema. Nós temos uma cota. A cota não é praticada. Por quê? Porque nós temos um “Tropa de Elite”. Na hora em que tivermos três filmes como o “Tropa de Elite” e, do outro lado, houver um “Harry Potter” ou um “Homem-Aranha”, aí as cotas vão ser importantes.

Então, vejamos o exemplo da Coreia do Sul. Ela tinha 15% de penetração do mercado de cinema na Coreia do Sul em 1995. Eles praticaram cotas violentas durante dez anos. Hoje, não há mais cotas, e o produto coreano tem 60% de penetração no mercado de cinema deles. E o mercado de cinema coreano cresceu, e a presença americana cresceu dentro do mercado coreano, mas a presença coreana cresceu mais do que a americana.

Então, eu acho importante a gente ter a noção de que o mercado do audiovisual vai crescer impulsionado pela produção brasileira.

O que a gente vê é um mercado retraído, concentrado e controlado por uma única produção, que emana de um único país.

Eu pergunto à Sky se eles não cumprem a quota na Europa. Eles cumprem. Então, qual é o problema da quota?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, a Sr^a Alessandra de Almeida Camargo Oliveira.

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Bem, eu gostaria de agradecer a participação do DPDC nesta audiência pública, e fazer um esclarecimento, nobre Senador.

Os números apresentados de reclamação realmente são absolutos, sim, do Cadastro Nacional de Reclamações de Defesa do Consumidor de 2009. Mas, também, são números absolutos referentes a uma amostragem dessas reclamações em todo o Brasil. Porque o Sindec está integrado em 105 Municípios, mas nós temos mais de 5 mil Municípios. E também nós não podemos esquecer das demandas que vão para o Judiciário, em especial, para os juizados especiais. E nós sabemos que hoje há uma grande demanda de reclamações sobre TV por assinatura.

Então, eu gostaria de prestar esse esclarecimento e dizer que há, sim, uma necessidade de ajustes no PLC em questão, principalmente no capítulo que diz respeito ao assinante do serviço de acesso condicionado, principalmente, naqueles pontos que eu já falei, que é a questão da informação, do contrato, do Serviço de Atendimento ao Consumidor.

Acho que esses ajustes devem ser apreciados e, sobre esses temas, faço questão de levar ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E, posteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. S^a deve levar por escrito essas sugestões. Eu agradeceria.

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Sim, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E, para finalizar, dou a palavra à Sr^a Tereza Trautman.

A SR^a TEREZA TRAUTMAN – Sr. Presidente, eu novamente agradeço a oportunidade de estar aqui.

Acho que a discussão acabou muito polarizada; inclusive, fiquei espantada ao se questionar de que há na Constituição uma previsão de exibição de produção independente nacional. Não está muito claro, aqui no inciso II.

Acho chocante que se leve a sério quando as empresas estrangeiras chegam no Brasil para questionar a legitimidade da produção independente nacional ficar em torno de 1%, e isso ser discutido aqui dentro como o grande problema do PL ser a questão das quotas, essas quotas irrisórias.

Eu pergunto: a Sky, além de cumprir as quotas na Europa, que são país a país, por aqui, no Brasil, ela não tem canal de produção independente nacional? A questão são as quotas, a imposição das quotas. E por que ela não exhibe? Eu posso responder: esse problema ele foi gerado com a fusão da Sky com a *Direct TV*, que foi feita da forma que todos sabemos como foi feita, ignorando a parte do audiovisual, porque não havia uma autoridade do audiovisual no País, como não há até hoje. E isso permitiu, ao contrário do que foi feito em todos os outros países, inclusive nos Estados Unidos, onde a Sky pode se fundir com a *Direct TV*, contanto que ela preservasse o espaço do conteúdo local. Inclusive, na ABTA, no Congresso da ABTA de 2005, o CEO da Sky, Mr. Bruce Churchill, esteve no Brasil e falou: “Nós sabemos o quão importante é o conteúdo nacional para a população local. Nós daremos espaço prioritário para o conteúdo nacional, mas nós sabemos de problemas maiores que interditaram essa questão”.

É por isso que a Sky não tem canal de conteúdo nacional independente. As quotas podem possíveis sem haver o estabelecimento de quotas? As quotas surgiram nos Estados Unidos, no final da década de 40. As quotas existem em quase todos os países. Há muita produção. Há um estoque gigantesco esperando para entrar. Nós estamos prontos. Há no País mais de cinco mil empresas de produção, nós estamos prontos para entrar, nós temos associações de produtores organizados nos 27 Estados. Há muita produção retida. Essa questão das cotas não pode ser a Geni do projeto. Eu estou estarecida com isto: de que as empresas estrangeiras chegam aqui e coloquem que esse é o problema. Eu acho que a gente devia, quando deitar a cabeça no travesseiro, ter um pouquinho mais de paz com o País que nós vivemos, como País que nós construímos, com o País que nós vamos deixar para os nossos filhos e netos, porque ter direito ao conteúdo nacional, à produção independente, à pluralidade de opiniões, à diversidade de linguagens é um direito que está na Constituição, ao contrário do que foi falado aqui. E a Ancine...em todos os países,

há autoridade do audiovisual. Em todos os países há. Porque há regulamentação, há uma regulação. Aqui não há regulação e jamais se deixou que houvesse. Por isso não há. A Ancine não vai ter todo esse poder imaginado e listado. Absolutamente!

Porém, tem que se saber, como se sabe em todos os países, quem está transmitindo o que para o País. Só isso. É um credenciamento. É uma certificação. Está lá. A empresa quer atuar no mercado, ela vai lá e se inscreve. Porque há toda a parte de conteúdo remete ao art. 222 da Constituição, que prevê que 30% seja o limite de capital estrangeiro. Como é que a Ancine pode controlar, pode saber quem é que está participando daquela empresa. Há semelhança da Anatel que em todos os países ou se tem as duas agências de audiovisual da regulação do conteúdo junto com a regulação de infraestrutura ou se tem separado. Mas tem. Não existe essa anomalia que existe aqui no Brasil não ter nenhuma regulação. Eu fiquei muito agradecida pelo convite, mas fiquei muito triste com o que ouvi. Eu acho que o Brasil merece mais, eu acho que o Brasil merece que se pense no futuro dele.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO. Fazendo soar a campainha.) – Agradeço a presença das senhoras e dos senhores, principalmente dos nossos convidados: Tereza Trautman; Alessandra de Almeida Camargo Oliveira; Roberto Moreira; Jacinto Arruda Câmara; Ronaldo Mota Sardenberg; João Carlos Saad; Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli; Adriano Roberto Civita; Luís Roberto Antonik; Renata Pagy Bonilha.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

(Levanta-se a reunião às 18h45min)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2008. – 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e quarenta e oito minutos do dia dois de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Antônio Carlos Valadares, Romeu Tuma e Cícero Lucena reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senho-

res Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nº 38/08 – CE de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano e nº 39/08 – CE de autoria do Senador Renato Casagrande que têm como objetivo debater o **“Desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, e as políticas públicas para o esporte olímpico”**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor José Roberto Périllier, Gerente Geral Técnico Esportivo do Comitê Olímpico Brasileiro - COB; Senhor Sergio C. Lobo, Superintendente Executivo Administrativo e Financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Senhor Marcus Vinicius Freire, Superintendente Executivo de Esportes do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Senhor Edson Sesma, Diretor do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo; Senhor Clodoaldo Francisco da Silva, Atleta Paraolímpico de Natação e Senhor Aluisio Elias Xavier Ferreira (Lula Ferreira), Ex-Técnico da Seleção Brasileira Masculina de Basquetebol. O senhor José Cruz, Jornalista do Correio Braziliense e o senhor Oscar Schmidt, Ex-A atleta, ambos convidados a participarem da Audiência, justificaram, por e-mail, a ausência. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Djan Madruga, Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte - ME; Senhor Carlos Arthur Nuzman, Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Senhor Bernardo R. de Rezende (Bernardinho), Técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol; Senhor Claury Santos Alves da Silva, Secretário de Estado de Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo; Senhora Ana Moser, Ex-A atleta e Presidente do Instituto Esporte e Educação e Senhor Alberto Murray Neto, Membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro – COB e Membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne – Suíça. Ao fim da exposição do Presidente do COB, o mesmo solicita ausentar-se, em virtude de compromissos anteriormente assumidos. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, faz a leitura dos comunicados que se seguem: Comunicado 01:

“Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de lançamento da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, a realizar-se no dia 2 de dezembro do corrente, às 16:00 horas, no Auditório, térreo do edifício-sede do Ministério da Educação”. Comunicado 02: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de entrega do Prêmio Professores do Brasil – 3ª Edição aos 31 professores autores dos melhores trabalhos, nas categorias: Educação Infantil; Séries / anos iniciais do ensino Fundamental; Séries / anos finais do ensino Fundamental e Ensino Médio. A solenidade será realizada no dia 3 de dezembro do corrente, às 14:30 horas, no Auditório, térreo do edifício-sede do Ministério da Educação”. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quatorze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada um e a cada uma de vocês. Eu não sei se é por causa das questões normais do Senado que ocupam muito os senadores, ou por outra razão. Eles estão inibidos diante de tantas personalidades aqui mais famosas do que os senadores. Então, devem estar encabulados de virem para cá. Mas de qualquer maneira diversos senadores estão confirmando que passam em outras comissões e vêm, além disso, nós fazemos audiência para o grande público mesmo, através da televisão, da rádio, das transcrições, e também são pessoas que vieram de fora e muito ocupadas, o próprio Carlos Nuzman me disse que tem compromisso, então, eu não posso demorar mais.

Nós vamos começar, porque havendo número regimental está aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Lembro que a presente reunião atende ao Requerimento nº 38 da Comissão de Educação de 2008, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi e Marisa Serrano, e ao Requerimento nº 39/08, de autoria do Senador Renato Casagrande, que pediram a realização dessa Audiência Pública, destinado a debater sobre o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim e as políticas públicas para o esporte olímpico daqui para frente.

É importante chamar atenção que a audiência... Eu chamo atenção da Mesa, essa audiência visa debater o desempenho na última olimpíada, em Pequim, mas sobretudo nos interessa ouvir de vocês o que nós da atividade pública, dos três poderes podemos fazer para termos políticas públicas de Estado permanentes que desenvolvam o esporte olímpico fazendo o Brasil ser não apenas um país de grandes atletas, mas ser um grande país de atletas. Porque nossos atletas são bons. O número é que é restrito ainda. Não corresponde ao tamanho do país. E muitos de nós temos interpretações de porque é assim. Eu concentro sempre a razão na escola. Na falta de esporte desde os quatro anos de idade para todas as crianças. Veja que no futebol, que desde os quatro anos todo mundo joga com bola redonda igualzinha, nós temos os maiores craques do mundo. Os outros esportes não se começam aos quatro anos e nem se dispõe dos instrumentos, que não é uma simples bola.

Então, portanto aberta essa 53ª reunião. Eu tenho... Temos seis convidados. O Djan Madruga vai estar substituindo o Ministro da Educação, do Esporte, desculpe. O Ministro da Educação disse que não poderia comparecer, foi convidado, o Carlos Arthur Nuzman, como Presidente falará pelo Comitê Olímpico; o Bernardo Rezende, o Bernardinho, falará como pessoa da atividade, como técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol; o Claury Santos Alves da Silva, como Secretário do Esporte, Lazer e Turismo de São Paulo; a Ana Moser, Ex-atleta e Presidente do Instituto de Esporte e Educação; e o Alberto Murray Neto, que é membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne, na Suíça.

A ordem aqui estava o Ministro, depois o Nuzman, depois o Bernardinho, depois Claury, depois Ana Moser e depois o Alberto. Como o Ministro não veio, eu passarei a palavra em primeiro lugar ao Carlos Arthur Nuzman, que inclusive me avisou que talvez tenha que sair, ele vai ficar administrando o tempo dele aqui, e passaria depois ao representante do Ministro, mas ele próprio sugeriu que passasse para o Bernardinho e ele falaria em terceiro lugar.

Então, com a palavra, que muito nos orgulha, o Carlos Arthur Nuzman. Teoricamente temos 20 minutos, mas não somos aqui... Não temos a rigidez que atrapalha o andamento da exposição. Sobretudo no caso do Nuzman que ele fala e também um assessor dele complementa com a visão mais técnica. Então, tem a palavra.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Excelentíssimo Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Excelentíssimas senhoras e Srs. Senadores, companheiros da Mesa, personalidades presentes, deixar um cumprimento muito especial aos atletas olímpicos aqui presentes, os atletas paraolímpicos, e eu vou simbolizar tantos que aqui estão, do nosso querido Clodoaldo, que é um dos maiores atletas paraolímpicos do mundo, e nós vamos dar início a essa apresentação. Eu gostaria de antes de começar a propriamente dita, fazer dois ou três comentários pontuais.

O início de qualquer processo independente da área da sociedade, ele tem de começar na base. Se essa base não existir, nós vamos ter que buscar os elementos e os talentos ao léu. Eu estou falando da educação física nas escolas. V. Exa.. na abertura fez esse comentário de desejar ter um país de atletas, um Brasil de atletas. Então, para isso, a educação física que é obrigatória por lei, ela deve ser cumprida, o que ela não o é. E ela deve ser fiscalizada e deve ser exigida para que nós possamos dar oportunidade às crianças que têm neste país para mostrarem o seu talento e, descoberto esse talento, seguirem num processo mais desenvolvido.

Então, o meu início, e tenho dito, e disse na Câmara dos Deputados isso. Educação física fundamental para o início desse processo. Qualquer outro comentário de qualquer outra consequência ele ficará sempre fracionado com fissuras em qualquer justificativa.

O segundo comentário pontual, Senador Cristovam Buarque, são as instalações esportivas nas escolas. Dar oportunidade, fazer o cumprimento da educação física, muitos professores vão dizer: Nós não temos condições de fazer porque a escola não tem instalações esportivas. Se ela não tem ou deve ser feito um convênio com instalações, sejam de clubes, organizações militares ou do sistema S, isso é uma questão da administração de cada escola e não cabe a mim, aqui, entrar nesse mérito. Mas o mérito que cabe é que as instalações esportivas das escolas ou não existem ou são completamente necessitadas de uma manutenção e de uma melhoria.

Esses dois pontos eles são capitais. E para dar uma sustentação a isso eu queria fazer um comentário de que em 2004 o Comitê Olímpico Internacional que

hoje trabalha nesse campo, no campo da educação, com os Comitês Olímpicos, ele assinou uma parceria com a UNESCO para programas educativos. E vários programas existem. E eu quero passar às mãos de V. Exa.. esses programas. Porque eu acho que é uma contribuição a esta Comissão desse trabalho. E esse trabalho dá a demonstração da preocupação que a UNESCO tem no mundo inteiro com a educação e com as ações esportivas.

Então, esse é um documento que existe e eu queria colocar à disposição também dessa Comissão o Comitê Olímpico Brasileiro. Se com base nesse processo a Comissão de Educação, Cultura e Esporte entender que deva ter do Comitê Olímpico um parceiro num trabalho que deve ser desenvolvido nessa área nós estaremos à disposição para trabalharmos em conjunto, assinarmos o convênio que seja necessário.

Então, essas partes, elas são absolutamente pontuais e fundamentais no processo que hoje nós vivemos no mundo inteiro, em que o esporte ganhou um espaço grande e que todos setores eles têm que crescer.

Então, agora nós vamos passar a apresentação e eu queria entregar a V. Exa.. os originais da apresentação, o CD, enfim, de todo esse trabalho e gostaria de entregar, pedir a gentileza, nosso Secretário, aos Deputados que requereram esta sessão daqui. Bom, nós vamos passar...

Eu vou contar com a colaboração de um atleta olímpico, medalhista olímpico, medalha de prata da geração de prata do Voleibol Brasileiro, o Marcus Vinícius, que vai trabalhar conosco, ele é o Secretário-Executivo para o Esporte no Comitê Olímpico Brasileiro e ele estará trabalhando conosco, foi chefe de missão do Brasil desde 1999, nos jogos Pan-Americanos e jogos Olímpicos e hoje ele aceitou assumir uma das funções mais importantes que hoje nós temos no comando do esporte propriamente dito.

Eu queria começar, eu vou até certo ponto e nós vamos então dividir essa apresentação. O importante mostrar de que o Comitê Olímpico Brasileiro é uma entidade de Direito Privado sem fins lucrativos. Ela é autônoma, conforme estabelece não só a legislação brasileira como a do próprio Comitê Olímpico Internacional e Federações Internacionais.

As responsabilidades aí estão, eu não vou lê-la toda porque não há necessidade, V. Exa.s. estarão recebendo não só em papel mas também em CD toda a apresentação, ela é muito detalhada, e vamos seguir mais um... E dizer a V. Exa.s. de que o comitê olímpico ele não trabalha com atletas. As confederações são responsáveis pela seleção dos atletas que vão aos jogos olímpicos, em cada esporte coletivo e individual eles

têm que atingir marcas estabelecidas pelas federações internacionais. Uma vez o atleta alcançando, ele tem o direito de participar.

Então, como muitas das vezes e equivocadamente dizem, o Comitê Olímpico, por maior atuação que tenha, ele não é responsável pela atuação dos atletas brasileiros. Foi colocado isso de uma certa forma ao comitê, mas nós temos que estabelecer essa divisão.

O próximo slide ele mostra de que o Comitê Olímpico Brasileiro foi fundado em 1914, está perto de completar 100 anos. Eu assumi em 1995. O comitê tinha oito funcionários e trabalhava em meio expediente. Ele hoje trabalha em expediente completo, e ele tem 140 funcionários. Então, este é a grande evolução do esporte brasileiro em 12 anos. E trabalha em regime integral, institui-se a profissionalização de todos esses profissionais que estão trabalhando, como muitos deles estão aqui me acompanhando nessa apresentação.

Durante esse período da nossa administração foram criadas essas leis. Algumas delas provocadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro e muitas delas aprovada nessa Comissão, o que eu deixo o agradecimento sensibilizado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte pela enorme contribuição que foi feita. Essas leis elas hoje alcançam um patamar importante no desenvolvimento do esporte brasileiro.

Eu queria fazer também um comentário do processo eleitoral que nós tivemos, porque muitas das vezes nós não temos oportunidade de explicar tão abertamente como aqui. E queria dizer a V. Exa.s. que pelo estatuto do Comitê Olímpico Brasileiro só votam os membros, os Presidentes das Confederações e os membros natos, razão pela qual só eles são convocados. Todos receberam e aqui estão um por um, todas as cartas convocatórias com oito dias de antecedência. Todos. Um por um receberam nas suas máquinas. Por favor, pode seguir.

Pelo prazo de registro de chapa, apenas uma chapa foi registrada pelas confederações que são os eleitores. E todas publicadas como eu mencionei. Por favor.

Nós vamos... Dadas essas explicações que não constava do inquirimento, mas nós entendemos que era importante nós trazermos a V. Exa.s..

Essa é a estrutura atual do Comitê Olímpico Brasileiro, reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional, um dos mais efetivos e atuantes no mundo inteiro. No esporte tem o setor do alto rendimento, desenvolvimento, fomento e iniciação. No administrativo o financeiro, tecnologia, setor de prestações de contas e formação de Recursos Humanos. Hoje quantos atletas olímpicos trabalham no Comitê Olímpico Brasileiro, fato esse inédito. Parte cultural trabalha a memória olímpica. O

museu olímpico e o selo cultural que são publicados livros para mostrar o nosso engajamento na área com educação no país. Área médica fisioterapia, nutrição, psicologia e o controle anti-doping. E os suportes de assessoria de imprensa, comissão de atletas, marketing e relações institucionais.

Então nós agora vamos passar para a área da superintendência executiva de esportes, como eu mencionei, o atleta olímpico, o medalhista olímpico Marcus Vinícius, chefe de missão que tem talvez no país a maior experiência de lidar com atletas, com resultados maior do que qualquer um de nós do comitê olímpico e também fora do comitê. Porque ele acompanhou todo o processo, desde 1999 até agora a Pequim, e foi o chefe de missão de Pequim. Então, Marcus Vinícius, por favor, nós vamos interagir esta apresentação com os quadros subseqüentes que nós vamos ter. Por favor, Marcão.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Bom dia. Bom dia, Presidente, obrigado, obrigado aos senadores. É um prazer e uma honra para o movimento olímpico brasileiro ter o direito de apresentar nossas ações a essa Comissão e ao Senado. Aqui na superintendência, como o Nuzman falou, nós dividimos em três grandes áreas, está aqui o Gerente-Geral que é o Peri, ex-goleiro do Fluminense que cuida da área de alto rendimento, no alto rendimento estão todas as missões brasileiras, todas as ligações com as seleções olímpicas permanentes e suas confederações, jogos olímpicos, jogos pan-Americanos, sul-americanos e jogos da lusofonia, as equipes olímpicas permanentes e todo o relacionamento de saúde e seguro dental com a ODONTOPREV e GOLDENCROSS que são nossos atuais patrocinadores.

Nós temos uma área de desenvolvimento, mais um atleta olímpico, Agberto Guimarães, um atleta do atletismo, ele cuida da solidariedade olímpica pan-americana e com a Lausanne, na Suíça, centro de treinamento, ele hoje é responsável pelo projeto que está no Ministério dos Esportes do centro de treinamento que junta o complexo Maria Lenque com o velódromo, que é um legado dos jogos pan-americanos, todo o relacionamento com os comitês olímpicos internacionais ele teve agora nos comitês olímpicos nacionais de outros países, ele teve agora na Alemanha e na Inglaterra e eu estive com ele lá trazendo essa experiência, e abaixo desenvolvimento também, a área de ciência do esporte, nós temos um acordo com algumas universidades brasileiras e com o Ministério para esse desenvolvimento.

Uma área que tem muito a ver com o Senador Cristovam, que é a área de fomento e iniciação, onde estão as olimpíadas escolares, olimpíadas universi-

tárias, nós temos três jogos todos os anos, de 14 a 16 anos, de 17 a 19 anos, e as olimpíadas universitárias. O comitê olímpico junto com o Ministério dos Esportes, Confederação Brasileira de Esportes Universitários e a Rede Globo fazem esses três eventos, mais a semana do dia olímpico e o prêmio do Brasil olímpico que os senadores estão convidados, no dia 16 desse mês agora nós vamos fazer o evento no Rio de Janeiro, junto ao MAM(F), o convite já foi enviado, premiando os melhores atletas, técnicos e pára-atletas do ano no Brasil.

Aqui alguns serviços que o COB faz às confederações porque nós temos realmente uma atuação junto às confederações de planejamento e do dia-a-dia esportivo, mais do que isso, temos algumas assessorias principalmente para as confederações menores, as grandes têm a sua estrutura, mas as pequenas, nós temos 26 confederações nacionais, em torno de seis têm uma estrutura boa e as outras 20 dependem muito tanto no Ministério dos Esportes como do Comitê Olímpico Brasileiro, equipe multidisciplinar na área médica, apoio na parte contabilidade e assessoria de imprensa, nessa área de ciência nós distribuimos essa informação e usamos esses exames para todas as confederações e da mesma forma os cursos de gestão administrativa e técnica.

Aqui é só pra se ter uma idéia de como nós fomos aumentando o nosso trabalho nos últimos 12 anos, no ciclo 1995/2000 eram 19 os eventos ou do COB ou dos quais o COB tinha que mandar alguma delegação, ciclo 2001/2004 passaram para 27 eventos, todo esse material está aí na mão dos senhores, nesse último ciclo 2005/2008 foram 36 eventos, incluindo aí jogos olímpicos e para o ciclo a partir de 2009 temos novos eventos, mais de 36, porque o Comitê Olímpico Internacional criou os jogos olímpicos da juventude, atletas de 14 a 18 anos vão disputar pela primeira vez em 2010 em Singapura, os primeiros jogos olímpicos da juventude, que é uma tendência mundial dessa aposta na escola.

O projeto olimpíadas estudantis é esse material que os senadores receberam, o material verde e o CD também com todas essas informações, um dos objetivos desse nosso projeto é a descoberta de novos talentos, mas é também direcionar as nossas crianças para alguma coisa que ocupe o dia dela. O Ministério tem um trabalho muito legal que é o segundo tempo, e o esporte tem que ter esse movimento para conseguir captar essas crianças.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu queria fazer uma menção sobre esse projeto, olimpíadas estudantis, nós apresentamos na Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados semana passada, V. Exa.s.

têm toda a apresentação, e é importante mencionar que isto está alinhado com aquela informação que eu dei relativo ao trabalho da UNESCO com o Comitê Olímpico Internacional, que utilizar os valores olímpicos de amizade, união, sem discriminação e os valores do esporte, e isto nós temos levado atletas olímpicos para darem palestras durante estas olimpíadas estudantis que nós fazemos com o Ministério do Esporte e com as Organizações Globo.

Eu queria falar sobre essa parte. Eu queria explicar alguns pontos que são importantes para deixar claro e nós não temos dúvidas quanto a transparência do Comitê Olímpico Brasileiro. Nós contratamos através de processos de licitação auditoria externa para... Através de processo seletivo. A [ininteligível] foi em 2002 e 2003 e a KPMG até o ano passado, todas organizações internacionais de auditorias que já trabalharam ou trabalham com o Comitê Olímpico Internacional.

Nós implementamos novos processos visando a segregação de responsabilidades. Criamos área de controle de materiais e compras. Área de TI com o objetivo de ter um único sistema totalmente integrado. Criação de uma área de planejamento e controle financeiro. Uma área de prestação de contas seguindo a metodologia orientação do Tribunal de Contas da União. E uma área de auditoria interna.

Eu queria dizer a V. Exa.s. ainda, continuando, o desenvolvimento diversos sistemas para celeridade no processo de informações, visando a transparência total a todos os órgãos fiscalizadores, TCU, CGU e auditores contratados. O TCU possui processo on-line de toda a movimentação financeira e do Comitê Olímpico Brasileiro. O COB controla mais de dois mil processos de prestações de contas por ano. O TCU e o CGU fiscalizam in loco na sede do COB todas as movimentações financeiras de processos de compras anualmente. O COB segue todas as determinações do TCU. Quanto a processos de compras. E eu queria dizer também a V. Exa.s. que nenhum órgão neste país é mais fiscalizado do que o COB. E graças a Deus que eu posso vir aqui e dizer isso. Se tiver algum erro, é um erro humano, e não um erro de má-fé. E um erro que muitas das vezes nós não gostaríamos de mencionar.

Isto aqui são relatórios da CGU de 2005 a 2007. Por quê? Nós recebemos a carta comunicando amanhã estamos aí. E estão lá hoje. Hoje estão lá no Rio. O nosso superintendente financeiro que aqui está, que é o Sérgio Lobo, ele que é o responsável pelo controle de toda essa área. Esses são alguns dos relatórios que tenho. Desde 2005 o COB divulga seus processos seletivos pelo seu site na internet. O acordo foi feito com o TCU para dar mais viabilidade. É claro, porque o início da lei Agnelo Piva ninguém tinha o histórico

de como tratar. Hoje nós temos. E isso foi feito através dos anos em conjunto. Isto aqui são os anúncios em jornais que nós publicamos a cada três meses respeito a processo seletivo no site do COB na internet. Isto é feito há mais de um ano.

Então, isto é uma evolução que nós temos dentro desse processo. Então, queria apenas deixar essa informação a V. Exa.s.. Tudo que perguntam da gente está no TCU. Tudo. Se alguém quiser qualquer informação, qualquer documento, lá está. E nós seguimos também o padrão estabelecido pela Instrução Normativa do TCU que o fez quando foi promulgada a lei Agnelo Piva. Eu acho que essas são as informações pelas quais nós trabalhamos relativas a todo o trabalho feito. Isso nós temos falado, temos divulgado, e muitas das vezes não é divulgado desta maneira.

Então eu queria apenas deixar muito claro e repetir de que o COB é o órgão mais fiscalizado que tem. Para dar uma idéia, os jogos pan-americanos, nós pedimos, e o TCU acompanhou todas as reuniões do Conselho Executivo das decisões que foram tomadas pela direção dos jogos. TCU, TCE e TCM. Sentavam numa mesa conosco e conheciam todos os nossos problemas. Conheciam as dificuldades. E conheceram que organizar um mega evento como este, é um mega evento que tem um peso e dificuldades naturais e que felizmente, foi considerado a melhor organização da história e foi feito em nível olímpico.

Então é realmente um motivo de orgulho e tranquilidade para nós, e essas informações acho que eram necessárias para que ficasse muito claro para todos os nossos caros senadores. Podemos seguir, Marcão.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Eu vou dar uma acelerada aqui porque o nosso tempo regressivo já estourou, eu vou correr com as informações técnicas e nós vamos entregar, os senadores todos receberam o material, a imprensa, a nossa assessoria de imprensa vai distribuir esse mesmo material para todos.

Então, aqui eu fiz um estudo de quatro comitês olímpicos ou centrais de esporte de alguns países, em resumo a Austrália usou nesse último quadriênio mais de 550 milhões de dólares, ela tem nove institutos nacionais de esporte, um nós ficamos, quando nós tivemos a preparação para os jogos olímpicos de Sidney, que foi o de Canberra, o Instituto Australiano de Esportes, a Grã-Bretanha, que tem duas áreas esportivas, a *UK Sport*, e a *Sport England*, gastou mais de um bilhão de dólares, está se preparando, é a sede dos próximos jogos olímpicos de 2012 em Londres, a Alemanha que nós estivemos visitando também, quase dois bilhões de dólares, ela também tem quatro centros de formação federal, que é o que nós pretendemos trazer para o Brasil para que a gente possa... E 20 centros olímpi-

cos de treinamento, aí em esportes individuais, a China que foi a que mais gastou, foi a sede dos últimos jogos olímpicos, gastou mais de dois bilhões de dólares na preparação com a sua equipe, nós estamos falando aqui não na montagem dos jogos, mas na preparação de sua equipe. São 35 centros de alto rendimento na China, a Universidade de Pequim estudando na Universidade de Pequim tem 23 medalhistas olímpicos de Beijing 2008. E aqui nós chegamos ao nosso quadro, o nosso número, nós usamos nesses últimos quatro anos o esporte brasileiro 133 milhões de dólares, os números vão estar mais explicados à frente, a arrecadação da lei Agnelo Piva é algo em torno de 35, 36 milhões de dólares por ano.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu só queria fazer o comentário para mostrar que esses países... Esses países que estão mostrando números absurdamente superiores aos do Brasil, eles já trabalham há décadas. Décadas. Nós trabalhamos quatro anos com esses recursos. O feito que o Brasil tem hoje ele é extraordinário. Porque nós vamos precisar de muito mais.

V. Exa.s. têm aqui talvez um dos maiores e consagrados técnicos do mundo. Não só no voleibol, mas reconhecido no mundo. E podem perguntar aí que não é assim da noite para o dia que a fada madrinha vai, dá um plim plim, e nós vamos ter os atletas que vão conquistar tantas medalhas como nós gostaríamos e que nós trabalhamos, mas nós vamos tratar disso mais adiante. Mas para mostrar a grande diferença. E olha, nós temos no país um Presidente da República que mais fez pelo esporte que é o Presidente Lula. O Congresso Nacional, Senadores, Deputados mais fizeram na história do Parlamento Brasileiro. V. Exa.s. o fizeram. O Ministro de Esporte, e esse é o resultado desse crescimento que V. Exa.s. vão ver mais adiante.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: O resumo dessas nossas... Nosso conhecimento com os outros comitês olímpicos é esse, a fórmula é fácil, você precisa investimento, você tem que ter um gerenciamento dos portfólios, ou seja, das modalidades dos esportes onde vai investir esse dinheiro, planejamento mínimo de oito a 12 anos, revisões regulares e gestão profissional, que é o caminho que nós estamos tomando. Informações financeiras, Nuzman quer fazer?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu queria apenas... Continuando aquela apresentação que nós fizemos, e mostrar para não ter... Nós não chegamos a números que foram divulgados, e sem nos perguntarem se esse é os números reais, que não são, o Comitê Olímpico Brasileiro, V. Exa.s. vão ver os números que ele recebe dos seus valores. Patrocínios de estatais, de 2001 a 2007, V. Exa.s. vão ver o número por ano que

é mínimo. Nós recebemos, que dá um total de 2001 a 2004, dois milhões e oitocentos, e 2004 a 2008, sete milhões. A lei arrecada... Estabelece dois prêmios da loteria, sendo 15% ao Comitê Pára Olímpico e 85 para o Comitê Olímpico Brasileiro. Disto, transformando em 100% para o Comitê Olímpico Brasileiro, 10% é pelo desporto escolar, cinco para o universitário. 85 para o comitê. 60% vão para as confederações, e 40%... Não é como disseram para a manutenção do comitê, não. É para uma série de ações que o Marcus Vinícius falou ainda há pouco, delegações, eventos, serviços, administração, cultura, educação, e o aumento do número de eventos que tem a cada quadriênio olímpico.

Essas aplicações V. Exa.s. vão ver de quanto que nós recebemos. Este é o número total por ciclo. Nós recebemos 2001 a 2004, 171 milhões, e 2005 a 2008, 332. E da lei de incentivo fiscal nós recebemos 25 milhões da Petrobras que foram entregues às confederações. Para V. Exa.s. verem o total que foi feito.

Esse é o número de convênios. Para terem uma idéia. Rio 2007, que foi o pan-americano, teve um convênio perto de três milhões. 2016 de 22. Eu queria até dar uma explicação. Rio 2016 foi aprovado pelo Congresso a verba de 80 milhões, 40 milhões para esse ano e 40 milhões para o ano que vem. Nós não usamos ainda o total desses 40 milhões. E nós estaremos no final desse ano fazendo já apresentação pública do que está sendo gasto dos 40 e justificando, óbvio.

Esses recursos... Então as somas eu vou adiantar também. Eu já falei. É só somar. Então, para mostrar que o número ele não vai àquele número divulgado, estratosférico de mais de um bilhão que tem. Se as confederações recebem recursos de patrocinadores estatais a elas, nós não temos nenhuma ingerência sobre isso. Da mesma maneira que outros recursos que elas possam receber de outros patrocinadores, nós não temos e não somos responsáveis por esse trabalho que é feito, que tem as suas prestações de contas normalmente. Nós temos que cuidar e tratar com os valores que nós temos.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Vou voar aqui para explicar tecnicamente. Beijing... Beijing, para que nós não são só 17 dias. Não são só as medalhas olímpicas. Nós consideramos análise técnica é o quadriênio ou os oito anos. São os resultados sul-americanos, juvenil, adulto, de todas essas categorias. Então, vou passar correndo. Esse material... Esse material está aí com vocês, o Brasil já começou batendo recordes, o Brasil foi o terceiro lugar em esportes coletivos, nós temos uma cultura no Brasil de esportes coletivos, só ficamos atrás de Estados Unidos e Holanda. Quase 30% dos atletas brasileiros que foram, trouxeram medalhas, que foram a Beijing trouxeram medalhas, 40%

deles disputaram final, então para nós isso é muito importante, repito, nós não consideramos só o número de medalhas. Você está entre os dez melhores do mundo, entre os oito melhores do mundo, os atletas que aqui estão sabem que é muito difícil. Várias novidades o Brasil fez, só o judô das 14 categorias o Brasil classificou em 13 delas, e aí outras novidades para nós, três medalhas olímpicas inéditas, as nossas três de ouro, maior número de finais de toda participação olímpica brasileira, a comparação com os outros jogos, esse material está aí com vocês, em relação a disputa de medalha de ouro, 82% a mais nós disputamos nos jogos olímpicos de Beijing. Eu vou correr.

Isso é importante também saber que a imprensa nossa fala muito nos três primeiros lugares, o Comitê Olímpico Internacional considera até o 8º lugar, dá diploma para isso e conta na sua pontuação até o 8º. Nós também fazemos dessa forma.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É importante dizer de que a medalha de prata e de bronze também é tão importante quanto a de ouro. Não vamos esquecer que nós temos aqui na Mesa medalhistas de prata e de bronze. E todos eles são orgulhos do esporte brasileiro, e são legendas do esporte brasileiro. E ficar entre os oito aqui, de quarto a oitavo o Comitê Olímpico Internacional, ele reconhece como finalistas.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Conquistas inéditas do Brasil, estão nessa lista que nós acompanhamos, outras conquistas inéditas, a ginástica no nosso entender foi muito bem, primeira vez que o Brasil teve duas finais em aparelho, primeira vez que o Brasil teve uma final por equipe no feminino, isso para que nós é resultado. Quadro comparativo com outros países aqui nós temos em vermelho quem decaiu, caso de Cuba e Grécia, quem subiu muito o dono da casa, China, e a Grã-Bretanha, que será a próxima sede dos jogos, aqui são as medalhas de ouro. Total de medalhas, a mesma linha também, China e Grã-Bretanha muito para cima, Rússia caiu em função de hoje a antiga União Soviética hoje são 17 países, se somar os 17 países que hoje são a União Soviética ganharam mais medalhas do que a China. Ganharam 110 medalhas, ganharam mais do que a China, e aí incluindo ali Ucrânia e todos os países novos, Uzbequistão, etc, aqui o total de países participantes e medalhistas, cada vez mais países ganham medalhas nos jogos olímpicos.

A comparação entre 1920 até 92, nós ganhamos 22% mais medalhas em apenas quatro jogos do que nos 13 anteriores e 33% mais no total. E aqui vai um agradecimento à lei Agnelo Piva, com a lei Agnelo Piva nós ganhamos 66% mais medalhas de ouro do que em toda história dos jogos olímpicos.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É bom inclusive mostrar que só a administração do comitê de 12 anos, superou o número de medalhas da história do Brasil de jogos olímpicos desde a sua primeira participação em 1920. Isso é para mostrar a força desse trabalho em tão pouco tempo.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Eu vou... Só passar. A evolução em todas as bases. Sul-americano, alto rendimento, juvenil... Todas as posições que o Brasil foi pódio, o material está com os senhores.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Enquanto você está passando é bom lembrar. Vou dar um exemplo. O atleta brasileiro Marilson, que foi campeão da maratona de Nova York, ele não completou a maratona de Pequim. Mas ganhou, logo... Pouco tempo depois, dois meses, dois, três meses, ganhou a maratona de Nova York. Essa é a pergunta: Ele fracassou? Claro que não. Há o momento do dia, do atleta, de que ele esteja. O importante é esse conjunto que o Marcus Vinícius está mostrando de conquistas.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: E Beijing foram 87 países que foram medalhistas, contra 74 apenas de Atenas. Aqui as conclusões, os países mais desenvolvidos cada vez ganham mais medalhas, exceções a China e Cuba pelo trabalho que fazem, aos 17 países que eu falei da União Soviética e alguns que se especializam. Nós não queremos nos comparar a Jamaica ou Etiópia, que ganham sete, oito medalhas em apenas uma modalidade. Não é o perfil do esporte brasileiro. Então, não adianta fazer essa comparação que para gente, para área técnica, para área de esporte não serve.

Evolução do esporte brasileiro é evidente, chegando no final aqui, nós estamos acelerando esse ritmo de crescimento, estamos definindo metas e número de modalidades em finais é o nosso foco principal, o COB está investindo em profissionalização tanto dele quanto das confederações, a lei Agnelo Piva para gente é fundamental, nós dependemos da lei Agnelo Piva, mas ela não basta. E por isso nós estamos usando e agradecendo a lei de incentivo e qualquer outro apoio que venha a ter, como o Nuzman falou, TCU, CGU passando diariamente lá, esse aqui é só uma frase para encerrar que acho que é um resumo da nossa visão.

Para se fazer um campeão olímpico se precisa de muitos campeões do mundo. Para se fazer um campeão do mundo precisamos de vários campeões pan-americanos e sul-americanos, milhares de campeões nacionais para fazer um pan-americano e milhões de praticantes nas escolas, nas universidades e nas quadras do Brasil para se fazer um campeão nacional. É dessa forma que se faz esporte no Brasil. Obrigado e desculpe passar o tempo.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu só queria... Antes de encerrar eu queria deixar mais uma vez renovado, eu fiz já a menção, mas eu quero concluir dizendo muito obrigado a esta Comissão, às Senhoras e Srs. Senadores, porque aqui nós convivemos em momentos chave dessa história que nós estamos contando, a aprovação das leis. Leis da lei Agnelo Piva, ainda foi na administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, como das demais do Presidente Lula, todas passaram aprovadas aqui, debatidas, essa lei de incentivo fiscal foi um dos momentos históricos nesta Casa, nesta Comissão, e eu me lembro até emocionado como foi, e dizer V. Exa.s. tem dado uma contribuição inequívoca à educação e ao esporte brasileiro e à cultura. E dizer que nós precisamos em outras oportunidades voltarmos aqui. Até para pegar outros setores e nós poderemos falar. Mas muito obrigado pela oportunidade que nos foi dada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço. Eu vou pedir a compreensão dos demais expositores para tentarmos juntar o tempo para fazer mais rápido. Eu passo a palavra ao Bernardinho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, eu tenho questão de tempo também, gostaria de falar em seguida, se for possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Existe algum problema do Bernardinho e dos demais? Não? Eu pediria que pelo menos o representante do Ministro falasse antes. Pode ser?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pode ser.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu só queria... Como eu disse, senador, V. Exa.. mencionou, eu tenho um compromisso e eu vou ter que sair. Se V. Exa.. me permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu não tenho nenhum poder para impedi-lo. Apesar de que teríamos o maior prazer em tê-lo aqui.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: É verdade. Mas eu queria agradecer a oportunidade e... Eu transferi uma... Um outro compromisso para poder estar aqui hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faremos chegar ao senhor tudo que acontecer daqui para frente, e quem sabe a gente fazer outra se for preciso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, e quem vai responder pela COB na ausência do Presidente Carlos?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então podemos... Ter algumas perguntas... Como ele tem pressa...

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou dizendo que ele pode sair. Mas alguém... Se algum senador quiser argüir algo da COB, quem responde?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Boa pergunta. Teria algumas perguntas dos senadores, rápido. O senhor conseguiria segurar mais um pouco? Tem alguma pergunta?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Aí começa o debate e nós estamos rompendo aqui uma tradição dos autores do Requerimento. Claro que eu tenho pergunta, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os autores, apenas a Senadora Marisa e o Senador Zambiasi e o Senador Casagrande. Todos os três estão aqui. Querem fazer pergunta inicialmente? Senão passamos direto para o... A senhora quer ouvir todos? Mas o Senador João Pedro quer fazer pergunta agora.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Duas perguntas. Uma observação, presidente. Primeiro, a COB tem méritos. Quero parabenizar pela presença de V. Exa.. aqui e essas lideranças todas do nosso esporte. Um comentário. O comentário que V. Sa. fez sobre o Mailson, uma coisa é uma olimpíada. Acho que o Brasil tem o direito de cobrar, de acompanhar, de torcer. V. Sa. minimizou. A vitória dele em Nova York é importante. Mas não tem nada mais importante no esporte do que a vitória de um país, não é do atleta, também é do atleta, mas é do país numa olimpíada.

Essa relação da COB com as federações, por exemplo, dos recursos recebidos tem ali 60% repassado às confederações. Quando eu faço essa pergunta eu estou falando do país. O nosso país ele ao longo desse século ele se desenvolveu de forma muito desigual. Muito desigual. Eu sou lá da Amazônia, represento aqui o Estado do Amazonas, e eu sempre falo que o Brasil precisa corrigir as desigualdades regionais, o norte do Brasil, uma região tão importante, mas sempre ficou para depois. E no esporte, é a primeira vez que estou conversando com dirigentes de uma instituição tão importante para o esporte. Esse olhar para uma região como a da Amazônia, como é a relação? Esse recurso repartido, qual é a confederação? Quais são os critérios de repartir os recursos recebidos pela COB? Qual é a confederação, confederação não, a federação. Não é isso?

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Confederação Brasileira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Confederação. Qual a mais rica, qual a mais pobre? Como é essa relação do repasse? Essa é uma questão. Eu quero... Estou fazendo isso em relação ao norte. Como é essa relação ao norte?

Depois, se pudesse mostrar também os medalhistas, não só da última, mas os medalhistas históricos do Brasil, do ponto de vista regional. Como é que está o norte? O Brasil contribui? Nós temos atletas do norte do nosso país? Para ver um pouco essa diferença. E do ponto de vista de gênero, nós temos um total de medalhas agora na China, como é que foram as mulheres? Essa participação, essa conquista, esse detalhe.

A outra, numa amostragem aí a relação da COB com a Globo. Por que só com a Globo? Com a rede de comunicação. Por que só com a Globo? Por que não tem outras emissoras, outras redes para ter essa relação do ponto de vista de praticar, de estimular o esporte? É isso. E por fim, parabéns. Está a frente aqui dessa grande atleta que é a Ana Moser, do grande técnico, enfim, de todos vocês que orgulham a todos nós do Brasil. Muito obrigado.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Muito obrigado, Senador. Deixa eu tentar fazer um conjunto de respostas mais rápido até para poder atender.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Um minuto. Agora, com relação à transparência, é isso. Todas as instituições precisam e devem ser fiscalizadas. Com a fiscalização nós temos o que temos... Então, a COB tem que trabalhar com isso. Com a transparência da prestação de contas. Nós sabemos aqui, inclusive os procedimentos de todas as instituições fiscalizadoras. Elas trabalham por amostragens. A gente faz muito esse debate aqui com dirigentes de estatais, Prefeitos, Governadores, enfim, então, a presença da CGU, TCU, é muito importante do ponto de vista da aplicabilidade dos recursos, mas da aplicabilidade correta dos recursos públicos, principalmente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um minuto ou dois para responder.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Eu sei que responder tantas perguntas... Eu me comprometo a mandar a V. Exa.. a lista, porque são várias listas completas para poder. Mas vai chegar às mãos de V. Exa...

Só para dizer o seguinte, o Amazonas tem a Presidência da Confederação Brasileira de Atletismo, a sede é em Manaus. E o que nós trabalhamos com as confederações, elas é que estabelecem os critérios junto ao desenvolvimento do seu esporte, e até por uma questão de biotipo, por regiões, num país tão grande e continental como o nosso.

O Bernardo está me lembrando, o capitão da Seleção Brasileira do primeiro título olímpico brasileiro do voleibol é do Acre, o Carlão. Então, nós temos... O voleibol, aliás, talvez seja a grande receita de bolo que eu tive orgulho de presidir, tantos hoje do voleibol dirigem entidades esportivas brasileiras de que foi o

voleibol que saiu do 13º para ser campeão olímpico, passando a mão por tanta gente e hoje é um exemplo para o mundo inteiro que eu muito me orgulho disso.

Agora, a questão da TV Globo ela trabalha na olimpíada estudantil. Só. Porque ela quis, os outros não quiseram. Agora, os demais estão livres. O pan-americano não teve exclusividade. Foi para todos. Todas as emissoras, Bandeirantes, Record, Globo, cabo, todas elas. Mas eu vou preparar essas respostas e terei maior orgulho de encaminhar a V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom, eu passo a palavra então...

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Me perdoe, então. E qualquer pergunta a mais que tenha eu me comprometo em responder essas perguntas todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perdão lamentando.

SR. CARLOS ARTHUR NUZMAN: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Djan Madruga, que é representante do Ministério da Educação. Do esporte, desculpa.

Mas é que o Alberto pediu. Então eu passo a palavra... Eu quero... Eu tinha feito um... Está pronto? Porque eu não gostaria de quebrar o protocolo passando a palavra antes do Ministro, mas... Depois então seria ele e depois você. Tem problema?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Duas horas? Não, terminamos bem antes disso. E ainda arranjamos um sanduíche para você.

Então, Djan Madruga. Eu volto a insistir que vamos ter que apertar o tempo. Fica muito chato para mim ter dado mais tempo a um do que a outro. É uma falha grande. Mas não foi possível cortar no meio a fala do Presidente do COB.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Hoje nós temos que garantir tempo que hoje temos votação pesada. Temos os deficientes às duas horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Com a palavra o Djan.

SR. DJAN MADRUGA: Eu pediria a gentileza da menina preparar minha apresentação ali no ponto. Está no ponto.

Bom dia a todos, Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado, venho aqui em nome do Ministro Orlando Silva, saúdo a todos os senadores aqui presentes, tentarei ser sucinto na minha apresentação, até porque existem pontos em comum com o que foi

apresentado pelo Presidente do COB, Carlos Arthur Nuzman, existe uma outra visão, que é a visão do Ministério do Esporte, mas em grande parte encontra similaridades.

Eu queria colocar que estive em Pequim durante seis semanas acompanhando não só os jogos olímpicos como paraolímpicos, e nós preparamos uma apresentação que é uma avaliação do Governo do que foi a performance brasileira em Pequim e ela culmina com algumas sugestões que eu imagino que os senhores estejam procurando no quesito da melhora da performance da nossa participação em jogos olímpicos e paraolímpicos, inclusive com recomendações financeiras e ações que possam ser tomadas. Pediria o próximo slide, por favor.

Nós fizemos uma avaliação da história do Brasil em jogos olímpicos e paraolímpicos, e queria colocar para os senhores que a nossa participação ela é normalmente uma participação que coloca o país em top 30, 36º, 25º, nós tivemos na década de 60 no top 40, em 40º lugar, 39º, na década de 80 nós subimos um pouco pra 18º, 19º, 24º lugar, e isso em função dos boicotes que aconteceram nesse período. Na década de 90 nós voltamos para o top 30. Tiramos 25º lugares. No ano 2000 tivemos uma participação totalmente atípica. Nunca tivemos uma participação tão ruim em jogos olímpicos quanto o 52º lugar na olimpíada de Sidney no ano 2000. Em 2004 nós voltamos a subir, subimos para o 16º lugar, e no ano 2008 agora em Pequim voltamos ao 23º lugar. Queria passar o próximo que é um quadro.

Eu queria que nós desconsiderássemos essa primeira fase aqui que foi a primeira participação na história da olimpíada em que o Brasil tirou 15º lugar. Nunca houve uma participação tão boa como essa, mas foi a primeira participação, o número de países era pequeno, aqui tivemos um período de guerra, e essa aqui é a oscilação da nossa participação em olimpíadas.

Existe uma certa erraticidade da nossa participação. Nós oscilamos e tivemos alguns patamares de participação. Aqui na década de 60 e 70 nós estabilizamos aqui nesse patamar que eu chamaria do primeiro patamar. Desconsidero esse momento aqui que foram olimpíadas de boicote e passamos para o segundo patamar, que é patamar do 24º, 25º lugares na década de 80 e 90. Tivemos um caso realmente atípico do 52º lugar onde não ganhamos nenhuma medalha na olimpíada de Sidney, e agora aparentemente nós estamos subindo de novo e caindo aparentemente num novo patamar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Só são consideradas as medalhas, Secretário? Só são consideradas medalhas ou até o 8º lugar?

SR. DJAN MADRUGA: Só são consideradas medalhas de ouro. Esse é o patamar que se avalia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Ali é ouro?

SR. DJAN MADRUGA: É ouro. Somente ouro, porque o quadro de medalhas é computado na forma de ouro. Não que nós concordemos que seja a melhor forma de avaliação, mas essa é a realidade.

De uma forma geral, é preciso avaliar o seguinte. O Ministério dos Esportes tinha uma expectativa de que nós pelo menos tivéssemos a mesma performance que em Atenas e nos colocássemos no top 20, repetindo pelo menos aquela 16ª... Ficássemos entre 15º e 20º lugar conquistando cinco medalhas de ouro. Isso não aconteceu. Aí procuramos entender o que se passou. Então, na verdade a nossa participação ela não foi tão ruim quanto foi pintado, apresentado pela mídia. Por quê? O número de medalhas que conquistamos no total que foram 15 medalhas é igual à melhor participação que nós já tínhamos conseguido na história dos jogos. Ou seja, 15 medalhas em Atlanta. Sendo que as medalhas, em Pequim foram melhores nesse sentido que nós tivemos quatro pratas contra três pratas na olimpíada de Atlanta. Agora, por que nós caímos, na verdade, do 16º para o 23º lugar na olimpíada de Pequim? Essa era a questão X para o Ministério do Esporte.

Embora queria dizer para vocês que em Pequim, como foi dito pelo representante do COB, nós tivemos uma performance importantíssima no sentido de termos conquistado o primeiro ouro na natação, primeiro ouro no atletismo feminino, primeiro ouro no vôlei feminino, as primeiras medalhas femininas, judô, vela e tae-ken-do, mas todos os indicadores são realmente melhores se nós compararmos o total de medalhas comparando Atenas com Pequim aumentamos de 10 para 15. Esportes que ganhamos medalhas, aumentamos de seis para sete. As medalhas femininas foi a melhor evolução, de dois pra seis. Mesmo no masculino aumentamos de oito para nove. Medalhas de bronze, crescemos de três para sete e medalhas de prata de dois pra quatro. O indicador que houve piora foi realmente nas medalhas de ouro de cinco para três. Próximo.

Só para se ter uma idéia, o número de esportes que ganham medalha na história do Brasil é muito pequeno. São poucos os esportes que conquistam medalha. No caso em Pequim nós tivemos atletismo, futebol, judô, natação, tae-ken-do, vela, vôlei e vôlei de praia. Então, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete se considerarmos o vôlei com um esporte. Então, sete es-

portes apenas conquistam medalhas... Conquistaram medalhas nesses jogos, enquanto que na história da participação em jogos olímpicos o número de esportes que conquistam medalhas é muito pequeno também. Então nós estamos falando em 12 esportes se nós considerarmos o voleibol como um esporte apenas, 11 esportes conquistam medalhas em jogos olímpicos.

Isso quer dizer que a nossa participação no cômputo geral, há uma necessidade de uma maior massificação no esporte.

Queria só dizer de onde que foram as tais medalhas de ouro que nós não conquistamos nos jogos olímpicos. Ou seja, a queda de cinco para três se deveu em função do fator China. China conquistou 19 medalhas de ouro a mais do que na última olimpíada. Ou seja, a China na olimpíada de Atenas havia conquistado 32 medalhas de ouro. E nessa olimpíada conquistou 52. A China ganhou 19 medalhas de ouro a mais. E essas 19 medalhas de ouro a mais vieram de vários países, inclusive o Brasil.

Então, nós vamos avaliar o seguinte, que perderam medalhas roubadas no bom sentido pela China, a Rússia que perdeu quatro ouros para a China, o Japão que tinha conquistado 16 medalhas de ouro na última olimpíada caiu para nove. Cuba de nove caiu para duas, a Hungria de oito para três, e a Grécia que obteve em Atenas seis ouros não ganhou nenhuma medalha de ouro nessa olimpíada.

Então, o grande diferencial da nossa queda de medalhas de Atenas para Pequim foi o fator China. A China cresceu 19 medalhas de ouro de uma olimpíada para outra. O que a China cresceu equivaleria ao quarto lugar em performance nos jogos olímpicos que é exatamente a colocação da Inglaterra. Eu vou passar dois quadros, avançar um pouquinho mais, mais dois, mais um quadro... Próximo. Próximo. Próximo. Próximo.

Aqui estão as maiores perdas de medalha de uma olimpíada para outra. Então a gente observa que quem mais perdeu medalhas foi o Japão. Cuba, Grécia, Hungria, Rússia, França, Romênia, Suécia, Austrália, Itália, Ucrânia, Noruega, e o Brasil entra nesse bojo aí das potências "esportivas", que perderam medalhas por causa do fator China. Então a China absolutamente desequilibrou a participação nos jogos olímpicos de Pequim. Continuando o próximo quadro.

E aí vai. Todos esses países perderam medalhas e essas medalhas obviamente foram principalmente para a China. É claro que há outras potências que evoluíram. Não houve somente perda. Isso é fato. Mas, o fator China realmente desequilibrou essa olimpíada.

Eu queria só fazer uma comparação do nosso continente sul-americano para que vocês observem onde nós estamos dentro da avaliação do cômputo olímpico.

Se nós considerarmos as Américas, nós estamos em terceiro lugar no cômputo geral de medalhas. Quem mais ganha medalha é a Europa, segundo seguido pela Ásia, terceiro as Américas, quarto Oceania e quinto a África. Se nós desmembrarmos a América do Sul, América Central e América do Norte, a nossa participação como continente ela é pífia, é muito ruim.

Então ficaríamos em último lugar na participação, mais do que justifica o motivo porque estamos brigando para trazer uma olimpíada para a América do Sul. É um continente que efetivamente precisa ser motivado. É o pior continente em relação a medalhas em jogos olímpicos.

Bom, não vou gastar muito tempo nesse quadro, mas a pergunta é: Quais foram os grandes e maiores fracassos olímpicos? Por que muito se falou pela nossa mídia que houve um fracasso retumbante dos nossos atletas. E nós fizemos uma avaliação de quais foram os maiores fracassos olímpicos pela ótica da mídia internacional. E de cerca de 50 grandes, retumbantes, enormes fracassos olímpicos, só há um caso que foi considerado pela mídia internacional como fracasso olímpico.

Então nós temos aí pelo menos 49 enormes fracassos que não vou me ater a todos, mas vou começar pelo primeiro, que é o caso de uma americana Katie Hoff, que é uma nadadora que seria a Michael Phelps de saias. Ela foi para a olimpíada ganhar seis medalhas de ouro. Na equipe de natação americana. Conseguiu apenas uma prata e dois bronzes. E a mídia americana obviamente diz que ela pipocou em Atenas e a própria atleta admitiu isso. Próximo quadro.

Quero lembrar só mais dois casos que todos nós conhecemos. O Roger Federer, o maior tenista do mundo, que deveria absolutamente ganhar medalha de ouro. Foi eliminado nas quartas-de-final do tênis olímpico. Imagina o que o país dele falou a respeito disso. E as americanas, Serena e Venus Williams, também foram eliminadas na quarta de final olímpica.

E aí vamos, no caso da ginástica, o único caso que pela mídia internacional foi considerado, foi o caso do Diego Hipólito que caiu no solo e perdeu a medalha olímpica. Mas caiu no solo um alemão que também era favorito, caiu... Também caiu um japonês, caiu outro japonês, caiu uma americana... Cair na ginástica é normal. Faz parte do processo. Não cair na ginástica é anormal. Se espera isso. Faz parte do processo competitivo.

Só para colocar. A grande potência olímpica que foi a China, teve dois fracassos absurdos na sua presença em olimpíada. O primeiro ouro da China era para ser de uma atiradora. Essa atiradora com a pressão da imprensa chinesa perdeu a prova e deixou de ga-

nhar a medalha histórica na olimpíada de Pequim. A mesma coisa aconteceu com o que seria o último ouro da China. O 50º ouro em que era esperado nos saltos ornamentais. Se há um esporte que a China domine, é os saltos ornamentais. Então, era absolutamente esperado que essa medalha de ouro saísse e houve uma surpresa de um atleta australiano que não era favorito e acabou roubando o ouro desse atleta chinês e a mídia obviamente chinesa caiu de pau, se podemos falar com essa linguagem simples.

Então, o que nós queremos concluir é que falhar numa olimpíada é absolutamente normal. Para cada medalhista olímpico, vocês vão observar, aquele que ganha medalha de ouro do lado no pódio tem alguém muito feliz, porque ganhou uma medalha de prata ou uma medalha de bronze, e tem alguém muito triste porque perdeu a medalha de ouro. E isso se passa, é normal, é comum. Então nós não devemos procurar bruxos porque não existe. Faz parte do processo olímpico ganhar ou perder. Próximo.

Vou avançar um pouquinho no paraolímpico e colocar que a nossa performance no paraolímpico também sofreu, na verdade, teve uma grande evolução a partir de 1988, Clodoaldo, a nosso grande atleta paraolímpico pode afirmar, nós evoluímos do 25º lugar até o 9º na paraolimpíada de Pequim. Então, estamos entre as 10 maiores potências paraolímpicas do planeta. Aí está. China, Reino Unido, Estados Unidos, Ucrânia, Austrália, África do Sul, Canadá, Rússia e Brasil. Essa é a situação do esporte paraolímpico no mundo. Não quer dizer que seja a realidade do tratamento para a prática do desporto paraolímpico no país. Nós todos sabemos que a acessibilidade não funciona com essa magnitude, pois há países que dão muito mais acesso do que o nosso, como Espanha, Alemanha, França, Coreia do Sul, Polônia, Japão, Holanda, Grécia, enfim, Nova Zelândia, que com certeza tratam os nossos portadores... Os seus portadores de deficiência com muito mais acessibilidade do que nós tratamos, e nem por isso se colocaram melhor no quadro de medalhas do que o Brasil na paraolimpíada.

Na paraolimpíada nós tivemos uma evolução significativa de Pequim em relação a Atenas. No paraolímpico aumentamos de 33 para 47, de 14, o número de medalhas de ouro aumentou de 14 para 16, de prata de 12 para 14, de bronze de sete para 17, masculinas aumentaram de 22 para 34, femininas de 11 para 13, e esportes crescemos de... Esportes que ganharam medalha de cinco para nove. Próximo.

O quadro é muito parecido. O número de esportes que ganham medalhas na paraolimpíada também é reduzido. Nós temos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito... Se considerarmos o futebol de sete

e futebol de cinco, nós temos cerca de poucas modalidades ganhando medalhas nas paraolimpíadas da mesma forma. Próximo quadro.

O histórico de medalhas em paraolimpíadas. Concluindo a nossa participação na paraolimpíada, o Brasil foi bem na paraolimpíada, pois conquistou 16 medalhas de ouro e ficou em 9º lugar. À frente de potências como Alemanha, França, Coreia do Sul, Japão, Holanda e Hungria, só para citar alguns entre os 147 inscritos. Enquanto que na olimpíada se colocou que nós apenas conquistamos três ouros e ficamos na 23ª colocação geral. Mas, aparentemente parecendo que o Brasil se transformou numa potência paraolímpica, enquanto nos esportes olímpicos não chegou nem tão perto, o que não é verdade como vamos ver no próximo quadro.

Evoluímos muito, sim. Lembrando sempre que a avaliação é feita pelo número de medalhas de ouro. Não pelo total de medalhas obtidas e não pelas classificações. Mas é importante observar que existem países que se esmeram especificamente em conquistar medalhas. É como se fosse uma indústria da conquista de medalhas. Não é uma política efetiva de desenvolvimento de esporte que conta na olimpíada, mas o que conta é resultado. Próximo.

Comparando o olímpico e o paraolímpico, nós vamos observar o seguinte, que na olimpíada são distribuídas cerca de 950 medalhas entre 12 mil atletas, enquanto que na paraolimpíada são 1400 medalhas para 4200 atletas. Ou seja, é mais fácil para um país ganhar medalhas na paraolimpíada do que na olimpíada. Enquanto que o recurso que se exige para investir numa medalha olímpica é muito maior do que recurso para conquistar uma medalha paraolímpica.

Então nós precisamos entender o seguinte, que com investimento de 140 milhões de reais por ano nos esportes olímpicos, nós nos colocamos entre 23ª potência esportiva do planeta. Enquanto que com apenas 18 milhões de reais no paraolímpico nós nos colocamos como uma potência top 10 do planeta.

Então, custa muito menos resultado no paraolímpico do que no olímpico. E nós temos que louvar os nossos atletas paraolímpicos pelo resultado que eles obtêm com a absoluta falta de acessibilidade geral e esportiva que eles dispõem no país.

Agora, a avaliação quase que final, é a seguinte. Nós estamos no olímpico competindo contra países que investem entre três e sete vezes mais o que o Brasil investe no esporte de alto rendimento. Vou mostrar para vocês o próximo quadro que ele bate um pouquinho com o quadro que o Marcus Vinícius colocou, sendo que esse quadro ele representa os valores investidos pelos Governos de cada um desses países,

e ele já está em reais, para que nós possamos fazer uma comparação.

A maior potência olímpica do planeta é a China, em que investe em seu esporte de alto rendimento 1.1 bilhões de reais. Eu queria colocar para os senhores que esse valor foi feito na forma de um dólar mais baixo do que o dólar que nós encontramos hoje. Então, esse valor com certeza hoje já é um valor maior no caso o quarto lugar que a Inglaterra investe 660 milhões de reais por ano, o sexto lugar a Austrália investe o seu Governo Australiano 460 milhões por ano, o oitavo lugar que é o Japão 510 milhões anterior ano e aqui no nosso continente o Canadá, que é um adversário nosso nos jogos pan-americanos investe o dobro do valor que o nosso Governo que nós investimos no esporte de alto rendimento.

Não dá pra comparar a nossa participação com esses países se nós não tivermos o mesmo nível de investimento que esses países têm. Da mesma forma que o resultado do paraolímpico não reflete a falta de acessibilidade esportiva para os 24 milhões de portadores de deficiência que existem no Brasil. Próximo.

Esse quadro ele é emblemático. Da nossa população de 189 milhões de habitantes, 24 milhões de habitantes são portadores de deficiência. Nós temos cerca de 10 mil deles competindo como pára atletas filiados, 0,04% dessa população e comparando com os 165 milhões de pessoas aptas a praticarem um esporte olímpico, apenas um milhão delas são federadas ou filiadas. Ou seja, 0,6% é o total. Próximo.

Por que em nossa opinião os nossos resultados em olimpíadas ficam abaixo das expectativas?

Número um, os recursos são insuficientes em comparação com os países top dez. Não temos musculatura hoje, financeira, para competir com eles. Essa é a realidade. Segundo, a nossa política precisa melhorar na distribuição de recursos, vinculada à cobrança de resultados. Terceiro. Faltam centros de treinamento no país. Fazemos milagre com os poucos centros de treinamento. Contamos nos dedos o número de centros de treinamento que dispomos. O Bernardinho tem um centro de treinamento em Saquarema, a ginástica tem um centro de treinamento em Curitiba e alguns poucos existem.

Há expectativa exagerada da mídia no que toca o resultado. Isso é normal. A nossa mídia cobra. E cobre o esporte olímpico como cobre futebol. Até porque a cada quatro anos nós temos olimpíada enquanto que anualmente acontecem semanalmente os jogos de futebol. E por último, historicamente nós nunca estivemos no top dez olímpico. É a tradição. Precisamos romper essa barreira.

Obrigado. Essa é a conclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e quero cumprimentar algumas pessoas que estão presentes, o José Roberto Perillier, que é Gerente-Geral técnico esportivo do Comitê Olímpico Brasileiro; Sérgio Lobo, sub Gerente-Executivo Administrativo Financeiro do Comitê Olímpico; Edson Sesma, Diretor do Instituto Brasileiro de Direitos Desportivos; Clodoaldo Silva, atleta paraolímpico em natação, e eu aproveito ao mesmo tempo que cito Marcus Vinícius Freire, Superintendente Executivo de esporte comitê olímpico, para convidá-lo a vir à Mesa. E funcionar como o que responderá aquilo que o Nuzman não vai poder. Então responderia pelo COB. Eu passo a palavra agora conforme pedido ao Alberto Murray Neto, membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro e membro da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne.

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Muito obrigado, Senador, Presidente Cristovam Buarque, por quem eu tenho grande apreço, preocupado sempre com a educação do país e é com essa visão que eu vejo o esporte. O esporte é educação.

Para mim não interessa muito contar número de medalha, interessa que o esporte seja o elemento de base que esteja na educação, que faça parte do currículo da educação das escolas, das universidades, a minha maior preocupação é essa.

Eu quero cumprimentar essa Comissão pela iniciativa, quero cumprimentar os senadores que subcreveram o pedido de instauração dessa audiência, quero fazer uma menção especial a uma pessoa que ninguém falou, mas que está aqui, que é o Lula Pereira, técnico de basquete da Seleção Brasileira. Lula, a culpa da desqualificação do Brasil não é sua. É da desorganização do esporte brasileiro, o basquete brasileiro está acabado. Melhor do que ninguém você vai poder dizer isso. Eu quero cumprimentar a equipe da ESPN Brasil que venceu o prêmio EMBRATEL de jornalismo com um documentário chamado Brasil Olímpico, uma prestação de contas que desnudou a questão do esporte olímpico no Brasil, e aí nós temos o contraponto que é verdade, o que nós vimos ou o que a ESPN Brasil mostrou? O segundo vai ser melhor que o primeiro.

Eu quero cumprimentar um grande mestre do jornalismo, que está aqui recuperando-se de uma cirurgia, mas não deixou de vir. Jornalista José Cruz. Desnecessário dizer qual é a sua história, o combate pela moralidade, pela transparência no esporte. E os demais, o Senador já citou, endosso minhas palavras, é uma honra fazer parte dessa Mesa. Eu sou o único que não sou famoso aqui. Então deixa eu me apresentar um pouquinho.

Eu sou... Eu fui atleta, não cheguei a nível olímpico, e depois quando tinha ganho o campeonato brasileiro acabei parando, fui para a universidade e não era capaz de compatibilizar as duas coisas, fiz parte daquela equipe do Clube Pinheiros de atletismo liderado pelo João Carlos de Oliveira que ganhava tudo, do mirim ao adulto, e eu fazia prova de barreira. Eu sou Advogado militante, de onde tiro meu sustento, tenho um escritório de Advocacia, faço o esporte por amor, acredito ainda no ideal olímpico, tenho uma ONG que leva o nome do meu querido avô, a maior personalidade olímpica desse país de todos os tempos, ninguém vai copiar e ninguém vai esconder o nome dele, Major Silva de Magalhães Padilha, chama ONG Silva de Magalhães Padilha, que em Paraisópolis tem um trabalho com as crianças carentes, e eu posso ver pessoas que não tinham... Não freqüentavam a escola e hoje são modelos na comunidade de Paraisópolis que começaram pelo atletismo. E isso é uma coisa que muita gente tem... Muita gente faz, o Bernardinho tem um trabalho social também.

Eu sou membro da Assembléia Geral do Comitê Olímpico Brasileiro, embora não compactuando com todas as decisões que são feitas lá, sou árbitro da Corte Arbitral do Esporte e, Lausanne, na Suíça. E sou formado em estudos olímpicos pela Academia Olímpica Internacional em Atenas.

Eu quero tocar em alguns pontos que foram falados pelo Presidente Nuzman que é o seguinte. De fato o artigo 217 da Constituição diz que dá autonomia às entidades esportivas dirigentes e a sua organização e funcionamento. Só que eu tenho pareceres de administrativistas. Eu sou Advogado, mas pedi pareceres para utilizar no momento que for necessário. O COB não é mais uma entidade autônoma. Por quê? Porque vive exclusivamente do dinheiro público. Toda entidade que vive de dinheiro público tem que prestar contas. E prestar contas na maneira como requer a lei, e não da maneira como acha.

Eu li hoje, eu tenho enorme respeito pelo trabalho do jornalista Cláudio Mota. Sei que o trabalho é difícil, ainda mais nesse momento conturbado que vive o movimento olímpico, é um trabalho honesto, um trabalho correto, mas hoje na Folha eu li que o TCU aprovou as contas do pan-americano. Acho que estamos lendo o relatório errado. Porque esse relatório do TCU, assinado pelo Ministro Marcus Vilaça, disponível na internet, e se alguém quiser depois eu posso mandar cópia, detona as contas. Eu não vou me ater a ler... Tem alguns trechos aqui que são escandalosos, não sou eu que digo, é o Ministro Marcus Vilaça.

Eu mandei isso para o Ministério Público Federal. Junto com isso, cem licitações Rio 2006 dá 46 milhões

a consultores. Isso resultou, isso e uma série de coisas que tem aqui, isso resultou numa instauração de um processo investigativo do Ministério Público Federal através da portaria nº 39/08. Eu apenas mandei. E o Procurador da República, Carlos Henrique Martins Lima resolveu instaurar o inquérito.

Eu vou estar de olho. Advogados em Brasília estarão de olho. Seguirão isso. Eu acho que este Congresso Nacional atuante da maneira que está junto com o esporte deve ficar de olho nisso aqui. O relatório, não fui eu que escrevi. Foi o TCU. Então, superfaturamento de mil por cento está aqui as razões, pelo TCU. Eu não estou dizendo que houve irregularidade de minha parte. Eu quero apenas que as coisas sejam esclarecidas.

Quero também pedir aos Srs. Senadores e Deputados, que, porventura, ouvirem, que assinem a CPI do esporte. Não é uma CPI para detonar o comitê olímpico, o Ministério dos Esportes, mas, no momento em que há uma chuva de denúncias da imprensa contra o Comitê olímpico brasileiro e contra os órgãos dirigentes do esporte, elas estão todas aqui, são objetos da Procuradoria do Ministério Público. Então que se faça para esclarecer tudo isso, tomara que dessa CPI saia um resultado que diga: não há nada de errado, aí todos nós vamos aplaudir. Agora quem não deve não teme.

Então sair por aí de gabinete em gabinete pedindo pelo amor de Deus para não assinar CPI, é porque, se fosse eu, faria. Eu quero uma CPI. Eu quero uma CPI para dizer que eu não tenho nada. E não ficar sujeito a esse tipo de coisa. Eu trouxe só alguns, mas se os senhores entrarem nos sites, os senhores vão ver que há mais de 200 blogs escritos com as mesmas coisas. Então o Congresso tem que investigar. De novo, não é uma caça às bruxas não. É um pedido de esclarecimento que a sociedade faz.

Eu tenho um blog que está hospedado na ESPN Brasil. Eu recebo diariamente pedido de gente que diz para não se identificar. Atletas, hoje mesmo um veio me falar. Falou: "não fale porque nós não podemos porque sofremos retaliações". Que temor é esse? Até de confederação brasileira eu tenho e-mail, se for necessário eu mostro, é que eles pedem para não serem identificados, porque vão sofrer retaliação no repasse de verbas. Ora, que democracia é essa? Quer dizer, não pode falar, eu falo, eu não sou presidente de confederação, não vivo de dinheiro do esporte, nunca viverei de dinheiro do esporte, porque o esporte que eu aprendi foi o esporte educação. Não tenho pretensão a ser presidente de coisa nenhuma. Então eu falo as coisas como elas devem ser.

O Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro disse uma coisa correta, que o COB não forma atletas. Realmente não forma. Então eu quero saber por que mais de 50% do dinheiro arrecadado com a Lei Piva, no ano de 2007, que é pré-olímpico, mais de 50% ficou Comitê olímpico? Aí diz assim: “Não, não é como falaram, 23 milhões em despesas de manutenção. Isso inclui eventos esportivos”. Não inclui não. A menos que isso que foi retirado do site do Ministério do Esporte esteja errado. Porque aqui diz: “O total foi de mais ou menos 85 milhões. Manutenção da entidade, 23 milhões, quase. Manutenção de atletas, zero. Eventos esportivos, 14 milhões”. Então não confundam manutenção da entidade com eventos esportivos. Pelo menos pelo que o próprio Comitê Olímpico fala. Então, isso tem que ser corrigido.

Agora, o Presidente diz também que o grande avanço do Comitê Olímpico Brasileiro foi aumentar o número de funcionário, está gravado aqui. Bom, se for assim, vamos aumentar aqui manutenção da entidade para 40 milhões, contratar mais 200, e aí nós resolvemos os funcionários e nós resolvemos o problema do esporte olímpico no Brasil. Está gravado aqui que esse foi o grande avanço do esporte brasileiro. Que hoje o Comitê tem não sei quantos funcionários. Eu faria justamente o contrário. Eu enxugaria essa máquina, enxugaria essa máquina e repassaria tudo para as Confederações.

Eleições: o Presidente disse que vai responder os Srs. Senadores as questões que forem encaminhadas. Eu acho que isso está corretíssimo, mas tinha que responder as minhas também. Porque eu sou um cidadão do povo, sou membro do Comitê Olímpico, represento um segmento da sociedade e escrevi pedindo a anulação da eleição. É possível fazer isso em juízo, ainda não decidi se vou fazer. Tem muita gente que quer que faça. Agora, dizer que foi subscrito por todas as Confederações, não foi.

Eu tenho o boxe, o badminton, o futebol, tênis de Mesa, esportes com gelo, que se manifestaram por escrito e me autorizaram a falar aqui. E tenho outras Confederações que pediram pelo amor de Deus para não falar isso, porque a eleição foi feita justamente antes da determinação do repasse de verbas. E aí tinham medo de retaliação, mas se for necessário eles vêm também, pelo menos assim me disseram.

Licitações públicas: o Presidente disse que de um ano para cá foram feitas licitações públicas. Ora, a lei existe desde 2001. De um ano, eu vi três licitações publicadas agora, depois que começaram essas pressões todas da sociedade. O decreto, eu tenho ele aqui, 5.139, de 2004, que regulamentou a Lei Piva, que existe desde 2001, se eu não estou enganado, é muito

claro. Diz o que Comitê Olímpico Brasileiro e o Comitê Paraolímpico Brasileiro têm que licitar tudo, tudo, tudo. Não existe estado de emergência. Outro dia eu li no jornal que foi contratada uma consultoria com o dinheiro repassado do Ministério do Esporte; juntei isso também naquilo que encaminhei ao Ministério Público, em que a justificativa era, emergência. Ora, a lei é clara. Eu sou advogado. Quer dizer, eu conheço. O país não está em guerra, o país não vive, quer dizer, até vive problema de calamidade pública no esporte, mas não é uma questão para pedir licitação pública, dispensar licitação pública. Não há emergência. Foi contratada uma empresa chamada EKS, por milhões, eu quero saber quanto. Se houve licitação, pelo menos há quatro, cinco no mundo que podem fazer esse serviço.

Outra questão que eu queria levantar: eu tenho propostas aqui. Eu acho que se nós ficarmos debatendo, se... Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Claro. Então, não vamos nos iludir por resultados, não vamos desviar o foco. A base do esporte brasileiro hoje não existe. Se existe, é muito pouco. Só 12% das escolas públicas desse país têm quadra de esporte. Mesmo assim o que se faz é uma propaganda contra a ginástica. Por quê? Porque são espaços apertados, onde professores mal pagos e desestimulados, têm que se esforçar para ensinar para o aluno o que é esporte. Então a criança cresce pensando que o esporte é aquilo, praticado em condições precárias. E aí, quando chega na idade adulta fala: “não, não quero, porque o esporte que eu aprendi era aquilo”, e não pratica.

Agora, eu posso afiançar vocês, depois vocês podem me cobrar isso. Eu vivo o esporte desde que nasci, conheço o Comitê Olímpico Internacional muito bem, tenho amigos, estive há 10 olimpíadas, a primeira eu era garotinho. Converso. O Rio de Janeiro não tem chance nenhuma de vencer o pleito. Então, 80 milhões que foram gastos para o *lobby*, por que nós não gastamos na educação? Por que nós não gastamos isso para construir escolas públicas com praças de esporte? Quer investir no esporte? O Governo tem investido muito, sim, mas não tem investido certo em todas as áreas, não. Não vamos dar mais dinheiro. Porque sabe o que vai acontecer se ninguém fizer nada? Nós vamos chegar em outubro do ano que vem, falamos em Rio 2004 que não estão com as contas aprovadas ainda. Rio 2000, não sei o quê... Rio 2016, vamos estar falando em Rio 2020. E não é Rio não, é São Paulo, é qualquer cidade brasileira.

Antes de sermos olímpicos nós temos que ser campeões em saúde, em educação, em infra-estrut-

tura, saneamento básico, em esporte. Esporte para todos. Então vamos parar com esse negócio de megalomania, de dizer: “não porque...” não tem chance mesmo. Eu tenho contato. Os votos da América do Sul, por exemplo, não vão para o Rio de Janeiro, eu posso garantir para vocês. Não tenho liberdade para dizer, autorização para dizer isso, mas o meu avô frequentou Comitê Olímpico por mais de 40 anos, foi o primeiro vice-presidente. Eu tenho amigos de família que quando vêm ao Brasil, ainda procuram meus pais, a minha casa, que vem... Outro dia me disseram: “Eu não sei de onde o Rio vai tirar voto”. Posso garantir, e depois, se eu tiver errado, se o Rio de Janeiro ganhar, eu venho aqui e dou a mão à palmatória, mas não vai ganhar. Vamos pegar esse dinheiro, vamos parar com isso. Vamos investir na educação.

As reformas educacionais que foram feitas no país até hoje, elas não trataram o esporte como deveria ser tratado. Elas trataram o esporte como um elemento marginalizado. O currículo, a grade escolar colocava o esporte, isso acontece até hoje nas universidades, num horário extra-aula. Tem que ser matéria obrigatória. As reformas educacionais, o Ministro Fernando Haddad, meu companheiro de faculdade, de São Francisco, Largo São Francisco, está fazendo um bom trabalho no Ministério da Educação, tem essa consciência social do esporte, nós convivemos juntos na universidade. Ele sempre foi uma pessoa que teve essa visão social. Então tem que inserir o esporte como ele deve ser inserido na educação.

Eu não quero me estender muito mais, mas finalizar com algumas questões. Eu acho que essa mesma reforma educacional tem que ter uma política pública clara do esporte dando a função das escolas estatais e privadas. Para que eles saibam qual é o seu papel na formação do atleta. Eu acho que nós temos que pegar esse dinheiro de *lobby* de candidatura, e utilizar na construção de praças esportivas, em locais mais pobres. Se alguém acha que a realidade do esporte é boa, basta ver o programa Caravana do Esporte, que a Ana Moser participa. Por que não vai lá e investe aquele dinheiro lá? O Senador tocou muito bem num ponto que eu ia abordar aqui sobre a formação dos nossos atletas. Não é plausível que, num país de dimensões continentais, nós tiremos os nossos, formações olímpicas de três ou quatro Estados no máximo. São Paulo, Rio de Janeiro, Minas, com reflexos em alguns Estados do Sul. Não existe o esporte de base no Nordeste. Não existe. No Norte também não existe.

Então, eu acho que as verbas que se têm devem ser votadas para lá. Nós só vamos fazer uma olimpíada no Brasil, isso não é palavra minha, isso é palavra de membro do Comitê Olímpico Internacional, quando

nós tivermos uma mentalidade olímpica. O Brasil não tem uma mentalidade olímpica ainda.

Eu não quero um país contador de medalhas. “Ah, ganhei dez medalhas” então, está tudo bem. Sabe como é que nós ganhamos medalha até hoje? Pelo esforço individual de pessoas que estão aqui. Eu vi o Djan ganhar medalha em 1980. Eu era garoto, eu era garoto, me emocionei. Essas pessoas são heróis olímpicos, mas são produtos olímpicos, mas são de produtos e valores individuais. O Brasil nunca, na história, nunca ganhou medalha como um produto de trabalho de base, de longo prazo, dizer: “olha, isso aqui veio debaixo, veio da educação, veio de um programa de longo prazo”. Nunca. Não há isso na história do Brasil, e hoje o esporte continua como elemento de conveniência momentâneo. Nós temos que acabar com isso.

Eu acho que tem que exigir, sim, do Comitê Olímpico Brasileiro uma prestação absoluta rigorosa das contas, e fazer de modo público. E mais, eu acho que o Comitê Olímpico Brasileiro tem que assinar todos os seus contratos, mesmo os privados, que são poucos, como fazia o Dr. Giullite Coutinho quando Presidente da CBF, numa sala como essa, aberta, e distribuir cópia para todo mundo.

O senhor mencionou a Globo, Deputado. Eu quero ver esse contrato. Todo mundo quer ver. Tem alguma coisa para esconder? Eu quero ver esses contratos, todo mundo quer. A imprensa tem pedido. Por que sonegar esse tipo de informação? Se tem algo errado, eu acho que não tem nada errado, mas por que não podemos ter cópia? Não deve ter nada errado, mas então, vamos acabar com esse negócio, porque senão vão acabar dando pau, dando pau, dando pau aqui e no exterior.

Isso aqui eu já falei, eu queria falar outra coisa, a destinação também do repasse do Comitê Olímpico Brasileiro às Confederações, agora inventaram a meritocracia. Parece que eu tenho bola de cristal, eu previ antes. A meritocracia nada mais é do que manter o que tem hoje. Então os esportes mais ricos, que têm as suas, os seus patrocínios, óbvio que são os esportes que vão ter melhor rendimento. Agora, essas Confederações que me escreveram aqui, que são dos esportes pequeninhos, não vão ter nunca a chance de chegar lá. Então, no momento que eu digo assim: “não eu vou dar para o mais rico porque ele é melhor olímpicamente”. Eu devia dar para o mais pobre, para ele conseguir chegar no nível do mais rico. Se o voleibol que é hoje um exemplo, realmente, e que eu estou sentado aqui do lado do maior técnico de voleibol do mundo, isso, dito por onde eu frequento, eu frequento ambiente esportivo internacional e todo mundo me diz que queria ter um Bernardinho no time de voleibol.

O voleibol tem um patrocínio fantástico do Banco do Brasil. Por que precisa vir em primeiro lugar no repasse das verbas do Comitê Olímpico Brasileiro? Levantamento de peso? E a esgrima? E o remo? E a canoagem? E os esportes do gelo? E o boxe que vive numa miséria? E outra coisa [soa a campainha] a gente precisa ter certeza, já vou concluir, que esse dinheiro chega na mão dos atletas. Eu tenho recebido muito e-mail de atleta com medo. Mas teve uma atleta, medalhista olímpica que deu uma entrevista ontem no jornal, saiu publicada ontem, anteontem, que a nossa garota do judô ela vive com 1.200 reais por mês. Que espécie de esporte olímpico é esse? O que é isso? Nós estamos falando de cifras milionárias, milhões e milhões e a menina que ganhou a primeira medalha de ouro, olímpica, brasileira no judô, vem reclamar que tem isso. Eu tenho uma série de outros atletas que estão me mandando e-mails para o meu blog.

Eu quero concluir o seguinte: diz que o que entrou esporte não foi 1 bilhão e 200 milhões de reais. Então, eu acho que teria que corrigir; foi isso sim, o site contas abertas mostra se você considerar tudo, não vamos mascarar números aqui. O site contas abertas mostra que foi realmente isso. É esse número que consta na justificativa de convocação dessa sessão pelos Senadores que a subscreveram, então é preciso avisar os Senadores que a justificativa está errada. Não está errada, está certa. O valor é esse mesmo.

Eu queria concluir mais uma vez pedindo. Vamos fazer a CPI do esporte. Não para caçar bruxas, punir, para entrar com processos, mas para que todas essas dúvidas que hoje existem, que elas sejam dizimadas. E vamos investir no esporte escolar. Vamos investir na educação, na criança, porque daqui a 20; 30 anos, talvez, não sei se nós estaremos aqui para contar essas medalhas, mas as gerações futuras vão lograr esse êxito. E aí nós vamos ter um país de esportistas, e não de medalhistas olímpicos. É isso que eu queria falar. Muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a fala enfática. Eu tenho algumas perguntas, mas deixarei para fazer no momento oportuno. Quero passar a palavra agora.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Ex^a me inscreveu para depois?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está inscrito, sim. Passo a palavra ao nosso grande herói Bernardinho.

SR. BERNARDO ROCHA DE REZENDE (BERNARDINHO): Boa tarde a todos. Eu gostaria primeiro agradecer ao convite de estar aqui, e é tão importante, que eu deixei de dar treino, que para mim seria a atividade mais importante. E assim, foram ditas tan-

tas coisas e eu sinceramente, enfim, essas questões agora, eu não vou entrar nessa questão, porque eu sou treinador de um esporte. E eu acho que também foram colocadas coisas um pouco também de uma forma bastante contraditória, porque, enfim, falou-se de coisas de repasse de verba para Confederações, mas falou-se de desorganização de Confederações, então vai repassar para quem é desorganizado, para quem demonstra, pelo que foi dito aqui, ineficiência para fazer, mas ao mesmo tempo quer que se repasse.

Então, é uma série de questões que eu acho que tem que ser, nem que se convocar, isso e aquilo, debates como esse, eu acredito e tenho dito ao longo das minhas viagens por aí, que a grande fonte do conhecimento é o questionamento. E aqui é um fórum de questionamento. Vamos questionar, buscar informações, realmente enriquecer esse o nosso conhecimento a respeito disso, falou-se aqui muito, o requerimento ele vem em função dos resultados de Pequim, então deveria começar me desculpando. Afinal de contas, havia a expectativa do ouro, ganhamos a prata, deveria: "Olha, eu tenho uma parcela grande num resultado que não foi aquele que nós desejávamos", deveria começar com essa justificativa e tem uma série de justificativas técnicas, inclusive das [ininteligível] momentâneas dos Estados Unidos, assim como há outras questões técnicas que têm que ser avaliadas. Porque olimpíada por mais que seja o momento mais importante, justamente, representa uma nação, mas é um momento. Você não pode fotografar apenas um momento em detrimento de uma trajetória. Não digo no caso do voleibol, mas quero citar o caso do Maílson e de tantos outros, então, há uma série de questões.

E como em todos os processos, projetos, deve haver critérios de avaliação. Então, não adianta, citando essa cifra que foi dita, eu realmente desconheço, não é a minha função eu realmente não tenho conhecimento sobre isso, mas eu tenho uma forma de apresentar aqui uma proposta, indigna, no sentido de que não transforma o Brasil e não apresenta nenhum tipo de novidade no que diz respeito ao enriquecimento do nosso país, do ponto de vista de educação, de esporte, tudo isso, que seria pegar 1 bilhão, se essa é uma cifra, e contratar 50 estrangeiros, vamos aí fora garimpar, lutadores cubanos, corredores etíopes, etc e tal, eu ofereço 20 milhões de reais a cada um deles, ou de dólares, não sei que cifra que é, e aí nós teremos em 2012, talvez, nesses 50 atletas de altíssimo nível, 15 medalhas de ouro, outras 15 de prata, ou 10, e alguns vão se contundir, vão cair etc e tal, e nós vamos ter certamente, estaremos no *top ten*, mas de que serviu esse investimento de transformação do nosso país? É claro que quando se fala em transformação,

não podemos falar apenas da ponta do iceberg, que serve como motivação, como espelho de tantos jovens que querem ingressar. Nós temos que passar... E esse certamente é o ponto de encontro onde certamente convergem todas as idéias que é a prática do esporte no habitat natural da criança que é a escola, obviamente. Mas não se tocou num ponto que é essencial. Falou-se aqui sobre elementos da prática esportiva, que foi reforçado, agora, anteriormente, sobre a questão de nós termos ambientes para a prática de esporte, um. A obrigatoriedade da educação física, portanto, da iniciação esportiva, etc e tal, tudo isso diz respeito à educação da criança, educação esportiva é um elemento fundamental na educação e é um elemento fundamental que não foi tocado, que é exatamente a capacitação do profissional da área.

E aí, na minha opinião, é onde vive o maior gargalo dessa história. Isso eu sempre vou seguir de exemplo. Tenho uma filha de seis anos que vai, em algum momento, já pratica alguma coisa de esporte, talvez ela ingresse no esporte. Temos uma quadra descoberta ali fora, com uma rede furada, falando do voleibol, porque é onde eu conheço um pouco mais, uma bola velha, etc e tal. Ali temos um ginásio maravilhoso para 10 mil pessoas que é utilizado eventualmente para eventos esportivos, de um modo geral são outros tipos de atividades que utilizam aquela construção esportiva, onde tem bolas novas, um piso maravilhoso, redes novas, etc, etc, etc, todas as condições para a prática do esporte. Temos um professor despreparado, descompromissado com aqueles que são os objetivos maiores desse processo, desmotivado, que sai para fumar lá fora, vai falar ao telefone celular. Nós vamos botar os nossos filhos para trabalhar a iniciação esportiva dele naquela quadra com aquele professor preparado, motivado, numa quadra ruim, ou vamos colocar no ginásio com esse treinador que não tem nenhum compromisso e que não é um professor, treinador, não é um *coach*, que orienta, que mostra o caminho, é simplesmente um treinador, enfim, que está ali cumprindo uma função que ele atribui que seja aquela ali, de dar uma bola e vamos seguir o esporte.

Portanto, é óbvio que isso passa pela questão do aprimoramento daquele que na minha opinião é o maior gargalo, não apenas do esporte, vamos olhar como um todo, talvez, da economia nacional, que é a capacitação de pessoas, entendeu? “É por que não tem emprego, tal e coisa...”, não, tem pessoas capacitadas para certos cargos, elas não estão cumprindo... Nada de... E falamos em gestão, também, quando se fala no esporte, não é apenas o professor, mas também gestores. Temos uma carência enorme no que diz respeito à capacitação nessa área de gestão. E é uma

frase, eu quero me ater um pouco na minha atividade, o que eu faço, montar equipes. Eu não vendo produto, eu não presto serviço, o que eu faço é tentar extrair performance de gente. O diferencial, nós temos que ver como formação de pessoas. Esse é o diferencial.

Diferencial não é apenas o capital investido, mas onde ele será investido e o diferencial está em pessoas. Comprometidas, treinadas, não há atalhos para isso. Nós viemos de uma monocultura do futebol. Há algumas décadas era uma monocultura, já se tornou uma policultura, mas ainda daquilo que nós desejamos. E que bom, porque esse aqui é o ambiente também de um elemento que eu acho que é fundamental. Aqui instala o censo do inconformismo. Eu acho que está bom, mas tem que ser muito melhor. Talvez não esteja tão bom, mas seria um inconformismo que nos leva a buscar marcas melhores. Voltamos ao esporte. O esporte é o ambiente, é a melhor ilustração do inconformismo. Pessoas que não se conformam com marcas pré-estabelecidas e querem ir um pouco mais, querem ir além. Temos aqui vários exemplos disso, pessoas superam a dor, superam a adversidade, as limitações e se superam permanentemente. Quando acham que não é possível correr abaixo dos 9 ponto tanto, vem o jamaicano e mostra que é possível isso através desse seu censo permanente de inconformismo.

Então nós estamos falando aqui de questionamento, de inconformismo e de uma coisa que eu acho que é fundamental, que eu volto àquilo que eu... Se eu tiver que rotular um pouco aquilo que eu acredito ser a nossa filosofia de trabalho, de tantos nós, Lula certamente é um companheiro de batalha nesse aspecto, é que há uma frase de um treinador americano que diz o seguinte: “A vontade de se preparar, tem que ser maior do que a vontade de vencer”. Todos nós queremos vencer, mas ninguém quer se preparar para isso, mas todos querem vencer, nós e os nossos concorrentes, não é verdade? Nós e, enfim, quem quer que seja, mas nós não nos preparamos devidamente para essa vitória. Portanto, o diferencial está no processo de preparação, e esse processo passa certamente pela capacitação de pessoas.

E é esse realmente o ponto que eu acho que é óbvio que temos que colocar sim, estabelecer metas para que... Nós não temos escolas prontas, hoje, aptas, a receber digamos, uma sanção de uma lei que obrigue a prática de educação física na escola. Eles não estão aparelhados para isso. Nós colocaremos metas de curto prazo; médio prazo, para que elas possam ao longo do tempo estar se preparando. Mas não quer dizer apenas que numa quadra pequena, apertada e tal, que isso não propicia a prática. Não é o ideal, eu concordo. Nós não queremos também nos conformar

com isso que não é o ideal, queremos ir além, mas certamente já é um início, e todos nós, em algum momento, praticamos, em quadra de cimento, pé descalço, etc... Precisamos também nos lembrar da nossa essência. Há limitações no orçamento. Nós temos que entender que isso é natural, que não temos recursos, mas vamos fazer, mas vamos fazer aquilo que é possível ser feito. Temos que lutar por isso.

Então, eu volto a essas questões, eu não quero aqui entrar no que eu realmente não conheço, da importância da capacitação das pessoas, essa transformação passará por aí. Estabelecemos critérios. Eu digo que é sempre um elemento, às vezes potencializado pela mídia aqui no esporte, como nos ambientes de grande visibilidade, e às vezes, me desculpem, as CPIs às vezes se tornam ambiente de grande visibilidade. E no mercado do esporte isso é muito comum. Muitas vezes egos de vaidade fogem do controle e você com isso não consegue formar o verdadeiro time. Voltamos a um valor muito importante do esporte, que é o trabalho em equipe. Se não trabalharmos como time cobrando, vocês já perceberam que ambientes harmônicos demais não são, digamos assim, o meu ambiente favorito, porque eu acredito que ambientes harmônicos demais, eventualmente, escondem a falta de confiança. Ou seja, quando há uma interpelação, uma interpelação correta e tal, todos nós, se há confiança, há o espaço para a cobrança, portanto é fundamental que exista a cobrança, que exista essa interpelação para que a gente possa correr e seguir. Eu costumo dizer que a única diferença o que eu faço e o que vocês fazem, é nível de visibilidade, quando eu brigo com o meu filho, vocês vêem, quando vocês brigam com o de vocês, eu não vejo. O meu se torna até caso de Jornal Nacional, né, o que se tornou, meio público em questão...

Mas a questão é a cobrança, e ali eu estava querendo testar o comprometimento de um time com uma causa. Porque muitas vezes é o que eu digo, muitas vezes a mídia tem como função, ela, não a função, mas ela acaba exacerbando egos e vaidades, e com isso que está na essência das relações, egos e vaidades, e dos problemas das relações, são egos e vaidades fora de controle que atrapalham a formação de um verdadeiro time, e nós precisamos ser um time para que a gente possa vencer certas barreiras.

O que acontece hoje, como se falou no caso do basquete; eu não sou um conhecedor, mas o que é que não há? Porque, dizem que o basquetebol brasileiro está acabado, eu vou discordar do ponto de vista técnico. O que há de jogadores brasileiros na NBA, que é a grande referência do mundo, olha, há um potencial fantástico, o que precisa, eventualmente, é de

uma série de outras questões, ponto de vista técnico, de organização, gestão... Que aí não cabe a mim, até por que seria antiético entrar num mérito que eu não conheço tanto.

Mais uma coisa que eu acho que é importante, quando eu digo de vir aqui para me justificar a respeito da questão de... Se há também, porque foi questão do requerimento, uma questão do resultado, eu tenho uma influência sobre o resultado, negativa, porque o critério são só medalhas de ouro. O critério que coloca ali, mas será que isso é realmente o que nós queremos? Aí há egos e vaidades colocados nisso. Será que nós vamos, também, colocar importância em outras qualificações? Sejam segundo, terceiro e outras que são apenas a classificação olímpica para esportes menores que pela primeira vez participam, porque se classificaram do ponto de vista técnico? Isso tem que ser visto. Isso tem que ser avaliado, quer dizer, considerado. E é um elemento que eu acho que é fundamental, é essa questão que eu estava colocando em relação a essa, do esporte, dessa, de você poder avaliar e criar critérios, criar critérios claros de avaliação. O que nós queremos ser. Nós queremos realmente ter o esporte, ser um país de atletas e com isso, com esse alargamento da base, estarmos pensando os talentos que poderão transformar o Brasil na potência que nós queremos que seja?

Mas já houve, certamente, uma curva aí, um crescimento. Precisamos fazer muito ainda. Que bom que a gente tem o que fazer, que se cobre, que se faça, que seja transparente, que se busque, mas eu volto a dizer, o que eu acho um grande gargalo que nós temos realmente focar a nossa atenção é na capacitação de pessoas, pessoas que serão os elementos transformadores e os multiplicadores, de um país com dimensões continentais. Quando falamos das questões das diferenças regionais, não é apenas no esporte, mas em todas as áreas. O esporte é apenas um apêndice. É apenas um elemento de todo esse sistema. E surge, e a única coisa que eu acredito piamente quando se fala; eu tenho um instituto, eu tenho uma... Que trabalha na questão, precisamos compartilhar, que é compartilhar um pouco daquilo que o esporte me deu que é muito mais do que aquilo que eu imaginei um dia receber como, digamos, enfim, não digo ouros, nada disso, mas do ponto de vista de que eu recebi uma das minhas melhores amizades, construí minha família ali dentro, tive também obviamente um reconhecimento financeiro, mas o esporte sempre proporcionou e é importante que nós entendamos os nossos privilégios como responsabilidade.

Portanto, realmente, na verdade a gente deve compartilhar isso com pessoas que não tem essa

oportunidade. Mas uma coisa eu creio piamente, que realmente é o esporte, assim como as artes, são elementos muito claros de transformação, de inclusão, transformação, porque eles são apaixonantes, uma forma de você combater a evasão escolar. Porque muitas vezes você vem ao jovem e diz a ele: “olha, vamos estudar, daqui a 10 anos você será um profissional capaz em determinada área e tal”, é um processo longo, duro e muitas vezes pouco motivante ao jovem, mas diga a ele: “você terá uma bola”, uma bola, como, apenas, um símbolo universal do esporte, pode ser a piscina, o kimono, o que quer que seja. O garoto irá; e com isso você também ajudará a combater a evasão escolar que é um dos nossos problemas. Quer dizer, a manutenção da criança naquilo que é o seu habitat natural.

Agora tem que medir de quem é essa atribuição também. Não adianta ficarmos aqui atirando; temos que todos... É de todos nós. É de todos nós. Em algum momento temos que assumir as nossas responsabilidades. Então, obviamente há uma política que será, ainda é... Eu sou apenas um técnico, que se for chamado a atuar, chamado a pensar um pouco do legado e eu quero... Também ficar só atacando e fazendo, eu não sei se ali o legado em relação seja a candidatura, seja a eventual vitória na candidatura em 2016, há de se cobrar o legado. Esse investimento, o que nós vamos deixar depois disso? Nós temos que deixar professores, treinadores, quer dizer, se sentindo parte de um processo maior. Que eles possam usar isso como fonte de motivação para estar estimulando os jovens à prática esportiva, e a prática esportiva ser vista como elemento fundamental na educação dos jovens, através dos valores que ele traz.

Qual o principal valor? Eu diria disciplina. E as pessoas falam muito: “Olha, o Bernardinho disciplinador, põe regras e tal...”, mas não vejam disciplina com essa coisa dessa rigidez excessiva, que não existe isso. Isso é um processo de convencimento. Qual é a nossa idéia, nós como pais, professores, treinadores? Temos que convencer aqueles que estão a nossa volta a fazer algo que muitas vezes eles não querem fazer eu é treinar mais, estudar mais, se dedicar mais para conquistar algo que eles sempre querem conquistar: passar no vestibular, conseguir um bônus na empresa, ganhar medalha olímpica... Então é um processo de convencimento. E nós não podemos permitir que os fins justifiquem os meios. Eu tive que tomar uma atitude no ano passado, que certamente muitos me criticaram porque eu tive que afastar momentaneamente, depois se tornou uma coisa meio eu permanente, um grande jogador, mas os fins não podem justificar os meios. Se há alguma coisa que fere os nossos princípios, os líderes são guardiões de valores e princípios. Se a

casa ela tem valores e princípios, cabe aos líderes da casa ser os guardiões desses princípios, porque se corroermos a essência das instituições, nós vamos certamente deflagrar num processo de queda, enfim, dessas instituições. Seja ela qual for, uma seleção de vôlei, um caso parlamentar, enfim, um projeto esportivo, o que quer que seja.

E eu volto à disciplina trazendo também uma definição do esporte sobre disciplina que para mim é essencial. Disciplina é uma ponte que liga os nossos sonhos às nossas realizações. Todos nós temos sonhos, objetivos, queremos realizar. Sem disciplina não vamos conquistar isso, não vamos conquistar os nossos objetivos. Planejamento e disciplina, disciplina é a construção dessa ponte. O planejamento é o projeto da ponte, mas disciplina é a construção, é o dia-a-dia, treino após treino, livro após livro, enfim, nós vamos construindo essa ponte.

Eu digo isso não com a rigidez... Eu digo porque é a consciência da importância da preparação, e mais uma vez o esporte ele ilustra muito bem essa situação. Por quê? No esporte o jovem verá que sem a repetição e a disciplina do treinamento da prática ele não vai conseguir realizar algum fundamento, ele não vai conseguir encostar a bola se ele não repetir aquela técnica centenas e milhares de vezes, se ele não tiver um *coach* a orientá-lo. Não vai conseguir fazer um saque, o que quer que seja. Portanto o esporte é apenas, ele reafirma esse princípio tão importante, esse valor tão importante que é da disciplina. Do trabalho em equipe, de tudo isso.

Portanto, eu, essas são as minhas crenças, eu tenho me colocado à disposição, tenho um instituto que trabalha na questão, e tenho, eu vejo muito essa, tenho essa consciência da importância do esporte, a sua função social, mas não sou um *expert* no assunto. Eu, hoje, pela minha função, e ela é passageira, momentânea, como todas, né, no esporte, eu faço momento de grandes projetos, o que eu tento é fomentar através de busca de recursos, através da minha presença em algumas questões, como farei hoje à tarde, uma palestra para angariar recursos, para contribuir com projeto que é desenvolvido por uma ex-atleta minha, Ricardo e Leila, aqui na periferia, nas cidades-satélites de Brasília, então essa é a minha função hoje. É poder emprestar aquilo que é um privilégio que me foi dado. Eu tenho que entender esse privilégio como uma responsabilidade e de alguma forma tentar retribuir isso.

Então, isso é o que eu queria dizer, estou à disposição para aquilo que for possível, e eu digo em relação ao resultado, foi tudo avaliado, mas eu acho muito importante que a gente crie os nossos critérios de avaliação. Até que ponto realmente aquilo significa

uma mudança na prática do esporte, na abrangência da prática do esporte no país. Serão apenas os ouros? Vamos nos tornar uma monocultura de fábricas de ouros? Não é por aí que queremos fazer. Queremos ampliar, fazer, criar questões de cunho nacional, então, acho que esses, realmente... O fórum para um debate ele foi criado. É importante que o debate seja feito, que equipes sejam formadas, que a gente possa convergir em relação a tudo aquilo que eu acho que é um ponto em comum. O esporte é um elemento de transformação e tem que ser usado no processo mais importante que é o processo de educação dos nossos jovens. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou com vontade de quebrar o protocolo e bater palmas, viu?

[palmas].

Obrigado. Não feri o regimento, não é, Senadora Marisa? Feito da outra vez?

[risos]

Eu quero dizer, Bernardinho, que não é hora de fazer comentário, mas tem uma coisa que eu não quero deixar. Eu creio que ouvindo você me deu a sensação de saber porque o Brasil não dá certo como a gente quer. O Brasil não é um time. A gente não conseguiu fazer do Brasil um time de 200 milhões de pessoas com posições diferentes, com interesses diferentes; claro, com lutas internas, mas com objetivo comum. Ganhar algumas copas.

Eu passo a palavra ao Claury Santos Alves da Silva, que é Secretário de esporte e lazer e turismo de São Paulo.

SR. CLAURY SANTOS ALVES DA SILVA: Boa-tarde a todos, boa-tarde, Senador Cristovam Buarque, Senadora, Senadores, componentes da Mesa, falar um pouco depois do Bernardinho não é fácil. Eu vou procurar cumprir o tempo e agradecer o convite que nos foi formulado e basicamente nós vamos tratar de assuntos relacionados a políticas públicas esportivas, do que a gente vem fazendo em São Paulo, que nós pretendemos fazer e falta muito ainda, logicamente, o que fazer, por favor. Pode passar?

Esse é um quadro que para nós representa um orgulho para São Paulo, mas representa uma responsabilidade e um indicativo importante que nós vamos falar mais na frente. É a quantidade de medalhas por local de nascimento em São Paulo. 21% dos medalhistas de Pequim nasceram em São Paulo. Dos que treinam em São Paulo, são 42%, aliás, são 26% aqui, e os que estão fora de São Paulo, são 42%. Então, e dos que estão treinando em São Paulo, 44, 2% dos atletas que treinam no Brasil estão em São Paulo como eu já disse.

Essas são as modalidades em que receberam medalhas, que, portanto, são aqueles que nós já falamos que são atletas que treinam em São Paulo; aqui 100%, atletismo, 100% judô, 100%, no vôlei nós temos aí 9%. Os demais são em outros Estados, e aí sucessivamente.

E aí nós passamos então a algumas, às ações. São sete ações e o apoio, essa tríade do esporte, o que nós atuamos é justamente nessa questão. A pedagogia do esporte, a infra-estrutura física, e os materiais e equipamentos esportivos. Então, nesse ponto é fundamental como aqui o Bernardinho disse, é fundamental que se tenha pedagogia, o fundamento do esporte, a questão da disciplina, da ética, das regras do esporte, mas é preciso que se tenha infra-estrutura também. Não tem como treinar o basquete se aquela quadra está totalmente depredada, não tem o aro, não tem um piso adequado, ou mesmo não tenha uma bola adequada, não se pode uma criança numa idade que está se identificando com alguma modalidade esportiva, pelas práticas, ou pelas oportunidades que tem, quer seja na rua, quer em atividades em núcleos, em clubes, mas se a criança não teve um acesso a um material, e não precisa ser de muita qualidade, mas precisa ser adequado. Uma criança de quatro, cinco anos, começar a aprender futebol jogando uma bola de basquete, ou tentar jogar basquete com uma bola de voleibol. Quer dizer, esse é o grande desafio que a gente entende de Poder Público dê todas as entidades e a sociedade para que a gente possa estar presente nesse momento certo.

Nesse ponto, a gente entende também, é importante a lei de incentivo foi um grande avanço, que sem dúvida vai representar ainda mais, e também a bolsa atleta. São Paulo, o Governador Serra já autorizou, e já está no orçamento do ano que vem, São Paulo também vai participar e vai investir na bolsa atleta. É uma bolsa atleta estadual, e nós estamos procurando integrar a bolsa atleta estadual de forma que ela não seja um benefício competitivo; concorrente com o Governo Federal.

Então, nesse sentido nós estamos apresentando a proposta que vai funcionar a partir do ano que vem, de uma bolsa atleta que atenda os atletas que estão nas, no calendário esportivo estadual, que, portanto, nós vamos buscar mais o atleta que está já sobressaindo naquelas modalidades. E também na Lei Paulista vai prever que não vai poder unir os benefícios, quer dizer, o atleta que estiver na bolsa atleta federal não vai poder estar na bolsa atleta estadual.

Na questão do desporto escolar, existe a Escola da Família. Nós estamos fazendo um trabalho, fizemos esse ano e o ano passado com handebol e basquete

onde nós treinamos os bolsistas da Escola da Família. Para quem talvez não tenha uma familiaridade com o assunto, a Escola da Família são escolas que estão abertas nos finais de semana, as escolas, essas escolas que ficam abertas os finais de semana são muito procuradas, justamente pela sua infra-estrutura esportiva e nós então estamos, nós fizemos a qualificação desse pessoal, que são os bolsistas que atuam no sábado e domingo, a Escola da Família envolve os pais também, que freqüentam bastante, e nós fizemos a capacitação desse pessoal, dos bolsistas, com handebol e basquetebol, e a partir do ano que vem, nós vamos ampliar para outras modalidades de quadra e estamos identificando as escolas que têm uma certa vocação para outras modalidades esportivas também, como karatê, ou os esportes de tatame que nós também pretendemos atender. E na Escola da Família nós oferecemos o esporte esportivo e a capacitação e também quando existe a necessidade, a premiação.

Esse Move Escola(F) é um projeto que está em andamento, é uma parceria da Secretaria de esporte com a Secretaria da Educação. A secretária já está, já determinou a aquisição de material esportivo, serão kits esportivos que serão distribuídos em boa quantidade para 6. 500 unidades escolares do Estado, e é nessa parceria, é um envolvimento que nós vamos fazer com 16 atletas, ídolo, atletas medalhistas que estarão interagindo com esse projeto durante todo o ano, e estaremos utilizando todo o sistema de teleconferência, com 91 pontos espalhados pelo Estado de São Paulo e com a capacitação de professores, são 12.800 professores de educação física, o nosso alvo são 6 milhões de crianças da rede pública, com material esportivo para as escolas, e o Governador também já determinou através de decreto que até 2010 todas as escolas do Estado, essas 6. 500 unidades tenham suas quadras cobertas. Hoje 90% das escolas têm suas quadras, e desses 90%, tem quase 500 escolas que não têm ainda a cobertura de quadra e, portanto, até 2010, final de 2010, todas deverão ter essas condições de atendimento de esporte na escola.

Então, nessa parceria, envolvem os atletas, que estarão interagindo com escolas do interior, com escolas da capital, com escolas da periferia, e estamos dando prioridade para quatro modalidades, que são as modalidades de quadra, e mais quatro modalidades, que serão identificadas nas escolas, como o judô, como o karatê, como capoeira, e tudo o mais, sem considerar que esse projeto, considerando que esse projeto não tem nada a ver com a Escola da Família que funciona nos finais de semana e, portanto são mais liberais na sua aplicação.

Esse, o Bola da Vez é o projeto que também visa essa qualificação dos professores dentro da escola, também com o fornecimento de material esportivo. Também no desporto escolar são os jogos escolares que são realizados, que atende os jogos escolares e olimpíada colegial atende a 140 mil colegiais no Estado de São Paulo, e os campeonatos dente de leite, dentinho e dentão que nesse caso é o futebol.

No alto rendimento são os jogos abertos, esse ano os jogos abertos foram realizados em Piracicaba, com a participação de 17.500 atletas e dirigentes, foi um número recorde que os jogos abertos e os jogos regionais que ocorrem em oito regiões do Estado de São Paulo, divididas as regiões esportivas, e esse ano nós implantamos a segunda divisão. Não é por que o Secretário é corintiano que se implantou a segunda divisão, mas é que nós achamos interessante que com a implantação da segunda divisão nós criamos a possibilidade da participação maior de delegações menores. Nós víamos que municípios menores que tinham uma delegação, portanto delegações menores, se sentiam retraídos de participar de jogos regionais ou mesmo jogos abertos, porque iriam enfrentar equipes grandes, como de Santos, São Caetano, Piracicaba, e tudo mais.

Então, com a implantação da segunda divisão com o acesso e descenso, nós estamos criando uma competição também grande de, com bons resultados. Esse ano, portanto, nós tivemos um número bem maior de participantes, tanto nas fases regionais quanto nos jogos abertos que hoje é o maior evento esportivo da América Latina. Os jogos da juventude que têm também esse foco para os jovens e as copas e os campeonatos por modalidades. Então são várias as modalidades que são realizadas, eu tenho aqui uma relação, são muitos eventos que ocorrem, porque dentro dessa linha que precisa ter a competição para haver a revelação de atletas e a possibilidade dessa participação e da aplicabilidade dos conceitos de esporte, que é a questão da convivência, do sentido de equipe, da ética, e tudo o mais, então é preciso que exista uma quantidade grande de eventos esportivos.

Na questão da iniciação para o esporte, são projetos como o esporte social, que basicamente é o esporte, é o programa que o Ministério do Esporte tem, que é o segundo tempo, é o esporte social, nós temos procurado junto com o Ministério do Esporte fazer com que não se duplique o atendimento no mesmo núcleo, ou faça esporte na PM, nós envolvemos a Polícia Militar através do Corpo de Bombeiros e também os batalhões da Polícia Militar que têm equipamentos esportivos de boa qualidade, e também tem o pessoal voltado à educação física, e que é importante eles estarem interagindo

do com as comunidades dos bairros, então nós abrimos junto com a PM o chamado esporte na PM. Então são, é a comunidade e aquele batalhão ou aquela unidade do Corpo de Bombeiros acaba se interagindo de uma boa forma com essas crianças que muitas vezes têm um outro referencial de ídolos, e os soldados, e todo o corpo da PM tem uma atividade muito forte nisso, e é um projeto que está indo muito bem.

O Navega São Paulo foi implantado pelo ex-Secretário Lars Graef, que tem sido muito produtivo também, o Governo Federal tem um projeto também que chama Navega, o Navega São Paulo tem também dado bons resultados e interessante que os jovens que participam desse projeto passam a ser multiplicadores da consciência de preservação ambiental nas escolas. Então nós estamos procurando através agora de uma proposta, um trabalho, de um projeto que nós deveremos implantar em seguida, é trabalhar nas escolas onde existe a influência do projeto navega, de forma com que a educação possa acolher esses atletas do Navega São Paulo dentro da escola, como monitores de preservação ambiental. Até porque o Projeto Navega tem tudo a ver com água limpa, com preservação dos recursos hídricos e, portanto, a SABESP já se prontificou de ser parceira nossa nesse projeto junto com a Secretaria da Educação também.

E o Pintando a Liberdade que é um projeto da, do Ministério do Esporte, que nós temos uma parceria, hoje nós estamos com três unidades prisionais produzindo material esportivo, principalmente bolas, e que tem servido como importante apoio para material de treinamento. Sem considerar o material que é comprado através de pregões públicos para atender os eventos.

Em termos de eventos, existem os eventos voltados para a prática de atividades físicas e esportivas, e aí existem os eventos de iniciação, eventos de aperfeiçoamento, visa o treinamento, o convívio social, lazer, então, e agora, uma novidade é a virada esportiva, que não só na capital, que tem sido um bom, um grande sucesso, mas também em 20 cidades do interior e vamos terminar o ano já com 13 cidades que nós realizamos. Geralmente são cidades maiores que têm maior estrutura, e o objetivo da virada esportiva é um festival. É o envolvimento do esporte com dança, com a melhor idade, com lazer, é um chamativo para que as pessoas se interessem em participar de alguma atividade esportiva. É o pai que leva o filho num clube para participar de um evento e sucessivamente.

A inserção em competições de alto rendimento são os jogos abertos e os regionais, com... Esse é no caso dos portadores de necessidades especiais. Então existem eventos que são apoiados com a APAE, que

isso também faz parte da nossa proposta. E também a terceira idade, ou a melhor idade, que nós fazemos visando a qualidade de vida, são os jogos regionais do idoso, são os jogos estaduais do idoso, esse ano participaram mais de 20 mil atletas nos eventos dos jogos regionais e jogos estaduais, atletas com mais de 60 anos. São 13 modalidades, e tem aumentado bastante.

Bom, na questão ao apoio ao desenvolvimento esportivo, a Secretaria tem uma estrutura física que são 14 delegacias de esporte, 52 inspetorias de esporte, cinco grandes complexos esportivos, que é a Vila Olímpica Mário Covas, Parque Da Juventude, Cerecamp, em Campinas, Ibirapuera e Baby Barioni. O Ibirapuera é o complexo desportivo de Constâncio Vaz Guimarães. Já foi aprovado, está no orçamento da Secretaria, será totalmente reformado, serão investidos 32 milhões de reais mesmo no complexo Constâncio Vaz Guimarães. Já autorizado pelo Governador Serra e já está em fase já de preparativos da licitação. E no Baby Barioni nós vamos transformar o Baby Barioni num centro treinamento paraolímpico, uma parceria da Secretaria De Esporte com a recém criada Secretaria Dos Direitos Dos Portadores de Deficiência. Então é uma inclusão social e nós vamos investir 7 milhões de reais em toda adaptação e acessibilidade do antigo DEF que hoje se chama Baby Barioni que nós vamos fazer, então, como um centro de treinamento paraolímpico.

São quatro... Bom, aí comentando a primeira tela que nós apresentamos, uma das coisas que nos orientou nesse trabalho dos rumos a serem seguidos pela Secretaria foi justamente aquela questão dos atletas que treinam em São Paulo, que são de São Paulo, foi justamente descentralizarmos o Centro de Excelência que hoje funciona no complexo do Ibirapuera. Onde lá se revelaram vários atletas que é um grande orgulho para nós, a Maurren, o Jardel, o Thiago Camilo, no judô, enfim, vários atletas, Rogério Sampaio que passaram pelo Centro De Treinamento, pelo Centro de Excelência do Ibirapuera.

E com isso, nós, estudando essa questão, nós vimos que haveria necessidade, portanto, de uma ampliação desse trabalho do Centro de Excelência e nós, então, criamos quatro novos Centros de Excelência, sendo um Bauru, e Bastos, judô, e Presidente Prudente, Piracicaba, atletismo. Esses já estão todos os atletas selecionados, estamos triplicando a capacidade do Centro de Excelência nosso e estamos diminuindo a questão que os atletas do interior tinham em estar em São Paulo, morar em São Paulo que muitos tinham problemas de depressão e tudo mais. Nós levamos a estrutura em parceria com a UNESP que dá todo o apoio na parte de medicina esportiva, tudo para o inte-

rior, mais perto dos atletas, que ficam, portanto, perto de seus familiares. Os materiais esportivos, como eu já disse aqui, pedagogia, as parcerias hoje os investimentos que são feitos na... Que são 614 parcerias e convênios com municípios, entidades, visando criar mais infra-estrutura, reformas de quadras, construção de novas quadras e estádios e tudo mais.

As reformas, eu vou correr um pouquinho aqui, pode passar. O desporto descolar visa essa melhoria de infra-estrutura nas escolas, também o lazer, a prática de atividades esportivas, físicas e esportivas e a iniciação, a inclusão social. Então aqui já eu vou passar. Pode passar. Os portadores de necessidades especiais, a gente já comentou aqui, no começo, nós também tivemos uma participação grande, foram dez medalhistas paraolímpicos paulistas com 24 medalhas. E a gente visa, também, não só essa questão do alto rendimento, mas a melhoria da qualidade de vida dos portadores de deficiência. São alguns dos projetos que nós temos e a adequação do Baby, também como centro de treinamento, tem sido uma coisa que a gente tem festejado como grande avanço dessa área. Podemos passar? A terceira idade eu já comentei que é uma questão também de nós fazemos, criamos essa sociabilização.

Em seguida, pode passar, são alguns dos projetos que nós temos, eu já citei, depois eu fico aberto... Esse é nosso orçamento 2007 foram 95 milhões, quase 96 milhões que a gente conseguiu executar 97%. Em 2008, o orçamento era 98 e pouco, nós conseguimos suplementar quase 30 e conseguimos até o momento... Tem vários convênios ainda em andamento, e até o momento foram 71,70 % que foram realizados. E para o ano de 2009 o orçamento de 121 milhões e 702. Era isso que eu tinha, fico a disposição. Muito obrigado ao Senado Cristovam Buarque, aos Senadores e todas os que nos ouviram.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Bernardino tem que sair para uma palestra, eu vou passar a palavra para Ana Moser e depois teremos o debate.

SRA. ANA MOSER: Bom, boa-tarde senhoras e senhores. Prazer estar aqui, muito obrigado pelo convite. Eu estou aqui, enfim, como ex-atleta, talvez essa seja a qualificação, a minha qualificação hoje aqui de menor importância. Enfim, como...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. ANA MOSER: Talvez seja, bom, enfim. Talvez exceção. Enfim, eu sou presidente do Instituto de Esporte de Educação há sete anos. Estou aqui representando também outros coletivos, duas redes, uma chamada Atletas Pela Cidadania que é uma ONG,

vários atletas participantes, está aqui presente Cloaldo, Ricardo, Vidal, representando Joaquim Cruz, vários outros, uma ONG de *advocacy*, que trabalha pelos... Enfim, por várias coisas, principais; educação, juventude e esporte, mais recentemente. Uma outra rede chamada Rede de Esportes pela Mudança Social; várias instituições fazem parte, instituições sociais. Partes dessas instituições trabalham diretamente com o esporte, partes trabalham com outras aéreas de atuação na área de desenvolvimento humano e também com esporte.

Então, enfim, hoje eu trago também a voz dessas pessoas, dessas instituições, desses atletas. E para trazer um aspecto que talvez, enfim, possa falar com mais propriedade do que eu poderia falar sobre número e sobre resultados de campanhas olímpicas, número de investimentos no esporte olímpico. Eu gostaria de colaborar aqui com a discussão, falando sobre que esporte é esse, né? A gente está falando aqui sobre políticas de esporte e, é muito comum nós termos no Brasil um entendimento de esporte muito influenciado pela mídia, muito influenciado pelo esporte que passa na mídia, enfim, eu queria trazer um pouco de reflexão em cima de outros aspectos e de outras dimensões esportivas também.

Então, falar aqui do esporte como cultura, como... Como construção cultural de um povo e como dever do Estado, da sociedade, dever constitucional de provimento, uma responsabilidade do Estado e da própria sociedade.

Então, rapidamente, aspectos positivos do esporte... Então, os aspectos positivos do esporte, a superação, o esforço, enfim, as superações exigidas treina o homem para a vida e aponta o caminho para a autonomia. Mantenedor de valores éticos. Efeitos sobre os centros nervosos, questão física do desenvolvimento físico, capacidade física.

O espetáculo esportivo é o menos alienante é onde há a maior participação do público, diferente, muitas vezes de um cinema, de um teatro. É no esporte que o público participa de uma maneira mais efetiva. E ele é democrático por princípio, por igualar, através de regras, as possibilidades, onde, enfim, as conquistas são por méritos. Pode passar, por favor?

O desenvolvimento dos valores da moral. A disciplina, respeito, solidariedade, tolerância, liberdade, saúde, geração de empregos... Conexão com outras áreas de atividade. E a gente fala muito do esporte como laboratório de vida, onde o egocentrismo, ele é substituído pela necessidade de se trabalhar pelo coletivo, para que os times, as equipes, os grupos possam ser vencedores. Por outro lado, os aspectos negativos, especialização precoce os desequilíbrios físicos e psi-

cológicos. Enfim, tive que parar; sou também um retrato disso. Tive que parar com 31 anos com um joelhinho de 60. Então, enfim, tem todas as consequências físicas e isso para quem chega no alto rendimento e para quem não chega no alto rendimento.

Isso aqui é uma citação do filósofo Manoel Sérgio, que eu vou citar um pouquinho mais adiante. Ele fala que: "Sem filosofia o esporte cria bestas esplêndidas que só podem dar para a sociedade resultados esportivos e não participação política, cidadã".

A exploração dos atletas... Tem outro estudo aí recente do ano passado, na Europa, que coloca que cada jogador de futebol tem de duas a três lesões por ano e uma lesão grave a cada três anos. Então, a exigência, quer dizer, a pressão em cima dos atletas, ela é muito desequilibrada com relação a todo o sistema. Quem sofre mesmo no final das contas, as consequências negativas, muitas vezes são os atletas.

O esporte técnica e tática é excludente. A gente fala, muitas vezes, e se falou várias vezes aqui nessa Mesa que o esporte tem que começar na escola. A gente tem que tomar cuidado com essas questões, generalizando que o esporte tem que começar na escola, porque o esporte como a gente conhece, baseado em técnica e tática, ele é para poucos. Ele não é para todos. Tirando aí os que... E que nessa sala hoje tem muitos, os ex-esportistas ou os esportistas, a média da população não tem boas experiências com o esporte na memória, na escola, enfim. Por quê? Porque não é para todos. O esporte como a gente conhece, como a gente vê na televisão, que eu joguei, que o Bernardinho jogou, ele é para quem tem um grau de capacidade física acima da média. O esporte profissional. O esporte de olimpíada, de copa do mundo, ele não é para todos. Ele é para quem nasceu com esse tamanho de braço, com essa altura, enfim, com uma estrutura física, com uma predisposição e ainda no Brasil está no lugar certo, na hora certa. Porque a oportunidade também não é para todos também. Então, as oportunidades são muito pequenas, então, também tem essa questão.

Então, quando a gente fala em esporte para todos, a gente não pode falar do esporte de alto rendimento, porque esse não é para todos. Esse é para poucos.

A politização e comercialização levam o espectador à excitação emocional, ao chauvinismo e ao fanatismo, falar das questões das torcidas, né? A questão, a questão muitas vezes da... Do fortalecimento de vários preconceitos sociais e várias questões sociais que são fortalecidas muitas vezes no esporte por falta de debate, por falta de consciência e de conhecimento. Mercantilismo versus ética esportiva, doping, feudos

políticos, ideológicos, fraude, corrupção, uso eleitoral, violência, racismo, elitismo, sexismo...

Na verdade, o esporte, na verdade o esporte é uma coisa muito ampla, e não é o esporte que tem o poder, na verdade o poder ele está na mão de quem faz o esporte. O poder para o positivo ou o poder para o negativo está na mão de quem pratica o esporte, de quem conduz o esporte. Não é o esporte que é dono de tudo e sim as pessoas.

Com essa complexidade toda de... Enfim, de objetivos, de características, desde 64, culminando em 78, mundialmente se discute o esporte, e se colocou três dimensões. O esporte educação, o esporte participação e o performance e rendimento.

Passando rapidamente aí por eles. Para a gente pensar, enfim, que esporte... Enfim, então, uma diferenciação dessas manifestações é difícil. O esporte espetáculo é modelo para todas as atividades de lazer. As instalações utilizadas são as mesmas. Se a gente for reparar na escola, toda a escola que tem quadra tem a quadra com a tabela de basquete a 3,05 e o aro a 3, 10. Para crianças, para escolas muitas vezes fundamental, ensino fundamental, de ensino médio, onde, enfim, os alunos ali, eles nunca vão chegar naquela tabela, enfim, o mesmo padrão que é colocado para o esporte competitivo, para o esporte regido pelas regras de Federações é o mesmo levado para uma quadra polivalente numa praça pública no meio de um bairro de qualquer cidade do Brasil e o mesmo espaço colocado em todas as escolas. Então, é realmente uma, acaba ficando muito confuso. E além do que, as organizações esportivas, elas acabam incorporando todas as formas alternativas de esporte. Citar exemplos: o futebol é 11 contra 11. O futebol conhecido; federado. Mas depois teve o futebol de... O *show ball*, o futebol *society* que virou futebol sei lá, de 11, de 7... O *beach soccer*... No vôlei, o vôlei de praia. E outros tantos... Que eu não sou aqui, não tenho total conhecimento se o Manuel Tubino estivesse aqui com certeza ele ia explicar outras tantas, mas a tendência é: tornar, dentro de uma... Trazer para dentro do sistema federativo para controlar e para trazer para as mesmas regras.

Então, enfim, são manifestações, vamos só dar uma passada rápida, por favor, em todas... Esporte educação, que é um processo público, por princípio, o processo educativo. Integração social, de preparação para o exercício da cidadania de desenvolvimento psicomotor. Desenvolvido na infância e na adolescência, voltado para a aquisição de capacidades e competências. Realizado na escola e fora dela, e, principalmente, os princípios, princípios de participação. Quando a gente fala em participação é inclusão, é para todos. Princípio de cooperação e co-educação onde o alu-

no e o professor, quer dizer, a professora, educador, não é técnico, não é um sistema diretivo, é um sistema mais construtivo e que, enfim, que o professor ele é um educador, ele é um mediador do processo de aprendizagem. Integração e responsabilidade. Então, esse é o esporte educação.

O esporte participação é aquele, eventualmente, que está muito mais ligado à ocupação de espaços públicos, enfim, àquele esporte praticado por pessoas depois da escola, e para mim não fica muito claro como esse esporte participação ele pode ser possível se a pessoa não aprende antes. Então, não existe o esporte verdadeiramente espontâneo, que vá... Enfim, que tenha o espírito comunitário; que tenha a participação se não houver a aprendizagem, se as pessoas não aprenderem o esporte, não aprenderem esse hábito de prática esportiva, não terem incorporado a cultura da prática esportiva e não a cultura esportiva como a gente tem no Brasil que se perguntar para 100% dos brasileiros, 90 vão dizer que gostam muito de esporte, que o esporte é muito bom no Brasil. Porque tem esporte toda semana na TV, mas se eles praticam esporte, muito poucos praticam o esporte.

Então, na prática, a gente, para não falar em coisas virtuais, falar em coisas reais, o esporte participação só é possível se houver o aprendizado anterior. E o esporte performance, que foi falado, enfim, a fundo nessa Mesa hoje, e que, enfim, que é de responsabilidade de uma, de um sistema de instituições internacionais, nacionais e estaduais e que não é público, o esporte é privado, o esporte é desse sistema de instituições que são privadas. Enfim, que prega com base na racionalidade, o bom, o ruim, o vencedor, o perdedor, enfim, o recorde, o espetáculo, o lucro, a profissionalização, a co-organização, com os meios de comunicação, já que tem compromisso, por princípio, com o espetáculo. O desenvolvimento da concorrência e agressividade.

Então, na verdade, são manifestações completamente diferentes que têm princípios diferentes, objetivos diferentes, estratégias diferentes e querem alcançar resultados diferentes. Então, não dá para a gente discutir uma política, perdão, uma política nacional de esporte sem esse olhar ampliado.

Por favor, pode passar. E aí, enfim, porque para a gente, para fechar aqui no tempo... Aí a minha visão um pouco mais pessoal para se ter tudo, para a gente ter um país de esportistas, para nós termos os nossos espaços públicos ocupados com lazer, saudável, produtivo, e construtivo, para nós termos, por fim, uma estrutura de esporte rendimento cada vez melhor é preciso investir em tudo. Não dá para querer investir

em equipe olímpica e querer ter um resultado na prática do esporte para todos, e nem vice-versa.

Então, enfim, e também a gente não pode pensar simplesmente que todos os lugares são celeiros para atletas. Porque nem todos vão virar atletas. Na verdade uma grande minoria vai virar atleta. Mas todos podem virar esportistas, todos podem ter uma condição de desenvolvimento pessoal, de desenvolvimento comunitário no nível, a partir dos princípios das outras dimensões do esporte, e não os princípios do esporte rendimento.

Assim, o esporte na escola e o esporte da escola, qual é o esporte da escola? Será que o esporte que a escola precisa basicamente para resolver as suas necessidades básicas são os campeonatos escolares? São as... Os... Enfim, a escola organizar os seus times de competição para que eles possam participar dos campeonatos? Isso não vai contra os princípios do próprio esporte educacional? Que não é seletivo, que não é sexista, onde não se separam meninos e meninas? Onde, enfim, onde a participação das crianças e dos jovens, ela visa a autonomia desses indivíduos e não simplesmente o desenvolvimento físico, motor e das suas qualidades técnicas para que eles possam desenvolver bem no esporte. Ou seja, ganhar campeonatos.

Então, basicamente o esporte da escola é o esporte com os princípios educacionais, diferente do esporte que muitas vezes é feito na escola que tem, como, que vai contra os princípios educacionais porque é regido, muitas vezes, pelos princípios do esporte de competição.

Aí também entra na segunda questão que é o esporte de base. O que se entende sobre esporte de base? Então, e, muitas discussões, muitos debates em próprio nível federal estão sendo feitos e têm até um fundo já do criado que está ligado, acho que à subsecretaria, não é, Djan? Acho que é o fundo... Fundo Nacional de Esporte de Base que coloca como a escola, a escola como base para o esporte rendimento.

A escola é escola. O esporte rendimento é o esporte de rendimento. Então, são coisas diferentes e misturar as duas coisas é muito complicado. É uma grande confusão e é isso que nós estamos vivendo hoje.

Só, assim, concluindo, a escola é uma... Essa questão do esporte na escola, a escola é o lugar para o esporte educacional. E a competição no nível estudantil, ela pode até ser feita também, mas para, também incluir aqueles que tenham condição, que tenham talento esportivo e que estão na escola, e não para fazer o esporte da escola. Não dá para a gente querer fazer a seleção, o celeiro de atletas dentro da escola se a gente não resolve nem o problema educacional.

Bom, a prioridade do investimento público, então, ele deve ser no esporte para todos. Esse é o nosso entendimento. E isso, na verdade, a política nacional de esporte e lazer ela está sendo construída nos últimos anos, desde 2000 que eu acompanho, desde que eu parei de jogar, parei de jogar em 99, desde 2000 que eu acompanho várias iniciativas, Câmara Setorial do Esporte em 2000, aí as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer 2004, 2006 e a próxima vai ser realizada no ano que vem.

E não dá para nós negarmos, enfim, que um movimento muito grande está sendo feito no Brasil inteiro para se construir uma política nacional de esporte. Mas a crítica vai no sentido de que isso está demorando muito. E que nesse meio tempo foram feitos vários investimentos no nível federal para uma outra agenda, agenda de Pan-Americano, agenda de candidatura olímpica, agenda de Copa do Mundo. Então, é uma questão de prioridade. A prioridade no investimento público ela é constitucionalmente voltada para o esporte para todos. Que é o direito de todos.

E enfim, por último, a gestão do esporte rendimento a partir de recursos públicos. O COB, enfim, as Federações, as Confederações são instituições privadas, mas passam a ter responsabilidade pública a partir do momento que usam, utilizam recursos públicos.

E assim, é preciso, que seja trabalhado um plano nacional de política de esporte e que todo o investimento seja feito a partir dessa política. Hoje, a política nacional de esporte ela ainda é feita por programas, por ações. E sem uma política nacional de esporte as conquistas olímpicas elas perdem o sentido, ou as conquistas olímpicas ganham um sentido, porque são o retrato do que é, digamos, o esporte olímpico é a ponta da pirâmide e ela tem que ser coerente com todo o restante da pirâmide. Não pode ser algo criado ou acontecido em ilhas de excelência que hoje ainda funcionam em nosso esporte.

Então, a definição de uma política nacional de esporte, que levam em consideração todas as dimensões esportivas e pensando com prioridade no esporte para todos é uma necessidade urgente para que a gente possa avançar. Nesse sentido também entra inclusive a Lei de Incentivo ao Esporte, que é uma lei muito importante; que é uma lei que pode, assim como em outras áreas, desenvolver muito o esporte brasileiro, mas ainda está acessível a poucos. Eu falo pessoalmente porque eu sou uma dessas poucas. Tenho dois projetos aprovados na lei, e tenho porque, tenho uma condição melhor. Sei de várias outras instituições que não estão nos grandes centros e que não conseguem ter o acesso porque realmente é um processo difícil, não é um processo fácil, é um processo burocrático,

é um processo técnico, e também é preciso que se pense dentro dessa política que se faça chegar esses instrumentos que são muito bons e muito positivos e que podem desenvolver muito o esporte no Brasil, mas que se façam esforços grandes para que se chegue em todo o Brasil.

Então, por último, só duas frases aí que não são minhas, são do filósofo Manoel Sérgio. Filósofo português; que fala sobre o esporte de uma maneira muito crítica, mas construtiva, e que fala sobre o progresso desportivo que: “ele resume-se ao acréscimo de humanidade no maior número possível de mulheres e homens. E que por seu intermédio se alcance saúde e aptidão, um espaço privilegiado onde o praticante aprende a ser mais homem e não só resultados, mas que haja humanidade no esporte. O poder reflexivo, o espírito crítico e o reconhecimento como prática transformadora”.

E, por último, para provocar mesmo: “Não acredite nos campeões de desporto de alta competição em países em que o nível de vida médio não permite o lazer, nem o pão, a educação e a saúde para todos. São meramente máquinas ao serviço de um regime político-classista, vertical, insidiosamente hierárquico. Mas admira - ele continua - mas admira e aplaude os melhores de um desporto que abrange, democraticamente, através do ato educativo todos e cada um dos cidadãos. Aqueles cintilam sobre massa de marginais subalimentados e sem acesso ao conhecimento e a informação. E os últimos foram os melhores de uma ascensão coletiva e baseiam o seu prestígio em qualidades pessoais”.

São resultados de um processo e não acasos, como a gente conhece muito bem no Brasil. Era isso, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, são 1:30, nós chegamos ao final de uma longa Mesa com 6 pessoas, temos duas que convocaram, nós temos a presença de dois dos Senadores, um Senador e uma Senadora... Eu antes queria dizer que recebemos uma carta do José Cruz, que teve aqui um bom tempo, que tinha sido convidado para ser da Mesa, mas que lamento informar que por determinação médica ainda não está liberado. Ele teve uma cirurgia cardíaca há poucos dias.

Recebemos também uma mensagem do Oscar, o nosso querido Oscar Schmidt em que, resumindo, ele diz que, infelizmente, não poderá estar. Estará em Porto Alegre. Aproveita a ocasião para dizer a todos os presentes o seguinte: “O nosso esporte tem melhorado com os incentivos do governo, resta a dúvida está melhor do que quando comecei a jogar. Naquela

época não existia nem bolsa, nem Lei Piva era tudo difícil, porém, digo a vocês que seremos uma potência esportiva somente quando o esporte for feito seriamente nas nossas escolas, e isso todos nós sabemos, mas para melhorar um pouco, enquanto [ininteligível] não vem, o meu conselho é esse. Temos o COB, Confederações regendo o esporte no Brasil, por que não estão fazendo escolinhas dessas Confederações em todo o Brasil? Por que não usar as Federações estaduais para gerir escolas de esporte? Isso seria uma revolução no nosso esporte e utilizaria o recurso da Lei Piva de maneira mais eficaz garimpando talentos no país inteiro”.

O que a gente vê, de todos esses debates, é que tudo começa na escola. É unânime essa afirmação de todos que vieram nessas diversas sessões. Eu tenho uma pergunta, mas vou querer que seja respondida depois que os outros Senadores fizerem. A minha pergunta é ao Alberto é: por que ele tem tanta certeza que o Rio não vai ganhar a copa? Mas depois.

Agora eu quero passar a palavra à Senadora, ao Senador Sérgio Zambiasi e à Senadora Marisa. Quem quer falar primeiro? Senadora? Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Nessas horas...

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nessas horas é importante o cavalheirismo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero cumprimentar a todos da Mesa e acho que aprendemos uma lição também. Nós precisamos fazer Mesas um pouco menores para que todos possam interagir mais e nós aqui também tenhamos um tempo mais razoável de poder estarmos juntos.

Mas eu quero fazer algumas considerações e algumas das preocupações desta casa aqui, agradecer ao Senador Sérgio Zambiasi e o Renato Casagrande que são autores também desse requerimento.

Primeiro, que a Olimpíada reflete o investimento e a importância que o país vê na educação, e aqui, nós estamos vendo como é que é esse espírito. É um espírito de base mesmo. O que significa o espírito de base? É que a população possa, que a gente possa construir um espírito esportivo. O que seria um espírito esportivo? Que a sociedade toda visse o esporte como uma forma de lazer, mas também de desenvolver o seu lado fraterno, o seu lado disciplinar... A gente fala que o povo brasileiro é extremamente indisciplinado e o é, então, o esporte poderia ajudar muito em tudo isso, e no interesse, então, investir no esporte, conhecer a cultura do esporte, mas isso tem que ser não só coletivo nesse sentido de grupos, Ana Moser, eu acho que isso tinha que ser o espírito nacional. É o povo brasileiro tinha que ver o esporte como impor-

tante, importante para a sua vida pessoal e importante para a formação da cidadania. Isso tem que ser uma conquista da sociedade. E a sociedade tem que sentir que vale a pena investir no esporte de todas as suas formas. Até do alto rendimento, do rendimento, alto rendimento, mas do esporte como um todo.

O Bernardinho disse que... Perguntou qual o legado dessas grandes manifestações esportivas. Por exemplo, acabou o PAN, o que é que ficou do PAN? Acabou a Olimpíada, o que ficou da Olimpíada? Não é o que ficou só do espaço físico, queremos saber, sim, por exemplo, o que ficou do PAN do Rio, das obras que estão lá do investimento que se fez, dos materiais esportivos que foram adquiridos, dos milhões que a população brasileira investiu no PAN, mas mais do que isso, o que sobrou para a sociedade? O que isso trouxe de benefícios para a sociedade em termos de fazê-la acreditar que o esporte é cada vez mais importante? Isso aconteceu? Foi medido? Foi mensurado?

Bom, o nosso Secretário de São Paulo diz, e eu achei importante vir um Secretário porque às vezes a gente não ouve uma pessoa da sociedade e o Cristovam, Senador Cristovam esses dias estava me dizendo que a gente tem que ouvir também os pais, os professores, às vezes ele não traz as pessoas que estão na base trabalhando, e para nós isso é importante. É importante ouvir o Estado também, e nesse caso o Estado que mais aplica no esporte de alto rendimento.

Então, o importante das nossas, dos nossos... Desse espírito esportivo do povo brasileiro, não é de fazer só o esporte, mas de espírito esportivo, das quadras de esporte. Não só as quadras de esporte nas escolas; as quadras de esporte coletivas, as que estão em qualquer lugar, para qualquer pessoa poder fazer o seu esporte. Talvez, se fosse nas escolas, as escolas, vocês falam escola de família, como é que é? Escola da Família, que o Governo Federal fala Escola Aberta, que no meu Estado, em Campo Grande é escola viva. Tudo é a mesma coisa.

Isto é, a escola aberta à comunidade nos finais de semana. Pois é a coisa mais bonita você ver a criança treinando judô, nas quadras correndo, brincando, jogando peteca, jogando como é que é? Queimada... Na escola, aos domingos. A escola fica fechada, Senador Cristovam. É um bem público. Eu acho que essa também é uma forma de criar essa idéia de que vale à pena. Pista de atletismo em todos os lugares, os parques hoje em dia estão colocando, mas é uma obrigatoriedade em qualquer lugar, que tenha uma pista de atletismo para que as pessoas possam fazer a sua caminhada quando for mais de 60, mas também praticar esporte quem quiser fazer. A capacitação, as piscinas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu sei Djan, mas são pouquíssimas. Na minha cidade, Campo Grande, fizeram uma piscina comunitária cuidada pela Prefeitura, que era pelo Estado agora está sendo pela Prefeitura num bairro bem populoso. Aí tem todas as regras para que as crianças, as pessoas possam utilizar as piscinas, os horários etc e tal, e você imagine as filas, no verão, principalmente, para a criança ir para a piscina [soa a campainha]. Então, isso... Mas só tem uma. Então, fica muito difícil você querer, nesse esporte você ter grandes rendimentos.

Equipamentos, então... Esse que o nosso Secretário de São Paulo falou, que é Pintando a Liberdade... Eu não sei se foi quando era o Chiarelli, o Ministro da Educação, ou era o Marco Maciel, ou era o Bornhausen o Ministro da Educação, que eu passei por todos eles, que criou essa modalidade de atendimento feito pelos presos de fazer equipamentos: bola, rede... Que possam ser usados. Ainda bem que existe até hoje, algo que nesse país é difícil continuar. A capacitação dos profissionais é fundamental.

Então, o que eu quero, para terminar, dizer o seguinte: eu não sei qual a política pública para o desporto brasileiro. Nós não temos claro, e isso é uma Comissão de esporte também, de desporto, está aqui. Eu presido, no MERCOSUL, com o Senador Cristovam, eu presido a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Cultura, Tecnologia e Esportes e estamos tentando levantar nos países do MERCOSUL também as políticas de esporte. Não é fácil. Não é fácil.

Além disso, como são usados pelo Ministério dos Esportes, por exemplo, o resultado dos eventos esportivos? Das Olimpíadas, do PAN, das Copas do Mundo, etc e tal? Para que é que se usa? Que uso o Ministério faz desses... dos resultados desses grandes eventos? Que uso o secretário de esportes de São Paulo faz? Por que é que nós estamos, Ana, investindo quantidade de recursos no COB, por exemplo? Qual o resultado? Qual é o objetivo? É só para levantar a moral do povo brasileiro? Por que é que nós temos um COB? Por que é que nós temos as Confederações e as Federações? É para pouquinho? O grosso do recurso brasileiro deve ir para isso?

Eu quero colocar, para finalizar, uma idéia louca, mas uma idéia que é o seguinte: [soa a companhia] acabam com esses grandes eventos, não tem nada que fazer isso e joga todo esse recurso para a população brasileira poder ter espaço de esporte e lazer. Para que se trabalhe com a população brasileira. Os 180 milhões, os quase 200 milhões de brasileiros.

Quer dizer, é uma coisa louca, mas se nós não estamos vendo o resultado, se é para alguns poucos, se isso não está sendo utilizado pelo povo brasileiro e nem pelos organismos que trabalham, nem estaduais, nem federal que trabalham, que têm obrigação de ir coordenar o esporte nacional, é preferível acabar.

Eu sei que é louca a minha proposta e vão dizer que é porque eu não sou esportista, mas que a gente tem que tomar uma atitude em razão, porque senão nunca vamos ter. E brigar aqui porque o setor que menos tem recursos no orçamento da União é o esporte. Não é isso? Por quê? Porque o povo brasileiro não vê como uma necessidade. A hora que o povo sentir que é uma necessidade, duvido que os políticos não vão refletir aquilo que a sociedade pensa. Obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Muito rapidamente, Senador Cristovam, e cumprimentando a todos.

É uma sessão longa, mas eu acho que muito elucidativa e, talvez motivadora de outras reuniões, então, com menos gente, ou então com uma menor generosidade do Presidente que o primeiro convidado aqui se prolongou durante quase uma hora e não permaneceu aqui. Deixa eu deixar uma crítica muito clara aqui ao processo, quer dizer, ele ficou quase uma hora aqui na nossa frente e tchau. Aí nós ficamos aqui--

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me mandem as perguntas que eu respondo depois.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Aí é ruim, Presidente. Muito ruim. Mesmo deixando seu competente assessor aqui, mas não é a mesma coisa. O Presidente é o cidadão que saiu daqui. Então, eu acho que tem que deixar claro esse processo porque a audiência pública teria valor, efetivamente, se o Presidente tivesse permanecido aqui.

Assim, ela tem um grande valor, mas como informação para nós, acho que nós aprendemos muito. Os depoimentos foram muito interessantes. Os conceitos, os diferentes conceitos, inclusive, mas uma conclusão que é de todos aqui, efetivamente a participação da escola é fundamental. Nós temos que ter, então, investimento ali na base da escola, numa integração do Ministério do Esporte com o Ministério da Educação, eu acho que já fazem. Acho decisivo, tem que haver integração entre o Ministério do Esporte e Educação, para que as verbas possam ser direcionadas adequadamente. Tem projetos espetaculares no Ministério do esporte e propostas muito interessantes. Nós estamos começando a nos integrar também com o processo.

O Ministério do esporte também é novo, porque até pouco tempo para os Estados era Esporte e Turismo. Muitos Estados ainda são, São Paulo é Turismo, Lazer e Esporte. No Rio Grande do Sul também é Turismo. Então, mistura um pouco, quer dizer, o que é turismo, o que é esporte? Os municípios ainda misturam bastante, eu acho que tem que ser específico. O turismo é turismo e esporte é esporte. Acho que isso... Acho que teria que começar a fazer essas divisões.

Parabéns para São Paulo. Tem um orçamento maravilhoso. Metade do orçamento do COB para o esporte de São Paulo está aí o resultado, mas fiquei muito contente em ver o Rio Grande do Sul entre, também, os expoentes, mesmo com orçamento bem pequenininho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas ali tem os clubes, no Rio Grande do Sul, União, que investe muito, Sogipa que investe muito. São dois clubes assim, que são uma referência às universidades. Exatamente.

Então, a conclusão minha aqui, Senador Cristovam, sobre ter essa bandeira, a escola tem que estar motivada para o esporte. O professor de educação física tem que estar lá, e não... Acho que tem que parar com uma coisa, Senadora Marisa, a senhora que é professora, o meu filho não quer praticar esporte, pede um atestado médico e está resolvido o problema. Não vai fazer.

Então, nós já começamos com o problema em casa, ao autorizarmos que o filho nosso, seja dispensado da aula de educação física. Da ginástica. Não é? Como a gente diz lá. Dispensado da ginástica. Quer dizer, então eu acho que é uma nova consciência que precisa ser criada. Uma nova consciência.

Na medida em que nós não estamos valorizando esse aspecto fundamental da disciplina, Ana, que colocastes muito bem, o esporte é exatamente isso, é disciplina, nós nos disciplinamos com o esporte, nós acabamos criando uma geração não de indisciplinados, mas que não tem esse conceito fundamental para o desenvolvimento humano; que eu entendo ser a disciplina.

Então eu vi aqui, apesar, como último item até... "Para fazer um campeão nacional precisamos de milhões de praticantes". Eu colocaria como principal item. Nós precisamos ter campeões nacionais. Campeões municipais, campeões estaduais, campeões nacionais. É a partir deles é que nós vamos chegar aqui no campeão olímpico.

Então, eu acho que é o primeiro fator de investimento. Ah, eu falei Integração do Ministério do Esporte

e Ministério da Educação, mas me parece que o COB, que vive de verba pública, é dinheiro público, vamos deixar claro, o dinheiro que sustenta o Comitê Olímpico Brasileiro é dinheiro público, dinheiro do Estado. Não tem dinheiro privado aqui não, ou pouco pelo que eu estou vendo aqui.

Ele tem que se integrar a esse processo junto à escola, o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte e Comitê Olímpico. Começando a estimular campeonatos intermunicipais, interestaduais, e por aí vai, para surgir esses atletas.

Eu concordo, Ana, que para chegar ao teu estágio é um em quantos? Em mais de um milhão, eu acho. Sei lá. Não sei, mas nós temos que ter um milhão praticando para aparecer esse um. Se a gente não tiver um milhão praticando vai ser difícil achar o um. Então esse é outro ponto.

E para finalizar, uma curiosidade, os 80 milhões de reais para o Rio, então, 2016 é dinheiro do Estado do Rio ou é dinheiro federal?

Se for dinheiro federal, por que o Rio? Por que não Porto Alegre, ou São Paulo? Quem é que escolheu? Então, a curiosidade. Por quê?

Então, só um questionamento que fica no ar. São 80 milhões de reais para promover. Então vamos promover o Brasil como um todo. Venham para o Brasil. Porque o Brasil tem espaço para todos. A Copa do Mundo vem para o Brasil. As sedes são escolhidas.

Então, eu acho que se for dinheiro do Estado do Rio, muito bem, é uma decisão do Governador, tem todo o nosso apoio, toda a nossa compreensão. Agora, se for um dinheiro federal, eu acho que aí já, de alguma maneira pode ser que eles falem: "Como é que é encaminhado esse dinheiro, como é que é feito?" Não tenho idéia do trato orçamentário desta... Desta questão.

E, então, para não me estender porque o tempo vai longo, quero mais uma vez agradecer, manifestar a minha alegria em estar aqui e acompanhar um momento tão importante para o Congresso, para Senado e também para o esporte brasileiro, olímpico, especialmente. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Desculpe, Tuma...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Um detalhe, eu falei integração, integração, mas ficou detalhezinho aqui. 10% do total recebido destinado ao esporte escolar... Aqui é que eu pergunto, não é exa-

tamente ali que tem que ter essa integração do Comitê Olímpico com o Ministério do Esporte, o Ministério da Educação? Secretarias da Educação? Se 10% desse dinheiro tem que ir para o esporte escolar e 5% para o esporte universitário, como é que a gente tem essa percepção? Como chegar lá? Quais as escolas? Quais os critérios?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente...

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeiramente, gostaria de cumprimentar a todos os presentes pela cortesia e pelo interesse público de estarem presentes nesta reunião.

Eu acho tão importante a boa vontade daqueles que entendem dos assuntos quando há uma audiência pública comparecerem com todo o entusiasmo e com toda a coragem de expor os seus pontos de vista.

Claro que a gente praticava esporte, ou no exército, ou na escola quando era garoto, Secretário. Eu falo no futebol que teve uma decorrência de várias formações.

Então, o nosso futebol de meia, que a gente jogava onde tinha a quadra de basquete da escola, trazia uma meia, enchia de palha ali e jogava o futebol de meia, que hoje é futsal, se não me engano, o nome mais correto que o Brasil virou campeão, mas eu fiz aqui um projeto interessante sobre educação física a pedido dos professores de educação física pela importância que eles representam na infra-estrutura do esporte e da saúde.

Os senhores que foram praticantes de esporte sabem o que representa a educação física no futuro dos investimentos na saúde. Porque é como ela diz, o esporte de rendimento não é para todos, mas todos para saúde poderão praticar um esporte para ter uma respiração melhor, uma coordenação melhor de movimentos e tudo isso que a gente às vezes vai aprendendo e depois fica vagabundo, não faz mais. Só faz na hora da obrigação. E depois, se esquece que tem que fazer. Eu sou corintiano de nascimento... Uma série de razões, e lá eu remava. Aprendi na nadar no cocho, não tinha nem piscina. Falaram aqui numa piscina só. O Corinthians hoje tem prática de esportes assim coletiva, mas os clubes esportivos profissionais viraram um pouco de partido político, acho, hoje. Eles têm um voto muito para as discussões sobre os aspectos de direção, de presidência de publicidade e esquecem um pouco os associados.

Quando eu fui candidato a Prefeito, Presidente, eu fiz uma proposta nas discussões de fazer um convênio com os clubes esportivos e nos horários em que

os sócios não têm um comparecimento maciço, o clube fosse aberto por convênio com o município ou com o estado para atendimento da população que não tem capacidade financeira para pagar a sua mensalidade. Porque eu vi em Uberlândia um clube que faz isto, pelo menos fazia à época que eu visitei com alto resultado em que as crianças da periferia podiam comparecer.

São Paulo está de parabéns porque tem o CEU estão construindo uma série de praças esportivas dentro das escolas e a ligação entre a secretaria de esporte e turismo com a educação. O senhor acabou de falar, Secretário, que a Secretaria de Educação já tem algumas providências.

Então, essa ligação, essa interligação, integração é importantíssima. A Ana Moser fez uma explicação sobre o esporte de rendimento que realmente não é para todos. Eu, hoje, aqui, por sorte desse Senado tem dois assuntos importantes, esse do esporte e que a gente tem que buscar com essas informações o que fazer. A nossa Senadora pediu o que nós podemos fazer. Porque se o senhor for às praças poliesportivas do Pan-Americano, estão vazias. Estão vazias. Eu não vejo nenhuma prática esportiva que poderia ser tranquilamente usada a semana inteira. Porque está lá. Ela acaba, qualquer prédio acaba se deteriorando se não tiver uso e manutenção.

Então, eu acho que essas coisas são importantes. Os centros que têm em São Paulo são sempre usados. Eu moro perto e está cheio de ônibus; de prática esportiva, de colônias, de tudo isso, e agora o senhor fala em reforma aqui, se não me engano eu li no trabalho que o senhor trouxe as verbas que vão ser feitas para a reforma.

Para o doutor eu diria assim, vinha vindo no corredor para essa Comissão, que eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos onde está sendo votado 3 bilhões para a recuperação de Santa Catarina. Eu vim para cá, me pediram assinatura para uma CPI do Deputado Miro Teixeira. Dos... Para onde está indo a verba do esporte? Provavelmente não seja para criticar nem botar ninguém na cadeia, mas para tomar conhecimento do que realmente está acontecendo nas verbas que são destinadas ao esporte e o esporte não é para clube.

Nós fizemos lá aquela loteria esportiva para ajudar os times a pagarem o que eles recolheram dos esportistas. Os clubes amadores pediram uma participação também. Então, eu acho que há alguma coisa fora do contexto de aproveitamento de objetividade, ou o que representa o esporte na nossa vida social. E não é só o profissionalismo que vai fazer com que os clubes realmente possam progredir, porque a parte amadora fica no esquecimento permanente.

Eu acho que pouco tenho a falar porque o tempo voa e todo mundo, eu estava aqui para aprender. Estou levando todas as exposições que foram feitas e diria que outro evento importante aqui me faz lembrar o paraolímpico, que nós não fizemos nenhuma citação aqui sobre as pessoas que têm deficiência de participação, da sua inclusão, que o esporte tem sido uma coisa maravilhosa. O futebol para cego é uma coisa espetacular e emocionante. Ver o jogador pelo barulho da bola consegue fazer o gol. Consegue driblar um outro jogador...

Então, são coisas maravilhosas. Corrida e outros eventos que participam os deficientes com o paraolímpico em seguida às Olimpíadas que tem tido hoje...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, então. Parabéns. Ele é campeão, eu vi ele várias vezes dando entrevista. Mas nós temos alguns esportes que às vezes eu fico triste [soa a campainha] Ana Moser, alguns esportistas como natação, atletismo, tem que treinar fora do país. Tem que ter instrutor fora do país para conseguir.

As universidades que têm o curso de formação, já vou terminar, Presidente, de formação da educação física, algumas têm laboratórios de testar como é que o nadador, o atleta, o desportista tem um rendimento maior. Então, o objetivo é ser campeão, ter a medalha. Não é um preparo físico esportivo. Eu vejo lá no InCor, de vez em quando uns times mandam os jogadores fazerem teste cardiológico. Porque o cara cai duro no meio do campo por não ter sido pelo menos examinado. O esforço dele não dava condições físicas dele estar jogando permanentemente. As lesões são naturais pelo esforço que faz, mas o acidente cardiovascular é uma coisa da formação física da pessoa.

Então, alguns clubes hoje estão mandando fazer anualmente o exame cardiológico. E o amador não tem nem nada disso. A não ser as pessoas às vezes fazem num parque lá em São Paulo tem essa virada esportiva, tem que quem vai medir pressão, e outras providências mais simples para saber se há condições ou não de disputar uma corrida, um ciclismo ou qualquer outro tipo de esporte.

Eu acho que nós estamos aqui... Eu aprendi bastante com as exposições. E duas coisas me preocuparam, uma que está na Ana Moser e do nosso advogado que é corrupção e o perigo do desvio do dinheiro para a prática de esporte terem destino diferenciado daquilo que realmente foi legado.

E parabéns à V. Exa. que pôs na discussão nacional o problema da educação e isso inclui o esporte, hoje, como ligação. E parabéns ao nosso Governador

e o Prefeito que têm dado o apoio. Espero que o senhor diga que sim, para o desenvolvimento do esporte integrado com a educação.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado ao Senador Tuma. Vou passar a palavra ao Senador Mão Santa que pediu. Mas, antes eu queria fazer mais uma pergunta aos que aqui estão, que é em cima de uma idéia que eu creio, pela primeira vez, ouvi do Senador Zambiasi. Mas que hoje eu quero dizer que tem o apoio de muita gente na Comissão que é elaborar um Projeto de Lei que proíbe a recondução mais de uma vez dos dirigentes de entidades esportivas. Poder ser reeleito uma vez. Esse é um Projeto de Lei que está pronto e que muitos aqui querem assinar também. Vai assinar também, né? Eu quero ver a opinião deles. Porque algum dirigente, quando eu consultei sobre isso, disse que leva muitos anos para que um dirigente esportivo consiga se situar bem internacionalmente, especialmente, até porque parece que o COE são oito anos, não é isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mais quatro.

Bem, Senador Mão Santa pedindo a atenção para o nosso tempo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Serei breve. A atleta campeã Ana Moser definiu, está tudo errado. O esporte está para poucos, não para todos. Está tudo errado. Não era assim. Piorou. Esse país piorou, mas, muito. É muito. Esse país piorou muito. Está aqui a PAIDÉIA, 500 anos antes de Cristo, lá na Grécia ele tinha esse programa, PAIDÉIA. A primeira disciplina era a ginástica. Esse país está louco. A gente vê os velhos, a primeira disciplina que se botava era a ginástica. Depois, tinha a gramática, retórica, poesia, música, matemática, geografia, história... Aqui são os velhos no meio da rua correndo. Não tem mais, está errado. [ininteligível] perdeu o rumo, está mal governado, não tem visão.

Vamos à história, está aqui, 500 anos de Cristo, era a ginástica a primeira. Aí vem um Senador, melhor do que nós e disse *Mens sana in corpore sano*, resumiu tudo. Está errado, isso é uma falácia. Vou dar um exemplo meu. Cristovam, eu fui interno no colégio marista, por isso a igreja está decadente. Naquele tempo eles educavam e tinha esse lado esportivo, cultura... Só o lado esportivo. No ano, eu me lembro que eu estava interno quando o Brasil ganhou a copa, 58. Um irmão marista nós apelidamos logo de Feola, porque era gordinho, mas, interno, atentai bem! A gente jogava três horas por dia. Todo dia. Acordava cedo, botava para a banca para a estudar, ir para a missa, as aulas, meio-dia almoçava, tinha direito a participar. Eu ia para

o futebol de salão. Atentai bem! Ali, doze e meia no Ceará. Ainda tinha umas arvorezinhas, graças a Deus, era no sol quente.

Quem queria ir para o basquete, para o voleibol, ou aqueles biribol... Ali quarenta e tantos minutos, aí ia para a banca estudar. Quando dava 2h30, ele liberava lá o Feola, aí a gente ia para o meio do sol quente no Ceará, que é quente, lá no irmão marista jogar uma partida de futebol. Tomava banho; banca, estudo ali... Entre o jantar e a última banca de estudo tinha direito a outro futebol. Eu ia para o futebol de salão, mas tinha quem queria ir para o basquetebol, para o voleibol, enfim, três horas diária. Era nós, nós somos melhores.

Eu tenho filho e neto, gosto muito, mas ninguém quer saber mais nada. Porque a escola está uma porcaria. Não tem o *Mens sana in corpore sano*. Eu fui Governador do Estado e [ininteligível] muito bom. Muito bom o Professor Ubiraci, eu dizia: "Rapaz, mas a bola para ele era quadrada". E olha a decepção. Eu inaugurei um complexo desses, esportivo, virei lá e gente e tal. Aí perguntei lá ao líder político: "Vem cá, e quantas, quadras tem aqui?" Ele disse: "É a primeira". A cidade tinha quase 60 anos. Isso é o Brasil todo. Aí eu digo: "Rapaz, tu bota..." Aprendi e está claro. Nós estamos errados. Esse país está indo para a desgraça. Esse negócio aí todo o povo à toa ganhando uma miséria. Está errado.

Atentai bem! Vamos só aqui. Os alemães. Vamos analisar, povo. Olha, eles foram em duas guerras. Foi pau, morreu gente, confusão... Eu nasci numa, em 42, eu nasci. Você vai lá, cada lapa de gente forte, rico, dinheiro... A gente nem acredita que aquelas cidades sofreram, tombaram na guerra. Tudo modernizado e tudo. Mas lá, eles, antes do Hitler, na primeira e na segunda, eles valorizam muito mais a quadra esportiva do que uma sala de aula, e esse é o meu entendimento.

Eu quando inaugurava uma quadra esportiva, e era difícil meter isso na cabeça porque a nossa geração está ruim mesmo. Uma sala, uma sala esportiva, eu vibrava muito mais, uma quadra esportiva do que uma sala de aula. Porque ali tem... Eu sou médico, aprimora o que dá igualdade ao nosso corpo humano, a riqueza... "Ei, não atrapalha não, o... está atrapalhando o professor, rapaz". A primeira coisa é concentrar, tu tens que ensinar também.

Essa tua Comissão de Educação está desconcentrando. [risos]. É o seguinte, professor, o senhor entendeu? Na escola, está ali a quadra. Ela ensina; primeiro o corpo. A maior riqueza que nós temos é a igualdade. Não tem filho de Deus pobre não. Tudo é rico, tem um corpo, não é? Mas, ele vai aperfeiçoar, aprimorar e enrijecer ali. E mais ainda, ali ensina tudo,

tudo. Olha, você ganha e perde. E vê que não acaba o mundo. Para você ser vitorioso você tem que ter esforço; tem que treinar, tem que ter equipe. Equipe. Você foi bom Governador porque você tinha equipe. Essa sua secretaria, aliás, ele é muito bom, até fez um offsidezinho aí e a gente aprendeu. Mas o Júlio é muito bom. É a sua equipe que é boa da educação. Ali a gente aprende trabalhar em equipe. É no esporte. Tem leis, tem juízes. Educa para a sociedade.

Então, é muito melhor e eu lamento, mas está pior. E não é tudo não. Você vê, hoje eu vim, tudo é nesse negócio de computador. Não tem mais nenhuma escola dá, nem particular e nada. No meu tempo... Então, eu acho que isso tem que ser sério. É como Shakespeare dizia: "Não tem bem ou mal o que vale é a interpretação".

Ela falou numa frase, não sei se ela... "É para poucos", não é para poucos. Esporte tem que ser é para todos. Está aqui. PAIDÉIA, 500 anos de Cristo para ensinar aqui o Luiz Inácio Silva [ininteligível]. A ginástica é a primeira matéria. E é. Dá disciplina. Para obedecer as leis, as regras.

Então, é uma falácia. Está uma desgraceira. Eu tenho filho e tenho neto, não tem mais nada de esporte. Eu não sei quem foi que o culpado, eu não estou acusando ninguém, mas que está ruim...

E se reflete aqui, diz: "O Mão Santa está com história antiga e está aqui...", tudo lascado, a educação, a repetência, o desestímulo. Porque não gosta, não tem o lazer. Isso tem que ser dado é na escola. Está entendendo? É a escola que tem que ser valorizada e prestigiada.

Daí os antigos diziam: "A escola é o segundo lar". E não tem esporte, não tem nada. Então, é decepcionante, V. Exa.. [soa a campainha] que pegou essa bandeira tem muito a fazer. Eu não sei nem se é bom você ir para um desses, o que está precisando é aqui. Eu não compreendo é como o Luiz Inácio lhe demitiu. Eu não sei se o senhor era como o meu secretário, muito bom, Professor Ubiraci, está entendendo? Mas para eles a bola era quadrada eu que ia atrás.

Vou lhe dar um exemplo muito prático, por isso talvez eu esteja aqui. Eu me lembro que estava dizendo aqui para o... Ginásio São Luiz Gonzaga, onde estudou João Paulo Reis Velloso. Com 14 anos nós fomos fazer uma excursão, estudante, 14 anos. A gente estava jogando com a seleção de São Benedito, aquela cidade do Ceará onde tem a gruta do Ubajara. Aí, quando nós vimos, eu já em Fortaleza, a gente jogando o colégio da gente contra a seleção de russas(F). Onde é que se vê isso? Éramos nós, jovens estudantes. [ininteligível]. Hoje não tem mais. Ela definiu tudo que é uma advertência. Foi muito importante para poucos. E é mesmo,

o esporte é para poucos, a gente fica só assistindo, como no cassino, no jogo. Deixou de ter aquela finalidade que [soa a campainha] os alemães tiveram, a eugenia da raça.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Mão Santa. Eu vou passar a palavra a cada um da Mesa, mas, eu gostaria de ver se, até para o bem de vocês, também, fosse um minuto, no máximo dois. Quero dizer que de fato o primeiro a falar falou mais tempo que os outros, mas eu não controlei o tempo dos seguintes. Eles que foram disciplinados, talvez por serem atletas até hoje. Mas eu vou passar a palavra, começando pelo Dr. Marcus.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Obrigado, Presidente. Eu vou tentar ser o mais rápido possível. Anotei algumas coisas de algumas perguntas.

Senador, meu conterrâneo, sou gaúcho de Bento Gonçalves e saí de lá para ganhar a medalha olímpica 20 anos depois. Eu começo usando esse tema.

O esporte para poucos, que como eu, como Bernardinho, como Djan, como Ana Moser chegaram lá, eu acho que serve de exemplo para os muitos. Ele tem que existir.

Eu vou começar sendo contrário aqui ao que a Senadora propôs porque ele é um modelo. O espelho do atleta olímpico, ele é modelo para os milhões de praticantes que a gente espera ter.

No PAN 2007 eu não fiz parte da Comissão organizadora. Não fiz parte, não faço parte em 2016, mas fui o chefe da delegação brasileira nos últimos jogos pan-americanos, três, e nos últimos três jogos olímpicos. E digo, sim, que o Pan-Americano teve um legado.

Importância do esporte, nós estamos aqui porque nós fizemos um Pan-Americano. O esporte brasileiro passou a ser assunto de Estado em função do Pan-Americano. Nós criamos mão-de-obra especializada no Brasil que não existia para eventos e para o esporte de alto rendimento. Nós criamos uma idéia de voluntariado. O Brasil não tem cultura de voluntariado. Foram dez mil voluntários que trabalharam no PAN e hoje trabalham em todas as competições esportivas pelo Brasil afora. Capacitação de gestão, tanto de administradores como de treinadores também é uma herança dos jogos pan-americanos.

O Senador Zambiasi perguntou sobre aonde vai o dinheiro da parte escolar, a lei determina 10% para o esporte escolar e 5% para o esporte universitário. O COB, junto com o Ministério e junto com a CDBU e as escolas e os secretários estaduais de esportes é... Nós fazemos as Olimpíadas escolares. De 14 a 16 anos, olimpíadas estudantis de 17 a 19 anos e olimpíadas universitárias, todo o ano, os três jogos. Foi uma das perguntas.

O Senador Romeu Tuma falou no professor de educação física que para a gente é fundamental, perguntou sobre as praças esportivas, é bom lembrar que o que Pan-Americano, 60% das praças esportivas eram temporárias.

Então, nós estamos falando das praças esportivas, Maracanãzinho está sendo muito bem usado, Maracanã muito bem usado, e nós estamos montando um projeto que é O Centro de Desenvolvimento de Talentos do Comitê junto com o Ministério, tem um projeto no Ministério para a Lei de Incentivos para que seja aprovado. Usando muito bem, de forma muito estruturada o Maria Lenk e o velódromo.

Atletas no exterior. Muita gente falou aqui de atletas no exterior. Eu fui profissional durante 15 anos. Joguei quatro anos na Itália e fez a diferença na minha carreira esportiva. Eu levei quase todos os atletas, ajudei a que fossem para o exterior quase todos os atletas do vôlei brasileiro depois de mim, aí Maurício, Tande, Giovani, Giba, que hoje está na Rússia. Porque isso faz parte da preparação desses atletas, sim. Essa idéia de que o atleta não deve ir lá para fora não é, ela não faz parte do alto rendimento. O alto rendimento ele é modelo e uma das experiências importantes desses atletas é essa experiência internacional.

Em relação a CPI, o Senador Miro Teixeira está pedindo as assinaturas, eu não sou contra nem temos medo de CPI nenhuma. Mas é só repetir que nós somos visitados e hoje estão lá dentro TCU e CGU todo dia no Comitê Olímpico Brasileiro. Todas as verbas do verbas do Comitê Olímpico Brasileiro são averiguadas diariamente pelo TCU e pelo CGU.

E aqui do meu amigo, Alberto, meu companheiro de Assembléia, eu até um mês atrás era voluntário, fazia parte da Assembléia do COB como ele, como voluntário. Só uma coisa, ele disse que não vive, nunca vai viver de esporte, eu já vivi e muita gente vive do esporte. O esporte hoje faz parte da indústria brasileira. Dá trabalho para muita gente. Então, não tenha, não é desonra nenhuma viver do esporte, Bernardinho vive dele, Djan viveu muito tempo, Ana viveu muito tempo, então faz parte.

Quando ele falou em aumento de funcionários do COB, na verdade aumentaram os serviços que o COB presta. Eu mostrei aqui [soa a campainha] todos os serviços que nós damos; as Confederações e a todo o esporte brasileiro.

Discordo dele, Rio 2016 não tem chance, eu também tenho essa ligação internacional, faço parte da agência mundial antidoping com sede em Montreal. Fiz as últimas delegações brasileiras. Acho que o Rio de Janeiro tem muita chance de vir a ser a sede dos jogos, sim. Medalhas, ele falou também que são ações

individuais, discordo completamente. Não existe ninguém que ganha medalha sozinho. Todos eles, todas essas medalhas são trabalhos de equipe.

E vou reforçar, estava escrito aqui, o Cláudio me deu uma cola, como ele elogiou o Cláudio, eu vou reforçar o elogio do Cláudio, o relatório do TCU que ele apresenta aqui não aponta nenhuma irregularidade nas verbas utilizadas pelo CORIO, Comitê Organizador. Nada dirigido ao COB existe nesse relatório. Nós temos, o relatório é público. Não tem nenhuma relação, nenhuma irregularidade do CORIO relativo ao Comitê Olímpico Brasileiro. Obrigado, e desculpe, Presidente.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Com a palavra o Dr. Alberto Murray Neto.

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Só ler o relatório, acho que o Comitê Olímpico está empurrando para o Ministério. Alguém vai ter que se explicar. O relatório está aqui não sou eu que digo. E eu quero amanhã, por favor, ler no site do COB a opinião verídica dos Senadores. Porque a que houve na Câmara, o site do COB foi contestado por 100% da imprensa que disse que o que saiu lá não era exatamente.

Quero dizer o seguinte, acho uma descortesia do Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro vir aqui falar como se pairasse em cima da lei e ir embora. Ele está aqui para falar com os Senadores e para explicar um mundo de denúncias que existe.

Marcus, com todo o respeito que eu tenho. Eu tenho o maior respeito pelos atletas olímpicos. Eu acho que ganhar uma medalha olímpica é uma das coisas mais difíceis que tem. Você disse uma coisa que pode ser correta, mão-de-obra no Brasil foi criada para a organização de eventos esportivos. Então, por que consultar, pedir à consultoria 46 milhões de uma empresa chamada EKS, de outras no exterior se tem aqui, faz a licitação com o que está aqui. Aí eu leio aqui que não, que as do exterior é que têm know-how.

Então, acho que a formação desse know-how brasileiro não foi assim tão grande. O dinheiro é público, Senador Zambiasi, o dinheiro é público. Se quiser botar isso no site também que estou dizendo é o seguinte: sabe o que diz o art. 26 do Comitê Olímpico? Que eu ainda não sei se vou discutir na justiça também, tem gente querendo, olha só, hein. Isso foi mudado na gestão, não era assim. "Somente brasileiros natos que sejam membros do Comitê, por pelo menos cinco anos consecutivos poderão ser eleitos para os cargos de Presidente e vice-Presidente".

Cinco anos representa, representam, na prática, dois mandatos. Se o Djan, se a Ana Moser, se o Secretário Claury, se eu, quer dizer, eu não porque eu faço,

mas eu não tenho pretensão, mas se o Bernardinho, quiserem ser presidentes, se o Lars Grael quiser ser presidente não pode. Tem uma vedação aqui. Enquanto isso, nós é que estamos sustentando tudo isso. Isso aqui é inconstitucional. Tem o parecer sobre isso e tem o parecer de administrativista sobre a questão de que o Comitê não é mais um órgão privado.

Esse negócio de vir aqui e falar... Ontem tinham me avisado que ele falaria e não me enfrentaria. Eu quero ter outra oportunidade para poder perguntar isso e ter resposta.

Finalizando. O Projeto de Lei tem que haver uma limitação de mandato para Federações, Confederações e Comitê Olímpico Brasileiro. Se o próprio Comitê Olímpico Internacional limita o seu mandato, por que é que nós não vamos seguir o exemplo? Isso tem que valer a partir de agora. Aí vem com aquela história de direito adquirido que é remédio para tudo no Brasil: "Ah, não, comigo não vale porque eu tenho direito adquirido eu nasci antes da lei". Não, tem que valer [soa a campanha] para esse mandato. É isso aí, obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a Ana Moser.

SRA. ANA MOSER: Então, rapidamente também. A gente fala de modelo esportivo, mas a gente tem que, para desenvolver a cidadania, para desenvolver os nossos jovens, a gente tem que ter modelos próximos, modelos possíveis, e não modelos distantes onde, enfim, a única salvação para boa parte da população, e isso é vendido alargamento como remédio, o remédio para todos os males, a única salvação do pobre no Brasil é virar atleta. Se o cara nasce com isso, né? Estampado...

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Modelo, [ininteligível]... [risos]

SRA. ANA MOSER: Sim, é. Pagodeiro, né, modelo, enfim. Questões que são inatingíveis. E o cara nasce com isso e vive com isso, haja auto-estima, haja condição.

Então, a questão dos modelos esportivos é importante, sim. Não estou tirando, senão... Eu estou aqui porque eu fui modelo esportivo. Mas, não podem ser os únicos. Não pode ser a única, enfim, a única salvação e a gente tem que ampliar um pouco mais esse conhecimento. Isso é cultura, isso é formação. Isso é maturidade como democracia, como povo.

Então, acho que a gente tem que discutir um pouco mais isso e não... Enfim, se contentar com explicações simples, simplistas. Com relação ao... A relação do COB com a educação, como a Lei Piva tem 10% para esporte educacional, quer dizer, para o esporte escolar, ou não sei como é que se define, porque na verdade, não se define muito, porque o entendimento

é um pouco difícil. Não se tem um entendimento do que seria esporte escolar, ou do que seria o esporte educacional. Então, um investimento do COB no esporte educacional é nas olimpíadas escolares. Que é uma edição nacional com grande recurso, recurso muito grande. E que ele faria sentido se ele tivesse tudo isso para baixo. Tem o nacional, tem os estaduais, tem os regionais, tem os municipais. E tem toda uma estrutura funcionando.

Então, isoladamente, num investimento, num evento nacional que a gente sabe que é muito mais caro carregar todo mundo dos Estados, que eu acho que é em Brasília que é realizado, se bem que deve ter em outras cidades. Cada ano numa cidade. Enfim, isso é uma questão.

E aí eu vou repetir o que eu ouvi há duas semanas atrás do João Batista Freire [soa a campainha] que é um dos maiores lançadores de livro sobre a educação e sobre o esporte educação no Brasil, que ele fala que ele, pessoalmente, e eu concordo com ele, não acredita em uma instituição fazendo tudo. Porque são objetivos diferentes, são resultados e estratégias diferentes. Então, não dá para o COB investir em tudo. Assim como não dá para o governo investir em tudo. Então, nesse sentido.

Eu questiono isso. Eu questiono o COB como o todo poderoso, supremo que, enfim, também vai cuidar da educação. Quem tem que cuidar da educação é o Ministério da Educação que infelizmente não está aqui hoje. Infelizmente, isso é um retrato. Isso não é por acaso. É um retrato do que, de como a educação vê a educação física e como a educação vê o esporte. Não vê. Infelizmente. E culpa nossa, da área esportiva. Muito culpa nossa da área esportiva.

Enfim, sobre o limite do mandato, como uma instituição que recebe recursos públicos, eu acho que deve seguir as normas do que é entendido como um mandato público. Então, uma reeleição.

E a questão do legado do PAN, dos usos dos equipamentos, eu queria só fazer um alerta. Não tem como uma instalação localizada lá em Jacarepaguá enorme, como o Maria Lenk, como o... Não o velódromo, o outro lá onde foi ginástica arena, eles são localizados, para ele ser ocupado, na sua plenitude, por projetos de iniciação esportiva ou de esporte para todos, é muito custoso. Você vai ter que transportar todas as crianças para lá todo dia. E quem trabalha com projeto sabe que transporte é um dos custos mais caros, transporte e alimentação. Não tem coisa mais cara que isso. [soa a campainha].

Então, não é feito para isso. Então, não se pode esperar que esse seja o resultado. Ele é feito para grandes eventos esportivos. Se fosse para ter equipamentos

esportivos para todos, tinha que pegar um Maria Lenk e dividir por 30 comunidades no Rio de Janeiro e aí você ia ter equipamentos de esporte para todos.

Então, uma coisa é uma coisa. Outra coisa é outra coisa. Como dizia o filósofo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Djan Madruga.

SR. DJAN MADRUGA: A Senadora Marisa falou sobre a questão do legado do PAN. No caso o que ficou do legado do PAN para a sociedade. Especificamente, eu posso falar do legado do PAN na questão do que tocou ao Ministério do Esporte que é o Complexo Deodoro.

O Governo Federal investiu 120 milhões de reais no Complexo de Deodoro. Nós cuidamos do Complexo de Deodoro já foram realizados desde o final dos jogos parapan-americanos 55 eventos em Deodoro. É o complexo com a maior utilização. Há atividade de natação, hóquei sobre a grama, tiro, está em construção o ginásio de judô, atletismo, enfim. Isso aí é público e notório.

Um legado muito importante que surgiu do PAN, eu diria, foi o aumento do Bolsa Atleta. Nós conseguimos com os resultados dos jogos pan-americanos, quadruplicar o número de bolsas atletas que foram oferecidas. Tínhamos 840 bolsas atletas oferecidas antes do PAN com o resultado do PAN, esse ano, e com, obviamente, com o resultado das Olimpíadas estamos entregando 3.300 bolsa atletas para atletas carentes que não têm outro tipo de patrocínio. Isso realmente decorreu em função daquilo.

Outra ação que foi importante; nos ajudou com o foco da realização dos jogos pan-americanos, a aprovação da lei de incentivo fiscal. O Senador Cristovam Buarque foi muito importante no processo. Essa Comissão nos ajudou muito e nós sempre falamos da importância da aprovação da Lei de Incentivo Fiscal em função da realização dos jogos pan-americanos.

A nível nacional, houve um legado importante na cerimônia da tocha que passou por todo o Brasil; e com a cerimônia da tocha, eu tenho certeza que milhares, talvez, quem sabe centenas de milhares de jovens estão praticando esporte em função da cerimônia que aconteceu.

A Senadora Marisa falou também das piscinas que são pouquíssimas. Concordo com ela. Queria deixar um dado aqui para os senhores dizendo que a cada, a cada hora e vinte morre um brasileiro afogado por não saber nadar. Então, nesse período que nós tivemos aqui, provavelmente três brasileiros, dois ou três brasileiros se afogaram pela falta da prática da natação e ela é muito adequada em lembrar que realmente não há piscinas suficientes. Estamos tra-

balhando no Ministério do esporte na capacitação de profissionais. É uma das principais exigências que foi colocada durante os jogos pan-americanos. Isso está sendo feito. Qual a política do Ministério do esporte para o esporte? Existe uma política de esporte, sim. Essa política está pronta, sendo revisada em função da conferência nacional de esporte como disse a Ana Moser que está sendo realizada ano que vem. Existe uma política setorial de esporte de alto rendimento, que eu tenho aqui se os senhores quiserem uma cópia, que também [soa a campainha] está sendo revisada, como existe a política de esporte educacional, como existe a política de esporte e lazer.

Pena que a Senadora não está aqui. Que, por favor, não acabe com o pouquíssimo recurso que há no esporte de alto rendimento e jogue no esporte para todos. Isso não... Me desculpe, mas, não faz sentido. Eu fico até com medo de ouvir, porque o esporte de alto rendimento, dentro do Governo Federal, é o que tem o menor recurso. Então, é importante o esporte educacional, sem dúvida, mas o esporte de alto rendimento é o espelho. Como a Ana Moser, como o Bernardinho, como todos esses atletas que estão aí conquistando medalhas, com o Cielo é que crianças, centenas, milhares de crianças e jovens estão iniciando na atividade esportiva. Esporte de alto rendimento é importante.

Senador Zambiasi, a questão da integração do Ministério da Educação com o Ministério de Esporte. Estamos trabalhando nisso. É muito difícil. O nosso modelo não é o modelo que privilegie o esporte educacional. O que o Ministério do Esporte está fazendo é exatamente, dentro do Programa Segundo Tempo, nós temos um milhão de jovens fazendo atividades físicas no contra-turno escolar. Então, estamos integrando os programas do Ministério do Esporte, Segundo Tempo, Núcleo de Base e Descoberta de Talentos para podermos desenvolver o esporte escolar dentro do nosso limite. A responsabilidade do esporte escolar, obviamente, é da educação, mas o Ministério do Esporte está fazendo a sua parte.

Senador Tuma falou da importância da atividade da educação física e do clube aberto à comunidade. Estamos com um projeto junto à Confederação Brasileira de Clubes para que todos os clubes que tenham possibilidade e viabilidade possam abrir também para a descoberta e detecção de talentos.

Senador Cristovam falou sobre a questão do Projeto de Lei que proíbe a recondução.

Senador, como atleta, eu diria que eu sou absolutamente favorável, porque a maioria dos atletas do país acha deplorável a questão dos dirigentes esportivos permanecerem durante anos e anos a fio no cargo.

Como gestor, diria o seguinte, tenho visto nas viagens internacionais que eu fiz que realmente, lá fora, ninguém respeita essa questão da recondução curta. Então, é um problema, porque se nós formos nesse caminho, com certeza os nossos dirigentes sairão prejudicados no entendimento internacional. Então, talvez, tem que se encontrar aí um meio termo, nem lá, nem cá. Mas, isso é fato. É concreto. Então, eu, como atleta, deploro. Mas, como gestor, vejo que sairemos inferiorizados nesse processo.

Senador Mão Santa [soa a campainha], atividade de ginástica, vi na China um povo, agora, durante os jogos olímpicos de Pequim, absolutamente saudável, fino, um povo saudável, porque, na minha visão, pratica atividade física que é a ginástica nas praças com um... Uma quantidade insuperável, eu diria. Realmente é um problema no Brasil, a prática da ginástica não existe. Fui Presidente da Associação Brasileira de Academias e a prática da atividade física no Brasil, ela é pífia. Menos de 2% da população brasileira pratica atividade física com regularidade. Mas em países, inclusive mais avançados como o nosso, como os Estados Unidos, por exemplo, é onde mais se pratica atividade física nas praças, nas universidades, nas escolas, nas academias, nos clubes, em torno de 15% da população tão-somente pratica.

Então, esse é um problema mundial que nós não vamos resolver. O que nós podemos fazer é aumentar a prática da atividade física, por quê? Porque se nós temos a ciência da importância da prática da atividade física regular, precisamos realmente fazer com que os nossos jovens também pratiquem, mas é um problema.

Queria finalizar dizendo que eu também acredito na questão da possibilidade da Olimpíada de 2016 vir ao Rio de Janeiro. Tive em duas oportunidades participando de duas ações que me garantem que existe essa possibilidade completa. Estive junto com o Ministro Orlando Silva entregando uma carta do Presidente Lula ao Presidente do Comitê Olímpico Internacional, Jacques Rogge, e percebi, claramente, conversando com ele, ouvindo o que se passou, que há um interesse, sim, em que os jogos olímpicos venham para a América do Sul. É concreto.

E agora, há duas semanas atrás, estive junto com a delegação brasileira que foi a Istambul defender a candidatura e pude ver todas as quatro candidaturas que foram apresentadas. Madri, Tóquio, Rio e Chicago. E, concretamente, as duas melhores apresentações para todos os presentes foram do Rio de Janeiro e de Chicago. E Chicago, talvez só tenha sido um pouquinho melhor do que a candidatura do Rio de Janeiro, porque eles apresentaram um vídeo do Presidente Obama.

Então, eu acredito que o Comitê Olímpico Internacional precisa vir sim para a América do Sul, porque há uma competição internacional do Comitê Olímpico com a Federação Internacional de Futebol que é a FIFA.

A FIFA já veio para a América do Sul e já está na África. O Comitê Olímpico Internacional não chegou nem na América do Sul. Então, vai ter que chegar impreterivelmente. A questão é saber se essa é a hora. Eu acredito que temos chances concretas sim. Obrigado.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu passo a palavra ao Claury Santos Alves da Silva.

SR. CLAURY SANTOS ALVES DA SILVA: Senador Cristovam, só para cumprimentar a iniciativa de todos os Senadores, a Senadora Marisa, todos os componentes da Mesa de sairmos daqui com a certeza de que tivemos uma oportunidade hoje, um fórum de discussão, de conceitualização... Todos nós saímos daqui aprendendo mais do que nós entramos nessa reunião e o sentido único de que o esporte é importante nessa visão, acredito, e assim nós temos atuado em São Paulo, não só o foco do alto rendimento, mas o alto rendimento com uma consequência de todo um trabalho da pirâmide, da base que se faz na escola, que se faz nas praças, e nessa base o poder público tem uma responsabilidade muito grande que é essa tríade de oferecer o material, oferecer a fundamentação... Um grande desafio que nós temos em São Paulo, que é esse envolvimento da educação com 12 milhões, com 6 milhões de escolares onde nós pretendemos não só, a questão do esporte, o ensinamento esportivo e pedagógico, mas, também, o ensinamento através dos pesquisadores do instituto de medicina esportiva da USP que é tratar sobre obesidade, que agora, dentro dos próximos anos deve ser uma das principais causas morte sobressaindo, quer dizer, alcançando o tabagismo.

Então, essa questão de orientar as crianças, os jovens, sobre anabolizantes, o uso indevido de anabolizantes, da obesidade... Tudo isso o esporte pode trazer junto. Eu acho que essa é a função principal do governo e, logicamente, dar também oportunidade para que isso tudo se transforme e que o esporte de alto rendimento, a participação dos nossos atletas, ídolos, seja sempre esse espelho olímpico, esse espelho de incentivo para a prática de... Para o incentivo para a criança, o jovem... E mesmo a pessoa de idade que queira participar e praticar esportes.

Eu também tenho algumas dúvidas como... Eu concordo com a Ana Moser, tenho algumas dúvidas com

relação às Olimpíadas escolares ser tratada como alto rendimento. Eu acho que o Marcus Vinícius sabe que no fórum de secretários [soa a campainha] de esporte essa é uma questão que tem sido polêmica, e acho, também, eu tenho dúvidas e, pessoalmente, acho que não é o foco de atividade de alto rendimento.

A possibilidade de nós avançarmos numa lei geral do esporte, eu acho que é muito benéfica e esse fórum que está se criando aqui que o Senador Cristovam Buarque presidindo a Comissão de cultura, Esporte e Educação, possa realmente ser, continuar sendo esse fórum para nós discutirmos o esporte.

Eu saio daqui muito animado. Quero cumprimentar o Senado. Quero cumprimentar V. Exa. todos os Senadores, Zambiasi, Senador Mão Santa que está aqui e que também nos dá essa certeza de que esse pensamento de que a ginástica, que há 500 anos de Cristo é o que a gente que trata do esporte, que lida com o esporte, que quer o esporte acima de tudo como... valorizado, eu acho que esse é o pensamento de todos nós aqui que queremos cada vez mais valorizar o esporte.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu já perdi dois almoços. Vocês também. Eu tenho um compromisso às 2 horas que eu não vou. Mas, eu não quero sair sem ouvir uma resposta do Alberto. Por que você acha que o Rio não vai ganhar?

SR. ALBERTO MURRAY NETO: Assim, eu vou falar mais do que os outros. Eu tenho a minha opinião.

Eu conheço os meandros disso. Tenho os meus contatos. A... A apresentação do Rio, em Istambul, foi ótima. Aí saiu de lá me liga um amigo: "Vocês tem a apresentação, foi melhor que teve. Usaram o teleprompter como nunca, mas mostraram o Rio de Janeiro que não é verdade". Quer dizer, pensam que o sujeito lá é idiota? Sabe que o Rio de Janeiro tem um índice de criminalidade altíssimo. Que não tem hotel, está aqui no jornal, que a piscina olímpica não serve, que tem que fazer outra. Que vai ter que investir, que esse relatório do TCU já não está circulando por lá? Está sim. Eu tive, eu fiquei on-line com a apresentação, e eu até botei no meu blog falando. O sujeito que ouviu a apresentação saiu de lá e disse: "Duas coisas, apresentação boa, Chicago e Rio de Janeiro. O Rio usou o teleprompter como se as pessoas fossem grandes atores" Mas eu venho aqui e mostro de repente um vídeo tentando dizer que, nem sei se existe essa cidade, mas Xiririca da Serra é a maior cidade do mundo.

Quer dizer, as pessoas sabem. O Comitê Olímpico Internacional tem a tradição de dar os jogos a quem tem segurança jurídica, segurança econômica, segurança no meio ambiente. Hoje os jogos olímpicos

são o maior evento do mundo, e quando ele assina o contrato com a cidade ele assina com o patrocinador. Eles não podem correr risco de dar a quem não sabe se vai sair.

Esse negócio de rotação do Comitê Olímpico Internacional não tem importância nenhuma. Tanto não tem importância esse tipo de apelo que é um apelo maior do que Atenas 96? Que era o centenário dos jogos olímpicos e perdeu para Atlanta, que foi a candidatura da coca-cola? Quer dizer, não tem nada disso.

Agora, a FIFA tanto se arrependeu de ir para a África que mudou o estatuto dela que disse: "Olha, não vai mais ter a rotação, porque quem está certo é o Comitê Olímpico Internacional que não tem isso". E pela primeira vez a FIFA fez uma coisa que foi um seguro para as copas do mundo da África e do Brasil, porque se ela não entregar a mercadoria que ela supostamente tem que entregar que é a Copa do Mundo ela paga uma multa danada. Você vê a credibilidade que os nossos continentes, sofridos continentes ainda têm. Não vão votar. Não vão votar. Eu sei, por exemplo, para onde vai o voto do Uruguai. Não vai para o Brasil. Quer dizer, posso dizer... Eu acho que o Marcus tem que falar porque eu não quero ser o monopolizador da palavra. Enfim...

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marcus, um minuto também.

SR. MARCUS VINÍCIUS FREIRE: Um minuto está ótimo. Na verdade eu acho, primeiro, seguro é obrigatório. É o meu mercado. Depois parei de jogar fui executivo de Banco Seguradora. É obrigatório; todas as Olimpíadas fazem, todos os jogos pan-americanos você tem que fazer é um *no show*, cancelamento. Eles fizeram igualzinho o que tinha antes. Atenas tinha muito problema de segurança e conseguiu contornar. Meio ambiente nem se fala, e de prazo de entrega de obra pior ainda, e conseguiu levar os jogos, sem o menor problema.

Eu acho que o voto é individual e secreto. Então não é o Comitê Olímpico Internacional quem manda no comando do voto. Existem blocos. Nós estamos trabalhando nesses blocos. O Comitê Organizador está fazendo um trabalho muito importante. Essa apresentação que ele falou que, realmente nós fomos muito bem; nós fomos muito bem. O mundo inteiro interpretou dessa forma.

O mundo inteiro conhece o Rio de Janeiro, sabe que são jogos diferentes. Os jogos da China foram de uma forma, os jogos de Atenas de outro, os jogos de Sidney de outro. A copa do mundo da Alemanha não vai ser igual a copa do mundo da África do Sul. Eu estive na África do Sul o ano passado, ela está preparada para receber os jogos que não vão ser iguais

aos alemães e assim vai ser da mesma forma no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu concluo dizendo com dois comunicados. O Ministro convida para uma sessão hoje às 16 horas na Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena e para amanhã a entrega de prêmio a 31 professores autores de melhores trabalhos.

Eu agradeço a todos. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 14h35.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE DEZEMBRO DE 2008. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e quarenta e seis minutos do dia três de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Paulo Duque, Rosalba Ciarlini, Sérgio Zambiasi, Antônio Carlos Valadares, Neuto De Conto e Romeu Tuma reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Virginio de Carvalho, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Flexa Ribeiro, que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 36/08 – CE de autoria do Senador Flávio Arns, sessão esta inserida na programação da IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, organizada pelo Senado Federal, que se realiza de 2 a 5 de dezembro, no Auditório Petrônio Portela. O objetivo da Audiência Pública é discutir o tema: **"Paraesporte no Brasil, e suas implicações na qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência"**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Maria Gloria Batista da Mota, Secretária Executiva da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB em Brasília; Senhor Antonio José do Nascimento Ferreira, Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil – ONCB; Senhor Jackson Carlos Barbosa,

Presidente da Associação Desportiva de Surdos de Taguatinga/DF e Senhor Ulisses Nardson Santos, servidor terceirizado do Senado Federal e portador de necessidades especiais. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o Senhor Daniel de Faria Dias, Atleta Paraolímpico de Nataação; Senhora Shirlene Santos Coelho, Atleta Paraolímpico de Atletismo; Senhor Marcos Fernandes Alves (Joca), Atleta Paraolímpico de Hipismo; Senhor Lucas Prado, Atleta Paraolímpico de Atletismo e Senhor Clodoaldo Francisco da Silva, Atleta Paraolímpico de Nataação. Prosseguindo, a Presidência informa que o Senhor Vital Severino Neto, Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, convidado a participar desta Audiência Pública, envia e-mail justificando a ausência, em virtude de problemas de saúde. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra o Senhor Senador Flávio Arns – autor do Requerimento, Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e Senhor Senador Sérgio Zambiasi. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma, bom dia a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Desculpem eu ler dessa maneira, mas é só para ficar registrado na gravação para depois saberem qual foi essa

Sessão. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão aprovadas.

Essa Reunião, ela atende ao Requerimento nº 36, de autoria do Senador Flávio Arns, para realização desta Audiência Pública, destinada a debater o tema “Paraesporte no Brasil e suas implicações na qualidade de vida e inclusão social da pessoa com deficiência”. A Sessão está inserida na programação da IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser realizada entre 2 e 5 de dezembro pelo Senado

Federal. Como Presidente dessa Comissão, eu quero agradecer ao Senador Flávio Arns a iniciativa, porque me parece mais do que correto, justo, que façamos uma Reunião como essa, Senador Flávio. Por um lado, para homenagear a esses heróis brasileiros, que não apenas são grandes atletas, mas são grandes atletas que superaram grandes dificuldades, mas também porque é um momento para debatermos como fazer para que aqueles que são portadores de deficiência, que exigem cuidados especiais, para que eles possam cada vez mais participar do esporte honrando o Brasil e quebrando os preconceitos que existem contra os portadores de deficiência ou portadores de cuidados especiais.

Eu quero agradecer especialmente à equipe organizadora da IV Semana, que também estive na II e na I, e dizer que... I e II, e III, desculpe, estarão na V. E dizer que vocês, com esse trabalho, vocês dignificam o Senado Federal, mostram que o Senado Federal é não apenas uma Casa Legislativa Política, mas é uma Casa com sentimentos, com solidariedade, com respeito e com orgulho também, porque essas são pessoas, que aqui estão conosco, que nos orgulham muito como brasileiros que somos. Então agradeço a presença e que nossa Sessão tenha sido incluída dentro das comemorações da IV Semana.

Eu quero aproveitar e dizer e que no meu discurso ontem, na plenária da IV Sessão, eu fiz questão de chamar a atenção para um grupo específico do que eu chamo portadores de cuidados especiais, o Senador Flávio Arns prestou muita atenção quando eu falei, estava em pé, que nós esquecemos, que são aqueles que não aprenderam a ler. O analfabetismo cria na pessoa portadora do analfabetismo a necessidade de um cuidado especial. De certa maneira, no mundo moderno, a pessoa que não sabe ler tem dificuldades para enfrentar a vida de outro tipo, mas também muito grandes como uma pessoa que precisa estar na cadeira, como uma pessoa que precisa de guia, como uma pessoa que precisa das traduções especiais como nós temos aqui. Com uma diferença: é que, como disse o Senador Flávio Arns, vocês vão estar na V, na VI, na VII, na VIII, porque sempre vai haver necessidade de cuidados especiais, mas no analfabetismo a gente bastava ter até a oitava, em quatro anos a gente poderia resolver isso. Eu faço questão de lembrar aqui para dizer a vocês que quem não sabe ler enfrenta dificuldades, para enfrentar a vida, diferentes, mas muitas vezes tão duras quanto a de vocês que não têm a visão, que não conseguem andar sozinhos, que não ouvem, que não falam.

Dito isso, eu vou passar a palavra àqueles que nos orgulham com a presença. Eu vou ler a lista dos

seis e vou depois passar a palavra na ordem que está aqui. O Vital Severino Neto, que é Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro; o Daniel de Faria Dias, Atleta Paraolímpico de Natação; a Shirlene Santos Coelho, Atleta Paraolímpico de Atletismo; o Marcos Fernandes Alves, o Joca, Atleta Paraolímpico de Hipismo; Lucas Prado, Atleta Paraolímpico de Atletismo; Clodoaldo Francisco da Silva, que é Atleta Paraolímpico de Natação. Todos eles, eu preciso lembrar, como está dizendo para mim o Secretário Júlio, todos são medalhistas olímpicos, todos eles, alguns com uma quantidade grande [risos].

Eu passo a palavra ao Vital Severino Neto, lembrando aos Srs. Senadores que hoje temos uma Sessão, neste mesmo momento, daqui a pouco, muito especial. Eu acho que a gente tem que se revezar aqui indo e vindo, que é em homenagem ao Chico Mendes, esse grande herói brasileiro, um herói do mesmo porte, também por razões diferentes, que esses atletas que estão conosco na Mesa.

Eu passo a palavra ao Vital. Ah, o Vital não veio, é verdade. Eu esqueci de dizer, antes tinham falado, que o Vital está com problema de saúde, provavelmente hospitalizado, eu creio, não pode vir. Então eu passo a palavra ao Daniel, com todas as suas medalhas [risos].

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: Bom dia a todos. Primeiramente fico feliz de estar participando, de portadores de alguma necessidade estarem sendo lembrados pelo Senado, então a gente fica feliz por isso e o que precisar da gente para estar podendo brigar por alguma coisa, a gente vai estar aí, e também vamos pedir para mudar muita coisa [risos].

Mas eu queria agradecer mesmo, muito obrigado pelo convite e as medalhas aqui são conseqüências de muito trabalho que a gente teve e com o apoio que o Governo tem agora com essa Bolsa-Atleta, vou até deixar, depois o Lucas vai fazer algumas coisas que ele quer que melhor, não é Lucas? [risos] Então o que ele falar, a gente vai assinar embaixo. Um bom dia a todos, muito obrigado pelo convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só isso?

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não quero contar de sua história, não quer contar das suas dificuldades?

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: É, dificuldades todos nós temos, isso daí é independente se somos deficientes ou não, problemas na vida todos temos e a minha vida também não foi diferente. Claro, enfrentamos preconceitos, isso ainda infelizmente existe, então eu agradeço muito aos meus pais porque

sempre acreditaram em mim, sempre apoiaram, tudo que eu quis fazer eles me apoiaram. Então agradeço muito a eles por isso e só tenho a agradecer a Deus por essas conquistas, porque apenas há quatro anos no esporte, conheci a natação em 2004, depois de assistir o meu grande amigo Clodoaldo Silva ganhando várias medalhas em Atenas, passei a conhecer o esporte Paraolímpico e vi que eu poderia ser um atleta também. Fui conhecer como que poderia fazer para praticar algum esporte, a princípio não ia nem fazer natação, queria jogar futebol, mas graças a Deus não deu certo, fui para a natação e agora está aqui o resultado. Em 2006 fui para o meu primeiro Mundial na África do Sul, consegui cinco medalhas, três de ouro, duas de prata, dois recordes mundiais, cinco recordes Parapan-americanos, em 2007 fui para o meu primeiro Parapan, saí de lá com oito medalhas de ouro em oito provas disputadas, o maior medalhista do Brasil, e em 2007 mesmo consegui ganhar como melhor atleta Paraolímpico do ano, pelo COB, pela premiação, concorri ao melhor atleta Paraolímpico do mundo, estava lá entre os cinco melhores do mundo, que foi uma premiação que aconteceu na Rússia, em San Petersburg, e agora esse ano então nem se fala, na primeira Paraolimpíada, sair de uma primeira Paraolimpíada com nove medalhas, quatro ouros, quatro pratas e um bronze, não tem nem o que falar, e mais uma vez consegui ganhar como melhor atleta Paraolímpico do ano e quem sabe estar concorrendo mais uma vez ao melhor atleta Paraolímpico do mundo.

Então a gente está numa batalha constante e pede que vocês não esqueçam de nós, porque nós somos atletas, como qualquer outro, que treinamos muito para estar chegando numa Paraolimpíada, representar bem o nosso país e conquistar todas essas medalhas. Então agradeço de estar sendo lembrado e que não esqueçam que sempre tenha isso todo ano, está certo? [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está certo.

[palmas]

Eu passo a palavra agora para a Shirlene.

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Bom dia a todos. É um prazer imenso ter sido convidada para estar aqui com vocês, como o Daniel disse, sendo lembrados.

Dizer que, como todos, como todos tive também muita dificuldade, tem três anos que eu conheço, não conhecia ainda o mundo Paraolímpico, com três anos também, tive muita dificuldade, no começo tive que tirar do bolso, até você conseguir um patrocínio é difícil, você tem que tirar do bolso para estar lutando e, assim, não tendo o reconhecimento devido, porque no

começo todo mundo acha que você é incapaz de fazer aquele tipo de coisa, muita gente acha isso. Poucos a gente vê assim, igual a gente tem, assim, tem os pais que são os únicos que acreditam em você de verdade. Quando eu comecei, eu desisti, durante um ano o meu técnico foi que me incentivou, ficou no meu calo o tempo todinho para que eu continuasse. Então depois de um ano eu decidi voltar ao esporte Paraolímpico, aí sim eu tive um apoio de uma empresa, onde eu não tinha mais que tirar mais do meu bolso para estar competindo, para estar treinando e, assim, foi a minha primeira Paraolimpíada, foi um imenso prazer de ter ido lá e ter conquistado a medalha de prata, com três anos no Paraolímpico. É isso, gente, é um prazer imenso estar aqui, obrigada a todos.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você não quer dizer para a gente como foi que você deixou o salto da vida comum de pessoa com deficiência para ser um atleta? Como que foi essa mudança?

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Assim eu, como o Daniel, eu também jogava futebol, gostava de jogar futebol, jogava com pessoas chamadas “normais” pelo fato de não conhecer o mundo Paraolímpico. Foi então que eu fui ao clube conhecer, tive o prazer de saber que existiam clubes em Brasília, fui até ao clube do CETEFE para conhecer o clube, fui chamada para fazer basquete em cadeira de rodas, onde eu não me adaptei. Então aí eu fui chamada para fazer o teste no atletismo, que foi onde eu fiz a minha primeira competição, gostei e estou até hoje.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É de lançamento de dardo?

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Isso, lançamento de dardo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vai dar flechada no coração. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero passar a palavra agora ao Joca, Marcos Fernandes Alves.

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: Bom dia a todos. Primeiramente eu queria agradecer a esta Audiência Pública de autoria do Senador Flávio, gostaria de ressaltar a importância da inclusão social da pessoa com deficiência na sociedade através do esporte e também agradecer a Lei Piva, através da Bolsa-Atleta, que nos proporciona a chance de poder treinar mais e, conseqüentemente, ter melhores resultados, se dedicando, porque tem esse benefício que nos ajuda todo mês. É isso, agradecer por estar aqui nessa Semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deixa eu insistir também para a gente se situar. Com que idade foi que você começou a praticar de fato?

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: Na verdade eu comecei a montar com dez anos, me profissionalizei no hipismo com dezoito, sofri um acidente com vinte e cinco, treinando um cavalo, ele quebrou a pata, saiu virando comigo e afetou a minha coluna, eu fiquei paraplégico. Mas sempre continuei no convívio com o cavalo, porque eu gosto muito, comecei a dar aula, mas nunca imaginei voltar a montar. Eu jogo tênis, jogo basquete, mas montar, nas minhas condições, eu nunca me imaginava em cima de novo de um cavalo.

Depois de dezessete anos, uma ex-aluna minha que começou a mexer nessa área do adestramento Paraolímpico, me chamou, eu falei: “Não, não tem nada a ver eu voltar de novo”, muito medo, muita coisa envolvia esse aspecto, até que ela me convenceu a voltar. E aos pouquinhos eu fui treinando, fui voltando, sempre com muito medo, não vou mentir, até hoje eu tenho medo, porque eu estou ali em total diferença de como era antes o meu controle todo ali do animal, hoje em dia eu dependo muito dele, dependo de uma série de coisas ali em cima que me deixam esse medo, mas mesmo assim eu procuro enfrentá-lo a cada vez que eu monto. Então é isso, o voltar para mim foi um desafio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra... Senador Flávio, quer falar alguma coisa?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, até lembrando que o Joca, ele foi o primeiro atleta a ganhar medalha Olímpica nessa modalidade, conquistou duas medalhas de bronze, uma no individual, não é?

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: Isso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E outra no estilo livre. Foi campeão brasileiro individual, conquistou medalhas de ouro em Mar Del Plata, na Argentina, e na Paraolimpíada de Atenas, da qual você já participou, o primeiro atleta brasileiro a participar nessa modalidade, ficou em 9º lugar, na época. Participou no Sul-Americano em São Paulo, foi campeão, e realmente é uma história bem interessante, não é Joca?

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: É, eu gostaria também de ressaltar um presente que eu ganhei no ano passado, foi um cavalo do cavaleiro Doda, que foi com ele que eu competi em Pequim, então isso daí foi uma ajuda fundamental para essa conquista, que foi um cavalo de qualidade e esse presente, nossa, eu tenho só que agradecer-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Lucas Prado.

SR. LUCAS PRADO: Em primeiro lugar bom dia a todos. Eu vou demorar um pouquinho, usar o tempo dos meus amigos que deixaram para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem [risos].

SR. LUCAS PRADO: Eu vou contar um pouco, não contar muito, que se eu for contar nós vamos ficar duas, quatro horas a mais aqui, então eu vou resumir um pouco sobre a minha vida, o trajeto da minha vida, a minha deficiência, o que aconteceu.

Eu sou um deficiente há seis anos, perdi a minha visão com dezesseis anos para dezessete anos, eu era funcionário público, eu trabalhava, e fiquei cego de frente para um computador, onde eu fiquei dois anos da minha vida deprimido, comecei a beber, não tenho vergonha de falar, onde eu tive uma adaptação meio cruel. Uma pessoa com dezesseis anos ter uma vida normal, enxergar, e com dezesseis anos você ficar cego, foi uma coisa assim que foi muito brusca para mim, foi um baque muito forte.

Aí foi aonde que em 2004 eu conheci o esporte Paraolímpico, que foi um convite de um amigo cego mesmo que eu ia sempre nos bailes onde ele tocava, onde ele me convidou para participar do futebol de cegos, onde eu comecei a desenvolver as minhas habilidades hoje. Em 2004 eu comecei no futebol de cegos Paraolímpico, em Cuiabá, onde que eu comecei a praticar o esporte, aonde desenvolvi, infelizmente eu não consegui êxito no esporte Paraolímpico no futebol, fui para o golbol, onde que é um outro esporte adaptado para cegos, também não tive êxito, onde fui parar no atletismo, que em 2005, por um convite do guia Jorge Chocolate, ele me convidou para participar do revezamento 4 x 100 da seleção brasileira, onde eu treinei para 2006, com seis meses de treinamento eu consegui marcas assim que estavam há mais de quinze anos no Brasil para serem batidas, como recorde brasileiro, recorde Pan-americano, onde eu consegui, em 2006 foi a minha primeira competição em Assen, onde eu fui medalha de prata no revezamento, onde não tive êxito nas minhas provas individuais. Voltei para o Brasil, treinei mais, como as condições eram meio precárias, não tinha apoio, não tinha ajuda de ninguém, onde me bancava com a minha própria aposentadoria e onde investi bastante em mim para 2007, nos Jogos Parapan-Americanos e no Mundial da IBSA que ia ter no Brasil, eu me destacar, e no Mundial da IBSA fui com cinco medalhas de ouro, duas no revezamento 4 x 100 e 4 x 400 e três nas minhas provas individuais, com três recordes mundiais, onde eu fui eleito pelo IPC o primeiro cego Sul-Americano a receber esse título inédito, porque o que Brasil nunca teve um atleta em Jogos Olímpicos que conseguiu, no atletismo, ter três

medalhas de ouro, e nem no “normal” também, nem as pessoas que enxergam não tive esse êxito. Então eu fui o primeiro cego a ter essa importância aí no Movimento Paraolímpico, que hoje, esse ano, em 2008, é que consegui, em Pequim, alguns de vocês podem ter visto, alguns não, eu consegui três medalhas de ouro. Infelizmente eu estava com a meta de correr abaixo dos 11 segundos, onde infelizmente faltou 3 milésimos só e não consegui, para conseguir essa meta aí, mas a meta agora para o próximo ano é tentar abaixar dos 11 segundos, ser o primeiro cego a correr abaixo da casa dos 11 segundos, a 10 segundos e pouquinho, então é um feito assim que eu estou batalhando agora para o ano que vem. Consegui três medalhas de ouro, dois recordes mundiais, um recorde olímpico na prova dos 400 metros.

Eu tenho as matérias das provas minhas de Pequim, eu trouxe algumas provas, para quem não assistiu, para ver alguns taipes da minha prova, que vai passar, então vão mostrar para vocês, que foi um trabalho assim de grande dedicação.

Eu estou aqui hoje, o grande ponto hoje de eu estar participando aqui é de estar falando da grande dificuldade que o portador de deficiência tem, não só o portador de deficiência, como as pessoas “normais”.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC-SE):

Quando você quiser pedir o DVD--

SR. LUCAS PRADO: Pode soltar a prova. Então o que é que eu posso falar? A grande dificuldade hoje do deficiente é o termo desse reconhecimento, que ainda está sendo precário, mas graças a Deus estamos conseguindo o nosso espaço, e a grande dificuldade que todo mundo fala é a verba, o dinheiro para o deficiente conseguir se manter no esporte Paraolímpico.

Hoje o esporte Paraolímpico, tem uma bolsa incentivo, que foi criada em 2005, pelo Presidente, que ajudou muito, proporcionou muito aos atletas manterem o rendimento, a chegar numa Paraolimpíada esse ano com um rendimento melhor, soco esse rendimento, infelizmente quando criaram a lei esqueceram de alguns detalhes, que o atleta cego hoje permite, se vocês verem pela imagem, eu sou acompanhado por um guia, e esse guia hoje para mim, no meu caso, no Brasil, para mim achar um guia, eu tenho que pegar o primeiro ou o segundo do ranking nacional. Isso é o quê? Ele ganharia mais dinheiro correndo sozinho do que comigo. Então para mim é meio complicado. E esse guia meu que corre comigo hoje, correu comigo em Pequim—

[exibição de vídeo]

Na China o interesse pelo esporte Paraolímpico parece proporcional ao tamanho da população. Para

algumas provas da natação e do atletismo os ingressos já se esgotaram há quatro semanas.

SR. LUCAS PRADO: -- correu comigo e eu arastei ele, porque devido às condições de patrocínios que nós temos esse ano, que foi uma grande ajuda, então foi bem assim complicado, e essa lei hoje, quando os atletas--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lucas, deixa eu dizer uma coisa. Está passando um vídeo aqui. É você que pediu para passar o vídeo?

SR. LUCAS PRADO: É.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você quer falar enquanto passa o vídeo ou quer deixar--

SR. LUCAS PRADO: Vou deixar o vídeo primeiro, depois eu acabo de falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Põe o vídeo de volta para o começo e aumenta o som, por favor.

[exibição de vídeo]

SR. LUCAS PRADO: Então deixa eu só voltar nesse ponto até quando começa. Já começou? [risos].

Os nadadores do Brasil conquistaram mais duas medalhas de ouro hoje nas Paraolimpíadas de Pequim.

Na China o interesse pelo esporte Paraolímpico parece proporcional ao tamanho da população. Para algumas provas da natação e do atletismo os ingressos já se esgotaram há quatro semanas, e o prestígio do público chinês os brasileiros transformam em energia. Hoje foram dois ouros no Cubo D'Água. André Brasil nos 100 metros borboleta com recorde mundial. Daniel Dias nos 50 metros costas. Ontem Daniel já havia conquistado o primeiro ouro do país no 100 metros livre e também com recorde mundial. No Judô, Michele Fernandes e Daniele Barbosa já levaram o bronze e Carla Cardoso a prata.

Boa parte das medalhas de ouro do país deve nascer das provas disputadas aqui no Ninho do Pássaro. O atletismo começou hoje e muito bem para o Brasil.

Ele é o corredor cego mais rápido do mundo. Nas eliminatórias do 100 metros, Lucas Prado baixou o recorde mundial que era 11 e 26 para 11 e 19. Vai ser difícil segurá-lo.

LUCAS PRADO: Já colocamos no eixo certo, os motores já estão ligados, agora já está testado o motor, não tem como falhar mais não.

A China lidera as Paraolimpíadas com oito ouros, dez pratas e dez bronzes, vinte e oito medalhas no to-

tal. O Brasil está em 7º, com três ouros, uma prata e dois bronzes, seis medalhas no total.

SR. LUCAS PRADO: Aí são vários taipes, que cada dia saía uma matéria no Brasil, eu consegui essas imagens.

Nos jogos Paraolímpicos de Pequim dois velocistas roubam a cena.

Eles fazem o que parece impossível, Escobar.

Realmente e, olha, é bonito de ver e impressiona. Oscar Pistorius, Sul-Africano, amputado. Lucas Prado, brasileiro, cego. Categorias diferentes, tempos parecidos. Acabaram de ganhar medalha de ouro nos 100 metros rasos.

Eles são dois dos grandes destaques dos jogos Paraolímpicos. Um é o corredor cego mais rápido do mundo. O outro é o velocista que ganhou reconhecimento mundial por brigar pelo direito de disputar as Olimpíadas com duas próteses. A história do Sul-Africano Oscar Pistorius, que teve as pernas amputadas aos onze meses e desde então foi estimulado pelo pai a usar próteses, fascina o público e aos jornalistas. A entrevista mais disputada é a dele. Pistorius diz que o reconhecimento e o ambiente nos Jogos Paraolímpicos têm sido uma das experiências mais inacreditáveis da vida dele.

LUCAS PRADO: Que quando ele começou, ele também não era ninguém. Então depende de um grande trabalho que ele fez, hoje ele está aí sendo o melhor do mundo da categoria dele.

O brasileiro, que perdeu a visão há cinco anos e desde então virou corredor, aos poucos ganha visibilidade. Quebrou o próprio recorde mundial nas eliminatórias, 11 e 19, contra 11 e 16 de Pistorius, que compete em outra categoria.

Apesar dos tempos muito próximos, as regras Paraolímpicas não permitem que Pistorius e Lucas possam competir um contra o outro, mas se isso fosse possível os dois aceitariam o desafio.

LUCAS PRADO: Sim, aceitaria. Eu, qualquer um que me chamar, eu corro. Em Joinville eu tenho o apelido de "falador", né, que qualquer coisa que os outros fala eu estou topando, entendeu, eu estou apostando para fazer.

O Sul-Africano concorda que seria uma boa idéia disputar com outros adversários, quem sabe poderia correr mais rápido. Segundo ele, Lucas está indo muito bem e tem de se orgulhar.

Agora a pouco Lucas e Pistorius estiveram na pista, os dois disputaram os 100 metros rasos e os dois levaram o ouro. Há mais que um motivo para o público admirá-los.

SR. LUCAS PRADO: Se quiser fechar, aí vão ter outras matérias. Se quiserem ver, todo mundo, tudo bem [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero chamar a atenção, Lucas, eu não sei se você soube, porque você não pode ver, mas o seu guia comemorou tanto quanto você.

SR. LUCAS PRADO: É, o meu guia, nessa prova, quando nós ganhamos os 100 metros, ele chorou bastante, que foi um trabalho muito dedicado, foi um trabalho bem esforçado, foi um trabalho aí de dois anos, de 2006 até 2008, foi um trabalho assim bem forçado. Então essa medalha Paraolímpica que nós ganhamos entrou para a história, entrou para a carreira dele também. Pôxa, ele trabalha, para me guiar, na época que nós começamos ele trabalhava das quatro da manhã até às três da tarde, depois ia me guiar, então foi assim uma vida assim bem corrida, bem batalhadora mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como é o nome dele?

SR. LUCAS PRADO: Justino Barbosa. Era para ele estar aqui, mas infelizmente ele teve uma competição agora, ele não pode vir, mas ele queria vir, porque ele compete na empresa, ele tem que correr pela empresa dele, então eu liberei ele para ele correr, para ele fazer esse favor, que agora hoje a empresa liberou ele para só me guiar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas ele corre tanto quanto você [risos].

SR. LUCAS PRADO: É, lá na China eu tive que dar uns trancos nele para ele correr [risos], porque ele estava engatando a marcha, estava escapando, então eu tive que puxar ele um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele queria ganhar a medalha para ele [risos].

SR. LUCAS PRADO: Então nas provas dos 400 metros e nos 200 metros, que foi uma prova bem puxada, que vai passar aí, foi uma prova que ele sentiu bastante. Eu fui o único atleta que correu a semana toda, eu não tive descanso, comecei a correr na segunda e parei na terça da outra semana, eu peguei uma virose lá de uma gripe, corri com febre, corri com 45 graus de febre, onde que eu estava bem debilitado, devido à comida, que infelizmente no terceiro dia já não estava descendo mais, então foi uma batalha assim bem complicada. Mas superei, trouxe as três medalhas que foi o objetivo que fui daqui para lá, era para ser quatro, mas no revezamento fomos desclassificados pelos chineses, eles estavam jogando doido com a gente, deu um perigo de gol lá e eles desclassi-

ficaram a gente, porque hoje a atleta-guia, ele tem que ser bem fundamental. Se ele passar 50 centímetros na minha frente, ele me desclassifica. Se ele ficar 50 centímetros para trás, ele me desclassifica também, porque ele atrasaria eu correr, então tem que correr bem sincronizado. A importância do guia hoje, no Brasil, é fundamental para o cego, hoje ele não corre sem ele. Então para mim, hoje, eu se não tivesse o guia já tinha parado, infelizmente recebi muitas ajudas de muitas pessoas que hoje ele abriu muito a mão de muita coisa para ele me guiar hoje, então hoje ele tem que ser reconhecido e sim reconhecido como um atleta também, porque ele abre mão da competição dele para me guiar. Então é uma coisa que eu estou lutando para ser reconhecida no Brasil, que o atleta-guia, ele guia o atleta cego, então ele tem que ter o reconhecimento também. Então é uma coisa que eu até já falei para o nosso Presidente do Comitê, que quando o atleta hoje recebe a medalha, o atleta-guia não. Por que não, sendo que ele é um atleta que ele está ali do seu lado ajudando você a ganhar, ajudando você a perder? Então ele está ali a toda hora, então por que não pode ser reconhecido também?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lucas ainda está passando aqui a sua competição.

[exibição de vídeo]

... ao lado do guia Justino Barbosa, em 11 segundos e 3 centésimos. Lucas e Justino bateram o recorde mundial que já pertencia à dupla. André Santos, que também compete por Joinville, ficou com o bronze hoje nos 100 metros rasos.

Agora o esporte. Os atletas Paraolímpicos do Brasil tiveram um dia histórico em Pequim. Conquistaram simplesmente cinco medalhas de ouro.

Antônio Tenório venceu Karim Sardarov, do Azerbaijão, por ippon, no judô para cegos, categoria até 100 quilos, e parece capaz de derrotar também o tempo. Aos trinta e oito anos se tornou o primeiro tetracampeão Paraolímpico brasileiro.

ANTÔNIO TENÓRIO: O judô sempre me feliz, desde os sete anos de idade o judô me faz feliz.

Na bocha, Dirceu pinto teve a honra de conquistar a primeira medalha de ouro do Brasil no esporte.

O Cubo D'Água é uma fonte inesgotável e Daniel Dias desafio à lógica. A classe S5 é para atletas com limitações físico-motoras, mas parece que ele nasceu com um motorzinho. Venceu os 200 metros nado livre, com o recorde mundial, terceiro ouro dele. Numa classe para atletas com menor grau de deficiência, dobradinha. André Brasil levou o ouro e o recorde mundial nos 100 metros livre. Felipe Rodrigues ficou com a prata.

Também teve brasileiro voando no Ninho do Pássaro. Lucas Prado baixou o recorde mundial, que era dele mesmo, de 11 e 19 para 11 e 03, ao vencer a final dos 100 metros para cegos. Conquistar uma medalha de ouro, bater o próprio recorde mundial duas vezes, tudo isso está muito longe de ser fácil. Imagine, então, quando o próprio corpo é um adversário a mais. Lucas está com fissura por estresse nas duas pernas, provocada por excesso de treino.

LUCAS PRADO: *Se reclamar não vai parar de doer mesmo, então eu esqueço ela, que acaba funcionando.*

A medalha é um senhor analgésico.

No quadro de medalhas o Brasil está em 5º, com oito ouros, quatro pratas e cinco bronzes. A China continua na liderança, com dezesseis ouros, vinte e uma pratas e dezesseis bronzes.

SR. LUCAS PRADO: Para quem não assistiu as Paraolimpíadas, está passando os momentos melhores, então vocês não podem ter uma desculpa para falar: “Eu não vi você correndo”. Então agora todo mundo viu eu correndo, então é uma coisa muito boa assim.

[exibição de vídeo]

... o primeiro deles, a vitória de Oscar Pistorius nos 100 metros rasos para corredores amputados. O Sul-Africano teve uma largada muito inferior aos demais competidores. Mas depois da segunda metade da prova conseguiu uma arrancada espetacular, ultrapassando o americano Jerome Singleton quase na linha de chegada. Pistorius ainda disputa os 400 metros e tenta o bicampeonato Paraolímpico nos 200 metros rasos. O segundo momento foi a vitória arrecadadora de Lucas Prado. O brasileiro estreou nos jogos quebrando duas vezes o recorde mundial nos 100 metros para corredores cegos, que era dele mesmo. A última quebra aconteceu na final, quando baixou de 11 segundos e 26 centésimos para 11 e 04. E olha que Lucas nem estava no melhor dos seus dias. Ele disputou a prova com febre.

LUCAS PRADO: *Eu acho que se não fosse o treinamento eu não tinha conseguido chegar a esse êxito aí. Então, para mim, eu acho que isso foi a maior importância. E a dedicação, que eu dediquei muito para essa medalha de ouro, dediquei muito pelo recorde mundial. Então eu acho que, para mim, eu estou dormindo ainda, vou acordar só amanhã para mim ver como que eu vou estar.*

Lucas Prado ainda volta às pistas para disputar os 200 metros e o revezamento 4 x 100. Kiko Menezes, de Pequim, para o Sport TV.

É de Joinville o paratleta mais rápido do mundo. Lucas prado conquistou ontem a medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Pequim. Ele fez os 100 metros rasos

para deficientes visuais, na categoria P11, ao lado do guia Justino Barbosa, em 11 segundos e 04 centésimos. Lucas e Justino bateram o recorde mundial que já pertencia à dupla. Essa foi a primeira medalha de ouro de Santa Catarina na Paraolimpíada e também a primeira do atletismo.

Nesta sexta-feira, em Pequim, o Brasil conquistou mais duas medalhas nas Paraolimpíadas, um ouro e uma prata, e a coleção deve aumentar no Ninho do Pássaro.

A mesma pista, as mesmas provas. O homem mais rápido do mundo é jamaicano, mas o corredor cego mais rápido do mundo é brasileiro. Depois do ouro e do recorde mundial nos 100 metros, Lucas Prado bateu o recorde Paraolímpico nos 200 metros. A final é amanhã. Autoconfiança, outra coincidência.

LUCAS PRADO: O meu adversário é o mesmo, eles estão aí para fazer... para encher as filas, mas o grande adversário de mim é eu e o relógio.

Outro brasileiro com poucos adversários à altura é Daniel Dias. Toda vez que ele cai na piscina, tira dela uma medalha para o Brasil. Hoje foi de prata, nos 100 metros peito. Já são sete na coleção dele.

As Paraolimpíadas de Pequim chegaram ao sexto dia e hoje o Brasil ganhou o décimo ouro. Para atingir esta marca, uma dupla de cadeirantes não derramou uma gota de suor, mas precisou de muita sensibilidade. O esporte é a bocha. Ganha quem aproximar mais as bolas coloridas da bola branca. Dirceu Pinto já tinha o ouro no individual, mas ao lado de Eliseu Santos conseguiu, mais uma vez, ser o melhor.

DIRCEU PINTO: Não precisa a gente andar com as pernas, né? Você andando com a cadeira, a vida vai andar do mesmo jeito.

Agora a gente volta falando de esporte aqui no Jornal do Almoço. João Venturi, o Brasil continua conquistando medalhas nas Paraolimpíadas e Joinville conquistou mais uma, é isso?

É, mais uma. A Terezinha, que é mineira, trouxe um bronze, e o paratleta Lucas Prado, que treina aqui em Joinville, Elisandra, esse sim não pára de brilhar em Pequim. Na prova dos 200 metros o velocista faturou mais um ouro e quebrou outra vez o recorde mundial, confirmando que é o deficiente visual mais rápido do mundo. Vamos ver como foi?

É ouro! Lucas Prado, campeão Paraolímpico, carimba a medalha de ouro na tela do Sport TV.

Fenomenal.

11ª medalha de ouro do Brasil. Pode comemorar, Lucas, o ouro é seu. Ele vai lá para o relógio para comemorar e muito esse título. Agradece demais o Lucas Prado. Recorde mundial, 22 e 48.

Lucas baixou o tempo dele em 22 milésimos de segundo. Esse ouro é a 11ª do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Pequim e a coleção pode aumentar, já que Lucas volta a competir nos 400 metros.

Mais uma vez ele cumpriu o que prometeu. Hoje de manhã o corredor cego mais rápido do mundo, que já havia conquistado o ouro nos 100 metros, com recorde mundial, levou ouro nos 200 metros, e também com recorde mundial. Agradecimento ao cronômetro. Terezinha Guilhermino correu para o bronze nos 400 metros para portadores de deficiência visual.

O paratleta Lucas Prado, que treina em Joinville, conquistou hoje a segunda medalha de ouro nas Paraolimpíadas de Pequim, na China. Na prova dos 200 metros, o velocista quebrou outra vez o recorde mundial. Lucas baixou o tempo dele em 22 milésimos de segundo. Essa é a 11ª medalha de ouro do Brasil nos Jogos Paraolímpicos de Pequim.

Agora olha só: o assunto por aqui é o paratodos. Vocês lembram daquele problema que de vez em quando cola aqui no Zona de Impacto, que é muito legal, é sempre um exemplo de superação? Então, dessa vez o assunto é o seguinte: sabe quem é o Lucas Prado, o cego mais rápido do mundo, que está quebrando tudo nas Paraolimpíadas em Pequim? Então, o Zona de Impacto, é claro, pôs o moleque para radicalizar. Vamos ver como é que foi.

SR. LUCAS PRADO: Aí eu fui conhecer o gelo, nunca tinha conhecido a neve, então eu fui ver. Fui ver, eu vi com a minha mão. Eu experimentei o gosto do gelo. Não ri não, hein gente.

[exibição de vídeo]

Onde que está a parte do gelo aqui nele? Aqui tudo?

Até para lá, ó, tudo, tudo.

Para cá? Um tiro de 360 graus para vocês conhecerem a cidade.

SR. LUCAS PRADO: Era eu que estava filmando, hein gente.

Agora abaixa um pouquinho a câmera.

LUCAS PRADO: Depois que eu encarei o medo, eu me sinto uma pessoa assim realizada. Então para mim, o medo, para mim, é uma fase passageira.

Meu nome é Lucas Prado, tenho vinte e três anos, sou cego apenas há seis anos, perdi a minha visão em 2002, dia 31 de março, infelizmente com a fatalidade do descolamento de retina. E daí para cá, dois anos depois, em 2004, que eu conheci o mundo Paraolímpico.

Quando eu bati o recorde mundial, fizeram para mim, cortaram o meu guia. Esse daqui ainda eu estou caçando jeito, só que não pode furar as paredes, ainda diz que ficou muito bonito, que é uma coisa assim

que eu, pô, nunca tive, eu guardei, trouxe da competição e guardei para mim. Quero guardar como uma recordação, eu acho que foi o momento mais feliz da minha vida quando eu quebrei o recorde mundial dos 100 metros.

Em 2006 resolvi partir para o esporte individual. Saí do coletivo e vim para o individual, onde que eu estou me destacando bem no atletismo, onde que eu consegui vários êxitos em 2007, com o recorde mundial nos 100 e nos 200 metros.

Eu vim de uma cidade que é quente, eu vim de Mato Grosso, de Rondonópolis, que lá é 45 graus, então eu fui criado até os dezessete anos numa cidade quente. Então você vim e em um ano, dois anos, numa cidade fria, você vai sentir muito o impacto.

Os meus olhos congelaram, cara!

O que foi?

LUCAS PRADO: Os meus olhos congelaram.

A minha baixinha, o meu braço direito, que fica sempre ao meu lado, a que agüenta as porradas do meu nervoso, do meu estresse, ela que é o pedestal mais forte de tudo aí. você vê o Lucas Prado, o atleta, você vê o corredor de tudo, mas ao lado desse atleta, QUE tem uma pessoa que é muito forte, que segura as barca tudinho, que fica longe de mim quando eu viajo, é ela que segura, a fonte maior da minha vida é ela aqui. É ela e a minha família que está no Mato Grosso, então ela, para mim, é o meu anjo direito. Quando eu corro, quando eu ganho as corridas, ela sempre está em primeiro lugar lá comigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você tem dois guias, hein.

O Lucas, ele é uma pessoa legal, às vezes ele é compreensivo [risos]. Bom, às vezes ele é nervoso, mas eu entendo ele por causa que ele tem essa deficiência, né, então fica mais difícil. À vezes ele é muito nervoso, mas eu gosto dele, né, vai fazer o quê? [risos]

LUCAS PRADO: Essa pessoa, eu conheci ela quando eu enxergava, e depois que eu fiquei cego, nós ficamos juntos. Hoje ela é a minha esposa, quem me acompanha, o meu braço direito, para os lugares aonde eu vou.

[pronunciamento em língua estrangeira]

LUCAS PRADO: Moeda? De quantos?

Cem pesos.

LUCAS PRADO: Cem pesos?

Na moeda antiga?

LUCAS PRADO: Cadê os cem pesos? Cara, eu estou vivendo eu acho que os anos mais felizes do mundo, nem quando eu bati o recorde mundial eu me senti tão feliz como eu estou agora. Pô, cara, é uma coisa... é inexplicável, Pedro. Eu estou com uma pessoa que eu amo do meu lado.

Gente, eu nunca vi tanto gelo na minha vida. A sensação é muito boa, estou muito emocionado, eu estou em cima do gelo, vocês podem ver aqui, ó, gelo puro, neve. Esquiar, o mais rápido do mundo vai ser o mais veloz na neve.

Mudou a paisagem, era tudo escuro, agora ficou tudo branco.

Vamos alugar os patins da neve, vamos, vamos.

Cadê o Pedro?

Eu estou aqui.

LUCAS PRADO: Vamos embora, Pedro.

Os primeiros anos foi muito difícil para mim superar. Eu comecei a beber, eu não estava nem aí para a vida mais, pensava até em se matar, eu não estava com o psicológico muito adequado, quase entrei em depressão. Sorte que um amigo meu, que era cego, que eu conhecia bem antes dos bailes, ele me convidou para ir para o esporte Paraolímpico, disse que no esporte de cego tinha... tinha tudo de esporte, então eu falei: "Pô, então por que eu não posso ser feliz assim também?" E ele falou para mim que no esporte tinha muitos cegos que andavam para tudo quanto era lugar do país e não dependia de ninguém. E daí para cá que eu tive força e garagem de aceitar a realidade.

Para dentro e para fora, para dentro e para fora.

SR. LUCAS PRADO: Aí eu estava aprendendo a dar os primeiros passos na neve.

Vamos mexer. Quando você vai na corrida, você vai atrás do seu guia, certo? Têm bichos no Brasil?

LUCAS PRADO: Não, não.

Anacondas?

LUCAS PRADO: Não, sucuri.

Sucuri. Entendeu, deu para perceber a diferença?

LUCAS PRADO: Hum-hum.

Agora calma.

LUCAS PRADO: O passeio é muito legal, eu não consegui dormir de segunda para terça, com a expectativa de chegar logo no gelo, para mim ver o gelo como era, a neve.

Tem gosto do quê?

LUCAS PRADO: Água.

Eu já estou craque. Nega, está tirando a foto aí?

O esporte radical para mim é tudo, pô, eu acho que não precisa a gente ver para saber se é bom ou não, mas sim sentir. E quando eu estava na neve, nossa, para mim era um mundo do jeito que eu tinha criado na minha cabeça. Quando eu subi lá, eu senti uma coisa assim muito especial, eu senti um momento muito bom da minha vida, num lugar amplo, alto, tipo... Pô, é uma coisa assim, como eu descrever vai ficar impossível, que é a mesma coisa que você está num topo de um morro alto e você se sentir nas nuvens,

se sentir no céu. Então para mim ali, aquele topo ali, para mim, eu estava lá no céu. Eu estava muito feliz, eu estava com a imaginação tentando perceber o que tinha ao lado, ao redor.

Hoje a minha sensibilidade é bem aguçada, hoje eu posso falar para você que eu escuto melhor, eu vejo [risos]... Eu vejo melhor com o ouvido, então eu sinto o olfato melhor, eu tenho um paladar muito bem aguçado também e um tato muito bem aguçado. Então para mim, a diferença minha, de quando eu enxergava para hoje, é melhor mais 100% do que eu era antes quando eu enxergava. Hoje eu, com o ouvido, eu aprendo a ver melhor as pessoas, com a mão eu aprendo a sentir mais as pessoas.

Sonorização, um, dois, fecha a imagem.

[pronunciamento em língua estrangeira]

LUCAS PRADO: Tive um sonho esquisito, parecia que estava vendo, fui convidado para esquiar na neve, no Vale Nevada.

SR. LUCAS PRADO: Pois é, gente, eu acho que eu vou começar a falar aqui, porque senão nós vamos ficar aqui muitas horas.

Vou mudar, vamos ao assunto principal, Senador, tem o Clodoaldo aqui para falar, que ele vai enrolar mais uma hora, vocês querem ir almoçar, se não vai acabar ficando muito chato.

Mas a expectativa é essa, então hoje a deficiência nossa não é empecilho para ninguém. Hoje nós fazemos tudo, eu, principalmente, eu não me sinto deficiente, tenho uma limitação de não poder enxergar. Hoje eu faço tudo, mexo com computador, leio e-mail, converso pelo MSN, tenho Orkut, brinco com todo mundo, tem hora até que as pessoas perguntam: "Mas como faz para você digitar?" Eu falo: "Pô, fecha o olho e digita com a mão". Eu não sou amputado. Então tem gente que tem—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SR. LUCAS PRADO: [risos]. Então os outros... Eu não sou amputado, eu tenho os braços, entendeu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Fala o teu e-mail, o endereço do teu e-mail.

SR. LUCAS PRADO: E o meu e-mail, quando eu falo o meu e-mail, todo mundo ri, que eu falo que o meu e-mail, quando os outros falam: Qual é o seu e-mail, Lucas Prado? Eu falo: "ceguinhoprado". Aí todo mundo: "Porra, por que é ceguinhoprado?" "Porque é diferente". Quando eu tentei fazer, quando eu fui criar Lucas Prado, não dava certo, tudo quanto era nome que eu colocava lá não dava certo, então eu falei: "Eu vou colocar ceguinho que só vai ter eu, eu quero ver se não daí dar certo". Eu coloquei ceguinhoprado e ficou.

Então hoje a deficiência nossa, eu posso dizer como eu, as limitações quando você perde algum movimento do braço, em algum segundo, é difícil, mas a adaptação, se a gente querer, é fácil. Igual eu falei, já que o mundo não vem a mim, então eu tinha de ir ao mundo, então eu não vou esperar o mundo se adaptar a mim que vai ser difícil. Então eu vou me adaptar ao mundo conforme ele quer.

Então a meta é essa. A dificuldade hoje, vocês viram ali que eu quero mostrar é sobre o guia e o treinador, que hoje para um atleta que está começando, é difícil dele pagar um guia e é difícil ele pagar um treinador. Então a lei hoje que tem da bolsa-atleta, não tem incluído o treinador e o guia. Eu peço para V. Ex^a. que analise com carinho, faça uma Emenda, já conversei com o Ministro Orlando Silva, já fizemos abaixo-assinado, já vem de uma longa data para estar mudando essa lei, para estar proporcionando, ajudando também o guia, porque o guia, vocês viram que é fundamental na corrida minha. O treinador também, onde ele planeja tudo para dar certo, para chegar, você vê esse espetáculo nas Paraolimpíadas.

Então eu peço para V. Ex^a., Senador, que analise com muito carinho, que todos os Senadores levem esse projeto para fazer uma Emenda, que isso não custa nada. Pôxa, é tão fácil ali, é só fazer um complemento ali, adicionar ali, que eu acho que ajudaria em boa parte, teria muitos outros deficientes que vocês poderiam ver em 2012, que como eu surgi, podem surgir outros, e com essa bolsa incentivo podem aparecer mais atletas, mais potencial no Brasil.

Então eu vou deixar a minha palavra agora para o Clodoaldo, agradeço a vocês terem vindo, ocupado o seu tempo, me desculpem, eu mostrei um pouco, para quem não assistiu, assistiu alguns VTs agora das Olimpíadas, e muito obrigado, eu fico agradecido por ter falado agora [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Lucas, eu quero dizer que eu tenho um amigo aqui em Brasília, que também é cego, e todo dele é um cego de visão, é assim que ele se apresenta e assim que foi candidato a Deputado aqui no Distrito Federal, como um cego de visão. Ver é uma coisa biológica, mas visão não é só biológica e você demonstrou que você tem uma visão das coisas, do mundo. Parabéns.

SR. LUCAS PRADO: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Clodoaldo.

SR. LUCAS PRADO: Você só tem dez minutos [risos].

SR. CLODOALDO FRANCISCO DA SILVA: Muito bom dia Sr. Senador Cristovam Buarque, Presidente da Casa, já estou virando um sócio daqui, na semana passada estava aqui, ontem também, estou hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

SR. CLODOALDO FRANCISCO DA SILVA: Meus companheiros e amigos de Mesa, Senador Flávio Arns, Senadora Rosalba, cumprimentando a todos, cumprimentando a essas pessoas aqui e cumprimento também todos que estão presentes, a minha esposa, eu casei agora no dia 27 de novembro, a Patrícia Guimarães. Cadê ela? Ela está ali, ela é meio tímida. O Lucas não está vendo, mas eu espero que todos possam ver [risos]. Levanta a mão. Isso [risos]. Pois é, agradeço e fico feliz por não só eu, mas todos os atletas Paraolímpicos estarem presentes aqui nessa IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, é muito bom saber que o Senado se preocupa com esse tema, com esse assunto, e eu espero que nessa Audiência possamos ter idéias, sugerir para que a vida da pessoa com deficiência possa melhorar a cada dia, porque os nossos direitos e deveres estão na lei, tem na teoria, pouco na prática, e, também, aí temos todos os veículos de comunicação do Senado para que a gente possa não estar só colocando nessa sala, mas estar indo para todo o Brasil através do Rádio, da TV, da Revista, tudo do Senado.

Falando um pouco de mim, meu nome é Clodoaldo Silva, natural do Rio Grande do Norte como a Rosalba, como o nosso Presidente da Casa, do Senado, o Garibaldi Alves. Conheci a natação no ano de 1996 com o processo de reabilitação. Dois anos depois já estava participando do meu primeiro campeonato nacional, que foi no Rio de Janeiro, ganhando três medalhas de ouro. Um ano depois tive as minhas duas primeiras experiências internacionais com a seleção brasileira. Nos anos seguintes participei de mundial, de Paraolimpíadas, e toda essa trajetória esportiva foi marcada com muita determinação, muita perseverança.

O Lucas e outros atletas aqui falaram das suas dificuldades e eu fico muito feliz porque não sou só eu que tenho esse privilégio de ter muita dificuldade, muita determinação, muita perseverança para conduzir o meu objetivo. Eles mostraram, eu achei muito legal quando estávamos vendo o vídeo do Lucas, que ele, num dos comentários, falou que estava a perna com a fratura, estava fissurada e falou: "Pôxa, se eu reclamar não vai parar de doer". Então eu espero que isso sirva de mensagem, de lição para todos nós, porque muitas vezes temos tudo nas mãos e reclamamos muito porque: "Ah, hoje o dia não foi muito favorável para mim", e como ele falou, se reclamarmos, vai continuar

da mesma forma. Então temos que sempre seguir em frente para que a gente possa conseguir os nossos objetivos e as nossas metas.

Hoje eu sou um atleta reconhecido nacionalmente, internacional, participei da Paraolimpíada de Atenas, ganhei seis medalhas de ouro e uma de prata, já participei de três Paraolimpíadas, hoje eu sou o maior atleta da história Paraolímpica do Brasil e eu fico feliz de servir de exemplo, servir de ídolo para pessoas com ou sem deficiência, que no Brasil, há um tempo atrás, nós nunca íamos pensar que a sociedade brasileira fosse admirar, fosse ter uma pessoa como exemplo e como ídolo que tivesse uma deficiência. E hoje não tem só o Clodoaldo, tem o Lucas, tem o Daniel, tem a Shirlene, tem o Joca, atletas que contribuem e vão contribuir muito para que o desenvolvimento da pessoa com deficiência e do esporte Paraolímpico brasileiro possa crescer mais.

E falando em leis, muitas pessoas também me perguntam: “Clodoaldo, você sofre preconceitos e discriminação hoje?” E eu falo: “Não, eu hoje não sofre nenhum preconceito de discriminação”, mas eu acho que o maior preconceito e discriminação que não só o Clodoaldo, mas todos os atletas que tenham algum tipo de deficiência sofrem, é a falta de acessibilidade, que no Brasil são em todos os Estados. Eu acho que nós deveríamos ver com mais carinho, com mais atenção essa coisa da acessibilidade. Por quê? Porque nós, pessoas com deficiência, não precisamos de peninha e nem de piedade, precisamos sim de oportunidades. Então já foi provado que quando se dá oportunidade para qualquer que seja a pessoa, para qualquer que seja, seja uma pessoa que tem deficiência ou não, se der oportunidade, se der a ferramenta correta para ela, ela vai ser tão produtiva quanto qualquer outra pessoa. Por exemplo, o Lucas, se você der um computador, se você der um meio de ferramenta para ele trabalhar, ele vai fazer isso como qualquer pessoa “normal”. Se você der a estrutura e a oportunidade para um cadeirante estar desempenhando um trabalho que outra pessoa, dita “normal”, possa estar fazendo, ele vai estar fazendo. Por quê? Porque você vai estar dando a oportunidade para ele. Então nós temos que ver isso com mais carinho, com mais atenção. Acessibilidade não é só para pessoas com deficiência, são para pessoas também idosas, gestantes, pessoas que temporariamente estão impossibilitados de estar andando normalmente. Então eu acho que o carro chefe tem que ser acessibilidade.

No ano passado aconteceu o Parapan-americano aqui no Brasil, no Rio de Janeiro, e naquela época, antes de começar o Parapan, eu estava muito feliz, muito entusiasmado. Por quê? Porque eu achava que

ali seria um estopim para que a acessibilidade no Brasil pudesse sair do papel e ser colocado na prática. Infelizmente acabou o Parapan, deixamos de falar do tema de acessibilidade. Hoje a estrutura do Rio ou os complexos esportivos estão precisando aí até de uma atenção maior dos governantes e com essa Audiência espero que possamos mudar muitas coisas aí em relação à acessibilidade.

Eu hoje ministro palestras por todo o Brasil passando uma mensagem de otimismo, de superação, de perseverança, e eu fico muito feliz quando vem crianças com e, principalmente, sem deficiência, e falam: “Pôxa, quando eu crescer, eu quero ser igual a você”. Como eu falei anteriormente, há um tempo atrás não se imaginava uma criança sem deficiência querendo ser uma pessoa que tem deficiência, só que eles não vêem o Clodoaldo incapaz, não vêem o Clodoaldo deficiente, pelo contrário, vêem o Clodoaldo capaz, o Clodoaldo eficiente, o Clodoaldo que todos os dias luta pelos seus objetivos, pelas suas metas.

Hoje eu tenho alguns projetos sociais que eu participo, que eu contribuo lá em Natal, em todo o Brasil. Hoje, também, eu faço parte de uma associação que chama-se Atletas pela Cidadania. Essa Associação é presidida pelo ex-jogador do São Paulo e da seleção brasileira, o Raí, e nessa Atletas pela Cidadania também tem outros grandes nomes que já foram grandes atletas e que ainda são exemplos, como o Gustavo Borges, Oscar, Hortência. É uma Associação de Atletas e nós estamos imbuídos para poder estar discutindo políticas públicas, políticas sociais. De 2008 a 2010 o nosso principal objetivo é a Lei do Aprendiz, a Lei do Aprendiz que na semana passada aqui em Brasília foi discutida, tanto para pessoas com e sem deficiência. Eu acho e tenho certeza que se queremos mudar o Brasil, temos que dar também prioridade à educação. Por quê? Porque quando a gente nasce, a primeira lição que nós temos que ter é nos educarmos. A gente [soa a campainha] não nasce com pensamentos de sermos grandes atletas, com pensamentos de ganhar medalhas de ouro, com pensamentos de bater recordes mundiais. Nós nascemos com o pensamento primeiro de nos educarmos, de sermos cidadãos, e o esporte vem em consequência dessa nossa vida. Então eu acho que se pudéssemos enfatizar todo esse trabalho na escola, fazer um trabalho de base e o esporte ser consequência, eu acho que poderia aparecer grandes atletas, como apareceu o Clodoaldo, o Lucas, o Daniel, a Shirlene, o Joca. Então eu acho que é isso.

Temos que começar por algum canto, começamos aqui com essa Audiência, já é a IV Semana de Acessibilidade, de Valorização da Pessoa com Deficiência, espero que a gente possa contribuir. O esporte

Paraolímpico hoje cresce muito. Em Atenas tivemos catorze medalhas de ouro, em 2008, agora em Pequim, já tivemos dezesseis medalhas de ouro. Precisamos de muitas coisas? Precisamos, mas eu tenho certeza que hoje vai ser melhor que ontem, que amanhã vai ser muito melhor que hoje.

Então fica o registro aqui para que a gente possa bater o pé nesse tema da acessibilidade porque, como eu falei anteriormente, a gente não precisa de peninha e nem de piedade, mas sim precisamos de muita oportunidade para que a gente possa ser igual como qualquer outra pessoa que não tenha nenhum tipo de deficiência

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É isso aí, campeão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não sei se vocês sabem, mas ontem estava aqui o Bernardinho, o treinador de vôlei, e ele fez um discurso que poucos conseguem fazer tão bem e tão bonito. E o seu, Clodoaldo, foi muito bom o discurso, eu agradeço a sua presença, a presença de todos vocês.

Eu estou com um problema de estar presente lá na homenagem ao Francisco Mendes. Eu sou um dos que convocou essa homenagem, pela minha relação com ele, muitos anos atrás, quando fui o patrocinador do Primeiro Encontro dos Seringueiros, na Universidade de Brasília. Eu vou ter que ir lá tentar falar o mais rápido possível e voltarei aqui porque eu não quero perder a continuação dessa Reunião.

O Senador Flávio Arns é o primeiro inscrito. Então eu pediria que a Senadora Rosalba presidisse aqui enquanto eu vou e volto, a não ser que tentemos esperar um pouco mais. Vamos esperar, são dois oradores, não é isso? São dois, vamos esperar um pouco mais. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da minha parte, Sr. Presidente, eu acho que as falas foram tão eloqüentes, tão boas, tão práticas, tão cidadãs que a gente não precisaria colocar mais nada, porque eu acho que o exemplo, a fala deles, é muito mais importante do que a fala de qualquer um de nós. O exemplo prático fala por dez mil palavras, o que o Joca colocou, a Shirlene, o Daniel, o Lucas, o Clodoaldo. Eu acho que é isso mesmo, tudo que vocês colocaram é importante e necessário.

Eu só penso assim, por que é que tem uma semana de valorização, um momento assim? Eu sempre digo que uma semana é uma parada, uma reflexão, vamos pensar juntos, vamos discutir, vamos ver o que fazer, têm problemas, vamos avançar mais, vamos dar visibilidade para a sociedade que as pessoas que

tenham cegueira ou problema físico ou paraplegia, seja lá o que for, escutando vocês, elas podem dizer: “Sabe, eu também vou procurar”, como o Lucas falou que chegou o amigo e colocou e tal, e tantas pessoas que às vezes não sabem que isso está acontecendo. Então é uma oportunidade de sensibilizar e de conscientizar não só a pessoa, mas o órgão público, a Câmara de Vereadores, a Assembléia Legislativa, o Senado Federal. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. No final tem que acabar convencendo essa turma toda.

Eu já estava conversando inclusive antes, Sr. Presidente, com o Lucas, a Shirlene, todos nós estávamos lá na ante-sala antes desta Audiência Pública, e eles apresentaram dificuldades, como aqui o Lucas expôs, da necessidade no bolsa-atleta de se ter assim algum pensamento, alguma ajuda, uma participação do guia e do treinador, porque o treinador, no Paraolímpico, tem um detalhe diferente inclusive do Olímpico também. Então nós já falamos com a Consultoria, Sr. Presidente, já dissemos que é possível de mudar e vai ser uma proposta da própria Comissão de Educação. Mas eu alertei para eles, e quero alertar para todo o Brasil, que é importante a gente aprimorar essa comunicação, esse diálogo entre as áreas na sociedade e o Congresso. Então podem sempre colocar os problemas, discutir, mandar a carta. Nós temos até uma Comissão que é interessante, que é Direitos Humanos e Legislação Participativa, V. Ex^a. foi até Presidente da Comissão. Legislação Participativa significa isso, as pessoas sugerirem, proporem e a gente estudar.

Então eu achei muito boa a Audiência, muito importante, é uma audiência assim cidadã, para dignidade, para respeito. O que foi colocado pelo Clodoaldo também é muito importante. Eu diria assim que o maior desafio é isso que ele colocou mesmo, quer dizer, tudo que ele falou e que os outros falaram eu teria o máximo prazer, como se diz, em assinar embaixo, porque não precisa mais nada. Acessibilidade é o desafio, precisa ser visto, precisamos nos dedicar a isto e fazermos um trabalho integrado, entrosado. Essa integração é muito importante.

Então eu quero parabenizar, dizer que vocês continuem animados, firmes, dedicados, entusiasmados, seja no hipismo, no atletismo, na natação, em todos os esportes, pensarmos assim que todas as crianças e jovens precisam ter educação física, precisam praticar esportes pelo prazer de praticar, pela possibilidade de se desenvolverem pela educação física, pelo esporte. Se todo mundo fizer, nós vamos identificar aquelas pessoas que tenham talentos especiais, esses talentos têm que ser cuidados para irem para competições, nem todos vão para competição, mas

todos têm que praticar o esporte. Esporte é amizade, é personalidade, é auto-estima, é independência, tem alfabetização pelo esporte, conheço muitas iniciativas de alfabetização pelo esporte. Então parabéns. A mensagem que a gente gostaria assim de reforçar é essa necessidade de estarmos juntos, que o Senado e vocês juntos possamos não acabar, acabou agora a Audiência, acabou. Não, vamos pensar juntos naquilo que é necessário ser feito a favor desta e de outras áreas, mas particularmente desta área, mas que o pensamento de vocês é esse, que vocês externaram isso, todo mundo fazer, todo mundo praticar, tenha deficiência, não tenha. Essa imagem bonita, achei muito bonita, “Quero ser igual a você quando crescer. Tenha deficiência ou não, quero ser igual a você”. Por quê? Porque a pessoa não enxerga, enxerga a eficiência, a capacidade, a competência e todo mundo precisa de chance e oportunidade na vida, tenha deficiência ou não. Toda pessoa precisa e nós, todos nós, precisamos. Parabéns, foi muito bom.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, Presidente, eu gostaria de dizer que realmente essa Semana eu considero de uma importância muito grande, é a IV Semana, onde através desta mobilização nós estamos fazendo com que todo o Brasil veja, reflita, analise, valorize.

O Senador Flávio Arns, que é um defensor em todos os momentos, eu o tenho acompanhado desde que aqui cheguei, até porque eu estou com dois anos no Senado, eu tenho seguido os seus passos, porque essa é uma questão que nós temos que realmente valorizar, realmente estar ao lado, tentar conseguir mais avanços. E chegando aqui, olho para essa Mesa e fico feliz em ver o Daniel, Shirlene, Marcos, Lucas, o Clodoaldo, meu conterrâneo, que é orgulho de todos nós norte-rio-grandenses, vocês são orgulhos de todos nós brasileiros, porque vocês enfrentaram o desafio, não tiveram receio dos obstáculos, superaram as barreiras e mostraram que têm determinação, têm garra, têm raça e se apresentam para todos nós como campeões.

Exemplos. O Clodoaldo, quando colocava que as crianças, mesmo sem deficiência, chegam e dizem que quer ser como ele, como vocês, é porque na realidade é o sentido disso que vocês transmitem, de que são pessoas corajosas, determinadas, que não cruzam os braços no primeiro obstáculo. Agora para isso acontecer nós temos que dar apoio.

Então eu quero desde já colocar, Lucas, que as modificações, a melhoria da questão da bolsa terá o meu apoio.

SR. LUCAS PRADO: Obrigado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

E a minha defesa ao lado do Senador Flávio Arns, ao lado de todos que fazem esta Comissão, porque isso é importantíssimo.

Eu vou contar aqui uma coisa. Acessibilidade, eu fui Prefeita três vezes. Eu fui eleita pela primeira vez em 1988, e uma coisa que me surpreendeu, até porque a minha atividade era como médica pediatra, eu não andava em todos os órgãos públicos, nunca tinha sido candidata a nada, então fui conhecer a estrutura do Município mais detalhadamente depois de eleita, e quando eu cheguei não tinha uma escola, um posto de saúde, uma estrutura esportiva, uma praça, nada com acessibilidade. Nada, Senador Cristovam. A partir daí nós tomamos uma determinação: tudo que for ser construído vai ter que estar dentro dos padrões do modelo de excelência para acessibilidade. Então ia construir uma escola, por menor que fosse, às vezes tinham pessoas que até questionavam: “Para que esse banheiro com uma porta tão grande, para que tanta rampa?” Eu digo: “Porque somos iguais, nós temos que dar direito a todos de ir e vir na cidade”. E havia um programa muito importante que, infelizmente, eu acho que não existe mais. E, se existir, como eu não estou mais na administração, que era do Ministério da Justiça, Cidade para Todos, onde havia o incentivo, o apoio financeiro para que essas cidades pudessem se enquadrar dentro dos padrões que fossem o mais, digamos assim, melhorar, porque as cidades brasileiras, infelizmente, foram construídas no decorrer de todo esse século sem ter essa visão. Então têm lugares que realmente para você melhorar é bem difícil, só se derrubar e fazer de novo, mas a gente tentar melhorar onde for possível. Então eu acho que isso foi uma ação que melhorou bastante e fico muito feliz em ver que a minha sucessora também está tendo essa mesma preocupação. Nada é construído sem essa condição e o que é reformado tem que ser também. Se você vai fazer uma melhoria numa praça, aproveita e faça rampas, muda o piso, dê condições de que as pessoas possam caminhar, independente de ver ou não ver, possam passar a sua cadeira de rodas, que são questões que eu acho que são básicas.

Então aqui eu quero dizer a vocês que vou estar sempre nessa defesa pela experiência que tive. E cobrar, sim, dos Governos, sejam municipais, estaduais e federais, que recursos sejam colocados para dar condição a cada cidade de se adequar, de se adaptar. E que vocês terão, vocês que são um exemplo para todos nós, tenham as condições de poder cada vez mais estimular a nossa juventude para a prática do esporte, que o esporte seja o caminho realmente da recuperação, o

caminho da realização, o caminho da alfabetização, o caminho do desenvolvimento, o caminho da cidadania, porque esporte sim, ele faz isso, faz com que as pessoas possam, através dessa questão, que o esporte, ele é muito solidário, ele é camarada, ele é junção de forças, ele é determinação. Então isso que passe para as novas gerações e vocês têm feito um trabalho maravilhoso. Parabéns ao trabalho que realizam, parabéns por esse legado que estão nos deixando de exemplos e de incentivo a toda a juventude, às novas gerações, para que eles vejam que é possível sim, quando você quer, quando você tem essa coragem cidadã, de realmente promover o nosso país.

Parabéns a todos e me desculpem, mas eu sou muito orgulhosa da minha terra, eu tenho essa marca, sabe, todos que me conhecem e dizem que eu sou muito bairrista, e o Clodoaldo, por ser norte-rio-grandense, por ser essa figura que nós admiramos tanto, eu quero, através do Clodoaldo, parabenizar a todos e dizer, Clodoaldo, muito obrigada. O Rio Grande do Norte é feliz em ter um filho como você [palmas].

SR. LUCAS PRADO: Eu quero dizer que o esporte, o esporte na educação, se conseguimos levar o esporte todo integrado, não discriminado, vamos supor, se tem deficiência não pode participar com as pessoas que enxergam, se fazemos isso com os pequenos, com as crianças, aí sim nós vamos conseguir mudar a cultura do Brasil, o preconceito, a discriminação, porque gente grande já é difícil de mudar, “pau que nasce torto até a cinza é torta” - igual a minha avó fala [risos]. Então as crianças, se colocar deficiente com crianças “normais” e explicar... como que eu posso falar para vocês... mostrar para ele que a deficiência daquela pessoa não limita ele, tem alguma limitação, e sim conviver ele junto entre sociedade e não discriminação, “Ah, você é cego, você não pode jogar bola”. Quando eu fui no Mato Grosso agora, quando eu voltei de Pequim, nós fizemos um jogo com amigos meus, falaram assim: “Vamos bandar todo mundo, vocês vão sentir como que é ser cego correndo com a bola”. Eu tenho uma bola de guizo e levo, então mostrando para eles que se incluirmos o esporte adaptado no meio da sociedade das pessoas ditas “normais”, nas escolas, e mostrando para todo mundo, para as crianças, que a barreira que nós temos pode ser quebrada, assim nós vamos ter uma cultura, não vamos ter preconceito quando aquela pessoa crescer, porque aquela criança que está convivendo com aquela conveniência, com aquele menino que tem uma deficiência, ele vai ser que aquilo ali para ele vai ser normal, que não vai ser diferente, que muita gente hoje na rua quando eu ando, as pessoas sempre tem curiosidade: “Mãe, por que aquele menino está usando aquela varinha,

aquele pauzinho”. Aí vem e pega. Então as mães pensam, assim, algumas pessoas pensam: “Não encosta perto dele não, senão você vai pegar cegueira”. Muito pelo contrário, a criança tem vontade de conhecer e saber, e o próprio ser humano, a mãe da pessoa, tipo assim impede da criança vir e conversar, explicar, de eu falar para aquela criança: “Não, filho, eu sou cego, eu sou assim, assim e assado”, isso daqui eu uso para me locomover. Então muitas pessoas têm isso. Eu acho que se a gente levar isso para a educação, igual o Clodoaldo falou, começar numa categoria de base da criança ali, a partir dos três, quatro anos, que ela vai para a escola e começa a aprender, a conhecer, aí sim nós vamos conseguir mudar a sociedade. Caso contrário, nós vamos ficar dando murro em ponta de faca muitas vezes ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem [palmas].

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É verdade, Lucas. Eu queria só dizer aqui, Presidente, mais uma palavrinha ao Lucas. É verdade, nós temos que também combater o preconceito, isso é preconceito, é discriminação, das pessoas adultas, que precisam... Realmente o caminho é esse, é com a criança, é com a juventude, e que ela, a própria criança, os próprios jovens, são quem vão conseguir, de certa forma, mudar um pouco os adultos, modificar os adultos. É a palavra da criança e do jovem.

Eu, como disse que fui pediatra, então eu convivi com algumas questões dessa, inclusive de dificuldades de inclusão. Mas hoje, Senador Cristovam, a escola, com essa modificação que aconteceu, onde não existe mais aquela separação, que aquilo era uma discriminação. As crianças que tinham qualquer tipo de deficiência, às vezes tão pequenas, tinham que ir para um ensino especial, não era dentro da escola normal, porque a própria criança, às vezes, ela chega para a varinha com curiosidade, mas a aceitação que ela tem, ela não tem preconceito, é uma curiosidade natural como se ela tivesse vendo um carrinho novo, uma coisa, é uma curiosidade natural, mas ela tem uma aceitação, ela vê com os olhos do coração. A criança é diferente, ela tem essa capacidade de enxergar muito mais, ela não discrimina, ela não tem o preconceito. Mas isso é uma coisa muito interessante.

Eu queria até lhe dizer que a falta de oportunidades fez com que muitos deficientes não pudessem hoje estar contribuindo, não somente no esporte, mas em qualquer outra atividade. Aqueles que tiveram o apoio, que tiveram as condições, eu tenho um exemplo na minha própria família de um cunhado. Ele é paraplégico, ele teve paralisia infantil, mas é um bioquímico, tem a sua clínica, porque teve oportunidades e foi inserido - e

também gosto muito de nadar, viu Clodoaldo -, sempre foi inserido de forma natural com os amigos, com a família, mas esse é um caso especial. Mas a grande maioria a tendência é deixar em casa, coitadinho, tadinho, sem que aquela pessoa pudesse participar de forma normal de toda a vida de uma cidade.

Então é isso que eu acho que nós estamos aqui nessa Semana, levantando mais uma vez essa questão, porque a valorização tem que ser no dia-a-dia, a acessibilidade tem que ser luta de todos, cobrança de todos os cidadãos e todas as cidades, mas a Semana, Senador Flávio Arns, é exatamente isso, é dar um realce maior para que essas questões não sejam esquecidas. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigada, Senadora. Eu passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o Senador Sérgio Zambiasi me permite, só fazer uma observação, que justamente essa ênfase para acessibilidade, para a criança, para o adolescente, é que motivou o Senado Federal, a Comissão Organizadora, a chamar o Maurício de Souza, porque ele tem uma revista específica de acessibilidade, uma outra do Estatuto da Criança e do Adolescente, justamente trazendo esses temas para o conhecimento da criança, do adolescente, e tentando, bem dentro desse debate que está acontecendo aqui, mudar essa realidade dentro dessa perspectiva. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidente Cristovam, Flávio, Rosalba e ilustres, ilustríssimos convidados que estão aqui presentes.

Nós estamos vivendo uma semana realmente muito forte aqui na Comissão de Educação, Senador Cristovam. Ontem estiveram aqui campeões olímpicos, dirigentes olímpicos, enfim, buscando soluções, trazendo conhecimento, trazendo informações sobre procedimentos importantes em relação à questão da prática do esporte na base, como muito bem comentou o Lucas aqui. Eu cheguei atrasado, só pude ouvir a manifestação do Lucas. E na base, a base é obviamente ali na escola, é ali na escola, seja a escola pública ou seja privada, mas essa é a grande e a maior de todas as bases.

Flávio, eu estou trazendo uma informação aqui, eu acho que ela vem ao encontro desse processo. Nós apresentamos aqui na Comissão, Senador Cristovam, as Emendas de apoio aos Ministérios. Uma delas foi para o Ministério do Esporte e o Relator e o Presidente me permitiram que eu fosse o primeiro a assinar, mas ela é da Comissão. E na sugestão da Emenda para o

esporte, como nós não podemos escrever ali na parte técnica, eu pedi ao Relator Flávio Arns que colocasse na justificativa que aquela Emenda só poderia ser destinada para projetos, seja de quadras esportivas, poliesportivas, piscinas, sei lá quais as denominações técnicas que trabalham essa questão, cujo os projetos tenham acessibilidade. O Flávio acolheu e nós votamos, está aprovado, está lá no Orçamento. Ontem à noite, Senador Flávio Arns, Sr. Presidente Cristovam, tive uma audiência muito rápida com o Ministro do Esporte, o Orlando Silva. Eu havia comentado com ele há uma semana sobre a nossa proposta aqui, Flávio. Quando me encontrei com o Ministro, ele: "Já sei, tu quer falar sobre acessibilidade no esporte". Eu falei: "Exatamente isso, eu quero falar contigo sobre isso aí". E ele se comprometeu, Senador Flávio e lideranças todas aqui do paraesporte, de agendar, talvez para a semana que vem ou na outra, uma reunião, um pequeno evento, quando ele vai baixar uma norma interna do Ministério em que será exigido para todas aquelas Emendas que nós parlamentares encaminhamos para as nossas regiões, para os financiamentos do orçamento do Ministério, do orçamento próprio do Ministério, para atender às demandas daquelas quadras, sejam quadras comunitárias ou quadras em escolas, que todos os projetos, todos obrigatoriamente deverão conter os itens de acessibilidade, todos. O Ministério não vai liberar financiamento, orçamento, para projetos que não contenham as exigências básicas e mínimas de acessibilidade para que haja exatamente essa oportunidade de convívio e essa superação dessas diferenças e que a igualdade seja vivida integralmente, inclusive no esporte.

Eu me apressei em estar aqui, eu vi que estava já caminhando para o final, o pessoal sabe compreender, nós participamos de várias Comissões, elas estão andando, eu sou Relator de um projeto aqui na ciência e tecnologia, mas Deus generosamente me dá essa oportunidade de em dois ou três dias poder também ajudar a articular uma questão que eu acho extremamente importante e permitir que logo-logo se transforme em uma norma interna do Ministério, de maneira que nós daremos com isso oportunidades iguais de convívio da prática para que tenhamos não apenas esses nossos grandes campeões Paraolímpicos, mas acima de tudo o fundamental, que é a conquista da cidadania. Aqui nós temos gente que são multicampeões: são campeões por terem superado exatamente o preconceito e a discriminação, campeões porque buscaram seus objetivos e são vencedores e a partir disso são um grande exemplo de inclusão para toda a sociedade, o que nos orgulha enormemente, mas tem que trazer exatamente esses depoimentos para a gente ter essa

percepção. Infelizmente sem a presença de vocês aqui, daqui a pouco a gente não teria a percepção de tantas coisas que ainda faltam, que precisam ser feitas para que aconteça, finalmente, essa busca fundamental da igualdade que nós todos queremos.

Ouvi aqui agora essa proposta, Flávio, que é essa bolsa do bolsa-atleta, nós temos que levar para o Ministério, para o Presidente Lula, o guia, que é um atleta também. O companheiro aqui me descreve a questão do guia para o paratleta, eu fiquei pensando: Mas é verdade, ao lado dele tem que ter um atleta que possa acompanhá-lo, tem que ter um preparo físico tão bom quanto. Como é que vai fazer? É que lamentavelmente, Senador Cristovam, ainda se vê esse tipo de patrocínio como despesa, quando deveria ser visto como investimento, nós temos que começar a trocar as nomenclaturas. É o tecnicismo, é aquela coisa, chega e diz: “Não, mais uma despesa”, quando na realidade deveríamos dizer assim: “Mais um investimento, mais uma forma de melhorar esse processo de inclusão social e de igualdade”.

É um registro que eu queria fazer com muita alegria e com muita emoção também pela semana espetacular que nós estamos vivendo aqui, aprendendo, convivendo e aprimorando a nossa sociedade. Muito obrigado [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Eu quero manifestar também a minha alegria com essa Semana, e aqui está a Mônica, a quem eu cumprimento, na mesma linha do que falou o Senador Zambiasi. Eu quero dizer que aqui está a Maria Glória Batista Mello, que é da executiva da Organização Nacional dos Cegos em Brasília. Aqui está também o Antônio José Nascimento Ferreira, que é o Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, nos prestigiando.

Eu quero concluir essa solenidade, ao mesmo tempo convido a todos para irem à homenagem ao Chico Mendes, dizendo da emoção que a gente sente num encontro como esse. Não é apenas satisfação, é uma grande emoção de ver como pessoas são capazes de superar as dificuldades e irem adiante, de se transformarem em exemplos, como disse o Clodoaldo, das pessoas quererem ser até mesmo igual a ele. Isso é o que a gente precisa nesse país, cada um querer ser igual ao outro, querer ser igual ao outro na superação que ele faz das suas dificuldades e querer ser igual ao outros porque quando temos essas desigualdades e diferenças deixamos de ser um time, deixamos de ser um país, passamos a ser uma soma de gente, cada uma para um lado. Eu fico muito feliz de ver o exemplo que vocês dão à juventude brasileira, de que é possível sim superar as dificuldades e honrar o país.

Eu não dou por encerrada porque eu quero saber se algum de vocês quer ainda falar alguma coisa ou, então, cada um diga uma palavrinha antes que encerre a sessão. Clodoaldo.

SR. CLODOALDO FRANCISCO DA SILVA: Agradecer mais uma vez a oportunidade que o Senado, a Câmara e o Presidente, o Flávio Arns também, colocando também essa Audiência.

Falar que temos que começar pela base porque isso é fundamental, mas nós, que somos atletas de alto rendimento, infelizmente as coisas não estão sempre do jeito e da forma que nós queremos. Hoje nós recebemos, muitos atletas recebem a bolsa-atleta, temos patrocinadores individuais e eu falo que hoje, no esporte Paraolímpico, muitos falam: “Ah, não acontece isso por falta de recursos”, mas eu tenho uma opinião diferente. Hoje o esporte Paraolímpico recebe recursos. Eu só acho que se esses recursos fossem colocados de uma maneira para onde tem que ir, nós não precisaríamos mais de recursos, só apenas aqueles recursos que entram poderiam estar fazendo com que o esporte Paraolímpico pudesse ser muito melhor do que já é. Por quê? Porque hoje eu posso falar que eu estou meio estimulado com o movimento porque hoje o Comitê Paraolímpico Brasileiro, ele é caso de polícia, infelizmente a imprensa noticiou aí várias coisas sobre o Comitê Paraolímpico Brasileiro. Então no ano passado essa entidade gastou quase quinhentos mil reais só com advogado. Eu acho que quinhentos mil reais, se fosse colocado para os atletas, para o fomento da base, com certeza eu acho que todo esse dinheiro que gastam com advogados aí para se manter em cargos poderia ter um benefício muito maior para os atletas. Infelizmente, não é nem o momento, mas eu acho que vocês que estão aqui, a sociedade brasileira, têm que estar também tendo o reconhecimento do que acontece no esporte Paraolímpico, porque não é só o Clodoaldo que diz. Isso já foi a imprensa, inclusive tem o José Cruz aqui que é de Brasília também, tem tudo isso em seus documentos, eu estou com um monte de documentos aqui, quem quiser me procurar depois da Audiência eu posso estar mostrando. Esses documentos falam que hoje o Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro, há cinco anos, está por liminar de advogado. Então, infelizmente, tem dinheiro no esporte Paraolímpico. Antes, quando não, tinha as coisas eram muito mais tranquilas, muito mais harmônicas, e fica o registro para que se quisermos mudar o Brasil, se quisermos mudar o esporte Paraolímpico e que as pessoas possam nos ver como ídolos e como exemplos, temos que mudar de cima, do nosso próprio esporte, para que a gente possa dar exemplos bons, porque o Brasil precisa de exemplos bons para

que o nosso esporte possa crescer e que possamos ter credibilidade frente à sociedade. Então era esse o registro. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lucas, quer dizer alguma coisa?

SR. LUCAS PRADO: Eu quero agradecer a todos por ter escutado a gente, ter ouvido as nossas pequenas dificuldades, que para os Senadores isso é bem fácil, mas para nós é uma dificuldade muito grande, que analisem os casos bem com carinho, como se fossem para vocês mesmo, como se vocês fossem deficientes. Que analisem bem, porque com isso vocês não estão judiando só eu, o Clodoaldo, o Daniel, vocês estão ajudando não sei quantos milhões de deficientes que têm no Brasil. Então se nós continuarmos fazendo isso, nós vamos ter um Brasil melhor, um país melhor, e deficientes melhores, com estímulo de vida, querendo ser alguém na vida, não sendo um deficiente e sim um eficiente. É só isso, eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Daniel.

SR. DANIEL DE FARIA DIAS: É, agradecer, realmente a gente fica muito feliz por vocês, Senadores, estarem dispostos a nos ajudar. Então a gente só tem que agradecer mesmo e é o que o Lucas falou, nós não somos deficientes e sim eficientes. Eu até costumo falar que a deficiência é apenas mais um obstáculo na nossa vida. E começar a ver com esses olhos: e se fosse você um deficiente visual, se fosse você um cadeirante, conseguiria entrar em algum lugar ou conseguiria ir a todos os lugares? Então a gente agradece e o que precisar eu garanto que todos aqui estão dispostos a vir mais vezes para estar ajudando. Então a gente agradece, eu agradeço de coração mesmo por vocês estarem lembrando do deficiente. Muito obrigado mesmo e uma boa tarde a todos.

SRA. SHIRLENE SANTOS COELHO: Eu queria agradecer a todos pela oportunidade de a gente estar expressando as nossas necessidades. Muito obrigado por vocês terem nos ouvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marcos.

SR. MARCOS FERNANDES ALVES: É, como todos falaram, estamos aqui agradecendo.

Agora eu queria fazer uma crítica, já que estamos falando sobre acessibilidade. Na semana passada, para eu estar na Praça dos Três Poderes, eu não consegui, tive que ter ajuda para estar ali, que estava sendo feita uma matéria, não tenho a rampa. Hoje chegando aqui, para estar também aqui tive que subir e descer três meios fios, então eu vejo que a dificuldade está ao nosso redor. Então eu acho que poderia já partir daqui

essa ajuda para podermos ir e vir. Hoje já tive essa dificuldade, então eu venho aqui fazer essa crítica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é muito pertinente a crítica, até porque muitos lugares nesse país, e o Senador Zambiasi falou, não levam em conta as necessidades dos que precisam de um atendimento especial.

Eu quero dizer também que está presente conosco o Jackson, que é o Presidente da Associação Desportiva dos Surdos de Taguatinga, ao lado de um colega nosso do Senado que também é portador, o Ulisses, a quem eu agradeço a presença e vai daqui um [ininteligível]. Eu quero agradecer ao Jackson Barbosa, a cada um de vocês. Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria, em função das observações que foram feitas, num conjunto de áreas importantes, mas principalmente na questão de acessibilidade, o Zambiasi já falou sobre isso também, eu acho que nós deveríamos assim como resultado, quer dizer, alguma coisa bem concreta, tem tantas coisas concretas, mas trabalharmos aqui no Senado, não é Senador Zambiasi, para que dentro do Senado essa questão da acessibilidade fosse concluída. Já existe o levantamento, ontem foi levantado isto também no Plenário, agora ao mesmo tempo trabalharmos, porque o que foi dito assim, chegar na Praça dos Três Poderes e não ter acesso à Praça dos Três Poderes, eu diria: "Olha,..." Até não é tanto por não ter acesso, mas ter acesso significa algo simbólico para o Brasil. O Ministério das Cidades tem programas para o Brasil inteiro para acessibilidade. Nós podemos trabalhar com o Governo Federal e o Governo Distrital para a gente dar o exemplo. Eu acho que foi o que o Clodoaldo falou também, alguém tem que dar o exemplo. A gente faz a lei aqui no Senado e o Senado não é acessível. Está sendo trabalhado para isso, mas concluir esse processo, não é verdade? A gente faz o projeto para o Brasil inteiro, mas a Praça dos Três Poderes não é acessível. Pô, é uma coisa completamente errada, não é verdade?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Flávio, se o exemplo tem que partir de cima, quem sabe a gente inicia uma campanha com o Governo Federal, com os Três Poderes e o Governo do Distrito Federal para tornar Brasília a capital da acessibilidade, porque a partir desse exemplo, seguramente... Cristovam, eu estou dando um exemplo aqui: Brasília, a capital da acessibilidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É. O Joca queria acrescentar eu acho que alguma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito boa idéia, muito boa idéia, eu vou levar isso às autoridades.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu só quero acrescentar um detalhe. Eu estou cada vez mais convencido de que nós temos que apresentar o projeto na Comissão de Educação limitando o número de reeleições para as presidências das federações e confederações.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas será feito.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O projeto já está pronto e vai ser uma iniciativa da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Da Comissão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu estou muito convencido disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como também eu quero lembrar que provavelmente na terça-feira, o Senador Flávio Arns é o Relator nesse momento, nós aprovar, eu espero, o projeto que assegura que todos aqueles que quiseram aprender libras terão vagas em escolas públicas para isso.

Bem, eu agradeço a cada uma e a cada um de vocês, principalmente à Mônica e às que trabalham com ela. São só mulheres, não é? Isso mostra a falta--

SRA. MÔNICA: [ininteligível] trabalha com a gente, mas é do nosso grupo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parabéns para vocês e muito obrigado pelo que vocês têm feito pelo Brasil e por nossa juventude.

Sessão encerrada às 12h27.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2008.

Às onze horas e três minutos do dia nove de dezembro de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Mão Santa, Valdir Raupp, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, João Pedro, Francisco Dornelles, Romero Jucá, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Paulo Duque, Lobão Filho, Gerson Camata, Heráclito Fortes,

Virgínio de Carvalho, Marco Maciel e Rosalba Ciarlini. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, dos Senhores Senadores Arthur Virgílio – PSDB/AM e Osmar Dias – PDT/PR, não membros da Comissão; Senhora Irene Ravache, Atriz; Senhor Odilon Wagner, Ator, Produtor Teatral e Presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes – APTI – São Paulo; Senhor Eduardo Barata, Presidente da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhor Ricardo Chantilly, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor Alessandro Queiroga, Diretor de Operações da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Senhor Carlos “KK” Mamoni Júnior, Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor José Fortes, Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos – ABEART; Senhor Nilson Raman, Diretor da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR; Senhor Tatyana Rubim, Membro do Colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro e Membro da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos – ABRAPE; Senhora Bianca de Felippes, Produtora e Membro do Colegiado da Associação de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhor Rodrigo Lamego, Assessor Parlamentar do Ministério da Educação – MEC; Senhor Jorge Augusto Vinhas, Assessor Parlamentar do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Jacqueline Safe Carneiro, Assessora Parlamentar da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Senhor Danilo Moreira, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Juventude; Senhor João Bachur, Chefe de Gabinete do Ministro Fernando Haddad; Senhor Carlos Leoni R. Siqueira, Músico; Senhor Luiz Gonzaga de Luca, Vice-Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC; Senhor Alfredo Manevy, Secretário-Executivo do Ministério da Cultura – MinC; Senhor Marcelo Bertini, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX; Senhora Márvia Scárdua, Diretora de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhor Paulo Pélico, Produtor Teatral e Diretor-Secretário da Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais do Estado de São Paulo – APETESP; Senhora Norma Thiré, Membro do Colegiado da Associação

de Produtores Teatrais do Rio de Janeiro – APTR – Rio de Janeiro; Senhora Fernanda Signorini, Produtora Teatral e Membro da Associação de Produtores Teatrais Independentes – APTI e Senhor Roberto Frejat, Músico. **Item 001: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, ao **Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que “Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos”. Neste momento a Senadora Marisa Serrano cita o Termo de Compromisso assinado pela Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC, pela Associação Brasileira de Cinemas – ABRACINE e pela Associação Brasileira de Multiplex – ABRAPLEX, garantindo a redução dos valores dos ingressos e a fiscalização do cumprimento da cota de quarenta por cento, que será consequência da aprovação dessa proposição. Antes de ser iniciada a deliberação sobre o substitutivo, a Presidência anuncia que o Senador Inácio Arruda apresenta requerimento de destaque à emenda nº 02, de sua autoria, e o Senador João Pedro apresenta requerimento de destaque às emendas nº 03, 04, 05 e 06, de sua autoria. O Senador Inácio Arruda informa, ainda, que retira a emenda nº 01, de sua autoria. Submetido à deliberação em turno suplementar, o substitutivo é aprovado, ressalvados os destaques, por 14 (quatorze) votos, incorporando as emendas nº 01 - CE, 02 - CE, 03 - CE, 04 - CE e 05 - CE, de autoria da relatora, aprovadas em globo por 13 (treze) votos. A Presidência submete à deliberação os requerimentos de destaque. O destaque à emenda nº 02, de autoria do Senador Inácio Arruda, é rejeitado por 12 (doze) votos a 3 (três) e o destaque às emendas nº 03, 04, 05 e 06, de autoria do Senador João Pedro, é rejeitado por 13 (treze) votos a 3 (três). **Item 003: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Flávio Arns, ao **Projeto de Lei do Senado nº 014, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque comunica que necessita ausentar-se da sessão, em virtude de compromisso inadiável assumido anteriormente e passa a Presidência ao Senador Romeu Tuma. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Pau-

lo Rubem Santiago, que “Institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho”. O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer favorável é aprovado. **Item 010: Projeto de Resolução do Senado nº 041, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “Denomina Senador Luiz Carlos Prestes o espaço localizado no Anexo II, bloco A, 1º andar, do complexo arquitetônico do Senado Federal, que dá acesso às Alas Senador Tancredo Neves e Senador Teotônio Vilela”. O relator designado, ad hoc, é o Senador João Pedro e o parecer favorável é aprovado. **Item 021: Requerimento nº 51/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 004 de 2008, que ‘Institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública’”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2008 fica sobrestado na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 022: Requerimento nº 52/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide e Senador Cristovam Buarque, que “Requeiro nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, que ‘Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador’”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, fica sobrestado na Comissão, até a realização da audiência pública. Neste momento a Senadora Fátima Cleide registra a presença da Senhora Maria dos Anjos Mesquita Hellmeister, Diretora-Executiva da área de Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Barbeiros, Lustradores de Calçados, da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH, e pede a inclusão do seu nome no referido requerimento, o que é aprovado. **Item 026: Requerimento nº 55/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Requeiro, nos termos do art. 93, inciso 1, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 227 de 2007, que propõe ‘Instituir a residência educacional a professores da educação básica’, com a presença dos seguintes convidados: representante do Conselho Nacional de Educação / Câmara da Educação Básica; representante da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação; representante do Ministério do Planejamento e Gestão; representante da Confederação Na-

cional de Trabalhadores da Educação – CNTE; representante da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES”. O Requerimento é aprovado. O Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2007, fica sobrestado na Comissão, até a realização da audiência pública. **Item 023: Requerimento nº 53/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Em atenção às manifestações recebidas da parte dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, Nutricionistas e de Biologia, em anexo, requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal (CE) encaminhe expediente ao Ministério da Educação, no sentido de que o Parecer CNE/CES Nº 213/2008, que estabelece carga horária mínima de 3.200 horas para a formação profissional nessas áreas, entre outras, seja revisto. Em suas missivas, os Conselhos Federais mencionados apresentam argumentações consistentes, e que apontam para a necessidade de, pelo menos, 4.000 horas para a formação de Nutricionistas e Fonoaudiólogos, e de 3.600 horas para a formação de Biólogos, afirmando que a carga horária de 3.200 horas é insuficiente, e incorrerá na formação de profissionais mal qualificados e, portanto, despreparados para atuarem no mercado de trabalho, contrariando o que prescreve o inciso VII, do artigo 206 da Constituição Federal, que estabelece que o ensino seja ministrado segundo o Princípio de Garantia de Padrão de Qualidade. Requeiro, ainda, que esta Comissão constitua grupo de Senadores para acompanhar os desdobramentos desses entendimentos junto ao Ministério da Educação, no sentido de que seja garantida a qualidade da formação desses profissionais, com cargas horárias adequadas ao pleno exercício das profissões. Finalizo acrescentando que, por ocasião da 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Recomendação Nº 24 de 2008, indicando a carga horária mínima de 4.000 horas para cursos de formação superior na área da saúde”. O Requerimento é aprovado. **Item 025: Requerimento nº 54/08 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realize Audiência Pública para debater o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. Informações recebidas de entidades estudantis dão conta de que a realização do Programa não tem leva-

do em consideração a qualidade do ensino, com a criação de cursos de menor carga horária do que a necessária para a formação de profissionais qualificados para atuarem no mercado de trabalho, bem como a excessiva ocupação de alunos em sala de aula, o que tem comprometido a melhor qualidade dos ensinamentos ministrados. Ao promover o aumento do número de matrículas nas universidades federais, o REUNI deve garantir o necessário aumento nas verbas repassadas, o maior número de professores, bem como o necessário incremento na infra-estrutura das universidades federais, tais como restaurantes universitários, alojamentos para alunos residentes, entre outras. Indico como participantes da Audiência Pública um representante da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU), um representante da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e dois representantes do movimento estudantil pela revogação do REUNI”. O Requerimento é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 111, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável, com as emendas nº 01 - CE e 02 – CE oferecidas, é aprovado. **Item 019: Projeto de Lei da Câmara nº 073, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “Institui o Dia Nacional do Desafio”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável, com a emenda nº 01 – CE oferecida, é aprovado. **Item 027: Comunicados da Presidência:** **Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 007.418/2008-4, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, que dispõe acerca do recebimento, classificação, autuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional, revogando, por consequência, alguns dispositivos da Resolução – TCU 191/2006”. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 017.177/2008-2, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação,

cujo objetivo foi avaliar, no Plano Nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior com suas fundações de apoio". **Comunicado 03:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Excelentíssimo Senhor Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do Processo TC 003.928/2008-0, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram aquela deliberação, referente às irregularidades identificadas na Fundação Universidade de Brasília - FUB". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2008; Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 046, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2008; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003; Item 13: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2008; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 602, de 2007; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 080, de 2008; Item 020: Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2008; Item 024: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente Eventual, Senador Romeu Tuma, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e dois minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Romeu Tuma**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um. Bem, boa-tarde. Bom-dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 55ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, e essa referência é necessária para que fique registrada na gravação.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

Nós temos como item, que eu quero colocar logo em primeiro lugar, independente de qualquer outra coisa, o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 188/07,

que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

Como é do conhecimento de todos que aqui estão, e estas têm sido sessões muito bem prestigiadas pelo mundo artístico, pelos estudantes e até pelo Poder Executivo, com representantes de todos os Ministérios envolvidos na área, tivemos um projeto que foi votado na semana passada, ou 15 dias atrás, e com substituto para ser discutido hoje. É óbvio que esse projeto é da absoluta necessidade de garantir um direito dos estudantes, direito histórico dos estudantes, e, também, pela clara manifestação dos artistas, é um projeto de grande importância, para manter a viabilidade financeira da maior parte dos espetáculos artísticos no Brasil. Por isso, teve contradições. A mais importante delas: o fato de que a lei que foi proposta, para que os artistas e seus promotores pudessem ter clareza do *borderô* que eles fazem e uma avaliação concreta do que pode acontecer de resultados financeiros, era necessário dar uma cota para, no máximo, 40% das vagas de cada espetáculo serem para os estudantes e para os idosos.

Depois da aprovação, ficaram as emendas para serem votadas hoje, com o substituto da Senadora Marisa, e que não conseguimos chegar a um acordo até ontem, mas, hoje, eu creio que nós chegamos a um acordo; obviamente, a UNE deixando clara que não está de acordo com os 40%, um acordo na concepção, um acordo na idéia, um acordo nos artigos, mas a UNE fez questão, e eu quero dizer que, com o respeito que eu tenho por essa instituição, entendo perfeitamente que não podem assinar, eles, um documento que limita.

Entretanto, estão de acordo com a alma do projeto, com o espírito do projeto. Nós estamos, então, aqui, em condições de ler um substituto integral ao projeto que foi aprovado antes, que muda diversos itens que, cremos, atendem às aspirações de todos os envolvidos, deixando claro que a UNE manifestará sua discordância. Eu quero passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, para que diga a que ponto ela chegou, depois de tantas discussões, no seu substituto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos aqueles que estão aqui, vindos, como V.Exa. disse, os estudantes, os empresários da área cultural e todos aqueles que se interessam pelo tema, dizer que estamos chegando ao final, nessa nossa jornada desses últimos tempos, discutindo essa questão que é fundamental, porque é um direito dos estudantes, como é um direito também daqueles que produzem cultura, nesse país, continuar a fazê-lo.

Procuramos acompanhar o mais próximo possível todas as questões, discutir todas as alternativas possíveis. É claro e evidente que nem sempre a gente contenta, um relator nem sempre contenta, igualmente, todas as vertentes que se apresentam, mas temos feito o possível. Eu procurei ouvi-los e tentar resgatar todas as propostas e idéias que foram apresentadas. É claro e evidente que a gente não contenta a todos.

Eu sei que, talvez, alguns, os produtores, alguns possam não estar contentes, os estudantes, os movimentos estudantis também poderão ter suas ressalvas, os idosos poderão ter suas ressalvas também, mas a gente vai construindo democraticamente. Aquilo que, porventura, não for fechado aqui no Senado, eu tenho certeza que a Câmara poderá ainda fazer as suas colocações. E, depois, então, voltando para cá, a gente fecha todo esse processo de discussão.

Fico contente porque conseguimos chegar até o final, pelo menos, procurando o consenso entre todas as entidades que participam, o Governo, o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação, e isso, para nós, é muito importante.

Portanto, Sr. Presidente, da reunião verificada hoje, ainda, das discussões apresentadas, com conhecimento de quase todos os presentes, eu quero colocar aqui que do Projeto de Lei. O substitutivo que eu ofereci e foi votado na última reunião nossa e foi aprovado por... pela maioria dos votos, eu quero dizer que há algumas modificações e são emendas que eu quero apresentar a esse substitutivo que eu fiz, e algumas emendas que podem enfeixar o interesse de todos aqui presentes.

Portanto, já que todos os Srs. Senadores têm aí, em mãos, o substitutivo que eu apresentei na última reunião, eu quero, aqui, fazer algumas emendas que eu achei que são importantes, e essas emendas vão de encontro, eu acredito, aos interesses de todos aqueles que discutiram, juntamente com o Senador Cristovam e eu, essa questão.

No art. 1º, o art. 1º do substitutivo, no § 2º, eu gostaria de ler o § 2º da emenda que eu estou apresentando. "Somente terão direito a benefícios estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino, previstos no título 5º, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que comprovarem sua condição de discente, mediante a apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da carteira de identificação estudantil – CIE -, válida conforme - e aqui vai a emenda - conforme modelo único, nacionalmente padronizado pelas entidades nacionais e estudantis, nos termos do regulamento, dotada de fé pública, confeccionada pela Casa da Moeda do Brasil e expedida

pela Associação Nacional de Pós Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pelos DCEs das instituições de ensino superior, pela União Brasileira de Estudantes Secundaristas e pelas uniões estaduais dos estudantes". Essa é uma emenda, Sr. Presidente, que estou apresentando.

A segunda emenda é desse mesmo art. 1º, no § 6º, que foi incluído um novo parágrafo, e, nesse § 6º, incluído, diz o seguinte: "Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis". Esse é o novo art. 6º.

E a última emenda é renumerando o § 6º, que passará a ser o 7º. E aí, Sr. Presidente, fica, então... Fica, então... Com a confusão aqui... Fica, então, rejeitadas as duas emendas oferecidas pelo Senador Inácio Arruda e as quatro emendas apresentadas pelo Senador João Pedro. Rejeitadas por essa relatora. Então, Sr. Presidente, são três as emendas propostas: o § 2º, do art. 1º, § 6, novo, do art. 1º, e a renumeração do § 6º, que passa a ser o 7º, também, do art. 1º.

Eu acredito que, com essas mudanças, nós atendemos a possibilidade, dentro da possibilidade que nos coube, atendemos aquilo que poderia ser feito para adequar o máximo possível esse projeto à realidade nacional. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente [ininteligível] emendas apresentadas pela Senadora Marisa Serrano, como um dos autores do projeto original, junto com o Senador Flávio Arns. Me parece que, dessa maneira, nós podemos, realmente, ter a busca aí do entendimento.

Eu teria algum questionamento só, senadora, se há necessidade de colocar confeccionado pela Casa da Moeda, nós estamos tratando de uma lei. A gente tem um pouco... Às vezes, as pessoas que não acompanham o processo parlamentar ficam criticando as questões sem saber que uma lei, ela tem que ser genérica, ela tem que ter, depois, a devida regulamentação. E a Casa da Moeda... Amanhã, pode não ser pela Casa da Moeda, pode ser por outro órgão, também, de fé pública ou outro lugar que possa emitir. De maneira que esse seria meu questionamento: se há necessidade de colocar confeccionado pela Casa da Moeda. Acho que na medida que está aqui, que é dotada de fé pública, a emissão pode ser feita por outro órgão, também, que tenha essa mesma fé. Esse seria o único ponto que eu teria de explicação a mais.

Por outro lado, Presidente, acho que nós já falamos aqui, nas várias reuniões, mas é importante

reprimir que essa é uma iniciativa que já está sendo discutida no Congresso há muito tempo, aqui no Senado, não é uma questão que esteja se discutindo agora, de maneira corrida. A proposta inicial, ela busca exatamente criar a carteira de identidade estudantil, garantir a meia-entrada para os estudantes, no Brasil todo; não são todas as cidades brasileiras que têm meia-entrada, não são todos os Estados Brasileiros que têm meia-entrada. Por exemplo, ficou... Nos espetáculos esportivos, no Mineirão, em Belo Horizonte, é colocado normalmente 10%, 10%, apenas, de meias-entradas são colocadas no Mineirão.

Então, se nós estamos falando que vão passar para 30 e, por iniciativa nossa, passamos de 30 para 40, eu acho que 40 é mais do que 30. Acho, não, tenho certeza absoluta. Portanto, a crítica de que se estaria limitando o acesso é uma crítica que não bate com a realidade. Outra vez, eu quero insistir de que se todo mundo tiver meia-entrada, a meia-entrada é fictícia; é uma meia-entrada que é, na verdade, uma entrada inteira.

Quero lembrar que foi colocado aqui, na última reunião, pela Presidente da UNE, de que ela estima em 30% o número de estudantes em cada sessão. Portanto, 30% é menos do que 40. E essa questão de se colocar essa falsa informação de que nós estaríamos cerceando a liberdade, o direito do estudante, é exatamente o oposto. Eu não faço política com visão imediata de buscar manchete de jornal. Eu faço política, realmente, buscando o interesse público que seja racional, seja garantido, que seja balizado em razões fortes. Não tenho nenhuma dúvida de que, garantindo a meia-entrada, como estamos no projeto, com uma carteira que seja padronizada nacionalmente, para evitar as falsificações que acontecem hoje, nós estaremos, sim, defendendo o estudante. Aí, sim, estaremos defendendo o estudante para valer, não é defendendo apenas no primeiro momento. Por isso, eu tenho muita tranquilidade em defender esse projeto, defendendo os estudantes em primeiro lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, mesmo não tendo número para nós deliberarmos, acho que é importante retomar o debate em torno da proposição que a Senadora Marisa Serrano realiza, primeiro para dizer que... Você vê como é que são as coisas. Os estudantes, eles insistem... Aqui se faz o sinal trocado. A crise é nos Estados Unidos, mas a gente quer botar a crise aqui, como sendo o epicentro. Os estudantes reclamaram depois da Medida Provisória 2208, que desregulamentou absurdamente a emissão de carteiras e tornou, então, a falsificação a

regra, depois de desregulamentar o setor, que estava na onda da desregulamentação, não sei se V.Exa. lembra, "Desregulamenta tudo". Então, também desregulamenta a emissão de carteiras estudantis. Então, desregulamentando, a falsificação grassou.

Os estudantes, diante da situação, principalmente, procuraram, denunciaram que eles não eram responsáveis pela falsificação. A UNE não tinha nada a ver com isso, a UBES não tinha nada a ver com isso, e eram os mais interessados em resolver o problema.

Então, como os mais interessados em resolver o problema, incitaram aqui os parlamentares a tomarem iniciativas. Então, tem iniciativa de toda sorte: tem iniciativa no Senado, tem iniciativa na Câmara... Em todo lugar tem iniciativa, no sentido de corrigir as falsificações. O texto, desde o início, ele sofre esse problema. É que ele coloca todo o controle ou todo o esforço de barrar as falsificações numa tentativa de... Ao invés de cuidar das falsificações, nós resolvemos cuidar de restringir a meia para os estudantes. Esse que é o problema central. E essa que é a questão central. Não é questão de manchete, não, Senador Azeredo. Eu trabalho com esse tema desde 89, quando era Vereador na cidade de Fortaleza.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não me referi à V.Exa, eu me referi às críticas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas eu estou me referindo à V.Exa. diretamente.

Então, desde 89 que nós lutamos para reconquistar, em muitos locais, o direito à meia, em todos os setores; na cultura, no esporte, no transporte coletivo... Eu tive que colocar na Lei Orgânica do Município, para ela não ser retirada por uma maioria ocasional que poderia surgir na Câmara de Vereadores, como fizemos em muitas coisas da Constituição, que, se não tivesse na Constituição, caía no outro dia, pela pressão do poder econômico, pela articulação, pela força da mídia, que, no Brasil, 10 famílias são donas da mídia brasileira, pelos anunciantes, porque tem anunciantes poderosíssimos que se articulam com articulistas e companhias, para fazer artigo, fazer isso, fazer aquilo. É assim que é no Brasil, a famosa liberdade midiática brasileira. Então, quer dizer, há todo um esforço de pressão.

Mesmo assim, os estudantes trabalharam intensamente, sempre na negociação, sempre na negociação, para buscar combater a falsificação de carteiras, porque sem falsificação, Senador Cristovam, estudo feito pelos artistas, pelas instituições que trabalham, as produtoras - artistas, não, que os artistas terminam sendo funcionários daqueles espetáculos, os produtores que são os grandes mestres do negócio - já indica

que é 30, 35% de estudantes que vão ao teatro, que vão ao cinema.

Então, por que punir os estudantes e não combater a falsificação? Por que a punição aos estudantes? Por que os estudantes têm que ser punidos? Eu não considero que seja correto, que seja justo. Tanto que o esforço todo era no sentido de tratar da questão da regulamentação, para impedir as falsificações, e vamos acabar com essa restrição, que ampliou dos estudantes para os idosos. Pega todos. Vai contra o Estatuto do Idoso, que é uma lei. Não pode um projeto de indicação de regulamentação passar por cima do Estatuto do Idoso. Mas está passando. Ou, pelo menos, eu considero que esteja em vigor o Estatuto do Idoso, não sei se resolveram também atropelar o Estatuto do Idoso. Em tempo de vigília, no Plenário do Senado Federal, em defesa dos idosos aposentados, nós estamos atropelando o Estatuto do Idoso. Então, de uma vez só, nós resolvemos atacar dois setores importantes: a juventude brasileira, estudantil e--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente Cristovam, para discutir.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --os idosos do nosso país. Acho que há uma inversão completa.

Quer dizer, resolveu-se tratar a falsificação de carteiras, não combatendo os falsificadores e os criminosos, mas combatendo o direito à meia dos estudantes. Eu considero que as modificações apresentadas pela Senadora Marisa são interessantes. Nós já votamos a favor do substitutivo. Fizemos uma restrição, a querer se punir os estudantes, restringindo a meia-entrada e a idéia de que parece que eles vão entrar de graça. Eles não vão entrar de graça, não. Isso é um negócio. É pago. Vão pagar metade, mas vão pagar. Não há entrada de graça. Os estudantes vão pagar para poder ter acesso a essas atividades.

Então, a modificação apresentada, eu considero interessante, que é o esforço dos estudantes. Isso não foi inventado, não. Foi um debate. O esforço dos estudantes para tratar da falsificação. É isso que a senadora está acolhendo. Está acolhendo o esforço dos estudantes para tratar de coibir as falsificações. Quando pede(F) a Casa da Moeda, é porque é uma instituição de fé pública, que tem lastro no Brasil, que produz a moeda brasileira, a que está no nosso bolso. Então, se tem fé pública, se tem a grande credibilidade em torno dessa instituição. Por isso que se propôs a Casa da Moeda e uma limitação, também, do número de agentes que podem emitir a carteira. Então, isso é a forma de você controlar a carteira estudantil, ao invés de restringir o acesso dos estudantes aos espetáculos,

às atividades esportivas, culturais, transporte público, porque tudo isso está envolvido.

Então, Sr. Presidente, acho que tem outras proposições. Eu achei... Para usar um termo da... Midiático da televisão brasileira, eu achei fantástica, ou fantástico, o pronunciamento do Senador Dornelles. Porque ele dizia respeito a uma proposição que nós discutimos com os estudantes, com a UBES e com a UNE, sobre o problema de quando entra em vigor. Porque, na parte de punição aos estudantes, de restrição à meia, nos termos em que a lei está, ela entra em vigor imediatamente. Mas, na parte... Do jeito que está aqui. Porque não foi acolhida nem a minha proposição, que eu fiz da outra vez, e nem eu vi se houve modificação agora. Mas ele... Como eu fiz a emenda, o Senador Dornelles observou para a Senadora Marisa: "Mas, Senadora Marisa, se for acolhida essa emenda do Senador Arruda, de esperar a regulamentação para a lei entrar em vigor, não vai acontecer nunca. É preciso rejeitá-la. Para quê? Para entrar em vigor a restrição, enquanto que a regulamentação iria para as calendas gregas". Então, ele foi muito, muito bom para explicar o que se estava fazendo. Quer dizer, na parte de restrição aos estudantes, a aplicação imediata; na parte da regulamentação, então, nós teríamos que esperar um tempo que ninguém iria medir em lugar nenhum.

Os próprios estudantes que fizeram a proposição, propuseram, e nós acolhemos aqui a proposição dos estudantes, fizemos uma emenda, a emenda foi rejeitada, e era preciso examinar se isso vai ser alterado ou não. Porque, senão... Senão, junta uma coisa com a outra, fica - no esporte, existe a expressão chamada "banho de cuia" -, fica um "banho de cuia" nos estudantes. Além da restrição, além da punição, ainda um "banho de cuia", porque a regulamentação ficaria para as calendas. Então, seria importante a gente examinar essa questão, em face da nova votação, nesse segundo turno de votação aqui na Comissão de Educação.

Mas eu quero dizer para a V.Exa. que, como um parlamentar que tem atuado desde Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República, em defesa dos interesses dos estudantes, nesse tocante, entre outros problemas importantíssimos do movimento estudantil, nós não poderíamos aceitar essa restrição de entrada dos estudantes em nenhum lugar, acho que a meia tem que prevalecer em qualquer circunstância. É um bom negócio ter os estudantes com direito à meia. Eles são os grandes atores da arte, da cultura e do saber em nosso país. É de lá que vem a maioria das grandes expressões artísticas e culturais da nossa nação. É bom tê-los em casa, é bom tê-los no teatro, é bom tê-los no cinema, em grande quantidade. Quanto mais, melhor. Não vai fazer falta no cofre

de nenhum grande evento a presença dos estudantes. É um absurdo levantar-se essa tese de que vai se prejudicar qualquer ato teatral ou musical, no nosso país, se os estudantes tiverem acesso, tiverem direito a entrar pagando a meia.

[palmas]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Presidente, art. 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não podemos permitir isso. Não podemos permitir, em nenhuma hipótese, que uma Comissão do Senado seja palco de debate desse tipo. Isso foi feito ontem, antes de ontem; há dois meses, a gente debate. Então, eu peço que cada um se comporte com a dignidade que o regimento exige.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Art. 14, Presidente. Eu fui citado pelo Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, mas, antes... Darei o art. 14. Antes, eu queria dizer o seguinte: na última reunião, eu tomei minha posição absolutamente de Presidente, de Árbitro, sem tomar posição, até um mal-entendido que houve, quando o Senador Pedro Simon falou que não sabia como votar; se a favor dos estudantes ou a favor da cultura, eu disse para ele: "Vote pela cultura", e aí os estudantes entenderam que eu estava falando pela cultura. Mas a minha frase... Eu distribuí, ontem, a transcrição. Ele interrompeu, aí eu dizia: "Cultura se faz com estudantes e artistas. Não há cultura sem estudante, mas há estudante sem artista, não tem cultura também". Então, a única suspeita de um comportamento imparcial foi esse. Hoje, eu estou aqui em outra posição, porque eu participei de todas as negociações, para chegarmos a um acordo. E nós chegamos a um substitutivo, que, claro, Senador Eduardo Azeredo já colocou um ponto, cada senador tem direito de colocar. Então, eu vou defender o substitutivo, que foi fruto de conversas com a UNE, com representantes dos três Ministérios, representante da Juventude no Palácio do Planalto e os artistas também. Então, temos--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE):

V.Exa. vai defender o substitutivo nos termos do acordo. Não quer acordo, não quer desacordo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas eu fiz questão de dizer que houve um acordo, e a UNE, nesse acordo, manifestou, com clareza, o seu direito de dizer que não assina embaixo. Mas a gente sabe quando é a posição de dizer: "Vamos lutar até o fim" e dizer: "Estamos sendo derrotados". Essas foram as expressões da UNE, ou seja, chegou-se a um acordo, cujo um item imposto(F). E, aqui, eu queria dizer ao senador que, primeiro, que eu não preciso dizer que defendo o estudante. Fui Mi-

nistro e o primeiro ato que eu fiz foi pegar um avião e visitar a UNE em São Paulo. Pouca gente sabe disso. Mas, como eu disse, ontem, para a própria Presidente da UNE, está lá uma foto, mostrando isso.

Agora, nós temos que evitar também o prejuízo do movimento cultural. E é possível que, como o senhor está dizendo, eles estão ganhando rios de dinheiro independente das cotas, da cota... É possível. Mas tudo que eu vi é de que existe uma impossibilidade de planejar as atividades culturais, por falta de definir limites dos ingressos inteiros e dos ingressos médios. Isso daí eu ouvi de todos. Não tem por que achar que eles estão mentindo.

Segundo, eles dizem que, hoje, lamentam que a defesa deles, para não terem o risco do prejuízo, é aumentarem o preço além do que deveria. Esse é um fato. Eu não sei se no Ceará, por conta da lei, os ingressos lá são mais caros do que no resto do Brasil, mas aqui, em Brasília, e outros lugares, quando a gente vai comprar um ingresso e tem a carteira de estudante, já paga inteira, porque pegaram os 50 reais do ingresso, multiplicaram por dois, e quem tem carteira recebe 50, que seria o ingresso normal. Como uma defesa. O que se chegou do acordo? Eu vou dizer. Um dos itens, e está por escrito, seria a redução do valor dos ingressos. Isso, sendo feito, é uma grande conquista para todos: estudantes, idosos e o público em geral. Não está na lei, não se pode colocar, mas tem um documento escrito.

Segundo, a lei do Senador Flávio Arns e do Senador Azeredo cria legalmente a meia-entrada de uma forma de lei, no país todo, que não tem. Segundo, por reivindicação dos estudantes, principalmente a UNE, está claro, no substituto, que a carteira será emitida pela UNE, União Estadual dos Estudantes, DCEs e Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação. Isso também nunca teve na lei. Essa é uma maneira de fortalecer a instituição, mesmo que esteja pagando o preço de limitar em 40%. É uma coisa que fortalece a instituição.

Terceiro ponto, que a gente deve dizer que é importante, é o fato de que o cumprimento dessas leis serão fiscalizadas pelos estudantes, e os estudantes e as carteiras serão fiscalizadas pelos empresários. Ou seja, isso é algo novo, é algo que, ao ser feito, vai dar uma transparência muito grande. Finalmente... Essas são as bases. E a outra que, obviamente, ficaria limitado a 40%. Esse é o acordo que foi feito, mas o acordo com o voto da representante da UNE, dizendo: "Não podemos apoiar isso". Mas eu tenho a impressão, que eu senti, que, no conjunto, representa um avanço, com um retrocesso nesse aspecto, conforme eles manifes-

taram. Então, é só para defender o acordo feito. Eu tenho a impressão que esse acordo resolveria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vai ficar muito difícil, Presidente, porque V.Exa. saiu da posição de árbitro para defender o substitutivo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O substitutivo, mas é fruto de um acordo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E ainda temos os autores dos substitutivos e a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi com ela que se chegou.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sei. Estou dizendo que ainda temos a relatora do projeto, temos os dois autores e o Presidente da Comissão. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas todos vão ter direito à fala, e podemos mudar todos. Eu mesmo posso ser convencido de outras coisas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Na correlação de forças, por isso que o senhor já está interpretando que alguém já pode estar achando que já perdemos, porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, cada um vai ter seu voto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): --com a saraivada dessa, vai ficar muito difícil sustentar uma opinião contrária, para convencer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, é possível, sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós tivemos uma votação, na semana passada, que já foi 14 a 7. Até onde eu sei, 14 a 7 significa que foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que se fez foi avançar, para colocar instrumentos que atendam a algo que os estudantes poderiam perder, que é a emissão das carteiras. Quanto à crítica do Senador Azeredo a um item que foi acordo, por isso que eu estou aqui, querendo ser o defensor, que é a Casa da Moeda, eu insisto, a idéia é que a Casa da Moeda daria uma credibilidade ao documento. Tirar isso pode gerar uma falha muito grande. Amanhã, faz-se uma lei, autorizando outra entidade. O desenho será da UNE, o desenho não será da Casa da Moeda, no acordo. Agora, a emissão seria da Casa da Moeda. Nesse sentido, se tirar isso, o acordo muda tudo. Então, essa é a posição que nós temos hoje.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A palavra--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero reafirmar o apoio absoluto, Senador Inácio, do Governo, absoluto dos quatro representantes: educação, esporte, cultura e planalto, a juventude do planalto. Com isso, acaba-se o risco de que o Presidente vetaria algum artigo. Existe um acordo de que não vetaria, se sair nesses termos. Também, o outro item que eu esqueci, e esse é importante, colocou-se um item a pedido, creio, sobretudo da UNE, de que a lei não entra em vigor enquanto não for regulamentada, o que, para o movimento cultural, pode ser um risco, porque, se for demorada a regulamentação, fica valendo o de hoje. Mas há um acordo do Governo, e eu creio que, com a mobilização dos artistas, a regulamentação pode ser imediata, ela pode estar sendo preparada, enquanto se discute na Câmara o Projeto de Lei. Então, não haveria esse risco do vazio que o Senador Dornelles e o Senador Inácio temem. Eu passo a palavra à Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quero apenas dizer ao Senador Inácio Arruda que não houve nunca má-fé na relatoria desse projeto. Justo o contrário, nós estamos tentando--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu tenho certeza.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --sempre trabalhar justamente para adequar as situações. Por exemplo, hoje, a UNE fez várias propostas; acatamos todas. Ela fez uma proposta de que o modelo único fosse padronizado pelas entidades nacionais estudantis; eu acatei. Colocou também expedida exclusivamente pelas entidades; acatei. Ela queria um artigo que - inclusive de uma Deputada da Câmara - fechasse mais a fiscalização; vimos a parte jurídica, como poderia ser feito isso, e colocamos que esse novo art. 6º caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais à fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis, que a UNE pediu. Colocamos para garantir que o Procon e todos os órgãos federais, municipais e estaduais fiscalizem e coloquem as sanções administrativas e penais que, porventura, existam. E essas propostas todas--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora, e quais serão as sanções?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --a da regulamentação que ela pediu... Colocamos... Como?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quais serão as sanções?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Dentro do que a lei permite. Não essa aqui, mas as leis que tem e quem burla o que tem na lei, certo? O

Código Penal, Código de Defesa do Consumidor, tudo isso. Porque se cada projeto for colocar: “Olha, uma sanção para isso. A primeira é advertência, a segunda não-sei-que, a terceira...”. Senador Inácio, isso não é... Para, nós aqui, é um absurdo. Agora, existe o quê? As leis todas no país, que os órgãos de fiscalização têm, e eles têm que ir em cima, e isso têm que ir mesmo. Burlou, não cumpriu--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que, normalmente... Eu fui relator do Estatuto das Cidades, e, quando tratamos das sanções, nós tivemos que especificar as sanções, porque uma das questões levantadas pelo judiciário, quando vai tratar das sanções, é: “Bom, mas isso não está na lei”. Embora eu não, eu não queira que V.Exa. estabeleça agora quais são as sanções, porque acho que tem muita legislação, tem Código de Defesa do Consumidor, tem alguns instrumentos que nós podemos utilizar, mas, via de regra, o Ministério Público vai dizer: “Bom, mas não está especificado qual é a sanção”. Eu não quero fazer a sanção para nenhum agente cultural, não. Eu não quero é a restrição da meia.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Eduardo que pediu para falar pelo art. 14, ao ter sido citado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, Presidente, é porque é importante que fique claro que V.Exa., como Presidente, a Senadora Marisa, me comunicaram, ainda ontem à noite, sobre a questão dos entendimentos lá no Palácio do Planalto. Ainda hoje, também, eu participei, ainda que por telefone, sobre essa discussão. Então, eu acredito que o que nós estamos buscando, exatamente, é um consenso.

Então, eu não posso, de maneira alguma, aceitar que o Senador Flávio Arns e eu, que fizemos o projeto com a intenção exatamente de regulamentar, de garantir a meia-entrada a todos no Brasil, todos os estudantes, todos os direitos, de repente, estejamos sendo colocados como se estivessemos contra o estudante. Nós não podemos aceitar isso.

Então, algumas palavras que foram colocadas aqui, pelo Senador Inácio, de que está se buscando atacar, prejudicar os estudantes, isso não é verdade. Ninguém está atacando estudante, ninguém está prejudicando estudante. Ao contrário. Eu volto a dizer: a questão de visão de curto prazo e longo prazo. Eu não tenho o dote do bom discurso, Senador Inácio Arruda, mas eu quero dizer que nós estamos defendendo, para que nós tenhamos uma garantia efetiva de meia-entrada

no Brasil todo, que o ingresso seja mais barato, que a carteira não seja falsificada como é hoje...

Quero lembrar também que, quando foi feito o Decreto, a Medida Provisória, ainda no Governo do meu partido, pelo então Ministro Paulo Renato, o objetivo foi também correto, porque existia uma burocracia excessiva, existia a terceirização de carteira... Essas coisas têm que ser claras. Então, nós passamos do oito para 80. É verdade. A prática está mostrando que não deu certo, a Medida Provisória não funcionou. Agora, a intenção dela não era errada, não. Era uma intenção de evitar a burocracia, a centralização excessiva. Não funcionou? Está bom. Nós mesmos, do mesmo partido, estamos aqui, apresentando uma proposta, para se ter a moralização, para se ter a garantia de que possa emitir...

Ainda ontem, exatamente, quando me disseram: “Não, vai ser só para uma entidade”, não, aí não tem sentido. Acho que está bem o texto, que chegou-se a um bom termo, os DCEs das faculdade... Porque, hoje, felizmente, nós temos faculdades espalhadas pelo Brasil, não é só faculdade no Rio e São Paulo mais, como era na época dos nossos avós. Então, você tem o estudante, lá de Montes Claros, que não pode ficar esperando que demore 20 dias para chegar a carteira dele. Então, é razoável que o DCE da faculdade possa também emitir.

Então, acho que o texto está bom, é um texto de consenso, é um texto para defender o estudante brasileiro, para dar garantia ao Brasil todo a meia-entrada, para defender a classe artística, sim, porque, se ela não tiver a garantia de que vai ter receita, ela não vai produzir os espetáculos de teatro, o cinema vai ser fechado, como foi fechado na maioria das cidades brasileiras.

Então, isso é um processo normal de funcionamento da economia, a menos que nós tenhamos... Volto a dizer, nós vamos ter, então, cinema público, de graça, vamos ter, então, teatro público, de graça? O Governo vai pagar isso tudo? Isso é outro modelo. Não é o modelo que está em tela. O modelo que está em tela é o modelo que existe no Brasil, hoje, da livre expressão, do livre empreendimento.

Portanto, eu queria só repisar isso, Presidente. Que fique bem claro que nós estamos buscando atender o país como um todo, os estudantes, os artistas, os empreendedores, para que o país possa ter realmente esse importante instrumento de cultura, de lazer, de educação, bem disseminado em todos os seus rincões. Eu, novamente, estou aqui, muito convicto de que posso até ser criticado no primeiro momento, mas eu estou fazendo o certo, em defesa dos estudantes e da cultura brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar para o Senador João Pedro, eu quero dizer que a própria UNE sugeriu até que fosse descentralizado com os DCEs. Então, ela não procurou ter o controle disso. Ela própria aceitou, sugeriu. Para dizer a verdade, no começo, eu até que estava contra, porque eu achava que, quanto mais centralizado, poderia garantir melhor o funcionamento e prestigiar mais a União Nacional dos Estudantes, mas partiu deles próprios a idéia de descentralizar. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, essa é a terceira reunião, na Comissão, que se faz uma... Além das audiências, dos debates e de reuniões na busca de entendimento e de um acordo, essa é a terceira grande reunião com um debate mais de mérito da proposta, e eu quero registrar que esse debate não se encerra também no Senado, até porque vai para a Câmara. E evidentemente que tanto os artistas como a União Nacional dos Estudantes, a UBES, vão continuar travando o debate na defesa das suas propostas.

Mais uma vez, eu quero dizer que esta é uma proposta que nós estamos discutindo aqui e avançamos. É bom reconhecer que tem avanços no debate, neste item, neste item da busca do entendimento acerca de quem deve expedir as carteiras, acho que tem um avanço. Acho que... O movimento estudantil, a juventude do Brasil, ela tem consolidado as suas representações, as suas entidades, e, na universidade brasileira, a União Nacional dos Estudantes, ela tem uma história de representatividade, de luta e da defesa da meia-entrada. Não vem de agora, vem lá dos anos 60 isso, essa proposta. Então, tem 40 anos de debates sobre meia-entrada. A meia-passagem do transporte coletivo, nos anos 80, Presidente, a grande maioria das capitais, das cidades, conseguiram a meia-entrada, a meia-passagem do ônibus, nos anos 80, porque foi uma bandeira da União Nacional dos Estudantes, que encaminhava a luta pela meia-passagem e a luta contra a ditadura militar. Então...

Na defesa do ensino público... Em Manaus, quis a história que eu fosse o Presidente do DCE, do DU, era o Diretório Universitário que encaminhou a minha passagem e conquistamos, em Manaus, a meia-entrada da passagem do transporte coletivo; 81. Lá vai um tempo.

Então, esse é um debate encaminhado pelas entidades gerais dos estudantes, as uniões estaduais, a UBES e a União Nacional dos Estudantes; vem de muito. E tem um princípio, nesta proposta, que esse é o que me move, inclusive aqui, que é do acesso às

casas, aos espaços culturais. É o acesso. O estudante ter acesso. Para mim, isso é importante.

Eu quero fazer um parêntese aqui, para pegar esse exemplo muito ruim de domingo, aqui, em Brasília, da decisão do campeonato brasileiro. Nós sabemos da paixão do brasileiro pelo esporte. E aí, da noite para o dia, o ingresso, num primeiro momento, a 400 reais, a 400 reais, Presidente. É inconcebível isso. Isso é fechar os portões para o cidadão comum, para o assalariado, para o homem que gosta do esporte, de assistir a decisão do campeonato brasileiro. É um absurdo isso. Houve uma grita geral, e o ingresso passou para 200 reais. Esse ingresso... Veja o corte na sociedade brasileira. 200 reais o ingresso, Presidente Cristovam. É inconcebível isso. Sabendo quem gosta do esporte, da paixão do brasileiro pelo futebol, e foi esse o ingresso cobrado na decisão do campeonato brasileiro. Eu não posso... Acho que tinha meia, não é? Teve meia.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A meia era 100, e eles disseram que é porque quase tudo ia ser meia. Então, que o preço era 100.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Então, é inconcebível isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [risos] É inconcebível isso. Então, eu estou dando um exemplo, porque nós estamos tratando aqui e está embutido isso também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senador João Pedro, um aparte assim para... É uma coisa difícil, nos momentos de crise, mas se lembra que... Acho que eu e V.Exa. votamos a favor de manter a CPMF, mas ela caiu no Plenário do Senado. Um dos argumentos era de que os preços iriam cair. Eu não tenho conhecimento de nenhum preço que tenha caído porque a CPMF caiu.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nem da Cibalena.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nem da Cibalena.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, então, eu estou dando o exemplo desse... Que é um espaço importante e que nós estamos discutindo aqui a meia, inclusive dos palcos esportivos, do estudante ter acesso. Essa é uma distorção de 2001 para cá. A carteira falsificada, a ilegalidade na expedição das inúmeras carteiras, isso é em nível nacional, e o valor exorbitante para compensar o custo do espetáculo. Nós temos que enfrentar esse debate, temos que enfrentar o debate. Então, duas questões: o debate vai continu-

ar, eu quero, mais uma vez, dizer que defendo aqui a meia-entrada, entendeu? Meia-entrada, defendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos nós.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu defendo no voto. Eu voto no mérito. Vou no mérito. E quero reconhecer os avanços nessa discussão. Tem avanços. E apresentei uma emenda, quer dizer, mais de uma emenda nesse item, acerca do percentual aos idosos. Eu tenho aqui a lei, a 10.741, não é isso? Por sinal, aqui... É, a 10.741, de 1º de outubro, e, no capítulo 5º, no art. 23... Veja que nós estamos tratando de uma lei de 2003. E o art. 23, do capítulo 5º, é claro: o idoso tem 50%. E o substitutivo, aqui, nós estamos restringindo a um percentual de 40%. Então, é o art. 23: "A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante desconto de, pelo menos, 50% dos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais". Esta foi uma lei importantíssima que compõe a história de boas decisões do Congresso Brasileiro.

Então, eu tenho a convicção de que nós estamos construindo um projeto que contraria a lei do idoso, a lei 10.741. Então, eu quero levantar essa questão. A relatora rejeitou as emendas, evidentemente que continua no Congresso esse debate, mas quero chamar atenção para isso, para o Estatuto do Idoso. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não há senadores inscritos. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria, Sr. Presidente, de destacar, novamente, um pouco do histórico desse Projeto de Lei. Porque esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte realizou, e com bastante sucesso, algumas Audiências Públicas a respeito desse tema, algumas Audiências; não foi uma, não foram duas, foram mais até. E um conjunto de problemas foram apresentados, não é? Esses problemas foram apresentados nessas Audiências Públicas, o que motivou, inclusive, a solicitação do envio de um ofício da Comissão de Educação, em função das denúncias, nas audiências públicas, para a Polícia Federal, para se investigar o crime de falsificação, inclusive; de falsificação de carteiras. Pessoas, entidades que não tinham absolutamente a autoridade para emitir carteiras e que as estavam emitindo, inclusive, certamente, ganhando milhões de reais nessa emissão de carteira e com prejuízo para toda a sociedade. Fruto dessas Audiências Públicas, foi apresentado um projeto, uma proposta que foi submetida a um conjunto de reuniões.

Eu me arriscaria a dizer que, depois dessas Audiências Públicas, nós fizemos cinco, seis reuniões, mais ou menos, eu nem me lembro mais quantas, porque eu participei praticamente de todas elas, ouvindo os estudantes, os artistas, produtores e pessoas todas ligadas ao projeto, em que nós fizemos um conjunto de reuniões, para deixar claro esse assunto.

Então, foram feitas, a gente pode dizer e assegurar para a sociedade, muitas reuniões a esse respeito. E eu fico feliz, também, hoje, que novas reuniões tenham sido feitas sob a Presidência de Vossa... Não só sob a Presidência, mas com a participação de V.Exa., com a participação da relatora, Senadora Marisa Serrano, e com a participação, naturalmente, das partes envolvidas, se chegando, assim, a um avanço, já ressaltado pelo Senador João Pedro, também, um avanço no sentido de emissão da carteira, da fiscalização desse processo, que a grande preocupação que a gente observou é em relação à fiscalização desse processo, a emissão de carteira. Então, esses avanços, frutos dessa reunião foram incorporados no relatório, sendo apresentado.

Então, nesse sentido, eu penso assim que se avançou mais ainda. Mas, no fundo, no fundo, quer dizer, o que move esse debate do Projeto de Lei é a idéia de que nós temos que ter uma meia-entrada de verdade. Só isso. Quer dizer, o que significa meia-entrada, seja em função do Estatuto do Idoso ou em função da participação dos estudantes. O que é meia-entrada? As pessoas dizem: "Não pode ter limites". Eu digo: "Não sou contra o limite. Pode ser de 70, 80, 100%. 100% das entradas como meia-entrada, só que nós não vamos ter a meia-entrada". É só isso. Nós não vamos ter a meia-entrada.

Então, nós estamos querendo dizer: "Queremos ou não queremos meia-entrada". Então, 80% de meia-entrada. Não sou contra. Ótimo. Só que o ingresso não vai ser de meia-entrada. Isso é uma coisa óbvia, natural. Então, nesse sentido que o debate aconteceu.

O que nós queremos, para termos, no Brasil, uma meia-entrada de verdade? Essa que é a pergunta fundamental. Então, a emissão de carteira já diminui, a fraude centralizada, de uma maneira transparente, com a participação descentralizada das organizações estudantis, o que é interessante, e outros aspectos.

Então, no fundo, não é questão de querer 20%, 30, 40, 50 ou 100%. Se nós acharmos mecanismos, estaria tudo tranquilo. Só queremos meia-entrada de fato. E em todas essas reuniões de trabalho, que eu mencionei antes, trazendo-se as experiências de municípios e estados que adotam, que adotam uma legislação adequada, em todas as reuniões, e nunca foi contestado isso, trouxeram os dados objetivos, onde

se mostra que, com uma legislação adequada, o preço do ingresso é 20, 30% menor do que o preço em Brasília, por exemplo. 20 a 30% menos, em vários locais do Brasil, e esses dados foram discutidos com os estudantes, com os produtores.

Então, no fundo é a gente pensar como é que a população pode ter mais acesso à parte cultural, artística, esportiva, com a utilização de uma legislação adequada, para que as pessoas possam, de fato, dizer: “Não, eu tenho essa carteirinha e essa carteirinha vale alguma coisa”. Vale a meia-entrada.

Então, só para historiar um pouco e enaltecer o avanço que aconteceu no dia de hoje, quero enaltecer o trabalho de V.Exa., da relatora, das pessoas que participaram, e, ao mesmo tempo, esse projeto vai continuar sendo debatido porque vai para a Câmara dos Deputados, na sequência, e vai continuar sendo debatido, pensado, refletido. Mas, no fundo, é dizer o que significa meia-entrada. Então, esta que é a pergunta que nós tentamos resolver dentro de um critério de moralidade, de transparência, de participação, para resolver esse assunto, beneficiando pessoas idosas, o que já está previsto no Estatuto da Pessoa Idosa, e estudantes, de acordo com o título 5º da LDB, título 5º; desde a educação infantil até a pós-graduação, níveis de ensino, e modalidades, jovens e adultos, educação especial e educação para o trabalho. Então, é o título 5º da LDB que decide da parte dos estudantes e o Estatuto da Pessoa Idosa que decide da parte da pessoa idosa, que está bem claro no artigo a que já se referiu antes o Senador João Pedro. Então, gostaria, sim, de historiar tudo isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Há algum inscrito?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu não quero contestar mais nada, porque já tenho minha opinião bem formada. Eu quero apenas anunciar que a União Nacional dos Estudantes estará enviando amanhã, para Santa Catarina, 40 estudantes de medicina que estão no último ano, juntamente com profissionais de medicina que estão trabalhando já como profissionais, estão nas residências. São 40, digamos assim, médicos, junto com a União Nacional dos Estudantes, que não trabalham só com a cultura, não só com a reivindicação estudantil, mas também com a solidariedade. Então, quero dar parabéns à União Nacional dos Estudantes por essa atitude de colocar os estudantes brasileiros na solidariedade ao povo de Santa Catarina. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu felicito também a União Nacional dos Estudantes por esse trabalho e agradeço ao senador que tenha trazido o assunto aqui. Nós temos...

Faltam dois. Estamos em condições de votar, mas faltam dois senadores para...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, pela ordem. Não dá para nós invertermos a pauta, enquanto aguarda o quórum, e votar o item 17, que é bem simples, eu sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode ser, mas vamos ver se, em dois minutos, chegam os dois, para não perder o ritmo e o embalo. Enquanto esperamos o quórum--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Diga.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu estou providenciando requerimento, por escrito, para nós votarmos as minhas emendas, em globo, as quatro, acerca dessa observância que eu estou fazendo que...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Perfeito. Enquanto esperamos o quórum... Não, falta um.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não são da Comissão nenhum dos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, não são da Comissão?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, não, nenhum dos dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nem suplentes. Bem, enquanto vamos ao item...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o item 3, [ininteligível] não tem emenda. Está comprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas é terminativo também.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, está comprovado, não tem emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos ao... Vamos ao item 3, que é um item terminativo, mas que não haverá necessidade de votação, porque não houve--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, [soa a campainha] eu quero registrar que o Senador Arthur Neto não é membro da Comissão, mas é um reforço da União Nacional dos Estudantes no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] “O substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 014, de 2007, que altera a lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. O parecer e autoria do Senador Flávio Arns, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 9/9. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da dis-

cussão, a Comissão será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal". Então, como não houve apresentação de emendas, eu ponho em votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, está dado como aprovado o projeto e vai para a Câmara. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só gostaria, Sr. Presidente, de fazer uma observação em relação ao projeto que trata do ensino de Libras na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, de autoria de V.Exa., que houve várias reuniões com a assessoria de V.Exa., da Senadora Lúcia Vânia, e se chegou, assim, a um denominador comum em relação a uma verdadeira revolução que pode ser criada nesta área, a partir do projeto seu, para o ensino de Libras. E como isto seria assim uma mudança muito grande, em termos do turno suplementar, decidiu-se pela aprovação e que houvesse o recurso em Plenário. Aí, para que volte-se para o projeto, para a Comissão, para se incluir as mudanças que foram sugeridas depois da votação do primeiro turno. Então, só para dizer para as pessoas que acompanharam o projeto que é uma exigência do regimento nessa direção.

Então, quando nós fizemos só o recurso no Plenário, já há, vamos dizer, um entendimento que isto seja feito a favor da área. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Agradeço seu relatório e todo esse acordo. Nós temos quórum para fazer a votação. Peço a lista. Não, já foi votado. Não tem votação. Ele... Não tem votação porque não houve emendas. Senadora Marisa, eu creio que vai precisar ler todo...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todas as emendas, o substitutivo inteiro, porque muitos chegaram depois. Eu peço silêncio [soa a campainha], peço silêncio, para que seja possível entender bem o substitutivo da Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero dizer aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, como expliquei no início da nossa reunião hoje, eu apresentei, nesse segundo turno, as emendas ao meu próprio substitutivo.

Então, o substitutivo está na pag. 21 de toda a pauta de hoje. Então, a esse substitutivo da pag. 21, eu acrescento as emendas que eu passo a lê-las. Re-

sultados de uma reunião anterior à abertura dessa Comissão hoje, com a participação de todas as pessoas ou, pelo menos, a maioria dos órgãos envolvidos, UNE, representante das empresas, Ministério da Cultura, Ministério dos Esportes, Ministério da Educação e o gabinete da Presidência da República. Portanto, as emendas são as seguintes. Dê-se ao art. 1º, no § 2º, a seguinte redação: "Somente terão o direito ao benefício estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino, previstos no título 5º, da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que comprovarem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento...". Desculpe. Aquisição... "Apresentação de discente, mediante a apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local ou da realização do evento, da carteira de identificação estudantil, CIE, válida - aí que vem a mudança - conforme modelo único, nacionalmente padronizado pelas entidades nacionais estudantis, nos termos do regulamento, dotada de fé pública, confeccionada pela Casa da Moeda do Brasil e expedida pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pelos Diretórios Centrais dos Estudantes, das instituições de ensino superior, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e pelas Uniões Estaduais dos Estudantes". Essa é a primeira emenda que foi discutida e consensuada.

A segunda emenda. Suprime-se os §§ 3º e 4º... Desculpe. Os arts. 3º e 4º, do substitutivo. Tem o 3º e 4º aí. Os arts. 3º e 4º, do substitutivo, ficam suprimidos. No parágrafo... Ainda no § 1º do substitutivo... É que a ordem aqui está meia... No art. 1º, do substitutivo, inclua-se o seguinte § 6º, esse § 6º é novo: "Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis". Também do art. 1º, dá-se ao § 5º, do substitutivo, a seguinte redação: "§ 5º: O cumprimento do percentual de que trata o § 4º será aferido pela Agência Nacional do Cinema, no caso das exibições cinematográficas, e, para os demais setores, por meio de instrumentos de controle que faculte ao público o acesso à informações atualizadas, referentes ao quantitativo de ingressos de meia-entrada disponíveis para cada sessão". E a próxima emenda. Dê-se a seguinte redação ao atual art. 6º, do substitutivo: "Art. 6º: Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação - acrescentando -, gerando efeitos a partir da edição da sua norma regulamentadora". Eu não sei se há alguma dúvida...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, ficou claro que a regula-

mentação definirá as punições tanto para falsificação de carteira como também para a falsificação nas cotas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

O que me foi proposto foi que... O 6º... Espera aí. Aqui. Aqui. Da fiscalização. Inclui o seguinte § 6º ao art. 1º, do substitutivo, renumerando-se o 6º e o 7º; § 6º: “Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais, estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não vale a pena acrescentar que serão definidas na regulamentação dessa lei?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu acho que aí os órgãos todos têm... PROCON, direito do consumidor, o Código Penal, Código Civil...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Marisa Serrano, se não tiver nenhum indicativo na proposição, que já é o indicativo para criar a regulamentação, então, a regulamentação pode apenas repetir o que está na proposta de indicativo, de que a União, os estados e os municípios--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V.Exa. quer incluir PROCON...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, propor que, na regulamentação, fica... O texto que o Senador Cristovam propôs.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Defendendo a regulamentação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aí vai depender da regulamentação, aí não tem...
[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já vai...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já vai ficar...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Conforme a regulamentação do Poder Executivo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Quem é que vai regulamentar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Poder Executivo, a lei, vai ser um Decreto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Marisa, é só no sentido de que a regulamentação que nós estamos propondo... Nós temos que dizer, aqui, que, na regulamentação, as sanções penais têm que ser descritas. Não basta dizer o Código Penal, não basta dizer as sanções penais; é quais são as sanções penais que o regulamento tem que descrever.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já está acatado, Sr. Presidente. Então, vou ler novamente. “Caberá aos órgãos públicos, competentes, federais,

estaduais e municipais a fiscalização do cumprimento da presente lei e a aplicação das sanções administrativas e penais cabíveis, conforme a regulamentação”.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, nós vamos votar o substitutivo da senadora e, depois... O Senador Arthur Virgílio pediu a palavra, a Senadora Ideli também, e, depois, as emendas. Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu estou um pouco surpreso porque estou vendo algo que é novo na minha trajetória política; essa contradição suposta entre estudantes e artistas. Eu vi contradição entre estudantes e artistas contra a ditadura... Muito bem, mas... Agora, eu continuo com direito de expressão, eu suponho, apesar de estar resolvido. Então, eu—

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua, continua.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Constituição garante à V.Exa..

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se ela não garantisse, eu tenho certeza que o PCdoB garantiria. O PCdoB garantiria nem que fosse *manu militari*, mas garantiria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Assim como tive a palavra garantida com a presença de V.Exa., nos idos de 83.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): É verdade, é verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu peço aos senadores que vamos direto ao assunto.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Mas é verdade. É verdade mesmo. V.Exa., naquela altura, era líder de um grupo de moradores, e eu, por defendê-lo, virei *persona non grata* no Ceará, no tempo da ditadura. São lembranças boas. Então, vamos procurar convergência.

Eu não vejo que artistas sejam contra meia-entrada, querem normatizar, querem a certeza da transparência, e, a partir daí, o acordo parece que é bem razoável. Eu podia usar outro exemplo. Vou usar de uma escola que não existe mais, na era da computação. Então, o curso de datilógrafo diz(F): “Estudante não é”. Não dá para sustentar uma profissão teatral, num país como o Brasil, que tem dificuldade para produzir, dificuldade para financiar o que produz, uma platéia onde todos paguem meia-entrada. Não é possível isso, se nós quisermos ser realistas.

Então, se nós sairmos do maniqueísmo, essa coisa de estar contra o estudante ou estar contra os artistas, eu tenho a impressão que o certo seria nós fecharmos com o substitutivo da Senadora Marisa

Serrano, me parece realista, me parece que busca o meio-termo e parece que faz uma bela síntese, pondo fim a um episódio que eu não julgo mais construtivo, de nós, aqui, criarmos uma contradição entre estudantes e artistas, que nunca houve, nem tem por que haver. O estudante precisa ir ao teatro, e o artista precisa que o estudante vá ao teatro, até porque ele não faz a sua arte apenas para quem tem menos tempo de vida útil para o país. Eu tenho certeza que, quando um ator olha para a platéia e percebe que há jovens, majoritariamente, nela, ele fica muito feliz, por perceber que ele está transmitindo a idéia da liberdade, a idéia da democracia para aqueles que vão fazer do país algo, com certeza, melhor, até porque tem muito mais tempo para trabalhar pela frente.

Então, eu tenho a impressão que é satisfatório o substitutivo, e o PSDB o apóia, integralmente, da Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Eu quero dizer ao senador que, de fato, essa contradição, aos poucos, foi se diluindo nas conversas, chegou-se a um acordo, obviamente com o direito aos estudantes de se manifestarem, dizendo: “Esse aspecto eu tive que aceitar”, por exemplo, mas sem nenhuma mágoa dos artistas. Porque, de fato, não há cultura sem estudante e nem sem artista. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é muito interessante, porque nós tivemos durante muito, muito tempo, a carteirinha de estudante como um documento que permitiu a convivência entre a produção artística e o acesso dos estudantes aos locais de espetáculos, os espetáculos artísticos, culturais e tal.

A partir de um determinado momento, a carteirinha virou algo absurdo, porque se conseguia carteirinha muito mais fácil do que se conseguia qualquer outro documento... Ela era... Inclusive, ela servia quase como brinde, não é? Não tinha vaga na escola, mas tinha a carteirinha.

Então, nós fomos levados a uma situação absurda de, agora, estarmos discutindo cota, regulamentação, punição, etc. e tal, e é sempre bom lembrar que isto começou quando se deu franquia para emissão de carteirinha até para a biboca da esquina. Porque, enquanto estive no controle das entidades estudantis, esta situação não aconteceu antes, não acontecia antes. Por isso, hoje, nós estamos aqui... O Senador Eduardo Azeredo está dizendo que acontecia, sim. Olha, se acontecia, sim, então, temos mais erros acumulados, porque, então, levou muito mais tempo para se tomar as providências. E eu não lembro de nós termos uma mobilização da classe artística, do setor empresarial

da cultura e dos próprios estudantes, no sentido de nós estarmos aqui, fazendo uma regulamentação.

Então, nós estávamos todos bastante preocupados, porque havia discordância sobre vários aspectos, e o acordo, ele pode não ser perfeito, ele pode não ser o que cada um dos lados gostaria de ter na íntegra, mas é melhor um acordo bem feito, que os dois saiam abraçados, do que uma situação onde não se conversassem mais, onde não se articulem mais.

Então, é por isso que nós estamos parabenizando todos os que se envolveram. Eu, ainda ontem, à tarde, recebi solicitação para que não votássemos; tentássemos, ainda, aprimorar o acordo, que, me parece que, hoje, pela manhã, acabou fechando. Então, eu queria saudar o entendimento, e que a gente possa, agora, com as carteirinhas de estudantes, voltando... um papel confiável da Casa da Moeda e voltando ao controle exclusivo das entidades estudantis, nós possamos ter a eliminação da origem do problema que nós estamos tentando corrigir, agora, com cota, com fiscalização e tal, que é dar o direito dos estudantes poderem acessar e não inviabilizar o setor produtivo cultural, nas suas realizações empresariais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, vamos passar à votação. Primeiro, vamos votar o substitutivo. Não, primeiro é que há destaques. Quero saber se a Mesa está de acordo que votemos os destaques no momento oportuno. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Estão aprovados. Tanto do Senador João Pedro como do Senador Inácio Arruda. Vamos votar agora o substitutivo, depois as emendas, em bloco, da senadora, e, depois, os destaques. Senador Flávio Arns, que é autor do projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora, ressalvados os destaques.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo. Senadora Marisa Serrano é a relatora. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro. Senador Francisco Dornelles. Nós temos mais de quórum, além dele. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a orientação do PSDB e reconhecendo o trabalho construtivo da Senadora Marisa Serrano, acompanhamos a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, então, está aprovado por unanimidade. Vamos agora ao substitutivo... Às emendas da Senadora ao substitutivo, que foram fruto de todas as conversas. Em bloco. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, nós estamos votando agora os...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Substitutivo. As emendas da Senadora--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Da Senadora, claro, claro. Pode repetir, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Leu todos, mais de uma vez. Todos aqueles. É resultado de todo o acordo. Flávio Arns, Fátima Cleide, Ideli Salvatti... Sim. Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Renato Casagrande. Não é possível. Um minuto. Senador Mão Santa. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano. É a relatora, óbvio. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a relatora

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Que é o autor do projeto. Então, aprovado por unanimidade, e, agora, vamos às ressalvas, destaques, não é? Peço ao Senador Inácio Arruda que leia a sua primeira emenda. Está na pag. 28, incluía-se o seguinte... Se quiser, eu leio aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pode ler, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): "Incluía-se o artigo, o seguinte artigo ao PLS 188, substitutivo de 2008, renumerando os artigos. Art. 4º: Até que a lei seja regulamentada, o acesso

de que trata-se o art. 1º será regido pelas normas em vigor”. Retira, exatamente. O segundo--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi atendido pela relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi. O Segundo: “Suprima-se o § 4º, do art. 1º, do PLS, nº. 188, substitutivo de 2008”, que é eliminar a cota de 40%. Não é isso?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V.Exa. está entendendo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A justificativa... Quer que eu leia ou o senhor prefere ler e defender?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, acho que nós teríamos um acordo que se avançou, fruto de um esforço muito grande, de que sempre, nessa articulação, estiveram os estudantes da UNE, da UBES, alguns DCEs, reuniram-se duas secretarias, um Ministério de Governo. A única secretaria que não participou foi a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que trata da questão dos idosos, que lá que está localizada essa temática dos idosos, no caso do Governo. Eles gostariam de ser ouvidos, mas digamos que nós chegamos à votação sem eles terem tido a oportunidade de dar opinião diretamente no projeto.

Mas eu quero destacar que o esforço que nós estamos fazendo aqui, de regulamentação, fruto desse trabalho intenso que envolveu artistas, que envolveu estudantes, criou uma ressalva, ou criou um obstáculo para os estudantes, que é a restrição da meia. Ela tem repercussões, ela é nacional e, por isso, passa a ter repercussão nacional. Porque ela vai criar um efeito... Ao ser aprovada, ela cria um efeito para outras instâncias, que não é apenas a área cultural. E não vale nós quisermos resolver, senadores ou deputados, quisermos anunciar que há como estabelecer uma espécie de meia de verdade. Quem tem que examinar isso são os estudantes. Eles é que vão dizer se a meia é de verdade ou se não é de verdade. Não é uma restrição de 10, 15, 20, 30, 40, 50% que vai dizer que a meia é de verdade.

Eu fiz a ressalva do acordo da CPMF, de redução de preço, para mostrar quanto é difícil, mesmo se acordando, se reduzir preço em qualquer item no Brasil. Por isso, eu acho que é de melhor alvitre, para nós, mantermos o estudante com direito à meia. E a primeira ou primeiro grande teste é você regulamentar. Regulamenta a emissão, fiscalize a emissão, coíbe a falsificação, afasta a carteira falsa da entrada no cinema, no teatro, no esporte, no ônibus, elimina essa carteira falsa, e nós vamos compreender por que é tão importante ter os estudantes dentro de cada casa de

show, de cada casa de espetáculo, com seu direito à meia. Por isso que eu defendo que não tenha restrição. Essa restrição fere o direito. Você estabelece o direito, depois retira esse direito, com a imposição de cotas em relação aos estudantes, especialmente.

Então, acho que nós deveríamos retirar do texto essa questão de restrição de cota. A verdade sobre a meia, deixa que os estudantes tratem. É deles o direito. Não somos nós que temos que dizer se a meia é verdadeira ou não é verdadeira. Por isso, vamos impor uma norma, impor uma regra. Eu considero que essa é uma hora oportuna para nós retirarmos essa restrição; isso fere o direito conquistado em muitas lutas e vai criar um efeito dominó. Daqui a pouco, também, os donos de transportadoras, de empresas que transportam passageiros no Brasil inteiro, vão fazer o mesmo questionamento. Ora, se pode para um lado, por que nós não podemos fazer a restrição também lá no transporte municipal em Fortaleza, onde todos os estudantes, indistintamente, têm direito a meia, a qualquer hora, a qualquer instante? Era essa a questão no encaminhamento de um requerimento de minha autoria, pedindo aos Srs. Senadores que retirem essa restrição aos estudantes, garantam a meia, integralmente, para os estudantes. Porque, fiscalizando, combatendo a corrupção, se nós caminhamos por aí, nós vamos, primeiro, garantir aos estudantes o seu direito e garantir aos artistas que não vai haver burla da meia em nenhuma casa de espetáculo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, só para contrapor ao Senador Inácio Arruda, que ele usou um exemplo que acho que não é compatível com o que nós estamos, aqui, acordando.

Eu quero parabenizar a Senadora Marisa Serrano e o Senador Eduardo Azeredo e Flávio Arns, porque me parece que o projeto, que era polêmico, acabou se chegando a um acordo que atende tanto aos estudantes quanto à área cultural.

A questão da meia-passagem nos transportes urbanos. No cálculo da tarifa, já é levada em consideração a meia-passagem, a gratuidade dos idosos. Quer dizer, isso já está na tarifa. Não é o caso da área cultural. Então, eu quero colocar a minha posição, até porque, Senador Inácio Arruda, nós estamos votando algo que já está consensado entre os estudantes e a área cultural. Me parece, pela--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu darei a explicação sobre isso.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a discordância dos 40%. Mas eu voto com a Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, não havendo mais ninguém que queira falar, eu quero dizer... Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dois minutos. Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu gostaria apenas de, mais uma vez, reiterar o meu compromisso, aqui, com a produção cultural, mas, ao mesmo tempo, afastar qualquer possibilidade de se estar prejudicando estudantes ou a juventude, em função do que está sendo construído aqui, Sr. Presidente.

Não dá para comparar os custos e os lucros das empresas de transporte coletivo com as dificuldades para a produção cultural, cinematográfica. Não dá para fazer isso aqui. As empresas de ônibus, as empresas de transporte coletivo têm lucros exorbitantes, Sr. Presidente. E, como já disse aqui o Senador Flexa Ribeiro, na planilha de custo das empresas, já consta a meia-passagem, de modo que não dá para entrar nesse debate. Nós estamos aqui, procurando, responsávelmente, uma alternativa que garanta a produção cultural, artística, cinematográfica, o acesso a todo o conjunto da sociedade aos espetáculos, e, ao mesmo tempo, preservar direitos dos estudantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero, como quem participou--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Para encerrar, Sr. Presidente, não dá para a gente comparar Paulo Autran e outros, de saudosa memória, com donos de empresas de ônibus.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, como quem participou das negociações, deixar claro que houve concordância de que tivemos um avanço em todo o projeto, muitos que beneficiaram os estudantes, do ponto de vista legal, participação, especialmente as entidades.

Agora, o Governo todo, aqui, ficou de acordo com a cota de 40%. Agora, a UNE, todo momento, disse que não tem condições de assinar embaixo, de apoiar e nem de aplaudir isso. É preciso deixar claro essa posição. Mas houve um grande consenso, digamos, espiritual, no conjunto das medidas pelos avanços. Eu vou pôr em votação, então. Senador Flávio Arns. É preciso explicar--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está sendo votado em globo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Só o destaque, só o desta-

que. Deixa eu explicar o voto. Quem votar "sim", está votando com o Senador Inácio Arruda, para excluir o item da cota. Ou seja, não haveria cota, se dissesse sim. Quem votar "não", está votando pelo texto da relatora, em que se mantém os 40% de cota. É o que eu disse. Quando é "sim", quando é "sim", é com o Senador Inácio, para não haver cotas. Quando for "não", é para haver 40%. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pelo texto da relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Senadora Fátima Cleide. Não. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda, sim. Senador Renato Casagrande, sim. Senador Mão Santa, não.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora. Com a relatora; então, não. Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, com o Inácio... Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Senadora Marisa Serrano, não. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Não está. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sim, sem restrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Francisco Dornelles. Não. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Que é o autor. Então, o resultado... Então, 12 “nãos” e 4 “sim”. Repete-se mais ou menos a votação da semana passada. Passamos agora aos destaques do Senador João Pedro. Com a palavra o Senador João Pedro, para apresentar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, fiz uma... Apresentei quatro emendas, para tentar resgatar uma conquista dos idosos no Brasil e um momento importante do Congresso Nacional, quando votou o Estatuto do Idoso.

Nós construímos um texto, aqui, que ficou imbricado, colado estudante e idoso. E eu estou chamando a atenção dessa Comissão porque o Estatuto do Idoso já prevê, no seu capítulo 5º, no art. 23, o acesso aos eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer com 50%. E o texto que nós estamos construindo, nós estamos restringindo isso, estamos fazendo uma lei, quando já existe uma lei, a 10.741, de outubro de 2003, que não faz nenhuma restrição. Que não faz nenhuma restrição. Daí a emenda apresentada. Eu quero chamar a atenção das senadoras e dos senadores. Nós já votamos aqui, foi derrotada aqui a emenda do Senador Inácio Arruda, e essa é uma emenda que corrige essa distorção. Esta é minha opinião, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos votar em globo porque são quatro sobre o mesmo assunto; a inclusão, ou não, dos idosos nas cotas. Senadora Marisa pediu a palavra? Não? Então, quem votar “sim”... Quem votar “sim”, vota com o Senador João Pedro, que significaria que não haveria cotas para os que tivessem mais de 65 anos de idade. 60. O que significa que muitos Senadores vão votar em causa própria, inclusive eu.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Aí a minha confiança na aprovação da emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos votar, então, a partir do Senador Flávio Arns. Com a relatora, que é o não. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, para o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Quando votar “sim”, é com a emenda. Ele votou “não”. Com a Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, ao destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli. Senador Inácio Arruda. Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Voto com o destaque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa. Com a relatora. Vota “não”. Senador Raimundo Colombo. Não. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a relatora; não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano; não. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi. Não está. Senador João Pedro, sim. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora, não. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a relatora. Senador... Não? Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo é o autor do projeto. Então, o resultado...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, tem voto, ainda, do PMDB.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, desculpe. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia está presente? Está. Então, vota com...

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): A relatora. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jucá votou. Então, 12... Então, foram 12 votos... 13 votos a 3, pela manutenção do texto da lei que dá a cota para estudantes e... Só tem três. João Pedro, esqueci. Então, 13 a 4.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Quero fazer apenas--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, agora--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Deixa eu ver a ordem aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas os que fizeram a vigília não sei... Além disso, são coisas bem diferentes, bem diferentes.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu não deveria entrar... Senador [soa a campainha]... Só uma coisa, eu não gostaria de entrar nisso. Mas eu espero... Um momento. Eu quero, então, cobrar do Senador João Pedro que todos que votaram aqui pela sua proposta, votem com os aposentados lá, para derrubar o fator Previdência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Nós já votamos.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós não precisamos fazer vigília, porque os aposentados conhecem nossas posições.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Com a palavra a Senadora Marisa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, eu, eu poderia votar?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu só quero esclarecer, Sr. Presidente, que eu acho que o art. 23, do capítulo, do Estatuto dos Idosos, que diz que eles terão direito, e aí eu me incluo também porque eu já passei dos 60... Não parece, mas eu sei. Não parece, mas é verdade. Então, a participação... Nós estamos legislando em causa própria aqui. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada, mediante desconto de, pelo menos, 50%.

Eu pensei o seguinte, Sr. Presidente: é muito difícil fiscalizar e controlar: "Aqui é 50%, aqui é 40%. Esses daqui entraram, são idosos, e esses aqui são estudantes". Não há como fiscalizar dessa forma. Eu acho que nós temos que padronizar e padronizamos nos 40%, que a CCJ já tinha apresentado. Eu acho que isso que vinha sendo discutido há muito tempo.

Então, Sr. Presidente, eu acho que foi um avanço que fizemos. E não foi contra os idosos, não. Eles vão continuar indo aos espetáculos, vão continuar trabalhando, porque, como disse o Senador Eduardo,

o Senador Flávio Arns, o preço vai ter que ser diminuído, e nós temos aqui até um documento, um termo de compromisso, assinado aqui - porque isso é mais o cinema que estava sendo discutido - assinado pelas empresas exibidoras, cinematográficas, garantindo, assinando um documento que nós podemos fazer uso dele a qualquer momento.

Eu acredito que, com a fiscalização, com o acompanhamento, com a organização das carteirinhas, com a moralidade que nós estamos pregando, eu acredito que, com esse bojo de todas as ações, não há como não melhorar, Sr. Presidente. Eu acho que é por isso que nós temos que continuar lutando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, o assunto está encerrado. Vamos passar aos outros temas. Há uma pauta longa, que eu creio que não vai interessar mais a todos, mas são bem-vindos e, se quiserem ficar aqui, nos honram muito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Peço preferência para o item 10, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, só para contestar aqui o Senador João Pedro...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos dar um minuto para... [soa a campainha]. Vamos dar um minuto para as movimentações normais.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, peço preferência para o item 10 da pauta.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, eu tinha pedido inversão de pauta para o nº. 17.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu pedi preferência para o item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos lá. Senador Arruda.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu estava no uso da palavra, quando V.Exa. interrompeu a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Arruda pediu para o item 10, e o Senador Colombo para o item 17.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, 21 e 22, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Palavra com o Senador Arruda para apresentar o relator...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não, não sou relator, é que sou--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor é o autor. E o Senador Antonio Carlos Valadares não está aqui.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas não pode porque não veio ainda... É a primeira vez. Consiga que o Valadares abra mão, que não tem problema. A gente vai falar com ele aqui. Enquanto isso, o Senador Colombo. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Que V.Exa. interrompeu a sessão. Suspendeu a sessão, e eu estava começando a falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, é verdade, senador, desculpa. É verdade.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então, eu queria porque é muito importante para nós, visto que o Senador João Pedro, na defesa da sua emenda, ele... acredito que tenha se equivocado e deixado nós, senadores, que votamos a favor da relatora, em situação difícil, diante dos espectadores. O Senador João Pedro, ele confundiu o que está no Estatuto do Idoso. No Estatuto do Idoso--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Vamos tratar da pauta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --está exatamente o desconto de 50% no valor do ingresso, no valor do ingresso. O valor do ingresso, que é aprovado no relatório da Senadora Marisa Serrano, continua com o desconto de 50% para o idoso e para o estudante. O que nós estamos debatendo é o número, é a cota, é número de cadeiras, que se limita a 40%, e não o valor do ingresso. Nós não estamos ferindo o Estatuto do Idoso, porque o Estatuto do Idoso refere-se a 50% do valor do ingresso; custa 100, vai pagar 50. Da Senadora Marisa, custa 100, continua pagando 50.

Então, para fazer esse esclarecimento desse equívoco, que, pelo menos, eu entendi dessa forma, e quero deixar bem claro a todos nós, que votamos a favor, para não ficarmos em situação difícil, dizendo que estamos ferindo o Estatuto do Idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está corretíssimo, senador. Diga.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [ininteligível] corretíssimo(F), Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, o que ele explicou está, senador. A redução é a mesma.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Preste atenção, Presidente. Vou dar um exemplo. Vou dar um exemplo. Senador Papaléo, vou dar um exemplo do que nós

votamos e o que era minha emenda. Se entrarem num teatro de 100 lugares, 40 estudantes, sabe quantos idosos entram com a meia? Nenhum. Vamos prestar atenção, Senador Papaléo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só tem 40 ingressos para venda.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Isso é preciosismo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Senador Papaléo, por favor...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Não, mas o que ele está falando é outra coisa, é o valor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É isso. É que o Estatuto...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Não, ele falou o valor.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Presidente, presta atenção. O Estatuto do Idoso garante 50% no valor.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Valor do ingresso, senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Ponto. A lei... O que nós votamos... Nós estabelecemos uma cota de bancos. Se 40 estudantes comprarem a meia-entrada, não entra mais um idoso. Essa é a lei que nós votamos.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Se 40 idosos entrarem, não entra mais nenhum estudante. Mas isso é preciosismo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É isso, vale para um lado e vale para o outro, é evidente.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas o valor...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas é o preciosismo que o empresário vai usar lá na porta.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É por isso que eu sou contra a cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o que ele falou é o valor. O valor continua.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não é valor, Presidente. Nós não estamos falando de valor.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): São duas coisas diferentes. Ele irá, no outro dia, e pagará metade.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por favor, por favor. O Estatuto do Idoso já garante 50%. Ponto.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Então, ninguém está ferindo o Estatuto do Idoso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Mas o que nós estamos ferindo o estatuto? Que nós votamos agora uma cota só de 40% para estudante e idoso.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ninguém está ferindo. Não estabelece cota. No Estatuto do Idoso, não estabelece.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Claro, 40%.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O estatuto do idoso não estabelece.

[falas sobrepostas]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): E se entrarem 40% dos idosos, não entra nenhum estudante.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por favor, tenha calma. Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Pois é, porque nós votamos na cota, e eu votei contra a cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Se não existir cota, se entrarem 100 estudantes, não entra nenhum idoso. Não é por aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo, eu queria--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Por isso que eu votei contra a cota. Por isso que eu votei com a emenda de não ter cota, nem para idoso e nem para estudante. V.Exa. votou a favor da cota do idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O assunto foi encerrado, foi votado. Na Câmara, vai continuar o debate. Vamos continuar--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Excelência, permita-me, que ficou a dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas vamos deixar para outro dia, senador.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu quero dizer à V.Exa. e a todos que estão nos assistindo--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Presidente, vamos--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): --que, de forma alguma... Senadora, respeite minha palavra. Que, de forma alguma, se infringiu, se feriu o Estatuto do Idoso. De forma alguma. De forma alguma. Por quê? Se não houvesse cotas, estivesse 100 lugares, se 100 lugares fossem ocupados pelos estudantes,

não entraria nenhum idoso. Não tem cota. Se for 40 estudantes, não entra nenhum idoso. Se for 40 idosos, não entra nenhum estudante. Então, não é por aí. Eu quero deixar bem claro que, se isso é bom ou se é ruim, deixa-se para depois.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, você já perdeu. Você já perdeu; 13 a 3.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, não venha colocar essa polêmica aqui, tentando ferir a Comissão de Educação, que isso é até falta de respeito conosco. Não há nenhum ferimento do Estatuto do Idoso. Os 50% que fala aqui... Nós somos legisladores e temos que ter, pelo menos, noção de legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, esse debate deveria ter sido antes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Os 50%, que se refere aqui, é o valor do ingresso e não a cota. Nós mexemos só na cota.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse debate seria antes. Na Câmara, vai continuar a ser debatido. Eu quero pedir ao Senador Tuma--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam, tenho dois requerimentos--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não sobre esse assunto. Ah, dois requerimentos. Muito bem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Tenho dois requerimentos, eu acho que é muito rápido votá-los. Porque eu tenho que sair. A gente está aqui com um debate que é inócuo, uma vez que já votamos a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, já passou. Eu vou pedir ao Senador Tuma que assuma a Presidência, porque eu acredito que não vou conseguir tomar o voo que era às 11h30, mudei para outro aqui. Senador Tuma.

[troca de presidência]

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador, eu posso relatar o 17, então? O projeto 17, ele, do item 17, é o Projeto de Lei da Câmara, nº. 044, de 2008--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Permite que eu leia a emenda, para todos tomarem conhecimento?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Desculpa só a interrupção.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Desculpo. Fique à vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Mas é para efeito da ata. A secretaria está me dizendo que tem que ter primeiro a leitura. E se eu não falar, eu não apareço também, não é? [risos] O Inácio Arruda está na fila, ali, também.

“Item 17, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara 044, de 2008. Institui o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado na data de 29 de junho. Autoria: Deputado Paulo Rubem Santiago. Relatoria: Senador Raimundo Colombo, com o parecer favorável”. Passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, para que exare o seu relatório.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº. 044, de 2008, de autoria do Deputado Paulo Rubem Santiago, tem como finalidade instituir o Dia Nacional do Pescador, a ser comemorado, anualmente, em 29 de junho. 29 de junho foi escolhido por ser uma data já conhecida como o dia do pescador e porque, nela, se enaltece São Pedro, padroeiro dos pescadores.

Entendemos que o propósito da iniciativa é justo, na medida em que pode, por meio das festividades e dos eventos, desenvolvidos no dia reservado à celebração, motivar e mobilizar a população para preservar e, até mesmo, para criar sentimentos de valorização e de respeito, não apenas pelos pescadores, mas pela vida nos lagos, rios e mares. Ademais, poderá chamar a atenção das autoridades para a necessidade de se estabelecer políticas de fomento e de proteção a essa atividade, que é tão comum no país e que está ameaçada pela ação predatória da população de grandes indústrias pesqueiras. Pelo exposto e atendido aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 044, de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu

estou de acordo. Votamos(F). Favorável. Dia do pescador, dia 29 de junho.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Que ninguém queira fazer uso da palavra... Eu só queria cumprimentar V.Exa., Senador Raimundo Colombo, que o que representa o Estado de Santa Catarina para a pesca e para atendimento, a todo o Brasil, com a produção incentivada daqueles que vivem do mar. E, sem dúvida nenhuma, essa desgraça que se abateu sobre Santa Catarina, não se abateu

sobre o povo catarinense. E V.Exa. tem defendido todo o interesse do seu estado, em colaboração com os seus colegas de Congresso, nessa luta, que, se Deus quiser, a recuperação do Estado de Santa Catarina e a prevalência da pesca. E eu, agora, estive na ONU. Lá está para sair uma resolução internacional de respeito às águas brasileiras e outras, referente à pesca. Então, meus parabéns. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Agradeço à V.Exa. pelas palavras e, também, a todos, pela aprovação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): Item 10 da pauta. Segundo... “Denomina Senador Luiz Carlos Prestes o espaço localizado no anexo II, bloco A, 1º andar, do complexo arquitetônico do Senado Federal, que dá acesso às alas Senador Tancredo Neves, Senador Teotônio Vilela. Senador Inácio Arruda; autor. Senador Antonio Carlos Valadares abriu mão de sua relatoria. Pergunto à Senadora Fátima Cleide se...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA

(PTB-SP): João. João Pedro. Senador João Pedro, *ad hoc*, para substituir o Senador Antonio Carlos Valadares, que deu o parecer favorável.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso, Presi-

dente. Autoria do Senador Inácio Arruda, relator o Antonio Carlos Valadares, esse grande companheiro do PSB, da análise. Eu serei rápido, mas, pela relevância, eu vou - histórica, justa a esse grande brasileiro - à análise do projeto.

Sem dúvida, é inegável a importância que Luiz Carlos Prestes representa para o nosso país; comandante de uma extraordinária e revolucionária marcha, a Coluna Prestes, o líder do Partido Comunista Brasileiro. Por mais de 50 anos, Luiz Carlos Prestes foi uma das figuras brasileiras, e da América Latina, mais perseguidas do Século XX. Nascido em Porto Alegre, cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro, transferindo para o Rio Grande do Sul, liderou, no estado, uma revolta tenentista contra o Governo de Arthur Bernardes, em 1924. Compostos por jovens oficiais do Exército, os tenentes pretendiam levantar a população contra o poder da oligarquia governante e, por meio da revolução, exigir reformas políticas e sociais. Como a renúncia de Bernardes, a convocação de uma Assembléia Constituinte e o voto secreto... Como a renúncia de Bernardes, do Governador, o Presidente da época, não é, a convocação da Assembléia Constituinte e o voto secreto. Depois de vários combates, os gaúchos foram ao encontro das tropas paulistas rebeldes, co-

mandadas por Isidoro Dias Lopes e por Miguel Costa, em Foz do Iguaçu, formando a Coluna Prestes, com o propósito de percorrer o Brasil, para propagar as idéias tenentistas. Os integrantes da Coluna realizaram uma incrível marcha pelo interior do país, percorrendo, a pé e a cavalo, cerca de 25 mil quilômetros. A marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia.

Sr. Presidente, por essa razão, é justa e meritória a iniciativa de homenagear o Senador Luiz Carlos Prestes em um espaço de acesso livre, situado no complexo arquitetônico dessa Casa Legislativa. O voto, Sr. Presidente, é pela aprovação do projeto de resolução nº. 041, de 2008. Relator, *ad hoc*, João Pedro, com o Relator Senador Antonio Carlos Valadares.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão o projeto lido pelo Senador João Pedro, relatório do Antonio Carlos Valadares. Pergunto se alguém quer se manifestar a respeito. Em votação. Senhoras e senhores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado. Aprovado. Eu vou pôr em votação, a pedido da Senadora Fátima Cleide, os dois requerimentos, porque eu não gosto de vê-la aflita. Ela... O sorriso dela é sempre melhor para o nosso coração do que a braveza dela.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A minha aflição é o horário, que eu tenho reunião agora, às 3 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ler o item 21, que é: “Requerimento nos termos do art. 93, inciso I, não terminativo, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado 004, de 2008, que institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública”. Senadora Fátima Cleide, em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 22: “Requerimento. Senadora Fátima Cleide e Senador Cristovam Buarque. Nos termos do art. 93, item I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública para instrução nos Projetos de Lei da Câmara 112, de 2007, que dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicura, depilador e maquiador”. Em discussão. As Senhoras e Srs. Senadores que queiram discutir...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, só para adendar, nós estamos aqui, recebendo a visita da Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Turismo e Hospitalidade, que é a D. Maria dos Anjos, e eu gostaria de adendar o nome

dela no referido requerimento de Audiência Pública, e, também, dizer, Sr. Presidente, que essa solicitação de audiência foi, inclusive, acordada no dia em que o projeto esteve em pauta, e nós pretendemos ter aqui o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, para que a gente possa ter, ao final, um acordo, um consenso sobre todos esses projetos de regulamentação que chegam aqui à Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Perfeito, senadora. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Não havendo quem queira usar da palavra, ponho em votação o requerimento da Senadora Fátima Cleide e Cristovam Buarque. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

Item 23, segundo a relação apresentada pela secretaria, do Senador Flávio Arns: “Requerimento em atenção às manifestações recebidas na parte dos Conselhos Federais de Fonoaudiologia, nutricionista e de biologia, em anexo. Requeiro que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal encaminhe expediente ao Ministério da Educação, no sentido de que o parecer CNE/CES nº. 213/208, que estabelece carga horária mínima de 3.200 horas para formação profissional nessas áreas, entre outras, seja revisto. Em suas missivas, os Conselhos Federais, mencionados, apresentam argumentações consistentes, e que apontam para a necessidade de, pelo menos, 4.000 horas para a formação de nutricionistas e fonoaudiólogos, e de 3.600 horas para a formação de biólogos, afirmando que a carga horária de 3.200 horas é insuficiente e incorrerá na formação de profissionais mal qualificados, e, portanto, despreparados para atuarem no mercado de trabalho, contrariando o que prescreve o inciso XII, do art. 206, da Constituição Federal, que estabelece que o ensino seja ministrado segundo o princípio de garantia de padrão de qualidade. Requeiro ainda que essa Comissão constitua grupo de senadores para acompanhar os desdobramentos desses entendimentos, junto ao Ministério da Educação, no sentido de que seja garantida a qualidade de formação desses profissionais, com cargas... Acrescentando que, por ocasião da 12ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a recomendação nº. 24, de 2008, indicando a carga horária mínima de 4.000 horas para cursos de formação superior na área de saúde. Pergunto se o Senador Flávio Arns quer fazer uso da palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu penso, Sr. Presidente, que o requerimento é auto-explicativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão, o requerimento do Senador Flávio Arns. Não havendo quem queira discutir, em vo-

tação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

Item 25, de autoria do Senador Flávio Arns também: “Requer que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte realize audiência para debater o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais, instituído pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento das estruturas físicas e de recursos humanos, existentes nas universidades federais”. E pergunto se o senhor quer que leia todo, senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não. Está bem. Aqui é... A realização de Audiência Pública, eu recebi os estudantes aqui na Comissão de Educação, a pedido do Senador Cristovam Buarque, que, naquele dia, estava em viagem, fizemos um bom debate durante quase duas horas, aqui. Os estudantes, na sequência, a nosso pedido, foram recebidos no Ministério da Educação, e assumimos o compromisso, naquele dia, em nome do Presidente, em nome da Comissão, que prosseguiríamos com o debate do REUNI, para ver em que condições que isso está acontecendo. Por isso que essa Audiência Pública é importante e já com o compromisso assumido em nome do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): No requerimento, o Senador Flávio Arns já cita as entidades que deverão ser representadas durante a discussão na audiência. Pergunto se mais algum dos Srs. Senadores quer fazer uso da palavra. Não havendo quem queira, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Votado e aprovado.

Senador Paim, V.Exa. parece que está pedindo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria ver se conseguia votar a homenagem ao Carlos Prestes que o Rio Grande está fazendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já foi.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é outro, de minha autoria, que faz com que a ponte--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É terminativo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem quórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não tem quórum.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --que une Canoas a Porto Alegre se chamasse Carlos Prestes, mas me dizem que não tem quórum. E outro é o Dia

do Trabalhador, também terminativo, Senador Inácio Arruda é o relator, mas, infelizmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fica registrado o pedido de V.Exa., para, na próxima reunião, ter prioridade.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Os dois já foi lido o relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o item 26, ainda, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Item 26. Não terminativo. Requerimento também do Sr. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V.Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sempre atento, pediria que o senhor mesmo se manifestasse.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É um projeto de autoria do Senador Marco Maciel, que tem uma grande preocupação com a qualidade da formação dos educadores, e ele propõe, no Projeto de Lei, a criação da residência na área da educação, a exemplo do que acontece na área da medicina. É um projeto que realmente tem que ser discutido, avaliado, é importante, tem um impacto, assim, importante na educação, e por causa disso que nós estamos pedindo que seja realizada a Audiência Pública, porque envolve recursos, envolve bolsas de qualificação, bolsas de residência e uma mudança significativa na área da educação. Por isso que é bom que a área da educação esteja envolvida também nessa discussão. Por isso, o pedido de realização de Audiência Pública e apontando os participantes para serem convidados por esta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse requerimento é uma importância para criar, instituir a residência dos professores, como tem algumas profissões do estado. Eu acho que é muito importante, porque o professor, quando vai para o interior, ele praticamente, às vezes, vive em alguns lugares, Senador Arns, de favor. Às vezes, professor rural, tudo, não tem, aí mora junto na fazenda, por gentileza do proprietário. Eu acho que a dignidade maior será quando se instituir a residência do professor. Com a palavra o Senador Paim, antes de colocar em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Depois da votação, eu [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Então, Senhoras e Srs. Senadores, que concordam com o requerimento do Senador Flávio Arns, permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Paim. Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Romeu Tuma, na verdade, eu quero fazer uma pequena

homenagem à V.Exa.. V.Exa. não estava ontem no Plenário, quando o funcionário de meu gabinete, o Luciano, visitou o Plenário do Senado com o seu cão guia.

Eu fiz questão de dizer no Plenário do Senado, o Presidente em exercício também disse, que aquele momento, que foi um momento bonito, pra mim, histórico, tem nome, se chama Romeu Tuma, porque a lei é de V.Exa.. Só assim o Luciano, que é um funcionário do meu gabinete, que é totalmente cego, pode agora, graças à V.Exa., transitar na Casa, com o seu cão guia, sem nenhum obstáculo. Alguns se surpreenderam ontem. Mas, depois, quando nós dissemos que a lei, inclusive, era nossa, nossa eu digo do Senado, Senador Romeu Tuma, todos aplaudiram. Ele está muito alegre pelo seu amigo que é o cão guia. Por isso cumprimento V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu agradeço muito V.Exa.. Quem me inspira são os senhores mesmo, que eu aprendi a importância da acessibilidade aqui nessa Casa, e o cão guia tem uma história interessante, Senador Augusto Botelho. A menina cega foi ao metrô, com um cão guia que ela trouxe da Alemanha, e não permitiram que ela entrasse no metrô com o cão. Então, ela veio, conversou comigo, nós fizemos o projeto, tem um ou dois artigos que foram vetados pelo Presidente, está sendo corrigido, mas eu acredito que, hoje, além de ter o projeto aprovado, tem também a formação profissional de educação do cão guia. Cão guia é um... Às vezes, é mais educado do que muita gente, porque ele realmente tem o compromisso, e são os olhos de quem ele cuida.

Outras coisas têm surgido. Por exemplo, eu estou botando... Eu tenho falado muito com o assistente do Senador Arns, que é deficiente físico, e ele me ajuda muito. Às vezes, eu troco uma idéia de um projeto ou de outro, nós estamos, agora, querendo fazer o semáforo com ruído, para a pessoa, que não tem visão, saber quando está vermelho ou quando está verde. Que eu vi no Japão. Eu vi no Japão.

Então, o Japão já tem há mais de 20 anos o sistema, e nós não temos, no Código Nacional de Trânsito, essa obrigatoriedade. O estacionamento preservado para o deficiente físico, em supermercado, alguma coisa, a pessoa vem e mete ali e não tem consciência, e a responsabilidade do proprietário da área... A pessoa encosta, e ele não tem coragem de mandar sair.

Então, obrigar o proprietário de onde tem o espetáculo, onde é um supermercado, também, os vigilantes obrigarem a pessoa sadia a não ocuparem a vaga do deficiente físico, e espero que os senhores me ajudem, também, para que a gente aprove isto aqui, de responsabilidade criminal, para quem desrespeitar esta situação. Então, agradeço a V.Exa--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-RS): [ininteligível] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE ROMEU TUMA (PTB-SP): Pois não.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu também só quero enaltecer o que o Senador Paulo Paim já falou em relação à V.Exa., e dizer que V.Exa. tem sido solidário, pronto para o atendimento, sempre à disposição, não só em relação à pessoa com deficiência, mas em relação ao idoso, à criança, a crimes contra criança, contra o adolescente, contra a mulher, contra o negro.

Então, V.Exa. tem uma participação social das mais importantes. E, semana passada, inclusive, houve Audiência Pública, aqui, aliás, na Comissão de Assuntos Sociais, junto com Direitos Humanos, e o funcionário a que o Senador Paulo Paim se referiu, o Luciano, ele esteve na audiência com o cão guia...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com os instrutores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-RS): Com os instrutores, inclusive, e V.Exa. estava presente. Quero ressaltar isso para todo o Brasil, que V.Exa. tem sido um baluarte nessa área da pessoa com deficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu queria pôr em votação o último requerimento de V.Exa., que V.Exa. explicou, pergunto se, já que a discussão terminou, se tem alguém contrário. Senão, considerarei aprovado o requerimento. Então, está aprovado o requerimento.

Tem um item 7, último item, que é não terminativo, o autor está presente, que é o Senador Flávio Arns. Já por duas reuniões, 28/10 e 11/11 e 18/11... três, o Virgínio de Carvalho, o relator, não está presente. Pergunto se o Senador Augusto Botelho poderá relatar o item 7, e ele diz que não há problema que V.Exa. o faça.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pois não, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vou ler a emenda. Por favor, senador. "É o projeto não terminativo nº. 111. Altera a lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. O parecer é... Matéria... Terminativo na Comissão... Favorável com as duas emendas oferecidas". Então, passo a palavra à V.Exa..

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, o projeto está aqui e já... Todos nós já temos conhecimento, eu vou ler o final da análise e o voto. "Da mesma forma e atenção ao formato do arquivo, que será empregado para acesso à internet, entendemos que o formato de texto seja mais adequado do que aquele que favorece melhor o acesso às informações,

sendo assim preferível o Formato *Portable Document Format*, originalmente definido pelo autor. Por esse [ininteligível], consideramos o PLS 111, de 2008, meritório e extremamente importante para a manutenção de milhões de brasileiros no sistema educacional e, conseqüentemente, para a sua inclusão na sociedade. Por essa razão, merece nosso voto de apoio, consideradas as modificações acima sugeridas. Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº. 111, de 2008, com as seguintes emendas: altera-se o caput do art. 17, previsto no art. 1º, do PLS 111, de 2008, para incluir a expressão, cumprindo(F) a legislação vigente, passando a ter a seguinte redação: 'Art. 117 A: Cumprida a legislação vigente, o Poder Público manterá na rede internacional de computadores, internet, portal, com arquivos digitais dos livros adquiridos pelo Programa Nacional do Livro Didático, pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola, pelo Plano Nacional do Livro de Leitura e por outros que forem criados com propósitos idênticos. A segunda emenda substitui-se ao art. 4º do parágrafo... Substitui no § 4º o art. 17 A, do art. 1º, do PLS 111, de 2008 a expressão 'Formato *Portable Document Format*' pela expressão 'Formato de texto, TXT', passando-se [ininteligível] a seguinte redação: 'Os arquivos em meio magnético serão utilizados exclusivamente no portal público e gravados no Formato de Texto, TXT, ou equivalente, vedadas as cópias impressas dos textos ou qualquer alteração de seu conteúdo'. Esse é o projeto e nosso voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Cumprimentar o Senador Flávio Arns, antes de pôr em discussão, porque, quando o Senado começou a imprimir os livros de interesse da comunidade que precisa do livro em braile, a grande reclamação das entidades é falta do livro didático, que não há nenhum projeto do Governo para a edição de livros didáticos para pessoas com deficiência visual.

Então, eu acho que esse projeto vem de encontro a isso, cumprimento o Senador Flávio Arns e pergunto se alguém quer fazer uso da palavra. V.Exa., não é?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, Sr. Presidente, destacar a importância disso para a área visual, como o Senador Augusto Botelho já mencionou, os programas todos de livros para a pessoa com deficiência visual, que passarão a ser acessíveis, agradecer a relatoria do Senador Augusto Botelho e justificar, inclusive, porque o Senador Virginio de Carvalho, que é o relator, já estava... O Senador Augusto Botelho é relator *ad hoc*. Senador Virginio de Carvalho era o relator original e ele já estava pronto para rela-

tar numa sessão passada, e eu que solicitei para que ele retirasse de pauta, para que fossem acrescentadas emendas, fruto do debate que aconteceu com o Ministério da Educação, Ministério da Cultura, com a pessoa com deficiência visual, o que aprimoraria o texto. Então, o texto fica melhor com as emendas apresentadas. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Esse projeto vai... É terminativo na Comissão do Senador Paulo Paim, que vem presidido, com muita dignidade, a Comissão de Direitos Humanos.

Então, talvez, V.Exa. poderia, logo na pauta da Comissão, para a gente votar. Em votação. Em discussão. Senhoras e Srs. Senadores, que queiram discutir, que o façam agora. Senão, não mais. Em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Tem mais um que foi pedido... Item 19.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas eu faço em um segundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Se for de concorde, eu ponho em votação. "Institui o Dia Nacional do Desafio". Não terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 73, do Deputado Lobbe Neto, de Ribeirão Preto...". E o Senador João Vicente Claudino não se importa de... Já que consta da pauta desde 18/11, perguntaria se o Senador Paulo Paim poderia ser o relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, todos já leram o relatório, é um projeto simples, simplesmente institui o Dia Nacional do Desafio.

Diante do que já foi lido pelos Srs. Senadores e diante daquilo que nós conhecemos, eu quero reafirmar, cumprimentando a relatoria do Senador João Vicente, o meu voto favorável à aprovação do Projeto da Câmara de lei nº. 73, de 2008, e só vou ler a emenda, porque o único fato novo aqui é a emenda. "Inclui-se o seguinte parágrafo único, no art. 1º, do PLS 73/08. Art. 1º, parágrafo único: As ponderações(F) de que trata o caput se compõe de atividades físicas e esportivas orientadas, a serem realizadas por, no mínimo, 15 minutos, em empresas privadas, em órgãos de administração pública, direta e indireta, em estabelecimentos escolares, nos lares, nos espaços públicos e em quaisquer outros lugares que permitam o convívio saudável com as pessoas". Pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Em discussão, o projeto apresentado pelo Senador Paulo Paim. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senhoras e Srs. Senadores, que concordem, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora, tem alguns comunicados. Se os senhores tiverem que sair, eu vou ler os comunicados. Comu-

nicado: “Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União. O Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 017.177/08-2, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação, com o objetivo de avaliar, no Plano Nacional, relacionamento das instituições federais de ensino superior com as fundações de apoio”. Senadores que desejarem cópia do aviso, deverão se dirigir à secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Comunicado: “Recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 007.418/08-4, bem como do relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação que dispõe acerca do recebimento, classificação, atuação, tramitação, tratamento, atendimento, comunicação e encerramento das solicitações do Congresso Nacional, revogando, por consequência, alguns dispositivos da resolução TCU 191/06”. Srs. Senadores que desejarem uma cópia do aviso, deverão se dirigir à secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Comunicado: “Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Exmo. Sr. Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, encaminhando cópia do acórdão, proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 003.928/08-0, bem como o relatório e do voto que fundamentaram aquela deliberação referente às irregularidades identificadas na Fundação da Universidade de Brasília, FUB”. Senadores que desejarem uma cópia do aviso, deverão se dirigir à secretaria dessa Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Sugiro aos Srs. Senadores que requeiram cópia dos avisos, que têm importância para o conhecimento dos Srs. Senadores e de decisões importantes do Tribunal de Contas, ao qual agradecemos as correspondências recebidas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h32.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa,

sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Antonio Carlos Valadares, José Nery, João Ribeiro, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Neuto De Conto, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Efraim Moraes, Cícero Lucena, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, da Senhora Daninar Cristina Pereira da Silva, Suplente do Senador Flávio Arns (PR/PR); Senhor Dioclécio Campos Júnior, Membro da Sociedade Brasileira de Pediatria; Senhor Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT e do Senhor Daniel Pimentel Slaviero, membro do Conselho Superior e Ex-Presidente da ABERT. Prossequindo, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Zezéu Ribeiro, que “Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências”. A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Marisa Serrano e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que “Regulamenta a letra ‘f’ do inciso III do art. 52 da Constituição Federal. (A escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República)”, **que tramita em conjunto com as seguintes matérias: Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2005**, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, que “Altera o § 1º do art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, de forma a dispor que o Senado Federal aprove o nome dos indicados para compor o Conselho Nacional de Educação (CNE)”;

Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dispõe, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, sobre a aprovação prévia pelo Senado Federal da escolha das autoridades máximas das autarquias e fundações que se enquadram nos critérios mencionados” e **Projeto de Lei do Senado nº 587, de 2007**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para revogar a determinação de apreciação prévia pelo Senado Federal da escolha dos diretores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer pela rejeição dos projetos é aprovado. Neste momento, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, passa à análise do Item Extra-Pauta. **Extra-Pauta, Item 1: Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Perpétua Almeida, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962”, **que tramita em conjunto com as seguintes matérias: Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que “Dá nova redação à alínea ‘e’ do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República”; **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea ‘e’ do respectivo art. 38, denominado VOZ DO BRASIL”; **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007**, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa ‘A Voz do Brasil’”; **Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece” e **Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil

e das convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão)”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável ao PLC nº 109, de 2006, na forma da emenda substitutiva nº 01 - CE, e pela rejeição dos PLS 294, de 2004; PLS 219, de 2005; PLS 353, de 2007; PLS 368, de 2008 e PLS 376, de 2009, que tramitam em conjunto, é aprovado, com abstenção do Senador Francisco Dornelles. Logo após, o Senhor Senador Sérgio Zambiasi requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que “Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais com terceiros, para fins de cálculo do imposto de renda das pessoas físicas”. O relator designado é o Senador Francisco Dornelles e o parecer favorável é aprovado. Neste momento, o Senhor Senador Alvaro Dias requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta Item 3**). **Item 018: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência eletrônica do Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, Sr. Toni Reis, com resumo dos eventos relacionados ao tema ‘Homofobia’ que ocorrerão esta semana no Congresso Nacional. Além da Audiência Pública ‘Bullying Homofóbico nas Escolas’ a ser realizada nesta Comissão, amanhã, quarta-feira, às 10 horas, acontecem hoje, terça-feira, na Câmara dos Deputados, o Seminário ‘Escola Sem Homofobia’ e a entrega do ‘Prêmio Educando para a Diversidade Sexual’, ambos na Comissão de Legislação Participativa, Plenário 3 do Anexo II, às 13h30 e 16h30, respectivamente, e, amanhã, o ‘Seminário sobre os Assassinatos de LGBT’, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, às 13h30, Plenário 9 do Anexo II. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do resumo poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência eletrônica, da Senhora Andréa Paula de Carestiatto Costa, Especialista em Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que encaminha os documentos citados em sua exposição proferida no Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente, realizado por esta Comissão em parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, nos dias 11 e 12 de novembro do corrente, na Estância Ecológica SESC Pantanal. Trata-se do Projeto BRA/00/011, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que aborda o tema: ‘Uma proposta de política pública: parâmetros e Diretrizes

para a Educação Ambiental no contexto das Mudanças Climáticas causadas pela ação humana' e do Projeto BRA/09/005, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que traz o 'Relatório descritivo e analítico contendo o estado atual das Salas Verdes e Coletivos Educadores'. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia dos referidos documentos poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão ou acessá-los pelo sítio do Senado Federal no seguinte endereço eletrônico: www.senado.gov.br => Atividade Legislativa => Comissões do Senado => Permanentes => Comissão de Educação, Cultura e Esporte => Seminários => Seminário Internacional Educação e Meio Ambiente". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência registra a presença e convida para sentar à Mesa, o Senhor Abner Mosaaize, Presidente do Comitê Organizador do 17º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que pleiteia o apoio desta Comissão para garantir a participação da delegação brasileira no evento. A solicitação é aprovada. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento de Urgência nº 44/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006**, que 'Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962', que tramita em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2004**, que 'Dá nova redação à alínea 'e' do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, para alterar o horário de transmissão do programa oficial dos Poderes da República'; **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2005**, que 'Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para o fim de flexibilizar, facultativamente, o horário de transmissão do programa a que se refere a alínea "e" do respectivo art. 38, denominado VOZ DO BRASIL'; **Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2007**, que 'Altera a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para evitar que seja suspensa a transmissão radiofônica das sessões plenárias e das Comissões em andamento no Senado Federal em decorrência da veiculação obrigatória do programa 'A Voz do Brasil'; **Projeto de Lei do Senado nº 368, de 2008**, que 'Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para tornar flexível o horário de retransmissão do programa oficial de informações dos Poderes da República, pelas rádios Senado, Câmara e Justiça, nas circunstâncias que estabelece.'; **Projeto de Lei do Senado nº**

376, de 2009, que 'Dá nova redação ao art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. (Dispõe sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita da radiodifusão)'. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 003: Requerimento nº 45/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Alvaro Dias, que requerem "... nos termos do art. 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCT, a CMA, a CAE e a CCJ, sejam discutidas as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. - Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior; - Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro; - **Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL)**, Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; - Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel; - Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Sr. Alexandre Annenberg e - Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimim". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2003; Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2009; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 022, de 2010; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 013, de 2010; Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2009; Item 010: Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2009; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 036, de 2009; Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2010; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2009; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 006, de 2007 e Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2003.** A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de**

Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

– **Senadora Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Quero registrar, aqui, com muita satisfação, a presença do Dr. Dioclécio, Presidente da Associação Brasileira de Pediatria.

Vamos iniciar com o Item 3. O Item 3, o Senador Flávio Arns é o relator, mas, por impossibilidade de presença, neste momento, nós... Ele abriu mão de relatoria e a Mesa passa a relatoria *ad hoc* para a Senadora Marisa Serrano. É o projeto não terminativo, Projeto de Lei de Câmara nº. 166/2008, "*dispõe sobre acesso à informação de valor didático, por alunos e professores, nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras providências*". Autoria do Deputado Zezéu Ribeiro. Relatoria *ad hoc*: Senadora Marisa Serrano. O relatório é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano, relatora *ad hoc* do Item 3.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente.

"O PLC do Deputado Zezéu Ribeiro visa obrigar os órgãos da administração pública direta e indireta, as empresas públicas e sociedades de economia mista, em âmbito federal, estadual e municipal, a manter arquivos de acesso pleno e gratuito para estudantes e professores de engenharia, arquitetura, contendo informações detalhadas referentes às obras públicas projetadas ou executadas sob sua responsabilidade.

É notório que a administração é responsável pela condução da maioria das grandes obras de infraestrutura, tais como hidrelétricas, pontes, eclusas, estações de tratamento de água e esgoto, terminais rodoviários, aeroportos, estações de metrô, entre muitas outras, que constituem operações complexas e multidisciplinares, de enorme valor didático para os alunos de arquitetura e das diversas modalidades de engenharia. Também é no âmbito governamental que muitos projetos arquitetônicos inovadores se materializam em edificações vultosas e diferenciadas, das quais a capital federal é que sai o exemplo mais pródigo.

Assim, sob o prisma educacional, o mérito do PLC nº. 166/ 2008 é indiscutível. Além disso, bem como salientou o relator do Projeto da CCJ, a medida tem um benefício adicional: pode contribuir para aperfeiçoar a fiscalização dos gastos com obras públicas, dando maior transparência às informações e franqueando o acesso a elas a um amplo público especializado, capaz de avaliar a qualidade dos materiais e técnicas empregadas nas construções, bem como no aspecto relativo a custos e prazos.

No entanto, vislumbramos algumas ressalvas que nos levam a propor aperfeiçoamento da matéria. E aí, Sra. Presidente, são três ressalvas feitas pelo relator. Primeiro lugar, devemos ter em conta que, por questões de segurança, os projetos e a estrutura detalhada de alguns edifícios públicos, como presídios, instalações militares, órgãos de inteligência e residência de chefe do Poder Executivo, por exemplo, requerem sigilo e não podem ser disponibilizados de maneira irrestrita, como quer a proposição. Em segundo, parece que o detalhamento, proposto pelo projeto, para organização desse banco de dados e sistema de consulta é excessivamente minucioso. A instituição de norma de caráter mais geral, que remeta ao regulamento boa parte dos detalhes abordados para a proposição, seria mais recomendável. E a terceira observação é que, embora o PLC seja afeto à educação pela finalidade que se propõe, em seu cerne encontram-se medidas de natureza administrativa, que tratam de regras referentes à manutenção e ao acesso a arquivos sistematizados sobre obras públicas.

Segundo o ditame de boa técnica legislativa, expresso pela Lei Completar 95, de 26 de fevereiro de 1998, 'o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quanto a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa'. Como já existe diploma legal que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, na forma da Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, julgamos que a matéria de interesse do projeto poderia ser tratada, de maneira mais oportuna, no âmbito da norma citada.

Feitos esses aperfeiçoamentos, que consideramos na forma da emenda substitutiva, julgamos que a proposição merece acolhida dessa comissão".

Portanto, Sra. Senadora, o relator propõe uma emenda substitutiva para aperfeiçoar esses três itens. Uma delas, como eu já disse, que é... Retirando do projeto as questões, os órgãos públicos que, por questões de segurança, não poderão ser dispostos nesse detalhamento, como presídios, instalações militares, órgãos de inteligência e residências de chefe do Poder Executivo; em segundo, ele coloca como o detalhamen-

to proposto extremamente minucioso, que pode ficar para o regulamento posterior; e a terceira, a questão de natureza administrativa, que já está relacionada na política nacional de arquivos públicos e privados, legislação já existente.

Portanto, essa é a proposta do Senador Flávio Arns, com o projeto substitutivo para aperfeiçoar a proposta inicial do Deputado Zezéu Ribeiro. Eram essas as considerações, Sra. Presidente.

Como eu disse, que o meu voto seja pela aprovação do projeto que veio da Câmara, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Marisa.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o Item 3, Projeto de Lei da Câmara nº. 166/2008. Aqueles que concordam com o parecer, apresentado pela Senadora Marisa Serrano, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Quero registrar a presença entre nós, com muita satisfação, da suplente do Senador Flávio Arns, Danimar Cristina, que é do PR do Paraná, seja bem-vinda. Quero registrar a presença, também, do Sr. Luiz Roberto, que é diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT –, e do Sr. Daniel Pimentel Slaviero, que é membro do Conselho Superior e ex-Presidente da Abert.

Vamos passar, então, ao Item 8, de relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. Projeto de Lei Não Terminativo do Senado nº. 242/2005. *“Regulamenta a letra “f”, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal. (A escolha de Presidente das autarquias, fundações e empresas públicas, que deverão ser sabatinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República). A autoria do projeto é do Senador Tião Viana. Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi. O relatório é pela rejeição do presente projeto e dos PLSS 407, de 2005; 308, de 2007, e 587, de 2007. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição e Justiça.*

Com a palavra o relator, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Presidenta Fátima Cleide. Recebi a incumbência de examinar este referido projeto de lei, e que vem acompanhado de mais três outros projetos de lei: Projeto de Lei do Senado 407/2005, que dispõe que o Senado Federal aprove os nomes dos indicados para compor o Conselho Nacional de Educação; Projeto de Lei do Senado 308/2007, sobre a aprovação prévia, pelo Senado Federal, da escolha de autoridades máximas das autarquias e fundações que se enquadram nos critérios mencionados; Projeto de Lei 587/2007,

para revogar a determinação de apreciação prévia, pelo Senado Federal, da escolha dos diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes.

É um projeto de alguma complexidade e, examinando todas as propostas apresentadas, a opção que essa relatoria adotou foi pela sua rejeição. Em princípio, exatamente porque se observa que a proposta incorre em vício de iniciativa. Entende-se, ainda, que a previsão de aprovação prévia do Senado para nomeação de autoridade ensejaria a necessidade de se estabelecer mandato e condições para a sua perda. Enfim, considerando todas essas questões, Presidenta, estou apresentando o voto pela rejeição dos referidos projetos de lei do Senado, o inicial e os seus apensandos.

Então, diante dessas análises, o voto é pela rejeição, Presidenta Fátima Cleide.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Zambiasi para o Projeto de Lei do Senado, pela rejeição... Deixa eu ler, aqui, os números... Do PLS, do Projeto de Lei do Senado nº. 242/2005 e dos PLSS 407/2005, 308/2007, 587/2007 permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós vamos passar, então, à relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, projeto extrapauta, é Item Único. Projeto de Lei do Senado nº. 219/2005. *“Altera a Lei nº. 4117, de 27 de agosto 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para fim de flexibilizar facultativamente o horário de transmissão de programa que se refere à alínea ‘e’, do respectivo art. 38, denominado Voz do Brasil”. Autoria do Senador Alvaro Dias, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. O relatório é a pela rejeição do presente projeto e dos PLS 294/2004, PLS 353/2007, PLS 368/2008, PLS 376/2009, e pela aprovação do PLC 109/2006, na forma da Emenda Substitutiva nº. 1, da CCT e CCJ. A matéria deverá ser apreciada pelo Plenário. Essa matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 353/2007, com o Projeto de Lei do Senado nº. 368/2008 e com o Projeto de Lei do Senado nº. 376/2009.*

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, relator da matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Fátima Cleide, eu, inicialmente, quero fazer um registro e um agradecimento muito especial do meu querido colega e meu amigo, o Senador Roberto Cavalcanti. Ele havia encaminhado uma solicitação para relatar esse projeto, mas concordou que, tendo em vista, inclusive, eu ter apresentado um projeto semelhante, um dos primeiros a tramitar aqui, na Casa, versando sobre esse tema, ele, em um gesto gentil, de amizade,

de respeito ao processo histórico das atividades inerentes a cada parlamentar, ele concordou em que eu pudesse apresentar, aqui, este relatório. Inicialmente, inclusive, tratando de rejeições de algumas propostas para que pudéssemos apresentar um substitutivo que viesse ao encontro de todos os segmentos, da área de comunicação, mas também da área de governo, com um diálogo muito profícuo com todos os setores, com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, com a Casa, com as comissões, com a Casa Civil e com a própria Presidência da República.

Então, sem... Acho que não vejo a necessidade de ler todo relatório, porque já é do conhecimento da Casa. Foi... O substitutivo foi distribuído para todos os colegas senadores, agora, pela manhã, umas pequenas alterações que foram promovidas, antecipando das 23 para as 22 horas e encaminhando para o Poder Executivo os casos excepcionais de flexibilização ou dispensa de retransmissão do referido programa.

Então, diante dessas condições, Presidente, estou apresentando no relatório essa proposta substitutiva, um parecer favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão.

Com a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sra. Presidente. Eu queria só perguntar, me desculpe o senador, eu estava no telefone, mas a proposta é que vá das 19 às 22?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim, das 19 às 22 horas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Certo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Depois de um diálogo muito interessante, que foi proposto entre os autores do projeto, Casa Civil, Associação Brasileira de Rádio e Televisão, cujo Presidente Emanuel Carneiro, da Rádio Itatiaia, de Belo Horizonte, também participou desse diálogo. A entidade ainda, agora, de manhã, visitou... Visitou a Casa, e parece-me, inclusive, que dialogou com a própria Senadora Marisa Serrano, aqui, colocando a importância da proposta.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É. Eu quero dizer, Sra. Presidente, que é interessante essa proposta porque, afinal de contas, a Voz do Brasil vem de 35, da Era Getúlio Vargas, ainda, e se tornou uma referência no país, principalmente nos locais mais distantes dos centros urbanos. Na nossa área rural, ela é extremamente ouvida. As pessoas marcam os seus direcionamentos pela Voz do Brasil, sabem dos assuntos pela Voz do Brasil. E para esta Casa, também, a Voz do Brasil é muito importante, porque é uma forma, também, de divulgar o trabalho que nós reali-

zamos aqui. As pessoas por onde a gente anda, no interior, principalmente quando a gente está fazendo campanha política, as pessoas: "Ah, eu vi a senhora na Voz do Brasil. Sei do projeto seu pela Voz do Brasil". Então, para nós, é interesse maior preservar o estatuto Voz do Brasil da forma como ela sempre foi, de divulgar as ações maiores do governo, do Parlamento, do Judiciário e da população.

Agora, a única questão, senador, é sobre a questão de horas, não é isso? Do prazo. E eu acredito que se colocando das 19 às 22 horas é um prazo possível e passível de que as emissoras possam se adaptar a ela. Eu acredito que, com uma boa divulgação e as pessoas aprendendo e conhecendo que há uma mudança na Voz do Brasil, para que a sociedade entenda qual foi o nosso propósito, porque eu tenho a impressão que, a princípio, nós vamos ter alguma resistência, porque as pessoas estão acostumadas. Aquilo... Quantos anos? Desde 35 que é o mesmo horário. Quer dizer, qualquer mudança sempre afeta. Eu acho que uma boa publicidade a respeito, feita pelos órgãos de radiodifusão, feita pelo Congresso e pelo Executivo, nós vamos minorar essa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho, para discutir.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Essa mudança, realmente, para nós, da Amazônia, é muito importante, porque lá, nos locais mais isolados, o meio de comunicação é o rádio, e o pessoal ouve a Voz do Brasil. Quando chega o horário de verão, que fica duas horas de diferença, eles estão trabalhando, ainda, quando sai a Hora do Brasil, lá em Roraima, por exemplo. Em Rondônia, eu acho que é a mesma coisa, as pessoas mais isoladas, que vivem...

Então, se puder fazer um outro horário, volta para o horário normal, quando tiver no horário de verão. Já acontece com as novelas de... Não é?

É, para Roraima é lá... Já... Por exemplo, lá na rede... Na Globo, ela já passa as novelas no horário normal da novela. Ela grava e passa. Antes passava direto. Então... E o pessoal acha melhor assim. Porque fica tudo muito cedo lá, em Roraima, quando está em horário... Duas horas de diferença. Quando é sete aqui, são cinco horas da tarde lá. E o pessoal que está no campo, trabalhando, na floresta, essa hora que é a Voz do Brasil é a hora que eles entram em contato com a nação, porque eles ouvem rádio, mas quando se fala de governo, o que é o país, o que está acontecendo aqui, é ele que ouve, é na Voz do Brasil.

Então, para nós, da Amazônia, é um projeto muito bom, senador. Meus parabéns pelo jeito que o senhor conseguiu dar, porque queriam, realmente, era rejeitar esse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Relator.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Que eu estou satisfeito com as manifestações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pergunto ao Senador Alvaro se há interesse em discutir a matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então, enquanto o senador assina a presença, quero dizer que a única alteração prevista em relação ao projeto aprovado na CCJ é o horário que antecipa para as 22 horas. Portanto, esta flexibilização fica entre 19 e 22 horas, e também ressaltando que neste... As emissoras educativas vinculadas ao Poder Legislativo federal, estadual ou municipal, nos dias em que houver sessão deliberativa no Plenário da respectiva Casa, ficam obrigadas a transmitir. Então, sempre haverá uma opção. Sempre haverá uma opção para essa transmissão.

E, ao mesmo tempo, nós entendemos que, efetivamente, o programa, ele é interessante, ele não está sendo eliminado; pelo contrário, se oferece a possibilidade de algumas alterações, especialmente em eventos especiais, e as emissoras vão discutir(F) em suas grades de programação se o ideal é ficar às 19, às 20, às 21 ou, no máximo, às 22 horas, que é um belo horário, com certeza. Em algumas regiões, eu tenho convicção que as emissoras permanecerão com as 19 horas, até por opção, porque passa ser um horário competitivo. Ele passa competir, passa a ser opção.

Então, acho muito interessante, porque o próprio aprimoramento do programa, que vem ocorrendo nos últimos tempos, torna o programa mais interessante e deixa a emissora à vontade para fazer esse processo, o que auxilia muito na própria grade de programação. Lá na Amazônia, com seus horários diferenciados, não é? Ou... Não é das 22 horas, até 22 horas, exatamente. Essa foi a última alteração proposta, Senador Alvaro, exatamente para que nós pudéssemos oferecer uma alternativa viável, e que pudesse tramitar com mais tranquilidade.

Então, a alteração básica em relação ao que a CCJ aprovou é a redução do horário. A CCJ aprovou às 23 horas, e nós, nesse diálogo que se ofereceu através da ABERT, o Congresso e o Poder Executivo, se optou para antecipar, então, para as 22 horas. E os casos excepcionais, então, de flexibilização ou dispensa de retransmissão do programa serão regulamentados pelo Poder Executivo. Dou como exemplo a Copa do Mundo. A Copa do Mundo, onde... Haverão horários especiais, porém estes horários especiais, nós vamos saber com bastante antecedência.

Então, a entidade que abriga os veículos de comunicação terá tempo de encaminhar esta solicita-

ção aos respectivos poderes para a sua aprovação. Em tais dias haverá jogos da Copa do Mundo às 19 horas, portanto, dá para trabalhar essa negociação. O Campeonato Brasileiro de Futebol, os campeonatos regionais, ou eventos excepcionais que possam ocorrer e que possam estar programados para um determinado horário, possam, também, receber essa atenção antecipada.

E, em algumas excepcionalidades, a emissora pode tomar a iniciativa, obviamente, tendo que, imediatamente, recompor horário. Eu vou citar como exemplo sempre a excepcionalidade de uma calamidade, de uma catástrofe, em que o rádio faz um trabalho excepcional e a sua proibição pode implicar prejuízos para a população, como serviço de utilidade pública. É isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra Senador Alvaro Dias, que é autor de um dos projetos.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, não... Não pretendo alongar a discussão, creio que a alteração é certamente favorável a aprimorar o projeto. A proposta que nós apresentamos levou em conta apelos que foram formulados especialmente por emissoras de rádio.

Nós sabemos que há aqueles que, no país, consideram desnecessária a Voz do Brasil hoje. Eu não compartilho desse pensamento. Acho que tem o seu espaço e presta um grande serviço de utilidade pública. Com advento da televisão, muitos imaginam que esse horário é um inconveniente apenas para as emissoras de rádio. Repito que não vejo dessa forma. Alguns transtornos, obviamente, pela fixação do horário às 19 horas, rigorosamente às 19 horas, alguns transtornos sempre ocorreram, especialmente quando da realização de espetáculos esportivos nesse horário, impedindo a transmissão, ao vivo, por parte das emissoras de rádio.

Em muitas oportunidades, eu fui procurado para tentar resolver essa situação. Foi, inclusive, a razão do projeto apresentado, flexibilizando o horário, sem prejuízo da obrigação que terão todas as emissoras de transmitir esse informativo fundamental para a população brasileira.

Com essa alteração proposta pelo relator Sérgio Zambiasi, as emissoras de rádio terão aí que resolver, equacionar a sua programação para transmissão até as 22 horas. Isso vem a favor dos ouvintes, que se interessam pelas informações de a Voz do Brasil.

Portanto, Sra. Presidente, apenas para agradecer o apoio dos colegas senadores ao projeto, um deles de minha autoria. E, certamente, nós estamos favorecendo não apenas as emissoras de rádio, mas

todos aqueles que são acostumados a acompanhar o noticiário da Voz do Brasil.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu quero parabenizar o Senador Sérgio Zambiasi pela construção do consenso e, aqui, corroborar pelas palavras que foram ditas pela Senadora Marisa Serrano, da importância do programa Voz do Brasil para o interior do Brasil.

Eu tenho o entendimento do que aqui foi colocado pelo Senador Augusto Botelho, que, na Amazônia, em função de fuso horário, em função de horário de verão, a gente tem um prejuízo muito grande com relação ao horário de transmissão. Eu só queria colocar uma questão que considero, Senador Sérgio Zambiasi, considero que é importante, e não gostaria de futuramente ser cobrada por isso. Eu acredito que, neste horário, com essa flexibilização, eu espero que as rádios optem pelo horário das 19 horas, porque, a partir das 20 horas, começa uma grande concorrência com as novelas, e mesmo na zona rural deste país, com a grande revolução feita pelo Programa Luz para Todos... A população rural também já tem televisão e já tem acesso às novelas e aos grandes jornais, jornais das televisões, nesses horários.

Eu temo que haja essa concorrência e que a Voz do Brasil perca audiência nesses horários. Mas não vou, aqui, me colocar de forma contrária ao projeto, apenas como uma advertência mesmo e um registro que faço questão de fazer para que, futuramente, a gente não tenha que estar disputando com as rádios o horário de transmissão da Voz do Brasil, que é um programa, sim, muito importante para quem está lá, no interior do Brasil, e mesmo nas grandes cidades, enquanto as pessoas estão se deslocando para a casa, no trânsito emperrado, ouvem – e eu costumo fazer isso –, ouvem a Voz do Brasil para se inteirar do que aconteceu durante o dia no Legislativo brasileiro, no Executivo brasileiro e no Poder Judiciário.

Só para ressaltar a importância desse programa. A matéria--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):
Pela ordem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pergunto ao Senador Roberto Cavalcanti se deseja também discutir a matéria que foi aqui relatada pelo Senador Sérgio Zambiasi, que trata da flexibilização do horário da transmissão do programa Voz do Brasil.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):
Sra. Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):
Hoje, pela manhã, tive o privilégio de talvez incomodá-la, assim, cedinho. Não sei se estava em casa ou já estava no Senado Federal--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): De maneira alguma.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):
No sentido de, exatamente, fazer com que este projeto, que é importantíssimo, estivesse em pauta, hoje, e pudesse ser discutido. Tive, também, o privilégio de partilhar com o Senador Sérgio Zambiasi... Nós tínhamos, na verdade, os dois, demonstrado interesse de relatar, mas, na verdade, para mim, foi extremamente importante ter este parceiro, esse grande parceiro, aqui, no Senado Federal, relatando essa matéria, que é esse meu companheiro – companheiro até de segmento, em termos de empresas de comunicação –, a relatar esse projeto.

É um projeto que visa, na verdade, adequar a uma realidade o pragmatismo, é transformar uma coisa que havia uma imposição, um enquadramento de horário, quando, na verdade, em nada a comunidade perde em ter essa flexibilização, até em função de determinados momentos, determinadas circunstâncias, de ocorrências mundiais, ou nacionais e, às vezes, locais, na qual o cidadão está em busca de obter determinadas informações, e essas outras informações poderiam ser transferidas para um horário posterior.

Houve a negociação para que fosse limitado até as 22 horas, que também é da concordância de V. Exa., Senadora Fátima Cleide, e eu acho que nós estamos transformando uma coisa que tem um extremo valor, mas que tinha uma certa obsolescência, para uma coisa que continua de extremo valor, mas que se apegava à modernidade.

É essa a minha observação a respeito do tema. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti. Senador Dornelles deseja discutir a matéria?

Com a palavra, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sra. Presidente, eu concordo plenamente com as observações de V. Exa., da importância da Voz do Brasil e a sua, realmente, penetração nos distritos mais longínquos do nosso país. É uma tradição, as pessoas estão habituadas a ver esse programa, ele tem profundidade.

E a minha posição, eu cheguei aqui com objetivo de votar contra, mas, diante da observação e das ex-

plicações dadas pelo ilustre Senador Sérgio Zambiasi, eu vou tomar uma posição neutra e eu vou voltar a ficar na posição de abstenção.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o registro da abstenção do Senador Francisco Dornelles, eu pergunto ao Plenário se está devidamente esclarecido e se podemos encaminhar a votação.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador Sérgio Zambiasi, por favor, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A matéria vai com abstenção do Senador Francisco Dornelles.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria vai ao Plenário da Casa--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Estou... Estou apresentando um requerimento de urgência exatamente com o objetivo de encaminhar ao Plenário da Casa, para que possamos, quem sabe ainda nos próximos dias, vermos essa questão discutida e aprovada em Plenário, também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aqueles que concordam com o requerimento de urgência, encaminhado pelo Senador Sérgio Zambiasi, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu queria apenas registrar o meu agradecimento a todos os outros colegas que contribuíram muito para que nós déssemos esse passo importante, no sentido de oferecer alternativas para esse horário, 19 horas, para o Brasil, e, inclusive, também dizer que, como radialista que sou, de origem, eu reconheço a importância do programa. A própria ABERT, Associação Brasileira de Rádio e Televisão, aqui representada pelo Daniel Slaviero, que foi Presidente, pelo Adolfo Fernandes, que é assessor, o nosso Presidente Emanuel, lá da Rádio Itatiaia, de Minas Gerais, encaminhou, também, um apelo para que nós pudéssemos dar sequência a essa discussão...

Eu entendo que muitas emissoras farão a opção de colocar, manter às 19 horas exatamente porque é um horário, é um programa com bastante audiência e poderão disputar com outras que farão opção por outros programas. Acho que, com isso, nós vamos qualificar ainda mais a audiência do programa, ao invés de tornar: ou ouve o Programa da Voz do Brasil ou desliga o rádio. Assim não, pode ouvir a Voz do Brasil em uma emissora de rádio, pode ouvir outra emissora, ou pode até desligar, se quiser, eu espero

que não, que nunca desliguem, jamais. O rádio é um grande companheiro.

E mais uma vez o registro da parceria construída com o meu querido colega e amigo Roberto Cavalcanti, para que nós chegássemos a este... Não vou dizer consenso, mas este acordo, aqui, na Comissão de Educação. E à Presidente, pela acolhida, pela inclusão, como extrapauta, do projeto que ora acabamos de aprovar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Sérgio Zambiasi.

Passamos, então, à discussão do Item 6, projeto não terminativo--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sra. Presidente, apenas para encaminhar o requerimento, que é do Senador Eduardo Azeredo, e com outros subscritores, também, que diz respeito a convidar as autoridades nominadas, para que, no âmbito desta comissão, em conjunto com a CCT, CMA, CAI e CCJ, sejam discutidas medidas propostas no Projeto 116/2010, que define objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual, estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação, empacotamento de conteúdo e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores, Sr. Amilcare Dallevo Júnior; o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Sr. Emanuel Carneiro; o Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Sr. Eduardo Levy Cardoso; o Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema, Manoel Rangel; e o Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, Alexandre Annenberg; Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV, Sr. Carlos Alkimim.

É um projeto polêmico e que esta Audiência Pública se justifica.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Após a discussão do Item 6, nós apreciaremos o requerimento apresentado pelo Senador Alvaro Dias.

O Item 6 é Projeto de Lei Não Terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 150/2007. *"Altera a Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesas educacionais com terceiros, para fins de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Físicas"*. A autoria é do Senador César Borges. Relatoria: Senador Francisco Dornelles. O relatório é favorável e a matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o Senador Francisco Dornelles, relator do PLS nº. 150/2007.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, *“o projeto de lei, de autoria do Senador César Borges, altera a legislação do Imposto de Renda, para permitir que as despesas relativas à educação com terceiros necessários possam deduzir da base de cálculo do Imposto de Renda”*. O projeto de lei permite a adoção de três dependentes, além daqueles que já a lei faculta. *“O autor esclarece que sua intenção com a proposta é estimular a solidariedade, com amparo às pessoas que não têm condições financeiras de custear a sua própria educação”*.

O meu parecer é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria apresentada pelo Senador Francisco Dornelles.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam com o relatório, apresentado pelo Senador Francisco Dornelles, permaneçam como se encontraram. Aprovado.

Em discussão a inclusão em pauta do requerimento apresentado pelo Senador Alvaro Dias, para que seja realizada Audiência Pública, nesta comissão, para instruir o PLC nº. 116/2010, que é subscrito, também, pela Senadora Marisa Serrano.

Aqueles que concordam com a inclusão em pauta permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aqueles que concordam com a realização da Audiência Pública para instruir o PLC nº. 116/2010, em conjunto com a CCT, a CMA, a CAE e a CCJ permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência eletrônica do Presidente da Associação de Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT –, Sr. Toni Reis, com o resumo dos eventos relacionados ao tema homofobia, que ocorrerão essa semana no Congresso Nacional. Além da Audiência Pública *“Bullying Homofóbico nas Escolas”*, a ser realizada nesta comissão, amanhã, quarta-feira, às 10 horas, acontecem, hoje, terça-feira, na Câmara dos Deputados, o Seminário *“Escola Sem Homofobia”* e a entrega do Prêmio *“Educando para a Diversidade Sexual”*, ambos na Comissão de Legislação Participativa, Plenário 3, do Anexo 2, às 13h30 e 16h30, respectivamente. E amanhã a realização do seminário sobre os assassinatos de LGBTs, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, às 13h30, Plenário 9, do Anexo 2. Os senadores e senadoras que desejarem cópia do resumo poderão se dirigir à Secretaria desta comissão. A matéria vai ao arquivo.

Aqui, conosco, outro comunicado. Comunicamos aos Srs. Senadores e Senadoras o recebimento de correspondência eletrônica da Sra. Andréa Paula de

Carestiato Costa, especialista em educação ambiental no Ministério do Meio Ambiente, que encaminha os documentos citados em sua exposição proferida no Seminário Internacional *“Educação e Meio Ambiente”*, realizado por esta comissão, em parceria com a CNC – Confederação Nacional de Comércio, Bens, Serviços e Turismo, nos dias 11 e 12 de novembro do corrente, na Estância Ecológica Sesc Pantanal. Trata-se do Projeto BRA/00/011, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que aborda o tema: *“Uma proposta de política pública: Parâmetros e Diretrizes para a Educação Ambiental no contexto das mudanças climáticas causadas pela ação humana”* e do Projeto BRA/09/05, do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, que traz o *“Relatório descritivo e analítico contendo estado atual das Salas Verdes e Coletivos Educadores”*. Os senadores e senadoras que desejarem uma cópia dos referidos documentos poderão se dirigir à Secretaria de comissão ou acessá-los pelo sítio do Senado Federal.

Comunicamos também a presença, entre nós, do Presidente da Federação Mundial das Juventudes Democráticas, que organiza, periodicamente, em conjunto com o Movimento Estudantil Mundial, os festivais mundiais da juventude e dos estudantes. Eles estão nos visitando aqui, acompanhamento o Senador Inácio Arruda--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, se a senhora me permitir, embora--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): --para solicitar... Para solicitar apoio dos senadores e senadoras, aqui presentes, para a participação do 17º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, desta feita na África.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, embora nós estejamos em uma sessão deliberativa, onde os convidados que transitam na nossa comissão não possam usar a palavra, eu pediria licença a V. Exa., que o nosso convidado, pelo menos, pudesse sentar, aqui, junto conosco, na Mesa, se V. Exa. permitir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Como é o nome dele?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Abner Mosaase.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O presidente, ele é africano?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ele é africano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Convidamos Sr. Abner Mosaase. Ele é, atualmente, o Presidente do Comitê Organizador do

17º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, que acontecerá na África. É um prazer muito grande recebê-lo, e essa comissão estará se colocando à sua disposição, para contribuir no que for possível, para garantir a participação dos estudantes e da juventude brasileira nesse 17º Festival Mundial.

Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, eu vou pedir auxílio à nossa colega tradutora, ela está aqui, acompanhando o Abner, para que ele possa acompanhar.

Temos, aqui, também, uma comitiva de estudantes brasileiros e jovens. São os jovens que participam de atividade militante, partidária e do movimento de juventude em várias organizações. Eles estão pleiteando, Senadora Fátima Cleide... O Brasil tem participado de todos os congressos de juventude, e durante esse período do Governo Lula, nós temos participado com delegações, inclusive, maiores. A última delegação nossa, o último congresso foi em Caracas, na Venezuela. A Força Aérea Brasileira disponibilizou uma aeronave da Aeronáutica, para conduzir os estudantes, e eles estão pleiteando, novamente, ao Presidente Lula, que garanta a presença dessa nossa delegação, desta vez na África.

E, para nós, é muito importante, porque se dá praticamente no mesmo instante em que o Presidente Lula vai ao Estado do Ceará, não exatamente a África, mas vai ao Estado do Ceará com embaixadores africanos, para lançar ali a pedra fundamental das instalações da Universidade de Integração Luso-Afro-Brasileira. E é muito significativo, porque mesmo indo lançar a pedra fundamental, Senadora Fátima Cleide, nós já tivemos, no atual procedimento de inscrições de jovens para ingresso nas universidades públicas, a participam da Unilab, já com 300 estudantes que irão começar a estudar em instalações cedidas pelo Município de Redenção e pelo Estado do Ceará, enquanto se constrói a nova universidade.

Então, o pleito de juventude é muito significativo. V. Exa., já, ao recebê-los demonstra o carinho apoio desta comissão, e nós vamos, evidentemente, que reforçar junto ao Governo do Lula, para que ele possa garantir a ida dessa nossa delegação.

Eu agradeço também a V. Exa. ter acolhido, aqui, a nossa comissão de jovens.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Senador Inácio Arruda.

Registro, mais uma vez, a nossa satisfação em tê-lo aqui conosco e registro, também, a disposição dessa comissão de atuar junto ao governo brasileiro, para que nós possamos garantir a participação dos

nossos jovens nesse festival, que é tão importante para nossa juventude.

Muito obrigada pela sua presença. E fica, aqui, a nossa saudação.

Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senadora Fátima Cleide, nós estamos colhendo, aqui, assinaturas dos senadores para levar até o Presidente Lula, e a sua assinatura é muito importante, o Sr. Roberto Cavalcanti.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradeço a V. Exa. e, dentro de dez minutos, estaremos com o nosso relatório pronto, para votar, das nossas emendas de...

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Da comissão [ininteligível].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Da comissão. Está sendo feito aqui mesmo. É a vantagem. Por isso que vai ser em dez minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem é o relator?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O relator sou eu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já acabou [ininteligível]?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nada mais havendo a tratar--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu vou examinar, economia processual.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós encerramos esta reunião, convocando uma reunião extraordinária para daqui dez minutos, para apreciação das emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o Orçamento de 2011.

Sessão encerrada às 12h22.

ATA DA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010 – EMENDAS AO ORÇAMENTO 2011.

Às treze horas e dez minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Cleide, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores

Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, José Nery, João Ribeiro, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Neuto De Conto, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Cícero Lucena, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino e Adelmir Santana. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Orçamento de 2011. Neste momento a Senhora Presidente passa a palavra ao Senador Inácio Arruda, relator das Emendas ao Orçamento nesta Comissão, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **Orçamento de 2011: Emendas de Apropriação: Emenda n.º 01 – Educação – “Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica”**, no valor de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, apresentada pelos Senadores Paulo Paim, Romero Jucá, Fátima Cleide, José Nery, Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti, Marisa Serrano, Marco ni Perillo, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini. **Emenda n.º 02 – Educação – “Formação em Serviço de Funcionários da Educação Básica**, no valor de R\$ 143.000.000,00 (cento e quarenta e três milhões de reais), para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, apresentada pelos Senadores Fátima Cleide, Augusto Botelho e Roberto Cavalcanti. **Emenda n.º 03 – Cultura - “Fomento a Projetos em Arte e Cultura”**, no valor de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), para o Fundo Nacional de Cultura, apresentada pelos Senadores Marisa Serrano, Fátima Cleide, Romero Jucá, Roberto Cavalcanti e Rosalba Ciarlini. **Emenda n.º 04 – Esporte - “Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional”**, no valor de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), para o Ministério do Esporte, apresentada pelos Senadores Fátima Cleide e Inácio Arruda. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2011, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata

para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente. – Senadora **Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da Comissão ao Orçamento de 2011.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Nós temos aqui o parecer do Senador Inácio Arruda, que é o relator da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre as propostas de emenda apresentadas à comissão, referentes ao Projeto de Lei nº. 59, de 2010, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *“É muito importante a decisão que nós vamos adotar porque ela será inserida no corpo do Orçamento-Geral da União para o exercício de 2011, que busca reforçar as atividades de educação, de cultura e de esporte do nosso País. Nesse sentido, Sra. Presidente, apresento o relatório.*

Digo que no prazo estabelecido pela comissão foram oferecidas 57 propostas de emenda ao Projeto de Lei que estima a receita e fixa despesas da União. Dessas, 55 são de apropriação e duas são de remanejamento.

As propostas de emenda de apropriação foram direcionadas às seguintes áreas: 30 para a Educação, 13 para a Cultura, 11 para Esportes e uma para Defesa. Relativamente a esta última, convém observar que a Defesa não integra o conjunto de subáreas temáticas para o qual esta comissão pode apresentar emendas ao orçamento da União. Então, ela ficou prejudicada, digamos assim.

No caso das duas propostas de remanejamento, também ficaram prejudicadas em função de fazerem cancelamentos em outros órgãos que não a Educação, Esporte e Cultura. Também ficaram prejudicadas.

Conforme consta do anexo da Resolução nº 1, de 2006, essa Comissão de Educação, Cultura e Esporte

pode apresentar até quatro emendas de apropriação e igual quantidade de emendas de remanejamento. Assim, apesar do inegável mérito de todas as proposições, tivemos que escolher apenas quatro entre as de apropriação. Adotamos como critério inicial indicar para a aprovação uma emenda na Cultura, uma emenda no Esporte e duas na Educação. Além disso, dentro de cada tema demos preferência àquelas propostas que conseguiram amplo apoio dos parlamentares. Com esses critérios, conseguimos atender à maioria dos senadores que apresentaram sugestões.

Quero dizer, Sra. Presidente, que também buscamos dialogar com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte na Câmara dos Deputados, porque às vezes nós colocamos emendas que são as mesmas que estão sendo propostas lá, se repetem aqui no Senado. Então, buscamos também examinar quais que seriam sendo propensas a serem aceitas para que a gente pudesse escolher melhor aqui as nossas emendas.

Na Educação, decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, José Nery, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini e Romero Jucá (págs. 7, 12, 17 e 18), a qual destina recursos para o apoio à reestruturação da rede física pública de Educação Básica. Essa reestruturação tem caráter complementar a outras iniciativas no âmbito da Educação Básica, como as relativas à Educação Infantil e à Educação de Jovens e adultos.

Por essa razão, consideramos como parcialmente acolhidas as propostas apresentadas pelos Senadores Romero Jucá - Educação Infantil (pág. 19), Cristovam Buarque - Educação de Jovens e Adultos (págs. 36/38), bem como do Roberto Cavalcanti, Senadora Marisa Serrano, Romero Jucá e Marconi Perillo (págs. 5, 8, 13 e 14).

Ainda, na educação, decidimos apoiar a proposta apresentada pelos Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide e Roberto Cavalcanti, destinando recursos para a formação ao desenvolvimento da Educação Básica.

Qual é a questão central desta emenda? É que seguidamente ela é apresentada nesta comissão, mas sempre enfrenta dificuldades para sua execução, normalmente porque nós buscamos aglutinar com outras. E aglutinando com outras, a formação para profissionais que estão na atividade de educação, ou ligadas diretamente à educação, mas como não se trata exatamente do professor ou estudante, você tem dificuldade depois na execução ao aglutiná-las. Desta vez, resolvemos separar esta proposição, que eu tenho convicção que ela é justa, necessária e não terá condições de ser colocada de lado na medida em que nós a escolhemos, digamos, de forma mais priorizan-

do esta formação deste povo que lida todo dia com a educação no nosso país.

Na Cultura, acolhemos a proposta de ampliar os recursos para fomento a projetos em arte e cultura. As sugestões de emenda para esta finalidade foram apresentadas pelos Senadores Fátima Cleide, Marisa Serrano, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá e Rosalba Ciarlini.

Na área do Esporte, resolvemos atender às propostas dos Senadores Fátima Cleide e Inácio Arruda, que tem por objetivo o funcionamento de núcleos de esporte educacional. Na verdade, amplia o Programa Segundo Tempo, que é o mais exitoso programa de permanência dos jovens na escola, especialmente no nosso país".

Voto do relator. "Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, delibere pela apresentação das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2011 relacionadas a seguir: De apropriação: a) apoio à reestruturação da rede física pública da Educação Básica, no valor de 300 milhões, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; b) formação em serviço de funcionários da Educação Básica, no valor de 143 milhões, para o Fundo Nacional de Desenvolvimento na Educação - FNDE; c) fomento a projetos em arte e cultura, no valor de 190 milhões, para o Fundo Nacional de Cultura; d) funcionamento de núcleos de esporte educacional, no valor de 200 milhões, para o Ministério dos Esportes. Sala das Comissões, 23 de novembro de 2010, Senador Inácio Arruda, Relator". É o Voto, Sra. Presidente. Agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Em discussão a matéria.

Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu queria parabenizar o relator por ter feito esse trabalho, que eu sei que não é fácil, de compilar todas as idéias e as propostas. Acredito que tenha feito um excelente trabalho, mas eu quero fazer uma ressalva aqui, é o meu pensamento próprio, não quero dizer que não vote a proposta do relator.

Eu quero deixar aqui a minha... Quando eu falo assim que a gente não pode deixar passar as coisas que a gente não concorda. Mas, às vezes, a gente é até levado pela maioria. Mas eu quero fazer um adendo aqui: especificar que propostas dessa comissão sempre foram, quando eu era deputada da Câmara era a mesma coisa, sempre foram voltadas para a melhoria da educação das nossas crianças e jovens. É voltada para isso. Eu acredito que ao governo federal cabe trabalhar com o administrativo. A área administrativa

não é a área educacional propriamente dita. “Ah não, mas todos ajudam”. Claro que todos ajudam, até o pipoqueiro da esquina ajuda, todo mundo ajuda. Em educação, o pai e a mãe são educadores natos, têm que educar o filho desde que necessário.

Mas a melhoria da educação... Hoje saiu um artigo que não tenho aqui, acho que está com a Ellen(F), um artigo que me chocou enormemente, na Folha de São Paulo, mostrando o quanto nós estamos atrasados na educação, o quanto nós estamos ruins em educação. Todo mundo achando que está ótima a educação brasileira, mas não está.

Colocar para uma emenda toda da nossa comissão para formação em serviços de funcionários da Educação Básica, isso é uma coisa que o governo tinha que fazer, independente, que esta comissão tinha um foco, tem que ter um foco: melhoria da qualidade do ensino, garantir que as nossas crianças e jovens aprendam mais, garantir que o conteúdo seja dado. A minha luta vai ser essa sempre, é nessa ótica que eu acredito na educação. Tenho feito isso.

Não estou dizendo que não vou aprovar. Aprovo o relatório, mas eu quero fazer essa ressalva e dizer que essa comissão tinha que se voltar sempre mesmo para as questões. Agora o governo tem que fazer a parte dele. Cabe ao governo os projetos de formação dos administrativos em todas as áreas. Não é só na educação, não. É na área de saúde, é em qualquer área, de transporte. Em tudo isso o administrativo tem que ser trabalhado pelo governo. Agora, aqui, nessa comissão, é uma comissão de mérito, uma comissão de mérito educacional. Eu acho que nós tínhamos que nos voltar para essas questões.

Eu quis fazer essa ressalva apenas como um desabafo. Isso não quer dizer que eu não aprove o relatório de V. Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti e depois o Senador Augusto Botelho.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria, mais uma vez, já está assim, já estou num lugar comum. Todas as vezes que aqui compareço faço essa referência: a competência, a eficiência e o diálogo obtido por ocasião desta relatoria. Parabenizo a Senadora Fátima Cleide, o senador querido e dileto amigo Inácio Arruda.

Nesse aspecto, por exemplo, muitas vezes em algumas comissões, este ano mesmo, nós tivemos pleitos nossos que foram alguns acatados e outros que não foram acatados, mas não houve o nível de diálogo que teve nesta comissão. Então, eu parabenizo a competência da comissão, das pessoas que fazem os bastidores da comissão, o Júlio e todos os outros.

Então, na verdade, eu saio daqui gratificado com o diálogo. Muitas vezes, algumas emendas nossas não foram acatadas, talvez da mesma forma que da Senadora Marisa Serrano, que teve alguma acatada, que eu percebi ser nominado o nome Marisa Serrano, mas, na verdade, nós fazemos essas emendas na melhor intenção. E, muitas vezes, por informações que nós não detemos, que é a da disponibilidade de recursos federais, da priorização do governo federal, em função de algumas nossas, eventualmente são relegadas a um plano de uma análise posterior.

Mas, na verdade, eu faço o registro do diálogo que aconteceu por ocasião até a undécima hora do fechamento deste relatório, onde nós estávamos dialogando para que as emendas fossem rediscutidas e acatadas.

Eu parabenizo, mais uma vez, esse espírito democrático da comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero agradecer a posição da Senadora Marisa Serrano, que eu acho que é isso mesmo. Eu acho que a gente quando tem posição e opinião deve declará-la, sem prejuízo, porque V. Exa. de forma muito cortês disse que sem prejuízo da votação quero firmar a minha posição. Eu também estou de acordo com isso. Eu acho que, de fato, nós deveríamos direcionar e talvez até no futuro dizer: “Bom, aqui nós estamos tratar exclusivamente de emendas nesse campo, nós nem observaremos as outras”.

Por que é que nós tivemos que fazer isso? Porque, infelizmente, nós não alcançamos ainda o grau de desenvolvimento, de consciência do setor público brasileiro, da administração pública brasileira, de que esse assunto já viesse no orçamento resolvido, da formação de profissionais que não são diretamente o professor ou o aluno, mas ficam à margem. Eu conheço porque dentro dos debates que nós tivemos nos vários encontros preparatórios de congressos da Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação, e na Conferência Nacional de Educação, isso vira um clamor, porque não vem atendido pelo governo. Quer dizer, o Ministério deveria atender essa questão sem precisar chegar aqui, quer dizer, nós temos que nos ater com um problema que é realmente da esfera administrativa.

Mas eu assumo assim, porque vejo, acompanho e sei porque participei de várias conferências, na preparação das Conferências no meu Estado, e esse é um problema objetivo.

Então, eu quero até agradecer as palavras de V. Exa., porque bota as coisas no devido lugar, sem deixar de atender ao problema, quer dizer, o problema é

administrativo, ele está aqui, vamos atender, mas deveria ter sido resolvido lá.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Se me permite, senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Porque eu li aqui, eu falei: nós estamos mexendo com reestruturação da rede física, mexendo em rede física e mexendo nos funcionários. Na educação, nós não mexemos.

[falas sobrepostas]

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Mas eu fiz uma consulta na Câmara para ver se eles resolviam a outra parte lá. Se eles já tivessem resolvido, nós acolheríamos as demais aqui. Como eles atenderam lá na Câmara, eu digo: “Bom, então nós podemos mexer aqui diretamente”. Então foi esse o sentido do nosso relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho e depois eu...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO/

RR): Sra. Presidente, eu gostaria de parabenizar o relatório e a presidente pelas emendas.

Ela manifestou a posição dela, eu quero manifestar a minha posição em relação a esse item aqui de “formação dos serviços de funcionários educação básica”.

As pessoas que trabalham em torno da educação também, eu tenho um entendimento na saúde bem clara disso, fazem parte da educação. A merendeira faz parte da educação, a bibliotecária faz parte. Lá no meu estado eu constato isso, e constato com tristeza, que, por exemplo, quem cuida da biblioteca das escolas é o professor mais problemático, que não se adapta num lugar ou outro, quer dizer, não é um habilitado. E aí eu perguntei: “Tem curso para vocês?” Eu estou falando do meu estado, que é um pequenininho, Roraima, que eu acredito que seja uma imagem do Brasil. Não tem curso para fazer aquelas coisas. A biblioteca não oferece as condições adequadas para o aluno gostar de ler e a gente precisa estimular o nosso pessoal a ler, a estudar, porque o Brasil só se torna um País grande, só vai ser desenvolvido com sustentabilidade depois que a gente colocar a educação num patamar equivalente aos países desenvolvidos.

Então, eu acho que essa emenda é pertinente e dou um aparte para a nossa senadora, que eu sei que ela é uma educadora e lutadora pela educação, mas eu estou dando a opinião de médico que também luta pela educação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ela sabe o que está falando.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu só quero deixar claro aqui que eu concordo que merendeira, quem cuida da biblioteca, a bibliotecária, quem mexe com audiovisual, tudo isso faz parte da educação. V. Exa. disse e eu falei: “Deixa eu esclari-

recer aqui”. Não, eu concordo e luto por isso, todos trabalham pela educação. Mas eu acho que a função de mexer, a obrigação de trabalhar o administrativo não tinha que ser desta comissão. Essa comissão, eu olhei aqui, eu falei: não temos nada para o aluno, não estamos mexendo com a melhoria da educação, quer dizer, da educação formal, daquela educação que nós precisamos, ver a nossa criança aprender. Isso não quer dizer que eu seja contra os administrativos, nada disso. São da educação, fazem parte dos trabalhadores da educação, isso para mim é um ponto pacífico. Agora, a minha questão foi outra, foi de fundo, foi de garantir a qualidade da educação, que eu acho que está ruim nesse País.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a compreensão de que o trabalhador na escola também educa. Então eu, como funcionária de escola que sou, Senadora Marisa Serrano, me nego a ser chamada de administrativo. Eu quero ser reconhecida como educadora que sou e quero que o Estado brasileiro tenha a responsabilidade com a formação que nós, inclusive, aprovamos na lei aqui--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois é, todos nós somos educadores, e, hoje, como aqui colocou o Senador Inácio Arruda, os funcionários de escola brigam para serem chamados de educadores e querem essa formação, que infelizmente nisso todos nós estamos de acordo, estamos enfrentando problemas junto à execução do Governo Federal para a formação que deve ser imediata daqueles que já estão na rede, porque isto contribui com a melhoria da qualidade da educação. É esse o nosso entendimento e por isso que insistentemente eu venho nesta comissão todos os anos oferecendo esta emenda para que a gente possa não ter mais que ouvir do Ministério da Educação com relação a dificuldades para execução.

Então, nós queremos todos aqui na Comissão de Educação do Senado Federal contribuir para com a agilidade nesse processo. Por isso, eu agradeço muito a compreensão da Senadora Marisa, do Senador Augusto Botelho, do Senador Roberto Cavalcanti, Senador José Nery e, principalmente, do nosso companheiro Senador Inácio Arruda, que teve a sensibilidade de dialogar com a Câmara dos Deputados, com a Comissão de Educação da Câmara e garantir que o recurso para a formação dos docentes também esteja assegurado no orçamento, mas sem excluir aquela outra parte tão importante para o processo educacional, para que se dê efetivamente o processo ensino-aprendizagem, que são os nossos funcionários de escola. Eu sonho com uma escola totalmente diferente dessa que a gente tem hoje, e ela é bem complexa.

E aqui, neste relatório do Senador Inácio Arruda, nós garantimos também o recurso para que a gente possa fazer a escola de tempo integral que a gente sonha no esporte. Eu queria que a gente também tivesse recursos para a música, para a arte, para a dança, mas a gente está dando um passo a cada dia e isso é o que importa. Então meus parabéns, Senador Inácio Arruda, pelo relatório apresentado.

E sem mais delongas, vamos... Senador Nery com a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Todos estão envolvidos na tarefa da educação escolar. O funcionário administrativo, que cuida da biblioteca, que cuida do vídeo, o professor, todos são de fato trabalhadores em educação. E isso, o próprio fato dos sindicatos, hoje, congregarem o conjunto desses trabalhadores, já indica muito claramente que todos têm o direito à formação continuada, têm direito a esse apoio, que o Estado nas suas diversas esferas deveria garantir. Como não tem garantido, eu creio que o acolhimento dessa emenda por parte do nosso ilustre relator, o Senador Inácio Arruda, com o apoio de toda a Comissão. Creio também que tem esse sentido, até pedagógico, de dizer ao Ministério da Educação, de dizer ao governo: "Cuidem disso também. Estabeleçam recursos no orçamento direcionado à formação dos funcionários, dos trabalhadores da Educação Básica".

Então, eu acho que o acolhimento da própria emenda deve ter essa compreensão de que o governo, o Ministério da Educação, precisa trabalhar isso de forma mais geral, de modo que o orçamento da União para a educação já contemple esses recursos para a formação continuada, a formação desses trabalhadores, que são parte integrante e fundamentais na garantia da educação formal, da educação escolar.

E, por último, Sra. Presidente, ressaltar o trabalho do Senador Inácio Arruda, que tentou ao máximo contemplar o conjunto de proposições, de propostas que foram apresentadas à comissão, para em geral aglutinar essas diversas propostas em quatro eixos fundamentais, no qual esse atendimento às proposições dos Srs. Senadores e Senadoras tivessem a possibilidade de oferecer um relatório e uma contribuição dessa comissão para a área de educação, de modo que estabelecendo claramente o apoio à reestruturação da rede física da Educação Básica, a formação dos funcionários da Educação Básica, o fomento a projetos de arte e cultura e o esporte, eu acho que houve aqui uma tentativa de dar uma certa globalidade ao conjunto de questões, embora tenhamos plena consciência de que esses recursos, por mais boa vontade que tenhamos aqui, eles são absolutamente insuficientes para dar conta das necessidades de tratar a educação com um patamar de prioridade que deveria ter, no qual todo santo dia dizemos isso: "Aonde vamos? A educação é prioridade". É no Plenário, nas comissões, nos debates, nas conferências, junto ao movimento. No entanto, nós

haveremos de em algum momento nesse País conferir à educação a prioridade que ela merece.

É apenas um registro daquilo que temos debatido e sentido, sobretudo dos trabalhadores na educação e da população brasileira, que quer mais recursos, melhorar a qualidade do ensino, aperfeiçoar os mecanismos de avaliação do ensino em todas as esferas, do Ensino Básico à Educação Superior.

Eu creio que o que nós estamos fazendo aqui tem um sentido simbólico daquilo que nós queremos para a educação brasileira. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador José Nery. Não havendo mais quem queira discutir a matéria, ela será submetida à votação.

Aqueles que concordam com o Parecer apresentado pelo Senador Inácio Arruda, relator das emendas para o Orçamento-Geral da União para 2011, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Quero comunicar a esta comissão que amanhã faremos realizar Audiência Pública tratando do tema "Bullying Homofóbico nas Escolas". A autoria do requerimento é desta Presidenta. Os convidados são: André Luiz de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; Beto de Jesus, Secretário da Região Sudeste da ABGLT; Célio da Cunha, Professor e Consultor da UNESCO para a área de Educação; Jean Wyllys, que é Jornalista, Professor e Deputado Federal eleito pelo Estado do Rio de Janeiro, pelo PSOL; Luma Nogueira de Andrade, Presidente da Associação Russana da Diversidade Humana; Carlos Augusto Laudari, que é Diretor da Associação Pathfinder do Brasil. Amanhã, às 10 horas, nesta mesma sala.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão. Muito obrigada a todos que compareceram.

Sessão encerrada às 13h37.

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson

Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 41/10–CE, de autoria da Senadora Fátima Cleide, destinado a discutir o tema **“Bullying Homofóbico nas Escolas”**. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Jacqueline Rocha Côrtes, Assessora do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS; Senhora Valéria Tatsch, Chefe de Gabinete do Senhor Jean Wyllys, Deputado Federal eleito (PSOL/RJ); Senhor Cláudio Nascimento, Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social de Direitos Humanos do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho Estadual LGBT; Senhor Douglas Marques, Estudante baleado no Parque Garota de Ipanema após a 15ª Parada LGBT do Rio de Janeiro; Senhora Viviane Marques, Mãe do estudante supracitado; Senhor Pedro DelCastro, Vice-Presidente do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL/DF; Senhor Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhora Rafaelly Wiest, Diretora da ABGLT e da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais; Senhor Antonio Lopes, Coordenador do Curso de Gênero e Diversidade na Escola da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo; Senhora Dayana Brunetto, Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Educação do Paraná; Senhora Carla Amaral, Diretora-Presidente do Transgrupo Marcela Prado, da Associação de Travestis e Transexuais de Curitiba/PR; Senhor Igor Francisco, Presidente do Centro Paranaense da Cidadania – CEPAC; Senhora Keyla Simpson, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhor Fernando Rodrigues, Secretário da Região Nordeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhor Julian Rodrigues, Coordenador do Grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor; Senhora Fernanda Bevenute, Presidente da Associação de Travestis da Paraíba; Senhora Jovana Baby, Presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA; Senhora Mary Neide Figueiró, Professora da Universidade Estadual de Londrina/PR; Senhor Leonardo Bastos, Coordena-

dor do Centro de Referência de Direitos Humanos e Combate a Homofobia do Estado do Mato Grosso do Sul; Senhor Roberto Gonçalves, Membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio de Janeiro – OAB/RJ; Senhor Leonardo Henrique dos Santos, Presidente do Grupo Afro-descendente de Livre Orientação Sexual de Cuiabá/MT; Senhor Patrick Thiago Bonfim, Assessor do Conselho Federal de Psicologia; Senhor Carlos Travagim, Jornalista da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhora Sílvia Aguião, Doutoranda da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; Senhor Iran Leal, Diretor do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO; Senhor Luiz Mott, Professor Doutor da Universidade Federal da Bahia; Senhora Tizuka Yamasaki, Cineasta; Senhor Menderson Rezende, Diretor de Políticas Educacionais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Espírito Santo – SINDIUPES; Senhor Igo Martini, Coordenador Geral da Coordenadoria Geral de Promoções dos Direitos de LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhor David Ian Harrad, Diretor Administrativo do Grupo Dignidade; Senhor Gean Carlos Nunes de Jesus, Professor da Rede Estadual do Espírito Santo; Senhora Tainá Falcão, Jornalista da Rede Record de Televisão; Senhora Indianara S. A. Siqueira, Presidente do Grupo Filadélfia e RedTrans Sudeste; Senhor Julio Moreira, Presidente do Grupo Arco-Íris; Senhora Yone Lindgren, Vice Presidente Lésbica da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhor Marcus Maciel, Professor da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhor Flavio Brebis, Professor da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal – GDF; Senhor Cleverson Domingos, Membro da Diretoria do Instituto Ser Diferente É Legal – ISDEL; Senhora Liane Muhlenberg, Produtora Cultural; Senhor Raul Nilo de Freitas, Técnico da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas; Senhora Maria Alcina Freitas, Técnica da Secretaria de Educação de Alagoas; Senhor Nelson Almeida Filho, Coordenador Municipal de Vitória do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo – SINDIUPES; Senhor Anízio Silva, Membro da Coordenadoria Geral de Promoções dos Direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Senhor Jorge Antonio Biazarolo, Professor da Escola Estadual de Vitória; Senhor André Y. dos Santos; Assessor Técnico de Projetos do Conselho Federal de Psicologia; Senhor Christovam Mendonça, Diretor do SINDIUPES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Espírito

Santo; Senhor Marco José Duarte, Diretor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ; Senhor Marcos Trajano, Presidente da Associação Brasileira de Gays – ABRAGAY; Senhora Angélica Ivo, Mãe do Alexandre, jovem de 14 anos, assassinado em São Gonçalo – RJ; Senhor Luiz Gomes Filho, Psicólogo do Éden – Instituto ao Desenvolvimento Humano; Senhor Carlos Magno, Secretário de Comunicações da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; Senhora Vanessa Leite, Pesquisadora do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ e Senhor Tchesco Santos, Presidente do Grupo Cores LGBT/DF. Como expositores, comparecem à Audiência Pública **Senhor Beto de Jesus, Secretário da Região Sudeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Senhor Jean Wyllys, Jornalista, Professor e Deputado Federal eleito pelo Estado do Rio de Janeiro; Senhor Célio da Cunha, Professor e Consultor Educacional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO; Senhor Carlos Augusto Laudari, Diretor da Associação Pathfinder do Brasil; Senhora Luma Nogueira de Andrade, Presidente da Associação Russana da Diversidade Humana – ARDH e Senhor André Luiz de Figueiredo Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação - SECAD/MEC.** Neste momento, a Presidência convida a todos para acompanharem a execução do Hino Nacional, cantado pela Senhora Jane de Castro, atriz e cantora. Ao término da apresentação, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, passa a palavra aos expositores. Finda as exposições, a palavra é franqueada à Senhora Senadora Serys Shlessarenko, não membro desta Comissão. Após as considerações finais dos expositores, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Fátima Cleide**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 41 dessa Comissão de Educação, de 2010, de minha autoria, para realização de Audiência Pública destinada a discutir o tema “*Bullying* Homofóbico nas Escolas”.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário da comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Quero registrar a presença da Sra. Viviane Marques e Silva de Melo e de Douglas Igor Marques Luiz(F), vítima de ataque homofóbico, acontecido recentemente no Rio de Janeiro. Sejam bem-vindos e bem acolhidos por esta comissão e por esta Casa.

[palmas]

Agradecendo desde já a disposição dos nossos convidados para participarem conosco desta Audiência Pública e contribuírem para com o debate que fazemos nessa Comissão sobre o *bullying* nas escolas, e nesta Audiência, especificamente, discutindo *bullying* homofóbico.

Eu quero agradecer aqui, desde já, a presença do Beto de Jesus, que é Secretário da Região Sudeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transexuais, ABGLT; do Professor Célio da Cunha, que é consultor da UNESCO para a área de educação; do Jornalista Jean Wyllys, Professor e Deputado Federal eleito pelo Estado do Rio de Janeiro.

E agradecer também as presenças que foram confirmadas, e eu acredito que logo, logo, estarão conosco, de Luma Nogueira de Andrade, que é Presidente da Associação Russana da Diversidade Humana, e de Carlos Augusto Laudari, que já está aqui conosco, que é Diretor da Associação Pathfinder. Estamos aguardando também a presença confirmada de André Luiz de Figueiredo Lázaro, que é Secretário do Ministério da Educação.

Convido a todos... Quero informar a todos que a nossa Audiência Pública está sendo retransmitida pela Agência Senado, pela Secretaria de Comunicação, com todos os seus meios, rádio, jornal e televisão, o que para nós é muito agradável, porque são, pelo mínimo, dois milhões de pessoas assistindo a TV Senado neste momento. Quero convidar a todos para que se levantem para execução do hino nacional e convidar

para cantar para nós o hino nacional a cantora e atriz Jane di Castro.

[execução do Hino Nacional Brasileiro]

“Ouviram do Ipiranga as margens plácidas

De um povo heroico o brado retumbante,

E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,

Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade

Conseguimos conquistar com braço forte,

Em teu seio, ó Liberdade,

Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,

Idolatrada,

Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido

De amor e de esperança à terra desce,

Se em teu formoso céu, risonho e límpido,

A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,

És belo, és forte, impávido colosso,

E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,

Entre outras mil,

És tu, Brasil,

Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,

Pátria amada,

Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,

Ao som do mar e à luz do céu profundo,

Fulguras, ó Brasil, florão da América,

Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida

Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;

‘Nossos bosques têm mais vida’,

‘Nossa vida’ no teu seio ‘mais amores’.

Ó Pátria amada,

Idolatrada,

Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo

O lábaro que ostentas estrelado,

E diga o verde-louro desta flâmula

- Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,

Verás que um filho teu não foge à luta,

Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada

Entre outras mil,

És tu, Brasil,

Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,

Pátria amada,

Brasil!”

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós agradecemos a brilhante apresentação de Jane di Castro.

Queremos registrar aqui a presença de Jacqueline Rocha Cortês, Assessora de Projeto e Programas UNAIDS Brasil; Valéria Tatsch(F), Chefe de Gabinete do Sr. Jean Wyllys; Cláudio Nascimento, Superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social de Direitos Humanos do Rio de Janeiro e Presidente do Conselho Estadual LGBT; Douglas Marques, baleado no Parque Garota de Ipanema, após a 15ª Parada LGBT do Rio de Janeiro e de sua mãe, D. Viviane, nossa solidariedade; Pedro Del Castro, Vice-Presidente do PSOL-DF; Toni Reis, Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; Rafaelly Wiest, Diretora da ABGLT e da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais; Antônio Lopes, Coordenador do Curso de Gênero e Diversidade na Escola, da Pró-Reitoria de Extensão, da Universidade Federal do Espírito Santo; Dayana Brunetto, Pesquisadora e Coordenadora do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual da Secretaria de Educação do Paraná; Carla Amaral, Diretora-Presidente da TRANSGRUPO; Marcela Prado, da Associação de Travestis e Transexuais de Curitiba-Paraná; Igor Francisco, Presidente do Centro Paranaense da Cidadania - CEPAC; Keila Simpson, vice-Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; Fernando Rodrigues, Secretário da Região Nordeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT; Julian Rodrigues, Coordenador do Grupo CORSA -Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor; Fernanda Benvenuty, Presidente da Associação de Travestis da Paraíba; Jovana Baby, Presidente da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais- ANTRA; Mary Neide Figueiró, Professora da Universidade Estadual de Londrina, Paraná; Leonardo Bastos, Coordenador do Centro de Referências de Direitos Humanos e Combate à Homofobia do Estado do Mato Grosso do Sul; Roberto Gonçalves, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Rio de Janeiro; Leonardo Henrique dos Santos, Presidente do Grupo Afrodescendente de Livre Orientação Sexual, de Cuiabá, Mato Grosso; Patrick Thiago, Assessor do Conselho Federal de Psicologia; Carlos Travagin(F), Jornalista da ABGLT; Silvia Aguião, doutoranda da UNICAMP.

E quero registrar aqui, com muita satisfação também, a presença do Dr. Iran Leal, que é Diretor do SEBRAE-Rondônia.

Bom, vamos passar, então, à exposição dos nossos convidados.

Eu gostaria de convidar o Sr. Beto de Jesus, que é Secretário da Região Sudeste da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, da Região Sudeste.

SR. BETO DE JESUS: Bom dia a todas e todos, é um prazer estar aqui, agradeço ao convite. Bom, vamos lá.

Falar sobre *bullying* homofóbico, nessa semana, tem um significado muito forte para nossa comunidade LGBT. A gente tem vivido nos últimos... nas últimas semanas, especificamente, uma onda de violência contra LGBTs e essa onda acontecendo no ambiente escolar.

Nós tivemos algumas semanas atrás um caso na Universidade de São Paulo, e aí não é só nas escolas de periferia, nas escolas esquecidas, a gente está falando da maior universidade do país, onde chamaram um aluno de “bicha” e falaram que ele estava manchando uma festa de estudantes. E a resposta à presença desse aluno homossexual na festa foi que ele levou chutes e socos, pelo único fato de ser homossexual. Isso em um espaço do saber, na grande universidade. Aí, corroborando com essa onda, o Chanceler do Mackenzie comete um deslize, ao publicar no *site* da universidade uma declaração, que depois disseram que era uma declaração da Igreja Presbiteriana, em relação ao projeto que criminaliza a homofobia, e que, de certa forma, macula ou agride os alunos homossexuais da universidade. Até porque ninguém, quando entra no Mackenzie, lhe é perguntando se ele é gay ou se ela é lésbica, mas lhe perguntam se ele pode pagar aquela escola, e paga-se muito caro para estar naquela escola. É uma questão muito... Muito... Muito forte.

Inclusive, hoje, nós teremos, em São Paulo, um manifesto na porta da universidade... Tivemos um manifesto no domingo e hoje já temos informações de que religiosos, pessoas que são contra o projeto de lei, vão fazer frente à nossa ação na porta da universidade, numa... A gente chegou em um momento de verdadeiro conflito, porque nós estamos... O que nós estamos dizendo que nós queremos? Nós queremos participação, respeito e cidadania. E a gente tem pessoas hoje que estão dizendo: “Não, vocês não têm direito a isso.” E vão se manifestar contra essa possibilidade.

A gente está um pouco apreensivo, a gente está recomendando às pessoas que participarão que é um ato de civilidade, dizendo de uma não concordância com uma postura equivocada do chanceler, e a gente está tendo esse tipo de resposta.

Caso pior nós tivemos na Avenida Paulista, que vocês devem ter acompanhado aí pela imprensa, que,

em um primeiro momento, advogados, pais, diziam “Pobres crianças, não sabem o que fazem, estão lá dentro da delegacia chorando.” Alunos de escola privada, de classe média alta de São Paulo, dizendo que haviam sido cantados, a princípio, que haviam sido assediados, e aí o vídeo traz completamente outra história. Os rapazes estão caminhando e o menino deliberadamente pega a lâmpada e soca a lâmpada na cara do rapaz.

Bom, são situações tão absurdas, tão absurdas e que ilustram um pouco a importância de nós fazermos essa discussão sobre o *bullying* escolar... Homofóbico na escola. Essa situação é tão complicada que o próprio Presidente Barack Obama...

Oi, André, tudo bem? O André chegou na hora que eu ia fazer uma provocação aqui e é para o Ministério, André. [risos]

O Presidente Barak Obama, em uma campanha, *It Gets Better*, que é uma campanha contra o *bullying* escolar, o *bullying* que assola os Estados Unidos e que comete mortes, ele gravou um depoimento, e o depoimento, assim, estourou no *You Tube*, dizendo que ele não foi discriminado por ser gay, mas foi discriminado por ser negro, por ser de uma outra origem, etc., etc., e ele vai dizendo que não existe nada de errado em você ser assim.

Então, essa é uma atitude superimportante do Presidente. Então, eu acho que seria uma atitude superimportante, por exemplo, do nosso Ministro da Educação, o Fernando Haddad, gravar um vídeo também, isso não custa dinheiro e a rede social está aberta para ser colocada, dizendo que o Ministério da Saúde, desculpe, da Educação, não concorda com o *bullying* homofóbico e que desenvolve políticas públicas para que isso não aconteça. Isso chamaria atenção das escolas, das famílias e dos próprios estudantes.

Essa é uma questão superimportante, isso é um apelo, uma solicitação, porque eu acho que isso corrobora com as ações que a gente tem tentado implantar nesses últimos anos, aqui, no Brasil. Corrobora com as ações da SECAD, corrobora com as ações do Escola sem Homofobia. Acho que isso daria... Seria uma cereja no bolo, dizendo que o MEC... E a gente sabe como é importante essa chancela do MEC.

O problema é que a gente vive uma homofobia nas escolas, que fazem que os LGBTs achem que valem menos que os outros; essa é uma questão muito séria, alguém não gostar de ser como é porque ele sofre uma pressão social, psicológica, coercitiva, de violência mesmo, dizendo: “Você é diferente”. E aí é um sofrimento grande se sentir fora da norma. Essa é uma questão muito séria. Essa é uma questão muito séria. Nós estamos aqui há anos pleiteando nessa

Casa a aprovação do projeto que criminaliza a homofobia, o PLC 122.

E não aprovar esse projeto, senador e senadoras presentes, fortalece ações como essas que a gente acabou de relatar. As pessoas se sentem impunes, completamente impunes.

Eu acho que a gente tem que avançar em uma discussão também... Nós somos defensores de direitos humanos, mas nós não podemos falar de direitos humanos de forma tão genérica como se tem falado. A questão é muita específica aqui. Não é uma questão de direitos tão difusos e tão... É uma questão muito específica, está gerando sofrimento, está gerando morte, está gerando violência.

Há dez anos atrás, há dez anos atrás, o Edson Neris, ele foi assassinado na Praça da República por *skinheads*. *Skinheads*, todos sabem, são grupos paramilitares, com uma ideologia fascista, organizados etc., etc., que não concordam, que não gostam de negros, que não gostam de nordestinos, que não gostam de homossexuais, mataram Edson Neris. Dez anos depois, nós temos adolescentes da classe média tentando fazer isso, que não são organizados em facções, que não têm essa ideologia fascista, etc., etc..

Se nós analisarmos, a gente está perdendo, e está perdendo feio. Então, criminalizar a homofobia aqui, nessa Casa, significa coibir esse tipo de ato.

Para onde a sociedade está indo? Isso me indigna muito. Não que eu concorde que *skinheads* possam fazer isso, mas são grupos que já nascem para isso, têm essa marca, e aí você transpõe, dez anos depois, quando deveriam as coisas deveriam ser melhores, não. Adolescentes, classe média, família constituída, classe média alta, escola particular, têm tudo, e estão aterrorizando, matando. Porque, na verdade, a ação que eles tiveram foi deliberada, poderia ter matado aquele rapaz, os médicos falaram, aquilo que saí da lâmpada, aquele gás de mercúrio, etc., etc..

Agora, por que isso está acontecendo? E aí tem responsabilidade para todo mundo. Tem responsabilidade da família? Tem. Mas tem uma responsabilidade grande do Estado e o Estado não pode se omitir nesse momento. O Legislativo não pode se omitir nesse momento. Não dá mais para essa Casa fazer vez de cega ou não ter ouvido para escutar o clamor dessa comunidade que está sendo violentada diariamente.

Não é história, não é fictício, a gente tem dados aqui que saíram no encarte especial da Folha de São Paulo, dizendo em relação ao ódio na escola. A própria pesquisa da FIPE, ela vai dizer, em 500 escolas que ela foi aplicada, que 26% dos alunos, eles disseram que não aceitam a homossexualidade; 25% vai dizer que pessoas homossexuais não são confiáveis. O que

é isso? Vinte e três vai dizer que homossexualidade é doença, 21 vai dizer que alunos homossexuais não são normais. Nós estamos em 2010. Dezesete vão dizer que alunos homossexuais deveriam estudar em escolas separadas, em salas separadas.

Quer dizer, esse é o quadro, essa é a fotografia da escola. E aí como a gente vai resolver essa situação? A gente está tendo, a cada dia, mais situações de morte.

Tem aqui um outro quadro, que vai ligar essa questão, a questão do *bullying* homofóbico está ligado a suicídio, e nós não temos estudo de suicídio no Brasil, mas a gente tem dados que, em 2008, 711 brasileiros, entre 10 e 19 anos, entre 10 e 19 anos, se suicidaram. Óbvio que não dá, aí dentro desse número, saber quantos eram gays, porque a gente não tem estudos que revelam. Com certeza, vários eram gays.

O suicídio é a quarta causa externa de morte de jovens entre 15 e 19 anos. Estima-se que o número de tentativa de suicídios, então, para cada suicídio cometido, você estima que você teve pelo menos mais dez que tentaram realizar o suicídio. Então, essa é uma situação que chega a ser de saúde pública também. E nós temos que dar resposta para isso.

É aí, para finalizar a minha fala, a gente está falando aqui do espaço de escola... Gente, a escola, se ela não toma atitude, ela é corresponsável por essa ação. E nós estamos cansados de falar isso. Se um professor escuta alguma atividade de *bullying*, alguma atividade de agressão em sala de aula, e ele não toma providência, porque ele acha que, naquele momento, o conteúdo curricular dele é mais importante, ele é responsável por aquela ação se perpetuar depois.

A situação é muito, muito, muito grave. E aí as escolas, no caso os diretores e os próprios professores, eles devem ser chamados a essa responsabilidade.

E aí a gente gostaria imensamente de contar com essa Casa, aprovando o projeto que criminaliza a homofobia, que vai dar referência para esses, para a sociedade como um todo, vai dar referência [soa a campanha] para essa sociedade, e também para o Ministério da Educação, convidando o ministro a gravar um vídeo em relação ao *bullying* escolar, homofóbico escolar, para que a gente possa ter em nossa rede.

Bom. Vou aproveitar dos 43 segundos que eu tenho na minha fala ainda, e a gente gostaria de fazer uma homenagem a nossa querida Fátima Cleide, a nossa guerreira, nossa grande guerreira.

A gente queria dizer, Fátima, que a sua luta aqui, nessa Casa, ela não foi em vão. No Senado, você foi a nossa grande guerreira, lutou contra o fundamentalismo religioso, que é repugnante, e enfrentou a fúria desses fundamentalistas, que vem difamando você em *sites*,

panfletos, programas, sermões, eivados de mentiras e distorções, comprometendo, inclusive, a sua estadia na Casa. Você vai fazer muita falta aqui.

Queremos dizer que você foi uma grande defensora da educação, da saúde, dos direitos humanos, e, como uma parlamentar de destaque, você teve a coragem e não se acovardou de defender a nossa comunidade, para que tivesse cidadania plena.

Em nenhum momento percebemos que você afrontou qualquer valor religioso ou qualquer valor da sociedade. O que você sempre defendeu foi a igualdade de direitos, como prega a nossa... A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidades e direitos. E você, como senadora, queria ver cumprido os arts. 3º e 5º da Constituição Federal, que diz que não haverá discriminação e que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Nós queremos dizer para você um superobrigado por tudo que você é, por tudo que você nos ensinou, que a nossa caminhada continua, você continua sendo a nossa musa [risos], não é, você continua sendo a nossa musa inspiradora.

Não é fácil ser mulher no Brasil e não é fácil ser mulher senadora no Brasil. As palavras de Fátima incomodam e incomodaram muita gente, porque Fátima apontava para uma sociedade que não quer a heteronormia, uma sociedade que não quer o machismo, uma sociedade que não quer o patriarcado, não quer o racismo, aponta para uma sociedade socialista. E isso bate diretamente com os desejos e ansiedades de grupos tão fortes, não, que fazem com que inclusive nós não tenhamos cidadania. Essa é uma luta que é nossa.

Queria chamar o Toni aqui para entregar uma... Um troféu, um troféu é pouco para você, mas entregar nosso coração nesse troféu, dizendo que a gente está com você, sempre.

[palmas]

Fátima, você sabe que você também recebeu um troféu em Juiz de Fora? E o Marquinhos veio especialmente aqui para entregá-lo. Então, chama o Marquinhos, do MG, para fazer essa entrega por todo seu trabalho valoroso.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito obrigada, Beto; obrigada, Toni, Marquinhos, obrigado a cada um e cada uma de vocês.

Eu queria dizer que essa Audiência não foi chamada para isso [risos], em primeiro lugar.

E queria agradecer muito a vocês e dizer que eu, hoje, aqui, me sinto muito emocionada por diversos motivos, mas é muito bom estar com vocês e essa luta

em defesa dos direitos humanos na sua íntegra, nos direitos dos homossexuais, das lésbicas, dos gays, dos travestis, das transexuais, transgêneros ou qualquer outra denominação que venham ou que a ciência venha a dar para as pessoas, é uma luta que ela, para mim, deu sentido ao meu mandato.

Eu não me arrependo, em nenhum momento, nenhuma vírgula, de ter lutado, de ter agregado mais essa bandeira a tantas lutas que a gente aprendeu na vida, lutando pela sobrevivência econômica, na luta de classe, e depois a gente vem buscando lutar por uma educação de qualidade, para que a gente não venha a sofrer nenhum preconceito e nenhuma discriminação.

E a gente descobre que, se a gente não tiver a penalidade, se não tiver a punição, a gente não muda, André Lázaro, a cultura não muda simplesmente pelo desejo de educar.

E eu quero, aqui, dizer que as homenagens que vocês me fazem, elas são endereçadas a todas as mães desse país, que lutam por justiça, como aqui está a minha querida Angélica Ivo, que eu estou conhecendo agora, na luta e na dor, como a Viviane que corajosamente pega na mão do filho e diz: "Vamos denunciar, porque isso não pode continuar a acontecer."

Em nome de vocês, eu quero estender a todas as pessoas que lutam contra a homofobia neste país e dizer que eu não estou aqui para dizer adeus a ninguém. Eu estou dizendo um até breve, porque, se houver justiça nesse país [palmas], eu estarei de volta no Senado Federal, muito brevemente.

Mas, dando continuidade a nossa Audiência Pública, eu quero convidar, agora, para fazer a sua exposição, o Professor Jean Wyllys, que é a nossa esperança [risos], a nossa chama acesa no Congresso Nacional, de que essa luta terá agora uma pessoa responsável na Câmara Federal e no Congresso Nacional para dar continuidade e levar às vitórias que todos nós esperamos, pela democracia neste país.

Jean Wyllys, com a palavra.

SR. JEAN WYLLYS: Obrigado, senadora, e minha amiga, na verdade. Quero agradecer a presença de todos vocês. E quero dizer que Fátima Cleide é de fato a nossa musa inspiradora, é a minha grande inspiradora e, se eu sou a chama acesa, agora, nesse Congresso, com a saída dela, é porque ela acendeu, ela riscou o fósforo. E é fundamental.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Outros vieram antes e fizeram.

SR. JEAN WYLLYS: É verdade, nós somos uma continuidade.

Bom, eu sou militante dos direitos humanos, há 15 anos que eu milito nos direitos humanos, seja como

professor, seja como jornalista, seja como parceiro dos movimentos feminista, negro e LGBT.

E, no meu caso, essa adesão aos direitos humanos não é uma adesão meramente conceitual. Essa adesão tem a ver com a minha história de vida homossexual, de homossexual que foi e é constantemente vítima de homofobia em suas diversas manifestações.

Não estou me referindo apenas à dor do outro, a quem sou solidário, estou me referindo a minha própria dor. Uma dor intensificada pelo fato de, entre minha infância e adolescência, estar posicionado em outras margens ou de acumular outras experiências de exclusão; o fato de ser pobre, filho de semianalfabetos, morador da periferia, nordestino.

Afinal, a homofobia não opera sozinha, ela opera em articulação com outros preconceitos, como o de classe e o de gênero. Se, por um lado, felizmente, eu escapei de ser assassinado cruel e covardemente pelo fato de eu ser gay, algo que infelizmente não aconteceu, por exemplo, e para citar um exemplo, com o adolescente Alexandre Ivo, que foi espancado até a morte no Município de São Gonçalo, no Rio de Janeiro, este ano, por outro, eu conheço, no corpo e na alma, todas as outras violências que ele deve ter sofrido em sua breve, brevíssima existência.

Talvez mesmo o mais bem intencionado e simpático dos heterossexuais não alcance a extensão da experiência dolorosa que é ser homossexual em uma ordem heteronormativa, ou, para falar mais claro, uma ordem que os heterossexuais não só dão as regras, mas se afirmam contra qualquer sexualidade diferente da deles. O que é ter de enfrentar desde a infância, e é preciso que se admita urgentemente que existe uma infância gay, o que é ter de experimentar toda sorte de humilhações e violências que vão dos apelidos às surras, passando pelas piadas sobre “bichinhas”, os arremedos jocosos de nossos trejeitos femininos, as repressões verbais, cujas mais comuns são: “Tome jeito de homem”; “Comporte-se como uma menina”, e principalmente pela fofoca.

Na época que eu era colegial de escola pública, as violências verbal e física entre alunos ainda não tinham este nome, *bullying*, mas já existiam. Naqueles meus tempos de escola, as vítimas preferências do *bullying* eram os alunos afeminados, os negros, os gordos e as meninas, necessariamente nessa ordem.

Quando o aluno pertencia ao mesmo tempo a dois ou mais grupos estigmatizados, por exemplo, uma menina negra e gorda, ele sofria as violências com mais frequência e intensidade. Na época que eu cursava o que hoje se chama de ensino fundamental, eu era constantemente vítima do *bullying*, porque era sensível e afeminado.

A violência não me levou sequer a pensar em desistir da escola, pois o meu amor pelo conhecimento e a certeza de que este me tiraria da miséria que eu vivia superaram qualquer medo. Porém o *bullying* me impedia de desfrutar de todo o ambiente escolar. Por exemplo, na hora do recreio, eu não costumava sair da sala de aula por temer os apelidos e outras violências por parte dos meus colegas. Mas nem todas as vítimas eram resistentes como eu. Muitos sucumbiram e abandonaram a escola. O ambiente escolar, em se tratando da violência entre os alunos, não melhorou de lá para cá; a única diferença é o recurso à Justiça e o pedido de reparação pelos danos morais do *bullying*.

Mas, como diz o poeta, “*As leis não bastam, os lírios não nascem só das leis*”. Antes de morrer, é possível que Alexandre Ivo, o adolescente de São Gonçalo, morto por homens adultos, por ter reagido ao *bullying* contra seus amigos gays, porque nem está certo que Alexandre Ivo era gay, porque ele tinha apenas 14 anos de idade... Quer dizer, ele não abraçava a identidade gay. É possível que ele tenha sido vítima de muitas dessas violências e humilhação e é possível que tenha silenciado sobre muitas delas para seus pais, por medo de novas humilhações no seio da família, ou simplesmente por amor aos pais, para poupá-los da vergonha de saber que o filho é achincalhado na escola e pelas ruas.

Os gays e as lésbicas quase sempre não contam para os pais os abusos de que são vítimas, não contam mesmo. Silenciam por temer que o pai tenha vergonha disso. Claro que eu sei que nem todo o gay ou lésbica foi ou é vítima dessas injúrias, humilhações e violências; eu faço essa ressalva antes que alguém me acuse de estar fazendo generalizações.

Mas me arrisco a afirmar que poucos, pouquíssimos são os homossexuais que não sofreram ao menos alguma delas. Sim, nós somos diferentes um dos outros, eu sei. Nada mais diferente de um homossexual do que outro homossexual. Porém, existe algo em comum entre nós, algo que nos faz iguais aos olhos dos heterossexuais, que ao mesmo tempo é a base de nossa identificação coletiva, que por sua vez é a raiz do moderno movimento LGBT. Este algo é o fato de sermos constantemente e regularmente alvo da injúria heterossexual por sermos invertidos; já me explico. A homossexualidade nem sempre foi, e nem por toda parte, associada à afeminação, ou mais exatamente, essa imagem, essa imagem da homossexualidade associada à afeminação pôde e hoje pode mais coexistir com outras representações, mas é certo que o desvio sexual é percebido, pelo menos, desde o fim do Século XIX e, certamente bem antes, primeiramente, antes de tudo como uma inversão de gênero.

ro, o que vale, portanto, para os desviantes dos dois sexos, inversão compreendida e denunciada como o simples fato de não buscar um parceiro do outro sexo. Logo, não é só o homem afeminado, a “bicha louca”, e a mulher masculina, a “sapatão”, que é invertido aos olhos dos heterossexuais. Eles identificam e denunciam dois tipos de inversões. A inversão interior, uma alma de mulher no corpo de homem e vice-versa, e a inversão exterior, do objeto do desejo, quando um homem, ainda que másculo e viril, deseje outro homem sexualmente e/ou quando uma mulher feminina e delicada deseje outra mulher.

Quando a pessoa tem essas duas inversões, a inversão interior e a inversão exterior do objeto, e o mais comum entre os homossexuais são pessoas com as duas inversões, ela é mais vulnerável à homofobia, mais propensa a morrer, que o digam as travestis e transexuais.

Estamos todos propensos a sermos assassinados de maneira cruel e covarde por causa de nossas inversões e, assim como aconteceu com os pais das vítimas da homofobia, com os pais dos que morreram, nossos familiares e amigos terão de amargar o silêncio sorridente da maioria diante da barbárie. E certamente verão nossos algozes ficarem impunes ou serem inocentados por juízes igualmente homofóbicos.

E há ainda quem seja contra ao PLC 122, por este fazer de certos atos homofóbicos casos de polícia. Ora, para quem tem convicções democráticas e defende, além de liberdade, a igualdade no acesso à Justiça, à educação, à saúde e às oportunidades, a polícia deve ser instrumento de defesa dos direitos e das liberdades constitucionais, zelando para que alguns não violem, por subterfúgios ou à força, os direitos alheios.

E a homofobia pode ser, e quase sempre é, uma violação de direitos alheios, de nossos direitos.

Obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos, Jean, pelo seu depoimento.

E agora, eu passo a palavra imediatamente ao Professor Célio da Cunha, que é Consultor da UNESCO para a Área de Educação e que, infelizmente, não poderá ficar conosco até o final dos trabalhos. E sua exposição aqui é de muita importância para nós que discutimos o *bullying* na educação.

SR. CÉLIO DA CUNHA: Bom, senadora, a UNESCO agradece profundamente esse convite e, de fato, eu não poderei estar o tempo todo, porque estou envolvido em um Fórum Internacional de Políticas Públicas de Educação, até sou um dos coordenadores.

Mas a UNESCO fez a solicitação, porque o seu representante, o Dr. Vincent Defourny está viajando. Então, ele fez questão, falou: “A UNESCO tem que estar presente nessa audiência.” Então, representando aqui a UNESCO e com a maior alegria que a UNESCO vai fazer um breve pronunciamento.

Então, eu quero cumprimentar a senadora por todo esse esforço, cumprimentar vocês por essa luta, cumprimentar as pessoas que estão lutando por esses direitos.

A posição da UNESCO, ela decorre de uma posição histórica. Quer dizer, a UNESCO... A UNESCO, ela nasceu, foi criada em 1945, iniciando as suas atividades em 1946, naquele clima de grande perplexidade pós-Segunda Guerra Mundial, ela nasceu com essa missão de construir uma cultura de paz e de respeito.

E, logo em seguida, em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, essa luta da UNESCO, então, ela toma essa direção muito firme em prol dos direitos humanos, [ininteligível] que todo o acervo de conhecimento historicamente construído pela UNESCO, ele é um acervo em defesa, em defesa dos desprotegidos, em defesa das minorias, contra as discriminações, contra as violências, e tudo isso aí, por intermédio da educação, da ciência, da cultura, da comunicação.

Eu não vou dizer aqui, eu tinha feito um levantamento, diversas pesquisas que foram feitas pela própria UNESCO nessa área, mas isso já foi dito, pelos que me antecederam, já fizeram um relato dessas barbaridades que estão acontecendo no Brasil hoje e também em outros países. Eu acho que, nesses minutos, que são poucos, acho que importa colocar algumas questões, que o tema proposto é a *bullying* homofóbica nas escolas.

A primeira questão que surge aí é: qual é o entendimento que nós estamos tendo de educação? E essa pergunta não é feita, não é feita praticamente em nenhuma escola. Não só do Brasil, mas em nenhuma escola também de outros países. O que é educação? É instrução? É transmissão de conhecimento? É adestramento? O conceito de educação é muito mais profundo, no sentido de criar condições para que as pessoas revelem as suas potencialidades, criar condições para que a pessoa se realize, criar condições para que as pessoas sejam elas mesmas.

Por isso que um dos grandes postulados que a UNESCO defende em educação é apreender a ser, aprender a ser gente, aprender a ser cidadão, aprender a respeitar os outros, aprender a não discriminar, aprender a respeitar a grande diversidade de culturas, de pensamentos, de opiniões. Essa é a postura histórica da UNESCO.

Então, primeira questão: que educação que nós queremos? Qual é o nosso conceito de educação? E que muitas vezes nós temos hoje, aqui, isso em parte é responsável também por essas agressões, é uma educação voltada para o mercado, voltada para a competitividade. Não que se deva ser contra isso, mas educação não é só isso. Aliás, não é isso, é muito mais profundo o conceito de educação. Então, a primeira questão que se impõe, qual é o conceito que nós temos de educação.

Segunda questão que se coloca: que, em função de uma visão de conceito de educação, nós temos também todo um processo de avaliação. Como que nossas crianças, adolescentes, nas escolas, são avaliadas? São avaliadas, via de regra, pelo conhecimento. São provas, provas que muitas vezes não provam nada; provam que muitas vezes escondem as melhores potencialidades das crianças; provas que muitas vezes escondem aquilo que há de mais precioso na pessoa humana.

E quando a UNESCO, em meados do século passado, publicou um documento, *A Educação é um tesouro a descobrir*, porque a educação é um tesouro para ser revelado. Então, a escola tem que ter uma visão profundamente humana.

Então, esse deve ser, no nosso entendimento, o conceito de educação. E se o conceito... Se nós aceitarmos esse conceito de educação, nós temos que, necessariamente, fazer prevalecer esse conceito em todo o nosso ensino, em todas as disciplinas, em todas as matérias.

Não é só ensinar Matemática, mas qual é o sentido humano da Matemática? Qual o sentido humano da Física? Por que um conhecimento da Física? Por que um conhecimento da Biologia? Então, isso tem um sentido social, um sentido de respeito às pessoas.

Se nós admitirmos esse conceito de educação e se nós também tivermos a coragem de, gradativamente, começarmos a rever os nossos procedimentos de avaliação, não só de começar a avaliar o campo cognitivo, o campo de conhecimento, mas começar também a avaliar, e o próprio ENEM, do Ministério da Educação, está procurando fazer uma admirável evolução nesse sentido, ou seja, começar a avaliar a cidadania, começar a avaliar os processos mentais, começar também avaliar atitudes, e se nós acreditarmos também que isso é correto, então, nós entramos em uma outra questão, que eu gostaria de deixar aqui essa recomendação. Ou seja, que eu imagino que uma audiência como essa, nós precisamos sair daqui com alguns caminhos, com alguns roteiros, alguns itinerários de como enfrentar essa questão da *bullying* homofóbica,

ca, da violência nas escolas, das discriminações que se fazem nas escolas, hoje.

E, certamente, nós temos aqui um dos mais ilustres secretários do Ministério da Educação, o Professor André Lázaro. Então, eu me arriscaria a propor aqui o seguinte: uma indicação, uma proposta concreta, feita pelo Conselho Nacional de Educação, uma indicação aos sistemas estaduais e municipais de educação, às universidades; indicações de uma reflexão profunda sobre as violências que ocorrem hoje, e aí está também a *bullying* homofóbica, que ocorre hoje, em todos os graus e modalidades escolares, inclusive nas universidades. Uma indicação no sentido de abrir várias possibilidades de como essas violências possam ser enfrentadas mediante a reconstrução do ambiente da escola.

E quando eu falo em ambiente da escola, não tem nenhuma novidade. Aquele grande pensador francês, o Émile Durkheim, já no final do século passado, ele escrevendo a evolução pedagógica da Europa, ele tem um capítulo sobre o ambiente escolar. Esse ambiente escolar que eu acho que isso deve ser tratado rigorosamente, pelo projeto pedagógico da escola [soa a campanha]. Uma criança, ao colocar o seu pé dentro da escola, ela não pode ser objeto de nenhuma... Nem... A escola passa a ser responsável pelo que acontecer com essa criança.

Então, é fundamental no projeto pedagógico da escola. Ou seja, essa questão ser tratada, a partir de uma indicação do Conselho Nacional de Educação, desdobrada em indicações posteriores, dos conselhos estaduais e dos conselhos municipais de educação, de como a escola deve enfrentar essas violências, de como isso deva ser tratado pedagogicamente e de como essas escolas, elas devem fazer para colocar uma meta, que é fundamental em nossa educação: a erradicação das violências em todas as escolas. Essa deve ser uma meta radical, que nenhum diretor, nenhum sistema, estadual ou municipal deve abrir mão.

Isso tem uma outra implicação nessa indicação, uma atuação junto às agências formadoras de professores, porque essas violências também acontecem em relação aos professores. Há muitos professores que hoje desrespeitam, que agredem, que fazem esses diferentes tipos de agressões, de gozações, de ironias em relação aos alunos que utilizam de seus direitos, de seus livres direitos.

Então, é importante também que, nos programas de formação, de formação de professores, nos cursos de licenciatura, esse assunto, ele possa ser também contemplado, para nós formarmos um professor, um professor que seja também um educador, é fundamen-

tal, um professor que seja referência, cada vez mais referência, que ele seja exemplo.

Certamente que, para nós formarmos esse professor, nós precisamos melhorar a carreira desse professor, e a existência, hoje, de um piso salarial, e de um novo plano de educação nacional que vai ser enviado ao Congresso Nacional, certamente esse assunto está contemplado.

Então, nós temos que mexer na formação, no sentido de formar esse professor, esse educador, que tem uma relação com os alunos, que tem aquilo que o Paulo Freire tanto defendia em suas obras, ou seja, que Paulo Freire colocava como a primeira condição para ser educador, para ser professor em qualquer escola: é gostar dos seus alunos. Isso é fundamental.

Então, eu gostaria, então, de encerrar dizendo, fazendo essa sugestão, duas sugestões, ou três: precisamos... O que nós pensamos que seja educação? Que muita gente fala em educação e de forma distorcida, fala em treinamento, fala em treinamento para competitividade, e isso não é educação.

Em segundo lugar, rever os procedimentos de avaliação, porque avaliação, ela sempre deve ser feita para melhorar a aprendizagem e melhorar a vida das pessoas, indicar novos caminhos; não pode ser uma avaliação competitiva.

Em terceiro lugar, de uma forma já de um encaminhamento mais direto, uma indicação, que pode partir tanto do Conselho Nacional de Educação como pode partir também do Ministério da Educação, uma indicação orientando os sistemas estaduais e municipais de educação, e estes as suas escolas, que estão sob as suas dependências, de gestão administrativa, orientando as suas escolas de como pode esse assunto ser contemplado no projeto pedagógico da escola, envolvendo todos os professores e envolvendo a comunidade escolar, visando aquela meta, erradicar toda e qualquer violência na escola, toda e qualquer forma de discriminação.

Muito obrigado.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Nós é que agradecemos imensamente ao Professor Célio da Cunha pela sua contribuição esplêndida, aqui, nesta Audiência Pública.

O Jean tem um recadinho para passar.

SR. JEAN WYLLYS: Olha, vocês... Tem umas publicações que já podem ser distribuídas no Congresso ou no Plenário. Toni, é você que está responsável? Pode ser, senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pode ser. Pode ser. A Mesa, então, a Secretaria da Mesa irá fazer a distribuição do material que

trouxe até essa Comissão o Jean Wyllys, "Adoção, um direito de todos e todas".

Passamos a palavra, então, para o Sr. Carlos Augusto Laudari, que é diretor da Associação Pathfinder do Brasil.

SR. CARLOS AUGUSTO LAUDARI: Muito obrigado, senadora. Bom dia a todos e todas, é um prazer estar aqui com vocês novamente.

Eu já estive nessa Casa há mais ou menos um ano atrás, fazendo basicamente a mesma apresentação, e hoje vai ser um pouco mais complicado, porque eu, em dez minutos, vou ter que falar o que ontem, na Câmara, foi falado em trinta. Então, eu vou estar representando a mim e a duas outras colegas que participaram da implementação do Projeto Escola Sem Homofobia.

Então, eu gostaria de solicitar, com a anuência da Diretora da Mesa, que me concedesse uns minutinhos a mais, porque, além da fala, eu gostaria de mostrar um vídeo muito curtinho que faz parte do material que foi produzido.

Muito bem, eu sou Diretor da Pathfinder do Brasil, uma organização que trabalha basicamente com saúde reprodutiva e sexual e HIV/AIDS, direitos humanos. E através do nosso envolvimento com o movimento social HIV/AIDS e principalmente ABGLT e a ANTRA no passado, nos foi dada a incumbência muito prazerosa e gratificante de coordenar a implementação junto com a ABGLT.

A REPROLATINA, a ECOS e a Gay International(F), junto com a SECAD, em parceria técnica com a SECAD, o Projeto Escola sem Homofobia, que acabou agora, em setembro.

O Projeto Escola sem Homofobia - pode passar o próximo, o próximo, por favor, *slide* - é resultado de um apoio financeiro de uma emenda parlamentar saída da Comissão de Legislação Participativa, no valor de 1 milhão e 900 mil e - próximo, por favor - tinha como principais elementos... Não vou me ater muito ao *slide*. Então vocês não precisam nem olhar lá. Ele tinha, basicamente, como produtos, três grandes produtos. Um era: início de uma conscientização do problema da homofobia. E quando eu digo homofobia, quero deixar bem claro, estou dizendo de homofobia, transfobia e lesbofobia, só que é muito grande o termo, eu vou traduzir por homofobia, mas estamos aqui contemplando as fobias em relação a toda população LGBT.

Então, primeiro momento do projeto era a realização de encontros regionais, que aconteceram em cinco cidades do Brasil, em todas as regiões, onde o movimento LGBT foi colocado frente a frente com a educação e houve uma discussão bastante aprofun-

dada do problema da homofobia no ambiente escolar brasileiro.

Esses encontros regionais foram muito interessantes, porque aí nós pedimos para que tanto as pessoas, os representantes LGBT, como o pessoal da educação que estava presente, nos relatassem exemplos de situações de *bullying* homofóbico, situações de homofobia nas escolas.

O que nós ouvimos foi aterrador, foi aterrador porque, realmente, vocês que não têm parentes, amigos, filhos, vizinhos, que sofram do *bullying* homofóbico, vocês não têm a ideia do que é o *bullying* homofóbico nas escolas públicas brasileiras.

Nós ouvimos histórias de degradação moral de crianças de sete, oito anos, pelos simples fato de que eles falam fininho e afeminado. Nós tivemos caso de professoras que chegam para o aluno de sete anos e dizem: "Você é gay, você não tem futuro como diretor, você vai ser ou bailarino ou maquiador". Uma criança de sete anos, a professora já tacha ele de acabado, certo, porque ela está dando um prognóstico para essa pessoa. Então, a gente tem exemplos de que isso acontece todos os dias na escola brasileira. E como o Beto falou aqui, sem punição, porque é brincadeira. Eu duvido que haja... Eu duvido que haja, hoje, na escola brasileira, um professor que não reprima um *bullying* racial. Eu duvido. Mas eu duvido que exista hoje, na escola brasileira, um professor que reprima um *bullying* homofóbico, porque é normal, "Ah, é criança".

Realmente é uma situação... E eu gostaria, Senadora Fátima Cleide, com todo respeito a sua presença aqui, eu vou fazer um parêntese aqui, existe um reclame na televisão americana de um hambúrguer, que uma velhinha abria assim para ver o tamanho do hambúrguer entre o pão, e falava: "*Where is the beef?*", "Cadê a carne?". Cadê os senadores? "*Where is the beef?*", "*Where is the beef?*". Onde estão os senadores? Ontem a Câmara estava lotada de deputados, e aqui, só a senhora, Dra. Fátima Cleide, é uma pena.

Voltando ao que eu queria falar... Muito bem. Esses encontros regionais, em um primeiro momento. Em um segundo momento, foi uma grande pesquisa... Eu não vou entrar em detalhes, infelizmente, porque não tenho tempo, estou na metade do meu tempo, uma pesquisa que foi feita, uma pesquisa qualitativa, em 11 capitais do país, em cada uma das capitais quatro escolas foram identificadas e foi feito uma análise bastante aprofundada do ambiente escolar como um todo e o que pensam os gestores, tanto das secretarias municipais e estaduais, como professores, alunos, merendeiras, todo mundo, a identificação de como é a homofobia no ambiente escolar. O resultado é exatamente o que todo mundo espera ouvir: é muito ruim.

Com diferenças regionais, eu não sou o coordenador da pesquisa, mas me parece, por exemplo, que Manaus é uma cidade que as escolas identificadas têm um nível de homofobia muito alto, comparado com algumas cidades no Sul do país, Rio de Janeiro, que parece que a situação está um pouquinho melhor, mas a homofobia perpassou em todas as escolas, em graus variados, mas presente. É um desconhecimento das políticas públicas, um desrespeito às orientações que chegam das secretarias municipais, estaduais e do próprio Ministério da Saúde, uma falta de preparo dos professores, uma culpabilização na família, "Ah eu não vou falar disso, porque, depois, a família vem me encher o saco aqui", certo, sem ter nenhuma base sólida, mas usando um subterfúgio para que o problema não seja trabalhado. E, obviamente, todo um moralismo religioso, também falso, que no fim acaba com situações que eu repito - sempre uma que eu gosto de repetir, que é um horror -, de um menininho de oito anos, no Espírito Santo, só porque era afeminado foi jogado na lata do lixo pelos colegas.

Então, a gente precisa se pôr na mente dessa criança, que, de um momento para outro, é jogada na lata do lixo, sem saber por quê. Não roubou, não depredou, não agrediu, não xingou, nada. Ele chegou na escola, falou molinho, lixo, "Você não presta". É um horror.

Então, eu não sou uma pessoa do movimento LGBT, mas sou parceiro do movimento, e realmente apoio muito a proposição do meu colega Beto Jesus, de que o ministro, ou até a própria Presidente eleita, Dilma Rousseff, se pronuncie. É um horror, é um horror. Se ela acha que isso é um horror, ela tem que falar. O que é horroroso tem que ser falado, e isso é horroroso.

O seu filho, eu, o Toni, o Beto, todo mundo, Jovana, é um horror. Você não sofreu, porque você é bonita, branca. Eu sofri, é um horror, ir para escola é uma... É um horror.

Muito bem. O material. O projeto fez um material também, muito legal, certo? O que é o material? Um kit. Existe um caderno com toda a parte técnica, de gênero, tudo isso, um material para os alunos, que, por acaso, ontem ganhou um prêmio, um material bem legal, um palavreado simples, tal, e vários vídeos.

O que a gente pretende agora, depois que esse material foi aprovado, está sendo aprovado pelo MEC, é, com o compromisso da própria SECAD, que foi um grande parceiro... Quero deixar aqui bem claro, novamente, falei isso ontem na... Eu adoro trabalhar com gente que, intelectualmente, me estimula, e a SECAD, intelectualmente, me estimulou muito. É um prazer, a gente teve momentos de desacordo, porque eu con-

fesso que o material é o reflexo do que foi o acordo que chegou-se, e um acordo excelente, o material é muito bom.

E, então, o que nós pretendemos agora é que esse material seja replicado pelo MEC e seja distribuído para, inicialmente, seis mil escolas no país. Um problema que se coloca, Senadora Fátima Cleide, é como que nós vamos fazer a replicação da capacitação, da utilização desse material. Não é uma coisa difícil, mas a gente sentiu na pesquisa... A pesquisa mostrou o despreparo dos professores em trabalhar, e somente esse material chegar na escola não significa que ele vai ser bem utilizado. A gente quer... A gente e a SECAD, principalmente, tem o maior interesse que esse material seja utilizado da melhor maneira possível.

Só para terminar, eu vou mostrar para vocês... Ontem nós mostramos, na Câmara dos Deputados, um pequeno vídeo que abordava a situação das travestis e transexuais. Hoje, um pouquinho diferente, só para mudar um pouco, nós vamos mostrar... Não começa ainda, por favor... Esses três torpedos são vídeos pequeninhos, são três minutos cada um, que a ideia é de que eles sejam mostrados em sala de aula, para iniciar uma discussão do professor com os alunos.

Esse aqui, torpedo, é muito interessante. Vamos ver. Por favor. Tem som também, viu? Então vamos... Acho que você tem que clicar duas vezes. Isso.

[exibição de vídeo]

[música].

VAN: Oi, Aninha, onde você está?

ANINHA: Van, aconteceu uma coisa horrível.

Alguém tirou umas fotos da gente na festa e colocou na internet.

VAN: Não acredito.

ANINHA: E ainda por cima colaram uma foto na parede do corredor. Tá todo mundo vendo. Tô morrendo de vergonha, vim correndo pro banheiro.

[música].

[risos].

VAN: Mas quem fez isso?

ANINHA: Não importa!

VAN: A gente tava tão feliz aquele dia. Foi tão legal. Eu sei que eu gosto de você.

ANINHA: Eu também gosto muito de você. O que é que a gente faz agora?

VAN: Não sei. Vamos enfrentar essa barra juntas?

ANINHA: Vamos!

[sinal].

[música].

VAN: Quer namorar comigo?

ANINHA: Acho que a gente já está namorando.

[música].

[palmas].

SR. CARLOS AUGUSTO LAUDARI: Só para terminar, veja só, eu participei, assim, da elaboração do roteiro desse filme, como de outros do material. Eu me emociono toda vez que eu vejo esse filme, porque é muito legal, não é? E o que a gente quer é que, quando isso mostre na escola, haja essa reação, está vendo? É superlegal. Esse filme era para ter um beijinho, não teve.

É engraçado, é engraçado. Esse filme foi apresentado em um encontro de... de brincadeira, de brincadeira, só pra ver, em um encontro do MST. E quando acabou, todo mundo falou assim: "Mas por que elas não se beijaram?". O MST perguntou, está vendo? "É que o MEC não deixou", a gente respondeu. [risos]

Então era isso. Só para terminar, eu estou realmente superfeliz com o material. Como eu falei ontem para o Rodrigo, que ficou representando o Professor André Lázaro, lá no encontro, passo a bola agora, o gol é com vocês. O material está aí, vamos fazer com que as secretarias implementem esse material, e realmente contribuam, não vão acabar, mas contribuam para o término dessa tragédia, que é homofobia nas escolas.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Carlos Augusto.

Eu queria aqui, acatando a provocação do Carlos, dizer que nós liberamos, inclusive, a bancada dos senadores para que as pessoas pudessem se assentar, por conta da ausência dos senadores.

O que não é... O André está acostumado a vir aqui, no Senado, em outras audiências, na Comissão de Educação, e outras audiências também, nós temos, no máximo, dois ou três senadores, quando temos.

É comum. Importante aqui... A gente até sabe os nomes, na Comissão de Direitos Humanos... Todas as comissões é do funcionamento da Casa, até porque aqui somos apenas 81 e com muitas tarefas também, o que não... o que não desobriga os nossos senadores de aparecerem por aqui.

Quero dizer que, nessa luta contra a homofobia no Senado Federal e, particularmente, na Comissão de Educação, nós temos algumas parceiras, principalmente mulheres, eu me orgulho muito disso, como a Senadora Ideli Salvatti, a Senadora Serys Slhessarenko, a Senadora Patrícia Saboya, o Senador José Nery, o Senador Cristovam, o Senador Paim, e a gente tem, se a gente for nominar, temos parceiros, Inácio Arruda, Renato Casagrande, pessoas que sempre que a gente precisa eles nos socorrem também.

Mas, por isso, nós liberamos aqui a bancada [palmas] e quero dizer que alguns já justificaram suas

ausências e vão passar aqui assim que for possível, certo?

Passo a palavra, então, para a Luma Nogueira, que é Presidente da Associação Russana da Diversidade Humana, para sua exposição.

SRA. LUMA NOGUEIRA: Oi. Deixa eu só... Então, bom dia a todos e a todas. Mais uma vez é um prazer estar aqui com todos. Queria cumprimentar a Mesa, cumprimentar a todos que estão aqui presentes, e quem está do outro lado assistindo e atento às nossas palavras e aprendendo conosco. Porque aprende não só na escola, se aprende na convivência, se aprende na leitura, se aprende com o diálogo.

E eu queria trazer para vocês... Daria para passar, passar um pouquinho?

Então, o tema *bullying* na escola. *Bullying*, nós precisamos entender que isso não é algo novo, como foi falado aqui anteriormente. Primeiro entender que esse *bullying* é preconceito. Nós temos que entender *a priori* isso, para entender que não é algo novo. Pode ser algo que pode fazer algumas pessoas compreenderem que é algo da contemporaneidade; no entanto, é algo que vem desde os primórdios. É o cuidado que nós devemos ter. Então, tratando essa questão como uma questão de preconceito, nós não podemos entender que se trabalha a questão do preconceito pensando em segmentos fragmentados de homem, de humano.

Então, a humanidade, ela sofre o preconceito por ser diferente. Estabeleceu-se um padrão hegemônico de homem, homem branco, de olho azul, historicamente, principalmente na cultura ocidental, e então essa cultura vem massificando e destruindo aquilo que se torna diferente.

E aí existe uma guerra entre homens, para ver aqueles que têm o poder, aqueles que são melhores do que os outros. Então, nós temos que entender a questão do *bullying* como algo desse tipo, a questão de diferença. E aí nós não podemos tentar trabalhar isso de uma forma fragmentada, como uma questão, o negro, o deficiente físico. Nós todos temos que unir forças, os negros, os deficientes físicos, todos aqueles que foram vítimas da sociedade historicamente têm que se reunir e lutar todos por seu direito a viver a sua liberdade, a sua cidadania.

E aí nós percebemos, na figura, várias imagens que nos trazem a questão do *bullying*, que não é só uma questão de algo físico, mas também algo que vai envolver a questão psicológica, violência psicológica, a violência especificamente mental e física. Pode passar. Pode passar. Se puder ser mais rápido.

Então, assim. E fruto disso... Eu trabalho com um doutorado, faço Doutorado em Educação, pela Universi-

dade Federal do Ceará, e minha pesquisa, exatamente com o diferente na escola, especificamente a travesti, a travesti na microfísica do poder da escola, um pouco do retrato do que pensa o Foucault, Deleuze, Guattari, grandes filósofos da nossa... Que pensam essas questões das diversidades.

E, aí em meio a minha pesquisa, eu tentei identificar no Ceará as travestis nas escolas. A gente sabe que, por exemplo, a travesti é a pessoa que traz o signo da diferença em seu corpo. Então, ao ver uma travesti, ela é motivo, na nossa sociedade, na nossa cultura, de ser desprezada, de ser humilhada, de ser segregada, de ser marginalizada. E aí a gente conseguiu identificar alguns pontos de todo o estado.

E queria agradecer também a participação da Secretária de Educação do Estado do Ceará, que deu a oportunidade que a pesquisa de fato ocorresse. Pode passar. Isso, pronto.

Nós temos os gráficos, os dados, foi feito por região, da Secretaria de Educação do Estado do Ceará, as coordenadorias regionais do desenvolvimento da educação, onde nós percebemos que o Estado do Ceará, ele apresenta 184 municípios e que apenas 25 contam com travestis matriculados. Então 25 cidades do Estado do Ceará contêm travestis matriculados.

Outro dado que foi verificado mais a miúdo foi a questão das escolas. Existem 691 escolas no Estado do Ceará, públicas, da rede estadual, onde a pesquisa vai se concentrar. E das 691, apenas 40 têm travestis matriculados. Pode passar um pouquinho.

Outro dado mais ainda amiúde: números de alunos matriculados no Estado do Ceará, no Ensino Médio: 530.573. Desse número todinho, apenas 95 travestis foram encontrados nas escolas.

Isso significa que, nos outros municípios, nas outras escolas, não vão existir travestis? Ou melhor, não existe travesti naqueles municípios? Não, existem travestis, porém eles não estão conseguindo ter acesso à escola, e a pesquisa, ela vai dar conta, exatamente, dos motivos que levam a travesti a não frequentar a escola, não estar presente na escola e por que, logo no início, ela deixa para buscar outras ações, que não é do campo educacional. Pode passar.

Alguns elementos que podem influenciar a negação dos diferentes na escola. Então, a minha pesquisa, ela vai ver mais ou menos isso. A questão do currículo escolar, porque o currículo da escola vai dizer que tipo de cidadão deseja se formar. Então, o que o Brasil deseja formar, que tipo de cidadão o Brasil deseja formar? Quem vai apontar isso é exatamente o currículo da escola. A gente percebe que esse currículo está muito em uma política fragmentada de conteúdos que não dá conta das questões humanas, e sim de algo bem

cognitivo, que trata da questão de Língua Portuguesa, Matemática, algo que foge, mesmo, da condição humana, tão proposta por Edgar Morin, que é um dos sete saberes para educação do futuro.

Então, esse currículo, ele vem tratando, deixando de lado as questões humanas e aí nós temos posturas de jovens que estão na escola, que vêm danificar, que vêm desrespeitar o direito à cidadania também de travestis, de homossexuais, de lésbicas e da diversidade como um todo.

Os livros didáticos. Os livros didáticos, eles vão ser um retrato do currículo. Se tem uma proposta curricular, as gráficas, elas vão tratar exatamente de fazer esse livro conforme a proposta. E essa questão do currículo, a proposta de currículo, ela não está contemplando as questões das diferenças e o respeito às diferenças, logicamente, os livros não vão seguir essa ideia, vão seguir as ideias propostas hegemônicas, que é, no caso, a questão das disciplinas básicas da educação.

E poderia até colocar: mas não existem os temas transversais? Quem é professor sabe muito bem do que eu estou falando, porque eu também sou professora, só que agora eu sou assessora técnica. O professor mal tem tempo para dar conta do que está proposto nos livros, do currículo, como é que vai dar conta de um tema transversal?

Então nós temos que ter consciência disso: há necessidade de se fazer uma idealização, um estudo, para que se identifique o que pode ser visto em determinados anos, então, de forma que seja satisfatório. Então, são 200 dias letivos. O que é possível ser visto? E aí, sim, agregar as outras condições. Se for como temas transversais, que entre, mas que entre questões em relação à diversidade humana.

Documentos de gestão escolar. Então, os documentos de gestão escolar são, *a priori*, as normas da escola; é ela que vai determinar o que é possível, o que é verdade, o que não é, dentro da escola, o que se pensa de verdade, o que se pensa de correto.

Então, a gente percebe que, nesse documento de gestão, encontra-se o regimento escolar. Então, regimento escolar que é uma proposta estabelecida por uma construção pela comunidade escolar. E aí a gente percebe que, se a comunidade escolar, ela está entranhada com a cultura ocidental, que é machista, que é preconceituosa, lá no regimento escolar, você não vai ter estratégias de fuga para agregar a questão das diferenças, salvaguarda algumas diferenças que estão presentes na escola, pela massificação de uma história, de um pensamento democrático, onde a maioria decide e a minoria, ela é ficada a parte, nós somos mais uma vez triturados por essas questões de uma democracia forjada pela maioria, onde a minoria

não tem chance de falar e de promover suas diferenças também no campo da educação.

E aí, nesse regimento, acontece o quê? A proibição da entrada das maquiagens, as meninas não podem usar maquiagem [soa a campainha], não pode utilizar aspecto que identifique o seu gênero específico. A questão do PPP, o Projeto Político Pedagógico, que também é uma proposta a ser construída pela comunidade escolar, mas traz também um pouco do resquício da nossa cultura machista, e aí exclui a questão do diferente. O PDE, que é uma proposta de desenvolvimento da escola, e que às vezes o financiamento não é tratado para questões da humanização do homem, e, sim, para aprender conhecimento específicos, que não dão conta das condições humanas. Relações interpessoais. Então, as relações interpessoais da escola estão muito afetadas exatamente por conta desses instrumentos dos documentos de gestão que não estão trabalhando pela diversidade humana. Escola como extensões da religião. Percebi também, no meu trabalho, já que eu sou assessora técnica da 10ª CREDE, nos 13 municípios, 26 escolas que eu trabalho, percebi muitos diretores tentando fazer da escola uma extensão da sua religião. Então, isso não é correto, você querer fazer com que a escola seja uma extensão de religião e pense todo mundo igual, bonitinho, em uma forma padronizada de exclusão e ódio contra as diferenças. Histórias de vida, as histórias de vida de família, da comunidade. Então, ela vai retratar um pouco a questão da hegemonia, da cultura ocidental do machismo. Então, isso daí também é fonte de manter a questão da homofobia, do ódio e do *bullying* nas escolas. Então acaba alguém cometendo uma violência e ele não percebe que o que ele fez é uma violência contra os direitos humanos, porque, na percepção dele, aquilo não é violência contra humano, e ele está tentando é ajudar o humano a se corrigir. Então, há necessidade que haja uma clareza, uma tomada de consciência, para que os educadores, eles percebam, sim, que essa tomada de consciência vai fazer com que eles vejam que aquela violência promovida é uma violência, sim, é um atentado contra os direitos humanos. Dá para passar bem rápido, um pouquinho.

Mecanismo de intervenção. O que poderia ser feito para intervir? Exatamente a formação de gestores e professores, formação inicial e a formação contínua, uma formação que parta de escola, e não, por exemplo, uma proposta elaborada pelo MEC ou pela Secretaria de Educação dos Estados e seja lançado para fazer em forma de padrão. Não existem escolas iguais. Então, não tem como se estabelecer uma forma para que todos se encaixem nessa forma. Então, nós temos que o quê? Trabalhar as diferenças, primeiro

entender aquele campo, para depois ver que forma pode ser colocada essas formações, alinhando ao que existe na realidade e incorporando o novo. Nós não podemos trabalhar como se a escola não tivesse uma rotina, não tivesse uma história, aí não vamos poder atacar nos pontos principais.

E aí a questão das universidades, que é importante, a questão da formação dos professores, não só dos professores, mas de todas as profissões, de ser atacada a questão da discriminação e do preconceito para que isso não promova nos seus ambientes de trabalho. Pode passar, por favor. Passa.

A universidade, ela é um campo muito importante, eu queria enfatizar, por conta da questão da postura ética. Nós temos... Existe uma certa... uma união para que os professores, a comunidade universitária permaneça com esse conceito ocidental muito forte da questão da discriminação, por conta, porque, às vezes, proíbe a questão das... Inibe a presença das diferenças nos espaços de docência, porque é a universidade que faz a seleção dos professores, é ela que sabe com quem ela está trabalhando e, às vezes, a diferença, quando vai para uma banca para ser avaliada, como aconteceu comigo, é desclassificado pelo simples fato de ser travesti, porque tem alguém, por exemplo, que tem uma postura evangélica, que tem outras posturas machistas, que não aceitam a questão do docente ser diferente. E aí coloca a questão do conservadorismo dentro da universidade. Pode passar, por favor.

E queria deixar uma mensagem, já que a discussão, ela é bem rápida, que é preciso amar as pessoas como se não houvesse amanhã. Se a gente conseguir fazer com que as escolas entendam isso, que os professores entendam e que todos os religiosos e fundamentalistas consigam perceber que o Deus é o Deus do amor e não o Deus do ódio, e que todos que fazem parte do Senado, que estão nos postos de poder, percebam que nós não precisamos de direitos iguais, nós não queremos direitos iguais, porque direitos iguais é tornar nós iguais; nós precisamos é de uma equidade de direitos. E aí essa equidade de direito vai fazer que a lei, ela traga, ela seja diferente na medida das diferenças. Eu não posso querer que um deficiente tenha o mesmo direito que outro que não tenha deficiência. A deficiência, ela faz com que ele tenha que ter direitos diferentes dos outros, assim como acontece com o negro, assim como acontece com a mulher e assim como acontece com homossexuais.

Então, nós temos que lutar por uma equidade de direitos, onde a diferença, a diferença seja proporcionada no direito, na medida da diferença de cada um, está ok? Mantendo assim uma certa equidade, que é o que nós devemos buscar.

Um bom-dia a todos e obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada Luma, pela contribuição que dá à discussão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Quero registrar aqui algumas presenças. Não registrarei todas agora, porque são muitas: do Dr. Luiz Mott, da Universidade Federal da Bahia [palmas]; da minha companheira, que é grande parceira nessa discussão, do PLC 122, aqui, no Senado Federal, Tizuka [palmas], cineasta com quem nós sempre podemos contar; do Menderson Rezende, que é Diretor de Políticas Educacionais do SINDIUPES; do Igo Martini, que é Coordenador de Promoções dos Direitos da LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; de David Ian, Diretor Administrativo do Grupo Dignidade; Jean Carlos Nunes de Jesus, professor da rede estadual do Espírito Santo; Tainá Falcão, da Rede Record.

Quero passar à palavra, imediatamente, para o Professor André Luiz de Figueiredo Lázaro, que é Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: Boa tarde, bom dia ainda, agradecer a oportunidade que a Senadora Fátima nos oferece de nos convidar para essa Audiência. Manifestar minha admiração e respeito pelo trabalho que a senadora realizou no seu mandato e fazer votos de que ela possa continuar conosco nessa luta, porque há muito que ser feito.

Queria saudar os presentes, Angélica, meus sentimentos pelas dificuldades, Tizuka, por seu grande trabalho, muitos colegas aqui presentes.

E fazer um breve comentário. Ontem nós tivemos uma audiência na Câmara dos Deputados e essa audiência tinha uma dimensão muito vibrante de conquista. E, hoje, eu sinto que nós temos uma audiência em um tom mais grave, porque, se, ontem, a gente comemorava conquistas, avanços, premiava práticas, premiava iniciativas, hoje parece que a gente está olhando mais a dor e o problema que faz com que aquelas iniciativas de ontem sejam justificadas e necessárias.

Então, eu quero me solidarizar com esse sentimento, porque também é um sentimento que nos alcança como educadores. Eu não gostaria que esse sentimento de tristeza que atravessa um pouco nossa Audiência de hoje, e uma tristeza motivada, não é uma tristeza abstrata, é uma tristeza motivada, muitos fatos recentes de violência brutal, violência completamente injustificada, eu não queria deixar que esse sentimento nos levasse a ter uma visão pessimista do papel da

educação no Brasil e do papel da escola pública no Brasil. Eu, ontem, comentava, nós somos 1,9 milhão de professores na educação básica brasileira, nós somos... São 46 milhões de alunos em escolas públicas brasileiras, são 160 mil escolas públicas no país. Esse é o nosso universo, esse é o nosso desafio.

Nós temos feito muita coisa, mas tudo que se faz vira nada diante de um único ato de violência. Nós capacitamos, sei lá, 40 mil professores, mas não chegamos a todos. Então, um que tenha um comportamento colhido na pesquisa do Laudari, que eu agradeço muito pelo trabalho feito, eu espero que a gente possa, que o MEC possa prosseguir na parceria, e dar sequência a esse trabalho.

Então, cada frase colhida ali mostra o nosso fracasso. Um fracasso nem aí da política pública, do Ministério, o fracasso do nosso projeto de humanidade, do nosso... Daquilo que nos motiva acordar de manhã e dizer: "Vou trabalhar porque eu posso mudar um pouco o mundo". Dá para mudar um pouco hoje. Essa motivação diária, ele deve encontrar nessa dor aqui mais uma razão de prosseguir, mas não é fácil, não é fácil, porque são muitas as dificuldades.

E eu acho que a Luma coloca um problema bastante importante e que eu acho que a gente não amadureceu suficiente ainda. Eu trabalho em uma área em que a gente tem uma política para debater e enfrentar a questão do racismo no Brasil. E quero comentar hoje o que comentei ontem, quando o Conselho Nacional de Educação recebe uma denúncia de que Monteiro Lobato é racista e se pronuncia, a gritaria na mídia como se a gente quisesse censurar o Monteiro Lobato foi assustadora e praticamente ninguém falou do racismo.

O Monteiro não era racista, era mais grave, ele era eugenista. Ele tinha um projeto de melhorar o país mudando a raça. Isso é mais complicado que o racismo, porque o racismo você pode denunciá-lo como um crime e mandar que cumpra-se a lei. O eugenista supunha ter uma base científica para branquear o Brasil, e Monteiro Lobato era um desses. Pode ter feito isso com a melhor das suas convicções. Ele escreveu Jeca Tatu, que tornou o homem do campo brasileiro um estereótipo do que há de pior na espécie humana: uma pessoa desinteressada, adoentada, sem iniciativa, ele criou esse personagem e também criou coisas maravilhosas.

Eu dizia ontem, como procurei dizer numa reunião do Conselho, que, se a gente quer mudar o país, a gente tem que ser capaz de olhar para a tradição da gente e perguntar: "Essa é a melhor tradição para a gente seguir, ou essa é a melhor tradição para criticar e aproveitar o que ela tem de bom, mas recusar

o racismo?". Então, a gente trabalha com o tema do racismo, trabalha com o tema do enfrentamento da homofobia, trabalha com os temas de gênero.

Fizemos uma longa pesquisa sobre... Longa e profunda pesquisa sobre preconceito, discriminação e *bullying* nas escolas e os dados confirmam aqui e justificam a indignação do Beto, a força com que o Laudari nos fala. Isso é tudo justificadíssimo, é absolutamente justificado. O que eu acho que a gente não conseguiu ainda responder é - e a sua intervenção vem nessa direção - como a gente pode montar estratégias de combate nesse conjunto. Eu gostei muito de ouvir do Professor Célio da Cunha, retomar o conceito de ambiente escolar. Porque a gente tem trabalhado com esse conceito no MEC. Eu acho que a gente deveria ter mais clareza, e não temos ainda, de como é que a gente enfrenta esse ambiente, que é a combinação de espaço físico, é uma combinação de atitude psicológica, é uma combinação de condições de acolhimento, é uma capacidade de ver as diferenças e apoiá-las para que elas não gerem resultados injustos. Mas nós estamos começando.

A alegria que eu tenho... Eu me atrasei, peço desculpas, senadora, porque eu estava abrindo agora o --

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): [pronunciamento fora do microfone]

SR. ANDRÉ LUIZ DE FIGUEIREDO LÁZARO: [risos] O Encontro Internacional de Educação Integral. O Brasil está trabalhando hoje com 10 mil escolas em educação integral, em jornada ampliada, e não são escolas vitrine, não são escolas bonitinhas para a gente depois chamar os outros à fotografia, dizer: "Olha só". Não, a gente está trabalhando com as escolas de pior IDEB do Brasil, as escolas que têm o pior resultado do Brasil, elas que a gente elegeu e, numa observação importante que você nos faz, a gente não impôs essa escola nem adesão ao programa e nem conteúdo do programa. A gente as escolheu, acertou com a Secretaria de Educação, para que as escolas aceitassem participar, e elas montam o seu menu de atividades e lá dentro tem uma grande questão de direitos humanos, tem vários assuntos, mas eu acho que o Beto tem razão de que a gente tem que conseguir sair de um conceito, a meu ver, fundador dos direitos humanos, que sustenta conceitual e politicamente nossa ação, para lidar com aquilo que o Ricardo Henriques, que criou a SECAD, sempre chamou a atenção, com as diferentes diferenças. Se a gente não for capaz de lidar com as diferentes diferenças, a gente não vai ser capaz de enfrentar esse problema todo de um ambiente escolar não democrático.

Então, eu creio que aqui não cabe ficar falando em números, creio não cabe aqui, cabe solidarizar-se com esse sentimento que a gente percebe, e dizer que esse sentimento deve sofrer uma fotossíntese profunda em nós e ser motivador da ação, motivador do debate, motivador do trabalho. É com essa emoção que eu saio daqui.

Eu queria concluir com uma observação que eu acho que é oportuna, porque a gente, às vezes, fala da civilização ocidental, mas apagamos uma coisa fundamental nela. Um dos diálogos fundadores da civilização ocidental são os diálogos, de Platão. E Platão tem um diálogo inteiramente sobre o amor, e sobre o amor homossexual. Esse é o diálogo do Platão, O Banquete, que é fundador, de alguma maneira, da civilização ocidental. E lá, o grande debate é esse: o valor do amor homossexual, o valor de amor heterossexual, para que muitos concluam que o valor do amor homossexual é maior naquele debate, porque ele não tem interesse, ele não quer criar filhos, não quer criar família; ele quer, na verdade, gozar da potencialidade do amor humano. E é muito interessante, que esse diálogo desapareceu, desapareceu completamente da nossa tradição. E um historiador francês, Paul Veyne, muito interessante, que discute a situação grega, ele faz um comentário muito oportuno, que diz mais ou menos o seguinte: “O que deve nos espantar não é esse elogio do amor homossexual no mundo grego; o que tem que nos espantar é a ojeriza moderna ao homossexualismo”. É isso que é objeto de espanto nosso, isso que deveria nos repugnar, essa incapacidade de perceber essa dinâmica, que foi fundamental para a organização da sociedade grega, que nós sempre reivindicamos como a sociedade fundadora dos nossos valores.

Então, acho que valia a gente, de fato, querer ser ocidental radicalmente [soa a campainha], voltar aos gregos e encontrar neles essa celebração das muitas formas de amor. Eu espero que a escola ajude a isso. Tradição boa nós temos; é preciso que ela volte e irrigue a escola.

E eu queria fechar dizendo que estamos em final de mandato, mas é meu compromisso de encaminhar à próxima equipe a recomendação da gente prosseguir essa parceria, que acho que tão importantes resultados deu. Inclusive, Tizuka, você vai gostar de ver o filme que eles fizeram, é de uma beleza singular.

Muito obrigado a vocês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, André.

Eu quero, aqui, dizer que nós, no Senado Federal, embora poucos, conseguimos fazer alguma coisa. Ontem nós aprovamos, na Comissão de Direitos Hu-

manos, Beto, Carlos, Jean, Luma, André, aprovamos uma emenda de comissão no valor de 302 milhões e 800 mil reais para o Programa Brasil sem Homofobia, aqui no Senado Federal.

[palmas]

Uma emenda, emenda essa que foi subscrita por mim e pela Senadora Serys e aprovada na Comissão de Direitos Humanos.

Quero aqui registrar a presença de Indiana Siqueira, Presidente do Grupo Filadélfia e Rede Transudeste(F); Julio Moreira, Presidente do Grupo Arco-Íris do Rio de Janeiro; Yone... Eu nunca consigo... Lindgren, vice-Presidente lésbica da ABGLT; Marcos Maciel, Professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal; Flavio Brebis, Professor da Secretaria de Educação do DF; Cleverson Domingos, membro da Diretoria do Instituto Ser Diferente é Legal; Liane, produtora cultural, minha amiga; Raul Nilo de Freitas, Técnico da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas; Maria Alcina Freitas, Técnica da Secretaria de Educação de Alagoas; Nelson Almeida Filho, Coordenador Municipal de Vitória, do SINDIUPES; Anísio(F) da Silva, Membro da Coordenadoria-Geral de Promoção aos Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Jorge Antônio, Professor da Escola Estadual de Vitória; André dos Santos, Assessor Técnico de Projetos do Conselho Federal de Psicologia; Cristovam Mendonça, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Espírito Santo; Marco José Duarte, Diretor da Faculdade de Serviço Social da UERJ; Marco Trajano, Presidente da Associação Brasileira de Gays - ABRAGAY; Luiz(F) Gomes Filho, Psicólogo do Éden - Instituto ao Desenvolvimento Humano; Vanessa Leite, Pesquisadora do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos da UERJ; Carlos Magno, Secretário de Comunicações da ABGLT; Tchesco(F) Santos, Presidente do Grupo CORES do Distrito Federal; Menderson Rezende, Diretor de Políticas Educacionais do SINDIUPES; Igo Martini, já havia registrado.

Bom, nós, na dinâmica da nossa Audiência Pública, este momento era o momento que os senadores deveriam ter aqui a sua palavra e as suas colocações. Não havendo, nós passaremos à Mesa.

Ah, Senadora Serys, que bom! [risos] Eu não a vi, não havia percebido a sua presença, desculpe, Senadora Serys. Deseja falar ou quer ouvir?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Pode terminar de falar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, porque eu ia passar para os nossos expositores, para que fizessem as suas considerações, mas a senhora pode fazer a sua palavra, grande par-

ceira que é do movimento LGBT no Brasil e das nossas lutas no Congresso Nacional. Nós gostaríamos de ouvir a sua palavra.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Bom, Sra. Senadora Fátima Cleide, Presidente dessa comissão, todos e todas que estão aqui.

Começar pedindo desculpas. Primeiro lugar que eu estou lá em três comissões ao mesmo tempo, Direitos Humanos, CCJ, enfim, e o gabinete cheio de prefeitos, e hoje é o último dia de emendas, a gente não sabe nem para onde que corre.

Eu não sou dessa comissão. Então, aí, você acaba priorizando aquelas que você é obrigada a ir. Por isso que eu peço desculpa por estar chegando só aqui agora, só agora aqui, mas não podia deixar de dar uma passadinha para registrar todo o meu apoio.

O meu assessor, cadê ele? Pena? Penaforte está lá, que é meu assessor, que eu costumo dizer que ele é meu senador com autorização para vários temas, e esse aqui é um tema prioritário para nós, ele sempre está junto, eu posso não estar, mas ele está levando direto todas as decisões, tudo que está acontecendo.

Dizer que tenho conhecimento dessa questão, com certa profundidade, tenho uma preocupação enorme com essa questão na escola, principalmente, e o próprio Pena relata a sua história na escola, quão isso lhe foi problemático, prejudicial e traumático mesmo, e por isso eu saúdo esse momento aqui como um momento daquelas pessoas sérias e responsáveis que estão o tratando assunto com a responsabilidade do tamanho que ela é. E ela tem que ser tratada é aqui, e a Senadora Fátima Cleide é uma pessoa que tem toda uma história já muito determinada, nós também, mas eu digo que ela mais ainda, porque ela tem presidido determinadas situações, até pela comissão que ela pertence, até pelo relatório que ela pegou da questão direta da homofobia. E que nós temos que declarar homofobia zero, não sei quando, nem de que jeito, mas temos que declarar, que não é possível a gente continuar com esse tipo de procedimento num país em que a democracia diz que avança, avança e avança, mas isso não está avançando e isso significa um retrato de que é uma democracia ainda com muita dificuldade, porque, enquanto nós tivermos esse tipo de preconceito e esse tipo de dificuldade de convivência e de direitos das pessoas na nossa sociedade, está faltando muito para a nossa democracia estar alcançando o nível que ela precisa e que seu povo, o povo brasileiro, precisa e merece.

Está bom, gente? Contem sempre comigo. O meu mandato termina em 31 de janeiro. Eu não fui candidata ao Senado, porque não me deixaram ser lá no meu estado, mas a gente está aí com várias formas, através

das organizações populares, etc., de estar participando. E essa é uma questão que podem contar comigo sempre, que eu estou junto.

Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Companheiro Toni Reis pede para informar que a foto oficial será as 12h30, na rampa do Senado.

Vamos passar então às considerações finais dos nossos expositores, começando aqui pelo Jean Wyllys.

SR. JEAN WYLLYS: Bom, antes das minhas considerações finais, eu queria chamar a Rafaelly para entregar esse agradecimento especial à senadora. Rafaelly, por favor.

[risos]

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada. Obrigada, Rafaelly.

SR. JEAN WYLLYS: Bom, eu espero que a gente consiga levar essas discussões e contribuições daqui para as nossas redes sociais, para as nossas relações, quem for professor, quem for técnico de educação, consiga multiplicar isso nas bases, que é o mais importante.

O Professor André Luiz falou do texto-base, fundador, digamos, um dos textos fundadores da mentalidade ocidental, que é o texto de Platão. A gente tem que lembrar que o cérebro ocidente, a mentalidade ocidental é formada, conformada, pelo helenismo e pelo judaico-cristianismo e, infelizmente, a deturpação dos valores judaico-cristãos por fundamentalistas, nesse país, tem feito que esses valores se sobreponham aos valores do helenismo e da razão, o que eu lamento muito.

Eu quero lembrar para vocês que, agora que eu saí do movimento e estou do lado de cá, o meu mandato está a serviço da promoção dos direitos humanos, da defesa dos direitos humanos, o que inclui os direitos de LGBTs, porque me toca muito mais particularmente, já que eu faço parte desse coletivo.

Muito obrigado, obrigado, senadora, mesmo. A senhora sabe que a senhora é minha amiga de verdade. Obrigado a vocês.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Jean.

E nós aqui, em nome dos que saem, nós gostaríamos de deixar a você o nosso desejo de que você tenha muito sucesso nessa luta, e a gente sabe que terá, porque esse movimento não falha quando a gente precisa dele aqui dentro, nos ajudando.

Passo a palavra para a Luma Nogueira, para as suas considerações finais.

SRA. LUMA NOGUEIRA: Então, mais uma vez, gostaria de agradecer à Universidade Federal do Ceará, ao CNPQ, à Secretaria de Educação do Estado, Governo do Estado do Ceará, e colocar o seguinte: que parecia ser impossível uma travesti chegar onde eu cheguei, um doutorado em Educação, ter uma vida pública de dedicação à sociedade, e ouvi muita gente dizer que não podia, que não podia, mas eu queria dizer para vocês, que estão aqui, e para quem está do outro lado, nos assistindo, dizer que o impossível só será impossível enquanto nós acreditarmos que seja impossível.

Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Luma. Você é um exemplo de que nada é impossível e que nós aqui, como detentores de mandatos e representantes do povo, temos a obrigação de garantir as oportunidades, a igualdade de oportunidade para todos e para todas. Parabéns!

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):
[pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A Serys tem uma missão muito especial agora. Nós estamos tentando... Vocês estão vendo essa confusão agoniada aqui atrás? É que nós estamos tentando votar meu relatório na CDH, que trata do uso do nome social das travestis.

Então, eu autorizarei lá que nomeasse um relator *ad hoc*, porque, para mim, o que importa é que a gente aprove, e há uma possibilidade, nesse momento, de aprovar. Vai lá, Serys, corre.

[palmas]

Então, vamos passar a palavra, então, para o Carlos Laudari, para que ele possa fazer as suas considerações finais.

SR. CARLOS LAUDARI: Rapidinho, mas eu vou repetir aqui o que eu falei, uma coisa no ano passado, uma imagem bem legal e acho que cabe muito bem com a situação do *bullying* homofóbico.

Aproveitando essa provocação do Beto, de que o Ministro Fernando Haddad eventualmente faça algum tipo de material que possa ser mostrado na televisão ou na rádio, e apresentando, tendo a Tizuka aqui presente, eu tenho essa brincadeira... Claro, não estou comparando situações, mas imaginem um videoclipe na televisão, mostrando uma criança negra sofrendo *bullying* racial na escola. Ela chega em casa deprimida, má, vai conversar com os pais, os pais entendem essa situação, e logo depois existe uma cena em que mostra a escola sendo capacitada em afrontar esse *bullying* racial, e, na imagem final desse clipe, a criança

negra chega em casa feliz, com boas notas, contente de estar na escola. A população brasileira ia falar: "Oh, que lindo!".

Vamos pensar um outro vídeo, do mesmo problema, mas um *bullying* homofóbico. Uma menina lésbica ou uma travesti que sofre homofobia na escola, volta para casa deprimida, não tem avanços na escola, existe toda uma situação da escola sendo capacitada, os professores, esse material, e chega a menininha lésbica em casa, "Mamãe, estou tão feliz", a população brasileira não vai fazer "Oh!".

E eu quero saber por quê. Por que não emociona um LGBT ser feliz, mas emociona uma criança negra ser feliz? A felicidade de todos é igual. Então, eu... A Tizuka está aqui. Você não acha verdade isso? A população brasileira não se emociona com o sofrimento LGBT. Eu não sei bem por quê. E eu acho que isso é que a gente precisa, essa emoção precisa estar em todos. E eu sei que vocês aqui têm. Tem gente que lá fora não tem, vamos torcer para um mundo que todo mundo tenha.

[palmas]

[soa a campainha]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Carlos.

Só queria lembrar que esse é um ciclo de audiências que nós estamos realizando sobre o *bullying*. Esse teve o tema *bullying* homofóbico, nós já discutimos aqui as questões da diversidade racial nas escolas, que, infelizmente, Carlos, ainda não atingimos esse grau de entendimento da nossa população.

Eu acho que tanto com relação à raça, às questões étnicas, os indígenas também são bastante discriminados na nossa sociedade, os ciganos, que nós sequer lembramos da existência deles, as pessoas são discriminadas, sim, por suas opções religiosas, ainda. Os judeus são, por sua compleição física... Eu falo até, com as pessoas que me ajudaram na elaboração do substitutivo do PLC 122, que nós esquecemos ainda a compleição física, infelizmente. Nós... Para que o PLC 122 seja não apenas a lei da criminalização da homofobia, mas a lei da criminalização de toda e qualquer discriminação e preconceito no nosso país.

Alguns estão dizendo que nós estamos usando idosos e pessoas com deficiência para fazer aprovar as aberrações contra a Constituição, e nós estamos aqui, realizando na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, esta Audiência Pública para dizer, e esse ciclo de audiências, para dizer que a escola é um instrumento muito importante de aprofundamento da democracia, e é nossa responsabilidade, como representantes públicos, discutir o fim de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

Então, esse é o nosso objetivo contra a homofobia, contra a discriminação racial, contra qualquer tipo de preconceito a qualquer pessoa.

Com a palavra, Beto de Jesus.

SR. BETO DE JESUS: Eu estava aqui, pensando o quão dura é nossa luta, e a gente tem um ingrediente agora, para esses próximos anos, que me coloca mais preocupação ainda.

Eu nunca... Nós nunca participamos de uma campanha presidencial com tantos interesses como essa, e os nossos temas, eles foram completamente rebaixados. Todo o nosso avanço na luta dos direitos sexuais e reprodutivos, eles foram praticamente colocados no lixo. O direito do corpo das mulheres, o direito dos homossexuais, das lésbicas, de poderem ter leis que garantam, as pessoas foram obrigadas... Os dois presidenciais foram obrigados a dizer diante da sociedade que não vão impulsionar direitos para essas populações. Isso dá medo na gente. Então, é um momento extremamente delicado.

E acredito que, a partir do próximo ano, a partir do início da gestão da Presidente Dilma, a gente tem que ter uma ação com essa Presidente para dizer o seguinte: nós queremos os nossos direitos, a gente não vai aceitar metade. As mulheres têm que ter os seus direitos, a gente não vai aceitar metade. A gente não pode... Foi um problema supersério que colocaram as questões dos direitos individuais na balança, para ser fiel de balança. Isso é mau para democracia. Tudo que a gente avançou, a gente acabou perdendo. Não perdeu tudo, mas perdeu significativamente parte da nossa história e parte da nossa luta.

Direitos individuais não pode ser fiel de balança. Direitos humanos não são negociáveis - isso tem que ficar claro -, e eles foram completamente negociados nessas eleições, colocando a gente em uma situação mais difícil do que nós já estamos.

Então, aqui fica um apelo a essa Casa. Acho que aprovar o PLC é uma garantia para essa comunidade coibir os abusos e a violência [soa a a campanha] que essa própria comunidade sofre, é coibir aquilo que a gente viu em São Paulo, das pessoas serem violentadas na rua por nada, e não são *skinheads* agora que estão matando gays, ou violando gays, são jovens da classe média alta, de escolas particulares.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito bem, Beto.

Com a palavra, André Lázaro, representante do Ministério da Educação, para as suas considerações finais.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Gostaria de parabenizar a senadora, por sua longa trajetória de luta nessa área,

pela parceria que fizemos nesses anos. Sempre foi uma honra estar ao lado dela e maior ainda estar abraçando a agenda que ela apresenta e defende.

Nós também estamos em final da gestão do Ministério da Educação. Acho que a gestão do Ministro Fernando Haddad teve o mérito de buscar agenda, de lutar pela agenda, trabalhar pela agenda, financiar a agenda, mas a gente sabe que nós... Que falta muito a ser feito.

Então, que um encontro como esse seja um pouco uma prestação de contas, ainda que mais, nesse caso, hoje, mais emocional do que numérica, mas uma prestação de contas, primeiro, da nossa solidariedade com essa luta, nosso compromisso com essa luta, e segundo, que essa Casa e o movimento social aqui presente sintam que estamos entregando um pouco, "Olha foi feito isso, mais precisa ser feito. Por favor, no próximo governo, vamos manter esse mesmo padrão de diálogo e de tensão, para que se continue fazendo". Nós não podemos descansar no tão pouco que foi feito. Há muito que fazer.

E eu queria agradecer, sinceramente, toda a compreensão que tivemos com nossos erros e acertos, toda a solidariedade e também toda a pressão legítima que é feita para a reivindicação de direitos.

Eu digo que acho que o mandato do Presidente Lula, os dois mandatos, eles tinham como foco democratizar o Estado Brasileiro; e se o Estado Brasileiro não for democrático o bastante para abraçar os direitos da população LGBT, ele não será democrático.

Então, eu acho que esse é o esforço de modificar o Estado, é conseguir criar um GT Brasil Homofobia, regularmente se reunir, com uma agenda propositiva, ouvir os resultados dessa pesquisa [soa a campanha] e assumir o compromisso de levá-las às escolas, acolher os nossos colegas que estão em viagem à Espanha, uma viagem de estudos, para acompanhar como é a política na educação com relação aos direitos LGBT, aprender com o que de lá vier e implantar aqui, mas isso não será feito, eu não tenho a menor dúvida, isso não será feito sem a presença de vocês, sem a pressão de vocês e sem o compromisso desta Casa.

Então, eu faço votos sinceros que, no ano que vem, a gente possa fazer um balanço de final de ano com mais conquistas, mais resultados, e que a gente não tenha fatos tão dolorosos como temos tido recentemente, e que a gente possa colorir esse próximo final de ano com aquele sentimento das vitórias conquistadas.

Muito obrigado, parabéns pela luta de vocês. É uma honra estar aqui.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, André.

Acho que chegou o momento de despedida, nós estamos finalizando o ano de 2010, finalização de mandatos, mas também apontando aí na frente as nossas novas oportunidades, como é caso e a nossa esperança depositada aqui no Jean Wyllys.

Muita responsabilidade, Jean, mas com certeza você vai ter muitos companheiros e companheiras no Congresso Nacional. Nós vamos estar, onde estivermos, ajudando nessa construção.

Eu também quero aqui agradecer a todos os nossos convidados, em especial a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Transgêneros, e suas associadas. A todo movimento LGBT, ao Ministério da Educação, que, com as suas limitações, já aqui colocadas, mas nós tivemos uma parceria muito interessante, especialmente ao André Lázaro, a gente sabe, aqui ele é o cobrado, ele é a pessoa que aparece, mas, por trás dele, tem uma instituição com todas as suas limitações e com todas as suas dificuldades também, mas nós sabemos que, com o André, nós sempre podemos contar.

Acredito muito nessa nova oportunidade, acredito que muito foi feito, mas muito ainda há para fazer e eu acredito também que, nesse momento, a gente precisa ter solidariedade e fé no que virá, porque o que virá também se aponta como uma continuidade do Governo do Presidente Lula, que, embora tenha na sua origem uma formação inegavelmente machista, teve a coragem e a ousadia de ser o primeiro Presidente da República e o primeiro presidente de um país a convocar uma Conferência Nacional LGBT, e isso não é pouca coisa, é um avanço.

O que nós precisamos fazer agora, no meu entendimento, é manter a unidade na luta, para que a gente possa continuar avançando e aprofundando a democracia, que não será completa enquanto nós não tivermos os direitos dos LGBTs garantidos em lei, neste país.

Um grande abraço a todos vocês e, mais uma vez, solidariedade e fé, vamos avançar na luta.

Obrigada.

[palmas]

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h16.

ATA DA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRA-ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010. – EMENDAS AO

PROJETO DE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL-PPA 2008/2011.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a **Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com as presenças dos Senhores Senadores Roberto Cavalcanti, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Valter Pereira, Gilvam Borges, Marco Maciel, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Eduardo Suplicy, José Nery, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Mauro Fecury, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Marisa Serrano e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Projeto de Lei nº 38, de 2010 – CN, que “altera o Anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011”. Neste momento o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, passa a palavra ao Senador José Nery, relator das Emendas de alteração ao PPA 2008-2011, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas de alteração ao **PPA 2008-2011: Emenda n.º 01 – Educação – Educação Infantil** – “Amplia acesso à educação Infantil (aumento número de creches)”, no valor de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), apresentada pelos Senadores José Nery e Marisa Serrano. **Emenda n.º 02 – Educação – Educação Especial** – “Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica”, no valor de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), apresentada pela Senadora Marisa Serrano. **Emenda n.º 03 – Esporte** – “Implantação e Adequação das Estruturas Esportivas Escolares”, no valor de R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), apresentada pela Senadora Marisa Serrano. **Emenda n.º 04 – Cultura** – “Fomento a Projetos em Arte e Cultura”, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), apresentada pela Senadora Marisa Serrano.

Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de alteração ao PPA 2008-2011, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Seção Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, destinada a discutir e votar as emendas da comissão ao Plano Plurianual 2008/2011.

Submeto inicialmente à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Conforme já lido, o objetivo desta reunião é apreciar as emendas ao Plano Plurianual para o período 2008/2011. É o item único da reunião a discussão e votação das cinco emendas da comissão para o Plano Plurianual 2008/2011. A relatoria é do nosso Senador José Nery, a quem, então, nesse momento, eu passo a palavra.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, Senador Mozarildo Cavalcanti.

“O relatório trata das emendas apresentadas a comissão, referentes ao Projeto de Lei nº 38/2010, do Congresso Nacional, que altera o Anexo I, da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

De acordo com o art. 97, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, as comissões permanentes do Senado Federal podem apresentar até cinco emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual, bem como ao Projeto de Revisão do referido plano. No prazo, estabelecido pela comissão, foram oferecidas cinco propostas de emendas ao Projeto de Lei nº 38/2010, que altera o Anexo I, da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual, para a revisão do período de 2008/2011.

As propostas apresentadas pretendem elevar os valores das seguintes ações, no exercício de 2011, bem como [ininteligível] de projetos totais estimados: implan-

tação de escola para a educação infantil, Senadores José Nery e Marisa Serrano; fomento a projetos em arte e cultura, de autoria da Senadora Marisa Serrano; apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação básica, Senadora Marisa Serrano; e, por último, a implantação e adequação de estruturas esportivas escolares, também de autoria da Senadora Marisa Serrano”.

O Voto, Sr. Presidente.

“Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte delibere pela apresentação de Emenda ao Projeto de Lei nº 38/2010, do Congresso Nacional, na forma a seguir: projetos de implantação de escola para educação infantil, a meta e valor estimado de 8.000, com valores de 10 bilhões e 133 milhões de reais, proposto para 2011 a meta de 3.200 unidades, sendo um valor global de 4 bilhões de reais; implantação e adequação de estruturas esportivas escolares, a meta e o valor total estimado de 10.000 unidades, com valores estimados de 4 bilhões e 80 milhões, e o proposto para 2011, 5.000 unidades, com o valor global de 3 bilhões de reais; atividades de apoio e fomento a projeto em arte e cultura. Proposta para 2011, a meta de 8.000, com um total global em recurso de cem milhões de reais; apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais de educação básica. Atendimento a 600 mil, e o valor, em reais, de 500 milhões de reais”.

Esse é o voto, Sr. Presidente, às emendas apresentadas e acolhidas integralmente pelo relator. Esperamos ser aprovada pela comissão.

É o Voto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Senador José Nery, pelo relatório apresentado a esta comissão, em relação às propostas de Emenda para o Plano Plurianual 2008/2011.

Observa-se, de fato, algo importante, necessário. Implantação de escolas para educação infantil, zero a cinco anos de idade, é uma das prioridades, inclusive, com o projeto de universalização e obrigatoriedade no período de idade de quatro a 17 anos, conforme Emenda Constitucional aprovada, não é? Implantação e adequação de estruturas esportivas escolares, também uma demanda bastante acentuada, sempre por parte da comunidade; fomento a projetos em arte e cultura, que é uma área fundamental. A história, as raízes é algo que deve ser extremamente incentivado da mesma maneira. E apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação básica. Educação básica, aí, então, já se pensando na educação infantil, no ensino fundamental,

no ensino médio, na educação de jovens e adultos, na educação especial, na educação voltada para o trabalho. Apoio à capacitação e formação inicial e continuada. Quer dizer, a meta são 600 mil profissionais com os valores especificados.

Quero parabenizar V. Exa. pelo relatório apresentado, pela seleção dos projetos e atividades, todos eles – os projetos e as atividades – da mais alta relevância para a educação, a nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, há um projeto para a área da educação, um projeto para a área do esporte, esportivas escolares, um projeto para a área da cultura e um projeto, uma atividade para a área da cultura, e uma atividade para a área da capacitação e formação.

Inclusive, estou sendo lembrado que, na área da capacitação e formação de profissionais, há projeto, inclusive, voltado para a formação e capacitação de profissionais da área da educação especial, ou seja, da educação para o atendimento de pessoas com deficiência.

Então, quero parabenizar V. Exa. pelo relatório.

Continua em discussão a matéria. O relator com a palavra, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, as emendas apresentadas guardam coerência. Essa atualização do PPA de 2011, para o período, o ano de 2011, exercício de 2011, da forma como proposta nas emendas, aqui acolhidas, guardam profunda coerência com o que nós aprovamos aqui, a semana passada, quando da definição das emendas de comissão, submetidas ao Ministério... do Orçamento para o Ministério da Educação, para o próximo ano vindouro, em que justamente uma das preocupações de valorização da educação básica, em especial a compreensão de que precisamos, além de melhorar a infraestrutura das nossas escolas da educação básica, da educação infantil, do ensino médio, nós tomamos uma... Até é uma questão que chegou aqui a ser tratada e de certa forma provocou uma discussão, a preocupação com a capacitação dos profissionais, dos trabalhadores em educação, os trabalhadores aqui compreendidos, não só os educadores, mas os do serviço de apoio, os funcionários, os técnicos(F) em educação, aqueles que cuidam do dia a dia da escola, numa compreensão de que todos que estão na escola, do bibliotecário, do serviço de apoio, do serviço administrativo, todos são profissionais de educação. E quando aqui acolhemos essa emenda da Senadora Marisa Serrano, de apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, é justamente a visão de que os profissionais, os trabalhadores da educação, todos tem que ser tratados, tem que ser capacitados

de forma global, não direcionando a capacitação apenas aos educadores em si e aqueles que ministram diretamente a disciplina na sala de aula.

Portanto, o acolhimento a essas emendas dialoga com o que nós também definimos nas emendas de comissão, aprovadas aqui, na semana passada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Quero novamente agradecer os comentários e até completar que, ainda no dia de ontem, fizemos um debate no Paraná, com a APP Sindicato, que é o Sindicato dos Professores e dos Profissionais da Educação do Paraná, justamente discutindo a questão de formação, de capacitação e formação continuada, não só dos professores, mas dos profissionais da educação. É importante que tenhamos em todas as escolas da educação básica e também no ensino superior, porque o ensino superior também depende de profissionais que realmente deem a sustentação para a atividade acadêmica, formados, qualificados, valorizados, com uma formação inicial, continuada, capacitação de qualidade.

Então, parabéns a V. Exa.

Continua em discussão a matéria. Não havendo quem mais queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação a matéria. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Aprovado, então, o relatório do Senador José Nery, com as propostas de emenda referentes ao Projeto de Lei nº 38/2010, “*que altera o Anexo I, da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011*”.

Agradeço a participação de todos e lembro que, dentro de instantes, teremos, também, uma nova reunião, com a pauta de Projetos de Lei desta Comissão de Educação, que será a 50ª Reunião Ordinária.

Agradeço a todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 10h59.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senadora Fátima Cleide**, e com a presença dos Senhores Senadores

Inácio Arruda, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Gilvam Borges, Marco Maciel, Adelmir Santana, Flávio Arns, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Eduardo Suplicy, José Nery, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Mauro Fecury, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Alvaro Dias, Marisa Serrano e Cristovam Buarque, que justifica a ausência. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião, do Senhor Professor Doutor Deoclécio Campos Júnior, Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Prosseguindo, a Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 007: Aviso nº 61, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, que “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.201/2008, proferido dos autos do processo TC 028.729/2006-0, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos Estados e Municípios”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer pelo conhecimento da matéria pela Comissão, solicitando ainda ao Tribunal de Contas da União que esta Casa seja mantida informada acerca dos desdobramentos do Acórdão nº 2.201/TCU/Plenário, de 2008, é aprovado. Logo após, a Presidência retorna à ordem original da pauta, uma vez que há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “Cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física (PRONEI), dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador José Nery e o projeto é aprovado por 16 (dezesesseis) votos favoráveis, incorporando ao texto final a Emenda nº 01-CAE/CAS/CE, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, a Subemenda nº 01-CE à Emenda nº 01-CAE/CAS/CE, aprovada por 15 (quinze) votos favoráveis, e as Emendas nº 02-CE, 03-CE, 04-CE, 05-CE e 06-CE,

aprovadas por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 022, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “Acrescenta inciso ao art. 59 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2009 - Consolidação**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que “Consolida a legislação de cultura”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável, com as emendas nº 01-CE, nº 02-CE, nº 03-CE, nº 04-CE, nº 05-CE e nº 06-CE, é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 1**). **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 086, de 2004**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”, **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006**, que “Concede isenção do Imposto de Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer favorável ao PLS nº 086, de 2004, na forma da emenda substitutiva nº 01-CE, e pela rejeição do PLS nº 345, de 2006, é aprovado. **Item 023: Requerimento nº 46/10-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2010 - CE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, requeira também seja convidado para participar da Audiência Pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema”. O Requerimento é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Flávio Arns requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 2**). **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 306**,

de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação”. A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é favorável. A matéria é dada como lida (uma vez que o parecer da relatora encontra-se disponível e publicado há duas semanas) e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 024: Comunicados da Presidência:** Não houve comunicados. **Extra-Pauta, Item 001: Requerimento de Urgência nº 47/10-CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o **Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2009,** que “Consolida a legislação de cultura.”. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 002: Requerimento nº 48/10-CE,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, que “... nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 45, de 2010 – CE, de realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas. - Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Sr. José Jorge; - Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (SIAESP), Sr. Roberto Moreira; - Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro (SICAV-RJ); Sra. Marisa Leão; Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), SR. Carlos Ari Sunenfeld; - Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Sr. Ronaldo Mota Sardenberg”. O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2003; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2009; Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 012, de 2006; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 013, de 2010; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2008; Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2009; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2010; Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 036, de 2009; Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009; Item 017: Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2010; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2009; Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 006, de 2007; Item 020: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2003; Item 21: Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 2010 e Item 22: Requerimento,**

de autoria do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares. A Senhora Presidente, Senadora Fátima Cleide, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Fátima Cleide,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e apreciação da mesma. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovadas.

Nós vamos iniciar nossa pauta hoje, já temos quórum no livro, temos 14, temos alguns itens terminativos, que são... Aliás, a maior parte da pauta hoje é terminativa, apenas dois itens não terminativos. Vamos tentar ver se nós conseguimos votar hoje algum item terminativo. Vamos iniciar com o Item 7, é uma matéria não terminativa, cujo relator está presente, é o Senador Flávio Arns. Item 7, Aviso nº. 61, de 2008. *“Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº. 2201/2008, proferido dos autos do Processo Tribunal de Contas 028729/2006-0, bem como do relatório e voto que o fundamentaram, visando conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos estados e municípios”.* A autoria é do Presidente do Tribunal de Contas, a relatoria é do Senador Flávio Arns, o relatório é pelo conhecimento da matéria e pela solicitação de informações ao Tribunal de Contas de União. A matéria deverá ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal.

Com a palavra, o Senador Flávio Arns, relator do Aviso nº. 61, de 2008, do Tribunal de Contas da União.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a V. Exa., e até indo para a análise, porque a leitura que V. Exa. fez já é elucidativa do problema, que visa conhecer e avaliar os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos estados e municípios.

“Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, é fundamental considerar a matéria, no que tange aos

prejuízos que a mudança de sistemática da compensação financeira da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios pode ter acarretado à educação brasileira. Antes de tecer a consideração dos efeitos concretos dessa medida do Poder Executivo, já classificada como arbitrária pelo TCU, cumpre-nos tecer algumas considerações sobre o papel da União, dos estados, do Distrito Federal, na oferta da educação pública. No que tange à educação básica, que compreende as etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, os estados estão longe de cumprir com sua obrigação de atender a demanda ativa da população, principalmente quanto às modalidades de educação profissional e educação de jovens e adultos. Quanto ao ensino fundamental e médio regulares, tornados obrigatórios pela Emenda Constitucional n.º 59, de 2009, a grita maior é pela falta de qualidade da oferta.

Ora, tanto ações do estrito atendimento quanto a busca de qualidade dependem intrinsecamente da disponibilidade de recursos financeiros. É sabido que o ICMS e os tributos semelhantes que antecederam, no império e na República, sempre foi o responsável por mais de 60% das fontes das despesas educacionais, especialmente as que concernem à remuneração dos profissionais da educação. É muito fácil e cômodo para o comércio internacional ter uma lei que desonere os produtos de exportação da cobrança do ICMS. A nossa questão é como fica a educação. O difícil é conseguir compensar as perdas dos estados exportadores na receita desse imposto, que em sua quarta parte, 25%, financiam a sua educação pública.

Quanto à educação superior, as demandas por cursos de graduação e de pós-graduação têm sido crescentes, a uma velocidade cada vez maior, que não podem ser respondidas pela oferta da rede federal de universidades e institutos tecnológicos. Tem sido os estados também com ICMS, e até mesmo alguns municípios, que complementam o esforço da União, usando quase sempre parte de suas receitas de ICMS e dos fundos de participação.

Já direcionando análise para objeto desse parecer, destacamos que as compensações da União, a redução das receitas estaduais de ICMS têm sido sempre aquém das perdas, abaixo das perdas. No Paraná, por exemplo, que perde receita da exportação de minérios, de carne, de madeira e outros produtos, não fosse a complementação de mais de um bilhão de reais anuais proporcionada pelo Fundeb, suas escolas estariam falidas; em outros estados exportadores repete-se o mesmo tipo de prejuízo. Portanto, é um problema da mais alta relevância esse relatório do Tribunal de Contas da União. É incompreensível, por-

tanto, deparar-se com medidas provisórias, que, além de diminuir as transferências compensatórias, ainda as exime da aplicação dos percentuais vinculados à educação. O que se está considerando para os estados vale também para os municípios, uma vez que uma quarta parte dos repasses de compensação da União, a que se refere a Lei Kandir, a ele se destinavam, à semelhança do mecanismo de redistribuição do ICMS no âmbito de cada estado. Os prejuízos nesse caso atingem o atendimento à educação infantil e à educação de jovens e adultos nas redes municipais.

Portanto, diante do fato sobre o Aviso n.º 61, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha o acórdão para que esse Senado e essa comissão apreciem o relatório e o voto que o fundamentam, visando conhecer os motivos que levaram o Poder Executivo a realizar, sob pretexto de fomentar as exportações, transferências de recursos federais aos estados e municípios. Então, nesse sentido, pelo exposto, o voto é para que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a nossa comissão, tome conhecimento do Aviso n.º 61, de 2008, e que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 71, inciso VII, da Constituição Federal, que essa Casa seja mantida informada a respeito, acerca dos desdobramentos do Acórdão n.º 2201/2008, TCU, Plenário, no âmbito do Ministério Público da União e do Poder Judiciário".

Então, nesse sentido, é um assunto da mais alta relevância, tem um impacto importante nas receitas para o estado, uma diminuição das receitas da educação, e com implicações das mais sérias para a qualidade desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental, ensino médio e pelo ensino superior. Então, tomar conhecimento, mas manter o Senado informado dos desdobramentos que vêm acontecendo no Ministério Público e no Poder Judiciário.

Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Flávio Arns, relator do Aviso n.º 61. Aqueles que concordam com o parecer do senador... Perdão, a matéria está em discussão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Para discutir a matéria, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Só para fazer uma observação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, com a palavra Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero primeiro cumprimentar o Senador Flávio Arns pela sua exposição e as observações que ele fez. Na verdade, o Governo Federal está fazendo cortesia nos últimos anos com o chapéu dos outros. Tendo em vista de que a base da economia, por exemplo, do Estado do Mato Grosso, ela vem originariamente do agronegócio, que é a nossa economia calcada em cima da produção da soja, do nosso rebanho bovino, por sinal é um dos maiores do país, e lamentavelmente o Governo Federal ofereceu essa tratativa para a exportação e, entretanto, a compensação que tem sido feita é muita pouco, e isso tem prejudicado sobremaneira não só a educação, mas também a saúde e outros serviços essenciais, que os governos estaduais e os próprios municípios têm que oferecer, tendo em vista de que, de toda a receita de ICMS, Senador Flávio, 25% também é transferido para os municípios, e a compensação que hoje o Governo Federal tem oferecido, através da Lei Kandir, ela não representa nem 25% daquilo que certamente os estados e os municípios estariam arrecadando na cobrança do ICMS.

Então, portanto, é o que eu acho que nós temos que rever. Nós temos que rever essa oferta que o Governo Federal tem proporcionado, através da Lei Kandir, que tem prejudicado, e aquilo foi lá em 2003, e já passou o tempo. Eu acho que foi uma maneira do Brasil aumentar a sua exportação, melhorar a sua balança comercial; entretanto, acho que chegou o momento de nós darmos um estaque nisso para não prejudicar os estados e os municípios brasileiros. V. Exa. foi muito feliz na sua observação, na suas colocações, mostrou dados estatísticos aqui, como é o caso do Pará, que perde mais de um bilhão de reais, e isso imagine na economia do Estado do Pará, sobretudo das ofertas dos serviços que o estado e os municípios têm a oferecer para a população, é realmente grande esse número.

Portanto, eu quero crer que o Governo Federal, Sra. Presidente, tem que rever essa lei, sobretudo para não prejudicar mais os estados que têm hoje a sua produção calcada no agronegócio.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Jayme Campos. A matéria continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, aqueles senadores que concordam com o parecer do Senador Flávio Arns permaneçam como se encontram. A matéria está aprovada.

Bom, quero registrar aqui, hoje, a nossa satisfação em ter o nosso líder do Governo, Romero Jucá, aqui conosco, no dia do seu aniversário e parabeni-

zando-o por mais uma data e desejar muito sucesso no seu próximo mandato, que eu acredito seja o presente que a população de Roraima podia lhe dar. Um grande abraço, senador.

Nós temos quase quórum, falta apenas um senador, e vamos passar então às matérias terminativas. O Item 1, não temos nem o autor, nem o relator presente, vamos passar para o Item 2, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 698, de 2007, "*que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, PRONEI, dispõe sobre o financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil, altera a Lei nº. 8306, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências*". A matéria é de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que está fazendo um grande trabalho na mobilização dos nossos senadores, para que possamos aprovar essa matéria de importante relevância para a educação infantil no nosso país. A relatoria é da Senadora Rosalba Ciarlini, que, na impossibilidade de presença do dia de hoje, nos autorizou a passar relatoria *ad hoc* para o Senador José Nery. O relatório é favorável com a Emenda 01, da CAE, e da CAS, com a subemenda apresentada e oferecendo ainda emendas de sua autoria. Observações: "*Na reunião do dia 1º de setembro de 2009, foi aprovado o requerimento, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, propondo Audiência Pública, realizada no dia 23 de setembro de 2009*". Serão realizadas quatro votações nominais: uma para o projeto, uma para a emenda da CAE e da CAS, uma para a subemenda apresentada e outra para as emendas oferecidas. A matéria constou na pauta de reunião do dia 23 de novembro de 2010. Com a palavra o relator *ad hoc*, Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Sras. e Srs. Senadores. A relevância do tema do Projeto de Lei do Senado 698, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, "*que cria o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, PRONEI, dispõe sobre o financiamento para construir e equipar a unidade de ensino infantil, altera a Lei 8036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências*".

O relatório, originalmente proposto pela Senadora Rosalba Ciarlini, é longo, detalhado, mostra argumentos e informações substantivas, inclusive detalhando as fontes de recursos que seriam as seguintes: do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, FGTS, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais de Educação, o FUNDEB, para viabilizar a utilização do FGTS. O Projeto de Lei do Senado altera o art. 9º, Lei nº. 8036, de 1990, de forma a garantir o acesso aos recursos do

fundo para construção de equipamento e instituições de educação infantil.

Quanto ao FUNDEB, insere-se parágrafo no art. 9º, da Lei 11.494, de 20 de dezembro de 2007, de forma a assegurar que, nos seis primeiros meses, as unidades do PRONEI funcionem com [ininteligível] distribuídos de acordo com previsão de atendimento, art. 21.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, alguns elementos da análise do projeto, queiram considerar toda a extensão do texto aqui proposto, mas vou assinalar apenas alguns aspectos em fundamentais em relação ao projeto ora em discussão. *“A oferta de escolarização em pré-escolas está bem avançada no país, conforme mostra os censos escolares. De uma população escolarizada de aproximadamente 6,5 milhões de brasileiros, cerca de 5 milhões, 77%, estão matriculados em quatro tipos de instituições: em pré-escolas públicas, em pré-escolas privadas gratuitas sem fins lucrativos, comunitária, confessionária e filantrópicas, credenciadas pelo sistema de ensino, em pré-escola privada, não gratuitas com fim lucrativo, também credenciada pelo sistema de ensino, e em pré-escola privada, gratuitas e não gratuitas, não credenciadas pelo sistema de ensino”*. O relatório faz toda uma análise detalhada de cada uma dessas formas de garantir a pré-escola as nossas crianças.

Mas vou direto ao Voto, Sra. Presidente, dado a necessidades de apreciar outras matérias. Portanto, aqui, ressaltando a importância, a clareza, o compromisso da Senadora Patrícia Saboya com o direito fundamental de nossas crianças, propõe um projeto com essa finalidade tão importante de fortalecer a estruturação, funcionamento, definindo claramente fonte de recursos para o fortalecimento da educação infantil, um programa especial de fortalecimento da educação infantil. Portanto, vamos ao Voto.

“Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 698 de 2007, e da Emenda nº. 1, aprovada pelas Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, com a subemenda e as emendas adiante formuladas. Subemenda nº. 1 - subemenda da Comissão de Educação: Dê-se a seguinte redação ao art. 20, do Projeto de Lei do Senado 998, na forma da Emenda nº. 1 da CAE e da CAS, art. 20. Art. 4º: A gestão da aplicação do FGTS será compartilhada pelo Ministério da Cidade e pelo Ministério da Educação, cada um na respectiva área de atuação, cabendo à Caixa Econômica Federal o papel de agente operador. Art. 5º, inciso I: Estabelecer a diretriz e os programas de alocação de todos os recursos do FGTS, de acordo com os critérios definidos nessa lei, em consonância com a política nacional de desenvolvimento urbano, as políticas setoriais de ha-

bitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana e o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, fixados pelo Governo Federal. Inciso V: Adotar as providências cabíveis para a correção de atos e fatos do Ministério das Cidades, do Ministério da Educação e da Caixa Econômica Federal, que prejudiquem o desempenho e cumprimento da finalidade no que concerne aos recursos do FGTS. Em relação aos investimentos no âmbito do Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, PRONEI: a) aprovar a proposta elaborada pelo Ministério da Educação; b) definir a exposição máxima de risco; c) estabelecer o limite básico de participação do recurso do FGTS por empreendimento.

Art. 6º: Ao Ministério das Cidades, ao Ministério da Educação, na qualidade de gestor de aplicação do FGTS em suas respectivas áreas de competência, incumbe: IV) acompanhar a execução dos programas decorrentes da aplicação do recurso do FGTS, implantados pela CEF; VI) subsidiar o Conselho Curador com estudos técnicos necessários ao aprimoramento operacional dos programas de aplicação e definir as metas serem alcançadas.

Art. 7º: À Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador, cabe: III – definir os procedimentos operacionais necessários à execução dos programas de aplicação estabelecidos pelo Conselho Curador, com base nas normas e diretrizes elaboradas pelo Ministério das Cidades e pelo Ministério da Educação; IV – elaborar as análises jurídica e econômico-financeira dos projetos de aplicação dos recursos do FGTS; VI – elaborar as contas do FGTS, encaminhando-as ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Educação; VII – implementar os atos emanados do Ministério das Cidades e do Ministério da Educação relativos à alocação e aplicação dos recursos do FGTS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Curador.

Parágrafo único. O Ministério das Cidades, o Ministério da Educação e a Caixa Econômica Federal deverão dar pleno cumprimento aos programas anuais em andamento, aprovados pelo Conselho Curador, e eventuais alterações somente poderão ser processadas mediante prévia anuência daquele colegiado.

Art. 8º: O Ministério das Cidades, o Ministério da Educação, a Caixa Econômica Federal e o Conselho Curador do FGTS serão responsáveis pelo fiel cumprimento e observância dos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 9º, § 2º: Os recursos do FGTS deverão ser aplicados em habitação, saneamento básico, infraestrutura urbana e em construção e equipamento de instituições de educação infantil, devendo as disponibilidades financeiras ser mantidas em volume que satisfaça as

condições de liquidez e remuneração mínima necessária à preservação do poder aquisitivo da moeda.

Emenda da Comissão de Educação. Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº. 698, de 2007: Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física, PRONEI, dispõe sobre financiamento para construir e equipar unidades de educação infantil e altera a 8.036, de 11 de maio de 1990, e dá outras providências.

Outra emenda da Comissão de Educação: Dê-se a seguinte redação ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº. 698.

Art. 1º: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Nacional de Educação Infantil para a Expansão da Rede Física.

Emenda da Comissão de Educação: Dê-se a seguinte redação ao § 3º, do art. 8º, do Projeto de Lei do Senado nº. 698, de 2007: § 3º - O contrato de financiamento, quando celebrado com entidade privada, terá cláusula estabelecendo destinação e uso exclusivo do terreno, do prédio e dos equipamentos à educação infantil gratuita, e de reversão desses bens ao Município, no caso da interrupção da prestação do serviço sob qualquer pretexto.

Dê-se a seguinte redação ao art. 12, do Projeto de Lei do Senado. Art. 12: Os salários, pagos aos professores das redes públicas, em exercício nas unidades do PRONEI, respeitarão o disposto na Lei nº. 11.738, de 16 de julho de 2008, que fixa o Piso Salarial Nacional dos Profissionais de Educação Básica.

Art. 19: Os recursos para a construção, reforma e equipamento das unidades do PRONEI advirão de financiamento do FGTS, e os recursos para custeio e manutenção contarão com dotações orçamentárias públicas e de outras fontes, dependendo da natureza pública ou privada da unidade escolar, ficando todas elas obrigadas a prestação mensal de contas ao Conselho de que trata o art. 24, § 1º, inciso IV, da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007".

É o relatório, Sra. Presidente, pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Nery, relator *ad hoc* do Projeto de Lei do Senado nº. 698, de 2007. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. Lembrando que teremos quatro votações nominais. Senador José Nery, voto conhecido. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Acompanho o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator e autor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está aprovada. Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se mantêm o voto para a Emenda 1, aprovada na CAE e na CAS.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mantém.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aprovada. Pergunto aos Srs. Senadores

e Senadoras se mantêm o voto para a Subemenda n°. 1 CAE, CAS, Comissão de Educação?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mantém.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aprovada. Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se mantêm o voto para a seis emendas oferecidas.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Mantém, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aprovada, a matéria vai a Plenário. E eu quero aqui parabenizar a Senadora Patrícia Saboya e parabenizar também o Dr. Prof. Deoclécio Júnior, que é ex-Presidente da Associação Brasileira de Pediatria, pela insistente e perseverante luta. Senadora Patrícia Saboya, autora da matéria, com a palavra.

SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadora Fátima Cleide, eu quero agradecer a todos meus colegas senadores, pelo apelo que nós fizemos, e todos compareceram aqui. Muito obrigada, eu acho que em nome de todas essas crianças que serão beneficiadas por esse novo Projeto de Lei; quero agradecer a perseverança do Dr. Deoclécio, que tem sido um grande parceiro, não só desse Congresso, mas evidentemente de todo Brasil, das nossas crianças e do futuro das nossas crianças. O PRONEI vai ser um projeto que vai garantir a expansão das creches no nosso Brasil. Hoje são 13 milhões de crianças nessa faixa etária que infelizmente ainda não têm uma creche, e esse projeto vai facilitar, portanto, na idade principal, a melhoria e a qualidade de vida dessas crianças. Eu agradeço a todos os senhores e a todas as senhoras. Agradeço à Senadora Fátima Cleide, porque eu sei a luta que ela teve que travar também em relação a esse projeto e o seu eterno compromisso com a educação das nossas crianças. Em nome da Frente Parlamentar, agradeço V. Exa. e a todos os meus pares nessa Casa, pela aprovação desse projeto, que é tão importante, e eu diria, é a minha despedida aqui no Senado, Presidente, muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senadora Patrícia, mas quem merece as homenagens, hoje, é V. Exa.. Eu queria fazer um apelo aos senadores, para que nós mantivéssemos o quórum. Nós já demos agora uma grande demonstração do nosso compromisso com a educação infantil. Nós temos um outro item muito importante também para votar, com relação às crianças que são portadoras de deficiência, e o relator está presente, que é o Senador Flávio Arns, é o Item 6. Eu gostaria de fazer um apelo para que nós pudéssemos também

votar essa matéria nessa manhã. Item 6, terminativo, Projeto de Lei do Senado n°. 22.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria só, sem interferir, com maior respeito aos colegas senadores, tendo em vista que nós temos mais de 17 itens terminativos e temos um quórum, no momento, que permite a aprovação desses projetos, que nós fôssemos assim extremamente sintéticos na leitura dos relatórios. Era só esse apelo respeitoso que eu faço aos Srs. Senadores ao relatarem os projetos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, Senador Roberto Cavalcanti, seremos sintéticos na apresentação dos relatório e pedimos aos senadores que se mantenham para que nós possamos votar.

Projeto de Lei do Senado n°. 22, de 2010, "*acrescenta inciso ao art. 59, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso escolar ao educando cuja deficiência o impede de frequentar estabelecimentos de ensino*". Autoria do Senador Augusto Botelho, relatoria do Senador Flávio Arns. O relatório é favorável com a emenda oferecida. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e uma para emenda. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 9/11/2010 e 23 de novembro de 2010. Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, esse projeto tem por objetivo buscar uma alternativa de educação para aquela criança, jovem, com deficiência, que esteja numa situação de impossibilidade de participar da escola comum, da escola especial, do atendimento hospitalar, e isso acontece porque tivemos uma situação nessa comissão, quando o jovem Ricardo Oliveira veio a essa comissão, numa Audiência Pública, e ele era atendido na sua casa por uma professora que fazia um atendimento domiciliar, porque não havia alternativa dele se deslocar para a escola comum ou escola especial. Então, o Senador Augusto Botelho apresentou o Projeto de Lei, e o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n°. 22, com o acréscimo que ele coloca, e nós colocamos também o acréscimo da possibilidade de educação a distância, que é uma alternativa para várias pessoas com deficiência.

Além disso, Sra. Presidente, anexando as emendas que fizemos, na ementa do projeto, em vez de inciso, haver a inclusão da palavra incisos, no plural, e no *caput* do art. 1º, do Projeto de Lei do Senado n°.

22, em vez da expressão “do seguinte inciso VI”, pela expressão “dos seguintes incisos VI e VII”.

Então é pela aprovação, com as três emendas apresentadas. Pela aprovação, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, temos ainda o quórum, vamos votar rapidamente. Como vota o Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela aprovação, mesmo tendo tido um apelo para que pedisse retirada de pauta ou pedisse vista, mas, na verdade, eu reconheço a atenção do Senador Flávio Arns nesse tema, especificamente nesse assunto, e vou confiar a relatoria que o mesmo fez para que o projeto, na verdade, lá na frente, tenha sucesso. Era o meu voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Flávio Arns, voto conhecido. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Com o relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com o relator, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está aprovada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, só as emendas ainda, por ser terminativa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos repetir a votação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pergunto aos Srs. Senadores e Senadoras se mantêm a votação para as emendas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, a matéria está aprovada.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidente, infelizmente o quórum parece que acaba de se--

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O quórum... Infelizmente, nós não tivemos quórum para a votação dessa matéria, para apreciação, e o quórum também caiu para as próximas matérias, mas temos aqui relatores presentes de matérias não terminativas, e vamos passar então ao relatório do item... Pela ordem, Item 3, projeto não terminativo, pedimos também agilidade na relatoria para que a gente possa aprovar vários projetos, cujos relatores estão presentes.

Projeto de Lei do Senado nº. 188, de 2009, “*consolidada a legislação de cultura*”, autoria do Senador Augusto Botelho e a relatoria do Senador Cristovam Buarque, e, nesse momento, em função de sua ausência e com seu consentimento, a Mesa passa a relatoria *ad hoc* para o Senador Marco Maciel. O relatório é favorável, com as emendas oferecidas, e a matéria deverá ser apreciada pelo Plenário do Senado Federal. Com a palavra, o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. O projeto a que fui designado para relatar, que fui designado a relatar, trata-se, como foi anunciado, do Item 3 da pauta. Trata-se de projeto em decisão terminativa do Projeto de Lei nº. 188, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, que consolida a legislação de cultura.

“O Projeto de Lei do Senado, PLS 188, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, propõe a consolidação da legislação de cultura.

Composto de 261 artigos, o PLS nº. 188, de 2009 reúne, sistematicamente, a legislação sobre cultura existente até o momento de sua proposição. Na proposta de consolidação, foram incluídas as seguintes leis: o Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937; a Lei 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos; a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus e dá outras providências; a Lei nº. 4.845, de 19 de novembro de 1965; e a Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003; que institui a Política Nacional do Livro”.

A seguir vem outros projetos que foram apensados à proposição que estamos relatando. Passo agora a fazer uma observação sobre o parecer do relator, o nobre e competente Senador Augusto Botelho.

“Em sua justificação, o parlamentar alega as diversas vantagens de se elaborar uma consolidação de todas as leis da cultura, entre elas a de que tal reunião contribuirá para o aperfeiçoamento da gestão de políticas públicas da cultura em nosso país.

Nos termos do art. 213-B, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, foi aberto, perante a Mesa, o prazo para oferecimento de emendas ao projeto. Findo o prazo prescrito, de 30 dias, não houve qualquer proposta nesse sentido”.

Análise. “À Comissão de Educação, Cultura e Esporte compete, como se sabe, além da apreciação sobre normas gerais de cultura, pronunciar-se sobre o atendimento ao princípio de preservação do conteúdo original das normas consolidadas, nos termos dos arts. 102 e 213-B do Regimento Interno do Senado Federal.

De acordo com o art. 203-A(F), a que já me referi, do Regimento, é facultado a qualquer senador ou comissão oferecer projeto de lei de consolidação, atendidos os princípios de que tratam os arts. 13, 14 e 15, da Lei Complementar 95, de 1998, vedada a alteração no mérito das normas que serviram de base para a consolidação. Uma vez aprovado pela Comissão de Educação, o PLS 188 será encaminhado ao Plenário, conforme preceitua o art. 213-C, igualmente do Regimento Interno da Casa”.

Sra. Senadora Fátima Cleide. “De início, importa reconhecer quão valiosa é a contribuição do Senador Augusto Botelho para as políticas culturais do país, ao propor uma consolidação das leis do setor.

Bem sabemos que, no Brasil, não bastam os princípios que orientam os legisladores, ao proporem normas adequadas ao bom ordenamento jurídico. Muitas

vezes, ainda que aprovadas, as leis acabam não sendo cumpridas, em sua integralidade. Muitas são as razões para tal descara. Mas entre elas está, sem dúvida, a complexidade de nosso sistema legal. Dificilmente o cidadão comum localiza, de pronto, aquilo que procura em uma lei. Quase sempre um diploma remete a outro, que, por sua vez, faz referência a um terceiro, e assim por diante. Desse modo, fica difícil cumprir o preceito constitucional, segundo o qual ninguém poderá alegar o desconhecimento da lei para fazê-la cumprir.

No caso da legislação sobre cultura, felizmente, o número de normas não é tão grande, nem tantas as áreas reguladas. Mas, ainda assim, os sucessivos ajustes dos últimos anos acabaram por criar o efeito que descrevemos acima, ou seja, o das múltiplas fontes para se entender um único dispositivo. Nesse sentido, em boa hora, o Senador Augusto Botelho propõe a consolidação contida no PLS 188, de 2009. Essa reunião compreende as leis fundamentais do setor, entre elas a do patrimônio cultural, a dos museus, a do livro, a do audiovisual e a do incentivo via renúncia fiscal. Adicionalmente, incorpora leis singulares sobre celebrações cívicas vinculadas à cultura.

Entretanto, não obstante o zelo com que o autor do PLS 188, de 2009, teve e com muito cuidado tratou do assunto, encontramos algumas lacunas, as quais podem ser sanadas por meio de emendas que oferecemos. A primeira das emendas diz respeito à referência à Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, contida no caput dos arts. 187 e 198. Trata-se obviamente de um lapso, o qual pode ser corrigido mediante alteração da referência para ‘este Título’, que é exatamente aquele que trata da política do audiovisual, como o fazia a MPV.

As emendas seguintes tratam da incorporação de uma série de artigos da Lei 11.437, de 2006, a qual, entre outras providências, alterou a Lei 8.665 e a Medida Provisória 2.228-1, de 06 de setembro de 2001. Os pontos em que a Lei nº. 11.437, de 28 de dezembro de 2006, se referia a esses dois diplomas já estão incorporados no PLS 188, que estou relatando, que é deste ano, ou seja, 2009. Porém, do art. 1º ao art. 6º e do art. 10 ao art. 17, houve uma omissão. Tais artigos, entre outras providências, criam o Fundo Setorial de Audiovisual, que passa a incorporar o Fundo Nacional de Cultura. Nesse sentido, elaboramos emenda para que o teor desses artigos, na forma de parágrafos, seja incorporado ao art. 219, do PLS 188, de maneira a não se perder a congruência e a articulação interna. Mantendo a sistemática adotada pelo Senador Augusto Botelho, fizemos constar as referências aos artigos originários, logo abaixo do dispositivo, entre parênteses, em itálico, em corpo menor.

Ainda no conjunto dos dispositivos oriundos da Lei 11.437, propomos a inserção de artigos nos capítulos específicos do PLS 188, de 2009, obedecendo à harmonia do tema tratado”.

Assim sendo, Sras. e Srs. Senadores, *“propomos a inclusão, no Título V, no Capítulo IV, de artigo correspondente ao caput do art. 10, da citada lei, transformando seu parágrafo único, original, em § 1º e incluindo o teor proposicional do art. 15 do mesmo diploma legal, ao qual esse artigo se referia. No mesmo título e capítulo, mandamos inserir o que correspondia ao art. 11, com a repetição do teor do art. 15, por se tratar de penalidade aplicável a quem descumprir o disposto nesse artigo. No Título V, Capítulo III, propomos inserir o correspondente teor do art. 12 da Lei 11.437, a que já referi algumas vezes.*

Com propósito semelhante, um conjunto de artigos deverá ser incluído no Título V, Capítulo IX, correspondentes aos arts. 13, 14, 16 e 17 da Lei nº. 11.437. Essa série de emendas implica, obviamente, a revogação da Lei nº. 11.437, de 2006. Entendemos que, deste modo, cumprimos o que nos determina o Regimento Interno do Senado Federal, que é a verificação da integralidade das leis a serem consolidadas.

Suplementarmente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte se pronuncia também sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, bem como quanto ao respeito à técnica legislativa, aspectos que não merecem qualquer reparo”.

Em face do exposto, Sra. Presidente, Senadora Fátima Cleide, *“diante do exposto, observado a constitucionalidade, juridicidade e adequação à técnica legislativa, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 188/2009, nos termos das seguinte emendas...”.*

Sra. Senadora Fátima Cleide, eu me dispense de ler as emendas, que foram muitas apresentadas, e creio que, como as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores têm em mãos os respectivos avulsos, não terão dificuldades, portanto, em votar nessa matéria, que é tão importante, e é agora submetida à apreciação por iniciativa do Senador Augusto Botelho.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Marco Maciel. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, a matéria está em votação. Aqueles que aprovam o relatório apresentado pelo Senador Marco Maciel, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente, pela ordem. Eu tenho um requerimento de urgência para essa matéria, que está sobre a Mesa também, que vai daqui para o Plenário ser apreciado, e é uma matéria importante, bem fundamentada pelo

Senador Marco Maciel, cuja relatoria coube ao Senador Cristovam Buarque, iniciativa do colega Augusto Botelho. Então eu gostaria que o requerimento de urgência fosse apreciado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em pauta requerimento de urgência, que solicita o Senador Flávio Arns, para que a matéria, o Projeto de Lei do Senado nº. 188, de 2009, que consolida a legislação da cultura, possa ir direto ao Plenário para ser votado. Aqueles que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 10, não terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 86, de 2004...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Mozarildo, essa matéria é de sua autoria. *“Dispõe sobre a isenção do imposto sobre importação incidente sobre instrumentos musicais adquiridos por músicos”.* Autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. O relatório é favorável, na forma do substitutivo oferecido, e pela rejeição do PLS 345, de 2006, que tramita em conjunto.

“A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos, tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº. 345, de 2006, que concede isenção do imposto de importação da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público, incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços, PIS/PASEP - importação e da contribuição social, COFINS - importação aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios. Autoria do Senador Cristóvão Buarque, Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Leonel Pavan, Sérgio Zambiasi; relatoria do Senador Sérgio Zambiasi. O relatório é pela rejeição do projeto e favorável ao PLS 86, de 2004, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos”.

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi, relator da matéria.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Senadora Fátima Cleide, obrigado pela oportunidade que me foi oferecida pela comissão para relatar. Na realidade, são dois projetos, o projeto é de origem 86, de 2004, e posteriormente o projeto que foi elaborado depois de ampla discussão e com audiências públicas da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da Comissão de Educação. Foram duas audiências públicas, aqui estiveram presentes músicos, estiveram presentes a Ordem dos

Músicos do Brasil, representantes da receita e também representantes da indústria. Aliás, eu quero saudar aqui a presença do consultor, Prof. Carlos Penna Bresciani, e do Presidente da Ordem dos Músicos do Distrito Federal, Sydney Teixeira; estão acompanhando a discussão, na expectativa de que possamos dar um passo importante, hoje, na aprovação do substitutivo que nós acabamos apresentando, em função dessa discussão toda que motivou a elaboração desse projeto. O Senador Mozarildo Cavalcanti, com muita sensibilidade, entendeu a dificuldade que os músicos brasileiros vêm tendo na importação de instrumentos de qualidade, para que possamos continuar fazendo a música qualificadíssima do Brasil.

Aliás, a própria análise da assessoria do governo, quando nos orienta aqui, na votação, e sugere a liberação da bancada no voto, diz que ao propor esse benefício... Lembramos aqui o valor da música como expressão cultural, e que o Brasil é reconhecido como portador da música mais rica do mundo, que chegou a exercer influência no exterior, como, por exemplo, o jazz norte americano e na música erudita francesa.

Hoje, infelizmente, nós ainda não temos um padrão de qualidade na fabricação dos instrumentos que possa concorrer com fabricantes estrangeiros. Nós reconhecemos os esforços da indústria nacional, e a indústria esteve aqui em Audiência Pública, e esteve no meu gabinete com a Ordem dos Músicos, e esse substitutivo nasce exatamente dessa discussão. Nós procuramos aperfeiçoar, encontrar um ponto comum, um ponto de encontro, após esse diálogo necessário entre os interessados.

Esquecemos aqui, no caso, os apreciadores, e eu me coloquei então como tal, como apreciador, sendo o terceiro elemento no processo, porque aqui esteve, então, a indústria, e aqui esteve o músico, ambos discutindo aberta, democraticamente e acolhendo as sugestões que foram propostas, para que pudéssemos chegar a esse momento.

Eu vou direto, aqui, à análise, Senadora Fátima Cleide, para apreciar a votação. Então, *“conforme já opinou essa comissão, é inegável o mérito das iniciativas ao propor isenção de imposto sobre a importação de instrumentos musicais. A indústria nacional, apesar de promissora, não consegue, em muitos casos, produzir equipamentos com a mesma qualidade técnica que as tradicionais marcas internacionais oferecem. Para o aperfeiçoamento do músico, é de fundamental importância o acesso ao instrumento da mais alta qualidade possível, e o Brasil precisa oferecer as condições para o aprimoramento pleno do talento dos nossos artistas em prol do fortalecimento da própria cultura nacional. Os projetos de lei em análise, apesar de partir em*

abordagens distintas, procuram, ambos, o do Senador Mozarildo Cavalcanti e da Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, oferecer essas condições e tratam do mesmo objeto e abordam o tema de forma complementar”.

Então, nós propusemos que substitutivo não conterá os dispositivos do PLS de 86, de 2004, apontados pela Comissão de Economia e pela CCJ como inconstitucionais. Além disso, para atender adequadamente às necessidades dos músicos, a emenda substitutiva que apresento altera de cinco anos para 36 meses o prazo para a aquisição de novos instrumentos com o benefício das isenções, e para 24 meses o prazo para a venda, no mercado interno, dos equipamentos adquiridos com o referido benefício. E a fim de preservar a eficácia da nova lei, foi retirado do texto a remissão ao decreto que institui a TIPI. Finalmente, cumpre lembrar que, de acordo com o estabelecido no art. 260, § 2º-B, do RISP, na tramitação conjunta, terá precedência o projeto mais antigo sobre o mais recente, quando originários da mesma Casa. Sendo assim, o substitutivo a ser oferecido ao PLS 86, de 2004, do Senador Mozarildo Cavalcanti, o Voto é pela aprovação, Senadora Fátima Cleide.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Em discussão a matéria.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tinha quatro ponderações a fazer. Em primeiro lugar, conheço, com bastante proximidade, tanto o Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem brinco chamando de primo, e o Senador Sérgio Zambiasi, meu grande companheiro desse Senado Federal, nessa última legislatura. Na verdade, parabeno o projeto no seu conceito.

Existe, por parte minha, uma preocupação todas as vezes que se confronta a importação de produtos, isenções para importação de produtos *versus* a indústria nacional. Procurei pessoalmente o Senador Sérgio Zambiasi, e o mesmo me assegurou de que esses instrumentos que estão previstos nessas importações são instrumentos que têm exatamente uma qualidade técnica que, na verdade, há concordância das empresas brasileiras fabricantes de equipamento musicais em permitir que haja essas importações.

Outro ponto que eu me ative, em termos da minha preocupação, foi no tocante a tomar cautela, lá no futuro, para que os músicos não sejam usados em importações desviadas. Se tem uma certificação de que um cidadão é músico e ele tem a carteira da Ordem dos Músicos, e poderia ser, lá na frente, utilizado em

importações que, na verdade, fossem [ininteligível] fraudulentas, utilizando-se o nome desses músicos. Essa é uma cautela que nós temos que ter, um cuidado, não sei se através... se o substitutivo, se o projeto já prevê uma regra, um disciplinamento para que, porventura, lá na frente, bem intencionados, mais alguns músicos possam ser utilizados.

E por fim, eu quero, na verdade, fazer um registro. Sabendo que a Mesa do Senado concorda, está isto dentro do Regimento do Senado, mas eu particularmente sou contrário, não no caso da relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, no qual eu tenho total confiança, mas eu faço meu protesto no sentido de que o autor possa ser o relator, e, nesse caso, o autor e o relator são os mesmos, no tocante quando foi distribuído o processo. No tocante à ética do Senador Sérgio Zambiasi, ele foi tão ético que excluiu o projeto na qual ele era o autor, um dos autores. Valeu a precedência e valeu a assinatura do Senador Cristovão Buarque, que tinha sido o primeiro signatário em conjunto com o Senador Sérgio Zambiasi de um dos um dos projetos. Mas, na verdade, mesmo o Senado permitindo, eu acho que as mesas das comissões, nós deveríamos evitar que um mesmo senador seja autor e relator de projetos nessa Casa. Era esse o meu registro, mas votarei favoravelmente.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Roberto Cavalcanti. Só para esclarecer, como V. Exa. já tinha colocado, essa questão da autoria e relatoria é uma decisão da Mesa e não cabe à comissão. E é uma decisão recente, inclusive, de dois anos para cá, da Mesa Diretora do Senado Federal.

Pergunto ao Senador Sérgio Zambiasi se, ainda como relator, deseja usar da palavra.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Som na mesa do senador. Deixa eu desligar aqui.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A sala já está nos acompanhando, apenas eu quero agradecer a manifestação do colega Roberto Cavalcanti, sua preocupação, acho correta, e esse projeto está andando aqui, na Casa, e terá a oportunidade de ser inclusive aprimorado, se for o caso, nas próximas comissões. Mas, para sua tranquilidade, o projeto prevê que as orquestras e suas entidades afins, os músicos devem comprovar a sua atividade profissional, que isso realmente é fundamental para não acontecer essa preocupação que meu querido amigo, Senador

Roberto Cavalcanti, manifestou, e com justiça, é verdade, e verdadeira.

E no mais, senadora, eu agradeço e espero que... Conheço a própria indústria nacional, entendo a importância do seu aperfeiçoamento para que, no futuro, esse músico brasileiro não precise mais encontrar, no mercado externo, um produto com a qualidade exigida. Acho que será uma concorrência saudável e necessária para o verdadeiro aprimoramento dos instrumentos fabricados aqui, no Brasil. Acho que a concorrência é boa, ela é saudável, e, nesse caso, a concorrência não é uma competição de mercado. Na realidade, é o profissional interessado que vai proporcionar a possibilidade dessa importação, o que obviamente restringe enormemente a sua aquisição. Facilita, isso sim, a vida do músico profissional que depende desse instrumento para ter o mercado ainda melhor.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Senador Sérgio Zambiasi. A matéria está em votação. Os senadores que concordam com o parecer do senador Sérgio Zambiasi permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 23, também é não terminativo, é aditamento ao requerimento sem número, ainda, dessa Comissão de Educação... Perdão, aditamento ao Requerimento nº. 45, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo. A solicitação é do Senador Sérgio Zambiasi, para que também seja convidado para participar de Audiência Pública conjunta, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº. 116, de 2010, o Sr. Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema. Com a palavra, o autor do requerimento, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Fátima Cleide, é para ampliar um pouco mais o debate, o Cícero Aragon é especialista no assunto, é importante que a Casa ouça também a sua manifestação, nesse debate importante que o Senado está promovendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em votação. Aqueles que concordam com o aditamento ao Requerimento nº. 45 permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu requeriria também a inclusão de requerimento extrapauta, na verdade, apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, mas, como ele não está presente, tomei a liberdade de subscrevê-lo também, com a finalidade, se V. Exa.

permitir, de discutir as medidas propostas no PLC nº. 116, de 2010, sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas: Ministro do Tribunal de Contas da União, Sr. José Jorge; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, Roberto Moreira; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro, Mariza Leão; Professor da Fundação Getúlio Vargas, Carlos Ari Sundfeld; e Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, Ronaldo Mota Sardenberg.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A matéria está em discussão. Em votação a inclusão extrapauta. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Em votação a apreciação do requerimento. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Como relatora do Item 14, Projeto de Lei do Senado nº. 306, de 2009, “*que institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação*”, matéria essa de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo relator favorável dessa Presidente, eu quero dar como lido o relatório, uma vez que consta da pauta há várias reuniões.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 12h37.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE DEZEMBRO DE 2010.

Às onze horas e vinte e oito minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência da Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Valter Pereira, Gilvam Borges, Gerson Camata, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Alvaro Dias, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, João Ribeiro, Romero Jucá, Francisco Dornelles, Valdir Raupp, Gilberto Goellner e Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Mauro Fecury, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, José Agripino e Adelmir Santana. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mes-

ma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião e a deliberação do Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2010, que “*Institui o Dia Nacional da Educação Infantil*”, dos Alunos do segundo período da Educação Infantil do Instituto de Educação Haidée Neves, assim como, do Senhor Luiz Gomes Filho, Psicólogo; Senhora Luciane de Almeida Souza, Coordenadora Pedagógica e Senhora Tatiane Dourado Oleira dos Santos, Professora, todos do Instituto de Educação Haidée Neves. Neste momento, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, convida os Alunos do segundo período da Educação Infantil do Instituto de Educação Haidée Neves, para cantarem a música “*Vamos Construir*”. Finda a apresentação, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, o Senhor Senador Roberto Cavalcanti requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo item 013, o que é aprovado. **Item 013: Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Nilmar Ruiz, que “*Institui o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado em âmbito nacional*”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que “*Dá nova redação ao inciso V do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação)*”, para assegurar aos profissionais do magistério em exercício da docência em regime de tempo integral metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos previsto em seu plano curricular”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador João Tenório, que “*Cria programa de Crédito Educativo para estudantes de Pós-graduação*”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilberto Goellner e o parecer pela prejudicialidade é aprovado. Logo após, o Senhor Senador Gilberto Goellner requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 014, o que é aprovado. **Item 014: Projeto de**

Lei da Câmara nº 271, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, que “Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calçário Agrícola”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 215, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Beto Albuquerque, que “Confere ao Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 520, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Centros Olímpicos”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 036, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Luiz Alberto, que “Inscribe os nomes dos heróis da Revolta dos Búzios João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis das Virgens no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência e do uso das drogas”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 015: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Roberto Alves, que “Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida”. O relator

designado, ad hoc, é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 019: Comunicado da Presidência:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as), membros Suplentes e Titulares desta Comissão, que todas as proposições distribuídas às Vossas Excelências deverão ser devolvidas à Secretaria desta Comissão, a partir do dia 14 de dezembro do corrente, quando realizaremos a última sessão deliberativa do ano. Tal medida visa atender à norma regimental disposta no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, regulamentado pelo Ato do Presidente nº 97, de 2002, que disciplinam o critério para arquivamento de proposições ao final de cada Legislatura”. A matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 022, de 2010; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 013, de 2010; Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 012, de 2006; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 094, de 2009; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2010; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2009; Item 012: Projeto de Lei da Câmara nº 036, de 2009; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2003 e Item 018: Requerimento**, de autoria do Senhor Senador Antonio Carlos Valadares. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se acham. Aprovado.

Hoje nós estamos recebendo aqui, nesta Casa... Estamos recebendo aqui os alunos do segundo período da Educação Infantil do Instituto de Educação Aidé Neves, aqui, de Brasília. Nós queremos agradecer a presença dos alunos, agradecer a presença dos

professores que vieram acompanhando os alunos. E, hoje, nós vamos fazer algo especial. Se os senadores concordarem, as crianças gostariam de iniciar a nossa sessão, hoje, cantando para os senadores ouvirem. Se todos concordarem, nós vamos ouvir as crianças do Instituto de Educação Aidé Neves, que se fazem presentes nessa manhã, aqui.

Qual é o objetivo deles? O objetivo das crianças e dos professores era estar aqui, na hora em que fôssemos votar - se tiver ainda condições de votarmos hoje, como é terminativo - o Projeto de Lei do Senado nº. 170, "*que institui o Dia Nacional da Educação Infantil*", de autoria do Senador Cristovam Buarque e relatoria do Senador Flávio Arns. Se ainda tivermos condições de votar o terminativo, nós poderemos votar esse projeto de lei, que é do interesse das crianças todas que estão aqui, hoje, nos visitando.

Portanto, eu quero convidar as crianças do Instituto de Educação Aidé Neves para se posicionarem aqui na frente, para fazer a sua musiquinha para todos os senadores e presentes a esta sessão.

[música]

Vamos construir uma ponte em nós.

Vamos construir para ligar seu coração ao meu,

com o amor que existe em nós.

Tudo o que se sonha com amor se pode conseguir,

porque tudo é assim, é assim,

e a gente vive muito mais feliz.

Vamos construir uma ponte em nós.

Vamos construir, para ligar seu coração ao meu,

com o amor que existe em nós.

[palmas]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada. Linda a música. E nós temos que construir mesmo um mundo melhor para todos nós.

Eu quero agradecer, também, aqui, a presença do Sr. Luís Gomes Filho, psicólogo do Instituto de Educação Aidé Neves. Seja bem-vindo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sra. Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então, estamos agradecendo aqui a presença do Luís Gomes Filho, psicólogo do Instituto de Educação Aidé Neves, da Professora Luciene de Almeida Souza(F), coordenadora pedagógica do Instituto de Educação Aidé Neves; e da Tatiane Dourado Oleira(F) dos Santos, professora do Instituto de Educação Aidé Neves.

Nós queremos agradecer muito a participação das crianças e dos professores, nessa manhã, e recebemos aqui uma camiseta da Zilda Arns, entregue pelas crianças.

Srs. Senadores...

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria, com a permissão do Senador Augusto Botelho - dos relatores, até o Item 12, é o único presente -, que me permitisse, caso V. Exa. concorde, pedir uma inversão de pauta, em função de compromissos que eu tenho, assumidos fora do Senado, para relatar, ler o Item 13, que é terminativo. Já ganharia tempo, com a sua leitura, para aprovação na próxima reunião, caso nós tenhamos quórum.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se não houver nenhuma objeção, está invertida a pauta. Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti, para a leitura do Projeto de Lei da Câmara 250, de 2009, "*que institui o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino*", a ser comemorado em âmbito nacional. Autoria da Deputada Nilmar Ruiz e relatoria do Senador Roberto Cavalcanti. O relatório é favorável, e a observação: "*A matéria constou da pauta da reunião no dia 09/11; matéria a ser votada em bloco, segundo Decisão nº. 1 dessa comissão, aprovada por unanimidade em 09/06/2009*". Com a palavra, o Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço ao Senador Augusto Botelho, à Senadora Marisa Serrano, pela inversão de pauta, e aos demais companheiros, presentes nesta comissão.

Sra. Senadora, "*o Projeto de Lei da Câmara PLC nº. 250/2009, (Projeto de Lei originário: 2207/2007, na origem), da Deputada Nilmar Ruiz, propõe a instituição do dia 27 de junho como Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado em âmbito nacional.*

É considerado como quadrilheiro junino o profissional que utiliza meio de expressão artística cantada, dançada ou falada, transmitido por tradição popular nas festas juninas, conforme estabelece o parágrafo único, do art. 2º.

V. Exa. deve saber que existem palavras inseridas curiosíssimas ao puxar uma quadrilha, que são palavras originárias do francês, alavantú, anarriê, changê de dame, changê de cavalheiros - já é uma adaptação -, changê de cavalheiros, no Brasil. Isso lembra, por exemplo, na área veicular, principalmente na minha fase de juventude, o painel do carro era o tablier(F),

que também vem do francês, e da marcha à ré era darriê(F), darriê(F) que é o do anarriê, que está lá na quadrilha, resgatado. Então, são várias as razões pelas quais eu considero meritório esse projeto.

“O art. 3º determina que a lei em que se converter a proposição em vigor terá validade na data da sua publicação.

Como justificção, o autor argumenta o quão significativo se tornam as danças de quadrilha em todo o Brasil, com mobilização de milhares de grupos, que se reúnem e treinam durante meses para as apresentações coreografadas e musicadas, refletindo uma prática cultural enraizada em nossa nação”.

Na Paraíba, por exemplo, na cidade de Campina Grande, por exemplo, tem festivais, em outras cidades do Nordeste, Caruaru e outras, festivais de quadrilhas. As quadrilhas de bairros populares também é uma coisa que merece o maior carinho, porque, na verdade, nós estamos transmitindo de geração para geração, principalmente, um folguedo popular, que, na verdade, tem a sua origem popular e que é cultuado principalmente na região Nordeste.

“Na Casa de origem, a proposição foi apreciada conclusivamente pelas Comissões de Educação e Cultura (CEC), Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), nos termos do art. 4º, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Na primeira comissão, o projeto recebeu parecer favorável, com a apresentação de substitutivo, que foi referendado pela segunda.

No Senado, o PLC 250/2009 foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a CE, com foro de decisão terminativa. Uma vez que não foram oferecidas emendas, este parecer segue a matéria principal”.

Na análise... É, na verdade, repetitivo... *“Tendo em vista essa magnífica demonstração de vitalidade da cultura brasileira, nada mais adequado do que reconhecer o quadrilheiro junino, conferindo-lhe a data no calendário das celebrações brasileiras”.*

Vou direto ao Voto, Sra. Presidente.

“Observado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 250/2009, que institui a data 27 de junho como Data do Quadrilheiro Junino”. Vinte e sete de junho é data muito oportuna, porque fica exatamente no interstício entre o São João, que é o dia 24, para o dia 29, que é dia de São Pedro. É o auge das festas juninas no nosso Brasil, no nosso Nordeste.

Era isso, Sra. Presidente. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, fica o projeto sobrestado para a próxi-

ma reunião, assim que nós tivermos quórum para os terminativos.

Passamos ao Item nº. 5, terminativo também - depois vamos para os não terminativos -, que é o Projeto de Lei do Senado 397/2008, *“que dá nova redação ao inciso V, do art. 67, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para assegurar aos profissionais do magistério, em exercício da docência em regime de tempo integral, metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras, não incluídas nos trabalhos de interação com os alunos, previstas em seu plano curricular”.* Autoria da Senadora Fátima Cleide e relatoria do Senador Augusto Botelho. Relatório: *“Favorável, na forma do substitutivo oferecido”.* Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação do turno suplementar, se nós tivermos quórum nessa sessão.

Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Sra. Presidente, *“chega a esta comissão, para decisão de caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 397/2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, pelo qual dá nova redação ao inciso V, do art. 67, da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 96, que fixa as diretrizes e bases da educação, a LDB.*

O objetivo do projeto, consoante o art. 1º, é assegurar aos profissionais da educação, quando em exercício da docência em regime de tempo integral, que metade de sua carga horária seja cumprida em atividades de estudo, planejamento, avaliação e em outras atividades não incluídas no trabalho de interação com os alunos, previstas no plano curricular.

A justificção desenvolve argumentos pedagógicos e de valorização do trabalho, evocando o contraste, hoje existente, entre os professores de educação básica e os da educação superior. Nas universidades, no regime de 40 horas semanais, os docentes só estão obrigados a oito horas de docência em sala de aula, enquanto, no Ensino Fundamental e Médio, se chega a 32 horas na mesma jornada, obrigando a trabalhos estafantes e sem retorno do aprendizado dos alunos.

Cabe a esta comissão o exame da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e do mérito do projeto, ao qual não foram apresentadas emendas”.

Da análise, Sra. Presidente.

“Os arts. 61 e 67, da nossa Lei de Diretrizes e Bases são dedicados às diretrizes educacionais concernentes aos profissionais da educação. Recentemente, pela Lei 12.014, de 06 de agosto de 2009, que resultou de projeto da Senadora Fátima Cleide, ficou assente que o termo ‘profissionais da educação’ abarca todos os trabalhadores com exercício permanente no siste-

ma de ensino, desde que habilitados para a docência, para as funções da pedagogia e para outras funções escolares, a que o Conselho Nacional de Educação denominou de 'serviços de apoio escolar'.

Entre os profissionais de educação, os do magistério, ou seja, aqueles que se dedicam diretamente à docência, merecem atenção especial, para que não somente tenham seu trabalho humanizado e valorizado, mas também para que gozem de condições pedagógicas que lhes permitam produzir frutos de aprendizagem para os estudantes sob sua responsabilidade.

O art. 67, embora contido na seção dos profissionais da educação, trata mais diretamente dos professores das redes públicas. Ele precisa ser objeto de reestruturação e, em boa hora, podemos começar pela composição da jornada.

O texto atual do inciso V é muito vago, ao assegurar a esses docentes período reservado a estudos, planejamento, avaliação, incluído na carga horária de trabalho. Um plano de carreira que destinasse quatro horas semanais para essas atividades, seja em um regime de 40, seja em um regime de 20 horas de trabalho, poderia ser julgado correto? De acordo com a atual redação, com toda certeza. A comparação com o que acontece nas universidades dá um pista adicional para a medida adequada de horas de docência e horas de outras atividades pedagógicas que a sustentam. Entretanto, não se reivindica para a educação básica a mesma medida adotada na educação superior.

Embora muito interessante, a solução em exame, ao fixar uma medida para a carga integral de trabalho - hoje fixada em até 40 horas semanais - deixa um vácuo legal. Assim, conquanto concordemos com a proporção de metade de dedicação à docência, de acordo com o plano curricular, pensamos ser necessário também contemplar outras alternativas de jornada, presentes nos planos de carreira dos estados e municípios, nos moldes da lei acima citada.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, nada há a reparar, principalmente em se tratando de matéria reconhecidamente básica e de diretrizes da educação escolar, aplicável às redes de ensino de todos os entes federados".

O Voto, Sra. Presidente.

"Pelo exposto, o Voto é pela aprovação do PLS, na forma seguinte", que se encontra aqui, na agenda. Esse é o meu voto: pela aprovação desta forma que se encontra aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão.

Eu queria apenas fazer uma ressalva: que este projeto nós não vamos votar agora, porque ele é terminativo, não temos quórum para isso, mas é um pro-

jeto que tem que ser discutido, porque as escolas de jornada integral são ainda poucas no país e, para nós, são fundamentais que elas se sedimentem no Brasil, é a forma que nós teremos de ter nossos alunos com mais tempo de formação. E discutir a questão da metade da carga horária para atividades. Depende muito do projeto pedagógico da escola, e isso tem que ser discutido também, não dá para a gente votar, simplesmente o Senado determinar, sem, antes, ouvir as pessoas envolvidas, aquelas pessoas que realmente estão trabalhando em escolas de jornada integral. Eu acho que essa é a forma que nós vamos ter aqui de discutir.

Não havendo mais quem queira discutir, fica para a próxima reunião, assim que tivermos número, quórum para terminativo.

O não terminativo... Item nº. 8, não terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 492/2008, "que cria programa de Crédito Educativo para estudantes de pós-graduação". Autoria do Senador João Tenório; relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: "Pela prejudicialidade". A matéria é terminativa na Comissão de Educação, Justiça e Cidadania. A matéria constou da pauta das reuniões do dia 08/09 e 08/12 e estamos indicando para relator *ad hoc* o Senador Goellner, por favor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Senadora Marisa Serrano. Inicialmente eu quero lhe cumprimentar pela vasta referência que o Senado fez do seu projeto, que vai ser apreciado possivelmente hoje, extrapauta, sobre a publicidade de alimentos no país, da qual eu sou relator na Comissão de Meio Ambiente. Então, se der prazo, ainda, nós devemos votá-lo lá. Da forma como V. Exa. encaminhou a mim, eu vejo que nós precisamos dar andamento, para que, mesmo que estamos no final de mandato, aqui, no Senado, e também as comissões estão praticamente já parando de se reunir... Mas é um projeto que, para o ano que vem, vai ter grande repercussão no Senado, vai poder ser discutido em outras comissões.

Mas, em relação ao projeto da relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini, do Projeto de Lei do Senado 492, do Senador João Tenório, nós avaliamos que o Voto da Senadora Rosalba foi coerente, pois financiamento para alunos de pós-graduação, um crédito educativo para estudantes de pós-graduação, já é contemplado dentro do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior, o FIES, claro que com a restrição que... Eu vejo que só tendo mais recursos que poderá ser atendido na integridade dos pedidos de pós-graduação, porque o financiamento de que trata alunos de pós-graduação, de mestrado e doutorado, feito pelo CAPES, eu vejo que, sempre que houver re-

curso, vão ser concedidos também a alunos de pós-graduação. Dessa forma, como o FIES, que é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, já contempla também alunos de pós-graduação, o Voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº. 492, de 2008.

Era esse o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Goellner. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles senadores que concordam permaneçam como se acham. Aprovada a relatoria do Senador Goellner *ad hoc*.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Pela ordem, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A senhora já colocou em leitura alguns projetos terminativos; da mesma forma, eu, como relator do Item 14, pergunto se poderíamos inverter a pauta e dar continuidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Se todos concordarem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): [ininteligível] do Item 9.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É *ad hoc* também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas é só... Resumo aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Goellner.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas, para mim, não há problema. Vou aguardar agora [ininteligível].

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Então, Senador Goellner, para terminar. O Item 14, que é terminativo, Projeto de Lei da Câmara 271/2009, "*que dispõe sobre instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola*". Autoria do Deputado Luis Carlos Heinze e relatoria do Senador Gilberto Goellner. O parecer é favorável. Com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, "*esse Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, propõe a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola, a ser comemorado anualmente, na data de 24 de maio de cada ano, no país*".

Gostaria de analisar do contexto de referência que esse insumo agrícola representa para desenvolvimento da produção de alimentos do país.

O Deputado Luis Carlos Heinze, conhecedor da atividade agrícola, como engenheiro agrônomo e sabe dos benefícios que esse insumo moderno tem propi-

ciado ao seu estado, o Rio Grande do Sul, e a todo o país, ele relata um exemplo de que nós precisamos intensificar o uso desse insumo, porque é um insumo essencialmente nacional, proveniente de jazidas nacionais. Ele é moído e serve para neutralizar a acidez do solo e, com isso, propiciar a produção de alimentos. Ele, utilizado mais racionalmente e com maior intensidade, teria condições do país, que tem uma área plantada de 33 milhões de hectares... Se utilizasse uma quantidade, hoje, quatro vezes maior do que a atual, nós teríamos uma produção de alimentos... Dobraria a produção de grãos no país, com maior produtividade, e economizaríamos muito com fertilizantes, sendo que esses, normalmente, na maior parte, hoje, 70%, é importado, os fertilizantes.

Então, nada mais do que dar uma consideração especial a esse insumo, instituindo o Dia Nacional do Calcário Agrícola. Por estes motivos é pela aprovação do projeto de lei, instituindo o Dia Nacional do Calcário Agrícola no país. Inclusive para difundir melhor essa tecnologia e para que todos os produtores tenham acesso a esse insumo, eu vejo de muita validade esse projeto. O Voto é pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Goellner. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, fica o projeto para a próxima reunião, quando tivermos número para um terminativo.

Item nº. 9, Projeto de Lei da Câmara nº. 215/2009, "*que confere ao Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil*". Autoria do Deputado Beto Albuquerque, relatoria do Senador Pedro Simon. O relatório é favorável. A matéria constou na pauta das reuniões do dia 09/11 e 23/11, 23/11 e 30/11. *Ad hoc*, passamos a leitura para o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, o projeto da Câmara nº. 215/2009 é do Deputado Beto Albuquerque, meu amigo, do PSB, "*propõe que seja conferido ao Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, o título de Berço da Colonização Alemã no Brasil*".

O relator principal é o Senador Pedro Simon. Aqui, com alegria, eu vou direto para a análise do projeto.

"Nos termos do art. 102, II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a manifestação sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas, categoria em que se inclui o PLC nº 215/2009.

No Senado Federal, temos aprovado, já, uma série de homenagens dessa natureza, ora instituindo um dia dedicado a uma causa, etnia ou categoria; ora com homenagens a cidades que se destacam de alguma

maneira. É o caso do Município de São Leopoldo, para o qual, nessa ocasião, é proposta a concessão do título de Berço da Colonização Alemã no Brasil.

Ensina a História que não se pode mirar o passado, senão com olhos de quem o avalia para projetar o futuro, corrigindo erros e injustiças. Os compêndios da Etnografia, Sociologia e História ensinam-nos, igualmente, que as políticas do império brasileiro basearam-se em crenças, felizmente hoje já superadas, tais como a da superioridade de certas etnias em comparação com outras.

Aprendemos, por outro lado, que a cultura brasileira tem se construído em uma permanente superação de diversos entraves: o do preconceito sobre esta ou aquela etnia, baseado na cor da pele ou procedência geográfica, por exemplo; ou o da miséria e da fome de milhões de pessoas, que vem sendo superado por meio de política de distribuição, de redistribuição de renda; ou, ainda, o do atraso educacional e econômico de diversas regiões, que impede a construção da nossa autonomia como Nação. Assim sendo, baseando-nos não mais no princípio e na intolerância, demos motivos para celebrar a diversidade em nosso país, pela contribuição vigorosa que cada segmento deu à configuração da nação brasileira.

Dessa forma, o Brasil dedica um dia à consciência negra, para valorizar a contribuição dos diversos povos trazidos à força da África, para constituir a mão de obra escrava em nosso país. E por que não dedicarmos uma homenagem à colonização alemã, que tanta contribuição tem oferecido ao país? Entendemos que a iniciativa do Deputado Beto Albuquerque tem esse propósito e, por isso, é merecedora da aprovação.

Por outro lado, visto que à CE compete pronunciar-se conclusivamente sobre a matéria, cabe observar, também, que o atendimento aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental, nesse aspecto, nada obsta à aprovação da matéria”.

Assim, Sra. Presidente, em resumo, sou totalmente favorável. Eu escrevi minha vida política no Vale dos Sinos, São Leopoldo é o coração do Vale dos Sinos, e eu tenho uma relação carinhosa, respeitosa, com toda aquela comunidade alemã. Então, me sinto orgulhoso por V. Exa. ter permitido que, *ad hoc*, eu fizesse o relatório, em meu nome e em nome do Senador Simon, tenho certeza do Zambiasi e, naturalmente, do autor da matéria, que é o nosso querido amigo Beto Albuquerque. E também, aqui, já cumprimento o prefeito da cidade, o Ary Vanazzi.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Paim. Em discussão. Como é terminativo, fica para a próxima reunião.

Se todos concordarem, terça-feira, se tivermos condições de estar aqui, é a última reunião do ano, dessa legislatura, poderíamos votar projetos como esse.

Item nº. 2 da pauta, terminativo também, Projeto de Lei do Senado nº. 520/2009, “*que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Centros Olímpicos*”. Autoria... Minha autoria e relatoria do Senador Jefferson Praia, e, hoje, nós pedimos ao Senador Marco Maciel que seja *ad hoc* na relatoria desse projeto. O relatório é favorável, e a matéria constou da pauta dos dias 23/11 e 30/11.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, conforme a presidenta da comissão, Senadora Marisa Serrano, anunciou, passo a relatar, como relator *ad hoc*, o Projeto de Lei do Senado nº. 520/2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, “*que autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Centros Olímpicos*”, assim dispõe a epígrafe do projeto.

O relatório. “*Encontra-se, nesta comissão, para análise em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 520, de 2009, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que ‘autoriza – [ininteligível] ementa - o Poder Executivo a instituir o Programa de Centros Olímpicos’.* O objetivo do programa é assegurar que todas as cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, além das capitais dos estados, contem com pelo menos um centro olímpico para a formação, desenvolvimento e prática de diversas modalidades esportivas. Mediante construção, ampliação ou recuperação de estruturas já existentes, o programa poderá utilizar, prioritariamente, instalações pertencentes à União, ou as que lhe sejam doadas por estados ou municípios, conforme regulamento a ser estabelecido.

Os recursos financeiros necessários à execução do Programa dos Centros Olímpicos serão fixados no Orçamento-Geral da União do ano seguinte à publicação do regulamento previsto.

Não foram apresentadas emendas ao projeto”.

Análise.

“*A matéria encontra-se ao rol de atribuições dessa comissão, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.*

Tendo em vista tratar-se de exame de caráter terminativo, devemos nos pronunciar, não só sobre o mérito, mas, também, acerca da constitucionalidade e juridicidade do projeto. Sob esses aspectos a proposição encontra-se em conformidade com as normas vigentes, inclusive no que se refere à técnica legislativa, nos termos da Lei Complementar 95/1998. Cabe lembrar, por oportuno, que se trata de projeto de lei autorizativo, que tem livre trânsito no Senado, conforme

a interpretação do Parecer 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

No tocante ao mérito, entendemos que a iniciativa merece encaminhamento favorável por parte desta comissão. Com efeito, percebe-se a necessidade de atuação mais efetiva do Poder Público na expansão da oferta do esporte olímpico e estímulo à sua prática, para dar vazão à crescente demanda por parte dos jovens.

O desafio das diversas instâncias envolvidas com a questão é o de incentivar ações sustentáveis, que resultem no desenvolvimento desse segmento esportivo.

Não podemos deixar de concordar com o entendimento da autora do projeto, a nobre Senadora Marisa Serrano – que inclusive preside a presente sessão –, de que, além dos benefícios ao esporte nacional, com a criação de novas gerações esportivas, o programa a ser criado poderá ampliar as possibilidades de preparação de atletas para os eventos esportivos que terão sede no Brasil proximoamente – em especial, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas em 2016”.

O voto, diante do exposto, Sras. e Srs. Senadores: opinamos, como relator *ad hoc*, pela aprovação do Projeto de Lei nº. 520, do Senado Federal, nos termos propostos.

Este, portanto, é o Voto, Sra. Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Marco Maciel. Em discussão. Como é terminativo, fica sobrestado para a próxima reunião ou quando tivermos quórum.

Item nº. 17, terminativo, é o Projeto de Lei da Câmara nº. 36/2010, “*Inscreve os nomes dos heróis da Revolta dos Búzios João de Deus, Lucas Dantas, Manuel Faustino e Luis das Virgens no Livro dos Heróis da Pátria*”. A autoria do Deputado Luiz Alberto; relatoria do Senador Inácio Arruda. Relatório: “*Favorável, com as emendas oferecidas*”. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas.

Com a palavra, o Senador Inácio Arruda, relator do projeto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sra. Presidenta, quero dizer que a iniciativa dos nossos colegas, no caso, nosso colega, Luiz Alberto, com quem fomos parlamentar em conjunto, eu e V. Exa., quando ele chegava da Bahia à Câmara Federal, é daquelas iniciativas felizes, porque busca colocar entre os Heróis da Pátria aqueles que desenvolveram uma luta no Brasil que incluía a libertação dos escravos, mas eles foram mais além, porque, meu caro Paim, batalharam

pela libertação dos escravos e, ao mesmo tempo, batalharam pela independência do Brasil. Eles queriam um país independente, um país capaz de desenvolver a sua economia.

Então, acho que juntou essa demanda social, política e econômica simultaneamente. Por isso o meu parecer e o meu Voto é favorável ao projeto de lei da Câmara e que a gente consiga, o mais rápido possível, quórum, para que a gente vote, porque trata-se de uma matéria, minha cara Presidenta, terminativa na nossa comissão. Nós precisamos alcançar esse quórum para garantir que esses homens sejam lembrados para sempre como aqueles que ajudaram a formar o nosso Brasil efetivamente. Muito obrigado. Nosso Voto é pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos esperar o quórum, principalmente na terça-feira que vem, se tudo der certo, para poder votar projetos como esse.

O Item nº. 1 da pauta, terminativo, Projeto de Lei do Senado nº. 43/2003. “*Autoriza o Poder Executivo a instituir o programa nacional de prática desportiva para a preservação (sic) da violência e do uso das drogas... para a prevenção da violência e do uso das drogas*”. A autoria do Senador Magno Malta; relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares, com parecer favorável. A matéria constou da pauta dos dias 23/11 e 30/11, e pedimos ao Senador Cristovam Buarque que faça a relatoria *ad hoc*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, esse projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e, nesta comissão, está para análise, em caráter terminativo, autorizando o Poder Executivo a instituir programa nacional de prática desportiva para a prevenção da violência do uso da drogas.

“*Nos termos do art. 1º, o programa destina-se a fomentar projetos desportivos que beneficiem crianças e adolescentes moradores das comunidades situadas em áreas com alto índice de violência.*”

“*No art. 2º, se prevê que caberá ao Poder Executivo estabelecer critérios de seleção das comunidades beneficiadas, normas e meios de apoio técnico, gerencial e creditício do programa.*”

“*A lei originada do projeto entrará em vigor na data da sua publicação, isso determina o art. 3º.*”

“*Não houve emendas ao projeto*”.

Da análise, Sra. Presidente.

“*A matéria conforma-se ao rol das atribuições desta comissão, nos termos do art. 102, inciso I, do*

Regimento Interno do nosso Senado Federal. Tendo em vista que a proposição já foi examinada na CCJ, do ponto de vista da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, devemos nos pronunciar sobre o mérito do projeto. Sobre este aspecto, entendo que a iniciativa é favorável, deve ser favorável por parte desta comissão.

Deve-se ressaltar o significado socioeducativo da medida em análise. Dados demonstram que o esporte pode ser utilizado como instrumento de combate às drogas e à marginalização de crianças e adolescentes. De fato, a prática esportiva constitui uma motivação mais vigorosa do que o próprio ensino formal para crianças e jovens em situação de risco.

Essas crianças costumam preferir a escola em nome do trabalho, seja por conta da impossibilidade de conciliá-los, seja devido à inadequação da escola, que despreza o seu saber prático e as suas necessidades reais de conhecimento.

Complementar a isso, a exigência de prestação de contas detalhada, incluída na lei a publicação de todos os passos que antecedem a emissão de normativos, é algo inerente à moderna e democrática administração pública.

Não temos dúvida da significância de programas permanentes de incentivo à prática desportiva como poderosos meios de socialização e promoção de nossas crianças e nossos jovens.

Por essas razões, Sra. Presidente, consideramos meritório e oportuno o projeto de lei apresentado pelo Senador Magno Malta, especialmente nessa ocasião em que o país se prepara para sediar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Devemos, nessa oportunidade, aproveitar esse impulso e apoiar ações e programas que contribuem para o combate à violência, ao mesmo tempo em que propiciam a formação de novas gerações esportivas”.

Por tudo isso, diante do exposto, o meu voto é favorável à aprovação do PLS 43/2003, nos termos propostos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERIANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Cristovam. Em discussão. Fica o projeto, então, para ser votado quando tivermos quórum para um terminativo.

Último projeto da manhã de hoje. O Item nº. 15, Projeto de Lei da Câmara nº. 108/2010, “que institui a Semana de Mobilização Nacional para a Busca e Defesa da Criança Desaparecida”. Autoria do Deputado Roberto Alves; relatoria da Senadora Fátima Cleide. Relatório: “Favorável”. *Ad hoc* o Senador Augusto Botelho, por favor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Bom dia, Presidenta. Eu vou fazer o relatório... vou ler, elaborado pela Senadora Fátima Cleide.

“O Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2010, de autoria do Deputado Roberto Alves, institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida, a ser realizada, anualmente, entre 25 e 31 de março. Durante o período, de acordo com a proposição, serão desenvolvidas atividades que visem promover a busca e a defesa de crianças desaparecidas no território nacional.

Na justificação da matéria, o autor enfatiza que a fixação de uma semana dedicada à mobilização pela busca de crianças desaparecidas no calendário nacional de efemérides representará incentivo para a divulgação do assunto na mídia.

Também informa que o período escolhido presta homenagem à criação da Associação Brasileira da Busca e da Defesa da Criança Desaparecida, conhecida como movimento “Mães da Sé”, ocorrida em 31 de março de 1996.

Aprovado nas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado a este Colegiado para análise de caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas”.

A análise, Sra. Presidente.

“O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 108, de 2010... O exame do projeto de lei, por este Colegiado, atende aos requisitos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 102, que fixa as competências da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, pois a proposição trata de matéria que versa sobre criação das datas comemorativas e homenagens cívicas.

O conteúdo da proposição também respeita os requisitos impostos pela Constituição Federal, no que se refere à iniciativa de proposições e à competência para legislar.

No tocante à técnica legislativa, o projeto respeita os preceitos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Quanto ao mérito, julgamos a matéria relevante, pois se junta a outras iniciativas, no sentido de fortalecer a mobilização nacional em defesa de crianças desaparecidas.

A gravidade da situação justifica a adoção da medida, especialmente quando se verifica, de acordo com dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que somente cerca de 10% dos casos registrados de desaparecimento de crianças e adolescentes são efetivamente solucionados. A angústia, a infelicidade que o desconhecimento

do paradeiro de seus filhos e filhas causa às famílias reforça a necessidade de que sejam adotadas medidas em busca do objetivo de facilitar a localização de crianças e adolescentes desaparecidos”.

O Voto. “Diante do exposto, o Voto é favorável à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 108/2010”, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Augusto Botelho. Em discussão. Fica o projeto para a próxima reunião, quando tivermos quórum.

Eu queria fazer um comunicado aos Srs. Senadores. “Comunico aos Srs. Senadores, membros suplentes estruturais dessa comissão, que todas as proposições distribuídas a V. Exas. deverão ser devolvidas à secretaria desta comissão, a partir do dia 14 de dezembro do corrente, quando realizaremos a última sessão deliberativa do ano. Tal medida visa atender à norma regimental, disposta no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal, regulamentado pelo Ato do Presidente nº. 97/2002, que disciplina o critério para arquivamento de proposições ao final de cada legislatura”.

Já foi um comunicado para o gabinete de V. Exas. para que, até o dia 14, eles estejam aqui, retornando a esta comissão, aqueles projetos que não foram apreciados.

Queremos convidar a todos para, hoje, às 14 horas, na CCJ, debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 116/2010, “que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado, altera a Medida Provisória 2.228, de 06 de dezembro de 2001, e altera diversas leis, aqui, dessa Casa”.

Eu quero dizer que essa é uma Audiência Pública muito importante, é a segunda. Tive a oportunidade de ler os documentos todos enviados a esta comissão, e há discordância em alguns aspectos, que eu acho que é importante que todos possam participar, inclusive a possibilidade do conteúdo das emissoras de TV a cabo serem controlados, verificados e autorizados por órgãos governamentais.

Para amanhã, nós temos uma Audiência Pública aqui, nessa comissão - é a quarta audiência - sobre diversidade nas escolas, preconceito e inclusão. A Audiência Pública é sobre necessidades especiais. A autoria é dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide. Todos estão convocados amanhã, às 10 horas, para essa reunião.

E, portanto, não tendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta reunião da Comissão de Educação, desta manhã.

Muito obrigada.

Sessão encerrada às 12h14.

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2010. – AUDIÊNCIA PÚBLICA.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Flávio Arns**, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, Roberto Cavalcanti, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, José Nery, Gim Argello, João Ribeiro e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Paulo Paim, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo e Marisa Serrano. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 37/09—CE, de autoria dos Senhores Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti e Fátima Cleide, destinado a discutir o tema “**Necessidades Especiais**”, em continuidade aos debates do Seminário “**Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão**”, iniciado em 21 de outubro de 2009. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Maria Glória Batista da Mota, Secretária Executiva da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Senhora Luciene Carvalhais, Coordenadora Estadual do Núcleo de Autogestão, Autodefesa e Família da Federação das APAES do Estado de Minas Gerais; Senhora Lúcia Maria Borges de Sousa, Professora da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhor Marcos de Brito, Presidente da Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos de Surdos; Senhora Darlene Coelho Sepúlveda Contafes, Representante da Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal; Senhor Clésio da Cruz Alves, Programador de Infografia do Centro de Tecnologia de Software - CTS; Senhora Dânnia Esteves Oliveira Vasconcellos, Intérprete de Libras da Universidade de Brasília – UnB; Senhora Sandra Marinho Costa, Procuradora Jurídica da Federação Nacional das APAES; Senhora Maria Aparecida de Oliveira,

Diretora Executiva da Escola de Governo do Distrito Federal e Senhor Luiz Gomes Filho, Psicólogo do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano - EDEN. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor Álisson Vinícius da Silva Pinto, Autodefensor Estadual da Federação das APAES de Minas Gerais – FEAPAES/MG; Senhora Angélica de Oliveira Dias, Consultora de Educação e Reabilitação da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Senhor Rimar Ramalho Segala, Professor, Ator e Fundador da Cia. Arte e Silêncio; Senhora Maria de Fátima Amaral, Presidente da Associação dos Deficientes de Brasília – ADB e Senhor Gustavo Adolfo de Medeiros, Mestre em Inteligência Artificial e Neurociência Computacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.** Neste momento, a Presidência esclarece a todos que a expositora Cathlen Cudo, Professora de História, justificou ausência na presente reunião em virtude de problemas de saúde. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos parlamentares presentes na reunião. Usam da palavra o Senhor Senador José Nery e o Deputado Federal Eduardo Barbosa (PSDB / MG), Presidente da Federação Nacional das APAES. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Flávio Arns, solicita à Secretaria desta Comissão o encaminhamento da gravação da presente reunião a todas as entidades do país que trabalhem com pessoas com deficiência, como uma forma de contribuir com seus trabalhos. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Flávio Arns**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº. 37/2009, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Flávio Arns, Ideli Salvatti, Fátima Cleide, para realização de Audiência Pública destinada a discutir o tema: “Necessidades Especiais”, inserida no seminário: “Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão”.

Dando início à Audiência Pública, solicito à secretária adjunta da comissão, Adriana Nunes, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Os convidados são Alisson Vinicius da Silva Pinto, autodefensor estadual da Federação das APAEs de Minas Gerais; Angélica de Oliveira Dias, consultora de educação e reabilitação da Organização Nacional de Cegos do Brasil.

Eu vou, em primeiro lugar, receber os convidados, e já leio os nomes e as qualificações de cada um deles. Eu vou repetir os nomes lidos, e as qualificações. Aqui, à minha esquerda, Alisson Vinicius da Silva Pinto, autodefensor estadual da Federação das APAEs, Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Minas Gerais; Angélica de Oliveira Dias, à minha direita, consultora de educação e reabilitação da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Rimar Ramalho Segala, professor, ator e fundador da Companhia Arte e Silêncio, à minha direita; Gustavo Adolfo de Medeiros, mestre em Inteligência Artificial e Neurociência Computacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – seja muito bem-vindo de volta, você esteve, no outro dia, na Comissão de Assuntos Sociais –; Maria de Fátima Amaral, que está a caminho, Presidente da Associação dos Deficientes de Brasília; e Cathlen Cudo, que é professora de história, e que não pôde estar presente e justificou a ausência, em função de problemas de saúde. Ela, inclusive, enviou uma carta que, na sequência, será lida.

Eu quero destacar, novamente, que o tema é “Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão”. E nada melhor do que as próprias pessoas que estão na área das necessidades especiais, na área da deficiência, que elas possam dizer como é que elas pensam sobre o assunto, não é verdade? E todos nós, Executivo, Legislativo, diretores, comunidade, sempre escutarmos o que as pessoas têm a dizer e, em função do que elas disserem e discutirem, viabilizarmos políticas públicas, orçamentos para o atendimento, com qualidade, das necessidades, ultrapassando o preconceito e buscando a inclusão em toda a sociedade. Está bem?

Então, sejam bem-vindas... Bem-vinda, bem-vindos, e a todos que estão aqui. E quero destacar a presença do Deputado Eduardo Barbosa, que está aqui, à nossa esquerda, na bancada, deputado por Minas Gerais – uma das lideranças importantes, eu diria

essenciais, no Brasil, nesta área –, e a atual Presidente da Federação Nacional das APAEs, que é o maior movimento do mundo, nesta área, com mais de duas mil entidades organizadas em nosso país. Seja muito bem-vindo, Eduardo, é sempre uma alegria vê-lo.

Muito bem, a Maria de Fátima acabou de chegar. Que bom, Maria de Fátima, seja muito bem-vinda. Maria de Fátima Amaral, Presidente da Associação dos Deficientes de Brasília – ADB.

Muito bem, nós estamos em cinco pessoas, eu gostaria de propor, se fosse o caso, que cada um falasse durante dez minutos. Estaria bem dez minutos? Para o Gustavo sempre é pouco, mas o Gustavo vai se concentrar aí, para poder falar em dez, prorrogáveis por mais dois, vamos dizer. Aí teríamos uma hora de fala, acho que estaria bem, não é? O que vocês acham? Dez...

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Tentar enxugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Tentar exugar, não é, Alisson? Dez... Aí abre-se para o debate com os senadores e senadoras presentes. Mas vamos... Vamos ver, está bem?

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Falar depois da Maria da Fátima. Se a Maria de Fátima concorda, que estava por último. Dá para inverter?

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como?

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: A ordem é essa?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, a ordem é aquela que foi lida aqui. Mas dá para inverter a ordem, isso não é problema, também. Pode ser o primeiro, Alisson?

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Então, em primeiro lugar, Alisson Vinicius da Silva Pinto, autodefensor estadual da Federação das APAEs de Minas Gerais.

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Queria, primeiramente, agradecer, pela oportunidade, primeiramente. Falar para vocês que sou uma pessoa com deficiência intelectual, não é? Nasci assim. Então, eu já quero, já, começar a falar sobre... Já, desde sete anos de idade, eu frequento a escola comum – a qual foi a minha grande barreira – e frequento a APAE.

As salas de aulas... Nunca tive amizade, nunca... Nunca fui aquele local, de ambiente para me preparar, para eu aprender a ler, a escrever. Eu não consegui chegar nisso, de forma alguma. Tive toda uma dificuldade. Eu comecei a guardar letra, ABCD, foi com libras, foi com línguas de sinais, foi a APAE que me ensinou. A forma que a escola, dita hoje... A forma de ensinar não me atende, a pessoa com... que é intelectual, de forma alguma, a forma de ensinar.

E tirando, ainda, a gente é criticado na sala de aula, com os colegas – que eles não têm a compreensão de entender qual é a minha deficiência, qual seria os meus apoios –, nem a própria professora não tem essa paciência. Para você ver, eu cheguei... Eu cheguei na 7ª série, e cheguei para uma professora, pedi a ela para me ensinar. Eu queria aprender, de fato. E ela virou assim: “Não esquentar a cabeça, não, Alisson. O importante, você vai passar de ano. O importante é a sua presença dentro da sala. Se você cumprir, aqui, a sua presença, não esquentar a cabeça”.

Então, as coisinhas que a APAE me ensinou a ler, eu tentava ler, pelo menos passava as minhas quatro horas dentro daquela sala tentando aprender um pouco, tentando, um pouco de esforço meu. Quando... Não só falando de mim, teve um congresso da... Teve um... Um congresso não, um fórum, que o fórum regional que a gente forma, para o Estado todo, ouvimos muito mais de cinco mil pessoas, pessoas com deficiência, família, profissionais. E a maior parte falava o quê? “A escola não está preparada”. “Eu não quero meu filho lá. Não quero de forma alguma”. E o sofrimento que aquela família passa, ali, dentro, é muito grande. Não é respeitado. Eu acho que a gente tem que dar o direito para a família escolher o que ela acha melhor: se é uma APAE ou se é uma escola comum. Isso aí, eu acho que tem que partir de uma família, o que ela acha melhor. Porque quem vai enfrentar, lá fora, na ponta, são elas, não é o cargo que está lá em cima. Então, é a gente que tem que estar ouvindo isso. O que ela deseja, qual é a vontade dela? Você quer?

Então, APAE é muito mais que escola, ela prepara a gente para a vida. Você vê, eu, Alisson, não fui incluído em uma escola comum, mas diante de uma sociedade, eu fui para um grupo de jovens. Você sabe como eu fui? Eu fui para um teatro que a APAE apresentou, e o grupo de jovens viu a importância do Alisson. Em outro teatro da Semana Santa, convidou o Alisson para a Semana Santa. E daí para frente, eu já fui avançando no grupo de jovens. Eu fiquei como coordenador do grupo de jovens. Eu sou vice-coordenador do conselho. Então, para você ver como é que a APAE põe a gente para fora do muro da APAE, a gente avança com essa preparação. Para você ver,

eu já fui conselheiro da parte da saúde. Aí como as pessoas foram começando a entender o Alisson, e eu aprendendo com eles, porque eu preciso de pessoas que me ensinam. Se vocês não quiserem me ensinar, eu não tenho como avançar, entendeu? Eu preciso muito das pessoas.

Então, já foi dessa forma que eu fui, já, avançando, que os apoios que a APAE... Que viam que precisava dar uns apoios, não faziam para o Alisson, mas apoiar a necessidade. Por exemplo: de ler um papel, que eu já vou... Eu já vou precisar. E que, hoje, eu já trabalho na Federação de APAEs de Minas Gerais. Fui, dia 20, agora, fui votado para ser o Presidente de APAE da minha cidade. Então, você vê a autonomia que a gente está tendo dentro da uma ONG e dentro de uma sociedade. Antigamente, quando eu ia para a APAE, que me chamavam de doido, sabe? Porque eu ia para a escola comum, as minhas atitudes, a minha forma de não entender aquela forma de ensinar, eles me chamavam de doido. Quantas vezes... Eu tinha vergonha de usar a camisa de APAE. Com o passar do tempo, eu fui mostrar à sociedade, através... que esses trabalhos todos, que eu não sou doido. Não sou doido.

Então, essas pessoas começaram a ver no Alisson a capacidade dele, de fato. Na escola comum, não consegui nenhuma forma de ser respeitado, visto como cidadão pleno, que eu pago os impostos, que eu voto, eu tenho direito de votar. Eles não me veem como assim. As amizades que eu tinha, eu continuei. Na escola comum, eu não criei amizade, não tive carinho, não tive atenção como todos outros colegas meus. Quando a gente escuta os casos, que nesses fóruns teve caso que o professor punha ele no canto da parede, porque achava que ele não queria fazer o trabalho. Então, punha no canto da parede. E, de fato, ele não dava conta.

Então, são fatos, são vários fatores que a escola comum não está preparada. Quando você quer receber a pessoa com deficiência lá, muda a forma de fazer o trabalho. Que essa forma que está hoje não atende nem a pessoa como deficiência, nem o surdo. Porque a gente, essa semana, na Semana Mundial da Pessoa com Deficiência, tinha reclamação de surdos, de cegos, pedindo para a escola... que as ONGs assumir, que a escola comum não está preparada. Nem os cadeirantes, ainda, no geral, não têm acessibilidade no todo. Então, a gente ouviu isso. Então, é muito... É muito sério. Não estou falando mais só com o intelectual, que tem que ter outro tipo de apoio. O surdo, se você ensinar libras e ter o apoio de libras, ele está incluído aí, está ok. E é mais fácil de acontecer. Imaginem o que o intelectual precisa de vocês... Precisa que vocês criem formas diferentes, porque a forma que é

ensinada não vai me atender. Talvez... Talvez, da forma que você me levou não vai ser bacana, você tem que repensar de novo e, talvez, o problema, você tem que resolver o problema na minha casa, que a maior parte das APAEs são pessoas carentes, são pessoas pobres, que precisam, de fato. Então, vive lá problema de fome, de miséria, de drogas, de tudo e, às vezes, a professora tem que trabalhar outra forma para melhorar, para fazer um trabalho com a pessoa com deficiência, porque em casa ele não tem nem cabeça. Chega na escola daquele jeito. Como você quer que avance? A escola, hoje, não está aceitando a pessoa com deficiência, de forma alguma.

Obrigado pela oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Normalmente, nas audiências públicas, a gente não bate palmas, mas podemos bater, hoje, estão liberados, está bom? [risos] Não é, José Nery? Quero destacar a presença do Senador José Nery, também, do Estado do Pará, e do Deputado Eduardo Barbosa, de Minas Gerais, Deputado Federal.

Assim, parabéns. Obrigado, Alisson, nesse momento.

Para a Angélica de Oliveira Dias, que é consultora de educação e reabilitação da Organização Nacional de Cegos do Brasil.

SRA. ANGÉLICA DE OLIVEIRA DIAS: Bom dia a todos, autoridades presentes. Muito obrigada pelo convite. E representar a Organização Nacional de Cegos do Brasil, aqui, hoje, é uma imensa satisfação, e falar de dificuldades da inclusão e preconceitos em relação à inclusão é um tema que mexe muito com a gente, porque a gente lembra lá, de quando a gente foi alfabetizado, de quando o sistema teve que nos receber, enfim, eu tenho deficiência visual, tenha baixa visão e nós, deficientes visuais, estamos em um grupo dividido entre dois subgrupos: os cegos e as pessoas com baixa visão.

As pessoas cegas são aquelas que têm, em um modo didático da gente falar, até 4% de visão – então, são totalmente cegos, como a gente costuma dizer –, e a pessoas com deficiência visual, que têm até 30% de visão no melhor olho, mesmo com correção visual. A Organização Nacional de Cegos do Brasil lamenta, hoje, o nosso ordenamento jurídico, através de uma súmula do STJ, reconhecer a visão monocular como deficiência. Nós não vamos entrar no mérito de questão, mas nós, deficientes visuais, não reconhecemos visão monocular, aquela que pessoa que enxerga de um olho perfeitamente e tem o outro olho cego, como pessoa com deficiência visual. Porque essas pessoas não precisam das adaptações de material, das adap-

tações que pessoas cegas precisam para estudar, do sistema braile, que pessoas deficientes visuais com baixa visão precisam de letras ampliadas, de computadores, enfim, de materiais adequados. Essas pessoas, a gente não considera, mas, enfim, foi um lamentável contrassenso dentro do nosso ordenamento jurídico.

Falando sobre políticas públicas, que é uma coisa muito em voga, hoje em dia, a gente precisa, efetivamente, para se conseguir êxito no nosso processo de inclusão, que haja políticas públicas coerentes, harmônicas entre as nossas esferas de governo. Nós já temos legislação que ampara a inclusão, que “obriga” que seja feita, e a gente já reconhece, eu acho que até é um avanço, no nosso país, porque nós reconhecemos a importância de se ter pessoas com deficiência incluídas, seja no sistema de ensino, seja no mercado de trabalho, porque é lá onde se reflete o êxito de educação, quando a gente consegue concluir a inclusão e colocar aquela pessoa como um ser produtivo dentro do mercado de trabalho. Mas, infelizmente, essas políticas ainda não... Elas não convergem para um mesmo objetivo, elas não estão se comunicando. Existem, a gente reconhece a importância, mas, infelizmente, ainda não temos políticas efetivas, que vão fazer cumprir a nossa legislação, que é tão complexa, tão completa, para que se haja inclusão de verdade.

A gente pode citar a Constituição de 88, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Tratado de Salamanca, o tratado... Da convenção, de outras convenções, e até a nossa própria convenção, que foi ratificada em 2008, por esta Casa, pelo Congresso Nacional, mas a gente ainda encontra dificuldades. Como é que a gente vai conseguir êxito na inclusão? Como que nós vamos conseguir, de fato, que isso se torne uma realidade? Quando o sistema abraçar não só afetivamente, não só se preocupar com as questões materiais, de recursos, de adaptações de materiais, mas, fundamentalmente, abraçar afetivamente essa causa.

O êxito da inclusão está em a gente identificar precocemente a deficiência, está em a gente avaliar como esse aluno vai ser melhor atendido, fazer a estimulação precoce adequada e, assim, prepará-lo nas suas incapacidades, para ser incluído, verdadeiramente, na rede regular de ensino. É importante que a gente pense que inclusão só se faz... Seja de pessoas cegas, seja de baixa visão, seja de pessoas com limitações físicas, auditivas, enfim, ela só vai se fazer com uma ação conjunta da sociedade – seja do próprio deficiente, em reconhecer e saber lidar com a suas limitações; da família, que é importantíssima, dentro desse contexto, porque ela precisa reconhecer a potencialidade daquela criança que ela recebeu no seio da sua família, para que ela possa caminhar com

ela; e da própria escola que vai receber essa criança, seja no seu corpo diretivo, seja no professor que vai estar em sala de aula.

E não podemos descartar uma coisa que o Alisson lembrou bem: a escola comum, ela ainda não está preparada para a pessoa com deficiência. A escola especializada, seja em um contexto de você colocar a criança até uma determinada série para frequentar escola especializada e aí, sim, incluir, que isso, hoje, infelizmente, o Ministério da Educação já quer que a inclusão seja feita desde a educação infantil, só que a educação infantil não consegue contemplar nem as crianças, entre aspas, ditas normais, porque o nosso sistema ainda não está preparado, instrumentalizado para isso. Como que eu vou conseguir, então, trabalhar com a diferença lá dentro, trabalhar com a criança que têm deficiência?

Então, a gente precisa incluir, sim. Eu vejo, na inclusão, uma grande vantagem, porque o mundo, a gente tem que viver para o mundo, a deficiência visual está aí, a deficiência mental, a deficiência física está aí. A gente tem que reconhecer, sim. A gente vive é em sociedade, a gente não pode querer estar segregado dentro de uma estrutura onde a gente não vai ter o convívio. A gente não pode estar na nossa bolha de proteção, mas a gente precisa preparar esta criança, porque senão o que a gente vai fazer com essa criança, no ensino regular, não é incluir, é arremessar ela dentro de uma sala de aula. Porque como que eu posso trabalhar, ensinar braile para uma criança cega, dentro de uma sala comum, se o meu professor que está lá dentro, muitas vezes, na maioria das vezes, ele não tem qualificação para isso?

Sistema braile não é língua, sistema braile é um sistema de transcrição da língua portuguesa, da língua inglesa, enfim, de todas as línguas e códigos, também, que trabalham com a conversão da matemática, da física e da química. Mas o professor precisa ser preparado para isso. Se o nosso aluno com deficiência visual estiver preparado e tiver a base necessária dentro, seja no atendimento especializado, seja em uma escola dita inclusiva, ele vai conseguir, sim.

Aí a gente pode lembrar, também, das tecnologias, que foi muito falado – e o tempo é curto, a gente precisa dar o recado com uma certa agilidade –, mas tecnologias são muito boas. Tecnologia, eu posso dizer para vocês que a tecnologia, para a deficiência visual, foi um divisor de águas. A gente pode dizer, na deficiência, antes de tecnologia e depois da tecnologia. Foi muito bom. Mas, no caso das pessoas com deficiência visual, no caso das pessoas cegas, principalmente, porque as pessoas com baixa visão, se elas tiverem um caractere ampliado, ou nem muitas vezes ampliado,

porque, dependendo de patologia, se ela tiver ajustado o material dela para a patologia dela, ela vai ter assistência. Agora, braile, tecnologia não substitui braile, computador não substitui a necessidade do Sistema braile. Tecnologias são muito, muito importantes, elas são complementares, elas jamais são substitutivas.

E eu quer dizer que, nós, deficientes visuais... A gente concorda, sim, com a inclusão, mas desde que ela seja feita com maturidade, que a gente prepare o profissional que vai receber, que a gente possa estar trabalhando junto com a família, que a gente possa estar trabalhando junto com cada peculiaridade de cada patologia, e com cada peculiaridade, seja de cegueira, seja de baixa visão. E que a gente trabalhe, sim. A gente fala assim: "Vamos tornar iguais os diferentes". Não, vamos tratar a diferença com diferenças, sim, para que a gente consiga dar, colocar em um patamar de igualdade.

Eu quero dizer, assim, que a gente, infelizmente, ainda, é o utópico falar de inclusão no nosso país, mas que existem, já, iniciativas muito meritórias para que se haja inclusão de verdade. Ainda, o sistema ainda não abarcou a inclusão da pessoa com deficiência, mas atitudes individuais estão fazendo a diferença nesse país de extensões enormes, de dificuldades enormes, mas de uma riqueza tamanha, e esse país está, aos poucos, reconhecendo o valor e as potencialidades da pessoa com deficiência.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PSDB-PR): Parabéns. Agradeço a Angélica, nesse primeiro momento, bastante clara e bastante precisa nas colocações.

Passo, em seguida, a palavra ao Rimar Ramalho Segala, que é professor, ator e fundador da Companhia Arte e Silêncio.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PSDB-PR): O tradutor... Agora, vai ser o inverso, o tradutor vai--

INTÉRPRETE: Isso, fazer voz.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PSDB-PR): --traduzir para gente o que... Só um minuto.

Muito bem, com a palavra o Rimar.

SR. RIMAR RAMALHO SEGALA (POR INTÉR-

PRETE): Bom dia a todos. Bom, eu queria uma coisa... Falar uma coisa muito importante, Deus... Não sabe, não tem noção exatamente do que acontece, porque a relação dos meus pais, meu pai e minha mãe, com relação a mim, como aconteceu... Gostaria de agra-

decar à Mesa, ao Senador Flávio Arns o convite por estar aqui, hoje. E, agora, eu vou demonstrar a vocês a minha experiência com relação à surdez, o tema de surdo mesmo.

Bom, então, o meu avô, no caso, e a minha avô, os meus avós também são surdos. Então, o meu pai e a minha mãe também estão surdos. A minha irmã também é surda. Eu também sou surdo. Então, algumas... Primos também são surdos e alguns tios também são surdos. Bom, então, a família é uma família onde eu sou, no caso, o mais novo da família, mas é uma família de tradição surda. E essa minha família, em casa, todos os surdos, eles utilizam libras, é a nossa língua familiar, de casa. E é impressionante, porque o cachorro... O cachorro, que também late, no caso, ele percebe, coitado, porque ninguém escuta ele dentro de casa. Bom, em casa, todos nós usamos libras dessa forma. E o vizinho, como é que acontece com o vizinho? Ele acha muito estranho, ele não consegue entender absolutamente nada: "É verdade que essa família existe? E que começa a falar, articulando e usando o telefone? Música? Coitada dessa família, pelo amor de Deus, eles não conseguem ouvir nada. Todos eles usando essa língua de sinais".

Aí falo assim... Aí chego para o meu pai e falo assim: "O que está acontecendo?". Coitado é dele, ele é quem precisa de ajuda, ele é quem não consegue entender nada. Então, e o abecedário? Não, ele também não sabe. Ok, eu fico imaginando uma criança, no caso... Eu adoro esporte, no caso. Então, mas eu penso que como é obrigatório ficar cantando aquele Hino Nacional, mas eu não estou ouvindo nada. Para que fica com a mão no peito? Todas as pessoas lá, articulando, aquele negócio deve ser fantástico. E eu? Não, eu perco. Essa situação, realmente, para mim, não acontece.

Eu fico vendo na televisão, no caso, o meu pai... Eu adoro futebol, vejo Jornal Nacional, também, e lá, aquelas pessoas falando, falando, articulando. E aí? Vinte e quatro horas dessa forma, como é que eu vou entender o que aquela pessoa está falando? A minha família inteira é surda. Isso é, realmente. Meu pai, ele: "Você precisa ir para a escola, precisa estudar". "Ah, lá tem surdo?" "Tem. É uma escola especial de surdo. Todos são surdos, meus amigos são surdos, todos da mesma idade são surdos. Então, é fantástico isso. Então, eu vou para esta escola". "Ah, cadê o surdo que está aqui?"

E, para a minha surpresa, os surdos daquela escola não têm libras, eles não sinalizam. Eles precisam aprender a língua de sinais, porque a família deles é ouvinte, eles não sabem libras. Mas, então, eles precisam estar inseridos na comunidade surda, para que

ensinem a eles a língua deles. Pergunto para eles: “Qual o nome? Qual a idade?”. Eles não sabem responder absolutamente nada, eles têm essa dificuldade. E o professor fica lá, falando de forma lenta. Como é que pode? Esses surdos eles não são... Não têm um tipo de deficiência que comprometa isso. Eles não vão conseguir ouvir o que ela está falando, por mais que ela se esforce. E o professor: “Ai, meu Deus, como é que eu vou fazer essa comunicação?”. Então, realmente, nessa escola, falta comunicação. Como é que esse aluno vai entender, se a comunicação falta? Então, o professor: “Não, eu já fiz um cursinho de 120 horas, eu sei libras”. Cento e vinte horas, você aprendeu uma língua em 120 horas? E a barreira aparece, a informação não chega, é tudo muito limitado dessa forma.

Então, a sociedade inteira, ela acaba perdendo, porque na hora do esporte, na hora do futebol, na hora das informações, eu fico imaginando como... Na minha casa, por exemplo, as histórias de Moisés, de piadas, tudo isso acontece na minha casa. Agora, na rua, isso não acontece. Eu perco o que acontece no mundo. Então, eu fundei essa Companhia de Arte e Silêncio exatamente para lutar, para batalhar em cima de uma melhoria no atendimento, porque eu quero, eu desejo que a comunicação melhore no mundo e, segundo, também é a informação, a emoção, porque... E a parte cultural, principalmente, também, porque qualquer língua, ela está envolvida com a parte cultural, não pode uma dissociar da outra. Porque é como o coração tirar do corpo: se você tirar o coração do corpo, o corpo morre, ele não vai resistir a isso.

Então, cultura e... Ela tem que estar caminhando junto com a língua. Então, senão não adianta nada. Se não tiver, também, essa formação cultural. Então, é muito importante que todo mundo esteja inserido nessa batalha de valorizar a língua de sinais. Está certo, tem um básico que é uma... No caso, tem alguns intérpretes que já foram mais adiante, mas só o intérprete não vai resolver isso, porque a cultura própria do surdo, ela tem que estar envolvida em três pontos básicos. A cultura pode melhorar, dessa forma, a inserção na sociedade, a ensinar, a participar de esportes, entender o que acontece, a parte da saúde, e entender exatamente como é que acontece na escola.

Eu agradeço muito a vocês todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só tem que dizer que nós ficaríamos escutando por horas e horas, sabe? Parabéns.

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: Escutando e vendo ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como?

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: Escutando e vendo ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, escutando... É, exatamente, escutando e vendo.

Eu passo, em seguida, a palavra para Maria de Fátima Amaral, que é Presidente de Associação dos Deficientes de Brasília – ADB.

SRA. MARIA DE FÁTIMA AMARAL: Bom dia a todos. Eu quero cumprimentar as autoridades aqui presentes, cumprimentar o nosso Senador, e agradecer ao convite, e falar, assim, um pouco do meu início, quando eu comecei a estudar. Eu sou pernambucana, do interior de Pernambuco, comecei a estudar com nove anos de idade, porque as escolas lá não queriam me receber, então, foi uma luta. Fui criada com a minha vó, e aí foi uma batalha, que as escolas não queriam, realmente, me receber, porque diz que não tinham pessoas preparadas. Se eu precisasse de ir ao banheiro, não teria uma pessoa para me conduzir. Então, eu tinha... Para eu me alfabetizar, existia, naquela época, o Mobral. Então, eu fui alfabetizada no Mobral, com minha avó. Minha vó, com outras pessoas, assim, da terceira idade, estudavam Mobral, e eu fui lá, me alfabetizar.

Mas aí tudo o que o Mobral oferecia, para mim, já... Eu teria que ir mais além. Eu teria que ir para uma escola. E aí foi a minha batalha, foi a minha luta, para poder ser recebida por uma escola. E eu ganhei a minha primeira cadeira de rodas, veio, aqui, de Brasília, da LBA, eles mandaram uma cadeira de rodas para mim e, aí, eu comecei a estudar.

Nenhuma pessoa, assim, graças a Deus, precisei, assim... Por causa do preconceito, às vezes, não é? As pessoas, quando me viam com aquela cadeira de roda na escola, tinha um impacto, assim... Não, assim, querendo ser uma pessoa sabe-tudo, porque ninguém sabe tudo, mas eu procurava me destacar. E foi aí a maneira que meus colegas foram se aproximando de mim, por um interesse, às vezes, de: “Ah, a Fátima sabe. Então, eu vou lá. Eu não estou bem aqui. Então, vamos lá, ela vai me ensinar”. E começaram a frequentar minha casa, e aí foram outros e outros. Eu comecei a dar aulas particulares para as crianças, ali, meus coleguinhos. As mães me pagavam uns trocadinhos, ali, para eu manter meus estudos. E aí eu fui, comecei a estudar, fiz meu primeiro grau, tive que mudar de escola.

E aí, quando eu mudei de escola, a história já foi outra, o pessoal já... Já queriam me receber, fui fazer o segundo grau, fiz contabilidade. O meu sonho era fazer Direito, mas, infelizmente, não tinha como. Primeiro, que não tinha acessibilidade, não tinha, na minha

cidade, faculdade alguma, ainda. E meu sonho, desde criança, era vir para Brasília, para o Distrito Federal, porque eu achava que, aqui, eu ia ter oportunidade, que Brasília, a gente, assim, quando está fora, diz assim, que é a capital das oportunidades. E, realmente, é. É a capital em que a gente se destaca, que a gente tem mais oportunidades. A gente briga muito, mas a gente... Assim, as pessoas, às vezes, são mais sensíveis às nossas causas. Às vezes, a gente... Como é o lugar de poder, o coração do poder, a gente vai indo a uma palestra, a outra, e aí a gente vai mostrando a nossa cara, e aí as coisas vão fluindo.

Então, eu terminei o segundo grau, vim para o Distrito Federal. Aí comecei a ver que também aqui precisava de acessibilidade, procurei uma instituição para pessoas com deficiência. E essa instituição, muito boa para a gente, deficiente, onde a gente participava de palestras, onde a gente participava de alguns seminários, congressos. E eu procurava sempre estar presente, assim, de acordo com a minha condição, que a gente não pode ir a todos, mas, assim, o que eu poderia estar presente, eu estava.

Aí, eu fui, arrumei um emprego. A empresa, depois, acabou. Fui, pela lei de reservas de cotas, fui convidada por uma... Entreguei currículo em uma empresa e aí fui para a empresa... Fui chamada para uma entrevista, quando eu cheguei na entrevista, a porta estava um pouco entreaberta, assim, a pessoa que ia me receber lá, dos recursos humanos, falou para a moça olhar: "A D. Fátima já chegou, tal, é a pessoa com deficiência", que eles estavam procurando pessoa com deficiência. E eu ouvi a pessoa falar: "Mas e agora? Aqui não dá para cadeirante. Você está doida? Como você deixou ela chegar até aqui? O que eu vou falar agora?". E aí, eu ouvi essa fala. Eu fiquei muito aborrecida, mas eu falei assim: "Bom, isso aí não pode... Eu não vou me abater com isso, eu vou em frente."

Aí procurei associação, várias vezes, e estar sempre colaborando, com meus amigos. A instituição, hoje, eu sou Presidente, estou Presidente. Fui Presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência. Fizemos uma conferência muito boa, foi muito importante, foi um avanço, assim, um crescimento para mim, como pessoa. Estou fazendo, cursando o sexto semestre de Serviço Social, em uma faculdade, aqui, em uma instituição de ensino de Brasília, onde estou gostando muito do curso.

O meu desejo seria fazer Direito, não é? Mas aí eu vi que, realmente, eu estou no local certo, correto, que é Serviço Social. O Serviço Social, às vezes, as pessoas pensam assim, que é um curso... Muitas amigas minhas falavam: "Ah, você vai fazer um curso de pobre". Está enganado. A gente vai zelar, vai zelar

pelos direitos das pessoas, entendeu? A gente vai trabalhar nas políticas públicas, ver os direitos e deveres do cidadão, a gente vai mostrar para a sociedade.

Então, assim, o deficiente, ele tem que... Assim, falando, aqui, falou muito bem o Alisson, a Angélica, que as escolas, realmente, não estão preparadas para receber a gente. A gente encontra muitas dificuldades, às vezes, no aprendizado, porque se os nossos amigos deficientes, os surdos, os deficientes visuais encontram muitas dificuldades, os deficientes físicos, para mim, eu estou fazendo a faculdade, eu quero terminar, quero me pós-graduar em gestão, e não está sendo fácil, não. Porque a acessibilidade, no meu centro de ensino, é muito complicada, a acessibilidade é muito ruim, as rampas são enormes, não estão dentro das normas técnicas. E aí os banheiros são bem apertados, tem duas pessoas cadeirantes comigo, na minha sala, e é complicado. A gente, às vezes, opta por nem ir ao banheiro, porque não tem condição para a gente, as rampas são muito altas, não são de acordo. Às vezes, a gente precisa de ajuda de colegas para poder... A gente ser conduzida até a sala.

A biblioteca tem, para a gente chegar até lá, tem a parte de escoamento de água, tem um ralo enorme, que nossa cadeira de rodas, assim, se a gente passar lá, vai enganchar a roda dianteira, que são menores, então, ela engancha ali dentro, e a gente cai, não é? Na minha rua, na rua em que eu moro também é complicada a acessibilidade. Eu já cheguei até a cair, por conta dos buracos. Então, é uma complicação. A gente vai, no nosso dia a dia, a gente vai trabalhando, vai tentando modificar as coisas, a gente vai tentando se adaptar. Mas, assim, eu não aceito a condição da não acessibilidade, a não acessibilidade de todas as formas, de todos os deficientes, seja visual – tem que ter acesso –, seja deficiente auditivo – que vai em um centro de saúde, as pessoas não estão preparadas para receber –, seja o deficiente intelectual.

Então, a gente luta por uma igualdade de direitos, direitos garantidos. A legislação do Distrito Federal, ela é belíssima, porém, ela não é cumprida. Está faltando ser cumprida a legislação. Se vocês forem ver e ler a legislação do Distrito Federal, vocês vão ver: "Nossa, isso aqui é um show". Só que não tem, não é cumprido. Se fosse cumprida pelo menos 1/3, a nossa vida já seria uma maravilha.

Então, assim, nos termos de... Por exemplo, o deficiente que quer adquirir uma carteira de habilitação, quer dirigir, quer uma liberdade, é uma dificuldade total. A gente... Por exemplo, o prazo que é dado para uma pessoa dita normal é o mesmo prazo que é dado para o deficiente. O deficiente tem um ano, passa o processo, a gente vai no DETRAN, e são dois meses

só para a gente chegar até a escolinha de condutores, e quando uma pessoa dita normal, em 24 horas, já está com o seu processo apto. Às vezes, nosso processo vence e a gente nem encontrou a escola adaptada para a gente.

Então, quer dizer, é muito complicado, porque a gente precisa trabalhar nessa área, nesse sentido, porque existem pessoas que não têm condição de dirigir, mas, assim, existem pessoas que têm mecanismo que favorece, que realmente pode ser uma condutora. E a gente podendo conduzir um veículo, é mais um direito nosso, de ir e vir, para não estar tão dependente, porque não temos uma pessoa 24 horas a nossa disposição. Então, é isso.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero destacar a presença de Sandra Marinho Costa, procuradora jurídica da Federação Nacional das APAEs; Maria Aparecida de Oliveira, diretora executiva da Escola de Governo do Distrito Federal; Luís Gomes Filho, psicólogo do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Humano; Maria Glória Batista da Mota, secretária executiva da Organização Nacional de Cegos do Brasil; Luciene Carvalhais, coordenadora estadual do Núcleo de Autogestão, Autodefesa e Família da Federação da APAEs do Estado de Minas Gerais; Lúcia Maria Borges de Sousa, professora da Secretaria de Estado de Educação; Marcos de Brito, Presidente da Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos de Surdos; Dailene(F) Coelho Sepúlveda Contaífer, trabalha na Secretaria de Educação do Distrito Federal; Clésio da Cruz Alves, programador de Infografia da CTS; e Dânia(F) Esteves Oliveira Vasconcelos(F), intérprete de libras da UNB.

Eu só quero destacar que esta Audiência Pública – que tem por objeto “Diversidade nas Escolas: Preconceito e Inclusão” – está sendo acompanhada pelos meios de comunicação do Senado Federal, TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, Agência Senado. E mesmo as pessoas que acompanharem na sequência, porque ela é retransmitida por esses meios de comunicação, para todo o Brasil, se desejarem, podem acessar, colocar opinião, informações, perguntas e, inclusive, incentivamos bastante que isto aconteça, que é um debate que acontece aqui, porém todos nós sabemos que a repercussão sempre é muito grande no Brasil. E eu, inclusive, recomendo a todos que atuam na área da pessoa com deficiência, que escutem muito bem o que as próprias pessoas com deficiência estão dizendo, estão transmitindo, e o que elas, pessoas, acham que deve acontecer.

Eu, até na sequência, pediria para a assessoria da Comissão de Educação, a secretaria, porque hoje

a Adriana, que está como secretária adjunta, que nós enviemos o CD, a gravação, para todas as entidades do Brasil que trabalham com a pessoa com deficiência, para que todas as entidades possam ter o CD. Podem, também, acessar isso no Senado, mas mandar o documento, com uma capa, com uma fotografia, e que possamos fazer isso como trabalho da secretaria, aqui, da Comissão de Educação, da Secretaria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, porque são depoimentos dos mais importantes para reflexão e tomada de posições.

Passo, em seguida, a palavra ao Gustavo, Adolfo de Medeiros, que tem um mestrado, é mestre em Inteligência Artificial e Neurociência Computacional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e é, também, pesquisador da ADEFA, na área de autismo.

Então, com a palavra Gustavo. Eu sei que o Gustavo gostaria de um tempo um pouco maior, mas tentando, assim, condensar. [risos] Está bem. Obrigado.

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: Primeiramente, eu quero agradecer ao Exmo. Sr. Senador Flávio Arns, muito obrigado pelo convite. Quero agradecer também à sua assessoria, foram pessoas muito bacanas, tenho muito a gratidão a eles, como eles me trataram, com muito carinho. Sr. Aires(F), Sra. Ivanilde(F), Sra. Vanda(F). Quero... Atrás de um grande Senador tem sempre uma grande assessoria. Também agradecer... Quer dizer, agradeço, em geral, os assessores. Também quero agradecer a D. Juceli, da ADEFA, que sem ela eu não estaria aqui. Quero agradecer a Mariana Castaldi(F), que fez algumas pesquisas para mim, eu estava... Está sem internet. E quero agradecer, também, a Maria Tereza Gutssolia(F), que me emprestou o computador, que eu estava sem internet.

Bom, eu começo com uma frase latina: “*Ex ore parvulorum veritas*”. “A verdade sai da boca das crianças”. Bom, eu estou fazendo um questionamento sobre a inclusão escolar que estão tentando impor. Uma má inclusão vai criar inferiorização, aprendizado ruim, *bullying*, abandono, isso daí vai ser igual a criança infeliz e sem futuro. É forçar a barra. É igual aquele burquinho redondo, tentar encaixar um quadrado. Por favor.

Eu acho que, primeiramente, a gente tem que dividir... A gente, primeiramente, tem que definir os verdadeiros objetivos. Devemos definir que o objetivo é, principalmente, a felicidade das crianças, e dar um futuro promissor a elas. Eu acho que a inclusão não é um objetivo, a inclusão é um meio. E você... E mais importante do que incluir é saber incluir, saber quando e onde e como incluir. Por favor, passa. Aqui.

Então, eu acho que todo mundo concorda com essas premissas. Partindo dessas premissas – felicidade presente da criança e felicidade futura da criança, dando

perspectiva a ela —, uma inclusão que a faz se sentir inferiorizada e infeliz não atende o primeiro objetivo. Se ao incluir a qualquer custo, ela não aprender, mata-se um futuro. Portanto, não atende ao segundo objetivo. Se a criança é abandonada pelo professor ou pela escola, ela cai no pior dos mundos, porque ela sequer é incluída, ela vai ser uma criança infeliz no presente, sem futuro e, na prática, excluída. Por favor.

Eu vou falar o meu caso pessoal. Eu sou um autista leve, de alto desempenho, ou alto funcionamento. Tive problemas durante a escola obviamente, não é? Assim, eu era considerado totalmente incapaz, assim, por parentes, por professores. Recebia castigo por professores, porque pensavam... Embora eu fosse muito comportado, mas é porque não viam, não conseguiam entrar na minha mente. Era confuso, era apático, apanhava dos intervalos, não participava de brincadeiras etc. etc. Não era uma criança incluída. Pode passar, por favor.

Fui tratado com fonoaudiólogas. Assim, tive uma melhora, porque o autista de alto desempenho, ele acaba aprendendo, se não de uma maneira intuitiva, de uma maneira racional. De um dos piores alunos, depois, com o tempo, eu me tornei dos melhores alunos, embora fosse em um colégio público, estadual e municipal, de má qualidade. Fiquei um ano na Inglaterra, e me ajudou muito, porque a minha tia me ensinou regras sociais muitos importantes. Meu tio... A minha tia Rita, Rita de Cássia, e meu tio Luís(F), ele também era um gênio da sociabilidade. Então, me ensinou a como me introduzir em uma conversa, cuidar da aparência, embora eu até hoje seja ruim cuidar da aparência. Embora, hoje, eu estou bem vestido, não é? Mas isso daí é exceção. Terno qualquer um fica bem, até eu. Manter contato com jovens e ter uma certa independência e tato social. Por favor, passa.

Resolvi tentar vestibular, embora eu estivesse descrente, mas meus tios acreditaram. Acreditaram muito em mim. [choro] Perdão. Eu me tornei engenheiro de telecomunicações, trabalhei por um curto período de tempo como engenheiro. [choro] Por favor, desculpem aí, eu...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: Não, não, não. Eu quero. Por favor. Isso é importante.

Depois me tornei mestre em Engenharia de Sistemas e Computação, por curto período de tempo. Bom... E, agora, vou começar meu doutorado, na área de Sistemas Computacionais. Por favor.

Fui professor voluntário na própria UF(F) e, depois, em um pré-vestibular humanista. Não só fui professor... Eu, tanto de criticar o projeto, eles acabaram

me convidando... Quer dizer, eles tiveram a consciência, eles viram que estavam errados: “Então, já que está criticando, vem fazer com a gente”. E ajudei a criar, a construir o pré-vestibular comunitário e, tempos depois, quando tinha saído da direção, continuei dando aula, dei aula de matemática. E, uma hora, eu estava dando aula de matemática para uma das minhas alunas e, de repente, eu percebia que ela não estava entendendo, uma das alunas não, a turma inteira, não é? E ninguém estava entendendo a aula. Aí fui baixar o nível, aí ninguém continuava entendendo. Baixei mais o nível, ninguém continuava entendendo. Até que eu descobri, dando aula de matemática, que os alunos que estavam se preparando para a faculdade não sabiam tabuada. Isso é o nosso sistema público regular. Ele exclui pessoas normais. Isso tem que ficar claro. Agora, imagina um deficiente. Simplesmente, os professores abandonam.

Eu perguntei a ela: “Poxa, ninguém parou para perguntar suas deficiências?” “Não.” Mais de 11 anos de estudo, nunca ninguém parou para tentar atender as deficiências, na linha de matemática. Então, eu tive que dar aula de tabuada para esse pessoal. Claro que o pessoal mais adiantamento, eu dava uma aula à parte. Então, eu fiz uma aula individualizada. Porque acho que faltou esse cuidado, faltou amor de muitos professores. Passa adiante, por favor.

Então, eu acho que, basicamente, o problema dos alunos são os pais. Quer dizer, claro que tem toda a família e coisa e tal, professores e o Estado. Não é só o Estado. O Estado é reflexo disso tudo. O Estado é o reflexo da nossa sociedade, que é uma sociedade ruim. Passa, por favor.

Bom, dos pais, eu percebi baixa autoestima, escolaridade ruim. Nesse ponto, tenho que concordar plenamente com o Cristovam Buarque, que acha que deve alfabetizar os adultos. Eu acho que deve alfabetizar os adultos e deve ir mais além, na educação dos adultos, porque os adultos vão ter parâmetros de medida para ajudar as crianças. Ignorância etc. e tal. O professor, a gente verifica muita vaidade, distanciamento do aluno, desmotivação, abandono dos alunos, principalmente os problemáticos, não precisa ser deficiente. E acho que uma coisa que poucas pessoas sabem é que boa parte, talvez até maioria dos professores, não têm mais amor, amor pela profissão, nem amor pelos alunos. E o Estado que sempre passa aquela ideia de confusão, desorganização, é lento, burocrático, sem cuidado na implementação dos projetos, não oferece estrutura, gasta mal, gasta onde não devia. Então, resultado: os alunos normais excluídos. Alunos deficientes, você imagina como devem ser tratados, não é? Por favor, passa.

Eu quero fazer algumas considerações sobre teorias que chegam lá de fora, porque a gente acha que porque chegou lá de fora, e todo mundo concorda, é porque elas são boas. Primeiro, que a realidade lá de fora é diferente da daqui de dentro; segundo, é que o Poder Público, às vezes, é péssimo na implementação das medidas e se empenha muito pouco no processo. Então, não adianta você ter uma teoria boa, se você não sabe implementá-la direito.

Então, um outro exemplo que eu estou aqui, de teorias que eram aceitas mundialmente, e que não é pelo fato de serem aceitas mundialmente que eram boas, era teoria da eugenia. Alguém discorda que era uma teoria ruim? No entanto, era bem-aceita antigamente. Levy-Strauss era contra ela, estava entre as minorias. Então, não é pelo fato de ser uma teoria muito... A ONU recomenda que se faça escola inclusiva. Tem que primeiro avaliar cada situação.

Então, teorias em larga escala, quando aplicadas, elas podem ser desastrosas. Vejam as reformas educacionais que nós tivemos: passamos de uma educação das melhores do mundo para a das piores do mundo. Passa, por favor.

As escolas não têm infraestrutura para atender, nem pessoal qualificado para atender os deficientes. Assim, é só vocês verificarem lá, no "São Google", lá, protetor dos ignorantes, vai lá e... O velhinho da montanha, que você pergunta sobre fatos de vida, não é? E você vai encontrar diversos exemplos de deficientes não sendo atendidos. Aqui, já foi citado o exemplo, aqui, do deficiente auditivo. Você vai espalhar esses deficientes para diversos lugares e, ao espalhar, isso é questão de matemática, você vai ter custos maiores, você vai ter que ter... Você não tem como arranjar especialista para cada uma daquelas pessoas, e são muitos deficientes. Assim, acaba sendo improdutivo, os professores ficam perdidos. O que acontece? O Estado abandona esses professores, porque diz: "Oh, te viral!". E os professores abandonam os alunos. Isso são casos... Eu já vi muito relatos desse tipo. Por favor, passa adiante.

No caso do autista, especificamente, muitas vezes, mesmo os autistas leves, eles são considerados como tendo retardo mental. Então, até mesmo para você cuidar deles é complicado, porque você não comunica com eles. Então, fica muito difícil você... Até, também, para um grande especialista, é difícil cuidar de um autista. Agora, imagina um professorzinho você nunca viu autista na vida, vê um serzinho, coitado, está lá, não consegue nem se comunicar. E você vai, bota um professor qualquer para cuidar deles. Às vezes: "Ah, vamos treinar. O pessoal precisa de apoio". Dar 180 dias de treinamento para ele e acha que vai conseguir cuidar de um autista?

O autista tem um mundo próprio dele. Ele é um estrangeiro no seu próprio país. Você... Hoje em dia, na Alemanha, quando você vai fazer um doutorado, eles dão um curso de seis meses para aprender alemão. Agora você vê, você vai botar autista, que é como se fosse estrangeiro, só que uma criança, para aprender uma língua que não é dele... Então, por que a gente não prepara o autista para ser incluído? Então, por favor.

O que eu sugiro que faça? Primeiramente, como disse o nosso amigo Alisson, a gente tem que dar opções para os pais, não chegar e dizer: "Olha, você tem que fazer isso". Não. Uma sugestão que eu dou é você reunir um comitê de professores, de psicólogos, médicos, assim, de centros integrados, que estejam especializados em autistas, conversar com o pais. Se a criança puder falar, perguntar à criança, o que ela acha, como ela se sente. As pessoas esquecem de perguntar às crianças, por isso que eu falei, no começo, que a verdade sai das bocas das crianças. Treinando professores e... [soa a campainha] Só mais um pouquinho, por favor. Preparar adequadamente profissionais, esses centros integrados, e medidas de aferições decentes.

Além de, quando você fizer um projeto, você fazer uma política social, você tem que saber fazer essa política social corretamente, esse... Políticas públicas. É só ver a UPP, que é um exemplo de uma política benfeita. Você pega um foco lá, dá toda a assistência àquele foco, que é o Morro Santa Marta, entende bem isso, depois vai espalhando aqueles focos para outros lugares, e só quando você tiver tudo preparado, você vai espalhando. Não você... Ainda tem graves deficiências nos projetos e você vai e mete, e diz para todo mundo que vai ser assim. Bom, próximo. Esse é o último. Por favor, só...

Outra medida que eu sugiro, seriam profissionais itinerantes, que verificassem onde estão as crianças com problemas, onde estão... Ver as crianças que estão com notas vermelhas, conversar com professores e aí, depois, encaminhá-las para os profissionais corretos. Dar... Uma verificação que eu tive, também, é que muitos pais tiveram problemas em transporte das crianças autistas e, provavelmente, os deficientes também devem ter, em geral. A gente poderia criar ônibus escolares, com tutores, para levar esses deficientes. Olha quanto aborrecimento evita, não é? E revezamento de professores, para olhar no recreio. Coisas simples.

Eu gostaria de, no futuro, poder falar mais de educação como um todo, também, porque eu tenho muitas observações sobre educação, e muitas sugestões.

Agradeço muito a oportunidade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a participação do Gustavo. Pergunto ao Senador José Nery se gostaria de... Com a palavra, então, o Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, ilustres convidados e convidadas, esse ciclo de audiências públicas para debater a inclusão e o respeito à diversidade nas escolas, abrangendo várias questões de origem etnoracial, socioeconômica, necessidade especiais, orientação sexual e necessidades de especiais, tem, justamente, o sentido de sensibilizar a quem elabora as leis e a quem exercita, realiza as políticas públicas e, ao mesmo tempo, propiciar a compreensão, por parte da própria sociedade, sobre questões sobre as quais, se não houver, de fato, uma mudança de mentalidade coletiva das instituições públicas e de todas as pessoas, nós não conseguiremos avançar.

Creio que debater essas questões e ter sensibilidade suficiente para, no processo de inclusão, observar as diferenças e dar a elas o tratamento adequado, como aqui foi presente, em várias falas a que tive a oportunidade de testemunhar, que há necessidade, sobretudo na área de educação, de um aperfeiçoamento de capacitação para lidar adequadamente com o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais. Porque se não o fizermos, eu creio que, em geral, ouvimos isso nas observações aqui apresentadas, quem não estiver preparado, treinado, capacitado não terá a mínima condição de garantir o respeito e a dignidade a essas pessoas que o Estado está recebendo, que as escolas estão recebendo, para com isso poder avançarmos.

Eu creio que essas audiências, esse ciclo de audiências têm cumprido o seu papel. E dou como exemplo, Senador Flávio Arns, senhoras e senhores, ao tratarmos da revisão das metas do Plano Plurianual para a Educação em 2011, aqui relatei emenda, no sentido do apoio à capacitação informação inicial e continuada de professores e profissionais de educação básica, justamente tendo como... Uma emenda no valor de 500 milhões de reais para o Ministério da Educação, justamente colocando como um aspecto fundamental, nesse processo de formação continuada dos educadores da educação básica, a necessidade de rever currículo, conceito, a política de formação continuada, inclusive, apontando a necessidade para que não só a pedagogia, mas as diversas licenciaturas incluam, no seu currículo, no currículo desses cursos de licenciatura para o ensino, sobretudo, orientado, direcionado à orientação básica, essa formação necessária ao pleno atendimento das pessoas com ne-

cessidades especiais, seja ela de qualquer dimensão ou de qualquer ordem.

Portanto, estimamos, queremos que o Ministério da Educação, com esses recursos aprovados, consiga, efetivamente, melhorar, adequar, aperfeiçoar a política nacional de formação dos nossos educadores, para que as escolas tenham efetivas condições de receber, educar e, verdadeiramente, incluir.

Parabéns a todos e todas pela participação, pela contribuição, pelos elementos que nos trouxeram aqui, nesse sentido de aperfeiçoar o papel no Congresso, o papel do Poder Executivo em todas as esferas, no sentido de irmos avançando em um processo de inclusão e, sobretudo, que incentive a nossa preparação para esse acolhimento a todos e todas que têm necessidades especiais. Parabéns Senador Flávio Arns, o senhor, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Cristovam Buarque e Paulo Paim são os autores desse ciclo de audiências para discutir temas tão relevantes e tão necessários, e que, talvez, pela insistência de V. Exas., com a participação daquele que tem sensibilidade para tal, possamos ir avançando para uma maior sensibilização e comprometimento com as pessoas que têm necessidade especial ou pessoas, por qualquer natureza, seja de raça, cor, origem, territorialidade possam ser, de fato, tratadas com devida igualdade e com toda a dignidade.

Queria, por último, aproveitar, nessa Sessão, nessa Audiência Pública, parabenizar. Eu já fiz pessoalmente, mas quero fazer um testemunho, de público, parabenizar o Senador Flávio Arns por sua eleição para o cargo de vice-governador do Paraná, tendo a certeza de que, nessa importante função, continuará sendo um timoneiro que ajuda a incluir, a tratar adequadamente as pessoas, sobretudo as pessoas as quais ele têm dedicado a sua vida, as pessoas com necessidades especiais, de qualquer natureza.

Portanto, Senador Flávio Arns, o trabalho de V. Exa., reconhecido nacionalmente, vai ter, agora, mais uma oportunidade de conseguir... Como o senhor mesmo me dizia: "Agora é a hora de ajudar a executar, porque estarei no Poder Executivo". Eu quero dizer que, com certeza, o que Paraná ganhará muito, porque a execução das políticas públicas, sobretudo aquelas daquelas de natureza social, terá um incentivador, um Promotor e, principalmente, um grande realizador.

Parabéns a V. Exa., por todo o trabalho realizado. O senhor que aqui tem a distinção, o carinho e o respeito, de todo os seus pares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Obrigado, Senador José Nery.

[palmas]

E, de fato, eu sempre tenho dito isto. Agora, no Legislativo, o trabalho é fundamental, é importante termos leis adequadas, bem discutidas, bem debatidas, com envolvimento da sociedade. Agora, no Executivo, é fazer com que a lei seja cumprida. Então, resta claro que há um conjunto de prioridades, mas a maior delas, sem dúvida alguma, é o compromisso com a pessoa com deficiência.

Então, queremos, no Paraná, transformar leis em realidade, direitos em realidade. E vamos trabalhar juntos, com todas as áreas, para que isso aconteça.

Passo a palavra ao Eduardo Barbosa, Deputado Federal por Minas Gerais.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG):

Bom, muito obrigado, senador, pela distinção de me dar a palavra, aqui, também, nessa Audiência Pública da Comissão do Senado. Quero, em primeiro lugar, cumprimentar a iniciativa da Comissão de Educação de ter realizado essas diversas audiências públicas, finalizando com a pessoa com deficiência, mostrando que a comissão deu um valor e uma importância muito grande ao aprofundamento da discussão de diversidade dentro das escolas, inclusive, fruto de uma pesquisa que foi realizada pelo Inep, ligada à USP, que identificou, no Brasil, que esses grupos que aqui foram convidados para estar debatendo são extremamente marginalizados dentro do sistema educacional, chegando ao ponto dos pesquisados, nessa entrevista, mostrarem que 90% das pessoas não querem conviver com esse segmento de pessoas que são ditas diferenciadas da sociedade.

Eu acredito que, quando a Comissão de Educação do Senado cria essa oportunidade de aprofundamento sobre isso é, justamente, buscando um patamar de igualdade de oportunidades, que a gente possa encarar de frente o preconceito que temos e guardamos e que, muitas vezes, é camuflado, não é verbalizado ou, às vezes, nos escondemos através de frases feitas do politicamente correto, mas não mudamos atitudes reais de interação e convivência com as pessoas na sua diversidade. Então, parabéns.

Da mesma forma, antes de fazer um comentário, também, sobre as falas. Eu gostaria de cumprimentá-lo pela eleição a vice-governador. Nós, do movimento das APAEs, temos muito orgulho de você. Você sabe disso, me permite chamá-lo de você, porque eu acho que isso também nos iguala, nos aproxima. E nós temos uma expectativa extremamente positiva como futuro Secretário de Educação do Estado do Paraná, de poder, inclusive, mostrar como se faz, com respeito, um processo de avanço na educação do país, inclusive, apontando, sim, para a inclusão escolar, mas respeitando o desejo das pessoas, respeitando aquilo

que elas nos apontam. E o Brasil inteiro vai olhar com muita expectativa o seu trabalho. Eu tenho certeza que você vai dar passos importantes.

Como gestor público que já fui, a gente sabe que, quando a gente chega lá, a gente quer realizar muita coisa, mas como foi colocado, inclusive, aqui, pelo Gustavo, às vezes, a burocracia, o impedimento da máquina não nos permitem fazer tudo. Mas eu acredito que você vai fazer uma grande diferença e, realmente, vai apontar para esse Brasil um novo norte no Brasil da educação e da educação inclusiva. Então, parabéns. E a gente está torcendo e apoiando.

Eu quero cumprimentar a todos os convidados. Foram cinco convidados que, em uma hora e pouco de exposição, demonstraram, com muita clareza, para nós, que se o debate da inclusão de fato acontecer com as pessoas com deficiência, nós teríamos uma outra avaliação e, talvez, outros indicativos de como fazê-lo. Foram muito... Foram todos muito felizes nas falas, porque todos eles apontaram questões fundamentais que não querem ser refletidas, fazendo com que nós não possamos ver, a curto ou médio prazo, o sucesso da inclusão que tanto desejamos, pelo contrário. Quando o Ministério da Educação, ele define de cima para baixo ou com especialistas de educação especial, mas não discutindo com educadores que estão na ponta, ou não discutindo com as pessoas com deficiência e suas famílias quais as reais necessidades, nós temos aí propostas como salas multifuncionais, que eu não acredito que vão atender as necessidades das pessoas. Salas multifuncionais, onde um professor polivalente conseguirá, dentro dessas salas, complementar um tipo de aprendizado feito dentro das escolas. E, inclusive, fico muito apreensivo, porque os gestores municipais, às vezes, sem uma visão crítica, aderem com muita facilidade essas propostas, para receberem uma sala multifuncional. Mas o que fazer com ela, e como fazer, e o que vai ser feito lá dentro?

Eu não vejo nenhuma proposta de acompanhamento, de monitoramento do que está sendo feito e muito menos qual o resultado efetivo. E eu acredito que nós vamos surpreender, dentro de alguns anos, com os deficientes analfabetos funcionais que receberam os seus certificados e os seus diplomas, mas que, na realidade, não se tornaram cidadãos e muito menos competitivos no mercado de trabalho. E todo mundo que quer um percurso educacional, ele quer buscar essa sua autonomia, independência, o mundo do trabalho, como o Alisson, inclusive, colocou. Quando ele quis, quando ele foi para a escola comum, ele queria aprender, e não tem nada mais desestimulante, quando metro professor bate nas costas dele e diz assim: "Não se preocupa, não, que você vai passar".

Talvez, a expectativa da pessoa com deficiência, quando ele vai para a escola comum, seja até diferente da maioria dos outros alunos que normalmente já vão e que nem precisaram brigar para estar lá. Mas a pessoa com deficiência, quando vai lá, de fato, ela quer sair de lá diferente, ou seja, com algo mais, que dê a ela condição, realmente, de se impor junto à comunidade em que vive, junto à sociedade brasileira. E o que a gente vê é justamente diferente, são pessoas, às vezes, que estão iludidas. O Alisson não falou, na fala dele, mas ele têm uma frase que é muito emblemática, que eu vou pedir a ele que, talvez, depois, possa até comentar isso, mas ele disse assim, que chegou um ponto que ele resolveu sair do Ensino Fundamental, da sétima série, porque ele não aprendia nada, onde o dia de fazer prova era o dia de nervosismo dele, porque ele tinha vergonha de não saber responder nenhuma questão.

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Perdia a noite de sono.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG): Perdia noite de sono antes e, depois, saía triste, choroso. E haja lágrimas para a sua mãe ter que enxugar, porque foi ela o colo dele, para poder, inclusive, sustentá-lo nas suas opções, e chegou um ponto que ele decidiu: “Vou sair da escola”. Porque ganhara um diploma...

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: É que ganhar um diploma é roubo, não é? Ganhar um diploma é roubo. Quer dizer, comprar um diploma é roubo. E ganhar? É roubo ou não é, gente?

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA: Ele fala isso: “Se comprar um diploma é roubo, ganhar um diploma é o que, então?”. E que ele não queria ter um diploma, simplesmente, por ter. E ele coloca que a inclusão vai muito além de você estar na escola, é você ter oportunidade ter participação comunitária. E ele teve essa vivência: foi membro do Conselho Municipal de Saúde, como ele citou; dentro da religião dele, participa do movimento de jovens, coordena o programa de cursistas; desloca...

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: [pronunciamento fora do microfone]

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA: Não falou aí: namora, está noivo, comprou a casa dele, vai casar e, recentemente, foi eleito Presidente da APAE de Florestal, município mineiro, próximo a Belo Horizonte, região metropolitana de Belo Horizonte. E que, para nós, acreditamos que vai ser... Pela primeira vez, um deficiente intelectual assume a Presidência de uma organização nossa, do nosso movimento, e nós temos muito orgulho disso. Porque ele disputou o voto, ele foi eleito por uma iniciativa dele de se colocar à frente

dos associados da instituição, e que entenderam, todos os associados, que ele era pessoa certa, para o momento certo daquela instituição. Então, para nós é motivo de muito orgulho.

E o mais importante que o Alisson nos traz, também, é a consciência das suas limitações, inclusive, cognitivas, sabendo que ele precisa de pessoas que vão ter que ajudá-lo, às vezes a interpretar textos, leis, normas, regras. Mas isso não significa que ele não possa opinar e decidir à luz das explicações que as pessoas podem trazer a ele, de alguma coisa que ele não compreende. Isso para nós, também, vai ser revolucionário.

Eu quero só salientar rapidamente, que meu tempo também já se foi, falei mais do que vocês todos aí. Mas eu quer dizer que o Alisson mostrou a mazela da escola, onde um sistema educacional, ele não se propõe a ser incluso se ele não repensa o modelo educacional que está aí, que é meritocrático e que não, de fato, valoriza a diversidade. A Angélica coloca muito bem que não é com computador que nós vamos alfabetizar os cegos, e isso tem sido uma política pública, achando que a tecnologia substitui o apoderamento da própria leitura e escrita em braile. O Rimar mostra para nós, com clareza, que professores para surdos têm que dominar língua, não é? E o que a gente vê isso... O que vemos aí não é isso, tanto é que como as pessoas podem ensinar, inclusive, conteúdos muito mais sofisticados se ele não consegue entender a cultura do surdo, e como é que ele vai ensinar para um surdo sem viver a cultura desse próprio surdo? Então, a fala dele foi brilhante nisso. E que bom que ele fundou... Uma fundação, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Companhia.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG): Uma companhia de teatro que, de fato, cria aí uma linguagem apropriada para a comunicação, não só com surdos, mas conosco. E quero dizer para ele que foi muito bom te ouvir, porque você tem uma expressão facial que é comovente. Você deve ser excelente no palco. Eu gostaria de te assistir atuando, viu? Parabéns.

E também dizer da Fátima--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Convidado para ir para o Paraná.

DEPUTADO EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG): Ah, pois é. Olha aí, que bom.

A Fátima, mesmo fazendo curso superior, na capital brasileira, ela identifica que a acessibilidade, que só... A transposição de barreiras físicas ainda não acontece na capital do Brasil, imagina por aí fora, e é o que a gente presencia no dia a dia.

E, Gustavo, muito prazer em conhecê-lo. Você trouxe, de forma muito didática, o seu pensamento, o seu conhecimento. Com certeza, nós vamos te explorar muito, porque a gente precisa de falas como a sua para poder se somar ao coro de pessoas que desejam um avanço da educação no país, mas com muito respeito e sem discriminar os movimentos sociais, as instituições que, historicamente, desenvolveram um papel fundamental dentro do Brasil e que, hoje, são colocadas como as vilãs da história, de uma forma desrespeitosa e nos desconsiderando.

E só gostaria de fechar com a seguinte questão: O Plano Nacional de Educação vem aí, e esse Congresso vai precisar apreciar esse Plano Nacional de Educação. E a gente sabe que os técnicos e profissionais que hoje estão no MEC devem vir com o Plano de Educação, o Plano Nacional de Educação, tentando aprová-lo com uma visão da inclusão radical, radicalizada, sem outras alternativas e sem outras oportunidades.

Que esta Comissão de Educação, quando promove este debate com vocês, que seja, no final de ano, mas em uma perspectiva de nos unirmos para o ano que vem, para a gente poder refletir profundamente esse Plano Nacional e ele ser aprovado da forma que nós entendemos que tem que ser aprovado, de acordo com a perspectiva de pessoa com deficiência. Então, a gente pede a vocês que, a partir de hoje, a gente se some num aprofundamento de Plano Nacional de Educação.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação importante, sempre importante, com profundo conhecimento e em uma visão de muito... Da busca, assim, de reflexão sobre o tema do Eduardo. É uma alegria tê-lo participando desta audiência.

Eu vou passar a palavra para os expositores, para que façam a apanhado e as conclusões finais, algum pensamento que queiram colocar, também em função do que foi dito, pelo José Nery, pelo Eduardo Barbosa, em função do que foi dito pelos outros expositores.

Vamos combinar assim três minutos, estaria bom? Três minutos? Então, está bom, três minutos. Então, começamos com Alisson.

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Eu acho que, quando o MEC quiser fazer uma proposta dessa, deveria convidar a família das pessoas com deficiência e as pessoas com deficiência para verem, de fato, a necessidade. A gente está pronto de vir, de debater, de somar, também.

E o que colocou, eu acho que se uma pessoa comum tem passado de ano, ele consegue passar de

ano, a pessoa com deficiência também é passada, mas ele pessoa comum, tem toda a capacidade para pagar uma professora comum e aprender, tem a inteligência. E a pessoa intelectual não tem essa possibilidade.

Então, de forma... O ensino não vai atender a todos, como ele colocou aqui, nem para os normais não é tão bom, imagina para a pessoa com deficiência. Então, o prejuízo que levei, comecei com sete anos de idade e tive algumas paradas, eu sonhava ser professor de educação física, psicólogo. Sonhava. Mas, depois de tanto sofrimento, que eu cheguei em um ponto que vi que não era para o Alisson isso, de forma alguma. Eu tinha outras coisas. As outras coisas, eu aprendi foi vivenciando na prática, nenhuma sala de aula me deu de presente.

E vou repetir de novo, como minha mãe me falou: "Alisson, você é Alisson do mesmo jeito, com diploma ou sem diploma. Você é o Alisson". E foi aí, foi a fala da minha mãe [soa a campainha], colocando... Tá. Só colocando o seguinte: que comprar diploma é roubo. E ganhar diploma? Nós ganhamos diploma. Isso não é roubo? Que consciência que o MEC que considera isso? Eu, todo ano, a escola lá me entrega um papel, que eu formei, tenho o diploma, sou doutorado. E, na prática, eu não sou. Isso não é certo.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, Alisson. Obrigado aí, pela participação.

Passo a palavra a Angélica de Oliveira Dias.

SRA. ANGÉLICA DE OLIVEIRA DIAS: Bom, foi uma experiência muito rica, para mim, ouvir a diversidade, os nossos companheiros de deficiência, cada um com a sua limitação, mas saber que, acima de tudo, limitação não impõe limite para ninguém. Se, no caso, há deficiência visual, se a criança deficiente visual tiver o recurso adequado, ela vai galgar os níveis mais elevados de escolaridade e vai ingressar no mercado de trabalho, como... Sendo uma pessoa produtiva, porque não adianta eu dar emprego... A mesma coisa do diploma, que o Alisson coloca, não é? Eu dou diploma, aí, daqui a pouco dou emprego e não coloco essa pessoa para produzir.

Então, eu acho que a gente, acima de tudo, tem que batalhar para que a gente não só galgue esses níveis de escolaridade, mas que a gente seja produtivo no mercado de trabalho e mostre, de fato, as nossas potencialidades, que a gente trabalhe, tendo recurso adequado. Que a gente possa continuar firme nesse propósito, não é fácil. Eu acho que todo mundo que tem uma trajetória com a deficiência sabe que não é fácil, mas quando a gente consegue tem um gostinho

muito bom, é muito saudável e nos dá muita alegria essa conquista.

Então, que a gente possa permanecer... O Ministério da Educação tem cometido verdadeiras barbaridades com a educação nesse país. Não só a educação das pessoas com a deficiência, mas o sucateamento do ensino superior, que a gente vê que reflete o despreparo que as pessoas estão saindo das universidades para poderem atuar nas salas de aula, para poderem atuar, principalmente, com as pessoas com deficiência. Então, que a gente possa fazer coro aí, ao Sr. Deputado Eduardo Barbosa, e, realmente, repensar esse plano, e poder falar, e poder trabalhar preventivamente. Porque depois que o negócio estoura, a coisa... A gente até consegue, mas o desgaste é muito maior e é muito mais complicado. O Brasil não tem política, ainda... A gente fala de prevenção, não é? A gente não tem cultura de prevenção. Então, a gente precisa começar a trabalhar com a prevenção, sim, com o planejamento que possa prever estas catástrofes, para que possa conseguir evitar esse desgaste todo. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Olha, eu só quero dizer que não só eu, mas todas as pessoas aqui participantes, mas também as do Brasil, nós estamos aplaudindo, porque, de fato, é aquilo que tem que acontecer: escutar. Escutar as pessoas, escutar as famílias, escutar educador na ponta e, se isto for feito, as soluções surgem naturalmente, sem forçar, sem nada. Para... Na busca da felicidade, da realização, do desenvolvimento do potencial, da independência, da inclusão. Aí, realmente, inclusão na sociedade, de uma maneira geral.

Passo a palavra, agora, ao Rimar.

SR. RIMAR RAMALHO SEGALA (POR INTÉRPRETE): Aqui, para todo o Brasil, tem dois lados, o Brasil tem dois lados. Primeiro, o bom e o ruim. O bom e o ruim. O bom e o ruim. Tudo é passado, tudo é passado. Agora, a sociedade... Depois desse seminário, fiquei imaginando o futuro, como é que vai ser. O que nós queremos? Nós precisamos avançar, não ficar parados, olhar para um lado, olhar para o lado. Nós precisamos avançar, seguir em frente, encontrar um ponto.

Então, muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço ao Rimar. Passo, em seguida, a palavra à Maria de Fátima Amaral.

Você está com a palavra Maria de Fátima.

SRA. MARIA DE FÁTIMA AMARAL: Eu gostaria de fazer minhas as palavras do Alisson, porque, realmente, a gente precisa de... ser... de professores mais preparados. Que, realmente, a gente não quer um di-

ploma, a gente quer conquistar, a gente quer passar o nosso dia a dia em uma instituição de ensino e sair de lá um profissional qualificado, porque é para isso que a gente se dispõe. E que, depois, quando a gente sai daquela instituição com o diploma, se a gente não tiver apoio, aquele diploma não vai nos servir de nada, vai ser um papel.

Como... Eu tenho uma amiga deficiente, uma surda, e ela foi... Ela terminou engenharia, e aí ela foi convidada, foi chamada para trabalhar em uma empresa. E aí ela muito feliz da vida, foi para a entrevista, chegando lá o pessoal queria colocar nossa amiga qualificada, assim, na engenharia, uma pessoa muito competente, na limpeza, serviços gerais. Então, quer dizer, frustrou essa pessoa, não é?

E, assim, nas escolas, eu tenho um amigo, também surdo, eu não sei se... Surdo não, desculpa. Um amigo cego, não sei se Angélica conhece, ele ficou cego depois de adulto. Então, ele teve que voltar, como ela falou que a tecnologia não substitui. Realmente, não substitui, porque ele teve que voltar, para ele fazer um pós-graduado, para ele fazer um mestrado, ele teve que aprender braile. Teve que entrar em uma escola especial, realmente, porque ele não poderia prosseguir os estudos dele em uma escola normal [soa a campainha].

Então, é isso. Tem que ter uma preparação, toda uma atenção.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E eu passo a palavra, agora, ao Gustavo Adolfo de Medeiros.

SR. GUSTAVO ADOLFO DE MEDEIROS: Bom, eu quero dizer, nobre deputado, que eu adorei sua fala. O senhor fala muito bem. E é isso mesmo, eu acho que... Eu acho que a nossa luta deveria ser por dar opções. Tudo bem, quer entrar em uma escola lá, inclusiva, os pais se responsabilizam, ouvindo os professores e coisa e tal. Mas, assim, opção é tudo. As pessoas têm que ter direito à escolha, a escolher o seu futuro, a escolher o futuro do seu filho. E, depois, avaliar se está indo bem ou não.

Eu gostaria de... Já que eu estou tendo essa publicidade toda, não é? [risos] Estou ficando importante, não é? De aproveitar e dar uma sugestão, de criar uma agência, ou se não puder, se não tem como ser nacional, mas... Ou então estadual. Uma agência – ou estadual, ou nacional – de empregos para deficientes ou portadores de dificuldades.

Há deficientes que não conseguem nem sequer sair da cama, mas se vocês derem um computadorzinho para eles, eles podem fazer algum tipo de serviço por computador. Porque não aproveitá-los? Vocês pre-

ferem que eles vivam a custo de Previdência Social, ganhando pessimamente?

Vamos aproveitar o potencial desse pessoal. Vamos aproveitar o que cada um de nós podemos dar. Eu acho que, quando não se aproveita potencial das pessoas todos perdem, porque você vai ter... Porque as pessoas que poderiam dar alguma coisa viram fardos. Eu acho que ninguém é fardo nessa vida. Eu acho que muito poucas pessoas não podem dar nada, só aquelas pessoas que estão em coma.

Veja aquele grande cientista Hawking, ele só mexe o dedinho. Ele não está trabalhando? Por que não pode se dar emprego para outras pessoas deficientes ou portadores de dificuldades?

Eu acho que a gente tem que a gente tem que repensar a nossa sociedade. Não é um problema só do Estado, porque o Estado é reflexo do que nós somos. A gente tem que admitir: nós somos egoístas. Nós, seres humanos, somos egoístas.

Os professores têm parcela de culpa, também, porque, muitos deles, há muito tempo, o amor já acabou. Eles, simplesmente, deixam aluno de lado. Eu falo não só o aluno com deficiência ou portador de dificuldade, qualquer aluno que apresente alguma dificuldade, ele vai ter uma deficiência escolar que não vai conseguir se recuperar mais.

Então, eu acho que é isso. Eu acho que o senhor, já que vai ser vice-governador... [soa a campainha] Deixa eu fazer um “jabá”? Então, poderia pensar em uma agência estadual de empregos para um deficiente. Sei que estou te colocando na fria. [risos] Mas, assim, eu acho que eu sou bom em colocar as pessoas em uma fria, então... Eu acho que vai ser uma fria positiva, se comprar essa ideia.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Olha aí... É, não é uma fria, não. Acho que é uma ideia muito boa, muito interessante, e nós temos que, em conjunto, achar os caminhos. Os caminhos têm que ser, muitas vezes, construídos, mas se a gente conversar, discutir, escutar, ver os pontos de vista, não achamos que temos a solução definitiva, mas que a solução vem desse debate, dessa discussão, nós vamos achar os caminhos para muitas dificuldades. Eu tenho falado muito com os pais, famílias e com as pessoas com autismo, dizendo: “Olha, vamos juntos, vamos discutir e achar a solução”. E o estado vai apoiar, vai encampar a solução, ter...

Mas o que eu acho mais importante, ainda, e que compartilho inteiramente, é você dizer: “Tem que haver opções”. Opção. E, nesse debate, valorizar as opções existentes, não desqualificar opções que existem, mas as opções fazem parte de um conjunto importante, para

atender a construção da felicidade, não é verdade? E na área do autismo, de uma maneira muito particular, que fizemos duas semanas atrás... Duas semanas, ou três semanas, um debate, uma Audiência Pública, aqui, só sobre autismo, em função de um projeto de lei. Depois, um grupo de trabalho, chamando os pais, as pessoas, os dirigentes, os consultores, para trabalharmos o texto da lei, para que ele reflita, o texto, aquilo que as pessoas acham.

Mas eu fiquei muito feliz de ter participado desta Audiência Pública, de escutar os pontos de vista que foram colocados por vocês. Eu achei tão interessante que até sugeri, e só quero reforçar, que isto seja enviado para todas as entidades do Brasil, de todas as áreas de deficiência, como uma contribuição para a reflexão que o Senado Federal, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes está fazendo sobre a questão que é do Brasil inteiro, e que é um desafio, diversidade nas escolas. Como trabalhar isso, como organizar, o que as pessoas pensam? E, particularmente, nesta área de hoje, que se relaciona à pessoa com deficiência.

Muitas coisas, se colocadas em prática, mudarão a realidade, não tenho dúvida disso, para melhor, para muito melhor. Principalmente, no sentido de escutar – é uma coisa tão difícil, hoje em dia –, dialogar e, juntos, construirmos a solução.

Muito bem. Que bom, então, que nos reunimos. Foi uma Audiência Pública extremamente proveitosa. Agradeço a presença de todos vocês e de todas vocês que estiveram aqui. Ressalto, novamente, a importância das pessoas que nos acompanham pelo Brasil. Também falem, sugiram, se envolvam e, particularmente, se envolvam na elaboração do Plano Nacional de Educação, que vai ser debatido no ano que vem, que ele reflita esse debate que está acontecendo no dia de hoje – isso é muito importante –, com tranquilidade, todo mundo quer segurança, tranquilidade, alternativas, respeito, cidadania. E isto tudo se constrói com muito respeito nas relações.

Então, que bom que estamos aqui, juntos. Agradeço a vocês. Desejo felicidades. Desejo um feliz Natal, também, um Ano-Novo de 2011 com muita saúde, com muita paz, com muitas ideias e uma luta por cidadania e por direitos humanos, neste ano, no ano que vem e por toda a vida, não é verdade?

Então, está bom. Muito obrigado. Espera só um minutinho.

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Posso pedir uma coisa?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pode pedir. O Alisson quer... Está dizendo se ele pode me pedir uma coisa.

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Seguinte, gente: gostaria que os documentos, daqui para frente, nossos, fossem pessoa com deficiência, porque portador, eu porto a água e deixo. Deficiência, eu não porto, eu tenho. Sou uma pessoa com a deficiência especial. Se eu quebrei um braço, eu sou uma pessoa especial, eu preciso de um tratamento de uma... Vamos supor, se eu escrevo com a mão direita, eu vou ter tratamento, na escola, um tratamento especial, entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem.

SR. ALISSON VINICIUS DA SILVA PINTO: Então, é pessoa com deficiência. Nos nossos documentos vamos começar a pôr esta forma, assumir a identidade da pessoa com deficiência, de fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a todos e a todas, e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h27.

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às onze horas e cinquenta e oito minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador **CÍCERO LUCENA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos (as) Senhores (as) Senadores (as) **RENATO CASAGRANDE, MARINA SILVA, JOÃO RIBEIRO, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, MARISA SERRANO, JEFFERSON PRAIA, INÁCIO ARRUDA, DELCÍDIO AMARAL, ROMERO JUCÁ e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os (as) Senhores (as) Senadores (as) **ALFREDO NASCIMENTO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RESENDE, ARTHUR VIRGÍLIO e GIM ARGELLO**. Havendo número regi-

mental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **EXTRAPAUTA**, com aquiescência da Comissão, são apresentados: **Requerimento nº 30, de 2010-CMA**, que “nos termos do artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública desta comissão com o objetivo de debater PLC nº 1, de 2010, que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981*. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades na qualidade de debatedores: um representante do Ministério do Meio Ambiente, um representante da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente, um representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM e um representante do Instituto Socioambiental – ISA”. **Autoria:** Senadora Marina Silva. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 31, de 2010-CMA**, que “nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública desta comissão com o objetivo de debater: a implementação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que *institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e sua regulamentação*; os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (COP 15), que ocorreu em Copenhague, no ano passado; assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP 16 que acontecerá no México neste ano. Requer também, devido à proximidade do início da COP 16, que o debate ocorra no dia 25 de novembro, próxima quinta-feira, e que sejam convidadas as seguintes autoridades: um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante do Ministério do Meio Ambiente, um representante do Greenpeace e um representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI”. **Autoria:** Senadora Marina Silva. **Resultado:** Aprovado. **Requerimento nº 32, de 2010-CMA**, que “requer nos termos do art. 93, inc. II do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a CCJ, a CCT, a CAE e a CE, sejam discutidas as me-

didas propostas no PLC nº 116, de 2010, que define o objeto e especifica termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual; estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação e empacotamento de conteúdo; e obriga a veiculação de conteúdo brasileiro nos canais. Autoridades convidadas: Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores (ABRA), Sr. Amilcare Dallevo Junior; Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), Sr. Emanuel Carneiro; Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SINDITELEBRASIL), Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira; Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Sr. Manoel Rangel; Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Sr. Alexandre Annenberg; Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura (ABPTA), Sr. Carlos Alkimim". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Resultado:** Aprovado.

Prossegue-se com a deliberação da **PAUTA. Item 2)** Em conformidade ao Ato nº 02, de 2009-CMA, é realizada a leitura dos Avisos nºs 206/2000, 22/2004, 84/2007; 32, 33, 50, 51, 60, 61, 72 e 80 de 2010; Ofícios "S" nºs 5/2008; 13, 14, 16 e 20 de 2010; Requerimento nº 118/1999; e das seguintes matérias: Aviso nº 1395-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1384-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1508-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1567-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1603-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1721-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1792-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1846-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1390-GP-TCU, Aviso nº 79-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 92-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 118-GP-TCU, Aviso nº 249-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 17-Seses-TCU- 2ª Câmara, Aviso nº 222-GP/TCU, Aviso nº 402-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 460-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 468-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 358-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 536-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 498-GP/TCU, Aviso nº 548-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 823-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 961-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 982-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 454-GP-TCU, Aviso nº 1356-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1541-Seses-TCU-Plenário, Ofício nº 14/2010/CFFC-P-Circular, Aviso nº 1691-Seses-TCU-Plenário, Ofício nº 316/2010-TCU/SECEX-PE, Ofício 172/2010-BCB-Aspar, Aviso nº 931-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 953-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1029-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1039-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1156-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1101-GP/TCU, Aviso nº 1161-GP/TCU, Aviso nº 1274-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1277-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1289-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1313-Seses-TCU-Plenário,

Aviso nº 1409-GP/TCU, Aviso nº 1631-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1817-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1826-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 183-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1535-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1541-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 584-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 642-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 749-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 807-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 835-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 869-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 930-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 935-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 976-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 102-Seses-TCU-2ª Câmara, Aviso nº 1174-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 799-GP-TCU, Aviso nº 1273-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1348-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1614-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1373-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1987-Seses-TCU-Plenário, Aviso nº 1983-Seses-TCU-Plenário. **Item 5) Projeto de Lei da Câmara nº 125, DE 2010**, que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para incluir o curso da atual PR-445 saindo de Mauá da Serra, no entroncamento entre as rodovias BR 272 e 376, passando pela BR-369 até a divisa Paraná - São Paulo, no município de Primeiro de Maio". **Autoria:** Senador Flexa Ribeiro. **Relatoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da CMA. **Obs.:** A matéria será ainda apreciada terminativamente pela Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Após, passa-se à apreciação das **EMENDAS DA CMA AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 59, DE 2010, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011**. (Mensagem nº 121, de 2010-CN – nº 531/2010, na origem). **Relatório:** É apresentado o relatório do Senhor Senador Jefferson Praia, que propõe a aprovação das seguintes Emendas: **1)** Unidade Orçamentária 03101; Título: Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais – Nacional; valor do acréscimo de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para outras despesas correntes (GND 3 RP 2) e R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para Investimentos (GND 4 RP 1) para o Tribunal de Contas da União (TCU), ambas com modalidade 90, Funcional-Programática nº 01.032.0550.4018.0001; **2)** Unidade Orçamentária 34101; Título: Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei – Nacional; valor do acréscimo de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para o Ministério Público Federal (MPF) sendo R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para GND 3 e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) para GND 4, ambos os valores com modalidade 90 e resultado primário 2, funcional-programática

03.125.0581.2508.0001; **3)** Unidade Orçamentária 44205; Título: Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas – PRODES – Ajuste o Subtítulo – Nacional; valor do acréscimo R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) a ser realizada pela Agência Nacional de Águas – ANA, com GND 3, modalidade 90 e resultado primário 2, funcional-programática nº 18.544.0122.2905.0001; **4)** Unidade Orçamentária 44101; Título: Formação de Educadores Ambientais – Nacional; valor do acréscimo de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) para GND 3, com modalidade 99 e resultado primário 2, funcional-programática 18.128.0052.4932; **5)** Emenda ao texto – Anexo V – Inciso I, Alínea 1, Item 1.3, tipo aditiva, à realidade de aposentadorias previstas para 2011 no Tribunal de Contas da União. **Resultado: Aprovado, por maioria, o relatório. Obs.:** Votaram favoravelmente às Emendas 1, 2 e 3, e contra a aprovação da Emenda 4 os Senhores Senadores Romero Jucá, Marina Silva e Delcídio Amaral. Os demais Senadores presentes votaram pela aprovação integral do relatório.

A seguir, retoma-se a **PAUTA. Item 7) Projeto de Lei da Câmara nº 74, DE 2009**, que “estabelece medidas para o controle da avifauna nas imediações de aeródromos”. **Autoria:** Deputado Deley. **Relatoria:** Senador Jefferson Praia. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda Substitutiva nº 1 que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Relatório, que passa a constituir Parecer da CMA, com a Emenda Substitutiva nº 1-CMA. **Obs.:** A Senadora Marina Silva se absteve de votar. A matéria será ainda apreciada terminativamente pela Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI. Ficam adiadas as demais matérias: **Itens 1) Requerimento nº , DE 2010**, de autoria da Senadora Kátia Abreu; **3) PLS Nº 184, DE 2010;** **4) PLS Nº 127, DE 2007;** **6) PLC Nº 20, DE 2009;** **8) PLS Nº 58, DE 2008;** **9) PLC Nº 70, DE 2009;** **10) PLS Nº 135, DE 2009 e 11) PLC Nº 35, DE 2009.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Cícero Lucena**, Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/11/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Declaro aberta a 29ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumi-

dor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Sras. e Srs. Senadores, nós estamos dividindo esta reunião em duas partes: a primeira seria para a aprovação das emendas para o orçamento. Como o relator, o Senador Jefferson Praia, está arrematando, está chegando, mas está arrematando ainda o seu relatório, a minha proposta é que a gente inicie a segunda parte, quando o relatório estiver concluído, então nós pudéssemos retornar à primeira parte.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Existe, na Presidência, três requerimentos extrapauta. Gostaria de, primeiro, colocar em votação a sua inclusão. O primeiro é da Senadora Marina Silva, que *“nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requerer a realização de Audiência Pública dessa comissão com o objeto de debater a implementação da Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudanças do Clima e a sua regulamentação. Os compromissos assumidos pelo governo brasileiro, durante a conferência das partes da Convenção de Mudanças Climáticas, COP 15, que ocorreu em Copenhague no ano passado, assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante COP 16, que acontecerá no México neste ano. Requeiro também, devido à proximidade do início da COP 16, que o debate ocorra no dia 25 de novembro próximo, quinta-feira, e que sejam convidadas as seguintes autoridades: um representante do Ministério das Relações Exteriores, um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante do Ministério do Meio Ambiente e um representante do Greenpeace”*.

Esse é o primeiro requerimento extrapauta, os senadores que concordam com a inclusão de Pauta desse requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

O segundo requerimento, também da Senadora Marina, nos mesmos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, *“requer a realização de Audiência Pública dessa comissão, com o objetivo de debater o PLC nº. 1, de 2010, que fixa normas nos termos do inciso III, VI e VII do caput do Parágrafo Único do art. 23 da Constituição Federal, para cooperação entre a União e os estados e o Distrito Federal e os municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativa à proteção das paisagens naturais notáveis,*

a proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas, e a preservação das florestas, da fauna e da flora, e altera a Lei 6.938, de 31 de agosto de 81. Solicito que sejam convidados os representantes das seguintes autoridades: Ministério do Meio Ambiente, Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente, representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM, e representante do Instituto Socioambiental – ISA”.

Em votação a inclusão em Pauta desse requerimento. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E o terceiro requerimento de pedido de extrapauta é do Senador Flexa Ribeiro, que “*requer no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidadas as autoridades abaixo relacionadas, para que no âmbito dessa comissão, em conjunto com a CCJ, CCT, CAE e CE, sejam discutidas as medidas propostas pelo PLC 116, de 2010, que define o objeto que especifica os termos técnicos e legais relativos à comunicação audiovisual, e estabelece princípios fundamentais e regras para a prática da atividade da produção, programação e empacotamento de conteúdo, e obriga a veiculação dos conteúdos brasileiros nos canais. Convidando os Srs. Presidentes da Associação Brasileira da Radiodifusores, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, o Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia do Serviço Móvel Celular e Pessoal, o Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema e o Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, bem como o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programas de TV por Assinatura”.*

Em discussão o requerimento de inclusão extrapauta. Como todos os senadores permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao item...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pediria à V. Exa. ouvir do Plenário uma inversão de pauta para que nós pudéssemos discutir e votar os requerimentos já incluídos extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O senhor solicita os três?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então em discussão a proposta do Senador Flexa Ribeiro para a inversão de Pauta, começando pelos três que foram incluídos.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então vamos começar pelo requerimento... Então vamos ao primeiro requerimento da Senadora Marina Silva.

“Nos termos do art. 93, que pede Audiência Pública para que seja discutido, debatido o PLC nº 1, de 2010, que fixa norma nos termos do inciso III, VI e VIII, o ‘caput’ do Parágrafo Único do art. 23, da Constituição Federal para cooperação entre a União, estados e o Distrito Federal e os municípios em ações administrativas decorrentes ao exercício de competência comum relativa à proteção das paisagens naturais notáveis e a proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e a preservação da floresta, da fauna e da flora, e altera a Lei 6.938, de 31 de agosto de 1891; e com os seguintes convidados: um representante do Ministério do Meio Ambiente, um representante da Associação Nacional dos Municípios e Meio Ambiente, um representante do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia e um representante do Instituto Socioambiental”.

Em discussão o requerimento da Senadora Marina Silva. Com a palavra a requerente.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Muito brevemente, Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo e todos os colegas aqui presentes, dizer que esta regulamentação do art. 23 é algo que vem sendo esperado pela sociedade brasileira no sentido de promover a descentralização das competências da União, no sentido de que cada ente federado possa ter suas atribuições. Isso tem a ver com o pacto federativo, que lamentavelmente ainda é truncado na medida em que nós temos, em partes já, a descentralização de competências e atribuições, mas ainda não temos os respectivos recursos, isso é muito evidente na área de saúde. Na agenda ambiental há a clara necessidade de um processo descentralizado, todavia essa descentralização não significa a retirada de atribuições, que no meu entendimento são atribuições do governo federal. E como no processo de tramitação uma série de emendas foram apresentadas no sentido de tirar atribuições que são precípuas do governo federal, eu estou propondo que tenhamos uma audiência pública, para que a gente faça algo que é esperado e necessário, sem que a gente tenha nenhum tipo de açodamento, e com isso a gente possa dar uma contribuição tanto para o pacto federativo quanto para a devida agilização, sem perda de qualidade dos processos de licenciamento, porque hoje há, de fato, uma sobreposição de competências, e muitas vezes os agentes econômicos e até do próprio governo que entram com pedidos de licença, em alguns casos, têm as suas licenças questionadas

porque não fica clara a competência e a atribuição de quem deveria fazer aquele licenciamento.

Quando eu estava no Ministério do Meio Ambiente coordenei uma série de ações para que a regulamentação do art. 23 pudesse se tornar uma realidade, o Deputado Sarney Filho fez um esforço muito grande para que isso acontecesse de acordo com aquilo que ele previa no seu projeto de lei, mas lamentavelmente alguns desvirtuamentos aconteceram, e, no meu entendimento, se nós fizermos essa Audiência Pública estaremos ajudando para que o Senado possa dar a devida reposição em algo que é tão necessário para a agilização com qualidade dos processos de licenciamento, sem perda de atribuições que não deveriam ser subtraídas do governo federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço a senadora. Para discutir, o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero dizer que concordo com a Audiência Pública, mas gostaria que fosse marcado rapidamente, porque essa matéria, no entendimento dos líderes, está proposta para ser votada ainda este ano. Nós retiramos de Pauta a pedido da Ministra Marina, Senadora Marina, durante todo o período eleitoral, há uma cobrança, há um entendimento das lideranças de votar, portanto eu concordo com a Audiência Pública, mas gostaria que fosse marcado com brevidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mais algum senador? Então como não há quem queira mais discutir, em votação.

Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Com sugestão a Secretaria para que agende o mais rápido possível conforme a proposta do Senador Romero Jucá.

Vamos ao segundo requerimento, que também é um pedido de uma Audiência Pública, da Senadora Marina Silva, aonde a mesma pede que *“seja discutida a Política Nacional sobre Mudanças Climáticas, sua regulamentação, os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a conferência das partes da Convenção de Mudanças Climáticas, COP 15, que ocorreu em Copenhague no ano passado, assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP 16, que acontecerá no México neste ano. Requer também que, devido à proximidade do início da COP 16, que o debate ocorra no próximo dia 25 de novembro, próxima quinta-feira, e que sejam convidadas as seguintes autoridades. Ou seja, proposta já de uma sessão extraordinária para a próxima quinta-feira, dia 25, com as seguintes autoridades: um representante*

do Ministério das Relações Exteriores, um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante do Ministério do Meio Ambiente, um representante do Greenpeace”.

Em discussão. Com a palavra a requerente.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Só para justificar rapidamente, Sr. Presidente, a natureza dessa Audiência Pública, e por que estou pedindo que seja numa sessão extraordinária da nossa comissão, porque a COP 16, em Cancun, começa no dia 27, e para que possamos influenciar de alguma forma a posição brasileira é justo que seja junto às autoridades que estão com o poder de negociar. Se fizermos a reunião depois, eles já começaram lá o processo negocial, então nós não estaríamos aí em tempo apto a poder dar alguma contribuição. E, obviamente, que o governo brasileiro tem avançado, graças a esforços que vem sendo feito por segmento das representações da sociedade civil, do empresariado, de setores do próprio governo, esse avanços são de conhecimento na COP 15, em Copenhague, agora na COP 16, nós sabemos que há uma baixa expectativa em relação ao que vai acontecer no México, em função até mesmo das frustrações que tivemos na COP 15, em Copenhague, mas mesmo com essa baixa mobilização e baixa expectativa, até porque os Estados Unidos, que lamentavelmente não conseguiram aprovar a sua política de clima, continuará numa posição refratária, sem ter nada a levar para o México, e para se fechar um acordo é necessário que tantos países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento possam ter posições para que a gente possa tratar daquilo que vai ser o pós-2012.

De sorte que o Brasil... Vir aqui Ministério de Meio Ambiente, a Casa Civil, que coordena o processo, Ministério de Relações Exteriores, com um representante da sociedade, nos ajudará a perceber os compromissos assumidos, em que [ininteligível] estão sendo implementados, e as propostas e as posições brasileiras que estão sendo levadas para serem debatidas a partir do dia 27, com o desdobramento que terá no segmento de alto nível, quando isso acontecer a partir do dia 8.

Então, o pedido de Audiência Pública com esta brevidade é para que tenhamos a oportunidade de conhecer melhor os avanços e os desafios nessa agenda de clima, para que possamos chegar, no México, com uma posição pró-ativa, e não uma posição refratária a medida em que o Brasil tem todas as condições de continuar liderando essa agenda, tanto junto aos países emergentes quanto junto aos países desenvolvidos. Porque, graças aos esforços da sociedade, conseguimos, em Copenhague, assumir metas, e agora o Brasil terá que ir, inclusive, de uma forma coerente

com aquilo que se comprometeu internacionalmente, que é a agenda interna, inclusive alguns aspectos aqui do Congresso Nacional que passa pela regulamentação do art. 23 e o Código Florestal, porque nós temos uma certa contradição, a medida em que a gente assume compromissos que são ousados e reconhecidos no mundo inteiro, há uma clara agenda de retrocesso na legislação ambiental brasileira que nos levará provavelmente ao não cumprimento de metas caso esse retrocesso se viabilize na prática do ponto de vista das mudanças.

Então, a Audiência Pública é para conhecimento dessa agenda por todos nós senadores, com tempo hábil para ainda podermos contribuir, se tivermos contribuições a dar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero apoiar o requerimento da Senadora Marina Silva, em que ela propõe a discussão com membros do governo, da sociedade representativa, um membro representando a sociedade, eu só pediria, Senadora Marina, se V. Exa. pudesse acatar, que nós colocássemos também, convidássemos um membro do setor produtivo, para que pudéssemos ter os setores todos representados na Audiência Pública.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): O senhor tem uma sugestão de nome?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pode ser a Presidente da CNA.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): O meu recorte, inclusive, tinha mais sugestão da representante da sociedade civil, mas como disse que as comissões estão fazendo um recorte de ter no máximo quatro pessoas, e a gente tem representante de governo, e com certeza nós, os parlamentares, também... Boa parte das posições vão estar representadas até, eu fiz esse recorte porque no caso aí a posição divergente seria a do Greenpeace, que sempre tem um olhar muito crítico, ao passo que o conjunto estaria representado nas várias posições que aí já estão. Mas não vou ser eu que vou fazer objeção, eu só quis cumprir o que está sendo feito como recorte de não ser acima de quatro entidades, para que a gente possa ter foco durante a Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente. Acredito que a Senadora Marina fez um requerimento de extrema importância. Caminhamos aí para um novo encontro do clima, o Brasil estabeleceu suas metas, também fez as suas cobranças em relação a outros países, e é claro que

temos que avançar dentro desse contexto que está sendo estabelecido nesse momento, de termos uma maior atenção à questão ambiental e acima de tudo, por exemplo, todos nós aqui, Senadora Marina, Flexa Ribeiro e eu, somos de uma região importantíssima, que é a região Amazônica. E na Amazônia o mundo inteiro está com os olhos voltados para a Amazônia, nós estamos atentos às questões amazônicas, e é claro que aí eu, por exemplo, tenho uma atenção e todos nós, a Senadora Marina, Senador Flexa Ribeiro também, em relação às pessoas; são 25 milhões de seres humanos na Amazônia.

Então, Senadora Marina, eu fico, por exemplo, atento a um ponto: hoje, o Estado do Amazonas faz uma política dentro do contexto ambiental que eu considero razoável, mas quando percebo a vida das pessoas lá no meu estado, onde o desemprego começa a acontecer de forma muito mais preocupante do que acontecia no passado, eu percebo que temos que ajustar algumas questões, não adianta apenas estarmos olhando para as questões ambientais sem percebermos os seres humanos.

Então temos que... Eu acredito que nós temos que ver essa questão, eu vejo com muita preocupação, conversava ainda agora com alguns representantes do Ministério do Meio Ambiente, e destaquei um dos pontos que eu considero fundamental nesse momento, que é das pessoas mais simples da Amazônia, das pessoas mais pobres da Amazônia perceberem esse contexto, que é o contexto de preocupação com relação às questões ambientais. Por exemplo, a Senadora Marina é uma referência nesse ponto. Mas, Senadora Marina, se nós formos conversar a pessoas mais pobres da Amazônia, mais simples, muitos deles ainda não entendem o que está acontecendo. E aí eu me refiro, por exemplo, temos um péssimo exemplo, ano passado ou este ano, não me lembro a data, um cidadão do meu estado, do município chamado Lábrea, recebeu uma multa de aproximadamente R\$ 1,3 milhão porque ele levava na sua canoa um tracajá e 258 ovos de tracajá. Resultado: um cidadão pobre, 1 milhão e 300, aproximadamente, mil reais. Então, porque que não houve orientação a este cidadão? E por que ele teve que levar essa multa de R\$ 1,3 milhão? Então alguma coisa não está certo. E o pior de tudo é que esse cidadão, num prazo de dois meses, faleceu... Passou por um estágio de depressão e faleceu, imagina uma pessoa pobre da Amazônia que está tradicionalmente consumindo um animal silvestre, recebe uma multa, ele não entende o que é aquilo, de R\$ 1,3 milhão.

Então, eu acredito que nós temos que verificar esses pontos, percebermos que nós temos aliados da floresta, Senadora Marina sabe disso, Senador Flexa

Ribeiro, Senador Romero Jucá, que são da Amazônia, nós sabemos que temos aliados e são as pessoas que estão na floresta, mas elas precisam ser orientadas, elas precisam passar por um processo e aí V. Exa., acredito que daqui a pouco vai tocar nesse ponto quando eu ler o meu relatório...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sinal que o senhor vai aprovar a minha emenda.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): [risos] Estou brincando.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Eu não digo que irei aprová-lo, mas pelo menos deixarei para que a própria comissão decida, mas eu considero isso importante. Passamos por audiências públicas com instituições e principalmente com um depoimento das pessoas mais simples da nossa região, e o que eu percebi: as pessoas mais simples não estão entendendo direito o que está acontecendo. E a proposta, na minha avaliação, não deve ser aquela de retirar as pessoas da floresta e jogar sabe Deus para onde - por exemplo, no meu estado - para inchar mais Manaus ou algumas sedes dos municípios. Hoje, nós temos uma realidade no Estado do Amazonas em que impera o desemprego e as pessoas, Senadora Marina, jovens hoje, hoje você percebe um aumento da prostituição, o aumento do consumo de drogas, e eu estou muito preocupado com isso. Acredito que nós temos que trabalhar de uma forma aonde nós não permitiremos que desmatem a nossa região, que não cause danos ambientais, mas temos que dar uma olhada nessa questão dos seres humanos que estão lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo a Senadora Marina pela proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Alguém para discutir? Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo essa proposta do Senador Flexa Ribeiro, também sugiro desde a CNA, eu acho que nós teríamos que convidar a CNI. Seria mais produtiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Flexa, acata a sugestão do senador...?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acato a sugestão do Senador Goellner.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então encerrado o processo de discussão, vamos colocar primeiro em votação a inclusão de mais um convidado, no caso, proposto pelo Senador Flexa e Senador Goellner, do representante da CNI.

Senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado.

Agora colocado em votação o requerimento. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Terceiro requerimento extrapauta é do Senador Flexa Ribeiro, onde pede que sejam convidadas autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito dessa comissão, em conjunto com a CCJ, a CCT e a CAE e a cê, sejam discutidas as medidas propostas pelo PLC 116, de 2010, *“que define o objeto e especificação nos termos técnicos e legais relativas à comunicação audiovisual, e estabelece princípios fundamentais e regras para a prática das atividades de produção, programação, empacotamento de conteúdo, e obriga a vinculação do conteúdo brasileiro nos canais. Os convidados seriam o Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores, o Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, o Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal, Diretor Presidente da Agência Nacional do Cinema, o Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, e o Diretor Executivo da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura”*.

Em discussão. Com a palavra o requerente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, esse requerimento que trago à apreciação dos meus pares na CMA é para que possamos fazer uma audiência conjunta das comissões por onde tramitará o PLC nº. 116, que é o que trata da convergência tecnológica na área de comunicações. Nós já aprovamos esse requerimento na CAE, na CE, agora estamos aprovando na CMA, e o Senador Antonio Carlos Júnior aprovou um requerimento análogo a este, isoladamente na CCJ, e nós fizemos um entendimento com o Senador Antonio Carlos Júnior e Senador Romero Jucá, de que nós iremos também apresentar na CCJ amanhã um requerimento conjunto, para que, dentro da discussão, nós pudéssemos fazer a discussão com todas as comissões, para que tenhamos uma economia processual. Nós estamos ao final da legislatura, e a proposta é que a discussão se faça em conjunto, que cada comissão, através de seu relator, fará então o seu parecer.

O Senador Antonio Carlos Júnior solicitou que já pudéssemos aprovar, também, alterações que porventura possam vir a ocorrer, já que é uma Audiência Pública conjunta pode surgir outros nomes em outras comissões, inclusive na própria CCJ, que queiram ser incluídos.

Então, eu pediria à V. Exa., também, que pudesse fazer essa aprovação aqui desta forma, e já agendar,

que já está agendado na CCJ para o dia 1º de dezembro esta Audiência Pública; sessão conjunta com estas comissões todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão. Não tem quem queira discutir, em votação com o pedido de que já seja previamente agendado para o dia 1º, em conjunto com as demais comissões.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a devida lista de convidados e alteração para que seja em conjunto. Em discussão. Não tem quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Ainda na parte dois dessa reunião, nós vamos fazer só apenas aqueles senadores que estão aqui presentes como relator. Então o Item 2, como é leitura de aviso, eu gostaria de fazer a leitura dos seguintes avisos: “nº. 2006, de 2000; 22, de 2004; 84, de 2007; 32, 33, 50, 51, 60, 61, 72 e 80, de 2010; Ofícios nº. 5, de 2008; 13, 14, 16 e 20, de 2010; e Requerimento 118, de 1999, em conformidade ao Ato nº. 2, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, aprovada em 8/12/2009.

Comunico para o conhecimento, de acordo com os referidos atos, diversas decisões encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União e a esta comissão, todos relacionados na Pauta cheia serão incluídos em atas desta reunião”.

Item 5, já que o Item 3 e o Item 4 os relatores não se encontram aqui presentes, é o Projeto de Lei “*que acrescenta o art. 32-A à Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou importador de automóvel a inserir no manual de manutenção dos veículos a relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo*”. Autoria do Senador Flexa Ribeiro. A relatoria é do Senador Gilberto Goellner.

Com a palavra o Sr. Relator.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Presidente, Srs. Senadores. “O Projeto de Lei nº. 125, de 2010, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, propõe incluir o art. 32-A na Lei 8.078, que é o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, a fim de obrigar tanto o fabricante como o importador de veículo automotor a inserir no manual de manutenção do veículo uma relação de informações que contenham denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo, na forma do regulamento.

O art. 2º desse PLS encerra a cláusula da vigência, de 180 dias a partir da publicação da lei, em que se converter. O autor justifica a proposição ao fundamento que a relação de peças facilitará a compra pelo proprietário do automóvel de peças de reposição, para os automóveis adquiridos pelos consumidores, porque tais informações e códigos de referências garantiriam a compatibilidade da peça com o automóvel adquirido, bem como:

1. Estimulariam saudável concorrência no mercado de peça de reposição.

2. Propiciariam melhora no estado geral de conservação da frota circulante, de forma a gerar maior segurança, menor nível de poluição e consumo de combustível.

O PLS nº. 125 também será analisado pela Comissão de Serviço de Infraestrutura em caráter terminativo. Não foram apresentadas as emendas”.

Eu já vou declinar logo pelo Voto, fiz a análise, e realmente a confecção de um manual de referência dos códigos das peças de reposição contribuirá para o desenvolvimento do setor automotivo, para o barateamento dos custos de manutenção veicular, em consequência para promoção da defesa do consumidor e a proteção ao meio ambiente.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 125, de 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Em discussão. O autor vai discutir?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu quero só agradecer ao Senador Gilberto Goellner pelo parecer favorável. Este projeto é de grande importância porque vai facilitar aos consumidores a aquisição de peças que sejam produzidas pelas mesmas indústrias que produzem para as montadoras. Apenas não comercializadas na rede de concessionárias. Então com a relação da marca do código do fabricante, o consumidor pode comprar diretamente do fabricante e não da rede de concessionária. Vai haver uma diminuição de custo na manutenção dos veículos brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não tendo quem queira mais discutir, em votação.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, senador.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo para que nós pudéssemos inverter a ordem e votarmos agora

a indicação das emendas da comissão para Orçamento de 2011.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): O Senador Romero Jucá propõe que nós passemos a fazer a Pauta na primeira parte, que é exatamente para a votação das emendas de orçamento, para a inversão de Pauta. Quem concorda permaneça como se encontra. Aprovado.

Então vamos à apreciação das emendas da CMA, o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº. 59, de 2010, que estima a receita e fixa as despesas da União para o exercício financeiro de 2011. Mensagem nº. 121, de 2010, nº. 531/2010 na origem.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia como relator.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito obrigado, Sr. Presidente. Passo ao relatório. *“O uso das atribuições que lhes conferem é o art. 166 da Constituição. Os Srs. Senadores propuseram as emendas ao Projeto de Lei 59, de 2010, que estão listadas a seguir”.*

Temos aqui, Sr. Presidente, quadro das emendas apresentadas. Dentre elas, destina-se a alterar o texto do Projeto de Lei nº. 19 e as 38 demais propõe apropriação de despesas, seja por acréscimo, seja por inclusão.

“Em resumo, foram apresentadas seguintes quantitativos de emendas a despesas: seis para a Agência Nacional de Águas, quatro para o Ibama, seis para o Instituto Chico Mendes, um para o Ministério da Pesca, dez para o Ministério do Meio Ambiente, seis para o Ministério Público Federal, um para o Serviço Florestal Brasileiro e quatro para o Tribunal de Contas da União.

Apresentaram emendas, os Srs. Senadores: Alvaro Dias, Cícero Lucena, Fátima Cleide, Flexa Ribeiro, Gilvan Borges, Inácio Arruda, Jefferson Praia, Marisa Serrano, Renato Casagrande, Romero Jucá, Valdir Raupp, Valter Pereira.

A única emenda de texto destina-se apenas a adequar a redação da alínea 1, do inciso I, do anexo IV, do Projeto de LOA, a revisão, previsão de aposentadorias e, conseqüentemente, vacância de cargos que estarão disponíveis para preenchimento por meio de concurso público.

Cumpro lembrar que por força da Resolução do Congresso Nacional 01, de 2006, a Emenda de nº. 6 destinada ao Ministério da Pesca, não pôde ser acatada por tratar-se de órgão estranho à competência de apresentação de emendas dessa comissão. Igualmente, carece de amparo normativo a Emenda nº. 39, por destinar-se a ação de âmbito restrito a uma unidade de federação”.

Temos logo abaixo, Sr. Presidente, quadro das emendas com as despesas apresentadas.

Passo ao Voto, Sr. Presidente. *“Verifica-se que todas as emendas são meritórias e passíveis de aprovação por esta comissão, excetuadas as duas que desatendem as normas aplicadas, a de nº. 6, por ser de órgão estranho à matéria da comissão, e a de nº. 39, por se tratar de obra de abrangência estadual.*

Em face disso, e tendo em vista as atribuições desta comissão, proponho a aprovação das seguintes emendas: na função de fiscalização e controle, as emendas de acréscimos a despesas nº. 2, 8 e 21, de autoria dos Senadores Cícero Lucena, Flexa Ribeiro e Jefferson Praia, com o valor de R\$ 40 milhões, sendo 15 para outras despesas correntes e 25 para investimentos, para o Tribunal de Contas da União, ambas com modalidade 90 na ação fiscalização da aplicação de recursos públicos federais, funcional, programática, número tal”.

Segunda emenda, Sr. Presidente. *“Ainda em atenção à função de fiscalização e controle proponho a aprovação das emendas de acréscimo a despesa de nºs. 01, 22, 28, 29 e 37 de autoria dos Senadores Renato Casagrande, Jefferson Praia, Valdir Raupp, Alvaro Dias e Romero Jucá, que destinam para ação de fiscalização e controle da aplicação da lei o montante de 100 milhões, 140 milhões, para GND-3, e 60 milhões para GND-4, ambos os valores com modalidade 90, e resultado primário nº 2”.*

Temos também aí a numeração da funcional programática. A terceira emenda, Sr. Presidente. *“Na função de meio ambiente, opino, inicialmente, pela aprovação das emendas números 11, 05, 09, 16, 25, 27, 30, dos Senadores Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Fátima Cleide, Romero Jucá, destinando 200 milhões para a remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas - PRODES, a ser realizada pela Agência Nacional de Águas - ANA, com GND-3, modalidade 90, e o resultado primário nº. 2”.* Funcional programática também o número está aí.

Sr. Presidente, por último, a última emenda eu confesso que cheguei a ter dúvida sobre duas iniciativas, e vou opinar por uma delas, mas gostaria, claro, de ouvir esta Comissão em relação à posição que irei tomar. Então, nós temos aqui duas proposições. Temos uma proposição de 40 milhões para construção de edifício sede do Instituto Chico Mendes, e outra que é uma emenda dos Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, de 106 milhões para a formação de educadores ambientais.

Eu estou, Sr. Presidente, muito embora reconheça a importância da construção do edifício-sede do Instituto Chico Mendes, e daquela instituição ter colocado

que hoje eles estão pagando um aluguel, e que ano passado nós estabelecemos também uma emenda de 40 milhões, salvo engano, e que houve um corte em seguida, eles apenas perceberam 4 milhões... Então percebo a importância do Instituto Chico Mendes ter o seu prédio, a construção do seu edifício sede sendo viabilizado. Mas percebo muito mais, Sr. Presidente, a formação de educadores ambientais. Como eu coloquei anteriormente, nós precisamos investir muito na educação ambiental, e para um país que quer caminhar no sentido de cumprir as suas metas, que quer caminhar no sentido de orientar as pessoas, principalmente aqueles que não têm informação sobre o que está acontecendo nesse momento, Sr. Presidente, que é o momento de plena revolução, nós estamos no século XXI, que é um século de uma nova economia, de uma economia verde, economia onde todos respeitarão o meio ambiente. Acredito ser de fundamental importância, e aí eu quero dizer que V. Exas., Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, me convenceram da importância de destinar os 150 milhões para formação de educadores ambientais para GND-3, com a modalidade 99, resultado primário nº. 2.

“Proponho ainda, Sr. Presidente, aprovação da emenda única de redação, que promove adequação do texto do anexo quinto à realidade de aposentadorias previstas para 2011 no Tribunal de Contas da União. Apesar dos méritos, as outras emendas não puderam ser contempladas em razão da limitação do número admitido para cada Comissão permanente”.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Agradeço ao relator, Senador Jefferson Peres (sic). Em discussão.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Romero.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de discutir e registrar o seguinte: a minha posição aqui sempre foi que nós pudéssemos... A comissão é muito ampla, então nós temos diversas emendas importantes. É fundamental ter uma emenda para o Ministério Público Federal, para que nós possamos fortalecer a fiscalização e o trabalho do Ministério Público Federal, é muito importante isso. Importante uma emenda para o Tribunal de Contas da União, emenda para o Ministério do Meio Ambiente, mas eu queria ponderar na seguinte questão: a prevenção de combate a incêndios florestais é uma atividade que, por ser emergencial, ela já dispõe de facilidades de impedição, por exemplo, de uma Medida Provisória.

Portanto, isso poderia ser organizado dessa forma. Já a construção do prédio...

[falas sobrepostas]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Romero Jucá pede para que eu o substitua nas...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu acho que esta ligação deve ser da Dilma, não é mais de Lula, não, para ser tão importante.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Me parece, pelo o que eu pude entender, Presidente, é que o relator, é que o Senador Romero Jucá está propondo a substituição da emenda acatada por V. Exa. com relação à prevenção e combate de incêndios florestais pela construção do edifício-sede do Instituto Chico Mendes, não é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, não.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, não, eu quero ponderar o seguinte: são poucas as emendas, mas a construção da sede do Instituto Chico Mendes é uma obra que está em andamento e é uma obra que seria difícil de conseguir qualquer tipo de recurso por Medida Provisória ou com suplementação.

Então a minha proposta é que se tivesse uma emenda para o Tribunal de Contas da União, uma emenda para o Ministério Público Federal...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Acataria essas duas propostas pelo relator.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Acataria as duas propostas pelo relator, e o instituto Chico Mendes, e aí nós decidiríamos entre os educadores e incêndio, mas eu entendo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mas não há incêndio em discussão, não.

[falas sobrepostas]

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, esclarecimento. Senador Romero Jucá, só um minutinho.

O Senador Romero Jucá está fazendo a seguinte sugestão: eu apresentei aqui, por último, como uma das propostas atacadas, 150 mil para a formação de educadores ambientais, é aí que o senhor entra. Ele está propondo o seguinte: invés de ser 150 mil para formação de educadores ambientais, que se ele em conta--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, ele estaria trocando pela da ANA.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu estou propondo uma das duas, estou querendo que

a gente discuta. Eu só queria ponderar a importância do prédio.

[falas sobrepostas]

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Ele está sugerindo...

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ele entendeu que a terceira seria para incêndio, aí ele argumentou que poderia ser por Medida Provisória, quando na verdade a terceira é de despoluição.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É, a terceira sempre esta comissão apresenta, que é a remoção de cargas despoluidoras de bacias hidrográficas. Esta que o senhor quer que retire, senador?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não, eu retiraria de formadores de educadores ambientais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Essa é a proposta do senador. Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, eu acho, se eu compreendi o que o Senador Romero Jucá, nessa infinidade de ligações telefônicas que ele faz, apartando a fala dele, se eu compreendi, ele pretende priorizar, entre outras emendas dessa comissão, a construção do Instituto Chico Mendes, que no meu ponto de vista é absolutamente pertinente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Porque está em obra, nós já tivemos gastos o ano passado.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E nós estamos gastando R\$ 10 milhões de aluguel. Então eu acho que é absolutamente pertinente, ela é lógica, ela é sensata.

Portanto, eu compartilho a despeito até do mérito das outras emendas, inegavelmente, eu compartilho dessa tese defendida pelo Senador Romero Jucá.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu acho que nós temos aí a divisão correta e justa, o relator está fazendo um esforço muito grande para que a gente mantenha a tradição da comissão, o Ministério Público, Tribunal de Contas. E o Ministério do Meio Ambiente, por ser o Ministério que lida com uma questão tão abrangente, teria direito a duas emendas.

Eu entendo a preocupação dos Srs. Senadores em relação à questão do PRODES. Hoje, nós temos um grave problema de saneamento básico no Brasil, 80% da população não tem acesso a esgoto tratado, 50% não está conectado em rede de esgoto, só 13% dos municípios brasileiros estão com o saneamento básico em dia. Então é mais do que justo ter um sistema inovador, que eu conheço, para a questão do saneamento básico que é a compra pelo esgoto tratado

no sistema PRODES, é quase uma parceria público-privada, isso é uma inovação da Agência Nacional de Águas com resultado muito positivo para esta agenda do saneamento básico. Então esta emenda ficaria.

O diálogo, agora, com meus companheiros da educação ambiental, segundo a assessoria do Ministério do Meio Ambiente, e o Senador Praia tem toda a razão quando diz que essa agenda é muito importante, nós teríamos a locação das emendas via as emendas individuais, que segundo ela, o próprio Ministério acha que daria conta para este investimento dentro do Ministério. Porque a educação ambiental, ela não é feita apenas pelo Ministério do Meio Ambiente, ela é feita também junto com o Ministério de Educação. Aliás, foram treinadas, só na minha gestão, cerca de 80 mil professores para serem os formadores.

Então, nós poderíamos perfeitamente compatibilizar educação ambiental com emendas individuais e mais uma possível emenda, não sei se é possível, na Comissão de Educação, e nós alocaríamos para uma ação nacional no Ministério do Meio Ambiente a parte de saneamento, que é muito interessante e necessária, e no caso do CNBio, para a gente acabar também, a gente mesmo coloca o recurso, o estado começa aquele investimento e depois não tem continuidade, o que é muito ruim, muito negativo. Para que a gente possa ter uma ação eficaz, do Instituto Chico Mendes, do CNBio, nós precisamos que eles tenham, inclusive, uma estrutura necessária, a gente gasta muito dinheiro com aluguel de prédios, quando na verdade a gente poderia ter uma estrutura própria. Então, fazendo aqui uma tentativa de mediação, compreendendo a necessidade da manutenção da agenda do PRODES, é encaminhando a questão da educação ambiental via MEC, que já é, e via emendas individuais, e manteria a continuidade das ações do Instituto Chico Mendes, para que a gente possa fazer com que esse instituto recém-criado possa constar com uma estrutura necessária, porque, inclusive, eles são agentes formadores nessa agenda da educação ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mesmo como Presidente, me permita Sras. e Srs. Senadores, eu como um dos autores da emenda, eu vou também participar da discussão.

Quero dizer o seguinte, que aqui é consenso a discussão em relação à emenda para o Tribunal de Contas e para o Ministério Público. Acho que essas duas é consenso, Sr. Relator.

Quanto às demais, eu acho que nós temos que fazer algumas verificações, Senadora Marina. Primeiro, se é tão importante para o Instituto Chico Mendes, que eu acredito que seja a construção do seu prédio, por que é que o governo, o ano passado, com 40 mi-

lhões aprovado, só liberou R\$ 4 milhões, e, infelizmente, chega notícia depois que se gastou 10 milhões de aluguel?

Segundo ponto, por que não compôs o orçamento do Instituto Chico Mendes, por parte do Executivo, recurso para concluir uma obra tão importante, Senador Delcídio Amaral? Por que não? Falta de planejamento? Ou não é prioridade? As duas são verdades ou uma delas?

Terceiro item, que nós temos que levar em conta é que eu não discuto a necessidade da estrutura, é fundamental ter o prédio, ter as instalações, ter uma estrutura compatível. Agora, de que adianta nós termos essa estrutura e nós continuarmos com o cidadão brasileiro, com o exemplo dado pelo Senador Jefferson Praia do nativo que foi multado por mais de R\$ 1 milhão por total desconhecimento de informação, e por que não nós buscarmos, nesse momento, nessa oportunidade, que para este orçamento é única, Senadora Marina, porque na educação não foi apresentado, e, consequentemente, os prazos de comissões já foram vencidos, nós criarmos...

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Já sim.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): As emendas individuais?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não, do MEC na Comissão de Educação que a senhora fez referência. Então, o que ocorre? Nós estamos tendo a oportunidade de dizer que o agente, a formação dos agentes de meio ambiente é fundamental para este país, porque nós vamos ter leis, nós vamos ter multas, vamos ter penalidades, e não teremos educação nisso.

Então, eu acho, eu acredito, e por isso que eu defendo, que se é prioridade a conclusão da obra do Instituto Chico Mendes, o governo ainda teria, Senador Romero Jucá, e o senhor como líder competente, eficiente que é do governo, poderia... Cortou 4 milhões... No orçamento desse ano o governo ainda até o final do ano pode complementar esses recursos que estão faltando o Instituto Chico Mendes, que eu defendo também a sua conclusão, defendo a sua importância.

Então, era prático, sendo prático e objetivo, o governo poderia complementar o orçamento que está aprovado em 40 e só liberaram quatro. Quer dizer, nós temos vigentes, senadora, os recursos, e pode fazer esse ano. Então o governo faça, não é prioridade? Vamos nos juntar todos e pedir isso ao governo, para que libere algo que já está aprovado nesse orçamento, que com certeza vai ter sobra até o final do ano,

até pelo crescimento da receita, e aprovar este novo momento, que é a formação dos educadores na área ambiental. Essa é a minha posição.

Alguém mais para discutir? Então, vamos votar a seguinte proposta. Se alguém quiser diferente. Nós aprovaríamos o Item 1 do Tribunal de Contas, o Item 2 do Ministério Público, o Item 3, que eu não fiz referência, mas todos nós estamos aí, ouvimos que o PAC vai resolver todo o problema de saneamento, mas eu acho que é importante o que a Senadora Marina disse; e o Item 4, o nosso apelo para que seja pelos líderes do governo, pela bancada e por nós mesmo que somos oposição, no meu caso, para que ele empenhe o que está aprovado este ano e nós possamos abrir a janela e aprovar o relatório conforme a proposta do Senador Jefferson Praia.

Em discussão esta proposta do próprio relatório. Quem é favorável, então, a este modelo... Pois não, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu gostaria de propor que nós votássemos as três que não tem nenhum tipo de... Em bloco, as três que não tem nenhum tipo de questionamento, e a quarta nós votaríamos uma ou outra, nós iríamos para a votação votando outra. Volto a defender a--

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Se nós defendermos as quatro... Tudo bem, então vamos à sugestão do Senador Romero.

Votação, as três primeiras. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Votação da quarta. Quem acompanha o relatório...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, senadora.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu voto pela sede do Instituto Chico Mendes, Sr. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, teria que escolher entre uma e outra?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, aí eu não tenho nenhuma dúvida. Acredito que a formação dos educadores ambientais é fundamental. É a forma que nós temos de fazer com que nós tenhamos uma geração de brasileiros com esta visão voltada para a preservação da natureza. E, hoje, nós não temos isso, a educação não tem isso, nós temos, além das disciplinas que cada professor ministra... Então existe o currículo com as disciplinas. E essas questões, como a questão da ética, questão ambiental, outras questões, são colocadas - trânsito e etc. - são colocadas naquele-

les que nós chamamos de Temas Transversais. E nós não temos condições de formar os nossos professores nessa área, nem desses Temas Transversais que eles tenham condições de colocar no currículo.

Portanto, eu sou extremamente a favor... Se nós quisermos uma geração de brasileiros que tenham consciência ambiental, nós temos que ter formadores para isso, não há outro caminho que não seja essa. É mil vezes preferível isso do que ter um prédio apenas. O prédio pode ser emprestado, pode ser alugado, pode ser qualquer coisa. Agora, formar pessoal não, isso aí é o processo, e é um processo lento e é o processo que nós temos que começar para o futuro. Eu acho que essa geração e as próximas gerações dependem disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então em discussão o quarto item, conforme o relator, apenas o voto do Senador Romero Jucá, que divergiu da maioria e também da Senadora Marina.

Desculpe, ainda para discutir.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Eu só gostaria de argumentar, e entendendo a preocupação nobre do Senador Praia, de V. Exa., da Senadora Marisa Serrano, mas eu insisto: os próprios membros do Ministério do Meio Ambiente, que estão com a agenda da educação ambiental, estão dizendo que com as emendas individuais já é suficiente o que eles têm.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora, como se essas emendas ainda não foram apresentadas?

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sim, mas eles estão trabalhando pela sua aprovação. E a maior parte para esta agenda a que se referiu a Senadora Marisa Serrano é a formação que é feita pelo próprio MEC. Esta emenda para formação dos agentes, dos educadores ambientais, são aqueles educadores ambientais no trabalho de mobilização e de articulação dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente. É diferente para este processo em que você forma os professores para atuar em sala de aula. Não são coisas semelhantes, só para que a gente tenha clareza disso.

Outra coisa, eu entendo e está cheio de razão V. Exa. quando diz que o governo deveria ter priorizado os 40 milhões. Deveria mesmo, assim como deve priorizar o dinheiro para a educação ambiental, independente da nossa ação.

Todavia, eu que fui ministra do Meio Ambiente, que criei o Instituto Chico Mendes, eu sei que o que é prioridade para a agenda ambiental nem sempre é prioridade do governo, mas se transformar numa prioridade nossa, ela pode ser viabilizada.

Então, a minha consciência de que no caso a educação ambiental é uma ação do MEC e tem que estar contemplada para o professores, e a ação dos agentes ambientais, segundo o Ministério, já está com recursos suficientes para o trabalho que eles fazem, o meu voto é pela continuidade da nossa priorização para que o Instituto Chico Mendes tenha uma estrutura compatível, inclusive para que a possa abrigar corretamente os programas na área de educação ambiental.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Ok, registrado o voto da Senadora Marina.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Posso fazer um adendo?

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um adendo só. Educador ambiental não quer dizer só nas escolas e salas de aula, quer dizer em todos os momentos da formação da sociedade para isso. Então é muito mais amplo do que só o educador da sala de aula.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu quero, também, registrar que nós todos temos certeza que estaremos à disposição para pedir ao governo, está certo? Oposição, situação, pedir ao governo que aproveite os 40 milhões que está aprovado este ano e que bote o recurso, porque nós também somos a favor da conclusão do Instituto Chico Mendes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pois não, senador.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só registrar também o meu voto, que eu vou ter que ir também para uma outra reunião, para aprovar emendas de comissão. Eu queria registrar o meu voto, eu acompanho o voto da Senadora Marina Silva.

Acompanho o voto da Senadora Marina Silva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Então, pela maioria está aprovado o relatório do Senador Jefferson Praia. Não tendo mais o que discutir em relação a este assunto, agradecer a todos os senadores aqui presentes e voltando à segunda parte, se os senadores ainda têm, é apenas um projeto que é como relator o Senador Jefferson Praia, que estabelece medidas... É o Item 7, que estabelece medidas para o controle da Avifauna nas imediações dos aeródromos. Item 7, Não Terminativo, Sr. Senador.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, passo então a ler o meu relatório.

“Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei da Câmara 74, de 2009. De autoria do Deputado Deley, a proposição tramitou na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei 4.464, de 2004”.

Passo a análise, Sr. Presidente. *“Compete à CMA, nos termos do art. 102-A, inciso II, letra ‘a’, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes à proteção do meio ambiente e à defesa da fauna. Nesse contexto, concordamos com os objetivos da proposição sob exame, a qual, segundo o autor, visa estabelecer medidas protetoras nas áreas de entorno dos aeródromos de forma a garantir a segurança das operações aéreas no Brasil. O problema que se quer mitigar consiste no risco de colisão entre uma aeronave e um animal voador, normalmente uma ave, denominado pelos especialistas como Perigo Aviário. Apesar da maioria das colisões não causarem acidentes aéreos fatais, aproximadamente um caso em cada bilhão de horas de voo, o perigo aviário, no mundo, gera anualmente prejuízos que foram estimados em US\$ 1,2 bilhão.*

Devemos notar que a maior parte das colisões com aves ocorre nas fases de aproximação, decolagem e pouso, ou seja, dentro da área dos aeródromos ou nas suas proximidades. No caso do Brasil, as áreas de entorno dos aeródromos, em sua grande maioria, ainda apresentam deficiências de saneamento básico e hospedam atividades industriais e comerciais que geram resíduos atrativos para as aves. Os focos mais comuns de atração, além dos lixões, são os matadouros e as instalações de beneficiamento de pescado.

Tendo em vista a necessidade de legislação específica para disciplinar, nas áreas de entorno dos aeródromos, a implantação de atividades que atuam como foco na atração de aves, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, publicou a Resolução nº 4, de 9 de outubro de 1995. A resolução estabelece as Áreas de Segurança Aeroportuária, onde é proibida a implantação de qualquer atividade que atraia ou possa vir a atrair aves. Todavia, a aplicação da Resolução não tem sido fácil, principalmente porque a redação da norma não aponta responsabilidades nem prevê sanções em caso de serem implantados empreendimentos inadequados dentro da ASA.

Passo, Sr. Presidente, ao Voto. *“Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 74, de 2009, na forma do seguinte substitutivo.*

Emendas CMA - Substitutivo, Projeto de Lei da Câmara nº. 74, de 2009, dispõe sob o controle da Avifauna nas imediações de aeródromos.

O Congresso Nacional decreta: art. 1º. Esta lei estabelece regras que visam a diminuição do risco de acidentes e incidentes aeronáuticos decorrentes da colisão de aeronaves com aves, nas imediações de aeródromos”.

Passo, portanto, Sr. Presidente, aqui, pelas sugestões feitas, e termino o meu relato dizendo... Concluo o relato, Sr. Presidente. Esta lei entra em vigor, são diversas as observações, aqui eu quero destacar o prazo em que fiz alteração para que a lei entrasse em vigor, o prazo adequado para que todos, principalmente os pequenos aeródromos na Amazônia, possam se adequar. No meu estado, por exemplo, para V. Exa. ter uma ideia, nós temos pequenos aeródromos dentro de cidades. Então, todos os cuidados nós tivemos, ouvimos diversas instituições envolvidas em relação a este projeto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir. Não tendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Senadores que concordam, com a ressalva da Senadora Marina, permanecem como se encontram. Aprovado.

Encerrando, porque os demais relatores não se encontram aqui presentes a presente reunião. Aproveito para comunicar que vai ter, em seguida, a reunião da Subcomissão Temporária Destinada a Acompanhar a Execução das Obras da Usina Belo Monte.

Muito obrigado.

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 09h30.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência em exercício dos Senhores Senadores **GILBERTO GOLLNER** e **MARINA SILVA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **GILBERTO GOELLNER**, **MARINA SILVA**, **INÁCIO ARRUDA** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **ALFREDO NASCIMENTO**, **JOÃO RIBEIRO**, **GILVAM BORGES**, **HÉLIO COSTA**, **VALTER PEREIRA**, **KÁTIA ABREU**, **HERÁCLITO FORTES**, **ELISEU RESENDE**, **ARTHUR VIRGÍLIO**, **CÍCERO LUCENA**, **MARISA SERRANO**, **GIM ARGELLO** e **JEFFERSON PRAIA**. O Senhor Presidente Senador Gilberto Goellner declara abertos os traba-

lhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, e informa que a presente reunião destina-se à realização da Audiência Pública com o objetivo de debater a implementação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima e sua regulamentação; os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas (COP15), que ocorreu em Copenhague, no ano passado; assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP 16 que acontecerá no México este ano, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2010-CMA, de autoria da Senhora Senadora Marina Silva. Comparecem os seguintes convidados: Sérgio Barbosa Serra, Embaixador Extraordinário para Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores; Branca Americano, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Paula Bennati, Consultora da Confederação Nacional da Indústria; Johaness Eck, Sub-Chefe Adjunto na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República; e Marcelo Furtado, Diretor Executivo do Greenpeace Brasil. Após, a convite, faz sua exposição o Senhor Paulo Moutinho, Diretor Executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. A seguir, usa da palavra a Senhora Senadora Marina Silva, que apresenta seus questionamentos aos convidados. É passada a presidência da reunião à Senhora Senadora Marina Silva, às doze horas e quatro minutos. O Senhor Senador Gilberto Goellner apresenta seus questionamentos. Os convidados respondem às perguntas e fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Gilberto Goellner**, Presidente em exercício da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 25/11/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conformidade com a aprovação do Requerimento nº 31, de 2010, dessa Comissão, de autoria da Senadora Marina Silva, com o objetivo de debater a implementação da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e sua regulamentação, os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas, realizada em Copenhague, a COP-15, no ano passado, assim como discutir as posições e os novos compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP-16, que acontecerá no México este ano.

Eu convido, a seguir, os seguintes representantes dos ministérios de entidades privadas: Sr. Sérgio Barbosa Serra, Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores. Tenha a bondade; o Sr. Johaness Eck, Subchefe Adjunto na Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República. Tenha a bondade; Branca Americano, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente; Marcelo Furtado, Diretor-Executivo do Greenpeace Brasil; e Paula Benatti, Consultora da Confederação Nacional da Indústria.

Dando prosseguimento a essa Audiência Pública, nós colocamos então como primeiro convidado da Mesa o Sr. Sérgio Barbosa Serra, Embaixador Extraordinário para a Mudança do Clima do Ministério das Relações Exteriores, a fazer a sua apresentação.

SR. SÉRGIO BARBOSA SERRA: Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Só me permite, Sr. Sérgio, seria ao redor de 15 minutos cada apresentação. Eu não sei se o tempo está bom. Pode ser menos, chegando até a 15. Obrigado.

Com o senhor a palavra.

SR. SÉRGIO BARBOSA SERRA: Muito obrigado, Sr. Presidente. É sempre um prazer para mim estar aqui nessa comissão. Eu diria que eu prefiro, no caso da minha apresentação, me ater menos à questão da implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e sua regulamentação, que é um assunto que não cai prioritário, quer dizer, é sempre prioritário, é evidente, mas não é da responsabilidade primária do Ministério das Relações Exteriores, e tratar mais da segunda parte, que é a questão da próxima Conferência

das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-16, que vai ocorrer a partir de segunda-feira em Cancun, no México, em sequência à COP-15, de Copenhague, realizada no ano passado.

Como se recordam, na COP-15 o Brasil apresentou uma série de compromissos, quer dizer, um pacote, eu diria assim, de compromissos com relação a ações de mitigação em diversos setores, diminuição da emissão de gases de efeito estufa em uma série de setores da nossa economia, entre eles a agricultura, a parte energética e biocombustíveis, a indústria e com relação ao nosso calcanhar de Aquiles na área climática, que é o combate ao desmatamento. Esses compromissos, que redundam numa meta de redução de 36% a 39% da curva de crescimento das nossas emissões, levado em consideração um cenário de business as usual, foram muito bem-recebidos na conferência por nossos parceiros de negociação e pela opinião pública mundial. Foram compromissos considerados bastante ambiciosos para um país das condições econômicas, um país em desenvolvimento como o Brasil, e, eu diria, além do que era recomendado ou é recomendado pelo 4º Relatório de Avaliação do IPCC, que é com relação a países em desenvolvimento uma queda com relação a essa curva de crescimento de emissões de não mais de 30%, quer dizer, o nosso excedeu, os nossos compromissos excedem esse número sugerido.

A Conferência de Copenhague, como se sabe, não teve uma conclusão, por assim dizer, satisfatória, quer dizer, ela causou uma série de frustrações, inclusive porque o acordo que mal ou bem se conseguiu costurar na última hora não foi aprovado por consenso na sessão final. Mas, de qualquer maneira, nós consideramos que aquele acordo, eu diria acordo, entre aspas, porque não se consubstancia como um acordo formal, ele, no momento, é um texto que está sendo ainda discutido. É um passo adiante, consideramos que é um passo adiante com relação ao que vinha sendo discutido nessas negociações globais do clima, mas incompleto.

Então o trabalho que nós temos tido desde Copenhague nas reuniões que se sucederam e no caminho de Cancun, que é a próxima Conferência das Partes, e provavelmente bem adiante, quer dizer, para a COP-17 e talvez além, é de alguma forma implementar ou trazer para a formalidade aquele acordo que não foi, digamos, ratificado pelas partes, e ampliá-lo, melhorá-lo. Para isso nós temos uma situação nas negociações de um certo conforto, porque os nossos compromissos que ficaram, digamos, sacramentados ali na Conferência de Copenhague, foram considerados, como eu disse, muito satisfatórios e estão sendo cumpridos, enquan-

to que outros países apresentaram números que têm uma série de condicionantes, que no momento não se vê muita movimentação interna nesses países para o cumprimento dessas metas. Então a nossa posição, nós temos uma posição tranquila para cobrar, digamos, mais engajamento e mais ambição dos outros parceiros de negociação, sobretudo os países desenvolvidos.

Quando eu falo de cobrar mais ambição, normalmente, quer dizer, eu estou me referindo e é um assunto que mais, digamos, chama a atenção mundial, a questão das metas de redução de emissões. Não parece muito provável que as metas nesse estágio da negociação sejam melhoradas como se deseja, como nós e, digamos, a comunidade científica, as Organizações Não Governamentais e grande parte da opinião pública mundial gostaria, quer dizer, o nosso desejo é que elas pelo menos atinjam o que é recomendado pelo IPCC para os países desenvolvidos, que é uma redução absoluta para os países desenvolvidos, enfim, uma redução de 25% a 40% das suas emissões com relação ao ano base de 1990. Por uma série de razões não parece possível conseguir isso, não deve ser possível conseguir isso em Cancun porque, como se sabe, os Estados Unidos não conseguiram fazer passar pelo seu Legislativo o projeto de lei de energia e clima, que estava em discussão, ele foi até retirado de pauta, e depois houve uma eleição na qual os Democratas perderam muitos assentos, perderam a maioria na Câmara e diminuíram a sua maioria no Senado, então não há perspectiva a curto prazo de que eles consigam ir além do que já se comprometeram, que é uma meta bem pouco ambiciosa. Isso, evidentemente, puxa os demais países desenvolvidos para baixo, quer dizer, não constitui incentivo a outros países desenvolvidos que ampliem seus compromissos.

Então nessa área de mitigação eu não acredito que haja muita evolução. Eu acho que já seria um resultado razoavelmente satisfatório que os números que foram colocados em Copenhague e após Copenhague fossem, digamos, confirmados e que houvesse uma indicação clara nessa COP de que haverá um segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto e, portanto, a continuação, que seja continuada essa negociação para as metas, para o segundo período de compromisso.

Já na área financeira, eu acho que as perspectivas são melhores, sobretudo no que diz respeito ao financiamento chamado de curto prazo, chamado fast start, que é muito necessário para os países mais vulneráveis, os países em menor desenvolvimento relativo, aquelas ilhas e Estados que estão já sofrendo com a mudança do clima, com a elevação do nível do mar, os países africanos, aonde a elevação da temperatura é

maior do que em outros continentes e, além do mais, são países mais pobres. Isso é um financiamento da ordem de US\$ 30 bilhões em três anos. Esse compromisso foi, digamos, concretizado em Copenhague, mas ainda não saiu do papel. Então seria importantíssimo que na COP-16 começasse a haver uma implementação ou compromisso real de implementação a curtíssimo prazo desse compromisso de financiamento, inclusive para que seja retomada a confiança no processo negociador, que foi muito abalada, em especial nesses países menores, pelo resultado incompleto, para dizer o mínimo, de Copenhague. Então, a nossa política, a nossa posição nessa Conferência será de procurar garantir essas coisas, que saia, por exemplo, esse financiamento de curto prazo, que haja esse compromisso ou essa indicação concreta, traduzida numa decisão da COP, de continuidade do Protocolo de Kyoto e de que haverá um segundo período de compromisso do Protocolo.

Um outro assunto que nos diz respeito, talvez, eu não digo mais diretamente, mas que o Brasil é um dos principais atores nessa área, é a área de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, chamado esquema REDD ou REDD-PLUS, que está, digamos, mais ou menos, quer dizer, em estágio avançado de negociação, mas que ainda não saiu. Eu não sei, francamente, se é possível, apesar desse estágio avançado, concluir o esquema em Cancun. Isso porque, quer dizer, o REDD é muito interessante para o Brasil e para uns outros 20 países, que são os países florestais tropicais, mas há uma série de países, inclusive países em desenvolvimento, que não têm grandes interesses nisso e, talvez, travem um pouco um resultado mais completo na área de REDD à espera de um pacote global de negociação. Mas, pelo menos, a primeira fase do REDD, que é a fase de capacitação, sem a qual uma série de países florestais, como os países da Bacia do Congo, por exemplo, não têm condições nem de participar de um esquema completo de REDD, pelo menos essa parte inicial que prevê, para o qual estaria alocado uma parte desse financiamento de curto prazo que eu mencionei, enfim, é a nossa [soa a campainha] visão que pelo menos isso possa ser, digamos, concluído em Cancun.

Eu acho que, por enquanto, era isso que eu gostaria de deixar claro, quer dizer, sobre a posição do Brasil na COP-16.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [interrupção no áudio] ele que é o Embaixador Extraordinário para a Mudança de Clima do Ministério das Relações Exteriores.

Convidamos, na sequência, o Sr. Johanness Eck, Subchefe Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República.

V. Sa. tem a palavra por até 15 minutos. Obrigado.

SR. JOHANNESS ECK: Cumprimento o Sr. Gilberto Goellner, a Senadora Marina Silva, demais presentes.

Da parte da Casa Civil, em complementação à fala do Embaixador Serra, nós não vamos falar sobre as negociações, nós vamos falar basicamente de outro tema, que é a implementação da Lei 12.187, que é a Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima, e no que é que nós trabalhamos esse ano e continuaremos trabalhando para que a gente tenha uma continuidade na consolidação das políticas que envolvem a implementação da lei.

A lei, ela vinculou a sua regulamentação à elaboração do segundo inventário brasileiro. Então, nós tínhamos, desde o começo do ano, anunciado a intenção e a intenção está mantida de fazer a regulamentação da Lei 12.187 e, no começo do ano, achávamos que a gente conseguiria, assim com os relatórios parciais do inventário, trabalhar a regulamentação. Mas, no final, tivemos que realmente esperar a finalização desse inventário, esse inventário traz novas informações, então como é de interesse de todos e como a lei determina nós precisávamos esperar a sua conclusão e a sua conclusão foi agora no final de outubro. A partir daí, nós estamos trabalhando sobre essas novas informações com o objetivo de ainda fazer a regulamentação dessa lei até o final de ano.

Agora, por sua complexidade, pela complexidade dessa lei, a gente também tem a visão de que haverá mais de um decreto para a sua regulamentação. Por quê? Porque ela lista uma série de planos que precisam ser elaborados, que são de interesse do governo e de todos que sejam feitos mesmo, mas que demandam algum tempo. A nossa intenção, anunciada desde o começo do ano, foi fazer a regulamentação da lei para aqueles planos que correspondem aos compromissos que foram assumidos pelo Brasil em Copenhague. E, durante 2010, nós trabalhamos nos cinco planos que correspondem àqueles compromissos.

Só para então reforçar, os cinco planos são: o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado, o Plano de Energia, de Agropecuária e da Siderurgia. Foram esses que foram a base dos compromissos assumidos em Copenhague. Nós temos que notar que a avaliação que foi feita pelo

governo na apresentação desses compromissos levou em conta, evidentemente, estudos e projetos que já havia algum nível de avaliação por parte dos Ministérios, das equipes técnicas, mas nós tivemos que, em alguns desses casos, trabalhar os planos. Nós, no final do ano passado, nós tínhamos apenas o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia em funcionamento, assim como o Plano Decenal de Expansão de energia. São os dois planos que vinham funcionando e a gente também, evidentemente que a gente no estabelecimento dos compromissos voluntários sempre quisemos privilegiar os instrumentos e os processos de planejamento que já existiam no governo. Mas nós tivemos que concluir, que estava em elaboração, o Plano para o Cerrado, nós tivemos que elaborar o Plano para a Agropecuária e também para a Siderurgia.

Esses planos todos, em suas versões, em seus resumos, nós entregamos, agora, em outubro, ao Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, que é o colegiado que o governo trabalha para a interlocução com a sociedade. E, inclusive, pedimos e algumas das representações enviaram suas contribuições e críticas em relação aos planos. Então a ideia nossa é de regulamentar a lei para esses cinco planos.

A lei, além desses cinco, ainda faz referência aos planos de transporte, indústria de transformação e de bens de consumo duráveis, indústria química fina e de base, indústria de papel e celulose, mineração, indústria da construção civil e serviços de saúde. Esses sete outros planos, a proposta, e agora é inexorável que seja assim, sejam iniciados em 2011.

O conteúdo dessa regulamentação, ele é composto, como a lei determina, por uma projeção das emissões nacionais dos gases de efeito estufa para 2020 e das emissões evitadas em decorrência das ações de mitigação, que são sinteticamente estabelecidas nesses cinco planos. A projeção das emissões evitadas manterá os objetivos de compromisso voluntário apresentado na COP-15, ou seja, na regulamentação nós vamos falar da redução de 80% do desmatamento na Amazônia. O que vai ser ajustado é o número que o segundo inventário apresenta, novo, sobre a emissão de toneladas de carbono por hectare de desmatamento, da mesma forma isso para o Cerrado e para os outros planos. Em alguns casos, no caso da agropecuária, por exemplo, o plano até acrescenta ações em relação às ações apresentadas ano passado. Evidente que essa regulamentação vai conter as memórias de cálculo e a gente pretende que também seja estabelecido o prazo até o final de 2011 para a conclusão de todos os planos que ainda restarão. Além disso, a regulamentação também fará menção à inclusão dos

objetivos dos planos de mitigação e adaptação nos instrumentos centrais de planejamento do governo, que isso, evidentemente, para a gente é importante, é um ganho. Então em relação ao conteúdo, é basicamente esse. Nós, só para reafirmar, nós então trataremos da questão do uso da terra, com o desmatamento da Amazônia e do Cerrado, a Agropecuária, que tem seis ações, a Energia e a Siderurgia na parte que é a utilização, vamos dizer, a utilização de carvão sustentação como fonte energética.

Nós estamos trabalhando nesses números, só para a gente ter uma ideia o nosso número mais importante tanto em termos de emissão quanto em termos de mitigação, que é relativo ao desmatamento da Amazônia, o segundo inventário trouxe um valor cerca de 1/3 maior de emissão de toneladas de carbono por hectare. Então esses números têm que ser ajustados. O que correspondia, só esclarecendo, os números que compuseram os compromissos voluntários, a quantificação desses esforços, eles foram baseados no primeiro inventário. Então no ano passado a gente usou os números do primeiro inventário e o que a gente está fazendo esse ano é adaptar esses novos valores para o segundo inventário. Mas só para ter ideia das nossas emissões projetadas, que eram de 2,7 bilhões de toneladas de dióxido carbônico equivalente(F), 1 bilhão - a grosso modo, era relativo ao uso da terra. E desse 1 bilhão, a Amazônia eram 705 milhões. Esses 705 milhões de toneladas, que seriam teoricamente emitidas em 2020 se nada fosse feito, elas pularam de 705 para 947 milhões. Então, a nossa maior... E eu estou dando o exemplo aqui da Amazônia porque é, vamos dizer assim, é o que a gente recebeu, já conseguiu trabalhar e tirar do inventário. Agora em todos os outros compromissos a gente está fazendo esses ajustes e espera então, até o final de ano, fazer essa regulamentação.

Nós recebemos, nos diálogos que temos mantido, recebemos algumas sugestões, algumas propostas, e a ideia é que o decreto cumpra o disposto na lei, nós temos obrigação em relação à transparência das nossas projeções e o estabelecimento também dos compromissos para 2020, mas a ideia é que a gente também trabalhe numa certa faixa que também não amarre tanto os nossos compromissos em cada uma das ações que vão compor o nosso esforço. Então, a gente está trabalhando com essa visão de que o decreto repita, com os números adaptados, os compromissos apresentados em Copenhague e de forma agregada a gente tenha a projeção das emissões e a projeção do resultado das ações de mitigação.

Então, só para encerrar, dizer que a nossa expectativa ainda é fazer a regulamentação para 2010. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Agradecemos à apresentação do Sr. Johaness Eck, da Casa Civil da Presidência da República.

Dando sequência, a Sra. Branca Americano, Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

SRA. BRANCA AMERICANO: Obrigada, senador, bom dia. Cumprimento à Senadora Marina Silva, o Senador Gilberto.

Dando continuidade aqui, eu vejo que essa Audiência Pública, ela tem como objetivo debater três questões: a primeira é a implementação da Lei da Política do Clima, a Lei 12.187, os compromissos de Copenhague e o que vai ser negociado agora em Cancun, o que é que o Brasil deve encaminhar em Cancun.

Então, com relação à implementação da Lei 12.187, eu acho que o Johaness já deu um panorama geral, então eu gostaria só de acrescentar que o Fundo Clima, que é um dos instrumentos da política, está sendo regulamentado, já foi, o presidente já assinou o decreto, e provavelmente na semana... Quer dizer, nós estamos marcando, aí vai depender, não depende só de nós, mas, enfim, para a semana seguinte à Copenhague a instalação do Comitê Gestor, para já definir uma agenda de trabalho para o ano de 2011. Como os senhores sabem, já existe uma alocação de recursos, este Fundo tem recursos de duas naturezas, reembolsável e não reembolsável. A parte reembolsável, cujo agente administrativo é o BNDES, já tem alocado 200 milhões para o ano de 2011. E para o Ministério do Meio Ambiente, que vai ficar com a parte não reembolsável para a alocação desses recursos, tem previsto 26 milhões.

Então, essa reunião do Comitê Gestor vai ser fundamental para se determinar como serão alocados esses recursos para o ano de 2011. Então, em termos de implementação da Lei 12.187, é isso, entendendo que o Fundo é um dos instrumentos da lei, por isso eu fiz referência a essa nossa agenda ainda para 2010.

Com relação aos compromissos de Copenhague, o Brasil encaminhou em Copenhague a lista de ações, não só participou de toda a negociação do acordo como também encaminhou no início de 2010 a nossa lista de ações. Essa lista de ações, como o Johaness também explicou, ela foi incorporada na lei e, portanto, ela se reflete nesses planos setoriais que estão sendo elaborados esse ano. Agora esse compromisso, como também o Embaixador Serra explicou, ele não é um documento reconhecido pela Convenção do Clima. Ele

foi tomado nota. Então ele não tem o status legal, enfim, ficou de alguma forma sem maiores consequências. E esse ano o que houve na negociação foi incorporar nos processos da negociação do clima os elementos desse acordo. Então, não basta nós apresentarmos os nossos compromissos, mas nós temos que dar transparência a eles e acompanhá-los no futuro, a sua implementação. Então esse é um aspecto importante que faz parte também dos planos setoriais, como nós faremos o acompanhamento dessas ações.

Aí eu aproveito e já faço o gancho para o tema de Cancun, que eu acho que talvez seja um tema mais... Um tema mais, não, mas um tema importante de discutirmos aqui, até porque semana que vem estamos em Cancun. O nosso ponto de vista é que o Brasil tem uma posição muito importante de liderança neste momento. Como o Embaixador Serra falou, estamos numa posição muito confortável porque encaminhamos os nossos compromissos, os nossos compromissos são ousados comparados com outros países. Nós estamos atuando basicamente no que é o nosso calcanhar de Aquiles, apresentando uma redução de desmatamento significativa desde 2005. Isso é facilmente verificável e comprovado e continuamos atuando nessa área. Na nossa matriz energética, nós estamos apresentando uma proposta de manter os recursos, o percentual de recursos renováveis da matriz, que é alto, já é muito alto, então é um compromisso inicialmente interessante, e estrategicamente estamos olhando para a agricultura, que é uma área da economia extremamente importante, e propondo um modelo de desenvolvimento na agricultura que seja de baixo carbono.

Então, nós estamos atuando num espectro muito grande de ações, que por um lado reconhecem o princípio que está na Convenção, o nosso direito ao desenvolvimento, ninguém está propondo isso às custas de um sacrifício, mas propondo um novo modelo de desenvolvimento de baixo carbono que, para o Brasil, no nosso entendimento, significa uma vantagem comparativa e uma estratégia de desenvolvimento para esse século muito interessante.

Então o que é que está em jogo em Cancun? Nós todos sabemos que não teremos um acordo, um novo marco regulatório, não teremos um novo protocolo, não teremos nenhum acordo legalmente vinculante como era a expectativa, talvez, para Copenhague. Esse ano foi marcado por uma reversão de expectativa com relação a um acordo forte, mas o entendimento é que avançaremos em etapas gradualmente. Então para Cancun espera-se um pacote de decisões que signifique um avanço, não aceitaremos nenhum recuo, e esse pacote de avanço, ele provavelmente no ano seguinte, na África do Sul, vamos regulamentar a

partir disso e avançar um pouco mais até o momento em que seja possível ter um novo acordo legalmente vinculante com os Estados Unidos. Eles precisam se incorporar a esse esforço.

Então esse pacote, o que é que é esse pacote esperado em Cancun, que seria um avanço, e o que é que o Brasil pode fazer para conseguir esse pacote de decisões em Cancun? Esse pacote, como o embaixador falou, ele deve cobrir todas as áreas de negociação. Nenhum país vai aceitar avançar em duas, três decisões, e não avançar naquela área que é de seu interesse. Então, financiamento interessa aos países em desenvolvimento, REDD aos países, enfim, aos diferentes grupos de países, mas aí também não sai esse pacote se não sair mitigação para outro grupo de países. Então nós não vemos a possibilidade de avançar só em algumas áreas, nós vemos a possibilidade que avance em todas as áreas ao mesmo tempo. E, nesse sentido, o Brasil tem um papel fundamental de que é costurar esse balanço do que seria possível avançar em todas essas áreas. Nós acreditamos que é possível sair um segundo período do Protocolo de Kyoto, o compromisso dos países desenvolvidos em assumirem esse segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, mesmo que as metas não saíam nesse primeiro momento, mas só o reconhecimento de que eles se engajaram nesse segundo período. Na parte de mitigação, a questão da mitigação tem basicamente um tripé aí, que é o Kyoto, os desenvolvidos que estão no trilho da Convenção e os em desenvolvimento que estão no trilho da Convenção. Nós, então, o nosso compromisso, está nesse dos em desenvolvimento no trilho da Convenção. Nós já fizemos tudo por isso: nós temos as nossas ações listadas, quantificadas, e a nossa disposição a dar transparência a essas ações. E isso é o que internacionalmente está se exigindo dos países em desenvolvimento, que dê transparência a isso. Essa transparência, o termo é MRV - Mensurável, Reportável e Verificável. E também uma outra figura, chamada ICA(F), que é Consulta e Análise Internacional, que foi criado no âmbito do Acordo de Copenhague e, portanto, não é reconhecido na negociação. Então vai ter um ajuste aí para não se usar esse termo, mas é a transparência das ações nacionais sem apoio internacional. Então, ela tem um nível de transparência um pouco menor.

O que é que nós achamos que o Brasil pode fazer? Eu acho que o que o Brasil pode fazer é: um, reforçar o tempo todo que o seu esforço está dado, que nós estamos dispostos a essa transparência, que nós queremos que o avanço do regime se dê em todas as áreas, que nós estamos dispostos a conversar com todos. Por exemplo, com a China nós temos um

diálogo permanente. E explicando o máximo possível o que esta transparência que nós estamos propondo, ela não implica em nenhum tipo de interferência externa no país, na contabilidade. Ele é um sistema já desenvolvido no âmbito da Convenção do Clima e segue regras muito claras e pode dar-se transparência sem que isso possa significar nenhum tipo de ingerência. E, enfim, e outras costuras que eu acredito na habilidade dos nossos negociadores do Itamaraty, na liderança do Embaixador Figueiredo, que é o chefe da delegação, em poder costurar e que o Brasil tenha um papel fundamental. Nós sempre estamos dizendo: nós não podemos voltar para casa com um fracasso em Cancun, porque o presidente se engajou, a sociedade brasileira se engajou, a opinião pública não aceita, o sistema está precisando avançar. Isso seria um descrédito, mais um descrédito ao sistema multilateral para negociar as questões de mudanças climáticas, nós achamos que não interessa a ninguém desacreditar o sistema multilateral. Então acho que o Brasil tem um papel fundamental em conseguir fechar esse acordo equilibrado entre as partes, porque a gente pode, não temos nenhum interesse particular assim de dificuldade em nenhuma área. Nós podemos avançar em todas as áreas.

Então, com isso, eu acabo com três minutos antes para facilitar e dar mais espaço para o diálogo, que é o fundamental. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GÖELLNER (DEM-MT): Muito obrigado a Sra. Branca Americana, que foi a representante do Ministério do Meio Ambiente.

Em seguida, eu passo a palavra a Sra. Paula Benatti, que é Consultora da Confederação Nacional das Indústrias - CNI.

SRA. PAULA BENATTI: Bom dia a todos. Obrigada, Presidente. Eu gostaria de cumprimentar, em especial, à Senadora Marina Silva, parabenizar pela iniciativa e agradecer a oportunidade que está sendo concedida a gente promover essa discussão durante essa manhã.

Aqui já foi adiantado bastante coisa, já foi colocada bastante informação com relação à Política Nacional sobre Mudança do Clima e também sobre os compromissos apresentados, os compromissos voluntários apresentados pelo Brasil no Acordo de Copenhague e, também, um pouco foi falado pelo Embaixador Serra e a Secretária Branca, em especial, com relação ao que se espera de Cancun, da COP-16.

Bom, da parte da indústria, o que eu acho que é interessante colocar aqui de maneira rápida para os senhores é que a indústria, ela já mostrou o seu grande engajamento com relação à sua contribuição a essa

transição da economia de baixo carbono. A indústria, consciente do seu papel relevante, considerando com relação ao Brasil, não obstante às suas emissões, elas sejam bastante pequenas quando comparadas com as demais emissões, mas, de qualquer modo, a indústria está fazendo a sua parte e a CNI, como representante de toda a indústria nacional, ela tem bastante consciência desse papel que a indústria representa, a importância da indústria com relação a uma produção de menor intensidade em carbono.

A Política Nacional sobre Mudança do Clima, esse ano em regulamentação e em fase final, não é Johanness, de regulamentação, a CNI pode participar, dos cinco planos setoriais que foi citado pela Casa Civil, a CNI participou ativamente de dois em especial, a questão da Siderurgia e também do Plano Setorial de Energia. Com relação a esse processo, realmente o governo, a CNI reconhece que o governo está envidando todos os esforços para promover um debate qualificado, ainda que existam muitas barreiras nesse processo, porque realmente foi e se esperou a questão da publicação do inventário, da segunda comunicação nacional, ainda que tenha se trabalhado com as estimativas apresentadas pelo MMA com base também no primeiro voluntário, mas houve aí, digamos, perdemos no sentido um pouco do tempo durante o ano nessa discussão, mas de fato de algumas semanas para cá essas discussões sobre os planos setoriais, em especial Energia e Siderurgia, que com relação à Energia o Plano Setorial segue as disposições do Plano Decenal de Energia. O que preocupa um pouco a indústria nesse sentido é que o Plano Decenal de Energia, apesar de ele ser um plano decenal, ele tem dez anos, ele é revisado anualmente. E se você vincula diretamente um decreto a um PDE, você impossibilita a possibilidade de revisão desse plano, mediante decreto. Mas isso está sendo bastante conversado e bastante articulado com o governo, em especial Casa Civil, e a empresa... A EPE, a Empresa Thomas King(F).

Com relação à siderurgia, também quem está conduzindo e coordenando esse processo é o MDIC, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Também está sendo um processo que agora na reta final está havendo uma maior discussão. Com relação a esse aspecto, porque quando a gente fala da siderurgia, a gente está falando apenas da questão da substituição do carvão vegetal utilizado pela siderurgia, substituição do carvão de desmatamento por floresta plantada. Então a gente cai também numa questão direta com o desmatamento, que tem a ver diretamente com o combate ao desmatamento, e que diz respeito também, não vai aumentar a matéria-prima, o número, a quantidade de matéria-prima de carvão vegetal que

a siderurgia usa, entende? Nesse plano não está se dizendo que a siderurgia deve usar tantos por cento de carvão vegetal a partir de... Não é isso, é apenas a substituição desse carvão vegetal. E a CNI também participou diretamente, ativamente desse processo.

Então, quer dizer, a indústria, ela se coloca à frente dessa questão hoje de uma maneira bastante pró-ativa, inclusive porque a indústria entende que existe um leque de oportunidades que vêm com essa economia de baixo carbono. Nós estamos falando também, assim, é preciso gerenciar os riscos envolvidos, obviamente, fazer uma defesa de interesses, que esse é um grande papel, um papel muito claro da CNI, mas também nós estamos agora inaugurando, digamos assim, são as palavras do novo presidente, inaugurando assim uma nova era com relação à indústria, com relação ao que ela entende em termos de pró-atividade. A indústria hoje, ela quer estar na frente, participar ativamente desse debate e também apresentar as suas propostas, principalmente com relação agora aos outros sete demais planos setoriais que vão ser elaborados agora em 2011, a indústria, em seis em especial, a indústria precisa e deve atuar diretamente na elaboração desses planos, quer dizer, mediante uma série de proposições em que a indústria está incrementando a sua base de conhecimento, mas já tem condições de fazer proposições em termos de o que pode ser feito, quanto que se pode reduzir, o que exigir do governo em termos de financiamento, de eventuais subsídios, enfim, a indústria está caminhando nesse sentido.

Por isso, eu acho que é importante, achamos, nós na CNI achamos que é importante que os esforços da indústria brasileira, não obstante a sua pequena contribuição para as emissões de gás de efeito estufa no mundo, quer dizer, tem que ser reconhecidos nos acordos internacionais, eles devem ser reconhecidos, os esforços da indústria, até porque a gente tem uma questão bastante importante em termos de, quer dizer, nós temos condições de fazer muita coisa. Nós temos condições, nós temos um papel relevante nessa economia de baixo carbono, ainda que a nossa contribuição não seja tão excepcional.

Bom, de qualquer modo, DENACOO(F), a nossa grande preocupação, embaixador, inclusive, é com relação ao MDL. O MDL, quer dizer, como todos sabem, o Brasil é o terceiro país que mais desenvolve projetos de MDL. A indústria brasileira, todos, invariavelmente, sempre tem perguntado para a gente os nossos associados, federações, empresas diretamente, e os nossos projetos de MDL, nós estamos investindo em projetos de MDL, agora o mercado realmente deu uma recuada porque essas indefinições realmente se refletem diretamente no mercado. Mas o MDL é um instrumento

da maior importância para o Brasil, quer dizer, a gente conseguiu, chegamos a zero nas emissões de N2O por meio dos projetos de MDL, quer dizer, só um exemplo, porque quando a gente fala em percentual, "Pô, mas o MDL, ele representa muito pouco dentro daquilo tudo que nós estamos..." Sim, representa, mas ele é um instrumento muito hábil, apesar das questões burocráticas e técnicas que estão envolvidas na questão do MDL, mas a gente entende, a indústria entende que os projetos de MDL são capazes, ainda que de uma forma que ainda não se demonstrou ainda tão relevante nesse sentido, mas com certeza ele poderia promover muito mais, inclusive uma transferência de tecnologia, etc. Por isso, a nossa preocupação com relação à adicinaridade dos projetos de MDL, quer dizer, os projetos de MDL, eles têm que ser projetos voluntários, senão deixa de existir o MDL, quer dizer, infelizmente pelo que nós estamos entendendo aí, a tendência, não vai haver uma definição sobre o segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto, mas a indústria coloca aí, inclusive a gente tem um documento de posicionamento que vai ser encaminhado, que, na verdade, já foi publicado e está sendo encaminhado então para ajudar os negociadores durante a COP, e a gente coloca muito claramente essa questão do MDL e também a questão da transparência, quer dizer, que pode ser dada através do instrumento de ENAVI(F), quer dizer, a indústria, ela está acompanhando e entende que não só por conta de uma consciência do problema e do relevante papel que a indústria, que o setor industrial no Brasil pode representar, mas também a gente vê como grandes oportunidades essa economia de baixo carbono. No mercado existem grandes oportunidades, inclusive a CNI, ano que vem, a gente está lançando o que a gente está chamando de manual, que é o Manual de Estratégias Corporativas de Baixo Carbono, então a gente vai mostrar e vai procurar indicar os [ininteligível], ao corpo diretivo das empresas, o que eles poderiam fazer, como eles podem começar a gerenciar os riscos vinculados a essa questão do carbono e como aproveitar ou maximizar essas oportunidades. Então esse é um documento inicial, ele vai ser abrangente, com fluxogramas, quer dizer, o que é que você deve fazer. Então como que você pode a começar a pensar nisso? Claro que muitas empresas, principalmente as grandes, estão aí com bastante... são bastante representativas, a gente pode ver isso nos resultados do último Carbon Disclosure Project, de 2010, que tem as quinhentas maiores empresas. Tem muita empresa brasileira lá como pioneira aí nessa questão de redução de gás de efeito estufa, quer dizer, a indústria está fazendo mesmo a sua parte, mas a gente tem que também atingir as médias e pequenas empresas, que

este é um grande desafio, diversos setores, quer dizer, a CNI tem um desafio grande pela frente, mas acho que é bastante possível a gente responder a esse desafio. E principalmente agora, para o ano que vem, os demais planos setoriais, em que a gente gostaria de manter esse debate qualificado com o governo, principalmente através do Fórum, que é o nosso organismo representante, e também diretamente com vocês, de modo que a gente consiga ter uma agenda, apresentar mais proposições, ter uma agenda mais propositiva com relação a isso também.

Bom, eu acho que eu paro por aqui. Acredito que o debate vai ser também bastante importante. Fico à disposição. Muito obrigada mais uma vez, presidente e Senadora Marina.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOLLNER (DEM-MT): Muito obrigado, Sra. Paula Benatti, que foi a representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Em seguida, eu passo a palavra ao Sr. Marcelo Furtado, representante e Diretor-Executivo do Greenpeace Brasil.

SR. MARCELO FURTADO: Bom dia a todos e a todas. Muito obrigado, presidente. Eu gostaria de solicitar, se possível, trinta segundos antes de começar a contar o meu tempo, porque eu queria aproveitar essa oportunidade, que eu acho que é a última oportunidade que eu terei como sociedade civil de estar aqui na Casa para prestar uma homenagem à Senadora Marina Silva, porque eu acho que ela deixa um legado ao Senado brasileiro que seria importante ser reconhecido.

Muito do que eu estou ouvindo aqui hoje, que fala sobre transversalidade, que são vários Ministérios trabalhando na mesma ação, que fala sobre desmatamento, que fala sobre a possibilidade da convivência de desenvolvimento com um Brasil verde e limpo, eu lembro da ministra, perdão, da senadora, antes de ministra, já em 2001, falando sobre isso numa Audiência Pública que eu estava com ela quando nós estávamos lidando com a questão do acidente da PETROBRAS na Baía de Guanabara. Então eu estou colocando isso para dizer que eu acho que a senhora deixa, Senadora Marina Silva, um grande legado para esta Casa e para o Brasil, e gostaria de agradecer a esse trabalho feito pela senhora.

Dito isso, eu também gostaria só de completar que muitas vezes quando eu estive presente aqui se foi dito que esta é a Casa do Povo. As pessoas falavam isso, mas não estavam muitas vezes realmente interessados em ouvir. A senhora foi uma senadora que não disse isso, mas nos fez sentir isso, que eu acho que é mais importante. Então eu gostaria de agradecer e

fazer um pedido aqui ao presidente de que, como eu acho que a senhora vai fazer falta aqui na Casa, que os senadores que ficarão aqui no Senado continuem com esse espírito de manter essa Casa aberta para ouvir, porque eu acho que é muito importante a sociedade ter uma oportunidade de dizer o que acha, o que pensa e como vê possibilidades de melhorar as políticas públicas desse país. Obrigado. Muito obrigado, muito obrigado, senador.

Bem, na minha intervenção, eu gostaria de então fazer mais um comentário sobre o que foi dito aqui, porque, obviamente, eu não vou discutir em detalhes aquilo que é, inclusive, o trabalho dos especialistas que estão aqui na mesa.

Mas gostaria de começar pontuando, com a questão de Cancun, que a minha grande preocupação é que após o fracasso de Copenhague, eu acho que é importante que seja dito que foi um fracasso, e não foi um fracasso que eu acho da sociedade, porque a sociedade foi e a sociedade mobilizou chefes de estados a irem. Foi um fracasso da governança global. E foi um fracasso tremendo com grandes consequências. Então quando eu escuto aqui a conversa tanto do Senador (sic) Serra como da Secretária Branca informando a gente, e com razão, de que a expectativa é baixa sobre Cancun e a que a gente vai provavelmente estar mais fazendo o que na linguagem inglesa é *pushing paper*(F), é empurrando, passando o mico(F) para a África, para, eventualmente, em algum momento do processo gerar um acordo, eu acho que é importante a gente lembrar que a cada momento que nós estamos perdendo uma oportunidade de fazer este acordo, existem casas sendo inundadas, escolas sendo inundadas, pessoas perdendo a vida, comida faltando no prato. E nós vamos falando de sérias consequências, que são os impactos das mudanças climáticas.

Ao mesmo tempo, até o setor empresarial já entendeu que isso também significa perda de competitividade e perda de mercado. Então eu fico feliz em ouvir as palavras da Paula, da CNI, porque isso significa que o setor empresarial, como diria meu filho, demorou, mas acordou. Isso é muito importante, porque competitividade no Brasil significa preparar um Brasil com empregos e renda verde para esse país.

Entretanto, não acho que o recado chegou, mais uma vez, aos negociadores. É verdade que o Brasil chega a cavaleiro nesta reunião. Ele pode dizer que fez a lição de casa, aliás, ele pode dizer que fez a lição de casa antes do tempo. Entretanto, lembremos que quando o governo brasileiro anunciou suas metas, nós, do Greenpeace, dissemos: "Parabéns, finalmente temos metas. Entretanto, sabemos que o número poderia ser mais ousado". E o fato de que nós estamos

chegando nessa metas antes do tempo prova de que realmente poderíamos ter sido mais ousados. Então, eu acho que a vinculação, a relação(F) entre a Política Nacional de Mudanças Climáticas e a participação do Brasil no processo internacional tem tudo a ver. E acho muito fortuito que nós estejamos aqui discutindo as duas questões ao mesmo tempo.

Bem, Cancun fica na praia, vai ser num período de férias, mas o clima não deveria ser de férias na praia. O clima deveria ser de grande indignação. O clima deveria ser... E eu não estou dizendo isso em relação a um governo ou dois, eu estou dizendo em relação a todos os participantes. O clima deveria ser de que nós estamos em frente a um majestoso fracasso e a sociedade civil perguntando a governança global: "E agora?" E a resposta "vamos progredir e garantir que não haverá recuo" não é suficiente como estratégia. A estratégia, na minha opinião, deveria ser: temos que definir quais são as vitórias esperadas em termos de pontos específicos que são esperados que sejam resolvidos em Cancun. E se esses pontos não estiverem perto de resolução, na minha opinião os presidentes dos países que já encararam o fracasso de Copenhague deveriam dizer aos seus negociadores que não saiam da sala enquanto a solução não for obtida. Mesmo que a solução não seja aquilo que a sociedade civil espera, eu acho que é preciso colocar a começar "pingos nos is" para que a sociedade como um todo saiba o que nós estamos preparados a fazer realmente. Porque se as pessoas entenderem até que ponto os governos estão preparados a ir, elas podem se socorrer de outra maneira à sua sobrevivência, fazendo outras arquiteturas de solução, já que estão acontecendo inclusive.

Portanto, o que é que nós queremos em relação ao que será o próximo período? Muito bem, Cancun tem que decidir sim que haverá um próximo período. Essa é a situação ideal. Eu entendo que, talvez, seja prematuro dizer, infelizmente, em Cancun já quais são as metas que serão obtidas, porque nós estamos agora numa corrida inversa: está todo mundo dizendo o que não pode fazer ao invés de dizer o que pode fazer. Mas sair de Cancun sem uma indicação de o que nós teremos num próximo período é um absurdo. O próximo período começa em 2012, não começa em 2020. Usar os Estados Unidos como bode expiatório para dizer por que um país não vai poder fazer ou não quer fazer a sua lição de casa, o resto planeta fica refém? Como pode aceitar uma situação como essa? países que são tão criativos, que criaram grandes acordos internacionais quando enfrentaram grandes diversidades estão sendo absolutamente preguiçosos e incompetentes neste momento. E é muito importante que o Brasil,

que teve liderança, sim, em Copenhague, reconheço isso e reconheci a todo momento isso, não tenha outra postura que não seja a de lembrar que essa é a expectativa internacional e a dizer: “Eu quero fazer parte deste jogo e não deste outro jogo”. Os países vulneráveis, que são a maior parte dos países do planeta e que são as vítimas disso, sabem que não têm poder neste momento porque a discussão de Cancun está se tornando não mais uma discussão de mudanças climáticas, mas uma discussão do clube dos grandes emissores. E o Brasil é parte desse clube, porque é um grande emissor, e poderia participar desse clube resgatando o que essa Convenção deveria fazer, que é voltar a ser uma Convenção de mudanças climáticas e olhar para a consequência da não ação. Então quando a gente está falando sobre financiamento, por exemplo, o financiamento para os países vulneráveis, aliás, já deveria estar pronto há quatro anos atrás. Entregar isso em Cancun não é uma vitória, não é algo para ser celebrado. É algo para ser lamentado que não tenha sido feito antes. Qual é o indicador de sucesso de Cancun na área financeiro? É definir que haverá então a governança sobre o pote maior de recursos e que será feito embaixo da Convenção. E por que isso é importante? Porque é importante que os países não só doadores controlem o fluxo de recursos, mas os que irão utilizar os recursos também possam dizer aonde é necessário que esse dinheiro seja direcionado prioritariamente e com que qualidade, para garantir que os poucos milhões e bilhões de dólares que conseguimos até agora sejam efetivamente bem utilizados e que deem resultados para aqueles que estão neste momento sofrendo mais.

Na questão de REDD, eu acho que a gente tem... Já sabemos que como há um acordo, que é um pacote, e um pacote balanceado, a gente já sabe que os países que não têm interesse em REDD não apoiarão qualquer progresso nisso enquanto outro progresso em outra área não ocorra. Mas eu acho que a gente ainda tem gargalos a ser definidos em REDD que são importantes. A gente ainda tem que falar um pouco sobre qual é a participação de mercado, qual é a regulação. Eu acho que a gente tem oportunidades enormes de avançar, eu acho que o sistema florestal precisa de recursos, mas também é muito importante que a gente lembre que REDD é apenas uma de muitas estratégias que a gente pode utilizar para financiar a floresta em pé. E aí eu aproveito esse gancho para fazer uma ligação com a Política Nacional de Mudanças Climáticas.

A Política Nacional de Mudanças Climáticas, quando foi celebrada, do ponto de vista político eu acho que foi muito importante, do ponto de vista de ser a estrutura das metas brasileiras foi muito impor-

tante, apesar das metas tímidas. Entretanto, naquele momento, nós dissemos: “É uma coleção de ações que já existiam, colocadas num pacote comum, sem inovação”. Nos foi dito: “Nos deem tempo. Puxa vida, toda vez a gente faz um movimento e vocês já estão pedindo o próximo passo”. O tempo passou e a inovação não veio. Poderia ter acontecido nas consultas. Entretanto, vamos ser honestos, o que era para ser desmatamento zero na área de florestas, que seria a nossa proposta, virou consulta zero. Não houve consulta na discussão de Amazônia, não houve consulta na discussão do Cerrado. Houve um arremedo de consulta através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas na Área de Energia. E quem sai perdendo com isso? Nós, Brasil, saímos perdendo. E eu estava aqui ainda um pouco indignado dizendo: “Puxa, mais uma vez a sociedade civil não é chamada”. E fiquei sabendo que nem a CNI foi propriamente incorporada, recebeu lá a nota técnica, mas uma torta pronta e não algo que você senta na mesa e diz: “O que é que vocês têm a oferecer”. Porque, se perguntado, nós teríamos um plano, um cenário brasileiro de energia que mostra que o Brasil poderia chegar em 2050 com uma matriz renovável de 92% mais barata do que a matriz que hoje o governo propõe, através do plano decenal, que eu acordo com a CNI, repito, eu concordo com a CNI que não deveria ser a base para uma política energética para esse país. Primeiro porque o plano é ruim e, segundo, porque o plano é visão de curto prazo. E Política de Mudanças Climáticas é uma política de longo prazo. E se o Senado entende que num país que necessita usar bem os recursos que têm vale a pena ouvir que história é essa de uma matriz que emite menos e custa mais barato, puxa, a gente queria ter conversado, gostaríamos de ter contribuído. Não sei se no final a gente chegaria num acordo, mas ela certamente poderia conduzir a discussão para um outro nível. E a mesma coisa com a discussão do desmatamento zero. São inúmeras organizações da sociedade que pensaram, discutiram, dialogaram, são anos de trabalho, e não fizeram parte desse processo. Quem sai perdendo com isso? O Brasil sai perdendo com isso.

Então quando o Brasil e o Presidente Lula, que irá, entendo, que com a presidente eleita Dilma Rousseff a Cancun, e falar sobre as metas brasileiras, que deverá receber inclusive parabéns pelo trabalho que está fazendo, ao mesmo tempo no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados mais especificamente, temos a possibilidade da votação de um relatório do Deputado Aldo Rebelo que muda o Código Florestal e muda o perfil de emissões do Brasil. E muda para pior, fazendo exatamente aquilo que a Secretária Branca diz que não gostaria que acontecesse em Cancun:

não pode haver retrocesso. A gente pode avançar, mas não pode retroceder de onde está. Se não queremos retrocesso, então temos que ter coerência e coerência significa: o Presidente Lula vai para fora do Brasil e recebe parabéns e o Presidente Lula dentro do Brasil tem que receber parabéns por não deixar uma proposta absurda como essa ser colocada para votar no Plenário, com apoio da base governista. Essa questão de coerência eu acho que ela é extremamente importante porque se nós estamos falando sobre um desenho de um Brasil que entendeu que ocupamos um outro ponto, uma outra posição no cenário internacional, que somos os chamados “Globo Players”, que somos escutados, somos influentes, nós temos que ser também responsável. E responsabilidade se demonstra com ações concretas em casa.

Então eu gostaria de fazer aqui um pedido de que fosse considerado o que eu entendo que já foi um avanço na discussão do setor, da discussão setorial para a agricultura, onde há um maior envolvimento e há uma maior participação, que certamente poderá ser inclusive melhorada, mas já é um sinal mais positivo do que a gente recebeu de outros setores. E por que essa indignação? Porque se a gente olhar o perfil de emissões brasileiras, as duas áreas onde a gente teve consultas zero são duas áreas que, somadas, dão a maior parte das emissões brasileiras, os 71% de florestas e os 15% de energia, se não me falha a memória.

Com isso, eu queria só terminar dizendo que eu acho que o discurso que hoje o Senado ouve da sociedade civil é um discurso muito mais qualificado, técnico, obviamente trazendo a questão socioambiental e respaldada, eu acho, que muitas vezes até pela indústria. Eu vou citar um exemplo. Lançamos hoje um relatório sobre impacto do petróleo, uma discussão do pré-sal na biodiversidade brasileira na área costeira e obviamente vocês poderiam esperar uma citação do Greenpeace no jornal [soa a campainha] dizendo que tem um impacto. Eu vou ler aqui a citação que o Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura, fez: “Lembrando que dos 600 bilhões de investimento previsto para o Ministério de Minas e Energia até 2019 no pré-sal, o setor de biocombustíveis vai receber apenas 66 bilhões. O governo deveria estar preocupado em diversificar fontes de energia”. Muito bem. O Cenário Greenpeace, que já foi feito em 2007 e agora nós fazemos um novo em função do novo plano decenal, fala então desde então de diversificação e descentralização da matriz.

Peço essa coerência também à indústria, porque eu acho que com as palavras da Paula fica difícil entender por que é que a FIESP, em São Paulo, está

se opondo a atingir as metas de redução de emissão no setor energético no centro industrial mais importante do país, então eu acho que também tem que ter uma coerência que a gente cobra do governo, da indústria, e foi cobrado da sociedade civil que nós não viéssemos apenas com discurso, mas trouxéssemos contribuições à mesa. Muito bem, temos contribuições. Queremos espaço para comparti-las e se o governo não abre esse espaço, quem sabe o Senado pode ser uma boa porta de entrada.

Eu espero que Cancun avance, mas eu acho que ele só importa, se ele avançar, se ele resolver as questões fundamentais. Se ele não resolver as questões fundamentais, é melhor que os governos digam que o rei está nu e que nós não temos condições de avançar e aí então a gente transforma as políticas nacionais na esperança do povo brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Muito obrigado ao Sr. Marcelo Furtado, representante do Greenpeace no Brasil, ele que é o seu Diretor Executivo.

Em seguida, eu passo a palavra à autora do requerimento dessa Audiência Pública, que visou debater a implementação da Lei 12.187, de 29 de novembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança de Clima e sua Regulamentação, os compromissos assumidos pelo governo brasileiro durante a Conferência de Copenhague, a COP-15, no ano passado, assim como discutir as posições futuras e os compromissos que serão assumidos pelo governo brasileiro durante a COP-16, que acontecerá no México, este ano, na Cidade de Cancun.

Com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Antes de me manifestar, eu gostaria de fazer um aditamento verbal ao meu requerimento, na medida em que em função de ser hoje uma quinta-feira, os Srs. Senadores na sua maioria já estão com outros compromissos em suas agendas em seus estados e, quero, inclusive, agradecer a V. Exa., que tão prontamente se dispôs a dirigir os trabalhos, mas como acho que terá até ao final apenas nós dois aqui para o debate e a sociedade civil está acompanhando aqui a nossa Audiência, o que é muito bom, porque eu sei que há um interesse muito grande, o Paulo Moutinho, do IPAN, foi uma das pessoas que em 2005, lá em Montreal, juntamente com o Márcio Santilli, do ISA, acho que foi um daqueles que nunca desistiu de que o Brasil de fato pudesse sair dos compromissos que levaram ao Protocolo de Kyoto para transitarmos para as novas propostas que hoje temos, não só na mesa internamente ao Brasil, mas também no âmbito da Convenção. Eu lembro que

em 2005 eles promoveram ali um Side Event, que foi um marco, no meu entendimento, nessa agenda de clima, principalmente no que concerne à inclusão das florestas nesse debate.

Então até em homenagem à sociedade civil para além dos que já estão aqui representados na mesa, depois eu vou fazer os meus agradecimentos tanto ao governo quanto à sociedade, eu gostaria de fazer um aditamento para que o Paulo, em cinco minutos, pudesse também aqui fazer uma manifestação sobre as suas expectativas de Cancun. Se V. Exa. acolhe, então, já passaríamos a palavra para ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GELLNER (DEM-MT): Eu agradeço à Senadora Marina Silva. Eu vejo da maior importância a participação do IPAN, do Sr. Paulo Moutinho, nesse evento.

Então nós passamos de imediato a palavra ao Dr. Paulo Moutinho, do IPAN.

SR. PAULO MOUTINHO: Obrigado, Senador Gilberto, obrigado pela generosidade, Senadora Marina Silva. Eu acho que se nós avançamos como sociedade naquela época e tivemos eco dentro do governo e dentro dessa Casa foi muito pela ação da Senadora Marina e, na época, Ministra do Meio Ambiente, em nos permitir, e eu faço aqui um coro conjunto com o Marcelo, permitir que falássemos e dar oportunidade de sermos escutados. Isso realmente teve um papel fundamental em avanços que foram feitos naquela época e que se refletem hoje, que continuam hoje.

Eu queria colocar de uma maneira bem breve um ponto que eu acho que é fundamental e que foi colocado por várias das pessoas que estão no debate na mesa. É que o que acontece dentro desse país tem uma relevância fundamental para o futuro do acordo global sobre mudança climática. O Brasil, ao lançar a sua Política Nacional de Mudanças Climáticas, e foram vários sucessos, de muitos a senadora participou e implementou como ministra, começando com o Fundo Amazônia, nós temos hoje uma política nacional, um fundo nacional, os estados amazônicos discutindo a questão e implementando inclusive legislações estaduais para tratar do assunto, enfim, esse cacife todo que o Brasil vem construindo e que nos permite ter um conforto, como foi dito na próxima COP, ele também traz uma responsabilidade para o país que é enorme, quer dizer, nós temos passos concretos, o que faz com que nós tenhamos que continuar na mesma direção.

Eu acho que o Marcelo apontou alguns pontos importantes que eu queria reforçar. A Política Nacional de Mudanças Climáticas, Fundo Amazônia, outras políticas, o próprio Fundo Nacional, são conquistas da sociedade. A sociedade, eu acho que a história que eu tenho de uns quinze anos nesse assunto, demonstra

não só do IPAN, mas de várias outras instituições da sociedade organizada com ações do governo e ações do legislativo, nos trouxe esse conforto. Portanto, são conquistas. Mas eu acho que estão muito aquém dos passos dados inicialmente e aí, como já falaram muito da questão de Cancun, eu vou me voltar mais na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que é um dos pontos desse debate, no fato de que - e aí eu concordo com o Marcelo - não houve consulta. Talvez o grupo mais que mais discutiu foi o grupo de agricultura, por incrível que pareça, muito bem comandado, inclusive, com produtos concretos, mas a discussão sobre o desmatamento na Amazônia, energia e desmatamento no Cerrado se absorveu, e aí eu não estou fazendo um julgamento da qualidade dos planos, mas se absorveu planos que existiam. Portanto, não há, vamos dizer assim, uma inflexão nesse processo histórico aonde você assume o PPCDAM como plano setorial para a implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Eu espero, dado o histórico do governo, da sociedade e dessa Casa na discussão desse assunto relevante, que é e é para sempre da mudança do clima, a gente possa aprimorar, antes que se faça a regulamentação, essa discussão. No mínimo, nós temos essa responsabilidade.

A outra coisa, aí voltando um pouco mais para a questão de REDD, que é uma das coisas que o IPAN há muito tempo acompanha, de novo é fundamental o que acontece nesse quesito dentro do país para determinar o rumo desse tópico na questão global. O governo mesmo entendeu isso, a indústria entendeu isso, talvez nem tanto a agricultura entendeu isso, mas hoje o que nós temos não é uma maneira de conciliar. A oportunidade do Brasil não é uma maneira de conciliar, como se é muito colocado, desenvolvimento com preservação ambiental. Esse tipo de dicotomia ou de tentar combinar uma coisa com outra, isso está démodé, isso é passado. O que nós temos hoje, o Brasil é o único país a dar passos largos nesse momento a isso, é fazer o desenvolvimento [soa a campainha] e o crescimento econômico fazendo preservação, fazendo uso sustentável de recursos florestais, produzindo energia limpa.

Eu só queria terminar com três pontos quanto à sustentabilidade do desmatamento na Amazônia, que foi uma conquista da sociedade, uma conquista do governo e a relevância do meio ambiente para o Brasil foi provado no primeiro turno dessa eleição. Portanto, nós não estamos falando coisas de poucos, nós estamos falando coisas de milhões e milhões de pessoas que se interessam bastante sobre o assunto.

Quanto à redução do desmatamento, eu gostaria de fazer um único alerta para terminar a minha fala.

Embora tenhamos a queda, Senadora Marina, dessas taxas de desmatamento, e são ações, nós fizemos uma publicação recente que demonstra cientificamente isso, foi publicado na Academia de Ciência Americana, em que ações do governo resultaram principalmente em criação de Unidades de Conservação e RESEX, resultaram ou explicam parte da redução que nós tivemos de 2004 até agora, que explica uma boa parte, portanto, podemos ter ação de governo com ações concretas na redução, mas o jogo não está ganho. Tem três pontos que eu gostaria de jogar como um alerta nesse sentido, que são: um já foi dito, essa Casa está analisando, a Câmara especificando está analisando a mudança do Código Florestal, isso tem aplicações sérias quanto à mudança de perfil, como já foi dito das emissões nacionais, mas não é só isso. Nós temos um Plano de Aceleração do Crescimento, um PAC, que não tem salvaguardas ambientais. É preciso que no próximo governo se evolua para isso. O asfaltamento, só asfaltamento de rodovias, não que sejamos contra o asfaltamento, mas o asfaltamento de rodovias na Amazônia pode também mudar o perfil de emissões e tornar difícil o cumprimento de metas que estão lá sendo alardeadas no mundo todo. E a última é o próprio crescimento de demanda por alimento, especialmente pela China. Na verdade, alimento não, eu vou corrigir aqui, pode ser um pouco estranho falar isso, mas das commodities, vamos dizer, grãos e carne, não é mandioca, milho, arroz, esse tipo de coisa que eu estou falando, em que demanda novas áreas para a produção, fato em cima da situação em que áreas nos Estados Unidos para essa expansão estão escassas, na Europa nem se fala, e, portanto, a pressão futura sobre a floresta vai ser bastante grande. Esses três pontos ameaçam a sustentabilidade que o Brasil consegue ou mantém na redução paulatina das suas taxas de desmatamento e precisam ser consideradas especificamente nos planos setoriais.

Portanto, Senadora Marina, agradeço a bondade e a oportunidade de me dar esse espaço. Eu gostaria de encerrar e parabenizar a iniciativa e aos membros da mesa pelo que colocaram. E conchamar dizendo que a sociedade brasileira, e aí eu estou incluindo todos, inclusive o governo, seja os passados ou os futuros e o setor produtivo, tenham a chance de quebrar esse falso dilema de que nós temos que conciliar crescimento econômico, desenvolvimento com conservação de natureza. Isso não existe mais, o Brasil tem como provar isso e tem, assim, uma condição de ter vantagens econômicas, não são só ambientais, no futuro, para fazer uma indústria mais sustentável e mais produtiva, uma pecuária mais sustentável e mais

produtiva, uma agricultura e assim por diante. Muito obrigado, senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOLLNER (DEM-MT): Muito bem. Dando continuidade, nós passamos a palavra para a autora dessa Audiência Pública, Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Sr. Presidente, mais uma vez quero cumprimentar V. Exa. pela boa condução dos trabalhos. Cumprimento igualmente o Embaixador Extraordinário para Mudanças Climáticas do Ministério de Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Barbosa Serra. Quero cumprimentar também o Johaness, velho conhecido e amigo durante tempos do Ministério do Meio Ambiente, da Casa Civil, aqui nesse ato responsável aí pelo acompanhamento de políticas governamentais na Casa Civil. A Branca, nossa Secretária de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Aproveito a oportunidade para parabenizar o Ministério, na sua pessoa, pela iniciativa de termos conseguido fazer todo um acompanhamento, com inclusive projeções daquilo que vieram depois no inventário e que se confirmou praticamente os mesmos números, o que só demonstra que é perfeitamente possível termos todo ano aquilo que já estamos fazendo no Plano de Combate ao Desmatamento, mesmo antes da confirmação oficial. Quero também cumprimentar o amigo e parceiro Marcelo Furtado, do Greenpeace, agradecendo pelas palavras que me dirige. Reconhecer a relevância e a importância do trabalho que vocês vêm fazendo, inclusive nessa agenda do desmatamento e que tem sido muito importante e nessa agenda do clima também. Quero cumprimentar a Paula Benatti, Consultora da CNI, e dizer que a indústria e as empresas tiveram um papel importante no ano passado, quando se juntaram à academia e às organizações da sociedade civil para pressionar o governo no sentido de que fôssemos para Copenhague com metas. Eu participei da reunião das 22 empresas que se comprometeram com metas e isso foi fundamental na ajuda para a posição brasileira. E, também, o Paulo Moutinho, do IPAN, que acaba de fazer a sua manifestação. Eu agradeço igualmente as palavras e o meu reconhecimento aqui pela contribuição que a sociedade civil e a comunidade científica, com os seminários técnicos científicos que fazíamos para o Plano de Combate ao Desmatamento, aportaram ao governo para que chegássemos hoje a esses resultados.

Eu queria, também, Sr. Presidente, só registrar que temos aqui a presença de várias entidades da sociedade civil: a Sociedade dos Amigos da Reserva e Parques Ecológicos do Guará, a Associação Alternativa Terra Azul, o Vitae Civilis, o [ininteligível], a Campanha

Tic-Tac, o IPAN, já mencionei aqui, estudantes de gestão ambiental da UNB, a Rede Cerrado, que também está presente, o Instituto Socioambiental, aqui com a presença inclusive do parceiro Nilo D'Ávila, o WWF, a Karen está aqui, enfim, se tiver mais outras entidades podem depois mandar o registro. Dizer que a sociedade continua mobilizada como sempre esteve.

Essa Audiência Pública, ela foi aprovada na terça-feira, de sorte que eu quero aqui também agradecer e reconhecer tanto à sociedade civil, que prontamente fez um esforço, eu sei que o Marcelo teve que dar um nó na agenda para poder estar aqui, mas os representantes do governo, tanto do Ministério das Relações Exteriores, da Casa Civil, do Ministério do Meio Ambiente, porque eu sei que não é fácil uma agenda assim tão rapidamente, porque eu fui ministra e sei o quanto que é difícil essas combinações de agenda. De sorte que aqui o meu reconhecimento e agradecimento por essa pronta presença para discutirmos um tema tão relevante.

A minha manifestação, Sr. Presidente, será, primeiro, algumas questões de ordem mais geral e, depois, algumas perguntas específicas. Na manifestação, eu gostaria de fazer como sempre faço. Em primeiro lugar, reconhecer os avanços. Em segundo lugar, sinalizar alguns problemas que temos. E, em terceiro lugar, como é que vamos fazer para alcançarmos os desafios, os novos desafios que ainda estão à nossa frente exigindo um envolvimento de governo, de empresas, de sociedade e de academia e com muita força do Congresso Nacional pelas razões que foram aqui apresentadas pelo Marcelo e pelo Paulo Moutinho.

Em relação aos avanços, eu gostaria de dizer que de fato, desde a COP-11, em Montreal, nós conseguimos fazer com que essa agenda saísse do que já havíamos alcançado com a ideia do princípio das responsabilidades comuns, porém, diferenciadas, em que isso era repetido como um mantra, para que a gente não avançasse nessa agenda do clima. A sociedade civil pressionou, setores do governo tensionaram, e é bom que a gente diga que esses tensionamentos, ele existe e que ao final são positivos, e nós conseguimos chegar em Copenhague com uma agenda que é de conhecimento de todos. Então no reconhecimento desses avanços eu gostaria de dizer que as instituições científicas da sociedade civil, as empresas e próprios setores do governo conseguiram uma agenda relevante. Nessa agenda relevante nós temos com certeza a meta brasileira que foi apresentada em Copenhague e isso é algo que a gente não pode deixar de reconhecer, a Política Nacional de Mudanças Climáticas, o Plano, o Fundo. O Brasil está agora, como disse o Marcelo, a cavaleiro, mas nós não podemos, e isso eu tenho dito

repetidas vezes, em nome dos ganhos ter uma atitude complacente com os erros ou com aquilo que precisamos avançar, porque o pior dos mundos é quando a complacência faz com que a gente fique justificando no mesmo lugar. E eu, quando participava desse esforço no Ministério do Meio Ambiente, uma das coisas que foi fundamental para que nós pudéssemos alcançar o que alcançamos hoje foi o Plano Nacional de Combate ao Desmatamento, porque o grande medo que as pessoas tinham é que no momento em que nós fôssemos nos completar com metas iriam voltar os olhos para o desmatamento da Amazônia, que o desmatamento da Amazônia para ser combatido ia acabar com a nossa agricultura. Hoje, nós percebemos que o desmatamento, desde 2005, está caindo, e nós não tivemos perda, enfim, na nossa capacidade de produção, só demonstrando que é possível aumentar a produção por ganho de produtividade e não por avanços nas áreas florestadas, como querem aqueles que querem mudar o Código Florestal.

É fundamental que a gente tenha uma compreensão de que esses avanços também contaram com uma participação muito forte dos formadores de opinião. Eu acho que sem uma sustentação da opinião pública com esses temas sendo tratados, hora reconhecendo, hora cobrando ao governo, as empresas, aos parlamentares e aos políticos, às lideranças, fez com que a gente pudesse avançar significativamente. Mas, como eu disse, não podemos, em nome dos acertos, ter uma atitude complacente com os erros. E aí eu gostaria de pontuar algumas coisas.

Que a meta brasileira, aprovada no Congresso, ela precisa ser regulamentada imediatamente. Levou um tempo para ser sancionada e durante, inclusive, a campanha, eu mencionava que era necessário que a gente fizesse esse esforço, a regulamentação é fundamental. E para que haja essa regulamentação, é fundamental que para isso o governo deve publicar a projeção das emissões de 2020, na forma prevista na lei, com o consequente limite de emissões totais do Brasil em 2020.

Um outro aspecto é em relação aos estudos que levam as projeções, que devem ser transparentes e abertos para que se possa ter uma avaliação antes do decreto de regulamentação. Aqui há uma cobrança nessa transparência, nessa participação, e eu quero aqui colocar mais um ponto: a transparência também sobre como os dados são calculados. É fundamental que isso seja disponibilizado para a sociedade, mas também para o próprio governo. Me parece que o próprio Ministério do Meio Ambiente, o Instituto de Pesquisas Espaciais, não têm acesso a essas informações. Eu lembro que até bem pouco tempo nós não

tínhamos no Ministério do Meio Ambiente acesso às informações em relação à questão do desmatamento. A gente anunciava o dado e não tinha as informações. A sociedade civil também não tinha. Nós disponibilizamos os dados hoje para todos os setores do governo, para a sociedade e não aconteceu nenhuma catástrofe. Pelo contrário, isso ajudou com que as ações do governo ganhassem respaldo da sociedade para evitar inclusive desgastes em relação a algumas medidas duras. Eu lembro que quando havia a pressão para revogar as medidas do Plano de Combate ao Desmatamento, o que assegurou que elas não fossem revogadas em 2008 foi a transparência, que fez com que a mídia e a sociedade civil desse respaldo ao governo para que o Presidente Lula pudesse manter as medidas. Então essa é uma questão que eu gostaria de ressaltar.

É fundamental também que o governo passe a publicar as estimativas anuais de emissões totais e por setor, pelo menos aqueles que estão na Lei de Mudanças Climáticas, que é o setor de energia, transporte, indústria, mineração, construção civil e agropecuária. Olha como a história é fantástica. Eu sempre digo que a derrota ou a vitória a gente mede na história. Quem diria que hoje nós estaríamos aqui ouvindo do IPAN e do Greenpeace que quem mais deu transparência ao processo foi o Ministério da Agricultura. Até bem pouco tempo atrás a gente não tinha um registro como esse, e foi graças inclusive aos tensionamentos que tivemos dentro e fora do governo que hoje a gente pode ter aqui esse registro para mostrar que as coisas não são petrificadas e que quando os avanços acontecem há uma atitude honesta da sociedade em fazer o reconhecimento. E a gente, que às vezes está na vanguarda, não pode se conformar até onde foi e de repente ser superado por aqueles que estavam, até bem pouco tempo, atrás de nós. Então que a gente possa fazer essa efetiva equilibração.

Uma outra questão é que a partir das metas é necessário que o governo estabeleça um indicador da sua evolução na economia de baixo carbono, uma espécie de índice, a exemplo do que a gente tem em relação ao PIB. A gente não mede o PIB? Vamos também fazer um índice aonde a gente possa medir a intensidade de carbono por unidade do PIB. Isso seria uma coisa inovadora, revolucionária, para que o Brasil pudesse anunciar o PIB e anunciar o quanto foi as suas emissões e a gente até poder mostrar que é possível crescer na economia e diminuir nas emissões de CO₂. Seria mais uma contribuição do Brasil para outros países, inclusive reforçando essa agenda. Para esse indicador seria necessário que a gente tivesse uma espécie de medição para, do mesmo jeito que a gente tem uma

espécie de medição para a inflação, como eu já falei, a gente tivesse também para as emissões.

O Brasil está comprometido seriamente com a agenda do clima, independente de existir ou não um acordo internacional. Foi isso que o Presidente Lula disse lá em Copenhague, eu me lembro muito bem. Isso soou de uma forma fantástica na opinião pública internacional e nacional. Agora nós não podemos ir para Cancun ou para qualquer lugar dizendo que para fazermos qualquer coisa nós precisamos que os Estados Unidos, nós precisamos que os países desenvolvidos, que a China, que a Índia. Nós vamos ter cada vez mais credibilidade se nós afirmarmos na agenda de que nós vamos fazer isso, independentemente de quem quer que seja, pelo compromisso que temos com o nosso país e com o planeta. Então acho que essa mensagem, ela não pode ser em hipótese alguma olvidada. E que a gente não queira nenhum tipo de retrocesso em relação à legislação ambiental brasileira. O que está acontecendo e eu estou percebendo, e aí eu gostaria de colocar, dialogar aqui com os parceiros, o Johaness, a Branca, o próprio Embaixador Sérgio, é que há uma verdadeira mobilização na Câmara dos Deputados e no Senado para, no art. 23 e no Código Florestal, fazer a política de terra arrasada na legislação ambiental brasileira. E querem fazer isso antes de terminar essa legislatura. Será uma conivência terrível do governo dar poder a um Congresso, que no Senado, dos que saíram para a reeleição, só 13 conseguiram se reeleger. Os que vão aprovar essas mudanças, se forem aprovadas, não têm satisfações a dar para a sociedade brasileira. Quem deve aprovar ou não essas medidas, essas mudanças, tem que ser a nova Casa, a nova Câmara dos Deputados e o novo Senado, que vai ser renovado em 2/3, e não fazermos algo açodado, no apagar das luzes, para evitar desconfortos possíveis para o governo futuro. É isso que é dito, eu não sei se isso é verdade, mas se isso for verdade é muito grave que possamos ir para Cancun para receber os elogios, os reconhecimentos da comunidade internacional, quando na prática se está promovendo um retrocesso, porque as metas serão seriamente comprometidas. Inclusive, é pior o que estão querendo fazer com o art. 23, que deu tanto trabalho para a gente fazer aquele acordo que foi encaminhado para cá, necessário para a divisão de competência no licenciamento entre estados e municípios para acabar com a sobreposição, que é retirar as competências do IBAMA para fiscalizar desmatamento, retirar as competências do IBAMA aplicar multas, e ao não poder fazer isso nós vamos estar delegando para os estados, que é vulnerável ainda a pressão, na maioria deles, uma

tarafa que o governo brasileiro poderá pagar um preço muito alto lá na frente.

Por último, eu gostaria de colocar aqui algumas questões que eu queria ouvir dos que estão na mesa. Obviamente que a sociedade civil fez a sua manifestação e depois uma sugestão de encaminhamento, Sr. Presidente, da nossa comissão. Mas gostaria de perguntar ao Ministério de Relações Exteriores, aliás, ao Ministério do Meio Ambiente, que observando os dados do inventário nacional, das emissões recém comunicadas, os números finais são quase idênticos às estimativas feitas tanto pelo MMA quanto pelo próprio MCT. A pergunta que eu faço é a seguinte: se nós teremos estimativas anuais feitas pelo governo a partir dessa experiência que, no meu entendimento, é perfeitamente possível de ser feita, e que essa estimativa cumpriria um papel pedagógico junto às empresas, junto à sociedade, para que a gente pudesse avançar nessa agenda tanto quanto avançamos na agenda do combate ao desmatamento.

Ainda, perguntar quando o governo planeja tornar público o memorial de cálculo das emissões brasileiras, dando o mesmo nível de transparência e acesso público a esses dados, como já ocorre no caso do monitoramento do desmatamento da Amazônia, feito pelo INPE, para inclusive não termos dois pesos e duas medidas. Nós temos no MCT o Instituto de Pesquisas Espaciais que faz a divulgação dos dados de forma transparente e, por outro lado, nesse caso, nós ainda não temos. E eu vou utilizar, Branca, a palavra ainda não temos. O Plínio me chamava muito de “Poliana”, mas se eu não acreditasse hoje você não estaria fazendo o elogio aí ao Ministério da Agricultura. Ainda não temos a mesma atitude em relação a essa questão. Então é fundamental, e a minha pergunta é também a você, à Casa Civil, ao Johaness: como que o governo pensa regular o mercado brasileiro de redução de emissões previsto na Lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas?

Uma outra pergunta, ainda à Casa Civil, é passado quase um ano da publicação da lei que instituiu o Plano Nacional de Mudanças Climáticas, a mesma ainda não foi regulamentada. Eu sei que isso foi dito que está acontecendo, mas como eu sei que depende, é a Casa Civil que tem essa liderança, eu gostaria de saber quando isso vai acontecer.

E ao Ministério de Relações Exteriores: qual é o balanço dos compromissos assumidos pelo Brasil na COP-15, em Copenhague, no ano passado, que o Ministério faz, e quais são as posições que o Brasil defenderá durante a COP-16, em Cancun, no México?

Com isso, eu gostaria também de fazer uma rápida pergunta aqui ao Marcelo, de como ele vê a partici-

pação da sociedade civil em Cancun, considerando o alto nível de frustração que tivemos em Copenhague, aonde no meu entendimento a sociedade brasileira deu um cheque branco para os líderes mundiais e eles não souberam o que fazer com aquele cheque em branco. Eles tiveram ali uma generosa participação da sociedade, um grande apoio, e agora eu sinto que há uma desmobilização muito grande.

E, por último, saber se de fato o Presidente Lula está indo e quem está na delegação brasileira, porque o ano passado nós tivemos uma participação de alto nível, inclusive com a presença dos três candidatos à presidência da República, o que causava um estranhamento e, ao mesmo tempo, uma espécie de alegria na opinião pública internacional. Eles perguntavam: mas no Brasil esse tema é tão relevante a ponto dos três candidatos estarem aqui? E eu pergunto se novamente nós vamos ter esse nível de relevância, porque quando a gente está preocupada com a criança, não importa como ela esteja, se está banhada e cheirosinha para a gente faturar os beijinhos e o aperto na bochecha, ou se ela está às vezes zangada, chorando, berrando alta, precisando ser trocada as fraldas. Quando a gente tem compromisso com a criança, a gente está lá para o que der e vier.

Eu acho que concluí as perguntas. Uma coisa que eu gostaria de sugerir à nossa Comissão, Sr. Presidente, eu sei que nós não somos aqui os titulares, V. Exa. está aí conduzindo os trabalhos, é que a gente possa abrir durante as audiências públicas pelo menos para duas ou três perguntas para os internautas. Eles acompanham as audiências, têm contribuições a dar, que a gente pudesse criar uma espécie de mesa organizadora das perguntas que chegam para que a gente pudesse também ler, através da Mesa, duas ou três perguntas, que acho que seria muito interessante para essa participação e essa abertura a que se referiu o Paulo e o Marcelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOLLNER (DEM-MT): Muito bem, Senadora Marina Silva. Vejo que isso aí é um encaminhamento muito positivo e precisa ser efetivado pela secretaria da mesa num próximo evento, a não ser que já haja condições hoje de relatar essas perguntas dos internautas que estão acompanhando essa Audiência Pública.

Mas, de imediato, nós passamos a palavra aos representantes do governo, inicialmente, a quem a senhora dirigiu alguns questionamentos. Então poderão fazer uso da palavra.

SRA. BRANCA AMERICANO: Bom, obrigada, senadora, pelas perguntas e pelos comentários. Eu gostaria de falar que realmente é possível, não só para o Ministério do Meio Ambiente, não só para o governo,

mas para quase qualquer pessoa minimamente informada pegar os dados do inventário e fazer uma projeção. Então nós no Ministério temos já uma plataforma, estamos agora incluindo os dados do novo inventário e essa projeção, quer dizer, para atualizar... Fazendo uma observação anterior, o Ministério do Meio Ambiente, ele prepara o inventário nacional para atender a uma exigência das Nações Unidas, da Convenção do Clima. Então, o compromisso assumido junto à Convenção do Clima e que tem períodos, limites no tempo. Então o compromisso era entregar as emissões até 2005 e assim foi feito. É claro que para a política pública, para a gente, a gente tem que puxar esse... E o próprio Ministro Sérgio Rezende, na representação no Palácio do Planalto, ele fez essa projeção até 2009. Então com dados que a gente chama "Dados de Atividade", então, por exemplo, existe toda uma metodologia para fazer o cálculo das emissões do setor de energia, com fatores de emissão, enfim, digamos com um cálculo mais sofisticado, mas se tiver os dados sobre os combustíveis, é só substituir na equação os dados dos combustíveis, que são publicados anualmente, e a gente consegue ter essas omissões. Então não é complicado do ponto de vista metodológico fazer essas projeções. Então no Ministério nós teremos, sim, uma plataforma com esses dados atualizados publicados pelo inventário nacional. O que nós não faremos é o inventário em si, ou seja, ver se cada indústria continua mais ou menos com a mesma estrutura ou se mudou a estrutura produtiva. Então aí essa modificação, o Ministério da Ciência e Tecnologia fará periodicamente. Estamos, inclusive, verificando a possibilidade de que esses dados fiquem públicos na página do Ministério do Meio Ambiente para quem quiser ter acesso via internet. Então com relação à metodologia, também o MCT publica esta metodologia de cálculo. Então existe essa transparência.

O que nós, também, estamos solicitando e ainda não temos, eu gostei do termo que a senadora utilizou, porque nós ainda não temos, mas nós já solicitamos também, os dados primários que o MCT usa para fazer esses cálculos, o que facilitaria ainda mais a possibilidade de fazer a projeção de uma forma ainda mais detalhada.

Eu gostaria só de comentar mais duas coisas que foram faladas aqui com relação à participação na elaboração dos planos e na utilização dos planos existentes, eu acho que a própria senadora falou do processo participativo que foi a construção e está sendo a extensão até 2020 dos planos do PPCDAM e do PPCerrado. É um acúmulo enorme da sociedade brasileira, a gente não pode atribuir ao governo isso, é um acúmulo enorme. Evidentemente que os planos setoriais, eles não podem ser uma coisa diferente do

que esses planos, senão seriam até taxados de esquizofrenia, de fazer dois planos diferentes. Nós temos é que revê-los periodicamente para incorporar novas ações para não haver essa acomodação que todos aqui não querem que haja essa acomodação.

E, por último, eu gostaria também de falar sobre esses indicadores que a senhora falou, como no estilo PIB fazer os indicadores de baixo carbono. Acho que esta é uma proposta extremamente interessante, nós deveríamos incorporar e usar o acompanhamento dessas ações para identificar se nós estamos de fato reduzindo a intensidade de carbono em determinados setores, porque nós temos que crescer, crescer no sentido de desenvolver, dar à população acesso a vários bens e conforto, mas isso tem que ser com baixo carbono. E, nesse sentido, eu acho que tem uma ideia que é muito bem-recebida, inclusive no setor produtivo, como, por exemplo, a criação de um selo Brasil Verde ou qualquer indicador que diga que os nossos produtos são ambientalmente sustentáveis, socialmente justos, ou seja, que incorporam vários valores. Isso pode ser um diferencial, inclusive no mercado internacional, e nós temos que caminhar nesta direção.

Então, eu só quero dizer que com relação às ameaças que nós estamos vendo na legislação ambiental, o MMA está consciente, acompanhando e buscando uma negociação para um melhor resultado, que não venha a acontecer nenhuma ameaça nem às nossas metas nem ao meio ambiente no Brasil. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): A palavra está com a Mesa. Eu gostaria de saber se tem mais alguém. Sr. Johaness Eck, da Casa Civil.

SR. JOHANESS ECK: Em relação às perguntas, começo com as perguntas e depois faço algumas considerações finais.

A expectativa é de que a gente torne público a memória de cálculo das emissões com a regulamentação dentro daquela linha que eu falei, nós não vamos inovar em relação, vamos dizer, às metas de políticas públicas que nós anunciamos em Copenhague, vai ser mantida, e trazendo os números do novo inventário na comunicação. Então tornar pública a memória de cálculo, vai estar na regulamentação, embora a gente também tenha feito algumas reuniões mais no âmbito do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, onde em relação a algumas das ações nós já temos, vamos dizer, explicitado como foi feita a memória lá em Copenhague e, claro, que agora tendo que ajustar para os números do segundo inventário.

A questão de regulamentar o mercado, ele não está colocado agora para essa primeira regulamentação. Isso vai ter que ser construído em 2011.

Em relação a passar de um ano da regulamentação, realmente nós tivemos que esperar, porque está disposto na lei que a gente tinha que usar os números do segundo inventário. Então o segundo inventário foi concluído e apresentado no final de outubro, então por isso que a regulamentação será feita nesse último bimestre.

Faço também, se o presidente da mesa permitir, algumas considerações finais, no sentido de que realmente o que a gente alcançou foi um resultado de toda a sociedade brasileira. Temos que reconhecer que houve a contribuição de inúmeros segmentos e eu acho que nós temos que focar, nós temos que usar como referência realmente o resultado final disso. Quando o Ministro da Ciência e Tecnologia apresentou os números do inventário e fez projeções para 2009, ali, e tenho certeza que isso vai se manter ou melhorar para 2010, mas quando ele fez a projeção para 2009, tem uma coisa impressionante lá: que o Brasil, em 2009, emitiu cerca da mesma quantidade de gases de efeito estufa de 1997, ou seja, é claro que nós, é muito baseado no sucesso do enfrentamento do desmatamento na Amazônia, mas em termos de emissões nós recuamos doze anos. Isso é um resultado impressionante, acho que a gente precisa mesmo levar isso e acho que é isso que a gente leva, quer dizer, o que acontece aqui no Brasil é referência para a gente tratar com o resto do mundo.

Agora nós, por enquanto, ainda somos um país em desenvolvimento. Então, foram colocadas algumas sugestões, algumas críticas, que eu acho que em parte resultam disso: se a gente fosse devolvido, a gente teria força para atacar todas as questões ao mesmo tempo. Então a gente não tem ainda essas forças, esperamos que um dia tenhamos, mas... E um dos exemplos citados aqui eu acho que é a demonstração disso. Se o próprio Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia foi um plano construído em alguns anos com um trabalho conjunto, conjunto da senadora capitaneando, enquanto ministra do Meio Ambiente, de muitos de nós que participamos da sua elaboração, inclusive com grande participação e com uma sistemática participação de representantes da sociedade, esse ano nós tínhamos que construir outros planos, que não tínhamos essa, vamos dizer assim, essa prática, a prática de um diálogo intenso com a sociedade. Tivemos que ir, no caso que foi sido da agropecuária, nós tivemos muito mais participação, embora também eu queria lembrar que é a mesma instituição que coordenou esses planos todos, e a gente fez um esforço para que outros setores que tinham pouco diálogo com a sociedade passassem a ter. Então num tema, num tema que, assim, na agenda histórica é um

tema novo, que a gente pode dizer novo, é evidente que a gente tem os setores de governo, os setores da indústria, o que quer que a gente exemplifique nesse complexo país que é o Brasil, a gente tem diferentes situações. A gente tem que tratar, temos que priorizar os nossos esforços, às vezes, em determinadas direções momentaneamente deslocando força de outros que a gente vinha fazendo. Mas o importante é que a gente olhe os resultados.

Eu acho que a questão da coerência é uma construção por ser uma pauta historicamente nova. O ideal de toda grande organização, o governo é uma grande organização, é construir essa coerência, mas isso leva um tempinho e eu vou dizer que nesses anos, um dos exemplos, uma evidência de como a gente vai estar construindo essa coerência é que hoje o Ministério da Fazenda tem uma área específica para cuidar de mudança do clima. É uma coisa... O Ministério da Agricultura tem um plano para a agropecuária de baixo carbono. Então essa coerência é uma construção também de tempo.

Quero dizer que das sugestões e das críticas que foram apresentadas nessa audiência, em muitas delas nós temos um pensamento convergente em relação a elas e nós estamos transmitindo isso para a transição de governo. Nós ainda vamos atuar até dezembro, evidente que nesse período teremos um grande contato com as novas equipes que vão seguir as políticas a partir de 2011, e estamos transmitindo e transmitiremos essas críticas e as sugestões à equipe de transição. Muito obrigado.

SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Antes de ainda passar para o embaixador, só uma questão mais dirigida à Casa Civil. Eu acho que um dos problemas que nós temos nessa agenda do clima é a falta de um foco. Eu acho que a agenda é dispersa. Eu tenho refletido com algumas pessoas e uma das coisas que eu acho que ajudaria muito era se nós tivéssemos uma espécie de, enfim, como se uma Agência Nacional do Clima, para que essa agenda possa ser focada, integrada e que a gente não tenha a dispersão.

Então a minha pergunta é: da disposição do governo em criar uma estrutura específica para coordenar a implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas, que no meu entendimento poderia ser uma espécie de agência ou algo que cumpra com essa função.

SR. JOHANESS ECK: Eu acho que esse é um caminho inexorável. O que acho que deve ser pesado na transição é realmente o tipo de instância que vai seguir. Evidente que a gente teve um ganho enorme quando da instituição de cada um dos colegiados que hoje toca as políticas, a Comissão Interministerial de

Mudança Global do Clima ainda no final dos anos 90, o Fórum Brasileiro e o Comitê Interministerial que teve essa incumbência e tem a incumbência de tentar integrar as políticas públicas.

O próximo passo, acho que isso está sendo considerado, é a criação de um órgão, que o nível hierárquico dele é que ainda deve ser discutido, mas um órgão que confira estrutura, uma estrutura mais robusta, inclusive uma estrutura administrativa, para cuidar das ações necessárias.

Quanto à natureza desse órgão, provavelmente não seja uma agência, que as agências normalmente nascem onde já há mercado funcionando, mercado constituído e tal. Mas isso é uma incógnita. Eu queria diria que a criação de um órgão com estrutura administrativa para tratar da integração das políticas do clima vai ser considerado e, provavelmente, deva ser criado no curto prazo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GELLNER (DEM-MT): Muito bem. Antes de passar a palavra ao Sr. Sérgio Barbosa Serra, que também vai responder em nome do governo, eu gostaria de convidar a Senadora Marina Silva para presidir essa sessão ao término dela, e eu também, senadora, gostaria de fazer uso da palavra, então vou me dirigir ao Plenário.

[troca de presidência]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Com a palavra o Embaixador Sérgio Barbosa.

SR. SÉRGIO BARBOSA SERRA: Sra. Senadora e agora presidente desta mesa. A respeito da sua pergunta e com relação ao balanço dos compromissos assumidos pelo Brasil na COP-15 e a nossa posição para a COP-16, eu queria dizer, ponto um, que o Brasil, em Cancun, deixará claro que os compromissos assumidos na COP-15 e que constituem inclusive agora, traduzidos numa lei aprovada pelo Congresso Nacional, são para valer, estão sendo cumpridos e não são ou não serão condicionados ao que outros parceiros de negociação possam fazer, quer dizer, não existe no caso do Brasil, ao contrário do que ocorre com vários países, que têm aqueles compromissos lá, mas eles dependem de que outros melhoram suas metas... Não, os nossos compromissos estão lá, estão já sendo cumpridos e não serão, digamos, atenuados, por assim dizer, se outros países não cumprirem, digamos, os seus ou não apresentarem posições mais avançadas. Qual é a consequência disso? É que nós temos condições de cobrar mais ambição dos outros e continuaremos a fazê-lo dentro da linha que temos defendido há tempos, ou pelo menos desde Bali, de que as metas dos países devem seguir o que prescreve a ciência, que é a ciência que mede o que é que está

ocorrendo no clima no mundo. Nós estamos diante de uma crise climática séria, que já está afetando boa parte da população mundial, sobretudo aqueles que têm menos condições de se defender e que são menos responsáveis pelo problema.

Em segundo lugar, nós queremos e batalharemos, a delegação fará todo o seu esforço nesse sentido, de que Cancun, sim, traga resultados concretos. Se não um documento legalmente vinculante como o que esperávamos até em Copenhague, decisões que traduzam, que cubram os principais pontos da negociação e que indiquem, pelo menos, um cronograma para a conclusão das negociações em torno desses pontos. Entre eles eu destacaria a questão da continuidade do Protocolo de Kyoto e a necessidade de ter ainda em Cancun uma definição e uma garantia de que vá haver um segundo período de compromissos do protocolo. Idealmente as metas seriam também incluídas nesse compromisso. Eu acredito que o que acho que teríamos condições talvez de fazer seria transpor, num primeiro momento pelo menos, as metas ou os compromissos que estão e constam de anexo do chamado Acordo de Copenhague para que eles constituam, digamos, embora muito aquém do que se deseja, que constituam, digamos, o novo anexo do segundo período de compromisso de Kyoto. Mas, enfim, sobretudo de que haja uma continuidade nas negociações para Kyoto, com o compromisso de que haverá esse segundo período de cumprimento.

Eu queria dizer, em conclusão, que nós temos credenciais para sermos, de fato, atores protagônicos tanto em Cancun como na continuidade dessas negociações e que para isso a gente não pode esquecer a enorme contribuição da senhora, Senadora Marina Silva, para esse processo todo, não só no seu período como Ministra do Meio Ambiente, como em sua atuação nesta Casa. Muito obrigado.

SR. MARCELO FURTADO: Obrigada, senadora. Bem, eu queria começar, o Johaness não está aqui, então eu vou guardar a parte que eu queria só reagir a umas colocações que ele colocou, e eu acho que a sua proposta, senadora, de o Brasil discutir um teto de emissão, ou seja, o que ele é chamado na linguagem técnica de um cap(F), é uma discussão extremamente importante para o país. Eu acho que o Brasil, só para dar uma ideia, no seu inventário mostra que hoje, com os números de 2005, tem uma emissão de um pouco mais de dois gigatons de gases de efeito estufa e 70% disso vem sozinho de desmatamento. Depois tem a agricultura, depois tem a energia, e o governo está se comprometendo em reduzir esse desmatamento em 80%. A gente quer 100%, mas o governo já topou 80%. Então quando a gente vai fazendo as contas dos

ganhos que a gente tem auferido, isso a gente mostra que a gente tem um tremendo espaço. Se a gente disser que é um espaço mais ou menos de um gigaton, que tem aí só de desperdício, má utilização de energia, desmatamento, nós estamos falando de algo que é quatro vezes o que o Brasil usa na área de energia hoje, oito vezes o que o setor industrial emite hoje. Então eu acho que é uma discussão extremamente válida, importante, e este sim seria o tipo do comportamento que diferencia o Brasil de chegar numa reunião, onde nada está andando e a sociedade global está sendo tratada de maneira absolutamente desrespeitosa por não haver nenhum avanço, e mostrar que está a fim de fazer uma lição de casa.

Dito isso, eu acho que fica difícil o Brasil dizer qual é a sua métrica para 2020, uma vez que ele não disse o que pensa sobre 2030 e 2050. Então nós, da sociedade civil, fizemos um plano energético até 2050 para poder voltar no tempo e olhar o que isso significa. Eu acho que neste exercício falta uma visão de país para longo prazo.

Com isso, aproveito, Johaness, que você voltou, para dizer que o que foi apresentado em Copenhague não foi uma apresentação detalhada de onde vem a métrica de como o Brasil chegou a esses números. Foi uma planilha excel e um power point. Onde eu trabalho, que são sessenta funcionários e um orçamento ínfimo, eu não chamaria isso de uma apresentação substancial sobre como essa métrica foi feita. Eu acho que fica devendo ainda uma resposta para a sociedade. E agora ouvindo que até o Ministério do Meio Ambiente também gostaria de saber, isso mostra que o governo tem que fazer uma lição de casa para distribuir isso internamente e externamente com transparência.

Dito isso, eu colocaria que não acho que a gente pode usar processos complicados como uma justificativa para a morosidade, porque os processos podem ser melhorados, uma vez implantados, e você vai corrigindo e melhorando esses processos. Ninguém exigirá que a primeira versão de uma iniciativa seja a melhor versão possível. O que a gente tem que fazer é estar aberto a fazer mudanças e melhoramentos, mas no momento em que a gente coloca essas coisas na rua e começa a fazer os processos, a gente mostra a seriedade do compromisso e constrange - o que eu acho muito importante - aqueles que não querem mudar. No fundo, essa discussão da indústria hoje dizendo "queremos regulamentação", não é porque eles viraram ambientalistas. É porque quem está agora numa trajetória de busca de redução de emissão quer ter uma garantia de competitividade e quer que aqueles que estão fora do jogo poluindo, usando o trabalho escravo, sejam

considerados pares do processo. E isso é fundamental, porque isso tem a ver com a cidadania desse país.

Então eu diria que apesar do esforço de convidar os Ministérios a fazê-lo, de novo, lá onde eu trabalho, eu também tenho esse problema, às vezes de um departamento que ele faz um esforço com outro e não consegue. Aí o que é que a gente faz? A gente para, faz uma reunião e manda. E o presidente pode fazer isso. Ele tem como usar o seu poder político e o seu cargo para exigir que esses passos aconteçam, até porque foi um compromisso da presidência da República que foi estipulado. E no caso agora, a nossa presidenta.

Um ponto adicional que eu acho importante, só para colocar sobre essa discussão da métrica, é de que o Brasil ainda nem colocou todo o seu potencial. A própria EPE, que está colocando o seu plano decenal como base para a Política de Mudanças Climáticas, já diz o que potencial, por exemplo, eólico brasileiro não é 143 giga. São 300 gigawatts. São 300 porque agora você faz uma medição com torres mais altas, pega mais vento. Isso para o Nordeste significa muita coisa. Significa emprego, significa renda, significa desenvolvimento tecnológico, significa a possibilidade de exportar energia. Agora aonde você vai fazer isso? Aonde vai fazer importa. Não é uma indústria que vai poder chegar e usar a área protegida para colocar isso e justificar que está usando uma área... Porque é uma energia limpa não deve ser criticada. Não, terá que observar a lei, terá que observar as questões ambientais porque terá que fazer um jogo diferente do que a gente tem historicamente, particularmente no setor elétrico, nesse país.

Por fim, na questão da transparência com o Ministério da Agricultura eu só queria fazer uma complementação, senadora, de que sim, reconheço e estou aqui até dizendo que o Ministério da Agricultura ganhou com essa abertura, porque tinham quatro pontos que saíram do mandato e o fato de envolver a sociedade civil ampliaram os pontos e incluíram temas que estavam fora, que não foram nem abordados, como a incorporação da questão da agricultura familiar dentro do plano. Então eu gostaria de dizer que quando você abre, você pode ganhar, sair ganhando desse processo. E, ao mesmo tempo, eu diria que não adianta o Ministério da Agricultura dizer: "Veja bem como nós somos bons, estamos abrindo espaço aqui", e por outro lado a reunião extremamente importante sobre pecuária nesse país é fechada. A reunião sobre a discussão do Código Florestal, com a bancada ruralista, foi fechada. Não houve o diálogo que nós pedimos. E a transversalidade que a senhora sempre defendeu também não está acontecendo na implementação das políticas. Então o Ministério da Agricultura entendeu

que fazer a lição de casa direito é bom, só que tem que aplicar isso, inclusive nas áreas mais, digamos assim, estratégicas da sua pasta.

Respondendo à sua pergunta da sociedade civil, eu acho que a sociedade civil não pode nem deixar o resultado de Copenhague ser um impeditivo para continuar ativamente buscando o nosso compromisso, mas, ao mesmo tempo, eu diria que ela também não pode ser condescendente com essa reunião de Cancun, acreditando que nós voltamos ao cenário de é mais uma reunião de clima. Ela não é mais uma reunião de clima. Eu acho que Copenhague foi um divisor de águas e um divisor de águas que mostrou o quão longe nós estamos como sociedade de verdadeiras intenções de resolver o problema. E acho que não é uma questão de países desenvolvidos e em desenvolvimento, sinceramente eu acho que esse debate também está démodé. Eu acho que o mundo agora é uma questão sobre emissores e países vulneráveis. No grupo de emissores existem países em desenvolvimento. Obviamente que eles deverão ter outra métrica aplicada a eles no seu compromisso de redução, mas o compromisso de redução deverá ser para todos.

Então não existe mais uma desculpa que a gente pode usar de que porque somos uma economia em crescimento, até porque para direcionar esse crescimento, como o Paulo Moutinho colocou, a gente pode ter saltos tecnológicos, saltos de processo, a gente não precisa repetir o que a gente já sabe que deu errado. O que coloca para o Brasil um grande desafio não só nacional, mas também uma pergunta importante sobre, por exemplo, o grande investimento brasileiro na África, quinze bilhões de dólares/ano, a pergunta é: o Brasil vai chegar na África com o mesmo modelo que os Estados Unidos e a Europa chegou, que não foi bom para a África, ou nós vamos colocar um modelo distinto de relacionamento econômico e desenvolvimento?

Então essas questões vão ser perguntadas ao Brasil, porque quem mostra que sabe fazer é cobrado a sempre fazer mais e isso é muito bom. Eu acho que mais do que cobrar da comunidade internacional, será cobrado da comunidade africana. Então eu acho que a sociedade civil está já olhando e mapeando isso. Uma das nossas preocupações é de que nós sabemos que o Brasil se tornará, nos próximos anos, cada vez maior e mais influente. E nós, como sociedade civil, teremos que manter um papel vigilante para ser peso e contrapeso. E esta Casa tem que se envolver conosco, na minha opinião, porque nós assim teremos outros lugares que não sejam só os processos do Executivo para compartilhar as questões fundamentais que nós achamos que devem ser observadas no processo de desenvolvimento.

Então a minha expectativa para Cancun é de que a sociedade tenha um papel de cobrar e exigir que não seja passiva, nem burocrática, e de que realmente cobre, como o Embaixador Serra colocou, ele disse: “decisões sobre os pontos principais que têm que ser adotados em Cancun”. Muito bem. Então nós já sabemos quais são os pontos principais. Se estamos falando de decisão, não chegamos a um consenso, fica para Durban, na África do Sul, a próxima conversa. Eu acho que a gente vai ter que ter uma demonstração de liderança, de construir essa indignação com outros países que querem ver resultado e não ficar refém daqueles que hora não querem que o processo vá para lugar nenhum e hora aqueles que estão dizendo que em função do seu contexto doméstico, seja esse os Estados Unidos, que o mundo não vai poder andar para frente.

Então eu acho que vai ser um grande texto para o Brasil. Obrigada.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sra. Presidente. Eu gostaria de também fazer uma consideração, fazer umas perguntas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Em primeiro lugar, eu quero ressaltar, a senhora me conhece, eu estou no Senado durante três anos apenas, e eu venho de um estado, do Estado de Mato Grosso, onde eu atuo na área de produção agropecuária. E atuei aqui no Senado e estamos em término de mandato nessas áreas, tanto de meio ambiente, quanto de agricultura, quanto de infraestrutura, enfim, na defesa da agropecuária brasileira. E não menos preocupado com a conservação do meio ambiente e com a atitude que a agricultura e pecuária brasileira deverão ter como elos essenciais à conservação de todo o sistema produtivo, na cadeia produtiva, tanto na conservação, obediência à legislação vigente, quanto na diminuição dos gases de efeito estufa em todos os processos de produção que convirjam para tal. E nesse ínterim olha o que já redundou as ações do governo, que levaram a presente safra com incentivos, incentivos à agricultura para quem adotasse procedimentos de baixo carbono, que é o programa ABC. E, nesse ponto, os incentivos são de práticas que foram desenvolvidas pelos produtores rurais do país sem incentivo nenhum, principalmente no questionamento do plantio direto. Isso aí não surgiu nem de pesquisa da EMBRAPA, infelizmente. Isso foram mudanças que foram se impondo dentro da cadeia produtiva como uma forma de conservação do solo, principalmente, já adotadas há mais de dez anos pelos produtores, pela maioria

dos produtores do país. Então já é uma prática incorporada ao sistema produtivo.

Mas eu gostaria de fazer consideração, além desse apoio ao reflorestamento que esse plano de safra também coloca, enfim, a mudança dos parâmetros de criação da pecuária, que precisarão ser modificados no país e que só virão com incentivos, incentivos fiscais, econômicos, para que o produtor possa adotar. E da mesma forma os incentivos que a indústria e o serviço no país deverão adotar, estão adotando, mas que precisam ser incentivados.

Então, eu quero colocar duas partes. Primeira, em relação ao Código Ambiental que se avizinha, que está na Câmara dos Deputados, relatório do Deputado Aldo Rebelo, que visa, ao meu entendimento, são dois ou três pontos essenciais: o primeiro, que visa a consolidação das áreas em produção, desde que não fossem objeto de desmatamento fora do limite prece-dido pela lei no ano de 2001, quer dizer, eu discordo desse 2008, acho que nós devemos ter o ano base de 2001, que é quando foi editada a MP 2.166/67, que já está com 67 reedições, que precisa de uma vez por outra sair de Medida Provisória e ser editada como lei. Então, dentro desse parâmetro, eu vejo que os procedimentos de desmatamento ilegal que ocorreram no país deverão ser ressarcidos ao ambiente com multa, com reposição. É isso que deveria ter sido atrelado o decreto de representação de reserva legal nas propriedades. Nós não podemos cobrar hoje, como está previsto até junho de 2011, fazer com que o produtor brasileiro coloque reserva legal em áreas que já estão em utilização há dez, vinte, mais de 10 anos, 20, 30, 40, 50, 100 anos, ou qualquer produtor mundial faça o mesmo em qualquer país. Hoje não tem ambiente, quer dizer, foi um decreto completamente fora da realidade, onde eu não acredito que tenha um produtor brasileiro que tenha se readequado, dentro dos cinco milhões de produtores que nós temos no país. Ninguém repõe reserva legal neste país e nem vai repor porque não tem incentivos para tal. Agora as áreas de APP e todas as obrigações inerentes e observância à reserva legal, e que é esse o fator do desmatamento, nós precisamos dividir. Quando se fala em desmatamento da Amazônia me causa surpresa – e do Cerrado também – é desmatamento dentro da legislação, onde é permitido um percentual, ou é fora, na ilegalidade? Se for fora, se está ocorrendo ainda desmatamento nesse país, principalmente no bioma Amazônico, é por falta de uma fiscalização efetiva de parte do IBAMA, que opera praticamente em conjunto com as Secretarias de Meio Ambiente a nível estadual, que deveria estar operando com mais intensidade para evitar em 100% esse desmate ilegal. Fora disso, só editando uma

nova legislação ambiental. E nesse ponto, então, eu vejo que nós precisamos convergir, nós não podemos mais... Nós precisamos fazer com que a lei seja obedecida e que haja um elo de aliança com o produtor rural brasileiro. Nós não podemos, unicamente, puni-lo por tudo que ele vem praticando, porque ele praticou há 10, 20, 30 anos atrás.

E dentro desse incentivo que eu vejo, eu preparei, nos últimos trabalhos que eu vou apresentar a essa Casa, um projeto de lei objetivando instituir uma Política Nacional de Bens e Serviços Ambientais. São projetos que já existem na Câmara, de vários deputados, já está ocorrendo pela Casa, porém, eu vejo que esse meu projeto tem tudo a ver, porque ele é mais abrangente. Ele, realmente, incentiva a indústria, a cadeia produtiva, a agricultura, os serviços, a parte de energia, enfim, serem remunerados por todas as ações e que se cria um marco legal no país para poder se adequar e criar as condições de competitividade tanto das empresas, de todos os setores, que desempenham as cadeias produtivas no país, colocando, então, uma retribuição para todos os serviços ambientais e a regulamentação efetiva do mesmo pelo governo, estabelecimento de critérios de levantamento de serviços prestados e dos respectivos bens produzidos, sua avaliação e definição de formas de remunerá-los, que sejam ambientalmente corretas, socialmente inclusivas e economicamente viáveis.

Então, por essas razões, eu quero passar aos membros que foram convidados a essa audiência, à Senadora Marina Silva, enfim, que deem sua avaliação a esse nosso projeto, quer dizer, será protocolado essa semana próxima, para que nós tenhamos dentro desses incentivos para que a gente venha a atender as normas de mudanças climáticas futuras, o engajamento de toda essa cadeia produtiva, da agricultura, da pecuária, da indústria, e dizer que a CNI, a Dra. Paula não falou, mas inclusive está estudando já a instituição de uma plataforma de bens e serviços ambientais, com a regulamentação da mesma, e por isso que o governo precisa se antecipar colocando isso aí em funcionamento, criando o fundo, criando o sistema, regulamentando toda essa fiscalização. E, para isso, eu gostaria de encaminhar, dentro do encaminhamento da Senadora Marina Silva, que ela vai apresentar ao final para ser encaminhado, que é oriundo dessa audiência, que também se coloque uma proposição minha, senadora, de apoio aos projetos do Legislativo, para que se faça um estudo urgente tanto na Câmara, uma Comissão Especial, para que a gente venha a estudar tanto na Câmara quanto no Senado a implantação urgente dessa Política Nacional de Bens e Serviços Ambientais do Brasil, que vai contribuir sobremaneira

para nós mitigarmos todos esses efeitos danosos desses vários setores da economia brasileira.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, senador.

Bem, antes de passar a palavra para os membros da mesa para os que desejarem fazer suas considerações finais e também se manifestar sobre as questões aqui levantadas pelo nosso senador, eu gostaria só de ler a pergunta do internauta que chegou. É do Nicolas Carneiro, estudante do ensino médio. Parabenizar um jovem do Ensino Médio assistindo aqui a TV Senado. Ele está perguntando o que o governo irá fazer, como o governo pretende estimular o “mercado verde”, ou seja, essa ideia da economia de baixo carbono como forma de combater as práticas que degradam o meio ambiente, integrando o desenvolvimento à proteção sem a velha dicotomia que sempre é colocada, como se o meio ambiente fosse contrário. Aliás, a juventude identifica nessa agenda a possibilidade de uma nova base de conhecimento, de novas ocupações, de novos produtos, de novos materiais. A juventude vê nesse processo não uma barreira, mas um caminho aberto para um novo fazer científico, tecnológico, novas práticas econômicas e sociais, porque essa questão se transformou num valor para a sociedade. Estão enganados aqueles que acham que é uma questão puramente esporádica, não é, e ao se transformar num valor e ao mesmo tempo na possibilidade de novos investimentos, é tudo que queremos para que o Brasil possa fazer essa infecção(F).

Então, quem do governo gostaria de reagir à pergunta do Nicolas? Agradecer pela pergunta e dizer também que está presente aqui, não sei se eu já tinha registrado antes, a Karen, representando o WWF. O Embaixador Sérgio disse que havia olvidado uma questão, que ele gostaria só de retomar, e ao final, se tiver alguém do governo que gostaria de responder ao Nicolas e os que querem fazer suas considerações finais para que possamos encerrar aqui os trabalhos. Eu vou ler as sugestões que depois nós vamos elaborar, obviamente, para encaminhar ao governo.

Embaixador Sérgio.

SR. SÉRGIO BARBOSA SERRA: Senadora, é que eu esqueci de responder à parte final da sua pergunta. A senhora me perguntou ou pergunta ao Itamaraty se o Presidente Lula irá à Cancun. Sim, a informação que nós temos é que ele irá à Cancun. Eu não tenho dados assim tão concretos com relação, que também fazia parte da sua pergunta, com relação à presidenta eleita Dilma Rousseff, mas é muito provável que ela também vá.

Agora, eu devo dizer que essa reunião em Cancun, ao contrário do que ocorreu em Copenhague, não deverá reunir um número muito elevado de Chefes de Governo, Chefes de Estado. Os dinamarqueses, para Copenhague, dirigiram convites específicos a todos os Chefes de Governo, Chefes de Estado. No caso do México, para Cancun, o México não dirigiu convites específicos, simplesmente disse que os Chefes de Estado e de Governo que pretendessem comparecer seriam bem-vindos. A expectativa é que haja uma presença maior de Chefes de Governos, de líderes do Continente, da América Latina e provavelmente também de líderes dos pequenos estados insulares, quer do Caribe, quer do Pacífico, que, como sabem, são mais vulneráveis e interessados, que têm mais urgência com relação a essa questão.

Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Secretária Branca.

SRA. BRANCA AMERICANO: Obrigado, senadora. Eu gostaria de responder ao estudante Nicolas, que a questão que ele levantou é fundamental: é como valorizar determinados produtos e serviços que estimulem a essa “economia verde”. Nós temos, hoje, dentro do contexto que nós estamos discutindo aqui, que é mudança do clima, por exemplo, o REDD-PLUS, que a ideia é como reduzir as emissões do desmatamento e da degradação aumentando o estoque, inclui possibilidade de valorizar a floresta em pé. Como o senador falou, para combater o desmatamento não é suficiente as políticas de comando e controle, mas é sobretudo importante o quê? Valorizar os serviços e os produtos de uma floresta em pé.

Então, para isso, hoje, nós já temos o Fundo Amazônia criado, com alguns projetos aprovados que valorizam os produtos da floresta em pé, mas em outras áreas também existem. O próprio consumidor pode exercer o seu poder de escolha, como, por exemplo, nós temos a “nota verde” para os investimentos mais eficientes e que emitem menos.

Então o consumidor pode escolher o carro que emite menos. Então isso cabe ao consumidor decidir, mas também pode haver até uma distribuição dos impostos em função dessa capacidade. Já existe até na Bolsa de Valores um índice de sustentabilidade, então existem vários instrumentos por isso.

Então, eu só gostaria de o estudante prestar atenção, que nós teremos a Rio+20, que será comemorado vinte anos da Rio-92, em evento no Rio de Janeiro, em que esse é um dos principais temas, que é a “economia verde”, e no Brasil provavelmente daqui até lá nós iremos discutir quais são esses instrumentos e é fundamental que se tenha elencado para que o pró-

prio governo, enfim, e as diferentes instâncias possam implementar esses diferentes instrumentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Dr. Johaness.

SR. JOHANESS ECK: Obrigado, senadora. Eu só quero fazer um esclarecimento, porque eu não devo ter me expressado a contento, sobre o entendimento da questão da apresentação ou não da métrica dos nossos cálculos. Eu não quis dizer, não disse que a gente apresentou essa métrica detalhada em Copenhague. Não foi isso. Se deu esse entendimento, não é isso que eu queria dizer. Mas o que eu quero deixar claro é que também a métrica não está escondida. Nós fizemos, eu mesmo fiz a apresentação da métrica em relação ao uso do solo em reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, a métrica de mitigação está em todos os planos que foram entregues ao Fórum, dizendo como é a métrica da mitigação e o que a gente tem incompleto ainda, se a gente tivesse feito, poderíamos até já ter feito a regulamentação, mas o que nós temos incompleto ainda é o cálculo total das emissões para 2020. Então, tudo que eu falei está público, menos a métrica das emissões ou o conjunto das emissões para 2020. Parte delas está como no plano da energia e no uso do solo.

Quanto à fala do Senador Gilberto Goellner, eu acho importante, é mais uma contribuição, acho que o governo também teve uma iniciativa no sentido também de regular a matéria, que são os bens e serviços ambientais, acho que é um tema que vai estar na pauta, já está na pauta e vai continuar na pauta. É importante agora a gente verificar, fazer essas avaliações e complementar.

Quanto à pergunta do Nicolas, também vou me remeter ao exemplo que o Senador Gilberto Goellner falou, que é bem prático. Como que pode fazer? Bom, 80% das nossas emissões são relativas ao desmatamento e agropecuária. Este ano, 2010, o Plano Safra deste ano, a linha de crédito com menor juros está destinada a empréstimo, à concessão de empréstimos aos agricultores que praticarem as ações de agricultura de baixo carbono, ou seja, a linha de crédito mais favorável é para isso. Então esse é um exemplo concreto de como que pode ser feito.

Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Considerações finais, quem deseja? Tem dois minutinhos [risos].

SR. MARCELO FURTADO: Ok, vou ser bem-rápido. Eu só queria responder ao Senador Gilberto que... Talvez eu fale depois, quando ele puder ouvir... Eu queria falar, responder ao Senador Gilberto, mas eu acho que é melhor aguardar.

SRA. PAULA BENATTI: Eu queria fazer uma colocação, por gentileza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Por favor.

SRA. PAULA BENATTI: Rapidamente, só fazendo umas colocações rápidas finais, eu fiquei contente com essa sinalização do Ministério do Meio Ambiente, da possibilidade de se fazer essas estimativas anuais. Isso, com certeza, vai ser da maior importância para a indústria, inclusive porque grande parte das empresas tem os seus inventários corporativos já prontos. E, com certeza, isso pode ajudar a alimentar esse trabalho.

Um outro ponto importante é com relação a esse indicador sugerido pela ministra, eu acho que isso seria a princípio muito bem-aceito pela indústria, inclusive pode ter um desmembramento numa intensidade de carbono por PIB industrial, quer dizer, a gente pode ir nessa mesma linha sugerida pela senadora, eu achei bastante interessante também.

De fato, então, a indústria tem um potencial de redução bastante grande, redução de gás de efeito estufa bastante grande, seja eficiência energética renováveis, quer dizer, tem um portfólio grande aí de medidas já identificadas. Aí a importância dos estudos, que eles fazem curvas de abatimento, de cálculo marginal de custos de abatimento como foi feito pelo Banco Mundial, [ininteligível], quer dizer, esses estudos são da maior importância, quer dizer, porque a indústria, ela se coloca dessa maneira hoje bastante pró-ativa com relação à colaboração que ela pode dar nessa trajetória de baixas emissões, mas tem que se dar isso de uma maneira que não afete a competitividade da indústria, que seja de uma forma custo efetivo, quer dizer, baseada numa análise de custo efetividade dessas medidas. De acordo com o que o Senador Gilberto colocou agora na sua intervenção, quer dizer, e essa redução da indústria, ela tem que estar atrelada, aqui eu digo atrelada, não condicionada, tá, atrelada a um financiamento, aos incentivos fiscais e financeiros por parte do governo.

E, por fim, então, eu gostaria de agradecer mais uma vez a possibilidade de estar aqui conversando com os senhores. É um enorme prazer, uma grande honra compartilhar a mesa aqui, estar com os senhores aqui junto à Senadora Marina Silva, que eu tive o grande prazer de estar com ela, de trabalhar com ela no Ministério do Meio Ambiente, que inclusive foi na sua gestão em que a Política Nacional sobre Mudança do Clima teve o seu início, ali com a criação do Comitê Interministerial, do Grupo Executivo, quer dizer, a gente conseguiu, demos início a um trabalho bastante interessante e relevante quando da sua gestão. Gostaria então de finalmente agradecer mais uma vez e

colocar a indústria nacional, em nome da CNI, à disposição de todos os senhores, em especial do Senado. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Paula. Marcelo.

SR. MARCELO FURTADO: Obrigado. Rapidamente, Senador Gilberto, eu queria só responder às suas colocações, dizendo que assim como o senhor, ironicamente eu também acho que eu trabalho para o agronegócio hoje em dia. Em que medida? Simplesmente dizendo o seguinte: o Brasil mudou e existe um marco de um novo paradigma para se trabalhar nesse país, sem trabalho escravo, sem desmatamento. Eu acho o que setor do agronegócio faz parte da vida e da economia desse país. Entretanto, ele tem que responder aos anseios de um país que quer justiça, desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, eu diria, usando até as palavras do governo brasileiro aqui representado, que a gente não tem nenhum problema em discutir mudanças e melhoramentos. O que a gente não aceita é retrocesso e a proposta do Deputado Aldo Rebelo é um retrocesso. Ela propõe a impunidade e propõe um retrocesso da legislação ambiental desse país. Neste sentido, ela é absolutamente inaceitável.

E ao Nicolas, eu termino só dizendo o seguinte: Nicolas, já se fez muito pela “agenda verde” nesse país. Hoje, na Câmara dos Deputados, tem uma Lei de Renováveis que poderia estabelecer um mercado para essas energias e quando ele se formar e virar engenheiro, alguma coisa, ele trabalharia nessa indústria. Mas a gente precisa fazer ela aprovar.

Então eu convido ele, já que ele assiste à TV Senado, a participar das [ininteligível] que a gente faz. Entra lá no site do Greenpeace e ajuda a gente a cutucar isso aqui no Congresso. A outra é a Lei do Desmatamento Zero, que a gente quer fazer a discussão, que é uma gama grande de organizações da sociedade civil brasileira que acreditam que esse país pode ter isso.

Por fim, eu digo: nós trabalhamos junto, foi o Governador Blairo Maggi, do Mato Grosso, que assinou, junto conosco, o acordo com os grandes cinco maiores frigoríficos desse país, dizendo que eles se comprometiam com o desmatamento zero, que é possível produzir sem destruir. Então não é ficção, não é teoria, é prática. Vamos em frente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Obrigada, Marcelo. Deseja, Branca? Johanness.

SR. JOHANESS ECK: As minhas últimas palavras só de agradecimento, a oportunidade de prestar alguma informação, prestar algum esclarecimento e realmente

desejar que todos nós continuemos nos mesmos diferentes lugares nessa luta pela economia com baixa intensidade de carbono no Brasil. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARINA SILVA (PV-AC): Bem, estamos chegando ao final da nossa Reunião para tratar da questão dos compromissos já assumidos, desafios da regulamentação da Política Nacional de Mudanças Climáticas e as posições brasileiras agora no México, em Cancun.

Mais uma vez quero aqui agradecer a presença de todos, mas antes eu gostaria só de mencionar alguns itens que depois nós iremos desdobrar numa manifestação, como uma espécie de recomendação para ser encaminhado em nome da Comissão.

Uma delas é de que o MCT torne público o memorial de cálculo das emissões em programa que permita uma análise maior por parte da sociedade, com maior acessibilidade. E aí um exemplo seria a ideia da planilha Excel; que o governo estabeleça um processo aberto de discussão com a sociedade para a elaboração dos planos setoriais, com calendário público e conteúdo mínimo definido, que foi uma exigência aqui da sociedade, um desejo; que o governo publique as estimativas anuais de emissões, que já mostrou aqui o Ministério do Meio Ambiente, isso é perfeitamente possível e cumprirá um papel importante nesse processo de implementação da política; e, ainda, que o governo regulamente o mais rápido possível a Lei da Política Nacional de Mudanças Climáticas e crie uma espécie de agência reguladora do clima para coordenar a implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas. Eu acho que termos um ponto focal para a questão de mudanças climáticas, com capacidade de agregar e congrega os esforços governamentais e da sociedade, fazer aquele papel que eu chamo de estado mobilizador, porque essa é uma agenda que não será levada a cabo apenas pelo esforço do governo, mas terá que ter uma forte participação das empresas, terá uma forte participação da sociedade civil. E agregou uma sugestão aqui para também podermos contemplar aqui, do Senador Gilberto, que tenhamos o apoio às propostas que estejam tramitando no Congresso Nacional no sentido de termos um pagamento por serviços e bens ambientais.

A gente vai formular essas questões na forma de uma manifestação, esperando que estejamos contribuindo principalmente para que os esforços brasileiros sejam esforços da sociedade brasileira. E que esses planos setoriais, eles possam se constituir em processos abertos, com a participação da sociedade, em que haja de fato um envolvimento maior do conjunto do governo. E que a gente possa ter transparência em relação ao memorial de cálculo que o governo precisa

fazer com que o MCT aí disponibilize essas informações, tanto para o conjunto do governo quanto para a sociedade de forma transparente.

Eu quero, mais uma vez, dizer aqui ao Embaixador Sérgio Barbosa, ao Johanness, à Branca, ao Marcelo, à Paula, que de fato trabalhamos juntas, não é Paula, no Ministério do Meio Ambiente, que eu agradeço imensamente suas presenças, do Senador Gilberto também pelo esforço de estarmos aqui, e a todos vocês representantes da sociedade civil que aqui compareceram, numa demonstração de que o tema continua importante e relevante para a sociedade e que nós não podemos em hipótese alguma baixar a guarda. Os esforços que nós temos que levar a cabo para que não se tenha um esvaziamento dessa agenda em função da crise econômica devem ser cada vez maior por parte da sociedade. Acho que a União Europeia, que sempre teve um papel muito pró-ativo, bem maior, eu acho que tem uma posição nesse momento bastante, enfim, acomodada. Os Estados Unidos, com a derrota da proposta do Presidente Obama no Congresso Nacional passa a ter, enfim, um distanciamento dessa agenda.

Eu acredito profundamente nisso que o Marcelo falou: no constrangimento ético que a opinião pública internacional vai criando, porque em que pese na maioria das vezes os governos, a sociedade está procurando fazer a sua parte.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão. Que todos possam ter aí uma boa tarde e um bom almoço, porque já é quase uma hora da tarde [risos]. Obrigada.

[palmas]

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30.

Às doze horas do dia trinta de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, VALTER PEREIRA, GILBERTO GOELLNER, JEFFERSON PRAIA, FÁTIMA CLEIDE, INÁCIO ARRUDA, ADELMIR SANTANA, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO e SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **MARINA SILVA, ALFREDO NASCIMENTO, JOÃO RIBEIRO, GILVAM BORGES, HÉLIO COSTA, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, ELISEU RE-**

SENDE, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO e GIM ARGELLO. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA. Item 3) Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2009 – Não terminativo**, que “Altera o art. 12 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer a necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários”. Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF). Relatoria: Senador Valter Pereira. Relatoria “ad hoc”: Senador Jefferson Praia. Relatório: Contrário ao Projeto. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA pela rejeição do Projeto; **Item 4) Projeto de Lei do Senado nº 127, de 2007 – Não terminativo**, que “Altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos”. Autoria: Senador César Borges. Relatoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria “ad hoc”: Senador Jefferson Praia. Relatório: Contrário ao Projeto. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA pela rejeição do Projeto; **Item 5) Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2009 – Não terminativo**, que Disciplina a comercialização de tintas embaladas em recipientes fechado capaz de emitir spray. Autoria: Deputado Vic Pires Franco. Relatoria: Senador Adelmir Santana. Relatório: Pela prejudicialidade da matéria. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CMA pela prejudicialidade do Projeto. É aprovada a inclusão **EXTRAPAUTA** das seguintes matérias: **Item 1) Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 32, de 2010 – Não terminativo**, que “requer, nos termos regimentais e em aditamento ao Requerimento nº 32, de 2010 – CMA, de realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir as medidas propostas no PLC nº 116, de 2010, sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas. Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Sr. José Jorge; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Sr. Ronaldo Mota Sardenberg; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo (SIAESP), Sr. Roberto Moreira; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro (SICAV-RJ), Sra. Marisa Leão; e Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), SR. Carlos Ari Sundfeld”. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado; **2) Aditamento nº 02 ao Requerimento nº**

32, de 2010 – Não terminativo, que “requer também seja convidado para participar da Audiência Pública conjunta para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, o senhor Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema”. Autoria: Senadores Sérgio Zambiasi e Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. Não foram apreciadas as **Emendas da CMA ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 38, de 2010, que altera o anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o Período de 2008-2011** (Mensagem nº 91, de 2010-CN – nº 428/2010, na origem). Ficam adiadas as seguintes matérias: **Itens 1) Requerimento nº , de 2010 – Não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu; 2) Aditamento ao Requerimento nº 30, de 2010-CMA – Não terminativo, de autoria do Senador Gilberto Goellner; 6) PLC nº 58, de 2008 – Terminativo; 7) PLC nº 70, de 2009 – Terminativo; 8) PLS nº 135, De 2009 – Terminativo; 9) PLC nº 35, De 2009 - Terminativo**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 30/11/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Sr. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovada a Ata.

Pauta. O Item nº 1 é o requerimento da Senadora Kátia Abreu, que não se encontra presente. O Item nº 2, o requerimento, um adiantamento ao requerimento do Senador Gilberto Goellner, que também não se encontra presente. O Item nº 3 é uma matéria que é de relatoria do Senador Valter Pereira, eu vou pedir para ler de forma muito sucinta, o Senador Jefferson Praia, faça o relatório do Item nº 3, que é contrário à matéria, porque essa matéria já está presente nessa Pauta há algumas sessões, e vamos votá-la, independente da presença do relator.

Com a presença, o Senador Jefferson Praia que, se possível, de forma sucinta, faça a apresentação do relatório, que é contrário à matéria.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Muito bem, Sr. Presidente, eu tenho aqui o Item 3, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado 184, de 2009, de autoria da Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, “*que altera o art. 12 da Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para estabelecer necessidade de outorga de direito de uso de recursos hídricos para a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa, destinada a fins balneários.*”

Passo, portanto, Sr. Presidente, aqui, ao relatório, muito brevemente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Não, Sr. Presidente, ainda estou aqui, dando--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Ah, você está ainda apresentando? Peço desculpa à V. Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): [risos] V. Exa. está mais apressado do que eu hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Vamos logo ao relatório, para não poder falhar mais.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): É, mas eu vou rapidamente colocar a proposição. No relatório, diz o seguinte, do Senador Valter Pereira.

“A proposição modifica a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que, entre outros aspectos, institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dando nova redação a seu art. 12º, no qual são identificados os direitos de uso de recursos hídricos que estão sujeitos a outorga do poder público.

Pela mudança proposta, estaria também sujeita a essa outorga a lavra de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, não se excluindo outras exigências previstas na legislação setorial específica.

Na justificativa que acompanha o projeto, argumenta-se ser necessário estender o regime de outorga ao aproveitamento de águas minerais, de modo a preencher uma lacuna que teria sido deixada pelo legislador ao elaborar a Lei nº 9.433, de 1997.”

Portanto, Sr. Presidente, passo ao Voto.

“Com base no exposto votamos pela rejeição do projeto de lei no Senado nº. 184/2009”.

Esse é o parecer do Senador Valter Pereira, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia.

Em discussão a matéria, não havendo quem queira discutir. Em votação.

Os senadores que forem favoráveis ao parecer do relator Senador Valter Pereira, apresentado pelo Senador Jefferson Praia, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Aprovado o relatório apresentado pelo Senador Jefferson Praia, que é pela rejeição do projeto de lei.

Peço, ainda, ao Senador Jefferson Praia, se possível, que também faça o relatório do Item nº 4, o Item nº 4, também já está na Pauta há algum tempo e vamos votá-lo.

A Senadora Marisa Serrano é relatora do Item nº 4 e vou pedir... Autoria é do Senador César Borges.

O Item nº 4, *“Altera o art. 8º da Lei nº 9.433, de 97, para incluir as regiões geográficas brasileiras entre os âmbitos possíveis para a elaboração dos planos de recursos hídricos”*.

A matéria também, o parecer da Senadora Marisa Serrano, também é um parecer contrário à matéria.

Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Passo ao relatório da Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente.

“Submete-se ao exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado 127, de 2007, de autoria do Senador César Borges.

O projeto altera o art. 8, da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, para estabelecer que os planos de recursos hídricos também serão elaborados por região geográfica.

A proposição em análise acresce, ainda, dois novos parágrafos ao art. 8º supramencionado. O § 1º explicita que o Plano de Recursos Hídricos da região Nordeste visa a assegurar o aumento da oferta e o manejo racional da água. O § 2º determina que a lei orçamentária anual indicará o montante de recursos destinados a custear os Planos de Recursos Hídricos.

Após o exame da CMA, a matéria será apreciada, em Decisão Terminativa, pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Não foram apresentadas emendas ao PLS em análise.”

Passo ao voto, Sr. Presidente.

Voto. *“Por todo o exposto o Voto, o nosso Voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado de nº. 127/2007.”*

Esse é, então, o voto da Senadora Marisa Serrano, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador Jefferson Praia, concordo plenamente com o relatório apresentado por V. Exa., elaborado pela Senadora Marisa Serrano, porque a base de gestão dos recursos hídricos é a bacia hidrográfica e não regiões geográficas.

Portanto, eu concordo plenamente e também sou favorável ao parecer rejeitando a matéria.

Em discussão à matéria, não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que forem favoráveis à matéria, do jeito que foi apresentada, pela rejeição, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer apresentado pelo Senador Jefferson Praia.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, para fazer requerimentos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Governador Renato Casagrande, Senador Jefferson Praia.

Eu solicito a V. Exa., ouvido o Plenário, que possa incluir extrapauta um requerimento de minha autoria, só para ajustar os convidados às audiências públicas conjuntas das cinco comissões por onde irá tramitar o PLC 116, e a primeira já se realiza amanhã, às 10 horas.

Então, como tiverem outras indicações, em outras comissões, eu peço só a inclusão extrapauta, para depois nós discutirmos a inversão de pauta e aprovarmos o requerimento.

Bom, e o segundo requerimento, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que eu estou subscrevendo também, é o mesmo objeto, extrapauta para que nós possamos acrescentar mais um convidado a essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em apreciação o requerimento de inclusão extrapauta feito pelo Senador Flexa Ribeiro.

Quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovada a inclusão extrapauta.

Em votação os requerimentos. O Senador Flexa Ribeiro, quer, primeiro o requerimento de V. Exa. que pede que sejam convidadas para participar da audiência, as autoridades Ministro do Tribunal de Contas da União; Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações; Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual; Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual; Professor da Fundação Getúlio

Vargas, Sr. Carlos Ari Sundfeld. V. Exa. quer comentar alguma coisa?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, Presidente, é só pra poder justificar a necessidade de aprovarmos o requerimento na Sessão de hoje, porque a primeira, são duas audiências públicas que nós faremos em conjunto, das cinco Comissões por onde o processo irá tramitar, começando na CCJ, depois CE, CAE, CMA, e, terminativamente, na CCT.

E algumas comissões, alguns senadores sugeriram outros nomes daqueles que estavam já aprovados no requerimento. Como nós temos que formalizar o convite e aprová-los nas comissões, então eu estou fazendo o ajuste para que possa ter os convites... Os convidados todos aprovados.

Esse é o objetivo, apenas, que já possamos amanhã ter a primeira...

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Audiência.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Audiência Pública na... Por sinal, hoje, a Band News, Senador Renato Casagrande, fez um noticiário dizendo que nós estaríamos, amanhã, aprovando o PL 116, que o Senador Flexa Ribeiro estava com pressa - usou uma outra expressão.

E, pelo contrário, o que nós estamos buscando, em conjunto, os presidentes das cinco comissões, é economia processual no sentido de Audiência Pública, que é o que nós vamos fazer amanhã, nós não vamos aprovar nada, nós vamos ouvir as partes interessadas, para que elas possam dar informações aos senadores e relatores para que cada comissão então tenha o seu parecer e possamos levar ao Plenário, se possível nessa Legislatura.

[interrupção no áudio]

O que nós faremos amanhã é tão simplesmente uma Audiência Pública, diferentemente do que noticiou a Band News, que seria já a aprovação do PL 116.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

V. Exa. não é parlamentar de ficar atropelando ninguém, então quer discutir.

Em apreciação o requerimento de V. Exa. Os senadores que forem favoráveis ao requerimento permanecem como se encontram. Aprovado o requerimento.

Votação do segundo requerimento, do Senador Sérgio Zambiasi, que é a inclusão... Por favor, o requerimento do Senador Sérgio Zambiasi, assinado também pelo Senador Flexa Ribeiro e Senador Jefferson Praia, que é a inclusão do Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema, na mesma Audiência Pública, mesma linha.

Em apreciação. Os senadores favoráveis à inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda sobre o comentário que eu fiz a pouco, do noticiário da Band, eu estou aqui com... O termo que ele usou é "*Nem todos os senadores concordam com o ritmo meteórico proposto pelo relator do projeto, Flexa Ribeiro*".

Eu não estou em ritmo meteórico, não, eu estou dentro da necessidade de que um projeto que levou três anos parado para ser aprovado na Câmara Federal, nós possamos agilizar, no Senado. E vamos apenas fazer, como eu disse, audiências públicas para discutir o mérito. Não vamos aprovar, amanhã, nada. E aí ainda teremos uma segunda Audiência Pública, na próxima quarta-feira, e aí os relatores terão as informações para prepararem os seus pareceres.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Essa Audiência Pública, que está sendo referida pelo Senador Flexa Ribeiro, vai acontecer amanhã, quero convidar a todos, às 10 horas, no auditório do Plenário da CCJ. É uma Audiência Pública da CMA, CCJ, CAE, Comissão de Educação e Comissão de Ciência e Tecnologia, que o Senador Flexa Ribeiro preside a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Então, amanhã, às 10 horas da manhã, no auditório, no Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Item nº 5, "*Disciplina a comercialização de tintas embaladas em recipiente fechado capaz de emitir spray*". O Deputado Vic Pires Franco é o autor. Senador Adelmir Santana é o relator. E o relatório é pela prejudicialidade do projeto.

Passo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Esse voto, Sr. Presidente, foi voto fruto de um acordo, porque havia um outro projeto em tramitação em fase mais adiantada, originário também da Câmara, e que nós já aprovamos aqui no Senado e que já saiu do Senado.

Então, por isso, esse projeto foi... O meu voto é pela prejudicialidade, porque ele não é... É um projeto lindante, como o que nós já aprovamos anteriormente.

Esse é o voto sem nenhuma... Lindante, isto é, são iguais, está certo? Gostou da palavra? [ininteligível] prejudicialidade. Gostou? Então vai pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Em discussão o parecer. Não havendo quem queira discutir em votação, o parecer pela prejudicialidade, por que já tem um projeto que é lindante com esse projeto. Já foi aprovado, então se tornou inócuo. Além de lindante, é inócuo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB-ES): Então... Lá no Espírito Santo, agora, no governo.

Quem for favorável permaneça como se encontra. Aprovado o parecer. E agradeço o Senador Adelmir Santana.

Os demais projetos são terminativos, nós, infelizmente, não temos quórum para deliberá-los.

Eu, portanto, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, amanhã, às 10 horas da manhã, no auditório do Plenário da Comissão de Constituição e Justiça.

Muito obrigado a todos os senadores.

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, COM A 43ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 51ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 32ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE DEZEMBRO 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Adelmir Santana, Alfredo Nascimento, Aloizio Mercadante, Almeida Lima, Álvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Antonio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Flavio Arns, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jayme Campos, Jefferson Praia, José Nery, Lúcia Vânia, Marco Maciel, Marconi Perillo, Osmar Dias, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010 que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995 e

9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Autoria: Deputado Paulo Bornhausen. Relatoria na CCJ: Senador Demóstenes Torres. Audiência Pública aprovada conforme Requerimentos nº 25, de 2010 – CCT, de iniciativa dos Senadores Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo e nº 26, de 2010 – CCT, de iniciativa do Senador Sérgio Zambiasi; nº 27, de 2010 – CAE, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; nº 32, de 2010 – CMA, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro; nº 45, de 2010 – CE, de iniciativa dos Senadores Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Alvaro Dias; nº 94, de 2010 – CCJ, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Júnior e nº 95, de 2010 – CCJ, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro. **Convidados:** Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização – SEFID; Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA; Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC; César Rômulo Silveira Neto, Representante do Senhor Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL; Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – ANCINE e Luiz Carlos Barreto, Conselheiro Fiscal do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual – SINCAVI/RJ. **Requerimentos Aprovados:** nº 27, de 2010 – CCT; nº 97, de 2010 – CCJ; nº 98, de 2010 – CCJ; nº 99, de 2010 – CCJ; nº 100, de 2010 – CCJ; nº 101, de 2010 – CAE. A Presidência declara encerrada a Reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos do dia primeiro de dezembro de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Está aberta a 51ª reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a 43ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 51ª reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 32ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e 36ª reunião da Comissão de Ciências, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

A presente reunião destina-se a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual e de acesso con-

dicionado, altera a Medida Provisória nº 1228-1, de 06/9/2001; e as de nºs 11.437, de 28/12/2006; 5.070, de 07/7/66; 8.977, de 06/01/95; e 9.472, de 16/7/97; e dá outras providências, de autoria do Deputado Paulo Bornhausen, conforme requerimentos aprovados nas comissões.

São convidados e peço que venham até a mesa os Srs. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização (Sefid), representante do Ministro José Jorge do Tribunal de Contas da União (TCU); Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da Sociedade Brasileira das Televisões por Assinatura (ABTA); Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema (CBC); César Rômulo Silveira Neto, representante do Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil); Manoel Rangel, Diretor Presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine).

Informo aos Srs. Senadores que, em 7 de dezembro de 2010, realizar-se-á a segunda audiência pública, destinada a discutir esse projeto com a participação de outros convidados e informo também a V. Ex^{as} que o horário dessa audiência foi remarcado para as 14h30. Não será mais pela manhã uma vez que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Garibaldi Alves Filho, pediu que essa audiência não tivesse o mesmo horário da audiência ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos. Portanto, a segunda reunião na terça-feira não será mais no período da manhã, mas às 14h30. De qualquer forma, expedirei a comunicação para os Srs. Senadores.

E mais, há alguns outros requerimentos para que outras pessoas sejam ouvidas e nós vamos ouvir todas essas outras pessoas na terça-feira no período da tarde. Se houver sessão deliberativa e abrir a ordem do dia, eu suspendo a reunião e continuamos a oitiva após o encerramento da ordem do dia.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores na ordem de inscrição; e os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão

Agradeço a presença dos senhores e, então, passaremos à exposição. Inicialmente eu darei a palavra – e havendo necessidade eu prorrogarei o tempo – por dez minutos para cada um. Em seguida, os autores dos requerimentos farão os seus questionamentos. E depois os Srs. Senadores pela ordem de inscrição.

Com a palavra o Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente Demóstenes Torres, Srs. convidados, Srs. Senadores, pediria a V. Ex^a, antes de começarmos a ouvir os nossos convidados, só para cumprir o Regimento, nós aprovamos nas outras comissões que participam desta audiência pública conjunta, a inclusão de nomes de outros convidados que foram indicados por outros Senadores e nós já o fizemos ontem em três outras comissões e precisamos fazer na CCT e na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois não.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, eu pediria a V. Ex^a que a gente pudesse aprovar os requerimentos que incluem esses novos convidados e depois iniciá-los. Só para cumprir o estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faremos.

Inclusive, regimentalmente, acho que é mais cabível na audiência ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania. Vamos fazer, vamos fazer inclusive pela CCT. Como a reunião é conjunta...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Exato! V. Ex^a assuma a presidência da CCT e faça a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Requerimento 2010-CCJ

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, e em aditamento ao Requerimento nº 94/2010 realização de audiência pública com a finalidade de discutir as medidas propostas pelo PLC nº 116/2010. Sejam convidados para participar da referida audiência as autoridades abaixo relacionadas:

Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, Sr. Ronaldo Mota Sardenberg;

Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, Siaesp, Roberto Moreira;

Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro, Sicav, Sr^a Mariza Leão.

Com o mesmo teor, requerimento, também de autoria do Sr. Senador Flexa Ribeiro, Comissão de Ciência e Tecnologia; Senador José Jorge, que já, hoje, manda representante, o Sr. Adalberto Sanches de Vasconcelos, que será o primeiro a usar da palavra; e também o Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Roberto

Moreira, Mariza Leão; e Carlos Ari Sundfeld, Professor da Fundação Getúlio Vargas.

Em discussão.

Há mais um.

Senador Antônio Carlos Júnior requer também o senhor... É o mesmo, Carlos Ari Sundfeld, Professor da Fundação Getúlio Vargas. E, ainda do Senador Antônio Carlos Júnior, requer a inclusão do nome do Sr. Luiz Eduardo Batista P. Rocha, Presidente da Sky; e do Sr. Jorge Moreno, Presidente da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

As comunicações serão feitas, para que todos esses convidados compareçam também na sessão de terça-feira às 14:30.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ainda pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou sendo informado de que o representante do Presidente do Sindicato da Indústria do Audiovisual do Rio de Janeiro se encontra presente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – O Sr. Luiz Carlos Barreto Borges?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Isso. Seria o caso de já aproveitar para ouvi-lo também hoje.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Sim, podemos. Se os senhores concordarem, já poderemos fazer a oitiva imediatamente.

Estando presente o Sr. Luiz Carlos Barreto Borges, eu o convido para vir à mesa para também fazer a sua exposição.

Abro, portanto, os debates, passando a palavra ao Sr. Adalberto Santos de Vasconcelos, Secretário de Fiscalização de Desestatização–Sefid, representando o Sr. Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União–TCU.

Inicialmente, pelo prazo de 10 minutos. Havendo necessidade, faremos a prorrogação.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Obrigado, Sr. Presidente, pela palavra.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Ministro José Jorge, a oportunidade de o TCU estar aqui sendo representado.

Inicialmente, eu gostaria de colocar aqui que o Tribunal de Contas da União tem uma secretaria especializada, tanto uma estrutura especializada como um corpo técnico especializado, no acompanhamen-

to da regulação dos serviços públicos. E boa parte da demanda que é realizada pelo Tribunal na área de regulação provém do Parlamento, por meio de solicitações de fiscalizações e auditorias.

Essa secretaria, da qual sou o titular atualmente, ela cuida do setor de energia elétrica, setor de petróleo, gás, telecomunicações, portos secos, radio-difusão, a parte de aviação civil, a parte de rodovias, ferrovias, transporte interestadual de passageiros e a parte de portos. Tudo o que se refere às atividades regulatórias.

Sobre a pauta aqui em questão, o Tribunal de Contas da União, em 20 de julho deste ano, ele autuou um Processo nº 19.469, de 2010-1 por representação da própria unidade técnica, com anuência do Relator do processo, Ministro José Jorge, a fim de acompanhar e esclarecer os procedimentos adotados pela Agência Reguladora, Anatel, referentes à aprovação do novo planejamento do serviço de TV por assinatura, na modalidade de TV a cabo, bem como a renovação das concessões de empresas outorgadas por portarias ministeriais.

Essa proposta de autuação foi elaborada após notícias de suspensão do antigo planejamento de TV a cabo, que foi levado a cabo pelo então Ministério das Comunicações. E ela foi feita por decisão do Conselho Diretor da Anatel, em 25 de maio deste ano.

Então, analisando esse processo, a secretaria, a Sefid, realizou diligência à Presidência da Anatel para esclarecer questões referentes à aprovação do novo planejamento de serviço de TV a cabo. Isso foi feito em 28 de julho deste ano.

Essas informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União foram encaminhadas pela Anatel em 13 de agosto deste ano; todavia houve necessidade de reiterar essa diligência, a fim de que fossem encaminhadas cópias dos processos referentes a esse assunto, e que ora tramitam no órgão regulador, na Anatel. Contudo, a Anatel apresentou esses elementos que faltavam, para que o Tribunal procedesse a sua análise, em 1º de setembro de 2010.

Por fim, eu gostaria de esclarecer que a tramitação dessa matéria está sendo acompanhada pela secretaria, não está concluída; quando a secretaria analisar todos esses procedimentos, ela vai encaminhar um parecer, uma proposta de encaminhamento técnico ao Ministro Relator, Ministro José Jorge, e aí ele vai avaliar e levar ao Tribunal de Contas da União. E o Tribunal tem no seu ordenamento normativo condições de adotar providências cabíveis para, inclusive, se for necessário, sanar eventuais ilegalidades e outras conformidades na condução desse processo que está sendo levado pela Anatel.

Encerrando, eu gostaria de me colocar à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a e passo a palavra ao Sr. Alexandre Annenberg, Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, ABTA. Inicialmente, também, pelo prazo de dez minutos.

Tem V. S^a a palavra.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Demóstenes Torres, muito obrigado pelo convite. Trata-se, realmente, de uma audiência extremamente importante para que se debatam e para que se tomem posições acerca do importe PLC nº 116.

Antes de falar sobre o PLC nº 116, eu queria fazer umas considerações o PL nº 29, que tramitou na Câmara durante três anos, e, durante essa tramitação, o PL nº 29 acabou recebendo uma séria muito grande de enxertos que, na verdade, transfiguraram os objetivos iniciais do PL. E quais eram esses objetivos? Os objetivos eram viabilizar a entrada das teles no mundo da televisão por assinatura, coisa absolutamente indispensável, dado os novos rumos da convergência. Nós já estamos no século da convergência e não há mais sentido em que as detentoras de redes, tão capilarizadas e tão amplas, estejam fora de um mercado importante, como é o mercado de TV por assinatura, e mais ainda, de um mercado de *triple play*, que engloba a banda larga, a voz etc.

Esse era o objetivo inicial do PL 29. Entretanto, os adendos que lhe foram feitos criaram uma situação muito perigosa. Foram enxertados no PL29, conceitos relativos a quotas de conteúdo nacional e nós, em nenhum momento, somos contra o conteúdo nacional, muitíssimo pelo contrário, mas nós simplesmente não acreditamos que a quota seja um instrumento eficaz. Ele não é um instrumento eficaz porque não garante a qualidade do conteúdo, onera o consumidor e por uma série de motivos que foram discutidos na Câmara, nós mostramos que a quota não seria o melhor caminho.

Além disso, foram introduzidas no PL 29 novas atribuições à Ancine que deixava de ser uma agência fomentadora do cinema, fomentadora do conteúdo nacional para se transformar em uma agência fiscalizadora de conteúdo nacional. Enfim, todas essas colocações que dizem respeito ao conteúdo não tinha muito a ver com o projeto original. E por força disso que nós inúmeras vezes nesta Casa nos pronunciamos contra, naquela oportunidade, ao PL 29.

Na verdade, apesar de todo o nosso esforço o PL foi aprovado na Câmara e nessa oportunidade

nos vimos diante de uma nova realidade. Foi aprovado na Câmara mantendo as quotas, mantendo as atribuições da Ancine e hoje nos encontramos diante do PLC 116.

O novo cenário que estamos vendo implica na necessidade de decisões muito fortes e rápidas porque não se pode mais retardar a entrada das teles na área de televisão por assinatura. Isso é bom para a sociedade, para o mercado, para o consumidor. A vinda das teles é um fator imprescindível para estimular a concorrência e nós estamos incrivelmente atrasados para legislar nesse mundo novo da convergência. Já deveríamos ter feito isso há alguns anos. E nós estamos há mais de 10 anos sem nenhuma outorga, sem nenhuma licença de cabo pela Anatel. A TV a cabo permanece restrita a mais ou menos 230 municípios, que era o número existente há 10 anos. Não se permitiu o surgimento de novos investidores que poderiam ter aumentado a competição. Permanecemos com o número reduzido de outorgas e, portanto, de operadoras. E tudo isso com mais de mil pedidos de licenças sobre a mesa da Anatel, pedidos que não foram considerados ao longo desses 10 anos. Nenhum desses pedidos foi atendido.

O PLC116 vem exatamente para desatar esse nó. Sem o referido PLC acabam-se encontrando outros caminhos para a entrada das teles. No entanto, esses caminhos levam a contornar a legislação. Há propostas atuais de se contornar a LGT, a lei do cabo para viabilizar a entrada das teles pela porta dos fundos. O único jeito que se tem para fazer as teles entrar nesse mercado pela porta da frente é justamente sermos capazes de viabilizar isso com a rapidez necessária. Caso contrário, estaremos caminhando para um cenário de contestações judiciais, para um cenário onde a implicação jurídica dos novos regulamentos que estão sendo propostos vai ser colocada em xeque. E, com isso, corremos o risco de retardar, talvez por mais anos, alguma coisa que devíamos estar fazendo anos atrás.

É por isso que a ABTA – Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – mudou sua posição. Apesar de fazermos todas aquelas considerações que fizemos - sobre as cotas, sobre o papel da Ancine -, estamos plenamente convencidos de que o PLC 116 é a única solução que viabiliza uma mudança definitiva e importante para um novo marco regulatório, para um novo marco legislativo no setor de televisão por assinatura e das telecomunicações em geral.

A permanência da situação tal qual ela está hoje é o pior dos mundos. Esse cenário não é hipotético. Em função disso, nós não podemos mais esperar.

O Plano Nacional de Banda Larga está aí. Ele exige um extraordinário esforço e empenho de todos os atores envolvidos – as teles, as operadoras de TV por assinatura, a Anatel, o Ministério das Comunicações, o Congresso. É essencial que todas essas forças se unam agora para um plano fundamental para o nosso desenvolvimento.

As imperfeições do PLC 116 podem ser corrigidas depois. A ausência de um novo arcabouço legal é que pode não ter conserto.

A bola acho que está com o Congresso. A bola acho que está com o Senado.

Nosso pleito é que venham, o mais rapidamente possível, as novas licenças, e que se formalize a entrada das teles pela porta da frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra, inicialmente por dez minutos, o Sr. Cícero Aragon, Diretor Executivo do Congresso Brasileiro de Cinema – CBC.

O SR. CÍCERO ARAGON – Sr. Presidente Demóstenes Torres, Srs. Senadores, convidados, senhores presentes, com destaque especial aos colegas da indústria audiovisual brasileira, que estão aqui nos prestigiando, vamos focar nossa apresentação, logicamente, dentro da apresentação das cotas e do conteúdo audiovisual brasileiro.

Preparamos uma apresentação para tentar facilitar a compreensão dos Srs. Senadores. Então, pediria que passasse a próxima lâmina.

Rapidamente é importante revisar que o Brasil, hoje, conta com mais ou menos 8,5 milhões de assinantes de TV por assinatura. O nosso mercado conta com uma concentração de operadoras de TV por assinatura. Nos últimos dois anos, essa concentração passou por um processo de redução, mas o mercado ainda é extremamente concentrado. Existem muito poucas programadoras brasileiras no mercado brasileiro disponibilizando conteúdo e canais nacionais. Basta que os senhores observem o pacote de programação das suas operadoras de TV por assinatura, e os senhores verificarão essa realidade.

Mesmo que as poucas programadoras brasileiras estejam extremamente concentradas – isso vamos apresentar mais à frente –, existe pouco investimento ou, na verdade, insuficiente investimento na produção audiovisual brasileira.

Para os senhores terem uma ideia, hoje, a Ancine, que é a agência reguladora do audiovisual brasileiro, contava, em 2009 – esse número cresceu um pouco –, com cerca de 999 projetos em diferentes fases de produção audiovisual. Coloco esse número porque,

muitas vezes, nessa história de que o PL 29, hoje PL 116, passou, colocava-se que o Brasil teria uma baixa produção de conteúdo audiovisual brasileiro. Ora, um País que tem quase mil projetos em execução, em diferentes fases de preparação, produção finalização, prestação de contas, certamente não tem pouca capacidade de produção audiovisual. A Ancine contabilizou, nos últimos anos, um investimento de R\$385 milhões em projetos em diferentes fases de execução, sendo que, em 2009, foram investidos R\$124 milhões. A expectativa é de que, em 2010, esse crescimento passe 15%.

Para os senhores terem uma ideia, hoje o Brasil possui certa de 115 canais de TV por assinaturas internacionais e apenas 26 brasileiros, senhores. Apenas 26 brasileiros. Desses, 50%, ou seja, 15, são da mesma empresa, da mesma empresa programadora – o que eu havia falado no início sobre a questão da concentração. Desse 15 canais, que já são concentrados, cerca de sete deles são *joint ventures* com canais internacionais. Isso significa que nós temos apenas oito canais verdadeiramente dedicados ao conteúdo brasileiro, ao conteúdo nacional, aliás de propriedade brasileira. Desses, apenas três exibem majoritariamente conteúdo brasileiro. Desses que exibem esse conteúdo brasileiro dentro dessa programadora, apenas um é dedicado à produção independente brasileira.

Para que os Srs. Senadores entendam, a produção independente é aquela feita por empresas produtoras sem vínculos com empresas de radiodifusão. Ou seja, são as produtoras de cinema, as produtoras de audiovisual que produzem esse conteúdo. Então, no Brasil hoje nós temos, dentro da maior programadora brasileira, apenas um canal dedicado à exibição de conteúdo independente brasileiro, além de outras iniciativas nesse sentido.

Constatação. O cinema brasileiro tem muito pouco espaço para exibição do seu conteúdo audiovisual. Ou seja, muito conteúdo é produzido. O Brasil hoje está chegando a cerca de 90 longas metragens por ano, fora curtas e médias, e esse conteúdos não são acessados pela população brasileira.

Os números comprovam o quanto é concentrado o mercado e o quanto é necessária uma regulação do mercado por meio de uma política de cotas para equilibrar esse mercado. Em todos os países da União Europeia, por exemplo, existe política de cota, e existe cota para o Bloco e existe para cada país. Ou seja, na Europa, os legisladores entenderam que era necessário que houvesse uma proteção para o seu próprio mercado, assim como neste País, em vários momentos, foi necessário.

Objetivos do PL nº 116 no que se refere ao conteúdo brasileiro: ampliar o número de operadoras, abrindo espaço para novas empresas; ampliar o número de canais e de programadoras brasileiras, abrindo espaço também para essas novas empresas; criação de um espaço mínimo para exibição da produção brasileira nos canais de conteúdo qualificado, conteúdos, filmes e séries; a duplicação de um para dois canais obrigatórios na base da operadora. Para os senhores terem uma ideia, hoje, desses 105 canais que eu citei, apenas um, pela legislação, é obrigado que seja exibição do conteúdo independente brasileiro. E também outro objetivo é fomentar a produção audiovisual brasileira por meio de investimento.

Realidade. As cotas são necessárias por se mostrarem como a única forma de abrir espaço para o cinema e o audiovisual brasileiros. Se fosse diferente, senhores, nós já estaríamos contando com diversos canais dedicados à exibição da produção independente brasileira. A realidade mostra isso. Não é uma questão da opinião da produção independente brasileira, opinião dos produtores, mas é uma constatação.

Desde a criação da TV por assinatura, como eu já havia falado antes, há mais de dez anos, o Brasil conta com apenas um único canal que exibe a produção audiovisual brasileira. Outros canais tentaram, inclusive de empresas como a Abril, e fecharam justamente por não encontrarem distribuição. Existem iniciativas com o Cine Brasil TV e outros canais que têm se dedicado à exibição do conteúdo independente brasileiro, mas não conseguem base. Eles não conseguem ser carregados pelas operadoras de TV por assinatura.

A cada ano, o Brasil investe mais de R\$100 milhões em produção audiovisual. A produção não alcança o seu público, e a gente acaba não conhecendo a história brasileira. Sob o ponto de vista de cultura, se nós fomos pensar, nós estamos muito acostumados neste País a sermos vistos por muitos poucos olhos, ou seja por grandes redes de televisão, que têm todo mérito e que são essenciais, enfim, para a produção brasileira, para o conteúdo brasileiro, mas, no entanto, acabam gerando um olhar muito particular, sem que seja possível com que vários olhares feitos por vários cineastas neste Brasil, cineastas de Norte a Sul do Brasil possam alcançar as telas e, principalmente, as telas da televisão.

A resposta à necessidade urgente da aprovação do PL 116, com as quotas de cultura audiovisual está na nossa frente, como eu havia colocado. A conformação do mercado de hoje é uma prova disso. É um mercado com muito pouco espaço para a produção brasileira, e praticamente sem nenhum espaço para o conteúdo brasileiro independente, senhores.

O que são as quotas, para que os senhores entendam, que estão sendo sempre faladas e discutidas? Vou resumir de forma muito clara.

São três horas e trinta semanais, no horário nobre, que deverão ser de conteúdo brasileiro, sendo metade disso produzido por conteúdo, por produtora independente brasileira. Então, senhores, significa que cerca de trinta minutos por dia, em canais de filmes, têm que ter conteúdo brasileiro, e quinze minutos por dia produzidos por produtora brasileira.

Os senhores reflitam, na verdade, se isso é uma alta quota ou se isso é uma quota que inviabiliza ou que pode inviabilizar, comercialmente, algum canal ou alguma operadora, alguma programadora.

A cada três canais de espaço qualificado, canais de séries do pacote, um deverá ser brasileiro, ou seja, aqui entra espaço para que novas programadoras entrem no mercado.

Entre esses canais, um terço dos canais do pacote deverá ser independente, ou seja, não ter vínculo com operadora de TV por assinatura, como NET, Sky, Telefônica e outras empresas que hoje operam no mercado.

Desses canais, apenas dois deverão exibir mais do que doze horas diárias de conteúdo independente brasileiro, e, desses, apenas um deverá não ter vínculo com empresa de radiodifusão. Apenas um, ou seja, nos pacotes em que houver... No caso, quanto aos canais jornalísticos, nos pacotes em que houver programação jornalística, no mínimo um outro canal deverá ser disponibilizado para que usuários tenham, digamos, uma variedade de foco de informação jornalística.

Além disso, o PL 116 vai possibilitar um investimento anual...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CÍCERO ARAGON – ...de cerca de 500 milhões de reais na produção independente, que é extremamente importante. O tamanho da nossa produção hoje é de cerca de mil filmes em diferentes fases de produção. É necessário que existam investimentos.

Se os senhores pensarem na indústria americana, por exemplo, que o preço dos filmes é na faixa dos seus 30 milhões, 40, 50 milhões de dólares, às vezes, os senhores vão perceber que esse investimento é bastante pequeno frente à produção e à capacidade de produção audiovisual brasileira.

Então, um resumo final do PL 116, para que a gente possa pensar num fechamento.

Ele defende a exibição mínima de 30 minutos por dia da programação independente brasileira em todos os canais de filmes e séries.

Ele regula, ao invés de um – durante dez anos, tivemos apenas um único canal, entre 105; estamos

falando de menos de 1% –, ele dobra para dois canais dedicados à exibição da produção independente brasileira, que sejam disponibilizados. Na verdade, se somarmos os nacionais e os internacionais, temos 180 canais, apenas dois dedicados à exibição do conteúdo brasileiro independente.

Protege as empresas nacionais de programação de conteúdo, e principalmente as empresas produtoras de conteúdo, através do incentivo, e fomenta a atividade, como eu havia falado, com esse investimento de mais de 500 milhões de reais.

Antes de fechar, eu queria realmente concluir com essa reflexão, Srs. Senadores.

Se o mercado, fosse capaz de se autorregular, se o mercado tivesse disponibilidade de receber novos *players*, se o mercado tivesse possibilidade de operar através das leis naturais de mercado, da lei da oferta e da procura, certamente essa realidade estaria diferente.

Os senhores podem conversar com diversas programadoras ou canais que tentaram entrar em operadoras, e uma das posições sempre colocadas foi de que não existia disponibilidade de espectro para exibição desses conteúdos.

Agora, se os senhores forem observar seus próprios pacotes de TV por assinatura, os senhores vão perceber que as tevês continuam aumentando os números de canais, então, é difícil se entender que mais canais brasileiros ou outros canais dentro da operação vão aumentar o custo da operadora. Aliás, na verdade, claro que vão aumentar esse custo, assim como outros canais estão aumentando os custos, por quê? Porque os pacotes vão sendo aperfeiçoados; o usuário, o cliente final acaba sendo contemplado justamente por mais canais. Então, se nós considerarmos que a produção independente encarece, então vamos entender que qualquer canal a mais no pacote encarece.

Então, essas seriam as reflexões que nós da produção independente gostaríamos de deixar, agradecer a atenção e ficar à disposição para outras dúvidas.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra, o Sr. César Rômulo Silveira Neto, representante do Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil). Com a palavra, V. S^a, inicialmente, por dez minutos.

O SR. CÉSAR RÔMULO SILVEIRA NETO – Sr. Senador Demóstenes Torres, muito obrigado pelo convite, Srs. Senadores, eu vim apresentar a posição do Sinditelebrasil a respeito do PLC nº 116. No entanto,

vou fazer uma retrospectiva histórica, por favor, em que os senhores estão recordados que, em 1998, foi feita a privatização do sistema Telebrás e, nos últimos doze anos – o próximo, por favor, – nós conseguimos colocar serviços à disposição de 255 milhões de usuários.

Já estamos com o acesso a redes de banda larga fixa na totalidade dos Municípios brasileiros. Ao fim deste ano, todos os Municípios brasileiros estarão atendidos com banda larga fixa. A maioria deles, ou boa parte deles, sem demanda, porque não existe uma demanda significativa que justifique esses investimentos. No entanto, por ser uma obrigação do Plano Geral de Metas para Universalização, as empresas de telecomunicações fizeram os investimentos para estarem em todos os Municípios brasileiros com banda larga fixa, uma infraestrutura indispensável para os serviços que utilizam conteúdo multimídia.

Nós já estamos em três mil Municípios com banda larga móvel, exigindo um aumento da disponibilidade de espectro para as nossas empresas.

Hoje já contamos com 26 milhões de acessos em banda larga, incluindo a rede fixa e rede 3G.

Desses Municípios todos, dos cinco mil e tantos Municípios brasileiros, apenas 465 Municípios tem TV por assinatura, dos quais 230, com TV a cabo; apenas 230 Municípios com TV a cabo.

Realizamos R\$183 bilhões em investimento, aqui em valor histórico, não é valor atual; valores históricos a preços correntes, R\$183 bilhões de investimentos realizados, ativos reais, e, no entanto, o setor público, o Estado não investiu um centavo, nem os recursos do Fust.

Estamos recolhendo R\$43 bilhões de anos em tributos.

E como conseguimos realizar tanto em tão pouco tempo? Primeiro, regras estáveis e previsíveis, estabilidade institucional, processos claros e transparentes – e aqui seria bom destacar as políticas públicas que foram implementadas pelo Governo Federal.

O setor de telecomunicações, como de hábito, desde o início da sua história, cumpre rigorosamente os compromissos assumidos com a União.

As políticas públicas estão funcionando, dado os resultados que os senhores viram, mas podem ser aprimoradas, e um das que podem ser aprimoradas são as políticas públicas referentes à TV por assinatura e, em especial, à TV a cabo.

Precisamos acelerar mantendo as conquistas alcançadas, que são investimentos inéditos na história do País feitos por um único setor, precisamos evoluir o marco legal regulatório, e um passo importantíssimo na evolução desse marco legal regulatório está na mão dos senhores, que é a aprovação deste PLC nº 116.

Por quê? Com este novo marco legal regulatório, os senhores estarão atendendo a uma enorme demanda da sociedade brasileira, demanda essa que está a exigir de nós empresas de telecomunicações e as empresas prestadoras de serviço de TV por assinatura serviços com mais velocidade, serviços mais baratos e serviços mais eficientes. E isso só conseguiremos, ser mais eficientes do que já somos, fazendo investimentos que nos propiciem ganhos de escala, para termos ganhos de produtividade. E ganho de escala, hoje, está retratado na oferta de serviço *triple play* e *quadriplay*, e para isso é fundamental que as empresas de serviços de telecomunicações sejam autorizadas a prestar serviços por TV por assinatura. Com isso, ganharemos escala, ganharemos produtividade e atenderemos uma demanda enorme da sociedade brasileira por mais velocidade e menores preços.

Isso é o que eu acabei de falar, que é fundamental.

E eu diria, para finalizar essa nossa colocação: nós abrimos mão de muitas coisas importantes para as empresas de telecomunicações nas negociações que foram feitas na Câmara dos Deputados. Abrimos em pontos essenciais para nós, porque entendemos que é muito mais importante para a sociedade brasileira ter esse PLC nº 116 aprovado já do que ficar esperando. Mas, caso ele não seja aprovado, temos certeza de que vamos esperar mais três ou quatro anos para chegar ao estado que estamos hoje novamente. E com isso quem será prejudicado? Será a sociedade brasileira, que está a demandar enormemente às empresas de telecomunicações novos serviços, mais velocidade e menores preços. E isso só conseguiremos com ganhos de escala. E mais ainda: entendemos que somos importantíssimos, quer dizer, nesse papel de defender o PLC nº 116, na geração de empregos de altíssimo valor agregado, na produção de conteúdo multimídia.

Defendemos, desde o ano de 2005, que o Brasil pode vir a ser e deve se tornar um grande pólo produtor de conteúdos multimídia que é demandado mundialmente. E vamos dar todo o apoio que for possível para que esse pólo seja efetivamente implementado no País, porque precisamos de mais geração de emprego, mais renda, melhor distribuição de renda e acreditamos que a produção de conteúdo multimídia é um dos caminhos para essa produção de riqueza para o País.

Então, senhores, a nossa solicitação é que os senhores ponderem vivamente essa demanda da sociedade. Estamos muito próximos dela, quer dizer que estamos em 255 milhões de usuários, que estão a nos demandar esse tipo de serviço. Agradeceríamos muito aos senhores se os senhores tomassem essas questões em consideração para aprovar esse concer-

to que todos os segmentos envolvidos na produção desse serviço conseguiram chegar na Câmara dos Deputados, em que todos abriram mão. Todos abriram mão para chegarmos naquilo que era possível. E a sociedade está a reclamar serviços de nossa parte e uma regulação que permita que nós prestemos esses serviços dentro das políticas públicas estabelecidas pelos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a Vossa Senhoria.

Com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine, inicialmente pelo prazo de 10 minutos.

O SR. MANOEL RANGEL – Bom dia. Agradeço o convite, Senador Demóstenes, Senador Flexa Ribeiro, demais Senadores, nas cinco comissões, para estar aqui nesta audiência pública. É um imenso prazer voltar ao Senado Federal para conversar sobre essa matéria.

Eu preparei uma apresentação, mas vou voltar a ela só no final. Tendo em vista os elementos centrais sobre os quais precisamos conversar, já que todos conhecemos o projeto e todos conhecemos o percurso que ele fez nesses últimos anos, eu gostaria de me concentrar no destaque de alguns aspectos nesse processo.

Primeiro, quero dizer que me sinto feliz em retornar a esta Casa neste ambiente de audiência pública, porque foi o Senado que liderou inicialmente ampla discussão sobre essa matéria. Em 2007 houve pelo menos três audiências públicas aqui no âmbito da Comissão de Educação, que na época ainda era integrada à parte de comunicação e na Subcomissão Permanente de Cinema, Música e Teatro. Foram iniciativas, na época, do Senador Sérgio Zambiasi, do Senador Flávio Arns, da Senadora Marisa Serrano e do Senador Flexa Ribeiro. Tivemos, naquela ocasião, oportunidade de fazer amplo debate sobre esse tema, ainda em torno do PLS 280, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, que muito corretamente apontava a necessidade de caminhar para um ambiente convergente, lidando com os desafios desse mercado e as transformações que esse mercado estava operando no âmbito de uma alteração do marco regulatório.

Na mesma época, em 2007, houve a apresentação de quatro projetos de diferentes Deputados: o projeto do Deputado Paulo Bornhausen, o PL 29, que acabou sendo o projeto que deu número e partida no processo de tramitação do tema na Câmara dos Deputados; o projeto dos Deputados Paulo Teixeira e Walter Pinheiro; o projeto do Deputado Nelson Marquizzelli, que retomava uma iniciativa do Deputado Luiz Piauilino

e o projeto do Deputado João Maia. Portanto, o PL 29 não é mais o PL 29 e nem o foi, sequer, nos primeiros sete meses de tramitação na Câmara, porque ele era – todos conhecem os ritos do Legislativo –, na verdade, quatro projetos somados, apensados, para travar o debate sobre esse marco regulatório.

Eu diria que isso foi muito feliz, porque pessoas com pontos de vista diferentes, perspectivas diferente sobre um tema de alta complexidade puderam se expressar. Como disse o Annenberg, o projeto do Deputado Paulo Bornhausen apenas abria para que as teles entrassem nesse mercado, já o projeto do Deputado Nelson Marquizzelli fazia uma férrea defesa das empresas brasileiras de comunicação em risco diante de uma abertura indiscriminada e a entrada das empresas de capital estrangeiro na operação de um setor sensível, que é a comunicação; já o projeto do Deputado João Maia percebia a necessidade de trabalhar com uma articulação mais ampla da presença do conteúdo brasileiro nesse cenário de discussão de preservação das empresas brasileiras de comunicação, de abertura de mercado e de estímulo à competição; o projeto do Deputado Walter Pinheiro e do Deputado trazia uma articulação de divisão, de abertura da cadeia de valor, de abertura conceitual, que permitia tratar melhor as diferenças regulatórias com as quais nós precisaríamos lidar e aqueles objetivos que o Poder Público teria de favorecer ou criar condições para preservar certos interesses estratégicos no interior desse marco regulatório; o PLS do Senador Flexa Ribeiro organizava uma defesa das empresas brasileiras de comunicação e, como o Senador mesmo dizia em 2007, cumpria o papel de dar partida no processo. Ele, várias vezes, de maneira muito democrática, dizia que queria construir e transformar esse projeto com o conjunto dos setores envolvidos na atividade.

Portanto, meus amigos, esse momento em que estamos aqui discutindo o PLC 116, já aprovado pela Câmara dos Deputados, aprovado em caráter terminativo pelas quatro Comissões em que tramitou, porque houve um alto grau de consenso construído na Câmara dos Deputados, é um momento feliz porque o debate retorna ao seu ponto de partida na riqueza que o Senado aportou nessa discussão no ano de 2007. Eu me lembro de que numa dessas audiências públicas em que tive a oportunidade de participar em 2007 ali se esboçou pela primeira vez um entendimento entre alguns dos atores envolvidos nesse processo: a Abert, à época representada pelo seu Presidente, Daniel Slaviero; a Telebrasil, à época representada pelo Paulette; nós também estávamos presentes nessa audiência pública, o pessoal dos provedores; estava também o Annenberg. Naquela audiência pública alguns princípios

se firmaram. Que princípios foram esses? A idéia de que esse novo marco regulatório precisava aumentar a competição; aumentar a competição entre os distribuidores que levam sinal até a casa dos brasileiro, e aumentar a competição entre os programadores, porque quando nós compramos esses serviços em nossas casas, nós compramos um serviço de distribuição de conteúdo audiovisual. Portanto, não é indiferente que conteúdo audiovisual chega as nossas casas, não é indiferente que programadores nos levam o serviço até as nossas casas. Então, havia ali um consenso de era preciso aumentar a competição entre distribuidores e programadores.

Uma segunda questão era a necessidade de expandir o serviço de televisão por assinatura no Brasil, porque o índice de penetração do serviço de televisão por assinatura, na América Latina, ele só é maior que a Bolívia. Com todo o respeito ao processo de desenvolvimento da Bolívia, ele só é maior que o da Bolívia. Ele é menor do que o da Argentina, do Chile, da Colômbia, da Venezuela e dos demais países da América Latina.

Nós chegamos, apenas neste ano, quatro anos depois do início desses debates, nós chegamos a 9,3 milhões de assinantes, segundo números da Anatel desse último mês. Isso significa 17% dos domicílios brasileiros com serviço de televisão por assinatura. Depois, apresentarei uma transparência que mostra que esse índice está muito aquém do índice de penetração do serviço de televisão por assinatura no mundo.

O terceiro aspecto em que se fechava um consenso era de que havia necessidade de defender as empresas brasileiras de comunicação e de audiovisual. Se essas empresas não tiverem um mercado brasileiro à sua disposição como instrumento do seu fortalecimento nós não teremos lugar no mundo, meus amigos; nós não teremos presença do nosso conteúdo no mundo, e haverá apenas conteúdos oriundos de poucos países circulando pelo mundo afora, inclusive no território brasileiro.

Uma quarta questão que naquele momento se destacou, era a necessidade de aumentar a presença do conteúdo brasileiro nos veículos de televisão por assinatura, porque nós temos uma forte presença do conteúdo brasileiro na televisão aberta. Esse é um trunfo do país, é um trunfo da sociedade brasileira. Mas nós temos uma baixíssima presença, repito, do conteúdo audiovisual brasileiro nos serviços de televisão por assinatura aqui no Brasil, e não é assim em outros países do mundo, não é assim na Europa, não é assim na Argentina, não é assim em outros países do mundo.

Um outro objetivo que já se colocava naquele momento era de que a abertura do mercado, a entrada de novos competidores, a oferta desse novo serviço era essencial para viabilizar a expansão da infra-estrutura de fibras óticas pelo país, de tal forma que viabilize a expansão da banda larga – banda larga e verdade, não estou falando de oferta de 512 kbytes, nem estou falando da oferta de um megabyte, estou falando de banda larga, estou falando de 10 megabytes, no mínimo, porque esses são os padrões em que o mundo está se colocando, sem subestimar qualquer outro esforço. Evidentemente, quando não há nada, é preciso ter alguma coisa naquele lugar.

E, por fim, o objetivo de fazer do Brasil um grande centro produtor de conteúdos audiovisuais, um grande centro com capacidade de projetar a nossa produção pelo mundo afora.

Esses objetivos, eles alcançados ao longo de quatro anos de polêmica. Vocês podem perceber que houve polêmica. O Annenberg fez questão de marcar as diferenças aqui, durante a fala dele, mesmo eu sabendo que, neste momento, ele deseja com mais veemência do que eu que esse projeto seja aprovado e se transforme em lei. Mas ele fez questão de mostrar as polêmicas. Quero dizer com isso que essas polêmicas existiram, foram muitas, foram intensas. Todos os atores econômicos estiveram envolvidos nesse debate e houve vários substitutivos ao longo dessa discussão, o projeto tomou várias formas, mas posso assegurar aos senhores que durante a sua caminhada é possível que muitos agentes econômicos digam que o copo está meio cheio, outros dirão que o copo está meio vazio. Será uma questão de ponto de vista. O que nenhum desses agentes econômicos poderão dizer aos senhores é que ele não teve parte das questões resolvidas dentro do projeto. O que nenhum desses agentes poderá dizer é que ele não terá uma condição melhor a partir do momento em que o projeto estiver funcionando. Porque eles terão uma condição melhor a partir deste momento. Mesmo as programadoras estrangeiras que reclamam, às vezes, e dizem que vão ser obrigadas a carregarem conteúdo brasileiro. Mesmo elas com o PLC 116 em vigor terão o mercado brasileiro de televisão por assinatura expandido numa velocidade e proporção que lhe abrirá e trará muito mais assinantes e faturamentos, muito mais capacidade de exploração desse mercado. Portanto, o projeto, na nossa percepção, conseguiu o objetivo raro, que é o de cada um dos Srs. Senadores que é o objetivo de cada um dos Deputados, que é o objetivo do poder público que é encontrar o equilíbrio e a prevalência do interesse público. E digo com tranquilidade, se preva-

lecer o interesse público que prevaleceu o interesse público, porque percebo que chegamos ao ponto de 90% de entendimento nesta matéria e aquela que faltou é por a unanimidade é burra, como dizia o Nelson Rodrigues e, portanto, é preciso caminhar compondo maiorias nesse processo — que é a arte difícil que os senhores executam nesta Casa, lidando com o conjunto dos interesses da sociedade brasileira.

Queria comentar, sobre esse aspecto, que o mundo mudou. A tecnologia transformou, radicalmente, os negócios nesse setor. Nós já não temos mais como falar em empresa de telecomunicação de um lado, de empresas de comunicação de outro. Já não é mais possível termos uma legislação para o satélite, uma legislação para o cabo, outra para o MMDS, outra para a TVA. É preciso haver um corpo articulado porque essas empresas já se fundiram em grandes corporações. Nesta realidade de alteração nós estamos lidando com um elemento muito delicado. Temos, de um lado, nesse cenário, empresas posicionadas, que são as de telefonia, que faturaram no ano de 2009 – corrija-me César – cerca de 130 bilhões de reais. As empresas de televisão aberta, neste País, faturaram cerca de 20 bilhões de reais no ano de 2009. Estamos falando em menos de 1/5 em tamanho de faturamento. Estamos dizendo que sem o PLC 116 as empresas de comunicação brasileira ficarão a descoberto, ficarão sem defesa, sem garantias num cenário que já se transformou à revelia dos agentes reguladores, já se transformou à revelia do Poder Executivo e à revelia do Poder Legislativo porque o mercado não espera. As empresas não esperam por nós para tomarem as suas decisões estratégicas. E buscam os caminhos para trabalhar. Não estou defendendo isso, estou apenas constatando algo que cada um conhecemos. Portanto, nesse sentido entendo que o PLC 116 está plenamente maduro para uma tomada de decisão, ele representa um forte esforço de consenso construído no setor e, portanto, permitirá dar um passo decisivo na reorganização do marco regulatório.

Queria mostrar aos senhores – se V. Exa. Permitir, Senador Flexa – alguns slides, porque são dados que podem ser interessantes.

Apresentação de slides

Esse é um dado relativo a preço, sei que o Annenberg vai ficar bravo comigo, mas depois de checar todos os dados relativos postos nessa planilha e de verificar a tentativa da ABTA de reagir, conclui que havia muitos problemas metodológicos na tentativa da ABTA de reagir a essa planilha de preços e nós continuamos entendendo que a metodologia adotada é a correta para comparação entre esses países.

Aqui temos um indicador de preços do serviço de televisão por assinatura. Fizemos esse estudo

Em 2007, a situação do Brasil era muito pior. O preço de piso era ao redor de R\$1,90 por canal, dentro dos pacotes – esse é o segundo pacote mais barato das operadoras de todos esses países – e o preço de pico nos pacotes no Brasil, em 2007, era ao redor de R\$6,00.

Com a entrada de alguns competidores, três ou quatro competidores, acho que três competidores, mais precisamente, de 2007 para 2010, e com a oferta do serviço *triple play* que o César mencionava aqui, essa realidade em termos do preço brasileiro se alterou, melhorou, baixou o preço no Brasil, mas quando a gente compara com Chile, Espanha, Portugal e Argentina, o preço ainda é o mais caro entre esses cinco países. É o preço mais caro entre esses cinco países. É mais caro do que em Portugal e na Espanha, onde a renda se afere a euro.

Pode passar o slide.

Pode passar esse também.

Isso aqui é uma tabela que mostra a penetração do serviço de televisão por assinatura nesses países. Essa planilha não está atualizada. A tabela que vocês estão vendo é de 2007, mas eu tenho aqui uma nota metodológica que diz que onde se vê Brasil com 8% vamos trocar, vamos colocar lá Brasil com 17%. E vamos supor que nada aconteceu naqueles países que estão ali, do México para frente. Só aconteceu alguma coisa no Brasil. No resto do mundo não aconteceu nada. Vira 17%, e ainda assim nós teremos o menor índice de penetração em relação ao México e em relação à Argentina, que são países similares ao nosso em certos aspectos, em relação à Índia, que é um país similar ao nosso em outros aspectos e em relação a países que são bastante diferentes do nosso. Portanto, é um baixíssimo índice de penetração.

Eu queria apenas mostrar essa planilha porque ela mostra um grande achado dessa construção, porque se construiu um arranjo conceitual suficientemente leve para recepcionar o futuro e para lidar com a complexidade de regular dois setores que são diferentes. O setor de infraestrutura de redes é diferente do setor de produção e programação de conteúdo. Portanto, essa construção conceitual do PLC nº 116 favorece uma abordagem regulatória duradoura para os próximos anos.

Convencionou-se que a camada de telecomunicações, mais ligada diretamente à distribuição nesse serviço, fica sobre a regulação da Anatel e as atividades relacionadas à camada de audiovisual, produção, programação e empacotamento ficam sob a supervisão regulatória da Agência Nacional do Cinema, como, ali-

ás, corrigindo uma informação aqui nesta Mesa, está previsto na Medida Provisória nº 2.228 desde 2001, Medida Provisória editada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Um momento anterior aqui. Eu gostaria de frisar que o PLC nº 116 reforça enormemente o Fundo Setorial do Audiovisual e o faz sem elevar a carga tributária. Ele o faz sem elevar a carga tributária, com uma compensação do Fustel, pactuada com as empresas do setor, e a criação de um valor, menor que o valor que se reduz do Fustel, que vai alimentar o Fundo Setorial do Audiovisual e reverter para as empresas produtoras e programadoras de conteúdo de audiovisual, alavancando o conteúdo audiovisual de todo o Brasil, e não apenas do eixo Rio-São Paulo, porque o projeto prevê que 30% deverão, obrigatoriamente, ser trabalhados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Não é isso, Cícero?

Aqui eu queria mostrar a vocês um quadro do atendimento das cotas. Ou seja, o Cícero expôs aí as cotas e eu queria mostrar a vocês como é o quadro de atendimento das cotas e mostrar a vocês que as cotas são muito razoáveis. Elas são pequenas. Elas são pequenas, mas, eu queria dizer, elas não são desprezíveis, porque elas têm a capacidade de alterar a realidade e a dinâmica desse mercado e estimular a parceria.

O Brasil, hoje, tem 97 canais de espaço qualificado no mercado brasileiro. Entendam o canal qualificado não como um juízo de valor, mas apenas como um termo para designar aqueles canais que carregam filmes, documentários, animação, dramaturgia, portanto obras audiovisuais de mais alto valor agregado, que oferecem mais emprego, mais riqueza, que, portanto, tem capacidade de circular no mercado internacional.

No primeiro ano de cumprimento das cotas, porque a aplicação das cotas é gradual, vinte canais já cumpriram a cota, que será de apenas uma hora e dez por semana no primeiro ano.

No segundo ano, 19 canais cumprem as cotas, que serão de duas horas e vinte minutos.

No terceiro ano – pode passar –, 15 canais seguem cumprindo as cotas.

Aqui, eu queria fazer um parêntese. Os senhores aprovaram, em dezembro de 2006, a Lei nº 11.437. Essa lei criou um mecanismo chamado art. 3º-A, que se somou a um mecanismo que já existia na Medida Provisória nº 2228, que era o art. 39, que viabiliza isenção de imposto de renda para as programadoras estrangeiras investirem em conteúdo brasileiro. Então, elas retêm 70% de tudo que elas remetem para o exterior... Ou melhor, 70% do imposto de renda que elas deveriam pagar, elas podem reter para investir em

conteúdo brasileiro. Portanto, quanto à cota que vai ter que ser cumprida, já há uma facilidade de acesso a recurso público para que essas empresas tenham acesso à produção independente e cumpram as cotas previstas no PLC nº 116.

Aqui é a cota de programação, que mostra que nós já temos hoje cinco canais que cumpririam as cotas e sete canais que, com algumas adaptações, rapidamente cumpririam as cotas, a cota de programadora.

Portanto, nós não teríamos dificuldades no primeiro ano de vigência da cota de pacote, nem no segundo ano de vigência da cota de pacote; apenas no terceiro ano, alguns canais teriam de adaptar sua programação para poder cumprir a cota de pacote.

Por fim, meus amigos, agradeço o convite, mais uma vez, e queria dizer, portanto, que há um imenso bom senso na forma como o PLC nº 116 está construído. E eu diria que é ele quem cria as condições para que o mercado não vá, de forma desordenada, criar problemas para as empresas de comunicação brasileiras e para a capacidade brasileira de produzir conteúdo audiovisual.

Obrigado.

Peço desculpas se me estendi.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Dr. Manoel Rangel, Presidente da Ancine.

Vamos ao nosso último convidado, que representa o Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual do Rio de Janeiro (Sicav-RJ), que é presidido pela Sr^a Mariza Leão, o Sr. Luiz Carlos Barreto Borges.

Com a palavra, Sr. Luiz Carlos, por dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

O SR. LUIZ CARLOS BARRETO BORGES – Acho que, em matéria de números, estamos mais do que esclarecidos, brilhantemente apresentados aqui por todos os expositores. Portanto, vou restringir, vamos dizer, a minha palavra a aspectos conceituais e políticos.

Recentemente, tive uma participação em um seminário promovido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República sobre o assunto Tecnologia da Informação e da Comunicação, de dez horas da manhã às cinco da tarde. Falaram talvez os maiores entendidos sobre tecnologia da comunicação, de sistemas, toda a tecnologia existente e a que está por vir. Interessantíssimo.

Entretanto, no final, falei: agradeço muito ter visto aqui essa discussão, saio daqui esclarecido sobre o assunto, mas posso lhes dizer que isso aqui não tem o menor interesse, do ponto de vista estratégico, porque estamos repetindo um erro que vem desde a nossa era colonial, de o nosso País sempre adquirir

tecnologias, comprar tecnologias, sobretudo tecnologias de comunicação, como foi o rádio, depois a televisão, antes o telégrafo, o rádio, a televisão, e tudo o que veio mais agora, a telefonia. E nunca este País pensou: “O que é que nós vamos botar, transmitir, por meio dessas tecnologias?”

Do ponto de vista do interesse da população brasileira, o grande erro foi cometido esse tempo todo: a televisão brasileira foi implementada, o Governo brasileiro investiu muito dinheiro na melhora das formas de tecnologias de transmissão, de fazer a rede nacional de televisão, tudo isso. E chegamos hoje a essa convergência tecnológica, que é mais complicada ainda.

E o conteúdo? Nós vamos comprar o conteúdo de quem nos vendeu a tecnologia. Esse tem sido o nosso drama. Isso, no mundo inteiro, suscitou há muito tempo, ao contrário do que o Annenberg diz, o sistema de cotas é algo que vem desde o Gatt. O Gatt já tinha, no art. 4º do capítulo de serviços, as cotas para os conteúdos culturais. E isso se reproduziu na OMC, até de uma maneira aperfeiçoada. Então, cota não é uma invenção nossa, não é uma violação de nada. As cotas nacionais e as cotas da Europa são violentas. A União Europeia adotou uma cota de 60%: 60% dos conteúdos europeus têm de ser prioritários na televisão, nos cinemas, enfim, em todo o sistema de comunicação de massa.

Agora, por que isso? Será puramente algo nacionalista, jacobinista? Não, é algo muito concreto, algo de fixar um pensamento nacional, de se fixarem comportamentos, códigos de vida próprios e não a gente ficar a vida inteira assimilando códigos e comportamentos que vão deturpar nossa vida social, econômica, política. A economia não é uma ciência isolada, ela se faz no dia a dia, no cotidiano do cidadão. E se você tem hábitos e costumes estranhos, naturais de outros países, você começa a ser um imitador de costumes e hábitos e não pratica aquilo que é coerente com sua característica de vida nacional.

Então, a cota de conteúdo é estratégica. E não é apenas isso: quando se fala em conteúdo, a gente pensa sempre no filme, na novela, no entretenimento, mas os conteúdos audiovisuais, daqui para a frente e cada vez mais, não são só necessários. Há a parte de entretenimento, o conhecimento e a informação e há também algo fundamental que, para o Brasil, então, que está nesse surto de desenvolvimento, de progresso e necessita de formação profissional, qualificação de mão de obra, é por meio dessas bandas largas, das próprias televisões, da telefonia, que se vai poder inclusive estabelecer matérias extracurriculares para se formar mão de obra, para se qualificar a mão de obra.

Então, é um amplo aspecto que se está defendendo pelo sistema das cotas.

Isso foi motivo da primeira grande discórdia e impasse para tramitação desse projeto na Câmara, que é um projeto bem-vindo porque a entrada das telefônicas no sistema de televisão por assinatura é o ato mais democratizante que vai acontecer para aumentar a competição, baixar esses preços. É um absurdo! O que se paga por uma assinatura de televisão aqui é o triplo do que se paga na Europa ou nos Estados Unidos. A telefonia vai entrar massificando isso e, como disse o Manuel, multiplicando. Em vez de ser apenas 9 milhões, vamos ter 90 milhões, 120 milhões de assinantes de televisão. Isso é importantíssimo do ponto de vista econômico.

Não estamos discutindo aqui apenas uma atividade econômica, um mercado. Não, essa não é uma discussão sobre eletrodomésticos, sobre indústria de sapato. Está-se discutindo uma coisa que envolve fortemente interesses econômicos, mas muito maiores interesses, vamos dizer, não ideológicos, mas interesses de formação de nacionalidade, de identidade nacional. Eu costumo dizer que um país que não se preocupa ou não produz suas próprias imagens é como uma casa sem espelhos. Se experimentarmos, na nossa casa, tirar todos os espelhos, vamos cair num problema gravíssimo. Nós vamos começar a não saber como estamos, qual é o nosso aspecto, como estou vestido. É a falta de identidade.

Então, a essa questão a gente conseguiu chegar com o PL 116, como diz Annenberg, foi deturpado, invadido, não. Não foi deturpado. Ele foi sabiamente negociado de maneira profunda, com concessões. Não está todo mundo contente 100% contente. Houve concessões daqui, concessões dali, das televisões abertas, inclusive, do sistema de televisão, do cinema.

A Ancine não está invadindo terreno nenhum. A Ancine tem, por lei, a obrigação de regular e fiscalizar as relações entre a produção audiovisual e os meios de difusão dos conteúdos. Essa é uma função dada por lei. Aliás, a função principal da Ancine é esta: agência reguladora e fiscalizadora das relações. Ela não invade o terreno da Anatel, que é um terreno técnico. Toda questão dos conteúdos audiovisuais que vão ter acesso aos meios de difusão, a Ancine tem por obrigação, por lei, não só normatizar como fiscalizar.

Então, eu queria fazer um apelo ao Senado, esta Casa que tem sido sempre, sem nenhuma distinção partidária. Todos os projetos culturais circularam aqui no Senado, nunca tiveram nenhuma conotação partidária. A cultura foi sempre uma coisa tratada acima de interesses partidários.

Neste momento, o PL 116 é absolutamente fundamental para que a gente comece e ingresse num processo regulatório que vai se aperfeiçoar e que vai prestar à população brasileira não só um grande serviço de colocar às populações de baixa renda – os senhores conhecem muito bem – o sistema “gatonet”, chamado “gatonet”. Nesse sistema gatonet, nas favelas, nas periferias urbanas, os canais mais acessados são canais brasileiros, de conteúdo brasileiro, porque o povo brasileiro que ver a si mesmo. Isso não quer dizer que a gente vá fechar a porta para o conteúdo internacional. De maneira nenhuma! Isso seria um absurdo barrar, limitar o conhecimento. Não é isso.

Agora, o que não pode permanecer é a atual situação, porque nós vimos aí, através das exposições de todo mundo, a quantidade de conteúdo nacional hoje se projeta... Os senhores podem pensar que é um chute, mas não é, não, os podem verificar isso. Projeta-se no Brasil mais de um bilhão de horas de conteúdos audiovisuais, dos quais não temos nem 5% de conteúdo nacional. Então, essa situação será, seguramente, a partir de agora, melhorada.

Último argumento. Os canais internacionais, as programadoras internacionais, com pouquíssimas exceções – os senhores têm que lembrar –, não geram emprego aqui. Elas não geram emprego. A produção brasileira independente – e já está levantando isso pelo Instituto Pinheiro Neto –, em cada um milhão de reais aplicado em indústria de produção cultural, são gerados cem empregos. Em cada um milhão na indústria automobilística, gera-se menos de oito emprego. Então, isso está no mundo inteiro. A Inglaterra agora está mudando toda sua legislação. As indústrias criativas são as maiores geradoras de emprego e renda.

Então, esse PL 116 nos coloca dentro de um fluxo internacional, no qual é preservada a produção de conteúdo nacional sem barrar a produção internacional, mas valorizando para que...

Por fim, os senhores sabem o que é saneamento básico, não é? Eu disse uma vez no BID, numa conferência sobre cultura e economia, que saneamento básico principal é o saneamento básico das mentes, porque, se as mentes não estão saneadas, se as mentes não estão devidamente afinadas com sua realidade, você tem um desconserto.

Então, o sistema de comunicação de massa tem que ser o elemento de saneamento básico da mente do brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Agradeço ao Sr. Luiz Carlos Barreto, que representa o Sicav do Rio de Janeiro.

Tendo todos os nossos convidados já usado da palavra, vamos aos Senadores inscritos.

Iniciando pelo autor dos requerimentos, Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa que estão aqui neste debate sobre o PL 116, Sr^{as} e Srs Senadores, o negócio de comunicação vem sofrendo, com o tempo, uma dissociação de dois negócios que vinham em conjunto, exatamente o conteúdo e a distribuição. Obviamente, com o avanço tecnológico impressionante que tivemos, é evidente que a distribuição não se dá mais somente pelo ar, como era antigamente. Então, a distribuição tem vários meios: TV a cabo, DTH, internet. Então as coisas mudaram e obviamente que a distribuição teria que ser...

Então as coisas mudaram e obviamente que a distribuição teria que ser exercida por todos aqueles que têm meios para fazê-lo. Quanto à presença das teles na distribuição de TVs por assinatura não há nenhum inconveniente; pelo contrário, isso aumentaria, obviamente, a capilaridade da chegada do sinal, inclusive com vantagens em relação a preço, porque a competição se daria de uma forma...a escala também possibilitaria...

Não existe a intenção de proibir a entrada das teles. Não é essa a questão. Esse projeto, como disse o Alexandre Annenberg, era um projeto de regulação de distribuição e conteúdo e aí entraram os penduricalhos de produção de conteúdo. Esse foi um erro grave, deveríamos ter dois projetos, um que regulasse o conteúdo e outro que regulasse a distribuição.

(O Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES JÚNIOR (DEM – BA) – Isso acabou fazendo com que esse projeto atrasasse muito porque os interessados aumentaram e muito, porque são mais agentes interessados em discutir o assunto, já que ele foi ampliado até indevidamente. Mas a questão principal, já que o projeto veio assim da Câmara, e é nossa obrigação apreciá-lo dessa forma, o que nós aqui não podemos abrir mão é de discuti-lo à exaustão.

A questão é a seguinte: o Senado não pode abrir mão da sua prerrogativa de discutir o projeto. Essa história de ter que votar rápido, até o fim do ano, tem que votar imediatamente... Não! Nós temos que discuti-lo e, após discuti-lo, vamos votar. Existem divergências de pontos...alguns pontos eu acho que mereciam uma análise mais profunda, tenho algumas questões. Mas o importante é que nós aqui, Senadores, e membros das comissões onde o projeto está tramitando, tenhamos o tempo suficiente de avaliar, estudar, discutir e votar da forma mais correta. E nós temos também de acabar com uma coisa que anda aqui no Senado de

uma forma muito constante, é que o Senado é proibido de emendar projetos que vêm da Câmara.

Isso não pode continuar acontecendo. Nós temos a mesma prerrogativa dos Deputados. Se nós acharmos que os projetos têm imperfeições, nós somos obrigados a emendá-los. Eu fui relator aqui de um projeto de regulava o factoring. Houve um “vamos votar assim mesmo” – os interessados, não foram os Senadores – “porque senão volta para a Câmara”. Gente, e a prerrogativa do Senado? Se nós acharmos que existem imperfeições ou necessidade de modificação, nós somos obrigados a fazê-la. Nós não podemos abrir mão da nossa prerrogativa. Nós somos parlamentares tanto quanto os Deputados.

Com as medidas provisórias também acontece a mesma coisa. Vêm para cá no último minuto e vamos votar porque se mudar volta para a Câmara. Esse processo tem que mudar no Senado Federal. Não pode continuar acontecendo.

Qual é o interesse que eu defendo aqui institucionalmente? É que nós debatamos o projeto, que nós nos aprofundemos sobre ele, é que nós possamos votá-lo com absoluta consciência, e não sob a pressão de grupos que ficam “tem que votar este ano, tem que votar imediatamente e levar diretamente para o plenário”. Gente, vamos discutir. O projeto merece. Ele tem méritos e tem alguns pontos polêmicos que mereceriam discussão. O que eu prego é a discussão com profundidade do projeto e não é uma posição contrária ao projeto. Eu tenho algumas divergências pontuais, mas a questão principal é que nós precisamos debater sobre essas questões, cada Senador que tenha pontos divergentes deve discutir. É claro, após, chegaremos a um consenso. E não vamos ficar com essa coisa de não pode mudar.

Não existe uma predisposição de mudar, mas se o consenso do Senado achar que deve mudar, nós não podemos abrir mão da prerrogativa, dessa pressão de que temos que votar até o fim do ano, porque, senão... Não, o Senado é soberano para decidir a sua posição, e a maioria dos Senadores tem o direito de se posicionar pela mudança ou pela não mudança. O que a maioria determinar vai prevalecer. E isso tem que ser uma constante em todo esse processo legislativo, aqui nesta Casa. Nós não podemos aceitar: “Ah, não, não pode mudar”.

Já ouve casos em que tinham essas mesmas pressões e que eu não me submeti, mudei o projeto. Voltou para a Câmara, inclusive com o apoio do próprio Governo, que achou que tinha que mudar. O Governo foi a favor das mudanças e não contrário. Inclusive, fizemos uma negociação com o Governo, mudamos o projeto e ele voltou para a Câmara.

Agora, não estou querendo dizer que este projeto necessariamente terá que seguir um outro caminho, mas somente que nós precisamos de tempo para discutir nas Comissões e, posteriormente, ele ir para o plenário. Aliás, ele é terminativo na CCT, mas, pelo menos, antes dele chegar na CCT, nós temos que discutir à exaustão, para que possamos realmente fazer um juízo completo.

É um projeto complexo, que envolve dois grandes negócios: um é profissão de conteúdo; o outro é distribuição e, portanto, não é um projeto fácil, é um projeto polêmico, que tem diversos atores, tem muita gente divergindo em relação a alguns pontos e, portanto, como ele obteve um certo consenso na Câmara, é preciso que ele obtenha também um certo consenso no Senado.

Eu não sou contrário ao projeto, discuto alguns pontos, mas acho que é preciso que a gente o cuidado de discuti-lo com profundidade e com a responsabilidade que sempre temos que ter no processo legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior e consulto o Plenário se nós podemos fazer os questionamentos de todos os Senadores inscritos, e pediria aos nossos convidados que fossem anotando para que a resposta fosse em conjunto.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Da minha parte, neste caso e neste tema discutido, não há problema de se fazer desta forma, em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Se todos os Srs. Senadores concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O Senador Antonio Carlos Júnior levanta uma tese que tem fundamento, que tem de ser levada em consideração e que não é especificamente desse projeto, isso já vem se repetindo há bastante tempo, pois os projetos chegam ao Senado Federal com os prazos já esgotados ou prestes a se esgotarem, e esta Casa tem que tomar posições às vezes até em dias, como acontece com as medidas provisórias que bloqueiam a pauta. Ainda ontem à noite, Senador Antonio Carlos Júnior, vi uma matéria da Câmara que tem 11 medidas provisórias bloqueando a pauta daquela Casa. Quer dizer, elas virão todas para cá, para o Senado, e acontecerá exatamente isto: nós vamos ter que fazer um desdobramento, se quisermos fazer a discussão e a votação dessas medidas.

V. Ex^a tem toda a razão, o projeto ficou por três anos lá na Câmara Federal, sendo discutida e, lamentavelmente, eu queria registrar a presença do nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, parabenizá-lo, Se-

nador Mercadante, pela escolha da Presidenta eleita Dilma Rousseff, e dizer que V. Ex^a caberia em qualquer ministério. E, pelo que a mídia ontem anunciou, V. Ex^a vai para um Ministério da maior importância: Ciência e Tecnologia, que é, sem sombra de dúvida hoje, o instrumento de alavancagem de qualquer país, principalmente o nosso, que pretende e será uma das grandes potências do mundo globalizado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Eu queria agradecer a V. Ex^a, mas só quem nomeia Ministro é a Presidenta da República. Como ela ainda não anunciou seu Ministério... A imprensa também falou da minha nomeação para o “Ministério da Eucaristia”. Deu muito prestígio nessa eleição esse ministério. Então, estou aguardando a definição. Nesse eu realmente militarei, o outro depende dela.

Agradeço a gentileza, Senador Flexa Ribeiro, que, como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, tem muito interesse nessa área e, seguramente, vai continuar contribuindo muito para o Brasil.

Desculpem-me pelo atraso e por prejudicar a audiência.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Tenho certeza de que V. Ex^a no Ministério... Do “Ministério da Eucaristia” V. Ex^a já participa e tem assento permanente. Agora, o Ministério de Ciência e Tecnologia, que V. Ex^a irá ocupar, vai, não tenho dúvida nenhuma, ser da maior importância. Na próxima legislatura, quem assumir a presidência, que hoje me honra estar a frente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, vai ter, com certeza absoluta, com o novo Ministro uma interação importante, para que nós possamos investir cada vez mais em ciência e tecnologia e inovação em nosso País.

Como eu dizia, Senador Antonio Carlos Júnior, nós em absoluto queremos acelerar ou deixar de discutir o projeto. Acharmos que não podemos fugir à discussão. Estamos fazendo uma primeira audiência pública na semana que vem e, se necessário, uma terceira audiência pública, de tal forma que, dirimidas as dúvidas, nós possamos ter o esforço legislativo de levar ao Plenário, aprovado nas Comissões, para votação. Mas vamos discutir.

Pelo que pude entender das participações dos nossos convidados, V. Ex^a não fez nenhum questionamento; apenas marcou uma posição com relação a não ser contra o projeto mas ser a favor da discussão do mesmo.

Eu comungo do pensamento de V. Ex^a. Vamos é acelerar a discussão. Eu pediria.... Eu disse, até como Presidente da Comissão terminativa do projeto, que nós vamos, inclusive, ter oportunidade de conversar, de ter oitivas com os diversos segmentos, com os

Senadores que estejam interessados em discutir o projeto, de tal forma que a gente possa ter não uma exposição pura e simples do projeto, mas, muito mais do que isso, onde estão os entraves para que o projeto seja aprovado.

É evidente que não vamos atender todos os segmentos, mas vamos procurar atender aquele que é o beneficiário maior do nosso trabalho legislativo, que é o usuário, o cidadão brasileiro. É isto que nos preocupa: ter um serviço de qualidade e com preço que seja compatível com a renda nacional. Esta é a preocupação do Congresso brasileiro, em especial do Senado.

Mesmo como autor dos requerimentos, vou deixar para fazer os questionamentos ao final.

Passo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que é o primeiro inscrito, após os autores dos requerimentos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA) – Sr. Presidente Flexa Ribeiro, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, convidados, creio que tanto o Senador Flexa quanto o Senador ACM Júnior economizam o meu tempo em relação à preliminar, porque realmente o discurso defende prerrogativas que não podem ser desprezadas no Senado Federal. Esta é a Casa Revisora. Não podemos permitir que ela seja transformada em Casa chanceladora. Há que se discutir e aprimorar as propostas originárias da Câmara e do Poder Executivo. Portanto, Sr. Presidente, nada mais justo que se ofereça oportunidade aos Senadores de apresentar propostas que eventualmente venham a melhorar esse marco regulatório, já que ele é fundamental também para a economia do País, e nós não podemos discuti-lo no varejo, e sim no atacado, envolvendo as partes todas e, especialmente, interesse coletivo. Vou fazer algumas indagações aos convidados. Primeiramente, ao Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Ancine.

O Dr. Manoel Rangel apresentou um relato sucinto do que a Ancine tem feito para estimular a produção local. E nós imaginamos que o ideal em matéria de fixação de cotas é que as cotas sejam fixadas pela qualidade e pelo bom gosto do telespectador brasileiro. Isso é o ideal. Se há investimentos que estimulam a produção local, certamente nós temos condições de competir e poderemos dispensar a fixação impositiva de cotas estabelecendo os percentuais. Quando há qualidade, há ocupação de espaços. Veja o caso do filme *Tropa de Elite*, que foi um grande sucesso de bilheteria, e também do filme *Nosso Lar*. Aliás, eu assisti aos dois e, por isso, posso comprovar a qualidade de ambos. Portanto, a distribuição depende muito da qualidade e demanda dos telespectadores pela obra audiovisual do que propriamente do espaço impositivamente estabelecido na tela.

Muitas vezes, os consumidores contratam o serviço de TV a cabo para ter uma alternativa aos canais abertos. A indagação é se a Ancine tem pesquisa sobre a audiência de canais de filmes nacionais pagos para saber o que os consumidores querem assistir na TV paga. Seria interessante saber se há essa pesquisa.

Para o Sr. Alexandre Annenberg, queríamos uma posição com relativamente às cotas, porque há algum tempo a ABTA era veementemente contrária ao estabelecimento das cotas. Então, eu gostaria de saber se houve um avanço, se houve uma evolução, se há flexibilidade em relação a isso e se você acredita que as TVs por assinatura vão entrar com ação judicial sobretudo no que diz respeito às cotas se esse projeto for aprovado. É uma indagação. Evidentemente, fica a seu critério a resposta, porque trata-se de prever, e nós não estamos aqui obviamente impondo que as previsões sejam feitas.

Ao Sr. Cesar Romulo Neto, que representa Cine TeleBrasil: por qual motivo as empresas de telefonia fixa querem entrar no mercado de TV a cabo se hoje elas já estão no mercado de TV por assinatura através do satélite? E como é que as empresas de telefonia vão evitar que haja subsídio cruzado, o que é proibido pela Lei Geral de Telecomunicações.

E como o Senador ACM Júnior falou em penduricalho, eu até gostaria de colocar um penduricalho neste projeto, Senador Flexa Ribeiro, porque nós estamos aqui falando em celeridade, desejando que esse marco regulatório seja aprovado rapidamente e temos na Câmara dos Deputados projetos parados há de dez anos que dizem respeito à tarifa básica da telefonia. E seria muito bom que pudéssemos colocar aqui um penduricalho acabando com a tarifa básica da telefonia nos termos propostos, inclusive, em projetos que estão na Câmara dos Deputados. Não sei se há projetos aqui no Senado. Não fiz ainda essa pesquisa, mas na Câmara dos Deputados há um projeto que diz: “não será admitida a cobrança de tarifa sem a correspondente contraprestação de serviço objetivamente medido ou identificado nem a cobrança de tarifa mínima a qualquer título”. Isso diz respeito ao consumidor. Aliás, tenho até a que eu paguei.

Seria importante uma solução para essa questão da tarifa básica, há dez anos em discussão na Câmara dos Deputados, porque isso diz diretamente respeito ao interesse coletivo, do consumidor, da grande população. Vamos analisar a hipótese até de usarmos esse projeto e colocarmos esse penduricalho porque ele atende a uma expectativa nacional.

Ao Sr. Cícero Aragon, do CBC: se o senhor sabe qual é a audiência de canais com filmes brasileiros independentes, como o Canal Brasil, e como é que

pretende garantir que a produção nacional, que terá espaço em razão das cotas, seja de qualidade e tenha audiência. Também é uma questão subjetiva, mas a indagação é feita.

Ao representante do Ministro José Jorge, do TCU, eu indagaria o seguinte: havendo abertura de mercado de TV a cabo para empresas de telefonia, o senhor não acha que a Anatel não poderia se omitir na imposição de salvaguardas para garantir a concorrência do mercado e evitar que outros operadores, sobretudo os menores, sejam esmagados pelas teles? Hoje, a própria Lei Geral das Telecomunicações prevê a desagregação das redes, mas até agora a Anatel não fez uma regulamentação sobre como o TCU pretende atuar diante desse cenário.

E, finalmente: a Anatel, antes da mudança da lei pelo Congresso Nacional, adotou a decisão que poderá incitar uma forte pressão na Agência para que novas outorgas ocorram antes mesmo da aprovação da nova lei. Se isso ocorrer, poderá aparecer uma enxurrada de ações na Justiça questionando a decisão da Anatel. Argumenta-se que foi criado um cenário de muita instabilidade e que a Agência acabou precipitando-se ao autorizar a outorga de novas concessões. O que o TCU pensa a respeito? Como vê essa questão?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade. Muito obrigado. E, desde já, agradeço aos convidados pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Ex^a trouxe, ao final do seu questionamento, um ponto fundamental: a posição das agências reguladoras. Algumas delas estão na tentativa de substituir o Legislativo; estão legislando e não apenas regulando e fiscalizando.

O ponto que V. Ex^a levantou agora é da maior importância. Inclusive, temos uma audiência pública já solicitada pelo Senador Antonio Carlos Júnior também para discutir essa resolução que foi aprovada na última reunião do Conselho da Anatel, lamentavelmente, sem que antes pudesse ter sido discutida no Congresso Nacional.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Inclusive, eu até fiz uma provocação ao TCU e tive a agradável surpresa de saber que o TCU já estava começando a avaliar o assunto. Fiz uma provocação, e essa provocação gerou a escolha do Ministro José Jorge para relator da matéria, mas a área de fiscalização

já estava avaliando. Foi uma coincidência interessante. Mas eu fiz uma provocação formal ao TCU.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço, Senador Antonio Carlos Júnior.

A segunda inscrita é a Senadora Ideli Salvatti.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu queria realçar a importância da audiência pública que estamos realizando no dia de hoje e que não será única.

Vamos ter ainda, na próxima terça-feira, outra audiência, com outros convidados, para prestar os esclarecimentos devidos; portanto, com duas audiências públicas, reunindo quatro Comissões, não é? Cinco Comissões. Eu acredito que não poderá haver, da parte dos Senadores e das Senadoras, qualquer tipo de reclamação de que o assunto não seja devidamente e exaustivamente esmiuçado e esclarecido.

Eu tenho a compreensão da complexidade da matéria, do projeto, mas exatamente as duas audiências com as cinco Comissões tendem a ser um processo de esgotamento da discussão.

Portanto, acho que seria muito importante já deixar realçado que o debate está propiciado, os esclarecimentos devidos, para que depois não tenhamos nenhum tipo de desculpa de que não foi suficientemente debatido, de que por isso não se tem condições de deliberar, precisa-se de mais discussão. O momento de fazer a discussão é agora.

E veja, Presidente Senador Flexa Ribeiro: o comparecimento não é tão significativo assim. Então, depois que não venham com a desculpa de que não discutiram. O momento de discutir é agora, é neste momento, ouvindo, podendo fazer as perguntas, podendo ter os esclarecimentos.

Então, eu queria já deixar essa colocação feita, para depois não termos que ficar ouvindo a reclamação de que não foi suficientemente debatido e discutido.

A outra questão é da complexidade. Nós tivemos aqui algumas falas de alguns Senadores, e é interessante porque em algumas falas apareceu a palavra negócio. E realmente, eu diria, se tem um projeto que está mexendo com grandes negócios, é exatamente este. Porque vamos enfileirar: aqui estão envolvidas as empresas de telefonia, as redes de comunicação de TV aberta, as TVs por assinatura, investidores internacionais e nacionais, programadores e produtores, distribuidores. Então, se tem uma coisa que não falta aqui é negócio, e grande. No popular, Senador Suplicy, talvez a gente pudesse até brincar que aqui é briga de cachorro muito grande.

Já foi falado aí não sei quanto de bilhões, 130 bilhões para cá, 20 bilhões para lá, e tal, então, é importante a gente deixar claro aqui que esse projeto envolve grandes interesses econômicos e grandes negócios.

Por isso eu acho que é fundamental a fala – eu quero assim carinhosamente chamá-lo como ele é popularmente conhecido – do nosso querido Barretão, porque ele colocou aqui, junto com a questão dos negócios que estão envolvidos, o interesse do País, da soberania, porque junto com tudo isso, tem como é que o País se consolida, porque o País se consolida economicamente, isso é indiscutível. Mas não existe país, não existe nação sem identidade cultural. E a nossa briga aqui neste Congresso para poder fazer valer os interesses da veiculação, da produção, da identidade cultural brasileira é difícil. Olhem que é difícil.

Nós até temos... O Presidente da Ancine, o Rangel colocou que há incentivos fiscais para produção, mas qual é o incentivo que há para distribuição, para veiculação, qual é? Qual é a amarração que a gente faz com tudo isso? E o brasileiro quer se enxergar. O brasileiro, se ele não se enxergar, ele não se identificará enquanto nação, enquanto povo, enquanto país.

Aí o Senador Alvaro Dias insiste na história da qualidade, porque, se há cota, como é que a gente vai garantir a qualidade? Eu quero perguntar o seguinte: a quanta porcária a gente assiste, imposta pelos interesses econômicos de países que têm, na indústria do audiovisual, não qualquer fator econômico? Não, porque nos Estados Unidos é o seguinte: o primeiro faturamento é a indústria bélica, o segundo é a da audiovisual. Mas é porque a gente, daí, escolhe, Senador Alvaro Dias, a gente escolhe. E, aí, tem de dar oportunidade, inclusive para poder escolher entre as qualidades produzidas pelo povo brasileiro, que também produz porcária. Mas, aí, o critério é de quem está lá, com o controle remoto, para poder dizer: “Não, esse aqui eu não gostei, eu vou mudar”. Mas eu quero ter a oportunidade de mudar para escolher, em termos de qualidade ou não, na produção nacional também, que, infelizmente, nós não temos. Infelizmente, nós não temos essa oportunidade, porque, se você pegar a veiculação das TVs abertas, qual é o percentual de filme brasileiro que passa? Qual é o percentual? E será que a gente tem tão pouquinhos filmes de qualidade brasileiros produzidos? É claro que não. É claro que não.

Então, eu queria realçar essa questão, porque acho que, de todas as falas, a gente percebe que há uma vontade dos nossos convidados de que esse projeto seja aprovado. Todos aqui falaram também no seguinte sentido: não é perfeito. Cada um com o seu

viés, cada um com a sua, digamos assim, motivação, para que o projeto seja aprovado, mas todos dizendo que é um avanço, que é melhor a gente ter esse marco regulatório, com um problema aqui, com um problema lá, do que não ter nada, do que ter essa coisa regulada pelos interesses exclusivamente do mercado. Exclusivamente. Se não houver marco regulatório, se não houver legislação regulando como é que se dá a entrada das empresas de telefonia, como é que se dá a distribuição das TVs a cabo que já existem, das próprias grandes redes de TV aberta, que têm vinculação com as TVs a cabo, e daí para frente, se não houver, o mercado se ajusta. Mas não se ajustará com a ótica regulamentada por aquilo que só o Congresso Nacional tem capacidade de fazer, que é ouvir todos os interesses e tentar o ajuste dos interesses, levando em consideração o interesse público e o interesse do País.

Por isso é que eu acho que a gente tem de trabalhar mesmo, no sentido de exaurir o debate, de exaurir a discussão. Parabenizo, mais uma vez, a existência destas duas audiências públicas. Devemos trabalhar, sim, para aprovar o projeto este ano. E quero ainda sugerir mais: que nós tenhamos a capacidade de aprovar, da forma como veio da Câmara, para poder já entrar em vigor imediatamente. Lembro que nós fizemos aqui exaustivos debates sobre a questão da Internet e não conseguimos avançar. Não conseguimos avançar. E continua aí um monte de problemas, um monte de situações, porque o Congresso Nacional não consegue fazer uma legislação mínima, compatível com os interesses da população, com os interesses do próprio País nessa questão de toda a comunicação, agora que a gente tem esse grande potencial. Portanto, acho que nós não devemos perder a oportunidade.

E a única pergunta que eu quero fazer, porque nós já fizemos isso em outras legislações: aquilo em que não é possível ter acordo, é possível permanecer na forma de projeto, sendo debatido no Congresso. Então, o que é inconciliável, que não tem possibilidade de ter acordo? Isso pode permanecer na forma de resquício, digamos assim, de situações não conciliáveis, para a gente poder ter a continuidade do debate, aprovando aquilo que já é possível de ser implementado na forma de lei?

Então, eu gostaria de deixar essa pergunta para todos os nossos convidados, porque foi debatido aqui no Senado, nós fizemos audiências públicas sobre este assunto, sobre estas questões, na Câmara foram quase de três anos de debate do projeto, portanto eu tenho a clareza de que todos que estão aqui participam, há bastante tempo, deste debate e têm condições, inclusive, de nos alertar sobre o que precisaria ainda ter tramitação, debate a mais, que poderia ser separado

de repente. Aprovamos aquilo que é central, que é o eixo, que pode ser considerado o marco regulatório desta questão e vamos ver aquilo que é impossível de ser aprovado, que ficará como projeto pendente para um aprofundamento e uma aprovação posterior.

Mas considero de fundamental importância que nós tenhamos a capacidade de exaurir o debate, de fazer a discussão, mas principalmente de aprovar, de transformar isso em legislação, porque projeto da Jandira Feghali sobre... São quantos anos? Décadas, décadas, muito tempo. A gente não consegue estabelecer determinadas condições para fazer valer o interesse da soberania nacional de se identificar, de se enxergar.

E vou dizer mais: nós temos produções riquíssimas na TV aberta brasileira. Agora, é interessante que grandes sucessos das novelas brasileiras, por exemplo, são temas regionais. Portanto, existe espaço, sim, para produção regional mais forte, que não seja apenas aquela identidade do eixo Rio-São Paulo, que, muitas vezes, também domina a nossa TV aberta. Nós teríamos muita oportunidade. Estão aí as minisséries que fizeram grandes sucessos, com temas regionais.

Então, eu acho que, para nós, seria uma oportunidade ímpar, única, de podermos – vai haver a sanção agora do Plano Nacional de Cultura, provavelmente na próxima semana, eu espero o bom senso da Câmara em aprovar o vale-cultura, porque é a abertura, é a democratização do acesso à produção, inclusive dos nossos filmes, dos nossos livros, das nossas produções teatrais, circenses, musicais, e acho que o Congresso Nacional daria ainda mais um exemplo, podendo aprovar também esta matéria, que mexe, volto a dizer, com grandes negócios, grandes interesses econômicos, mas tem a oportunidade, pela primeira vez, a gente tem a oportunidade de estabelecer um mínimo de produção, de veiculação, de conteúdo nacional que começa pelas TVs a cabo e aí, quem sabe, a gente depois consiga avançar para os demais instrumentos que a gente tem de comunicação.

Um pouco era isso. A minha pergunta é bastante clara: o que é que não deu para ajustar que pode ficar sem prejudicar a aprovação desta matéria, que é tão importante, para ser, inclusive, transformada em lei ainda até o final do ano?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, quero agradecer a participação de V. Ex^a. É difícil até comungarmos dos mesmos pensamentos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Conseguimos flechar juntos, Flexinha...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – É.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Coisa boa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Olha o cupido. *(Risos.)*

Eu quero dizer à Senadora Ideli que eu fico satisfeito de ver como as pessoas evoluem com o tempo. Todos nós aprendemos a cada dia, e a cada hora, e a cada minuto.

A pergunta que V. Ex^a deixou aos nossos convidados é exatamente isso. Nós estamos numa fase de discussão em que não precisamos não mais ter aqui exposições sobre cada setor, sobre cada área, quanto é que se vai investir, mas sim quais os conflitos entre as áreas, para que a gente possa, no âmbito de atender o usuário brasileiro, o cidadão brasileiro, mediar esses conflitos. Não vamos chegar nunca a um parecer que atenda a todos os segmentos. Temos que chegar a um parecer que possa atender aos brasileiros. É isso que estamos buscando.

Então, essas audiências – e eu espero que na próxima semana já venham nesse sentido – devem ser muito mais de colocar quais são as dificuldades de entendimento do que o que cada setor espera ou o que cada setor pretende fazer.

Eu fiz a referência, Senadora Ideli, porque V. Ex^a tocou no assunto. Quando discutíamos aqui no Senado o vale cultura, fiz uma emenda para que incluíssemos no vale cultura jornais e revistas e V. Ex^a se colocou contrária, usando este mesmo argumento que defende agora: as revistas não teriam como ter o controle do tipo de publicação que seria oferecida aos brasileiros através do vale cultura e que teríamos que aprovar, porque se fizéssemos uma emenda voltaria à Câmara e isso não poderia atrasar a aprovação do vale cultura. Nós incluímos a emenda, ela foi aprovada, voltou para a Câmara e, lamentavelmente, Senadora Ideli...

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – V. Ex^a tinha razão.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Não, não tinha razão. Lamentavelmente, me parece que o Governo perdeu o interesse, que era imediato, de aprovar o vale cultura, ele perdeu o interesse, que era naquele instante, de passar de qualquer maneira o vale cultura. Como foi feita uma emenda lógica para pode atender a informação dos brasileiros através de jornais e revistas, perdido o interesse do Governo, dorme na Câmara Federal.

Eu pediria a V. Ex^a que se empenhasse, já que V. Ex^a é defensora, com as emendas do projeto, que a gente possa aprovar. E, mais do que isso, que a gente possa aprovar, ainda nesta legislatura, a PEC 29, que trata da participação da União no financiamento da saúde. Depois ou conversar com V. Ex^a. Estou como sub-relator da área da saúde. Realmente, é algo de

extrema dificuldade adequar as necessidades ao Orçamento encaminhado pelo Executivo.

Vamos ao próximo inscrito, o nosso Senador Inácio Arruda

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores e convidados para mais uma audiência pública dentre tantas que nós realizamos, aqui no Senado da República, na atual legislatura, sobre este tema. É um tema muito debatido, esmiuçado já no Congresso Nacional. As duas Casas têm repetidamente tratado desse tema

Talvez a questão mais importante é que, depois de debatido exaustivamente no Senado, com projetos do Senado que foram à Câmara. E depois, também depois de um tempo razoável, não foi um tempo pequeno, nós chegamos a uma espécie de acordo em que cada um teve uma diferença, mas pôde abrir mão para que chegássemos a um projeto não de consenso, mas um projeto possível de ser aprovado, e que em todos abram um pouco mão, mas também todos ganham um pouco. É um projeto que mexe com um setor da economia de velocidade elevada. A sua dinâmica é muito, muito forte e atropela.

Você pode chegar a uma situação e está ok. Pode ser o interesse de alguns. Dizer o seguinte: olha, não tendo legislação, é muito melhor. Porque, se você não tiver uma regulação, é mais adequado do que você estabelecer uma regra de convívio comum. Porque, tendo uma regra de convívio comum, embora você tenha escaramuças permanentes, você tem um limite. Há um limite para você realizar as suas escaramuças e fazer a sua disputa dentro do que é o mercado. Agora, não tendo, é a lei, é um darwinismo, digamos assim, potencializado gigantescamente onde um pode esmagar muitos outros setores de forma rápida, aqui e alhures. Não é um problema nosso só, é um problema da América Latina, com a necessidade de você se proteger minimamente. Alguns querem se proteger em relação até ao próprio Brasil, em determinados setores. E vice-versa: nós queremos nos proteger em relação a muitos outros setores. O velho educador e Senador desta Casa, em um livro de leitura muito boa, O Povo Brasileiro, Darcy Ribeiro – entre outros que ele fez estudando a realidade da formação das Américas, como As Américas e a Civilização, que é seu título –, tratou da formação da nossa identidade. Eu só tive oportunidade de escutar duas intervenções: a do diretor da Ancine e a do Barreto, Luiz Carlos Barreto, com quem temos identidade de “cearensidade” e a identidade maior, que é a identidade do nosso País.

Nessas duas intervenções, percebi: primeiro, o que é o volume de recursos que estamos mexendo. Então, é evidente que há interesses grandes. É um

peso muito grande. E é um setor da economia muito importante para o Brasil, muito importante. Importante inclusive naquilo que a gente mais trabalha, quer dizer, o Parlamento, todos, que é a geração de emprego. E de empregos com médias salariais acima do que o mercado paga por aí afora: no setor industrial, de comércio, na construção civil. Este é o emprego que, às vezes, mesmo temporário – porque não é um emprego que tenha grande fixação por longo período – paga acima desses outros setores todos. Então, é muito significativo. Então, são grandes interesses e muito importante para a nossa economia.

Então, onde é o nosso problema? Qual é a nossa dificuldade? Por que debatemos tanto e temos algumas dificuldades? Por conta, evidentemente, de interesses que preferem que desregulado seja melhor. Evidente! Então, chegamos a uma espécie de consenso. Há uma espécie de consenso entre as instituições que atuam no setor. Claro que o consenso pode ser estabelecido aqui entre nós, e digamos assim que, subterraneamente, a gente procure dizer: olha, estamos todos aqui de acordo, mas, se a gente puder deixar isso para 2015, 2020, por aí, é muito melhor do que a gente aprovar esse negócio agora. Esse é que é o lobby da transparência e o que existe em transparência. Porque esse daqui é o transparente. Estamos aqui à mesa, estamos discutindo abertamente. Acho que aqui é a nossa preocupação central.

Por isso temos apelado para que a gente possa votar, porque não é uma matéria sem debate. Vamos realizar ene debates. E não há uma desqualificação do Senado em relação à Câmara, ou da Câmara em relação ao Senado. Isso sempre volta, vai e vem essa cantilena. Isso não é problema. O problema aqui é: quando você forma uma determinada maioria, você aprova algo e volta para a Câmara. E quando a Câmara dos Deputados faz maioria lá, faz a mesma coisa. Então, esse não é um problema nosso. O problema nosso é “as entidades, abertamente, à mesa, estão concluindo o seguinte: nós preferimos aprovar esse projeto. Nós preferimos aprovar esse projeto”.

Então, se há esse consenso na Mesa, subterraneamente, ok, pode existir alguma coisa, mas não interessa, não interessa. Aqui na Mesa, abertamente as instituições estão dizendo: “Nós queremos aprovar esse projeto”.

Onde eu vejo assim um probleminha que fica indo e voltando é aqui, na tentativa da formação dessa identidade nacional, porque esse negócio de identidade nacional é sempre um problema, sempre. Porque, por aí afora, os caras fazem qualquer lixozinho audiovisual, vem com a bandeira do país. Todos. Aquilo ali é no cérebro: tum, tum, tum. Todo dia. Quando bota a nossa,

vira logo nacionalismo bizarro. E olha que o bizarro teve grandes poderes por aí afora. Mas, quando bota uma coisinha nossa, vira sempre um problema.

Tem esse problema da formação da identidade nossa. Isso vem rolando de muitos tempos, da época do Glauber, lá atrás, Barreto, Rosenberg, que está aqui. Esse povo todo faz uma luta gigantesca no Brasil, com filme de grande qualidade, grande qualidade, que, para entrar num cabo – hum, rapaz, vou te contar – não é fácil, não é fácil; muito difícil, muito difícil.

Então eu acho que, aqui, nós estamos dando um passo, gente. Um passo. Esse problema da cota, vamos tratar como uma conquista, não o contrário. Vamos tratar como uma conquista, uma necessidade do Brasil, que oferece o seu mercado para todos. Então, nós estamos pegando aqui o nosso mercado de 190 milhões de habitantes e estamos dizendo: “É de vocês. Só tem um probleminha: eu quero um pedacinho dele”. Só isso. Mas é só isso que dá um problemão. Esse que é o problema, entendeu? Essa passadinha pequeninha que nós queremos dar – Barretão, porque eu ouvi você, eu ouvi o Rangel, vi que esse é um tema que transpassa todo mundo – é de estabelecer pelo menos uma cotazinha, de 30%. Na Argentina, é setenta. Está aqui, estou com uma lei argentina aqui. Botaram 70%. Mas você pode dizer que o mercado argentino é um mercado pequeno. Não é pequeno, não! Não é pequeno, não; é um mercado grande. E olha que tem mais cabo do que nós. Então é um mercado grande. Agora o que eles querem? Eles querem dizer o seguinte: “Nós somos argentinos, nós temos um Darin”. E nós? Nós temos um Barretão, temos aqui um Rosenberg, uma Fernanda Montenegro, nós temos grandes produtores que podem ocupar esse espaço dos 30% com facilidade, com qualidade. Evidentemente, no meio da quantidade, você vai encontrar algo que não tem qualidade. Mas esse não vai ser um problema para nós. Se não é para lá, que nos vende um pacote do jeito que eles querem. Às vezes, vem um filmezinho só que presta. No meio de trinta, quarenta ou cinquenta filmes empacotados, vem um só que presta, o resto tudo é lixo puro. Então por que não podemos botar os nossos aqui, gente?

Eu acho que, aqui, há um probleminha em relação à questão das cotas. Sempre que se fala em cota pelo mundo afora, se tem dois sentidos: um, para a gente fortalecer a identidade em cota; outro, para a gente segurar um pouco do nosso País, produzindo aqui, gente daqui. Aqui está um nozinho que vejo sempre e que, subterraneamente, interfere no processo. Subterraneamente. Mas, como estamos tratando às claras, se o subterrâneo quiser emergir que apareça, porque, aí, a gente debate.

Agora, o que está às claras é que nós conseguimos produzir um grande acordo. O Senador Flexa talvez tenha sido um dos que mais.. se debateu aqui em relação a construir o acordo; o Senador Demóstenes que há pouco passou aqui novamente na comissão, o Senador Sarney. Então vamos assegurar esse acordo, porque não é todo dia que a gente junta tantos setores que interferem na atividade cultural da identidade nacional e na economia brasileira. Nós, companheiros, estamos abrindo ainda mais os nossos setores. É importante. É importante interagir com as outras culturas todas. Agora como a nossa, gente, com a nossa junto. É só isso que nós queremos fazer. Acho que nesse sentido a gente pode avançar. Se houver alguma coisa de grande dificuldade – digamos que esse problema da quota seja de grande dificuldade, está bom –, pomos aqui: “paralelamente”. Aqui no Senado criamos até essa figura. Criamos até uma emenda paralela: você aprova o conjunto da obra e algo que está espinhando ali você retira e deixa tramitar novamente para ver se a gente consegue consenso em relação a essa parte futuramente. .Acho que temos de aprovar o conjunto da obra. Foi um grande acordo que vocês conseguiram, que vocês fizeram, vocês que estão sentados aqui; foram vocês que fizeram isso lá na Câmara. Acho que devíamos cancelar esse acordo aqui no Senado, Vai ser uma vitória não de um setor, mas daqueles que ajudaram chegar a esse consenso. Não é um setor que está sendo beneficiado; são todos vocês. Eu penso dessa forma, meu caro Presidente Flexa Ribeiro e é muito bom que seja V. Ex^a que esteja conduzindo o debate neste momento nas Comissões de Constituição e Justiça, Ciência e Tecnologia, Educação e tantas outras que se juntaram a nós nesse importante debate da construção da identidade nacional, juntamente com a mais ampla participação do mercado. Então o mercado está aí. Ele não vai ser restringido, apenas nossa identidade vai ficar um pouco mais clara. É isso que nós queremos;nada mais.

Agradeço a V. Ex^a oportunidade. Não quero questionar o que já foi consensuado, apenas dizer que esse problema da quota quase sempre se transforma numa espécie de calo que a gente não conseguiu tratar adequadamente ou vê-lo absorvido. Hoje existe farta tecnologia na área da Ciência e da Medicina para resolver problema de calos, mas esse ainda não conseguiu ser absorvido. Acho que o tempo vai resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Inácio Arruda.

Concedo a palavra ao último inscrito, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, senhores convidados, Sr^{as} e Srs. Senadores,

acho que há um consenso quanto à importância de esta Casa debater esse assunto e aprofundar as suas divergências e também aprimorar suas convergências no sentido de que possamos trazer algo que seja bom para a indústria, mas tendo a visão do Brasil como um todo e, em particular, a população brasileira. Quanto aos ganhos, acho que não preciso me alongar nem registrá-los, porque já foram ressaltados e defendidos por todos os que me antecederam, mas eu gostaria de lembrar um pequeno detalhe, que para mim se torna grande, que é algo inerente à nossa Constituição, que é o direito de escolha do consumidor.

Considero essas duas audiências muito oportunas. Eu me penitencio por não ter tido a oportunidade de fazer isso, mas eu consulto o Presidente se será possível na próxima audiência, que será na terça-feira, termos um representante do consumidor. Aqui estão o setor produtivo, o comercial e o industrial, que estão participando e ilustrando esse debate e, como esta Casa é democrata, eu gostaria, se possível, Sr. Presidente, de oferecer um adendo à convocação da próxima semana para trazermos um representante dos consumidores para que possamos, a respeito do que está sendo debatido, ouvir o cidadão brasileiro não só por meio de nós Senadores, que somos legítimos representantes, mas, no caso específico, uma associação que represente os consumidores. Eu aqui represento, entre outras, a Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço-lhe, Senador Cícero Lucena. Aguardo o encaminhamento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, quem sabe o Senador Cícero Lucena possa ser o representante dos consumidores de cultura...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Todos nós somos, mas estamos no papel de legisladores. Eu preferia alguém que viesse exercendo a prática da defesa de uma associação de consumidores.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Eu pediria a V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, que encaminhasse à Mesa a sugestão da inclusão da proposta de V. Ex^a e até com a indicação do convidado, se possível, para que a gente possa aprovar. Tem um outro requerimento do Senador Inácio Arruda, que iremos aprovar já em conjunto com o seu.

Eu, apesar de autor dos requerimentos para essas audiências públicas, fiquei ao final, mas não vou entrar mais fazendo observações a respeito do tema, vou direto às perguntas. É importante o que se fez aqui, Senador Inácio Arruda. Esta Casa tem, sem dúvida nenhuma, um quadro de assessoria e consultoria dos mais qualificados do País. E os nossos assessores e

consultores estão todos nos acompanhando, não nesta audiência, mas nos vêm acompanhando ao longo de todo esse debate e nos dão consistência na especificidade de cada assunto. Nós aqui somos generalistas, temos que discutir desde o Código Penal até a questão da cota de audiovisual. Então, os nossos consultores estão atentos, eles fazem as anotações, fazem os estudos e isso não aparece, não é mostrado à sociedade através da mídia, mas, na verdade, os Senadores trabalham fora das câmeras, nos gabinetes, nas reuniões que fazem com os quadros de assessores para discutir a matéria.

Vou fazer três questionamentos à Mesa e aqueles que puderem enriquecer com sugestões esses questionamentos que o façam, por favor.

Observa-se que o segmento de TV por assinatura tem crescido a taxas razoáveis desde 2007. Depois de um período de seis anos, de 2001 a 2006, de estagnação da base de assinantes, estima-se que haverá mais de 10 milhões de assinantes ao final de 2010 – já estamos com 9 milhões e pouco, 9,3 milhões! –, o que significa um aumento de 50% nos últimos três anos, exatamente em que o projeto, o então PL 29, tramitou na Câmara federal.

Aí eu pergunto aos nossos convidados: a que se deve essa mudança expressiva no cenário de TV por assinatura na opinião dos senhores? Hoje, quais seriam os desafios, os gargalos, os obstáculos de crescimento dos serviços e da indústria audiovisual como um todo, que esse projeto que estamos aqui discutindo, o PLC nº116, pretende realmente resolver?

É isto que nós temos que definir: o que nós queremos resolver com o PL, onde estão os gargalos, onde estão as dificuldades e, se possível, qual a solução para esses obstáculos.

Afinal, quais são os objetivos do projeto e de que forma as inovações por ele produzidas atacam os problemas atuais? A segunda pergunta: considerando que o projeto não trata apenas de serviço de acesso condicionado, designação dada à TV por assinatura no projeto, mas de comunicação audiovisual e de acesso condicionado, cuja definição engloba todo complexo de atividades associadas à emissão e recepção de imagens por quaisquer meios eletrônicos, não há riscos de que determinados atores queiram incluir o conteúdo audiovisual oferecido pela Internet no escopo do projeto? É uma pergunta que eu faço aos senhores.

E por último: nas definições estabelecidas pelo projeto, uma produtora e uma programadora são consideradas brasileiras sem que tenham produzido ou programar um único minuto de conteúdo brasileiro? Por outro lado, um produtor ou programador cujo capital seja majoritariamente estrangeiro mas que produza

ou programe conteúdo brasileiro, nos termos definidos pelo projeto, não serão considerados para fins de cumprimento de cota?

Afinal, o objetivo do projeto não deveria ser a geração de emprego e renda no Brasil, independente de o produto ter sido financiado por capital brasileiro ou capital estrangeiro? Por que fazer reserva de mercado tão forte para o capital nacional?

Eram essas as perguntas e vamos aos nossos convidados, para que possam fazer, então, os esclarecimentos aos Senadores. Vamos seguir a mesma ordem de inscrição, começando pelo Dr. Adalberto Santos de Vasconcelos, que representa o Sr. Ministro José Jorge, do Tribunal de Contas da União, como Secretário de Fiscalização e Desestatização.

Com a palavra o Dr. Adalberto.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Ao Tribunal foram dirigidas duas perguntas.

A primeira pergunta é relativa à abertura do mercado e as salvaguardas que, por ventura, a Anatel deveria ter para proteger os menores prestadores de serviço. Então, quanto a isso, atualmente a Anatel está deliberando o plano geral de metas de competição para o sistema de telefonia fixo comutado. Está previsto para ser aprovado agora em 2011. Esse plano visa dotar a Agência de instrumentos para estimular a competição no mercado de telefonia fixa. Nós do Tribunal de Contas da União já determinamos à Anatel que apresentasse um plano de ação com data, cronograma físico para poder cumprir essa meta dela para aprovação desse plano e o processo de acompanhamento está sendo realizado pela secretaria no processo de fusão da Br/Oi.

Então, a Anatel pode dispor desse mecanismo para estimular a competição, inclusive a obrigação de segregação das redes. As redes de telefonia fixa incluem as fibras óticas. Estou fazendo um paralelo com isso daí. Então, nada impede – e aí é uma atividade do controle externo como órgão auxiliar do Congresso Nacional – que acompanhe a Anatel nessa atividade, onde ela poderia adotar essas medidas que foram adotadas neste caso aqui para outros mercados. Inclusive, a LGT permite a Anatel que adote medidas que estimulem a competição. Já quanto a segunda questão que foi levantada, no caso de a Anatel ter adotado uma decisão que se antecipou à decisão aqui do Parlamento.

O Tribunal de Contas da União, em virtude das notícias sobre essa decisão da Anatel, que foi tomada inicialmente em maio, ele autuou um processo para acompanhamento dessa questão. Inclusive, esse processo foi autuado em 20 de julho e o próprio Senador Antônio Carlos Júnior colocou documentos aos autos pedindo uma fiscalização por parte do Tribunal. Essa

questão foi abordada num ato de concentração que envolvia as empresas Net Sul Comunicações e a empresa Antenas Comunitárias Brasileiras, que não tinha nada a ver com a matéria “planejamento de TV a cabo”. Mas nesse processo de deliberação, a Anatel entendeu suspender a eficácia das Portarias nºs 399/97 e 398/97, ambas do Ministério das Comunicações, que tinha tudo a ver com o planejamento de TV por assinatura. Entre outras coisas também, ela determinou internamente à Anatel que comesse imediatamente a processar todos os pedidos de outorga de TV a cabo. Mas ela condicionou isso a que houvesse uma deliberação definitiva por parte do Conselho-Diretor da Agência. Então, em virtude disso, o Tribunal já autuou o processo e começou a fazer as diligências, começou a fazer as fiscalizações necessárias.

Mais recentemente, no dia 25 de novembro deste ano, a Anatel provou um novo planejamento do serviço de TV a cabo, o que foi questionado aqui, distribuição de muitos sinais.

Apenas uma observação. O questionamento principal é que a Anatel mudou a lei por uma portaria interna, quando, na verdade, deveria ser por intermédio de um projeto de lei para que, aqui no Congresso, aprovássemos a mudança da lei do cabo; isso não foi feito.

O SR. ADALBERTO SANTOS DE VASCONCELOS – Correto. Então, Senador, a gente, em 25 do 11, recebeu do Tribunal de Contas da União, e este, de acordo com seus procedimentos de fiscalização, nesse primeiro momento, para adotar uma medida cautelar para suspender esse ato da Anatel, deveriam estar presentes dois condicionantes. Quais sejam eles: a fumaça do bom Direito, que é essa que o senhor colocou, que ela antecipou uma decisão do Parlamento, bem como o perigo da demora; quer dizer, a Anatel condicionou isso num prazo de 6 meses. Então o Tribunal, unindo à técnica, optou para ir à Anatel investigar mais detalhadamente esse processo, a fim de propor ao Ministro Relator, se for o caso, uma medida cautelar nesse caso. E porque a Anatel decidiu isso, mas ela falou que as expedições dessas novas outorgas estava condicionada à elaboração de uma regulamentação específica do serviço TV a cabo.

Então, sobre isso há um prazo de mais ou menos 4 meses para ser feito. E nesse momento, o Tribunal está atuando no processo, está fiscalizando, tem uma equipe de auditoria que vai para lá; entretanto, não estavam presentes os dois condicionantes para propor uma medida cautelar do ato da Anatel.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Alexandre Annenberg.

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Bem, a primeira constatação é aquela que já foi feita por vários

dos senhores: de querer que exista nesta Mesa uma unanimidade entre os vários expositores. E como muito bem ressaltou o Senador Inácio Arruda, essa unanimidade é fruto de um consenso negociado. Parece-me que esta constatação é aquela que facilita, sem dúvida nenhuma, o trabalho dos senhores.

Na verdade, depois de tantos anos de discussões, depois de tantos anos de propostas convergentes e divergentes, chegou-se a uma negociação final, e ela é submetida à avaliação dos senhores. Tenho a impressão de que isso deve facilitar a abordagem.

Bem, respondendo às perguntas específicas que foram feitas.

O Senador Alvaro Dias perguntou o que causou a mudança de posição da ABTA, que durante muito tempo foi contrária ao PL nº 29, e hoje tem uma posição favorável ao PLC nº 116.

A mudança da ABTA foi por força de uma constatação objetiva: a ausência de um marco regulatório convergente, claro e transparente. A ausência desse marco regulatório enseja atalhos, enseja interpretações legais, que já foram inclusive propostos pela própria agência reguladora. E esse é o pior dos mundos, na medida em que, para resolver o problema definitivo da entrada das teles no setor de TV por assinatura pela porta da frente; na medida em que se trata de resolver esse problema se procura utilizar subterfúgios que contornam a lei, nós estamos diante de um quadro extremamente preocupante.

Foi isso que fez a ABTA mudar de posição. E é por isso que nós deixamos para discutir o problema das quotas numa outra circunstância.

Agora, respondendo a segunda pergunta do Senador Alvaro Dias, que perguntou “se a ABTA entraria com alguma ação judicial em relação às quotas”. Evidentemente, é muito cedo para se discutir qualquer coisa nessa linha. A única coisa que posso dizer com clareza e com certeza é que somos de opinião que ações judiciais são a última alternativa para se resolver problema dessa magnitude. Então, nós temos ainda muito campo pela frente.

Vamos viver todos os impactos que essa nova legislação trará e, em função dela, cada um vai se orientar da forma que for mais interessante: o mercado para o consumidor, para o modelo de negócios estabelecidos e, assim, por diante.

Há também as perguntas que o Senador Flexa Ribeiro fez.

Primeira pergunta: Quais os fatores que levaram a TV por assinatura a um crescimento tão substancial nesses últimos 3 anos, onde houve um crescimento de cerca de 80% como foi dito.

Os fatores são múltiplos. O primeiro deles é aquele que é mais do que conhecido: crescimento do poder aquisitivo da classe C. O crescimento desse poder aquisitivo propiciou um número de novos entrantes no mercado de TV por assinatura, extremamente expressivo. Mas não foi apenas isso. Outro motivo importante, também, decorre do fato de a TV por assinatura estar sempre na fronteira da tecnologia. Suas redes são as mais modernas e mais capacitadas a oferecer ao seu assinante o que existe de mais atualizado em termos tecnológico de TV por assinatura. Quem viu um jogo de futebol da Copa do Mundo em alta definição sabe a que estou me referindo. Quem teve essa oportunidade, dificilmente volta atrás. Estamos falando em 3D, em 3 dimensões. Esse foi um outro fator de crescimento extremamente significativo da televisão por assinatura. E mais, a oferta da banda larga de qualidade, com velocidade e estabilidade extremamente sentidas pelo consumidor. As redes de TV a cabo são aquelas que estão no estado da arte, são as redes que são iguais nas suas estruturas topológicas com fibras óticas e cabos coaxiais, são iguais às melhores redes existentes no exterior. E são essas redes que viabilizam uma banda larga de altíssima qualidade.

Apesar de a TV a cabo estar apenas em 230 municípios, as operadoras de TV a cabo têm hoje a maior participação no mercado de banda larga, considerando todas as teles envolvidas.

Isso mostra o porquê o crescimento de TV por assinatura e que continuará dessa forma.

A outra pergunta feita pelo Senador Flexa Ribeiro foi:

O que queremos resolver com o projeto de lei?

O que nós deveríamos querer resolver com o projeto de lei é a formação de um novo marco regulatório que permita a utilização das plataformas convergentes, que vai exigir por parte das teles um imenso investimento. Hoje, as teles estão presentes em todo o território nacional com uma capilaridade extraordinária. Enquanto a TV a cabo está em 230 município, as teles estão em 5565 municípios. Elas estão presentes em todos esses municípios. No entanto, suas redes, por força das circunstâncias que todos conhecemos, são obsoletas, exigem investimentos altíssimos para poderem oferecer conteúdos da qualidade do audiovisual e da banda larga. Portanto esta é uma necessidade inadiável que nós precisamos fomentar, para podermos oferecer essas múltiplas plataformas convergentes ao mercado, ao consumidor.

É esse o objetivo do PLC116. Viabilizar a entrada das teles e, portanto, viabilizar os investimentos que vão assegurar ao nosso mercado plataformas capa-

zes de oferecer, logo em seguida, o plano nacional de banda larga que todos nós desejamos.

A outra pergunta é sobre a inclusão de audiovisual vindo da internet, se isso altera o quadro.

Em princípio, não. Em princípio, não altera o quadro. São modelos diferentes. O que se obtém na Internet é praticamente aquele conteúdo *on demand*. É o conteúdo pedido especificamente sob encomenda.

O que a TV por assinatura oferece é um outro modelo, e os dois podem competir e conviver. O modelo da TV por assinatura é uma grade, onde o expectador tem à sua disposição uma grade de múltiplos programas, das mais variadas alternativas, e onde ele navega segundo seus interesses. O que a Internet oferece, em termos de *on demand*, são conteúdos pontuais, sob demanda específica. Ambos são importantes para o consumidor, e vão competir, mas um não substitui o outro. Isso é muito importante que se saiba.

Essas foram as perguntas que objetivamente foram feitas. Eu só não posso deixar de referir que, apesar dessa nossa unanimidade, evidentemente temos ainda algumas diferenças de abordagem em relação a alguns assuntos.

Eu não posso deixar de mencionar a enfática apresentação do nosso querido presidente da Ancine, Manoel Rangel, que infelizmente peca pela utilização de alguns números que merecem maior discussão. Quando ele diz que a TV por assinatura no Brasil é muito cara, eu digo: é claro que é cara! É cara como é caro o automóvel no Brasil, como é cara a geladeira no Brasil, como são caros os eletrodomésticos no Brasil, e principalmente quando se pega um dólar como é o dólar atual. Esse é um dado metodológico que pode mudar completamente qualquer análise que se faça. Se nós regredíssemos o valor do dólar a um ano atrás, ou a pouco mais de um ano atrás, apesar de toda essa carga tributária que onera os preços em geral no Brasil, os nossos preços em TV por assinatura estariam perfeitamente na média dos países que se queira nomear.

Portanto, é alguma coisa que nós precisamos discutir melhor, Manoel, para esclarecimento geral.

Há certas afirmações que, repetidas muitas vezes, acabam tendo veios de realidade. Afirmações do tipo: a penetração de TV paga no Brasil é baixa. Claro! A afirmação, em si, é correta. E é correta por que? É correta porque, como eu já disse antes, há dez anos não se faz uma única licitação, uma única outorga de uma licença de TV a cabo ou MMDS no Brasil. E, com isso, a penetração não tem como crescer. E, além disso, o Brasil tem uma situação extremamente peculiar e completamente diferente da grande maioria dos países. O Brasil é o único país onde a TV aberta oferece,

gratuitamente, conteúdos que são chamados de conteúdos *premium*. Oferece gratuitamente a todos: Olimpíadas, Copa do Mundo, Fórmula 1. Nenhum desses conteúdos na Argentina, por exemplo, que você mencionou, é oferecido gratuitamente. Lá são oferecidos pela TV paga, como são oferecidos no mundo inteiro. Conteúdos *premium* são oferecidos pela TV paga, e os expectadores pagam para ver esse conteúdo. No Brasil, isso não acontece - o que nos oferece um desafio a mais. A TV paga, apesar de tudo isso, tem a curva de crescimento que todos estamos vendo. O que significa que nós, apesar de tudo isso, estamos oferecendo alternativas de conteúdo de qualidade para os telespectadores.

Eu queria também fazer uma pequena observação ao prezadíssimo e queridíssimo amigo Luiz Carlos Barreto, que, no seu poético entendimento da Economia, ousa vislumbrar o dia em que teremos 90 milhões de assinantes de TV por assinatura no Brasil. Não teremos, Barreto. Noventa milhões é um número muito superior ao número de residências existentes no Brasil e é o número de residências que são os assinantes de TV por assinatura. Os assinantes não são indivíduos, são famílias, são residências.

Então, nós precisamos manejar os números com uma certa parcimônia para se poder ter um quadro claro e objetivo da situação. Mas, isto posto, parece-me que o resultado mais importante que pelo menos eu consigo enxergar neste nosso encontro hoje é esse consenso, essa unanimidade pela aprovação do PL nº 116. Já era tempo de nós chegarmos a isso. Estamos atrasados. Esta é a verdade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Cícero Aragon.

O SR. CÍCERO ARAGON – Bom, vou começar, então, respondendo as perguntas do Exmº Sr. Senador Alvaro Dias em relação à questão da audiência do Canal Brasil e da audiência desses canais.

Eu acho que é muito claro nós pegarmos padrões, na verdade, para perceber o gosto e, enfim, a escolha do brasileiro pelo conteúdo brasileiro.

Quando a Rede Globo, que é o maior canal aberto brasileiro, exibe filmes brasileiros, filmes nacionais, naqueles festivais de verão e programas específicos, essas são, sem dúvida, as maiores audiências que a Rede Globo tem, talvez à exceção de futebol e Jornal Nacional, de seus clientes

Sem dúvida alguma, esses canais têm condições de ter muita qualidade. Se eles os têm, se esses conteúdos são disponibilizados, isso é uma escolha de cada empresa, de cada programadora, no caso do Canal Brasil. Mas, sem dúvida alguma, existem canais,

existem conteúdos para qualificar esses canais da forma que eles merecem.

Os canais brasileiros, na verdade, como um todo, na TV por assinatura são os mais assistidos. Isto é de conhecimento geral. Temos alguns canais que são só canais fechados, como é o caso do GNT, que é um canal campeão de audiência também. Basta acessar as pesquisas publicadas.

Então, não temos dúvida de que esses novos canais, esses canais que vierem a surgir agora com as cotas, serão extremamente atraentes e terão muita qualidade.

Vale lembrar, mais uma vez, que, falando em canal de conteúdo independente brasileiro, como V. Ex^a se referiu, nós estamos falando da cota de termos mais um. Ou seja, entre os 130 ou 140 canais que são disponibilizados na TV por assinatura, estamos falando que, em vez de termos um, temos dois.

E ainda é importante registrar que o próprio Canal Brasil não está hoje nem com 50% da base de assinantes da TV por assinatura. Então, neste sentido, foi uma outra colocação feita, que acho importante completar, na verdade, é a questão de escolha, a questão do consumidor, a questão de ele poder optar. Então, a pergunta é: quais dos senhores têm condição de optar, dentro dos pacotes, que canais tem? Quer dizer, esses pacotes de canais já vêm prontos. Então, essa escolha, que é muitas vezes defendida, é extremamente relativa, porque são os pacotes que o assinante, que eu, Cícero Aragon, assinante, decido, e não por mais um ou outro canal. Acho importante registrar isto.

Além do mais, como escolher se eu não tenho acesso? O consumidor vai perder, vai ser cerceado de sua escolha, se hoje ele já é cerceado de escolher se quer ou não. Hoje, canais independentes, mais canais brasileiros não estão disponíveis para os assinantes. Então, como eles escolherem?

Na minha apresentação, citei o caso da Abril, por exemplo, que disponibilizou dois canais. Esses canais não conseguiram nem ser distribuídos. Então, como saber se o usuário, se o consumidor, se nós, assinantes, gostaríamos de assistir a esses canais se nem nos foram disponibilizados?

Então, são aferições muito importantes que, às vezes, nessa profunda reflexão a gente não se dá conta e que são coisas do nosso cotidiano, do nosso dia a dia do mercado de TV por assinatura.

Como saber da qualidade dos conteúdos desses canais – essas duas perguntas estão juntas – e dos próprios canais? De alguma forma, já respondi isso na primeira pergunta. V. Ex^a mesmo registrou a qualidade do Tropa de Elite, a qualidade de outros filmes brasileiros...

Então, volto aos números iniciais. O Brasil, hoje, faz cerca de noventa longametragens por ano. Nos últimos dez anos, sem dúvida nenhuma, a gente pode contabilizar uns setecentos títulos só de longametragens brasileiros.

Eu não estou nem citando médias metragens, curtas metragens, minisséries, animações. Então, para os senhores terem uma ideia, a média de um número de filmes de um canal de filmes, por exemplo, de cinema brasileiro é mais ou menos 90 longas metragens, fora médias, curtas etc.

Então, me parece crível, extremamente crível pensar ou não me parece crível pensar que, se pensarmos em 800 títulos que temos na prateleira, que não consigamos tirar 80 títulos com qualidade com este País. Quer dizer, isso seria na verdade muito pequeno e muito pouco da qualidade da nossa qualidade audiovisual e do talento brasileiro e do que a gente é capaz.

Então, não tenho dúvida em afirmar que sim, esses canais novos terão extrema qualidade, serão extremamente atraentes, o Brasil está cada vez mais, a produção brasileira está cada vez mais aprendendo a dialogar com o seu público. Agora, é essencial que o público tenha acesso para poder fazer essa escolha.

Cito um exemplo que é muito interessante, que talvez não seja de conhecimento dos senhores, mas as distribuidoras americanas demoraram muito tempo para começarem a coproduzir ou coproduzir significativamente com a produção brasileira por medo de qualidade, por dúvida na qualidade desse produto.

Por causa do art. 3º e de incentivos feitos, hoje são grandes coprodutoras brasileiras e estão fazendo sucesso como essas a que os senhores estão assistindo. Então, esse passo só foi possível porque houve um art. 3º, houve um incentivo e porque foi dado um primeiro passo. É importante que a gente dê um primeiro passo na relação do conteúdo audiovisual brasileiro.

Bem, ainda foi colocada pelo Senado Flexa a outra pergunta que foram os gargalos que serão, na verdade, resolvidos com este projeto de lei.

Sem dúvida alguma, o conteúdo audiovisual brasileiro vai passar a chegar a seu público. Hoje basicamente a gente só dispõe de salas de cinema para que esse conteúdo chegue a seu público, e esse espaço ainda é muito pequeno, porque ele disputa da mesma forma espaço com o cinema americano e com as outras cinematografias. Então, apesar de já estarmos na Internet, apesar de termos alguma pequena entrada em canais brasileiros abertos, a TV por assinatura para esse mercado, e como é no mercado mundial, passa a ser a grande possibilidade, a grande janela para que a gente possa chegar ao nosso público.

A questão de mais investimentos. Ou seja, o projeto de lei também prevê o investimento de um fundo de investimento, ou seja, do Fustel, que vai estar indo para o Fundo Setorial do Audiovisual e que vai possibilitar injetar na atividade mais de R\$500 milhões por ano, que vai estar desenvolvendo tanto esses conteúdos para o cinema, para continuar fazendo filmes a exemplo do Tropa de Elite e para fazer filmes autorais, filmes maravilhosos, filmes que são brilhantes como os filmes de Rosemberg Cariry, como os filmes de Barreto e de outros tantos produtores nacionais. Então, os gargalos resolvidos serão o acesso ao público, serão o financiamento à produção audiovisual e serão mais espaço para a produção audiovisual.

Eu encerro, na verdade, a minha participação, porque esta seria a minha última intervenção, imagino, fazendo uma reflexão: as empresas demoraram muito tempo, muito tempo, para entender que responsabilidade ambiental era uma coisa desnecessária, que isso não era importante. No entanto, hoje, essas empresas que desenvolvem, que têm responsabilidade social, responsabilidade ambiental têm muito maior retorno econômico com seus produtos, esses produtos são muito mais atraentes para o público consumidor.

Então, eu não tenho dúvida de que, a partir do momento em que as operadoras de TV por assinatura disponibilizarem mais canais brasileiros, mais canais de conteúdo independente brasileiro e disponibilizarem conteúdo independente brasileiro nos demais canais da suas grades, sem dúvida alguma, a escolha, a opção por TV por assinatura vai crescer mais ainda do que está crescendo, porque o Brasil quer se ver na televisão, o Brasil quer se espelhar, como foi colocado pela Senadora com bastante competência, o Brasil quer se ver na TV. Eu quero ver as minhas histórias, o mundo hoje está cada vez mais, enfim, cada vez mais universal. Mas nada mais universal que nossas próprias histórias. Então, as nossas próprias histórias e este Brasil precisam ser contados para o próprio Brasil e para o mundo, e este projeto, o PLC 116, é o que vai possibilitar isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Vamos votar dois requerimentos antes de prosseguir com a audiência pública: um, do Senador Inácio Arruda, que pede inclusão no rol dos convidados para segunda audiência do Sr. Marco Altberg, Presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão, ABPI-TV, e outro do Senador Cícero Lucena, que pede a inclusão de um representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) também para participar da mesma segunda audiência.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, vou proceder à votação.

As Srs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Sr. Cesar Rômulo Silveira Neto, representante do Sr. Eduardo Levy Cardoso Moreira, diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil).

O SR. CESAR RÔMULO SILVEIRA NETO – Senador, a nossa primeira declaração é de que reafirmamos a necessidade da urgente aprovação do PLC nº 116. Isso vai resolver vários dos problemas apontados nas perguntas que os Senadores acabaram de fazer.

Primeiro, ao Senador Alvaro Dias. As empresas de telecomunicações estão ávidas para atender à demanda dos seus consumidores – que é oferecer serviços de valor adicionado, serviços de chamados *triple play*, *quadriplay* – e estão prontas para fazer investimentos maciços, como já fizeram para atender às políticas públicas de telefonia nesse setor.

Questão do subsídio cruzado. É uma prática que não praticamos. O que acontece é que há um subsídio, se assim pudermos chamar, um subsídio ao contrário. Estamos presentes, por força das políticas públicas estabelecidas pelo Congresso Nacional e pelo Governo, em mais de 37 mil localidades. Talvez sejamos o serviço público que esteja mais próximo da população nos rincões mais remotos da Pátria. Em qualquer localidade com cem habitantes, estamos lá presentes.

Operar e manter os serviços com as qualidades que são exigidas pela regulamentação, nessas 37 mil localidades, é um custo onerosíssimo, e poderíamos até dizer que o subsídio que eventualmente exista é das localidades mais bem aquinhoadas, que suportam a operação e a manutenção desses serviços em localidades remotas, de difícil acesso, que são todos deficitários.

Eu afirmaria também para o senhor, Senador, que o setor de telecomunicações talvez seja um dos mais disciplinados, em obediência à regulamentação e na implementação de políticas públicas. Esses 183 bilhões de investimentos foram feitos para dar cumprimento a políticas públicas. E esteja certo, Senador, que, em havendo novas políticas, estaremos dispostos a continuar a cumprir rigorosamente as políticas que forem determinadas.

Casando com uma questão que a Senadora Ideli apresentou, uma das coisas com que o setor de telecomunicações se preocupa muito é que, desses falados R\$130 bilhões que foram efetivamente faturados pelo setor de telecomunicações, o valor adicionado é

de cerca de 46%. Desses 46%... Estamos falando da ordem de 130 bilhões; metade, 65. Desses 65 bilhões arrecadados, 63% são recolhidos para o Estado brasileiro, na forma de tributos – 62, perdão... Repito: 63% nós recolhemos a título de tributos para o Estado brasileiro; 21,5% são utilizados para pagar os rentistas, basicamente juros dos financiamentos adquiridos; 8% desse valor adicionado é apropriado pelos trabalhadores; e 7,5% são apropriados pelos acionistas, que são utilizados basicamente no pagamento de dividendos, aqueles dividendos quase que compulsórios, e no reinvestimento, ou seja, nesses 130 bilhões de reais de receita, dos quatro principais atores, vamos dizer assim, na produção de serviços, os acionistas são os que ficam com a menor parte. A maior parte fica com o Estado brasileiro, da ordem de 63% do valor adicionado produzido.

Então, respondendo à Senadora Ideli: o que nos preocupa não é o PLC 116; pelo contrário, a gente está vendo o PLC 116 como uma solução para dar mais uso a investimento que já foi feito, o que possibilitará as empresas de telecomunicações a prestarem serviços que hoje estão impedidas de prestar.

E, como bem destacou o Annenberg, estamos perdendo mercado, as empresas de tele estão perdendo mercado, porque não estão podendo oferecer serviços de banda larga, serviços de valor adicionado, *triple play*, *quadriplay*, que o mercado, a sociedade está demandando, e estamos preocupados de não estar podendo atender a essa demanda em todos os Municípios brasileiros.

Outra questão que nos preocupa é o Fust, que foi criado para financiar a universalização dos serviços de telefonia. Existe um projeto do Senador Aloizio Mercadante, que hoje está na Câmara dos Deputados, que seria uma boa medida. Uma boa contrapartida da Câmara dos Deputados à aprovação do PLC 116 seria a aprovação do projeto, que teve origem aqui nesta Casa, da questão da redestinação da aplicação dos recursos do Fust, que achamos fundamental que sejam também imediatamente aplicados.

Outra questão é a questão do Fistel, que está a onerar tremendamente os usuários de telefonia celular, principalmente os dos celulares pré-pagos. Estamos arrecadando, já arrecadamos, em termos de Fistel, mais de 30 bilhões de reais, que não foram aplicados segundo o que a lei aprovada pelos senhores manda que seja aplicado. Está fazendo superávit primário para pagar os juros da dívida pública. O recurso do (*falha na gravação*) está onerando os usuários, principalmente os de celulares de pré-pago, o que impede que eles façam uma melhor utilização dos serviços.

Quanto às questões colocadas pelo Senador Inácio Arruda, ele fez um comentário interessante, de que nós não nos manifestamos quanto à questão de identidade nacional, e não foi por falta de lembrança ou falta de dar importância a isso, porque nós atuamos como distribuidores. Mas eu gostaria de ressaltar que toda essa possibilidade de os produtores de conteúdo, da radiodifusão fazerem esse fortalecimento nacional, muito disso é feito em cima das redes por nós implantadas.

Lembrando sempre que, na história das telecomunicações, tivemos vários projetos, projetos de integração nacional pelas telecomunicações, que não estão tanto tempo lá atrás, todo atendimento de fronteira, todo atendimento das ilhas dos faróis somos nós que fazemos. E, relembando, nós estamos presentes em mais de 37 mil localidades neste País. Talvez sejamos o único serviço público que esteja presente em todas essas localidades.

Finalmente, na questão levantada pelo Senador Flexa Ribeiro, o que mudou nesse cenário é que a TV por assinatura cresceu porque uma das questões, além da qualidade dos serviços que eles estão prestando, que melhorou com a TV digital muito, é a demanda por banda larga. Nós queremos também poder atender com a tecnologia moderna que as TVs por assinatura estão podendo oferecer a seus usuários e nós estamos impossibilitados de prestar esse tipo de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Cinema – Ancine.

O SR. MANOEL RANGEL – Foi muito interessante o debate e as questões todas que surgiram. Eu acho que o Annenberg é feliz ao mencionar o quadro instável de ontem e de hoje. É, de fato, um quadro instável o quadro em que estamos vivendo. O mercado vai impondo o seu ritmo e ditando a forma como ele vai encontrando as brechas para operar. É o mercado que está impulsionando esse redesenho da realidade que nós conhecemos, da realidade que o marco regulatório construiu, e o faz de uma maneira que, embora tenha méritos, é pouco feliz, porque deixa uma instabilidade geral na operação desse serviço no País, instabilidade essa que coloca em xeque a atuação também dos reguladores, que são pressionados a lidar com uma realidade nova que se impõe pela mão do mercado e para a qual é preciso construir um novo arcabouço regulatório.

Portanto, ele é feliz quando diz que é a esse quadro instável que o PLC nº 116 dará segurança jurídica. É nesse quadro instável que o PLC nº 116 fará aflorar a garantia do interesse público. E o PLC nº 116 oferece

um avanço conceitual que permite também recepcionar o futuro regulatório desse setor.

O Senador Antonio Carlos Júnior, como especialista que é e conhecedor da matéria, diz, com muita razão, que as mudanças nos últimos anos impuseram uma nova realidade para o empresário da comunicação, para a empresa de comunicação, colocando, por um lado, a questão das redes e, por outro, a questão dos conteúdos, e que, portanto, esse negócio se colocou: se antes era tratado como uma coisa só, passou a ter duas dimensões mais evidentes. Elas sempre tiveram presentes, mas agora elas estão evidentes e pedindo solução.

O que eu acho é que, embora tenha sido tentada, nesses quatro anos, a ideia de trabalhar em espaços separados as duas matérias, esse era um caminho possível teoricamente. A realidade demonstrou que, embora se tratem de duas realidades, a realidade das redes e a realidade do conteúdo, a camada de telecom e a camada de audiovisual, quando a gente pega uma matéria sensível, como a prestação do Serviço de Acesso Condicionado, o serviço de TV paga, ou quando você pega uma matéria que não está em debate aqui, repito, não está em debate, como o da radiodifusão, as coisas se imbricam e têm um vetor que conduz a oferta desse serviço. O vetor que conduz é a oferta da obra audiovisual, é a oferta do conteúdo, ou seja, é o aspecto comunicação.

Portanto, se nós tivéssemos feito o que o PL nº 29 do Deputado Paulo Bornhausen propunha na sua origem e esquecido os outros três projetos de lei e esquecido o projeto de lei do Senador Flexa Ribeiro também, nós teríamos criado uma grave dificuldade para as empresas de comunicação brasileiras, nós teríamos criado graves dificuldades à televisão aberta brasileira, nós teríamos criado graves dificuldades aos programadores brasileiros e teríamos, por extensão, criado um cenário de muita dificuldade ao conteúdo brasileiro, à identidade nacional dentro do espaço de comunicação que o mercado brasileiro oferece.

É por isso que a solução acabou tendo que ser dada de maneira articulada, numa negociação que procurou equilibrar os vários pratos da balança, procurando encontrar equilíbrio.

O Senador Flexa Ribeiro, também de maneira muito arguta, diz: “esta audiência pública prestaria um serviço maior se apontasse o que falta resolver dentro do PLC nº 116”. E aí, Srs. Senadores, o que eu acho que emergiu desta mesa é que, a rigor... Por que o dissenso não foi a tônica nesta mesa? O dissenso não foi a tônica nesta mesa, porque houve a construção de um consenso, de um consenso que não foi um consenso pacífico, que não foi um consenso carente de polêmi-

cas, que não foi um consenso gratuito e fácil. Não, foi um consenso difícil, polemizado, em duras batalhas, mas foi um consenso negociado.

Eu assisto ao trabalho dos senhores e sei que o esforço que os senhores fazem todos os dias é o esforço da construção do consenso, não da unanimidade, mas da construção do consenso. Eu quero dizer que os senhores contribuíram para isso desde as primeiras audiências públicas realizadas em 2006 e contribuíram para isso no processo que teve curso ao longo dos quatro anos. É por isso que aqui a ênfase não foi dada na polêmica.

Eu poderia aqui, se os senhores me solicitassem, listar dez, quinze, vinte, talvez trinta artigos polêmicos do PLC nº 116. Poderia dizer aos senhores: nisso aqui, fulano e beltrano concordam, cicrano e outro discordam radicalmente. Nesta matéria aqui, Maria e João são a favor; naquela ali, Benedito e Paulo são radicalmente contra. Esta matéria aqui era, na origem, defendida por Elizabete e por Joana desta maneira, mas ficou desta maneira, porque Ricardo e Roberto apresentaram essas, e essas, e essas ponderações, e a única coisa que restou foi isso.

Para vocês terem uma idéia da maneira como essa obra foi construída, essa obra não é fruto do talento das entidades. Quero dizer: não é fruto do talento da Telebrasil, da ABTA, do CBC, do Sicav, da Abert, da Abra não. É fruto do talento dos Parlamentares brasileiros, é fruto do talento de Deputados como o Deputado Julio Semeghini, do PSDB de São Paulo, o Deputado Jorge Bittar, do PT do Rio de Janeiro, Deputado Paulo Lustosa, do PMDB do Ceará, Deputada Solange Amaral, do DEM do Rio de Janeiro, Deputado Felipe Maia, do DEM do Rio Grande do Norte, Deputado Paulo Roberto, do PTB do Rio Grande do Sul, e vários outros que eu, injustamente, não estou citando.

Mas é para dizer que foram eles que impuseram aos agentes econômicos que eles teriam que encontrar denominadores comuns e que, mesmo quando o agente econômico dizia “não, não, não e não vou deixar que esse processo siga” e mobilizava seus parlamentares para não deixar o processo andar,— porque os senhores sabem que esse é o jogo democrático —, esses parlamentares diziam de maneira dura: se vocês não se entenderem, não haverá entendimento possível dentro do Congresso nacional, porque o Congresso Nacional representa os interesses da sociedade brasileira. Aqui se pactuam os interesses da sociedade brasileira. São os senhores os guardiões do interesse da sociedade brasileira. Eu diria que, acertadamente, faziam o seu trabalho, ouvindo todo mundo, levando em conta o que todo mundo tem para dizer. E eu, longe de mim. Senador Antonio Carlos, tenho o

maior respeito por esta Casa, tenho o maior respeito pelo trabalho do Congresso Nacional, acho que é aqui que se garante a democracia. E, evidentemente, se o Senado entender que tem que fazer alterações, deve fazer, independente dos interesses econômicos, dos interesses das pessoas, independente inclusive do grande consenso construído. Ou seja, o nosso papel apenas é procurar atender o pedido que os senhores nos fizeram: informá-los do que aconteceu até o presente momento.

Há uma frase muito feliz que foi cunhada durante o Congresso da ABT, Annenberg. Muito feliz. É uma frase de um agente econômico importante do País. Ele disse o seguinte: “Quem programa e produz não distribui. Quem distribui não programa nem produz.” Ele sintetizou, nessa frase simples, a complexidade do PLC 116 e de um cenário que pode ser um cenário favorável ao Brasil ao longo dos próximos anos.

O Senador Flexa diz da necessidade de fazer do Brasil uma grande potência do mundo globalizado. Eu acho que o PLC contribuirá para isso ao fortalecer produtores e programadores brasileiros, não produtores e programadores brasileiros trabalhando com conteúdo estrangeiro. Não. O que a lei está trazendo são benefícios a produtores e programadores brasileiros trabalhando com conteúdo brasileiro. Não há cota para programador brasileiro em geral, para ele distribuir conteúdo estrangeiro. Há cota para programador brasileiro distribuir canal que tenha a maioria de conteúdo brasileiro.

Portanto, eu sintetizaria, respondendo ao Senador Flexa Ribeiro, sem deixar de responder a algumas questões de maneira mais pontual, que os objetivos com o PLC 166 são, como já disse o Annenberg, uma nova base conceitual que modernize o marco regulatório. Mas há alguns outros objetivos, mais diretos e explícitos sobre o olhar do usuário: é expandir o serviço por todo o País, é oferecer maior competição, é oferecer mais conteúdo brasileiro, que tem um imenso valor afetivo para os brasileiros, e oferecer uma tevê paga com maior qualidade, mais diversidade, maior penetração no território e menor preço.

Eu queria comentar a questão que o Senador Alvaro Dias levantou, de que eu concordo que, num cenário ideal, seria melhor que as empresas percebessem que, no Brasil, o conteúdo brasileiro tem mais força, porque nos canais de televisão por assinatura, por incrível que pareça, a maior audiência ainda são dos canais de tevê aberta. Depois dos canais de tevê aberta, estão entre as maiores audiências canais que têm uma grande força de conteúdo brasileiro, como o Canal Multishow, o Canal Brasil. Então, entre as 25 maiores audiências da tevê por assinatura, embutidos

nessas 25 maiores audiências, os canais de televisão aberta, por incrível que pareça. O que parece ser um contrassenso pagar na televisão por assinatura para assistir a canal de televisão aberta. Mas isso acontece também porque em nossas casas a gente não vai ficar trocando as conexões, a gente aí receber tudo pela mesma conexão, não é mesmo?

O fato é que a estrutura mundializada da distribuição, Senador Alvaro Dias, faz com que o programadores estrangeiros que atuam aqui no Brasil são também grandes casas produtoras nos seus países de origem. Eles montam canais de distribuição aqui para otimizar o conteúdo que produziram lá fora. Então, o que eles querem é rentabilizar ao máximo o conteúdo que eles já produziram lá fora. Tratar com um conteúdo produzido aqui implica um novo gasto, um novo custo. Na lógica do negócio da matriz, não faz sentido. Para nós que somos brasileiros faz todo sentido ter mais conteúdo brasileiro sendo veiculado. E quero dizer que alguns programadores estrangeiros, quando têm oportunidade – e nós temos colocado recurso público a disposição deles – têm feito um esforço grande de produzir conteúdo brasileiro, mas eu preciso dizer: têm produzido conteúdo brasileiro com dinheiro público brasileiro para veicular nesses canais.

Acho que a nossa qualidade vai se impor. Ela já se impõe na televisão aberta e vai se impor também na televisão por assinatura. Acho que o que está em jogo é, de fato, como disse a Senadora Ideli, um esforço de maior qualidade, de maior acesso, um esforço de defesa do interesse nacional dentro desse cenário. Eu não consigo ver nada no PLC nº 116 que deveria ser retirado. Que poderia ser acrescido, vejo várias coisas. Contento-me em não pensá-las nesse momento por aquele esforço de contenção de pensar: as coisas só chegam ao fim quando chegam ao fim. E se em algum momento não se colocar um fim, nós poderemos debater pelos próximos anos sem conseguir lidar com essa realidade instável que está posta diante de nós.

Por fim, eu queria comentar que entendo que saímos desse quadro de cinco milhões para 9,3 milhões, nos últimos quatro anos, porque aumentou a renda do brasileiro, entraram novos operadores de cabo, operadores de televisão por assinatura, corrigindo-me, as telefônicas passaram a oferecer o serviço, porque houve fusões. A NET passou a estar associada com a Telmex e a Embratel, o que cria uma sinergia do negócio. A TVA passou a estar associada com a Tefônica, o que criou uma sinergia do negócio e permitiu a oferta do *triple play*, que alavancou a expansão do serviço de televisão por assinatura. Agora, poderia ter crescido muito mais, numa realidade onde as barreiras de entrada tivessem caído, as barreiras de entrada

para distribuição de serviço e as barreiras de entrada de conteúdo, de programadora. Se essas barreiras caírem, o mercado vai crescer velocemente, e as empresas brasileiras terão uma presença indispensável nesse cenário.

A questão da comunicação audiovisual em geral que o PLC traz como conceito, o Annenberg já respondeu, e sobre a questão eu ficaria por aí, porque não nos cabe prever o futuro, o futuro pertence a Deus e pertence aos brasileiros que irão construí-lo nos próximos anos.

E por fim dizer que, como apontei anteriormente, as empresas brasileiras que recebem algum tipo de benefício dentro desse projeto – como o art. 6º desse projeto, que diz que são as empresas brasileiras que devem poder trabalhar com eventos de interesse nacional – o fazem para trabalhar com o conteúdo nacional. Portanto, não é uma reserva indevida. É um estímulo para que as empresas brasileiras continuem a existir, fortaleçam-se e tenham uma presença no mundo, porque, além de exportar petróleo, além de exportar soja, além de exportar ferro, também deveríamos exportar o imenso talento que os brasileiros têm para produzir televisão, para produzir cinema, para produzir publicidade. E para isso, é preciso ter empresas fortes.

Muito obrigado, Senador.

Obrigado, Senadores, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Luiz Carlos Barreto Borges, conselheiro fiscal do Sindicato Interestadual da indústria audiovisual – Sicav, Rio de Janeiro.

O SR. LUIZ CARLOS BARRETO BORGES – Vou inverter um pouco aqui a ordem das intervenções, porque há duas coisas importantes, duas questões colocadas muito importantes: uma, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães; e outra, pela Senadora Ideli, que lembrou também qual é o grãozinho que está empatando, porque a gente está discutindo de novo tudo isso. Porque o consenso feito lá na Câmara está aqui nesta Mesa. Não tem ninguém aqui dizendo que aquilo que nós escrevemos ali, que está lá, que nós fomos ali assessorados pelos Deputados e tal, e criamos esse texto jurídico, que é o PL 29 e agora PLC 116, ele permanece na cabeça de todo mundo. Aqui está todo mundo de acordo e querendo que ele seja aprovado. Não estamos trazendo ao Senado uma questão polêmica. Quer dizer, o Senado...

Então, o Senador Antonio Carlos tem todo o direito e dever de defender essa ideia de o Senado não ter que ser apenas um ratificador de coisa que vem porque tem pressa, porque tem que passar e tal. Pela minha idade, como fui muito amigo de Antonio Carlos, amigo, amigo, amigo, era também uma coisa que

Antonio Carlos sempre dizia: “Não, não podemos ser aqui só...” Ele dizia: “Sarney, não podemos estar aqui só assinando coisa que vem dos Deputados porque lá não dá tempo mais. Isso aqui... Então, não precisa vir aqui”. Concordo inteiramente.

No caso aqui, nós representamos um consenso de associações que estão envolvidas num negócio enorme do ponto de vista financeiro, e nós aqui, produtores de conteúdo brasileiro, somos um grãozinho de nada nisso. Nós estamos envolvidos com tratores enormes e nós somos formiguinhas nesse negócio aqui. Imagine o trabalho de conciliar esses grandes interesses com as pequenas questões da produção nacional, do ponto de vista dos interesses comerciais de mercado. As indústrias criativas hoje estão incluídas entre as três maiores cifras de negócios do mundo. Elas estão em crescimento. Tem um estudo da Price Waterhouse que diz que o crescimento médio mundial, nos últimos dez anos, dessas indústrias criativas, foram da ordem 8,5%, 9% ao ano, enquanto toda a economia mundial estava reprimida. Nós mesmo aqui, na América Latina, 3%, 3,5%, 4%. Essas indústrias criativas na América Latina cresceram 8,2% ao ano; no Brasil, a quase 9% ao ano nesses últimos 10 anos, gerando emprego, renda, tudo isso.

Isso é o quadro do negócio, e a Senadora Ideli botou aqui o dedo ferida. O que está empatando esse negócio aqui? Para eu não jogar para debaixo do tapete, eu não tenho mais idade para jogar nada para debaixo do tapete, vamos abrir o jogo. O que está empatando esse negócio é que essas associações todas aqui fizeram acordo, e coisa que político mais respeita é acordo. O acordo é o capital maior... O respeito aos acordos é o capital maior do político, e não seríamos nós que iríamos trazer para vocês um falso acordo. E está aqui, agora, um ou outro caindo fora do acordo. Existe realmente um troço nesse negócio todo: uma empresa, uma única empresa do setor – a Sky, vamos dizer o nome – com uma posição radical, inclusive dentro da sua própria associação, e radical contra o fantasma da telefonia, que era um, depois, contra o fantasma da cota. Essa fantasma da cota, a Sky, na prática, cometendo uma violência, truculência. O Canal Brasil que estava lá sob contrato, tem lá um contrato até 2014, eles tiveram a arrogância, a petulância de romper o contrato e tirar do ar o Canal Brasil em retaliação ao fato de a gente estar lutando por essa lei.

Foi preciso que nós entrássemos também com certa violência e dizer assim: “Temos um contrato até 2014. Vai voltar no ar ou não vai?” E, no espaço daquele tempo, o Canal Brasil que é um canal não capitalizado ainda, não é um canal ainda fortemente capitalizado, sofreu um prejuízo de alguns milhões, com

um contrato vigente. Esse contrato não foi respeitado e, agora, eles voltaram a botar o canal no ar, um canal de conteúdo brasileiro.

Essa empresa Sky é o único, é o grãzinho que está aqui circulando. O lobby dela, não sei onde ela está, dando a aparência de que isto aqui é uma coisa apressada, de que o Senado vai... Não é nada disso. É o interesse exclusivo de uma empresa.

Então, estou aqui dizendo, abrindo, meu irmão... Não há nenhum motivo, para ficar fazendo um joguinho aqui, vamos dizer, de interesses. Até sei as consequências disso que estou fazendo aqui, neste momento. Sei muito bem as consequências que vamos sofrer por isso que estou dizendo aqui, mas não vou deixar isso debaixo do tapete.

Se esse projeto... O verdadeiro projeto de democratização da comunicação de massa no Brasil é esse, porque, no momento em que joga as telefônicas, que era o pavor de tudo, das televisões abertas e por assinatura, todo mundo... E essas televisões abertas e por assinatura terminaram por aceitar, porque racionalmente sabem que isto aqui não é... Não estou dizendo que são 90 milhões de lares: são 90 milhões de brasileiros. Acho que vamos atingir 30 milhões de lares. Botam-se aí três pessoas por... o que é pouco, para a vida brasileira. Trinta milhões de lares que vamos ter com a entrada das telefônicas.

Então, todo mundo entendeu que essa escala vai mudar o negócio. Agora, vamos... Eu posso aqui também fazer outro tipo de revelação, que temos sofrido na pele: quando nós colocamos no ar, por meio de uma programadora americana forte, a Fox, que nos comprou um lote de filmes, para exibir na América Latina, isso, há dez anos, e esse lote, quando entrou, provocou tal nível de audiência na América Latina, logo, imediatamente, percebeu-se que o conteúdo brasileiro tem um impacto muito grande na América Latina, uma preferência.

Eu já fui testemunha disso antes. Sou um pouco um dinossauro, com os meus 82 anos de idade. "O Cruzeiro", a revista "O Cruzeiro", que, todo mundo sabe, é o maior órgão de comunicação de massa do Brasil, resolveu tirar uma edição em espanhol. Chateaubriand... E fizemos uma edição de língua espanhola, para distribuir na América Latina. A "Life", que era uma revista americana, tinha uma revista também em espanhol que estava sozinha no mercado.

Quando "O Cruzeiro" entrou, bateu a tiragem da "Life", ultrapassou, teve a preferência do público no Peru, na Argentina, na Colômbia, em todo lugar. Em algum lugar, inclusive, "O Cruzeiro" entrava como contrabando, porque não tinha conseguido regularizar a situação.

Qual foi a providência imediata? Que todas as agências de publicidade – na época, todas americanas e européias – não veiculassem publicidade na revista "O Cruzeiro". O que, em seis meses, inviabilizou a operação, e a revista "O Cruzeiro" teve que sair do mercado latino-americano.

Quer dizer, isso não tem nada de ideológico, não: é coisa comercial. A revista "O Cruzeiro" estava indo ali, para... Mas é evidente que ela levava ali a vida brasileira, o povo brasileiro, o carnaval brasileiro, o futebol brasileiro, a política brasileira – a cultura brasileira estava toda ali.

É o que está acontecendo. O que está acontecendo é o seguinte: a expansão. E a possibilidade que o Brasil tem de produzir conteúdos audiovisuais de poder competitivo, tanto em preço como em qualidade já é comprovada internacionalmente. O negócio é gente conseguir decuplicar a nossa capacidade de produção, porque tem um estudo realizado por empresas de mercado na Europa, na Suíça, sobre a demanda mundial de produtos audiovisuais. Só para falar de longa metragem, o mundo exigiria hoje uma produção de mais ou menos dez mil longas metragens por ano. O mundo não produz, incluindo a produção indiana que é a maior do mundo, mais do que três mil títulos. E necessitariam dez mil.

Então, o Brasil é um dos países que, por sua diversidade cultural, por sua extensão territorial, por sua grande riqueza de geografia humana e física, como diz Gabriel Garcia Marques, junto com os Estados, têm como grande vocação a produção audiovisual.

Se nós estamos pensando em ser não mais coadjuvantes no mundo, mas, sim, atores, nós temos que ter essa capacidade de levar nossa identidade, não para impor aos outros, mas para nos relacionarmos com os outros, não com o sentido imperialista.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. ALEXANDRE ANNENBERG – Então, esse é o apelo que eu faço, Senador Antonio Carlos, que não pensem que esse projeto é arranjadinho para empurrar na goela do Senado. Não! Nós queremos... porque ele ainda vai ter que sofrer para frente, com a prática, muito aperfeiçoamento, porque a realidade vai ser muito dinâmica a partir disso. Vai ser muito dinâmica. Nós temos vendo aqui os investimentos já feitos pelas telefônicas geraram uma demanda que eles não podem atender. Nós vamos perder uns cinco anos possivelmente se a gente não avança nesse projeto. Nós vamos perder o bonde. Tenho dito.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradecendo a presença de todos, nada

mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h58min)

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30.

Às doze horas e seis minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, GILBERTO GOELLNER, HERÁCLITO FORTES, MARISA SERRANO, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, ALVARO DIAS e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores **MARINA SILVA, ALFREDO NASCIMENTO, JOÃO RIBEIRO, HÉLIO COSTA, VALTER PEREIRA, KÁTIA ABREU, ELISEU RESENDE, ARTHUR VIRGÍLIO, CÍCERO LUCENA, GIM ARGELLO e JEFFERSON PRAIA**. O Senhor Senador **JEFFERSON PRAIA** justifica a ausência. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da **PAUTA. Item 2) Aditamento ao Requerimento nº 30, de 2010-CMA – Não terminativo**, que “requer, em aditamento ao Requerimento 30 de 2010-CMA, de autoria da Senadora Marina Silva, que seja incluído no rol dos convidados para a Audiência Pública sobre o PLC 1/2010, que “fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981” um representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI”. **Autoria: Senador Gilberto Goellner**. Colocado em votação, o Aditamento é aprovado. Após, usa da palavra o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Itens 1) Requerimento nº , de 2010 – Não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu; 3) PLC nº 55, de 2007 – Não terminativo; 4) PLC nº 92, de 2010 – Não terminativo; 5) PLC nº 58, de 2008 –**

Terminativo; 6) PLC nº 70, de 2009 – Terminativo; 7) PLS nº 135, de 2009 – Terminativo; 8) PLC nº 35, de 2009 - Terminativo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 07/12/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A reunião destina-se à deliberação das matérias constantes da Pauta.

Quero aproveitar e informar aos membros que em virtude do término da Legislatura, todos os processados de matérias devem ser devolvidos à secretaria da comissão, em até dois dias após a última reunião, que está prevista para a próxima terça-feira, dia 14 de dezembro. Nesse sentido, encaminharei ofício a todos os membros da comissão solicitando essa devolução na data informada.

Então, Srs. Senadores, certamente, na semana que vem, na terça-feira, teremos a última reunião, dois dias após, até dois dias após, solicito(F) que vocês devolvam todos os processados, todos os projetos que estão aí para serem relatados por V. Exas. Eu peço que vocês possam devolver à secretaria da comissão, para que, no ano que vem, no novo ano legislativo, na nova Legislatura, os projetos que não forem votados, que não foram relatados possam ser, de novo, redistribuídos.

Informo, ainda, sobre a realização, hoje e amanhã, da Conferência das Cidades, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, com o tema “O Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental”. A programação do evento está disponível na secretaria da comissão.

Submeto à comissão as Atas da 31ª Reunião e da 32ª Reunião conjunta: 31ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e da 32ª Reunião conjunta da CMA, CCJ, CCT, CAE e Comissão de Educação.

Os senadores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado. Aprovada ou aprovada as Atas.

O Item nº. 1 é o requerimento da Senadora Kátia Abreu, que mais uma vez não se encontra, então não o colocaremos em apreciação.

O Item nº. 2, do Senador Gilberto Goellner. O requerimento com aditamento ao requerimento da Senadora Marina Silva, para incluir no hall dos convidados uma sugestão, e que eu passo a palavra ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vosso requerimento diz respeito a ampliar o número de componentes da Mesa para instruir o PLC nº. 1, de 2010, “que fixa normas... e dentro da cooperação entre União, os estados e o Distrito Federal, os municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens”. Enfim, trata da competência dos estados e municípios para o art. 23, da nossa Constituição, possibilitando aos mesmos, também, trabalharem na fiscalização, na regulação e no licenciamento de atividades... de todas as atividades que necessitam do trabalho que, hoje, infelizmente, não consegue ser executado integralmente pelo IBAMA.

Então, a esse respeito, eu gostaria de incluir a Confederação Nacional das Indústrias, que tem muito a ver com essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Em discussão o aditamento solicitado pelo Senador Gilberto Goellner.

Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que forem favoráveis à aprovação do requerimento solicitando o aditamento permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Item nº. 3, o relator Senador Jeferson Praia, que está sempre presente junto conosco aqui. Ele, hoje, justificou a sua ausência e como é o primeiro dia que a matéria está constando da Pauta, nós vamos deixar da próxima terça-feira.

O Item nº. 4, também em relatoria do Senador Jeferson Praia, que também consta pela primeira vez na Pauta. Vamos deixar, também, para a próxima reunião.

Os demais itens são terminativos, nós não temos quórum para a deliberação. Portanto, eu vou encerrar essa sessão ordinária da comissão e... Encerro a presente sessão e convido, para a próxima terça-feira, vamos fazer um esforço para que a gente possa votar os projetos terminativos, na próxima terça-feira. Seria bom que a gente conseguisse votar, na próxima terça-feira, as 11h30 da manhã, os projetos terminativos dessa comissão antes de concluirmos o ano legislativo.

Então eu estou... Ao Senador Flexa, ao Senador Gilberto Goellner que estão presentes aqui, que estão

sempre presentes, que possam, de novo, estarem presentes na próxima terça. E determinar ao secretário da comissão que mobilizem de forma especial os senadores para que nós tenhamos condições de apreciação dos projetos terminativos, na próxima terça-feira, antes de concluirmos o ano legislativo, até porque também está concluindo o meu mandato a frente desta comissão, porque a partir de 1º de janeiro, terei, e com muita alegria, com muito prazer, assumirei o governo do Estado do Espírito Santo.

Então, Senador--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Flexa Ribeiro, seria bom que nós pudéssemos aprovar as matérias na próxima terça-feira.

Antes de encerrar, então, eu vou passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Renato Casagrande, V. Exa. terá todo o apoio nosso, tanto meu quanto do Senador Gilberto Goellner, para que nós possamos, na próxima terça-feira, ter para aprovarmos os projetos terminativos, até em homenagem a V. Exa. V. Exa. que, como disse, encerra o seu mandato legislativo para assumir o governo do Espírito Santo. Esta Casa perde um grande senador e o Espírito Santo ganha um grande governador.

Então, vamos fazer, com certeza absoluta, essa sessão no próximo dia 14, uma sessão especial, eu diria, inclusive, porque deverá ser, além da última sessão dessa Legislatura, uma sessão em que nós vamos concluir a Pauta dos projetos terminativos e fazer uma homenagem à V. Exa. que com grande competência presidiu a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle durante esses dois anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Portanto, nós teremos, após o encerramento desta reunião, e já estou convocando para a próxima terça-feira, com essa característica de buscarmos votar as matérias terminativas, mas informo também que nós teremos, agora, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, uma reunião da subcomissão que trata da Belo Monte.

Então, eu encerro a presente reunião e já iniciaremos a outra presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, reunião da subcomissão.

ATA DA 52ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM CONJUNTO COM A 45ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, 53ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, 34ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 37ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14:30 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quinze horas e vinte minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da CCJ, nº três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Demóstenes Torres, com a presença dos Senadores Almeida Lima, Álvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, Gerson Camata, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Jayme Campos e Marisa Serrano. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra presença honrosa do senhor Paulo Lustosa, Deputado Federal – PMDB/CE. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a Reunião. Passa-se à apreciação da Pauta. **2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA** destinada a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. Autoria: Deputado Paulo Bornhausen. Relatoria na CCJ: Senador Demóstenes Torres. **Convidados:** Renata Pagy Bonilha, Advogada, representante do Senhor Luiz Eduardo Baptista P. Rocha, Presidente da SKY; Luis Roberto Antonik, Diretor-Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, representante do Senhor Emanuel Soares Carneiro, Presidente da ABERT; Adriano Roberto Civita, Conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV, representante do Senhor Marco Altberg, Presidente da ABPI-TV; Marcos Alberto Sant'anna Bitelli, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, representante do Senhor Carlos Alkimim, Diretor Executivo da ABPTA; João Carlos Saad, Conselheiro Consultivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – ABRA, representante do Senhor Amilcare Dallevo Júnior, Presidente da ABRA; Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL; Jacintho Arruda

Câmara, Professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representante do Prof. Carlos Ari Sundfeld, Professor da FGV e da PUC/SP; Roberto Moreira, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo – SIA-ESP; Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça - DPDC, representante da Senhora Juliana Pereira da Silva, Diretora do DPDC; Tereza Trautman, Diretora da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual - APBA, representante do Senhor Jorge Moreno, Presidente da APBA. A Presidência declara encerrada a Reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro da estenotipia informatizada. – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 52ª reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em conjunto com a 45ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 53ª reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, 34ª reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle e 37ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se a debater o Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2010, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências. De autoria do Deputado Paulo Bornhausen, conforme requerimentos aprovados nas Comissões.

Convidados: Renata Pagy Bonilha, advogada, representante do Sr. Luiz Eduardo Baptista Rocha, Presidente da Sky; Luis Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Te-

levisão – Abert, representando o Sr. Emanuel Soares Carneiro, presidente da Abert; Adriano Roberto Civita, conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV, representando o Sr. Marco Altberg, presidente da ABPI-TV; Marcos Alberto Sant’anna Bitelli, consultor jurídico da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, representante do Sr. Carlos Alkimin, diretor-executivo da ABPTA; João Carlos Saad, conselheiro consultivo da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra, representando o Sr. Amilcare Dallevo Júnior, presidente da Abra; Ronaldo Mota Sardenberg, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Jacinto Arruda Câmara, professor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, representando o Professor Carlos Ari Sundfeld, professor da FGV e da PUC, de São Paulo; Roberto Moreira, presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo – Siaesp, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC, representando a Sr^a Juliana Pereira da Silva, diretora do DPDC; Tereza Trautman, diretora da Associação das Produtoras Brasileiras de Audiovisual – ABPA, representando o Sr. Jorge Moreno, presidente da ABPA.

Como temos um número grande de convidados e deveria ser sempre assim, vamos dar cumprimento ao Regimento da Casa, para que todos possam falar, os Srs. Senadores possam perguntar, e os convidados possam responder dentro do prazo legal. Claro que haverá tolerância, mas apenas para que possamos balizar a conduta desta Comissão, tanto da Presidência quanto dos Srs. Senadores, quanto dos senhores convidados.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores na ordem de inscrição. Eu darei 10 minutos. Havendo necessidade eu prorrogarei, para que os convidados possam fazer a sua exposição. Os interpelantes, que são os Srs. Senadores, dispõem de 3 minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Como temos muitos convidados, inicialmente, convidarei os Srs. Adriano Roberto Civita, Marcos Alberto Sant’anna Bitelli, João Carlos Saad, Ronaldo Mota Sardenberg, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira.

Peço aos senhores que, mesmo após a exposição, permaneçam, porque outros virão também fazer a exposição.

Mas depois os Srs. Senadores poderão interpelá-los, deverão fazê-lo.

Por gentileza. É uma honra recebê-los aqui. (*Pausa.*)

Começaremos, então, da esquerda para a direita. Inicialmente, a palavra será concedida ao Sr. Adriano Roberto Civita, Conselheiro da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão – ABPI-TV, representante do Sr. Marco Altberg, Presidente da ABPI-TV. Inicialmente, V. S^a dispõe de dez minutos, mas, se houver necessidade, prorrogo o seu tempo. Com a palavra V. S^a.

O SR. ADRIANO ROBERTO CIVITA – Boa tarde. Agradeço aos excelentíssimos Srs. Senadores e Senadoras, aos demais membros da Mesa e ao Senador Demóstenes Torres a oportunidade de a ABPI-TV estar aqui e participar desse importante debate.

Quero começar só dando uma rápida explicação sobre a ABPI-TV, que é uma associação das produtoras independentes de televisão do Brasil, fundada em 1999. Ela representa as produtoras de conteúdo audiovisual para a televisão e outras mídias. Ela agrega produtoras de todos os Estados, quer dizer, tem uma abrangência hoje de 117 produtores de diversos Estados do Brasil. Ela auxilia os produtores no desenvolvimento do mercado audiovisual brasileiro, representa esses produtores nos diversos debates e fóruns, estimula a produção e novos modelos de negócio, analisa a legislação do setor, participando ativamente de regulamentações como essa, e oferece capacitação ao produtor.

Aqui estão os representantes dela. São 117 associados hoje, nos diversos Estados.

Aqui, basicamente, a gente tem um *slide* que mostra hoje uma das coisas que a ABPI-TV realmente está aqui para defender, que é a produção nacional, o seu aumento e a sua presença na televisão.

Hoje, nos 12 canais por assinatura que existem, apenas 14,60% dos 5.500 longas-metragens são brasileiros. Tirando um canal brasileiro disso, só analisando 11, essa produção cai para 1,4%, que é praticamente nada – 64 filmes de uma totalidade de 4.700 filmes. Em minisséries, também, a gente tem uma participação ínfima de 1,2% na televisão, nos canais monitorados.

A ABPI-TV também defende um projeto internacional – basicamente é o projeto de exportação setorial – que leva as produtoras brasileiras a trabalhar com outros países. Participamos de vários fóruns entre o Brasil e outros países e buscamos, na verdade, maior renda, uma geração maior de emprego e uma inversão no fluxo de capital, ou seja, quando o produ-

tor brasileiro vai para fora, ele consegue mais dinheiro para as produções. E essas produções viajam não só exportando o Brasil, mas também trazendo recursos para o País e desenvolvendo um setor.

O projeto setorial busca, na verdade, posicionar melhor o Brasil e seus produtores, promover o conteúdo audiovisual independente em diversos canais de diversos países e capacitar as empresas para estarem cada vez melhores tecnicamente, com mais condições e mais atuais, para justamente disseminarem o conteúdo brasileiro mundo afora, tal como os Estados Unidos fazem tão bem com o conteúdo deles.

Participamos de 72 eventos – Brasil, Rússia, França, Alemanha, Japão, China. Só para citar alguns canais com os quais a gente trabalha.

Aqui é um exemplo, na verdade. Dentro dos produtores independentes, hoje, temos produtores de todos os tamanhos, uns qualificados, outros menores. A nossa defesa aqui é de um maior espaço para a produção independente brasileira dentro das grades de programação. Temos uma capacidade e uma qualificação já comprovadas.

Hoje, a produção independente de televisão brasileira está presente em televisão aberta e em televisão a cabo. E temos diversos exemplos disso. Um dos exemplos é Moonshot, que programou a série “9MM” para a Fox; a Mixer, que produziu “Descolados” para a MTV; temos o “Peixonauta” feito pela TV Pinguim para o Discovery Channel; e o Discovery Kids, inclusive, que teve a maior audiência do seu canal, foi um projeto independente criado inteiramente por uma produtora independente. Temos a 2D Lab, que acaba de produzir um projeto chamado “Meu Amigãozão”, uma série grande que está tendo... que vai ser exibida em toda a América Latina.

É importante falar que na TV Pinguim, o projeto “Peixonauta”, por exemplo, foi visto em 60 países por mais de 100 milhões de pessoas.

No Brasil, hoje, os produtores têm uma capacitação que já é reconhecida lá fora. Conseguimos co-produções com canais de fora, com produtores estrangeiros. Quer dizer, a qualidade da produção independente é inquestionável. Isso também se confirma com séries que, talvez, alguns de vocês conheçam, tal como: “Mandrake”, feito pela Conspiração para a HBO; a Pródigo acaba de fechar uma produção também com a HBO, Conspiração, “Filhos do Carnaval”. Então, vem crescendo a participação dos produtores independentes na programação tanto a cabo quanto na televisão aberta.

Assim, a qualificação desses produtores, hoje, já existe independentemente do que está sendo colocado no PLC nº 116, tanto é que essas produções estão ten-

do cada vez mais, e por uma livre iniciativa do próprio mercado, o reconhecimento dessa produção.

O nosso entendimento, da ABPI-TV, é que o PLC nº 116, na verdade, dá mais visibilidade e chance aos produtores nacionais, independente do seu tamanho e de onde estejam. O fato é que o produtor nacional, hoje, tem muito pouca chance de colocar sua programação na televisão brasileira.

Em diversos outros países existe um modelo de cotas que é diferente em cada país e que é extremamente respeitado por todos *players*, diferentes *players* de comunicação. Portanto, os números demonstram que, na verdade, o produtor brasileiro precisa de mais espaço na televisão brasileira e o PLC vem a fomentar isso de forma gradativa, para garantir uma maior exposição do produto nacional, do produto independente, do fomento da indústria, com uma maior democratização dessa indústria. E mais do que qualquer coisa, uma maior presença do conteúdo da cultura nacional, do produto do Brasil para ser visto tanto aqui como fora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Programadores de TV por Assinatura – ABPTA, representante do Sr. Carlos Alckmin, Diretor Executivo da ABPTA, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

Com a palavra V. S^a.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT’ANNA BITELLI – Senador Demóstenes Torres, na pessoa de V. Ex^a, os programadores de televisão por assinatura agradecem ao Senado, a esta Comissão e aos presentes a oportunidade de se manifestar em tão importante iniciativa legislativa.

De pronto, gostaria de dispensar as apresentações da Associação. Não vou fazer nenhum *PowerPoint*, porque acho que temos um tempo muito reduzido. Na verdade, para ficar claro, a nossa Associação representa as empresas programadoras de televisão por assinatura, notadamente as programadoras internacionais, aquelas que serão o sujeito passivo das cotas e das demais restrições de comunicação previstas nessa iniciativa.

De pronto, também, gostaria de, a pedido da Associação, deixar bem claro, até pelo que aconteceu na reunião anterior onde parecia que havia um consenso em torno desse projeto de lei, que não há consenso algum dos programadores em relação a vários pontos do projeto de lei que veio da Câmara para cá. Especialmente porque o consenso acontece nos pontos em que não atinge nem o assinante nem o programador, aqueles que não estão sendo ouvidos neste processo. Então, nesse aspecto, a Associação quer deixar bem

claro que nem na Câmara dos Deputados nem no Senado foi possível se estabelecer ou que, pelo menos, ela fosse ouvida, no sentido de fazer prevalecer seus pontos de vista.

Tendo em vista a exiguidade do tempo, a Associação teria a apresentar uma série de questões sobre a constitucionalidade de diversos pontos do projeto. De imediato, basta deixar claro que esse projeto era muito simples e muito tranquilo. Bastava-se o projeto original, onde se visava eliminar as assimetrias regulatórias nos serviços de televisão por assinatura. Então, tratava-se de uma lei para regular serviços. No meio do caminho, essa lei começou a receber uma série de acessórios – uns chamam de penduricalhos, outros chamam de acessórios, outros chamam de garupa – e se transformou em uma árvore de Natal onde as bolas são mais pesadas do que os galhos. Então, seria muito mais simples, esse projeto teria tido uma tramitação muito mais ordinária, muito mais tranquila e sem percalços, se tivesse mantido seu caminho.

Onde o projeto se desviou? O projeto se desviou no momento em que a redação do art. 1º foi alterada, Senador Demóstenes, quando ela se transformou em uma lei que não mais regulava o serviço de comunicação audiovisual de acesso condicionado, mas passou a regular a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Quando ela passou a regular a comunicação, pela definição do art. 1º, “a comunicação são complexos de atividades que permitem a transmissão etc.”, no conceito de complexos de atividades não se encontram mais apenas os serviços de comunicação historicamente sujeitos a regulação previstos na Constituição, mas, sim, três outras atividades: a produção, a programação e o empacotamento, sendo que o único serviço objeto de regulação por permissão constitucional é a distribuição, que é o serviço de televisão por assinatura regulado pelas leis das telecomunicações e fiscalizado pela Anatel, aqui bem representada por nosso querido embaixador Sardenberg.

Nesse ponto, a gente percebe... E eu gostaria, Senador Demóstenes, de passar a V. Ex^a um artigo da minha lavra que foi publicado na revista *Teletime*, em que eu escrevi que o PL 29 é o velho estatismo. Se puder, vou evitar de ler essa matéria, que é um resumo do que aconteceu. Por que é o velho estatismo? Porque, naquela questão muito simples que era solucionar as assimetrias regulatórias das telecomunicações e a entrada das empresas de telecomunicações e telefonia na operação, eu até disse que bastava um artigo e um parágrafo único para resolver isso – o projeto do PL 29 era muito tranquilo para resolver isso –, vem essa tentativa de se regular conteúdo, regular comunicação.

O art. 220 da Constituição proíbe qualquer tipo de regulação de comunicação – a comunicação no sentido que estou fazendo agora, a comunicação de A para B, a comunicação livre, a manifestação do pensamento etc. –, por qualquer meio ou processo. E há uma confusão que se faz, porque as pessoas ficam preocupadas e dizem: “Regular a mídia significa regular a imprensa”. Não, a imprensa é uma das formas de manifestação que se dá através da mídia. Mas a mídia, que, na verdade, é medium, o plural é mídia, se faz por vários tipos de direito de informação, criação, expressão, e um deles é a produção e a programação de conteúdo.

E aí esse projeto se transforma, na verdade, na confirmação daquela grande cruzada que surgiu na época da Ancine, no passado, que é, de novo, transformar a Ancine em uma agência reguladora da comunicação, quando, na verdade, a Ancine nasceu por uma medida provisória que nunca foi votada, no Governo Fernando Henrique, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento e Comércio, e que, em 2002, foi transferida para o Ministério da Cultura, e tem uma agenda própria no sentido de se transformar numa agência reguladora.

Agência reguladora, a Constituição prevê, é a do Ministro Sardenberg, a Anatel, não a Ancine. A Ancine regula fomento. A prova disso é a inserção da Ancine como uma atividade sujeita... As atividades de programação e empacotamento, sujeitas à regulação e fiscalização da Ancine.

Aí, há uma alteração perigosa da Medida Provisória 2228, que é o marco regulatório que nunca foi votado e que criou a Ancine, quando altera, no art. 15 desse PLC, a competência da Ancine, para que ela possa regular e fiscalizar o cumprimento dos princípios da comunicação, do acesso condicionado, das obrigações de programação, empacotamento, publicidade, restrições de capital, etc. Ou seja, a Ancine se transforma numa agência reguladora da comunicação, não é?

Então, a gente tem o projeto da Ancine e, em seguida, a gente tem o projeto da Agência Nacional de Comunicação, que vai ser a agência reguladora das comunicações.

Para mim, na minha visão de mero advogado e de compilador de legislação, parece que a gente vai por um caminho muito perigoso, que é o caminho de se começar a permitir que uma agência reguladora seja reguladora no sentido de regular e não de regulamentar, com delegações, nesse PL, que, simplesmente, transformam o Congresso. O Congresso dá uma carta em branco – é a maior delegação legislativa que eu já vi – para que a Ancine passe a legislar sobre comunicação em geral, não sobre o serviço.

Veja o exemplo do art. 10 e do art. 12, que falam que o exercício das atividades de programação e empacotamento está condicionado a credenciamento perante a Ancine.

Eu me lembro de ter feito um artigo comentando isso e, na última versão na Câmara, foi mudada a palavra “registro” perante a Ancine para “credenciamento”, para evitar que isso fosse uma falsa impressão de permissão administrativa, mas é, de fato, uma permissão administrativa, porque o parágrafo único fala que a Ancine deve-se pronunciar sobre a solicitação de credenciamento em até 30 dias. Não havendo manifestação contrária, o credenciamento será considerado válido.

Ou seja, em que hipótese uma agência de fomento poderá impedir o exercício da atividade de comunicação e da liberdade de expressão de qualquer atividade? Quer dizer, se a Bandeirantes quiser montar uma programadora, precisa de autorização da Ancine; se a Time Warner precisar de uma programadora, precisa de autorização da Ancine.

Mais grave, ainda, é quando se vê, dentro do art. 16, a criação das cotas. Política de cota para televisão por assinatura é uma coisa absurda! Por quê? Porque televisão por assinatura não é televisão aberta. Televisão por assinatura trabalha com outro tipo de modelo.

Televisões por assinatura são canais de nichos, com vocações específicas. Como vou pegar um canal que cuida de clássicos de Hollywood e colocar três horas e meia de conteúdo brasileiro dentro de um canal de clássicos de Hollywood? Como se vai cumprir uma política de cotas desse tipo, contrariando, inclusive, a própria proteção autoral do titular daquele canal, que concebeu aquele canal como um conceito próprio?

A Constituição brasileira, no art. 5º, protege o direito autoral como um direito fundamental, e a Lei de Direito Autoral diz, no art. 7º, que se considera propriedade autoral qualquer tipo de organização que seja uma criação autônoma. Então, quando a Bandeirantes, ou quando qualquer empresa produz um canal, ela tem uma concepção autoral que não permite que se fale: “Olhe, coloque, aí dentro, três horas e meia.”

É a mesma coisa que o senhor chegar em uma banca de jornal, onde tem uma revista National Geographic, que tem uma concepção. Arranque um pedaço dela e coloque um outro pedaço dentro. Ora, eu vou à banca de jornal e quero ler a National Geographic, que foi concebida pela National Geographic. Eu não vou querê-la com um pedaço que a legislação mandou colocar dentro. Isso não é um serviço público. A banca de jornal é um serviço privado. A publicação de revistas é um serviço privado.

Então, esse aspecto, a associação vê com muita preocupação, e a prova disso é o art. 36, no final do projeto, que estabelece sanções aos canais por violação dessa burocracia gigante que foi criada aí – os canais vão ter de criar um exército de servidores, como se fossem chineses, lá, criando toda aquela burocracia – para cumprir as normas e instruções normativas da Ancine, que publica uma instrução normativa por semana, e vai permitir que esses canais sofram as seguintes sanções, Senador Demóstenes: advertência, multa inclusive de área, suspensão temporária do credenciamento e cancelamento do credenciamento. O canal pode ser tirado do ar.

Nesse sentido, estabelece-se no Brasil uma situação que nem na Venezuela existe. Lá, os canais internacionais podem ficar no ar, não têm cota dentro do seu conteúdo e não podem ser expulsos da televisão por assinatura, inclusive violando o direito do assinante que assinara aquele pacote escolhendo aquele canal. Essas obrigações são muito simples: tira-se do ar e pode-se aplicar multa de R\$2.000,00 a R\$5.000.000,00, por infração. Então, se não mandou o relatório da programação pode pagar uma multa, se não cumpriu a cota pode pagar uma multa, se não usou a agência de publicidade brasileira pode pagar uma multa... Isso aqui, para precedente constitucional brasileiro, eu diria a V. Ex^{as}, que é uma das coisas mais graves que se vê, porque a liberdade de expressão e a comunicação é o termômetro da democracia. O termômetro da democracia no Brasil está se quebrando com esse precedente; e esse precedente poderá ser repetido em futuras legislações se a gente admitir que o art. 220 pode ser violado como a regulação na manifestação de expressão do pensamento e criação e produção como esse projeto permite.

Eu gostaria de encerrar por aqui, porque o meu tempo já estourou; depois me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Sr. João Carlos Saad, Conselheiro Consultivo da Associação Brasileira de Radiodifusores.

Inicialmente V. S^a terá o tempo de 10 minutos. Quando nove minutos se passarem, automaticamente a campanha soa; então, não é nada deliberado.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Não precisa sair correndo.

Boa tarde, Senadoras e Senadores.

Senador Demóstenes Torres, obrigado pelo convite.

Quero começar exaltando o Senado. Está é uma Casa de sábios. Está é uma Casa de reflexão de ponderação, de análise, de discussão. Ela não é uma Casa, por sua própria natureza, de arroubos. Em tese, não é essa a sua prática normal. Ela é o equilíbrio da Nação, ela tem a proporcionalidade correta entre os Estados. Então, ao levantar esse tema, tenho certeza de que vamos precisar de mais tempo para analisar isso. Por quê? Esse projeto foi discutido durante três anos na Câmara, e está sendo discutido aqui há três meses. Ele, como disse o Bitelli, não tem consenso. Ele nasceu com uma boa intenção, foi inclusive apoiado por nós no seu nascedouro, em que tínhamos interesse que fosse aberto e fosse mais democrática essa distribuição, mas, na verdade, a força de algumas teles e de alguns outros organismos transformaram este projeto em um frankenstein. Ele virou um projeto ruim, virou um projeto inconstitucional, virou um projeto que não protege a produção brasileira, nem sequer é independente. Ele, para dar alguns exemplos, limita a produção de canais brasileiros a 12. Sabemos que têm bandas, line-UP de canais que têm 150. Então, reparem que nós não temos limitações a canais estrangeiros. Nada contra os canais estrangeiros, mas é preciso ter equilíbrio. Aliás, a proposta que a Abra sempre defendeu foi uma proposta de 50% de canais importados versus 50% de canais produzidos no Brasil. Se fizermos isso em qualquer line-UP que nós tivermos, seja de 150 canais, seja de 50, seja de 10, a produção brasileira estará absolutamente protegida e tenho certeza de que as produtoras independentes brasileiras não terão nem capacidade de produzir para todos esses canais.

Nós também sempre propusemos que esse controle nunca ficasse na mão de um único grupo, porque o Brasil precisa – a democracia em especial – de pluralidade, precisa de diversidade. Nós não temos isso neste projeto que está aqui para ser submetido à aprovação dos senhores.

Ele tem um canal de jornalismo e, aparentemente, com aquela redação malandra que está ali, parece que vai haver competição, mas quem é do ramo sabe que não vai haver. Por que não vai haver? Porque ele não é na mesma base, ele está atrás de uma palavrinha malandra: “à la carte”. Com o “à la carte”, o pobre do assinante tem de telefonar, tem de pagar mais cem pratos, tem de pagar mais não sei o quê, tem de engolir um monte de coisas que ele não quer para ter acesso àquele canal. Isso quer dizer que, se algum dos senhores senadores for caluniado nesse único canal de jornalismo aí presente, não poderá dar a sua versão num outro canal de jornalismo porque ele não está na mesma base. Isso é uma falsidade que está aqui – essa e, infelizmente, várias outras.

Outras curiosidades que ele contempla.

Nós brasileiros, a menos que troquemos de língua, não podemos fazer comunicação. Eu não posso fazer telefonia, não posso fazer televisão por assinatura, não posso fazer banda larga. Por que isso? Por que essa proibição aos brasileiros? De onde se tirou isso? De onde tiramos esse desatino de não estimular os brasileiros? Esse é um setor estratégico. Tenho certeza de que o Senado sabe da importância disso.

Aliás, o novo Governo, o Governo da nossa Presidente Dilma, tem dito – ela disse isso claramente numa entrevista que concedeu à Rede Bandeirantes – que vai mexer no marco regulatório. Acho que isso é bom, acho que isso é saudável, acho que o Brasil está precisando disso, mas acho que temos de ter uma visão conjunta, uma visão no atacado, não administrar esse tipo de problema no varejo, ainda mais num final de ano, sem discutir o projeto.

Se aprovarmos esse projeto, eu pergunto: para que discutir o marco regulatório se tudo já foi dado? Com as cotas verticais e as cotas horizontais, acontece o que o Bitelli falou: você corta uma obra; é como escrever um livro com dez, doze capítulos e dois ou três desses capítulos não serem de sua autoria.

A Bandeirantes não apenas gosta, mas apóia a produção independente, tanto é que mais de 30% do nosso horário nobre são feitos com produção independente – isso ao longo de sua história, não é de hoje. Na televisão paga é a mesma coisa: nós também queremos estimular a produção independente e achamos que ela deve ter não um canal, mas vários canais.

Nós não podemos é aceitar a concentração, nós não podemos é aceitar – desculpem o anglicanismo – o tal do *gatekeeper*, que é o porteiro, é você ter uma empresa ali parada na porta decidindo quem pode produzir e quem não pode produzir. A grande prova disso é que não existem empresas brasileiras produzindo canais por assinatura. É porque são incompetentes? É porque não têm criatividade? Não é verdade. A verdade é que temos um grave problema de distribuição no Brasil, e este projeto, que nasceu com o intuito de resolver isso, piora a situação, porque ele passa por um *gatekeeper* que fatura 150 bilhões por ano. Ele é muito pior do que o outro – com o outro torturador eu já estou até acostumado! Agora vem um pior, que tem um tamanho dez, doze, quinze vezes maior do que o nosso setor inteiro. Então, é óbvio que isso não pode ocorrer. É óbvio que o Brasil vai ter de lutar para manter os seus direitos.

Há um outro fator para o qual eu queria chamar a atenção dos senhores. Nós discutimos longamente a mudança do nosso sistema e passamos para o digital nesse sistema japonês brasileiro ou nipo-brasileiro. E

temos um sistema bastante bom, bastante robusto e com muita competência, que, aliás, é em alta definição. Nesse projeto lindo, nesse “Frankstein” aqui, eles não serão transmitidos. Elas não têm a obrigação de transmiti-los. Tem uma palavrinha malandra aqui que diz que só os analógicos são *must-carry*; os digitais não são. Então, todo esse esforço dos radiodifusores para aprovar esse sistema grátis – e daí que veio essa briga por sistemas – não é falta de tecnologia de nenhum dos grandes blocos mundiais, isso é uma briga de poder e é uma briga de dinheiro. O nosso sistema de radiodifusão é grátis. Ele é que unifica o Brasil com a mesma linguagem.

E o que é telefonia? Vocês conhecem alguma coisa que a telefonia dê de graça? Eu não conheço. Se os senhores conhecerem, por favor, me avisem, que eu já quero fazer esse pedido.

Então, o que estamos fazendo? Nós estamos exatamente punindo essa mudança de sistema, porque ele não está contemplado lá.

Enfim, eu tenho um bocado mais de coisas para falar. Eu gostaria de debater mais este tema. Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pode, pode continuar.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Eu gostaria que nós não tivéssemos esse teto de doze canais, eu gostaria que nós não tivéssemos um bocado de coisas. Eu não tenho... Em tese, eu não sou contrário a que as teles entrem nisso. O Brasil tem que diversificar e ampliar isso para tudo quanto é lugar, tudo quanto é cidade, pequenas, médias, grandes, para clientes e assinantes que possam e queiram pagar R\$150,00, R\$200,00, assim como para clientes que queiram pagar R\$15,00. Nós temos que ter pacotes de R\$15,00. Aliás, esse é o preço do “gatonet”. Se é o preço do “gatonet”, nós temos que ter mercadoria para poder combater o “gatonet”, coisa que hoje nós não temos. Não temos por quê? Porque estamos dentro de uma legislação anacrônica, estamos com falta de regras no setor. Mas isto que está aqui não resolve; ao contrário, ele piora, ele concentra, ele pune o que é nacional, ele pune o que é brasileiro.

Então, eu gostaria que os Srs. Senadores fizessem uma reflexão. Se não é o caso de nós passarmos isso para mais tempo para que possamos debater com mais profundidade, analisar, questionar os pontos em que eles estão errados, e talvez levar essa discussão para um todo, levar essa discussão para o conjunto da obra das comunicações brasileiras, que, como um setor, como eu disse, estratégico, não pode ser tratado nem de supetão nem no afogadilho nem em pressões pós-eleitorais, em que tenho certeza de que algumas

teles e alguns empreiteiros que também são donos de teles possam ter feito generosas contribuições. Eu compreendo isso, mas nós precisamos ter calma, ter paciência, discutir e pensar especialmente no Brasil, pensar nas outras gerações que vêm aí. Se não, vamos fazer como alguns países vizinhos nossos, que não cuidaram das suas comunicações, e hoje, quando eles querem se comunicar com a sua população, eles têm que ligar para alguma país estrangeiro. Outra vez, nada contra os estrangeiros, mas eles têm que ligar para alguma país estrangeiro porque eles foram abrindo, abrindo, abrindo, sem cuidar, e o seu sistema de comunicação se desmanchou.

Então, uma é uma indústria paga, extremamente forte, organizada e unificada. A nossa indústria é uma indústria sabidamente dividida, tanto é que nós estamos hoje em três associações. Temos a Abert, a Abra, e a Abratel. Nós não estamos unificados nem em uma única associação, mas nós somos todos brasileiros e fornecemos nosso conteúdo grátis. Aliás, dentro deste PL nº 29, que está aqui, eles podem vender o que nós produzimos de graça, mas nós não podemos cobrar. Então, reparem quanta coisa está de ponta-cabeça nesse “Frankstein” que nós inventamos.

Muito obrigado. Estou à disposição para qualquer dúvida, qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, inicialmente, pelo prazo de dez minutos.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Muito obrigado, Exm^o Sr. Demóstenes Torres, Presidente da CCJ.

Sr^{as} e Srs. Senadores, outros participantes que estão conosco nesta audiência, desejo agradecer aos Presidentes das Comissões do Senado, que me convidaram para participar desta reunião. Manifesto minha satisfação pela oportunidade de contribuir com os debates a respeito do PLC nº 116.

Estamos presentes no mais alto foro democrático do País, interessados em buscar consensos que permitam expandir os serviços de TV por assinatura ao maior número possível de brasileiros, com a máxima qualidade em termos de tecnologia e conteúdo.

Naturalmente, ao expressar as opiniões da Anatel, tenho presente as limitações legais que enquadram a atuação da Anatel e que nos atribuem a tarefa de implementar as políticas públicas, mas não de formulá-las.

Ao longo de 13 anos de existência, a Anatel tem atuado com zelo e determinação, no cumprimento rigo-

roso de suas competências, em relação à massificação dos serviços de telecomunicações, em um ambiente regulatório consistente e solidamente construído.

Agora temos a oportunidade de dar um passo importante, no sentido de massificar os serviços de TV por assinatura, com a remoção de limitações que prejudicam a inclusão de grande número de brasileiros nos benefícios desse serviço e o desenvolvimento desse setor na magnitude que se deseja para o Brasil.

Em linhas gerais, a Anatel entende que o PLC nº 116 contribui positivamente para reduzir barreiras à entrada de novos atores no segmento de TV por assinatura. Mais do que isso, o projeto tem o mérito de buscar a reorganização da cadeia produtiva do serviço de televisão por assinatura e o de unificar o tratamento legal desse tema, que hoje é legislado em documentos distintos, a depender da tecnologia (cabo, DTH, MMDS e serviço TVA e UHF).

O serviço de TV a cabo, indo mais diretamente ao tema, está presente em cerca de apenas 260 municípios, e o de MMDS, em pouco mais de 300. A entrada de novos prestadores no setor de TV a cabo significa a possibilidade de expansão de um segmento cuja infraestrutura também pode ser usada para outros serviços, como a prestação de Internet banda larga, da qual nossa sociedade tanto necessita.

A Anatel está convencida de que a abertura do mercado contribuirá para a massificação da televisão por assinatura, para o aumento de competição e para a consequente redução do preço dos serviços, o que aumentará o acesso da população de menor renda.

Sabemos todos que a expansão das redes traz ganhos de escala capazes de reduzir custos em determinados serviços. O compartilhamento desses ganhos entre prestadores e usuários é o que desejamos, pois certamente ele trará benefícios diretos e indiretos, quanto ao bem-estar, conforto, lazer e educação da sociedade.

Mais especificamente, a Anatel tem atuado em estrita observância à sua esfera legal de competência e em conformidade com o regime competitivo previsto pela LGT, a Lei Geral de Telecomunicações, com vistas a reduzir barreiras à entrada dos competidores.

Como é do conhecimento geral, o novo planejamento do serviço de TV a cabo e do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS), discutido ao longo de anos e aprovado pelo Conselho Diretor da Anatel em 25 de novembro último, foi motivado pela clara identificação de uma importante demanda reprimida e de barreiras à entrada de empresas no mercado de TV a cabo, decorrentes de restrições regulatórias que alcançavam o conjunto do mercado nacional.

Com a edição do novo planejamento de TV por assinatura, aprovado por meio de resolução da Anatel, ficaram preservadas as condições de acesso a outorgas definidas na Lei de TV a Cabo. O serviço de TV a cabo se mantém sujeito à restrição de tecnologia e só admite até 49% de capital estrangeiro.

A recente decisão da Anatel eliminou a limitação do número de competidores por municípios, com vistas a ampliar a prestação desses serviços em todo País. Sem limite ao número de outorgas, caracteriza-se a inexigibilidade de licitação para a prestação do serviço de TV a cabo. Ou seja, a prestação via cabo é serviço que pode ser oferecido por quaisquer interessados em qualquer mercado que deseja atuar, por meio do pagamento de valor correspondente ao custo administrativo da outorga, sem prejuízo da fixação de eventuais compromissos e condicionamentos de expansão dos serviços.

Para os serviços de TV por assinatura que utilizam tecnologia MMDS, porém, há necessidade de licitação, uma vez que esses serviços fazem uso de um recurso escasso que é a radiofrequência.

No regime privado, nos quais os serviços de TV por assinatura se inserem, cabe ao investidor avaliar ele próprio a viabilidade de ingressar em determinado mercado, não havendo, em princípio, necessidade de interferência do Estado nesse aspecto.

Deve ser realçado que a entrada de novos prestadores de TV a cabo, construindo novas redes de telecomunicações para prestação, não só de TV por assinatura mas também outros serviços de telecomunicações por meio dessas redes, é conveniente para ampliação da competição tanto dos serviços de TV por assinatura quanto dos demais serviços, especialmente aqueles que demandam a banda larga.

Para a Anatel, o cerne da questão está na construção das redes multiserviços, destacando-se as capazes de oferecer televisão, vez que são de banda larga por natureza.

Neste momento, quando o Plano Nacional de Banda Larga exige os maiores esforços para permitir a todos os brasileiros o acesso à internet, a abertura do mercado de TV a cabo é uma oportunidade que não poderia ser desprezada. Entendo que é o momento de estimular o investimento no País e a expansão da infraestrutura para redes futuras.

Um ponto central do novo planejamento é que seus efeitos ainda dependerão de uma futura decisão do Conselho Diretor sobre a proposta do novo regulamento do serviço de TV a cabo, a ser elaborada e submetida à consulta pública.

Antes da decisão final da Anatel, a proposta será encaminhada ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, conforme prevê a lei.

Desejo sublinhar que, também por força de lei, todos os atos normativos emanados da Agência são elaborados após a realização de consultas públicas, abertas a todos, como instrumento democrático e transparente.

A futura regulamentação dos serviços de TV a cabo passará pelo mesmo processo normativo, podendo o Conselho Diretor, inclusive, estabelecer condicionamentos, tanto limites e encargos quanto sugestões para os serviços, a exemplo do que ocorreu na licitação do 3 G da telefonia móvel. Nesse processo, a Anatel tem ouvido contribuições de segmentos diversos, analisado argumentos, realizado estudos com acompanhamento dos órgãos de controle, entre eles o Tribunal de Contas da União, que, periodicamente, solicita esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados pela Agência em face da aprovação do novo planejamento dos serviços de TV por assinatura nas modalidades de TV a cabo e MMDS.

Registro que o TCU acompanha há vários anos, em sua rotina, esse tema, que foi objeto de deliberação por parte daquela Corte nos autos dos processos relacionados à concessão de outorgas de TV a cabo realizadas entre os anos de 1997 e 2000. Portanto, esse acompanhamento vem desde aquela época. O órgão de controle pronunciou-se sobre os estágios de fiscalização das concessões, permissões, autorizações de sérios públicos, tendo proferido diversas recomendações sobre o futuro detalhamento operacional do processamento das outorgas, inclusive relativamente ao preço mínimo.

Para finalizar, reforço que o PLC 116 é convergente com as decisões tomadas pela Anatel, em particular com o princípio geral de abertura do mercado, com vistas à massificação dos serviços de TV por assinatura. Um dos principais méritos da proposta, no entanto, é o de unificar a legislação, uniformizando regras que hoje são distintas para cada modalidade dos serviços – menos os que já mencionei: cabo, DTH, MMDS, TVA, UHF. Muito embora sejam parecidos na essência. São todos serviços de TV por assinatura. A medida significa um avanço importante e necessário na legislação, atualizando-a ao cenário de convergência tecnológica.

Nesse ponto, registro que, no correr do segundo semestre deste ano, a Anatel recebeu solicitações e ratificações de interesse na obtenção de outorga para prestação do serviço de TV por assinatura a cerca de 670 Municípios, dos quais 450 são novos Municípios,

ou seja, que hoje não contam com a infraestrutura necessária à fruição do serviço.

Tenho confiança de que o melhor possível será feito por esta Casa, Senador, na qual todo o povo brasileiro se encontra representado, nesse esforço de construção para um futuro melhor.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço eu a V. Ex^a.

Com a palavra a Sr^a Alessandra de Almeida Camargo Oliveira, Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – DPDC, representante da Sr^a Juliana Pereira da Silva, Diretora do DPDC, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o ilustre Senador Demóstenes Torres e, na pessoa de S. Ex^a, eu gostaria de cumprimentar as demais autoridades desta Mesa. Também gostaria de agradecer o convite feito ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça para participar desta importante audiência pública.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça tem como uma de suas principais atribuições a defesa e a proteção dos interesses do consumidor no âmbito federal. Essa advocacia da defesa do consumidor compreende a atuação coordenada junto aos órgãos reguladores e demais membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, em relação à execução de políticas públicas para a garantia dos direitos dos consumidores.

Gostaríamos também de ressaltar a importância desta audiência pública para o DPDC, que defende, conjuntamente com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, o dia a dia dos consumidores de todo o País, principalmente por tratar de um serviço público regulado que representa um número relevante de reclamações no Sindec, uma base de dados que nós temos.

No que diz respeito à TV por assinatura, apesar de o número de consumidores ser menor do que a telefonia fixa e móvel, é importante ressaltar também a relevância do acesso do serviço condicionado aos consumidores de todo o País.

Quanto aos serviços de telecomunicações, o legislador optou pela criação de um órgão regulador próprio, a Anatel, e a ela delegou o dever não só de regulamentar o setor, mas também de defender os interesses dos consumidores.

O projeto de lei ora em discussão é importante, principalmente por compilar várias legislações esparsas existentes sobre comunicação audiovisual de acesso

condicionado em um único documento, que facilitará o entendimento sobre o tema e sua aplicação.

Nós trouxemos alguns dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. Eu gostaria de ressaltar que essa base de dados é referente a 2009. Na próxima semana, acredito que o Ministério da Justiça, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor vai lançar os dados referentes a 2010. Então, são dados que foram compilados de 2008 a 2009.

É importante também trazer para discussão o registro do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, SINDEC. O Sindec, na verdade, é um sistema informatizado que permite o registro, em tempo real, de todas as demandas individuais dos consumidores levadas aos Procons integrados.

As informações referentes às demandas dos consumidores são registradas em bancos de dados diariamente consolidados numa base nacional e acessível para consulta por toda a sociedade, por meio do *site* do Ministério da Justiça. Atualmente, são 23 Procons estaduais, o Distrito Federal e 109 Procons municipais integrados.

As reclamações entre os fornecedores de TV por assinatura apresentam a participação de mercado das empresas dentro do segmento. As líderes de mercado no Brasil são a NET e a SKY, que respondem por 86% de todas as reclamações fundamentadas do segmento, sendo 54% correspondente à NET e 32% correspondente à SKY, conforme o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas de 2009.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO. *Fora do microfone.*) – Eu queria um esclarecimento: aquele número é mil? É número absoluto?

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – É número absoluto.

Nós também queríamos fazer menção... Pode passar por favor?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas esses é claro. Como V. S^a...

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Eu gostaria de distribuir para os senhores. Os senhores podem distribuir o material que eu trouxe. Eu trouxe o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Acho que como V. S^a esclareceu, isso diz respeito apenas às reclamações feitas aqui...

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Fundamentadas, feitas nos Procons.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Nos Procons estaduais, também?

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Em 23 Procons estaduais, no Distrito Federal e em 109 Procons municipais.

Nós gostaríamos de falar, também, sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor, o SAC.

Uma das formas de melhorar a prestação do serviço foi a regulamentação do SAC, que é o Decreto nº 6.523 de 2008, o canal adequado de atendimento. Nós fizemos também um levantamento sobre as demandas dos consumidores referente ao Serviço de Atendimento ao Consumidor e constatamos ainda que os consumidores padecem, sofrem ainda ao acessar o SAC das empresas de TV por Assinatura, como dificuldade no cancelamento do serviço, dificuldade na resolução das demandas, na qualidade do atendimento, ausência do registro do número ou não envio do registro ao consumidor.

Por favor, pode passar:

Quanto ao Código de Defesa do Consumidor, ele institui um novo dever para o fornecedor, o dever de informar ao consumidor, não só sobre as características do serviço, como também, sobre o conteúdo do contrato pretendendo assim que não haja qualquer lesão ao consumidor. Portanto, o contrato deve ser enviado aos consumidores previamente para que eles tenham pleno conhecimento das obrigações que suportarão. Portanto, é de extrema relevância que os consumidores sejam bem informados sobre os pacotes de canais que lhes estão sendo ofertados, sobre as condições de pagamento e sobre a sua fidelização.

O que observamos, Senador, é que no projeto de lei em questão, há a previsão de entrega do contrato, sim, mas não previamente. Há a previsão da entrega do contrato até por meio eletrônico. E nós gostaríamos de ressaltar a necessidade de que essa entrega seja prévia, que o consumidor tenha o conhecimento prévio do contrato. Um dos direitos básicos da defesa do consumidor é o direito à informação.

Quanto à distribuição de canais, nós gostaríamos de ressaltar que, quando ocorrer a substituição ou a não mais veiculação de um determinado canal que estava inserido no pacote contratado, que o fornecedor deixe à livre escolha do consumidor a continuidade do contrato ou a sua rescisão com isenção de qualquer multa rescisória. Isso também é muito importante.

E como podemos falar em qualidade do serviço se ainda não discutimos a cobrança indevida. A cobrança indevida é uma reclamação recorrente nos Procons a respeito de TVs por assinatura. São reclamações como cobrança de serviços não solicitados e cobranças que continuam após a rescisão dos contratos.

Cabe mencionar, também, que os fornecedores de TV por assinatura têm o dever de entregar aos consu-

midores um serviço com qualidade, ininterruptos e com a devida manutenção, pois também temos bastantes reclamações nesse sentido, quanto à manutenção.

E já finalizando, o Serviço de Atendimento ao Consumidor, o SAC, o Decreto, prevê em seu texto que o atendimento ao consumidor é sem ônus, sendo importante não retroagirmos nos direitos já conquistados. No texto do PL consta um serviço de atendimento ao consumidor mas com ônus. Então, não vislumbremos a necessidade de regulamentar o PL, sendo que já temos o Decreto do SAC.

Queremos também ressaltar que, nesse ano, comemoramos 20 anos do Código de Defesa do Consumidor e temos a expectativa de uma postura mais madura das empresas, mais resoluções e menos conflitos.

Finalizando, também, eu gostaria de citar umas palavras do meu ex-Diretor, Dr. Ricardo Morichita Vada que diz que o Código de Defesa do Consumidor não é uma lei do papel, mas uma lei da vida que está presente no dia a dia do cidadão brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Terminada essa primeira parte, peço então que os demais expositores possam se dirigir à mesa, peço licença aos Senhores, então, para que sentem à bancada, junto aos Srs. Senadores.

Inicialmente, convidamos a Sr^a Renata Bonilha e também os Srs. Luís Roberto Antonik, Roberto Moreira, Alessandra de Almeida Camargo Oliveira e a senhora Tereza Trautman.

Utilizaremos o mesmo esquema da primeira fase, começaremos, portanto, da esquerda para a direita. Com a palavra, inicialmente, a senhora Tereza Trautman, Diretora da Associação dos Produtores Brasileiros do Áudio-Visual (APBA) pelo prazo de dez minutos.

A SR^a TEREZA TRAUTMAN – Boa tarde, Senador Demóstenes Torres. Agradeço o convite da nossa associação, que é uma associação nacional de 78 associados em 14 Estados do País.

Nós estamos bastante impressionados porque esse projeto de lei passou três anos e meio sendo discutido na Câmara e uma série de argumentos que aparecerem aqui, por incrível que pareça, não apareceram lá. Nós, da produção independente, estamos completamente fora de mercado. Não há em todos os mercados de áudio-visual... Somente na sala de cinema há uma reserva de 28 dias por ano. Na televisão, inclusive o Legislativo tem uma grande dívida com a produção independente por jamais ter conseguido regulamentar o art. 221 da Constituição Federal. O inciso II prevê especificamente... O art. 221 diz:

“A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;”

Então, são 22 anos de Constituição e até hoje nós aguardamos essa regulamentação. A gente já conseguiu... Ele foi emendado algumas vezes, mas não se entrou nessa questão específica. A produção independente é um pouco assim, vamos dizer, como a fábula do lobo e do cordeiro: nós somos o cordeiro, mas o lobo insiste que é o cordeiro que suja e bebe toda a água dele. Então, é uma coisa assim que a gente olha e vê, como em o lobo e o cordeiro, um contrassenso assim tremendo. Na verdade, eu esperava que estas audiências fossem trazer muito mais convergência do que vi nessa primeira mesa. Fiquei bastante assustada, porque os argumentos usados... por que eles não apareceram na Casa da discussão, que é a Câmara? Aqui é a Casa da reflexão, aqui a gente deve tentar... É a Casa dos sábios, é a Casa que melhora, a Casa que procura entender. Então, eu estou querendo me colocar aqui, porque sou uma pessoas da área de produção, tenho quarenta anos na área de produção, e estou também na área de programação de produção independente nacional, e não há espaço para veiculação de produção independente nacional.

Esse espaço que o primeiro apresentador expôs, ele é devido, exclusivamente, ao estímulo que as programadoras estrangeiras têm de investir em produção nacional devido à renúncia fiscal nas remessas de lucro, nas remessas de royalties. Então, há uma renúncia fiscal do Governo brasileiro; porém, essa produção – essa consegue atingir, mas o resto da produção, toda a produção de cinema, toda a produção de documentário, animação, curta-metragem, essa fica completamente ausente. E a produção regional, então, essa é completamente esquecida. A Constituição prevê que isso seja feito, mas ela está completamente excluída.

Eu adoraria ter água, porque estou com uma sede... (*Pausa.*)

Obrigada.

A Sky ainda não falou, e eu gostaria até de ter falado depois da Sky, porque eu vejo, acho impressionante que se dê um espaço tão grande para as empresas estrangeiras no nosso País, e a produção nacional, principalmente a produção independente, não tenha espaço. Não tem espaço nenhum! É uma coisa assim... Veja, a Sky é uma empresa 100% estrangeira e tudo o que ela quer é remeter lucros. Então, evidentemente

que ela vai ter uma posição muito forte contra qualquer coisa que diminua o seu lucro, porque os executivos aqui têm que cumprir metas. Igualmente com as programadoras estrangeiras. Porque a questão das cotas é insignificante dentro do universo, as cotas como elas são estabelecidas aqui. Pelo art. 16, é uma cota de três horas e trinta, sendo que uma hora e quarenta e cinco de produção independente nacional por semana. Como há um redutor – no primeiro ano é só um terço da cota que vale; no segundo ano, dois terços; no terceiro, a cota plena, e durante dez anos vigora a cota plena –, é o mínimo que se espera.

Quer dizer, o Brasil tem quase vinte anos de tê-lo por assinatura e o Brasil só tem canal estrangeiro. Quando a Sky se posiciona contra, eu entendo, porque a Sky gosta é de cobrar pela veiculação de canais. Não vai ser o caso quando ela tiver de exibir esses canais das cotas. Agora, veja que essa uma hora e quarenta e cinco semanal, que é a cota plena que vigorará por dez anos, isso equivale a 1% do tempo. Um por cento! Tanto escândalo por causa de 1%. As cotas de canais (art. 17), que são no limite de 12 canais, sendo quatro de programadoras independentes e dois que passem pelo menos 12 horas de produção independente nacional.

Eu acredito que essas cotas também beírem mais ou menos um e pouco por cento. Por quê? No primeiro ano, não vai entrar nenhum canal novo. No segundo ano, provavelmente, haverá um único canal novo. No terceiro ano, talvez a gente consiga chegar a quatro, três novos canais. Então, serão quatro canais. Isso é o mínimo que se pode esperar de um país. Se o projeto de lei tem lá o artigo que visa proteger a cultura nacional, a Língua Portuguesa, então, não se pode achar que agora se fala inglês, porque os canais da TV por assinatura são muito ruins, com raras exceções. Há aqueles canais clássicos, mas, senão, eles são bem precários.

As cotas existem em quase todos os lugares. Na Europa, 60% são de cota europeia; 40% são de cota nacional. Isso nos 27 países membros. Repito: 40% são de cota nacional. Nós estamos falando de uma cota tão mínima, tão insignificante para criar tanta celeuma!

Tenho tantas coisas para falar, que vou procurar encurtar para usar o meu finalzinho.

Acho que satisfeito com esse projeto ninguém está. Não vejo como é que se pode ficar satisfeito. Foi um embate duríssimo. Durante todos esses anos, nós tentamos aprovar projetos que visassem à veiculação, à inserção da produção independente na televisão brasileira. Todos esses anos! Por quê? Essa produção é basicamente produzida com recursos públicos, com renúncia fiscal. Então, o cidadão contribuinte, que financia

essa produção, deve ter o direito de assistir àquilo que ele ajudou a produzir, de ter acesso ao que ele ajudou a produzir. E essa produção tem que ter acesso aos meios de comunicação. Não é possível continuar do jeito que está. E o fato de que nós não podemos encontrar ninguém completamente satisfeito, acho isso um bom sinal. Acho que é o projeto que foi possível; aquele entendimento, aquela convergência possível. Não é uma maravilha para ninguém.

Agora, eu acho que, se não houver uma aprovação desse PL, nós vamos ter de torcer muito para que a Anatel faça o trabalho dela, já que o Legislativo não vai conseguir fazer. Isso é que é dramático, porque a gente gostaria de ver... Estar aqui discutindo isso com os senhores, isso é muito bom e devemos fazer mais, muito mais vezes, porque a Anatel está vendo a concentração no mercado. Senador, a concentração na veiculação de conteúdo nacional é de 86% de toda a TV por assinatura. Uma única empresa dita o que 86% de toda a TV por assinatura pode ver.

Então, se isso não for abordado de alguma forma... A Anatel está vendo essa concentração e está tendo que fazer a... O novo planejamento do cabo para poder contornar essa concentração excessiva que há no mercado. Agora, é uma pena que não se esteja pensando em se verificar isso tudo. Por quê?

Nós estamos falando das empresas de telecomunicação, que vão faturar, neste ano de 2010, em torno de R\$185 bilhões. Todo o audiovisual brasileiro, incluindo da produção estrangeira, das programadoras estrangeiras, do cinema, do DVD, da TV aberta e da TV por assinatura, somente o audiovisual não vai chegar a R\$20 bilhões.

Nós vamos assistir a um treminhão – treminhão é aquele caminhão de três etapas – vindo. Ele já está vindo. Não adianta, nós temos que discutir. Eu estou aqui defendendo a aprovação, sem alterações, para a gente conseguir entrar logo; nós estamos na produção independente sem mercado nenhum para exibir, nós queremos ter acesso ao mercado, e isso aqui vai nos possibilitar um mínimo acesso ao mercado, mas um acesso que vai conseguir fazer com que o Brasil veja a sua cara, conheça a sua cultura, conheça o seu povo. Não é uma via de mão única como é hoje.

Este projeto prevê 30% dos recursos arrecadados para as regionais, para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – 30% de todo o recurso arrecadado. E, dentro desse recurso, há espaço para os radiodifusores. Está lá escrito, eu, inclusive, posso destacar o artigo, posso destacar o inciso. Os radiodifusores regionais vão ser beneficiados com esse recurso. Não vai ser importante ter uma via de duas mãos, uma via em que o conteúdo vem e é projetado nacionalmente, para o

Brasil poder ver a sua cara, a sua gente, as suas paisagens, se conhecer melhor e falar português. Daqui a pouco a gente vai ter a foto da mulher do vizinho, que é uma mulher estrangeira, dos filhos do vizinho, que são filhos estrangeiros, o futuro vai ser esse se a gente não conseguir colocar o Brasil dentro da televisão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a. Com a palavra, o Sr. Roberto Moreira, Presidente do Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo – SIAESP, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. ROBERTO MOREIRA – Obrigado, Exm^o Sr. Demóstenes Torres, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais membros desta Mesa, o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo representa a indústria audiovisual paulista que reúne 80% da produção publicitária brasileira, um terço da produção cinematográfica e representa 115 empresas, entre elas as maiores produtoras brasileiras e fornecedores de infraestrutura para produção audiovisual.

Nós entendemos que o PLC nº 116 é o resultado de anos de negociação e representa o consenso de vários segmentos da nossa atividade. Nesse processo, todos tiveram que ceder um pouco e o resultado é um compromisso histórico, porque constrói uma convergência de interesses inéditos. É verdade que existe oposição ao PLC, mas o consenso absoluto é inatingível.

Somos um País continental de grande variedade cultural e temos vocação para criar um mercado de massas para as nossas indústrias criativas. O mercado do cabo dominado pela produção estrangeira é retraído, pequeno. O público brasileiro gosta do produto nacional e é ele que vai expandir o consumo do audiovisual no País. Acho que a prova disso é o sucesso de Tropa de Elite 2, que está aí batendo Titanic. Quer dizer, o nosso público gosta de ver o produto nacional.

Como expandir o mercado? Como organizar o mercado? Internacionalmente, um instrumento que garante o desenvolvimento industrial do setor são as cotas de produção. Elas têm sido atacadas por limitar a liberdade do expectador. No entanto, visam justamente o contrário: garantir um maior leque de escolhas ao público. Hoje, basta apeiar pelo cabo para ver como, na verdade, temos poucas alternativas de qualidade com uma presença bem pequena do produto nacional.

É importante destacar que há uma diferença entre regular atividade econômica e ingerir no conteúdo. Ingerir no conteúdo é, por exemplo, dizer que não podem ser veiculados produtos violentos, disciplinar o modo como a infância é representada nos programas. Em nenhum momento o PLC se imiscui nesse tipo de

questão, ele não disciplina nenhum assunto referente à liberdade de expressão, seu âmbito é exclusivamente econômico, e misturar os assuntos é semear a desinformação.

Do ponto de vista econômico, as cotas são necessárias porque o produto importado é mais barato que o nacional. Isso é uma regra em todos os mercados. O produto brasileiro é mais barato em Angola e no Paraguai. Assim, a produção nacional sempre vai estar em desvantagem. Para desenvolver o mercado externo, não há alternativa ao uso das cotas.

Assim entendeu a União Europeia, que determinou uma cota de 50% – ou 60%, como a Tereza disse – em qualquer canal pago ou aberto. Cinquenta por cento da produção é europeia.

Nos Estados Unidos, país liberal acima de qualquer suspeita, também a produção independente é protegida. O FCC, agência que regula a comunicação nos Estados Unidos, já afirmou, em 93, que tem autoridade para regular as redes, de acordo com o interesse público, e assim pode restringir as atividades de programação, de modo a promover a diversidade que o livre mercado não é capaz de prover.

Em 1970, constatou-se que a produção independente caiu de 33%, em 1957, para 4% nas tevês abertas americanas. O que o FCC fez? Definiu que, integralmente, a produção tinha que ser independente, excetuando os telejornais. Então, nos Estados Unidos, um país liberal, sem dúvida nenhuma, de 1970 a 1996, toda a produção exibida nos canais de televisão aberta era independente. E eles tinham, sim, que fiscalizar que aquela produção cumpria a exigência da independência. Portanto, criaram-se mecanismos de regulação e de fiscalização para isso. No caso do FCC, ele disciplina também conteúdo, sim. Por exemplo, essa questão da violência, da infância, isso passa pela agência americana.

Mas o que eu queria ressaltar é que existem, para cumprir essas cotas, nos países europeus e nos Estados Unidos, estruturas e legislações muito completas que regulamentam muito a nossa atividade. A atividade do audiovisual é regulamentada no mundo inteiro.

No caso nosso, como já disse a Tereza, as cotas são extremamente benignas. Eu acho que não dá para dizer que é impossível de serem cumpridas. Por exemplo, levantou-se aqui a questão da autoria dos canais. Se o canal veicula conteúdo de televisão clássica americana, ele pode passar um clássico brasileiro. Aí depende de cada canal conseguir se adequar à legislação. Agora, não ter meia hora, no horário nobre, para a programação nacional me parece um pouco descabido.

Eu gostaria, por fim, de ressaltar que o texto do PLC já foi exaustivamente debatido e ele é resultado de um equilíbrio delicado de interesses. Sua aprovação é urgente e conclamo o Senado a responder a essa necessidade ainda este ano.

A economia brasileira tem crescido aceleradamente e o nosso setor está à margem desse crescimento. O audiovisual brasileiro não pode perder o bonde da história.

Para terminar, eu gostaria de citar um autor que não é nenhum diretor francês nacionalista:

“Eu não quero que a minha casa seja murada de todos os seus lados e que minhas janelas sejam lacradas. Eu quero que a cultura de todos os povos se espalhe pela minha casa da maneira mais livre possível. Mas eu me recuso a ser derrubado por qualquer uma dessas culturas.” (Mahatma Gandhi)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Luís Roberto Antonik, diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert, inicialmente pelo prazo de dez minutos.

O SR. LUÍS ROBERTO ANTONIK – Obrigado, Senador Demóstenes, pela oportunidade.

Eu queria cumprimentar aqui o Senador Alvaro Dias, meu ilustre conterrâneo, e, em nome do Senador Alvaro Dias, cumprimentar os demais participantes.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão é uma entidade que representa uma parcela dos radiodifusores brasileiros. Nós representamos cerca de 2,4 mil emissoras de rádio e quase 300 geradoras de televisão, de um universo de cerca de um pouco mais de 500 geradoras de televisão e 4.350 emissoras de rádio.

A questão do PL nº 29, hoje aqui no Senado com o nº 116, quando ele começou na Câmara dos Deputados, ele tinha uma finalidade que era uma finalidade muito mais simples do que a que se mostra hoje. Mas, com o passar do tempo e com os três anos de debate que o projeto de lei enfrentou na Câmara dos Deputados, nas diversas Comissões por onde ele passou – na Ciência e Tecnologia, na Defesa do Consumidor –, ele foi agregando conteúdo. E esse conteúdo foi tornando o projeto de lei bastante complexo e também mais difuso. E com essa complexidade, esse tamanho e esse alcance que o projeto de lei obteve, nós os associados da Abert, especificamente, acabamos perdendo o consenso sobre o projeto de lei e, então, ficamos com uma dificuldade muito grande em nos manifestar como entidade acerca dele. Porque as empresas que representam, que são associadas da Abert, têm feito um trabalho de esclarecimento das

suas posições aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados de um modo geral.

Para mencionar um exemplo, as Organizações Globo são favoráveis à aprovação do projeto com alguns ajustes de redação. Por outro lado, o SBT tem uma posição contrária à implantação do projeto. A Rede Record é favorável à aprovação do projeto.

Essas coisas que estou colocando eu gostaria que os senhores levassem em consideração que a complexidade do projeto e os temas que ele aborda é que acabam por causar esse tipo de discordância absolutamente natural no ambiente dos negócios, haja vista a atuação dos grupos empresariais que representam a Abert.

Durante a discussão do projeto de lei, especialmente na Câmara Municipal, preocupamo-nos, como entidade, muito mais com o art. 32 do projeto, porque o art. 32 é bastante voltado para a radiodifusão. Então, é uma preocupação constante nossa, por exemplo, proteger a área da geradora. Ou seja, vamos garantir que a geradora tenha a sua área de cobertura protegida, para que o telespectador não veja, no cabo, um sinal diferente daquele que ele está vendo no ar. Essa é uma preocupação que nos tomou muito tempo e exigiu muito trabalho.

Tivemos uma preocupação também muito grande com a questão da defesa daquilo que chamamos de modelo nacional de radiodifusão e que consiste na radiodifusão livre, aberta, gratuita e, especialmente, a radiodifusão é um serviço local. Nossos associados têm uma atuação local.

E, para fechar os exemplos acerca do art. 32, também tivemos uma preocupação muito grande com a questão da digitalização dos sinais. Saibam os senhores, tenham consciência os senhores que a digitalização dos sinais vai mudar radicalmente o tipo de serviço que nós vemos hoje, com uma série de serviços extras e com uma série de serviços adicionais. Então, na associação, devido a essa questão da falta de consenso, nós nos preocupamos basicamente com isso.

Por último, há uma questão mais de caráter econômico e que toma muito as nossas preocupações que eu dividiria em duas partes. Isso exigiria por parte da Anatel – temos aqui vários conselheiros da Anatel – um cuidado todo especial e uma regulamentação também toda especial. Nós, radiodifusores que somos pequenos empresários e que estamos espalhados aí em todas as cidades brasileiras, somos investidores naturais nesse mercado, nesse novo serviço de televisão por assinatura que se abre com esse projeto. No entanto, nós precisamos que existam regras muito claras acerca do compartilhamento dos meios e do

compartilhamento de infraestrutura, sem os quais não é possível que exista a competição.

Nós temos também vários radiodifusores que já atuam no setor de TV a cabo. Eu diria para o senhor o seguinte: ninguém seria tolo o suficiente para investir num projeto e tivesse que disputar esse projeto com uma grande empresa de telecomunicações. A primeira coisa que viria à cabeça é o poder econômico. Mas não vamos considerar apenas o poder econômico, mas não há condições de um pequeno radiodifusor, de uma pequena cidade, competir com a Oi, por exemplo. Não se trata do poder econômico apenas da Oi. Você tem que considerar também a *expertise* que ela tem, o quadro de pessoal que ela tem, os técnicos capacitados que ela tem, tanto na engenharia quanto no marketing. Então, se, por parte da Anatel, nós não tivermos um conjunto de regramento muito claro, estabelecendo de forma muito lúcida e limpa como se dará esse tipo de competição, como se dará especialmente o compartilhamento da infraestrutura, o que nós vamos ter no final é que essas competências das grandes empresas de telecomunicação, aliadas também ao poder econômico que elas têm – mas o poder econômico não é suficiente, ele não basta –, vai ocasionar que tenhamos um monopólio, coisa que... acredito que nisso... temos consenso aqui, ninguém é unânime. Então, por parte da Associação Brasileira das Emissoras de Radiodifusão, da Abert, essa é a nossa posição, e eu me coloco à disposição dos senhores Parlamentares aqui para as perguntas que vierem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Considero visita honrosa a esta comissão a do Deputado Federal Paulo Lustosa, do PMDB, Ceará.

Com a palavra o Sr. Jacinto Arruda Câmara, Professor da Faculdade de Direito da PUC de São Paulo, representante do professor Carlos Ari Sundfeld, professor da FGV e da PUC de São Paulo.

V. S^a disporá inicialmente do tempo de dez minutos.

O SR. JACINTO ARRUDA CÂMARA – Obrigado, Senador Demóstenes Torres.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, vou tentar, temo não conseguir, pois o tema é apaixonante, mas vou tentar criar um anticlímax aqui nesta audiência pública, falar sobre aspectos estritamente jurídicos. Estamos na Comissão de Constituição e Justiça e me parece que a função a mim designada nesta audiência é a de chamar a atenção não apenas para o debate em torno de valores e de interesses econômicos e culturais, todos eles legítimos e que estão aqui legitimamente

representados, mas também para chamar a atenção a respeito dos limites que a Constituição Federal impõe à celebração de um grande acordo que normalmente se cristaliza na produção legislativa.

A conciliação de diversos interesses divergentes é papel do Congresso Nacional. Porém, essa cristalização de interesses convergentes tem um limitador maior que é a Constituição Federal, e exerce este grande papel para que a contingência de determinados acordos não seja nociva para valores superiores que a Constituição abraçou. É difícil fazer esse exame porque vou me repetir: todos os valores aqui mencionados foram abarcados pela Constituição.

É indiscutível o papel relevantíssimo que a Constituição deu à cultura nacional, ao incentivo à produção independente. É indiscutível. É um equívoco esconder ou considerar que o Estado brasileiro não tem o dever de fomentar a participação da cultura nacional nos diversos meios de comunicação, nas diversas formas de manifestação cultural. Seria tolice sustentar isso. Como também é tolo supor que não há uma proteção muito forte dada pelo legislador constituinte à liberdade empresarial e à liberdade de pensamento.

A análise jurídica para ser correta – e vou aqui pura e simplesmente emitir a minha opinião...

O Senador Demóstenes Torres, além da sensibilidade de homem público e Senador, tem formação jurídica sólida, é capaz de avaliar isso.

Vou aqui emitir única e exclusivamente a minha opinião a respeito deste cotejo e tentarei ser o mais didático possível. Não quero usar aqui a cátedra que exerço na Pontifícia Universidade Católica, apenas levantar os argumentos e demonstrar, da maneira mais clara possível: os confrontos entre o texto constitucional e o que está proposto neste projeto de lei me geram algumas preocupações basicamente em dois aspectos que, de algum modo, já foram mencionados aqui. Tentarei, neste breve tempo que me resta, expor, o mais didaticamente que eu conseguir, qual é o ponto de divergência.

Um aspecto envolve a competência atribuída pelo projeto à Ancine: a competência para regular. O que significa regular? Impor condicionamentos, restrições, deveres a determinados agentes de mercado ou agentes da produção do conteúdo audiovisual que estão, na minha leitura do texto constitucional, protegidos por uma reserva de liberdade. Essa contrariedade ao texto constitucional está, na minha opinião, retratada com maior ênfase no artigo 9º do projeto, no parágrafo único especificamente, que diz: as atividades de programação e de empacotamento serão objeto de regulação e fiscalização pela Ancine no âmbito das competências atribuídas a ela pela Medida Provisória nº 2.228. Re-

almente, isso foi falado aqui, muito bem identificado: o projeto não traz qualquer restrição a liberdade criativa ou de conteúdo dos programadores ou de quem quer que seja, mas traz uma delegação de competência para a Ancine – aí há um risco redobrado, o de infringir a liberdade de criação e de delegar essa função a uma entidade da administração pública.

A Constituição Federal... Isso é uma lição absolutamente banal, não existe direito absoluto em nenhuma esfera e mesmo na esfera protegidíssima da liberdade do pensamento não há liberdade absoluta, seria, em tese, possível criar condicionamento para proteção da família, para proteção, inclusive, da identidade cultural. Porém a Constituição, que tratou da matéria especificamente no art. 220, diz qual o mecanismo para fazer isso.

Está no § 3º do art. 220.

§ 3º “Compete à lei federal” – não é à disposição da Ancine, é à lei federal – “regular diversões e espetáculos públicos”... Isso está no inciso I.

II –estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programa ou programações de rádio e televisão”...

Compete à lei federal. Não seria possível delegar essa competência à Ancine, muito mais, ainda, sem qualquer forma de disciplina desse assunto no texto do projeto.

Outro aspecto que está relacionado com essa competência atribuída à Ancine envolve algo que já foi mencionado aqui, que diz respeito à possibilidade de a Ancine restringir o acesso a essa atividade econômica de produção de empacotamento. Está no art. 12, parágrafo único.

O art. 12 emprega a expressão “credenciamento”, como se fosse meramente uma atividade de registrar quem atua nesse segmento. Porém o parágrafo único do projeto esclarece o sentido que essa expressão ganhou, que foge um pouco do sentido comum, habitual.

Diz o parágrafo único: “A Ancine deverá pronunciar sobre a solicitação do credenciamento no prazo de trinta dias e, em não havendo manifestação contrária da Ancine nesse sentido, o credenciamento será considerado válido.

O parágrafo único deixa claro que é possível uma rejeição desse credenciamento. Com base em quê? O projeto não diz. Certamente estaria a Ancine legitimada, com base no art. 9º, a criar essas condições.

Isso, a meu ver, fere a Constituição Federal, que determina, primeiro, que não dependerá de registro – art. 5º. IX, da Constituição Federal – e, segundo, nas restritas hipóteses em que isso pode ser objeto de controle determina que seja feito por lei federal e não

por atuação de ente administrativo, mesmo que seja uma agência reguladora independente.

O segundo tema, esse objeto de maior polêmico, envolve a criação de quotas. Seria possível criar quotas por lei e impor a programadores, empacotadores e, indiretamente, a veículos de distribuição, determinado conteúdo nacional?

Certamente essa pretensão vem escorada em dispositivos constitucionais que albergam a promoção da cultura nacional e regional, estímulo à produção independente que objetiva sua divulgação – art. 221, II, da Constituição Federal..

O art. 222 da Constituição, § 3º, determina que esses dispositivos do art. 221 sejam aplicáveis também aos meios de comunicação social eletrônica, que envolve não só radiodifusão mas também outros mecanismos. Esses mecanismos... Essa base constitucional, que, na minha avaliação, estaria por trás da criação da política de quotas, do ponto de vista jurídico, é suficiente para criar quotas? Na minha opinião, não é. Vou explicar, rapidamente, por que não: a legislação constitucional brasileira estabeleceu qual o mecanismo que o Estado deve exercer para incentivar e proteger a cultura nacional mediante políticas de incentivo e fomento, que foi, inclusive, aqui relatado por representantes da produção, inclusive da produção independente, políticas de incentivo fiscal, políticas de apoio financeiro, inclusive, que estimulem a produção nacional, de modo a que ela ocorra e dispute mercado com megaproduções nacionais, como é o caso do sucesso, que dá orgulho e prazer a todo brasileiro, do filme *Tropa de Elite 2*, e em diversos aspectos da programação nacional.

Parece-me que esse é o papel reservado pela Constituição à atuação do Estado: fomentar, incentivar. O que vem gerando polêmica é que o incentivo e o fomento foram encampados no Projeto de Lei por intermédio de restrição a direitos, regulação em direitos de quem? De outros agentes econômicos. O Estado está intervindo na liberdade empresarial e até, para alguns, na liberdade dos consumidores, que serão obrigados a consumir determinadas parcelas de conteúdo nacional.

Falo isto como um assíduo telespectador de conteúdo nacional. Eu poderia falar aqui muito mais como telespectador, eu sou um telemaníaco, adoro televisão, e adoro a televisão brasileira. Mas, restringindo-me apenas ao aspecto jurídico, não me parece adequado, juridicamente, confundir incentivo, fomento, atividade de fomento, que tem um sentido jurídico forte e consagrado, com uma intervenção regulatória, forte na liberdade de outros agentes econômicos. Criar cotas para esse tipo de assunto – e aqui estamos falando de indústria

em geral, estamos falando de comunicação social, comunicação de massa, que tem um capítulo próprio e que diz como o Estado vai incentivar essa indústria, que é a indústria nacional, importantíssima, será através de fomento, e não de introdução de regras.

Essa, em resumo, é a minha preocupação sobre aspectos jurídicos em torno do Projeto de Lei.

Muito obrigado pela atenção a todos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra a Sr^a Renata Pagy Bonilha, advogada, representante do Sr. Luiz Eduardo Baptista da Rocha, Presidente da Sky,

A SR^a RENATA PAGY BONILHA – Boa tarde a todos.

Presidente, muito obrigada pelo convite. A Sky gostaria de agradecer por fazer parte desta Mesa que tanto tenta elucidar este assunto, que é complexo. É só ver o que já foi discutido até agora que se vê que realmente não existe um consenso.

É difícil falar aqui no final dessas manifestações todas e não ser repetitiva.

Nós gostaríamos de ressaltar que a visão que a Sky traz aqui para os Senadores é estritamente legal. E falar depois do Dr. Jacinto a respeito de legalidade e constitucionalidade, peço desculpas pelas vezes que vou ser repetitiva dentro do assunto.

Na verdade, primeiro, a Sky gostaria de dizer que ela não tem qualquer restrição à entrada em vigor do PLC. Ela tem restrições pontuais. Ela não está aqui contra a questão das cotas... Perdão. Ela não está aqui contra a entrada das teles no mercado ou contra a questão da revogação da Lei do Cabo. Isto é um ponto consensual.

A questão da entrada das teles é uma questão já posta no mercado. A definição legal seria só uma consequência do que já se tem na prática. E isso é um incentivo ao mercado que a Sky entende válido e entende também por fomentar essa tentativa de maiores disputas no mercado em favor do consumidor e das próprias empresas.

A questão da Lei do Cabo também não é questionada pela empresa, tendo em vista que entende-se, sim, ser necessária essa consolidação legal num único projeto porque existem regulamentações diversas que precisam, sim, ser compendiadas para facilitar a atuação no mercado.

Os dois pontos centrais – desculpem-me a repetição – são realmente a questão das cotas e as questões da competência dada à Ancine pelo projeto de lei.

A questão da restrição quanto à imposição de cotas, ela não visa, em momento algum, Dr^a Tereza, a questão do conteúdo nacional. A Sky não se opõe

à entrada de qualquer programação nacional em sua grade. A questão da Sky vai além. A Sky entende que a via certa do incentivo à indústria audiovisual não é pela via estreita das cotas. Nós entendemos que não se pode, via cotas, ditar o conteúdo que deve ser veiculado por uma empresa, a questão da sua quantidade ou a questão do seu horário. Nós entendemos que, por ser um serviço privado e específico de comunicação, como o Dr. Jacinto ressaltou aqui, ela encontra vedações expressas na Constituição Federal e que, por isso, ela não pode ser simplesmente vista como um incentivo a essa produção nacional.

O que nós entendemos é que existem, juridicamente falando, existem princípios dentro da Constituição que precisam ser cotejados. Não sei se... Juridicamente falando, me perdoe quem não for da área, mas existe um consenso constitucional de que os princípios constitucionais estão no mesmo patamar, mas, em determinadas situações, eles têm que ser sopesados, e é isso o que a Sky pretende com essa discussão.

Nós entendemos, sim, que essa questão do incentivo à cultura, nacional da forma como está sendo posta no PLC, encontra vedações expressas, sim, na liberdade de expressão da atividade artística, na questão da livre iniciativa, na questão da livre concorrência e, em especial, na violação ao direito do consumidor. Aqui até a doutora pode falar melhor do que eu. Mas a nossa visão, a visão da Sky é que viola, sim, o direito consumerista.

Com a imposição de cotas, as programadoras e as operadoras ficam impedidos de transmitir livremente seus programas, porque precisam, sim, se manifestar dentro de uma reserva de mercado em restrição a essa livre expressão artística, ao ver da Sky.

E, pelo lado dos consumidores, eles são atingidos porque eles vão pagar por um serviço, terão que arcar com programas de cunho obrigatório. Então, o direito de escolha, Dr. Roberto, o senhor me desculpa, mas nós entendemos que fica, sim, prejudicado o direito de escolha do consumidor com efetiva violação aos princípios do próprio consumidor.

A programação deixa de ficar meramente condicionada ao direito empresarial, ao mercado, à necessidade de mercado, de disputa de mercado, o que faz bem para o consumidor. A disputa, nós sabemos, é o que diminui o preço, é o que melhora a programação, é o que melhora a prestação do serviço e não a reserva de mercado.

A discordância, então, como a gente faz questão de ressaltar, a empresa faz questão de ressaltar, não reside, de forma alguma, na questão da exibição de programas de conteúdo nacional ou à produção nacional. O que se sustenta, é verdade, é que a empre-

sa, lendo juridicamente esse projeto, tem objeções quanto à imposição de qualquer restrição à atividade empresarial.

E essa restrição da Sky ao PLC vem desses outros princípios constitucional que, sopesados, ao ver da Sky, precisam ser vistos como de forma mais contundente no caso.

É bom lembrar que estimular a cultura, como aqui o Dr. Jacinto... O Professor Carlos Ari Sundfeld, com ele trabalha, tem uma manifestação a respeito. Ele fala que uma coisa é estimular a cultura nacional e a produção independente; outra coisa, que é ao que se opõe a Sky, é impor às pessoas o consumo da cultura nacional. E isso que se está contra nessa leitura do projeto.

A outra questão também já repetitiva seria referente aos poderes dados à Ancine. A medida provisória que cria a Ancine determina, sim, que ela tem como finalidade própria o fomento da indústria cinematográfica e videofônica no Brasil. Cabe à ela a regulação dessa atividade específica, qual seja o fomento dessa indústria.

O que o PLC busca – vem no seu fundo – é a questão, como já foi falado aqui também, não de uma... Ela passa a ser uma agência reguladora não mais de atividade de fomento, mas sim do próprio conteúdo. Mais uma vez nós enfrentamos a questão do conteúdo dos canais. Ela passa a ter poderes de controlar e fiscalizar os próprios meios de comunicação, que já são de regulação própria pela parte da Anatel, e nós entendemos, então, que isso levaria a uma violação da própria intenção legal de criação da Agência.

Só para citar um exemplo, a tentativa do PLC de inserir, no âmbito do audiovisual, a atividade de empacotamento, ou seja, a criação dos pacotes de canais, essa atividade já é praticada pelos operadores, que são empresas de telecomunicação com regulamentação própria. A atividade de organização desses canais, desses pacotes de canais é inerente à própria atividade da distribuição. O que a empresa entende é que concluir por essa possibilidade seria a mesma coisa que aceitar que a organização de produtos em um supermercado seria uma atividade diversa da atividade fim do próprio supermercado, que seria a venda desses produtos.

Outro ponto que se questiona, ainda dentro dessa competência da Ancine, é a ausência de limitações a esses poderes discricionários dados pelo PLC à Ancine. O PLC diz que ela passa a ter o poder discricionário de dizer qual o programador e o operador de TV por assinatura que será credenciado ou não, vai poder definir qual é o horário nobre e estabelecer as condições dessas cotas que precisam ser cumpridas.

Apesar disso, de abrir essas possibilidades todas à Ancine, ele deixa de definir quais os parâmetros de atuação da própria Agência, para ficar dando à Agência os critérios de controle de toda a atividade de comunicação da TV.

Aqui peço licença para citar o professor Ives Gandra, que fez um parecer a respeito do assunto e afirma que: “atribui-se a uma agência poder de vida e morte sobre as prestadoras de serviço de acesso condicionado”.

Esses são os pontos de inconstitucionalidade vislumbrados pela Sky. A empresa faz questão de reiterar que não é contra a inserção desse projeto no ordenamento jurídico; ela é contra, sim, a versão que se apresenta hoje aqui no Senado. Ela é favorável, como muitos já disseram aqui, à introdução do projeto inicial do Deputado Paulo Bornhausen; entende que essas inserções polêmicas desvirtuam, sim, a visão inicial do projeto, sendo necessária a leitura pormenorizada por esta Casa, que não pode ser vista apenas como uma Casa ratificadora; e que é preciso, ao invés de se buscar acelerar essa aprovação... Nós entendemos as razões postas por todos na busca dessa celeridade; entendemos realmente que o mercado necessita dessa regulamentação, mas também entendemos que ela não pode ser feita de forma açodada, porque isso levará, necessariamente, à discussão da matéria judicialmente, o que, na verdade, acaba atrasando muito mais o mercado e a atuação das próprias empresas.

Então, nós gostaríamos de agradecer e dizer que a intenção da Sky, realmente, não é paralisar esse PLC; pelo contrário, é a busca de que o Senado vá a fundo nessas questões postas para que haja uma melhor definição dessas questões.

Agradeço. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^{as}.

Passamos, agora, à interpelação pelos Srs. Senadores.

Conforme dispõe o Regimento, cada Senador disporá de três minutos para suas perguntas, indicando a quem dirige a sua pergunta ou a quais pessoas – pode ser a mais de uma – dirige as suas perguntas.

Inicialmente, concedo a palavra ao ilustre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente Senador Demóstenes Torres, S^{ras} e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, primeiramente quero aplaudir a competência com que cada um defende o seu ponto de vista e apresenta sua visão sobre um projeto que se apresenta como contraditório, ao contrário do que procurou se passar na última audiência pública que aqui realizamos.

É evidente que há o desejo de celeridade da parte de alguns setores, e as suas justificativas se baseiam sobretudo na ausência de um marco regulatório.

Eu gostaria de justificar a necessidade de ponderarmos sobre a conveniência dessa celeridade, exatamente em razão da ausência do marco regulatório, e pelo fato de estar o Poder Executivo, especialmente o Presidente Lula, há poucos dias, informando a pretensão de se estabelecer um marco regulatório para o setor já no próximo ano. Ou seja, é uma questão que deve ser discutida no atacado, e não no varejo.

Nós reconhecemos que há pontos fundamentais neste PL 29 agora no PLC 116. São pontos essenciais, que consubstanciam avanços importantes para o aprimoramento desse setor de comunicação no País.

No entanto, eu não creio que seja adequado e que seja a melhor estratégia a definição do que é bom para o povo brasileiro no varejo, e não no atacado.

Vou fazer algumas questões rapidamente, deixando de fazer essa dissertação sobre o que eu penso a respeito deste momento.

Eu gostaria também de não indicar quem deve responder, mas colocar estas questões que eu considero fundamentais.

Nós somos da Comissão de Constituição e Justiça – o Senador Demóstenes, eu e outros aqui – e temos o dever de zelar pela constitucionalidade das matérias que aprovamos. E é essencial verificar a constitucionalidade, a boa técnica legislativa e a juridicidade também desta proposta, que diz respeito a interesse da economia nacional, diz respeito à cultura do País, enfim, interesse do povo brasileiro.

Ouvimos do Dr. Jacinto Arruda Câmara que o projeto é inconstitucional. E ele apresentou razões, a meu ver, indiscutíveis: que a delegação do art. 9^a à Ancine afronta a Constituição; que o sistema de cotas, da mesma forma, porque é democrático e é constitucional que deve existir fomento e estímulo à produção nacional, e não a imposição, que seria como que colocar um prato feito a ser engolido pelo consumidor brasileiro sem saber o seu gosto, sem discutir o seu gosto.

Ou seja, é a questão da não intervenção, intervenção que é destacada também, com muita ênfase, pelo Marcos Bitelli. Ele fala em volta do estatismo; diz que o projeto tem um corpo intervencionista jamais visto na história. Em troca do arbitramento de interesse pontuais, se aceita o estatismo – são afirmações dele. E o maior pecado é querer regular conteúdos – o que é antidemocrático.

Enfim, essas questões básicas que devem ser consideradas.

Portanto, garantir esse espaço para produção nacional através da fixação de cotas não é negar a política

de fomento e de estímulo à produção nacional? Ou, se não é negar a política de fomento e de estímulo à produção nacional, não seria negar a criatividade e a capacidade de criação cultural do povo brasileiro?

Nós não aceitamos isso, em hipótese alguma. Ao contrário, nós destacamos a capacidade de criação cultural e artística do nosso povo. Tanto é que aqui se ressaltou o filme de sucesso ímpar de bilheteria, “Tropa de Elite 2”.

E não é a única produção brasileira de destaque: nós temos produtores, nós temos criadores, nós temos artistas fantásticos no País. E o que nós devemos fazer é promover o estímulo, para que a atividade cultural do nosso País ganhe dimensão internacional.

Eu tenho uma série de indagações, mas eu vou deixar, Sr. Presidente, até em consideração a todos os que aqui se encontram. Mas coloquei esses pontos que considero essenciais, porque dizem respeito à Constituição, dizem respeito às liberdades democráticas, dizem respeito à relação do Estado com a sociedade. Então, acho que estas são questões essenciais, e coloco, em primeiro lugar e acima de tudo, o povo brasileiro.

Nós ouvimos aqui críticas duríssimas a essa proposta por intermédio do Dr. João Saad, de que o projeto é um “frankenstein”, que é absolutamente inconstitucional.

Então, são essas as questões essenciais que nós devemos, certamente, elucidar aqui e agora.

E agradeço ao meu conterrâneo Antony pela referência inicial.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e, mais uma vez, os meus cumprimentos a todos que aqui expuseram suas teses, sempre com muito brilhantismo, obviamente com o contraditório sendo estabelecido de forma inteligente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti. Inicialmente, pelo prazo de três minutos.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo fazer uma questão de ordem a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Pois não.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Escutei muito atentamente aqui todas as exposições, não só nesta audiência, como na anterior, porque tenho o entendimento de que a votação desta matéria, se ela vier a acontecer, ela tem que ser fruto de um amplo debate. Portanto, a oportunidade do debate está acontecendo, com uma oitiva de inúmeros representantes das diversas entidades e interesses envolvidos nesta matéria.

Agora, nós tivemos uma palavra colocada na exposição do representante da Abra que eu peço a V. Ex^a que verifique, porque ou isto deve ser esclarecido ou, então, peço que seja retirada a fala das notas taquigráficas da sessão. Porque houve aqui uma declaração que ultrapassa a insinuação de que os interesses econômicos dessa matéria podem estar movendo Parlamentares que tenham recebido doações de campanha.

Então, até peço que depois se verifique nas notas taquigráficas. Ou se explicita ou, então, acho que esse tipo de insinuação não pode pairar numa audiência pública de várias Comissões do Senado Federal.

Acho muito importante que, caso tenha algo a declarar com nome e sobrenome, que declare; se não, que isso daí seja retirado das notas taquigráficas, porque eu quero dizer que todos os Senadores de todas as Comissões vão ter problemas, constrangimentos de votarem conforme suas convicções – e acho que aqui cada um tem a sua convicção, as audiências públicas são para formar a convicção de cada um, os esclarecimentos, etc. –, e, além do mais, acho lamentável que qualquer votação que a gente venha a fazer, depois aconteça ou não por causa de insinuações desse tipo.

Então, essa foi a primeira questão que eu desejo levantar, e estou demandando a V. Ex^a, como Presidente dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu verificarei a Ata e, se for o caso de considerar ofensivo, eu mando riscar da Ata a ofensa dirigida abstratamente.

Continua V. Ex^a com a palavra.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

A segunda questão que eu quero levantar é que eu desejo reproduzir um pouco o que coloquei na audiência passada.

Este projeto é uma matéria que envolve grandes interesses, grandes interesses. Eu diria, inclusive, milionários interesses. Porque, na tramitação deste projeto, nós temos os interesses das empresas de telefonia, que precisam da legislação para poderem atuar no sistema de TV por assinatura.

Nós temos as redes de TV aberta que têm interesses indiretos, mas várias delas têm interesse direto, porque há redes de TV aberta que também são proprietárias de TV pó assinatura. Tem as TVs por assinatura; tem os produtores do audiovisual; tem os distribuidores; tem os programadores; tem interesses de empresas nacionais e internacionais. Portanto, compatibilizar tudo isso é algo que nunca nós vamos chegar a 100% de entendimento. Eu não consigo achar

estranho determinada empresa se manifestar contrária à aprovação, dizer que precisa debater mais, quando essa empresa detém a ampla maioria do mercado. Então, é claro que, para ela, não interessa mexer em nada, fica tudo como está porque ela continua mandando, dominando e tal.

Agora, o que nós temos que debater aqui é o seguinte: o projeto como veio da Câmara não foi debatido pouco; foram mais de três anos. Todos tiveram oportunidade de se manifestar, foi para votação e, pela grande maioria, na reunião da semana passada, todos os que se manifestaram foram a favor – todos –, o que estava representando o Tribunal de Contas da União, a Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, o Congresso Brasileiro de Cinema, o Sinditelebrasil, a Ancine, e também a Sincav-RJ. Hoje, também, boa parte se manifestou a favor: a representante aqui das produtoras brasileiras de audiovisual, o Sindicato da Indústria Audiovisual do Estado de São Paulo, o representante da Anatel, o Presidente da ABPI. A Abert colocou de forma muito clara de que ficava difícil à entidade ter uma posição. Por quê? Inclusive citou que a Globo é a favor com algumas emendas de redação; a Record é a favor; o SBT é contra; não falou da Band, não vou reproduzir porque não sei qual é a posição. A Abert teve dificuldade e explicitou que os interesses das suas representadas tinham dificuldades.

E nós tivemos aqui algumas outras manifestações, como volta dizer, legítimas, de quem está atuando no mercado e que teve seus interesses colocados de forma diferenciada pelo projeto, se ele for aprovado.

De todos os que nós ouvimos, a grande maioria dos que ouvimos o posicionamento a favor, todos disseram – todos, Presidente! – que não é o projeto dos sonhos. Ninguém aqui disse: “É isso que eu quero. Isso é o melhor.” Mas todos que estão a favor dizem o seguinte: “É melhor a gente ter isso consagrado em lei, para gente conseguir evoluir a partir da lei aprovada para gente ir poder ir aperfeiçoando, até com o próprio exercício.”

Então, eu acho que, como audiência pública, a gente deveria fazer esse exercício. É claro que aqui temos que respeitar os que têm posicionamento contrário, os que debateram, mas, pelo bem do interesse, é melhor ter algo que, mesmo não sendo perfeito, colocado na legislação como regra, ou a gente ter uma situação de quase faroeste. Tem uma disputa que não está regulamentada, aí a Anatel baixa uma resolução que deixa tudo... porque nós vamos continuar abrindo mão do nosso direito de legislar para que uma agência reguladora estabeleça?! Nós não podemos abrir mão.

Então, todo o apelo é no sentido de se a gente pode avançar. É claro, nós aqui fizemos algumas ponderações, algumas colocações no sentido de que as matérias que não for possível resolver podem continuar tramitando, como já fizemos em outros assuntos extremamente complexos, quando estabelecemos tramitações paralelas e tal...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas não é PEC...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, não é PEC. Mas, deixe-me lhe dizer, Senador Demóstenes, inclusive porque fui a autora. Nós tínhamos a tramitação de um projeto da questão da perícia, para o qual foi feita uma emenda para os papiloscopistas também receberem o direito. Se não tivéssemos colocado a emenda, nunca teria virado lei. Nós separamos a emenda, transformamos a emenda em projeto de lei; está aprovado...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas foi diferente; ali foi o seguinte: aprovou-se integralmente o projeto, que foi remetido para o Executivo para sanção e a emenda foi transformada em projeto, que está tramitando até hoje, depois de quatro ou cinco anos.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Não, ela foi no ano passado e está pronta para ir para a pauta da Câmara, depois de votada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Ou seja, não se votou.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Mas de qualquer forma, Senador Demóstenes, para a gente poder ter algo legal, ter uma legislação mínima, vai chegar uma hora em que a gente vai ter que decidir.

Então, há um apelo muito grande para que gente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Eu só estou dizendo que esse caminho é difícil.

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, mas o pior é continuar sem legislação, com a Anatel baixando substituindo por resolução.

Por último...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas vai passar para a Ancine fazer as resoluções, não é? (risos.)

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Por isso, Senador Demóstenes, que eu quero fazer...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Não foi com intuito algum de causar...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – ...a leitura por conta do seguinte: foi colocado aqui que a Ancine passaria a ter um poder a respeito do qual precisamos ter clareza a respeito, porque o que precisamos preser-

var, e o que está no texto da Constituição, inclusive no Art. 220, que é “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.”

Portanto, a nossa preocupação tem que ser permanentemente de preservar a Constituição na produção artística, naquilo que é produzido pelos nossos intelectuais, pela nossa imprensa, pelos nossos artistas.

E veja bem, o que aqui está colocado como uma inconstitucionalidade, diz o Art. 12 que “o exercício das atividades de programação e empacotamento está condicionado a credenciamento perante a Ancine”.

Portanto, é programação e empacotamento; não diz uma vírgula a respeito de produção. A Ancine não vai poder abrir o bico sobre produção de nada, como não pode e não deve porque a Constituição proíbe.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas se casar com o Art. 9 aí já cria uma interpretação...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Então, vamos fazer a leitura do Art. 9, Senador Demóstenes.

“As atividades de produção, produção e empacotamento são livres para empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.

Parágrafo Único – As atividades de programação e de empacotamento serão objeto de regulação e fiscalização pela Ancine.”

Não tem produção, Senador Demóstenes.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mas se casar...

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – Portanto, nem no Art. 9, nem no Art. 12 há qualquer afronta, qualquer ataque ao texto constitucional de liberdade de expressão e de produção.

Portanto, não podemos ficar aqui mascarando, porque quando alguém diz que o telespectador brasileiro tem que ter o direito de escolhas, que ele não pode estar submetido a um autoritarismo de que “tem que obrigatoriamente assistir o conteúdo nacional, que em 24 horas, sete dias por semana, dá 168 horas...” Apenas por três horas e meia é obrigada a veiculação de programação nacional, este...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª IDELI SALVATTI (PT – SC) – É, não dá nem para um filme.

Então, veja bem, e todos os telespectadores brasileiros têm um instrumentinho maravilhoso chamado controle remoto. Então se não quiser assistir o conteúdo nacional, ele troca. Mas o duro, Senador Demóstenes, é trocar todos os canais e não se enxergar como povo brasileiro, não ver uma manifestação cultural, entende, de nenhuma das regiões do nosso País, de não ver

um filme nacional, de não ouvir uma música brasileira. Isto é que nós temos que terminantemente colocar algum parâmetro. A Argentina faz 70% de obrigação de quota de conteúdo, a Europa, os Estados Unidos É 100%. Não é atoa que o segundo faturamento dos Estados Unidos é a empresa do audiovisual que promove lucro, emprego. No entanto, tem gente que não quer mexer, porque além de ser TV por assinatura também é dona, vinculada a não sei a quê de produtora norte-americana. Então temos que debater, aqui, o interesse nacional. Tem problemas? Tem, Senador Demóstenes, mas não é inconstitucional. Não há nenhum inconstitucionalidade, muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Vamos analisar. Acho que a Constituição deixa claro que tem que haver...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Tem uma defesa muito clara do interesse do povo brasileiro que precisar se ver.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Foi dito aqui, e acho muito interessante isso porque a Constituição prever uma lei que regulamentará a forma de incentivo e fomento. Foi dito, inclusive, que nós estamos em débito...

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Aliás o art. 221 diz isso: ...regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei. E a gente nunca consegue fazer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Depende do caminho. Poderá no momento oportuno. Daqui a pouco daremos a palavra a todos para que possam responder às perguntas.

A SRA. IDELI SALVATTI (PT – SC) – Senador Demóstenes, eu tenho a convicção de que, aqui, não vamos conseguir contemplar todos os interesses econômicos envolvidos que são muitos, são bilionários. Mas tem um interesse, Senador, que nós não podemos perder a oportunidade de aprovar. Por isso estou fazendo um apelo: vamos aprovar pela primeira vez neste Congresso, uma... Porque dizem que tem uma história do incentivo, mas a representante dos produtores alega que não adianta ter incentivo fiscal para produzir se, depois, não tem como veicular.

Então, a gente usa dinheiro público, renúncia fiscal para produzir e depois não dá acolhida para veicular. E toda produção nossa só tem um objetivo: que a população possa assistir. E quando ela tem oportunidade de assistir, Senador Demóstenes, é arrepiante como é bem visto, não só no Brasil. E na única vez que fui à China, já faz bastante tempo, tive a oportunidade de ver os chineses assistindo a novela Escrava Isaura. E paravam tudo para assistir à novela.

Então temos qualidade, competência, a produção regional é fantástica, basta pegar as nossas novelas regionais que são sucessos. Não são, apenas, os modelitos de Rio e São Paulo que fazem sucesso em nossa TV. Também as nossas novelas regionais. Temos vários exemplos, inclusive, atualmente de novelas com forte caráter regional.

Então, Senador, é apelo mesmo, não vamos conseguir conciliar todos os interesses econômicos. Houve acordo, foi debatido. Vamos aprovar, Senador Demóstenes, e vamos continuar aperfeiçoando a partir da lei e não de resoluções da Anatel às quais ninguém pode se contrapor ou modificar. Aqui é a Casa de estabelecer a regra, conforme a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

V. Ex^a ABDICA?

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Cedo a preferência para o Senador...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM - GO) – Temos na sequência: Senador Inácio Arruda, Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero ir mesmo direto ao assunto porque o tema é recorrente e nós estamos discutindo há longo tempo; não é uma jornada iniciada agora. Nenhum Senador desta atual Legislatura nem da passada, nem na Câmara, pode arguir que não houve debate, que não tivemos discussão. Isso é fora de propósito.

Segundo: todos os agentes... Claro que, pontualmente, posso destacar alguém que disse “bom, eu não concordo, mas as minhas representações estabeleceram acordo; nós, então, honraremos o acordo”. Eu ouvi aqui, na reunião passada, semana passada, um dos nossos convidados, da representação da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, dizer: “Eu tenho diferenças com o projeto, mas eu fiz um acordo, é a minha instituição, eu tenho que honrar esse acordo”. É um princípio básico da nossa atuação no Congresso Nacional: se é estabelecido um acordo, então vamos buscar honrar esse acordo.

Esse acordo foi sustentado pelas organizações. Foram as organizações, sejam dos produtores, sejam das empresas estrangeiras que atuam no nosso mercado – aliás, que majoritariamente atuam no nosso mercado nessa área, entregando o conteúdo; o conteúdo nosso tipicamente é estrangeiro, no caso do Brasil. Todas sentaram e fizeram um acordo.

Então, sinceramente, qual é o problema? Qual é a dificuldade de honrar um acordo que nós, instituições, fizemos para que pudéssemos ter um instrumento legal que, evidentemente, sofrerá alterações? Não é proble-

ma que ele sofra alterações. Nós só queremos ter um instrumento que responda à Constituição.

Veja que batalha, Senador Demóstenes! Veja que batalha. Nós aprovamos, na Constituição, a questão da regionalização. Até hoje, não conseguimos, até hoje. A turma amarra aqui. Porque você ter produção regional e ter espaço para a produção regional abre um caminho novo para o Brasil.

Nós estamos discutindo aqui geração de milhares de empregos, e empregos de qualidade no Brasil. É isso que estamos discutindo, se nós queremos esses empregos aqui ou se nós queremos exportar esses empregos. Nós sempre reclamamos de câmbio, disso, daquilo, mas na hora de produzir aqui, de conteúdo, estamos falando...

É até brincadeira, parece brincadeira. Não é, mas parece brincadeira. Nós estamos falando de três horas semanais. Sinceramente, isso é uma vergonha! Vergonha! Um Senador, uma Senadora da República, ou Deputado ou quem quer que seja criar obstáculo a conteúdo nacional de três horas por semana! Por semana! Sinceramente! Se eu estiver defendendo o interesse de uma empresa, de um grande negócio, bem, aí é o interesse meu, particular, mas nós, não. Nós, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas não estamos defendendo o interesse de uma empresa apenas, de um negócio apenas, de uma vinculação apenas. Nós estamos defendendo o interesse de toda a Nação brasileira. Porque essa é a pedra de toque. Não é a constitucionalidade. Está aí um probleminha que não existe, porque se houvesse inconstitucionalidade, puxa vida, o Senado tem uma vantagem: o que tem de jurista e de constitucionalista aqui, não é brincadeira. Então, era facilmente resolvível. Aqui se tira inconstitucionalidade na perna, na votação no plenário. Tira-se inconstitucionalidade, resolve-se problema de inconstitucionalidade.

Não é esse o problema. O problema é a cota. Esse é o problema. É que não se quer que a cara do povo brasileiro, lá do Dias Macedo, que é o bairro em que eu nasci, do Mata Galinha, lá do Ceará, lá da Bahia, lá do Candomblé, lá do Pelourinho, lá de Cruz e Souza, em Santa Catarina, nosso poeta negro, do nosso povo, das nossas tribos, da nossa raça, da nossa cara, como disse o Darcy Ribeiro, projete-se num espaço extraordinário, que é o espaço de mídia, produzindo conteúdo numa área espetacular no mundo, porque nós podemos produzir para nós e para o mundo. Esse é o problema central, é essa a marra que temos que quebrar aqui no Congresso Nacional. Nem é o problema de Anatel e Ancine. Também não é esse, porque, aqui para nós, se nós fizemos a lei, digamos assim, quem tem mais afinidade direta é Ancine – afinidade

direta. Mas também esse não é o problema. Não é o problema se é Ancine, ou se é Anatel, ou se é outra instituição. O problema é que nós colocamos aqui no meio uma cota e se quer argüir que a cota criaria uma espécie de constrangimento para o consumidor. Puxa vida! Constrangimento é sermos obrigados, no Brasil, a ter que assistir a tudo que vier, do jeito que vier. Pode ser o que aqui já se chamou até de lixo, e muitas vezes é mesmo, que entra nesses pacotes que vêm em um filme. Vem uma produção de qualidade, Senador Demóstenes, e o resto pode-se expurgar, não serve para nada. É pura propaganda, às vezes política, ideológica, de nações que querem se projetar e ter força pelo mundo afora. Basta ver as bandeirinhas penduradas em tudo que é produção de qualquer coisa, de qualquer coisa. Em qualquer tipo de produção está lá: bandeirinha, bandeirinha, bandeirinha. Quando a gente coloca a bandeira nossa, o pessoal chama de nacionalismo bizarro ou coisa do tipo. Mas eu acho que esse aqui é o problema, é o nosso nó.

Acho que seria algo negativo para nós, no final do período, depois de tantas discussões, de tantos debates na Câmara... Eu vim da Câmara, o senhor já estava aqui. Eu vim de lá, chegando aqui está o mesmo debate, a mesma discussão. Voltou para lá. Agora vem de volta para o Senado, e nós não conseguimos desatar esse nó.

Eu apelo a V. Ex^a, porque nós...

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA)

– O projeto é originário da Câmara.

Ele não chegou...

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não, mas o assunto não.

A SR^a IDELI SALVATTI (PT – SC) – O assunto não.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – O assunto não. Aqui nós tivemos dezenas de debates, dezenas, sobre este tema. Inclusive na Comissão de Ciência e Tecnologia presidida, hoje, com grande galhardia, pelo Senador Flexa Ribeiro, que tem atuado de forma brilhante na Comissão.

Debate não faltou. Quer dizer, argüir que faltou debate... Sinceramente, é brincadeira! Aqui nós tivemos um exagero de debate. Nós podemos dizer: mesmo debatendo, mesmo discutindo meses, anos e década, nós não queremos votar este projeto. Pronto. Aí é outra coisa. Não tem nada a ver com constitucionalidade, com Ancine, com Anatel, nada disso. Tem a ver com interesses que mexe com essa coisa bem pequenininha, mas que mexe com um interesse gigantesco, que é uma cota. É isso, o problema central é esse aí, não tem mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, senhores debatedores, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não vou fazer perguntas, porque, na verdade, eu quero estimular alguns pontos de debate e, inclusive, juntamente com o Senador Flexa, fui autor dos requerimentos que provocaram essas audiências públicas.

Na verdade, o que nós queremos é o debate. Nós não queremos impedir a votação. Nós queremos fazer o debate. Agora, a Câmara levou três anos, nós não tivemos quase tempo de discutir o projeto. Tivemos uma discussão há três anos, e o Senador Flexa lembra-se disso. Inclusive a Comissão de Ciência e Tecnologia era presidida pelo Senador Wellington Salgado, houve a vinda para cá do Deputado Jorge Bittar, do Deputado Julio Semeghini, nós discutimos, mas o projeto foi modificado de novo. O projeto não era mais aquele que veio para cá naquela discussão.

Então, o Senado não pode ser homologador de aprovações feitas na Câmara dos Deputados. Ele tem que discutir. Se, por acaso, vamos imaginar uma hipótese, o Senador Demóstenes descobre uma inconstitucionalidade no projeto, ele vai ter que sanar. Ele não vai deixar passar, ele, que é um jurista de alto gabarito, não vai deixar passar uma inconstitucionalidade. Se ele enxergar isso, ele vai, com certeza, mexer.

Na verdade, o que nós precisamos é debater. Nessas audiências públicas, o interesse é o debate. Foi fundamental que nós tivéssemos essas duas audiências públicas, inclusive com bastante concorrência por parte das entidades debatedoras, porque só assim nós podemos fazer um juízo mais completo do projeto.

O projeto é complexo porque ele começou como um projeto de regulamentação de tevê por assinatura. Só que depois ele entrou em conteúdo, entrou em outras áreas. Não estou dizendo que isso impede a aprovação do projeto, mas é preciso discuti-lo com profundidade. O que não se poderia é dizer: “não, nós vamos aprovar, vamos votar no plenário, vamos puxar para o Plenário, direto.” E os relatores que estão debruçados sobre o projeto? Vão ser desmoralizados? Isso não existe. Nós precisamos de tempo para discutir. Eu não tenho restrições, eu tenho, digamos, discussões pontuais também, não são restrições severas ao projeto. Agora, se nós não discutirmos, se não fizermos um juízo completo do projeto...

Nós não somos homologadores da Câmara. Se algum dos relatores perceber que há necessidade de mudar o projeto, ele vai ser mudado, nem que na Câmara tenha que se fazer um esforço para aprová-lo

rapidamente. Mas esse negócio de que o Senado não pode mudar porque a Câmara votou, o Senado não tem que votar na raça, isso acontece sempre com medidas provisórias. O Senado sempre recebe as medidas provisórias aqui à beira da extinção e tem que votar. Afinal de contas, o Senado acaba desmoralizado. O Senado tem todo o direito de agir e emendar, se for o caso. Nós temos prerrogativa para isso. “Não, vamos aprovar como está.” E as prerrogativas do Senado?

Eu não sou relator das matérias, mas os relatores têm que ter liberdade de colocar suas posições. Nem o Senador Demóstenes, nem o Senador Flexa vão ser obrigados, por força. “Ah! Vamos aprovar na raça, vamos jogar para o Plenário”. Os relatores têm a condição de opinar, de mudar, se acharem necessário. Se o Senador Demóstenes questionar alguma coisa da constitucionalidade, ele não poderá deixar passar. Caso ele concorde, também vai aprovar o projeto.

Então, o que é importante é o debate, este debate é fundamental. Foi essa a razão de termos, conjuntamente, pedido essas audiências públicas, senão ficaríamos sem discutir o projeto. Era o que eu queria colocar. Não vou fazer perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, Srs. Convidados, Sr^{as} convidadas, o importante – e eu fico muito satisfeito de ter procurado atingir o objetivo – era trazer o contraditório, o debate para as audiências, aqui, no Senado Federal. O fato de termos feito as audiências em conjunto com as cinco comissões por onde irá tramitar o projeto é apenas para que ela não fosse uma audiência repetitiva em cada uma delas, porque o tema é o mesmo e, fazendo em conjunto, teríamos uma economia processual e atingiríamos o objetivo. Se não me engano, o Senador Alvaro Dias fez um comentário a respeito da primeira audiência na semana passada. Lamentavelmente, a Mesa da audiência da semana passada tinha uma opinião quase que unânime com relação ao projeto. A de hoje, não. A de hoje coloca o contraditório para que nós possamos avaliar.

Eu próprio tenho um projeto que apresentei nessa linha da convergência tecnológica, e é necessário que ela seja regulada. Esse projeto do Senado hoje tem como relator o Senador Jayme Campos e ficou dois anos em mãos de um Senador, que não emitiu parecer e não fez o projeto andar, enquanto o da Câmara avançava.

Era minha ideia, Senador Demóstenes, como esta Casa age de forma mais ágil do que a Câmara, que nós tivéssemos condições de encaminhar o nosso

para a Câmara, lá houvesse a revisão e de lá retornasse para cá. Lamentavelmente, inverteu-se a mão. Mas eu acredito que não podemos fugir à obrigação nossa de legislar sobre qualquer assunto que seja de interesse da Nação brasileira. Então, é isso que nós estamos fazendo e temos que ir pela busca do consenso ou, na votação, chegar a algo que possa ser melhor do que nada existir.

Muito foi falado aqui sobre a questão das quotas. Particularmente, já me posicionei em várias outras questões onde já foram introduzidas as quotas como não sendo a melhor solução. Mas é a solução que pelo menos se busca diminuir as desigualdades. Se fosse por isso, Senador Demóstenes, teríamos que criar uma quota também para as desigualdades regionais. Obrigar o Governo a cumprir a Constituição, quando diz que as desigualdades regionais têm que ser eliminadas. E o que vemos é que, a cada década que passa, há um aumento desse aprofundamento entre as regiões do nosso País.

No caso aqui, eu perguntaria – não quer dizer que tenhamos esgotado a discussão. Muito pelo contrário. Os Senadores vão avaliar as audiências públicas e, se houver necessidade que se convide outros atores, será assim feito.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – E o Senador Demóstenes – por onde se encontrar o projeto hoje – vai se debruçar na questão da constitucionalidade, que aqui foi amplamente debatida.

Mas eu perguntaria se há alguma alternativa, no caso das quotas, para se desenvolver a produção nacional de conteúdo audiovisual qualificado. Acho que o mercado vai ser conquistado pela qualidade.

Aqui foram feitas referências, por quase todos, ao filme *Tropa de Elite 2*, que está batendo filmes estrangeiros. Quer dizer, quando vem um produto que a sociedade, que o usuário quer assistir, pode ou não estar no canal que ele vai buscar aonde estiver.

Dr. Jacinto, o senhor como jurista – e aí nosso líder, Senador Demóstenes, pode definir também com competência –, entende que esse projeto de lei da Câmara fere algum princípio da Ordem Econômica e Financeira, estabelecido nos arts. 170 e 174 da Constituição? Eu queria saber se também seria inconstitucional, de acordo com esses artigos. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Mais alguma pergunta, Senador?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA) – Sim.

Para o Sr. Bitelli, da Mesa anterior: como o senhor avalia o art. 21 do projeto, que concede a prerrogativa à Ancine de decidir quem poderá ou não deixar de cumprir as quotas estabelecidas em lei?

Aqui foi dito que a Ancine ia regular conteúdo. Parece-me que não. O que está previsto aí é que a Ancine vai regular se é cumprido ou não as três horas e meia de conteúdo nacional. Mas me preocupa muito que estejamos dando à Ancine obrigações ou deveres que não foram aqueles para os quais ela foi constituída.

Já temos a Anatel, lamentavelmente – eu disse isso ao Embaixador Sardenberg –, substituindo o Congresso Nacional, legislando sobre a área de comunicação como se o Congresso fosse. Baixa uma resolução... Estamos aqui, Senador Antonio Carlos, discutindo quota, estamos discutindo conteúdo, estamos discutindo a questão da produção independente, mas estamos discutindo também a questão do espaço da radiodifusão e das Telecom na TV a cabo. Então, enquanto estamos discutindo isso, que o PLC nº 116 fala disso, a Anatel, por uma resolução, define, por seu conselho, substituir o Congresso Nacional e dizer que é possível sim abrir a TV a cabo para outros interessados sem que eles passem pelas exigências ou sem que eles passem pela regulação do Congresso Nacional.

Já está aí. A resolução está aprovada, vai abrir consulta pública. É questão de mais tempo ou menos tempo.

Então, a minha preocupação é somente esta: acho que nós não podemos fugir à obrigação de legislar, o projeto realmente não tem consenso, o projeto não é aquele que cada um dos atores que participa dele gostaria que fosse. Mas temos que, dentro do Senado, fazer os ajustes necessários se preciso for, e, se feitos esses ajustes, devolvê-lo à Câmara, para que eles sejam analisados.

Agora, dizer que nós não vamos votar ou que nós não podemos votar porque falta tempo ou sobra tempo, quanto a isso o Senador Demóstenes dá um exemplo aqui na CCJ: tem dias em que ele faz cinco, seis sessões diretas para poder ter discutida a pauta, que é bastante intensa porque todos os projetos têm início aqui na Comissão de Constituição e Justiça, para verificar a constitucionalidade ou não.

Essa era a minha posição, Senador. Após a discussão, vamos reunir os Senadores para que possamos ver se é possível avançar no projeto, quais as alterações que precisam ser introduzidas ou se ele vai à votação.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Faço alguns esclarecimentos antes de passar a palavra aos nossos convidados para as suas considerações finais, para as respostas, as perguntas formuladas por V. Ex^a, em decorrência da situação em que se encontra esse projeto hoje.

Muito simples a situação do projeto. O projeto foi discutido na Câmara por um longo período. Chegou aqui exatamente no processo eleitoral. Eu achei, também era impossível, que nós não deveríamos discutir isso durante todo o processo eleitoral.

O projeto veio. É um projeto que precisa primeiro ser compreendido pelos Srs. Senadores. Ele é muito mais profundo do que cota, e o problema não é cota. Eu desafio: se tirarem as telas se aprovamos a questão da cota. Nós não vamos aprovar. Esse é o fundo que está se levantando para dar uma conotação nacionalista para o projeto ser aprovado etc., e, na realidade, não é nada disso. Vamos ser francos aqui, que a realidade não é nada disso.

Agora, o que nós estamos querendo? Queremos aprovar o projeto. Agora, o Senado é homologador de projeto? Ora, tenha paciência. O que eu pedi para o Líder do Governo? O que eu pedi para os Srs. Senadores do Governo? Vamos fazer as alterações. Isso já tem um mês, quase. Mandamos para a Câmara, e a Câmara dá o tom definitivo. Quer aprovar o projeto que veio dela? Tudo bem. Quer aprovar as alterações que o Senado fez? Tudo bem, porque realmente o projeto padece de alguns vícios, inclusive o de inconstitucionalidade, que, como disse o nosso querido Senador Inácio Arruda, podem ser absolutamente sanados, sim. Nós temos competência para sanar esses vícios. Só que, aí, o projeto tem que voltar. E é justamente o que ninguém aqui quer: que esse projeto volte.

Agora, nós temos que aprovar um projeto imperfeito, um projeto cheio de vícios, cheio de dúvidas, que solapa, sim, de vez a prerrogativa do Congresso Nacional legislar, para resolver o problema X, Y ou Z. E não vai resolver também não. Se nós dermos a possibilidade de cota, que me parece que não é o caso dentro desse projeto etc., para que os produtores nacionais possam fazer... Como é que eles vão fazer se não têm também...? O projeto tem duas faces.

Foi dito aqui: "Nós ocupamos um espaço mínimo. Nós não temos condição de fazer". E vão ter essa condição como se não têm incentivo e não têm fomento? Então, a ideia clara, óbvia, é discutir o projeto. Se quiserem discutir para aprovação, eu solto o meu relatório. Eu estou estudando o projeto há muito tempo.

Não me venham com conversa fiada. Acho que tenho muito mais itens do que a maioria dos brasileiros: tenho algo em torno de 30 mil itens, desde vinil 78 – nem era vinil, na época, era de cera –, tenho VHS, fitas cassete; grande parte disso, mais de 20 mil itens, nacional, porque sou apaixonado por isso. Gostaria de dizer assim: se dependesse de mim, estaria resolvido. Criamos uma expectativa tremenda para um setor, chega o Supremo Tribunal Federal e mete a caneta.

Essa é a solução, vamos dar uma solução artificial. Já se propôs inclusive que o Presidente substitua o Congresso: "vamos aprovar como está que o Presidente vai vetar tais e tais artigos." Ora. Nós temos a capacidade de fazer essas modificações. Eu não sou contra o projeto, mas ele precisa ser melhorado. É bom que fique claro: o projeto pode ter aperfeiçoamentos. Se o Governo quiser, vai atropelar e vai aprovar mesmo, no plenário. Avoca e faz; tem maioria. Ainda mais agora, que quem perdeu eleição nem aqui vem mais. Então, aprova-se tranquilamente. Mas não me parece ser essa a melhor solução. Se nós discutirmos isso tranquilamente, o projeto pode voltar para a Câmara. O Governo tem maioria e pode convocar a Câmara em janeiro para trabalhar; pode votar até o final do ano.

Então é preciso deixar bem claro isto: não existe nada contra o projeto a não ser pontos específicos que devem ser aprimorados para superar inconstitucionalidades, evitar danos a determinados setores, para não conferir à Ancine o poder de regulamentação que ela não tem e a Constituição não dá. Isso também não deveria ser feito com relação à Anatel e não está sendo pleiteado. É bom que se diga. Não podemos alargar isso. São questões absolutamente pontuais que não desvirtuam o projeto, mas que se quer aprovar de qualquer jeito. Esta é a objeção; a objeção é: "vamos aprovar porque vamos resolver, já demorou demais, desde 1988 a coisa está assim". É verdade. Mas vamos aprovar para daqui a pouco cair o que interessa? E, me perdoem os ingênuos, a questão das teles vai ser aprovada, vai passar tranquilamente pelo Supremo Tribunal Federal, e a questão das cotas vai ser derrubada.

Então, vou repetir. A questão das teles, que vai passar aqui, não tem questionamento de constitucionalidade algum; esse vai passar. É óbvio que algum setor vai questionar isso junto ao Supremo Tribunal Federal, e vai virar lei. A questão das cotas, do jeito que está, duvido que o STF vai dar validade a isso. E nós poderíamos fazer uma média aqui, porque é interessante – não é? – faz-se uma média grande, um discurso espetacular, resolve o problema aparentemente, e daqui a pouco ele cai. Então, o melhor, na minha opinião seria resolver o problema definitivamente. Nós temos a capacidade de fazer isso. Não há, da minha parte, e acredito que da parte da maioria dos Senadores ou da totalidade dos Senadores, a intenção de atrapalhar o projeto. Às vezes, até se quer aprovar, acha-se que a coisa vai resolver, que ninguém vai questionar, que é assim mesmo. E não é assim.

Com essas considerações, acho que posso me reunir com o Senador Flexa, com o Líder do Governo, tentar achar uma solução, mas a melhor solução não

é aprovar como está; não é aprovar como as coisas se encontram. Se o Governo quiser aprovar, tem mecanismos para isso, é o que utiliza várias vezes: é o trator, aprova o que quiser, passa por cima do Congresso e transforma isso em lei. Agora, dentro da Comissão de Constituição e Justiça, temos que ter um mínimo de decência jurídica, não podemos deixar as coisas saírem do jeito que chegam aqui. Até porque não teríamos finalidade alguma. Repito, as Casas são distintas, a Câmara é uma coisa, o Senado é outra. Nós temos o bicameralismo para isso. Se quisermos fazer um substitutivo completo, nós temos autonomia para isso. Eu não fiz acordo com ninguém. Não houve ninguém que tenha me procurado e dito: “Nós temos um acordo. Nós temos que honrar esse.” Que acordo é esse?

Acho que temos de nos debruçar sobre o projeto. Eu tenho, na cabeça, o que penso sobre ele. Querem discutir, querem levá-lo adiante? Será que os Srs. Senadores, na sua maioria, têm condição de entender esse projeto em tão curto espaço de tempo com tudo que foi colocado nele fora, inclusive, do que se discutiu, inicialmente, na Casa e mesmo na Câmara? Tudo bem, temos essa condição. Vamos fazer, vamos discutir, mas que nos deixem fazer essa modificação. O Governo, se quiser, tem todos os mecanismos para a Câmara, recebendo, fazer com que isso se transforme em lei, inclusive do jeito que veio da Câmara. A Câmara tem a alternativa de rejeitar o projeto do Senado.

Com a palavra, para suas considerações finais, pelo prazo de três minutos, a Sr^a Renata Pagy Bonilha.

Como nós também extrapolamos o prazo de três minutos, vou ter condescendência com todos que desejarem falar um pouco mais.

Com a palavra V. S^a.

A SR^a RENATA PAGY MONILHA – Sr. Presidente, agradeço-lhe o retorno da palavra.

Como foi dito pelo senhor, acho que a intenção da empresa é, realmente, rever esses pontos polêmicos. A empresa reitera não ser contra o PLC, mas entende, como o senhor acentuou brilhantemente, haver necessidade de serem revistos alguns pontos para que não se caia posteriormente numa inconstitucionalidade judicial.

Essa é a intenção da empresa em levantar esses pontos que já foram devidamente discutidos aqui e não precisam de maior aprofundamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Agradeço a V. S^a.

Com a palavra o Sr. Luís Roberto Antonik.

O SR. LUIS ROBERTO ANTONIK – Sr. Presidente, para finalizar, eu queria reiterar a posição da Abert

a respeito da necessidade de regramento de infraestrutura, de compartilhamento de infraestrutura sem o qual a competição, que é tão proclamada no projeto, não deverá acontecer. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Adriano Roberto Civita.

O SR. ADRIANO ROBERTO CIVITA – Obrigado, Presidente.

Mais uma vez, em nome da ABPI-TV, que representa uma sociedade de classe, as produtoras, diferentemente de uma empresa que defende somente os seus interesses privados... Nesta Comissão havia vários representantes de vários outros órgãos e não somente de um interesse. Nós defendemos que sempre que for checada a constitucionalidade de um projeto... Entendemos também que o Senado tem opinião própria e não é refém de ninguém, só que defendemos, depois de três anos de um debate e de um consenso, que não é o ideal para todo mundo – certamente não é o ideal para a Record, para a Globo, para as produtoras, para ninguém. Suas imperfeições, vamos acertando-as, mas é muito melhor do que está hoje. Em relação à defesa das quotas, a gente está sofrendo o ataque de uma empresa única, que defende seus interesses. Somente isso.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli, inclusive pra responder ao questionamento do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MARCOS ALBERTO SANT’ANNA BITELLI – Se o senhor me permitir, vou responder a cada uma das perguntas pela ordem dos Senadores. Só vou inverter respondendo ao senhor em primeiro lugar porque as programadoras de televisão por assinatura não participaram de nenhum acordo em nenhum momento em nenhum lugar. Então nós nos irmanamos com V. Ex^a. Nem na Câmara. Em nenhum momento, os canais de programação de televisão por assinatura sobre os quais recairão as quotas fizeram qualquer acordo com ninguém porque nós frequentamos esta Casa democraticamente e manifestamos nossa posição sempre radicalmente contra a violação das quotas dentro dos canais de programação internacional. Esse é um ponto que eu gostaria de deixar bem claro que isso nunca aconteceu. A gente nem sabe como se faz esse tipo de acordo.

Com relação à pergunta do Senador Dias... Ele pergunta se é possível uma alternativa às quotas, e a alternativa às cotas que as programadoras internacionais preconizam é o incentivo à produção nacional, que já vem realizado...

Senador, se o senhor verificar a apresentação que foi feita no começo, a primeira apresentação da

ABPITV, o senhor vai ver que todos aqueles conteúdos de qualidade que foram mostrados pelo meu colega Adriano são conteúdos feitos em parceria com os canais internacionais, com base na Lei nº 10.454, aprovada neste Senado.

Então, a Lei nº 10.454 permitiu uma parceria entre os canais internacionais e as produtoras independentes brasileiras, que têm dado não só uma troca de experiências entre as programadoras e os produtores locais, como também uma visibilidade mundial, Senador, à produção nacional independente. Então, se tem alguém que está dando um exemplo de sucesso ao incentivo à produção nacional são os canais internacionais.

Com relação à posição da Senadora Ideli Salvatti – não sei se ela está aqui presente –, preocupou-me muito a interpretação constitucional equivocada do art. 220, Senador Demóstenes, porque o art. 220 da Constituição Federal não trata da liberdade de produção, mas do direito à comunicação. O direito à comunicação não é o direito de produzir, mas o direito de comunicar, o direito de comunicar por qualquer meio ou processo.

Então, há um equívoco na interpretação da constitucionalidade dessa legislação da Ancine porque ela não cuida da liberdade de produção. Quando se fala da regulação da programação, está-se, sim, restringindo o direito à comunicação.

O art. 220 cuida do direito à comunicação, não do direito à produção.

Então, este é um ponto importante que a gente tem que ver sob o aspecto constitucional.

E quando o Senador Inácio menciona a Argentina, como mencionou outros países, a gente entende que há reservas de cotas nas grades de canais em vários países do mundo. A posição que a programadora tem explicado é a seguinte: é essa quebra da integridade do canal que é uma obra em si própria.

Se o senhor for à Argentina – cheguei de lá sexta-feira –, vai ver que o canal da Time Warner, o canal da HBO, o canal que for, ele é íntegro, não tem inserção compulsória de conteúdo lá dentro. Se há canais argentinos, essa é uma outra história.

Ah, o senhor disse também que a ABPTA se manifestou a favor. Eu queria só prestar uma informação: a ABPTA representa os programadores independentes. Inclusive, se retirou... É uma outra instituição. Inclusive, acabou se retirando como sócia da ABPTA para que não houvesse confusão entre as duas entidades, em que pese serem entidades totalmente diferentes.

O Senador Flexa Ribeiro pergunta se há alteração às cotas.

Há realmente alternativa às cotas. As cotas são o pior dos mundos... O sucesso do cinema brasileiro onde há cota de cinema não é por causa da cota, mas por causa da qualidade do filme. Quando o filme é bom, dá bilheteria, não precisa de cota; quando é ruim, nem com a cota resolve. Então, quem decide se é bom ou não é o consumidor.

Os dois agentes que não foram chamados para discutir na Câmara esse Projeto foram o assinante e a programadora: o assinante, que assina, e a programadora, que vai receber a cota.

Alternativa à cota: incentivo, fomento. A televisão por assinatura, os canais internacionais estão mostrando que isso funciona. Basta sintonizar os canais internacionais para ver as grandes séries brasileiras que estão passando lá, e não é Escrava Isaura, produzida pela Rede Globo, mas é produzida pelo produtor independente.

Uma pergunta que foi feita também pelo Senador: violação ao art. 174. Encontro, sim, violações à ordem econômica no Projeto, especialmente na concessão de poderes regulatórios da Ancine sobre uma atividade privada. Diz o art. 174 que o Estado exercerá a atividade indicativa e fomentadora na iniciativa privada. E o canal de televisão por assinatura não é um canal de televisão aberto. O canal de televisão por assinatura não é uma concessão pública do Estado. Então, não há como não se achar uma violação ao art. 174 e à ordem econômica.

A pergunta sobre o art. 21, que o Senador me fez, se o fato de a Ancine poder decidir ou flexibilizar o cumprimento da norma, eu acho essa uma das posições mais perigosas e inconstitucionais do Projeto, porque isso vai virar um balcão de negócios: “Olha, eu sou um canal que está com uma situação periclitante. Não consigo conteúdo brasileiro. Vou bater às portas da Ancine e pedir a ajuda do Estado para o Estado me dizer como eu faço para não receber pesadas multas que podem chegar a até R\$5 milhões se eu não cumprir as cotas e eu não ser banido da grade de programação. Eu acho essa flexibilização uma das mais perigosas, porque isso vai transformar, como já aconteceu no passado, Senador... Na época do regime militar, havia cota, havia cota para cinema e se comercializavam certificados e filmes brasileiros para que se cumprisse a cota nas salas de cinema porque não havia produção.

Então, essa política de flexibilização é pior, porque vai-se colocar na mão do Estado e não na mão do mercado uma tolerância a uma infração a uma regra que é inatingível, que é a violação à lei da oferta e da procura.

Então, não vejo que o art. 21 vá resolver. Muito pelo contrário. Pode se transformar até num balcão de negócios dentro da agência reguladora, onde a agência vai passar a poder intermediar, falar assim “olha, você não conseguiu, eu vou conseguir aqui um amigo meu para você cumprir a cota”. Eu acho que esse é o pior dos mundos, e pior: as cotas destroem a meritocracia.

Então, os grandes produtores, Tropa de Elite, O2, Meirelles, eles não precisam do Estado para produzir. O senhor pode ver no fundo quem fez o custeio da produção Tropa de Elite 2. Não foi o Governo. O dinheiro que tem lá de incentivo fiscal é muito pouco. A qualidade é que é boa. Então, sob esse aspecto, eu vejo que há alternativas ao fomento, e eu agradeço às programadoras pela participação neste evento.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Sr. João Carlos Saad.

O SR. JOÃO CARLOS SAAD – Sr. Presidente, eu queria fazer uma rápida passada nos blocos de telefonia e, depois, propor uma solução para as cotas.

O bloco mexicano tem a Embratel, Claro e Net. A Embratel tem DTH, que cresce a taxas altíssimas; Claro é móvel; e Net é TV a cabo. Portanto, já está sendo feito TV a cabo por empresas de telefonia, por esse bloco mexicano.

Bloco espanhol: tem a Vivo, tem a Telefonica, tem a Telefonica DTH e tem a TVA, que é TV a cabo, TV paga. Portanto, esse bloco já está fazendo televisão a cabo.

Temos o bloco luso-estatal, que tem a Telemar, tem a BrasilTelecom, tem a Oi, tem a Uai, que faz cabo, e tem a Oi TV, que faz DTH. Portanto, já está fazendo TV por assinatura esse bloco.

E temos o bloco italiano, que realmente está um pouco prejudicado, porque ele só está com a TIM e com a Intelig.

Então, esse é um olhar sobre os blocos de telefonia que mostra que esse desespero tem mais de desespero que de realidade. Não é isso? As licenças de cabo não foram abertas durante quase dez anos. A Anatel segurou e não abria. Agora, está com pressa de abrir tudo num dia só.

Sobre as cotas, eu gostaria de fazer a seguinte proposta. Eu concordo que três horas e pouco é realmente ridículo. E acho que a grande confusão que a gente tem é na posição. A gente está olhando ela na horizontal. Se a gente olhar ela na vertical e, em vez de integrarmos e obrigarmos a intrusão em alguma obra feita, vamos dar canais inteiros. Vamos propor que 5% do *line-up* seja de produção independente. Dê o canal inteiro. São muito mais horas do que o que está sendo discutido. E aí a obra é inteiramente indepen-

dente. Em vez de a gente olhar na horizontal, vamos olhar na vertical.

Eu queria deixar essa contribuição da Abra para que seja considerada e analisada por vocês. Muito obrigado. Eu queria dizer que foi uma honra ter participado de um debate tão rico, tão esclarecedor. Eu espero que a gente realmente tenha mais tempo de aprofundar este debate deste setor tão estratégico ao Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg.

O SR. RONALDO MOTA SARDENBERG – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer um comentário a respeito da posição da Anatel. Foi várias vezes questionada a hipótese de que tivesse havido uma usurpação da Anatel em funções que são próprias do Senado. Ela não se sustenta. E eu vou explicar por quê. Por força do inciso I do art. 214 da Lei Geral de Telecomunicações, que é de 13 ou 14 anos atrás, a Anatel tem a obrigação de substituir gradativamente os regulamentos, normas e demais regras em vigor por regulamentação a ser editada pela Agência.

Com esse objetivo, em 2005 foi submetida a consulta pública – Consulta Pública nº 660 – a proposta do novo planejamento de TV a cabo, muito antes, portanto, de o PL nº 29, hoje PLC nº 116, ter sido apresentado para apreciação da Câmara dos Deputados. Naquele momento, como hoje, a Anatel atua dentro de sua estrita esfera de competência legal, trabalha dentro do marco legal existente. O novo marco legal está sendo construído pelo Senado agora, como deve ser.

Portanto, eu queria deixar perfeitamente claro, em primeiro lugar, que, objetivamente, não houve nada que atentasse à Lei Geral de Telecomunicações, que rege a Anatel. Em segundo lugar, quero dizer que essa questão do planejamento ainda passará por etapas dentro da Anatel. Vou repetir – se assim me permitem – o que eu disse durante o debate: os efeitos do planejamento dependerão de uma futura decisão do Conselho Diretor sobre a proposta de um novo regulamento do serviço de TV a cabo, que ainda será elaborada, será submetida a consulta pública e, depois disso, antes da decisão final, deverá ser encaminhada ao Conselho de Comunicação Social, como é obrigação legal para a Anatel.

É essa a situação. O Conselho de Comunicação Social é um órgão vinculado ao Senado Federal. Portanto, acredito que os Senadores terão toda a capacidade de controle.

Essa é a situação tal qual nós a vemos. Haverá tempo. E mais: se o PLC nº 116, em meio tempo, ou outro projeto relevante for aprovado, o que acontecerá será que a Anatel terá de adequar-se ao novo marco legal aprovado, e fará isso.

Eu queria acrescentar que estou acompanhado do Conselheiro Jarbas Valente e do Dr. João Rezende – que também é Conselheiro e esteve aqui há pouco – e posso assegurar-lhe, Sr. Presidente, de que a Anatel nunca faria nada que fosse para atentar contra as prerrogativas do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra o Sr. Jacinto Arruda Câmara.

O SR. JACINTO ARRUDA CÂMARA – O Senador Flexa Ribeiro me fez uma pergunta a respeito da violação de dois outros dispositivos constitucionais: o art. 170, que menciona a liberdade de iniciativa; e o art. 174, que diz respeito à participação do Estado como indutor da livre iniciativa e não como regulador ou planejador da livre iniciativa. S. Ex^a pergunta se essas seriam também regras ou princípios constitucionais violados pelo atual projeto.

Parece-me que esses valores estão muito relacionados à questão da liberdade, que também foi objeto do art. 220. Parece-me, apenas, que, por uma questão de pertinência temática, o art. 220 é mais relacionado a essa discussão inteira. O valor liberdade é o mesmo, mas, no que diz respeito à comunicação social e à participação do Estado como incentivo na indústria da comunicação social, o papel reservado ao Estado como apenas fomentador da atividade está descrito e assegurado nesse Capítulo da Constituição e não no princípio geral, que também vale para o caso específico, que é o do Capítulo Da Ordem Econômica.

Manifesto aqui minha concordância com o ponto de vista, com a interpretação do Dr. Marcos Bitelli. Inclino-me mais a concordar com a leitura dele da Constituição do que com a que foi feita pela Senadora Ideli Salvatti, que excluiu do campo da proteção à liberdade de expressão e de criação as atividades relacionadas à programação e ao empacotamento.

Parece-me que a divergência de interpretação constitucional está aí. Na minha interpretação, empacotamento e programação, ou seja, selecionar conteúdo a ser veiculado por uma operadora de telecomunicações ou qualquer outro meio, isso também estaria protegido no art. 5º, inciso IX, do art. 220.

Parece-me que a leitura do projeto exclui essas atividades da indústria audiovisual do que seria criação e uma liberdade protegida. Salvo engano, esse é o ponto de divergência. E há realmente aqui uma divergência – não há dúvida quanto a isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, o Sr. Roberto Moreira.

O SR. ROBERTO MOREIRA – Antes de mais nada, eu gostaria de me dirigir ao Senador Flexa Ribeiro e justificar a importância das cotas.

A base é que o projeto entra no Brasil a um custo pelo qual é impossível para nós competir. O produto internacional entra já pago. Isso funciona de fora para o Brasil, e do Brasil para fora também. Então, a cota é uma garantia de que a gente vai poder, sim, entrar no mercado. Caso contrário, não entraremos no mercado. A gente não vai ter produto capaz de competir.

Com relação ao fomento, o PLC contempla a questão do fomento. Hoje, em 2010, já foram investidos R\$70 milhões em produção destinada ao cabo. Agora, eu pergunto: esses R\$70 milhões traduziram exposição nos canais pagos? Essa é a questão.

O art. 221 da Constituição diz: “promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação”.

E aí me contraponho à sugestão do Sr. Saad, porque só canais vira gueto. A gente precisa ter a garantia da presença do produto brasileiro em todos os canais, e em horário nobre. É horizontal, porque as pessoas assistem televisão horizontalmente. Ninguém fica só assistindo a um canal na televisão a cabo.

Então, acho que as cotas garantem a presença do produto brasileiro, elas viabilizam economicamente. E o que me causa mais estranheza é que elas sejam questionadas de maneira tão dura, no fundo, pelas representantes das emissoras estrangeiras. E aí a gente pode dizer onde está o “xis” da questão: na hora em que as cotas romperem a autoria dos canais, não vai ser mais possível apertar um botão em Miami e transmitir o canal para a América Latina inteira. Aí os canais vão ter que ser conformados em cada país. Aí a operação fica mais complicada.

Eu acho que temos, sim, que lutar para conquistar o espaço da produção brasileira, e conquistar o controle da nossa presença dentro dos canais. Caso contrário, é um espaço que está à disposição, que está dado, entendeu? Penso que realmente precisamos priorizar o interesse nacional nessa hora.

O PLC vai investir R\$300 milhões na produção brasileira. Respondendo à questão do mérito: existem, sim, condições de produção de qualidade no Brasil. Aí as programadoras vão ter que escolher as produtoras capazes de oferecer uma produção de qualidade. Agora, dizer que a produção brasileira não tem capacidade de suprir isso, vamos ver! Eu acho que tem.

Vamos tratar agora das cotas no caso do cinema. Nós temos uma cota. A cota não é praticada. Por quê?

Porque nós temos um “Tropa de Elite”. Na hora em que tivermos três filmes como o “Tropa de Elite” e, do outro lado, houver um “Harry Potter” ou um “Homem-Aranha”, aí as cotas vão ser importantes.

Então, vejamos o exemplo da Coreia do Sul. Ela tinha 15% de penetração do mercado de cinema na Coreia do Sul em 1995. Eles praticaram cotas violentas durante dez anos. Hoje, não há mais cotas, e o produto coreano tem 60% de penetração no mercado de cinema deles. E o mercado de cinema coreano cresceu, e a presença americana cresceu dentro do mercado coreano, mas a presença coreana cresceu mais do que a americana.

Então, eu acho importante a gente ter a noção de que o mercado do audiovisual vai crescer impulsionado pela produção brasileira.

O que a gente vê é um mercado retraído, concentrado e controlado por uma única produção, que emana de um único país.

Eu pergunto à Sky se eles não cumprem a quota na Europa. Eles cumprem. Então, qual é o problema da quota?

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – Com a palavra, a Sr^a Alessandra de Almeida Camargo Oliveira.

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Bem, eu gostaria de agradecer a participação do DPDC nesta audiência pública, e fazer um esclarecimento, nobre Senador.

Os números apresentados de reclamação realmente são absolutos, sim, do Cadastro Nacional de Reclamações de Defesa do Consumidor de 2009. Mas, também, são números absolutos referentes a uma amostragem dessas reclamações em todo o Brasil. Porque o Sindec está integrado em 105 Municípios, mas nós temos mais de 5 mil Municípios. E também nós não podemos esquecer das demandas que vão para o Judiciário, em especial, para os juizados especiais. E nós sabemos que hoje há uma grande demanda de reclamações sobre TV por assinatura.

Então, eu gostaria de prestar esse esclarecimento e dizer que há, sim, uma necessidade de ajustes no PLC em questão, principalmente no capítulo que diz respeito ao assinante do serviço de acesso condicionado, principalmente, naqueles pontos que eu já falei, que é a questão da informação, do contrato, do Serviço de Atendimento ao Consumidor.

Acho que esses ajustes devem ser apreciados e, sobre esses temas, faço questão de levar ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. E, posteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – V. S^a deve levar por escrito essas sugestões. Eu agradeceria.

A SR^a ALESSANDRA DE ALMEIDA CAMARGO OLIVEIRA – Sim, com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO) – E, para finalizar, dou a palavra à Sr^a Tereza Trautman.

A SR^a TEREZA TRAUTMAN – Sr. Presidente, eu novamente agradeço a oportunidade de estar aqui.

Acho que a discussão acabou muito polarizada; inclusive, fiquei espantada ao se questionar de que há na Constituição uma previsão de exibição de produção independente nacional. Não está muito claro, aqui no inciso II.

Acho chocante que se leve a sério quando as empresas estrangeiras chegam no Brasil para questionar a legitimidade da produção independente nacional ficar em torno de 1%, e isso ser discutido aqui dentro como o grande problema do PL ser a questão das quotas, essas quotas irrisórias.

Eu pergunto: a Sky, além de cumprir as quotas na Europa, que são país a país, por aqui, no Brasil, ela não tem canal de produção independente nacional? A questão são as quotas, a imposição das quotas. E por que ela não exhibe? Eu posso responder: esse problema ele foi gerado com a fusão da Sky com a Direct TV, que foi feita da forma que todos sabemos como foi feita, ignorando a parte do audiovisual, porque não havia uma autoridade do audiovisual no País, como não há até hoje. E isso permitiu, ao contrário do que foi feito em todos os outros países, inclusive nos Estados Unidos, onde a Sky pode se fundir com a Direct TV, contanto que ela preservasse o espaço do conteúdo local. Inclusive, na ABTA, no Congresso da ABTA de 2005, o CEO da Sky, Mr. Bruce Churchill, esteve no Brasil e falou: “Nós sabemos o quão importante é o conteúdo nacional para a população local. Nós daremos espaço prioritário para o conteúdo nacional, mas nós sabemos de problemas maiores que interditaram essa questão”.

É por isso que a Sky não tem canal de conteúdo nacional independente. As quotas podem possíveis sem haver o estabelecimento de quotas? As quotas surgiram nos Estados Unidos, no final da década de 40. As quotas existem em quase todos os países. Há muita produção. Há um estoque gigantesco esperando para entrar. Nós estamos prontos. Há no País mais de cinco mil empresas de produção, nós estamos prontos para entrar, nós temos associações de produtores organizados nos 27 Estados. Há muita produção retida. Essa questão das cotas não pode ser a Geni do projeto. Eu estou estarecida com isto: de que as

empresas estrangeiras chegam aqui e coloquem que esse é o problema. Eu acho que a gente devia, quando deitar a cabeça no travesseiro, ter um pouquinho mais de paz com o País que nós vivemos, como País que nós construímos, com o País que nós vamos deixar para os nossos filhos e netos, porque ter direito ao conteúdo nacional, à produção independente, à pluralidade de opiniões, à diversidade de linguagens é um direito que está na Constituição, ao contrário do que foi falado aqui. E a Ancine...em todos os países, há autoridade do audiovisual. Em todos os países há. Porque há regulamentação, há uma regulação. Aqui não há regulação e jamais se deixou que houvesse. Por isso não há. A Ancine não vai ter todo esse poder imaginado e listado. Absolutamente!

Porém, tem que se saber, como se sabe em todos os países, quem está transmitindo o que para o País. Só isso. É um credenciamento. É uma certificação. Está lá. A empresa quer atuar no mercado, ela vai lá e se inscreve. Porque há toda a parte de conteúdo remete ao art. 222 da Constituição, que prevê que 30% seja o limite de capital estrangeiro. Como é que a Ancine pode controlar, pode saber quem é que está participando daquela empresa. Há semelhança da Anatel que em todos os países ou se tem as duas agências de audiovisual da regulação do conteúdo junto com a regulação de infraestrutura ou se tem separado. Mas tem. Não existe essa anomalia que existe aqui no Brasil não ter nenhuma regulação. Eu fiquei muito agradecida pelo convite, mas fiquei muito triste com o que ouvi. Eu acho que o Brasil merece mais, eu acho que o Brasil merece que se pense no futuro dele.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. DEM – GO. Fazendo soar a campainha.) – Agradeço a presença das senhoras e dos senhores, principalmente dos nossos convidados: Tereza Trautman; Alessandra de Almeida Camargo Oliveira; Roberto Moreira; Jacinto Arruda Câmara; Ronaldo Mota Sardenberg; João Carlos Saad; Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli; Adriano Roberto Civita; Luís Roberto Antonik; Renata Pagy Bonilha.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

Levanta-se a reunião às 18h45min

**SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA
ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS
DA USINA DE BELO MONTE**

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DE-

FESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 13h06, TERÇA-FEIRA, NA SALA DE REUNIÕES Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II.

Às treze horas e seis minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na sala de reuniões nº 6, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senhor Senador FLEXA RIBEIRO, reúne-se a Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da usina de Belo Monte. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores RENATO CASAGRANDE, DELCÍDIO AMARAL, FLEXA RIBEIRO E JEFFERSON PRAIA. Deixa de comparecer o Senhor Senador ROMERO JUCÁ. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, apresenta o Requerimento nº 02, de 2010 – CMABMONTE, que “requer, nos termos do art. 58, §2, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública destinada a discutir as notícias vinculadas na mídia sobre problemas na obtenção das licenças necessárias para permitir o início da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Nestes termos, solicito que, para participares da audiência pública acima citada sejam convidadas as seguintes autoridades: Sr. Marcio Pereira Zimmermann – Ministro das Minas e energia; Sr. Abelardo Bayma Azevedo – Presidente do IBAMA; Dr. Ubiratan Cazetta – Procurados Chefe da República no Pará e Sr. Carlos Nascimento – Diretor Presidente do Consórcio norte Energia.” Autoria: Senadores Flexa Ribeiro e Delcídio Amaral. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 23/11/2010

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das Obras da Usina de Belo Monte, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

A reunião de hoje para a retomada dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento das Obras de Belo Monte, Senador Jefferson Praia, é para nós colocarmos em discussão um requerimento de minha autoria e subscrito, também, pelo Senador Delcídio Amaral, relator da comissão, e o requerimento, ele propõe que possamos fazer uma Audiência Pública... Todos nós acompanhamos, pelo noticiário da imprensa, a polêmica que está havendo sobre a concessão da licença de implantação da usina pelo IBAMA. Todos nós, da região amazônica, sabemos que nós temos um período que é quase que impossível de se trabalhar, em função dos índices pluviométricos, que é o inverno amazônico. Então, o que se tomou conhecimento na imprensa é que o IBAMA não queria dar a licença de instalação do canteiro de obra, não é da usina, enquanto não fossem atendidos os pré-requisitos que teriam sido exigidos porquanto da emissão da licença provisória. E nós queremos, então, ouvir do Ministério das Minas e Energia, do IBAMA, do Ministério Público Federal e do Diretor Presidente do Consórcio Norte Energia, que vai implementar o projeto, em uma Audiência Pública, debater a necessidade desta licença, de tal forma que não percamos um ano no cronograma de implantação da usina, porque, se nós não colocarmos, não iniciarmos a construção do canteiro de obras, não poderemos iniciar as obras de implantação da usina a partir do verão do próximo ano; teríamos que fazê-lo só no verão de 2012. Então estaríamos retardando esse projeto, que é de total importância para o desenvolvimento do nosso país, em função da necessidade de acrescentar ao Sistema Nacional de Energia nova geração na potência que se propõe a Usina de Belo Monte.

Então, eu quero colocar em discussão o requerimento, como eu disse, de minha autoria e do Senador Delcídio Amaral, que tem o seguinte teor: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, destinada a discutir as notícias vinculadas na mídia sobre problemas na obtenção das licenças necessárias para permitir o início da construção da hidrelétrica de Belo Monte. Nesses termos, solicito que, para participarem da Audiência Pública, acima citada, sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro das Minas e Energia, Sr. Márcio Zimmermann; Presidente do IBAMA, Sr. Abelardo Azevedo; Procurador-Chefe da República no Pará, Dr. Ubiratan

Cazetta; Diretor-Presidente do Consórcio Norte Energia, Dr. Carlos Nascimento". Esse é o teor do requerimento que eu coloco em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu peço à Secretaria da subcomissão para que faça o contato com os convidados, para que nós possamos realizar esta Audiência Pública na próxima semana, se possível, face à necessidade urgente de tomarmos, através do Senado Federal, uma posição em relação a essa licença para início da instalação dos canteiros da Usina de Belo Monte.

Não havendo mais nenhum item na pauta, agradeço a presença dos Srs. Senadores, membros da subcomissão, e dou por encerrada esta sessão.

COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 09, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia dezois de dezembro de dois mil e nove, no plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador (**Flávio Arns**), reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a presença dos seguintes senhores Senadores membros da CDH **Paulo Paim, Flávio Arns, Valter Pereira, Mão Santa, Osvaldo Sobrinho, Sérgio Zambiasi e o Senador Eduardo Azeredo – não membro**. Deixam de comparecer os demais membros. Pauta. **Item Único.** Audiência Pública, **nos termos do Requerimento nº 36, de 2009 - CDH**, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovado em 02/09/09, com vistas a debater "**a produção e distribuição de livros em Braille no Brasil**". O Senhor Presidente abre os trabalhos, aprova a ata da reunião anterior e, em seguida, faz suas considerações iniciais e dá início à apreciação da pauta. Convidados que comparecem: **Antonio José do Nascimento Ferreira** - Presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil (ONCB); **Alfredo Weiszlog** – Diretor-Presidente Administrativo em representação a **Dorina de Gouvêa Nowill** – Presidente da Fundação Dorina Nowill para Cegos; **Elise Borba** – Diretora Assistente do Instituto em representação a **Érica Deslandes Magno Oliveira** – Diretora-Geral do

Instituto Benjamim Constant; **Moisés Bauer** – Conselheiro do CONADE, em representação a **Denise Costa Granja** - Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE); **Sinara Pollom Zardo** - Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino em representação a **Rodrigo Lamago de Teixeira Soares** - Ministério da Educação. O Senhor Presidente chama os senhores convidados que comparecem à mesa e passa a palavra a eles. O Senhor Presidente solicita à Secretaria da Comissão que distribua aos convidados e às pessoas do plenário os exemplares do material fornecido pelo senhor convidado, Alfredo Weiszflog, após a conclusão da explanação dele. O Senhor Presidente faz encaminhamento para que a Comissão envie expediente ao Ministro de Estado da Educação, ao CONADE – Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, ao TCU e ao Ministério Público, informando-os sobre denúncias feitas pelos convidados a respeito da possível produção deficitária de livros em Braille no Brasil; da possível recusa do MEC na encomenda de livros à Fundação Dorina Nowill para Cegos nos anos de 2007 e 2008; da falta de capacitação de profissionais envolvidos na produção de livros em Braille; da falta de participação dos deficientes visuais na formulação de políticas públicas para esse segmento e outras. O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados para as suas considerações finais. O Senhor Presidente faz suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Repetindo. Declaro aberta a 45ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito, inicialmente, a dispensa da leitura da Ata de reunião anterior e aprovação da mesma. Coloco-a em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Esta 45ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem por objetivo realizar Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº. 36/2009, CDH, Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Flávio Arns, de minha autoria, aprovado em 02 de setembro de 2009, que tem por

objetivo “*debater a produção e distribuição de livros em Braille no Brasil*”.

Esta Audiência Pública, eu quero enfatizar, faz parte da programação da 5ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal. Lembro que é a 5ª Semana, portanto, cinco anos seguidos com um conjunto de atividades, uma exposição bonita, que se iniciou no dia de ontem, no salão de exposições do Senado Federal, com a presença de artistas, de cineastas, do Mauricio de Souza, que, inclusive, vem, de maneira regular, apoiando as iniciativas não só do Senado, mas da sociedade, a favor da pessoa com deficiência.

Na tarde de ontem, houve a utilização da hora do expediente para enfatizar-se o bi-centenário de nascimento de Luiz Braille, 200 anos, portanto, do nascimento. A hora do expediente que, habitualmente, é muito mais curta, no dia de ontem, foi das duas às cinco e meia da tarde. Mauricio de Souza também fez parte da mesa, utilizou a palavra; o Ivy Goulart, que é o cineasta. E o filme *Além da luz* vai ser exibido, hoje à tarde, aqui no Senado Federal, às 18 horas, no auditório Petrônio Portela, e também o personagem da novela paraíso, o “Zeca”, que é o Erminio? Eriberto Leão, exatamente, ainda bem que tem pessoas com memória fantástica! E também esteve presente.

E eu quer dizer, inclusive, que esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem como presidente o Senador Cristovam Buarque, como vice-presidente o Senador José Nery, ambos estão em Copenhague, neste momento, participando da Conferência Mundial e, por esta razão, não estão aqui para justificar. Há uma delegação brasileira acompanhando os trabalhos.

Mas quero também dizer a todos que nos acompanham nesta Audiência Pública que os meios de comunicação do Senado Federal, Rádio Senado, Jornal do Senado, Agência do Senado e TV Senado estão acompanhando este debate. E esta Audiência Pública, por exemplo, pela TV Senado, é reproduzida, depois, também, para todo o Brasil, uma ou duas vezes, pelo menos, porque é um debate necessário, interessante, é uma iniciativa, eu diria, não só da Comissão, mas do Senado Federal. A audiência está dentro desta programação, como eu já disse, da 5ª Semana e incentiva os participantes, os que estão acompanhando pela TV Senado ou pelo jornal, rádio, agência e que queiram se manifestar sobre aquilo que está sendo debatido, que, por favor, o façam, enviando as solicitações, os posicionamentos para a Comissão de Direitos Humanos.

Então, nesse sentido, com muita alegria, temos a realização desta audiência, para debater um assunto da mais alta importância, neste bi-centenário de nasci-

mento de Luiz Braille, que é a produção e distribuição de livros em Braille no Brasil.

Temos como convidados e que já estão à mesa, e agradeço pela presença e participação nesta audiência: a Sinara, à minha esquerda, Pallom Zardo, coordenadora geral de articulação da política de inclusão nos sistemas de ensino, em representação a Rodrigo Lamego de Teixeira Soares, Ministério da Educação; Antonio José do Nascimento Ferreira, que está à minha direita, lá na ponta, presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, uma entidade da mais alta representatividade; Alfredo Weiszflog, que está à minha esquerda, mas o nome que eu estou vendo é diferente, Alfredo Weiszflog, diretor presidente administrativo, em representação à Dorina de Gouvêa Nowill de governo, presidente da Fundação Dorina Nowill para Cegos. A Dorina Nowill é uma pessoa, uma liderança no Brasil, há muitos anos, vem fazendo um trabalho dos mais representativos no Brasil, e conhecido esse trabalho e reconhecido no mundo inteiro.

A Elise Borba, diretora assistente do Instituto, em representação a Érica Deslandes Magno Oliveira, diretora geral do Instituto Benjamin Constant; e Moisés Bauer, que está aqui à minha direita, conselheiro do CONADE, Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, em representação à Denise Costa Granja, que é presidente do referido conselho.

Nós teríamos essa ordem de falas, também, porém eu vou solicitar à Sinara, que representa o Ministério da Educação, para fazer sua exposição por último, porque, assim, a Sociedade Benjamin Constant, Dorina Nowill, Organização Nacional dos Cegos, todos farão os posicionamentos, e, certamente, terá que haver algum posicionamento do Ministério da Educação, em relação às falas anteriores. Então, eu penso que é mais interessante escutarmos e, depois, além da apresentação, nos posicionarmos.

Quero destacar a presença do Senador Paulo Paim, que está aqui à frente. Um grande batalhador nesta área, autor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, autor de inúmeros outros Projetos de Leis, não só na área da pessoa com deficiência, mas na área social, de uma maneira geral. O Estatuto da Pessoa Idosa, o estatuto que procura combater a discriminação racial, enfim, um conjunto de leis a favor da sociedade. E que já foi, até o ano passado, presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Muito bem. Passo, em primeiro lugar, então, a palavra a Antonio José do Nascimento Ferreira, presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

SR. ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA:

Bom dia a todos e a todas. Falando, inicialmente, fora do microfone, porque, se tiver algum companheiro

com deficiência visual na plateia, pode nos identificar, percebendo exatamente o local em que a gente fala, aqui da mesa.

Eu quero saudar nosso senador que preside esta sessão, o Senador Flávio Arns, saudar, aqui, o representante do CONADE, o Dr. Moisés Bauer Luie, que representa, aqui, na oportunidade, a presidente do CONADE, Dra. Denise Granja. Quero saudar a representante do Instituto Benjamin Constant, professora Elise Borba; a senhora representante do Ministério da Educação, Professora Sinara. Saudar, também, aqui, nosso querido amigo Alfredo Weiszflog, que, na verdade, é o presidente, diretor presidente da Fundação Dorina Nowill, e os demais senhores e senhoras aqui da plateia.

Também fazer uma saudação especial aos telespectadores da TV Senado, aos rádio-ouvintes do Jornal do Senado e a todas as pessoas que nos acompanharão e nos acompanham, neste momento, em todo o Brasil.

Na verdade, a Organização Nacional dos Cegos do Brasil, ela tem travado uma discussão e tem acompanhado, passo a passo, de uma forma bastante minuciosa, as questões pertinentes à educação das pessoas cegas em nosso país e também, claro, como elemento fundamental para essas práticas educativas, a distribuição dos livros didáticos e sua produção dos livros didáticos para nossas, sobretudo, para nossos estudantes e, sobretudo, para nossas crianças cegas.

Bom, primeiro, a gente acha bastante relevante essa discussão, aqui, no Senado e já agradece, desde já, o Senador Flávio Arns, autor da proposta que culmina com esta reunião, hoje, aqui na Comissão, porque, este ano, para nós os cegos do mundo inteiro, um ano bastante representativo e, digamos assim, emblemático, visto que estamos comemorando, e essas comemorações, elas se deram em 148 países, os 200 anos de nascimento do Luiz Braille, que tão bem já foi colocado ontem, na audiência que tivemos, naquela sessão solene, ontem à tarde, que nosso Senador Mão Santa fez, então, a leitura acerca da vida de Luiz Braille e da importância dele para todos nós cegos, que, a partir do Luiz Braille, as pessoas cegas passam a ter acesso, de uma forma mais direta, ao mundo da educação, à reabilitação, enfim, à inserção na sociedade.

Enquanto se comemora, no Brasil e nos outros países, como já citei, os 200 anos de Luiz Braille, nós estamos preocupados, porque, ao nosso entendimento, o sistema Braille, ele não tem tido a difusão que se faz necessária para que todas as pessoas conheçam acerca da sua eficácia, da sua importância para a vida das pessoas cegas.

Permita, senador, expressar, aqui, rapidamente, que a gente, ainda hoje, e a gente ainda se surpreende com pessoas que nos abordam na rua, embora eu já esteja com quase 40 anos, mas nos abordam na rua e perguntam se sabemos ler o sistema do hebraico, por exemplo, que não tem nada a ver com o sistema Braille, se falamos Braille; as pessoas pensam que também é uma língua.

E, como os surdos têm uma língua própria, as pessoas pensam que os cegos também têm uma língua própria e que essa língua se chama Braille. Então, assim, isso denota a falta de difusão que tem havido do sistema de leitura e escrita das pessoas cegas, criado há 200 anos, que o Brasil o teve, através de José Álvares de Azevedo, em 1850. Então, mais de 150 anos que nós temos isso aqui. E que, no Brasil, nós temos a primeira escola de cegos da América Latina, o Instituto Benjamin Constant, que está aqui representado pela Professora Elise.

Mas, na verdade, qual é nossa preocupação, além dessa questão da difusão do sistema Braille? Além de termos muitos cegos que nem sequer sabem que existe um sistema de leitura escrita, outro dia, eu estive na minha cidade, e, lá na minha cidade, eu fui procurado por uma amiga da minha irmã, que me falou que lá tinha, nessa cidade, tem quatro jovens que chegaram à escola este ano, porque ninguém na cidade sabia Braille. Eu estou falando do interior de Pernambuco.

Então, assim, qual é nossa preocupação, na verdade? Nós, da Organização Nacional dos Cegos, nós não temos nenhuma coisa, nada contra a política que o MEC desenvolve, está desenvolvendo, hoje, de descentralizar a produção Braille.

O Ministério da Educação, ele resolve, a partir, acredito que de uns dois anos, modificar a política da produção de livros, tirando essa produção, que estaria sempre, desde muito tempo, essa produção da Fundação Dorina Nowill e do Instituto Benjamin Constant e passando essa produção para os centros de apoio pedagógico, que são, na verdade, os CAPs.

Nós, da Organização Nacional dos Cegos, não temos nada contra essa descentralização, achamos até muito salutar, até porque é neste momento que os CAPs, eles promovem uma produção de livros, de acordo com os livros adotados na escola, no estado, no município em que está localizado o centro de produção.

Nosso questionamento é porque, como esses centros já existem desde a década de 90, sua implantação iniciou-se no final da década de 90, nossa preocupação é que, na medida em que o MEC apenas opta por não mais contratar o serviço da Fundação Dorina Nowill, por não mais deixar na mão das duas entidades

maiores de produção, de capacidade de produção, que é o instituto e a fundação, e transfere para os CAPs, nossa preocupação é que, na verdade, o simples gesto de o Ministério da Educação de colocar para os CAPs a dotação de equipamentos, como impressoras, etc. não resolve o problema.

E por que não resolve? Porque, no passar dos anos, temos percebido que esses CAPs que foram montados pelo Ministério da Educação, eles não têm se efetivado nas práticas para os quais foram destinados, que é a produção do sistema Braille, produção do Braille e fornecimento de livros, porque compete ao Ministério da Educação fornecer os equipamentos, o Ministério tem fornecido, mas compete aos estados dotar esses centros de mão de obra, dotar de material de expediente, como a matéria-prima para produção, como, por exemplo, papel, dotar esses centros de produção de energia elétrica, de toda a infraestrutura. E, na maioria dos casos, estados não têm conseguido cumprir com essa atribuição.

E o que nós temos visto, hoje, na maioria dos estados? Os CAPs praticamente precarizados, sem conseguir produzir o Braille, na medida em que exista demanda. Aí o Ministério da Educação informa que está, sim, ainda fazendo uma produção, no Instituto Benjamin Constant, para os alunos do fundamental I. Tudo bem. Mas quando é que, na verdade, nós conseguiríamos ter as respostas de termos os livros produzidos nos estados, conforme é a política do MEC, hoje.

Como é que poderemos acompanhar e monitorar, de fato, essa produção? O MEC encaminha as impressoras, compra os equipamentos, eu estou falando de impressora, eu estou falando de Braille, mas também outros equipamentos estão sendo comprados, encaminhados, inclusive, para as pessoas que têm visão subnormal equipamentos. Maravilhoso! Até aí, tudo certinho, inclusive, até recentemente, o FNDE está fazendo uma compra de material, tranquilo.

Mas, quando se fala de capacitação, quando se fala de produção, simplesmente, dotar de equipamentos resolve o problema? Como fazer para que os estados da federação se responsabilizem por sua parte, com os equipamentos, com a manutenção, a logística toda que é necessária e a capacitação dessa mão de obra, para que, de fato, esses livros sejam produzidos.

Eu, enquanto presidente da Organização Nacional dos Cegos, nós ficamos bastante tristes de percebermos que, em 2009, que foi o ano que se comemorou os 200 anos do nascimento de Luiz Braille, nós não tivemos nenhuma contratação para publicação de livros neste ano. Este ano estão sendo entregues os livros produzidos no ano passado e está havendo uma produção no Instituto Benjamin Constant para o

próximo ano, e as expectativas do Ministério da Educação, pelo menos no que foi nos informado na última reunião que tivemos com a Sra. Cláudia Dutra, a secretária, pessoa esta que deveria estar aqui hoje conosco, fazendo aqui este debate, a secretária de educação especial do MEC, não com essa minha palavra aqui, menosprezando a participação da Professora Sinara, mas eu acredito que era importante também que ela estivesse aqui, afinal de contas, é a gestora máxima da educação especial no Brasil.

As expectativas são que os CAPs só estarão de fato prontos, preparados, aptos para a produção de livros daqui a dois anos, e, neste ato, como ficarão as crianças cegas brasileiras? Enquanto todas as crianças que aparentemente não têm nenhuma deficiência têm acesso aos livros, as crianças da escola pública têm acesso a todos os livros, nós, do segmento das pessoas com deficiência visual e as crianças cegas, estão ceifadas, este ano, de receber livros produzidos este ano, os livros que foram produzidos o ano passado entregues este ano com atraso, e ficarão ainda até 2012, pelas contas, aqui, que eu faço, sem ter estes equipamentos que estão sendo dotados agora de equipamento chamados CAPs, que eu já citei aqui, sem condições de produção.

Então, eu faço, aqui, essa reflexão, a gente vai continuar, aqui, para fazer a debate, daqui a pouco, e na esperança, Senador Flávio Arns, demais senadores, vi o Senador Paulo Paim, não sei se chegou mais algum na plenária, que possamos encaminhar, no final desta Audiência Pública, encaminhar, tirarmos daqui gestões, para que, de fato, este período de tempo, de dois anos seja encurtado, e encontrarmos condições e soluções para que não tenhamos um hiato tão grande, para que as pessoas crianças cegas recebam, de fato, os livros, na medida em que todas as pessoas recebem seus livros, sem maiores dificuldades.

Aí a gente... Já estou aqui concluindo, também não foi me passado o tempo que tenho, mas aí podemos também dizer e entender que o MEC fez grandes ações, como o MEC Daisy, a gente compreende, entende, inclusive, que o MEC Daisy é uma solução tecnológica interessante. A Professora Sinara certamente vai falar, aqui, da distribuição de notebooks, tudo isso, para nós, são medidas interessantes. Mas não podemos deixar de frisar que o sistema Braille é, de fato, a medida encontrada, há mais de 200 anos, há quase 20 anos, e que é, de fato, o sistema que permite uma interação maior e uma condição de a pessoa cega ter acesso a essa educação de modo mais efetivo.

O fato de simplesmente ouvir aquilo que está sendo processado por meio de áudio me dá o conhecimento, mas não me dá, por exemplo, a condição de

como essas palavras são graficamente expressas. E o sistema Braille, sim, este permite que a pessoa cega saiba, inclusive, como essas palavras foram gravadas, com isso, inclusive, sua ortografia, porque são os cegos que, na verdade, tocam as palavras, e é nesse tocar de palavras que a gente consegue ter acesso a tudo o que está ali consignado no papel. Então, eu fico aqui e agradeço, então, a oportunidade. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a participação do Antonio José do Nascimento Ferreira, neste primeiro momento. E quero até dizer para os expositores que nós combinamos, aqui, que teríamos um tempo de 15 minutos...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, me permita, pela ordem? Só pela ordem. Não quero interromper V. Exa. Me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só para concluir...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas posso interromper?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Pode interromper.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu sou chato. Eu queria que a gente desse uma salva de palmas, porque eu sei que ele ouve bem, e foi brilhante a exposição dele [palmas]. O Antonio. Desculpe, Flávio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, está bom. Até nós podemos bater palmas, também, habitualmente, a gente não bate palmas, mas isso não quer dizer que a gente não tenha gostado, não é verdade? [risos] Porque, senão, tem um expositor, eventualmente, que pode falar alguma coisa que a gente não goste, e aí a gente não bate as palmas, também. Então, para evitar qualquer tipo de constrangimento. Porque, quando uma pessoa vem aqui numa Audiência Pública, quer a gente goste ou não, a pessoa tem que ter a liberdade de falar o que acha que deve falar, quer dizer, sempre com respeito, lógico, e o Antonio José foi super respeitoso, não é isso, mas com respeito, com educação, mas com a liberdade de falar o que acha importante.

Mas eu só quero dizer que havíamos combinado que cada um teria 15 minutos e quero dizer que tem uma campanha que é automática, quando falta um minuto para o término do tempo. Mas, batendo a campanha, a pessoa pode, tem mais um minuto e mais ainda se precisar terminar o que estiver colocando.

Passo, em seguida, a palavra ao Alfredo Weiszflog, que é diretor presidente administrativo da Fundação Dorina Nowill. E ele está aqui representando a própria presidente, a Dra. Dorina Nowill.

Nós vamos interromper só um pouco, antes de você começar, Alfredo, para recebermos os persona-

gens de Mauricio de Souza, a Mônica, o Luca, que está aqui, em primeiro lugar. Seja bem-vindo! O Cebolinha, o Cascão, a Mônica, a Dorinha cheguem aqui [risos].

Já tínhamos falado de vocês, agora há pouco [risos]. Está bom, que maravilha! Sejam muito bem-vindos. A Mônica, também, a Dorinha. Chega aí, Dorinha. A Dorinha é a personagem criada pelo Mauricio de Souza, personagem com a bengala, com óculos escuros; nem todos usam óculos escuros, mas muitos usam [risos]. Quer dizer, óculos escuros... Mas, Dorinha, seja bem-vinda.

Está aí o Cebolinha, o Cascão, a Mônica, o Luca, e parabenizar o Mauricio de Souza, de novo, que ele, inclusive, quando ele utilizou a palavra, ontem à tarde, no Plenário, ele se emocionou bastante, e quero, de fato, contribuir para um processo de plena participação da pessoa com deficiência na sociedade. É uma cena bonita, não é, Paulo Paim? Uma cena caprichada [risos].

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, quero, se me permitir, dizer que, lá no meu estado, onde eu botei na minha página a foto com toda a equipe da Mônica aí, e foi o maior sucesso, viu? Nunca recebi tanta correspondência, cumprimentando, que foi a melhor foto que eu tirei até hoje. Sucesso absoluto!

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não sua, mas deles.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sucesso absoluto, graça a eles. Parabéns a V. Exa., que foi quem organizou esse evento, da semana...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não fui eu, foi a Comissão toda, aqui no Senado, que capricha, com esse objetivo, e nós contribuimos [risos]. Muito bom! Que bom!

E a gente faria uma tietagem, também, todo mundo quer tirar foto com eles, não é? Até eu, mas é que também não dá para parar agora, depois, a gente tira mais fotos, também. Está bom? Maravilha! Sejam bem-vindos. Vocês vão ficar por aí um pouco? Então, está bom.

Então, eu dou a palavra de volta para uma das pessoas que veio falar nesta Audiência Pública, que é o Alfredo Weiszflog, que é da Fundação Dorina Nowill, diretor presidente administrativo.

SR. ALFREDO WEISZFLOG: Muito bem, só que eu vou precisar da tela. Não, não é esse, não. É ela, apresento na outra. Volta. Não é esse, não. Esse aí. Volta. Aí.

Bom, Senador Flávio Arns, Senador Paulo Paim, demais membros da mesa, muitíssimo obrigado por este convite. Sentimo-nos muito honrados de poder participar deste debate extremamente importante. Creio que a educação de deficientes visuais é tão ou mais

importante quanto à educação dos demais brasileiros, razão pela qual nós estamos aqui.

Eu gostaria de começar minha apresentação, dando uma rápida, fazendo uma rápida apresentação do que é a Fundação Dorina Nowill, para aqueles que não conhecem, e entrarmos, depois, diretamente no assunto. Por favor, o próximo slide.

A Fundação Dorina Nowill é uma organização filantrópica, sem fins lucrativos, fundada há 63 anos, pela D. Dorina, dirigida por uma diretoria executiva voluntária, eleita por um conselho curador e renovada a cada três anos e fiscalizada pelo Ministério Público, mantida por projetos de patrocínio, baseados na Lei Rouanet, convênios firmados com órgãos com públicos e doações de mantenedores, campanhas e eventos. Todos os seus produtos são distribuídos gratuitamente aos deficientes visuais. Próximo slide, por favor.

As principais atividades da fundação são atendimentos especializados, programas gratuitos que oferecem aos deficientes visuais de todas as faixas etárias acompanhamento multidisciplinar, proporcionando condições para uma vida independente na escola, na família e no trabalho, visando à sua inclusão social.

Atualmente, atendemos 1.500 deficientes visuais por ano, dando 20 mil atendimentos/ano. Nossa produção de livros, em formato acessível, é de 285 títulos/ano; em livros falados, são 350 títulos/ano; e em livros digitais 600/ano, totalizando 1.235 títulos/ano.

Só por curiosidade, isso é exatamente o dobro da maior editora em tinta no Brasil, quer dizer, não há editora, no Brasil, que produza essa quantidade de títulos novos por ano. O seguinte, por favor.

Entrando no assunto, especificamente, queria fazer um histórico de como tem sido a relação, o aspecto da produção de livro didático no Brasil, em livro didático em Braille e livro falado em Braille e a relação Fundação com o MEC.

Até 2004, a demanda por livros didáticos acessíveis era atendida pelo Instituto Benjamin Constant, pelos CAPs e pela Fundação Dorina, que utilizavam patrocínios próprios. De 99 a 2003, a demanda por livros didáticos do PNLD era atendida pelo IBC e pela fundação, por meio de convênios celebrados com o FNDE e com o apoio dos CAPs.

Em 2004, ocorreu o primeiro convênio SEESP, a Secretaria de Educação Especial, e a fundação para a produção e distribuição de livros didáticos acessíveis para o ensino médio.

Em 2005, o MEC procurou obrigar as editoras a produzir 500 títulos selecionados para o PMLD, também em Braille. Como não havia capacidade técnica das mesmas, nem do IBC, para realizar essa tarefa, foi feito um acordo entre ABRELIVROS, que é a As-

sociação dos Editores de Livros Didáticos e a Fundação Dorina.

O acordo previa a capacitação de 20 editores e 20 revisores Braille, em cinco anos, para atender a demanda nacional de 500 livros didáticos/ano.

Ao mesmo tempo, a Fundação Dorina e o Instituto Benjamin Constant iniciaram esforços para equipar e modernizar suas gráficas Braille, o que realmente aconteceu. Quer dizer, as duas instituições passaram a modernizar suas gráficas Braille.

E, aqui, precisa ser... É importante frisar uma coisa: aqui não é o tipo do equipamento que estamos falando que está sendo feito nos CAPs, atualmente, são equipamentos pesados, para grandes produções de livros em Braille. O slide seguinte, por favor.

Em 2006 e 2007, sob a coordenação do FNDE e com finalidade de maximizar a produção de títulos, dividiu-se a produção entre a Fundação Dorina e o IBC, sendo a Fundação Dorina responsável pelas disciplinas com ilustração, exemplo, geografia, matemática e ciência--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Dr. Alfredo, eu só vou interromper um minuto. Estão saindo? Eu só quero agradecer, de novo, Mônica, Magali, que eu não tinha mencionado antes, Dorinha, o Luca, o Cebolinha, Cascão. Só dizer que vocês são amados pelo Brasil inteiro. Todas as crianças, jovens e adultos conhecemos vocês. Não é verdade? E parabéns aí para vocês, hein? [risos] Está bom? Obrigado, hein? Obrigado a vocês! [palmas] Tchau!

Muito bem. Retorno a palavra ao Dr. Alfredo.

SR. ALFREDO WEISZFLOG: Então, voltando. Em 2006, 2007, sob coordenação do FNDE e com a finalidade de maximizar a produção de títulos, dividiu-se a produção entre a fundação e o IBC, sendo a fundação responsável pelas disciplinas com ilustração, exemplo, geografia, matemática e ciências; e o IBC pelas disciplinas sem ilustração, exemplo, português e história.

Em 2007, a fundação lançou seu primeiro livro digital, acessível, LIDA, baseado no formato Daisy 2.0, para atender à demanda de livros universitários. Sua produção inicial ultrapassou 240 títulos/ano.

Em 2008, a orientação do MEC foi modificada, e o Braille deixou de ser prioridade na educação básica. O mesmo, segundo o MEC, seria substituído pelos livros digitais, acessíveis, produzidos por *software* encomendado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em agosto de 2008, a fundação lançou o Daisy 3.0 e ofereceu gratuitamente seu sistema de produção no Instituto Benjamin Constant, porém o mesmo recusou, por ordem do MEC.

Atualmente, a Fundação Dorina Nowill já dispõe mais de 800 títulos nesse formato, nenhum deles adquiridos pelo MEC. Seguinte.

Participação da fundação nos programas do MEC. Em 2009, os alunos ficaram praticamente todo o ano letivo sem livros didáticos. Os educadores protestaram, e o MEC recuou, solicitando a produção de 80 títulos de 1º a 4º ao Instituto Benjamin Constant, e um número indeterminado aos CAPs, para o ano letivo de 2010.

Para esse mesmo ano de 2010, o MEC encomendou, para os alunos videntes, 530 títulos. Embaixo, um quadro seguinte, que é a quantidade de títulos produzidos pela Fundação Dorina para o MEC.

Esse quadro está dividido entre PNLD e PNLEM. PNLEM é o Programa de Ensino Médio.

Então, nós temos, por ano, em 2004, foram encomendados 32; em 2005, 116; em 2006, 52 títulos; 2007, que foi o pico, 157; em 2008, zero; em 2009, zero. Quadro seguinte, por favor.

Essa estimativa da capacidade produtiva nacional em Braille, o Instituto Benjamin Constant tem a capacidade de produzir 108 títulos, com número de páginas de dois milhões e meio de páginas/ano. Os 55 CAPs no Brasil têm uma capacidade de produção de 60 títulos e uma capacidade de produzir um milhão e 400 mil páginas. A Fundação Dorina Nowill tem uma capacidade de produção de 280 títulos e 42 milhões de páginas. Dá um total de 448 títulos por ano e um total de 44 milhões e 900 mil páginas.

Os outros formatos oferecidos pela fundação são desde capacidade de 600 títulos/ano; livro falado, 350 títulos/ano. Por favor, a página seguinte.

O PNLD e o PNLEM, de 2009, ano letivo 2010, cenário atual, o total de títulos adotados pelo MEC, em tinta, são 530 títulos; isso é o número de títulos que serão adquiridos para os alunos que enxergam. E o total de títulos em formato acessível a selecionado são 80 títulos, que foram recomendados ao Benjamin Constant, ou seja, 15% do programa total. E a capacidade produtiva nacional são 448 títulos em Braille.

Então, nossa consideração final é a seguinte: o trabalho coletivo e ordenado entre órgãos governamentais e instituições privadas, utilizando-se a expertise de cada um, possibilitaria a produção, em formato acessível, de cerca de 80% dos títulos de livros didáticos adotados, atendendo de forma abrangente as necessidades individuais dos alunos deficientes visuais.

Então, nossa sugestão é simples, quer dizer: é simplesmente nós juntarmos esforços, é uma questão de vontade política, de se juntar os esforços de todos os agentes que estão no mercado e usar a expertise de todos os agentes e produzir, utilizar a capacidade existente, para efetivamente se produzir a necessidade

de todos e oferecer, praticamente, ao deficiente visual aquilo que é oferecido para o aluno que enxerga.

Nós chegamos ao absurdo de que nós temos CAPs que chegam a pedir às editoras os arquivos daquilo que já foi produzido, seja pelo Benjamim, seja pela Fundação Dorina, simplesmente para repetir aquilo que já foi produzido, quando nós poderíamos estar realmente produzindo, fazendo as coisas, dando a mão um ao outro e produzindo esses 448 títulos ou 530 ou chegando a mais.

Esses equipamentos que estão sendo oferecidos aos CAPs são equipamentos para pequenas produções, são equipamentos que não têm condições para fazer títulos ilustrados, são equipamentos para fazer textos corridos, não são equipamentos para fazer produtos, livros de ciências, livros com matemática, livros de física, química, geografia, e nós vamos dar passos atrás, enquanto nós poderíamos estar fazendo, esse pessoal poderia estar fazendo livros de história, geografia e deixando livros mais complicados, mais complexos para o IBC, para a Fundação Dorina e deixando os livros mais simples para os CAPs e, com isso, se fazer, efetivamente, ampliar, em grande quantidade, os títulos oferecidos.

Os livros para o ensino não se limita, única e exclusivamente, aos 530 títulos escolhidos. Acho que nós precisamos pensar num horizonte [soa a campainha] maior; fora isso, depois, nós vamos chegar ao PNB, nós vamos chegar a outros campos.

Hoje, o Ministério da Cultura já está fazendo programas também com a ONCB, tentando ampliar o campo de oferta de livros também na área cultural, e precisamos pensar de forma mais abrangente, atender o deficiente visual de forma mais abrangente, e não de forma limitante.

É isso que eu queria colocar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação do Dr. Alfredo Weiszflog, que é diretor presidente da Fundação Dorina Nowill.

Eu solicito à assessoria da Comissão que distribua as cópias da apresentação do Dr. Alfredo, não só as cópias deles, mas dos demais expositores, também, para que isso possa, depois, ser utilizado, também, particularmente, pelos meios de comunicação do Senado, agência, jornal, rádio. E há considerações, quer dizer, há uma, vamos dizer, preocupação intensa na exposição, em termos da falta de material e, particularmente, uma comparação com o ensino comum, onde o deficiente visual, a pessoa cega recebe significativamente menos materiais do que a pessoa que tem a visão. E, ao mesmo tempo, existe o apontamento da solução, o que fazer.

E aí eu fico pensando, a Sinara, depois, vai falar também, para dizer até que ponto o Sr. Ministro da Educação tem conhecimento dos fatos apontados, porque as pessoas com deficiência visual, seus familiares, professores já estiveram aqui no Senado Federal, denunciando esses fatos. Tivemos audiência com o presidente do Senado, José Sarney, sobre isso, e foi oficiado ao Sr. Ministro para a tomada de providências.

Então, nós precisamos verificar, e eu já, inclusive, digo para a assessoria da comunicação, para que, hoje à tarde, mesmo, esteja sendo mandado ofício ao Sr. Ministro, em função desta Audiência Pública, em nome da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para apontar para ele o problema e a solução. Quer dizer, isso que é bom, tem o problema, mas tem a solução, também, política, como foi colocado.

E, ao mesmo tempo, nós temos a presença da Lílian Moraes, onde está Lilian? A Lilian Moraes, que é da assessoria da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, CORDE, que é uma subsecretaria, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência. Já, hoje à tarde, estar também sendo enviado ofício com esta apresentação, para a gente saber quais as providências que estão sendo tomadas. E, ao mesmo tempo, oficialmente, para o CONADE, que é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, para ver que providências que podem ser tomadas, em função do problema.

Então, eu peço que esse material seja providenciado. Passo, em seguida, a palavra à Elise Borba, que é diretora assistente do Instituto Benjamin Constant. Ela está representando a Érica Deslandes Magno Oliveira, que é diretora geral.

Eu só peço uma gentileza das pessoas que estão falando, porque, para vocês, é muito corriqueiro, cotidiano, falar em CAPs, PNLD e coisas semelhantes, mas a gente fica pensando que sempre temos o público da TV Senado e o público que está aqui presente, para cujas pessoas essas siglas são, muitas vezes, indecifráveis.

Então, em vez de usarmos as siglas, sempre que a gente se referir à sigla, falar o nome completo da sigla, PNLD, Programa Nacional do Livro Didático. Demora um pouco mais, ou CAPs, quer dizer, o que é CAPs? Centro de Apoio Pedagógico; já foi dito, inclusive, antes. Centro de Apoio Pedagógico, que é responsável, como foi dito, aqui, também, pela produção de material em Braille, CAPs.

Então, assim, facilita a compreensão dos que estão aqui e o acompanhamento dos que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado.

Passo, então, a palavra à Elise Borba.

SRA. ELISE BORBA: ...muito grande estar aqui e uma responsabilidade imensa de representar minha diretora, que, por motivos de saúde, não pôde comparecer à reunião.

E, por eu já trabalhar nessa área já há 25 anos, então, a gente traz, também, aqui alguma reflexão e alguma contribuição nesse sentido. Eu, atualmente, estou à frente de outra divisão, mas tão importante, nesse processo de produção, quanto a imprensa Braille, propriamente dita, porque estamos no momento e precisamos capacitar pessoas.

Então, agora, neste momento, eu estou à frente da divisão de capacitação de recursos humanos e investindo esforços nessa luta aí, para a gente tentar conseguir ampliar a produção de Braille no Brasil.

Também coordeno a divisão de adaptação de livros didáticos do Instituto Benjamin Constant, que é uma das etapas do processo de produção. É uma etapa bem específica, onde trabalhamos com docentes com experiência nessa área.

Eu vou falar um pouquinho do Instituto Benjamin Constant, para quem não conhece nossa instituição, na sua estrutura regimental. Os slides, por favor.

Nossa instituição é uma instituição secular, fundada pelo nosso Imperador D. Pedro II, e, ao longo desses seus 155 anos de existência, vem contribuindo e acompanhando toda a evolução da educação especial no Brasil. O Instituto Benjamin Constant é um marco da educação especial no Brasil, foi onde tudo começou.

E, ao longo desses anos todos, ele vem tentando acompanhar todas as mudanças, históricas e políticas, também. Hoje, é um órgão da administração direta do MEC e dá subsídio à política educacional, na área da educação especial. Por favor.

Nosso instituto, ele é estruturalmente dividido em quatro departamentos, além da direção geral. Então, direção geral; departamento de educação, onde nós temos uma escola especializada; o departamento técnico especializado é defendido em quatro divisões, e uma das divisões desse departamento é nossa imprensa Braille. Então, além da imprensa Braille, nós temos outras competências na área de produção de material especializado, que não é só o foco no livro; existem outras modalidades, envolvendo mapas, gráficos, material tridimensional, em relevo, adaptações necessárias aos materiais existentes no mercado, enfim, produção de conhecimento, também nesse sentido, na área de material pedagógico e da vida diária.

Temos, dentro ainda do DTE, a divisão de pesquisa, onde nós trabalhamos com a produção do conhecimento, duas revistas; a primeira revista em Braille no Brasil, que é a RBC, a *Pontinhos*, que é uma revista

em Braille infanto-juvenil. Agora, também vai sair em Braille nossa revista técnico-científica, onde há publicações de artigos científicos na área da deficiência visual e toda a parte de pesquisa.

Nessa divisão, também, encontra-se o livro falado, onde estamos produzindo o áudio-livro. Ainda no DTE, temos a divisão de capacitação de recursos humanos, onde o instituto tem o compromisso de capacitar profissionais de todo o Brasil. Nós recebemos, ao longo do ano, pessoas de diferentes estados, que podem aproveitar de nossos cursos na área da deficiência visual, bem como capacitamos também nossos funcionários. Além de receber as pessoas, na instituição, para os cursos de pequena duração, nós também saímos, vamos aos estados, aos municípios, na medida do possível, para capacitar pessoas no local.

No segundo semestre, anualmente, nós temos um curso 600 horas, que mantém os professores de diferentes estados, ao longo desse período, se capacitando na área de deficiências visual, para dar o atendimento e a produção, também, de material, nos seus estados. É um curso bastante extenso e que, amanhã, nós encerramos o ano de 2009, capacitamos mais 23 profissionais que voltarão amanhã para seus estados. Amanhã tem formatura. Então, hoje, eu estou aqui, também, pensando nos meus professores que estão lá me esperando. E é uma emoção muito grande, porque eu sou fruto desse curso. Se hoje eu estou aqui, podendo falar, eu me sinto muito honrada, porque participei desse curso de capacitação, que é tão importante na nossa área.

Bom, do DTE, então, falamos das quatro divisões: produção de material, capacitação, imprensa Braille e a pesquisa. O outro departamento é o departamento de atendimento médico, odontológico, nutricional e de reabilitação, que atende nossos alunos, a comunidade em geral, com a reabilitação, e tem, também, um curso de... Tem uma residência médica na área da oftalmologia, na área específica. O departamento de administração, que dá todo o suporte para que nós possamos trabalhar.

Então, o instituto não é apenas a imprensa Braille, ele tem outras competências regimentais muito grandes para atender toda a demanda da área da deficiência visual. Mas, hoje, o foco é a produção do livro em Braille. Então, nós vamos falar um pouquinho desse trabalho. Por favor. Já falei, pode passar, por favor.

Nossa imprensa, ela tem como mascote inicial da sua criação o ano de 43 e, ao longo dos seus 66 anos, ela passou por várias reformas e modernizações, como o Sr. Alfredo já falou. Nós somos parceiros há muito tempo, e a gente vem sempre acompanhando os progressos e as inovações na área.

Então, nossa última modernização foi em 2007, onde nós tivemos nosso prédio ampliado e a aquisição de novos equipamentos. Próximo.

Eu trouxe para vocês, aqui, só a título de curiosidade, porque já falei em outras ocasiões. Justamente, eu gosto de mostrar essas fotos que são estereotipias, uma do século XIX e uma do século XX, para a gente ver que, ao longo desse período, como a coisa avançou e os progressos foram intensos.

Eu tenho uma estereotipia do século XIX e uma do século XX, são importadas, só para vocês terem um referencial, eu não sou tão idosa assim, mas eu comecei o trabalho de transcrição nessa estereotipia do século XIX. Então, 25 anos atrás, a gente fazia livro numa máquina como aquela ali, que hoje encontra-se no nosso museu. Depois, e também nas do século XX, mas eu comecei a treinar a transcrição Braille numa dessas máquinas. Próximo. Próximo.

Depois, aí na década de 70, mais ou menos, mas no ano de 83m essas máquinas alemãs, de estereotipia, também, já estão mais modernas. Eu tive a oportunidade de trabalhar com elas.

O grande diferencial dessas estereotipias é porque elas podiam ser acopladas a computador. Muito, muito moderno para aquela época, porque, no instituto, não existia computador. Então, eu também vivi esse pedacinho da história. Próximo.

E aí, em 93, para os senhores terem ideia como a coisa avançou. Nós temos, nos slide, duas máquinas Bax-10, elas imprimem, são impressoras computadorizadas, elas são ligadas a computadores e elas imprimem duas faces do papel. E é mais ou menos como a gente trabalha numa impressora em tinta; mais ou menos. A gente usa um editor de texto específico, prepara os textos e pode dar um comando e imprimir diretamente no papel.

No outro slide, tem uma Beta-X3, que também é computadorizada, mas essa é de porte menor e imprime uma face só do papel. Para a gente ter uma ideia de velocidade, essas impressoras Bax-10, elas imprimem, em bom estado de conservação, porque já têm aí alguns aninhos, umas 400 a 500 páginas por hora, ainda. Então, eu digo que elas são nossos fusquinhas, são valentes. A Próxima.

Depois, vieram impressoras também modernas, de menor porte, a Juliet, a Basic, que são as impressoras usadas nos CAPs, bastante utilizadas nos Centros de Apoio Pedagógico, nas salas de recurso e em outros locais onde trabalha com atendimento às pessoas com deficiência visual.

A Express já é um modelo... Só um instantinho. Anterior, a Express, embora de um tamanho pequeno, assim, fisicamente, ela tem um tamanho pequeno, é

bem prática de utilizar, mas a capacidade de impressão dela é bastante interessante. Enquanto essas duas menores, a Juliet e a Basic, fazem em torno de 300, 250 a 300 páginas por hora, aquela outra lá faz em torno de 400 a 500, então... Frente e verso, então a capacidade de impressão delas é muito boa.

A gente, quando fala assim: "Ah, capacidade de impressão 500...", essas impressoras são fantásticas, mas é o que eu digo assim: "Quem tem uma não tem nenhuma", porque elas precisam de descanso, todo um cuidado especial, numa intenção preventiva e constante, limpeza, para que elas possam render aquilo que é esperado.

Então, quando um local, uma prefeitura, um município vai investir nesses equipamentos, ela tem que ter consciência disso, não pode botar o equipamento funcionando 24 horas e cobrando que ele dê toda a conta do recado. Próximo, por favor.

Essas que vocês estão vendo agora são as famosas PED-30, diferente, é uma forma diferente de impressão. As que eu mostrei anteriormente, elas já imprimem direto no papel, esta se presta a uma impressão em larga escala. É quando a gente tem uma tiragem muito grande de algum título. Por exemplo, vou dar o exemplo aqui, no instituto, nós publicamos duas revistas, elas têm tiragem de cinco mil exemplares, então, no lugar de eu ficar controlando o descanso das outras impressoras computadorizadas, eu coloco esse arquivo numa placa de alumínio, onde eu vou gerar matrizes em alumínio, para, posteriormente, imprimir em máquinas, imprensa... Fugiu, aqui, porque é o nervosismo. Tipográfica. Muito obrigada!

Então, essas máquinas, elas produzem a matriz em alumínio. Então, é uma forma diferente de impressão, ela é destinada à impressão de grande tiragem. Então, por exemplo, em 99, retomando, aqui, a fala do meu companheiro Sr. Alfredo, nós tínhamos, na proposta do PNLD, o instituo foi convocado para produzir "x" títulos, e esses títulos não seriam impressos, apenas seriam colocados na Internet. Então, não havia um direcionamento de investimento em equipamento de impressão.

O que aconteceu? Em 99, o instituto tinha computador, mas os estados, os municípios não tinham computador, muito menos impressoras Braille. Então, o que aconteceu? Foi uma expectativa meio frustrante, porque nós produzíamos os livros, mas os CAPs, os centros de apoio não podiam imprimir. Então, ao longo de 99 para cá, veio se investindo em equipamentos de impressão.

Então, o que a gente observou, numa outra etapa do PNLD? Nós tínhamos um grande número de títulos, porém, quando a demanda chegava para a gente,

o que acontecia? Eu tinha o pedido de duas cópias de um livro, três cópias de outro título, e, às vezes, a gente não tinha feito um título que tinham sido pedidas muitas cópias.

Então, havia um descompasso nessa demanda, nessa solicitação. Então, a gente tentou fazer o atendimento dessa impressão nas impressoras computadorizadas. Então, no lugar de investirmos em placas de alumínio, era mais viável você imprimir diretamente no papel, porque eu tinha muitos títulos, mas pouca tiragem de cada título.

Então, em 2002 ou 2001, se não me falha a memória, nós tínhamos uma solicitação de 90 títulos, na época, mas a quantidade da impressão de cada título era muito insignificante. Não era expressiva, então, não foi um atendimento expressivo.

Então, ao longo de tempo, SEESP, FNDE, IBC e fundação foram tentando ajeitar esses problemas, que a gente ia aprendendo, na medida em que a gente ia trabalhando com os projetos.

Então, nos últimos anos [soa a campanha]... Ih, eu já tenho que parar de falar [risos]. E nós tivemos que investir em novos equipamentos, para grandes tiragens. Então, é o caso da PED-30, que faz a impressão nos clichês de alumínio. A próxima, por favor.

Esses clichês serão impressos em impressoras adaptadas, são máquinas de tipografia, elas são adaptadas para a impressão daqueles clichês. O instituto investiu em guilhotinas, enfim... Pode passar.

Então, a equipe especializada, basicamente, ela é composta de adaptadores, transcritores, revisores, impressores, todos com conhecimento de Braille, até mesmo quem trabalha na encadernação tem que ter o mínimo conhecimento do sistema do Braille.

A primeira fotinho que apareceu são as professoras, trabalhando na adaptação dos livros, onde é feita toda uma análise da obra, das coleções, onde fazemos um levantamento das figuras. O instituto, ele, por ter que disponibilizar seus arquivos na internet, ele faz a opção de descrever os desenhos, os esquemas, e a gente só faz as representações gráficas que são possíveis com o sistema Braille. Nem toda a representação gráfica a gente consegue fazer com a própria cela do sistema Braille.

Então, por um direcionamento de a gente disponibilizar o arquivo na nossa página, para que outros CAPs, outros centros de produção possam imprimir numa impressora computadorizada, a gente faz a opção de as representações gráficas serem descritas, breves descrições.

O material que a gente usa e distribui para complementar o trabalho pedagógico é feito com outra

técnica, no termoforme, que, se a gente tiver tempo, a gente explica.

Então, vocês estão vendo, na imagem do meio, o transcritor e o revisor; o trabalho de revisor é feito por um profissional cego. Nossos livros precisam passar no mínimo por duas revisões, e, se o trabalho vai para uma placa de alumínio, como a que vocês estão vendo na tela, feita naquela estereotipia PED-30, ainda merece mais uma terceira revisão.

O programa que a gente utiliza de edição de texto é o Braille Fácil, que foi desenvolvido pelo NCE, juntamente com o instituto, com os profissionais do Instituto Benjamin Constant.

Ele é um programa de distribuição gratuita, que fica disponível para que todas as pessoas possam utilizar e a gente tentar falar numa linguagem única, imprimindo uma linguagem única. Próximo.

A manutenção preventiva, como eu falei para vocês, é importante investir nesse aspecto. Próximo.

Já falei das nossas duas revistas, da RBC e da *Pontinho*. A RBC, ela começou sua produção em 42; a *Pontinho*, em 59, são as duas revistas em Braille mais antigas, existentes, e, até hoje, com uma tiragem bastante expressiva: cada uma, mais ou menos, com cinco mil assinantes. Próximo.

Nossas principais produções, atualmente, são o PNLD, em parceria com o MEC e FNDE, o PNDE e algumas produções de baixa visão, que o instituto também está fazendo. O mesmo livro em áudio, para baixa visão, e em Braille.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. ELISE BORBA: Isso, senador, muito obrigada pela sua ajuda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É só para lembrar, PNDE, Programa Nacional de Biblioteca na Escola.

SRA. ELISE BORBA: Isso. Então, os livros também são feitos em Braille, em áudio e distribuídos. Nós não fazemos todos os títulos, foram direcionados 20 títulos, mas nós teríamos capacidade de fazer mais títulos, porque são livros que não necessitam de grandes adaptações, que é o gargalo, provavelmente, meu e do Sr. Alfredo, também. Adaptação é um processo lento, adaptação, transcrição e revisão. A impressão, como nós já estamos bem equipados, a gente tem capacidade para imprimir. Nosso gargalo são as etapas iniciais.

E, aqui, faltou, também, que nós estamos já no segundo ano, me perdoem a falha, mas é o Pró-jovem, o instituto também está participando do programa do Pró-jovem, que atende jovens e adultos, um programa governamental, também. Próximo.

Nossa produção de áudio-livros ainda é tímida, mas vem progredindo bastante. Hoje em dia, nós já temos uma produção bem mais expressiva do que nós tínhamos no passado, já temos estúdio, o governo tem investido também em equipamentos e, principalmente, em mão de obra. Próximo.

Eu ia falar dos processos de adaptação, mas eu acho que a campanha já tocou para mim, das dificuldades que nós temos nos livros didáticos, como as tirinhas, os esquemas, os mapas, poemas concretos, que são temas bastante específicos para quem vai trabalhar nessa área. Próximo.

E eu ia falar um pouquinho de cada. Pode passar, por favor. Pode passar, pode passar.

Bom, importante, volta só um instantinho. Só um slide, por favor, voltar. Esse trabalho, nós tivemos também um ganho muito significativo, porque as duas grandes imprensas, ao longo desses 66 anos, sempre buscaram padrão de excelência de qualidade, sempre trabalhamos muito juntos, e, dessas trocas de experiências, surgiram alguns documentos, onde fomos criando alguns padrões para a transcrição Braille.

E, dessas duas experiências, desses dois grandes produtores de Braille, surgiu a iniciativa do MEC de formar a Comissão Brasileira do Braille, que produziu documentos significativos para quem trabalha na área de produção, não só para o instituto, como para a fundação, para os centros de produção, para os núcleos de produção, que são nossa grafias.

Essa comissão produziu materiais importantes. Hoje, nós temos uma norma técnica para a produção de textos em Braille e que nos ampara bastante, em relação às questões relativas a direitos autorais, a gente não cometer algumas imprudências e não ferir a legislação já existente.

Então, esses documentos são importantíssimos, e nossos profissionais tiram bastante proveito. Mais um, pronto. Próximo. Já estou terminando.

É só falar da produção. Este ano, o instituto tem o compromisso de produzir 90 títulos, e nós ficamos apenas com a produção do ensino fundamental, do 2º ao 5º ano. Então, do 3º ao 5º ano, em Língua Portuguesa, nós vamos fazer 15 títulos; em matemática, 15 títulos. Do 2º ao 5º ano, 20 títulos em matemática; 20 títulos em geografia; e 20 títulos de ciências. Próximo.

Nossa equipe, que vai trabalhar nessa empreitada, é composta por 60 profissionais, um supervisor de produção, coordenador de adaptação, consultor do IBC, consultores da SEEP, adaptadores, transcritores, revisores, impressores de estereotipia, impressores de máquinas computadorizadas, encadernadores, impressores de *offset*, para elaborar as capas, também,

e um técnico de manutenção, formando uma equipe bastante significativa. Próximo.

E é isso, o Benjamim tem como nosso comprometimento com a produção, com o ensino, com a divulgação e a valorização do sistema Braille no Brasil. Isso é historicamente incontestável, neste momento, pretende unir-se a todos que estão dispostos a buscar os caminhos que favoreçam cada vez mais a produção do Braille no Brasil. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço à Sra. Elise Borba, do Instituto Benjamin Constant. Em seguida, eu passo a palavra ao Moisés Bauer, que é conselheiro do CONADE e representando sua. CONADE é o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

E lembrando que a produção e distribuição de livros em Braille, no Brasil, nesta comemoração do bicentenário do Luiz Braille, é uma questão também de um direito da pessoa com deficiência visual.

Antes de passar a palavra, eu só quero destacar a presença do Senador Mão Santa, amigo desta área, grande colaborador desta área, sempre solidário, que representa, pelo PSC, o Estado do Piauí.

Com a palavra Moisés Bauer.

SR. MOISÉS BAUER: Bom dia a todos. Bom dia, Exmo. Senador Flávio Arns. Cumprimento, aqui, também, à minha direita, presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil, Antonio José Ferreira, o qual eu tenho a honra também de ser vice-presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil. Cumprimento a professora Sinara Zardo, a professora Elise Borba e o Sr. Alfredo Weiszflog, assim como os Exmos. Senadores Mão Santa e Paulo Paim e, eventualmente, algum outro senador que eu não tenha registrado a presença. E a todos que nos prestigiam, assistindo a esta Audiência Pública.

Bem, em nome da presidente do CONADE, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, infelizmente, nosso conselho ainda tem a expressão portadora; em breve, deverão ocorrer mudanças normativas, para que tenhamos o nome de Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em nome da Presidente desse conselho, Dra. Denise Granja, eu venho a esta Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para trazer algumas contribuições desse conselho, desse colegiado, que tem, na sua formação, 38 conselheiros, sendo 19 conselheiros representando o Governo Federal e 19 conselheiros representando a sociedade civil.

Nesse conselho, eu sou representante, juntamente com o presidente Antonio José do Nascimento

Ferreira, da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, uma sociedade civil recente, constituída a partir da unificação do movimento dos cegos no Brasil e que luta incansavelmente pelos direitos das pessoas com deficiência visual.

Com essa apresentação, eu venho aos senhores trazer minha análise sobre a questão posta nesta Audiência Pública. Livro em Braille para pessoas com deficiência visual; o acesso à leitura por parte das pessoas com deficiência visual.

Foi muito importante eu ter ouvido todas as manifestações anteriores, porque, com elas, vocês puderam ter um panorama do que se fez no Brasil até hoje, do que se faz no Brasil até este momento. Isso me poupa muitas palavras e me permite trazer minha análise de forma bastante objetiva.

Dessa forma, Senador Flávio Arns, eu quero informar ao senhor e aos demais senadores que compõem esta Comissão que a mim, e eu posso falar em nome do CONADE, da ONCB, nos preocupa muito a política adotada pelo Ministério da Educação. Como vocês perceberam, até o ano de 2007, 2008, havia uma produção que ainda não era suficiente, mas que, de alguma forma, procurava atender minimamente os alunos com deficiência visual da rede pública brasileira. E nos surpreende, ao tomar conhecimento, que, a partir do ano passado, essa produção é diminuída significativamente, conforme muito bem foi demonstrado no material e na explanação do Sr. Alfredo Weiszflog.

Neste ano de 2009, efetivamente, não se teve novas produções de livros didáticos para os cegos, seja em Braille, seja outros formatos. Há apenas uma distribuição de alguns livros que já foram produzidos no ano passado e nos anos anteriores, que, eventualmente, ainda possam ser utilizados.

Nesse sentido, é importante esclarecer, porque, como muito bem falou o Senador Flávio Arns, que nós temos uma estrutura, hoje no Brasil, muito bem falou a questão das siglas, eu queria esclarecer um pouquinho melhor essa carência do que, efetivamente, é um CAP, que foi mencionado aqui que há, no Brasil, pelo menos 55 CAPs, Centros de Apoio Pedagógicos, divididos em todos os estados da federação, são centros que foram estruturados com, se não me falha a memória, duas impressoras de menor porte, mencionados pela professora Elise como Juliets e Bax Basic, que chegam ao nosso conhecimento, frequentemente, informações de impressoras, estas que estão nos diversos CAPs, sem utilização, porque, como muito bem referiu a Professora Elise, essas impressoras necessitam de constante manutenção, seja reparatória ou preventiva.

E são muitos os relatos que nos chegam de impressoras que estão inutilizadas, carecendo de manu-

tenção. E MEC pretende, então, modificar a política de produção de livros, transferindo para os CAPs, que têm essas estruturas precárias, a produção dos livros.

E, antes de fazer minha análise crítica, eu vou tentar reproduzir, sucintamente, porque esse é o papel da Professora Sinara, em seguida, qual a proposta do MEC. Então, ela vai ter a oportunidade de me corrigir eventual equívoco.

O MEC propõe que os livros em Braille, no Brasil, e em outros formatos acessíveis sejam produzidos pelos CAPs, os 55 CAPs, e que essa produção vai se dar com a reestruturação desses 55 CAPs. O Ministério da Educação publicou, recentemente, edital de licitação para compra de 555 impressoras Braille, se não me falha a memória; 500 delas de pequeno porte e 55 de médio porte.

Se vocês estão lembrados, a impressora, me parece, ou similar, apontada pela Professora Elise, que ela demandou como Express. Muito bem, esse edital saiu ainda neste mês de dezembro, até que haja ganhador dessa licitação, empresa ganhadora, até que essas impressoras sejam efetivamente entregues e instaladas nos 55 CAPs e até que haja qualificação mínima para que os profissionais possam operar essas impressoras, nós teremos aí, com muita boa vontade e otimismo, um a dois anos.

Em audiência com a secretária de educação especial, Professora Cláudia Dutra, no mês de setembro deste ano, por sinal, é importante ressaltar, audiência esta que só foi possível a partir de ofício expedido por esta Casa legislativa, porque outras tentativas de audiências, solicitações de audiência feitas pela Organização Nacional dos Cegos não foram atendidas.

Feito esse raciocínio, quanto à preocupação nossa do tempo que vai levar para estruturar os CAPs, a Secretária Cláudia Dutra concordou comigo que realmente o processo licitatório pode ter diversos complicadores e que é muito razoável imaginar que se leve dois anos para que tenhamos esses 55 CAPs reestruturados.

E aí eu questiono aos senhores: como imaginar que nós teremos livros para os alunos cegos, nesses próximos dois anos, se a proposta do MEC, se der certo, vai se dar a partir desse hiato de um ou dois anos?

E, nesse período, como ficam as crianças? Aí eu já ouvi a resposta, por parte da Secretaria Especial de Educação Especial do MEC, de que não, não tem títulos novos, agora, o novo PNLD, Programa Nacional do Livro Didático, é para 2011, enquanto isso, ficam aproveitando os livros que já foram produzido até 2007, 2008.

Aí eu pergunto: sim, mas e como os alunos vão receber os livros que foram utilizados por outros alu-

nos? Quem vai controlar esse repasse de livros? As secretarias estaduais.

Bom, agora, eu começo minha análise crítica desse aspecto. Todos os alunos cegos têm os mesmos direitos que os alunos não cegos, alunos que nós chamamos de videntes, alunos de visão normal. Os alunos de visão normal, no Brasil, recebem livros e têm para sua escolha, de acordo, evidente, com a supervisão pedagógica de cada estado, de cada escola, 530 títulos para escolher; os alunos cegos têm, hoje, a possibilidade indicada, que ainda não está à disposição, 90 títulos, como nos trouxe a Professora Elise. Exatamente, das séries iniciais, 2ª a 5ª série, os outros alunos das outras séries não têm direito ao livro em Braille.

“Ah, esses livros serão produzidos pelos CAPs.” Lamentavelmente, a Professora Elise não pôde falar mais, e estava no material dela, a peculiaridade, a dificuldade que é de adaptação de um livro. Braille não é pegar um arquivo de texto e jogar na impressora e sair lá, bonito, um texto em Braille. Um texto, ainda mais de um livro didático, que tem muitas gravuras, gráficos, eventualmente, mapas, é necessário todo um trabalho de adaptação. Essa adaptação pode ser tanto com textos descritivos quanto com representação tátil em alto-relevo. E que isso dá muito trabalho. E os CAPs não têm qualificação, e respeito todos os profissionais dos CAPs, mas eles não recebem a qualificação adequada para esse trabalho de transcrição e adaptação.

Há uma carência muito grande de cursos, qualificando essa mão de obra, no Brasil; muito grande essa carência. E mais, infelizmente, muitos profissionais que estão nos CAPs e que, com muito esforço, o pessoal adquire um conhecimento para transcrição e adaptação para o Braille, acabam sofrendo uma rotatividade muito grande. O serviço público, ainda mais o estadual e o municipal, que, eventualmente, tem alguns núcleos de produção em municípios, ele é rotativo.

Nós temos exemplos de profissionais que ficam dois, três anos e depois mudam de função e de setor. Então, nos preocupa muito essa descentralização, no sentido de qualificação e manutenção dessas impressoras, a qualidade desse trabalho. Hoje, como vocês puderam perceber, até então, nós vínhamos com a produção, sim, centralizadas em duas instituições nacionais, o Instituto Benjamin Constant e a Fundação Dorina Nowill para cegos, que trabalhavam muito em conjunto, preocupados com a definição de protocolos, de padrões e também em sintonia com a Comissão Brasileira do Braille, que também foi reformulada, que isso é outro assunto, que, se der tempo, a gente pode tocar.

E, descentralizando isso, como vai ser essa comunicação, como vai ser essa definição de padrões? Nos preocupa muito, nos deixa muito apreensivos essa proposta de mudança no modelo de produção de livros. E, mais, eu tenho a seguinte reflexão: se todos os alunos da rede pública recebem livros que passaram por um controle de qualidade, uma seleção, desde seu conteúdo quanto sua qualidade de impressão, feita pelo MEC, juntamente com o FNDE, por que o cego vai ter um tratamento diferente? Por que ele vai receber um livro feito numa cidade longínqua, sem um controle de qualidade maior?

Eu cheguei a refletir que é muito possível que nós tenhamos uma mesma edição, transcrita e adaptada de diversas formas, com essa proposta do MEC. Alguém lá no Rio Grande do Sul pode adaptar um livro de uma forma, um gráfico, uma figura, descrever de uma forma, e alguém lá no Nordeste de outra, porque não há essa comunicação, não há esse padrão, não há essa uniformização na produção do livro. Isso nos preocupa bastante.

É verdade, sim, tem a questão local, títulos que são mais adequados [soa a campainha] para determinadas regiões, mas o controle de qualidade é muito difícil ser exercido dessa forma.

Bem, aqui, eu fiz breves reflexões do problema que entendo ocorrer na proposta de produção de livros. Mas é necessário abordar, porque creio que a Professora Sinara também vá trazer uma questão que me preocupa bastante. O MEC anuncia, recentemente, em junho deste ano, o MEC Daisy, anunciado pela mídia como a solução para a leitura do cego no Brasil. Eu acredito que muitos de vocês acreditaram que realmente, a partir daquela data, o cego poderia pegar o livro e sair lendo no computador. Nada mais foi do que um *software* chamado MEC Daisy, que lê livros digitais no formato Daisy, que é um formato desenvolvido na Europa, padrão também uniformizado em todo o mundo, de leitura digital para os cegos. Só que o MEC anunciou esse produto, essa solução tecnológica, sem ter, até o presente momento, já uma qualificação e uma efetiva produção do livro no formato digital.

Hoje, ainda são mínimos e são poucos os livros que eu posso ter acesso em formato digital, e aí eu ouço, e espero não ouvir isso hoje novamente da Professora Sinara, que o Daisy vai ser utilizado para os livros didáticos das séries superiores à 5ª série.

Srs. Senadores, Srs. Expectadores, é impossível uma adaptação adequada para um livro didático no formato digital. Como vai se colocar num livro didático, em formal digital, uma matéria, uma disciplina como matemática, química, física, com seus gráficos, geografia, com seus mapas. Alguns livros, sim, é pos-

sível, mas muitos, não. E como o cego vai ter acesso a esse material?

Bom, os cegos de 2ª a 5ª, o Instituto Benjamin Constant vai fazer e com qualidade, tenha certeza disso. Mas e as outras séries, quem vai fazer e quando? São respostas que eu ainda não tive e espero ter hoje.

E, só para encerrar, eu vou trazer, aqui, um fato que me preocupa bastante. E não consulte ninguém para trazer essa denúncia, e pode ser que eu seja até criticado, e eu vou fazer em tom de denúncia, e me perdoem se eu estiver equivocado, eu não tenho problema nenhum em reconhecer meus equívocos. Agora, esse famoso *software* que o MEC anunciou como MEC Daisy, em junho deste ano, que nada mais é do que um leitor de arquivos Daisy, como já referi, a Fundação Dorina desenvolveu na metade do ano passado e ofereceu gratuitamente para todos os cegos brasileiros, em seu site, e ofereceu, como referiu o Sr. Alfredo, ao IBC, logo, ao MEC, e não foi aceito. Se optou por desembolsar dinheiro público, por volta de quase um milhão de reais, para se reinventar a roda. E, diga-se de passagem, com questionáveis, ainda, funcionalidades, certo?

O formato Daisy, muito bem estudado pela Fundação Dorina, em consonância com o Protocolo Daisy da Europa, tem uma série de características que me parecem, as informações técnicas que eu tenho, que o MEC Daisy ainda não consegue ler todas as peculiaridades tecnológicas do Daisy e padrão internacional.

Então, me preocupa bastante essas políticas equivocadas, me parece, uma impressão muito pessoal, que tem muito mais alguma dificuldade pessoal, se é que nós podemos falar numa relação institucional entre MEC e Fundação Dorina, do que uma verdadeira política educacional a ser desenvolvida em favor das pessoas com deficiência visual. Muito obrigado, senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço a fala do Moisés Bauer, que, como ele disse, é também da Organização Nacional dos Cegos do Brasil e é do CONADE, Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. E eu já pergunto, depois, se, naturalmente, uma política para cegos é desenvolvida no Brasil, a pessoa cega tem que ser ouvida, escutada, não é verdade? É autodefensoria, autoadvocacia, inclusive, em respeito a um das coisas que sempre são lembradas: nada sobre nós, sem nós; nada sobre nós, sem nós.

Então, eu até perguntaria, para depois responder, imagino que vocês não foram chamados para discutir isto, não é?

SR. MOISÉS BAUER: Solicitamos audiência, e fomos atendidos pelo Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Isto. E me pareço, ao mesmo tempo, o CONADE, depois eu vou perguntar se o CONADE não tem um posicionamento oficial a respeito desse assunto.

SR. MOISÉS BAUER: Está estudado o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Está estudando o assunto, ainda, porque o CONADE é o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em relação à denúncia feita, quer dizer, toda eventual denúncia que é feita, aí foi uma denúncia feita. Então, essa denúncia também eu peço para que, hoje à tarde, estejamos mandando esse documento para o Ministério da Educação e para o Tribunal de Contas da União. Então, para o Ministério e para o Tribunal de Contas da União.

Agora, eu diria que essas questões todas me parecem tão claras, tão evidentes, tão de bom senso, que o que deveria haver era a reunião das pessoas para dizer: "O que nós vamos fazer? Como nós vamos fazer? O que vai funcionar? O que dá certo? O que não dá?". E ver o que pode ser feito.

Eu acho que esta discussão tem que simplesmente ser uma discussão de diálogo e de entendimento. Mas, de qualquer forma, o que você mencionou, tudo isso eu peço que seja feito o documento para tomarmos, termos o desdobramento.

E só quero dizer que nós não vamos ficar nesta Audiência Pública. Esta Audiência Pública tem que, nesta Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência no Senado, ter a Audiência Pública, e a Audiência Pública está a exigir soluções, não é verdade?

Então, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai acompanhar toda a situação, até a solução, até a solução. E a solução não é difícil, me parece que é perfeitamente possível, alcançável e imediata, inclusive, não precisa nem esperar nada, já tem tudo à disposição, porque a Fundação Dorina Nowill e o Instituto Benjamin Constant.

Eu também até me esqueci de perguntar isso antes, mas achei, depois eu já pergunto para o Dr. Alfredo, quer dizer, detalhar mais essa oferta da metodologia e a recusa da metodologia, quer dizer, por que o Instituto Benjamin Constant, ele não pôde aceitar, o que aconteceu para que não aceitasse? Que foi mencionado pelo Dr. Alfredo.

Muito bem, em seguida, passamos a palavra à Sinara, que já está voltando a esta Comissão, esteve recentemente em outra audiência, não esteve?

SR. SINARA PALLOM ZARDO: Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não? Então, estou equivocado. Mas a

Sinara Palom Zardo, que é coordenadora geral de articulação da política de inclusão nos sistemas de ensino. Então, coordenadora geral de articulação da política de inclusão nos sistemas de ensino e que representa, aqui, o Ministério da Educação. Então, Sinara Zardo.

SR. SINARA PALLOM ZARDO: Bom dia a todos e a todas. Cumprimento meus colegas de mesa, Antonio Ferreira, representante da ONCB; Alfredo, representante da Fundação Dorina Nowill; Elise, representante do IBC; Moisés, representante do CONADE; e Exmo. Senador Flávio Arns.

Eu vou agradecer, mas eu não vou utilizar os slides, porque eu vou buscar responder as pergunta de forma pontal, a partir do que foi colocado aqui. Então, eu não vou utilizar os slides e vou estar tentando explicar a dinâmica de organização da produção do livro acessível, nos último anos, e como isso se redimensiona dentro da perspectiva da política da inclusão que foi colocada.

Penso que esse momento é fundamental e penso que as políticas públicas só evoluem a partir de discussões entre os diferentes pontos de vista, acerca de um determinado tema educacional. Então, nós da área da educação sempre pensamos que o diálogo e a discussão sempre têm a aprimorar e a enriquecer. Isso em todos os temas e também quando se fala da questão do material didático.

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, a partir de 2008, publica a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, um documento que foi discutido com gestores municipais e estaduais, aprovados pelo ministro, em março de 2007, e que traz como fundamento o direito da defesa à escolarização e ao atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, transtornos globais ao desenvolvimento e altas habilidade e superdotação.

Essa política, ela traz um marco no que se refere à organização da educação especial no sistema de ensino, porque ela ressignifica a função dessa habilidade de ensino, quer dizer, ela trabalha educação especial na perspectiva de que ela é uma modalidade que não substitui a escolarização comum, mas ela agrega, ela é complementar ou suplementar. E, dentro do serviço da educação especial, é trago o atendimento educacional especializado.

Quando feita uma análise da LDB, portanto, se verifica que, dentre os níveis da educação, se pontua educação básica e educação superior, e dentre as modalidades, então, que agregam ou que complementam, existe, então, a educação especial, que é responsável, então, por esta organização de serviços e recursos de acessibilidade, que dão suporte neces-

sário às pessoas com deficiência e o acesso, então, ao currículo escolar.

Dentro dessa perspectiva da política, se colocam os vários objetos da política, os objetivos específicos, que tratam também da transversalidade da educação especial. E a característica da transversalidade da educação especial é justamente essa característica, essa possibilidade que essa modalidade de ensino tem, e sua função também demanda essa organização, onde ela vai acompanhar a escolarização das pessoas com deficiência, nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino. Isso traz, então, a função complementar e suplementar como foco da educação especial.

Em 2008, também se publica o Decreto 6.571, que disponibiliza sobre o duplo financiamento dos alunos da educação especial e coloca que os alunos que possuem... alunos com deficiência, transtornos globais ao desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, que possuem, concomitantemente, a matrícula em escolas comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, no contraturno, terão um duplo FUNDEB, ou seja, o valor é dobrado 1.20 a cada aluno, correspondendo a cada matrícula.

Esse decreto coloca as funções que o Ministério da Educação assume, em sua função suplementar à educação básica, que se refere ao apoio no que tange à formação da professores, no que tange à disponibilização de tecnologias, no que tange rejeito à questão da produção de material didático, e aí é que entra, então, o compromisso do Ministério da Educação, reafirmado na oferta dos materiais didáticos pedagógicos, acessíveis também aos alunos com deficiência visual.

E isso toma força com a Resolução nº. 4/2009, também que dispõe sobre as diretrizes operacionais da educação especial na educação básica e que regulamenta a oferta do atendimento educacional especializado.

Eu coloco os fundamentos desses documentos justamente porque é importante partir, trazer os fundamentos de onde é que se discute a ação da produção do livro acessível. É dentro dessa dinâmica de pensar que o sistema de ensino, ele possui uma responsabilidade em fomentar os materiais didáticos de qualidade para todos os alunos, incluindo os alunos com deficiência, que se trabalha, então, nessa perspectiva de ressignificação.

Eu trouxe, aqui, alguns dados que fazem uma retrospectiva histórica acerca da produção do livro em Braille e da distribuição, que eu iria estar passando nos slides, mas eu vou estar fazendo, aqui, as pontuações.

Em 99, foram produzidos 20 títulos de livros didáticos para alunos cegos, de 1ª a 4ª série do ensino

fundamental em Braille, relativos ao Programa Nacional do Livro Didático. Entre 2000 e 2001, 90 títulos atenderam a 543 alunos, de 350 escolas públicas. De 98 a 2007, que aconteceu a implementação dos CAPs, os Centros de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual, e os NAPPB, que integram esse conjunto de 55 centros, que são os Núcleos de Apoio Pedagógico e Produção Braille, que receberam, na época da implementação, um conjunto de equipamentos e que estarão recebendo, agora, no próximo ano, outros equipamentos que vão subsidiar, então, a produção do livro nos centros.

Em 2003, houve uma mudança na organização do censo complementar, que possibilitou, então, maior fidedignidade em relação à coleta dos dados dos alunos da educação especial e proporcionou, então, uma análise mais próxima da realidade, no que se refere aos alunos com deficiência visual e que contribui, consequentemente, na produção do material didático.

E aí quero estacar que todo o material didático produzido pelo Ministério da Educação, em parceria com o FNDE, ele tem como base os dados do censo escolar, MEC e INEP. E aqui vem um ponto que, depois, eu quero estar desenvolvendo melhor.

Em 2004, o MEC investiu na modernização do parque gráfico do Instituto Benjamin Constant, ampliando a capacidade técnica de produção desse instituto. Foram produzidos 128 títulos de livros didáticos, de 1ª a 8ª série, atendendo a 1.267 alunos matriculados, em 2.128 escolas.

Em 2005 e 2006, o MEC financiou, por meio de convênios com o IBC e com a Fundação Dorina Nowill para Cegos, a produção e distribuição de 40 mil livros em Braille, de 110 títulos, aos alunos, então, com deficiência visual do ensino fundamental.

E, em 2007, são produzidos 25 novos títulos de livros didáticos e 40 títulos de livros paradidáticos para alunos do ensino fundamental e ensino médio. E, aqui, tem um aspecto importante. Em 2007, também, em novembro desse ano, se efetiva um convênio com a fundação, relativo à produção dos livros didáticos. Esse convênio tinha uma data prevista para março, solicitada a prorrogação para novembro, e, no ano de 2007, então, quando fomos realizar a avaliação do livro em Braille, que a gente avalia as ações e distribuição do material, verificou-se o atraso na entrega no livro ou a chegada do livro didático ao final do ano letivo correspondente, ao aluno com deficiência visual.

E esse material do livro didático, ele é avaliado tanto pelo professor quanto pelo aluno, nas ações de avaliação. Diante desses indicadores da avaliação, que demonstraram a entrega desse material didático, é que se procurou estudar alternativas para garantir

que, se tivesse a produção mais próxima ao aluno, que se trabalhasse no sentido de responsabilizar o sistema de ensino junto ao MEC, na produção de livro didático, e que também se buscasse garantir que o aluno com deficiência visual tivesse o mesmo título que seu colega de turma, no que tange ao livro didático e também acesso aos livros paradidáticos, que são as coletâneas encaminhadas, pelo Programa Biblioteca na Escola, às bibliotecas das escolas públicas.

Nesse sentido que se fez essa reorganização e, a partir de 2008, então, se passa a discutir essas alternativas, por conta de uma avaliação realizada com o sistema de ensino. Se realiza, então, o edital para que aquisição de obras, de orientação pedagógica e literatura infanto-juvenil, pelo PNDE especial de 2008, e também, nesse mesmo ano, se efetiva a parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. No final de... Para realização, para a produção e desenvolvimento do livro digital falado no formato Daisy.

Em 2008 também se realizou, no final do ano, um evento com esses centros de referência, onde se discutiu a função dos centros, face à publicação da política, onde esses centros passam a ser centros de referência e de apoio ao sistema de ciência, no que se refere à orientação para o atendimento educacional especializado e a produção de material didático acessível.

Nesse sentido, então, é que se inicia a capacitação dos profissionais e se constitui uma rede de produção do livro acessível no Brasil, onde se trabalha em parceria com o Instituto Benjamin Constant, com o FNDE, com as secretarias estaduais e municipais a que se vinculam esses centros e com os próprios 55 centros que trabalham nessa perspectiva.

Vale destacar, também, o programa de implantação de salas de recursos multifuncionais, que é um programa que ele apoia o suporte também dessa produção do material. Existem salas tipo dois, que são salas de recursos, hoje, um total de 600 salas, que estão distribuídas, algumas já entregues e outras que ainda serão distribuídas neste próximo ano, que possuem material específico para deficiência visual; a questão do material adaptado e impressoras, também, em Braille.

E essas salas de recursos, ela apoia, no sentido da complementação do material didático, que não é o livro. Em relação aos questionamentos que foram colocados, eu vou introduzir o objetivo do projeto de produção do livro acessível, que foi colocado agora, em 2008, que foi implementado, e colocar um pouco da dinâmica de organização.

O primeiro passo foi a adesão das secretarias que possuem os CAPs. O segundo passo é a respon-

sabilização do pessoal da coordenação desses centros. Agora, o que tem que destacar? Livros, os livros são tanto produzidos pelos CAPs e NAPPBs, pelos 55 centros, quanto pelo IBC.

O IBC está produzindo os livros que são referentes aos anos iniciais do ensino fundamental e que agora estão no sistema de reposição do FNDE. Então, a entrega do livro, assim como chega o título novo para o aluno vidente, no próximo ano, vai chegar o livro acessível produzido pelo IBC, nos anos iniciais. No próximo ano, acontece a nova seleção, pelo FNDE, do Programa Nacional do Livro Didático, referente aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. E esses livros é que vão ser produzidos pelo CAPs.

Na verdade, há uma articulação com o IBC, no sentido de que o IBC produza os livros finais dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, referentes às disciplinas de matemáticas, biologia, química e física. Esse acordo que está sendo estudado a partir, já foi feita uma reunião prévia com a diretora Érica, para a gente verificar a possibilidade de o IBC estar dando apoio nessas disciplinas.

Então, ficaria mais a área de português, literaturas e outros títulos que os CAPs poderiam estar produzindo.

A produção dos livros, dentro desse sistema, ela não elimina a possibilidade de um convênio, por quê? Porque o Ministério da Educação tem o compromisso de estar fazendo, estar disponibilizando o material acessível.

Esse projeto, ele tem como objetivo estar trabalhando na escola mais próxima ao aluno, com o livro, com o mesmo título que o aluno tem; que o aluno com deficiência visual tenha acesso ao mesmo título, como seu colega, e que a produção seja mais próxima da realidade escolar.

Caso o professor precise de um complemento, ele tem também o apoio do CAP e o apoio da sala de recursos tipo dois, que vai estar fazendo a responsabilização e a produção desse material.

Então, se divide entre centros de referência, centros de produção e o IBC, também, essa segunda etapa. Ainda está em acordo. Em relação, ainda, a essa dinâmica, nós contratamos 15 consultores, que eles ele já estão no sistema de ensino, fazendo o mapeamento da real demanda de produção de livro acessível. E qual é o papel desse consultor? É estar dando subsídio aos CAPs. Esse consultor, ele foi capacitado para produção do livro em Daisy e é ele que vai estar também atuando na formação dos profissionais do CAP, que já teve uma etapa de formação prévia, junto à Secretaria da Educação Especial.

Então, são consultores que foram selecionados, são contratados por organismo internacional e possuem habilidades e competências que os capacitem a estar produzindo os livros no formato Daisy.

A primeira etapa do trabalho desses consultores no sistema de ciência está sendo o mapeamento real da demanda a ser atendida. Quer dizer, eles fazem o levantamento do número de alunos matriculados no sistema de ensino, fazendo um comparativo com os dados do censo escolar, porque nem todo o dado colocado no censo escolar corresponde à realidade ou à necessidade da produção da escola [soa a campanha].

Eles fazem esse mapeamento junto ao secretário de educação e indicam a quantidade de alunos matriculados no sistema de ensino, fazem a divisão de abrangência de produção de cada centro e colocam, também, já uma previsão dos formatos a serem produzidos. Todos os livros dos anos iniciais do ensino fundamental são garantidos no formato Braille, podendo os alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio optar entre a função Braille e Daisy.

Pelas indicações que a gente tem recebido desse primeiro levantamento dos consultores, os alunos e as escolas estão indicando os dois formatos, nos anos finais, tanto Braille quanto Daisy, até se utilizar, até se ter domínio dessa nova tecnologia, no sistema de ensino.

Além desses consultores, outra estratégia que o Ministério da Educação articulou é a organização do ADA, Acervo Digital Acessível. Esse acervo, ele possibilita o depósito das mídias dos livros referentes aos programas do livro do Ministério da Educação, em parceria com o FNDE.

Então, o IBC, a Secretaria de Educação Especial e os CAPs, NAPPBs, responsáveis, possuem acesso, um coordenador de cada CAP possui acesso a essas mídias.

Outro ponto que é necessário colocar, então, quer dizer que todo livro selecionado pelo FNDE é depositado nessa mídia, para produção no formato acessível, seja do livro integral, seja de uma parte do livro, conforme a necessidade do sistema de ensino.

Sistemas de ensino, estados e municípios que não utilizem os livros didáticos do Programa do Livro, a exemplo de São Paulo, que, nesse primeiro mapeamento, a gente verificou que utiliza um material próprio, organizado pelo sistema, também vai estar sendo disponibilizado para que o CAP produza o mesmo material para o aluno com deficiência visual. Então, isso facilita o quê? Uma dinâmica de um processo, onde a gente consegue fazer esse material acessível, num tempo relativo, correspondente ao ano letivo, além de promover essa proximidade entre a realidade da sala

de aula, daquilo que realmente o professor precisa e daquilo que é necessário, então, ser produzido.

Em relação aos recursos que o Ministério da Educação repassa, as secretarias estaduais e municipais a que se vinculam os CAPs recebem, por meio do PAR, Plano de Ação Articulada, o recurso que vai dar suporte para a produção do livro, o material didático.

Então, se fez todo um cálculo, uma projeção do custo de um livro em Braille, do custo de um livro no formato Daisy, e todo o material de consumo vai ser obtido, então, o recurso é repassado para a secretaria a que se vincula o CAP ou o NAPPB, para essa gestão e administração desse recurso, para a produção do livro.

Deixa eu verificar, aqui, Moisés, se eu respondi todas as tuas perguntas.

Outro aspecto que é interessante colocar dessa parceria, aqui, eu já coloquei do ADA, são os editais do FNDE. Dentro dessa discussão da acessibilidade, a gente pontua os diferentes formatos acessíveis, no edital do FNDE, e, a partir do próximo ano, é previsto que todo livro aprovado nos programas do livro do Ministério da Educação, a editora entrega o livro em tinta e também no formato Daisy, que vai ser, então, inserido num acervo digital acessível. Isso vai fazer, e aí tem previstas, também, informações entre FNDE, as editoras e o Ministério da Educação para trabalhar no sentido de que se possibilite a geração, o livro produzido no formato acessível desde a origem. Então, essa é a iniciativa.

Em relação à formação dos profissionais dos CAPs, nós já realizamos eventos, o próximo ano, a gente tem eventos também previstos, na agenda de 2010, para produção do livro e para a questão da transcrição, também, dos materiais e dos livros, e a gente também tem uma articulação, junto com o IBC, para promover um evento relacionado, então, à questão do Daisy, do Monet e de outros recursos, então, para a produção do livro acessível, sempre junto aos CAPs.

Outra alternativa é a formação presencial, que nós possuímos um programa de formação presencial, que é articulado aos estados. E a proposta é justamente estar articulando esta formação presencial, na área da deficiência visual, possibilitando, então, essa articulação com a demanda da produção do livro acessível.

Eu não sei se eu... Acredito que eu tenha respondido as questões, estou aqui revisando minhas anotações. Em relação ao controle de qualidade, que foi questionado. Então, quer dizer... Eu vou voltar na questão, não é que não há produção em 2009, os livros estão sendo produzidos para que, quando haja o novo livro chegando aos anos iniciais, na escola, haja um novo livro no formato acessível.

Nesse ano, está se fazendo a reposição dos anos iniciais; o ano que vem é que é encaminhado o novo livro para os anos iniciais. Então, a dinâmica da produção dos livros dos CAPs, ela está atrelada, e do IBC, ela está atrelada à dinâmica de seleção das obras pelo FNDE.

Então, toda essa articulação existe justamente para que não haja a falta do livro no sistema de ensino. Existem reservas, como o Moisés colocou, nas secretarias estaduais de educação. O que pareceu na avaliação, também? Do quantitativo de livros produzidos pelo Ministério da Educação, e eram encaminhados para as escolas, que registravam a matrícula de alunos com deficiência visual, mas nem sempre esses alunos, de fato estavam matriculados nessa escala.

Aí há alguns equívocos, ainda, no preenchimento do censo, e isso é real, e o Ministério da Educação tem feito orientação nesse sentido. Nesse sentido, tendo em vista essa produção de livros para alunos que não estão efetivamente participando da dinâmica daquela escola, que indica a matrícula, é encaminhado, sim, para a Secretaria do Estado da Educação, esses livros, as escolas encaminham, e a secretária que faz a redistribuição, conforme seu mapeamento real da demanda de alunos com deficiência visual.

Em relação à qualidade, tanto é assegurada pela revisão dos profissionais do CAP quanto pelos consultores que tão fazendo esse trabalho. Esses consultores que possuem conhecimento, também, na área da deficiência visual.

Então, são processos que estão sendo implementados e que vão se aprimorando com o passar das ações e que, com certeza, têm a preocupação, então, em estar disponibilizando ao aluno com deficiência visual o material acessível, como é de direito.

Em relação à questão da produção do livro, não houve posicionamento do CONADE, assim como não houve em relação à publicação da Resolução nº. 4/2009. Há discussões, no âmbito do CONADE, mas ainda não foi formalizada nenhuma questão para a Secretaria de Educação Especial.

No que se refere às discussões, a coordenação geral de articulação da política de inclusão, onde se localiza esse projeto, onde ele é ajustado e desenvolvido, está sempre aberta para essas discussões, e acredito que a secretária também. Quando foi solicitada audiência formalmente, a audiência foi realizada. Então, a gente está aberta para o diálogo, está aberta para o aprimoramento das ações, e isso tudo isso sustenta o princípio da política de inclusão, que é uma política que hoje o Ministério da Educação defende, de que todos os alunos estejam na escola e numa escola de qualidade.

Eu agradeço, então, a oportunidade e me coloco à disposição para maiores esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço a participação da Sinara Zardo, do MEC, Ministério da Educação, nesse primeiro momento.

Quero lembrar a todos que esta Audiência Pública faz parte da 5ª Semana de Valorização e tem por objetivo, hoje de manhã, debater a produção e distribuição de livros em Braille no Brasil. Até lembrando que é o bi-centenário de nascimento de Luiz Braille, e o Braille é o material essencial para o acesso da pessoa cega à leitura e à escrita. Então, é essencial que o Braille seja colocado.

É uma Audiência Pública, o regimento do Senado Federal permite que os senadores e senadoras perguntem e discutam, infelizmente, não há possibilidade de o público, das pessoas presentes fazerem perguntas e questionamentos, mas pode haver, também, o posicionamento das pessoas da mesa, em relação àquilo que, eventualmente, tiver sido colocado.

Nós temos, aqui, a presença do Senador Eduardo Azeredo, que é presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e é vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais, de Assuntos da Pessoa com Deficiência, da subcomissão permanente. Ele é vice-presidente, e quero dizer às entidades todas que lutam por cidadania para a pessoa deficiência que eu tenho pelo Senador Eduardo Azeredo muito respeito e muita consideração, em todos os aspectos e, particularmente, nessa área, assim, de luta por cidadania da pessoa com deficiência.

Eu fui o autor do requerimento, e, certamente, as pessoas que fazem parte da mesa também querem se posicionar, e eu vou dar a palavra a elas, também, mas, antes, eu quero fazer algumas considerações. Eu pediria, inclusive, que as notas taquigráficas desta Audiência Pública fossem disponibilizadas o mais rapidamente possível, para que nós pudéssemos verificar, eu diria o drama das pessoas cegas no Brasil, para terem acesso ao material em Braille, em nosso país.

A gente chega ao cumulo de dizer, na minha opinião, que, depois de 200 anos do nascimento de Luiz Braille, o material em Braille desapareceu no Brasil, festejando dois séculos de nascimento de Luiz Braille, e as denúncias que chegam a esta Audiência Pública são de que crianças não estão tendo acesso a material em Braille, o material em Braille não estará disponível no ano de 2010, no ano de 2011. As máquinas estão sendo compradas, é claro, mas haverá necessidade, como foi dito, de qualificação e de preparação das pessoas para a produção desse material, ao mesmo tempo, foi dito, aqui, que a pessoa cega só tem acesso a 15%

dos títulos que são colocados à disposição dos alunos, e isso precisa ser confirmado, também, e denúncias, também, em relação a formatos de equipamentos e que a gente gostaria de saber por que a Fundação Dorina Nowill colocou à disposição, e o material não foi aceito pelo Ministério da Educação, como foi colocado pelo Dr. Alfredo, espero que ele responda.

Mas indo, especificamente, para as perguntas, o vice-presidente da União... da Organização Nacional dos Cegos do Brasil, Dr. Antonio José, você é o vice... Não, Antonio José, mas você é o vice-presidente ou não? Ele não colocou, mas você colocou como vice-presidente. Quer dizer, não foi o Antonio que colocou, foi o Moisés, que é vice-presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil e que está representando, aqui, o CONADE, ele disse que, naturalmente, não estão sendo chamados para discutir qualquer mudança que esteja acontecendo, em relação à área visual. Tudo está sendo feito sem a participação do cego, e as explicações foram dadas para os cegos nesta audiência do dia de hoje. Pelo que eu entendi. E também naquela audiência que só foi conseguida por interferência do Senado Federal, a audiência só foi conseguida, no Ministério da Educação, pelos cegos, pela interferência do Senado Federal.

E a Dra. Sinara colocou que, de fato, depois que foi formalizada pelo Senado Federal, os cegos foram atendidos no Ministério da Educação. Então, minha pergunta, de uma maneira geral, para a Dra. Sinara e para todos, por que as pessoas cegas não estão sendo chamadas para discutir em conjunto a Política Nacional do Livro do Material em Braille? Por que essa distância, quando, sempre, no Brasil, na história do Brasil, a política para a pessoa com deficiência foi feita de maneira integrada? Por que as pessoas cegas não estão sendo chamadas, discutidas, orientadas, aceitando-se o ponto de vista do cego para elaborar-se a política? Quem está elaborando a política para o cego é o não-cego? Ou é o cego que vem sendo consultado, fora das estruturas, União Brasileira dos Cegos, Organização Nacional dos Cegos do Brasil? Por que não estão sendo chamados? Por que só esta informação vem na Audiência Pública?

Foi colocado pelo IBC... Por que o IBC, também... Por que o IBC teve que recusar, e eu pergunto isso para o IBC, porque a Fundação Dorina Nowill colocou isso de uma maneira muito clara, também, a Fundação Dorina Nowill, que é tradicional no Brasil e no mundo, colocou que, no ano de 2008, a orientação do MEC foi modificada, e o Braille deixou de ser prioridade na educação básica.

O mesmo, segundo o MEC, seria substituído pelos livros digitais acessíveis, produzidos por *software*

encomendado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Qual é a expertise da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando nós temos uma Fundação Dorina Nowill, que faz um trabalho reconhecido no mundo inteiro e foi procurada Universidade Federal... Nada contra a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é uma excelente universidade, mas qual é a estrutura de uma Universidade, comparada com a Fundação Dorina Nowill? Por que essa discriminação em relação à Fundação Dorina Nowill, no Brasil? Eu diria discriminação, porque o nome não é citado, nenhum livro foi encomendado, no ano de 2008, nenhum livro foi encomendado no ano de 2009.

Por que a discriminação do Ministério da Educação, em relação à Fundação Dorina Nowill? Eu diria que é discriminação, eu sei que a Fundação Dorina Nowill pode fazer, mas sei lá qual é o pensamento, vamos lá para a Universidade do Rio de Janeiro, que não tem, no meu conhecimento, uma expertise nessa área, porque, pelas fotografias que o Instituto Benjamin Constant colocou, você tem que ter uma ampla estrutura de revisão, de impressão, e é verdade, mesmo.

Em agosto de 2008, a Fundação Dorina Nowill lançou o Daisy 3.0, ofereceu gratuitamente seu sistema de produção ao IBC, o mesmo recusou, por ordem do MEC. Por isso que nós temos que mandar para o Tribunal de Contas da União. O que isso era diferente daquilo que foi dito?

Atualmente, a Fundação Dorina Nowill já dispõe de mais de 800 títulos nesse formato, nenhum deles adquirido pelo MEC. Por que isso? Será que é alguma coisa que o Moisés colocou que seria institucional?

Em 2009, os alunos ficaram praticamente todo o ano letivo sem livros didáticos. Está aqui escrito. Isso é uma denúncia séria, os alunos ficaram, no Brasil, no dia de hoje, o aluno cego, sem livro didático. Os educadores protestaram, e o MEC recuou, solicitando a produção de 80 títulos da 1ª à 4ª série, e um número indeterminado aos CAPs para o ano letivo de 2010. Para este mesmo ano de 2010, o MEC encomendou para os alunos videntes 530 títulos.

Então, a pergunta é: por que a criança com visão recebe o livro, e tem que receber o livro, todos nós concordamos que tenha que receber, mas por que tanto problema de discriminação em relação à criança cega?

Criança vidente, com visão, recebe o livro, criança cega não recebe o livro. Isso tem que ser esclarecido por esta Comissão de Direitos Humanos, isso é uma violação dos direitos humanos do aluno cego. E consta, aqui, que, em 2007, o Dorina Nowill produziu 157 livros; zero em 2008; zero em 2009, porque, naturalmente, não existe a capacidade. Mas eu fico admira-

do, porque uma coisa que está dando certo e, depois, complica, também.

A estimativa da capacidade produtiva nacional está colocada, 448 títulos da função Daisy, o livro falado. E, na conclusão, ainda, o ano letivo de 2010, que é o cenário atual, total de títulos adotados para 2010, então, alguém tem que dizer que não é isso, total de títulos adotados: 530, no Programa Nacional do Livro Didático; formato acessível para o cego, 80, 15% do total; capacidade produtiva nacional, 448 títulos.

Então, da minha parte, como autor desse requerimento, tudo isso, além das informações verbais, como Comissão de Direitos Humanos, junto com o Tribunal de Contas da União, junto com o Ministério Público, com todas as entidades, nós vamos esmiuçar todos esses detalhes, para que, no início do ano de 2010, no início do ano letivo, nós tenhamos todas as informações referentes a esta Audiência Pública. Esta Audiência Pública foi levantada, foram trazidas informações, o quadro, para mim, é completamente discriminatório, e, ainda mais, desvalorizando iniciativas tradicionalmente instaladas no Brasil, que poderiam dar, assim, todo o respaldo para a produção do material em Braille, como a Fundação Dorina Nowill e o Instituto Benjamin Constant, que é do MEC, e as duas, como foi dita pela Elise, quer dizer, sempre trabalharam em conjunto, mas, quer dizer, o que está acontecendo?

O que os pensantes do MEC estão fazendo, nesta área, para que a criança, pessoa cega seja tão discriminada e tão desvalorizada e as organizações que representam? Como seria fácil chamar a Fundação Dorina Nowill, o Instituto Benjamin Constant, a Organização Nacional dos Cegos do Brasil, e dizer: "Olha, vamos nos sentar aqui, vamos discutir e vamos ver em conjunto como as necessidades podem ser atendidas com qualidade". Mas vieram dezenas de pessoas ao Senado Federal pedir apoio do Senado, porque não conseguiam sequer conversar sobre isso no Ministério da Educação, não conseguiam conversar no Ministério da Educação.

Então, nós fizemos uma carta para o ministro, Presidente Sarney, o Presidente Sarney assinou, o presidente do Senado assinou, dizendo: "Olha, receba as pessoas". E, certamente, o ministro determinou, suponho que tenha sido isso, para a secretaria, para dizer: "Receba", porque veio uma ordem do presidente do Senado, para se conversar com as pessoas cegas, porque essas pessoas cegas não estão sendo atendidas em toda a questão do material Braille, e assim por diante.

Então, só quero dizer da minha decepção com isso tudo, minha tristeza, mas dizendo, ao mesmo tempo, que isso vamos fazer todo esse levantamento, nesse

final, começo do ano e no começo do mês de fevereiro, quando retomarmos as comissões, vamos ter uma nova Audiência Pública, com todos esse dados confirmados pelo Tribunal de Contas, pelo MEC, pela fundação, pelo IBC, por todas as entidades, para dizermos claramente para as pessoas o que está acontecendo.

E que vocês sejam ouvidos, nesse meio tempo, que vocês sejam convidados: “Olha, vem aqui, vem aqui, e queremos falar com vocês.”. Falar: “Vamos trabalhar juntos, por que não? Vamos trabalhar juntos”, e assim por diante.

Então, essas são minhas perguntas, minhas indagações e minha decepção absoluta e completa com o encaminhamento desta área.

Eu imaginaria que nós estivéssemos com muito mais tranquilidade, abordando os desafios da área.

Eu passo, então, para as considerações, novamente, para as pessoas que tiveram a palavra. Eu vou passar na mesma ordem, Antonio José do Nascimento Ferreira, que é presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

SR. ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO FERREIRA: Bom, eu quero, em nome da Organização Nacional dos Cegos, senador, deixar aqui bem claro que nós da Organização Nacional dos Cegos, efetivamente, não somos contrários que a MEC descentralize a personalização, nós entendemos as questões regionais e até achamos que o livro mais perto do aluno, de fato, poderia até funcionar melhor, até porque o livro que é produzido em São Paulo demora um pouquinho para chegar lá no Acre, lá no final do Brasil, lá, geograficamente, nas regiões mais longínqua; o livro que é produzido no Rio de Janeiro a mama coisa; se fosse em Brasília também seria; o que nós, na verdade, questionamos é a metodologia, o modelo como está sendo desenvolvido, para efetivar esta produção, este é nosso questionamento.

E outra coisa, nós cegos queremos o livro didático em Braille, de qualidade; não é uma folhinha impressa lá na impressora, de qualquer jeito, enfim, queremos o livro com qualidade. Se, no Brasil, só tem duas ou três instituições que têm expertise, que têm capacidade para essa produção, bom, não é questão nossa, a gente quer o livro com qualidade, a gente exige que esse livro esteja sendo distribuído no tempo hábil, que os alunos comecem o ano com o livro na mão, e um livro de qualidade, igualmente, a todos os alunos, inclusive os que enxergam. É esse nosso questionamento.

Eu gostaria de fazer, então, que isso fique bem claro, porque tem sido colocado por aí que o ONCB, quando faz esses questionamentos, é por conta de interesses econômicos, porque a ONCB, na verdade,

tem uma torcida muito grande que a Fundação Dorina torne a fazer toda a publicação. A questão não é essa. A questão, volto a dizer, não somos contra a descentralização, se a descentralização funciona, parabéns, parabéns, se o livro está lá na hora exata que o aluno entra na escola, que todos os alunos recebem: “Amanhã é o dia em que todos os alunos vão receber os livros”. Os cegos também recebem? Recebam, maravilhoso, parabéns, estamos satisfeitos. Nossa questão é que esse livro seja de qualidade e que esteja lá no tempo hábil. O método que o MEC vai desenvolver para que isso aconteça é por conta do MEC, nós não somos contra isso. Que isso fique bem claro, eu gostaria de ressaltar mais uma vez.

Bom, eu gostaria de fazer uma pergunta, aqui, à representante do MEC, a Professora Sinara, é o seguinte. Veja só. O MEC foi colocado, aqui, que, junto ao FNDE, licitou, está listando, estará sendo comprado no início do próximo ano 500 e poucas impressoras para que possa de fato dotar os CAPs de capacidade da produção. Como eu falei, inicialmente, e aí aproveito, também, para fazer uma retrospectiva disso, porque estamos, inclusive, nesse momento, ao vivo para todo o Brasil, pela TV Senado, sempre foi sim, desde o início do que se construíram os Centros de Apoio Pedagógico, o MEC entra com os equipamentos; os estados entram e os municípios, onde estão situados, no caso, quando o CAP é estadual, nos estados, quando é da esfera do município, o município entra com infraestrutura, que é mão de obra, é toda a logística, material de expediente, tudo para que funcione, energia elétrica, etc., tudo isso aí para que de fato aconteça.

Aí eu pergunto à Professora Sinara: qual é, de fato, após a compra das impressoras, após a compra dos equipamentos, após essa implementação dos CAPs, dessa dotação de capacidade para que ele possa produzir, qual vai ser, então, o modelo de monitoramento para que estes equipamentos não fiquem lá obsoletos, não fiquem parados, não fiquem, não fiquem fora de sua funções por mera falta de manutenção?

Então, qual é o monitoramento? Qual é a pesquisa? Como é que vai ser feito? Qual é o método que o MEC vai utilizar para com o estado e dizer: “Olha, estado, você não está cumprindo seu papel, porque a impressora que nós colocamos lá está quebrada há um mês, e vocês não mandaram consertar”? Quando o município, e aí eu vou fazer aqui um comparativo, quando o município não presta conta, ele não utiliza bem os recursos do FUNDEB, por exemplo, o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, aquele município fica apenado e ele passa um tempão sem receber recursos outra vez do Governo Federal, no caso, nesse caso da produção Braille, o MEC tem investido,

os estados, na sua grande maioria, não produzem a contente e continuam recebendo e continuam recebendo, e a gente continua dotando, e o governo continua dotando de equipamentos e equipamentos parados, quebrados, sem conserto, sem manutenção.

Então, como será dessa feita? Isso é importante. Se o MEC irá dotar os CAPs de equipamentos, que esses equipamentos estejam lá e funcionem, porque eu sei que essa é a vontade do MEC também. Então, qual é a metodologia que vai ser desenvolvida, no referente ao monitoramento desse funcionamento, dessa produção e da qualidade dessa produção. Somente isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Agradeço ao Antonio José do Nascimento. Eu só quero lembrar, antes de passar a palavra ao Alfredo Weiszflog, que o Antonio lembrou que talvez fosse por motivos econômicos fazer a encomenda do livro e a participação do livro da Fundação Dorina Nowill, mas só dizendo que é uma fundação, fundação, como associação, é uma entidade sem fins lucrativos, não existe divisão de lucro, o patrimônio tem que ir para uma entidade congênere, quando for o caso, quer dizer, acaba... E tem acompanhamento do Ministério Público; obrigatoriamente, toda fundação tem o acompanhamento do Ministério Público. Então, é uma questão de parceria só, não é de lucro, objetivo econômico, é de parceria da sociedade organizada com o Poder Público.

Passo, em seguida, a palavra ao Alfredo Weiszflog, que é justamente diretor presidente administrativo da Fundação Dorina Nowill para Cegos.

SR. ALFREDO WEISZFLOG: Agradeço, senador, porque, realmente, nós temos o Ministério Público em nível federal, estadual e municipal, constantemente nos fiscalizando. E agradeço o esclarecimento.

A fundação, e eu gostaria de esclarecer, reiterar isso, a fundação, o objetivo da fundação, primeiro, é servir ao deficiente visual. Quer dizer, nós, sempre, todo nosso trabalho sempre foi esse e sempre nosso trabalho também foi dividir. E, quando nós falamos da questão do IBC, na época em que nós lançamos o LIDA, a Elise lembra disso, estávamos, inclusive, na fase do lançamento, nós imediatamente chamamos o Benjamim e dissemos: "Olha, o primeiro a receber o desenvolvimento do LIDA será o Benjamim". Depois, mais tarde, é que efetivamente nós fizemos essa oferta, que, depois, foi recusada pelo MEC, mas aí já era um desenvolvimento maior, que envolvia não só a questão do Daisy como envolvia também o desenvolvimento da voz sintetizada, o desenvolvimento, todo o assessoramento e o desenvolvimento do sistema do livro falado, tinha todo um complexo atrás disso.

Mas, enfim, nossa preocupação é outra. Eu acho que o que é importante sair daqui é isso, o importante, aqui, não é... E isso... Acho que não houve, até hoje, o entendimento dessa gestão da SEESP, que eu não sei qual é o preconceito em relação à Fundação Dorina, nosso trabalho é efetivamente de trabalhar juntos e é o problema, efetivamente, de somar esforços.

A preocupação, efetivamente, é que dever-se-ia fazer claramente um mapeamento das capacidades de cada um dos agentes produtores de materiais acessíveis no país e, depois, dividir claramente entre os agentes. Não temos absolutamente nada contra que se divida e que se especifique e que se amplie a coisa. Eu já falei isso, também, na minha apresentação. Nós estamos, inclusive, ajudando a própria ONCB, junto com o Ministério da Cultura, ampliar a capacidade de produção de livros digitais. Nós estamos passando essa expertise, junto com a ONCB. Nós temos interesse, o máximo de interesse de ampliar essa capacidade. Nós estamos aqui para servir o deficiente visual. Parece que não entra na cabeça de certas pessoas, dentro do Ministério da Educação e, particularmente, dentro da SEESP.

Eu gostaria, D. Sinara, que a senhora levasse esse recado aos seus superiores. A Fundação Dorina tem interesse único e exclusivamente de servir ao deficiente visual e ninguém mais. Deixar isso muito claro.

Ela não serve a outras pessoas e, por isso, ela trabalha para o bem deles, e nós estamos dispostos a trabalhar em conjunto, e não contra as pessoas. E nós temos que trabalhar, cada um tem sua expertise, nós temos que explorar essa expertise; os recursos são poucos. Nós temos que explorar esses poucos recursos. Nós não podemos desperdiçar recursos, nós estamos desperdiçando recursos, nós estamos trabalhando um contra os outros. Este país é grande, este país, do outro lado, é pobre, nós temos regiões em que estamos desperdiçando recursos, nós estamos mandando computadores em regiões que não tem sequer eletricidade, onde, na realidade, se precisa de máquinas Braille, não de computadores.

Nós temos que dividir, mapear, nós temos que levantar, nós temos que fazer pesquisa, nós não sabemos onde estão nossos deficientes visuais. A senhora falou, aqui, que houve rompimento com a Fundação Dorina Nowill, porque não sabia, por falta de... problemas de informações, os livros não iam à pessoa certa, e, portanto, chegar à proximidade e entregar o livro ao CAP, porque está mais próximo ao deficiente visual. A Fundação Dorina Nowill não sabe a quem foi o livro, porque quem determinava a quem ir o livro era o próprio Ministério. A Fundação Dorina simplesmente recebia a ordem: "Produza o livro tal e mande para a

pessoa tal". A fundação não sabe para vai o livro, sabe simplesmente: "Mande para o Sr. João da Silva, na escola tal". Agora, a quantidade de livros que voltava, porque a informação estava errada era simplesmente uma questão de que a informação vinha errada.

Agora, nós temos que fazer um trabalho conjunto e um trabalho sério. E não ficando nos acusando um ao outro, esse é o trabalho que nós temos que fazer, e esse trabalho não está sendo feito. Então, esse é o apelo que eu deixo aqui, e, por favor, vamos sentar juntos e trabalhar juntos, e não um contra o outro. Vamos pensar no deficiente visual e tentar fazer com que ele receba 530 livros, e não 448, e vamos tentar não mandar máquinas para as CAPs, vamos tentar, antes de mais nada, qualificar as pessoas, qualificar as pessoas, para que elas saibam operar a máquina e, depois, mandar a máquina e mandar as máquinas certas. Nós estamos mandando máquina errada. Não ficar ouvindo vendedor de *software*, vendedor de *software* que não sabe sequer como se edita um livro e fica falando bobagem, fica falando coisas que não deve ser dita, e vocês ficam ouvindo o vendedor de *software*, o tempo todo. Vendedor de *software*, e fica falando que basta botar um arquivo dentro do *software* dele, e o *software* dele faz milagres, que, simplesmente, bota dum lado e do outro lado sai o livro pronto. E não é assim. A Elise está aqui, tem 30 anos ou mais de edição e sabe como faz isso. A Glorinha está aqui, a Glorinha sabe o que é trabalhar atrás de transformar um livro, sabe o que é o trabalho duro de se transformar, de editar um livro Braille, não é um vendedor de *software* que faz e vende milagres, e, lamentavelmente, vocês têm ouvido vendedores de *software*, e, com isso sai, desculpe dizer claramente, porcaria, e é nisso que o José Antonio está aí se batendo, dizer: "Queremos livros de qualidade".

E o MEC, graças a Deus, no caso dos alunos que enxergam, tem se batido constantemente para que existam livros de qualidade. Oxalá, vocês façam o mesmo e exijam para que os alunos deficientes visuais tenham livros de qualidade. Mas, para que o aluno tenha um livro de qualidade, vocês têm que exigir, para que, lá na frente, também chegue. Nós temos que parar de ficar ouvindo vendedor de *software*. Muito obrigado, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem, acho que não poderia ter sido mais claro. Mas, destacando duas coisas, foi dito, durante toda a audiência, o problema está claro e bem identificado, e a solução, também. O que é necessário é haver a busca conjunta de solução, e nós temos especialistas de décadas, de vida inteira, para apontar soluções; entre eles, o IBC e a Fundação Dorina Nowill,

e não, jamais deixando de fora, jamais pode acontecer fazer alguma coisa para o cego, sem o cego ou alguma coisa para o deficiente visual, que tenha resíduo visual, sem o deficiente visual, e, principalmente, uma organização nacional, que representa as entidades e as pessoas, como a Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

Eu quero dizer isso, porque eu, 25 anos atrás, eu coordenei a educação especial no Paraná, e nós íamos lá na Fundação Dorina Nowill, para discutirmos bengala, reglete, soroban, e que isso ajudou milhares de pessoas. Então, é uma história, um conhecimento acumulado que, de repente, diz: "Não, vamos falar com a universidade, em vez de falar com a fundação".

Elise Borba, diretora assistente do Instituto Benjamin Constant.

SRA. ELISE BORBA: Então, o questionamento que o senhor direcionou ao IBC foi em relação à não adesão ao MEC Daisy. Isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Por que o IBC...

SRA. ELISE BORBA: MEC Daisy não, desculpe, ao programa da fundação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não, porque veio por escrito, foi mostrado e eu leio novamente, que até o Moisés citou, também, bastante, o ministro, a quem eu tenho o maior respeito. Eu acho o que ministro Fernando Haddad, ele não sabe dessas coisas que estão acontecendo. Eu colocaria o crédito ao ministro, porque o ministro é uma pessoa que vem conversando. Então, a gente tem que ver o que está acontecendo dentro do MEC, para que o Ministério seja colocado numa situação deprimente.

Então, o ministro, por isso que o ministro tem que tomar conhecimento de tudo o que foi dito aqui, tenho certeza que ele não sabe, para que ele faça, tome as providências urgentes, dentro do Ministério.

Está escrito aqui, Elise, fundação lançou o Daisy 3.0 em 2008 e ofereceu gratuitamente seu sistema de produção ao IBC. Porém, o mesmo recusou, por ordem do MEC. E, depois, o MEC fez com a iniciativa privada.

SRA. ELISE BORBA: Por ordem eu não posso afirmar, mas foi uma questão de... Foi o seguinte: nós acompanhamos, como o Dr. Alfredo comentou, todo o... Ele nos apresentou o material, fizemos algumas visitas, não é, Dr. Alfredo? Quando já estavam os trabalhos quase em andamento, com termo já para assinar o compromisso, tivemos a notícia de que o MEC estava investindo, já tinha um compromisso com o MEC Daisy. Então, nós tivemos que recuar, ouvir a proposta do MEC, e foi isso que aconteceu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E você acha que eram da mesma qualidade? Qual sua avaliação do que você sabia de um trabalho e de outro?

SRA. ELISE BORBA: Da parte técnica, o trabalho apresentado pela fundação, na época, já estava mais adiantando, o MEC Daisy ainda estava em fase de apresentação, e nossos técnicos, eu não sou dessa área, é que foram as primeiras apresentações, aqui, inclusive, em Brasília.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): [pronunciamento fora do microfone].

SRA. ELISE BORBA: Não, é porque essa não é minha área específica. Não trabalho com MEC Daisy...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Não é só a pergunta, mas, se quiser completar algum outro aspecto do que foi falado e dito, você esteja à vontade.

SRA. ELISE BORBA: Ah, sim. Eu acho que o único direcionamento, em relação ao IBC, foi esse questionamento, em função de a gente ter dado um passo atrás, vamos dizer assim, em relação ao programa da fundação. Então, foi isso que aconteceu.

Quando nós ficamos cientes de que o MEC também já estava produzindo, não caberia o instituto, como um órgão também do MEC, aderir a outro sistema, porque estaríamos sendo contraditórios com a própria política interna do MEC. O instituto é um órgão do MEC, então, tivemos que recuar na decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu quero, aqui, fazer minha homenagem também ao IBC, o Instituto Benjamin Constant, pelos 150 anos, quantos anos?

SRA. ELISE BORBA: Cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): 155 anos?

SRA. ELISE BORBA: 1854.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): E quero dizer que, realmente, vai se reestruturando, se reorganizando, e as áreas que você apontou na sua fala são áreas muito importantes, seja área de pesquisa, área de informática, de tecnologia, de qualificação, de atendimento direto, de habilitação, reabilitação, e são todas áreas fundamentais.

Muito bem. Passo, em seguida, a palavra ao Moisés Bauer, que está aqui representando o CONADE, Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência. Eu já falo com deficiência, apesar de ser portadora de deficiência, direitos da pessoa com deficiência, que é a terminologia adotada. E, ao mesmo tempo, vice-presidente da Organização Nacional dos Cegos do Brasil.

SR. MOISÉS BAUER: Muito obrigado, Exmo. Senador Flávio Arns. E, nas minhas considerações finais, aqui, eu gostaria de, primeiramente, fazer um registro, que eu considero de muita importância, porque, na minha fala inicial, acabei concentrando o foco mais na questão do livro didático em Braille, mas a ONCB, ela tem a felicidade de poder relatar aos senhores que, diferentemente da postura do Ministério da Educação, no início deste ano, na metade deste ano, mais precisamente, em junho, a ONCB foi chamada pelo Ministério de Cultura, Ministério este que chamou a ONCB para conversar e querer se inteirar da situação do livro para os cegos no Brasil.

E olha só que interessante: essa conversa inicial se deu, porque o Ministério da Cultura está atento, representando o Governo brasileiro, há um debate que se faz em nível mundial, junto à Organização Mundial de Propriedade Intelectual, onde se busca alguma solução para todo o mundo, no que diz respeito ao acesso à leitura para os cegos.

E, lá na Organização Mundial de Propriedade Intelectual, a União Mundial de Cegos ofereceu uma proposta de tratado, como sugestão para a solução desse problema, que não é, infelizmente, só no Brasil.

E o Ministério da Cultura achou muito interessante a proposta e buscou saber, aqui no Brasil, qual era a situação do livro para os cegos. Naquela oportunidade, pudemos conversar bastante e colocamos essa preocupação do livro didático e tivemos a seguinte resposta, uma resposta muito lógica, evidente, e disse: "Bom, o livro didático é matéria do MEC, mas o Ministério da Cultura tem todo o interesse em receber uma proposta de vocês, para que o Ministério da Cultura possa investir em produção de livros paradidáticos ou não didáticos, porque isso significa cultura, conhecimento para o povo brasileiro, em especial, para os cegos".

Então, a ONCB passou a elaborar um projeto, que foi proposto agora no mês de novembro, projeto este que não procuramos reinventar roda nenhuma, simplesmente, se buscou uma ideia que a Fundação Dorina Nowill já desenvolve na América Latina, para uma produção em rede de livros, e buscamos adaptar para a realidade nacional. E estamos propondo ao Ministério da Cultura investimentos em centros de produção, porque a ONCB entende, sim, como muito bem falou o Antonio José, que é necessário também a descentralização da produção de livros, mas uma descentralização e uma produção de qualidade.

Então, oferecemos um projeto, onde se pensa, inicialmente, em construir cinco centros de produção de livros, em âmbito nacional, um por região geográfica do país. E, nesses centros de produção, serão produzidos livros acessíveis em pelo menos três for-

matos, inicialmente: Braille; digital, que é o formato Daisy; e áudio.

Essa proposta já foi aceita pelo Ministério da Cultura. Por uma questão até mesmo orçamentária, se solicitou uma adequação do projeto para que fosse um projeto piloto, onde, inicialmente, vai ser construída uma rede entre apenas duas instituições: uma a própria Fundação Dorina, que já entrará disponibilizando, para essa rede, todo o seu acervo, nos três formatos; e se passará a produzir conjuntamente, essas duas instituições, por um ano, enquanto se trabalha a elaboração de um projeto amplo, para as cinco regiões e que, possivelmente, senadores, será necessária a intervenção desta Casa parlamentar, até mesmo se pensando em emendas parlamentares para a Cultura, fazer esses investimentos nessa área.

E eu tenho certeza de que, com toda a receptividade que estamos tendo, os senhores terão toda a atenção a esse projeto e farão, certamente, o que estiver ao alcance dos senhores.

Então, mais uma vez, registro e agradeço muito ao Governo brasileiro, por que não dizer assim? Porque, através do seu Ministério da Cultura, está tendo uma posição, uma postura bastante diferente do Ministério da Educação. Está ouvindo o movimento dos cegos e construindo, conjuntamente com os cegos, uma solução para o acesso aos livros para os cegos.

Bom, agora, sobre as considerações, precisamente do que está sendo debatido aqui, do que foi falado, gostaria só de dizer que, mais uma vez, eu não fico satisfeito com uma possível resposta, que eu não consigo receber como resposta, de que não há falta de livros para os cegos neste momento, porque há reposição.

Acredito que os senhores puderam observar que o livro em Braille, hoje, ou até então, quando era produzido pelo IBC e pela fundação, e, agora, pelo IBC, ele sai da imprensa Braille direto para a escola do aluno, e o relato que nós recebemos, e aqui é importante frisar que a ONCB, ela congrega, hoje, 64 afiliadas em todo o Brasil, é importante frisar que o relato que nos chega, através dessas afiliadas, é que há uma dificuldade muito grande, quando o livro numa escola e que aquele aluno já está em outra série ou não está mais naquela escola, porque a escola não sabe para quem remeter o livro que está “sobrando” (entre aspas).

A orientação do MEC: “Manda para a Secretaria Estadual”. A secretaria estadual, que ficou um pouco alheia a isso, porque há uma interlocução entre imprensa Braille e escola, também não tem o controle e, pelo menos, não há uma celeridade nesse controle de disponibilizar esse livro a tempo para outro aluno.

Então, esse livro fica passeando pelo Brasil, ele já chega, por uma dificuldade muito lógica, com atraso nas mãos dos cegos. É importante falar um pouquinho desse atraso eventual, porque parece que, nesse ano, está sendo um pouquinho diferente. Eu não sei, mas parece que o IBC já está produzindo esses 80, 90 títulos, e tudo indica que, agora, em início de janeiro, fevereiro, eles já comecem a ser distribuídos. Agora, nos anos pretéritos, a solicitação de produção, o censo escolar chegava nos órgãos de imprensa Braille, IBC e fundação, somente no mês de janeiro e fevereiro ou março, até porque o próprio MEC recebia esse censo no mês de janeiro. E, depois que recebia o censo, repassava para depois começar a produção, e é evidente que não se produz milhares de livros Braille em uma semana. Até que eles fossem efetivamente produzidos e entregues a cada aluno, aí se foram dois, três meses.

E aí, se chega num lugar errado ainda, até achar onde está um aluno que possa usar, já se passou o ano. Então, para mim isso não serve como oferta de livro; para mim, isso não serve, isso não é oferta, na minha concepção. Mas talvez seja apenas minha concepção.

Então, eu gostaria de registrar essas considerações finais, agradecer bastante pela oportunidade de estar junho a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e me colocar à disposição para eventuais esclarecimentos e futuros debates. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Muito bem. Agradeço ao Moisés, pela participação, e o que ele mencionou sobre a iniciativa da cultura, cultura é uma questão de direitos humanos, e esta Comissão é Legislação Participativa, quer dizer, vamos buscar juntos as soluções que competem ao Congresso Nacional, e esse tema que você acabou de levantar, da cultura, do entrosamento, da necessidade de orçamento, isso vai ser levado também para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, porque, além de Direitos Humanos, a outra comissão também trata especificamente do tema cultura. Mas agradeço, Moisés.

Passo, em seguida, a palavra à Sinara Zardo, como já foi mencionado, coordenadora geral de articulação da política de inclusão no sistema de ensino MEC. Ministério da Educação.

SR. SINARA PALLON ZARDO: Obrigado, senador. Vou buscar pontualmente todas as questões, mas, antes disso, eu quero colocar que uma política de inclusão é esse movimento de discussão e debate, sim, é uma política que... um princípio que se fala

desde a década de 90, mas que se efetiva, de fato, nesses últimos anos, no sistema de ensino.

E exige discutir uma política de inclusão, considerar os princípios democráticos de respeito ao outro, independente de ter uma deficiência ou não, de respeito ao conhecimento das pessoas, ao profissionalismo que elas desempenham, ao conhecimento que se traz.

Então, se estamos todos, aqui, discutindo, hoje, a questão do livro acessível, é porque todos somos capacitados para tal discussão. Então, o princípio do respeito às diferenças, que é o que direciona a inclusão, e, dentro desse princípio de respeito às diferenças, a educação especial se apoia e os movimentos referentes à pessoa com deficiências também se apóiam nesse princípio de respeito à diferença humana.

Quando se fala da questão do livro, do censo, Moisés, que você coloca, justamente, isso que você coloca é o que o sistema também nos coloca, quer dizer, a demora no repasso do censo, demora para fazer essa produção e, conseqüentemente, atrasa, e isso nos tempos pretéritos, como você colocou. E é por conta dessa avaliação e desse acontecimento, nos tempos pretéritos, que, hoje, a gente reorganiza e passa a planejar previamente a produção do livro acessível.

Quando eu falei da estrutura dos consultores, eles estão justamente fazendo o mapeamento da real demanda a ser atendida. E eu só um coloco esclarecimento ao Sr. Alfredo, eu não falei, na minha exposição, que a fundação... Há equívocos em relação à distribuição, porque eu sei, e é o FNDE que nos passa os dados do censo, e a secretaria que passa para vocês, o que eu questionei foi a questão do atraso, que, nos dados colocados, se colocou que, em 2007, houve a produção, no entanto, essa produção foi conveniada, final de 2007, só chegou no sistema de ensino alguns livros em segundo semestre de 2008, que é a avaliação que a gente tem.

Essa reorganização na produção do livro, ela só se dá por essa dinâmica, e as reivindicações que têm chegado ao Ministério da Educação é justamente essa de o aluno ter o livro que não corresponde ao livro utilizado na série, por isso essa dinâmica de estruturação aos CAPs, com os CAPs.

Em relação ao monitoramento, tem toda uma estratégia de monitoramento e avaliação planejada, onde a secretaria de educação especial faz a análise do que está previsto na demanda, do que vai ser produzido pelo CAP e o controle dessa distribuição. Isso se dá por meio de visitas técnicas a SEESP, aos CAPs, NAPPBs, de relatórios dos consultores que estão sendo produzidos e dos próprios relatórios que os centros nos encaminham, juntamente com a Secretaria de Educação.

Então, essa parceria possibilita o controle social *in loco* da demanda do livro e do que é necessário produzir. Conforme a ação, assim como toda política pública e toda ação educacional, ela for acontecendo, porque essa produção ainda está sendo prevista, vão se aprimorando os mecanismos de implementação, isso é típico de toda política pública, e não somente da produção do livro acessível para os alunos com deficiência visual.

O Ministério da Educação e a Secretaria de Educação Especial têm conhecimentos relacionados também à área da deficiência visual, somos profissionais que estudamos e atuamos enquanto professoras. E, em relação à acessibilidade, a gente também possuiu conhecimento. Então, não é qualquer vendedor de *software* que a gente escuta, mas, sim, a gente busca sempre priorizar a discussão com as pesquisas que estão sendo feitas, os estudos que estão sendo desenvolvidos nas universidades públicas federais, que possuem parceria com o Ministério da Educação.

Então, o MEC Daisy, ele não é produzido pela iniciativa privada, é um projeto desenvolvido no núcleo, no NCE, Núcleo de Computação e Eletrônica na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que é desenvolvido pelo Professor Antonio Borges, que possui uma larga experiência na elaboração de *softwares* e que, inclusive, já fez outros, desenvolvidos anteriormente, a exemplo do Braille Fácil e do Motrix, que foi utilizado e que pesquisa na área da deficiência visual.

Outras universidades que possuem pesquisa na área, a exemplo da formação docente, também que a gente utiliza na área de educação especial, a gente sempre utiliza esse diálogo com as instituições públicas. Então, é nesse sentido que a articulação foi feita com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em relação à questão da porcentagem dos livros. O acervo digital acessível, ele foi criado para que o aluno tenha, produzido em formato acessível, o mesmo título que seu colega tem. Isso quer dizer que todas as mídias, de todos os livros, são de acesso dos CAPs. Então, não são 80%. Historicamente, a Fundação e o IBC sabem disso, o FNDE solicitou que fosse produzido, em formato acessível ou Braille cinco títulos, as cinco coleções mais solicitadas pelo sistema de ensino, e isso era feito, anteriormente, pela fundação.

Então, também, quando se produzia no formato anterior, também não era 100% garantida a acessibilidade aos alunos com deficiência visual de todos os títulos, e isso passa a ser garantido agora, quando se faz um acervo digital acessível de acesso a esses centros e que, conforme a escola, consegue-se analisar qual é o aluno que demanda um formato acessível, qual é o formato e qual é o título; isso se garante

a partir da elaboração, então, dessa nova gestão da produção do livro acessível.

Nos slides, colocaram, e aí eu quero estacar a importância de estar fazendo, sim, novas conversas, de estar ampliando essa discussão, porque há alguns dados equivocados, que foram expostos aqui, e o Ministério da Educação pode estar disponibilizando esses dados, de acordo com os convênios relacionados com fundação e IBC, e tem todo esse histórico da produção do livro acessível.

Em nenhum momento, o Ministério da Educação deixa de priorizar o Braille, por conta da produção de uma tecnologia, que é o MEC Daisy, ou por disponibilizar *laptops* aos sistemas de ensino. O Braille, ele é priorizado nas ações, todos os editais do FNDE preveem o formato acessível; os cursos, na formação presencial, são previstos nesse sentido; há a Comissão Brasileira do Braille, que trabalha integrada conosco, cujo Moisés também integra essa comissão, e que discute, junto conosco, a questão da elaboração e da disseminação do Braille no Brasil, dentre as discussões da última reunião, a questão do livro acessível, a questão da formação docente, a questão do ensino do Braille e, também, a questão da ressignificação e a re-elaboração dos kits que são distribuídos ao sistema de ensino, que a CBB participa, junto com a Secretaria de Educação Especial, e as providências estão sendo tomadas nesse sentido.

Há uma discussão, sim, agora, discussões ampliadas, se forem formalizados, a gente vai estar atendendo. Historicamente, a Secretaria de Educação Especial tem feito esse debate, não só com as organizações, mas, sobretudo, com o sistema de ensino. A política de inclusão se articulou, a partir de uma demanda, a partir da discussão de gestores estaduais e municipais de educação e organizações voltadas, organizações não-governamentais ou governamentais voltadas à área, à educação da pessoa com deficiência, e esse debate vai ser muito bem-vindo sempre, porque é nosso papel estar discutindo e estar aprimorando as políticas públicas.

Era isso que eu tinha para dizer. Acredito que eu tenha atendido as perguntas. Em relação ao mapeamento das capacidades dos CAPs, eu volto a colocar que esses consultores, eles fazem o mapeamento da demanda e da capacidade técnica de produção dos CAPs. A gente está recebendo, estamos já com... São 15 relatórios, que abrangem todas as regiões brasileiras e todos os estados, que nos apresentam a demanda detalhada a ser atendida na produção do livro acessível, dos anos finais do ensino fundamental, desde a matrícula do aluno na escola, a que escola se vincula, traz toda a abrangência de atendimento do CAP, define

o formato acessível do livro que vai ser disponibilizado e também faz o mapeamento das capacidades técnicas e dos recursos humanos de cada centro.

Em relação às contrapartidas que se colocam, o Ministério da Educação, como ele atua de forma suplementar na educação básica, ele disponibiliza os equipamentos, apoio no que se refere à formação dos profissionais e também disponibiliza os recursos para os materiais de consumo para a produção do livro em Braille no formato Daisy.

Em nome da Secretaria de Educação Especial, eu agradeço a oportunidade, coloco a Secretaria de Educação Especial à disposição, a coordenação geral de articulação da política de inclusão à disposição, para ampliar as discussões. Penso que é um momento fundamental e que uma política de inclusão se garante, se efetiva, quando todos participam de fato da escola.

Então, nos colocamos à disposição, para maiores esclarecimentos, inclusive, para informar os dados que forem necessários para estar aprimorando a discussão e trazendo dados que sejam realmente fidedignos ao que o Ministério da Educação se propõe, ao que ele produz e ao que ele disponibiliza ao sistema de ensino. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só gostaria, Professora Sinara, de só perguntar uma coisa que eu acho que não foi abordada por qualquer das pessoas. Não sei se você dispõe desse número, também. Nós estamos falando de quantos alunos cegos e de quantos alunos com resíduos visuais, visão subnormal?

SR. SINARA PALLOM ZARDO: Teria que pegar, senador, eu preciso fazer o levantamento de acordo com o último censo, de 2009, que foi... Saíram os dados agora recentemente. Na época da elaboração do projeto dessa reestruturação, se trabalhava com o quantitativo de seis mil alunos cegos em escolas públicas, matriculados no sistema de ensino, e alunos de baixa visão era um total de 54 mil que se encontravam no sistema de ensino registrados. Agora, eu posso estar passando esse dado mais fidedigno com os dados de 2009, que foram publicados, agora recentemente, pelo INEP.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu faço uma pergunta e peço até o que Moisés e o Antonio, que representam os cegos no Brasil, Organização Nacional dos Cegos do Brasil, ONCB, porque o dado mais atual, como a Sinara colocou, precisa ser passado, mas 54 mil com visão subnormal e seis mil metro cegueira. Lembrando que a Organização Mundial de Saúde é diferente do IBGE, a Organização Mundial de Saúde lembra que há, no Brasil, em torno de um milhão de pessoas com deficiência visual,

visão subnormal e cegueira; um milhão de pessoas, mas, independente do dado do IBGE, porque o dado do IBGE...

SR. MOISÉS BAUER: Tem um dado em números, dois milhões e 400 mil, aproximadamente.

SR. SINARA PALLOM ZARDO: Mas são critérios diferenciados.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É, são critérios diferenciados, o do IBGE, dois milhões e 400 mil, que o Moisés levanta, mas, sendo um dado ou outro, a OMS, Organização Mundial de Saúde estima em, mais ou menos, um milhão de pessoas. Se nós temos 60 mil pessoas, em todas as faixas etárias isso, então, em todas as faixas etárias, desde o zero ano até a pessoa mais idoso, que, porventura, tenha ficado cega, em função de catarata, diabetes, glaucoma e que, muitos desses, inclusive, voltam para a escola, na educação de jovens e adultos ou em outras alternativas de habilitação e reabilitação, para... Conheço muitos casos de pessoas que querem aprender o Braille.

De qualquer forma, seja uma estimativa ou outra, está muito abaixo daquilo que a população com deficiência visual, cegueira ou visão subnormal precisa, não é verdade? Que é um milhão de pessoas, em todas as faixas etárias, IBGE, com critérios diferentes, dois milhões e 400 mil pessoas.

Por que eu levanto isso? Porque, quando as pessoas vieram, e eu perguntei esses dados, aqui, porque, quando nós fomos procurados, no Senado Federal, pelas organizações, pelas pessoas, fomos procurados pelas famílias, também. Muitos pais que têm filhos cegos ou com resíduo visual vieram aqui, e nós deveríamos ter, de alguma maneira, a opinião dos pais, nesse processo, também, porque os pais vieram aqui ponderar, dizendo que os filhos com problema não estavam tendo acesso a material.

Talvez alguns estejam na plateia, aqui, mas, independente de estarem, a gente tem que sistematizar para ouvir o que os pais pensam e o que as pessoas cegas e pessoas com resíduo visual pensam, porque seria muito importante termos algum tipo de pesquisa, inclusive, para nos autoavaliarmos, quer dizer, não no sentido de nos acusarmos, como a Fundação Dorina Nowill colocou, nos autoavaliarmos, vermos como é que nós estamos sendo eficientes ou não e, se não estivermos, o que pode ser feito para sermos eficientes. Não é verdade?

Se estamos sendo eficientes, está ótimo, melhorar cada vez mais; se não estamos sendo eficientes, corrigirmos e fazermos o que deve ser feito. Mas a partir do ponto de vista da pessoa e de sua família. Eu falo de sua família, porque a criança, na pré-escola, no en-

sino fundamental e tal, são o pai e a mãe que também vão falar por ela. Está certo?

Muito bem, então, as providências foram requisitadas da assessoria, temos as notas taquigráficas, fazemos o levantamento, e os expositores já estão convidados para que, no início do ano, façamos outra Audiência Pública de avaliação desse processo. No decorrer desse tempo, sem dúvida alguma, vamos ficar em contato, para que haja o trabalho de sistematização dessas informações, que será feito, também, com a participação dos expositores e de outras pessoas que, porventura, tenham que participar, para tornar os dados os mais claros possíveis, e, com isso, fazermos com que, através da produção e distribuição de livros em Braille, que era o objeto desta Audiência Pública, no Brasil, possa se constituir em elemento proporcionador, construtor de cidadania: acesso à educação, acesso à cultura, independência, valorização daquilo que a pessoa cega ou com resíduo visual necessita.

Agradeço a vocês, agradeço às pessoas que estiveram aqui. Incentivo, novamente, todos que nos acompanham pelos veículos de comunicação do Senado que escrevam, falem, particularmente se trabalham na área, se são pessoas com deficiência visual, no caso, ou pessoas, familiares que escrevam, tudo porque nós queremos, em conjunto, a partir de uma ponderação da sociedade, que o Senado foi procurado, que esta área, realmente, atenda com qualidade a pessoa com deficiência visual. Obrigado. E declaro encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h37.

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO.

Às onze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, na sala nº 02 de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores, membros da CDH, **Fátima Cleide, Paulo Paim, José Nery, Regis Fichtner, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Serys Slhessarenko, Jayme Campos, Adelmir Santana, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi.** Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores. **PAUTA. (REUNIÃO DELIBERATIVA). Item 01. - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DA**

CÂMARA Nº 116, DE 2009, que acrescenta parágrafo único ao art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual. Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 2** - Não Terminativo - **Projeto de Lei da Câmara Nº 104, de 2003**, que assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências. Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela Rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 3** - Não Terminativo - **Projeto de Lei da Câmara Nº 72, de 2007**, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais. Autoria: Deputado Luciano Zica. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatoria *ad hoc* Senadora Serys Slhessarenko. Relatório: Pela Aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 4** - Não Terminativo - **Ofício “S” Nº 5, de 2009**, que encaminha ao Senado Federal expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Paulo Duque. Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 5** - Não Terminativo - **Ofício “S” Nº 7, de 2009**, que encaminha material referente ao acompanhamento de denúncia de seqüestro de duas crianças brasileiras. Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (SF). Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 6** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 479, de 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador Valter Pereira. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01, nº 02 e nº 03 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 7** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 238, de 2008**, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala.

Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 8** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 570, de 2009**, que destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens - Projovem. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Geovani Borges. Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 9** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 407, de 2009**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para criar o auxílio-tratamento à família com criança ou adolescente em tratamento de neoplasia maligna ou da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 10** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2009**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para prever o pagamento de um Benefício de Prestação Continuada adicional à pessoa com deficiência que viva com apenas um dos pais ou responsável legal, sem outros rendimentos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 11** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 537, de 2009**, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda aprovada pela Comissão de Serviços e Infraestrutura - CI. Resultado: **Aprovado. Item 12** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 165, de 2010**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Mão Santa. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 13** - Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado Nº 159, de 2010**, que altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham

bisfenol-A em sua composição. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Aprovado. Item 14 - Não Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 197, de 2010**, que acrescenta o inciso VI, ao artigo 1º, da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência físicas, e dá outras providências. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Gerson Camata. Relator *ad hoc* Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta. Resultado: **Aprovado. Item 15 - Terminativo - Projeto de Lei da Câmara Nº 33, de 2009**, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Osvaldo Sobrinho. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 16 - Terminativo - Projeto de Lei da Câmara Nº 298, de 2009**, que altera o art. 19 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (obriga o estabelecimento de saúde a fazer a notificação compulsória em casos de violência contra idosos). Autoria: Deputado Sebastião Bala Rocha. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda aprova pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: **Adiado. Item 17 - Terminativo - Projeto de Lei da Câmara Nº 112, de 2009**, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas propostas pela CAS. Resultado: **Adiado. Item 18 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 333, de 2009**, que altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, para tornar obrigatória a disponibilização de cadeiras de rodas para idosos com dificuldade locomotora nas áreas destinadas ao atendimento e movimentação de passageiros e bagagens dos aeroportos. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com a Emenda nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 19 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Alvaro Dias. Relatoria:

Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, acatando a Emenda nº 01-CCJ, com alterações, na forma da Emenda nº 02 - Substitutivo - que apresenta. Resultado: **adiado. Item 20 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 738, de 2007**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas públicas e privadas fazerem as adaptações necessárias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 21. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 361, de 2008**, que modifica o artigo 41 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, com o escopo de garantir a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas existentes nos estacionamentos públicos e privados de todo o Brasil para os idosos, obrigando os proprietários dos respectivos estacionamentos à garantia de cumprimento da referida determinação e estende as pessoas portadoras de deficiências as mesmas garantias. Autoria: Senador Romeu Tuma. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 22. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 123, de 2006**, que dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas: nº 01-CAE, nº 03-CAE, nº 04-CAE, e da Emenda e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02-CAE que apresenta. Resultado: **adiado. Item 23. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 24, DE 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a utilização de ajudas técnicas na utilização de caixas eletrônicos por portadores de deficiência visual. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAS e a Emenda nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 24. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 111, de 2008**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para incluir mecanismos de acesso dos deficientes visuais a livros adquiridos por programas governamentais. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com rejeição da Emenda nº 01-CE/2008 e aprovação da Emenda nº 02-CE/2008. E inclusão de outras duas Emendas que apresenta. Resultado: **adiado. Item 25. Terminativo. Projeto de Lei do Senado**

Nº 118, de 2007, que altera dispositivos do Livro II, Título III, Capítulo IV da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para ampliar os períodos de prestação de serviços à comunidade e de internação, e estabelecer outras sanções ao adolescente infrator. Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 26. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, e nº 02 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 27. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 412, de 2008**, que altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Marina Silva. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 28. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 97, de 2009**, que altera o art. 134 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever que o Conselheiro Tutelar da Criança e do Adolescente que atuar em regime de dedicação exclusiva deverá ser remunerado e dá outras providências. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do texto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. Resultado: **adiado. Item 29. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04 que apresenta. Resultado: **adiado. Item 30. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 305, de 2008**, que dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos. Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senadora Fátima Cleide. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: **adiado. Item 31. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 338, DE 2009**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever o direito de acesso público a informações sobre condenados por crimes contra a liberdade sexual de criança

ou adolescente, e dá outras providências. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação da matéria na forma da Emenda nº 1 (substitutivo) que apresenta. Resultado: **adiado. Item 32. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 154, de 2008**, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado. Item 33. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Cícero Lucena. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas acolhidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Resultado: **adiado. Item 34. Terminativo. Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos. Resultado: **adiado. Item 35 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 105, de 2008**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, para prever incentivo ao empreendedorismo. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as Emendas nº 01 e nº 02 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 36 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01 que apresenta. Resultado: **Adiado. Item 37 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.

Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senadora Patrícia Saboya. Relatório: Pela aprovação da matéria com a emenda que apresenta. Resultado: **Adiado.**

Item 38 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 415, de 2009, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético - DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatório: Pela aprovação da matéria com (02) duas emendas que apresenta. Resultado: **Adiado.** **Item 39 - Terminativo - Projeto de Lei do Senado Nº 249, de 2009**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, para instituir medida de amparo à pessoa portadora de deficiência na área da assistência social. Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Flávio Arns. Relatório: Pela aprovação da matéria com as emendas 01-CAS, 03-CAS, rejeição da emenda nº 02-CAS e acréscimo de uma emenda. Resultado: **Adiado. Extrapauta. Item 1. REQUERIMENTO Nº 34-CDH, DE 2010**, que requer a realização de audiência pública, a fim de instruir a SUG nº 1/2010, que institui o Sistema Nacional Integrado de Atendimento à Pessoa Autista e dá outras providências. Para tanto gostaríamos que fossem convidadas as pessoas a serem indicadas por este senador. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado.** **Item 2. Requerimento Nº 35-CDH, de 2010**, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Tema “A Relação com o Trabalhador na Indústria de Alimentação – Frigorífico Aviário”. Para tanto gostaríamos que fossem convidados as pessoas constantes da lista anexa e outros a serem definidos pela própria comissão.” **Convidados:** Sindicato das indústrias de produtos suínos no estado do rio grande do sul; Sindicato das indústrias de produtos avícolas no estado do rio grande do sul; Sindicato das indústrias de produtos de carne no estado do rio grande do sul; Ivo Cescon Scarcelli - Presidente do Sindicato das indústrias de Frios, Carnes e Derivados do Estado de Mato Grosso do Sul – SICADEMS; Edmundo Klotz - Presidente da Associação Brasileira da Indústria da Alimentação – ABIA; Leopoldo Viriato Saboya - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores - BRF - Brasil Foods S.A.; J Jeremiah O’Callaghan - Diretor de Relações com Investidores - JBS S.A.; Dr. João Tomelin - Secretário executivo - União Brasileira de Avicultura; Dr. Ricardo João Santin- Assessor da Presidência - ABEF - Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos; e ASGAV - Associação Gaúcha de Avicultura - Secretário Executivo Sr. José Eduardo dos Santos. Autoria: Senador Paulo

Paim. Resultado: **Aprovado.** O Senador Flávio Arns faz encaminhamento sugerindo seja oficiada a ANVISA com cópia do relatório da Senadora Rosalba Ciarline ao Projeto de Lei do Senado Nº 159, de 2010, para conhecimento daquele órgão. Às dez horas e trinta e dois minutos, passa a presidência para o Senador José Nery. Fazem uso da palavra os seguintes senhores senadores: Senador Paulo Paim, Flávio Arns, Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini, Serys Slhessarenko. Às doze horas e quinze minutos o Senado Paulo Paim passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Lavro, eu, Altair Gonçalves Soares, Secretário da CDH, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informaticizada sem revisão, desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente dos Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Expediente. Comunico aos senhores membros desta comissão que a secretaria da CDH recebeu o Ofício nº. 147/2010, da Agência Nacional de Águas, ANA, em resposta ao Ofício 1189, da Mesa do Senado Federal, e ao Parecer 825/2010 ao Ofício “S” nº. 55/2009, informando que as questões nas terras indígenas são atribuições do IBAMA e FUNAI, não sendo pertinente manifestação daquela agência. O documento ficará à disposição dos senhores e senhoras, senadores e senadoras, na secretaria desta comissão.

A secretaria da Mesa me encaminha o seguinte convite, que eu leio aos membros da comissão. “Assunto: *convite para participar da 11ª Conferência das Cidades.*”

Sr. Presidente, tenho a honra de convidar V. Exa., bem como todos os membros dessa comissão, desse colegiado, para participarem da tradicional Conferência das Cidades, cuja cerimônia de abertura será no dia 07 de dezembro, às 14 horas, com palestras que tratem do tema, que se estenderão por todo o dia 08, a partir das 9 horas, aqui, no próprio Congresso, no Auditório Nereu Ramos, conforme programação preliminar anexa. Esta edição da conferência terá como tema O Futuro das Cidades no Novo Contexto Socioambiental. Tem-se como proposta reunir e trocar experiências, diagnosticar problemas e apontar alternativas voltadas ao

crescimento sustentável das cidades para as próximas décadas. Para tanto, foram convidados renomados especialistas do assunto, os quais, certamente, brindarão o público presente com as mais recentes e importantes teorias e boas práticas a respeito da temática em relevo. Aproveitando a [ininteligível] de V. Exa., no sentido de conferir ampla publicidade desse evento junto ao público e parceiros institucionais dessa comissão". Assina Deputado Humberto Souto, Presidente.

Vamos encaminhar à discussão e votação. Em um primeiro momento, já temos assinaturas suficientes dos Srs. Senadores e Senadoras dos projetos não terminativos.

Vamos ao Item 1. "*Acrescenta parágrafo único ao art. 30, da Lei nº. 8.935, de 18 de novembro de 94, dispondo sobre o procedimento a ser adotado pelos cartórios no atendimento às pessoas com deficiência visual*". Autoria: Deputado Eduardo Barbosa. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Com a palavra, o relator, vice-governador eleito, além de senador do nosso querido Estado do Paraná. Eu não precisaria, mas eu vou tomar a liberdade de pedir que V. Exa. apresente a sua suplente, aqui, nossa convidada, que eu tive a alegria de dar um abraço nela, de boas-vindas.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exatamente, Sr. Presidente. Eu estou aqui, acompanhado da Sra. Danimar Cristina, que é minha primeira suplente aqui, no Senado Federal. Está nos visitando aqui dentro da Casa, participando das reuniões, das comissões, no Plenário, discutindo. E eu quero dar as boas-vindas a ela também e desejar todo o sucesso também, não só nos trabalhos aqui, mas em todos os trabalhos nos quais ela sempre se envolve com muita responsabilidade e com muito entusiasmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Seja bem-vinda.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O projeto de lei que V. Sa. acabou de ler é de natureza não terminativa. É de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que pretende alterar a lei dos serviços notariais e de registro, para dispor que os cartórios poderão fazer somente duas exigências ao atender uma pessoa cega ou com visão subnormal: a apresentação da cédula de identidade pelo interessado e a assinatura dele e de mais duas testemunhas qualificadas.

O Deputado Eduardo Barbosa informa que as pessoas com deficiência visual sofrem exigências discriminatórias dos serviços cartorários, muitas vezes, mesmo sem serem relativa ou absolutamente incapazes. Esse comportamento, de acordo com ele, deve ser inibido, para que se imponha, entre os deveres dos notários e dos oficiais de registro, a simples ob-

servância dos requisitos legais propostos quando do atendimento dessa clientela.

Então, o parecer nosso para o projeto é pela... O relatório é pela aprovação com a Emenda nº. 1, em que se coloca no Parágrafo Único: "*No atendimento à pessoa cega ou com visão subnormal, os notários e os oficiais de registro deverão certificar nos autos ou termos respectivos que ela: 1) apresentou cédula de identidade, tendo sido anotados o número e o órgão expedidor; 2) lançou, na presença deles, a assinatura que se faz acompanhar pela de duas testemunhas qualificadas*".

Portanto, em face do exposto, Sr. Presidente, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 116/2009, com a emenda de redação que acabou de ser lida. Emenda de redação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação o relatório apresentado pelo Senador Flávio Arns. Aprovado. A matéria irá à CCJ, em decisão terminativa.

Senador Flávio Arns, eu vou adotar o seguinte critério e, naturalmente, eu tenho que ver se V. Exa. concordar. Nós vamos pegar os projetos que V. Exa. relatou, agora a seguir é o Item 5, e, posterior a isso, eu vou pedir aos senadores que estiverem presentes que aceitem *ad hoc* e eu vou aprovar ou reprovar todos os projetos não terminativos que estão aqui para apreciação. Então, solicito a V. Exa. se puder...

Aqui, no meu, é pag. 82, Item 5. Ofício "S" nº. 07/2009, Não Terminativo. "*Encaminha material referente ao acompanhamento de denúncia de sequestro de duas crianças*". Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Com a palavra, o relator da matéria, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Esta situação do sequestro de duas crianças brasileiras pelo pai italiano foi trazida a esta Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente, e foram tomadas várias providências. Foi discutida a situação com a família. Acompanhamos a família, em nome da Comissão de Direitos Humanos, no Ministério das Relações Exteriores e também na Secretaria de Direitos Humanos. Na sequência, fruto desse entendimento que aconteceu, o Ministério das Relações Exteriores também providenciou advogado na Itália para acompanhar o processo. A senhora mãe, Mônica Luczynski, está na Itália há mais de um ano, sendo acompanhada, também, pelo Ministério das Relações Exteriores naquele país, como eu disse, com o apoio de advogado constituído para o caso. E esperamos que a Justiça italiana,

fruto desse esforço, resolva a questão favoravelmente à mãe brasileira, por nutrimos a convicção de que tal se dará por questão da justiça e em grande benefício das duas filhas, Michela e Marcella Abbati.

Em face do exposto e tendo sido prestados todos os apoios possíveis, Sr. Presidente, por parte da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, o Voto é para que se tome conhecimento da presente matéria e proceda-se ao seu arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação o relatório do Senador Flávio Arns. Os que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório.

Vamos ao Item 9, Senador Flávio Arns, que V. Exa. também é o relator. Projeto de Lei do Senado nº. 407/2009, não terminativo. *“Altera a Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 93, Lei Orgânica da Assistência Social, para criar o auxílio-tratamento à família com criança ou adolescente em tratamento de neoplasia maligna ou de Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, Aids”*. Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Com a palavra, o relator, para apresentar o seu parecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): A Senadora Rosalba Ciarlini havia apresentado projeto de lei para que, como a ementa coloca, se pudesse criar o auxílio-tratamento à família da criança com neoplasia maligna e, ao mesmo tempo, para casos da Imunodeficiência Adquirida, síndrome, a Aids.

E, fazendo a discussão com vários setores da sociedade, se questionou, também... Claro que essas duas áreas precisam de apoio, mas, por que não, por exemplo, para, também, crianças que tenham problemas de fígado, problemas de rim, problemas de coração... São tantas doenças que acometem a nossa população e, particularmente, as crianças.

Então, nesse sentido, estamos propondo a aprovação do projeto de lei, na forma da seguinte emenda substitutiva, para que o benefício seja destinado para a pessoa acometida por neoplasia maligna, pela síndrome da imunodeficiência adquirida - que eram os objetivos da Senadora Rosalba Ciarlini - ou por doença crônica, e que isso passa a ser acrescentado ao Bolsa-Família. Seria um atendimento para a família que apresenta casos de doenças graves, crônicas, e que teriam, assim, o acréscimo, o benefício variável vinculado à pessoa acometida por neoplasia maligna, pela síndrome da imunodeficiência ou por doença crônica, no valor em dobro ao estabelecido pelo inciso II, deste § 3º. Então, há um acréscimo para os casos das pessoas que já estejam incluídas no Bolsa-Família.

O Poder Executivo estimará o aumento da despesa decorrente - porque tem que haver essa precaução -, para que isto aconteça.

Então, foi aprovado o projeto de lei não como um auxílio, um benefício específico para esta área, mas abrindo-se a possibilidade de se acrescentar ao Bolsa-Família um valor a mais, porque é uma família que precisa de apoio, e que possa, também, com esse valor a mais, atender com mais qualidade a necessidade daquela criança que, porventura, esteja acometida de um dos casos previstos em lei.

É claro que não há dúvidas de que o sistema de saúde precisa ser melhorado para que esse atendimento seja feito o mais próximo da residência, por profissionais especializados e que haja, assim, qualidade de atendimento. Mas, de qualquer forma, o Voto é pela aprovação do projeto de lei na forma da emenda substitutiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos à votação. Em votação o relatório do Senador Flávio Arns, na forma da emenda substitutiva apresentada. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria irá à CAS, em decisão terminativa.

Item 10, pág. 243. Projeto de Lei do Senado nº. 204/2009, não terminativo. *“Altera a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 93, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências, para prever o pagamento de um Benefício de Prestação Continuada adicional à pessoa com deficiência que viva com apenas um dos pais ou responsável legal, sem outros rendimentos”*. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Com a palavra, o relator, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Este é o projeto de lei de autoria do Senador Expedito Júnior, que, como foi dito, para prever o pagamento de um Benefício de Prestação Continuada, BPC, adicional à pessoa com deficiência que viva com apenas um dos pais ou responsável legal.

Realmente, há muitas dificuldades em relação àquilo que vem sendo colocado em relação ao BPC. Desde há muito, a sociedade já vem demandando modificações no BPC. Os esforços legislativos têm seguido três linhas básicas de entendimento e tramitam, já, essas mudanças em projetos apresentados no Senado e na Câmara Federal, um dos quais, inclusive, de autoria de V. Exa., que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

A primeira linha: o BPC não pode ser considerado renda, como não o é, para efeito de cálculo da renda familiar que serve de delimitação de corte para os pro-

gramas oficiais. Isso significa, por exemplo, que caso haja duas ou mais pessoas com deficiência em uma mesma família, os valores recebidos na forma de BPC não devem entrar no cálculo da renda familiar, o que, hoje, acontece, de forma errada, limitando a abrangência do benefício. A segunda linha: a que serem definidos critérios de concessão em razão da severidade da deficiência apresentada. Então, um jovem de 20 anos que use fraldas tem muito mais necessidades, ele e a família, do que uma deficiência mais leve. E, três, a renda *per capita* atual, de 1/4 do salário mínimo por membro da família, é extremamente baixa, devendo ser aumentada, deve aumentar.

Em face dessas linhas de articulação, entendemos por bem rejeitar a presente proposição, uma vez que aprovar-se projeto cujo mérito já esteja incorporado em matérias com estágio de tramitação mais avançados e visam dar maior abrangência ao BPC pode incorrer em morosidade processual indesejável, decorrente dos procedimentos legislativos de tramitação conjunta, que são comuns em projetos que versam o mesmo objeto.

Diante do exposto, o Voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 204/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, vamos à votação. Em votação o relatório do Senador Flávio Arns. Quem concorda com o parecer do relator permaneça como se encontra. Aprovado. A matéria, na forma do parecer do relator, deixando bem claro, a matéria irá à CAS em decisão terminativa.

Vamos ao Item 11, também relatoria do Senador Flávio Arns, pág. 250. Projeto de Lei do Senado nº. 537/2009, não terminativo. “*Altera a Lei nº. 7.565, de 19 de dezembro de 86, Código Brasileiro de Aeronáutica, para dispor sobre o embarque e desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida*”. Autoria: Senador Eduardo Azeredo. Relatoria: Senador Flávio Arns.

Passamos a palavra ao relator.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): É um projeto, Sr. Presidente, importante, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, para que os aeroportos ofereçam sistema elétrico-mecânico de elevação e meios de transporte capaz de realizar, com conforto e segurança, a locomoção, entre a aeronave e o terminal de passageiros, de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nos momentos de embarque e desembarque.

A exigência aplica-se aos aeroportos que não disponham de pontes de embarque ou aos casos em que a aeronave estaciona em posição distanciada das pontes. Na justificativa, o autor afirma que, apesar de

haver regulamentação infralegal em vigor, nos aeroportos não dotados de ponte de embarque, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida são, frequentemente, carregadas por empregados das empresas aéreas, quando deveria haver um elevador específico, ou outro dispositivo equivalente, para levar cadeiras de roda ao nível da porta da aeronave, para que, com isso, se evite que circunstâncias constrangedoras, como essas, se mantenham.

Esta proposta do Senador Eduardo Azeredo foi apreciada também pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, que fez uma emenda, naquela comissão, em que... Uma emenda para aprimorar, um pouco, o texto, e esta emenda está sendo encampada por esta comissão.

Então, diante do exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 537/2009, com a emenda aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos à votação. Vamos botar em votação o relatório do nobre Senador Flávio Arns, com o devido acompanhamento da emenda que já veio da outra comissão. O relator acompanha. Em votação. Os que concordam com o relatório apresentado permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria irá à CCJ, em decisão terminativa.

Ainda do Senador Flávio Arns--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos terminar primeiro o do senador, que ele é relator, depois vamos *ad hoc*. Vamos à pág. 367...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse é terminativo. Então, do senador... Os projetos que o Flávio Arns é o relator, não terminativos, todos foram já apreciados e votados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na pág. 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Item 4... Ele é relator?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, o Senador Paulo Duque é o relator [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Qual é a página?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pág. 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Vamos pedir ao Senador Flávio Arns se ele pode ser relator do Item 4, pág. 60, Ofício “S” nº. 5/2010, não terminativo. “*Encaminha ao Senado Federal o expediente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do*

Estado do Rio de Janeiro, em que oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº. 1, de 2008, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, Comarca de Angra dos Reis". Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. A relatoria é do Senador Paulo Duque, que, pela informação que recebi, não é mais membro dessa comissão. Então, aqui já está a solicitação que nós indicássemos outro relator.

Então, solicitando a V. Exa. se pode fazer o relatório *ad hoc*, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro oferece denúncia contra a Portaria Conjunta nº. 1/2008, exarada pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, na Comarca de Angra dos Reis.

O sindicato informa que o movimento de greve dos servidores daquele Poder, em Angra dos Reis, foi objeto de desproporcional represália, porquanto a greve havia sido considerada legítima por órgãos de hierarquia superior ao dos magistrados que assinam a Portaria Conjunta nº. 1/2008, do juiz daquela comarca. O sindicato insurge-se, ainda, contra a instauração de sindicância contra a servidora Vitória Régia Cordeiro da Silva, escrivã do cartório da 2ª Vara da Família do Tribunal naquela comarca.

O signatário da denúncia, Amarildo Silva, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, postula a esta comissão seja instaurado procedimento visando apuração dos fatos narrados e a adoção de medidas que coíbam os atos arbitrários, pois entende que contrariam a Constituição Federal.

A Portaria Conjunta nº. 1, assinada por quatro juízes da Comarca de Angra dos Reis, em síntese, considera a necessidade de preservar o ambiente de trabalho no Tribunal, proíbe movimentos grevistas no interior do fórum, bem como a guarda de material panfletário e a colocação de cartazes e adesivos do movimento grevista no interior das serventias judiciais. A Juíza Juliana Bessa Ferraz, no ofício endereçado ao Juiz Sergio Luiz Ribeiro de Souza, a propósito da sindicância instaurada contra a servidora, assevera... Durante... Diversos servidores sentados nas escadarias do fórum obstruíram o acesso às dependências do prédio do fórum e impediram o funcionamento normal das serventias judiciais.

No ofício, descreve que, na ocasião, as luzes do local se encontravam apagadas e havia um telão que exibia filme cujo tema era a greve. O som era alto e um toldo preto, na entrada do prédio, impedia a passagem da luz. Sob o toldo, havia uma mesa e, sobre essa, comidas. Acrescenta que, no dia anterior, inteirou-se,

por intermédio da Juíza Andrea Mauro da Gama Lobo d'Eça de Oliveira, que, no sítio eletrônico do Sindijustiza na internet, a servidora Vitória Régia Cordeiro da Silva lançara, contra a Juíza Juliana Ferraz, diversos impropérios, do seguinte jaez: "*alienada e repressora*". E ameaças como: "*O sindicato está de olho nas atividades dessa juíza*".

Após a análise feita pelo Senador Paulo Duque, que é o relator dessa matéria, e diante das razões expendidas, o Voto é pelo arquivamento da denúncia, dando-se ciência ao Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Rio de Janeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos à votação. Em votação, a matéria. Os que concordam com o parecer lido pelo Senador Flávio Arns, como relator *ad hoc*, permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório.

Então, passamos a palavra, nesse momento... O Item 8, pág. 10. Projeto de Lei do Senado nº. 570/2009, não terminativo. "*Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Jovens, ProJovem*". Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senador Geovani Borges.

Passamos, como relator *ad hoc*, ao Senador Flávio Arns. Senadora Rosalba, seja bem-vinda. A Senadora Serys já está aqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): A autoria do projeto, Sr. Presidente, é do Senador Renan Calheiros, e a relatoria é do Senador Geovani Borges. Destina percentual da arrecadação dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias do Governo Federal para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, ProJovem.

O projeto propõe que seja acrescentado ao art. 4º, da Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008, o seguinte parágrafo: "*Serão destinados, para a execução das ações referentes às modalidades previstas nos incisos I, II, III e IV, do art. 2º, 2% do montante da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias realizados no âmbito do Governo Federal*".

O autor do projeto afirma que a aprovação desta proposição implicaria um acréscimo de cerca de 10% do atual orçamento do ProJovem. Em razão do universo de ações desenvolvidas por este programa, o repasse de um percentual da receita bruta das lotarias seria plausível e meritório.

Após a análise feita pelo Senador Geovani Borges, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei de Senado nº. 570/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão. Não havendo quem queira

discutir, vamos encaminhar à votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório lido pelo Senador Flávio Arns como relator *ad hoc*.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pois não, pela ordem. V. Exa., como governadora eleita, pede pela ordem. Atendida, como atendi o meu vice-governador eleito.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Gostaria, aqui, só de agradecer ao Senador Flávio Arns e a toda comissão pela... Ele, como relator, fez um brilhante relatório, e a comissão que provou o projeto, o Item 9, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 407, de minha autoria, que trata, exatamente, do apoio no tratamento a crianças e adolescentes com neoplasia maligna.

Esse projeto é muito importante e tenho certeza que fará um grande benefício às nossas crianças. E eu gostaria de pedir ao nosso Presidente que, como nós já estamos nos aproximando do final desse período legislativo, que encaminhasse, o mais rápido possível, à Comissão de Assuntos Sociais, onde ele é terminativo, para que nós possamos votar ainda nessa legislatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O seu pedido será atendido. Já peço à Secretaria-Geral da Mesa que, recolhendo a assinatura, remeta, de imediato, à Comissão de Assuntos Sociais.

Item 2, pág. 34, Projeto de Lei da Câmara nº. 104/2003, não terminativo. “*Assegura o gozo da licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências*”. Autoria: Deputada Sandra Rosado e outros. Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Com a palavra, a relatora.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

“*Da Comissão de Direitos Humanos sobre o Projeto de Lei da Câmara 104, que já foi dito pelo nosso Presidente, 644-A, de 2003, na origem, das Deputadas Sandra Rosado e Francisca Trindade, que assegura o gozo de licença-maternidade e licença-paternidade aos parlamentares e dá outras providências*”.

Nós temos aqui já todo o conhecimento dos Srs. Senadores, tanto o relatório quanto a análise, e o Senado já aprovou a Resolução nº. 30, de 04 de julho de 2006, que acrescenta parágrafo ao art. 43, do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre a licença-gestante, a licença ao adotante e a licença-paternidade.

Voto. “*Tendo em vista as considerações, o Voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº. 104/2003*”.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Em discussão o relatório. Não havendo mais quem queira discutir, vamos à votação. Quem concorda com o relatório apresentado pela Senadora Serys Slhessarenko permaneça como se encontra. Aprova o relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, nós poderíamos analisar o Item 13, que eu sou relatora?

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Agora, agora. Essa é a orientação aqui da Mesa, e me recomendavam que V. Exa... O Item 11 e o Item 13, que V. Exa. é relatora.

Item 13, pág. 286. Projeto de Lei do Senado 159/2010, não terminativo. “*Altera a Lei nº. 11.265, de 13 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura e correlatos para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham o bisfenol-A em sua composição*”. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini, que está com a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): “*O Projeto de Lei do Senado nº. 159, de autoria do Senador Gim Argello, veda a comercialização e a oferta, ainda que gratuita, de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham a substância bisfenol-A. Para tanto, a proposição acrescenta novo art. 25 à Lei nº. 11.265, de 03 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura e correlatos*”.

De acordo com o autor, a proposição objetiva proteger o público infantil de potenciais efeitos adversos relacionados à exposição precoce aos produtos que contenham a substância BPA, bisfenol-A, entre eles, câncer e alterações no desenvolvimento físico, neurológico e comportamental de crianças, com base no princípio da precaução”.

A análise, Sr. Presidente. “*De acordo com o art. 102/06 (sic), do Regimento Interno do Senado, cabe à CDH opinar sobre projeto de lei que verse sobre a proteção à infância. Nesse sentido, a matéria do projeto de lei sob análise tem grande relevância no âmbito do temário desta comissão, haja vista que as evidências científicas indicam que a saúde dos seres humanos podem sofrer consequências adversas em virtude da exposição ao BPA. Notadamente, os bebês e crianças, por terem uma exposição aumentada ao produto, com-*

parativamente aos adultos, já que são as principais vítimas dessa intoxicação.

O BPA é um aditivo utilizado para dar forma ao objeto de polycarbonato, um tipo de plástico, tais como mamadeiras, pratos, copos, xícaras, garrações, chupetas e brinquedos. É usado, também, no revestimento de recipientes e embalagens à base de resina epóxi, encontrada em latas de conservas e de bebidas, entre outros. O BPA consta da lista positiva de polímeros e resinas para embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos, anexa à Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, nº. 17, de 17 de março de 2008. Seu uso, portanto, é autorizado pela legislação brasileira, desde que obedecido o limite de migração específica de 0,6 miligramas por quilo, ou seja, 0,6 miligramas do produto para cada quilo da embalagem.

Entretanto, no restante do mundo, várias iniciativas legislativas já ocorreram com vista ao banimento do uso do BPA, por suspeita de causar disfunções no sistema endócrino e reprodutor. Como medida de precaução, Canadá, Dinamarca, Costa Rica e França vedaram o BPA em mamadeiras e outros produtos infantis. No Japão, fabricantes de produtos infantis decidiram retirar o BPA da composição de embalagens de alimentos. Nos Estados Unidos da América, alguns estados, tais como Vermont, Connecticut, Maryland, Minnesota, Washington e Wisconsin, também baniram a substância.

A Anvisa, contudo, ainda considera seguro o limite estabelecido em norma e não se manifestou sobre as novas pesquisas e discussões em andamento nos Estados Unidos e na Europa. Dessa forma, dado o imobilismo da agência regulatória, é necessário que o nosso país também aprove leis mais severas para coibir o uso do BPA, pois há fortes indícios de que, mesmo em quantidades mínimas, o produto é prejudicial à saúde.

Por fim, entendemos que o presente projeto de lei pode contribuir para minimizar o risco à saúde da população e, principalmente, da criança, já que o uso de mamadeiras, de chupetas e outros produtos muito utilizados na infância, muitas vezes até no recém-nascido... A criança tem o seu organismo ainda em formação e muito desprotegido, e pode levar, já que o uso é constante, muitas vezes permanente, como é o caso da chupeta, a, realmente, lesões no sistema endócrino, no sistema reprodutor da criança, que vai levar a sérias disfunções e problemas muito sérios.

Então, diante do exposto, e como uma prevenção, uma precaução em proteção à nossa infância, o Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 159/2010".

É esse o Voto, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo qualquer opinião, eu ponho em votação. Os que estiverem a favor fiquem como estão. Está aprovado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Sr. Presidente, só pela ordem. Eu estava conversando com a Senadora Rosalba Ciarlini a respeito do conteúdo dessa matéria, e a presença desse material pode causar problemas sérios no desenvolvimento, por exemplo, do sistema endócrino, do sistema reprodutor das crianças, das pessoas de uma maneira geral.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E suspeitas, também... Há pesquisas, também, como um produto cancerígeno.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Como produto cancerígeno. E vários países já retiraram, vedaram o produto em mamadeiras e outros produtos infantis, como Canadá, Dinamarca, Costa Rica, França. O Japão já retirou, por conta própria, inclusive. Os fabricantes decidiram retirar e vários estados dos Estados Unidos já baniram esse produto também.

E o Brasil... Até, no relatório, está escrito que a Anvisa considera seguro o limite estabelecido. E, aqui, o autor, inclusive... A relatora diz: "Dessa forma, dado o imobilismo da Anvisa, é necessário que o nosso país também aprove leis mais severas para coibir o uso de um produto que é potencialmente cancerígeno, pois há fortes indícios de que, mesmo em quantidades mínimas, o produto é prejudicial à saúde".

Se nós pensarmos na tramitação do projeto de lei, esse projeto de lei está em tramitação aqui, vai passar por outras comissões, vai para a Câmara, isso vai levar um tempo. O que eu gostaria que acontecesse, e quero propor que esta Comissão de Direitos Humanos envie ofício, um expediente à Anvisa, para que a Anvisa se posicione em relação a este relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, que é médica, médica pediatra, governadora eleita do Estado do Rio Grande do Norte, para que a Anvisa se posicione em relação a esse...

Porque ela pode, perfeitamente, antecipar medidas, e, pelo menos, é um ato que vai gerar responsabilidades, na sequência. Porque se eles derem uma resposta negativa para o pleito e, na sequência, se comprovar problemas de saúde, eles têm que assumir a responsabilidade também. Então, a minha proposta é, com base no relatório da Senadora Rosalba Ciarlini, enviar expediente à Anvisa para que aquele órgão se posicione em relação ao conteúdo desta proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vê se ficaria claro: que a comissão

comunique à Anvisa a aprovação e que, por sugestão do Senador Flávio Arns, nós enviamos a eles para que se pronunciem enquanto o processo tramita. É isso?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aceita a sugestão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero, aqui, Sr. Presidente, colocar que, realmente, é importante a colocação do Senador Flávio Arns, porque vai agilizar, para que nós possamos proteger, com mais rapidez, as nossas crianças. Porque, exatamente, o projeto vai para a comissão, nós estamos terminando a legislatura, talvez nem na próxima comissão seja aprovado agora, depois vai à Câmara. Enquanto isso, a criança... Cada segundo, na vida de uma criança desprotegida, sendo, de certa forma, atacada por algum produto, pode ser fatal para o seu desenvolvimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, é mais do que pedir a opinião. É pedir para que, na medida do possível, dentro da legislação atual, eles interfiram.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Porque eles podem interferir por decreto, enquanto se transforma em lei. Já é uma grande proteção, uma grande ação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente. Perfeito. Já está anotado para fazer.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador Flávio Arns, pelo apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passado esse, eu volto para o Item 3. O Item 3 é o projeto do Deputado Luciano Zica, relatoria da Senadora Fátima Cleide, que terá como relator *ad hoc* a Senadora Serys. Não é isso? O projeto altera o art. 58 da Lei nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, “que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais”. A Senadora Fátima Cleide ausente, a Senadora Serys fará o relato em condição *ad hoc*.

Com a palavra, a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Obrigada, Presidente. Como o senhor, muito bem, já colocou, ela altera o art. 58 da Lei 6.105, de 31 de dezembro de 73, “que dispõe sobre registros públicos e dá outras providências, possibilitando a substituição do prenome de pessoas transexuais”. A relatora é a Senadora Fátima Cleide, e o Voto é: “Pelos motivos expostos, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 72/2007”. Este é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Havendo alguém que queira se pronunciar, eu peço que use a palavra. Como Presidente da Mesa, como senador da Mesa, quero parabenizar pelo projeto. Acho que é um projeto que estávamos devendo a todos aqueles que são interessados no assunto. E parabenizo a Senadora Fátima pelo relatório, a Senadora Cleide e o Deputado Luciano Zica.

Ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

[palmas]

Agradeço as manifestações gentis e peço desculpas de termos demorado tanto tempo para aprovar esse projeto.

Passo ao Projeto nº. 12, que é de autoria do Senador Mão Santa e a relatoria do Senador Paulo Paim. Projeto de Lei do Senado nº. 165/2010, “que altera a Lei nº. 8.152, de 07 de dezembro de 1983, Lei Orgânica da Assistência Social, para instituir o abono natalino referente ao Benefício de Prestação Continuada”.

Com a palavra, o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, “o Projeto de Lei do Senado nº. 165/2010, de autoria do Senador Mão Santa, instituiu o pagamento da parcela adicional, a título de abono natalino, aos assistidos pelo Benefício de Prestação Continuada, mediante alteração do art. 20, da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, LOAS. A proposição também estende aos beneficiários da renda mensal vitalícia o direito de receber este abono. Prevê, ainda, que a despesa decorrente da criação do benefício será custeada pelo orçamento da seguridade social e que o aumento da despesa proveniente da criação do novo benefício será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuados, explicitado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, referente ao exercício em que a proposição, ora em exame, entra em vigor.

Art. 4º. O art. 4º do projeto determina que a lei entre em vigor no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da sua publicação.

Na justificação do projeto, o nobre Senador Mão Santa ressalta o fato de que, diferentemente do que acontece com os trabalhadores formais, que atravessam o final do ano com alguma tranquilidade, os assistidos pelo Benefício da Prestação Continuada e pela renda mensal vitalícia vivem, nessa época, no seu pior momento. Tal situação seria causada pelos aumentos de preço, resultante da exploração comercial das festividades. Ainda segundo o autor da proposição, a concessão do abono natalino para esses beneficiários constitui uma estratégia de recuperação da autoestima

dessas pessoas, questão fundamental para o efetivo exercício da cidadania.

Depois de passar por esse colegiado, a matéria seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, onde será, lá, examinada em decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto”.

Análise. “De acordo com o disposto do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre matérias que versem, entre outros temas, sobre política de proteção social das pessoas com deficiência e idosos. Essa parcela da sociedade compõe a clientela do Benefício de Prestação Continuada, BBC, logo o assunto é pertinente a esse colegiado. Ademais, relativamente à constitucionalidade, entendemos não haver vícios que prejudiquem o projeto, que é vazado em boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade.

O art. 20, da Lei 8.742/93, cuja abrangência se pretende ampliar, define o BBC como garantia de recebimento de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a manutenção ou tê-la provida por sua família.

A proposição em análise acrescenta uma parcela ao BBC, a título de abono anual, a ser paga no mês de dezembro. Trata-se de reforçar a assistência garantida, inclusive constitucionalmente, a um segmento que se encontra entre as mais vulneráveis de nossa sociedade, pois não tem meios para manter sua subsistência e ainda enfrenta o desafio próprio das pessoas com deficiência ou daqueles com idade avançada.

A iniciativa, portanto, é de grande alcance social e propiciará melhoraria, reforço e aperfeiçoamento de mecanismo de assistência social no nosso país. Destacamos, ainda, que a proposição observa os critérios que a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, reserva a proposições que estabelecem despesas a serem cumpridas pelo erário, especificamente no que diz respeito às de caráter continuado.

Com efeito, como se trata de ampliação de despesa pública, em seus arts. 2º e 3º, o projeto prevê, para atender aos ditames legais, a designação da fonte de recursos necessários ao custeio da elevação das despesas que, certamente, advirá da implantação do abono proposto. Estabelece, ademais, que os efeitos da aprovação desse projeto irão se concretizar no exercício seguinte ao do início da sua vigência, a fim de que o orçamento anual imediatamente posterior possa promover a adequação exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal”.

Diante do exposto, sou pela aprovação do projeto do Senador Mão Santa, 165/2010.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Só quero, da minha parte, parabenizar o autor e o relator do projeto. Muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Em votação.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Acho que é mais do que justo, me permita que eu diga isso também, Senador Flávio Arns, a iniciativa do Senador Mão Santa, que não volta à Casa, não se reelegeu, mas deixa essa bela contribuição para os que mais precisam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho, então, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Eu volto, agora, ao Item nº. 6, e vou pedir ao Senador Flávio Arns a gentileza de ser relator *ad hoc*.

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº. 479/2009, “que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros titulares”. O Senador Flávio Arns, por favor... O projeto é do Senador Valter Pereira e do Senador Cícero Lucena.

Senador Flávio.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): A relatoria, como já foi mencionado por V. Exa., é do Senador Cícero Lucena, e o projeto insere, entre os requisitos já previstos no ECA, a exigência de que os candidatos a conselheiro tutelar tenham concluído o Ensino Médio. A proposição também prevê que será dada prioridade, no processo de escolha dos conselheiros, aos candidatos com formação em áreas pertinentes à atuação do Conselho Tutelar.

O PLS é justificado com fundamento na necessidade de que os conselheiros tutelares tenham um nível educacional compatível com as elevadas responsabilidades das funções que desempenham, relativas à proteção dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse sentido, também o Senador Cícero Lucena coloca que não vemos como seria possível estabelecer prioridade para candidatos com formação em áreas pertinente à atuação do Conselho Tutelar, já que, nos termos do art. 132, do ECA, a escolha dos conselheiros é realizada mediante eleição pela comunidade local. Ao mesmo tempo, ele diz que é sensata a inclusão do requisito de conclusão do Ensino Médio. Entendemos, ele ainda diz, que a possibilidade de recondução dos atuais membros dos conselhos tutelares, prevista no art. 132, do ECA, deve ser preservada em toda a sua plenitude.

Por essa razão, elaboramos emenda que prevê a aplicabilidade do novo requisito somente a partir do

segundo processo de escolha, a se realizar em cada circunscrição, após a publicação da lei a que der origem o PLS 479, que é esse projeto de lei.

Finalmente, o Senador Cícero Lucena diz: *“Julgamos oportuno elaborar uma emenda para tornar mais precisa a remissão que a emenda do projeto em exame faz ao ECA”*. Assim, na ementa, ele diz que altera a Lei do ECA, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para incluir novo critério de escolha dos conselheiros tutelares.

“Dê-se, também, a seguinte redação ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº. 479: O art. 133, da Lei 8.069, de 13 de julho de 90, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso: inciso IV - ter concluído o Ensino Médio”.

E a última emenda. *“Dê-se a seguinte redação ao art. 2º, do Projeto de Lei do Senado nº. 479/2009: Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, não produzindo efeitos para os atuais membros do Conselho Tutelar que pleiteiem a sua recondução no primeiro processo de escolha realizado após a publicação desta lei”*.

Portanto, Sr. Presidente, o Voto é pela aprovação do PLS nº. 479/2009, com as emendas lidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo debate, ponho em discussão. Os que estiverem a favor permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Vamos para o Projeto nº. 8. Essa foi... É 14, agora. Projeto de Lei do Senado nº. 197/2010. *“Acrescenta o inciso VI, ao art. 1º, da Lei 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, e dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para a utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiências físicas, e, além disso, dá outras providências”*.

O projeto é de autoria do saudoso Senador Romeu Tuma. A relatoria é do Senador Gerson Camata. Eu peço que o senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Qual a página?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está na pag. 294. Peço que o Senador Paim faça a leitura *ad hoc* do relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, eu quero agradecer muito a V. Exa. por permitir que eu relate esse projeto, que é de autoria do inesquecível, nosso amigo, homem de uma enorme sensibilidade, que eu não tive, ainda, a oportunidade de me manifestar no Plenário do Senado por toda a contribuição que ele deu a nós todos aqui nessa Casa e, conseqüentemente, à sociedade brasileira. Romeu Tuma, quando me perguntaram, senador, o que eu lembrava dele, eu

disse: “Eu lembro que todos os projetos de cunho social que estavam em debate no Plenário do Senado, ele perguntava: ‘Como votamos, Paim?’, e eu, orgulhosamente, dizia: ‘Votamos sim, meu senador’”. E, muitas vezes, ele ia às lágrimas no Plenário do Senado, nós todos somos testemunhas, quando ele fazia a defesa de projetos de cunho social.

Então, eu aproveitei essa oportunidade que V. Exa. está me dando - eu não havia nem pedido, mas V. Exa. fez sinal com os olhos se eu queria relatar do Romeu Tuma - para fazer essa pequena homenagem a ele e a todos os seus familiares, já que o perdemos no longo desse mandato.

Sr. Presidente, o relatório. *“Vem a exame da comissão o Projeto de Lei do Senado, PLS 197/2010, de autoria do nobre Senador, já falecido, Romeu Tuma, que propõe a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, IPI, para automóveis de passageiros de fabricação nacional, com motor de cilindrada não superior a 2.000 cm³ (dois mil centímetros cúbicos), quatro portas, no mínimo, movidos a combustível de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquirido por corretores de imóveis sindicalizados ou filiados à associação de classe, desde que o veículo seja destinado ao exercício da profissão”*.

Na defesa do projeto, o Senador Romeu Tuma afirma que o automóvel é uma ferramenta fundamental de trabalho para o exercício da profissão de corretor de imóveis, indispensável, dada a necessidade de rápidos deslocamentos para locais da preferência. Além disso, a medida servirá para estimular a aquisição de um tipo de automóvel específico que utiliza combustíveis renováveis. Em consequência, segundo o autor, haverá geração de empregos no setor sucroalcooleiro.

A matéria será analisada, ainda, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos, CAE. Na CDH, não foram apresentadas emendas”.

Mediante o fato, Sr. Presidente, eu acho que o importante, aqui, é nós fazermos uma homenagem ao nobre senador, porque há concordância, e, aqui, a essência já foi lida. Eu opino pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 197/2010, com uma emenda somente de redação. *“Dá-se ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº. 197/2010, a seguinte redação: Art. 1º: o art. 1º, da Lei 9.989, de 24 de fevereiro de 95, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV. Art. (sic). 4º: Corretores de imóveis, filiados aos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, CRECIs, desde que destinem o veículo ao exercício da sua profissão”*.

Quero dizer que o relatório foi feito pelo Senador Gerson Camata e que eu, aqui, apresentei o meu parecer, por sugestão de V. Exa., *ad hoc*, mas faço questão de dizer que, no resumo desse relatório, eu presto

as minhas homenagens ao nosso amigo, já falecido, o Senador Romeu Tuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Senador Paim a referência ao Senador Tuma e também ter aceito fazer o relatório *ad hoc*. Coloco em discussão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu só quero, Sr. Presidente, também... Já tive ocasião de me manifestar no Plenário, mas também lembrar a figura do Senador Romeu Tuma, sempre presente, atuante, solidário em qualquer projeto que dissesse respeito à questão do ser humano. Em termos de APAEs, de hospitais, de entidades, de idosos, de crianças, de deficientes, ele sempre estava solidário, junto, solicitado, ajudando e colaborando. Então, essa homenagem, também, a ele como autor do projeto que foi relatado pelo Senador Paulo Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, senador. Não havendo quem queira se pronunciar mais, eu ponho em votação. Os que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

O próximo projeto é do Senador Flávio Arns. Eu peço ao Senador Paim que faça a leitura *ad hoc*. É o Projeto de Lei do Senado nº. 238/2008, pág. 195. *“Altera a Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, com o intuito de instituir a obrigatoriedade de que as prestadoras de serviço de telecomunicações ofereçam planos de serviços para atendimento específico a pessoas com deficiência auditiva ou de fala”*.

Com a palavra, o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É com satisfação que passo a ler o relatório que foi elaborado pelo Senador Cícero Lucena. O projeto é de autoria no nobre Senador Flávio Arns, o qual foi sempre uma referência e continuará sendo, embora não estando mais dentro do Senado, para todos nós, em inúmeras áreas, mas eu diria, com muito carinho, nessa área das pessoas com deficiência.

“O Projeto de Lei do Senado PLS 238/2008, do Senador Flávio Arns, que altera a Lei nº. 9472, de 16 de julho de 97, chega a esta comissão para análise. Também conhecida como Lei Geral da Telecomunicação, LGT, a norma que se pretende alterar trata de organização dos serviços de telecomunicações, da criação e funcionamento de um órgão regulador e de outros aspectos institucionais.

O objetivo do PLS do nobre Senador Flávio Arns, nº. 238/2008, é obrigar as prestadoras de serviço de telecomunicações a oferecerem planos com tarifas reduzidas de serviço especialmente voltados aos usuá-

rios com deficiência auditiva ou da fala. Para tanto, o projeto acresce o inciso XIII ao art. 3º da LGT.

Na justificação, o autor, Senador Flávio Arns, o autor da proposição lembra que, ao longo dos anos, tem se observado o gradual aumento da participação da pessoa com deficiência nas atividades sociais e em todos os setores produtivos do país. Isso tem sido possível pela maior disponibilidade de recursos tecnológicos e ajudas técnicas que reduzem as limitações impostas às pessoas com deficiência. Cita, o autor, nesse particular, a evolução da telefonia celular, que permitiu à pessoa com deficiência auditiva ou de fala comunicar-se com grande desenvoltura, especialmente por mensagem de texto.

Com esse argumento, o Senador Flávio Arns lembra, contudo, que esse serviço deve ser efetivamente acessível ao segmento mais pobre da população, com planos específicos, de baixo custo, com vistas a reduzir as dificuldades que ainda restringem o acesso da pessoa com deficiência auditiva ou de fala. É o que pretende o projeto em apreço.

Após ser apreciada por este colegiado, a matéria seguirá à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para deliberação em caráter terminativo. Nessa comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Mediante exposto, Sr. Presidente, o meu Voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 238, de autoria do nobre Senador Flávio Arns, com a seguinte emenda. Dê-se, ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado 238/2008, a seguinte redação: Art. 1º: o art. 3º da Lei nº. 9742, de 16 de julho de 97, passa a vigorar acrescido do seguinte Parágrafo Único: O usuário do serviço de telecomunicação com deficiência auditiva ou de fala, sem prejuízo dos demais direitos estabelecidos nesse artigo, tem direito a plano com tarifas reduzidas para serviços de mensagem de texto nas diversas modalidades de pagamento”.

Esse é o relatório feito pelo Senador Cícero Lucena e que eu, aqui, cumprimentando o autor, o Senador Flávio Arns, apresentei e já relatei o meu Voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto.

Nós terminamos a pauta dos não terminativos, o que é algo formidável nesses últimos meses em que nós não temos conseguido nem quórum. Mas tem um requerimento--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu tenho dois requerimentos. Um requerimento se refere a uma iniciativa dessa própria comissão, de um

tema que nós já realizamos uma Audiência Pública, que é a situação dos autistas, e que o Senador Flávio Arns é o relator, que já realizou, também, uma Audiência Pública lá na Comissão de Assuntos Sociais.

Como é um tema que preocupa e, naturalmente, move o setor organizado da sociedade, eles estão pedindo que a gente faça mais uma audiência aqui, na Comissão de Direitos Humanos. De minha parte, não há problema nenhum, não sei se do senador relator, se... Eles gostariam de falar mais sobre o tema, aprofundar mais e pediram para mim que eu convidasse para essa próxima audiência o senador relator, que é o Senador Flávio Arns. Eu vou ler o pedido que me fizeram.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PSDB-PR): Eu posso...? Só um aparte, senador, se me permite. Hoje, as pessoas estão reunidas, em um grupo de trabalho, desde as nove da manhã e vão ficar até as cinco da tarde, discutindo o projeto de lei, a associação nacional, a associação da Bahia, a associação do Rio de Janeiro também, a UnB, para discutir o projeto de lei, muito importante, de autoria de V. Exa. E o que foi proposto, no início dessa reunião, é que, ao final do dia de hoje, se faria o encaminhamento que eles julgassem melhor, em função do debate que vai acontecer o dia todo.

Então, eu sugiro, se V. Exa. concordar, que, talvez, seja o fato de, talvez, eles até proporem um debate sobre o texto aprimorado, vamos dizer, e que, talvez, esse requerimento, a gente pudesse apreciar na semana que vem, aí já teria o embasamento do que eles consideram importante acontecer.

Eu participei, inclusive, da abertura da reunião. Fiquei por, aproximadamente, duas horas... Uma hora, com eles, porque havia algumas preocupações de uma associação também, mas eu disse: "Olha, vamos discutir, hoje, durante o dia. No final do dia, por exemplo, vocês dizem assim: 'Não, eu acho que agora dá para tocar o projeto'", porque é uma iniciativa de legislação da sociedade. Quer dizer, nós vamos fazer o relatório e passa a ser, se for o caso, um projeto da Comissão de Direitos Humanos. Se eles perceberem que existe essa necessidade... Eu até disse para eles, eu sou totalmente favorável a que todo e qualquer debate aconteça. Mas, apreciando na semana que vem, a gente teria certeza absoluta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Concorde na íntegra, Sr. Presidente, com a sugestão do Senador Flávio Arns, e esse requerimento ficaria para a semana que vem. Se eles entenderem necessário, a gente faz; senão, não faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como a gente tem tido dificuldades de quórum, eu sugiro que aprovemos. Se eles acharem que não deve fazer, não faz. Está bem assim?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se eles quiserem fazer, já está aprovado. Então, eu ponho em votação o requerimento do Senador Paim. Não havendo ninguém contra, está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado. E tem mais um requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem mais um seu, é. Está bom.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E fica bem claro, Senador Flávio, que nós concordamos, aqui, com o seu encaminhamento. Se, no fim da reunião, eles entenderem que não há necessidade, a gente pede o arquivamento do devido requerimento, respeitaremos a decisão do grupo.

Sr. Presidente, o outro requerimento que eu quero encaminhar se refere a um debate que nós viemos fazendo, já fizemos algumas vezes, em relação ao trabalho na indústria da alimentação. "*Com fundamento no art. [ininteligível] 58, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater o tema 'A Relação com o Trabalhador na Indústria da Alimentação – Frigoríficos'.* Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as pessoas constantes em lista que será encaminhada à Mesa". É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Antes de concluir, eu quero agradecer aos senadores e senadoras que aqui estiveram, tem sido difícil conseguir quórum. Quero agradecer muito aos que trabalham na secretaria, que conseguiram catar os diversos senadores.

E quero um agradecimento especial ao Senador Flávio Arns, que, apesar de vice-governador eleito, em vez de estar, como normalmente, ficando na sua cidade, vem aqui cumprir a sua função de senador. Muito obrigado, Senador Flávio Arns, por estar aqui cumprindo a sua função e por ter sido, sempre, um dos mais assíduos frequentadores dessa comissão.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 12h52.

SECRETARIA DE COMISSÕES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia dezoito de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Tião Viana, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Romero Jucá, Paulo Duque, Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Renato Casagrande, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justificaram a ausência a Senadora **Marina Silva** e o Senador **Augusto Botelho**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente concede a palavra ao senador **Fernando Collor**, que solicita inversão de pauta. O Presidente convida os embaixadores **Oto Agripino Maia** e **Roberto Abdalla** para compor a mesa. O Presidente faz a inversão da pauta: **2ª Parte Item 2:** Requerimento nº 36 de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores **Mozarildo Cavalcanti** e **Geraldo Mesquita Júnior**: “*Requerem, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, o Embaixador da Guiana no Brasil, Harry Narine Nawbatt, e o ex-Governador do Estado de Roraima, atualmente Deputado Federal por esse Estado, Neudo Campos, a participarem de Audiência Pública para tratarem da adesão da Venezuela ao Mercosul.*”. **Item 1 Pauta Extra:** Requerimento nº 39 de 2009 – CRE, de autoria do Senador **Efraim Morais**: “*Requeiro, nos termos do parágrafo 2º do artigo 58 da Constituição Federal e do artigo 93, I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública perante esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para instruir Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008 (nº 387/2007, na Câmara dos Deputados) que Aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos Presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela. Convidados: Leopoldo Lopes, Marcel Granier, Gustavo Tovar-Arroyo e Carlos Vecchio.*”. O

Senador **Mozarildo Cavalcanti** solicita a retirada do nome do embaixador da Guiana do seu requerimento. Os Senadores **João Pedro, Romero Juca, Eduardo Suplicy, Fernando Collor, Tião Viana, Geraldo Mesquita Júnior, Wellington Salgado de Oliveira, José Agripino, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda** fazem uso da palavra. A apreciação dos Requerimentos fica adiada. **2ª Parte Item 1:** Mensagem nº 88, de 2009, do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Roberto Abdalla, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuaite, e, cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.*”. O Presidente declara aberto o processo de votação e concede a palavra ao Senador **Inácio Arruda**, relator “ad hoc”, para fazer a leitura do relatório. O embaixador **Roberto Abdalla** faz sua exposição. O Presidente volta à 1ª Parte da Reunião, para tratar sobre a situação dos brasileiros no exterior, em especial as consequências que ocorrem em virtude da crise financeira internacional. Concede a palavra ao embaixador **Oto Agripino Maia**, para fazer sua exposição. Os senadores **Inácio Arruda e Eduardo Suplicy** fazem uso da palavra. O Presidente torna a reunião secreta às doze horas e quarenta e seis minutos. A sessão é reaberta às doze horas e quarenta e nove minutos. O Presidente comunica a aprovação da indicação do Embaixador. Os senadores **Inácio Arruda, Fernando Collor, Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque** fazem uso da palavra para questionar o embaixador **Oto Agripino Maia**. O Presidente submete à Comissão itens extrapauta. **Item 1:** Requerimento nº 40, de 2009 – CRE, de autoria dos senadores **João Pedro** e **Eduardo Suplicy**: “*Requeiro, nos termos do art. 216, do Regimento interno do Senado Federal, que o Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, solicite à Organização dos Estados Americanos – OEA, informações sobre a situação democrática da Venezuela e também cópia do relatório emitido por aquele organismo sobre as eleições Venezuelanas.*”. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 41, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores **Arthur Virgílio** e **Fernando Collor**: “*Requeiro, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esclarecimentos sobre as informações abaixo relacionadas, pois recentemente o Ministério das Relações Exteriores anunciou que irá criar postos diplomáticos nos países Antigua e Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis e Grenadines. Assim, solicitamos esclarecer a cada posto: o seu*

custo de instalação, o seu custo mensal; e o número e qualificação dos funcionários previstos. Outrossim, solicitamos esclarecer também: o número de brasileiros residentes; o número de brasileiros visitantes; e o valor das importações e exportações." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotíпия Informatizada da presente reunião. — Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 21ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 23 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental declarado aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior, as Sras. Senadoras e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu solicitaria a V. Exa. que colocasse em primeiro lugar os requerimentos que estão aí colocados, ou houvesse uma inversão de pauta, para que fossem em primeiro lugar lido os requerimentos apresentados à presidência desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Consulto os Srs. Senadores se estão de acordo que nós possamos então inverter e analisar primeiro os requerimentos e em seguida teriam então a sabatina do embaixador, e depois da apresentação do Embaixador Oto Maia.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Eu agradeço ao Presidente e aos Srs. e Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador João Pedro quer falar?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): A minha preocupação é por conta do convidado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, já o chamarei para cá, mesmo na presença dele nós fazemos a discussão dos requerimentos, tudo bem? Estando de acordo, muito bem, está bom, então está aprovado.

Então eu convido para compor a Mesa, nesta primeira parte nós vamos ter, então, a discussão do nome do Embaixador Roberto Abdalla, que é indicado para Embaixada do Brasil no Estado do Quênia cumulativamente junto ao Reino do Bahr el Jebel e o Embaixador Oto Agripino Maia, que é Subsecretário Geral das comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores. Convido os dois para que possam comparecer à Mesa, e em seguida passaremos a leitura dos requerimentos.

Passando, portanto, à discussão dos requerimentos. Item 02, requerimento nº 36 de 2009, apresentado pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Geraldo Mesquita Júnior, que requer nos termos do art. 93 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Governador do Estado dos Amazonas Eduardo Braga, Embaixador da Guiana no Brasil, Harry Narine Nawbatt, e o ex-Governador do Estado de Roraima, atualmente Deputado Federal por esse mesmo estado, Neudo Campos, a participar de Audiência Pública para tratar da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. E no mesmo assunto, temos também um outro requerimento, aí o requerimento nº 39, apresentado pelo Senador Efraim Morais, que requer nos mesmos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante essa Comissão para instruir Projeto de Decreto Legislativo 430 que aprova o texto do Protocolo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, com a presença dos seguintes convidados: Leopoldo Lópes, ex-Prefeito do Município de Chacao, Marcel Granier, ex-Diretor da RCTV, Rede Caracas de Televisão, Gustavo Tovar-Arroyo, escritor, e Carlos Vecchio, advogado pela Universidade Central da Venezuela. Está subscrito pelos Senadores Efraim Morais e Fernando Collor. Eu coloco, portanto, em discussão conjunta os dois requerimentos.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, eu como autor de um dos requerimentos, eu queria excluir do meu requerimento o embaixador da Guiana e quero explicar por que. Embora, eu tenha incluído o embaixador da Guiana, porque eu

acho muito importante que essa Comissão tome conhecimento das dificuldades que existem entre Guiana e Venezuela, e principalmente considerando que tanto a Guiana quanto a Venezuela fazem fronteira com o Brasil, notadamente com o meu estado. Mas eu recebi algumas ponderações de que poderia haver um certo mal estar diplomático e eu então estou retirando o nome do embaixador. Mas mantendo, mantendo o do Governador Eduardo Braga do Amazonas e do ex-Governador Neudo Campos, e quero justificar, o ex-Governador Neudo Campos foi quem começou, de fato, com Roraima as tratativas e os acordos com a Venezuela, e inclusive da eletrificação que veio, quer dizer, da linha de transmissão que veio da hidroelétrica de Guri na Venezuela para Roraima, que hoje a nossa energia é toda gerada na Venezuela. Então, por isso, e por outros tipos de acordos que ele fez, não só com o Presidente anterior como com o presidente Hugo Chaves, eu convidei, já veio aqui o atual Governador Anchieta. Então eu acho que ouvindo os dois governadores dos estados mais próximos da Venezuela, nós teremos uma visão mais regional e não apenas, vamos dizer assim: *"O comércio binacional com Venezuela e Brasil, é favorável"*, mas para que estados? Para São Paulo, para Minas Gerais? E para os Estados na Amazônia que estão colados na Venezuela não é? Então, por isso que eu quero dizer, primeiro, retirar o embaixador e manter os outros dois nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Como a solicitação é feita pelo próprio autor, então vamos retirar o nome do embaixador, ficamos com o Governador Eduardo Braga, e o ex-Governador Neudo Campos. Com a palavra o senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu penso que essa matéria da importância da Venezuela no MERCOSUL ela ganhou em qualidade esse debate aqui, porque já fizemos, já realizamos três Audiências Públicas aqui com embaixadores, com ex-chanceleres, com o atual Chanceler do Brasil, o nosso eminente e competente Celso Amorim, e eu quero dizer para V. Exa. que eu tenho, eu tenho uma opinião formada sobre esse debate, do ponto de vista cultural, econômico, social, do papel estratégico que joga o MERCOSUL com a importância deste país vizinho, desses países que compõem a nossa Amazônia, está representado no Caribe e do papel que joga a Venezuela no MERCOSUL. Eu quero dizer a V. Exa., mediei um encontro do Embaixador da Venezuela aqui no Brasil, para uma conversa com V. Exa., com o relator, Senador Tasso Jereissati, aconteceu uma conversa do embaixador. Então, eu quero dizer da minha tranquilidade, no sentido de formar

uma opinião de que nós temos um acúmulo para, no âmbito da Comissão, para votar. Eu me sinto satisfeito por todos os longos debates que houve aqui na Casa, aqui nesta Comissão. Eu entendo que a propositura do Senador Mozarildo, do requerimento, que tem um olhar regional, mas nós trouxemos para cá também esses dados da importância da economia, para a economia de Roraima, do Estado de Roraima, no Estado do Amazonas, como por exemplo, a Zona Franca de Manaus que tem uma produção significativa, a Venezuela hoje é a segunda maior compradora dos produtos da Zona Franca, depois da Argentina e depois que vem os Estados Unidos. Então, nós temos uma produção expressiva que torna o faturamento da Zona Franca em torno de 34 bilhões de dólares/ano, nesses últimos anos e a Venezuela é a segunda grande importadora dos produtos da Zona Franca. Então nós temos uma série de elementos que me deixam com tranquilidade para ter uma opinião formada acerca da importância da Venezuela no MERCOSUL. E o gesto também do senador em tirar a representação da Guiana, eu acho que foi também extremamente diplomática, por conta do contencioso que existe historicamente entre os dois países. Então, puxar isso para cá, eu acho que foi importante por conta da decisão do Senador Mozarildo.

Agora, eu me sinto contemplado acerca dessa discussão. Então, por isso que sou contrário ao requerimento, V. Exa.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ambos os requerimentos, não é? Continua em discussão. Mais alguém? Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu queria contra-argumentar alguns pontos, Senador João Pedro. Primeiro é dizer que eu tenho um olhar regional, é evidente que eu tenho que ter um olhar regional, antes mesmo de ser senador da República, eu sou Senador de Roraima, nascido lá, com toda uma vivência de vida como médico lá, então eu tenho realmente um olhar regional. Por isso, se eu tivesse só um olhar regional, eu já estaria pedindo para parar também as discussões e votar a favor, porque em tese eu sou a favor mesmo. Agora, o que eu quero, é como um bom obstetra, fazer o parto na hora certa. Acho que está se querendo induzir um parto prematuro sem os cuidados adequados com o que vem depois, quer dizer, como é que nasce essa criança. Então, eu acho que nós temos que fazer realmente o debate, me admiro que...

Bom, eu concordo que ele disse que está satisfeito já com as informações, mas eu acho que inibir o debate, não faz parte, inclusive, da tradição do PT.

Então, não vejo o que... E, aliás, Senador João Pedro eu tenho já, inclusive, eu fiz contato com o Governador Eduardo Braga, como eu conheço o Governador Neudo Campos, todos os dois são favoráveis. Então, nem estou trazendo aqui alguém que preconcebidamente é desfavorável. Não. O que eu quero é ouvir argumentos, o que eu quero é me convencer de que eu não agi só pensando. E, aliás, se pensar só em Roraima também, Roraima, hoje mais paga para Venezuela do que recebe da Venezuela, porque não só pagamos a energia elétrica, como pagamos cimento que importamos, o ferro que importamos e o rancho das pessoas de Roraima é feito na cidade de Santa Elena de Uairén, porque tem uma zona franca lá. Então, se eu fosse pensar só no olhar regional, também eu não teria essa dúvida, mas eu estou querendo olhar aqui, lógico, com o olhar regional, olhar o Brasil todo. Porque hoje a balança é favorável ao Brasil, mas graças aos estados basicamente de São Paulo e Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Bom, vamos colocar então em votação separadamente os dois requerimentos, porque...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Continuando a discussão. Primeiro o Senador Romero e depois o Senador Suplicy, eu colocaria em votação os dois separadamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Quando eu cheguei já tinha se iniciado a discussão, eu queria apenas saber, o requerimento, um requerimento é convidando o Deputado Neudo...

[interrupção de áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ficou restrito agora ao Governador Eduardo Braga e o ex-governador Neudo Campos. É o requerimento do Mozarildo e Geraldo Mesquita. O segundo requerimento aí é que têm quatro convidados da Venezuela, apresentado pelos Senadores Efraim Moraes e Fernando Collor. Então, continua em discussão, Senador Suplicy, e depois Senador Tião Viana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, sempre eu gostaria de dizer ao Senador Mozarildo Cavalcanti que nós, sim, do Partido dos Trabalhadores temos uma tradição de sempre estarmos querendo esclarecimento o melhor possível sobre os mais diversos fatos, e inclusive algo como o ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Todavia, nós estamos notando que nunca vi um procedimento de tal ordem em que para um assunto estejamos tendo aqui uma sequência que parece interminável sobre o mesmo tema. Então, fomos favoráveis às Audiências Públicas e já três aconteceram e com pessoas muito

bem qualificadas e tivemos sempre a preocupação de ter vozes que representavam um ponto de vista mais crítico do ingresso de se aprovar agora nas circunstâncias, a Venezuela ingressando o MERCOSUL e vozes favoráveis. E eu gostaria aqui de propor que se forms continuar com esse procedimento, isto vai ficar infundável. E avalio que seria próprio que nós, então, colocássemos um certo limite, o procedimento de audiências uma após outra.

E eu gostaria aqui de formular uma proposição, de que eu, da minha parte, já sei, já estou bem informado com as três audiências que as assisti e participei de todas e tivemos os suficientes esclarecimentos. Mas eu quero fazer uma proposição, que tenhamos, Sr. Presidente, uma audiência a mais apenas. E então, que a Comissão escolha, e que nessa audiência, tal como aconteceu das outras vezes, tenhamos também um procedimento equilibrado de pessoas que falem com um ponto de vista e outro. Então, eu faço aqui essa sugestão, já da outra vez hora eu havia indicado um nome que já foi aprovado, do professor do IUPERJ e justamente atendendo a sugestão que aqui foi colocada de termos dois de um lado e dois de outro, então, o Prof. Fabiano dos Santos, cujo nome já foi aprovado, não compareceu por causa do entendimento, mas se vai haver duas pessoas que vão falar contrariamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, mas os dois acho que são favoráveis, pelo que o Senador Mozarildo colocou, os dois são favoráveis.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Viu, Senador Suplicy, eu disse para o Senador João Pedro, que ele embora saiba de antemão que tanto o Governador Eduardo Braga como o ex-Governador Neudo Campos são favoráveis, eu quero ver os argumentos técnicos deles para que eu possa realmente dizer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito bem. Então a minha sugestão, Sr. Presidente, é que possamos ter...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Mais uma reunião?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma, seria essa sugestão que eu formulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito bem, a decisão vai ser sempre do Plenário.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Façamos mais uma, e que seja equilibrada na forma como tivermos. E apenas mais uma. Porque senão vai ser indefinida, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, o Plenário é que decide, que não podemos limitar que vão ser quatro, vão ser cinco, vão ser três. Aí se houver uma decisão aqui dos senadores que querem fazer uma quarta ou uma quinta, nós temos que fazer. Eu, pessoalmente, eu acho que é razoável, então, nós tínhamos até previsto até um número menor, mas é razoável que façamos aí mais uma e podemos fazer uma composição.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está bem.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem então, porque já está inscrito o Senador Tião Viana e o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, em relação à questão da supressão a que o Senador Suplicy falou, em relação à relação a questão das Audiências Públicas, eu acho que não se pode estabelecer, com todo o respeito a opinião emitida aqui pelo Senador Suplicy, se estabelecer limites para se discutir questões, quando ainda persistem dúvidas da parte de cada um dos parlamentares em relação ao tema enfocado. De minha parte, por exemplo, com toda a experiência que eu tenho, eu ainda não estou convencido de que seja essa a oportunidade para que a Venezuela ingresse no MERCOSUL. Eu gostaria, por exemplo, além de ouvir os nomes que aí estão colocados, objeto do requerimento apresentado a V. Exa. e a esta Comissão pelo Senador Efraim Morais e por mim próprio, de ouvir, por exemplo, também, o Embaixador Samuel Guimarães, de ouvir o embaixador da Venezuela no Brasil, que até agora não nos deu o privilégio de aparecer aqui na Comissão para defender o ponto de vista do governo que ele representa aqui no nosso território. Então, eu não desejo trazer para Audiências Públicas mediante requerimentos por mim apresentados, pessoas que estejam esposando as dúvidas que hoje eu possuo, mas também ouvir pessoas que contraditem isso, que para que eu possa formar o meu juízo a respeito desse assunto, que no meu entender é de extrema importância para o Brasil e de fundamental importância para o MERCOSUL. Então, é nesse sentido que eu coloco o requerimento, Sr. Presidente, e também com data vênua, Sr. Senador Eduardo Suplicy que nós não estabeleçamos qualquer tipo de limite para Audiências Públicas. Por exemplo, na Comissão de infraestrutura, que eu presido e que o Senador Suplicy dá o prazer e a honra de participar, nós já fizemos lá “n” Audiências Públicas sobre a questão de infraestrutura, já no segundo semestre estaremos

fazendo 18 Audiências Públicas sobre a questão de infraestrutura, porque sempre há dúvidas, sempre há questões a serem levantadas. E uma questão como essa, que diz respeito a aspectos tão preciosos para a questão brasileira, eu acho que Audiência Pública é absolutamente necessária, e enquanto houver qualquer dúvida por parte de qualquer um dos Srs. Senadores, elas tem que ser dirimidas, mediante e democraticamente a realização de Audiências Públicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu serei muito objetivo, esse assunto é um assunto exaustivamente tratado na Comissão, existe a legitimidade natural da Comissão para que senadores pleiteiem outras audiências, quantas queriam. Eu tenho um posicionamento claro, votarei contra toda e qualquer outra audiência envolvendo o assunto Venezuela MERCOSUL. Acho que são manifestações por influência ideológica, com exceção apenas a do meu companheiro Senador Mozarildo Cavalcanti, que deixou claro outras razões, que é aliado de tese a favor da entrada do MERCOSUL possam debater, como o Governador Eduardo Braga, Governador do estado dele, é um estado vizinho, tem outras razões, mas eu acho que já um debate suficientemente maduro na Comissão para que se vote. Eu acho que nós temos, eu também, como muitos aqui tenho toda a diferença com o Presidente Hugo Chaves, crítica, não tenho nenhuma simpatia pelo *modus operandi* dele como governante daquele país, mas acho que o sentimento de comunidade sul-americana de nações, um sentimento de integração ao MERCOSUL, o que o povo venezuelano representa para nós, que entendemos a formação da América do Sul em todos os seus aspectos geopolíticos, sociais e históricos, eu não vejo qualquer razão para que se possa dar mais entrave a essa decisão que venha a ser tomada na nossa Comissão.

Quando eu olho a China bancando, que nós temos as melhores relações com o estado chinês hoje, bancando regimes violentos, cruéis na África, e nós convivemos com a China numa relação comercial aberta de outra natureza, eu não vejo qualquer razão outra que nos impeça de tomar decisão, que respeitando as diferenças e as posições contrárias dos meus colegas, mas a minha posição é que nós já temos absoluta condição de votar essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo Mesquita, que é também sub-escritor do requerimento do Senador Mozarildo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Peço que me inscreva, Sr. Presidente, também.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado Presidente. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu vou pedir emprestada aqui uma expressão por vez usada pela nossa companheira Senadora Marina Silva, ela costuma dizer que o ideal é as pessoas serem convencidas pela força dos argumentos, e não pelo argumento da força. Essa é uma expressão da nossa querida companheira Senadora Marina Silva. Todos sabem aqui da minha posição com relação ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL. Eu sou favorável, como se diz, desde criancinha, aliás, eu sou favorável ao ingresso da Venezuela, da Bolívia, no Peru, da Colômbia, do Equador, do Chile, porque trata-se de um processo de integração da América Latina. Eu tenho certeza absoluta, Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Coréia do Norte não, está muito longe?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Podemos discutir, podemos discutir. Mas eu tenho certeza absoluta de que a votação para o ingresso de Venezuela no MERCOSUL aqui nessa Comissão vai ser consagrada, eu tenho quase certeza que vai ser por unanimidade, mas eu subscrevi o requerimento do Senador Mozarildo, mesmo tendo plena consciência, e como eu disse, sendo favorável desde criancinha ao ingresso da Venezuela, porque, por respeito a companheiros aqui da Comissão, que manifestam até agora dúvida relevante. Enquanto isso prevalecer nessa Comissão, eu sou naqueles que admite a continuidade do debate. Não vejo porque a gente tenha que, tenha que... Enquanto companheiros aqui estiverem com alguma dúvida razoável, não vejo porque a gente tenha que precipitar esse processo de votação. Como eu disse, eu tenho a convicção de que essa Comissão consagrará o ingresso da Venezuela, mas isso tem que ser feito como diz a Senadora Marina, pela força do argumento, pelo argumento da força jamais. Eu serei daqueles que resistirei ao argumento da força. Não acho possível que a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal possa tratar essa questão colocando um trator aqui dentro, trator não! Vamos tratar com calma a coisa, vamos discutir, trazer, realizar uma, duas, três, mais audiências se for necessário, acredito que não há tempo hábil para decidirmos essa questão ainda no primeiro semestre, depois do recesso em agosto, sentaremos aqui e tenho certeza absoluta que consagraremos a decisão do ingresso da Venezuela no MERCOSUL, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero até lembrar que o Se-

nador Tasso Jereissati está exatamente aguardando o fim dessa discussão, enquanto tiver Audiência Pública ele não pode apresentar o relatório dele. Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu já me manifestei na sessão anterior, muito menos como líder do governo e muito mais como senador de Roraima. E naquela oportunidade eu registrei aqui e fiz um requerimento verbal de que fosse encerrado o processo de discussão e fosse solicitado ao Senador Tasso Jereissati que apresentasse o relatório, solicitei isso, fiz essa colocação que porque entendia que nós estávamos já nos repetindo nas informações, nós ouvimos aqui muitas pessoas contra e muitas pessoas a favor, e na verdade os depoimentos já se tornavam repetitivos. Há uma clara posição política nessa questão, que transcende os dados técnicos no MERCOSUL, essa questão, isso foi deixado claro e eu respeito a posição política de cada um, mas estou aqui como senador de Roraima defendendo o rápido ingresso da Venezuela no MERCOSUL, até para que se inverta a relação comercial e a relação estrutural que nós temos hoje com a Venezuela, no caso a Amazônia ocidental.

Já estive aqui o Governador de Roraima, que falou institucionalmente pelo estado, é estado que faz fronteira efetivamente operacional com a Venezuela. O Governador já se manifestou, portanto, não entendo a necessidade de vir o Governador Eduardo Braga nem o ex-governador Neudo Campos, que é favorável, um Deputado Federal de Roraima, como outros deputados federais de Roraima também são favoráveis, quer dizer, na verdade é uma manifestação conjunta, o Estado de Roraima todo é favorável ao ingresso da Venezuela ao MERCOSUL, por razões óbvias.

Quanto ao requerimento do Senador Efraim de Moraes, me preocupa, porque eu acho que nós estamos enveredando por outro caminho. Nós estamos vendo aqui claramente a chamada de segmentos que partidariamente são contra o Presidente Hugo Chaves, ou seja, nós não estamos discutindo aqui a questão do Presidente Hugo Chaves, nós estamos discutindo aqui a questão da Venezuela como país, numa linha muito mais ampla. Quer dizer, se nós trazemos para cá partidários contrários ao Presidente Hugo Chaves, nós estaremos efetivamente, primeiro, nos imiscuindo na questão de debate interno, da disputa interna política da Venezuela. Como seria o caso também da chamada aqui do embaixador da Guiana, embaixador no Brasil da Guiana, que é outro país para falar sobre a opinião de entrar ou não a Venezuela no MERCOSUL, já seria uma coisa também meio esdrúxula. No

caso da Venezuela, quer dizer, essa Comissão vai optar por chamar...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O da Guiana já foi retirado.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sim, mas estava referenciado como uma pessoa a ser chamada. Eu pergunto o seguinte: Nós vamos discutir aqui, é praxe, e nós vamos discutir aqui a questão interna dos países, nós vamos chamar aqui os partidários, depois do partido do Hugo Chaves para vir discutir aqui também essa questão, quer dizer, nós vamos entrar nessa seara? Eu não sei que é o melhor caminho, eu não sei se nós vamos tratar institucionalmente essa questão ou partidariamente essa questão. E não estou aqui desconsiderando o requerimento do Senador Efraim Morais, a ideia não é essa, a ideia é alertar a Comissão e efetivamente nós termos um ponto de definição, quer dizer, a partir de agora nós vamos somar todas as forças políticas, vamos discutir a questão da democracia, da votação, nós vamos chamar aqui segmentos internacionais, nós vamos chamar... É essa linha que vai ser adotada também para os outros países...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Jucá, permite um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pois não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Só para concordar com V. Exa. Eu acho que aqui se tivemos que ouvir mais alguém, essas pessoas terão que ser nacionais, brasileiros, autoridades brasileiras para tratarmos desse assunto, esse assunto interessa ao povo brasileiro, autoridades brasileiras, a Comissão de Relações Exteriores brasileira, o Senado brasileiro. Trazer gente de outra nacionalidade aqui, não acho conveniente para tratarmos essa questão. É só para concordar com V. Exa.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu agradeço, eu agradeço Senador Geraldo Mesquita, e fica essa reflexão. Eu não quero aqui agredir o requerimento do Senador Efraim, mas eu acho que nós estamos transcendendo para um terreno perigoso, quer dizer, nós vamos ter que chamar quantas pessoas, de quantos países? Então, quando formos discutir aqui acordos internacionais, nós vamos trazer aqui os partidários contrários, dos comandos institucionais dos países que nós estamos assinando acordo? É essa linha que a Comissão de Relações Exteriores vai tomar a partir de agora? Nós vamos virar um foro político...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Romero Jucá, permite um aparte?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Diante das reflexões, até agora externadas, inclusive essa manifestação do Senador Geraldo Mesquita, do Senador Mozarildo Cavalcanti e do Senador Fernando Collor de Mello, eu gostaria de propor um caminho de entendimento. Eu, inclusive, quero transmitir a V. Exa., Senador Fernando Collor de Mello, que avalio que V. Exa. terá os elementos para votar favoravelmente ao ingresso da Venezuela, mas V. Exa. externa que ainda tem algumas dúvidas e é natural que possa ter. Mas eu gostaria também que V. Exa. nos transmitisse com clareza que o debate não vai ser algo interminável, porque o exemplo que V. Exa. deu de que a Comissão de infraestrutura programou 18 debates sobre a infraestrutura, eu tenho a impressão e tenho a convicção e a certeza e a informação de que não são 18 debates sobre o sistema portuário de Maceió, de Alagoas, todos os 18 debates...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Nem de São Paulo e nem de Santos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato, são sobre o Brasil, que é enorme, mas nós já fizemos inúmeros debates, três, três, então... Que, Senador Romero Jucá, eu também estou de acordo com V. Exa., eu já estou esclarecido, mas como foram externadas dúvidas tão substanciais aqui de senadores que eu acredito que poderão votar até a favor, mas eu gostaria que pudessem, a minha proposta é essa, que concordemos com uma mais Audiência Pública, porque quatro já serão, acho que acredito, mais do que suficientes para um tema de muita complexidade como esse. Mas que então, possam os que tanto desejam ter essa nova Audiência, chegar ao um entendimento sobre aquelas pessoas, quem sabe as que estão colocadas no requerimento do Senador Mozarildo, quem sabe V. Exa. possa chegar, Senador Fernando Collor, em entendimento sobre os nomes e aqui tenhamos, quem sabe, mais uma audiência, o quanto antes, digamos na próxima semana, e assim possibilitando ao Senador Tasso Jereissati de concluir o seu parecer.

Então, essa é a sugestões de entendimento que eu acredito que possa contemplar a todas as partes. Eu inclusive, falei aqui com os nossos senadores que é possível que... V. Exa. pode observar aqui que teríamos até uma maioria para não ter audiência alguma, eu estou propondo que pelo menos tenhamos uma, para atender as ponderações de V. Exa.

[sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, só um instantinho...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu quero apenas suceder um aparte para que o Senador Fernando Collor possa colocar a posição dele, eu da-

ria um aparte ao senador Fernando Collor, e depois quero concluir rapidamente...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Concluir, ainda nós temos o Senador Wellington e o Senador Agripino, passando para a decisão.

Então primeiro o aparte do Senador Fernando Collor, depois ainda vamos ter a sua conclusão, Senador Wellington e Senador Agripino. Aí encerramos e tomamos uma decisão, porque os dois embaixadores estão aqui, até aguardando também para poder nos prestar as informações.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): É muito difícil para mim, Senador Suplicy, compreender que em plena vigência de um regime democrático e uma Comissão tão democrática, que nós agora estabelecemos um número limite para dirimir dúvidas de qualquer um dos seus integrantes, quanto à questões que aqui sejam tratadas. Eu acho que se isso demorou um ano para tramitar na Câmara, por que o Senado terá que aceitar a determinação do Presidente Chaves de que isso tinha que ser aprovado aqui em três meses? E a minha dúvida principal...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Porque o Senado trabalha muito bem e já fez três audiências, a Câmara não fez tantas quantas nós.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): E eu ontem eu comuniquei ao Senador Suplicy que iria apresentar esse requerimento juntamente com o Senador Efraim Morais, ontem à noite e perguntando a ele se ele não gostaria de também adicionar ou aditar a esses nomes...

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu já tenho os nomes, apresentados e aprovados.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então, comuniquei isso ontem ao Senador Suplicy numa demonstração muito clara de que eu não estou querendo aqui em nenhum momento ficar ouvindo somente uma parte da opinião que me parece ser a mais correta. Não, eu quero ouvir as outras opiniões também. E em relação a chamada de pessoas, ou convite feito a pessoas de fora, no caso da Venezuela, é porque nós temos, tanto no tratado de Assunção e referendado pela Declaração de Ushuaia, a cláusula democrática, a cláusula democrática, que é uma condição *sine qua non* para que alguém pretenda, algum país pretenda ingressar no âmbito do MERCOSUL. E eu tenho sérias dúvidas sobre se o regime que hoje está implantado na Venezuela pode ser considerado um regime plenamente democrático, tanto assim é que a relação dos convidados, estão na relação de convidados que é sugerida no requerimento, estão pessoas que podem de lá nos dar essa opinião, é importante

ouvir opinião, é importante ouvir a opinião do Embaixador da Venezuela no Brasil.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Collor, permite um aparte.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): ...O embaixador da Venezuela... Só um instante, por favor, Senador Geraldo Mesquita, eu estou no...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Um aparte do aparte.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas o embaixador da Venezuela, é importante que ele aceite o nosso... Quantos embaixadores de outros países aqui já não estiveram para debater questões relacionadas às nossas relações bilaterais, ou multilaterais, quantas delegações nós já não recebemos no Plenário do Senado e no Plenário das Comissões, das mais diferentes tendências ideológicas e todos nós o recebemos com muita fidalguia e com muita cordialidade. Então, essa questão, por exemplo, do Embaixador da Guiana, que aqui foi relatado pelo senador líder do Governo, Romero Jucá. O que estranhou a todos nós, ou pelo menos a mim, foi o proselitismo exercido no Senado da República pelo nosso embaixador em Caracas. E aqui na nossa última Audiência Pública, eu perguntava: *"Mas espera aí, eu não estou entendendo, é da praxe da Secretaria de Estado destacar um seu embaixador num determinado país, para que esse embaixador venha defender os interesses do país em que ele representa o Brasil junto a uma Casa do Legislativo Brasileiro?"* E aí onde está o Embaixador da Venezuela, que ele sim... Eu até citei uma imagem, se alguém está querendo entrar, tem que bater na porta e se apresentar, e o representante do governo venezuelano no Brasil é sua Excelência, o Senhor Embaixador da Venezuela junto ao governo brasileiro, e onde ele está, que não aparece para nos dar a sua opinião e para nos dizer por que estão acontecendo perseguições políticas na Venezuela? Por que estão tendo pessoas procurando exílio em outros países? Por que televisões e jornais vêm sendo fechados? Por que pessoas vem sendo perseguidas? Por que várias medidas que não se coadunam com o processo democrático vêm sendo adotadas naquele país? Ele tem que estar aqui. O Senador Eduardo Suplicy, também com toda a razão, ele convidou para que aqui estivesse conosco na última sessão, e eu estava aguardando ansiosamente a presença dele, o Secretário Geral do Itamaraty, o professor, intelectual, Samuel Pinheiro Guimarães, para que ele aqui estivesse. E ele não pode vir e enviou o nosso Embaixador Simões. Mas eu gostaria de ouvi-lo.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Ele achou que o embaixador teria as informações, as mais completas, para que V. Exa. pudesse...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Mas então, que viesse o Amorim, o Chanceler Celso Amorim.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Esse já ouvimos.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sim, estou dizendo, mas dentro desse conceito que V. Exa. se refere de que não tem conhecimento mais aproximado ou conhecimento global, conhecimento macro, quem tem no meu entendimento, é o Chanceler, é o Secretário-Geral e até o Sr. Assessor do Presidente da República Para Assuntos Internacionais também, Marco Aurélio Garcia, o Prof. Marco Aurélio Garcia, que vive fazendo nesse nosso entorno, visitas periódicas, também seria muito interessante que ele aqui estivesse. Ele que defende tão veementemente o ingresso da Venezuela, já agora imediatamente no MERCOSUL. Então, são essas minhas dúvidas...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos tentar então fechar o assunto.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sobre a questão da cláusula democrática, do MERCOSUL, do Tratado de Assunção e da declaração de Ushuaia, que eu tenho dúvidas, essa é uma cláusula pétrea que nós devemos observar. E daí, a sugestão que eu faço pelo meu requerimento, que sejam convidados esses nacionais venezuelanos, para que exponham a nós o que realmente a população e eles, como intelectuais e homens da informação, estão sentido no seu dia a dia e no seu cotidiano.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Romero, então, vamos tentar fazer o encerramento das discussões, já estamos a mais de meia hora discutindo esse requerimento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Excelência, eu quero concluir, eu quero concluir dizendo o seguinte...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos tentar ser objetivos para concluir.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu mantenho a minha posição de ser, da reunião anterior, não é de agora, não haviam esses requerimentos ainda, de que votaria contra qualquer requerimento que pudesse postergar, é uma posição pessoal não é uma posição de governo. Segundo, eu quero dizer o seguinte: Respeito a preocupação sobre a qualidade da democracia, externado no requerimento do Senador Efraim Morais. Só acho, entendo, que quem deve

dar essa opinião, pode ser, podem ser, por exemplo, organismos internacionais que acompanharam o processo democrático de eleição lá. Não adianta chamar adversário aqui, político, para dar uma opinião sobre o adversário, se forem perguntar aos meus adversários políticos sobre mim, provavelmente vão falar mal de mim, se forem perguntar à minha mãe, ela vai dizer que eu sou um filho maravilhoso. Então vai depender no enfoque de cada um. Na verdade o que eu acho que nós temos que fazer. Primeiro: Qualidade da democracia, há uma preocupação? Vamos solicitar à OEA e aos organismos internacionais que acompanharam o processo eleitoral, o relatório que foi emitido sobre o processo eleitoral da Venezuela. Eu solicito isso, eu peço que a Comissão faça essa solicitação por escrito aos organismos, porque isso está por escrito, isso foi feito um documento relacionado à eleição do processo da Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Peço à Secretaria que faça esse documento.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Embaixador da Venezuela, Embaixador da Venezuela, é um preposto do Governo venezuelano que já se expressou, o Governo... Sim, mas o Governo venezuelano já se expressou sobre o ingresso no MERCOSUL. Então, eu não vejo necessidade para isso, ele não vai vir aqui ser inquirido sobre questões internas da Venezuela, ele vai responder sobre as questões operacionais do ingresso na Venezuela que já estão explicitados. O Secretário Executivo das Relações Exteriores, o Ministro já esteve aqui dando a visão geral do Ministério, o Chanceler Celso Amorim, e o embaixador dando detalhes específicos sobre a operação do Brasil na Venezuela, porque tem os detalhes. Não vejo a necessidade de chamar o Secretário Executivo.

Então eu gostaria de apelar, mais uma vez dizendo o seguinte, eu acho que o melhor caminho é o entendimento para se fechar algum tipo de audiência...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos tentar fazer esse entendimento aqui.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então, não havendo entendimento, Sr. Presidente, eu pessoalmente, como Senador, não falo aqui pelo Governo, não vou encaminhar a votação como líder do governo. Agora, pessoalmente, eu votarei contra qualquer requerimento que seja para postergar essa discussão e a votação do relatório do Senador Tasso Jereissati.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eu quero só dizer aqui da parte nossa aqui, meu, minha como Presidente, não há nenhuma intenção de postergação. O relatório pedido

não há aditamento da prova do Presidente Fernando Collor eu não vejo que ele seja, ele está querendo esclarecimento, eu acho que postergação realmente não é o termo correto. Mas vamos ouvir ainda o Senador Wellington, o Senador Agripino e o Senador Geraldo pede ainda a palavra também. Mas a gente pudesse fechar uma busca talvez, de uma, da sugestão do Senador Suplicy, de mais uma audiência só, essa questão de nós definirmos por não ter estrangeiro, eu acho que é prematuro, porque ontem mesmo nós tivemos aqui um representante do Haiti que se posicionou contra a atuação do Brasil no Haiti.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está bem, mas era o estrangeiro que estava aqui. Então, eu acho que *a priori* nós deixarmos proibida a vinda de estrangeiro não é correto, podemos discutir um por um. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Presidente, eu queria dizer o seguinte, eu nunca poderia imaginar que os próprios senadores fossem limitar número de Audiências Públicas aqui. E outra situação é que quem vai estar apto a preparar o relatório é o relator. Nós não podemos chegar aqui, meu ilustre amigo Senador Jucá, e falar: “*Temos só mais uma e apresentará relatório*”, quem vai apresentar é o relator, é o relator que se sente apto com as informações para preparar um relatório, ninguém aqui vai definir qual é a hora que ele vai apresentar. Pelo menos comigo, quando eu faço o relatório em qualquer Comissão, ninguém vai dizer para mim a hora em que eu vou apresentar, não. Nem tenho coragem de chegar para um senador aqui e dizer: “tem que apresentar aquele relatório na próxima sessão.” Isso eu nunca vi acontecer aqui dentro. Então, nós temos que ver...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas existem alguns prazos legais.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sim, mas é praxe nessa Casa...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, aguardar sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro, Senador, é claro que é, e é assim, que eu estou aqui há quatro anos e nunca vi isso. Então, não adianta alguém chegar, Jucá, meu líder, a quem eu admiro, Senador Jucá, e acho até que tem, não é só a vossa mãe que vai lhe elogiá-lo, pode me acrescentar também aí ao lado da vossa mãe, eu também vou elogiá-lo. Tem que ter a hora que o relator, Senador Tasso, se sentir apto com as informações para

preparar o seu relatório, ele vai preparar. Eu sei como eu vou votar, mas eu quero ouvir todos os lados. O melhor momento do Senado são as Audiências Públicas, quem falar que não é, está mentido. Aqui o senador recebe informações, forma opinião, muda opinião, já vi todo o tipo de situação aqui. Agora, Senador Suplicy, V. Exa., que é um liberal quase que revolucionário, a quem eu admiro bastante, querer limitar números de Audiências Públicas, ou data para relator apresentar relatório, eu não concordo e não é o Senador Suplicy que eu conheço há quatro anos.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Qual é a sua sugestão?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): A minha sugestão é deixar saturar até o momento que todos sentirmos, que o relator falar: “Vou preparar o relatório”, o Senador Tasso vai preparar a hora em que ele quiser, e é verdade, a gente conhece o Senador Tasso.

Então, entra com o requerimento para o Presidente, fala que está sendo quebrado o regimento, leva para Plenário, e todo mundo aqui sabe seguir os rituais do regimento. Agora, limitar prazo, eu acho isso simplesmente um absurdo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador José Agripino, por favor, com a palavra. Depois ainda tem então ainda o senador Antonio Carlos, o Senador Arthur Virgílio, o Senador João Pedro na volta...

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Falarei um minuto, só para dizer que no exterior o Brasil está ganhando de um a zero dos Estados Unidos. Comissão de Relações de Exteriores, o Brasil no exterior está ganhando de um a zero dos Estados Unidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ótima notícia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Ficou meio prejudicada a informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Também perder dos Estados Unidos no futebol é duro. Senador Agripino, vamos lá. Com a palavra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, eu gostaria de sua atenção e da atenção do Senador Romero Jucá e do Senador Inácio Arruda, que eu queria emitir uma opinião e quero me referir aqui a opiniões já mencionadas pelo Senador Tião Viana, nós estamos em acordo com algumas coisas, com o Senador Romero Jucá, com o Senador Fernando Collor. Eu concordo inteiramente, nós estamos absolutamente em acordo com relação ao sentimento ao povo venezuelano. Ocorre que nós temos um Governo na Venezuela, um Governo que,

na minha opinião, quer se perpetuar, muda a composição da Suprema Corte num estalar de dedo, para que? Para manter a tutela sobre a Suprema Corte. Insiste em plebiscito pelo terceiro, quatro, quinto, décimo mandato. Eu gosto do povo venezuelano, o que eu não gosto é de perpetuação no poder, aí não. Eu acho que o MERCOSUL tem que ser um instrumento de afirmação, e não de divergências, de perturbação dentro da América do Sul.

Senador Fernando Collor, Senador Romero Jucá, diz com muita propriedade não tem por que nós nos intrometermos em assuntos internos da Venezuela, eu concordo inteiramente. Agora, quando o Presidente Chaves diz, estirando a mão para o Presidente Barack Obama que quer ser amigo dele, eu aqui bato palma, mas no dia seguinte ele desapropria patrimônio de empresa americana com sede na Venezuela, eu retiro as palmas. Retiro por quê? Porque para nós é importante a relação no MERCOSUL com os Estados Unidos, a interna do MERCOSUL é muito importante, agora é muito importante a relação do Brasil harmônica com a União Europeia e com os Estados Unidos, e aí entra a minha preocupação, que eu quero ver esclarecida aqui, por quem de direito e de obrigação.

Eu não sei, Senador Wellington, eu não sei se V. Exa. observa, na hora em que cercam a Refinaria da Petrobras na Bolívia, quem é que chega lá para dar solidariedade a Bolívia e não ao Brasil? Presidente Chaves. Na hora em que achincalham o contrato da Odebrecht para construção de uma barragem no Equador, quem é que chega na primeira hora para dar solidariedade ao Equador e não ao Brasil, ao interesse brasileiro? Chaves. Quem que usa petrodólar para operar interesses comuns com a Argentina? Chaves, a favor do Brasil ou contra o Brasil? Contra. Até agora uma pendência de tarifa de energia elétrica com o Paraguai, vai ver se Hugo Chaves dá solidariedade ao entendimento pacífico com o Brasil, ou vai dar apoio ao interesse que divirja com o interesse brasileiro. Então, nós importarmos para o MERCOSUL um elemento que traga divergência... No mínimo você tem que levar à exaustão essa discussão. No mínimo. Do contrário nós estaremos dando a contribuição ao desinteresse nacional. Ao desinteresse nacional.

Eu não tenho nenhum problema com relação ao senhor... à Venezuela, ou a A ou a B, agora, com relação ao interesse brasileiro, é minha obrigação, é nossa obrigação. Nós fomos eleitos para isso, e nós temos que exaurir essa discussão no limite máximo, para que as perguntas sejam feitas e as respostas sejam dadas. Eu quero concordar inteiramente com o Senador Fernando Collor, quando ele propõe aqui a necessidade de várias Audiências Públicas para que

a gente possa ter respostas ao que eu chamo de interesse nacional, não é a relação Brasil e Venezuela, essa vai existir, vai ter que existir sempre, vai ter que existir sempre. É com o MERCOSUL, ou sem o MERCOSUL tendo a Venezuela, as relações comerciais vão existir e vão ser crescentes, não são crescentes com os Estados Unidos? Só crescem toda a hora, apesar de divergências políticas, por quê? Por conta de interesses comerciais que conduzem as relações. Agora, trazermos divergência para um bloco que já tem as suas naturais divergências, para acrescentá-las ainda mais, criando dificuldades com parceiros importantes, como são a União Europeia e os Estados Unidos, aí tenha paciência. Vamos debater, discutir e votar, tendo em vista o interesse nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Agripino, eu quero só somar aqui que eu coloquei na última reunião, e foi confirmado pelo embaixador do Brasil na Venezuela, que V. Exa. fala da desapropriação de empresas americanas, mas já houve uma empresa semi brasileira que também foi desapropriada, é siderúrgica, na qual a Usiminas tinha 20% de participação que já foi também. Então, não é correto dizer que nenhuma empresa brasileira tenha sido desapropriada. Uma siderúrgica, e tinha participação brasileira também foi desapropriada, já. Senador Geraldo Mesquita que queria aqui fazer um convite, senador, depois o senador...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu estava inscrito também, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas é o Senador Geraldo Mesquita, Senador Arthur Virgílio, depois o Senador Fernando Collor e o Senador João Pedro, que já está na segunda inscrição. Senador Mesquita, diz que é um convite que vai fazer.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, depois eu faço o convite pessoalmente ao Presidente Collor. E para contribuir com a nossa audiência, pode passar a palavra ao outro Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, eu estou sabendo aqui pelo Senador Valadares que o ilustre Embaixador Oto Agripino Maia ainda não se pronunciou sobre o motivo da sua vinda aqui à Casa e é um assunto nevrálgico, porque é de penúria e de humilhação a situação de muitos brasileiros no exterior. Assim como o embaixador Roberto Abdalla ainda não foi ouvido sobre o Bareine, Kuwait, eu já escrevi "Kuweit", aliás, parece que é forma mais correta de se escrever em português, seria "Coveite",

então, “Kuweit” não é Kuwait, digamos, para ficar no meio termo. O certo é “Coveite” mesmo, é C-O-V-E-I-T-E, na minha cabeça, mas não vou contra uma maré, enfim. A gente já rema demais.

Pois é, a gente conhece o Rio Amazonas, subir contra a maré é só aquela garotada que.... Mas, enfim...

[sobreposição de falas].

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Agora eu me sinto mais certo, porque se eu estou certo, estou em boa companhia, se estou errado, estou em ótima companhia com o Embaixador Agripino Maia. Mas o fato é que esse é tema central. Eu acataria, até para nós encaminharmos algo sensato, eu acataria a sugestão que acaba de me ser feita pelo Senador Suplicy, que seria nós realizarmos mais uma audiência com pessoas de todos os... Não levamos isso, não há interesse postergatório nisso, as razões do Senador José Agripino são absolutamente concretas, corretas. Eu vejo a Venezuela, sim, como elemento de perturbação, pelo fato de ser governada por quem é, pelas parcerias que gosta de fazer, e infelizmente ele brava ter feito muito mais do que faz na verdade. Por exemplo, o Coronel Chaves, ele julga que ele é um homem de esquerda tradicional, aquilo não foi de esquerda nunca na vida dele, nunca. Ele era um militar golpista tradicional da América Latina, parecido com todos os militares golpistas que já assolaram esse subcontinente.

Essa é minha opinião, mas a discussão está sendo feita de maneira muito fria, o Senador Tasso Jereissati está fazendo um relatório, e dependendo muito de questões que ele pergunta, e que tem que ser respondidas de maneira muito clara pela chancelaria brasileira. Mas não há, ou seja, o que a gente quer evitar aqui, é essa coisa de qualquer jeito, de qualquer jeito. Porque, veja, não está havendo pressa para instalar a CPI que é um clamor nacional, a CPI da Petrobras, não está havendo pressa. Nós estamos, agora mesmo, estamos honrando a palavra empenhada, ou seja, não estamos vinculando, não estamos vinculando a questão da CPI, como vinculamos da outra vez, à aprovação de crédito importante no congresso. Mas ainda dá tempo de ligar para o Deputado Otávio Leite, pedir para ele obstruir a sessão do congresso, ainda dá tempo, tranquilamente, dizer a ele: “*Olha, Otávio, mudanças de rumos é para obstruir a sessão do congresso*”. Ainda dá tempo. Não vamos fazer isso, ele vai declarar que daqui para frente vinculará também ao funcionamento do congresso, inclusive a LDO, a não obstaculizarem mais as CPIs que estão sendo solicitadas na Casa.

Eu tenho a impressão que a nesse episódio da Venezuela, que nós temos tido valiosas contribuições, de valiosas... de diversas frentes, nós temos é que

botar a bola no chão e fazer mais uma, uma grande, uma importante reunião de Audiência Pública, seis, o dia todo, o dia todo, isso aí é importante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desta vez com seis, para caber todos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Se fosse um tema fácil, eu acho, Presidente, que isso está dando vida à Comissão. Se fosse um tema fácil, passava logo. Não é um tema fácil, é simploriedade de minha parte, eu dizer assim: “*Os que querem o querem por razões ideológicas*”, é simploriedade da minha parte, eu não quereria ser simplório. Por outro lado, seria simploriedade dos demais dizerem “*ah, estão boicotando...*”. Não. Acho que nós estamos aqui vivendo algo que divide e que vai acabar sendo dirimido em Plenário, e o Plenário vai ser soberano para definir sobre o que acha. E mais, eu posso assegurar a V. Exa., eu posso assegurar a meus prezados colegas senadores e senadoras, que nós, que começamos, chegamos aqui para dizer: “*olha, não, não e não*”, nós evoluímos para discutir, aprendendo com colegas que nos mostraram razões muito frias, aprendendo com pessoas que tem posição contrária a nossa posição inicial.

O senador Tasso Jereissati, hoje, sinceramente, não sabe se ele vai dizer não ao ingresso, se ele diz sim ao ingresso, ou se ele diz: “*aquí está meu relatório, dizendo que a Venezuela deve ser admitida se preencher, ao longo de determinado tempo, tais, tais, tais pré-requisitos*”. Algo sensato. O relatório do começo não poderia ser tratado à base de folhetim, tinha que ser tratado como está sendo tratado, buscando informações. Muitas vezes as informações não vêm completas, é preciso então tornar a pedi-las, não é nada para inglês ver. Eu tenho a impressão que se tivéssemos que fazer, o Senador Arruda diz bem, uma super reunião com pessoas de toda sorte, inclusive, botando, colocando até a polêmica, eu evitaria de colocar na polêmica o Ministro Celso Amorim, eu não colocaria, colocaria o representante dele. Eu colocaria na polêmica intelectual, enfim... Que cada grupo dos que questionam e dos que não questionam a entrada na Venezuela, sugerissem a V. Exa. os nomes comporiam algumas Mesas durante um dia inteiro, se fosse o caso, uma quinta-feira toda. E nós teríamos, depois disso, subsídios para junto com as informações que estão chegando do Ministro para as mãos do Senador Tasso, teria como o senador dizer: “*Eu vou apresentar no mais breve espaço de tempo o meu relatório*”. Vamos para o Plenário, dirimimos no Plenário, se o Plenário achar que é sensato, que é justo admitir a Venezuela no MERCOSUL, que faça isso, se achar que não é justo, que não faça isso. A soberania no Plenário tem que ser reconquistada, inclusive agora, quero comu-

nicar o Embaixador Agripino Maia e ao Embaixador Abdalla, que estamos em vias de dar um grande passo nesse sentido, com daqui a frente a indicação, sim, do Diretor-Geral da Casa, pelo Presidente da Casa, mas dependendo disso para se concretizar, do referendo do Plenário, que pode destituir o Procurador Geral da República se achar que tem razões para isso. Por metade mais um, poderá dar um voto de desconfiança ao Diretor-Geral, que ele próprio, Plenário, aprovou, indicado pelo Presidente da Casa e aí cairia o Diretor-Geral, o que tornaria muito mais transparente, muito mais moderna a forma de se trabalhar a administração da Casa.

Então, o espírito é o mesmo, o espírito é mesmo, para mim é bola no chão e nós discutimos. Se foi aceito isso, fica aqui a sugestão, que é partilhada pelo Senador Suplicy, que vi que conta com o apoio de outros segmentos, fazemos um *tour de force*, fazemos uma grande, uma grande reunião de manhã até a noite, se precisar, para não faltar ninguém que tenha a opinião válida pró ou contra o tema, ninguém deixe de ser ouvido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então nós aprovaríamos aqui a realização de mais uma, mas os nomes seriam acordados posteriormente com as lideranças, fica pendente a relação de nomes, não é isso? Voltaria uma segunda votação.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, eu entendo que nessas propostas todas que foram aqui apresentadas, inclusive, agora por essa última, uma última intervenção do Senador Arthur Virgílio, de que nós pudéssemos esgotar, estabelecendo um número X de pessoas que nos interessaria ouvir nessa Comissão. E nós poderíamos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não teria isso agora.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Poderíamos fazer isso no decorrer de uma semana todos os dias, segunda, terça, quarta, quinta e sexta em horário a ser determinado, ou num dia a partir das oito da manhã até a hora que for, porque...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Seria melhor num dia só.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Num dia só, por exemplo, então, temos aí, eu tenho interesse em que estejam aqui para serem ouvidos, já que o comando hoje do Itamaraty, como nós sabemos, é tripartite, nós ouvimos apenas um dos chefes do Itamaraty, da Secretaria de Estado que é o Celso, o Embaixador Celso Amorim, mas tem também os outros dois, que são o Samuel Guimarães, o Embaixador Samuel Guimarães e o Prof. Marco Aurélio Garcia,

gostaria de ouvi-los. Gostaria de ouvir o Embaixador da Venezuela aqui no Brasil. Gostaria de ouvir aqueles que estão aí relacionados no requerimento apresentado por mim e pelo Senador Efraim Morais. Gostaria de ouvir também outras pessoas que pudessem explicar, os juristas que pudessem trazer alguma luz sobre esse ponto. A cláusula pétrea, a cláusula chamada democrática, que é uma cláusula pétrea, tanto do Tratado de Assunção, que criou o MERCOSUL, ratificado depois pela declaração de Ushuaia em 98, se essa cláusula democrática vem sendo atendida *in totum* pelo regime hoje instalado na Venezuela. Depois nós temos que ver se todos aqueles pré-requisitos exigidos e absolutamente necessários e imprescindíveis para que algum país se habilite a ingressar no MERCOSUL de acordo com o que rege os tratados e as declarações firmadas ao longo desses últimos anos, se vem sendo cumpridas pela Venezuela, porque nós não podemos admitir que um país ingresse dizendo assim: "*Não, depois eu apresento essa minha...*", é como se alguém for fazer o vestibular, passa no vestibular e "*depois eu apresento o meu diploma de conclusão do 2º Grau*". Não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Uma coisa não pode anteceder a outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então vamos, deixa eu só ver se nós conseguimos fechar aqui, nós faríamos então a aprovação da realização de mais uma audiência, agora os nomes ficam pendentes de um entendimento que deverá ser novamente aprovado aqui, porque aí já existe realmente uma discordância. O Senador Collor insiste nos nomes da Venezuela o Senador Romero é contra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senador Collor, poderíamos chegar a um entendimento de até seis nomes, e digamos que até segunda-feira chegaríamos a esse entendimento?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Seis nomes eu acho pouco, eu acho que nós deveríamos pelo menos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas aqui não tem jeito de fazer com mais do que seis, não tem jeito...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Não, porque poderíamos fazer em sessões, em sessões. Fazer em sessões. De oito da manhã às dez da manhã ou às 11, uma audiência. De 11 até uma da tarde, outra, intervalo para o almoço, um *coffee break* de meia hora. Retomamos com mais quatro e faríamos isso o dia inteiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, vamos fazer o seguinte, vamos Senador, vamos propor, vamos fazer uma aprovação então...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Uma indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Retiramos o requerimento da pauta então, porque vamos ter mais uma audiência, mas está pendente de acertarmos quais seriam os nomes.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Mas os requerimentos então, não vão ser apreciados nessa sessão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não apreciaríamos os requerimentos agora, então.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Fica para a próxima, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, se estiverem de acordo os proponentes. Senador Geraldo, Senador...

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Por exemplo, o meu requerimento...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Para podermos chegar a um entendimento de uma audiência com um número, de uma audiência só.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Entendi, uma audiência que pode ser longa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, pode ser longa.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Audiência subdividida em vários encontros de...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Isso não é necessário...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Mozarildo apresenta, que é de governadores, essa nós temos que conciliar com os interesses desses dois com seu contraponto, é uma questão da cláusula democrática, uma questão da cláusula comercial...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, perfeito, são esses os temas que são em discussão todo esse tempo.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Tem que ser por temas durante o dia inteiro, ou durante toda uma semana, ou cada semana uma audiência...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, é bem simples, eu faço uma sugestão...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Inácio Arruda, aí fechamos, está encerrada a inscrição, a menos que o Valadares... Quer falar ainda, Valadares? Senador Vala-

dares estava inscrito primeiro. Senador Valadares e Senador João Pedro.

[sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, para ficar bem claro será apenas uma sessão para ouvir a todos os convidados ou mais de uma sessão, ou prorrogação das sessões para ouvir candidatos em separado, candidatos não, convidados em separado?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Seria uma sessão só, limitado a seis convidados, porque mais que seis convidados não há condição de realizar aqui uma Audiência Pública.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu acho razoável. Eu acho que vamos exercer aqui, Presidente, aquilo que nós estamos cobrando, democracia. Vamos realizar essa sessão, depois dessa sessão, ouvindo todas essas pessoas sobre a questão da Venezuela, vamos partir por voto democrático, além dessa Comissão, o Plenário também vai ser ouvido, então, vai ser uma luta democrática quem tiver mais voto é quem vai ganhar.

[sobreposição de falas].

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Como será feita a escolha desses seis?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O seu entendimento é da liderança.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Senador Mozarildo tem dois nomes, eu tenho sete nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então tem que ser no voto, Senador Collor, aí tem que ser no voto. Se não houver entendimento, se não houver entendimento teria que ser no voto.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, Sr. Presidente Eduardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Inácio, por favor. Senador Inácio. [soa a campanha].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu quero fazer a seguinte proposição, primeiro que a gente faça a audiência, a audiência de um dia inteiro em duas Mesas, duas Mesas. Uma audiência só, mas com duas Mesas, que nós podemos chegar a um acordo de quatro pessoas por Mesa ou até seis, se for necessário. Porque mesmo que a gente tenha uma lista de oito, dez, quinze nomes, nós podemos escolher dois ou três, que respondam as questões que nós consideramos que serão as mais importantes. Então,

duas Mesas em uma única sessão da nossa Comissão. Segundo, a data da Audiência Pública, nós estamos determinando aqui que o mais conveniente seria nós propormos a data de primeiro de julho, é uma quinta-feira, todos nós podemos nos preparar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, primeiro de julho nós já temos a presença do Ministro Nelson Jobim para falar sobre o Plano Nacional de Defesa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Nós podemos puxar o Nelson Jobim então para o dia 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, ele já foi adiado, ele foi adiado. Teria que passar para o dia oito. Tem que ser para o dia oito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): A próxima semana é uma semana atípica para uma parte significativa dos senadores aqui do Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Teria que ser então no dia 08 de julho. Nove, nove de julho, quinta-feira. Nove de julho, quinta-feira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Ou se V. Exa. considerar, V. Exa. pode puxar para uma terça-feira, temos feitos algumas audiências na terça-feira. Mas em duas Mesas, só.

[sobreposição de falas].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Escolhe dois ou três, não pode querer todos os oito.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, eu vou... Deixa eu pedir só, Sr. Senador, nós já estamos a uma hora discutindo o assunto. Vamos encerrar o assunto, que nós temos que ouvir os embaixadores, eu quero fazer, então, fica decidido: Nós retiramos o requerimento de pauta, está acertado, faremos a nova Audiência Pública no dia 09, os nomes...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Ficamos até que dia para apresentar os nomes?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): No limite de seis, os nomes serão acertados entre nós...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com licença, Presidente, pela ordem. A sugestão do Senador Inácio Arruda, me parece uma sugestão interessante, fazer no mesmo dia, em dois painéis, ou até três painéis, ou até três painéis. E em cada um desses painéis...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Geraldo, me ajude então, porque ficar o dia inteiro...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Em cada um desses painéis, nós faríamos de acordo com que já conversamos...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Collor...

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): De acordo com o que já conversamos, o Senador Suplicy e eu, faríamos dois favoráveis ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL e dois que tenham dúvidas sobre a oportunidade do ingresso no MERCOSUL. E estabelecendo temas, por exemplo, a cláusula democrática, aqueles que têm dúvidas sobre o ingresso da Venezuela como eu tenho, nós apresentaremos dois nomes que trarão para todos nós, integrantes da Comissão, objetivamente o porquê eles acham que a cláusula democrática não vem sendo seguida pela Venezuela, e dois outros que vão dizer exatamente o contrário, que segundo eles a argumentação que irão apresentar que, sim, Ushuaia e Assunción estão sendo cumpridos.

Depois, na questão de toda a regulamentação daquela planilha toda, do grupo de trabalho. Então, duas pessoas, dois técnicos que possam falar em que ponto se encontra esse cumprimento dessas cláusulas, e dizendo que não estão completas e outros que digam completas. E temos que dividir então em temas, porque senão...

E depois da geopolítica brasileira em relação ao nosso entorno. E aí chamaríamos o Embaixador Samuel e o Prof. Marco Aurélio, é indispensável que esses dois venham aqui, porque eles são também comandantes hoje da Casa de Rio Branco, eles dois que tem estar aqui, os dois defendendo essa política que eles vêm empreendendo a frente do Itamaraty, e duas outras pessoas que questionem a maneira como essa questão vem sendo conduzida.

Então, dentro desse escopo, eu concordo com a retirada do requerimento e que nós possamos fazer isso durante um dia... A retirada não, o sobrestamento do requerimento... Em fazermos em três ou quatro painéis, três ou quatro painéis, de acordo com a sugestão do senador Inácio que sugeriu duas sessões. Eu sugeriria que das suas sessões sugeridas pelo Senador, nós já teríamos oito debatedores, dois de cada um. Nós poderíamos incluir mais uma, faríamos três sessões numa quinta-feira, dia 09 e um seminário com esse tema.

[sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então eu aguardo a indicação de nomes. Senador Artur e aí fechamos.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Uma última sugestão. Eu creio que mais painéis com quatro, com até quatro, funcionariam melhor do que, isso funcionaria melhor do que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Do que com seis, eu também concordo plenamente. Então, faremos três painéis, dividindo quatro pessoas em cada um. Está bem assim? São doze pessoas, está ótimo.

Então, vamos agora dar seguimento a reunião, eu peço aos senadores que permaneçam, mas declaro já aberto o processo de votação, tendo em vista que os relatórios já estão distribuídos aos Srs. Senadores, então, o processo de votação já está em aberto em relação à indicação do Embaixador Roberto Abdalla. Eu peço ao Senador Inácio Arruda que faça a leitura da matéria, da Mensagem nº 88 de 2009, anunciando primeiro aqui, exatamente qual é a matéria, que já se trata da indicação do Embaixador Roberto Abdalla Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Estado de Kuwait e cumulativamente junto ao Reino do Bareine. Com a palavra o senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente, eu quero inicialmente anunciar que trata-se de relatório preparado pelo Senador Dornelles, que não podendo estar presente, eu recebo essa incumbência com muita satisfação por V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Você vê que é a pluralidade, assim, ideológica, você está sendo...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Pluralidade. PP Partido Progressista, então V. Exa. está considerando que é o mesmo caminho.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Roberto Abdalla, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador brasileiro no Kuwait, é uma expressão mais popular no Brasil, vai ter, vai terminar sendo incorporada no vernáculo. E cumulativamente no Reino de Bareine.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha do Chefe de Missão Diplomática de caráter permanente, art. 52 inciso IV. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou o currículo do

diplomata indicado, do qual extraímos para esse relatório as informações que seguem: Nascido no Recife em 21 de dezembro de 1959, filho de Humberto Abdalla e Celeste Ramos Abdalla, o Sr. Roberto Abdalla graduou-se em Ciência Econômica pela Universidade Federal de Pernambuco em 1972. Concluiu o Curso de Preparação da Carreira de Diplomata no ano seguinte. Ingressou no Itamaraty no posto de Terceiro Secretário em 11 de dezembro de 1974, apresentou monografia no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 2007, que tem o seguinte título: "*O Conselho de Cooperação do Golfo e o Acordo de Livre Comércio com o MERCOSUL, Relevância para os Interesses Brasileiros*". O diplomata indicado ascendeu a Conselheiro em 2003 e a Ministro da Segunda Classe em 2007, sempre por merecimento. Entre as funções por eles desempenhadas na Chancelaria e na administração federal, destacam-se as de Adjunto Cerimonial da Presidência da República em 1995, Chefe de Gabinete de Departamento de Serviço Exterior em 2002, Coordenador Geral da Coordenação Geral de Planejamento de Pessoal em 2002 e Chefe da Divisão de Oriente Médio II em 2005. No exterior exerceu entre outros, os cargos de Primeiro Secretário na Embaixada em Londres no ano de 1998, desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias. Cabe destacar entre elas a de Coordenador Geral de Exposição no Brasil, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro. Das muitas insígnias com que o diplomata ora indicado foi agraciado merece destaque: Ordem Nacional da Legião da Honra no grau de cavaleiro, França, 1996, Ordem Nacional do Cedro no grau de oficial, Líbano em 1997, e Ordem da Rosa Branca no grau de oficial, Finlândia em 1997.

A partir do informe elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores e anexada a mensagem presidencial, depreendem-se aspectos relativos aos países em que o diplomata representará o Brasil, o Kuwait é um monarquia constitucional que se tornou independente da Grã-Bretanha em julho de 1961, a população de 3,4 milhões de habitantes formada majoritariamente por imigrantes, conta com cerca de 400 mil eleitores, o gabinete, o primeiro Ministro e os Ministros de Estado são indicado pela família Al Sabah, de cujos quadros, os xeques locais escolhem o emir para administrar o país. A pouco discutíamos esse assunto aqui de se eternizar no poder, é bem interessante o tema. Desde... Que tem sempre dois pesos e duas medidas para tratar desse assunto da democracia. Desde há muito vem sendo implantada a política de bem estar social e de distribuição de renda mediante utilização dos dinheiros aferidos com a venda do petróleo. O Welfare

State instalado levou o país a empregar 90% da força do trabalho local no setor público. Olha aí. Esse auspicioso estado de coisas, vem sendo abandonado com o fortalecimento da participação de conversadores, tanto de Parlamento quanto do Governo. A economia local depende de modo superlativo do setor de hidrocarbonetos com destaque para o petróleo. No contexto bilateral merece registro, pela vertente econômica, a acumulação de déficit comerciais em desfavor do Brasil, importamos combustíveis, óleos e ceras mineiras e exportamos veículos, automóveis, tratores, suas partes e acessórios, caldeiras, máquinas aparelhos e instrumentos mecânicos, ferros ou aço, etc.

Em relação ao Reino Unido, ao Reino do Bareine, convém recordar que se trata de país cujo território é formado por 35 ilhas, das quais apenas três são habitadas, cuida-se da antiga praça comercial que ganhou projeção na antiguidade, graças aos poços bem situados e às fontes de água doce. Primeiro estado da região a encontrar petróleo, será por igual o primeiro a exaurir suas reservas, nesse sentido vem diversificando sua economia, mediante estabelecimento de centro bancário e financeiro internacional. O país se tornou independente em 1971 com o expressivo auxílio da Organização das Nações Unidas, que reconheceu identidade própria da população bareinita e seu desejo de se tornar estado soberano. No plano comercial, tendo a exportação de produtos derivados do petróleo e na indústria do alumínio importantes fontes de Receita, destaca-se por igual centro bancário *offshore* e local de destino para turistas de países da região. O relacionamento bilateral ainda é tímido, nesse sentido não houve até o momento designação de embaixador residente. Ambas as missões são exercidas cumulativamente com outros postos. Comercialmente o Brasil importa petróleo e exporta minério de ferro, frango congelado e carne bovina, com certeza também congelada. Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Nada mais podendo ser aduzido no âmbito desse relatório, Francisco Dornelles subscreve e eu acompanho na indicação do Ministro Roberto Abdalla para o posto de Embaixador Brasileiro no Kuwait e no Bareine. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado Senador Inácio Arruda, relator *ad hoc* em substituição ao Senador Francisco Dornelles que não pode estar presente.

Eu concedo a palavra, portanto, ao Embaixador Roberto Abdalla para que possa fazer a sua exposição, e em seguida então ouviremos o Embaixador Oto Agripino Maia.

Antes eu quero registrar, com muito prazer, a presença do Ministro Tatsuo Arai, Secretário Kenichiro Kobayashi, e do Assessor para Assuntos Políticos, Jimmy Yamamura, da Embaixada do Japão, e também do Sr. Sergey Mityushkin, assessor da embaixada da Rússia.

Com a palavra o Embaixador Roberto Abdalla.

SR. ROBERTO ABDALLA: Muito obrigado. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, Senador Eduardo Azeredo, Sr. Vice-Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Sr. Relator *ad hoc*, Senador Inácio Arruda. Senhoras e senhores, Srs. Senadores. Primeiramente gostaria de dizer que é um prazer e agradecer a oportunidade de estar aqui hoje para submeter à apreciação de V. Exas. minha designação como Embaixador do Brasil no Kuwait e cumulativamente no Reino no Bareine.

Apresentarei inicialmente alguns dados breves sobre o Kuwait, para depois desenvolver um pouco alguns pontos da linha mestra que pretendo desenvolver a frente da embaixada do Brasil na cidade de Kuwait, caso merecedor da confiança de V. Exas.

O Kuwait é um pequeno país situado a margem do Golfo Pérsico, que é uma região estratégica, em função de seus vastos recursos energéticos. Na verdade o Kuwait é dono da quinta maior reserva mundial de petróleo, o que representa 8% de toda a riqueza desse produto em todo o mundo. Esses vastos recursos petrolíferos garantiram ao Kuwait no ano passado, a maior renda per capita de toda a região, 48,3 mil dólares. Esses vastos recursos petrolíferos também transformaram o Kuwait em um grande investidor no plano internacional. Estima-se que os investimentos kuaitianos no exterior cheguem a 34 bilhões de dólares. A população, como já foi mencionado pelo Sr. Relator, é uma população pequena, de 3,4 milhões de habitantes, mas apenas um terço dessa população é de nacionalidade kuaitiana. O Governo desenvolve um programa amplo de assistência social mediante a redistribuição de parte dos recursos do petróleo. A taxa de educação, de alfabetização, é das mais altas do mundo árabe, 93%, e a educação é inteiramente gratuita até a faculdade e obrigatória dos seis aos 14 anos.

Do ponto de vista sócio-político, o Kuwait é um dos países mais liberais do Golfo Pérsico. Desde de 1962, um ano após a sua independência do Reino Unido, da Grã-Bretanha, o país se transformou em monarquia constitucional, na verdade foi o primeiro país do Golfo a se transformar em monarquia constitucional. Naquele mesmo ano, foi adotada uma Constituição e convocadas as primeiras eleições diretas para seu Parlamento, que é um Parlamento Unicameral de 50 assentos. Curiosamente o país não tem partidos políticos e em 2005 as

mulheres, o que também é uma questão pioneira em termos de monarquias sunitas do Golfo, as mulheres obtiveram o direito de votar e serem voltadas. Nas últimas eleições de maio de 2009, agora, quatro mulheres foram eleitas como representantes, o que é também uma atitude pioneira naquela região. O poder é exercido, enfim, o controle do país é exercido pela família real, a família Al Sabah, que governa o Kuwait desde meados do século XVIII. Há constantes fricções entre o Parlamento e o Executivo, basicamente em função de uma maior demanda de poder por parte do parlamento. Essas fricções políticas têm gerado um certo congelamento do país, o desenvolvimento kuaitiano tem sido prejudicado por essas fricções entre os dois poderes. No plano externo, o Kuwait é um país situado entre três grandes potenciais regionais, está circuncidado pela Arábia Saudita, pelo Iraque e pelo Irã. Em 1990, como todos sabem, as tensões entre o Kuwait e Bagdá resultaram na invasão do país pelas tropas de Saddam Hussein. Isso é um fato que até hoje marca a psique kuaitiana, é um país profundamente marcado por essa invasão de menos de 20 anos atrás. Hoje em dia as relações entre os dois países se regularizaram, mas obviamente o Kuwait é um país que ainda vive reflexos dessa invasão, a de 1990.

As relações diplomáticas entre o Brasil e Kuwait iniciaram-se em 1968, e em 1975 já estabelecemos embaixadas residentes em ambos os países. O comércio Brasil/Kuwait é o sexto maior, é a sexta maior corrente de comércio entre os países de região. O Kuwait também é o quarto maior destino das exportações brasileiras para o Oriente Médio. Esse comércio cresceu de 86 milhões de dólares em 2002 para 652 milhões de dólares em 2008, quer dizer, foi um salto quantitativo de importância. Em 2005 o país recebeu a visita do Ministro Celso Amorim e no mesmo ano o chanceler kuaitiano presidiu a delegação kuaitiana à Cúpula América do Sul/Países Árabes, aqui em Brasília. A agenda bilateral do Brasil com o Kuwait é promissora e se insere na diretriz de política externa, de priorizar e adensar o relacionamento com o mundo árabe.

Procurarei explorá-la ao máximo, tendo presente a minha experiência como chefe da Divisão do Oriente Médio II, e também em alguma sugestão que se seja feita por V. Exas. aqui hoje. No plano interno, o Kuwait vive um momento de singular experiência política. Esses embates entre o Parlamento e o Executivo, e também essa eleição pioneira de quatro mulheres para o Parlamento local, transforma o Kuwait num posto de observação importante para qualquer diplomata, sobretudo, tendo presente que o que o possa acontecer no modelo kuaitiano terá reflexos para os restos das monarquias sunitas do Golfo.

No plano político, o Kuwait tem importância na equação média oriental. O Brasil goza do respeito e da admiração do povo e do governo kuaitianos. E uma aproximação constante e crescente entre os dois governos, do Brasil e do Kuwait, sem dúvida poderá facilitar uma interlocução privilegiada e mais assertiva do Brasil em assuntos do Oriente Médio, vindo ao encontro, portanto, de um perfil próprio que o Brasil aspira a obter. O Kuwait também é favorável reforma do Conselho das Nações Unidas, podendo vir a apoiar a candidatura do Brasil, e os dois países tem apoiado reciprocamente candidaturas em organismos internacionais.

No plano econômico bilateral, o principal ponto é a atração de investimentos kuaitianos para o Brasil. O Kuwait tem uma agência, o *Kuwait Fund for Arab Economic Development*, KAFED, que financia projetos de desenvolvimento em terceiros países, com taxas muito favoráveis, anos de carência, amortização também favorável. Eles, o KAFED, já financiou 664 projetos, no valor de 11 milhões e meio de dólares, e até hoje nenhum desses projetos foi desenvolvido no Brasil. Então, esse é um ponto importante para ser desenvolvido e poderá ser facilitado, obviamente com negociações para assinatura de um acordo para isentar a bitributação. Na verdade essas negociações já existem desde 1999 e encontram certas dificuldades, mas dentro do possível seria importante tentar atrair esses investimentos para o Brasil.

Na área de petróleo também poderá haver espaço para participação de empresas brasileiras, o Kuwait estuda a criação de um projeto de exploração de petróleo ao norte do país que permitirá, segundo uma nova lei que está atualmente em votação no parlamento kuaitiano, a participação de empresas estrangeiras na produção e na exploração de petróleo e não só na comercialização.

No plano econômico multilateral, o Kuwait é peça chave para a conclusão do acordo entre o MERCOSUL e o Conselho de Cooperação do Golfo. Como se sabe, esse acordo está em negociação desde da primeira Cúpula ASPA, aqui em Brasília, e desde 2006 as duas partes não se reúnem por dificuldades na lista de bens e de isenções.

No plano comercial, há amplo espaço para se adotarem atividades de promoção comercial, como organizações de missões, com o auxílio da Câmara Árabe Brasileira, e ter sempre presente que o Kuwait é um grande mercado consumidor de bens agrícolas e industrializados, na verdade o Kuwait, fora o petróleo e produtos derivados do petróleo, tem uma pequena indústria, muito incipiente, e importa praticamente tudo o que consome.

No plano institucional, eu procurarei incentivar a troca de visitas entre autoridades. Na verdade há já um convite do Presidente Lula para que o emir Sabah visite o Brasil, o que deverá ser precedido por uma visita do Chanceler kuaitiano. A experiência pioneira do Parlamento kuaitiano também possibilitaria a visita de parlamentares brasileiros ao Kuwait e vice-versa e também será importante acompanhar e procurar envolver o Kuwait nas iniciativas de segmento da Cúpula Aspa que sejam do interesse do Brasil.

Finalmente, não menos importante, será dar continuidade no plano consular à assistência a cidadãos brasileiros presentes no Kuwait. Na verdade é uma comunidade brasileira pequena, seu número varia entre 150 e 200, e se constitui basicamente de senhoras brasileiras casadas com cidadãos kuaitianos, ou estrangeiros que residem no Kuwait. Bom, seria isso em linhas gerais, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o que eu teria a dizer.

Agradeço a atenção e estou à disposição de V. Exas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado Embaixador Roberto Abdalla.

Eu vou passar já a palavra para o Embaixador Oto Agripino Maia, apesar do assunto ser já diferente, mas exatamente pelo andamento do nosso trabalho.

Então, trata-se da Audiência Pública para tratar da situação dos brasileiros no exterior, em especial as consequências que ocorrem em virtude da crise financeira internacional, em atendimento ao Requerimento nº 6 de 2009 apresentado em 19 de março, de minha autoria, aprovado por essa Comissão. Portanto, eu concedo a palavra ao Sr. Embaixador Oto Agripino Maia, para fazer sua exposição sobre esse assunto da maior importância, realmente, para todos os brasileiros.

Senador Geraldo?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria sugerir senador, a abertura já do processo de votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O processo já está aberto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ah, já está aberto. Ah, desculpa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Embaixador Oto Maia.

Sr. Oto Agripino Maia: Senador Fernando Collor, cuja equipe no Palácio do Planalto eu tive a honra de integrar, é para mim uma satisfação muito especial falar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional por várias razões, entre elas a de que a Subsecretaria que eu dirijo, foi em boa medida motivada

pelas recomendações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a imigração ilegal, que se realizou em 2005, 2006 no Congresso Nacional e que produziu um relatório que é um documento, uma referência de base sobre a questão dos brasileiros no exterior, e que entre as suas recomendações, fez a de que fosse criado no organograma do Executivo, uma unidade de alto nível dedicada exclusivamente à questão da diáspora brasileira, isso foi feito, e há dois anos e meio eu tenho a honra de dirigir essa unidade.

Falar dessa questão dos brasileiros no exterior, da sua situação no momento, é falar da questão da circulação internacional de pessoas e da migração. É um assunto, que no plano do Direito Internacional, tem uma posição *sui generis* porque simplesmente ele não é regulado ou é parcamente regulado, ao contrário das outras grandes dimensões das relações entre os países, a circulação de mercadorias, de fluxos financeiros, a resolução de crises políticas, a migração não dispõe de um quadro jurídico apropriado. Nós sabemos que no pós-guerra, quando as potências vencedoras se reuniram em Bretton Woods, em Havana, em São Francisco, para criar as Nações Unidas com seu Conselho de Segurança, para criar o GATE hoje, a Organização Mundial do Comércio, o FMI, o Banco Mundial, não conseguiu chegar a nenhuma conclusão sobre a questão de imigração. Essa é uma dificuldade que talvez seja uma dificuldade inerente às sociedades humanas, a de lidar com o problema de êxodo. Agora, qual a relevância para nós, dessa questão, para o Brasil, um país de imigração, cuja formação histórica está ligada à questão, à imigração e à miscigenação racial? É que nos últimos 20, 25 anos, nós descobrimos gradualmente que nos tornamos também um país de emigração. A partir dos anos 80, brasileiros tangidos pelas crises econômicas daquela década, tomaram o rumo de países ricos, em busca da melhoria de sua situação econômica. Foram principalmente e inicialmente para Costa Leste dos Estados Unidos, Europa Ocidental, e um pouco antes disso também, fazendeiros paranaenses, catarinenses e gaúchos, atraídos por programas de incentivo oficial de ocupação e cultivo de terras do governo paraguaio, também foram para o Paraguai.

Hoje nós podemos falar numa diáspora brasileira, formada por aproximadamente três milhões de pessoas. Não se pode dizer exatamente quantas elas sejam, porque mais da metade é formada por irregulares, ou seja, por pessoas que ingressaram no território de outros países com visto de turista e lá permaneceram de forma irregular, mas podemos falar provavelmente numa cifra de três milhões de pessoas. Desses três milhões, um milhão e 200 estarão nos Estados Unidos,

600 a 800 mil estarão na Europa Ocidental, 315 mil no Japão, são os únicos que nós sabemos exatamente quantos são, porque são todos regulares, todos têm contrato de trabalho e todos têm visto de permanência, e algumas dezenas de milhares na América do Sul. Essa é a nossa incumbência, nossa incumbência institucional, é prestar assistência a essa população. O conceito, o próprio conceito de assistência consular mudou muito nos últimos 15 anos, mas a estrutura com a qual nós contamos basicamente para fazer esse trabalho de assistência é hoje formada por 185 repartições consulares no exterior, 68 consulados gerais, e 117 setores consulares de embaixadas. Vale a pena dizer que nos últimos seis anos foram criadas 18 repartições consulares novas e as mais recentes, do ano passado para cá, Washington, Atlanta, Hartford, Hamamatsu e o vice-consulado em Letten. Essa rede consular, ela concede 250 mil passaportes por ano, a meio milhão de vistos, mais de 700 mil atos notariais, e promove mais de 240 consulados itinerantes, os consulados itinerantes são excursões consulares promovidas pelos consulados em áreas circunjacentes à sua jurisdição. Os consulados brasileiros hoje fazem uma média de 17 mil atendimentos por dia. O nosso núcleo de assistência a brasileiros, que é um núcleo virtual sediado em Brasília...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só interrompendo. 17 mil atendimento pessoais?

Sr. Oto Agripino Maia: Sim, atendimentos pessoais, atendimentos pessoais por dia. O núcleo de assistência a brasileiros, que é sediado como eu estava dizendo, virtualmente em Brasília, fez mais de 74 mil atendimentos em 2008. Outros mecanismos que vêm sendo adotados em consulados no exterior, também oferecem modelos interessantes de ação de assistência aos brasileiros. Por exemplo, a rede de solidariedade criada pelo consulado em Miami, que é um esquema de mobilização para ajuda mútua na comunidade da Flórida, que está funcionando muito bem. No consulado em Nagoya, nós temos o Disque-saúde, que já atendeu, que já fez ao longo de sua existência, mais de 45 mil atendimentos.

Mas além dessas cifras que resumem um pouco o que fazem os consulados em matéria de atendimento direito aos brasileiros no exterior, existem outras formas de demanda mais complexas novas, para as quais nós estamos, temos procurado nos adaptar ao longo dos últimos anos. Essas necessidades dizem respeito às circunstâncias de vida, de vida real, vida econômica dos brasileiros nos locais onde eles se concentram. Para fazer face a essas novas frentes de trabalho, nós nos demos conta que precisamos, que precisávamos

melhorar, racionalizar o que já fazemos na área de atendimento notarial, esse atendimento cartorial a que eu me referi, para nos emanciparmos da burocracia e liberamos energias, energias humanas e financeiras para o atendimento mais direito àquelas novas necessidades dos brasileiros no exterior.

Então, estabelecemos algumas frentes de trabalho aqui no Itamaraty, uma delas é a modernização tecnológica, de todos os procedimentos notariais. Nós, ao longo dos últimos dois anos, implantamos em convênio com o SERPRO e a Casa da Moeda, um sistema consular integrado, que é uma tecnologia pioneira, que vai permitir que toda essa emissão de documentos consulares, a começar pelos passaportes, já que nós estamos, já adotamos o passaporte biométrico. O Brasil era um dos quatro últimos países que tinham essas cadernetas de forma arcaica, que não correspondiam às exigências da organização da aviação civil internacional e se comprometeu a adotar o novo passaporte. Esse novo passaporte é produzido no âmbito desse novo sistema de alta tecnologia, com a qual nós hoje certamente nos colocaremos a dianteira de outros países em matéria de atendimento consular. Já instalamos 19, já instalamos esse sistema, que é um sistema complexo de máquinas e equipamentos e um programa de software desenvolvido com o SERPRO, já instalamos em 19 postos gradualmente, começamos com testes e hoje já estamos implantando de maneira mais segura, e pretendemos ter até o fim do ano 90% do movimento consular, da demanda consular no exterior, atendida por esse sistema de atendimento automático.

Estamos planejando também lançar, já agora em julho próximo nos Estados Unidos, a carteira de matrícula consular. Isso é um documento, será um documento simples, é uma carteirinha moderna biométrica, nós nos inspiramos no modelo mexicano, o México tem 12 milhões, como se sabe, de imigrantes nos Estados Unidos, e tem uma importantíssima experiência de lidar com esse problema naquele país, dos seus nacionais naquele país e adotou essa carteira. Nós acompanhamos o funcionamento e pretendemos fazer algo semelhante. O que é essa carteira? É um simples documento de identidade que será fornecido a todos os brasileiros inicialmente apenas nos Estados Unidos, sem perguntar se eles são regulares ou não, e que permitirá que muitos deles irregulares, tenham o mínimo de identidade civil, que saiam dessa espécie de clandestinidade em que vivem, e que ascendam a um nível um pouquinho superior de cidadania. Com essa carteirinha eles poderão ter acesso, em alguns condados, em alguns estados, à assistência social, assistência médica, poderão abrir conta em banco, vários bancos já adiantaram que aceitarão essa carteira,

de modo que nós achamos que isso não é tudo, não é muito, talvez, que se possa oferecer a esse enorme contingente de um milhão e 200 mil brasileiros nos Estados Unidos, mas é alguma coisa. É um pequeno passo adiante. Nós lançamos também...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É um documento aceito pelo governo americano?

Sr. Oto Agripino Maia: Nós mantivemos a conversa na nossa embaixada em Washington, teve reuniões de até com... Em Mesa com dez representantes do governo americano, inclusive, do DHS, do Departamento de Estado, todos os departamentos de imigração e ficou claro que eles não podiam aceitar oficialmente, reconhecer oficialmente, como não reconhecem o mexicano, para não criar o precedente, para outras comunidades, outros países, não é? Mas veem a ideia com simpatia. E por motivos aí puramente de interesse nacional americano. É melhor ter alguma forma de identificação para imigrantes em seu território do que ter nenhuma, em muitos casos não tinha nenhuma. Embora nós não compartilharemos, evidentemente, os nossos dados com as autoridades americanas. Bom, esse documento, nós pretendemos lançar em julho agora, e dependendo da sua evolução, estendê-lo também a outros países.

Nós lançamos também, pela internet, um portal consular, que é um instrumento interativo que dá informações completas do interesse dos brasileiros no exterior, ou brasileiros que pretendem viajar, e agora estamos pondo no ar também uma segunda página eletrônica chamada brasileiros no mundo. Eu vou falar adiante dessa questão dos brasileiros no mundo e da conferência que nós realizamos sobre essa questão. Mas além dos problemas de atendimento consular direto que eu acabei de mencionar, e que exigem de nós, e exigiram, exigem e vão continuar a exigir um grande esforço, uma canalização muito grande de energia e de recursos, nós temos também toda uma outra frente de trabalho nessa subsecretaria, no Itamaraty, que resultou da politização de diversas questões relacionadas com brasileiros fora de casa. Essas situações estão localizadas fundamentalmente em países limítrofes: Bolívia, basicamente Bolívia, Paraguai, Suriname e Guiana Francesa. Na Bolívia nós temos brasileiros de dois tipos, os brasileiros localizados na fronteira norte, fronteira com Acre e Rondônia no Departamento de Pando, são poucos e pobres, e os brasileiros fazendeiros, proprietários, localizados na Região da Média Luna, mas, sobretudo em Santa Cruz de Lá Sierra, aí são proprietários pequenos, médios e grandes e que tem uma situação muito qualitativamente diferente dos brasileiros do norte. Diante da decisão do Governo

Morales de deslocar os brasileiros que moram, que estão instalados na faixa de fronteira norte, por motivos constitucionais, nós tomamos a iniciativa de propor um projeto agropecuário, um projeto de agrovilas no território boliviano, capaz de acolher os brasileiros eventualmente desalojados da área de fronteira, e que desejem ali permanecer. Esse projeto foi objeto, inclusive de debate aqui no Senado, eu tive a oportunidade de visitar diversos senadores para explicar o Projeto de Lei, que solicitou crédito de 20 milhões de reais para o estabelecimento desse Projeto. O crédito foi aprovado e eu posso dizer hoje que nós assinamos um acordo tripartite: Brasil, Bolívia, Organização Internacional das Migrações, esse recursos encontram-se depositados com a Organização Internacional das Migrações para aplicação no Projeto, tão logo estejam definidas as condições com o governo boliviano da sua implementação.

Com relação ao Paraguai, que evidentemente é uma situação muito delicada. Nós temos lá esse contingente razoavelmente numeroso de brasiguaios. Chega-se a se falar de 400 mil, mas hoje nós não acreditamos que eles cheguem a esse número, nós acreditamos que eles estejam em torno de 100 mil, embora haja interesses políticos de vários tipos a inflacionar essa cifra e transformá-las nesses famosos 400 mil. Também com o Paraguai, nós iniciamos negociações, no âmbito de dois grupos de trabalho, propostos pelo Ministro Celso Amorim e que funcionaram muito bem. Nós realizamos três reuniões com os paraguaios, são dois grupos de trabalho, um migratório e um fundiário. Nós examinamos questões focos de conflito fundiário no Paraguai envolvendo brasileiros, hoje nós temos 15 focos que fazem parte dos trabalhos do nosso grupo, do nosso GT, e, além disso, também os paraguaios, o governo paraguaio, de forma soberana, diante de uma proposta nossa de um acordo de regularização migratória que estenderia aos brasileiros a possibilidade de regularizarem a sua situação de residência no Paraguai e a partir daí o acesso a titulação de terras e etc. Então o governo paraguaio anunciou sua disposição de mandar para o Congresso o acordo de residência do MERCOSUL, que estava parado há quatro anos, dependendo apenas da ratificação do Governo paraguaio. Mandou para o Congresso, cumpriu a promessa, o Senado aprovou, a Câmara dos Deputados aprovou, o Presidente Duarte Frutos promulgou o acordo nos últimos dias, no último dia de governo e até o momento não foi feito aquele ato formalmente indispensável à entrada em vigor de um acordo internacional, que é o depósito. Então, nós estamos aguardando com muita esperança e muita confiança que o governo paraguaio decida-se a fazer o depósito do acordo de residência

e que, portanto, os paraguaios no Brasil, os brasileiros no Paraguai, argentinos no Chile, bolivianos no Uruguai, possam todos se beneficiar desse importantíssimo instrumento.

Dois outros casos que rapidamente eu gostaria de mencionar, são os da Guiana Francesa e do Suriname. Aí o contingente de brasileiros é formado fundamentalmente por garimpeiros, garimpeiros que tem uma situação, uma inserção social muito difícil, eles praticam uma atividade que é considerada, em muitos aspectos pelos governos locais como ilegal, como irregular, são objetos de muita crítica na imprensa, por vezes do governo. E nós estamos, então, empenhados nesse momento em conversas, em negociações com o governo francês, já que a Guiana Francesa é território francês, no sentido de chegarmos a uma fórmula de interlocução pela qual nós colaboremos com o governo francês nessa questão dos garimpeiros e eles também, em troca, nos concedam certas garantias de tratamento a esses brasileiros. A mesma coisa, ou coisa semelhante, com o Suriname, onde estivemos há um mês atrás, tivemos reuniões com o Ministro do Interior, o Ministro do Exterior, existe um acordo de regularização migratória com o Suriname, mas nós propusemos também um instrumento, um projeto de um acordo de cooperação bilateral, estabelecendo um mecanismo de consultas, através desse instrumento, nós pretendemos ganhar a confiança do governo e da opinião pública no Suriname, que tem uma posição assumida muito crítica com relação à presença brasileira naquele país, ganharmos a confiança e com isso poderemos trabalhar juntos em benefício desses brasileiros.

Um outro problema com o que nós fomos defrontados, isso aí mais recentemente, até agora nós falamos de problemas de comunidades radicadas e de assistência a essas comunidades. Mas existe um problema que é novo, que recrudescceu como um problema novo, que é o da circulação internacional de pessoas na Europa. A primeira crise que nós tivemos com essa área foi com a Espanha há um ano e pouco atrás, em torno da inadmissão e alegados maus-tratos de uma jovem, a Patrícia Magalhães, depois dois jovens pesquisadores que foram rechaçados, barrados no Aeroporto Internacional de Madri, o assunto adquiriu uma proporção enorme no Brasil, a imprensa, eu me lembro de um fim de semana em que os seis jornais de circulação nacional, todos traziam em manchete de primeira página essa questão, a questão da crise com o Espanha. Esse pequeno problema consular contaminou a relação política ou ameaçou contaminar a relação política e motivou os dois Ministros do Exterior a se entenderem, a conversarem, e determinarem que uma missão que eu chefiar na época, fosse à Madri

para estabelecermos um mecanismo bilateral capaz de evitar repetição desses episódios. E nós conseguimos, numa negociação não fácil, a chegar num atendimento com os espanhóis. Hoje nós temos um mecanismo bilateral de consultas na área consular, regular, acoplado à cooperação na área policial de imigração, é muito importante isso para ganhar confiança, é preciso que esses países conheçam os nossos sistemas de controle, que são bons, que são modernos, que são baseados em boa tecnologia e em pessoal especializado de primeira qualidade. É preciso que eles conheçam isso e que nós não sejamos colocados na vala comum de outros países, cuja imigração é controlada de maneira especial. E também nesse mecanismo foi incluído uma *hot line*, foi incluído uma *hot line*, ou seja, um mecanismo, um dispositivo de comunicação rápida entre os consulados brasileiros e as autoridades locais de imigração. Com isso, nós temos na Espanha evitado a repetição de casos escabrosos, como aqueles de janeiro e fevereiro de 2008. Esse entendimento com a Espanha criou como que um modelo, como um modelo de negociação que nós estendemos em seguida a Portugal, com quem assinamos também um entendimento semelhante, ao Reino Unido, alguns dos senhores terão acompanhado no ano passado quando as autoridades britânicas anunciaram a iminência, ou a possibilidade de introdução de um regime de vistos para o Brasil. Hoje os portadores de passaportes brasileiros não necessitam de visto para entrar em nenhum país Europeu, da Europa da União Europeia. O Reino Unido anunciou a iminência de alterar esse quadro. Nós mantivemos negociações difíceis, mais uma vez, mas conseguimos evitar a imposição dos vistos, que teriam de ser também recíprocos, porque nós temos a obrigação, isso é mandatório pelo Estatuto do Estrangeiro, de aplicar a reciprocidade aos países que nos exigem visto, conseguimos evitar que 200 mil brasileiros que vão anualmente ao Reino Unido, que visitam o país, que tivessem que fazer fila em consulados britânicos para conseguir o visto. Isso nós consideramos também que foi um bom resultado. Nesse momento estamos em negociações com a França para um mecanismo semelhante, estamos apresentando, trocando propostas, tratativas iniciais com a Itália, que também, assim, interessa.

Essa forma de abordagem de questão, esses acordos bilaterais, complementam, nessa área da imigração, a política, uma política brasileira que nesse terreno se comporia de duas frentes: Uma no multilateral, onde nós, no âmbito do MERCOSUL, do Grupo do Rio, até da Organização dos Estados Americanos, da Unasul, temos reafirmado os nossos princípios de rejeição das medidas que vêm sendo anunciadas na

Europa, que é do conhecimento de todos, de controle restritivo da imigração. Esses são a diretiva do retorno, o Pacto Europeu de imigração, nós temos sucessivamente condenado essas medidas e reafirmado a nossa posição em favor da livre circulação de pessoas e da visão positiva da imigração, como uma contribuição ao desenvolvimento, e não como algo negativo, como algo a ser visto de forma negativa. Nós sabemos as razões pelas quais isso está sendo visto de forma negativa na Europa, e de certa forma também naturalmente nos Estados Unidos. Terrorismo e crise econômica. Crise econômica desemprego, competição por postos de trabalho, competição essa que atinge os imigrantes diretamente. E terrorismo, que é a transformação do visitante, sobretudo o visitante de determinadas procedências, numa ameaça potencial à Segurança Pública do país, infelizmente isso acontece. Então, nós mantemos essa... Firmemente, energicamente, essas posições nos fóruns multilaterais e em encontros bilaterais também, encontros presidenciais e ministeriais. Mas ao mesmo tempo, reconhecendo a importância da relação bilateral com esses países europeus, nós temos procurado explorar todo o território de diálogo, toda a área de diálogo que puder existir. E toda a possibilidade de obter para os nossos nacionais um tratamento condigno nos aeroportos europeus e em outras situações e em outros pontos de entrada.

Uma palavra, naturalmente sobre a questão da crise econômica, a crise econômica mundial, que ao gerar desemprego, está tendo um impacto claro sobre a diáspora brasileira. Aí nós podemos citar já um dado emblemático. O Banco Central anunciou recentemente que as remessas de brasileiros no exterior, é preciso lembrar que as comunidades brasileiras no exterior em 2007, segundo dados do BID, remeteram 7,5 bilhões de dólares ao Brasil. Além dessa dimensão, digamos financeira, a comunidade hoje, também é um importante mercado, por exemplo, para televisão a cabo, pelo menos duas grandes redes brasileiras têm serviços, vendem serviços às comunidades brasileiras no mundo inteiro e com isso processa-se uma atividade paralela de promoção cultural do país no exterior, graças a presença dessas comunidades. Mas o fato é que essas remessas diminuíram drasticamente. No Japão que é o maior, é de onde provém o maior número de remessas de brasileiros, essas remessas no primeiro trimestre de 2009 caíram em 37%. As remessas vindas dos Estados Unidos, e segundo a fonte desses fluxos financeiros caíram em 25%. O Presidente da associação comercial de Governador Valadares, recentemente fez declarações à imprensa, no sentido de que a famílias do município, que recebiam da fase 2005, 2006, 2007, mil dólares do exterior cada uma,

hoje recebem 400 dólares. Isso dá uma ideia... por mês, por mês. Isso dá uma ideia do impacto da crise nessas comunidades. Desde a deflagração da crise e desde que nós sentimos que ela estava tendo uma incidência sobre as comunidades brasileiras, nós passamos a acompanhá-la com cuidado através da nossa rede consular. Pedimos a toda a nossa rede que nos mantivesse informados de todas as evoluções que ocorressem, cada um em sua jurisdição. Nós temos preparado relatórios periódicos sobre isso, já vamos na 22ª versão desse relatório. Esse acompanhamento vem demonstrando que o impacto é diferenciado entre os três, as três grandes regiões de concentração de brasileiros: Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, isso por várias razões, a inserção dos brasileiros em cada um desses países é diferente. No Japão, os 315 mil brasileiros, como eu já tive oportunidade de dizer, são todos operários de fábricas, ou quase todos, com contrato de trabalho, eles foram arregimentados ainda no Brasil para trabalhar no Japão, eles são em sua quase totalidade são descendentes de japoneses que migraram para o Brasil, são, portanto de etnia uniforme, de cultura uniforme. Então, eles são um mundo a parte. Nos Estados Unidos e na Europa, existe uma grande diversidade de perfis de brasileiros, que vão desde o professor de universidade até o brasileiro, que é o mais numeroso, que trabalha nos serviços de limpeza, de ajuda doméstica, de construção civil. Isso tem, essas diferenças, tem prós e contras, no caso japonês, a perda do emprego significa a rua, perdeu o emprego, perdeu mesmo o emprego, a alternativa normalmente é pequena. Nos Estados Unidos, na Europa e nos Estados Unidos, onde o brasileiro tem um perfil de maior versatilidade, ele pode migrar para outras atividades. Isso é, sobretudo válido nos Estados Unidos, onde essa migração de atividade ocorre não só em nível individual, laboral, digamos, a pessoa que muda de atividade no mesmo lugar, que passa de bombeiro hidráulico a eletricista, ou a motorista, ou a pedreiro, e pode mudar de região também. Nós acompanhamos, por exemplo, hoje, o movimento de migração de brasileiros desempregados na Flórida, na direção da Georgia, e na direção de Nova Orleans. Embora, nós saibamos que a crise dos Estados Unidos tem o epicentro, justamente no setor imobiliário e da construção civil, a cidade de Nova Orleans, por conta da reconstrução depois do furacão Katrina, é um grande canteiro de obras, e isso vem atraindo populações de brasileiros. De modo que há opções, há opções para esses brasileiros, embora, haja uma tendência ao retorno, uma tendência residual ao retorno. Nós não temos como medir esse retorno, nós temos menos evidência empírica de que ele existe, nós sabemos através das

agências de viagem da venda de muita passagem *one way*, nós sabemos através, sobretudo, de indícios como a procura junto a países que tem sistemas de retorno voluntário, como a Espanha, por exemplo, desde o início do programa, 215 brasileiros pediram auxílio financeiro que o governo espanhol proporciona para o retorno de imigrantes. E isso os brasileiros são na verdade, os quatro... Estão em quarto lugar entre os latino-americanos que recorreram a esse programa, de modo que não são os mais atingidos pela crise nesse importantíssimo país, nesse país chave da imigração brasileira, que é a Espanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, esse apoio da Espanha é semelhante ao apoio de Japão, ou ele é um programa permanente?

Sr. Oto Agripino Maia: É diferente, eu gostaria de me... De me deter um pouco na questão do apoio do Japão. Primeiro lugar, Espanha. Espanha antes da crise tinha o sistema de tratamento dos imigrantes do mais generoso da Europa, eles têm um sistema de *empadronamiento*, pelo qual o imigrante, regular ou irregular, ninguém pergunta se ele é regular ou irregular, se inscreve, ou melhor, o seu, o seu empregador o inscreve junto a um órgão do governo, e ele passa ter uma personalidade jurídica, ele passa a ser beneficiário, inclusive, de mecanismos de assistência previdenciária. Entretanto, atingidos pela crise, a Espanha, hoje é um dos países mais atingidos pela crise, é talvez na Europa o país onde o nível de desemprego é mais alto, então vem adotando medidas restritivas à semelhança do que vem fazendo o Reino Unido, a Alemanha, a França e outros países da Europa Ocidental.

Agora, Japão. Japão é uma situação diferente, pelas razões que eu expus, e diferente também pela atitude do governo. É preciso que se reconheça que o governo japonês de todos esses... de todos os países do Hemisfério Norte, onde existe concentração de brasileiros, de imigrantes brasileiros, foi o único governo que adotou e está adotando medidas efetivas de apoio. Nós fizemos uma missão ao Japão em outubro do ano passado, fomos recebidos em alto nível pelo governo central, vice Ministro da Educação, vice Ministro do Exterior, estivemos com autoridades das províncias do Governo de Aichi, do Prefeito de Nagoya, do Prefeito de Hamamatsu, de áreas onde existe concentração de brasileiros. E levamos a eles as preocupações que nós tínhamos e temos com relação aos nossos nacionais, preocupações com relação a emprego, e, sobretudo com relação ao emprego e à educação. Por que educação? Porque existem 50 mil de meninos e meninas brasileiros, filhos dos chamados decasségus, que lá estão e que têm grande dificuldade de acesso ao ensi-

no. Então, recorre ou às cem escolas brasileiras que já existem lá, particulares, privadas e geralmente caras, ou às escolas públicas japonesas, que são excelentes, mas que tem como obstáculo, muitas vezes intransponível, a língua, o idioma, o idioma japonês. Então, nós colocamos essas questões para o governo japonês, e embora não vejamos isso numa relação de causa e efeito, o fato é que a seguir podemos testemunhar uma séria adoção de uma série de medidas em favor dos brasileiros. Nós sabemos que entre os fatores que levaram a adoção dessas medidas, há naturalmente a relação especial que existe com o Brasil, entre o Japão e o Brasil no plano da imigração, dado que nós temos em nosso território a maior concentração de japoneses e descendentes de japoneses fora no Japão no mundo, e também a presença da chefia de Governo do Primeiro Ministro Taro Aso, que morou no Brasil e que acumula as funções de Presidente da Liga Parlamentar de Amizade Brasil-Japão. Nós sabemos que o Primeiro Ministro Taro Aso deu instruções pessoais a seus Ministros, para que tomassem medidas favoráveis ao brasileiros. Nós podemos falar, para sermos mais específicos, o governo japonês determinou que funcionários fluentes em português fossem lotados nas agências públicas de emprego, as *Hello Work*, é uma rede nacional. Eu tive uma oportunidade, há duas semanas atrás a visitar uma dessas *Hello Work* em Hamamatsu, e de verificar que não só havia brasileiros, inclusive trabalhando lá e ajudando os brasileiros desempregados, como eles expandiram a agência e criaram um anexo para atendimento exclusivamente aos brasileiros. Estão sendo estendidos empréstimos a desempregados pelo governo, está sendo oferecido alojamento de até seis meses para as famílias de desempregados, aulas de japonês para brasileiros. O governo japonês está investindo pesadamente nessa área, reconhecendo essa deficiência do seu sistema de ensino. Ao contrário de outros países, os anglo-saxônicos, por exemplo, que tem professores de inglês como segunda língua, inglês para estrangeiros, o sistema japonês não tinha isso, ou não tem, então, está reforçando isso. Está proporcionando cursos de capacitação e treinamento para brasileiros, nós visitamos agora, dez dias atrás, uma instalação da Toyota em Hamamatsu, onde pudemos conversar com os brasileiros, são 30 brasileiros que lá estão ao lado de japoneses, recebendo um treinamento precioso, que vai permitir a sua realocação, seja em empresas no próprio Japão, seja no retorno ao Brasil. Algumas províncias, e mesmo o governo central, estão oferecendo moradias públicas que estejam desocupadas a brasileiros. E finalmente o governo japonês está também oferecendo apoio financeiro para o retorno. É um va-

lor em torno de três mil dólares para os trabalhadores brasileiros que desejam voltar ao Brasil com a condicionante de que não podem retornar ao Japão para trabalhar em três anos ou se a situação econômica melhorar, antes disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Eles podem voltar para visitar?

Sr. Oto Agripino Maia: Podem. Podem voltar como turistas, com visto de turistas, não há nenhuma limitação quanto a isso. O governo japonês foi sensível a certas reações que ocorreram no Brasil, quando foi anunciada a limitação e abrandou-a, inclusive, a nosso pedido, nós fizemos gestões, nossa embaixada trabalhou esse assunto em Tóquio e eles abrandaram, suavizaram a exigência.

É preciso nós mencionarmos que outros ministérios... O Itamaraty não está absolutamente sozinho nesse trabalho de apoios aos brasileiros no exterior. Outros ministérios também têm procurado se voltar para essa frente de trabalho. Por exemplo, o Ministério de Trabalho e Emprego está estudando a implantação, uma fórmula de implantação de uma casa do trabalhador brasileiro em Hamamatsu. Agora mesmo no Japão, nós estivemos com uma missão interministerial, chefiada pelo Secretário Executivo do Ministério da Presidência, o Dr. Carlos Eduardo Gabas e o Ministério do Trabalho, o representante do Ministério do Trabalho, pôde manter reuniões importantes com o governo e com membros da comunidade, para analisar a viabilidade nesse projeto da Casa do Trabalhador.

O Ministério da Educação também tem ação no exterior. Faz certificação de escolas, não se podem esquecer isso, muitas no Japão, no Japão há 100 escolas brasileiras, mais de 40 certificadas pelo Ministério da Educação, e aplica exames supletivos no exterior para os brasileiros que desejam fazê-lo. Uma importantíssima frente de trabalho que foi aberta em favor da nossa diáspora, foi pelo Ministério da Previdência, com a negociação e celebração de acordos bilaterais de Previdência Social, porque um dos problemas estruturais mais importantes dos trabalhadores brasileiros no exterior era justamente a impossibilidade de contar, de creditar as contribuições em um ou em outro lado, para efeitos de aposentadoria. Agora, isso já está podendo ser feito com diversos países, eu posso, hoje nós já temos acordo desse tipo com o MERCOSUL, com a Espanha, Itália, Portugal e um acordo Ibero-Americano, ainda não em vigor, isso em áreas... São muitos outros países com quem o Ministério da Previdência, em cooperação com o Itamaraty, assinou esses acordos, mas esses são os mais importantes. E temos em negociação com o Japão, Alemanha, Canadá, França, Bélgica, Países Baixos, e entendimentos

iniciais com os Estados Unidos. Essa é, certamente uma medida de grande alcance e que poderá ter, que terá certamente benefícios importantes para os brasileiros no exterior.

Eu peço desculpas por ter me estendido, talvez um pouco demais. Espero ter de transmitido, ao menos em linha muito gerais, um pouco do que o Ministério das Relações Exteriores e através dele o Governo Federal, tem procurado fazer em prol das suas comunidades no exterior.

Queria também mencionar, não pode deixar de esquecer que, como parte de um processo de interlocução direta do governo com as comunidades, essa é uma velha reivindicação das comunidades, nós realizamos no ano passado em julho no Rio de Janeiro, no Palácio Itamaraty, no velho Palácio Itamaraty, a Primeira Conferência Brasileiros no Mundo. Nós trouxemos 200 representantes da diáspora nos quatro continentes onde elas se encontram. A reunião foi presidida pelo Ministro Celso Amorim, com a presença do Ministro Luís Dulci, com a presença do Senador Cristovam Buarque, representando o Congresso Nacional da melhor forma, a presença do Ministro Joaquim Barbosa, representando também o Judiciário em alto nível, porque ele é Vice-Presidente do TSE. Essa Conferência produziu dois resultados importantes, uma Ata de Reivindicações, uma ata consolidada, que é hoje a carta de reivindicações das comunidades brasileiras no exterior. E segundo, um Conselho Provisório de Representantes, de 12 membros, três por cada um das quatro regiões do mundo onde nós temos concentrações de brasileiros. Então, hoje nós temos uma interlocução institucionalizada com a comunidade brasileira no exterior, no reconhecimento político da sua importância. Vamos daqui a uma semana ter uma reunião em Lisboa, com esses 12 membros, para acertarmos democraticamente o formato e o conteúdo da segunda conferência, que já está marcada também para Rio, no fim de outubro, 27 e 28 de outubro. A presença dos Srs. Senadores que desejassem comparecer seria muitíssimo bem-vinda, honraria muito os organizadores, e certamente daria aos participantes, aos brasileiros, participantes na reunião que lá verão mais uma vez, uma sensação de participação na vida nacional muito forte. Isso é muito importante para eles e eu deixo esse convite aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito obrigado embaixador Oto Maia. São informações realmente muito importantes aqui, são demandadas pela própria população em relação ao que está acontecendo com os brasileiros em exterior. Eu coloco, portanto, está aberta a discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):

Uma sugestão, de que a gente faça a apuração dos votos em imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Porque para fazer a apuração, nós temos que transformar a reunião em secreta antes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):

A gente faz secreta rapidamente e voltamos para o embaixador Oto, porque precisaríamos pelo menos acessar todo esse material que ele delineou aí, eu acho que tem, talvez a Fundação Alexandre Gusmão tenha publicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):

Eu acho que seria bom porque a gente já encerraria essa parte da votação e voltamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): De acordo, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sim, desde que possamos, na arguição ao Embaixador Oto Agripino Maia, se alguém tiver interesse também, fazer alguma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, poderão ser feitas não só agora na parte secreta, mas depois também.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): O embaixador Abdalla também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Que inclusive, nós temos que encerrar a votação, por causa da Ordem do Dia do Congresso, que já está iniciando.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então, de acordo com o que prevê a Constituição, a Reunião será transformada em secreta, a fim de que embaixador seja ainda arguido pela Comissão. Eu designo o Senador Eduardo Suplicy para atuar como Secretário. Peço à Embaixadora que permaneça, por favor. Os senhores embaixadores podem permanecer.

[Sessão secreta às 12h48]

[Sessão reaberta ao público às 12h49]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta e comunico a aprovação do embaixador Roberto Abdalla para o Estado do Kuwait e cumulativamente junto ao Reino do Bareine. Meus parabéns e um sucesso na sua função lá, embaixador.

Então, estando reaberto eu passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):

Sr. Presidente, Sras. E Srs. Senadores, eu dou meus parabéns Abdalla, grande êxito na sua missão, espero que a Comissão possa estar presente durante o seu mandato de embaixador do Brasil, alguns dos Senadores. Eu queria fazer uma pergunta ao nosso Embaixador Oto Agripino Maia, porque tivemos em várias oportunidades que viajando para o exterior, sempre buscar relações com a comunidade brasileira naqueles países. Nos Estados Unidos sempre há, assim, uma pauta de reivindicações maior. Sempre se encontram, sempre que vai uma missão brasileira nos Estados Unidos, principalmente nas Nações Unidas, ali o Consulado garante um espaço para se dialogar com os brasileiros. O senador Cristovam apresentou uma proposta que eu considero muito significativa e isso tem ocorrido em alguns países, aqui mesmo foi eleito um Senador da República Italiana, foi eleito no Brasil. Da representação política, qual a opinião do Itamaraty a respeito dessa proposição, eu considero muito significativa, porque nas nossas andanças no exterior, há um apelo de ter uma representação e digamos que preliminarmente o Itamaraty estabeleceu uma representação, nós temos ali 12 representantes no Conselho. Então, seria interessante nós examinarmos essa proposta do Senador Cristovam que está em transmissão aqui no Senado.

Segundo, o Brasil elegeu um dos presidentes dos sindicatos mais importantes do Japão, de metalúrgicos, é dirigido por um brasileiro, Freitas. O Freitas tem uma pauta de reivindicação longa que nos comunica seguidamente a sua pauta, e de questionamentos sobre as relações com o governo japonês. Vão estar aqui no Brasil, numa delegação que vem do Japão, de sindicalistas japoneses, entre eles vai estar também o Freitas. Na oportunidade, eu até falei para ele, se você estiver no Brasil, então, você aproveita e vai lá no Itamaraty, conversa, dialoga, e reforça sua pauta uma vez mais. Ele até fez menção, numa última mensagem do encontro que teve recentemente, não citava o nome de com quem tinha estado no Itamaraty, diz até que falou até com a Lula, diz que o Lula passou pelo Japão um dia desses, numa dessas reuniões do G7, G8, diz que encontrou o Presidente, disse: “Ó, Presidente, tem aqui uma pauta”, então encontrou para o Presidente Lula. “O senhor é metalúrgico, eu também sou, então está aqui a minha pauta”, entendeu? Por favor, interfira por favor dos metalúrgicos brasileiros no exterior. Então, essa delegação vai estar aqui no Brasil, vai ser uma oportunidade de nós podermos nos relacionar, porque alguns brasileiros que estão nos Estados Unidos, na Europa e no caso específico no Japão, vão estar, quer dizer, é um encontro internacional, mas que tem brasi-

leiros que estão no exterior participando do movimento sindical no exterior. Então, vai ser muito interessante, eu já reivindico uma hora com o senhor, para que a gente possa recebê-los.

E último seria, se todo esse material está publicado, todo esse material que o senhor falou que fez parte de uma Conferência, se já está publicado e disponível, para que os senadores e outras pessoas interessadas em estudar essa relação com os brasileiros no exterior possam adquirir, se tiver, seria muito interessante que nós pudéssemos ter aqui na Comissão de Relações Exteriores esse material, porque via de regra, estando no exterior, nós sempre temos a oportunidade de estar com representantes brasileiros, que estão trabalhando no exterior. E a gente ter uma documentação produzida numa conferência com eles, seria muito interessante. Porque o senhor diz que é uma pauta de reivindicação, que é a cartilha que nós estamos discutindo com as nossas representações e com os governos. Então, seria muito interessante que todos os senadores, pelo menos dessa Comissão, tivessem com esse material na mão, para que a gente, estando no exterior, a gente possa colocar o que o governo brasileiro tem feito, mostrar para os nossos patrícios no exterior, como é que nós estamos trabalhando aqui no Brasil a defesa do seus interesses. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Inácio, tem, inclusive, um outro material que eu já, até numa reunião que eu tive a honra de receber o Embaixador Oto Maia no meu gabinete, eu disse a ele que precisava ser mais divulgado também, que é um material para os brasileiros que vão ao exterior, explicando um pouco para eles como eles devem até mesmo se comportar num caso de necessidade no exterior. Esse é um 'manualzinho' que foi feito junto com o Ministério do Trabalho. O problema é que eu acho que ele é pouco divulgado, tinha que ser uma coisa, todo mundo que embarcasse talvez, uma coisa assim... Sim, pelo menos isso daí. Senador Fernando Collor com a palavra.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, Embaixador Oto Agripino Maia, Embaixador Roberto Abdalla. Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o Embaixador Abdalla pela sua aprovação por essa Comissão e desejar muito sucesso nessa sua nova missão. Cumprimentar o Embaixador Oto Agripino Maia, com quem eu tive o privilégio de trabalhar durante os anos que em que juntos estivemos no Palácio do Planalto, reconhecendo em sua Excelência, as melhores qualidades que pode um homem ter, e bem como um diplomata da sua envergadura. E por intermédio de V. Exas. e do Embaixador Oto Agripino Maia, eu gostaria também de

manifestar o meu profundo respeito e admiração pelo Ministério das Relações Exteriores e por aqueles que fazem a nossa política exterior.

O embaixador Oto Agripino Maia acompanhou de perto e sabe que esse reconhecimento é fruto da extrema qualificação dos nossos diplomatas, que tanto tem servido ao Brasil ao longo dos anos. E por seu intermédio eu gostaria de levar o meu abraço a todos àqueles que fazem do Itamaraty um dos redutos do pensamento e da inteligência brasileira e que nos permite participar de debates tão interessantes, e embora, vez por outra acalorados, mas que tem como único objetivo trazerem à luz problemas ou questões que nos ajudem a refletir melhor sobre os assuntos tratados. Embaixador Oto Agripino Maia, eu teria apenas uma pergunta a fazer a V. Exa. que é algo que nos preocupa, a mim, particularmente, e acredito que também aos senhores membros dessa Casa. Refere-se aos brasileiros que hoje moram, vivem, habitam nas fronteiras da Bolívia e na fronteira com o Paraguai. Minha pergunta seria, em relação àqueles que habitam na fronteira do Paraguai, ou dentro do Paraguai, ou dentro do Bolívia, melhor dizendo, se o direito à propriedade privada vem sendo observada, vem sendo obedecida e vem sendo levada em conta pelo governo boliviano. Dentro dessa mesma pergunta, se os 20 milhões de reais, fruto da medida provisória assinada pelo Presidente da República para ajudar na realocação de brasileiros que estariam sendo desmobilizados da área em que se encontram, ou se encontravam, se esses recursos vêm sendo, efetivamente, aplicados com esse objetivo, ou com o objetivo de colaborar com o processo de reforma agrária em curso naquele país. Em relação ao Paraguai, os brasileiros que moram nas regiões fronteiriças no Brasil e do Paraguai, se esses brasileiros vêm sofrendo algum tipo de ameaça, alguma admoestação, vem sofrendo algum tipo de constrangimento por parte, não somente de agentes de governo, mas até mesmo de nacionais paraguaios, em função de um clima que está se criando naquele país, de ver o Brasil como a grande potência imperialista. E notando-se isso com a retórica do Presidente Lugo, da revisão do Tratado de Assunção. Objetivamente seria essa pergunta que eu gostaria de fazer a V. Exa. em relação aos brasileiros que estão hoje nos limites da Bolívia com o nosso país e do Paraguai com o Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador Oto Maia com a palavra.

Sr. Oto Agripino Maia: Inicialmente respondendo as perguntas do Senador Inácio, eu queria esclarecer que todos os trabalhos da Conferência Brasileiros no Mundo estão, foram reproduzidos em imagem e em

som. Eles estão disponíveis na nossa página eletrônica integralmente, integralmente. É como uma ata eletrônica, nós fizemos a ata eletrônica. Além disso, além dessa ata eletrônica que está na internet, é disponível para quem desejar acessá-la, nós também imprimimos todos os artigos, as propostas, os *papers* que foram apresentados na Conferência. Nós distribuímos ainda, em caráter provisório, e o livro da Conferência está sendo ultimado nesse momento, vai ser divulgado e nós certamente enviaremos a todos os membros da Comissão de Relações Exteriores um exemplar, para que eles possam ter acesso aos resultados dessa Conferência.

O Senador Inácio também mencionou a questão de reivindicações, que ele sempre, quando vai aos Estados Unidos, ouve essas reivindicações, e é verdade, os parlamentares são sempre procurados por delegações de brasileiros que vão ao exterior, para apresentar reivindicações, queixas, críticas até, a serviços eventualmente que não consideraram satisfatórios e etc. E quanto a isso, o importante é dizer é que agora nós temos o Foro institucionalizado para canalização de todas essas reivindicações. E que isso já foi feito, essas reivindicações, nós tivemos no Rio de Janeiro todas as gamas da opinião da diáspora brasileira no exterior, inclusive aquela mais reivindicativa, mais maximalista, o que quiser, isso tudo foi incorporado na ata final e nós pretendemos prestar contas dessa ata na segunda reunião, mostrar ponto por ponto o que foi feito, o que está sendo feito, o que será feito e o que não pode ser feito. Então, com relação às reivindicações, eu acho que nós temos aí agora um quadro bastante claro para a canalização e resolução delas.

Com relação à intervenção do Senador Fernando Collor, inicialmente eu queria agradecer as palavras elogiosíssimas, generosas que ele teve a meu respeito e à instituição a que eu tenho a elevada honra de pertencer, e transferir essas expressões elogiosas à instituição, é a ela que cabe... Eu tenho aqui parte da minha equipe inclusive, a quem eu também transfiro o mérito que houver no nosso trabalho, Senador, muito obrigado.

Com relação à Bolívia, Paraguai, direito de propriedade. Bolívia, com relação à faixa norte, que é a faixa de fronteira, nós não podemos negar que é um direito do Governo boliviano, embora esse direito estivesse inscrito na Constituição já há muitos anos, mas nunca tinha sido implementado, mas é um direito soberano, nós também temos faixas de fronteiras, nós também temos proibições, nós somos mais descontraindo em relação a isso, nós somos um país grande, nós não nos preocupamos com a presença de vizinhos em faixa de fronteira, nós até vemos algo positivo nisso e há. Mas

na Bolívia, o Governo boliviano optou por determinar o desalojamento desses brasileiros. Então, numa demonstração da nossa disposição de cooperar com o governo na resolução do problema, foi então iniciada essa ideia do projeto de agrovila. Os recursos estão integralmente creditados junto à Organização Internacional das Migrações e a finalidade deles, como está no descritor da lei que foi aprovada, será o de beneficiar os brasileiros, será o de beneficiar os brasileiros. Evidentemente que vai ter que ter uma contrapartida bilateral, nós vamos ter que acolher bolivianos também nesse projeto. Não podemos fazer, inclusive, um quisto, seria ruim fazer um projeto que fosse um quisto e uma fonte de problemas para o futuro. Agora, em que pé está? Já está definido, a Organização Internacional das Migrações está trabalhando muito bem nisso, e nós estamos aguardando definições do governo boliviano quanto à localização, quanto às terras que serão compradas pelo Projeto para a fixação desses agricultores. A demanda já se verificou por pesquisa, que a demanda são apenas 243 famílias, esses deslocados. Inicialmente se falou em 60 mil pessoas. É por isso que esses números de brasileiros nos países limítrofes são sempre muito inflacionados por motivos políticos. As relações com os países limítrofes às vezes são delicadas, o Brasil é um país grande, forte, tem uma configuração territorial muito ampla, com alguns deles tem episódios históricos, que marcaram, não é? E nós temos que entender tudo isso e lidar com essas sensibilidades. Esse é, sobretudo, o caso com Bolívia e Paraguai.

Bom, os direitos, V. Exa. pergunta sobre os direitos, se estão sendo violados, não há violação de direitos até o momento, porque esses brasileiros que seriam desalojados não foram ainda, que seriam desalojados do Pando, eles não tem o direito de lá estar. Por outro lado, os outros brasileiros, que são proprietários em Santa Cruz, até o momento não tiveram seus direitos contestados. É evidente que a reforma agrária do governo central vai chegar a Santa Cruz, vai chegar a Média Luna, é isso que o governo anuncia. Quando chegar lá é que nós vamos ver o que vai acontecer. Houve um referendo que fixou o limite de terras produtivas admitidos cinco mil hectares, há brasileiros com mais de cinco mil hectares, como há bolivianos também. Eu participei de reuniões nas Associações de Sojeiros e Pecuáristas em Santa Cruz, em que as direções das duas associações eram brasileiros e bolivianos em perfeita harmonia, aí reina a perfeita harmonia. Aliás, no norte, no Pando, também os brasileiros são muito bem recebidos. O Governador que, eu acho que continua preso, o Leopoldo Fernandes, era o Governador do Pando, teve aqueles conflitos to-

dos, o governo central interveio. E ele é pró-brasileiro, é neto de brasileiro, também não via inconveniente na presença, são brasileiros muito pobres. Eu tive uma reunião com eles, nós entramos pela BR que vai, atravessamos o Rio Abunã e entramos pela BR que vai de Epitaciolândia a Plácido de Castro, 300 quilômetros ali pela Amazônia, tivemos uma reunião com 250 brasileiros, desses que serão desalojados, gente muito pobre, muito aflita, de pé no chão, muitos deles, duas mães amamentando na plateia, quer dizer, esse é o quadro. Existem brasileiros assim no exterior. Não só os que estão nos Estados Unidos, e que entregam memoriais em Nova York, aos parlamentares de passagem. Esses, esses do Pando, nem tem como entregar memoriais, nós temos que ir lá para ouvi-los um pouco, e fomos. Eles que é que precisam mais de nós. E por essa razão nós selecionamos exatamente os problemas de Bolívia e Paraguai como os nossos primeiros objetivos de negociação e de ação.

Paraguai, nós temos esses dois grupos de trabalho, fundiário e migratório, eu devo dizer que funcionando bastante bem, e devo dizer que os nossos interlocutores paraguaios eram gente de muito... De grande categoria, profissionais de primeira linha, que cumpriram tudo o que nos prometeram e que tem boa vontade para resolver o problema. Nós temos que reconhecer, Senador, aliás, nas reuniões, não só com os brasileiros a gente fez muita reunião naqueles galpões lá na região de Santa Rita, na região de brasiguaios, galpões na porta, o estacionamento é cheio de caminhonetes 4x4. E com fazendeiros brasileiros, nós dizemos: Integrem-se, integrem-se, contratem paraguaios também, nós estamos falando agora de paraguaios, contratem paraguaios, e não mandem vir brasileiros do Paraná, que são, talvez, melhores agricultores, certamente serão, segundo a opinião deles. Mas contratem daqui e se integrem. Nós temos que reconhecer que o Paraguai recebeu bem esses brasileiros, recebeu. E o senhor imagine, se nós tivéssemos em nosso território, uma população estrangeira, de um país que tivesse ganho uma guerra do Brasil há 150 anos atrás, é uma população numerosa que possuísse as melhores terras agrícolas do país, responsável por 40% das exportações, por uma fatia importante do produto bruto. Nós seríamos, teríamos sensibilidade muito exacerbadas com relação a esse país, de modo que nós temos que fazer esse reconhecimento ao governo paraguaio, é claro que há problemas. O senhor perguntou se há violações de direito a propriedade, há eventuais invasões, como há no Brasil, focos de conflito agrário, mas que o governo tem intervindo, mesmo Governo Lugo, ele tem mandado a polícia. Em alguns episódios houve atraso na chegada na força policial, e etc. Mas tem participado.

A pior situação de brasileiro no Paraguai é na Colônia de Laterza Cuer, no alto Paraná, nós estivemos lá. Visitamos essa... São 300 famílias, eram 600, a colônia está invadida por camponeses, situação muito tensa, nós entramos com escolta policial, fizemos reunião com as lideranças em pé ao ar livre, outra situação extrema. Isso não existe nos Estados Unidos nem na Europa com brasileiros lá localizados. Então, nós temos que prestar atenção a esses brasileiros. Agora não vamos esquecer os outros também, os outros atendendo a suas necessidades. Nos Estados Unidos, atendimento consular, aumentamos mais três consulados, carteira de matrícula consular, o sistema consular integrado, essa automatização para ficar mais rápido o atendimento, é disso que os brasileiros nos Estados Unidos e Europa precisam, é bom atendimento consular. E claro, outras coisas que nós possamos estender. No Japão também, e no Japão, felizmente, nós conseguimos estabelecer esse entendimento, esse ótimo entendimento com o governo central japonês e com os governos das províncias têm uma sensibilidade com relação aos brasileiros que inexistem em outros países.

Bom, então eu acho com relação à questão das ameaças a direitos de propriedades, eu creio ter atendido a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

Eu vou passar então ao Senador Eduardo Suplicy e também Senador Cristovam Buarque.

Antes eu quero só deixar também uma questão que eu coloco, eu gostaria de ouvir a sua opinião sobre o Projeto do Senador Cristovam Buarque, do qual eu fui Relator e que já foi aprovada aqui, uma emenda constitucional na verdade, criando a figura do representante dos brasileiros no exterior, aqui no congresso. Me parece que foi mal entendida um pouco essa questão, principalmente por parte da imprensa, no sentido de que isso poderia ser um gasto excessivo, quando na verdade a emenda constitucional só abre a perspectiva de que tenhamos aqui no Congresso brasileiro, representantes dos brasileiros no Japão, representantes das brasileiros que estão na Europa, ou nos Estados Unidos, como acontece na Itália e com a França. Mas então primeiro vamos ouvir o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu gostaria Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, primeiro transmitir ao Embaixador Roberto Abdalla meus votos de sucesso na sua missão e me colocar à disposição de, inclusive colaborar com as autoridades no Kuwait, se porventura desejarem conhecer como é que aqui no Brasil se instituiu uma renda básica como direito à cidadania. Mas eu até agradeceria muito se

tiver informações pormenorizadas a respeito de como é que hoje o Kuwait destina os resultados dos *royalties* para toda a população do Kuwait. Eu agradeço se puder dar essa informação.

Ao embaixador Oto Agripino Maia, eu gostaria, inclusive uma das minhas perguntas era que o Senador Eduardo Azeredo fez, mas eu quero cumprimentar-lhe, Embaixador Oto Agripino Maia, porque a sua exposição, acho que impressionou muito no seu... Na forma tão completa, complexa, quer dizer, eu... O senhor, como embaixador, tem a responsabilidade de cuidar de brasileiros nos cinco continentes e nos deu uma informação pormenorizada dos cuidados que tem tido com brasileiros, ora lá nos Estados Unidos, no Hemisfério Norte, na União Europeia, no Japão, na América Latina e em todos os lugares, e é tão importante para nós, senadores, sabermos desses cuidados que o senhor vem desenvolvendo. Eu volta e meia tenho recebido correspondências de brasileiros no exterior, eu até vou lhe dar aqui cópia de cinco exemplos de correspondências como do Sr. Djalma Straube, que é dirigente da associação das famílias abandonadas por decasségus no Brasil, que eu até já havia enviado em fevereiro de 2008 para o Ministro Celso Amorim, onde ele justamente trata dos problemas de descendentes de japoneses que vão ao Japão, acabam abandonado a família aqui do Brasil, na maioria constituída de crianças menores ou de idosos, e aí ele descreve o problema que muitas vezes os brasileiros têm dificuldade de obter junto a justiça japonesa direitos semelhantes, que por outro lado aqui do Brasil se concede à famílias japonesas. Então, ele gostaria que um familiar abandonado, lutando por direito à pensão alimentícia, tenha o direito de entrar com ações na justiça japonesa. Mas muitas das indagações que ele aqui coloca como um apelo às autoridades brasileiras para ouvir estes descendentes de japoneses que vão para o Brasil, na sua exposição o senhor já tocou no assunto e com muita propriedade, inclusive no diálogo com aqueles que lá estão. Outro aqui membro da Comunidade Brasileiros nos Estados Unidos, 35 mil membros, que eu até os visitei em Boston no ano passado, e que fala aqui da importância do primeiro Fórum de Brasileiros no Exterior, uma iniciativa tão positiva que permite a eles estarem vendo isso assim também é a carta de diversos representantes da Associação dos Amigos de Membros do PT no Exterior, que tinham diversos... Que, inclusive, em Boston falam bem da atenção que o Embaixador Mário Saad no Consulado de Boston tem dado, mas ainda falam que é preciso melhor atenção, mas inclusive, isso tem sido providenciado. Há também a carta de um senhor brasileiro e acabou realizando negócios com o Irã e acabou sendo detido nos Estados Unidos,

também já pedi providências, e por causa do embargo que os Estados Unidos faz com respeito aos negócios do Irã, mas aqui é mais um brasileiro no exterior. E outro ainda, uma outra Sra. Rosane Resende, que fala de projetos de geração de renda, são aqui mineiros que querem também uma maior atenção isto com respeito a um jovem que realiza projeto na Inglaterra.

Mas eu quero, gostaria que pudesse nos dar as informações sobre o próximo encontro das comunidades de brasileiros no exterior para que, inclusive, possam todos melhor saber como eventualmente fazer e serem avisados para a data precisa, o local previsto, porque isso será de grande importância.

Quando mencionou o caso da Bolívia, eu fiquei até... Acho importante, Presidente, que quem sabe, possamos alguns de nós membros da Comissão de Relações Exteriores, visitar esta comunidade, pois trata-se de uma iniciativa muito interessante que o governo brasileiro está tendo, inclusive pelo Itamaraty, de conseguir uma alternativa para estas famílias, 200 e tantas famílias que estarão em algum lugar que o próprio governo da Bolívia, segundo a sua explicação, vai ainda escolher. Mas eu acho que é algo tão relevante, que seria importante que um de nós, eu até me disporia a fazer, porque avaliei como uma iniciativa tão interessante de conhecer quando isso estiver em andamento na Bolívia.

E finalmente, eu gostaria de cumprimentá-lo também pela postura que aqui nos expressou, de defesa da livre circulação de pessoas pelos países do mundo. No livro "*Desenvolvimento como Liberdade*", o laureado com o Prêmio Nobel de economia Amartya Sen, a certa altura fala de um aspecto comum defendido por duas pessoas, dois grandes economistas e pensadores, clássicos, mas com visão muito diferentes, Adam Smith e Carl Marx, mas ele ressalta que ambos tiveram um ponto em comum, que foi a defesa de livre circulação de pessoas. Por exemplo, Adam Smith fez críticas à lei da assistência aos pobres, *The Poor Laws*, por causa dos... Quando as paróquias passaram a recolher recursos dos proprietários de terras para prover subsídios, para as famílias que ficassem naquela área de circunscrição da Paróquia, então criou-se uma burocracia muito intensa, com respeito a prover os recursos só para aqueles que não estivessem eventualmente vindo de outros lugares e tudo, e na análise desta proposição, ele, portanto, fazia críticas à forma tomada pela *Poor Laws*. Bom, isso está no contexto da defesa da renda básica universal sem burocracia. Por outro lado, neste mesmo capítulo, o Amartya Sen diz que Carl Marx ressalta que o maior fenômeno havido durante o seu tempo, foi a guerra civil norte americana que acabou posteriormente resultando na abolição da

escravidão, e a abolição da escravidão, ao liberar um enorme contingente de pessoas que passaram, então, a estar no mercado de trabalho, que isto resultou, na própria análise de Carl Marx em extraordinário impulso ao desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos da América, mas isso graças a liberdade de locomoção dos seres humanos, que antes estavam ali restritos como seres humanos que eram propriedade dos donos de escravos. Ora, se um dia nós pudermos ter do Alasca à Patagônia, a liberdade não apenas de movimento capitais, dos bens de serviço, mas dos seres humanos, certamente o desenvolvimento de todas as três Américas será muito mais dinâmico. Por isso, eu o cumprimento pela observação que tem feito, de sempre estar defendendo, em nome do Brasil, a livre circulação de pessoas.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Fernando.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sobre essa questão da livre circulação de pessoas, o Senador Suplicy agora falava e me lembrava de um episódio acontecido logo depois que o Presidente Nixon reatou as relações diplomáticas dos Estados Unidos com a China. E seguiu-se ao seu governo o Governo Carter. E ele esteve, e se colocava naquele momento, naquela ocasião, a retomada da abertura das linhas comerciais por parte dos Estados Unidos para a China. E nesse momento o Presidente Carter conversando sobre esse assunto com o Secretário-Geral do Partido Comunista chinês, ele disse: *“Nós precisamos que vocês, do governo chinês nos deem algum sinal de uma certa abertura, de um tratamento em relação à questão dos direitos humanos menos rigorosa. E quem sabe, por exemplo...”*, o Presidente Carter falando, *“quem sabe o senhor, por exemplo, permitir o direito do livre exercício da pessoa de ir e vir, aqui da China e tal”*. Aí o Primeiro Ministro, o Presidente, o Secretário-Geral do Partido Comunista chinês virou-se para o Presidente Carter e disse o seguinte: *“Ah, não tem nenhum problema, se esse é o custo que nós teremos que pagar para reabirmos as nossas linhas comerciais com os Estados Unidos, eu abrirei as fronteiras do meu país, vamos dizer, inicialmente por 30 dias, para nós fazermos uma experiência. Eu apenas pergunto ao senhor, para onde eu devo enviar mais ou menos cem milhões de chineses que deverão sair nesse período”*. E aí a conversa com o Presidente Carter acabou porque, imagine, as fronteiras abertas, essa mobilidade enorme, o que não causaria no restante do mundo. Mas, enfim, apenas uma observação. Obrigado, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Presidente sabe que umas das razões de progresso da União Europeia tem sido a liberdade crescente que aconteceu, primeiro nos anos 60, quando se iniciou o Mercado Comum Europeu, ainda não era permitido aos portugueses, espanhóis e outros irem, para, digamos para países europeus, e mesmo assim muito foram, e foram na ilegalidade. Mas hoje, acho que nas 24 nações na União Europeia, salvo engano, são 24, 27. Então, hoje, digamos, os portugueses, os gregos, os espanhóis, se quiserem trabalho na Holanda, na Espanha, na França, e assim por diante, isto é um fator de desenvolvimento. Por isso que eu digo que o dia que... Felizmente nós temos tido entre os países do MERCOSUL, e isso vale, inclusive, para o nosso diálogo sobre a Venezuela, que mais e mais, possamos ter...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não recomeça o assunto da Venezuela, senão nós não terminamos a reunião aqui. [risos].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois é o assunto que nós gostamos de debater aqui. Mas, quanto mais liberdade de locomoção entre as pessoas para começar da América do Sul e da América Central e até do Alasca à Patagônia. Então, eu acho que isso será muito positivo. Para que isso ocorra, direitos iguais, do ponto de vista social, do Alasca à Patagônia, devem ocorrer, porque daí não tem mais preocupação de se erigir muros para lá e para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam Buarque, nosso último orador inscrito.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho duas colocações aos Srs. Embaixadores, mas eu queria entrar nesse debate, mas sem levá-lo adiante hoje. Eu passei uma boa parte de alguns anos, quando eu saí do governo e antes de vir para cá, para o Senado, viajando e propondo outra coisa, senador, eu proponho é que os países ricos investissem em financiamento de bolsa-escola e educação dos países pobres. Eu tinha um dado que impressionava muito os americanos, Senador Collor, com o custo de um guarda de fronteira nos Estados Unidos, pode-se pagar e colocar na escola mil crianças em Honduras. Com um custo de um soldado, o custo, tirando os investimentos. O custo em salário, gasolina, os custos operacionais. Mil crianças. E aí eu colocava, e lamentavelmente algumas entidades de direitos humanos criticaram, que as condições para a família receber a bolsa-escola, seria uma, ter todas as crianças na escola, outra, o país estarem por perto. Era uma maneira até de frear a migração. Algumas entidades de direitos humanos que se tirara o direito, eu disse: *“Não, ela tem direito,*

a família de dizer que não quer a bolsa, agora, se quiser a bolsa tem algumas obrigações e a obrigação de ter os pais por perto é a fundamental para educação dos filhos". Então, não era algo que quisesse tirar uma liberdade, era algo que queria dar uma obrigação. Eu creio que isso reduziria muito essa busca de atravessar a fronteira sem ser um impedimento físico, claro que eu nunca defendi que eles tirassem as fronteiras, porque eu sei que isso nesse momento é difícil.

Mas isso tem a ver um pouco com a pergunta ao Embaixador Abdalla. Eu queria saber como é que estão os direitos humanos no Kuwait. Eu lhe digo que é uma pergunta de curiosidade, não é uma pergunta dessas que a gente faz para querer ver o que é que pensa. Mas eu não ouço falar no problema de direitos humanos no Kuwait, não ouço falar. De repente veio essa curiosidade como Presidente da Comissão de Direitos Humanos que eu sou.

E o segundo, aí sim, é uma curiosidade também por não ter informado, eu vi no Catar a experiência que me fascinou, que eu sempre usava de uma forma figurativa, eu via universidade saindo do deserto, surgindo de dentro da areia, porque eles investem hoje na compra de produção do conhecimento, segundo falavam, tem um poço de petróleo, que todos os recursos das exportações dele são para importar universidades inteirinhas, que eles importam da Inglaterra, dos Estados Unidos, eles importam Havard, Yale, estão colocando seus... Cada uma delas um Campus nos desertos ao redor de Doha. Eu queria saber se o Kuwait tem uma política de transformação dos recursos esgotáveis do petróleo, em recursos inesgotáveis do conhecimento, educação, ciência e tecnológica. Então são duas perguntas.

E quanto ao Embaixador Oto Maia, não é uma pergunta, eu quero fazer um cumprimento ao trabalho que o senhor vem fazendo na defesa dos interesses de todos esses brasileiros em diáspora pelo mundo. Foi um orgulho tê-lo no encontro que o senhor fez com a colaboração do meu amigo Gerardo Moscardo no Rio de Janeiro, junto com a comunidade brasileira que vive no exterior, dessa diáspora. Eu quero parabenizá-lo e dizer que às vezes eu acho que o senhor, como o seu irmão José Agripino faz pelo Rio Grande do Norte, o senhor é uma espécie de senador dos brasileiros do exterior. Deveríamos ter uma cadeira para o senhor ali no Plenário, e eu creio que traria grandes vantagens para essa comunidade, enquanto não aprovamos a lei que cria o direito, que eu espero que ela venha a ser votada. Mas eu confesso que hoje não é o momento, atualmente não é o momento oportuno.

Senador Eduardo Azeredo, que eu considero meu coautor, levamos muitas críticas, porque o momento não

foi o correto diante desse prestígio que atravessamos nós. Eu, inclusive, tenho alertado que todas as vezes que passaram por aqui, eu votei contra o aumento no número de vereadores. Então eu tenho um crédito de 7.400 contra quatro, que eu imagino que são o número dos parlamentares. E 7.400, se eu não me engano, são os novos vereadores que vão ser criados. Continuo achando que o Brasil vai chegar lá, é uma questão de tempo. Mas eu não tenho nenhuma pergunta. Apenas parabeno o trabalho e ao mesmo tempo, parabeno o Ministro Celso Amorim, porque se não fosse a lucidez que ele tem tido a esse respeito, provavelmente nós não teríamos descoberto essa população de brasileiros que vive lá fora e que não pode depender apenas do Cônsul, tem que ser alguém que o represente mais do que o Cônsul. Atualmente o Senador Oto Maia, senador dos brasileiros do exterior. Eu o parabeno e fico feliz do trabalho que o senhor vem realizando.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Antes de passar então aos embaixadores para as respostas e conclusão, eu tenho dois requerimentos de informações aqui, eu pergunto se poderíamos aprovar os dois requerimentos, um foi discutido anteriormente aqui, Requerimento nº 40, de 2009, que requer nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado, que o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim solicite à Organização dos Estados Americanos, OEA, informações sobre a situação democrática da Venezuela e também cópia do relatório emitido por aquele organismo sobre as eleições venezuelanas. Assinado pelo Senador Suplicy e o Senador João Pedro. Estando de acordo, está aprovado. Portanto, em votação. Aprovado.

O outro, Requerimento nº 41, de 2009, é proposto pelo Senador Arthur Virgílio, também subscrito pelo Senador Fernando Collor, requer com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do regimento interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, esclarecimentos sobre as informações abaixo relacionadas, pois recentemente o Ministro das Relações Exteriores anunciou que irá criar postos diplomáticos nos países Antigua e Barbuda, Santa Lúcia, Saint Cristovao & Neves e Granadinas. Assim solicitamos esclarecer a cada posto seu custo de instalação, seu custo mensal e o número de qualificação dos funcionários previstos. Outrossim, solicitamos esclarecer também o número de brasileiros residentes, o número de brasileiros visitantes e valor das importações e exportações. Como justificativa, o Brasil vem promovendo abertura de novos postos diplomáticos, como o de Antigua e Barbuda, Santa Lúcia, Saint Cristovao

& Neves e Granadinas, com parte de sua estratégia mostrar seu mundo e como forma de apoiar os brasileiros residentes e visitantes ou empresas que mantêm relacionamento comercial no exterior. Entretanto, os anúncios não têm sido acompanhados, de estudo de viabilidade ou equivalente que explicita as razões de aberturas dos novos postos. Esse é o termo também do outro requerimento, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senhores de acordo, permaneçam como estão, está aprovado.

Então, com a palavra o Embaixador Roberto Abdalla, com suas conclusões finais.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, só a questão relativa à Venezuela, há uma notícia de que o Presidente José Sarney encaminhou para a Comissão de Relações Exteriores, uma solicitação para que tenhamos melhor informação relativa à libertação do banqueiro venezuelano Elísio Cedeño, que teria sido detido, segundo o advogado que conversou ontem com o Presidente José Sarney, por motivos políticos. Então, não sei V. Exa. já recebeu essa informação, essa solicitação, mas isso poderá ser objeto, inclusive de análise quando dos diálogos que vamos ter proximamente, no dia nove. Eu só assinalo aqui, porque eu vi no jornal do Senado hoje, não sei se chegou a ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, eu recebi, inclusive a visita também desses advogados. Mas o Presidente Sarney ainda não encaminhou para a Comissão essa questão. Eles fazem, inclusive, um alerta da questão de presos políticos já superariam o número de 50. Mas não houve ainda a chegada a esta Comissão.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sobre isso, sem querer atrasar, até por causa da hora, eu quero saber se já tem algum retorno do meu pedido de informações sobre o constrangimento sofrido pelo escritor Mario Vargas Llosa durante a sua visita a Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Também não, não há ainda resposta por parte do Ministério.

Então, vamos ouvir agora o Embaixador Roberto Abdalla.

SR. ROBERTO ABDALLA: Obrigado, senador. Senador Cristovam, os problemas de direitos humanos no Kuwait dizem respeito, na verdade, não aos cidadãos kuaitianos que são muito poucos, dos 3,4 milhões de habitantes, kuaitianos são apenas um terço. Agora, os dois outros terços que constituem a população do Kuwait são de trabalhadores imigrantes, e em sua maioria asiáticos. Isso porque durante a

guerra do Golfo, o Kuwait fez “uma desarabização” da população do país. Na época, a Jordânia e a Palestina apoiaram Saddam Hussein na invasão do Kuwait, então eles pouco a pouco substituíram população árabe, na época eles expulsaram 40 mil palestinos do território kuaitiano, por populações asiáticas, basicamente filipinos, indonésios, nepaleses e etc. Esse contingente se dedica a trabalhos domésticos, em construção civil, a trabalhos que os cidadãos kuaitianos não querem fazer, não fazem. E aí sim, há problemas de direitos humanos, porque esses cidadãos, eles não tem direito a tudo aquilo que o cidadão kuaitiano tem. E aí eu entro um pouco nas reflexões do Senador Eduardo Suplicy, o cidadão kuaitiano tem direito a assistência médica gratuita, a serviços extremamente subsidiados de água, telefone, luz, quer dizer, eles pagam quase nada e tendem a nunca pagar. E o estado kuaitiano, também tende a nunca cobrar. O cidadão kuaitiano tem direito a, quando casa, a uma importância grande em dinheiro, tem direito a seguro desemprego em torno de 1.750 dólares, o equivalente em moeda kuaitiana a isso, tem direito a quando, a um percentual, um valor de 172 dólares por cada filho, tem direito a um emprego no setor público, 90% da população kuaitiana de nacionalidade trabalha no setor público. E isso é um problema, porque é um tipo de Welfare State que não é sustentável. A população kuaitiana também pode se sindicalizar, mas apenas 4% dessa população pertence aos sindicatos, e nem toda a profissão tem direito a se sindicalizar, por exemplo, os empregados domésticos não têm direito a se sindicalizar.

Uma outra característica muito importante de direitos humanos, é que esses trabalhadores estrangeiros, para entrar no país, eles tem que ter um *sponser*, um patrocinador. Então, isso dá margem a todo o tipo de situação, por exemplo, há vários trabalhadores domésticos que tem seus passaportes apreendidos. Então, não são poucos os relatórios, os casos de trabalhadores nessas condições que estão praticamente escravos. E essa é a razão porque o Kuwait ocupa uma posição tão baixa no *Human Development Report*. Está 129, 130, por aí nesse *ranking*.

Em relação aos investimentos e conhecimento, infelizmente a situação do Kuwait é muito diferente no Catar. Ali na região do Golfo se costuma dizer que o Kuwait é o passado, Dubai é o presente e Doha é o futuro, que o Catar é o futuro. Eu fiz menção ainda pouco na minha apresentação sobre esse embate entre o Parlamento e o Executivo, porque basicamente é porque o Parlamento quer uma fatia maior de poder, que a família real não está disposta a dar. Então, essas fricções tem levado a um estado de paralisia do país. Quer dizer, então todos os projetos que o Governo,

que o Executivo apresenta, na sua maioria eles não vão para frente, o Parlamento breca e agora, a gente teve, em maio, nós tivemos as novas eleições, foram à sexta no prazo de 15 anos, quer dizer, para o Parlamento. Então, infelizmente, os investimentos kuaitianos na área de educação e de conhecimento não são significativos, o que eles têm, sim, eles têm um fundo de reserva para as gerações futuras. 10% da Receita do petróleo é investida nesse fundo, obrigatoriamente por lei, e eles procuram um pouco diversificar na área de refino de petróleo, de hidrocarbonetos petroquímicos, mas ainda é um país extremamente dependente de petróleo, para o senhor ter ideia, 52% do PIB vem do petróleo e do setor de hidrocarbonetos. Não sei se respondi a sua pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador Oto Maia para suas considerações finais também.

Sr. Oto Agripino Maia: Começo respondendo a pergunta que foi de V. Exa. e também mencionado pelo Senador Suplicy sobre a PEC 505. Quando a PEC foi aprovada, a imprensa nos ouviu e tivemos a oportunidade de manifestar o nosso agrado com a aprovação da medida. E não poderia ser de outra maneira, porque seria uma contradição para nós que estamos empenhados num processo de representação política gradual, que é o do Conselho de Representantes, no âmbito dessa Conferência Brasileiros no Mundo. Nós temos esse conselho provisório de 12 membros, que vai se tornar menos provisório, que vai adquirir aos poucos uma base de votação, nós estamos conversando com o TSE para ver como é que fazemos isso no exterior, damos um mínimo de legitimidade a esse processo de votação. Se nós estamos empenhados nisso, é evidente que nós estamos empenhados, em princípio, num processo de representação política. É claro que deve haver, achamos que deve haver e vamos discutir isso com o Conselho, deve haver um gradualismo nesse processo. Nós sabemos que essas coisas levam tempo, os países que têm representantes da diáspora nos parlamentos, são países de imigração multissecular, é Espanha, é Itália, é a França que foram potências coloniais, e etc., não é a nossa experiência. O nível associativo na nossa diáspora no exterior, em alguns pontos já é mais elevado, mas em geral, ainda não é elevado. Ele precisa ainda, e precisa haver uma grande mobilização ainda. Mas como, inclusive a redação da PEC praticamente autorizativa, ela tem um caráter de abrir a porta a uma representação, mas ainda não cria essa representação. Ela representa dentro do que nós temos hoje, que é o Conselho de Representantes, ela seria o futuro do Conselho de Representantes. Então, é natural que nós vejamos muito mérito nessa medida.

O Senador Suplicy mencionou também essa questão do consulado em Boston, problemas. O consulado em Boston tem uma jurisdição de 350 mil brasileiros. Então, é um posto com uma enorme pressão de atendimento. Nós estamos instalando o consulado em Hartford, que fica geograficamente entre Nova York e Boston e que vai absorver uma parte da carga de trabalho de Boston. Além do mais, nós acabamos de instalar em Boston no SCI, que eu já mencionei, é sistema de tecnologia avançada, que nós esperamos que vai melhorar o atendimento. Mas de modo geral o que nós recebemos como em fluxos lá no nosso posto em Boston, não é mau. Há uma certa, um clima... Inclusive no memorial que o senhor me passou do núcleo do PT, há um reconhecimento disso, do trabalho que tem sido feito pelo titular, pelo Mário Saad, o que é raro, porque a correspondência crítica, no caso do consulado, é muito frequente. Quer dizer, eu mencionei que nós fazemos 17 mil atendimentos por dia, desses, alguns... Vêm alguns e-mails críticos, negativos, mas pouquíssimos positivos. As pessoas que são bem atendidas, até com razão, acham que é um direito serem bem atendidas, não vão fazer elogios, fazem elogios os que acham que não foram bem atendidos. Mas Boston, nós achamos que está bem, mas estamos sempre atentos.

O senhor mencionou essa questão das famílias dos decasségus. Esse é um problema que nós temos lá, porque alguns pais de famílias que vão para o Japão e deixam a família no Brasil, eles muitas vezes esse vínculo se rompe com o tempo, ou se estabelecem outros vínculos lá, e eles param de mandar ajuda para a sua família. Então, há um certo número de ações de alimentos. Nós estamos justamente, eu mencionei que estamos de fase final de negociação desse importantíssimo acordo sobre a previdência social, fase final. Agora temos quatro outros acordos, também em negociação na área jurídica, sobre extradição, sobre troca de prisioneiros, cooperação na área civil e cooperação na área penal. Essa cooperação na área civil atende exatamente essa nossa preocupação. Porque as rogatórias que nós mandamos, elas nem sempre chegam aos destinatários e temos problemas. E podemos melhorar isso se tivermos esse acordo. E confiamos que vamos ter, assim como o Governo japonês se interessa em ter cooperação penal conosco para prossecução de brasileiros no Japão que cometeram delitos e que se evadiram para o Brasil. Então há um interesse mútuo aí e nós confiamos que podemos chegar a isso, é isso que vai oferecer, pode equacionar esse problema das ações de alimentos.

O senhor mencionou também esse princípio geral do caráter benéfico, o caráter positivo da imigração.

Nós sabemos que sim, a história nos ensina que, sobretudo nos momentos de *boom* econômico, a imigração é um fator de enriquecimento cultural e econômico também. No pé da estátua da liberdade, que foi inaugurada no começo do século XX, tem lá um verso famoso, aquele verso famoso, da poeta judia dizendo: “*Deixai vir a mim as massas sofridas, e etc., etc.*”, quer dizer, naquele momento os Estados Unidos queriam os imigrantes, eles queriam os imigrantes, porque os imigrantes faziam bem, e como fizeram, que fermento fantástico que foram todos aqueles imigrantes da Europa, sobretudo Europa Oriental, os judeus da Europa Central, para o desenvolvimento material e intelectual dos Estados Unidos. Mas isso não existe mais, é uma situação que mudou, o mundo mudou por conta desses fatores que nós já discutimos, problemas econômicos e o terrorismo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O senhor deve ter acompanhado o belo pronunciamento do então senador candidato a Presidente e eleito Barack Obama, diante de onde era o mundo de Berlim, onde ele expressou que não é mais época de se ter qualquer tipo de muro que separe os que muito têm dos que pouco têm; os muçulmanos dos cristãos, dos judeus, e outros e pessoas de quaisquer origens. E por isso eu fiquei muito otimista com respeito ao Presidente Barack Obama acabar com o muro entre Estados Unidos e o México e a América Latina.

Sr. Oto Agripino Maia: A nossa esperança é que o Projeto de Lei sobre imigração que foi, aliás, apresentado duas vezes no final do governo George W Bush, que ele possa ser desarquivado, porque ele foi arquivado, e o Projeto tem muitas cláusulas positivas, permite legalização. Ele poderia ser até melhorado, porque o Presidente Obama expressou ideias muito esclarecidas, muito positivas, sobre a questão dos imigrantes nos Estados Unidos, ele foi apoiado pelos imigrantes e esses imigrantes continuam mobilizados para cobrar dele o cumprimento de promessas de campanha. De modo que é possível que... Nós temos esperança.

Senador Cristovam Buarque, eu creio que se ausentou, mas eu queria apenas dizer que transmitirei ao Ministro Celso Amorim as palavras de elogio que ele teve. Terei muita satisfação em fazer isso.

E muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero, portanto, então agradecer ao embaixador Roberto Abdalla, desejar muito sucesso nesse que será seu primeiro posto do exterior como embaixador, não é? E ao embaixador Oto Agripino Maia, também agradecer a sua presença e

cumprimentá-lo pela palestra e pelo desempenho. Realmente eu acho que foi muito importante a sua vinda aqui e as informações que trouxe.

Muito obrigado a todos e está encerrada a Reunião.

Sessão encerrada às 13h54.

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia vinte e cinco de junho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Duque, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Fernando Collor, Marina Silva, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Mozarildo Cavalcanti**. Justificam a ausência os Senadores **Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. Os Senadores **Fernando Collor, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Marina Silva e Romeu Tuma** fazem uso da palavra. O Presidente submete a apreciação, item Extrapauta, a pedido da Senadora Marina Silva. Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 320, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que “*aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília, em 14 de março de 2006*”. O Presidente concede a palavra à Senadora **Marina Silva** para fazer a leitura de seu relatório. O Senador **Romeu Tuma** faz uso da palavra. O Presidente inicia a apreciação da pauta. **Item 01:** Projeto de Lei do Senado nº 516, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “*dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior*”. O Presidente concede a palavra ao Senador **Eduardo Suplicy** para fazer a leitura do seu relatório. Após a leitura do Relatório a discussão é encerrada e a votação é adiada. O Presidente submete o Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 320, de 2009, relatado pela Senadora Marina Silva a votação. Aprovado. **Item 2:** Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “*Altera a Lei nº 9.493, de 10 de*

setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nela especificados às Casas Militares ou aos Gabinetes Militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.” Adiado. **Item 3:** Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2006, de autoria da Deputada Luiza Erundina, que “Acrescenta § 3º ao art. 4º da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999. (Estabelece a composição do Conselho Deliberativo Federal na Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas ameaçadas).” Tramitando em conjunto com Projeto de Lei da Câmara nº 25 de 2008, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que “Altera o art. 12 da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre a segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para a constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências.” Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que “Autoriza o Poder Executivo a instituir a Ouvidoria da Polícia Federal.” Projeto do Senado nº 117, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que “Altera a Lei nº 8906, de 4 de julho de 1994 - Estatuto da Advocacia, para identificar os honorários percebidos de indiciados em crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes.” Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2003, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Altera a Lei nº 10446, de 8 de maio de 2002, para tornar obrigatória a investigação da Polícia Federal nos crimes de repercussão interestadual ou internacional.” Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que “Acrescenta § 7º ao art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica das autoridades públicas com direito a porte de arma de fogo previsto em legislação própria.” Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2006, de autoria do Senador José Jorge, que “Altera a redação do parágrafo segundo, do artigo 11, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. (Dispõe sobre a cobrança de taxas das empresas de segurança privada).” Projeto de Lei do Senado nº 67, de 2006, de autoria do Senador Juvêncio da Fonseca, que “Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estender a posse legal da arma de fogo aos limites da propriedade rural, moderar as penas dos crimes previstos nos arts. 12, 14 e 15, diminuir para 21 anos a idade mínima para aquisição da arma de fogo, reduzir o valor de taxas, admitir a cessão aos órgãos de segurança pública das armas apreendidas ou entregues voluntariamente, além de outras providências.” Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Acrescenta inciso ao art. 6º, da Lei nº

10.826, de 22 de dezembro de 2003, e dá nova redação a seu § 1º, para permitir o porte de arma de fogo aos integrantes de carreira de Institutos de Criminalística, de Identificação e de Medicina Legal.” Projeto de Lei do Senado nº 239, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Acrescenta o § 4º ao art. 23 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para determinar que as armas de fogo contenham número de série gravado em suas superfícies interna e externa.” Projeto de Lei do Senado nº 342, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.” Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que “Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, para modificar as fontes de receita do Fundo Nacional de Segurança Pública e estabelecer a obrigatoriedade de repasse de, no mínimo, oitenta por cento dos recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para aplicação em ações de segurança pública.” Projeto de Lei do Senado nº 173, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências, para determinar prazo de arquivamento de filmagens.” Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2008, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que “Altera o inciso VII do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, para estender o direito a porte de arma de fogo aos agentes de vigilância do Poder Executivo Federal.” Adiado. **Item 4:** Requerimento (SF) nº 1.210, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim: “Requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio e censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico “The Sunday Times” que negros são intelectualmente inferiores aos brancos.” Adiado. **Item 5:** Requerimento (SF) nº 1.311, de autoria do Senador Mário Couto e outro: “Requer, nos termos do art. 223, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chavez, pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu País, tendente a consolidar seu regime autoritário e personalista de governo.” Adiado. **Item 6:** Requerimento (SF)

nº 88, de 2009, de autoria do Senador Álvaro Dias: *“Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de Voto de Aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país.”* Adiado. **Pauta Extra:** Requerimento nº 42, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azevedo, que *“requer nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a participação dos membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para discutir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações no Irã em razão dos resultados eleitorais desse país”*. O Senador **Eduardo Suplicy** faz uso da palavra. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, Presidente em exercício.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 22ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 42 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Declaro aberta a 22ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Há matérias a serem relatadas, há considerações a serem feitas. O Senador Collor manifestava o propósito de fazê-las de início. Passo a palavra a V. Exa..

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Nós temos na pauta de hoje diversos assuntos de muito interesse para o País e, particularmente, para a tramitação desses projetos no âmbito do Congresso Nacional.

O primeiro item da pauta trata sobre a obrigatoriedade da União de trasladar o corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior, de autoria do Senador Expedito Júnior, cuja relatoria coube ao

Senador Eduardo Suplicy, que deverá apresentar o seu relatório.

Temos, também, alguns outros temas nas próximas Sessões, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, que julgo de muita importância nós fazermos atenção especificamente em relação aos dois painéis que serão realizados no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a questão do ingresso ou não da Venezuela no MERCOSUL. Já ficou definido, por acordo entre as partes daqueles Senadores que julgam ser importante o ingresso daquele País de imediato no MERCOSUL e daqueles que julgam que esta não é a melhor oportunidade para que isso aconteça. Nós teremos dois painéis que serão realizados no mesmo dia, segundo até sugestão feita pelo Senador Inácio Arruda que essa modalidade fosse adotada, teremos a presença de duas autoridades ou, enfim, personalidades venezuelanas nesta Comissão para nos trazer as informações sobre a questão da cláusula democrática, que é o que particularmente nos preocupa nesse momento, e teremos também a presença do Secretário-Geral Samuel Guimarães, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, a presença dos Governadores do Amazonas e do Amapá, bem como a presença do ex-Embaixador e ex-Ministro Lampreia. Então acredito que nesse dia a realização desses dois painéis poderá ir consolidando, dentro de cada um de nós, o conceito que tenhamos sobre essa questão que julgo eu de vital importância para a sobrevivência do MERCOSUL.

Num artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, o Dr. Ives Gandra Martins fala sobre a presença dele e a sua palestra aqui nesta Comissão, juntamente com o Ministro Celso Lafer. E diz ele: *Discute-se, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, a entrada ou não da Venezuela no MERCOSUL. Se a Venezuela for admitida - diz ele -, poderá impugnar qualquer deliberação da união aduaneira no que diz respeito ao próprio MERCOSUL, assim como impugnar acordos com terceiros países de qualquer uma das nações signatárias. Aliada do Irã, poderia, por exemplo, se já fizesse parte do MERCOSUL, opor-se mediante o direito de veto ou de falta de consenso - que é o termo que a professora que aqui esteve da Universidade Federal do Rio de Janeiro utilizou -, poderia impedir que o acordo firmado com Israel fosse realizado.*

Diz ele também, o Dr. Ives Gandra Martins, no artigo de tendência e debates neste veículo de comunicação, que ele apresentou pessoalmente aqui nesta Comissão questões de natureza econômica, política, jurídica e técnica. Diz ele que *“Economicamente, reconheço que os superávits da balança comercial com a Venezuela, em face do acordo que temos até 2011,*

são expressivos, mas também são superávits obtidos sem a necessidade de a Venezuela ingressar no MERCOSUL. E são superávits inferiores àqueles que conseguiram os Estados Unidos da América, objeto principal das críticas do Presidente Venezuelano, e da Colômbia, país não dos mais simpáticos – segundo o Dr. Ives Gandra – para o líder bolivariano, a relação com esses dois países aqui citados.

O argumento - diz ele - carece de relevância, sobretudo levando-se em consideração – e esse é um dado muito importante – que a Confederação Nacional da Indústria e a Fecomercio de São Paulo vêm, com muitas restrições, o ingresso imediato da Venezuela, enquanto a instabilidade emocional do Presidente Venezuelano continuar levar à expropriação de empresas e críticas à economia de mercado. Os principais interessados no comércio externo são muito menos propensos ao imediato ingresso venezuelano do que os que argumentam com dados econômicos para justificá-lo.

Politicamente, a Venezuela é uma democracia formal, com cinco poderes, dos quais só dois são relevantes: o popular e o executivo. O popular é normalmente convocado pelo Executivo e não pelo Legislativo, ou seja, sempre que o Presidente assim deseja. A perseguição aos políticos que derrotaram o Presidente Venezuelano em eleições regionais, a limitação do direito a comícios nos mesmos locais em que o Presidente os fez e a perseguição aos meios de comunicação, condenada pela principal entidade internacional de imprensa, demonstram que, para uma real democracia, há uma longa caminhada a ser empreendida.

O MERCOSUL só admite democracias reais com os seus membros, tal como ocorre, aliás, na União Europeia. Ora, o Presidente Venezuelano, que declara ser... E vai por aí, mais para frente ele entra também na parte jurídica.

Do ponto de vista jurídico, se a Venezuela entrar no bloco, não só terá direito a se opor ao consenso, podendo paralisar o MERCOSUL, como também, o que é pior, a interferir nas relações bilaterais ou plurilaterais do Brasil condicionadas ao MERCOSUL, o que representará para o nosso País uma preocupação a mais entre aquelas que já têm com os outros países do Pacto de Assunção. Aqui é o Pacto de Assunção é o Tratado de Assunção.

Por fim, do ponto de vista técnico, a Venezuela não concordou, ainda, com 169 das 783 normas que regem o espaço do Cone Sul, condição prévia para a sua adesão, nem tão pouco definiu a Venezuela a lista de produtos para a adoção da tarifa externa comum, assim como não se manifestou sobre o cronograma de liberalização do comércio entre o Brasil e a Venezue-

la. Tampouco definiu as condições para não se opor a que o Brasil negocie com terceiros países.

Em outras palavras, nada obstante ter havido algum avanço na reunião de Salvador - aqui na Bahia - no mês de maio, entre os Presidentes Brasileiro e Venezuelano, os cronogramas dos grupos de trabalho, criados desde 2005, não foram cumpridos até agora, exclusivamente por culpa da Venezuela e não do Brasil.

O argumento de que a Argentina e o Uruguai concordaram com a integração imediata, num momento em que Chávez estava fornecendo recursos à Argentina e energia ao Uruguai, não pode servir e não deve servir de parâmetro.

No dia de nossa Audiência - diz o Dr. Ives Gandra -, houve - no entender dele - um entendimento de que não há formada nenhuma posição contrária ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL, mas tão-somente o questionamento da oportunidade de que esse ingresso se dê agora, tendo em vista que todos esses pré-requisitos ainda não foram cumpridos pelo País-irmão.

Por essa razão - diz ele -, a posição naquela audiência realizada no dia 09 no Senado foi dizer nem “sim”, nem “não”, mas “talvez”, deixando para apresentar seu veredicto final a partir do exame de todos esses elementos que devem ser enviados para a análise em futuro ainda não determinado.

Por isso, julgo muito importante a iniciativa tomada por esta Comissão, Sr. Presidente, pela direção dos nossos trabalhos, de realizar essas Audiências Públicas com pessoas que conhecem o assunto, pessoas que defendem o ingresso, como aquelas que têm dúvida sobre a oportunidade do ingresso do País no bloco do MERCOSUL, e isso irá servir, sem dúvida, para esclarecer alguns questionamentos que membros dessa Comissão possam ter a respeito do assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Conforme acordado na semana passada, então ficou definido que na próxima quinta-feira nós teremos a sequência eu acho que de duas reuniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Dia 09, Senador.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Dia 09. Então no dia 09 duas reuniões, sendo que ficou também consensuado que haverá o equilíbrio dos pontos de vista, inclusive com a presença do Secre-

tário- Executivo Samuel Pinheiro Guimarães, que se dispôs a vir e que certamente poderá contribuir para esclarecer muitas das questões agora levantadas pelo Senador Fernando Collor. Então dia 09 estarão presentes, pelo acordo realizado, o Governador do Amazonas, o Deputado Neudo Campos, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário Executivo, o Embaixador da Venezuela, dois representantes da Venezuela, o ex-Ministro Lampreia e, ainda, um nome a ser escolhido.

Eu gostaria de sugerir que, quem sabe, possa ser convidado aquele professor cujo nome havia sido já aprovado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fabiano Santos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Como?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Fabiano Santos.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador, só para a sua informação, de acordo com o entendimento ontem havido com o Presidente desta Comissão, Senador Eduardo Azeredo, esse segundo nome seria, já foi feito o convite, já foi aceito, do professor Demétrio Magnoli, que é sociólogo e muito bem informado sobre essa questão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Eu o conheço bem.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): V. Exa. o conhece bem?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Conheço bem.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Então já foi feito o convite para o segundo painel em que estarão presentes o Embaixador Felipe Lampreia e o sociólogo Demétrio Magnoli.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Bem, nós temos, pelo que se observa, então, no segundo painel, um pelotão de qualidade forte [risos]. O professor sociólogo Demétrio Magnoli, tenho o maior respeito por ele, conheço o seu ponto de vista a respeito, mas--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ele é a favor ou contra? Eu não conheço o posicionamento do professor sobre essa questão específica.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Talvez pudéssemos, se não houver objeção dos proponentes, também ter a presença do outro professor, Duil Peje(F), cujo nome havia sido já aprovado. Eu sei que aqui acabaria sendo o quinto nome, mas se não houver objeção eu sugiro, porque até o nome dele já havia sido aprovado, depois foi substituído pelo Embaixador do Brasil na Venezuela, mas eu acho que ele acrescentaria, se não houver objeção, sugeriria que o

nome dele também estivesse presente, porque diante de um pelotão tão forte sugerido por V. Exas., seria um nome de equilíbrio de muito boa qualificação.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Supply, na realidade a solicitação que fiz à presidência da Mesa, naturalmente ouvido o Plenário desta Comissão, foi de que nós tivéssemos três painéis e que dentre esses três painéis o primeiro tratasse da cláusula democrática, o segundo tratasse das questões econômicas, dessa questão da parte técnica dos pré-requisitos que a Venezuela deixou de cumprir, e, depois, a questão institucional. O Presidente desta Comissão, o Senador Eduardo Azeredo, solicitou, então, que nós restringíssemos a dois painéis para facilitar o trabalho, inclusive já havia entrado em contato com o Senador Inácio Arruda, no que de minha parte eu concordei. E ele, então, ontem, encaminhou a relação da sugestão que ele faria, inclusive disse-me ele que de acordo com a conversa que havia dito com o Senador Romero Jucá, se eu não me engano, ele estabeleceu esses nomes e esses painéis, dizendo que esse quarto nome, que fosse sugerido uma personalidade para participar. Foi sugerido o nome do professor Demétrio, o que foi aprovado.

De minha parte, como um dos autores do requerimento, eu não tenho nenhuma objeção a fazer, Senador Supply. Apenas eu colocaria isso para que a presidência da Comissão pudesse deliberar da melhor forma possível, dentro da conveniência dos nossos trabalhos e da celeridade e eficiência com que ele deve se haver.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu quero só esclarecer aos Srs. Senadores que há necessidade de uma articulação, um entendimento, e efetivamente a entrada nessa Comissão de requerimentos nesse sentido. Até agora não temos ainda requerimento nenhum propondo nome.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Há sim, Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Não, o que eu disse é que esse nome do professor Fabiano já havia sido aprovado, só foi suspenso o convite a ele.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, pela ordem. Eu quero dizer que já tem requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, com exceção dos requerimentos do Senador Mozarildo, a quem eu passo a palavra agora.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu estava observando e, até onde pude ouvir, tanto o Senador Collor quanto o Senador Supply men-

cionaram apenas, inclusive se referindo ao atual Deputado Neudo Campos, que é o ex-Governador Neudo Campos, a razão de convocá-lo é essa, e sabendo, e eu não estou aqui escolhendo pessoas contra ou a favor, até porque eu não estou convencido de que seja contra ou a favor, eu estou querendo me convencer. Então o Governador Neudo, o ex-Governador Neudo Campos foi quem começou as tratativas com relação ao comércio bilateral entre Roraima, que é a ponta do Brasil que está dentro da Venezuela, e a Venezuela, inclusive a nossa energia vem de lá. E o outro é o Governador do Amazonas, que é o outro Estado do Brasil que faz limite com a Venezuela. E retirei, atendendo a ponderações, o nome do Embaixador da Guiana, embora eu entenda que nessa questão nós, que somos de uma Comissão de Relações Exteriores, fosse relevante ouvir o Embaixador da Guiana, dado ao conflito que existe entre Venezuela e Guiana e ambos os países fazem fronteira com o Brasil, fazem fronteira exatamente com Roraima.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas os requerimentos de V. Exa.s. já foram aprovados, certo?

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Pois é.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu estou me referindo aos demais nomes. Os Senadores precisam se articular, inclusive em torno de suas lideranças, para que o requerimento seja protocolado nessa Comissão, que na próxima reunião possamos apreciá-los e, se for o caso, aprová-los. Eu estou só prevenindo.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não, Senador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O Presidente Eduardo Azeredo, quando ele sugeriu que fossem esses dois painéis e entrou em contato com o Senador Inácio Arruda, a quem cabe originalmente a ideia de se fazerem dois painéis, ele achou conveniente que fizéssemos dois blocos, então esses dois painéis. O primeiro bloco seria composto por personalidades que se colocaram a favor do ingresso da Venezuela de imediato no MERCOSUL e o segundo bloco formado por personalidades que se opõem a isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois é, Senador, é isso que eu estou falando, nós precisamos otimizar isso no sentido de formularmos um requerimento apresentando esses nomes.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu estou só prevenindo que a Comissão ainda não tem isso formalizado, está certo?

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Senadora Marina, nossa companheira muito querida, tem uma necessidade emergencial e eu concedo a ela a palavra, porque ela quer nos propor alguma coisa.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): É a inversão de pauta, Sr. Presidente, para relatar um projeto que vem a essa Comissão de Relações Exteriores e que propõe um Termo de Cooperação Técnica com a República da Zâmbia. Como é de importância esse Termo de Cooperação, o Senador Crivella está muito empenhado nessa aprovação para que possamos viabilizar os suportes necessários para os projetos em andamento no âmbito do Governo Federal e do Governo da Zâmbia, então eu pediria para poder fazer o relato, se tiver o consentimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Submeto a solicitação da Senadora Marina. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu aprovo, mas eu acho que a gente devia, rapidamente, encerrar a proposta do Senador Collor com o Senador Suplicy, mais o Mozarildo, para não interromper assim de pronto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador, eu acho que isso tem que ser feito, digamos, extra aqui Comissão, em reunião.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Como há já uma consciência de que esses nomes são os mais indicados, depois de discussão, pelo relato do Senador Fernando Collor, surgiu o fato da tentativa de inclusão do Suplicy, deixaríamos para depois, mas já me parece que houve uma proposta de marcar o primeiro, não é Presidente Collor, já para marcar o primeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Deixa eu esclarecer uma coisa. A apreciação dessas proposições será feita na próxima reunião. Eu sugiro que os parlamentares com maior interesse em relacionar nomes que deverão participar dessas Audiências devam fazê-lo extra essa reunião. Eu sugeriria, inclusive, envolvendo suas lideranças, foi o que ficou acertado e combinado da última vez, com a participação das lideranças, e extra essa reunião, está certo, para que a gente possa as-

sim, nessa reunião, nos dedicarmos à apreciação da nossa pauta. Se há a concordância de todos--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sr. Presidente, pela ordem, somente para concluir isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Arredondar.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Arredondar. Eu recebi ontem às 18h19 da noite de ontem, 24 de junho, o seguinte e-mail da Comissão de Relações Exteriores: *Por solicitação do Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Senador Eduardo Azeredo, verificar com o Senador Fernando Collor quais venezuelanos e, também, qual o quarto nome que irão compor a Mesa de Audiência Pública para a instrução do PDS 430/08 (adesão da Venezuela ao MERCOSUL). Informo que a reunião será dividida da seguinte forma...* Ou seja, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores informando a um integrante da Comissão, a quem ele pede que seja indicado os nomes para esse segundo painel, dizendo que será dividida da seguinte forma: Primeiro painel: Integrado pelo Governador Eduardo Braga, do Amazonas, pelo Deputado Neudo Campos, pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Secretário-Geral do Ministério Público das Relações Exteriores do Brasil, e o Embaixador Júlio Garcia Montoya, Embaixador da Venezuela no Brasil. Segundo painel, ainda segundo o e-mail enviado por determinação do Senador Eduardo Azeredo: Segundo painel: Sr. Leopoldo Lopes, o Sr. Marcel Granier, o Embaixador e ex-Ministro Luiz Felipe Lampreia e o quarto nome, que ele solicita aqui no início que eu indique em nome daqueles que não julgam essa ser a melhor oportunidade para o ingresso da Venezuela, que nós indicássemos. O nome que nós indicamos foi o do sociólogo Demétrio Magnoli. Ato contínuo foi feito a ele o convite e ele já aceitou o convite para participar. Então aqui está o e-mail que nos foi enviado ontem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Então a coisa está bem avançada.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Está bem encaminhada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu volto a sugerir apenas que os Senadores formulem--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --através de requerimentos esse entendimento já consolidado. Pois não, Senador Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, no espírito do diálogo havido na reunião da semana anterior nós teríamos dois painéis equilibrados. Agora eu estou vendo que o Presidente Eduardo Azeredo encaminhou ao Senador Fernando Collor, pelo que ele relata, a ideia de um painel só com os a favor e outro só com os contra. Eu, se consultado, aqui no ambiente da Comissão proporia que houvesse dois de um lado e dois do outro em cada um dos dois painéis. Para nós fica mais interessante, porque senão não teremos o contraditório das visões. Eu acho que até para aqueles que tenham um ponto de vista tal como o externado a pouco pelo Senador Fernando Collor de que talvez não seria hora de aprovar e tudo, que isso possa ser respondido na argumentação de ambos os lados presentes, pelo menos os que têm o ponto de vista favorável que aprovemos já versus os que têm outro ponto de vista. Então a minha sugestão é de que possamos consultar o Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mesclar.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --a não ser que acordemos aqui agora todos, mas eu sempre avaliei que um painel de diálogo, quer dizer, a ideia de serem convidados quatro de um lado e quatro de outro está acordado. Eu só sugiro que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O formato final.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --os painéis possam interagir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V. Exa. tem razão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então quem sabe um venezuelano num painel e outro venezuelano num outro painel, já que virão dois, e assim por diante. Quem sabe possamos acordar desde agora com a seguinte vantagem, Presidente, só para concluir. A vantagem de acordamos desde hoje é que teremos até o dia 09, mas de desde já, para formular o convite para que os convidados saibam, claro, o Secretário Executivo Samuel Pinheiro Guimarães é uma pessoa de muitos compromissos, às vezes no exterior, os venezuelanos, todos teriam vantagem em saber a partir de hoje que dia 09, em tal horário, teremos os painéis.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Combinado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Se eles estiverem de acordo, então chegamos a um consenso.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Como sempre.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Como sempre. Então formulem. Por favor, os requerimentos têm que ser protocolados nessa Comissão.

Com a palavra a Senadora Marina, que pediu a inversão de pauta para relatar o Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009, que "Aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia, assinado em Brasília em 14 de março de 2006". A autoria é da Comissão de Relações Exteriores e a relatoria é da eminente Senadora Marina Silva. Com a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT-AC): Sr. Presidente, em primeiro lugar obrigado por essa inversão.

Eu vou direto à análise, Sr. Presidente. O Acordo mostra-se de extrema relevância para o relacionamento bilateral. Além de fortalecer os laços de amizade existente, o documento estimula o desenvolvimento sócioeconômico, incita o progresso técnico e enfatiza a necessidade de desenvolvimento sustentável recíproco. Ressaltamos que esse acordo se junta ao "Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio", assinado em 1980 com o Brasil.

Vê-se, pois, que o Tratado favorece a cooperação entre os dois países, abrindo espaço para a cooperação na área ambiental, já que, como o nosso País, a Zâmbia é um País rico em biodiversidade. O país africano tem uma cobertura vegetal dominada por savanas, tem uma grande variedade faunística, além de abrigar em seu território as monumentais Cataratas de Vitória, que formam uma cortina de água de aproximadamente 90 metros.

Não é exagero afirmar que a perspectiva desse Acordo é animadora se estabelecermos uma troca de experiências sobre como os dois países podem se relacionar de forma sustentável com os seus biomas.

Na área de saúde o Brasil pode ajudar de forma significativa. Como o nosso país deu passos importantes no combate à AIDS e hoje é considerado uma referência mundial pelo sucesso que conquistou através de seus programas de saúde neste setor, podem contribuir para que há... para atingir... Enfim, em relação a esses problemas de saúde, há avanços significativos em relação ao combate à AIDS.

O documento de resto segue o modelo adotado para textos de idêntico propósito, vazado em poucos artigos, mas em linguagem clara, ele há de ser propiciador do adensamento da cooperação que se pretende.

O Voto é pela aprovação, Sr. Presidente, ressaltando apenas que o Governo brasileiro tem se empenhado significativamente, inclusive o Presidente Lula, em viabilizar esses Acordos de Cooperação. Infelizmente

até que se estabeleça esses Acordos, a aprovação pelo Congresso, se faça o Acordo-Quadro e eles tenham que ser desdobrados em atitudes práticas nas diferentes áreas de alcance, porque aqui é um "acordo guarda-chuva" que pode contemplar embaixo dele a área de saúde, de educação, enfim, vários setores. Há uma certa demora. Por isso que eu compreendo da parte do Senador Crivella e do meu próprio interesse que haja o mais rápido essa aprovação, pedindo que vá imediatamente para o Plenário para que possa ser desdobrado nos diferentes Acordos Técnicos tão necessários para países que têm dificuldades sociais, ambientais e com menos capacidade técnica que nós, em que podemos contribuir. Hoje se pensa muito o que nós chamamos de Cooperação Trilateral, aonde são estabelecidos os Acordos-Quadros e outros países podem fazer o repasse de dinheiro, desde que o Brasil seja o País implementador, até pela similaridade entre situações sociais que muitas vezes é melhor fazer de países de desenvolvimento para países em desenvolvimento, ou seja, a famosa Cooperação Sul-Sul, de sorte que é de altíssima relevância e eu agradeço a V. Exa. por ter adiantado o relato dessa matéria, já que tenho um outro compromisso.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão o relatório da Senadora Marina Silva sobre um assunto de extrema relevância.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pela ordem, Presidente. Só para concordar com o relatório da Senadora e apoiá-la, pois há um grande interesse do Brasil de cada vez aumentar mais a integração com a África. Eu acho que é um grande passo, principalmente para os países que têm tido grandes dificuldades no seu desenvolvimento, no atendimento da sua população muito carente. Então vários projetos têm sido atendidos, até por iniciativa de particular, de alguns agentes públicos que têm procurado ajudar.

Então eu sou favorável e cumprimento a Senadora pelo relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Permanece em discussão o relatório. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Senadora Marina, o relatório certamente será apreciado, mas aguardamos a presença de somente mais um parlamentar para termos o *quorum* necessário.

Enquanto isso, Senador Suplicy, por gentileza, relatará a matéria a seu encargo. Trata-se do Projeto de Lei--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, pela ordem. V. Exa. permitiria?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o maior prazer, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu estava aqui folheando a pauta, tem um relatório do Senador Tião Viana sobre agregação de vários projetos em andamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A maioria é sobre segurança. Eu não sei se a gente deve discutir ou não aqui e--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Senador Romeu Tuma, se me permite, o Senador Tião Viana, que inclusive tinha pedido para que eu pudessem relatar, ele se compromete a estar aqui, que sejam apreciados o Projeto nº 3 e os demais com a presença dele na próxima quinta-feira.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É porque eu acho que ele tem razão aqui no relatório dele, que todos os projetos são sobre segurança pública, cobrança de taxa de empresa privada--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Mas eles são apensados.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --eu acho que essa Comissão não tem que decidir sobre isso, não é? Cobrança de taxa, quem pode andar armado, quem não pode, não tem nada de internacional.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Por solicitação dele, para que sejam examinados na próxima semana.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É comportamento interno do sistema de segurança. Então por isso que eu fiquei preocupado. O Senador Tião Viana propõe que seja desmembrado, não sejam unificados projetos variados em assuntos de interesse da segurança pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Tuma, a Mesa enviou para essa Comissão os projetos. Eles foram--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Anexados.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Apensados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --apensados e entregues ao Senador Tião Viana. Eu acho conveniente aguardarmos a presença do Senador Tião Viana para darmos prosseguimento a essa matéria. Agradeço a V. Exa. o comentário feito.

Senador Supply, por gentileza, para relatar o **Item 01** Projeto de Lei do Senado nº 516, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de bra-

sileiro de família hipossuficiente falecido no exterior". Todos nós temos conhecimento de casos de famílias de brasileiros que têm a infelicidade de terem parentes falecidos no interior e com grande dificuldade para articular a remoção dos seus corpos. Eu acho que esse é um projeto muito importante.

Com a palavra o Senador Eduardo Supply.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Geraldo Mesquita Júnior. O projeto, de autoria do Senador Expedito Júnior, dispõe exatamente sobre a obrigatoriedade da União de trasladar corpo de brasileiro de família hipossuficiente falecido no exterior. Está disposta em três artigos. Pode se destacar que o direito de manifestação do luto de poder velar o corpo do ente falecido e ter um lugar para visitar e chorar a saudade está no texto constitucional e decorre do direito à vida com dignidade. Por isso, não pode ser negado aos brasileiros que são pobres e que não dispõem de recursos financeiros para arcar com os custos de traslado do corpo ou dos restos mortais do parente brasileiro falecido no exterior.

Na CCJ, o Relator Senador Antonio Carlos Júnior, após registrar a oportunidade da matéria, ofereceu duas Emendas: uma, alterando a redação inicial para acrescentar "despesas indispensáveis à efetivação do transporte do morto, como o embalsamento e fornecimento de urna zincada" e substituir a expressão "cidadão brasileiro" por "nacional brasileiro", justificando a substituição ao argumento de maior abrangência da nova expressão; a outra é suprimindo o art. 2º, que fixa prazo ao art. 2º para regulamentar a Lei. O projeto foi aprovado com as modificações propostas na CCJ.

Compete a esta Comissão opinar sobre a oportunidade e o mérito. No estudo da proposição elaborada pelo Senador Antonio Carlos, se destaca a lembrança do aumento do número de brasileiros vivendo no exterior. Esse incremento proporciona por igual a dilatação das hipóteses de falecimento no estrangeiro. Afastada a lamentável dor dos parentes, o quadro não ocasiona maiores atribuições logísticas àqueles com recursos para custear o transporte do corpo. O mesmo, no entanto, não se aplica aos que têm dificuldades financeiras e não lograriam trazer o corpo para o território nacional sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Assim, o projeto, no mérito, parece ter o conforto da unanimidade.

Além das alterações introduzidas pelo Relator na CCJ, considero que ainda cabem alguns ajustes. Por exemplo, a expressão "nacional brasileiro" poderia ser substituída por "brasileiro", sem qualquer prejuízo da abrangência perseguida pelo autor. Outro ponto que considero importante é a ausência de definição do que se entende por família hipossuficiente. Não restou es-

clarecido se o regulamento da Lei o fará, tal como o previsto no texto original. Sendo assim, creio oportuna a inclusão de Parágrafo Único no art. 1º traçando a definição. Conforme sugestão do consultor Márcio Garcia, a fonte de inspiração para a referida expressão está lá Lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Com isto, pode se considerar família hipossuficiente toda aquela constituída por pessoas cuja situação econômica não lhes permite pagar as despesas do traslado sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Diante do exposto, o Parecer é pela aprovação do projeto com as seguintes Emendas: “Dê-se a redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 516 a seguinte redação: Cabe à União, nos termos do regulamento desta Lei, o custeio das despesas com o traslado do corpo de brasileiro falecido no exterior, integrante de família hipossuficiente, para localidade dentro do território nacional, solicitada pela família, incluindo despesas com o embalsamento e urna zincada, dentre outras indispensáveis para a efetivação desse transporte”. E a inclusão do seguinte Parágrafo Único ao art. 1º do Projeto de Lei: “Parágrafo Único - Considera-se família hipossuficiente aquela constituída por pessoas cuja situação econômica não lhes permita pagar as despesas do traslado sem prejuízo do sustento próprio ou de seus membros”.

Sr. Presidente, coincide de justamente hoje, sem que soubesse que nós iríamos tratar deste assunto, que aqui recebo a visita da cidadã brasileira Sueli Divina Santos, cujo irmão, que morava até um ano e pouco atrás e por três anos morou na Irlanda, ali na cidade de Galway, a cerca de 200 quilômetros de Dublin, capital da Irlanda, eis que por um acidente este trabalhador que estava ali na Irlanda na construção civil, estava certo dia com seus amigos, alguns brasileiros, no segundo andar de um edifício, de onde caiu e sofreu ferimentos graves que resultaram em que ele ficasse paraplégico e, inclusive, por bastante tempo hospitalizado no *Galway University Hospital*, onde precisou ser atendido através de um chamado “sistema de respiratório sueco” e durante a noite com traqueotomia, por seis horas da noite, recebia assistência fisioterápica diariamente, com duas horas de tratamento, e a família, por cerca de um ano, tentou que pudesse o mesmo ser trasladado para Brasília, para ele poder ser tratado no hospital Sara Kubitscheck. Depois de bastante tempo, finalmente conseguiu que teria a oportunidade, mas tal foi a demora de providências por parte das autoridades brasileiras ali na Irlanda que infelizmente Edivaldo(F) Florentino dos Santos, irmão de Sueli Divina Santos e, também, do outro irmão que aqui se encontra, Ed-

milson, infelizmente Edivaldo(F) veio a falecer no dia 09 de maio último e, inclusive, daí eles realizaram um enorme esforço para que o Governo brasileiro pudesse, por falta de recursos da família, trazê-lo para ser enterrado no Brasil.

Entretanto, no dia 12 de maio, o Embaixador Pedro Fernando Bretas Bastos escreveu a Sra. Sueli Divina Santos, que “Na Condição de Embaixador, em caráter pessoal, expresso profunda tristeza ao saber do falecimento do seu irmão Edivaldo(F) Florentino Santos. Sei que é irreparável uma palavra que possa confortá-la, a sua família”. Ele prossegue, eu vou pedir para ser inserida na íntegra, mas diz que “A Embaixada empreendeu esforço para encontrar um hospital no Brasil. Lamentamos que a solução não tenha sido encontrada a tempo. No que se refere às despesas de traslados dos restos mortais do seu irmão, deve informá-la de que, infelizmente, a legislação brasileira não permite que esta Embaixada forneça ajuda financeira para a cobertura de despesas funerárias de qualquer natureza”. Infelizmente diz que, enfim, não pode atender.

A família conseguiu, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que finalmente a comunidade da paróquia onde Edivaldo(F) Florentino Santos convivia, frequentava, pudesse prover algo como mil euros e mais os... Algo como 15 mil reais...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ajudou a família e o Governo Irlandês forneceu uma ajuda de mil euros.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): O Governo irlandês ajudou com mil euros e mais os vizinhos e membros da paróquia ajudaram a família para viabilizar que Edivaldo(F) pudesse ser enterrado no Cemitério São Miguel, em Morrinhos, Goiás, no Brasil.

Por acaso acontece que eu fui procurado pela Dra. Sueli Divina Santos hoje porque ela veio externar uma preocupação e me diz que gostaria de fazer uma reclamação. Eu estou sugerindo a ela, Sr. Presidente, que ela possa escrever uma carta com os documentos anexos relatando todos os episódios, porque quero fazer a sugestão de que essa carta relatando estes episódios possa ser encaminhada ao Ministro Celso Amorim como um relato dramático de uma situação que ocorreu com uma cidadã brasileira e com o seu irmão, cuja família não tinha recursos para fazer o traslado de um brasileiro que acidentou-se, ficou paralisado, tentou ser trasladado para o Sara Kubitscheck e não foi feito isto a tempo. Há uma porção de detalhes nesse ano de trajetória difícil que a família teve e eu gostaria que isso fosse encaminhado ao Ministro Celso Amorim. Eu queria propor que a carta então possa ser encaminhada até a próxima reunião para que, registrada, possa

a carta dela ser por nós encaminhada pela Comissão ao Ministro Celso Amorim para que ele inclusive esteja ciente de situações como essa, como um exemplo, inclusive para termos mais elementos para votarmos essa matéria da forma mais consciente possível, Sr. Presidente.

É a sugestão que eu formulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Suplicy. Certamente a sensibilidade de V. Exa. contribuirá decisivamente para a solução definitiva desses casos, cujo projeto relatado por V. Exa. pode ser um veículo importante aí para introduzirmos essa questão e tratarmos dela de forma definitiva.

Verifico que essa matéria relatada pelo Senador Suplicy é terminativa. Portanto, requer *quorum* qualificado, o que dificilmente alcançaremos na Sessão de hoje. Portanto, a sua votação, inclusive das Emendas apresentadas, será objeto de apreciação na nossa próxima reunião.

Observo que o projeto relatado pela Senadora Marina é não terminativo e o coloco em votação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Temos, ainda, outros projetos cujos Relatores não estão presentes.

No entanto, eu sou subscritor de um requerimento do eminente Senador Eduardo Azeredo, Presidente dessa Comissão, e o coloco em apreciação nessa Comissão. O requerimento é vazado nos seguintes termos: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a participar de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a participação dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, para discutir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações no Irã em razão dos resultados eleitorais".

Em discussão o requerimento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Coincide de justamente hoje o jornal o Estado de São Paulo publicar um artigo do professor Demétrio Magnoli, sociólogo e doutor em geografia humana pela USP, sobre os acontecimentos no Irã. Se trata de um artigo onde ele formula críticas à situação ali havida, a forma como houve denúncias de fraudes nas eleições. Então até para que o Senador Fernando Collor possa conhecer melhor o professor Demétrio Magnoli, aqui

está um exemplo. Então eu queria só fazer o registro e a recomendação da leitura para que conheçamos o seu pensamento. Eu o conheço, me dou bem com o professor Demétrio Magnoli, nem sempre estou de acordo com as duas ideias, mas me considero um amigo dele [risos].

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Desculpe Senador Suplicy, eu estava aqui com esse papel--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu dei a sugestão para que possa conhecer o professor Demétrio Magnoli.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Extrapauta, Senador Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Extrapauta, está ótimo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Não é só sobre a Venezuela, é sobre o Irã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Coloco em apreciação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

A propósito, informa o Dr. Alexandre que essa oitiva será realizada no próximo dia 02 e possivelmente teremos um representante do Ministro Celso Amorim para trazer às duas Comissões do Congresso Nacional o entendimento do Governo brasileiro acerca do fato. Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar nessa reunião, ela está encerrada.

Sessão encerrada às 11h33.

ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2009, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e quinze minutos do dia primeiro de julho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Antonio Carlos Valadares**, **João Pedro**, **Tiã Viana**, **Geraldo Mesquita Júnior**, **Paulo Duque**, **Efraim Moraes**, **Marco Maciel**, **Heráclito Fortes**, **Flexa Ribeiro**, **Fernando Collor**, **Renato Casagrande**, **Augusto Botelho**, **Inácio Arruda**, **Wellington Salgado de Oliveira**, **Valdir Raupp**, **Rosalba Ciarlini**, **Romeu Tuma**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Cristovam Bu-**

arque. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões dos dias 18 e 25 de junho do corrente que são dadas como lidas e aprovadas. O Presidente inicia a apreciação da pauta. Audiência Pública para discutir a Estratégia Nacional de Defesa e prestar esclarecimentos sobre notícias recentemente divulgadas na imprensa brasileira a respeito da desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em função de impasse com comunidades quilombolas existentes na região, em decorrência da aprovação do Requerimento nº 18, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e do Requerimento nº 19, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti. O Presidente convida o Ministro Nelson Jobim para compor a Mesa, e em seguida, concede a palavra a Ministro para fazer sua exposição. O Presidente registra a presença do Major-Brigadeiro-do-Ar Ronaldo Salomone Nunes, Comandante Geral interino de Tecnologia Aeroespacial; General-de-Divisão Sérgio Westphalen Etchegoyen, assessor especial militar; General-de-Divisão Vilas Boas, 7º Sub-chefe do Estado Maior do Exército. Registra, também, a presença dos Deputados Ibsen Pinheiro, José Genoíno, Albano Franco, Rodrigo Rollemberg, Emanuel Fernandes, Cláudio Cajado, Domingo Dutra e Ribamar Alves. O Presidente concede a palavra ao Senador **Augusto Botelho**, Deputado **Ribamar Alves**, Senador **Mozarildo Cavalcanti**, Senador **Romeu Tuma**, Senador **Eduardo Suplicy**, Senador **Heráclito Fortes** e Senador **Sérgio Guerra**. O Presidente agradece a presença do Ministro e inicia a cerimônia de aposição do retrato do Senador Heráclito Fortes na galeria de ex-Presidentes da Comissão. O Presidente convida o Senador Heráclito Fortes para compor a Mesa. O Senador **Romeu Tuma** faz uso da palavra. A mestre de cerimônia faz uso da palavra na abertura da cerimônia. Faz uso da palavra o Ministro **Nelson Jobim**. O Senador **Eduardo Azeredo** faz uso da palavra e agradece a presença do Diretor-Geral Haroldo Tajra e da Secretária-Geral da Mesa, Claudia Lyra. Em seguida, faz uso da palavra o Senador **Heráclito Fortes**. A mestre de cerimônia convida todos os presentes para o desceramento da fotografia do Senador Heráclito Fortes. A reunião é suspensa às doze horas e sete minutos. O Presidente reabre a reunião às doze horas e dez minutos para apreciação dos itens da pauta. O Presidente convida os Embaixadores Alfredo Cesar Martinho Leoni e Ricardo Luiz Viana de Carvalho para compor a Mesa. O Presidente submete a apreciação como **Item Extra Pauta** o Requerimento nº 44, de 2009 – CRE, de autoria dos

Senadores Eduardo Azeredo, Mozarildo Cavalcanti e Efraim Moraes, que “*Requeiro nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados o Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga, o Deputado Federal pelo Estado de Roraima, Neudo Campos, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, o embaixador da Venezuela no Brasil, Embaixador Julio Garcia Montoya, o ex-prefeito do Município de Chacao, Leopoldo López, o escritor venezuelano Gustavo Tovar-Arroyo, e o professor da UNB Carlos Pio, a participarem de Audiência Pública para tratar da adesão da Venezuela ao Mercosul.*” Aprovado. **Item 1.** Mensagem (SF) nº 91, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome do Senhor Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Heráclito Fortes**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente abre o processo de votação. **Item 2.** Mensagem (SF) nº 94, de 2009, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ricardo Luiz Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.*” O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **Eduardo Suplicy**, para fazer a leitura do seu Relatório. O Presidente concede a palavra aos Embaixadores **Alfredo Cesar Martinho Leoni** e **Ricardo Luiz Viana de Carvalho** para fazerem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores Romeu Tuma, Cristovam Buarque, João Pedro, Eduardo Suplicy e Rosalba Ciarlini. A reunião torna-se Secreta às treze horas e quinze minutos. A Reunião é reaberta às treze horas e dezoito minutos. O Presidente comunica a aprovação das indicações dos embaixadores. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da

Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE JULHO DE 2009, ÀS 9 HORAS E 15 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão dispensa da leitura e aprovação da ata das reuniões anteriores, reuniões dos dias 18 e 25 de junho. Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Nós teremos hoje, Srs. Senadores, senhoras e senhores, esta Audiência Pública na primeira parte e depois nós teremos também sabatina de dois Embaixadores indicados para Bangladesh e para Paquistão.

A Audiência Pública para discutir a Estratégia Nacional de Defesa e prestar esclarecimentos sobre notícias recentemente divulgadas na imprensa brasileira a respeito da desativação da base de lançamento de foguetes de Alcântara, no Maranhão, em função de impasse com comunidades quilombolas existentes na região, em atendimento à aprovação do Requerimento nº 18, de 2009, de autoria... de minha autoria, e do Requerimento nº 19, de 2009, dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti.

Convido para compor a Mesa o Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa. Antes de passar a palavra ao Ministro, eu quero registrar a presença do Major-Brigadeiro-do-Ar Ronaldo Salomone Nunes, Comandante Geral interino de Tecnologia Aeroespacial, General-de-Divisão Sérgio Westphalen Etchegoyen, assessor especial militar, também do General-de-Divisão Vilas Boas, 7º Sub-chefe do Estado Maior do Exército. Também a presença dos Deputados Ibsen Pinheiro e José Genuíno.

E ainda, antes de passar a palavra ao Ministro, eu coloco já em votação... Sim, então, aguardamos... Vamos iniciar, então, de uma vez, a Audiência Pública. Eu concedo a palavra, portanto, ao Ministro Nelson Jobim, para fazer a sua exposição sobre os dois temas elencados.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu agradeço a possibilidade de ter esse contato com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do

Senado, e também pedir escusas porque eu preciso ir para São Paulo hoje, às 11h30. Tenho um compromisso em São Paulo. Além do mais, eu quero também chegar no velório do Dr. Pinotti, que acabou de falecer nessa madrugada.

Vamos conversar sobre a Estratégia Nacional de Defesa e depois eu traçaria algumas posições sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, situado no Maranhão. A Estratégia Nacional de Defesa nasceu por uma decisão do Presidente da República... Bem, o... Como vai, tudo bem Senador? Eu quero apresentar o PowerPoint dos senhores, tentando sistematizar a questão da Estratégia Nacional de Defesa e verificar sua inserção e as razões pelas quais nós decidimos sugerir ao Presidente Lula que fizéssemos esse... Discutíssemos esse tema. Por favor.

O primeiro conceito que nós precisamos ter com clareza, para saber do que se trata, é exatamente o conceito de estratégia, que nós colocamos nessa forma: a utilização na paz ou em Estado de conflito, seja guerra ou não, de todos meios políticos, econômicos, científicos e tecnológicos, sociais e militares, a fim de atingir e manter os objetivos estabelecidos pela Política Nacional. Ou seja, aqui é um conceito amplo de estratégia, que não é uma estratégia exclusivamente no sentido militar. Ou seja, ela abrange todos os meios políticos para a fixação de uma Política Nacional. Ou seja, é uma política de Estado. E a estratégia de Defesa se insere dentro desse contexto amplo. Adiante.

Vejam, o problema todo é o seguinte: nós temos o conceito de segurança e temos, em relação à população, não propriamente um juízo positivo ou negativo sobre o estado real de segurança que as pessoas se encontram, mas sim a percepção. A segurança acaba se caracterizando numa percepção de uma situação específica. Então, você opera... Às vezes, as discussões que se travam são equivocadas porque procura-se discutir com aquele que se percebe em estado de insegurança, procura-se discutir que aquele estado não é legítimo. Como se aquela pessoa que está percebendo-se em estado de insegurança, aquela pessoa esteja dizendo que o país não possui elementos de segurança. E aí você está em patamares distintos de discussão e nunca vão chegar num entendimento. Porque a percepção, porque a segurança caracteriza, basicamente, com elementos objetivos, mas ela tem um grau de percepção que pode ser certo ou errado. E a questão do levantamento da opinião pública tem essa característica.

Quando você faz uma pesquisa de opinião pública, você não pesquisa o fato, você pesquisa a percepção que tem a comunidade em relação ao fato. Ou seja, a percepção que tem a comunidade em relação à classe

política, não importa se a percepção é verdadeira ou falsa, se aquilo é devido ou indevido. O que importa é saber qual a percepção e aí você poder operar nesse sentido. Adiante.

A segurança importa a segurança política, econômica, social, militar, ambiental, alimentar e Ciência e Tecnologia. Todo este conjunto importa nesses elementos. Adiante. E aqui entra a Defesa que opera em todas essas áreas. Ou seja, tanto na área política, econômica, social, isso não significa que seja o Ministério da Defesa, estou falando em sentido amplo. E esta Defesa importa em ações, em cada um desses itens, que podem ter mais, eu acabei elencando somente esses sete para dar uma idéia. Ou seja, nós temos ações no que diz respeito às questões políticas, ações no que diz respeito às questões econômicas, e tudo isso faz parte da mobilização de meios do país para a manutenção da Política Nacional. Adiante.

E esta ação opera na percepção. Se nós não tivermos ações em relação a cada um desses conjuntos, ou esses subconjuntos, nós não teremos condições de agir na percepção. A percepção depende, portanto, de ações, e não de discursos dizendo que a percepção está errada, porque aí é perda de tempo. Aí é, digamos, exatamente uma... Neste ambiente, opera enormemente a mídia. A mídia deseja, realmente, haver uma contradição entre a sensação de segurança e a percepção, ou seja, não é material para a mídia uma percepção positiva; é material para a mídia uma percepção negativa, e, portanto, a mídia vai operar nessa faixa das percepções negativas. Não se dá notícia de ações de segurança positiva; dá-se notícia de situações que tentam demonstrar e reforçar a percepção de insegurança. Adiante.

E aqui vem o tema específico nosso. A Estratégia Nacional de Defesa foi elaborada e é vista por nós como uma relação fundamental com a estratégia nacional de desenvolvimento. E essa estratégia nacional de desenvolvimento tem que se unir à estratégia de Defesa no sentido de que a estratégia nacional de desenvolvimento motiva a Estratégia Nacional de Defesa e esta, a Estratégia Nacional de Defesa, protege o desenvolvimento, ou seja, é um escudo do desenvolvimento. Isto é o ponto que nós precisamos enxergar e, digamos, é o elemento novo que se traz na Estratégia Nacional de Defesa, por quê? Porque anteriormente, e aqui eu tenho que fazer também a minha *mea culpa*, anteriormente, tudo que dizia respeito à Defesa, meu caro Senador, era visto, no Congresso, e eu me volto para 1987, 88, em que a questão de Defesa, nenhum dos novos, digamos, políticos da época, e novos governos queriam mexer. Porque Defesa era vista da perspectiva da *datrás*. É como dizia o Ibsen Pinheiro,

na época, era vista pelo retrovisor. Nós tínhamos, no nosso imaginário, que a Defesa se vinculava a questões militares, se vinculava a questões de repressão política do regime de 64.

Então, o que aconteceu? A única discussão que tivemos, em 1987, 88, foi uma discussão que dizia respeito à função das Forças Armadas. E aí nós rompemos uma tradição que vinha das Forças Armadas. A tradição que vinha, no Direito Constitucional brasileiro, era atribuir diretamente às Forças Armadas a proteção da soberania, a proteção dos poderes constitucionais e a garantia da lei e da ordem.

Como a Constituição de 81 e como todas as constituições posteriores repetiram a mesma linha, parecia... Havia uma linha de interpretação das Constituições de que a garantia da lei e da ordem havia sido outorgada aos militares, a decisão do momento em que deveriam intervir para garantir a lei e a ordem. E aí os militares se deslocavam de um comando. Foi exatamente em 1988, 87, 88, depois de uma grande discussão interna, que nós colocamos, mantivemos a mesma linha. Só que, para garantir a lei e a ordem, que era a forma da intervenção interna das Forças Armadas, depende da determinação dos Poderes Constitucionais. Isto foi um avanço importante na transição do processo.

Eu quero lembrar os senhores que, em 81, se atribuiu às Forças Armadas a garantia da lei e da ordem porque a República acabou com a Guarda Nacional. Quando a República extinguiu a Guarda Nacional, ficou um vazio. E esse vazio foi entregue às Forças Armadas, ou seja, que era garantir a ordem interna, que era função típica da Guarda Nacional que foi extinta pela República, porque a Guarda Nacional era o nicho político das lideranças políticas locais, ou seja, dos líderes das províncias. E que, naquele momento, você precisava criar um elemento de concentração nacional que fosse às Forças Armadas. E aí então se atribuiu dessa forma. E isto se prolongou, foi se repetindo na República, mudando-se, portanto, naquela linha.

Mas nós percebemos e passamos a mostrar, a partir dessa nova estratégia de Defesa, de que a estratégia de Defesa se integra à Política Nacional de Desenvolvimento. E aí vem um ponto. É a capacidade do Brasil poder dizer não quando tiver que dizer não no contexto internacional. E, sem uma estrutura de Defesa, o país não terá condições de dizer não. Terá que se submeter, em determinados momentos, a determinados tipos de exigências. Daí porque a ligação da Estratégia Nacional de Defesa com a estratégia nacional do desenvolvimento e a sua... Esta é a motivadora daquela, e esta outra corresponde a uma proteção daquela. Adiante.

O Ministério da Defesa, que foi constituído no Governo Fernando Henrique Cardoso, há 10 anos atrás, ou seja, em 1999, pela Lei Complementar nº. 97, corresponde a coordenar o esforço integrado de defesa da soberania nacional e da garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem. Ou seja, a capacidade do Ministério da Defesa é a coordenação das ações que serão desenvolvidas pelas Forças Armadas. Ou seja, operação é assunto militar. Decisão da operação é assunto do poder civil. E esta é a grande, digamos, novidade, já que as grandes decisões sempre eram da área. Nós temos duas coisas distintas que precisam ficar claras. Adiante.

A base legal do instrumento é a Constituição, as Leis Complementares. Um outro conjunto de leis, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que condicionam alterações que nós vamos remeter, em agosto, para o Congresso, em matéria de leis. Nós temos modificações a propor, na Lei Complementar nº 97, temos modificações a propor num outro conjunto de leis de organização do Ministério da Defesa, e ainda alterações que estamos realizando no Decreto que aprovou a Política Nacional de Defesa, a partir dos critérios da Estratégia Nacional de Defesa. Adiante.

E aqui eu queria... Queria fazer uma observação. Evidentemente, que isso aqui é uma montagem, porque o mundo não é à noite todo tempo. Eu queria chamar atenção dos senhores sobre a conjuntura internacional. E resolvi encontrar, então, essa montagem, que foi feita durante... Foi feita no Google, que é uma montagem do mundo à noite. E aqui os senhores vêem essas áreas, onde se consome energia. E aqui os senhores enxergam também os grandes vazios demográficos.

Você tem vazios demográficos, que são esta parte aqui do Saara, este vazio demográfico, que corresponde à Amazônia, você tem o vazio demográfico da Austrália, tem o vazio demográfico dos desertos gelados da China, acima da Índia e também da Rússia, da hoje Rússia; esta região aqui do Azerbaijão etc. etc., e, esta aqui, o grande conceito. O que nós temos? Quais são os problemas que nós temos aqui? Nós temos quais são as concentrações populacionais nas áreas claras. O que tem lá dentro? Tem trabalho, tem riqueza, tem rotas comerciais que se concentram para essas regiões, tem miséria e tem energia, consumo e emissão de gás carbônico. Isso tudo é o mundo. Ou seja, aqui nós temos, nessas concentrações populacionais que estão iluminadas, a Europa, principalmente a Europa e esta área dos Estados Unidos, principalmente área leste dos Estados Unidos, mostra claramente umas áreas de grandes concentrações populacionais.

Vejam aqui a Índia. A Índia, a concentração populacional, a concentração populacional na China... Agora, vejam bem, a China se ilumina nesta parte. Não se ilumina aqui, que é o grande interland chinês. Esses vazios, esses desertos correspondem a riquezas a serem exploradas. São desertos, são áreas com riquezas a serem exploradas. E aqui nós temos um problema nosso. Olhem bem o Atlântico Sul. E olhem a linha Natal-Dakar. O estreito Natal-Dakar, onde você vê que as nossas riquezas se encontram aqui e isso tudo está desprotegido. Vocês... Eu terei a oportunidade de verificar a seguinte situação: nesta margem, ou seja, aqui nós temos aquilo que chamam-se as áreas jurisdicionais brasileiras, que nós vamos falar a seguir. Essas áreas judiciais brasileiras, você encontra também áreas judiciais dos países do oeste da África, os países Atlântico da África, começando por uma ponta da África do Sul, Namíbia, depois Angola, um pedacinho insignificante da República Popular do Congo, em seguida, vem Angola de novo, com aquele enclave de Cabinda, e aqui você vai subindo, toda a região da Costa do Marfim etc. etc., todo este ponto estratégico brutal, que é o Golfo da Guiné, onde nós temos, aqui neste ponto, a Ilha de São Tomé e Príncipe, que é uma parte central, digamos, é a boca do Porto da Guiné. E, aqui, tudo isso são regiões de circulação, de rotas marítimas brasileiras. E esse é um problema que eu queria também examinar para os senhores, mostrando, com isso, a vulnerabilidade que nós temos no centro econômico brasileiro a partir do Atlântico, que esta é uma região que nós vamos examinar logo em seguida. Adiante.

Com isso, eu mostro aos senhores que nós temos um mundo, a conjuntura internacional dinâmica, incerta e complexa. Complexa em todos os seus conjuntos, incerta em seus futuros, ou seja, os cenários futuros são incertos e nós temos uma dinâmica muito forte. Agora, esta dinâmica é uma dinâmica que pode levar para frente, como pode trazer para trás, dependendo exatamente do tratamento que nós viermos a dar. Adiante.

Na conjuntura internacional, fala-se de novas ameaças, que não são mais necessariamente as guerras convencionais, as guerras entre nações. Ou seja, talvez a última guerra convencional que nós tivemos foi a Guerra da Coreia e alguma coisa da Guerra do Vietnã. Mas a grande guerra convencional que tivemos foi a Segunda Guerra Mundial. E, lembrem-se, que a Segunda Guerra Mundial ensinou algo importante para os franceses. Os franceses não ouviram o General De Gaulle, no caso o Coronel De Gaulle na época, em que De Gaulle afirmava que a nova guerra, o conflito do futuro era o conflito do movimento. E a França, os ge-

nerais franceses, com Petain, resolveram preparar-se para a guerra do passado, e fizeram a linha Magineau, ao fazer pensando que a Segunda Guerra Mundial ia repetir o conflito da primeira guerra mundial, que era o conflito estacionário, que era o conflito de barricadas, de valas. E eles fizeram a linha Magineau. O que aconteceu? Os panzers do Exército Alemão, comandados por Von Rundstedt, circularam, em dois dias, a linha Magineau e acabou a França. Subiram pela Bélgica... Os panzers de Rundstedt subiram pela Bélgica e contornaram. Aí, mostraram o quê? Que havia algo de novo, numa guerra convencional. A guerra que tinham se preparado era a guerra do passado. E este é o grande risco do conservadorismo das doutrinas militares: porque exatamente o risco da afirmação da repetição do passado e a dificuldade, algumas vezes, do enfrentamento com o futuro.

Então, as novas ameaças que estão sendo identificadas hoje, são táticas convencionais e irregulares. Quando eu falo táticas irregulares, eu quero dizer guerrilha. Ou seja, você precisa ter soldados que sejam formados para os conflitos convencionais, mas fundamentalmente tenham qualidades de soldados com formação irregular. Ou seja, capazes de enfrentar conflitos irregulares. Quero chamar atenção dos senhores do erro dos generais americanos em relação ao Iraque. A guerra convencional no Iraque foi ganha em dois dias. E estão perdendo a guerra irregular, por quê? Porque não tem formação e não tem estrutura para o enfrentamento dos conflitos irregulares. Está claro? Porque dois, três dias, acabaram com o conflito convencional. E depois? Depois não adiantou nada, por quê? Porque o conflito irregular significa uma mistura do conflitante com a população civil inocente. E nós temos que ter a capacidade... O soldado tem que ter a capacidade de distinguir essas situações. Adiante.

Conflitos urbanos, que são as novas ameaças, adiante. O espaço cibernético, que é a outra grande ameaça, que é a capacidade que nós temos de cegar o país em qualquer momento, que é uma grande vulnerabilidade. Eu quero deixar claro aos senhores, por exemplo, de que o Brasil depende claramente do GPS no geodirecionamento. E qualquer mudança da atitude do satélite ... o satélite está assim, faz uma viradinha no satélite, chama-se alteração da atitude, cega o país. É por isso que o controle do espaço aéreo no Brasil é todo por radar de chão, controlado por nós. E nós não renunciamos aquela tentativa de fazer com que o controle do espaço aéreo seja feito a partir de radar, porque se for feita a partir de radar, nós vamos ter problemas. E hoje, no mundo, ainda não temos o controle de radar, por exemplo, no oceano. A partir... Agora, nesse caso, ficou muito claro, nesse acidente

do Air France, a partir de uma distância de algumas milhas de Fernando de Noronha, esgota-se o atingimento dos radares do Brasil no ar. A partir daí, o controle do espaço aéreo é feito por rádio, no mundo todo, inclusive no Atlântico Norte. Vá ver... Nós estamos, agora, caminhando... A Força Aérea está a caminho exatamente para ter, no espaço internacional do Atlântico sul, nós termos o controle do espaço aéreo via radar. Mas só nele. Porque só poderíamos ter, no Brasil, se tivermos os nossos satélites controlando os nossos espaços, sob a nossa soberania. Adiante.

Além, evidentemente, do espaço cibernético, diz respeito também à guerra cibernética, a *cyberwar*, que é algo de absoluta modernidade. E ainda essa situação das armas de destruição em massa. Todas essas quatro novas ameaças são o foco da instabilidade no mundo de hoje. Adiante.

E agora vamos ver a conjuntura sul-americana. Eu fiz uma análise global. Aqui, vocês verifiquem esse mosaico sul-americano, mostrando o ambiente estratégico da América do Sul, e aí nós temos... Vamos lá. Nós temos características desta região: solução pacífica dos conflitos. O último conflito que tivemos... O último conflito que tivemos foi o conflito entre o Equador e o Peru. Esse foi um conflito que acabou... Deu uma guerra e acabou sendo solucionado através de arbitramento. E eu, casualmente, fui um dos árbitros. Eu era Ministro do Supremo Tribunal e fui indicado pelos Estados Unidos, pelo Brasil e pela Argentina, que eram os garantes do acordo de 1949, para participar do grupo de elaboração de um laudo sobre a cordilheira de El Condor, na divisa entre o Peru e o Equador. E foi o último. O resto são soluções pacíficas de conflito e acabam sempre caminhando para isso. Adiante.

Segunda característica da América do Sul: Abundância de recursos naturais. Adiante. Terceira: Raízes históricas comuns, com a diferença fundamental entre a América hispânica e a América portuguesa. O que nós precisamos compreender com clareza, na nossa... Pelo menos é o entendimento nosso, é que esta América portuguesa imensa permanece unida, por quê? A causa básica e historicamente básica é o Tratado de Fontainebleau, entre Napoleão, Carlos IV e Miguel de Godoy. Miguel de Godoy era o valido do Rei Carlos IV da Espanha, que faz a negociação com a França e divide Portugal; o sul de Portugal seria entregue a Miguel de Godoy; o centro de Portugal à França e o norte de Portugal ao sobrinho de Napoleão, que estava no reinado de Milão, estava no reinado da Itália. O que acontece com esse fato? Essa divisão acertada no Tratado de Fontainebleau, que se seguiu, subsequentemente, se seguiu a atitude tomada pelo Rei Carlos IV, que vai a Bayonne e entrega o poder, entrega a

coroa espanhola para o irmão, para José Bonaparte, irmão de Napoleão, e passa o quê? A América espanhola fica, então, sob quem? Sob a coroa de um rei francês. E isso determinou o quê? Determinou que os líderes provinciais da América hispânica acabassem produzindo as suas autonomias. Afora disto, havia um interesse fundamental da Inglaterra de fazer com que o Rio da Prata, que está aqui, fosse internacionalizado, para possibilitar que a prata que vinha de Potosi, na Bolívia, pudesse circular por águas internacionais. Qual era a experiência que tinham os ingleses? O Rio Reno. O Rio Reno, que todos conhecem, grande parte dos senhores conhecem, tem castelos belíssimos à margem. E as pessoas se perguntam por que é que foram criados castelos? Porque cada barão cobrava pedágio de passagem de navios. Ou seja, dali, ele controlava a circulação sobre o Rio Reno e, naquele espaço correspondente a ele, ele cobrava um pedágio. Os ingleses aqui precisavam internacionalizar o uso da prata para não ter a possibilidade de fazer com que pudessem os americanos cobrarem pedágio dos navios ingleses na demanda da prata boliviana para a Europa.

Afora essa circunstância, o Brasil, a história foi diferente. Quando Carlos IV entrega a coroa a José Bonaparte e começa a pressão sobre Portugal, começa a idéia do deslocamento da família real portuguesa para o Brasil. E aí, embora... Digamos, as demoras de decisão do príncipe regente, D. João acabou decidindo vir para o Brasil em 1808, e aí ocorreu que as tropas de Junot, entrando em Lisboa, "ficaram a ver navios", que era exatamente a expressão que a gente usa até hoje, que ficaram exatamente a ver os navios da família real portuguesa indo embora. E aí significava o quê? A França não tinha como colocar o pé no país, no Brasil. Ela tinha colocado o pé nessa América. E qual era o problema de Napoleão? O problema de Napoleão era que eles haviam vendido para os Estados Unidos a Virgínia, e o Haiti havia se independentizado da França. E, portanto, o que aconteceu? A França não tinha nada na América. E ele precisava voltar o poder na América para se confrontar com os Estados Unidos, que era, digamos, a nação emergente. E, com isso, ele pretendia fazer o quê? Substituir o rei de Portugal por um rei francês, e aí tomar conta de toda a América, quer via Espanha, quer via Portugal. E aí o projeto falha quando o rei D. João VI, junto com a interdita rainha portuguesa, vem para o Brasil. E aqui faz a União da grande pátria portuguesa.

E eu quero lembrar aos senhores o seguinte: o Brasil é mais largo aqui, a extensão do Brasil é maior aqui do que aqui. E isto aqui chama-se Marquês de Pombal, 1750. Na década de 50, o Marquês de Pombal começou a empurrar o Brasil com a construção de

Fortes, que ainda existem até hoje, fundamentalmente um deles em Roraima, que é o Forte Príncipe da Beira, que está aqui junto ao Guaporé... Rondônia, minto. Rondônia, junto ao Guaporé, perto de Guajará-Mirim. Que é... Ali o Município é... Nessa região de Rondônia. Isto significa o quê? A expansão portuguesa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aqui. Tordesilhas era isso aqui. Tordesilhas era isso e nós empurramos tudo para cá. Isso tudo foi uma obra dos portugueses. Obra dos portugueses. Vocês encontram todos aqueles Fortes que circulam e que vem até o Forte Coimbra, no Mato Grosso, em que os portugueses constroem o Forte na margem esquerda do Paraná, entrando na área da Bolívia, e que deu origem depois às pretensões paraguaias de querer anexar aquela área, dizendo que aquela área era naturalmente paraguaia porque estava à direita da... Era a margem direita do Rio Paraná. Mas isso é história comum. Mas isto mostra as nossas raízes em histórias comuns e a indeterminação.

Agora, o fato foi que o império, o segundo império, principalmente, D. Pedro II é que conseguiu fazer com que isto aqui permanecesse unido. Lembrem-se bem de que, quando houve a renúncia de Pedro I, e Pedro I abdica em favor de seu filho, veio o período da menoridade. O período da menoridade foi o período mais confuso da história brasileira em termos dos autonomismos regionais. E esses autonomismos regionais deram origem àquilo que a gente chamava o golpe da maioria, quando antecipa a maioria de D. Pedro. Ele poderia assumir o Governo com 18, antecipa-se para 16 anos, e ele assume o Governo e começa, então, o regresso, o movimento do regresso na história brasileira, que era a União Nacional, que estava sendo comprometida com a Revolução Farroupilha, com a Balaiada, com a Cabanada, enfim, com todas aquelas guerras que se deram aqueles conflitos, que se deram no período da regência, e que mostrou a necessidade de um centralismo que D. Pedro II conseguiu fazer, com uma característica importante e que ainda se repetiu: D. Pedro não admitia que comandantes militares das forças nacionais fossem originários da região. Os gaúchos eram comandados por cariocas, os gaúchos comandavam no nordeste... E assim circulavam, por quê? Porque esses comandantes militares não tinham nenhuma ligação histórica com as elites locais, e, portanto, não podiam levar as forças do Exército Nacional, as Forças Armadas Brasileiras, para o lado de alguma pretensão regionalista. Adiante.

Assimetrias regionais e sociais, o que é evidente. Nós temos assimetrias em toda a América, regionais

e sociais, muito fortes. As assimetrias entre o Brasil e, por exemplo, o Suriname; entre o Brasil e a Guiana, a antiga Guiana inglesa; as assimetrias que ocorrem em relação aos progressos com o Paraguai etc. Adiante. Bolsões de insegurança urbana são uma característica comum nos grandes centros sul-americanos. Adiante. E elevado potencial agroindustrial que nós temos.

Então, vocês vêem que nós temos coisas positivas e coisas negativas. Adiante. E a baixa densidade demográfica, conforme nós vimos naquela... Naquela imagem à noite, mostrando que há um grande vazio na América do Sul, na parte correspondente à Amazônia e também na parte andina. Adiante. E também aqui embaixo, nessa região aqui embaixo.

Agora, observem bem, eu vou pegar aquele mesmo mapa, o mapa mundial, e mostrar para vocês o seguinte: a América do Sul tem, na conjuntura sul-americana, 12% da superfície terrestre. São 21 milhões, 620 mil, 381 quilômetros quadrados. Tem 6% da população mundial. São 380 milhões, sendo que quase 200 milhões são no Brasil. Energia. É autosuficiente em energia. 25% das terras agricultáveis do mundo estão no Brasil, estão na América do Sul. E 23% das reservas de água doce do mundo estão na América do Sul. Ou seja, este é, digamos, a densidade da conjuntura americana em território, população e riqueza. E eu separei três: Energia, agricultura e água doce. Adiante.

E agora vamos ver o Brasil. Eu queria chamar atenção dos senhores o seguinte, a superfície... São 8.5 milhões de quilômetros quadrados. Corresponde a 5.7% da extensão do mundo e é quinto país em extensão no mundo. E ele tem 47% do território da América do Sul. Aqui estão as chamadas águas jurisdicionais brasileiras. Este azul, um pouco mais claro, corresponde àquilo que nós vamos falar logo adiante, que são as 200 milhas. E este azul, mais escuro, é a disputa que estamos tendo agora na ONU para a extensão das águas jurisdicionais brasileiras até o bordo exterior da plataforma continental do Brasil, que faz todo esse conjunto.

Então, nós temos duas áreas: uma na foz do Amazonas, outra no norte de Fortaleza. E essa extensão que fica no Rio Grande do Sul, essa parte relativa ao Rio Grande do Sul, a parte relativa a esta região aqui de São Paulo e Rio, aqui está São Pedro São Paulo, Fernando de Noronha, aqui a Trindade, que são as extensões brasileiras. Adiante.

A população são 191 milhões. Nós temos 3.18% da população mundial. É o quinto país do mundo em população e temos 50% da população da América do Sul. Adiante. Nós temos 12% da reserva de água doce do mundo. Está no Brasil - 12%. E da reserva de água doce da América do Sul, nós temos 48%. Isso leia-se:

a Amazônia e o Aquífero Guarani nessa região aqui. Adiante. Terras agricultáveis: nós temos 45% do nosso território, é agricultável. E energia. Nós temos... E aqui vem um dado importante. Além da auto-suficiência em energia, nós temos 46% da energia renovável e 54% da não renovável, que são os hidrocarbonetos. Observem que nós estamos mais ou menos iguais, em termos de energias renováveis e energias não renováveis. Porque aqui vem a ser o petróleo. Adiante.

E aqui eu queria mostrar aos senhores, rapidamente, a questão dos limites marítimos do nosso território. Aqui, nós temos a linha do mar, ou seja, a superfície do mar, e, aqui, temos a parte de terra, a plataforma. Adiante. Nós temos um traço da linha básica. Adiante. Nas 12 primeiros milhas, nós temos o chamado mar territorial, em que o Brasil tem soberania do subsolo marítimo, do solo marítimo, da coluna d'água e da superfície da água. Ou seja, ali quem controla é o país. Adiante. Depois nós temos mais 12 milhas que compõem 24 milhas, que dá a zona contígua, cujo tratamento é similar, e depois temos a zona econômica exclusiva, que corresponde a 200 milhas da linha base.

Aqui, o Brasil tem soberania sobre o solo, o fundo marinho, o subsolo marinho e as riquezas nas águas marinhas, ou seja, peixes. Ou seja, é uma zona de controle exclusivo do Brasil. A circulação de navios não. Isso é outra coisa. Agora, pesca e exploração das riquezas existentes na coluna d'água e das riquezas do solo e subsolo são tipicamente brasileiras. Adiante.

E aqui vem a discussão que estamos travando, que é a extensão das águas jurisdicionais brasileiras até o bordo exterior da margem continental da plataforma, que leva até... O direito do mar estabelece o seguinte: Você pode estender, a chamada extensão da zona econômica exclusiva, você pode estender até 350 milhas, desde que isso coincida com o bordo exterior da plataforma continental. Se o bordo exterior da plataforma continental for anterior, termina antes. Perceberam? Agora, o tratamento jurídico dessa região aqui, que é a parte excedente às 200 milhas, nós não temos jurisdição e nem competem ao país as riquezas da coluna d'água. Competem ao país as riquezas do solo e do subsolo marítimo. Isto é o que é importante. Ou seja... E aqui vem o seguinte, para vocês terem uma idéia de importância, o posto... O poço Tupi, da PETROBRAS, está a 162 milhas. Mais ou menos aqui. Significa que está a 37 milhas, 38 milhas do final das 200 milhas. Ora, se o poço é perfurado aqui, evidentemente que o petróleo se estende além. E aí você não poderia evitar que alguém pudesse explorar aqui nessa região. Daí porque a importância de um trabalho que começou no Governo Sarney, se estendeu o trabalho

feito pela Marinha e pela PETROBRAS, que conhece o solo, e apresentamos esse trabalho para o fundo, para a Comissão de Limites Marítimos da ONU, ele já apresentou... Já apresentamos, eles mandaram um laudo e estamos refazendo algumas coisas. Adiante.

A partir daqui, é o alto-mar. A partir daqui, começa aquilo que, em linguagem de direito do mar, corresponde à área. Quando os senhores ouvirem falar em área, é a parte além dos limites das águas jurisdicionais de algum país. Adiante.

O espaço aéreo internacional começa a partir das 12 milhas e o espaço aéreo nacional é dentro das 12 milhas. Então, o espaço aéreo não coincide com o espaço marítimo. Vamos deixar bem claro isso. O espaço aéreo nacional coincide com o final do mar territorial. A partir dali, é espaço aéreo internacional. Mas, a nossa zona econômica exclusiva vai além do espaço aéreo porque vai a 200 milhas. E a nossa, digamos, a nossa... A nossa soberania sobre o fundo marinho e o subsolo marinho vai a 150 milhas além das 200 milhas. Porque aqui nós temos tudo. Não só o subsolo e o solo, mas temos também a parte da coluna d'água. Adiante.

E aqui eu queria mostrar aos senhores um dado relevante para mostrar um problema. Vejam, aqui é a linha das 200 milhas, correto? Aqui está o acréscimo correspondente ao trabalho que temos na ONU. Aqui vem Trindade, Fernando de Noronha, São Pedro e São Paulo, e em frente de Fortaleza, nessa região, ele aumenta até chegar a essa divisa com a Guiana. Aqui nós temos a divisa com as águas da Guiana e aqui a divisa com as águas com o Uruguai. Ou seja, a soberania, águas jurisdicionais brasileiras correspondem a quatro... Com esse acréscimo, elas crescem para 4.5 milhões de quilômetros quadrados de águas jurisdicionais brasileiras no sentido de o subsolo e o solo e o fundo marinho, e o subsolo marinho é de soberania nacional.

Então, este acréscimo aqui, quais são as dúvidas que estão ocorrendo? A Comissão da ONU havia impugnado este pedaço aqui, um pedacinho, um enclave junto a Trindade. Acabou de dizer que estava equivocado e mantém dois enclaves, três enclaves, que não foram decididos e que nós estamos agora refazendo todo o trabalho, para demonstrar. Um enclave é na divisa com a Guiana, junto à foz do Amazonas, aqui. Outro enclave é em frente de Fortaleza, com 191 mil quilômetros quadrados, 191 metros quadrados, e aqui na... Em frente dessa região do Rio Grande.

A África, o Brasil fez... A Marinha Brasileira colaborou com a Namíbia, nesta região aqui. Aqui está a Namíbia, para fazer... Apresentar a sua pretensão. O Brasil está negociando com Angola para fazer... com

Angola também trabalhar, ajudar Angola na fixação da margem, desta zona toda. E eu, inclusive agora, fui duas vezes à África, conversei com os países africanos. Aqui nós temos a África do Sul, aqui está Namíbia, aqui está Angola, aqui está aquela pontinha da República Democrática do Congo. Aqui tem o enclave de Namíbia, de Angola, que ficou, depois da divisa com a República Democrática do Congo, e depois os demais países, da Guiné-Bissau. E aqui se encontra a Ilha de Ascension, e aqui também temos depois as ilhas de língua portuguesa, sendo que a divisa, a zona de transição, é Cabo Verde. Cabo Verde é a transição do Mar do Norte e Mar do Sul.

Queria chamar atenção dos senhores para o seguinte: riquezas que se encontram dentro daquilo que eu estou chamando área, ou seja, nesta parte aqui. Esta parte aqui tem riquezas, que são os nódulos polimetálicos, que estão no fundo do solo; os sulfetos polimetálicos, que vem da emergência do calor do fundo do mar, que sobem, considerando o centro da terra; e ainda as crostas cobaltíferas, que se encontram, essas crostas cobaltíferas, nessa região aqui. Isso aqui se chama a Cordilheira Meso-Atlântica, que é exatamente a placa da separação dos continentes. Quando houve a separação dos continentes, dizem os geólogos, o Brasil era grudado aqui, e aqui se formou esta Cordilheira Meso-Atlântica. São Pedro e São Paulo nada mais são do que um pico que saiu na superfície da Cordilheira Meso-Atlântica e que os portugueses asseguraram a soberania brasileira, nesta zona aqui. Nesta zona, você tem as chamadas crostas cobaltíferas, que são riquezas no fundo do mar, importantes, que podem ser exploradas.

Quem decide sobre a exploração dos fundos marinhos é uma Comissão de Fundos Marinhos da ONU, decorrente da Convenção do Direito do Mar. E aqui eu chamo atenção a esse ponto fundamental, é de que, nos levantamentos que tínhamos feito para a fixação da costa brasileira, nós encontramos o quê? Riquezas aqui, que isso aqui é chamado elevação do Rio Grande. Na frente do Rio Grande do Sul, você tem uma parte que se empacha, depois ela baixa, depois ela sobe. E aqui chega a ter uma profundidade que... Quanto mais ou menos a profundidade na... Da profundidade na elevação do Rio Grande? 600 metros. E aqui tem riquezas, tem nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas. Estão sendo pesquisadas pelos alemães e pelos russos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Aqui chama-se elevação do Rio Grande. Bem, agora, observem bem. Essa região tem riqueza. Aqui, são quadrados que nós

enunciamos, quadrados com riquezas, ou seja, suscetíveis de concessão para a exploração por qualquer país. Não precisa ser país costeiro, porque é área internacional. Quem faz a concessão é a Comissão de Fundos Marinhos da ONU. É feita a pesquisa, autorizada a pesquisa, e depois faz-se a concessão para exploração. E a concessão para exploração é o seguinte: cada nódulo, cada módulo, minto, é um módulo de 10 quilômetros de altura e de largura, o que dá 100 quilômetros quadrados. E um país pode pedir a concessão de até 25 módulos, o que dá 2500 quilômetros quadrados de exploração do fundo marinho.

Ora, se você tem a exploração do fundo marinho, que está aqui, evidentemente que você tem que ter algo na superfície, que são os navios, são... Digamos, as plataformas para a exploração. No caso dos nódulos polimetálicos, já está regulado pela ONU, é uma espécie de aspirador. Grandes navios que jogam, no fundo do mar, umas colunas, e essas colunas chupam os nódulos polimetálicos, que é mais ou menos parecido com os paletes da exploração de minério de ferro no Brasil, por exemplo, quando transforma em paletes, que são aqueles pequeninhos. É isso que está parado no fundo do mar. Tudo bem.

A questão básica que eu queria suscitar aos senhores é o seguinte: isto pode ser concedido a qualquer país do mundo. Já houve concessões disso no Pacífico. Ora, se é feita a concessão, e essa concessão abrange 50 anos, essa concessão importa também você ter, na superfície, no leito do mar, na superfície do mar, ter instalações, instalações que são permanentes e fixas. Eu queria, então, que os senhores ouvissem, olhassem as riquezas que estão aqui, e eu mostro a nova... A outra imagem.

E estas aqui, senhores, são as linhas comerciais brasileiras. Linhas marítimas comerciais brasileiras. Observem bem. Cruza por cima, cruza aqui, cruza aqui... Ou seja, há uma coincidência das linhas marítimas comerciais brasileiras, que exportam 92% das nossas *commodities*, coincidem com áreas de virtuais concessões futuras. A pergunta é a seguinte: como é que faz? Se eu tenho uma certa linha de proa, do navio mercante, que me dá uma distância entre Salvador... Ou melhor, entre o Rio de Janeiro e Angola, e Luanda, e que, nesta linha reta, eu tenho uma distância de X milhas marítimas e milhas náuticas, se tiver algo no meio, quem desvia, quem sai do lugar? Aquilo que está fixo para explorar o fundo ou a linha marítima que tem que se deslocar? Isso significa que nós teríamos que deslocar a linha marítima, contornar a área da concessão, e isto importa o quê? Num aumento das milhas náuticas e, portanto, no aumento do custo. Quem paga? Isto é uma discussão que interessa

brutalmente ao país. Eu levei esta imagem toda... Eu levei num encontro em Luanda para mostrar aos africanos, que não sabiam de nada desse assunto, que nós íamos chegar atrasados nessa discussão. E que o Brasil, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, ou seja, os países latino-americanos da costa, os atlânticos, teriam necessariamente de ter um entendimento estratégico com os países atlânticos da África. E aí eu propus uma conversa que fosse feita, não só pela comunidade de países da língua portuguesa, que importa em trazer aqui, com exceção de Moçambique, que está no Pacífico, aliás, está no Oceano Índico, os outros seriam do lado de cá. Mas conversei com o Ministro... Com o Ministro da Defesa da África do Sul, que não sabia nada dessa história; a Namíbia tomou conhecimento deste problema agora; Angola, o General Pahiana, que é o Ministro da Defesa de Angola, ficou surpreso com esse problema; suscitei esse problema com todos eles e suscitei também o problema básico de São Tomé e Príncipe, que é um "hub" fundamental para a distribuição das vias comerciais aéreas, com todo o Golfo da Guiné, que pega essa região aqui. Ou seja, esse é um tema que nós estamos tratando, e é um tema fundamental para a estratégica da presença do Brasil no mundo, porque nós não podemos ficar pensando que vamos só olhar para dentro. Nós temos que olhar pra fora. Adiante. Isto foi--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Ministro, só interromper um pouquinho. Em que pé está essa decisão da ONU? Que fica na Jamaica, né? Que fica esse organismo?

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: ONU já aceitou as objeções brasileiras em relação à Cordilheira de Trindade, ou seja, entendeu que Cordilheira de Trindade vem da costa brasileira, então apagou, mas ainda não tomou decisão sobre uma parcela que está junto à divisa com a Guiana; a parcela que está em frente a Fortaleza, que são 191 mil metros quadrados; e também da parcela que está em frente do Rio Grande do Sul. Houve alguns problemas.

Os uruguaios estavam fazendo seu levantamento isoladamente do Brasil. E os técnicos uruguaios, que os uruguaios contrataram para fazer o levantamento, eram técnicos alemães. Aí, a proposta alemã era inferior à proposta brasileira. Ou seja, o mar territorial, a área, a área do Uruguai terminaria antes da proposta brasileira, o que inviabilizava a proposta brasileira, porque evidentemente que a plataforma é contígua. E aí nós levamos... Tivemos uma conversa com o Ministro da Defesa, os nossos marinheiros foram para lá, o nosso pessoal da Marinha, os almirantes foram para lá e conseguimos, então, trazer a pretensão uruguaia, igualar com o Brasil. Aqui não tem problema nenhum.

Ou seja, o entendimento com os franceses na Guiana foi absolutamente tranquilo. Os guianos disseram: “Olha, nós fazemos o que o Brasil determinar”. E aí nós fizemos a pretensão guiana, a parte da Guiana estende-se para cá e coincide com a parte do Brasil. Porque, se a parte da Guiana fizesse isso aqui, inviabilizava a pretensão brasileira, porque havia descoincidência. Era o que estava acontecendo aqui. Os uruguaios estavam levando sua extremidade aqui. Não chegava a 350 milhas, chegava a 280 milhas.

E aí agora, na conversa que tivemos, eles, então, estão estudando para estender e fazermos esta integração e trabalharmos em conjunto com povos uruguaios para as pretensões. É claro que, nesse conjunto de pretensões, tem coisas que são complicadas. A Argentina é um país que tem pretensões territoriais na Antártida. Então, eles apresentaram, perante a Comissão, as suas pretensões de águas, dessas águas jurisdicionais argentinas. E apresentaram em relação à Antártica, em relação à Baía do Almirantado. Quem é a Baía do Almirantado? É a baía em frente à estação brasileira, polar brasileira na Antártica.

Mas, evidentemente, de que, como a Antártica, a questão territorial da Antártica só será decidida, abrir-se-á a discussão em 2049. Evidentemente que essas pretensões manifestadas pela Argentina e pelo Chile em relação à Antártica não serão objeto de exame por parte da Comissão, uma vez que ele não é considerado ali um país costeiro, porque a Antártica, conforme um tratado existente da Antártica, a Antártica é uma área internacional. E eu quero lembrar os senhores que a Antártica é maior que o Brasil... A Antártica é maior que o Brasil e tem uma coluna de gelo média de 2,5 quilômetros de água doce, sendo que a maior profundidade é perto da base russa, mais ao sul, mais à parte nervosa central da Antártica, que vai a 4.5 quilômetros de profundidade, extensão à coluna de gelo, e, embaixo da coluna de gelo, tem lagos. Ou seja, é a maior reserva de água doce do mundo porque, lá, não é água salgada. Todo o mar. Tanto é que os amigos que foram lá, tomaram uísque com gelo da Antártica, que evidentemente não eram salgados.

Tudo isso, toda essa análise, digamos, é o pano de fundo para a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa. Não se justificava que o Brasil, com todas essas características que nós apresentamos a vocês, ficasse silente em relação à sua estrutura de Defesa. Adiante. Evidente que eu não estou discutindo aqui os direitos subjetivos da nossa geração. Eu estou aqui discutindo os direitos subjetivos de gerações futuras, que é uma figura jurídica estranha, mas eu considero, não com um sentido de positivo, mas estamos discutindo direitos subjetivos das gerações futuras, que não a nossa.

Porque isso não é para nós. Mas se nós não fizermos isto, lá adiante, eles não terão isto. Adiante.

E a elaboração da estratégia teve uma estruturação. Nós começamos, junto com o Ministro de Assuntos Estratégicos, Dr. Mangabeira Unger. Trabalhamos intensamente junto às forças... Adiante. Junto às Forças Armadas. Começou o trabalho numa discussão isolada das Forças Armadas. Conversas com o Exército, com a Marinha e com a Aeronáutica. Depois, fizemos um trabalho articulado entre os três. Adiante. Fizemos uma discussão com o Congresso Nacional, na residência do Presidente da Câmara de então, onde foram os líderes do Congresso e também a Comissão de Defesa, organizada no Congresso Nacional. Discutimos com os líderes do Congresso a apresentação disso, depois, fomos discutir dentro do Governo, com os outros Ministérios, por quê? Porque a Estratégia Nacional de Defesa não é algo do Ministério da Defesa, ela é transversal. Ela envolve uma série de situações que os senhores vão verificar que não são da competência, digamos, de gestão e administrativa do Governo Federal. Aliás, do Ministério da Defesa.

E, por último, levou-se a estratégia de Defesa ao Conselho de Defesa Nacional. Nós entregamos a cópia desse documento que os senhores receberam, entregamos... Eu fiz uma exposição, além de uma conversa a todos eles, entregamos com antecedência. O Conselho de Defesa Nacional aprovou o texto da estratégia e esta é a composição do Conselho: o Presidente da República preside o Conselho, o Vice Presidente, o Presidente da Câmara, do Senado, o Ministro da Justiça, da Defesa, Relações Exteriores, Planejamento, e os três comandantes de Forças. E a estratégia acabou sendo aprovada, então, por Decreto do Presidente, depois da aprovação do Conselho. Quero advertir aos senhores que foi a primeira vez que o Conselho de Defesa Nacional se reuniu, desde 1987. Adiante.

E aí eu quero chamar atenção que isso que está aí na frente dos senhores não é algo que seja um projeto setorial militar. Isto é um projeto nacional e de Estado. Não é algo exclusivamente da perspectiva militar, mas é algo que é um projeto nacional, de Estado, na perspectiva setorial da Defesa. Adiante.

Os eixos estruturantes que os senhores vão verificar são o seguinte: O primeiro eixo estruturante é a reorganização das Forças Armadas. A reorientação e a reorganização das Forças Armadas, quer quanto à sua locação etc., localização, instrumentação. Lembrando bem de que o grande tema, que às vezes nós discutíamos, e aí vem uma “mea culpa” política, e eu participei disso quando eu participava da Câmara, é que nós discutimos com os militares, Ibsen, os milita-

res pediam dinheiro para equipamentos. Aí, nós dávamos 50% para equipamentos que eles tinham decidido comprar, da perspectiva deles, que não estava errado. Mas nós não tínhamos nenhuma participação na decisão de quais os equipamentos que eram necessários, porque nós não queríamos discutir o que é que as Forças Armadas queriam fazer, porque nós virávamos as costas para esse assunto. Esse era um assunto que se alguém fosse tratar, era desprestigiado no Congresso e era desprestigiado na Academia. Todos os estudiosos de estratégia de Defesa na Academia são desprestigiados. Ou seja, os colegas preferem estudar Heidegger, Kant e Sartre e fazer a recomposição dos livros e “libraries”, escrever tudo que os outros já escreveram, mas não querem discutir Forças Armadas, ou seja, não querem discutir o país. Querem mostrar que tem grandes conhecimentos para serem aceitos nos eixos e nos caminhos que nós temos na Europa. Adiante.

O segundo eixo estruturante era a reestruturação da indústria de Defesa, o que significava o seguinte: o poder civil examina as imposturas de emprego. Diz: “Olha, para a decisão do Governo civil, nós vamos ter as seguintes hipóteses de emprego”. Para isso, eu preciso saber se as estruturas das forças hoje, Exército, Marinha e Aeronáutica, isoladamente, atendem às necessidades de hipótese de emprego, se a formação individual do soldado atende à hipótese de emprego e qual a modificação que precisa ser feita. E, por último, quais são os equipamentos necessários para o bom atendimento e o cumprimento da função determinada pelo poder civil. Diga-se claramente, está posto aqui que nós temos uma... Um ponto fulcral, que é a subordinação das Forças Armadas ao poder civil democrático. Isto corresponde ao poder civil, e o poder civil não fazia. Quem fazia eram os militares porque nós não queríamos tratar desse assunto.

Agora, quando se falou nesse problema de equipamento, surgiu o seguinte problema: como eu havia dito, no início, que há uma relação entre desenvolvimento e defesa, nós deixamos de ser, ou sustentamos a necessidade de abandonarmos a condição de compradores de oportunidade. Um determinado país, digamos, coloca de lado um determinado tipo de equipamentos, vende a troco de banana e a gente compra porque não temos. O que foi estabelecido, como técnico, foi o seguinte: há os equipamentos das Forças Armadas, há necessidade de equipamentos, vincula-se a estruturação da indústria nacional de Defesa. E não é admissível, senhores, não é admissível, daí porque um projeto que vai chegar, que é o projeto, digamos, de um tratamento diferenciado para a indústria nacional de Defesa, que nós venhamos a comprar, e temos

hoje que fazê-lo, de comprar fardamentos para as Forças Armadas, e temos que fazer da China, porque a China oferece menor preço. E, portanto, deixamos de desenvolver a indústria têxtil brasileira em favor de empregos na China.

O mesmo se passa em relação a armamentos. O tratamento de armamentos que se dá, que pode se dar ao Brasil, precisa ter uma diferenciação, senão a gente não desenvolve. E aí o que a gente está fazendo? A gente está exportando emprego, Senador. Por quê? Porque temos que comprar milhões de equipamentos na China, quando poderíamos desenvolvê-la no Brasil. E daí, então... Aliás, estou dando um exemplo, coisa banal. Sapato e coturno é a mesma coisa. Os chineses oferecem coturno a um terço do preço do coturno brasileiro. Claro que dura um oitavo de tempo menos. Mas isso o TCU não considera.

Então, o que nós precisamos fazer? Precisamos reestruturar a indústria de Defesa e alterar sua Legislação. O Deputado Zarattini, da Câmara, já fez uma série de alterações à lei 8666, e eu quero estabelecer uma Legislação especial do tratamento disso, sob a seguinte condição: transferência de tecnologia é regra do jogo. Ou seja, o Brasil não se oferece, e nas discussões que tivemos com os franceses, com os americanos, com os russos, com israelenses, com os indianos e com os italianos, que vieram correndo conversar com o Ministro da Defesa e com o Ministro da... Com o Secretário... O Ministro Mangabeira Unger, sobre esses assuntos, todos eles queriam vender coisas. Não há possibilidade. Só há uma possibilidade: nós compramos coisas produzidas no Brasil. Façam uma aliança com empresas brasileiras. E é isso que estamos fazendo com os helicópteros: estamos comprando 51 helicópteros franceses, mais modernos, o HC 735, produzido no Brasil, pela Helibras, com a transferência de tecnologia Helibras, transformando a Helibras como uma plataforma de vendas de exportação para a América do Sul.

É isso que estamos fazendo com a questão dos submarinos franceses, submarinos que estamos negociando com a França. E é isso estamos discutindo com o FX, ou seja, os novos FX, que deverão ser... A nossa frota de aviões começa a ficar obsoleta em 2015 até 2025. Nesse período, nós precisamos substituí-los. E a substituição importa o quê? Brasil.

Eu quero lembrar aos senhores de que, quando as maluquices, na época eram consideradas maluquices, do Brigadeiro de Montenegro na criação da EM-BRAER e na criação de toda aquela estruturação do ITA e do CTA, e todo mundo dizia que era maluco, e quando fizemos o Bandeirante, depois fizemos o Brasília... Aí o Brasil faz um acordo com a Itália, do N... do

A1, e aí a EMBRAER dá um salto tecnológico imenso. Por quê? Porque construímos no Brasil um subsônico, que é o MX, que se encontra no centro do país, que é Santa Maria da Boca do Monte. Ou seja, está tudo lá, os MX, os M1 estão sediados em Santa Maria da Boca do Monte, que evidentemente, é o centro do país. Por motivos óbvios, não é São Borja.

Há o terceiro eixo, que é a composição dos efetivos das Forças Armadas. Qual é a discussão da composição dos efetivos das Forças Armadas? A questão básica é a seguinte, e eu sei que existem propostas de emendas constitucionais que estão tramitando no sentido de acabarmos com o serviço militar obrigatório. A meditação que eu coloco aos senhores, sem afirmação nenhuma, é a seguinte: não ter serviço militar obrigatório significa descolar as Forças Armadas da nação porque os seus efetivos não são efetivos que vem da nação. São profissionais. E a pergunta é a seguinte: Nós queremos Forças Armadas pagas para defender o Brasil pela outra parte de brasileiros? Ou queremos que as Forças Armadas tenham um balanceamento entre profissionais e integração com a nação? A solução dada no Brasil sempre foi usar as Forças Armadas como grande nivelador republicano.

E eu quero dar um exemplo a vocês, de experiência pessoal minha. Na década de 50, na década de 60, as Forças Armadas eram, no Rio Grande do Sul, uma área de ensino da língua portuguesa. Não era isso, Ibsen? Porque lá se falava *utrich*, *schuap*, *rockduait* e se falava também o *vêneto*. E só vinham a aprender português quando vinham servir. E sempre foi... As Forças Armadas, a característica das Forças Armadas e do serviço militar obrigatório foi dupla, foi o grande nivelador republicano, em que você tem condições de ter qualquer tipo de classe social ascendendo dentro das Forças Armadas e fazendo com que as Forças Armadas se liguem à nação, e não se liguem a um projeto individual de um personagem que pretende exercer aquela tarefa. Esse é o tema que divide.

Eu não quero chamar as Forças Armadas profissionais de que sejam Forças Armadas de... Daquele tipo que se usa na África. Mas o fato é de que seriam Forças Armadas descoladas do país, porque não tem gente alimentando lá dentro que venha do país. E se os senhores percorrerem as formações, as formaturas que se realizam em na AMAN, nas Agulhas Negras, forças que... Realizações... Formaturas que se fazem em Piracicaba ou na Escola Naval, vão verificar a mistura de classes sociais. E isso chama-se nivelamento republicano. Perderemos isso se o serviço for meramente um serviço, exclusivamente um serviço facultativo. E aí você vai comprar. Você tem que comprar soldados. É isso que a gente quer?

É necessário termos profissionais tendo em vista especialização. Mas a base do recruta, vamos comprar? Como é que vamos fazer com os pelotões da Amazônia? A Amazônia tem 32 mil soldados, a Amazônia. 80% desses soldados são índios. O Inácio vai querer servir em Querari, na divisa com a Colômbia ou na Cabeça do Cachorro, na goela da Cabeça do Cachorro, em Renite? Essa em Querari, está na Cabeça do Cachorro, portanto, já aceitou. Adiante.

Setores estratégicos que nós consideramos. Aqui, eu mostro a transversalidade. Adiante. O espacial, o cibernético e o nuclear. Estes são setores estratégicos da Defesa Nacional, mas que são, digamos, transversais a outros Ministérios. Essa temática hoje, basicamente, é tratada pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. E, no nuclear, por exemplo, nós temos três eixos no nuclear. Nós temos o eixo de Defesa, que é a propulsão do submarino nuclear da armada; nós temos o eixo de energia, que o mesmo, o mesmo reator que produz, que faz a propulsão do submarino é um reator que produz energia elétrica; e ainda temos o terceiro setor, que são os fármacos, ou seja, os impostos para uso na agricultura e na medicina. O cibernético, a mesma coisa; e o espacial, mais, que significa o quê? A capacidade autônoma nacional do monitoramento do seu território. E todo o sistema de comunicação ser por via espacial, ou seja, via satélite. Mas os senhores querem alugar satélites dos outros ou não? Ou os senhores acham que temos capacidade de dissuasão, se as nossas comunicações vão depender de alugarmos uma linha no satélite americano ou no satélite russo ou no satélite francês? Ou precisamos ter o nosso satélite? Adiante.

Capacitações operacionais. Vamos lá. O trinômio que nós estabelecemos é o seguinte. Vejam, estrategicamente, depois de examinar esta imensidão de território, de espaços, de recursos, a decisão que foi tomada é o seguinte: o primeiro item é nós apostarmos no monitoramento-controle do território e das águas jurisdicionais, seguida de mobilidade, ou seja, feito... Sendo feito o monitoramento e identificado um problema, nós precisamos ter mobilidade. Daqui é que nós estamos apostando no projeto da EMBRAER do KC-390, que é um avião de transporte, produzido... Projetado pela EMBRAER, para 19 toneladas. Ele entra na faixa do Hércules 130. Só que é feito pra burro. A EMBRAER queria fazer um negócio bonitinho, mas os nossos aviadores fizeram especificações para um avião de 19 toneladas; conseguir decolar e pousar numa pista de 1300 metros e ainda ser...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não. O Hércules tem 19 mil toneladas. Só que não tem... Não é jato. Primeiro, não é jato. É turbo hélice. Este é jato, com a mesma capacidade do Hércules, mas uma mobilidade imensa. E aí a mobilidade é fundamental, porque... Adiante. Porque a mobilidade leva presença. Então, veja, o trinômio que nós decidimos é esse: Monitoramento-controle, mobilidade e presença. A presença decorre da mobilidade, e a necessidade da mobilidade decorre do monitoramento. Porque presença, nós não podíamos botar presença em primeiro lugar porque é impossível estar presente em todos os lugares. Então, nós temos que ter uma realocação topográfica ou geográfica das forças e dos seus grandes centros para também estabelecer esta linha aqui. Evidente que se o monitoramento é uma necessidade, o satélite se torna uma necessidade, correto? Se a mobilidade é o segundo elemento, consequente do monitoramento, o deslocamento se torna uma necessidade. E, portanto, os instrumentos para isso: KC-390, produção nacional. Nada de coisa estrangeira, para uê? Para termos a presença dos elementos dos soldados no momento que for necessário. E aqui está, joga aqui, não só o KC-390, como também os helicópteros. Para quê? E quando eu falo monitoramento controle, não estou falando em conflito só. Estou falando em problemas humanitários. Ocorre um problema na... Em Santa Catarina, você precisa ter uma capacidade de deslocamento de helicópteros que tenham capacidade de transportar pessoas. E os helicópteros que nós estamos trabalhando são helicópteros para 32 pessoas ou 32 soldados armados. Adiante.

As diretrizes dessa estratégia que os senhores têm na mão se compõem de cinco blocos. O primeiro deles é a dissuasão. Primeiro, dissuadir a concentração de forças. Mobilização, assegurar a capacidade dissuasória operacional, porque se não tiver mobilidade, não adianta nada. Terceiro, mobilidade estratégica, ou seja, pronta resposta e ação unificada, ou seja, ação unificada das forças, não significa mais ações singulares das forças. Adiante.

Priorizar a região amazônica como um grande centro. Lembrem-se daquele vazio demográfico da Amazônia. E um projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia, que é absolutamente necessário. Eu tenho absoluta convicção, depois de ter visitado todos os postos de fronteira da Amazônia e ter visitado a Amazônia, em todos os seus lugares, é o seguinte, de duas, uma: ou nós damos uma solução para aquela população se desenvolver, ou empurramos aquela população para a criminalidade. Ou seja, nós temos que ter um projeto nacional para a Amazônia e não um projeto importado da Europa para a Amazônia. Ou

seja, precisamos ter uma forma de desenvolvimento da Amazônia. Se não quiserem, se a decisão dos senhores for não desenvolver a Amazônia, vamos tirar aquela população de lá. E vamos deixar, então, para um grande divertimento de europeus e americanos. Deixar um jardim botânico para os outros. E aí vamos expulsar aquela população toda de lá. Adiante.

E estruturação. Vejam, a estruturação do potencial estratégico é em torno da capacitação nacional. O Brasil não tem inimigos. O Brasil precisa ter a capacitação nacional de ter uma presença e dizer não. Adiante. E o combatente, ou seja, o soldado tem que ter flexibilidade, adaptabilidade, audácia e ação em rede. Essa ação em rede depende de comunicações. E essa flexibilidade é o quê? É ter preparo para o conflito convencional e ter o preparo para o conflito assimétrico. Veja-se o Haiti, onde você tem preparo para o convencional e o preparo para o conflito assimétrico urbano. Adiante.

E o militar brasileiro, a qualificação do militar é qualificação em termos intelectuais somado à rusticidade. Ou seja, capacidade de aguentar regiões como, por exemplo, na Amazônia, em que você chega a ter 35 graus Celsius, 98 graus de umidade, e mosquito para todos os gostos. Adiante.

Articulação e emprego conjunto é a segunda grande diretriz. Trinômio: monitoramento, controle e mobilidade e presença. Tudo isso chama-se articulação. Adiante. Rever a composição dos efetivos e a otimização dos empregos dos recursos humanos. Ou seja, reexaminar esse negócio todo, que eram decisões isoladas das forças. Adiante. Preparação para missões de garantia da lei e da ordem, e aqui tem um tema que vou trazer à discussão dos senhores, que é o estatuto jurídico de uma tropa quando estiver operando em garantia da lei e da ordem, que não pode ser um estatuto comum. Eu quero lembrar que, no final de 1994, em 95, eu assumi o Ministério da Justiça no Governo Fernando Henrique Cardoso, e nós suspendemos uma operação que havia sido determinada em 94, no Rio de Janeiro. Lembram-se disso? Das tropas subirem o morro em operações GLO. O que restou? N processos individuais para os soldados, por quê? Porque o soldado chegou no barracão, abriu a porta do barracão, não tinha mandado de busca e apreensão... Por quê? Porque você não tem o estatuto próprio. E a questão é saber. Querem usar as tropas para a garantia da lei e da ordem? Vamos ver qual é o estatuto. Porque não adianta pensar em ter que usá-las sem ter o estatuto. Há *expertise* para isso? Há. O Brasil tem uma *expertise* no Haiti demonstrada.

O Senador Heráclito Fortes visitou o Haiti e ainda ficou... Parou lá no BRABAT. Ou seja, ele não ficou

no hotel. O Senador foi parar no contêiner das tropas no quartel no BRABAT brasileiro. E lá... Mas lá, o que acontece? Lá, o soldado brasileiro está sob o estatuto da ONU. No Brasil, não tem estatuto nenhum. Temos que discutir esse assunto. Adiante.

Capacidade de concentração e desconcentração de forças com rapidez, o que importa em mobilidade, ou seja, você concentra e desconcentra. Adiante. Unificação doutrinária e estratégia operacional das forças. Aqui é o seguinte: O Estado maior de Defesa se transforma em Estado maior conjunto das Forças Armadas. E que terá uma junta presidida por este, pelo chefe do Estado maior conjunto às Forças Armadas, que será oficial de quatro estrelas de maior hierarquia, e integrarão essa junta os chefes dos Estados maiores das forças singulares. Aí você começa, então, a operar não mais nas operações combinadas, que é a linguagem de hoje, para caminharmos para as operações conjuntas. Adiante.

Reposicionar geograficamente as forças, e aqui surge essa outra figura aqui, que é o Estado maior conjunto regional. Cada região terá um Estado maior conjunto, que será presidido por um dos oficiais e que será integrado pelos chefes dos Estados maiores conjuntos das forças locais, das brigadas da região, para você ter um trabalho conjunto de fixação de estratégia. Adiante.

Adensar a presença das forças na fronteira; nós temos uma coisa curiosa: as nossas forças, os nossos problemas, digamos, as nossas necessidades estão a oeste e a locação das nossas forças está a leste. Adiante. E desenvolver a capacidade logística, principalmente na Amazônia. Ou seja, a logística é a capacidade de apresentar soluções, de levar pessoas. Porque não adianta você abrir um posto de fronteira se você não tem condições de levar alimento, não tem condições de reposicionar, não tem condições de estabelecer uma linha de suprimento, que é exatamente a mobilização, a mobilidade, a logística que assegura essa mobilidade. Adiante.

Flexibilidade do combate, e aqui vem os predados de forças não convencionais. Se os senhores... E um dia eu convidaria os senhores para visitar o CIG, o Centro de Formação de Soldados de Selva, em Manaus, para ver o que significa a flexibilidade em combate. Ou seja, a capacidade que tem, individual, o soldado amazônico para trabalhar. Eu levei a visitar essa região o Almirante Mullen, que é o Comandante do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas Americanas, e ele ficou estarelecido com o que viu, em termos de capacidade do soldado de selva brasileiro, e da formação que se faz naquela região.

Os americanos mandaram, uns anos atrás, 15 mariners para fazer treinamento, e, uma semana depois, voltaram todos doentes, com febre, com isso e com aquilo, porque não tinham o mínimo de capacidade de conviver com aquele ambiente. Adiante. E manter serviço militar obrigatório, que é a minha tese pessoal, e os senhores viram, eu coloquei o tema e também anuncio a posição pessoal, inclusive mencionada na estratégia, de manter o serviço militar obrigatório como um grande nivelador republicano e integrador das forças ao país. Adiante.

A terceira diretriz é Ciência e Tecnologia. Capacidade de monitoramento aéreo, marítimo e terrestre. Ou seja, para isso... Adiante. Fortalecimento, portanto, dos setores espacial, cibernético e nuclear, para efeito desse monitoramento. Adiante. Indústria nacional e autonomia tecnológica de Defesa. Ou seja, não vamos mais discutir preço. Vamos discutir preço, evidente, mas o preço não é a condição da negociação. A primeira condição da negociação é a transferência de tecnologia e o entendimento com empresas locais. É o que se passa na negociação dos helicópteros, o que está se passando com a negociação dos submarinos, porque o arrasto tecnológico disso tudo conduz a uma criação de uma indústria muito forte e de pesquisa. Adiante.

Relações internacionais. Estimular a integração da América do Sul foi o trabalho que eu desenvolvi na criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, que é exatamente fazer que nós tenhamos uma doutrina de defesa comum naquilo que for comum. A América tem três grandes vertentes: a vertente amazônica, a vertente andina e a vertente platina. O Brasil participa de duas delas. Único país que participa das três é a Bolívia, que participa da andina, participa da platina, com o charco no Paraguai e com a amazônica no Brasil. E, portanto, nós precisamos ter uma discussão sobre essa situação, inclusive levando à integração das bases industriais de defesa para fortalecimento do subcontinente, e para que o subcontinente tenha uma voz única em questões de defesa nos grandes encontros internacionais. Adiante.

Ampliação da capacidade de busca e salvamento. Os senhores viram o trabalho da Marinha e da Aeronáutica no caso do Airbus da Air France 447. Isto é uma responsabilidade do Brasil numa grande região internacional, que é a chamada região do Atlântico, o ACC. O Atlântico não está em águas brasileiras, mas, nos acordos internacionais, é da responsabilidade do Brasil o ACC Atlântico. E aquela busca... Aquelas buscas de salvamento, as buscas que fizemos naquela região foram todas elas de alta qualificação, e precisamos aumentar a nossa capacidade de fazê-los. Daí nós vamos utilizar, não só os navios costeiros de

maior capacidade, como também utilizarmos os P3, os aviões P3, de monitoramento, que estão sendo produzidos agora, nesse momento, na Espanha, pela Airbus Military ou pela CASA Military. Essa CASA está, digamos, colocando todo o equipamento de monitoramento e sensoriamento nesses aviões. São aviões de 12 horas de autonomia com reabastecimento em voo. Tem a capacidade de se deslocar por todo o litoral. Adiante.

Preparação para as operações de manutenção da paz da ONU, onde nós temos um Centro Militar da Marinha e da Aeronáutica no Rio de Janeiro. Adiante. E aqui está toda a mistura. Ou seja, a Estratégia Nacional de Defesa envolve, no mínimo, este conjunto de Ministérios: Casa Civil, Ciência e Tecnologia, Fazenda, Indústria e Comércio, Planejamento, Assuntos Estratégicos, Educação, Ministério da Saúde, Transporte e Exteriores. Eu não falei na Educação, mas eu quero lembrar a vocês que uma das decisões é a integração dos institutos de pesquisa das Forças Armadas entre si e com as Universidades, que são fundamentais para o desenvolvimento. Adiante.

A política é a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, com a fixação das estratégias setoriais nos Ministérios. O Decreto do Sr. Presidente da República determinou que, na elaboração das estratégias setoriais de cada Ministério, fossem considerados os itens estabelecidos na Estratégia Nacional de Defesa, e o Ministro da Defesa e o Ministério da Defesa fiscalizam isso com atenção. Adiante.

E aqui eu queria colocar a vocês o território brasileiro e dar um exemplo. Aqui, em branco, estão os distritos navais. Aqui está a esquadra, que está no Rio de Janeiro. Faremos uma nova base de submarinos nessa região. Faremos uma segunda esquadra nessa região. Ainda não decidido aonde, mas mais próximo possível à foz do Rio Amazonas, que é a grande entrada brasileira, ou seja, não se justifica termos uma esquadra somente no Rio, que hoje... E, lembrem-se, que a esquadra brasileira foi confinada por Floriano Peixoto no Rio de Janeiro, por causa dos conflitos com a República; nós queremos criar uma segunda esquadra, mas não uma segunda esquadra nessa região do norte e nordeste. Adiante.

Novos batalhões de operações ribeirinhas da Marinha, em azul. Nessa região, aqui em Belém, nessa região de Manaus, e aqui na região da divisa com a Bolívia. Adiante. Sistema de gerenciamento da Amazônia Azul. É isso que a gente pretende fazer. Ou seja, satélites... Os satélites terão como centro nervoso este aqui, e esse centro nervoso se comunica com toda a esquadra e se comunica com os P3, que estão aqui, e isso tudo é integrado. E protegendo as nossas rique-

zas na Amazônia Azul, que é exatamente esta região da... Dos 4.5 milhões de quilômetros quadrados. Aqui temos o satélite na região sul, aqui os CINDACTAs todos. O espaço aéreo está todo controlado, é outro assunto, mas aqui estou mostrando a vocês o sistema de gerenciamento que seria atribuído à Marinha nessa linha. Adiante.

Exército. Pelotões de fronteira. Esses pelotões de fronteira, precisamos ter um satélite que integre, em rede, os pelotões de fronteira e que deveremos aumentar os pelotões de fronteira em 23 mais. Ou seja, vamos criar mais pelotões de fronteira do que existe hoje para assegurar a presença, porque, lá na Amazônia, é necessária a presença de pelotões. Os pelotões são em torno de 64 homens que ficam estabelecidos, os senhores conhecem alguns deles. Precisamos aumentar. Essa região está rarefeita, e aí criaremos brigadas que estão aqui. Essas brigadas, todas referenciadas ao satélite via essa situação, e essas brigadas é que fariam toda a articulação da mobilidade necessária. Com o quê? Com os aviões CASA, com os aviões KC-390 e com os helicópteros.

E aqui vocês observem também os pelotões já na região dos descampados do sul. Essa região aqui é uma região de mata e aqui começa a zona de transição. Então, você tem aqui toda essa zona de transição, e o Exército, então, tem brigadas que se colocam com destacamentos nessas pontas aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tudo. Reserva indígena... O problema de reserva indígena... Eu quero deixar bem claro, reserva indígena é propriedade do país; não é propriedade de índios. Os índios não são proprietários; eles tem usufruto. E agora, inclusive, esse assunto já está resolvido com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que diz o seguinte: não há necessidade nenhuma de permissões de qualquer natureza para o estabelecimento. E o Presidente da República determinou mais, por Decreto, que fossem estabelecidos, em todas as terras indígenas situadas na região de fronteira, ou seja, na faixa dos 150 quilômetros, um pelotão de Defesa. Não tem importância. Isso é o de menos. Adiante.

Aqui vem a Aeronáutica. Aqui temos as bases e destacamentos existentes. Aqui temos as unidades de caça. E vejam que nós vamos privilegiar, nessa região da Amazônia, a unidade de caça. Adiante. As unidades rotativas de aviões e de helicóptero. Esta aqui, para o auxílio nesta região; e esses helicópteros aqui percorrendo essa região toda aqui, aqui com a divisa. Unidades de patrulha do SAR, ou seja, salvamento, Salvador seria o ponto fundamental porque você sobe

e desce com facilidade, considerando a linha dos P3 como base fundamental para essas unidades de patrulha do SAR, que seria Porto Alegre, Salvador e Belém. Adiante. Reconhecimento, controle e alarme. Essas regiões aqui. Teríamos todos esses pontos brancos. Adiante. Companhia de artilharias antiaéreas. Com essa aqui, com deslocamento, e unidades de transporte e... Vejam aqui. Nessas zonas todas que vocês encontram, nessas zonas aqui. Adiante. E o controle do espaço aéreo, com os azuis. Adiante.

Agora vou tentar fazer uma conjunção. Esse é um plano de 25 anos. Sendo, isto aqui, o nó górdio da questão. Ou seja, sem isto aqui, os senhores cegam a possibilidade disso aqui se integrar. Isso chamam-se os satélites geoestacionários brasileiros, que são vitais. Porque, se os senhores cortarem isto aqui, cortem esse troço aqui, você perde a capacidade de operação em rede. E aí você está cego, completamente cego. E aí a questão é saber o seguinte: vamos alugar dos Estados Unidos, dos russos, um canal? Ou vamos ter o nosso satélite, para nós decidirmos a sua destinação? Adiante.

Eu encerraria a parte relativa à estratégia de Defesa, provocativamente lembrando De Gaulle. O De Gaulle conseguiu fazer com que a França, ocupada, não fosse tratada, nem pelos americanos e nem pelos ingleses, como terra, como área de ocupação, quando da recuperação. Lembrem-se disso: Churchill e Roosevelt queriam considerar o território francês como área de ocupação das forças aliadas. E quando eles chegaram, não avisaram o General De Gaulle do dia "D". Ocultaram do General De Gaulle o dia "D", mas o General De Gaulle intuiu; quando os americanos chegaram às vilas francesas, encontraram quem? Os Prefeitos da França Livre e diz: "Aqui quem vai comandar são os Prefeitos das forças livres". E aí, o que aconteceu? Muda a concepção. Porque o quê? Os americanos tinham... *Roosevelt* já tinha determinado quem seriam os comandantes militares civis que usariam as Prefeituras francesas, de quem seriam. Quando chegaram no local, pum, se dão de cara com franceses das franças livres comandando a Prefeitura, e deu confusão. E aí o De Gaulle: "De jeito nenhum, isso aqui não é terra de ocupação, isso aqui é a França". Essa é a expressão de De Gaulle: "Mentes e armas adequadas são os verdadeiros impulsionadores da paz e da economia de uma nação realmente comprometida com seu povo". Ponto.

Essa é a minha exposição, que eu queria fazer rapidamente, sobre a Estratégia Nacional de Defesa e agora falaria, rapidamente também, com a gentileza de vocês, sobre o CLA, sobre o Centro de Lançamento de Alcântara, que está vinculado, seriamente vinculado,

à estratégia nacional, conforme eu já demonstrei aos senhores. Peço licença ao senhor Presidente para já prosseguir nisto por causa do tempo. Vamos lá.

Para falar no CLA, nós temos as áreas de aplicação das atividades de um programa espacial. É isso que se trata. Vamos adiante. Comunicação, coleta de dados, difusão de informações, sensoriamento remoto, meteorologia, climatologia, oceanografia, pesquisa científica, navegação aérea. Tudo isto se vincula a um programa espacial. Ou seja, estes elementos em amarelo são dependentes da existência de um programa espacial autônomo. Adiante.

Astronomia e Defesa. Defesa foi demonstrada. Então, vejam que a questão espacial, ela é multidisciplinar. Ela é transversal. Ela tem o elemento de Defesa, mas tem todos esses outros elementos que não estão necessariamente ligados à Defesa, como é o caso da meteorologia, climatologia, oceanografia etc. Adiante.

Principais centros de operação no mundo. Do que se trata? Essa a minha tentativa de análise. Nós temos 15 centros no mundo. No Brasil, nos Estados Unidos, na comunidade européia, Israel, Rússia, Índia, China e Japão. São centros de lançamento. E aqui está o centro do Brasil, em Alcântara, e aqui está Curu. A melhor localização terrestre é exatamente a de Alcântara. Aqui está Equador. Os satélites, ou são satélites polares, ou são satélites equatoriais. Ou eles circulam no sentido polar, ou, no sentido equatorial. Quanto mais próximo do Equador, muito mais barata é a alocação dessa situação. Por exemplo, aqui, Baikur, na Rússia. A distância do Equador é imensa. Para os russos mandarem um satélite polar ou um satélite equatorial, eles têm que percorrer essa distância. O Brasil tem só isso aqui. Nós estamos a três graus. De três a seis graus do Equador. A nossa alocação em Alcântara, no Maranhão. Adiante.

Seguimentos básicos para obter autonomia na área espacial. Vamos lá. Nós precisamos de um centro de lançamento qualificado, precisamos de lançadores operacionalmente disponíveis... Tudo tem que ser nacional. Próprios ou em parceria, inclusive com estrangeiros, mas sempre com o controle nacional, e condições de produzir os seus próprios. Isso são os elementos básicos para nós termos uma autonomia na área espacial. Adiante.

E o Programa Espacial Brasileiro, as consequências do Programa Espacial Brasileiro. Indução de inovação, capacitação e compatibilidade da indústria nacional, porque isso você tem pesquisa, que certos tipos de pesquisa só quem faz é o Estado, porque são pesquisas de alta tecnologia. O setor privado não faz pesquisa de alta tecnologia porque tem que pres-

tar contas aos seus acionistas e dar resultados. Já o país pode fazer isso. Adiante. Conhecimento e domínio de suas riquezas minerais e biodiversidade, que é consequência de um programa espacial porque você começa a enxergar o país. Lembrem-se, quando nós, em 1995, começamos o projeto SIVAM, que acendeu a luz na Amazônia, que a Amazônia, não se enxergava nada na Amazônia. Foi exatamente através da introdução do projeto SIVAM, a partir de 95, que a Amazônia passou a ser, digamos, controlada no seu espaço aéreo. Provisão de serviços e produtos da sociedade. E a dimensão geopolítica de um país continental. Isto são as consequências de um Programa Espacial Brasileiro. Adiante.

O Programa Nacional de Atividades Espaciais é controlado pela Agência Espacial Brasileira, que é ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia. E aqui temos o veículo lançador, o satélite e o Centro de Lançamento de Alcântara, numa visão inicial, que eu logo mostrei. Adiante. Situação atual do programa espacial brasileiro. Vamos lá. Foguetes, sondagem e tecnologia dominada. Foguetes e sondagem, nós temos já a tecnologia dominada. Os lançadores... Está em desenvolvimento pelo CTA da Aeronáutica. Eu, inclusive, fui, digamos, ao primeiro ensaio em relação ao tubo de lançamento de combustível sólido, realizado lá em São José dos Campos. Centro de lançamento, barreira do inferno e, somente para foguete de sondagem, e o Centro de Lançamento de Alcântara incompleto, e que é vital. Adiante.

Programa Espacial, agora vamos ao CLA, o Centro de Lançamento de Atlântica. Eu quero mostrar as vantagens comparativas deste centro de Alcântara.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: No Maranhão. É isso que V. Exa. queria ouvir? Eu digo, de Alcântara, no Maranhão. Adiante. Aqui, vejam, olhem só os raios... Os ângulos que são abrangíveis pelos centros de lançamento existentes no mundo, e vejam o que acontece com o centro de lançamento no Brasil. É comparável com este aqui. Este aqui está distante do Equador e em bruta temperatura de 40 graus negativos. Ou seja, não existe nenhum centro de lançamento com todo este ângulo de abrangência. Então, você tem a capacidade de lançar satélites polares, satélites equatoriais e, ainda, geoestacionários, com baixíssimo custo, considerando a distância que tem que percorrer para essa situação. Adiante.

Segurança no voo. Economia de até 30% no lançamento de cargas úteis. Redução dos prêmios de seguros. Localização privilegiada por essas razões. Amplo cone de lançamento... Olhem lá. Observem bem o cone

de lançamento do Centro de Alcântara em relação aos demais. Se compara com este da Rússia. Só com a diferença da distância em relação ao Equador. Adiante. E vejam aqui: condições climáticas regulares definidas. Veja a capacidade do cone. É uma loucura. Condições climáticas regulares, baixa densidade demográfica da região e acesso por via terrestre, aérea ou marítima. Ou seja, é uma área acessível de qualquer forma. E a área para a ampliação de novos sítios. E ainda tem capacidade de implantação de novos sítios. Adiante.

Agora vou ao projeto do CLA. Adiante. Esta aqui, observem bem, senhores, isto aqui, eu pediria ao Inácio, que conhece mais a região do que a gente, aqui nós estamos naquela ponta de Alcântara. Aqui está Alcântara. Vamos lá. Adiante. Isto aqui foi a decisão tomada em 1983, em que o Centro de Lançamento de Alcântara ficaria com toda esta ponta aqui, com 62 mil hectares. E aqui nós teríamos, então, os vários pontos de lançamento. Lembrando bem que cada base de lançamento precisa ter um raio de... Três ou cinco quilômetros?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Três quilômetros.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Três quilômetros. Um raio de três quilômetros. Ele não pode ter nada próximo por causa de segurança. São as regras internacionais. E aí a destinação, em 1983, era nós termos 62 mil hectares. Adiante. Adiante. O território. Aí, ocorreu o seguinte: em 1991, houve... Ainda não resolvido, houve o relatório antropológico dizendo que essa área era quilombo e atribuiria aos quilombolas, aos que chamariam quilombola, 78 mil hectares, ou seja. E o CLA, que inicialmente estava previsto para 62 mil hectares, o CLA viu-se reduzido de toda essa zona aqui, que está tracejada, que foi abrangida pelo relatório, reduzindo o CLA, de 62 mil para 8713 hectares, ainda mantendo essa área, 543 hectares, da Agência Espacial Brasileira, aliás, Agência Energética Brasileira. Vamos lá. Esta zona aqui era o CLA. Isto aqui é que o relatório antropológico atribuiria ao território quilombola, suprimindo esta região aqui, 78, pegaria, e abrangendo esta parte aqui da região. E a cidade de Alcântara fica aqui. Adiante.

Esta é a área original. Adiante. Cyclone Space. Quando o Brasil fez o acordo com a Ucrânia sobre o lançamento no modelo russo da Cyclone Space... É o seguinte. A tecnologia americana de lançamento é na vertical. A tecnologia russa é na horizontal. Ou seja, eles carregam e depois fazem assim. Tem um elevador que levanta. A Ucrânia, depois da dissolução da União Soviética, ela acabou herdando toda a tecnologia de lançamento porque, na época da antiga União Soviética, era a região usada pela União Soviética para

a tecnologia de lançamentos. O Brasil fez um acordo com a Cyclone Space para a construção de uma área de lançamento aqui. O Presidente dessa Comissão... O Presidente dessa empresa binacional, decorrente do tratado internacional, é o professor Dr. Roberto Amaral, que é Presidente... Foi Ministro de Ciência e Tecnologia.

O problema se complicou porque, com essa história da situação dos quilombolas, não havia jeito de você conseguir construir a base. Então, eu negocie com a Cyclone Space, e cedi, cedemos, no CLA, um pedaço para a Cyclone Space. Ficou essa ponta aqui cedida para a Cyclone Space desenvolver, durante um período de tempo X, que abrange todo o período do tratado, que vai 20, 30 anos, a base de lançamento da cyclone Space. Adiante.

Agora, vejam bem, o que nós temos aqui é o seguinte, e eu quero confessar aos senhores, e queria chamar atenção dos senhores, o seguinte: o Ministro da Defesa, o Ministério da Defesa está propondo que o CLA não fique reduzido a 8.713 hectares, mas abranja esta ponta aqui. E estou propondo ao Governo de que 11.287 hectares sejam atribuídos ao CLA. Aqui tem dois mil habitantes, nesta região, e ficaria para a área quilombola 66 mil, 713 hectares para 1.800 habitantes. Nós traríamos esses dois mil habitantes para cá e teríamos 3.800 habitantes para distribuir em toda essa região. Sendo que aqui tem uma baía, é mar, e aqui embaixo é zona. Ou seja, a pretensão do Ministério da Defesa é que esta ponta aqui seja atribuída ao CLA. Nós teríamos 11 mil com oito. Ficariamos com 18. E deixariamos... Ficariam 66 mil para os 2.800 habitantes dessa região dos quilombolas. Quando... Vejam, quando nós estabelecemos o CLA nesta região, nós tivemos... Tínhamos habitantes ali naquela região. E vou mostrar aos senhores isso. Adiante. Adiante.

Os benefícios do CLA, do CLA expandido. Porque o CLA, como está, vai ficar com três bases de lançamento. Se nós fizermos a extensão em cima, nós teremos base de lançamento em toda aquela costa, perceberam? Que poderemos chegar a 15 bases de lançamento, dentro do futuro. Ou seja, de três limitados pelo CLA de hoje, nós chegaríamos a 15. Ou seja, com isso, nós incluiríamos o Brasil no fechado circo de países lançadores. Segundo, nós teríamos um meio de atendimento para os satélites brasileiros, geraríamos produtos de elevado nível tecnológico e alto valor agregado, com [ininteligível] DOFs extraordinários. Gerariamos emprego industrial porque todos os habitantes da região seriam, acabariam trabalhando nessa região. Redução da importação de tecnologia, aumento da capacidade de mobilização, produção e Defesa, oferta de serviço de lançamento ao merca-

do internacional e poderíamos, inclusive, em vez de os russos lançarem seus satélites lá naquela região, comprariam o lançamento de satélites aqui no Brasil. E nós, então, colocaríamos em órbita os satélites, usando nossas bases de lançamento. Isso se nós pudermos ter 15. Se tiver três, não vai atender nem a nossa necessidade. Adiante.

Fonte de receita complementar para investimentos no programa espacial, com a locação desses espaços, e eu vou mostrar para vocês os êxitos de curu. Curu é na Guiana Francesa, fica próximo a... Próximo àquela região, fica mais ao norte. Em 20 anos o crescimento da população de Curu passou de 600 habitantes para 25 mil habitantes. Gerou empregos diretos e indiretos... Adiante. Os investimentos na região foram de três bilhões de dólares, responsável hoje por 35% do PIB da Guiana Francesa, exatamente por causa dos lançamentos. Adiante. E a receita anual de Curu, com os lançamentos, são 600 milhões de dólares. Adiante.

A situação geral e a atual hoje. Vamos lá. Aqui está o CLA. Alguns dos senhores visitaram. Há o setor de comando e controle, Castelo D'água, refeitório, portaria, almoxarifado, subestação, garagem, centro técnico, que é esta zona aqui, que é extraordinária. Adiante. Aqui temos a região, ainda o setor, o heliponto, antenas de telemedidas, radar de proximidade e meteorologia. Adiante. Setor... Subestação, setor de lançamento, casa-mata e aqui vem todos os elementos, Castelo d'água, heliponto, antena anemométrica. Adiante. Estação do Sítio da Raposa, que é também naquela região, Estação de Microondas, heliponto, radar de precisão, subestação... Tudo isso citado naquela região de oito mil hectares. Adiante. E estação do INPE, para o visor e setor de controle de satélite, que é a estação do INPE, para a questão meteorológica.

Dados estatísticos até maio de 2009. Nós tínhamos 67 operações, veículos lançadores, o Brasil, 355, e outros países, 83... Desses veículos lançadores. Adiante. Capacidade operacional, foguetes de sondagem, com propelentes sólidos e veículos lançadores, em fase de retomada e reconstrução da plataforma. Face àquela explosão que houve na plataforma. E agora nós voltamos a trabalhar com os propelentes sólidos e com os veículos lançadores, que vão trabalhar naquela plataforma. Adiante.

E a capacitação atual. Operações com veículos da classe. Adiante. Foguetes de sondagem... Adiante. E pequenos lançadores de satélite VLS1, em fase de retomada a reconstrução da plataforma do VLS para nós crescermos a nossa capacidade até chegarmos ao VLS6, que é o lançamento mais alto, em termos de satélites. Adiante. Implantação... E vejam o que aconteceu quando nós implantamos o CLA, nos oito mil hectares

que restaram. Transferência da população se deu da seguinte forma. Na primeira fase, que foi 1986, foram transferidas 112 famílias e 521 habitantes, e criamos estas agrovilas. Espera, Cajueiro, Ponte Seca, Peptal e Só Assim. E aqui está o número de famílias que foram assentadas. Adiante.

Na segunda fase, 87, novembro de 87 a dezembro de 88, nós fizemos o assentamento, a transferência de 200 famílias, com 822 habitantes, para Marudá e Peru, que eram duas agrovilas construídas pela Força Aérea. Adiante. Isto é o que existia. Aqui estava uma das áreas, Peru, e aqui estão as casas. Isto aqui foi o atual, construído pela Força Aérea. Ou seja, tiramos a população... A população saiu dessas condições habitacionais para essas condições habitacionais. Adiante.

Aqui tem algumas coisas: lavanderia, ponto de ônibus. Aqui, numa visita que fiz com o comandante Saito para toda a região, andei a pé por toda essa zona, aqui, uma escola, cantina da escola, tudo isso mantido pela Força Aérea. Adiante. Tribuna de festas, telefone comunitário, posto de saúde, posto de saúde. Adiante. Residências: os setores de moradia que foram construídos, nas agrovilas. Aqui outro setor de moradia. E aqui, vejam, começou a expansão. Começou a mudar a qualidade, na expansão, começou a alterar-se a qualidade. Voltou ao pau-a-pique. Lá naquela ponta lá.

Senhores, eu pus para os senhores um problema. Não há... Não há posição ainda do Governo. Há divergências e discussões internas, mas a minha posição, já exposta ao Presidente da República, é no sentido da expansão do CLA. Nós não podemos perder aquela expansão, aquela ponta do CLA para que o CLA possa ter, no mínimo, 15 bases de lançamento. E nós estaríamos jogando pela janela o melhor ponto do mundo de lançamento de satélites para ficarmos reduzidos a três, sendo que um deles em cooperação com a Ucrânia. Nós temos condições tecnológicas... Claro, eu não estou falando na nossa geração. Eu estou falando de que se esse espaço for atribuído a uma finalidade que não esta, não será recuperável nunca. E aí nós estaríamos perdendo a possibilidade da inclusão dentro de um quadro.

É uma matéria discutível, é uma questão, digamos, que parte de pressupostos, o que interessa ao país. Quem pode avaliar isso são exatamente os representantes do povo, e, no caso específico, os representantes dos Estados que estão no Senado. Aliás, eu faço um registro, se os senhores me permitirem, de verificar, com lamentos, toda essa crise que está se passando dentro do Senado; eu espero que os Srs. Senadores tenham a lucidez de saber que os senho-

res não estão tratando de biografias individuais, estão tratando com o país.

E quero lembrar com os senhores também, pelo menos fazer uma referência aos senhores, que o Presidente Sarney conseguiu algo extraordinário, que foi a grande transição democrática do período autoritário, quando sucedeu... Quando assumiu a Presidência da República. Ou seja, isto não é uma história que se construiu ou que se fez; é uma história que se realizou. E nós temos que levar em conta que todas as soluções que se dão são soluções que têm a ver, não a interesses imediatos individuais, mas sim interesse de uma grande instituição democrática. Ou seja, e o Senado, tanto o Senado como a Câmara, são grandes instituições democráticas.

Quero dizer aos senhores que assisto, antigo Parlamentar, com certa... Com inquietação, o que se passa nessa discussão midiática em relação ao Senado. O Senado compõe a sua... Os seus problemas e resolve suas dificuldades, mas não admito intervenção de hipótese alguma. Intervenção não é a regra democrática que possa gerir a lucidez necessária dos Srs. Senadores para resolver um problema que não é um problema de hoje, que é um problema de ontem, que é um problema que o Ibsen e eu conhecemos em 1987, e antes, em 1982. Se tivermos que mudar, se é para mudar as regras, que mudem-se as regras. Mas não se debitem essas regras a um personagem. Considerando ou tendo como perspectiva virtuais disputas de 2010. O que tem que se ter em vista é o que está em jogo não é a eleição e nem a biografia individual dos senhores. É exatamente a consistência do sistema democrático. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro.

[palmas]

Quero agradecer ao Ministro Nelson Jobim. Nós temos cinco Senadores inscritos. Eu queria... O Ministro tem que se ausentar, tem que viajar, já explicou anteriormente, tem que ir a São Paulo, e nós temos ainda a aposição do retrato do Senador Heráclito Fortes. De maneira que eu queria propor aos Senadores que nós tivéssemos o limite máximo de dois minutos para cada intervenção. Vou até me basear um pouco na questão do Parlamento da Suécia, que são oito minutos para o pronunciamento do parlamentar improrrogável, e dois minutos improrrogáveis para os apartes ou debates. Nós não precisamos ser tão rígidos, mas que nós possamos aqui, nessa situação especial, que nós possamos ter dois minutos. Vou cronometrar.

Queria ainda registrar as presenças dos Deputados que nos honram com sua presença aqui, Deputado Albano Franco, Emanuel Fernandes, Rodrigo Rollem-

berg, Ribamar Alves, Cláudio Cajado e Domingos Dutra. Então, o primeiro inscrito aqui é o Senador Mozarildo Cavalcanti, que é um dos autores do Requerimento, e Senador Augusto. Então, Senador Augusto primeiro, e depois Senador Mozarildo. Senador Augusto, com a palavra, por favor, dois minutos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Sr. Ministro... Sr. Ministro Nelson Jobim, esse Requerimento... Esse Requerimento, nós fizemos justamente em virtude da divulgação de que o nosso Centro de Lançamentos estava sendo pressionado, espremido por essa situação de quilombola. Nós somos de Roraima. Já temos aquele problema das confusões das áreas indígenas, que são mais ou menos a situação dos quilombolas. E nos preocupou muito porque nós sabemos do potencial de Alcântara em relação ao lançamento de foguetes, principalmente a economia de 30% de combustível. E do futuro que representa esse ponto estratégico. E agora, com esse... Esta Estratégia Nacional de Defesa, ficou mais clara a necessidade de termos nossos satélites. Então, nós temos que desenvolver a nossa indústria, o nosso conhecimento de lançamento de satélites. E eu vi, fiquei com medo de acontecer—

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Já passou o primeiro. Agora o segundo--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Encerro já. Encerro já, já. Que acontecesse o que aconteceu lá em Roraima, que no caso dos arrozeiros, foi na quinta expansão da área indígena que chegaram os arrozeiros e findaram colocando eles pra fora. Quilombola precisa ser homologada também pelo Presidente. Então, eu provoquei essa discussão para nós tomarmos providências para evitar que acontecesse o que aconteceu lá em Roraima recentemente, de colocarem a base de Alcântara pra fora. E lá não vai ter a Guiana para o pessoal se abrigar. Pode ser até que tenha, como nossos arrozeiros fizeram e estão indo para a Guiana. E parabéns pela... Por esse plano de Estratégia Nacional de Defesa e que está muito bem elaborado e que realmente nós estamos pensando nas futuras gerações. Nós temos que trabalhar pensando no futuro do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Botelho. Foi um minuto e 50 segundos. Senador Mozarildo Cavalcanti, e depois nós vamos ouvir ainda o Senador Tuma, e aí o Ministro responde. Aí temos ainda Senador Suplicy e Senador Heráclito.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente.

DEPUTADO RIBAMAR ALVES (PSB-MA): Presidente, por favor. Eu queria pedir... Desculpe, só pedir o seguinte. É que eu vou estar agora com o Embaixador da Ucrânia, vai estar comigo agora, no meu gabinete, onze e meia, para discutir justamente essa questão. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar em Defesa do nosso Programa Espacial de Alcântara. Eu queria pedir, depois do Senador, eu poderia fazer a minha fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Ministro, eu quero dizer da minha satisfação de ter ouvido a explanação de V. Exa., atendendo a Requerimento do Senador Augusto Botelho e meu, principalmente com relação à Estratégia Nacional de Defesa. Me chamou atenção, principalmente como Presidente da Subcomissão Permanente desta Comissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, a colocação da prioridade da Amazônia nessa estratégia, e, no caso da Amazônia, a necessidade da presença das Forças Armadas lá, porque, realmente, pode ser que outras áreas do território nacional a presença seja até relativamente colocada em terceiro lugar depois do monitoramento, depois da mobilidade. Mas, na Amazônia, realmente a presença é fundamental. E eu fiquei feliz de ouvir isso de V. Exa. porque, como diz no ditado popular, "o olho do dono é que engorda o boi". E, no nosso caso, o olho do dono é que vai defender aquelas fronteiras. [soa a campanha].

Então, eu fiquei muito satisfeito com isso. Quero dizer que, com relação à Alcântara, eu acho que nós temos que, sem perder de vista o direito dos quilombolas, indígenas etc., o projeto de nação está acima das etnias e nós não podemos pensar que não haja espaço para atender os quilombolas adequadamente.

Finalmente, eu não poderia deixar de comentar a crise do Senado. V. Exa. foi muito feliz. Até quero falar aqui como médico. Não é porque nós estamos atravessando uma dificuldade, uma... Uma crise, que nós temos que perder de vista a importância maior da instituição para a democracia. Então, eu tenho certeza que nós vamos encontrar, com esta Mesa, que já está adotando inúmeras providências, as saídas adequadas para que o Senado supere a crise.

Então, quero cumprimentá-lo e dizer da minha satisfação, posso dizer, até com permissão do Presidente, que considero que V. Exa. falou também para a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Primeira-mente, eu queria cumprimentar o Ministro Jobim pela brilhante palestra que aqui desenvolveu. Inclusive, dando uma aula de geografia econômica do Brasil, dentro do quadro atual internacional. Eu fiz várias anotações para meu conhecimento. Alguns fatos que o senhor relatou como importantes, eu tenho que usar nas palestras que farei sobre Segurança Pública porque, quando V. Exa. diz duas coisas: segurança junto à população, não analisa o fato, mas, a percepção. É uma verdade, porque o sofrimento da população é a percepção do perigo que ele corre, não do fato que ocorreu com o vizinho. Acho que isto é importante.

E outro que me chamou atenção: o perigo do conservadorismo na logística dos conflitos. Ações convencionais e irregulares. A polícia age sempre com ações convencionais no combate ao crime organizado. E é surpreendida pelas ações irregulares do crime organizado.

E também o direito do mar, a exploração dos direitos do mar; que a ONU tem permanentemente uma Comissão que analisa isso; e com a possibilidade de recuperação dos arsenais de Marinha; que o Brasil tinha uma construção naval de primeira linha; eu acho que tem uma importância vital essa proposta do Presidente Lula, desse desenvolvimento, inclusive do arsenal de Marinha, que por várias vezes lá estive, e ela nunca parou de pesquisar e buscar, através de uma unidade como a USP, o desenvolvimento de tecnologia e principalmente a construção de um submarino nuclear.

Eu acho que está estourando. Gostaria de reclamar que o senhor fizesse uma briga para a Petrobras pagar os *royalties* da Marinha para poder comprar toda a necessidade e a gente encurtar o projeto. Que se possa verificar que, ao nosso tempo ainda, se realizem alguns dos sonhos que o senhor nos mostrou aqui. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Então, com a palavra, o Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Srs. Senadores, eu agradeço ao Senador Augusto Botelho sobre as suas observações. Eu creio que a questão... A questão quilombola é distinta da questão indígena. Inclusive, há uma ação direta de inconstitucionalidade, a ser decidida em agosto, sobre a forma pelo qual... Se é possível se fazer a demarcação de áreas quilombolas no mesmo modelo da demarcação indígena ou se precisa de lei especial. Essa matéria vai ser objeto de discussão judicial. Agora, eu não estou discutindo a parte judicial, estou botando a questão de razoabilidade. Nós temos dois mil habitantes naquela ponta, que eu apresentei

aos senhores, que, hoje, estaria incluído no relatório quilombola. Eu mostrei aos senhores o que foi feito pela Força Aérea na implantação do CLA, retirada daquelas... A transferência daqueles habitantes da zona do CLA para agrovilas modernas, com ótimas condições habitacionais, com água, com telefone. E a proposta que estou levando ao Presidente é exatamente dar esse mesmo tratamento a essas duas mil pessoas que ocupam a ponta. São duas mil pessoas que poderiam se locar numa área de 62 mil hectares, junto a mais 1800.

A questão é saber qual é o custo/benefício. E aí nós teríamos a possibilidade de termos 15 bases de lançamento, no melhor ponto que Deus deu ao país. O que é que vale mais? Ninguém sai perdendo. Sairá perdendo o Brasil se não conseguir fazer essa extensão, porque essas duas mil pessoas sairiam ganhando, considerando as possibilidades de ter uma área habitacional, uma agrovila com absolutas condições, e mesmo porque aqueles que são pescadores se deslocam para o outro lado, que também é área de pescaria. E não há dificuldade de fazer isso. A questão agora é de convencimento. Eu não quero é discutir a questão da perspectiva ideológica porque esses problemas são muito ideologizados. E não só ideologizados, são internacionalizados. Evidentemente que a alguém não interessa que o Brasil seja a maior base de lançamento de satélites do mundo. Não vamos ser ingênuos.

Bem, segundo lugar, o Deputado Mozarildo... Aliás, Senador Mozarildo, muito obrigado pelas suas observações. Realmente, a Estratégia Nacional de Defesa, quando fala na Amazônia, inverte. A presença dos pelotões é necessária, e que são presenças de monitoramento. Monitoramento se dá por baixo das árvores. Os P3, os aviões que estamos trabalhando agora, construindo junto com a CASA, e eu estive agora na Espanha para isso, lá em Sevilha, os P3 tem dispositivo de sensoramento que vão abaixo das folhas, através de sensoramento por temperatura. Que são extraordinários os aviões. Mas precisamos ter a presença na [ininteligível].

E eu quero dizer à V. Exa. que, não obstante eu estar, há um ano e meio, no Ministério da Defesa, eu já visitei todos os pelotões de fronteira e os destacamentos de fronteira no Brasil, desde a Guiana Francesa até o Chuí, no Rio Grande do Sul, para olhar aquela história do "olho que engorda..." , para ver as coisas *in loco* e saber o que temos que fazer, qual é o tipo de defesa que precisamos ter. E estou entusiasmado, realmente entusiasmado com isso. Agora, evidentemente que isso não é plano para a minha geração ou para a nossa geração. Isso é um plano que tem uma perspectiva de 30 anos. Agora, um dia tem que começar. Acontece

que muitos de nós achamos que precisamos ser nós os heróis do nosso tempo. E só queremos fazer coisa que realizamos no nosso tempo. O que for realizado no futuro não interessa. Porque, no futuro, todos estaremos mortos. Não é o nosso caso. A responsabilidade de nossa geração é exatamente essa.

Em relação à estratégia, ela se elaborou na perspectiva civil, ou seja, dessa estrutura, com absoluta participação dos militares e sem nenhuma indignação dos militares de que os civis estivessem discutindo esse assunto. Eu mesmo me surpreendi porque eu nunca tinha tratado disso. Não conhecia nada nesse assunto. Aí tive que estudar. E tive colaborações extraordinárias de militares, e aí conheci os institutos de pesquisa que os militares dispõem, e é uma coisa extraordinária. O Instituto Militar de Engenharia no Rio de Janeiro é o maior centro de matemática, um dos grandes centros de matemática do mundo. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica, situado no Centro, no CTA da Aeronáutica, em São José dos Campos, é um grande centro de formação de técnicos, de engenheiros. E as pesquisas que se fazem no CTA, na Aeronáutica, são pesquisas de altíssima, altíssimo ponto de pesquisa e de altura e de altitude em termos de avanço tecnológico.

Em relação à questão do Senado, é a minha observação. Ou seja, os senhores sabem que eu sou amigo do Presidente Sarney. Respeito o Presidente Sarney em toda a sua extensão. E acho que não se pode, digamos, tributar a uma pessoa aquilo que é uma ocorrência de vários anos. E se os senhores renunciarem à capacidade dos senhores saberem gerir as suas crises, deixando que os outros façam a pauta dos senhores, os senhores estarão desonrando o voto que tiveram.

Em relação ao nosso Senador Tuma, efetivamente, o problema é a doutrina, a questão da doutrina dos conflitos convencionais. E o senhor falou na área de segurança, que é exatamente... Aí o senhor se referia às polícias militares, ou seja, às capacidades de operações convencionais das polícias militares *vis-à-vis* um crime organizado altamente tecnologizado(F), que é um problema que tem que ser enfrentado nessa linha.

Em relação ao mar, é a análise que eu fiz ao Presidente da República, mostrando o problema que temos. E fui à ONU para conversar com o chefe, aliás, minto, o Presidente da Comissão de Fundos Marinhos esteve, eu conversei... Os Fundos Marinhos, que faz a concessão dos submarinos, esteve aqui no Brasil. Tive uma longa discussão com eles, mostrando a seguinte situação, isso é um problema do Brasil. E não é um problema do Brasil, é um problema estratégico. O Brasil/África. Ou seja, problema do Atlântico sul. E que nós precisamos discutir com os países atlânticos

da África e com países atlânticos do Brasil uma linha política estratégica de posição em relação aos organismos internacionais, senão, chegamos tarde.

E, por último, em relação à questão da Petrobras, eu quero dizer o seguinte: não cobre da Petrobras. Não é a Petrobras que não paga. Paga. É o Ministério da Fazenda que contingencia. Então, a culpa não é da Petrobras, não entro nesse assunto da Petrobras. Ela paga direitinho os *royalties*. Só que o Ministério da Fazenda não repassa os *royalties* para a Marinha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas eu queria só dizer que eu fui o relator da autorização do P3. Foi a primeira vez que eu ouvi falar sobre a Amazônia Azul. O comando da Aeronáutica fez uma exposição e mostrou a importância dessa vigilância da plataforma marítima brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Vamos só... Rapidamente agora, Senador Suplicy, eu quero só explicar. Nesse batalhão de fronteira, eu tive oportunidade de ir num lá, Maturacá. Me chamou a atenção que o cacique reclamou foi de que o orelhão não estava funcionando. O orelhão da Telemar já está funcionando? [risos] Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, como o Deputado Ribamar Alves--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dois minutos só, viu, Senador Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O deputado quer sair.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu gostaria de ceder a ordem--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bom. Então, Deputado Ribamar, mais dois minutos também.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): --em função de ele ser do Maranhão e estudioso do assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Dois minutos, Deputado.

DEPUTADO RIBAMAR ALVES (PSB-MA): Obrigado, Senador Suplicy. Quero referir aqui ao nosso querido Nelson Jobim, Ministro da Defesa, nosso Senador Eduardo Azeredo. Primeiro, parabenizar o nosso Ministro pela bela exposição sobre a Estratégia Nacional de Defesa e principalmente pelo seu senso nacionalista. Isso nos orgulha muito, saber que temos um Ministro nacionalista, que quer as coisas do Brasil acontecendo com os brasileiros.

Eu gostaria de me referir especificamente à questão de Alcântara. Nós criamos, na Câmara Federal, uma frente parlamentar em Defesa do CLA. Sou do PSB, do partido do Roberto Amaral, que é o Vice-Presidente nacional do partido. Estive recentemente na Ucrânia, onde discutimos bastante, e está avançando bastante essa questão da interação da Agência Espacial Brasileira com as comunidades quilombolas, comunidades nativas de Alcântara.

O que ocorreu, no passado, espero que não se repita agora. É que, apesar das agrovilas, houve um choque cultural muito grande. Se deu espaço para se morar, mas não as condições de viver. E hoje estão comunidades abandonadas. O Governo Federal não cumpriu nenhum acordo feito com os quilombolas durante todo esse período. O que nós precisamos fazer, Ministro, é resgatar essa credibilidade com a comunidade. Eu consegui, junto com o Ministro da Ministério de Ciência e Tecnologia, um milhão e 400 mil reais para implantar programas sociais lá dentro. Estamos já com o projeto elaborando e vamos levar para lá para ganhar essa confiança.

Ontem, foi votado na Câmara de Vereadores, era um projeto lá dos assentamentos, da discussão que houve da Audiência Pública, aprovado por unanimidade; toda comunidade quer o projeto, quer o programa. Só não podemos ser truculentos. Gostaria de saber sua disposição de discutir conosco isso na Câmara também. Vamos fazer um Requerimento convidando-o. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, prezado Ministro Nelson Jobim, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela dedicação com que vem estudando estes assuntos, indo aos locais de todo o Brasil, conforme ficou tão claro na sua exposição, e nos brindando com um sentido de nacionalidade muito importante.

Quero também dizer que, para mim, foi muito relevante ouvir a sua apreciação sobre a questão do serviço militar obrigatório. Acho que seu ponto de vista tem um sentido muito importante, na nossa avaliação, sobre o projeto. Gostaria até de... Para todos que estão interessados nesse tema, coincidentemente, na revista *Rolling Stones*, há uma reportagem, não sei se o Ministro já conheceu, feita por Carlos Juliano Barros, ilustração Índio San, que de mototáxi percorreu toda a região relativa à questão de Alcântara e faz uma reportagem muito equilibrada ouvindo todos os pontos de vista, inclusive da população quilombola, e, conforme o Deputado nos... Ribamar, há pouco, nos informou, da primeira vez que houve o deslocamento dos quilombolas houve uma certa desatenção e daí as dificuldades muito grandes. E eu percebo que, seja ali

no INCRA, no CEFIR e em outros lugares, há grandes barreiras, ouvindo os quilombolas, em função muito do que ocorreu. Mas, na medida em que houver uma atenção muito especial, com respeito às populações sobre como se fizer e, eventualmente, até considerar... Não sei se isto é possível, que quem sabe, aqueles dois mil habitantes possam, de alguma forma, não necessariamente se deslocar para outra área... Precisa ver as vantagens e desvantagens disso, mas será que não é possível a sua convivência com as bases de lançamento, que eventuais riscos há... Isso eu não sou especialista para estar aqui informando.

E sobre a questão do Senado, a sua palavra é importante quando, sobretudo, nos diz, porque nos conhece tão bem e ao Congresso Nacional, que é responsabilidade sim de todos nós estarmos corrigindo e não podemos atribuir apenas, seja ao Presidente José Sarney ou qualquer dos 81 Senadores, sobre aquilo que é de responsabilidade de todos nós. Depois, eu vou lhe mostrar até uma cópia de correspondência que eu enviei ao Senador José Sarney por ser amigo dele.

Quero dizer que, hoje, atrasei um pouquinho aqui porque fiz uma visita ao seu amigo, Senador Pedro Simon, que está bem. Gostaria de lhe dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ótimo. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sr. Ministro Nelson Jobim. V. Exa. tem... V. Exa. tem sorte pelo fato de o Conselho de Ética não estar instalado ainda.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu quero, Ministro Nelson Jobim, em primeiro lugar, transmitir à V. Exa. o reconhecimento pessoal, e quero crer que, de toda essa Comissão, e os elogios que quero fazer aqui à Marinha e à Aeronáutica nessa operação de resgate dos destroços e das vítimas do avião da Air France. Às vezes, não sabemos valorizar as Forças Armadas que temos. E nós vimos agora a maneira competente, rápida e eficaz com que esses militares agiram. Falhas, sim, próprias de uma operação com aquela especificidade e com aquelas características. Mas eu queria fazer esse registro, como membro dessa Comissão, e quero crer que é um dever de justiça.

Sr. Ministro, três assuntos eu gostaria de abordar. Primeiro caso: Tríplice fronteira. É algo que nos preocupa. Nós temos duas tríplices fronteiras preocupantes, são a do Cone Sul e a do Cone Norte. A do Cone Sul, no meu modo de ver, está sob controle ou de mais fácil controle. A do norte, mais perigosa, pelas carac-

terísticas, pela vizinhança e pela extensão territorial. Gostaria que, se fosse possível, V. Exa. falasse sobre esses dois assuntos.

Segundo lugar, tramita nessa Casa, e tem sido motivo de muita polêmica, e a polêmica sempre tem sido levada para o viés político e não para o viés técnico, como deve ser, a proposta de inclusão da Venezuela no Mercosul. Eu gostaria de ouvir também, sob o ângulo da Defesa, uma opinião do Ministério e de V. Exa. sobre essa questão.

Terceiro lugar, dizer que acho que V. Exa. teve uma visão estratégica oportuna, ao trazer para o Ministério a discussão do Direito do Fundo do Mar. Dialogando com a autoridade do Fundo do Mar, eu acho que essa é uma questão que quem partir na frente vai levar mais vantagem. E o Ministério da Defesa agiu com celeridade, principalmente recolocando, de maneira estrategicamente mais lógica, a posição do Uruguai que, ao trazer a equipe alemã para fazer seus estudos, foi vítima de uma distorção, inclusive na defesa de seus próprios interesses. Daí porque eu acho que o Brasil, pela dimensão continental que ocupa, deve tomar à frente a defesa desse tema.

E, por último, eu gostaria que V. Exa. falasse um pouco sobre a 4ª Frota, é um dos temas polêmicos que, vez por outra, sai no noticiário, mas é um tema que merece ser abordado por V. Exa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado. Para concluir, o Senador Sérgio Guerra e aí teremos a palavra do Ministro para responder a essas rápidas perguntas. Senador Sérgio Guerra, com a palavra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): A gente tem acompanhado essa questão da compra brasileira, de escolha brasileira de aviões para a nossa Aeronáutica. Eu perguntaria a V. Exa. se o senhor já visitou os países que... Perguntaria ao Ministro, grande Ministro Nelson Jobim, se o senhor já visitou os países que estão nos fazendo ofertas: os Estados Unidos, a Suécia e a França? E se há alguma opinião, se já alguma perspectiva em torno dessa questão, de quando ela vai ser resolvida, enfim, qual é a orientação que o Ministério está dando a esse problema?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): E por último, Ministro, uma pergunta minha. A base submarina, eu tive oportunidade de visitar em Niterói, mas me pareceu que nós precisávamos ter uma base também no nordeste, lá perto... Em Minas também? [risos] Um helicóptero também lá em Minas. Mas essa base submarina que não vi ali no programa, que estivesse mais perto da região do Amazonas, do Norte. Com a palavra, o Ministro Nelson Jobim.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Bem, eu agradeço a manifestação e quero dizer... Agradecer ao Senador Suplicy sobre, principalmente, a revista, de um lado, e lembrar ao caro Deputado Eduardo Suplicy e também... Que eu estou vendo, que estou vendo soluções. A questão é saber fazer. Ou seja, há como conciliar os interesses daquelas populações com o interesse nacional de ter uma base de lançamento com 15. Não há problemas; é uma questão só de ter uma linha permanente da solução. Porque o que aconteceu foi que houve cortes que criaram um estado de desconfiança em relação a eles. E nós temos que resolver também a questão da propriedade porque aqueles imóveis hoje, das agrovilas, os donos, os que estão habitando, "não, isso aqui é propriedade da Aeronáutica". Não é propriedade deles. Então, há uma distorção. Então, nós temos caminhos para solucionar o problema. Nós não podemos, e é exatamente a linha que V. Exa. e ambos os Senadores e o Deputado se referiram, de não conduzir a coisa de forma ideológica, mas sim trabalharmos em termos do interesse do Brasil e conciliar os interesses... O que é absolutamente conciliável. Eu circulei também aquilo tudo lá. Andei por tudo, sobrevoei toda a região. Temos como resolver o problema sem fazermos exclusões nem dos interesses dos habitantes e nem nos interesses nacionais de termos uma base de lançamento. Há possibilidade caminharmos nisso; o Ministério da Defesa está disposto a caminhar nisso. Agora, é preciso discutir também dentro do Governo sobre a posição do Governo. Conversei com o Presidente Lula e disse que eu ia defender essa posição.

Senador Heráclito Fortes, agradeço os cumprimentos que V. Exa. deu à questão do Air France 477. A Força Aérea fez e eu vou mandar à Comissão de Relações Exteriores, já determino ao General Sérgio Etchegoyen que faça isso, o relatório enviado pela Marinha e pela Aeronáutica sobre todas as operações que foram lá desenvolvidas e a forma das operações, dia-a-dia, para registro.

Sobre a tríplice fronteira, eu quero dizer à V. Exa. que o senhor se refere ao caso específico da zona sul, ou seja, aqui de Foz do Iguaçu, que nós temos solução, e a outra tríplice fronteira que o senhor se refere, Epitaíolândia, com Cobija, no departamento de Pando, na Bolívia. Lá, nós estamos desenvolvendo exatamente a ampliação dos pelotões de fronteira. Lá é zona, tem uma parte da zona de Cobija que é fronteira seca. Ou seja, há propriedade dos dois lados. Não há grandes problemas. O problema que houve foi o problema do conflito interno na Bolívia, que determinou uma... Um... Refugiados bolivianos que vieram e brasileiros que se locaram a essa situação.

Eu quero dizer à V. Exa. o seguinte: o Brasil está... Nós estamos começando a discutir o problema das zonas de fronteira. E aí, quando abriu-se a discussão, dentro do... Começamos a conversar sobre a fronteira, eu tinha uma preocupação. Nós precisamos saber também como os países vizinhos do Brasil tratam as zonas de fronteira. Porque não podemos pretender fazer um tratamento da zona de fronteira que venha a expulsar os nacionais daquele país e pretender que os nossos nacionais não sejam expulsos de lá. E, portanto, tem que ser um entendimento internacional. Não adianta pensar que nós vamos fixar um tratamento da zona de fronteira sem saber o que se faz na América do Sul. Foi essa a discussão que eu levei ao Conselho de Defesa Sul-Americano para discutir isso--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: A questão do tráfico nós estamos trabalhando juntos. Porque, com a concessão... E aí vem outro ponto. Com a concessão que nós fizemos, com a alteração pela Lei Complementar 107, atribuindo ao Exército poder de polícia, suplementar de polícia, nas zonas de fronteira, ficou um gancho fora. Nós precisamos atribuir também à Força Aérea e atribuir à Marinha, em zona de fronteira, poder de polícia suplementar à Polícia Federal nos combates. Porque a Força Aérea--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sim, a lei do abate... A lei do abate foi defendida. Quando eu era Ministro da Justiça, eu discuti longamente a lei do abate, que acabou sendo aprovada, e a lei do abate determinou o seguinte: O efeito da lei do abate é de que o tráfico dava-se pela linha aérea. Com a possibilidade da lei do abate, o tráfico agora se destina aos rios entrantes. Ou seja, os senhores, observando a Amazônia, vão verificar que nós temos o Rio Negro, temos o Rio Amazonas depois embaixo, e temos todos os rios, são rios entrantes. Eles vêm da Venezuela não, mas mais da Colômbia, do Peru e da Bolívia, para confluir no Amazonas. E ocorre que o tráfico começa a usar os rios entrantes. Daí, portanto, a necessidade do monitoramento e também de outorgarmos à Marinha o poder de polícia nessa faixa de fronteira sobre os rios, como suplementar, porque não tem poder de prender. Percebeu?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Exatamente. Exatamente isso que quero fazer com o projeto de alteração da Lei Complementar 97, atribuindo o mesmo poder à Aeronáutica e à Marinha. Porque a Aero-

náutica tem o poder do abate, mas não tem poder de polícia. Então, o que acontece? Ele força a descer e aí não pode prender o sujeito, não pode apreender a aeronave... Tem que aguardar a Polícia Federal, que eventualmente não se encontra no local. Porque, às vezes, não fecha. Recentemente, a Força Aérea forçou, através... Foi a primeira vez que demos o tiro de advertência. O supertucano brasileiro, que tem uma extraordinária eficácia na região...vem um avião pequeno, avião da Bolívia, penetrou o espaço aéreo brasileiro, foi acionado pelo CINDACTA de Manaus a força de... Dos supertucanos, eles interceptaram o avião, e aí o piloto do avião fazia assim para o sujeito do supertucano. Aí nós mandamos dar ordem para dar tiro. Mas não derrubar. Dar tiro. Bom, fizeram sinais de todo tipo, imagino. E aí a Força Aérea, o piloto ficou autorizado a dar tiro. Mas não derrubar. Mas fazer o tiro de advertência. Quando deu o tiro de advertência, deu um pavor no piloto e ele desceu, ele desceu na estrada. Desceu na estrada e o supertucano ficou circulando em cima, deu uns tiros de metralhadora para evitar a aproximação, as pessoas fugiram e a Polícia Federal chegou e... E capturaram 200 quilos de cocaína, que eram conduzidos nesse avião.

Ou seja, se nós tivéssemos... Nós temos necessidade de ter um poder de polícia para a Força Aérea e para a Marinha nas zonas de fronteira para complementar... Não superar, mas complementar entendimentos com a Polícia Federal. O que nós fizemos com o Exército.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Tem relatório e posso enviar à V. Exa. Em relação... Em relação à Cobiça, e que é lá em Epitaciolândia, que é lá no Acre, que pega naquela região que corresponde à brigada que nós... De Guajará-Mirim, em relação a essa situação.

Venezuela no Mercosul. Eu entendo que a discussão da participação da Venezuela no MERCOSUL, eu prefiro ter a Venezuela dentro do que fora. Ou seja, quando se discutiu o Conselho de Defesa Sul-Americano, a Colômbia pretendia ficar fora. Eu digo: Não, eu prefiro a Colômbia dentro. Ou seja, nós temos que ter o espaço de diálogo com os países Sul-Americanos. E, num ponto de vista individual meu, inclusive do ponto de vista do Governo, eu creio que a Venezuela... O Brasil ganharia estrategicamente, da perspectiva de Defesa, tendo a Venezuela integrante do Mercosul.

Fundo do mar, V. Exa. já foi claro nesse sentido. Eu suscitei a controvérsia, suscitei no Itamaraty a controvérsia, suscitei na ONU, mas suscitei fundamentalmente nos países africanos. Alguns se interessaram, a maior parte se interessou. A África do Sul se interessou,

Angola se interessou, Namíbia se interessou. Agora eu quero dizer a vocês o seguinte: uma coisa importante é que os pesquisadores japoneses, nas crostas cobaltíferas da Cordilheira Meso-Atlântica, eles identificaram uma... Porque lá também tem seres vivos. E detectaram uma bactéria que produz a hemoglobina humana, ou seja, é uma bactéria que você consegue, com ela, produzir sangue humano. Hemoglobina humana, que é de uma descoberta, em termos de biotecnologia, de extraordinária relevância. Ou seja, nós não podemos ficar fora disso. Não podemos ficar pensando que isso não está acontecendo. E alguém dirá... E dirão, às vezes, tendo razão: "Ah, isso é um sonho, é um exagero". Ou a gente pensa grande e fica grande, ou a gente pensa pequeno e continua pequeno.

Eu me lembro do Dr. Ulysses Guimarães, que nos dizia com clareza, naquelas discussões do velho PMDB na sua casa, e começava vir aquela conversinha, o Heráclito lembra disso, vinha uma conversinha assim: "Ah, não. Para com isso. Você está pensando pequeno. Aqui é para pensar grande". E se nós não pensarmos grande, vamos continuar pequenos. A verdade é que a estratégia pensa grande, é algo para uma perspectiva de 20 anos; não é algo político-partidário, não é algo partidário, é algo que está vinculado ao interesse do país. E é isso que eu queria referir.

Em relação à 4ª frota, eu não tenho o mínimo problema com a 4ª Frota. A 4ª Frota foi, na verdade, um assunto que, agora, perdeu também a sua qualidade. A 4ª Frota foi mudança administrativa feita no *south command*. O *south command* já tinha os navios, já se encontravam sob controle *south command* e aí se resolveu... Eles pertenciam administrativamente à 3ª frota. E eles já operavam sob o comando do Almirante Stravidis, que agora assume, que acabou ficando meu amigo, assume a OTAN. Neste mês de julho, o Almirante Stravidis, que comandava o comando sul dos Estados Unidos, assume a OTAN para depois eventualmente voltar no lugar do Almirante Mullen, que é o Comandante Conjunto do Exército das Forças Armadas americanas no Estado Maior Conjunto das Forças Armadas americanas. Eu não tenho problema em relação à 4ª Frota pelo seguinte, a mudança da administração mostrou uma coisa: quando eu estive nos Estados Unidos, antes mesmo da mudança do Governo e depois da mudança do Governo, fiz contato com algumas autoridades do Governo anterior e já do Governo novo, principalmente o General James Jones, que é o assessor especial do Presidente Obama para a segurança nacional, disse o seguinte: "Os senhores têm uma obrigação. E uma obrigação nova dos Estados Unidos e da administração Obama. Têm que representar os Estados Unidos à América do Sul.

E a representação dos Estados Unidos na América do Sul é conhecer a América do Sul. Os senhores tem uma política norte-norte. Os senhores não têm uma política norte-sul". A política norte-sul era uma política sênior para júnior, que foi a linguagem usada depois pelo Obama. Ou seja, uma política de "façam", e essa foi a linguagem que usei, "os senhores chegam na América do Sul e dizem o seguinte: 'Tem que ser feito isso'. Não. Os senhores tem que saber o que nós queremos fazer e a forma com que queremos fazer e aí nós saberíamos se os senhores quiserem ajudar".

Em relação aos aviões, ao FX, respondendo ao Sérgio, eu quero dizer o seguinte. Eu voei o F-18...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Não, voei. Sentado atrás. E fiz algumas coisas que não devia fazer, mas fiz porque não resisti, Senador. Não resisti. Eu voei, nos Estados Unidos, em Tempra, lá no deserto de Nevada, voei o F-16 da *Lockheed*. E, em Tempra, nos Estados Unidos, eu voei o F-18. E fiz alguma coisa que é o sonho de infância de todos nós. Lembrem-se que, quando nós fazíamos aquele aviãozinho de papel e fazia assim... Eu peguei, num determinado momento, o piloto botou as mãos para cima e disse: "Toma conta". Aquilo lá é tudo *joystick*. Não é mais manche, não é aquele troço que a gente via ele puxar. Então, eu peguei o tal do *joystick* e acelerei o avião e subi o avião para 1.8, MAC 1.8, ou seja, um é a velocidade do som. Fiquei a 1.8 acima da velocidade do som, que dá aquela torção toda e tem aquele sistema dos G. Ou seja, eu fui a 4G. Ou seja, a quatro gravidades, o que representa... As roupas inflam, muda a cara, fica todo torto, o braço pesa para burro... Eu voei o F 18. Vou voar agora na França... Vou representar o Brasil, a convite do Ministro da Defesa e do Presidente Sarkozy, o Brasil, no 14 de julho e, no dia 15 de julho, vou voar o RAFALE na base de Saint-Denis, na França.

Lamentavelmente, não posso voar o gripping porque é um avião que ainda não existe. É o gripping N. A. N. G., que é um gripping novo que está sendo desenvolvido. Mas já visitei, visitei fábricas... A Boeing, fizemos a verificação em relação ao F-18... Agora, vejam bem, é um advogado olhando essas coisas que não entende nada. Então, isso aí faz parte, digamos, da parte simbólica. Não tem nenhum sentido o Ministro da Defesa dar opinião sobre se esse presta ou se não presta. Eu quero dizer que eu gostei muito de voar nessa história porque o negócio é rápido para burro.

Mas o fato é o seguinte, Senador Sérgio, é que a Força Aérea tem um sistema... Um sistema, digamos, atomizado, de exame das qualidades dos aviões, que é um sistema muito complexo; até terei oportunidade

um dia de mostrar ao senhor qual é a metodologia usada; eles chegam numa conclusão técnica final. A informação do Brigadeiro Saito é que nós teríamos, no mês de agosto, já, o encerramento dessa fase técnica para depois entrarmos na fase política, porque há uma decisão política, por quê? Porque eu disse ao Senador, à Força Aérea, o seguinte: “O que está em jogo não é exclusivamente as qualidades do avião. Está em jogo a transferência de tecnologia”. Por quê? Porque são três respostas, no ponto de vista do Ministro da Defesa, que tem que ser respondidas positivamente em relação a equipamentos militares: primeiro, é adequado a que cenários estratégicos? Segundo, interessa à Força? E terceiro, o que contribui para a indústria de Defesa Nacional?

E, no meu ponto de vista, a resposta tem que ser positiva nos três. Dando resposta negativa em uma dessas questões, está descartado. Ou seja, não basta ter um avião de extraordinária qualidade se eu não tenho nenhuma capacidade de desenvolver nacionalmente. Então, é uma opção política; não é uma questão... O colega da Câmara referiu questão de nacionalismo. É uma questão prática. Eu não tenho pressupostos axiomáticos. Eu tenho o seguinte, funciona ou não funciona. Nos interessa ou não nos interessa. E tem que deixar claro que teses e teorias, elas são adequadas a certos momentos. Em outros momentos, elas deixam de funcionar. E, deixando de funcionar, você não tem compromisso nenhum. O problema é que, às vezes, nós nos comprometemos com determinadas teorias, abstratamente, e tentamos ver o mundo como se o mundo tivesse que obedecer a essas teorias. E não é o que acontece. E aí cometemos erros.

Nós temos... Quer dizer, o meu pressuposto é o seguinte: o que interessa ao país e o que pode funcionar para o país, na perspectiva de que a Defesa se integre ao desenvolvimento nacional. Daí porque a característica, a decisão final sobre isso terá como pressuposto básico o que isso representa para a indústria nacional de Defesa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa. Permite? Sobre o tema, eu fiz uma visita a V. Exa., no ano passado, relativamente ao que mencionou da idéia do Deputado Zarattini, e gostaria de mencionar que está em fase de tramitação, vai para o Plenário. E é possível ainda, se V. Exa. considerar adequado, encaminhar a sugestão na nova lei de licitação, que vai substituir a 8.666. Eu sou um dos Relatores. Houve um entendimento recente, da semana passada, está havendo ainda com o Senador Francisco Dornelles sobre a questão de inversão de fases; esse entendimento praticamente está pronto, portanto, estamos prontos para ir para o Plenário. Mas, se houver uma sugestão,

agradeço se puder enviar inclusive aos Senadores do PMDB e aos Relatores, e será muito bem-vinda. Obrigado. E do PSDB... Todos os partidos. Para todos os partidos, então--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero agradecer muito ao Ministro Nelson Jobim pela sua exposição e pela sua gentileza de continuar aqui conosco. Mas eu quero ainda pedir cinco minutos do Ministro, que nós vamos fazer a aposição do retrato do Senador Heráclito Fortes, que aqui convido para que componha a Mesa conosco; o Senador Heráclito foi nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores nos últimos dois anos, e é hoje o Primeiro Secretário do Senado, e eu passo a palavra, em seguida, à mestre de cerimônia. Será uma cerimônia bem rápida--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente, só um segundinho. Aproveitando a presença do Ministro, eu gostaria de que se restabelecesse a Subcomissão de Apoio às Forças Armadas, na recuperação da indústria de Defesa. Eu acho que só ir para a Comissão de Assuntos Econômicos, nós verificamos pela exposição do Ministro, a importância dessa Comissão se manifestar--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Peço só que formalize para que nós possamos colocar.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, bom dia. Damos início à solenidade de aposição do retrato do Senador Heráclito Fortes na galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

Heráclito de Souza Fortes foi Deputado Federal por cinco vezes e Prefeito de Teresina. À frente desta Comissão, no período de 2007 a 2008, o Senador, pelo Estado do Piauí, foi o responsável pela condução de 82 Reuniões, com a apreciação de acordos internacionais, projetos de lei, indicação de Embaixadores e realização de audiências públicas, totalizando a apreciação de 412 matérias submetidas à Comissão.

Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa.

SR. MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Heráclito Fortes, eu sei da importância e assisti a importância de V. Exa. no exercício da Presidência dessa Comissão, já no início das minhas funções no Ministério da Defesa, e a colaboração extraordinária que V. Exa. desempenhou quanto aos assuntos de Defesa.

Sei da importância da afixação dessas fotografias que mantêm a história do Senado. Eu mesmo, casualmente, também tenho uma fotografia aposta na sala da Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados,

na qual fui Presidente, em 1989. E quero dizer ao Senador Heráclito Fortes que a sua gestão iluminou e manteve a linha histórica desta Comissão, não só na questão das Relações Exteriores, como também no tema conexo de Defesa Nacional.

Cumprimento a V. Exa., a si e à sua família, e quero dizer também a V. Exa. que a importância dessa Comissão está exatamente na sua capacidade de produção e na sua capacidade de suscitação de questões e da verificação do que se passa no Brasil, em termos de uma questão que, no mais das vezes, não é uma questão partidária, mas é uma questão de discutir o país no seu conjunto, quer nas Relações Internacionais, quer na Defesa Nacional. Cumprimento o Sr. Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Ministro Jobim.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra o Exmo. Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Minhas palavras são rápidas, de cumprimento ao Senador Heráclito Fortes. O Heráclito, que começou sua vida pública bem jovem, seguindo Ulysses Guimarães, e que, nessa Comissão, realmente foi um grande Presidente, tanto na questão das Relações Internacionais quanto nas questões ligadas à Defesa Nacional. De maneira, Senador Heráclito, tem nossos cumprimentos e, mais do que isso, eu, como seu amigo, quero saudá-lo por estar nessa galeria dos Presidentes das Relações Exteriores e Defesa Nacional. E cito ainda a presença aqui conosco do Diretor-Geral Haroldo Tajra e da Dra. Cláudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Com a palavra, o Exmo. Sr. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente Eduardo Azeredo, Ministro Nelson Jobim, colegas Senadores, Deputados, Diretores da Casa, na pessoa do Dr. Haroldo Tajra e Dra. Cláudia Lyra, Srs. componentes das três Armas brasileiras, senhores funcionários, jornalistas, colegas Senadores, eu fico olhando para essa galeria, em cujo elenco de fotografias, logo mais, eu estarei incluído, e me vem alguns sentimentos: o de orgulho e de honra por estar fazendo companhia a homens ilustres, que honraram a história política brasileira e o Senado da República. Segundo, é de nostalgia. É de que, embora novo, começo a me sentir envelhecido por ter visto que convivi pelo menos com a metade dos que estão aí, fazendo companhia, farão companhia a mim nesta galeria.

E aí eu vi quanto tempo passei nesta Casa. São 26 anos e, a partir de Luiz Viana, eu convivi com todos

eles. Afonso Arinos também, na Constituinte. E aí, vem a saudade. Como seria bom, Sr. Presidente, que na hora dessa crise, eu fosse Presidente da Comissão de Relações Exteriores e não Primeiro-Secretário. Mas, faz parte da vida. Acho que cumpri a minha tarefa de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e quero dizer a todos que foram os dois melhores anos que passei no Senado da República. Mas fiz, procurei fazer uma gestão modernizadora, renovadora, criando, Ministro Nelson Jobim, aquilo que chamei de diplomacia parlamentar. E para que ela fosse, essa política fosse executada, contei muito com a colaboração de V. Exa. e de seu Ministério.

Nesse período, realizamos três blocos de viagens a seis países da Ásia, a seis países da África e a seis países da América Central. Não fomos procurar países que desenvolviam programa turístico ou países de lazer. Mas fomos procurar países aonde não só havia a perspectiva de estreitamento de relações do Brasil, mas também países aonde as características fossem semelhantes e aonde nós pudéssemos emprestar, com a nossa presença, o nosso apoio, em alguns casos, até o nosso conforto.

Fomos ao Vietnã, fomos ao Timor Leste, para citar os dois; visitamos seis países da África e, no momento em que o Brasil ganha massa, ganha robustez nas relações e assume um comando que deveria ser seu há muito tempo e, se não acontece, é porque por erros do passado viramos as costas ou fomos indiferentes com a África. No bloco da América Central, o ano passado, estivemos no Haiti, no dia 7 de setembro. E, como bem disse o Ministro, não fomos para hotéis, ficamos nos contêineres das forças.

E a viagem ao Haiti, ela foi uma imagem também de estímulo, uma viagem simbólica a nossas tropas, no momento em que a atuação do Brasil no Haiti era denegrida, era mal avaliada e, acima de tudo, se fazia, aqui, nesta Casa, e na Câmara dos Deputados, Sr. Presidente, uma campanha totalmente desproporcional, totalmente inverídica com relação às nossas forças naquele país.

Nós tivemos a oportunidade de presenciar o carinho e, acima de tudo, o respeito com que as nossas forças são tratadas naquele país, a maneira como os brasileiros tratam as famílias sofridas e pobres do Haiti. Vimos soldados, no seu período de lazer, procurando fazer atividades cívicas, atividades esportivas, atividades culturais com crianças e com jovens no país. Saí de lá convencido de que a nossa presença não só é importante no momento, como também quero crer que terá importância ainda por algum tempo.

Portanto, agradeço a V. Exa., como agradeço também ao Ministério das Relações Exteriores, na

peessoa do Sr. Ministro, na pessoa de todos aqueles que, durante esse período, mantiveram contato com a Comissão de Relações Exteriores. Mas eu quero agradecer fundamentalmente aos funcionários desta Comissão que, nos meus dois anos, me deram cobertura, me deram total apoio para que pudéssemos fazer o trabalho que fizemos. Quero citar o Alexandre, que é o Secretário, e dizer que a sua aquisição para essa Comissão foi uma grande conquista, pelas suas características de trabalho anônimo, humilde e, acima de tudo, dedicado.

Essa Comissão, Sr. Presidente, me trouxe a oportunidade de novas conquistas e de grandes experiências. Queira crer, Sr. Presidente, que levarei comigo essa imagem positiva dos dois anos de convivência nesta Comissão.

Agradeço ao Diretor das Comissões, à Diretora, e, por fim, agradeço, de maneira muito carinhosa, a todos os companheiros que fizeram parte comigo dessa Comissão: os que me acompanharam nas viagens, os que me acompanharam nos debates e acompanharam nessa luta que travamos aqui, em benefício do Senado da República e em benefício do país e, acima de tudo, da consolidação da sua democracia. Muito obrigado.

[palmas]

Eu quero apenas lamentar a pressa do Eduardo em inaugurar esse retrato hoje. Poderia ser daqui um mês, que ia me colocar bem mais magro do que hoje.

[risos]

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu ia perguntar, Senador Heráclito, se essa foto é antes ou depois da cirurgia.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

MESTRE DE CERIMÔNIA: Senhoras e senhores, convidamos o Senador Eduardo Azeredo, o Senador Heráclito Fortes, o Ministro de Estado da Defesa Nelson Jobim e todas as senhoras e Srs. Senadores para descerrar a foto que, a partir deste momento, passa a integrar a galeria de fotos dos ex-Presidentes da Comissão de Meio Ambiente. Ou melhor, da Comissão de Relações Exteriores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Reunião está, portanto, suspensa e, logo em seguida, abriremos a Reunião para votação de dois Embaixadores. Por isso peço aos Senadores que permaneçam aqui.

MESTRE DE CERIMÔNIA: Agradecemos a presença de todos que compareceram a esta Comissão de Relações Exteriores e desejamos a todos um bom dia. Obrigada.

[Sessão suspensa às 12h07]

[Sessão reaberta às 12h10]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está reaberta a Reunião. Convido para compor a Mesa os Embaixadores Alfredo Cesar Martinho Leoni, indicado para a República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e República Islâmica do Afeganistão. E, ainda, Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho, indicado para a República Popular de Bangladesh.

Enquanto os Embaixadores ocupam lugar na Mesa, quero colocar em votação o Requerimento que é fruto de um consenso e que foi discutido na última Reunião. Trata-se do Requerimento para que seja... Para realizar a 4ª, e definida como última Audiência Pública sobre a questão da entrada da Venezuela no Mercosul. Aquela Reunião que tivemos aqui, por mais de uma hora que discutimos, finalmente chegamos a um consenso, no qual foram ouvidos os Srs. Senadores e, especialmente participaram aqui, como os propositores, o Senador Mozarildo, o Senador Augusto Botelho, Senador Efraim Moraes, e foram convidados o Senador Fernando Collor, o Senador Romero Jucá. De maneira que o Requerimento, eu mesmo, como Presidente, estou assinando, de maneira que ficam convidados: o Governador do Estado do Amazonas, Eduardo Braga; o Deputado Federal pelo Estado de Rondônia e ex-Governador, Neudo Campos; o Embaixador Luis Felipe Lampreia, o Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, Embaixador da Venezuela no Brasil, Embaixador Júlio Garcia Montoya; o ex-Prefeito do Município de Chacal, na Venezuela, Leopoldo Lopes; o escritor venezuelano Gustavo Tovar Arroio; e o professor da Universidade de Brasília, Carlos Pio, a participar da Audiência Pública para tratar da adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Em votação. Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Passamos, portanto, agora ao item nº. 1, que é a Mensagem nº. 91, de 2009, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Sr. Alfredo César Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República islâmica do Paquistão e cumulativamente junto à República do Tadjiquistão e a República islâmica do Afeganistão. O relator é o Senador Heráclito Fortes, a quem passo a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, a Constituição nos atribui a prerrogativa

de examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática em caráter permanente. Nesse sentido, essa Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República deseja fazer do nome do Sr. Alfredo Cesar Martinho Leoni, Ministro de Segunda Classe da Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão e, cumulativamente, junto à República do Tadjiquistão e a República Islâmica do Afeganistão.

O Ministério das Relações Exteriores elaborou, em razão do procedimento regimental, o currículo do indicado, que nasceu em Bauru, em 56. O interessado é filho de Ângelo Leoni e Maria Martinho Leoni. Bacharelou-se em Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 79, ingressando na carreira diplomática em 80. Por concurso, passou a Terceiro Secretário no ano seguinte.

Vou resumir, para economia processual... Apenas acrescento que ele exerceu funções importantíssimas na carreira: serviu nossas missões em Tóquio; foi Coordenador da Subsecretaria de Serviços Exterior; Chefe da Divisão de Formação e Treinamento; como já falei, serviu em Tóquio, Washington; representou o Itamaraty em missões importantes, como Reunião da Tarefa das Nações Unidas para a Ásia e a Reunião de apoio de paz no Oriente Médio.

Em relação ao Paquistão, a convivência entre os dois países tem se mantido constante e correta ao longo do tempo. Verifica-se, nesse sentido, apoio mútuo em relação às candidaturas de títulos postos em entidades internacionais, bem como o compartilhamento de posições semelhantes em fóruns econômicos multilaterais. O trato multilateral foi significativamente consolidado com a visita do Presidente Pervez Musharraf ao Brasil, em novembro de 2004.

Na sequência, foi mantida ênfase na troca da visita de alto nível. O indicado terá também responsabilidade de representar diplomaticamente, junto a mais dois países, que são o Tadjiquistão e o Afeganistão.

Sr. Presidente, como disse, quero resumir, pelo avançado da hora, e espero que alguns esclarecimentos sejam prestados pelo indicado, na hora da sua exposição e, caso aprovado por essa douta Comissão, desejar-lhe uma eficaz ação naquele país, evidentemente consciente da nossa tarefa. Sabe que enfrentará uma missão muito espinhosa, muito delicada, mas quero crer que, com a sua competência e sua experiência, irá honrar o nome do nosso país na missão que o Senado ora analisa e faço votos que tenha bom êxito. É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Eu comunico aos Srs. Senadores que o processo de votação já está aberto tendo em vista que os pareceres já estão distribuídos, e passo a palavra ao Senador Suplicy, que é o relator do item 2 da pauta, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ricardo Luis Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh. Com a palavra, o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho e Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Ricardo Luis Viana de Carvalho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Nascido em Campos de Goitacazes, Rio de Janeiro, é filho de José Cândido de Carvalho e Guimarães Viana de Carvalho. Findo o curso de Oficiais do Corpo da Armada da Marinha de Guerra, Escola Naval do Rio de Janeiro, tornou-se Terceiro Secretário, em 1970, inaugurando sua carreira diplomática. Dentre as funções na Administração Pública, destacam-se a Secretaria de Informações do Gabinete de Ministro de Estado, Divisão de Estados Americanos, a Divisão de Assuntos Humanitários e Meio Ambiente. No exterior, exerceu, entre outras missões diplomáticas, em Bruxelas, Buenos Aires, Zurique, Londres, Beirute, Caracas, Harari, Parameribo e chefiou as missões brasileiras na XVII Reunião da Comissão Florestal Latino-Americana da FAO, Comissão Permanente junto à Unesco.

Recebeu o agraciamento da Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz, em virtude do seu trabalho no Itamaraty. No tocante ao relacionamento bilateral, destacam-se, nas nossas relações com Bangladesh, como elemento central, a pauta de mercadorias exportadas para o Brasil, que se compõe basicamente de vestuário, acessórios de malha, adubos ou fertilizantes, fibras têxteis vegetais e produtos farmacêuticos. Do lado brasileiro, os produtos mais exportados para Bangladesh são açúcar, responsável por 61,5% e 65% do total das exportações em 2008, e, no primeiro quadrimestre de 2009, óleo, grão de soja, trigo, ferro, aço e tabaco. Os investimentos privados têm aumentado gradualmente ao longo dos anos, em detrimento da participação proveniente do setor público.

Gostaria de dizer que, com respeito a Bangladesh, há uma interação muito importante que tem se dado no âmbito de proposições, idéias e, em especial, desde o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando a Sra. Ruth Cardoso, Presidente da Economia Solidária, convidou o então professor Bangladesh, responsável pelo Grameen Bank, antes mesmo que ambos fossem laureados com o Prêmio Nobel da Paz, portanto, e eu tive a oportunidade de assistir, Presidente Eduardo Azeredo, ali na sede do BNDES, no Rio de Janeiro, à exposição de Muhammad Yunus sobre o microcrédito e a experiência tão pioneira, e que ganhou extraordinária repercussão no mundo.

E eu próprio, em 1997, tive a oportunidade de visitar Bangladesh, a convite do professor Muhammad Yunus, e tive a oportunidade de dialogar com o nosso Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho, para dizer de quão importante será que tenhamos o aprofundamento dessa interação. Registro que o próprio professor Muhammad Yunus já esteve, desde aquela ocasião, pelo menos mais duas ou três vezes, teve inclusive um diálogo dileto com o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, mas também participou de eventos importantes, e eu próprio com ele, por exemplo, em Berlim, em Karlsruhe, em 97, e, portanto, é minha recomendação que possam essas relações, inclusive na área das experiências e conhecimento mútuo, serem desenvolvidos, dentre outros temas, no próprio assunto do microcrédito e programas sociais.

Então, a minha recomendação é muito favorável, do Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Suplicy. Concedo, portanto, a palavra ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni, para fazer sua exposição. O tempo estimado é de 10 minutos.

SR. ALFREDO CÉSAR MARTINHO LEONI: Bom dia. Exmo. Sr. Presidente da Comissão, Senador Eduardo Azeredo, Exmo. Sr. Relator, Senador Heráclito Fortes, Exmos. Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria de começar dizendo da minha honra e satisfação de estar aqui na presença de V. Exas. e poder falar um pouco sobre o Paquistão, país para o qual, caso eu possa contar com a aprovação de V. Exas., serei o próximo Embaixador do Brasil, juntamente com a cumulatividade do Afeganistão e do Tadjiquistão.

Muito brevemente, a história do Paquistão é longa, mas, de qualquer maneira, acho que a primeira observação que sobressai é a determinação do povo paquistanês e do Governo do Paquistão como país constituído há somente 62 anos. Então, é surpreendente ver, nessa história recente desse país, quer dizer, como que o

Governo, os paquistaneses e o Governo paquistanês conseguiram superar imensas dificuldades, a começar pela fundação do país na partição com a Índia, em que toda a estrutura, a estrutura institucional do país não existia, porque ficou para o lado da Índia.

Então, o Paquistão, como Estado, praticamente saiu do zero; só contava com uma estrutura municipal e provincial. Na partição, houve uma movimentação de população, de pessoas, da ordem de oito milhões de pessoas, o que significou uma grande tragédia humana, com mais de 500 mil vidas ceifadas nisso. Quer dizer, durante essas poucas décadas de existência, 62 anos, houve três guerras com a Índia; houve perda territorial. O Paquistão perdeu sua parte oriental, que depois virou o Estado de Bangladesh, que significou um quinto de seu território a menos; crises econômicas; governos militares. O Paquistão, mais recentemente, recebeu refugiados afegãos, da ordem de três milhões e 200 mil e conseguiu repatriar esses refugiados, em mais de dois milhões, quer dizer, permanecem ainda no Paquistão mais de um milhão de refugiados afegãos.

E hoje, quer dizer, por causa da situação atual do Paquistão, que se vê na imprensa, que está sobejamente relatada na imprensa e nos meios de comunicação, ocorre uma grande tragédia humanitária em que mais de dois milhões de pessoas, algo como 2,5 milhões de pessoas, estão sendo deslocados, em razão da ação do Exército paquistanês, de repressão ao talibã.

Bom, apesar de toda essa evolução e essas vicissitudes e de imensas dificuldades, o Paquistão é hoje um regime democrático, é um país que conseguiu a tecnologia nuclear e integra o seleto grupo de 12 países com a bomba atômica. Tem suas instituições suficientemente fortalecidas, quer dizer, com todos esses problemas, ainda continua assim. Tem uma diplomacia muito respeitada, é muito ativo; é um país que, por si só, quer dizer, em termos de população, é a sexta população do mundo, logo depois do Brasil, e é um país que nunca permitiu a presença de Forças Armadas estrangeiras em seu território o que, tendo em vista a situação da região, é algo quase que surpreendente.

Então, é muito importante... Quer dizer, eu entendo como muito importante para o Brasil estar representado no Paquistão, não só pela sua situação geopolítica, a começar, para citar um exemplo mais evidente, dos vizinhos do Paquistão, dois dos quais são também países nucleares, e os outros dois, quer dizer, são países muito importantes, que têm relevância, e que estão sempre presentes no cenário internacional.

Então, o... Um ponto que gostaria de falar sobre a relação bilateral é que as relações não são exatamente desprezíveis. Nós temos uma balança comercial de quase 400 milhões de dólares por ano; balança

muito favorável a nós. Quer dizer, desses quase 400 milhões, 300 milhões são exportações do Brasil para o Paquistão, e acho que é justamente nisso que a minha atuação vai se pautar, e juntamente com um fortalecimento das relações comerciais, aproveitamento de outras possibilidades de relacionamento, tais como, tecnologia de alimentos, por exemplo, nós podemos usar aí o conhecimento da EMBRAPA nesse campo, que acho que vai ser muito útil no Paquistão; a parte de saúde, nós podemos usar toda a tecnologia já conquistada pela Fiocruz, quer dizer, acho que é um campo grande de relacionamento.

Por último, muito rapidamente, como vocês sabem, eu ocupo a função de Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Washington, e essa função me deu a oportunidade de estar presente no início do... Agora do Governo Obama e verificar *in loco* as grandes transformações, em termos de política externa do Governo Bush para o Governo Obama, e, no caso do Paquistão, essa modificação foi extraordinária. Todo o foco do Governo Bush em cima do Iraque praticamente foi desviado para o Paquistão e o Afeganistão, que é o que os americanos e a imprensa agora chamam de política AfPaq, Afeganistão-Paquistão.

A importância, quer dizer, o Paquistão é um país... Talvez o primeiro país, em termos de estratégia americana de política externa, e se comprova pelos investimentos americanos no Paquistão. O Paquistão, já está provado, vai receber, além de três bilhões de dólares num período de três anos, mais 7,5 bilhões de dólares, o que significa mais de 10 bilhões de dólares em cinco anos, quer dizer, de longe o país que recebe maior doação. Bom, essas doações, esses investimentos serão basicamente na área social, e isso é motivo de grande satisfação, não só do ponto de vista do Governo americano, mas da comunidade internacional, porque há uma percepção clara de que a guerra contra o Talibã, contra a Al Qaeda, quer dizer, contra o terrorismo, se resolve sobretudo pelo investimento na área social e nem tanto pela parte militar. Eu estou à disposição de V. Exas., muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradeço ao Embaixador Alfredo Cesar Martinho Leoni, indicado para o Paquistão. E concedo a palavra ao Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho, para fazer sua exposição, indicado para a República de Bangladesh.

SR. RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO: Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Eu queria agradecer também ao Relator do meu processo, Senador Eduardo Suplicy, pelas palavras generosas que teve com relação... A meu respeito e com relação à minha carreira.

Eu queria também mencionar aqui a presença dos meus colegas do Itamaraty, Embaixadores ilustres, que vieram aqui testemunhar esse meu depoimento e os jornalistas também. Queria agradecer muito a presença dessas pessoas. Eu acho o seguinte, para falar de Bangladesh, eu acho que, para usar uma linguagem de imprensa, o *lead* da matéria sempre é aquele que já mencionou aqui o Senador Eduardo Suplicy. É a densidade altamente... Enorme densidade populacional do país e que provoca danos ambientais e que provoca situações críticas. O Bangladesh é por isso um país que aparece frequentemente na imprensa e chama atenção por esse aspecto de deterioração ambiental e de deterioração humana. Portanto, essa é a coisa que mais chama atenção quando a gente está falando de Bangladesh.

Eu, antes de começar a minha apresentação, aqui na antessala, estava falando com a embaixadora Gladys. Eu me lembrei do Concerto de Bangladesh, um concerto que realizou em 1972, e acho que todo mundo aqui na audiência tem conhecimento desse concerto que foi muito importante porque era um concerto destinado a angariar recursos para Bangladesh, em 1972. O Bangladesh ficou independente em 71, depois de uma guerra muito sangrenta, e havia um grande número de refugiados. E esse concerto, que foi organizado pelo George Harrison, um dos membros dos Beatles, foi um concerto de grande sucesso, de grande repercussão e que chamou atenção sobre Bangladesh num momento de grande carência. E o Bangladesh vive essa situação de carência até hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite, eu recomendo... Antes de ir a Bangladesh, eu assisti este maravilhoso concerto de George Harrison com todos os maiores cantores. Foi uma coisa emocionante, de fato.

SR. RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO: Muito obrigado, Senador Suplicy. O concerto foi fundamental para chamar atenção para o problema de Bangladesh e, claro, e os recursos da venda desses discos, e foram várias bandas envolvidas, bandas importantes, até hoje fluem e vão para um fundo de ajuda ao Bangladesh.

O que eu quero dizer com isso é o seguinte: que Bangladesh é um país que chama atenção pela pobreza, mas, ao mesmo tempo, obtém... As iniciativas sobre Bangladesh tem uma certa repercussão internacional. Eu estou falando isso porque, por exemplo, o Senador Suplicy acaba de mencionar também a iniciativa importantíssima do Sr. Muhammad Yunus, que é o Prêmio Nobel da Paz, e que criou o banco dos pobres, o Grameen Bank. E é uma iniciativa que tem tido um sucesso internacional enorme, não só no Bangladesh,

como em outros países que tentam copiar. A idéia é de dar microcrédito, ou seja, de dar pequenas quantias, empréstimos que são pagos pelas pessoas que não tem acesso à rede bancária normal. O Yunes, eu acho que ele percebeu mais ou menos o óbvio, que essas pessoas precisavam de dinheiro, não tinham acesso e que necessitavam de quantias pequenas. E isso foi feito no início do processo, como bem relata em um artigo que li ontem, aliás, do Senador Suplicy, na Revista Isto é, o Yunus desembolsava dinheiro do... Seu próprio dinheiro. Eram quantias pequenas, e ele cobrava um pequeno juro. Mas isso dava um incentivo monetário, uma oportunidade a essas famílias que compravam com isso pequenos... Eu estou contando aqui coisas que provavelmente os Srs. Senadores e a audiência estejam cansados de saber. O microcrédito. Quer dizer, são iniciativas...

E eu estou falando porque Bangladesh, apesar da sua pobreza, é um país que tem uma repercussão internacional enorme. Eu estou falando do concerto de Bangladesh, como estou falando dessa iniciativa do Muhammad Yunus, que tem tido uma repercussão enorme e tem sido usada em outros países também que tem situações de precariedade ambiental, de precariedade de população.

O caso do Bangladesh é extremo, porque a densidade populacional chega a quase mil pessoas por quilômetro quadrado. E como usa muito bem, eu vou usar aqui a... A expressão que usou no artigo, o Senador Suplicy, é como se toda população brasileira morasse no Estado do Paraná. Então, isso para dar a dimensão do problema que enfrenta um país como Bangladesh. Ou seja, é preciso que a economia do Bangladesh seja suficientemente forte para incorporar essas populações que estão abandonadas há muitos anos. É claro que a economia do Bangladesh tem crescido, nos últimos anos, e crescido a taxas importantes. Mas acontece que há desastres... O Bangladesh é um cenário de desastres políticos e desastres ambientais. Então, isso se associa de uma maneira, às vezes, bastante trágica, como foi, por exemplo, em 1971, na guerra de independência, onde a Índia teve um papel importante, ao lado dos bengalis para obter a independência e onde houve massacres bastante importantes da população. Coisa que não repercute muito, pelo menos na nossa área de interesse. Mas que até hoje repercutem nas relações do Paquistão com Bangladesh.

Como todos sabem, o Bangladesh era uma parte do Paquistão, que ficou independente em 1971 porque houve uma eleição, em que um grande líder do Bangladesh, o Majibur, ganhou a eleição e pediu ao Governo Central que pudesse formar um Governo. Isso não foi aceito e houve uma intervenção do Paquistão

em Bangladesh, e terminamos com essa guerra sangrenta e a independência do Bangladesh.

Bom, isso para falar de iniciativas que estão sendo tomadas e tem sido tomadas para minorar, para aliviar a pobreza do Paquistão. A outra coisa que o... Desculpa, do Bangladesh. A outra coisa que tem sido feita, e com grande sucesso, mas ainda assim limitado pela quantidade de pessoas que se pode exportar, é que o Bangladesh tem exportado sua mão de obra, que é muito requisitada e benquista em países do Oriente Médio, na Malásia... E a dimensão dessa imigração é bastante grande, não em termos de Bangladesh, mas é importante em termos, digamos, de número mundial. São seis milhões de pessoas, aproximadamente, que vivem em países do entorno do Bangladesh, como trabalhadores.

Isso é importante também pelas remessas que eles fazem. As remessas dos imigrantes, dos imigrados do Bangladesh, de volta, repatriados ao Paquistão, são importantíssimas, da ordem de sete bilhões de dólares, o que é um componente importante da balança comercial, da balança de pagamentos do país.

O Bangladesh, portanto, tem usado esses artifícios. O concerto foi um deles, o Grameen Bank é outro, a exportação de mão de obra é uma coisa importante também na vida econômica do Bangladesh. E, finalmente, o Bangladesh é um país com grande participação nas forças militares, nas forças internacionais de paz, patrocinadas pelas Nações Unidas.

A cifra que eu tenho são nove mil militares do Bangladesh participando em várias operações em países da África, principalmente. Isso traz ao Bangladesh recursos relativamente importantes. Eu acho que da ordem de 200, 300 milhões por ano que, para um país com problemas de déficit de pagamento, de déficit de balanço de pagamento, déficit de balança comercial, são importantes para compor um perfil, portanto, mais equilibrado. Isso quanto a... É claro que essas iniciativas não são suficientes. Estamos falando de uma população de 150 milhões de pessoas, localizadas em 140 mil quilômetros quadrados. É como a dimensão do Estado do Ceará. Evidentemente que essas iniciativas não são suficientes, mas aliviam bastante alguns setores da população do Bangladesh.

A situação política atual do Bangladesh. Há um Governo recentemente eleito. A eleição foi em dezembro de 2008. Antes disso, o Governo estava... O Bangladesh estava sob um Governo provisório. Houve um período conturbado, que começou em 97, e termina em dezembro de 2008. O partido Awami, que é uma coalizão de 14 partidos, liderada por uma mulher, uma sheik importante. Esse partido se chama Awami. Ele ganhou, em 300 cadeiras, ganhou 271. Então, tem uma

maioria realmente impressionante no Parlamento, que é um Parlamento unicameral.

Então, o que se espera disso... Quer dizer, os observadores internacionais esperam que o Bangladesh tenha, pelo menos aí até 2013, que é quando vige esse presente Parlamento, que tem uma vida política relativamente estável.

Eu digo isso, mas é importante mencionar que, em fevereiro desse ano, houve uma revolta, uma rebelião importante de um grupo paramilitar, chamado de Rifles de Bengala. Esses Rifles de Bengala são uma organização militar que se ocupa da proteção das fronteiras. E esse grupo se rebelou em Dacca, a capital, e houve uma repressão forte e, nesse contexto, em torno de 70 civis e militares pereceram.

Eu menciono isso porque, ao mesmo tempo em que há uma expectativa de um ambiente político mais estável, já em fevereiro tivemos esta rebelião dos paramilitares dos rifles do Bangladesh. Felizmente, o assunto parece que está resolvido e, portanto, a expectativa de uma... De um Bangladesh mais estável e que possa, portanto, encaminhar os seus graves problemas econômicos para uma situação mais positiva.

A crise internacional evidentemente afeta fortemente o Bangladesh. Inclusive, porque há expectativa, há tendências, há sinais de que muitos dos imigrantes que trabalham em países fora do Bangladesh possam ser demitidos. E isso é importantíssimo porque, como eu disse, esse é um dos componentes mais importantes da capacidade do país de obter divisas internacionais. Quer dizer, são as remessas feitas pelos imigrantes.

O outro componente importante para obtenção de divisas internacionais, que também sofre com a crise, é a parte de vestuário. O Bangladesh é um grande produtor de produtos de vestuário. Tem grande sucesso internacional nessa área, e a crise está provocando uma grave... Tem reflexos importantes no setor.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO: É, o que... Há uma mão-de-obra barata e, portanto, acaba que o produto do Bangladesh é competitivo e de boa qualidade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO: É. Eles criaram zonas especiais, econômicas especiais. Como diz o Senador Tuma, como a China anteriormente criou e ainda existe lá.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. RICARDO LUIZ VIANA DE CARVALHO: [risos]. Senador Tuma, muito obrigado pela sua inter-

venção. É verdade. O produto... As roupas do Bangladesh são bem recebidas internacionalmente. Eu acho que... Eu não quero exceder o meu tempo aqui porque sei que a Presidência está preocupada com isso. E eu queria dizer, as relações com o Brasil são modestas. Nós temos aí 200 milhões de comércio, um comércio altamente favorável a nós. Quer dizer, nós temos uma... Um superávit na balança bilateral com o Bangladesh e precisamos melhorar esse perfil.

As relações com o Brasil, nós tivemos relações diplomáticas, temos relações diplomáticas com Bangladesh há bastante... Mas a Embaixada foi fechada em 2002. A Embaixada foi fechada por razões econômicas. Não quero me estender muito sobre isso.

Queria apenas mencionar que o Governo Brasileiro não pode deixar de tratar do assunto Bangladesh com a sensibilidade que ele tem para esse tipo de problema. E, portanto, eu vou terminar aqui a minha... A minha exposição, com essa... Com essa frase, digamos assim, não tanto de efeito, mas que transmite a minha sensação. Quer dizer, o Brasil, que tem uma exposição internacional hoje imensa, que participa do grupo dos 20, que é pretendente... Tem pretensões à participação nos fóruns internacionais e participa, então, não pode deixar de reconhecer, de ter uma representação num país da importância do Bangladesh, quando não seja pelo número de pessoas que lá vivem. Muito obrigado, senhores da audiência, por me ouvir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Ricardo Carvalho. Eu quero lembrar aos Srs. Senadores que nós realizamos essa Reunião hoje e, devido à agenda do Ministro Nelson Jobim, que não podia vir amanhã. Então, tivemos que fazer hoje, mas, amanhã, teremos uma Reunião Ordinária com a discussão da questão da posição brasileira em relação aos distúrbios recentes do Irã, reunião em conjunto com a participação, na verdade, da Câmara dos Deputados, Comissão de Relações Exteriores também da Câmara dos Deputados, e com a presença do Embaixador Roberto Jaguaribe. Responsável por esta área, estará, portanto, discutindo conosco aqui a questão do Irã.

Além disso, antes do recesso das duas semanas finais de julho, teremos a Reunião do dia 09, que é uma Audiência Pública longa, como ficou definido aqui. Vai ser uma Reunião de duas partes; na parte da manhã, com quatro expositores e, na parte da tarde, outros quatro expositores, que será a última Audiência Pública com relação à entrada da Venezuela no Mercosul. E ainda uma última Reunião Ordinária, no dia 16, que é o último dia previsto de trabalhos aqui com Reuniões no Senado de votação e depois teremos duas semanas de recesso.

Senador Romeu Tuma está inscrito, então, com a palavra, Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu vou ser rápido, Presidente. Primeiro agradecer V. Exa. por ter concordado com o meu retorno a esta Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não só concordei, como aprovei e aplaudi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E também a nossa simpática embaixadora, que me recebeu novamente com sorriso e apoio nesta Comissão. E que nós temos que fazer um voto para que ela não nos abandone, com tanta pressa, para assumir a designação aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Por enquanto, tem gripe suína na Argentina. Por enquanto, ela vai ficar aqui.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nós temos que ir atrás dela lá, onde ela for. Mas eu queria dizer que é interessante, me parece que a dimensão política dos três países, os dois que V. Exa. vai assumir, e mais Bangladesh, elas tem os mesmos problemas na área política, em razão do terrorismo que tornou o refúgio desses grandes líderes internacionais, que são considerados os principais terroristas, nessas regiões de Bangladesh e a Índia, principalmente. Há um combate no Paquistão, também muito forte, na busca dos Talibãs e também da Al Qaeda. E, com isto, eu acho que é um problema difícil de participação do Governo Brasileiro, através das suas embaixadas, de um ponto de equilíbrio, para evitar entrar no conflito interno, que lá é grave, e Bangladesh, vários golpes de Estado tem desenvolvido.

Eu não sei se a Embaixada que V. Exa. assume como... Pela reabertura ou já teve algum Embaixador anterior após o fechamento da Embaixada por motivos financeiros? O senhor é o primeiro? Eu acho que... E, é claro, nós... Aqui, esta Comissão, mais aprende do que questiona, não é, Senador? Porque nós... O meu desejo de permanecer... Fiquei todo o período... E por dois meses me afastei, por razões de decisão da bancada do partido, e me foi oferecida a vaga de outro partido; a Senadora Kátia Abreu abriu mão por ter objetivamente mais interesse na Comissão de Assuntos Agrícolas. E a gente tem uma importância vital, a qualidade dos Embaixadores que aqui vem.

V. Exas. demonstram claramente que, ao virem a esta Comissão, trazem um estudo profundo de tudo que ocorre aonde vão representar o Brasil. E V. Exa. tem uma referência, a conversa do Presidente Sarney, durante... Três anos depois da Rio 92, com o Presidente de Bangladesh. E a Índia é uma representação

importante para o Brasil porque é uma visão, hoje até a novela está nos trazendo uma visão mais eficiente da Índia. Eu estive na Índia, como membro da Interpol, como Vice-Presidente da Interpol, aonde foi se discutir a Assembléia Anual da Interpol e também alguns contatos sobre o tráfico de drogas em razão da papoula, tudo que tem nessa região. Não sei se Bangladesh também se inclui nessa preocupação do tráfico de drogas.

E vi aqui que o açúcar é o principal produto que o Brasil tem... Caindo alguns por cento em razão da recuperação da indústria do açúcar na Índia. Não sei se eu li direito aqui, porque foi tão rápido, mas eu costume levar comigo para me inteirar mais profundamente. Mas quero desejar a ambos toda a felicidade e alegria. E que nenhum terrorista passe pela porta da Embaixada. Boa sorte a ambos e temos confiança absoluta que a missão dos senhores será cumprida com sucesso, em países que hoje são importantes para o Brasil, até pelo desenvolvimento tecnológico que eles alcançaram.

A Índia, hoje, tem, na energia nuclear, um grande desenvolvimento. Eu estive com o Embaixador que foi Secretário-Geral do Itamaraty, numa das Guianas aqui, e toda a administração da Guiana era hindu. Por serem economistas de primeira, técnicos, que saíram da Índia para terem uma participação ativa em alguns países da América do Sul e, principalmente, na Guiana. Eu acho que eles estão espalhados pelo mundo. Os grandes estudantes, nos Estados Unidos, são indianos, e isso demonstra a qualificação e... Da busca da ciência e do conhecimento que ainda tem desenvolvido. Acredito que Bangladesh, que pertenceu ao Paquistão, se não me engano aqui, é uma divisão que foi feita, e o Paquistão também, essa... O que é ruim é esta guerra entre a Índia e o Paquistão pela Caxemira. E a Caxemira quer ser independente. Não é nem se ligar ao Paquistão e nem à Índia. Quer ser independente.

Então, são crises que vai ter que o Brasil, de vez em quando, dar um palpitezinho, principalmente trazer ao conhecimento do Presidente para poder tomar alguma decisão que possa facilitar e harmonizar esses países que tem uma pobreza bastante grande. E o senhor se referiu a ela aqui, até com ações internacionais para a ajuda econômica desses países. Eu quero cumprimentá-los e desejar muito boa sorte.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, primeiro, peço desculpas de não estar aqui desde o começo, mas hoje temos a Comissão de Direitos Humanos, da qual sou

Presidente, a Comissão de Educação, que se discutia o piso salarial, que foi um projeto meu, então, cheguei atrasado por isso. Senão não teria perdido, até porque considero uma das boas coisas dessa Casa essas reuniões. Não chamo sabatinas, que nós temos com os Embaixadores, e nas quais eu tenho aprendido muito, que eu oriento minhas perguntas para aquilo que eu quero saber sobre os próximos... As próximas décadas, nas relações do Brasil.

Mas, aqui, não vai mais dar tempo de colocar esses 15 pontos que eu considero que a gente vai ter que trabalhar. O que eu quero dizer apenas é que fico muito satisfeito de ver, mais uma vez, o Governo do Presidente Lula, em matéria de política externa, tomar decisões corretas. Uma delas, Embaixador, é a abertura da Embaixada em Bangladesh. Eu fui dos que lutou aqui pela abertura dessa Embaixada. Porque... Porque eu considero um dos países... Aliás, é um dos países mais populosos do mundo. É um país que tem uma experiência muito interessante na luta contra a pobreza, através do microcrédito. Eu fui visitar a experiência, fiquei uma semana lá, levei 15 pessoas comigo, consegui.. Na verdade, essas 15 pessoas me levaram. Eu consegui juntar 15 pessoas, que financiaram a minha parte da viagem, e ficamos uma semana lá com uma figura que terminou sendo meu amigo e que é amigo do Suplicy, que é o Muhammad Yunus, com quem o senhor certamente vai estar.

Eu creio que o Brasil precisa estar em Bangladesh. Temos muito a levar a Bangladesh, e acho que temos muito que aprender como é que um país consegue sobreviver naquelas condições tão difíceis para um país sobreviver. Além disso, um país novo, criado há pouco mais de 30 anos, vai fazer 40 em breve, então, eu fico muito contente que tenha sido aberta.

Frequentei muito a Embaixada de Bangladesh aqui e me constrangia ir à Embaixada de Bangladesh aqui e saber que nós não tínhamos Embaixada lá. Quando fui com esse grupo, não pude ter nenhum apoio de qualquer oficial brasileiro porque o Brasil não tinha relações, não tinha Embaixada lá. Então, nesse momento, o Brasil corrige uma falha de sua política externa, que é uma presença física, uma bandeira brasileira em Bangladesh.

Bangladesh é um país grande, mas eu sou favorável a que o Brasil abra Embaixada em todos os lugares possíveis. É um dos melhores retornos... É o retorno do que a gente gasta em política externa. Que custa pouco e traz um retorno a presença do país, o reconhecimento do país, o apoio a brasileiros quando chegam nos lugares. Mas, Bangladesh, especialmente, fico muito feliz, Embaixador, que a gente possa agora ter uma pessoa do seu calibre nos representando lá.

E, Embaixador Leoni, nós já temos Embaixadores, há bastante tempo, no Paquistão, mas também um país que eu criei uma relação muito boa, apesar de nunca ter estado lá, pelos Embaixadores que passaram por aqui. Eu não sabia que Afeganistão fazia parte... Ou vai começar a fazer agora? É cumulativo já há tempo? Já é há tempo isso. Fico muito feliz porque não podemos ficar fora dessa área. E o Paquistão faz parte, com Bangladesh, Egito, China, Índia, Nigéria, Brasil, de um grupo de países mais populosos do chamado terceiro... Dos chamados países em desenvolvimento, na área de educação. Não sei se tem conhecimento disso, mas eu cheguei a estar com o Ministro de Educação nas reuniões desse grupo. É um grupo coordenado pela UNESCO, em que faz parte, se não me engano, sete ou oito maiores países do chamado bloco dos países em desenvolvimento. Não são os países emergentes. Tem alguns realmente pobres, como Bangladesh.

Então, Paquistão é muito importante por esse lado. Mas é mais importante por outro lado, é mais importante pelo desenvolvimento científico e tecnológico, que pouca gente dá valor aqui. Que a gente vê o Paquistão como lugar de terrorismo. Mas é um lugar de Ciência e Tecnologia, não tanto quanto o Irã. E eu tive uma reunião com o Embaixador do Irã essa semana, até discutindo os fatos que acontecem lá, e é interessante ver que a versão dele, ele esteve com o Presidente, a versão dele é completamente diferente da que a gente tem pela mídia. Não vou dizer que a dele é certa porque ele é Embaixador e tem obrigação de dourar a pílula um pouco. Mas Paquistão não está no nível do Irã hoje, de desenvolvimento científico e tecnológico. Mas o Irã tem a ensinar ao Brasil. É triste isso, mas em matéria espacial, em matéria nuclear que o Brasil não está tão ruim, em matéria da nanotecnologia, o Irã tem o que nos ensinar. O Paquistão, talvez, não esteja nesse nível, mas a cooperação das universidades brasileiras com as do Paquistão, creio que seria um fato muito positivo.

E, além disso, é um centro do que acontece no mundo, passa por ali. Para o lado bom e para o lado ruim. Então, o Brasil não pode estar fora dali. Fico contente... Aliás, há muito tempo, já está. Fico contente que o senhor esteja assumindo e o que depender de nós aqui, pode contar e gostaria até, quem sabe, de visitá-los. Tenho proposto ao nosso Presidente organizar uma viagem à Ásia Central, que, na verdade, não entra Bangladesh nem Paquistão, mas também tem o Tajiquistão também faz parte... Então, eu fico feliz. Eu tenho dito por aí que o Governo Lula é um avanço que a gente tem tido em matéria de economia, mas, na mesma linha, matéria da generosidade social, mas na mesma linha, que vem do Fernando Henrique. Na

matéria política também, avançou na aglutinação, muito maior do que o Fernando Henrique conseguia, mas é a mesma linha. É o mesmo eixo que vem do Governo Fernando Henrique. Duas coisas são diferentes, uma para pior e outra para melhor: acho que para pior é o retrocesso ideológico, o debate. O debate se esmoreceu no Governo Lula. Até, graças ao seu carisma, e até ao fato de que o PT era o grande contestador e ao fato de que ele adotou políticas que deixam difícil os tucanos ficarem contra. Então, a gente perdeu muito nesses oito anos de Lula do debate ideológico no país. O país teve uma paralisia intelectual, a meu ver, do ponto de vista da política e do social. Não do ponto de vista da Ciência e Tecnologia *hard*.

Agora, há um ponto que o Lula deu uma inflexão sim, é na política externa. Eu acho. Por isso que é contestada. Por isso que é... O único item de contestação é o lado moral, nas denúncias, que aí não é oposição, aí é crítica. E, no lado da política externa, que tem contestações porque eu tive impressão que fez uma inflexão, uma inflexão ao que eu chamaria de esquerda. Mas pode chamar de outra maneira. Mas... *Tout azimuth*, como dizem os franceses, em todas as direções, e, ao mesmo tempo, mais independente do que a política foi, sem perder a ternura com os Estados Unidos e com a Europa. Mas houve uma mudança de posição. Essa posição firme agora, em relação a Honduras, eu acho que é interessante, como foi a posição firme contra o golpe na Venezuela. Porque todos estão contra o golpe em Honduras. E eu estou indo para lá daqui a pouco, que eu morei dois anos em Honduras, tenho uma relação especial com esse país. A gente vai fazer uma manifestação lá, mas, no caso do Chávez, não foram todos que se manifestaram contra. Houve alguns que ficaram desejando que desse certo o golpe de Estado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A ocupação do Iraque também, a posição do Brasil foi forte contra...

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF): É. No Iraque, foi uma posição corretíssima. Eu acho que a política externa é o lado de inflexão que não vai ter volta. Não vai ter volta. O próximo Governo... Não vamos fechar embaixadas mais, como Fernando Henrique fechou a da Tunísia e da Tanzânia, pelo menos porque Bangladesh não tinha. Ele não fechou. Chegou a ter Embaixada?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF): É, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível] fechou em 2002.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF): 2002? Mas eu fui lá antes de 2002 e não havia Embaixada. Está bom, não vamos discutir. O senhor sabe mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF): É, né? Eu não lembro. A Tanzânia e a Tunísia é que realmente eu me lembro que fechou, que cheguei a ir falar com o Presidente e fiquei até furioso porque ele disse: "Fale com o Malan". Eu digo: "Mas é uma questão de política externa, Presidente". Ele disse: "Não, não, isso é uma questão financeira". Então, por uma economia pequena, nós terminamos gastando muito dinheiro para reabrir. Essa inflexão, eu creio que a presença dos senhores lá vai ajudar bastante.

Então, meus parabéns, e fico feliz que o Brasil tenha representante nesse nível. E aproveito para dizer que sei que é uma característica do Itamaraty a qualidade, fico até encabulado porque hoje começam a chegar às embaixadas os meus ex-alunos, como um que está ali. Também, o Leoni também, é verdade. Então, eu fico encabulado. Mas eu acho muito positivo que hoje temos todos os Embaixadores de carreira. É algo que o Presidente Lula hoje pode se orgulhar, embora no começo não teve, e nem acho que seja uma coisa tão fundamental. Creio que, de vez em quando... Não vejo porque não se possa ter Embaixadores sem ser da carreira, desde que tenha... Desde que não sejam prêmios ou punições. Porque, em geral, houve um tempo em muitos países, há ainda, em que a Embaixada é para punir ou para se livrar de alguns ex-aliados ou para prestigiar aliados, conforme vai.

O Governo Lula, no primeiro momento, teve até alguns Embaixadores, mas hoje não tem nenhum que não seja de carreira. Isso acho muito positivo. E os senhores, eu tenho certeza, vão representar muito bem o Brasil nesses quatro países.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam. Gostaria de dizer que o senhor me dá a oportunidade de lembrar que a data de hoje, hoje é primeiro de julho. V. Exa. até lembrou ontem, lá no Plenário, são 15 anos de implantação do Plano Real. Foi realmente um momento... Eu considero que as pessoas valorizam muito pouco o que significou o Plano Real na realidade brasileira. Foi uma revolução. Ela está na base de toda a mudança que o Brasil conseguiu fazer nos últimos anos. Essa estabilidade que conseguimos fazer. Méritos ao Presidente Lula por ter seguido essa parte da nossa política monetária e econômica; méritos ao Presidente Itamar, que foi quem colocou, meu adversário político em Minas; mérito ao Presidente Fernando Henrique,

que pegou a parte fundamental da sua implantação. E nós ainda temos até hoje algumas questões que eu considero que ainda são esqueletos do período inflacionário. Eu vou citar dois: um é a questão dos precatórios. O precatório, o maior problema vem de antes ainda da inflação. E o outro está aqui, está dentro do Senado e está também em toda a estrutura pública brasileira, que é a questão das diferenças salariais, que se critica muito. Aqui no Senado, eu pude dizer outro dia num programa de televisão, que os salários que são mais altos aqui no Senado são de pessoas concursadas, efetivas, que não tem como ter o salário reduzido. Então, não adianta ficarmos discutindo essa questão porque não tem como reduzi-la por questão de direito adquirido. Os salários normais de quem é indicado pelos Senadores oscila de 1500 a 10 mil reais, que é perfeitamente compatível com a natureza das funções. Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF):

Só para lembrar que, ontem, não vi ninguém lembrando na Tribuna o Plano Real. Salvo eu. Fiz questão de lembrar porque sempre fui um apoiador--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Esperamos que hoje o Plenário seja mais calmo--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PD-DF):

--Hoje não vai ter Plenário por causa da morte do... Terá também? Mas, então, lembrar que eu fiz sim essa referência e acho que o Brasil tem que... Uma dívida com esses Presidentes, inclusive o Lula, não há dúvida nenhuma, mas tem uma grande dívida com Pedro Malan, tem uma grande dívida com toda a equipe que fez o Plano Real. Eu, na época, sugeri que eles fossem indicados para o Prêmio Nobel de economia. Eu continuo defendendo que aquela arquitetura, criativa, diferente de tudo que se fez no mundo, merece um dia um reconhecimento internacional maior do que tem tido.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG):

Obrigado. Senador João Pedro. Senador Suplicy, quer falar antes?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É breve. Ambos temos um compromisso que era às 13h, urgente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG):

Vamos ouvir só o Senador João Pedro e já encerramos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM):

Eu serei rápido, para dizer que desejo aos dois Embaixadores que cumpram as missões importantes nesses países, que são países e regiões emblemáticas no mundo. E que o Itamaraty e que a presença do Estado Brasileiro cumpra um papel de mudanças estruturantes nesses

países, quer no campo da democracia, da economia, da pesquisa, da ciência, de uma relação solidária... Solidária. Bangladesh, para mim, é uma região que é resultado, essas contradições, a pobreza, que se traduz na sua imensa população, é resultado de um período que o mundo viveu, mas que é resultado do colonialismo, do que... é uma região que sofreu como colônia e impõe uma situação dramática em pleno Século 21. Acho que o mundo precisa olhar.

Eu andei, em 2008, na África, e eu saí indignado de olhar uma população como a do povo africano da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, enfim, um povo tão bonito e a pobreza impera. Guiné-Bissau, para se ter uma idéia, não tem um aparelho, no país, de hemodiálise. No país, não tem um aparelho de hemodiálise; quem pode, vai para Portugal, para a Europa. E quem não pode fica ali e morre. Ou seja, também fruto do colonialismo de países que sofreram, que foram colônias.

E eu espero que... Eu ouvi, a Embrapa já está na região do... Não? Há uma perspectiva. Acho importante a Embrapa também em Bangladesh com sua tecnologia, seus estudos... Enfim, eu desejo muitas felicidades e uma missão exitosa nos dois países e, para finalizar, Presidente, esta é a primeira reunião da Comissão de Relações Exteriores, desde domingo, quando aconteceu o golpe em Honduras.

Eu quero aproveitar aqui esse espaço da Comissão de Relações Exteriores para externar o meu repúdio ao golpe, à forma como foi tratado o Presidente de Honduras, tirado de sua residência, praticamente semi-nu e levado para outro país. É inaceitável que a democracia, que setores da sociedade não respeitem princípios da participação popular para eleger seus Presidentes.

Então, eu quero deixar consignado aqui o meu repúdio a esse golpe que aconteceu no domingo, em Honduras. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG):

Obrigado, Senador João Pedro. Ainda ontem o Senador Suplicy também mencionou esse assunto em Plenário, de Honduras, eu quero dizer que, da minha parte, também como Presidente da Comissão, quero manifestar a mesma posição, a posição de que o regime democrático tem que ser respeitado. É sabido que houve algumas questões de desrespeito ao Supremo Tribunal Federal de Honduras, mas não é essa a justificativa para uma intervenção militar de tirar o Presidente. Tem que se buscar que o Presidente respeite as decisões dos demais Poderes, mas não dessa forma militar. De maneira que acho que é um assunto que podemos discutir e esperamos que

seja solucionado e que o Presidente possa reassumir o cargo. Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, avalio, sobre esse tema, que já deve ter sido encaminhado para cá, pela Mesa, o Requerimento do Senador Aloizio Mercadante, que normalmente... Não chegou ainda aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não recebi ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É justamente propondo uma manifestação nossa pela democracia em Honduras. Então, pediria para depois verificar, quem sabe amanhã, possamos examiná-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Acabou de chegar. Chegou hoje. Então, amanhã podemos discutir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Então, amanhã, pediria para incluir na pauta. Até porque será o dia em que o Presidente Zelaya retornará a Honduras e, portanto, é muito importante. Sr. Presidente, tenho que ser brevíssimo porque... Tenho um compromisso urgente agora. Mas quero muito cumprimentar ambos os Embaixadores, desejar muito sucesso em suas missões, ao Embaixador Alfredo César, inclusive, como ao Embaixador Ricardo Luis, lhe dei o livro sobre a renda de cidadania e me coloco à disposição de, inclusive, ir aos respectivos países, junto às autoridades, para estar falando a respeito desse tema e com muita... Com muita disposição.

Então, meus cumprimentos, e eu terei que ser brevíssimo por causa de estar atrasado para uma reunião-chave para os destinos do Senado, que a nossa bancada iniciou às 13h. Vou pedir licença, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Perfeito. Obrigado. Senadora Rosalba, pela ordem, e, logo em seguida, nós transformamos a Sessão em secreta e faremos a apuração caso não haja nenhum questionamento. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só queria exatamente dizer o quanto representa todo o trabalho que o Embaixador, com certeza, os Embaixadores irão realizar nessas novas missões, isso já entendendo que, após a apuração, eles sejam vitoriosos, pelo seu currículo, pelo seu trabalho, por toda sua trajetória de vida. Com certeza, são merecedores de que estejam com essa missão, essa missão, que é uma missão que nós sabemos que não é fácil, mas de... Defendendo o nosso país lá fora e, ao mesmo tempo, fazer com que possamos crescer no intercâmbio, nas parcerias, no apoio, e a nossa economia, como também os Direitos Humanos brasileiros estejam cada vez

mais fortes. Desejando sucesso aos senhores Embaixadores Alfredo César Martinho Leoni e ao Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho, que estarão em uma área bem distante. Com certeza, sentirão muita saudade desse Brasil e isso vai fortalecer ainda mais a ação em benefício da nossa gente, do nosso país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senadora Rosalba. Essa questão realmente do Brasil, o gosto pelo Brasil é interessante. Encontrei com o Embaixador da Dinamarca aqui no Brasil, ficou aqui seis anos, ele está indo embora, e ele dizia realmente da... Da tristeza de ter que sair do Brasil, tal a forma que ele gostou, se acostumou com o Brasil e tem uma filha adolescente e dizia... A senhora dele dizia da dificuldade da moça de sair do Brasil, depois de seis anos aqui, se acostumar com a alegria, especialmente do nosso povo.

Bom, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383, do Regimento Interno, a Reunião da Comissão será transformada em secreta, a fim de que os Embaixadores sejam arguidos pela Comissão; e o Relator Senador Antônio Carlos Valadares já foi designado para atuar como Secretário. A Reunião, portanto, torna-se secreta e eu peço aos Srs. Embaixadores que quiserem possam permanecer, pedindo apenas aos demais que a Reunião está suspensa, portanto.

[Reunião secreta às 13h15]

[Reunião reaberta ao público às 13h18]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): A Reunião está reaberta e comunico a aprovação dos Embaixadores Alfredo César Martinho Leoni para a República Islâmica do Paquistão, cumulativamente com a República do Tajiquistão e a República Islâmica do Afeganistão, desejando sucesso às suas funções, numa região conturbada e que esperamos, também, que possa chegar à paz finalmente. E também a aprovação do Embaixador Ricardo Luis Viana de Carvalho, designado para a República Popular de Bangladesh. Todos os dois vão para países que tem população parecida com a nossa, próxima da população brasileira e que mostra, portanto, a importância da nossa representação.

Está encerrada a Reunião. Agradeço a todos Srs. Senadores e Senadoras que aqui participaram dessa Reunião Extraordinária desta quarta-feira. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h20.

ATA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2009, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLÊNÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dois de julho do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Antônio Carlos Valadares, Tião Viana, Paulo Duque, Demóstenes Torres, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Wellington Salgado de Oliveira, Romeu Tuma, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador **Eduardo Azeredo**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos, submetendo à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente inicia a apreciação da Pauta. Audiência Pública *“para discutir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações no Irã em razão dos resultados eleitorais desse País”*, em atendimento ao Requerimento nº 42, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Eduardo Azeredo e Geraldo Mesquita Júnior, aprovado dia 25 de junho de 2009. O Presidente apresenta o Requerimento nº 46, de 2009 – CRE, de autoria dos Senadores Geraldo Mesquita Júnior e Eduardo Azeredo, solicitando *“nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 42, de 2009 – CRE, de Audiência Pública destinada a discutir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações do Irã em razão dos resultados eleitorais desse país, com a finalidade de incluir no rol de convidados o nome do Sr. Iradj Roberto Eghrari, Secretário Nacional de Ações com Sociedade e o Governo”*. Aprovado. O Presidente declara, ainda, a inversão da pauta, iniciando a apreciação da pauta extra. **Item 02 Pauta Extra:** Requerimento (SF) nº 791, de 2009, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, em que *“requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado voto de censura e repúdio ao golpe de Estado perpetrado contra o governo democrático de Honduras”*. O Senador **Eduardo Suplicy** faz a leitura de seu relatório. Aprovado. O Presidente convida para compor a mesa os senhores Embaixador Roberto Jaguaribe, Subsecretário-Geral Político II, representando o Chanceler Celso Amorim; e Iradj Roberto Eghrari,

Secretário Nacional de Ações com a Sociedade e o Governo da Comunidade Baha'i. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **Roberto Jaguaribe** para fazer sua exposição. Os Senadores **Eduardo Suplicy, Inácio Arruda, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque** fazem uso da palavra. O Presidente submete à apreciação o Requerimento nº 45, de 2009 – CRE, de autoria do Senador Inácio Arruda, em que *“requer, nos termos do art. 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, a realizar-se no próximo dia 09 de julho nesta Comissão, para instruir matéria sobre a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, com a presença das seguintes autoridades: Secretário Geral do Itamaraty, Sr. Samuel Pinheiro Guimarães; Presidente da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria da América do Sul, Sr. Darc Costa; e Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – Abimaq, Luiz Albert Neto”*. Aprovado. O Presidente concede a palavra ao senhor **Iradj Roberto Eghrari** para fazer sua exposição. Os Senadores **Paulo Duque, Mozarildo Cavalcanti, Cristovam Buarque e Romeu Tuma** fazem uso da palavra. O Presidente submete à apreciação o **Item 01 Pauta Extra:** Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que *“aprova o texto da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em Viena, em 23 de maio de 1969, ressalvados os arts. 25 e 66”*. O Senador **Cristovam Buarque** faz a leitura do seu relatório. Aprovado. O Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às treze horas e onze minutos, lavrando, eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião.

Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Presidente em exercício

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 24ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2009, ÀS 10 HORAS E 38 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura e aprovação

da Ata anterior. As Sras. e os Srs. Senadores, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Essa reunião é uma Audiência Pública que tem o propósito, dentre outros, de discutir o posicionamento do Brasil, frente às recentes manifestações no Irã, em razão dos resultados eleitorais ocorridos naquele país.

Antes de iniciarmos a apreciação da pauta, submeto à apreciação dos Srs. Senadores um requerimento de aditamento ao requerimento anterior, nº 42, que tem o propósito exatamente já explicitado, para incluir, dentre o rol de convidados, o nome do Sr. Iradj Roberto Eghrari, Secretário Nacional de Ações com a Sociedade e o Governo da Comunidade de Bahá'i do Brasil. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pela ordem.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Agradeço, Sr. Presidente, se pudermos rapidamente apreciar o Item 2 da pauta, porque como eu vou ter responsabilidades daqui a instantes aqui no Senado, outras; e como se trata, pelo que pude perceber em diálogo com outros Senadores, de um tema consensual, trata-se do requerimento de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante que propõe seja apresentado um Voto de Censura e Repúdio ao Golpe de Estado perpetrado contra o Governo Democrático de Honduras na forma da justificativa anunciada. Inúmeros Senadores, inclusive, já se pronunciaram sobre esse tema em Plenário e avalio que se trata de uma proposição em que todos os Senadores de todos os partidos gostariam de aqui assinalar o quanto avaliam como importante que o povo de Honduras possa ter o direito à democracia e possa saber que aqui no Senado brasileiro há uma manifestação, acredito, consensual de repúdio ao Golpe de Estado e para que o quanto antes possa o Presidente, Sr. Manuel Zelaya, voltar a seu país, como inclusive ele anuncia que estará de volta ao seu país neste final de semana e de uma maneira que possa ali haver uma resolução democrática, pacífica e, sobretudo, V. Exa. sabe que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente Barack Obama, a Presidenta Michelle Bachelet, a Presidenta Cristina Kirchner, são dezenas de Chefes de Estado em todos os países das Américas, sobretudo, que manifestaram a sua preocupação com a interrupção do processo democrático ali em Honduras.

Então, se me permite, Sr. Presidente, eu já aqui externei, avalio que seja consensual, foi distribuído este Parecer e--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade. Eu peço licença à V. Exa. apenas para... Creio que os demais Senadores concordam com o pleito do Senador Supply. Eu pediria, Senador Supply, só que fôssemos breve--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Com toda certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --em respeito aos nossos convidados que estão aí na antessala. O requerimento é o de nº 791, para que seja apresentado Voto de Censura e Repúdio ao Golpe de Estado perpetrado contra o Governo Democrático de Honduras. A autoria é do Senador Aloizio Mercadante e a relatoria é do eminente Senador Eduardo Supply, que tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então, brevemente, Sr. Presidente. Trata-se de requerimento do Senador Aloizio Mercadante, que leva em consideração a consciência democrática do Congresso Nacional Brasileiro, na Câmara dos Deputados já houve a aprovação de requerimento neste sentido e, sobretudo, para que possa o Sr. Manuel Zelaya, Presidente constitucionalmente eleito pelo povo de Honduras, retornar ao seu cargo. Há que salientar que a própria Assembleia Geral da ONU já votou Resolução que expressa essas demandas universais. Não há um só país que anuncia que reconheça o Governo ilegítimo de Honduras e, então, o nosso apelo, inclusive às autoridades de Honduras, para que se providencie um processo pacífico e democrático ali, que se restabeleça a ordem democrática reconhecida, sobretudo, pelo povo de Honduras e por todos os povos das Américas.

Portanto, meu Parecer está de acordo. Nos termos do art. 223, que seja apresentado o Voto de Censura e Repúdio ao Golpe de Estado perpetrado contra o Governo Democrático de Honduras na forma da justificativa anexada e do Projeto de iniciativa do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V. Exa. tem absoluta razão, Senador Supply, e, com a sensibilidade de um grande democrata, V. Exa. acolhe o encaminhamento do Senador Mercadante, nosso ilustre companheiro, para que seja apresentado um Voto de Censura e Repúdio ao Golpe de Estado perpetrado contra o Governo legitimamente eleito de Honduras. Nós acreditávamos que já estávamos livres do vírus de Golpes de Estado na América latina, enfim, em toda essa região, Caribe, mas eis que surge novamente esse fantasma para nos assombrar. Precisamos reagir com rigor contra ele e nesse sentido submeto à apreciação dos Srs. Senadores o Parecer do Senador Eduardo Supply. Aqueles

que são favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu pediria ao Senador Eduardo Suplicy a gentileza de convidar os nossos visitantes para adentrarem ao nosso recinto.

Quero cumprimentar e saudar nossos visitantes, o Embaixador Roberto Jaguaribe e o Sr. Iradj, os demais membros do Itamaraty aqui presentes, as senhoras e os senhores. Essa Audiência Pública tem o propósito de discutir o posicionamento do Brasil frente as recentes manifestações no Irã em razão dos resultados eleitorais desse país, em atendimento ao Requerimento nº 42, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que eu tive a honra de subscrever. O requerimento era no sentido de termos aqui a presença do Chanceler Celso Amorim, que indicou o seu Embaixador Roberto Jaguaribe, Subsecretário-Geral Político II, para representá-lo nessa Audiência Pública, e tenho certeza absoluta que ele será muito bem representado pelo Embaixador Roberto Jaguaribe, a quem concedo a palavra para fazer a sua exposição.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Só assinalando, Sr. Presidente, que a iniciativa é dos Senadores Eduardo Azeredo e Geraldo Mesquita, mas que recebeu a minha aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): São dois grandes Eduardos. Com a palavra o Embaixador.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Muito bom-dia. Eu queria cumprimentar o Exmo. Sr. Senador Geraldo Mesquita, agradecer essa oportunidade, cumprimentar os senadores presentes, cumprimentar ao Dr. Iradj e agradecer essa oportunidade de poder expressar um pouco a visão do Ministério das Relações Exteriores em relação a essa questão tão delicada, complexa e que tem recebido a atenção da mídia internacional e da mídia nacional, de forma muito intensa, nos últimos dias, a partir da realização da eleição.

Eu gostaria, Sr. Senador, em primeiro lugar, de fazer um breve apanhado sobre a situação geral do Irã e as relações bilaterais para, depois, entrar um pouco na questão do processo eleitoral e das eleições recentes.

A primeira questão fundamental que se deve ter presente ao examinar a questão do Irã é reconhecer a extraordinária relevância daquele país ao longo da história e no momento atual. Ao longo da história o Irã desenvolveu uma das culturas mais ricas e sofisticadas de origem civilizacional, que influenciou de forma decisiva o mundo atual através de diversas vertentes e não apenas o seu entorno imediato. Até hoje quando nós vamos para a Ásia Central ou para o mundo islâmico, sobretudo o mundo islâmico daquela região, mas

fora do Irã, nós notamos que o primeiro elemento de forte integração civilizacional que o Irã teve foi através da conquista do Império Sassânida e a incorporação da cultura iraniana. Até mesmo quando se vai para a Índia, nós lembramos que durante o período Mogul a Corte Indiana falava farsi e era islâmica, e grandes conquistas como o próprio Taj-Mahal tem uma notória ascendência civilizacional persa que contribuiu para a formação inclusive do seu entorno. Na Ásia Central de hoje, países como Uzbequistão, Tajakistão, são novos países que têm uma influência decisiva no Irã.

Por outro lado, o Irã atual é um país muito vigoroso, com um nível muito sofisticado de sua população, com um nível sofisticado de informação e de educação, um país grande, de mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, com 72 milhões de habitantes, com uma renda nacional bruta de 320 bilhões de dólares, que, se for aplicada em PPP, chega a 850 bilhões de dólares; portanto, uma economia importante, que vem crescendo a uma taxa de cerca de 5,5% ao longo dos últimos vinte anos, uma taxa sustentável que evidentemente se beneficiou de forma muito significativa da elevação do preço do petróleo nos últimos anos e, com isso, tem conquistado superávits comerciais importantes, e que tem uma fluência financeira também significativa, sobretudo em função dessa capacidade de concentrar os recursos derivados dessa elevação do preço de petróleo. Evidente que a questão econômica iraniana não é puramente rósea. Existem vários aspectos complexos, a inflação é um elemento importante que tem contribuído negativamente no país e, ainda, outras questões que têm afetado o Irã, como as próprias sanções aplicadas pelas Nações Unidas e que também foram expandidas unilateralmente por alguns países, como os Estados Unidos e a União Européia.

O Irã, portanto, é um país historicamente relevante e atualmente muito relevante e não pode ser considerado um ator secundário em nenhuma circunstância, sobretudo no âmbito regional. A participação do Irã na região é fundamental. O Brasil tem a leitura já há muito tempo de que qualquer questão delicada de natureza política-estratégica, para obter-se uma solução sustentável é preciso o engajamento de todos os atores relevantes. Portanto, é impensável que se possa chegar a soluções importantes no âmbito regional e, evidentemente, nós estamos falando da região mais conturbada do mundo, porque o Irã, na verdade, tem a seu ocidente o problema do Oriente Médio e a seu oriente o problema da Ásia Central, do Afeganistão e do Paquistão. São questões extremamente complexas e ele se insere, portanto, num contexto de grande complexidade. Em todos esses cenários nós acreditamos

que o Irã é um ator fundamental para que se chegue a uma solução definitiva.

Então, a nossa relação com o Irã é uma relação ampla, uma relação antiga, na verdade a mais antiga das relações nessa região, as relações diplomáticas do Brasil com o Irã datam de 1903, tem mais de um século de existência, e ela tem sido enriquecida ao longo dos últimos anos com uma multiplicidade de interações.

O comércio na relação bilateral tem uma relevância particularmente significativa. Não se trata de algo recente, sempre foi um parceiro comercial importante, mas a sua importância aumentou significativamente ao longo dos últimos anos. É importante ter presente que ao longo dos últimos anos houve uma grande diversificação, que também não é nova, o Brasil sempre foi um país com um comércio exterior relativamente pequeno, mas com grande diversificação de atuação. Mas nos anos recentes essa diversificação foi de tal ordem que hoje 57% do comércio do Brasil é realizado com países em desenvolvimento e apenas 43% com países desenvolvidos. Isso se dá não em função de uma estratégia específica de diminuir comércio com países ricos, na verdade o Brasil está pretendendo vender sempre que possível para qualquer comprador, mas em função da própria dinâmica do sistema internacional em que os países em crescimento e em crescimento na participação do comércio são os países em desenvolvimento. O Irã atingiu um comércio importante com o Brasil. Já tinha, como eu disse, há muito tempo, em 2007 o nosso comércio bilateral chegou próximo a dois milhões de dólares, um comércio muito unilateral, apesar de eu ter usado a palavra bilateral, porque nós vendemos muito e compramos muitíssimo pouco. Nesse ano, por exemplo, nós vendemos 1,8 bilhões de dólares e compramos cerca de 15 milhões de dólares. Então há uma desproporção no comércio muito significativa.

Essa dimensão dupla da relevância do país intrinsecamente, da relevância do país historicamente e do reconhecimento do papel fundamental que o Irã tem que cumprir, independentemente do seu sistema de Governo, das suas circunstâncias políticas internas no seu entorno regional, é um dos elementos, digamos, diretores da nossa relação com aquele país. O Brasil entende que é um parceiro necessário, um parceiro importante e, portanto, tem procurado estabelecer uma relação sólida e abrangente. Evidentemente, como já foi dito em muitas instâncias e esse ponto é muito importante reiterar, o fato de a liderança iraniana, do seu regime e dos seus governantes manifestaram ocasionalmente ou até com certa frequência posições que são claramente discordantes das posições do Brasil e uma multiplicidade de temas importantes, na nossa

leitura não significa um impedimento para a consecução de uma relação significativa. E nós vamos mais além: nós acreditamos que a busca de confrontação ao invés de engajamento, de isolamento ao invés de diálogo, tende a radicalizar posições. Nós acreditamos que através do engajamento, através do diálogo, você oferece opções diferenciadas para os países em que se procura esse diálogo. Se ao contrário, nós formamos uma base exclusivamente de isolamento ou de confrontação, há uma aglutinação em termos dos elementos radicais que imperam naquele regime e isso vale para qualquer país, inclusive para o regime iraniano. É evidente que o Irã é um país que apresenta manifestações internas complexas, é um país muito rico do ponto de vista da sua cultura, da sua complexidade, do seu tecido social, com muitas variações, com várias etnias, com várias religiões, e com um sistema de modelo que é fundamentalmente teocrático, o que cria, evidentemente, algumas dificuldades internas. Mas o Brasil tem como política básica, basilar há muitas décadas - há séculos, na verdade - a não interferência, não ingerência em assuntos internos de outros países. Nós acreditamos que isso é um modelo fundamental para a atuação da diplomacia brasileira e nós dizemos mais: se outros países adotassem com plenitude esse princípio, muitos dos problemas que nós enfrentamos no mundo de hoje, talvez, não estivessem aqui presentes. A ideia de que algum país tenha uma receita ideal para com outro país deve se concordar que é uma ideia que é completamente alheia à nossa política externa e nós acreditamos que outros países, que muitas vezes têm uma política ideológica ou moralista, trazem muito mais problemas do que benefícios ao exercício dessa modalidade.

O Brasil, portanto, não acredita na questão da ingerência. Agora, o Brasil, sim, acredita numa multiplicidade de princípios básicos de comportamento de países, entre os quais aqueles que estão necessariamente subscritos na Carta das Nações Unidas como, por exemplo, a questão do respeito aos direitos humanos. É uma dimensão que, portanto, é obrigatória e ultrapassa, de certa forma, as questões internas.

Portanto, nós mantemos com um acompanhamento atento, mas evidentemente buscando não politizar excessivamente esse comportamento e temos sido atuantes em relação a todos esses temas nas esferas em que eles são tratados nos âmbitos multilaterais pertinentes.

Passando para o processo eleitoral, porque eu não quero me estender para dar oportunidade de ser inquirido, conforme o desejo dessa Comissão, nós evidentemente estamos acompanhando isso com grande interesse, mas as particularidades internas, inclusive

ausência de capacidade de sondagens ou de enquetes públicas dificulta a avaliação de qual seria o desfecho efetivo dessa eleição, de forma que em nenhum momento nós chegamos a uma conclusão definitiva de qual deveria ser o desfecho eleitoral dessa campanha. Mas buscamos, através desse tempo, informações junto a países interessados, sobretudo os países vizinhos, que acompanham com grande dinamismo e interesse a avaliação do que viria a acontecer no processo eleitoral iraniano.

Desde logo vale mencionar que esse é um processo eleitoral real, se trata de uma disputa efetiva, não se trata de um faz de conta para manter os aspectos formais da democracia, a tal ponto que gerou o tipo de reação de perplexidade, de inquietação e de insatisfação no grupo de candidatos não eleitos, que se evidenciou nos últimos meses, nos últimos dias. Isso caracteriza, entre outras questões, a existência de um dinamismo real, de um vigor de participação pública e de engajamento do eleitorado no processo eleitoral. Não vou aqui manifestar um atestado democrático, porque o Brasil não faz isso com relação a nenhum país, mas é evidente que esse processo eleitoral evidenciou a existência de fato de uma disputa real e não apenas de uma brincadeira para montagem, para desfazer aspectos formais de demandas de democracia muitas vezes de origem exterior.

Dito isto e voltando sempre à precariedade da base de informação disponível para podermos cabalmente afirmar uma coisa ou outra em relação ao que acontece, qual era a preferência do eleitorado, nossas consultas com países vizinhos, interessados no processo e muitas vezes com alguma capacidade de informação superior à nossa em função do interesse e vizinhança estratégico, sempre nos levaram à suposição de que o desfecho mais esperado da eleição seria a reeleição do antigo Presidente, atual Presidente reeleito, o Presidente Mahmoud Ahmadinejad, e de fato foi o que as urnas evidenciaram. Na verdade, até mesmo em alguns artigos que foram tornados públicos nos Estados Unidos, o Washington Post, por exemplo, no seu site de internet, publica uma enquete que foi feita de fora do país. A expectativa dessa enquete era de que o resultado eleitoral daria cerca de 68% de preferência dos votos para o candidato Mahmoud Ahmadinejad. Os números evidenciados pelo sistema eleitoral iraniano não foram muito distantes dessa previsão. Da mesma forma, como eu disse, alguns países que nós fomos consultar indicavam com clareza que esse deveria ser o resultado.

A existência de fraudes ou de imperfeições no sistema eleitoral também são assuntos delicados e que nós hesitamos entrar de forma taxativa, mas não

há dúvida que há evidências de incorreções claras, inclusive reconhecidas pelo próprio Conselho de Guardiões, que tem uma responsabilidade central nesse processo. O próprio Conselho, porém, disse que as imperfeições evidenciadas não tinham peso suficiente para afastar a legitimidade da opção popular pelo candidato que foi consagrado vitorioso pelo Conselho, que foi o Mahmoud Ahmadinejad. Nós não temos elementos minimamente satisfatórios para contestar essa afirmação. O que, sim, nós podemos constatar com muita clareza, é que existe uma aparente fissura num modelo que era muito pouco propenso a evidenciar essas divisões internas. Isso mostra, de novo, o vigor efetivo do processo eleitoral, o fato de que existia de fato candidaturas alternativas e que elas mobilizavam pessoas de formas diferenciadas, mas, também, mostra que há um espaço maior de atuação possível. E aqui eu ousar falar que esse espaço será tanto maior quanto maior for o sentido de engajamento e menor o sentido de isolamento a que for submetido o país. Se a conjuntura internacional, por diversas razões, inclusive por participação dos países mais relevantes, faz uma opção ou volta a uma opção de isolamento maior do Irã, a tendência, na nossa avaliação, é de uma aglutinação muito mais fechada em torno dos elementos possivelmente mais radicais dentro da Revolução Islâmica do Irã. De modo que esse desfecho que ocorreu com manifestações públicas, lamentavelmente ocorreram e com repressão, o que provocou lamentavelmente, como já mencionou o Ministro Celso Amorim, a morte de diversos iranianos, e aqui evidentemente as cifras divergem, os números oficiais são em torno de vinte ou trinta, números de algumas agências ou de ONGs voltadas para direitos humanos colocam números mais perto de cem, em termos dos números de mortos, nós não temos elementos para confirmar um lado ou outro, mas evidentemente uma reação muito viva de descontentamento e que, em última instância, a única certeza que nós temos é que ela evidencia que uma parte importante da sociedade iraniana está envolvida num processo de demanda de mudanças e que uma parte não desprezível do sistema governante iraniano está dando atenção a esse processo de demandas da sociedade iraniana. Essa é uma mudança que pode ser importante, na verdade nós julgamos que é uma mudança importante, qual é o impacto, qual é o efeito que virá a produzir, não é uma coisa que nós tenhamos precisão. Em muito, acreditamos, vai depender do tipo de reação e de contenção que faça a comunidade internacional com relação a esse processo.

A nossa postura será de acompanhar continuamente e com atenção todos esses desdobramentos e de continuar uma ideia de que é altamente preferível

uma proposta de engajamento e de diálogo em relação a uma proposta de confrontação e de isolamento. Na verdade, essa postura brasileira é uma postura que boa parte do mundo já vem adotando, a própria posição dos Estados Unidos foi de muita cautela em relação à manifestação com relação aos resultados eleitorais, para evitar ser caracterizado como uma ingerência interna em assuntos iranianos, a tal ponto que o primeiro, digamos, o primeiro país externo, e isso é de fato algo que ocorre com alguma frequência na relação do Irã com o Ocidente, houve um processo ao longo dos últimos vinte, trinta anos, de demonização recíproca. Por um lado alguns países do Ocidente com obsessão de demonizar o regime iraniano e, por outro lado, o próprio regime iraniano com o propósito de demonizar alguns, digamos, condutores, sobretudo nos Estados Unidos, da política daquele país. Mas uma coisa que chamou a atenção foi de que os Estados Unidos ficou em relativo segundo plano no processo atual de apresentação de lamentação e de acusações, muito provavelmente em função de uma postura mais discreta e comedida que deliberadamente foi assumida pelo Presidente Obama, desde que foi eleito, inclusive com uma mensagem para o Irã de interesse num engajamento maior como forma de solucionar a multiplicidade de problemas que existe de inserção mais frutífera e plena do Irã na comunidade internacional.

São pequenas palavras introdutórias, mas, evidentemente, eu estou à disposição de todos os senhores, particularmente do senhor, Sr. Presidente, para qualquer dúvida que me possa ser passada. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, infelizmente, eu vou precisar pedir licença, peço desculpas ao Sr. Iradj Roberto Eghrari, porque tenho uma emergência agora, por solicitação da liderança do Partido dos Trabalhadores. Cumprimento a ambos pela contribuição que aqui nos dão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu não vou sair para a reunião de bancada, porque já consultei a direção, já adotei a minha opinião e a minha decisão, mas eu queria fazer uma indagação à Mesa.

Eu tenho um requerimento relativo à questão da Venezuela, em que nós vínhamos fazendo tratativas, e, ontem, embora a reunião não fosse ordinária, como também não é de hoje, os requerimentos foram votados ontem. Nós fizemos uma proposição que inclui, no meu requerimento, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que está contemplado, porque deve ter sido contemplado em outro requerimento, eu propus o Presidente da ABIMAQ, que é muito significativo,

porque os empresários brasileiros têm opiniões diversas, mas essa é uma instituição ampla, que trabalha com todo o segmento industrial na área de máquinas e equipamentos, então seria muito significativa a sua presença, e o Sr. Darc Costa, porque ele é o dirigente da Câmara de Comércio Brasil/Venezuela, além de ser também dirigente da Câmara de Comércio das Américas, da América do Sul, e foi ex-Presidente também do BNDES; é uma pessoa que tem muita informação do Brasil, muita informação da Venezuela e muita informação da América do Sul a respeito das tratativas também do ponto de vista industrial, do ponto de vista empresarial, do que é que está sendo feito entre essas Nações.

Embora um já tenha sido contemplado, porque o Samuel já foi sido contemplado aqui, eu queria também propor que se votasse o meu requerimento e a gente fizesse... Eu tenho conversado com o Eduardo Azeredo, eu acho que não há objeção da presidência nesse caso. A gente localizar pelo menos mais um desses dois nomes, ou do Darc ou do Presidente da ABIMAQ, porque é muito significativo. E uma observação nas duas mesas que estão propostas: tem um primeiro painel às dez horas da manhã do dia 9 com Eduardo Braga e Neudo Campos, Governador do Estado do Amazonas e o Deputado Federal Neudo Campos, também ex-Governador de Roraima. E têm dois representantes que são da oposição venezuelana. Então é impossível, nessa Mesa, Eduardo Braga e Neudo Campos ficarem discutindo com a oposição venezuelana. Isso não é uma divisão assim correta, ajustada, entendeu? Seria um absurdo você por dois opositores do Governo venezuelano e dois brasileiros, quer dizer, que não tem como eles ficarem discutindo a opinião da oposição e a opinião do Governo, entendeu? Eles podem discutir o interesse do MERCOSUL. Então é preciso nós remanejarmos essa Mesa, quer dizer, para colocarmos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Inácio, me permita.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Veja, o registro que eu tenho é de consenso dentro dessa Comissão acerca dos painéis que serão objeto de Audiências Públicas. O primeiro painel, como V. Exa. já mencionou, ocorrerá às dez horas com a presença do Governador Eduardo Braga, do Deputado Neudo Campos e dos Srs. Leopoldo López e Gustavo Arroyo. Aqui o que se buscou - e V. Exa. participou dos debates - foi colocar pessoas ou representantes de instituições que pudessem ex-

plificar aqui opiniões divergentes acerca do processo, não necessariamente que debatessem entre eles, acabará sugerindo isso, mas para expor aos Senadores opiniões divergentes acerca do processo. O segundo painel, marcado para as catorze e trinta, já contempla aqui um dos seus convidados, o Embaixador Samuel, o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, o Embaixador Julio García Montoya e o Sr. Carlos Pio, que é Professor da Universidade de Brasília.

Façamos o seguinte: se V. Exa. concordar, vamos submeter o seu requerimento à apreciação do Plenário com a condição de que lideranças e os parlamentares mais envolvidos na formatação desses painéis possam com V. Exa. dialogar e ver como a gente faz para, se for o caso, incluir algumas das pessoas que V. Exa. indica. Em sendo assim, eu submeto o requerimento do Senador Inácio Arruda. Com a palavra o Senador.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu lamento que nós estejamos interrompendo um assunto para debater um outro que já foi decidido, mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Os nossos convidados compreendem.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --de qualquer maneira eu quero dizer o seguinte: não é praxe aqui, nunca vi, que quem venha apresentar a posição discutam entre si; é ao contrário, nós ouvimos opiniões divergentes e fazemos as indagações.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Claro.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): E o objetivo justamente do acordo foi que sabidamente o Governador Eduardo Braga, assim como o ex-Governador Neudo Campos, são favoráveis ao ingresso da Venezuela no MERCOSUL. E os outros dois, se supõe que eles sejam desfavoráveis; eu não sei se são desfavoráveis à entrada no MERCOSUL, mas são desfavoráveis ao Governo do Hugo Chávez, eu não sei se são desfavoráveis à entrada da Venezuela no MERCOSUL.

Então eu acho que nós deveríamos deixar essa questão para nós nos acordarmos e não decidir aqui por votação, porque aí eu vou ter que votar contrário.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu não quero decidir, eu me submeto à opinião que o Presidente está adotando de nós votarmos o requerimento, já tem um nome que está no meu requerimento contemplado, a minha ideia é de colocarmos pelo menos mais um nome, que seria o do Darc Costa, mas isso feito negociado com a presidência e com os líderes, porque é assim que se faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A condição é essa, a condição é essa, Senador Mozarildo. Apreciaríamos o requerimento formalmente aqui, o Senador Inácio está concordando em sentar com os demais Senadores e lideranças no sentido de tentarmos aqui movimentar as nossas grades, está certo? É nesse sentido. Se V. Exa. concordar--

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu não concordo se não houver, realmente, uma conversa entre nós no sentido de que haja o equilíbrio, porque se vai entrar mais um--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, o equilíbrio--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Faremos com equilíbrio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): --é critério aqui permanente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu já estou me submetendo a essa condição, porque ontem não era uma reunião ordinária da Comissão, no entanto os restos foram aprovados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Foram aprovados, V. Exa. tem razão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como nós temos obrigações em várias Comissões--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A minha proposta é a seguinte: aprovamos o requerimento nessa condição. O Senador Inácio é uma pessoa absolutamente sensata e não há de querer aquilo que não é de consenso nessa Comissão. Então aprovamos o requerimento e o Senador Inácio se compromete a discutir com os Senadores, meia hora antes do início da nossa Audiência, para que possamos examinar a possibilidade de incluirmos ou não os convidados que ele relaciona.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Eu quero deixar bem claro aqui que ao contrário do que possa parecer, eu sou a favor de que debatemos até mais, que dementamos até mais essa questão. Eu não estou querendo me colocar, Senador Inácio Arruda, contra--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sabemos disso, Senador Mozarildo.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): --o debate, não. Agora apenas é que, primeiro, esses requerimentos não foram aprovados na semana passada, foram aprovados já na semana retrasada e apenas se acordou a posição. Eu concordo que seja

feito, desde que nós possamos conversar e fazer a montagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Claro, com certeza. Eu estou tentando esse encaminhamento até em respeito aos nossos convidados aqui, para que a gente possa colher deles a opinião acerca do assunto que é objeto da nossa Audiência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Pois não, Senador Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro desculpe estar atrasado, eu estava nas outras Comissões que estão rodando por aqui e, com isso, eu perdi a discussão sobre Honduras. Eu sei que a gente vai discutir o Irã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Honduras. O Senador Mercadante propôs um Voto de Desagrado, deixa eu ver exatamente o termo apropriado, um Voto de Censura.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem retirar esse Voto, eu gostaria, aproveitando até a presença aqui do Roberto, pedir que seja levada ao Itamaraty uma ideia. Eu estive, ontem, com o Embaixador, que é um homem muito sério, uma pessoa com muita formação, e a visão que ele dá é de que não podemos tolerar esse golpe, mas que o Presidente estava tentando também dar uma espécie de golpe, forçando um plebiscito que a Corte Suprema não tinha aceito. A Constituição diz: "O plebiscito tem que ser aprovado pela Corte". A Corte recusou o plebiscito. Ele, então, decidiu fazer o plebiscito com urnas inclusive vindas da Venezuela - disse o Embaixador. Isso cria um conflito que pelas conversas com ele só teria uma solução: os golpistas entregarem o cargo ao Presidente, mas o Presidente se comprometer que vai cumprir o mandato dele e pronto. Essa não é para aprovar nada, mas eu acho que era levar essa ideia, eu falei com o Senador Eduardo Azeredo, levar essa ideia ao Itamaraty, que talvez já esteja pensando nisso. O Embaixador desesperado pediu uma intermediação brasileira, especialmente do Lula, nesse sentido, de por os dois grupos em contato dizendo: Não pode tirar o Presidente, mas também o Presidente não pode passar por cima da Corte. Ele teme sangue se isso não acontecer rápido, porque o país está com os ânimos inflados dos dois lados.

Então eu queria deixar essa sugestão aqui à Comissão para que a Comissão sugira ao Itamaraty, se é que eles já não estão fazendo isso, porque o Ita-

maraty trabalha muito em silêncio, o que é correto; se já estão, muito bem. Mas foi um pedido do Embaixador de Honduras, que eu recebi ontem, na visita que fui fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Está registrado.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu aproveito para dizer que o meu interesse não é simplesmente de Senador. É que eu tenho uma relação especial com Honduras, porque morei dois anos em Honduras quando estava fora do Brasil. Me receberam de abraços abertos, eu tenho uma filha quase hondurenha, *Made in Honduras*, como se diz, tenho um carinho muito grande por aquele país, eu imediatamente fui lá e eu senti da parte do Embaixador não o que eu imaginava; eu imaginava ele muito firme em defesa do Presidente Zelaya, sem qualquer outra consideração. Ele está firme, mas com outra consideração, que houve um passo além do que era correto do ponto de vista constitucional.

Então isso daí não é para mudar nada do que foi aprovado, nem se deveria, mas é simplesmente esse alerta que eu gostaria de deixar e pedir que a Comissão tente ajudar numa conversa com o Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Além do seu alerta, Senador Buarque, eu, aqui, sugiro ao Itamaraty, e, aqui, nós temos Embaixadores presentes, sugiro que o Itamaraty ouça V. Exa., que teve esse contato pessoal com a Embaixada e tem informações que talvez possam ser importantes para o conjunto das análises que o Itamaraty faz atualmente do caso.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Me permita, Senador? Eu só gostaria de dizer, Presidente, que as ponderações--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, só uma questãozinha de encaminhamento. Votamos o requerimento e, em seguida, entramos em Honduras? Ou juntamos as duas, Venezuela e Honduras?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Só um minuto.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Eu queria dizer que estão presentes aqui a Embaixadora Gladys Facó, o Embaixador Sérgio Danese, que são os responsáveis, no Itamaraty, pela relação com o Congresso, que estão tomando, evidentemente, nota do que o Senador Cristovam Buarque mencionou e que, evidentemente, vão transmitir isso ao Ministro de Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Ok, Senador Buarque?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Inácio, volto a estabelecer os termos da tramitação do seu requerimento. Obtido o consenso, o seu requerimento será apreciado e eventualmente incluiremos ou não aqui seus convidados. Nesses termos, submeto o requerimento do Senador Inácio. Os Senadores que concordam permanecem como estão. Aprovado.

Passo, em seguida, a palavra ao nosso outro convidado, que teve a paciência aqui de aguardar mais um pouquinho, o Sr. Iradj Roberto Eghrari. Com a palavra, por favor.

SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI: Senador Geraldo Mesquita, eu queria agradecer à Comissão pelo convite que me foi feito, parabenizar a sua iniciativa e do Senador Eduardo Azeredo em convocarem essa Audiência, que só vai acrescentar esclarecimentos e possibilitar que os Srs. Senadores possam ter uma visão clara do que acontece no Irã e qual o papel que o Brasil tem nesse processo.

Eu queria falar a partir de que olhar eu estou me manifestando, a partir de que posição. Primeiro, como filho de iranianos. Nasci no Brasil em 1956, os meus pais imigraram para o Brasil na década de 50. Falo a língua farsi, já estive no Irã várias vezes, conheço o país. E falo também de uma outra perspectiva, como membro da Comunidade Bahá'í, uma comunidade religiosa que tem o seu nascimento no Irã, infelizmente duramente perseguida naquele país, e que pode contribuir para um entendimento, mais uma vez, do que se passa no Irã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Explique para a gente acerca da Comunidade.

SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI: O Senador pede que eu explique um pouco acerca da Comunidade. A Comunidade Bahá'í nasce no Século XIX, no Irã. Alguns dos Srs. Senadores aqui têm profundo conhecimento da causa bahá'í, o Senador Cristovam é um grande amigo e aliado da Comunidade Bahá'í, que tem como princípio essencial a busca da união de todos os povos e raças da terra. A ideia do princípio de unidade, de que todas as religiões, que todas as raças, que todas as etnias, que todas as nacionalidades constituem uma única família humana é o princípio essencial bahá'í. É uma religião independente, nasce no Irã, em seio islâmico, mas não é uma seita, uma derivação do islã; ela tem os seus próprios preceitos e sua própria estrutura organizacional. Não tem clero, portanto não sou um clérigo, não represento uma ordem clerical, mas tem um sistema administrativo onde através de voto direto os bahá'ís elegem as suas lideranças. E essas lideranças no nível local, nacional e

internacional, é que exercem, digamos, o processo de condução dos interesses da Comunidade.

Falo, também, a partir do olhar de cidadão brasileiro. E como cidadão brasileiro, também gostaria de destacar a importância da nossa Constituição Federal, que preconiza que o Brasil regerá as suas relações internacionais, as suas relações exteriores, com base nos direitos humanos. Esse preceito constitucional para nós é muito caro. O Constituinte, quando o incluiu, tinha uma visão clara de que o Brasil tem um papel essencial, fundamental, não somente nas relações multilaterais, não somente nos fóruns multilaterais, mas nas relações bilaterais de pautar a sua relação com outros países com base nos direitos humanos. Acho muito importante o destaque que o Embaixador Jaguaribe fez da sensibilidade do Brasil para com esse tema e, talvez, nós possamos aprofundar um pouco mais do que significa o papel de liderança que um país como o Brasil pode ter quando determina na sua Constituição - e isso é parte de um preceito constitucional - de que são os direitos humanos que regem, que pautam, que definem a nossa melhor forma de nos relacionarmos com os demais países.

É, portanto, então, fundamental conhecermos qual o viés dos direitos humanos, hoje, no Irã, se esse é um preceito constitucional, como se encontra a questão de direitos humanos no Irã e o que significa o papel brasileiro em termos de influenciar aquele país, e nós acreditamos que o Brasil tem e desempenha um papel fundamental, tem desempenhado esse papel, mas possivelmente possa aprofundá-lo com vistas à atual situação.

O que é o Irã hoje que nós estamos vendo através do YouTube, vendo através da televisão, vendo através dos relatos dos blogs? É um Irã que vem há trinta anos, de certa forma, escamoteando essa realidade. O que nós vimos agora, nas últimas semanas, nada mais é do que o romper de algo que vinha sendo reprimido há décadas.

É o país hoje que mais executa penas de morte *per capita*. Ele é o segundo no mundo, o primeiro é a China, o segundo é o Irã, mas se eu considerar a população iraniana e o número de execuções que acontecem no Irã, o Irã é campeão. Julgamentos injustos, execuções sumárias, execuções de adolescentes.

Eu falo com conhecimento de causa. A Comunidade Bahá'í teve uma jovem adolescente de dezessete anos, uma menina, enforcada com a acusação de que ela dava aulas de religião bahá'í para crianças. Essa é a realidade de um país que vem constantemente violando direitos de uma forma impressionante.

As minorias étnicas sofrem a pena de morte, minorias religiosas sofrem a pena de morte aplica-

da como uma gritante violação das obrigações do Irã sobre a legislação internacional. O Irã é signatário do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ele é signatário de diversos instrumentos internacionais que preconizam os direitos humanos como elemento essencial a ser observado.

A punição não somente aparece na forma de pena de morte, mas de formas degradantes de aplicação de penalidades: apedrejamento, tortura, isso faz parte do cotidiano do Irã.

Cento e trinta e nove adolescentes atualmente se encontram na lista, no corredor da morte. Recentemente houve uma execução de uma jovem pintora, a Delara Darabi, que há uma série de questionamentos sobre se esse julgamento foi justo, se o devido processo legal foi observado ou não.

Colocando esse aspecto do direito à vida, nós vamos agora falar de um aspecto intimamente caro aqui a nós, brasileiras e brasileiros, no campo político, que é a da promoção da igualdade de participação das mulheres no processo político. Notem que das quarenta e duas candidaturas à presidência do Irã nesse último pleito, as quarenta e duas mulheres candidatas foram escolhidas pelo Conselho de Guardiões, que é responsável pela aprovação das candidaturas. As mulheres no Irã sofrem um revés, eu diria, de séculos talvez, na situação de como se encontra a discriminação contra elas. As mulheres ativistas de direitos humanos ou de direitos civis básicos têm sido constantemente arbitrariamente presas, impedidas de poderem manifestar-se perante a sociedade iraniana. Shirin Ebadi, que é a Prêmio Nobel da Paz, conhecida de todos nós, advogada, militante dos direitos humanos no Irã, é advogada dos bahá'is, eu vou me referir depois mais adiante aos sete líderes bahá'is que se encontram presos no Irã, teve o seu escritório invadido, teve toda a sua documentação apreendida e encontra-se atualmente fora do Irã, ela publicamente disse que não volta ao Irã enquanto essa situação de instabilidade estiver em curso. E, pasme-se, não teve acesso a nenhum dos processos daqueles que ela defende. Todos esses processos acabam acontecendo com julgamento sumário, através de Cortes Religiosas, conduzidas por clérigos e que o devido processo legal não é observado em qualquer momento.

Infelizmente, esse quadro de discriminação de minorias religiosas vai tomando um vulto muito grande. Cristãos são duramente perseguidos no Irã, há uma preocupação tremenda da CNBB e de outras organizações cristãs, em geral, com relação ao destino da comunidade cristã no Irã. Judeus, sufis, sunitas e todas as outras minorias sofrem forte discriminação. A Comunidade Bahá'i, que é a maior minoria religiosa do

país, somando-se o número de judeus, cristãos, zoroastrianos, sufis, etc., o total desse número não dá o total de número de bahá'is; são 350 mil bahá'is atualmente, no Irã, que vivem esse sistema de terror.

Atualmente, o que o Governo iraniano tem colocado em prática é um sistema de prisão que nós chamamos de porta rotatória. O indivíduo é aprisionado, ele fica sendo questionado através de interrogatório, sem direito a qualquer apoio de advogado, apoio legal, passa três, quatro, cinco, dez dias na prisão, sendo interrogado pelas Forças de Segurança, e, logo depois, ele é solto e mais uma pessoa entra. Nesse sistema de porta rotatória, de prisões e investigações, no último ano de 2008, mais de 600 bahá'is passaram por esse processo, centenas de cristãos, centenas de judeus, todos eles com a alegação de que eles estão agindo contra o Estado.

Então, há uma ambiência de incitação ao ódio muito forte. O Keihan, que é o jornal oficial iraniano, ainda que não o seja claramente tido como tal, mas o seu diretor de redação é designado pelo Líder Supremo Khamenei, ele, constantemente, coloca colunas no jornal, somente nos últimos seis meses houve mais de cento e quarenta e dois artigos de jornal instando ao ódio religioso contra a minoria bahá'i e outras minorias religiosas.

Vem, então, a questão do que mais nos preocupa e que tem sido objeto de discussão no nível internacional, que é a prisão das sete lideranças bahá'is que se encontram atualmente na prisão de Evin, a temida prisão de Evin. Esse grupo de líderes, como eu disse aos Srs. Senadores, na religião bahá'i, nós não temos clérigos, então são pessoas que foram eleitas por voto direto dos bahá'is para poderem conduzir os assuntos da Comunidade. Esse grupo de sete pessoas, duas mulheres e cinco homens, encontram-se há mais de ano e dois meses aprisionados sem qualquer acesso a advogado. Tem o seu julgamento marcado agora para o dia 11 de julho, o que é apavorante, e não há nenhum sinal de que possa haver um julgamento justo. A visita de familiares é extremamente restrita, advogados não podem visitá-los, as condições de prisão são conhecidas, na prisão de Evin, que abriga prisioneiros políticos. Até agora não há nenhuma acusação formal contra esses sete líderes bahá'is e o que há é um pronunciamento informal do Procurador-Geral da República Iraniana de que eles estão sendo processados por disseminarem a corrupção na terra. Disseminação de corrupção na terra é um crime previsto no Código Islâmico de que qualquer pessoa, de qualquer religião, em qualquer lugar no mundo, se ele for aquele que corrompe a verdadeira natureza humana, ele pode ser sentenciado à morte. Essas acusações que

são puníveis com pena de morte, são acompanhadas por outros trinta bahá'ís que se encontram atualmente também aprisionados, com sentenças pendentes, inocentes de qualquer crime.

Eu apresentei esse quadro para que nós pudéssemos ver o que significa o papel do Brasil em termos de influenciar o Governo iraniano, e eu diria, como filho de descendente iranianos, conheço a cultura e sei que o que importa muito para o iraniano é manter a sua boa imagem perante todos. Esse é um trabalho que a própria diplomacia iraniana faz, é típico do Oriental. *Eu posso ter problemas, mas eu preciso manter uma boa imagem. E como que eu mantenho uma boa imagem, uma boa relação com os meus amigos?* O Brasil é um país amigo, ele tem uma condição excepcional de influenciar a posição iraniana com relação a esse tipo de tratamento que está sendo dado às minorias religiosas. Eu coloco muito enfaticamente a questão das minorias religiosas porque é uma preocupação nossa, enquanto brasileiros, da liberdade de expressão, de crença e religião. Nós somos um país livre, os meus pais para cá vieram exatamente porque, aqui, sentiram que poderiam livremente expressar a sua crença, o seu pensamento.

Faço uma breve menção a essa história muito pessoal, porque ela ilustra muito bem o que significa para nós, brasileiras e brasileiros, o importante positivo de eu poder acreditar em um Deus, de eu poder exercitar a minha religiosidade da forma como eu achar que ela deve ser feita e que isso não prejudica em nada a ninguém.

Nas condições atuais, sentimos que o Brasil tem um papel fundamental em dar acompanhamento, junto à chancelaria iraniana, em Teerã, do que é a atual situação dessas lideranças que se encontram aprisionadas. Sentimos que é fundamental que haja um trabalho de diplomacia discreta, não é o momento de qualquer exploração midiática dessa situação, ela já é por demais sensível para que se faça isso, mas que através dos entendimentos bilaterais o Brasil possa exercer um papel de transformação. No âmbito multilateral, também há a possibilidade desse trabalho com bastante eficiência e bastante elegância - eu diria. No âmbito do Conselho de Direitos Humanos, o Irã, no próximo ano, ele vai ser sabatinado dentro do mecanismo de revisão periódica universal. Essa sabatina envolve um questionamento de todo o processo interno do país. Notemos que o Irã tem sido continuamente alertado pela Assembléia Geral da ONU, que em dezembro último, mais uma vez, aprovou um Projeto de Resolução que condenava o Irã por violação de direitos humanos fundamentais e convidava o país a se submeter a uma colaboração internacional no campo

do seu Judiciário. Onde é o calcanhar de Aquiles de toda essa situação? É o Judiciário, que é altamente discricionário, que impede, que obstaculiza qualquer possibilidade de defesa. Mas que papel o Brasil pode prestar, por exemplo, numa colaboração internacional em termos de influência do Judiciário? Enorme, isso não tem limites, dentro do âmbito das próprias Resoluções da ONU.

Então, tanto no campo bilateral como no campo multilateral, o Brasil tem abertura suficiente para influenciar o Irã. O Brasil tem sido um país que tem expressado a sua preocupação com relação à violação de direitos humanos no Irã, isso é inegável, na própria Assembléia Geral da ONU, no período de novembro e dezembro últimos, o Brasil fez uma explanação de Voto, ainda que tenha se absterido no Projeto de Resolução que condenava o Irã, mas fez uma explanação de Voto muito clara, muito ponderada, de que se preocupava com a situação de violação de direitos humanos no Irã, se preocupava com a situação das minorias étnicas, raciais e religiosas, se preocupava com a situação da mulher, se preocupava com a questão da pena de morte, se preocupava com a questão da criança e adolescente que sofrem esse tipo de punição.

Mas o que nós queremos convidar ao debate é que a diplomacia brasileira, ela dê um passo adiante. É fundamental que ela tenha um discurso coerente e consolidado, que já o tem, e agora possa dar o próximo passo, que é fazer uma influência efetiva, influência efetiva essa que eu diria, por exemplo, se dará, no caso específico, eu acho que a prova de eficácia de um processo de influência são exatamente os casos que se encontram pendentes na justiça iraniana, o caso específico das sete lideranças bahá'í que se encontram prisioneiras. O mundo tem levantado a voz em defesa dos bahá'ís, o Brasil tem levantado essa voz também, mas gostaríamos muito que tanto o Congresso Nacional como o Poder Executivo, o Legislativo e Executivo se unissem no esforço de salvar essas sete vidas. Faltam alguns dias, nós estamos no dia 2 de julho, em mais nove dias acontece esse julgamento. Eu creio que nenhum de nós gostaria de levar no seu curriculum pessoal perante a eternidade uma nota que dissesse "O que foi que você pode fazer para salvar aquelas sete vidas? Qual foi o máximo esforço que você fez?"

Eu acredito que os Srs. Senadores, aqui presentes, e as Sras. Senadoras, que mais adiante irão se inteirar dessa discussão, a Senadora Marisa Serrano conhece profundamente a questão bahá'í e tem sido uma grande apoiadora também, para que possamos efetivamente termos um movimento que se demova o Irã dessa posição radical que se encontra agora, que não condiz - e finalizo com essas palavras - com

a posição nossa, enquanto Estado brasileiro, de que direitos humanos têm uma prioridade na nossa existência. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A Comunidade tem alguma opinião fixada acerca do processo eleitoral?

SR. IRADJ ROBERTO EGHARARI: Acerca do processo eleitoral, a Comunidade Bahá'i viu com muita tristeza o que aconteceu, como a decorrência dos embates que aconteceram. Nós sentimos que, de fato, se houve descontentamentos de uma parte ou de outra, se houve ou não qualquer desvirtuamento do processo eleitoral, o que a Comunidade Bahá'i veementemente condenou, pública e abertamente, é que a reação do Estado iraniano, a reação do Governo iraniano foi absolutamente indevida, desproporcional e contrária a todo e qualquer preceito de civilidade e de democracia.

Os demonstrantes, aqueles que faziam as demonstrações nas ruas, iniciaram as suas demonstrações em perfeita ordem, é o que mostra a televisão, é o que mostram todos os vídeos, e invariavelmente as forças de segurança, as forças de repressão se colocaram de forma a atacar aqueles manifestantes.

Então a preocupação da Comunidade Bahá'i foi de tristeza, a preocupação da Comunidade Bahá'i foi de inconformismo com essa situação de ódio e inimizade que se instaurou no Irã, que poderia ter tido um outro caminho a ser seguido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Sr. Iradj. Senador Cristovam.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu estou inscrito em primeiro lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Já ia registrar esse fato. Abduco inclusive da prerrogativa de ter sido subscritor do requerimento e passo a palavra ao Senador Paulo Duque, inscrito aqui desde cedo, para usar a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu e V. Exa. iniciamos a Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É verdade. Com a palavra o Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Presidente, eu vou ser bastante objetivo nas minhas indagações. Eu até vou fazer logo todas as perguntas diretamente ao Embaixador Jaguaribe. Embaixador, o senhor já serviu no Irã?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não, senhor.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nunca serviu lá. Serviu como Embaixador efetivo do Brasil? Nunca serviu.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Nunca servi no Irã, mas já estive muitas vezes lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi dito aqui por V. Exa. que lá existem muitas línguas, muitos idiomas. Quantos, mais ou menos?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: O idioma predominante é o farsi, mas, também, a maioria étnica maior no Irã é a turcomena, que fala uma variante do turco, mas têm outras minorias também falando línguas diversas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Numa população de?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Numa população total de 72 milhões, deve ter cerca de uns 30% de minorias étnicas.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muitos brasileiros vivem lá?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Muito poucos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito poucos, quase não tem ninguém.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quais são os produtos de trocas principais entre o Brasil e o Irã?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Olha, Senador, existe uma multiplicidade de produtos que constam da pauta hoje. Eu acho que--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Os principais?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Carne, milho, soja, do ponto de vista de vendas brasileiras, e nós não temos praticamente compras no Irã; o comércio é muito unilateral.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Arma?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Arma não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Petróleo?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Petróleo não compramos lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não compramos lá?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não compramos lá.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O que é que nós compramos lá?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Nada.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nada?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Nada.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só exportamos?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Só exportamos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É um bom mercado, então. Finalmente, o Irã tem a bomba atômica ou não?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não, de jeito nenhum.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nada, nada, nada?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Líquido e certo, não tem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não tem?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não tem.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só Israel é que tem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Nem estão tentando?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Isso é uma questão mais subjetiva que objetiva; que eles têm um programa nuclear que está dotando o país de uma capacitação tecnológica cada vez mais sofisticada, disso não há a menor dúvida. Se eles pretendem ou não com isso fazer armamento nuclear é uma questão que é subjetiva e eu não teria aqui elementos para lhe dar uma resposta, mas eles não têm ainda condições para fazer, ainda que queiram fazer.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): O Brasil tem muito mais condições?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: O Brasil tem mais sofisticação tecnológica do que eles nessa área.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito obrigado a V. Exa. Agora o Embaixador... Eu queria saber o seu nome direito, eu não estou vendo bem.

SR. IRADJ ROBERTO EGHARI: É Iradj, Iradj Eghari; tem o Roberto no meio, que isso também facilita a coisa. Então, são dois Robertos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas, Dr. Roberto, V. Exa. pintou aqui um quadro tenebroso do Irã. Eu vou para qualquer lugar na Europa, na Ásia ou na África, mas não vou no Irã, depois desse quadro que V. Exa. colocou.

SR. IRADJ ROBERTO EGHARI: Eu, como filho de iranianos, não recomendo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Ainda há o apedrejamento, atire a primeira pedra, ainda há a sentença de morte, a execução permanente. Que coisa! Olha, só essa informação que V. Exa. trouxe de um país, que não é sul-americano, já dá uma imensidão de como é grandioso, de como é suave, de como é tranquilo o nosso país. Como é grande o Brasil. Nós soubemos disso hoje por V. Exa. aqui nessa Comissão. Nós tivemos uma religião oficial no Império, isso há muito tempo, a religião católica era oficialmente preconizada na Constituição. Hoje não. V. Exa. nos deu uma

magnífica aula aqui a respeito de direitos humanos e religiosidade lá; a pedra de toque principal daquele país é a religião. Quem acredita, está bem; quem não acredita, morre. Eu lamento por isso. Muito obrigado a V. Exa., a V. Exa. por ter vindo aqui, afinal, nos dar essas explicações tão preciosas a esta Comissão aqui.

Nós estávamos, eu e o Senador Mozarildo, falando até que ponto o país, o nosso país, pode se intrometer em assuntos de interesse, não é Senador Mozarildo, de interesse do Irã? Estamos votando até aqui um requerimento sobre Honduras, mas, depois desse depoimento que V. Exa. nos deu aqui, esses esclarecimentos de quem sabe, meu Deus do céu! Eu estou aguardando o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti para saber se vou ou não aderir às sugestões que S. Ex^a. vai propor aqui. Muito obrigado aos dois Embaixadores brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu é que agradeço, Senador Paulo Duque. O Dr. Roberto, olha só, quer responder a algumas das suas indagações.

SR. IRADJ ROBERTO EGHARI: Senador Paulo Duque, eu queria só fazer um comentário que, inclusive, traz para mais próximo do Brasil a questão iraniana e também traz a questão bahá'í.

No ano de 1990, o atual Líder Supremo do Irã, na época ele era quem presidia o Conselho Educacional Revolucionário, emitiu um memorando que descrevia par e passo o que deveria ser feito para se eliminar a Comunidade Bahá'í naquele país. Mas pasme. Há um dispositivo desse memorando, assinando pelo líder Khamenei, de que toda e qualquer raiz da Comunidade Bahá'í, mesmo no exterior, mesmo no exterior, deve ser combatida e eliminada. Isso significa que eu, um brasileiro, nascido nesse país, carioca, de Copacabana, eu posso sofrer a qualquer momento, isso já foi até objeto de uma representação nossa às autoridades competentes brasileiras, quero deixar isso esclarecido, porque é muito preocupante, nós somos 65 mil bahá'ís aqui nesse país, que não são iranianos, que não nasceram no Irã, que não têm nenhuma relação com o Irã, são cidadãos e cidadãs, como todos nós aqui, que conheceram esses ensinamentos, gostaram, é a união das religiões, unidade entre os povos da terra, igualdade entre homens e mulheres, eu gosto desse pensamento e também quero seguir; são 65 mil brasileiros. 65 mil brasileiros correm risco nesse país, como 6,5 milhões de bahá'ís em todo o mundo correm risco, porque há uma determinação de que se proceda dessa forma.

Então o que o senhor levanta, Senador, é muito apropriado e muito oportuno. A preocupação de todo e qualquer país com aquilo que é dito por outro e que

possa afetar os seus cidadãos e cidadãs é preocupante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra o Senador Mozarildo, segundo inscrito aqui, para formular e questionar os nossos convidados.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Senador Geraldo Mesquita, que preside a Sessão, senhores convidados, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu fiquei no primeiro item, quando foi apreciado aqui o requerimento de um Voto de Censura e de Repúdio ao golpe ocorrido em Honduras, que o Senador Cristovam até adicionou um fato que na verdade o Presidente que sofreu o golpe queria aplicar um golpe, aí fica uma confusão meio... Mas fugindo até ao nosso pragmatismo de não interferência nos assuntos internos, o Presidente Lula já se manifestou a respeito, a própria OEA está se manifestando e eu não vejo realmente, tanto que votei a favor, que nós possamos externar àquele país a nossa posição contrária à quebra da democracia, qualquer que seja o mecanismo. Se o Presidente queria quebrar a democracia, eu acho que não é por outra quebra que teria que se remediar esse procedimento. Então, *mutatis mutandis*.

Quando eu ouço agora a explanação sobre o Irã, e o objetivo do requerimento diz que é para desconstituir o posicionamento do Brasil frente às recentes manifestações no Irã, quer dizer, portanto, o requerimento assinado pelo Senador Eduardo Azeredo e por V. Exa., Senador Geraldo Mesquita, busca exatamente obter dados para que a gente possa, de alguma forma, através dessa Comissão de Relações Exteriores, contribuir para que o Brasil tenha uma posição clara. Eu fiquei... Primeiro com relação ao que disse o Embaixador, eu observava que, antigamente, a nossa diplomacia era muito mais retórica e filosófica, e, hoje, é muito mais comercial, o que não é ruim, pelo contrário. Eu acho que a nossa diplomacia tem que ter um enfoque comercial grande do ponto de vista de verificar o rendimento econômico para o Brasil das trocas multilaterais, mas é evidente, como disse o Dr. Iradj, que nós não podemos esquecer uma coisa fundamental e que se chama direitos humanos. É verdade que ele ressaltou que o Brasil já manifestou essa preocupação com relação aos direitos humanos, agora é preciso que a gente tenha um posicionamento uniforme em relação a qualquer tipo de Governo, qualquer tipo de sistema de Governo, porque, ao mesmo tempo em que, por exemplo, o Presidente Lula, ontem, estava lado a lado com o ditador do Sudão, que, por uma questão de pragmatismo, estava lá, eu acho que a gente tem que ver que o que está ocorrendo no Irã (e nós estamos vendo isso não

só nas TVs brasileiras, mas nas TVs internacionais) é, na verdade, um modelo de censura e de repressão violenta que, realmente, o Brasil, como bem frisou o Dr. Iradj, não pode realmente ficar silente ou achando que está tudo bem. Eu acho que, inclusive, o Senado, deve sim manifestar uma posição. Não é como ele bem falou, nós não precisamos nos preocupar com posições midiáticas de antagonismo não, pelo contrário, ele até usou um termo de influência efetiva.

Eu acho que temos que ter um tipo de posicionamento que possa, de alguma forma, efetivamente, influir para que essa realidade que hoje está no Irã, quer dizer, de tratar as mulheres de uma forma absurda, de reprimir minorias, nós que, aqui, no Brasil, tanto lutamos pelas minorias indígenas, pelas minorias quilombolas, não podemos realmente fazer de conta que não estamos vendo isso, e eu, portanto, me inclino a ter a mesma postura que eu tive com relação ao requerimento relativo a Honduras, que nós possamos, efetivamente, dar um voto, se não de censura, pelo menos de mostrar que realmente não aprovamos as coisas que estão ocorrendo ou que ocorreram no Irã, porque não é uma democracia, é uma teocracia. Não temos nada a ver se o povo iraniano escolheu esse tipo de sistema de Governo, se é que escolheu, porque o que houve foi uma revolução, vamos chamar como eles chamam, uma Revolução Islâmica, mas, na verdade, está longe de estar, realmente, de haver a preocupação com os direitos humanos e, efetivamente, pensar, e aqui foi dito e eu fui Constituinte, nós temos nos primado de tudo na democracia os direitos humanos.

Então eu quero dizer que eu me encaminho para que nós possamos ter uma posição semelhante à que tivemos em relação ao golpe de Honduras. Não que tenha havido um golpe recente lá, mas que as coisas fiquem mais claras e nós possamos, efetivamente, também ter posições mais claras com relação a quaisquer países que adotem posições que firam os direitos humanos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Mozarildo. V. Exa. dá oportunidade para que avivemos o princípio da não ingerência nos países, qualquer país, mas ninguém pode nos tirar o direito de declararmos o nosso inconformismo e até o nosso Voto de Censura. Não interferimos, mas ninguém pode nos tirar esse direito. Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, Embaixador Roberto Jaguaribe, velho amigo, Dr. Iradj Roberto.

Primeiro, a afirmação do Senador, eu estou totalmente de acordo. Nós não podemos ingerir-nos nos outros, mas temos todo o direito de manifestar, se não

eles estariam fazendo ingerência aqui ao nos proibir de falar o que a gente sente.

Mas eu gostaria de fazer algumas perguntas, menos ao Roberto e mais ao senhor representante da Comunidade Bahá'í. Primeiro, eu, pessoalmente, tenho uma certa simpatia estética pela beleza da criação do Movimento Bahá'í. É óbvio que tem uma beleza um movimento que tem unificar as igrejas monoteístas, que tenta fazer um sincretismo das possibilidades monoteístas. É um esforço intelectualmente independente do lado religioso, extremamente criativo.

Eu vou ler aqui o que eu anotei, porque eu tenho curiosidade de saber quantos são no Brasil, quantos são no Irã e quantos são no mundo. Essa é uma curiosidade que eu tenho. Agora, no caso do Irã, uma curiosidade: onde eles estão e a que classes sociais pertencem? Se estão espalhados por todo o país, se é um movimento mais urbano do que rural e mais dos ricos do que dos pobres. É uma curiosidade, isso não vai implicar mudança no meu julgamento.

Uma outra pergunta é se qualquer dos quatro candidatos à presidência do Irã recentemente, qualquer deles fosse eleito, mudaria essa relação com os bahá'ís ou todos os quatro são absolutamente afinados com a concepção do Estado, não do Governo atual, de tal maneira que essa relação seria permanente. Essa é uma pergunta, é uma curiosidade que eu tenho.

A outra coisa é se está de acordo, o senhor, com informações que me dão os iranianos quando eu procuro e quando eu leio, de que há respeito pleno a três grupos religiosos: cristãos, zoroastras e judeus. Eles realmente afirmam que, com os bahá'ís, há um tratamento diferente. Eu sei porque eu fui falar um dia, quando recebi o Sr. Mery... Eu fui falar com o Embaixador anterior, não o atual, que era um homem até com quem eu cheguei a ter uma boa relação. Ele deixou claro que havia uma diferença no tratamento entre os bahá'ís e as religiões, porque eles diziam que o bahá'ís não é uma religião, que é uma seita do islamismo e que, por isso, de fato, eles não aceitavam, o que não justifica, absolutamente, para nós. Mas eu queria saber se há, dentro do Irã, essa diferença. Pelo que eu sei, até tem um representante cristão, um representante judeu, um representante zoroastra garantido no Parlamento, não é isso, independente de eleição. É verdade isso? É. E que eles têm liberdade de estudar onde quiserem, de praticarem negócios, de propriedade, etc. Então a pergunta é: por que há um tratamento diferenciado em relação aos bahá'ís? Qual é a gênese desse relacionamento diferenciado?

A outra coisa é o que fazer. Aí eu divido em duas partes. Eu acho o que fazer em relação aos julgamentos bastante simples: nós temos que nos manifestar

por um julgamento dentro de critérios de justiça. Nisso, eu estou de acordo. E aí justiça, para mim, começa por não à pena de morte, eu creio que nós devemos nos manifestar. Essa não é uma ingerência; ingerência é se a gente invadissem o país e bombardeasse o corredor da morte. Aí era uma ingerência. Mas manifestar uma indignação com a pena de morte, fazer uma solicitação que a pena de morte seja revista, eu acho que sim, nós devemos fazer isso. E a outra coisa é tentar pedir que o julgamento seja feito de maneira, por exemplo, transparente. Todo julgamento muito transparente internacionalmente termina tendo um grau de justiça maior ou um grau de injustiça menor, fica mais difícil manipular. Essas duas coisas eu creio que a gente poderia tomar como posição: nada de pena de morte e transparência total no processo de julgamento, transparência internacional, com observadores internacionais. Ingerência seria mandar juízes internacionais para julgar um iraniano, mas ter observadores internacionais no julgamento eu acho que seria correto.

Então, essa é minha proposta, a parte final, e o resto são... Curiosidade talvez não seja a palavra melhor para um Senador dizer, mas essas são as informações que eu gostaria de ter para ter um juízo melhor.

Com relação ao Roberto Jaguaribe, a dúvida que eu tenho é se nós estamos na frente deles em pesquisas nucleares. Eu não tenho dúvida que eles não estão fazendo a bomba; não tenho pelo que eu vejo, pelo que eu leio, até é pouco, eu não tenho nenhum espião lá para me dizer. Em relação à bomba, até acho que pode não haver condições de fazer, mas eles estão mais perto do que nós. Mas, sobretudo, eles estão muito na nossa frente nos veículos de transporte das bombas. Nesse ponto o Brasil abandonou ao longo dos últimos muitos anos nossas pesquisas espaciais e nisso eles estão na frente. Agora em algumas coisas pacíficas eu tenho a impressão, pelo que eu vejo em conversa com o pessoal da área de ciência e tecnologia, aparentemente eles estão na frente também na nanotecnologia, eles estariam na frente, que é a base do que a gente vai ter daqui para frente. Esse é um conhecimento fundamental para o futuro. E que haveria um desenvolvimento da ciência e da tecnologia iraniana, o que tem uma coisa importante: é porque o Ocidente tenta passar a ideia de que o islã é anticiência, é anticientífico e antitecnológico, que o islã é um pensamento medieval. Eu creio que o Irã mostra que não é tanto medieval na ciência e tecnologia. Poderia até ser para os nossos padrões na relação com as mulheres, por exemplo. Eles dizem que são nossos padrões. E os islâmicos, quando a gente conversa, e uma das pessoas que me influi porque fui testemunha de boas conversas com teólogos, foi Hélio Jaguaribe,

pai do Roberto, que é um homem de cabeça muito aberta, eles em alguns momentos chegam a dizer que em algumas coisas podem ser diferentes de nós, como cobrir a cabeça das mulheres, mas que no Brasil a relação com as mulheres, às vezes, leva a abandonos pela Lei e pelos costumes maior do que do próprio islã. Eles dizem que, por exemplo, eles têm a poligamia e a gente manda a mulher embora, fica na monogamia, mas não dá proteção às esposas anteriores. Isso é o que eles falam e que eu acho que tem que ter a cabeça aberta para analisar sem emitir juízos preconceituosos. Ao mesmo tempo, no Parlamento, eu não sabia que eram escolhidos pelo líder máximo religioso, mas o número de mulheres no Parlamento não é menor do que no Brasil. Agora isso significa pouco se elas são escolhidas de forma não democrática para nós, isso significa pouco.

Então são essas as considerações, e a minha sugestão, Sr. Presidente, é de que, no julgamento dessas pessoas, tentemos manifestar a nossa posição à Embaixada. No mais, tentar mais informações para saber, sobretudo, por que esse tratamento diferente, se é que é diferente, contra os bahá'is em relação ao tratamento da República Islâmica em relação a outras religiões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Dr. Iradj irá responder às indagações.

SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI: Senador Cristovam, obrigado pelas indagações e pelas observações pertinentes que o senhor nos traz.

Quanto são os bahá'is no Brasil? São 65 mil. No Irã, são 350 mil, mas há certos questionamentos muito interessantes. Foi feita uma enquête, uma pesquisa através da internet, através de uma agência de pesquisa não sediada no Irã, mas, fora no Irã, com internautas iranianos, jovens internautas iranianos, daqueles que nasceram pós-Revolução Islâmica, ou seja, até trinta anos de idade. Atualmente, por essa enquête, haveria 350 jovens bahá'is no Irã, ou seja, se nas nossas contas têm 350 no total, essa coisa já extrapolou. Por quê? Porque, desde 1979, com a Revolução Islâmica, todo e qualquer trabalho sistematizado e administrativo da religião bahá'i desapareceu porque eles tomaram tudo. Então nós não temos mais estatística, não temos mais essa possibilidade, mas parece, nos parece que o número de simpatizantes, pessoas que se consideram com o bahá'is, vem aumentando de uma escala exponencial no país. Então fica também essa questão colocada. No mundo são 6,5 milhões de bahá'is.

No Irã, essas centenas de milhares de bahá'is provêm de todas as classes sociais, de todas as origens, inclusive de passados étnicos e religiosos. Para

o senhor ter uma ideia, desde a Revolução Islâmica o número de propriedades rurais de pequenos proprietários que foram confiscadas somam-se a quase dez mil propriedades rurais de pequenos proprietários, lavradores, pessoas simples, comunidades simples em áreas simples. O senhor tem que se lembrar que a Comunidade Bahá'i nasce no Século XIX no Irã, no Irã totalmente rural. Isso se mantém, então, o número de bahá'is muito grande de representação nas comunidades rurais, mas, também, agora, na área urbana. Em termos de nível sócio-econômico, todos os espectros. É interessante notar que os programas sociais bahá'is no Irã, que vinham em curso durante todo esse século e meio de existência, sempre se focaram na promoção do nível de desenvolvimento da Comunidade Bahá'i. Na Comunidade Bahá'i, apesar de nós termos bahá'is das classes sociais menos abastadas, não há nenhum analfabeto. Todos os bahá'is são alfabetizados. Todas as mulheres de bahá'is frequentaram escolas, o que não condiz com a realidade da vida rural da comunidade mais ampla do Irã.

O senhor perguntou se qualquer um dos quatro fosse eleito mudaria alguma coisa. Não, porque os quatro foram aprovados pelo Conselho de Guardiões. Então todos os quatro, praticamente, seguem a mesma linha. Quem é o Sr. Mousavi? Ele foi o Primeiro-Ministro na década de 80, onde por duas vezes as lideranças bahá'is foram executadas e mortas por enforcamento ou fuzilamento. Ele foi quem decretou a morte deles. Mudaria alguma coisa? Dizer que esse senhor agora coloca aí a esposa dele no palanque para dizer que ele é favorável à condição da mulher... Eu não sei se alguém muda, para quem faz o que fez, em vinte anos resolveu rever os seus conceitos. Questionável. Nós não temos a menor dúvida em dizer que qualquer um dos quatro não mudaria absolutamente nada, porque o que vale, na verdade, é o Líder Supremo, é ele que comanda o país, é ele que define as ordens, o Poder Executivo é quase que subsidiário às posições do Líder Supremo.

Cristãos, judeus e zoroastrianos têm tratamento diferenciado? Sim, têm. Eles são considerados o Povo do Livro. O profeta Muhammad, quando revela o Alcorão, ele se refere às religiões monoteístas que eram do conhecimento do povo da época. Eu estou falando em cerca de mil e trezentos anos atrás. Não existiam bahá'is. Aquela população na Península Arábica não conhecia budistas ou hinduístas, era uma vida restrita àquela região. É claro que o profeta faria referência no seu Livro Sagrado a quem era de conhecimento da região. Daí então cristãos, zoroastrianos e judeus são conhecidos como o Povo do Livro e recebem deferência especial, ainda que o Alcorão seja muito ex-

plícito em dizer que a ninguém trateis com injustiça. A ninguém, ele não diz a esses e mais os outros você pode. A ninguém trateis com crueldade.

O Alcorão é um Livro Sagrado, nós bahá'is reconhecemos o Alcorão como Livro Sagrado, reconhecemos a religião islâmica como uma religião divinamente revelada, mas há uma grande diferença entre o islã e os islamitas. Coloco isso muito claro. Há uma diferença muito grande entre aqueles que hoje se colocam como sendo os portavozes do profeta e aquilo que o próprio profeta disse.

O Povo do Livro, portanto, tem conhecimento constitucional e daí ele pode ter a representação no Parlamento. Os bahá'is são vistos como hereges desprotegidos, o termo utilizado na legislação iraniana é hereges desprotegidos, hereges sem proteção ou infiéis sem proteção - dependendo da tradução. Daí, então, esse tratamento é totalmente diferenciado.

Agora qual é a origem que o senhor pergunta, por que esse tratamento diferenciado? Se acredita em Deus, se fala em Deus, se fala em fazer o bem? A questão toda está na perspectiva messiânica. O profeta Muhammad se coloca como o selo dos profetas, o último dos profetas. Após ele não haveria mais profetas. Mas termos que ir à etimologia da palavra. Profeta é quem profetiza e, de fato, ele foi o último que profetizaria o advento do dia em que lobo e o cordeiro estariam habitando o mesmo pato, o dia do Reino de Deus na terra, que é preconizado por todas as religiões, ou seja, terminaria o tempo de profetizar e chegaria o tempo do cumprimento. E o que Bahá'u'lláh, o fundador da religião bahá'i diz é que: "Sim, ele foi o último dos profetas, nós agora trazemos um período de cumprimento dessas profecias". Mas isso é uma questão teológica que leva o posicionamento do islã xiita, do islã sunita também, a radicalizar contra toda e qualquer manifestação de conexão, de revelação do Divino após a revelação do profeta Muhammad. Com isso, então, nós somos considerados os infiéis desprotegidos.

O senhor coloca o que fazer. Eu assino embaixo do que o senhor está dizendo. Eu acho que se essa Comissão se manifestar com relação aos sete líderes bahá'is, atualmente presos, de que haja um julgamento justo, transparente, aberto... Eu somaria só mais uma coisa, Senador Cristovam Buarque: que os prisioneiros aguardem em liberdade, como preconiza a Constituição Iraniana. Não há nenhuma razão dessas pessoas estarem presas, não há nenhuma acusação formalizada. Que aguardem em liberdade. Querem fazer o julgamento, sim. E se esse julgamento for transparente e aberto, sem dúvida o senhor tem total razão, observadores internacionais terão acesso. Eu iria um

passo além. Por que esse Senado não poderia ter um observador que se oferecesse para participar, como observador, para acompanhar a aplicação justa da Lei e para saber do que se tratam essas acusações? Então, em termos do que fazer, eu acho que o senhor tocou no ponto nevrálgico.

Eu só finalizaria com uma nota de pé de página, quando o senhor fala sobre essa visão do Ocidente de o islã ser anticientífico. Infelizmente nós, Ocidentais, esquecemos de uma coisa muito importante: quem fundou a primeira universidade no Ocidente foi o islã, não fomos nós. Nós não temos esse mérito. O mérito é exatamente dos ditos Mouros que invadem a Península Ibérica e depois nós inventamos toda uma cosmovisão própria nossa para desqualificar, mas vem da força do islã.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Todo o Renascimento vem--

SR. IRADJ ROBERTO EGHARI: Vem da força do islã. Muito obrigado.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: O Renascimento vem da disputa entre o Papa e o Imperador, coisa que houve no islã e, portanto, provocou uma divisão entre Igreja e Estado que não aconteceu no mundo islâmico e que dificulta, de certa forma, a--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É que o Renascimento, 400 anos depois, não teria acontecido se 400 anos antes--

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não, o mundo islâmico contribui muito com--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

[ininteligível] descoberta do pensamento grego e esse pensamento--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MES-

QUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Cristovam, use o microfone.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Quando eu falei em Renascimento, não foi ele em si, foram as bases para ele. As bases para o Renascimento foi a redescoberta dos textos gregos, da filosofia platônica, aristotélica, e essa de fato foi guardada em textos árabes.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: É, o mundo islâmico, de fato, Senador, contribuiu. Bom, isso é uma discussão riquíssima. Mas se o senhor me permitir, Presidente, eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MES-

QUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria, antes da fala do Embaixador, eu queria só observar o quanto é interessante como as coisas às vezes mudam assim de rumo e da importância da questão direitos humanos. A Audiência foi convocada para discutirmos a questão eleitoral e o posicionamento do país e, de repente, com

o gancho dos direitos humanos, que é um assunto de extrema relevância e importância, o assunto que nos trouxe hoje aqui ficou, digamos assim, em segundo plano. Agora mérito para também o Dr. Roberto que nos deu uma aula aqui de bahá'i e que trouxe informações de fato preocupantes. Direitos humanos. Eu às vezes, Senador Buarque, em qualquer Audiência, é aquela história, ninguém pode jogar a primeira pedra. Em qualquer Audiência sobre qualquer assunto às vezes também eu tenho vontade de que alguém levante e lembre que aqui no Brasil a gente já queimou índio em ponto de ônibus e que numa das igrejas mais bonitas desse país, a Candelária, já se assassinaram mendigos, crianças, enfim. Mas eu volto aqui a palavra ao--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Me permita, já que falou do eleitoral, eu cheguei no meio, não assisti ao Roberto Jaguaribe. Eu estive com o Embaixador do Irã, eu fui conversar com ele sobre a visão que ele tem desses fatos. Ele me disse uma coisa que o Roberto disse aqui, ele disse: "Para nós, do ponto de vista do Estado, não haveria a menor diferença qualquer que vencesse. Todos os quatro são afinados com os princípios da República Islâmica. Não haveria, então, nenhuma razão para que, agora, estivessem dizendo que há uma tentativa de revolução porque perdeu um deles". E ele lembrou que o que perdeu, o segundo, foi Primeiro-Ministro, o terceiro também teve durante muitos anos cargos. Então ele fez questão de dizer que não havia nenhum risco de uma mudança nas bases da República. O que se levantou foi um problema de contagem de votos, não de ameaças revolucionárias. Então, por isso, se determinou a contagem. Mas a contagem, numa diferença tão grande do primeiro para o segundo, não levaria a mudança de resultado - segundo ele disse.

Quanto aos movimentos de rua, aquela menina que morreu, aquela jovem que virou um símbolo, ele diz que ela morreu fora dos locais de mobilização, que inclusive nem votar ela votou - e ela lá se sabe pelo dedo - e que por isso ela não estaria naquele momento envolvida em qualquer protesto. Que teria sido um assassinato por razões ainda escolhidas, mas cuja arma não era da polícia. Eu me lembro que tudo isso ele falou. Então ele falou como quem diz: esses movimentos surgiram de uma indignação com a contagem, mas, num primeiro momento, foram pacíficos, e aí vem a história de que existem interferências estrangeiras, que os aviões estão chegando cheios de agentes estrangeiros e tudo isso.

Essa é a fala que eu estou transmitindo que eu ouvi de um Embaixador, que é um homem ilustrado, engenheiro mecânico, com uma formação científica também e que pareceu relativamente aberto, apesar

de falarmos antes dos detalhes, falarmos em francês, e na hora de falar realmente do específico ele quis falar em árabe, ele fez questão de falar em árabe para passar a mensagem oficial.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria, Embaixador, mais uma vez lhe interrompendo, só saber se o Brasil dispõe de informação acerca do nível de segurança do sistema eleitoral do Irã.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Olha, com esse ponto tópico, não havia, até o presente, manifestações de inquietação de maior monta com relação à lisura do processo eleitoral no Irã. Evidentemente que esse processo eleitoral pode ser considerado imperfeito, mas não pela sua contagem de votos. É basicamente pela razão que o meu colega aqui falou. Nós sabemos que não é qualquer um que pode ser candidato no Irã. Para você ser candidato no Irã, você tem que ser aprovado pelo Conselho de Guardiões. Então há uma limitação no aspecto, digamos, substantivo do processo democrático que não deixa de ser relevante, mas não havia, até o presente, acusações de fraudar o processo de contagem de votos de forma significativa e nós não temos indícios de que isso de fato ocorra. Agora, temos indícios, sim, de que houve, em função do vigor que esse processo eleitoral adquiriu nas vésperas do processo, da eleição propriamente, que alguns partidários relevantes e mais zelosos do atual Presidente Mahmud Ahmadinejad teriam tomado ações de algum tipo de coerção e eventualmente até de impedir a contagem através do processo habitual. Isso foram relatos que foram feitos. Mas, como eu disse inicialmente, a nossa avaliação é imperfeita, absolutamente imperfeita, porque os elementos não são tão disponíveis como são em outras sociedades, era de que a vitória do atual Presidente parecia o prognóstico mais correto, sem sombra de dúvida, com relação ao desfecho do processo eleitoral. Isso não apenas na nossa avaliação, mas na avaliação dos vizinhos. Então havia muito essa leitura--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havia pesquisas?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Pesquisas, na verdade, não se fazem. Elas são feitas conduzidas oficialmente talvez pelos próprios integrantes do sistema, mas elas não são permitidas abertamente. Algumas pesquisas foram feitas, como aquela que eu mencionei, foram feitas de fora do país para dentro, consultas por telefone de fora para dentro, e essas pesquisas deram resultado de dois a um de vitória para o Mahmud Ahmadinejad. Então, nós não temos nenhum elemento para chegar e dizer que essa eleição foi em fraude, absolutamente não dispomos disso. Evidentemente

que há indícios que houve uma série de imperfeições, mas a nossa estimativa é que elas não seriam de monta suficiente, mesmo porque isso é temerário dizer porque o sistema é muito fechado, mas não seriam de monta suficiente para alterar o resultado da eleição. Isso, então, em resposta à indagação que o senhor fez e--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Houve observadores externos?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não foi permitido?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Na verdade, eu acho que aí entra um histórico, Senador, que é importante ter presente. Não é possível entender o processo Irã. É um processo muito complexo e evidentemente um espaço de tempo reduzido como esse não permite entrar nos detalhes da complexidade, mas é preciso ter presente o que é que constitui a cabeça das pessoas que estão no modelo. O Irã, desde o Século XIX, pelo menos, mas na verdade desde o Século XVIII, vem sendo vitimizado pelo mundo Ocidental, particularmente naquele momento pelo Reino Unido, que até hoje se configura como um país complicado para eles, promovendo golpes, mudando a estrutura interna, subsidiando mudanças de Governo, incorrendo em conquistas territoriais a partir da Índia, disputas com relação ao Afeganistão. Então há um processo extremamente complicado. Então, com o processo de radicalização decorrente da Revolução e com esse processo de demonização recíproca, de um lado os Estados Unidos demonizando a liderança iraniana, do outro o Irã demonizando alguns atores do Ocidente, essa relação ficou muito complexa, e o Irã tem um temor, possivelmente exagerado, de que haja intenções seguidas e permanentes de intervenção e de mudança. Agora que as agências de serviços dos principais países atuam no Irã, não é segredo. Outro dia mesmo, eu olhando a CNN, um ex-agente da CIA disse que a CIA continua agindo no Irã, sem nenhuma eficácia, mas continua fazendo os seus movimentos internamente, de modo que as preocupações iranianas têm que ser vistas porque elas têm um fundo de legitimidade que provocou transtornos reais ao país. Então isso faz com que eles tenham uma certa cautela de lidar com essa questão de observadores. Agora não tem sido objeto de crítica habitual com relação ao Irã em eleições anteriores de que haja algum tipo de coisa. Além do mais, como também já foi dito aqui, é importante ter presente que essa eleição é uma eleição real e que houve disputa efetiva, mas que todos os candidatos são aprovados pelo Conselho de Guardiães e que mu-

danças muito significativas em certos elementos não tenderiam a se dar.

O que acontece no Irã é que nós temos hoje um grupo de conservadores radicais, um grupo de conservadores pragmáticos e um grupo de renovadores. Isso é o máximo que você pode dizer dentro de um espectro político permissível. Revolucionários, para fazer mudança, não existem, porque eles não são, inclusive, partícipes do processo. Então as mudanças tendem a haver e a nossa leitura, como eu disse, é que o engajamento que o Brasil faz e que, se a comunidade passou a fazer também, permite o aparecimento de divergências internas maiores. Se nós formos confrontacionistas e isolacionistas, vai haver uma aglutinação em torno do radicalismo mais conservador. Então a ideia de que o engajamento propicia oportunidade para mudanças muito maiores. E a minha própria leitura, Senador, é de que, para certas lideranças radicais, o engajamento e o diálogo são uma ameaça muito maior do que a confrontação e a coisa bélica, porque permitem um processo maior de abertura, e isso é a estratégia que nós adotamos.

Mas se me for permitido fazer alguns comentários, Presidente, é que eu vim, como o senhor disse, preparado para falar sobre o processo eleitoral, e na verdade tomou um rumo muito mais dirigido para a questão de direitos humanos no Irã do que sobre o processo eleitoral. A conversa aqui eu acho muito interessante, ouvi com enorme atenção e interesse, terei sempre prazer, como ele sabe. O Itamaraty está sempre aberto a conversar sobre essas questões com ele, não é a minha área específica a questão de direitos humanos, mas eu acho importante que a gente tenha presente duas ou três considerações básicas.

A primeira é que, se qualquer país, passado sobre escrutínio específico, o senhor mesmo falou de problemas no Brasil, de direitos humanos, vai apontar deficiências significativas. E o caso do Irã, com mais razão ainda, porque existe, evidentemente, uma multiplicidade de questões que extrapolam, digamos, o conceito normal de transgressão a direitos humanos que todos os países fazem. Então há causas e nenhum dos elementos que foi colocado pelo meu colega, eu o questionaria. Eu acho que eles são todos reais. Apenas eu diria que vamos fazer um estudo comparativo. Qual é a condição da mulher no Irã e qual é a condição da mulher na maioria dos países islâmicos? Se a gente for fazer uma avaliação comparativa, nós vamos ver que o Irã não está mal situado nesse patamar, de jeito nenhum. E a singularização do Irã nesse contexto seria, particularmente, digamos, a meu juízo, evidentemente que a Casa sempre pensa, seria particularmente inadequada. Existem multiplicidades de outros

exemplos aonde essa liberdade para as mulheres... Por que é que o Irã ganha essa visibilidade? Essa é uma questão que a gente tem que examinar. Há uma multiplicidade de razões, mas um dos elementos mais importantes é porque ele está em contradição com o sistema vigente, ao passo que outros países, que têm muito menos possível liberdade em relação a isso, não está em contradição com o sistema vigente. Então isso ganha uma visibilidade e aqui entra um problema o que Brasil tem e outros países têm. Qual é esse problema? O problema é que nós estamos, hoje, passando da categoria de países periféricos para fazer parte mais central do sistema, mas em um elemento nós somos totalmente periféricos: não são geradores de informação. Qual é a informação que nós temos aqui sobre o Irã? É a informação que vem de fontes Ocidentais, exclusivamente de fontes Ocidentais, e, nelas, baseia-se a nossa percepção sobre o problema iraniano ou sobre o problema sudanês, que já foi diretamente mencionado: os tiranos da África. Todas as informações nos vêm através de avaliações que eu não estou dizendo que sejam necessariamente distorcidas, mas refletem interesses que não são necessariamente os brasileiros. Nós temos que gerar condições de termos informações compatíveis e de engajamento direto.

Aqui eu queria falar sobre um elemento que foi mencionado, que é a questão da influência do Brasil no Irã. Não podemos sobrevalorizar esse elemento, nem como parceiro comercial, nem como engajamento político. O Brasil está longe de ser o parceiro comercial mais relevante do Irã. Você tem a Alemanha, a Itália, a França, o Japão, a China, uma multiplicidade de outros países que têm uma relação comercial muito mais intensa do que o Brasil com o Irã. Da mesma forma, o Brasil é um país distante que, agora, começa, já há algum tempo, mas agora com mais realce, aparece a ter um perfil mais elevado no contexto internacional. Evidente que o Irã tem interesse em diversificar e encontra no Brasil um parceiro importante. Por que é que o Brasil é um parceiro importante para o Irã? Porque ele pode suprir demandas importantes que o Irã tem de alimentos, por exemplo, de certos bens industriais que o Brasil produz com capacitação, e porque o Brasil oferece também, vamos falar francamente, uma, digamos, dosagem de credibilidade maior para um regime que é questionado permanentemente, ou seja, um endosso pleno do Brasil tem um peso no cenário internacional. Isso é uma coisa que o Irã gostaria de ter. Mas, ao mesmo tempo, ele tem essa aproximação com o Brasil porque ele vê o Brasil como um país que faz política externa independente, no sentido de que o Brasil não ficará afetado por excesso de pressão de outros países, ele vai buscar maximizar os seus inte-

resses brasileiros e não interesses de terceiro países. Isso contribui para que a gente tenha uma posição forte com relação não apenas ao Irã, mas em outros contextos. Então evidentemente que aqui se podem fazer as coisas que forem, inclusive essa questão religiosa, os processos estão acontecendo, tudo isso são, evidentemente longe de mim e do Itamaraty, buscar interferir com decisões soberanas que essa Casa ou essa Comissão tomará a respeito, mas eu acho pertinente que se tenha presente que se nós formos passar sobre uma lupa uma multiplicidade de países que não estão no momento aqui, nós encontraremos deficiências de respeito aos direitos humanos muito significativas. O papel do advogado do diabo não me convém e é difícil aqui de fazer um papel de defesa da situação de direitos humanos no Irã, eu não vou fazer isso porque existe uma multiplicidade de deficiências que foram muito bem apresentadas pelo meu colega.

Mas voltando para o ponto, se é que o Brasil tem alguma influência, e eu repito, considero que ela é relativa, se dá exclusivamente pelo fato de que nós nos propomos a ter um engajamento efetivo, nos propomos a ter um diálogo. A partir do momento que nós passamos a ter uma posição de puro repúdio e contradição, qualquer influência que nós tenhamos com o Irã, que a meu juízo não é tão elevada, será minimizada de imediato. Portanto, é preciso sempre olhar e manobrar nesses passos com uma certa cautela.

Com relação à questão das religiões - e eu aprendi inclusive muito aqui com o que nos foi exposto -, é como o senhor mesmo identificou, Senador, quer dizer, o Bahá'ísmo não é considerado uma religião. No Irã, o principal problema, na verdade, é não ter uma religião, você tem que ter uma religião. É um Estado teocrático, é preciso que você tenha uma religião. Inclusive quando a pessoa vai, eu estava comentando com os colegas, vai para prestar vestibular, ele tem que fazer um exame sobre a sua religião, mas não são todas as religiões, não há uma liberdade de reconhecimento de todas as religiões, e o bahá'i, o Bahá'ísmo não está incluído entre as religiões que são conhecidas. Portanto, é considerada uma coisa à parte, sem as vantagens atribuídas a outras religiões, inclusive, como o senhor mencionou, com representação obrigatória no Parlamento, inclusive desproporcional à população. Eu tenho aqui os números. O Irã tem 89% de xiitas, 9% de sunitas, isso já faz 98% da população, em seguida o maior grupo religioso, como já nos foi dito, é o grupo bahá'i, que tem mais a soma de todos os outros demais, é 0,5% da população. O cristianismo tem 0,2% da população; o zoroastrismo, 0,07%, e o judaísmo, 0,04%, ou seja, comunidades muito reduzidas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

E os zoroastras?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: O zoroastrismo tem 0,07%.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Nasceu na Pérsia. Por que é que é tão pequeno?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Nasceu na Pérsia.

Olha, na verdade, é uma questão histórica. Hoje, tem mais zoroastras no Canadá e nos Estados Unidos que no Irã. E também lá a coisa islâmica tem uma força e um peso, apesar do reconhecimento como foi dito da condição de religião válida, existe, de longo tempo, isso não é um processo de hoje, a gente precisa evitar pensar que são questões exclusivas do Irã ou que são exclusivas do processo da Revolução Islâmica no Irã, são questões que precedem e têm a ver com o conflito permanente do islamismo com o Ocidente, ou pelo menos muito antigo, em que a ideia de você concentrar a tolerância islâmica tradicionalmente, que o Senador conhece muito bem, muito maior do que a cristã, muito maior historicamente do que a cristã. Em termos de aceitação de minorias, durante todo o período áureo do islã, a incorporação das minorias étnicas religiosas era muito maior e mais concreto do que acontecia no mesmo tempo na Europa, mas com a degradação continuada do islã esse processo foi sofrendo alguns reveses e nessa região em particular.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Agora eu creio, Presidente, me desculpe, mas o Embaixador trouxe aqui algo fundamental e que eu nunca tinha percebido, talvez tenha sentido, é de que o setor mais colonizado do Brasil são os meios de comunicação. Eu diria que logo depois as universidades. Aquele livro "As veias abertas da América Latina", eu sempre digo: não foram as veias que foram abertas, foram os neurônios que foram tapados. A grande maldade do Imperialismo foi sobre a cabeça da gente. Podiam ter levado todo o ouro, mas se tivessem deixado que nós formássemos uma população educada, culta e desenvolvida científica e tecnologicamente, o ouro não faria falta. O problema é que não nos deixaram, taparam as nossas mentes.

Então eu creio que isso merece um debate aqui: as fontes de informação que servem de base para o que nós vimos e interpretamos do resto do mundo nos chega por um viés nitidamente de algumas matrizes. E não só dos países distantes. Eu acho que o que a gente diz que sabe aqui da Venezuela nos chega filtrado de fora. A Bolívia, que está ao lado, nos chega filtrado de fora. Como descobrir um meio de termos acesso? Os árabes estão descobrindo com a Al Jazeera, mas também aí eles talvez fiquem com um outro viés, os seus jornais e tudo. Mas nós não estamos

tendo uma visão alternativa. Só que eu imagino que nós, os mortais, mas vocês do Itamaraty devem ter fontes alternativas, porque se vocês não tiverem nós estamos fritos. Então aí é uma pergunta que eu faço: há hoje um sistema de informação que sirva de base ao Ministério das Relações Exteriores para tomar suas decisões? Esse é um ponto.

Segundo, é dizer que eu fico feliz de saber que, de fato, com o Governo Lula, a gente pode dizer que o interesse nacional prevalece sobre as demais considerações, como, aliás, os Estados Unidos sempre fizeram. Quando for do interesse deles, eles voltam a tratar o Aiatolá como tratavam o Xá. Nesse ponto eles são pragmáticos, como os franceses e os alemães estão fazendo. Mas nós, não. Nós pela primeira vez, a meu ver, eu acho que o Fernando Henrique deu um certo salto nesse sentido, não foi um retrocesso, mas pela primeira vez a gente começa a ter uma política externa daquela que, quando eu era jovem, se chamava independente. Talvez independente com a globalização seja impossível naquele sentido, mas pelo menos onde o interesse nacional prevalece. Claro que no meu caso, que tenho insistido muito na ideia da planetania substituindo a cidadania, têm alguns pontos que a gente vai ter que repensar, como é o caso do meio ambiente. Às vezes o interesse nacional fica no curto prazo e aí se prejudica, porque o interesse global fica no longo prazo. Como combinar o longo prazo com o curto, essa é outra discussão, mas, pelo menos, a gente já está defendendo interesses nacionais e eu não tenho dúvida de que há hoje essa defesa no comportamento do Ministro Celso Amorim.

Mas fica aqui a minha pergunta: existem meios de acesso às informações que não nos chegam pela mídia, mas que vocês têm acesso na hora de tomar decisões, ou não têm? Ou vocês também tomam decisões pela Folha de São Paulo e outros jornais?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acredito que não tenha.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, essa pergunta V. Exa. permita que eu possa responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por favor, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É interessante que quem tem informação é dono do poder, pelo menos é a história que a gente sempre ouve, até na atividade profissional que exercemos ao longo do tempo.

Quando tinha o Serviço Nacional de Informações, normalmente os agentes teriam a obrigação de infor-

mações externas e não internas. Claro que usaram para informações internas, colocando dentro de cada Ministério um oficial, um informante para saber como o Ministro estava se conduzindo dentro de um regime diferenciado. Mas a grande obrigação do serviço era a informação externa, tipo do CIA americano. Acredito eu que com a queda do Muro de Berlim, mesmo o CIA e outros órgão de informação. Na Alemanha nós estivéssemos conversando, na época eu ainda estava no sistema de segurança, eles mudaram a visão, mas não mais a informação política de defesa e, sim, contra o crime organizado. Tanto é que, aqui, houve um debate grande entre o CIA e o DEA, que é o Departamento Antidrogas, em vários países da América. Principalmente porque o CIA passou a comandar as operações do Departamento Antidrogas com filosofia de infiltração, de levantamento de informações diferenciadas, de só operacionalizar no combate, prender o traficante e deixar de lado toda a infraestrutura do tráfico. Foi em razão praticamente da queda do Muro de Berlim, a degradação da infraestrutura da Rússia, que diversificou vários países e alguns deles se aliaram, principalmente dos Estados Unidos. Acho que isto caiu. E no Brasil não se fala mais nas Embaixadas terem alguém com responsabilidade de colher informações do que ocorre dentro do país junto com o Embaixador para informar o Itamaraty e o Governo brasileiro do que se passa. E V. Exa. traz uma coisa que não existe mais isso, que nós estamos sendo direcionados em informações do que chega praticamente do Governo americano, OEA e outros órgãos direcionando que o nosso raciocínio seja de acordo com aquele, porque recentemente eu li uma denúncia, que achei até estranha, que o Brasil tem feito acordos com o Irã para facilitar o contorno dos embargos econômicos que são impostos. Foi uma denúncia que o Brasil tem feito esses acordos para facilitar--

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Acordos secretos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Acordos secretos. Então eu não sei se isso tem fundamento, até acrescentaria a pergunta: nós não temos informações e teremos acordos secretos? Aqui falar em secreto cai o telhado, por isso que eu [risos]... Acordos reservados. Mas é para contornar as dificuldades que o Irã tem com os embargos econômicos que estão sendo impostos por vários países, principalmente do grupo Estados Unidos, Inglaterra, como V. Exa. e outros que têm, através da própria ONU, impedido de várias aquisições que o Irã tem que fazer. Então o Brasil teria feito esses acordos para facilitar a saída, que é tão longe que eu acho que é difícil cumprir isso aí. Em todo caso, eu fiquei um pouco preocupado porque nós temos que

respeitar a soberania de cada um dos países, do Brasil, do Irã, e não dá para ficar impondo que soberania você quer dentro de um país. Então, essa explicação política do Irã, para a gente, é importante, para a gente sentir de perto o que realmente se passa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Me permita? Esses debates estão tão interessantes que a gente fica querendo participar. Duas coisas, Presidente, se o Presidente me permitir.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Agora a religião tem uma influência muito grande em todos os países árabes.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Sem dúvida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O senhor vê no Líbano, que é um país democrático, aberto, mas tem que ter um Presidente muçulmano e um cristão.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: A Constituição não permite uma [ininteligível] toda?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas maronita, não é um cristão católico ortodoxo, que seria natural de outros países árabes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria aproveitar o viés, introduzido aqui, pelo Senador Cristovam e pelo Senador Tuma, o viés da informação, da fonte da informação, para perguntar ao Embaixador Roberto Jaguaribe. É uma curiosidade, Embaixador. Como a eleição no Irã, supostamente, não tem conotação política ou ideológica, porque todos são autorizados pelo sistema, enfim, nós temos fontes alternativas de informação que nos permitam supor qual de fato é, quando nada o objeto dessa eleição, é apenas a ocupação da máquina administrativa, qual é o objeto se não tem motivação ideológica ou política, sei lá?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Bom, Senador, é muito boa a pergunta de fato. Eu acho que existem muitas questões. Há uma eleição genuína, apesar de limitada, ou seja, há uma disputa real. Mas, além disso, como foi dito pelo meu colega, há uma vertente da sociedade iraniana que não se sente adequadamente representada pelo regime e ela quer encontrar canais de expressar esse descontentamento. Muitas vezes então ela encontra num candidato, apesar de ele estar num espectro ideológico diferente, um canal mais adequado para exprimir essa sensação de insatisfação. Agora existe uma multiplicidade de questões da maior relevância em que divergem os candidatos. Por exemplo, a questão econômica. Como conduzir? O Presidente Ahmadinejad fez vários programas de subsídio que criaram um processo inflacionário complicado, mas ganhou a aprovação do eleitorado de certa forma, inclusive daí parte da sua força eleitoral, que tem a ver com questões de natureza muito perma-

nente do dia-a-dia que são mais relevantes no fundo para o eleitor comum, médio, pobre, humilde, do que questões complexas de natureza ideológica quando é um país profundamente religioso, como costumam ser os países islâmicos, e essa questão da teocracia não é algo que o assuste tanto, porque ele tem uma associação.

Então, essa inquietação se dá em outros níveis. Então há uma multiplicidade de questões importantes que se colocam. E outra questão que é embutida e que é uma questão muito complexa e que essa tem a ver com a liderança política também, diz respeito ao grau de abertura e engajamento com o Ocidente, porque da mesma forma que nós aqui, como eu insisti em dizer, há uma demonização importante por parte do Ocidente com relação ao Irã, também internamente a liderança iraniana gosta de demonizar o Ocidente, inclusive por responsabilizar por deficiências que muitas vezes são internas. Então é um processo complexo. Há o grupo pragmático, mesmo conservador, como eu mencionei, há o conservador radical, o conservador pragmático e o reformador. Tanto os reformadores como os conservadores pragmáticos acreditam na necessidade de maior engajamento com o Ocidente. Uma parte mais radical acha que pode criar focos alternativos. Há um grupo todo que acha que os Estados Unidos estão em decadência e que isso é muito bom para o mundo. Na verdade, os Estados Unidos, uma decadência real americana, se vier, vai demorar muito tempo ainda para ocorrer. Então, todas essas questões se colocam, mas eu diria que a questão que mais sensibiliza o eleitor tem a ver com a questão econômica, a questão dos subsídios, a questão da melhora das condições, a questão dos preços, a questão da inflação, isso tem um peso eleitoral importante.

Com relação à questão da informação, Senador, quando eu me referi a isso eu estou evidentemente falando basicamente dos meios de comunicação. Existe uma multiplicidade de outras formas de você se informar. No nosso caso, nós procuramos sempre... O Brasil valoriza a coisa nacional e na ausência do nacional confiável do circunstante, do regional. Então, por exemplo, a questão africana, que foi subsidiariamente mencionada. O problema do Zimbábue, o que a gente lia na imprensa brasileira sobre o Zimbábue não tem a ver com as informações que a gente pegava na África do Sul, Angola, Moçambique e os países vizinhos. A informação que vem aqui é a informação que vem de Londres ou de Washington e que faz a percepção nacional, o que dificulta a consecução de certa política externa independente, porque você fica com a opinião pública tomada por uma percepção que, na verdade, é forjada em outros centros, atendendo a outros inte-

resses. Então a gente busca meios, evidentemente, de contornar esse processo. Mas essa exposição pública excessiva a essa, digamos, fontes que são fundamentalmente as do Ocidente, que têm toda a sua legitimidade, não estou questionando, ela cria certas distorções que podem incidir sobre a própria política externa. Esse exemplo da África é um caso, o próprio exemplo do Irã é outro.

Como eu disse, não vou jamais vestir a carapuça de ser um defensor das diversas condições peculiares do sistema iraniano, mas há um processo de demonização que convinha a certos meios Ocidentais que isola ou singulariza o Irã em questões que afetam a toda uma região, inclusive muitas vezes são apenas leituras culturalmente mais complexas. O mundo islâmico tem dificuldade, como o senhor mesmo mencionou, em aceitar que as mulheres islâmicas são maltratadas. É uma visão diferente de como é esse processo, uma visão cultural que tem. Não é obrigatório que a gente tenha que impor uma visão Ocidental, mas há certas manifestações que não podem ser consideradas aceitáveis em nenhuma cultura, nenhuma cultura, como prisão, fuzilamento em massa de menores ou coisa desse tipo. Isso independe de apreciação cultural. E, evidentemente, o Brasil age dessa forma, mas sempre com certa prudência e cautela em função de uma multiplicidade de fatores, entre os quais a sua absoluta convicção da inadequação de ingerência em assuntos internos de outros países.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Me permite? Primeiro, contar uma pequena história que em geral me deixa mal com o mundo feminista. Eu tomei um táxi uma vez em Dakar, no Senegal, e para puxar conversa com o taxista a primeira pergunta foi: “Quantas esposas você tem?” Ele disse: “Eu só tenho uma, por que eu vou ter mais de uma?” Eu disse: “Aqui não pode ter quatro?” Ele disse: “Sim, mais eu sou jovem, a minha esposa ainda pode ter filhos”. Eu disse: “Quando você ficar mais velho e sua esposa ficar mais velha, você vai procurar uma mais jovem?” Ele disse: “Não, hoje isso é muito caro, não vale a pena, isso é uma coisa mais dos meus pais”. Eu aí disse para ele: “No meu país não se pode ter mais de uma esposa”. Ele perguntou: “Qual?” Eu disse: “O Brasil”. Ele disse: “Ah, é verdade, no Brasil vocês só podem ter uma de cada vez. Quando ela fica velha, vocês mandam embora e trazem uma jovem. Aqui a gente mantém as velhas e as jovens juntas”. Aí os meios de comunicação, eu perguntei: “De onde você tirou essa história?” Ele me disse: “Das telenovelas que passam aqui”. Só que aí não é para ter filho. Então você vê que são visões diferentes, o que não quer dizer que de fato há o tolhimento de direitos das mulheres nos países árabes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Nas tele-novelas às vezes têm duas ou três ao mesmo tempo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Também, mas aí é que está, sem dar o mesmo tratamento - como eles dizem. Aí eu fiquei curioso. Países como Burma, Coreia do Norte, também a gente pode dizer que as informações que chegam são deturpadas, como o Zimbábue, Venezuela, Sudão, ou de fato as notícias que a gente houve da maneira como lá as ditaduras se impõem correspondem à realidade?

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Senador, todos esses regimes são regimes muito peculiares, são regimes de controle rígido sobre o interior do país, são regimes que controlam a informação e, portanto, já apresentam deficiências, é evidente. Mas também é evidente que a informação que nos chega, ela tem imperfeições e, muitas vezes, um viés ideológico embutido. Mas os próprios regimes, digamos, facilitam que isso se dê dessa forma pela maneira de atuar, inclusive de restringir, de cercear a capacidade de geração de informação internamente. Isso vale aqui para a Coreia, RPDC e para Myanmar, sem dúvida, sem sombra de dúvida, como vale para outros países também e vale para alguns que eu não pretendo citar, porque não vale a pena, mas que não são mencionáveis por quê? Porque não entram em contradição com o sistema predominante.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente, são aqueles que fazem tudo errado, mas fazem parte do sistema hegemônico predominante.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Exatamente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, Senador Geraldo Mesquita, isso eu acho importante para o senhor, como um dos líderes dessa Casa, na área da ética e da justiça. No Irã, para ser candidato, tem que passar por um Conselho Religioso. Aqui nós muitos, inclusive eu, de repente defendemos a tal da lista limpa. Não por razões religiosas, por razões de corrupção, mas a gente corre um risco de substituir o turbante pela toga e aí transferir aos juízes o direito de escolher quem vai ser candidato, mesmo que o argumento da corrupção seja um argumento muito mais justificado para imprimir a candidatura do que o religioso, que para nós é um absurdo usar critérios religiosos, mas eu acho que a gente não deve substituir... Eu estava dizendo, Embaixador Roberto, que essa história de lá o Aiatolá escolher os candidatos, o Conselho, não o Aiatolá, o Conselho.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Não é que ele escolha, é que eles têm que ser autorizados por ele a serem candidatos, senão eles não podem ser candidatos.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós estamos numa luta aqui para que para ser candidato teria que passar numa lista da justiça, a chamada

lista limpa. Eu digo: eu estou com medo que a gente substitua o turbante pela toga, mas, de qualquer maneira, limitando a liberdade do eleitor, e, claro, substituindo o critério religioso por um critério ético.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Até que a gente localize um melhor critério, Senador Buarque, eu ainda fico com o critério do eleitor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Do eleitor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que ele é o grande... Ele que deva fazer o expurgo, ele que deva aperfeiçoar o sistema. Até, quem sabe, juntamente pensando com o eleitor, a gente consiga aprimorar as coisas. V. Exa. tem razão, essa preocupação tem que ser constante.

Mas o Senador Buarque, o Senador Tuma, eu acho que a maioria dos Senadores que compõem essa Comissão, para não dizer todos, somos ardorosos defensores de que o Brasil tenha representação, se possível, em todo o mundo. Eu acho que o Senador Buarque fez avivar em mim essa percepção, Senador Buarque, porque eu acho que em se tratando de fonte de informação, as nossas representações, não que elas estejam a serviço disso, mas no ofício isso resulta naturalmente, a colheita de informações, digamos assim, mais precisas pela própria convivência do pessoal, do corpo diplomático nesses países, nós temos uma fonte de informação muito segura, que deva ser muito valorizada.

A nossa Audiência se encaminha para o término, se o Senador Cristovam Buarque não tiver mais algum comentário a fazer. Como é praxe na nossa Comissão, eu concederia alguns minutinhos para as considerações finais dos nossos convidados e fazendo aqui, pela primeira vez, os agradecimentos, que vou fazer mais umas duas ou três vezes, pela presença dos senhores aqui, nessa nossa Audiência. Com a palavra o Sr. Iradj.

SR. IRADJ ROBERTO EGHARI: Um comentário final, Senador Geraldo Mesquita, que eu queria fazer, inclusive dando continuidade à discussão levantada pelo Senador Cristovam e acolhida pelo Embaixador Roberto Jaguaribe, que é a questão que nós não caímos na armadilha do relativismo cultural, porque eu sei que não é essa absolutamente a posição do Itamaraty, não advoga a ideia do relativismo cultural. Porém, as forças que, principalmente no Oriente, se colocam como contrárias àquilo que nós consideramos como direitos humanos invocam esse instrumento. Então a grande discussão que sempre volta à mesa é: *Não, mas vocês têm a sua cultura, nós temos a nossa, aqui a gente dá*

a chibatada, corta a mão, enforca, fuzila etc., tratamos assim porque é da nossa praxe. Nós vemos a religião dessa forma, vocês veem de forma diferente. Daí então esse embate do relativismo cultural nos leva a uma situação extremamente perigosa, que é a de perda da noção do que é dignidade humana, que é um bem absoluto. Esse não tem relativismo.

Eu creio que, nesse momento, quando eu volto e retomo a colocação que o senhor fez, Senador Cristovam, de que, por exemplo, a manifestação da Casa aqui, se ela decide se manifestar com relação à questão das lideranças bahá'is aprisionadas no Irã e que vão a julgamento agora em mais nove dias, isso não pode ser objeto de qualquer discussão sob a ótica do relativismo cultural, porque são seres humanos que têm a sua dignidade e que têm um direito inalienável, que é próprio da dignidade da pessoa humana, que é não ser considerado culpado, ao menos que se prove. Isso é elemento da dignidade, quer dizer, o ser humano tem uma dignidade tão essencial, tão fundamental que nós vamos protegê-la sob qualquer condição. Daí então as discussões que nos levam a posições distintas na questão da forma como as nossas sociedades se organizam, na forma como elas se apresentam, e essas formas quando são objeto de uma manipulação, como o Embaixador Roberto Jaguaribe colocou, também temos que nos proteger contra isso, temos que nos proteger porque nós não podemos ser a presa fácil de uma manipulação da informação e de acreditarmos que o outro é o nosso inimigo.

Então o que é que é a verdadeira justiça? É vermos com os nossos próprios olhos e daí então eu acho que esse debate é fundamental, quer dizer, o que é que, por exemplo, no caso do Irã, que estamos levantando aqui agora, eu tenho certeza que o Itamaraty tem essas informações, o nosso Embaixador Antônio Salgado, em Teerã, certamente apresenta os seus relatórios, os seus informes e como ele vê, mas é fundamental que a população brasileira, que a sociedade brasileira também se aproprie disso e ela possa julgar com os seus próprios olhos, porque a justiça não acontece quando eu julgo com os olhos alheios, ela deixa de ser então esse bem tão precioso a ser preservado.

Agradeço o convite, Senador Geraldo Mesquita, que me foi formulado por V. Exa., convite que iniciou-se com o Senador Eduardo Azeredo, ontem tivemos a oportunidade de nos encontrar e conversarmos, ele muito gentil e simpático, também conhecedor da problemática bahá'i, da problemática dos direitos humanos.

Como uma nota final, eu diria que acredito que, ainda que o propósito inicial fosse discutir eleições, eu não posso ver eleições sob outro foco que não dos direitos humanos, porque o direito político é um dos

direitos fundamentais da pessoa mais relevantes. Então, na verdade, Senador Geraldo Mesquita, eu diria que nós não fugimos do assunto, nós estamos sempre dentro do assunto, porque direitos humanos... acaba que permeia as nossas discussões sobre a nossa existência, enquanto seres detentores dessa dignidade essencial.

Parabenizo à Casa por levantar essa discussão e acredito que nós possamos, de fato, aprofundar não só essa discussão com relação ao Irã, mas em outras situações, onde a questão de direitos humanos e a posição brasileira se torna essencial e fundamental. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Antes de passar a palavra ao Embaixador Roberto Jaguaribe, há um Projeto de Decreto Legislativo, Senador Cristovam, que "Aprova o texto da Convenção de Viena sobre o direito dos Tratados, concluída em Viena em 23 de maio de 1969", de autoria dessa Comissão e relatado por V. Exa. Consulto se V. Exa.--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se achar conveniente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Vamos lá?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Por favor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Peço licença aos demais convidados, mas vou fazer de uma maneira mais rápida.

O meu relatório, Sr. Presidente, se reporta ao pronunciamento sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2009, que "Aprova o texto de Convenção de Viena sobre o direito dos Tratados, concluída em Viena em 23 de maio de 1969, ressalvados os arts. 26 e 66". Eu devo deixar claro que fico contente com a sua pressa, porque agora em setembro as Nações Unidas têm interesse em ter a aprovação máxima desse Tratado.

Na Câmara dos Deputados, a Convenção foi aprovada pelo Plenário em maio de 2009 - então nós, no Senado, não estamos atrasados. Há um atraso geral do processo legislativo - após passar pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça. Acompanha a proposição a Mensagem nº 116, de 1992, do Poder Executivo, que encaminha o texto ao Congresso Nacional. Mas, também, acompanha a Disposição de Motivo nº 136, de 16 de abril, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Professor Celso Lafer, na qual ele demonstra, com citações que eu coloquei aqui no

meu Parecer, mas para ganhar tempo não vou ler, a necessidade da aprovação.

Esse ato internacional se aplica aos Tratados celebrados entre Estados e é composto de oitenta e cinco artigos e anexos. A seção do dispositivo está dividida em oito partes, a saber: uma introdução, a conclusão e a entrada em vigor, a observância, a aplicação e interpretação, emenda e modificação, nulidades, extinção e suspensão da execução, disposições diversas, depositários, notificações, correções, registro e as disposições finais.

Na minha análise, eu coloco, eu inicio dizendo que os grandes problemas do mundo globalizado exigem soluções globais, que são dificultadas hoje, pela falta de marcos legais internacionais. Os próprios marcos legais internacionais são somas de marcos legais nacionais. O meio ambiente, a internacionalização da economia, a migração em massa em todas as direções exigem crescentes acordos entre os países. Agora no aniversário de quarenta anos da Convenção de Viena sobre o direito dos Tratados, nada mais auspicioso do que o chamamento do Senado Federal para analisar esse momento de codificação do direito das gentes do mundo. Cuida-se do Tratado mais importante celebrado no período pós Segunda Guerra, de tal ou qual maneira esse documento equivale no plano interno brasileiro a uma Lei disciplinando a forma de produção legislativa.

Em seu texto, considerando as circunstâncias do momento e sua elaboração, preenche de um modo exemplar a proposta codificadora da Organização das Nações Unidas. Foram dezesseis anos de trabalho no âmbito da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas, dezesseis anos. O empreendimento contou com o empenho de quatro relatores, que produziram treze minutas. A obra foi, de alguma forma, facilitada pela base existente sobre o assunto, bem como pelos exercícios de codificação que a antecederam.

Assim, o Projeto de Código de Direito Internacional Público de 1911, de autoria do notável Eitácio Pessoa, a Convenção de Havana de 1928 e a minuta produzida pela Universidade de Harvard em 1935, iniciativas que já indicavam, naqueles períodos da história, a necessidade de positivar o Direito dos Tratados de uma maneira internacional.

O texto final da Comissão de Direito Internacional foi enviado à Assembléia Geral das Nações Unidas que requereu ao Secretário-Geral daquela Organização a instalação da conferência visando debatê-la. Foram duas sessões da conferência convocada para esse fim. Ambas se realizaram na capital austríaca, respectivamente em 1968 e 1969. O texto resultante não esgota o assunto. Isso é reconhecido pela própria Conven-

ção, que dispõe em seu preâmbulo que as regras do direito internacional ou costumeiro continuarão a reger as questões. A Convenção entrou em vigor em 27 de janeiro de 1980, data do depósito do 35º Instrumento de Ratificação ou de Adesão. Não estamos fora ainda. Na atualidade, ela conta com cento e oito Estados vinculados. Observa-se em relação a alguns deles, sobretudo os pioneiros, que o desejo de se vincular foi feito lançando mão de reservas e declarações de interpretação. Elas são, em geral, de cunho marcadamente político, a refletir o contexto daquela época, no ápice da Guerra Fria.

Subsistem, contudo, dúvidas relacionadas à aplicação do Tratado em relação ao ordenamento jurídico interno de determinados países. É importante registrar, porém, que os problemas levantados não têm, em larga maioria, fundamento. O número de partes, bem como as reservas formuladas após o final da Guerra Fria são evidente sinal de sua sustentação.

Na linha mais rigorosa, o projeto aprovado na Câmara ressalva os arts. 25 e 66 da Convenção. O art. 25 versa sobre a aplicação provisória, cuida do processo de dissolução judicial de arbitragem e de conciliação. Em relação ao outro artigo, a leitura de seus termos demonstra que o Governo, conhecedor dos limites constitucionais de sua plenipotência no campo das relações internacionais, não endossaria, na Mesa negocial, tratado contemplando essa possibilidade, ou seja, aplicação provisória. Quanto ao art. 66, a restrição que se fez está relacionada com a obrigatoriedade de saldar eventual desinteligência no tocante à aplicação do Tratado na Corte Internacional de Justiça. Sobre isso, suficiente recordar que o Brasil está vinculado a inúmeros instrumentos internacionais com idênticas prescrições e, mesmo assim, funcionamos normalmente. As ressalvas, no entanto, não se revelam, por isso, suficientes para desautorizar a aprovação por esta Casa do Congresso. Elas, as ressalvas, de resto, não destoam de outras reservas de igual teor oferecidas por diferentes países no momento da assunção do compromisso de ser parte. Mesmo com as ressalvas esses cento e oito outros Estados assinaram o compromisso.

No mais, termino, a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados está em conformidade com o ordenamento constitucional pátrio e é por igual compatível com o nosso ordenamento infraconstitucional. Os dispositivos regimentais relativos à sua tramitação foram por igual observados.

O meu Voto, portanto, pelo exposto, é por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, que somos pela aprovação

do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2009, com um certo atraso, mas permitindo que o Brasil passe a fazer parte dos países que subscrevem esse importante Tratado Internacional. Esse é o meu Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Dr. Alexandre estava lembrando aqui que essa matéria tramita na Câmara desde 1992. É impressionante. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo. Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

Para o encerramento o Embaixador Roberto Jaguaribe, com essa responsabilidade.

SR. ROBERTO JAGUARIBE: Muito obrigado, Presidente. Na verdade eu não tenho nada a acrescentar. Eu agradeço apenas a oportunidade que nos foi dada de vir aqui apresentar a posição e a leitura do Ministério das Relações Exteriores sobre essa situação complexa e importante. Acho que o fundamental é ter presente que é muito difícil nesse âmbito se ter uma capacidade de diferenciação precisa dos elementos importantes, mas que há um processo dinâmico real pujante em curso dentro daquele país e que cujo desfecho não sabemos ainda. Em nossa leitura, muito do possível desfecho vai ser dado pela condução do mundo externo, mas evidentemente nada muda genuinamente se não for uma mudança interna e não tem sustentação se não for uma coisa interna competente. Aí o que nós acreditamos é que o engajamento e o diálogo são os elementos que propiciam as melhores soluções para essa questão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu queria, mais uma vez, agradecer a presença do Sr. Iradj, do Embaixador Roberto Jaguaribe, inclusive em nome do nosso Presidente Eduardo Azeredo, que não pode presidir a Sessão por um motivadamente relevante. Em nome dele, eu agradeço a presença de todos. Está encerrada a nossa Audiência.

Sessão encerrada às 13h11.

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas e um minuto do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores

e Defesa Nacional. Presentes os senhores Senadores: **João Ribeiro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Regis Fichtner, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Renato Casagrande, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Alfredo Cotait, Alvaro Dias, Mozarildo Cavalcanti e Cristovam Buarque.** Justifica a ausência o Senador **Eduardo Suplicy**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Senador **Aloizio Mercadante** faz uso da palavra. Ocorre inversão da pauta. Os Embaixadores Marcos Leal Raposo Lopes e George Monteiro Prata são convidados a compor a Mesa. **Item 1 da 2ª Parte da Pauta – Mensagem (SF) nº 294, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos*”. **Relator:** Senador **Aloizio Mercadante**. **Resultado:** apreciada a Mensagem. **Item 2 da 2ª Parte da Pauta – Mensagem (SF) nº 296 de 2010**, de autoria do Presidente da República, que, “*submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor GEORGE MONTEIRO PRATA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca*”. **Relator:** Senador **Heráclito Fortes**. **Resultado:** apreciada a Mensagem. Feitas as explicações dos Embaixadores, fazem uso da palavra os Senadores **Heráclito Fortes** e **Cristovam Buarque**. Passa-se à análise do **Item 1 da 1ª Parte da Pauta – Discussão e votação das emendas da CRE à Lei Orçamentária Anual – LOA 2011**. **Relator:** Senador **Heráclito Fortes**. Fazem uso da palavra os Senadores **Flexa Ribeiro** e **Heráclito Fortes**. É aprovada a seguinte **Emenda de Remanejamento de Despesa** à Lei Orçamentária Anual – LOA 2011: **Número da Emenda – 4**; Unidade Orçamentária: 52131; Título: *Alimentação de Pessoal – Nacional*; Localidade: *Nacional* – NA; Valor do acréscimo: 50.000.000. São aprovadas as seguintes **Emendas de Apropriação de Despesa** à Lei Orçamentária Anual – LOA 2011: **Número da Emenda – 1**; Unidade Orçamentária: 52121; Título: *Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército – Nacional*; Localidade: *Nacional* – NA; Valor do acréscimo: 872.400.000. **Número da Emenda – 2**;

Unidade Orçamentária: 52101; Título: *Implementação e Coordenação da Estratégia Nacional de Defesa – Implantação e Coordenação da Estratégia Nacional de Defesa - Nacional*; Localidade: *Nacional – NA*; Valor do acréscimo: 4.000.000.000. **Número da Emenda – 3**; Unidade Orçamentária: 35101; Título: *Operações de Assistência Especial no Exterior – Nacional*; Localidade: *Nacional – NA*; Valor do acréscimo: 100.000.000. **Resultado:** as emendas à LOA 2011 são aprovadas. A reunião é tornada secreta às doze horas e quatro minutos, e reaberta às doze horas e nove minutos, com a comunicação, pelo Presidente, da aprovação dos Embaixadores indicados. É analisado, como item **Extrapauta, o Requerimento nº 30, de 2010 – CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Azeredo**, que, “com base no Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado voto de solidariedade ao Embaixador do Brasil na Argentina, Senhor ENIO CORDEIRO, em razão do tratamento dispensado a Sua Excelência pelo Senhor GUILLERMO MORENO, Secretário de comércio do governo daquele país, segundo fatos amplamente divulgados pela imprensa nacional e internacional”. **Resultado:** o Requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e doze minutos minutos, lavrando eu, Alexandre Bastos de Melo, esta Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada dessa reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 11 HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 3ª (sic) Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. As Sras. Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos... Hoje, na verdade, são duas reuniões. Esta é uma Reunião Extraordinária da Comissão, a 32ª Reunião Extraordinária. Nós temos, na verdade, dois embaixadores a serem analisados, as indicações, e também as questões ligadas à Lei Orçamentária Anual.

O Senador Mercadante pediu a palavra.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria pedir, Presidente, para nós invertemos a pauta para fazermos a sabatina dos embaixadores, porque nós já estamos com o adiantado da hora, a dificuldade depois é não termos quórum para votar. Então a minha sugestão é que nós fizemos a inversão. Eu pediria se pudesse relatar a indicação do Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes, porque nós estamos tendo uma comissão... Na Comissão de Constituição e Justiça está o presidente do Banco Central, e eu precisaria, depois, retornar à Audiência que nós estamos tendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, senador. Não havendo quem tenha obstáculo, então vamos fazer a inversão. Eu convido já então os Embaixadores Marcos Leal Raposo Lopes, indicado para o México, e o Embaixador George Monteiro Prata, indicado para a República Tcheca, para que tomem assento na mesa.

A Mensagem nº 294, de 2010, “*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos*”. É de autoria da Presidência da República e o Senador Aloizio Mercadante é o relator.

Eu quero só explicar realmente o atraso, aí, do início da reunião, porque eu fui o relator das emendas ao orçamento na Comissão de Ciência e Tecnologia e só agora que conseguimos nos liberar nessa acumulação de funções que temos aqui. E aqui nós temos o relator, o Senador Heráclito Fortes, que é o relator das emendas nessa comissão. Já então com a presença agora do Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes, eu concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, me sinto muito honrado com a indicação dessa relatoria. Eu queria saudar o Embaixador George Monteiro Prata e poder agora relatar a indicação do Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes.

“*Esta Casa do Congresso Nacional é demandada a se pronunciar sobre a indicação que o Exmo. Sr. Presidente da República faz do Sr. Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.*”

Como se sabe, a Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, por arguição e Sessão Secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática

de caráter permanente. Em atendimento a esse mandato constitucional, bem como ao preceito regimental previsto no art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores enviou, por meio dessa mensagem em apreço, currículo do diplomata indicado, análise de conjuntura do país que se destina a um estudo pormenorizado do estado(F) das relações bilaterais Brasil/México. Dos documentos encaminhados, extraímos, com a finalidade de embasar esse relatório, as informações que se seguem.

Primeiro, o embaixador é nascido no Rio de Janeiro, em 7 de novembro de 1958, vez que parece muito mais jovem do que de fato é [risos]. O indicado é filho de Alberto Raposo Lopes e Heloisa Sylvia Leal Raposo Lopes. Ingressou na carreira diplomática no posto de Terceiro Secretário, em 1983, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática no Instituto Rio Branco. Ascendeu a Segundo Secretário em 1987; Primeiro Secretário, em 1995; Conselheiro, em 2001; Ministro de Segunda Classe, em 2007; e Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Na Chancelaria, exerceu relevantes funções, cabendo ressaltar, entre outras: Coordenador Executivo do Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador-Geral de Planejamento de Pessoal e Subchefia de Divisão de Visitas. Ademais, o indicado foi chefe do cerimonial da Presidência da República. No exterior, desempenhou relevantes missões, tendo servido, entre outros postos, em Paris, Nova Délhi, Roma e Buenos Aires.

No que tange às relações bilaterais entre Brasil e México, é preciso destacar que, de acordo com as informações disponibilizadas pela mensagem, elas atravessam atualmente um momento bastante favorável, caracterizado por visível vontade política de ambos os lados de intensificar as cooperações em diversas áreas. Em 2002, Brasil e México firmaram, no âmbito da ALADI, um Acordo de Complementação Econômica que estabelece preferências tarifárias fixas para cerca de oitocentos produtos. Foi também assinado, no mesmo ano, MERCOSUL-México, exclusivo para o setor automotivo, que abrange o comércio de veículos leves e pesados, ônibus, carrocerias e autopeças.

Em virtude desses acordos, o comércio Brasil/México cresceu mais de 150% entre 2003 e 2008. Naquele último ano, a corrente de comércio entre os dois países atingiu 7,4 bilhões de dólares, com um forte superávit de 1,1 bilhão de dólares para o Brasil. Em 2009, em razão da crise financeira, que afetou fortemente a economia mexicana, o comércio bilateral caiu para 5,4 bilhões, com déficit para o Brasil de 108 milhões, o primeiro nos últimos 12 anos. Em 2010, se verifica, com base nos dados colhidos, trocas comerciais entre

janeiro e setembro de 4,1 bilhões, número ainda distante do que já foram alcançados no passado pré-crise. Esta corrente de comércio é fortemente concentrada em poucos produtos manufaturados. De fato, verifica-se, com base nos dados de 2009, que os automóveis representam 20% das exportações; os produtos remanufaturados, ferro e aço, 2,88%; as partes de veículos automotores, 2,81%; telefones celulares, 2,58%. Já os principais produtos importados pelo Brasil do México são também os automóveis, 32,7%; ácido fólico (sic), 11,4%; e os celulares, 3,79%. Por isso é preciso considerar que, apesar do crescimento decorrente do comércio, verificado em período recente, as relações econômicas e comerciais entre Brasil e México continuam muito aquém do potencial das duas maiores economias da América Latina, representando apenas cerca de 2% do comércio total de cada parceiro.

Na área dos investimentos bilaterais, o intercâmbio entre Brasil e México apresentava uma assimetria singular. O México tem investimentos no Brasil da ordem de 17 bilhões de dólares, com destaque para o setor de telecomunicações, o Grupo SLIM, fazendo do nosso país o segundo principal destino dos investimentos mexicanos no exterior. Por outro lado, os investimentos brasileiros no México são de apenas um bilhão de dólares, embora devam ser quadruplicados nos próximos anos, com os investimentos planejados pelos grupos BRASKEM e GERDAU.

Com vistas a ampliar as relações comerciais e econômicas e equacionar as assimetrias existentes, os presidentes anunciaram, em fevereiro de 2010, o início de um processo formal de trabalho para avaliar e determinar as áreas de oportunidades, alcance, benefícios e sensibilidades no acordo estratégico de integração econômica. Em maio de 2010, em reunião bilateral, realizada na cidade do México, foram acordados termos de referência para a negociação.

Decidiu-se, portanto: o acordo será amplo e incluirá, além de tarifas, temas como serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual; terá cobertura integral, com exame de todos os produtos e serviços; serão reconhecidas as sensibilidades de ambos os países e será outorgado tratamento especial para os setores vulneráveis; não há prazo determinado para a conclusão das negociações e se adotará o princípio, segundo o qual nada estará acordado até que tudo esteja acordado; o acordo deverá transcender o marco comercial para incluir aspectos de cooperação e intercâmbio tecnológico e um dos objetivos será uma arquitetura que promova a integração e o desenvolvimento da América Latina e o Caribe. Entretanto, o acordo em estudo já enfrenta resistência no México. É que naquele país há uma espécie de fadiga de acor-

dos de livre comércio. Com efeito, mesmo após assinar os acordos de livre comércio com 44 países, inclusive União Europeia e Japão, o México continua fortemente dependente das exportações (85%) e das importâncias (50%) dos Estados Unidos da América.

Na prática, a adesão do México ao NAFTA significou a adoção de uma estratégia de desenvolvimento e iniciação internacional com base em forte atrelamento à economia norte-americana e aos interesses diplomáticos deste país. Hoje, tal estratégia é bastante questionada no México. Desde 1992, quando entrou em vigor o NAFTA, as vendas norte-americanas no México triplicaram, representando cerca de 50% das compras mexicanas, ao passo que os produtos mexicanos ganharam espaço de somente 3% no mercado americano. O ingresso da China na OMC, ocorrido neste ínterim, explica parcialmente esse quadro, pois muitas empresas norte-americanas passaram a buscar fornecedores do país asiático, em detrimento do espaço originalmente destinado ao México dentro do NAFTA.

O quadro da qualidade e da quantidade de empregos no país sofreu gradual processo de deterioração, o que gera profundo sentimento de frustração com os resultados da associação para o México. Além disso, houve distribuição assimétrica dos avanços regionais e setores obtidos com a abertura, com forte contraste entre norte e sul do país. Evidentemente, a atual crise intensificou as críticas e os questionamentos sobre o NAFTA no México. O país tenta agora, sem êxito, a revisão do tratado.

Não obstante, no caso específico do Brasil, o [ininteligível] do governo mexicano, que favorece a assinatura deste acordo, diz respeito às perspectivas brasileiras prognosticadas como muito superiores das economias desenvolvidas para os próximos anos, além do reconhecimento do caráter fortemente complementar das duas economias.

No campo diplomático, Brasil e México possuem interesses comuns em várias áreas de cooperação. Entre elas, destaca-se a energia. A matriz energética mexicana, ao contrário da nossa, é amplamente baseada nos combustíveis não renováveis, sendo o petróleo o responsável por 55% do consumo energético, o gás natural por 33%. No entanto, embora ainda tenha reservas comprovadas, cerca de dez bilhões de barris, a produção do México vem declinando e, no médio prazo, o país deverá deixar de exportar. Por isso há grande interesse do México no desenvolvimento das energias renováveis e limpas, área na qual o Brasil tem excelência.

Por último, devemos assinalar que o México, com o intuito de superar a sua atual dependência econô-

mica e diplomática relativa aos Estados Unidos, vem apostando na diversificação de suas parcerias estratégicas. Nesse contexto, o México está fazendo um grande esforço para aprofundar relações com os países da Comunidade Andina e do MERCOSUL, em especial o Brasil.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial".

Quero concluir destacando o trabalho, a trajetória profissional, a qualidade da representação. Todos que já tiveram contato com o Embaixador Raposo sabem da sua competência, sua dedicação, espírito público, e tenho certeza que representará com muita competência e estatura o Brasil nas suas relações com esse país amigo, que é o México.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mercadante. Ainda falta só outra qualidade, que é a paciência, porque, para dirigir cerimonial, tem que ter muita paciência. [risos]

Senador Heráclito, nós vamos passar para o Item 2 e depois ouvimos então os dois embaixadores.

O Item 2 é a Mensagem 296, que "Submete à apreciação do Senado a escolha do Sr. George Monteiro Prata, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca". Senador Heráclito, com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. "Essa Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. George Monteiro Prata, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Tcheca.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missões diplomáticas de caráter permanente, segundo o art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo ao preceito regimental, elaborou o curriculum vitae do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que seguem.

Nascido na Cidade de Fortaleza, Ceará, graduou-se em Comunicação, Habilitação e Jornalismo, pela Universidade de Brasília, em 1974, ingressando no curso preparatório para a carreira diplomática do Instituto Rio Branco em 1979. Um ano depois, tornou-se Terceiro Secretário, ascendeu a Segundo Secretário

em 1982. Por merecimento, a Primeiro Secretário, em 1987; a Conselheiro, em 1995; a Ministro de Segunda Classe, em 2001; e a Ministro de Segunda (sic) Classe, em 2007.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar as seguintes: Divisão de Feiras e Turismo (1980), Cerimonial da Presidência da República (1987 a 1995), Embaixada em Pequim (1990), Embaixada em Madri (1992), Embaixada em Londres (1998), Embaixada em Estocolmo (2001) e Cerimonial do Itamaraty (2006 a 2010).

O indicado foi laureado por diversas comendas, cuja sua relação aqui se encontra.

O documento informativo, anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre a República Tcheca relembra o fato de que o Brasil tem mantido, desde a declaração do Estado Tchechoslovaco, em 1918, relações diplomáticas ininterruptas, tendo sido o primeiro país latino-americano a reconhecer a sua independência e a criar [ininteligível] diplomática em Praga.

A agenda bilateral adensou-se, por fim, com o fim do regime comunista, sobretudo a partir da visita oficial do Presidente Fernando Collor de Mello à então Tchechoslováquia, em outubro de 1990. Com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, as visitas do alto nível continuaram, cinco havidas de 1997 a 2002, três havidas de 2004 até o presente momento, que deram dinamismo à cooperação bilateral.

Entre as mais importantes conquistas, firmou-se o Acordo de Comércio e Cooperação Econômica em 1994, que substituiu o acordo de 1988, que, no entanto, teve que ser renunciado(F) pela parte tcheca, em razão da sua adesão à União Europeia. Outro acordo em termos compatíveis com os compromissos europeus foi realizado em 2008. Encontram-se em pauta metas de cooperação ambiciosas no campo ferroviário, energético e comercial. A economia tcheca destaca-se nos setores automobilísticos, de equipamentos ferroviários, de indústria de transformação e de equipamentos pesados, constituindo-se uma das mais estáveis e fortes dentre as economias dos países da Europa Central e do Leste. No entanto, a crise grega impôs-lhe um impacto direto de um bilhão de euros, o que deverá contribuir para atrasar sua entrada na EUROZONA.

Tabela com dados básicos e principais indicadores econômicos e sociais da República Tcheca, com a progressão do comércio exterior desde 2005, com a direção do comércio exterior Tcheco do qual se aduz que o Brasil representa 0,3% do destino das exportações tcheca e 0,1% das suas importações, e com a disposição geral de suas exportações para o Brasil com cifras do comércio bilateral, foram anexados ao processo sem que se tenha tecido considerações so-

bre a possibilidade de prospecção de novos mercados e em quais setores ou de perspectivas de incremento da cooperação comercial por esta via(F)".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, além do mais, finalizando, eu quero dizer que o Embaixador Prata representa, nesse quadro de renovação que o Itamaraty vem impondo nos últimos anos, um dos seus maiores expoentes, de forma que me sinto muito orgulhoso pela indicação que V. Exa. me fez para relatar essa matéria. Tenho certeza que a aprovação por esta Casa, primeiro na comissão e depois no Plenário, fará com que esse Parlamento esteja dando um passo no sentido da revitalização e do rejuvenescimento dos quadros diplomáticos, no que diz respeito à ocupação de postos [ininteligível] da nossa representação nos países amigos.

Tendo em vista todos esses fatos, não cabe aduzir outras considerações no âmbito desse relatório e opinar pela sua aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Heráclito Fortes. Eu declaro já aberto o processo de votação, tendo em vista já a leitura do relatório pelos Srs. Senadores, e concedo a palavra ao Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes para a sua exposição, no prazo normal de dez minutos, prorrogável, se necessário.

SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES: Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Eduardo Azeredo, Exmo. Sr. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Geraldo Mesquita Júnior, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, relator de minha mensagem, a quem queria agradecer especialmente, Srs. Senadores, meu caro colega Embaixador George Prata, senhoras e senhores.

De início, eu gostaria de dar uma ideia geral do México e da sua atual situação econômica e política. O México tem uma população de 112 milhões de habitantes, numa área de dois milhões de quilômetros quadrados aproximadamente. O Produto Interno Bruto do país é de um trilhão de dólares e a sua renda per capita gira em torno de US\$ 8.800,00. O México é uma República Federativa dividida em 31 estados e um Distrito Federal. Politicamente é uma democracia representativa. O governo é dividido como o brasileiro: Judiciário, Legislação Bicameral e Executivo. O Presidente da República é eleito para um mandato de seis anos, sem reeleição.

O país tem uma indústria e uma agricultura diversificada. É a segunda maior economia da América Latina, é o 13º PIB do mundo. Em área, na América Latina, é menor apenas que a Argentina e que Brasil. E, no mundo, é o 15º maior país em território. Para o

bem ou para o mal, é importante notar que o México tem na sua proximidade geográfica com os Estados Unidos um fator determinante de sua história.

A situação política atual no México vem sendo influenciada por dois fatores específicos: a crise financeira mundial e a onda de violência que assola o país, principalmente no norte, nas proximidades da fronteira com os Estados Unidos.

Complica-se um pouco a situação do Partido Acción Nacional, o PAN, partido do Presidente Felipe Calderón, no momento. O Partido da Revolução Institucional, que é o PRI, que esteve no poder por mais de 70 anos, de 1929, depois da Revolução, até 2000, é dado como favorito nas próximas eleições presidenciais, que são em 2012. O PRI está renascendo não só às custas do PAN, mas também à custas do Partido da Revolução Democrática, o PRD, partido que nas últimas eleições presidenciais ficou em segundo lugar, muito próximo de ganhar as eleições com o seu candidato López Obrador.

A situação econômica do México, posso dizer que, a partir dos anos 90, a economia do México sofreu grande transformação, com a adesão do país ao Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que é a sigla em inglês, que reúne também os Estados Unidos e o Canadá. A economia do país já era, na época, muito dependente dos parceiros do Norte, principalmente dos Estados Unidos, ficou ainda mais dependente de lá para cá. O México, muito em função dessa enorme dependência dos Estados Unidos, foi particularmente afetado pela crise econômica e financeira de 2008/2009. Em 2009, a economia do México chegou a decrescer 7%. Foi a economia latino-americana que mais sofreu durante a crise. A partir de 2010, já no primeiro trimestre de 2010, começou a reverter o quadro e eles já vão ter um crescimento esse ano, espera-se, por volta de 4%, o que ainda deixará a economia em 2010 menor do que era 2008.

Um particular na questão econômica: no México, é falado do setor de petróleo, que representa 15% das exportações, é monopólio do Estado desde 1936. E aqui a reduzida capacidade que tem hoje a PEMEX, que é a empresa estatal responsável pela exploração e comercialização de petróleo no país, tem feito com que o México perca ano a ano posições no ranking dos maiores produtores de petróleo do mundo e declinem as suas reservas comprovadas. Isso, no caso específico do México, representa um programa muito grande. A PEMEX é responsável entre 30% e 40% das receitas do Estado Mexicano. A PEMEX sequer conta com caixa próprio, toda a receita da PEMEX vai direto para o Tesouro Nacional. Com a queda na produção de petró-

leo e as reservas, há um grande risco de desequilíbrio fiscal do próprio Estado nessas condições.

Outro questionamento relacionado ao México, na situação atual, é a questão relacionada com a crise de segurança pública que assola o país. Eu gostaria de salientar aqui os aspectos mais ligados aos ilícitos transnacionais, concentrados na fronteira do país com os Estados Unidos. É o contrabando de drogas e o tráfico de pessoas no sentido México/Estados Unidos e o contrabando de armas no sentido Estados Unidos/México. Estima-se em 25 mil o número de mortos nos últimos três anos por conta da violência ligada ao narcotráfico, ao tráfico de armas e ao tráfico de pessoas. O México atribui aos Estados Unidos grande parte da responsabilidade por essa situação. Considera justamente que os Estados Unidos é o maior consumidor e importador de drogas do mundo, além de ser o maior fornecedor do contrabando de armas para o México. Os Estados Unidos colaboram com o México na chamada Iniciativa Mérida para fornecimento de equipamentos e treinamento de pessoal de segurança. O governo mexicano, porém, não admite a possibilidade de participação de forças militares estrangeiras em seu território.

Agora que eu dei uma ideia muito geral, mesmo que muito simplificada do México, eu queria falar um pouco das relações do Brasil com o México. Serei rápido.

O México, como já disse antes, está umbilicalmente ligado aos Estados Unidos. Durante a maior parte de sua história, o México esteve de costas para o Brasil, de costas para a América Latina e de costas para o mundo, na realidade. Recentemente, as autoridades mexicanas têm dado mostras de que têm um interesse efetivo em mudar essa situação. A partir da eleição do Presidente Calderón, em 2006, as coisas começaram a mudar. Mas foi realmente muito recentemente que o México, pelo menos no que se refere às suas relações com o Brasil, deu mostras de querer passar de uma retórica aos fatos. E no campo econômico o maior exemplo disso é que foi agora, no último dia 8 de novembro, este mês ainda, que foi assinado ou que foi lançado, na realidade não houve assinatura, mas que foram lançadas as negociações para o Acordo Estratégico de Integração Econômica. Eu gostaria de falar um pouco desse Acordo, porque é a principal iniciativa em andamento entre o Brasil e o México.

Em 2009, os presidentes Lula e Calderón determinaram que fossem celebrados estudos para a realização de um acordo bilateral amplo que permitisse o crescimento do comércio e dos investimentos. A ideia era chegar mesmo a um acordo de livre comércio. Em fevereiro de 2010, os presidentes anunciaram o

início do processo formal do trabalho, mas só agora, em 2010, em novembro, foi anunciado o início das negociações do Acordo propriamente dito. Como já foi mencionado aqui, inclusive na leitura do Parecer do Senador Mercadante, o México desconfia atualmente de acordos comerciais, ou seja, ele tem acordos comerciais assinados com 44 países e nem por isso deixa de ter 85% de suas exportações dirigidas aos Estados Unidos e 50% de suas importações provenientes dos Estados Unidos.

Há também uma questão séria no México de desconhecimento a respeito da economia brasileira, que gera alguns mitos. A voz corrente no México é que a agricultura brasileira é altamente subsidiada e chega a ser comparada com os subsídios da agricultura da União Europeia. Além do mais, o Brasil ainda é visto lá como um país protecionista. É interessante notar que o empresariado mexicano parece temer mais a competição com os empresários brasileiros do que com os empresários norte-americanos.

O comércio bilateral hoje ou recentemente, em 2007, o fluxo comercial chegou a 6,2 milhões; em 2008, a 7,4; durante a crise, caiu novamente para 5,4. Em 2007 a 2008, houve um saldo favorável ao Brasil, que era um saldo tradicionalmente favorável ao Brasil; em 2009, a balança emparelhou, houve um pequeno saldo a favor dos Estados Unidos. Este ano, o comércio deve voltar aos padrões pré-crise e deve permanecer basicamente equilibrados.

Rapidamente vou falar aqui, porque já foi falado pelo senador também, a questão dos investimentos. O México, hoje em dia, tem investimentos no Brasil de dezessete bilhões de dólares. Em contrapartida, o Brasil só tem um bilhão de dólares de investimentos no México, por mais que esse investimento esteja para crescer, porque já foram vários investimentos anunciados pela BRASKEM, pela GERDAU [soa a campainha] e pela ODEBRECHT.

Os principais investimentos do México no Brasil, que são esses dezessete bilhões de dólares, o maior de todos, sem dúvida, é o do grupo do Carlos Slim, que é a EMBRATEL, CLARO E NET. Depois tem o grupo ELEKTRA, do Ricardo Salinas, que é o comércio varejista de eletrodomésticos. Há pousadas, por exemplo, a gente não sabe, mas no setor de hotelaria, os hotéis Caesar e Caesar Business, no Brasil, hoje em dia, são controlados por um grupo mexicano. Tem a Bimbo Alimentos, que tem mais de sete fábricas de alimentos no Brasil, incluindo pães PlusVita, pães Pullman, produtos até bastante conhecidos no nosso dia a dia. A AMANCO, com tubos e conexões.

Agora, uma questão que talvez seja das mais importantes, se não a mais importante no relacionamento

do Brasil e do México, não é exatamente uma agenda positiva, mas tem a ver com a situação do cidadão brasileiro no México. Os brasileiros no México hoje são apenas quinze mil. É um contingente, é uma colônia relativamente pequena. Mas um dos principais temas do relacionamento bilateral é a questão da imigração de cidadãos brasileiros em direção aos Estados Unidos através do México. São só quinze mil habitantes, mas há uma grande demanda por assistência consular, principalmente por parte dos brasileiros que usam o território do México como corredor para chegar aos Estados Unidos. Geralmente os imigrantes brasileiros têm chegado mais via Guatemala. A Guatemala é um país que não exige visto de cidadão brasileiro, ao contrário do México, que a partir de 2005 passou a exigir visto. Então o cidadão entra pelo sul, pela Guatemala, tem que atravessar o país inteiro, sempre nas mãos dos famosos coiotes ou agências de viagem de fachada, que, na realidade, são controlados hoje em dia pelo narcotráfico, pelo contrabando. E essas pessoas são atravessadas o México inteiro para entrar. Se isso já era uma coisa perigosa, ultimamente ficou muito mais. Nós todos temos em mente o assassinato de 72 imigrantes estrangeiros na fronteira com os Estados Unidos por grupos narcotraficantes, nos quais havia quatro cidadãos brasileiros. Há também muito risco de sequestro, as pessoas são seqüestradas, hoje em dia, nesse trajeto, depois, para extorquir dinheiro de familiares no Brasil. É uma das prioridades do Itamaraty agora, inclusive, realizar uma campanha de esclarecimento sobre as dificuldades que de fato existem nessa travessia aventureira da Guatemala, México até os Estados Unidos.

Outro detalhe, estou chegando ao fim, que eu queria mencionar do relacionamento do Brasil com o México é a questão das Nações Unidas. Nas Nações Unidas, nós temos uma grande divergência, que eu acho que merece ser citada, que é a questão com a reforma do Conselho de Segurança. O México faz parte do grupo chamado de *Uniting for Consensus*, que é radicalmente contra as posições do G-4, que é formado por Brasil, Índia, Japão e Alemanha. A proposta mexicana de reforma do Conselho de Segurança é, simplesmente, a ampliação de assentos não permanentes, enquanto o G-4, como sabemos, advoga a criação de assentos não permanentes e permanentes.

Para finalizar, em pouquíssimas palavras, eu queria dar uma ideia de coisas que a Embaixada pode fazer futuramente ou poderia levar adiante: as negociações do Acordo Estratégico de Integração Econômica, combater a percepção difundida em alguns setores da opinião pública mexicana de que um acordo com o Brasil não traria vantagem com o México. É preciso

reforçar a ideia de que o Brasil, em particular, mas que o MERCOSUL e a América Latina como um todo podem ser um bom caminho para o México procurar amenizar a sua dependência histórica com os Estados Unidos. Na área de cooperação em termos de segurança pública, poderíamos levar adiante proposta, por exemplo, da instalação na Embaixada de um adido policial, que está tramitando no Itamaraty a proposta do DPF de instalar uma adidância policial junto à Embaixada. Do ponto de vista de atenção consular, essa adidância pode ser de grande valia, auxiliar inclusive na investigação de redes de tráfico de imigrantes, que levam nacionais brasileiros para essa perigosa travessia até aos Estados Unidos.

O Brasil pode também tentar apresentar algumas iniciativas bem sucedidas no país, como o PRONASCI ou mesmo as Unidades de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro, por exemplo.

E, finalmente, na área cultural, há um projeto que pode ser levado avante muito bem agora, que é a realização do Ano do México no Brasil e do Ano do Brasil no México, que seria 2012 ou 2013. Já há mais ou menos a ideia de que isso ocorra, a questão é só de acertar as datas, se vão ser esses os anos ou não.

Muito obrigado. Era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Marcos Raposo Lopes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria de contar com a compreensão de V. Exa. e pedir que entre uma oitiva e outra, entre as exposições de motivos e outro, V. Exa. abrisse a pauta, para que pudéssemos votar o parecer sobre as emendas desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa, nos termos da Resolução 01, do Congresso Nacional, que trata o Projeto de Lei do Orçamento da União para 2011. Eu queria pedir a compreensão de V. Exa., é um relatório rápido, aproveitando aqui a presença dos companheiros, para que nós pudéssemos aprová-lo e, então, a sessão continuar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro, eu apoio a proposta do Senador Heráclito. Mas para pedir desculpas a todos, que eu presido a Comissão de Direitos Humanos e, finalmente, conseguimos quórum, que não tem sido fácil. Eu vim aqui

apenas para dar presença, para dizer da minha satisfação de ter mais dois embaixadores do melhor nível da carreira representando o Brasil, um deles meu ex-aluno, que também me dá muito prazer. Então apenas para dizer isso, pedir desculpas e votar, se o presidente me permite, se já abriu a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, o processo de votação já está aberto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu votarei. E se eu conseguir terminar a Comissão de Direitos Humanos mais rápido, eu voltarei aqui para participar da sabatina.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Perfeito. Obrigado, senador. Não havendo ninguém que seja contra, o Senador Geraldo também está de acordo, nós podemos fazer. Eu peço só licença ao Embaixador George Prata, que aguarde um pouquinho então para podemos ouvi-lo, com muito prazer, mas realmente o acúmulo de funções está muito grande e então nós temos que passar por cima aí das regras todas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque essas emendas irão beneficiá-los, caso aprovado por esta comissão.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Então com a palavra o Senador Heráclito Fortes, para dispor sobre as emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, “com base nos arts. 43 e 45, da Resolução 01, esta Comissão de Relações Exteriores reúne-se para deliberar sobre as emendas a apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2011.

Foram apresentadas 21 emendas, sendo 20 denominadas de apropriação e uma de remanejamento, ausentes emendas de texto e de cancelamento, que estão listadas no quadro anexo e referenciadas neste voto pelo número de ordem no mencionado quadro”.

O voto do relator. “*Critério de caráter institucional e interesse nacional. Inicialmente, é preciso evidenciar a natureza do critério de caráter institucional e interesse nacional, previsto no art. 44, inciso II, da Resolução 01, e aplicados à emenda de apropriação e remanejamento.*

O primeiro padrão(F) é simples: tem caráter institucional aquelas emendas que são compatíveis com a competência regimental desta comissão.

Já quanto ao interesse nacional, adoto o critério utilizado por esta comissão, em considerar como de interesse nacional aqueles projetos cuja execução

alcançar fisicamente mais de uma Unidade da Federação.

Não foram apresentadas emendas de cancelamento, são três emendas de apropriação”.

Eu pediria permissão, já que não há nenhuma dúvida sobre a matéria, para fazer a leitura das emendas aqui, portanto, propostas, Sr. Presidente, por essa relatoria. Eu pedi aqui uma correção, deixa eu ver se... Só um minuto.

Então, Sr. Presidente, a Emenda nº 1, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que é exatamente a que diz respeito a operações de assistência especial no exterior, que originalmente estava orçada em... a proposição era de 50 milhões. Através de uma emenda do Senador Flexa Ribeiro, ela passará a constar com o valor de 100 milhões de reais. A segunda emenda: ação implementada no Ministério da Defesa, implementação e coordenação de estratégia nacional e de defesa, de minha autoria, de quatro bilhões; a organização militar modernizada. Modernização operacional das organizações militares do Exército, do Senador Flexa Ribeiro: 872 milhões e 400 mil reais; uma emenda de remanejamento da Marinha, que terá agora destinação de alimentação militar, de 50 milhões, de autoria de V. Exa..

Esta é a proposta de aprovação, Sr. Presidente, e rogo aos Srs. Senadores que aprovem no sentido de facilitar a tramitação rápida desse projeto no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em discussão a proposta do Senador Heráclito Fortes como relator, propondo, portanto, três emendas dentro do que é previsto, que cada comissão faça a apresentação de três emendas, que depois serão analisadas pela Comissão de Orçamento. O Senador Flexa quer usar da palavra? Desistiu?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Heráclito Fortes é tão autoritário que ele não permite nem que a gente possa parabenizá-lo, está entendendo? Nem parabenizá-lo. Já que V. Exa. pediu para eu discutir, eu ia parabenizá-lo. Aí V. Exa. insiste e eu vou discutir as emendas que V. Exa. está propondo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De autoria de V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sei, eu quero primeiro lhe agradecer de ter atendido à emenda de minha autoria. E não só minha, tem aqui, eu estou vendo aqui que também o Senador Regis Fichtner, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): São propostas que foram aprovadas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, são as mesmas, mesmo valor, mesma proposta, mesmo objeto. Talvez, por exemplo, o--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, existe coincidência--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coincidência de objetivo. É importante a modernização operacional das organizações militares do Exército. Isso é importante.

Eu apenas, Senador Azeredo, todos os anos eu tenho tentado, senador, colocar uma emenda para o Ministério da Defesa com relação à Calha Norte, infraestrutura dos municípios, e lamentavelmente a gente, todos os anos, não tem conseguido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nacional.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esse ano eu fiz, como não era de caráter nacional, eu tirei Calha Norte e coloquei implementação da infraestrutura básica dos municípios em caráter nacional pelo Ministério da Defesa. Eu sei que V. Exa. só pode atender a três emendas. Agora, essa emenda também está sendo solicitada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo Senador Romero Jucá, pelo menos por esses três que eu estou...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Me parece que ela está incluída dentro dessa estratégia nacional de defesa, nesse 'emendão' que o senador--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, vai ser atendido através--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Houve um entendimento com o Ministério do Exército, então? Ministério da Defesa, melhor dizendo. Desculpe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por isso que eu quis botar as emendas em discussão, para...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., além de autoritário, é inteligente. [risos]

Eu quero, então, já que V. Exa. já resolveu o problema antes de ele ser levantado, quero parabenizá-lo e vamos procurar o Ministro da Defesa para que ele não deixe de atender os municípios da Calha Norte dentro dessa emenda nacional. Quero parabenizá-lo e dizer que estou de pleno acordo com o relatório de V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu quero agradecer essa nova qualificação que me impõe aqui agora o Senador Flexa Ribeiro, de autoritário, mas não, eu sou um diligente defensor das propostas dele. E a única maneira de atendê-lo, porque

havia dificuldades regimentais para o enquadramento da proposta de V. Exa., era pedir ao próprio Ministério da Defesa que, numa das emendas aqui aprovadas, enquadre a reivindicação de V. Exa. e do nosso colega Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quando eu pedi a V. Exa. para discutir, era exatamente que eu lhe queria lhe dar a notícia de que o assunto estava resolvido. Eu queria poupá-lo desse esforço da defesa, muito embora eu louve, porque V. Exa. é um extraordinário defensor dos interesses, não só do Brasil, mas principalmente da sua região, de forma que essa questão está sanada e eu não vejo por que a matéria não ser aprovada.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da minha parte, voto com louvor no relatório do Senador Heráclito Fortes. Só não tenho a capacidade de entender as coisas com tanta rapidez quanto ele. Eu não captei que ele já tinha resolvido o assunto que eu ia pedir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Inclusive está no relatório. Se tivesse prestado atenção no relatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É verdade.

[risos]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, Senador Eduardo Azeredo, meu presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu falei baixinho aqui.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas eu, para conseguir a cópia do relatório, eu tive que fazer vários acenos aqui à Secretaria da Mesa para que me entregasse uma cópia. Não tinha chegado às minhas mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Tem razão, tem razão. Nesse caso, tem razão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Flexa Ribeiro tem a vocação do gato Angorá, é comendo e miando. [risos] Ele sabe que ele está aqui bem atendido e satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito. Senador Heráclito, eu só quero chamar a atenção do atendimento que V. Exa. coloca também dessa proposta do Ministério das Relações Exteriores, que é realmente uma prioridade do Ministério o apoio aos nossos cidadãos no exterior. Nós vamos ter, inclusive na semana que vem, já um novo evento. É um evento anual que está sendo realizado, no ano passado eu participei, pretendo participar o

ano que vem também, é lá no Rio, no Palácio do Itamaraty, é o grande encontro da comunidade brasileira no Brasil. A comunidade está, na verdade, elegendo representantes, tem líderes, alguns que são naturais e lideranças naturais que aparecem. Então esse encontro será realizado na quinta e sexta-feira, no Rio de Janeiro, o encontro da comunidade brasileira no exterior. É, na verdade, um embrião daquele projeto que está aprovado em primeira votação na mesa, mas não foi para a segunda votação ainda no Plenário, aquele que estabelece inclusive representação para os brasileiros no exterior. É uma emenda constitucional do Senador Cristovam, que eu sou defensor dela, que nós temos que parar com o receio de que alguma parte da imprensa pode dizer que estão se criando mais cinco, seis, sete deputados e, por conta disso, acaba não se aprovando um projeto dessa importância, dessa magnitude, que é um projeto que vai, sim, criar sete cargos a mais de deputados, mas ele vai fazer com que essa comunidade no exterior seja representada, ela possa eleger seus representantes, a exemplo do que já acontece com a França, já acontece com a Itália, já acontece com Portugal, que elegem representantes nacionais que estão no exterior.

De maneira que eu aproveito, mais uma vez, para lembrar a V. Exa., que inclusive é da mesa, Senador Heráclito, que nós podemos buscar pautar esse projeto sem esse receio, é uma despesa plenamente razoável, de 513 deputados passarmos para cerca de 520, já que seriam sete representantes de comunidades no exterior.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, independente da aprovação, ou não, dessa proposta, V. Exa. há de convir que ela é polêmica, a discussão dela não foi uma discussão fácil, mas eu acho que a alocação desses recursos para essa assistência especial no exterior, ela é fundamental para o Itamaraty. Nós temos várias situações aonde se faz presente essa necessidade, principalmente em situações de calamidade, onde nós temos que aumentar de maneira muito rápida a presença brasileira. E às vezes, por falta de dotação orçamentária, o Brasil chega a passar vergonha. São questões que por mais boa vontade que o Itamaraty tenha, que o Governo Brasileiro tenha, nós ficamos limitados por falta dessas dotações. E esse recurso terá essa finalidade também. Tanto é que a proposta original era do Senador Eduardo Suplicy, de cinquenta milhões. E eu solicitei ao Senador Flexa Ribeiro, que prontamente atendeu, talvez por conta desse meu autoritarismo de resultados, é que ela passou para cem milhões. Por que para cem milhões? É que nós sabemos que esse orçamento, geralmente, sofre cortes. E a minha preocupação é de que essa

emenda de cinquenta milhões, se você comparar com a de bilhões que nós temos aqui, ela sofrer um corte, poderá ficar com os recursos insignificantes, de formas que essa ampliação, essa oxigenação que se dá é exatamente não só porque se faz necessário maiores recursos, mas como também para que se previna em relação à possibilidade de futuros cortes. E o Senador Flexa Ribeiro atendendo a uma solicitação minha, que não foi autoritária, realmente me socorri dele aqui, ele então é o autor dessa emenda. Das quatro aprovadas, tem duas da sua autoria, evidentemente que essa compartilhada com o Senador Eduardo Suplicy, que teve a ideia original. Apenas nós estamos atualizando os valores, de forma que eu lamento o Senador Suplicy não estar aqui, agora, porque, senão, ele próprio--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Ele está no Sudão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está no Sudão?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sudão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pronto, então eu quero que se tiver algum assessor aqui do Senador Suplicy, que--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PDMB-AC): Mas, se quiser, a gente pode estabelecer uma teleconferência para ele defender.

[risos]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas que o objetivo é esse, é de dar mais uma folga a essa emenda, mas o mérito é exatamente do Senador Suplicy, aqui com a colaboração do nosso Senador Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito obrigado. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco, portanto, em votação a proposta das três emendas de comissão, conforme relatou o Senador Heráclito Fortes. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. E tem a quarta emenda, que é a emenda de remanejamento. Essa também está aprovada.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Nessa não tem o que mexer.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está certo, está aprovada também.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa., generoso que é, eu, até num primeiro momento, pensei em também tomar a mesma decisão com relação à primeira, mas nessa nós não temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Só remanejo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Só remanejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo. Então os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Espero ter cumprido a missão que V. Exa. me confiou e agradeço por esse gesto.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, senhor. Muito obrigado a V. Exa., que foi presidente dessa comissão, um grande presidente.

Voltamos, portanto, à pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela troca de elogios, acho que ambos estão qualificados para o cargo de chanceler no próximo governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, não, pela minha posição política, a população me colocou na oposição atenta e vigilante.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não, e pelo que a imprensa disse, será uma mulher. Um processo de transformação não está na nossa...

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): É, realmente, não conseguimos atender. [risos] Vamos ouvir então o Embaixador George Monteiro Prata, indicado para a República Tcheca.

SR. GEORGE MONTEIRO PRATA: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Sr. Relator, eu agradeço muito as suas palavras honrosas, quero agradecer também não só a sua relatoria, mas o trabalho que o senhor tem feito aqui, na Comissão de Relações Exteriores do Senado, o Itamaraty lhe é muito grato, e o trabalho que o senhor tem feito pelo Brasil aqui no Senado. E na sua pessoa, senador, vai a minha homenagem e o meu respeito a todo Senado Federal.

A República Tcheca é um país que tem a particularidade de ser, ao mesmo tempo, muito antigo e muito novo. Ele é muito antigo porque as regiões que o compõem se organizaram politicamente desde o Século IX, ainda na Idade Média. E ele é muito novo porque ele existe como tal só a partir de 1993, quando a então Tchécoslováquia se desmembrou entre República Tcheca e Eslováquia.

O país tem uma área de quase 79.000 Km², é um pouco menor do que o Estado de Santa Catarina, e tem uma população de 10 milhões e 500 mil habitantes. O

PIB, o poder de compra ajustado, é de 260 bilhões de dólares, o que resulta num PIB *per capita* de 25 mil dólares. É mais do que o dobro do PIB brasileiro.

O senhor já comentou quais são as principais áreas da economia tcheca. Eu gostaria apenas de acrescentar que o país, pela sua condição geográfica, atua como um importante *hub*, um importante porto seco, centro de distribuição comercial de toda a região. Ele possui uma economia que se modernizou e se globalizou a ritmo muito acentuado depois da queda do comunismo e a República Tcheca é hoje em dia um dos países mais desenvolvidos da região.

Com relação à política externa, a prioridade da política externa tcheca é sua integração com a União Europeia e uma participação muito ativa na OTAN. Também há uma prioridade para uma parceria com os Estados Unidos e com os países vizinhos do Leste Europeu: Polônia, Eslováquia e Hungria.

Atualmente, a diplomacia tcheca se desperta pelo fato da necessidade de diversificar as suas parcerias. E aí entra a importância que vem sendo atribuída ao Brasil. Para dar um exemplo, ultimamente a Chancelaria tcheca, em função de cortes orçamentários, andou fechando algumas Embaixadas e alguns Consulados no exterior, mas manteve intocável as representações diplomáticas aqui, no Brasil, e, hoje em dia, o Consulado-Geral da República Tcheca em São Paulo é o único Consulado Tcheco num país de economia emergente.

Com relação ao relacionamento bilateral, o senador já mencionou que o relacionamento, que tradicionalmente havia sido um pouco morno, ganhou muito impulso com a primeira visita de um presidente brasileiro à então Tchecoslováquia, do então Presidente Fernando Collor de Mello. Seguiram-se uma sucessão de visitas de alto nível que culminaram com a visita do Presidente Lula, em abril de 2008, à República Tcheca, ocasião em que foi assinado o Acordo de Cooperação Econômica e Industrial, que, hoje em dia, baliza muito do nosso relacionamento bilateral. E finalmente, em novembro de 2009, portanto, há um ano atrás, estive em visita ao Brasil o Presidente Klaus, que se fez acompanhar na ocasião por importante comitiva empresarial.

O diálogo bilateral vem se estreitando e testemunha disso é a realização periódica de reuniões de consultas políticas e a reunião também anual da Comissão Mista de Cooperação Industrial e Comercial. O comércio bilateral tem crescido acentuadamente. Ele era de 29 milhões em 1993 e passou a 450 milhões de dólares em 2008. Em 2009, com a crise econômica mundial, esse comércio bilateral acusou uma queda, mas já houve uma retomada este ano. Os dados que eu tenho só foram atualizados até o final do ano passado,

mas já estamos numa faixa de mais de 430 milhões de dólares. Então, portanto, tudo indica que já vamos superar os números recordes de 2008.

É importante também mencionar que as nossas estatísticas não coincidem com as estatísticas tchecas. As estatísticas tchecas acusam um comércio bilateral muito maior. Eu acho que isso é resultado de uma mudança de metodologia: enquanto nós costumamos considerar o primeiro ponto de destino de um produto exportado, e, no caso do Brasil para a Europa, muitos dos nossos produtos, eles chegam primeiro à Rotterdam ou a Hamburgo, no caso tcheco, eles veem exatamente qual é o destino ou qual é a procedência das suas exportações ou importações. Mas eu acho que é muito importante notar que as exportações brasileiras ainda são relativamente modestas para a República Tcheca. Enquanto nós importamos, principalmente, partes para automóveis, motores, as exportações brasileiras que, como eu disse, são reduzidas, esse ano estão apenas, até outubro, em 35 milhões de dólares, elas são principalmente de couros, alimentos, entre eles o café, fumo, curiosamente também de peças para máquinas, papel, etc., de maneira que eu acho que, nessa área comercial e econômica, há um imenso potencial para o crescimento do relacionamento bilateral.

Gostaria de mencionar aqui um acordo que foi assinado em setembro último, durante a visita do Ministro Jobim à República Tcheca, um acordo na área de defesa, que prevê a colaboração de indústrias tchecas na fabricação de partes que comporão o avião KC-390, que é o novo jato de transporte que está sendo construído pela EMBRAER. Se esse acordo for efetivado, ele vai, obviamente, num primeiro momento, favorecer as exportações tchecas, mas vai favorecer muito depois as exportações brasileiras para aquele país.

Gostaria de mencionar também que, muito recentemente, foi reativado o setor comercial da Embaixada do Brasil em Praga. E eu, se tiver o meu nome aprovado por V. Exas., pretendo reativar as atividades desse setor comercial, organizando novas missões empresariais. Eu quero dar, como exemplo, uma missão empresarial muito bem sucedida, que se realizou no início do ano, de autoridades de Goiás e de empresários de Goiás, que abriu novas perspectivas para a exportação de produtos da agroindústria. Acho que o Brasil poderá também incrementar a sua participação em feiras internacionais. Esse é um grande instrumento comercial na Europa Central e, principalmente, na República Tcheca. Eu acho que há possibilidades importantes, principalmente na área de moda, vestiário, turismo e máquinas. Podemos também, ainda, aumentar os contatos com importadores tchecos [soa a campainha] e, finalmente, eu acho que há uma oportunidade grande na área do

biocombustível. A República Tcheca é importadora de energia, ela não produz petróleo, praticamente não tem energia hidroelétrica, e eu acho que há possibilidades importantes nessa área.

Um outro aspecto a ser comentado eu acho que é o relacionamento na área cultural e educacional. Há um grande interesse tcheco pelo Brasil e o Brasil tem correspondido. Em 2006, foi criado um leitorado de português, de literatura brasileira, na Universidade Carolina, é uma das mais importantes e mais antigas universidades da Europa. O Itamaraty tem patrocinado periodicamente a exposição de artistas brasileiros, a apresentação de músicos brasileiros, e é digno de nota a realização de uma exposição brasileira no Castelo de Praga. É a primeira vez que o Castelo de Praga se abre para a exposição de um país. Eu tive a oportunidade de visitar essa exposição, é um orgulho para qualquer brasileiro ter essa exposição lá.

Eu acho que as atividades na área cultural e educacional podem ser também utilizadas para promover o Brasil, para que o Brasil possa projetar uma nova imagem e que fuja um pouco dessa área comercial, onde os produtos menos sofisticados ainda são parte importante na sua pauta. Se nós conseguirmos projetar com novas exposições, com novas ações, uma imagem de um Brasil como ele é hoje em dia, um país moderno, sofisticado, industrializado, eu acho que nós vamos poder compensar esse déficit comercial que nós temos com a República Tcheca. Outro instrumento dessa ação poderia ser também um intercâmbio estudantil, onde nós poderíamos levar pessoas de elevado nível educacional à República Tcheca, receber também tchecos de elevado nível educacional e que houvesse uma troca de experiências e de conhecimentos.

Em suma, há um imenso interesse e um imenso potencial para a intensificação do relacionamento bilateral, que já é muito bom, entre o Brasil e a República Tcheca, e para a promoção dos interesses brasileiros naquele país. De maneira que, se o meu nome for aprovado pelos senhores, eu vou me sentir muito honrado em poder contribuir para essa ação do Brasil na República Tcheca.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador George Prata. Eu quero, ao mesmo tempo que desejo sucesso caso sejam aprovados, acredito que serão, nós vamos ainda enviar hoje mesmo para o Plenário para a aprovação final em Plenário.

Mas, na questão relativa ainda à República Tcheca, V. Exa. fala na questão financeira. Quer dizer, na verdade, a República Tcheca está afetada pela crise, assim como outros países europeus, como Irlanda,

Espanha e Portugal, Grécia em especial, ou a situação da República Tcheca é mais tranquila?

SR. GEORGE MONTEIRO PRATA: A República Tcheca, como muitos países europeus, sofreu muito com a crise financeira e internacional do final de 2008 e 2009. A economia Tcheca se retraiu 4,2% em 2009, mas já apresenta uma recuperação significativa esse ano. Esse ano, os dados apontam para um crescimento em torno de 2%, de maneira que eu diria que não, a República Tcheca não foi afetada como foi a Grécia, como está sendo a Irlanda e, enfim, fala-se também de Portugal e outros países.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Muito bem. Ao Embaixador Marcos, a minha pergunta é mais em relação à questão dos vistos realmente. Quer dizer, o Brasil assinou um acordo com o México de dispensa de vistos, entretanto, com um crescimento muito grande de brasileiros que usavam o México para entrar nos Estados Unidos, de maneira ilegal, nos Estados Unidos, legal no México, acabou que o México concordou com as pressões americanas e voltou atrás, exigindo visto para os brasileiros que lá vão. Recentemente abriu uma exceção, em que os brasileiros que já tenham o visto americano não precisam de visto mexicano, dentro dos critérios de NAFTA lá, do acordo comercial que une México, Estados Unidos e Canadá. V. Exa. tem conhecimento de alguma perspectiva de que possamos voltar a ter essa liberação de vistos para turistas, em especial?

SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES: De fato, em 2005, o México denunciou o acordo de vistos com o Brasil. Não, eu não vejo muitas perspectivas de que isso venha a acontecer por parte do México. De fato, o Brasil chegou a ser o país com o maior número de nacionais deportados do México. Isso mudou com a introdução da questão do visto, eles obtiveram o resultado que queriam nisso. O número de brasileiros diminuiu, mas, agora, os que vão, é aquilo que eu dizia, correm mais riscos, porque, antes, eles entravam pelo México e atravessavam a fronteira; eles, agora, entram pela Guatemala, atravessam a fronteira para o México, são levados por esses grupos que são dominados por narcotraficantes até a fronteira para ingressar para os Estados Unidos. Não, não creio que...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Os justos pagam pelos pecadores.

SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES: Os justos pagam pelos pecadores. E como os americanos levam... Eu acho que o dia que nós conseguirmos dispensa de visto, acordo de dispensa de visto com os Estados Unidos, nós conseguiremos de novo com o México. O México, hoje em dia... Não é uma questão

de Brasil. O México abriu mão de visto para todo país. Todo cidadão que tenha visto para os Estados Unidos, de qualquer nacionalidade, entra no México sem necessidade de visto. Então eles praticamente atrelaram a sua política de vistos à americana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Aos Estados Unidos. Quer dizer, se alguém for liberado indevidamente pelos Estados Unidos, entra no México? É o inverso.

SR. MARCOS LEAL RAPOSO LOPES: O inverso.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está bem. Senador Inácio com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu peço a V. Exa. que proceda à apuração dos votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Antes de proceder à apuração, nós temos que, conforme prevê a Constituição, transformar a reunião em secreta para algum questionamento de natureza reservada, e depois, aí, sim, faremos a apuração e, em seguida, reabrimos a reunião. Portanto, nós vamos suspender, enquanto a sala fica apenas com os embaixadores, senadores e os diplomatas aqui, também, que acompanham essas reuniões. Eu quero convidar a V. Exa. para ser o secretário da reunião.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu já estou pronto.

[Sessão secreta às 12h05]

[Sessão reaberta ao público às 12h08]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está reaberta a reunião e eu comunico a aprovação dos embaixadores, do Embaixador George Monteiro Prata para a República Tcheca e o Embaixador Marcos Leal Raposo Lopes para o México. Tivemos 15 votantes hoje. No caso do Embaixador George Prata, o resultado de 14 votos a favor e apenas um voto contrário. No caso do Embaixador Marcos Raposo Lopes, por unanimidade.

Eu quero, portanto, desejar muito sucesso aos embaixadores, tanto no México quanto na República Tcheca, e eu vou encaminhar, como disse antes, direto para o Plenário, para que seja possível que possamos aprovar hoje ainda. Temos tido dificuldade de quórum no Plenário.

Mas, antes ainda de concluir a reunião, tem um requerimento aqui extrapauta, que é da minha autoria, em que eu solicito que seja oficiado voto de solidariedade ao Embaixador do Brasil na Argentina, Sr. Embaixador Ênio Cordeiro, em razão do tratamento dispensado à S. Exa. pelo Sr. Guillermo Moreno, Secretário de Comércio de Governo daquele país, segundo fatos amplamente divulgados pela imprensa nacional e internacional. A

imprensa noticiou que o Governo Argentino decidiu aplicar, informalmente, direitos antidumping a produtos de origem brasileira. O relacionamento entre parceiros de um bloco MERCOSUL supõe que, havendo a necessidade de medidas de restrição ao comércio, que essa se faça de maneira formal e fundamentada, dentro dos princípios preconizados pela Organização Mundial do Comércio. A atitude do Secretário de Governo de Comércio Argentino contraria frontalmente essas regras e, assim, deve ser repudiada de forma firme pelo Governo Brasileiro, e o nosso embaixador deve receber a solidariedade do Senado Federal. Então são dois pontos, na verdade: um é a imposição de barreiras antidumping de forma informal, quando deveria ser formalmente. Se a Argentina considera que tem razão, que o faça de maneira formal dentro do MERCOSUL. Eu pretendo abordar esse assunto inclusive na reunião do MERCOSUL, que teremos às 14h30. E o relato é que a forma que ele foi tratado é que foi realmente uma maneira muito grosseria, contrariando as normas diplomáticas, em que o Secretário chamou o Embaixador e praticamente o destratou, como foi noticiado.

De maneira que esse é o teor da proposta que faço aqui. Então eu coloco em discussão. Não havendo mais quem queira discutir... O Senador Heráclito queria, mas ainda não retornou. Então eu vou colocar em votação já. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Então, portanto, está aprovado também o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, eu encerro a reunião, desejando sucesso aos embaixadores, declarando que amanhã temos mais uma reunião. Amanhã é a Reunião Ordinária, Embaixador do Brasil para a Colômbia e Embaixador do Brasil para o Canadá.

Muito obrigado a todos.

Sessão encerrada às 12h12.

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às onze horas do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e dez, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os senhores Senadores: **Antônio Carlos Valadares, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Marco Maciel, João Tenório, Flexa Ribeiro, Patrícia Saboya, Aloizio**

Mercadante, Almeida Lima, Inácio Arruda, Alfredo Cotait e Mozarildo Cavalcanti. Justificaram a ausência os Senadores **Eduardo Suplicy, Geraldo Mesquita Júnior e Cristovam Buarque.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Os Embaixadores Piragibe dos Santos Tarragô e Antônio Lisboa Mena Gonçalves são convidados a compor a Mesa. O Presidente sugere inversão de pauta. São apreciados os seguintes itens, constantes da pauta: **Item 2 – Mensagem (SF) nº 293, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.*”. Relator: Senador **Eduardo Azeredo.** Resultado: apreciada a Mensagem. **Item 1– Mensagem (SF) nº 296 de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.*”. Relator: Senador **Flexa Ribeiro.** Resultado: apreciada a Mensagem. O Presidente registra que os Senadores **Heráclito Fortes e Geraldo Mesquita Júnior** justificaram as respectivas ausências. Feitas as explanações dos Embaixadores, fazem uso da palavra os Senadores **Alfredo Cotait, Flexa Ribeiro, Roberto Cavalcanti e Pedro Simon.** A reunião é tornada secreta às doze horas e quarenta minutos, e reaberta às doze horas e quarenta e três minutos, com a comunicação, pelo Presidente, da nota oficial do Embaixador do Brasil na Argentina, Senhor Enio Cordeiro em resposta ao **Requerimento nº 30, de 2010 – CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Azeredo.** O Presidente comunica a realização de reunião ordinária na próxima semana e a aprovação dos Embaixadores indicados. Ocuparam a Presidência durante a reunião os Senadores **Eduardo Azeredo e Mozarildo Cavalcanti.** Por último, o Presidente **Eduardo Azeredo** registra a presença da esposa do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves no Plenário da Comissão e concede a palavra a Sua Excelência. Nessa oportunidade, o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves faz, oralmente, um agradecimento especial à sua esposa e esclarece, expressamente, ser ela a principal responsável pelo pleno êxito de sua carreira profissional à frente de suas

atividades na carreira diplomática. O Senador **Pedro Simon**, acompanhado dos demais senadores presentes, solicita que esse registro seja consignado em Ata. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Alexandre Bastos de Melo, esta Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada dessa reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 11 HORAS E 06 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Essa é a terceira reunião dessa semana. Ainda ontem, no Plenário, já foram aprovados os seis embaixadores, que tinham sido aprovados dois na semana passada e quatro nessa semana. Temos ainda, na Pauta de hoje, mais a oitiva de dois embaixadores.

A Mensagem nº. 1... Eu quero, inicialmente, então, convidar para compor a Mesa os Embaixadores Piragibe dos Santos Tarragô, indicado para o Canadá, e Antonino Lisboa Mena Gonçalves, indicado a República da Colômbia.

O Senador Flexa não chegou ainda, então, vou para o Item 2. Vamos começar pelo Item 2, então, que é a Mensagem 293, “*que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.*”. O relator sou eu mesmo, então, eu peço ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da nossa Subcomissão da Amazônia e das Áreas de Fronteira, para que assumo, aqui, a Presidência, enquanto eu posso fazer o relatório.

[troca de presidência]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Com a palavra, portanto, o Senador Eduardo Azeredo, para apresentar o seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe, exercendo, hoje, o cargo de Embaixador do Brasil na Suécia. É nascido em Niterói, em 1947.

“O Sr. Antonino Lisboa Mena Gonçalves é filho de Zózimo da Costa Menna Gonçalves e Ozilda Lisboa Menna Gonçalves. Após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, foi promovido a Terceiro Secretário, em 1970; a Segundo Secretário, em 73; a Primeiro Secretário, em 79; a Conselheiro, em 1983; a Ministro de Segunda Classe, em 1993; e, por fim, a Ministro de Primeira Classe, em 2000, sempre por merecimento.

É licenciado em Língua Inglesa pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense e bacharel em Direito, pela Universidade de Brasília.

Dentre os relevantes cargos que exerceu na Secretaria de Estado, cumpre citar: Chefe Substituto da Divisão de Programas de Promoção Comercial; Secretário Substituto da Secretaria de Informações do Exterior; Assessor Especial da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico e Diretor-Geral do Departamento das Américas.

No exterior, serviu na Embaixada em Ancara, em 1971; no Consulado-Geral, em Milão, em 1974; na Embaixada em La Paz, 1977; nas Embaixadas em Washington e Caracas, em 1985 e 88, respectivamente; novamente na Embaixada em Washington, em 1994, onde foi Encarregado de Negócios; e na Embaixada em La Paz, como Embaixador, em 2003; e, finalmente, em na Embaixada em Estocolmo, em forma cumulativa com a Embaixada na Letônia, também como Embaixador, a partir de 2006.

Chefiou, em muitas ocasiões, delegações brasileiras enviadas a reuniões de conferências internacionais, destacando-se o Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela sobre cooperação para a construção da Rodovia BR 174, em 1988; Sessões da Comissão Econômica para a América Latina; Reunião do Conselho de Cooperação Econômica Amazônica, em 2000 e, novamente, em 2002.

É autor da tese para o Centro de Estudos do Instituto Rio Branco: “Sistema brasileiro de controle das exportações de material de emprego militar. Origem, evolução e reflexões sobre possíveis aperfeiçoamentos”, que foi apresentada em 1989.

Recebeu inúmeras condecorações, as principais condecorações primeiras e também a Ordem Condor de Los Angeles, na Bolívia; a Medalha da República Oriental do Uruguai, entre outras.

Das informações anexadas pelo Itamaraty sobre a Colômbia, cabe destacar o que se segue:

No governo do Presidente Lula, tem-se verificado considerável estreitamento das relações bilaterais com esse país. Vem se mantendo um importante diálogo, notadamente nas áreas de defesa, comércio e investimentos. O Presidente Lula e o ex-Presidente Uribe encontraram-se diversas vezes. O mandatário colombiano visitou o Brasil em 7 de março de 2003, ocasião em que o Presidente Lula reiterou a condenação brasileira aos atos terroristas praticados na Colômbia e sublinhou o empenho do governo brasileiro em dar cumprimento às resoluções emanadas do Conselho de Segurança das Nações Unidas e também do Conselho Permanente da OEA. Em junho do mesmo ano, o Presidente Lula participou, em Medellín, como convidado especial da 14ª Reunião do Conselho Presidencial Andino. O convite colombiano constituiu gesto especial de consideração e amizade para com o Brasil, tendo sido essa a primeira vez em que um Chefe de Estado de país não andino tomou parte naquele foro.

Mais recentemente, o Presidente Lula visitou Bogotá, no dia 7 de agosto de 2010, para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos.” E o próprio Presidente Uribe também esteve, mais recentemente, no Brasil, ocasião em que até um grupo, aqui, da Comissão de Relações Exteriores, esteve em reunião com ele.

Ao fim de uma extensa agenda de trabalho, nesta reunião de agosto de 2010, “foram assinados acordos de cooperação e técnica sobre beneficiamento de borracha natural, a biologia e epidemiologia, cultivo de seringueiras, bem como bioenergia, incluindo biocombustíveis e defesa. Cabe destacar, ainda, a assinatura, na ocasião, do Acordo sobre Permissão de Residência, Estudos e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos.

É importante acordar, ainda, o importante papel desempenhado pelo Brasil em fevereiro de 2009 e também em março e abril de 2010, por meio de prestação apoio logístico, nas operações da Cruz Vermelha, para libertação de sequestrados políticos em poder das FARC.

E, finalmente, ressalte-se que a assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Complementação Econômica, entre a Comunidade Andina e o Mercosul, proporcionou incremento considerável no comércio bilateral. Em 2010, entre janeiro e julho, registrou-se o aumento de 89% das importações brasileiras da

Colômbia em relação ao mesmo período de 2009. As principais exportações brasileiras para a Colômbia são milho, derivados de petróleo, celulares, veículos aéreos e preparações para bebidas. Há ainda importante presença de empresas brasileiras naquele país, como as empresas Azaleia Calçados, Gerdau, Grupo Tigre e Votorantim, entre outras listadas pelo Itamaraty.

A Colômbia e o Brasil têm perfis semelhantes em suas demandas internacionais, pelo que necessitam estar junto e apoiarem-se mutuamente nas deliberações e fóruns internacionais. Para que se sedimente o caminho que ainda há a percorrer, forjando a melhor sintonia política e econômica entre os dois países, o Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves poderá, indubitavelmente, emprestar sua experiência e conhecimento diplomático”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essa relação Brasil com a Colômbia é da maior importância. A Colômbia é, na verdade, o segundo país em população da América do Sul, população superior a da Argentina. O Brasil, durante muito tempo, esteve de alguma maneira afastado da Colômbia, por força das dificuldades trazidas pelo narcotráfico, da imagem de violência existente naquele país, mas depois do sucesso obtido, especialmente pelo Presidente Uribe, nesse último período, as relações brasileiras têm aumentado, o interesse brasileiro em relação à Colômbia tem aumentado e a respectiva é, realmente, muito boa.

O Embaixador Antonino tem, já, longa experiência, aqui retratada nos vários postos que ocupou, especialmente, agora, em um posto em um país importante, como é a Suécia – é um país que tem um grande número de empresas trabalhando no Brasil. O Brasil tem, o que poucos sabem, uma atuação de empresas suecas muito grande, de maneira que eu acredito que, diante do exposto, nós temos aí a pessoa indicada, para um lugar indicado importante, a pessoa certa para o lugar certo. Tanto a Colômbia merece um novo tratamento, como o Embaixador Antonino tem todas as condições para desempenhar essa nova função.

“Diante do exposto, portanto, julgamos que os integrantes dessa comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Apresentado o seu relatório, convidado o Senador Azeredo a reassumir a Presidência.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo, portanto, ao Senador Mozarildo, vamos dar seguimento, agora, já com o Item 1, com a presença do relator, do Senador Flexa Ribeiro.

E o Item 1 é a Mensagem nº. 244/2010, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Piragibe dos Santos Tarragô, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá*”.

O relator é o Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Quero saudar, aqui, a presença do Senador Paim. Seja sempre bem-vindo, Senador Paim. Seja bem-vindo sempre.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo; Sr. Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô, indicado pelo Presidente da República para a Embaixada do Brasil no Canadá; o Sr. Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, indicado pelo Presidente da República para a Embaixada do Brasil na República da Colômbia; Srs. Senadores.

Primeiro, eu quero registrar, Presidente Azeredo, nosso chanceler, chanceler parlamentar... A honra e a alegria de poder ter sido designado por V. Exa. para poder relatar a indicação do Embaixador Piragibe à Embaixada do Canadá, do Brasil no Canadá. O Senado foi... É sempre chamado, embaixador, “*a opinar sobre a indicação que o Presidente da República faz*”. No caso, “*a indicação do Sr. Piragibe dos Santos Tarragô, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá*”.

O Ministério das Relações elaborou curriculum vitae do diplomata indicado, do qual se extraem as informações que seguem”.

O curriculum vitae é muito extenso e que levaria a sessão todinha para que pudéssemos transmitir aos demais senadores todos os cargos, as funções, as ações... Esse é do Presidente? Esse é do Presidente? O Presidente já chegou fora de hora e ainda deixa o telefone ligado, aqui, está entendendo? Está ficando complicado, Presidente. [risos] O chanceler cumpre horário. [risos] Mas, como eu dizia... Isso é relação diplomática que tem entre os senadores e o Presidente da comissão, amistosa.

Então, nós vamos só destacar alguns pontos do currículo do Embaixador Piragibe.

“*Nascido em Santiago, Rio Grande do Sul...*”. Nós temos, aqui, o nobre representante da bancada do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim, reeleito, mais uma vez, Senador Pedro Simon. Esse é o decano nosso. Nós seguimos sempre a orientação do Senador Pedro Simon tanto nas comissões quanto no Plenário.

Só está faltando o Senador Sérgio Zambiasi, mas que, com certeza, está aqui em espírito. Quero registrar o trabalho desenvolvido pela bancada do Rio Grande do Sul em favor do estado.

Como eu disse, *“nascido em Santiago, Rio Grande do Sul, em 1952, filho de Tupy Tarragô e Iara dos Santos Tarragô, o Sr. Piragibe dos Santos Tarragô concluiu o Curso de Preparação do Instituto Rio Branco em 1973 e ingressou na Chancelaria em 1974. Ascendeu a Conselheiro em 1988, diplomou-se no Curso de Altos Estudos com a tese: “As negociações sobre propriedade intelectual na Rodada Uruguai: possíveis consequências comerciais e tecnológicas”, em 1993. Foi promovido a Ministro de Segunda Classe, em 1996, e de Primeira Classe, em 2004.*

Desempenhou importantes funções na Chancelaria, entre as quais se destacam a de Chefe Interino do Departamento Econômico, Chefe da Divisão de Energia e Recursos Minerais, Chefe da Divisão de Política Comercial, Diretor do Departamento Econômico e Assessor Especial da Secretaria-Geral”.

“No exterior ocupou, entre outros, os cargos de Primeiro Secretário na Embaixada em Ottawa, Conselheiro na Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Caracas...” Espero que não seja amigo do Hugo Chávez. *“Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios em Londres e Embaixador Alterno na Missão junto à Organização das Nações Unidas”.*

“Diante do exposto”, Sr. Presidente e Srs. Senadores, “julgamos que os integrantes desta comissão possuem os elementos suficientes para deliberar a indicação presidencial”, que quero, particularmente, dizer que... Parabenizar o Presidente Lula pela indicação que faz do Ministro Piragibe, para representar o nosso país junto ao Canadá, país irmão. E o nosso voto é favorável. E eu tenho certeza que a aprovação, apesar de ser secreta, será por unanimidade, tanto na comissão quanto no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Eu quero registrar, também, o bom trabalho realizado pelo Embaixador Paulo Cordeiro, lá no Canadá, que é o atual embaixador, que vai ser sucedido. Então, esperamos pelos votos, aqui, da aprovação do Embaixador Piragibe.

Mas registrar, também, lamentando que o Presidente Lula não tenha ido ao Canadá esses oito anos. Essa é uma queixa dos parlamentares canadenses, em que o Presidente Lula foi, realmente, a uns 60 países pelo mundo afora, mas não foi ao Canadá. Chegou a programar uma vez, mas desmarcou. Então, vamos

ver se, agora, a nova Presidente pode ir lá, então, fazer... Para poder cobrir essa questão. Eu que estive em uma reunião parlamentar em Ottawa, o ano passado, e essa queixa foi registrada, de que apesar de ser um grande parceiro comercial com o Brasil, ser um país de grande tradição conosco, que não tinha recebido a visita do Presidente Lula.

Mas vamos, agora, então, já passar a palavra ao Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para fazer a sua exposição. Eu... Antes disso... Antes, eu quero deixar... Já declarar aberto o processo de votação, tendo já sido lidos os relatórios, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Dez minutos, se necessário pode ser mais.

SR. ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES:

Muito obrigado, Sr. Presidente, que muito me honra por também ser meu relator, e muito me honra, também, pelas palavras muito generosas a meu respeito, que proferiu aqui, esta manhã.

Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Senado. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer ao Ministro Celso Amorim, ao Presidente Lula por sua honrosa indicação do meu nome para cargo de embaixador no governo da Colômbia. Se essa indicação merecer a aprovação do Senado Federal, eu vou ficar muito feliz em poder retornar para a América do Sul, que teve um papel, uma região onde eu passei, a qual eu dediquei a minha parte da minha carreira até o momento.

É um prazer estar novamente neste ilustre recinto, no qual... Graças ao qual, a essa comissão, eu pude ser embaixador na Bolívia e, atualmente, na Suécia, e eu espero, farei todo o possível, com toda a humildade, para merecer, novamente, a aprovação desta nova missão.

A Colômbia tem recebido muita atenção no noticiário internacional e brasileiro, sobretudo, em função de seus graves problemas com o narcotráfico e com movimentos armados de oposição ao governo. Esses problemas se imbricam, têm referências um com o outro e, na realidade, a Colômbia acaba sendo um país paradoxalmente pouco conhecido, porque essa situação específica do país praticamente ofusca tudo o mais que deve ser dito de positivo a respeito da Colômbia.

Os primeiros dados que não são comumente conhecidos a respeito da Colômbia, já mencionados pelo meu ilustre relator, são a sua grande extensão territorial – é o quarto país em dimensões na América do Sul –, e a sua grande população, que como também lembrou o relator, é a segunda população no nosso continente, da nossa América do Sul depois do Brasil.

O segundo dado que surpreende é que a Colômbia tem uma tendência permanente ao crescimento nos últimos 30 anos, ou seja, apesar de todos os conflitos e tudo, a Colômbia tem crescido de maneira constante nos últimos 30 anos. No período de 2000 a 2009, todos os dados sobre crescimento, sem exceção, são positivos, com pico de 8% no ano de 2007. No próprio ano de 2009, onde a maioria dos países da região, inclusive, o Brasil tiveram crescimento próximo a zero ou mesmo negativo, a Colômbia teve crescimento positivo, pequeno, mas aproximadamente 0,5%. A inflação colombiana, no período de dez anos a que eu me refiro, teve uma média de 6% ao ano, mas a tendência é declinante. No ano de 2009, a Colômbia teve apenas 2% de inflação contra os 4.3 no Brasil, 4.9 no México, 6.3 na Argentina e 25% na Venezuela, para dar um pouco a comparação.

O terceiro dado que surpreende, sobretudo, à luz dos conflitos internos no país, que é o único país na América do Sul que, no ano passado, cresceu em matéria de turismo. Ganhou de longe de países de destinos tradicionais e turísticos, como o Peru e o Chile. Teve mais tristes do que o Brasil, mais turistas do que... Obviamente estou falando em números relativos. Um outro dado é que, segundo o Banco Mundial, a Colômbia está em 39º lugar, entre 183 países analisados, no que se refere ao ambiente propício a negócios. Ela tem... Ocupa o terceiro lugar na América do Sul, superada apenas por México e Peru.

Para fechar os dados, que eu não quero, também, me estender muito sobre isso, mas são dados eloquentes, entre 2000 e 2009, novamente, o número de homicídio na Colômbia caiu de 28.800 para 15.800 nesse período de dez anos. E mais eloquente, ainda, o sequestro de pessoas, que foi um problema gravíssimo no país, em 2000, aliás, foi... O número foi 2.882 casos e, no ano passado, apenas 213 casos em escala nacional.

É claro que aquele país enfrenta uma série de problemas econômicos, dentre os quais um alto nível de desemprego, uma economia informal muita extensa, mas o que eu acho importante é que, assim como o Brasil, a Colômbia claramente é um país exitoso. Tem problemas a resolver, tem uma série de questões ainda em aberto, tem o conflito a ser resolvido, mas é um país que eu acho que é exitoso.

O conflito colombiano, obviamente, levaria, me tomaria muito mais do que o espaço, aqui, que nós temos para falar, mas... Portanto, vamos descrevê-lo muito rapidamente. A guerrilha colombiana nasce da inconformidade de certos segmentos políticos, sobretudo camponeses, com o engessamento da política colombiana, durante décadas, entre dois partidos, o

Conservador e o Liberal. Na década de 60... Esses partidos sempre foram mais do que adversários, foram inimigos. Na década de 60, estabeleceu-se um *modus vivendi* que prenunciava um engessamento político do país. Houve um começo de insurgência cristalizado na década de 60, em meados da década de 60, e pela formação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, que nós todos conhecemos como FARC.

Outros grupos surgiram, digamos, na insurgência de esquerda, o outra mais importante é o ELN – Exército de Libertação Nacional, e também insurgência contra esses grupos, chamados Autodefesas Unidas da Colômbia – AUC, que são os famosos paramilitares, com ideologia e atitude política completamente distinta, diametralmente oposta a das FARC e da ELN.

Durante o famoso período, tristemente famoso, dos cartéis da droga na Colômbia, os grupos, tanto de um lado quanto do outro, se deram conta de que era um veio de recursos muito importante, as somas de dinheiro são gigantescas, e tanto a guerrilha de, digamos, esquerda, quanto à guerrilha de direita passaram a associar-se fortemente ao narcotráfico. É importante assinalar que, na realidade, a presença do narcotráfico, ela, digamos, tornou mais grave o problema da guerrilha, mas ela não nasce... O problema do narcotráfico não nasce junto com a guerrilha.

Houve uma série de tentativas infrutíferas para a solução do conflito interno, em um determinado momento, sobretudo, as FARC foram convidadas a formar agremiações políticas. Isso fracassou, porque os candidatos apresentados pelas FARC, na moldura política institucional, acabaram sendo assinados pela AUC ou até mesmo pelas próprias FARC. Novo intento foi feito pelo Presidente Pastrana, criando zonas desmilitarizadas para as FARC, santuários. Também não deu certo, porque as FARC, na realidade, se encastelaram nessas zonas e, simplesmente, usaram-nas como alavanca para mais poder militar.

Somente com a chegada do Presidente Uribe ao poder é que, realmente, começou-se a lograr êxitos militares contra a guerrilha de esquerda e a desmobilização da guerrilha de direita. Desmobilização da guerrilha de direita, pelo menos, no plano nominal. Nos combates contra as FARC foram... Foram abatidos, nessa fase, o Raúl Reyes, Iván Rios, dois importantes líderes das FARC, e teve morte natural Manuel Marulanda, o líder histórico da guerrilha. Nessa fase também se negociou a libertação de alguns reféns, entre os quais a mais famosa é Ingrid Betancourt.

O Presidente Santos, empossado em agosto de 2010, foi eleito com 70%, e tem uma confortável maioria parlamentar de 80%. Tem se mostrado um homem flexível, um homem negociador, tem procurado resta-

belecer as relações muito estremecidas com a Venezuela, com o Equador, e tem se mostrado, também, um homem muito receptivo à ideia de integração, à ideia da participação em mecanismos como a Unasul. Ele, apesar dessa atitude política e essa atitude de flexibilidade, na realidade, tem se mostrado tão duro, ou mais até, do que o Presidente Uribe no combate à guerrilha. Logrou, logo no início do seu governo, que morresse em combate o principal líder militar das FARC, chamado “Mono Jojoy”.

O Brasil entende que o confronto com os movimentos guerrilheiros é uma questão interna da Bolívia, uma visão que é própria da Colômbia [soa a campanha], uma visão que é a própria Colômbia sustenta e, portanto, não nos cabe pronunciar-nos sobre a forma como o tema é tratado pelo governo daquele país.

No mesmo diapasão, o governo brasileiro considera que a colaboração entre a Colômbia e os Estados Unidos, no plano militar, é uma questão que pertence à esfera de soberania colombiana, embora não apenas o Brasil como outros países da América do Sul desejem que esta colaboração entre a Colômbia e os Estados Unidos seja feita com transparência, e que todos os países da região estejam informados. Nós temos colaborado no que pudermos para uma solução amistosa. Essa colaboração se mostrou crucial nas operações de libertação de alguns reféns, foi feito isso de maneira muito eficiente e muito discreta, e recebeu o agradecimento do governo colombiano, das famílias, das FARC, do Congresso, enfim...

Só para encerrar essa exposição, que eu estou já percebendo que passei um pouco do meu tempo. Os dois países têm, como diz o Presidente, meu ilustre relator, se aproximado bastante nos últimos tempos. Desde 2003, o Presidente Uribe esteve no Brasil oito vezes e o Presidente Santos escolheu o Brasil para sua primeira viagem oficial ao exterior. No mesmo período, o Presidente Lula visitou a Colômbia em cinco oportunidades, e as visitas de chanceleres foram quatro colombianas ao Brasil e três brasileiras à Colômbia.

Os gestos do Presidente Santos com relação à Venezuela Equador, e, sobretudo, com relação ao Brasil demonstram a importância que ele atribui ao relacionamento da Colômbia com seus vizinhos. Não seria de esperar que essas iniciativas signifiquem qualquer tipo de revisão do relacionamento entre a Colômbia e os Estados Unidos, que é vital para a Colômbia, mas, pelo menos, estariam a indicar uma busca de equilibrar as relações privilegiadas com a Colômbia, com uma relação também estreita com os vizinhos.

O comércio bilateral se tem que caracterizado por *superávits* alentados para o Brasil, sempre superiores a US\$ 1 bilhão, mas desde 2009 nota-se uma tendência

à redução desse desequilíbrio. Como também disse o Presidente, as exportações colombianas aumentaram em quase 90% no ano passado, enquanto que as exportações brasileiras para a Colômbia subiram apenas 16,5%. As empresas brasileiras, já foram citadas pelo meu relator, existem inúmeras, eu não vou especificar todas, porque o Presidente já o fez, mas, enfim, nós temos um número, realmente, muito alentado ou de investimento, ou de empresas brasileiras que estejam trabalhando, construtoras etc. na Colômbia.

Há, também, empresas colombianas no Brasil, a mais importante delas é o Grupo Carvajal, que para minha surpresa, eu não sabia, descobri recentemente, é o principal produtor de catálogos telefônicos no Brasil. Muito provavelmente os catálogos que nós temos todos em casa são feitos por uma empresa colombiana. Tem também... Há uma participação na área petrolífera, através de duas empresas, e na área de transmissão de energia elétrica, uma empresa colombiana adquiriu, recentemente, o controle acionário da Companhia de Transmissão Paulista.

O registro que eu também não devo deixar de fazer é colaboração entre a Colômbia e a Embraer. A Colômbia não apenas é cliente assídua da Embraer, tem aviões da Embraer no país, como, agora, ela quer participar do desenvolvimento industrial do novo avião da Embraer, o KC-930, que ela pretende comprar, mas também pretende participar financeiramente, industrialmente do seu desenvolvimento.

Enfim, Srs. Senadores, eu acho que a Colômbia é um país fascinante para um observador político e muito atraente para operadores econômicos. As perspectivas de integração entre os dois países são muito promissoras e é por isso, com grande entusiasmo, que eu procurarei corresponder a confiança em mim depositada pelo Ministro Celso Amorim e pelo Presidente Lula, e espero, reitero, com humildade, merecer também a aprovação do Senado Federal.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

Antes de passar às indagações dos senadores, eu quero, então, conceder a palavra ao Embaixador Piragibe, para que também faça a sua exposição, indicado que é para o Canadá.

SR. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ: Muito obrigado. Exmos. Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro, relator da minha sabatina, a quem agradeço as gentis palavras dirigidas a mim; Exmos. Srs. Senadores e membros da comissão, me sinto muito honrado em vir a esta Casa, e no processo de designação do meu

nome para representar o Brasil no Canadá à frente da nossa Embaixada.

Farei uma breve apresentação dos dados básicos do Canadá e das relações Brasil e Canadá, que acho relevantes nesta sessão. O Canadá tem o segundo maior território do mundo, mais de 9 milhões e 900 mil quilômetros quadrados, mas uma pequena população de 34 milhões de habitantes – é 1/6 da do Brasil –, distribuída em dez províncias e três territórios. É um país bilingue, com o inglês sendo falado por quase 60% da população, e o francês, por 23% da população. Outros 18% da população falam outras línguas.

O sistema de governo é a monarquia constitucional, parlamentarista e federal. Monarquia porque tem como Chefe de Estado a Rainha Elisabeth II, do Reino Unido, mas é parlamentarista e federal, e tem como Chefe do governo um Primeiro-Ministro. Primeiro-Ministro este que é Stephen Harper, do Partido Conservador, e está no poder desde 2006. O PIB canadense alcança 1 trilhão e 344 bilhões de dólares, é a 10ª economia do mundo, com uma renda *per capita* em torno de US\$ 40 mil.

O Canadá tem uma história interessante. O Canadá é um país que foi, gradualmente, se tornando independente. Começou em 1867, quando se torna uma confederação, mas sem, ainda, uma completa autonomia em relação à metrópole que era o Reino Unido. Isto vem a ocorrer só em 1931, com a adoção do Estatuto de Westminster, que confere ao Canadá plena soberania para legislar e manter relações externas. E, finalmente, em 1981, o Primeiro-Ministro Pierre Trudeau consegue a repatriação da Constituição canadense, que estava em Londres, junto à Câmara de Lordes, e traz a Constituição para Ottawa. Portanto, só, praticamente, podemos dizer que em 1981 o Canadá se torna completamente independente de qualquer interferência externa.

O Canadá é membro de várias organizações, todas do Sistema ONU, e podemos citar, também, a OTAN, a OCDE, a Comunidade Britânica das Nações, o NAFTA, a APEC, a Francophonie e a OEA. Mantém relações diplomáticas com o Brasil, diretas, desde 1941, quando o Brasil instala a sua ligação em Ottawa, mas relações econômicas já existiam anteriormente, começaram no fim do século XIX, com algum estabelecimento de linhas de navegação. Mas o que é marcante para a economia brasileira foi o estabelecimento, primeiro em São Paulo, depois no Rio de Janeiro, da empresa que veio a ser conhecida como a Light, e que se constituiu em uma das principais companhias fornecedoras de eletricidade, gás, transporte e telefonia no Brasil. Chegou a empregar 50 mil trabalhadores, no Brasil, nos anos 40.

O Canadá – a formação do país e sua consolidação – se caracteriza por uma constante negociação entre as populações de origem inglesa e francesa e aquelas residentes no leste e oeste do país. Ao vencerem as forças desagregadoras, alimentadas por essas circunstâncias, os líderes canadenses vão assegurar a unidade territorial, bem como uma identidade própria para o país, que encontra, hoje, convivência pacífica e convergente em objetivos comuns, tanto no lado inglês quanto do francês, e entre as regiões do leste e do oeste. A expressão maior desta união está na adoção oficial do bilinguismo no plano federal.

Lembrar, também, que a economia canadense é fortemente integrada à americana, graças a uma série de... Bom, graças, primeiro, ao fator geográfico e, segundo, há conclusão de diferentes acordos que foram, gradualmente, integrando cada vez mais a economia canadense à americana, culminando como o Nafta, que entrou em vigor em 1995. Essa integração se reflete hoje no comércio exterior canadense, 70% do comércio exterior canadense é feito com os Estados Unidos, o que dá, mais ou menos, algo em torno de US\$ 500 bilhões, nos dois sentidos, claro.

O comércio total canadense chega perto de US\$ 800 bilhões. O seu maior parceiro, portanto, são os Estados Unidos, e o segundo é a China, que hoje responde por 10% do comércio exterior canadense. O Canadá tem crescido a taxas relativamente baixas, mas consistentes. Ultimamente, tem crescido em torno de 2% ao passo ano, e sofreu relativamente menos do que os Estados Unidos, por exemplo, com a crise de 2008/2009, graças, talvez, a um sistema bancário melhor regulamentado. Não obstante isso, sua moeda tem se apreciado, e isso tem afetado o comércio exterior canadense. Isso é uma das relações, aliás, que o Canadá começa a se voltar para o Brasil, como uma opção, para diversificar os seus laços comerciais, hoje, muito centrados nos Estados Unidos.

Falando em comércio bilateral, ele triplicou, entre 2003 e 2008, decresceu um pouco em 2009, como resultado da crise internacional. Esse crescimento do comércio bilateral se deveu mais às exportações canadenses do que as brasileiras. As canadenses quadruplicaram, nesse período, e as brasileiras, apenas duas vezes, cresceram apenas duas vezes. Portanto, o Brasil, que de superavitário no comércio bilateral, hoje, é deficitário.

Qual é a importância do Canadá, em termos de comércio exterior, para o Brasil? O Brasil representa apenas 0.7 das importações canadenses e 0.5 das exportações, e o Canadá responde por 1.1% das exportações brasileiras e por 1.3% de nossas importações. Os principais produtos brasileiros exportados para o

Canadá incluem químicos, açúcar e automóveis, e os importados, máquinas, adubos, combustível e papel.

Um importante aspecto na relação bilateral é no setor de investimentos. O Brasil, antes receptor líquido de investimentos canadenses, desde o tempo da *Light*, hoje, é um provedor líquido de capitais para o Canadá. E o Canadá se converteu no principal destino dos investimentos brasileiros em termos de valores. Estão lá, hoje, a Gerdau, a Votorantim, a Ambev, a Vale, e fazem com que o Brasil seja o quarto maior investidor do Canadá, com um estoque de 21 bilhões de investimento no Canadá, contra US\$ 8.5 bilhões de investimentos canadenses no Brasil. E a Vale vem de anunciar, aliás, investimentos adicionais de cerca de 10 bilhões de dólares, nos próximos cinco anos, no Canadá. Investimentos do Canadá no Brasil se destacam, sobretudo, hoje, na área imobiliária, com a *Brookfield*, que é ex-*Brascan* e ex-*Light*, e na área de tecnologia de informação [soa a campainha] com o *BlackBerry*.

O que nós podemos fazer em conjunto, Brasil e Canadá? Temos muitos interesses em comum, sobretudo, na área comercial. O Brasil e Canadá, na OMC, se têm coordenado na promoção de um comércio internacional mais livre e mais justo, sobretudo, para eliminação das barreiras e subsídios à agricultura. Ambos os países participam do Grupo de Cairns, que é um grupo de países que defende a liberalização do comércio agrícola. Ambos os países tem trabalhado para a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha, que, infelizmente, ainda não ocorreu. Mas também usam a OMC como um fórum importante para a resolução de disputas, como foi o caso entre a *Embraer* e a *Bombardier*, relativo ao comércio de aeronaves. A OMC propiciou um fórum importante para que esse contencioso fosse resolvido e, hoje em dia, essas duas empresas, as maiores empresas de aeronaves regionais no mundo, possam operar com relativa tranquilidade. Também os dois países estão discutindo, na OCDE, regras para regulamentar o comércio de aeronaves.

Mas no plano bilateral nem tudo são rosas. Há alguns entraves à penetração de produtos brasileiros no mercado canadense, sobretudo, de produtos agropecuários, o setor de carne bovina e suína sofrem ainda restrições basicamente sanitárias. E na parte dos manufaturados, o grande problema nosso é, novamente, a valorização do real, que reduz a competitividade das exportações brasileiras. Mas um dado interessante, e que espero que possamos trabalhar isso na frente da Embaixada, é aprofundar as relações empresariais entre o Brasil e o Canadá, de maneira a propiciar uma melhor integração empresarial e fazer com que as empresas brasileiras possam se benefi-

ciar do acesso livre e desimpedido que o Canadá tem no mercado americano e com isso, então, conseguir aumentar suas exportações para o Canadá.

No plano político, eu queria fazer uma referência. Aqui, há um certo comentário de que teria havido um distanciamento das relações entre o Brasil e a Canadá, pelo fato do Presidente não ter visitado o Canadá... De certo modo é verdade isso, houve certo distanciamento, fruto das fricções que houve, nos últimos anos: o contencioso *Embraer/Bombardier*; o problema dos prisioneiros canadenses no Brasil, nos anos 90, que participaram do sequestro do empresário Abílio Diniz – isso teve uma repercussão negativa no Canadá, também; aquele caso difundido, enfim, muito badalado na imprensa brasileira da acusação infundada da contaminação do rebanho brasileiro pela doença da “vaca louca”, tudo isso contribuiu um pouco para alimentar, enfim, um certo esfriamento nas relações. Mas foi puramente circunstancial isso, e hoje há, podemos chamar, uma redinamização das relações, um grande interesse do governo canadense em se aproximar do governo brasileiro. Como eu disse, o Brasil, hoje, é um país emergente e pode ser uma opção importante para a diversificação das relações do Canadá.

E, como resultado disso, já foi criado um diálogo de parceria estratégica entre os dois países, um diálogo político-militar importante, hoje, porque está promovendo uma melhor coordenação entre os Ministérios de Defesa, e está se negociando, aliás, um acordo de cooperação em matéria de defesa, e o fórum empresarial, onde eu acho que temos aí grandes oportunidades para desenvolver melhor essa relação e melhorar o comércio bilateral.

Mas eu queria também mencionar, como um ponto importante, que o Canadá pode ser uma fonte interessante na área de ciência e tecnologia. O Canadá tem desenvolvido bastante esta área, e já há importantes entendimentos entre tantos Ministérios, Ciência e Tecnologia do Brasil, e a sua contraparte canadense, quanto instituições de pesquisa e universidades brasileiras. O Canadá adiantou-se muito nesse aspecto de integração universidade e empresa, e é onde... É uma área que nós podemos estudar melhor e aprender com eles, e com isso melhorar ainda mais os benefícios, tanto para a pesquisa acadêmica, no Brasil, quanto para seu uso na atividade empresarial.

O Canadá também é um país que tem uma disponibilidade em cooperar em terceiros países. Nós gostaríamos de desenvolver isso. Já começamos a fazer algum trabalho em conjunto no Haiti, em uma campanha da imunização da população Haitiana, isso ocorreu há três anos, mas em nível ainda limitado. E, possivelmente, estaremos trabalhando em conjunto, lá

no Haiti, para a construção de uma hidroelétrica que vai resolver, em grande parte, o problema de carência energética naquele país. O Haiti é importante, porque o Haiti é um país que remeteu muitos emigrantes para o Canadá. Existe uma comunidade Haitiana muito forte no Canadá, e pode ser, também, uma ponte nesta cooperação com o Brasil.

E, finalmente, na área multilateral, eu queria apenas mencionar que o Brasil e Canadá são... Trabalham em conjunto em temas comuns, em diversos organismos do Sistema das Nações Unidas. O Canadá tem como, digamos, sua contribuição histórica para as Nações Unidas, porque partiu de *Lester Pearson* a ideia de criação das Forças de Manutenção de Paz da ONU. Foi uma iniciativa dos anos 50, *Lester Pearson*, na época, era Chanceler canadense, depois veio a ser Primeiro-Ministro, nos anos 60, e isso ficou como uma marca registrada da ONU. E o Brasil, hoje, também participa de Forças de Paz, ou seja, se juntou nessa iniciativa, e temos trabalhado junto, nesse sentido. E também na área de direitos humanos, o Canadá tem muita preocupação com isso.

Finalmente, só para encerrar, a relação Canadá/Estados Unidos é uma relação muito importante, que, talvez, fruto dessa relação, o Canadá tenha limitado, até certo modo, a sua expansão, em termos de relações diplomáticas, com o resto do mundo, ou seja, é muito voltado para os Estados Unidos. E é inevitável isso, em função do poder de atração da economia americana. E os canadenses vivem sempre o dilema de, em certos momentos, aproximarem-se mais dos Estados Unidos; em outros, se afastarem mais dos Estados Unidos, na busca de uma diversificação. Isso tem sido um constante na política externa canadense. A atual, do Partido Conservador, se aproxima mais dos Estados Unidos. O Canadá, por exemplo, tem forças militares no Afeganistão, solicitadas pelo então Presidente Bush para participar nessa operação no Afeganistão. O Canadá é um dos países com maior contribuição de tropas ao Afeganistão.

Mas, anteriormente, Paul Martin, que era do Partido Liberal, buscou uma política mais de diversificação das relações. E, aliás, é de Paul Martin a criação do G20. O G20 que, hoje, se tornou... Tem se tornado um importante foro de discussão sobre a estabilidade macroeconômica internacional.

Eu pretendo, se aprovado pelos Srs. Senadores, trabalhar por uma maior aproximação do Brasil com Canadá. Há grandes oportunidades que nós podemos explorar, com o Canadá, nas diversas áreas que mencionei aqui, mas, sobretudo, na área da cooperação. O Canadá tem muita coisa a oferecer ao Brasil e, certamente, estará aberto a essa cooperação conosco.

Então, Sr. Presidente, concluo a minha apresentação, aqui, com o agradecimento à atenção recebida dos Srs. Senadores, e espero contar com a sua aprovação.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

Eu quero fazer alguns registros aqui. O Senador Geraldo Mesquita justificou a sua ausência e também o Senador Heráclito Fortes. O Senador Heráclito Fortes está participando da reunião da Mesa do Senado, nesse momento. Registrar, aqui, também, a honrosa presença da esposa do Embaixador Antonino, que encontra-se aqui, seja bem-vinda, a embaixatriz, de maneira que... Ainda eu quero registrar, também, o trabalho do Embaixador Valdemar Carneiro Leão, que é o atual embaixador na Colômbia, que também já esteve no Canadá. Então, nós estamos cheios do Canadá por aqui.

E já passando, então, agora, ao Senador Alfredo Cotait, que foi o primeiro inscrito para usar a palavra.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Obrigado, Presidente, Srs. Senadores. Primeiro, para cumprimentar a exposição dos dois Embaixadores, tanto o nosso Antonino Lisboa Mena Gonçalves como Piragibe dos Santos Tarragô.

Eu só quero fazer uma intervenção, se for útil aos senhores, principalmente na área do comércio. A Colômbia com o Brasil, nós temos, na verdade, hoje, um saldo em *superávit*. Acho que temos que trabalhar, tanto com a Colômbia como o Canadá, para aumentar o nosso intercâmbio, tanto exportação como importação. O comércio internacional é uma via das duas mãos, temos que trabalhar nos dois lados. Na verdade, o importante é aumentar esse intercâmbio. No caso do Canadá, nós temos um déficit, quer dizer, aumentar o intercâmbio e tentar equilibrar exportação e importação. Mas apesar de que com o Canadá nós temos um Conselho Econômico e Comercial, eu gostaria de fazer a seguinte observação: nós estamos sempre muito concentrados nas grandes empresas, Canadá, o Embaixador Piragibe falou da Vale, da Gerdau e de outras. Acho que nós temos que começar a olhar um pouco mais a pequena e média empresas, e ajudá-las a exportar.

Para tanto, eu vou deixar aqui uma referência ao Canadá. Em São Paulo, nós temos a Cônsul-Geral do Canadá, a Abina Mary Dann, que é muito ativa, e temos, também, a Câmara de Comércio, cuja Presidente é a Sra. Ely Couto. Além disso, nós temos as nossas entidades lá, como a FIESP e a Associação Comercial, que são muito atuantes na área do comércio exterior, nas relações comerciais.

Portanto, eu deixaria ao Embaixador Piragibe, aqui, uma sugestão, caso queira visitar São Paulo, as duas entidades, e ter o contato, e pedir para o SECOM(F) do Canadá, assim que o senhor assumir, quiser ter um contato, tanto com a Cônsul-Geral como com a Câmara de comércio, nós podemos ser os intermediários dessa relação. Eu estou deixando totalmente à sua disposição a nossa ajuda.

E também ao nosso Embaixador Lisboa que, com a Colômbia, o Cônsul-Geral da Colômbia é o Edwin Ostos, e o escritório comercial, ele não tem Câmara de Comércio, mas tem o escritório comercial, que é... Cujo Presidente é o Carlos Eduardo Rodriguez Tribin.

A Colômbia também é muito atuante, tem muitas empresas que se relacionam, e também fica aí a sugestão para fazer a visita à FIESP e a Associação Comercial de São Paulo, com foco não de atingir as grandes empresas que os senhores têm até contato direto, mas, principalmente, poder descer no tecido das pequenas empresas, pequenas e médias empresas, hoje, muito ávidas em também começar a exportar. E são dois países muito interessantes para desenvolver o comércio exterior.

Então, eu queria agradecer, Presidente. Parabenizar os dois embaixadores. Tenho certeza que os dois terão sucesso nas suas preceituadas. Boa sorte.

E, Sr. Presidente, eu vou pedir para me retirar, pedir essa autorização do senhor, porque tenho que pegar o meu voo de volta, estou em cima da hora.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Vamos ouvir, então, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Eduardo Azeredo, eu quero, primeiro, também parabenizar as explicações, as informações dadas pelos Srs. Embaixadores, tanto o indicado à Colômbia e pelo Canadá, que muito enriqueceram a todos nós. Quero saudar o Embaixador Antonino Lisboa, e agradecer a gentileza que quando estivemos na Suécia, em que V. Exa. era... Representava o Brasil na Embaixada, de... Ainda é, não é? Ainda é. Nos recebeu com fidalguia e nos atendendo solícitamente, desde já, também, deixar esse registro.

Eu não tenho dúvida, já disse isso, da capacidade dos dois embaixadores que estão sendo, hoje, sabatinados pela Comissão de Relações Exteriores. Com relação à Colômbia, o nosso Embaixador Antonino Lisboa já mostrou competência para administrar relações que possam vir a ter determinado tipo de conflitos, inclusive, com os vizinhos mais próximos, lá da Colômbia. Ainda há pouco, embaixador, o que nos preocupa muito, em nível de Brasil, V. Exa. fez re-

ferência aí com relação às FARC... Há, sem sombra de dúvida, uma lamentável inter-relação entre essas forças que eu diria fora da lei com o nosso país. Isso já foi objeto de várias matérias, que se discutiu, aqui, no Senado. A verdade é que elas funcionam, e funcionam praticando atos ilegais e de terrorismo.

Ainda há pouco, Senador Eduardo Azeredo, foi preso um integrante das FARC no meu estado. É impressionante como eles se infiltram e acabam exercendo atividades ilegais no nosso país. E ele foi descoberto por uma razão muito simples, senão não seria, ele estava no interior do estado, desfilando com sombreiro, e isso chamou atenção da população. Ele foi chamado pela área de segurança e confirmou a ligação com as FARC, e foi entregue à Polícia Federal. Não sei o que, daí para diante, o que aconteceu. O que demonstra, realmente, que há uma... Uma... Se há, na capital do meu estado, que está muito longe de fronteira, imagine o que pode estar acontecendo naquela região, ali, que, lamentavelmente, o Brasil ainda não conseguiu, pela extensão da fronteira, ter o controle, o controle da soberania do Estado naquela região. Mas eu desejo a V. Exa. sucesso. Sei que tem competência para que faça a mediação desses assuntos que são conflituosos.

Quanto ao Embaixador Piragibe, eu quero dizer, novamente, da honra de poder relatar a sua indicação. O Canadá, e eu quero pedir, aqui, a V. Exa., a oportunidade de após assumir a Embaixada, que nós possamos fazer uma aproximação entre a Embaixada e o Canadá com o meu estado, o Estado do Pará. Nós temos algumas similaridades, que precisamos buscar tecnologia de ponta que o Canadá possui. Eu diria, para não citar várias, mas, basicamente, a questão do uso dos recursos florestais. O Canadá é um grande produtor mundial de floresta plantada e tem *expertise* nessa área, e nós, na Amazônia, temos um potencial extraordinário. O Brasil, hoje, não é participa no mercado mundial de madeiras tropicais, não chega a 2% desse mercado.

Então, nós temos um caminho muito grande a avançar. E temos que fazê-lo de forma sustentavelmente correta. Nós não queremos, apesar de sermos sempre nós, amazônidas, dito que queremos destruir a floresta, muito pelo contrário, aquilo é um patrimônio não só nosso como de todos os brasileiros, mas, principalmente, de quem ocupa a região, quem guarda a região para o Brasil. E queremos que seja uma riqueza perene, que ela possa ser transferida para as gerações futuras melhor cuidada do que se encontra, mas gerando possibilidades de melhorar a qualidade da vida dos 23 milhões de brasileiros que habitam a região amazônica.

Então, eu pediria, tão logo V. Exa. assuma, que nós possamos retomar um contato para que, junto com o governo do Estado, façamos um intercâmbio nesta área, como também na área mineral, que o Canadá tem uma importância. A própria Companhia Vale tem investimentos pesados, já, no Canadá, adquiriu uma companhia canadense, a Inco, e... Então, a relação também é bastante salutar, para que nós possamos... Além de outras que, com certeza, poderão surgir com investimentos canadenses, de empresários canadenses no nosso estado, já que há similaridade nas ações, nas vocações do país com o estado.

Eu sempre digo que o poeta foi muito sábio, quando em uma música, o poeta Ruy Barata colocou *“um país chamado Pará”*, que pelas suas dimensões, realmente, e pelas suas riquezas, eu acho que ele teria todas as condições de ser, inclusive, superavitário na balança, se fosse considerada a sua independência com o país.

Mas quero desejar aos dois sucessos, que Deus abençoe a todos os dois, e que possam trabalhar pelo nosso Brasil, tanto na Colômbia quanto no Canadá.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Flexa.

Vamos ouvir, então, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente.

Eu já me sinto até encabulado, aqui, nesta comissão, de fazer elogios ao Itamaraty e ao Ministério das Relações Exteriores, no tocante ao nível dos nossos representantes mundo afora. Tenho, assim... Hoje, vou deivar(F) um pouco, porque serei de forma repetitiva se continuar no mesmo nível de elogios. Mantenho todos os elogios já feitos.

Eu diria, hoje, que eu estou tendo o privilégio de, mais uma vez, constatar de que minha geração está no auge, porque eu encontro sempre nobres companheiros que estão indicados para essas Embaixadas, as mais recentes indicações, como essas duas Embaixadas importantíssimas, Canadá e Colômbia, são companheiros de geração. Então, muito me orgulha, a nossa geração está, na verdade, no topo. Porque dizem que a época dos 40 é a melhor época, é a época do auge, mas nós estamos provando que nós conseguimos transformar a essa época dos 40, na época dos 60, e estamos aí vitoriosos aos 60.

Na verdade, já foi... Tudo que tinha que ser comentado já foi relatado pelos próprios Srs. Embaixadores. Eu começaria com o Antonino Lisboa Mena Gonçalves, no sentido de que, realmente, V. Sa. terá uma grande oportunidade, dentro da já extraordinária carreira profissional, com passagens em tantas Em-

baixadas importantíssimas, e essa consagração aí, em ida à Colômbia. Porque o momento da Colômbia é um momento fantástico. Eu tive o privilégio, dois grandes privilégios recentemente: um de ter um diálogo, assim, muito intenso e carinhoso do Presidente, novo Presidente da Colômbia, na qual eu fui assistir as eleições presidenciais na Colômbia, tive essa curiosidade de assistir o processo eleitoral na Colômbia e, depois, em visita, aqui, ao Senado Federal, eu tive a oportunidade. Ele vem de economista, ex-guarda-marinha, fez o curso em Cartagena das Índias, lugar fantástico, no qual, extrarreunião, nós dois conversávamos a respeito do privilégio que é Cartagena das Índias. E dizer que o momento da Colômbia, para V. Sa., será sem dúvida muito marcante.

Duas grandes... Flexinha, me ajude, Flexinha. O Flexinha, além de falar do lado de cá, fica falando do lado da lá. Não tem condição. Meu Presidente... Meu Presidente, com todo o respeito, todo mundo doido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: ...perder o meu voo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Vá embora. Voe, voe, voe e volte. [risos] Então, a Colômbia, para V. Exa., V. Sa. terá dois grandes privilégios, primeiro, estar nas mãos de um grande Presidência da República, moderno, de uma família conhecida na Colômbia, uma pessoa de uma grande formação profissional, então, é muito importante quando o interlocutor, o país que... No qual está havendo essa interlocução entre nós, Brasil e a Colômbia, chega nesse momento.

E eu sou testemunha do momento, também, econômico e político por que vive a Colômbia, no sentido do desenvolvimento, a pujança. A comunidade internacional está olhando para a Colômbia, de mesma forma que olha para o Brasil, como grandes oportunidades, até porque a Colômbia passou estaque do mundo, por questões de segurança, durante um longo período. Hoje, o tema segurança persiste, mas é uma segurança que nós deveríamos ter no Brasil. Se o Rio de Janeiro tivesse a segurança que tem Bogotá, nós não estaríamos passando pelos momentos que estamos passando no Rio de Janeiro. A Colômbia, V. Sa. é testemunha de que, hoje, para se adentrar ou sair de qualquer ambiente ou de qualquer cidade via aérea, você é revistado três vezes, a sua mala é pré-revistada, depois revistada no balcão, depois, lá no final, revistada novamente, os passageiros são todos revistados. Isso é muito bom, existem pessoas que não entendem, consideram isso, digamos, um excesso, mas está aí a prova de como foi minimizado um crime organizado, que talvez fosse o mais organizado

e mais forte de que o existente no Rio de Janeiro, no momento presente.

Só que no momento presente, o governo, o nosso governo, governo estadual e o governo federal está perdendo um controle que, talvez, haja necessidade de intervenções mais fortes. Então, eu diria que V. Sa. terá este grande privilégio de pegar um extraordinário Presidente da República, em um momento de segurança maior na Colômbia, e de pujança, de desenvolvimento. Você assiste à construção civil, às indústrias, à hotelaria, tudo explodindo, a Colômbia está explodindo, no momento atual, o que será muito importante no trato das relações.

Ao Embaixador Piragibe dos Santos Tarragô, é um retorno, na verdade. Já estive no Canadá, em 1983, está tendo essa oportunidade de retorno, o que é muito bom. É também um país fantástico, um país que abriga milhares de brasileiros. Hoje, a moda das *High School* e desses cursos de intercâmbio, todos estão, hoje, mais direcionados ao Canadá, em função das restrições maiores dos Estados Unidos. Os Estados Unidos passou a ser um país mais desconfortável para determinados... Principalmente para nós, latinos, há um... Sem dúvida, há um preconceito e há uma política equivocada nas relações entre os cidadãos nossos... Nós respeitamos muito os americanos, os americanos, talvez, precisem entender um pouco mais de América Latina.

E o Canadá é diferente. Eu considero o Canadá, com todo respeito aos Estados Unidos, mas eu considero o Canadá uns Estados Unidos sofisticados, até pela cultura mais europeia, no sentido de francesa e inglesa, nós... O gesto se adentrar um posto de gasolina, a uma lanchonete, a um hotel, o tratamento do cidadão canadense para com o estrangeiro, até o latino. Você que, às vezes, vem com determinada dificuldade no idioma, fazendo um português misturado com inglês, e com muito gesto e com muito desejo de se comunicar, o americano despreza muito isto, o canadense procura se fazer entender, procura compreender a sua necessidade.

Então, a educação, a *finesse* do povo canadense, sem dúvida, é um exemplo para o mundo. Então, V. Sa. terá esta oportunidade, deste retorno a um país gigantesco, um país de relações... A interação na linha energética, o Canadá e o Brasil são duas lideranças mundiais em geração de energia. Na energia hidráulica, foi pioneiro no mundo, o Brasil aprendeu muito com o Canadá. Hoje, o Brasil tem muito a ensinar ao mundo, graças aquele DNA, aquela semente que foram os engenheiros brasileiros que estagiaram no Canadá, isso na década de 70, início da década de 70. Isso eu sou testemunha, vários amigos que lá estiveram, era

referência, a parte de engenharia elétrica ter essa ancoragem cultural, tecnológica no Canadá.

Então, V. Sa. terá uma grande oportunidade, um grande privilégio. Eu considero que essas duas Embaixadas que nós estamos, hoje, aqui, recebendo, a Colômbia e o Canadá, se eu fizesse parte do corpo diplomático, seriam duas Embaixadas que eu, realmente, teria um grande prazer, se fosse diplomata de carreira. E parabeno o país, o governo brasileiro por adotar a política de profissionalização. Todos aqui chegaram, todos os candidatos, há mais de dois anos que aqui acompanham, todos foram oriundos dos quadros originais do Itamaraty, originário...

Então, parabéns ao governo brasileiro, parabéns ao nosso país por estar levando ao mundo profissionais treinados e habilitados para nos bem representar. É isso. Já votei duas bolas brancas.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Pedro Simon. Com a palavra, senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em primeiro lugar, o meu carinho por ver um gaúcho... Não, é o contrário, está faltando... [risos] São dez mineiros para um gaúcho. Mas a minha alegria, viu, com a sua presença.

Mas eu diria a S. Exa., o Embaixador na Colômbia, eu gostaria de ouvir uma palavra de V. Exa. com relação a essa questão que foram as bases dos Estados Unidos na Colômbia, que foram criadas – e, hoje, eu nem sei quantas são, se são sete, são oito, são nove. Inclusive, algumas em plena floresta colombiana, que é a floresta amazônica, ao lado da nossa.

Na época, o Brasil chegou a fazer uma proposta, e que se fosse o caso, essa deveria ser uma questão a ser tratada como, por exemplo, no Haiti. Seria, então, que se fizessem tropas da comunidade americana, que a comunidade americana desempenhasse esse papel. A Organização dos Estados Americanos designaria e ocupasse, e não bases americanas que estão ali. É um pretexto, um argumento com relação à droga, ao tóxico, coisa parecida, mas a verdade é que estão ali, a verdade é que o mundo caminha e o mundo anda, e são bases americanas que estão colocadas, em termos do que pode acontecer no futuro com relação à Floresta Amazônica.

As discussões já foram muito variadas e muito intensas, nesse tipo. Eu me lembro que estive lá, em Manaus – não sei se é bem Manaus, acho que sim –, a escola que o Exército tem. É em Manaus, não é? É, para viver no meio da floresta. Quer dizer... Aliás, uma coisa fantástica. Eles têm uma preparação de sobrevivência no meio da floresta. E aquilo é gente nossa preparada para defender a Floresta Amazônica.

Eu, quando estive lá, o comandante, que era o comandante do IV Exército, se não me engano, era o General Espírito Santo Cardoso? Era, não é? Eu acho que era, sim. Mas era um general nacionalista, apaixonado, e ele defendia com muita paixão. Inclusive, ele não aceitava, os americanos queriam criar uma escola igual, ali, do outro lado das Guianas, e ele se rebelou dizendo: "Mas vocês querem para quê? A floresta não é de vocês. Vocês não têm nada com isso, por que vocês vão criar?". E aí eles queriam e tinham... A proposta deles era de uns 20, 30, ou 50, sei lá o quê. Um número de americanos para cursar todo o curso. E ele: "Não, dois e olhe lá".

Então, é uma realidade. Então, ele contava que é um trabalho, realmente, impressionante, é algo que o Brasil demonstra uma capacidade muito grande, que nem americano e nem ninguém tem condições melhores que as nossas, a não ser financeira. Quer dizer, enquanto ele luta, ali, para ter um tanque, ainda que está quase em desuso, os outros não, os outros têm armamento que são de primeiríssima [ininteligível]. Então, eu... E a situação era exatamente essa.

Muita gente debateu, e até na reunião dos países da América chegou a propor essa tese, de que essas chamadas bases que o americano tem na Colômbia, no sentido de tentar terminará proliferação daquelas discussões internas, de um lado a tal de FARC, do outro lado, tão grave como a FARC, ou mais ainda, hoje, é, na verdade, aquele movimento que pode ter iniciado lá atrás, com ideologia, com independência ou o que, hoje, é o que é o tráfico de arma e o tráfico de droga aqui que movimenta tudo aquilo. Então, de um momento para cá, parou.

Quer dizer, mas na época houve uma discussão, muito grande intensa, e que nas reuniões dos Ministros de Defesa da América debatendo essa tese, e que eles defendiam que dever-se-ia, ali, sob a base das Organizações dos Estados Americanos, exatamente o que acontece no Haiti. Quer dizer, como estão lá no Haiti, tivesse uma representação dos estados americanos, e não bases americanas na Colômbia.

Qual é o pensamento de V. Exa.?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador, com a palavra.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: A todas as...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Pode a todas...

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: Respondendo a todos?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim. Pode...

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO:

Obrigado, Sr. Presidente.

Eu falaria, se assim fosse permitido, sobre todas as colocações feitas pelos ilustres senadores. Com relação à intervenção do Senador Cotait, efetivamente, quando se olha a relação dos investidores brasileiros na Colômbia e das empresas que estão trabalhando, como grandes empreiteiras, obviamente que são as... Como se diz no mercado financeiro, as *blue chips* brasileiras que estão lá, são sempre empresas de grande porte, como o Grupo MPX, do empresário Eike Batista; a Vale; a Petrobras; a Embraer; a Marcopolo; Tigre e tantas outras. E eu acho que, efetivamente, é muito importante que se estimulem pequenas empresas, não é, claro, a investir na Colômbia, mas participar mais ativamente do comércio com a Colômbia.

Como eu mencionei, nós temos com a Colômbia um problema, que é problema de um *superávit* exagerado. No contexto de *superávit* exagerado como nós temos, o que seria mais sensato, na realidade, é estimular os colombianos a venderem mais para nós, porque, como bem disse o senador, o comércio é uma via de duas mãos, e é preciso evitar desequilíbrios exagerados em uma relação comercial. Mas, por outro lado, também, se pequenas empresas começarem, a vender para Colômbia, a participar do mercado colombiano, não é isso que vai fazer a diferença fundamental no déficit e no *superávit*, de modo que eu acolho com muita simpatia a ideia de que se estimulem pequenas empresas, pequenas e médias a venderem para a Colômbia.

Eu vejo, por exemplo, entre os itens já exportados para a Colômbia, coisas como calçados e artigos de uso comum, que poderiam, ou também papéis, cartão, peças de plástico. Claro que as grandes... Os itens são aviões, caldeiras, máquinas, ferro, enfim, mas eu acho que pode haver espaço, também, para participação de empresas de menor porte no mercado da Colômbia.

Ele mencionou, também, o senador, a necessidade de contatos empresariais. Esses contatos empresariais estão no meu radar, fazê-los antes de eu viajar para a Colômbia. Ele mencionou o contato com a FIESP, isso é claro que não deixará de ser feito, com a Associação Comercial. Mencionou também a Embaixadora da Colômbia, uma ilustre colega, que eu já tenho o prazer de conhecer e que teve... Foi não apenas Cônsul-Geral de São Paulo, como também Chefe do Escritório Comercial do governo, e poderá me ajudar nessa empreitada.

Com relação às colocações do Senador Flexa Ribeiro, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer as palavras generosas sobre a viagem deles, de V. Exa. e alguns outros senadores, à Suécia. Eu tive imenso

prazer nessa visita. E dizer que eu os recebi generosamente me deixa muito feliz.

O Senador Flexa menciona a questão das FARC, presença ocasional de membros das FARC no Brasil. Na realidade, a posição do Brasil com relação às FARC já foi dita em algumas oportunidades, pelo Presidente da República, são palavras de condenação contra atos terroristas que tenham sido cometidos pelas FARC e de estímulo ao diálogo. O estímulo ao diálogo, na realidade, tem vindo até mesmo do Presidente Chávez, que teve... Tem, enfim, uma relação problemática com a Venezuela. Agora, felizmente, superada. Mas o próprio Presidente Chávez, em várias oportunidades, instou as FARC à deposição das armas e sentar-se à mesa de negociação.

Mas, enfim, as FARC são uma organização clandestina e, portanto, o controle específico sobre a presença de alguém das FARC que entre clandestinamente no Brasil é complicado. É divertida, inclusive, a alusão do senador, que o homem, esta pessoa foi presa no Brasil porque usava um chapéu diferente. Mas, enfim, eu acho que é inequívoca a nossa postura com relação às FARC, é inequívoco o nosso encorajamento permanente ao diálogo. Nós ajudamos o governo colombiano nessas diversas operações de resgate de reféns, de recebimento de reféns entregues pelas FARC. Já dissemos, em inúmeras oportunidades, que o Brasil está plenamente disposto a colaborar na negociação entre o governo e os movimentos guerrilheiros na Colômbia, desde que, é óbvio, o governo colombiano assim o deseje.

Com relação às colocações do Senador Cavalcanti sobre o momento propício da relação do Brasil com a Colômbia, é óbvio que eu não poderia concordar mais do que o senhor já disse. O Presidente Santos escolheu o Brasil para fazer a sua primeira viagem, o que demonstra, inequivocamente, o interesse que ele tem em estreitar essa relação conosco. O senhor mencionou, V. Exa. mencionou, também, a questão da segurança pública na Colômbia. Isso foi um logro extraordinário da administração anterior do Governador Uribe, também do prefeito de Bogotá. Os números que eu citei, sobre redução de homicídios e relação de sequestros de pessoas são extremamente eloquentes, e isso, sem dúvida, se deve à competência dos mandatários e dos administradores colombianos, nos últimos anos. E isso, obviamente, como também V. Exa. mencionou, abre, encoraja a uma maior participação de investidores brasileiros, uma maior participação de turistas brasileiros.

Um dos dados, também um dado eloquente, que eu mencionei, é que a Colômbia, no ano passado, teve um incremento significativo. A Colômbia está se tor-

nando cada vez mais um destino turístico, o que era extremamente complicado, no período mais conflituoso do passado. Hoje em dia é um destino atraente para turistas, tem recebido um influxo, e isso é uma prova cabal do aumento da segurança do cidadão naquele país.

E gostaria, por fim, de lhe agradecer de coração e com muita humildade à sua menção do profissionalismo dos diplomatas brasileiros, do fato de que desde que o senhor está participando desta comissão todos os que aqui apareceram foram profissionais de carreira. Isso, realmente, é uma... É algo que todos nós, diplomatas brasileiros, temos que agradecer penhoradamente ao Presidente Lula. Na realidade, durante a história da diplomacia brasileiras, nós, os profissionais, sempre fomos a maioria. Tampouco acho que deva ser uma casa fechada a outros talentos, nós tivemos embaixadores que não eram de carreira, de grande talento, que deram grandes contribuições, inclusive, membros desta Casa, do Parlamento brasileiro.

Mas, enfim, eu agradeço a sua generosidade quanto às nossas qualidades profissionais. Perdão?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não se trata de generosidade, se trata de constatação.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: Muito obrigado.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Generosidade é lá uma coisa afetiva e constatação é uma coisa técnica. A minha observação é plenamente técnica: todos que aqui estiveram tinham currículos exemplares.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: Muito obrigado, senador.

Quanto a colocações do Senador Pedro Simon... E eu queria, antes de respondê-las, dizer duas coisas: em primeiro, eu sou um admirador de V. Exa. de muitos anos. V. Exa. é um dos parlamentares que honram esta Casa; em segundo lugar, eu queria lhe dizer que eu também tenho origem no Rio Grande do Sul. O meu nome o trai, Mena Gonçalves. [risos] Não nasci lá. Não tive... Não mereci nascer no Rio Grande do Sul, mas a minha família é de São Gabriel, e tenho um lado gaúcho que me deixa muito honrado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): [pronunciamento fora do microfone]

[risos]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Brahma é gaúcha.

[falas sobrepostas]

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: Como, repito, senador, eu não mereci nascer no Rio Grande do Sul, mas eu tenho, pelo Rio Grande do

Sul, assim como o meu outro lado familiar, que é nordestino, eu tenho grande carinho, grande emoção por essa dupla origem, mas especialmente pelo Rio Grande do Sul.

O senhor toca--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu sabia que tinha que ter um nordestino, para dar esse jeito. [risos] Não era gaúcho somente, não, viu? Tinha que ter nordestino nessa raça boa.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO:

Pernambuco, especificamente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Pernambuco, eu sou pernambucano.

[risos]

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO:

Senador Simon, V. Exa. toca em um aspecto bastante delicado, bastante complexo da relação colombiana com o mundo, que é a presença militar americana na Colômbia. É uma presença antiga.

Na realidade, senador, eu empresa me permitiria fazer uma precisão, que no fundo não é tão relevante, assim. Não há exatamente bases americanas na Colômbia, há uma presença militar em bases colombianas. Enfim, é apenas uma referência formal, porque as colocações que o senhor fez são todas muito pertinentes.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Uma situação de direito em uma situação de paz.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO:

Exatamente.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E o americano... Colombiano [ininteligível].

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: É, claro.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): De fato, são os americanos.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO:

É, e essa colaboração da Colômbia com os Estados Unidos, como eu tive oportunidade de mencionar, ela é considerada crucial pelo governo da Colômbia e indispensável. E nós, em mais de uma oportunidade, já dissemos publicamente que isto é uma decisão soberana da Colômbia, mas que nós gostaríamos, como todos os outros vizinhos, de que essa colaboração, essa presença estrangeira na Colômbia fosse feita de maneira absolutamente transparente e que não pudessem, de maneira alguma, ser interpretada, ou confundida como uma presença que nos cause ameaças, ou que nos cause constrangimentos.

O senhor... V. Exa., certamente, está informado de que o acordo com os Estados Unidos que ajustava ou fazia o incremento na participação, na presença americana no país, foi negado pela Suprema Corte co-

lombiana. E, agora, o Presidente Santos deverá ressubmeter este acordo ao Congresso, coisa que não havia sido feita, e que a Corte Suprema determinou que deva ser feita. Não há, ainda, até quanto eu saiba, planos imediatos de fazer esta reapresentação do acordo. E um outro dado também importante é que desde que o Presidente Barack Obama assumiu o governo, a ajuda americana à Colômbia foi cortada.

Mas eu acho que, pensando de forma realista, e essa eu acredito que seja a visão dos meus superiores, do próprio Presidente da República, repito, não há expectativa de que esta presença dos Estados Unidos desapareça de um dia para o outro. É uma questão da soberania interna, que nós respeitamos e, enfim, como dito inúmeras vezes pelos colombianos, essencial, dentro do contexto das relações exteriores do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Pergunto se o senhor considera satisfatória essa resposta? Muito obrigado.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO:

Obrigado, embaixador.

Vamos ouvir, então, ainda tem as palavras do Embaixador Piragibe Tarragô.

SR. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ: Queria agradecer a todos os Srs. Senadores que fizeram comentários a respeito da minha exposição. Agradecer, especialmente, ao meu conterrâneo, o Senador Pedro Simon, que espero honrar com as melhores tradições gaúchas lá no Canadá, se possível levar um CTG para lá, também. [risos]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Já tem.

SR. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ: Ah, é? Então, perfeito. Então, está perfeito. Igualmente, como o meu colega Embaixador Antonino Mena Gonçalves, nós vamos procurar trabalhar a promoção de exportações brasileiras no Canadá, da pequena e média empresa.

O Canadá apresenta uma singularidade, que é um mercado mais distante do Brasil, é um mercado de... Talvez, de maior dificuldade de penetração, dada a grande competição que esse mercado atrai. Mas eu acho que há oportunidades para a pequena e média empresa brasileira, na integração com as empresas canadenses na produção de produtos finais, com vistas a, sobretudo, ao mercado americano. O Canadá é um mercado de 34 milhões de habitantes, portanto, é um mercado relativamente pequeno, mas tem, ao seu lado, um gigante de mais de 300 milhões de habitantes, como o mercado de maior interesse. E, portanto, essa integração entre empresas brasileiras e canadenses poderá promover, exatamente, essa... Um maior comér-

cio, uma maior exportação do Brasil para o Canadá, aproveitando-se do mercado americano.

As colocações do Senador Flexa Ribeiro, eu só tenho que concordar com elas. Realmente, o Canadá se desenvolveu muito nesta área do desenvolvimento dos recursos florestais, e desenvolveu tecnologias apropriadas no manejo das florestas, no manejo sustentável das florestas, objetivo esse que é comum no Brasil, também. Nós temos um potencial imenso, madeireiro, no país, mas, historicamente, talvez, não tenhamos sabido desenvolver esse potencial de uma forma sustentável e deixamos perder muito das nossas reservas florestais em função disso. Mas, agora, há uma nova mentalidade, e o Brasil deseja explorar essa riqueza que ele tem de uma maneira sustentável, de forma a assegurar para gerações futuras a continuidade desse benefício.

E o Canadá tem muito, acho, a compartilhar conosco nisso. E, seguramente, isso será uma das tarefas que procurarei desempenhar na Embaixada, de promover a cooperação nessa área, não só com o Pará – o Pará, sobretudo –, mas também com outros estados brasileiros, que desejam, também, desenvolver essa cooperação.

O Senador Roberto Cavalcanti, concordo, também, com suas palavras, o Canadá é um Estados Unidos sofisticado, é um Estados Unidos civilizado. Quando eu costumava dizer isso, quando vivi lá, efetivamente, o Canadá tem mais sofisticação, do ponto de vista das relações humanas, por isso ser mais civilizado, eu diria. E, efetivamente, é um imã, hoje, para estudantes brasileiros, que têm procurado o Canadá para fazer cursos diversos, não só de línguas, mas também de aperfeiçoamento vocacional.

O senhor mencionou que engenheiros brasileiros foram lá, aprenderam engenharia hidráulica, e muitas das hidrelétricas brasileiras, hoje, são resultados desse estudo. Isso é um exemplo do que nós podemos fazer. Justamente, eu disse, na minha apresentação, do potencial de cooperação existente na área de ciência e tecnologia, e nós podemos aproveitar muito da experiência canadense já desenvolvida, não só em hidroelétricas, mas nas linhas de transmissão. Também é um país continental, como o Brasil, teve que carregar essa energia de ponta a ponta no país, é algo que também nós queremos, aqui, aperfeiçoar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Nós temos que tomar um certo cuidado só para não sermos bombardeados pela Bombardier [risos], no tocante... É o concorrente maior nosso com a Embraer.

SR. PIRAGIBE DOS SANTOS TARRAGÔ: Não, isso... Isso... Isso, tudo bem, faz parte do jogo. Eu acho que nós também temos que saber crescer na

diversidade, não é? Então, concorrente não é mau, não, é bom. Eu acho que para a própria Embraer ter um concorrente como a Bombardier... E fará da nossa empresa, talvez, uma empresa muito mais competitiva e mais forte no mercado internacional.

É isso, então, Sr. Presidente. Muito obrigado pela [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, só o Embaixador Antonino pede a palavra, mais uma vez.

SR. ANTONINO LISBOA MENA BARRETO: Não, eu queria, apenas, pedir a palavra ao Presidente para agradecer a gentileza de menções à presença de minha mulher, é a minha companheira de toda a vida e, certamente, se eu tiver sucesso em Bogotá, se eu merecer a aprovação de V. Exas., o sucesso será 95% dos casos devido a ela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito bem. [risos]

[palmas]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Azeredo, peço, pela ordem. Realmente, uma declaração dessa, está aprovado, porque está...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Está aprovado, é.

[risos]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): É embaixador até dentro de casa.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Senador Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Que conste da Ata a declaração final do embaixador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, constar da Ata a declaração do embaixador.

Mas sabe, embaixador, que mulher de político também é a mesma coisa, viu? Tem que ter muito paciência. [risos] Tem que ter paciência para poder acompanhar.

Mas, olha, nós vamos, então, agora, conforme prevê a Constituição Federal, transformar a reunião em secreta, a fim de que os embaixadores sejam arguidos por algum assunto aí, depois...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Em seguida. Em seguida, vamos fazer, também, já a importação, não é?

[sessão secreta às 12h40]

[sessão reaberta ao público às 12h43]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Reaberta a reunião. Eu quero já comunicar que foi distribuída aos Srs. Senadores uma

nota oficial da Embaixada da Argentina, a respeito do incidente com o Embaixador Enio Cordeiro, sobre assuntos de comércio exterior. O embaixador me enviou, solicitando que distribuisse essa nota para os Sr. Senadores. Exatamente dizendo que houve, que a conversa foi difícil, realmente, mas ele alega que não foi propriamente ofendido ou tratado com agressividade, mas que foi, realmente, uma conversa difícil nessa... Com os representantes lá do Ministério da Economia da Argentina, que foi objeto de uma manifestação minha. Então, está aí, entregue. Ele agradece a manifestação da comissão, e pediu que fosse distribuída esta nota.

Eu quero, ainda, anunciar, então, já... Agora, já como... Ah, não. Anunciar, ainda, para semana que vem, nós estamos em dia, praticamente, nós só estamos agora com a embaixadora que vai ser indicada para a Suécia, que o Senador Pedro Simon é o relator, e também chegando da Noruega, que é o Senador Marco Maciel. Então, nós, a semana que vem, não está prevista a realização de Reunião Extraordinária, porque não há necessidade. Existem algumas outras mensagens que estão vindo, mas não chegaram ainda. Então, com as duas, nós estaremos perfeitamente em dia. Pendente só a da Dominica(F), que não pode ser votada, porque ainda carece do [ininteligível].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A Noruega ainda não chegou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A Noruega... A Noruega está chegando ainda.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Acho que o governo do Presidente Lula [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É, se não criar mais alguma até--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eles vão ter que agir com caráter [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Exatamente, se tiver mais alguma nova Embaixada antes do Natal.

Então, nós vamos ter reunião só na quinta-feira, reunião normal, na quinta-feira da semana que vem.

Eu quero, então, comunicar a aprovação por unanimidade dos votos dos Embaixadores Piragibe dos Santos Tarragô, para o Canadá, e do Embaixador Antonino Lisboa Mena Gonçalves, para a Colômbia. Desejando muito sucesso para ambos os embaixadores. Foram 13 votos para o Embaixador Piragibe e, no caso da Colômbia, foram 12 votos, com um voto de abstenção, de maneira que a aprovação é por unanimidade.

Eu quero desejar muito sucesso a ambos embaixadores, na Colômbia e na Suécia, dois países aí, muito importantes nas relações com o Brasil.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h45.

ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dois de dezembro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Estão presentes os senhores Senadores: **Eduardo Suplicy**, **Antonio Carlos Valadares**, **João Ribeiro**, **Roberto Cavalcanti**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Marco Maciel**, **Flexa Ribeiro**, **Fernando Collor**, **Augusto Botelho**, **Valdir Raupp**, **Alfredo Cotait** e **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Vice-Presidente, **Geraldo Mesquita Junior**, no exercício da presidência, declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida à Mesa a Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo e o Embaixador Carlos Henrique Cardim. Apreciam-se os seguintes itens, constantes da 1ª parte da Pauta: **Item 1 – Mensagem (SF) nº 297, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a escolha do nome da Senhora LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.*”; **Relator:** Senador **Pedro Simon**; **Resultado:** apreciada. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 304, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor CARLOS HENRIQUE CARDIM, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.*”; **Relator:** Senador **Mar-**

co Maciel; Resultado: apreciada. O Senador Eduardo Azeredo assume a Presidência. Declara aberto o processo de votação. Concede-se a palavra à Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo e ao Embaixador Carlos Henrique Cardim, para que façam suas exposições. Fazem uso da palavra os senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Alfredo Cotait e Mozarildo Cavalcanti.** São apreciados os seguintes itens constantes da 2ª parte da pauta: **Item 7 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 256, de 2010,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado em Roma, em 23 de outubro de 2008.*”, Relator: Senador **Eduardo Suplicy;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 1 – Emenda(s) da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado (SF) Nº 55, de 2005,** de autoria da Câmara dos Deputados, que “*Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.*”, Relator: Senador **Pedro Simon;** Resultado: aprovado o parecer favorável à Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado Nº 55 de 2010. **Item 9 – Projeto de Resolução do Senado (SF) nº 60, de 2010,** de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “*Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências.*”, Relator ad hoc: Senador **Pedro Simon;** Resultado: Aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 722, de 2009,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008.*”, Relator ad hoc: Senador **Alfredo Cotait;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 85, de 2010,** de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (CN), que “*Aprova o texto do Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº 3, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, da República da Bolívia e da República do Chile, em Montevideú, em 8 de agosto de 2006.*”, Relator ad hoc: Senador **Mozarildo Cavalcanti;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 6 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 86, de 2010,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da Re-*

pública Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados, assinado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.”, Relator ad hoc: Senador **Marco Maciel;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 8 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 326, de 2010,** de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que “*Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Moscou, em 13 de agosto de 2008.*”, Relator ad hoc: Senador **Marco Maciel;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. Foram adiados os seguintes itens, a pedido dos respectivos relatores: **Item 2 – Projeto de Lei do Senado (SF) nº 11, de 2003** que “*Acrescenta tipo penal à Lei nº 7170, de 14 de dezembro de 1983, Lei de Segurança Nacional.*”, e o **Item 3 – Projeto de Lei do Senado (SF) nº 101, de 2010** que, “*Modifica o § 2º do art. 651 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para excluir a vedação de acesso do trabalhador não brasileiro de filial ou agência de empresa brasileira no estrangeiro à Justiça do Trabalho.*”. Ainda foram apreciados os seguintes itens Extra-pauta: **Item 1 – Requerimento nº 938, de 2010,** de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que “*Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de Comitativa Parlamentar Brasileira como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, em Visita Oficial ao Chile, no período de 5 a 7 de dezembro de 2010; informa ainda que estará ausente do País no período de 5 a 7 de dezembro de 2010.*”, Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 2 – Requerimento nº 943, de 2010,** de autoria do Senador Jefferson Praia, que “*Requer, com fulcro no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para se ausentar dos trabalhos da Casa no período de 5 a 7 de dezembro de 2010, quando estará viajando para o Chile, a convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, para participar de reuniões com autoridades do Executivo e Legislativo chilenos.*”, Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti;** Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 3 – Requerimento nº 946, de 2010,** de autoria do Senador José Nery, que “*Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, li-*

cença dos trabalhos da Casa para visita oficial ao Congresso do Chile, a Convite do Senado Chileno no período de 5 a 7 de dezembro de 2010. Comunica ainda que estará ausente do País no mesmo período.”; **Relator:** Senador **Mozarildo Cavalcanti**; **Resultado:** aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 4 – Requerimento nº 949, de 2010**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “Requer, nos termos dos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se do Brasil nos dias 06 a 07 de dezembro de 2010 para participar de visita oficial ao Chile, atendendo convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado Chileno.”; **Relator:** Senador **Mozarildo Cavalcanti**; **Resultado:** aprovado o parecer favorável à matéria. **Item 5 – Requerimento nº 950, de 2010**, de autoria do Senador Alfredo Cotait, que “Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 6 e 7 de dezembro de 2010, para fins de atender o convite da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e integrar a comitiva parlamentar em visita oficial ao Chile, e comunica que estará ausente do País no período da manhã do dia 5 até a noite do dia 7 de dezembro de 2010.”; **Relator:** Senador **Mozarildo Cavalcanti**; **Resultado:** aprovado o parecer favorável à matéria. A reunião torna-se secreta às doze horas e doze minutos. É reaberta ao público às doze horas e dezesseis minutos. O Presidente comunica a aprovação da Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo e do Embaixador Carlos Henrique Cardim. Nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e dezessete minutos. Lavro, eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, esta Ata. Lida e aprovada, ela será assinada pelo senhor Presidente e, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada desta reunião, publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 27 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata anterior.

Os senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Temos, hoje, a oitiva e sabatina de dois diplomatas, Leda Lucia Martins Camargo e Carlos Henrique Cardim. A Diplomata Leda vai para o Reino da Suécia representar o Brasil naquele importante país. E o Diplomata Carlos Henrique Cardim vai nos representar no Reino da Noruega e, cumulativamente, na República da Islândia.

Eu convido para compor a Mesa os diplomatas citados, Leda Lucia Martins Camargo e Carlos Henrique Cardim.

A indicação da Sra. Leda Lucia Martins está contida na Mensagem nº. 297, que “Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do seu nome, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia.” A autoria da mensagem é do Presidente da República. E a relatoria é do Senador Pedro Simon.

Senador Pedro Simon, relator da mensagem que indica a diplomata Leda Lucia Martins Camargo.

[interrupção no áudio]

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): “...Ministra de Primeira Classe de Carreira Diplomática do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia”.

Embaixadora que tem mil e uma qualidades, há uma a mais, é gaúcha do Rio Grande do Sul, o que é muito importante.

“A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes da missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, a Sra. Leda Lucia Martins Camargo é filha de Emani Saldanha de Camargo e Leda Adelina Martins Camargo, tendo nascido em 5 de março de 1946, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul”.

Quando S. Exa. nasceu eu já tinha tirado ginásio lá em Porto Alegre. Quando a senhora nasceu, eu estava tirando ginásio em Porto Alegre, no Colégio do Rosário.

“Após sólida formação acadêmica na área do Direito, com passagens pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pela Academia de Haia, pela Universidade de Paris e pelo Instituto de Ciências Políticas, também em Paris, em 1973, a indicada ingressou na carreira diplomática por concurso público em 1976.

Torna-se Terceira Secretária no ano de 1977. Promovida a Conselheira em 1990 e Ministra de Segunda Classe em 1997, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática destacam-se a de Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, em 1989; Conselheira na Embaixada em Roma, 1991; Ministra-Conselheira na Missão junto às Comunidades Econômicas Europeias, em Bruxelas, 2000; Embaixadora na Embaixada em Maputo, 2004, e na Embaixada em Praga, 2008.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem presidencial sumário executivo sobre o Reino da Suécia. O documento apresentado dá notícia histórica do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas, sobretudo, ao intercâmbio comercial entre os dois países.

O Reino da Suécia é por todos conhecido. Isso se dá, entre tantos motivos, pela longevidade de sua vida, pela sua vida democrática, pela correção do seu procedimento no plano internacional e pela estabilidade social de seu povo. Entre nós há também a circunstância de a Rainha Silvia ser filha de brasileira e de nutrir vínculos fraternos com o nosso país.

Tão exato quanto esse fato de o relacionamento bilateral ter se pautado ao longo do tempo mais pela vertente econômica. Com efeito, os investimentos suecos no Brasil são de grande porte e o intercâmbio comercial entre os dois países tem dimensão superlativa, conforme os números apresentados pelo Itamaraty.

O bom relacionamento econômico, no entanto, não tem proporcionado a mesma equivalência no campo político. Nesse patamar, as relações podem ser bastante incrementadas. Nesse sentido, o Presidente Lula esteve por duas vezes, durante seu mandato, na Suécia. Essas visitas foram retribuídas com a vinda do Casal Real sueco ao Brasil, no romper deste ano. Em sequência a essas iniciativas, verificam-se, com maior frequência, encontros de alto nível entre os respectivos governos. De tudo resultou a criação de uma parceria estratégica compreendendo o adensamento do diálogo e a cooperação nas áreas de bioenergia, de defesa, de meio ambiente, de ciência e tecnologia, de inovação, de educação, de cultura e de economia comercial.

Por isso, julgamos que os integrantes desta comissão possuem elementos mais que suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial".

Traz a biografia da ilustre candidata que tem, realmente, todas as condições para nos representar.

Nesse momento que a Presidente Dilma fala numa cota de no mínimo 30%, S. Exa. tem condições excepcionais para ser embaixadora e teria, na minha

opinião, condições excepcionais para ser Ministra das Relações Exteriores.

Totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço, Senador Pedro Simon, agradeço igualmente a presença da Agência Senado, Rádio Senado, as pessoas que se fazem presentes também aqui no nosso Plenário e especialmente o Embaixador Ivan Jancarek, que nos dá a honra de sua presença e que representa a República Tcheca. Seja bem-vindo.

A indicação do Sr. Carlos Henrique Cardim está contida na Mensagem nº. 304, desse ano, que "*Submete à apreciação do Senado o seu nome Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia*".

A mensagem, obviamente, é do Presidente da República e o relator da mensagem é o Senador Marco Maciel, que tem a palavra.

SENADO MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, senador.

Sr. Presidente, caro Senador Geraldo Mesquita Júnior, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

"O Exmo. Sr. Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Carlos Henrique Cardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, e, cumulativamente, junto à República da Islândia.

A Constituição Federal, como vocês sabem, no seu art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou curriculum vitae do diplomata indicado, do qual extraímos, para este relatório, as informações que se seguem.

Carlos Henrique Cardim, nascido em 31 de maio de 1948, em São Paulo, filho de Walfrido Henrique Cardim e Adauta de Almeida Cardim, concluiu, em 1975, o curso de Sociologia e Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Tornou-se doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, em 1994. É professor da Universidade de Brasília desde 1976, sendo fundador do Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política, Decano de Extensão e Presidente do Conselho Editorial da Editora da UNB.

Ingressou na carreira de diplomata após ter concluído o curso de preparação do Instituto Rio Branco, em 1976. Ascendeu a Conselheiro, em 1994; a Ministro de Segunda Classe, em 2001; e a Ministro de Primeira Classe, em 2006, todas às vezes por merecimento.

Destacam-se, entre outros, os seguintes cargos exercidos: Segundo-Secretário na Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, 1984; Assistente do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, em 1986; Primeiro-Secretário na Embaixada do Brasil, em Santiago; Membro da Comissão Sul-Americana de Paz, em 1992; Conselheiro no Consulado-Geral, em Santiago, 1993; Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 1997; Diretor do Centro de Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia; Cônsul do Brasil na Ciudad Guayana, na Venezuela, 1995; Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil, em Washington, 2003; Ministro-Conselheiro na Embaixada do Brasil, em Assunção, 2005; Diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre Gusmão, 2005.

Recebeu inúmeras condecorações e teve várias obras publicadas. Destaca-se a seguinte tese defendida no Centro de Altos Estudos – CAE, do Instituto Rio Branco: “A Política Exterior da República: a contribuição de Rui Barbosa e sua atualidade”. Foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, em 2010.

O Reino da Noruega, país onde o diplomata apresentará o Brasil, tem uma população de 4 milhões e 700 mil habitantes. Oslo é a capital. A língua oficial é o norueguês; no Norte fala-se também o sámi, língua falada pelos indígenas. O país é uma monarquia parlamentarista.

Os noruegueses exercem a democracia, respeitam os direitos humanos e o meio ambiente, creem no multilateralismo, no estado de direito democrático.

A Noruega, como se sabe, é um dos países mais ricos e igualitários do mundo. Possui o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Também tem grande liquidez financeira. Apesar de ter um número reduzido de habitantes, possui um PIB de US\$ 450 bilhões.

Assim, é uma das 25 maiores economias do mundo. A população desfruta da prestação de serviços públicos de alta qualidade.

A Noruega pertence à Associação Europeia de Livre Comércio e integra o Espaço Econômico Europeu. Entretanto, não é membro da União Europeia. A população norueguesa, por duas vezes, por meio de referendo, rejeitou o ingresso do país na União Europeia.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Noruega na América Latina. E, a partir de 2006, a Noruega assumiu a posição de principal mercado de destino das exportações brasileiras aos países nórdicos.

O comércio bilateral entre os dois países tem crescido significativamente nos últimos anos. Em 2009, o intercâmbio bilateral foi de US\$ 1,1 bilhão.

Os principais destinos dos investimentos noruegueses no Brasil são: petróleo e gás, construção naval, serviços marítimos e navegação, mineração, bioenergia, papel e celulose.

Além disso, como reflexo do grau de prioridade que a Noruega atribui às relações bilaterais com o Brasil, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega anunciou a elaboração da, *aspas*, Estratégia para o Brasil, *fecha aspas*, com a apresentação ao Parlamento do, *aspas*, Plano de Ação para o Brasil, *fecha aspas*.

Ademais, grandes empresas brasileiras dos setores de mineração e agroindústria possuem investimentos significativos no país nórdico.

A República da Islândia, país onde o diplomata também representará o Brasil, tem uma população de 307 mil habitantes. Reykjavík é a capital. Fala-se o islandês e o inglês. O país é uma república parlamentarista democrática.

Apesar da distância física e do pouco contato político, comercial e cultural, Brasil e Islândia mantêm relações cordiais.

No século passado, um pequeno grupo de islandeses imigrou para o Brasil. Assim, descendentes desse grupo ainda mantêm contatos com seus ancestrais nórdicos. O arquivo da Islândia guarda correspondências enviadas por esses emigrantes.

Os dois países não mantêm embaixadas residentes nos seus territórios. Dessa forma, a representação brasileira junto ao governo islandês é feita pela Embaixada do Brasil, em Oslo. Há, como já se mencionou, um Consulado Honorário do Brasil em Reykjavík.

Verifica-se, assim, apoio recíproco a candidaturas em foros internacionais. Destacam-se o apoio brasileiro à candidatura islandesa a membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, biênio 2009-2010, e o copatrocínio da Islândia à resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As exportações brasileiras para a Islândia saltaram de US\$ 12,8 milhões, em 2008, para US\$ 132,4 milhões em 2009. O Brasil é um dos principais fornecedores de alumina para a indústria islandesa.

A Islândia é membro de várias organizações e estruturas internacionais de caráter regional: Associação Europeia de Livre Comércio, OTAN, OCDE, OSCE,

Conselho da Europa, Conselho do Ártico. Além disso, apresentou pedido de adesão à União Europeia, em julho de 2009.

Assim, o Parlamento Europeu aprovou resolução em favor do ingresso da Islândia em sua comunidade, mas com ressalvas. Solicitou ao governo de Reykjavík que proibisse a atividade baleeira em seu território pois é uma prática contrária à legislação comunitária. Também, antes desse ingresso, o país necessita concluir a reforma do seu sistema de supervisão financeira.

Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Sra. Senadores, pelo exposto julgamos que os integrantes desta comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Estes é este é o meu parecer, Sr. Presidente.

[troca de presidência]

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel.

Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu gostaria, dentro do permitido regimentalmente, que fosse aberta a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, perfeito, já lido os dois relatórios, declaro aberto o processo de votação. Os senadores já podem votar, aqueles que tiverem especialmente necessidade de viajar.

Mas vamos dando segmento. Então, eu quero conceder a palavra à Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo, para fazer a sua exposição, indicada para a Suécia.

SRA. LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO: Muito obrigada, Excelência, Srs. Senadores, é com muita honra que me encontro aqui pela terceira vez, dessa vez para solicitar o beneplácito de V. Exas., para indicação do meu nome, feita pelo Presidente Lula e pelo Chanceler Amorim, como representante do Brasil para o Reino da Suécia.

As relações entre os dois países são profundas, antigas, afetivas e importantes. Já D. Pedro, quando perdeu D. Leopoldina Habsburgo, casou-se com D. Amélia e tornou-se cunhado da, então, Rainha da Suécia.

Por coincidência, eu hoje estou num país, a República Tcheca, que eu tanto admiro, e que então pertencia ao Império Habsburgo, e, hoje, então, estaria me preparando para ir para um país em que a rainha também é um pouco brasileira.

Mas remarcável é o fato que os investimentos suecos, que hoje representam, mais ou menos... Es-

tão, mais ou menos, no 11º lugar no Brasil, datam de mais de 100 anos.

E a importância econômica também tem um lado afetivo. Para os senhores terem uma ideia, a companhia sueca ABB ativou o bondinho do Pão de Açúcar, além de, obviamente, ter dado os geradores de Itaipu para nós. E outra empresa sueca forneceu o cimento do nosso Cristo Redentor.

É apenas um fato, mas é um fato afetivo para nós. A política externa sueca sempre foi o que hoje no exterior se qualifica a política externa brasileira, ativa e solidária.

País que conservou a neutralidade armada em períodos de guerra e o não alinhamento em tempos de paz a Suécia compensa ser uma potência média por seu ativismo na ONU, sendo pioneira em temas como desarmamento e democracia na defesa da reforma no Conselho de Segurança, dos direitos humanos, da criança ou da mulher, ou sendo também, como nós, marcantes na ajuda ao desenvolvimento.

O Secretário-Geral Dag Hammarskjöld desenvolveu a ideia das operações da paz como um dos pilares da política internacional. O país sempre ofereceu grandes mediadores e recebeu levas de exilados, inclusive do Brasil, como nós recebemos de imigrantes.

Mas qual a importância específica da Suécia para o Brasil? Eu resumiria, diria, dizendo que mais de 200 grandes empresas suecas, como a Ericson, a Volvo, a Scania, Electrolux, estão sediadas em nosso país, e todos sabemos que o Estado de São Paulo é considerado a segunda maior indústria sueca.

As empresas suecas empregam mais de 50 mil pessoas e faturaram, em 2007, no Brasil, US\$ 23 bilhões. Entre 2003 e 2008, o comércio bilateral quase triplicou, passando de US\$ 930 milhões, para 2,3 bilhões, embora com a crise tenha abaixado um pouco.

As pesquisas apontam que para os próximos anos se espera 92% no crescimento da produção das empresas suecas no Brasil, 80% no crescimento do lucro, e 73% no crescimento no número de funcionários empregados.

Esse peso se reflete na presença no Brasil da Agência Sueca de Promoção de Investimentos, do Conselho Sueco de Promoção de Comércio Exterior, da Câmara de Comércio Suécia-Brasil e da Agência Sueca de Crescimento Econômico que está por abrir um escritório aqui em Brasília.

Só para 2011, na área comercial, me esperam na Suécia, se aprovada por V. Exas., seis apresentações sobre economia brasileira perante associações suecas, duas em câmaras(F) regionais, que somam 800 membros, participação em três feiras e dois grandes eventos turísticos.

Em 2007, assinou-se o Memorando de Entendimento entre o Brasil e Suécia, sobre Cooperação na área de Bioenergia, que também prevê a promoção da produção de etanol em terceiros países, em particular na África.

Por coincidência, e comento isso para que os senhores vejam como nós, no Itamaraty, trabalhamos como, digamos, um conjunto, em vários locais em que não se pensa que haverá essa coincidência posteriormente, por coincidência me envolvi com esse tema, ainda em Maputo, junto com a embaixadora sueca. Resultado desse memorando, o gigante grupo empresarial sueco SEKAB, um dos maiores importadores de etanol no Brasil, deu início, em 2009, a três projetos: sendo dois na Tanzânia e um em Moçambique, de produção de etanol, o que particularmente me deixa extremamente satisfeita.

Eu cito dois novos acordos, resumidamente, assinados em 2009, com os dois grandes de perspectiva entre os nossos países: o Plano de Ação de Parceria Estratégica, nos moldes dos que temos com a Alemanha e França, que se concentra no diálogo político, como comentou o Senador Pedro Simon, como é necessário entre os dois países; e contempla pesquisa e projetos conjuntos em ciência tecnologia e cooperação em defesa. E o Protocolo Adicional sobre Cooperação e Tecnologia Inovadora, que estimula o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Com base nesse protocolo, a Scania, como os senhores devem saber, estará construindo, com base em acordo com a Prefeitura de São Paulo, os mesmos ônibus a etanol que circulam nas Ruas de Estocolmo. A cooperação no campo de inovação coloca em contato universidades do Paraná, Natal, Rio, Campinas, com as de Estocolmo, Sala, Lund e o Instituto Real de Tecnologia, e Agência Sueca de Sistemas Inovadores.

Eu tenho certeza que nesse campo o Senador Alfredo Cotait poderá despertar o interesse da Fundação Álvares Penteado, para que possamos trabalhar juntos.

Por último, Srs. Senadores, mas certamente tema que muito interessa, cabe citar a presença sueca na concorrência do Projeto FX-2. Eu tenho conhecimento da visita à Suécia da missão do Senado, composta por V. Exa., Presidente, pelos Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro e Jarbas Vasconcelos. Sei que lhes foi entregue um quadro comparativo entre o JAS-39 *Gripen Next Generation* e seus concorrentes no programa FX-2, no qual foram apontadas vantagens do *Gripen* em relação ao *Super Hornet* e o *Rafale F-3*.

Portanto, encontro-me em situação similar a de V. Exas., sem muito a acrescentar, pois se trata de um

pacote tecnológico sobre o qual se necessitaria todos os elementos e especialização para comentar.

Sabemos que a qualidade tecnológica, a transferência de tecnologia e o pacote de financiamento serão os elementos para esta decisão que certamente, nos próximos dias nós, vamos ter.

Posso, obviamente, adiantar que o meu desejo é que um tema tão palpitante como esse, obviamente, caía nas minhas mãos, para poder trabalhá-lo e ver multiplicada a importância desse tema, digamos, das relações bilaterais, e importância durante a minha gestão em Estocolmo.

Mas, evidentemente, o meu desejo maior é que a decisão seja a melhor para o Brasil, e tenho certeza absoluta de que assim será.

Eu gostaria apenas de acrescentar a V. Exas. que, pelas experiências anteriores, eu sei bem que os representantes dos estados brasileiros esperam dos representantes no exterior não só uma defesa do país Brasil, como conjunto, mas também dos estados individuais.

V. Exas. sabem muito bem que esse é um sentido que o Itamaraty sutilmente encalca em todos nós [soa a campainha]. Embora gaúcha, como o meu relator, o brilhante e respeitado Senador Pedro Simon, meu guru desde estudante, na Faculdade de Direito, ligados a terra como nós somos, que nem a pronúncia nos deixa disfarçar, não é, senador? Eu gostaria de dizer que eu não sou, na verdade, menos carioca que nenhum outro ao defender os interesses do Rio de Janeiro no exterior. Nem sou menos mineira ao reivindicar os direitos de Minas; ou pernambucana, quando do Estado de Pernambuco se trata, ou de São Paulo, ou de qualquer estado brasileiro. Eu acredito que o que importa dizer às V. Exas. é que na Suécia, como em meus anteriores postos, como todos os meus colegas nos seus postos, o Brasil é, com muito orgulho, o coração e o cérebro de todos nós, os diplomatas brasileiros.

Muito obrigada pela atenção e estou à disposição de V. Exas. para o debate que julgarem conveniente.

Muitíssimo obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigada, embaixadora, agradecendo sua exposição. E vamos ouvir, então, agora, o Embaixador Carlos Henrique Cardim, indicado para Noruega e Islândia.

SR. CARLOS HENRIQUE CARDIM: Muito bom dia. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer a atenção de V. Exas., Srs. Senadores, na análise da indicação do meu nome para Embaixador da Noruega, e, cumulativamente, com a República da Islândia.

Eu sinto-me particularmente honrado se receber a aprovação dos ilustres membros dessa comissão.

Considero essa arguição verdadeiro rito de passagem fundamental na vida da democracia e na vida profissional de um diplomata.

Expresso, também, meu agradecimento ao ilustre Senador Relator Senador Marco Maciel.

Gostaria, inicialmente, de assinalar que o Brasil e a Noruega vivem um momento de particular importância, uma situação quase que rara no relacionamento bilateral do Brasil com outros países.

Assinalo, nesse aspecto, que nos últimos três anos houve quatro encontros entre os primeiros mandatários de Brasil e Noruega. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro da Noruega, Stoltenberg, se encontraram nos últimos três anos por quatro vezes. E, também, houve visitas oficiais do Presidente Lula à Noruega e do Primeiro-Ministro Stoltenberg ao Brasil; e também contato do Chanceler Celso Amorim com o chanceler norueguês; e também uma visita do Chanceler Amorim à Noruega.

Esses dados mostram a densidade e a prioridade do relacionamento, essas visitas. Porque a Noruega não é um parceiro, assim, óbvio, de primeira vista, mas a hora que se vai vendo, a partir de alguns indicadores como esses, se descobre realmente um parceiro da maior importância.

Diria mesmo que esta importância está expressa, hoje, na definição que a Noruega fez de considerar o próximo ano o lançamento da chamada Estratégia Brasil.

A Noruega, a cada dois, três anos escolhe um país chave e prepara uma estratégia, ou seja, um documento que é preparado e esse documento é lançado. Uns três anos atrás definiram a Estratégia Índia, há uns dois anos a Estratégia China e, agora, é a vez do Brasil. Que essa estratégia deve ser lançada a partir, provavelmente, de março a abril, inclusive já prevista a visita do Ministro de Relações Exteriores da Noruega ao Brasil. Então, esses dados demonstram uma prioridade de um parceiro que não é óbvio, mas que é forte, um parceiro importante.

A Noruega é um país que tem uma geografia muito particular. Além do mapa, na Península Escandinava, eu gostaria de destacar dois aspectos da geografia da Noruega que tem haver com a parte política e, inclusive, de interesse do Brasil.

A Noruega... Do território da Noruega também faz parte um arquipélago chamado Svalbard, que é a localidade mais próxima ao Círculo Polar Ártico. A cidade mais próxima ao Círculo Polar Ártico é uma cidade norueguesa no arquipélago de Svalbard, que serve de base para pesquisas, para exploração comercial e, futuramente, até exploração econômica, porque a própria empresa norueguesa de petróleo calcula que

num futuro se podia pensar na exploração, no Ártico, de petróleo, que segundo dados do Serviço Geológico dos Estados Unidos, possui uma reserva economicamente explorável de 90 bilhões de barris, o que significa mais que o dobro do pré-sal brasileiro.

Também, a Noruega possui, no seu território, uma situação muito *sui generis*, que é uma ilha no Atlântico Sul, minúscula, mas essa ilha é menos detalhe, Ilha Bouvet, mas que a Noruega, como os senhores sabem, foi um norueguês que descobriu, que chegou pela primeira vez ao Polo Sul, Amundsen, e a Noruega tem uma presença no território Antártico histórica, inclusive uma reivindicação na chamada Terra da Rainha Maud, de cerca de 2,5 milhões quilômetros. Ou seja, o mapa da Noruega, teoricamente, vai do Ártico ao Antártico [risos]. Isso é um dado importante. E deve se destacar que a Noruega é uma potência marítima. A Noruega detém, hoje, a quinta marinha mercante do mundo, além de uma larga trajetória no campo naval, náutico, de formação, de ciências do mar, ou seja, essa presença é uma presença que tem uma significação muito importante.

Gostaria de destacar, além do que já foi dito pelo Senador Marco Maciel na sua apresentação sobre a Noruega - que eu não vou repetir dados que ele muito bem colocou - um dado interessante: a Noruega é um país com uma nação antiga, e um estado relativamente novo.

A nação norueguesa vem desde a Idade Média, dos anos 885, mas a Noruega só adquiriu o estado de independência plena no ano de 1905, ou seja, no século XX. Que a independência da Noruega tem mais... um pouco de um século.

E aqui tem uma coisa muito curiosa, outro dia ao perguntar sobre porque a Noruega não faz parte da União Europeia, além das razões econômicas que foram destacadas, o protecionismo que a Noruega tem sobre a sua agricultura, um certo temor da agricultura francesa, uma diplomata e depois um professor norueguês me chamaram atenção por um aspecto não racional, mas profundo, da não adesão da Noruega à União Europeia: me disseram, com total franqueza, isso é um sentimento comungado por boa parte da população norueguesa tanto que rechaçou, por duas vezes, o ingresso na União Europeia, que eles tiveram a independência muito próxima, muito recente, ainda querem desfrutar essa independência e não querem sair de um julgo que foi da Dinamarca, no século XIX, e passar para um domínio de Bruxelas. Então eles dizem: "Nós queremos desfrutar um pouco a nossa independência." Na verdade, a independência da Noruega só 100 anos, o Brasil tem 200 anos, é um aspecto interessante que me chamou atenção de uma motivação

muito forte, porque a Noruega, durante boa parte da sua história, quase mais de 300 anos, ela foi dominada pela Dinamarca e quase um século pela Suécia. Então, eles querem, agora, desfrutar sua independência.

Um outro aspecto importante aqui, foi destacado, é justamente a dimensão do petróleo na sua economia. A Noruega é, hoje, uma potência energética, no campo da energia. Eu vou destacar, depois, um pouco mais esse aspecto, mas a Companhia Statoil, companhia de petróleo da Noruega, ela tem um perfil altíssimo no cenário internacional; a Noruega é a quinta exportadora mundial de petróleo. Ela, então, é um dado muito importante. O gás representa uma fatia importante não só na formação do seu PIB, mas também no seu comércio exterior, o petróleo e o gás. E a Noruega, ela desenvolveu um modelo muito interessante que não completamente inspirou o Brasil, mas foi uma inspiração indireta, na organização da empresa Petrosal, que foi aprovada recentemente, e também na constituição desse fundo, logicamente a Noruega tem características diferentes o modelo, mas essa ideia de preservar e gerir com prudência os enormes recursos oriundos da exploração do petróleo e evitar a chamada doença holandesa. Então, a Noruega também nesse aspecto se destaca bastante.

Gostaria de chamar a atenção que a Noruega, ela possui também uma grande, um grande fundo de pensões, o fundo de pensões gerado que arquiva o fundo de petróleo, hoje, é o segundo maior fundo soberano do mundo, o fundo de pensões.

E, na verdade, ele tem um valor de 450 bilhões, detém quase 1,2% das ações de companhias de bolsa no mundo, quer dizer, são números maiores, logicamente.

A Noruega, como os senhores sabem, foi destacado aqui, ela... O regime político, além de um parlamentarismo, tem uma tradicional dominância do Partido dos Trabalhadores, que o Partido dos Trabalhadores foi fundado na Noruega, coincidentemente chama Partido dos Trabalhadores, em 1887, e é interessante ver o estilo como este partido se desenvolveu.

Eu vou destacar só um aspecto muito interessante que me chamou atenção, dessa perspectiva da social democracia nórdica, que às vezes nós não conhecemos em profundidade, precisamos estudar mais profundamente. E uma das razões do sucesso, além da grande política social desenvolvida, foi a ideia de alianças fora da classe trabalhadora, especificamente, que esse partido estabeleceu. [soa a campainha]

Então, eu gostaria de destacar agora, principalmente, as relações bilaterais. E o bilateral, como foi dito, o importante realmente é o lançamento da Estratégia Brasil, nós podíamos também pensar porque não se

fazer a estratégia em relação à Noruega, o Brasil também pensar aonde podia destacar a questão do mar, o Tratado de Spitsbergen, que nos daria acesso ao Ártico, e também estudos na área de agricultura.

E, na verdade, o Brasil e a Noruega são duas *rising stars* no cenário internacional, duas estrelas ascendentes no cenário internacional. E como muito bem destacou o Presidente Lula quando de sua visita à Noruega, dizendo o seguinte, que os dois países são considerados potências no campo de energia, dedicados a colaborar para a solução de alguns dos principais desafios da agenda internacional.

Minha palavra final, se o senador me permite, sobre a Islândia, porque são dois países, então posso aqui ter um pouquinho mais de tempo. [risos]

A Islândia, além do que já foi destacado aqui muito bem pelo Senador Maciel, depois de passar por um momento extremamente crítico na sua história foi eleito um novo governo, de orientação sociodemocrata conjunto com o partido de esquerda, verde, e está numa fase de recuperação, a Islândia. É um país que tem uma geografia muito específica, o relacionamento do Brasil é um relacionamento discreto, mas são extremamente cordiais as nossas relações face ao apoio recíproco que Brasil e Islândia têm dado em candidaturas internacionais.

É bom destacar também, no caso da Islândia, que a situação vivida no cenário aeronáutico internacional pela erupção daquele famoso vulcão, que tem 16 letras consoantes e tem o apelido de K16, então, na verdade me disseram que tem um vulcão maior que aquele, que esse é o menor; o outro maior deve haver uma erupção em breve, que se espera.

Então, a Islândia também entrou no cenário nessa discussão, mas tem tomado medidas no sentido de estudar, no âmbito internacional, toda essa problemática do tráfego aéreo a partir da sua situação.

Muito obrigado, senador. Me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador Carlos Henrique.

Nós já temos, portanto, o processo de votação em andamento e aqui na lista de inscrição, o Senador Alfredo Coltaí aqui pediu primeiro, depois Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. [ininteligível]. Eu queria pedir, se eu puder falar brevemente no início, porque há uma reunião na bancada para escolha de decisões importantes, que começou as dez e pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O Senador Coltait estando de acordo, não tem problema nenhum.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, então, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque eu quero muito aqui... Primeiro fiz questão de estar presente na exposição de ambos os embaixadores, quero agradecer muito a Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo, que quando eu tive a oportunidade de visitar Moçambique, ela foi extremamente atenciosa, e ali percorreu comigo diversos lugares e pessoas que eu visitei, no âmbito do Congresso, do governo e na visita a Sra. Graça Marchel, que é, inclusive, a esposa do Presidente Nelson Mandela. E tive a oportunidade de ali de expor proposições e ideias, conversamos sobre a Renda Básica de Cidadania, e foi alta a receptividade.

Quero muito agradecê-la e desejar que tenha o melhor sucesso e que continue como uma embaixadora que tão bem tem servido o Itamaraty e ao Brasil.

E gostaria, também, de desejar e cumprimentar o Embaixador Carlos Henrique Cardim, e cumprimentar ambos pela exposição que fizeram sobre os países escandinavos, a Suécia, a Noruega e a Islândia. Acho que nós temos muito que aprender com o avanço social de ambos os países, dos três países. Na verdade, a Noruega e a Suécia estão no topo dos países com melhor Índice de Desenvolvimento Humano, com baixos coeficientes Gini de desigualdade, constituem exemplos para nós e eu já conheço tanto a Suécia quanto a Noruega. Em diversas ocasiões e mesmo antes, quando completei o meu doutoramento em Economia, fiz questão de visitar a Suécia para ali fazer uma visita ao Prof. Gunnar Myrdal, que me recebeu em sua residência - agora não me lembro se era residência ou na universidade aonde lecionava -, e eu o tinha como um grande economista que, por exemplo, tinha escrito o livro *"The Asian Drama"*, e com ele muito aprendi e sempre em minhas visitas à Suécia, Noruega - a Islândia não conheci, não conheço até hoje - mas ali pude verificar o extraordinário grau de desenvolvimento que ambos os países têm.

Fiquei impressionado aqui ao observar que a Noruega tem uma renda *per capita*, registrada em 2009, de US\$ 82.214, algo das mais altas no mundo hoje, em segundo lugar. Em primeiro seria...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Lichtenstein... Mas me impressiona, porque, como a Suécia, dos países de maior renda *per capita*, está com US\$ 42,8 mil, em 2009. Então, a Noruega está praticamente com o dobro, uma coisa impressionante... E por causa do petróleo.

E o Embaixador Carlos Henrique Cardim, aqui nos falou, e inclusive do fundo de pensão da Noruega que serviu muito para o governo brasileiro estudá-lo, para ter como exemplo, no que diz respeito à aplicação de recursos, e que guarda relação também com a preocupação que houve quando da instituição do fundo permanente do Alasca, que também tem petróleo, mas o Alasca, que tinha em 76, 300 mil habitantes e têm hoje cerca de 700 mil, e fez do seu fundo uma evolução muito interessante de cerca de US\$ 1 bilhão, isso nos anos 80, para US\$ 40 bilhões quase hoje. Mas a Noruega, que passou para US\$ 450 bilhões e não é que... E a população da Noruega de 4,6 milhões, não é que seja... Então, excepcionalmente, quer dizer, não é uma população grande. Então, é um extraordinário fundo para uma população não tão grande.

Então, nós queremos formar um fundo, ontem foi objeto de apreciação na Câmara dos Deputados e eu avalio que é importante, sim, a Constituição Brasileira assegura aos estados aonde se explora o petróleo, que possam ter uma contribuição, por causa dos riscos ecológicos, por causa... E do trabalho que ali pode ser...

Então, claro que a população mais próxima e local deve ter uma compensação, mas que a riqueza do petróleo encontrada lá no fundo do Oceano Atlântico, na frente do Brasil, eu acredito, deva beneficiar os cento e noventa, setecentos e poucos milhões, que agora o Censo acabou de contar, do IBGE.

Então, acredito que é importante, mas, sobretudo estarmos levando em conta o que na Noruega e no Alasca se considerou, que precisamos pensar, não apenas na geração presente, mas na vindoura, e por isso separar os recursos para que a riqueza não renovável de petróleo possa perdurar em suas consequências para gerações vindouras.

E acho que a experiência do fundo da Noruega está bastante considerada, inclusive por estas considerações do governo brasileiro. E mais e mais nós precisamos estudar e ver.

Então, eu quero fazer essa saudação, desejar que ambos tenham muito sucesso. Infelizmente, eu vou, agora, me ausentar por causa dessa responsabilidade, vão escolher o líder da bancada, essas coisas, eu não posso faltar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador, seu partido reúne de-

mais da conta, faz reunião toda hora [risos]. Nos priva da sua presença aqui.

Mas eu queria... nós temos a segunda parte aqui da reunião...

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Ah, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V. Exa. é o relator de um acordo, se puder, então, o senador estando de acordo, o senhor podia ler para mim, então, já o relatório do Item 07, da segunda parte--

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É o acordo entre o Brasil e a Itália sobre o texto de acordo de coprodução cinematográfica.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Então, isso é uma coisa... Imagine, sobre cinema da Itália.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É uma área, exatamente, tem muito haver com V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): *"Trata-se aqui de acordo composto de 21 artigos e um anexo, que visa a disciplinar a coprodução cinematográfica entre os dois países."*

Tratados sobre esse exato tema têm sido adotados pelo Brasil em vários países. Eles objetivam promover o desenvolvimento das respectivas indústrias cinematográfica e audiovisual, como fortalecer o intercâmbio cultural e econômico entre as partes envolvidas.

Esse documento almeja substituir o Acordo de Coprodução de 1970, aperfeiçoando parâmetros para a realização de coproduções cinematográficas entre o Brasil e Itália.

As tratativas levaram à regulamentação, entre outros aspectos, do percentual de cotas de participação financeira na coprodução.

Na prática, o presente Acordo não cria ônus para o Estado, servindo apenas de base para futuros acordos entre entidades privadas. Sendo o mercado italiano altamente competitivo, o Acordo representa uma oportunidade para a canalização de investimentos daquele país.

Vê-se, portanto, que o tratado é favorável aos interesses nacionais no domínio da cultura, amplia os horizontes de cooperação entre os dois países e favorece o incremento das relações entre os setores nacionais envolvidos, de parte a parte, na produção cinematográfica".

Sr. Presidente, tal como ainda anteontem eu vi o filme *Em Teu Nome*, uma produção brasileira excepcional, de Paulo Nascimento, que o Senador Pedro Simon

nos convidou a todos e eu recomendo mais uma vez, os filmes italianos são algo sobre os quais nós sempre apreciamos e amamos muito, um cinema que nos emociona pela beleza, pela qualidade, pelo talento de diretores e artistas simplesmente formidáveis.

Então, que bom que o Brasil está realizando este acordo de intercâmbio do cinema brasileiro com o italiano, e a minha recomendação é entusiasticamente favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Supply.

Em discussão. Srs. Senadores, não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação. Os senadores que o aprovam permaneçam como se encontraram. Está, portanto, aprovado o texto do acordo de co-produção cinematográfica entre o governo do Brasil e o governo da Itália. E o parecer foi aprovado favoravelmente, sendo encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa. E retornando, então, agora, ainda... Senador Supply.

SR. CARLOS HENRIQUE CARDIM: Senador Supply, eu agradeço muito [ininteligível]. Só dizer uma coisa muito breve. É o seguinte: entre os pontos que eu penso desenvolver em Washington(F), se contar com a aprovação dos Srs. Senadores no meu nome, seria, justamente, um conhecimento mais aprofundado e atualizado da operação do fundo. Conhecer a dinâmica, as virtudes, os problemas, para que nós possamos intercambiar essa experiência, que é tão importante para nós.

Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): E eu gostaria, inclusive, de ter a oportunidade de conhecer lá, proximamente, quem sabe um dia visitar, os responsáveis pelo fundo; quem sabe, então, visitá-los, assim como também eu que acabei não indo a Praga. Eu quero meu compromisso com a Embaixadora Leda(F). Eu quero ir a Estocolmo e daí eu aproveito e vou nos dois, visitá-los.

SR. CARLOS HENRIQUE CARDIM: Será um prazer. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador. Senador Alfredo Cotait está com a palavra.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, embaixadores, senadores.

Eu, primeiramente, queria me congratular com a indicação do Presidente Lula e do Chanceler Celso Amorim para esses nossos dois excelentes embai-

xadores, a Leda Lúcia Martins Camargo e o Carlos Henrique Cardim.

Gostaria de fazer algumas considerações. Primeiro, com relação à Suécia, depois da brilhante exposição da Embaixadora Leda, mas como a minha área é muito mais comercial, eu gostaria, então, de dar algumas considerações na área comercial.

O Estado de São Paulo é a maior região, fora da Suécia, aonde encontram-se as empresas e investimentos suecos. Portanto, Embaixadora Leda, é fundamental que a senhora mantenha ou o SECON(F), nosso SECON(F) da embaixada na Suécia, ou a senhora diretamente, um contato muito estreito com os representantes da Suécia no Estado de São Paulo, porque ali é que os negócios estão se prosperando.

O Cônsul-Geral da Suécia, que, inclusive, é um amigo meu, o Cônsul Barry Bystedt, tem feito um excelente trabalho. Também possui, lá em São Paulo, a Câmara de Comércio Sueca-Brasileira. Essa Câmara opera sempre guiada por um Conselho Consultivo que é presidido pelo Sr. Christer Manhusen, e que já foi, inclusive, ex-embaixador da Suécia no Brasil, que eu acho que já deve já ter tido algum conhecimento.

Mas, eu acho que o mais importante, conforme a sua exposição, a balança comercial Brasil e Suécia, ela é deficitária para o nosso lado. A Suécia nos exporta, basicamente, manufaturados, e nas nossas vendas ainda estão presentes matérias-primas, como café, soja, carne. Mas, as exportações de manufaturados para a Suécia estão começando a ficar em ascensão, dentre os quais principalmente aviões. Além disso, eles são grandes importadores de álcool do Brasil.

Portanto, uma sugestão para a Embaixadora Leda é que mantenha aí uma ligação direta com a EMBRAER, para fomentar a venda de aviões e também com a UNICA e com as usinas produtoras de álcool, como a Cosan, para que também amplie-se a importação do etanol para a Suécia; isso sempre do ponto de vista de tentar equilibrar a nossa balança deficitária.

Como eu sempre digo: a questão não é apenas equilibrar a balança, mas também aumentar o comércio bilateral entre os dois países, porque comércio exterior é uma via de mão dupla. Mas, eu gostaria de, também, conforme a Embaixadora Leda comentou sobre a relação da cidade de São Paulo, a relação da cidade de São Paulo com Estocolmo e com a Suécia é muito próxima. Nós temos, por exemplo, a SymbioCity, que é uma série de eventos, organizados pela Embaixada da Suécia, que busca apresentar a metodologia usada na Suécia para buscar o desenvolvimento sustentável, e conta com a constante participação de empresas suecas, como a Volvo, a Envac e a Scania.

A Prefeitura de São Paulo, comandada pelo Prefeito Gilberto Kassab, já apoiou esses eventos, inclusive com a participação da Secretaria de Relações Internacionais, que foi criada exatamente com essa finalidade, organizando junto com ela e com a Embaixadora Annika Marcovic. Também eles têm o Projeto BEST, que é o *BioEthanol for Sustainable Transport*, que é uma iniciativa da Prefeitura de Estocolmo e em conjunto com a USP e a empresa Scania, e que é financiada pela União Europeia.

Eles têm como objetivo sensibilizar a sociedade sobre a importância do uso do etanol no transporte público, capaz de reduzir em 90% a emissão dos gases do efeito estufa.

O projeto está presente em Estocolmo, Suécia, Madri, na Espanha, no País Basco, Rotterdam, na Holanda, na Itália, em Somerset, na Inglaterra, na China, em Dublin, na Irlanda; e o Brasil é o único país nas Américas que participa desse programa.

A cidade de São Paulo sediará, em 2011, a reunião da cúpula do C40, que é a reunião dos 40 prefeitos das maiores cidades do mundo, para discutir meio ambiente. Logicamente, Estocolmo terá uma participação importante. Peço à Embaixadora Leda que, se já estiver no seu posto, que não evite esforços para trazer para cá o prefeito de Estocolmo, para poder participar desta importante reunião.

E ela é importante porque um dos temas principais será o etanol. E com o intuito de atender a meta estipulada pela Lei Municipal da Cidade de São Paulo de mudanças climáticas e ver toda a nossa frota de ônibus municipal ser renovada com a utilização de ônibus com combustíveis renováveis até 2018, a cada ano nós estamos fazendo uma renovação de 10% dessa frota.

Portanto, a prefeitura firmou, no dia 25 de novembro, um protocolo de intenções com a Scania e a Cosan, para a entrega dos primeiros 50 ônibus movidos a etanol. E que já na cúpula do C40 fará o oferecimento dos transportes a todas as autoridades para que isso possa ser um exemplo de iniciativa para que a gente possa, então, introduzir o etanol no transporte público.

Portanto, Embaixadora Leda, a senhora terá um grande trabalho e aqui um parceiro, na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, para trabalharmos juntos. Desejo, realmente, muito sucesso.

E ao Embaixador Carlos Cardim, a Noruega tem uma... São pragmáticos, tem uma estratégia extraordinária, são eficientíssimos, sua relação, basicamente, é com o Brasil. Ou seja, a relação Noruega, ela é macro com o Brasil. A Embaixadora Leda fez uma inserção no seu comentário extremamente importante, que é funda-

mental que nós entendamos que os estados brasileiros têm que ter uma relação com esses países.

O Brasil é um país continental, onde os estados, cada um tem a sua expertise e a sua particularidade. Nós devemos ter uma estratégia também para que todos os estados possam aproveitar desse bom momento das nossas relações.

A Noruega não tem com o Estado de São Paulo nenhuma grande participação em termos comerciais, portanto, fica, também, aqui, uma mensagem que a gente gostaria muito do Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo ter com o senhor, no comando da nossa embaixada na Noruega, iniciar uma relação comercial mais próxima.

Em São Paulo, o Cônsul é o Jens Olesen, que também ocupa o cargo de Presidente da Câmara de Comércio e, portanto, não tem uma grande atividade; e essa grande atividade, como escritório, situa-se no Rio de Janeiro.

Portanto, fica aí a nossa modesta colaboração, através das entidades e através da Secretaria Municipal, como um canal para que o senhor possa, também, desenvolver a sua atividade basicamente no âmbito comercial.

Portanto, Sr. Presidente, é isso que eu gostaria de fazer a menção, parabenizando os dois embaixadores e a última referência, conforme o senhor comentou na sua abertura da sua exposição, a presença do embaixador da República Tcheca aqui, no Brasil, o Ivan Jancarek, que é um amigo pessoal com quem nós temos trabalhado muito e que também participou, junto conosco, das visitas do Presidente da República Tcheca, na qual a Embaixadora Leda foi uma protagonista fundamental nessa visita.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cotait. Antes de passar ao embaixador e embaixadora, vamos ouvir o Senador Mozarildo Cavalcanti.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Srs. Embaixadores, eu ouvi atentamente a explanação de ambos, acho que não há muito o que indagar sobre o que foi explanado, mas uma coisa que a embaixadora colocou e que eu fiquei, realmente, muito satisfeito, porque é uma das coisas que eu venho questionando. Aliás, o embaixador me falou que ele já foi embaixador na Venezuela; é a questão do relacionamento com os estados, o desinteresse dos estados.

Há o embaixador, por exemplo, brasileiro, que foi embaixador na Venezuela, que nunca foi a Roraima. E é o estado que está encravado dentro da Venezue-

la, parte do Brasil é Roraima, e que precisa muito da relação Venezuela-Roraima.

Na Guiana é a mesma coisa; é um país pequeno, mas que tem muito interesse estratégico para Roraima, e muitos embaixadores saem daqui, portanto, de Brasília, direto num voo para Caracas, ou direto num voo para Georgetown, e nunca vão no Estado de Roraima.

Estou falando de dois países limítrofes, mas não quer dizer que o interesse de Roraima só tem a ver com esses dois países limítrofes, não. Qualquer um outro país, por exemplo, um estado pequeno, como o meu, com a economia que está por deslancar, seria muito importante que essa diplomacia, vamos dizer, comercial também incluísse o Estado de Roraima.

Por exemplo, nós discutimos, aqui, a questão da Venezuela. O que é que nós vimos? Há um propalado superávit comercial do Brasil em relação a Venezuela, mas feita apenas com dois estados, o estado do Senador Alfredo Cotait, São Paulo, e o estado do Senador Azeredo, Minas Gerais. Basicamente, a venda do Brasil para a Venezuela é feita por estes dois estados. Nós, que estamos lá, é mínima sequer a abertura para nós exportarmos.

Então é preciso que a gente pense numa diplomacia mais nesse sentido, de realmente desenvolver o Brasil, desenvolver os estados individualmente, porque se falar no estado brasileiro, a coisa não vai chegar lá. Por isso que eu quero dizer da minha satisfação de ver que esse ponto é colocado como uma preocupação na diplomacia.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Mozarildo, o senhor tem toda a razão. Na época em que governei Minas, eu pedi muito, realmente, ao Itamaraty que tivesse essa atenção com os estados, porque nós somos um estado, um país muito grande, um país federativo, e essa interlocução com os estados é muito importante, inclusive não só com os estados. Mas, ontem eu participei, em Belo Horizonte, da abertura da reunião da Frente Nacional de Prefeitos, e os prefeitos também reivindicam esta atenção pelo mesmo motivo: pela descentralização, pelos interesses que existem, e, realmente, este é um ponto importante que os embaixadores precisam estar sempre atentos e que são demandados, não só pelo Governo Federal, mas, realmente, pelos governos estaduais e pelas prefeituras.

A embaixadora com a palavra.

SRA. LEDA LUCIA MARTINS CAMARGO: Muito obrigada. Eu realmente procurei ressaltar isso, exatamente para que os Srs. Senadores tivessem certeza que isso está na mente de todos os diplomatas brasileiros e que sempre estamos todos à disposição do interes-

se dos estados, como creio que temos demonstrado e como a nossa assessoria de relações com o Congresso sempre tem estado como mediador, à disposição de que o interesse seja atendido sempre no exterior.

Então, muito obrigada, também, pela complementação e muito obrigada, também, ao Senador Alfredo Cotait pela complementação que fez. Estarei muito atenta. E apenas diria ao senhor que é exatamente nesse sentido que eu comentei sobre todas as atividades que me esperariam em Estocolmo, caso aprovado aqui, em relação às apresentações sobre economia brasileira diante de associações suecas e câmaras regionais, e também cortei um pouquinho para não, enfim, me estender demais. Mas existe, diante das expectativas, dos pedidos de informações à embaixada, uma série de caminhos, já para a divulgação, sobre exportações brasileiras, exatamente para sair um pouquinho desses produtos primários e um pouco mais para produtos ecológicos, em geral, turísticos, biocombustíveis.

Ressalto que a Suécia é o maior importador de etanol do Brasil, e também gostaria de comentar que nós somos muito complementares em imposições em relação a esta parte de meio ambiente. Em Estocolmo, nós... Não nós, digamos, os suecos, tem 650 ônibus a etanol, circulando na cidade; exatamente por isso que a Prefeitura de São Paulo tem esse acordo, que eu citei. A Volvo e a Saab têm uma grande produção de automóveis *flex fuel*(F) e a compra é com uma grande redução de impostos. Os automóveis *flex fuel*(F), em Estocolmo, tem uma grande vantagem para estacionamento, uma série de condições que incentivam, exatamente, esta compra.

E apenas complementaria sobre o nosso déficit em relação à Suécia, no comércio. É muito compreensível porque é exatamente pela importância das empresas suecas no Brasil e por São Paulo ser exatamente a segunda indústria sueca existente; essas grandes empresas importam da Suécia os produtos que elas necessitam.

Então, isto é exatamente o que explica esse déficit que nós temos. É muito difícil corrigir isso, porque na medida em que eles crescem no Brasil, o déficit aumenta. Mas, essa complementação nossa e essa cooperação em matéria de biocombustíveis, é muito importante para nós.

Mas, estarei muito atenta, senador, e pode ter certeza que toda a colaboração que o senhor, também, com esta continuidade de cooperação que vamos ter, será muito bem-vinda.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixadora. Embaixador Cardim.

SR. CARLOS HENRIQUE CARDIM: Eu concordo plenamente com a observação sobre esta perspectiva federativa nas relações internacionais, inclusive eu mesmo tenho participado, a convite, até, de algumas palestras, numa associação que existe só dos assessores internacionais dos governos estaduais. É uma associação bastante ativa e eu pretendo, então, manter e continuar esse vínculo com essas assessorias internacionais, secretarias e governos, que eu acho muito importante esta perspectiva do estado. E no nosso estado, que eu sou de São Paulo, também, sem dúvida eu acredito que há alguns campos importantes que a ação, junto com a Noruega, podiam ser destacados.

Primeiro lugar é o seguinte: na área mais dinâmica em termos de investimento e negócios, é a área, sem dúvida, do petróleo, e há uma associação, na Noruega, dos fornecedores de equipamentos e serviços para a indústria petrolífera, e eles estão muito interessados no investimento e na formação de empresas conjuntas com o Brasil. Inclusive, na perspectiva da PETROBRAS, de aumentar conteúdos nacionais na empresa, eles até instalaram, no Rio de Janeiro, um tipo de incubadora de empresas norueguesas no Brasil.

Podíamos pensar o lugar mais adequado em São Paulo para fazer essa incubação. É até uma ideia que eu poderia levar porque a perspectiva é justamente a formação de um *cluster* de empresas que possam, não somente estar representando(F) a indústria petrolífera em termos maiores, mas também há muitos serviços e equipamentos da indústria petrolífera.

Eu me lembro de uma vez, quando eu visitei uma plataforma, tive essa possibilidade, e um engenheiro da PETROBRAS me disse que aquela torre de perfuração, na verdade não é uma torre, é uma árvore de Natal, tal a quantidade de serviços que estão ligados para poder... Para uma plataforma poder funcionar.

Então, essa entidade norueguesa pretende investir, em breve, dez bilhões junto do programa da PETROBRAS e aí eu acho que São Paulo, com seu parque industrial, seria o lugar, mais ou menos, vocacionado; em Minas também, sem esquecer outros estados, e Pernambuco, [ininteligível] e receber parcerias muito importantes de empresas norueguesas.

E um ponto mais sobre São Paulo, que este é um ponto que eu tenho refletido muito, é a questão das ciências do mar. A USP tem um Instituto Oceanográfico e a USP já começou um pequeno contato com o Instituto Oceanográfico Norueguês. Eu acho que aí nós temos muito a aprender com a Noruega em toda essa questão do [ininteligível] chamar ciências do mar, a perspectiva marítima. O Brasil, com todo o litoral que nós temos, na verdade, eu acho que nós somos até subdesenvolvidos nesse aspecto, de uma perspectiva

marítima mais prioritária, essa consciência marítima, que é normal na Noruega. Eles têm isso desde sempre. E eu acho que aí nós temos muito a assimilar de tecnologia e nessa área, principalmente, que eu resumiria com esta palavra: ciências do mar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Eu vou dar segmento, então, antes de passar àquela [ininteligível], vamos nessa segunda parte, aonde nós temos aí os projetos e decretos legislativos. Se o embaixador e a embaixadora puderem aguardar só... Eu quero passar ao Senador Simon, V. Exa. é o relator de dois acordos que estão aqui. Um acordo e depois o outro como *ad hoc*, no lugar do Senador Paulo Paim.

O primeiro dispõe sobre criação do Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina. É de autoria da Câmara dos Deputados e o Senador Pedro Simon é o relator, a quem concedo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 55, de 2005, dispõe, em seu art. 1º, sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ocorrer anualmente no dia 30 de novembro.

O art. 2º da proposição determina que cabe ao Poder Executivo a adoção das providências para as comemorações.

Por fim, o art. 3º determina que a norma resultante entrará em vigor na data de sua publicação.

A emenda da Câmara dos Deputados sobre o projeto consiste na supressão de seu art. 2º, pois entendeu essa Casa que referido artigo é eivado de inconstitucionalidade, eis que invade a competência típica de outro poder.

Assim, como a supressão não prejudica o projeto, somos pela aprovação da emenda na Câmara dos Deputados.

O outro projeto, Sr. Presidente, é o Item 11º.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Não, é o Item 7, não é?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É o Item 9. Trata-se de proposta que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca. O Grupo será formado por deputados e senadores que a ele livremente aderirem e regido por regulamento interno, ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores.

Diz o relator que a constituição de grupo parlamentar no âmbito do Congresso Nacional, seja na Câmara, seja no Senado, é iniciativa de suma importância, pois permite maior intercâmbio entre os poderes do legislativo e fomenta a chamada diplomacia parlamentar.

Senador Paim, que é o relator da matéria e pede desculpa por não estar presente, porque está em outra reunião e pede para que eu o represente, diz que tem a certeza que o grupo em apreço potencializará a aproximação entre duas grandes nações da América.

Eu sou favorável a aprovação dos dois projetos. Eu apresentaria uma emenda, mas acho que não vou apresentar, dizendo que na relação de amizade Brasil-Argentina fica excluída as questões de futebol, mas acho melhor ficar subentendido, Sr. Presidente. Eu sou favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Nós estamos avançando bem, já estamos conseguindo o Dia da Amizade.

Eu coloco, portanto, em discussão os dois projetos, o que cria o Dia da Amizade Brasil-Argentina e o que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca, lembrando que a Dinamarca tem, realmente, uma grande ligação com o Brasil; o Dr. Lund, que pode ser considerado o pai da arqueologia daqui, do país, especialmente lá no meu Estado de Minas Gerais. Em discussão. Não havendo...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É uma coisa fantástica. O Goiás caiu para a segunda divisão e ontem ganhou de 2 a 0 do Independiente, na Copa Sulamericana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Olha, o mais fantástico, Senador Simon, é que o meu time, o América Mineiro, há dois anos estava saindo para a série D, aí foi campeão da C e esse ano classificou na B para a A. Está na primeira divisão ano que vem.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Veja como esse projeto do Paim já traz divisão. Por exemplo, no jogo de ontem, a torcida do Grêmio torceu toda contra o Brasil, pelo Independiente, e eu, do Internacional, torci a favor do Goiás, para ganhar do Independiente, e ganhamos de 2 a 0.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está ótimo.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação os dois projetos. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos agora para o PDS nº. 722. O relator é o Senador Heráclito Fortes, que também está em viagem, eu pediria ao Senador Alfredo, do mesmo partido do Senador Heráclito Fortes, do DEM. É o Item 4. Deixa eu só fazer a leitura rápido dele aqui.

Item 4, também é não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº 722, que “aprova o texto do acordo entre o Brasil e a França, relativo à Cooperação no Do-

mínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças". Com a palavra, o Senador Cotait.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente, então, o relatório do Senador Heráclito Fortes, abordando o "acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008".

O relatório do Senador Heráclito Fortes:

"Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, relativo à Cooperação no Domínio da Defesa e ao Estatuto de suas Forças, assinado em Paris, em 29 de janeiro de 2008.

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 27 de agosto de 2009, após passar pelo crivo das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, esta comissão é chamada a pronunciar-se preliminarmente sobre o tema, consubstanciado no Projeto de Decreto Legislativo nº. 722, de 2009, antes da apreciação pelo Plenário da Casa.

Acompanha a proposição a Mensagem nº. 908, de 20 de novembro de 2008, do Sr. Presidente da República, que encaminha o texto do tratado do Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº. 166, de 12 de maio de 2008, do então Ministro de Estado de Relações Exteriores interino, que informa que o documento busca aprofundar e ampliar o âmbito de cooperação, em matéria de defesa entre os dois países. A cooperação será conduzida principalmente nas áreas de pesquisa, desenvolvimento, apoio logístico, aquisição de produtos, equipamentos e serviços de defesa, bem como ações conjuntas de treinamento e instrução militar.

Ainda nas palavras do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto, o acordo apresenta disposições relativas ao estatuto dos membros do pessoal civil e militar, quando em missão no território da outra Parte. Dispõe, também, sobre o tratamento que será dado aos infratores que cometem falta grave ou intencional no exercício de suas funções e como estes deverão ser submetidos ao devido processo legal. Dispõe, ainda, sobre matéria tributária, no que diz respeito ao envio de bens pessoais e aquisição de artigos para uso militar.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental".

Da análise, Sr. Presidente, como é muito extensa, é feita aqui uma análise sobre esta questão, na qual tem alguns questionamentos, que são os seguintes: "1º) Quais as justificativas para que o acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, objeto do presente projeto, apresente aspectos substancialmente diferentes dos demais, tratados da mesma natureza, com grau de detalhamento bastante acurado?; 2º) Se há expectativas entre as partes contratantes de que o referido acordo seja a base para acordos militares, ulteriores, incluindo tecnologias nucleares e aquisições de aeronaves, pelo nível diferenciado de pactuação estabelecido; 3º) Se há outras exigências não explicitadas no acordo para intercâmbio em matéria de defesa, que serão desencadeadas após sua ratificação?

As informações do Embaixador Celso Amorim, ao nosso ver, responderam às perplexidades do questionário. Sinteticamente, quanto ao primeiro ponto, o chefe de nossa diplomacia afirma, no Ofício nº 68, de 6 de julho de 2010, que este acordo vai além da cooperação em matéria de defesa e que tem características específicas para incluir temas típicos de um acordo de Estatuto das Forças, ou seja, o instrumento pelo qual as Partes regulam o ingresso e permanência de funcionários civis e militares em seus territórios, para o desenvolvimento de projetos de cooperação. Estas especificidades decorrem da previsão constante do art. 3º, alínea 'f', de possíveis ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares, com o desdobramento de unidades, e seus respectivos materiais no território da Parte Anfitriã, durante o tempo necessário para a atividade, respeitando o previsto na legislação da Parte Anfitriã.

Ainda segundo o Ministro Amorim, a parceria estratégica Brasil-França não exclui quaisquer outras parcerias que possam ser estabelecidas em prol dos interesses brasileiros, conforme as diretrizes fixadas pela Estratégia Nacional de Defesa.

Sobre a segunda questão, a informação ministerial é a de que o Acordo prevê, em seu art. 24, do capítulo 3º, a celebração de acordos ou entendimentos complementares para a implementação dos programas e atividades dele decorrentes. Entretanto, no momento, não há previsão de assinatura de ajustes complementares ao Acordo, em qualquer área da cooperação bilateral em defesa.

Acrescenta que eventuais acréscimos ao acordo serão regidos pelos mesmos procedimentos de apreciação de tratados, observando-se em especial os referentes à participação do Congresso Nacional.

Sobre a preocupação de que o tratado encubra a intenção de aquisição de aeronaves da República

Francesa, o Ministro Amorim ressalta que o procedimento de compra de material bélico não é matéria regida por acordo, mas por contratos comerciais. Não se confundiria, assim, o acordo em análise com contratos comerciais, que constituem processos de negociação e de aprovação independentes.

O texto, segundo a nota, foi negociado com as salvaguardas devidas e o respeito ao ordenamento jurídico brasileiro e às obrigações internacionais, assumidas pelo país, e caracteriza-se pelo equilíbrio e pela reciprocidade entre os direitos e os deveres das Partes.

Cabe registrar que o Ministro Celso Amorim afirmou ser este o primeiro tratado desta natureza firmado pelo Brasil, o que reforça o cuidado adotado pelo Senado em sua decisão".

No final, após outras análises, o Senador Heráclito Fortes faz o seu voto.

"Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei".

Então, eu encaminho aqui, ao Sr. Presidente, o Voto pela aprovação do Projeto do Decreto Legislativo nº. 722/2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Portanto houve um requerimento, apresentado pelo Senador Heráclito, esse requerimento foi respondido, com essas informações, clareando o objetivo do acordo, e acredito que esta é realmente uma função importante dessa comissão e do Senado, já que nós não podemos, na verdade, alterar os acordos; os acordos só podem ser aprovados ou não. Mas é importante que haja um esclarecimento adequado, como foi feito aqui, no caso, pelo Senador Heráclito, em relação a este acordo com a França. Esta questão, realmente, dos caças continua em aberto, não sabemos se será resolvido ainda dentro desse governo ou não. O fato é que o requerimento traz um pouco mais de dados a respeito.

Eu coloco ainda, portanto, em discussão. Não havendo quem queira discutir, encero a discussão, coloco em votação. Os senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado. O parecer vai à Secretaria-Geral.

Ainda continuando, com a paciência da embaixadora e do embaixador, nós temos que... Ainda [ininteligível] para terminar o ano sem nada na pauta.

Próximo aqui... Pedir ao Senador Mozarildo que seja o relator *ad hoc*, pedimos ao Senador Marco Maciel, depois, do seguinte... Está no Item 5, cujo relator original é o Senador João Ribeiro. Já esteve aqui,

já participou da votação, mas não pôde permanecer. É o Projeto de Decreto Legislativo nº. 85/2010, que *"aprova o texto do Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº. 3, assinado entre a Argentina, o Brasil, o Paraguai, Uruguai, também Bolívia e Chile"*, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL. Senador João Ribeiro, aqui, é o relator. Relator *ad hoc*, Senador Mozarildo Cavalcanti, a quem concedo a palavra.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sr. Presidente, Srs. Senadores, conforme anunciado pelo Presidente, *"Esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o texto do Acordo de Alcance Parcial Agropecuário nº. 3 entre os Estados Partes do Mercosul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) e mais dois Estados Associados (Bolívia e Chile), firmado em Montevideú, em 08 de agosto de 2016 (sic)".*

Segue-se uma análise detalhada, que eu vou poupar a leitura, já que foi devidamente distribuída aos senadores, e quero concluir lendo o final do Voto do Senador João Ribeiro, que diz: *"O presente acordo propicia a base institucional para a coordenação do setor de agropecuária no Cone Sul, com um escopo correto e balanceado entre as ações de cooperação que contribuirão para o desenvolvimento de nossos povos e para o fortalecimento da integração regional. Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2010".*

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Mozarildo. Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado o parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 85, do âmbito do MERCOSUL, de origem da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

O Item 6, que é também não terminativo, Projeto de Decreto Legislativo nº. 86/2010, *"Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Brasil, a Colômbia, para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados"*, autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados; relator, Senador Tasso Jereissati, que, não estando presente, solicito ao Senador Marco Maciel que seja o relator *ad hoc*, enfatizando a importância de um texto como este, que nós estamos vendo aí a questão toda do Rio de Janeiro. O Brasil não é grande produtor de drogas, e a origem dessas drogas no Rio, na verdade, vem de países vizinhos, como a própria Colômbia, como Bo-

lívia, como Equador e Peru, de maneira que revela-se da maior importância um acordo como este, entre o Brasil e a Colômbia.

Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. Senadoras, Sra. Embaixadora, Sr. Embaixador Cardim.

Como o Presidente Eduardo Azeredo acaba de assinalar, eu vou prolatar aqui, como relator *ad hoc*, o Projeto de Decreto Legislativo 86/2010, 1973/2009, na origem, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da Câmara dos Deputados, que “*Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Acessórios, Explosivos e outros Materiais Relacionados*”. O presente acordo foi assinado em Bogotá, em 19 de julho de 2008.

Para não me alongar em considerações, eu vou passar imediatamente para análise da proposta que ora será discutida.

“*Versado em nove artigos, o Memorando de Entendimento traz como objetivo primordial o empreendimento de esforços conjuntos para a harmonização de políticas de controle, fiscalização e repressão dos fatos suprelacionados.*”

Nele não são estabelecidos compromissos financeiros para as Partes, porém, cria-se um Grupo de Trabalho permanente, integrado por representantes dos organismos nacionais competentes e sob a coordenação dos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os Estados, com a incumbência de reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, alternativamente no Brasil e na Colômbia, para acompanhar os trabalhos oriundos dessa cooperação, dando-lhes efetividade e curso, sem embargo da promoção de outras ações de cooperação permanentes.

Ao encaminhar a matéria ao Congresso Nacional, o Executivo brasileiro esclarece que o Memorando atribui ênfase “à necessidade de se estabelecer controle efetivo e fiscalização rigorosa sobre a posição, fabricação, importação, comercialização e exportação, assim como combater a comercialização ilícita de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais relacionados nos respectivos territórios”.

Destaca, ainda, “que essas atividades são modalidades do crime organizado transnacional, que vêm apresentando uma crescente expansão nos países da região sul-americana”; que “o crescimento dessas modalidades delituosas traz prejuízos à manutenção da ordem social, da paz pública e põe em risco a integridade física de suas populações”; e que “há conve-

niência de estabelecer mecanismos que permitam a comunicação direta entre os organismos competentes de ambas as Partes e o intercâmbio fluido de informações rápidas e seguras sobre a circulação de armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais relacionados’.

De fato, o crime organizado – como sabemos – é transnacional e é hoje um dos maiores problemas para a segurança mundial e, particularmente, para a segurança da América Latina. Por trás dos vários ilícitos praticados, como o tráfico de armas, de pessoas, de drogas, o contrabando, a pirataria, a exploração ilegal de madeira, minérios e pedras preciosas, a indústria dos sequestros, além de outros, encontraremos ramificações que se estendem por toda a região, não respeitando fronteiras ou barreiras nacionais.

Os produtos dessas atividades criminosas são hoje ‘commodities’ trocadas entre os criminosos, em esquemas cada vez mais sofisticados e profissionais, constituindo um negócio que rende bilhões de dólares anualmente e que não dá sinais de arrefecimento”.

Sr. Presidente, “no Brasil, muito se tem discutido sobre o combate à violência e sobre a parcela de responsabilidade que se deve imputar a cada esfera de governo. Se, por um lado, a maior parte está afeta aos governos estaduais e municipais, por outro, é responsabilidade precípua do Governo Federal zelar pelo controle de nossas fronteiras.

Nisto se inclui, obviamente, evitar a entrada ilícita de armas, munições e explosivos em nosso território. Se não reforçarmos esse controle, assistiremos ao aprofundamento do problema que vivenciamos em nossas cidades médias e grandes, problema que já ameaça espalhar-se por todo o território nacional, uma vez que o flagelo do ‘crack’ dissemina-se pelo interior do país, por ser barato, de rápida colocação e viciar quase instantaneamente os seus usuários.

No combate à criminalidade, a cooperação, a informação e a inteligência são ferramentas básicas para o sucesso de qualquer iniciativa. Assim, o presente Memorando de Entendimento vem ao encontro das nossas mais urgentes necessidades e deve ser implementado em prol da segurança nacional e em nome do compromisso brasileiro de permanente cooperação regional pela paz e segurança dos países da América Latina”.

Como consequência do exposto, Sr. Presidente, o meu voto é que seja... Por ser matéria oportuna e conveniente e por não apresentar qualquer vício de inconstitucionalidade, injuridicidade ou de técnica legislativa, meu voto – insisto – é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo PDS nº. 86, de 2010.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Marco Maciel.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, coloco em votação. Os senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado o parecer favorável à matéria desse entendimento entre o Brasil e a Colômbia, no combate ao tráfico de armas de fogo e outros explosivos.

Eu peço ainda... É último item de acordos, que o Senador Marco Maciel já estava com a palavra, se realmente puder ser o relator *ad hoc*, que o relator... Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº. 326, que *"aprova o texto do Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas"*. O relator é o Senador Fernando Collor. O Senador Fernando Collor é presidente da Comissão de Infraestrutura, está, nesse momento, presidindo a comissão, com a presença do Ministro dos Transportes, e só veio aqui votar, mas, na realidade, houve até um problema, que o Senador Mozarildo já tinha votado. Na hora da apuração, nós vamos ter que descontar uma bolinha, que ele já tinha colocado ali e que não podia votar. Mas, então, com a palavra, o Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Sras. e Srs. Membros da Comissão.

Sr. Presidente, eu vou me dispensar de ler a ementa do referido Projeto de Decreto Legislativo 326/2010 e passar imediatamente para a análise da proposição.

"O art. 5º, da Constituição Federal, assegura que 'todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade'. São ressalvadas as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. A Lei nº. 8.159, de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, e a Lei 11.111, de 05 de maio de 2005, que regulamenta a parte final do disposto no inciso XXXIII, do caput do art. 5º, da Constituição Federal, conferem o enquadramento normativo para o tratamento às informações públicas classificadas.

A Lei 11.111, em particular, impõe à Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, criada no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, a prerrogativa de, antes de expirada a prorrogação do prazo de proteção das informações classificadas, decidir se 'o acesso ao documento ameaçará a soberania, a integridade territorial nacional ou as relações internacionais do país, caso em que poderá manter

a permanência da ressalva ao acesso do documento pelo tempo que estipular'.

Percebe-se, pois, sob a égide do Estado Democrático de Direito, a preocupação do legislador brasileiro com um tema outrora estigmatizado como instrumental de interesses autoritários.

O tratamento de informações classificadas e a forma como torná-las públicas, superado o propósito da sua classificação e assegurados os interesses e a segurança do Estado, são objeto recorrente de normas nacionais e atos de cooperação bilateral e multilateral, travados entre os mais diferentes países e blocos.

Natural que assim o seja, uma vez que a transparência é a regra de ouro dos atos públicos e a principal via de controle democrático do Poder. A restrição à sua divulgação deve ser, dessarte, parcimoniosa e calcada em razões bastantes claras(F), que aconselhem, a bem da ordem pública e da segurança, o desajado sigilo.

Quanto ao ato em apreço, ele contém cláusulas usuais dos acordos de igual natureza, pactuados pelo Brasil com outros países, bem como com terceiros Estados entre si, em nada causando espécie suas previsões e determinações, sobretudo por não alterarem o regime de tratamento de tais informações, conferidas por Brasil e Rússia, em suas respectivas jurisdições.

Trata-se, assim, no mais puro sentido do termo, de acordo de cooperação bilateral, pelo qual ambos os países se voluntarizam a se auxiliarem na tarefa de assegurar o sigilo das informações mutuamente transmitidas e recebidas.

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do referido Projeto de Decreto Legislativo 326, de 2010, por sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, conveniência e oportunidade".

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Agradecendo ao Senador Marco Maciel, eu quero colocar, portanto, em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está, portanto, aprovado o texto do Acordo entre o Brasil e a Rússia sobre Proteção Mútua de Informações Classificadas.

Só fazendo um comentário, é só o WikiLeaks(F) não aparecer e divulgar essas informações, apesar de classificadas e protegidas. Os *hackers* estão aí, não é, senador? Nós já estamos tentando... Eu bem que tenho sido um defensor de uma legislação mais dura. Os *hackers* estão agindo, cada dia agindo mais.

Bom, encerrado, então, portanto, esta questão já dos projetos. Nós ficamos com dois projetos retirados de pauta, o PLS nº. 11 e também o 101, por solicitação dos senadores, aqui, um dos autores. Ainda temos só um item extrapauta, que é autorização para a licença dos trabalhos, para participar da Comitativa Parlamentar Brasileira, em visita oficial ao Senado chileno. Com a palavra, o Senador Mozarildo, como relator.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Trata-se de parecer sobre requerimentos do Senador Geraldo Mesquita, Jefferson Praia, José Nery, Eduardo Azeredo e Alfredo Cotait, esclarecendo também que o Senador Flexa Ribeiro apresentará requerimento em Plenário com a mesma finalidade.

E o requerimento se faz acompanhado do Ofício nº. RE 40/2010, subscrito pelo Sr. Hernán Larraín Fernández, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado chileno, esclarecendo que a visita tem como propósito principal impulsionar os vínculos de amizade e cooperação entre Brasil e Chile.

Cumpra esclarecer que a data da visita foi acordada entre as partes para o período de 05 a 07 de dezembro, e o deslocamento da delegação brasileira se dará sem ônus para o Senado Federal, em aeronave da Força Aérea Brasileira.

Em face do exposto e em vista da importância da missão, o voto é pela aprovação dos requerimentos em tela.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Inclusive o nome do Senador Flexa Ribeiro.

Vamos, agora, passar, então, já à parte secreta da Reunião. Solicito aos senhores que não são membros, que não são diplomatas, que se ausentem da sala momentaneamente, para que possa haver um questionamento de algum ponto que seja confidencial, também. Também o WikiLeaks(F) não está aqui. Então não tem problema, também. Podemos fazer o questionamento aí que quisermos.

E eu designo o Senador [interrupção no áudio], como secretário nesta reunião. Como secretário só por enquanto; depois temos que ter a apuração.

[Sessão secreta às 12h12]

[Sessão reaberta ao público às 12h15]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta e, feita a apuração dos votos, comunico a aprovação, por unanimidade dos 12 votos, todos constantes, da Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo, para o Reino da Suécia, e do Embaixador Carlos Henrique Cardim,

para o Reino da Noruega, cumulativamente(F) com a República da Islândia.

Quero, portanto, agradecer a presença dos senadores, que aqui estão; quero agradecer aos dois relatores, Senador Pedro Simon e Senador Marco Maciel, e desejar muito sucesso ao Embaixador Carlos Henrique Cardim e à Embaixadora Leda Lucia Martins Camargo.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h16.

ATA DA TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2010, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia oito de dezembro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senadores **Eduardo Azeredo** e **Geraldo Mesquita Júnior**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Antonio Carlos Valadares**, **João Ribeiro**, **Paulo Paim**, **Roberto Cavalcanti**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Marco Maciel**, **João Tenório**, **Flexa Ribeiro**, **Renato Casagrande**, **Augusto Botelho**, **Inácio Arruda**, **Alfredo Cotait** e **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente lembra o lançamento, no dia 14 de dezembro, dos livros editados pela CRE, *Venezuela e MERCOSUL: Ciclo de Debates e Ação do Senado na Diplomacia Brasileira – 2009/2010: Coletânea de Indicações de Embaixadores*. Informa também o recebimento de expediente do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, antecipando informações sobre a abertura de embaixada do Brasil em Dominica, solicitadas pela CRE no Requerimento nº 236, de 2010, que se encontra sob análise da Mesa do Senado Federal. É apreciado o **item 1** da Pauta: **Mensagem (SF) Nº 302, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto*

à Jamaica”, com relatoria do Senador **João Tenório**. Resultado: a Mensagem é apreciada. O Senador **Geraldo Mesquita Júnior** assume a Presidência. Ocorre inversão de pauta. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 626, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Defesa, assinado em Roma, em 11 de novembro de 2008”, com relatoria do Senador **Eduardo Azeredo**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. São analisados, como itens **Extrapauta**, o **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 627, de 2010**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que “aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008”, com relatoria do Senador **Eduardo Azeredo**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. É retomada a apreciação da Pauta: **Item 2 – Mensagem (SF) Nº 303, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor JORGE D’ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá”, com relatoria do Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: a Mensagem é apreciada. O Senador **Eduardo Azeredo** reassume a Presidência e abre o processo de votação das Mensagens. Após as exposições dos Embaixadores indicados, fazem uso da palavra os senadores **Geraldo Mesquita Júnior**, **Francisco Dornelles** e **Alfredo Cotaí**. São apreciados, como itens **Extrapauta**, o **Requerimento Nº 31, de 2010 - CRE**, de autoria do Senador **Francisco Dornelles**, que “requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Sra. Solange Paiva Vieira, para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo de “céu aberto” assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015”. Resultado: o Requerimento é aprovado. **Projeto de Decreto Legislativo (SF) Nº 628, de 2010**, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul do Congresso Nacional, que “aprova o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL e a União Aduaneira da África Aus-

tral - SACU, integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos Estados Partes do Mercosul em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, e pelos Estados Membros da Sacu, em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009”, com relatoria do Senador **Geraldo Mesquita Júnior**. Resultado: aprovado o parecer favorável à matéria. **Requerimento Nº 32, de 2010 - CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Azeredo**, que “requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 236, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional”. Resultado: o Requerimento é aprovado. A Reunião é tornada secreta às onze horas e quarenta minutos e reaberta às doze horas. O Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra. O Presidente anuncia a aprovação dos Embaixadores. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a Reunião às doze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Esta é a 35ª Reunião Extraordinária. Nós estamos cheios de reunião extraordinária. E, para poder cumprir, ainda, a Pauta, nós temos, na semana que vem, que é, praticamente, a última semana de votação aqui no Senado, nós temos, na terça-feira, a presença do Ministro Celso Amorim, na parte da tarde, também em uma reunião extraordinária. E, junto, vamos também ter a inauguração do busto de Alexandre de Gusmão - o Presidente Sarney também estará aqui presente - e o

lançamento dos livros sobre o ciclo de debates sobre a Venezuela, e, também, os livros sobre as sabatinas, os questionamentos e aprovações dos Srs. Embaixadores do ano passado e desse ano.

Ainda, antes de passar, já, já, convidando os embaixadores, eu quero, ainda, informar que recebi expediente do Embaixador Celso Amorim, adiantando informações a respeito das relações do Brasil com a comunidade Dominica, que foi objeto de um requerimento do Senador Flexa Ribeiro sobre abertura de embaixada naquele país. Em virtude da antecipação de informações pelo Ministério das Relações Exteriores, entendemos que não mais existem obstáculos para a apreciação da Mensagem nº. 255/2009, que indica o nome do Embaixador José Marcos Nogueira Viana para a embaixada do Brasil junto à comunidade Dominica. A referida mensagem será apreciada pela comissão na reunião de amanhã, reunião normal de amanhã, juntamente com a indicação para a República da Hungria.

Então, o relatório, eu vou encaminhar para cada um dos Srs. Senadores, onde o Ministério dá as justificativas para a abertura desta embaixada em Dominica.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já está na bancada.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Já está distribuído para todos, então, na verdade. Convido para compor a Mesa os Embaixadores Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, indicado para a Jamaica, e o Embaixador Jorge D'Escagnolle Taunay Filho para a Organização de Aviação Civil Internacional, OACI.

Mesmo com a realização dessa reunião extraordinária, hoje, e a de amanhã, nós ainda vamos ter a necessidade de mais uma reunião sobre embaixadores na semana que vem, além dessa reunião com a presença do Ministro Celso Amorim, para possibilitar a votação ainda dentro do período.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, com a palavra.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Quanto será a reunião com a presença do Chanceler Celso Amorim?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É na terça-feira, às 14h30.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): É 14h ou 14h30? Eu não sei. É 14h? Eu acho que é 14h30.

O Item 1 é a Mensagem nº. 302/2010, que "*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Jamaica*". De autoria do Presidente da República. O relator é o Senador João Tenório, a quem concedo a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, antes de ler o relatório que diz respeito ao nosso embaixador, eu gostaria de fazer um registro leve, aqui, de uma viagem que nós fizemos à China, liderada por V. Exa., que trouxe, para nós outros, aqui no Brasil, informações absolutamente importantes, sobretudo da maneira como foi conduzida.

A viagem foi bem-dosada em termos de cultura, de avaliação das situações, de como é o processo de desenvolvimento da China, e muita comida, muita comida, é o estilo chinês de recepcionar. V. Exa. conseguiu dosar muito bem o encontro, e eu, particularmente, fiquei impressionado com o reboliço que é um país crescer 10% ao ano, 15 anos seguidos. É uma coisa que só pode se ver indo lá, para ter uma percepção exata dessa coisa. E uma coisa, também, que chamou muita a atenção de mim foi o seguinte. A China é tida como o copiadador das coisas. E é verdade, a China copia tudo, copia automóvel, copia trator, copia caminhão, mas o que se nota, hoje, na China, é o desenvolvimento maciço e intensivo de núcleos de tecnologia de ponta, que, sem sombra de dúvida, vai transformá-la em produtor de conhecimento, e, aí sim, vai sair apenas da área do copiar para a área do produzir, com a essência própria da China.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer esse registro e lhe parabenizar pelo trabalho. Só que foi demais, não é? Foram sete dias lá, e nós não tivemos tempo de coisa nenhuma. Era das oito horas da manhã às oito horas da noite, todo dia. Muita coisa para ver.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Na verdade, teve dia de acordar às cinco horas da manhã.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É, para botar as malas de fora.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Parece inacreditável, mas... Teve, também, a presença do Senador Heráclito Fortes e do Senador Augusto Botelho. E, realmente, impressiona muito, como V. Exa. lembra, esse estágio variado, algumas cidades em um *boom* imobiliário enorme, em substituição de prédios e construção de conjuntos habitacionais de 50 prédios de 40 andares, simulta-

neamente. Então, a evolução, realmente, impressiona muito.

Por favor, com a palavra.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, essa Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação, que *“o Presidente da República deseja fazer, do Sr. Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Jamaica.*

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado para examinar, previamente e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão de preceito regimental, o indicado é filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e de Vera Queiroz da Costa e Silva, tendo nascido em 12 de setembro de 1960, em Lisboa, Portugal, brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Ingressou na carreira diplomática, por concurso público, em 1983; tornou-se Terceiro-Secretário no ano seguinte; promovido a Conselheiro em 2000; e Ministro de Segunda Classe em 2006, sempre por merecimento. Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática, destacam-se: de Conselheiro da Embaixada em Paris, em 2000; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada de Assunção, em 2004; Ministro-Conselheiro na Embaixada do México, em 2008; Representante do Conselho do Organismo para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, OPANAL, em 2008.

O currículo apresentado indica condecoração no grau de oficial em inúmeros [ininteligível] de distintos países. Merece destaque, por igual, a circunstância de o indicado ter participado, na condição de chefe da delegação, de várias reuniões no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OCDE, em Paris.

O Ministro das Relações Exteriores anexou a mensagem presidencial sumária executiva sobre a Jamaica. O documento apresentado dá notícias históricas do relacionamento bilateral, bem como oferece informações relativas, sobretudo, ao intercâmbio comercial entre os dois países. Maior ilha do Caribe, anglófona, a Jamaica possui o segundo maior Produto Interno Bruto, PIB, da Comunidade do Caribe, Caricom; exerce liderança natural entre os países da Comunidade; historicamente, participa do Movimento dos Países Não Alinhados e busca maior aproximação entre a América Latina e o Caribe.

O Brasil possui embaixada residente em Kingston desde 1977. O governo jamaicano, no entanto, ainda não se fez representar por embaixada residente em Brasília, e, em 2008, foi solicitada a abertura da embaixada com esse status. Tudo induz a crer que a missão será instalada em breve. Com efeito, nos últimos anos, ocorreram visitas de alto nível: o Primeiro-Ministro Bruce Golding, em 2008; o Presidente Lula, em 2007; o Primeiro-Ministro Percival Pettersson, em 2005; e o Chanceler Amorim, em 2005.

Destaca-se, por igual, a realização, neste ano, da Primeira Cúpula Brasil-Caricom, em Brasília. O encontro representou o adensamento do diálogo político e da integração econômica entre o Brasil e os países caribenhos. Na oportunidade, foram celebrados acordos de cooperação técnica em distintas áreas: agricultura, saúde, educação, cultura e energia renovável. No domínio das trocas comerciais, percebe-se o superávit em favor do Brasil. Somos o quinto fornecedor de mercadorias para a Jamaica. A pauta de exportação brasileira apresenta, como produto mais importante, o etanol. A Jamaica foi o primeiro país da região a adicionar álcool à gasolina. Observa-se, ainda, o grande potencial para o comércio entre os dois países. Essa nação insular pode se tornar um verdadeiro interposto de produtos brasileiros, tanto para o Caribe quanto para as Américas Central, do Sul e do Norte.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido, de útil, no âmbito desse relatório”.

Meu Voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador João Tenório.

O segundo item é do embaixador... Nós estamos, ainda, com o embaixador... A indicação do embaixador... O Senador Dornelles, que é o relator, está a caminho, ainda, que é a escolha do Embaixador Taunay Filho para a OACI.

Enquanto ele não está presente, eu queria pedir ao Senador Geraldo Mesquita, nosso vice-Presidente, que assumisse, aqui, a Presidência, já que o seu relatório também não está disponível, ainda. Ou ele já pode ser? Ainda não, não é?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR: Ainda não.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, assumo a Presidência, para eu poder relatar dois acordos, enquanto isso.

[troca de presidência]

[falas sobrepostas]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

É só um acordo. Enquanto eu estava aguardando V. Exa., eu vou fazer um acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com a palavra, o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

“Trata-se do acordo para fortalecer a cooperação entre o Ministério da Defesa do Brasil e da Itália, regido pelos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse mútuo e conduzido em consonância com as suas respectivas legislações nacionais e com as obrigações internacionais assumidas para estimular, facilitar e desenvolver cooperação na área da defesa.

O acordo tem, na verdade, 15 artigos, que estão descritos no material em posse dos Srs. Senadores. E o referido projeto de decreto legislativo não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

Por todo o exposto, e visto que está observada a adequação legislativa e regimental, o Voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 626/2010, que trata, portanto, do acordo entre o Brasil e a Itália sobre Cooperação em Defesa, assinado em Roma, em 11 de novembro de 2008”.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação se mantenham como estão. Aprovado.

Mais uma vez, Senador Eduardo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Agora, eu queria solicitar a inclusão extrapauta de outro acordo que eu também sou o relator, devido à urgência, que é o Decreto Legislativo nº. 627, *“que aprova o texto do Acordo Internacional do Café, assinado pelo Brasil”*, e que eu mesmo sou o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Submeto à apreciação do Plenário.

Os que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Incluído extrapauta.

Senador, com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

“Como se sabe, o Brasil é o maior produtor de café do mundo, disputando, entretanto, o mercado com países muito ativos, como é o caso da Colômbia e do Vietnã. E a participação do Brasil, nesse Acordo Internacional do Café, é, portanto, da maior relevância.

Dados do Ministério da Indústria e Comércio apontam o café como a commodity agrícola de maior importância histórica para a pauta exportadora brasilei-

ra, representando, com frequência, metade do valor de exportação dos principais commodities não agrícolas, como o minério de ferro e o petróleo bruto, considerados isoladamente. Esse cenário enquadra a promoção da produção, exportação e consumo do café como estratégica para o comércio externo nacional.

A história comprova ser, o preço internacional do café, extremamente sensível. Ainda hoje, o setor cafeeiro, embora havido por próspero, não é incontroverso. Apesar do vigor e da rapidez do crescimento do negócio do café nos países consumidores desenvolvidos, os baixos preços vêm causando graves dificuldades, não só para os países onde o café constitui uma das principais atividades econômicas como também para os lavradores que o produzem.

A produção cafeeira tem aumentado uma média anual de 3,6%, mas a demanda cresce à razão de 1,5%. A rápida expansão da produção vietnamita e o plantio de novas lavouras no Brasil, que têm batido recordes de safra no produto, agravam ainda mais o fenômeno da queda das receitas com a exportação de café, particularmente grave para os países que, como Uganda, são fortemente dependentes dela, tudo a indicar a importância incontestada, do ponto de vista econômico, bem como humanitário, na perspectiva da observância do princípio constitucional de promoção da cooperação internacional da Organização Internacional do Café, bem como do acordo em tela.

Portanto, é um acordo de interesse do Brasil, do ponto de vista da exportação, do ponto de vista dos empregos, dos agricultores e todos aqueles que estão vinculados à produção do café. O Brasil, portanto, ainda tem o café como um dos principais itens de exportação. O valor das vendas ultrapassa US\$ 70 bilhões no varejo, e, portanto, a importância não é... Portanto, não pode ficar relativizada, é uma importância muito grande. E esse texto do acordo internacional, exatamente, vai seguindo toda a tratativa inaugurada na década de 60.

O parecer, portanto, é favorável”.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra, o Senador Dornelles, para proferir o seu relatório. Trata-se da indicação do Sr. Jorge D'Escragno Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, que tem sede em Montreal.

Com a palavra, o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu, antes de ler esse relatório, eu queria submeter a V. Exa., solicitando a convocação, o convite para comparecer a essa comissão a Presidente da Anac, Solange Vieira, para explicar e dar detalhes do acordo aéreo firmado com os Estados Unidos. Eu acho um assunto extremamente importante para que um assunto dessa natureza seja firmado sem que dê algumas explicações a esta comissão no Senado. Eu vou formalizar essa solicitação por escrito, mas eu queria, desde já, se pudesse ser submetido à aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Perfeitamente, senador. Assim que estiver com a Mesa, aqui, a matéria será submetida à apreciação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Mas é necessário requerimento inicial?

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Seria providencial, senador. O senhor tem?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Não tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Enquanto a sessão acontece, há tempo hábil de o senhor providenciar algum texto básico, para que a gente possa submeter à comissão.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Está bem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. *“Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Jorge D’Escragnolle Taunay Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional, sediada em Montreal.*

Nascido em Paris, França, brasileiro de acordo com o art. 42, § 1º, do Decreto 4.857, concluiu ele o curso de Direito, pela Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, em 1970, e o Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, três anos depois. Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar: divisão da América Meridional; Consulado-Geral em Nova Iorque; Embaixada em Montevideú; Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica; Embaixada em Lisboa; Embaixada em Harare; Divisão da África II; Consulado-Geral em Marselha; Embaixada em Luanda, Coordenação das Secretarias Pro-Tempore e Subsecretaria da América do Sul.

O documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores dá notícia de que a delegação, que foi instituída em 2007, competindo-lhe: representar o Brasil no que tange aos compromissos assumidos na Convenção de Chicago; supervisionar a atuação do representante brasileiro na Comissão de Navegação Aérea; acompanhar e designar representantes para as comissões dos comitês, os grupos de trabalho, os grupos de estudo do conselho, da CNA e do secretariado; participar, por intermédio do assessor de navegação aérea, das atividades do CNA; manter os enlaces entre as autoridades brasileiras de aviação civil; apoiar as representações brasileiras em eventos da organização; tratar de temas relativos à Convenção sobre Diversidade Biológica e ao Fundo Multilateral para a Implantação do Protocolo de Montreal. A delegação é composta por um delegado e um substituto.

Cabe ressaltar que, no período de 2005 a 2010, foram estabelecidos, pela OACI, como objetivos estratégicos, a segurança contra os atos ilícitos, a segurança de voo, a eficiência continuada do Estado de Direito. Tendo em vista à natureza da matéria, não cabe expender outras considerações no âmbito desse relatório”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Agradeço ao Senador Dornelles.

Concedo a palavra ao Embaixador Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, para a sua exposição e suas considerações.

E o processo de votação já se encontra aberto. Aqueles que queiram fazer uso fiquem à vontade.

SR. ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade de me apresentar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Eu queria agradecer, também, as palavras e o voto de confiança do Senador João Tenório no seu relatório.

O senador, de alguma forma, já introduziu alguns dos elementos que eu queria apresentar à comissão, pelo que eu tentarei me ater apenas a complementar as informações do relator a respeito do posto para o qual, caso eu conte com a aprovação de V. Exas., eu serei embaixador. Em primeiro lugar, eu creio que valeria a pena destacar a ideia de que Brasil e Jamaica guardam importantes afinidades. Não são afinidades menores e, talvez, não apenas as mais óbvias, de países com fortes raízes africanas, de países com uma história ligada à cultura do açúcar, com países, sobretudo, que construíram, nas suas respectivas regiões, posições de relevo político, posições de relativa influência, pelos seus tamanhos. Como os senhores podem

ver no mapa, a Jamaica não é apenas a maior ilha de língua inglesa, mas ela ocupa uma posição central na região do Caribe. E ela ocupa, também, uma posição central, talvez - e essa seja uma semelhança interessante com relação ao Brasil -, como um grande foco de cultura. Não escapa aos senhores que a Jamaica, na construção da sua identidade nacional, criou, elaborou uma cultura muito própria. Talvez, o seu elemento mais conhecido, hoje, contemporâneo, seja a música do *reggae*, mas, no entanto, o *reggae*, na verdade, junta todo um processo de identidade cultural muito próprio da Jamaica, como um país caribenho que influenciou a própria formação da identidade caribenha anglófona e, por que não dizer, até uma recuperação da identidade africana em vários países africanos.

Eu acho que o Brasil também guarda essa semelhança. O Brasil criou uma cultura própria, uma cultura identitária própria de grande projeção internacional. E eu acho que esse talvez seja um dos primeiros elementos que nos aproximam a Jamaica ao Brasil, e que eu acho que merecem ser, caso V. Exas. estejam de acordo, explorado em todos os seus aspectos, não apenas o aspecto cultural, mas todo o aspecto do relacionamento político, do relacionamento de cooperação técnica e, sem sombra de dúvida, do relacionamento comercial.

A Jamaica também tem uma tradição de uma democracia estável, uma democracia parlamentar estável, desde a sua independência, e de um histórico de relacionamento com o Brasil que não data, exclusivamente, da abertura da embaixada, formalmente, em 77, mas ela também tem uma longa tradição desde o século XIX. Para os senhores terem uma ideia, o Brasil criou um consulado honorário na Jamaica ainda em 1896. Em 1963, nós abrimos a embaixada cumulativa com a Jamaica, então ainda não residente. E, em 77, efetivamente, decidimos abrir uma embaixada residente, justamente em reconhecimento não apenas da importância do país no Caribe, como um país anglófono central, mas também de sua influência nas relações internacionais, que talvez seja outro elemento de interesse. A Jamaica é, sem dúvida, um país caribenho com grande influência, grande capacidade de formulação de política externa. É um país que sempre manteve uma posição de liderança na sua região. É um país que exerce uma influência, a meu juízo, importante junto aos seus pares caribenhos, e, portanto, também nessa dimensão, digamos, da política internacional, o diálogo com a Jamaica ganha importância.

Há uma série de propósitos que temos perseguido. Eu acho que, em certo sentido, é uma relação tradicional, com... Sempre foi uma relação sólida. No entanto, a Cúpula Brasil-Caricon, de certa maneira, colocou um

novo paradigma nas relações com esses países. Colocou um novo paradigma na relação com todos os países caribenhos, mas eu acho que também transformou, modificou a maneira como a Jamaica enxerga a sua relação com o Brasil, como a Jamaica percebe essa parceria com o Brasil. E, claramente, nós temos tido claras indicações de que a Jamaica deseja e pretende um fortalecimento das suas relações com o Brasil em todas as dimensões. Certamente, na de cooperação técnica; certamente, na assistência humanitária que o Brasil tem prestado ao país quando ele tem sofrido recentes... Afetado pelos fenômenos meteorológicos que são comuns no Caribe, tempestades tropicais e furacões. Mas, sobretudo, o interesse da Jamaica de encontrar, no Brasil, um parceiro mais sólido, não apenas no âmbito político, que nós já somos; no âmbito de cooperação técnica, que nós tentamos aprofundar, sobretudo naqueles aspectos da economia jamaicana que nós consideramos que são importantes, que é, certamente, uma renovação do seu setor sucroalcooleiro; a ideia de, de alguma maneira, ajudar a Jamaica a enfrentar o seu desafio energético e a sua excessiva dependência do petróleo; a tentativa de, também, contribuir com as políticas brasileiras na área agrícola e em áreas que nós entendemos que são áreas importantes para a diversificação da economia jamaicana, hoje em dia, ainda muito dependente da bauxita, do turismo e do açúcar, sobretudo, frutas tropicais; e, também, por que não dizer, até em áreas de saúde, onde a Jamaica tem um conhecimento relativamente sólido e onde a cooperação Brasil-Jamaica pode ter um resultado mutuamente benéfico para os dois países.

Vale assinalar, aliás, que a Jamaica tem uma tradição de uma forte rede de proteção social, e, nisso, eles têm uma... Sempre tiveram, como paradigma, a busca de um equilíbrio da sua democracia com o máximo de incorporação da sua população aos serviços sociais. E aí, novamente, há uma possibilidade de haver uma cooperação frutífera entre os dois países em matéria de políticas sociais e, inclusive, no seu principal desafio, hoje, que é a questão de violência, no qual o Brasil tem uma série de políticas públicas que, certamente, poderão ser úteis à Jamaica.

Eu acho que todos esses temas, Sr. Presidente, são temas que mereceriam ser aprofundados e explorados. Eu acho que o potencial do comércio, o potencial da cooperação e o potencial do diálogo político são relevantes e importantes. Nós temos, pendente, uma reunião da comissão mista que foi, recentemente, criada com a Jamaica. E, caso eu conte com a aprovação de V. Exas., um dos objetivos que eu gostaria de perseguir seria, justamente, que essa reunião pudesse se realizar, para que essa pauta de interesses

fique clara e seja, já, objeto de um programa concreto de trabalho entre os dois países.

Eu me aterei, Sr. Presidente, a essas palavras. E estou, claro, à disposição de V. Exa. e dos membros da comissão para qualquer outro detalhe que, porventura, possam querer aprofundar.

Muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Agradeço ao Embaixador Antonio Costa e Silva. E já passo a palavra para o Embaixador Jorge D'Escragnolle Taunay Filho, indicado para a Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal.

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores. É sempre uma honra comparecer perante esta comissão. Esta é a terceira vez que eu o faço: em 1999, antes de ser embaixador em Angola, e em 2007, antes de ir para Lima. Desta vez é diferente. Era bilateral, agora é multilateral. É uma organização multilateral, a OACI, e outros foros de negociação situados em Montreal.

A OACI, como sabemos, é uma organização filiada à ONU, que regula, aconselha, controla e normatiza a aviação civil internacional. Com o aumento da população mundial, previsto para nove bilhões de pessoas em 2050, prevê-se um crescimento enorme da demanda por todos os tipos de bens e serviços. E é claro que, nesse contexto, os serviços aéreos têm destaque. Está previsto o crescimento do serviço aéreo, do número de passageiros, à razão de 4.6% ao ano até 2030. Isso significa que, em 2030, nós teremos passado dos atuais 2.3 bilhões de passageiros, por ano, para cinco bilhões. É claro que isso colocará, Sr. Presidente, uma grande pressão sobre as infraestruturas dos países, sobre a própria OACI, que é chamada a colaborar, é chamada a normatizar, é chamada a estimular e a controlar esse processo. E teremos que fazer enormes investimentos em aviões, em aeroportos, em controle aéreo. Enfim, a OACI vai ter que trabalhar muito, e os governos do mundo também, porque se... Para que os aeroportos sejam manejáveis.

No Brasil, em 2009, tivemos 130 milhões de passageiros, que é um número 33% maior do que em 2005. E, nos últimos anos, crescemos 21% nas ligações entre o Brasil e o exterior e do exterior para o Brasil. Para nós... Antes disso, eu queria dizer que nós fazemos parte da OACI, do conselho da OACI, desde a sua criação. O conselho da OACI é o órgão executivo da OACI, é o que, permanentemente, se reúne para tomar as providências e tomar as decisões pertinentes. O Brasil faz parte do conselho desde a criação, e no grupo um, que é o grupo dos países mais importantes

para a aviação civil internacional. São 36 países: 12 no grupo um e 12 no grupo dois, que são os que mais investem em navegação aérea, e o grupo três são os países cuja presença garante uma boa distribuição geográfica desse terceiro grupo entre os continentes.

Para nós e a OACI, os princípios fundamentais, essenciais são os de segurança da operação aérea, a segurança contra atos ilícitos, a proteção do meio ambiente. Esses são os princípios essenciais, tanto para OACI como para o Brasil também. No que se refere à segurança da operação aérea, a nossa taxa de acidente caiu 21% no primeiro semestre de 2010, em relação a 2008, e, até hoje, há zero fatalidades em linhas áreas regulares, no país, em 2010. Acreditava-se... Aliás, uma auditoria da OACI esteve no Brasil em maio de 2009, e obtivemos resultados verdadeiramente espetaculares. A Anac foi auditada para ver se nós estávamos em conformidade com as normas, regulamentos e aconselhamentos da OACI. Chegou-se à conclusão de que estávamos 87%, a Anac, 87% em conformidade com as recomendações da OACI. E a Aeronáutica, com o seu controle do espaço aéreo e com o Cenipa, que é o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aéreos, estava 96%. Isso nos coloca à frente de Estados Unidos, Canadá, Itália, França, Austrália, Índia, etc. O Brasil, realmente, demonstrou que está na vanguarda da implementação de todas as recomendações da OACI. E desses 4% que faltaram, todos se referem a programas que já estão em implementação. Então--

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Embaixador, me permite?

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A referência à Aeronáutica, eu não discuto, ela é meritória. Agora, eu estranho é a da Anac: 87% para um organismo que não tem... Passa a nós, brasileiros, a sensação de que não tem qualquer controle sobre a aviação civil no Brasil. Tanto assim que, hoje, nós nos habituamos com a possibilidade dos "caos aéreos". Então, eu estranho a nota atribuída à Anac por esse organismo. A Aeronáutica, não. Eu não discuto, porque ela cumpre o seu papel; mas a Anac, sim. Eu estranho profundamente, embaixador.

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Eu, realmente, não discuto a sua estranheza, senador. Houve essa inspeção. Essa inspeção é muito específica, é para saber se a gente está de acordo... Se a gente está atuando conforme as recomendações da OACI. Os auditores ficaram aí uns dias e concluíram isso: 87%, de 86 a 87%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Não. Talvez eles não tenham medido o controle sobre o tráfico. Talvez seja isso. Sim?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Embaixador, eu apenas queria reiterar, ratificar as palavras do Senador Geraldo Mesquita. Eu tenho o pior conceito sobre o aspecto administrativo da direção da Anac. Eu considero essa uma agência onde prevalece a anarquia, o despreparo, o imprevisto e a arbitrariedade.

A Presidente da Anac tem demonstrado ser extremamente arbitrária, agressiva, [soa a campainha] não respeita as comissões do Senado. E, realmente, eu a estou convocando para que ela explique essa decisão que ela tomou de fazer uma política de "céu aberto", que eu considero um assunto que merece ser examinado com muita profundidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Só um instante. Antes... V. Exa. ainda tem um tempo para terminar, mas eu quero só... Já que o assunto entrou, eu quero, também, concordar com o Senador Dornelles. Eu também estou sendo surpreendido com essa informação.

Nós sabemos que a política de "céu aberto", na Europa, entre os Estados Unidos e a Europa, demandou anos de discussão e foi implantada há dois anos. Quer dizer, o Brasil está implantando assim, sem discussão? Então, realmente, o requerimento está aqui. Vamos só aguardar a conclusão do embaixador para podermos votar o requerimento de convocação da presença da diretora da Anac.

Pode continuar.

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: O outro item essencial é a segurança contra atos ilícitos. Nesse particular, nós temos razões para tomar muito cuidado e nos preocupar, porque temos a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016. Vamos, então, procurar seguir, escrupulosamente, os conselhos e as recomendações da OACI, trabalhar em coordenação estreita com a OACI, atentando para os direitos humanos, os direitos à privacidade, tratar com cortesia os passageiros e prevenir constrangimentos às muitas autoridades que virão. Vamos trabalhar, sim, com todo o rigor e escrupulosamente, mas sem exageros que possam afetar a imagem do país.

O outro grande item é o do meio ambiente. O grande assunto, talvez, da OACI, hoje em dia, seja a questão do meio ambiente. Embora a estatística diga que a aviação civil internacional contribui apenas com 2% dos gases de efeito estufa no mundo, isso tende a

crescer. Nós estamos de acordo em combater, da melhor maneira possível, o aquecimento global. O Brasil compartilha com a OACI desse sentimento, mas nós também somos fiéis ao princípio consagrado pelas Nações Unidas de responsabilidades compartilhadas, mas diferenciadas. É um princípio básico da negociação ambiental. Os países desenvolvidos e os em desenvolvimento são igualmente responsáveis por combater o aquecimento global, mas nós temos que levar em consideração que as responsabilidades de uns e de outros são diferenciadas. O mundo do norte, o mundo desenvolvido polui muito mais, poluiu sempre muito mais e tem uma história maior de poluição. Aliás, o Brasil... Recentemente, foi-lhe atribuída a melhor nota no combate às emissões de carbono. Foi curioso, porque os três primeiros lugares, a ONU não deu para ninguém, e o Brasil é o quarto. Quer dizer, ninguém cumpriu satisfatoriamente, mas o Brasil foi o que melhor cumpriu.

Eu diria que também há outros assuntos, em Montreal, sob a responsabilidade da nossa delegação, que é a Convenção de Diversidade Biológica e o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança. Eu estaria disposto, Sr. Presidente, a responder perguntas sobre esses dois itens, porque, se eu fosse me aprofundar, eu iria ultrapassar bastante o tempo.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Muito obrigado, embaixador.

Vamos, então, antes ainda de passar a palavra para os senadores, colocar em votação o requerimento e também a votação do projeto de decreto legislativo.

O requerimento é sobre esse assunto mesmo, da aviação civil. O requerimento é do Senador Francisco Dornelles, *"que requer seja convidada a Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac, a Sra. Solange Paiva Vieira, para que compareça à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dessa Casa, a fim de prestar esclarecimentos acerca do acordo de 'céu aberto' assinado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015"*.

Na justificativa: *"A empresa brasileira notificou, hoje, que os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram um acordo de 'céu aberto' que conduzirá à total liberalização das operações aéreas entre os dois países a partir de outubro de 2015. Dessa forma, seria importante que a Presidente da Anac comparecesse ao Senado para explicar os detalhes do referido acordo"*.

Em discussão, o requerimento. O Senador Dornelles quer...? Já está...? Já está. Eu também só reitero o que eu disse agora a pouco, que o último acordo entre Europa e Estados Unidos demorou muitos anos para ser aprovado e foi precedido de muitas discussões. E eu também estou sendo surpreendido por esta informação. Isso vai significar que, a partir de outubro de 2015, as companhias americanas podem abrir quantos voos quiserem para o Brasil.

Apesar de, em um primeiro momento, parecer bom do ponto de vista do consumidor, mas há que se ter um meio-termo, porque isso pode levar, realmente, a... Pelo porte das empresas, pode levar ao fim de empresas brasileiras que fazem, também, esse trecho. É verdade que a companhia TAM já se associou à companhia chilena, a LAN Chile, e as duas companhias também formam um grupo mais forte, hoje. Mas um processo desses, de liberalização, de "céu aberto", não nos parece que deva ser tomado de maneira solitária, então, o Congresso, é importante que seja ouvido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem o meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Sim, senhor. Quer fazer algum comentário, ainda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Então, não tendo mais quem queira discutir, eu coloco em votação o requerimento do Senador Dornelles.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado, o requerimento.

Vamos passar, agora, a um item extrapauta que o Senador Geraldo Mesquita, nosso vice-Presidente, é o relator. É um item Não Terminativo. Projeto de Decreto Legislativo nº. 628, *"que aprova o texto do Acordo de Comércio Preferencial entre o Mercado Comum do Sul - Mercosul, e a União Aduaneira da África Austral - Sacu, integrada pela República da África do Sul, República do Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos estados-parte do Mercosul, em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, e pelos estados-membros da Sacu, em Maseru, capital do Lesoto, em 03 de abril de 2009"*.

Com a palavra, o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Presidente. De fato, *"trata-se de um acordo internacional de comércio preferencial entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral, que tem a sigla Sacu, integrada por países africanos, a República da África do Sul, Butsunana, Reino de Le-*

soto, Namíbia e Suazilândia, assinado pelas partes do Mercosul, em Salvador, em 15 de dezembro de 2008, e pelos estados-membros da Sacu em 03 de abril do ano passado.

É uma iniciativa meritória, louvável, a partir do fato de que o Mercosul precisa se abrir para estabelecer relações de comércio e outros tipos de relações com países mundo afora, blocos mundos afora. E o mérito maior é por se tratar de um acordo firmado com uma organização que reúne países africanos. Aí nós já amortizamos um pouquinho o grande passivo, o grande débito que temos com a própria África, com esse acordo internacional.

O texto fixa, como objetivo do acordo, o estabelecimento de margens de preferências tarifárias como um primeiro passo para a criação de uma área de livre comércio entre Mercosul e Sacu. As margens de preferência são concessões comerciais em termos percentuais e para certos produtos, que têm, como consequência, a redução percentual da alíquota normal do produto. Portanto, quanto maior a margem, menor será a alíquota. São questões técnicas que operam no sentido de permitir que esse acordo tenha pleno sucesso.

O Brasil, entre 2005 e 2008, teve superávit, no comércio com a Sacu, superior a um bilhão de dólares, embora, em 2009, ele tenha tido uma redução para 878 milhões de dólares. Esse comércio com a região aduaneira africana austral, basicamente, coincide com a nossa relação bilateral com a África do Sul, com a qual tivemos, em 2009, superávit de 826 milhões de dólares. O impacto desse acordo na relação já existente com a África do Sul incidiria em 17% das exportações e 22% das importações brasileiras.

Com essa iniciativa, Sr. Presidente, o Brasil, por meio do Mercosul, intensifica as relações sul-sul na área comercial. Uma vez concretizado, esse será o terceiro acordo comercial extrarregional firmado pelo Mercosul, depois do estabelecido com a Índia e, recente, com Israel. Ademais, aprofunda, na prática, a relação comercial entre os membros do fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul, que são países emergentes, democráticos e multiculturais.

O acordo, portanto, está em exame, e contribui, sobretudo, para incrementar ainda mais a corrente de comércio entre esses dois países já mencionados.

Pelo exposto e considerando não haver vício contra a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, o nosso Voto é favorável à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo 628, que traz a lume o referido acordo".

É o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em discussão. Eu quero comentar a importância desse acordo. O Mercosul tem, realmente, dificuldades no estabelecimento de novos acordos. Ainda ontem o Senador Mesquita também participou de uma visita ao Senado chileno, em retribuição a uma visita que recebemos aqui, e dentro do propósito de diplomacia parlamentar. E, lá, nós pudemos abordar essa questão. O Chile é associado ao Mercosul e tem dificuldades maiores de avançar, exatamente pela questão das tarifas comuns. O Senador Mesquita, inclusive, levantou o questionamento sobre a necessidade de outros temas poderem avançar dentro do Mercosul, não apenas a área comercial. A área comercial, realmente, está fazendo com que os quatro países estejam, de alguma maneira, presos a uma decisão e dificultando a assinatura de acordos internacionais.

Então, não havendo mais quem queria discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado, o Decreto Legislativo nº. 628, entre os países do Mercosul, Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, e os países que compõem a União Aduaneira da África Austral, assinado pela República de Botsuana, África do Sul, Reino do Lesoto, República de Namíbia e Reino da Suazilândia.

Voltamos, portanto, agora, já estando aprovado, à Pauta da oitiva dos Srs. Embaixadores indicados para a OACI e para a Jamaica. O primeiro senador inscrito é o Senador Alfredo Cotait. Senador Alfredo, como inscrito... V. Exa. é o primeiro orador inscrito, está com a palavra.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores e Senadoras.

A minha curiosidade e observação é para indagar, um pouco, ao Embaixador Jorge Taunay Filho, a respeito da exposição dele. Gostaria de saber, embaixador, um pouco mais das suas... Como o senhor vê, exatamente, a nossa infraestrutura dos aeroportos aqui no Brasil? Queria mencionar que eu sou de São Paulo. O Aeroporto Internacional de Guarulhos opera, hoje, já no limite da capacidade, quase beirando 20 milhões de passageiros/ano. Sua capacidade é estimada entre 20 e 25. O Aeroporto de Congonhas, que, na verdade, é o principal aeroporto do país, pela sua influência, chegou a operar com 18 milhões de passageiros/ano. Foi reduzido para 12 e, hoje, opera com 15 milhões de passageiros/ano. Ou seja, nós estamos com a nossa infraestrutura aeroportuária, de São Paulo, esgotada.

Eu queria saber a sua opinião sobre isso, a sua opinião sobre se há a necessidade de um novo aeroporto e com qual capacidade. Lembrando, sempre, que

a China - na qual o nosso Presidente Eduardo Azeredo liderou uma importante missão do grupo de senadores há poucos dias - tem, em construção, mais de 60 aeroportos. E, também, queria saber qual é a sua visão, exatamente, em termos de Brasil, como seria essa geografia de reorganização da nossa infraestrutura de aeroportos. E qual é, realmente, a função da OACI nesse item? Como o senhor vai poder, realmente, interferir para que a gente consiga ter, o mais rápido possível, esses aeroportos sendo implantados?

Eu gostaria de fazer uma pequena observação, Sr. Presidente, que é o seguinte. A IATA, que é, na verdade, o principal órgão internacional que regula as regras aeronáuticas, foi, por muitos anos, presidida pelo [ininteligível] Cotait, que é um parente querido meu, e eu sei que ele deu uma contribuição muito grande para toda essa estrutura aeronáutica internacional.

Portanto, eu espero que o Embaixador Jorge possa, também, contribuir, agora ajudando o Brasil, principalmente nessa parte da infraestrutura, na qual nós estamos, exatamente, tão carentes.

Obrigado.

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Muito obrigado, senador.

Bom, não precisa ser técnico para ver Guarulhos e sentir que, realmente, está esgotado, que a capacidade está esgotada. Outros aeroportos também. Congonhas, sem dúvida. Isso me assusta, me preocupa, diante dos megaeventos que nós vamos ter: uma Copa do Mundo e uma Olimpíada. E não só isso, é o movimento diário, movimentos dos passageiros brasileiros, dos passageiros estrangeiros. Alguma coisa, realmente, vai ter que ser feita. A infraestrutura precisa ser remodelada, remodelada ou reestruturada, modernizada, enfim.

O que a missão do Brasil na OACI pode fazer é, como eu assinalei, é trabalhar com grande coordenação, de muito perto, com o aspecto técnico da OACI, que é, realmente, uma organização técnica, uma organização que tem técnicos de alto nível. E fazê-los ver que nós precisamos - e eles sabem disso -, nós precisamos da cooperação deles. Embora nós tenhamos um nível muito avançado de tecnologia e nós tenhamos uma indústria aeronáutica que está crescendo e avançando tecnologicamente, também, nós precisamos trabalhar muito perto com eles, com a OACI. E também fazer ver... Porque, lá, eles têm, também, representantes da nossa Aeronáutica, da Anac, enfim. E fazê-los ver - porque eu terei contato com eles - que, realmente, nós estamos com uma urgência de modernizar essa nossa estrutura aérea.

Me parece que o novo governo, o futuro governo já dá sinais de que está consciente disso, mas, no que me compete, modestamente, lá em Montreal, o que

eu posso fazer é colaborar ao máximo com a OACI e colocar a missão toda com esse enfoque, porque eu concordo plenamente com o senhor, senador.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Continua em discussão. Algum questionamento? Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JUNIOR (PMDB-AC): Obrigado, Presidente.

Embaixador, eu diria que o senhor tem uma grande oportunidade, agora, de representar o país em uma organização, da mesma forma, importante, principalmente tendo em vista a realização de megaeventos que o país sediará. Eu faço é um apelo para que a sua colaboração contemple a possibilidade de provocar seriamente essa organização. Provocar mesmo. Relatar, com muito realismo, a situação que vivemos aqui. Olhe, nós banalizamos a possibilidade de um caos aéreo.

O senhor pergunte a qualquer brasileiro, hoje, que pretende viajar - não só no final do ano, mas em qualquer época do ano -, como ele se sente, qual é o grau de segurança que ele tem, qual é o grau de confiabilidade que ele confere ao sistema de transporte aéreo brasileiro. O senhor, certamente, vai se decepcionar com as respostas, porque é voz corrente, é quase uma unanimidade que ninguém se sente seguro, mais. Ninguém tem mais como confiar de que as coisas ocorrerão... Claro, com margens de ajustes e de erros, mas, minimamente, de forma a nos fazer viajar com tranquilidade. Não são só os megaeventos que vão requerer que a sua contribuição contemple essa provocação forte: "Olha, nós vamos ter, no Brasil...". E já ocorrem, agora, sem megaeventos, situações que deixam o povo brasileiro intranquilo. Aqueles que viajam vivem intranquilos.

Como eu disse, nós conseguimos banalizar... Nós não, organismos que tinham a responsabilidade e a obrigação de cuidar seriamente de um assunto como esse fazem com que o tema caos aéreo tenha sido banalizado, no nosso país, a ponto de a gente já admitir que isso vai ser uma coisa normal de acontecer. Estamos esperando, para o final do ano, um verdadeiro caos aéreo, maior do que os outros já ocorridos no nosso país. Essa situação não... A organização da qual V. Exa. vai fazer parte... E quando eu digo "provocação", o senhor deveria fazer com que uma inspeção preventiva seja feita. Não essa que veio aqui e conferiu à Anac 87% de... Eu acho um absurdo que isso tenha acontecido. Desculpe a sinceridade, mas, dado o precedente da Anac, essa nota, me perdoe a franqueza, mas é indevida. Eu daria 30, no máximo; 87 é uma exorbitância.

Portanto, eu concito o ilustre embaixador a que faça uma provocação séria. Essa talvez seja a mais importante contribuição que o senhor poderá dar ao país. Como o senhor representará o nosso país em uma organização como essa, talvez seja a mais importante contribuição que o senhor possa aportar naquela organização, com reflexos positivos na vida do povo brasileiro, notadamente daqueles que se valem do sistema aéreo para transitar no nosso país e para fora dele também.

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Eu posso...?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Sim, embaixador.

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Eu queria, primeiro, agradecer a sugestão, a ideia. Eu vou ser um agente provocador, lá, forte, em cima deles, não deixando os caras respirarem. E eu vou lhe manter informado sobre isso, senador. Eu sou... Eu acho que eu tenho autoridade para falar e testemunhar sobre o caos aéreo, porque eu fui uma de suas vítimas. Naquela época, por consciência infeliz, na época do grande caos aéreo que houve, eu estava em uma posição, no Itamaraty, que me forçava a viajar muito. E era um inferno. Falar que é inferno é uma coisa até banal, porque era uma coisa de atormentar, realmente. Então, eu poderei dar o meu depoimento a eles, mesmo porque eu vivi isso. E lhe agradeço, mais uma vez, senador, pela...

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente, só para poder concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Senador Alfredo.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Embaixador Jorge, qual é o grau de influência da Organização sobre os organismos nacionais?

SR. JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY FILHO: Olha, a OACI é a organização mundial que regula essas regras, esses regulamentos, que controla a aplicação desses regulamentos. Então, eu acho que sim, eles têm... Inclusive, nós temos... Esses órgãos todos da aviação civil brasileira fazem parte, têm representantes na delegação que eu vou chefiar. E tem técnicos, tem pessoas, tem oficiais, tem... Realmente, a nossa delegação está bem aparelhada, e, se não fosse assim, ficaria difícil funcionar.

Então, eu acho que temos, sim, temos condição de influir. E o Brasil é um país influente na OACI, porque nós estamos, no conselho, no grupo um dos países. Acabamos de ser eleitos com um aproveitamento de 88%. Nós fomos muito bem eleitos. Eu acho que eu terei condição, sim. E essa é a minha responsabilidade. Se eu falhar, podem me cobrar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador. Eu quero lembrar aos senadores, então, que nós temos uma nova reunião amanhã, reunião ordinária, onde teremos, ainda, a oitiva dos embaixadores indicados para a Dominica e para a Hungria.

E a última reunião, prevista para a semana que vem, também não poderá ser na quinta, porque nós teríamos a possibilidade de votar, em Plenário, as indicações dos embaixadores, então será na quarta de manhã e será presidida pelo Senador Geraldo Mesquita, já que eu não estarei aqui na parte da manhã. Na quarta, então, os Embaixadores de Marrocos e da Bósnia, pendente, ainda, alguma documentação que está para chegar. Aí encerraremos as aprovações, todas, desse ano.

Como prevê a Constituição, eu vou transformar a reunião em secreta, solicitando, portanto, que permaneçam apenas os Srs. Senadores e os diplomatas, aqui na reunião.

[sessão secreta às 11h41]

[sessão reaberta ao público às 12 horas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): A reunião está reaberta, e eu comunico a aprovação dos Embaixadores Antonio Francisco da Costa e Silva Neto, para a Jamaica, por unanimidade de votos, 13 votos, e também do Embaixador Jorge D'Escragnolle Taunay Filho, para a Organização de Aviação Civil Internacional, OACI. Desejo muito sucesso, para ambos, nas suas funções que vão assumir em nome do Brasil.

Antes, ainda, de concluir a reunião, eu quero apresentar um requerimento, nos termos regimentais, fazendo a retirada do Requerimento 236/2010, apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, em vista das razões já descritas no início da reunião. Foi o requerimento do Senador Flexa Ribeiro em relação à indicação do embaixador para a Dominica, que já está conosco desde dezembro de 2009.

O Ministério das Relações Exteriores já nos entregou as explicações. As explicações foram entregues aos senadores e, do ponto de vista regimental, é necessário que nós retiremos, portanto, o requerimento que tinha sido aprovado pela comissão. Da parte do Senador Flexa, há concordância. E, como Presidente, eu estou propondo, então, a retirada do requerimento, tendo em vista que as informações já estão fornecidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com esse requerimento permaneçam como estão.

Então, está aprovada a retirada do requerimento, possibilitando que nós possamos ouvir, amanhã, o embaixador indicado para esse pequeno país do Caribe, que é a Dominica. Acho que é o último país em que o Brasil coloca relações, não vai ficar faltando nenhum outro da região do Caribe. Não fica nenhum, todos eles... Só se tiver algum independente, nova independência.

Então, já reaberto, a palavra com o Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria de desejar ao Embaixador Jorge D'Escragnolle Taunay Filho muito sucesso na Organização de Aviação Civil Internacional. Eu acho que é importante essa preocupação que aqui foi mencionada, com respeito à melhoria dos aeroportos de São Paulo e de todo o Brasil, que o nosso senador, também paulista, mencionou.

E o Embaixador Antonio Francisco da Costa e Silva mencionou de como há, na Jamaica, programas de transferência de renda que guardam relação com a experiência brasileira. Eu avalio que a Jamaica teria condições de avançar, pioneiramente, na direção de instituir uma renda básica de cidadania incondicional. E gostaria de lhe transmitir o quanto me disponho a fazê-lo, se for de interesse das autoridades, do Poder Executivo, do Parlamento, de colaborar nesse sentido.

Eu gostaria de transmitir, Sr. Presidente... Eu já, aqui, relatei que estive representando o Senado Federal no Sudão, na semana retrasada. No último sábado, a convite da Federação Universitária Argentina e de todos os dirigentes da Federação Universitária Argentina, ali em Mar del Plata, onde o encontro de cúpula dos chefes de estado ibero-americanos, e eu pude, também... Fui convidado para falar sobre esse assunto, que muito entusiasmou os estudantes argentinos.

Eu quero transmitir aos senhores, tanto a história feliz do Ziraldo sobre a renda básica de cidadania quanto a minha última palestra sobre esse tema. Eu gostaria de, aqui, registrar, Sr. Presidente. Ontem, houve a comemoração dos sete anos do programa Bolsa Família, que é uma evolução dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e de todo o debate relativo a como instituir um programa de garantia de renda mínima associado às oportunidades de educação, de cultura, de saúde.

E por ocasião, ontem, do ato do Ministério do Desenvolvimento Social, com a Ministra Márcia Lopes, a Presidente da Caixa Econômica, Maria Fernanda, o Presidente Lula, estavam presentes - e agora aqui se encontram visitando o Senado Federal - as Sras. Bárbara Celeste de Anunciação Alves, Ana Paula dos Santos Pereira... Levante a mão. A primeira é Barbará

Celeste de Anunciação Alves; Ana Paula de Santos Pereira; Débora Camila de Carvalho; a Dulce Mônica Soares de Oliveira Santos; a Paulina Oliveira do Rosário; o Render(F) Rosa da Silva - ele é do MDS, trabalha na prefeitura e fez um depoimento sobre o cadastro único -; a Sra. Isabela Rubens de Lima(F); o Sr. Josué, índio xavante; a Sra. Rita, índia xavante; o Sr. Mauro Renato Soares e a Sra. Jeane André.

Então, as sete senhoras que eu aqui mencionei são, tipicamente, beneficiárias do programa Bolsa-Família e prestaram, ontem, um depoimento muito comovente, na cerimônia, dizendo como o programa transformou as suas vidas. Algumas delas, inclusive, disseram que puderam, depois de estar sendo beneficiadas com o programa Bolsa-Família, passarem a ter atividades econômicas que as fizeram superar a necessidade do programa Bolsa-Família. Eu conversei com todas elas. Algumas têm três pessoas na família, outras têm seis pessoas, quer dizer, marido e quatro filhos--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Alguma delas já recebia, antes do Bolsa Família, o Bolsa-Escola, o Vale-Alimentação?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Ao tempo do Bolsa-Escola, algumas já estavam escritas, não?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sim, havia pelo menos um caso, mas, depois, claro, se expandiu muito, de 2003 para cá. Então, elas estão fazendo uma visita ao Senado, e eu quero, aqui, registrar a presença delas. Eu também vou... Eu conversei com elas, um pouco, sobre o que é a renda básica de cidadania, eu vou transmitir aos Srs. Embaixadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sejam bem-vindas, todas, aqui.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): De maneira que, se houver a oportunidade... Eu estive, recentemente, ali no Canadá, representei o Senado Federal no G-20 e queria, até, transmitir, Presidente Eduardo Azeredo, que o vice-Presidente do Senado italiano, a certa altura, mencionou que estava muito preocupado com a questão do Cesare Battisti, e eu disse que, inclusive, como bisneto e neto de italiano e pessoa que avalio que deve, o Presidente da República, decidir pela permanência de Cesare Battisti no Brasil, e ele vai tomar essa decisão nos próximos dias, mas que eu me disponho a ir, como amigo da Itália, ao Senado italiano, para explicar as razões, inclusive jurídicas, que respaldam uma decisão para que ele permaneça no Brasil. Até porque, por tudo que eu estudei e conversei com ele, ele, de fato, não cometeu

aqueles quatro assassinatos pelos quais foi condenado à prisão perpétua, que, inclusive, não existe no Brasil, o que daria o respaldo, também, para que não houvesse a extradição do mesmo.

E para concluir, Sr. Presidente, agora em sessão aberta, eu gostaria de transmitir que eu agradeço muito a solidariedade de V. Exa., como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e dos demais, sobre qual é a maneira de proceder junto ao Embaixador de Cuba, de quem aguardo uma resposta atenciosa, respeitosa e oficial sobre a solicitação que encaminhei, desde o primeiro semestre, relativa à possibilidade de a 'bogueira' Yoani Sánchez poder vir ao Brasil por ocasião do documentário de Cláudio Galvão, de Jequié, na Bahia. Uma possível solução, se V. Exa. assim considerar, é que possa, o documentário em que Yoani Sánchez dá uma entrevista, ser, inclusive, apresentado nesta comissão, se não nesse ano, no próximo ano, e daí a convidá-la para aqui estar no Senado Federal.

Eu quero lembrar que, já no ano passado, o Senador Demóstenes Torres havia aprovado um requerimento nesse sentido, para que ela viesse a CCJ. E, pelo meu conhecimento, o Presidente da CCJ encaminhou a carta ao Presidente José Sarney, que, até hoje, não foi respondida. Então, eu acho que, quem sabe, na Comissão de Relações Exteriores poderíamos ter uma iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Vamos fazer.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Mas eu deixo a critério de V. Exa., e se, na reunião de amanhã, pudermos tratar, novamente, desse assunto, eu agradeço muito. Agradeço a atenção dos embaixadores a respeito.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, até amanhã, nós tomamos uma providência de enviar carta ou requerimento, mas V. Exa. tem toda a solidariedade, sim. É inadmissível que o embaixador não responda, ou não receba, um Senador como V. Exa., que já foi Presidente dessa comissão e que representa um estado como São Paulo, mas, com qualquer senador, não é admissível que um embaixador se recuse a recebê-lo, como está acontecendo. De maneira que nós vamos, até amanhã, tomar uma decisão.

Eu quero, ainda... V. Exa. falou do Ministério do Desenvolvimento Social, do ponto de vista político, ainda, tem alguma notícia se o nosso conterrâneo Patrus Ananias volta para o Ministério ou não? Porque os mineiros, lá, estão percebendo que a Ministra fez questão de dizer, na campanha, que ela era mineira, mas só tem um mineiro no Ministério, até agora. Enquanto

tinha Presidente de outros estados, nós tínhamos três ou quatro, viu, senador.

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Prezado Senador Eduardo Azeredo, eu tenho, por norma, não fazer indicações ao Poder Executivo, quando era da oposição e também quando era da situação. Então, eu não tenho dialogado com a Presidenta Dilma Rousseff a respeito de quais serão os ministros, se vai continuar a Ministra Márcia Lopes, se o Ministro Patrus Ananias, eventualmente, voltará. Eu considero ambos muito bons, e vou respeitar a decisão da Presidenta Dilma Rousseff.

O que eu e tenho recomendado, e já escrevi carta ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma Rousseff, é que levem em consideração o que está na Lei 10.835, aprovada por todos os partidos, em 2002 no Senado, em 2003 na Câmara dos Deputados, e sancionada, pelo Presidente, em 08 de janeiro 2004, que institui, por etapas, a critério do Poder Executivo, a renda básica de cidadania incondicional para, hoje, os 190,7 milhões de brasileiros, para todos. E a minha recomendação à Presidenta Dilma Rousseff, em coordenação com o governo do Presidente Lula, agora, nesses últimos dias, estabeleça os passos em direção à implantação da renda básica incondicional.

E eu gostaria que isso aconteça do Alasca à Patagônia, por isso que eu vou lhes dar o material à respeito, e vou, depois, conversar com as nossas amigas, para ver se elas também recomendam à Presidenta Dilma, elas que são beneficiárias, aqui consideradas, ontem, pelo Presidente, princesas, porque elas mesmo... Eu disse ao Presidente: "Olha, elas me disseram que elas estão se considerando, hoje, como princesas, aqui em Brasília". Então, princesas vêm ao Senado, são aqui, também, bem-vindas por essa V. Exa., então eu vou explicar a elas como vai ser a renda básica de cidadania. Está bem, Presidente?

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Muito obrigada, Senador Suplicy. Vamos ouvir, ainda, o Senador Alfredo Cotait.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente, apenas para observar que dentro da admiração que eu tenho pelo Senador Suplicy, e dentro da sua honestidade, ele reconheceu que o programa Bolsa Família teve, na sua precedência, os programas Bolsa-Escola, entre outros, iniciados no governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por inspiração da sua ex-mulher, Ruth Cardoso.

Portanto, daí, mais uma vez, a demonstração da honestidade do Senador Suplicy em reconhecer que o

Bolsa Família foi originário de um programa instituído durante o governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Era só esse comentário, Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Perfeito, senador. É pertinente, realmente. É essa a realidade, e o programa avançou bastante. Eu quero, ainda, registrar que os dois embaixadores que estão conosco - só uma curiosidade -, um nasceu em Lisboa, outro nasceu em Paris. São brasileiros nascidos além-mar, mas que são cidadãos brasileiros e que agora vão representar o nosso país na OACI e também Jamaica.

Não havendo nada mais a tratar, eu quero, então, desejar sucesso aos embaixadores, agradecer a presença dos Srs. Senadores e convidá-los para a reunião de amanhã, reunião ordinária, a partir das 10 horas. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h17.

ATA DA TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 2010, QUINTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e quarenta minutos do dia nove de dezembro do ano de dois mil e dez, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eduardo Azeredo**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença dos senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Flexa Ribeiro, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Adelmir Santana, Alfredo Cotait e Cristovam Buarque**. Justifica a ausência o Senador **Geraldo Mesquita Junior**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente apresenta dados sobre a atuação militar brasileira no Haiti. O Presidente informa também o recebimento de expediente do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, antecipando informações sobre a abertura de embaixada do Brasil em Dominica, solicitadas pela CRE no Requerimento nº 236, de 2010. Passa-se à apreciação da primeira parte da Pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) Nº 255, de 2009**, de autoria do Presidente da República, que "submete à apreciação do Senado Federal o

nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.”, com relatoria do Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: a Mensagem é apreciada. **Item 2 – Mensagem (SF) Nº 308, de 2010**, de autoria do Presidente da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.*”, com relatoria do Senador **Adelmir Santana**. O Presidente registra a presença do Conselheiro Gyula Misi, Chefe do Departamento de Negócios da Embaixada da Hungria. Resultado: a Mensagem é apreciada. O Presidente lembra o lançamento, no dia 14 de dezembro, dos livros editados pela CRE, “*Venezuela e MERCOSUL: Ciclo de Debates*” e “*Ação do Senado na Diplomacia Brasileira – 2009/2010: Coletânea de Indicações de Embaixadores*”. Após as exposições dos Embaixadores indicados, fazem uso da palavra os senadores **Eduardo Suplicy**, **Alfredo Cotait** e **Cristovam Buarque**. Inicia-se a apreciação da segunda parte da Pauta da reunião. **Item 1 – Projeto de Resolução do Senado Nº 61, de 2010**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “*institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências.*”, com a relatoria “ad hoc” do Senador Alfredo Cotait. Resultado: é aprovado Parecer favorável à matéria. É apreciado, como item **Extrapauta**, o **Requerimento Nº 33, de 2010 - CRE**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, em aditamento ao Requerimento Nº 31, de 2010 – CRE, que “*requer, nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que ao Requerimento nº 31, de 2010, aprovado no dia de ontem nesta Comissão de Relações Exteriores, sejam aditados os nomes dos Senhores LÍBANO MIRANDA BARROSO, Presidente da TAM Linhas Aéreas e CONSTANTINO DE OLIVEIRA JR, Presidente da GOL Linhas Aéreas*”. Resultado: o Requerimento é aprovado. A Reunião é tornada secreta às doze horas e doze minutos e reaberta às doze horas e vinte e quatro minutos. O Senador Eduardo Suplicy faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerra a Reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Alexandre Bastos de Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2010, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 36ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovada.

Nós temos, hoje, duas partes na nossa Pauta, esta é a penúltima reunião da comissão, neste ano, e semana que vem teremos ainda uma reunião na quarta-feira, portanto, extraordinária, e nós estamos na 36ª ordinária, a extraordinária também já está acima de 30, então vamos cerca de 70 reuniões, praticamente, esse ano todo, e na semana que vem teremos ainda mais dois embaixadores, e aí esperamos... Aí concluiremos todos aqueles que foram encaminhados para o Senado.

Eu quero já, inicialmente, então, convidar para compor a Mesa os Embaixadores José Marcos Nogueira Viana, indicado para a Comunidade Dominicana, e o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, indicado para a República da Hungria.

Antes de passar à leitura dos relatórios, eu quero só fazer um breve relato de dados referentes à atuação do Brasil no Haiti. Nós estamos, no momento, com 2.187 militares no Haiti, na Minustah, incluindo companhia de engenharia com 250 homens. O total de policiais, de militares lá é de 8.651 de 19 países, e ainda 3.146 policiais de outros 51 países, quer dizer, é uma força realmente muito variada em termos de nacionalidades.

Nós estamos com a Resolução 1.944, aprovada em outubro de 2010, renovando o mandato de Minustah por mais um ano, até 2011, e do ponto de vista dos compromissos do Brasil, o Brasil se comprometeu, na época aí do terremoto, a enviar US\$ 172 milhões, e já foram transferidos 55, da mesma maneira existe já o compromisso por parte do Brasil da construção da hidrelétrica de Artibonite, e a cooperação com Cuba para a construção de unidades de atendimento básico à saúde, e treinamento de profissionais de saúde haitianos.

Essas informações, elas são recentes e foram objeto, inclusive, de discussão com os senadores da

Comissão de Relações Exteriores do Chile. O Chile tem uma posição um pouco mais crítica do que a nossa em relação a presença de policiais no Haiti. Mas foi importante, na discussão, eles estão de acordo que após o terremoto, em especial, justifica-se plenamente a presença de tropas lá, e reiteram a necessidade de que não seja apenas uma ambição policial, que seja também uma missão que atue na infraestrutura e na criação de empregos para os haitianos. Nós estamos vendo aí nos jornais que a situação se complicou lá um pouco, com a definição da realização de segundo turno das eleições presidenciais, mas ao mesmo tempo é importante lembrar que esses militares brasileiros acabam sendo treinados no Haiti. Então, tem uma segunda, além da missão principal que é de pacificação, ela tem um segundo resultado, que é o treinamento desses militares que, inclusive, mostraram sucesso na ocupação do morro, no Rio de Janeiro. Os militares não ficam permanentemente lá, são trocados rotineiramente.

Nós temos aqui, ainda, também, a resposta do Ministro Celso Amorim ao requerimento apresentado pelo Senador Flexa Ribeiro, sobre a questão da instalação da Embaixada de Dominica, mas eu vou deixar isso primeiro para o relatório do Senador Flexa, é o Item nº. 1, que é a Mensagem nº. 255/2009, que *“submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica”*.

O Senador Flexa com a palavra, e logo depois passaremos a palavra para o Senador Adelmir, que tem também um compromisso na Mesa, reunião de Mesa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Chanceler Eduardo Azeredo, Embaixador José Marcos Nogueira de Viana, Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, Srs. Senadores. Me foi dada a incumbência, pelo Presidente da comissão, para relatar com muita honra a indicação do Embaixador José Marcos Nogueira de Viana, para a Comunidade da Dominica.

“Nascido em Belo Horizonte, 1960, filho de Marcos dos Santos Viana e Leda de Almeida Nogueira Viana, o Sr. José Marcos Nogueira Viana graduou-se em Jornalismo pela UFRJ, em 1984, e concluiu os Cursos de Preparação à Carreira Diplomática e de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Ingressou na carreira diplomática em 1986, ascendeu a Conselheiro em 2004 e a Ministro de Segunda Classe em 2007, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas destacam-se a de Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde, em 1999; Assessor Especial da Secretaria de Estado de Comunicação do Governo, em 2002; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em La Paz, em 2006; e Cônsul-Geral Adjunto em Boston, em 2008, onde concluiu o “Mastering Negotiations Certificate”, pela Harvard University.

A ilha de Dominica foi reclamada tanto pela Grã-Bretanha quanto pela França até 1763, quando passou a ser formalmente uma possessão britânica. Em 1967, se tornou um Estado Associado das Índias Ocidentais, membro da Commonwealth, gozando de autonomia nos assuntos internos.

A Comunidade da Dominica tem 754 km², sua capital é Roseau e tem população de 73 mil habitantes. O PIB estimado para 2009 é de US\$719 milhões, o que lhe propicia renda per capita de US\$ 9.900. Sua principal exportação é a banana”.

V. Exa., Senador Azeredo, que é um apreciador de bananas, com certeza absoluta vai estar bem-servido nessa falta de exportação.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Os mineiros são concorrentes, nós agora estamos começando a exportar banana plantada na região do Vale do São Francisco, lá de Jaíba, tem a banana prata, muito melhor do que a banana caturra que eles vendem lá, que é aquela banana... Essa nossa é muito mais saborosa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós vamos disputar, porque o Pará é um grande produtor de banana também, junto com Minas Gerais e vamos entrar nesse mercado internacional, melhor do que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Espero que não voltemos a essas repúblicas de bananas.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., melhor descascar uma banana do que um abacaxi, não é, Senador Azeredo? Melhor descascar uma banana do que um abacaxi, V. Exa. tem se portado com muita competência--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Mas abacaxi, também Minas Gerais é grande produtor de abacaxi na região do triângulo mineiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Principalmente na época eleitoral, ela produz muito abacaxi mesmo. [risos] Minas Gerais deixou de trazê-lo de volta ao Senado para que V. Exa. pudesse continuar como nosso chanceler aqui. E eu espero que a Câmara Federal faça essa homenagem a V. Exa., e o conduza à Presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal, que será enriquecida com a partici-

pação de V. Exa., dando sequência ao trabalho competente do seu pai, Deputado Renato Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Voltemos à banana. *“Cocos, frutos cítricos e óleo de coco também são exportados, entretanto o setor agrícola tem perdido a importância com a diversificação das atividades econômicas que convivem com o pequeno setor financeiro off shore. Em 2007, a agricultura e pesca respondiam por 17% do PIB, enquanto em 1990, 25%.*

A indústria limita-se ao processamento de alimentos e produção de sabonetes e outros produtos derivados do coco. O turismo, que cresceu nos últimos anos, tem mostrado sinais de desaceleração.

Quanto ao comércio com o Brasil, verifica-se que, não obstante seja diminuto, apresenta crescimento entre 2002 e 2008 chegando as exportações brasileiras a crescer 150% de 2003 a 2004, e alcançando o patamar de US\$ 2.9 milhões em 2008, sendo quase a totalidade de superávit para o Brasil. As exportações brasileiras são compostas principalmente de carne e miudezas comestíveis, madeira, carvão vegetal e obras de madeira e produtos cerâmicos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes dessa comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório”.

Sr. Presidente, essa relatoria, V. Exa. já está na comissão há bastante tempo. Nós solicitamos ao Chanceler Celso Amorim algumas informações sobre a Comunidade de Dominica, essas informações nos foram encaminhadas e eu, ontem, tive a oportunidade de conversar com o Embaixador José Marcos Viana, dizendo a ele que sobre o embaixador nós não temos nenhuma restrição, muito pelo contrário, o seu currículo, a sua passagem pelas funções anteriores demonstram a capacidade e a forma como ele vai representar o Brasil na Comunidade de Dominica.

Apenas, V. Exa. iniciou, como Presidente desta comissão, um questionamento junto ao governo federal de criações de embaixadas em países que não teriam ainda uma posição ou uma importância para que o Brasil pudesse expandir da forma como expandiu a sua representação. Ao invés de fortalecer as que já existem, ele buscou... Muito se falou aqui que era uma estratégia política para buscar um assento permanente no conselho da ONU, mas não temos nada contra a indicação do Sr. Embaixador, muito pelo contrário, desejamos sucesso, trabalhar no sentido de aproximar a Comunidade de Dominica com o Brasil, aumentar as relações comerciais, culturais e de amizade, eu não

vou fazer comentário, Sr. Embaixador, sobre a resposta do Itamaraty, porque ela por si só, ela já demonstra, por uma única frase do relatório, da resposta, que diz que quando nós consultamos, Sr. Presidente, qual o número de brasileiros que residem na Dominica nos últimos cinco anos, a resposta do Itamaraty, lamentavelmente, aqui não existem dados oficiais sobre as comunidades brasileiras na Dominica. Então, é como eu digo, como não há de pessoal com...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só interrompendo. Isso repete a mesma resposta em relação à Antígua e Barbuda, São Cristóvão e Nevis, que também foram objeto de requerimento e que o Itamaraty respondeu da mesma maneira, que não tem conhecimento do número de brasileiros que lá residam, que lá vão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu, como digo, desejo sucesso ao embaixador, o meu voto é pela aprovação, e terei o prazer de visitá-lo lá na Comunidade da Dominica, com certeza junto com o nosso chanceler já na Câmara Federal, o Senador Deputado Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

O senador fez um resumo exatamente da questão, então o requerimento... A indicação do embaixador já está aqui desde o ano passado, é a mais longínqua das indicações aqui, mas houve realmente esse questionamento no mês de março pelo senador Flexa, um requerimento, e esse requerimento, por questões burocráticas, acabou não chegando ao Itamaraty. Então, e agora o Ministro Celso Amorim mandou a resposta, explicando exatamente a importância de Dominica, o crescimento, essa estratégia de presença do Brasil no Caribe, lembrando que existem também Embaixadas em Dominica da Bélgica, do Canadá, da China, de Cuba e de Venezuela, enquanto a Jamaica, Países Baixos, Noruega e Espanha têm representações consulares.

E, portanto, essa justificativa, eu também compartilho da opinião do Senador Flexa, que tem levantado sempre a necessidade de que os nossos consulados sejam fortalecidos, que os consulados atendam os três milhões de brasileiros que moram no exterior e, realmente, essas sete Embaixadas novas no Caribe, elas são polêmicas, pelo menos na nossa opinião.

Aqui também, Senador Flexa, consta o custo de instalação estimado em US\$ 200 mil, e o custo mensal de manutenção é baixo, de US\$ 22 mil. De maneira que está respondida a questão, será realmente uma Embaixada diminuta, como o embaixador poderá dizer, mas é importante realmente esse posicionamento sobre

essa questão, que é um dos pontos de desacordo entre a oposição e o Ministério das Relações Exteriores.

Dando segmento, ainda, eu quero, então, conceder a palavra agora ao Senador Adelmir Santana, como relator da Mensagem nº. 308/2010, que *“submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio Eduardo Moreira Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria”*.

Antes, registrando, senador, a presença do Sr. Gyula Misi, conselheiro encarregado de negócios da Hungria. Seja muito bem-vindo à nossa comissão.

Com a palavra o Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, Srs. Embaixadores José Mauro Nogueira Viana, Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima.

Antes de entrar no relatório propriamente dito, Sr. Presidente, ontem tive a oportunidade de conversar com o Sérgio Eduardo Moreira Lima e, naturalmente, falamos muito de algumas questões nacionais, questões internacionais, e senti, na pessoa do embaixador, uma pessoa humanística e preocupado, inclusive, com questões sociais, não só no país em que irá naturalmente nos representar, mas com relação ao próprio país Brasil. Tecemos várias considerações e questões das mais diversas, e senti na pessoa do nosso embaixador, homem preparado para nos representar em qualquer país, até pela sua experiência anterior. E, ao mesmo tempo, preocupado com as questões futuras, preocupado com um foco na inovação, no futuro, nas possibilidades que poderão advir de uma relação com este país, a Hungria, nas melhorias, inclusive, tecnológicas e de formação profissional.

Mas vamos ao nosso relatório. Eu serei simples aqui, mas dizendo que o ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Adelmir. Só um momento, por favor. O Senador Flexa vai ter que pegar um voo, então quero só declarar já aberto o processo de votação, o relatório já está distribuído. Então, está aberto o processo de votação em ambos os casos dos dois senadores.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Muito obrigado. Durante a nossa conversa, eu apenas esqueci de perguntar se o Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima tinha algum grau de parentesco com o pianista, mas a conversa foi longa e eu esqueci disso, mas o nome leva a crer que haja alguma relação. *“É nascido no Rio de Janeiro--*

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Talvez seja ele pianista também.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Também, quem sabe. *“Nasceu no Rio de Janeiro - e tem uma coisa em comum, nasceu no mesmo dia que nasceu este senador, 19 de abril, só que eu sou mais velho, - nasceu em 19 de abril no Rio de Janeiro, tem formação acadêmica de Direito, naturalmente, do Instituto Rio Branco.*

É homem com larga vivência, o seu currículo já nos diz isso na representação diplomática. Entre as funções desempenhadas na Administração Federal, na Chancelaria e nos serviços anteriores destacam a Segunda e Primeira Secretaria na Embaixada de Washington, em 79; Primeira Secretaria, Encarregado de Negócios da Embaixada em Lisboa, em 83; Chefe da Divisão de Privilégios e Imunidade Cerimonial, em 87; Conselheiro de Missão junto às Nações Unidas em Nova Iorque, em 89; Chefe da Divisão de Agricultura e Produção de Base, em 92, na Embaixada de Tel Aviv; e em 2003 Embaixador em Oslo, em 2007”.

Temos todas as informações dadas pelo Ministério, não vou aqui me ater a elas, porque é de conhecimento de todos nós.

“As relações diplomáticas do Brasil com a Hungria vem de desde 1927, teve uma interrupção em 1942 e que foram restabelecidas em 61. Na economia, aquele país do setor primário responde por apenas 4,3% do PIB, mas responde por cerca de 20% das exportações. O país se destaca no cultivo de cereais e na produção de carnes, ovos e leites. A indústria responde por 34,3% do PIB, e os setores principais são automobilismo e a indústria pesada mecânica e química. O setor terciário tem a maior participação no PIB, 61,4%, - daí talvez o próprio interesse do embaixador em me mostrar as possibilidades que o Brasil tem de fazer um intercâmbio nessa área com processos inovadores que poderão ser, advir para o Brasil - tal fato deve-se ao comparecimento exponencial dos serviços de transportes, financeiros e das atividades turísticas daquele país.

Em 2009, a Hungria foi o 23º destino mais visitado do mundo com 9,3 milhões de turistas, bem à frente do Brasil que contou, em 2009, com apenas, aproximadamente, cinco milhões de visitantes.

Quanto ao comércio com o Brasil, verifica-se que apresenta forte crescimento em relação a 2009, o ano de 2010/2009. As exportações brasileiras cresceram 100% - não [ininteligível] que era um e passou para dois - 100% no que período de janeiro a outubro de 2010, chegando a US\$ 14,7 milhões, em comparação com todo o período de 2009.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são pasta química de madeira - veja que nós exportamos

pastas químicas de madeira e importamos papel - *outras couros, peles bovinas, 9,6, e peças de motores para automóvel movido a diesel, 7%. Já as importações brasileiras somam 188,7 milhões, portanto, há aí um déficit enorme*", somos deficitários nessa relação.

E eu falava com o embaixador que é muito diversificado essas nossas importações, porque a liderança dessas importações se dá exatamente em discos magnéticos, e apenas 6% do conjunto; e papel, embora exportamos pasta de madeira, mas importamos papel, e é representativo com 4,3 no conjunto das importações. Mas esses são os líderes, o que significa que é muito diversificado o que compramos na Hungria.

"Mas dada as premissas, as promissoras oportunidades que a gente tem de cooperação nas mais diversas áreas comerciais, econômicas, culturais e sociais, o trabalho diplomático a ser realizado na Hungria é estratégico, e relevante e de inestimável importância, para o qual certamente poderá contribuir o Embaixador Sérgio Moreira Lima.

Diante do exposto, nós julgamos que os integrantes desta comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório", a não ser essa relação de conversa no dia de ontem que me pareceu extremamente simpática e que endossam naturalmente a minha posição.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Adelmir Santana. Nós temos, então, aqui--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Quería, Sr. Presidente, só concluir, o senhor sabe que tem reunião da Mesa do Senado, eu sou membro lá na Mesa e eu queria sufragar o meu voto e pedir escusas por não ouvir aqui as explanações.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Embaixador Sérgio Eduardo, ele é carioca e o Embaixador José Marcos é mineiro, então nós estamos aqui bem-representados hoje.

Antes de passar, ainda, a palavra aos embaixadores, eu quero só, que eu vou distribuir para os Srs. Senadores, o convite da próxima reunião, vamos ter Reunião Extraordinária na terça-feira, às 14h30, com a presença do Ministro Celso Amorim e também do Presidente José Sarney. Nós vamos fazer o descerramento do busto de Alexandre de Gusmão, que é o precursor da diplomacia brasileira, que vai ficar aqui logo à entrada, e também o lançamento dos livros: *"Venezuela e Mercosul: Ciclo de Debates"* e o livro *"Ação do Senado na Diplomacia Brasileira"*, coletânea de indicações de embaixadores, que relata todas as

aprovações com os relatórios dos Srs. Senadores do período de 2009 e 2010.

De maneira que eu quero, então, já entregar... Esse é o convite, depois vai para cada um - entrega para os senadores que estão aí presentes - e contando com a presença na próxima terça-feira.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, tendo em conta a relevância do nosso diálogo com o Ministro Celso Amorim, o último que se dará, e quero aqui lembrar que o Ministro Celso Amorim, durante todos esses oito anos, desde 2003, pois em 2003 e 2004 fui eu o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, eu gostaria de aqui lembrar que o Ministro Celso Amorim compareceu à Comissão de Relações Exteriores, na minha memória, como uma frequência de duas a três vezes por ano, para sempre esclarecer os mais diversos aspectos da política externa brasileira. Então, é muito importante essa disposição de ele sempre dialogar conosco e essa será a sua última visita.

E eu agradeço muito a atenção de V. Exa., com respeito ao assunto que eu levantei na data de ontem, e agradeceria muito, se puder, V. Exa., de fato, conforme mencionou que gostaria de fazer, tentar dialogar com o embaixador de Cuba, pois seria importante que tenhamos uma resposta da parte dele, até mesmo antes dessa importante reunião que o Ministro Celso Amorim, juntamente com o Presidente José Sarney, terão conosco na próxima terça-feira.

Então, eu avalio que será uma oportunidade muito relevante se pudermos ter uma informação do embaixador de Cuba, e que signifique o respeito ao Congresso Nacional e ao Senado, uma vez que até agora não houve resposta à solicitação encaminhada para que pudesse a Sra. Yoani Sánchez fazer uma visita ao Brasil, tendo, inclusive, sido convidada pela Comissão de Constituição e Justiça, por iniciativa do Senador Demóstenes Torres, e encaminhada uma carta pelo presidente José Sarney à Embaixada e também eu tendo encaminhado uma solicitação de permissão para que ela compareça ao Brasil e até hoje não houve resposta.

Então é a sugestão que eu formulo, Sr. Presidente, e agradecendo a sua iniciativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador Suplicy, a minha primeira informação de hoje, pela manhã, já que o embaixador não está aqui em Brasília, mas eu já deixei registrado que gostaria de conversar com ele, numa primeira

abordagem, para que ele possa ter a atenção necessária.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Por nada. Vamos, então, passar agora já à oitiva dos embaixadores, eu quero passar a conceder a palavra ao Embaixador José Marcos Nogueira Viana para fazer a sua exposição. Embaixador, o prazo normalmente utilizado é de dez minutos, mas não é nada rígido, se for necessário podemos avançar.

Com a palavra o Embaixador José Marcos Nogueira Viana.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu não sei se eu quebro o protocolo se fizer um pedido agora, gostaria de registrar a presença do meu filho no Plenário, que eu espero um dia estar sentado aqui nessa cadeira, ele está estudando para a carreira diplomática, e um dia, talvez, ele sente aqui onde eu estou sentado hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Como é o nome dele?

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Eduardo Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eduardo, muito sucesso, seja bem-vindo e sucesso na carreira.

SR. EDUARDO VIANA: Obrigado.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Então, vamos iniciar a parte substantiva. Como o senhor bem sabe, Sr. Presidente, como a Embaixada ainda não existe em Dominica, as relações bilaterais ainda são incipientes, mas o meu futuro trabalho lá, caso aprovado por V. Exas., será facilitado pelos laços culturais muito semelhantes entre Dominica e Brasil.

Assim como o Brasil, Dominica recebeu uma importação forçada de escravos africanos, que foram trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar no país. Também semelhante ao Brasil, tiveram uma colonização europeia, não portuguesa, mas francesa e inglesa, daí a origem do nome da capital Roseau, que se assemelha a Roseau, francês. O próprio nome do país é de origem italiana, Cristóvão Colombo estava na região e um domingo vislumbrou a ilha, domingo em italiano é domenica, daí veio o nome: Dominica. Então, de origem italiana.

Mas o mais importante, Sr. Presidente, são os passos futuros, como há muito a fazer, não é difícil estreitar e aumentar as relações com Dominica, o Brasil já exporta para a Dominica produtos manufaturados, ao contrário do que faz com outros países maiores, onde nós exportamos apenas matérias-primas. Então, a nossa indústria nacional se beneficia de exportações

para Dominica, principalmente no setor de carnes e madeira trabalhada, e isso tem tendência a crescer por motivo simples, Dominica está deixando de ser um exportador de produtos agrícolas, bananas, e está sofisticando a sua pauta de exportações, depois de um investimento de aplicação de recursos de Hong Kong, o país está exportando agora energia hidroelétrica, por incrível que pareça, o país tem capacidade excedente de energia elétrica, construiu um cabo submarino que liga a ilha a Martinica, sua vizinha, e está exportando energia elétrica para o país vizinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Tem rios caudalosos lá?

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: O país tem rios e tem quedas d'água, porque a geografia do país é muito variada e eles têm altura suficiente de queda d'água para produzir energia hidrelétrica.

Então, com isso o país está aumentando a sua capacidade de exportadora, aumentando a entrada de divisas no país, com isso, pelas pesquisas que eu fiz, o Brasil tem um grande campo de interesse, que seria na área de oferta de serviços, nós já temos, em todas as ilhas vizinhas, construtoras brasileiras instaladas e fazendo obras. As mais conhecidas: Andrade Gutierrez, Odebrecht, que é Góes Galvão, todas já estão vizinhas. E Dominica não tem ainda uma coisa essencial, que é um aeroporto de grande porte, tem aeroporto de pequeno porte, mas não tem aeroporto de grande porte. Se nós conseguimos convencer o país a abrir uma licitação internacional, e empresários brasileiros participarem, nós podemos construir um aeroporto na ilha, que aumentaria ainda mais a arrecadação de divisas no país. E o país tem condições, isso não seria uma doação, de pagar um financiamento para isso, porque já estão exportando não só energia hidrelétrica, como água. Também com investimentos de Hong Kong, água mineral engarrafada, que tem uma boa entrada no mercado internacional, já que a ilha é muito preservada, a água muito pura, então a água mineral terá uma grande penetração internacional.

Nos Estados Unidos, por exemplo, depois da Coca-Cola, o produto mais consumido é a água engarrafada, água mineral engarrafada, então eles têm mercado para fazer isso. Com isso, terão recursos suficientes para nos pagar obras de engenharia de grande porte.

Então, minha situação aqui é propositiva, futura, me proponho a aumentar as exportações brasileiras para Dominica em cerca de 10%. Se conseguir fazer isso, o custo inicial da Embaixada estará pago, 10% de aumento corresponde a US\$ 200 mil, que é exatamente o custo que V. Exa. disse da Embaixada, de instalação da Embaixada. Então, não é uma operação

complicada. A Embaixada já se pagaria no primeiro momento, com aumento de 10% das exportações, o que não é difícil, já que o aumento do poder aquisitivo do país vai permitir eles consumirem mais produtos agrícolas que nós produzimos no Brasil; e exportação de carne manufaturada.

Eles têm uma renda *per capita* muito semelhante à nossa, cerca de US\$ 10 mil, o que transforma Dominica em um dos países de maior renda *per capita* na região.

E tomando também a região como um todo, um dado interessante que nós pesquisamos é que as exportações brasileiras para o Caribe, hoje, são superiores às exportações brasileiras para a França. O Brasil exporta mais para o Caribe do que para a França, a única diferença é que no comércio total de importações, a França passa, obviamente porque a França está exportando para o Brasil produtos de alto valor agregado, em pouco tempo teremos importação de aviões franceses. Com isso, a França passa na frente, mas se formos...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Já está resolvido que vai ser francês, já?

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: É o que os jornais noticiam.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Mas não está anunciado oficialmente ainda não.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Se for anunciado, a França passa o Caribe, é isso que eu estou dizendo. Mas em questão de exportações, o Caribe está na frente da França. E com a abertura da Embaixada, caso autorizado por V. Exas., nós vamos tentar aumentar ainda mais esse comércio, junto com os meus colegas vizinhos nas ilhas caribenhas, produtos de valor agregado no Brasil. Não vamos exportar banana para Dominica, obviamente, vamos exportar madeira trabalhada, que são móveis e outros produtos mais sofisticados, como serviços de engenharia. [soa a campanha]

Eu acho que o meu tempo terminou.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Não, pode completar.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Eu só gostaria de completar agradecendo o meu relator, o Senador Flexa Ribeiro, e agradeço também a presença do Senador Cristovam Buarque, que já até jantou na minha casa um tempo atrás, longe daqui, não é, senador, em Genebra, muito tempo atrás.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No jardim.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: No jardim, exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Com bom vinho.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Com bom vinho, exatamente. Muito obrigado pela sua presença.

Eu concluo, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Embaixador José Marcos Nogueira Viana. E nós já passamos já, de imediato, a palavra ao Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, para fazer a sua exposição. Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima é indicado para a Hungria.

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: É uma honra para mim participar desse rito obrigatório de passagem, indispensável à legitimidade dos representantes diplomáticos brasileiros nas suas funções no exterior. Eu testemunhei a importância desse rito quando fui Embaixador do Brasil em Israel e nos territórios palestinos. Ouvi muitas recomendações, observações aqui nessa sessão que amadureceram a minha experiência, que me ajudaram e me deram realmente um sentido de apoio e essencialmente a minha mensagem ao passar novamente por aqui nessa terceira vez é da importância do Congresso, da importância da democracia e da importância desse sentido de legitimidade para o cumprimento da missão daqueles que estão representando o Brasil no exterior.

Fico muito honrado. Fico também honrado com a presença de alguns dos meus colegas que estão aqui, em particular o Embaixador Cardim, que vai me suceder na Noruega, fico honrado também com a presença do Conselheiro da Embaixada da Hungria, e não poderia deixar de registrar também a presença da minha filha, Juliana Moreira Lima, que me honra, jornalista, que foi jornalista do Correio Braziliense e que está aqui para prestigiar o pai.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Seja bem-vinda.

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: Eu gostaria, Sr. Presidente, de agradecer também o meu relator, o relator, não só as palavras dele e o voto, a simpatia, mas, sobretudo, a mensagem muito positiva sobre aquilo que nós poderemos fazer em relação à Hungria.

A Hungria, como os senhores sabem, é um país acidentado, um país de história acidentada, um país que foi império e um país que perdeu 2/3 do seu território, 1/3 da sua população ao longo desse caminho acidentado. É um país antigo, um país que se formou antes mesmo da formação do reino anglo-saxão. Então é um país que tem longa história e é um país que

também tem uma longa história universitária, longa história de conhecimento, de educação, de compromisso com o avanço e que se manifestou fortemente durante o Império Austro-Húngaro. Posteriormente, depois da Primeira Guerra Mundial, a Hungria e o império se dissolvem, o Império Austro-Húngaro se dissolve, a Hungria fica fragilizada e busca, então, na Segunda Guerra Mundial, tentar recuperar uma parte dos seus territórios, o resultado é conhecido, depois de quatro décadas de controle soviético, a importância da Hungria se reduziu, e depois da retomada, da dissolução do bloco soviético, da queda do Muro de Berlim, a Hungria, que contribuiu, inclusive, para essa evolução, na medida em que abriu suas fronteiras com a Áustria, ela vem forte e busca, então, seguindo uma longa tradição de defesa de direitos humanos, tradição, inclusive, no século XIX, defesa de minorias, ela vai e desenvolve uma política ativa de abertura para o leste, de abertura para o ocidente de reintrodução no contexto euro-atlântico e no contexto também da OTAN, da OCDE e se transforma, então, numa democracia muito ativa e com forte presença na Europa central. Presença na Europa central, sobretudo, porque muitas minorias húngaras estão espalhadas pela Europa central, então a Hungria tem essa responsabilidade grande com relação a essas minorias.

E, especificamente, em relação ao Brasil, o relacionamento entre o Brasil e a Hungria, que foi um relacionamento, no fundo muito antigo, Sr. Presidente, um relacionamento que começou com o próprio D. Pedro II que lá esteve, mas em termos republicanos, esse relacionamento é de 27, e em 27, então, nós começamos esse relacionamento que também foi acidentado, por causa da guerra de posições distintas, e depois ele é retomado em 74, quando eu era assessor até do Ministro Azeredo da Silveira durante o regime militar, naquela época, que foi, aliás, aqui eu faço observação, foi quando o Itamaraty deu uma contribuição importante, a abertura democrática no Brasil, em 74, 79. Mas, enfim, em 74, o Brasil estabelece as nossas relações com a Hungria e, desde então, essas relações se fortaleceram, mas de forma modesta.

A Hungria - para os senadores nordestinos - a Hungria, ela contribuiu para a formação da viticultura no semiárido do São Francisco, é um projeto importante; Israel também contribuiu. Mas a Hungria teve uma participação importante nessa evolução. E o relacionamento que, se aprovado pelos senhores, eu pretendo conduzir e propor, está relacionado, sobretudo, com as oportunidades que se abrem no setor da cooperação científica e tecnológica.

A Hungria é um dos países contados àqueles húngaros que foram para os Estados Unidos, mas

depois de formação acadêmica na Hungria, embora ainda possam ter se especializado em universidades americanas, a Hungria é um dos países do mundo que detém o maior número de Prêmio Nobel, estou vindo, inclusive, da paz. Mas isso mostra, também, juntamente com outro dado que eu vou dar agora, que é o fato de que a Hungria possui um dos maiores índices *per capita* de engenheiros, poucos países no mundo têm tanto engenheiro em relação à população, como a Hungria. E isso torna o relacionamento oportuno, sobretudo, porque o Brasil, nesse momento, ele está com grandes dificuldades de formação de engenheiros para enfrentar importantes desafios, até mesmo o desafio do pré-sal. E o desenvolvimento da sua indústria naval, o desafio do pré-sal.

E eu conheço, particularmente, de perto essa questão, porque, como Embaixador na Noruega, nós temos contato permanente com a PETROBRAS, com o Cenpes(F), e o que eu me proponho fazer, como embaixador, é promover, essencialmente implementar acordos que já existem, mas que não foram implementados. O acordo estabelece consultas políticas. O chanceler veio aqui, no ano passado - nesse ano, no início desse ano, o chanceler húngaro - e negociou um acordo de consultas políticas, esse acordo foi firmado, mas não houve ainda a reunião.

Então, é preciso iniciar esse processo, possivelmente lá em Budapeste, possivelmente com a presença do chanceler brasileiro, mas talvez pudéssemos ir até mais, tendo em vista essa importância do contingente húngaro no Brasil, são mais de 100 mil brasileiros de origem húngara aqui, se eventualmente a própria Presidenta, que é de origem também da região, centro europeia, pudesse, com a sua presença, realmente fazer, ser o divisor de águas do relacionamento entre o Brasil e a Hungria, e resgatar um pouco o que sentem os migrantes húngaros e europeus, centro europeus no Brasil, que deram uma contribuição inestimável ao desenvolvimento do país, sobretudo, nessas áreas técnicas, [soa a campainha] nessas áreas.

E, então, é essa, Sr. Presidente, o meu propósito da minha missão, de promover essa aproximação e em benefício dos dois países, sobretudo, na área de ciência e tecnologia e na área, também, comercial.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, embaixador.

Eu verifico aqui nos apontamentos que um dos itens que nós podemos até discutir muito é a questão da composição do Parlamento, Senador Cristovam, o Parlamento lá da Hungria. Eles têm 386 membros e são distribuídos de maneira muito diversa: tem 176 pelo sistema majoritário, 152 para o centro proporcional, e

58 por listas de compensação nacional. Parece um sistema mais detalhado, mais complexo, talvez fosse interessante, porque nós vamos ter que nos debruçar sobre esse processo de reforma política e, claramente, já se percebe que o Brasil não consegue ter um sistema simples, nós não podemos continuar com o sistema proporcional, mas o sistema distrital não encontra respaldo na maioria, o sistema de lista também não e, me parece... Gostaria depois, embaixador, de ter um pouco mais de detalhes sobre esse sistema, a forma que é composto o Congresso da Hungria, porque pode se adaptar a nossa discussão aqui no Brasil.

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: Sr. Presidente, o senhor me permite. Eu acho que a sua observação foi extremamente oportuna e, inclusive, eu ia concluir, na realidade a minha observação nesse sentido, que nós precisamos da densidade crítica ao relacionamento, e nada melhor para isso do que a presença do Parlamento brasileiro para ver de perto em contato com o Parlamento húngaro, para ver de perto essas oportunidades, e para marcar a história das relações de maneira como, o senhor me permite ainda, como fez, por exemplo, o Senador Suplicy em relação a Israel e os territórios palestinos, como fez também agora o Senador Cristovam Buarque na Noruega.

Então, essas missões parlamentares, ainda mais se for uma missão da própria Comissão de Relações Exteriores, será de enorme importância.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado. Eu quero ainda registrar que o Senador Geraldo Mesquita enviou um comunicado, um requerimento informando que não está presente aqui hoje, o nosso vice-Presidente, porque está em Montevideu participando da Audiência Pública da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, para elaboração do informe anual sobre situação de direitos humanos dos estados-partes do Mercosul.

Então, já passamos, agora, a fase de questionamentos, Senador Eduardo Suplicy é o primeiro, está inscrito aqui.

Com a palavra, senador.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, Embaixador José Marcos Nogueira Viana, desejo muito sucesso a sua missão em Dominica.

Conforme V. Exa. expôs, Dominica tem uma potencialidade de incremento de turismo muito significativa e até lhe pergunto como uma ilha no Caribe tem características para desenvolver, porque estando perto do México, dos Estados Unidos da América, do Canadá, e se há uma visitação de pessoas que aproveitam

praias como as que existem na América Central, e muitos desses países, se lá também - eu não conheço - há uma potencialidade de desenvolvimento nessa área, e daí a relevância da construção, por exemplo, de um aeroporto e, obviamente, que significaria maior possibilidade de expansão de eventual rede hoteleira para receber pessoas naquela área, assim como há outros países, inclusive Cuba, que tem um desenvolvimento muito grande na área turística e que poderá ser, portanto, desenvolvida e, inclusive, com respeito ao Brasil.

Eu quero cumprimentar o Embaixador Sérgio Moreira Lima e agradecer muito a atenção que teve para comigo quando fiz a visita a Israel, ao tempo eu era, acho que Presidente da Comissão de Relações Exteriores, e V. Exa. foi muito atencioso em acompanhar-me na visita em que dialoguei com os representantes do Parlamento israelense, na ocasião fiz uma visita à viúva do Yitzhak Rabin, também a Shimon Peres, e também uma visita à Ramala, ao Presidente da autoridade palestina, Yasser Arafat, e no momento muito significativo e, inclusive, de dificuldades de relacionamento entre Israel e autoridade palestina. Mas V. Exa. me acompanhou durante todo a trajetória, até mesmo no momento em que tinha ocorrido um toque de recolher, mas pensávamos que talvez tivéssemos dificuldade da locomoção, conforme V. Exa. me lembrou a pouco, mas tudo caminhou de uma maneira bastante produtiva.

E gostaria de informar, Sr. Presidente, que tendo em vista a homenagem que o Senado prestou à autoridade palestina e ao dia de memória de povo palestino, para que possa haver, inclusive, o reconhecimento do Estado da Palestina, realizado há duas semanas, aqui no Senado Federal, com a presença de embaixadores de toda comunidade árabe, eu, então, naquele dia, fui convidado pelo Embaixador da Palestina para assistir a missa de Natal em 24 para 25 próximo, em Belém, como eu estou convidado já para estar em Bruxelas pela comunidade de artistas intelectuais de toda a Bélgica e da Europa, para um diálogo com o Professor Felipe Vampares, da Universidade Católica de Louvain, uma das maiores autoridades no tema relacionado ao combate à pobreza, a Renda Básica de Cidadania.

Então, eu estarei dia 21 de dezembro, e aqui já justifico a minha ausência a partir do dia 20 nos, nos dois dias finais dos trabalhos, para estar lá em Bruxelas, para este diálogo, e depois irei a Belém assistir a missa e, portanto, uma nova visita para recordar aqueles momentos que estive na Igreja da Natividade e onde normalmente o Presidente Yasser Arafat assistia a cada Natal, ainda que não católico, mas ele costumava assistir a missa, assim como continuam os

presidentes da Palestina, a assistir essa missa que eu terei a oportunidade de assistir, Sr. Presidente.

Então, e com respeito ao seu trabalho na Hungria, noto que há uma potencialidade muito grande, o senhor nos falou do extraordinário grau de educação de número de engenheiros, de laureados com o Prêmio Nobel, o que significa que nós temos uma possibilidade imensa de intercâmbio na área de tecnologia avançada das mais diversas com a Hungria e, portanto, desejo também muito boa sorte na sua missão.

Sr. Presidente, eu vou precisar me ausentar para ainda assistir a exposição do Presidente da Anvisa na Comissão de Constituição e Justiça. Então, vou voltar e agradecer e cumprimento os nossos dois embaixadores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador Suplicy, não há, então, nenhum questionamento.

Senador Alfredo Cotait, depois Senador Cristovam Buarque.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Sr. Presidente Senador Eduardo Azeredo, senadores, senadoras, Srs. Embaixadores.

Bom, primeiramente, eu queria fazer um comentário, Sr. Presidente, sobre a viagem que fizemos a poucos dias ao Chile, sob o seu comando, uma visita ao Senado Federal do Chile, onde tivemos a oportunidade de travar um relacionamento dando continuidade a ações anteriores já efetuadas pelo nosso Senado.

Naquela oportunidade, Sr. Presidente, eu fiz um relacionamento e um contato com o superintendente do Cepal, e comentando com ele um pouco sobre como que os relatórios, e as publicações do Cepal eram dado para conhecimento público e soube que apenas as publicações é que chegavam ao nosso conhecimento, vindo então fazer ao acervo da nossa biblioteca.

Então, eu tomei a liberdade de fazer o contato do superintendente do Cepal com a diretora da nossa biblioteca para que não apenas as publicações autorizadas viessem ao nosso conhecimento, mas os relatórios que são inúmeros elaborados pelo Cepal, todos sobre aspectos importantes, assuntos da América Latina, também passassem a vir fazer parte do acervo da nossa biblioteca.

Portanto, eu queria apenas deixar esse registro e dar conhecimento a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Muito bem, ótimo. Foi bom que vai enriquecer a nossa biblioteca.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Eu queria, aos nossos embaixadores... Primeiro ao Embaixador José Marcos, apenas por curiosidade, não é nenhum questionamento. Dominica faz parte de uma

série de ilhas. Temos Embaixadas em todas as ilhas? Ou como é que está distribuído e como é que é o relacionamento entre os nossos diplomatas e as nossas Embaixadas nessa questão?

E, segundo, a curiosidade realmente sobre que Dominica é um local onde os serviços das empreiteiras possam realmente ter uma certa dose de oportunidade. Então, isso foi realmente para mim muito surpreendente.

Quanto à Hungria, eu queria comentar com o Embaixador Sérgio Eduardo o seguinte. Primeiro, o senhor falou que está indo com duas missões principais, ciência e tecnologia, e comércio, ciência e tecnologia o senhor abordou um tema importante, na qual eu tenho também observado nos últimos tempos, que é o Prêmio Nobel. Eu fiz um levantamento e o Brasil não tem nenhum Prêmio Nobel. A Argentina, por exemplo, nosso vizinho, tem cinco prêmios Nobel, até que gerou um artigo, há pouco tempo, do economista Roberto Macedo, a Argentina cinco e o Brasil zero. E, na verdade, eu propus um projeto de lei que eu queria que o nosso educador referência, Cristovam Buarque, também tomasse conhecimento que é a instituição de dois prêmios: um deles é o Prêmio César Lattes, que vem incentivar a pesquisa e os assuntos da matéria científica para premiar aquele brasileiro que conseguir, pelo menos, também ser honrado com prêmios como o Nobel, e entre outros, a ser definido futuramente.

Eu acho que é muito mais um incentivo, e nós precisamos mudar um pouco esse paradigma aqui no nosso país para que os nossos cientistas e pesquisadores permaneçam aqui e possam aqui fazer o seu trabalho e conquistar realmente prêmios, porque nós temos uma excelência entre os cientistas e pesquisadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, quer dizer que nesse caso aí, então, fazendo uma brincadeira, o Presidente Lula não pôde dizer que nunca na história desse país alguém ganhou o Nobel e continua sem ganhar.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Perfeitamente. O outro assunto, que é o comercial, eu tenho algumas observações. A nossa relação com a Hungria na área comercial é realmente muito insignificante no contexto macro. Nós temos, na verdade, um volume de exportações proximamente a 85 milhões, e um volume de importações próximo a US\$150 milhões, ou seja, temos um *déficit* de praticamente US\$ 60 milhões. Eu acho que isso tem que ser realmente trabalhado, temos que não só equilibrar, mas aumentar realmente o volume desse comércio. A Hungria tem muito para fornecer, é um país integrante da Comunidade Europeia, hoje, e que tem, realmente, uma interface impor-

tante que poderia ser melhor desenvolvida, mas tem que ser detectada.

O senhor vê como vai ser difícil essa abordagem, o Consulado-Geral de São Paulo, que é importante no ponto de vista comercial, fechou por problemas financeiros. Até quero pedir aqui ao nosso conselheiro da Embaixada da Hungria, que está aqui presente, que uma das ações importantes é voltar a estabelecer esse Consulado-Geral em São Paulo, mesmo porque ele é fundamental para que essas ações comerciais possam prosperar com mais intensidade.

De qualquer forma, eu ainda acho que, apesar disso, nós ainda temos um consulado honorário lá da Hungria, em São Paulo, que é o Sr. Tibor Sotkovszki e que assumiu o posto em 2009. É um cônsul honorário entre os sete cônsules honorários que a Hungria tem no Brasil. Eu acho que é fundamental essa rede de cônsules honorários, junto com a Embaixada, para que o senhor possa, então, fazer um trabalho para identificação dos produtos aqui e lá para que a gente possa incrementar, então, o comércio, a pauta comercial.

Eram essas as observações, Sr. Presidente, muito obrigado. E desejando sucesso evidente, aos nossos dois embaixadores nas suas novas missões.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Pela ordem, primeiro o Senador Suplicy, depois vamos ouvir o Senador Cristovam.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Gostaria apenas de sugerir um acréscimo ao requerimento encaminhado, ontem, pelo Senador Francisco Dornelles relativo à sugestão de... Ao convite para que a Sra. Solange Paiva Vieira venha explicar o acordo sobre "céu aberto" que possam também ser convidados os Presidentes da TAM e da Gol, Líbano Miranda Barroso e Constantino de Oliveira Júnior, para que tenhamos um esclarecimento também dos principais responsáveis das empresas aéreas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): O requerimento já está subscrito? Eu submeto logo em seguida. É importante... Eu estou tentando ver se nós conseguimos uma agenda tentativa para quinta-feira da próxima semana. Nós temos, então, na terça-feira, a presença do Ministro, na quarta uma reunião normal, são os dois últimos embaixadores indicados, que é o de Marrocos e um da Bósnia, e depois, na quinta, seria essa Audiência Pública, caso seja possível agendar.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Em três, quatro minutos, chegará às mãos de V. Exa. o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): Está bem. Enquanto isso, vamos ouvir, agora, o Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, dizer, especialmente ao Embaixador José Marcos, mas também numa discussão com o senhor por posições que nós temos tido, às vezes conflitantes, o que é raro entre nós, de que não devemos medir a conveniência de abrir uma Embaixada por razões benefício/custo, eu entendi perfeitamente a sua colocação e foi correto, mas a decisão tem que ser fundamentalmente política. E no mundo global de hoje o país precisa ter embaixadas num número o máximo possível, claro que tem um limite. Não é possível chegar aos mais de 200 países, nenhum país tem tanto. Mas eu fico feliz que haja uma Embaixada em Dominica, e eu, durante o tempo que trabalhei no Banco Interamericano de Desenvolvimento, não estive nessas ilhas turísticas, mas fiz diversos projetos em outras das nações do Caribe, e sei da importância brasileira pelas relações culturais que nós temos, pela população que se formou nesses países e que se formou no Brasil também. Em algumas dessas ilhas, a gente sente como se estivesse, por exemplo, em Recife, ou João Pessoa, pelas características demográficas, apesar de que haja uma população indiana em algumas delas.

Eu radicalizo tanto nisso, senador, que eu acho que aqui tem representantes do Itamaraty, então acho que o Brasil deveria abrir uma Embaixada nas Ilhas Maldivas que têm apenas 290 mil habitantes, ou seja, menos do que as duas asas do plano piloto, por quê? Porque dentro da visão global do mundo, hoje, esse é o primeiro país que vai desaparecer, nem sei se consegue aparecer no mapa.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZE-REDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esse é o primeiro país que vai desaparecer por conta do aumento no nível do mar. Olha aqui, duas coisinhas de nada, são 268 km² e 290 mil habitantes. É um pedacinho do Distrito Federal. Agora, qual é o simbolismo daí? É o simbolismo de que esse país representa o risco da catástrofe que poderá, alguns dizem virá, outros dizem tudo indica, com o aquecimento global.

Essa presença política e seria até uma Embaixada barata, desculpe o humor negro, porque se as coisas continuarem assim, só durará 10 anos, 15 anos, porque o país será inundado.

Então, nós temos que ter presença política nesses diversos países, temos que ter a nossa bandeirinha tremulando e, na medida do possível, claro, utilizar

essa Embaixada para intercâmbio cultural, que a gente esquece muito aqui, nós ficamos muito no intercâmbio econômico, o intercâmbio cultural, o intercâmbio educacional, trazendo alunos de lá para cá, e levando em algumas áreas, não tem país que não seja bom em pelo menos uma área. O intercâmbio turístico, embora seja econômico também, mas tem um conteúdo cultural muito maior do que exportar ferro. Nós temos que incentivar ao máximo, e a presença do Brasil dentro dos limites do orçamento fiscal, obviamente, eu sou conservador em matéria de orçamento fiscal, mas dentro dos limites, o que significa gastar isso ali e tirar de algum outro lugar. Não botar uma Embaixada aumentando o *déficit*, aí eu seria contra, mas tem tantos outros lugares que justifica, para mim, a gente ter embaixadas na Dominica, ou no Dominica, nem sei como é que a gente deve citar, se é 'na' ou 'no'. Se for por ilha, se por república, se por país, mas não importa.

Eu fico feliz de ter o embaixador e que seja o senhor, um homem de carreira, e que já com a experiência que tem em outros cargos.

Quero falar também ao Embaixador Sérgio Eduardo Moreira da minha alegria de tê-lo aqui, da maneira como eu fui bem-recebido não só na Noruega, mas como o senhor conseguiu de tão longe ajudar a visita à Islândia, no momento que aquele país vivia a tragédia econômica e que junto com o Professor Cândido Mendes, eu fui visitá-lo para ver o que acontecia. O senhor conseguiu até mesmo um encontro com o Presidente da República, lembro bem disso. Então, isso graças a sua competência de ser embaixador acumulando com a Islândia.

Então, eu agradeço o trabalho, sei da sua experiência, e fico feliz que o senhor esteja... Fico feliz também que seja o meu amigo Cardim, que foi uma figura decisiva na minha vinda para Brasília, para a UNB, que vá substituí-lo.

E quero dizer ao Senador Alfredo que a sua ideia de um prêmio especial para o primeiro brasileiro a ganhar o Nobel é uma grande ideia, sabia? Durante muito tempo houve um prêmio internacional para o primeiro homem que voasse com algo mais pesado que o ar. Existe aí um prêmio para o primeiro que fizer um voo em uma nave que não seja estatal. Há diversos prêmios, eu acho não deveria ser nem de 1 milhão, eu acho que deveria ser de uns R\$ 10 milhões para o primeiro brasileiro a ganhar o Prêmio Nobel. Eu só diria, desculpe-me os outros, que deveria ser na área da ciência, porque na área do Nobel da Paz existe mais facilidade do ponto de vista dos países como os nossos ganharmos até pela tragédia. Então, aí não seria, a meu ver... O prêmio não estaria sendo um incentivo real, incentivo real é ao primeiro brasileiro que ganhar

o Nobel da Paz. Eu acho que essa é uma ideia que eu quero subscrever junto com o senhor aonde for possível, e de repente convencer algum empresário que diga: "Eu vou dar tantos milhões ao primeiro brasileiro", e eu temo que demore muito, porque enquanto não fizermos uma revolução na educação de base, não conseguirmos ensinar ciência desde muito cedo às nossas crianças, dificilmente a gente chegará a ter um nível de desenvolvimento.

E eu agregaria mais uma coisa, que fosse um brasileiro morando no Brasil, porque há brasileiros fazendo pesquisas lá no exterior que, na verdade, o prêmio não virá para o Brasil, virá no nome desse brasileiro, mas não para o Brasil.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Só para completar, está aceita a sugestão, o senhor não apenas subscrever, mas ajudar a dar continuidade a esse projeto e definir realmente, como o senhor colocou, para que esse prêmio seja dado àquele premiado na área da ciência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sugeriria um desses cinco ou dez brasileiros que hoje estão entre os mais ricos do mundo, graças aos esforços que eles fizeram, claro, que eles transfiram um pouquinho desse para quem fez o esforço não de ganhar dinheiro, mas de ser um grande cientista que honre o Brasil.

Então, dito isso, mais uma vez, eu reafirmo a minha satisfação com a política externa do governo Lula. Eu costumo dizer que o governo Lula avançou no que vinha sendo feito, a única inflexão que fez em relação aos governos anteriores foi na política externa, alguns acham que para o mal, eu acho que para o bem. No mais, foi uma continuidade boa, eu acho positiva, aqui e ali pode ter tido o lado negativo, mas no conjunto foi uma evolução boa, naquilo que o Presidente Fernando Henrique Cardoso deu início, como na Bolsa-Escola, como na responsabilidade fiscal, que nos últimos meses, aliás, foi um pouco relaxado, talvez. Mas na política externa houve uma inflexão, houve uma inflexão naquilo que eu até disse que poderia ser o título da autobiografia do Celso Amorim, uma palavra só: presença. O Brasil, hoje, tem presença, e não só presença no número de embaixadas, é presença nas negociações que são feitas nas grandes instituições internacionais e nos grandes problemas mundiais, como foi a tentativa, queira ou não, dando resultado ainda ou não, em influir na crise nuclear do Irã. Foi uma tentativa que deu presença ao Brasil, e faz parte dessa presença a Embaixada na... Ou no Dominica.

E sobre a Hungria, eu quero dizer que é um país onde a cooperação econômica é possível, mas a cultural é muito maior. É um país muito rico culturalmente, e

é um país que eu tenho uma ligação por conta de uma universidade que aí está, onde eu já tive a oportunidade de fazer diversas conferências, às vezes até um curso um pouquinho mais longo, que é a universidade do leste europeu, que eu gostaria que o embaixador desse uma atenção. Universidade criada pelo grande... Está aí um exemplo de quem pegou dinheiro e botou para ciência - criada totalmente pelo George Soros - e colocou um fundo altíssimo, e com juros ele mantém essa universidade que tem um papel muito importante, a escala mundial. Tem alunos de mais de 100 países nessa universidade, inclusive, brasileiros. Eu chamo a atenção para que o embaixador possa olhar com carinho, até porque, de repente, eu volto, como aconteceu já em alguns janeiros, a estar lá, e gostaria de ter um contato com a Embaixada, como sempre tive.

Então, parabéns ao governo brasileiro, parabéns não aos embaixadores, porque isso é a continuação natural da carreira, mas parabéns a nós brasileiros que vamos tê-los como nossos representantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Obrigado, Senador Cristovam.

Vou passar a palavra, então, ao Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima e, em seguida, ao Embaixador José Marcos.

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: No início da minha fala, essa troca de opiniões é extremamente útil para orientar a ação dos embaixadores, esse rito é realmente um rito necessário, indispensável e importante nas nossas vidas e no nosso trabalho.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Alfredo Cotait e cumprimentá-lo, enfim, me permite, pelas observações que são totalmente procedentes.

Em relação ao Prêmio Nobel na Noruega, como o meu colega Cardim explicou aqui, a Noruega é responsável, de acordo com o legado de Nobel, pela parte da paz, e a Suécia, então, é pela parte dos prêmios técnicos, matemáticos, ciência e tudo. E, então, eu me ocupei e fiz uma observação lá em relação, nas conversas, com o instituto, que foram frequentes, a respeito da trajetória de importantes e da ação de importantes brasileiros, a começar pelo próprio Barão do Rio Branco. O Barão do Rio Branco poderia ter ganhado o Prêmio Nobel da Paz, foi um homem que até hoje a estabilidade da América do Sul se deve ao paradigma estabelecido por ele naquele momento. Então, fica esse registro. Mas, enfim, depois, talvez, podemos elaborar um pouco mais sobre o tema.

Em relação à questão também da educação, eu gostaria de me reportar aos resultados que saíram ontem, do Pisa 2009, e que foram estampados nos jornais do Brasil todo, inclusive, no Globo, cuja cópia eu tenho aqui, aonde aparece os Estados Unidos e a

Hungria juntos, 25 e 26, na 25ª e 26ª posição, o que fortalece, então, essa ideia de que a educação na Hungria é importante, como bem observou o Senador Cristovam também. As universidades e a competência local são de tal importância que os americanos também abriram universidades em Budapeste. E tanto a China quanto a Índia - e a China tem um comércio com a Hungria, 7 bilhões -, e a Índia estabeleceu com o objetivo ao atingir um índice de US\$ 1 bilhão, agora, no próximo ano.

E, no caso da Índia, a Índia estabeleceu um fundo comum para pesquisa e desenvolvimento com a Hungria. Esse tipo de ação é que eu acho que seria importante que nós pudéssemos também desenvolver na sequência das observações que foram feitas aqui pelos Senadores Alfredo Cotait e pelo Senador Cristovam. E, naturalmente, que essa área também cultural é uma área extremamente importante, nós tivemos aqui o exemplo do Paulo Rónai, que veio da Hungria e se transformou num grande filólogo brasileiro, aprendeu a língua e, hoje em dia, em função do esforço de pessoas como Paulo Rónai, o português é ensinado nas universidades da Hungria, a literatura brasileira é ensinada também por pessoas que falam português, como eu falo, como nós falamos. Então, isso é um desenvolvimento bastante positivo e eu olharei.

No tocante aos consulados honorários, Senador Alfredo Cotait, eu vou me interessar também, seguindo a sua recomendação, dar sequência para que nós tenhamos também, pelo menos, um consulado honorário brasileiro na Hungria e com vistas a avançar também esse nosso esforço, que foi muito bem-sucedido em Israel e, sobretudo, na Noruega.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Embaixador José Marcos.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu entendo que tem que responder as perguntas na sequência. Então, eu começo com o Senador Alfredo Cotait, que perguntou se nós temos Embaixadas em todos os países do Caribe. Só falta Dominica. É a última. Aprovada Dominica, será... Nós teremos completado o Caribe inteiro.

Isso, sua pergunta sobre os contatos, se nós trocamos informações. Trocamos sim. Há um sistema no Itamaraty, onde ao mandar uma informação para o Itamaraty, nós podemos mandar uma cópia para a Embaixada mais interessada no tema. Então isso está acontecendo na questão de empreiteiras, que é outro ponto que o senhor levantou.

Sempre que uma empreiteira brasileira começa uma obra em alguma ilha próxima, os colegas em volta são avisados. Então, por isso que nós sabemos que

as maiores empreiteiras brasileiras já estão fazendo obras em vários países. E os representantes dessas empresas aproveitam e visitam as ilhas e mostram que estão fazendo a outra ilha, para tentar ganhar uma obra naquela ilha. Então, nós vamos exportar serviços. É a coisa mais sofisticada que nós podemos fazer naquela região. Muito obrigado.

Posso responder, então, agora, o Senador Buarque? Senador Cristovam Buarque, a sua pergunta sobre identidades culturais. Eu citei uns números, porque é mais fácil citar números do que traçar identidade cultural, mas eu entendi perfeitamente o seu ponto e já estou ajudado pelo nosso Embaixador Cardim, que está editando um livro sobre a identidade cultural do Caribe com o Brasil. Eu não sei exatamente quando é que vai sair, mas ele me disse até o final do ano. É isso?

Uma ideia inicial do nosso secretário-geral, o Embaixador Cardim está executando a obra, já coletou todos os artigos e vários intelectuais das ilhas caribenhas que traçam identidades culturais entre as ilhas e o Brasil.

Posso responder agora o Senador Eduardo Suplicy?

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Daqui a pouco a questão [ininteligível] do turismo, que foi dizer que essa informação que lá não tem ainda o aeroporto de porte maior, e esse Caribe todo funciona muito nessa base do turismo, [ininteligível] aeroportos especialmente para os americanos. Quer dizer, Dominica, então, está atrás nesse processo? Porque as outras aí, todas elas são muito visitadas pelos turistas.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Que terminou lá o depoimento do Presidente da Anvisa e eu pude voltar.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Que chama Eduardo Azeredo também, Eduardo Azeredo Costa, não é isso? Está sendo sabatinado aí?

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Se ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, teve um indicado para a Anvisa que chama Eduardo Azeredo Costa. [risos] Não sou eu.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Mas quem estava lá era o Dirceu de Carvalho, Presidente da [ininteligível] que estava depondo. Terminou. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pode continuar, embaixador.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Sim. O Senador Suplicy perguntou sobre a qualidade das

praias de Dominica. Eu tenho que lhe confessar, senador, que eu fiquei muito tentado a conhecer, mas não achei conveniente visitar a ilha antes de passar pela comissão. Então, fiz minhas pesquisas por satélite, usando *Google* e troca de imagens com colegas que passaram por lá e agências de turismo.

Obviamente, as praias brasileiras são imbatíveis, mas o ponto, eu acho que da sua pergunta, seria sobre incentivo turístico no país. Incentivo. E a contribuição brasileira será mostrar ao governo local que é uma república parlamentar, isso eu não disse na minha exposição. Uma coisa interessante num país democrático, uma república parlamentar, então a rainha da Inglaterra não é a chefe de Estado de Dominica, é um presidente. Eles têm um presidente eleito, foi reeleito no segundo mandato de cinco anos e está nesse mandato. O primeiro-ministro esteve aqui um tempo atrás para uma reunião Brasil-Caribe, que aconteceu na Costa do Sauípe um tempo atrás, então já houve uma visita. Mas a contribuição brasileira vai oferecer serviços a Dominica na área de construção civil, para nós tentarmos aumentar ainda mais a renda *per capita* do país, que já é alta, já está em cerca de US\$ 10 mil.

Se tiver outra pergunta. Já me perdi, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não, não. Quer dizer, o senhor não tem ainda essas informações sobre o fluxo turístico lá, se já é um destino turístico ou ainda não é.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: Já é, mas é o que menos recebe turismo por falta de infraestrutura aeroportuária.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está certo. E pela imagem do *Google* parece que é muito florestada ainda, uma região com muitas florestas ainda.

SR. JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA: É. Tem muita floresta e isso permitiu a retenção de água no país, o que possibilitou exportarem água mineral engarrafada, não só produzir energia hidrelétrica, mas eles conseguem, com os aquíferos, coletar e exportar água mineral.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Está ótimo. Tudo bem.

Antes de passar a parte ainda secreta, como prevê a Constituição, eu quero submeter um requerimento, e a segunda parte... Primeiro vamos ao requerimento que o Senador Suplicy já apresentou, que "*requer nos termos do art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal* - que é o Requerimento nº. 31, que está aqui, foi aprovado ontem, de 2010, aprovado na comissão - sejam aditados os nomes dos Srs. Líbano Miranda Barroso, Presidente da TAM; e Constantino de Oliveira, Presidente da Gol, para junto com a Sra. Solange Paiva

Vieira, Presidente da ANAC, discordar, fazerem aqui uma Audiência Pública a respeito do acordo de 'céu aberto', assinado entre Brasil e Estados Unidos, que conduzirá a total liberalização das operações aéreas entre esses dois países a partir de outubro de 2015 e, evidentemente, se estendendo também a outros problemas na área de transporte aéreo".

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, eu coloco, portanto, em votação o requerimento do Senador Suplicy. E os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovado.

Reitero que a tentativa que nós possamos fazer na semana que vem, porque, na verdade, é a última semana de funcionamento efetivo aqui do Senado, a outra semana já é a semana do Natal, e o assunto é um assunto de urgência.

A segunda parte prevê o Projeto de Resolução nº. 61, Não Terminativo, "que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia". O relator é o Senador Roberto Cavalcanti, que não pôde permanecer; votou, mas não pôde permanecer. Eu solicitei ao Senador Alfredo Cotait que seja o relator *ad hoc*. Autoria é minha para esse Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia.

Senador Alfredo Cotait.

SENADOR ALFREDO COTAIT (DEM-SP): Pois não, Presidente. "Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Resolução do Senado nº. 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia, e dá outras providências".

A análise. "A influência dos Parlamentos nas relações internacionais vem ampliando-se em razão da crescente participação de legisladores em organizações parlamentares de âmbito regional e internacional, tais como a União Interparlamentar e o Parlamento Latino-Americano.

A par dessa tendência, é possível identificar também o interesse maior entre os parlamentares pelos rumos que tomam as relações externas do Brasil. De fato, as decisões concernentes à política internacional vem produzindo, cada vez mais, maiores e mais profundos impactos no interior dos países, reverberando também, como é de se esperar, no Congresso Nacional.

É, portanto, salutar e natural a crescente atuação de grupos parlamentares transacionais na recente prática parlamentar brasileira, reflexo do mundo globalizado, cujos problemas já não mais comportam soluções unilaterais e isoladas. A interação entre legisladores de diferentes nações promovem o entendimento entre os povos e facilita soluções comuns para problemas que afetam o conjunto dos países.

Cumpra ainda ressaltar que do ponto de vista regimental nada há que óbice a criação de grupos parlamentares de natureza internacional".

Voto. "Por todo exposto, voto favoravelmente ao Projeto de Resolução do Senado nº. 61, de 2010".

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Obrigado, senador.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está, portanto, aprovada a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia.

Agora, eu tenho que solicitar aos senhores presentes, que não são diplomatas e nem senadores, que se ausentem da reunião para a parte secreta, como prevê a nossa Constituição. E designo, antes, ainda, o Senador Alfredo Cotait para atuar como secretário.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Hoje, o Presidente Lula, há pouco, ainda ressaltou que o IBGE, hoje, divulgou que o crescimento do Produto Interno Bruto brasileiro, esse ano, está sendo de 7,5%, não sei se o... Já foi constatado, o Presidente Lula, no café da manhã, mencionou a nós, senadores do PT e deputados que estivemos lá com ele.

E da Hungria também está tendo um bom desempenho esse ano em que pese a situação mais crítica da economia europeia, ou seja, esta boa melhora, este salto de qualidade no comércio Brasil-Hungria resulta de ambas as economias estarem já recuperadas da crise econômica internacional de 2008 para nove?

[Sessão secreta às 12h13]

[Sessão reaberta ao público às 12h24]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Esta reaberta a reunião.

Antes de continuar, ainda, a oitiva, eu quero só comunicar a aprovação dos Embaixadores José Marcos Nogueira Viana, para a Comunidade Dominicana, e do Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima, para a República da Hungria, ambos, por unanimidade, dos 11 votos que foram contados hoje. Nós temos um número menor de senadores presentes, mas é importante que foi por unanimidade a aprovação dos Srs. Embaixadores.

Eu quero desejar muito sucesso a ambos, mas antes ainda continuamos agora, V. Exa. podendo responder ao Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu vou fazer outra pergunta. A sua senhora também sabe húngaro, portanto?

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: Ela sabe um pouco.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Fala húngaro. E o senhor também já sabe húngaro?

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: Não, ainda não.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Estava na parte secreta, mas isso não tem nada de secreto, o Embaixador realmente comunicou que lembrou que a sua senhora é filha de húngaros e ela e ele agora vai exatamente para a Hungria, para ser embaixador lá.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Depois de longa trajetória nos mais diversos países, dentre os quais Israel, Noruega, agora chega ao país dos pais de sua senhora. Meus cumprimentos.

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: Na realidade, isso foi uma coincidência, enfim, uma coincidência feliz do ponto de vista da biografia da minha família e a família naturalmente do lado da minha esposa, ficou muito feliz.

Mas, em relação à pergunta que o senador fez, o que acontece a Hungria, a economia húngara sofreu uma grave retração a partir de 2008, de 6%, ela perdeu menos 6%, uma grave... E está se recuperando. A previsão de crescimento de recuperação já é de 1%, então está no caminho da recuperação. E o objetivo é alcançar 2%, que é o crescimento médio daquela área.

Mas em relação... É uma economia moderna, é um país que tem uma renda *per capita* europeia, do padrão europeu. E em relação ao comércio, à questão de comércio, não resta a menor dúvida de que o comércio Brasil e Hungria é um comércio, embora tenha crescido, como o senhor observou, ele é um comércio inexpressivo do ponto de vista da dimensão da economia brasileira e do potencial da economia húngara. E isso pode acontecer, eu espero que aconteça nos próximos anos, desde que haja uma atitude mais agressiva. O que na realidade falta, senador, falando com toda franqueza, é uma presença política, uma vontade política, eu digo isso porque eu vi o que aconteceu nas relações com a Noruega.

A visita de estado do Presidente Lula, em 2007, ela foi um divisor de águas importante, como foi também aqui do rei, quando veio aqui em 2003; sobretudo, do Presidente Lula, em 2007, mudou a relação com a Noruega, criou... Isso cria uma nova dinâmica, porque o primeiro-ministro depois, no ano seguinte, veio aqui.

Então, o que está faltando ali é realmente um país tão interessante, sobretudo, é uma decisão e eu acho que o Parlamento brasileiro, os Srs. Parlamentares realmente têm a alavanca para fazer com que isso aconteça. E, sobretudo, levando em conta também a

existência dessa comunidade, isso mais do que se justifica, porque não houve jamais, na história das relações, um presidente brasileiro que fosse, com exceção de D. Pedro II, que fosse à Hungria e que fosse àquela região, Bulgária, Hungria. Então eu vou todo o esforço, como embaixador, para dar informações que possam levar a uma decisão de alto nível nesse sentido.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Eu vou pedir uma assessoria a sua esposa, que ela tente ver se um livro meu, que está publicado lá, se a tradução é boa.

[risos]

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: É um desafio. Será um desafio, senador.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita-me, Sr. Presidente, só mais uma curiosidade. Como é que se caracteriza, hoje, o governo da Hungria? O legado de a Hungria ter sido um país governado pelo partido comunista faz com que... E depois com a queda do Muro de Berlim e tudo que se passou, mas hoje a Hungria tem um governo que o senhor caracterizaria de que natureza? Que resquícios há do sistema de planejamento centralizado, do controle estatal da economia? Ou qual é a proporção da economia húngara que se caracteriza por uma economia de mercado, mas ainda com uma presença importante do Estado na organização econômica, vamos supor, que comparado, por exemplo, ao Brasil, onde temos uma economia de mercado, a propriedade privada e tudo, mas com a presença do Estado bastante importante na condução da economia? Então, se puder nos dar uma breve informação.

SR. SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA: A economia... Eu ainda não me julgo, senador, um especialista em relação à economia húngara. Eu estava até a pouco comentando com o Embaixador Cardim que quando... Nós, no fundo, nos preparamos... Quando sabemos muito dos nossos países temos que falar de países que nós estamos começando a aprender. Então, eu estou aprendendo, ainda, muito em relação à economia húngara.

Mas a informação que eu tenho é de que esse processo completou o seu ciclo, quer dizer, hoje em dia a Hungria é um país de mercado, de economia de mercado, é um país aberto, é um país que reflete bem as instituições europeias, um país da União Europeia desde 94 e reflete bem um país que está caminhando para entrar na zona do Euro e, com isso, então, também está adotando todas as medidas nesse sentido.

Eu diria que, por exemplo, comparando com a economia norueguesa, que uma boa parte ainda é estatal, a economia húngara é mais privada do que a economia norueguesa. Para estabelecer uma eco-

nomia norueguesa, a participação do Estado na economia é muito maior do que qualquer outra economia europeia.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO AZEVEDO (PSDB-MG): Eu quero, então, agradecer a presença dos senadores e desejar ao Embaixador José Marcos, lá de Belo Horizonte, o nosso mineiro, muito sucesso lá em Dominica, nossas escusas pela demora da aprovação, esperamos que na próxima semana possa ser submetido ao Plenário ainda. Acredito que na terça e quarta-feira nós deveremos ter votações no Plenário.

E ao Embaixador Sérgio Eduardo, também, o nosso desejo de muito sucesso lá na nova posição na Hungria.

Muito obrigado. E está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 12h39.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

ATA DA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 2008, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO DA COMISSÃO, SALA 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às dez horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e oito, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador MARCONI PERILLO, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Francisco Dornelles, Expedito Júnior, Valdir Raupp, Leomar Quintanilha, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, João Tenório, Flexa Ribeiro, Flávio Arns, Fátima Cleide, Aloizio Mercadante, João Ribeiro, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Lobão Filho, Demóstenes Torres, Marco Maciel, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena e João Vicente Claudino.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deli-

beração das seguintes matérias: Item 01 – Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado, nº 242, de 2005**, que “Regulamenta a letra “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal. (A escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República)”, de autoria do Senador Tião Viana, tendo como relator o Senador Marco Maciel, que apresenta minuta relatório favorável à matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta e pelo arquivamento dos apensos, PLS nº 407, de 2005 e 308 e 587, ambos de 2007, cujos conteúdos foram aproveitados no Substitutivo. Foi designado relator “ad hoc” o Senador Jayme Campos. **Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 242 de 2005, na forma da Emenda nº 1-CI (SUBSTITUTIVO), e pelo arquivamento dos PLS nºs 407, de 2005 e 308 e 587, ambos de 2007.** Item 02 – Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005**, que “Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira”, de autoria do Senador Osmar Dias, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta minuta de relatório favorável à matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Aprovado o Parecer do Relator, favorável, com a Emenda nº 1 - CI (SUBSTITUTIVO).** Item 03 – Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado, nº 312, de 2008**, que “Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, para estabelecer os requisitos de distribuição da participação governamental denominada **Bônus de Assinatura**”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta minuta de relatório favorável à matéria, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Foi designado relator “ad hoc” o Senador Gilberto Goellner. **Vistas ao Senador Lobão Filho.** Item 04 – Não Terminativo - **Projeto de Lei do Senado, nº 327, de 2006**, que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nº (s) 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.019, de 30 de março de 1995, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.716, de 26 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e os Decretos-Leis nº (s) 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis nº (s) 37, de 18 de novembro de 1966, e 2.472, de 1º de setembro de 1988, e da Lei nº

9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências”, de autoria do Senador João Alberto de Souza, tendo como relator o Senador João Tenório que apresenta minuta de relatório favorável ao projeto, acolhendo integralmente a Emenda nº 1 e parcialmente a Emenda nº 2 (nos termos da Emenda nº 19), ambas de autoria do Senador Aloizio Mercadante com as Emendas que apresenta. **Aprovado o parecer favorável, acolhendo integralmente a Emenda nº 01 e parcialmente a Emenda nº 02 (nos termos da Emenda nº 19) ambas de autoria do Senador Aloísio Mercadante, com as emendas que apresenta, que passam a denominar-se Emendas de nº 01 a 22.** - Item 05 – Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 96, de 2005**, que “Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”, de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta minuta de relatório pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO). **Matéria Adiada** – Item 06 – Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 18, de 2007**, que “Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”, de autoria do Senador César Borges, tendo como relator o Senador João Tenório, que apresenta minuta de relatório pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta. **Matéria Adiada.** Item 07 – Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 209, de 2007**, que “Caracteriza como serviço público a operação declusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”, de autoria do Senador Eliseu Resende, tendo como relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta minuta de relatório pela aprovação do projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. **Matéria Adiada.** Item 08 – Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 358, de 2008**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Ferrovias, os trechos que especifica”, de autoria do Senador Renato Casagrande, tendo como relator o Senador Eduardo Azeredo, que apresenta minuta de relatório pela aprovação do projeto, com duas emendas que apresenta. **Matéria**

Adiada. Item 09 – Decisão Terminativa - **Projeto de Lei do Senado, nº 374, de 2008**, que “Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho compreendido entre as localidades de Ibiraiaras e Nova Araçá, no Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tendo como relator o Senador Pedro Simon, que apresenta minuta de relatório pela aprovação do projeto. **Matéria Adiada.** Item 10 - **Mensagem do Senado Federal, nº 277, de 2008**, que “Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor TIAGO PEREIRA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Raimundo Colombo, que apresenta minuta de relatório em que a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Concedida vista coletiva, por solicitação dos Senhores Senadores Lobão Filho e Flexa Ribeiro, pelo prazo regimental, de acordo com o art. 132, §§ 1º e 4º do RISF.** Item 11 - **Mensagem do Senado Federal, nº 278, de 2008**, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 85 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor HERBERT DRUMMOND, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta minuta de relatório onde a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **A indicação foi aprovada com 15 votos “sim”, 01 voto “não”, nenhuma “abstenção”, num total de 16 votos.** Item 12 - **Mensagem do Senado Federal, nº 279, de 2008**, que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Wellington Salgado, que apresenta minuta de relatório onde a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **A indicação foi aprovada com 16**

votos “sim”, nenhum voto “não”, nenhuma “abstenção”, num total de 16 votos. Usaram da palavra para sabatinar os convidados os Senhores Senadores Heráclito Fortes, Lobão Filho, Flexa Ribeiro e Marconi Perillo. Serviram como escrutinadores os Senadores Augusto Botelho e Eliseu Resende. Ato contínuo, assume a Presidência o Senador Flexa Ribeiro. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às doze horas e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de Projetos de Lei do Senado e sabatina para cargos de Diretores da ANTAQ, DENIT e ANEEL.

Item 1 da pauta. Projeto não terminativo. Projeto de Lei do Senado, nº 242, de 2005: “Regulamenta a letra “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal. A escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados pelo Senado Federal, após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República.” Autor: Senador Tião Viana. Relator, Senador Marco Maciel, estando ausente o Senador Marco Maciel, solicito ao Senador César Borges que faça a leitura por gentileza, sucinta como Relator *ad hoc*.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Esta matéria tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado, nº 407 de 2005 de autoria do Senador Wellington Salgado. Tramita também em conjunto com o Projeto de Lei do Senado, nº 308 de 2007, cujo autor é o Senador Mozarildo Cavalcanti e, com o Projeto de Lei nº 587, de iniciativa do Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra o Senador César Borges, para funcionar como Relator *ad hoc*.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o presente Projeto de Lei nº 292 de 2005. Regulamenta a lei letra “f” do inciso III, do art. 52 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta: “Art. 1º, o Senado Federal deverá aprovar previamente por voto segredo, após arguição pública a escolha dos Presidentes das Autarquias, Fundações e Empresas Públicas da Administração Federal”. Parágrafo Único. “Os Presidentes das Autarquias, Fundações, e Empresas Públicas [soa a campainha] serão sabatinados, após audiência prévia da Comissão”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador César Borges, eu cometi um equívoco, V. Exa. não é membro e nem suplente da Comissão. Então eu agradeço a V. Exa. em colaborar como Relator *ad hoc*, mas pediria escusas e passaria o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de pedir a V. Exa., Sr. Presidente, Marconi Perillo que nós fizéssemos uma inversão de pauta, agora e colocássemos naturalmente às pessoas indicadas--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Prezado amigo, Senador Jayme Campos, nós estamos hoje aqui realizando a última sessão do ano da Comissão, eu vou trabalhar com a escusa de V. Exa. para esgotar a pauta, se V. Exa. assim concordar.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Tenho que concordar com V. Exa., não me resta outra, não é Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu agradeço a deferência, eu estava seguindo aqui orientações de V. Exa. Aliás, que eu não sou realmente membro da Comissão, mas estou às suas ordens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Obrigado, Senador César Borges.

Eu pediria ao Senador Jayme Campos que procedesse a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Regulamentação da letra “f”, do inciso III, do Art. 52, da Constituição Federal.

“O Congresso Nacional decreta: Art. 1º - O Senado Federal deverá aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha dos Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas da Administração Federal. Parágrafo único - Os Presidentes das autarquias, fundações e empresas públicas serão sabatinados após audiência prévia da Comissão de Ética Pública vinculada à Presidência da República.

Art. 2º - Os demais titulares de Diretorias das entidades de que trata a presente lei terão suas indi-

cações submetidas à audiência prévia da Comissão de Ética Pública.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. JUSTIFICATIVA Os especialistas e estudiosos dos mecanismos de combate à corrupção são hoje unânimes em afirmar que não basta a repressão aos atos criminosos, devendo empenhar-se a alta Administração Pública em adotar, concomitantemente, medidas preventivas. Nesse sentido, o ex-Presidente da Comissão de Ética Pública, vinculada à Presidência da República, Dr. João Geraldo Piquet Carneiro, valendo-se de sua experiência no exercício da função, recomendou que os titulares de outros órgãos públicos, como os mencionados na presente proposição, devam ser sabatinados pelo Senado e previamente avaliados na Comissão de Ética Pública. Tal medida, segundo ele, viria servir de processo de filtragem, capaz de contribuir para evitar escândalos envolvendo titulares de altos cargos na Administração Federal. É no intuito de colaborar com os esforços que hoje são feitos para debelar esse verdadeiro mal crônico que ameaça as instituições brasileiras, que apresentamos o presente projeto de lei. Sala das Sessões, em 29 de junho de 2005. Senador Tião Viana.”

Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa matéria também será apreciada pelas Comissões de Educação Cultura e Esporte e nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, CCJ.

Concedo a palavra...

Feito e lido o relatório, coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do Relator *ad hoc* Senador Jayme Campos, cujo Relator principal é o Senador Marco Maciel.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 2º. Não terminativo. Projeto de Lei do Senado, nº 416, de 2005. “Altera o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira.” Autoria Senador Osmar Dias, Relator Senador João Tenório.

Passo a palavra ao Senador João Tenório para a leitura do relatório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, se não houver nenhum inconveniente, eu gostaria de pedir a inversão de pauta com a Item 5º, aí na frente, aliás, o Item 4º, PL 327 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa simbólica... É possível fazer o voto ou é complicado?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL):

Como?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Item 2º. V. Exa. é Relator também.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sou sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Como é simbólico, se V. Exa. pudesse fazer rapidamente a leitura e o voto, a gente coloca em votação, resolve, e já passa para o outro.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Obrigado, Presidente. “Vem a essa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 416 de 2005, com o objetivo de estimular a utilização de combustíveis de origem vegetal na aviação brasileira. Uma vez apreciada nessa Comissão, será distribuída para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame e decisão terminativa.

A proposição de autoria do Senador Osmar Dias, altera o Código Brasileiro de aeronáutica, a saber: A Lei nº 7565 de 19 de dezembro de 1986, de modo a permitir operação sem prévia homologação da autoridade aeronáutica das aeronaves com matrícula brasileira convertida para combustíveis vegetais em oficinas credenciadas pela autoridade.

O projeto prevê também que a conversão das aeronaves atenderá padrões de procedimento estabelecido pela autoridade aeronáutica e que as aeronaves não poderão ser exportadas, operadas fora do território nacional ou explorada em serviço de transporte comercial passageiro.

Não foram oferecidas emendas à proposta”.

Nós tive temos, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a oportunidade de conversar, ter discussões com a aeronáutica, que concorda, apenas faz uma restrição a essa liberalidade de não ter que ter uma autorização específica em função não do fato em si, mas da questão de segurança de voo.

Tive oportunidade de conversar com o autor da proposição, Senador Osmar Dias, que concordou.

Então, eu gostaria apenas de ler o voto, que é um voto de concordância entre a aeronáutica, que é uma das partes envolvidas e o Senador Osmar Dias.

Então, o nosso voto, em decorrência do exposto, somos pela aprovação do PLS nº 416 de 2005, como segue o substitutivo.

Então, seria exatamente o que foi proposto pelo Senador Osmar Dias, apenas com a necessidade de obrigação, digamos assim, da presença da aeronáutica, no sentido da concessão das autorizações para que essas mudanças possam acontecer.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O parecer do Senador João Tenório favorável à matéria na forma de emenda substitutiva que apresenta.

A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam cõo parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Item 3º da Pauta. Não Terminativo. Projeto de Lei do Senado, nº 312, de 2008 que “Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, para estabelecer os requisitos de distribuição da participação governamental denominada Bônus de Assinatura”. Autoria: Senador Francisco Dornelles. O parecer é Favorável à matéria na forma do Substitutivo que apresenta.

Eu pediria ao Senador Gilberto Goellner, que funcionasse como *ad hoc*, fizesse apenas a leitura do voto para que a gente possa fazer a economia processual.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Voto: Em face do exposto somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312 de 2008, na forma do seguinte substitutivo que é o projeto PLS nº 312 e que altera a lei 9478 de 06 de agosto de 1997, para estabelecer as requisitos de distribuição da participação governamental denominada Bônus de Assinatura.

É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço ao Senador Gilberto Goellner, Relator *ad hoc* em substituição ao Senador Renato Casagrande.

O parecer é favorável à matéria nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

a matéria está em discussão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente. Eu queria pedir vista do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Vistas ao Senador Lobão Filho.

Item 4º da pauta. Projeto de Lei do Senado, Não Terminativo, nº 327 de 2006 que “Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro; modifica a legislação aduaneira; alterando as Leis nº (s) 4.502, 8.630, 9.019, 9.069, 9.716, 10.833, além de vários decretos; e revogando dispositivos dos Decretos-Leis e da Lei nº 9.074. Autor Senador João Alberto de Souza, Relator Senador João Tenório.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, na última sessão, a nossa Senadora Serys pediu vistas, eu sugeri que fosse dado por lido o relatório completo. V. Exa. Excelência concordou e fez isso

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem Sr. Presidente.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Portanto, eu gostaria apenas de fazer alguns pequenos comentários.

Esse relatório, ele foi construído, digamos assim, de uma maneira muito negociada. Trata-se, efetivamente, de um tema extremamente controvertido, porque ele é conflituoso, não tem jeito, ele será de uma maneira ou será de outra. Naquilo que é essencial ela será conflituoso.

Então, como já foi dado por lido no último momento, eu gostaria apenas de ler o voto, que é o seguinte...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Pela ordem, Sr. Presidente. É uma questão de ordem, mesmo, dos trabalhos. É que a Senadora Ideli--

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra a Senadora--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Se o Senador João Tenório me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- atendendo a questão de ordem.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É que a Senadora Ideli apresentou um voto em separado com relação a este Item, e ela gostaria de estar aqui para defender. Neste momento ela está na CAE, onde está sendo discutida a questão da Mega-Sena para Santa Catarina.

Eu gostaria só de pedir uma inversão de pauta para que ela possa vir, defender o voto em separado e poder discuti-lo direto com o Relator, no momento adequado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom... Eu registro a questão de ordem de iniciativa da Senadora Fátima Cleide. De qualquer maneira, isso depende muito do Relator que está com a palavra, se ele concordar...

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu tive oportunidade de falar com a Senadora Ideli, há pouco, sobre esse tema, chamando a atenção dela de que esse tema, é um tema que vai a quatro Comissões. É um tema que vem, eu diria, se arrastando há mais de um ano.

Isso foi negociado com o Governo, com o Senador Mercadante, com a Receita Federal, com todos os

membros que têm interesse do lado governo, do lado dos privados, desse tema.

Então, eu gostaria, Senador, se me permite, a aprovação do voto, pura e simplesmente e, depois, então, se houvesse alguma necessidade de modificação, nós temos quatro Comissões pela frente, ainda, para ser apreciado e modificado, se necessário fosse e conveniente - se entendido for que é conveniente ser modificado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Relator, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa.: A Senador gostaria muito de discutir o voto em separado, que ela apresentou à Mesa. Eu acredito que é uma questão de minutos, daqui a pouco ela vai estar aqui. É só para ter a oportunidade de poder fazer essa discussão com o senhor, na presença dela.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu estou dizendo que falei com ela por telefone. Falei com ela por telefone.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): É só uma inversão de pauta, não é para deixar para outro dia, não, é nesse momento aqui, agora.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu sei, Senadora. Eu sei que é, mas eu quero dizer à senhora: Eu tive o cuidado, Senadora, de antes de submeter a essa apreciação do Presidente, eu falei com ela por telefone. Tive o cuidado de falar com ela por telefone e houve, assim, uma concordância dela de que, se aqui não estivesse, no momento, para discutir, que ela levaria essa discussão em outra oportunidade e em outra Comissão.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas é justamente isso que eu estou apelando ao senhor, que espere um pouco mais e dê a ela a oportunidade de defender, aqui, na Comissão de Infra-Estrutura, que é uma discussão muito importante para o tema.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu deixarei com o Presidente a decisão. Pois não. Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sra. Senadora Fátima Cleide e Sr. Senador João Tenório, a Presidência não tem como decidir uma questão que diz respeito a uma questão de foro íntimo do Senador Relator, nós estamos no procedimento de votação. Eu só poderia suspender se o Senador João Tenório concordasse, não concordando, nós vamos ter que colocar em discussão a matéria e em votação.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Por ter falado com a Senadora, por ter ditado a oportunidade de conversar com a Senadora, eu gostaria de insistir na votação, no voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Em discussão o parecer do Relator Senador João Tenório. Em função da ausência da ilustre Senadora Ideli Salvatti, que deveria fazer a leitura do seu voto em separado.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretária Geral da Mesa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O voto em separado foi aprovado também? Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A Relatora não se encontrava para a leitura.

Foi aprovado o Relatório do Relator Senador João Tenório. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Os demais projetos são terminativos e exigem *quorum* qualificado.

Eu vou tender a solicitação do Senador Jayme Campos e vou fazer a inversão da pauta, convidando para a Mesa... São assuntos... Temáticas diferentes, Senador Heráclito Fortes.

Eu convido para compor a Mesa o Dr. Tiago Pereira Lima, candidato a exercer o cargo da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Convido para compor a Mesa o Sr. Herbert Drummond, candidato a exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

E, convido para compor a Mesa o Nelson José Hubner Moreira, candidato a exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Item 11 da Pauta. Mensagem do Senado Federal nº 278 de 2008 que "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 85 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor Herbert Drummond, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT." Autoria: Presidência da República autoria Presidência da República, Relator Senador Flexa Ribeiro, ausente.

Vamos aguardar a chegada do Senador Flexa Ribeiro para leitura do seu Relatório.

Item 10. Mensagem do Senado Federal nº 277 de 2008 que "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor Tiago Pereira Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes

Aquaviários - ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009.” Autor: Presidência da República. Relator: Senador Raimundo Colombo, ausente.

Nós vamos passar ao Item 3º da pauta.

Registro com prazer a presença do nosso Diretor Geral da ANEEL, Dr. Jerson Kelman e demais funcionários da ANEEL aqui presente e das demais agências.

Item 12 da pauta. Mensagem do Senado Federal nº 279 de 2008 que “Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor Nelson José Hubner Moreira, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL”. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Wellington Salgado.

A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Eu fui informado de que o Senador Wellington Salgado não compareceria, mas solicitou nós que indicasse Relator *ad hoc*.

Há uma solicitação de parte do Deputado Edison Lobão Filho e uma solicitação de parte do Senador Heráclito Fortes para funcionarem como relatores *ad hoc*.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Evidentemente que eu me curvo diante da juventude do Senador Edison Lobão Filho e da isenção dele com relação à matéria, de forma que eu me dou por satisfeito.

Apenas eu não gostaria de que fosse atrasado, mas já que ele madrugou, evidentemente que o direito é dele.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu me rendo à simpatia do Senador Heráclito Fortes e a agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a concordância do ilustre Senador Heráclito Fortes, ex-Presidente desta douta Comissão, concedo a palavra ao Senador Edison Lobão Filho. Pediria a ele brevidade para que nós pudéssemos fazer a leitura do relatório do ilustre Senador Wellington Salgado de Oliveira, como Relator *ad hoc*.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Relatório. “Sob a mensagem do Sr. Presidente da República, submete à consideração do Senado Federal, o nome do Nelson Hubner, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.”

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei 9427 de 26 de dezembro de 1996, o Sr. Presidente da República submete à consideração do Senado Federa-

l o nome do Sr. Nelson José Hubner Moreira, para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

É da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente por voto secreto, por arguição pública a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos termos do citado dispositivo constitucional.

No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Serviços de infra-estrutura conforme estatui o art.104, combinado com o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O Sr. Nelson José Hubner Moreira é natural de Lajinha, Minas Gerais, tem 54 anos, casado, pai de três filhos. Em 1978 graduou-se em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal Fluminense. Em 83 concluiu Pós-Graduação em Matemática pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. cursou o MBA Executivo Internacional oferecido pela [ininteligível] em 98. Possui vários cursos de aperfeiçoamento dentre os quais destacamos: tarifa de energia; planejamento operacional de sistemas elétricos; relações sindicais; desenvolvimento gerencial; auditor ISO 900 e gerenciamento estratégico para qualidade total. Participou de vários seminários e grupos de trabalho no âmbito do setor elétrico, dentre os quais ressaltamos: Seminário Internacional de Distribuição de Energia Elétrica, conservação de energia elétrica em prédios públicos e Encontro Nacional sobre Gerenciamento pelo Lado da Demanda. Destacamos, particularmente, suas participações como técnico na reforma do setor elétrico, coordenada pelo **Ministério de Minas e Energia** em 1996.

Os 30 anos de contínua atividade no setor elétrico, permitiu ao Sr. Nelson José Hubner Moreira a adquirir uma vastíssima experiência em todos os níveis hierárquicos.

Iniciou sua atividade profissional como Engenheiro na Área de Projetos de redes subterrâneas, iluminação pública pela **Companhia Energética de Brasília** – CEB. Permaneceu na empresa até 2000. Transitou pelas seguintes áreas da CEB técnico e como gerente: Obras; operação de sistema elétricos; engenharia; planejamento energético e planejamento estratégico. Representou a CEB em vários comitês técnicos do setor elétrico, entre os quais destacamos: Assembléia Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico; Assembléia geral do Mercado Atacadista de Energia; Conselho de Administração da Usina Hidrelétrica de Queimado; Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, da qual foi Diretor em 1998.

Em 2008 deixou a CEB para trabalhar na ANEEL, onde atuou na área de fiscalização do serviço de energia elétrica. Na Agência, adquiriu a inestimável experiência

da cultura de regulação do setor elétrico. A partir de 2002 foi para o Ministério da Minas e Energia como Assessor do Departamento de Planejamento Energético. Ao final daquele ano, foi convidado para fazer parte da equipe de transição do Governo recém-eleito.

Em 2003 foi nomeado Chefe de Gabinete da Ministra de Estado de Minas e Energia e, em 2005, assumiu a Secretaria Executiva do Ministério das Minas e Energia. Nesse período participou ativamente das discussões que resultaram no novo marco legal do setor elétrico.

Atuou ativamente na criação e na Coordenação do 'Programa Luz para Todos', hoje referência mundial e que já atendeu mais de oito milhões de brasileiros nas áreas rurais do País.

Participou da retomada dos levantamentos geológicos do País e do programa do biodiesel.

Coordenou a equipe do Ministério de Minas e Energia nos debates sobre os Planos Decenais de Expansão de Energia dos períodos de 2006 a 2015 e 2007 a 2016 e o plano 2030, conduzido pela **Empresa de Pesquisa Energética – EPE**.

Coordenou os programas de área de energia que vieram a fazer parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, tendo estado à frente de todo o processo de monitoramento da implantação do desenvolvimento desses programas.

Foi representante brasileiro em diversos eventos internacionais, com destaque para o **Encontro de Ministros de Energia do G-8**, em Moscou, em 2006.

O Sr. Nelson José Hubner foi nomeado interinamente Ministro de Estado das Minas e Energia, cargo que exerceu entre maio de 2007 e janeiro de 2008. Nesse período, esteve à frente de relevantes questões dos setores de energia, cabendo destacar, a decisão da retomada da construção da usina de Angra III; a implantação da fase de obrigatoriedade da adição de percentual mínimo de biodiesel no âmbito do programa de biodiesel; condução das discussões que levaram a decisão da CNPE pela retirada das rodadas de licitação dos novos blocos exploratórios, dos blocos localizados na área chamada de pré-sal.

Coordenação de todo o processo de licenciamento e definição da metodologia de licitação dos projetos estruturantes do Rio Madeira, que culminou no grande sucesso da licitação das usinas de Santo Antônio e Jirau, praticamente pela metade dos preços esperados.

Coordenação do processo de regulação dos leilões de reserva para a contratação de energia prove-niente de biomassa.

Coordenação dos processos de leilão de compra de energia elétrica promovidos anualmente sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia.

A excelência do exercício da função pública, levou o Sr. Nelson Hubner a receber diversas comendas e títulos dos Poderes Executivos e Legislativo, a saber: **Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, Comenda Antônio Secundino de São José, Ordem Estadual do Mérito** Renascença do Piauí, Cidadão Honorário de Chapada Gaúcha, Cidadão Honorário de **Manhuaçu**.

Em face do histórico profissional apresentado e aqui resumido, resta demonstrada a vasta experiência do Sr. Nelson José Hubner na área de energia elétrica em diferentes níveis de complexidade e de política nacional para o setor, o que o credencia ao exercício das funções diretivas no campo da regulação do setor elétrico.

A partir dos elementos apresentados, Sr. Presidente, que atestam capacidade técnica e gerencial do indicado, entendemos que esta Comissão tem condições de deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Nelson José Hubner Moreira para ocupar o cargo de Diretor Geral da ANEEL.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência agradece ao Senador Lobão Filho, Relator *ad hoc* deste relatório de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para fazer a leitura do seu relatório relativo a nomeação do Dr. Herbert Drummond, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. Peço que seja conciso. Cinco minutos para a gente votar rápido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Marconi Perillo, Dr. Herbert Drummond, Dr. Nelson Hubner Moreira, Dr. Tiago Pereira Lima, os indicados aos cargos que estão sendo discutida a aprovação na Sessão de hoje.

“Com base no art. 51, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal e de conformidade com os termos do art. 85 da Lei 10.233 de 05 de junho de 2001, o Presidente da República, submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Sr. Herbert Drummond, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, encaminhando para tanto a Mensagem SF nº 278 de 2008, nº 990 de 10 de dezembro de 2008, na origem, a qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. Herbert Drummond tem 63 anos, é natural de Recife - Pernambuco e graduado na Engenharia Civil da mesma cidade pela Escola Politécnica de Engenharia no ano de 1970. Além disso, realizou o curso de Pós-graduação *lato sensu* em Engenharia Econômica pelo Universidade Católica de Minas Gerais.

O currículo que acompanha a mensagem presidencial relaciona as principais atividades profissionais desenvolvidas pelo indicado: Funcionário da **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco** e do **Parnaíba, CODEVASF**, entre os anos de 1983 e 2005 onde, entre outras atividades exerceu as funções de Diretor de Administração, Finanças e Engenharia de Produção; Diretor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em 2000; Coordenador de Contratos e Engenheiro-Chefe de obras na **Construtora M Teixeira**, onde foi responsável pela execução de diversas obras de irrigação no Vale do Rio São Francisco, no período compreendido entre 1971 e 1983.

Diretor Nacional da **Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem** – ABID - entre os anos de 1993 e 1996.

Presidente da **Fundação Educacional Custódia Rocha de Carvalho** em Barreiras, Bahia, entre os anos de 1978 e 1980.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado, entendemos dispor essa Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Herbert Drummond ao cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT”.

Este é o voto Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu peço ao Senador Flexa Ribeiro pelo preparo do relatório, pela apresentação do relatório, pelo voto e concedo a palavra, pela ordem, para a Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, apenas para externar aqui uma preocupação.

Acabo de ser comunicado, inclusive, pelo Assessor do Partido de V. Exa., de que está sendo já foi iniciado no Senado a sessão conjunta para votação do orçamento.

A minha preocupação é que haja questionamento posterior com relação aos efeitos dessa sessão. O prudente seria a suspensão até a votação, que não deve demorar mais de uma hora ou uma hora e meia, para que nós incorrêssemos em vício regimental nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou consultar a Assessoria, a Secretária.

D. Dulcídia, eu estou sendo informado pelo Presidente Heráclito Fortes de que a sessão do Congresso Nacional já iniciou e, a consulta que faço é se devemos suspender essa reunião ou se podemos continuar.

SRA. DULCÍDIA RAMOS CALHÃO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de dizer que a Ordem do Dia não começou ainda.

SRA. DULCÍDIA RAMOS CALHÃO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [interrupção no áudio] Muito simples. Eu pediria à D. Dulcídia para consultar se realmente começou, se a informação é com relação à Ordem do Dia. Caso não seja, a gente vai tocando até o momento da necessária interrupção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu agradeço a contribuição do Senador Heráclito Fortes, muito experiente ex-Presidente dessa Comissão.

Concedo a palavra ao Dr. Nelson Hubner para que ele possa sua sucinta exposição.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Eu gostaria de agradecer principalmente ao Senador Marconi Perillo que me recebeu aqui e está conduzindo essa reunião com tantas dificuldades dessa última semana de atuação do Congresso, e todos os Senadores dessa Comissão que me receberam aqui, nesse Congresso, quando eu procurei um a um discutindo essa proposição da minha indicação para a ANEEL.

Eu acho que já foi lido no relatório a minha apresentação. Eu tenho tido contato com vocês nos últimos anos. eu vou suspender, inclusive, a leitura de um discurso que eu havia preparado, já que sou... tenho bastante conhecimento e, se vocês julgaram que eu estou apto, realmente, para ocupar esse cargo na Agência e conduzir os destinos de tão importante órgão para o setor elétrico brasileiro, então, eu estarei disposto a seguir, pelo menos, uma linha de atuação que tem naquela agência, de abertura de, tanto firmeza com relação e equilíbrio, com relação aos tratos do setor de energia, entre os diversos organismos que compõem esse setor, dos agentes, consumidores e tudo o mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu queria agradecer ao Dr. Nelson Hubner.

Colocar apenas uma preocupação dessa Presidência, já trazida pelo Dr. Jerson Kelman em relação aos novos leilões, a preocupação nossa em relação à

questão da emissão de CO2 por conta das **termelétricas**, 70% dos leilões acabaram sendo direcionados à térmicas--

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): --e eu acho que essa é uma questão que deverá ser precisará ser debatida nessa Comissão, profundamente, nos próximos meses.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu tinha falado há uns dez minutos atrás com o **Narcio Rodrigues**, que está presidindo a Sessão do Congresso, ele ficou de segurar entre vinte minutos e meia hora e, checamos agora ainda não começou a Ordem do Dia no Congresso.

Se a gente pudesse começar a votação, já que ouvimos o relatório, ouvimos o indicado. Se a gente pudesse abrir a votação, acho que dá tempo de votar ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu ouvi a exposição do Dr. Nelson e quero dizer que ele, se aprovado por esta Comissão e pelo Plenário do Senado, vai assumir, no meu modo de ver, a agência que tem a perfil mais definido de uma agência, isso deve-se a administradores que antecederam ou que irão anteceder o Dr. Nelson, mas que tiveram a competência e, acima de tudo, a autoridade. E quero destacar, aqui, a posição do Dr. Kelman, que foi um exemplo, primeiro na ANA e, depois, na ANEEL de como deve funcionar uma agência reguladora.

Eu tenho do Dr. Nelson - já disse isso - a melhor das impressões. Eu tenho um episódio com ele, administrativo, aonde alertei para um problema de corrupção envolvendo um órgão do seu Ministério e ele tomou as providências no mesmo momento. Verificando que havia fundamento na minha preocupação tomou as providências e anulou uma concorrência que seria danosa para o Estado do Piauí.

Portanto, eu faço oposição ao Governo, mas não sou oposição irresponsável que praticaram num passado recente.

Acho que a ANEEL deve ser, Sr. Presidente, um exemplo a ser seguido pelas agências no Brasil.

Muito obrigado.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, só para ser muito breve--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Agradeço as contribuições dos Senadores Valdir Raupp, Heráclito Fortes.

Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho, que eu quero passar depois ao [ininteligível].

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Positivo, obrigado.

Eu quero só fazer o registro que o Ministro Edison Lobão encontrou o Ministério das Minas e Energia em ordem. Hoje, faz um brilhante trabalho naquele Ministério, mas graças à base encontrada na equipe encontrada no trabalho de V. Exa.

Então, agradeço a você, faço esse registro nessa Comissão e, quero dar os parabéns a você por esse novo desafio que você está prestes a enfrentar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Herbert Drummond, candidato ao cargo de Diretor de Infra-Estrutura Aquaviária do DNIT.

SR. HERBERT DRUMMOND: Obrigado Senador, Senadores. É muito rápido.

Agradecer a confiança das autoridades que me colocaram aqui, e me colocar à disposição, uma vez que as informações principais estão no currículo e, pelo adiantado da hora, eu acho que nós ganharemos tempo se nós adiantarmos.

Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Está em discussão o projeto que submete à apreciação desta Comissão, o nome do entre Tiago Pereira de Lima e, também, do Dr. Nelson Hubner.

Eu gostaria de registrar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): -- e cumprimentar os ex- Presidentes, Diretores-Gerais, aliás, da ANEEL, especialmente o **competentíssimo** ex-Diretor **José Mario Abdo**, com quem tive o privilégio de atuar na condição de Governador do Estado, e o Dr. Jerson Kelman, que também tive o privilégio de conviver na qualidade de Presidente dessa Comissão.

Com palavra o ilustre Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. que fizesse uma leitura também do currículo do Dr. Tiago. Nesse caso, nós íamos já abrir o processo de votação, tendo em vista que o seu currículo ainda não foi lido nessa Comissão.

É um apelo que eu faço à V. Exa., só assim, nós já poderemos deflagrar o processo de votação na medida em que nós fazemos a leitura também do currículo do Dr. Tiago, que não foi feita ainda por essa Comissão. Em que pese, não está presente aqui o Relator dessa matéria, mas V. Exa. tem a autoridade para nomear um Relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Dr. Senador Jayme Campos, eu designei um Relator que é filiado ao Partido de V. Exa., o Senador Raimundo Colombo. Eu só coloquei, só designei Relator *ad hoc* ao processo de indicação do Dr. Nelson Hubner porque o Relator concordou e solicitou-nos que assim o fizesse.

Se V. Exa. comunicar-se com o Relator Senador Raimundo Colombo e ele autorizar, com prazer designo o Relator *ad hoc*, agora não posso fazer porque, regimentalmente, são necessárias duas sessões para que se designe o Relator *ad hoc* na ausência do Relator original.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, a sugestão é de que, enquanto resolve o impasse, inicie-se a votação dos dois que já estão aptos, para economia processual, que fosse liberado o processo de votação para os dois que estão aptos enquanto será resolvida a questão do--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exa. será atendido.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra no processo de discussão, informo aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas.

Declaro aberto o processo de votação em relação aos Itens 10 e 12, indicações do Sr. Herbert Drummond e Nelson Hubner.

Os Senadores já podem votar.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, pela ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não faço parte dessa Comissão e peço à V. Exa. que tenha compreensão, que eu gostaria, apenas, nesse momento - também não vou voltar - mas gostaria de dar um depoimento aqui, com relação a duas pessoas que eu tenho conhecimento.

Em primeiro lugar o Dr. Herbert Drummond que já, há muito tempo presta serviço ao país e, em especial, ao nordeste brasileiro, como Diretor que foi da CODEVASF por muitos anos.

O Dr. Herbert Drummond fez um excelente trabalho à frente das diversas Diretorias que assumiu da

CODEVASF entre os anos de 83 e 2005. Foram várias atividades: Diretor de Administração e Finanças, de Engenharia e de Produção; e fez uma Administração que deixou marcas no Vale do São Francisco muito importante, principalmente, para o meu Estado da Bahia e que, hoje, vem trazer o seu conhecimento, a sua capacidade, para estar à frente de uma das Diretorias das mais importantes do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes- DENIT, principalmente na questão das vias hidronavegáveis do nosso País.

Ontem nós aprovamos aqui o PLC 18, um relato excepcional do Senador Eliseu Resende, onde ele pôde fazer o novo Plano Nacional de Viação e coloca que o País tem 58 mil quilômetros de vias navegáveis; dessas 28 mil, na região Amazônica.

Então mostra como é importante que nós tenhamos essa Infra-Estrutura, esse modal funcionando a contento para o nosso País.

Portanto, não há melhor do que uma pessoa que já conhece do assunto, que já tem experiência administrativa como o Dr. Herbert Drummond, por isso, nesse momento, eu não poderia deixar de fazer esse depoimento e pedir a todos os Srs. Senadores, aos meus pares, aqui, nessa Comissão de Infra-Estrutura que pudesse dar um voto positivo, favorável, à indicação do Dr. Herbert Drummond para o DNIT.

Mas também não poderia deixar Sr. Presidente de uma rápida palavra, falar aqui do Dr. Nelson Hubner, que eu conheci como Secretário no Ministério de Minas e Energia, inclusive como Ministro Interino e sou conhecedor da sua competência. E, parabenizar aquele que lhe antecedeu, Dr. Jerson Kelman, que eu tenho um privilégio de dizer que sou seu amigo e o conheço que realizou um excelente trabalho, desejar a ele sucesso nos seus projetos futuros. E desejar a V. Exa. que também faça um grande trabalho da ANEEL, principalmente em defesa do consumidor brasileiro, que no fim é quem paga a conta pelo sistema elétrico brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. a compreensão de ter me concedido a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu gostaria de registrar as presenças do Deputado Arnaldo Jardim, Deputado Vicentinho Alves e Deputado Vicente Arruda, os três nos honram muito com suas presenças.

E o nosso querido Deputado Eduardo Gomes, que já foi Presidente da Comissão de Minas e Energia, o nosso grande tocantinense junto com o Vicentinho. É um prazer, Eduardo, tê-lo aqui conosco.

Ao Senador Raimundo Colombo, para fazer a leitura do relatório referente à indicação do Sr. Tiago

Pereira Lima, para exercer o cargo Diretor da Agência Nacional de Transporte que Aquaviários - ANTAQ.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu vou ler o relatório.

Por meio da Mensagem do Senado Federal nº 277 de 2008, nº 989, de 10 de dezembro, na origem, o Sr. Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Tiago Pereira Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

Nós temos do Art. 52, § 3º, letra "f", da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal, aprovar previamente por voto secreto, após arguição pública a escolha de titulares dos cargos enunciados na própria Lei Maior e de outros que a lei determinar.

A autarquia é vinculada ao Ministério dos Transportes. A ANTAQ foi criada pela Lei 10.237, de 05 de junho de 2001 que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviários e terrestres; cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transportes, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.

O Art. 53 da lei, estabelece que os membros da Diretoria da ANTAQ, serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional. Determina ademais, que o ocupante destes cargos deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competência da agência, ao lado de desfrutar de elevado conceito no campo de suas especialidades.

Em seu Anexo 1, do Art. 6º, Decreto 4.122 de 13 de fevereiro de 2002, que aprova o regulamento e o quadro demonstrativo dos cargos comissionados e dos cargos comissionados técnicos da Agência Nacional, acrescenta que os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes.

O Sr. Tiago nasceu em 17 de janeiro de 57, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, graduou-se em Economia pela Universidade de Brasília, UNB em 81. Em 97, participou do Programa de Auditoria e Gestão Governamental oferecido pela Escola Superior de Administração Fazendária, no Distrito Federal, sua formação registra ainda participação no Programa para Desenvolvimento de Executivos da Fundação Dom Cabral, de Minas Gerais. E em Treinamento em Processo Legislativo, ministrado pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados.

Desde 87 é servidor concursado da Secretaria do Tesouro Nacional, mas seu histórico profissional inclui experiências variadas tanto no setor público como no setor privado.

Em síntese transparece do currículo do apresentado, que o indicado desenvolveu carreira nas áreas de gestão de pessoas e de processos administrativos e financeiros, complementada por intensa atuação na área legislativa. Atualmente exerce na Câmara dos Deputados a função de Assessor Parlamentar no posto que ocupa desde 2004, tendo sido responsável pela elaboração de proposições e pelo acompanhamento de matérias em tramitação nas Comissões de Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania e Justiça, bem como a Comissão Mista de Orçamento.

Antes de atuar na Câmara exerceu sucessivamente as seguintes funções: Editor-Chefe da LBA, no período 91/93; Secretário de Controle Interno do Ministério do Bem-Estar; Diretor-Geral do Superior Tribunal de Justiça de 95 à 98; Superintendente do Controle de Gestão do Correio Brasileiro; Secretário do Conselho Nacional de Serviço Social da Indústria.

Em síntese as informações contidas no *curriculum vitae* anexada à Mensagem nº 277 de 2008, demonstram que o indicado possui formação e experiências profissionais adequadas e reúne os demais atributos requeridos para o exercício do cargo, para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República.

Sendo assim, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do Sr. Tiago Pereira Lima, constante na referida Mensagem Presidencial, em cumprimento ao disposto no Art. 52, § 3º letra "f" da Constituição Federal, combinado com o Art. 53, da Lei 10.233 de 05 de junho de 2001 e, o Art. 6º, do Anexo 1, do Decreto 4.122. de 3 de fevereiro de 2002.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

[soa a campainha]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Convido o Presidente da Comissão de Relações Exteriores, para se assentar aqui à mesa, nos prestigiar aqui como Presidente de Comissão, é um homem que ilustrou muito essa Comissão de Infra-Estrutura... Para estar aqui ao nosso lado... Ah, está bem.

Encerrada a apresentação do relatório do Senador Raimundo Colombo, eu gostaria de agradecer-lo pela leitura. Nós já tínhamos tomado a decisão até de suspender aqui a reunião em função da ausência

de V. Exa., justificada pela presença na Sessão no Congresso.

Concedo a palavra com muito prazer ao Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente em que pese nada termos de específico contra o ilustre indicado para a ANTAQ, mas em que pese o relatório, na parte que eu ouvi e, com certeza brilhante, também na parte que não ouvi. Por decisão dessa liderança e através do Senador Flexa Ribeiro, o PSDB pede vistas do referido processo - acabei de fazer.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Arthur Virgílio, V. Exa. não é membro da Comissão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Marconi Perillo, já o nosso Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, solicita que seja pedido vista da indicação do Dr. Tiago Pereira Lima para ANTAQ.

Ressalva ele, pelo que eu pude entender, não ter nada que desabone ou contra a indicação do Dr. Tiago. É uma orientação partidária que eu cumpro a orientação do líder e solicito vistas da indicação do Dr. Tiago Pereira Lima, para a ANTAQ.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Pedido de vistas é um direito regimental e constitucional, concedo vistas à V. Exa. .

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Concedo vista coletiva, atendendo a pedido do Senador Edison Lobão Filho.

Eu gostaria de agradecer presença do Dr. Tiago Pereira Lima, e liberá-lo até a próxima reunião para que a gente possa concluir a deliberação sempre a sua indicação. Muito obrigado.

As indicações dos Ilustres Drs. Nelson Hubner e Herbert Drummond continuam.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu gostaria de consultar V.Exa., se está aberta inscrição para as indagações que nós temos que fazer, aos convidados que estão sendo sabatina-dos nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): V. Exa. tem a palavra para as

indagações e os questionamentos, Ilustre Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero apenas me dirigir ao ilustre Dr. Nelson, uma pergunta, só uma indagação que eu vou fazer a V. Sa.

Já examinamos demos o nosso voto, o seu curriculum é perfeito. Eu acho que se todas as indicações por parte do Poder Executivo que chegassem a esta Comissão fossem de pessoas do seu gabarito, do seu estirpe, com certeza, não só as agências nacionais, mas sobretudo todos os órgãos deste Governo, certamente estariam tendo melhor encaminhamento.

Todavia, Sr. Nelson, V. Exa., declarou em entrevista a Gazeta Mercantil no início deste mês, que o Brasil precisa de mínimo três milhões de megawatts ou três milhões e meio de megawatts médio por ano, três mil e quinhentos. No entanto, V. Exa., tem afirmado também na imprensa que não há estudos prontos para novas usinas, que esses estudos demoram e que com a crise não conseguiremos mais de dois mil megawatts, ano.

Como V. Exa., pretende encaminhar as novas propostas e ações na Agência, no sentido de equilibrar os termos desta equação aparentemente inconciliável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Nelson Hubner para as respostas.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Senador Jayme, de fato nós temos um problema real no Brasil, que nós paramos realmente principalmente durante toda a década quase de 90, de fazer estudos de inventários de viabilidade de novas usinas. Temos um atraso muito grande nisso e os projetos estão sendo feitos de forma muito acelerada.

O Brasil precisa de fato todos os anos colocar de três a cinco mil megawatts, para poder atender à demanda do nosso País. Eu acho que grande esforço está sendo feito atualmente, está sendo feito pelo Ministério de Minas e Energia, junto com o Ministério de Meio Ambiente e essa discussão tem que ser maior aprofundada no Governo Brasileiro, no sentido de dar maior dinâmica de acelerar esse processo.

Porque realmente é um absurdo um País com o potencial hídrico que nós temos tendo aproveitado 27% só de nossa capacidade. E nós temos que colocar como nós colocamos esse ano nos leilões e contratar três mil megawatts de térmicas a óleo, eu acho que isso é um erro muito grande inclusive do ponto de vista ambiental.

Então essa discussão vai ter que ser tratada, tem que ser discutida com os órgãos ambientais, com as organizações que tratam dos interesses ambientais.

Porque não pode o País continuar, nesse momento que o mundo todo discute mudanças climáticas, ficar despejando um monte de CO₂ na atmosfera com a gente com um potencial hídrico enorme que nós temos.

Eu acho que esse esforço é muito grande e a gente na ANEEL tem o dever de discutir junto com o Ministério, que é o Coordenador de todas as ações para a gente conseguir acelerar realmente esse processo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): [interupção do áudio] Eu gostaria de ouvir sua opinião, primeiro porque alguns anos atrás houve modificação do contrato de fornecimento de Itaipu. O discurso de financiamento da Hidrelétrica de Itaipu Binacional, Brasil/Paraguai. Havia um contrato onde se cobrava juros e mais sobre juros, também, uma correção da desvalorização do dólar. E o Paraguai achou justo e o Governo Brasileiro também concordou e tramitou por aqui uma Medida Provisória que modificou esse contrato.

Na verdade, foi uma benesse feita ao Paraguai e de certa forma transferido para a Eletrobrás, não foi para o Tesouro Nacional. E a Eletrobrás não vai ficar com esse custo - como não ficou e transferiu para a tarifa, se fala mais uma vez, em modificar o contrato Itaipu Binacional.

Enfim, nós aqui na época fomos contra porque achávamos que essa benesse traria para o consumidor brasileiro um ônus adicional, quem paga afinal de contas é o consumidor brasileiro. Então, eu pergunto a V. Exa., realmente isso aconteceu? nº 1. Segundo, se agora modificar esse contrato Itaipu Binacional com o Paraguai, quem vai pagar a conta? Novamente o consumidor brasileiro? Então, essa, é a primeira pergunta.

A segunda. Hoje eu li nos jornais que os bancos financiadores das usinas do Rio Madeira já estão querendo cair fora do negócio diante das dificuldades que hoje atravessa mundialmente a economia, já os bancos financiadores querem cair fora o que vai atrasar. O que seria essa perspectiva, que já deveriam estar funcionando essas usinas, mas questões ambientais e que nós sabemos todas as delongas e obstáculos no entrave de financiamento.

Qual a perspectiva agora? Gerar CO₂, jogar na atmosfera em lugar do aproveitamento hidrelétrico porque vai faltar financiamento. Como a ANEEL entraria nisso e o Governo Brasileiro, para segurar fornecimento e suprimento ao consumidor brasileiro que precisa de energia para o País se desenvolver? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Dr. Nelson Hubner.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Senador César Borges, eu acho que o problema de Itaipu é bastante complexo, porque a gente tem uma relação bastante diferente entre os Estados Brasileiros e o Estado Paraguai. Aquela é uma usina binacional e que tem um tratado por trás dela com regras muito complexas e é muito difícil.

Quer dizer, eu acho que o Governo Brasileiro tem que entender e a gente procurou entender isso das dificuldades daquele País que a população é muito pobre de um País e, entender, como eles uma usina de tanta capacidade, vende toda a energia e muito pouco recurso sobra para aquele País. Porque toda a tarifa de item Itaipu ela é calculada para pagar o serviço da dívida é o custo do financiamento daquela obra.

Isso tem sido bancado pelo nosso País, porque na verdade a gente compra a energia. Toda aquela alteração que foi feita foi uma alteração quase insignificante em relação aos montantes do contrato de Itaipu. Permite ao País, continuar usando aquela energia nas condições que estão no contrato do Brasil - somente o Brasil pode comprar todo o excedente não consumido pelo Paraguai e ainda com preços bastante razoáveis, que é o preço dessa energia hídrica.

Eu acho que realmente - eu tenho uma posição inclusive divergente da posição hoje predominante no Governo. Eu acho que inclusive que deveríamos até discutir o tratado e mudar até às condições de financiamento, talvez alongando o prazo de financiamento de Itaipu, com isso diminuindo os pagamentos que são muitos anualmente com isso sobrando mais recursos para o nosso vizinho, Paraguai, pela venda da energia.

Eu acho que liberaria essas relações e também daria garantia para o País, de contar com essa energia por mais tempo. Então, é isso que eu penso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas o consumidor brasileiro está sendo onerado? Não?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Não.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Essa benesse que foi feita onerou a tarifa, porque afinal de contas foi ampliada para pagar correção do dólar.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Mas se o senhor for olhar, por exemplo, a tarifa de Itaipu, estava principalmente com aquela queda muito grande do dólar, estavam valores muito baixo extremamente competitivo em qualquer outra energia no Brasil. Ela ainda era mais barato do que a maior parte das nossas fontes, então...

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então V. Exa., defende que nós pagamos hoje uma tarifa de que certa forma e é uma tarifa muito barata para o Paraguai?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: A tarifa que nós pagamos para o Brasil?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sim, a tarifa--

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: A tarifa que nós pagamos, que o povo brasileiro paga pelo uso daquela--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O povo paga para o Paraguai--

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Pelo uso daquela energia, é uma tarifa bastante competitiva em qualquer fonte como a fonte hídrica.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Mas não é esta que foi a contratual?

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Foi a contratual, mas esse contrato ele tem uma série de regras, uma série de parâmetros que são extremamente complexos do processo de venda daquele ali, e que sobra muito pouco para o próprio Paraguai. No fundo todo o pagamento que vem, acaba vindo para o Tesouro Brasileiro e para a Eletrobrás, que são os financiadores daquela obra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O meu receio é que o consumidor brasileiro arque com tudo o que for modificado, nesse contrato.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Não, mas pode ter certeza que o consumidor brasileiro vai ter um ganho sobre isso. E o Sr. colocou a segunda questão da....

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A questão do não financiamento.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Isso eu não acredito Senador, sinceramente, assim, eu acho que hoje... Quer dizer, o modo como está estruturado o setor elétrico brasileiro, nas suas condições de financiamento, na contratação de energia em longo prazo.

Quando eu vendo essa energia no leilão, o agente que ganhou aquela usina tem um contrato de 30 anos garantido todo o recebimento por todas as distribuidoras do Brasil, isso permite tornar bastante segura a condição de financiamento disso aí.

Tanto que todos os órgãos de financiamento, os agentes internacionais, as agências de classificação de risco melhoraram muito toda a classificação das empresas que atuam no setor elétrico brasileiro, em função dessas regras estão muito instáveis no setor elétrico brasileiro.

Então, eu acho que tem um momento de estabilidade temporária que realmente secaram as fontes,

principalmente externas, mas o principal financiador com certeza vai ser o BNDES que ofereceu para esses empreendimentos condições de financiamento extremamente vantajosas ele vai ser o carro chefe e todos os outros agentes financeiros inclusive nacionais garantirão esses financiamentos.

Eu não tenho nenhuma dúvida esses empreendimentos serão implantados e o Brasil vai poder contar com essa energia com custos tão baixo como foi aquela licitação, que a mais cara delas foi 78 reais por megawatts/hora, quando tinha uma sinalização de até 140 reais por megawatts hora daquelas usinas.

Eu não tenho dúvidas de que serão implantadas e, nós vamos poder utilizar essa energia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Essa Presidência registra com prazer a presença do ilustre Prefeito da Cidade de Luziânia, Goiás, Prefeito e reeleito, Dr. Célio Silveira.

Concedo a palavra ao Ilustre Senador Augusto Botelho e logo após, ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado. Sr. Presidente. Eu gostaria de me dirigir ao Dr. Nelson Hubner a respeito de uma verba do PAC, que foi usada para fazer um levantamento da bacia hidrográfica do Rio Branco. Nós temos três locais potenciais de construção de hidroelétrica lá em Roraima, que é na Cachoeira do Bem Querer, no Rio Branco, a Tamanduá, no Cotingo e a Paredão no Mucajaí.

Eu gostaria de saber se V. Exa. já tem algum conhecimento de como é que está esse levantamento feito pela ANEEL.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Esse trabalho, na verdade, vai ser desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética a EPE. Eu posso dizer ao senhor que já foi contratado foi feita a licitação das empresas que vão ajudar nesse trabalho desses estudos de inventário dessas bacias.

A única coisa que está pendente ainda é que em função da ação de questionamento da delimitação de Raposa Terra do Sol, então, estamos esperando essa decisão de Supremo - e parece que a decisão do Supremo está sendo muito nesse sentido - de garantir a entrada de todos os agentes que têm interesse para aproveitamento desses recursos. A partir dessa liberação os trabalhos serão imediatamente iniciados, porque já foi inclusive feita a licitação para fazer todos aqueles estudos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Sr. Presidente e Srs. Senadores. Dr. Nelson, o senhor, como eu disse anteriormente vai assumir uma agência que tem realmente cara e perfil de agência. Mas vai enfrentar um problema, encontrar um problema lá que me preocupa muito, que é a situação de algumas empresas de energia entre as quais está incluída a CEPISA, Centrais Elétricas do Piauí, o meu Estado, é impressionante a decadência da empresa.

A semana passada eu tive uma [soa a campanha] conversa com o Ministro Edison Lobão, onde me queixei.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Heráclito Fortes, eu gostaria de interromper V. Exa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu vou encerrar o processo de votação, pedindo aos Senador Augusto Botelho e Senador Eliseu Resende, que trabalhem como escrutinadores e, agora asseguro a palavra a V. Exa., para continuar a sabatina.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V. Exa. O Ministro Lobão me pôs em contato com o Flávio Decat, que é o responsável pela reestruturação. Tive uma conversa com o Dr. Flávio, achei ele um técnico muito experiente sério, mas enfrentando uma posição grave e me disse até algo positivo.

Uma conversa que ele teve com o Dr. Kelman, ele fez um apelo para que a ANEEL deixasse de multar tanto e compreendesse esse momento de transição, esse momento que a CEPISA está vivendo, a CEPISA está pedindo socorro. Evidente que alguma coisa terá que ser feita. Ela está na companhia de outras que são de Alagoas, umas do Norte, são várias, são cinco ou seis.

Como é que é a ANEEL vê essa situação e qual é a solução que daria para não penalizar o consumidor. Teresina, está vivendo um caos energético de causar pena, faltando energia oito, nove horas, mas isso de maneira contínua, ele de maneira muito clara inclusive nos mostrou gráficos desses apagões.

É uma crise séria ela precisa de investimentos e acho que será um dos grandes problemas que V. Sa., irá enfrentar.

Gostaria de ouvi-lo sobre isso.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Senador, infelizmente a gente tem que concordar com o senhor, porque realmente os argumentos do senhor são irrefutáveis.

Realmente a situação das empresas é muito ruim, é bastante deficiente a sua atuação, quer dizer,

a agência... Inclusive o Dr. Kelman já me perturbou bastante lá enquanto a gente é agente político no Ministério, levando a preocupação com essas empresas. A ANEEL tem que fazer o seu papel que é absolutamente independente de fiscalizar e cobrar dessas empresas os mesmos indicadores de qualidade e de eficiência, que é cobrado de qualquer agente que atua nesse setor do Brasil.

E essa empresa que estava em quase situação quase falimentar mesmo esse problema foi levado ao Ministério. Quanto a ação do Ministério, a gente levou ao Presidente da República.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tecnicamente falida, a verdade é essa.

SR. NELSON JOSÉ HUBNER MOREIRA: Nós levamos exatamente ao Presidente da República, uma situação bastante crítica de todas essas empresas e mostramos para ele que não dava mais para continuar com a Eletrobrás, inclusive, pagando a conta da ineficiência dessas empresas.

Foi quando o Presidente tomou a decisão de centralizar toda a gestão dessas empresas, com o Dr. Flávio Decat, Presidente dessa coordenação toda, no sentido de tentar uma recuperação urgente dessas empresas. Quer dizer alguma medida tem que ser feita e a gente tem esperança, porque está um grupo técnico de nível bastante elevado coordenado pelo Dr. Flávio Decat.

A esperança é que consiga realmente dar um suporte maior a essas empresas e mudar completamente a gestão, porque se não o consumidor... Quer dizer, levei para o Presidente, que é um absurdo que as empresas que tem o controle do Estado é onde não conseguem implantar o Luz para Todos, que é um programa que o Governo quer fazer para atender populações mais pobres.

A população mais pobre está necessitada e não conseguem receber energia elétrica pela ineficiência das empresas, ele concordou com isso quando foi feita essa modificação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Bom, na qualidade de Presidente dessa Comissão, eu gostaria de falar um pouquinho aqui a respeito da carreira de Estado, o pessoal da área de Engenharia.

Como é sabido de todos nós o investimento em infra-estrutura é a principal alternativa factível para alavancagem do desenvolvimento do crescimento, contrariamente a tendência que se instalou no cenário econômico mundial. A carreira de infra-estrutura foi projetada para atender plenamente as demandas da Administração Pública Federal, nos campos específicos da implementação das atividades de infra-estrutura de

grande porte e principalmente do Plano de Aceleração do Crescimento e conta com profissionais altamente qualificados.

A carreira que era para ser incluída no ciclo de gestão foi enquadrada como carreira executiva, com salários equivalentes a cerca de $\frac{1}{4}$ das outras carreiras similares, carreiras de Estado. Tal distorção está levando a desmotivação e evasão significativa da carreira por parte de profissionais entre os quais inúmeros Mestres e Doutores, lotados em oito Ministérios dessa área de infra-estrutura e da logística.

Em minha opinião o Governo está na contramão da opinião pública mundial. Se não vejamos, o Presidente Obama e demais líderes mundiais já declararam que o investimento em infra-estrutura é o que vai efetivamente tirar o mundo da crise econômica.

Por isso pela relevância e urgência dessa situação é que eu solicito na qualidade da Presidente dessa Comissão, que o Governo Federal apresente através de um Projeto de Lei ou de uma Medida Provisória, ou de instrumento qualquer, um projeto para solucionar essa anomalia, pois o Brasil não pode parar. É preciso dar celeridade a esse processo e votar esse projeto para evitar esta evasão de cérebros, de inteligências e não comprometer o nosso desenvolvimento.

É por isso que como Presidente da Comissão de Infra-Estrutura, estou aqui apoiando essa reivindicação na carreira das pessoas que trabalham na infra-estrutura do País. São pessoas altamente qualificadas que merecem a nossa atenção até porque o Brasil precisa deles.

Por fim, eu gostaria de fazer aqui um levantamento, apresentar aqui um levantamento dos trabalhos realizados nesta Comissão de Serviço de Infra-Estrutura no decorrer deste ano de 2008. Estivemos aqui um dia e uma noite, quase com a Ministra Dilma, outro dia e outra noite quase com a ex-Diretora da ANAC, a Dra. Denise Paiva, além de inúmeras, sabatinas, debates que movimentaram muito essa Comissão e deram a certeza de que é uma Comissão importantíssima para a Casa.

Ao longo destes quase 12 meses realizamos 28 Sessões, Reuniões, sendo 18 deliberativas, 10 Audiências Públicas. A presença de inúmeros Ministros de Estado, a presença de Presidentes e Diretores de Agências reguladores e tivemos também inúmeras, autoridades sabatinadas, aprovadas.

Foram 10 autoridades, sendo das Agências de Transporte Terrestres, Agência Nacional de Telecomunicações, Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Nacional de Petróleo, Agência Nacional de Aviação Civil, ANTAQ, DNIT. Nós tivemos oportunida-

de de realizar aqui excelentes debates sobre a infra-estrutura brasileira.

O Dr. Jerson Kelman aqui presente nos brindou com a presença aqui em várias ocasiões e também participando com brilhantismo do nosso Simpósio. A Comissão de Infra-Estrutura do Senado, realizou agora neste mês o Primeiro Simpósio de Infra-Estrutura e Logística no Brasil.

Foram dois dias de intensos debates onde os Membros da Comissão, especialistas, Ministros, Diretores-Gerais de Agências; além de autoridades dirigentes do setor de logística e de infra-estrutura, tiveram a oportunidade de debater a questão de petróleo, biocombustíveis, etanol, energias renováveis energia, transporte multimodal, ferrovias, hidrovias, rodovias, portos, telecomunicações, transporte aeroportuário. Enfim, foram debates importantíssimos, interessantíssimos e de rico conteúdo realizados nesse Primeiro Simpósio.

De modo que nós encerramos aqui essas atividades com 49 matérias apreciadas nessa Comissão, 53 requerimentos aprovados até o atual momento, 420 ofícios expedidos por esta Comissão. Eu quero agradecer à Secretaria a todos os integrantes dessa Comissão pelo nível técnico, pela qualidade dos seus serviços.

Dizer que para mim foi um prazer ter substituído ao Ilustre e querido Senador Heráclito Fortes, na Presidência dessa Comissão e ter procurado produzir pelo Brasil, pelo Senado e pelo Congresso Nacional e ter tido a colaboração tão eficiente desses quadros que atuam nessa Comissão, um quadro reduzido, porém de alta qualidade.

Além do que também pude contar com a prestígio colaboração dos nossos competentíssimos Consultores e Consultoras do Senado Federal, tive muito prazer em trabalhar com eles, porque são realmente cérebros à disposição do Brasil e não apenas do Senado Federal. A eles todos os meus cumprimentos e os meus agradecimentos pelo apoio a realização do Simpósio e o apoio que prestaram nesses dois anos, como Presidente dessa Comissão.

De modo que acho que estamos encerrando com chave de ouro os trabalhos dessa Comissão, eu quero agradecer aos Senadores às Senadoras, pelo apoio pela presença, pela participação nos debates e finalmente agradecer ao Dr. Nelson Hubner, ao Dr. Herbert Drummond, desejando que eles sejam felizes, agora, na apuração, aliás, a apuração já foi feita. Nós vamos proclamar os resultados, espero que eles tenham sido felizes.

Não, sem antes agradecer aos escrutinadores, o nosso querido Ministro Eliseu Resende, a quem presto

uma última homenagem na qualidade de Presidente dessa Comissão, pela aprovação depois de uma grande dedicação ao Plano Nacional de Viação, aprovação à unanimidade nessa Comissão, aprovação à unanimidade no Plenário do Senado nessa madrugada.

O Ministro Eliseu Resende, por todos os seus méritos, por tudo que ele já fez pelos transportes no Brasil, como pioneiro no rodoviarismo e em outras áreas ele merece os aplausos desta Comissão, por tudo o que ele representa para o Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): O Sr. Herbert Drummond, indicando para a DNIT, teve 15 votos sim e um não, nenhuma abstenção, num total de 16 votantes. Desejo boa sorte a ele, a matéria vai à Secretária Geral da Mesa, esperando que ainda hoje possa ser deliberada.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, pela ordem eu queria pedi a autorização de V. Exa. para registrar o meu voto sim, eu cheguei agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós queremos consignar em ata, apenas, o voto do ilustre e querido Ministro Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Inclusive, Sr. Presidente também o registro do voto do Senador Adelmir Santana.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A mesma coisa, ao Ilustre e querido Senador Adelmir Santana e Ilustre e querido Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Leomar Quintanilha.

Bom, agora um resultado um tanto quanto complicado para o Dr. Nelson Hubner. Indicação para Diretor-Geral, 16 votantes. 16 votos sim, nenhum voto nulo e nenhum voto, não.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Estão aprovados os Drs. Nelson Hubner para a Diretoria Geral da ANEEL e o Dr. Herbert Drummond, para o DNIT.

A matéria vai à Secretária Geral da Mesa, esperando essa Presidência que haja a mesma rapidez com que nós trabalhamos aqui na Comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): V. Exa., está fazendo encaminhamento urgente para a Secretaria da Mesa, para ver se vota hoje ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Nós estamos caminhando agora. É com muito prazer que repito, depois de dois anos presidindo esta Comissão encerramos com chave de ouro os trabalhos agradecendo a todos pela colaboração.

Está encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 12h10

ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **SERYS SLHESSASENKO, DELCÍDIO AMARAL, INÁCIO ARRUDA, JOÃO RIBEIRO, REGIS FICHTNER, VALDIR RAUPP, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, ACIR GURGACZ, LEOMAR QUINTANILHA, ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR, ADELMIR SANTANA, ROSALBA CIARLINI e JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador **Fernando Collor** procede à leitura dos comunicados da Presidência. Foram lidos dois requerimentos, de autoria do Senador **Fernando Collor**, para realização de Audiências Públicas sobre as expectativas e providências quanto ao funcionamento dos aeroportos brasileiros no próximo período de férias, tendo como convidada a Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Dra. Solange Paiva Vieira, e sobre as expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transporte para os eventos Rio +20 em 2012, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016, sendo convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, e o Ministro dos Transportes, que serão apreciados na próxima reunião. Em seguida dá-se início à deliberação das Matérias. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2010.** “Acréscita parágrafo único ao art. 13 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o fornecimento e a instalação

dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado correrão a expensas da concessionária.” **Autoria:** Deputado Betinho Rosado. **Relatoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado:** Adiado; **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 116, DE 2010.** “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer requisitos de segurança para o transporte de rochas ornamentais”. **Autoria:** Senador Roberto Cavalcanti. **Relatoria (ad hoc):** Senadora Serys Shlessarenko. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto; **ITEM 3 – OFÍCIO “S” Nº 03, DE 2010.** “Encaminha ao Senado Federal, nos termos do §1º do art. 28 da Lei 11.079, de 2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada Lei, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada para a Prestação de Serviços de Manutenção e Modernização da Frota da Linha 8 - Diamante da CPTM”. **Autoria:** Governador do Estado de São Paulo. Leonardo Monteiro. **Relatoria (ad hoc):** Senador Gilberto Goellner. **Parecer:** Favorável ao conhecimento do Ofício “S” nº 03, de 2010 e posterior arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao conhecimento do Ofício “S” nº 03, de 2010, e posterior arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda; **ITEM 4 – OFÍCIO “S” Nº 15, DE 2010.** “Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 45 da Lei nº 9.472 de 1997, Relatório da Ouvidoria da ANATEL, contendo apreciações sobre a atuação daquele Órgão”. **Autoria:** Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. **Relatoria (ad hoc):** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Favorável ao conhecimento do Ofício “S” nº 15, de 2010 e posterior encaminhamento do processado ao arquivo. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao conhecimento do Ofício “S” nº 15, de 2010 e posterior encaminhamento do processado ao arquivo; **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 427, DE 2009.** “Acrescenta inciso ao caput do art. 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas (ANA), pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos”. **Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Relatoria:** Se-

nador Antônio Carlos Valadares. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do Relator. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2009.** “Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a livre comercialização de energia elétrica excedente por consumidores livres e especiais”. **Autoria:** Senador Renato Casagrande. **Relatoria:** Senador Delcídio Amaral. **Parecer:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. Usaram da palavra durante a reunião a Senhora Senadora e os Senhores Senadores DELCÍDIO AMARAL, SERYS SHLESSARENKO, JOÃO RIBEIRO, GILBERTO GOELLNER, ELISEU RESENDE, JAYME CAMPOS, LEOMAR QUINTANILHA. Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às 10 horas e 07 minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador Fernando Collor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, como sempre, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada.

A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União os seguintes avisos: nº. 1.422, de 25/08/2010; o 850, de 30/08, do mesmo ano; 1.487, de 1º de setembro, também, de 2010; o 919, de 3 de setembro... Todos de 2010. O 975, o 1.004, o 998 e o 1.036 e 1.069, tratando do levantamento de auditoria referente aos créditos orçamentários destinados às obras constantes dos referidos relatórios e constantes dos ofícios encaminhados pelo Tribunal de Contas para esta comissão.

As Sras. e Srs. Senadores que tiverem interesse em conhecer o teor integral de cada um desses ofícios eles estão à disposição na secretaria da Comissão.

Registro o recebimento do convite formulado pelo diretor geral da ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, Dr. Fernando Antonio Brito Fialho, para participar de viagem à República Popular da China, entre os dias 13 e 17 de dezembro deste ano, com o intuito de estudar tanto o setor portuário quanto o setor hidroviário daquele país.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que se interessarem podem obter também maiores informações na secretaria desta comissão.

Informo aos membros da comissão o recebimento do Requerimento nº. 247/2010, de autoria desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com Aviso nº. 1.621/2010, também do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº. 2.406, referente à realização de inspeção na Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, sobre a extinção do Contrato 031-88/DT, do Tribunal de Contas nº... Processo 013.725/2010-6. Essa foi em resposta ao requerimento de autoria do Senador Francisco Dornelles, feito nesta comissão.

Outra informação que reputo revestir-se de alto valor, aos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, é o recebimento do Ofício 095/2010 da parte do Deputado José Paulo Tóffano, do Partido Verde, de São Paulo, que é Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, informando quanto ao recebimento do Projeto de Lei do Senado nº. 219/2010, que dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis, de autoria desta comissão, para análise de seus parlamentares membros. O projeto não recebeu emendas no prazo regimental e foi distribuído ao Deputado José Paulo Tóffano para relatar a matéria.

Comunico também as Sras. Senadoras e Srs. Senadores membros que encontra-se aberto o prazo para apresentação... Isso é muito importante e pediria atenção especial dos Srs. e Sras. Senadoras, que já se encontra aberto o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2011, PL nº. 59/2010, do Congresso Nacional, perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Devido ao pouco prazo que nos foi dado, em função do recebimento, aqui na comissão, o prazo será encerrado... Terá que ser encerrado, impreterivelmente, para a apresentação dessas emendas até as 12 horas do dia 19 de novembro, próxima segunda-feira. As emendas deverão ser encaminhadas pelo sistema de emendas, disponibilizado pelo Prodasen, e a via impressa assinada pelo senador autor e entregue na secretaria da comissão.

Acrescento que as emendas enviadas fora do prazo estabelecido, elas não serão consideradas. E gostaria de, também, designar o Senador Delcídio Amaral como relator das emendas que vierem a ser apresentadas à Comissão de Infraestrutura.

Informo as Sras. e Srs. Senadores da comissão que em conclusão aos trabalhos da Agenda 2009/2015, Desafios Estratégicos Setoriais, que este ano dedicou-se ao tema da Formação e Capacitação Profissional

para Infraestrutura, essa Presidência promoveu a publicação do relatório final, aprovado em nossa reunião do dia 4 de agosto, e que está sendo distribuído a todos os membros da comissão. Não sei se os senhores membros da comissão já receberam. Se não receberam, seria bom fazer a entrega. Já recebeu? Os dois exemplares: o azul e o outro maior? Obrigado, Senador Jayme.

A publicação, além de conter a íntegra do relatório com a respectiva agenda de prioridades que consiste no documento institucional da comissão, traz ainda os artigos de referência utilizados nos estudos da matéria, os projetos de lei apresentados resultantes das propostas aprovadas. E, por fim o pronunciamento realizado, feito no Senado, por mim, no mesmo dia da aprovação deste relatório.

Destaco, também, em consonância com o previsto no próprio relatório, que a publicação foi encaminhada aos principais órgãos do poder público, com destaque para todas as prefeituras do país, e as principais entidades representativas da iniciativa privada e do universo acadêmico. Para melhor visualização, todos esses destinatários constam das páginas 24 a 26 do relatório no item “encaminhamentos”.

Acredito, com isso, que a Comissão de Serviços de Infraestrutura cumpriu mais uma de suas atribuições, não só ao aprofundar as discussões entorno dos gargalos que o setor precisa superar para a retomada do desenvolvimento do país, especialmente no que tange a questão da carência de mão de obra qualificada, mas também apresentando propostas factíveis àquelas que detêm o poder, a estrutura e o conhecimento para colocá-las em prática através de ações concretas e políticas públicas.

Aqui eu faço um parêntese para registrar que a comissão tem recebido muitas manifestações acerca desse relatório final. Apenas a título de exemplo, o Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo, o SINICESP, ligado à FIESP, depois de ter tomado conhecimento do nosso relatório, está se apoiando nos dados, e informações e propostas desses documentos para realizar um grande evento denominado *Construbusiness* 2010, 9º Congresso Brasileiro da Construção, que será realizado no próximo dia 29 de novembro, em São Paulo, e cujo objetivo é o de discutir o que o Brasil precisa fazer no setor deste ano até o ano de 2022. A consonância entre o conteúdo do relatório da Comissão de Serviços de Infraestrutura e o foco do seminário despertou a atenção e o agradecimento das entidades promotoras deste evento.

Por todo este trabalho e pelos resultados alcançados, eu quero agradecer, mais uma vez, a todas as Sras. Senadoras e Srs. Senadores membros desta

comissão, que tanto contribuíram de forma decisiva para a discussão ao longo das audiências públicas e, também, aos 52 especialistas que nos deram a honra de se apresentarem aqui como palestrantes, além das equipes da consultoria legislativa desta Casa, dos veículos de comunicação do Senado, dos integrantes do corpo técnico desta comissão e do nosso gabinete.

Lembro, por fim, que já foi distribuída, na última reunião, a separata contendo relato de cada um dos 12 painéis que compuseram este ciclo de debate, no primeiro semestre, incluindo a reunião final do grupo de trabalho de consolidação das propostas.

As Sras. e Srs. Senadores que, porventura, ainda não tenham recebido, podem solicitar, por gentileza, diretamente à secretaria da comissão.

A despeito desse intenso trabalho de audiências realizado desde o ano passado, em busca de soluções para os gargalos do setor, impõe-se a todos nós congressistas, especialmente aos membros desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, a reflexão acerca dos temas aqui debatidos e das conclusões alcançadas. Diante do papel que nos cabe agora, neste final de legislatura, na discussão e votação da lei orçamentária anual. Refiro-me às discussões e negociações que envolvem a possibilidade de cortes nos investimentos em infraestrutura, tão importantes para alavancar o desenvolvimento que se abre ao país para cobrir gastos de custeio e concessão de benefícios fora da realidade de nossa capacidade de pagamento. Não podemos inverter a linha... A lógica da linha orçamentária, prevista constitucionalmente, de estimar as receitas e fixar as despesas, para, de forma temerária, passarmos a estimar aleatoriamente as despesas mais convenientes calcadas na fixação de uma receita irreal, incerta e imprevisível. É o caso, por exemplo, de nos comprometermos na confecção da peça orçamentária com despesas de toda ordem, exclusivamente com base numa previsão de um forte crescimento do PIB para o ano que vem, secundando a estimativa de crescimento de 7,6%, estimativa essa feita pelo Fundo Monetário Internacional, que coloca a China dentro da estimativa como país que mais crescerá este ano, com mais de 10%, seguido da Índia, com cerca de 9%, e logo em seguida o Brasil. Então, segundo essa previsão do Fundo Monetário, deverá crescer algo da ordem de 7,6% do produto este ano.

Os Estados Unidos e a comunidade europeia, notadamente a Irlanda, Grécia, Espanha e Portugal, os países periféricos da Europa ocidental, e também alguns países da Europa oriental, como a Polônia e a Hungria, continuam enfrentando os efeitos da crise econômica de 2008. A chamada "guerra cambial" entre as maiores potências se agrava a cada dia, podendo

se transformar numa verdadeira guerra comercial nos moldes que levou o mundo à grave crise dos anos 30. O quadro de estagnação econômica, desemprego e, sobretudo, o alto endividamento público porque passa a Europa, coincide com a forte ofensiva da economia chinesa naquele continente, num ataque pelas bordas, após a consolidação de sua zona de influência na Ásia e de se firmar em definitivo em África. Na verdade, a China se aproveita das dificuldades muito grandes que enfrentadas pelos Estados Unidos, com vistas a sua recuperação econômica, e aproveitando-se deste vácuo está investindo fortemente nesses países, sobretudo no setor de infraestrutura. E é exatamente aqui que se destaca os investimentos chineses, que estão sendo destinados principalmente para as obras de infraestrutura, com destaque para rodovias, ferrovias, portos e construção naval. Ademais, tem havido maciças compras de títulos da dívida pública de países seriamente afetados pela crise, que já competem entre si pelos investimentos chineses, que podem representar uma oportunidade no momento para, por exemplo, diminuir o desemprego nesses países.

Alguns exemplos da expansão europeia, dos investimentos chineses, são a compra de meio bilhão de euros de títulos do governo espanhol; o investimento no porto de Piraeus, na Grécia, e no porto de Nápoles, na Itália; as negociações para um terminal de carga aéreo no aeroporto de Roma, assim como rodovias na Polônia. Ou seja, a infraestrutura como meta principal de investimento. Além disso, as aplicações financeiras da China ajudam a diversificar um portfólio altamente concentrado em ativos denominados no desvalorizado dólar norte-americano, nos investimentos industriais e também de infraestrutura, preparando, assim, o terreno para uma maior influência no futuro próximo. Tratam-se de iniciativas que vão além do simples interesse comercial e tem caráter estratégico que visam proporcionar a potência asiática, o apoio europeu para ter papel decisivo nas decisões de política econômica internacional, na Organização Mundial do Comércio e nas discussões sobre taxas de câmbio, como recentemente ocorreu na reunião no G-20, na Coreia do Sul. Ou seja, a aproximação econômica da China com a Europa mostra o crescente desejo do país de afirmação estratégica global, a que os Estados Unidos reagem com lances como aceitação e o apoio à inclusão da Índia como um eventual membro permanente em uma, também, eventual reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não tardará, e todo esse concerto estrategicamente orquestrado pela China, afetará profunda e diretamente, aliás, como já vem ocorrendo em relação à desvalorização artificial de sua moeda, o cenário

da economia brasileira e do nosso continente. Tudo isso deve nos deixar alertas quanto ao otimismo em relação às nossas contas, que, na prática e no futuro próximo também, podem se apresentar desproporcionais às expectativas criadas. Quanto a esse aspecto não podemos esquecer o fator pré-sal, que, se por um lado acarretará num futuro próximo recursos do fundo social destinados exatamente para áreas como a saúde, a educação, a Previdência, por outro demandará, de imediato, fortes investimentos para viabilizar tecnologicamente sua exploração. Por isso, Sras. e Srs. Senadores, o Congresso Nacional, especialmente o Senado, conhecido como a Casa do equilíbrio e da revisão ponderada, deve ter uma visão responsável e realista do atual contexto fiscal do país, sob pena de deixarmos, já para o início do governo da Presidente Dilma, uma gestão engessada e atrelada a compromissos inviáveis em termos de cumprimento.

Acredito que uma política social de longo prazo somente será alcançada com a criação de emprego e geração de renda. Trata-se de duas determinantes que se concretizarão se provenientes de um maciço aporte de investimentos na infraestrutura de que tanto necessita a população, e cujas demandas debatemos exaustivamente aqui durante o ciclo de audiências da Agenda 2009/2015. Mas para que isso seja praticável e concreto impõe-se como prioridade nacional a educação. Não só em seu mais amplo conceito, mas especialmente no que se refere às necessidades quanto à formação e capacitação da nossa mão de obra. O salto do desenvolvimento a que aspiramos está diretamente atrelado ao fator educacional. Esse, sim, configura um investimento duradouro e capaz de oferecer permanentemente um retorno de qualidade no enfrentamento dos desafios estratégicos de cada um dos segmentos econômicos e sociais do país. Tanto é assim que o enfoque na educação foi o tema para o qual a Comissão de Infraestrutura, em seu relatório final, sugeriu uma série de medidas realistas e possíveis de serem implementadas pelo setor público, pela iniciativa privada e pelo mundo acadêmico, de modo a solucionar este que é o maior gargalo que o Brasil enfrenta atualmente. Vale aqui, portanto, lembrar a agenda de prioridades aprovadas por esta comissão em que foi sugerido, dentre várias, as seguintes ações: No âmbito do governo federal: desenvolver uma política nacional específica de formação e qualificação em infraestrutura, articulada no Plano Nacional de Educação 2011/2020; aperfeiçoar os mecanismos de incentivo às empresas que atuem na formação e qualificação de recursos humanos em setores estratégicos da economia; promover ações de melhoria da qualidade da Educação Básica, especialmente no tocante ao ensino-aprendizagem

das ciências exatas, de modo a fomentar a demanda por cursos superiores nas áreas de infraestrutura e tecnologia; ampliar a oferta de Educação Profissional com ênfase nos municípios vizinhos aos grandes empreendimentos de infraestrutura nacional; viabilizar a implantação da concessão do Seguro Desemprego vinculado à exigência do trabalhador de efetuar curso de qualificação ou recapacitação profissional.

No âmbito das universidades e institutos de educação tecnológica foram essas algumas das sugestões, a começar por expandir a oferta de vagas nos cursos de Engenharia e os programas voltados para o acesso e a permanência de alunos e alunas nessas carreiras; promover a contratação de professores com comprovada experiência prática nas áreas tecnológicas e de infraestrutura, a fim de articular a formação profissional com as demandas do mundo do trabalho; valorizar as vocações locais e a demanda regional por recursos humanos na oferta dos cursos de graduação e de pós-graduação; fomentar a interdisciplinaridade em todas as áreas do conhecimento, especialmente envolvendo as engenharias, os cursos tecnológicos, o Direito e a Geografia; ampliar a oferta de cursos a distância, com incremento no uso de novas tecnologias de informação.

E quanto ao setor produtivo, as sugestões de instituir parcerias com a academia de modo a aproximar a formação e qualificação de recursos humanos, das habilidades e competências requeridas pelo mundo do trabalho e proporcionar estrutura remuneratória e condizente com as responsabilidades e os requisitos de formação de engenheiros, tecnólogos e técnicos com vistas a reduzir a migração ocupacional desses profissionais.

É esse, Sras. e Srs. Senadores, o desafio principal e o mais relevante compromisso que o próximo governo deve assumir, de preferência com uma decisiva e consciente colaboração do Poder Legislativo, a começar por oferecer, além de um orçamento realista e exequível em todas as suas propostas e dimensões, as condições e os instrumentos necessários para a implantação de uma efetiva educação de qualidade em todos os seus níveis.

Esses eram os comunicados e passamos agora à ordem do dia. O Item 1 da Pauta. Decisão Não Terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2010, de autoria do Deputado Betinho Rosado. Relatora, Senadora Rosalba Ciarlini. Não está presente, fica prejudicada a apresentação deste projeto.

E passamos ao Item 2 da Pauta, em decisão, também, Não Terminativa, Projeto de Lei do Senado nº. 116/2010, *“que altera a Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Bra-*

sileiro, para estabelecer requisitos de segurança para o transporte de rochas ornamentais". Autor, Senador Roberto Cavalcanti. Relator, Senador Eduardo Suplicy. Parecer favorável ao projeto.

Observação: a matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em Decisão Terminativa. E gostaria de designar, cumprimentando a Senadora Serys Slhessarenko, S. Exa., a Sra. Senadora, para ser relatora *ad hoc* deste projeto, e lhe concedo a palavra para proferir o relatório.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores. "Projeto de lei em exame visa a introduzir na Lei 9503, de 23 de setembro de 97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro dispositivo para determinar o tipo de veículo a ser utilizado no transporte de blocos de rocha, a forma de fixação dos blocos, ao chassi, bem como estabelecer o limite máximo do peso total combinado do bloco e do veículo admitido no transporte de rochas por caminhões.

Ao Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, caberia formular as especificações referentes aos dispositivos de segurança que menciona. O projeto pretende, ainda, alterar a redação no art. 145, que trata da habilitação de condutores de veículos especiais para estender ao candidato a condução de veículo de transporte de rochas ornamentais obrigatoriedade de se submeter a curso teórico e prático específico.

O autor do projeto, em sua justificação, aponta os graves acidentes provocados pelo tombamento de blocos de pedra registrados em nossas estradas, destacando que o excesso de peso e a precária fixação da carga ao chassi são as principais causas dessas ocorrências.

Observa que o CONTRAN, respaldado em poder que lhe é conferido pelo Código de Trânsito Brasileiro, editou normas disciplinadoras para o transporte dessas cargas por meio da Resolução 264, de 14 de dezembro de 2007. Alguns operadores, porém, estariam argumentando que não são obrigados ao cumprimento da exigência que transcende ao conteúdo da norma legal, uma vez que não se encontram expressos no texto da CTB.

A matéria foi distribuída às Comissões de Infraestrutura e Constituição e Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão Terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura, nos termos do art. 104, Regimento Interno do Senado Federal, análise do mérito das matérias que versam sobre transporte.

Sobre esse enfoque, concordamos com a opinião do autor da proposta no sentido de que a despeito de medidas rigorosas já estarem previstas em resolução

do CONTRAN, a gravidade e os riscos inerentes ao transporte de blocos de rocha impõe sua explicitação no corpo do código, como forma de evitar que uma inadequada interpretação da lei possa resultar em tragédia.

É meritória, sobretudo, a exigência de curso específico para os condutores de veículos que transportam esse tipo de carga, tendo em vista os graves problemas de segurança decorrentes à admissão de motoristas não habilitados no trânsito das nossas estradas.

Assim, julgamos conveniente e oportuna a modificação do Código de Trânsito Brasileiro proposta pela iniciativa em exame".

Voto. "Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 116/2010. Senador Eduardo Suplicy, o relator".

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senadora Serys.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui pela aprovação do projeto.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 3 da Pauta. Também decisão Não Terminativa, Ofício "S" nº. 3/2010, "que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28, da Lei 11.079/2004, parceria público-privada, documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos aos cumprimentos por parte do Estado de São Paulo dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei, bem como na Lei Complementar nº. 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Referente ao processo de contratação de parceria público-privada, para a Prestação de Serviços de Manutenção e Modernização da Frota da Linha 8 - Diamante, da CPTM". Autor, Governador do Estado de São Paulo. Relator, Senador Eduardo Suplicy. Parecer favorável ao conhecimento do Ofício "S" nº. 03/2010 e posterior arquivamento, com envio de cópia da presente deliberação ao Ministro da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente.

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Goellner, a quem damos as boas-vindas para, como *ad hoc*, proferir o seu relatório. V. Exa. tem a palavra, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

"O relatório é favorável ao conhecimento do Ofício 'S' de nº. 03/2010 e posterior arquivamento, com envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente.

O projeto tem como objetivo criar normas para a contratação de Parceria Público-Privada - PPP, en-

tre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos e o Governo do Estado de São Paulo, para prestação de serviços de manutenção e modernização de parte da frota, precisamente a Frota 8.

O relator expõe que não cabe ao Senado aprovar ou não as contratações de PPPs pelos governos estaduais e municipais. Portanto, pede que a comissão tome conhecimento do ofício, archive e envie uma cópia do voto ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado ao Senador Goellner.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório que conclui que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício “S” nº. 3/2010, nº. 60/2010 na origem, do Governador do Estado de São Paulo, e delibere pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo com o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 4 da Pauta. Decisão Não Terminativa. Ofício “S” nº. 5/2010, “que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 45, da Lei nº. 9.472/97, relatório da Ouvidoria da ANATEL, contendo apreciações sobre a atuação daquele órgão”. Autora, Agência Nacional de Telecomunicações. Relator, Senador Hélio Costa. Parecer pelo conhecimento do Ofício “S” nº. 15/2010 e posterior encaminhamento do processado ao arquivo.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, para, como *ad hoc*, proferir o relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. “Nos termos do art. 45, Parágrafo Único, da Lei 9.472, de 16 de julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, o ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, Sr. Liberto Diniz Miranda, encaminha ao Congresso Nacional, por meio do Ofício nº. 39/2010, a ANATEL relatórios(F) de atividades da ouvidoria daquela agência referente... do corrente ano.

No Senado Federal, a matéria foi protocolada como Ofício ‘S’ nº. 15/2010. Nesta Casa Legislativa, cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI, apreciar se as atividades envolvidas pela ouvidoria estão em consonância com as competências atribuídas pela Lei Geral das Telecomunicações e posterior regulamentação, bem como avaliar a efetividade das providências tomadas pela ouvidoria, para solucionar os problemas verificados frequentemente a partir das reclamações enviadas pelos usuários.

O relatório apresentado faz referência, em primeiro lugar, à evolução das políticas públicas, previsto no Decreto 4733, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações, e dá outras providências, e que é apontado como um dos mais importantes marcos para o setor”.

Sr. Presidente, diante de que o relatório é muito grande e já está à disposição da comissão, e todos nós senadores já tomamos conhecimento da matéria, eu quero concluir dizendo: “Com base no exposto, opino que a Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício ‘S’ nº. 15/2010, nº. 39/2010, na origem do ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações, e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Jayme Campos.

Em votação o relatório que conclui pelo conhecimento do Ofício “S” nº. 15/2010, nº. 39/2010 na origem, da Agência Nacional de Telecomunicações, e pelo encaminhamento do processado ao arquivo.

Srs. e Sras. Senadoras que aprovam o parecer permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 06 da Pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 402/09, “que altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a livre comercialização de energia elétrica excedente por consumidores livres e especiais”. Autor, Senador Renato Casagrande. Relator, Senador Delcídio Amaral. Parecer favorável ao projeto com duas emendas que apresenta.

O senador relator não se encontra presente, fica prejudicada a deliberação desta matéria.

Temos aqui dois requerimentos que, conforme as nossas... As nossas... O que determina os atos que aqui foram aprovados no início dos trabalhos desta comissão, eu passo à leitura do requerimento, mas a votação somente se dará na próxima reunião.

São dois requerimentos que apresento. O primeiro deles requerendo, “nos termos do art. 58, § 2º inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90 incisos II e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado: o Diretor-Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, para discorrer, perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre os preparativos, expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transporte, em função dos grandes eventos que serão realizados no Brasil, mais precisamente em 2012, o Rio +20, a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em

2014, a Copa do Mundo, e, em 2016, os jogos olímpicos". Constará da Pauta para deliberação na próxima reunião desta comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não sei se me passou despercebido, mas o Item 5 foi mencionado por V. Exa., e ele é não terminativo? Parece que não foi apreciado. Foi? É terminativo, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Porque temos aqui... Desculpe, Senador Quintanilha, foi uma falha desta Presidência, porque temos aqui um ofício, assinado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, que é o relator, que é o ofício de 16 de novembro, em que ele, cumprimentando, diz... *"Cumprimentando cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar o PLS 427/09 para reexame. Sendo o que tenho para o momento, aproveito para elevar os votos de consideração e estima. Atenciosamente, Senador Antonio Carlos Valadares, líder do PSB"*. Então, ele pede aqui, por escrito e mediante ofício, a retirada de pauta do Item nº. 5. Faltou dar conhecimento à comissão desta solicitação do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O segundo requerimento está vazado nos termos de... *"Requerer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, Dra. Solange Paiva Vieira, para discorrer, perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, sobre as expectativas e providências quanto ao funcionamento dos aeroportos brasileiros e principalmente a situação das companhias aéreas para este período próximo de férias, de modo a evitar um novo caos aéreo e os decorrentes transtornos causados à população"*. Também estará na pauta da nossa próxima reunião.

A Mesa vem recebendo seguidamente solicitações dos Srs. Senadores em relação a projetos que foram apresentados, relacionados a obras no setor viário. E esses projetos, eles... De acordo, também, com decisão dessa comissão algum tempo atrás e por solicitação do Senador Ministro Eliseu Resende, ficaram sobrestados, em função da não aprovação ou da não deliberação, por parte da Câmara Federal, do projeto do Sistema Nacional de Transportes, que

seria... poderia ser considerado como marco regulatório do setor de transportes do Brasil. Eu recebi um telefonema do Senador Renato Casagrande, há uma semana e meia atrás, pedindo a tramitação de um projeto de sua autoria, que está aqui, na Casa, que está aqui na... nesta comissão. E eu, então, expliquei a ele o porquê de não estarmos dando seguimento ou dando tramitação a este projeto, mas eu pediria a S. Exa., o Sr. Senador Ministro Eliseu Resende, conhecedor que é profundo desta matéria, que ele fizesse uma explanação ao Plenário desta Casa e a todos que estão nos ouvindo e assistindo nesse momento das providências que foram tomadas, do porquê dessas providências e das expectativas quanto à deliberação, pela Câmara dos Deputados, do Sistema Nacional de Viação ou Viário.

Com a palavra, S. Exa., Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sra. Senadora, tramita nesta Casa, no Congresso Nacional, tramita uma lei decorrente de uma mensagem do Executivo de 1995. Essa lei ficou muito tempo na Câmara dos Deputados - lá eu era o relator -, veio para o Senado, foi aprovado pelo Senado e voltou para a Câmara, pra votação final, de modo que, através desse Projeto de Lei publicado, nós tenhamos o novo Sistema Nacional de Viação. Esse Sistema Nacional de Viação substitui o Plano Nacional de Viação de 1974. Isso representa que as hidrovias, essas ferrovias, as rodovias, para serem construídas pela União, elas terão de estar no Plano Nacional de Viação e no futuro Sistema Nacional de Viação, porque o Sistema Nacional de Viação, pela lei que está prontinha para ser aprovada, modifica e revoga o Plano Nacional de Viação.

Então, qualquer outra lei que viesse a ser aprovada pelo Congresso, ela ficaria vazia, porque ela se refere a um Plano Nacional de Viação que vai ser revogado ou que já terá sido revogado. Então, nós combinamos com a Comissão de Infraestrutura da Câmara, e aqui, com a Comissão de Infraestrutura do Senado, para que esses Projetos de Lei que, por exemplo, propõem a inclusão, no Sistema Nacional de Viação ou no Plano Nacional de Viação, de rodovias novas, eles fiquem sustados até a decisão final, com relação à aprovação do SNV. Porque, se, porventura, eles vierem a ser aprovados aqui, eles vão estar baseados, no seu teor, numa lei que está para ser revogada.

A solução, Sr. Presidente, é nós termos realmente a aprovação do SNV e seria muito importante que ela se fizesse ainda este ano. V. Exa. se lembra, nós procuramos o Presidente na Câmara, Presidente Michel

Temer, e pedimos a ele que providenciasse a aprovação do SNV. Existe, inclusive, um pedido de urgência na aprovação do projeto, assinado por todos os líderes da Câmara. Basta o Presidente da Casa, Michel Temer, colocar em votação e votar. O que há, simplesmente, é um impasse com relação a um artigo que, no texto da lei que cria o SNV, dá uma solução para os contratos de prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, transporte regular. É importante que essa matéria ficasse também aprovada. Ela coloca, no setor de transporte rodoviário, a mesma solução no setor de energia, de geração de energia, para que os contratos sejam regularizados, e nós tenhamos, então, um caminho livre para resolver a concessão das linhas de ônibus no Brasil inteiro e resolver a situação do Sistema Nacional de Viação, que vai substituir o Plano Nacional de Viação, para abrigar todos esses projetos que estão aqui, à espera, na Comissão de Infraestrutura do Senado, e que estão também lá na Comissão de Transportes da Câmara. Nós devemos ser algumas dezenas, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, a explanação do Senador Ministro Eliseu, ela é muito oportuna, na medida que quero fazer uma indagação. Por exemplo, quando discutimos aqui, nesta comissão, esse Plano Nacional de Viação, pra modernizarmos, diante de que foi esse projeto - o Plano Nacional de Viação é de 1964 -, eu fiz um projeto de lei em relação à federalização de uma rodovia em Mato Grosso. Ou seja, transformando a MT-170 em BR-174, vindo do Estado de Rondônia, que é Vilhena, passando pela cidade de Juína, demandando, depois, também, para Machadinho D'Oeste, interligando Mato Grosso com Rondônia via MT-170. Nesse caso, o projeto foi aprovado aqui, aprovado no Plenário e foi também aprovado na Câmara, nas comissões, e o Presidente da República sancionou este Projeto de Lei. Eu particularmente entendo que ele está prevalecendo independente do Plano Nacional estar aprovado, diante que está havendo uma morosidade lá na Câmara dos Deputados, diante de um questionamento que me parece que, até agora, não foi esclarecido, em relação às concessões que existem no transporte interestadual e até mesmo intermunicipal, diante de que uma rodovia que seja estadual, depois ela passa a ser federalizada, há um questionamento dessas concessões dadas pelos estados... As concessões dadas pelos estados e que há... gerou essa incompetência, ou seja, essa

competência de como vai prevalecer essa concessão dada no passado. Me parece que a bancada do Rio de Janeiro que está fazendo esse questionamento e, com isso, amarrou a aprovação lá na Câmara dos Deputados.

Então são duas situações aqui, quero deixar muito bem claro. Uma é se esses Projetos de Lei que foram aprovados prevalecem, ou seja, independente do plano estar aprovado, e, também, se o problema está pegando, como V. Exa. bem disse aqui, se essas concessões que haviam, dadas pelos governos estaduais, e, agora, com a federalização de algumas rodovias, isso causa um transtorno, que o cidadão que ganhou essa concessão, ele não tem nenhuma segurança, diante... Ora, se a estrada é estadual, agora passou a ser Federal, será que vai prevalecer essa mesma concessão que foi dada a ele, pelos estados, e o governo federal vai continuar... Ou seja, nesse caso, particularmente, o governo federal teria que ter algum instrumento, alguma ferramenta, para assegurar a ele o direito adquirido, diante dessa concessão que era estadual.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): O caso específico que V. Exa. está citando, Senador Jayme Campos, tem de ser colocado como exemplo. Se, porventura, o projeto de lei vem, fica incluído no Plano Nacional de Viação de outubro de 1973 a Rodovia MT-170, então ele pode ter sequência. Mas se ele... Perdão. Não pode ter essa justificativa, não pode incluir no Plano Nacional de Viação, porque, no momento que o plano for revogado, essa estrada deixa de ter sentido.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Ministro, só que ocorre o seguinte: nós temos um plano sendo discutido aqui, que já foi aprovado na comissão e no Plenário do Senado; entretanto, me parece que não há nenhuma dificuldade, nenhum impedimento legal, de que, mesmo nós estando discutindo aqui este plano, se faz também de outra forma paralela, através de projeto de lei. Sempre foi feito esse encaminhamento aqui, da Casa. Você pode fazer através de projeto de lei ou, nesse caso, ser inserido dentro do Plano Nacional de Viação. Esse é o questionamento que eu vejo. Será que não vai significar nada esse Projeto de Lei?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se essa lei se refere ao Plano Nacional de Viação, que vai ser revogado, a federalização pretendida, muito embora aprovada, ela deixa de vigorar. Então, tem de haver... Fica incluído... Tem de arranjar um texto. Não pode ser um projeto padrão, que fala: "Fica incluído no Plano Nacional de Viação", porque esse Plano Nacional de Viação, a qualquer momento, deixa de existir, que aí o Projeto de Lei cai também.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Mas, de qualquer maneira, foi trabalhado com duas frentes: uma através do Projeto de Lei, e outra de nós inserirmos dentro do plano que foi discutido aqui, nesta comissão. O que me causa dúvida é de que, olha, você tem um projeto de lei aprovado, sancionado pelo Presidente da República, passou nas duas casas, tanto no Senado como na Câmara, inclusive passou na Câmara também, na Comissão de Infraestrutura, e todas as comissões, imagina que ele prevaleça e por si só já está inserido no Plano Nacional de Viação. Essa é a visão que eu tenho.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Um ponto é que, na verdade, incide sobre um erro de redação. A federalização de uma estrada depende da inclusão do Plano Nacional de Viação de 1973, mas esse plano já devia ter deixado de vigorar, a menos que essa lei... A ideia é federalizar e aprovar o projeto da rodovia no Mato Grosso, mas fazer... Fazendo uma referência ao SNV, que está pra ser aprovado, onde a estrada já está incluída. O que é importante resolver é a aprovação do SNV. Esse projeto está aqui desde 1995, tem 15 anos, deu muito trabalho. Eu vim a ser relator aqui, no Senado, depois que fui relator na Câmara. O Senado aprovou facilmente; agora, está na Câmara. Esse projeto relaciona todas as rodovias do Brasil que pertencem à União, porque as estradas formam um sistema [ininteligível] federativo. Existem as BRs, a cargo da União, as MTs, a cargo do Estado de Mato Grosso, e as estradas municipais. A lei é uma mesma, estabelecendo um marco regulatório e as diretrizes gerais para o sistema. Agora, a União tem de fazer o seu orçamento. Fazendo investimentos às diferentes estradas, tem de ter o cuidado de que essa estrada esteja no PNV hoje ou no SNV futuro, para que a federalização possa acontecer. Federalização é transferir a estrada de estado para a União. Então, é importante. Nós não podemos ficar sem o SNV. Amanhã pergunta quais os portos que a União administra, quais os portos que o estado administra, quais as ferrovias que estão a cargo do estado e quais as rodovias que estão a cargo da União, para que os estados façam os seus orçamentos condizentes com essa situação, e a União também promova os seus investimentos. Não podemos ficar sem o SNV.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu tenho uma indagação também... A minha indagação em relação ao SNV, Sistema Nacional de Viação,

se ele inclui a execução de eclusas na navegação fluvial brasileira.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Inclui, sim, senador. Nós temos uma listagem... Eu não sei aqui, não estou com o projeto aqui, na minha frente, mas todas as eclusas previstas, estudadas a navegabilidade dos rios, estão inseridos no SNV. Então, a relação das eclusas está inserida. São eclusas importantes, nas margens do Xingu, na barragem de Tucuruí, no Madeira... Produzindo a navegação dos rios. Então, cuidado... É uma inovação no SNV, assim como constam todos os aeroportos administrados pela INFRAERO, ou seja, de propriedade da União, assim como figuram todos os portos dos rios nacionais, as rodovias, as hidrovias.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, eu quero só fazer mais uma indagação, aproveitar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): --a presença honrosa do Senador Delcídio, que vai ser relator das emendas de comissão. Eu imagino... Que eu não sei qual o critério que vai ser adotado pelo nosso relator, porque as emendas de comissão serão várias; entretanto, me parece que serão apenas quatro privilegiadas. Eu queria sugerir a esta comissão, à Presidência, para que uma dessas emendas de comissão viesse ser destinadas para nós fazermos o quê? Alguns levantamentos, sobretudo onde está prevista a construção de algumas usinas já, algumas com audiências públicas já marcadas, que eu acho que é um crime que estão cometendo com o Brasil, Presidente Collor, na medida em que, por exemplo, nós temos três rios no Estado do Mato Grosso que são fantásticos, que têm capacidade de navegabilidade, ainda reduzimos o transporte nosso lá, sobremaneira, diminuindo quase 60% dos valores hoje praticados no mercado, através do transporte rodoviário. Eu imagino que a [ininteligível], que faz os estudos dos potenciais energéticos do Brasil não tem preocupado. Tenho dito reiteradamente - V. Exa. é testemunha aqui - de que se poderia onerar o setor elétrico, aumentando as tarifas. E não é verdade.

Eu acho que nós temos que tomar providências rápidas, e esta comissão tem a obrigação, Presidente Collor, de nós fazermos o quê? Alguma coisa na defesa de um Brasil diferenciado, em termos de logística, sobretudo no transporte intermodal. Não só rodoviário, ferroviário, mas, sobretudo, o transporte mais barato, que é o transporte aquaviário. E, neste caso, uma das emendas de comissão nós devíamos destinar se é para quem que é, se vai para o DNIT, se vai para outro se-

tor ou para o Estado, tem que fazer um levantamento. Agora está sendo licitado - inclusive, dia 13, agora, já tem a última Audiência Pública lá - pra quatro usinas serem construídas no longo do Rio Juruena, Teles Pires-Tapajós. Ora, nós vamos reduzir nosso transporte quase mil quilômetros, Presidente Collor. V. Exa. conhece lá o norte do Mato Grosso. O dia que nós saímos de lá, vindo do Porto de Paranaguá [ininteligível] exportação, nós já saímos lá embaixo, em Santarém, lá no Estado do Pará, diminuindo... Isso vai melhorar sobremaneira a rentabilidade da nossa produção... Enfim, vamos melhorar, dar outra perspectiva àquela região do Mato Grosso, que, lamentavelmente, hoje, uma grande parte das atividades comerciais, que é o setor da maneira, está inviabilizada, diante da política ambiental, que, muitas vezes, tem sido perversa, na medida em que o próprio governo federal foi responsável, na década de 70, de levar milhares de brasileiros para lá. Hoje, essas pessoas que foram convidadas, dizendo: "Vamos ocupar a Amazônia para integrar, para [ininteligível]", hoje, são tratadas como bandido e não têm perspectiva, Presidente Collor, nenhuma. Tem cidade que está exaurida, pior que cidade de faroeste, que está acabando aos poucos.

Então, são acho que políticas públicas que esta comissão tem a obrigação de ver, na medida em que vão lá, temos recursos para fazer levantamentos das eclusas... Primeiro tem que ser proibido. Nenhuma usina hidrelétrica tem que ser construída no Brasil, aqui... Se o rio tem capacidade de navegabilidade, tem que ter obrigação de ter aqui as eclusas, diante do que nós acabamos de ver aqui. Quando foi construída Tucuruí, Senador Delcídio sabe disso, não construíram a eclusa. A eclusa que poderia custar, naquela oportunidade, 300 milhões de reais, hoje está custando dois bilhões de reais para o governo federal, um preço astronômico.

Então, eu acho que a comissão, Presidente Collor... V. Exa., que é um grande brasileiro, um nacionalista, que modernizou esse Brasil, que ninguém pode desconhecer, quando fala, hoje, de modernidade de [ininteligível]... O Brasil, graças ao seu governo, tem uma visão moderna, andou lá na frente 30 anos do Brasil... V. Exas têm obrigação aqui, sobretudo o Senador Delcídio, que é o relator, de nós, se for o caso, destacarmos uma, duas emendas, seja para [ininteligível], seja para o Ministério de Energias, seja para o DNIT, ou transferir para os governos estaduais... De nós fazermos o quê? Os levantamentos também. Porque a EPP só vê grana, só vê lucratividade, só vê resolver o problema do setor da água(F) e não pensa em outras áreas.

Então, é um apelo que eu faço a V. Exa. Inclusive o juiz federal da comarca de Sinop deu uma liminar,

suspendendo, agora, essas audiências públicas, diante que ele acha também, como todos nós, inclusive toda região, Sinop, Sorriso, Itaúba, [ininteligível], entraram, ingressaram com ação na Justiça Federal e ele mandou suspender. Quer dizer, como vai construir quatro usinas? Só uma delas vai gerar 470 megas aqui. Uma grande usina hidrelétrica. Vão investir lá seis bilhões de reais, grupos privados, consórcio privado... E não pensaram nas eclusas, como nós não podemos esclarecer. Mesma coisa no Juruena, aqui, no Araguaia-Tocantins... Então, eu acho que nós temos a obrigação aqui de lutarmos, aqui, nesse caso, na medida em que não posso acreditar que o governo federal não vê dessa forma os investimentos do transporte aquaviário, que acho que é o transporte mais barato, e, com isso, até a poluição diminui, quando se fala em meio ambiente. É uma série de fatores que vai contribuir sobremaneira.

Portanto, faço um apelo, em nome do povo do meu Mato Grosso, que, sobretudo, tenho a certeza, o Brasil todo, que a Comissão de Infraestrutura tome alguma providência, na pessoa de V. Exa., que, certamente, grande brasileiro que é, quer ver o Brasil em nova perspectiva, lutarmos para a implantação das eclusas nos rios que certamente é permitido.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Obrigado, Senador Jayme Campos.

Passo a palavra... O Senador Ministro Eliseu havia pedido a palavra antes, para fazer algumas considerações sobre o que aqui foi dito, pelo Senador Jayme Campos, e, em seguida, o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Se o Ministro me permitisse, eu queria simplesmente completar algumas afirmações feitas pelo Senador Jayme. Se o Ministro permitir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu achei muito pertinente a abordagem que o Senador Jayme Campos faz. Não é inteligente nós construirmos uma usina hidrelétrica num rio que viabiliza uma modal aquaviária, sem a construção da eclusa. Citou muito bem o exemplo de Tucuruí. Mas nós temos, hoje, no Tocantins, que é uma dádiva da natureza para este país, que, praticamente, liga o centro do país ao norte, aos portos, que nos oferecem as possibilidades de acesso aos grandes mercados mundiais do norte, Estados Unidos e Europa, principalmente. E nós estamos construindo agora, no Tocantins, no Estreito, uma usina hidrelétrica sem a eclusa. Foi construída a de Lajeado, sem a eclusa. Uma das razões que sugere

a construção concomitante da eclusa com a usina de geração hidrelétrica não é só a economia do custo do investimento, mas a probabilidade de utilizar-se essa modal de transporte que vai reduzir o Custo Brasil, que vai dar competitividade aos nossos produtos, que vai permitir remunerar melhor os nossos produtores, que vai permitir com que o Brasil realmente se insira, nesse cenário global, como um agente contributivo e competitivo com as nossas ações. País de dimensões continentais... É preciso que as modais de transporte, a custo mais barato, a exemplo do que está sendo feito agora, com a Ferrovia Norte-Sul, mas, sobretudo, com o potencial extraordinário de transporte aquaviário que nós temos e não está sendo aproveitado.

Senador Jayme Campos, o senhor se lembra, nós fizemos uma tentativa, Mato Grosso e Tocantins, com a participação do governo federal. Se não me lembro (sic), acho que era na época do Governo do Presidente Collor, que nós tentamos fazer a hidrovía do Rio Araguaia com o Rio das Mortes, Rio das Mortes, Araguaia... Isso era mais de mil quilômetros de hidrovía, aproveitando... Aliás, era a grande oportunidade e a grande expectativa dos produtores da região norte do Mato Grosso de escoar nossa produção. Ela foi interditada, não foi realizada, está hoje, lá, um grande problema. O escoamento da produção de Mato Grosso é um grande problema, busca-se outra alternativa, em atravessar a Ilha do Bananal pra ir buscar a Ferrovia Norte-Sul. Mas, se nós temos a hidrovía do Araguaia com o Rio das Mortes, por que não fazê-lo? Acho que V. Exa. tem razão. Essa comissão precisa ter uma participação mais incisiva, mais imperativa, uma cobrança maior junto aos dois Ministérios, porque fica uma disputa de responsabilidade; o Ministério dos Transportes diz que a construção da usina não é de sua responsabilidade, e o Ministério das Minas e Energia diz que a construção da eclusa não é de sua responsabilidade. Ora, é preciso que um governo só, que tem os dois Ministérios, tenha sintonia na sua ideia e na sua estratégia de desenvolvimento e possa utilizar esse potencial enorme que o Brasil tem. V. Exa. lembrou bem--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Senador Leomar, V. Exa. permite um aparte, só para ilustrar sua fala?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Só um minutinho.

V. Exa., Senador Collor, lembrou muito bem as preocupações que a China, que está surpreendendo o mundo. A China vem crescendo a mais de 10% ao ano há quase duas décadas e ainda continua priorizando seus investimentos. E ela, como nós, tem uma extensão territorial continental. Nós precisamos dotar

o Brasil das condições de competitividade, utilizando o potencial que a natureza nos ofereceu. Então, eu acho que nós precisamos, realmente... E essa comissão tem um papel muito importante, V. Exa. tem se havido com muito brilho à frente dessa comissão, e eu acho que ela tem um papel muito importante de cobrar e procurar ajudar o Governo Brasileiro a encontrar a sintonia adequada para aproveitamento deste potencial enorme que nós temos de modal de transporte mais barato.

Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Se o Presidente permitir o aparte...

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Que já é um aparte do aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Claro. Senador João Ribeiro, para fazer um adendo aos comentários do Senador Leomar, e, em seguida, o Ministro Eliseu Resende.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É só para dizer o seguinte: que a construção de hidrelétricas é responsabilidade do Ministério das Minas e Energia e a construção de eclusas é do Ministério dos Transportes. Inclusive, quando da construção da Hidrelétrica do Estreito, eu tive que, naquela oportunidade, pra gente conseguir a licença ambiental - e, lamentavelmente, se esbarra muito nessas questões, eu até tive que dizer para o Presidente Lula que ele tinha que bater na mesa, nem que tivesse que voar copo pra todo lado, caneta e papel - reunir esse pessoal todo da área ambiental e resolver essa questão no Brasil, porque é brincadeira. Nós temos lá, por exemplo, Senador Leomar sabe, lá no Tocantins, ali, uma hidrelétrica pra ser construída e parece que tem seis índios lá, tem mais de 20 anos que se tenta construir essa hidrelétrica e não se consegue a licença ambiental. Então, o problema... Eu tive que me dirigir ao Ministério dos Transportes, e aí, na época, o Ministro não queria assinar - olha, veja que coisa difícil - um documento, dizendo... O Ministério Público do Ibama exigia que o Ministério dos Transportes fizesse um documento, dizendo que a responsabilidade da construção da eclusa era do Ministério dos Transportes, portanto do governo federal. Eu estive no Ibama e disse aos procuradores: "Olha, mas isso não precisa. Vocês sabem que é". "Não, mas eu quero no papel, senão não libera a licença ambiental". E a gente queria ver a usina hidrelétrica construída, porque era importante.

Então, quer dizer, precisa, sim, Ministro Eliseu... V. Exa. foi Ministro dos Transportes, que conhece os modais, conhece toda essa problemática muito mais do que todos nós, tem mais experiência, precisamos... Essa comissão precisa ter responsabilidade maior, assumir a sua responsabilidade, Presidente, sobretudo

sob o comando de V. Exa, aqui, na comissão, que foi Presidente da República, e a gente regulamentar todas essas questões. É muito difícil que nós estamos vendo. Por exemplo, o Senador Leomar falou: a de Lajeado foi construída, está lá a eclusa até hoje. Nunca se conseguiu... O Presidente Lula chegou a colocar ela no PAC, depois não deu certo e ficou... A de [ininteligível] também não deu certo. A de São Salvador está lá sem construir... Então é preciso se fazer eclusas, sim, toda vez que for fazer usina hidrelétrica, porque fica mais barato o seu custo, na fase da implantação. Depois ela encarece muito mais e os problemas são muito maiores.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida. Muito obrigado. Agora eu passaria, por favor--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Seria pelo mesmo tema. Sou eu aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Ah, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

No mesmo tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Temos o Senador Ministro Eliseu e o Senador Delcídio.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Em relação à construção de eclusas, conjuntamente com as hidrelétricas, é um tema que nós debatemos muito também aqui, se não me engano, houve... Eu não estava aqui, presente, na ocasião, mas houve uma Audiência Pública nesse sentido, dos rios do Pará, do Mato Grosso, de Rondônia e de Goiás, do Tocantins... Eu perguntaria se ainda há tempo disponível para nós trazermos aqui os responsáveis por essa questão de eclusas e de hidrelétricas, os Ministérios de Minas e Energia, Ministério dos Transportes e também a Empresa de Pesquisas Energéticas, para que se colocasse as prioridades de navegação no país e a obediência à construção de eclusas conjuntamente com hidrelétricas. E, nesse sentido, eu também tenho uma emenda ao orçamento direcionada a Teles Pires(F), questionada aqui pelo Senador Jayme Campos. Mas, ontem, no dia de ontem, conversando com o diretor do DNIT, Luiz Antônio Pagot, ele me afirmou que existem recursos do orçamento para tal - o orçamento de 2011. O que nós precisamos? Para a aceitação das emendas do nosso relator já nomeado Delcídio Amaral, nós precisaríamos saber, Senador Delcídio, a realidade desse direcionamento de recursos diretamente aos rios, onde há necessidade, onde estão sendo projetadas usinas hidrelétricas, e recursos financeiros para se fazerem

os estudos técnicos, ambientais, econômicos e sociais à construção dessas eclusas. E o diretor do DNIT nos afirmou que, por Teles Pires - Tapajós, já existe recurso da ordem de 340 milhões.

O que me causa surpresa é que, também desse último ano, orçamento de 2010, houveram recursos direcionados ao DNIT e não foram utilizados. E a emenda que eu tenho é para o Rio Jurueña, que, também, já que existe recurso para o Teles Pires - Tapajós, nós precisamos saber, para acatar as emendas nessa Comissão, para qual hidrovia que nós devemos direcionar e saber se não é mais interessante, realmente, passar o convênio diretamente aos estados, já que o DNIT, a quem cabe o Ministério dos Transportes a realização desses estudos, não estão fazendo, não estão mostrando a realidade ao país e, conseqüentemente, as usinas hidrelétricas passam a ser executadas e a eclusa que permite a navegabilidade do rio não é feita, aumentando o custo posterior caso venha ser realizada.

Então, acho que nós precisamos passar a limpo isso aí, ou ir ao Ministério dos Transportes e saber, realmente, de qual a demanda de recurso necessária e nós lutarmos pela aprovação das nossas emendas de comissão nessa Comissão de Infraestrutura, que eu vejo de suma importância para que, a partir do ano que vem, então, se tenha um novo ambiente de estudos técnicos que permitam a construção de eclusas nesse país. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado ao Senador Gilberto Goellner. Eu pedi para a secretaria desta Comissão verificar aí, nos nossos arquivos, um projeto que aqui foi aprovado sobre eclusas no ano... Neste ano. Já está aqui. Projeto de Lei do Senado nº 209/2007; autor: Senador Eliseu Resende, que o relator... Que trata... Que trata exatamente dessa questão que nós estamos agora discutindo, das eclusas, e como o autor foi exatamente o Senador Ministro Eliseu Resende, como ele já havia pedido a palavra, fica V. Exa. com a palavra, senador.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Obrigado, Presidente. Eu ia relatar isso. Infelizmente, no Congresso, a tramitação dos Projetos de Lei é muito lenta. Nós aprovamos aqui, nessa Comissão de Infraestrutura, uma lei, de minha autoria, o relator foi o Senador Delcídio Amaral, estabelecendo e disciplinando, fixando o marco regulatório da construção das eclusas. Esse Projeto de Lei é importante, porque acaba o passado em que a eclusa era construída pelo gerador de energia elétrica. Porque o gerador de energia elétrica não construí a eclusa porque aquilo era custo da conta de luz que não tem nada a ver com o custo da navegação. Então, esse assunto deve ser disciplinado

e esse Projeto de Lei que nós apresentamos aqui, no Congresso, relatado pelo Senador Delcídio Amaral, está tramitando na Câmara para aprovação. É uma pena que não tenha sido aprovado. E por essa lei, por esse Projeto de Lei, é preciso que seja estudado, feito o planejamento das eclusas pela ANA, a Agência Nacional das Águas, e a ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Aquaviários, para se estabelecer a necessidade, atual ou futura, de uma eclusa para favorecer a navegação.

Não é possível que o custo de uma geração de energia seja onerado pela deficiência da navegação. Então, esses custos têm que ser definidos. O projeto tem de ser elaborado concomitantemente, depois o Senador Delcídio pode dar uma palavra. Estuda-se, a eclusa é necessária agora ou tem que ser feito num futuro próximo, de acordo com a demanda do crescimento do transporte... Se for uma construção futura da eclusa, constrói-se a boca da eclusa, como nós estamos fazendo em Tucuruí. Para não condenar o rio a nunca ser navegável, constrói-se só a boca... Tucuruí foi assim. Tucuruí ainda está sendo construída, ainda. E a usina de Tucuruí foi construída há 20 anos. Esse projeto está tramitando, eu acredito, Sr. Presidente, que quando for aprovado, nós eliminaremos todas as dúvidas que se refere à construção das eclusas no Brasil.

E o SNV relaciona as eclusas a serem consideradas no Plano Nacional de Viação, ou no Sistema Nacional de Viação. Então, nós temos, aqui, a relação das eclusas; eu gostaria de citar rapidamente, são 26 eclusas: eclusas no Rio Caracaraí, no Rio Branco, em Caracaraí, eclusa no Madeira, eclusa de Santo Antônio, no Rio Madeira, eclusa de Jirau, no Rio Madeira, eclusa Guajará-Mirim, no Rio Mamoré, eclusa do Rio Tapajós, eclusas do Rio Teles Pires, eclusa do Rio Juruema. Esses no Mato Grosso. Eclusa de Araguaianã, no Araguaia, eclusa de Santa Izabel, no Araguaia, de Tucuruí, no Tocantins, de Serra Quebrada, no Tocantins, de Estreito, no Tocantins, de Lajeado, no Tocantins, de [ininteligível], no Tocantins, de [ininteligível], no Tocantins, de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, de Sobradinho, no Rio São Francisco, de São Simão, no Rio Parnaíba, em Ilha Solteira, no Paraná, em Jupiá, no Paraná, Porto Primavera, no Paraná, Ilha Grande, no Paraná, Itaipu, no Paraná, Rosana, no Paranapanema.

Essas eclusas do Sistema Nacional de Viação estão sendo estudadas pela Agência Nacional das Águas que diz [ininteligível] disponibilidade das águas para os dois... Para os dois a utilização, geração de energia elétrica e navegação. A ANTAQ faz o projeto para, depois, o assunto cair na ANATEL, perdão, na ANEEL, para que seja construída a eclusa sob con-

cessão. O concessionário da eclusa, podendo ou não ser o construtor, respeitada a presença da usina de geração de energia. Seria importante que o nosso Senador Delcídio Amaral desse uma palavra também, Sr. Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Só uma dúvida, Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Goellner. Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

O senhor citou os rios, mas seriam todas as hidrelétricas projetadas?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Essas eclusas estão no SNV para que a Agência Nacional das Águas e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários já comece a estudar a sua construção, independente da construção de energia.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

De todas as hidrelétricas?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): De todas as hidrelétricas--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Naqueles rios?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Prevê navegabilidade no momento já permitido, possível, mas mais a navegabilidade futura. Quando cresce os fluxos de produção, justificando a construção da usina.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB-AL): Ou seja, é autorizativo e, na medida em que for dada a necessidade comercial, vai se constituindo. É assim?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se a usina tiver de ser construída agora, ela prevê para o futuro a construção da eclusa, deixando a boca da eclusa preparada para o encaixe, que é o que nós estamos fazendo em Tucuruí.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB-AL): Aí barateia. Obrigado, Senador Ministro Eliseu. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, depois da exposição do Senador Jayme Campos, do Senador Goellner, do Senador Leomar Quintanilha e especialmente do Senador Ministro, como V. Exa. sempre diz, Eliseu Resende, eu acho que esse tema foi muito bem abordado. E eu quero, primeiro, lamentar, Presidente. Nós discutimos à exaustão esse projeto que foi apresentado pelo Senador Ministro Eliseu Resende, eu fui o relator, e isso está parado lá na Câmara dos Deputados. Continua parado, como, também, o Plano Nacional de Viação, que nós discutimos isso, o Sistema Nacional de Viação, que nós discutimos isso, também, em várias reuniões, um trabalho de fôlego do Ministro Eliseu Resende. Também paralisado

na Câmara dos Deputados. Eu acompanhei o início dessa reunião da Comissão de Infraestrutura, onde V. Exa. abordava, e com muita pertinência, o maior desafio do Brasil, que é a logística e a infraestrutura. Mas, parece que, pelo conservadorismo de alguns setores, determinados modais de transporte não caminham. As eclusas não andam porque o setor elétrico é conservador e faz todos os movimentos necessários para impedir pelo menos a construção da cabeça da eclusa naqueles aproveitamentos que são viáveis. Como disse o Ministro Eliseu Resende, fazer como Tucuruí.

Tucuruí, quando foi feito o barramento, foi feito primeiro a cabeça da eclusa, que, agora, como diz o Senador Jayme Campos, e muito bem, porque ele conhece bem essa área, agora quis retomar a eclusa. Quantos anos... Eu estive em Tucuruí, Presidente... Eu fui para Tucuruí em 1982. Eu ainda tinha um pouco de cabelo preto, ainda.

Em 2010, nós estamos ainda arrastando a barriga pra fazer a eclusa. E no Rio Tocantins. Aqui foi citado Teles Pires, vários rios de extrema importância para essa logística de hidrovias no Brasil. Estamos arrastando a barriga, ainda, lá. Então, nós precisamos acabar com esse conservadorismo do setor elétrico. É o setor elétrico que joga contra as eclusas. Isso precisa acabar. O projeto que o Ministro Eliseu Resende apresentou é absolutamente pertinente, sensato, lúcido... E nós precisamos, eu acho que mais do que nunca, como o próprio Senador Goellner disse aqui, nós precisamos, agora, trabalhar como membros da Comissão de Infraestrutura para que esses projetos venham a ser aprovados. Não é possível que isso fique lá, engavetado, na Câmara dos Deputados, há meses. Eu tenho a impressão que esse, do Senador Eliseu Resende, está mais de um ano engavetado lá.

O Sistema Nacional de Viação, nós aprovamos aqui, aprovamos no Plenário, e até agora nada. Está tudo parado, não sei por quê. Então, eu acho que nós precisamos bater duro nessa tecla de hidrovia, porque está muito claro que esse modal rodoviário, a despeito da importância que tem, ele tem que dar espaço para outros modais de transporte. É o ferroviário, é o hidroviário, e um país absoluto, com uma hidrografia espetacular, não aproveita essas vantagens.

Então, para quem vive na região Centro-Oeste, onde está a grande produção, do país, na agricultura, todo mundo sabe, tem que ter competitividade. E isso sem falar que a hidrovia, sob o ponto de vista de impacto ambiental, traz impactos muito menores. A despeito de alguns aí, que falam que não pode fazer hidrovia no Rio Paraguai, que as embarcações vão tocar na margem, vão assorear o rio... Mentira. Hoje,

essas embarcações todas operam, nos rios, com cartas náuticas e com GPS. Não tem como errar.

Então, eu acho que esse tema é de extrema relevância e acho que, na próxima semana, quando a Comissão de Infraestrutura apresentar as suas emendas, eu acho que nós temos que enfatizar e começar a bater duro nesse negócio de eclusa, para, realmente, consolidar esse modal que, até agora, é muito discurso e poucas ações. Muito poucas ações por causa, principalmente, desse conservadorismo do setor elétrico. Eu sou oriundo do setor elétrico, Presidente. V. Exa. sabe disso. Mas o setor elétrico é conservador. Quem joga contra as hidrovias no Brasil é o setor de energia elétrica. Com mil alegações, que aí vai assumir o custo da obra... O Ministro Eliseu Resende foi muito claro com relação a isso, essa separação, que vai perder energia, essas coisas. Esses argumentos, eles são mais velhos que andar para trás... que andar para frente, perdão.

Então, Presidente, eu queria só fazer uma consideração e quero também agradecer a V. Exa. pela honra de ser o relator das emendas e vamos preparar com a equipe aqui, com o Álvaro, para apresentar essas emendas na Comissão de Infraestrutura, eu só queria fazer um comentário, aqui, sobre o Projeto de Lei do Senado nº. 402, que foi retirado de pauta e com absoluta... V. Exa. tomou a decisão correta. A ANEEL, o Dr. Romeu também me... Me pediu para que fosse retirado de pauta e V. Exa. se adiantou, e com razão, para que a gente discutisse um pouco mais essa questão da comercialização, a própria ANEEL me solicitou isso, a Dra. Marta também, assessora do Ministro Márcio Zimmermann, me disse que o Ministério de Minas e Energia trabalha num decreto, regulamentando essa questão da comercialização de energia... Cadê a Marta? A Marta não está aqui.

E, portanto, eu acho que nós podemos fazer essa discussão até a próxima semana e reapresentar o PLS. Eu acho que esse PLS, no meu ponto de vista, é um avanço tremendo. Ele cria uma flexibilidade muito maior para comercialização de excedentes. E isso traz mais competitividade para as indústrias. Quem ganha com isso é, mais do que nunca, a população. Eu vi V. Exa. falar a preocupação com gastos, e a preocupação com eficiência, e o item energia elétrica é um dos temas primordiais para garantir a eficiência na produção do nosso país, principalmente no momento que nós estamos enfrentando aí, de guerra cambial, de uma competição quase que desleal, principalmente aí, no mercado internacional.

Então, acatando mais essa solicitação do Ministério de Minas e Energia, V. Exa. já tinha tomado a decisão correta, e eu espero reapresentar esse projeto, que já

foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e agora está vindo pra cá em caráter terminativo. E eu, Sr. Presidente, eu já não sei mais o que eu vou apresentar no que se refere a Requerimento e projetos de lei do setor elétrico. Porque tudo que eu apresento aqui me pedem pra retirar. Então eu estou achando que... ou eu estou atrapalhando demais ou, então, eu não sei o que está havendo. A Audiência Pública, Belo Monte, retira. Aí... Retira. Agora o PLS, retira. Eu vou fazer, agora, uma moção de agradecimento ao Ministério de Minas e Energia para ser aprovado aqui, a não ser que eles peçam pra retirar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Delcídio. Eu informo a V. Exa. que foi uma homenagem a V. Exa., em homenagem a V. Exa., que o PLS foi retirado. Porque um assunto de tamanha importância e sendo V. Exa. o autor, não seria conveniente solicitar alguns dos nossos senadores ou senadoras que relatasse *ad hoc*. É um assunto de muita importância e por isso foi retirado. Mas eu concordo plenamente com V. Exa. de que são assuntos que temos que enfrentar. Não adianta nós irmos empurrando isso indefinidamente sem pararmos para obter uma solução definitiva para esses casos.

Em relação ao que o Senador Jayme Campos colocou da federalização da... Da rodovia de Mato Grosso, e a inclusão no Plano Nacional de Viação, sem dúvida hoje ele está vigendo, o Plano Nacional de Viação. E como V. Exa. disse, via Projeto de Lei ou nascendo aqui e indo para o Plenário... Poderia ser aprovado e incluído no plano. Mas, como disse o Senador Ministro Eliseu Resende, está agora tramitando lá na Câmara e já está com o pedido de urgência aprovado o Sistema Nacional de Viação. Nós já estivemos com o Presidente Michel Temer duas vezes. Uma, na primeira vez... Tem que ir a terceira, quarta... E aproveitar agora, pra ver se até o final deste ano, dessa sessão legislativa, nós conseguimos aprovar, finalmente, esse Sistema Nacional de Viação porque o que está dificultando é uma... É um artigo absolutamente sem nenhuma... Sem nenhuma influência no contexto real do projeto. Então é necessário, nós iremos lá novamente, fazer essa solicitação pessoalmente ao Presidente Michel Temer, para que isso seja colocado.

Agora, no... O que disse, então, aqui, foi que, incluído... Incluída essa federalização no Plano Nacional de Viação, quando aprovado o Sistema Nacional, deixa de existir o plano e aí teria que ser incluído novamente nesse Sistema Nacional de Viação, de acordo com as normas traçadas por esse sistema. Mas V. Exa. tem toda a razão naquilo que foi colocado.

Em relação à questão dasclusas, já tem esse projeto que aqui foi aprovado, está parado também na... Lá na Câmara dos Deputados. Ou seja, não faltou iniciativa da Comissão de Infraestrutura para tratar de um assunto de tanta relevância como esse que V. Exas. trouxeram à discussão. O Senador Delcídio agora mesmo colocou essa necessidade de um maior diálogo e mais abrangente com o próprio Ministério de Minas e Energia, para saber onde é que isso está pegando. Porque alguma coisa está acontecendo. Ele, que é do setor elétrico, dado esse depoimento, de que as iniciativas que ele traz e que tangenciam o interesse do Ministério de Minas e Energia sempre causam algum tipo de desconforto, é preciso saber do porque desse desconforto. O fato é que não podemos ficar parados. Nós temos que avançar. E avançar num assunto da importância como este, que foi tratado, deste novo modal, que é uma vocação natural do Brasil, que é o modal hidroviário e... Para o escoamento da nossa produção, sobretudo na região Centro-Oeste do país. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Presidente, queria apenas pedir ao senhor... O que acontece? O Senador Gilberto disse aqui, Presidente Collor, de que tem 340 milhões de reais, locados no orçamento da União, para o transporte aquaviário. Para estudos. Não foi investido coisa nenhuma. O que dá a entender? Particularmente, eu posso falar a nível de Mato Grosso. Lá está confundindo, até poucos dias atrás, confundia-se o público com o privado. Tem um senador que esteve por quatro meses aqui, lá atrás, não vou me referir ao nome por questão de ética. Ele propôs aqui um projeto, nesta mesma comissão, dizendo o seguinte: "Olha, nunca será permitido construir usinas hidrelétricas no Rio Juruena. Nunca. Só será usado para transporte aquaviário... 'pá, pá, pá'". Pois bem, ele foi eleito governador, acabou o problema ambiental, acabou o problema de reservas indígenas nas margens do rio... Simplesmente construiu cinco usinas hidrelétricas, está construindo lá. Ele era contra. "Aqui é só pra transporte aquaviário". Cinco hidrelétricas. Se não bastasse isso, quando eu falo que confunde-se o público e o privado, o governo federal tem que tomar providência, porque pessoas do Mato Grosso lá, uma pessoa que foi governador até pouco tempo atrás, ele tem um transporte aquaviário, lá no Rio Madeira, que vai até o Porto de Itacoatiara. Ora, obrigatoriamente, cidadãos que estão ao longo da BR-364, parte da 363, a região [ininteligível], tem que sair pela 364 e ir ao Porto de Porto Velho para tirar sua produção por lá, certo, para ir para o Porto de Itacoatiara, para exportação. O que acontece? Nesse caso, se a Comissão de Infraestrutura [ininteligível] nunca vai sair lá no

Mato Grosso, lamentavelmente, que tem interesses pessoais. Ora, o governo federal, quando faz essas usinas, 99% das usinas que são construídas no Brasil é dinheiro do PREVI, dinheiro do BNDES e é dos fundos de pensão. Por que é que o governo federal não pode baixar uma resolução ou, sei lá, um decreto, dizendo: Olha, obrigatoriamente terá que ser feito pelo menos os estudos. Porque nem o estudo tem. Lá no Mato Grosso está saindo cinco, gigante. Vai gerar quase dois milhões de mega. Investimento de quase sete a oito bilhões... E não tem nada previsto nem para estudo. Por quê? Primeiro que o governo federal não interessou. Segundo, que o Estado também não se movimentou, até para fazer um movimento popular, um movimento da sociedade, no sentido de cobrar do governo federal essa exigência.

Então, quando fala em 340 milhões, lá no DNIT, que tem como chefe o Dr. Luiz Antônio Pagot, o senhor sabe quando vai sair o estudo lá? Nunca vai sair. Até agora, tem seis anos, sete anos, por aí, sei lá quanto tempo, e não tem um estudo. Então, nós temos que fazer alguma coisa aqui, que está se confundindo o público e o privado. Aí não vira nada. O Governo é público. O Governo tem que defender o interesse público, interesse da sociedade. Não é interesse econômico de qualquer que seja.

Então eu estou fazendo esse alerta para os senhores terem conhecimento dos 340 milhões locados lá, que ele falou ontem lá, antes de ontem, não tem coisíssima alguma de estudo. Particularmente lá no Mato Grosso. Não conheço no Alagoas, não conheço nas Minas Gerais, não conheço da Bahia... Mas, no Mato Grosso, nada, Presidente Collor.

Então, acho que a Comissão de Infraestrutura tem que fazer, se for o caso, convocar aqui o Ministro do Transporte, aqui, V. Exa. convocar, para ele dar uma explicação plausível para nós. "Ministro, o senhor tem 340 milhões no orçamento e nenhuma providência foi tomada para fazer, pelo menos, estudos dos rios do Brasil?". Não precisa ser particularmente no Mato Grosso. No Brasil não tem, eu acho, nada. Eu faço esse apelo ao senhor. Também, se for o caso, nós convocamos, aqui, o Ministro, o Presidente da ANTAQ, o Presidente da ANA, o diretor-geral do DNIT, para prestar um esclarecimento a esta Comissão, porque não de fazer, pelo menos, levantamentos, os estudos técnicos de viabilidade, em relação à esses rios que nos referimos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Se o Senador Jayme Campos desejar fazer esse Requerimento, elaborar, nós podemos já, para incluir na Pauta da próxima reunião, se V. Exa. apresentar agora, eu pediria que se redigisse o

requerimento, convidando o Ministro dos Transportes para que ele aqui venha para tratar das questões referidas pelo Senador Jayme Campos. Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas uma observação. Aqui, na Comissão de Infraestrutura, estão guardados aqui, com o secretário, cerca de 45 Projetos de Lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Que estão aqui sobrestados.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Igual o número deve estar sobrestado lá na Comissão de Viação e Transporte da Câmara, projetos nascidos na Câmara.

No momento que o SNV for aprovado, nós estamos, inclusive, como relator desses projetos, que são o mesmo tema, são iguais, nós... Em conjunto, daremos uma redação federalizando as rodovias, para que a pretensão, dos estados e municípios, no sentido de termos rodovias estaduais inseridas no complexo nacional, possa ser atendido. De forma que o grande esforço, Sr. Presidente, é tentar aprovar o SNV e isso vai resolver, também, em boa parte, o problema das eclusas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Apenas para conhecimento dos Srs. e Sras. Senadoras, o Projeto de Lei de autoria do Senador Eliseu Resende, que trata da questão das eclusas, se encontra, hoje, na Comissão de Minas e Energia... Aliás, na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, aprovado o Requerimento do Sr. Mário Junqueira, requerendo a realização de audiência conjuntamente com a Comissão de Viação e Transportes da Câmara, para debater esse projeto, que trata dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis, com a presença de representantes dos governos do Amazonas, de Goiás, de Tocantins, Senador Leomar, do Paraná, de São Paulo e do Mato Grosso.

Então, uma Audiência Pública foi solicitada por Requerimento do Sr. Márcio Junqueira, junto à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, uma Audiência Pública para tratar do PLS de autoria do Senador Ministro Eliseu Resende, que trata dos dispositivos de transposição hidroviária de níveis, ou seja, das eclusas, com a presença dos representantes destes governos.

Então, vamos ver, também, se é possível eles darem uma certa pressa na realização dessa Audiência Pública.

Em relação ao CNV (sic), eu estarei, novamente e pessoalmente, com o Presidente Michel Temer, para tratar, com ele, mais uma vez, da colocação em Pauta desse projeto que já está com o pedido de urgência

para aprovação do Sistema Nacional de Viação, que vai desafogar, não somente os projetos que aqui tramitam, nesta comissão, como os que estão tramitando lá na Câmara dos Deputados, e dar uma feição definitiva ao que seria o marco regulatório do setor viário no país. Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

O senhor poderia citar novamente o número do PLS das eclusas?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): PLS original... O PLS original...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O PLS original é o número 209/2007. Originalmente, o PLS, não é? É 209/2007. E na Câmara, onde ele hoje se encontra, ele ganhou o número PL 5335/2009. Esse é o número com o qual ele está tramitando lá na Câmara dos Deputados, hoje na Comissão de Minas e Energia daquela Casa Legislativa, com um pedido de Audiência Pública, conforme aqui já foi dito.

Encerrada a Pauta do dia de hoje, agradecendo a presença das Sras. e Srs. Senadores. Antes de encerrarmos a presente reunião, eu convocaria V. Exas. para a nossa próxima reunião, no dia 23 de novembro, terça-feira que vem. É uma Reunião Extraordinária, às 14h30, para deliberação das emendas a serem apresentadas à Lei Orçamentária Anual para 2011, cujo relator é o Senador Delcídio Amaral e, conforme disse a V. Exas., essas emendas deverão ser apresentadas impreterivelmente até o próximo dia... Até a segunda-feira, dia 19, ao meio-dia.

Agradecendo a presença, mais uma vez, das Sras. e Srs. Senadores, encerro a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h08.

ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, no Plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se extraordinariamente a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença da Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **DELÍDIO AMARAL**, **IDELI SALVATTI**,

INÁCIO ARRUDA, **FÁTIMA CLEIDE**, **JOÃO RIBEIRO**, **FRANCISCO DORNELLES**, **EDISON LOBÃO**, **GILBERTO GOELLNER**, **ELISEU RESENDE**, **JOÃO TENÓRIO**, **FLEXA RIBEIRO**, **ACIR GUGACZ**, **NEUTO DE CONTO**, **ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR**, **CÍCERO LUCENA** E **ÁLVARO DIAS**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, procedendo à leitura da ata da última reunião, que é aprovada. Em seguida passa-se ao **ITEM ÚNICO - EMENDAS À LOA/2011** - Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011. (PL Nº 59/2010 – CN) – que Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do artigo 61 da Constituição Federal o texto do projeto de Lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011”. **Autor:** Presidente da República. **Relator:** Senador **Delcídio Amaral**. Após exposição do Relator foram Aprovadas as seguintes Emendas à PLOA/2011, a serem apresentadas por esta Comissão: **EMENDA Nº 1** - (Apropriação - Inclusão) **Unidade Orçamentária:** 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; **Ação:** Ação Atípica - Construção de Trecho Rodoviário (Divisa SP/MS – Fronteira Brasil/Bolívia) - na BR-262 – No Estado do Mato Grosso do Sul; **Valor:** 50.000.000; **EMENDA Nº 2** - (Apropriação - Acréscimo) **Unidade Orçamentária:** 32101 - Ministério de Minas e Energia. **Ação:** Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não-Supridas pela Rede Elétrica Convencional - Nacional; **Valor:** 120.000.000; **EMENDA Nº 3** - (Apropriação - Acréscimo) **Unidade Orçamentária:** 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. **Ação:** Estudos e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes - Nacional; **Valor:** 237.000.000; **EMENDA Nº 4** - (Apropriação - Inclusão). **Unidade Orçamentária:** 39207 - VALEC. **Ação:** Ação Atípica - Construção de Trecho Ferroviário – Trecho Belém (PA) – Estrela D’oeste (SP) – Nacional (Ferrovia Norte – Sul). **Valor:** 800.000.000; **EMENDA Nº 5** - (Remanejamento - Acréscimo) **Unidade Orçamentária:** 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; **Ação:** Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MT - Entroncamento BR 153 – na BR-070 - no Estado de Goiás – No Estado de Goiás; **Valor:** 4.000.000; **EMENDA Nº 6** - (Remanejamento - Acréscimo) **Unidade Orçamentária:** 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT. **Ação:** Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Anápolis - na BR-153 - no Estado de Goiás – No Estado de Goiás **Valor:** 3.000.000; Usaram da palavra durante a reunião os Senhores Senadores **DELÍDIO AMARAL**, **EDISON LOBÃO**, **ELISEU RESENDE** E **ACIR GUGACZ**. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência declara

encerrada a reunião às 15 horas e 40 minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, e publicada juntamente com a íntegra do registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Fernando Collor**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Declaro aberta a 30ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu farei a leitura da Ata da reunião anterior, para posterior aprovação ou não dos Srs. e Sras. Senadoras.

Ata da 29ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 18 de novembro de 2010, às 8h30, no Plenário nº. 13, Ala Senador Alexandre Costa.

“Às 8h30, do dia 18 de novembro de 2010, no Plenário da comissão, sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores: Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, João Ribeiro, Regis Fichtner, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Leomar Quintanilha, Antonio Carlos Júnior, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini e João Durval. Deixam de comparecer os demais senadores.

O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Fernando Collor procede a leitura dos comunicados da Presidência. Foram lidos dois requerimentos, de autoria no Senador Fernando Collor, para realização de audiências públicas sobre as expectativas e providências, quanto ao funcionamento dos aeroportos brasileiros no próximo período de férias, tendo como convidada a Diretora Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Dra. Solange Paiva Vieira, e sobre as expectativas e previsões acerca do atendimento das malhas rodoviária e ferroviária de transporte para os eventos Rio+20, em 2012, Copa do Mundo, em 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016, sendo convidados o Diretor Geral da Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, Dr. Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira, e o Exmo. Sr. Ministro dos Transportes.

Em seguida, dá-se início à deliberação das matérias.

Item 1, Projeto de Lei da Câmara nº. 42/2010. Acrescenta Parágrafo Único ao art. 13, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo que o forne-

cimento e a instalação dos equipamentos de medição associados à tarifação do serviço prestado ocorrerão a expensas da concessionária. A autoria, Deputado Betinho Rosado. Relatoria, Senadora Rosalba Ciarlini. Resultado: Adiado.

Item 2, Projeto de Lei do Senado nº. 116/2010, que altera a Lei nº. 9.503, de 26 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para estabelecer requisitos de segurança para o transporte de rochas ornamentais. A autoria, Senador Roberto Cavalcanti. Relatoria ad hoc, Senadora Serys Slhessarenko. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao projeto.

Item 3, Ofício ‘S’ nº. 03/2010. Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 28, da Lei 11.079/2004 (parceria público-privada), documentação pertinente aos estudos, informações e demonstrativos relativos ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros estabelecidos na citada lei, bem como na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), referente ao processo de contratação de parceria público-privada para prestação de serviços de manutenção e modernização da frota da Linha 8 – Diamante, da CPTN. A autoria, Governador do Estado de São Paulo, Leonardo Monteiro. Relatoria ad hoc, Senador Gilberto Goellner. Parecer, Favorável ao conhecimento do Ofício ‘S’ nº. 03/2010 e posterior arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao conhecimento do Ofício ‘S’ nº. 03/2010 e posterior arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda.

Item 4, Ofício ‘S’ nº. 15/2010. Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 45 da Lei 9.472/1997, relatório da ouvidoria da Anatel, contendo apreciações sobre a atuação daquele órgão. A autoria, Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Relatoria ad hoc, Senador Jayme Campos. Parecer favorável ao conhecimento do Ofício ‘S’ nº. 15/2010 e posterior acompanhamento do processado ao arquivo. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao conhecimento do Ofício ‘S’ nº. 15/2010 e posterior encaminhamento do processado ao arquivo.

Item 5, Projeto de Lei do Senado nº. 427/2009, que acrescenta inciso no caput do art. 8º, da Lei 9.478, de 6 de agosto de 1997, para tornar obrigatória a informação à Agência Nacional de Águas – ANA, pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, sobre poços perfurados em terra que não configurem descoberta comercial desses recursos energéticos, mas que demonstrem viabilidade para obtenção de água proveniente de aquíferos. A autoria, Senadora Rosalba Ciarlini. Relatoria, Senador Antonio

Carlos Valadares. Parecer: Favorável ao projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do relator.

Item 6, Projeto de Lei do Senado nº. 402/2009, que altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para prever a livre comercialização de energia elétrica excedente por consumidores livres e especiais. Autoria, Senador Renato Casagrande. Relatoria, Senador Delcídio Amaral. Parecer: Favorável ao projeto, com duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado.

Usaram da palavra durante a reunião a Sra. Senadora e os Srs. Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko, João Ribeiro, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos e Leomar Quintanilha.

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, a Presidência declara encerrada a reunião às 10h07, lavrando, eu, Álvaro Araujo Souza, secretário da comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada".

A Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no dia de hoje, é realizada para apreciação do Relatório das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011, PL nº. 59/2010, do Congresso Nacional. É o Item Único da Pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre as emendas a serem apresentadas por esta comissão ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011, Projeto PL nº. 59/2010, Congresso Nacional, "que encaminha às duas Casas Legislativas, nos termos no art. 61, da Constituição Federal, o texto do projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011". Autor, Presidente da República. Relator, Senador Delcídio Amaral. Parecer: 1) Pela inadmissibilidade ante a legislação pertinente das Emendas de Apropriação de nºs. 01, 31, 33 e 34. 2) Pelo acolhimento, no mérito e no montante indicado, das Emendas de Apropriação de nºs. 07 – de R\$ 50 milhões; 08 – R\$ 120 milhões; e as idênticas a essa, de nºs. 09, 10, 26, 27 e 28; a 22 – de R\$ 237 milhões; e as idênticas a essa, de nºs. 21, 24 e 30 – de R\$ 800 milhões; 3º) Pelo acolhimento integral, no mérito, da Emenda de Remanejamento, de nº. 36, no valor de R\$ 5 milhões; 4º) Pelo acolhimento parcial, no mérito, da Emenda de Remanejamento, de nº. 35, no valor de R\$ 3 milhões; 5º) Pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas neste relatório, das Emendas de nºs. 02, 03, 04, 06, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 32, 37 e 38.

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para proferir o seu parecer como relator *ad hoc* deste relatório das emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011.

Com a palavra o Senador Gurgacz.

SENADOR ACIR GURGACZ (PDT-RO): É com prazer, Sr. Presidente, que faço a leitura como relator *ad hoc* do Senador Delcídio Amaral.

Voto do relator:

"Inicialmente, alinho-me aos relatores que me antecederam, em anos anteriores, nessa mesma função, a respeito da necessidade de se discutir a natureza dos critérios de caráter institucional e interesse nacional previstos no art. 44, inciso II, da Resolução 01/2006, no Congresso Nacional, aos quais as emendas apresentadas por essa comissão devem atender, sob pena de serem inadmitidas.

O Comitê de Admissibilidade de Emendas, no Item 49 de seu Relatório de Atividades, relativo ao PLOA 2011, dispõe que o caráter institucional refere-se à compatibilidade das ações propostas com as competências regimentais da comissão afetas à programação dos órgãos de que tratam as subáreas do anexo à Resolução nº. 01/2006, do Congresso Nacional. Entretanto, o próprio comitê admite a possibilidade de enquadramentos atípicos, desde que esses casos se insiram na competência regimental da comissão.

Assim, em uma primeira análise, entendemos que têm caráter institucional aquelas emendas apresentadas aos órgãos vinculados a esta comissão, conforme Anexo 1.3 do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas, que atualiza do Anexo à Resolução nº. 01/2006, do Congresso Nacional, a saber: Ministérios dos Transportes, Minas e Energia, e Comunicações, e Presidência da República, Secretaria Especial de Portos.

No que diz respeito ao interesse nacional, resalto a dificuldade oriunda da ausência, tanto nesta comissão como na própria Comissão Mista de Orçamentos, de critérios objetivos para sua avaliação. Algumas tentativas já se fizeram, nesta comissão, gerando avaliações em alguma medida dissonantes entre si. Por outro lado, o relatório produzido todos os anos pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas, com o objetivo de emitir diretrizes e orientações para a análise de admissibilidade de emendas às propostas orçamentárias anuais, não tem avançado nesse tema, limitando-se reproduzir o disposto na Resolução nº. 01/2006, do Congresso Nacional.

Assim, este relator assume a contingência de fazer esta avaliação caso a caso, em face do objeto da emenda e suas justificativas. Entretanto, como regra geral, será dada a prioridade, sempre que possível, àquelas emendas cuja execução física abranja mais de uma unidade da federação.

Por fim, ressalto a imperiosa necessidade de essa comissão, diante da omissão do Comitê de Admissi-

bilidade de Emendas e da própria Comissão Mista de Orçamentos, deliberar com o propósito específico de estabelecer, para uso interno desta comissão, critérios permanentes e objetivos para a avaliação do significado da expressão: 'interesse nacional de uma emenda de comissão'.

Emendas de texto. Não foram propostas emendas de texto.

Emenda de cancelamento. Não foram propostas emendas de cancelamento.

2.4. Emendas de apropriação, acréscimo ou inclusão. Sobre essas emendas incide o limite máximo de quatro emendas, fixado pelo art. 44, I(F), inciso II, combinado o Anexo 1.3 do Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Inicialmente, devo propor que sejam inadmitidas as Emendas nº. 01, 31, 33 e 34, por não atenderem ao critério de caráter institucional. Os órgãos responsáveis pelas ações alcançadas pelas emendas não estão incluídos entre aqueles passíveis de receberem emendas dessa comissão, a saber: Comando do Exército, Emendas nº. 01 e 31; Comandos da Aeronáutica, Emenda 33; e Ministério do Turismo, Emenda nº. 34.

Por outro lado, não vislumbro a possibilidade de as ações propostas nas emendas apresentarem algumas aderências às competências regimentais desta comissão.

O quadro seguinte sintetiza a distribuição das emendas apresentadas e consideradas admissíveis em função das áreas de concentração da comissão, quais sejam:

Transporte. Abre aspas, Rodovias, ferrovias, hidrovias e portos, fecha aspas.

Minas e energia e comunicações. Entendo, tendo em vista o limite de quatro emendas e, em função da proporção das emendas apresentadas em cada área de concentração, que devo acolher três emendas na área de transporte e uma na área de minas e energia, conforme apresentado no quadro.

A área de concentração:

Transportes: rodovias, ferrovias, hidrovias e portos. Emendas apresentadas: 19, com 60%. Emendas aprovadas: três.

Minas e energia: Emendas apresentadas: 12, 37%. Emendas aprovadas: uma.

Comunicações: Emenda apresentada: uma, 3%. Emendas aprovadas: zero.

Total: 32 emendas apresentadas e quatro emendas aprovadas.

Na esfera das Minas e Energia, seis das 12 emendas apresentadas na área propõem destinar recursos ao Programa Luz para Todos, na Ação Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades

Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional de Grande Alcance Social.

Portanto, acolho integralmente a Emenda nº. 08, razão pela qual ficam também atendidas as de nº. 09, 10, 26, 27 e 28.

A área de transportes apresenta uma maior diversidade das ações. O quadro seguinte detalha as emendas apresentadas.

Considero, tendo em vista o limite de 13 emendas, e em função dos dados apresentados no quadro, que deva acolher uma emenda na área de transportes/rodovias; uma área transportes/ferrovias e um na área de transportes/estudos.

Transportes/rodovias – Emendas apresentadas: sete. Aprovadas: uma.

A área de concentração transportes/ferrovias – Emendas apresentadas: quatro. Aprovadas: uma.

Transportes/portos – Apresentadas: uma. Aprovadas: zero.

Transportes/hidrovias – Apresentadas: uma. Aprovadas: zero.

Transportes/estudos – Apresentadas: seis. Emendas aprovadas: uma.

Total de emenda apresentadas: 19; e emendas aprovadas: três.

Dentre as emendas destinadas a transporte rodoviário, opto pela Emenda nº. 07, que pretende destinar recursos a BR-262, artéria importante de escoamento da produção entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Ademais, essa rodovia atende aos polos turísticos do Pantanal e Bonito.

Na área estudos de transportes, opto pela Emenda nº. 22, que tem o objetivo de ampliar a dotação do DNIT destinada a estudos e projetos de infraestrutura em transportes, tendo em vista a importância das ações de planejamento, a cargo do DNIT, na definição dos investimentos estratégicos necessários à eliminação dos gargalos da infraestrutura nacional.

No modal ferroviário, destaca-se, naturalmente, a Ferrovia Norte-Sul, maior empreendimento da espécie em andamento no país, de características eminentemente inter-regionais e objeto de três das quatro emendas apresentadas – Emendas de nº. 16, 17 e 30. Uma emenda é direcionada ao trecho Anápolis/Uruaçu, Goiás; outra, ao trecho Ouro Verde de Goiás a São Simão, São Paulo; e a terceira, o segmento Belém/Estrela d'Oeste, São Paulo.

Nesse caso, opto pela aprovação de Emenda nº. 30, por ser a mais abrangente das três, o que proporcionará à VALEC a necessária flexibilidade para um eventual remanejamento dos recursos em função do andamento das obras. Quanto às demais emendas de apropriação, não obstante o seu inegável mérito,

proponho não acolhimento, tendo em vista os critérios adotados neste relatório”.

Emendas de apropriação, remanejamento. “Sobre essas emendas incide o limite máximo de quatro emendas, fixado pelo art. 44, inciso I, Inscrição 2, combinado com o anexo da Resolução nº. 01/2006, do Congresso Nacional. Apenas duas emendas de remanejamento foram apresentadas, ambas no modal rodoviário, emendas nºs. 35 e 36.

A Emenda nº. 35 pretende destinar recursos à obra rodoviária de caráter estadual, oferecendo como cancelamento compensatório dotação destinada ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério dos Transportes. Proponho aprovação parcial dessa emenda, tendo em vista a impossibilidade de oferecimento de cancelamento compensatório em órgão distinto – Ministério das Relações Exteriores –, daquele para qual os recursos foram destinados – Ministério dos Transportes –, tendo em vista o disposto no art. 45, da Resolução 01/2006, do Congresso Nacional.

A Emenda nº. 36 pretende destinar recursos à obra rodoviária de caráter estadual, oferecendo como cancelamento compensatório dotação destinada ao Ministério dos Transportes. Não há óbices à aprovação integral desta emenda”.

Da conclusão. “Em razão de todo o exposto, voto pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das Emendas de Apropriação dos nºs. 01, 31, 33 e 34; 2º) Pelo acolhimento, no mérito e no montante indicado, das Emendas de Apropriação de nºs. 07, 08, e as idênticas a essa, de nºs. 09, 10, 26, 27 e 28; 22(F), e as idênticas a essa, de nºs. 21 e 24 e nº. 30; 3º) Pelo acolhimento integral, no mérito, da Emenda de Remanejamento de nº. 36, no valor de R\$ 5 milhões; 4) Pelo acolhimento parcial, no mérito, da Emenda de Remanejamento de nº. 35, no valor de R\$ 3 milhões; 5) Pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas nesse relatório, das Emendas de nº. 02, 03, 04, 06, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 32, 37 e 38”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Agradeço ao nobre Senador Acir Gurgacz pela leitura do parecer do Relatório das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011, PL nº. 59/2010, do Congresso Nacional, de autoria do Exmo. Sr. Senador Delcídio Amaral, a quem passo a palavra para iniciar a discussão da matéria.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, primeiro, pedir desculpas, porque eu entendi errado e achei que a reunião da Comissão de Infraestrutura era às cinco horas da tarde, então, por isso que eu cheguei com cerca de dez minutos de atraso.

Mas, em função das determinações de V. Exa., nós trabalhamos, desde a semana passada, na análise, junto com a Secretaria da Comissão de Infraestrutura, coordenada pelo Álvaro e também com a consultoria legislativa do Senado Federal, nós analisamos todas as emendas apresentadas, e não foram poucas, não. Foram 38 emendas apresentadas, aqui, na Comissão de Infraestrutura, mostrando a preocupação dos senadores e senadoras com a questão da logística e infraestrutura no país. O maior desafio, daqui para frente, para que o Brasil, efetivamente, se consolide como uma nação cidadã, progressista, moderna e que tenha futuro.

E eu queria registrar todas as emendas absolutamente legítimas, sob o ponto de vista de mérito, mas nós tivemos que obedecer à liturgia, àquilo que a legislação determina, o regulamento determina, melhor dizendo, calcado, principalmente, na Resolução de nº. 01, do Congresso Nacional, de 2006, relativa à Comissão de Orçamento. Então, o Senador Acir Gurgacz fez aí uma explanação bastante ampla de todas as emendas, efetivamente mostrando, primeiro, a preocupação, o caráter institucional, a preocupação em se escolher emendas que estejam absolutamente vinculadas à Comissão de Infraestrutura, porque várias emendas que foram aqui apresentadas são emendas relacionadas com outras comissões, porque estão diretamente ligadas a Ministérios que outras comissões, naturalmente, dobram, no seu dia a dia, na discussão de temas e também na aprovação de matérias.

E das quatro emendas que cabem à Comissão de Infraestrutura, como também é o mesmo número para outras comissões, nós separamos... Eu já fui relator, Presidente, em outros anos, das emendas da Comissão de Infraestrutura, mas eu acho que nós nunca conseguimos escolher quatro emendas tão abrangentes, de interesse nacional, e tão absolutamente vinculadas à Comissão de Infraestrutura. Evidentemente, em outras situações, também discutimos isso, foram emendas importantíssimas e que foram acatadas pelos relatores dos orçamentos, entre eles... Eu tive a honra de ser relator, em 2008.

Mas eu queria fazer alguns registros importantes. O primeiro, com relação à emenda do Senador Acir Gurgacz, é a Emenda nº. 08. Essa é uma emenda fundamental. Ela diz: “Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em Localidades Isoladas Não Supridas pela Rede Elétrica Convencional de Grande Alcance Social”. O Luz para Todos, no meu ponto de vista, é o maior e o melhor projeto de inclusão social do Governo do Presidente Lula, inegavelmente. O Luz para Todos é um sucesso em todos os estados brasileiros e, particularmente, no meu Estado do Mato Grosso do

Sul. Mas essa sugestão do Senador Acir Gurgacz, ela é de extrema relevância, porque como o próprio nome do programa diz é luz para todos, mas em alguns lugares do Brasil o Luz para Todos não chegou, e nós temos que olhar isso com extrema atenção. São locais lá na região... Principalmente, na Amazônia, no que se refere ao atendimento de populações ribeirinhas, ao atendimento de áreas rurais que ainda não tiveram o benefício do Luz para Todos.

Sr. Presidente, a minha família foi criada em área rural. Quem tem energia em área rural sabe o que é que representa energia elétrica em uma propriedade, em um assentamento, em uma aldeia indígena, em um quilombola, em um pequeno latifúndio, no médio, em extensas áreas... Isso aí não traz só conforto e lazer para o homem que vive no campo, mas aumenta a sua produtividade, o insere, definitivamente, no mercado de consumo. O Luz para Todos, ele estimulou a aquisição de bens de consumo duráveis, a linha branca, por exemplo. Quem é que podia imaginar, anos atrás, ter geladeira, ter televisão em fazenda, ter eletrodoméstico? Ninguém imaginava isso. Então, é um programa que traz, além da possibilidade de aumento de produção, aumento de eficiência, geração de emprego, insere essas famílias que vivem no campo no mercado consumidor brasileiro. Então, isso é um tremendo avanço. Mas, infelizmente, algumas regiões no Brasil ainda não foram atendidas, na Amazônia, porque são sistemas isolados. Portanto, como diz, aqui, de própria iniciativa do Senador Acir Gurgacz, o sistema elétrico não chega a essas populações.

Eu vou dar um exemplo no meu estado, que V. Exa. conhece bem, já foi várias vezes lá. Mato Grosso do Sul, o Pantanal está fora do Luz para Todos. O Luz para Todos só atendeu as franjas do Pantanal, ou seja, os arredores do Pantanal. O Pantanal, propriamente dito, não tem energia, e não adianta vir com essa conversa de energia alternativa, de célula solar, isso é para atender um consumo muito menor. As pessoas querem energia confiável, querem o luz para todos, efetivamente. A discussão de uma solução definitiva e que não restrinja o consumo de energia elétrica nessas regiões. Então, esse projeto, ele é de absoluta relevância. Acho intrinsecamente ligado à Comissão de Infraestrutura e com um impacto nacional, porque eu tenho absoluta certeza que vários estados têm problemas circunstanciais, têm problemas específicos, mas onde o Luz para Todos precisa, acima de tudo, chegar. Então, eu acho que é altamente pertinente a iniciativa do Senador Acir Gurgacz, vem em um momento excepcional, e nós vamos ter que estudar soluções.

O Pantanal, por exemplo, senador, o custo médio por ligação é dez vezes maior do que a média no es-

tado. A média do estado são 10 mil reais, no Pantanal 100 mil. Então, nós precisamos ter um subsídio maior, que vem das contas de energia, da famosa CDE, que financia ou que... Parte da CDE é utilizada no Luz para Todos. Então, nós temos que olhar uma alternativa para, também, não inviabilizar aquele pequeno financiamento que, normalmente, a concessionária toma para realizar o serviço. Então, eu acho essa emenda extremamente pertinente, é a Emenda de nº. 08, no valor de R\$ 120 milhões.

A outra emenda fundamental, também, que eu não podia deixar de registrar é a Emenda 22, é a emenda do Senador Gilberto Goellner: "Estudos e Projetos de Infraestruturas de Transportes", que estará aqui, citado, como objetivo, no sentido... Que tem como objetivo ampliar a dotação do DNIT destinada a estudos e projetos de infraestrutura em transportes, para eliminar os gargalos no escoamento da nossa produção. E com foco especialíssimo, que é o foco do Senador Gilberto Goellner, que é do modal aquaviário, das eclusas. Nós discutimos tanto, aqui, quinta-feira, essa questão das eclusas.

Então, essa emenda é muito importante, porque não só estimula os estudos na área de infraestrutura, mas com enfoque intenso no transporte aquaviário. Nós, que somos da região Centro-Oeste, e eu também tom a liberdade de incluir o Senador Acir Gurgacz, sendo de um estado produtor, um estado importantíssimo para a região Centro-Oeste brasileira, nós precisamos ter meios de escoar a nossa produção. Não adianta ter gente competente, eficiente, ter a Embrapa trabalhando, ter pesquisa, ter tecnologia e morrer no transporte. Então, essa emenda de autoria do Senador Goellner é importantíssima. O Senador Gilberto Goellner destinou 237 milhões de reais, e nós acatamos na íntegra esses recursos.

Um outro ponto, também, que eu queria destacar do meu relatório, que foi, aqui, brilhantemente relatado pelo Senador Acir Gurgacz, é a Emenda de nº. 30. A Emenda de nº. 30, que é de autoria no Senador João Ribeiro: "Construção da Ferrovia Norte-Sul". Porque aqui, e é importante registrar, Sr. Presidente, existem várias emendas que foram apresentadas que, na verdade, estão associadas ao tronco, à coluna vertebral que é a Norte-Sul. Então, nós achamos muito melhor apresentar uma emenda de caráter geral, que é a emenda que foi apresentada pelo Senador João Ribeiro, no valor de R\$ 800 milhões, porque essa grande emenda, que é o esqueleto, que é a Norte e Sul, ela abraça os ramais. Então, é uma coisa muito mais coerente a aprovação de uma emenda da Norte-Sul, de caráter geral, do que uma emenda específica com

todos os condicionantes que foram aqui apresentados pelo meu relatório.

E, por último, mas não menos importante, é uma emenda do Senador Valter Pereira, do meu estado, é a Emenda de nº. 07: “Construção do trecho rodoviário – divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul”, no Estado de Mato Grosso do Sul. Essa emenda, Sr. Presidente, é muito importante. Ela... O que está acontecendo ali, na região do Rio Paraná, que é a região foco, é o objeto maior, aqui, dessa emenda apresentada pelo Senador Valter Pereira? Aquela região de Mato Grosso do Sul com Minas Gerais, com São Paulo, mais abaixo com Pará, ela está passando por um desenvolvimento muito grande, e nessa região, nós podemos fazer uma integração de todos os modais de transporte: rodovia, através da 262; ferrovia, cuja concessão, hoje, está com a América Latina Logística; a hidrovía, que é o Rio Paraná, ali, na divisa, ali onde está a Barragem de Ilha Solteira, de Jupiá, na divisão de São Paulo com Mato Grosso do Sul. Então, essa ponta, hoje, ela é de extrema importância. Por que, Sr. Presidente?

V. Exa. já esteve em várias barragens. Hoje, o transporte todo entre os estados, inclusive, o escoamento da produção, ou parte do escoamento, passa por ali. E é através da 262 que nós nos integramos à Bolívia, ao Chile e ao Oceano Pacífico. E, surpreendentemente, o transporte passa todo pela crista da barragem. V. Exa. sabe disso, nenhuma barragem é construída para ter transporte rodoviário em cima dela, a não ser que se faça uma previsão de uma nova via ao longo da barragem, para que, efetivamente, ela venha a ser utilizada com esse intuito. Então, quem é que vai substituir a Barragem de Jupiá? É a ponte. E essa ponte vai atender não só escoamento entre os países, entre o Atlântico e o Pacífico, mas também vai atender a vários projetos industriais que estão se instalando ali, na região de divisa. Ali existem *hubs*(F) voltados, principalmente, para tecelagem. Agora, papel e celulose, siderurgia e, nos próximos anos, possivelmente começando o ano que vem, a construção de uma indústria de fertilizantes, ali, na região de fronteira, que vai pegar toda aquela região do Mato Grosso do Sul, oeste de São Paulo, o Triângulo Mineiro e Goiás, além de Tocantins. Quer dizer, a utilização a partir do gás natural, a utilização do etano, da molécula de etano, da molécula de propano e de butano para produzir fertilizantes.

Então, Sr. Presidente, é uma ponte estratégica, e que não impacta. Alguém vai dizer: “Ah! Mas é... Ele colocou porque é do estado dele”. Não, essa ponte tem um impacto em toda a região e está exatamente alinhada com as orientações advindas da consultoria jurídica do Senado. Então, é muito pertinente, tam-

bém, essa emenda, que é a Emenda de nº. 07, e nós mantivemos, também, o valor total dessa emenda, de R\$ 50 milhões.

Portanto, Sr. Presidente, eu volto a insistir, eu acho que respeitando o mérito de todas as emendas apresentadas na Comissão de Infraestrutura, eu acho que nós nunca pudemos apresentar, na Comissão de Infraestrutura, um conjunto de emendas tão pertinentes com a comissão, tão pertinentes com a Resolução de nº. 01, do Congresso Nacional, da Comissão de Orçamento. Então, eu não tenho dúvida nenhuma que, através dela, nós atacamos a região Centro-Oeste, a região Sudeste, atacamos, praticamente, o Brasil inteiro na questão dos modais de transporte, com destaque para o aquaviário, e o Luz para Todos – naquelas situações onde o Luz para Todos ainda não chegou, e que merece um tratamento absolutamente especial do próximo orçamento geral da União de 2011.

O Luz para Todos, como o próprio diz, é luz para todos, mas alguns não estão incluídos, ainda, nesse conceito. Então, acho que a iniciativa dessa comissão é fundamental para que, nos próximos quatro anos, a gente consiga eletrificar por completo o Brasil inteiro. Eletrificação é, acima de tudo, cidadania. Eu estive, agora, recentemente, em um assentamento, uma senhora, 112 anos, nunca teve energia elétrica na sua casa. Então, nós, que vivemos aqui, acendemos o interruptor e a luz está aí, presente no nosso cotidiano, não é? Quantos brasileiros ficaram à margem dessa realidade? Thomas Alva Edison descobriu a lâmpada no final de 1800, e no Brasil ainda tinha gente com mais de 100 anos de idade que não tinha conseguido usufruir os benefícios de luz elétrica dentro da sua casa.

Então, eu acho que essas quatro emendas representam, efetivamente, o pensamento da Comissão de Infraestrutura, e por isso que as defendo para avaliação, aqui, de todo o Plenário, como emendas muito condizentes com as preocupações e os temas... Especialmente com aqueles temos tratados e comandados com muita competência por V. Exa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Delcídio Amaral, pelo brilhante relatório que oferece à Comissão de Infraestrutura, e os cumprimentos, também, a todos os companheiros, às Sras. e Srs. Senadores que ofereceram emendas tão bem qualificadas para o atendimento das expectativas da nossa população, particularmente no que aqui já foi realçado, emendas do Senador Acir Gurgacz, que trata do Programa Luz Para Todos.

É importante, ou interessante, a gente notar que em vastas regiões do Brasil não há energia elétrica

e, em Brasília, a energia elétrica é tão desperdiçada nos próprios prédios públicos. Como nós temos uma cidade com essa luminosidade e todos os prédios, dos Ministérios e de outros organismos, a partir das oito, nove da manhã, todos os andares já estão com suas luzes acesas, sendo Brasília uma cidade que oferece uma luminosidade tão boa, tão grande e que poderia, com isso, economizar energia para que os recursos oriundos dessa economia pudessem ser investidos em programas como esse, para atender, por exemplo, a região do Pantanal, do coração do Pantanal, como aqui foi dito pelo Senador Delcídio Amaral e que, agora, vem sendo contemplado por uma das emendas apresentadas pelo Senador Gurgacz.

Do mesmo, meus cumprimentos ao Senador Goellner, pela sua emenda para estudos e projetos de infraestrutura de transportes, que é algo que também todos nós entendemos de muita importância, como já foi enfatizado pelo relator Senador Delcídio Amaral; a questão da Ferrovia Norte-Sul, também emenda do Senador João Ribeiro, apresentada, aqui, nesta comissão, de muita importância; a Senadora Kátia Abreu, da construção da eclusa do Rio Tocantins, na divisa de Tocantins com o Maranhão; do Senador Mão Santa, no setor portuário e na infraestrutura de transportes; do Senador Marconi Perillo; do Senador Regis Fichtner; da Senadora Serys Slhessarenko; também incluindo aí, nas emendas recomendadas pelo relator para aprovação, construção de eclusas, Luz para Todos e também a prospecção de petróleo; e o Senador Valter Pereira que, com suas emendas, demonstra sua preocupação de integração de regiões tão importantes para a produção agrícola e desenvolvimento do nosso país.

Continua em discussão o Relatório das Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2011, de autoria do Senador Delcídio Amaral.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Gilberto Goellner com a palavra.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Gostaria de parabenizar o relator e toda a sua equipe, e dizer que as intenções dessa comissão foram das melhores, e os segmentos atingidos, eu vejo que irão contemplar vários segmentos que estão necessitando uma segmentação ao orçamento, isso que é importante. E, dessa forma, a Comissão de Infraestrutura cumpre mais uma etapa da sua função ao apresentar, ao orçamento de 2011, essa inclusão complementar que, por certo, os Ministérios... Agora, nós devemos cobrar, em 2011, não é? Os senadores ficarão aqui, cobrar a plena execução desse orçamento e a inclu-

são do mesmo, desde que seja aprovado pelo relator geral do orçamento.

É isso que gostaria de deixar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado Senador Gilberto Goellner.

Continua em discussão o relatório do Senador Delcídio. Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o relatório do Senador Delcídio Amaral, que conclui: "1º) *Pela inadmissibilidade, ante a legislação pertinente, das Emendas de Apropriação de nºs. 01, 31, 33 e 34;* 2) *Pelo acolhimento, no mérito e no montante indicado, das Emendas de Apropriação de nº. 07 – R\$ 50 milhões; 08 – R\$ 120 milhões; e as idênticas a essa, de nºs. 09, 10, 26, 27 e 28; 22 – de R\$ 237 milhões; e as idênticas a essa, de nºs. 21 e 24 e de nº. 30, essa de R\$ 800 milhões;* 3º) *Pelo acolhimento integral, no mérito, da Emenda de Remanejamento de nº. 36, no valor de R\$ 5 milhões;* 4) *Pelo acolhimento parcial, no mérito, da Emenda de Remanejamento de nº. 35, no valor de R\$ 3 milhões;* 5º) *Pelo não acolhimento, no mérito, pelas razões expostas neste relatório das Emendas de nºs. 02, 03, 04, 06, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 25, 26, 29, 32, 37 e 38*".

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam o presente relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Orçamento no Congresso Nacional.

Gostaria de cumprimentar, em meu nome pessoal e em nome de todos aqueles que compõem a Comissão de Infraestrutura, o Senador Delcídio Amaral, pelo trabalho realizado em muito pouco tempo, mas que com seu conhecimento, com a sua capacidade e com a sua visão de Brasil soube colocar, no contexto das nossas prioridades, de forma tão correta, tão objetiva, aquelas emendas que a comissão ofereceu e que devidamente analisadas pelo Senador Delcídio Amaral foram, hoje, aqui, aprovadas por esta comissão. Mais uma vez muito obrigado ao Senador Delcídio Amaral, relator da Comissão de Infraestrutura ao Projeto de Lei Orçamentária para 2011.

Gostaria de comunicar aos Srs. e Sras. Senadoras que na nossa última reunião tratamos do Sistema Nacional de Viação. Há um ano, o Senador Ministro Eliseu Resende e eu estivemos com o Presidente Michel Temer, da Câmara dos Deputados, solicitando a ele que colocasse em regime de urgência e também incluísse na sua Pauta a apreciação desse projeto de tamanha relevância. Para que os senhores tenham ideia, nós temos, somente aqui, na Comissão de Infraestrutura, 45 Projetos de Lei relacionados ao Programa

Nacional de Viação, e que estão todos eles sobrestados, aguardando a deliberação, por parte da Câmara dos Deputados, deste sistema, desse projeto, Sistema Nacional de Viação.

Como isso foi tratado, eu me comprometi que iria voltar a tratar dessa questão, trabalhar no sentido de ver se ainda este ano poderíamos aprovar. Havia uma objeção, por parte do governo, em relação a um artigo específico do Sistema Nacional de Viação, desse projeto, do SNV. Me comuniquei, então, conforme já relatei ao Senador Ministro Eliseu Resende, me comuniquei, na sexta-feira passada, com o líder do PT na Câmara, Deputado Cândido Vaccarezza, que disse que tomaria as providências para retirar um eventual empecilho que este artigo estaria causando a certas áreas do governo e que, na reunião da próxima terça-feira – que foi hoje, que se deu hoje –, ele iria solicitar a inclusão desta matéria em Pauta.

Hoje, logo depois da reunião do Sr. Presidente com os senhores líderes dos partidos na Câmara dos Deputados, ele nos deu conhecer do resultado desses seus entendimentos. Primeiro, que ele conseguiu que o governo aceitasse o tal artigo que, eventualmente, estava causando dúvidas ao governo, sobre a sua exequibilidade ou não. Então, este artigo já não é mais problema, o projeto poderá ser apresentado na sua inteireza e ser deliberado, e a sua deliberação levar à aprovação ou não. Em segundo lugar, ele nos disse que, ao pedir a inclusão desse projeto na Pauta, para ser votado ainda nessa semana, foi informado pelo Presidente da Casa, Deputado Michel Temer que medidas provisórias estariam trancando a Pauta, medidas provisórias que dizem respeito aos recursos a serem destinados aos estados que sediaram a Copa do Mundo de 2014, mas que ele iria encontrar uma fórmula.

Aliás, fórmula essa já aplicada em outros casos, pelo próprio Presidente Michel Temer, de considerar certos projetos de lei não enquadrados naquela regulamentação de que a medida provisória tranca todos os projetos. Então, ele encontrou, o Presidente Michel Temer, como ressaltar alguns projetos para que os trabalhos naquela Casa não ficassem inteiramente paralisados. Liguei para o Presidente Michel Temer, até agora não obtive resposta do Sr. Presidente daquela Casa, mas eu espero que até o final da tarde de hoje ou no início da noite, ele nos possa dar essa notícia de que este projeto do Sistema Nacional de Viação, ele pode ser entendido, na sua avaliação, como um dos projetos que podem ser apreciados por aquela Casa sem que a medida provisória coloque óbice a que isso seja feito, de modo que essas era a satisfação e as informações que eu gostaria de passar a todos os se-

nhores membros desta comissão. E nós temos muita possibilidade de termos esse projeto aprovado até o final desta sessão legislativa, o que significa que nós teremos, também, um final de ano para a Comissão de Infraestrutura, se tudo correr como nós esperamos, de muito trabalho, porque a nossa vontade, a vontade de todos que estão aqui presentes, membros desta comissão, é de colocarmos em votação e de retirarmos das nossas gavetas esses projetos que são tão importantes para o desenvolvimento do Brasil, mas que estão aguardando única e exclusivamente a aprovação do SNV, que está para ser incluído na ordem do dia, como disse, na Câmara dos Deputados.

Gostaria de colocar também em votação a Ata da reunião anterior, que já foi lida aqui, no início desta sessão.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovavam a Ata da 29ª Reunião Extraordinária desta comissão permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos aqueles que aqui se encontram, gostaria de convocar os Srs. e Sras. Senadoras para a nossa próxima reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que se dará no dia 2 de dezembro, sem ser essa próxima quinta-feira, a outra, para que nós possamos, inclusive, deliberarmos sobre aquelas questões, os dois projetos que não foram apreciados na última reunião, e nós verificarmos se há uma possibilidade de um entendimento, para que nós possamos colocá-lo em votação.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião. Com licença... Me desculpe, antes de encerrar...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Posso dar uma palavra, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Sem dúvida, senador. Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Apenas para dizer ao Presidente que tem desenvolvido um trabalho importante para a aprovação da lei do SNV. Eu gostaria de dizer que a nossa insistência em manter o artigo, e o governo está compreendendo isso, já, é porque se o artigo não for mantido, ele, por medida provisória, terá de fazer a alteração que nós colocamos. Então, o artigo é muito importante para o governo. Permite ao governo resolver o problema das concessões do transporte rodoviário de passageiros.

Eu quero dizer que nós tivemos o mesmo problema no setor de energia elétrica, no setor de telecomunicações e no transporte aéreo. Todos esses puderam ser resolvidos, já em 1995, com uma redação inteiramente idêntica. Talvez o Ministro Lobão saiba dessa evolução. No caso do setor elétrico, as concessões de energia

foram prorrogadas por mais um período, para poder possibilitar que as empresas de energia não fossem prejudicadas no seu patrimônio líquido e não tivessem de alienar a terceiros, imediatamente, as usinas que operam, porque teria vencido uma concessão ou uma outorga em decorrência da Lei de Concessões.

O Ministro Lobão e o Ministro Delcídio Amaral passaram pelo Ministério e sabem que não é possível terminar bruscamente uma concessão e dizer que tem que abrir uma licitação para a sua consequência. Ainda bem que o setor elétrico resolveu. Se não me engano, ainda estar por resolver, no próximo vencimento das concessões, porque não está preparado para alienar a Usina da CHESF, da CESP, da Cemig, do Sul. Então, precisa de tempo.

A mesma solução, nós... O mesmo artigo da energia elétrica, nós colocamos nesse projeto do SNV. Isso vai possibilitar com que o governo, com o tempo, desde que possa fazer a licitação, faça, mas nesse tempo, ele prorrogue, para a assinatura dos contratos, até 15 anos. Isso é uma autorização.

Eu acho que com isso o problema vai ser resolvido. No momento que isso acontecer, Presidente, eu prometo a V. Exa. e ao Plenário dessa comissão que eu pegarei os 35 projetos de lei que estão parados aqui, para mudar o SNV, e daremos redação adequada para que, quem sabe, nesse exercício, ainda, V. Exa. possa dizer que as gavetas estão vazias, porque o trabalho foi desenvolvido, aqui, com intensidade e com muita dedicação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só fazer um registro do nosso querido Ministro Eliseu Resende. Ele fala essas coisas, mas não cita, talvez, o projeto mais importante que o setor elétrico viveu, por ação absoluta do Senador Ministro Eliseu Resende. Enquanto o Brasil estava discutindo uma série de coisas, ele, mineiramente, fez um trabalho de engenharia financeira, política, também, porque não dizer? Foi quando o setor elétrico foi saneado, nos idos de 1997, quando as famosas Contas de Resultados a Compensar, em função do trabalho do Senador Ministro Eliseu Resende, o Congresso aprovou simplesmente um zeramento de passivos na ordem de R\$ 24 bilhões, aproximadamente, se não estou enganado, Ministro, e que foi a grande retomada do setor elétrico, por causa daqueles instrumentos que o setor elétrico trouxe, os mecanismos que o setor elétrico trouxe ao longo da sua existência. Tarifa única, V. Exa. lembra muito bem, sempre combateu isso, sempre defendeu

que as tarifas fossem competitivas, porque isso seria bom para o país.

Naquela tarefa era única, então, quem operava com prejuízo entrava em uma tal CRC – Conta de Resultado a Compensar. E aí esse negócio foi abrindo, abrindo, abrindo e ficou absolutamente inadmissível. E foi o Senador Eliseu Resende que botou ordem na casa, mineiramente, silenciosamente, competentemente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Mas os eletricitários deram o nome de Lei Eliseu, na Lei 8.631, que prometeu esse saneamento. Eu tenho muito orgulho disso, era Presidente da Eletrobras e pude dar uma contribuição importante. E aí iniciou-se o processo de liberação do mercado, na energia elétrica. Nós diríamos que o setor funcionava com uma remuneração garantida, garantida por lei. Se o concessionário não tivesse aquele resultado, uma remuneração era garantida, um valor acima, ele pegava e compensava aquilo em um crédito que tinha junto ao governo. E aí dava, realmente, um valor de US\$ 28 a 30 bilhões. Nós conseguimos sanear isso, e foi o primeiro passo para a abertura do setor elétrico.

Nós vivemos o caso de transporte, não é possível o governo querer licitar, ao mesmo tempo, 1.500 linhas de ônibus. Não tem estrutura para isso. Então, não incluir o artigo é condenar a não haver solução no setor rodoviário. Nós não gostaríamos de ter isso, por isso que insistimos na aprovação deste artigo, junto com esse [ininteligível].

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, só para fazer um acréscimo ao que diz--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Lobão, Edison Lobão.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Senador Delcídio Amaral, em relação ao Senador Eliseu Resende, eu subscrevo todos os elogios merecidos, que muito mais do que elogios são reconhecimentos a gestão exercida pelo Ministro Eliseu Resende, por todos os lugares do serviço público por onde andou. Mas quando S. Exa. se refere ao setor dos transportes, as concessões, o que é pior, Senador Eliseu, é que muitas vezes não se resolve o problema, e, todavia, não se pode interromper o transporte urbano.

E como não se pode, o serviço público acaba arranjando uma solução que não é legítima, quando poderia, tranquilamente, seguir as observações de V. Exa., simplesmente prorrogar a concessão, que é o que deve fazer. Não tem condições de fazer uma licitação para tantas linhas, não tem condições e, to-

davia, também não prorroga. Resultado: acaba por encontrar uma solução esdrúxula e que deixa mal o serviço público.

Eu, portanto, subscrevo tudo aquilo quanto disse V. Exa. e o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu disse ao Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): Senador Ministro Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Se tivermos que retirar o artigo, o governo vai ter que baixar a matéria por medida provisória. Fica muito pior. Porque eles conseguiram, com simples resoluções da Agência, transformar as outorgas de concessão e permissão em simples autorizações, como se o transporte regular coletivo de passageiros não fosse um serviço público essencial.

Então, o que foi... Ao invés de prorrogar o que existe, transformou na autorização como outorga, que é uma outorga infinita, sem prazo para terminar, e sem contrato que assegure o bom desempenho do concessionário.

Eu agradeço as palavras do Ministro Lobão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB-AL): O projeto que está em tramitação na Câmara, do Sistema Nacional de Viação, teve a participação, como todos nós sabemos, do Senador Ministro Eliseu Resende, e a grande preocupação do próprio Ministro Eliseu era, exatamente, da retirada desse artigo, que o Executivo não estaria, à época, concordando. Mas como informei aos Srs. e Sras. Senadoras, graças à ação do líder Cândido Vaccarezza, líder do governo na Câmara dos Deputados, ele, de sexta-feira para cá, já conseguiu, junto aos organismos do governo federal, conseguiu movê-los dessa ideia de aprovar o projeto sem esse artigo, o que desfiguraria por completo o SNV, de modo que nós já temos esse grande avanço. O Executivo aceita, já aceitou que ele seja apreciado na sua inteireza, e também a possibilidade de que seja... Já está com pedido de regime de urgência, e de que seja colocado, senão nesta semana, o mais tardar na próxima, em votação, colocado na Ordem do Dia para votação na Câmara dos Deputados.

Também lembrar sobre a questão que foi aqui tratada, da tarifa, e que como aqui falou o Senador Delcídio Amaral, coube ao Senador Eliseu Resende construir uma solução para esse montante, esse volume inacreditável de recursos que estavam lá jogados na Conta de Compensação Tarifária. Isso era muito comum aqui, no Brasil, sobretudo, nas estatais, que

não buscavam nunca uma redução de custos para melhorar a sua competitividade, porque a cada momento que necessitavam de caixa, eles iam ao governo pedir aumento na tarifa. E esses aumentos constantes na tarifa é que fazia com que as nossas estatais não pudessem adquirir a competitividade que hoje elas, de fato, tem, porque estão no mercado, e disputando fatias importantes no mercado.

De modo que fico feliz, já, no encerramento desta nossa reunião de hoje, em que aprovamos o relatório do Senador Delcídio Amaral para o orçamento 2011, das emendas apresentadas junto à Comissão de Infraestrutura, poder contar com três ex-ministros de Estado aqui presentes, o Senador Ministro Eliseu Resende, o Senador Ministro Edison Lobão, o Senador Ministro Delcídio Amaral, o que dá uma qualificação muito grande aos trabalhos que aqui vêm sendo realizados, fruto do conhecimento, da competência, da capacidade e do patriotismo dos senhores que aqui se fazem representar por toda a Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Por isso, mais uma vez, agora, com a permissão de todos, eu declaro encerrada a presente reunião, e convoco para a próxima reunião, no dia 02 de dezembro, sem ser esta quinta-feira, a próxima, para a nossa reunião ordinária.

Muito obrigado. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 15h41.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E TRÊS DE NOVEMBRO DE 2010, TERÇA-FEIRA, APÓS A DÉCIMA QUINTA REUNIÃO, NA SALA DE REUNIÕES Nº 03 DA ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e dez, na Sala de Reuniões número três da Ala Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Neuto De Conto, Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Antonio Carlos Valadares, José Nery, Valter Pereira, Romero Jucá, Almeida Lima, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Jefferson Praia, Delcídio Amaral, Roberto Cavalcanti, Gilberto Goellner, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Papaléo Paes e Mozarildo Cavalcanti. Deixam

de comparecer os Senadores César Borges, Serys Slhessarenko, José Agripino, Marco Maciel, Marconi Perillo, Sérgio Guerra e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à deliberação das propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei de Orçamentária para 2011 (PLOA/2011), Projeto de Lei nº 59/2010-CN. Em seguida a Presidência designa Relatora *Ad Hoc* das Emendas a Senadora Lúcia Vânia, em razão da ausência do Relator designado, Senador César Borges, que não conseguiu chegar em tempo a Brasília por atraso no seu voo. O Presidente concede a palavra à Relatora das Emendas, Senadora Lúcia Vânia, para proferir o seu parecer. A Relatora explica que foram apresentadas 44 (quarenta e quatro) Emendas ao PL nº 59/10-CN. Dentre as 44 Emendas apresentadas, procurou-se aglutinar as emendas com maior interesse entre os Senadores e, assim, optou-se pela apresentação de uma emenda de apropriação/acréscimo no Ministério das Cidades; uma emenda de apropriação/acréscimo no Ministério da Integração Nacional; e duas emendas de apropriação/acréscimo no Ministério do Turismo. Após a explanação da Relatora, usa da palavra o Senador Roberto Cavalcanti. Colocadas em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora com as 4 emendas de apropriação de despesa a seguir discriminadas: **1 – UO 56101 – Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional – NA – Valor 300.000.000;** **2 – UO 54101 – Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional – Nacional – NA – Valor 500.000.000;** **3 – UO 54101 – Qualificação de Profissionais Associados ao Segmento de Turismo – Nacional – NA – Valor 200.000.000;** e **4 – UO 53101 – Promoção de Investimentos em Infra-Estrutura Econômica – Nacional – NA – Valor 100.000.000.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos do art. 43, combinado com o art. 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e submete a sua aprovação. A ata é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e nove minutos, lavrando eu, Selma Miriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Neuto de Conto**,

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª (sic) Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senador Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

A pedido da nossa assessoria, vamos repetir. Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Extraordinária, da 3ª (sic) Sessão Legislativa Ordinária, e da 50ª Legislatura.

Antes de iniciarmos o nosso trabalho, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 15ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senador Federal juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Foi distribuída a revista produzida pelo Senado Federal, que trata do que o Brasil pode fazer para não perder o voo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, que propõe soluções para as deficiências de infraestrutura em tempo de crescimento acelerado do setor, e, principalmente, a audiência tratou do desenvolvimento regional, especialmente na área da aviação.

Uma revista importante, significativa e queremos cumprimentar a participação de todos os Srs. Senadores e pela colaboração do Presidente José Sarney na autorização da sua confecção.

Conforme Pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo apresentadas ao Projeto de Lei nº. 59/2010-CN, “*que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011*”. Foi designado o relator para as emendas, o Senador César Borges.

Concedo a palavra à nobre relatora para refazer a leitura do seu parecer e suas considerações em razão do Senador César Borges estar no trânsito e com problemas que houve na aviação. E o parecer, então, da relatora *ad hoc*, Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, *“encontra-se sob análise desse Plenário, 44 propostas de emenda elaboradas pelos Senadores Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Gim Argello, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Serys Slhessarenko, Valdir Raupp, José Nery, Lúcia Vânia, Neuto De Conto, Marconi Perillo, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes e Cícero Lucena.*

As propostas contemplam programação orçamentária variada ao abrigo dos órgãos que compõe a subárea temática desta comissão, nomeadamente o Ministério do Turismo, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades. Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a esse parecer na qual se discriminam o número atribuído por essa CDR, a cada proposta de emenda, seu autor, o órgão em cuja programação a emenda é proposta, a descrição da programação, o tipo da emenda e o valor proposto”.

Como cada um dos Srs. Senadores estão com o relatório na mão, eu vou ler apenas o Voto.

“Tudo considerado, votamos pela aprovação do PLOA 2011 por essa comissão, das Propostas de Emenda nº. 2,10,11 e 24, conforme discriminadas no quadro anexo a esse parecer. Todas essas emendas se referem ao Ministério do Turismo, ao Ministério das Cidades e Integração Nacional”.

Portanto, esse é o Voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu sei que é de situação da nobre senadora para relatar *ad hoc*, realmente complica um pouco em termos de fazer alterações. Mas, na verdade, o nosso item, que é o Item 1, que refere-se a apoio a projetos de infraestrutura turística, está dentro de um segmento, e o Senador Gim, ele colocou duas emendas também meritórias, mas são bastante semelhantes. Uma é a participação da União, da implantação do PRODETUR Nacional e, a seguinte, a qualificação de profissionais associados ao segmento de turismo. São, também, duas emendas meritórias. Eu só estava tentando negociar, tendo em vista, politicamente, que o Senador Gim Argello já recebeu, foi beneficiado com duas emendas, e ele como é o relator geral do orçamento, ele tem realmente privilégios outros maiores, e que fosse acatado... Na verdade, fosse invertido--

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Olha, uma emenda, do PRODETUR Nacional, é uma emenda já característica desta comissão porque é a contrapartida da União para o programa que é um programa nacional. Esse, realmente, é irreversível.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso, tudo bem, concordo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): A segunda emenda, que diz respeito à qualificação profissional do pessoal do turismo. Nós temos tido muita dificuldade no Ministério do Trabalho para ter um recurso voltado à capacitação direcionado ao turismo. Como a infraestrutura turística pode ser emendada na Comissão de Infraestrutura, não há como a gente dispensar a questão da qualificação em detrimento da infraestrutura. O Senador pode ter certeza que na Comissão de Infraestrutura nós podemos resgatar a infraestrutura do turismo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. faz parte da comissão?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): O quê?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Faz parte da Comissão de Infraestrutura, V. Exa.?

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Da Infraestrutura, eu não faço.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu também, lamentavelmente, não, por isso nós dois vamos ficar assistindo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas lá vai ter a emenda, senador, pode tem certeza. Essa emenda de qualificação, ela foi aprovada na Câmara, é uma emenda objeto de discussão de todo o setor turístico do país. Fica complicado retirar essa emenda, uma vez que nós não temos--

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tudo bem, sem problemas. Eu aceito as ponderações da relatora. Como está vocacionada ao turismo, e o turismo atende uma forma global, eu concordo. Na verdade, eu protesto concordando.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não, mas o senhor pode tem certeza que a infraestrutura turística já foi aprovada na Câmara, tá? Já foi aprovada lá.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ok. Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, encerra-se a discussão.

A Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o parecer do relator e com as emendas selecionadas permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em razão de nós termos que encaminhar para o Orçamento-Geral a Ata, nós submetemos à apreciação da Ata da presente reunião da comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as respectivas notas taquigráficas. A emenda será enviada à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a Ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e pelas importantes votações do dia.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h58.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (EXTRA-ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senadores **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, ROMERO JUCÁ E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): César Borges, Gerson Camata e Raimundo Colombo. Deixa de comparecer por motivo justificado o Senador Jayme Campos. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta **ITEM 1: - Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 2010. EMENTA: Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para dispor sobre o defensivo agrícola genérico. Autoria: Senador Heráclito Fortes. Relatoria: Senador Gerson Camata. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame. ITEM 2: - Não**

Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2009. EMENTA: Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências, e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências, para proibir o uso não-terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham. Autoria: Senador Tião Viana. Relatoria: Senador Gilberto Goellner. Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada na Comissão de Assuntos Sociais - CAS. Observações: - Em 9/9/2009, foi oferecida uma Emenda Substitutiva, de autoria do Senador Gilberto Goellner, perante à CAS; - A Matéria será encaminhada posteriormente à CAS, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, faz uso da palavra para tecer considerações sobre a matéria, o Senhor Senador Osmar Dias. Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva apresentada na CAS. ITEM 3: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2009. EMENTA: Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar. Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos. Relatoria: Senador César Borges. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as emendas nºs 1 a 7 que apresenta. Observações: A Matéria será encaminhada posteriormente à CAS, em decisão terminativa. Resultado: Adiado. ITEM 4: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 580, DE 2009. EMENTA: Estende os incentivos especiais de que trata a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, ao produtor rural que tem como atividade o cultivo de espécies frutíferas nativas. Autoria: Senador Arthur Virgílio. Relatoria: Senador Augusto Botelho. Relatório: Pela aprovação do Projeto com as emendas nºs 1 a 4 que apresenta. Observações: A Matéria será encaminhada posteriormente à CAE, em decisão terminativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Marisa Serrano, Osmar Dias e Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1-CRA a 4-CRA. ITEM 5: - Não Terminativo - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72, DE 2010. EMENTA: Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para estender até um ano antes da declaração do estado de calamidade pública a possibilidade de considerar como efetivamente utilizada a área dos

*imóveis rurais que estejam comprovadamente situados em área de ocorrência de calamidade pública da qual resulte frustração de safras ou destruição de pastagens, para efeitos de ITR. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador César Borges. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a emenda nº 1 que apresenta. **Observações:** A Matéria será encaminhada posteriormente à CAE, em decisão terminativa. **Resultado:** **Adiado. ITEM 6: REQUERIMENTO Nº 20, DE 2010-CRA. ASSUNTO:** *Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, com o objetivo de apresentar os trabalhos da EMBRAPA realizados no exterior e, assim, subsidiar a discussão e votação da MP 504/2010, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Pedro Arraes – Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; Ministro Marco Farani – Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC; **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, faz uso da palavra para tecer considerações sobre o assunto, a Senhora Senadora Kátia Abreu. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** **Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 21, DE 2010-CRA. ASSUNTO:** *Requer, em aditamento ao Requerimento nº 62, de 2009-CRA, aprovado em 17 de novembro de 2009, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos III e V e 93 inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Presidente do IBGE, Sr. Eduardo Pereira Nunes, o qual não encontrou espaço em sua agenda para atender aos diversos convites desta Comissão, para participar de Audiência Pública com o objetivo de debater as inconsistências no censo agropecuário. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado:** **Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.***

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Se-

nado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que havendo anuência do Plenário é dada como aprovada.

Não havendo nenhuma manifestação em contrário, portanto, está aprovada.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, comunico à comissão o recebimento do Ofício SF 2226/2010, do Senador Acir Gurgacz, no exercício da Primeira Secretaria do Senado Federal, o qual encaminha à CRA cópia do Ofício 88/2001, MDA de 19 de outubro de 2010, subscrito pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Guilherme Cassel, com informações objeto do Requerimento 472, de 2010, Requerimento nº. 12, de 2010-CRA, tendo como primeira signatária a Senadora Kátia Abreu.

Informo que as informações serão encaminhadas ao gabinete da Senadora Kátia Abreu, primeira signatária do requerimento, e que ficarão, também, à disposição dos demais Srs. Senadores na secretaria desta comissão.

Comunico o recebimento do Ofício Circular nº. 143/2010, subscrito pelo Deputado Humberto Souto, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, o qual convida a todos os membros desta comissão para participarem na Conferência das Cidades, cuja cerimônia de abertura será no dia 7 de dezembro do corrente, às 14 horas no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

A presente reunião destina-se à apreciação das matérias que estão na Pauta. A primeira delas é que altera... O Projeto de Lei nº. 190 do Senado, “*que altera a Lei 7802 para dispor sobre defensivo agrícola genérico*”. O relator da matéria, Senador Gerson Camata, pediu-me a retirada do projeto para que ele examine uma emenda que não foi apreciada ainda, portanto, vai ser devolvida ao relator.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de pedir a inversão na Pauta para um requerimento protocolado, agora a pouco na Mesa, para que nós pudéssemos--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O requerimento da Senadora Kátia Abreu, para o qual ela pede inversão de Pauta.

Requeiro em aditamento ao Requerimento 62, de 2009, aprovado no dia 17 de novembro de 2009, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos III e

V, e art. 93, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado, seja convocado o Presidente do IBGE, Sr. Eduardo Pereira Nunes, o qual não encontrou espaço em sua agenda para atender aos diversos convites desta comissão para participar de Audiência Pública com o objetivo de debater as inconsistências no Censo Agropecuário. Subscrive, Senadora Kátia Abreu. Em discussão, em votação--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, o primeiro requerimento de convite foi no dia 17 de novembro de 2009, quando o Censo Agropecuário foi anunciado com três anos de atraso e depois denunciado por acadêmicos e pela imprensa nacional dos equívocos que contenham o Censo Agropecuário 2006. Desde, então, nós tivemos um convite marcado, uma audiência, no dia 23 de março desse ano, cancelada pelo Presidente; no dia 27 de abril desse ano, cancelada pelo Presidente; no dia 23 agora já está cancelada pelo Presidente. Portanto, nós não vemos outra alternativa a não ser seguir o art. 58, do Regimento, inciso V, que *“as comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão”*.

Partindo dessa prerrogativa, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o apoio dos colegas para que o Presidente do IBGE, que poderia ter vindo aqui há um ano espontaneamente, mostrando a sua consideração e respeito pelo Congresso Nacional, pelo Senado da República, recusou-se a vir durante um ano, com a sua agenda tão cheia que não pôde vir dar atenção à Comissão de Agricultura do Senado.

Portanto, não nos cabe outra alternativa a não ser a indelicadeza de convocá-lo a vir a esta comissão. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o requerimento.

Farei apenas uma ressalva. Não houve indelicadeza de V. Exa., eu acho que V. Exa. está no cumprimento do seu dever. Faltaria delicadeza a V. Exa. se não tivesse formulado, como convite, a vinda dele aqui nesta Casa. Portanto, V. Exa. está seguindo o Regimento.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não havendo discussão, em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Não havendo manifestação em contrário, está aprovado o requerimento da Senadora Kátia Abreu.

Item 2 da Pauta. Projeto de Lei do Senado n.º 374, de 2009, Não Terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, *“que altera o Decreto-Lei 467, de 13 de fevereiro de 69, que dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências; e a Lei 9.782, de 26 de janeiro de 99, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências para proibir o uso não terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que os contenham”*.

Em 09 de setembro de 2009, portanto, no prazo regimental, foi oferecida uma emenda substitutiva de autoria do Senador Gilberto Goellner perante a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra, pela ordem, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É o seguinte, eu estou com uma dúvida a respeito desse projeto, porque eu tenho quase certeza que eu relatei já há algum tempo atrás, e não faz muito pouco tempo não, já faz bastante tempo, por isso que eu estou me recordando, um projeto similar que foi oriundo da Câmara dos Deputados. Este projeto, inclusive, foi para a Comissão de Justiça da Casa, e se há, portanto, semelhanças entre este projeto e aquele que eu relatei, talvez este devesse ser anexado àquele, porque ele se encontra aqui na Casa ainda.

Eu gostaria que verificasse, e até se V. Exa. pudesse passar para outro item até que se verificasse essa possibilidade de haver um projeto similar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou passar a palavra para o Senador Gilberto Goellner, manifestando desde já que orientei a secretaria que proceda a checagem para ver se tramita projeto com o mesmo objeto nos mesmos termos, ou semelhantes, a fim de promover a juntada de ambos.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então nós vamos aguardar. Eu vejo que há uma proposição para se aguardar, ver se tem similaridade. Eu acredito, Senador Osmar Dias, que não há similaridade entre o seu projeto e esse, porque eu propus aqui pela rejeição.

Eu vou dizer o maior motivo dessa rejeição, que o que garante a necessária segurança alimentar dos animais é a adoção de boas práticas de produção pe-

los criadores, a inspeção e fiscalização da produção e o rigor já existente no nosso país, quanto ao registro de todo e qualquer produto de uso veterinário. Todos esses pontos são seguidos pelo sistema de produção de proteína animal do Brasil, sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Então, por esse motivo, nós rejeitamos esse projeto, e foi analisado juntamente com o Ministério da Agricultura e foi ouvido também a ANVISA, e nós achamos que não seria procedente dar continuidade com esse projeto. Porque esse projeto *“dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário dos estabelecimentos que os fabriquem, e dá outras providências à Lei 9.782, que define o Sistema de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências para proibir o uso não terapêutico de antimicrobianos em animais, atribuindo à Agência Nacional de Vigilância Sanitária a competência para determinar os princípios ativos envolvidos e registrar os produtos que as contêm”*.

Então, esse motivo... O Ministério da Agricultura já trabalha nesse setor de fiscalização e controle, então nós achamos improcedente o referido projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Senador Osmar Dias e a secretaria da comissão me informam de que, na verdade, não se trata de matéria idêntica. Portanto, tem todas as condições de validar o relatório de V. Exa., e gostaria que V. Exa. apenas proferisse o seu voto para submetê-lo a votos da comissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então, dando continuidade, com a licença dos senadores, eu quero colocar, eu vou rapidamente fazer parte do relatório, e é um projeto do senador... de autoria do Senador Tião Viana, que *“propõe alterações no Decreto-Lei 467 e na Lei 9.782, para proibir o uso não terapêutico de medicamentos antimicrobianos em animais, e atribuir à ANVISA a competência para o registro de produtos que contenham tais substâncias*.

A propósito, contém três artigos: o primeiro alterando os arts. 1º e 3º do Decreto-Lei 467, e no art. 1º o Decreto-Lei tem o seu Parágrafo Único renomeado para § 1º, dado que o PLS propõe um § 2º para proibir o uso não terapêutico em animais de produtos que contenham antimicrobianos de uso humano, para fins de promoção de crescimento, eficiência alimentar, ganho de peso, prevenção de doenças feitas de forma rotineira ou com propósito na ausência de sinais clínicos de doença.

O art. 1º da proposição altera o art. 3º do Decreto 467, que trata das obrigações dos estabelecimentos para licenciamento de produtos de uso veterinário junto ao MAPA. Acrescenta a esse art. 3º um § 5º para esta-

belecer que os produtos de uso veterinário, que incluam na sua composição antimicrobianos de uso humano, são obrigados a serem registrados na ANVISA.

A Lei 9.782, que o PLS 374 pretende alterar, definiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e criou a ANVISA. O art. 2º do PLS inclui o inciso II, para determinar que dentre os bens e produtos submetidos ao controle e fiscalização sanitária pela ANVISA estão os produtos de uso veterinário que contenham, em sua composição, antimicrobiano de uso humano”.

Então, Sr. Presidente, baseado numa análise, e que “compete a essa comissão opinar sobre a comercialização e fiscalização de produtos e insumos, inspeção e fiscalização de alimentos, vigilância e a defesa sanitária animal e vegetal. E com respeito ao mérito desse projeto de lei, cumpre ressaltar alguns aspectos técnicos relacionados à questão da resistência bacteriana e ao uso veterinário não terapêuticos de antimicrobianos.

Em medicina veterinária, sobretudo na produção de suínos e aves, os antimicrobianos têm grande importância, não somente no tratamento curativo, mas também na utilização de modo preventivo, de maneira estratégica ou ainda como melhorador do desempenho.

Os antibióticos que são parte importante no sistema de manejo que garante a saúde e o bem-estar dos animais. Pela sua importância é imperativo que eles sejam usados de uma maneira judiciosa, prudente. Por prudente entenda-se: evitar uso excessivo, indiscriminado e incorreto de antimicrobianos.

Ao contrário do que corre na medicina humana, existem quatro tipos distintos de uso para os antimicrobianos em animais de produção, que tem suas diferenças relacionadas a objetivos de uso, dose e duração do tratamento. Todos estes usos são baseados em década de pesquisa científica e não em uso indiscriminado, como poderia parecer para quem não está habituado aos temas de saúde animal. São: promotores aditivos de crescimento, são profiláticos, são metafiláticos e terapêuticos.

A resistência bacteriana, por outro lado, corresponde a capacidade de sobrevivência de um microorganismo na presença de determinada concentração de agente microbiano...” e assim vai.

Verdade que é um projeto altamente científico da medicina veterinária, e foi analisado conjuntamente, como eu falei, com os assessores e a equipe técnica do Ministério da Agricultura, e diz respeito a um poder correlato que a ANVISA quer se colocar, de também legislar sobre esses medicamentos.

Então de tal forma que isso já vem sendo feito, o uso, o controle, a fiscalização pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

“E pelos motivos expostos, opinamos então pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 374, de 2009, e da emenda substitutiva apresentada na Comissão de Assuntos Sociais”.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Concluído o relatório, a leitura do relatório, o voto do relator é pela rejeição do Projeto de Lei n.º 374, e da emenda substitutiva apresentada na Comissão de Assuntos Sociais.

Em discussão o parecer. Não havendo nenhum inscrito para debatê-lo, colocaremos em votação.

Os Srs. e Sras. Senadoras que tiverem de acordo com o parecer permaneçam como se encontram.

Não havendo nenhum voto contrário ao parecer, está aprovado pela rejeição do projeto, bem como pela emenda apresentada na Comissão de Assuntos Sociais.

Vamos ao segundo item da Pauta, aliás, é o Item 4, que está em segundo lugar na Pauta. Projeto Não Terminativo, é o PLS n.º 580 *“que estende incentivos fiscais de que trata a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 91, ao produtor rural que tem como atividade o cultivo de espécies frutíferas nativas”*. O autor é o Senador Arthur Virgílio. O relator é o Senador Augusto Botelho.

Com a palavra o ilustre relator Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Relatório. *“Vem à análise da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária o Projeto de Lei do Senado 580, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que estende os incentivos especiais de que trata a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 91, a Lei Agrícola, ao produtor rural que tem como atividade o cultivo de espécies frutíferas nativas. Expirado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas”*.

Análise. *“Inicialmente, cabe destacar que compete a essa comissão opinar sobre o planejamento, acompanhamento e execução da política agrícola e tributação da atividade rural”*.

Com respeito ao mérito, o PLS 580, de 2009, ao incentivar o cultivo de espécies frutíferas nativas vem ao encontro dos propósitos da diversificação produtiva, sobretudo nas propriedades de agricultura familiar, o que contribui para a melhor sustentabilidade econômica da produção. Adicionalmente, o cultivo das espécies frutíferas nativas, independentemente do seu valor econômico e comercial, contribui para a preservação da biodiversidade local e da fauna nativa. Cumpre assinalar que a Lei 4.771, de 15 de setembro de 65, que institui o Código Florestal, determina que a

área de preservação permanente é aquela que tem a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

A mesma lei define como área de Reserva Legal a necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, a conservação e reabilitação dos processos ecológicos, a conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. A área de Reserva Legal pode ser utilizada sob o regime de manejo florestal sustentável conforme a lei.

O Parágrafo Único da Lei Agrícola de 91 estabelece como incentivos especiais:

I - A prioridade na obtenção de apoio financeiro oficial através da concessão de crédito rural e outros tipos de financiamentos, bem como cobertura do seguro agrícola concedidos pelo Poder Público”--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de solicitar ao Plenário que baixasse um pouquinho o volume da conversa, porque está atrapalhando a leitura do relator. E se o relator, por acaso, estiver atrapalhando muito a conversa, eu peço para o relator interromper, e aí o auditório conversa mais à vontade.

Com a palavra o relator.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): *“II - a prioridade na concessão de benefícios associados a programas de infraestrutura rural, notadamente de energização, irrigação, armazenagem, telefonia e habitação;*

III - a preferência na prestação de serviços oficiais de assistência técnica e de fomento, através dos órgãos competentes;

IV - o fornecimento de mudas de espécies nativas e/ou ecologicamente adaptadas produzidas com a finalidade de recompor a cobertura florestal; e

V - o apoio técnico-educativo no desenvolvimento de projetos de preservação, conservação e recuperação ambiental.

Tais incentivos dependem da iniciativa do Poder Executivo e a sociedade deve exigir o cumprimento destes dispositivos legais anualmente na elaboração das políticas públicas, notadamente o Plano Agrícola e Pecuário, e o Plano Safra da Agricultura Familiar.

A Lei do ITR já isenta deste imposto as áreas de preservação permanente e de reserva legal. Portanto, é o art. 3º do PLS 580, de 2009, que garantirá efeitos positivos mais imediatos. Por isentar do pagamento do ITR, o produtor que cultivar espécies frutíferas nativas, mesmo que não o faça na área de reserva legal”.

Foram apresentadas algumas emendas e algumas alterações.

O Voto. “O Voto, pelos motivos expostos, opina-mos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 580, de 2009, com as seguinte emendas...” Eu devo só observar que esse projeto é Terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos, na próxima comissão.

“Emenda do Projeto de Lei do Senado 580, de 2009, passa a ter a seguinte redação: altera a Lei 8161, de 17 de janeiro de 91, e a Lei 9393, de 19 de dezembro de 96, para incentivar o produtor rural a desenvolver cultivos de espécies frutíferas e nativas”.

A outra emenda: “O artigo do Projeto de Lei do Senado 580 passa a ter a seguinte redação: esta lei estende os incentivos especiais de que trata a Lei 8171, de 17 de janeiro de 91, ao produtor rural que tem como atividade o cultivo de espécies frutíferas nativas e isenta as áreas de tal cultivo do imposto de propriedade territorial rural de que trata a Lei 9.393, de 19 de dezembro de 96”. Só as áreas cultivadas com as frutíferas serão isentas, deixar isso bem claro para não querer dar outra interpretação.

“Suprima-se do art. 3º do projeto de lei o termo ‘caput’”. Quinta emenda: “inclua-se no Projeto de Lei do Senado o art. 4º renumerando-se os subsequentes. Art. 4º: o inciso II do § 1º do art. 10 da Lei n.º 9393, de 19 de dezembro de 96, passa a vigorar da acrescido da seguinte alínea: alínea ‘f’: cultivadas com espécies frutíferas e nativas”.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, e opinei pela aprovação do mesmo. Ele é Terminativo na CAE.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O parecer do relator Augusto Botelho é pela aprovação do projeto com as emendas de 1 a 4 e está em discussão.

Com a palavra, inicialmente, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o Projeto tem méritos indiscutíveis. Na verdade, o que eu estou levantando é que há, em debate, na Câmara dos Deputados, o novo Código Florestal, que leva em conta o seguinte: que na Reserva Legal o produtor poderá cultivar frutíferas e até espécies exóticas, ou seja, o Código Florestal vai além daquilo que está propondo esse projeto. O que nós teríamos que considerar, eu entendo assim, é que no caso de frutíferas nativas, aquela área devesse ser contada como Reserva Legal, e aí ela já teria a isenção do ITR, é um pouco diferente do que o projeto está propondo, porque pelo projeto, o produtor terá que obedecer a regra de 20% nas áreas abaixo do Centro-Oeste e 80% acima do Centro-Oeste, em algumas regiões 35%, aquelas do cerrado, para reserva legal e apenas teria desconto ou

isenção do ITR nas áreas com frutíferas nativas, mas não somaria a esta área à Reserva Legal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, não, pelo que eu estou entendendo, não.

Então o que está lá sendo debatido na Câmara dos Deputados vai além do que está propondo esse projeto. Mas como ele ainda tem que passar na Comissão de Assuntos Econômicos, eu proponho que seja aprovado aqui para que ele possa prosperar, porque eu não sei se a Câmara dos Deputados vai votar o Código Florestal. E, de repente, a gente deixa de ter um avanço, embora seja menor do que o avanço que poderá ocorrer em relação ao Código Florestal, se ele não for votado na Câmara a gente pede a oportunidade de ter a aprovação desse projeto, muito bem relatado pelo Senador Augusto Botelho.

Eu só faço a observação que deveria esta área de frutíferas nativas ser considerada também como área de reserva legal, aí o projeto seria mais completo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ainda para discutir, a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero aqui concordar com o Senador Osmar Dias, porque esse projeto tem méritos indiscutíveis. A questão da conservação da biodiversidade e o abrigo da proteção da flora e da fauna nativa é importante para o país. Nós estamos discutindo aqui questões que não são só afetos aos produtores, são afetos também a toda a sociedade brasileira. E essa questão da flora nativa, dos produtos nativos, é interessante porque tem o caju no Nordeste, o açaí no Norte, a jabuticaba, como disse o Senador Osmar, mas uma gama grande de florestas nativas que têm justamente cultivo de espécies frutíferas importantes para o país, importantes para a região, importantes para o Brasil e para exportação.

Portanto, nada mais justo de que a gente aprovar esse projeto, esperando que vindo o Código Florestal a gente possa ampliar essas conquistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em discussão o projeto. Senador Flexa Ribeiro, para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Valter Pereira, Sr. Relator, Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

Esse projeto, o Senador Osmar Dias faz uma referência ao projeto de reforma do Código Florestal, que lamentavelmente se encontra há anos na Câmara dos Deputados, e espero em Deus que a gente consiga, Senador Osmar, aprová-lo ainda nessa legislatura. Em

que... A questão da reserva legal, ela é ampliada a recuperação para espécies nativas e exóticas também.

Esse projeto aqui do Senador Arthur Virgílio é da maior importância, principalmente para a região amazônica, porque nós estamos... Temos frutas nativas com sabores exóticos que podem ganhar o mercado internacional, como aconteceu e acontece atualmente com o açaí, o açaí ganhou o mercado internacional e nós não temos na Amazônia, em especial no Pará, o cultivo de espécie que supra a demanda de mercado. Então o que é que está acontecendo? Aquela fruta, que era objeto de alimento da população mais pobre, ela está tendo o seu preço cada vez mais elevado em função das exportações. Então é importante incentivar o cultivo de espécies frutíferas nativas.

E eu quero, então, parabenizar o Senador Arthur Virgílio e o Senador Augusto Botelho, e como disse o Senador Osmar, esse projeto irá, ainda, de forma Terminativa à CAE, e lá poderemos fazer, então, os ajustes necessários para que ele possa atender de uma forma bastante ampla a necessidade do incentivo à fruticultura na Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Continua em discussão o projeto.

Com a palavra o relator Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Só para fazer uma defesa. Eu entendo que esse projeto acrescenta a isenção de ITR em áreas cultivadas fora das áreas de Reserva Legal.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De recuperação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Área [ininteligível] de direito de explorar, não é de recuperação. Na de recuperação já é normal, porque é de Reserva Legal e já tem isenção. Quando a gente é obrigado a recuperar uma área de Reserva Legal, ela já tem isenção pela Reserva Legal. Então o que o Arthur fez, ele colocou assim: eu tenho 50 hectares de Reserva Legal e tenho mais 50 para usar, seria essa proporção... Cem hectares de... Aí eu posso... O que eu acrescentar, o que eu plantar a fruta nativa, ele não diz amazônica, é nativa, porque pode ser nativa do Paraná, nativa de outro lugar, ele passa a ter isenção do ITR também. Eu acho que é uma forma de preservar mais as frutas nativas, as frutas da gente e o nosso bioma. É uma forma de estimular. Por isso... Mas essa discussão talvez seja esclarecida na CAE mesmo, essa dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom. O parecer do Senador Augusto Botelho é favorável com as emendas n.º 1 a 4, e não havendo mais inscritos para discutir, em votação.

Os Sras. e Srs. Senadoras que estiverem de acordo permanecem como se encontram. Não havendo

nenhuma manifestação em contrário, declaro aprovado por unanimidade.

O Item 6. Requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, “que requer nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, seja realizada Audiência Pública nessa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de apresentar os trabalhos da Embrapa realizados no exterior, e assim subsidiar a discussão e votação da MP 504/2010 com a participação dos seguintes convidados: Sr. Pedro Arraes, Diretor Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa; Ministro Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, ABC”.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner, relator. Não está presente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Valter Pereira, Presidente, há o Item n.º 5 com parecer favorável do Senador César Borges. Gostaria que V. Exa. desse prioridade à votação dessa matéria, me parece que não é Terminativa. É o Item n.º 5.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A questão da ordem de V. Exa. eu vou responder antes de submeter a votos o projeto relatado pelo senador, aliás, o requerimento do Senador Gilberto Goellner. O Senador César Borges tem dois projetos para relatar hoje, um dos quais é o apontado por V. Exa., e pediu-nos que sobrestasse até a chegada dele, que ele gostaria de fazer o relato. São duas matérias importantes e ele faz questão de relatar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu quer informação sobre a Medida Provisória 504, é isso? Dá nova redação ao art. 1º da Lei 5851, de 7 de dezembro de 72, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sobre a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, é a constituição de empresa. De 22 de setembro de 2010.

Senador Goellner, a Senadora Kátia Abreu quer esclarecimento sobre o requerimento de sua autoria, convidando os Srs. Pedro Arraes e o Ministro Marco Farani para participar de Audiência Pública a fim de discutir a atuação da Embrapa no mercado internacional.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Esse é um requerimento que eu apresentei à comis-

são, e vejo de suma importância, porque é uma Medida Provisória de n.º 504, que será votado próximo, ainda nesse mês ou no início do mês que vem, e que vai permitir a conscientizar essa comissão e os senadores sobre a discussão dessa matéria, dessa medida provisória que vai permitir a Embrapa trabalhar no exterior, facilitar os trabalhos da Embrapa em cooperação com outros países. Então nós vemos de suma importância esse trabalho da Embrapa na parte não só interna como a nível internacional, motivo pelo que nós achamos de importância ouvirmos esses diretores, tanto o Diretor da Embrapa quanto da Agência Brasileira de Cooperação, para que eles expliquem quais são os trabalhos que a Embrapa irá realizar e de que forma irá realizar no exterior.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que se pretende nesta proposta do Senador Gilberto Goellner é ouvir os dois atores principais nessa mudança que se pretende dar à Embrapa, conferindo-lhe uma expansão em seus mercados. O que se busca, na verdade, é uma atuação da Embrapa no exterior, e para isso se faz necessária a mudança da lei, e é o que propõe a MP 504.

Satisfeita com o esclarecimento, Senadora Kátia Abreu?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria, inclusive, de dizer que a Secretaria da Mesa providenciou, também, anexou a Medida Provisória 504.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Está aqui anexada.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então poderá oferecer melhores esclarecimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para contribuir, a ABC, que é a Agência Brasileira de Cooperação, é importante que ela venha até aqui falar sobre o seu trabalho, está fazendo trabalho em vários países da África, inclusive o SENAR, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural da CNA é parceiro em Angola na qualificação profissional dos produtores e trabalhadores angolanos, e já estamos chegando até Moçambique. Atingir as metas do milênio, que é o fim da fome, a metade até 2015.

Portanto, o trabalho tem sido muito interessante e a Embrapa tem participado fortemente com pesquisa,

haja vista que a agricultura na África é similar a do Brasil devido aos trópicos, a localização dos trópicos, lá é a savana e o nosso aqui é o cerrado. Essa cooperação mútua é de interesse do Brasil, na minha impressão, não só na área de pesquisa, mas como principalmente treinamento dos trabalhadores e produtores angolanos, para que nós possamos lutar contra a fome que se encontra em grande parte no continente africano.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Inquestionavelmente a proposta é pertinente, já que a Embrapa já vem dando a sua cooperação em alguns projetos, mas é importante que seja institucionalizada a sua atuação no exterior. Trata-se de uma instituição de relevância reconhecida por toda essa comissão, e tenho certeza que a proposta do Senador Gilberto Goellner atende a todos os pressupostos, especialmente ao grande interesse de todos os parlamentares que compõem esta comissão, em acompanhar tudo aquilo que está sendo projetado pela Embrapa.

Em votação a matéria, o requerimento do Senador Gilberto Goellner. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Senhores e senhoras membros desta comissão, nós temos que fazer uma comunicação da mais alta relevância. Às 15 horas de hoje, na Sala 6, da Ala Nilo Coelho, nós vamos realizar uma reunião desta comissão para apreciar as emendas da Comissão ao Orçamento-Geral da União. Portanto, faço a convocação de todos e encareço o comparecimento, já que estamos esgotando praticamente o prazo para apreciação desta emendas.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada esta reunião. Muito obrigado pelo comparecimento de todos.

Sessão encerrada às 10h58.

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2010, ÀS 15:00 HORAS.

Às quinze horas e dez minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dez, na sala 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, ANTONIO CARLOS VALADARES, ROMERO JUCÁ E JOÃO TENÓRIO**. O Senhor Presidente da Comissão,

Senador **VALTER PEREIRA**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PL nº 59, de 2010- CN, Projeto de Lei Orçamentária/2011 - OGU**. Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre 64 (sessenta e quatro) emendas de apropriação apresentadas e nenhuma de remanejamento, as 4 (quatro), de apropriação, representantes da Comissão, foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador **Gilberto Goellner**, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA: 22101** - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais – Nacional. **Valor: 100.000.000**; **Emenda nº 2-CRA: 22101** - Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003) – Nacional. **Valor: 460.000.000**; **Emenda nº 3-CRA: 49101** – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional. **Valor: 120.000.000**; **Emenda nº 4-CRA – 22202** – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia – Nacional. **Valor: 130.000.000**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às 15 horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Sessão da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da Ata da reunião anterior e, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, portanto está devidamente aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº. 59, de 2010, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2011, Mensagem nº. 121, de 2010, CN, nº. 531/ 2010, na origem.

Esclareço à comissão que foram apresentadas 64 emendas, conforme o quadro que se encontra sobre as bancadas. O relator, Gilberto Goellner, manifestou-se favoravelmente às seguintes emendas: 1, Jayme Campos; a 33, do próprio relator, Gilberto Goellner; a 41, do Senador Romero Jucá; a 3, do Senador João Tenório. [interrupção no áudio] Então, o ilustre relator promoveu

a aglutinação da emenda do Senador Jayme Campos, as dos Senadores Augusto Botelho, Marconi Perillo e Valter Pereira, a do próprio relator, Gilberto Goellner, com Valter Pereira, a do Senador Romero Jucá com a Senadora Serys Slhessarenko, Senadora Fátima Cleide, Senador Marconi Perillo e Senador Valter Pereira, e a do Senador João Tenório com o Senador Gilberto Goellner, Neuto De Conto e Kátia Abreu.

Portanto, nós vamos passar a palavra para o ilustre relator, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebeu, no prazo estabelecido, na convocação, 64 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº. 56, de 2010, CN, Projeto de Lei Orçamentária para 2011, conforme discriminado no Anexo I, que integra esse parecer.

Análise das propostas: *“Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nos termos do art. 44, § 1º, 2º, da Resolução nº. 1, de 2006, CN, Congresso Nacional, pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamentos, relativas às matérias que lhe sejam afetas regimentalmente. A análise, por nós empreendida, focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da comissão e ao interesse nacional. Nesse relevante aspecto, algumas propostas estão em desacordo ao art. 44, 2º, e ao art. 47, 2º, da Resolução nº. 1/2006, do Congresso Nacional, bem como as decisões do Comitê de Admissibilidade das Emendas. Tecnicamente são inadmissíveis as emendas listadas a seguir, por estarem em desacordo com a norma do Comitê de Admissibilidade, no que se refere à Modalidade de Aplicação 99, a definir. Treze, as emendas coletivas não poderão ser apresentadas e aprovadas na Modalidade de Aplicação 99, que aplicação a definir.*

São as seguintes as emendas que foram rejeitadas tecnicamente: as emendas de nº. 11 a 16; as emendas de nº. 23 a 28 e as emendas nº. 47, 54 e 57. Contudo, como as emendas apresentadas ainda são propostas a serem apreciadas pela comissão, não obsta(F) que o autor faça a devida correção, indicando a modalidade adequada. Observe-se que a emenda nº. 58, além de apresentar duas ações no mesmo subtítulo, o que é vedado pela Resolução nº. 1, de 2006, e pela LDO vigente, possui característica de subtítulo genérico. Sugerimos sua inadmissão. Da mesma forma, as Emendas nº. 30 e 32 estão em desacordo com as normas. Recomendamos que a Emenda nº. 5 seja

encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, dado que, apesar de ser objeto, pertencer à área temática da agricultura, a execução orçamentária está a cargo do Ministério da Fazenda.

Com o objetivo de atender o maior número possível de propostas, todas, inegável mérito, nosso estudo contemplou a semelhança verificada entre emendas de apropriação, que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária, conforme Anexo 2, de forma a proceder à aglutinação das mesmas e atingir o número de emendas que cabe à comissão, ou seja, quatro emendas. As demais emendas, a despeito do mérito, foram rejeitadas, dado o reduzido número de emendas que a comissão pode encaminhar à CMO. Dessa forma, propomos a aprovação das seguintes emendas de apropriação: a de nº. 1, que tem como autor Jayme Campos; a de nº. 2, Augusto Botelho; a de nº. 52, Marconi Perillo; a de nº. 60, Valter Pereira. São as emendas aglutinadas pela ordem, no valor de 130 milhões de reais, destinada à unidade orçamentária da Embrapa, na Ação 2D36, Pesquisa e Desenvolvimento para Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia Nacional. Segunda emenda, por ordem, a de nº. 33, que tem a minha autoria, aglutinada com a do Senador Valter Pereira, de nº. 61, no valor de 100 milhões, destinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem como Ação 8658, Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais. Terceira emenda. Emenda nº. 15, aglutinada, da Senadora Serys Slhessarenko, aglutinadas de nº. 41, do Senador Romero Jucá, 24, Senadora Fátima Cleide, 53, Senador Marconi Perillo, e 54, Senador Valter Pereira, pela ordem, destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem como Ação o nº. 8991, para o apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais, no valor de 120 milhões. A quarta e última emenda, que tem como proponente, pela ordem, a de nº. 3, que é do Senador João Tenório, aglutinada a mais três senadores, a de nº. 31, também de minha autoria, a de 45, Neuto De Conto, e a 47, Senadora Kátia Abreu, no valor de 460 milhões de reais, destinada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem como Ação o nº. 099F, destinado à concessão de subvenção econômica ao Prêmio do Seguro Rural, que é Lei nº. 10823, de 2003".

Pelo voto. "Diante do exposto, votamos para que essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere para a apresentação das quatro emendas de apropriação sugeridas. Propomos ainda que a Secretaria dessa comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias, à formalização e apresentação das emendas, junto à Comissão

Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, CMO".

Era esse o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O ilustre relator concluiu pela aprovação das emendas que especificou, ou seja, a nº. 1, junto com a nº. 2... A 1, de Jayme Campos, a 2, de Augusto Botelho, a 52, de Marconi Perillo, a 60, de Valter Pereira, todas aglutinadas; a nº. 33, do Senador Gilberto Goellner com Valter Pereira; a nº. 15, da Senadora Serys Slhessarenko com Romero Jucá, Fátima Cleide, que é 41 a 24; a 53, Marconi Perillo; e a 54, Valter Pereira; a 3, do Senador João Tenório com o Senador Gilberto Goellner; 31, 45, Neuto de Conto; 47, Kátia Abreu.

Portanto, estão contempladas, pelo relator, as ações da Embrapa de Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia Nacional, do Ministério da Agricultura e Pecuária, ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, a emenda do MDA, de apoio a projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais, e do Ministério da Agricultura, para a concessão de subvenção econômica ao Prêmio de Seguro Rural.

Em discussão o parecer do relator Gilberto Goellner. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. Os Sr. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Não havendo manifestação em contrário, portanto, estão aprovadas. As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente reunião, estando, portanto, dispensados deste compromisso todos os senadores que estão presentes.

Sessão encerrada às 15h45.

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2010.

Às nove horas e cinquenta e um minutos do dia trinta de novembro de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS, EDUARDO SUPPLY, HERÁCLITO FORTES E SÉRGIO ZAMBIASI**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, Augusto Botelho, César Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Raimundo Colombo e Marisa Serra-

no. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 11, de 2010-CRA**, aprovado em 4/5/2010, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de analisar e debater os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país, com a participação dos seguintes convidados: **Luiz Cláudio Meirelles** – Gerente-Geral de Toxicologia – GGTOX – Representante do Sr. **José Agenor Álvares da Silva** – Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Professor Doutor **Geraldo Papa** – Professor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – **UNESP de Ilha Solteira** e Doutor em **Entomologia**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu e Gilberto Goellner. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO Nº 22, DE 2010 – CRA: ASSUNTO:** Requer, em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2010-CRA, aprovado em 04 de maio de 2010, nos termos do inciso V, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos III e V e 93 inciso II, ambos Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o **Senhor José Agenor Álvares da Silva – Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**, para participar de Audiência Pública com o objetivo de debater os mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país. A oportunidade apresenta sugestão no sentido de que também sejam convidados para participar da audiência pública: - representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; - representante da Associação Brasileira dos Defensivos Genéricos- **AENDA**; e representante da Associação Nacional de Defesa Vegetal – **ANDEF**. **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 26ª Reunião da

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Como não há nenhuma manifestação em contrário, está, portanto, aprovada a Ata.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº. 11, de 2010, aprovado no dia 4 de maio deste ano, de autoria da Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de analisar e debater mecanismos de regulação e controle de agrotóxicos no país, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que convido para participar da Mesa; Professor Dr. Geraldo Papa, titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, de Ilha Solteira, e doutor em Entomologia, convido para participar da Mesa, a nossa esquerda.

Bem-vindo aos dois expositores, e, nesse momento, nós passamos a palavra à Kátia Abreu para esclarecer as razões que levaram-na a propor esta Audiência Pública.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu gostaria, aqui, de deixar a minha reclamação pelo convidado aprovado não ter vindo a esta comissão. Está sendo substituído, hoje, que é o Sr. Agenor Álvares.

Nós aprovamos essa Audiência Pública em maio, e ele não conseguiu encontrar agenda, até hoje, para vir debater a questão.

Portanto, ele manda um substituto, que não quero desprestigiar aqui a vinda do substituto, muito pelo contrário, dar as boas-vindas, mas o grande responsável pelo motivo desta Audiência Pública, que é o autor de uma entrevista no jornal “*Le Monde Diplomatique Brasil*”, que publicou uma entrevista bastante prejudicial ao país: “*O Brasil Envenenado*”, e o subtítulo “*Alimentos Contaminados*”.

Então, a partir de um momento que um diretor da ANVISA, que é o responsável em avaliar, aprovar ou não, os defensivos para agricultura, genéricos ou não, faz uma declaração dessa na imprensa, ele tinha a obrigação de vir se justificar no Senado Federal. Está dando prejuízo a um patrimônio nacional, Sr. Presidente.

Essas pessoas se esquecem que elas também comem, e que elas querem comer barato. Se ele tem um bom salário na ANVISA, não é o caso de milhares e milhares de brasileiros que ganham o salário

mínimo ou que não ganham nada, e, que, portanto, precisam comer comida com defensivos sim, porque é a única forma de se fazer o alimento mais barato, infelizmente.

Se nós pudéssemos produzir orgânico para todo o Brasil, e todo mundo, nós iríamos precisar de, no mínimo - nunca fiz essa conta – mas, no mínimo, três Brasis, eu acho, que nós precisaríamos para - ou quatro, daí para mais - para produzir o mesmo tanto que produzimos hoje, para os brasileiros e para exportar.

Então, eu não compreendo onde é que essas pessoas querem chegar. Elas querem atingir quem? As pessoas pobres, que não podem pagar comida cara? Ou eles estão revoltados de que o Brasil diminuiu o preço da compra da comida em não sei quantos mil porcentos?

Há 40 anos atrás, Sr. Presidente, o trabalhador brasileiro gastava 50% da sua renda com comida, hoje ele gasta 18. Se não nos atrapalhassem, os agricultores poderiam estar aí, fazendo com que isso custasse 12 da renda de um trabalhador.

É exatamente a dificuldade criada por esse cidadão, Sr. Agenor Álvares, que faz com que o trabalhador não diminua o custo com comida para 10, 12%, porque um genérico na agricultura, nós até precisamos medir a dimensão disso, é infinitamente mais barato o defensivo, causa concorrência, competição e o custo de produção baixa. Se o custo de produção baixa, a camisa no supermercado também fica mais barata.

Então, eu não sei a favor de quem que esse cidadão trabalha. Porque a favor do Brasil não é, a favor dos agricultores também não, a favor das pessoas pobres que precisam comprar comida barata também não.

Será que ele está representando algumas empresas? Eu queria perguntar isso para ele; infelizmente ele não quis vir, mas nós vamos convocá-lo. Convocando o Ministro da Saúde, ele está indiretamente convocado.

Então é a única forma, e eu quero colocar esse requerimento em votação, se for possível, com o quorum, não sei se é possível. Mas convocar o Ministro da Saúde ou convocar diretamente o cidadão se for possível e se o regimento permitir.

Está igual ao cidadão do IBGE, um ano de convite, um ano de convite educado e não vem, não tem para vir ao Congresso Nacional, agora para fazer as barbaridades contra o Brasil tem?

Dizer que a agricultura, que é um patrimônio responsável por 1/3 do PIB do país, Sr. Presidente, 1/3 do emprego, 42% das exportações. Com que direito um funcionário público, pago com o dinheiro do povo, tem a coragem de fazer isso, com quem paga o seu salário? Ele não tem o direito de fazer isso.

Além dessa barbaridade aqui dita, Sr. Presidente, eu sou uma pessoa persistente, eu tenho muitos defeitos, mas eu sou uma pessoa persistente. Talvez, uma das poucas qualidades que possuo. Eu estou trabalhando nessa matéria desde 2002, 2002 2003. O motivo, portanto, para 2010, são sete anos o mesmo problema, o mesmo assunto, e eu vou continuar aqui, enquanto estiver, até que solução tenha. Até que essas pessoas possam criar um tipo de brio e interesse pela nação, porque não há justificativa para que isso continue.

Não é possível, que a ANVISA possa estabelecer um papel de atraso ao país, dando prejuízo para a agricultura, dando prejuízo para a população, em defesa de interesses de uma minoria, de uma minoria restrita de meia dúzia, Sr. Presidente.

Não há outra justificativa, é burocracia para dificultar a vida da maioria e beneficiar uma pequena minoria. E o pior de tudo isso, o mais desonesto de tudo isso, Senador Goellner, é que a bandeira é bonita, é a saúde humana em jogo. A população toda fica a favor deles.

Mas não está assim mais não, a população está sendo informada pela imprensa, de que isso não está correto. Então, usaram durante anos a bandeira da saúde como se fosse uma burocracia para preservar a saúde e, na realidade, estão defendendo os interesses escusos, Sr. Presidente. Não estão defendendo os interesses da saúde, porque nos Estados Unidos não é assim e os americanos são super rigorosos, rigorosíssimos com a aprovação de defensivos, genéricos ou não.

Em todas as partes do mundo, usa-se a razão, e a razão contém um dos pontos mais importantes: a preservação da saúde e do meio ambiente.

Por que no Brasil eles querem ser maiores do que o rei? Por que querer ser diferente de todo mundo? Por que sete anos de demora para liberar um defensivo, significa que está trazendo o zelo e cuidado à saúde?

E não adianta fazer cara de espanto, essa é a reclamação que a gente escuta aqui dentro, eu, aqui, só faço o que as pessoas me pedem. Eu represento pessoas, eu estou aqui para isso, para aqueles que não têm esse aqui, olha.

Então, se não viessem atrás de mim, não tinha essa Audiência Pública. Se tem Audiência Pública é porque tem reclamação pesada no Brasil inteiro, há sete anos.

Então, de novo, Sr. Presidente, o senhor desculpa eu ocupar o espaço da comissão. Eu, de novo, venho debater defensivo genérico, registro, reavaliação e

tudo novamente. Vamos lá. A vida é assim. E a gente não pode desistir.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero comunicar à ilustre Senadora Kátia Abreu, que por força do art. 58 do Regimento Interno, aliás, da Constituição, V. Exa. tem a faculdade de convocar a autoridade que foi mencionada, para prestar os esclarecimentos.

E, na minha avaliação, se a declaração não foi atribuída ao órgão, mas ao seu titular, é ele realmente, que tem que responder por ela. Todavia, como há um representante do órgão, nada prejudica o depoimento que ele pode prestar esclarecendo a matéria, aliás, o tema em si.

De sorte, que vamos dar prosseguimento à Audiência Pública, passando a palavra para o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente-Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Bom, bom dia a todos. Em nome do Diretor-Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo de Mello, e do Diretor-Supervisor da Gerência-Geral de Toxicologia, Dr. José Agenor Álvares, eu gostaria de agradecer ao Senador Valter e aos demais senadores, o convite para estarmos aqui, tratando desse tema, que também nos é muito caro, pelo trabalho que a instituição vem desenvolvendo ao longo desses anos. E cumprimentar também o Dr. Geraldo Papa, presente nessa Mesa, para debatermos o assunto. Próxima.

Eu gostaria de dizer que a ANVISA, na sua atribuição, vem desenvolvendo aquilo que está descrito na lei de agrotóxicos e em todos os regulamentos que foram estabelecidos a partir de então.

Então ela, nesse contexto, além da sua missão, da missão geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é proteger e promover a saúde da população. Ela, na sua área de toxicologia, ela é responsável pela regulamentação, análise e controle de fiscalização de produtos e serviços que envolvam agrotóxicos, outras substâncias químicas e agentes de substâncias de interesse toxicológicos. E, ainda, no contexto do estado brasileiro, ela é responsável por orientar as ações de toxicovigilância. Isso tudo é que está no nosso marco legal e a instituição tem feito, tem desenvolvido o seu papel desde a sua criação.

O Ministério da Saúde já atuava anteriormente, em termos de como controlar, como avaliar e controlar essa substância, conforme está proposto para ser discutido aqui nessa Audiência Pública. Próximo.

Se nós olharmos ali, o marco legal de avaliação de agrotóxicos, na questão da regulamentação, tudo que está ali marcado, num verde claro, do ano 2000

para cá, a regulamentação no Brasil avançou muito, e ela avançou em função de uma mudança do marco legal internacional e da constante preocupação não só do Estado brasileiro, mas de todos os estados e blocos internacionais que discutem a questão do perigo à saúde humana, relacionada aos agrotóxicos e seus componentes afins.

Então aconteceram muitas mudança, e, no Brasil, aí nós temos uma sucessão de decretos que implementaram coletas de embalagens vazias, que implantaram o sistema de equivalência com a qualidade técnica muito maior, que propuseram revisão de monografias de vários produtos que eram extremamente perigosos e já estão retirados de outros países do mundo, e definiu uma série de outras normas, inclusive, fortalecendo a área de produção orgânica.

Nós avançamos aí, e numa discussão que é importante dizer, bastante intersetorial. Essa discussão não é feita pela ANVISA, exclusivamente; a gente discute com o Ministério da Agricultura, com o Ministério do Meio Ambiente, a gente trabalha, inclusive, com o Ministério da Indústria e Comércio, na questão de propriedades de dados e patentes.

A gente tem trabalhado com todos os órgãos, na tentativa de aprimorar, cada vez mais, o marco legal, e aí está um exemplo que nos últimos dez anos, o quanto tem se trabalhado na esfera de governo, para que a gente possa avançar na melhoria dessas avaliações. Entendendo que o modelo agrícola vigente no País, ele necessita da utilização de agrotóxicos, e nós avaliamos os agrotóxicos. Não existe nenhuma postura contrária ou ideológica contrária aos agrotóxicos.

Nós fazemos a avaliação, nós buscamos aprimorar, seguindo aquela orientação nacional e internacional e tudo aquilo que está escrito desde a nossa Constituição, no sentido de, cada vez mais, proteger a população dos danos que essa substância, que é tóxica na sua origem, porque lê é sintetizada para matar as pragas, que ela seja utilizada da maneira mais segura.

E nós temos, eu acho que todos são sabedores, de uma série de situações que hoje, e relatos, estudos desenvolvidos em várias áreas do país, que mostram inúmeros cenários onde a gente tem problemas com essa utilização, que vão desde os preparos dos trabalhadores até o uso indiscriminado de substâncias que já estão banidas em vários países. Próximo.

O nosso papel, então, na avaliação toxicológica é avaliar toda a parte de exposição ocupacional, e se preocupar com a exposição através da dieta, porque a criança responde a determinadas substâncias de uma forma, assim como os idosos. Então todo o trabalho é feito, todo o enfoque técnico, é feito com essa visão de proteger esse segmento da população. Próximo.

Na questão intersetorial também, é importante dizer que a gente trabalha com os outros órgãos. A ANVISA faz a avaliação toxicológica junto com o IBAMA e o Ministério da Agricultura e quem registra, no caso, os produtos agrícolas é o MAPA. Os agrícolas, hoje, correspondem a 80% dos ingredientes ativos utilizados no país. Próximo.

Também, a gente avalia os produtos que são usados para campanha de saúde pública e para uso em ambientes domésticos, que são os mesmos ingredientes ativos agrotóxicos e pela definição da lei se enquadram como agrotóxicos. Próximo.

E também para uso em água e tratamento de madeira. Próximo.

Então, esse trabalho é feito com esses órgãos, a avaliação não é só da ANVISA, é de todos os órgãos e que define se o produto tem risco aceitável ou não.

Bom, o que a ANVISA faz é trabalhar com... Ela tem uma legislação que estabelece quais são os critérios de classificação e também de proibição de produtos para uso no país, quem define isso é a lei, é importante a gente chamar atenção para isso aqui.

E, no nosso caso, esses estudos são avaliados, são estudos desenvolvidos de curto e longo prazo em animais de laboratório e o que se utiliza na ANVISA são os critérios internacionalmente aceitos.

E é importante dizer, hoje, que a ANVISA, inclusive, íntegra, assim como o MAPA e o IBAMA também começam a integrar, já estão participando, de avaliações técnicas internacionais para ingrediente ativos novos; a gente faz esse trabalho junto com a EPA, tem trabalhando junto com a OECD nessa questão.

E os estudos que são avaliados, são aqueles que têm comparabilidade, reprodutibilidade, *end points* relevantes, uniformidade de tratamento. É importante chamar a atenção disso, nós não inventamos critérios, nós não criamos critérios, os critérios são aqueles que estão definidos pela lei e aqueles que estão definidos pela comunidade científica internacional.

Com base nesses critérios a gente toma a decisão de autorizar ou não a utilização de um produto no país. Chamo a atenção para um outro aspecto também. Nós temos situações às vezes de demora, como foi relatado aqui pela senadora, e isso faz parte de um processo também de construção.

O sistema de equivalência, avaliação para equivalência no Brasil, ele tornou-se muito mais complexo, avaliação de ingredientes ativos novos é bastante demorada, são dossiês com 40, 50 mil páginas, às vezes, que os técnicos da ANVISA têm que se debruçar para avaliar. E, hoje, nós somos, 35, no caso da ANVISA, para fazer avaliação toxicológica.

O IBAMA também tem problemas, o MAPA também tem problemas e aqui nós já tivemos oportunidade, em audiência pública, de trazer essa situação, que é necessário, para um Brasil que utiliza 750 mil toneladas de agrotóxicos por ano, que se isso é uma preocupação do ponto de vista de saúde pública, ele também tem que ter uma estrutura que dê resposta do ponto de vista de meio ambiente, saúde para a sociedade. A gente precisa ter monitoramentos frequentes, serviços que operem, para evitar danos à população.

Então, eu queria trazer isso aqui. A ANVISA tem trabalhado o tempo todo com esse enfoque que é bases científicas internacionais e a situação de uso em termos nacionais. Próximo.

As modalidades de registro que nós fazemos estão aqui, que são várias modalidades, é importante dizer que quando se avalia um agrotóxico você avalia desde a experimentação e depois ele pode sofrer várias alterações pós-registro; não é um agrotóxico que é avaliado unicamente, aqui a gente está chamando a atenção para seis modalidades, se a gente entrar em cada uma dessas elas vão se desdobrar em vários outros trabalhos, cada trabalho desse requer rever os processos, processos esses que são depois arquivados e mantidos no arquivo nacional, dada a possibilidade, no futuro, de termos algumas discussões sobre problemas associados a ele, então toda documentação e dossiê tem que ser adequadamente guardada. Próximo.

Estabelecemos, então, limites, todas essas medidas de proteção e aprimoramos as normas técnicas, assim como orientamos os estados brasileiros na questão da fiscalização do uso e das ações de controle.

Hoje, o Brasil, é uma preocupação no âmbito da Secretaria de Vigilância, na Secretaria de Meio Ambiente e de Agricultura, a questão do controle da utilização dos produtos, até porque nós somos um grande usuário. Próxima.

Bom [soa a campainha], na parte da avaliação eu... Está bom. Na parte de avaliação vou passar rapidamente aqui no controle pós-registro, porque aqui nós colocamos controle, a ANVISA não se preocupa só com a parte de avaliação toxicológica, toda a informação produzida após a liberação dos produtos é fundamental para a tomada de decisão daquele órgão que avalia esses produtos.

Então, nós coordenamos uma rede nacional de centros de formação e assistência toxicológica, que é o que produz melhor informação do ponto de vista epidemiológico, das intoxicações e agravos que acontecem no Brasil. Hoje, nós temos o Sistema Nacional de Agravos do Ministério da Saúde, mas a notificação ainda é bastante baixa, e segundo a própria Organização Mundial da Saúde, ela não chega a 10% do

quantitativo que ocorre. Daí a importância de a gente aprimorar esses temas.

Nós coordenamos um programa de análise em resíduos de agrotóxicos em alimentos. É importante dizer que a lei de agrotóxicos é de 1999, porém o serviço que implementou o monitoramento de resíduo em alimentos começou em dez anos, começou apenas há dez anos atrás, em quatro estados e, hoje, atinge toda a federação, o que está propiciando a todos os agentes que estão na ponta, organizarem as suas atividades.

Reavaliação toxicológica de agrotóxicos que tem sido objeto de muita discussão, a gente tem colocado em reavaliação toxicológica aqueles agrotóxicos que tem importante perigo à saúde humana. Então, agrotóxicos que estão sendo banidos lá fora e de 2008 para cá nós colocamos 14, como estão aí depois na apresentação que vai ficar disponibilizada.

E eu quero dizer também entra uma média aí de 10 a 12 ingredientes ativos novos no país, assim como a agricultura tem avançado bastante em manejo e modalidade de controle. O que está se discutindo são aqueles produtos que têm um risco inaceitável e que também impactam o sistema de saúde em termos de custo.

Tem entrado uma média de dez produtos novos, aí incluindo feromônios, semioquímicos, bioquímicos, e os que estão saindo, a gente está numa reavaliação, desde o ano de 2008, de 14 ingredientes ativos novos. Então, fora isso, a agricultura tem se desenvolvido muito também no sentido de buscar manejos que reduzam a utilização daquelas substâncias mais perigosas.

E, recentemente, também, em 2009 para cá, a ANVISA passou a atuar na fiscalização, o que foi muito importante, porque a gente avalia os produtos, é importante dizer isso aí teve um impacto grande, e muito daquilo que estava sendo autorizado, muitas vezes não correspondia ao que foi autorizado ou que embasou ou estudos toxicológicos. Isso gerou um grande debate e como resultado a gente já começa a colher frutos que algumas empresas visitadas recentemente aprimoraram tremendamente o seu procedimento [soa a campainha]. Isso não é só um prejuízo para a saúde, isso é um prejuízo para o agricultor. O agricultor, ele pode está usando um produto que não vai funcionar no controle daquela praga.

Infelizmente, o tempo é curto, mas aqui nós temos um pouco do detalhe de cada uma dessas atividades pós-registro e dizer aqui que a ANVISA no seu papel institucional vem tentando fazer da melhor forma possível. A quantidade de agrotóxicos que nós temos autorizados, hoje, chega a 1.400, nós temos aí em torno de 430 ingredientes ativos autorizados, que podem ser remanejados ou articulados de forma a trazermos uma

produção integrada, que diminua os perigos à saúde humana, e tentado melhorar o nosso parque industrial na qualidade desses produtos que são oferecidos ao agricultor e que têm consequências para a saúde humana ou para o meio ambiente, se não forem utilizados e observados aquelas recomendação de uso.

É esse o recado, me coloco à disposição para o debate.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos... Agradecemos os esclarecimentos prestados pelo Dr. Luiz Cláudio Meirelles, da ANVISA, e passamos a palavra ao segundo expositor Prof. Dr. Geraldo Papa, Professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, de Ilha Solteira e doutor em Entomologia.

SR. GERALDO PAPA: Ok. Bom dia a todos. Eu agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui debatendo algo tão importante para a agricultura brasileira.

Eu concordo, na maior parte, com a senadora, em relação àquela afirmação que foi feita, que é um prejuízo enorme para a agricultura brasileira.

Os defensivos agrícolas não podem, de forma alguma, serem tratados como... Demonizados. Se, hoje, houvesse um decreto proibindo os defensivos agrícolas, eu vou ser otimista e generoso, mas em 15 dias estaria faltando alimento. Então, eles são importantes e eles respondem a 99% do controle de pragas, ou seja, 99% do meio de controle de pragas é feito por defensivos agrícolas.

Por outro lado, eu concordo que ele é um sida, como comentado aqui pelo Luiz Cláudio, ele precisa ser regulamentado, ele precisa ser trabalhado com cuidado, e a reclamação, eu recebo, eu trabalho com pesquisa na área de manejo integrado de pragas, onde eu uso os defensivos agrícolas como um ferramenta, da forma que atenua os seus efeitos deletérios, seus efeitos colaterais. É possível, é perfeitamente possível extrair dos defensivos agrícolas aquilo que ele tem de bom e minimizar, atenuar, ou até eliminar o que ele tem de ruim.

A reclamação maior que eu ouço dos agricultores, dos órgãos, das associações, das próprias empresas, é muito mais quanto à demora na regulamentação, então é difícil, realmente, para eles entenderem e é difícil para o agricultor entender que tem algo que vai ajudar ele e que está demorando, até uma das minhas perguntas, acho que foi parcialmente respondida pelo Luiz Cláudio, que eu não acredito que seja talvez ideológico, e assim a questão de estrutura, então a ANVISA, pela importância que tem, pela importância das análises que tem que fazer, deveria, aí, lógico, que fica, até depois

para o Luiz Cláudio comentar melhor, aumentar a sua estrutura, ter uma estrutura melhor.

Um outro ponto importante é que o brasileiro comum, ele não é um consumidor filosófico de orgânico. Vejam, orgânico é um segmento importante, não tenha dúvida, quem pode consumir orgânico, perfeito. Portanto, o brasileiro comum, ele custa mais caro, ele olha para um fruto, para um legume, ele não está, assim, preocupado se isso foi produzido por um agricultor das pradarias de Brasília, alguma coisa nessa linha.

O que é que interessa para ele: isso aqui vai me fazer mal? Isso aqui está sadio? E é perfeitamente possível a utilização de defensivos e alimento sadio. Até a afirmação ali de que precisamos comer alimentos com defensivo. Não é bem assim, é perfeitamente possível trabalhar com defensivo dentro de um esquema de manejo e quando eu falo em esquema de manejo, eu não estou falando em poesia, em olhar borboletas voando, eu estou falando em algo objetivo dentro da agricultura e, ainda assim, produzir alimentos sadios.

A questão do genérico, eu concordo totalmente com a Senadora, traz um benefício enorme para o agricultor, barateia o produto para ele. Hoje, com o avanço da tecnologia dentro das empresas agrícolas, nós já estamos tendo genéricos de classe toxicológica 4 entrando, que a patente venceu, entendendo a substituição de defensivos mais antigos como alguns organofosforados.

Discordo, às vezes, com o *time* ou o tempo que a ANVISA às vezes coloca na retirada de alguns defensivos no mercado que ainda não há, às vezes, uma justificativa toxicológica importante. Eu vi, por exemplo, uma avaliação de alguns herbicidas que jogariam o plantio direto fora, que é algo, uma prática altamente conservacionista.

Então, o que eu acho que está faltando? Talvez uma maior agilidade por parte dos órgãos que trabalham com a regulamentação, eu tenho acompanhado a agricultura, a agricultura está com uma visão técnica e objetiva, é muito importante, pelo menos nos últimos anos que eu tenho acompanhado, as reclamações em cima da ANVISA, acredito que sejam mais pela demora, ou seja, pelo menos, é o que me chega do campo, é o que me chega das associações.

Eu até queria, depois, um comentário sobre a possível melhora nessa estrutura para reduzir esse tempo. Mas deixar claro, eu vou fazer aqui uma analogia com medicamentos. Se você calcar, se você hoje decretasse o fim dos medicamentos alopáticos, começaria a morrer pessoas hoje mesmo. Por outro lado, se você calcar tudo no medicamento e comer mal, não praticar exercício, o medicamento acaba não dando conta, ele vai te ajudando, mas ele tem o limite.

A agricultura funciona, mais ou menos, assim. O defensivo, por si só, se você calcar tudo na química, ela não dá conta. Então, as outras medidas como manejo integrado, como controle biológico, enfim, todas as outras medidas são importantes.

Porém, a ferramenta mais útil para o agricultor, mais objetiva, mais efetiva são os defensivos. Então, eles não podem ser demonizados, a agricultura brasileira que é uma agricultura tropical, ela é mais dependente de defensivos do que, por exemplo, o norte dos Estados Unidos, é muito fácil isso, porque como eu estou sempre lá você vê a diferença clara entre o Norte dos Estados Unidos, que é clima temperado, que tem neve no inverno, que tem uma supressão enorme de pragas e eles passam a safra de verão em torno de duas pulverizações; aí você vem ao sul dos Estados Unidos, que é mais comparável conosco, embora ainda seja mais frio lá, eles precisam de mais defensivos, eles são mais dependentes dos defensivos.

Então, a nossa agricultura que é uma agricultura tropical e importante, hoje, talvez, é a grande panela para sustentar as duas maiores bocas que estão crescendo aí, que é a China e a Índia, ela precisa de defensivos.

Outro ponto, os defensivos estão sendo modernizados, essa modernização tem que ser incentivada e ajudada pelos órgãos regulatórios. Eu não ouço reclamação dos critérios e nem dos dossiês, das exigências, a nossa Legislação é boa, é exigente, e sim da morosidade do processo. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós agradecemos o Dr. Geraldo Papa pela contribuição que dá a esta comissão, e anunciamos que já está de posse desta Presidência o requerimento formalizado da Senadora Kátia Abreu, fazendo a convocação do Sr. José Agenor Álvares da Silva, Diretor da ANVISA, para prestar os esclarecimentos que motivaram a convocação desta Reunião.

Agora, nós passamos a palavra, antes de colocar em votação o requerimento, aos Srs. Senadores que queiram debater esse assunto com os expositores que estão presentes.

Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Bom, gostaria de parabenizar a Senadora Kátia pela... Foi a requerente desta audiência. E dizer que nós já tivemos uma audiência similar, mais calcada sobre hortifrutigranjeiros, o senhor se recorda, Sr. Presidente.

Mas, hoje, nós estamos novamente questionando os órgãos regulatórios e fiscalizatórios do país, em relação aos agroquímicos. E, nesse sentido, nós temos, o produto agrícola, ele passa por três comissões, três ministérios, e dentro da ANVISA nós notamos que in-

dependente, Dr. Meirelles, da falta do corpo técnico, que realmente não deve ser compatível com o número de processos existentes.

Hoje, conforme nossa informação, são 300 solicitações de produto técnico que estão sendo analisados e mais 350 formulados, ou que estão sendo analisados ou estão na fila. Então são 650 produtos.

E eu solicitei, em 2009, o ano passado, um requerimento onde eu solicitava o protocolo, as datas de cada processo. Infelizmente a ANVISA ao informar não colocou as datas de cada processo, sendo que existe um decreto, Decreto 4.074 que estipula um prazo, estabelece um prazo de 120 dias para a ANVISA promover a resposta da sua análise.

Então, considerando que existe um prazo, que o Ministério Público normalmente é acionado para... Ele aciona a ANVISA sobre o não cumprimento desses prazos e principalmente porque existem doze produtos que estão sendo, que são amplamente utilizados no país, que são produtos antigos, que estão sendo reavaliados e que também o Ministério Público não está interferindo para o cumprimento do prazo, eu perguntaria ao Dr. Meirelles, a primeira pergunta, se... Por que do não cumprimento desse prazo? Sendo que acabaria ao Ministério Público, inclusive, acionar cada processo. E por que quando a ANVISA toma um procedimento ela não o faz aberto? Abrindo, quem sabe no Senado, abrindo um *site* aonde possa ser consultado todos esses processos, porque existe um *site*, mas ele não traz o acompanhamento, não existe uma integração entre os órgãos.

O IBAMA, o Ministério da Agricultura e ANVISA não trabalham integrado, cada um é uma instituição a parte sobre aquela análise daquele produto, quando deveria ser em conjunto, porque um depende do outro, um efeito depende do outro, e cada um tem a sua competência em relação aquele produto.

Então, esse não cumprimento é a principal reclamação dos fabricantes de defensivos, porque nós temos muitas moléculas interessantes, que agora terão que entrar substituindo alguns produtos que vão ser banidos do mercado, como o endossulfan, que tem um prazo de três anos para sair, e é um produto amplamente utilizado na cultura do algodão contra o bicudo, o percevejo, no café, na cana-de-açúcar contra a broca, o percevejo da soja. Enfim, é um produto genérico, barato e que vai ser banido, tem prazo estipulado de três anos, assim como o acefato já foi.

Enfim, eu vejo que a agricultura brasileira, aquilo que o Dr. Geraldo falou, precisa de moléculas novas, mais compatíveis, com menos, uma vida útil menor, persistência, meia vida menor, que não traga danos à saúde, e que seja fácil de uso do produtor, que todo

produto depende da forma de uso, não só nos hortifrutigranjeiros, mas também nas culturas comerciais, que precisam de um manejo integrado de pragas, que é amplamente utilizado hoje pelos produtores.

Então, a pergunta é específica para o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, que diz respeito ao prazo, ao cumprimento, a grande reclamação dos fabricantes é que a ANVISA não cumpre os prazos e que há pendências lá, inclusive, desse pleito que eu tenho resposta aqui do ano passado, que foi colocados todas as... Todos os processos lá, dando-se uma média de prazo, de 8,3 meses, quando o cumprimento seria quatro meses.

Então, essa é a grande pergunta, o porquê do não cumprimento, e se a ANVISA não é acionada por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Dr. Luiz Cláudio Meirelles, para responder.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Obrigado, Senador Goellner, pelas perguntas, são muito importantes até porque... Eu vou começar falando do prazo, pela última questão.

Essa é uma questão que a gente já vem tratando há muito tempo, tanto desenvolvimento de sistema, quanto de melhoria de estrutura, concurso público para novos servidores, para ampliar a nossa infraestrutura.

Como eu demonstrei aqui, os agrotóxicos, a avaliação fica cada vez mais complexa do ponto de vista da resposta que o estado tem que dar para a sociedade, do perigo que aquelas substâncias têm para o ambiente e para a saúde.

E, inversamente proporcional, os setores têm diminuído o quantitativo de pessoas para trabalhar. Eu sou, como membro da comissão técnica de assessoramento, que eu sou titular nessa comissão que envolve agricultura, saúde e meio ambiente, eu queria dar informação que nós fizemos um documento recentemente, uma reunião com secretários executivos dos três Ministérios, colocando essa situação.

Isso não é uma situação exclusiva da ANVISA, essa é uma situação também do MAPA e também do IBAMA, os três órgãos reclamam essa imensa dificuldade que tem para dar conta do volume de situações a serem avaliadas, da qualidade técnica que se exige cada vez mais dos órgãos, porque senão a gente poderá responder futuramente por isso, e a nossa estrutura ainda está aquém da demanda que tem aumentado muito nos últimos anos.

É importante dizer, na medida em que o país foi avançando na questão agrícola, a demanda também aumentou muito, e não houve um crescimento proporcional a essa demanda. A gente tem sempre o desejo,

eu como gestor nessa área, de não ter atrás na avaliação de processos, não é, agora nós não podemos autorizar um produto sem aquela certeza técnica de que ele foi avaliado dentro de todos os parâmetros que são exigidos tanto pela lei, como aqueles que são cientificamente recomendados.

Então, era... Nessa questão de prazo a gente está trabalhando, já levamos um documento para os secretários executivos, houve uma reunião com os três secretários executivos para tentar melhorar essa nossa estrutura, dada a importância que tem essa análise e a dificuldade que os três órgãos vêm tendo para desenvolver isso.

É importante trazer isso aqui para o Senado, porque a gente espera apoio no sentido de melhorar a nossa infraestrutura para poder melhorar essa avaliação. Isso eu queria colocar.

Com relação à transparência, é importante dizer que a ANVISA publica tudo no *site*, toda ordem de processo está lá colocada. Inclusive, as notas técnicas que resultaram, às vezes, indeferimento de um determinado ingrediente ativo novo ou já usado, a gente tem divulgado tudo, inclusive, a data que o processo entrou e a data que ele está sendo concluído.

E tem um tratamento exclusivo para produtos técnicos equivalentes ou conhecidos como genéricos. Nós temos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Não, o andamento, o andamento, ele pode ser consultado internamente, nós atendemos as empresas, nós atendemos por *e-mail*, de como é que está a análise, e como é que está sendo feito. Até o momento que aquele dossiê vai para a mão do técnico, ele está preenchendo uma nota técnica completa, o que a gente diz que o andamento está em análise.

Agora, o detalhe da análise, qualquer empresa que é detentora daquele pedido de registro pode solicitar. A gente tem audiência que é conjunta entre os três órgãos a cada 45 dias e os pedidos por *e-mail*, por telefone, direto para a gerência, isso tudo tem sido atendido ou respondido na medida em que nós temos o encaminhamento dado.

Agora lá nós colocamos se ele está concluído, se ele está em análise, se ele foi deferido ou se ele foi indeferido. Isso tudo está sendo feito.

E os sistemas, no caso de produtos para experimentação, nós temos um sistema que agrega os três órgãos. No caso de componentes, nós estamos concluindo um sistema agora que vai integrar os três órgãos e cada órgão agora tem o seu próprio sistema para poder desenvolver esse tipo de avaliação. O

IBAMA tem um sistema, a ANVISA está fechando um sistema. Aí o ideal é que fosse feito nos três órgãos, se tentou isso com o SERPRO, mas infelizmente não foi possível o sistema comum. Agora, as análises e as sugestões são diferentes. O que a gente faz é divulgar todo o procedimento de análise e todo esse processo é tratado com extrema transparência.

Com relação aos reavaliados também, nós temos dado prioridade, ante duas questões que o senhor colocou, senador. Uma é com relação ao processo de decisão da reavaliação. Eu queria dizer que os prazos que têm sido dados para programação de retirada do produto do mercado, os prazos tem sido dados para programação de retirada do produto do mercado, eles têm sido discutidos tanto com o Ministério da Agricultura como o Ministério do Meio Ambiente. Não tem sido uma posição unilateral da ANVISA, a gente senta com os dois órgãos e eles avaliam, porque a gente chega a conclusão de o que produto é um perigo inaceitável para a saúde humana, isso está suportado pela nossa Legislação naquilo que diz que esse produto não pode ter uso. Mas nós somos consequentes no sentido de sentar com o Ministério da Agricultura e ver quais são os prazos factíveis para retirada.

E isso tem sido feito, no endossulfan isso foi feito, discutido com a agricultura, recentemente na retirada do metamidofós, nós sentamos e discutimos isso com o Ministério da Agricultura também e com o IBAMA e a decisão, então, ali foi fechada com relação à retirada do produto, com base naquele órgão que olha que substitutos tem.

E aí já entrando na questão dos substitutivos, para aquele produto que está sendo retirado, o Ministério da Agricultura, em todas essas situações, ficou responsável por fazer um indicativo de que produtos poderiam entrar substituindo para que a gente priorizasse a análise desses produtos. Então, o procedimento tem sido esse, exatamente como o senhor colocou, no sentido de não trazer prejuízo. Agora, com o propósito de retirar aquele produto que claramente apresenta perigos para a saúde humana e que ele precisa ser substituído de alguma maneira.

Então, não sei se respondi a todos os questionamentos do senhor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, seria possível a dúvida que ficou ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode pedir esclarecimento.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Em relação aos trabalhos científicos que a comunidade científica realiza sobre determinado produto, tanto a nível internacional, como... Principalmente as

universidades brasileiras e órgãos privados que também testam produtos e que acompanham essas experiências mundiais sobre determinado produto. Isso aí é publicado, é avaliado, é levado em consideração pela ANVISA?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sobre essa... A cobrança a essas empresas, dando divulgação para que todos fiquem sabendo a que veio aquele produto e qual é o nível de conhecimento que existe sobre ele. Se isso aí é colocado abertamente ao público, por exemplo? Inclusive, no *site* poderia se colocar isso aí.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Sim. Deixa eu explicar como é o procedimento com relação à reavaliação.

Nós publicamos uma nota técnica com todos os aspectos da avaliação, da reavaliação toxicológica daquele ingrediente ativo. Nessa nota técnica estão colocadas todas as referências, recentemente, inclusive, houve um pedido do Congresso, nós mandamos os estudos na íntegra, que estão dentro dessa nota técnica. Então, essa nota técnica traz todas essas referências e esses produtos ficam por um período não menos do que 60 dias em consulta pública.

E é importante informar também, nos critérios que a gente adotou tanto no CTA que vale para nós, para o IBAMA, para a Agricultura se tiverem reavaliando produtos também, porque é uma obrigação dos três órgãos reavaliar produto na sua área de competência, nós recebemos as empresas, os seus especialistas, a qualquer momento, tanto antes da publicação da nota técnica, como durante o período de publicação dessa nota técnica, todo esse processo é aberto para uma discussão ampla.

É importante dizer que no caso de alguns produtos que foram reavaliados recentemente, como endossulfan e metamidofós, raros e pouquíssimos foram os pedidos para se fazer uma discussão técnica sobre o processo de decisão que estava se adotando.

Esse procedimento adotado é divulgada numa nota que consta do CTA e do site do comitê técnico de assessoramento, as empresas e os especialistas, os pesquisadores podem ser recebidos. E para informar quem faz toda a parte técnico-científica da nossa reavaliação é a Fundação Oswaldo Cruz, que é uma instituição na área acadêmica e científica reconhecida pelo seu papel de importância, inclusive como referência na área de saúde pública em nível internacional, eles é que preparam toda a parte de reavaliação técnico-científico tanto do dossiê toxicológico, quanto dos estudos e referências que são publicados de forma

independente, em revistas internacionalmente aceitas. Então, o procedimento é esse.

A Fundação Oswaldo Cruz é o órgão de suporte, é um órgão do Ministério da Saúde, é um órgão de suporte na avaliação, eles preparam toda a documentação e quando a gente coloca em nota técnica está aberto a todos os que tiverem interesse em discutir conosco, todos os pesquisadores, quem tiver em interesse em discutir conosco pode apresentar proposta.

E, durante a consulta pública, a documentação que é recebida, ela analisada e vista do ponto de vista da sua consistência científica.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

E as controvérsias, a Fundação Oswaldo Cruz tem acesso?

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Tem todo acesso, ela que finaliza a nota técnica após a consulta pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Não as controvérsias de críticas da parte interessada?

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Com certeza, porque a parte interessada aporta documentação, ela aporta a sua documentação científica contestando um resultado de uma análise de um determinado estudo.

Eles analisam aquilo e concluem se é válido ou não aquela colocação científica sobre um determinado estudo que é questionado.

Então, isso tudo é feito e aí sai a publicação final e a decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Eu consulto a Senadora Kátia Abreu se deseja fazer alguma intervenção?

SRA. SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):

Muitas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Com a palavra.

SRA. SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO):

Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir ao representante da ANVISA uma resposta exata do que nós pedimos pela secretaria e pela Mesa do Senado, no dia 25 de outubro de 2010 foi respondido de forma totalmente incompleta.

Nós fizemos uma série de solicitações, sete itens e, na verdade, nos responderam com artigos científicos, notas de reuniões, e por que não enviaram para nós o relatório da FIOCRUZ, determinando se aqueles produtos representavam perigo ou não? Esse relatório não chegou. "Com a reavaliação concluída, estão sendo organizados pela FIOCRUZ e serão enviados assim que o recebermos".

Quer dizer, vocês não receberam ainda esse relatório da FIOCRUZ que vai determinar, professor.

Como é que funciona isso? A FIOCRUZ... Então se vocês não têm os relatórios finais como é que vocês já avaliaram, e o senhor usou essa expressão agora mesmo, “claramente faz mal a saúde”, o senhor disse e está agravado, “claramente faz mal à saúde”.

O senhor me respondeu no dia 25/10, do seu órgão que não tem ainda “os textos complementos para os demais ingredientes ativos com reavaliação concluída, estão sendo organizados pela FIOCRUZ, Mato Grosso do Sul, e serão enviados assim que o recebermos”. Então vocês ainda não receberam isso. Qual é base, então, para retirar algo, ou não, do mercado?

Então a resposta, me perdoe, mas foi inócua, e até um pouco ofensiva, não mandou nada, simplesmente nada, mandou um vazio. O que mais interessava, o mais importante, que é o que está sob sigilo, mandou o que está aberto na internet, no gabinete tem muita gente que abre a internet e sabe manusear a internet, não tinha necessidade de imprimir da Internet e mandar para o meu gabinete. Por isso que eu digo que é um pouco ofensivo, porque normalmente a gente sabe trabalhar isso.

Outra... Segunda pergunta, todas são para os dois, por favor, se puderem responder, o endossulfan é um produto importantíssimo para o algodão, certo? E ele já foi determinado a sair do mercado. Então têm três anos para retirarem todos os produtos com endossulfan do mercado. O algodão não vive sem esse produto, ele combate a lagarta do algodão. E é curioso, na tabela que eu tenho aqui, que os países que retiraram do mercado o endossulfan, nenhum concorre com o Brasil. Portanto, é Comunidade Europeia, Índia, Cabo Verde, Nigéria, Senegal e Paraguai, retiraram do mercado. Mas a África do Sul, a Austrália, o Canadá, o Chile, a China, os Estados Unidos, continuam com esse produto no mercado, os nossos competidores, isso me preocupa muito. O que tem por traz disso tudo?

Nós estamos observando uma prática europeia que detém toda a patente desses produtos, as empresas praticamente são todas europeias e elas retiram com muita facilidade do seu mercado, Sr. Presidente, são justamente os produtos com patente vencida, retira do mercado para que as suas empresas possam recolocar produtos novos, isso já foi denunciado no mundo inteiro.

E, coincidentemente, vai tirar o endossulfan e a única empresa que protocolou na ANVISA um produto similar é a Syngenta Suíça, protocolou no dia 29 de setembro de 2010. Portanto, se leva média um registro novo de cinco até sete anos na pior das hipóteses e nós temos que tirar o endossulfan da praça em três anos, como é que vai virar isso? O algodão é para ser dizimado? Esse planejamento na ANVISA não existe?

Porque se eu ainda posso deixar ele por três anos, é porque não é morte instantânea e não há tanto perigo assim, porque se fosse perigoso para a saúde tinha que tirar ontem.

Então, os relatórios da FIOCRUZ não foram publicados, patente vencida e é marca europeia, a União Europeia retira todos, tanto que se pegar a fila de todos que foram retirados, a União Europeia está encabeçando a lista, então aspirou patente, a União Europeia trata de tirar logo; todas as empresas são europeias, Sr. Presidente, todas as fabricantes, praticamente, as mais fortes do mundo.

E aí aqueles países que concorrerem conosco, e eu gosto de citar os Estados Unidos, a China há controvérsias a respeito da sua... Do seu cuidado, eu não estou referendando isso, mas dizem por aí que a China não cuida bem dos seus produtos e que faz de qualquer jeito. Eu duvido muito disso, muito, mas, enfim, vamos retirar a China e os Estados Unidos também, e o Canadá também e a Austrália e o Chile por que não retiraram? Será porque tem excesso de responsabilidade e porque não tem produtos similares?

Então, vocês estão praticando *phase-out* e esquecem do *phase-in*. Então, é a fase de saída, só sai e não entra produtos, isso é um absurdo, Sr. Presidente, isso não pode acontecer, e tem que haver um planejamento de cada produto que vai ser retirado do mercado, obrigatoriamente tem que ter outros e não só um da Syngenta.

Então, eu quero aqui declarar nessa comissão que nós estamos preparando um cartel de endossulfan, um monopólio, não é nem cartel, é um monopólio da Syngenta, porque só ela tem o produto protocolado hoje. Não estou dizendo que é má-fé da Syngenta, vocês estão colocando ela no monopólio, ela será o monopólio desse produto daqui três anos, se ela conseguir registrar a tempo, quem sabe ela consegue.

Então, eu gostaria de saber como é que funciona isso. Onde é que está o planejamento estratégico? A ANVISA tem planejamento estratégico junto com agricultura e com tudo, para não deixar faltar? Porque algodão é produto nacional, é um produto importante para o Brasil, para a balança comercial, especialmente o Centro-Oeste, estado do Senador Goellner, é o maior produtor do Brasil. Então, como é que será feito isso? Eu gostaria de saber sobre tudo isso.

Inclusive, nós estamos com um processo lá na Câmara, na Comissão de Agricultura, o Miqueletto é o relator, deputado, onde nós estamos tentando aprovar um toxicologista para acompanhar os processos da ANVISA, para fiscalizar e controlar.

Então, nós estamos esperando ansiosamente que essa subcomissão aprove esse auditor, porque é

um direito que nós temos e é até bom para a ANVISA, ela vai se livrar de qualquer suspeita.

Quando o professor disse da morosidade é só isso mesmo, professor, morosidade, porque os processos, faça-me o favor, não dava para macular os processos, graças a Deus nós temos homens igual ao senhor que apontaria imediatamente o excesso, a exorbitância e aquilo que era inócuo.

Portanto, os procedimentos são perfeitos, são públicos, e esses procedimentos foram melhorados em 2002, quando nós procuramos a Dra. Tereza Campelo, na Casa Civil, e ela foi responsável para a modificação 2003, já, desculpe, foi responsável pela modificação através do decreto, para colocar as filas separadas, tinha a mesma fila de defensivo genérico, com defensivo novo.

Então isso foi um avanço. Esse decreto veio melhorar os procedimentos, mas não veio melhorar a eficiência da ANVISA. A eficiência, nota zero, me perdoe, Sr. Representante da ANVISA, nota zero.

Agora, o senhor vem na nossa comissão no Senado e evita dizer publicamente que a ANVISA está com falta de estrutura, nós só podemos pensar o mal da ANVISA. O senhor precisa dizer o que é que está faltando lá. É concurso público? Quantas pessoas precisam? Dá para fazer parceria? Dá para fazer algum tipo de convênio, para que isso possa dar celeridade? O que é que está pegando na ANVISA?

Quando o senhor silencia, o senhor me desculpa, então, excesso de burocracia, em qualquer lugar do mundo, a gente sabe para que serve. Então se é falta de pessoal, por favor, eu gostaria que o senhor declarasse, ou não, que não é falta de estrutura, como o professor aqui mencionou agora a pouco.

Outro assunto interessante e que eu preciso também de uma resposta precisa, é com relação ao número de genéricos que são registrados e que não são colocados no mercado. Claro, a ANVISA, hoje, não tem como obrigar uma empresa que registra colocar para vender, mas nós podemos ter mecanismos, sim, e as empresas têm pavor disso, que é o cancelamento do produto registrado que não foi para o mercado.

Você sabe por que é que eles têm pavor, Presidente? É porque o ativo da empresa, os registros que são feitos na ANVISA eles servem como um ativo de alto valor para as empresas, então se a minha empresa tem 50 produtos registrados, ela tem um valor, se a do senhor tiver só dez, ela vai valer mais do que a minha.

Então, há os registros, mas que são guardados apenas a título de valorização do ativo da empresa, e nós é que pagamos o pato disso, porque eles usaram servidores públicos pagos pelos cofres, pagos pelo

povo, pelos impostos, para ter um reserva de mercado e uma valorização de empresa.

Então, nós precisamos regulamentar a suspensão ou cancelamento. Período "X", não pôs na praça, cancela, que o senhor vai ver eles resolverem rapidinho. No mínimo, vão vender para que outras empresas possam fazer uso. Então, isso não é responsabilidade da ANVISA, a ANVISA deu o registro, o negócio da ANVISA, o problema da ANVISA é a morosidade, que nós temos que entender porque é que é, me desculpe, talvez tenha sido a minha falha, com certeza foi, as suas explicações não me elucidaram nada nesse sentido.

Eu gostaria de fazer um debate aqui, para colaborar, onde é que estão os procedimentos equivocados? Aonde é que está o ponto? Qual é o departamento que nós precisamos melhorar? Eu fiz isso no INCRA ontem, do meu estado, nós temos 3.500 processos para registrar terra e só tem dois funcionários. "E pode fazer alguém fazer alguma coisa?" Não. Mas eles me chamaram para ajudar: "Precisamos de concurso público, Senadora ou precisamos de convênios com o governo do estado do Tocantins". Me dê solução. Eu não quero só atacar, eu quero solução.

Se depender do Congresso, vamos trabalhar, se depender da CNA, vamos trabalhar juntos. Agora, a omissão está nos matando, não só dando prejuízo, mas de raiva também, Sr. Representante da ANVISA, porque é incompreensível para a nossa inteligência que não haja solução para um problema tão velho, Presidente, o decreto não é ruim, o decreto melhorou muito a nossa vida, só no papel, única e exclusivamente no papel.

Então, esse é o terceiro ponto que eu gostaria aqui de considerar, e apenas para constar aqui na nossa comissão, e aqueles que por acaso aqueles que estejam nos ouvindo, na população, os orgânicos, vegetais, alface, um pé de alface orgânico custa 30% mais caro do que um que recebe defensivo. E os orgânicos animais, aqueles animais que não recebem nenhum remédio, nenhum medicamento, que não comem ração com defensivo, 45% mais caro.

É uma questão de opção, Sr. Presidente, eu gostaria muito de poder produzir apenas orgânico, não teria nenhuma dificuldade para nós, a mesma coisa produzir orgânico e não orgânico, não tem diferença, a única diferença é preço e preço não é conosco. Preço é com o consumidor. Ele é que tem que dizer: "Eu posso comprar um alface", a população inteira, 35, 30% mais caro, e "Posso comer uma carne 45% mais caro", não precisa nem da resposta, Sr. Presidente, nós sabemos que o Brasil, a grande maioria nem vê carne na frente, e muito menos um pé de alface.

Então, portanto, é uma infelicidade que nós precisamos usar defensivos. E usamos com responsabilidade. O próprio professor disse que é possível, gostei das palavras, minimizar, atenuar e até eliminar o ponto negativo do defensivo.

Então, ninguém usa porque quer, tem que comprar e pagar, de preferência se a gente não usasse era muito melhor para a agricultura e para os agricultores.

Por último, Sr. Presidente, eu gostaria que o professor pudesse nos dizer... Não, primeiro os prazos ainda. O que é que nós vamos fazer com o prazo que está no decreto? Art. 15º do decreto diz: não pode demorar mais do que 120 dias da data do respectivo protocolo. É o Decreto 4.074/2002, que regulamenta a Lei de Agrotóxicos. Como é que é bem isso, como é que funciona o cumprimento de leis lá na ANVISA?

As deficiências já perguntei, onde nós podemos ajudar.

E, por enquanto, é só, Sr. Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. V. Exa. indagou aos dois expositores?

SRA. SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Um faz todos os comentários, e, depois, se o senhor permitir...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sim. Então, nós vamos passar a palavra, inicialmente, ao Dr. Geraldo Papa.

SR. GERALDO PAPA: Obrigado. Quanto ao metamidofós, eu acho que acertadamente ele foi retirado do mercado, não houve um impacto na agricultura, forte, em relação a isso.

Quanto ao endossulfan, só corrigindo um pouco, é o café que vai sentir mais, não é o algodão, o endossulfan é importante no algodão, na soja e no café. No algodão ele é importante--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, professor. É porque me disseram que o café já tem um substituto, não sei se é verdade. É que o café já tinha o substituto.

SR. GERALDO PAPA: Bom, deixa só eu complementar.

No algodão, quem vai sofrer um pouco é o bicudo... Quem vai sofrer não, o bicudo vai gostar, quem vai sofrer é quem tem que manejar o bicudo, porque nós temos uma prática de manejo antiga e boa que é evitar uso de piretróides até 80 dias, para não desequilibrar em favor de ácaro, então, até 80 dias o endossulfan é muito importante para o controle do bicudo, para você evitar o que é melhor para controle do bicudo, que é o piretróide. Só que piretróide muito cedo desequilibra em favor de ácaro.

Então era o manejo, digamos assim, estava redondo o manejo do bicudo, com o uso do endossulfan até 80 dias e depois entrava com piretróide e o que piretróide teria de ruim, que seria desequilibrar em favor de ácaro, você já vai estar com algodão próximo do final do ciclo, ácaro não atrapalharia mais. Então, o algodão sente nessa parte e não em questão da lagarta.

Na soja é a questão de percevejo, nós temos poucas opções para controle de percevejo o endossulfan entrava num sistema de manejo importante.

Agora, no café, a broca é o ponto principal. Quando você disse sobre a Syngenta ter um substituto, mesmo a Syngenta não quer ficar sozinha nesse mercado, porque, aliás, esse é outro importante ponto importante, porque quanto mais opções o agricultor tem, mais ele pode manejar a resistência, porque a resistência, ou seja, a praga adquirir resistência aos defensivos, não interessa para ninguém, não interessa para a indústria, porque ela vai perder, ela vai diminuir a vida útil de um produto que ela investiu bastante, não interessa ao agricultor porque todo mundo sabe, diminuiu as opções, quem fica sozinho aumenta o preço, e não interessa para a sociedade que é quem paga tudo.

Então, nós estamos trabalhando, inclusive, para achar os substitutos para broca do café, que é o ponto mais importante. No algodão, para o bicudo, ainda tem alguma outra saída. Para o percevejo da soja, o impacto vai ser menor. No café, o impacto é maior, primeiro porque o produto não está registrado ainda e, segundo, que um produto apenas vai ser largamente utilizado pelo agricultor e eu acho que a própria Syngenta vai segurar esse produto, porque ele vai sair de mercado logo, vai... A resistência vem, desenvolve resistência e a empresa não quer isso.

Então é sobre essa questão, é isso daí. Eu acho que o restante, a parte toxicológica ficaria para o Dr. Luiz Cláudio.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pelo menos, nós estamos aprendendo bastante as aplicações desses fertilizantes.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E a cana?

SR. GERALDO PAPA: Não, a cana, para controlar a broca da cana, que é a principal praga da cana, existe um programa antigo e de sucesso de controle biológico, que é liberar a vespinha, chama *Cotesia* e tal.

O que é que acontece? Com esse *boom* do etanol, essa importância que ganhou o etanol, o controle biológico ficou limitado, porque ele... Eu vou falar em números médios, trabalhava ali com controle de 60% e antes dessa importância toda que a cana-de-açúcar tem, isso ajeitava a vida do produtor.

Com a importância que a cana ganhou, os custos e tal, etanol, isso aí passou a ser pouco, não funciona, é insuficiente o que o controle biológico oferece, mas é um controle importante e clássico.

E aí está entrando os reguladores de crescimento de insetos, já tem vários deles registrados que são inseticidas que atuam em sistemas orgânicos exclusivos de artrópodos que, portanto, chama, fazem, são bastante seletivos para mamíferos, incluindo nós, logicamente.

Então o endosulfan na cana, tem lá uma importância, ele ajuda, mas não é tão importante o controle da broca. Talvez, no controle de cupim ele seja até mais utilizado que para o controle da broca.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O que mais que os senadores querem aprender sobre defensivos? [risos]

Aqui tem um produtor orgânico, que é o Marco Antonio, que está desde o começo participando da reunião, e certamente ele deve ter se empolgado até com os números trazidos pela Senadora Kátia Abreu, com relação aos encargos, aos custos dos orgânicos.

Mas vamos passar aqui a palavra para o Dr. Luiz Cláudio para fazer os últimos esclarecimentos.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Bom, obrigado, senadora, pelas perguntas.

A primeira que eu vou trazer é com relação ao relatório da FIOCRUZ que foi enviado à senhora, com relação à nossa resposta.

O endosulfan, ele veio completo, veio com todas as referências científicas, com toda a documentação. As demais a FIOCRUZ ainda não tinha organizado.

Então a gente, de fato, está devendo essa informação e vamos encaminhar, vou reiterar a cobrança que apesar de ter saído a lista de bibliografia no final da nota técnica que é publicado, ali não está o estudo na íntegra.

O que nós mandamos foi um CD com os estudos na íntegra do endosulfan. Então, o endosulfan está completo, o que falta são os estudos, na íntegra, para os metametodófos e os demais ativos que estão ali listados.

Então, esse documento é devido, que nós ainda estamos devendo para complementar aquela resposta. E a FIOCRUZ de fato não nos encaminhou, por essa razão nós não encaminhamos aqui para o Senado.

Mas eu vou, assim que chegando, à FIOCRUZ, fazer essa cobrança formal, para que mande os textos na íntegra. Tanto que são textos científicos, que não podem ser divulgados, a não ser com a autorização do autor, da instituição que o publicou, para consulta aqui do Senado.

Então, nós mandamos já do endosulfan. Com relação ao endosulfan ele foi muito discutido com o Ministério da Agricultura e conforme o Dr. Papa disse aqui, o único problema que foi colocado para a agricultura foi a questão do café, da broca do café, e que com relação aos demais, ele já teria vários substitutos para serem adotados, e aí, por essa razão, inclusive, se fez um *phase-out* mais longo, apesar de a gente ter apontado um série de perigos de riscos toxicológicos da substância, o *phase-out* foi estabelecido muito em função do café e dos possíveis substitutos para a cultura do café.

Tanto os [ininteligível] novos como aqueles com patente já expirada, que no caso podem ser testados na cultura do café, mas que a empresa ainda não tinha desenvolvido estudo para ver se ele teria eficácia ou não, que eu falei aqui de 431 ativos.

Então, isso aí foi bastante discutido e essa posição foi do Ministério da Agricultura, com relação ao *phase-out* foi organizado e coordenado por eles, que inclusive estão com um grupo interno que discute essa questão, dos produtos que estão hoje em fase de retirada do mercado nos vários países.

E o endosulfan, ele está retirado, é importante dizer aqui, em 45 países. Recentemente ele foi indicado pelas comissões técnico-científicas da Convenção de Estocolmo, da Convenção de Roterdã. Na Convenção de Estocolmo, que tem... que é mandatório para os países, de retirada do mercado e com relação ao controle de comercialização na Convenção de Roterdã. Então... E o Brasil já internalizou a Convenção através de decreto publicado por esta Casa.

Com relação à vinda de toxicologistas, eu acho fundamental, a gente está totalmente aberto a receber toxicologistas que acompanhem o nosso trabalho, nada é feito de forma fechada, assim como a fundação Oswaldo Cruz tem uma tradição nessa área, uma instituição democrática, ela está aberta a receber os toxicologistas que virem de qualquer, tanto indicado pelas empresas, como indicado pelo Senado ou pela Câmara, para acompanhar o trabalho, isso está aberto o tempo todo. Isso já existe, infelizmente a gente tem recebido muito pouco resposta em relação a esse tema.

Bom, essa questão do número de produtos aprovados, é importante dizer, ao mesmo tempo que eu coloco aqui a dificuldade da infraestrutura e eu não vou me adiantar em nome do CTA, porque o CTA está sendo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e foi feito um documento para encaminhamento aos secretários executivos e eu vou solicitar à coordenação do CTA que encaminhe esse documento para o Senado, para esta comissão, onde se colocam as necessidades dos órgãos, em relação a sua infraestrutura, dada essa

situação de acúmulo de trabalho diante de um cenário de avaliação científica que só se profunde.

Então, isso foi colocado, tem um documento que foi elaborado pela, que está na mão da coordenação do CTA, que encaminhe para cá, colocando quais são as nossas dificuldades de infraestrutura para que a gente receba o apoio necessário para melhorar a infraestrutura dos órgãos, tanto em relação a recursos humanos, sistemas de informação, qualificação técnico-científica e tudo mais que se fizer necessário.

Mas esse encaminhamento eu vou fazer, porque esse documento está lá e a coordenação do CTA esse ano está com o Ministério do Meio Ambiente, para que encaminhe para cá, quais são todas as nossas necessidades, que são essas que eu estou colocando, não vou quantificar aqui, mas é importante dizer que são essas as necessidades, hoje, que os órgãos têm, não só a ANVISA, como o MAPA e o IBAMA, também, tem as mesmas necessidades em relação ao temas que eu coloquei.

O mercado de genéricos, isso é importante dizer, apesar da infraestrutura, agora voltando ao tema, a ANVISA que levantou essa questão, ela fez um estudo de mercado com a Universidade Federal do Paraná, com a área de economia e mostrou que 65% dos produtos que a gente aprovou nos últimos anos não estão na mão do agricultor.

Então, a gente trabalha muito, ocupa, às vezes, com uma série, os poucos servidores com trabalho árduo, com avaliação técnica precisa e o produto, depois, não vai ao mercado.

Esse documento, inclusive, está também no site da ANVISA, assim como a apresentação, em que nós levantamos essa questão, porque se puder equilibrar essa questão de pedir só de fato o que vai ser disponibilizado aos agricultores, é isso que importa, a gente não quer que vire um ativo na mão da empresa. A gente quer que vire produto, a gente trabalha para que o resultado desse trabalho vire um produto na mão do agricultor.

E, no entanto, a gente demonstrou que isso não estava acontecendo. Grande parte dos produtos aprovados não estão disponibilizados nas prateleiras das revendas de produtos agrícolas.

Isso foi demonstrado, e nós fizemos uma apresentação, foi um evento na ANVISA, vários representantes, inclusive aqui do Senado e da Câmara estiveram presentes e é importante dizer que essa situação deveria ser avaliada conforme proposta da senadora, e ver o que é que poderia ajudar nesses aspectos, que se priorizem esses produtos que são... Que de fato serão disponibilizados ao mercado.

E essa discussão, inclusive, sobre validade de produto que não está disponibilizado, nós levantamos, tentamos incluir no decreto, e, na época, não foi uma proposta contemplada. Isso foi proposto pelos três órgãos que tivesse um período de validade de produto que não está sendo disponibilizado no mercado.

Então, nós trabalhamos isso na ocasião e, infelizmente, não foi acatado, que se não estivesse há mais de três anos no mercado, que o registro fosse cancelado e que só permanecesse aqueles que o fabricante está priorizando a disponibilização ao agricultor.

Isso tudo a gente trabalhou e a gente apóia esse tipo de proposta, porque é importante que quando você olha lá, abre um sistema de informação do Ministério da Agricultura, com uma lista enorme de produtos que estão ali aprovados, se o agricultor for procurar, ele não vai encontrar em torno de 60% disponível para comprar.

Foi isso que demonstrou esse levantamento em cima do que as empresas nosso aportam, do que elas estão comercializando. São levantamentos feitos em cima dos dados das próprias empresas.

Assim como uma discussão muito importante sobre patente e proteção. Nós, na ocasião que isso foi discutido, junto com o grupo do Ministério da Indústria e Comércio sobre proteção de dados, os prazos dos órgãos era metade do que eles foram aprovados posteriormente na lei. É importante dizer isso. Nós propusemos um prazo bem menor de proteção e esses prazos foram aumentados na hora da votação da legislação, o que leva a muitas reclamações em relação a prazo de proteção de dados de proprietários.

Bom, eu acho que já está tudo respondido, com relação aos prazos de proteção.

E nós, eu volto a repetir, nosso imenso desejo, nós não queremos ficar com processos dentro da ANVISA, o nosso desejo é sempre avaliá-los com a maior brevidade possível e disponibilizar os produtos ao agricultor, não por princípio não temos nada contra os agrotóxicos, porque nós avaliamos esse produto para disponibilizar no mercado e a sociedade sabe disso.

Agora, a gente se preocupa, sim, com a segurança e a saúde, tanto do trabalhador quanto do consumidor, e, como foi dito aqui, esses produtos são substâncias tóxicas ou biocidas e exige um manejo que permita a proteção desses setores da sociedade.

Era isso que eu gostaria de dizer e agradeço muito. É a mensagem da ANVISA.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu ainda gostaria de fazer aqui uma tentativa de esclarecimento.

Essa diretiva 1109, que o senhor aqui se referiu, ela é apenas uma lei da União Europeia, específica, certo? E a Convenção de Estocolmo, ela não é obrigatória, ela não é mandatária, ela é uma recomendação. E eu gostaria de saber se os Estados Unidos é signatário da Convenção de Estocolmo, se o senhor sabe disso? Estados Unidos e Austrália, se é signatário de Estocolmo, ou apenas o Brasil. O Brasil eu tenho certeza que sim.

Mais uma pergunta, a última, Sr. Presidente, é o seguinte: o Mercosul - acho que deve ser a décima vez que eu faço essa pergunta para a ANVISA, desde deputada.

O acordo de Mercosul exige, no mercado comum com os países do Sul, a circulação livre de diversos defensivos agrícolas, substâncias ativas e suas correspondentes formulações.

O Brasil já foi penalizado num tribunal *ad hoc* do Mercosul por não estar cumprindo essas determinações. Eu estive, em 2005, com o Ministro Celso Amorim e levei esse questionamento e ele me respondeu, em 2005, Requerimento de Informações nº 2, eu ainda deputada, reconheceu que o laudo arbitral é obrigatório e que deveriam ser tomadas as medidas necessárias para sua implementação.

Quando eu fui em 2005, Sr. Presidente, já estava descumprido há muito tempo atrás, eu não me lembro aqui a data, talvez três anos, então se nós considerarmos oito, 2003, nós estamos com sete anos sem cumprir essa questão do Mercosul, essa penalização, essa condenação, vamos assim dizer, pelo Tribunal Arbitral *ad hoc*.

Eu pergunto, de novo, o laudo arbitral é de 2002, está aqui, achei. O laudo arbitral é de 19 de abril de 2002 e até hoje nada. Nós podemos ter esperança de que isso possa ser regulamentado para que esses produtos da Argentina possam ser comercializados, porque lá é muito mais barato do que aqui? Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. se dirige especificamente ao Dr. Meirelles.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, com a palavra o Dr. Luiz Cláudio.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Obrigada, senadora.

Os Estados Unidos, é importante dizer, na questão do endossulfan, primeiro... Vou falar da Convenção, os Estados Unidos não são parte da convenção, tanto

de Roterdã, quanto Estocolmo, mas participam ativamente das reuniões, Austrália sim.

Agora, é importante dizer que os Estados Unidos também estão proibindo endossulfan. Eles estão num processo de *phase-out*, e a Austrália já proibiu agora nesse segundo semestre desse ano. Essa é a informação que nós recebemos durante a Reunião que eu participei do comitê de revisão química da Convenção de Estocolmo.

Agora, a convenção de Estocolmo estabelece, sim, um procedimento internacional de retirada dos países, o que ela faz é aprovar, às vezes com exceção. Por exemplo, houve um problema de malária na África em que o DDT era um inseticida muito importante. Então, se abriu uma exceção para alguns países africanos continuarem usando o DDT quando se discutiu a situação desse clorado. Então o contexto é esse.

Agora, esses dois países, também no caso do endossulfan, estão retirando. Agora a Convenção de Roterdã, ela não é mandatária, os países só tem que encaminhar como é que comercializam ou quanto comercializa, para onde exportam, de onde importam, eles estabelecem um mecanismo de controle do comércio internacional das substâncias tóxicas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente, apenas...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Nós estamos, na verdade, discutindo a retirada, e sim a entrada de novos para substituição, essa que é a questão, ninguém quer que produto proibido fique circulando no mercado.

Agora, eu perguntei a respeito do planejamento. O senhor disse que a agricultura concordou, o Ministério da Agricultura concordou em tirar esse produto em três anos, mesmo sabendo que não temos outros para serem registrados. Eu não entendi bem.

Então, que fique bem claro que ninguém quer insistir com produto que faça mal à saúde que fique no mercado, apenas o planejamento e substituição, que eu acredito que os outros países o façam. Estados Unidos principalmente, Austrália que tem os produtos uma força política muito superior à nossa, apesar de sermos muito maiores em número.

Portanto, não é essa a questão, a questão mais importante é a substituição, portanto, quando eu digo que os Estados Unidos não é signatário dessas duas convenções é justamente por excesso de responsabilidade, porque se for signatário, tem que cumprir, mesmo não tendo produto para ser substituído, Sr. Presidente. Para substituir, recomenda-se a obrigatoriedade, praticamente.

Então, o fato de assistir, estar lá de olho para saber o que está acontecendo, sim, mas a obrigatoriedade, não, porque nenhum governo pode obrigar uma empresa para protocolar um produto para substituir outro. Então, apenas esse comentário.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então o senhor pode...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mercosul, do Mercosul.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Do Mercosul. Com relação a essa decisão do Tribunal Arbitral, isso foi, esse processo foi todo puxado pela Casa Civil na ocasião, a Dra. Tereza Campelo aqui, que é Senadora, inclusive, mencionou, e resultou na época, em 2005, numa... Numa alteração do decreto com relação ao registro de produtos técnicos equivalentes e produtos formulados, que tinham estudos de resíduos, estudos de eficácia comparáveis.

Então essa resposta foi dada, essa resposta foi dada na ocasião, o cumprimento do laudo arbitral se dava na medida em que o Brasil, o que era reclamado era o registro por equivalência e como não existiam harmonizados procedimentos de avaliação toxicológica, como não existe de lá para cá, também não existe daqui para cá, os produtos, a ideia é essa, que um dia a gente consiga proceder a mesma avaliação em cada um dos países do Mercosul, era necessário, foi necessário estabelecer uma equivalência e as empresas argentinas que entraram no Brasil, elas conseguiram o seu registro com base na equivalência.

Então, é importante dizer que o laudo foi cumprido nesse aspecto, que era a reclamação de implementação do registro por equivalência no Brasil. Obrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas para clarear, para que isso possa ficar bem claro na cabeça das pessoas, se eu faço um acordo de livre comércio, Sr. Presidente, significa livre, essa palavra não tem outro sinônimo, livre é livre.

Então, livre significa que os meus produtos de cá possam entrar lá sem condicionantes ou então tenham tirado do acordo de livre comércio defensivos. Então, se ele foi incluído, é porque, presume-se, não, tem certeza, de que os produtos possam entrar, são confiáveis.

Então que história é essa? Eu digo que é de livre comércio, os produtos argentinos podem entrar no Brasil, mas precisam passar pela ANVISA? Então não

é livre comércio. Então, o empresário argentino vem de lá, instala a empresa aqui e entra com o processo na ANVISA para registrar.

Isso não é livre comércio, Sr. Presidente. Vamos falar o português claro, vamos conversar as coisas sérias aqui. Ou eu estou equivocada? Ou livre comércio não é livre comércio? É confiança absoluta ou não é livre comércio, por isso nós já fomos arbitrados por um tribunal e a Argentina está reclamando até hoje, desculpa eu discordar. Não tem discordância da Argentina, não, está reclamando até hoje. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós vamos, antes de encerrar essa reunião, nós vamos submeter o requerimento da Senadora Kátia Abreu à discussão e votos. Porém, eu gostaria de fazer um breve comentário.

A agricultura brasileira, efetivamente, precisa de defensivos, da mesma forma que precisa de fertilizantes. Uma das lutas que nós temos travado aqui é exatamente contra o cartel que controla os fertilizantes. É de todo inconveniente qualquer monopólio que venha ocorrer em relação aos defensivos também.

Mas é preciso considerar que a questão que nós estamos discutindo aqui, hoje, é delicada em razão de serem insumos, de serem produtos necessários à preservação da saúde do povo brasileiro.

Portanto, o que foi cobrado aqui, hoje, transparência, agilidade, agilidade de decisão não significa agilidade na concessão, no deferimento, às vezes é agilidade até no indeferimento, mas é preciso que haja, sim, atitude da administração.

E que se leve em conta, sobretudo, a previsibilidade daquilo que é necessário na agricultura. A agricultura precisa de contar com um arsenal de insumos, precisa contar com defensivos, com fertilizantes, e precisa de previsibilidade.

Portanto, acho que a discussão que foi travada aqui, hoje, vai mais uma vez na direção do interesse da produção agrícola brasileira.

A Senadora Kátia Abreu, irredimida com a ausência do Sr. Agenor Álvares da Silva, pede a sua convocação nos termos da Constituição e do Regimento. Tem amparo o seu pedido, portanto, está em discussão.

Não havendo quem queira questioná-lo, está em votação. As Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Não havendo manifestação em contrário, está aprovado o requerimento e será convocado o Sr. José Agenor Álvares da Silva.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao encerrar esta reunião--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --mais uma vez agradeço o comparecimento do Dr. Luiz Cláudio Meirelles, gerente geral de toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e do Prof. Dr. Geraldo Papa, titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, de Ilha Solteira, e doutor em Entomologia, pelos esclarecimentos que prestaram a esta comissão.

Antes de declarar encerrada a sessão, passo a palavra, pela ordem, à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Desculpa, Sr. Presidente, o esquecimento, mas com a convocação aprovada, nós gostaríamos de aprovar, também, alguns convidados para o debate, para que não fique apenas uma posição monocrática do tema. E que nós pudéssemos aprovar um representante da CNA, para que depois nós possamos buscar um pesquisador, um cientista ou alguém da própria empresa, das empresas e... Goellner, então CNA e ANDEF.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): AENDA, ANDEF e CNA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em votação a proposta da Senadora Kátia Abreu, corroborada com a proposta do Senador Gilberto Goellner, para incluir a CNA, a AENDA e a ANDEF.

Não havendo manifestação em contrário, está aprovada a proposta.

Não havendo nenhum assunto mais a tratar, está encerrada a presente reunião.

Eu quero informar aos senhores membros da comissão que nós teremos uma reunião, logo em seguida, para tratar de emendas ao Projeto de Lei nº. 38, que trata do PPA.

Sessão encerrada às 11h23.

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 7 DE DEZEMBRO DE 2010.

Às nove horas e cinquenta e três minutos do dia sete de dezembro de dois mil e dez, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença

dos seguintes senadores(as): **AUGUSTO BOTELHO, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, FLEXA RIBEIRO, ANTONIO CARLOS VALADARES, EDUARDO SUPLICY, VALDIR RAUPP E SÉRGIO ZAMBIASI.** Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Delcídio Amaral, César Borges, Neuto de Conto, Gerson Camata, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Marisa Serrano e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 20, de 2010-CRA**, aprovado em 23/11/2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que requer a realização de audiência pública a fim de apresentar os trabalhos da EMBRAPA realizados no exterior e, assim, subsidiar a discussão e votação da **MP 504/2010**, com a participação dos seguintes convidados: Sr. **Pedro Arraes** – Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - **EMBRAPA**; Ministro **Marco Farani** – Diretor da Agência Brasileira de Cooperação – **ABC**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Gilberto Goellner, Augusto Botelho e Jayme Campos. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

Sr. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e, havendo anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, portanto, está aprovada.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº. 20/2010, aprovado no dia 23 de novembro, de autoria do Senador Gilberto Goellner, para apresentar os trabalhos da EMBRAPA, realizados no exterior, e assim subsidiar a discussão da Medida Provisória nº. 504, de 22 de setembro de 2010, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei 5851, de 72, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública sob a denominação de Empresa Brasi-

leira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, com participação dos seguintes convidados: Sr. Pedro Arraes, Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que nós convidamos para sentar na Mesa-Diretora; Ministro Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação - ABC.

Aos dois damos nossos votos de boas-vindas e quero dizer da simpatia que a Comissão de Agricultura tem, reiteradas vezes, manifestado à atuação da EMBRAPA, no plano interno e nas suas primeiras incursões no exterior. Obviamente, o que vamos ouvir hoje é uma exposição sobre a musculatura da empresa para institucionalizar a sua empreitada no exterior, que, para todos nós que militamos nessa área, é de grande relevância, relevância pelo porte que a empresa tem mostrado, pelos avanços que ela tem produzido à produção nacional e pelo aprofundamento do intercâmbio que certamente ocorrerá após a institucionalização de sua atuação no plano internacional.

Portanto, nós vamos iniciar esta sessão ouvindo uma breve manifestação do Senador Gilberto Goellner, que é autor do requerimento e que, certamente, vai dizer das razões que o levaram, que o inspiraram a promover essa Audiência Pública.

Com a palavra, o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, Srs. Convidados, Presidente da EMBRAPA, Pedro Arraes, Ministro Marco Farani, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores. A realidade nos chega à Casa, e, hoje, possivelmente, vai ser votada na Câmara Federal a Medida Provisória 504, que, como o Sr. Presidente Valter Pereira já citou, vem com uma modificação da Lei 5851, que criou a EMBRAPA no ano de 1972. É incontestável a liderança que a EMBRAPA tem no país, na pesquisa, agricultura tropical, e já a atuação dela no exterior vem demonstrando cada vez mais a presença brasileira, transferência tecnológica, científica, em outros países, tanto na América do Sul, América Central, quanto na África, e nós vemos que as prerrogativas que virão nessa medida provisória serão aqui, hoje, colocadas pelos dois convidados, que poderão orientar a nossa votação quando a MP chegar aqui, no Senado.

Nós vemos que a flexibilização dos trabalhos da EMBRAPA, o recebimento de *royalties*, a participação dela em outros países é fundamental, inclusive para o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Então, nesse contexto é que nós louvamos a iniciativa dessas modificações, que propiciarão à EMBRAPA cada vez mais facilidade para atuar no exterior, poder trazer os resultados para o país e fazer esse intercâmbio tec-

nológico globalizado, onde o Brasil tem muito a ajudar outros países.

Sr. Presidente, era essa a consideração e esse é o motivo da nossa solicitação dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes de passar a palavra ao Ministro Marco Farani, que vai ser o primeiro... Antes de passar a palavra ao Sr. Pedro Arraes, eu estava querendo inverter a ordem, porque o Ministro Farani certamente ia dar uma ideia de cenário, para que, a seguir, entrasse a EMBRAPA, falando sobre a sua inserção... aliás, a sua musculatura, a sua experiência, etc.. Então, eu acho que nós podemos fazer desta forma. Vamos passar primeiro a palavra, então, ao Ministro Marco Farani. Antes, porém, eu gostaria de agradecer a presença de vários pesquisadores que se encontram aqui, de assessores, de técnicos, que têm grandes compromissos com a área, especialmente com a área de pesquisa, de comercialização, e que vêm prestigiar este evento que tem uma grande relevância na história da EMBRAPA e que certamente estarão marcando a sua presença na inauguração de uma nova fase, de uma nova era para a EMBRAPA.

Inicialmente, eu quero registrar a presença do presidente da Emater-DF, o Dr. Ruy Cerqueira de Souza, e o diretor... aliás, o chefe da Pesca e Aquicultura da EMBRAPA, Carlos Magno Campos da Rocha. E, no decorrer dessa reunião, nós vamos fazer o registro de outros pesquisadores, de outros técnicos, que vêm abrilhantar esta reunião.

Com a palavra, o Ministro Marco Farani.

SR. MINISTRO MARCO FARANI: Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado pelo convite para estar presente aqui, na comissão. Eu gostaria de agradecer também o Presidente da EMBRAPA, o Dr. Pedro Arraes, que também me fez o convite para que eu estivesse presente aqui, com ele, hoje, para apresentar um pouquinho da cooperação brasileira, apresentar o que nós temos feito em conjunto, a ABC, a Agência Brasileira de Cooperação, e a EMBRAPA, no exterior, e eu quero aproveitar para falar um pouco sobre a cooperação brasileira de modo geral e sobre a Agência Brasileira de Cooperação. Logo depois, eu tenho uma apresentação em PowerPoint, vamos ver os números dos nossos projetos e etc..

Mas, antes de passar à apresentação, eu queria falar, primeiro, fazer um breve preâmbulo sobre a ABC. A ABC é uma agência que pertence ao Ministério das Relações Exteriores e que se ocupa da cooperação técnica internacional do Brasil. Ou seja, a ABC se ocupa tanto da cooperação recebida, que o Brasil ainda recebe cooperação técnica de outros países, recebemos a cooperação técnica excelente tanto do governo japonês

quanto do governo alemão, por exemplo, que são dois prestadores que são prestadores tradicionais de cooperação ao Brasil, continuam prestando cooperação ao Brasil... Não porque o Brasil precise mais, porque eu acho que o Brasil, com o PIB, no ano que vem, de 2 trilhões de dólares, chegando à sétima economia do mundo, tem condições, com instituições fortíssimas - a EMBRAPA é um grande exemplo disso -, tem condições de gerir o seu próprio desenvolvimento, com a democracia consolidada, estável, instituições fortes, etc.. Mas a cooperação técnica, prestada ao Brasil, é entendida por países que o fazem como um canal muito importante de aproximação política entre os países, além do fato de que há o que oferecer, nós temos ainda muito o que aprender, mas a cooperação que o Brasil recebe reforça os laços, por exemplo, com o Japão, com a Alemanha e com outros prestadores tradicionais, que prestam cooperação em volume menor do que esses dois países que eu citei. A ABC também [ininteligível] coordenar a cooperação recebida, coordena também a coordenação prestada.

O Brasil vem crescendo como prestador de cooperação. Nós fazemos isso de uma maneira própria, ou seja, fazemos cooperação de acordo com certos princípios que o Brasil vem desenvolvendo nesse campo, entendendo que nós não... Por exemplo, na cooperação, na nossa cooperação prestada, nós não doamos recursos, não doamos equipamentos, não fazemos apoio a orçamentos de outros países, não doamos bens, necessariamente; nós doamos basicamente conhecimento, e isso das mais variadas instituições. Trabalhamos em várias áreas, por intermédio de projetos de cooperação, e o governo brasileiro procura transferir suas boas práticas, suas experiências, nas mais diversas áreas.

Eu vou passar a apresentação, aqui, da Agência Brasileira de Cooperação. Acho que... Aqui nós temos um organograma, o Ministério das Relações Exteriores, a ABC, e a ABC tem três coordenadorias: de Cooperação Multilateral Recebida, que é a cooperação recebida por intermédio de organismos internacionais, por exemplo, ONU, PNUD, UNESCO, UNICEF, etc., FAU... Essa cooperação multilateral recebida, ela é quase que na totalidade com recursos próprios, recursos nacionais, ou seja, o governo brasileiro que transfere recursos para organismos internacionais, para, em conjunto, elaborar um programa de cooperação que, no fundo, é uma política pública brasileira, que, de alguma maneira, passa a ter um componente de cooperação recebida, mas com recursos brasileiros. A outra coordenaria é a de cooperação, Coordenadoria-Geral de Cooperação Prestada para o Desenvolvimento, CGPD, é o que eu chamei de cooperação prestada; terceira,

a CGRB, de Coordenadoria-Geral de Cooperação Recebida Bilateral.

Essas são as competências da ABC: coordenar, negociar, aprovar e avaliar a cooperação técnica internacional do país, coordenar todo o ciclo da cooperação técnica internacional recebida do exterior, coordenar e financiar a cooperação prestada, identificar, elaborar, aprovar a execução e monitorar os projetos de cooperação técnica Sul-Sul. Nós fazemos isso por intermédio de instrumentos, de atos jurídicos, que podem ser tanto memorandos de entendimento quanto protocolos de intenção, e executamos através de acordos de cooperação técnica, acordos básicos de cooperação, que temos assinado com outros países, que... Abaixo desses acordos, nós assinamos ajustes complementares aos projetos... que [ininteligível] a projetos de cooperação.

Quais são os nossos princípios, com os quais nós atuamos? Diplomacia solidária. Entendemos que o Brasil tem que ser solidário com os demais países em desenvolvimento, tem que estender sua mão aos vizinhos. O Brasil é um país que vem... Como disse, tem uma economia pujante em crescimento, um país emergente, tem que ocupar o espaço na agenda internacional, tem que ser um país forte no cenário internacional, tem que assumir responsabilidades.

A atuação. Nós atuamos sempre em resposta às demandas dos países em desenvolvimento. Ou seja, nós não andamos por aí oferecendo soluções que nós possamos achar que possam ser úteis para os países; nós aguardamos as demandas e atuamos dessa forma. Reconhecimento da experiência local e adaptação de experiências brasileiras. Os projetos de cooperação brasileira procuram reconhecer a experiência do país recipiendário da cooperação e adaptar a experiência brasileira àquela realidade. Não impomos nenhum tipo de condicionalidade a nossa cooperação, ao contrário de alguns países desenvolvidos, que, muitas vezes, a cooperação é feita com... Por exemplo, um país que tem uma inserção internacional muito grande, muitos interesses estratégicos, comerciais, políticos, condiciona a sua cooperação a certas vertentes da sua política externa. O Brasil não faz, o Brasil atua de forma solidária e de maneira a fortalecer instituições dos países vizinhos; dessa forma, fortalecer a democracia e governança desses países. Nossa cooperação é desvinculada de interesses comerciais ou fins lucrativos. Evidentemente que, através de um projeto de cooperação, podem surgir oportunidades comerciais para o Brasil. Evidentemente que o projeto de cooperação pode gerar lucro para uma empresa brasileira que venha a se envolver posteriormente na... Há portas que vão se abrir provavelmente para empresas brasilei-

ras, etc., mas esse não é o objetivo da cooperação brasileira. O objetivo é eminentemente solidário e não ingerência nos assuntos internos dos países parceiros. Nós não... É a questão da condicionalidade novamente. Nós não condicionamos a questões de direitos humanos ou de democracia, mais democracia, menos democracia, forma de governo. Nós pensamos em termos de solidariedade Sul-Sul, ou seja, entre países em desenvolvimento.

Áreas geográficas da cooperação brasileira. Hoje, trabalhamos em 34 países na África. América Central e Caribe, quase todos os países da América Central e Caribe nós temos projetos de cooperação. Na América do Sul, temos em todos os países, inclusive Chile e Argentina, que são países de nível médio de desenvolvimento. Nós temos... Com a Argentina, temos uma pauta de cooperação prestada; com o Chile, estabelecemos recentemente uma parceria pelo qual o Brasil vai dar cooperação ao governo chileno em algumas áreas e o governo chileno vai prestar cooperação ao governo brasileiro em outras áreas também, ou seja, outra cooperação(F). Na América do Norte, nós temos cooperação com o México. Ásia e Oceania, temos cooperação com o Timor Leste e com alguns países, pequenos países, que estamos iniciando programas com alguns países da região. Leste europeu, já temos cooperação com Afeganistão... No leste europeu, temos com a Ucrânia, temos... Vamos ter agora com a Bulgária. Oriente Médio e Ásia Central, temos com Egito, temos com Afeganistão, estamos iniciando um programa, com Cazaquistão e outros países daquela região. Então, o Brasil, hoje, tem cooperação com 81 países. Em alguns países nós temos um vasto programa de cooperação, como é o caso dos países de língua portuguesa na África, como é o caso dos países na América do Sul; com outros países, nós temos pequenos projetos de cooperação, mas nós estamos presentes de uma forma ou de outra, prestando assistência, compartilhando boas práticas brasileiras.

Esse é o orçamento da ABC de 2003 para cá, desde o início do governo Lula. O nosso orçamento teve uma variação, mas começou a crescer de forma mais sólida e mais consistente no segundo mandato do Presidente Lula, e o importante desse orçamento é saber que até... O orçamento de 2010 foi de 52 milhões de reais, e o importante é saber que nós executamos todo o orçamento. Ou seja, isso não é só um número, foi todo executado em projetos de cooperação. E é importante dizer também que, quando eu falo da execução orçamentária da ABC, nós não estamos falando aqui de compras de bens e etc.; nós estamos falando de recursos que foram canalizados para projetos, porque a cooperação brasileira, ao contrário de

outras cooperações, nós não contratamos consultoria, nós não contratamos ONGs, nós canalizamos os recursos para os projetos. Nossa capacitação técnica é feita por técnicos brasileiros, como é o caso da EMBRAPA, aqui, por pesquisadores brasileiros, que têm anos de experiência de pesquisa e de estudos acumulados, que disponibilizam isso gratuitamente para técnicos e peritos de outros países. Isso não é contabilizado na cooperação brasileira, mas vai ser a partir do ano que vem. Quando eu falo 52 milhões, são recursos canalizados para execução dos projetos.

Para o ano de 2011, nós solicitamos um orçamento de 92 milhões, sendo que 50 milhões... 42 foram aprovados para a ABC, nós fizemos uma emenda na Comissão de Relações Exteriores, apresentamos uma emenda de 50 milhões de reais, que já foi aprovada na comissão, e espero que... Até a Cynthia, assessora parlamentar da EMBRAPA, acompanhou esse assunto, ela me relatando hoje que ela também está torcendo para que não haja cortes.

[risos]

Essa aqui é a execução do nosso orçamento anual, de 2003 para cá. Podemos ver como o orçamento vem crescendo. Dois mil e dez: 35 milhões de dólares nós executamos, que corresponde mais ou menos a uns 52 milhões de reais. E para 2011...

A forma como nós executamos. Normalmente, como a ABC carece de uma legislação específica sobre cooperação, nós somos obrigados a executar a nossa cooperação por intermédio de organismos internacionais, que nós nos associamos para serem parceiros da ABC na execução *in loco*, no pagamento *in loco* dos custos, porque nós não temos mecanismos para isso. Então temos que fazer por intermédio de organismos das Nações Unidas, nem sempre... Está longe de ser a forma ideal de trabalhar, não somente porque os organismos recolhem um *overhead*, uma taxa de administração, como também porque, muitas vezes, o nosso trabalho afunila no organismo que tem que executar, ou seja, fazer as compras, as licitações, fazer os pagamentos e, muitas vezes, atrasa nesse momento. Então nós temos um trabalho intenso de coordenação com esses organismos, mas é por intermédio deles que hoje... É somente por intermédio deles que nós podemos fazer a nossa execução no exterior.

Os organismos parceiros, hoje, da ABC. Nós procuramos maximizar o máximo, otimizar o máximo essas parcerias. Seria um assunto que vai exigir uma explicação um pouco mais longa, eu deixaria para outro momento.

Essas são as áreas com as quais nós trabalhamos. O Brasil trabalha em cooperação em todas essas áreas aqui, nós temos projetos, e chamo a atenção

para a agricultura, que é o tema dessa Audiência Pública; 22% quase dos nossos projetos de cooperação são no campo da agricultura, a maioria deles na África, por uma razão óbvia, porque os países africanos têm muita carência, muita insegurança alimentar, e alimento é vida. Então saúde e agricultura, por exemplo. A maioria dos nossos projetos é de agricultura e são de países africanos. E aí eu quero, então, fazer uma digressão com relação a esse diagrama aqui para explicar, dizer que nossos projetos com a EMBRAPA, na África, são muito bem-recebidos. A EMBRAPA é uma instituição que hoje tem um nome mundial, e, como eu tinha dito antes, nós trabalhamos sob demanda. Muitas demandas que nós recebemos dos países africanos, elas veem com carimbo de EMBRAPA, "Queremos a EMBRAPA". Às vezes eu até vejo que o tema indicando, vejo que a gente pode trabalhar com alguma outra instituição, porque às vezes é um assunto mais simples, já acordamos, já conversei com o Dr. Pedro Arraes para que a gente se envolva em projetos maiores, mais estruturantes, mais importantes, com resultados mais profundos e com reconhecimento e visibilidade internacional maior. Então os projetos menores a gente procura convidar e convocar outras instituições brasileiras, para que elas também ganhem experiência, ganhem prática na cooperação, ganhem musculatura institucional também.

Esse é o número de projetos que nós iniciamos a cada ano, na área de agricultura, o setor de agricultura especificamente. Então, 2003 praticamente é zero; 2004 é um pouquinho, vai crescendo e adquire uma certa estabilidade, um número relativamente estável. Dois mil e dez ainda é projeção, ali, talvez temos tido menos projetos esse ano, em agricultura, na África, mas alguns projetos já foram encerrados, porque, normalmente, os projetos têm dois a três anos de duração, outros se encontram ainda em execução.

Esse é o número de projetos com a EMBRAPA na África e com outras instituições, e na América Latina, com a EMBRAPA e com outras instituições, em agricultura. E essa aqui é a relação de outras instituições que trabalham conosco em cooperação na área de agricultura. Começou errado. A [ininteligível] eu já não entendi por que é que colocaram, mas, enfim, aqui estão todas as outras demais, que são áreas em que nós trabalhamos no campo da agricultura, em países do hemisfério sul.

Quero só esclarecer que os projetos da ABC têm uma matriz lógica. Os projetos são elaborados em conjunto por um técnico da ABC, o técnico da instituição prestadora, executora da cooperação, técnicos dos países que recebem a cooperação, e os projetos, eles definem... As atividades são definidas orçadas e com

o objetivo de atingir um fim específico, que é o objetivo do projeto, assinadas pelas instituições, pela ABC, pela instituição executora brasileira, pela instituição executora no país que recebe, pelo Ministério e pelo órgão político do país beneficiário também. Uma vez assinado o projeto por todas as instituições envolvidas, nós, então, passamos à execução, de acordo com o cronograma e com a lista de atividades do projeto.

Esses são os países onde nós estamos trabalhando hoje em agricultura. Em todos esses países, nós temos projetos de agricultura, por incrível que pareça. Às vezes eu olho, nem eu mesmo acredito, mas, como tudo passa pela minha mesa, posso garantir que é verdade.

Era isso. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a exposição do Ministro Marco Farani, acredito que trouxe luzes sobre uma atuação importante que o Brasil vem tendo na comunidade internacional e dando credibilidade para o país. Acredito que, efetivamente, essa atuação traz para o Brasil um ganho até invisível, mas um ganho político, um ganho indireto, que acaba repercutindo também nos negócios, porque os negócios prosperam na medida em que a credibilidade flui.

Aproveitamos para fazer o registro e agradecer a presença do Presidente da Associação dos Fiscais Federais Agropecuários do Distrito Federal, João Bosco Siqueira da Silva; Dr. Celso Moretti, Chefe da EMBRAPA Hortaliças; Dr. Francisco Schneider, que é Assessor de Assuntos Estratégicos da Presidência da EMBRAPA; Dr. Ronaldo de Andrade, Gerente de Serviços e Negócios Tecnológicos; Beatriz Pinheiro, Chefe da EMBRAPA Estudos de Capacitação; Sr. Frederico Durães, Chefe da EMBRAPA Agroenergia; e o Sr. Basílio, Chefe da Secretaria de Relações Institucionais. Outros chefes de departamentos que estão aqui serão anotados... Serão consignados posteriormente à fala do Dr. Pedro Arraes.

E nós vamos passar a palavra agora ao Dr. Pedro Arraes, para que ele aborde especificamente o projeto de expansão da EMBRAPA ou da criação da EMBRAPA Internacional, que vai ser um marco histórico para a pesquisa, para o desenvolvimento da agricultura, no plano internacional, uma extraordinária cooperação, que acompanha essa mesma linha que foi exposta pelo Ministro Marco Farani, da ABC. Portanto, com a palavra, o Sr. Pedro Arraes.

SR. PEDRO ARRAES: Senador Valter Pereira, primeiro gostaria de agradecer ao senhor, ao Dr. Gilberto, o Senador Gilberto, pelo requerimento; Augusto Botelho acabou de sair, mas o Jayme Campos, senador,

também, aqui. Em nome de vocês, eu queria primeiro agradecer o irrestrito apoio que essa Casa, aqui, tem dado à EMBRAPA, e a gente agradece mesmo, porque a gente necessita desse apoio de vocês. Eu agradeço mesmo. E aqui é uma grande oportunidade que nós temos de expor um pouquinho da nossa estratégia internacional. Agradeço aqui ao Farani, nosso amigo e parceiro de empreitada internacional. Eu acho que a gente realmente conseguiu avançar bastante, e a gente fica feliz quando vê os dados que você mostra, Farani. Aos colegas aqui e demais autoridades, vários colegas nossos, aqui, da EMBRAPA, presentes, cumprimento a todos. E vamos tentar bem rapidamente passar um pouquinho... Pode passar o próximo slide.

Bom, eu acho que a primeira coisa é a seguinte: a EMBRAPA tem uma missão, a EMBRAPA tem uma cultura de gestão estratégica. Dentro dessa missão... Ela cria uma missão, mas não é a primeira que tivemos um plano estratégico que tem um horizonte até 2023, quando a EMBRAPA estará fazendo 50 anos. A nossa missão é uma missão simples: viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira. A EMBRAPA começou dentro da porteira e, hoje, ela está dentro e fora da porteira, por isso a sociedade toda tem que se beneficiar.

A questão de cooperação internacional na EMBRAPA não é uma coisa nova. Isso acontece desde a sua criação, onde eu e outros 1300 jovens saímos naquela visão brilhante dos primeiros dirigentes da EMBRAPA, que mandaram, nos mandaram para as melhores universidades do mundo, nos Estados Unidos, Europa, Austrália e Japão, e tivemos todo aquele treinamento, porque, naquela época, as universidades brasileiras ainda não tinham essa pujança que hoje têm. Então a EMBRAPA nasceu internacional. Então isso é a primeira coisa que eu acho que é importante que fique bem claro. Mas a gente, agora, a gente está se organizando melhor, existe uma demanda muito grande. Então a gente definiu que nós temos três pilares básicos na área internacional. Primeiro, a cooperação técnica, a cooperação científica, que é o pilar mais importante da nossa cooperação; a cooperação técnica; e a cooperação para negócios tecnológicos, que a gente está se estruturando agora, mais recentemente. Eu vou traçar um pouquinho alguns detalhes de cada um desses três pilares.

A cooperação científica, como eu já falei, foi sempre uma prioridade da EMBRAPA, em sua atuação internacional, é imprescindível para manter a competitividade da agricultura brasileira. A gente vai mostrar alguns poucos exemplos. Poderia passar horas aqui, falando dos exemplos do passado. Mudou o formato

através dos anos. Ela começou, como eu falei, com uma cooperação muito mais de receber; hoje, é uma cooperação de duas vias, a gente ganha e recebe, eles ganham e recebem, em todos os níveis, em todos os países, tanto os desenvolvidos quanto em desenvolvimento.

Então esse é o outro *bullet* [ininteligível] de cooperação, de uma via passou para intercâmbio, na verdade, de conhecimento. E temos muitos(F) modelos e instrumentos. Eu vou citar alguns deles aqui, rapidamente, só para dar o contexto maior de como é organizada a cooperação científica na EMBRAPA. Próximo, por favor.

Na cooperação científica, nós temos várias cooperações bilaterais, com institutos, universidades de todo lugar do mundo, muitos... Se não me engano, são 86, eu acho, acordos que nós temos. Nós temos uma coisa inovadora, que já tem 12 anos, que é o Labex. Labex quer dizer laboratório virtual, porque a gente está lá nos Estados Unidos, a gente está na Europa, a gente está na Coreia, mas nós não temos nenhuma estrutura física, nós estamos sendo hospedados pelo instituto de pesquisa local, e isso aí tem sido de um impacto maravilhoso e copiados pelos outros países. Os outros países agora já têm Labex também em outros lugares. Nós temos acordos multilaterais com os centros de pesquisa internacional, do CGIAR, que são centros que eu vou falar um pouquinho mais à frente. Os PROCIS, que são os acordos, aqui, principalmente na América Latina, onde são plataformas, na verdade, aqui, e temos também as plataformas temáticas, como aquela plataforma de biotecnologia.

Então, os centros internacionais de pesquisa. São 14 centros ao mundo, nós temos aqui o CIAT, que é o Centro de Agricultura Tropical, na América Latina. Vários outros centros: o CIP, de batata; o IRI(F), de arroz; lá temos de gado de leite, gado de corte, temos o de milho, no México... Quer dizer, a EMBRAPA sempre teve uma relação muito, muito próxima desses centros internacionais e o tem até hoje, e eu vou exemplificar um pouquinho mais para frente.

Então, os centros internacionais de pesquisa, eles tiveram várias coisas. Vamos falar de algumas poucas, exemplos que eu acho que impactam essa questão dessa relação que a gente tem com os centros internacionais. A primeira é a incorporação de novas variedades ao acervo genético do país de grande importância para o agronegócio brasileiro. Como todos sabem, aqui, nós temos, no Brasil, uma biodiversidade fantástica, mas de alimento mesmo que originou no Brasil são muito poucos. Posso citar aqui mandioca, abacaxi, amendoim, que são culturas que são originárias no Brasil. O resto, basicamente todo o acervo

genético, todo está fora do país. Então o Brasil precisa ter esses recursos genéticos aqui, para que a gente possa ter as cultivares que os produtores querem. Então, por exemplo, no caso de braquiária e milho, hoje, são 205 milhões de cabeças de gado. Ontem me falaram esse número. Provavelmente 150 milhões são na área tropical, o resto está na área... Todo esse gado, ele é – como é que se diz? – alimentado com pastagens ou de braquiária ou algum tipo de [ininteligível], e é importante ressaltar que essas braquiárias são africanas, esse germoplasma veio da África, sustenta praticamente tudo. Então, às vezes, existe assim: “Mas será que o Brasil está ganhando?”. Quer dizer, a cooperação já trouxe ganhos que é difícil até de você... Qual o impacto que tem isso? É até difícil você imaginar que tipo de impacto. No caso de frutas, arroz feijão... Isso tudo em cooperação com esses centros internacionais. Essas braquiárias originalmente foram encaminhadas para o centro internacional que eu mencionei e, em trabalhos cooperativos com a EMBRAPA, gerou-se esse material todo que está disponível hoje, no Brasil. No caso de frutas, arroz, feijão, milho e trigo, a história é basicamente parecida. Quer dizer, existe uma cooperação [ininteligível] com esses centros internacionais, onde eles passam variedades para outros países e a gente também recebe esse material e pode trabalhar nos programas de melhoramento. Então é um ganho imenso que nós tivemos. O próximo, por favor.

Isso continua, isso é um negócio contínuo. Continuamente a gente fica tendo isso. Tem alguns representantes aqui do governo brasileiro, do governo japonês, mas esse é um trabalho científico, agora, em desenvolvimento, nesse pilar científico que eu estou falando, de introduzir dois genes, lá, que são chamados de DREB e AREB(F), que são genes que dão tolerância à seca e resistência à alta temperatura, que estão sendo incorporados em nossos milhos, na soja, no sorgo, no arroz e em outras cultivares. Então esses genes foram passados para o Brasil a custo zero, sem custo para a gente, e dão a possibilidade. Então ciência, hoje, é global, e a gente tem que estar onde essa ciência está. Nós não podemos ficar reinventando roda; nós temos que buscar as tecnologias onde elas estejam e trazer para o desenvolvimento da nossa agricultura. O próximo.

Outra coisa também de ganhos incríveis é o enriquecimento dessa coleção nossa, aqui. O Brasil, hoje... A gente chega a ter, nós estamos em processo de reorganização de todo o arquivo, que isso é... Talvez o que tenha de mais estratégico na EMBRAPA seja o nosso grande arquivo genético de cultivar. Nós temos em torno de 500 mil acessos diferentes das várias culturas. E nós recebemos, esse ano ainda, duas

coleções importantíssimas dos Estados Unidos; soja, 23 mil amostras de sojas diferentes, e 27 mil amostras de arroz. Então isso aí pode dar a dimensão do que é essa troca de material e o que é importante essa cooperação. Isso foi feito através do Labex, que é aquele laboratório virtual que eu falei que está nos Estados Unidos. O outro resultado do Labex, também, que muito pouca gente entende é... Tinha uma colega nossa, em um dos centros avançados do ARS, que é a EMBRAPA americana, trabalhando lá em Iowa, no estado de Iowa, quando surgiu a questão da gripe suína. Então, vários dos trabalhos que foram avançados, que chegou até a vacina, foram feitos, desenvolvidos conjuntamente pelos americanos e a brasileira que estava lá, presente. Então isso aí gera um... E aí, infelizmente, o vírus, ali, da gripe suína, ela não sabe que o Rio Grande, ali, divide os estados do norte da América do Sul. Então ele passa para todo lugar. Então isso aí não é país específico; é mundo, [ininteligível] não respeita. O próximo, por favor.

Nós temos, também, todos esses acordos aqui, junto com o ICA(F), que abriga os PROCIS, [ininteligível], e várias plataformas de agricultura familiar, com Argentina, com Chile, com o Uruguai, com outros países da América Latina... Temos essas quatro... Agricultura orgânica, sustentabilidade ambiental, qualidade da cadeia alimentar e saldo tecnológico. Na verdade, nós precisamos... Essa é uma arte que certamente, o ano que vem, nós vamos enfatizar muito mais. Nós precisamos, não é, Farani, aumentar a nossa cooperação efetiva aqui, na América Latina, criando outros tipos de plataformas. Então isso aí é uma das coisas que a medida, vamos dizer, que será assinada, a medida provisória, poderá catalisar mais ainda.

Quanto custa a cooperação científica? Alguns parlamentares fizeram essa pergunta para mim. Então, o custo de operar o Labex, ou seja, esse acordo com os centros internacionais e os PROCIS, é mais ou menos 1.5 milhões de dólares. O nosso orçamento, o ano passado, foi em torno de 1.1 bilhão de dólares. Então isso representa 0,36% do orçamento da EMBRAPA. Eu acho que essa figura rápida, que eu tentei mostrar para os senhores, eu acho que paga muito, talvez até o orçamento inteiro da EMBRAPA, por alguns anos, todo... o impacto só das pastagens, que fez aqui na questão de criação de animais. O próximo, por gentileza.

Agora nós passamos para o segundo pilar, que esse é um pilar que nós temos uma cooperação muito estreita, todos aqueles dados que o Ministro Farani colocou, que é a atuação na EMBRAPA, na parte da estratégia do governo, de usar a EMBRAPA. A EMBRAPA, hoje, ela é um instrumento governamental de polí-

tica externa, está levando o nome do Brasil, e o Brasil, hoje, tem outro papel no mundo. Então a EMBRAPA ajuda a mostrar para o mundo o papel que nós temos hoje, no mundo, de um *player*, mesmo, no mundo, de liderança. E nada melhor do que ciência e tecnologia. Recursos orçamentários não são diretamente utilizados para o projeto de cooperação técnica. Como o Ministro Farani mostrou, esses projetos são orçados nesses projetos que o Dr. Farani falou, na questão toda do custeio. O que é orçado é o salário dos técnicos nossos que passam, às vezes, 15 dias lá. O salário deles é... Mas é a mesma coisa; se fosse de lá ou daqui, é tudo orçamento da União, é a mesma coisa, seria a mesma coisa, só uma troca de rubrica. Então, esses realmente são financiados, mas os gastos do projeto são... O próximo, por favor.

Então nós temos uma série de tipos de instrumentos que nos levam... A gente tem trabalhado muito isso. Os senhores não imaginam qual é a demanda... Naquela reunião que o Presidente Lula fez aqui, com os Ministros de Agricultura, nós tivemos a oportunidade de receber, em um dia e meio, se é que é possível isso, 33 Ministros de Agricultura, todo mundo queria falar com a EMBRAPA, e obviamente a EMBRAPA não tem perna para atender tudo. Então a gente tem que ter alguns princípios de definição de prioridades, não só para a EMBRAPA como para o Brasil. Então nós temos pequenos projetos da ABC que às vezes acontece... Uma pessoa do Sudão mesmo, está agora, vai a uma missão pequena ao Sudão, identificar algum problema específico focado, cana-de-açúcar ou sorgo, alguma coisa desse tipo, vai lá e tenta dar uma assessoria de curta duração, de 15 dias. Nós criamos esse centro, ali, que está colocado como SECAD, mas é EMBRAPA Capacitação aquele centro que eu coloquei, que a Dra. Beatriz é a chefe, que é um Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação em Agricultura Tropical, e já foram treinados 40... Quarenta não; duas turmas de 40 africanos... Mas eles vêm para cá, para o Brasil, e eles passam um dia e meio, isso em acordo, junto com o Ministério, aprendendo o que é que é o Brasil, o que são as instituições brasileiras, o que é o povo brasileiro, a cultura brasileira. E, depois, eles aprendem tecnologia de semente, tecnologia de produção de leite, mas eles saem daqui com uma visão do Brasil, da nossa cultura. E isso é extremamente... Tem sido extremamente gratificante de você ver o resultado que isso aí proporciona, em termos da nossa imagem, além do treinamento técnico que eles têm a possibilidade de ter.

Nós temos outro elemento ali, importantíssimo, que é aquele ali, *Innovation Marketplace* - eu vou falar um pouquinho para frente - e os projetos estruturan-

tes da ABC, que são esses projetos que mais... Que a gente espera, porque, daqui a três anos, com certeza, eu vou ser chamado de novo aqui, se eu estiver na Presidência de EMBRAPA, pela comissão do Senado... "O senhor falou aquilo tudo lá, e agora? O que é que deu esses... Qual o resultado para o Brasil que deu esses projetos lá?". A gente vai ter uma cobrança, com certeza, no futuro. Então a gente tem que pensar em ter projetos que efetivamente gerem resultados promissores. Próximo, por favor.

Bom, então tem todo esse negócio aí. Isso foi a inauguração, com o próprio presidente, aqui, do nosso centro de capacitação, de estudos estratégicos. Pode passar para frente.

É importante... Isso aí eu acho que... Essa frase, ela permite dizer muito do que é isso. Ela permite capturar mentes e corações. As pessoas realmente vêm aqui e se sentem dentro da sua cultura, aprendem muito, aprendem coisas simples, às vezes, no próprio convívio, levam coisas para lá, e eu tenho certeza que essas pessoas não vão esquecer do Brasil tão cedo e vão ser quase que embaixadores nossos, lá, nesses países. O próximo.

Outro exemplo que eu dei foi o que é uma plataforma. O que é essa plataforma de inovação, África/África-Brasil? Isso foi feito tudo de uma forma eletrônica, se colocou em contato pesquisadores africanos - foi aberto - de diversas jurisdições e pesquisadores da EMBRAPA. Nós pretendemos abrir também para outras instituições brasileiras de pesquisa agrícola. Por incrível que pareça, 261 pesquisadores africanos entraram em contato com pesquisadores da EMBRAPA e fizeram um projetinho, uma proposta de uma página de uma pré-proposta de um projeto. Desses 261, 61 foram avaliados pelo mérito e foram aprovados. Projetos, assim - vou mostrar alguns ali -, de uma magnitude impressionante. E a gente conseguiu... E aí também entra a questão da medida provisória, aqui. Nós conseguimos, com essa ideia interessante e inovadora, financiamentos... A ABC acho que colocou 300 mil dólares, se eu não me engano, melhor pôr 200 mil dólares, e os outros 2 milhões e 500 mil dólares foi de estudos internacionais, que usam a EMBRAPA, põem o dinheiro para a EMBRAPA fazer parceria com os países africanos. Então foi uma coisa impressionante. Nós aprovamos seis projetos, e esses projetos põem junto... Por exemplo, produção de cenoura, em Mali, que lá é tropical e, para produzir cenoura na época que é mais frio, não tem água. Então a gente produz cenoura aqui o ano todo, eles não produzem. Então foi muito interessante. A gente pensa, inclusive, em alavancar uma mesma proposta, se a gente tiver fôlego,

para a América Latina, que eu acho que também vai ser muito interessante. Próximo.

E esse pessoal, eles... Aí está em inglês, mas só para ter um ideia de que tipo de projeto. Ali é de recursos naturais, o outro ali é de sorgo, de sorgo, no Quênia. Aí o pessoal fala assim: "Ah, mas o material nosso está indo para o Quênia". Seria ótimo que eles produzissem sorgo lá, para produzir etanol, porque o etanol, aí, sim, tem possibilidade de virar uma *commodity*. Então, quer dizer... A última, ali, de áreas degradadas. Quer dizer, então, quando você vai, mesmo lá, que é uma via mais para a África, você ganha muito e traz muito também. Você aprende muito. Então eu acho que isso é importante de ser colocado. O próximo, por favor.

E na cooperação técnica, finalmente, os projetos estruturantes, que nós poderíamos citar quatro deles aqui. Esse é o projeto de Mali, que é o algodão, eu vou falar já, já, dar um detalhe; nós temos um projeto com arroz, no Senegal. Então nós temos duas parcerias Sul-Sul-Norte, que é o Brasil, Moçambique e o JICA, com o Japão, e nós temos Brasil, Moçambique e os Estados Unidos, e depois eu vou falar um pouquinho desses dois. Mas aí vocês veem, foi feito uma... Com esses recursos da ABC, foi feito um pequeno... Eles não têm absolutamente nada lá. Então foi feito um galpãozinho para uma coleta do material, poder pesar o algodão, poder... São os algodões coloridos(F) que a gente está colocando. Isso basicamente tudo para pequeno produtor, e vocês veem lá o tratorzinho vermelho, que está lá, acompanhando até a parte experimental. Quer dizer, isso é a indústria nacional que está acompanhando lá. Então, certamente, abre portas para a gente na questão de mercado. O próximo, por favor.

Esse é um outro caso bastante interessante. Se vocês olharem o nosso cerrado e se vocês prolongarem... As Américas e a África já foram unidas um dia. Isso não é novidade para ninguém. Você vê que a área de cerrado... Tem um tal de Corredor de Nacala, que é um corredor que tem um solo, foi feito um diagnóstico, tem, inclusive, um livro, aí, aqui... Depois é bom trazer o livro. Tem um livro que... Parece o cerrado nosso, daqui, inclusive ele tem algumas vantagens. Foi um diagnóstico inicial que foi feito. Para vocês terem uma ideia, então, os biomas são similares, desafios similares. Lá só não tem uma coisa, viu, senador? Não tem gaúcho, porque tinha aqui no nosso; o resto tem, não tem gaúcho lá. Esse é um ativo que os moçambicanos não têm. Então foi até uma missão recente da CNA, com alguns produtores, lá. No princípio, eles falaram assim: "Vai competir com o Brasil", coisa e tal... Eles já estão vendo lá como é que podem fazer para, talvez, adquirir terra lá, para poder montar fazendas lá. E olha,

uma coisa é o seguinte: se nós ficarmos achando que não devemos entrar nesse tipo de ação, os chineses vão entrar. Essa é a questão. Então, ou a gente entra e... E está ajudando também eles. Mas esse é um projeto bastante interessante e tem essa parceria, acho que é a primeira no mundo, talvez, Sul-Sul-Norte, com o JICA e o Japão. O próximo, por favor.

Então o projeto é de cinco anos. Nesses cinco anos, a ABC coloca esse recurso aí, o Japão faz toda uma parte de infraestrutura que vai ser feita lá, de estradas, uma série de coisas, aí tem toda uma... Isso aí foi há uma semana e meia atrás, em Moçambique, quando o presidente esteve lá e a gente pôde entregar esse primeiro diagnóstico preliminar, que está aqui o livrinho do projeto. O próximo.

E também nós temos a questão de negócios. As nossas variedades de soja interessam. Quer dizer, não é papel da EMBRAPA, mas tem as fundações que trabalham junto com a EMBRAPA, empresa privada, nossos parceiros, que podem levar esses materiais – por que não? – para outros locais. Então cabe a nós catalisar isso. Então, por exemplo, nós temos inclusive uma plataforma que está sendo feita agora, junto com a ABIMAQ, onde a gente está pegando as nossas tecnologias e associando às máquinas que são vinculadas àquela tecnologia, isso tudo no meio eletrônico, então eles vão ter condições de ver isso. Esse é o livrinho. E obviamente esses recursos que entrarem através de negócios, eles podem refinancear a nossa própria atividade de pesquisa. O próximo.

Bom, gente, eu acho que essas são algumas das razões que nós vemos por que é que nós achamos que a EMBRAPA tem que ser internacional, porque ela já é de fato. Ela tem que ser internacional porque ela tem que ter mais agilidade. Então essa medida provisória, efetivamente, vai nos propiciar – nós já estamos estudando como fazê-lo – uma agilidade maior nessas nossas ações internacionais.

Então eu me coloco à disposição dos senhores e agradeço a atenção de todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos a exposição do Dr. Pedro Arraes, que certamente confirma toda a grande expectativa que têm os parlamentares que conhecem a história, que conhecem a estratégia dessa empresa, que é orgulho do Brasil. Aqui eu costumo dizer, Pedro, que os senadores da CRA são todos 'embrapianos'. Então, aqui, a EMBRAPA está em casa.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, quero registrar a presença de representantes da Agência de Cooperação Internacional do Japão, JICA, parceira histórica da EMBRAPA e que tem atuado em

projetos de cooperação, conjuntamente com a ABC e a EMBRAPA, especialmente em países africanos.

Com a palavra, o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Bom, eu gostaria de cumprimentar as informações muito esclarecedoras do papel--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de solicitar aqui, à Secretaria, passar às mãos dos senadores esses exemplares do Corredor de Nacala, não é?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

As informações esclarecedoras do Ministro Marco Faroni, em relação ao papel da ABC no Ministério das Relações Exteriores, e o Presidente da EMBRAPA, Pedro Arraes, inclusive mostrando que a EMBRAPA iniciou precisando aprimorar seus já pesquisadores, seus técnicos, seus... Fazer doutorado, pós-doutorado no exterior, e que propiciou, então, todo esse desenvolvimento tecnológico de auxílio que ela deu à atividade agrícola nacional. Isso aí se deu nos anos 70, depois continuando nos anos 80, e todo esse desenvolvimento da soja tropical, principalmente, que foi um sucesso aqui no Brasil, se deu graças às variedades que foram criadas com especificidade para a região tropical, já que as variedades americanas à época se adaptavam na região Sul do país, principalmente Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, não ia quase nem até o Paraná. Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso, onde depois despertou a agricultura do cerrado, tiveram, então, nessas primeiras variedades, feitas pela EMBRAPA e pelas empresas de pesquisa estaduais à época, como a Emgopa, aqui, em Goiás, propiciaram, então, todo esse desenvolvimento que se deu na cultura da soja e outras culturas que foram desenvolvidas, depois os centros, o centro do arroz, centro do gado, lá, de corte, de Campo Grande, enfim, todo esse desenvolvimento que se deu, também, no intercâmbio das primeiras braquiárias da África, que vieram aqui, que hoje povoam todos os solos dos brasileiros.

Mas eu ainda gostaria de saber um pouco mais detalhado sobre a cooperação, a agilidade que essa medida provisória poderá conferir à atuação da EMBRAPA no exterior, em que sentido, se é no recebimento dos royalties, é na facilidade do intercâmbio. O que é que muda a Lei 5851, que, quando da criação da EMBRAPA, não previa essa atuação mais presente hoje, em outros países. Então, o que é que vocês esperam de concreto para a melhoria da atividade das cooperações, dos intercâmbios, a partir da Medida, da MP 504?

SR. PEDRO ARRAES: Bom, senador, a primeira... Por exemplo, no componente científico, podemos exemplificar algumas coisas. Nós temos, por exem-

plo, em Agrópolis, que é em Montpellier, na França, a coordenação da EMBRAPA Labex na Europa. Então, quer dizer, nossos técnicos vão para lá. Como é que eles vão? Eles vão com um salário da EMBRAPA, e a EMBRAPA dá uma bolsa para eles poderem sobreviver lá, naquela situação, que é diferente daqui. Então, a EMBRAPA passa daquele 1,5 milhão de dólares, que eu falei, uma quantidade de 500 mil dólares para cada um, mais ou menos, desses laboratórios por ano, para eles gerenciarem esses negócios. Então, normalmente, o que a gente faz? A gente passa à Agrópolis, passa para a Agrópolis, a Agrópolis, por exemplo, cobra 15% de *overhead* desse recurso; 15% de 500 mil dólares dá uma quantidade razoável de dinheiro do Brasil. Então isso aí já não vai ter, a gente... Essa é uma possibilidade que nos dá de a gente colocar esse recurso lá. Nesse projeto da plataforma, que eu falei, foram arrecadados quase 3 milhões de dólares. Quer dizer, esses 3 milhões de dólares foi uma... A gente achar a fórmula, para ver como é que esse recurso entrava aqui no Brasil e, depois, nós termos que passar esse recurso de fora para esses projetos que foram aprovados em diversas instituições de pesquisa, garantindo que o pesquisador efetivamente vai receber aquele, para desenvolver o seu projeto, é uma confusão. Então, a gente tem lá, a gente pode mandar através da FARA, que é um fórum das empresas de pesquisa agrícola na África, mas quem fica com a bandeirinha na mão de que fez a coisa é o FARA, que a gente passa o dinheiro para eles, e eles passam o dinheiro para os franceses. Então, isso aí também pode ser feito diretamente. A gente já está estudando como fazer isso, existe já um caminho bem avançado no sentido de colocar. No caso dos escritórios, a gente tem muita dificuldade de arrecadar *royalty*, porque, na verdade, você tem que ter uma inscrição no país, você tem que ter uma coisa que a gente não tinha condição de ter. Então, nem para fazer, vamos dizer assim, exercitar o processo de arrecadar... O Paraguai mesmo é um país que planta soja nossa direto, as variedades nossas direto. Então, mesmo com os parceiros, a gente não consegue, não tinha mecanismo. Agora vai isso aí dar um... E fora aquilo que a gente nem consegue imaginar agora, pela agilidade, em termos de processo, que a gente está conseguindo, esse mecanismo que a gente está conseguindo ter nos Estados Unidos. Por exemplo, no caso de Angola, só para dar um exemplo, o governo angolano, agora, está mudando, ele queria um grande projeto de fazer uma instituição. Esse é o maior sonho de todos os africanos, é ter uma EMBRAPA em cada país lá. E eu falo para eles que eles não têm que fazer uma EMBRAPA, eles têm que fazer a EMBRAPA deles, porque, às vezes, essa EM-

BRAPA aqui não serve para eles, e Angola é um país que tem recursos, colocou não sei quantos mil dólares, 300 mil dólares, 300 milhões... É um dinheiro... Cem milhões de dólares para fazer uma EMBRAPA lá, para montar uma instituição de pesquisa. Quer dizer, isso facilita muito para a gente, porque aí também a gente não quer fazer isso de graça, a gente quer que nossos técnicos... O pessoal vai lá, ficar um mês em Angola, o técnico tem que ser recompensado de alguma forma com isso aí, um pouco, não vai ficar lá... Então isso também facilita.

Então, tem várias coisas que podem ser facilitadas e flexibilizadas. A questão de cursos de capacitação, essa é outra coisa que tomou um ganho, assim, imenso. Então, a capacitação junto com os organismos internacionais, essa flexibilização também viabiliza o custeio desses custos. Então tem uma série de coisas que podem ser... Não sei se eu lhe respondi, mas...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Dr. Pedro, eu gostaria de fazer uma pergunta, mas eu vou primeiro dar preferência para o Senador Augusto Botelho e, depois, eu quero fazer uma indagação com relação a *royalty*. Mas pode fazer...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu tenho uma curiosidade, que eu gostaria que, se o senhor pudesse satisfazer, seria oportuno. A EMBRAPA, obviamente, tem feito, tem conseguido sucesso em várias pesquisas e tem conseguido patentear inovações que certamente lhe geram esses *royalties*, geram remuneração. Mas o que eu gostaria de saber é o destino desses recursos que são auferidos, se são canalizados para a EMBRAPA, se vão para o Tesouro Nacional e se o montante desses recursos se aproxima dos investimentos da empresa ou se são distantes, ou se são negativos ou se são positivos.

SR. PEDRO ARRAES: Obrigado, senador. Senador, eu vou dar um exemplo primeiro, antes de começar a responder a sua pergunta. É importante ressaltar o seguinte: a EMBRAPA é uma empresa pública e foi criado, muito inteligentemente, em Direito Privado, para ter um pouco mais de flexibilidade, que é o que a ABC está precisando; os senadores têm que ajudar a ABC a ter mais flexibilidade. Eu acho que tem que mudar a nossa lei, tem que ter uma lei de cooperação, mas, por exemplo, o MIT, de Massachusetts, ele arrecada 17% do seu orçamento com patentes ou diversos tipos de coisas. Quer dizer, o MIT é o instituto do mundo que tem o maior número de patentes. Então a gente nunca deve esperar que esse tipo de coisa vá sustentar a EMBRAPA. Se o governo brasileiro, se a sociedade brasileira não quiser ter uma EMBRAPA,

ela vai ser privada, aí ela vai atender outros interesses. Agora, respondendo a sua pergunta. Por outro lado, a nossa ligação com o setor privado - e a EMBRAPA é reconhecida por essas parcerias público-privada -, ela é extremamente salutar, primeiro porque entram esses recursos e esses recursos são alocados dentro da EMBRAPA, esses recursos são alocados dentro da carteira de projetos que nós temos na EMBRAPA. Então são aplicados na atividade-fim da EMBRAPA, não é nada desviado para fora disso. E, por outro lado, eles propiciam que o pesquisador... Como a iniciativa privada está colaborando com isso aí, ele propicia uma maior cobrança de metas, uma maior agilidade, isso dá uma azeitada na nossa... Além desses recursos que representam hoje, se não me engano, em torno de 8% do nosso orçamento, agora é capaz de um pouco menos, porque o nosso orçamento subiu bastante; então, é capaz de percentualmente diminuir. Eles representam uma fonte interessante mais livre de flexibilização dentro da empresa. Então nós temos que aumentar isso? Com certeza nós temos que aumentar. Mas o nosso papel principal, na EMBRAPA, quando a gente lida com licenciamento, *royalties* ou patente de qualquer tipo de coisa, qual é? É fortalecer a empresa nacional, a empresa privada nacional. Esse é o nosso papel. Nós não somos... Não vamos comercializar, esse não é o nosso papel. Se nós formos direto... Claro que, às vezes, caupi, algumas coisas que você não tem, ou outro... a EMBRAPA tem que fazer até o fim, mas onde tem até o fim, como na soja, ela tem que repassar esse material para as fundações, fazer parceria juntos. Então essa é a ideia que a gente tem para fortalecer a indústria nacional. Acho que esse é o grande papel que nós temos, estratégico.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Bom dia a todos. Primeiramente eu gostaria de parabenizar o Ministro Marco Farani e o Dr. Pedro Arraes, também, pelas suas exposições. Caupi, que o Dr. Pedro Arraes falou e para as pessoas que estão vendo aqui a TV Senado, é um feijão que é usado na agricultura familiar, um feijão que é usado pelos pobres(F) para a produção... Inclusive, no meu estado, nós temos um projeto de transferência de tecnologia para essas comunidades indígenas, feito pela EMBRAPA, que está em execução, o projeto leva três anos, já está entrando no segundo ano, e feijão-caupi é um dos produtos que eles estão ensinando os índios a plantar mecanizado. Plantar feijão os índios sabem plantar com enxada, mas eles têm que aprender mecanizado e querem apreender mecanizado, apesar de

alguns antropólogos dizerem que os índios não querem mecanizar suas áreas.

Já que eu falei na nossa EMBRAPA de Roraima, vou citar também que a nossa EMBRAPA, dentro desse projeto que tem, que os africanos vêm aqui treinar, a nossa EMBRAPA, lá, a nossa 'Embrapinha', eu vou ter recursos agora, vai fazer um centro de treinamento para indígenas e agriculturas familiares do lado, para ensinar justamente essas práticas que precisam ser aplicadas. Aqui se fala muito em desmatamento zero, vai proibir derrubar mata na Amazônia. Isso, para nós, lá, é um assassinio, nas populações que vivem na pobreza, que vivem de derrubar com uma enxada, com machado... Não é nem com motoserra. Uma rocinha(F) que dá uns dez espaços desse aqui, no máximo, para ele viver durante o ano todo. Se for desmatamento zero, eles vão comer o quê? Então, se a gente transferir tecnologia e der recursos para eles, e a EMBRAPA é a principal responsável, lá no meu estado, de fazer isso... O governo do estado também faz, mas a escala do governo é mais... Eles fazem mais com ponto de vista político; a EMBRAPA não, está fazendo uma coisa científica e bem preparada.

Agora, eu queria fazer algumas perguntas para o Dr. Pedro. Quanto tempo é que a EMBRAPA... Nós já estamos na África há quanto tempo? Eu perdi uma parte da palestra, que eu tive que atender um consultor, ali, sobre um problema do fumo que nós estamos discutindo. Quanto tempo estamos na África? E se já existe algum resultado numérico, assim, por exemplo, de dizer: "Na África, já houve isso. A produtividade de tal produto mudou de tanto para tanto". Eu queria uma coisa, assim, concreta, para a gente poder ficar... Se entusiasmar mais e poder divulgar o trabalho da EMBRAPA, aqui, nessa Casa.

A outra pergunta é em relação ao nosso escritório da minha vizinha Venezuela, lá, da EMBRAPA. Como é que ele está, como é que ele está andando? Eu sei que as dificuldades são grandes, mas o Chávez disse que ia contribuir. Então eu estou querendo uma posição em relação ao nosso escritório vizinho da EMBRAPA.

Outra coisa que me incomoda é em relação a essa nossa dificuldade de patentear os organismos vivos, aqui, no Brasil. Se a EMBRAPA já mandou alguma sugestão de lei para cá, para a gente andar com ela aqui, para resolver esse problema. Porque eu sei que a EMBRAPA patenteia as coisas dela em outros países, porque, aqui, no Brasil, não se permite patentear. Então isso é um atraso para nós, como é um atraso também as dificuldades que o IBAMA bota nas pesquisas da EMBRAPA. A EMBRAPA faz uma pesquisa toda dentro de um meio controlado e, quando

ela quer ampliar um pouquinho a pesquisa, para poder tornar prático isso, como o feijão, que eu não sei como é que está... Eu queria lhe perguntar isso: como é que está aquele feijão em que foi introduzindo um gene da planta... para a seca, um feijão resistente à seca. Que, quando eu entrei aqui, já estavam tentando fazer uma pesquisa aqui, não conseguiram, levaram eu acho que para os Estados Unidos para fazer. Quando a gente leva para os Estados Unidos, a gente tem que passar a tecnologia para eles, não são bobos. Então a gente pode ser dono total disso aí.

E dizer também, afirmar que eu acho que esse é o caminho. Eu quero que, um dia, esses países da África, cada um tenha a sua 'Embrapinha'. EMBRAPA é um modo de dizer, mas uma instituição tipo a EMBRAPA. Vocês estão semeando uma coisa para melhorar de vida.

Nós agradecemos a contribuição do agronegócio no Brasil por causa do trabalho dos senhores. Inclusive, lá em Roraima, já temos uma variedade de soja desenvolvida, que é a soja 'Tracajá'. Antes de falar em plantar soja lá em Roraima, o pessoal já estava pesquisando; o dia que resolveram plantar, já tinha variedade, como também aquela estilosa, que é de Campo Grande, os mato-grossenses tomaram da gente. Começou a pesquisa em Roraima, mas ninguém tinha dinheiro para continuar e reproduzir, aí passamos para lá, para Campo Grande, e agora ficou com o nome de Campo Grande. Devia ser Estilosa Roraima, o nome era para ser Roraima, porque lá em Roraima foi que desenvolveram a pesquisa inicialmente daquele estilosa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): É, mas Campo Grande tem mais dinheiro, mas está bom, o importante é que ela está ajudando a agricultura, inclusive já está sendo plantada lá em Roraima, vindo de vocês, lá. E os bois estão comendo bem.

E eu acho assim: que a gente tinha que conseguir mais recursos dentro do orçamento, aqui, para a EMBRAPA. Outra pergunta: quantos técnicos dos senhores estão fazendo curso de mestrado, de doutorado, de pós-doutorado? Eu queria, em números reais, a quantidade de pessoas que nós temos, porque esse é um ponto que nós temos que...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): E se está renovando.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (S/PARTIDO-RR): Se renovar e aperfeiçoar. Eu fui na China, a convite da Relações Exteriores da China, que convidou a gente para ir lá. Lá eles têm 40 mil pessoas fora do país fazendo mestrado e doutorado, financiado pelo

governo chinês. Quer dizer... E como ele falou ali: se a gente não for para a África, a China vai, e a China vai mesmo se meter em tudo que é lugar. Por isso que nós... Nós, como estamos nos BRICs, temos que andar depressa, senão a gente fica para trás, e eles entram aqui e tomam as coisas da gente também. Não é que tomam, tomam com dinheiro, que eu falo. É negócio, o mundo é um negocio, hoje, um negócio global.

Então, muito obrigado, Presidente.

SR. PEDRO ARRAES: Bom, senador, uma série de perguntas difíceis de serem respondidas, mas a gente tem um tempo na África, muito tempo, mas, de forma estruturada, eu acho que a gente está realmente há uns dois anos na África. Então os resultados numéricos ainda não apareceram. Nós temos os testes, por exemplo, nesse caso do algodão... Que, na verdade, isso foi do Cotton-4, naquela briga que o Brasil teve na... Os materiais estão muito promissores lá. Então... Agora, obviamente, quer dizer, tem coisas que a EMBRAPA não pode fazer, a gente não pode entrar lá na transferência de tecnologia para o país inteiro de malha. Quer dizer, eles têm que ter o ministro de estrutura lá para poder usar aquilo e expandir. Nós acreditamos que isso vai se expandir, a gente vai tentar medir alguma coisa de impacto, porque não é fácil, lá, você fazer isso, mas... Por isso que a gente criou esses projetos estruturantes, exatamente para a gente poder ter realmente os resultados concretos, para, inclusive, convencer a sociedade que isso é importante para o Brasil também.

O resultado... O escritório da Venezuela. O escritório da Venezuela, ele tem um componente bastante diferente de todos os outros. A gente está lá, a [ininteligível] está lá, que é a empresa privada de extensão rural. E o que é que acontece? Então várias empresas brasileiras... Se eu não me engano, a Odebrecht tem 20 bilhões de dólares de carteira de projetos lá, fazendo canais de irrigação, obras enormes, inclusive com projeto de soja. Então, basicamente, o projeto da Venezuela, ele é custeado... A gente embutiu, no projeto da Odebrecht junto com o governo, os custos. Então nós até pagamos o pesquisador lá, porque é difícil você não pagar, mas esse recurso entra aqui, na EMBRAPA, e a gente coloca eles em projeto de pesquisa aqui no Brasil. Então, praticamente, o custo da Venezuela não tem. É complicado, o senhor sabe muito bem da relação política, mas, por outro lado, está lá e a gente tem que continuar. Enquanto a Odebrecht estiver lá e tiver esses projetos, eu acho que a gente consegue dar alguma coisa para eles; se eles vão aproveitar, aí é uma questão de que o país é que tem que tomar essa decisão. O nosso papel é simplesmente oferecer soluções.

Eu não acho que tenha que patentear organismo vivo, não, eu acho que esse não é... A gente tem a nossa lei de proteção de cultivares, e você pode proteger, na verdade, mesmo no Brasil, quando você transforma um organismo vivo. Se você pegar da natureza um organismo vivo e proteger, eu acho que a gente não... Não é isso que está atravancando, não. Uma coisa que eu acho que o Senado poderia nos ajudar muito é na questão do fluxo de recursos genéticos, o problema com o CEGEM, criaram uma lei aí que é praticamente impossível, a gente... Inclusive tem pesquisadores nossos, agora, sendo multados, porque estão trabalhando com organismo nosso, aqui dentro da EMBRAPA, e eles estão multando a EMBRAPA em não sei quanto. Então, quer dizer, é esse absurdo... E a Natura também está sendo multada, mas a EMBRAPA ser multada, uma empresa do governo brasileiro, é realmente uma coisa incrível. Então isso eu acho que é uma coisa que a gente tem que trabalhar depois desse ano e vamos tentar, ver se a gente consegue evoluir nisso.

O feijão eu não acho que era da seca(F); o feijão é um feijão que vai ser um feijão transgênico, resistente ao mosaico dourado. O mosaico dourado é como se fosse a Aids do feijão, é um vírus que ataca o feijão. Dependendo da idade que ele ataca, ele simplesmente aniquila. Em várias regiões acabou o feijão por causa... o feijão comum, não o caupi, por causa disso. Como é que está esse projeto? Esse projeto acabou de ser submetido, se não me engano, ou vai essa semana para a CTNBio, todo o dossiê, de 400 páginas, com todos os testes possíveis e imaginários para ser avaliado pela CTNBio, para poder passar para o processo de aprovação no próximo ano. Esse é o primeiro feijão nosso, primeiro brasileiro. Tudo é nosso, é da EMBRAPA, não tem multinacional envolvida, não tem nada, absolutamente nada envolvido, é só feito na EMBRAPA, é tecnologia... É um feijão com resistência ao mosaico dourado, que, na realidade, todo mundo aqui já come o mosaico dourado. O 'virusinho' já está, ele fica no grão. Todo mundo que come feijão aqui come mosaico dourado. A técnica de que o RNI é inverso, ele coloca um pedacinho desse... Então ele não aplica mais... Não tem química envolvida, é exatamente ao contrário, pra evitar... Então isso aí, em breve, eu dou mais notícias para o senhor da...

Técnicos de pós-doutorado. Bom, o Brasil mudou mesmo, mudou completamente, nesses quase 37 anos da EMBRAPA. Quando a EMBRAPA foi criada, alguns dos que estão aqui, que eu estou olhando aqui, entraram na EMBRAPA só com o título de agronomia, basicamente, só o título de agronomia, e eles foram caçados meia laça(F) na universidade, ia lá o Dr. Coqueiro, que era... e caçava a laço as pessoas

na universidade. Hoje, nós estamos contratando em torno de mais de 500 pesquisadores, até agora, em dezembro. Todos entram praticamente com doutorado, praticamente não tem nenhum que tenha mestrado. Todos têm doutorado, quando não têm pós-doutorado, muitos no Brasil. Então nós estamos enfatizando agora a pós-doutorado. Quer dizer, a pessoa ficar um ano no laboratório de excelência, ligado, às vezes, ao Labex ou não. Então nós... Eu não vou lhe precisar esse número exatamente, mas eu posso passar para a Cynthia... Mas eu assino quase que toda semana cinco, quatro a cinco pesquisadores que estão saindo para pós-doutorado. Então eu acredito que deva ter em torno de uns 100, 200 pesquisadores nesse treinamento de curta duração. No nosso programa internacional, nós temos 21 pesquisadores fora, nesses programas, tanto Labex quanto nos escritórios, são 21 pesquisadores já envolvidos nessa cooperação internacional.

Eu não sei se eu respondi todas, mas... Me fizeram uma pergunta aqui, eu não sei quem foi, sobre o apoio às empresas privadas que atuam no exterior, África e Brasil. Não sei quem foi que fez essa pergunta. Então é o seguinte: o nosso papel é ser instrumento para as empresas. Quer dizer, nós não vamos vender equipamento para empresa privada, mas, como as nossas tecnologias sempre estão acopladas a algum equipamento, ou insumo, ou a semente - insumo não deixa de ser semente -, isso aí naturalmente vai acontecer. Agora, nós não temos estrutura, a EMBRAPA não tem estrutura para fazer isso, mas nós estamos trabalhando em parceria. Por exemplo, o caso da ABI-MAQ, esse é um exemplo clássico, que é uma forma de a gente estar apoiando a empresa, e nós temos que apoiar mesmo.

Não te perguntam nada, hein, Farani?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É que a Audiência Pública foi feita com foco na EMBRAPA. Então, está explicado. E a EMBRAPA, hoje, ela está, realmente, com perspectiva muito grande, não só do ponto de vista de expansão tecnológica, científica, como também de caixa(F). Aqui o Dr. Pedro Arraes respondeu a minha questão, não respondeu um ponto apenas, que depois eu vou cobrar dele. Depois não, eu vou até cobrar de público, aqui, para não ficar nenhum tipo de dúvida. O Tesouro apropriou, ou não, dos recursos de patentes registradas pela EMBRAPA?

SR. PEDRO ARRAES: Não, não apropriou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então isso aí é uma notícia realmente importante, porque, no meu entendimento, e eu acho que no entendimento da comissão de maneira geral, os recursos, auferidos com as pesquisas da EMBRA-

PA, têm que ser investidos em novas pesquisas da empresa.

SR. PEDRO ARRAES: É, mas ele apropriou, mas fica dentro da EMBRAPA. Ele apropriou porque não tem jeito, como empresa pública... Apropriar ele apropriou, mas ele fica todo dentro da EMBRAPA, ele não sai da EMBRAPA, ele entra como arrecadação. Nós temos arrecadação, ele entra como arrecadação, [ininteligível] 250.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso é relevante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas passa pelo Tesouro Nacional, não é?

SR. PEDRO ARRAES: Passa, mas eles não tiram. Quer dizer, eles não tiram, fica tudo dentro do orçamento da EMBRAPA.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou passar a palavra para o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, ilustre Ministro Marco, Dr. Pedro, Presidente da EMBRAPA, Srs. Diretores e convidados aqui presentes, a minha indagação é muito rápida e objetiva.

A sensação que eu tenho, Dr. Marco, é de que a demanda existente no Brasil, ainda, sobretudo de pesquisa, é muito grande, só na área do agronegócio e em todas as áreas que extremamente requer pesquisa. Todavia, no meu entendimento, V. Exa. disse aqui de que, hoje, nós temos vários acordos de cooperação técnica, com vários países do planeta. O que eu fico muito preocupado é de que, diante da demanda que nós temos, ainda reprimida no campo da pesquisa, eu acho que, fundamentalmente, pelo menos, nós temos que ver se o Brasil tem, hoje, pelo menos, superado 80 ou 90% dessa demanda. Na medida em que eu imagino que, quando se faz esse acordo de cooperação técnica de pesquisa e etc., se não onera o erário público brasileiro, diante que, quando você pega um país da África, aqui... Nós sabemos perfeitamente de que é um país miserável, ainda, na nossa concepção, em termos, sobretudo, no campo alimentar. Se o Brasil tem que, pelo menos, empatar nesses acordos, empatar financeiramente, porque eu quero chegar à conclusão do seguinte: que também nós temos as nossas dificuldades, as nossas deficiências e nós temos que, certamente, primeiro, suprir as nossas deficiências e, depois, nós exportamos as nossas tecnologias, a nossa capacidade científica, que o Brasil, hoje, graças a Deus, já tem, diante da EMBRAPA e outros órgãos governamentais. Esse é um momento ímpar, eu acho, dos nossos quadros, sobretudo de trabalhadores, de servidores dessa instituição. Agora, não podemos, em

hipótese alguma, desconhecer de que, primeiro, nós temos que enfrentar as nossas problemáticas; segundo, depois de superada, nós fazemos essa cooperação.

Eu acho que é fundamental que o Governo Federal, também, não só dê esses apoios técnicos, esses acordos de cooperação, mas, primeiro, também, pensando de forma interna. Eu digo isso não só em relação a essa área de pesquisa, de acordo de cooperação, mas, quando eu vejo o BNDES, todos os dias, fazendo financiamento, ou seja, financiando obra no exterior, e nós já temos muitos problemas aqui, no Brasil, em todas as áreas, seja saúde, educação, saneamento básico, a questão de logística, enfim, de infraestrutura, que possa, com certeza, melhorar até a nossa competitividade dos mercados internacionais. A ABC, eu imagino que todos os acordos de cooperação passam pela ABC, obrigatoriamente é um órgão que regulamenta e que vai, naturalmente, priorizar aquilo que certamente é importante nesses acordos internacionais que é feito pelo governo brasileiro e outros países. Agora, a EMBRAPA, indiscutivelmente, tem, hoje, o reconhecimento de toda a sociedade brasileira, pelo seu corpo técnico. É um órgão, hoje, que todos nós o respeitamos. Eu acho que o cidadão brasileiro, que conhece um pouquinho da história, o que presta a EMBRAPA no Brasil, realmente... Vou falar como aquele programa de televisão, que 'eu tiro o chapéu', lá, o... Raul Gil. Eu tiro o chapéu para o Raul Gil.

Diante de tudo isso, eu quero crer que, quando a EMBRAPA presta esse serviço de cooperação, imagino que ela tem que ter alguma rentabilidade, Valter, quando está preocupada em saber qual o resultado, se, de fato, esse recurso aporta para a EMBRAPA. Eu acho que tem que ser destinado e quase automático. Mas, pela burocracia e pela própria legislação brasileira, ele tem que aportar, via Tesouro Nacional e, por conseguinte, ficar disponibilizado para o próprio órgão. Mas eu quero dizer que é muito importante, nós estamos avançando. Eu não sei se nós temos que criar uma fundação lá na ABC, qual será a regulamentação jurídica para facilitar esses acordos, mas nunca, ministro, nós podemos deixar de priorizar as nossas necessidades.

Eu acho que o Brasil ainda é muito carente, ainda é muito carente... Quando V. Exa. diz aqui de que o INCRA está presente em algum lugar, 1, 2 ou 3% em alguns lugares, [ininteligível] acordos serem feitos, o INCRA tem que ser melhor aprimorado, sobretudo tem que prestar o melhor serviço ao pequeno assentado deste país. Lamentavelmente, é um órgão totalmente burocratizado, eu imagino que quase, ou pouco, ou nada, tem que se exportar, diante da própria deficiência deste órgão que existe no Brasil, é um órgão

travado, é um órgão que eu não sei como que vamos fazer para nós destravarmos o INCRA no Brasil. Lamentavelmente, para você conseguir uma certidão, um [ininteligível], para que você possa ter a garantia e a segurança jurídica, e que você possa ter acesso a uma linha de financiamento, de crédito, infelizmente o órgão é travado.

Então, é importante que nós saibamos que o Brasil, hoje, está avançando. Isso eu acho que já é um grande intento, na medida em que o Brasil, hoje, passa a ser um país, de forma conceitualmente falando, internacional.

Portanto, eu quero cumprimentar os senhores, mas nunca perder de vista, também, as nossas problemáticas. E concluindo, dizer ao Dr. Pedro: quando da nossa inauguração da nossa EMBRAPA Mato Grosso Sinop, isso nos interessa muito, e eu imagino que está em fase bastante adiantada da obra lá, e, se possível, acho que para o ano que vem, não sei qual será o mês, nós teremos essa EMBRAPA, que é muito importante para a nossa região, sobretudo, que o senhor conhece muito bem a região Norte. Imagino que não só o Norte, mas em todo o Mato Grosso poderá ser feito um trabalho de acompanhamento, de assistência, sobretudo de pesquisa, feita pela EMBRAPA no norte de Mato Grosso, lá. Isso é que eu queria indagar ao senhor, de quando a nossa inauguração.

SR. PEDRO ARRAES: Obrigado, senador.

Bom, antes de responder à pergunta do centro, eu gostaria de enfatizar novamente o ganho que a gente tem, o possível ganho. Vou dar um exemplo, um outro exemplo que saiu da plataforma, é um projeto da plataforma África/Brasil, que um pesquisador nosso aqui trabalha com carrapato, doenças transmissíveis por carrapato. E o carrapato africano tem outras doenças, que são diferentes do nosso, carrega outras doenças que não existem aqui, no nosso gado, e que, obviamente, uma hora dessas, pode vir um cachorro de madame e trazer um carrapato desse aí, numa viagem dessa aí, como é hoje, com esse fluxo aéreo enorme.

Então a única chance dele poder fazer o estudo é lá, porque você não quer, também, trazer esse carrapato, com essa doença diferente, aqui, ele escapa aí e de repente... Então você... Então imagine o ganho que se tem, se esse projeto for conduzido, se descobrir uma vacina para essa doença, que pode entrar aqui, igual a ferrugem da soja entrou, antes do negócio acontecer. Então, o ganho da EMBRAPA, ele tem que ser medido de uma forma um pouco diferente, quando a gente trabalha com esses países porque é o que eu falei do ganho da braquiária, é a mesma coisa, é difícil você fazer o impacto. Então, nós, agora, estamos, inclusive, mudando a postura interna na EMBRAPA, em todos

aqueles três pilares, que a gente está fazendo uma avaliação, uma proposta, não é, Basílio, de avaliação... Quer dizer, o que é que isso aí... O que é que a gente ganha com isso? O que a agricultura brasileira ganha com essa parceria? Que riscos que a gente tem? Então, essa questão a gente está se preocupando.

Em relação ao centro, o centro, na verdade, era... Mas sempre atrasa nessa questão de obra, lá chove muito. Ele está muito adiantado. A princípio, eu até ia fazer uma visita agora, dia 16, parece que está agendado lá, até com o próprio governador, e a gente espera ver se em março... Porque também janeiro é um mês ruim. Depois de passar essa fase tumultuada que a gente está vivendo, quando for lá para... acho que março ou talvez final de fevereiro, abril. Mas ele está bem adiantado, ele deve ficar pronto muito em breve, a parte física toda dele. Depois temos que equipar. Inclusive acho que os senhores estão ajudando, com uma emenda lá, porque tem... É um centro muito interessante, um centro diferente. A Cynthia está acompanhando.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de fazer um agradecimento a todos que compareceram aqui, ao Ernane Rocha, que é da EMBRAPA; ao José João Reis; ao Antonio Nilson Rocha; o Dante Scolari; o Álvaro Eleutério; o Carlos Magno da Rocha; o Francisco [ininteligível]; Paulo Duarte; Pedro Luiz Oliveira Machado.

E antes de encerrar essa reunião, consulto os Srs. Senadores se têm alguma indagação ainda pendente, que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos, aqui, ao Ministro Marco Farani e ao Dr. Pedro Arraes, que é Presidente da EMBRAPA. Sempre que comparecem figuras da estirpe daquelas que hoje expuseram aqui, os senadores que têm uma preocupação com a agricultura saem enriquecidos; portanto, o próprio segmento ganha.

A EMBRAPA é uma empresa que tem produzido muita coisa boa para o país, tem pesquisado, tem estado presente, hoje, na pecuária, tanto na pastagem como na vigilância sanitária... Na vigilância sanitária não; nas condições sanitárias, tem estado presente na agricultura, tem estado presente em todos os segmentos que compõem o agronegócio e a agricultura familiar brasileira. Mas a EMBRAPA tem produzido outra coisa, outro bem, que é mais relevante que todos esses, que é o orgulho de uma instituição brasileira respeitada internamente no Brasil e respeitada, sobretudo, no campo internacional. E o mais importante é que essa empresa tem uma credibilidade que se coloca acima das divergências políticas e partidárias. Aqui, nesta comissão, sempre que a discussão envolve EMBRAPA, desaparece governo e oposição. Então, nós só temos que agradecer a forma como ela é administrada, agradecer o papel que ela cumpre, interna e externamente, e agradecer essa virtude que ela atribui a todos os brasileiros, que é ter orgulho de uma empresa pública do porte da EMBRAPA.

Muito obrigado, está encerrada esta reunião.
[palmas]

Sessão encerrada às 11h22.



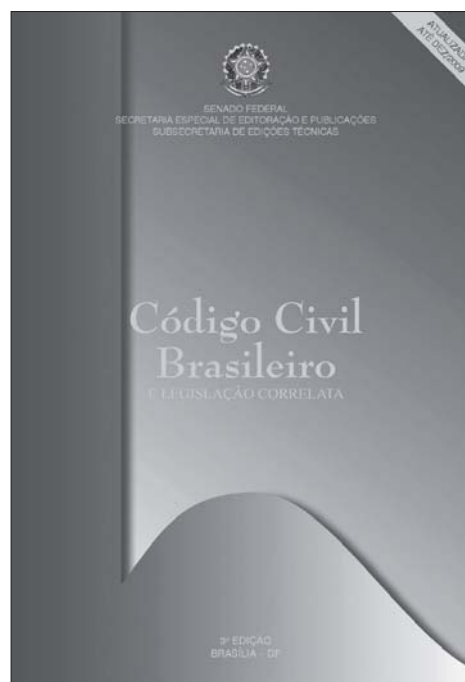
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil



Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6 e demais emendas constitucionais.

Código Civil Brasileiro e Legislação Correlata



Texto da Lei nº 10.406/2002, sua respectiva Exposição de Motivos e farta legislação pertinente ao tema, comentários doutrinários e súmulas de jurisprudência.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje: 862 páginas

OS: 2010/16006